



**XV Encontro de Iniciação
à Pesquisa e à Docência e
XIII Encontro de Pesquisadores
da Unichristus**

ANAIIS

02 e 03 de Outubro de 2018

**Anais do XV Encontro de Iniciação à Pesquisa/XV Encontro de Iniciação à
Docência/XIII Encontro de Pesquisadores/II Mostra de Ciência, Arte e Cultura do
Centro Universitário Christus - Unichristus**

2018

**Anais do XV Encontro de
Iniciação à Pesquisa/XV
Encontro de Iniciação à
Docência/XIII Encontro
de Pesquisadores/II
Mostra de Ciência, Arte e
Cultura do Centro
Universitário Christus -
Unichristus**

• ANAIS •

ISBN 978-85-5722-204-5

1º edição

Even3

Fortaleza/CE 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

AN532 Anais do XV Encontro de Iniciação à Pesquisa/XV Encontro de Iniciação à Docência/XIII Encontro de Pesquisadores/II Mostra de Ciência, Arte e Cultura do Centro Universitário Christus - Unichristus.
Anais...Fortaleza(CE) Unichristus, 2019

Disponível em <www.even3.com.br/anais/xvencontrounichristus>

ISBN: 978-85-5722-204-5

1. Direito 2. Medicina e saúde 3. Tecnologia (ciências aplicadas)

Unichristus

CDD - 370

CORPO EDITORAL

ORGANIZADORES

ANA CAROLINA BARBOSA PEREIRA MATOS

ANA PAULA FONTENELE MENEZES MENDONÇA

ANA STELA VIEIRA MENDES CÂMARA

CARLA MONIQUE LOPES MOURÃO

CAROLINA MELO SOUSA

CINTIA MARIA TORRES ROCHA SILVA

DANIEL NASCIMENTO TEIXEIRA

DANIELE ROCHA QUEIROZ LEMOS

EDSON LOPES DA PONTE

ELNIVAN MOREIRA DE SOUZA

FELIPE FRANCO MARÇAL

FRANCISCO ARTUR FORTE OLIVEIRA

GERARDA MARIA ARAUJO CARNEIRO

JEFFERSON MALVEIRA CAVALCANTE

JULIANA MAGALHÃES DA CUNHA RÊGO

MAELY BARRETO BORGES

MÁRCIA VALÉRIA BRANDÃO DOS SANTOS MARTINS

RAQUEL ALENCAR BARREIRA ROLIM

VIRNA FERNANDES TÁVORA ROCHA

ANÁLISE CLÍNICA DOS PRONTUÁRIOS DE PACIENTES CRÔNICOS DE HBV, ATENDIDOS NA CLÍNICA ESCOLA DE FORTALEZA – CE

Weslly Palhano Paz¹
Letícia Vasconcelos Leite²
Larissa Deadame de Figueiredo Nicolete³
José Eduardo Ribeiro Honório Júnior⁴

RESUMO

Introdução: O HBV é o agente etiológico de hepatite B aguda e crônica, os marcadores sorológicos podem ser usados para diagnosticar e diferenciar entre as infecções agudas e crônicas. A infecção crônica por hepatite B é definida com a detecção do antígeno de superfície da hepatite B sérica (HBsAg) após 6 meses de infecção. A infecção pelo vírus é um problema de saúde pública, somente no Brasil foram notificados 218.257 casos confirmados, dentre eles 9,7% são da região do Nordeste e 2.009 são da cidade de Fortaleza. A cura da hepatite B utilizando o tratamento antiviral ainda permanece um desafio, porém o tratamento tem como objetivo reduzir a progressão da doença prevenindo a progressão para cirrose e carcinoma hepatocelular. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo analisar e avaliar os fatores associados a infecção em pacientes portadores de Hepatite B crônica, no período de 2000 a 2018, em uma Clínica Escola de Saúde (CES). **Metodologia:** Trata-se de um estudo observacional e descritivo, onde foram analisados 599 prontuários da CES. **Resultados:** Dos 599 prontuários, somente 23 (3,84%) pacientes apresentaram sorologia positiva para o vírus da Hepatite B. A idade variou de 25 a 51 anos, com média de 35,74. A maioria da população foi composta por indivíduos do sexo masculino 91,3% (n=21). Dos 23 pacientes com HBV, 17 deles não foram incluídos no estudo por não serem portadores crônicos e por serem coinfetados, somente 6 (26,08%) pacientes eram portadores crônico da infecção, porém, um paciente era coinfetado pelo HIV e foi excluído do estudo. Somente 5 pacientes foram selecionados para o estudo considerado os critérios de inclusão e exclusão. O sexo masculino foi predominante e a idade média era de 35 anos. Todos os pacientes apresentaram HBsAg reagente por mais de 6 meses, comprovando a infecção crônica pelo vírus, 2 pacientes tiveram positividade para o marcador HBeAg que demonstra replicação viral. Além disso, em 100% dos apresentaram negatividade para o marcador anti-HBs mostrando que não houve soroconversão e terapia bem-sucedida. A carga viral só pode ser quantificada em 2 pacientes, sendo menor ou igual a 1000 UI/mL em 1 dos pacientes e no outro paciente sendo indetectável. Somente 1 (20%) dos pacientes realizam o tratamento, e é considerado um bom respondedor pois a

carga viral se tornou indetectável e os valores de ALT foram normalizados. Somente 20% dos pacientes apresentaram valores normais de ALT, 80% eram assintomáticos e apenas 1 apresentou manifestações clínicas. Em relação ao acompanhamento, 60% dos pacientes não compareceram ao retorno da consulta, se ausentando por mais de 1 ano e somente 40% continuam sendo regularmente acompanhados pela CES. **Conclusão:** A partir da análise dos resultados obtidos pode-se inferir que, o HBV é um vírus com uma alta prevalência em homens e alto índice de coinfeção e infecção crônica. Além disso, foi possível observar que as presenças de marcadores são de grande importância no diagnóstico. Portanto, faz-se necessário uma maior inclusão da pesquisa de HBV em pacientes que apresentem tais quesitos.

Palavras-chave: HBV. Crônico. Diagnóstico. Prevalência. Tratamento.

¹ Acadêmico, Biomedicina, wesllyppaz@outlook.com

² Acadêmica, Biomedicina, vasconcelosleticia29@gmail.com

³ Doutora, Biomedicina, larissanicolete@gmail.com

⁴ Doutor, Biomedicina, Professor, eduribiologo@yahoo.com.br

ATIVIDADE ANTIFÚNGICA DO MONÔMERO DE ÁCIDO GÁLICO NÍQUEL (MAGNI) FRENTE A CEPAS DE *CANDIDA* SPP. SENSÍVEIS E RESISTENTES AO FLUCONAZOL NAS FORMAS PLANCTÔNICAS E BIOFILME

Nellyandra Sarah Vaz de Oliveira¹
Luana Frota Rocha²
Cecília Rocha da Silva³
Rosana Sousa Campos⁴

RESUMO

Espécies de *Candida* são importantes patógenos envolvidos em infecções em UTI, pois apresentam vários fatores de virulência. Dentre estes, destaca-se a sua capacidade de formar biofilme em superfícies bióticas e abióticas o que torna o microrganismo mais resistente a terapia antifúngica. Devido aos poucos antifúngicos disponíveis no mercado e ao problema da crescente resistência, faz-se necessário a busca por novas estratégias terapêuticas. Dentre estas estratégias destacam-se a busca por novas substâncias antifúngicas, associação de substâncias ou alterações na estrutura da molécula que potencialize a ação antifúngica. Neste contexto, foi utilizado o monômero do ácido gálico complexado ao níquel, já que muitos estudos demonstram que substâncias associadas a metais podem melhorar sua ação antimicrobiana. O objetivo do estudo foi determinar o potencial antifúngico, *in vitro*, da substância monômero de ácido gálico níquel (MagNi) frente cepas de *Candida* spp. sensíveis e resistentes ao fluconazol na forma planctônica e biofilme. Os experimentos foram realizados utilizando a metodologia de microdiluição em caldo, seguindo o protocolo descrito pelo CLSI (2008). O ácido gálico demonstrou atividade antifúngica nas concentrações de 11 a 250 µg/mL e o MagNi teve sua ação antifúngica na faixa de 62,5 a 250 µg/mL. MagNi também apresentou atividade contra biofilme em concentrações acima de 2x MIC. Concluímos que o MagNi possui atividade antifúngica contra *Candida* spp na forma planctônica e biofilme. Porém, quando comparado à ação do ácido gálico isolado, o níquel potencializou a ação antifúngica em apenas algumas cepas.

Palavras-chave: *Candida* spp. MagNi. Resistência. Ácido gálico. Biofilme.

¹Graduanda de Biomedicina, Centro Universitário Christus (Unichristus), e-mail: n.saraholiveira@gmail.com

²Graduanda de Biomedicina, Centro Universitário Christus (Unichristus), e-mail: luarfrota@gmail.com



³Doutora em Microbiologia Médica, Centro Universitário Christus (Unichristus), e-mail:
ceciliarocha86@yahoo.com.br

⁴Doutora em Microbiologia Médica, Centro Universitário Christus (Unichristus), e-mail:
rosanacampos.ufc@hotmail.com

AVALIAÇÃO DO POTENCIAL BIOTECNOLÓGICO DO ÓLEO FIXO DA *COMBRETUM LEPROSUM* EM MODELO DE CICATRIZAÇÃO CUTÂNEA EM RATOS WISTARS

Júlio Guilherme Luna de Moraes¹
Bárbara Araújo Barbosa²
Cláudia Roberta de Andrade³

RESUMO

O ser humano, desde os primórdios, têm utilizado plantas para fins terapêuticos. Dentre as utilizações mais comuns está o uso de curativo de lesões cutâneas, com o intuito de anestésiar, limpar, evitar infecções e até mesmo acelerar a cura da lesão. Devido a isso, a utilização dessas plantas medicinais prevalece até a atualidade, tendo forte presença na medicina popular em diversas culturas ao redor do mundo. Reconhecendo a importância das plantas medicinais no tratamento de doenças e injúrias, a Organização Mundial da Saúde passou a investir na década de 1970 na utilização e pesquisa de plantas medicinais no tratamento primário de doenças que acometiam a população. A busca por plantas medicinais foi aumentando cada vez mais devido à facilidade e o baixo custo de acesso. No início dos anos 2000, o Ministério da Saúde do Brasil começou a utilizar algumas plantas e fitoterápicos como medidas preventivas e terapêuticas com pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Uma das plantas muito utilizadas neste sentido era *Combretum leprosum*, popularmente conhecida como Mofumbo. A planta prevalente da região Norte e Nordeste brasileira, muito comum em regiões áridas ou semiáridas como a Caatinga, é muito utilizada na medicina popular para limpar e anestésias lesões de pele. Com o uso tópico de infusões preparadas das raízes, casca, folhas, flores ou sementes da planta, o Mofumbo mostrava-se útil no tratamento de lesões cutâneas. Reconhecendo a importância dessa planta na medicina popular, muitos estudos foram desenvolvidos com a finalidade de esclarecer como a *C. leprosum* atuava no processo de cicatrização. Apesar de a literatura reportar bem o uso do Mofumbo em lesões de pele, os estudos geralmente mostram a atuação de um composto isolado da planta, ou de extratos etanólicos de diversas partes do arbusto. Nosso estudo objetivou avaliar o resultado do óleo fixo extraído das sementes da *Combretum leprosum* no reparo tecidual de lesões cutâneas em Ratos Wistars machos e adultos, sendo que esses animais tinham a pele da região tronco lateral danificadas através da técnica de

microagulhamento com um Dermalroller® com agulhas de 1,5mm de altura. Os testes realizados permitiram notar que os animais tratados com o óleo fixo do Mofumbo apresentavam um processo de reparo tecidual melhor e mais eficiente, verificados macroscopicamente e microscopicamente através das colorações Hematoxilina-Eosina e Tricromo de Masson. Dessa forma, com os resultados, foi possível concluir que o uso do óleo fixo da planta é eficaz no processo de cura de lesões cutâneas.

Palavras-chave: Plantas medicinais. Medicina Popular. Microagulhamento. Lesões Cutâneas. Colágeno.

1 Graduando, Biomedicina, Aluno de 7ª Semestre, julioglunam@gmail.com

2 Graduanda, Biomedicina, Aluna de 8ª Semestre, barbararaujobarbosa@gmail.com

3 Pós-doutorado, Biomedicina, Professora, claudiarandrade@gmail.com

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS ANSIOLÍTICO E ANTICONVULSIVANTE DA QUERCETINA EM CAMUNDONGOS C57BL6

Jéssica Rodrigues de Moraes Barriga¹
Dara da Silva Mesquita²
Dandhara Kathleen Monteiro Vaz³
José Eduardo Ribeiro Honório Junior⁴

RESUMO

A quercetina é um tipo de flavonóide que foi identificada pela primeira vez como vitamina P. Subsequentemente, diversos registros atestaram sobre as propriedades farmacológicas da quercetina que a faz atuar de forma benéfica sobre os sistemas biológicos. Foram relatadas atividades antihipertensiva, antiarrítmica, hipocolesterolêmica, anti hepatotoxicidade, anticarcinogênica e antioxidante. Sabendo que a quercetina apresenta grande atividade antioxidante e essa atividade está relacionada com efeitos ansiolíticos, propomos o estudo desse flavonóide já conhecido do mercado, para avaliar o seu potencial ansiolítico e anticonvulsivante em animais. Assim o objetivo desse trabalho é avaliar a atividade anticonvulsivante da quercetina (QC) comparando com um anticonvulsivante do mercado em modelo de ansiedade em camundongos. Usaremos camundongos C57Bl6 pesando entre 25-30g. Esses animais foram divididos e tratados em 5 grupos: QC 0,2, 1,0 e 2,0 mg/Kg e grupo controle de salina. Os animais tratados passaram pela atividade anticonvulsivante induzida por pilocarpina. Os dados obtidos foram analisados em programa estatístico e os resultados apresentados na forma de gráficos e tabelas, em relatório final, bem como nos encontros universitários da instituição. O presente estudo fornece evidências de que a quercetina de 2 mg/kg aumentou tempo de latência para a primeira convulsão em relação ao controle e no tempo de morte demonstrando atividade anticonvulsivante.

Palavras-chave: Ansiedade. Flavanóides. Convulsão. Quercetina. Anticonvulsivante.

¹Graduanda de Biomedicina, Centro Universitário Christus (Unichristus), jessicamoraes.b@outlook.com

²Graduanda de Biomedicina, Centro Universitário Christus (Unichristus), daramesq@gmail.com

³Graduanda de Biomedicina, Centro Universitário Christus (Unichristus), dandharamonteiro@hotmail.com

⁴Doutor, Biomedicina, Professor, Centro Universitário Christus (Unichristus), eduribiologo@yahoo.com.br

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS FARMACOLÓGICOS E ATIVIDADE ANTIDEPRESSIVA DO ÁCIDO GÁLICO EM CAMUNDONGOS

Victor Tabosa dos Santos Oliveira¹
Juliana de Carvalho Campelo²
Eduardo Ribeiro Honório Júnior³

RESUMO

Dentre os transtornos psiquiátricos, o que se apresenta mais comum na atualidade é a depressão. Essa doença incapacitante atinge cerca de 350 milhões de pessoas no mundo de forma crônica, prejudicando o bem estar e desempenho dos acometidos na vida pessoal e social. Dentre os fatores relacionados a depressão, destacam-se o estresse oxidativo e neuroinflamação, que prejudica diretamente a síntese e sinalização de neurotransmissores envolvidos na patogenia dessa doença. O ácido gálico é um composto frequentemente encontrado em plantas, nozes, chás, vinho tinto e em frutas vermelhas, que possui uma ampla aplicação comercial e terapêutica devido principalmente às suas características antioxidantes, influenciando na qualidade dos alimentos, cosmética e farmacêutica. Numerosos estudos pré-clínicos têm mostrado que o ácido gálico possui uma variedade de ações farmacológicas, incluindo as atividades antioxidantes, anti-inflamatórias, antimicrobiana, antitumoral, antimutagênica e antiviral. Levando em consideração as atividades terapêuticas desse composto, objetivou-se avaliar a atividade do ácido gálico em testes de comportamento com camundongos. Foram usados camundongos Swiss pesando entre 25-30g divididos e tratados em 5 grupos: ácido gálico em doses de 5, 10, 20 e 30 mg/Kg, e grupo controle. Os animais tratados passaram pelos seguintes testes comportamentais para avaliação da atividade ansiolítica e antidepressiva: campo aberto, labirinto em cruz elevada e nado-forçado. Foi percebido que o ácido gálico na dose de 30 mg/kg apresentou potencial efeito antidepressivo, e na dose de 10 mg/kg apresentou efeito ansiolítico. De acordo com os resultados obtidos concluiu-se que o ácido gálico possui interessante efeito nos sintomas depressivos e ansiosos, sendo um candidato ao uso no tratamento de depressão.

Palavras-chave: Ácido gálico. Depressão. Antioxidante. Inflamação. Sistema Nervoso Central

¹Graduando de Biomedicina, Centro Universitário Christus (Unichristus)



²Graduanda de Biomedicina, Centro Universitário Christus (Unichristus)

³Doutor, Biomedicina, Professor, eduribiologo@yahoo.com.br

AValiação IN VITRO DA ATIVIDADE ANTIFÚNGICA DO DERIVADO DE ÁCIDO GÁLICO (MAGCo) FRENTE A CEPAS DE *Candida* spp. RESISTENTES AO FLUCONAZOL NAS FORMAS PLANCTÔNICA E BIOFILME

Marcus Lins Queiroga¹
Lais de Moura Vasconcelos²
Rosana de Sousa Campos³
Cecília Rocha da Silva⁴

RESUMO

O ácido gálico é um fito componente presente em legumes desidratados, frutas, café, chás e vinhos. Devido a este composto possuir diversas propriedades farmacológicas, com destaque para a atividade antioxidante e antimicrobiana, isso tem despertado interesse como uma alternativa terapêutica em razão das limitadas opções para o tratamento de candidemias. As infecções por *Candida* resistência aos antifúngicos e capacidade de formação de biofilme. Em razão disto, o objetivo do estudo foi de realizar a avaliação in vitro da sensibilidade de *Candida* spp. contra o Monômero de Ácido Gálico-Cobalto (MAGCo), nas formas planctônicas e de biofilme. Para isso, utilizou-se a metodologia de microdiluição em caldo para a determinação da Concentração Inibitória Mínima (CIM). Para o biofilme, foi utilizado o MAGCo nas concentrações CIM/2, CIM, 2x CIM, 4x CIM e 10x CIM. Os resultados dos experimentos realizados com Ácido Gálico, em células planctônicas, a faixa da CIM encontrada em que se obteve a atividade inibitória foi de 11 - 250 µg/mL. Já o MAGCo, apresentou a atividade inibitória entre 5,66 – 90,51 µg/mL, enquanto para o biofilme, apresentou redução de viabilidade celular a partir da concentração de CIM/2, no qual as concentrações de 2x CIM e 4x CIM foram as que obtiveram as porcentagens de viabilidade celular abaixo de 50%. Podemos concluir que, o ácido gálico complexado a metais é um composto com atividades promissoras, porém ainda são necessários estudos mais abrangentes acerca de suas propriedades antifúngicas e aplicabilidades como terapias alternativas.

Palavras-chave: Ácido gálico. *Candida* spp. Biofilme. MAGCo. Resistência.

¹Graduando de Biomedicina, Centro Universitário Christus (Unichristus), e-mail: zmarcusx1@gmail.com

²Graduanda de Biomedicina, Centro Universitário Christus (Unichristus), e-mail: lais.vasc15@gmail.com



³Doutora em Microbiologia Médica, Centro Universitário Christus (Unichristus), e-mail:
rosanacampos.ufc@hotmail.com

⁴Doutora em Microbiologia Médica, Centro Universitário Christus (Unichristus), e-mail:
ceciliarocha86@yahoo.com.br

ESTUDO DAS ATIVIDADES FARMACOLÓGICA DA PIPERINA EM MODELO AGUDO DE DEPRESSÃO EM CAMUNDONGOS

Dayse Maria da Silva Neves¹
Barbara Parente de Moraes Porto Carrero²
José Eduardo Ribeiro Honório Júnior³

RESUMO

A Depressão Maior (DM) é uma das enfermidades mais incapacitantes do mundo, afetando mais jovens e com um predomínio maior nas mulheres. Atualmente, o tratamento da DM pode ser realizado por diversas classes de antidepressivos, porém, a constante investigação de novos fármacos mais específicos é de extrema importância. A piperina (PP) é um alcaloide do gênero *piper*, da família *Piperaceae*, presente na pimenta do reino. Esse gênero demonstra ter diversas substâncias com ação neuroprotetora, anticonvulsivante, analgésica, anti-inflamatória e inibidora de enzimas metabólicas. Assim, este projeto teve como objetivo avaliar diversas doses da piperina e sua ação em camundongos Swiss, machos, pesando entre 25g e 30g. Os animais foram divididos em seis grupos e tratados com piperina diluída em metanol 5% via intraperitoneal nas doses de: 1mg/kg, 5mg/kg, 10mg/kg, 20mg/kg, mais dois grupos controles, onde os animais receberam doses de metanol 5%. Depois de tratados passaram pelos seguintes testes comportamentais para avaliação da atividade ansiolítica e antidepressiva: campo aberto, labirinto em cruz elevada, e nado-forçado. Os dados obtidos foram analisados em programa estatístico. Nos resultados obtidos no teste de campo aberto, os animais tratados nas doses de 5,0 e 10mg/Kg apresentaram diminuição da atividade locomotora, já no teste de Labirinto em cruz elevada, os dados sugerem que as doses de 10,0 e 20mg/Kg apresentam um efeito ansiolítico, e teste de nado-forçado mostraram que a menor dose da PP apresenta uma diminuição do tempo de imobilidade sugerindo um efeito antidepressivo comparado ao controle. Podemos concluir assim, que a piperina apresentou um efeito antidepressivo na dose de 1mg/Kg. E que as doses de 10mg/Kg e 20mg/Kg demonstraram um efeito ansiolítico.

Palavras-chave: Transtorno Depressivo Maior. Piperina. Piper. Planta medicinal. Alcaloides.

¹Estudante de graduação do curso de Biomedicina da Unichristus, e-mail para contato:



days3biomed@gmail.com

²Estudante de graduação do curso de Biomedicina da Unichristus, e-mail para contato:

barbaraparentecarrero@hotmail.com

³Doutor em Biotecnologia RENORBIO/UFC, Professor Orientador do Curso de Biomedicina da Unichristus, e-mail para contato: eduribiologo@yahoo.com.br

MODULAÇÃO DA RESPOSTA IMUNE DAS SUBPOPULAÇÕES DE LINFÓCITOS T CD4+ EM TUMORES

Jean Breno Silveira da Silva¹
Camila Nascimento Gondim²
Márcia Valéria Brandão Martins³

RESUMO

Diversos estudos demonstram o papel do sistema imune como um protetor dos organismos contra o surgimento de células cancerígenas, constituindo aquilo que chamamos de “imunovigilância”. No entanto, muitas pesquisas voltadas a elucidar a imunidade envolvida nesse processo têm observado um comportamento promotor dos tumores no microambiente tumoral, verificando-se uma ação dual dos componentes da maquinaria imune. Dessa forma, supõe-se que as células de defesa podem, além de desempenharem uma ação supressora as neoplasias, assumir papéis contrários em determinadas situações, favorecendo a progressão tumoral. Alguns mecanismos celulares onde as células do sistema imune atuam montando um ambiente favorável ao câncer são mais claros do que outros. Dentre os mecanismos menos esclarecidos na resposta imune aos tumores está o papel desempenhado pelas células Th17, Treg, além de citocinas imunoreguladoras. Atualmente, está bem estabelecido a presença de um desequilíbrio imunológico no microambiente tumoral de diferentes tipos de câncer, sendo possível verificar um ambiente onde as respostas imunes tornam-se suprimidas e desequilíbrios envolvendo o eixo Th17/Treg em múltiplos tipos de neoplasias malignas. Nesta revisão, faremos uma abordagem generalista de subtipos de células T CD4 + envolvidos na resposta imune aos tumores. Daremos foco ao debate sobre aqueles mecanismos imunes menos esclarecidos na carcinogênese, como a ação de Treg, suas citocinas e sua relação com Th17, além das interações entre PD-1 e PD-L1 e sua implicação nas terapias imunes atuais.

Palavras-chave: Câncer. Imunologia. Imunoterapia. Células T

¹Estudante de graduação, Aluno de IC do curso de Biomedicina do Centro Universitário Christus, jeanbrenosilveira@hotmail.com

²Estudante de graduação, Aluna de IC do curso de Biomedicina do Centro Universitário Christus, camilangondim26@gmail.com

³Professora titular, orientadora do curso de Biomedicina e Coordenadora de Pesquisa e Extensão do curso de Biomedicina do Centro Universitário Christus, mvbsmartins@gmail.com

O EXTRATO ETANÓLICO DAS FOLHAS DA *Myracrodruon urundeuva* Allemão REVERTE PARCIALMENTE O DÉFICIT DE MEMÓRIA DE TRABALHO INDUZIDO POR ESCOPOLAMINA EM CAMUNDONGOS

Bruna Kelly da Silva Firmino ¹
Iara do Nascimento Monte ²
Yasmin Mendes Rocha ³
Alexandre Batista Penido ⁴
Selene Maia de Moraes ⁵
Carolina Melo de Souza ⁶

RESUMO

A doença de Alzheimer (DA) é uma patologia progressiva ocasionada por neurodegeneração irreversível. Os sintomas DA caracterizam-se por disfunções cognitivas, destacando-se déficits mnemônicos. A fisiopatologia da DA inclui, por exemplo, o acúmulo do peptídeo β -amilóide (A β) e a disfunção de sistemas colinérgicos. A *Myracrodruon urundeuva* Allemão, popularmente conhecida como “aroeira” ou “aroeira-do-sertão”, apresenta potencial para o tratamento de doenças neurodegenerativas devido às suas atividades antioxidante e anticolinesterásica. O objetivo desse trabalho foi avaliar a eficácia do extrato da folha de *M. urundeuva* na reversão do déficit de memória de trabalho induzida por escopolamina. Para tanto foram utilizados 33 camundongos Swiss, machos, albinos (35-45g). Animais controle (Ctr) receberam salina, o déficit de memória foi induzido por escopolamina 5 mg/kg (Esc). O extrato etanólico da folha de *M. urundeuva* foi diluído em etanol 5% em salina e administrado em diferentes concentrações (EFMU 1 e 10 mg/kg). As drogas ou veículos foram administradas 30 min antes do teste. Após os tratamentos os animais foram submetidos a avaliação da memória de trabalho através do teste labirinto em Y. Para a análise estatística foram realizados teste de normalidade e, em seguida, aplicados testes paramétricos (ANOVA e teste de Dunnet) para comparação entre os grupos. Os resultados foram expressos como média \pm erro padrão da média e o critério de significância utilizado foi de $p < 0,05$. A administração de escopolamina promoveu o déficit na memória de trabalho (alterações espontâneas: Ctr: $69,2 \pm 4,9$; Esc: $51,8 \pm 5,0$). O tratamento com EEMU (1 mg/kg) causou um bloqueio parcial do déficit de memória pois esse grupo não apresentou diferença significativa, tanto quando comparado ao controle, quanto em comparação com o grupo escopolamina (Esc + EEMU 1: $58,0 \pm 2,5$). Entretanto, os animais que receberam a dose de 10 mg/kg apresentaram diminuição significativa na porcentagem de alterações espontâneas

quando comparado com o grupo controle (Esc + EEMU 10: $48,6 \pm 2,3$). Não foram observadas alterações estatisticamente significativas entre os grupos controle e escopolamina quando se avaliou o número de entradas nos braços durante o teste do labirinto em Y (Eventos: Ctr: $22,9 \pm 2,7$; Esc: $28,1 \pm 2,9$). A administração de escopolamina com EEMU na dose de 1 mg/kg também não promoveu modificação nesse parâmetro (Esc + EEMU 1: $27,4 \pm 2,6$). Entretanto, na dose de 10 mg/kg, foi observada uma diminuição significativa no número de entradas (Esc + EEMU 10: $15,6 \pm 2,8$). Portanto, a investigação de doses intermediárias e/ou outras vias de administração do EEMU são necessários para uma melhor avaliação do potencial neuroprotetor da *M. urundeuva*.

Palavras-chave: Doença de Alzheimer. *Myracrodruon urundeuva*. Atividade anticolinesterásica. Escopolamina. Memória de trabalho.

1 Discente do curso de Biomedicina, UNICHRISTHUS, bkelly622@gmail.com

2 Discente do curso de Biomedicina, UNICHRISTHUS, iaranmonte@gmail.com

3 Discente do curso de Biomedicina, UNICHRISTHUS, yasminmendes41@gmail.com

4Doutor, docente do curso de Enfermagem, UFMA, penidoufma@gmail.com

5 Phd, docente do curso de Medicina Veterinária, UECE, selenemaiademorais@gmail.com.

6 Doutora, docente do curso de Biomedicina, carolbio31@gmail.com.

O EXTRATO ETANÓLICO DAS FOLHAS DE *Psidium guajava* REVERTE PARCIALMENTE O DÉFICIT DE MEMÓRIA DE TRABALHO INDUZIDO POR ESCOPOLAMINA EM CAMUNDONGOS

Jhenifer Macena dos Santos¹
Laura de Paula Costa²
Alexandre Batista Penido³
Selene Maia de Moraes⁴
Carolina Melo de Souza⁵
Wildson Max Barbosa da Silva⁶

RESUMO

A Doença de Alzheimer (DA) representa a principal causa de demência em todo o mundo. A DA é uma doença neurodegenerativa caracterizada pela destruição irreversível de certos neurônios, ocasionando declínio cognitivo e progressiva incapacidade. A fisiopatologia da DA envolve a disfunção de sistemas colinérgicos em regiões corticais e hipocampais e uma abordagem promissora no tratamento da doença de Alzheimer (DA) é o uso de produtos naturais, que aumentam níveis de acetilcolina através da inibição da enzima acetilcolinesterase. A *Psidium guajava* L., popularmente conhecida como goiabeira, pertence à família Myrtaceae, é nativa das américas e extensamente cultivada nos países tropicais e subtropicais. O extrato da folha de *Psidium guajava* apresenta atividade anticolinesterásica *in vitro*. O objetivo desse trabalho foi avaliar a eficácia do extrato da folha de *Psidium guajava* na reversão do déficit de memória de trabalho induzida por escopolamina. Para tanto foram utilizados 33 camundongos Swiss, machos, albinos (35-45g). Animais controle (Ctr) receberam salina, o déficit de memória foi induzido por escopolamina 5 mg/kg (Esc). O extrato etanólico da folha de *Psidium guajava* foi diluído em etanol 5% em salina e administrado em diferentes concentrações (EEPG 1 e 10 mg/kg). As drogas ou veículos foram administradas 30 min antes do teste. Após os tratamentos os animais foram submetidos a avaliação da memória de trabalho através do teste labirinto em Y. Para a análise estatística foram realizados teste de normalidade e, em seguida, aplicados testes paramétricos (ANOVA e teste de Dunnet) para comparação entre os grupos. Os resultados foram expressos como média \pm erro padrão da média e o critério de significância utilizado foi de $p < 0,05$. A administração de escopolamina promoveu o déficit na memória de trabalho (alterações espontâneas: Ctr: $69,2 \pm 4,9$; Esc: $51,8 \pm 5,0$). O tratamento com EEGP (1 mg/kg) não foi capaz de inibir esse déficit

(Esc + EEG 1: $54,0 \pm 4,7$). Entretanto, na dose de 10 mg/kg do EEG, observou-se um bloqueio parcial do déficit de memória (Esc + EEG 10: $62,6 \pm 3,1$). Não foram observadas alterações estatisticamente significativas entre os grupos quando se avaliou o número de entradas nos braços durante o teste (Eventos: Ctr: $22,9 \pm 2,7$; Esc: $28,1 \pm 2,9$; Esc + EEG 1: $25,2 \pm 3,1$; Esc + EEG 10: $23,6 \pm 2,6$). Portanto, são necessários mais experimentos para uma melhor avaliação do potencial protetor da Psidium guajava.

Palavras-chave: Doença de Alzheimer. Psidium guajava. Atividade anticolinesterásica. Escopolamina. Memória de trabalho.

¹ Discente do curso de Biomedicina, UNICHRISTHUS, jhenifermacena@hotmail.com.

² Discente do curso de Biomedicina, UNICHRISTHUS, laura_costa18@hotmail.com.

³ Doutor, docente do curso de Enfermagem, UFMA, penidoufma@gmail.com

⁴ Phd, docente do curso de Medicina Veterinária, UECE, selenemaiademorais@gmail.com.

⁵ Doutora, docente do curso de Biomedicina, carolbio31@gmail.com.

⁶ Mestre, docente do curso de Biomedicina, wmaxbs@hotmail.com.

O EXTRATO ETANÓLICO DAS FOLHAS DA *Myracrodruon urundeuva* Allemão REVERTE PARCIALMENTE O DÉFICIT DE MEMÓRIA DE TRABALHO INDUZIDO POR ESCOPOLAMINA EM CAMUNDONGOS

Bruna Kelly da Silva Firmino ¹
Iara do Nascimento Monte ²
Yasmin Mendes Rocha ³
Alexandre Batista Penido ⁴
Selene Maia de Moraes ⁵
Carolina Melo de Souza ⁶

RESUMO

A doença de Alzheimer (DA) é uma patologia progressiva ocasionada por neurodegeneração irreversível. Os sintomas DA caracterizam-se por disfunções cognitivas, destacando-se déficits mnemônicos. A fisiopatologia da DA inclui, por exemplo, o acúmulo do peptídeo β -amilóide (A β) e a disfunção de sistemas colinérgicos. A *Myracrodruon urundeuva* Allemão, popularmente conhecida como “aroeira” ou “aroeira-do-sertão”, apresenta potencial para o tratamento de doenças neurodegenerativas devido às suas atividades antioxidante e anticolinesterásica. O objetivo desse trabalho foi avaliar a eficácia do extrato da folha de *M. urundeuva* na reversão do déficit de memória de trabalho induzida por escopolamina. Para tanto foram utilizados 33 camundongos Swiss, machos, albinos (35-45g). Animais controle (Ctr) receberam salina, o déficit de memória foi induzido por escopolamina 5 mg/kg (Esc). O extrato etanólico da folha de *M. urundeuva* foi diluído em etanol 5% em salina e administrado em diferentes concentrações (EFMU 1 e 10 mg/kg). As drogas ou veículos foram administradas 30 min antes do teste. Após os tratamentos os animais foram submetidos a avaliação da memória de trabalho através do teste labirinto em Y. Para a análise estatística foram realizados teste de normalidade e, em seguida, aplicados testes paramétricos (ANOVA e teste de Dunnet) para comparação entre os grupos. Os resultados foram expressos como média \pm erro padrão da média e o critério de significância utilizado foi de $p < 0,05$. A administração de escopolamina promoveu o déficit na memória de trabalho (alterações espontâneas: Ctr: $69,2 \pm 4,9$; Esc: $51,8 \pm 5,0$). O tratamento com EEMU (1 mg/kg) causou um bloqueio parcial do déficit de memória pois esse grupo não apresentou diferença significativa, tanto quando comparado ao controle, quanto em comparação com o grupo escopolamina

(Esc + EEMU 1: $58,0 \pm 2,5$). Entretanto, os animais que receberam a dose de 10 mg/kg apresentaram diminuição significativa na porcentagem de alterações espontâneas quando comparado com o grupo controle (Esc + EEMU 10: $48,6 \pm 2,3$). Não foram observadas alterações estatisticamente significativas entre os grupos controle e escopolamina quando se avaliou o número de entradas nos braços durante o teste do labirinto em Y (Eventos: Ctr: $22,9 \pm 2,7$; Esc: $28,1 \pm 2,9$). A administração de escopolamina com EEMU na dose de 1 mg/kg também não promoveu modificação nesse parâmetro (Esc + EEMU 1: $27,4 \pm 2,6$). Entretanto, na dose de 10 mg/kg, foi observada uma diminuição significativa no número de entradas (Esc + EEMU 10: $15,6 \pm 2,8$). Portanto, a investigação de doses intermediárias e/ou outras vias de administração do EEMU são necessários para uma melhor avaliação do potencial neuroprotetor da *M. urundeuva*.

Palavras-chave: Doença de Alzheimer. *Myracrodruon urundeuva*. Atividade anticolinesterásica. Escopolamina. Memória de trabalho.

1 Discente do curso de Biomedicina, UNICHRISTHUS, bkelly622@gmail.com

2 Discente do curso de Biomedicina, UNICHRISTHUS, iaranmonte@gmail.com

3 Discente do curso de Biomedicina, UNICHRISTHUS, yasminmendes41@gmail.com

4Doutor, docente do curso de Enfermagem, UFMA, penidoufma@gmail.com

5 Phd, docente do curso de Medicina Veterinária, UECE, selenemaiademorais@gmail.com.

6 Doutora, docente do curso de Biomedicina, carolbio31@gmail.com.

POTENCIAL NEUROPROTETOR DA MANGIFERINA E DO EUGENOL SOBRE A DEPRESSÃO E A ANSIEDADE

Hugo Jefferson Ferreira¹
Evandro Moreira de Almeida²
Marília Gabriela Pereira Damasceno³
Wildson Max Barbosa da Silva⁴
Carolina Melo de Souza⁵

RESUMO

Os produtos naturais têm sido utilizados como fontes de agentes terapêuticos para o tratamento de diversas doenças. Entre os produtos naturais, metabólitos secundários de plantas conhecidos como flavonoides vem demonstrando diversas atividades biológicas como atividade neuroprotetora. Acredita-se que tais atividades são decorrente primordialmente do potencial antioxidante desses compostos. Os extratos naturais provenientes de plantas do nordeste brasileiro como da folha da *Mangifera indica* (*M. indica*) e do fruto da *Syzygium aromaticum* destacam-se devido a alta atividade antioxidante. Portanto, o objetivo desse trabalho foi realizar um levantamento na literatura científica sobre o potencial neuroprotetor da mangiferina e do eugenol, que correspondem aos principais princípios ativos das plantas *M. indica* e *S. aromaticum*, sobre a depressão e a ansiedade. Com isso se realizou durante o mês de agosto de 2018 uma busca na base de dados Pubmed utilizando os seguintes conjuntos de descritores em inglês: “eugenol” e “depression”; “eugenol” e “anxiety”; “mangiferin” e “depression”; e “mangiferin” e “anxiety”. Critérios de inclusão: foram selecionados trabalhos originais que utilizaram os compostos isolados e com idioma inglês. Critério de exclusão: artigos de revisão. Após a leitura inicial foram selecionados oito artigos pré-clínicos – quatro avaliaram os efeitos da mangiferina e, os demais, investigaram o eugenol. Quando administrado em animais saudáveis o eugenol teve efeito antidepressivo quando administrado de maneira aguda e subcrônica. Entretanto, em modelo de doença de Parkinson por 6-hidroxidopamina, esse composto apresentou atividade antidepressiva em protocolo de pré-tratamento porém, quando avaliado seu efeito após a indução da lesão, o composto não teve efeito antidepressivo e potencializou a toxicidade. Os artigos selecionados indicam que a mangiferina teve efeito: ansiolítico e antidepressivo em modelo de toxicidade induzida por LPS; ansiolítico em modelo de toxicidade induzida por ftalato de dibutila (DBP); antidepressivo em modelo de depressão induzida por estresse crônico

moderado; e ansiolítico e antidepressivo em animais submetidos a corticosterona. Portanto, enquanto o apresentou potencial para o tratamento da depressão, a mangiferina apresentou atividade promissora relacionada a depressão e ansiedade.

Palavras-chave: Depressão. Ansiedade. Eugenol. Mangiferina.

¹ Acadêmico, biomedicina, hugo.jheff@gmail.com.

² Acadêmico, biomedicina, Evandro.graduado@gmail.com.

³ Acadêmico, biomedicina, mariliagabrielapd@gmail.com.

⁴ Mestre, docente do curso de Biomedicina, wmaxbs@hotmail.com.

⁵ Doutora, docente do curso de Biomedicina, carolbio31@gmail.com

QUERCETINA-ZN REVERTE O DÉFICIT DE MEMÓRIA DE TRABALHO INDUZIDO POR ESCOPOLAMINA EM CAMUNDONGOS

Iara do Nascimento Monte¹
Gabriel Barbosa Pimentel Fiuza²
Yama Vitoriano Lima³
Wildson Max Barbosa da Silva⁴
Selene Maia de Moraes⁵
Carolina Melo de Souza⁶

RESUMO

A doença de Alzheimer (DA) é um distúrbio neurodegenerativo caracterizado, principalmente, pelo comprometimento de memória. A depleção colinérgica participa da patogênese da DA. O flavonóide quercetina apresenta, *in vitro*, atividade anticolinesterásica e a adição de zinco (quercetina-Zn) aumenta a eficiência sobre essa inibição. O objetivo deste trabalho foi avaliar os efeitos da quercetina e da Quercetina-Zn sobre os déficits de memória induzidos por escopolamina. Foram utilizados 65 camundongos albinos Swiss machos (30 e 35g). Os animais controle (Ctr) receberam salina, o déficit de memória foi induzido por escopolamina (Esc) na dose de 5mg/kg. A quercetina e a quercetina-Zn foram administradas nas doses de 2 e 20 mg/kg. Os animais foram submetidos aos testes do campo aberto e o teste do labirinto em Y para avaliar a atividade locomotora e a memória de trabalho, respectivamente. A quercetina (2 e 20 mg/kg) e a quercetina-Zn (2 e 20 mg/kg) não alteraram a atividade locomotora (Número de cruzamentos: Esc: 73,7±10,2; Ctr: 51,4±9,1; Esc+Que 2: 95,7±11,4; Esc+Que 20: 101,3±12,1; Esc+Que-Zn 2: 84,58±11,2; Esc+Que-Zn 20: 62,11±9,3). A quercetina-Zn (20 mg/kg) reverteu o déficit de memória de trabalho (Porcentagem de alterações espontâneas (média ± EPM): Ctr: 65,6±2,6; Esc: 44,2±5,7 Esc+Que 2: 48,6±2,0; Esc+Que 20: 47,8±5,5; Esc+Que-Zn 2: 53,0±4,0; Esc+Que-Zn 20: 61,2±4,7). A quercetina-Zn foi mais eficiente do que a quercetina padrão na reversão do déficit de memória induzido por escopolamina em camundongos, deduzimos que este resultado foi em decorrência da inibição da ação da acetilcolinesterase. Portanto, o potencial da quercetina-Zn deve ser explorado na investigação do tratamento para a Doença de Alzheimer.

Palavras-chave: Quercetina. Doença de Alzheimer. Estudo pré-clínico. Memória de trabalho. Atividade anticolinesterásica.

¹Acadêmico de biomedicina do Centro Universitário Christus, iaranmonte@gmail.com.



² Acadêmico de biomedicina do Centro Universitário Christus, gbpf@gmail.com.

³ Graduado em biomedicina no Centro Universitário Christus, yamavitoriano@hotmail.com.

⁴ Biomedicina, docente, wmaxbs@hotmail.com.

⁵ Phd, medicina veterinária, docente da UECE, selenemaiademorais@gmail.com.

⁶ PhD, Biomedicina, docente, carolbio31@gmail.com.

APLICAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS LÚDICAS NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM NA DISCIPLINA DE BIOQUÍMICA.

Thalia Mota¹
Greicy Coelho de Souza²

RESUMO

INTRODUÇÃO: Metodologias Ativas é entendida como formas de desenvolver o processo do aprender que é utilizado na busca de conduzir a formação crítica de futuros profissionais nas mais diversas áreas. A utilização dessas metodologias pode favorecer a autonomia do discente, despertando a curiosidade, estimular a tomada de decisão individuais e coletivas, advindos das atividades essenciais da prática social e em contextos do estudante. Esse processo dinâmico propicia uma experiência crítica e reflexiva sobre o conteúdo que está sendo conduzido pelo o aluno. Contudo, o maior protagonista desse processo é o discente. O papel dos professores e monitores está em mediar o conhecimento e facilitar um maior aproveitamento no processo de aprendizado do aluno. Foi desenvolvido um jogo pedagógico com caráter de gincana com o objetivo de estimular o processo contínuo de estudo e que o conhecimento sedimentado ganhe valor meritório com acerto de questões tanto em grupo quanto individual. **OBJETIVO:** Verificar a fixação de conhecimento sobre conteúdo ministrado durante o semestre; promover a fixação do conteúdo que será base para a sua formação, através de uma gincana elaborada com assunto do semestre. **METODOLOGIA:** Foram elaboradas 40 questões objetivas com temas que contemplam a ementa curricular da disciplina de bioquímica. Os discentes onde cada rodada de perguntas um componente era escolhido a responder cada pergunta com valor de 0,1 décimo. No final da gincana todas as equipes poderiam alcançar a nota máxima que poderia chegar a 2 pontos. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A leitura minuciosa dos artigos e a aplicação da gincana com os alunos permitiu a identificação da importância da associação lúdica com o processo de aprendizagem. Essa experiência permitiu maior interesse dos alunos aos estudos continuados dos tópicos de aula durante o semestre. **CONCLUSÃO:** A elaboração de metodologias ativas lúdicas promoveu aos

¹ Acadêmica do 2º semestre do curso de Graduação em Enfermagem da Unichristus; thaliamoto@hotmail.com

² Orientadora. Fisioterapeuta. Mestre em farmacologia. Docente do curso de Graduação em Enfermagem da Unichristus; greicy_coelho@hotmail.com

discentes estímulos recompensatórios pelo estudo contínuo, além de permitir um aprendizado mais prazeroso.

Palavras-chave: Lúdico. Processo-aprendizagem. Metodologias ativas.

¹ Acadêmica do 2º semestre do curso de Graduação em Enfermagem da Unichristus;
thaliamoto@hotmail.com

² Orientadora. Fisioterapeuta. Mestre em farmacologia. Docente do curso de Graduação em Enfermagem da Unichristus; greicy_coelho@hotmail.com

AVALIAÇÃO DO GRAU DE CONTAMINAÇÃO DAS MÃOS E DE CHUPETAS DE CRIANÇAS ASSISTIDAS EM INSTITUIÇÃO DE SAÚDE NA CIDADE DE FORTALEZA - CEARÁ

Jaciane Nunes Bento Lemos¹
Laiane Fernanda de Melo Bezerra²
Mariana Dias do Nascimento³
Maria Verônyca Coelho Melo⁴

RESUMO

A contaminação por enteroparasitoses em crianças é descrita em diversos estudos e está relacionada à má higienização das mãos, uso de chupetas, baixas condições socioeconômicas da família e à ausência de conhecimento sobre a relação higiene e parasitoses. Entre as consequências existentes nas crianças em idade escolar com enteroparasitoses, podem-se destacar o comprometimento do crescimento físico e do desenvolvimento intelectual ou mental, sistema imunológico baixo, anemia, desnutrição, diarreia e, em alguns casos, até morte. O principal objetivo deste estudo foi analisar e identificar os principais tipos de parasitos encontrados em crianças assistidas em uma instituição de saúde na cidade de Fortaleza - Ceará, durante os meses de fevereiro e abril de 2018. Trata-se de um estudo transversal, descritivo e observacional qualitativo e quantitativo. A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário semi-estruturado e, posteriormente, coletadas as amostras das mãos e chupetas de crianças de 1 a 5 anos de idade, de ambos os sexos. As amostras foram analisadas no Laboratório de Contaminação Alimentar Vettings, situado no Campus na Universidade Estadual do Ceará. Os resultados obtidos nas análises das chupetas foram 13,3% pelos de animais, em 20% foi encontrado ácaro, 30% sujidades e em 53,3% foram negativas para os dados anteriormente citados. Enquanto na análise das amostras coletadas das mãos foram encontradas 60% de sujidades, 13,3% ácaro, 10% *Ascaris sp.*, 3,3% *Dipylidium sp.*, 6,6% *Trichurus trichiura*, 6,6% de fragmentos de insetos e 6,6% fungos. Conclui-se a necessidade de um maior esclarecimento aos responsáveis sobre os cuidados com a chupeta e a relação do uso deste utensílio com a aquisição de enteroparasitoses.

Palavras-chave: Chupetas. Higiene. Mãos. Enteroparasitoses. Contaminação

¹ Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Christus. jacianen.lemos@gmail.com

² Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Christus.

laianefernanda@yahoo.com.br

³ Graduanda do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Christus marianadiasn@hotmail.com

⁴ Enfermeira, Doutora, Docente do Centro Universitário Christus. veronyca.melo@uece.br

**AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DO PARACETAMOL NO SISTEMA NERVOSO
CENTRAL DOS CAMUNDONGOS ADMINISTRADOS NO PERÍODO
GESTACIONAL E PÓS-NATAL**

Alyne Alves da Silva¹
Leonardo Saboia de Sousa¹
Isadora Araújo Rodrigues¹
José Eduardo Ribeiro Honório Júnior²

RESUMO

A gestação e o puerpério são reconhecidos como fatores de risco para o desenvolvimento e exacerbação de problemas na saúde mental, com prevalências semelhantes de transtornos mentais tanto na gravidez quanto no pós-parto. O uso do paracetamol no período pré-natal mostrou ter funções de desregulação endócrina que aumenta o risco de criptorquidia, como bem como características imunológicas moduladoras, aumentando o risco de asma, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade, os defeitos congênitos genitais masculinos. Então nosso artigo tem o objetivo de estudar os efeitos da administração do paracetamol durante o período gestacional e pós-natal de camundongos swiss no desenvolvimento de transtornos mentais. **METODOLOGIA:** O protocolo experimental foi aprovado com o número 15/17 na CEUA da Unichristus. Foram utilizados Camundongas fêmeas swiss (*Mus musculus*) grávidas. As fêmeas grávidas receberam paracetamol na dose de 15mg/Kg e os controles salina entre o 8º e 18º dias de gestação. Os filhotes nascidos desses dos grupos foram avaliados a partir do 26º dia de vida. Os filhotes de camundongos com paracetamol apresentaram comportamento ansiolítico e depressivo quando comparado ao controle. **CONCLUSÃO:** Concluímos que as mães grávidas que receberam paracetamol desenvolveram filhotes com comportamento depressivo e ansiolítico.

Palavras-chave: Paracetamol; desenvolvimento gestacional; comportamento animal

¹ Aluno de graduação, Curso de Enfermagem, Unichristus.

² Professor Doutor, Curso de Enfermagem, Unichristus, e-mail: eduribiologo@yahoo.com.br

CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA EDUCATIVA PARA ESTIMULAÇÃO COGNITIVA EM IDOSOS

Antônio Gean de Lima¹
Shara Rachell Diógenes de Freitas²
Sheilla Priscila dos Santos Araújo³
Luiz Cassimiro de Araújo Júnior⁴
Gerarda Maria de Araújo Carneiro⁵

RESUMO

Introdução: O envelhecimento humano é crescente, esse processo de envelhecer pode evoluir para um declínio das atividades corporais, sobretudo da função cognitiva induzindo problemas de saúde. Nesse contexto a população idosa necessita de estimulação para maximizar sua funcionalidade. Assim é necessário a utilização de ferramentas lúdicas para a estimulação cognitiva no idoso. **Objetivo:** Descrever o processo de construção de uma tecnologia educativa para estimulação cognitiva da população idosa. **Método:** Estudo metodológico descritivo, desenvolvido entre setembro de 2017 a janeiro de 2018. A construção do material foi realizada seguindo seis etapas a partir do tema escolhido. A validação do material foi feita por sete (07) colaboradores convidados da área da saúde, os quais foram selecionados a partir de sua atuação e/ou com aproximação na área de saúde do idoso, após a finalização do desenvolvimento do jogo físico, por meio de questionário semiestruturado. **Resultado:** O processo de construção se deu a partir da escolha da modalidade do jogo em que se priorizaram conteúdos sobre cognição. Escolheu a modalidade de jogo de tabuleiro, por poder ser utilizado por mais de uma pessoa e conseguir atuar na socialização. Após a validação pelos colaboradores, o jogo mostrou-se apto para ser utilizado na estimulação cognitiva de idosos com índice de validade de conteúdo (IVC) geral de 0,93. **Discussão:** A avaliação do jogo por meio dos colaboradores foi considerada positiva uma vez que apontaram a relevância da tecnologia educativa. Portanto este jogo poderá contribuir para a estimulação da cognição em idosos com perfil estabelecido, além disso, a validação do conteúdo realizada pelos colaboradores se mostrou adequada e necessária para o funcionamento do jogo. **Conclusão:** As metodologias educativas no contexto da saúde têm sido cada vez mais utilizadas com o intuito de realizar a promoção da saúde, como preconiza o Ministério da Saúde.

¹ Enfermeiro, Graduado pela UNICHRISTUS. geanlima@hotmail.com.br

² Enfermeira, Graduada pela UNICHRISTUS. rachellshara@gmail.com

³ Enfermeira, Graduada pela UNICHRISTUS. sheillapricila2@gmail.com

⁴ Acadêmico de Enfermagem da UNICHRISTUS. l.cassimiro@outlook.com

⁵ Enfermeira, Mestre em Saúde Coletiva, Docente da UNICHRISTUS. gerarda_gg@hotmail.com

Palavras-chave: Idoso. Educação em Saúde. Jogo. Metodologia. Estimulação.
Cognição.

¹ Enfermeiro, Graduado pela UNICHRISTUS. geanlima@hotmail.com.br

² Enfermeira, Graduada pela UNICHRISTUS. rachellshara@gmail.com

³ Enfermeira, Graduada pela UNICHRISTUS. sheillapriscula2@gmail.com

⁴ Acadêmico de Enfermagem da UNICHRISTUS. l.cassimiro@outlook.com

⁵ Enfermeira, Mestre em Saúde Coletiva, Docente da UNICHRISTUS. gerarda_gg@hotmail.com

CUIDADOS DE ENFERMAGEM A CRIANÇAS COM DEFEITO DE SEPTO ATRIOVENTRICULAR SUBMETIDAS À CORREÇÃO CIRÚRGICA

Juliana da Silva Moreira¹
Thais Noêmia Borges Guerra²
Carla Monique Lopes Mourão³

RESUMO

Objetivos: Conhecer e identificar os principais cuidados de enfermagem no pós-operatório imediato de crianças com o Defeito de Septo Atrioventricular que realizaram cirurgia corretiva. **Métodos:** Estudo documental, descritivo, transversal, com amostra do tipo intencional por conveniência, composta de prontuários de crianças entre 1 mês e 12 anos de idade, que realizaram cirurgia corretiva, coletadas a partir de um formulário semiestruturado. **Resultados:** Os cuidados foram agrupados em grandes categorias para melhor análise. As prescrições presentes em mais de 90% envolviam aferir os sinais vitais, realizar balanço hídrico, avaliar a perfusão e saturação de O₂, supervisionar cabeceira elevada e checar o acesso venoso/arterial. **Conclusão:** A enfermagem está mais presente neste período de cuidados, estes são imprescindíveis para estabilização e melhora clínica, a SAE é essencial para que estes sejam científicos, trazendo assim empoderamento ao enfermeiro. Neste estudo os cuidados prescritos estiveram alinhados às pesquisas envolvendo o pós-operatório imediato de cirurgias cardíacas.

Palavras-chave: Anormalidades Congênitas. Comunicação Atrioventricular. Cuidados de Enfermagem.

¹ Enfermagem, Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS, julianasmoreiraa@outlook.com

² Enfermagem, Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS, thaisnoemia@gmail.com

³ Enfermeira, Doutora, Docente do Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS, coordenfpesquisa01@unichristus.edu.br

CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM PACIENTES HOSPITALIZADOS COM ACOMETIDOS POR INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA AGUDA

Francisco José do Nascimento Júnior¹
Alisson Salatiek²
Francisca Fernanda Alves Pinheiro³

RESUMO

A Insuficiência Respiratória Aguda caracteriza-se pelo distúrbio funcional agudo ocasionado pela incapacidade do sistema respiratório em manter a necessidade de ventilação e oxigenação. Esse artigo tem como objetivo abordar os cuidados de enfermagem voltados para a assistência à pacientes em situações de insuficiência respiratória aguda. Trata-se de uma revisão sistemática de literatura. A busca por artigos ocorreu nos meses de janeiro a maio de 2018 com o auxílio de instrumento de coleta de dados nas bases eletrônicas: SCIELO, BDEF e LILACS, das quais foram extraídos 07 artigos que atendiam aos critérios de inclusão: artigos em língua portuguesa, na íntegra e gratuitos. Os resultados após análise emergiram três categorias temáticas que foram discutidas: 1) Insuficiência Respiratória Aguda; 2) Abordagem diagnóstica e terapêutica aplicada ao paciente com Insuficiência Respiratória Aguda; 3) Cuidados de enfermagem baseados em técnicas ofertados ao paciente com Insuficiência Respiratória Aguda e 4) Protocolo de Cuidados de Enfermagem aos Clientes com Distúrbios Respiratórios Agudos. Essas categorias apresentaram sinais, sintomas e complicações da insuficiência respiratória, além da abordagem adequada. Conclui-se que o enfermeiro precisa conhecer os sinais e sintomas para assim prestar a devida assistência. Contudo faz-se necessário a implantação de protocolos para os profissionais de enfermagem em suas atividades laborais.

Palavras-chave: Insuficiência Respiratória; Cuidados de enfermagem; Protocolos.

¹ Enfermeiro. Discente do curso de pós-graduação em Enfermagem Clínica Médica e Centro Cirúrgico/Centro Universitário Unichristus; juniornascimento05@yahoo.com.br

² Docente do Curso de Enfermagem do Centro Universitário- Unichristus, Mestre em Ensino na Saúde-UECE; satiek@gmail.com.

³ Enfermeira. Mestranda em Ensino na Saúde – UECE; nandafortal@hotmail.com

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ESCOLA CONSTRUÇÃO DE UM ESTILO DE VIDA SAUDÁVEL PARA ADOLESCENTES DE ESCOLA MUNICIPAL

Fernanda Gabriela Castro de Almeida¹
Beatriz Oliveira Carneiro²
Luzy Hellen Fernandes Aragão Martins³
Maria Iara de Sousa Rodrigues⁴

RESUMO

INTRODUÇÃO: A maneira em se vive está relacionado ao estilo de vida o que define um sujeito, através de suas expressões e hábitos, podendo levar a grandes riscos à saúde. **OBJETIVO:** Promover ações de educação em saúde para promoção de estilo de vida saudável para adolescentes escolares, numa escola municipal. **METODOLOGIA:** Pesquisa-ação, que contou com o auxílio de uma abordagem qualitativa, realizado em uma escola de ensino fundamental de Fortaleza-ce, no território da Coordenadoria Regional de Saúde – CORES V, que possui 538 alunos divididos entre oito turmas nos turnos manhã e tarde. Para coleta de dados foi realizado um grupo focal para delimitar as temáticas a serem trabalhadas, que foram aplicadas numa oficina realizada que foi hábitos de vida e alimentação saudável. **RESULTADOS:** Como base para esse planejamento foi elaborado três momentos, etapas fundamentais da pesquisa-ação (diagnóstico, intervenção e avaliação), com a finalidade de conhecer a realidade desses adolescentes. Com a prática do grupo focal, foram conhecidas as principais necessidades de saúde, indispensáveis para os adolescentes, que foram: a influência das redes sociais para educação em saúde; relacionamento interpessoal; alimentação saudável e estilo de vida, sendo esta última temática a que foi trabalhada. As oficinas foram construídas e baseadas em metodologias ativas e na literatura pertinente. A avaliação das intervenções se deu ao final de cada oficina, através dos questionamentos aos alunos sobre a vivência por meio de questionário. Observou-se que os alunos se envolveram e foram bem participantes, interagindo com as pesquisadoras e mostrando-se motivados em aprender. **CONCLUSÃO:** O estudo mostrou uma aproximação com a comunidade, a qual foi indulgente, pois caracterizou o reconhecimento das necessidades de uma etapa importante da sociedade (adolescentes escolares), no ensino fundamental, colaborando de forma significativa para a formação de uma visão crítica de acadêmicos de enfermagem, sobre hábitos de vida saudável.

¹ Acadêmica, Enfermagem, fernandagabrielacastro@hotmail.com

² Acadêmica, Enfermagem, beatrizoliveiracarneiro@gmail.com

³ Co-orientadora, Enfermagem, Docente da Unichristus, luzyhellen@hotmail.com

⁴ Orientadora, Enfermagem, Docente da Unichristus, iararodrigues.lale2015@gmail.com

Palavras-chave: Educação em Saúde. Adolescente. Estilo de vida saudável. Enfermagem.

¹ Acadêmica, Enfermagem, fernandagabrielacastro@hotmail.com

² Acadêmica, Enfermagem, beatrizoliveiracarneiro@gmail.com

³ Co-orientadora, Enfermagem, Docente da Unichristus, luzyhellen@hotmail.com

⁴ Orientadora, Enfermagem, Docente da Unichristus, iararodrigues.lale2015@gmail.com

EDUCAÇÃO EM SAÚDE NA ESCOLA: CONSTRUÇÃO DE UM ESTILO DE VIDA SAUDÁVEL PARA ADOLESCENTES

Maria Andresa Gomes Pereira¹
Francisca Caroline Coutinho Martins²
Maria Iara de Sousa Rodrigues³
Luzy Hellen Fernandes Aragão Martins⁴

RESUMO

INTRODUÇÃO: O estilo de vida é definido como uma forma de viver, que conduz ao modo de ser dos sujeitos quanto aos seus hábitos e expressões, podendo levar a agravos na saúde. **OBJETIVO:** Desenvolver ações de educação em saúde para promoção de estilo de vida saudável em adolescentes escolares. **METODOLOGIA:** Pesquisa-ação, que contou com o auxílio de uma abordagem qualitativa, realizado em uma escola de ensino médio de Fortaleza-ce que possui 400 alunos divididos entre nove turmas nos turnos manhã e tarde. Para coleta de dados foi realizado um grupo focal para delimitar as temáticas a serem trabalhadas nas duas oficinas realizadas que foram hábitos de vida saudável e promoção da prática do sexo seguro. **RESULTADOS:** Como suporte para planejamento foi elaborado três momentos, etapas fundamentais da pesquisa-ação (diagnóstico, intervenção e avaliação), com o propósito de conhecer a realidade desses adolescentes. Com a realização do grupo focal, podemos conhecer as principais necessidades de saúde dos adolescentes, que foram: estilo de vida e sexualidade. As oficinas foram construídas com base em metodologias ativas e na literatura pertinente. A avaliação das intervenções se deu ao final de cada oficina, através da indagação aos alunos sobre a vivência. Os alunos se envolveram satisfatoriamente, interagindo com as pesquisadoras e mostrando-se interessados em aprender. **CONCLUSÃO:** O estudo promoveu uma aproximação com a comunidade, o que foi benéfico, pois permitiu o reconhecimento das necessidades de uma parcela importante da sociedade (adolescentes escolares), contribuindo de forma significativa para a formação de acadêmicos com visão crítica de mundo.

Palavras-chave: Adolescente. Educação. Saúde. Enfermagem. Estilo de Vida.

¹ Acadêmica, Enfermagem, Unichristus, andresagomes1408@gmail.com

² Acadêmica, Enfermagem, Unichristus, fcarylcout@gmail.com

³ Co-orientadora, Enfermagem, Docente da Unichristus, iararodrigues.lale2015@gmail.com.

⁴ Orientadora, Enfermagem, Docente da Unichristus, luzyhellen@hotmail.com

EFEITOS DE UMA CARTILHA EDUCATIVA PARA O AUTOCUIDADO DE MULHERES NO PÓS-PARTO

Dennys de Souza Araújo¹
Francisca Carolina de Sousa Borges²
Natália Valetim da Silva Viana³
Luzy Hellen Fernandes Aragão Martins⁴
Eryjocy Marculino Guerreiro Barbosa⁵

RESUMO

Este estudo tem como objetivo avaliar os efeitos da aplicação de uma intervenção educativa, através da cartilha “Saúde e bem-estar no pós-parto”, no conhecimento do autocuidado em mulheres no pós-parto. Trata-se de um ensaio clínico. O estudo foi realizado nas unidades de alojamento conjunto de uma maternidade pública de referência terciária de Fortaleza, Ceará. A população do estudo foi constituída por mulheres alfabetizadas, no período pós-parto imediato, maiores de 18 anos, internadas na referida maternidade. Estabelece-se um número amostral de 54 mulheres no grupo de intervenção e 106 no grupo controle. Durante a sua internação hospitalar, a mulher foi recrutada na unidade. Se aceitar participar da pesquisa, assinará o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi aplicada nos dois grupos e em dois momentos distintos uma escala de mensuração NOC, intitulada “Conhecimento: Saúde Materna no Pós-parto”. Após aplicação da escala, as mulheres do grupo de intervenção receberam um exemplar da cartilha sobre o autocuidado no período pós-parto e a pesquisadora abordou o conteúdo apresentado na cartilha, interagindo com pequenos grupos de mulheres nas enfermarias. Ambos os grupos de mulheres (intervenção e controle) foram contatados por telefone com 15 dias e 42 dias após o parto para dar continuidade à pesquisa. A escala foi aplicada novamente, o que possibilitou identificar o conhecimento inicial e final das mulheres de ambos os grupos sobre o autocuidado no pós-parto. É evidente a importância dos fatores sociodemográficos e das características maternas para os resultados sobre a saúde materna e infantil. No entanto, a atenção pré-natal destaca-se como fator essencial na proteção e na

¹Aluno de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Christus, denuus42@gmail.com;

²Aluna de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Christus, carolinnasborgecomercial@gmail.com;

³Aluna de Graduação em Enfermagem do Centro Univesitário Christus, nataliavalentim2020@gmail.com;

⁴Docente do Centro Universitário Christus, luzyhellen@hotmail.com;

⁵Docente do Centro Universitário Christus, eryjocy@msn.com

prevenção a eventos adversos sobre a saúde obstétrica, possibilitando a identificação e o manuseio clínico de intervenções oportunas sobre potenciais fatores de risco para complicações à saúde das mães e de seus recém-nascidos. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, Parecer: 939.661/2015.

Palavras-chave: Período pós-parto. Tecnologia educacional. Enfermagem. Autocuidado. Ensaio clínico.

¹Aluno de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Christus, denuus42@gmail.com;

²Aluna de Graduação em Enfermagem do Centro Universitário Christus, carolinnasborgecomercial@gmail.com;

³Aluna de Graduação em Enfermagem do Centro Univesitário Christus, nataliavalentim2020@gmail.com;

⁴Docente do Centro Universitário Christus, luzyhellen@hotmail.com;

⁵Docente do Centro Universitário Christus, eryjosy@msn.com

ELABORAÇÃO DE VÍDEO PARA O ENSINO DA MONOBRA DO DESENGASGO EM CRIANÇAS PARA COMUNIDADE SURDA

Priscila Da Silva Mendes¹
Monica Melo da Silva²
Eugênio Santana Franco³
Deborah Pedrosa Moreira⁴

RESUMO

Os acidentes domésticos têm um alto impacto na mortalidade infantil, dentre eles, o engasgo. Pensando no desafio que a comunidade surda tem na escassez de informação elaborou-se um vídeo educacional com recomendações sobre assistência à criança em situação de engasgo. Acredita-se que a elaboração de uma tecnologia em saúde, por meio do vídeo, colabora nas condutas de prevenção de doenças e agravos pela comunidade, com possibilidade de reduzir complicações. Dessa forma, o estudo tem por objetivo construir um vídeo educativo para orientar o ensino da manobra de desengasgo em crianças para a comunidade surda. Trata-se de um estudo metodológico com a elaboração de uma tecnologia educativa, vídeo, realizado nas dependências do Centro Universitário Christus, Fortaleza-CE, 2018. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa com Seres Humanos. A elaboração resultou numa versão com duração de 2 minutos e 9 segundos e 7 cenas, com definição simultânea da definição do texto e do roteiro educacional. A proposta é inserir o vídeo no canal YouTube após finalização da validação. A preocupação de discutir sobre o engasgo foi pela dificuldade da comunidade surda em interagir mediante uma situação de perigo. Esse vídeo pode ser classificado como um vídeomotivador como um incentivo a promoção de criação de outros vídeos educativos, abordando diversas situações de perigo, principalmente no ambiente doméstico. O material foi elaborado e avaliado inicialmente pela equipe do planejamento, entre acadêmicos de enfermagem, enfermeiros e intérprete de libras. Os resultados sugerem a hipótese levantada que a aproximação com a informação levará a redução e a compreensão do contexto do engasgo na infância.

¹ Acadêmica de Enfermagem, Curso de Enfermagem do Centro Universitário Christus, Programa de Iniciação Científica, monicamelodasilva@bol.com.br

² Acadêmica de Enfermagem, Curso de Enfermagem do Centro Universitário Christus, Programa de Iniciação Científica, priscilass81@gmail.com

³ PhD, Co-orientador do Programa de Iniciação Científica, eugeniofgf@hotmail.com

⁴ Doutora, Curso de Enfermagem do Centro Universitário Christus, Orientadora do Programa de Iniciação Científica, deborahpm@gmail.com

Palavras-chave: Tecnologia educacional. Educação em Saúde. Surdez. Engasgo.
Gravação em Vídeo

¹ Acadêmica de Enfermagem, Curso de Enfermagem do Centro Universitário Christus, Programa de Iniciação Científica, monicamelodasilva@bol.com.br

² Acadêmica de Enfermagem, Curso de Enfermagem do Centro Universitário Christus, Programa de Iniciação Científica, priscilass81@gmail.com

³ PhD, Co-orientador do Programa de Iniciação Científica, eugeniofgf@hotmail.com

⁴ Doutora, Curso de Enfermagem do Centro Universitário Christus, Orientadora do Programa de Iniciação Científica, deborahpm@gmail.com

FATORES ASSOCIADOS À OCORRÊNCIA DE DIARREIA EM CRIANÇAS DESNUTRIDAS DE 0 À 5 ANOS

Bianca Oliveira Lima¹
Gerarda Maria Araujo Carneiro²

RESUMO

A diarreia infantil é uma das principais causas de morbidade e mortalidade infantil, no qual pode gerar grande prejuízo no crescimento e desenvolvimento, pois são responsáveis por desencadear desnutrição e desidratação, aumentando as chances para a ocorrência do óbito infantil. A diarreia persistente tende a causar desnutrição e atraso no crescimento devido ao ciclo vicioso "Diarreia-desnutrição-diarreia" o qual a criança está envolvida, conseqüentemente, apresentam debilidades e fragilidades na saúde. Objetivo: Identificar os fatores associados aos quadros de diarreia infantil em crianças desnutridas de zero à cinco anos. Métodos: estudo do tipo quantitativo, descritivo, campo e transversal. Foram aplicados questionários aos responsáveis de 289 crianças. As variáveis envolvidas no estudo foram: características sociais e demográficas do responsável pela criança, histórico de gestação da mãe da criança, dados da criança, dados da diarreia, fatores sociais de risco da criança e sua família. Utilizou-se questionário estruturado. A análise de dados foi realizada em software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), versão 24.0, e de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Saúde que trata de ética em pesquisas na qual envolve seres humanos. Resultados: Os fatores que mais apresentaram estatisticamente associação significativa com diarreia foram: sócio demográficos, sociais de risco e clínicos. Conclusões: A realização do estudo possibilitou concretizar os objetivos estabelecidos reafirmando e refutando algumas informações descritas ao longo do estudo. Este estudo torna-se importante para que existam propostas de intervenções em saúde focadas nos fatores de risco e que, conseqüentemente, reduzam os casos por diarreia melhorando a qualidade de vida da população infantil.

Palavras-chave: Diarreia infantil. Desnutrição. Fatores de Risco. Enfermagem. Criança.

¹ Bacharel, Enfermagem, discente, oliveira.enfermagem13@gmail.com

² Mestre, Enfermagem, docente, gerarda_gg@hotmail.com

ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS DE IDOSOS COM RISCO PARA DEPRESSÃO: REDES DE APOIO E PROCESSO DE CUIDAR NA ATENÇÃO BÁSICA

Sabrina da Silva¹
Ana Valeska Perdigão Barros²
Mardenia gomes Ferreira Vasconcelos³

RESUMO

Os estudos de itinerários terapêuticos se tornam relevantes por contribuir para explorar várias dimensões, atentando para os modos como o indivíduo e a família amparada por uma rede social de apoio produz cuidados indispensáveis e específicos para a saúde e como esses cuidados se somam aos produzidos pela rede de serviços. No que diz respeito a pessoa idosa, a vulnerabilidade para crises existenciais, sobretudo às relacionadas aos marcadores identitários em que podem ocorrer adoecimentos como a depressão. Situação que pode ser evitada, mas que não está conduzida de modo adequado pelas políticas de saúde e práticas dos profissionais, entre os quais o enfermeiro, na atenção básica à saúde. A investigação objetivou compreender os itinerários terapêuticos de idosos com depressão na Atenção Básica à Saúde. Para tanto a metodologia delineada ancorou-se na abordagem qualitativa, que utilizou a técnica da entrevista aberta para o levantamento das informações junto a 14 idosos (pessoas 60 anos ou mais) atendidos em uma unidade de atenção primária à saúde (UAPS) na cidade de Fortaleza, CE. Como critério de inclusão utilizou-se estar cadastrado na referida unidade e atingir entre 21 e 24 pontos como resposta ao Mini Exame do Estado Mental (MEEM), o que indica perda cognitiva leve. A análise do material empírico foi orientada pela análise do conteúdo temática. A pesquisa cumpriu os princípios éticos, recebendo parecer favorável com número 2.198.647. Para melhor compreensão, os resultados foram subdivididos em três grandes temas: Itinerários terapêuticos e redes de apoio ao usuário; Cuidados de enfermagem com as práticas culturais; Significados, práticas e motivações na etiologia da doença, e que foram discutidos a seguir. Observou-se que a forma de apoio social que este grupo busca se assegura na fé e religiosidade, uso de chás, plantas medicinais, além da automedicação, buscando por fim, o apoio de profissionais e os serviços de saúde,

¹ Discente do curso de Graduação em Enfermagem, Centro Universitário Christus, Bolsista de Iniciação Científica, e-mail para contato

² Discente do curso de Graduação em Enfermagem, Centro Universitário Christus, Bolsista de Iniciação Científica, e-mail para contato

³ Doutora em Saúde Coletiva, curso de Graduação em Enfermagem, Centro Universitário Christus, mardeniagomes@yahoo.com.br

tendo como principal referência as UAPS para garantia da qualidade de vida. Ressalta-se a importância de o profissional visualizar o indivíduo em sua totalidade, por meio do contexto sociocultural que o mesmo vivencia, incluído suas tradições e conhecimentos populares, agregando estes recursos as estratégias de cuidados teórico científicas.

Palavras-chave: Itinerário terapêutico. Idoso. Depressão. Cuidado Cultural. Atenção Básica.

¹ Discente do curso de Graduação em Enfermagem, Centro Universitário Christus, Bolsista de Iniciação Científica, e-mail para contato

² Discente do curso de Graduação em Enfermagem, Centro Universitário Christus, Bolsista de Iniciação Científica, e-mail para contato

³ Doutora em Saúde Coletiva, curso de Graduação em Enfermagem, Centro Universitário Christus, mardeniagomes@yahoo.com.br

METODOLOGIA ATIVA NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM SAÚDE: O DISCENTE NO CENTRO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Sandra Gomes de Oliveira¹
Andréa Cintia Laurindo Porto²
Aline Sampaio de Oliveira³

RESUMO

Introdução: As mudanças na prática pedagógica, os conceitos inseridos na realidade de uma nova educação e o discente como autor principal de sua trajetória acadêmica e histórica com o uso da aplicação das metodologias ativas no ensino superior, tem sido alvo de muitas pesquisas na área de ensino. **Objetivo:** Demonstrar na prática docente que modelos pedagógicos embasados em metodologia ativas de aprendizagem viabilizam a formação de graduandos da área da saúde competentes e criadores do seu próprio aprendizado, preparados para o mercado de trabalho. **Metodologia:** utilizou como de fonte de pesquisa, procedimentos para o levantamento de coleta de dados, apontamentos e anotações sempre e a partir de fundamentação teórica com amostras de cunho fiel. **Resultados e discussões:** Observou-se que as técnicas das metodologias ativas nos cursos de graduação da área da saúde mostraram se eficiente na formação profissional, humana e social do discente quando o processo de ensino e aprendizagem foi centrado pelo próprio discente. **Conclusão:** este trabalho contribuirá para a formação de profissionais preparados para as demandas da sociedade e dos mercados utilizando de metodologias ativas no seu ensino e aprendizado, através da resolução de problemas durante a realização de seu curso, tornando o discente o centro do seu processo de sua formação.

Palavras-chave: Metodologia Ativa. Ensino e Aprendizagem. Educação Superior. Graduação em Saúde.

¹ Especialista, Administração, Faculdade Unyleya, sandrinha23gomes@gmail.com

² Estudante, Fonoaudiologia, Faculdade Pitágoras, andrea.cintialp@gmail.com

⁴ Mestre, Administração, Faculdade Unyleya, prof.alineposead@gmail.com

NR-32 E A ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM EM UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA PEDIÁTRICA

Nycole Ferreira Fialho¹
Rebeca Farias Jordão²
Silvânia Maria Braga Ribeiro³
Carla Monique Lopes Mourão⁴

RESUMO

A rotina de trabalho em estabelecimentos de saúde exige que o trabalhador esteja atento às normas de biossegurança para garantir a proteção da sua saúde e do paciente. No Brasil, os acidentes do trabalho, o adoecimento e o absenteísmo entre profissionais da área da saúde despertaram a atenção do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que, atendendo às inúmeras solicitações das entidades que representam as diversas áreas de atuação de trabalhadores da saúde, inseriu na legislação brasileira, em 2005, a Norma Regulamentadora NR-32 - Segurança e Saúde no Trabalho nos Estabelecimentos de Saúde. Esta norma trata dos riscos biológicos e químicos; das radiações ionizantes; dos resíduos; das condições de conforto por ocasião das refeições; das lavanderias; da limpeza e conservação; e da manutenção de máquinas e equipamentos em serviços que prestam assistência à saúde. O presente estudo justifica-se pela necessidade de avaliação do conhecimento dos enfermeiros em UTI pediátrica sobre a Norma Regulamentadora NR-32 - Segurança e Saúde no Trabalho nos Estabelecimentos de Saúde, e ação de intervenção para melhoria da assistência de saúde pautada na segurança do paciente. O estudo é relevante, pois o conhecimento dos enfermeiros sobre a NR-32 pode ampliar as ações de segurança ao paciente, segurança individual e grupal, possibilitando a assistência de enfermagem de qualidade e baseada em evidências científicas. O objetivo do estudo inclui avaliar os efeitos de uma intervenção educativa para o conhecimento da equipe de enfermagem sobre a Norma Regulamentadora nº 32 em Unidade de Terapia Intensiva Pediátrica. A metodologia é de estudo quase experimental do tipo antes-depois, que se baseia no pressuposto de que a intervenção estudada pode ser aplicada independentemente da necessidade de controlar variáveis externas. O estudo foi desenvolvido no bloco

¹ Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Christus, nycolefialho@gmail.com

² Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Christus, rebecajordao2409@gmail.com

³ Enfermeira, Coordenadora de Enfermagem do Hospital de Messejana, silbr@bol.com.br

⁴ Enfermeira, prof. Dr^a do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Christus, monique.enf@hotmail.com

intensivo pediátrico (UTI pediátrica e UTI pós-operatória infantil) de um hospital de referência em doenças cardiopulmonares em Fortaleza-CE. A população foi composta pelos enfermeiros que trabalham na UTI pediátrica e UTI Pós-operatória infantil. Para a coleta de dados utilizou-se um questionário estruturado sobre o conhecimento da NR-32. Após o preenchimento, o enfermeiro era convidado a participar da intervenção educativa que se deu por meio da apresentação de dez slides contendo informações sobre a NR-32 e sua aplicabilidade e importância na assistência de enfermagem na UTI Pediátrica. Em seguida, foi reaplicado o questionário, discutindo os principais pontos e dúvidas. Participaram do estudo 20 enfermeiros que atuam no bloco pediátrico da instituição (UTI pediátrica e UTI Pósoperatória Infantil), Os resultados apontaram que a intervenção trouxe melhoria no conhecimento dos enfermeiros sobre a NR32. A intervenção utilizada, baseada na Norma Regulamentadora 32, promoveu de forma positiva a aquisição de conhecimento sobre esta, podendo influenciar o comportamento destes profissionais frente ao seu ambiente de trabalho. O objetivo do presente estudo foi alcançado, contudo, faz-se necessário que análises de coorte prospectivas sejam aplicadas para verificar a manutenção das boas práticas e, de fato, estas foram incorporadas na prática clínica dos profissionais enfermeiros, bem como a extensão da capacitação à profissionais de outras categorias que trabalham na assistência à saúde.

Palavras-chave: Enfermagem. Assistência de Enfermagem. Norma Regulamentadora 32. UTI. UTI Pediátrica.

¹ Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Christus, nycolefialho@gmail.com

² Acadêmica de Enfermagem, Centro Universitário Christus, rebecajordao2409@gmail.com

³ Enfermeira, Coordenadora de Enfermagem do Hospital de Messejana, silbr@bol.com.br

⁴ Enfermeira, prof. Dr^a do Curso de Enfermagem do Centro Universitário Christus, monique.enf@hotmail.com

PROPOSTA DE JOGO COMO METODOLOGIA EDUCATIVA PARA PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSOS NO DOMICÍLIO

Shara Rachell Diogenes de Freitas¹
Antônio Gean de Lima²
Gerarda Maria Araujo Carneiro³

RESUMO

Introdução: O envelhecimento está associado ao acúmulo de uma grande variedade de mudanças celulares, que causam uma perda gradual nas reservas fisiológicas e um declínio geral na capacidade funcional do indivíduo. Destaca-se a ocorrência de queda como uma das principais causas de morbidade entre a população idosa. O idoso vítima ou em risco de quedas torna-se parcial ou totalmente dependente de terceiros, pelo comprometimento de sua capacidade funcional, tornando-se fundamental o desenvolvimento da assistência por pessoas capacitadas, que conheçam todos os aspectos envolvendo o processo de envelhecimento e suas particularidades. **Objetivo:** validar um jogo educativo como instrumento de educação e saúde para melhorar conhecimentos de cuidadores informais de idosos na prevenção de quedas no domicílio. **Metodologia:** estudo metodológico, que ocorreu em setembro de 2017 a fevereiro de 2018. A proposta foi realizar um jogo intitulado “sete erros”. Nesse tipo de jogo, o cuidador/familiar identifica situações consideradas erradas a partir da comparação de duas imagens. A construção do jogo seguiu as etapas: apropriação da temática; estruturação dos dados; produção da tecnologia educacional e validação do material por juízes. **Resultados e Discussão:** a primeira etapa da construção do material, foi identificar os principais fatores que influenciam a quedas em idosos. A segunda etapa foi a validação do jogo por juízes. **Conclusão:** o uso deste material com cuidadores de idosos no domicílio, facilitará a prática do profissional e terá bons resultados no entendimento de quedas e sua prevenção, por ser conteúdo ser de fácil entendimento e o uso apenas de ilustrações.

Palavras-chave: Idoso. Tecnologia. Acidentes por Quedas. Enfermagem. Cuidadores.

¹Graduanda em Enfermagem, Centro Universitário Christus. Fortaleza (CE), Brasil. rachellshara@gmail.com;

²Graduando em Enfermagem, Centro Universitário Christus. Fortaleza (CE), Brasil. geanlima@hotmail.com.br

³Enfermeira, Mestre, Docente Centro Universitário Christus. Fortaleza (CE), Brasil. gerarda_gg@hotmail.com.

QUALIDADE DE VIDA NA INFÂNCIA: REVISÃO SISTEMÁTICA

Moisés Andrade dos Santos de Queiroz¹
Andréa Cintia Laurindo Porto²
Luciana Bernardino de Oliveira³
Renan da Rocha Lira⁴
Rayane Justino Gomes⁵
Priscilla Mayara Estrela Barbosa⁶

RESUMO

Introdução: Os conceitos de Qualidade de Vida (QV) são multidimensionais, envolvendo o bem-estar físico, social, emocional, lazer, além de satisfação pessoal. No que se refere a população infantil é especialmente desafiador para os pesquisadores compreenderem a percepção de crianças sobre como elas consideram uma “vida boa”. **Objetivos:** Revisar a literatura sobre Qualidade de Vida na Infância. **Metodologia:** A busca bibliográfica foi realizada de julho a agosto de 2018, nas bases de dados: Scielo, Lilacs e Google Acadêmico. Foi estabelecido o limite dos últimos 10 anos de data de publicação dos artigos a fim de priorizar literatura atualizada sobre a temática. Foram descartados para análise artigos do tipo relato de experiência, que não estivessem disponíveis em texto completo e cujos estudos se tratavam da QV de cuidadores, familiares ou profissionais em detrimento do público infantil. **Resultados e Discussão:** Após leitura criteriosa, estabeleceu-se as categorias: “Estudos de Validação”, “Estudos de Avaliação da Qualidade de Vida” e “Estudos de Revisão de Qualidade de Vida”, do total de 23 artigos que comporam a amostra. Há predominância de pesquisas quantitativas, com heterogeneidade de instrumentos utilizados, desde os genéricos como o WHOQOL-bref e Autoquestionnaire Qualité de Vie Infant Imagé (AUQEI) aos específicos de saúde bucal, como o Child Perceptions Questionnaire (CPQ) e Child-Oral Impacts on Daily Performances, até específicos para certas doenças crônicas, caso da Dermatite Atópica, como o Índice de Qualidade de Vida da Dermatite Atópica em Crianças (IDQOL) e DISABKIDS®* Atopic Dermatitis Module (ADM). **Conclusão:** Constatouse que as estratégias para favorecimento da QV, seja

¹ Mestrando em Ciências Médicas pela Universidade Federal do Ceará- UFC, Fonoaudiologia, Hospital Geral de Fortaleza, moisesandrade@live.com

² Acadêmica de fonoaudiologia da Faculdade Pitágoras, andrea.cintialp@gmail.com

³ Acadêmica de fonoaudiologia da Faculdade Pitágoras, luh.fonoaudiologia@gmail.com

⁴ Acadêmica de fonoaudiologia da Faculdade Pitágoras, renazin.rocha@gmail.com

⁵ Acadêmica de fonoaudiologia da Faculdade Pitágoras, rayanejustino12@gmail.com

⁶ Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza- UNIFOR, Fonoaudiologia, Docente da Faculdade Pitágoras, priscillamayara@yahoo.com.br.

individual e/ou coletiva é fortalecida através de medidas de proteção e promoção da saúde e lazer para as crianças e os adolescentes, ressaltando a importância das 'redes sociais de apoio', como família, amigos, colegas da escola, configuram tática fundamental ao apoio das crianças frente as adversidades que as doenças crônicas e deficiências já produzem.

Palavras-chave: Qualidade de vida. Desenvolvimento Infantil. Inquéritos e Questionários. Criança.

¹ Mestrando em Ciências Médicas pela Universidade Federal do Ceará- UFC, Fonoaudiologia, Hospital Geral de Fortaleza, moisesandrade@live.com

² Acadêmica de fonoaudiologia da Faculdade Pitágoras, andrea.cintialp@gmail.com

³ Acadêmica de fonoaudiologia da Faculdade Pitágoras, luh.fonoaudiologia@gmail.com

⁴ Acadêmica de fonoaudiologia da Faculdade Pitágoras, renazin.rocha@gmail.com

⁵ Acadêmica de fonoaudiologia da Faculdade Pitágoras, rayanejustino12@gmail.com

⁶ Mestre em Saúde Coletiva pela Universidade de Fortaleza- UNIFOR, Fonoaudiologia, Docente da Faculdade Pitágoras, priscillamayara@yahoo.com.br.

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: UM OLHAR DA FISIOTERAPIA E ENFERMAGEM – REVISÃO INTEGRATIVA

Francisco Rafael Pinheiro Dantas¹
Francisco Ismael da Silva Frota²

RESUMO

Introdução: A utilização do termo “Atenção Primária à Saúde” (APS) expressa comumente o entendimento de uma atenção ambulatorial não especializada ofertada pelo SUS. **Objetivos:** tem como objetivo realizar uma revisão de forma integrativa sobre as evidências científicas existentes acerca da atenção primária à saúde numa visão da fisioterapia e da enfermagem. **Métodos:** A referente pesquisa foi um estudo descritivo e de caráter bibliográfico. **Resultados e discussões:** ações e as interações na prática clínica do enfermeiro na atenção primária à saúde estão em busca da superação do modelo médico. Já a fisioterapia ainda apresenta grande dificuldade de acesso da população a esses serviços na contemporaneidade. **Conclusões:** pode-se concluir que essas duas categorias, enfermagem e fisioterapia, precisa realizar mais pesquisas que envolvam as percepções dos usuários e o impacto de suas práticas clínicas no funcionamento dos serviços ofertados, para promover a integralidade à saúde dos usuários que estão na atenção primária à saúde.

Palavras-chave: Atenção primária à saúde, Fisioterapia, Enfermagem, SUS.

¹Fisioterapeuta, Especialista em Saúde da Família ESP/CE, Escola de Saúde Pública Ceará ESP/CE, e-mail: rafael_pd@yahoo.com.br

²Enfermeiro, Especialista em Urgência e Emergência em Enfermagem ESTÁCIO/CE, Secretaria Hospitalar de Maracanaú, e-mail: ismaelfrotaenfermeiro@hotmail.com

AULAS DE FIOLOGIA HUMANA ELABORADAS COM BASE NO MÉTODO DE APRENDIZAGEM BASEADA EM PROBLEMA: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Lorena de Almeida Vasconcelos¹
Artur dos Santos Paiva²
Marcelle Ferreira Moura³
Mirizana Alves de Almeida⁴

RESUMO

O método da Aprendizagem Baseada em Problemas tem como propósito tornar o aluno capaz de construir o aprendizado, criar um pensamento crítico, aprender a pesquisar, saber discutir sobre a temática proposta, solucionar o problema a partir de um contexto interdisciplinar, além de estimular a participação em equipe. Com base nos pontos positivos mostrados pelo método, busca-se a necessidade de amenizar as dificuldades dos alunos na disciplina por meio de novas metodologias de ensino. Portanto esta pesquisa incidiu em analisar de forma crítica as aulas elaboradas para a disciplina de Fisiologia Humana baseada no método Aprendizagem Baseada em Problema (ABP). A partir de um estudo bibliométrico sobre o método ABP, realizado no período de julho de 2017 a abril de 2018 nas bases de dados *Scientific Electronic Library Online (Scielo.org)*, *National Library of Medicine (PubMed.org)* e Literatura Internacional em Ciências da Saúde (LILACS), buscando por artigos que publicados até o ano 2017 que abordassem o método ABP; posteriormente, foi realizado um checklist destacando os principais pontos a serem analisados nos artigos. Ao final os artigos foram selecionados e organizados em uma tabela de acordo com autor e o ano de publicação, título, tipo de estudo, objetivo do estudo e pontos de interesse a serem analisados; em seguida, foi descrita a construção do manual elaborado no método ABP. Logo após a validação do manual e da análise da repercussão do método ABP na disciplina, este método pode começar a ser implantado nas aulas como mais uma metodologia de auxílio no processo de ensino e aprendizagem para Fisiologia Humana direcionada aos discentes.

Palavras-chave: Ensino, Aprendizagem, Fisiologia, Educação, Aprendizagem baseada em problemas.

¹ Discente, Fisioterapia, Centro Universitário Christus, e-mail: lorennavasconcelosfisio@gmail.com

² Fisioterapeuta, Centro Universitário Christus, e-mail: arturfisioterapeuta@alu.ufc.br

³ Fisioterapeuta, Centro Universitário Christus, e-mail: marcelle.moura@hotmail.com

⁴ Docente, Fisioterapia, Centro Universitário Christus, e-mail: professoramirizana@yahoo.com.br

BANDAGEM NEUROMUSCULAR FUNCIONAL COMO RECURSO NO CONTROLE DA SIALORREIA EM CRIANÇAS DE UMA CLÍNICA ESCOLA DE FORTALEZA

Marina Magalhães Morais¹
Luigi Zavatieri Baptista²
Luiz Thaynan da Costa Rodrigues³
Mara Marusia Martins Sampaio Campos⁴
Maria Valdeleda Uchoa Moraes Araújo⁵

RESUMO

A sialorreia corresponde ao escape não intencional de saliva pela cavidade oral em que se observa uma prevalência em crianças com algum distúrbio neuromotor. Quando patológica, pode acarretar complicações tanto físicas quanto sociais, afetando na qualidade de vida da criança e de sua família. Atualmente, os tratamentos empregados não apresentam resultados satisfatórios. O uso da bandagem neuromuscular funcional parece ser uma técnica bastante promissora, de baixo custo e possibilidade mínima de reação alérgica ao material. Entretanto, não há muito conhecimento com o embasamento teórico sobre o assunto. **Objetivo:** Descrever os efeitos da bandagem neuromuscular funcional no controle de deglutição de saliva em crianças do projeto Florescendo da Clínica Escola do Centro Universitário Christus. **Metodologia:** Consiste em uma pesquisa longitudinal, descritiva, intervencionista e de natureza quantitativa, realizada entre agosto de 2017 e junho de 2018 no projeto Florescendo na Clínica Escola de Fisioterapia – Centro Universitário Christus. Participaram dez crianças com faixa etária entre 1 e 12 anos (média = 3 anos e 4 meses), de ambos os gêneros, com comprometimento neuromotor, presença de sialorreia, e que estavam em atendimento no projeto Florescendo. Após uma avaliação, ocorreram as aplicações da bandagem neuromuscular seguida de uma reavaliação. **Resultados:** Verificou-se que 60% dos pacientes tinham o diagnóstico de Paralisia Cerebral, 10% hidrocefalia, 10% microcefalia, 10% atraso no desenvolvimento motor. Por meio da aplicação da bandagem neuromuscular funcional houve diminuição da sialorreia em 90% dos sujeitos da pesquisa; no entanto, quanto à qualidade de vida foi possível observar que muitos dos responsáveis não consideram a sialorreia como fator que influencia na qualidade de vida das crianças e de sua família. **Conclusão:** Com o presente estudo, foi possível observar que o uso da bandagem neuromuscular se mostrou eficaz no controle da sialorreia nas crianças em que foram realizadas as intervenções, e que se faz necessária a conscientização dos responsáveis sobre as possíveis consequências que a sialorreia pode

trazer ao paciente. Porém, devido ao número pequeno de crianças, serão necessários outros estudos para um maior respaldo científico.

Palavras-chave: Fisioterapia, Sialorreia, Bandagem, Crianças, Bandagem Elástica Adesiva.

¹ Acadêmica, Fisioterapia, Centro Universitário Christus, (marimorais124@gmail.com)

² Acadêmico, Fisioterapia, Centro Universitário Christus, (luigi_baptista@hotmail.com)

³ Acadêmico, Fisioterapia, Centro Universitário Christus, (luiz.thaynan@gmail.com)

⁴ Docente, Fisioterapia, Centro Universitário Christus, (maramarusia@hotmail.com)

⁵ Docente, Fisioterapia, Centro Universitário Christus, (mvaldeledaucha@gmail.com)

CARACTERIZAÇÃO CLÍNICA E DOLOROSA DE PREMATUROS SUBMETIDOS À FISIOTERAPIA MOTORA EM UNIDADES NEONATAIS

Mariana de Sousa Lima¹

Maria Valdeleida Uchoa Moraes Araújo²

Mara Marússia Martins Sampaio Campos³

RESUMO

INTRODUÇÃO: A prematuridade constitui um grande problema de saúde pública. A intervenção motora visa a reabilitação funcional, atuando na prevenção dos distúrbios de movimentos e funções inerentes a prematuridade. Este artigo teve como justificativa, compreender a realidade, a fim de oferecer subsídios teóricos que possam aperfeiçoar o cuidado fisioterapêutico ao prematuro. **OBJETIVO:** Identificar as características clínicas e comportamentais de prematuros após fisioterapia motora. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva, observacional, documental, transversal, de natureza quantitativa. O estudo foi realizado na Maternidade Escola Assis Chateaubriand (MEAC), de janeiro a junho de 2018. Foi preenchida uma ficha de coleta de dados contendo variáveis biológicas e sociais da mãe e do prematuro e, em seguida, foi realizada a intervenção fisioterápica e avaliadas as manifestações clínicas e comportamentais antes e após a intervenção. **RESULTADO:** 32 prematuros participaram da pesquisa, 58,4 % dos RNs são do gênero feminino, com 53,1% com PC > 29 cm e peso < 1.500, 53,2% com estatura entre 40 e 45 cm, 90% apresentando Apgar no 5^o min >7. Em relação às variáveis clínicas, todas as variáveis aumentaram dentro da normalidade após a intervenção. A intervenção levou os RNs ao estado de alerta e de ausência de quadro alérgico. **CONCLUSÃO:** São cada vez mais necessários estudos e pesquisas, sobre a atuação do fisioterapeuta, dentro da UTI neonatal, com o objetivo de delimitar, da melhor forma, a utilização e a aplicação das técnicas, para que o RN possa ter uma alta precoce, melhor qualidade de vida e desenvolvimento neuropsicomotor, visando evidenciar a eficácia da fisioterapia motora em prematuros nas UTIs neonatais.

Palavras-chave: Prematuridade, Unidade de terapia intensiva, Intervenção, Fisioterapia, Desenvolvimento infantil.

¹ Acadêmica, Fisioterapia, discente, mariana.soulima@gmail.com

² Mestre, Fisioterapia, docente, mvaldeleduchoa@gmail.com

³ Mestre, Fisioterapia, docente, maramarusia@hotmail.com

CARACTERIZAÇÃO DE NEONATOS COM SÍFILIS CONGÊNITA

Suzana Almeida de Oliveira Neta¹
Adriane Sampaio Cavalcante¹
Melissa de Queiroz Carvalho¹
Maria Valdeleida Uchoa Moraes Araújo²
Mara Marusia M. Sampaio Campos³

RESUMO

INTRODUÇÃO: A sífilis é uma doença infectocontagiosa que afeta o recém-nascido através da transmissão materna, caracterizada como sífilis congênita. Sabe-se que o pré-natal pode detectar a infecção materna e prevenir maiores prejuízos a saúde do recém-nascido. **OBJETIVO:** Caracterizar o perfil clínico e epidemiológico de neonatos com sífilis congênita. **MÉTODO:** Pesquisa do tipo documental, transversal e de natureza quantitativa, realizada em uma Maternidade de referência em Fortaleza, no período de dezembro de 2017 a junho de 2018. Foram coletados prontuários de recém-nascidos vivos, cujas mães tiveram sorologia positiva para a sífilis na gestação e/ou no parto. Foi utilizado uma ficha de avaliação, contendo dados da história obstétrica da mãe e do recém-nascido. **RESULTADOS:** Foram avaliados 34 prontuários, com média de idade materna de $23,5 \pm 7,62$. Apenas 12 (35,3%) mães realizaram o pré-natal. A comorbidade mais prevalente foi a infecção do trato urinário, com taxa de 15 (41,7%). Em relação ao recém-nascido, 17 (50,0%) eram do sexo masculino e 17 (50,0) do sexo feminino, com média de peso $2313,2 \pm 1016,0$ e comprimento de $43,73 \pm 5,87$. A síndrome do desconforto respiratório e a icterícia foram as comorbidades mais prevalentes, ambas com 20 (58,8%). **CONCLUSÃO:** A prevalência elevada de mães que não realizaram o pré-natal teve relação com os casos de sífilis congênita. A conscientização no combate a infecção materna e a realização do pré-natal são essenciais para o diagnóstico e prevenção da sífilis congênita.

Palavras-chave: Infectologia, Sífilis Congênita, Neonatologia, Salas de Parto, Sífilis.

¹Acadêmica de Fisioterapia do Centro Universitário Christus, suzanaalmeida07@gmail.com

¹Acadêmica de Fisioterapia do Centro Universitário Christus, adriane.samp@hotmail.com

¹Acadêmica de Fisioterapia do Centro Universitário Christus, melissadequeirozcarvalho@gmail.com

²Coorientadora, Docente do Centro Universitário Christus, mvaldeleidauchoa@gmail.com

³Orientadora, Docente do Centro Universitário Christus, maramarusia@hotmail.com

Cartilha baseada em infográficos como ferramenta para o processo de ensino aprendizagem dos discentes da disciplina de Anatomia Humana II

Caian Guimarães Lima Façanha¹

Bruno Oliveira Mamede¹

Fábio José dos Santos Pereira¹

Daniella Mara Lopes Coelho²

RESUMO

Introdução: Anatomia é o estudo do corpo humano que leva em consideração suas estruturas e funções, é considerada uma disciplina base na área da saúde e como toda disciplina, tem sua importância no processo de ensino-aprendizagem sendo necessário elaborar formas de transmitir o conteúdo de um modo menos mecânico para uma forma de aprendizagem mais estimulada dos conhecimentos anatômicos. Dessa forma, para promover um melhor desempenho no processo de ensino-aprendizagem dos alunos de anatomia, alguns recursos pedagógicos são importantes para melhor fixação do conteúdo, dentre estes recursos, a aplicação de uma cartilha baseada em infográficos pode ser compreendida como um instrumento didático, pois é um recurso que alia imagem ao texto para permitir a compreensão de um determinado fenômeno por públicos específicos. **Objetivo:** Analisar o uso de infográficos como ferramenta de ensino aprendizagem. **Metodologia:** A pesquisa foi do tipo descritiva com abordagem quantitativa. A coleta dos dados foi realizada por meio de questionário referente ao uso da cartilha, aplicado com os discentes que cursaram a disciplina Anatomia Humana II em 2018.1. **Resultados:** Foram analisados 24 questionários durante o período do estudo. Vinte e um alunos assinalaram que a cartilha correspondeu ao mesmo conteúdo abordado na disciplina, estimulou a refletir sobre os conhecimentos acerca do tema, ajudou a associar o conteúdo da disciplina, facilitou o entendimento do conteúdo estudado, foi necessária para um melhor aprendizado, e foi um método eficiente na fixação do conteúdo. Vinte dos discentes acharam que a cartilha facilitou o aprendizado. Dezenove discentes relataram que a cartilha estimula o pensamento crítico e o raciocínio lógico e sentiram-se preparados ao realizar as avaliações do conteúdo ministrado. Dezoito discentes disseram que a cartilha oferece conteúdo que contribui para o alcance do objetivo da disciplina. Por fim, os vinte e quatro discentes acham que a grade de conteúdos ministrados na disciplina será importante para a prática clínica como profissional. **Conclusão:** O

estudo apontou que a cartilha foi importante aliado para o processo de ensino aprendido dos alunos, tendo uma boa aprovação dos discentes visto que a maioria achou um documento que facilitou o aprendizado, raciocínio crítico e lógico por ser um material que atraía a atenção pelo seu design e os encorajavam a buscar novos conhecimentos dos temas abordados, possibilitando assim melhor preparação para estágios futuros da vida de graduando de fisioterapia e profissional, sendo, dessa forma, necessária para um melhor aprendizado por ser um método eficiente na fixação do conteúdo, porém não deverá ser utilizada como a única fonte de estudo, devendo o aluno complementar os estudos com livros e artigos científicos.

Palavras-chave: Anatomia, Mentores, Ensino, Gráficos, Fisioterapia.

¹ Acadêmico, Fisioterapia, Centro Universitário Christus, caianglima@gmail.com

² Mestre em Educação em Saúde, Fisioterapia, Centro Universitário Christus, daniellamara@yahoo.com.br

CONHECIMENTO DOS DISCENTES SOBRE POLINEUROPATIA DO DOENTE CRÍTICO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

Ártemis de Holanda Monte¹
Cristine Mayara Cavalcante Camerino²
Luiza Raira Viana Parrião³
Mikaelle Kelly Alves dos Santos⁴
Andrea Stopiglia Guedes Braide⁵
Márcia Cardinalle Correia Viana⁶

RESUMO

Introdução: A Polineuropatia do Doente Crítico (PDC) é caracterizada pela perda da função muscular (axonal e simétrica) e sensitiva. Está constantemente relacionada à dependência prolongada em ventilação mecânica, levando, na maioria das vezes, ao aumento na falha do desmame e permanência na UTI. O melhor prognóstico desta patologia é quando se apresenta de forma leve à moderada. Apesar da importância do tema para os profissionais da área da saúde, em especial os intensivistas, a PDC ainda é pouco explorada na literatura pela comunidade acadêmica. **Objetivo:** Analisar o conhecimento dos discentes de fisioterapia, enfermagem e medicina em relação à propedêutica da polineuropatia do doente crítico. **Metodologia:** Pesquisa de campo, descritiva e quantitativa, realizada em uma Instituição de Ensino Superior no período de agosto de 2017 a agosto de 2018. O instrumento de coleta foi um questionário com 10 questões objetivas, elaborado pelas pesquisadoras, sobre as principais características da PDC. Os dados foram analisados por meio do software *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) 20.0. **Resultados:** Participaram da pesquisa 115 discentes, sendo 47 (40,8%) do curso de Fisioterapia, 22 (19,2%) do curso de Enfermagem e 46 (40,0%) do curso de Medicina. Os acadêmicos demonstraram, de forma geral, um bom conhecimento sobre a PDC, com enfoque maior para as características clínicas presentes no paciente e os tratamentos mais indicados. Entretanto, houve inconstância quando avaliados sobre os exames mais indicados e as possíveis sequelas. **Conclusão:** Foi possível verificar a necessidade de estudos mais aprofundados sobre a PDC e identificar as principais dificuldades dos acadêmicos sobre a fisiopatologia da PDC.

Palavras-chave: Doenças Musculares, Polineuropatias, Cuidados Críticos, Desmame do Respirador, Modalidades de Fisioterapia

¹Acadêmica, Fisioterapia, Centro universitário Unichristus, athmonte@gmail.com

²Acadêmica, Fisioterapia, Centro Universitário Unichristus, cristinemcavalcante@gmail.com

³Acadêmica, Fisioterapia, Centro Universitário Unichristus, luizaraira40@gmail.com

⁴Acadêmica, Fisioterapia, Centro Universitário Unichristus, megfisioterapia@gmail.com.

⁵Docente, Fisioterapia, Centro Universitário Unichristus, andreasgbraide@gmail.com

⁶Docente, Fisioterapia, Centro Universitário Unichristus, marciacorreia@gmail.com

ESTUDO COMPARATIVO DE TÉCNICAS FISIOTERÁPICAS E DA TERAPIA VIBRACIONAL QUÂNTICA PARA TENDINITES

Luigi Zavatieri Baptista¹
Marina Magalhães Morais²
Renata Bessa Pontes³
Daniella Mara Lopes Coelho⁴

RESUMO

Introdução: A tendinite é uma inflamação dos tendões dos músculos que pode ser tratada com diversos recursos Fisioterápicos e com outras terapias alternativas, como a Terapia Vibracional Quântica. Devido à falta de conhecimento sobre este tipo de terapia, o estudo visa saber se a Terapia Vibracional é tão eficaz no tratamento da tendinite quanto a Fisioterapia convencional e se pode ser aderida como alternativa.

Objetivo: Esse estudo teve como objetivo comparar o uso das técnicas fisioterápicas convencionais com a utilização da terapia vibracional quântica e as duas associadas para tratamento das tendinites. **Métodos:** Foi realizado uma pesquisa transversal, descritiva e de natureza quantitativa no período entre agosto de 2017 e junho de 2018 com uma amostra de 60 pacientes divididos em três grupos: tratamento fisioterápico, tratamento com terapia vibracional e associação das duas técnicas. Foram pareados nessas três variáveis antes de iniciar os tratamentos o sexo, idade e maior acometimento da tendinite, e avaliados quanto aos graus da goniometria, escala de visual analógica de dor e força muscular antes e depois do tratamento. A pesquisa foi aprovada no comitê de ética em pesquisa. **Resultados:** Observou-se que a faixa etária mais prevalente com tendinites foi acima de 50 anos, no sexo feminino, e quanto às tendinites com mais acometimento foram a do manguito rotador. Todos os grupos apresentaram significância na melhora da dor, goniometria e força, com valores de $P < 0,05$ **Conclusão:** Conclui-se que o uso da terapia vibracional quântica isolada e associada foram benéficas para o tratamento de tendinite como os resultados da fisioterapia convencional. Os resultados positivos dessa pesquisa podem motivar uma adesão maior sobre a Terapia Vibracional e uma busca por mais conhecimento sobre as práticas integrativas e complementares em saúde.

Palavras-chave: Fisioterapia, Terapia, Vibracional, Tendinite, Tratamento.

¹ Acadêmico, Fisioterapia, Centro Unichristus Christus, (Luigi_baptista@hotmail.com)

² Acadêmico, Fisioterapia, Centro Unichristus Christus, (marimorais124@gmail.com)

³ Docente, Fisioterapia, UFC, (renatabpontes@hotmail.com)

⁴ Docente, Fisioterapia, Centro Unichristus Christus, (daniellamara@yahoo.com.br)

EXERCÍCIO FÍSICO SUPERVISIONADO NA DISAUTONOMIA COM PROTOCOLO ESPECÍFICO: ESTUDO DE CASO

Mikaelle Kelly Alves dos Santos¹
Cristine Mayara Cavalcante Camerino²
Márcia Cardinalle Correia Viana³
Artur Paiva dos Santos⁴
Andrea Stopiglia Guedes Braide⁵

RESUMO

Introdução: A definição de disautonomia é qualquer desordem ou transtorno no sistema autonômico (SNA). A mais comum delas é a síncope vasovagal que é caracterizada por uma perda súbita e breve da consciência, associada à incapacidade de manutenção do tônus postural, com recuperação total e espontânea. A disautonomia afeta a qualidade de vida dos indivíduos ao aumentar os níveis de ansiedade e restringir suas atividades de vida diária já que pode ser desencadeada em situações como estresse, calor intenso, vista de sangue ou posição ortostática prolongada. Várias medidas têm sido propostas para o tratamento da síncope, como uso de betabloqueadores, maior ingestão de sódio e a prática de exercícios físicos supervisionados. O treinamento físico é um forte aliado para os indivíduos que sofrem de doença neurocardiogênica ou disautonomia podendo ter grande impacto em suas vidas ao melhorar a sintomatologia recorrente e conseqüentemente, sua qualidade de vida.

Objetivo: Analisar a repercussão de um protocolo de exercício físico elaborado para tratar a pessoa diagnosticada com síncope vasovagal por meio de um caso clínico. **Metodologia:** Compreendeu o relato de um paciente do sexo feminino, acometida por síncope vasovagal, submetida a um protocolo de exercícios físicos, com duas sessões semanais, com duração de 50 minutos cada uma, em dias alternados, totalizando 8 sessões. Utilizaram-se exercícios do tipo: aeróbicos, resistidos, ortostáticos e atividades de educação em saúde. **Resultados:** A paciente persistiu por todo programa assiduamente apresentando interrupção dos eventos sincopais, maior segurança para atividades ora comprometidas e tilt teste negativo após o término do protocolo. **Conclusão:** Observou-se que a aplicabilidade deste protocolo de exercícios, nesta pessoa acometida pela disautonomia mostrou-se capaz de extinguir o quadro sintomatológico, diminuir gradativamente os desmaios e o mal-estar além de gerar segurança na retomada das atividades de vida diária e laboral com autonomia e,

consequentemente melhora da qualidade de vida desta pessoa. A reavaliação clínica pelo médico assistente foi decisiva para a efetividade do protocolo.

Palavras-chave: Disautonomia Primária, Terapia, Síncope Vasovagal, Exercício, Fisioterapia.

¹ Acadêmica, Fisioterapia, Centro Universitário Unichristus, megfisioterapia@gmail.com.

² Acadêmica, Fisioterapia, Centro Universitário Unichristus, cristinemcavalcante@gmail.com

³ Docente, Fisioterapia, Centro Universitário Unichristus, marciacorreia@gmail.com

⁴ Egresso do curso de Fisioterapia Centro Universitário Unichristus, arturfisioterapeuta@alu.ufc.br

⁵ Docente, Fisioterapia, Centro Universitário Unichristus, andreasbraide@gmail.com

PREVENÇÃO DE QUEDAS EM IDOSO: IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES DE RISCO

Caian Guimarães Lima Façanha¹
Emanuela dos Santos Viana²
Leticia Ponte Machado³
Geruza Baima de Oliveira Rodrigues⁴
Karoline Sampaio Nunes Barroso⁵

RESUMO

INTRODUÇÃO: Envelhecer é um processo inevitável. As ciências biológicas definem o envelhecimento: como um conjunto de fenômenos que caracterizam o enfraquecimento da vitalidade, repleta de alterações psicológicas, cognitivas, biológicas e sociais. E essas mudanças são caracterizadas como predisposição da incapacidade funcional, aumento do risco a situações de vulnerabilidade e de multimorbidade. Na saúde do idoso, a queda é um dos problemas de maior importância, pois é uma das maiores causas de fraturas e imobilidade em idosos. **OBJETIVO:** Identificar os fatores de risco para queda em pacientes idosos. **MÉTODO:** Consiste em uma pesquisa de campo, com abordagem metodológica quantitativa, de caráter descritivo com aspecto temporal. O estudo foi realizado no período de Agosto de 2017 a Maio de 2018 em uma Clínica de Fisioterapia no bairro aldeota. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de um questionário sobre a temática. Participaram da amostra, 50 pessoas idosos, de qualquer gênero, sem déficits cognitivos e com histórico de quedas. **RESULTADOS:** A amostra era composta por 80% mulheres e 20% homens, com idades entre 60 a 94 anos (Média: 75,7). Foram encontrados como fatores de risco de quedas: sexo feminino, maior prevalência do evento, em domicílio e nos ambientes de maior permanência, ou seja, quarto, sala e banheiro, período manhã, relação na quantidade de pessoas que residem junto ao idoso e a polimedicação. **CONCLUSÃO:** Os fatores que levam a queda de idosos são múltiplos, isso aumenta a necessidade da informação e conscientização do idoso e cuidadores sobre prevenção de quedas e promoção de saúde, por meio da organização dos ambientes, práticas de atividade física e uso de auxiliares de marcha.

Palavras-chave: Idoso, Acidentes por Quedas, Fatores de Risco, Meio Ambiente, Prevenção de Acidentes.

¹ Graduando, Fisioterapia, UNICHRISTUS, caianglima@gmail.com

² Graduanda, Fisioterapia, UNICHRISTUS, manus.viana@hotmail.com

³ Graduanda, Fisioterapia, UNICHRISTUS, leticiapontemachado@gmail.com

⁴ Mestre em Ensino na Saúde, Fisioterapeuta, UECE, geruzabaima@hotmail.com

⁵ Mestre em Psicologia, Fisioterapeuta, UNICHRISTUS, karoline_fisio@hotmail.com

TESTE DE DENVER II: AVALIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS

Luana Amaral Paz¹
Márcia Coelho Lopes²
Mara Marusia Martins Sampaio Campos³
Maria Valdeleida Uchoa Moraes Araújo⁴

RESUMO

Introdução: É na fase da primeira infância que ocorrem processos importantes para o desenvolvimento neuropsicomotor. Existem inúmeros fatores de risco que podem interferir positivamente ou negativamente nessa fase. Nesse contexto, as instituições de abrigo são muitas vezes mencionadas como locais de impacto negativo para o desenvolvimento infantil. Existem poucos estudos que abordam essa temática, assim, este estudo tem como finalidade contribuir com a literatura e dá um feedback sobre os resultados obtidos para os responsáveis dos abrigos, buscando orientá-los como agir sobre as alterações no desenvolvimento observadas. **Objetivo:** Avaliar o desenvolvimento neuropsicomotor de crianças institucionalizadas, utilizando o teste de Denver II. **Matérias e Métodos:** Trata-se de uma pesquisa descritiva, observacional, transversal e de natureza quantitativa, realizada no período de setembro de 2017 a agosto de 2018, em três abrigos de Fortaleza, CE. A população foi de crianças de zero a seis anos, sendo a amostra composta por 30 indivíduos. Foi utilizado o teste de *Denver II* para avaliar o desenvolvimento neuropsicomotor. Os dados encontrados foram tabulados no *software Microsoft Excel* versão 2010 e, posteriormente, analisados estaticamente através do programa *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS) versão 20.0. Para a análise de comparação entre a normalidade e a suspeita de atraso, foi realizado o teste binomial observando o valor de significância $p < 0,05$. **Resultados:** Após as crianças passarem pela avaliação foram obtidos como resultado geral que 16,67% (n=5) crianças apresentaram desenvolvimento compatível com sua faixa etária e 83,33% (n=25) foram consideradas suspeitas de atraso no desenvolvimento neuropsicomotor. Pode-se observar que as áreas com mais crianças com suspeita de atraso, foi a “linguagem”, correspondente a 70% (n=21), seguido do “pessoal-social”, com 46,67% (n=14). As áreas menos comprometidas foram “motor fino-adaptativo” e “motor grosso” com resultados equivalentes de 23,33% (n= 7). **Conclusão:** A maioria das crianças institucionalizadas apresentou comprometimento em alguma área avaliada do

desenvolvimento neuropsicomotor. Assim, é de suma importância que haja um acompanhamento do desenvolvimento e crescimento das crianças institucionalizadas, e que elas tenham uma rotina com ambientes e cuidados propícios, para que possam alcançar todo seu potencial, e obter um desenvolvimento bem-sucedido.

Palavras Chave: Desenvolvimento Infantil, Institucionalização, Saúde da Criança, Avaliação do desempenho, Triagem.

¹ Acadêmica de Fisioterapia do Centro Universitário Christus- Unichristus, aluna bolsista de Iniciação Científica pela Unichristus, luanaamaralpaz@hotmail.com

² Acadêmica de Fisioterapia do Centro Universitário Christus- Unichristus, aluna bolsista de Iniciação Científica pela Unichristus, marciacoelhoopesmcl@gmail.com

³ Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente- Universidade Estadual do Ceará - UECE, docente do Centro Universitário Christus- Unichristus. maramarusia@hotmail.com

⁴ Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente- Universidade Estadual do Ceará - UECE, docente do Centro Universitário Christus- Unichristus. mvaldeledaicho@gmail.com

CONTROLE DA HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA NA DOENÇA RENAL CRÔNICA – REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Márcia Andréa da Silva Carvalho Sombra¹
Marcela Napoleão de Oliveira¹
Jacira Simões Benevides¹
Cláudia Maria Costa de Oliveira¹
Anaiara Lucena Queiroz²

RESUMO

A Doença Renal Crônica (DRC) é definida como a diminuição da Taxa de Filtração Glomerular (TFG) abaixo de 60 ml/min/1,73m², e/ou presença de lesão renal determinada pela proteinúria/dano estrutural, com duração acima de 3 meses. No Brasil, a prevalência da DRC é de 8,9% na população adulta, 3 a 6 milhões de adultos teriam a doença. A taxa anual de crescimento da DRC no estágio terminal é de 3,6% ao ano. A hipertensão arterial é um dos principais fatores de risco para o desencadeamento e/ou progressão da DRC, sendo que a prevalência desta complicação em pacientes dialisados encontra-se em torno de 60 a 80%. A principal ação para retardar a progressão da DRC é o controle rigoroso da pressão arterial mediante o uso de anti-hipertensivos. Esta revisão sistemática da literatura teve como objetivo abordar o controle da hipertensão arterial sistêmica na doença renal crônica. Trata-se de um estudo de revisão de literatura de 35 artigos e 1 livro, realizado de junho a agosto de 2018 através de publicações de periódicos indexados (MEDLINE, LILACS, Scielo e PubMed), no período de 2008 a 2018. Conclui-se que o controle da HAS depende de uma soma de estratégias farmacológicas e não farmacológicas. Os iECAs e os BRAs são drogas de escolha por reduzirem a albuminúria e controlar a pressão no DRC. A manutenção de uma intervenção farmacêutica associado a MAPA de 24 h, aumenta o grau de controle da pressão arterial e promove uma redução da progressão da doença renal crônica.

Palavras-Chave: Revisão Sistemática, Hipertensão, Doença Renal Crônica, Antihipertensivos.

¹ Estudante de graduação, Medicina, estudante, sombra.marcia@gmail.com

² Docente, Medicina, Professor, anaiaralucena@yahoo.com.br

DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR NO FINAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA E AGRAVOS QUE PODEM INFLUENCIAR ESSE PROCESSO

Leonardo Tavares de Lima¹

Lília Torquilha Almeida²

Letícia Nobre Limas³

Letícia Freitas Melo⁴

Marianna Letícia Vasconcelos Patrocínio⁵

RESUMO

Introdução: O desenvolvimento infantil é um processo que de todos os meios, seja escolar, familiar ou social, que podem contribuir ou prejudicar a evolução dos fatores cognitivos necessários infância. Os fatores familiares que influenciam o processo de desenvolvimento cognitivo da criança envolvem sua interação com as pessoas com quem reside e o cotidiano da família. A escola também tem um papel fundamental na formação das crianças enquanto futuros cidadãos, na sua alfabetização e desenvolvimento das suas capacidades cognitivas, além de promover seu conhecimento social e desenvolver suas habilidades de socialização. Portanto, o presente estudo teve por objetivo avaliar as dificuldades que as crianças, de uma escola pública de Fortaleza possuem em relação ao desenvolvimento neuropsicomotor, acompanha-las e aplicar atividades que pudessem contribuir para esse desenvolvimento durante o período da pesquisa. **Métodos:** A pesquisa trata de uma abordagem qualitativa e quantitativa realizada na Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental (EMEIF) Godofredo de Castro Filho, na cidade de Fortaleza. A coleta de dados foi feita com o auxílio dos pais em relação à resolução dos questionários. Foram incluídas no estudo 51 crianças de 4 a 6 anos de idade, as quais foram acompanhadas no que diz respeito ao desenvolvimento neuropsicomotor durante todo o estudo. Foram excluídas as crianças fora da faixa etária preterida e que não estudam na EMEIF Godofredo de Castro Filho. **Resultados:** A pesquisa-ação foi aplicada em uma amostra de 51 crianças em um período de 6 meses. A princípio, após a apresentação do projeto para os

¹ Estudante de graduação, Medicina, estudante, leotdelima@gmail.com.

² Estudante de graduação, Medicina, estudante, liliatorquilhaalmeida@hotmail.com.

³ Estudante de graduação, Medicina, estudante, leticialimas97@outlook.com.

⁴ Docente, Medicina, Professor, leticia.melo64@outlook.com.

⁵ Docente, Medicina, Professor, marianna_l@hotmail.com.

responsáveis, foi evidenciado por estes que os principais problemas presentes na população estudada eram: alimentação inadequada, problemas de relacionamento, falta de incentivo à leitura e às habilidades motoras e cognitivas e doenças mais prevalentes. Diante disso, foi perceptível, durante as visitas e após a avaliação dos questionários, a inadequação da alimentação trazida de casa pelos alunos e a presença de sobrepeso em alguns destes, o uso excessivo de aparelhos eletrônicos e a necessidade da realização de práticas voltadas mais especificamente ao desenvolvimento neuropsicomotor. No que tange às enfermidades que poderiam influenciar no desenvolvimento neuropsicomotor, a gripe apresentou prevalência >50% e as arboviroses eram pouco comuns. As intervenções, desse modo, tiveram como objetivo a promoção de hábitos saudáveis, o incentivo à socialização, por meio de brincadeiras e atividades lúdicas e o raciocínio lógico, com a realização de momentos de leitura e desenho com os alunos. Conclusão: O presente estudo pode relatar e avaliar os fatores e agravos que mais afetam a população inserida no contexto da primeira infância da comunidade na qual a escola está localizada. Estudos como este devem ser realizados com amostras maiores, a fim de caracterizar melhor esses fatores e, assim, proteger o desenvolvimento neuropsicomotor desta parcela da população.

Palavras-chave: Desenvolvimento neuropsicomotor. Primeira infância. Influências. Pesquisa-ação. Intervenções.

EFEITO PROTETOR DO NITROSIL RUTÊNIO NA LESÃO RENAL CAUSADA POR ANTI-INFLAMATÓRIO

Anderson Magalhães Souza¹
Marcus Breno Farias Araújo¹
Francisco Evanilson Silva Braga¹
Victor Hugo Saavedra¹
Gabriel Maia Diniz²
Giulia Caetano Soares²
Marcus Kubrusly³
Marcio Wilker Soares Campelo³

RESUMO

Os anti-inflamatórios não hormonais (AINHs) são os fármacos mais utilizados na prática clínica, e têm como efeito adverso muito importante a nefrite intersticial aguda, com importante relação com a ação do óxido nítrico (NO) e suas diferentes isoformas da óxido nítrico sintetase (NOS). Nesse contexto, o Rut-bpy, um novo metalofármaco doador de NO capaz de inibir a inflamação em modelos experimentais pode ser um agente redutor dos efeitos adversos renais dos AINHs. O presente estudo teve como objetivo testar a hipótese proposta acima. O estudo foi experimental, utilizando dezoito ratos machos da linhagem Wistar, os quais foram divididos igualmente em grupo Sham, grupo AINH (utilizado meloxicam) e grupo Rutbpy (100 mg/kg intraperitoneal associado a 15 mg/kg de meloxicam intramuscular). Todas as aplicações foram diárias e realizadas por 10 dias em cada grupo. Foram colhidas amostras de sangue dos animais para análises bioquímicas de ureia e creatinina, que são dois dos marcadores de lesão renal mais utilizados na prática clínica. Em relação à dosagem da creatinina sérica, notou-se importante aumento no grupo AINH (0.48 + 0.03) em relação aos grupos Sham (0.36 + 0.04) e Rut-bpy (0.33 + 0.02). Também houve aumento dos níveis séricos da ureia, sendo 128.7 + 22.9 no grupo AINH, 76.48 + 13.27 no grupo Rut-bpy e 60.67 + 5.07 no Sham. Conclui-se, portanto, que houve indução da lesão renal pelo meloxicam e que o novo metalofármaco possui um importante papel na prevenção desse efeito adverso.

Palavras-chave: AINHs. Nefrite. Óxido nítrico. Rut-bpy. Proteção.

¹ Estudante de graduação, Medicina, estudante.

² Estudante de graduação, Biomedicina, estudante.

³ Docente, Medicina, Professor.

EFEITOS COMPORTAMENTAIS DE INIBIDORES DA ENZIMA DIPEPTIDILPETIDASE 4 (DPP4) EM MODELO DE DEPRESSÃO INDUZIDA POR RESERPINA EM CAMUNDONGOS

Lise Queiroz Lima Verde¹

Marianna Letícia Vasconcelos Patrocínio²

Manoel Cláudio Azevedo Patrocínio³

RESUMO

A depressão é um transtorno do humor caracterizado por tristeza, anedonia, alteração de peso e sono, apatia e desânimo. A sitagliptina é um fármaco classificado como inibidor da enzima dipeptidilpeptidase 4 (DPP4). Essa medicação é utilizada para o tratamento do diabetes mellitus tipo 2 (DM2) que possui efeito no sistema nervoso central (SNC). O objetivo do presente trabalho foi avaliar os efeitos comportamentais da sitagliptina, em modelo de depressão induzida por reserpina. Para isso, foram utilizados camundongos Swiss fêmeas pesando em torno de 30g que receberam injeção diária de reserpina (1mg/kg), associada ou não à sitagliptina (3 e 6 mg/kg) por 3 dias. No último dia de tratamento, uma hora após o recebimento dos fármacos, os camundongos foram submetidos aos testes comportamentais de campo aberto, cruz elevada e nado forçado. Os resultados demonstraram que na atividade locomotora espontânea somente os animais que receberam Sita 6 mg/kg apresentaram um aumento no número de travessias dos quadrantes comparado ao controle e reserpina. Nenhum efeito foi verificado no teste de cruz elevada em relação ao controle. Entretanto, nos animais que receberam Reserpina + Sita 6 houve um aumento no número de entradas no braço aberto (NEBA) e tempo de permanência no braço aberto (TPBA) em relação à reserpina. O uso de reserpina aumentou o tempo de imobilização dos animais em relação ao grupo controle no teste de nado forçado. Porém, esse efeito foi revertido pelo tratamento da associação com sitagliptina. Em conclusão, os resultados demonstraram que a reserpina apresentou ação depressora e que a sitagliptina foi capaz de reverter esse efeito, demonstrando assim uma perspectiva para o futuro uso desse fármaco na depressão.

¹ Estudante de graduação, Medicina, estudante, lise.lqlv@gmail.com

² Estudante de graduação, Medicina, estudante, marianna_l@hotmail.com

³ Docente, Medicina, Professor, clausil@hotmail.com

Palavras-chave: sitagliptina; depressão; reserpina; comportamentais;
antidepressivos.

EFEITOS DO EXTRATO HIDROALCOOLICO DA CASCA DE *Calycophyllum spruceanum* SOBRE O COMPORTAMENTO DE ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM CAMUNDONGOS

Maria Edith Holanda Banhos¹

Ítalo da Silva Barbosa²

Renata Gomes Cruz Silva³

Ana Maria Sampaio Assreuy⁴

Renildo Moura da Cunha⁵

Edson Lopes da Ponte⁶

RESUMO

INTRODUÇÃO: A *Calycophyllum spruceanum* é uma espécie natural da região amazônica, tendo o extrato hidroalcoólico da casca (EHCS) dessa espécie efeitos antinociceptivos em modelos animais. Tendo em vista que pouco ainda se conhece acerca dos efeitos farmacocinéticos e farmacodinâmicos do EHCS, visa-se verificar a ação do EHCS em sintomas ansiosos e depressivos por meio da análise de modelo comportamental com animais. **MÉTODOS:** Camundongos *Mus musculus* (25- 30g) foram tratados (salina, 1mg/kg, 10mg/kg, 100mg/kg) e observados em 3(três) aparatos: campo aberto, placa furada e cruz elevada. **RESULTADOS:** No teste campo aberto, houve redução ($p < 0,05$) de 34,18% na atividade locomotora no grupo EHCS de 100 mg/kg ($51,14 \pm 4,40$) comparado ao grupo salina ($77,70 \pm 6,81$). Os demais grupos EHCS apresentaram redução na atividade motora - 10 mg/kg ($63,71 \pm 3,06$); 1,0 mg/kg ($73,67 \pm 5,97$), porém sem significância estatística. No aparato placa furada, Todos os grupos que receberam o EHCS tiveram diminuição significativa de mergulhos - 67,85% em 100 mg/kg ($9,57 \pm 1,74$); 57,77% em 10 mg/kg ($12,57 \pm 1,92$); 68,35% em 1,0 mg/kg ($9,42 \pm 0,81$) - em relação ao grupo salina ($29,78 \pm 6,59$). No aparato cruz elevada, o tempo de permanência em braço

¹ Estudante de graduação, Medicina, estudante, edithbanhos@hotmail.com

² Estudante de graduação, Medicina, estudante, italo_barbosa@outlook.com

³ Estudante de graduação, Medicina, estudante, renatinhagbc@gmail.com

⁴ Docente de graduação, Universidade Estadual do Ceará, docente, anassereuy@gmail.com

⁵ Docente de graduação, Universidade Federal do Acre, docente, renildomcunha@yahoo.com.br

⁶ Docente de graduação, Medicina, docente, edsonlopesdaponte@gmail.com

aberto no grupo EHCS 100 mg/kg ($48,50 \pm 9,47$) teve redução de 61,43% em comparação com o grupo salina ($125,80 \pm 24,14$). Também houve redução no tempo de permanência no braço aberto nos demais grupos EHCS - 10 mg/kg ($57,17 \pm 13,22$); 1,0 mg/kg ($106,00 \pm 15,18$) - porém sem relevância estatística. **CONCLUSÃO:** O extrato demonstra verossímil poder ansiogênico ou sedativo, sendo necessários novos estudos para esclarecer os resultados obtidos.

Palavras-chave: Amazônia. EHCS. Modelo Animal. Ansiedade. Depressão.

OS EFEITOS DA COLECALCIFEROL (VITAMINA D) NO SISTEMA NERVOSO CENTRAL EM MODELOS EXPERIMENTAIS

Caio Antônio Borges Girão Silva¹
Herculano Pontes Barros Ribeiro²
Paulo Henrique Feitosa Mascarenhas³
Antônio Miguel Furtado Leitão⁴
Gersilene Valente de Oliveira⁵

RESUMO

A vitamina D engloba um grupo de pró-hormônios lipossolúveis que pode ser obtido pelo corpo através da pele em exposição à luz solar e através intestinal com a absorção de fontes alimentares e suplementos. A diminuição do receptor da vitamina D no cérebro implica em alteração da função neste órgão, no entanto, apesar de um crescente corpo de evidências de que a vitamina D está envolvida no funcionamento do cérebro de mamíferos, tem havido uma falta de evidência direta sobre o seu papel no cérebro humano. O objetivo deste trabalho foi estudar os efeitos da colecalciferol (vitamina d) no sistema nervoso central em modelos experimentais. Para a elaboração do presente estudo, realizou-se uma pesquisa do tipo qualitativa, descritiva voltada para a revisão bibliográfica. Para tanto, foram utilizadas fontes advindas de periódicos indexados na base de dados Scielo, Bireme, PubMed e Revistas Eletrônicas. A consulta por meios físicos ocorreu por meio do acesso ao acervo da biblioteca da Sede Parque Ecológico, do Centro Universitário Christus-UNICHRISTUS, em Fortaleza-CE. O período de realização da pesquisa por revisão bibliográfica ocorreu em junho 2017 à agosto 2018. Os dados foram revisados mediante a técnica de revisão bibliográfica. Os resultados de muitas investigações científicas indicam fortemente que as disfunções cerebrais estão associadas com insuficiência ou diminuição de receptores da vitamina D3, corroborando com as alterações do sistema nervoso central ou doenças neurodegenerativas. Estudos experimentais foi constatado que a deficiência de vit D foi associada com maior diminuição de volume cerebral e maior níveis de inflamação crônica no SNC, que

¹ Estudante de graduação, Medicina, estudante, caioborgesgirao@gmail.com.

² Estudante de graduação, Medicina, estudante, pontesherculano@gmail.com.

³ Estudante de graduação, Medicina, estudante, phfmascarenhas7@gmail.com.

⁴ Docente, Medicina, Professor, miguellleitao.fc@gmail.com.

⁵ Docente, Medicina, Professor, geryvalente@yahoo.com.br.

predisõem a doenças neurológicas. A insuficiência de vitamina D3 foi associada com o desenvolvimento da doença de neurodegenerativas. De acordo com o levantamento bibliográfico exposto neste trabalho, constatou-se que as disfunções cerebrais estão associadas com a atenuação de receptores da vitamina D, pois a importância do colecalciferol como um fator neuroprotetor, visto que a forma ativa da vitamina D3, 1,25(OH)2D3 demonstrou ter efeitos imunomoduladores e pode reduzir a expressão de citocinas pró-inflamatórias. No entanto, a cascata para neurotransmissores da vitamina D não esteja bem esclarecida, necessitando de novos estudos.

Palavras-chaves: Vitamina D, Sistema Nervoso Central, Modelo experimental.

COMPOSIÇÃO DE MACRONUTRIENTES EM PREPARAÇÕES À BASE DE MILHO REGIONAIS DO NORDESTE BRASILEIRO

Vania Serafim Oliveira¹
Catherine de Lima Araujo²
Wilson Max Barbosa da Silva³
Juliana Magalhães da Cunha Rêgo⁴

RESUMO

O milho (*Zea mays*) é o cereal mais cultivado no Brasil, sendo um alimento muito comum e utilizado em diversas preparações no nordeste do país. Foi incluído na alimentação nordestina devido à influência de fatores socioeconômicos da região no seu período de colonização, pois, seu ciclo de cultivo é rápido e barato. Por ser consumido de inúmeras maneiras, em pratos doces ou salgados, cozido ou assado o presente estudo teve por objetivo determinar os macronutrientes de preparações à base de milho mais consumidas. Visto que todo processo de transformação do alimento pelo calor leva a uma perda nutricional, então dependendo do método utilizado pode ter uma composição diferente. Para isso, a metodologia adotada para as análises de todos os parâmetros seguiu o Manual de Métodos Físico-Químicos para Análise de Alimento do Instituto Adolfo Lutz (2010), sendo possível identificar a quantidade de carboidratos, proteínas, lipídeos e fibras das preparações analisadas. As análises de cada amostra de 400g de pamonha doce, bolo de milho, cuscuz, cuscuz com carne de sol e canjica foram realizadas no NUTEC. As preparações seguiram as fichas técnicas e receitas descritas no livro Alimentos Regionais Brasileiros 2ª edição, com a finalidade de conseguir comparar as preparações e se As preparações seguiram as fichas técnicas e receitas descritas no livro Alimentos Regionais Brasileiros 2ª edição, com a finalidade de conseguir comparar as preparações e se houve modificação deste macronutrientes em cada receita. Conclui-se que conformehá um processamento do milho seu valor nutricional vai alterando, tanto em comparação aos macros nutrientes, no valor energético e principalmente quanto em fibras.

Palavras-chave: Milho. Análise Físico-Química. Composição Centesimal. Macronutrientes. Alimentos Regionais.

1 Vania Serafim Oliveira, Nutrição, estudante Unichristus, vania_serafim@hotmail.com

2 Catherine de Lima Araújo, Nutrição, estudante Unichristus, catherinearaujo@outlook.com

3 Wilson Max Barbosa da Silva, Nutrição, Professor do Curso de Nutrição, wmaxbs@hotmail.com

4 Juliana Magalhães da Cunha Rêgo, Nutrição, Professora e Coordenadora do Curso de Nutrição, coordnutricao01@unichristus.edu.br

INGESTÃO DE ALIMENTOS PROCESSADOS E ULTRAPROCESSADOS E POR GRUPOS ALIMENTARES EM UNIVERSITÁRIOS DE UM CURSO DE NUTRIÇÃO EM FORTALEZA/CE

Lia Fonteles Jereissati¹
Igor Oliveira dos Santos²
Yonnaha Nobre Alves Silva³
Juliana Magalhães da Cunha Rêgo⁴

RESUMO

O perfil nutricional da população nos últimos anos foi modificado com a inserção de alimentos processados e ultraprocessados, contribuindo para o aumento densidade energética da alimentação, maior teor de gorduras em geral, saturada e trans, principalmente, além de uma maior quantidade de açúcar simples e menor teor de fibras e de proteínas. Como consequência, as más escolhas alimentares podem influenciar positivamente o ganho de peso e o aparecimento de doenças crônicas e deficiências nutricionais de micronutrientes. O objetivo geral deste trabalho é investigar a influência entre a ingestão de alimentos processados e ultraprocessados no índice inflamatório da dieta e no desenvolvimento de excesso de peso em jovens e adultos. Tratou-se de um estudo epidemiológico, transversal, descritivo e analítico, com abordagem quantitativa, com população constituída por jovens e adultos universitários, de 18 a 60 anos incompletos, de ambos os sexos, de um curso de Nutrição de Fortaleza/CE. O período de coleta de dados foi de setembro até dezembro de 2017, por meio de inquérito dietético em dois dias não consecutivos. Foram confrontados os dados de ingestão dietética com os grupos alimentares, sugerido na Pirâmide Alimentar Brasileira, e com a classificação do Novo Guia Alimentar para a População Brasileira, além da avaliação de nutrientes (cálcio, vitamina D, sódio e açúcar) de acordo com o Institute of Medicine. Dos 43 universitários, com $20,3 \pm 4,83$ anos, sendo a maioria (95%) do eram do sexo feminino e 97,6% solteiros. Foi identificada uma ingestão inadequada de nutrientes, como cálcio e vitamina D em mulheres, com média de $487,90 \pm 225,32$ mg cálcio/dia e de $1,69 \pm 1,44$ mcg de vitamina D/dia, sem diferença estatística ($p = 0,3837$) entre as mulheres, independente da faixa etária. A ingestão de sódio e açúcar também foi avaliada, entretanto apenas o sódio intrínseco foi avaliado, com média total de $1.393,33 \pm 1.198,73$ mg/dia, correspondendo a 82% do total recomendado. Também foi identificada inadequação do consumo por grupos alimentares, principalmente nos grupos de frutas, hortaliças, feijões, leite e derivados, com excesso de açúcares e doces, muito decorrente do consumo pela maioria da população de alimentos processados e ultraprocessados. Então, a inserção de alimentos processados e ultraprocessados, comum a maioria da população estudada, também contribui com a qualidade e quantidade dos nutrientes específicos, visto que são alimentos com alta densidade energética e pobres em nutrientes.

Palavras-chave: Alimentos processados. Sódio. Grupos alimentares. Ingestão dietética. Cálcio.

1 Lia Fonteles Jereissati, Curso de Nutrição, acadêmica, lia-jereissati@hotmail.com

2 Igor Oliveira dos Santos, Curso de Nutrição, acadêmico, igorsantos97@hotmail.com

3Yonnaha Nobre Alves Silva, Curso de Nutrição, acadêmico, yo_nobreas@hotmail.com
4 Juliana Magalhães da Cunha Rêgo, Curso de Nutrição, Professora e Coordenadora do
Curso de Nutrição, coordnutricao01@unichristus.edu.br

AÇÃO DA TERAPIA FOTODINÂMICA ANTIMICROBIANA COM LASER DE ARSENETO DE GÁLIO ALUMÍNIO E AZUL DE METILENO EM SUSPENSÕES DE *S. MUTANS*

Fernanda Freitas Sousa¹

Steffani Vasconcelos Santos²

Ramille Araújo Lima³

RESUMO

Introdução: A cárie dentária, uma das doenças mais prevalentes no mundo, tem sua etiologia relacionada à presença de biofilmes microbianos na superfície dental. A terapia fotodinâmica antimicrobiana promove a morte bacteriana como resultado da fotossensibilização de componentes microbianos e surge como um tratamento alternativo. Objetivo: Quantificar, *in vitro*, a redução dos níveis de suspensões de *S. mutans* utilizando fotossensibilizador Azul de Metileno ($\lambda = 808 \text{ nm}$) ativado com Laser Arseneto de Gálio Alumínio ($\lambda=660 \text{ nm}$). Metodologia: Um estudo inicial foi realizado para determinar a Concentração Inibitória Mínima (CIM) do fotossensibilizador, assim como sua Concentração Bactericida Mínima (CBM), associado ou não à irradiação. De acordo com os resultados dos ensaios anteriores, o tempo de irradiação foi 180 segundos e este ensaio foi realizado em triplicata. Os grupos experimentais foram: 1) sem fotossensibilizador e luz; 2) fotossensibilizador e sem luz; 3) fotossensibilizador nanoparticulado e sem luz 4) sem fotossensibilizador e luz 180 segundos; 5) fotossensibilizador + luz 180 segundos; 6) fotossensibilizador nanoparticulado + luz 180 segundos; 7) controle positivo (Clorexidina); 8) nanopartícula e sem luz. A suspensão bacteriana utilizada no estudo foi previamente ativada em estufa bacteriológica a 37°C, atmosfera de CO₂ de 5%, durante 18 horas e ajustada para a concentração de 1-2 x 10⁸ unidades formadoras de colônia/mL (ufc/mL). O fotossensibilizador foi adicionado à suspensão na proporção de 1:1 e após a realização do tratamento (de acordo com cada grupo), uma alíquota foi retirada para diluição seriada decimal e plaqueamento da amostra. As placas permaneceram em estufa bacteriológica (37°C e 5% CO₂) por 48 horas para

¹ Graduanda, odontologia, aluna, fernanda.freitas.sousa@hotmail.com

² Graduanda, odontologia, aluna, steffanivasantos@gmail.com

³ Doutora, odontologia, professora, ramillelima@yahoo.com.br

posterior contagem das ufc/mL. Resultados: A Terapia fotodinâmica com Azul de Metileno e Laser de Arseneto de Gálio Alumínio não apresentou diferença estatística entre os grupos. Conclusão: O presente estudo mostrou que a associação do fotossensibilizador Azul de Metileno com o Laser Arseneto de Gálio Alumínio não demonstrou ação na viabilidade bacteriana de suspensões de *Streptococcus mutans* em estudos *in vitro*. Se fazendo necessária a realização de mais estudos com a finalidade de observar os efeitos dessa terapia em modelos *in vivo* e em outras bactérias da cavidade oral.

Palavras-chave: *Streptococcus mutans*. Cárie Dentária. Terapia Fotodinâmica. Azul de Metileno. Lasers.

AÇÃO DE NANOPARTÍCULAS DE ÁCIDO ANACÁRDICO NA INIBIÇÃO DA FORMAÇÃO DE BIOFILMES DE *STREPTOCOCCUS MUTANS* IN VITRO.

Laís Aragão Lima¹

Ana Larissa Ximenes Batista¹

Wellington Júlio Alves¹

Ramille Araújo Lima²

RESUMO

A cárie dentária é uma doença biofilme-açúcar-dependente que se caracteriza pela progressiva destruição da estrutura mineral dos tecidos dentários. A remoção mecânica e o uso de antissépticos e antibióticos são meios de tratamento, a descoberta de outras substâncias eficientes sem efeitos colaterais se faz necessária. O ácido anacárdico, extraído do líquido da castanha de caju, é um promissor agente antimicrobiano, sendo efetivo na redução da viabilidade bacteriana de *Streptococcus mutans* em culturas planctônicas – porém ainda sem estudos avaliando seu efeito em biofilmes dentários. O objetivo desse estudo foi avaliar o efeito antiplaca da formulação à base de nanopartículas de ácido anacárdico extraído da casca da castanha de caju (*Anacardium occidentale*) em biofilmes de *Streptococcus mutans in vitro*. Inicialmente, foi determinada a atividade antibacteriana através da concentração inibitória mínima (CIM) e concentração bactericida mínima (CBM). Os biofilmes de *Streptococcus mutans* foram formados em discos de hidroxiapatita e foram tratados com as nanopartículas poliméricas carregadas com ácidos para avaliar o efeito destas na formação da matriz polimérica de biofilmes de *Streptococcus mutans*. Análise da viabilidade bacteriana, mensuração de peso seco e quantificação de polissacarídeos extra e intracelulares foram realizados. Como resultado, o grupo 3 (Agente dispersante 0,0714%p/v + Solução hidroetanólica 35% + Extrato hexânico da castanha de caju 0,0093%p/v) e grupo 4 (Digluconato de clorexidina 0,12%) mostraram maior atividade antibacteriana, diferente dos grupos tratados com solução hidroetanólica 35% e o grupo com Agente dispersante 0,0714%p/v + Solução hidroetanólica 35%, os quais possuíam formação de

¹Aluno de graduação, curso de odontologia, Centro Universitário Christus, larissa_ximenees@hotmail.com ; laisaragaoo@hotmail; allvesjullio@hotmail.com

²Doutora, professora, curso de odontologia, Centro Universitário Christus ramillelima@yahoo.com.br

biofilme. Foi concluído que há um potencial efeito anti-placa do extrato da castanha de caju na formulação testada.

Palavras-chave: *Anacardium occidentale*, *Streptococcus mutans*, Biofilme, antimicrobiano, caju.

¹Aluno de graduação, curso de odontologia, Centro Universitário Christus,
larissa_ximenees@hotmail.com ; laisaragao@hotmail; allvesjullio@hotmail.com

²Doutora, professora, curso de odontologia, Centro Universitário Christus ramillelima@yahoo.com.br

AÇÃO DO LASER INFRAVERMELHO EM SUSPENSÕES DE *S. MUTANS*.

Stéffani Vasconcelos Santos¹

Fernanda Freitas Sousa²

Thaís Chaves Fernandes Vieira³

Ramille Araújo Lima⁴

RESUMO

O uso de lasers de baixa potência em odontologia tem se tornado cada vez mais comum. Os benefícios do laser infravermelho (LIV) no tratamento da mucosite oral e no controle da dor na disfunção da articulação têmporo-mandibular são bem reconhecidos e já aplicados clinicamente. Porém, o efeito dessa terapia em bactérias da cavidade oral ainda é incerto. O objetivo desse estudo foi analisar o efeito do laser Diodo de Arseneto de Gálio Alumínio (AsGaAl) (LIV) nos níveis de suspensões de *S. mutans*. A potência da luz Laser é 100mW, diâmetro da ponteira é 0,280 cm², e comprimento de onda predominante de 808nm (Therapy XT-ESTM, DMC Equipamentos, São Carlos, SP, Brasil). A suspensão bacteriana foi ativada em estufa bacteriológica a 37°C, 5% CO₂, 18h, e ajustada para a concentração de 1-2 x 10⁸ unidades formadoras de colônia/mL (ufc/mL). As suspensões foram submetidas aos seguintes protocolos experimentais e controle: Grupo 1) LIV 30s; grupo 2) LIV 60s; Grupo 3) LIV 90s; Grupo 4) solução salina. Em seguida, uma alíquota foi retirada para diluição seriada e plaqueamento da amostra. As placas permaneceram em estufa bacteriológica (37°C e 5% CO₂) por 48h para posterior contagem das ufc/mL. O estudo foi conduzido em triplicatas. Não foi observada diferença estatisticamente entre os grupos ($p > 0,05$). Mais estudos são necessários com o intuito de observar os efeitos do laser infravermelho em outras bactérias da cavidade oral.

¹ Graduanda, Odontologia, aluna do curso de graduação em odontologia do Centro Universitário Christus, stefanivasantos@gmail.com.

² Graduanda, Odontologia, aluna do curso de graduação em odontologia do Centro Universitário Christus, fernanda.freitas.sousa@hotmail.com.

³ Graduanda, Odontologia, aluna do curso de graduação em odontologia do Centro Universitário Christus, thaischavesfernandes@gmail.com.

⁴ Pós-Doutora, Odontologia, professora do curso de odontologia do Centro Universitário Christus, ramillelima@yahoo.com.br.

Palavras-chave: *Streptococcus mutans*. Cárie dentária. Terapia a laser de baixa intensidade. Lasers. Odontologia.

ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS COM FINALIDADE FORENSE: SIMULAÇÃO DAS CONDIÇÕES EM AMBIENTE DE MANGUEZAL

Thais Freire Gonçalves Nobre¹ Lívia Vieira da Silva¹

Patrícia Maria Costa de Oliveira²

RESUMO

Nos últimos anos a Odontologia Legal se destacou como uma ciência forense fundamental na área legal. Visto que com a evolução, a identificação humana, se faz necessária em infinitas situações, em que ressaltam – se os acidentes, corpos inumados, afogados, carbonizados e dilacerados no caso da identificação de cadáveres, sobretudo em desastres em massa, muitas vezes não havendo outros recursos para identificá-los. Os métodos tradicionais usados para identificação, tais como papiloscopia, visual ou exame de DNA, nem sempre estão acessíveis. Essas situações ressaltam a importância do cirurgião-dentista relevando as técnicas de identificação utilizadas em Odontologia Forense, área esta que vem se aprimorando, a cada dia, na busca de novas técnicas que concedam resultados mais minuciosos, específicos e cada vez mais acelerados. O objetivo deste estudo é examinar os efeitos das condições inumação em ambiente de mangue, em relação à preservação da rugosidade de superfície da resina composta (RC), cimento ionômero de vidro (CIV) e amálgama de prata (AM), tendo em vista permitir componentes para diferenciação de materiais estéticos e uma estimativa do tempo de submissão aos agentes ajudando na identificação humana. Foram adquiridos 30 dentes bovinos para receber os preparos cavitários sendo (6x6mm e 2mm de profundidade) e foram restaurados com RC FiltekMR Z250 XT (3M ESPE®), CIV Ketac™ Fil Plus (3M ESPE®) e AM em cápsulas gs-80 com aparelho Rugosímetro Mitutoyo® SurfTest SJ-201P para realizar as leituras. Logo após, as amostras foram separadas em grupos

Thais Freire Gonçalves Nobre¹, Odontologia, Acadêmica, thais.freire.5@hotmail.com

Lívia Vieira da Silva¹, Odontologia, Acadêmica, liviavieirs@gmail.com

Patrícia Maria Costa de Oliveira², Odontologia, Docente, patriciamco@usp.br

de 10, para cada material de acordo com as condições a que foram submetidas: simulação de condições de inumação por 1 mês, após as novas leituras que foram realizadas.

Palavras – chave: Odontologia Legal. Identificação humana. Registros odontológicos. Materiais dentários. Manguexal. Tanatologia

Thais Freire Gonçalves Nobre¹, Odontologia, Acadêmica, thais.freire.5@hotmail.com

Lívia Vieira da Silva¹, Odontologia, Acadêmica, liviavieirs@gmail.com

Patrícia Maria Costa de Oliveira², Odontologia, Docente, patriciamco@usp.br

ANÁLISE HISTOQUÍMICA DA FORMAÇÃO DE FIBRAS COLÁGENAS APÓS A IMPLANTAÇÃO DE UM CIMENTO ENDODÔNTICO BIOCERÂMICO EM TECIDO SUBCUTÂNEO DE RATO

Amanda Kevys Magalhães¹

Laissa Sousa Evangelista¹

Milena Oliveira Freitas¹

Danna Mota Moreira²

Byanca Melo Santos²

Paulo Goberlânio de Barros Silva²

George Táccio de Miranda Candeiro²

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo avaliar a formação de fibras colágenas após a implantação de um cimento endodôntico biocerâmico em tecido subcutâneo de rato. Foram utilizados 25 ratos (*Rattus norvegicus albinus*), adultos-jovens, pesando em média 250g, mantidos no Biotério do Centro Universitário Christus. Foram utilizados 5 animais por período experimental, sendo que cada animal recebeu 3 tubos na região dorsal, sendo 2 do lado direito e 1 no lado esquerdo. Para cada animal, os tubos foram implantados com o cimento Endosequence BC Sealer, com cimento resinoso AH Plus e um tubo vazio. Decorridos os períodos experimentais de 3, 7, 15, 30 e 60 dias, os animais foram eutanaziados, sendo removidos os tubos juntamente

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - Unichristus

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - Unichristus

com tecido subcutâneo adjacente e mantendo-os formalina a 10%. Em seguida, as áreas de tecido conjuntivo do subcutâneo dos ratos foram submetidas à análise por Picrosirius Red para verificação da quantidade e tipificação de deposição do colágeno. Nenhum animal exibiu tecido de granulação no dia 3. Nos dias 7 e 15 o quadrante I apresentou aumento significativo de delgada faixa de tecido de granulação com remissão total deste achado histológico a partir do dia 30. O quadrante II apresentou também delgada faixa de tecido de granulação ao redor do tubo no dia sete, com predominância de espessa faixa deste achado histológico no dia 15 e remissão total nos dias 30 e 60. O quadrante III apresentou espessa faixa de tecido de granulação nos dias sete e quinze com remissão significativa deste achado a partir do dia 30 e o quadrante IV apresentou espessa faixa de tecido de granulação nos dias sete e quinze com manutenção de delgada faixa no dia 30 e ausência deste achado no dia 60. Apesar de não haver diferenças significativas do perfil de tecido de granulação nos dias três, sete e 60 entre os quatro grupos, no dia quinze enquanto o quadrante I apresentava apenas delgada faixa de granulação, os demais grupos apresentaram espessa faixa de granulação ao redor dos tubos enxertados. Da mesma forma enquanto os quadrantes I, II e III IV apresentavam no dia 30 ausência de tecido de granulação o quadrante IV mantinha ainda delgada faixa desse achado histológico. O cimento endodôntico AH Plus apresentou grande intensidade de inflamação crônica, fibrose e angiogênese e o cimento Endosequence BC Sealer, apesar de induzir grande quantidade de inflamação, induz pouca fibrose e moderada angiogênese.

Palavras-Chave: Biocompatibilidade. Biocerâmico. Inflamação. Endodontia. Obturação

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - Unichristus

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - Unichristus



¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - Unichristus

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - Unichristus

AVALIAÇÃO CLÍNICO-PATOLÓGICA DE LESÕES ORAIS EM PACIENTES PORTADORES DO PAPILOMAVÍRUS HUMANO, COM OU SEM LESÕES GENITAIS APARENTES.

Iana Aragão Magalhães¹

Everton Cavalcante da Silva²

Isabel Leite Soares³

Eugênio Santana Franco⁴

Paulo Goberlânio de Barros Silva⁵

Fabício Bitu Sousa⁶

RESUMO

O papilomavírus humano (HPV) é um vírus de replicação intranuclear, que pode induzir a formação de tumores epiteliais. O carcinoma de células escamosas (CEC) representa 90% dos tumores malignos que afetam a cavidade oral, em seu desenvolvimento fatores como fumo, álcool e infecção por HPV estão associados. Entre os tipos mais prevalentes de HPV associados às lesões orais, estão o 16, 18, 31 e 33, que possuem uma atividade relacionada às proteínas oncogênicas E6 e E7. Apesar do avanço da tecnologia biomolecular, a relação entre o HPV e o CEC ainda é controversa. O objetivo do presente estudo foi avaliar a frequência de lesões associadas ao HPV oral em paciente com infecção genital ativa ou inativa. Realizou-se um estudo transversal com 28 pacientes atendidos na clínica escola do Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS, em Fortaleza, Ceará. Genitália e cavidade oral de pacientes portadores de HPV foram avaliadas e fotografadas para análise posterior. Os dados foram tabulados no Microsoft Excel e exportados para o software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) versão 17,0 para Windows no qual as análises foram realizadas adotando uma confiança de 95%. Foram expressas as frequências absoluta e percentual as quais foram comparadas por meio do teste exato de Fisher ou Qui-quadrado de Pearson. Neste estudo,

¹ Estudante de graduação do 7º semestre em Odontologia, bolsista de iniciação científica da UNICHRISTUS. lana.aragao.magalhaes@gmail.com

² Estudante de graduação do 8º semestre em Odontologia, bolsista de iniciação científica da UNICHRISTUS. evertoncavsilva@hotmail.com

³ Estudante de graduação do 8º semestre em Odontologia, não - bolsista de iniciação científica da UNICHRISTUS. Bell_leite@hotmail.com

⁴ Professor do curso de Enfermagem da UNICHRISTUS. eugeniofgf@hotmail.com

⁵ Professor do curso de Odontologia da UNICHRISTUS, divisão de Patologia.

Paulo_goberlanio@yahoo.com.br

⁶ Professor do curso de Odontologia da UNICHRISTUS, divisão de Estomatologia e Pacientes Especiais. fbitu@hotmail.com

observou-se que a procura do acesso ao serviço para avaliação, diagnóstico e tratamento, foi maior por parte dos indivíduos do sexo masculino. Os dados que representam a parcela com significância foram que os indivíduos de até 20 anos de idade praticam sexo oral desprotegido e o estado civil solteiro foi o que mais apresentou lesões genitais. Os outros dados analisados e correlacionados na pesquisa não mostraram valores significantes.

Palavras-chave: HPV. Odontologia. Papilomaviridae. Carcinoma de Células Escamosas. Condiloma Oral.

¹ Estudante de graduação do 7º semestre em Odontologia, bolsista de iniciação científica da UNICHRISTUS. lana.aragao.magalhaes@gmail.com

² Estudante de graduação do 8º semestre em Odontologia, bolsista de iniciação científica da UNICHRISTUS. evertoncavsilva@hotmail.com

³ Estudante de graduação do 8º semestre em Odontologia, não - bolsista de iniciação científica da UNICHRISTUS. Bell_leite@hotmail.com

⁴ Professor do curso de Enfermagem da UNICHRISTUS. eugeniofgf@hotmail.com

⁵ Professor do curso de Odontologia da UNICHRISTUS, divisão de Patologia.

Paulo_goberlanio@yahoo.com.br

⁶ Professor do curso de Odontologia da UNICHRISTUS, divisão de Estomatologia e Pacientes Especiais. fbitu@hotmail.com

AVALIAÇÃO DA ATIVAÇÃO DO SISTEMA ENDOCANABINOIDE NA PERIODONTITE EXPERIMENTAL EM RATOS.

Ivna Lucia Maia Moreira¹

Mario Roberto Pontes Lisboa²

RESUMO

A periodontite é uma doença infecciosa inflamatória multifatorial que envolve a formação de biofilmes bacterianos e a geração de respostas inflamatórias. O sistema endocanabinoide é um sistema de sinalização lipídico potencialmente anti-inflamatório, composto por agonistas endógenos que agem sobre dois receptores (CB1 e CB2) e um aparato bioquímico responsável pela metabolização dos agonistas. O objetivo do presente trabalho foi avaliar e comparar a expressão dos receptores canabinoides no periodonto de ratos *naïve* e ratos submetidos à periodontite experimental. Dezesesseis animais foram divididos em 2 grupos: C e DP. Nos animais do grupo DP, a periodontite foi induzida através da colocação de uma ligadura ao redor da região cervical do segundo molar superior esquerdo. Após 11 dias, os animais foram eutanasiados e as hemimaxilas foram separadas e histologicamente processadas. A expressão dos receptores CB1 e CB2 no periodonto foi avaliada por meio de imunohistoquímica e a intensidade de imunorreatividade foi semiquantificada por escores. Os dados foram estatisticamente analisados (Mann-Whitney, $p < 0,05$). No grupo DP, foi observada maior expressão tanto de receptores CB1 quanto CB2 em relação ao grupo C, indicando que estes podem estar envolvidos na autolimitação da doença. Ademais, receptores CB1 foram encontrados em fibroblastos do ligamento periodontal, células semelhantes à macrófagos e osteoblastos, enquanto receptores CB2 foram observados nestes mesmos tipos celulares, além de células endoteliais, osteoclastos e osteócitos. Concluiu-se que receptores canabinoides apresentam maior expressão em quadros de periodontite experimental em ratos, podendo representar possíveis alvos farmacológicos para o controle da doença.

¹ Graduando, Odontologia, Centro Universitário Christus

² Professor Mestre, Odontologia, Centro Universitário Christus

Palavras-chave: Periodontite, Perda de osso alveolar, Inflamação, Receptores de canabinoides, Mediadores de inflamação.

AN ASSESSMENT OF THE QUALITY OF LIFE OF ELDERLY PATIENTS TREATED WITH ORTHOGNATHIC SURGERY

Antonia Edivanda Aguiar Parente¹

Natalia Maria Carvalho de Alencar¹

Rafael Linard Avelar²

RESUMO

Aim: The purpose of the present study was to evaluate the impact of orthognathic surgery on quality of life (QoL) in elderly patients. **Methods:** Twenty patients who underwent orthognathic surgery to correct Angle Class I, II e III relations were evaluated. Condition-specific QoL through a 22-item Orthognathic Quality of Life Questionnaire (OQLQ) and generic oral health-related QoL through a 14-item short-form Oral Health Impact Profile (OHIP-14) were assessed. **Results:** A statistically significant reduction ($P < 0.001$) in the average overall score was detected between the presurgical and postsurgical assessments. Male group showed significant improvement in physical pain ($p=0.047$) and psychological discomfort ($p=0.039$). No difference was found between the OHIP-14 ($p=0.582$) and OQLQ ($p=0.525$) total scores for the type of surgery (mono-maxillary or bimaxillary). **Conclusions:** Orthognathic surgical treatment had a positive impact on oral healthrelated QoL in the patients evaluated. The results of this study emphasize the concept that dental esthetics influence patients' oral health–related quality of life.

Keywords: Aging, Oral and Maxillofacial Surgery, Quality of Life

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia

AVALIAÇÃO DA RESISTÊNCIA DE UNIÃO DE SISTEMA ADESIVO UNIVERSAL À DENTINA CLAREADA PRÉ-TRATADA COM CATEQUINA: 12 MESES DE RESULTADOS

Lara Rabelo Aragão¹

Tayná Da Silva Rebouças¹

Caroline Cavalcante de Andrade¹

Sergio Lima Santiago²

Lívia de Oliveira Barros³

Jiovanne Rabelo Neri³

RESUMO

Objetivo: Avaliar o efeito da epilogocatequina-3-galato na resistência de união de sistema adesivo universal à dentina clareada. Metodologia: 36 terceiros molares divididos em 6 grupos: SEM HP; HP + RI; HP + R7D; HP + 0,02% EGCG; HP + 0,1% EGCG; HP + 0,5% EGCG. Todos os grupos foram aplicados o Single Bond Universal, depois, foram aplicados 5 incrementos RC Z350 XT. Os dentes foram armazenados durante 24 h em água destilada a 37°C. As coroas foram seccionadas longitudinalmente, visando obter espécimes em forma de palitos. Metade foi testada após 24h, a outra metade foi armazenada durante 12 meses. Para a análise dos dados foram usados os testes de Análise de Variância a dois critérios e Student-NewmanKeuls. O nível de significância foi de $p < 0,05$. Resultados: Os valores de resistência de união foram influenciados pelo tratamento e pelo tempo de armazenamento. Após 24 horas, não houve diferença estatística entre os grupos, com exceção de HP + RI que teve os menores valores de resistência de união ($p < 0,05$). Ao avaliar a manutenção da resistência adesiva ao longo do tempo, HP +

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia – UNICHRISTUS

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UFC

³ Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

0,02% EGCG e HP + 0,1% EGCG aumentaram os valores durante 12 meses ($p < 0,05$), enquanto HP + 0,5% EGCG manteve os valores de resistência ao longo do tempo ($p = 0,519$). Conclusão: O EGCG quando utilizado como agente antioxidante associado ao Single Bond Universal impediu a redução da resistência de união imediata, após o clareamento. Também foi eficiente em manter a resistência de união à dentina clareada após 12 meses de armazenamento.

Palavras-chave: Clareamento dental. Antioxidantes. Resistência de união. Catequina. Sistema adesivo.

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia – UNICHRISTUS

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UFC

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

AVALIAÇÃO DA RESPOSTA TECIDUAL DE UM CIMENTO ENDODÔNTICO À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL COM ADIÇÃO DE NANOTUBOS DE CARBONO: ANÁLISE DE BIRREFRINGÊNCIA

Júlia Queiroz¹

Théssica Katrine Evangelista Barbosa¹

Danna Mota Moreira²

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo avaliar possíveis melhorias com a adição de nanotubos de carbono na biocompatibilidade de um cimento endodôntico à base de óxido de zinco e eugenol de ampla utilização mundial por meio de uma análise de birrefringência do colágeno presente no tecido conjuntivo de subcutâneo de ratos. Nesta pesquisa foram utilizados camundongos da espécie *M. musculus* Camundongos, linhagem/cepa Balb-C (n=15) machos ou fêmeas, com 50 dias de idade e peso médio de 30 gramas. Os grupos experimentais se subdividiram em G1- Controle Cirúrgico; G2 – Endométhasone N; G3 – Endométhasone N + nanotubos de carbono. Tais grupos foram ainda subdivididos posteriormente em 3 períodos experimentais (a – 1 semana; b – 3 semanas e c – 9 semanas), totalizando 7 grupos experimentais (G1, G2a, G2b, G2c, G3a, G3b e G3c). No grupo Controle foi inserido o tubo de poliestireno vazio para um controle inflamatório do procedimento cirúrgico. Como resultados, foi possível observar padrões similares de processo inflamatório independente da adição de nanotubos de carbono ou não. O grupo controle apresentou espessura de cápsula delgada e infiltrado inflamatório discreto. A presença de tecido conjuntivo frouxo, feixes vículo-nervosos e vasos sanguíneos foi observada em todos os grupos ao longo dos diversos períodos experimentais. Também foi possível observar uma predominância de fibrilas colágenas amarelas

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

em todos os grupos experimentais independente da adição de nanotubos de carbono o que indica uma composição maior de colágeno do tipo I. Conclui-se assim, que a incorporação de NTC ao cimento Endométhasone N não diferiu e nem proporcionou melhorias nas propriedades biológicas.

Palavras-chave: Endodontia. Cimento endodôntico. Nanotubos de carbono. Reparo. Colágeno.

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

AVALIAÇÃO DO PERFIL ESTOMATOLÓGICO E POSSÍVEIS MALFORMAÇÕES EM TECIDOS MOLES, ÓSSEOS E/OU DENTÁRIOS EM PACIENTES COM ZIKA VÍRUS CONGÊNITO

Lavina Sousa Araújo¹
Michelly Cavalcante Monteiro Pedrosa²
Phillipe Nogueira Barbosa Alencar³
Maria Cláudia de Freitas Lima⁴
Fabrício Bitu Sousa⁵
Isabella Fernandes Carvalho⁶

RESUMO

O objetivo do presente estudo foi investigar possíveis malformações nos tecidos moles, ósseos e/ou dentais em pacientes com a Síndrome Congênita do Zika Vírus (ZIKV) por meio de avaliação clínica e radiográfica. 30 crianças nascidas com e sem ZIKV e 30 crianças sem ZIKV (grupo controle) foram incluídas no estudo. Os pacientes foram avaliados durante 24 meses consecutivos entre as variáveis sexo, idade, fissura palatina, lesões de tecidos moles, hiperplasia do rebordo alveolar, freios labiais e linguais curtos, postura inadequada da musculatura lingual e perioral em repouso, micrognatia, cavidades palatinas estreitas, alterações na forma e/ou número, sequência eruptiva, espasmos, convulsões e atraso de erupção foram avaliados. O teste do qui-quadrado, o teste t de Student e a regressão logística nominal foram utilizados ($p < 0,05$). Entre os 30 bebês examinados, a idade média da primeira erupção dentária foi $10,8 \pm 3,8$, com quase dois terços das crianças ($n = 18$, 60%) experimentando erupções do primeiro dente após 9 meses de idade, nove crianças (30%) apresentavam postura lingual inadequada em repouso, mais da metade das crianças ($n = 18$, 60%) apresentaram freios labiais ou linguais curtos. Os bebês com ZIKV apresentaram alta prevalência de abóbada palatina estreita ($p < 0,001$), postura lingual inadequada em repouso ($p = 0,004$), micrognatia ($p = 0,002$), alterações na forma e/ou número de dentes ($p = 0,006$), alteração na sequência de erupção dentária ($p < 0,001$) e espasmos musculares ($p = 0,002$). A erupção tardia foi associada à inadequada postura lingual em repouso ($p = 0,047$), micrognatia ($p = 0,002$) e alterações na forma e/ou número de dentes ($p = 0,021$). A erupção tardia ($p = 0,006$) e as cavidades palatinas estreitas ($p = 0,008$) foram independentemente associadas ao ZIKV. Além disso, os pacientes do sexo feminino apresentaram as mais estreitas abóbadas palatinas ($p = 0,010$). As crianças com ZIKV mostraram uma tendência maior a atraso na erupção do primeiro dente decíduo, postura lingual inadequada e músculos periorais em repouso, além de freios labiais e linguais curtos.

¹ Discente do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, lavinadolce@hotmail.com

² Discente do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, michelly.ce@hotmail.com

³ Docente do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, drphillipenogueira@hotmail.com

⁴ Docente do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, cacaulima2@hotmail.com

⁵ Docente do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, fbitu@hotmail.com

⁶ Docente do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, isabellaafcarvalho@gmail.com

Palavras-chave: Zika Vírus. Microcefalia. Síndrome. Anomalia congênita.
Odontogênese.

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL DE INFliximabe, ADJUNTO OU NÃO À RASPAGEM E ALISAMENTO RADICULAR, NA DENSIDADE RADIOGRÁFICA ÓSSEA NA PERIODONTITE EXPERIMENTAL EM RATOS.

Ivyna Maria Cardins Falcão¹
Caroline Alves Roque¹
Bruno da Silva Gaspar¹
Everton Cavalcante da Silva¹
Mario Roberto Pontes Lisboa²

RESUMO

O objetivo deste estudo foi avaliar os efeitos do infliximabe (INF), associado ou não ao tratamento mecânico (RAR), na densidade radiográfica óssea (DRO) na periodontite experimental (PE) em ratos. Os animais foram divididos em grupos PE, PE+RAR, PE+INF e PE+RAR+INF (n=8). PE foi induzida em todos os animais por meio de uma ligadura. Sete dias após a indução, as ligaduras foram removidas e RAR foi realizada nos grupos PE+RAR e PE+RAR+INF e o INF foi injetado nos grupos PE+INF e PE+RAR+INF. A DRO foi avaliada através de radiografias digitais e os dados foram estatisticamente analisados (ANOVA, Tukey, $p < 0,05$). Todos os tratamentos foram capazes de impedir a redução da DRO ($p < 0,05$), sendo este efeito mais significativo no grupo PE+RAR+INF ($p < 0,01$). Não houve diferença entre os grupos de tratamento ($p > 0,05$). Conclui-se que a administração de INF isoladamente pode melhorar a DRO na PE em ratos, mas não melhora o tratamento periodontal convencional.

Palavras-chave: Perda óssea alveolar. Periodontite. Reabsorção óssea alveolar. Inflamação. TNF- α .

¹ Graduando, Odontologia, Centro Universitário Christus

² Professor Mestre, Odontologia, Centro Universitário Christus

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DA LASERTERAPIA DE BAIXA INTENSIDADE NA DENSIDADE RADIOGRÁFICA ÓSSEA DE FERIDAS CIRÚRGICAS PERIODONTAIS ASSOCIADAS A OSTEOTOMIA EM RATOS

Caroline Alves Roque¹
Ivyna Maria Cardins Falcão¹
Sara Carlos Farias¹
Everton Cavalcante Silva¹
Hercilio de Matos Moreira Neto¹
Mario Roberto Pontes Lisboa²

RESUMO

As cirurgias periodontais são indicadas para o estabelecimento de uma morfologia adequada da região dentogengival, favorecendo a higiene e facilitando a terapia restauradora. A laserterapia de baixa intensidade (LTBI) está ganhando espaço como tratamento adjuvante e não invasivo, pois promove a aceleração de processos cicatriciais, modulação da inflamação e analgesia. A utilização de LTBI poderia acelerar o reparo tecidual, facilitando uma possível reabilitação pós-cirúrgica, além de reduzir a morbidade pós-cirúrgica. O objetivo desse projeto foi avaliar os efeitos da aplicação da LTBI na cicatrização de cirurgias periodontais envolvendo cirurgia óssea em ratos. Foram utilizadas 30 ratas adultas fêmeas da raça Wistar para este experimento. A ferida cirúrgica foi realizada de forma incisional, seguida de descolamento mucoperiosteal e, com uma broca, foi realizado o desgaste ósseo de 1 mm de profundidade na região mesial do primeiro molar superior de ambos os lados do animal. A cada 72h após a cirurgia, os animais foram anestesiados e aplicou-se LTBI com uma potência de 0,1 J/s por 20 segundos somente do lado esquerdo, sendo o lado direito o controle interno de cada animal. As eutanásias ocorreram nos dias 3, 6, 9, 12 e 15 dias após a confecção das feridas cirúrgicas. As peças foram radiografadas e analisou-se a densidade radiográfica óssea em ambos os lados, padronizadas em relação à região de furca do primeiro molar. Os dados

¹ Aluno(a) do curso de Graduação de Odontologia da Unichristus, karolineroque@hotmail.com

² Professor do curso de Graduação de Odontologia da Unichristus, marioplisboa@gmail.com

foram estatisticamente analisados (ANOVA, para análises intragrupo; t de Student para análises intergrupo). Não foi observada diferença estatística na análise longitudinal nem entre os grupos *laser* e não *laser* na avaliação da densidade óssea radiográfica. Conclui-se que, dentro dos limites deste estudo, a terapia com o LTBI não alterou os níveis da densidade óssea radiográfica no modelo de ferida incisional periodontal com osteotomia em ratas.

Palavras-chave: Cirurgia periodontal; laseterapia de baixa intensidade; Reparo tecidual

AVALIAÇÃO DOS EFEITOS INFLAMATÓRIOS DE UM CIMENTO ENDODÔNTICO BIOCERÂMICO EM TECIDO SUBCUTÂNEO DE RATO

Laissa Sousa Evangelista¹

Amanda Kevys Magalhães¹

Paulo Goberlânio Barros Silva²

George Táccio de Miranda Candeiro²

RESUMO

O presente estudo teve o objetivo de avaliar os efeitos inflamatórios dos cimentos endodônticos Endosequence BC Sealer e AH Plus em tecido subcutâneo de rato. Foram utilizados 25 ratos (*Rattus norvegicus albinus*), adultos-jovens, pesando em média 250g, mantidos no Biotério do Centro Universitário Christus. Foram utilizados 5 animais por período experimental, sendo que cada animal recebeu 3 tubos na região dorsal, sendo 2 do lado direito e 1 no lado esquerdo. Para cada animal, os tubos foram implantados com o cimento Endosequence BC Sealer, com cimento resinoso AH Plus e um tubo vazio. Decorridos os períodos experimentais de 3, 7, 15, 30 e 60 dias, os animais foram eutanaziados, sendo removidos os tubos juntamente com tecido subcutâneo adjacente e mantendo-os formalina a 10%. Em seguida, foi realizada a análise histomorfométrica dos espécimes por meio da microscopia óptica, a fim de avaliar o grau de inflamação presente. Foi observado no 3º dia moderado infiltrado inflamatório em todos os animais independente do grupo, evoluindo para inflamação crônica no 7º dia apresentando discreto tecido de granulação com fibrose, após o 15º dias. No 30º e 60º dia, foi observada ausência

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

de inflamação em todos os grupos. Ao redor do cimento AH Plus, demonstrou leve inflamação no 3º dia, aumentando para moderada no 7º dia, reduzindo para leve no 15º dia e ausente no 30º e 60º dia. O cimento biocerâmico induziu, moderada inflamação no 3º dia decrescendo para leve no 7º dia e ausente nos 15º, 30º e 60º dia. O cimento endodôntico AH Plus apresentou grande intensidade de inflamação crônica, fibrose e angiogênese e o cimento Endosequence BC Sealer, apesar de induzir grande quantidade de inflamação, induz pouca fibrose e moderada angiogênese. Conclui-se que ambos os cimentos apresentaram adequada biocompatibilidade tecidual.

Palavras-Chave: Biocompatibilidade. Cimento endodôntico. Endodontia. Inflamação. Obturação.

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

COMPARAÇÃO MICROTOMOGRÁFICA DOS ASPECTOS MORFOLÓGICOS ÓSSEOS ENTRE RATOS NORMOGLICÊMICOS E DIABÉTICOS COM PERIODONTITE EXPERIMENTAL

Hercilio de Matos Moreira Neto¹

Mario Roberto Pontes Lisboa²

Antônio Ernando Carlos Ferreira Júnior³

RESUMO

A periodontite é uma doença multifatorial que envolve biofilmes bacterianos e a geração de respostas inflamatória. Apesar de o biofilme dentário ser o fator etiológico primário da doença periodontal, existem evidências de que a resposta do hospedeiro e alguns fatores, como o fumo e o diabetes mellitus (DM), estão associados com a progressão e a severidade da periodontite. O objetivo do presente estudo foi comparar os aspectos morfológicos microestruturais ósseos volumétricos e trabeculares observados em ratos normoglicêmicos e diabéticos com periodontite experimental induzida por ligadura (PE). Os animais foram divididos em dois grandes grupos: C (animais normoglicêmicos) e grupo DM (animais com DM). A indução de DM se deu por injeção intraperitoneal de estreptozotocina. A indução da PE consistiu na colocação de uma ligadura na cervical de primeiros molares inferiores direitos de cada um dos ratos. No 18^o dia de experimento, os animais foram submetidos à eutanásia por inalação excessiva de halotano. As hemimandíbulas do grupo C foram divididas em C (esquerda) e EP (direita) e as do grupo DM foram divididas em DM-C (esquerda) e DM-PE (direita). Posteriormente essas foram analisadas por microtomografia computadorizada, gerando imagens em três dimensões. A partir das imagens, analisou-se volume ósseo, a espessura, o número e o espaçamento trabeculares e a porosidade óssea. Os dados foram submetidos a análise estatística (ANOVA; Tukey, p [1] Acadêmico do curso de odontologia da UNICHRISTUS.

[2] Docente do curso de odontologia da UNICHRISTUS.

[3] Docente do curso de odontologia da UNICHRISTUS.

que o DM isoladamente não alterou a perda óssea alveolar em comparação ao grupo C, mas foi observada redução do volume ósseo nos grupos PE e DM-PE, sendo estes últimos diferentes entre si ($p < 0,05$). Os animais do grupo DM-PE também apresentaram alteração em todos os parâmetros trabeculares, ainda mais acentuados que o grupo PE, em relação aos controles ($p < 0,05$). Já no tocante à porosidade óssea, esta foi avaliada na forma de porosidade total e percentual. Na avaliação da porosidade, os grupos PE e DM-PE apresentaram porosidade maior que os grupos C e DM-C ($p < 0,05$), sendo que o grupo DM-PE apresentou porosidade ainda mais acentuada que o grupo PE ($p < 0,05$). Dentro dos limites do presente estudo, concluiu-se que o DM é um fator que influencia a severidade e a progressão da PE em ratos, levando a uma redução acelerada da massa óssea e alterando a microestrutura trabecular e a porosidade óssea.

Palavras-chave: diabetes mellitus; periodontite; reabsorção óssea; microtomografia; doença periodontal experimental.

[1] Acadêmico do curso de odontologia da UNICHRISTUS.

[2] Docente do curso de odontologia da UNICHRISTUS.

[3] Docente do curso de odontologia da UNICHRISTUS.

DISPONIBILIDADE AO ATENDIMENTO DE PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS PELOS ODONTOPEDIATRAS CEARENSES

Lia de Vasconcelos Rocha¹

Iury da Silva Ximenes¹

Isabella Fernandes Carvalho²

Juliana Ximenes Damasceno²

Thales Salles Angelim Viana²

Anyá P G F Vieira Meyer²

RESUMO

Pacientes Portadores de Necessidades Especiais são aqueles que possuem algum comprometimento físico, mental, sensorial, comportamental, cognitivo ou emocional. Atualmente, o número de crianças portadoras de necessidades especiais vem aumentando, havendo uma necessidade de cirurgiões-dentistas habilitados para que haja um atendimento de qualidade. As dificuldades para realizar o tratamento odontológico desses pacientes caracterizados como especiais podem ser classificadas como específicas ou inespecíficas. As dificuldades vão desde graus de limitações físicas do paciente até as barreiras arquitetônicas do consultório odontológico e a falta de profissionais habilitados para o atendimento. O objetivo da pesquisa foi avaliar a disponibilidade dos Cirurgiões-Dentistas (CD), especializados em odontopediatria, para o atendimento a crianças com necessidades especiais na cidade de Fortaleza. Tratou-se de um estudo observacional prospectivo transversal

¹ Acadêmico do Curso de Odontologia do Centro Universitário Christus

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia do Centro Universitário Christus

no qual foram aplicados questionários aos CD. Nossa amostra foi composta por CD especialistas em odontopediatria que estavam inscritos no Conselho Regional de Odontologia e foram excluídos da pesquisa os especialistas que não exerçam a profissão e que estejam aposentados. Os CD foram contatados pessoalmente e/ou por telefone para responderem uma entrevista semiestruturada que, além de colher desde informações sociodemográficas, colherá informações do âmbito acadêmico e profissional. Para participarem da pesquisa, os profissionais concordaram com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Os dados foram tabulados no EpiData® versão 3.1 foram exportados para o software estatístico Stata 14® para realização das análises descritivas e analíticas do estudo (índice de significância $p < 0.05$). Dentre os vários resultados encontrados no estudo, podemos destacar: quais pacientes especiais os odontopediatras atendem, se durante a graduação ou pós-graduação houve uma habilitação coerente para o atendimento a pacientes portadores de necessidades especiais, qual o tempo de formado que esses dentistas possuem, dentre outros. Podemos observar, diante dos resultados, que antigamente o assunto sobre pacientes portadores de necessidades especiais era pouco discutido, fazendo com que os dentistas que se formaram mais recentemente, possuam uma maior habilidade no atendimento a esses pacientes, além disso, a área da docência (mestrado e doutorado) habilita mais ainda os profissionais a atenderem esses pacientes e a realizarem procedimentos especializados também. Foi visto que os profissionais que não tiveram experiência atendendo pacientes especiais na graduação ou pós-graduação, tendem a não se sentir habilitados para o atendimento a esses pacientes. Por conseguinte, podemos concluir que um contato maior com os pacientes especiais, durante a graduação e pós-graduação, faz com que mais dentistas estejam aptos ao atendimento a esses pacientes; melhorando o acesso para esses pacientes e fazendo com que haja uma melhoria na qualidade de vida dos mesmos.

Palavras-chave: Pacientes com Necessidades Especiais. Odontopediatria. Educação em Saúde Bucal. Atendimento odontológico. Qualidade de vida.

¹ Acadêmico do Curso de Odontologia do Centro Universitário Christus

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia do Centro Universitário Christus

¹ Acadêmico do Curso de Odontologia do Centro Universitário Christus

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia do Centro Universitário Christus

EFEITO DA SATURAÇÃO DE COR NA PROFUNDIDADE DE POLIMERIZAÇÃO DE RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA

Autores: Luana Braga Barbosa¹

Lara Rabelo Aragão¹

Taira Endi de Flaviano Albuquerque¹

Rafaela Ferreira Damasceno¹

Lillian Lima e Silva¹

Jiovanne Rabelo Neri²

RESUMO

Objetivo: O presente estudo tem como objetivo avaliar a influência da saturação de cor no grau de conversão de resinas compostas nanohíbridas. **Metodologia:** Foram confeccionados 20 cilindros de resina composta, obtidos a partir da inserção de um único incremento de resina composta no centro da matriz de teflon e fotopolimerizados por 40 segundos, em seguida foram seccionados longitudinalmente. As metades foram fixadas em placas de acrílico, polidas e armazenados, a 37 °C por 24 horas. Para a determinação do grau de conversão, foram realizadas, em cada espécime, 4 leituras nas profundidades de 0,01 (topo), 1, 2 e 4 mm, com um espectrômetro micro-Raman. A partir dos dados obtidos foram realizados o teste de Análise de Variância a dois critérios e Holm-Sidak. Em todas as situações, foi adotado o nível de significância de 5%. **Resultados:** Os valores de grau de conversão não foram afetados pela profundidade de polimerização até 2 mm, independente da saturação da resina composta ($p > 0,05$). Todos os grupos apresentaram o grau de conversão significativamente menor na profundidade de 4 mm, quando comparado com as demais profundidades ($p < 0,05$). Na profundidade de 4 mm, o grupo A3,5 apresentou menor grau de conversão entre os grupos ($p < 0,05$). **Conclusão:** O grau de conversão da resina composta nanohíbrida é

¹ Acadêmico do Curso de Odontologia

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia

afetado pela profundidade de polimerização e pela saturação de cor, principalmente com 4 mm de profundidade.

Palavras-chave: Resinas compostas, Polimerização, Conversão, Profundidade.

¹ Acadêmico do Curso de Odontologia

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia

EFEITO DO LASER DE BAIXA POTÊNCIA NO REPARO TECIDUAL DE ENXERTOS AUTÓGENOS. ANÁLISE IMAGINOLÓGICA.

Talyne Albuquerque Ximenes¹

Amanda Lobão de Albuquerque²

Amanda Pinheiro Leitão Matos³

Tibério Gomes Magalhães⁴

Gabriel Silva Andrade⁵

Abrahão Cavalcante Gomes de Souza Carvalho⁶

RESUMO

Objetivo: O objetivo deste estudo foi avaliar o efeito do laser de baixa intensidade (LBI) no reparo ósseo em defeitos criados cirurgicamente em calvária de ratos reconstruídos com enxerto ósseo autógeno (AB). **Materiais e métodos:** O estudo foi realizado em 40 ratos machos (*Rattus norvegicus*, albinus, Wistar), pesando 250-300 g. Para a realização dos procedimentos experimentais, os ratos foram anestesiados com uma injeção intraperitoneal de xilazina e cloridrato de ketamina. Dois defeitos com 5 mm de diâmetro foram criados em cada animal. Os animais foram divididos em dois grupos: Grupo Controle (defeito esquerdo - preenchido com coágulo sanguíneo; defeito direito - preenchido com osso autógeno) Grupo Experimental

¹ Aluna do curso de odontologia do Centro Universitário Christus, talyne9@hotmail.com

² Aluna do curso de odontologia do Centro Universitário Christus, mandaalbuquerque@outlook.com

³ Aluna do curso de odontologia do Centro Universitário Christus, amandapmaat@live.com

⁴ Professor do curso de odontologia do Centro Universitário Christus, tiberiogm@yahoo.com.br

⁵ Professor do curso de odontologia do Centro Universitário Christus, andradebmf@gmail.com

⁶ Professor do curso de odontologia do Centro Universitário Christus, abrahao_cav@yahoo.com.br

(defeito esquerdo - preenchido com coágulo sanguíneo + LBI; defeito direito - preenchido com osso autógeno + LBI). Os animais tratados com LBI receberam aplicações de laser no comprimento de onda do espectro infravermelho ($\lambda = 808 \text{ nm}$) e densidade de energia de 70 J / cm^2 , durante 20 s desde o dia da cirurgia até o dia da eutanásia, num intervalo de 72h. Os animais foram sacrificados nos dias 0 e 14 do pós-operatório. Foram realizadas radiografias periapicais digitais das calotas cranianas dos animais e os defeitos foram analisados de forma qualitativa e descritiva quanto ao perfil de mineralização óssea. Resultados: Após análise dos resultados, foi observada uma imagem de discreta neoformação óssea que partia da borda do defeito e das partículas enxertadas nos animais que receberam eutanásia no período de 14 dias, quando comparado aos animais eutanasiados no período inicial. No entanto, não foi observada diferença no perfil de neoformação óssea entre os grupos controle e experimental. Conclusão: A terapia com laser de baixa intensidade não altera o perfil de mineralização óssea em defeitos críticos reconstruídos ou não com enxerto autógeno particulado no período de 14 dias analisados através de radiografias periapicais.

Palavras-chave: Terapia a laser de baixa intensidade, transplante ósseo, osso parietal, enxerto ósseo autógeno, radiografia digital

¹ Aluna do curso de odontologia do Centro Universitário Christus, talyne9@hotmail.com

² Aluna do curso de odontologia do Centro Universitário Christus, mandaalbuquerque@outlook.com

³ Aluna do curso de odontologia do Centro Universitário Christus, amandapmaat@live.com

⁴ Professor do curso de odontologia do Centro Universitário Christus, tiberiogm@yahoo.com.br

⁵ Professor do curso de odontologia do Centro Universitário Christus, andradebmf@gmail.com

⁶ Professor do curso de odontologia do Centro Universitário Christus, abrahao_cav@yahoo.com.br

EFEITOS DA ADMINISTRAÇÃO DE TOCILIZUMAB NO ESTABELECIMENTO DA PERIODONTITE EXPERIMENTAL EM RATOS

Everton Cavalcante da Silva¹

Caroline Alves Roque¹

Ivyna Maria Cardins Falcão¹

Sara Carlos Farias¹

Hercílio de Matos Moreira Neto¹

Mario Roberto Pontes Lisboa²

RESUMO

A doença periodontal é uma condição multifatorial relacionada a presença de biofilme e a geração de respostas inflamatórias subsequentes. A Interleucina-6 (IL-6) é uma citocina presente tanto na fase aguda, quanto crônica da resposta inflamatória. O Tocilizumabe (TCZ) é um anticorpo monoclonal anti-receptor de IL-6. O objetivo do presente estudo foi avaliar os efeitos da administração sistêmica de TCZ no estabelecimento da periodontite experimental em ratos. Foram utilizados 32 animais, que foram distribuídos em 4 grupos (n=8): PE, PE/TCZ4, PE/TCZ16 e PE/TCZ32. A periodontite foi induzida por ligadura no segundo molar superior e o TCZ foi administrado por via intraperitoneal nas doses de 4, 16 e 32 mg/kg. No 11º dia todos os animais foram eutanasiados e suas maxilas excisadas, coradas com azul de metileno 1% e radiografadas para análises morfométricas e radiográficas. As peças foram fotografadas e radiografadas, utilizando o mesmo protocolo. Tanto as fotografias, quanto as radiografias foram analisadas por meio do software ImageJ, avaliando a área de reabsorção óssea alveolar e os tons de cinza, respectivamente. Os dados foram estatisticamente analisados (ANOVA, Tukey, p<0,05). O grupo PE/TCZ32 apresentou redução na variação na área de perda óssea na região de furca, enquanto os outros grupos não apresentaram diferença entre si. Houve também redução na variação da densidade radiográfica óssea nos grupos tratados

¹Graduando em Odontologia, evertoncavsilva@hotmail.com

²Mestre e professor do curso de Odontologia, marioplisboa@gmail.com

com 16 e 32 mg/kg de TCZ. Pode-se concluir que o TCZ na dose de 32 mg/kg reduziu a perda óssea alveolar e a alteração na densidade óssea radiográfica no modelo de periodontite induzida por ligadura em ratos.

Palavras-chave: **Palavras-chave:** Doença periodontal. Interleucina-6. Tocilizumabe. Inflamação. Osteoclastos.

EFEITOS DA LASERTERAPIA DE BAIXA INTENSIDADE NA CICATRIZAÇÃO TECIDUAL ÓSSEA PÓS-EXODONTIAS EM RATOS

Amanda Pinheiro Leitão Matos¹

Felipe Herbert de Oliveira Mendes¹

Clarissa Pessoa Fernandes²

RESUMO

A cicatrização alveolar consiste em um complexo processo de reparo tecidual que ocorre após a extração dentária. O reparo do tecido ósseo é mais lento que dos demais tecidos e é constituído por vários mecanismos especializados que agem na sua regeneração, revestimento e recuperação morfológica e funcional. O comprometimento do reparo pode ser ocasionado por algum tipo de injúria, como a perda de fragmento de osso, o que levaria ao possível surgimento de defeitos no tecido. Para o reparo desses defeitos, algumas opções de tratamento vêm sendo utilizadas, como enxertos ósseos e laserterapia de Baixa Intensidade (LBI). O tratamento com LBI tem se mostrado bastante promissor na área de reparo tecidual, em decorrência de seus benefícios anti-inflamatórios, analgésicos e cicatrizantes, que agem por meio de um fenômeno de bioestimulação, gerando uma resposta biológica ao estímulo modificando a célula quimicamente ou fisicamente. Porém, ainda existe um amplo campo de descobertas em relação a seus benefícios e limites. Visto que pesquisas laboratoriais relacionadas a reparo de alvéolo dentário são escassas, especialmente abordando os aspectos histológicos do reparo, e considerando os benefícios já apresentados pela terapia com LBI, mais pesquisas nessa área são necessárias na tentativa de se aproximar de um protocolo eficaz e reproduzível. A presente pesquisa possui o objetivo de verificar os efeitos da laserterapia de baixa intensidade na cicatrização de sítios pós-exodontia em ratos. Para isso foram utilizados um total de 84 ratos Wistar machos com peso entre 180-

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

220g, aleatoriamente divididos em 2 grupos: grupo controle e grupo laser, subdivididos em 7 subgrupos de 6 animais cada, de acordo com os dias de sacrifício de 1, 3, 7, 10, 14, 21 e 28 dias após a exodontia. No grupo laser, a área do alvéolo foi irradiada na cortical vestibular utilizando-se um laser de diodo com meio ativo AsGaAl, potência de 100mW, infravermelho (comprimento de onda 810nm), área do spot 0,028cm², 2J de energia e densidade de energia de aproximadamente 70J/cm². As aplicações foram realizadas imediatamente após a exodontia e a cada 72 horas até o dia do sacrifício, após a sedação dos mesmos. As análises previstas incluem análises de variação de massa corpórea, radiográficas, histomorfométricas e estatística. Quanto as análises previstas, apenas 4 foram realizadas, a radiográfica, de massa corpórea, o número de fraturas e tempo cirúrgico. Nenhuma delas apresentou diferenças significativas, porém as demais etapas de análise estão sendo realizadas e avaliadas. Espera-se que a utilização do LBI se mostre eficaz no reparo do tecido ósseo, sendo possível concluir um protocolo efetivo.

Palavras-chave: Laser de baixa intensidade. Extração dentária. Cicatrização alveolar. Regeneração óssea. Laserterapia.

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

ESTUDO DA CONCENTRAÇÃO PROTEICA E FLUXO SALIVAR DE CRIANÇAS NO SEXTO MÊS DE VIDA

Nicolas Albuquerque de Matos¹

Rafaela Fabricio de Freitas²

Ingrid Eleutério Pinheiro³

Thyciana Rodrigues Ribeiro⁴

Cristiane Sá Roriz Fonteles⁵

Juliana Ximenes Damasceno⁶

RESUMO

As proteínas contidas na saliva são elementos fundamentais para a manutenção da saúde bucal, influenciando diretamente na maturação do sistema imune em crianças. A saliva tem fornecido uma grande contribuição para o arsenal de diagnóstico como fonte de biomarcadores e a grande maioria desses potenciais biomarcadores são as proteínas. A composição proteica da saliva durante o desenvolvimento do bebê é ainda pouco documentada. Entretanto, os primeiros meses de vida são marcados por grandes mudanças que afetam a cavidade oral como, por exemplo, a introdução de uma alimentação sólida e a erupção dentária com possíveis consequências para os componentes salivares, podendo afetar a expressão de proteínas específicas na saliva. Esse trabalho objetivou determinar a concentração proteica salivar em crianças no sexto mês de vida e avaliar o impacto da erupção e a introdução de alimentos sólidos nessa concentração. Nesse estudo amostras de saliva total foram obtidas de 76 bebês de ambos os gêneros no sexto mês de vida. Os sobrenadantes foram analisados, o fluxo salivar foi calculado (mL/min) para cada criança e a concentração de proteínas totais foi determinada pelo Método do Ácido Bicinconínico (BCA). Os resultados demonstraram que não houve diferença estatisticamente significativa entre a concentração de proteínas e o sexo ($p=0,630$), tipo de parto ($p=0,506$), peso ($p=0,124$), amamentação ($p=0,839$),

¹ Acadêmico, Odontologia, Centro Universitário Christus, nicolasampaio@hotmail.com.

² Acadêmica, Odontologia, Centro Universitário Christus, rafa.freitas211@gmail.com.

³ Acadêmica, Odontologia, Centro Universitário Christus, ingrideleuterio@hotmail.com.

⁴ Doutora, Odontologia, Universidade Federal do Ceará, thyciana_odonto@yahoo.com.br.

⁵ Doutora, Odontologia, Universidade Federal do Ceará, cfontele@ufc.br.

⁶ Doutora, Odontologia, Coordenadora Adjunta, coordodontologia03@unichristus.edu.br.

introdução de alimentos sólidos ($p=0,145$), quantidade de dentes presentes ($p=0,879$) e higiene oral ($p=460$) da criança no sexto mês de vida. Conclui-se que a concentração de proteínas totais salivares no sexto mês de vida não expressou variação em relação ao sexo, tipo de parto, peso, amamentação, alimentação, quantidade de dentes e higiene.

Palavras-chave: Criança, Saliva, Proteínas, Concentração, Proteômica.

ESTUDO EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS EM SERVIÇO NO NORDESTE BRASILEIRO – ESTUDO PILOTO

Iana Aragão Magalhaes¹

Matheus Bastos de Alencar Sobreira²

Fabício Bitu Sousa³

Thales Salles Angelim Viana⁴

RESUMO

Pacientes com Necessidades Especiais (PNE), que são aqueles que demonstram qualquer comprometimento do desenvolvimento físico, mental, sensorial, comportamental, cognitivo, emocional ou expressem uma condição médica que requerem manejo especializado. No Brasil, segundo o Ministério da Saúde um quarto da população corresponde a esse perfil de paciente. Estudos apontam uma maior prevalência de problema orais nos PNE, sendo o acompanhamento odontológico fundamental para saúde oral e geral do indivíduo. O trabalho tem como objetivo traçar o perfil epidemiológico dos PNE atendidos em serviço de referência no Nordeste brasileiro. Trata-se de um estudo clínico observacional do tipo prospectivo transversal de caráter quantitativo, no qual foram avaliados os PNE atendidos na Clínica escola do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus no período de agosto de 2017 a abril de 2018. Os pacientes passaram por um exame clínico minucioso e coleta dos dados clinicopatológicos. Todos foram concordantes com a pesquisa com assinatura do termo de consentimento. Os dados foram expressos em forma de frequência absoluta e percentual. Nos resultados, 76 pacientes foram avaliados, sendo 50% homens e 50% mulheres, a maioria com faixa etária entre 19-60 anos (52,6%), da cor parda (60,5%), com ensino fundamental incompleto (39,4%), solteiros (55,2%), desempregados (56,5%), que utilizam o transporte público (65,7%) e renda de um salário mínimo (38,1%). As doenças de base mais frequentes foram as alterações neurológicas (35,2%), endócrinas (28,9%)

¹ Estudante de graduação do 7º semestre em Odontologia, bolsista de iniciação científica do Centro Universitário Christus, Fortaleza, Ceará, Brasil. iana.aragao.magalhaes@gmail.com

² Estudante de graduação do 9º semestre em Odontologia, bolsista de iniciação científica do Centro Universitário Christus, Fortaleza, Ceará, Brasil. Matheussobreira20@gmail.com

³ Professor do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, divisão de Estomatologia e Pacientes Especiais, Fortaleza, Ceará, Brasil. fbitu@hotmail.com

⁴ Professor (orientado) do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, divisão de Estomatologia e Pacientes Especiais, Fortaleza, Ceará, Brasil. thalesalles@gmail.com

e cardíacas (26,3%). Grande parte dos PNE encontram-se em um contexto social precário, de desemprego, baixa escolaridade e renda. Isso contribui para um déficit de saúde oral e piora da saúde sistêmica. Nos pacientes com distúrbios neurológicos o problema é mais evidente. Logo, o cuidado com os PNE deve ser intensificado a partir de políticas públicas, promoção de saúde por parte dos profissionais da saúde e atenção multidisciplinar.

Palavras-chave: Pacientes com deficiência. Saúde oral. Doenças da boca. Odontólogos. Qualidade de vida.

¹ Estudante de graduação do 7º semestre em Odontologia, bolsista de iniciação científica do Centro Universitário Christus, Fortaleza, Ceará, Brasil. iana.aragao.magalhaes@gmail.com

² Estudante de graduação do 9º semestre em Odontologia, bolsista de iniciação científica do Centro Universitário Christus, Fortaleza, Ceará, Brasil. Matheussobreira20@gmail.com

³ Professor do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, divisão de Estomatologia e Pacientes Especiais, Fortaleza, Ceará, Brasil. fbitu@hotmail.com

⁴ Professor (orientado) do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, divisão de Estomatologia e Pacientes Especiais, Fortaleza, Ceará, Brasil. thalesalles@gmail.com

EXPERIMENTAL MODEL OF ORAL ULCER IN MICE: COMPARING WOUND HEALING IN THREE IMMUNOLOGICALLY DISTINCT ANIMAL LINES

Joyce Ohana de Lima Martins¹

Érian Bezerra Belo de Codes¹

Milena Oliveira Freitas¹

Paulo Goberlânio Barros Silva²

RESUMO

ABSTRACT Background: The oral wound healing is dependent of immune participation and the absence or augment of one specific immune profile can delayed wound healing. Objectives: So, the objective of this study was t evaluate the wound healing of oral traumatic ulcer (OTU) in cheek mucosa of swiss, balb/c and c57bl6J mice. Materials and Methods: A total of 144 mice (25-30g) were distributed in three groups: swiss (n=48), balb/c (n=48) and c57bl/6j (n=48). An OTU was performed using a dermatological punch in left cheek mucosa. The animals were euthanized daily (n=6/group/day by 8 days) for evaluation of the ulcer area, weight loss and histological analysis. Results: There are no differences between ulcer area in three groups; however only swiss group showed total wound healing. Swiss group showed weight loss in 2nd and 3 rd days recovering the body mass in 4th day ($p<0.01$). Balb/c group showed the greater weight loss ($p<0.05$) and c57bl/6j did not show body mass variation ($p=0.258$). Histologically swiss group was the only group that showed total reepithelization ($p<0.001$). Balb/c ($p=0.022$) and c57bl/6j ($p<0.001$) showed decrease in histological scores, chronic inflammation on the 8th day. Actinomyces was significantly more observed in surface of OTU of balb/c. Conclusion: Balb/c mice

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

showed high infection of OTU surface delaying wound healing, and greater weight loss. C57bl/6J mice showed low infection of OTU, but not healing along the eight days. Only the Swiss mice showed wound healing of OTU.

Keywords: Oral Ulcer; Th1-Th2 Balance; Wound Healing; Mice.

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

IMPACTO DA POSIÇÃO DA CABEÇA NA MORFOLOGIA DAS VIAS AÉREAS POSTERIORES – UM ESTUDO TOMOGRÁFICO

Juliana Lima Vecchio¹

Carlos Wallyson de Sousa¹

Paulo Vitor Ramos Carvalho Costa¹

Paulo Goberlândio de Barros Silva²

Phillipe Nogueira Barbosa Alencar²

Abrahão Cavalcante Gomes de Sousa Carvalho²

RESUMO

O Objetivo da pesquisa foi avaliar o impacto da posição da cabeça durante aquisição de exame tomográfico na morfologia das vias aéreas posteriores. Para a realização do estudo foram selecionados 20 pacientes inscritos na clínica odontológica Unichristus para tratamento de implantes, com a necessidade de controle tomográfico pré e pós-operatório. Como critérios de exclusão tivemos os pacientes que apresentaram alterações anatômicas das vias aéreas posteriores, pacientes sindrômicos e pacientes que não retornaram no período pós-operatório de 30 dias para aquisição do segundo exame tomográfico. Os pacientes selecionados e enquadrados nos critérios de inclusão do estudo foram então orientados quanto à realização da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, autorizando o estudo. Os pacientes então foram submetidos ao exame de Tomografia Computadorizada de Feixe Cônico tomando o plano de Frankfurt como referência de posicionamento da cabeça no tomógrafo no momento da aquisição do exame no período pré-operatório (T0) e utilizando o plano de

¹ **Juliana Lima Vecchio**, aluna do Curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, ju.vecchio@gmail.com

¹ Carlos Wallyson de Sousa, aluno do Curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, wallyson_ita@hotmail.com

¹ Paulo Vitor Ramos Carvalho Costa, aluno do Curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, pvrccosta@live.com

² Paulo Goberlândio de Barros Silva, professor do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, paulo_goberlanio@yahoo.com.br

² Phillipe Nogueira Barbosa Alencar, professor do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, drphillipenogueira@hotmail.com

² **Abrahão Cavalcante Gomes de Sousa Carvalho**, professor do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, abrahao_cav@yahoo.com.br

referência de posicionamento da cabeça no tomógrafo no período pós-operatório (T1), 30 dias após a cirurgia. Para análise dos resultados foi usado o software Dolphin Image 11.0 Premium® (Dolphin Imaging & Management Solutions, Chatsworth, Calif), e os dados de mensuração volumétrica e área mais constricta foram compilados e organizados em planilha do Excel, expressos em média e desvio padrão, para a confecção de gráficos e leitura dos resultados. Como resultados das 40 imagens avaliadas, as medidas da área das VASP não houve alteração significativa entre T0 (plano de Frankfurt) e T1 (plano de Camper). Contudo, o volume das VASP houve uma alteração, em que T1 (plano de Camper) teve um aumento de volume comparando em T0 (plano de Frankfurt), porém sem diferença estatisticamente significativa.

Palavra-chave: Imagem tridimensional; TCFC; plano de Frankfurt; plano de Camper; quantificação volumétrica das vias aéreas.



INFLUÊNCIA DO NÍVEL DE TREINAMENTO DO OPERADOR NA RESISTÊNCIA À FRATURA DE INSTRUMENTOS ENDODONTICOS MECANIZADOS

Yasmym Martins Araújo de Oliveira¹

Lara Araújo Camelo Gomes¹

George Táccio de Miranda Candeiro²

RESUMO

A fratura de limas endodônticas se tornou mais frequente com o surgimento das limas rotatórias de NiTi, pois elas raramente apresentam deformações visíveis significativas. Uma das grandes desvantagens da instrumentação rotatória está na necessidade de treinamento, pois operadores pouco experientes tendem a fraturar mais instrumentos do que os operadores experientes. No entanto, até o presente momento, nenhum estudo avaliou se a experiência do operador influencia no índice de fratura dos instrumentos com cinemática recíprocante. O objetivo deste trabalho foi avaliar a influência da experiência do operador na resistência à fratura de instrumentos Reciproc R25, quando usados em molares extraídos. Foram selecionados apenas molares superiores e inferiores extraídos com angulação entre 30° e 45°. Dez limas Reciproc R25, 25mm, foram acionadas no motor VDW Silver no m “RE IPRO LL” utilizadas por acadêmicos do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus e 10 R R25 25 VDW S “RE IPRO LL” utilizadas por professores de Endodontia do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus. Os dentes foram instrumentados até o forame apical em todos os canais, sendo os canais irrigados com soro fisiológico. Assim, foi analisada durabilidade dos instrumentos até a ocorrência da fratura. Os dados foram analisados estatisticamente pelo teste t-Student, sendo considerado significativo quando $P <$

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

0,05. Foram instrumentados 132 dentes e 410 canais radiculares. Observou-se que os instrumentos Reciproc R25 quando acionados por operadores com pouca experiência fraturaram após o uso em $19,3 \pm 4,7$ canais e quando operados por profissionais experientes, a fratura ocorreu após o preparo de $21,7 \pm 5,5$ canais ($P > 0,05$). O número médio de dentes instrumentados foi de 6,2 e 7,0 para os operadores com pouca experiência e os profissionais experientes, respectivamente ($P > 0,05$). Concluiu-se que a experiência do operador não influenciou os índices de fraturas dos instrumentos Reciproc R25.

Palavras-Chave: Endodontia. Fratura. NiTi. Instrumentação Mecanizada. Reciproc.

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

INFLUÊNCIA DO PROTOCOLO DE FOTOATIVAÇÃO GRADUAL NO GRAU DE CONVERSÃO DE UMA RESINA COMPOSTA NANOHÍBRIDA

Amanda Kevys Magalhães¹

Laissa Sousa Evangelista¹

Milena Oliveira Freitas¹

Danna Mota Moreira²

Byanca Melo Santos²

Paulo Goberlânio de Barros Silva²

George Táccio de Miranda Candeiro²

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo avaliar a formação de fibras colágenas após a implantação de um cimento endodôntico biocerâmico em tecido subcutâneo de rato. Foram utilizados 25 ratos (*Rattus norvegicus albinus*), adultos-jovens, pesando em média 250g, mantidos no Biotério do Centro Universitário Christus. Foram utilizados 5 animais por período experimental, sendo que cada animal recebeu 3 tubos na região dorsal, sendo 2 do lado direito e 1 no lado esquerdo. Para cada animal, os tubos foram implantados com o cimento Endosequence BC Sealer, com cimento resinoso AH Plus e um tubo vazio. Decorridos os períodos experimentais de 3, 7, 15, 30 e 60 dias, os animais foram eutanaziados, sendo removidos os tubos juntamente com tecido subcutâneo adjacente e mantendo-os formalina a 10%. Em seguida, as áreas de tecido conjuntivo do subcutâneo dos ratos foram submetidas à análise por Picrosirius Red para verificação da quantidade e tipificação de deposição do colágeno. Nenhum animal exibiu tecido de granulação no dia 3. Nos dias 7 e 15 o quadrante I apresentou aumento significativo de delgada faixa de tecido de

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

granulação com remissão total deste achado histológico a partir do dia 30. O quadrante II apresentou também delgada faixa de tecido de granulação ao redor do tubo no dia sete, com predominância de espessa faixa deste achado histológico no dia 15 e remissão total nos dias 30 e 60. O quadrante III apresentou espessa faixa de tecido de granulação nos dias sete e quinze com remissão significativa deste achado a partir do dia 30 e o quadrante IV apresentou espessa faixa de tecido de granulação nos dias sete e quinze com manutenção de delgada faixa no dia 30 e ausência deste achado no dia 60. Apesar de não haver diferenças significativas do perfil de tecido de granulação nos dias três, sete e 60 entre os quatro grupos, no dia quinze enquanto o quadrante I apresentava apenas delgada faixa de granulação, os demais grupos apresentaram espessa faixa de granulação ao redor dos tubos enxertados. Da mesma forma enquanto os quadrantes I, II e III IV apresentavam no dia 30 ausência de tecido de granulação o quadrante IV mantinha ainda delgada faixa desse achado histológico. O cimento endodôntico AH Plus apresentou grande intensidade de inflamação crônica, fibrose e angiogênese e o cimento Endosequence BC Sealer, apesar de induzir grande quantidade de inflamação, induz pouca fibrose e moderada angiogênese.

Palavras-Chave: Biocompatibilidade. Biocerâmico. Inflamação. Endodontia. Obtenção

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

INFLUÊNCIA DO TIOSSULFATO DE SÓDIO COMO AGENTE ANTIOXIDANTE EM PROTOCOLOS DE IRRIGAÇÃO ENDODÔNTICA APÓS O USO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO – REVISÃO DE LITERATURA

Amanda Leal Girão¹

Gabriela Vasconcelos Maia¹

Danna Mota Moreira²

RESUMO

O hipoclorito de sódio (NaOCl), tradicional substância irrigadora, utilizada durante o tratamento endodôntico com o intuito de auxiliar na desinfecção radicular, possui a propriedade de dissolver tecido necrótico, remanescentes orgânicos e atividade antimicrobiana. Entretanto, tais efeitos são deletérios a estrutura dentinária bem como, o hipoclorito de sódio interfere na resistência de união de alguns sistemas adesivos. Como forma de minimizar os efeitos adversos do hipoclorito de sódio, agentes redutores são sugeridos na literatura dentre eles o ácido ascórbico, ascorbato de sódio e o tiosulfato de sódio. Assim, o objetivo do presente trabalho foi realizar um levantamento bibliográfico sobre o panorama atual e os possíveis benefícios de uso do tiosulfato de sódio na irrigação endodôntica como agente redutor. A pesquisa bibliográfica foi realizada nas bases de dados eletrônicas PubMed e Scielo usando os seguintes descritores: “Endodontics”, “Sodium hypochlorite” e “Antioxidants”. A pesquisa foi limitada pelo ano de publicação a partir do ano 1999 a 2018 e restritos aos idiomas Português e Inglês. O levantamento bibliográfico demonstrou que ainda são limitados os estudos utilizando o tiosulfato de sódio como irrigante endodôntico, a fim de minimizar os efeitos deletérios do hipoclorito de sódio na dentina radicular e em sistemas adesivos. O tiosulfato de sódio tem um grande uso como neutralizador do NaOCl em protocolos de estudos

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

microbiológicos para análises de unidades formadoras de colônias e contagem de endotoxinas, mas a sua utilização como agente antioxidante para reduzir os efeitos negativos do NaOCl na resistência de união de determinados sistemas adesivos ainda é bem restrita. Entretanto, consiste em uma substância promissora, de fácil aquisição e baixo custo.

Palavras-chave: Endodontia. Agentes antioxidantes. Hipoclorito de sódio. Resistência de união. Sistemas adesivos

¹ Acadêmica do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

² Prof(a) Orientador(a) do Curso de Odontologia - UNICHRISTUS

INFLUÊNCIA DOS FATORES PSICOSSOMÁTICOS NA ETIOLOGIA DA SÍNDROME DA ARDÊNCIA BUCAL

Cássia Emanuella Nóbrega Malta ¹

Paulo Goberlânio de Barros Silva²

Carolina Rodrigues Teófilo ³

A síndrome da ardência bucal (SAB) pode ser definida como uma dor ou desconforto crônico, caracterizada pela sensação de ardência na língua, palato e mucosa jugal. A avaliação clínica demonstra ausência de sinais, sendo os sintomas, relatados pelos pacientes, de intensidade e frequência variadas. Possui etiologia incerta o que dificulta a conduta terapêutica. O objetivo do presente trabalho é avaliar a influência dos fatores psicossomáticos na etiologia da SAB, identificando a existência de correlação entre esta e a presença de estresse, ansiedade e depressão. Para tanto, foram selecionados 60 pacientes, alocados em três grupos: pacientes com SAB, outro com alterações benignas em cavidade oral e, por fim, um grupo com pacientes normossistêmicos. Foram realizados exames extra e intra oral, aplicação da escala visual analógica (EVA), seguida dos Inventários de Ansiedade de Beck, Depressão de Beck, Sintomas de Stresse de Lipp e de Xerostomia de Duth. Foi observada uma predileção, no grupo SAB, por pacientes acima de 60 anos (75%) e do sexo feminino (85%). No que diz respeito aos fatores psicossomáticos, 85% apresentam ansiedade, distribuídos em grau moderado e severo e 60% enquadravam-se como depressivos moderados ou graves. Observou-se, ainda, graus variados de estresse, seja ele na fase de alerta (65%), resistência (75%) ou exaustão (45%). Levando em conta a presença da tríade clássica da SAB (ardência em cavidade oral, xerostomia e alteração do paladar), 100% dos pacientes relataram a sensação de boca seca, 40% estavam com xerostomia moderada e 60% severa. Porém, não foi vista alteração na variação do fluxo salivar desses pacientes. A alteração de paladar foi relatada por 80% dos pacientes. Ao analisar as variações dos tipos de SAB, 35% dos pacientes enquadravam-se no tipo 1, 40% no tipo 2 e 25% no tipo 3. Os presentes resultados corroboram com a hipótese de que há influência entre os sintomas de ardência bucal e o comprometimento psicossomático dos pacientes,

¹ Acadêmica do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, participante do programa de iniciação à pesquisa e à docência da unichristus, cassiaemanuellan@gmail.com

² Doutor e Professor do curso de odontologia da Unichristus, paulo_goberlanio@yahoo.com

³ Doutora e Professora do Curso de Odontologia da Unichristus, carolrteofilo@gmail.com

sugerindo que a abordagem para o tratamento de tal enfermidade deve abranger uma equipe multidisciplinar associada a medicações que auxiliem na estabilização do quadro de ansiedade, depressão e estresse.

Palavras-chave: Síndrome da Ardência Bucal, Etiologia, Manifestações Bucais. Doenças da boca, Fatores Psicossomáticos, Terapia Psicanalítica

MÉTODOS DE FIXAÇÃO EM FRATURAS MANDIBULARES – REVISÃO DE LITERATURA

Gabriela Vasconcelos Maia¹
Mikaella Edite Fontes Borges²
Manoel de Jesus Rodrigues Melo³
Abrahão Cavalcante de Sousa Gomes Carvalho⁴

RESUMO

Os traumas que envolvem o complexo maxilofacial representam um dos principais problemas na saúde pública. As fraturas de mandíbula ocupam o segundo lugar entre as fraturas faciais mais frequentes, e podem ser classificadas quanto a sua localização, quanto ao deslocamento dos fragmentos fraturados e quanto ao padrão dos fragmentos. Ademais, os procedimentos cirúrgicos que envolvem a fixação de ossos nos casos de fraturas exigem materiais específicos e tornam-se complexos se a área for de difícil acesso, além de serem um método bastante demorado. Nessa perspectiva, o presente trabalho buscou realizar uma revisão não sistemática da literatura a respeito dos meios para a fixação de fraturas mandibulares utilizados por cirurgiões bucomaxilofaciais. As bases bibliográficas analisadas foram: PubMed e LILACS. Dentre as modalidades de tratamento para as fraturas do complexo maxilofacial, tem-se desde as bandagens como método provisório, a redução da fratura - onde os fragmentos ósseos são colocados no contato mais íntimo possível; as imobilizações através de métodos intra ou extrabucais, as goteiras, as odontorráfias, a transfixação com fio de Kirschner, agrafe para osso, osteossíntese com placa e parafuso e os aparelhos de comando externo. No entanto, foi visto que as placas e os parafusos são os tratamentos reabilitadores de traumas bucomaxilofaciais considerados padrão ouro e mais eficazes para fixação das fraturas. Dessa forma, o cirurgião bucomaxilofacial deve possuir conhecimento para realizar a indicação da melhor forma de tratamento a ser empregado em cada caso, levando-se em consideração as condições do paciente, para que seja aplicado o método de tratamento adequado.

¹Aluno do curso de graduação em Odontologia do Centro Universitário Christus, gabsm_@hotmail.com

²Aluno do curso de graduação em Odontologia do Centro Universitário Christus, mikaellaedite@yahoo.com.br

³Mestre em CTBMF, professor do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, mtjmello@gmail.com

⁴ Mestre e Doutor em CTBMF, professor do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus,

abrahao_cav@yahoo.com.br

Palavras-chaves: Cirurgia Bucal. Ferimentos e Lesões. Traumatismos Faciais.
Fraturas Mandibulares. Fixação de Fratura.

USO DE APLICATIVO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE BUCAL PARA PRÉ- ESCOLARES

Jéssica Pontes Cavalcante¹

Damile Pinheiro Machado¹

Luciana Ferreira Xavier Amâncio Campos¹

Edgar Marçal¹

Paulo Goberlânio de Barros Silva²

Juliana Paiva Marques Lima Rolim³

A síndrome da ardência bucal (SAB) pode ser definida como uma dor ou desconforto crônico, caracterizada pela sensação de ardência na língua, palato e mucosa jugal. A avaliação clínica demonstra ausência de sinais, sendo os sintomas, relatados pelos pacientes, de intensidade e frequência variadas. Possui etiologia incerta o que dificulta a conduta terapêutica. O objetivo do presente trabalho é avaliar a influência dos fatores psicossomáticos na etiologia da SAB, identificando a existência de correlação entre esta e a presença de estresse, ansiedade e depressão. Para tanto, foram selecionados 60 pacientes, alocados em três grupos: pacientes com SAB, outro com alterações benignas em cavidade oral e, por fim, um grupo com pacientes normossistêmicos. Foram realizados exames extra e intra oral, aplicação da escala visual analógica (EVA), seguida dos Inventários de Ansiedade de Beck, Depressão de Beck, Sintomas de Stresse de Lipp e de Xerostomia de Duth. Foi observada uma predileção, no grupo SAB, por pacientes acima de 60 anos (75%) e do sexo feminino (85%). No que diz respeito aos fatores psicossomáticos, 85% apresentam ansiedade, distribuídos em grau moderado e severo e 60% enquadravam-se como depressivos moderados ou graves. Observou-se, ainda, graus variados de estresse, seja ele na fase de alerta (65%), resistência (75%) ou exaustão (45%). Levando em conta a presença da tríade clássica da SAB (ardência em cavidade oral, xerostomia e alteração do paladar), 100% dos pacientes relataram a sensação de boca seca, 40% estavam com xerostomia moderada e 60% severa. Porém, não foi vista alteração na variação do fluxo salivar desses pacientes. A alteração de paladar foi relatada por 80% dos pacientes. Ao analisar as variações dos tipos de SAB, 35% dos pacientes enquadravam-se no tipo 1, 40% no tipo 2 e 25% no tipo 3. Os

¹ Acadêmico(a) do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus;

² Doutor e Professor do curso de odontologia da Unichristus, paulo_goberlanio@yahoo.com

³ Doutora e Professora do Curso de Odontologia da Unichristus, julianapml@yahoo.com.br

presentes resultados corroboram com a hipótese de que há influência entre os sintomas de ardência bucal e o comprometimento psicossomático dos pacientes, sugerindo que a abordagem para o tratamento de tal enfermidade deve abranger uma equipe multidisciplinar associada a medicações que auxiliem na estabilização do quadro de ansiedade, depressão e estresse.

Palavras-chave: Síndrome da Ardência Bucal, Etiologia, Manifestações Bucais. Doenças da boca, Fatores Psicossomáticos, Terapia Psicanalítica

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO DA PSICOLOGIA E O DIREITO NA MEDIÇÃO DE CONFLITOS JURÍDICOS

Luiza Michel Coty Tabajara Leite de Barros Cartaxo de Arruda¹
Raissa Lara Barros Cordeiro²
Rafael Ayres de Queiroz³

RESUMO

A integração da psicologia ocorre por volta de 1960 no Brasil, quando a psicologia vai se afirmar como ciência do comportamento humano, assim do psicodiagnóstico que teve seu início com a psicologia jurídica em busca de dar um suporte ao direito para decisões de cunho judicial ao que hoje vamos relatar sobre a multidisciplinaridade da psicologia com outras áreas, percebe-se que há um caminhar que permeia o direito e a psicologia na busca de soluções de conflitos jurídicos. Torna-se importante vislumbrar a atuação do psicólogo na mediação de conflitos jurídicos para que a compreensão de tais conflitos permeados por aspectos psicológicos viabilizem a percepção dos fenômenos psicológicos, sociais da atualidade. Esse trabalho vem relatar como ocorre essa integração ao direito no Projeto de Suporte Psicológico nas Mediações de Conflito: Projeto de ação interdisciplinar entre os Cursos de Direito e Psicologia da Unichristus. Foi feita uma contextualização do que é a mediação de conflitos, como a psicologia é inserida nesta técnica do direito, qual a proposta do projeto que insere a psicologia em atendimentos que acontecem antes da mediação propriamente dita. O método qualitativo é adotado nesse trabalho, pois será narrado percepções de como acontece essa integração do direito e da psicologia, como o atendimento individualizado das partes antes da mediação acontece. Como a mediação é uma forma de solucionar conflitos jurídicos de relações continuadas se observa que muitas vezes as partes não possuem clareza sobre a sua contribuição no conflito jurídico e a necessidade de sua atuação ativa durante a mediação, assim o psicólogo elucida essas questões além de promover uma escuta ativa de conflitos e experiências do sujeito que vão além do jurídico. Na mediação de conflitos é percebido que os sujeitos podem também estar em sofrimento psíquico, o que leva a psicologia a trabalhar e vislumbrar de forma mais ampla como ocorrem esses fenômenos psicológicos, quais atravessamentos afetivos as partes de um conflito

jurídico sustentam e permeiam os conflitos psicológicos que podem ser o cerne de todas essas relações onde por vezes há uma busca na continuação do estabelecimento de um vínculo já desgastado e rompido.

Palavras-chave: Psicologia, Direito, Multidisciplinaridade, Mediação de Conflitos, Atendimento Psicológico.

¹ Acadêmica de Psicologia, 4º Semestre, luiza.mctl@gmail.com.

² Pós-doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas, Professora do Programa de Saúde Coletiva - UNIFOR, catrib@unifor.br

³ Mestrado em Psicologia, Professora do Curso de Psicologia da Unichristus, mirellahipolito@gmail.com

⁴ Mestrando em Saúde Coletiva, Professor do Curso de Psicologia da Unichristus, rafael.ayres.psicologia@gmail.com

EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS AUTISTAS NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO

Karine Lima Verde Peixoto¹
Fábia Geisa Amaral Silva²
Iana Paola Monte Freire³

RESUMO

O autismo se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuadamente atípico na interação social e comunicação, assim como pelo repertório marcadamente restrito de atividades e interesses. Estas características podem levar a um isolamento contínuo da criança e sua família. Entretanto, acredita-se que a inclusão escolar pode proporcionar a essas crianças oportunidades de convivência com outras da mesma faixa etária, constituindo-se num espaço de aprendizagem e de desenvolvimento da competência social. O objetivo deste estudo foi revisar criticamente a literatura a respeito do conceito de competência social e dos estudos atualmente existentes na área de autismo e inclusão escolar. Identificaram-se poucos estudos sobre este tema, os quais apresentam limitações metodológicas. Este panorama aponta para a necessidade de investigações que demonstrem as potencialidades interativas de crianças com autismo e a possibilidade de sua inclusão no ensino regular, desde a educação infantil.

Palavras-Chave : Educação Especial, Autismo, Inclusão.

¹ Bacharel em Serviço Social e Licenciada em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Especialista em Planejamento Educacional (Salgado de Oliveira), Educação Infantil (Universidade Vale do Acaraú) e Gestão da Educação Básica (UFJF), Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). karinelimaverde@yahoo.com.br

² Licenciada em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Gestão Escolar (Universidade Estadual Vale do Acaraú), aluna especial do curso de Mestrado Acadêmico em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). fabia.geisa2009@gmail.com

³ Pedagoga, Pós-graduada em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional, Especialista em altas habilidades, Superdotação e Talentos e Deficiência Intelectual, vinculada a Faculdade Cearense – FAC, e-mail: ianamonteeduc@gmail.com

O ESTUDO DA ATUAÇÃO NAS VIAS NIGROESTRIATAIS E MESOLÍMBICA/MESOCORTICAL NO SISTEMA DE RECOMPENSA INDUZIDO PELO ÁLCOOL

Karina Marinho Silveira¹
Maria Adelaide dos Reis Maia Nunes²
Alinek da Silva³
Gersilene Valente de Oliveira⁴

RESUMO

O etanol provoca uma sensação depressora, mediante a potencialização dos receptores Gabaérgicos. Com isso, o presente estudo tem por finalidade informar a ação toxicológica, a dependência química e a tolerância que podem estar associados ao uso nocivo do álcool etílico; além disso, alertar os próprios usuários acerca dos efeitos físicos e psicológicos decorrentes dessa substância lícita. Esse trabalho tem como objetivo atuar nas vias nigroestriatais e mesolímbica/mesocortical no sistema de recompensa induzido pelo álcool. Na metodologia foi realizada uma revisão bibliográfica, utilizados periódicos indexados e acervo da biblioteca (UNICHRISTUS). O período de realização da pesquisa por revisão bibliográfica que ocorreu em junho 2017 à agosto 2018. Os dados foram revisados mediante a técnica de Revisão Bibliográfica. Os resultados evidenciaram a ação do etanol com aumento do influxo de GABAA mediado pelos receptores Cl⁻ e inibe os efeitos excitatórios do glutamato nos receptores NMDA, o que deprime o sistema nervoso central ativando assim, o sistema de recompensa. O neurotransmissor dopaminérgico é o responsável pela ativação do sistema de recompensa, e o trato que, fundamentalmente, constitui-se em tal sistema é o meso-cortico-límbico, em que neurônios são configurados da área tegmentar ventral para o córtex pré-frontal e hipocampo (funções psíquicas superiores) e para o núcleo accumbens, que, por sua vez, também está conectada à amígdala e participam da composição do sistema límbico (emoções). Os receptores são vulneráveis àquele em diversas áreas cerebrais e encontram-se, nitidamente, implicados em seus efeitos extremos, na tolerância, na dependência e em sua autoadministração. Ademais, há a implicação de determinadas vias que compõem o Sistema Nervoso, que são a via Nigroestriatal e a via Mesolímbica/Mesocortical. A presente revisão se conclui na ação do álcool sob GABAA promovendo o mecanismo de outros neurotransmissores nas vias

nigrostriatais no sistema de recompensa mesolímbica/mesocortical induzido pelo álcool.

Palavras-chave: Álcool, Sistema Mesocortical, Sistema Mesolímbico, Sistema de recompensa.

¹ Discente, Psicologia, Unichristus, e-mail: karinaacademicos@outlook.com

² Discente, Psicologia, Unichristus, e-mail: adelaidedosreis820@gmail.com

³ Discente, Psicologia, Unichristus, e-mail: aline725@gmail.com

⁴ Professora doutora, Psicologia, Unichristus, e-mail: geryvalente@yahoo.com.br

OBSERVAÇÕES SOBRE A “VIDA SOBRE RODAS DE ELEN: ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES”

Luiza Michel Coty Tabajara Leite de Barros Cartaxo de Arruda¹
Ana Maria Fontenelle Catrib²
Mirella Hipólito Moreira de Anchieta³
Rafael Ayres de Queiroz⁴

RESUMO

O objetivo geral que norteia a pesquisa é o de aprofundar conhecimentos sobre o tema da acessibilidade, bem como ter uma visão ampla e reflexiva de como vive uma pessoa com uma limitação física e seus desdobramentos na vida educacional. Para levar à cabo a pesquisa, constituiu-se como objetivos específicos: a escolha do tema junto à necessidade de investigar, o contexto da vida cotidiana de uma pessoa com deficiência. Quanto à metodologia, foram levadas em consideração as observações, fruto de uma entrevista semi-estruturada, a partir de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica, buscando referendar essa análise por meio do artigo: “Vidas sobre rodas: entre limites e possibilidades”. Nos resultados e discussões, fez-se uma consideração reflexiva sobre o tema e toda a trajetória descrita por Elen em seu artigo, no qual, relata densamente por meio da memória do vivido e de seu contexto sociohistórico, dividindo estruturalmente suas memórias em oito cenas, registrando ali suas vivências sobre rodas. À título de conclusão, esse trabalho foi de grande relevância para a equipe, pois a partir dos estudos sobre educação inclusiva, no qual pode-se perceber a verdadeira realidade das pessoas com deficiência: suas barreiras, suas angústias, seus desafios, mas também suas superações. Com a história de Elen, tem-se uma mulher que buscou por meio de uma ressignificação da limitação física ser protagonista de sua própria história.

Palavras-chave: Acessibilidade, Vida sobre rodas, Deficiência física, Educação inclusiva

¹ Acadêmica de Psicologia, 4º Semestre, luiza.mctl@gmail.com.

² Pós-doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas, Professora do Programa de Saúde Coletiva - UNIFOR, catrib@unifor.br

³ Mestrado em Psicologia, Professora do Curso de Psicologia da Unichristus, mirellahipolito@gmail.com

⁴ Mestrando em Saúde Coletiva, Professor do Curso de Psicologia da Unichristus, rafael.ayres.psicologia@gmail.com

OS EFEITOS ANTIOXIDANTE DAS VITAMINAS DO COMPLEXO B NO SISTEMA NERVOSO CENTRAL EM ENSAIOS PRÉ-CLINCO.

Ana Letícia Ferreira de Sousa¹
Wanessa Maria Falcao de Lima²
Antônio Miguel Furtado Leitão³
Alan Marcos Neves da Silva⁴
Gersilene Valente de Oliveira⁵

RESUMO

O aumento nos níveis de homocisteína tem ganhado destaque na literatura científica, por predispor atrofia cerebral e aumento de parâmetros inflamatórios no sistema nervoso central. As vitaminas do complexo B em parâmetros neuroprotetores, enfatizou que os efeitos benéficos são potencializados quando há sinergia entre as vitaminas do complexo B, principalmente entre piridoxina, cobalamina e tiamina, que são cofatores diretos das reações do ciclo da homocisteína. Este trabalho tem como objetivo, avaliar os efeitos antioxidantes das vitaminas do complexo B no sistema nervoso central em ensaios pré-clínico. Para a elaboração do presente estudo, realizou-se uma metodologia de pesquisa do tipo qualitativa, descritiva voltada para a revisão bibliográfica. Para tanto, foram utilizados fontes advindas de periódicos indexados na base de dados Scielo, Bireme, PubMed e Revistas Eletrônicas. A consulta por meios físicos ocorreu, mediante o acesso ao acervo da biblioteca da Sede Parque Ecológico, do Centro Universitário Christus-UNICHRISTUS, em Fortaleza-CE. O período de realização da pesquisa por revisão bibliográfica ocorreu em junho 2017 à agosto 2018. Os dados foram revisados mediante a técnica de revisão bibliográfica. O cérebro é um órgão abundante em ácidos graxos poliinsaturados, que agem como substrato para a formação de peróxidos lipídicos, ele contém grande quantidade de ferro livre que é formador do radical OH e, além disso, é formado basicamente por células estáveis onde a maturidade é estabilizada por volta de 30 anos de idade. Essas características tornam este órgão extremamente vulnerável ao desenvolvimento de injúrias neuronais, principalmente as relacionadas ao estresse oxidativo. Pesquisadores acreditam que o desequilíbrio oxidativo em neurônios dopaminérgicos da substância negra seja a principal causa de doenças neurodegenerativas. Portanto, as substâncias

antioxidantes podem desempenhar um papel importante na prevenção de patologias neurológicas e por interferirem no estresse oxidativo relacionado à progressão da neurodegeneração. Baseado no fato de que as vitaminas B mostram propriedades antioxidantes e que os compostos com atividade antioxidante apresentaram resultados promissores na prevenção das dopaminérgicas, propriedades antioxidantes também podem explicar efeitos protetores das vitaminas B como demonstrado nesta revisão bibliográfica. A presente revisão se conclui que os efeitos antioxidantes e prevenção de alterações em mecanismos de neurotransmissores colinérgico e dopaminérgico estão envolvidos nos efeitos neuroprotetores destas vitaminas.

Palavras-Chaves: Álcool, Sistema Nervoso Central, Mecanismo de ação.

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Christus, email: analeticiafers@outlook.com

² Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Christus, email: wanessafalcao2@hotmail.com

³ Graduado em Medicina, Especialista em Anatomia pela Universidade Federal do Ceará e Professor do curso de Psicologia da Unichristus, email: miguellaitao.fc@gmail.com

⁴ Doutor em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1993) e Professor do curso de Psicologia do Centro Universitário Christus, email: alan.ufc@gmail.com

⁵ Doutora em Farmacologia pela Universidade Federal do Ceará (2015) e Professora do curso de Psicologia do Centro Universitário Christus, email: geryvalente@yahoo.com.br

AVALIAÇÃO DE MICROBIOTA RESIDENTE EM CASSETES RADIOGRÁFICOS – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Fabício da Silva Freitas¹
Andréa de Vasconcelos Alves²
Márcia Valéria Brandão Sousa Martins³

RESUMO

Introdução: Os cassetes radiográficos são os principais instrumentos para obtenção de imagem radiográficas por meio do exame de imagem. Este, possui uma alta rotatividade entre os setores e pacientes e não é submetido a um meio de esterilização, portanto, é possível que este possa se tornar um meio de transmissão cruzada, caso não passe pelos cuidados necessários entre um paciente e outro. **Objetivo:** O presente estudo teve como base abordar a relevância da desinfecção de cassetes radiográficos, por meio de uma revisão de literatura em artigos voltados a microbiologia em radiologia, com ênfase a realização de exames no leito, e a rotatividade desses cassetes. **Metodologia:** A seleção dos artigos aconteceu em 3 plataformas distintas: Scielo (ScientificElectronic Library Online), Pubmed/Medline (National Library of Medicine National Institutes of Health) e Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde) e selecionado aqueles que fossem ao máximo voltados exclusivamente a microbiologia em radiologia, infecção cruzada em exames no leito, totalizando assim 15 artigos. **Conclusão:** O cuidado que o profissional da radiologia deve ter com os cassetes radiográfico ou chassis, é de suma importância levando em consideração o risco que a contaminação, e a circulação destes, nos pacientes, pode trazer riscos que podem causar complicações em decorrência da microbiota residente nesses objetos. A desinfecção antes e depois dos exames, portanto, se faz eficaz.

Palavras-chave: Microbiologia, Radiologia, Cassetes radiográficos, Contaminação cruzada, Infecção.

¹ Graduando, CST Radiologia, discente, fabriciorad@outlook.com.

² Graduando, CST Radiologia, discente, andreavasconcelosebely@gmail.com

³ Doutora, CST Radiologia, docente, mvbsmartins@gmail.com.

ESTUDO COMPARATIVO ENTRE O ÓLEO ESSENCIAL DE COLÔNIA E O ANTIPSICÓTICO OLANZAPINA NO AUMENTO DE PESO EM CAMUNDONGOS (FÊMEAS) EM MODELO ANIMAL DE ESQUIZOFRENIA INDUZIDA POR CETAMINA

ANA JESSICA DE OLIVEIRA¹
NATASHA PEREIRA DIAS²
GILDENE CASTRO FREITAS³
WASHINGTON LUIS RAMOS DE ARAÚJO⁴
GERSILENE VALENTE DE OLIVEIRA⁵
FERNANDA YVELIZE RAMOS DE ARAÚJO⁶

RESUMO

A esquizofrenia é um transtorno psiquiátrico crônico, no qual o modelo animal utilizando Cetamina (CET) é capaz de induzir a sintomatologia da doença. Os antipsicóticos tratam a sintomatologia, mas provocam efeitos colaterais como excessivo ganho de peso, comprometendo a adesão dos pacientes ao tratamento. Dada a necessidade de novas terapias a Alpinia zerumbet (Colônia) é uma planta cujo óleo essencial (OEAZ) vem apresentando importante efeito antipsicótico em publicações prévias de nosso grupo de pesquisa. Baseado nesta afirmativa o presente trabalho objetivou comparar o OEAZ com o antipsicótico Olanzapina (OLANZA) frente as alterações de peso dos animais ao longo de 14 dias. Metodologia: Camundongos fêmeas foram previamente tratados com OEAZ 100 e 200 mg/kg (OEAZ 100 e OEAZ 200) ou Olanzapina 2 mg/kg (OLANZA) ou Salina (SAL) durante 7 dias, do 8º ao 14º dia CET foi acrescentada no tratamento. Os animais pesados no 1º, 8º e no 14º dia de administração das drogas. Resultados e discussão: No protocolo os animais tratados com OEAZ 100 + CET apresentaram um aumento de peso quando comparamos as médias do peso inicial (1º dia de tratamento) e do oitavo dia de tratamento (8º), já os animais tratados com OEAZ 200 + CET apresentaram uma redução significativa do peso inicial (1º dia de tratamento) que permaneceu baixa até o último dia de tratamento (14º dia). Foi observado que os animais previamente tratados com apresentaram progressivo aumento de peso corporal, quando comparados os 1º, 8º e 14º dia de administração do fármaco. Os animais tratados com SAL + CET não apresentaram alteração no peso. Embora os grupos tratados com OEAZ 100 + CET e OEAZ 200 + CET aumentarem o peso corporal, os pesos dos animais foram bem inferiores quando comparados aos do

grupo do antipsicótico OLANZA. Conclusão: O resultado do presente estudo mostrou que conforme a literatura o antipsicótico Olanzapina induz ao aumento de peso rápido, o que não foi observado com OEAZ. Portanto a Colônia apresentou além do efeito antipsicótico, pouco efeito sobre o peso dos animais, o que minimiza os riscos de síndromes metabólicas e a desistência do tratamento.

Palavras-chave: Alpinia zerumbet, Colônia, Antipsicótico, Olanzapina, Peso corporal.

¹ Graduando, Biomedicina, discente, e-mail para contato.

² Graduando, Biomedicina, discente, e-mail para contato.

³ Graduando, Biomedicina, discente, e-mail para contato.

⁴ Graduando, Biomedicina, discente, washtur@hotmail.com

⁵ Doutora, Biomedicina, docente, gersyvalente@yahoo.com.br

⁶ Doutora, Fisioterapia, docente, fernandayvelize@hotmail.com

A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE FÍSICO QUÍMICA NO SUMÁRIO DE URINA COMO TRIAGEM NA CONDUTA CLÍNICA

Antônio Neves Solon Petrola¹

Carol Machado Férrer²

Lucas Aguiar Vale³

Marcos Kubrusly⁴

Luis Gonzaga Moura Xavier⁵

Paulo César Pereira Sousa⁶

RESUMO

INTRODUÇÃO: Uma das provas mais solicitadas rotineiramente, do ponto de vista do laboratório clínico, é o exame geral de urina. O exame de urina completo inclui exames físico, químico e microscópico. O exame de sumário de urina tem papel fundamental para realização do diagnóstico e na escolha da terapêutica e é composto pelo exame físico-químico e a sedimentoscopia; quando a fase físicoquímica se encontra em normalidade, discute-se a não realização da etapa da sedimentoscopia. No Brasil, é comumente empregada a realização do exame completo mesmo que a primeira etapa seja ausente de alterações, já que a realização da sedimentoscopia na verificação de fatores desencadeantes de reações inflamatórias, tais como hemácias, leucócitos, cristais e outras células do epitélio do trato urinário, consegue demonstrar indícios de reações infecciosas e/ou inflamatórias. **OBJETIVO:** avaliar a importância da realização da análise microscópica do sedimento urinário, frente aos valores dentro da normalidade, obtidos nos exames físico-químicos de triagem. **METODOLOGIA:** Foram analisados retrospectivamente os resultados de 3661 exames de sumário de urina de rotina (jato médio) realizados no Laboratório Clementino Fraga, Fortaleza-Ceará, no mês de janeiro de 2018. Os dados coletados foram registrados, tabulados e analisados no software SPSS versão 17.0 (SPSS, Inc., Chicago, IL, EUA). **RESULTADOS:** Foram analisados 3661 exames de urina e observado que 77,92% não

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus

² Graduanda, Medicina, Unichristus

³ Graduanda, Medicina, Unichristus

⁴ Docente, Medicina, Unichristus, Professor

⁵ Docente, Medicina, Unichristus, Professor

⁶ Docente, Medicina, Unichristus, Professor

apresentavam alterações físico-químicas. Nas 2658 urinas com análises físico-químicas normais, 87,06% apresentam sedimentoscopias normais dentro de um intervalo de confiança de 85,78% - 88,34%. Analisando o valor preditivo negativo (VPN) das urinas com físico-químicas normais e correlacionando com as alterações encontradas nas sedimentoscopias, verificamos que este método tem 99,8% de acurácia para todos os elementos encontrados. A ausência de esterase leucocitária e hemácias na análise físico-química tem uma acurácia para sedimentoscopia de 97,5% e 98,2%, respectivamente. **CONCLUSÃO:** Nosso estudo permitiu avaliar que não se realize a sedimentoscopia em amostras de urinálise com físico-químicas normais, implicando em ganho de tempo para a conduta clínica e redução de gastos para o laboratório. Por fim, ressaltamos a importância de produzir informações que auxiliem na simplificação do exame de sumário de urina e fortalecer as parcerias entre o Laboratório de Análises Clínicas e a assistência médica.

Palavras-Chaves: Sumário; Urina; Análise; Físico-química; Sedimentoscopia.

A MUDANÇA NA PERCEPÇÃO DO APRENDIZADO COM A PRÁTICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS) PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS ESTUDANTES DE MEDICINA

Carolina Moreira Feijó¹

Gabriela Ribeiro Fonseca²

Isadora Freitas Peixoto Paz³

Bruno Souza Benevides⁴

RESUMO

No Brasil, a formação acadêmica dos estudantes de Medicina vem mudando de acordo com as transformações sociais, econômicas e culturais. Com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) houve uma mudança do paradigma flexneriano para o modelo biopsicossocial, representado pela Atenção Primária à Saúde (APS) com o Programa de Saúde da Família (PSF). Percebeu-se, então, uma incompatibilidade entre o modo de ensino e a nova realidade da saúde do País, surgindo a necessidade de adaptação das universidades. Uma das mudanças foi a promoção do contato direto dos acadêmicos com os usuários do SUS, os profissionais do PSF e o ambiente no qual esse contexto se insere. Os alunos passam a entrar em contato precocemente com as Unidades Básicas de Saúde (UBS), adquirindo noções de territorialização e das condições de saúde da comunidade, conhecendo a rotina do serviço e tornando-se capazes de atender às demandas, promover ações de prevenção e participar da atuação das equipes de saúde da família. O Centro Universitário Christus é uma das instituições que busca se enquadrar nessa nova abordagem. Assim, o presente estudo propõe-se a avaliar a repercussão desse método na formação acadêmica dos estudantes de Medicina e suas percepções acerca das atividades realizadas nas UBS, analisando a mudança no aprendizado com a prática, em estudo observacional, analítico e transversal, cuja coleta de dados foi realizada mediante questionário autorespondido. Após análise dos dados, pode-se perceber que os alunos já consideram a saúde da família parte relevante na

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus, karol_feijo@yahoo.com.br

² Graduanda, Medicina, Unichristus, gabrielaribeiro23@gmail.com

³ Graduanda, Medicina, Unichristus, isadorafppaz@yahoo.com.br

⁴ Graduanda, Medicina, Unichristus, bsbenevides@gmail.com

formação médica, uma vez que 61,4% dos entrevistados avaliaram como muito importante. Além disso, observou-se uma evolução no processo do aprendizado com as atividades em campo. Havia desconhecimento a respeito das doenças em 53,7% das respostas, timidez e vergonha ao lidar com os doentes em 20,4% e inabilidade para realizar um exame físico direcionado à queixa em 12,2%. Tais dificuldades foram superadas ao longo dos semestres, demonstrando a importância das práticas na atenção primária à saúde como ferramenta na formação acadêmica, construindo de um olhar diferenciado de cuidado, diante da realidade socioeconômica dos pacientes.

Palavras-chave: Educação Médica. Prática Profissional. Sistema Único de Saúde. Atenção Primária à Saúde. Saúde Pública.

A UTILIZAÇÃO DA BIOIMPEDÂNCIA ELÉTRICA MULTIFREQUENCIAL PARA AVALIAR O ESTADO NUTRICIONAL DE PACIENTES EM HEMODIALISE

Ana Beatriz da Costa Guerreiro¹

Gabriel José de Souza Oliveira Pinheiro²

Stéfanie Dias Rodrigues³

Claudia Maria Costa de Oliveira⁴

RESUMO

INTRODUÇÃO: A desnutrição proteico-calórica é um dos principais fatores que afetam adversamente o prognóstico do paciente renal crônico e está intrinsecamente associada ao aumento da morbimortalidade nessa população. A prevalência da desnutrição em pacientes renais crônicos em diálise apresenta-se bastante variável, devido ao uso de diferentes critérios e métodos de avaliação para o diagnóstico. Neste estudo, avaliaremos a bioimpedância elétrica (BIE) como um método de avaliação do estado nutricional desta população. **OBJETIVO:** avaliar os resultados de avaliação nutricional de pacientes em diálise com a bioimpedância elétrica e pesquisar a correlação do índice de massa magra (IMM) (massa magra em $\text{kg}/\text{altura}^2$) e do percentual de massa celular corporal (MCC) obtidos através da BIE com outros marcadores nutricionais utilizados na prática clínica, como o índice de risco geriátrico nutricional (INRG), o índice de massa corporal (IMC), a albumina e a creatinina séricas. **METODOLOGIA:** estudo transversal, realizado em uma Clínica de Hemodiálise na cidade de Fortaleza-Ceará. Os pacientes foram submetidos à avaliação antropométrica, laboratorial e avaliação da composição corporal por bioimpedância elétrica multifrequencial (BCM) para cálculo do IMM e da MCC. Os valores de corte adotados neste estudo para classificar desnutrição foram: $\text{IMC} < 23 \text{ kg}/\text{m}^2$; $\text{INRG} < 92$; albumina sérica $< 3,6 \text{ g}/\text{dl}$; creatinina sérica menor que o percentil 25 da amostra em estudo; índice de massa magra $< 10\%$ do percentil de referência segundo sexo e idade; e percentual de massa celular corporal $< 30\%$ para o sexo

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus, biacguerreiro@uol.com.br

² Graduanda, Medicina, Unichristus, gabriel.jsopinheiro@gmail.com

³ Graduanda, Medicina, Unichristus, stefaniedrodrigues@gmail.com

⁴ Docente, Medicina, Unichristus, Professor, claudiadri@gmail.com

feminino e < 35% para o masculino. RESULTADOS: Foram avaliados 153 pacientes, sendo 57,5% do sexo masculino, com idade média de 54,8 anos (21 – 90) e mediana do tempo em diálise de 27 meses. A prevalência de desnutrição foi de 77,8% segundo o percentual de MCC e 60,7% de acordo com o IMM, 29,4% segundo o IMC com ponto de corte em 23kg/m², de 12,4% segundo o INRG com ponto de corte em 92, de 18,3% segundo a albumina com ponto de corte em 3,6 g/dl, e de 23,2% segundo o menor quartil da creatinina da amostra estudada, (ponto de corte < 6,8 mg/dl), respectivamente. O IMM correlacionou-se significativamente com a idade ($r = -0,213$; $p = 0,009$) e o percentual de MCC ($r = 0,798$; $p = 0,000$), e o percentual de MCC correlacionou-se significativamente com a idade ($r = 0,257$; $p = 0,001$), IMC ($r = -0,531$; $p = 0,000$), INRG ($r = -0,462$; $p = 0,000$) e IMM ($r = 0,798$; $p = 0,000$). Não houve associação no diagnóstico de desnutrição entre o IMM e IMC, INRG e albumina, mas houve associação significativa entre IMM e percentual de MCC ($p = 0,000$; kappa 0,347) CONCLUSÃO: A prevalência de desnutrição em hemodiálise pelos parâmetros da BIE foi muito mais elevada do que pelos métodos tradicionalmente utilizados, podendo representar um método de detecção mais precoce e mais eficaz desta complicação. Estudos avaliando a correlação com a morbimortalidade são necessários para consolidar a sua utilização com esta finalidade.

Palavras-chave: Bioimpedância. Desnutrição. Hemodiálise. Avaliação. Marcadores.

ACOMPANHAMENTO CLÍNICO DE PACIENTES EM USO DA PROFILAXIA PRÉ-EXPOSIÇÃO SEXUAL AO HIV ATENDIDOS EM HOSPITAL DE REFERÊNCIA EM INFECTOLOGIA DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA

Anna Christina Siqueira Marques¹
Clarisse Barreira Teófilo²
Juliana Guerreiro Mota³
Filipe Lins Linhares de Sousa⁴
Carolina Rebouças Brasileiro⁵
Renata Amaral de Moraes⁶

RESUMO

Várias descobertas têm sido feitas em relação à prevenção Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), causada pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV). Nesse contexto a profilaxia pré-exposição sexual ao HIV, a PrEP, tornou-se importante por ser uma forma de prevenir a infecção pelo HIV em pessoas que não têm a afecção, mas que correm um risco substancial de ser infectadas. O objetivo deste estudo foi realizar avaliação clínica dos pacientes em uso da PrEP. Trata-se de um estudo longitudinal, quantitativo, documental e de caráter descritivo. A amostra foi composta 97 prontuários, destes 78.4% se declararam homens, 19.6% mulheres, 1.0% travesti e 1.0% mulher trans. Na avaliação de risco para qualificar a vulnerabilidade dos pacientes e indicar o uso da PrEP, viu-se que 58,7% já fizeram uso de Profilaxia Pós-Exposição (PEP) por motivo de exposição ou violência sexual. A prescrição da PrEP teve como base fundamental a avaliação clínica, cujo objetivo é certificar que os candidatos que tem potencial ao uso da profilaxia não estejam infectados pelo HIV, bem como estabelecer o rápido diagnóstico e tratamento de infecções sexualmente transmissíveis. Foi feita uma avaliação clínica nos pacientes, na qual identificaram-se 91.1% sem sugestão de infecção. Foram questionados sobre a sorologia anti-HIV e 100% constataram que foi negativo. No presente estudo, a PrEP apresentou-se como terapia segura quanto ao resultado esperado, bem como efeitos adversos na população estudada.

Palavras-chave: HIV; PrEP; Profilaxia; Vulnerabilidade; Questionário.

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus, annachristinasiqueira@gmail.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus, clarissecla2@hotmail.com

³ Graduanda, Medicina, Unichristus, juliana-mota@hotmail.com

⁴ Graduanda, Medicina, Unichristus, filipe_1408@outlook.com

⁵ Graduanda, Medicina, Unichristus crbrasileiro86@gmail.com

⁶ Docente, Medicina, Unichristus, Professor, renatamoraes@hotmail.com

AVALIAÇÃO DA PUERICULTURA EFETUADA NA UNIDADE DE SAÚDE AÍDA SANTOS

Juliana Kérolen Pinto Lopes¹

Letícia Soares Amorim²

Lyvia Gonçalo da Siva³

Helena Maria Barbosa Carvalho⁴

RESUMO

Introdução: A situação atual da saúde infantil no Brasil representa, ainda, um grande desafio. Embora existam mudanças no perfil da mortalidade infantil com o aumento gradual do componente perinatal, convive-se com uma elevada morbimortalidade por doenças preveníveis. Nesse contexto, a puericultura é a área da pediatria voltada principalmente para os aspectos de prevenção e de promoção à saúde, a qual atua no sentido de manter a criança saudável para garantir seu pleno desenvolvimento. **Objetivo:** avaliar a puericultura efetuada na unidade Aída Santos, em Fortaleza, Ceará. **Metodologia:** Estudo descritivo, com abordagem quantitativa de corte transversal realizada por meio da coleta de dados primários na Unidade Básica de Saúde Aída Santos e Silva em Fortaleza – CE. A população foi de pais ou responsáveis de crianças entre 0-5 anos no período que compreende março de 2017 a junho de 2018. **Resultados:** Foram entrevistados 85 pais ou responsáveis de crianças de 0-5 anos, dos quais 85 (100%) são do sexo feminino. Nesse estudo, 77 participantes (91,7%) afirmaram que durante as consultas de puericultura havia sido perguntado dados a respeito do desenvolvimento pondero-estatural e neuropsicomotor, 78 (91,8%) disseram que houve incentivo ao aleitamento materno exclusivo até os 6 meses e 83 participantes (97,6%) afirmaram que o profissional de saúde se preocupou quanto à questão do calendário vacinal da criança. Em relação à orientação sobre prevenção de acidentes, 73 participantes (85,9%) afirmaram que há uma preocupação com a segurança domiciliar dessas crianças por parte dos profissionais de saúde. O questionamento sobre a saúde materna foi realizado para 49 participantes (59,8%), assim como 16 participantes (25%) informaram que não houve orientação sobre o uso de contraceptivos durante o puerpério. **Conclusão:**

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus, julianakerolen@outlook.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus, lyviagoncalo92@gmail.com

³ Graduanda, Medicina, Unichristus, leticiasoares.amorim@outlook.com

⁴ Docente, Medicina, Unichristus, Professor, hellenacarvalho@gmail.com

Com base nos resultados obtidos pela pesquisa, percebe-se que a Unidade Básica de Saúde efetua de maneira satisfatória as consultas de puericultura em crianças de 0 a 5 anos, abordando temas relevantes para a saúde infantil, preconizados para cada faixa etária dessa população, principalmente, quando se trata de estímulo ao aleitamento materno e à atualização do calendário vacinal. Entretanto, ainda há aspectos que podem ser mais bem trabalhados por parte dos profissionais de saúde com os responsáveis, como a higiene e saúde bucal da criança, a prevenção de acidentes e a saúde materna; além disso, é preciso conscientizar os pais sobre a importância do ambiente familiar no desenvolvimento da criança.

Palavras-chave: Promoção da saúde. Puericultura. Desenvolvimento infantil. Estratégia de saúde da família. Avaliação dos serviços.

**AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS CLÍNICAS, EPIDEMIOLÓGICAS E
IMUNO-VIROLÓGICAS EM GRUPOS DE PACIENTES VIVENDO COM HIV/AIDS
(PVHA) EM RELAÇÃO AO TEMPO DE INFECÇÃO EM UNIDADE DE
ATENDIMENTO ESPECIALIZADO PARA NO MUNICÍPIO DE FORTALEZA, DE
2012 A 2018**

Beatriz Soares Mota¹

Gisele Façanha Diógenes Teixeira Frota²

Luita Almeida da Silveira³

Mayara Araújo Brilhante⁴

Melissa Soares Medeiros⁵

RESUMO

A epidemia da infecção pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV) e da AIDS representa fenômeno global, dinâmico e instável, cuja forma de ocorrência nas diferentes regiões do mundo depende, entre outros determinantes, do comportamento humano individual e coletivo, e que ao longo do tempo vem sofrendo constantes transformações epidemiológicas. A relevância deste estudo vem da observação das rápidas e significativas transformações epidemiológicas que essa pandemia vem sofrendo com o passar dos anos. O objetivo do estudo foi avaliar possíveis mudanças nas características clínicas, epidemiológicas e imunoviológicas em grupos de pacientes vivendo com HIV/AIDS (PVHA) em relação ao tempo de infecção em Unidade de Atendimento Especializado para no município de Fortaleza, de 2012 a 2018. O estudo tratou-se de uma pesquisa retrospectiva, descritiva, de caráter documental em prontuários, utilizando-se análise quantitativa dos dados dos pacientes diagnosticados com HIV/AIDS e tratados em uma unidade de atendimento especializado em HIV/AIDS no município de Fortaleza entre os meses de agosto de 2017 a julho de 2018. O projeto foi apresentado ao Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário Christus e aprovado para, então, realização. O perfil epidemiológico dos pacientes da Clínica Escola de Saúde, do município de Fortaleza é de homens, adultos jovens, entre 26 e 35 anos, que fazem uso regular de TARC, principalmente o esquema “3 em 1”, a saber, Tenofovir, Lamivudina e Efavirenz,

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus

² Graduanda, Medicina, Unichristus

³ Graduanda, Medicina, Unichristus

⁴ Graduanda, Medicina, Unichristus

⁵ Docente, Medicina, Unichristus, Professor

seguido pelo esquema Tenofovir, Lamivudina e Dolutegravir. Demonstrando, em geral, boa resposta terapêutica, com redução dos níveis de carga viral, aumento do CD4 e consequente redução do CD8.

Palavras-chave: HIV. SIDA. Perfil epidemiológico. Terapia antirretroviral. Doenças do Sistema Imune

EPIDEMIA DE CHIKUNGUNYA NO CEARÁ: PERFIL CLÍNICO E EPIDEMIOLÓGICO DOS PACIENTES QUE EVOLUÍRAM PARA FORMAS GRAVES E ÓBITO

Lívia Chaves Evangelista¹
Lívia Maria Bezerra Martins²
Cláudia Maciel Brito Aguiar de Arruda³
Pâmela Maria Costa Linhares⁴
Daniele Rocha Queiroz Lemos⁵

RESUMO

Introdução: Chikungunya é uma doença febril causada por um arbovírus, CHIKV, que raramente é fatal. Em 2017, após evidenciada a autoctonia no Ceará, Nordeste do Brasil, houve uma epidemia de grandes proporções com formas graves, atípicas e óbitos causados pela doença. **Objetivo:** Analisar o perfil clínico e epidemiológico dos pacientes que evoluíram para hospitalização e óbito por Chikungunya, no estado do Ceará, no ano de 2017. **Métodos:** Estudo epidemiológico, analítico, transversal dos casos hospitalizados e óbitos por Chikungunya notificados à vigilância epidemiológica do Ceará por meio do Sistema de Informação e Agravos de notificação (SINAN), no ano de 2017. Os dados foram analisados no software Epi Info e construídas tabelas e gráficos no Excel. **Resultados:** Foram confirmados 107.183 casos de Chikungunya em 2017 no Ceará, sendo que, 1,3% (1.439/107.183) dos acometidos tinham história de hospitalização e destes, 13,0% (188/1.439) evoluíram para óbito. Os grupos mais susceptíveis às complicações e óbito foram os idosos, o sexo feminino (59,6%), com doenças crônicas associadas (30,6%). Dentre as hospitalizações, 48 pacientes eram gestantes e 50% (24/48) destas estavam no 3º trimestre da gravidez. Além disso, foi observado que dentre os que evoluíram para óbito, as doenças associadas mais frequentes foram hipertensão arterial sistêmica (52,6%), seguida pelo diabetes mellitus (35,6%). **Conclusão:** O perfil dos casos hospitalizados e que evoluíram para óbito por Chikungunya é

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus, livia.chaves.evangelista@gmail.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus, lilimariabm@hotmail.com

³ Graduanda, Medicina, Unichristus, claudiaarruda25@gmail.com

⁴ Graduanda, Medicina, Unichristus, pamelalinharesenfa@gmail.com

⁵ Docente, Medicina, Unichristus, Professor, daniele.rq@gmail.com

predominantemente mulheres, idosos e que possui alguma doença associadas. Estudos sobre devem ser desenvolvidos com maior nível de evidência científica para que fatores de risco possam ser identificados a fim de prevenir formas graves e óbitos. Além disso, é válido ressaltar a necessidade de ser feita uma ficha de notificação específica para Chikungunya abordando e descrevendo também sinais e sintomas clínicos atípicos da doença.

Palavras Chaves: Chikungunya, arboviroses, surtos, epidemiologia

**EPIDEMIOLOGIA DE PACIENTES ADULTOS PORTADORES
TROMBOCITOPENIA IMUNE (PTI) DE CENTRO DE REFERÊNCIA NO CEARÁ
DADOS PRELIMINARES DE 114 PACIENTES**

Marcela Sobreira Kubrusly¹
Lucas Loiola Ponte Albuquerque Ribeiro²
Bruna Sobreira Kubrusly³
Rosângela de Albuquerque Ribeiro⁴
Elsie Sobreira Kubrusly⁵

RESUMO

Trombocitopenia Imune ou Púrpura Trombocitopênica Imunológica (PTI) é uma doença autoimune caracterizada por uma plaquetopenia isolada inferior a 100.000/mm³ sem condição clínica aparente responsável pela diminuição da contagem de plaquetas. Devido à hemostasia primária prejudicada, os pacientes podem apresentar petéquias, equimoses e/ou sangramento mucoso, mas pacientes acima de 30.000/mm³ plaquetas apresentam baixo risco de sangramento significativo. Do ponto de vista epidemiológico, apesar de se descrever que a PTI é uma patologia relativamente comum, as informações são muito limitadas. O presente estudo objetivou descrever as características clínico-epidemiológico-laboratoriais de pacientes portadores de PTI atendidos no centro de referência do estado do Ceará. Trata-se de um estudo descritivo de série de casos, utilizando abordagem metodológica quantitativa. Os dados foram coletados a partir da revisão de prontuários de 114 pacientes do Serviço de Hematologia do Hospital Universitário Walter Cantídio da Universidade Federal do Ceará. Dos 114 pacientes admitidos entre ano 1991 até o ano de 2015, 93 (81,6%) eram do sexo feminino. A maioria dos pacientes (75, equivalente a 65,8%) são procedentes de Fortaleza e região metropolitana e 39 (34,2%) vinham do interior do Ceará. Foi constatado que 91 (79,8%) dos enfermos analisados apresentavam sangramento. Na distribuição por idade e sexo, observou-se a prevalência do sexo feminino em todas as faixas etárias abordadas. Nosso estudo mostrou a média de idade de pacientes com PTI foi de 43,1 anos (desvio padrão: 15,53). Foram realizados exames para exclusão de outras

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus, msk090298@gmail.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus, lucaspontelol@edu.unifor.br

³ Graduanda, Medicina, Unichristus, brunakubrusly@gmail.com

⁴ Graduanda, Medicina, Unichristus, rosangela.ar@uol.com.br

⁵ Residência em Neurologia, Curso de Medicina, docente, elsiekubrusly@gmail.com

patologias como fator antinuclear (FAN), realizado em 87 (76,3%) dos pacientes, HVC em 103 (90,4%), HIV em 102 (89,5%) e mielograma, realizado em 100 (87,7%) dos pacientes. O presente estudo permitiu-nos descrever características clínico-epidemiológico-laboratoriais dos portadores de PTI acompanhados no serviço de Hematologia do centro de referência do Ceará.

Palavras-chave: trombocitopenia. Hemorragia. Imune. Adulto. Epidemiologia.

ESTENOSE DE ARTÉRIA RENAL EM RIM TRANSPLANTADO: INTERVENÇÃO PERCUTÂNEA E DESFECHOS CLÍNICOS

Júlia Lucena Domingues¹

Antônio Agostinho Moura Filho²

David Freire Maia Vieira³

Fernando José Villar Nogueira Paes⁴

RESUMO

Introdução: A estenose de artéria renal é uma das possíveis complicações arteriais do transplante renal, criando o risco de hipertensão grave refratária, disfunção renal progressiva e até perda do enxerto. A indicação da terapêutica de revascularização percutânea com stent ou apenas abordagem clínica nestes pacientes é controversa, pois nenhum estudo mostrou significativa melhora da função renal e seus possíveis desfechos após sua instituição, justificando a realização deste trabalho. O objetivo principal foi avaliar se houve benefício da função renal e da hipertensão de pacientes portadores de rins transplantados, que evoluíram com estenose de artéria renal e foram submetidos a arteriografia com stent. Metodologia: Foram incluídos indivíduos que possuem rim transplantado, evoluíram com estenose de artéria renal e foram submetidos a arteriografia com colocação de stent, no período de 2010 a 2016. As variáveis, os dados clínicos e laboratoriais foram colhidos de forma retrospectiva, por meio do prontuário dos pacientes, e foram comparados os valores pré e pós-intervenção. Os resultados foram testados pelo teste t-student para avaliar significância estatística. Resultados e discussão: A população do estudo foi composta por 10 pacientes. O número de medicamentos anti-hipertensivos usados antes e após a intervenção variou, porém sem significância estatística. Também não houve diferença entre os valores de taxa de filtração glomerular nos períodos pré e pós-arteriografia. Outros estudos randomizados também avaliaram o benefício da terapia intervencionista na função renal, evidenciando que não houve melhora significativa deste parâmetro após o tratamento. Porém ainda faltam estudos que

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus

² Graduanda, Medicina, Unichristus

³ Graduanda, Medicina, Unichristus

⁴ Docente, Medicina, Unichristus, Professor

avaliem seu benefício na população dos transplantados renais. Conclusão: Mais estudos são necessários para indicar com mais consistência a terapia de revascularização nestes pacientes, comparando-a com a conduta clínica isolada.

Palavras-chave: Intervenção. Rim transplantado. Estenose de artéria renal. Repercussão clínica. Angioplastia.

O GANHO DE PESO PÓS-TRANSPLANTE RENAL E SUA ASSOCIAÇÃO COM TERAPIA IMUNOSSUPRESSORA COM OU SEM USO DE INIBIDORES DA mTOR EM UMA UNIDADE DE TRANSPLANTE RENAL DE FORTALEZA, CEARÁ

Thaisa Maria da Silva Sousa¹
Thaís Maria Frota Silva²
Naiara Lima Fontenele³
Claudia Maria Costa de Oliveira⁴

RESUMO

Introdução: O ganho de peso, o desenvolvimento da obesidade e outras complicações metabólicas (dislipidemia, diabetes mellitus, hipertensão arterial sistêmica) são frequentes após o transplante (TX) renal, tem impacto na morbimortalidade dos pacientes e podem estar associadas ao esquema imunossupressor. Os inibidores da mTOR tem se associado a um menor ganho de peso quando comparado com outras drogas imunossupressoras, tais como inibidores de calcineurina em estudos experimentais e em transplante hepático. **Objetivo:** Avaliar o ganho de peso e a prevalência de complicações metabólicas pós-TX renal em receptores de transplante de um hospital terciário do Brasil, de acordo com o uso ou não do everolimo no esquema imunossupressor. **Métodos:** Estudo de coorte retrospectivo, incluindo pacientes que realizaram transplante renal, com idade superior a 18 anos e, pelo menos, 12 meses de seguimento no referido serviço, sendo pesquisadas variáveis clínicas, laboratoriais e antropométricas pós-TX. Os pacientes foram divididos em grupos segundo o uso ou não de everolimo. As diferenças entre os grupos foram pesquisadas, com ênfase no ganho de peso e complicações metabólicas. Foi realizada análise com modelos mistos de ANOVA multivariados de duas vias. **Resultados:** Foram avaliados 217 pacientes, com idade média de 44,5 anos, com sexo masculino (63,6%), sendo 94,5% com enxertos de doador falecido. O esquema imunossupressor incluiu tacrolimo em 100% dos casos, everolimo 62,7%, micofenolato 37,3% e prednisona 33,2%. A prevalência de complicações metabólicas pós-TX foi diabetes mellitus 37,3%, HAS 74,7% e dislipidemia 95,9% e não houve diferença estatística na prevalência de

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus, thaisasousa95@hotmail.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus, thais_200@hotmail.com

³ Graduanda, Medicina, Unichristus, naiara_fontenele@hotmail.com

⁴ Docente, Medicina, Unichristus, Professor, claudiadr@gmail.com

complicações metabólicas entre os grupos com e sem everolimo. O ganho de peso médio em 24 meses foi de 4,0 kg (-2,2 a 9,28 kg) para o grupo 1 (com everolimo) foi de 4,29 kg (-1,1 a 10,26) para o grupo 2 (sem everolimo) ($p = 0,761$). A classificação segundo o IMC aos 24 meses foi diferente entre os grupos ($p = 0,017$) com 37,4% de sobrepeso/obesidade no grupo 1 e 51,9% no grupo 2 (a classificação por IMC não foi diferente no pré-TX e aos 3 meses pós-TX). A comparação entre os grupos ao longo de 36 meses do TX renal revelou diferença significativa na PAS e PAD, mas não houve diferença no IMC, PAD, glicose, perfil lipídico. Conclusão: Apesar do ganho de peso pós-transplante renal não ter sido diferente entre os grupos com e sem everolimo, a classificação por IMC, no período estudado, revelou maior prevalência de sobrepeso/obesidade no grupo sem everolimo. As taxas dos demais componentes metabólicos não foram diferentes entre os grupos.

Palavras-chave: Transplante de rim. Everolimo. Ganho de peso. Imunossupressão. Obesidade

QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES HIPERTENSOS ATENDIDOS NA ATENÇÃO SECUNDÁRIA DE UMA CAPITAL DO NORDESTE BRASILEIRO

Pâmila Maria Saboia Carvalho¹

Cícero Roberto Carreiro Victor²

Talita Gomes Lopes³

Keylla Márcia Menezes de Souza⁴

RESUMO

Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) é uma doença crônica multifatorial que apresenta evolução lenta e silenciosa. O atual estudo tem como finalidade conhecer o perfil clínico sociodemográfico e a qualidade de vida de pacientes hipertensos usuários de uma unidade da atenção secundária, a partir da aplicação do questionário, pretendeu preencher uma lacuna de informações existente sobre associações entre qualidade de vida e fatores sociodemográficos a fim de identificar fatores de risco e de proteção que impliquem na qualidade de vida de pacientes hipertensos, e, dessa forma, propor ações educativas. Tratou-se de um estudo transversal com abordagem quantitativa. Conclusão: As variáveis encontradas que estiveram relacionadas à qualidade de vida dos hipertensos foram as seguintes: sexo, renda mensal familiar, nível de escolaridade do indivíduo, a medida da circunferência abdominal e a ausência da Diabetes como outra comorbidade. Isso que indica a necessidade dos profissionais de saúde darem maior atenção à qualidade de vida dos pacientes, na busca de modificações na abordagem terapêutica de maneira geral.

Palavras-chave: Hipertensão. Qualidade de vida. Atenção secundária. Sociodemográficas. Clínicas.

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus, pamilamed@gmail.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus, cicerorobertovictor@hotmail.com

³ Graduanda, Medicina, Unichristus, talitalopes06@gmail.com

⁴ Docente, Medicina, Unichristus, Professor, keyllanurse@yahoo.com.br

SALA DE ESPERA: O IMPACTO CAUSADO EM ACADÊMICOS DE MEDICINA ACERCA DO TEMA ABORDADO

Rebeca Holanda Nunes¹

Sâmya Pessoa de Amorim²

Olavo Napoleão de Araújo Neto³

Helena Maria Barbosa Carvalho⁴

RESUMO

INTRODUÇÃO: Diante da elevada demanda por práticas assistenciais, poucas são as ações de promoção e educação em saúde desenvolvidas. A sala de espera constitui um espaço privilegiado devido ao alto número de usuários que por ela circulam durante todo o dia. Comumente, a sala de espera é vista, de forma negativa, como o local no qual as pessoas apresentam diversos sentimentos de ansiedade, de medo, de tristeza e de angústia por ficar muito tempo aguardando pelo atendimento. Nesse contexto, a educação em saúde é um importante instrumento de trabalho, principalmente quando utilizada como meio a problematização da realidade. Privilegiando-se o intercâmbio do conhecimento, no qual o saber profissional e o senso comum unem-se em prol do bom senso, tem-se a formação de uma conscientização e a construção de indivíduos críticos e criadores. **OBJETIVO:** Intervir na sala de espera de uma Unidade Básica de Saúde, abordando o tema de Obesidade, a fim de melhor informar a população acerca do assunto e de tentar prevenir o surgimento de novos casos de obesidade na região. **MÉTODO:** Realizou-se um estudo de caso de educação em saúde em sala de espera, realizada por acadêmicos de Medicina em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) do município de Fortaleza – CE. O trabalho foi desenvolvido no período de agosto a novembro de 2016. Para o desenvolvimento da atividade, houve uma revisão da literatura sobre obesidade e das Diretrizes Brasileiras de Obesidade 2016. Na busca de artigos foram utilizados os descritores: sobrepeso, obesidade, exercício, estilo de vida, atenção primária à saúde, sala de espera e IMC. **RESULTADOS:** O projeto teve como proposta abordar os usuários que aguardavam

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus, rebecahnunes@gmail.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus, olavonapoleao@gmail.com

³ Graduanda, Medicina, Unichristus, samyamorim@hotmail.com

⁴ Graduanda, Medicina, Unichristus, hellenacarvalho@gmail.com

pelas consultas nas salas de espera da UBS Aída Santos e Silva. Os usuários foram convidados a participarem de uma atividade sobre o tema “Obesidade: em foco”, com duração de 30 minutos. Participaram da atividade cerca de 30 pessoas os quais demonstraram interesse e interagiram por meio dos questionamentos e atenção às explicações dadas pelos acadêmicos acerca da temática. A ação desenvolvida e a experiência adquirida na sala de espera vai ao encontro dos anseios do Sistema Único de Saúde e da Política Nacional de Promoção de Saúde vigente no Brasil desde 2006 e revela que a sala de espera é um espaço potencial de aprendizado em saúde, proporcionando ao usuário a troca e construção de saberes e uma escuta qualificada sobre questões da saúde auditiva do participante da atividade. Além de levar a reflexão sobre as necessidades locais, viabilizando a elaboração e organização de ações de promoção de saúde voltadas para as necessidades e para os interesses da população envolvida. **CONCLUSÃO:** Desse modo, percebe-se que tal espaço configura-se como uma ferramenta formadora de opinião, a qual deveria ser elaborada frequentemente, a fim de promover e favorecer a educação em saúde. Assim, tal extensão universitária contribui com a formação acadêmica, fornecendo o espaço e as experiências adequadas para o desenvolvimento das capacidades e da articulação dos graduandos enquanto equipe e educadores em saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Educação em Saúde. Obesidade. Centros de Saúde. Medicina Comunitária. Atenção Primária.

SÍNDROME RESPIRATÓRIA AGUDA GRAVE POR INFLUENZA NO CEARÁ, 2009 A 2018

Marcelo Victor Mendonça Uchoa Portela¹
Erlane Brunno Cunha Ferreira²
Yan Nerildo Machado³
Gabriel José de Souza Oliveira Pinheiro⁴
Thaisy Brasil Ricarte Lima⁵
Daniele Rocha Queiroz Lemos⁶

RESUMO

INTRODUÇÃO - A influenza provoca epidemias sazonais de uma doença respiratória febril aguda com duração de até 2 semanas. A coleção de vírus da influenza pode ser classificada basicamente em: influenza A e B. Dentre as doenças com capacidade de rápida disseminação entre países, a Organização Mundial da Saúde (OMS) e todos os países signatários monitoram infecções que possam resultar em síndrome respiratória aguda grave (SRAG). Nesse sentido, a vigilância epidemiológica da SRAG deve manter os registros de casos, sobretudo no que diz respeito aos casos graves, identificando possíveis fatores de risco que possam estar relacionados com gravidade e óbitos em populações específicas e mesmo sendo uma doença de notificação compulsória há grande subnotificação. Na tentativa de conhecer melhor a ocorrência de casos graves e óbitos um sistema de vigilância sentinela foi implantado no Brasil em 2011. **OBJETIVO** - Descrever a ocorrência de SRAG no Ceará, a partir dos dados da vigilância sentinela da SRAG, nos anos de 2009 a 2018. **MATERIAIS/MÉTODOS** – Estudo epidemiológico, descritivo, retrospectivo, dos dados da vigilância sentinela da SRAG no Estado do Ceará, nos anos de 2009 a 2018. **RESULTADOS E DISCUSSÃO** – No Ceará, entre os anos 2009 e 2018, foram notificados 4.935 casos de SRAG. 17,3% (857/4.935) foram confirmados para influenza, 13,4% (650/4.935) para outros vírus respiratórios, 6,1% (302/4.935) outros agentes etiológicos, 38,0% (1.875/4.935) das SRAG não foram especificadas. Esse padrão de ocorrência do Ceará é semelhante ao encontrado no Hemisfério Norte, onde também a maioria dos casos de Pneumonia não foi possível

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus

² Graduanda, Medicina, Unichristus

³ Graduanda, Medicina, Unichristus

⁴ Graduanda, Medicina, Unichristus

⁵ Graduanda, Secretaria de Saúde do Ceará

⁶ Professora, Curso de Medicina, docente, daniele.rq@gmail.com

identificar o patógeno, e dos patógenos conhecidos, a Influenza é o 2º maior causador de Pneumonia. **CONCLUSÃO** - Há necessidade de aprimorar ainda mais a vigilância da SRAG, a fim de captar um número maior de casos, permitindo conhecer ainda mais o padrão de acometimento e recomendar medidas pertinentes de prevenção e controle. Esse estudo sugere que seja desenvolvido outros estudos epidemiológicos analíticos para identificar e associar causas e fatores de risco de formas graves e óbitos por vírus respiratórios na população cearense.

Palavras-chave: SRAG, influenza, epidemiologia, vigilância sentinela, gravidade.

SITUAÇÃO VACINAL DE ACADÊMICOS DE MEDICINA E SUA PERCEPÇÃO SOBRE A VACINAÇÃO

Kaik Brendon dos Santos Gomes¹

Vanessa Maria Oliveira de Mello²

Vilma Leite de Sousa Pires Albuquerque³

Jocileide Sales Campos⁴

RESUMO

Os profissionais de saúde estão expostos a vários riscos ocupacionais, com o maior impacto de riscos biológicos devido ao contato direto com materiais orgânicos potencialmente contaminados. Além de adotar medidas universais de biossegurança, uma cobertura vacinal adequada deve ser alcançada neste contexto, com iniciativas educacionais desempenhando um papel crucial no processo. Descrevemos a situação vacinal dos estudantes de medicina do Centro Universitário Christus, em Fortaleza (CE) e a percepção dos acadêmicos sobre a importância do uso de vacinas na proteção contra doenças imunopreveníveis. O estudo foi realizado no período de agosto de 2017 a julho de 2018 com os alunos do primeiro ao décimo segundo semestres do curso de medicina. Para estudo quantitativo, aplicamos um questionário para verificar a situação vacinal dos estudantes quanto às seguintes vacinas: hepatite A, hepatite B, influenza, sarampo, caxumba, rubéola, pneumococo, tétano, difteria, varicela, tuberculose, febre amarela, herpes zoster e coqueluche. Para o estudo qualitativo, foram incluídos aqueles com disponibilidade para realizar as entrevistas objetivando conhecer suas percepções sobre a vacinação. Participaram do estudo 137 estudantes, sendo 43 homens (31,4%) e 94 mulheres (68,6%). A percentagem de estudantes que não conheciam o estado de vacinação para as diferentes vacinas variou de 0,7% para a hepatite B, e 47,4% para o herpes zoster. As vacinas mais recebidas foram: primeiro, 90,4% tinham tétano, seguido de tríplex vírus - sarampo (85,3%), caxumba (80,9%) e rubéola (76,5%) - e hepatite B (77,9%). O estudo qualitativo foi definido de acordo com a saturação das respostas

¹ Graduando, Medicina, Unichristus, kaikebrendon@hotmail.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus, med_vanessamello@outlook.com

³ Graduanda, Medicina, Unichristus, vilmaspres@yahoo.com.br

⁴ Docente, Medicina, Unichristus, Professor, jocileide23@gmail.com

dos alunos. Logo, houve uma imunização em torno de 65,41% dos estudantes. Apesar de um expressivo status de vacinação dos estudantes de medicina, é necessário um maior compromisso das instituições de ensino através de ações educativas, fiscalizações e ações de imunização para uma maior cobertura vacinal dos estudantes.

Palavras-chave: Estudante de Medicina. Vacinação. Imunização. Prevenção. Doenças imunopreveníveis.

TOMOGRAFIA DE CRÂNIO EM SITUAÇÕES DE URGÊNCIA: NECESSIDADE DE DIAGNÓSTICO VERSUS CUSTOS E RADIAÇÃO

Beatrice Facundo Garcia¹
Joana Cysne Frota Vieira²
Afonsina Pereira de Aquino³
Hermano Alexandre Lima Rocha⁴
Carlos Eduardo Barros Jucá⁵

RESUMO

Introdução: As patologias mais comuns encontradas nos setores de Urgência e Emergência de Hospitais Terciários são as neurológicas, as quais podem ter evolução e prognósticos bastante desfavoráveis. Devido a isso, são realizados muitos exames de Tomografia Computadorizada de Crânio, os quais são bastante úteis para visualização de alterações agudas crânio-encefálicas. No entanto, observa-se que a maioria destes exames são constatados como normais, o que levanta a hipótese de que tais exames estão sendo demasiadamente solicitados, implicando em uma carga excessiva de radiação em pacientes que não necessitam. **Objetivos:** Avaliar qualitativamente e quantitativamente os exames de TC de crânio realizados em urgência, relacionando estes dados com as características clínicas dos pacientes. **Métodos:** Estudo observacional retrospectivo nos setores de Radiologia e de Urgência do Hospital Regional da Unimed – Fortaleza, analisando registros e exames de 390 pacientes atendidos no mês de Novembro de 2017 que realizaram TC de Crânio. **Resultados:** Foram realizados 390 exames de TC de crânio no período estudado. Destes, apenas 377 tinham dados disponíveis para análise. Foram identificadas 304 tomografias normais e 73 tomografias alteradas. 205 (54,4%) eram do sexo feminino, enquanto 172 (45,6%) pertenciam ao sexo masculino. A idade variou entre sete meses e 102 anos, com média de 46,26 anos (DP ± 27,02). 368 (97,61%) pacientes não necessitaram de contraste para realizar o exame, enquanto 9 (2,39%) utilizaram. As hipóteses diagnósticas de cefaleia, crise convulsiva, AVC e tumor estavam presentes em um total de 37 pacientes com alteração da TC e apresentaram $p < 0,05$. Os pacientes com sinais e sintomas de

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus, beatricefgarcia@gmail.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus, joana_cysne@hotmail.com

³ Pós-graduanda, Unichristus, afonsinapac@uol.com.br

⁴ Docente, Medicina, Unichristus, Professor, consultoriaposgraduacao02@unichristus.edu.br

⁵ Docente, Medicina, Unichristus, Professor, eduardojuca@gmail.com

cefaleia, queda do estado geral, disartria, déficit focal, náuseas, convulsões e rebaixamento do Glasgow tiveram associação significativa com a ocorrência de exame de tomografia alterado, apresentando $p < 0,05$. O custo das 390 tomografias de crânio no período estudado foi de R\$135.411,90. Conclusão: Uma grande proporção de exames de tomografia realizados no setor de urgência do hospital estudado não contribuiu para o esclarecimento diagnóstico, representando desperdício de recursos e exposição dos pacientes a riscos desnecessários. É preciso estabelecer critérios para a solicitação de tomografias de crânio em situação de emergência, a fim de evitar estas situações desfavoráveis.

Palavras-chave: Tomografia. Crânio. Radiação. Emergência. Custos.

TRADUÇÃO E ADAPTAÇÃO CULTURAL DO UCLA – SCLERODERMA CLINICAL TRIAL CONSORTIUM GASTROINTESTINAL TRACT INSTRUMENT 2.0 (UCLA GIT 2.0)

Iana Fernanda Sousa Machado¹

Lívia Caminha Martinez²

Beatriz de Sousa Sampaio³

Sheila Márcia de Araújo Fontanele⁴

RESUMO

A Esclerose Sistêmica (ES) é uma doença autoimune caracterizada por hiperreatividade vascular, associada à deposição excessiva de colágeno nos tecidos, ocasionando sinais e sintomas nos diversos sistemas corporais. Um dos mais afetados é o trato gastrointestinal; devido a isso, grupos de especialistas de origens diversas vêm elaborando instrumentos para avaliar tais afecções. Um desses é o UCLA SCTC GIT 2.0, que avalia a frequência e a intensidade dos sintomas gastrointestinais. Pensando nisso, o presente estudo objetivou traduzir e adaptar culturalmente este instrumento, para a língua portuguesa do Brasil. Além disso, propôs-se, apesar das divergências na literatura, inteirar-se sobre um processo de validação cultural de questionários, visto que estes são dispositivos de avaliação também úteis para a comparação entre realidades clínicas e culturais distintas. Seguindo os princípios de boas práticas de tradução e validação cultural, o processo começou a se desenvolver adotando uma sequência de etapas, que resumidamente são: autorização do órgão criador, tradução, retrotradução, avaliação cognitiva dos participantes, possível adaptação para o público alvo e revisão final do instrumento no idioma desejado. O presente estudo cumpriu as etapas de tradução e adaptação cultural; contudo, o processo não pode ser tomado como uma validação, pois o número mínimo de pacientes para avaliação cognitiva da tradução não foi atingido. Destarte, em estudos vindouros, é viável a aplicação do questionário traduzido em mais pacientes com ES, para que a amostra mínima seja alcançada. Por conseguinte, posteriormente o instrumento poderá ser usado por

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus, ianafernanda@outlook.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus, livia.caminha@yahoo.com.br

³ Graduanda, Medicina, Unichristus, sampaibia02@gmail.com

⁴ Residência em Neurologia, Curso de Medicina, docente, nilfort@uol.com.br

profissionais brasileiros para fins de análise do impacto de sinais e sintomas gastrointestinais dos pacientes com Esclerose Sistêmica.

VALIDAÇÃO DO MODELO DA ANÁLISE DE RISCO DE REINTRODUÇÃO E TRANSMISSÃO DO SARAMPO

Artur Sombra Batista¹
Francisco Hugo de Souza Melo²
Aidee Ramirez Franco³
Sarah Mendes D'Ángelo⁴
Luciano Pamplona de Góes Cavalcanti⁵
Daniele Rocha Queiroz Lemos⁶

RESUMO

O estudo tem como objetivo validar um modelo para analisar o nível de risco de reintrodução e transmissão do vírus do sarampo nos municípios no período pós-eliminação nas Américas. Um estudo ecológico-analítico foi realizado utilizando dados de um período pré-epidêmico e em um período epidêmico, entre 2012 e 2016 no nordeste do Brasil. As variáveis incluídas foram relacionadas de acordo com características pessoais da população afetada, características do período de ocorrência e características do município. Foi realizada assim uma análise bivariada para cada variável estudada, considerando dois desfechos possíveis: presença ou não de epidemia, considerando significativo $P < 0,05$. Os municípios foram, então, categorizados em quatro níveis de risco: baixo, médio, alto e muito alto risco. Nos resultados, no estado de Pernambuco houve 100% de congruência entre os municípios que tiveram epidemia em 2013 e 2014, o que significa que todos os casos confirmados de sarampo viveram em regiões com alguma classificação de risco. Já no Piauí e no Maranhão, 85,6% e 76,9%, respectivamente, dos municípios apresentam médio e baixo risco para introdução e disseminação do sarampo, cenário que pode justificar a não ocorrência de casos após a eliminação do sarampo nas Américas, mesmo com circulação dentro do território nacional. Para concluir, visto o risco iminente de reintrodução da circulação do sarampo, este estudo revela a importância da identificação precoce de áreas de risco e utilização e validação de um modelo que possa ser útil na identificação desses cenários, indicando a

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus, sombraartur@hotmail.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus, hugosouzamelo.hm@gmail.com

³ Graduanda, Medicina, Unichristus, Aideepy2001@gmail.com

⁴ Graduanda, Medicina, Unichristus, sarahmendes.saude@gmail.com

⁵ Professor, Medicina, Universidade Federal do Ceará, pamplona.luciano@gmail.com

⁶ Professora, Curso de Medicina, docente, daniele.rq@gmail.com

necessidade de monitorização nesses municípios como forma de prevenir a transmissão sustentada.

Palavras-chave: epidemiologia; análise de risco; erradicação de doenças; sarampo

**ANÁLISE TERMOGRÁFICA E DOR ARTICULAR EM PACIENTES COM
CHIKUNGUNYA ATENDIDOS EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
FORTALEZA – CEARÁ: UMA NOVA PERSPECTIVA PARA OS ACHADOS
REUMATOLÓGICOS**

Bianca Gomes Bernardes¹

João Romano Ponte Nogueira²

Leivânio Ponte Teixeira³

Rafael Barroso Barbosa⁴

Francisco Eristow Nogueira⁵

Edson Lopes da Ponte⁶

RESUMO

A Febre Chikungunya (FC) é uma doença infecciosa e viral, considerada uma arbovirose causada pelo vírus Chikungunya (CHIKV) e transmitida principalmente pela picada de fêmeas dos mosquitos *Aedes Aegypti* e *Aedes albopictus* infectados. Os sinais e sintomas incluem febre de início súbito, cefaleia, náuseas, exantema, dores musculares e dores articulares, na maioria das vezes, intensas, constantes e intermitentes. Entretanto, em alguns casos, a artralgia e o acometimento reumático podem se cronificar, persistindo por até 5 anos. As alterações histopatológicas sinoviais causadas pela presença do CHIKV possuem um padrão semelhante ao da artrite reumatoide, e o edema articular é frequentemente simétrico e distribui-se predominantemente em pequenas articulações, tais como pulsos, pés e tornozelos. Nesse contexto, a termografia demonstrou-se uma estratégia capaz de detectar inflamações associadas a FC, visto que já é comprovada a importância desse exame no estudo da dor e da inflamação. O objetivo do estudo foi correlacionar os sintomas de dores articulares em pacientes com FC atendidos no Hospital Universitário Walter Cantídio com seus respectivos achados de termográficos de hiperradiação. No presente estudo, foram analisados 27 pacientes diagnosticados com Chikungunya pelo quadro clínico e método sorológico com no mínimo 3 meses de evolução, analisando o percentual de pacientes que referiram dor e a

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus, bg.bernardes@gmail.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus, joaoromanonogueira@gmail.com

³ Graduanda, Medicina, Unichristus, rbarbosa@msn.com

⁴ Graduanda, Medicina, Unichristus, leivaniop@hotmail.com

⁵ Graduanda, Medicina, Unichristus, thermodiagnose@hotmail.com

⁶ Docente, Medicina, Unichristus, Professor, edsonlopesdaponte@gmail.com

confirmação termográfica. As regiões mais acometidas, relatadas por dor pelos pacientes, foram as mãos (77,7%) e os pés (55,5%), e a maior porcentagem de confirmação pela termografia foi nos pés (93,3%). Concluiu-se que os sintomas de dores articulares em pacientes com FC atendidos foram confirmados pelos achados de termográficos de hiperradiação em todas as regiões analisadas, principalmente a região dos pés.

Palavras-chave: Febre Chikungunya. Termografia. Diagnóstico. Artralgia. Padrão Inflamatório.

AVALIAÇÃO DA EXPRESSÃO IMUNO-HISTOQUÍMICA DA FRAÇÃO DO COMPLEMENTO C4d EM BIÓPSIAS RENAIS DE PACIENTES TRANSPLANTADOS NO HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA COM DISFUNÇÃO DO ENXERTO

Ana Vitória Magalhães Chaves¹

Carolina Sales Biermann²

Lara Lima Melo³

André Costa Teixeira⁴

RESUMO

O C4d é um produto da degradação do fator de complemento ativado C4, sendo considerado um sinal indireto de resposta mediada por anticorpos em casos de rejeição de enxertos renais. O presente estudo objetivou analisar a imunoexpressão do C4d nas biópsias renais de pacientes brasileiros transplantados no Hospital Geral de Fortaleza (HGF), abordando a relação imuno-histoquímica do marcador com os diagnósticos histopatológicos e os critérios de Banff atualizados, comparando as biópsias C4d positivas e negativas e a porcentagem de casos C4d positivos que receberam diagnóstico de rejeição por anticorpos. Trata-se de um estudo observacional descritivo retrospectivo, no qual foi realizada a revisão dos laudos de biópsias renais de 399 pacientes transplantados no HGF no período de Janeiro de 2013 a Agosto de 2017. Do total de pacientes analisados, 37,1% (n=148) pertenciam ao sexo feminino e 62,9% (n=251) do sexo masculino. A média de idade geral foi de 40,7 anos, sendo a dos pacientes do sexo masculino de 41,5 anos e a dos pacientes do sexo feminino de 39,5 anos. 532 biópsias foram coletadas, sendo pesquisada a expressão de C4d por imuno-histoquímica em 95,4% (n=507). Destes, 23,68% (n=126) tiveram c4d positivo, enquanto 71,89% (n=376) das biópsias tiveram c4d negativo. Em relação ao gênero, a análise realizada foi significativa (p=0,0001), glomerulite foi outro dado estatisticamente significativo (p=0,0001), assim como a glomerulopatia do transplante (p=0,0036), fibrose intersticial (p=0,004), arterite (p=0,004) e pericapilarite (p<0,001). Concluiu-se que o C4d é um marcador, embora

¹ Estudante de graduação, Medicina, estudante, anavitoriamagalhaesc@gmail.com

² Estudante de graduação, Medicina, estudante, laramelo19.2@gmail.com

³ Estudante de graduação, Medicina, estudante, csbcarolina@hotmail.com

⁴ Docente, Medicina, Professor, andrect3@hotmail.com

não mais obrigatório, ainda muito importante e útil no processo diagnóstico da rejeição mediada por anticorpos de enxertos renais de pacientes transplantados.

Palavras-chave: C4d. Rejeição. Transplante. Renal. Pericapilarite. Arterite.

AVALIAÇÃO DA TAXA DE ERRADICAÇÃO DO HELICOBACTER PYLORI E DE MELHORA DOS SINTOMAS APÓS ERRADICAÇÃO, EM PACIENTES COM DISPEPSIA TRATADOS EM HOSPITAL TERCIÁRIO DE FORTALEZA – CE.

José Edvar di Castro Júnior¹

Livia Helen Araújo Chaves¹

Yandra Mirelle Nogueira Alves¹

Gardenia Costa do Carmo²

RESUMO

A infecção por *H. pylori* é uma das infecções bacterianas crônicas mais comuns em humanos e está associada, em alguns casos, a sintomas dispépticos. O esquema triplo com inibidor de bomba de prótons, amoxicilina e claritromicina por 7 dias, esquema de primeira linha pelo 3º Consenso Brasileiro, mostrou taxa de erradicação no continente americano de 78% a 97%, sendo que no Brasil podem ser tão baixa como 66%. Estudos mostraram que, apesar dessa relação causal, a taxa de ganho terapêutico com a erradicação da bactéria em relação ao alívio dos sintomas variou de 4-14%. O presente estudo objetivou avaliar características clínicoepidemiológicas de pacientes com sintomas dispépticos associados à infecção por *H. pylori*, seguidos em ambulatório de gastroenterologia de um hospital terciário, bem como determinar taxa de erradicação da infecção após tratamento com esquema triplo padrão por 7 dias, taxa de melhora clínica a erradicação e sua relação com fatores como sexo, idade, tipo de sintoma e tempo de início de sintomas. Foi um estudo transversal e descritivo através da revisão de prontuários. Utilizou-se questionário estruturado para coleta de informações. Foram excluídos do estudo, pacientes que apresentaram endoscopia com alterações estruturais da mucosa gastroduodenal como úlcera péptica ou neoplasia. Um total de 72 pacientes foram incluídos, os quais apresentaram idade média de 55,7 anos e 74% eram mulheres. Em relação aos sintomas apresentados, 49% apresentavam como sintoma predominante dor epigástrica, 9% plenitude pós-prandial e 42% misto dos dois sintomas. O tempo de início dos sintomas foi em média 7,6 anos. A taxa de

¹ Estudante de graduação, Medicina, estudante

² Docente do curso, Medicina, Professor

erradicação da infecção por *H. pylori* com esquema tríplice padrão foi de 65%. Dos pacientes que obtiveram erradicação da infecção após tratamento, apenas 28% apresentaram melhora completa dos sintomas. Nenhum dos parâmetros avaliados (sexo, idade, tipo de sintoma e tempo de início dos sintomas) mostraram relação estatística significativa com a obtenção de melhora clínica completa à erradicação da bactéria. Dessa forma, esse estudo demonstrou que a maioria dos pacientes com sintomas dispépticos associados a infecção por *H. pylori* eram mulheres e tinham como sintoma predominante dor epigástrica. A taxa de erradicação da bactéria na nossa amostra foi de apenas 65%, com taxa de melhora clínica completa a erradicação de 28%. Não foi observada relação das características clínicoepidemiológicas com a melhora clínica após erradicação.

Palavras-chave: *Helicobacter pylori*. Dispepsia. Sintomas. Tratamento. Resistência.

CIRURGIA NEUROENDOSCÓPICA EM CRANIOFARINGIOMAS PEDIÁTRICOS: ANÁLISE DE 24 CASOS EM CENTRO DE REFERÊNCIA NO ESTADO DO CEARÁ

Pedro Vitor Amorim Weersma¹

Gabriela Oliveira Rodrigues²

Rafaela Soares Barros De Menezes³

Carlos Eduardo Barros Jucá⁴

RESUMO

Os craniofaringiomas representam até 13% dos tumores do Sistema Nervoso Central (SNC) que acometem pacientes pediátricos. Pela proximidade de estruturas nobres, em especial do quiasma óptico, a abordagem ainda representa um desafio para a neurocirurgia pediátrica. A abordagem transcraniana, antes considerada padrão-ouro em todas as lesões, apresenta grande morbidade pós cirúrgica, principalmente visual. Nesse contexto, o método neuroendoscópico foi desenvolvido no intuito de proporcionar um novo modo de abordagem desses tumores, esperando-se resultar em menor morbimortalidade. Dessa forma, foram analisados dados dos prontuários e de consultas de pacientes em um hospital pediátrico de referência no Estado do Ceará, como os sintomas pré-operatórios, os sintomas pós-operatórios e as complicações do método neuroendoscópico com o intuito de avaliar quais fatores podem influenciar no desfecho deste. Foram analisados dados de 24 pacientes, destes 54,2% do sexo feminino e 45,8% do sexo masculino. As idades variaram entre 4 e 16 anos, com idade média de 9 anos e 9 meses. A análise de faixas etárias revelou que a maior incidência ocorreu no grupo de 5 a 9 anos, representando 47,8% dos pacientes no momento da cirurgia. No pré-operatório, a queixa de cefaleia foi a mais referida pelos pacientes, representando percentualmente aproximadamente 70,8%, seguida de déficits visuais 37,5%; e

¹ Acadêmico, medicina, discente, pvweersma@gmail.com

² Acadêmico, medicina, discente, gabrielaolivrodrigues@gmail.com

³ Acadêmico, medicina, discente, Rafaela-menezes@hotmail.com

⁴ Doutor em Neurocirurgia pediátrica, medicina, docente, eduardojuca@gmail.com

convulsões e déficits neurológicos focais ambos 12,5%. No pós-operatório a taxa de remissão de cefaleia, déficit visual, déficit focal e convulsões foi de 58,8%, 57%, 100% e 50%, respectivamente. Dez pacientes iniciaram quadros convulsivos após o procedimento. No contexto das complicações, 37,5% pacientes apresentaram fístula líquórica, 29,1% hemorragia intracraniana, 62,2% infecções, 75% transtorno do sódio sérico e 29,1% foram a óbito. Quando correlacionados aos óbitos, 100% dos pacientes apresentaram infecções no após o procedimento e 85,7% apresentaram distúrbio do sódio sérico. Assim, o método neuroendoscópico apresentou altas taxas de resolutividade de queixas como cefaleia, déficits visuais e focais, associado a baixa incidência destas no período pós-operatório. No entanto a ressecção cirúrgica por via endoscópica pode resultar em morbidade significativa em termo de desfechos infecciosos e por distúrbios eletrolíticos.

Palavras-chave: Pediátrico. Craniofaringioma. Neuroendoscopia. Microcirurgia. Neurocirurgia.

CONTROLE DA GLICEMIA INTRA-HOSPITALAR EM PACIENTES NÃOCRITICAMENTE ENFERMOS INTERNADOS EM HOSPITAIS TERCIÁRIOS DO ESTADO DO CEARÁ

Carolina Murad Regadas ¹

Fernando Antônio Mendes Bezerra Ximenes ²

Clarisse Mourão Melo Ponte ³

RESUMO

INTRODUÇÃO: A hiperglicemia intra-hospitalar (HIH) é definida como uma elevação glicêmica que acontece no ambiente hospitalar em pacientes com diagnóstico prévio de diabetes mellitus (DM) ou em pacientes previamente normoglicêmicos que apresentam hiperglicemia de estresse (HE) durante o internamento. Sabe-se que a HIH agrava a evolução das doenças coexistentes e aumenta a mortalidade de pacientes críticos e não críticos. Além disso, a presença de hipoglicemia também aumenta a morbimortalidade em diabéticos e não diabéticos, independentemente do nível de gravidade. Apesar dessas evidências, a importância da HIH é frequentemente subestimada. O objetivo deste estudo foi avaliar o manejo da hiperglicemia e da hipoglicemia intra-hospitalar em pacientes não-críticos internados em hospitais terciários do estado do Ceará. **MÉTODOS:** Trata-se de um estudo transversal realizado no período de julho de 2017 a março de 2018, em dois hospitais terciários do estado do Ceará. Foram avaliados os pacientes internados nas unidades de enfermarias, com idade acima de 18 anos, que apresentaram hiperglicemia (definida por medida de glicemia plasmática aleatória acima de 140 mg/dL) ou diagnóstico prévio de DM (auto-relato). **RESULTADOS:** Foram avaliados 79 pacientes, com idade média de $55,0 \pm 18,0$ anos, sendo 57 (72,1%) do sexo masculino, com tempo de internamento de $19,3 \pm 18,6$ dias. Quarenta e oito pacientes (60,7%) apresentavam diagnóstico prévio de DM e 31 (39,2%) apresentavam hiperglicemia de estresse. O monitoramento da glicemia capilar foi realizado na maioria dos pacientes [77 (97,4%)], sendo mais frequentemente realizadas as medidas de glicemias pré-prandiais 4x/dia [43 (55,8%)]. Houve

¹ Discente, Medicina, Acadêmico, carolinamregadas@gmail.com

² Discente, Medicina, Acadêmico, fernandoximenes600@gmail.com

³ Docente, Medicina, Professor, clarrise_mourao@hotmail.com

concordância entre o nº de medidas de glicemia prescritas e realizadas em 60 (77,9%). Suporte nutricional específico para DM/hiperglicemia foi prescrito para 43 (54,4%) pacientes. Quanto ao tratamento farmacológico, em 19 (24,0%) não havia qualquer medida prescrita para o manejo da HIH, 3 (3,8%) estavam em uso de antidiabéticos orais (ADOs), 50 (63,3%) em uso de insulina e 7 (8,9%) em uso de ADO + insulina. Dentre os usuários de insulina, 31 (54,4%) estavam em uso apenas de insulina regular sob demanda (sliding-scale), 8 (14,0%) esquema basal bolus, 14 (24,6%) esquema basal plus e 4 (7,0%) apenas insulina basal (NPH). Com relação ao controle glicêmico, 56 (70,9%) apresentavam glicemias > 180 mg/dL e 21 (26,6%) glicemias > 300 mg/dL. Hipoglicemia foi observada em 15 (19,0%) pacientes e protocolo para manejo da hipoglicemia estava prescrito em 56 (70,9%) pacientes. Medidas de educação em DM durante o internamento ou no momento da alta foram relatadas por 12 (15,2%) pacientes. **CONCLUSÃO:** O manejo da HIH não seguiu protocolos padronizados, o monitoramento da glicemia capilar foi heterogêneo, e o uso de insulina regular sob demanda (sliding-scale) foi a principal forma de manejo da HIH. Observamos ainda falta de suporte nutricional específico, para o manejo da hipoglicemia e para medidas de educação em diabetes. Através desses achados, podemos especular que a implantação de protocolos e de uma equipe específica para o manejo da HIH poderá melhorar este cenário.

PALAVRAS-CHAVE: Hiperglicemia de estresse. Diabetes Mellitus. Controle glicêmico.

ESTUDO COMPARATIVO DO ACOMETIMENTO INTERSTICIAL PULMONAR DE PACIENTES COM DOENÇAS DO COLÁGENO E OUTRAS PATOLOGIAS DE UM AMBULATÓRIO DE DOENÇAS INTERSTICIAIS PULMONARES

Lauanna Oliveira Silva ¹

Beatriz Maia Gouveia ²

Lívia Leal Chagas Parente ³

Lucyara Gomes Catunda ⁴

Sheila M. de A. Fontenele ⁵

RESUMO

As doenças que acometem interstício pulmonar são conhecidas como doenças pulmonares intersticiais (DPI) e compreendem mais de 200 entidades que podem ser causadas por doenças sistêmicas com acometimento pulmonar ou afecções pulmonares primárias. As DPI correspondem a 15% de todas as doenças respiratórias e aproximadamente 15% desses pacientes apresentam uma doença do colágeno associada, podendo ser a manifestação inicial das doenças do colágeno ou uma complicação. Na esclerose sistêmica, por exemplo, cerca de 80% dos pacientes apresentam fibrose pulmonar. Devido à complexidade do quadro clínico desses pacientes, eles normalmente são acompanhados em centros de referência que apresentam protocolos específicos para avaliação e acompanhamento da patologia. Algumas das ferramentas consideradas são: escala de MRC (Medical Research Council), espirometria, tomografia computadorizada de alta resolução (TCAR), índice de Tiffeneau e achados clínicos, como baqueteamento digital e saturação de oxigênio, entre outros. Este artigo objetiva comparar o acometimento intersticial pulmonar e o quadro clínico de pacientes com intersticiopatias e concomitantemente portadores de esclerose sistêmica, outras colagenoses e outras patologias não colagenoses, através de um protocolo de investigação ambulatorial de DPI. Foi realizado um estudo transversal, de caráter retrospectivo, observacional e analítico. Elaborou-se um protocolo padrão para investigação de comprometimento

¹ Discente, Medicina, Acadêmico, lauanna-oliveira@hotmail.com.

² Discente, Medicina, Acadêmico, beatrizmgouveia@gmail.com.

³ Discente, Medicina, Acadêmico, liviaparente_@hotmail.com.

⁴ Médica pneumologista, Medicina, Docente, lucyragomes@hotmail.com

⁵ Médica Reumatologista, Medicina, Docente, nilfort@uol.com.br

pulmonar de pacientes de um ambulatório especializado em pneumopatias intersticiais de um hospital de referência Fortaleza-CE. Esse protocolo foi preenchido com dados extraídos dos prontuários no período de setembro de 2017 à fevereiro de 2018. Os resultados significativos obtidos ($P < 0,05$) foram a maior prevalência de faveolamento no grupo dos pacientes do grupo 1; a maior prevalência de baqueteamento digital e aprisionamento aéreo no grupo 3 quando comparado ao grupo 2; O menor índice médio do Tiffenau do grupo 3 em relação ao 1; o menor índice médio do MRC do grupo 2 quando comparado ao 3 e o maior índice de saturação média de 2 em relação à 3. Além disso, foi visto que a esclerose sistêmica e a crepitação foram fatores de risco independente para o surgimento de faveolamento. Dessa forma, conclui-se que a esclerose sistêmica tem uma relação positiva com o faveolamento.

Palavras-chave: Intersticiopatias. Colagenoses. Pneumopatias. Reumatologia. Esclerose sistêmica.

FATORES CLÍNICOS RELACIONADOS À SARCOPENIA EM IDOSOS ATENDIDOS EM AMBULATÓRIO

Cíntia Lira Borges ¹

Beatriz Ximenes Mendes ²

Marcílio Lopes de Oliveira ³

Ana Beatriz Vasconcelos da Silva ⁴

Beatriz Camurça Gomes de Matos Mota ⁵

Arnaldo Peixoto Aires Júnior ⁶

RESUMO

Objetivo: analisar os fatores clínicos relacionados à sarcopenia em idosos atendidos em ambulatório. Métodos: estudo longitudinal prospectivo realizado em ambulatório com 98 idosos, no período de agosto de 2016 a agosto de 2018. Foram utilizados 1) questionário semiestruturado de variáveis sociodemográficas, de saúde e de hábitos de vida; 2) O questionário de sintomas na doença do refluxo gastroesofágico; 3) Questionário de Porto Alegre de sintomas dispépticos; 4) Índice SOF (Study of Osteoporotic Fracture Criteria for Frailty); 5) Critérios de ROMA III para constipação funcional. Os dados foram analisados conforme estatística descritiva e inferencial por meio do programa estatístico SPSS. Para análise de sarcopenia e variáveis categóricas foi utilizado o teste estatístico Qui-Quadrado, e para as variáveis numéricas fez-se uso do teste paramétrico ANOVA e não paramétrico Kruskal-Wallis, ao nível de significância de 0,05. O trabalho foi aprovado pelo comitê de ética em pesquisa da Unichristus. Resultados: Dos idosos avaliados, 76,5% eram do sexo feminino com média de idade de 72,1 ($\pm 8,16$). A maioria parte não praticava atividade física (68,4%), residiam com os filhos (60,3%), tinha em média 2,73 ($\pm 1,58$) doenças, prevalecendo a Hipertensão Arterial Sistêmica (73,5%); e consumiam em média 4,84 ($\pm 3,16$) medicamentos. As variáveis idade ($p=0,02$), escolaridade ($p=0,021$) e fragilidade ($p=0,025$) obtiveram associação positiva com sarcopenia,

¹ Discente, Medicina, Acadêmico, cintialiraborges@yahoo.com.br

² Discente, Medicina, Acadêmico, beatrizximenes@hotmail.com

³ Discente, Medicina, Acadêmico, marciliololiveira@hotmail.com

⁴ Discente, Medicina, Acadêmico, anabeatrizvasconcelos.97@gmail.com

⁵ Discente, Medicina, Acadêmico, beatrizcamurcagomes@hotmail.com

⁶ Docente, Médico, Medicina, Professor, arnaldoapj@gmail.com

além de todas as outras relacionadas à baixa massa, à força muscular e ao baixo desempenho físico. Conclusão: O acompanhamento a longo prazo de idosos com e sem sarcopenia pode contribuir para intervenções de prevenção e tratamento da síndrome, refletindo em maior qualidade de vida para a população idosa.

Palavras-chave: Sarcopenia. Idoso. Fragilidade. Fatores de risco. Prevalência

HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA E OBESIDADE INFANTIL: GRANDE PROBLEMAS DE SAÚDE EM PEQUENOS PACIENTES

Gabriel Melo Ferraz Pessôa¹

Rebecca Azulay Martins Gondim²

Ana Amélia Reis Jereissati³

RESUMO

A obesidade infantil é uma doença crônica e epidêmica que causa diversas repercussões, como hipertensão arterial, síndrome metabólica, diabetes mellitus tipo 2 e distúrbios psicossociais. Esse estudo descritivo tem como objetivo identificar a prevalência de sobrepeso, obesidade e hipertensão arterial em 215 crianças na faixa etária de 2 a 10 anos que foram atendidas no ambulatório de Pediatria Geral da Clínica Escola de Saúde (CES) do Centro Universitário Christus no período de janeiro de 2016 até janeiro de 2017. 42 pacientes (19%) tinham sobrepeso e 48 (22%) eram obesos. Dentre os pacientes do primeiro grupo, 61,9% tinham menos que 5 anos e predominava crianças do sexo masculino (52%). No segundo grupo, 50% tinham entre 2 e 5 anos incompletos e predominavam crianças do sexo feminino (54%). Nenhuma criança da amostra era hipertensa e 63 crianças tiveram a pressão aferida. No entanto, apenas 7 (6%) apresentaram, no momento da consulta, pressão arterial entre p90 e p95, enquanto que 6 (3%) apresentavam pressão arterial entre o p95 a p95 + 12mmHg. No grupo dos pacientes com sobrepeso, 1 (9,1%) teve a pressão arterial entre p90 e p95 e 1(9,1%) teve a pressão arterial acima entre o p95 e p95+12mmHg. No grupo de crianças obesas, 2 (8,7%) tiveram pressão arterial entre p90 e p95 e 3 (13,0%) entre p95 e p95+12mmHg. O presente estudo foi capaz de mostrar a presença importante de obesidade e de sobrepeso em crianças de 2 a 10 anos atendidas em um serviço de saúde secundário de Fortaleza. Dessa forma, é necessário que o médico generalista ou especialista esteja atento para a orientação alimentar, a introdução alimentar e para a conscientização das famílias quanto a prevenção de doenças, pois a obesidade infantil é um problema de

¹ Estudante de graduação, Medicina, estudante

² Estudante de graduação, Medicina, estudante

³ Docente, Medicina, Professor

saúde pública mundial e a sua prevenção e a sua conscientização, precisam ser constantes.

Palavras-chave: Obesidade Pediátrica. Obesidade. Hipertensão. Promoção da Saúde. Prevenção Primária.

INFLUÊNCIA DO LETRAMENTO EM SAÚDE, DO CONHECIMENTO SOBRE DIABETES E DA ADESÃO AO AUTOCUIDADO NA RETINOPATIA EM DIABÉTICOS

Amanda Lima Pimentel¹

Kenya Vitoria de Aguiar Queiroz²

Laura da Silva Girão Lopes³

RESUMO

Pacientes com Diabetes Mellitus (DM) dependem de um adequado controle glicêmico para evitar o aparecimento de complicações microvasculares relacionadas. Para tal, necessita-se de uma boa adesão ao tratamento, influenciada pelo letramento em saúde, pelo conhecimento sobre a doença e pelo autocuidado. O objetivo do estudo foi correlacionar esses três fatores com o diagnóstico de retinopatia diabética e com os dados sociodemográficos. Foram incluídos 80 diabéticos atendidos no service oftalmológico, com aplicação de instrumentos adequados para avaliação. Sobre o letramento em saúde, 46,2% do grupo com retinopatia diabética foi considerado com letramento inadequado, 38,5% foi adequado e 15,4% foi limítrofe. Em relação ao conhecimento sobre DM, no grupo com retinopatia, apenas 10 pacientes tiveram número de acertos maior que 8 questões, indicando conhecimento satisfatório sobre a doença, enquanto no grupo sem retinopatia, 12 pessoas obtiveram o mesmo resultado. Sobre o autocuidado, no grupo com retinopatia, a média do número de dias na semana em que se tomavam os medicamentos (hipoglicemiantes orais e insulina) e somente insulina foi de 6,7 dias. A mediana do número de dias do grupo com retinopatia, que examinou os pés, examinou dentro dos sapatos, secou entre os dedos após o banho e tomou comprimidos hipoglicemiantes foi 7 dias. O letramento em saúde inadequado, o pouco conhecimento sobre DM e a falta de autocuidado foram presentes nos pacientes diagnosticados com retinopatia diabética. No entanto, não houve diferença estatisticamente significativa em comparação com os diabéticos sem retinopatia. Concluiu-se que uma melhor abordagem desses fatores poderia melhorar a

¹ Estudante de graduação, Medicina, estudante, amandalimapimentel@hotmail.com

² Estudante de graduação, Medicina, estudante, kenyaguiar@gmail.com

³ Docente, Medicina, Professor, laurasgirao@gmail.com

condição dos pacientes que vivem com essa doença crônica, evitando o desenvolvimento ou o agravamento de complicações.

Palavras-chave: Diabetes Mellitus. Retinopatia diabética. Letramento em saúde. Conhecimento em diabetes. Autocuidado.

MICROCEFALIA: UM REAL PROBLEMA DA ATUALIDADE?

Flora Mère¹

Luan Victor Almeida Lima²

Ana Amélia Reis Jereissati³

RESUMO

Após a Copa do Mundo de 2014, sediada no Brasil, o Zika Vírus tornou-se uma das principais preocupações mundiais. Houve um grande aumento no número de casos de microcefalia atribuídos, posteriormente, à Síndrome Congênita do Zika Vírus. Inicialmente, muito se especulou sobre a causa do aumento da incidência, até que em 2015, no Ceará, demonstraram a correlação epidemiológica do vírus com a microcefalia. O presente estudo tem como objetivo traçar o perfil epidemiológico dos casos de microcefalia comparando dois períodos, sendo o primeiro antes da chegada do Zika Vírus no Brasil e o segundo após a chegada. Trata-se de um estudo retrospectivo, documental e analítico. Revisado prontuários de pacientes nascidos no Hospital Geral Dr. César Cals (HGCC) localizado em Fortaleza-Ceará no período de 2013 a 2016. Após a aprovação pelo Comitê de Ética e Pesquisa do HGCC, os pesquisadores compareceram ao Serviço de Arquivamento Médico onde tiveram acesso aos prontuários que foram revisados. Realizada alimentação do programa Excel com os dados obtidos que, posteriormente, foram analisados e interpretados. Os princípios bioéticos previstos na resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 1996) foram obedecidos. Dos prontuários revisados, encontrou-se 40 recém-nascidos com microcefalia, sendo cinco casos no ano de 2013, nenhum em 2014, 14 casos em 2015 e 21 casos em 2016. A média da idade gestacional de nascimento foi de 37 semanas, a do peso foi 2,306 kg e a do perímetro cefálico foi de 28 cm. Evidenciado outras malformações associadas à microcefalia em 73% das crianças estudadas. Houve um caso confirmado de coinfeção por Toxoplasmose e outro por Sífilis. Apenas sete prontuários têm comprovação da infecção pelo Zika Vírus por meio de reação em cadeia da polimerase PCR do RNA do vírus. Observado o aumento expressivo da incidência

¹ Discente, Medicina, Acadêmico, flora_mere@hotmail.com

² Discente, Medicina, Acadêmico, luanvictor.al@gmail.com

³ Discente, Medicina, Acadêmico, anajereissati@hotmail.com

de casos de microcefalia após o ano 2014. Entretanto, devido dificuldade em acesso a exames, a minoria obteve confirmação laboratorial da doença. Além disso, os casos de microcefalia vêm, comumente, associados a outras malformações. Considerado como limitação a falta de acesso as demais sorologias para que possam descartar outras Síndromes Congênicas Infecciosas. Além disso, ressaltado a importância do correto preenchimento de dados em prontuários e documentos para facilitar pesquisas futuras.

Palavras-chave: Microcefalia. Zika. Vírus. Pré-natal. Infecção.

O PERFIL GENÉTICO-CLÍNICO DE PACIENTES ATENDIDOS NAS APAEs DO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ

Bruna Danielle Paula da Ponte ¹

Evisa Christal Oliveira de Paula ²

Larissa Oliveira Matos ³

Erlane Marques Ribeiro ⁴

RESUMO

Introdução: No Ceará há 30 APAEs prestando um serviço de alto nível, no qual buscam viabilizar mecanismos que garantam os direitos da cidadania da pessoa com deficiência. Objetivo: Objetiva-se através desse trabalho realizar um estudo sobre o perfil genético-clínico dos pacientes atendidos nas APAEs do interior do estado do Ceará para determinação de dados epidemiológicos, caracterização de agravos, de sistemas afetados, de co-morbidades, determinação das síndromes existentes e necessidade de exames laboratoriais para o diagnóstico etiológico dos casos. Método: Trata-se de um estudo qualitativo, seccional, descritivo e observacional realizado em APAE o período de 2017-2018. Resultados: O total de pacientes foi 223, destes 125 (56%) são do sexo masculino. Dos pacientes pesquisados 71 (32,5%) afirmaram possuir outros casos da doença na família. Encontramos 19 casos de consangüinidade. Observa-se que 198 (84,7%) dos alunos avaliados nas APAE apresentaram acometimento do sistema nervoso. Juntos, Brejo santo e Maracanaú contribuíram com 94 casos (47%). Encontramos ainda 72 diagnósticos de síndrome. Destes, notou-se a prevalência de Síndrome de Down com 21 (29%) diagnósticos, com destaque para a APAE de Maracanaú. Também foi verificado uma quantidade significativa de autismo entre os diagnósticos com maior concentração na APAE supracitada. Conclusão: Não obstante a incerteza do atual cenário das APAEs, é inegável sua importância na vida de seus usuários. A instituição tem papel vital na inclusão social e na melhora da qualidade de vida de indivíduos com deficiência intelectual ou múltipla. Entretanto, não diferindo de outros setores relacionados à saúde, são diversos os desafios enfrentados pela Associação e por seus usuários.

¹ Discente do curso de Medicina do Centro Universitário Christus, brunadaniellep@hotmail.com

² Discente do curso de Medicina do Centro Universitário Christus, christal.oliveira@outlook.com.br

³ Discente do curso de Medicina do Centro Universitário Christus, larissa-oliveiram@hotmail.com

⁴ Docente do curso de Medicina do Centro Universitário Christus, erlaneribeiro@yahoo.com.br

Palavras-chave: Genética. Genética Médica. Síndrome de Down. Deficiência intelectual. Transtorno Autístico. Asfixia.

PERFIL E INFECÇÕES DO TRATO URINÁRIO CAUSADOS POR AUMENTO DE BACTÉRIAS PRODUTORA DE BETA-LACTAMASE DE ESPECTRO ESTENDIDO (ESBL)

Louise Cavalcanti Salles¹

Mayara Araújo Brilhante²

Sophia Gaspar Carvalho da Silva Vieira Trévia³

Luis Gonzaga Moura Xavier⁴

Marcos Kubrusly⁵

Paulo César Pereira de Sousa⁶

RESUMO

INTRODUÇÃO: Infecções relacionadas à assistência à saúde (IRAS) representam um problema global. Diversas espécies bacterianas podem causar Infecção do Trato Urinário (ITU). Os principais gêneros pertencem à família Enterobacteriaceae, sendo *Escherichia coli* a espécie mais frequente em ITU. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a resistência aos antibióticos é uma grande ameaça à saúde. O tratamento antibacteriano inapropriado e o uso excessivo de antibióticos contribuem para o surgimento de resistência bacteriana. De acordo com a literatura, as bactérias produtoras de ESBL tem a capacidade de produzir cepas uropatogênicas resistentes à fluorquinolonas. Em países em desenvolvimento as fluorquinolonas e os betalactâmicos de espectro estendido são administrados empiricamente para tratar a maioria das ITUs na ausência de investigação prévia. **OBJETIVO:** Determinar frequência e perfil de sensibilidade de enterobactérias em uroculturas de pacientes de um laboratório privado em Fortaleza, Ceará. **METODOLOGIA:** Realizado estudo observacional e retrospectivo dos resultados de uroculturas do Laboratório Clementino Fraga. A avaliação ocorreu de julho a dezembro de 2017. Os dados das uroculturas foram retirados do Sistema de Informação Laboratorial (SoftLab) utilizado para laudar seus exames. As cepas isoladas foram submetidas ao teste de sensibilidade aos antimicrobianos (TSA) e detecção de produção da enzima betalactamase de espectro estendido (BLES) pelo sistema MicroScan WalkAway®.

¹ Discente, Medicina, Acadêmico, louise_cavalcanti@hotmail.com

² Discente, Medicina, Acadêmico, may_brilhante@yahoo.com.br

³ Discente, Medicina, Acadêmico, sophia_trevia@hotmail.com

⁴ Discente, Medicina, Acadêmico, anabeatrizvasconcelos.97@gmail.com

⁵ Docente, Medicina, Professor, pcfarma@hotmail.com

⁶ Docente, Médico, Medicina, Professor, mmkubrusly@gmail.com

O Projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos com número 2.068.237. RESULTADOS: Foram identificados 2268 microrganismos em amostras de urina das quais 77,9% foram positivas para enterobactérias. O microrganismo mais frequente foi a *Escherichia coli* com 80% (1816 dos 2268 isolados). O teste de sensibilidade antimicrobiana das *E. coli* indicaram menor sensibilidade a ciprofloxacina 58,22% (1057 dos 1816 isolados), cefotaxima 81,54% (1480 dos 1816 isolados) e ceftazidima 87,49% (1588 dos 1816 isolados). Taxa moderada de sensibilidade foi observado com levofloxacina 92,23% (1674 dos 1816 isolados). Todos os microrganismos foram sensíveis aos carbapenêmicos (meropenem, imipenem e ertapenem). Dentre os isolados, 13,10% (298/2268) foram positivas para ESBL. Dentre as ESBL positivas, 88,55% eram mulheres e a bactéria mais frequentemente isolada foi *E. coli*, com 69,1% (206/298) das amostras, seguida por *K. pneumoniae* com 28,5% (85/298). CONCLUSÃO: Resultados sugerem emergência para o desenvolvimento e disseminação de resistência em isolados de *E. coli* na comunidade para as fluorquinolonas e ESBL. De acordo com a literatura, a resistência cruzada entre fluorquinolonas e beta-lactâmicos é frequente entre as Enterobacteriaceae, devido ao amplo uso desses antibióticos. A prescrição de tais antibióticos pode selecionar bactérias resistentes a ambas as categorias. Mecanismos genéticos de resistência podem ser secundários a uma mutação cromossômica na região determinante de resistência à quinolona da DNA girase, topoisomerase IV ou à aquisição de plasmídeo. A sequência de inserção do Gen ISCR1 é frequentemente associada à Gen qnr transportador de plasmídeo e pode favorecer sua disseminação em Gram-negativos, justificando a resistência cruzada. É importante informar aos clínicos o risco potencial quando se prescreve fluorquinolonas e beta-lactâmicos associados. Por fim, ressalta-se a relevância da realização de pesquisas epidemiológicas que direcionem medidas efetivas para redução das infecções, favorecendo, assim, maior qualidade assistencial e promoção da saúde.

Palavras-chave: Infecções urinárias; Enterobacteriaceae; Fluorquinolonas; Betalactamases.

PERFIL SÓCIO-DEMOGRÁFICO E CLÍNICO-EPIDEMIOLÓGICO DE PACIENTES COM HIPERTENSÃO ARTERIAL SISTÊMICA E SÍNDROME METABÓLICA EM PACIENTES ATENDIDOS EM CLÍNICA ESCOLA

Rayane Alves Marques¹

Ana Livia Pinto²

Marinho Livia França Mascarenhas³

Olga Vale Oliveira Machado⁴

RESUMO

A hipertensão arterial sistêmica (HAS) e a síndrome metabólica (SM) são doenças de alta prevalência e problemas de saúde pública. A existência de fatores de risco nos pacientes com osteoartrite podem predispor o desenvolvimento de HAS. A escassez de dados na literatura que correlacionem essas patologias motivou esse estudo, que objetiva delinear o perfil sociodemográfico e clínico epidemiológico desses pacientes atendidos no serviço de clínica médica da Clínica Escola de Saúde (CES) do Centro Universitário Christus, bem como os esquemas terapêuticos utilizados no tratamento dessas patologias. Métodos: Trata-se de um estudo retrospectivo, descritivo e observacional através da análise de prontuários de 304 pacientes. A HAS, a SM e a osteoartrite foram analisadas por questionários formulados a partir de diretrizes de sociedades nacionais para os critérios clínicos e segundo dados do IBGE para critérios sociodemográficos. Resultados: Dos 304 pacientes incluídos no estudo, foram preenchidos 42 formulários de SM, dos quais 66,6%(n=28) eram mulheres e 33,4% (n=14) eram homens, a média de idade foi de 57,39 anos. Apenas 7(2,3%) pacientes fechavam critérios para SM. A prevalência de diabéticos no estudo foi de 4,93%(n=15). Somente 20%(n=3) dos pacientes obtiveram controle glicêmico. O esquema terapêutico mais utilizado foi o não insulínico (n=5). A prevalência da dislipidemia foi de 4,27%(n=13), dos quais 2(15,3%) obtiveram controle da doença. O esquema terapêutico mais utilizado foi o de fármacos da classe das estatinas. A prevalência da HAS foi de 13,81 %(n=42),

¹ Estudante de graduação, Medicina, estudante

² Estudante de graduação, Medicina, estudante

³ Estudante de graduação, Medicina, estudante

⁴ Docente, Medicina, Professor

sendo 66,6%(n=28) do sexo feminino e 33,4% (n=14) do masculino. A média de idade dos pacientes hipertensos foi de 45 anos. 33,33%(n=14) obtiveram controle da HAS. Os esquemas terapêuticos mais utilizados foram com fármacos da classe dos diuréticos, inibidores adrenérgicos e inibidores da enzima conversora de angiotensina (IECAS) e bloqueadores do receptor AT1. Conclusão: O perfil sociodemográfico dos pacientes analisados foi composto predominantemente pelo sexo feminino e na faixa etária entre a 5ª e a 6ª década de vida. Já o clínico epidemiológico foi notório a presença de pacientes com HAS e SM que apresentavam níveis glicêmicos e pressóricos descontrolados, bem como pacientes com osteoartrite com alguma doença associada, inclusive SM e hipertensão, o que sugere correlação entre as patologias.

Palavras-chave: Síndrome Metabólica. HAS. Osteoartrite. Perfil Clínico epidemiológico. Tratamento.

REDE BRASILEIRA DE OSTEOGÊNESE IMPERFEITA

Gabriela Silva Teles¹

Leonardo Tavares de Lima²

Daniel Levy Furtado Soares³

Erlane Marques Ribeiro⁴

RESUMO

Introdução: Osteogênese Imperfeita (OI) é definida como um conjunto de distúrbios da produção de colágeno, gerando fragilidade óssea e outras manifestações. **Objetivo:** Avaliar características genéticas, clínicas e terapêuticas dos pacientes com OI acompanhados no Ambulatório de Genética do Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS). **Materiais e Métodos:** Estudo de coorte prospectivo realizado entre 15 de Agosto de 2017 até 15 de Agosto de 2018, mediante a aplicação de um questionário referente ao estado socioeconômico, à qualidade de vida, ao histórico familiar, à clínica e ao tratamento dos pacientes atendidos ambulatorialmente. **Resultados:** 42 pacientes foram avaliados, sendo 19 meninas e 23 meninos com idade média de 6,6 anos. A clínica majoritária era compreendida de esclera azulada, dentinogênese imperfeita e hiperextensibilidade ligamentar, com a idade média da primeira fratura aos 5 meses de idade. A respeito do estado socioeconômico, há uma predominância de uma quantidade mínima de itens de conforto. Acerca da qualidade de vida, a prevalência de uma mobilidade independente de aparelhos predomina entre os avaliados. Sobre o histórico familiar, apenas 13 pacientes relataram ter casos de OI na família. 13 pacientes realizaram cirurgias ortopédicas para colocação de hastes intramedulares. **Conclusão:** No estudo pode se traçar o delineamento do padrão clínico, genético e socioeconômico das crianças atendidas com OI no HIAS. É adequado que se façam mais pesquisas no intuito de promover um maior conhecimento médico para aperfeiçoar o diagnóstico e conduta para cada paciente.

¹ Estudante de graduação, Medicina, estudante, gabriela.steles@outlook.com

² Estudante de graduação, Medicina, estudante, leotdelima@gmail.com

³ Estudante de graduação, Medicina, estudante, danielfurt@outlook.com

⁴ Docente, Medicina, Professor, erlanemarquesribeiro@yahoo.com.br

Palavras-chave: Osteogênese Imperfeita. Doenças do Colágeno. Dentinogênese imperfeita. Difosfonatos. Fraturas Ósseas.

REVISÃO DE LAUDOS HISTOPATOLÓGICOS DE BIÓPSIAS RENAIIS DE PACIENTES TRANSPLANTADOS NO HOSPITAL GERAL DE FORTALEZA COM DISFUNÇÃO DO ENXERTO

Carla Cristina Maia de Lima Lobo¹

Ellyelson Américo de Sousa Silva²

Glauber Alves Pereira³

André Costa Texeira⁴

RESUMO

Introdução: Avanços em cirurgia, anestesia, imunossupressão e assistência médica contribuíram para o sucesso atual do transplante renal em todo o mundo, porém a disfunção de enxerto renal, aguda ou crônica, ainda constitui um problema de prevalência e relevância consideráveis. Objetivo: revisar os laudos anatomopatológicos de biópsias renais de pacientes transplantados de um hospital de referência, conforme a classificação atualizada do BANFF, avaliando a frequência dos diagnósticos e sua associação com parâmetros morfológicos. Materiais e métodos: Estudo observacional retrospectivo descritivo, no qual foi realizada a revisão dos laudos anatomopatológicos de pacientes transplantados de um hospital de referência na área de transplante renal. Resultados: na análise das biópsias coletadas com menos de 1 ano pós-transplante, mostrou significância estatísticas a idade ($P < 0,001$), o tempo de transplante até a realização da biópsia ($P < 0,001$), a positividade para c4d ($P = 0,003$), a diferença em relação a média de idade entre o grupo que apresentou rejeição (média= 30,29) e o grupo que não apresentou rejeição (média= 41,8) ($p < 0,001$). Vale ressaltar também a significância observada entre o tempo de transplante do grupo que apresentou rejeição (média= 1,48 meses) e o que não apresentou rejeição (média= 2,3) ($p < 0,0001$). Por fim, o mesmo foi observado entre a quantidade das amostras que apresentaram positividade para C4d entre os grupos (média= 21 e média= 38) ($p = 0,003$). Conclusão: os dados

¹ Estudante de graduação, Medicina, estudante, carlinhaml@hotmail.com

² Estudante de graduação, Medicina, estudante, ellyelson_americo@hotmail.com

³ Estudante de graduação, Medicina, estudante, glauber.a.p@hotmail.com

⁴ Docente, Medicina, Professor, andrect3@hotmail.com

achados corroboraram para um melhor entedimento do padrão de rejeição, principalmente nas biópsias relaizadas com menos de um ano do transplante.

Palavras-chave: transplante renal; Banff; rejeição; Brasil.

ZUMBIDO: INFLUÊNCIA DA ANSIEDADE E DA DEPRESSÃO

Larissa Oliveira Ribeiro¹

Iohanna Maria Ponte Costa²

Ana Flávia Calheiros Martins³

Janaina Gonçalves da Silva Leite⁴

RESUMO

Introdução: O zumbido, conhecido, também, como tinnitus, é um efeito sonoro percebido na ausência de um estímulo de som externo. Em algumas literaturas, foram mostradas que um dos motivos principais para o desenvolvimento da depressão e da ansiedade pode estar relacionado ao tinnitus, esteja ele associado ou não à perda de audição. Muitas pessoas, portanto, adquirem o zumbido por problemas orgânicos e, por consequência, desenvolvem sintomas depressivos e ansiosos. Outras, entretanto, estão enfrentando diferentes graus de angústias e de problemáticas, apresentando o zumbido como um sintoma do comprometimento emocional. Dessa forma, é visível a existência de um vínculo entre zumbido e transtornos emocionais, porém é difícil identificar quem é a causa e o efeito (SANCHEZ, 2006). **Métodos:** Foi realizado um estudo quantitativo, descritivo e transversal, utilizando-se de dois tipos de questionários os quais objetivavam caracterizar e quantificar o zumbido, além de analisar o perfil do paciente, fatores de melhora e de piora, entre outros. **Resultados** A partir da aplicação dos dois questionários aplicados em 61 pacientes do Hospital Geral de Fortaleza (HGF) foi mostrado que a maioria dos pacientes se sentiam irritados, incomodados e ansiosos por conta do zumbido. No entanto, parte da população estudada disse não ser atrapalhado por esse sintoma, visto que conseguia conviver com o zumbido. **Conclusão** De acordo com os resultados dos questionários, vimos a necessidade de estudos posteriores que mensurem o grau de ansiedade dos pacientes, e a sua relação com o zumbido.

¹ Estudante de graduação, Medicina, estudante, larissa_oliveira14@hotmail.com

² Estudante de graduação, Medicina, estudante, iohcosta@hotmail.com

³ Estudante de graduação, Medicina, estudante, anafcmartins@hotmail.com

⁴ Docente, Medicina, Professor, janaingsleite@gmail.com

Palavras-chave: Zumbido. Ansiedade. Depressão. Transtornos emocionais.
Sintomas.

NOVO TRATAMENTO PARA OCLUSÃO CARÓTIDEA AGUDA EM CAMUNDONGOS BLACK SIMULANDO ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL

Francisco Evanilson Silva Braga¹
Victor Hugo Saavedra¹
Anderson Magalhães Souza¹
Marcus Breno Farias Araújo¹
Gabriel Maia Diniz²
Giulia Caetano Soares²
Marcus Kubrusly³
Marcio Wilker Soares Campelo³

RESUMO

O Acidente Vascular Cerebral é uma das maiores causas de morbimortalidade do mundo. Estudos ainda são realizados com a finalidade de entender ainda mais sua fisiopatologia para a fabricação de novos fármacos capazes de agirem sem muitos efeitos colaterais. Esse estudo objetiva avaliar a ação de um novo metalofármaco chamado Rut-bpy (Cis- [Ru (bpy) 2 (SO 3) (NO)] PF 6), um potente vasodilatador e doador de NO, o qual não é fotossensível ou liberador de cianeto e permanece estável quando está exposto ao meio ambiente. Foram utilizados 18 camundongos black (Mus musculus) adultos, pertencentes à colônia de camundongos C57BL6J, do biotério do Centro Universitário Unichristus, sendo divididos em 3 grupos: grupo SHAM, grupo Isquêmico-AVC + solução salina (IR+SS) e grupo Isquêmico-AVC + Rutênio (IR+Rut-bpy). Foi realizado também análise fractal e contagem do número de neurônios eosinófilos para verificar a eficácia do fármaco. O grupo IR+SS teve maior quantidade de neurônios eosinofílicos em comparação ao grupo IR+Rut-bpy. Não houve diferença estatística entre os grupos no que tange à análise fractal. Conclui-se que o novo metalofármaco possui ação neuroprotetora em modelo de isquemia – reperfusão.

Palavras-chave: Acidente Vascular Cerebral. Rut-bpy. Proteção. Análise Fractal

¹ Estudante de graduação, Medicina, estudante.

² Estudante de graduação, Biomedicina, estudante.

³ Docente, Medicina, Professor, marciowilker@bol.com.br

PERFIL DOS PACIENTES ADULTOS COM CARDIOPATIA CONGÊNITA NO HOSPITAL DO CORAÇÃO DE MESSEJANA – AVALIAÇÃO DE 6 ANOS DE TRATAMENTO CIRÚRGICO

Mariana de Almeida Castro¹

Ingrid Lopes Holanda²

Acrísio Valente³

RESUMO

Introdução: As cardiopatias congênitas são as anomalias congênitas mais comuns e, ainda hoje, causas importantes de óbito na infância. A prevalência de casos de cardiopatia congênita no adulto pode chegar a 15% do total dos casos em crianças nascidas vivas, cuja incidência é de 0,7 a 1%. O estudo tem como objetivo analisar o perfil e as características dos pacientes submetidos à correção de cardiopatia congênita na idade adulta em um hospital terciário em um período de 6 anos. **Métodos:** Estudo analítico, longitudinal, retrospectivo. Foram avaliados prontuários de pacientes adultos (≥ 18 anos) submetidos a cirurgia de correção de cardiopatia congênita no período de janeiro de 2011 a janeiro de 2017 no Hospital do Coração de Messejana, com amostra de 39 pacientes. **Resultados:** A mediana da idade dos pacientes foi de 18 anos e 64,1% dos pacientes apresentavam sintomas à admissão hospitalar, sendo a dispneia encontrada em 57% desses. Os diagnósticos pré-cirúrgicos encontrados foram: Estenose Mitral Congênita (EM), Estenose Pulmonar Congênita (EP), Dextrocardia, Persistência do Canal Arterial (PCA), Aneurisma de Aorta, Coarctação de Aorta (CoAo), Tetralogia de Fallot (T4F), Comunicação Interventricular (CIV) e Interatrial (CIA). Foram realizadas seis reoperações de pacientes com Tetralogia de Fallot. A mortalidade foi de 2,5%. **Discussão:** As cardiopatias de maior prevalência corroboram o descrito na literatura, assim como os demais dados obtidos. A média de 6,5 cirurgias/ano nos últimos 6 anos é baixa se considerarmos a proporcionalidade de mais de 400 cirurgias de cardiopatias congênitas pediátricas/ano no Serviço, inferindo-se a deficiência de assistência oferecida a este grupo de pacientes. **Conclusão:** As cardiopatias tratadas mais

¹ Estudante de graduação, Medicina, estudante, marianacastro@gmail.com

² Estudante de graduação, Medicina, estudante, ingridlopes@gmail.com

³ Docente, Medicina, Professor, acrisiovalente@yahoo.com

frequentes foram a reoperação de tetralogia de Fallot e comunicação interatrial. Valvopatias secundárias, sobrecargas e dilatação de câmaras, assim como insuficiência cardíaca foram identificadas na maioria dos pacientes. O número de pacientes/ano operados foi baixo em relação ao grupo pediátrico.

Palavras-chave: Cardiopatia congênita no adulto. Cirurgia cardíaca. Mortalidade.

A UTILIZAÇÃO DE CITRATO DE TAMOXIFENO E SEUS EFEITOS COLATERAIS TROMBOEMBÓLICOS EM PACIENTES DURANTE O TRATAMENTO DE NEOPLASIAS MALIGNAS MAMÁRIAS.

Rosane Alice Barbosa Bonfim de Morais¹

Gustavo Rabelo Borba²

Gabriel Avelino de Araujo³

Paula Vasconcelos Valente⁴

RESUMO

A neoplasia mamária é um dos tipos de câncer mais comuns no Brasil e no mundo, causando grande impacto na sociedade. O grande número de casos e o grau de avanço dos tumores se deve, muitas vezes, ao diagnóstico tardio, o que é bastante preocupante. Além dos métodos terapêuticos convencionais, como cirurgia, quimioterapia e radioterapia, existem drogas que agem auxiliando o tratamento. Uma dessas drogas é o citrato de tamoxifeno, que age como um antagonista do receptor de estrógeno na mama. Essa droga, comprovadamente, ajuda no tratamento do câncer de mama, sendo amplamente utilizada para esse fim. Entretanto, tem se questionado se a sua utilização pode acabar favorecendo o surgimento de eventos tromboembólicos nesses pacientes, fato que é muito preocupante, principalmente para pacientes que já estão debilitados devido aos tratamentos convencionais. O objetivo do nosso estudo foi de buscar na literatura comprovação de que, de fato, o citrato de tamoxifeno está relacionado com eventos tromboembólicos dos diversos tipos, como trombose venosa profunda, embolia pulmonar, dentre outros. Para isso, buscamos artigos que abordassem essa droga e esse tipo de complicação no contexto do câncer de mama. Concluímos com essas análises que o uso de citrato de tamoxifeno pode sim possuir uma relação com o surgimento de eventos tromboembólicos nessas pacientes. Entretanto, ainda faltam mais estudos que possam comprovar que a gênese dessa complicação está ligada mais ao medicamento em destaque do que ao próprio estado inflamatório e às complicações cirúrgicas e vasculares que a própria doença e o seu tratamento convencional podem acabar ocasionando.

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus rosanealice2794@gmail.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus gustavoborba@gmail.com

³ Graduanda, Medicina, Unichristus gabriel_xhp@hotmail.com

⁴ Professora, Curso de Medicina, docente, paulaunichristus@gmail.com

Palavras-chave: Neoplasia mamária. Citrato de Tamoxifeno. Tromboembolismo.
Efeito Adverso. Câncer

AVALIAÇÃO DOS FATORES QUE INFLUENCIAM A ESCOLHA DOS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS EM ADOLESCENTES

Júlia Melo Pereira¹
Mariana Carvalho Vasconcelos²
Luciana Azôr Dib³

RESUMO

A decisão de como, quando e qual método contraceptivo usar é um assunto complexo para adolescentes, sendo influenciada por diversos fatores, e, quando realizada de forma inadequada, representa um fator de risco significativo para a ocorrência de uma gestação não planejada. Objetivamos, com este estudo, analisar os fatores que influenciam a escolha do método contraceptivo em adolescentes, com o intuito de melhorar a adesão e a eficácia do uso desses medicamentos nessa faixa etária. Os dados de 30 pacientes, do sexo feminino entre 10 e 19 anos, que frequentaram o ambulatório de ginecologia da Clínica Escola de Saúde (CES) foram coletados, pré e pós-consulta, por meio de questionários semiestruturados. A idade média das entrevistadas foi $16,4 \pm 2,3$ anos. O principal fator que estimulou as adolescentes a buscarem informações sobre métodos contraceptivos (MAC) foi o desejo de prevenir uma gestação não planejada (50%, n=15). Observamos que 31,8% (n=7) das pacientes afirmaram terem sido influenciadas, pelo médico, a escolherem um MAC e, o anticoncepcional oral, foi o método mais oferecido e discutido durante a consulta ginecológica (53,3%; n=16) quando comparado aos métodos de longa duração (3,3%; n=1) e que 96,6% (n=29) das pacientes ficaram satisfeitas com o atendimento médico após a consulta. Concluímos, neste presente estudo, que apesar das adolescentes apresentarem um desejo em controlar a decisão final acerca da escolha de seu método contraceptivo, com o principal intuito de prevenir a gravidez, elas também, em sua maioria, apreciam que o profissional de saúde participe, conjuntamente, do processo de decisão, provendo informações científicas mais detalhadas e orientações acerca de todas as opções contraceptivas disponíveis. Além disso, o grau de satisfação após o atendimento ambulatorial, constitui um importante fator na construção da relação médico-paciente,

¹ Graduando, Medicina, Unichristus julia.melop@outlook.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus marianacvv@hotmail.com

³ Professora, Curso de Medicina, docente, dralucianadib@gmail.com

estabelecendo um forte vínculo e uma fonte de confiança entre ambos. Este fato, possivelmente, pode garantir a adesão e a eficácia dos métodos contraceptivos prescritos durante a consulta médica e espera-se, portanto, que isso reflita, futuramente, na diminuição do número de gravidezes não planejadas nesse grupo de pacientes.

Palavras-chave: Contracepção. Adolescente. Gravidez. Planejamento. Familiar

ESTUDO DAS ALTERAÇÕES DO SONO DURANTE A GESTAÇÃO EM MULHERES COM DIABETES MELLITUS

Arthur Sampaio Façanha¹
Hellen Cristina Lopes Sales Rocha²
Mariana Siltón Pinheiro de Araújo³
Cristina Figueiredo Sampaio Façanha⁴

RESUMO

Os distúrbios do sono na gravidez estão associados à depressão, parto prematuro, hipertensão, distúrbios hiperglicêmicos e maior taxa de cesárea, bem como desfechos perinatais adversos. O Diabetes Mellitus é outra condição prevalente na gravidez relacionada a esses desfechos adversos e, a resistência à insulina é um disruptor comum. Como tal, é importante avaliar a qualidade do sono e a sonolência diurna na gravidez diabética. Objetivo: Avaliar a qualidade do sono e a sonolência diurna excessiva na gravidez complicada pelo Diabetes Mellitus. Trata-se de um estudo transversal envolvendo 123 gestantes com diagnóstico de diabetes (GD), com idade gestacional de 10 a 39 semanas. A qualidade do sono foi avaliada pelo Índice de Qualidade do Sono de Pittsburgh (PSQI-BR) e pela sonolência diurna pela Escala de Sonolência de Epworth. O estudo foi aprovado pelo comitê de ética do IPADE (1.801.860). A análise estatística foi realizada utilizando o software IBM SPSS. Resultados: Má qualidade do sono (PSQI > 5) foi observada em 50,4% das GD, sendo maior do que a maioria das taxas relatadas para gestação normal (50,4% versus 45% p: 0,01, IC99%. SEDOV, 2017), mas inferior aos resultados de um estudo brasileiro com gestantes com excesso de peso (65,9%; RIBEIRO 2015). A pontuação média do PSQI no grupo foi de 6,91, apresentando uma tendência a escores mais altos do que na maioria dos estudos que avaliam a qualidade do sono em gestantes saudáveis, com média de PSQI 6,07. A curta duração do sono esteve presente em 35,8% (duração média do sono: 7,2 horas/noite). O sono foi perturbado pela micção frequente em 70% das GD. A sonolência diurna foi relatada em 21,9% das GD, porém não se relacionou à qualidade do sono. O maior número de

¹ Graduando, Medicina, Unichristus tucafacanha@hotmail.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus hellen.lopes.rocha@hotmail.com

³ Graduanda, Medicina, Unichristus marianasilton@hotmail.com

⁴ Professora, Curso de Medicina, docente, crisffacanha@hotmail.com

paridades foi independentemente associado à má qualidade do sono [$p = 0,03$; OR = 1,74; IC = 1,03-2,97]. A presença de obesidade, hipertensão, nível educacional, tipo de diabetes ou tratamento não influenciaram a qualidade do sono ou a sonolência diurna. Conclusão: A baixa qualidade do sono e a sonolência diurna excessiva são frequentes na gestação complicada por diabetes, e um maior número de paridades está independentemente associado à má qualidade do sono nestas pacientes. Dado que os distúrbios do sono estão relacionados a resultados adversos na gestação, nós sugerimos que uma atenção especial seja dispensada à investigação e ao tratamento desta condição em gestantes que apresentem diabetes, principalmente quando associado a obesidade e multiparidade.

Palavras-chave: Diabetes. Gestação. Distúrbios do Sono. Qualidade do Sono. Sonolência Diurna.

A CONTRIBUIÇÃO DA NEUROCIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO INFANTIL

Regina Assunção Mendes Pompeu¹

Elenise Tenório de Medeiros Machado²

Lindolfo Ramalho Farias Júnior³

RESUMO

A neurociência cognitiva, juntamente com o desenvolvimento cognitivo da criança, vem trazendo subsídios na área educacional. A conexão dessas pesquisas com as teorias de Jean Piaget vem contribuindo para o processo do desenvolvimento cognitivo. O objetivo desse artigo foi entender as informações das pesquisas neurocientíficas e como se dá as fases da criança retratada por Piaget, com o intuito de trazer embasamentos teóricos necessários para o aperfeiçoamento das metodologias pedagógicas. A presente pesquisa classifica-se como exploratória e descritiva com o uso de pesquisa bibliográfica. Como resultados, encontrou-se muitas discussões sobre o tema no momento e de muita relevância para área educacional, pois a neuroplasticidade mostra como o cérebro aprende, como ele se reestrutura e se reorganiza constantemente, oportunizando novos aprendizados.

Palavras-Chave: Neurociência cognitiva. Neuroplasticidade. Neuropsicologia. Desenvolvimento Cognitivo. Desenvolvimento Infantil.

1 Pedagoga (UECE); Psicopedagoga (UNP); Pós-graduanda em Neuroeducação (UNICHRISTUS).

2 Psicóloga pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Neuropsicóloga com formação em Psicoterapia Cognitiva Comportamental, Coordenadora da Especialização Lato Sensu em Neuropsicodiagnóstico e Neuroeducação (UNICHRISTUS), Mestre em Inovação Pedagógica (UMa).

3 Linguista (UECE, 2008), Especialista em Semiótica Aplicada (UECE, 2011), Mestre em Linguística Aplicada (UECE, 2016)

FUNÇÕES EXECUTIVAS E POSTURAS METACOGNITIVAS ENQUANTO FATORES DE PRODUTIVIDADE INTELLECTUAL EM SALAS DE PRÉ UNIVERSITÁRIO

¹Lusergio dos Reis Lima

²Elenise Tenório de Medeiros Machado

³Isabelle Cerqueira Sousa

RESUMO

Para a educação de qualidade, toda ferramenta psicopedagógica é válida e pode ser considerada como alternativa a uma modalidade de escolarização que ganha corpo em função das exigências intelectuais impostas pelas avaliações externas e de entrada nas universidades públicas. Com isso, as funções executivas e as posturas metacognitivas, estratégias pedagógicas à escolarização do século XXI, são condições inquestionáveis àqueles que desejam ser incluídos no grupo de estudantes que apresentam bons resultados. O aperfeiçoamento e/ou desenvolvimento dessas funções e posturas são os caminhos apontados por esta pesquisa como meio de se chegar a uma educação de qualidade e exitosa, considerando, sobretudo, as turmas de préuniversitário. Como forma de deixar explícito o objetivo deste trabalho acadêmico, foi utilizada uma pesquisa qualitativa na qual o sujeito tem por objetivo auxiliar na compreensão e interpretação dos casos que analisa – ações individuais, grupos ou organizações em seu espaço ou contexto social –, interpretando-os a partir da perspectiva dos próprios sujeitos que participam da situação.

Palavras-Chaves: Funções Executivas. Metacognição. Pré-universitário. Ensino Médio

¹ Licenciatura em Geografia (UECE), Especialista em Gestão e Avaliação da Educação Pública (UFJF), Especialização em Coordenação Pedagógica (UFC) e Especialização em Psicopedagogia (UNICHRISTUS)

² Psicóloga e Pedagoga (UNIFOR), Mestra em Inovação Pedagógica – Educação (UMa), Especialista Terapia Cognitivo Comportamental (UNICHRISTUS), Especialista Neuropsicologia (UNICHRISTUS), Coordenadora Especialização Lato Sensu em NeuroPsicodiagnóstico e NeuroEducação. Docente Curso Psicologia (UNICHRISTUS).

³ Terapeuta Ocupacional, Mestre em Educação Especial pela UECE e Orientadora Metodológica (UNICHRISTUS)

INDICAÇÃO DE MEDICAMENTOS NO TRATAMENTO DE CRIANÇAS COM TDAH

Carolina Soares Silvério¹
Ana Virgínia Aragão Dantas Parente²

RESUMO

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) tem sido alvo de inúmeras discussões na área médica, psicológica e educacional, sobretudo nos últimos anos. Diante do crescente número de diagnósticos e a complexidade do transtorno, objetivou-se nesse artigo contemplar as características do transtorno, a importância do diagnóstico do TDAH realizado por uma equipe multidisciplinar, a contribuição do psicopedagogo nesse processo, bem como a indicação de psicofármacos no seu tratamento. É comum os familiares e os profissionais da educação buscarem ajuda médica para a compreensão e a intervenção desse transtorno, especificamente a medicamentosa. A pesquisa se classifica como exploratória e descritiva através de um levantamento bibliográfico. Define-se como exploratória ao passo que investigou a indicação de medicamentos no tratamento de crianças com TDAH, como descritiva, pois buscou descrever a conceituação do TDAH e suas características, como o diagnóstico é feito e o seu tratamento. O transtorno engloba dificuldades relacionadas à rotina pessoal, social e escolar da criança. Devido à complexidade do transtorno no que diz respeito ao conceito/características, diagnóstico e ao tratamento é imprescindível a atuação de uma equipe multidisciplinar para a realização de uma avaliação precisa, faz-se necessário analisar o contexto escolar e social em que as crianças estão inseridas.

Palavras-chave: TDAH. Diagnóstico. Tratamento. Psicopedagogo. Medicamento.

1Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-graduada em Psicopedagogia (Unichristus). carolsilverio05@gmail.com

2Graduação em Pedagogia (UVA). Pós-Graduada em Psicopedagogia (UNICHRISTUS). Psicanálise (REDENTOR). Ciências da Educação (INTA). Mestranda em Educação (LUSÓFONA). dantasparente@hotmail.com

A UTILIZAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DIGITAIS DURANTE AS AULAS DO CURSO DE MEDICINA PARA FINS NÃO RELACIONADOS AO CONTEÚDO MINISTRADO

Cláudia Martins Mendes¹

Jessica Mendes De Luca²

Marcela Sobreira Kubrusly³

Marcos Kubrusly⁴

RESUMO

As metodologias educacionais compreendem estratégias que contemplam as diversas formas do ensinar e aprender. Considerando, hoje, a sociedade imersa na tecnologia, as instituições educacionais no Brasil começam a pensar em incluir em seus currículos as formas de ensino e aprendizagem que utilizem os meios tecnológicos, uma vez que a utilização de dispositivos móveis como ferramenta de aprendizagem pode ser um bom recurso pedagógico para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem de um conteúdo, facilitando a construção do conhecimento dos alunos. Os dispositivos móveis digitais, entretanto, possuem, muitas vezes, maior poder de atração para os alunos, em geral um público de adolescentes e jovens, do que o da aula planejada pelo docente. Nesse contexto, este estudo visa identificar a utilização de dispositivos móveis digitais durante as aulas para fins não relacionados ao conteúdo ministrado. Aplicou-se um questionário, adaptado de McCoy (2016), junto a estudantes de Medicina do Centro Universitário Christus - Unichristus. Os resultados de 299 respondentes apontam que a maioria deles destina no máximo 10% do tempo da aula com o uso de smartphone e o acessam até 10 vezes durante um dia usual de aula, sendo o principal motivo da utilização do dispositivo digital para fins não relacionados ao curso ministrado o envio de mensagens, seguido pela visualização da hora. Os estudantes admitem que o uso de smartphones para fins não relacionados ao conteúdo ministrado distrai a atenção e reduz o aprendizado, mas entendem se tratar de instrumento que promove melhoria no processo ensino-aprendizagem na medida em que também é utilizado para verificar assuntos relacionados ao conteúdo da aula. Assim, reconhece-se as potencialidades desses dispositivos no processo ensino-aprendizagem, que deveriam se transformar em importantes aliados em ações pedagógicas.

Palavras-chave: Dispositivos móveis digitais. Metodologias educacionais. Processo

1 Mestranda, Mestrado Profissional de Ensino e Saúde, Centro Universitário Christus - Unichristus, claudia_mmendes@yahoo.com.br

2 Graduanda, Medicina, Centro Universitário Christus - Unichristus, jessicamdeluca@hotmail.com

3 Graduanda, Medicina, Centro Universitário Christus - Unichristus, msk090298@gmail.com

4 Doutor em Nefrologia, Medicina, Centro Universitário Christus - Unichristus, mmkubrusly@gmail.com

ADAPTAÇÃO TRANSCULTURAL E VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO “THE INTERDISCIPLINARY EDUCATION PERCEPTION SCALE (IEPS)” NO BRASIL.

Sabrina Gomes Aguiar¹
Marcio Ribeiro Studart da Fonseca Filho²
Reijane Bezerra De Pinho Lemos De Aguiar³
Claudia Maria Costa de Oliveira⁴

RESUMO

Introdução: A interdisciplinaridade pode ser entendida como uma condição fundamental do ensino e da pesquisa na sociedade contemporânea. O questionário “The Interdisciplinary Education Perception Scale (IEPS)” foi desenvolvido para entender a percepção e outros domínios afetivos relacionados de participantes de programas de educação interdisciplinar, não tendo sido ainda traduzido para o português. **Objetivos:** Traduzir para a língua portuguesa e validar o questionário IEPS no Brasil. **Métodos:** Foi realizado um estudo de natureza descritiva e analítica, com abordagem quantitativa, no Centro Universitário Christus, seguindo as seguintes etapas: tradução inicial, síntese das traduções, retrotradução, revisão por um comitê de especialistas, pré-teste e avaliação das propriedades psicométricas do instrumento. **Resultados:** Participaram da etapa de validação do estudo 236 estudantes dos cursos de graduação da UniChristus: 138 alunos da Medicina, 36 da Fisioterapia, 36 da Odontologia e 26 da Enfermagem. As propriedades psicométricas do questionário do estudo revelaram alfa de Cronbach de valor 0,809. O resultado da análise fatorial mostrou que o índice KMO foi 0,836 e o teste de esfericidade de Bartlett foi significativo ($p < 0,001$). **Conclusão:** O estudo realizado apresentou boa confiabilidade interna, com ressalva para os componentes de necessidade percebida de cooperação e entendimento dos valores dos outros, mas manteve a estrutura de 18 itens e em 4 subescalas, não sendo indicado a retirada de nenhum item do questionário. Além de permitir analisar a disponibilidade dos estudantes para o aprendizado compartilhado com estudantes de outras áreas, funciona como boa ferramenta na avaliação da interdisciplinaridade e interprofissionalismo, sendo de fácil acesso e aplicação.

Palavras-chave: Tradução. Validação. Cooperação. Equipe multiprofissional. Confiabilidade.

1 Acadêmica de Medicina, Universidade Unichristus, sabrinagomesaguiar@outlook.com

2 Acadêmico de Medicina, Universidade Unichristus, marcioribeirostudart@hotmail.com

3 Especialização em Gestão do trabalho e da educação na saúde, Escola de Saúde Pública do Ceará, ESP/CE, reijane.pinho@yahoo.com.br

4 Doutorado em Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, claudiadri@gmail.com

Análise quantitativa do uso de jogo de tabuleiro como ferramenta didática em turma de estudantes da área da saúde

Ronald Bezerra Cavalcante Soares¹
Sânia Pinho Figueirêdo²
Carlos Eduardo Barros Jucá³

RESUMO

INTRODUÇÃO: O processo de educação objetiva garantir que o educando está sendo sujeito da aprendizagem. Os jogos são uma vertente sobre as novas abordagens para a educação, ensino e aprendizagem. A experiência de aprendizagem é atualmente reconhecida como gratificante e prazerosa, pois desafia e direciona os jovens para as competências, habilidades essenciais e a aprendizagem. **OBJETIVO:** realizar uma análise quantitativa do uso de jogo de tabuleiro como ferramenta didática em turma de estudantes da área da saúde. **MÉTODOS:** Foi aplicada uma prova objetiva com assuntos das disciplinas préprofissionalizantes, seguida da aplicação do jogo de tabuleiro revisando os mesmos assuntos, encerrado com uma prova objetiva de igual teor da primeira. A análise dos dados da amostra de 92 alunos foi através de estatística descritiva (cálculo da média, cálculo de porcentuais, frequência, tabela de contingências e Teste McNemar - teste qui-quadrado de ajustamento. Dados tabulados e analisados pelo Software Microsoft Excel 2010 e da versão 17.0 do Software Statistical Package for the Social Science (SPSS). **RESULTADOS:** 54,2% consideraram o jogo uma boa forma de revisão, 64,4% relataram um excelente aprendizado com o uso do jogo, 93,2% concordaram quanto à aceitação do jogo como processo de ensino-aprendizagem. **CONCLUSÃO:** O jogo, além de proporcionar um ambiente descontraído e dinâmico de aprendizagem, se mostrou uma ferramenta eficaz na melhora do desempenho dos alunos em avaliação objetiva. Além disso, a percepção deles revela que esse tipo de metodologia tem boa aceitação e pode contribuir mais se melhor difundida.

Palavras-chave:

1 Acadêmico, Medicina, Discente, soaresronald123@gmail.com

2 Mestre, Fisioterapia, Docente, saniafigueiredo@hotmail.com

3 Doutor, Medicina, Docente, eduardojuca@gmail.com

AVALIAÇÃO DA METODOLOGIA ATIVA “APRENDIZAGEM BASEADA NA RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS COMPLEXOS” EM UM CENTRO UNVERSTÁRIO DE FORTALEZA/CEARÁ – A PERCEPÇÃO DO DISCENTE

Gerardo Marcílio Rocha Júnior¹
Ivna Cavalcante Barros Sales²
Claudia Maria Costa de Oliveira³

RESUMO

A metodologia de aprendizado baseado em problemas - ABP - surgiu em 1960 como um novo modelo de ensino para as escolas médicas. Ao longo de seus 50 anos foram surgindo dificuldades que limitavam a aplicação dos passos do ABP; dessa forma, um Centro Universitário de Fortaleza implementou um novo método baseado no ABP, denominado Aprendizagem por Resolução de Problemas Complexos – ARPC. Esse estudo visa avaliar a percepção dos alunos acerca da construção do conhecimento utilizando a ARPC no oitavo semestre do Curso de Medicina do Centro Universitário UniChristus. Foram realizados dois grupos focais com um total de dezesseis alunos conduzidos por um moderador, nos quais foram realizadas perguntas acerca do método ARPC. A partir do discurso dos participantes foram identificadas três classes temáticas: a importância dos passos tutoriais no aprendizado; aspectos positivos e negativos do método ARPC; o formato necessário para estudar para este método. No primeiro tema, foram enfatizados como mais importantes os passos 1 (raciocínio clínico), 3 (diagnóstico diferencial) e 6 (prescrição médica). Quanto aos pontos positivos: a abordagem do diagnóstico diferencial, o estímulo ao raciocínio clínico, a importância das horas de estudo previamente às sessões de tutoria e o seu melhor aproveitamento foram os pontos mais prevalentes. Em relação aos aspectos negativos, a maioria dos participantes relatou a abordagem de doenças pouco frequentes na prática médica diária. Sobre o formato de estudo, o tempo de estudo semanal dedicado à tutoria foi de seis a oito horas semanais, e o número de fontes utilizadas variou entre uma a quatro.

Palavras-chave: Aprendizagem baseada em problemas (PBL). Aprendizagem. Diagnóstico diferencial. Tutoria. Prescrições.

1 Graduando, Medicina, Centro Universitário Christus – Unichristus, marciliorochajr@gmail.com

2 Mestranda, Mestrado Profissional de Ensino e Saúde, Medicina, Centro Universitário Christus – Unichristus, ivnabarros@gmail.com

3 Doutora em Ciências Médicas UFRN, Medicina, Centro Universitário Christus – Unichristus, claudiadrl@gmail.com

Casos integrador: uma inovação na ferramenta de avaliação da aprendizagem baseada em problemas

Arnaldo Aires Peixoto Junior^{1,2}

Raquel Autran Coelho^{1,3}

Melissa Soares Medeiros¹

Nathaniele Falcão Xavier⁴

Amaralina Joyce Macedo de Andrade⁴

Hermano Alexandre Lima Rocha¹

Marcos Kubrusly¹

RESUMO

Objetivos: Descrever uma ferramenta de avaliação baseada em casos clínicos reais adaptados e a validação por meio da análise crítica pelos alunos e tutores de nossa instituição. Em nossa instituição, essa ferramenta é denominada Caso Integrador (CI). **Desenho:** Estudo transversal, descritivo e exploratório, de natureza quantitativa e qualitativa, realizado no período de novembro de 2016 a abril de 2017. Os sujeitos foram convidados a responder um questionário estruturado. Uma avaliação qualitativa com a técnica de estudo de grupo de foco foi usada para verificar as percepções dos estudantes. **Local:** Um centro universitário privado localizado no nordeste do Brasil, que tem currículo de graduação em medicina estruturada em um método híbrido com metodologia PBL ativa e palestras. **Participantes:** Alunos e tutores do segundo, quarto e sexto semestres do curso de graduação em medicina. **Resultados:** Participaram do estudo 151 estudantes e 13 tutores. A percepção dos estudantes identificou que a maioria (62,9%) concorda que o CI estimula o estudo e a maioria estuda para avaliação por meio do CI. No entanto, um percentual de 50,4% dos estudantes discordou que o CI estava bem elaborado. A maioria dos tutores (76,9%) também concorda que o CI estimula o estudo e, diferentemente dos estudantes, um alto percentual de tutores (76,9%) concorda que o CI está bem elaborado. **Conclusão:** O CI estimula o estudo, o raciocínio clínico, o desenvolvimento da capacidade de resolução de problemas e para ajudar a memorizar o conteúdo e rever o conhecimento. No entanto, a elaboração precisa ser melhorada.

Palavras-chave: Aprendizagem ativa; Aprendizagem baseada em problemas; Educação Médica, Graduação; Brasil; Avaliação educacional.

-
1. Mestrado Profissional em Educação em Saúde, Centro Universitário Christus, Fortaleza – Brasil
 2. Departamento de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – Brasil
 3. Departamento de Saúde Materno-Infantil da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza – Brasil
 4. Graduação em Medicina, Christus University Center, Fortaleza - Brasil

DESENVOLVIMENTO DE ATLAS DIGITAL EM HISTOLOGIA BÁSICA

Camyla Basílio de Alencar¹
Gabriela Batista Holanda²
Yago de Oliveira Aguiar³
Delano José Macedo Leite⁴
Sheila Márcia de Araújo Fontenelle⁵

RESUMO

Novas tecnologias ajudaram a criar um novo cenário de ensino-aprendizagem, exigindo do docente um posicionamento diferenciado, incentivando-o a buscar alternativas e mudanças de comportamento quanto ao uso dessas tecnologias como mais um recurso educacional. Os livros eletrônicos ou e-books reforçam essa afirmativa, uma vez que se pode ser acessado facilmente através da internet ou outros meios de armazenamento. Objetivando-se contribuir com a melhoria do ensino-aprendizagem na disciplina de Histologia, por meio do desenvolvimento de um Atlas Digital para a utilização no ambiente virtual, especificou-se: (1) Desenvolver um atlas digital; (2) Analisar de forma comparativas turmas que utilizaram e não utilizaram a tecnologia; (3) Avaliar os aspectos de melhoria do processo de ensino aprendizagem, através de utilização de um atlas digital. Tratou-se de uma pesquisa de natureza interventiva, tendo como modalidade de pesquisa assumida a pesquisa de aplicação, que envolve planejamento, aplicação e análise de dados sobre o processo desenvolvido definidos pelo pesquisador. A pesquisa foi aplicada num centro universitário privado, localizado no município de Fortaleza, durante o período de um ano, sendo dividido em três etapas: desenvolvimento do Atlas Digital, ensaio de assimilação do aprendizado e pesquisa de satisfação. Tendo como sujeitos da pesquisa acadêmicos de 3 turmas da disciplina de Citologia/ Histologia e Embriologia Humana de cursos distintos. O Atlas Digital de Histologia deu-se com base no diagnóstico de uma situação e na possibilidade de uma ação educativa reparadora. Logo, entende-se que os e-books, são uma temática atual e pertinente no contexto da sociedade da informação e do conhecimento em que vivemos, em particular nos meios acadêmicos. Contudo, representa uma importante ferramenta de auxílio na obtenção de novos conhecimentos e deve ser, cada vez mais, utilizada no meio acadêmico.

Palavras-chave: Tecnologia da informação. Ensino. Histologia. Aprendizagem. Virtual.

1 Acadêmica, Enfermagem, Centro Universitário Christus – Unichristus,
camyla.basilio@gmail.com

2 Acadêmica, Medicina, Centro Universitário Christus – Unichristus,
gabriela.bholanda@outlook.com

3 Acadêmico, Medicina, Centro Universitário Christus – Unichristus,
yago_oliveiraaguiar@hotmail.com

4 Mestre/Professor, Medicina, Centro Universitário Christus – Unichristus,
delano.macedo39@gmail.com

5 Doutora/Professora Adjunta, Medicina, Centro Universitário Christus – Unichristus,
nilfort@uol.com.br

DESENVOLVIMENTO E AVALIAÇÃO DO IMPACTO DO USO DE UM APLICATIVO PARA APOIO AO ENSINO DE PSICOPATOLOGIA PARA A GRADUAÇÃO DE UM CURSO DE MEDICINA

Erlane Bunno Cunha Ferreira¹
Edgar Marçal de Barros Filho²
Lorena Pinho Feijó³
Kristopherson Lustosa Augusto⁴

RESUMO

Introdução: As metodologias de ensino têm apresentado mudanças expressivas no decorrer do século XXI, sendo os avanços técnico-científicos um dos fatores importantes desse processo. Apesar de ser crescente o número de instrumentos que possam facilitar a elaboração de metodologias diversificadas no processo de educação, a elaboração de estudos comprovando que tais ferramentas proporcionam impacto positivo ainda são tímidos, mas que já revelam resultados positivos dessas tecnologias. **Objetivos:** desenvolver um aplicativo e avaliar o impacto da adoção desta nova ferramenta de educação na disciplina de psiquiatria por meio da instrumentalização de acadêmicos de medicina com um aplicativo contendo vídeos simulados com pacientes atores apresentando diversas psicopatologias. **Métodos:** Trata-se de um estudo caso-controle composto por acadêmicos do 6º semestre de Medicina do ano de 2017 durante o módulo de psiquiatria. Oitenta e dois graduandos do primeiro semestre de 2017 não tiveram acesso à ferramenta de ensino que auxiliava no aprendizado de psicopatologia, enquanto dezesseis acadêmicos do segundo semestre o tiveram. Para avaliação comparativa, foi aplicada uma prova descritiva sobre psicopatologia, além do System Usability Scale (SUS), que avalia o grau de facilidade e o quanto é intuitivo um aplicativo. **Resultados:** O estudo teve uma amostra composta por 16 pessoas do grupo caso, com acesso ao aplicativo, e 82 pessoas do grupo controle. O grupo que usufruiu do instrumento de ensino em psicopatologia obteve escore médio de 4,7, frente à nota média de 3,2 do grupo que não teve acesso ao aplicativo $p=0,00017$. Os resultados da avaliação dos dados correspondentes à escala SUS demonstram que o aplicativo recebeu uma boa avaliação de usabilidade, pontuação 84,1 (avaliação adequada >70). **Conclusão:** Os resultados obtidos no estudo são indicativos de que a utilização do aplicativo apresentou repercussões positivas para o aprendizado de psicopatologia por parte dos acadêmicos de medicina do sexto semestre, sendo, portanto, um instrumento útil e de boa usabilidade a ser acrescentado às demais metodologias de ensino.

Palavras-chave: Educação de graduação em medicina. Modelos educacionais. Treinamento por simulação. Materiais de ensino. Psiquiatria.

1 Discente do curso de medicina do Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS e estudante pesquisador do Programa de Iniciação Científica – 2017/2018.

e.brunno.cf@live.com

2 Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal do Ceará (2005), na área de mobile learning. Coordenador de Pesquisa do Laboratório de Inovações Tecnológicas (LIT) do Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. edgar@virtual.ufc.br

3 Médica pela UFPB Psiquiatra pelo Hospital do Campo Limpo - São Paulo. Mestranda Profissional de Ensino em Saúde (MEPES) do Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. lofeijo@hotmail.com

4 Professor do curso de Medicina do Centro Universitário Christus, Orientador do Mestrado Profissional de Ensino em Saúde (MEPES) do Centro Universitário Christus - UNICHRISTUS, Professor adjunto da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. kristopherson@hotmail.com

DIMINUIÇÃO DO ESTIGMA SOBRE DOENÇA MENTAL APÓS INTERNATO EM PSIQUIATRIA.

Jéssica Bandeira de Lavôr Farias¹
Sarah Gadelha Motta²
Rui Pimenta Saldanha³
Lorena Pinho Feijó⁴
Kristopherson Lustosa Augusto⁵

RESUMO

Introdução: Várias são as doenças estigmatizadas, como a SIDA, obesidade e os transtornos mentais. O estigma é amplamente difundido pelo mundo no que se trata de transtornos mentais, em grande parte, por causa da falta de conhecimento. Estudantes de medicina também apresentam estigma em relação a psiquiatria e aos pacientes psiquiátricos, mas também apresentam um grande potencial para perder este estigma com o aprendizado teórico e prático da graduação. **Objetivo:** avaliar se o internato em um hospital psiquiátrico de Fortaleza pode diminuir o estigma dos alunos de medicina em relação a doença mental. **Métodos:** Estudo transversal, foi utilizado o questionário AQ-9, que possui 9 domínios de avaliação, aplicados nos alunos do internato em psiquiatria do Hospital de Saúde Mental Prof. Frota Pinto. Foi utilizado o teste t para amostras emparelhadas. Para a comparação entre dois grupos de interesse foi utilizado o teste t-Student e para as situações em que em um dos grupos havia poucos pacientes (psiquiatria durante o internato para além do aprendizado, diminuindo o estigma em relação aos pacientes psiquiátricos, principalmente os pacientes esquizofrênicos.

Palavras chaves: Estigma social; Esquizofrenia; Transtornos mentais; Estudantes de medicina; Psiquiatria

1 Acadêmica, Medicina, Centro Universitário Christus, jessicadelavor@gmail.com

2 Acadêmica, Medicina, Centro Universitário Christus, sarahgadelha_@hotmail.com

3 Acadêmico, Medicina, Centro Universitário Christus, ruipimenta80@hotmail.com

4 Preceptora do internato de psiquiatria do curso de Medicina do Centro Universitário Christus, psiquiatra pelo Hospital do Campo Limpo - São Paulo, lofeijo@hotmail.com

5 Professor do curso de Medicina do Centro Universitário Christus, orientador do mestrado profissional de ensino em saúde - MEPES, professor adjunto da Faculdade de Medicina da UFC, kristopherson@gmail.com

Efeito do envelhecimento sobre o raciocínio clínico: revisão bibliográfica

Iana Simas Macedo¹
Camila Pinto de Nadai²
Arnaldo Aires Peixoto Júnior³

RESUMO

A população idosa tem aumentado significativamente em todo o mundo nas últimas décadas. Os desdobramentos desse fenômeno sobre a prática médica são imensuráveis, em face das características especiais das pessoas idosas quanto ao processo de saúde e doença. Com o objetivo de discutir o possível efeito do envelhecimento, sobre o raciocínio diagnóstico e a tomada de decisão clínica por parte dos médicos, realizou-se uma revisão bibliográfica a partir das bases de dados PubMed e SciELO, analisando os artigos sobre essa temática publicados entre 2009 e 2018. Os trabalhos mostram que os idosos frequentemente são associados à estereótipos negativos, corroborando com a ideia de que os preconceitos relacionados a esse grupo estão ainda amplamente presentes, mesmo nos países desenvolvidos que lidam há mais tempo com o envelhecimento de suas populações. Essa condição pode ser um fator que interfira inconscientemente no raciocínio diagnóstico e na tomada de decisão clínica, um aspecto relevante em face da predominância cada vez maior de pessoas com idade avançada nos sistemas de saúde. Constatou-se a existência de relativamente poucos estudos sobre ageísmo no Brasil. Identificou-se, ainda, a necessidade de construção de uma mentalidade diferente quanto aos idosos, proporcionando uma melhor qualidade de vida e evitando possíveis erros diagnósticos, bem como a negação de procedimentos que poderiam estar indicados para esse grupo etário. Conclui-se que é preciso mais pesquisas sobre o efeito do envelhecimento no raciocínio e na tomada de decisão clínica, bem como o desenvolvimento de ferramentas que possam medir a ocorrência e o impacto do ageísmo na prática médica.

Palavras-chave: Ageísmo. Competência clínica. Serviços de saúde para idosos. Diagnóstico clínico. Geriatria.

1 Acadêmica, Curso de Medicina, Centro Universitário Christus, ianasm86@gmail.com

2 Especialista em Geriatria pela SBGG, Mestranda do Mestrado Profissional em Ensino em Saúde da Unichristus, Curso de Medicina, Centro Universitário Christus – Docente do Curso de Medicina, nadaicamila27@gmail.com

3 Doutor em Farmacologia, Curso de Medicina, Centro Universitário Christus – Mestrado Profissional em Ensino em Saúde, arnaldoapj@gmail.com

RESILIÊNCIA NA FORMAÇÃO DE ESTUDANTES DE MEDICINA EM UNIVERSIDADE COM SISTEMA HÍBRIDO DE ENSINO- APRENDIZAGEM

Allan Carlos Costa Maia¹
Amanda Kubrusly de Miranda Sá²
Mariana Mendonça Sales³
Luciana Feitosa Holanda Queiroz⁴
Marcos Kubrusly⁵
Selene Regina Mazza⁶

RESUMO

Em função da exposição a atividades extenuantes no período da graduação em Medicina, alguns alunos desenvolvem métodos que os ajudem a superar as dificuldades encontradas, dentre eles está a capacidade de resiliência. Supomos que a exposição e a avaliação constante dos conhecimentos, habilidades e atitudes, a que são submetidos os estudantes de Medicina, em um curso que adota a aprendizagem híbrida, representam elementos estressores sinérgicos que podem ampliar o grau de resiliência dos mesmos em todo o período da formação acadêmica. Esse artigo objetiva analisar o desenvolvimento da resiliência em estudantes de um curso de Medicina baseado em sistema híbrido de ensino-aprendizagem através da aplicação de um questionário sócio-demográfico e de uma versão adaptada da Escala de Resiliência de Wagnild e Young (1993) em 174 estudantes de todos os semestres de um Centro Universitário em Fortaleza, sendo 34,7% do sexo masculino e 65,3% do sexo feminino. Através dos resultados coletados pudemos ver que os estudantes tiveram os seguintes resultados relacionados à resiliência: 12% apresentaram tendências de resiliência médias/neutras; 50% apresentaram tendências de resiliência altas; 37,7% apresentaram tendências de resiliência muito altas. Não foram constatadas diferenças entre os graus de resiliência estatisticamente significativas entre os alunos de diferentes semestres ($p = 0,090$). Quando os fatores sociodemográficos e emocionais foram comparados com o grau de resiliência, constatou-se que alguns fatores tiveram uma influência significativa no grau de resiliência, estes foram: religião, satisfação com o apoio da família e dos amigos, avaliação da autoestima e frequência em que apresenta sentimentos ruins. Concluímos, também, que a autoavaliação do rendimento acadêmico dos estudantes não teve relação direta com o grau de resiliência.

Palavras-chave: Resiliência Psicológica. Estudantes de Medicina. Saúde Mental. Aprendizagem Baseada em Problemas. Educação Médica.

¹ Acadêmico, medicina, discente, allancarlos_07@hotmail.com

² Acadêmica, medicina, discente, amandakmsa@hotmail.com

³ Acadêmica, psicologia, discente, marimsales@hotmail.com

⁴ Mestranda, fisioterapia, discente, luhqueiroz@hotmail.com

⁵ Doutor, medicina, docente, mmkubrusly@gmail.com

⁶ Doutora, psicologia, docente, selene.unichristus@gmail.com

APLICATIVO PARA RESIDENTES DE ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA: A TECNOLOGIA A FAVOR DO APRENDIZADO

Emmanuella Passos Chaves Rocha¹
Jonatas Brito de Alencar²
Ramille Araújo Lima³

RESUMO

O uso da tecnologia como ferramenta do processo ensino-aprendizado vem sendo inserida cada vez mais nas universidades. Os softwares e os aplicativos que auxiliam a aquisição de conhecimento variam em suas modalidades e precisam ser validados para garantir sua eficácia. Os aplicativos, quando usados em favor do conhecimento, podem possibilitar o acesso remoto, como também, o alcance online e imediato à informação. Entretanto, as plataformas ainda não são adequadamente preenchidas com aplicativos ou softwares para o treinamento de residentes em ortopedia, e os já criados apresentam algumas limitações. O objetivo deste estudo é criar e validar um aplicativo para smartphones de questões de ortopedia e traumatologia para residentes na tentativa de auxiliar o estudo e, por consequência, a aprovação na prova de Título de Especialista em Ortopedia e Traumatologia (TEOT). O desenvolvimento técnico do aplicativo foi direcionado para a plataforma iOS® e Android®, no Laboratório de Inovações Tecnológicas (LIT), do Centro Universitário Christus (Fortaleza-Ceará), com a ajuda técnica de um webdesigner e de um programador. O aplicativo, desenvolvido em língua portuguesa, é gratuito e não vinculado a nenhum website. Para a validação de aplicabilidade, a ferramenta foi testada em 132 participantes divididos em quatro grupos: 1) estudantes de medicina do Centro Universitários Christus, 2) estudantes de medicina da Universidade Federal do Ceará; 3) residentes em ortopedia e traumatologia do Ceará; 4) especialistas em Traumatologia e Ortopedia, preceptores da residência médica do Instituto Dr. José Frota. Foi utilizado o questionário validado System Usability Scale (SUS) e um questionário criado pelos autores e adequadamente validado para avaliar a praticidade e a exequibilidade do aplicativo como ferramenta adjuvante de aprendizado. Entre os 132 participantes, 55,3% (73/132) têm como sistema operacional o iOS®, enquanto 44,7% (59/132) utilizam Android®. Todos os 132 participantes (100%) disseram já ter utilizado algum aplicativo em seus smartphones, e apenas 6 (4,5%) citaram nunca ter utilizado aplicativos para fins acadêmicos. Há diferença estatística relevante quanto ao sistema operacional de preferência entre os quatro grupos (p -valor $<0,001$), porém sem importância estatística quanto ao uso de aplicativos previamente para afins acadêmicos. 100% (132) afirmou ser uma tecnologia útil no desenvolvimento teórico do residente, além dos 93,4% (124) que concordou como método auxiliar de aprendizado em médicos ortopedistas em geral. O aplicativo obteve escore SUS médio de 84,2 (desvio padrão de 10,8) com margem de erro de 1,9 (nota A+). O escore SUS teve variância entre 82,4 e 86,1 (IC 95%). O coeficiente alfa de Cronbach foi 0,797, configurando a amostra com um bom nível de confiabilidade. Concluímos que o aplicativo desenvolvido obteve êxito nos testes realizados podendo ser uma alternativa na educação médica na área ortopédica.

Palavras-chave: Ortopedia. Treinamento por simulação. Software. Aplicativo para residentes. Ensino médico.

1 Acadêmica, Medicina, Unichristus – Centro Universitário Christus,
emmanuelapcr@gmail.com

2 Mestre em Tecnologias Minimamente Invasivas, Especialização em Trauma em Cirurgia do Joelho pelo ITORK, Especialização em Trauma Ortopédico pela Sociedade Brasileira de Trauma Ortopédico, jonatasbrito19@hotmail.com

2 Professora do Curso de Graduação em Odontologia do Centro Universitário Christus Professora/Orientadora do Mestrado Acadêmico em Ciências Odontológicas do Centro Universitário Christus, ramillelima@yahoo.com.br

RESUMO - BIOMEDICINA

A IMPORTÂNCIA DO DESENVOLVIMENTO DE UM ATLAS HEMATOLÓGICO, COM ENFOQUE NA LINHAGEM LEUCOCITÁRIA, PARA O APRENDIZADO DISCENTE

Márcia Vanessa Sales Amaral (vanessaamaral16@hotmail.com)

Lucas Silva De Holanda (lucas.holanda.ke@gmail.com)

Willer Malta De Sousa (willer_biomed@hotmail.com)

Introdução: A hematologia estuda os elementos figurados do sangue, hemácias, leucócitos e plaquetas, sempre com foco nos aspectos citomorfológicos específicos das doenças hematológicas. A produção de um atlas hematológico é uma estratégia de busca e construção de saberes dos estudantes e profissionais da saúde que atuam no âmbito da hematologia. O atlas permite conhecer melhor a morfologia normal e patológica das células sanguínea através da disponibilização de imagens com descrição e características das células. Os leucócitos são originados de células-troncos, em um processo denominado leucopoese, capaz de originar as células da linhagem mielóide (neutrófilos, eosinófilos, basófilos e monócitos) e da linhagem linfóide (linfócitos). A avaliação hematológica dessas linhagens tem grande importância como um meio de auxiliar no diagnóstico de diversas doenças. A diferenciação dos tipos de leucócitos e os aspectos citomorfológicos específicos são importantes para diferenciar os tipos de infecções e neoplasias hematológicas. Diversos achados podem ser evidenciados como leucocitose com desvio a esquerda, granações tóxicas, atipias linfocitárias, hemoparasitas, dentre outros. Objetivo: O presente trabalho

tem como objetivo produzir um atlas hematológico com enfoque na linhagem leucocitária e aplicar um questionário para os discentes da disciplina de hematologia sobre a importância da produção do atlas. Metodologia: Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico sobre as características morfológicas das linhagens precursoras mielóides e linfóide de interesse clínico. Em seguida, foi capturado imagens de células leucocitárias com um microscópio equipado com câmera fotográfica e software, IS-Capture da Lexus™. Por último, foi realizada uma pesquisa de satisfação, via formulário Google, com os discentes participantes da monitoria de hematologia do Campus Benfica do Centro Universitário Christus, a respeito da produção do atlas durante a monitoria, com as seguintes perguntas: 1. O atlas de hematologia contribuiu de alguma forma no seu processo de aprendizagem durante a disciplina de hematologia? 2. A produção do atlas de hematologia auxiliou a identificar melhor as células sanguíneas durante a visualização de lâminas? 3. O atlas de hematologia em conjunto com a monitoria ajudou no seu desempenho ao longo da execução da disciplina de hematologia básica? As opções de respostas eram: Sim, Não e Talvez. Resultados: Entre os discentes participantes, 24 responderam o formulário, com um total de 100% de aprovação para a pergunta de número 1, 100% de aprovação para a pergunta de número 2 e 96% de aprovação para a pergunta de número 3. Durante a captura das fotos, achados peculiares como leucocitoses, desvios à esquerda e granulações tóxicas foram encontrados, importantes para o diagnóstico clínico de infecções bacterianas. Outro achado comum de interesse clínico encontrado foram as atipias linfocitárias presentes nas infecções virais. Conclusão: Através da análise dos resultados obtidos pode-se inferir que a produção do atlas, com enfoque na linhagem leucocitária, durante a monitoria foi importante no processo de aprendizagem dos alunos durante a disciplina e monitoria de hematologia, obtendo um excelente proveito por parte dos mesmos.

RESUMO - BIOMEDICINA

A REJEIÇÃO À VACINA NO BRASIL

Washington Luis Ramos De Araújo (washtur@hotmail.com)

José Jonathan Oliveira Da Silva (jonathan.oli82@gmail.com)

Tamyris Lima Da Silva (tamyrislima1@gmail.com)

Andrea Stopiglia Guedes Braide (andreasgbraide@gmail.com)

Alice Maria Correia Pequeno (alicepequeno@gmail.com)

Apesar de amplas publicações das campanhas e dos seus benefícios, a rejeição a vacina vem se formando ao longo do tempo uma verdadeira cultura surgida em meados do século XX e continua presente até os dias atuais como um fenômeno crescente. Observa-se que a vacina passou vários ciclos ao longo da história do Brasil continuando a ser responsável por produzir grandes transformações na sociedade e o desafio na erradicação das doenças continua imposto pelas condições históricas e comportamentos opostos a essa imunização. De sua criação pelo médico inglês Edward Jenner até hoje, é preciso considerar que a população brasileira ainda demonstra certa rejeição por falta de conhecimento. Objetivo: Este trabalho tem como objetivo realizar revisão bibliográfica produzida sobre os principais motivos que levam

as pessoas a não se vacinarem como forma de prevenção. Metodologia: Trata-se de um estudo bibliográfico descritivo utilizando como método a pesquisa em literatura especializada. Delimitou-se a amostra de 08 publicações científicas através de livros, jornais e artigos publicados no período de 1999-2018 em português nas bases de dados Lilacs e Scielo entre o período de maio a agosto de 2018 utilizando os descritores: “Brasil”, “Vacina”, “Antivacina”.

Resultados e discussões: Entre as principais evidências observou-se que a religião induzia pessoas a pensarem que a decisão entre a vida e a morte estaria nas mãos de Deus e não cabia à ciência interferir, assim como também a ecmofobia, isto é, medo de agulha, medo da ferramenta seringa até então novidade na época. Atualmente evidencia-se uma barreira por acreditar que após tomar a vacina contrai-se gripe, devido algumas pessoas apresentar os sintomas como mal-estar e febre em virtude da resposta imunológica do organismo. Conclusão: Nem o avanço da medicina aliado à modernidade é capaz de conscientizar uma parcela da população do risco iminente dos surtos na volta de algumas doenças que historicamente haviam sido erradicadas. Uma das conclusões é a importância de considerar o movimento antivacina parte de um distúrbio que deturpa no Brasil e no mundo o ideal sentido de vacinar-se, isto é, uma tentativa de estimular a erradicação das epidemias que assolavam a sociedade e, sobretudo as camadas populares. Ao trazer algumas discussões acerca do papel atual do governo em relação à proteção imunológica que deve ser fornecida, constata-se que pode tornar-se grave problema de saúde pública onde os riscos da não vacinação atingem tanto o indivíduo como a sociedade em um todo. Portanto torna-se necessário estabelecer um diálogo efetivo com este grupo, a fim de conscientizar e evitar que tenhamos inúmeros surtos de doenças.

RESUMO - BIOMEDICINA

AÇÃO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: ATIVIDADE LÚDICA PARA ORIENTAÇÃO DA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS E PREVENÇÃO DE PARASITOSE

Beatriz Roriz Bessa (rorizbia@outlook.com)

Mônica De Oliveira Belém (monica.obelem@gmail.com)

A Organização Mundial da Saúde considera endêmica a incidência de parasitoses no Brasil. Tais doenças podem levar a danos cognitivos, físicos e socioeconômicos, em especial em população de baixa renda. As crianças estão expostas às parasitoses, sobretudo intestinais, em aglomerados como creches e escolas. Isso se deve ao imaturo desenvolvimento de hábitos de higiene pessoal, que se desenvolverão ao longo de sua formação. Crianças expostas a essas parasitoses não perfazem os números da taxa de mortalidade, mas apresentam alto índice de morbidade, decorrente das dores abdominais, diarreia e gases. Sendo a transmissão dos parasitas, preferencialmente, pela ingestão de frutas, verduras, legumes e água contaminados. A correta higienização das mãos, alimentos e tratamento da água para ingestão representa um importante fator de prevenção dessas doenças. Durante o 8º Fórum Mundial da Água, em março de 2018, foi exposto à Organização das Nações Unidas que 34 milhões de brasileiros não tem acesso à água tratada. Diante do exposto o objetivo da ação foi conscientizar e educar crianças e adultos da Comunidade Vicente Pinzon, Fortaleza/CE, sobre a necessidade da correta higienização dos alimentos e das mãos, e o tratamento da água para consumo. Ao segundo dia do mês de junho de 2018

foi realizada a ação multidisciplinar batizada de “Tenda Pinzon”, dentro do Programa de Extensão do “Núcleo Interdisciplinar dos Cursos da Saúde, Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas da Unichristus (NICSTS)”. Dentre as diversas ações realizadas, os alunos do curso de Biomedicina desenvolveram a oficina de lavagem de mãos, higienização de alimentos e tratamento de água. Para tais ações foram utilizados álcool em gel com tinta fluorescente, luz ultravioleta (UV), água sanitária, água de torneira e verduras. As pessoas eram convidadas a simularem, com o álcool em gel, como faziam a lavagem das mãos. Ao término do processo elas expunham as mãos a fonte de luz UV. Assim as regiões que ficavam fluorescentes ao estímulo luminoso eram as áreas limpas, e as não fluorescentes as áreas de higienização não adequada. Podemos verificar que a grande maioria das pessoas que participaram da ação não executavam correta e completamente a lavagem das mãos, mostrando assim um potencial fator de risco para a possível transmissão de doenças, em especial as parasitoses. Imediatamente depois, essas mesmas pessoas eram ensinadas sobre os 12 passos da lavagem das mãos, que inclui a limpeza da palma e dorso das mãos, região entre os dedos, toda a extensão e ponta dedos, unhas, pulso e polegar. Com a nova higienização os participantes foram, novamente, submetidos ao teste de luz UV. Para a higienização dos alimentos, as pessoas foram informadas sobre a possibilidade de adicionarem uma colher de sopa de água sanitária em uma bacia de água para molho do alimento antes do consumo. Além disso a necessidade de adicionar uma gota de água sanitária à dois litros de beber, caso essa água não seja proveniente de fonte seguramente limpa. Concluímos assim que as pessoas foram orientadas sobre a necessidade da adequada higiene das mãos, alimentos e água de beber.

RESUMO - BIOMEDICINA

ÁCIDO GÁLICO E O SEU POTENCIAL DE REGENERAÇÃO TECIDUAL

Ana Débora Marreiros Alves (anadeboramarreiros@hotmail.com)

Juan Kelvin Dias De Souza (juankelvin2013@gmail.com)

Radassa Mayara Da Silva Maia (radassamaia@hotmail.com)

Claudia Roberta De Andrade (claudiarandrade@gmail.com)

A pele é um órgão de revestimento, cuja função é a proteção contra agentes invasores, tais como bactérias, vírus e compostos químicos, por exemplo. Esse órgão é formado por uma estrutura complexa que envolve camadas celulares entremeadas por vasos sanguíneos, e que se reajustam (reparo tecidual) em situações de lesão tecidual. Desse modo, muitos compostos e extratos de produtos naturais têm sido estudados por suas propriedades terapêuticas em processos de lesão e reparo tecidual. Um desses compostos, o ácido gálico, presente em diferentes plantas, incluindo as do Bioma da Caatinga, tem emergido como um potencial candidato, por suas propriedades antioxidantes e cicatrizantes, entre outras. Considerando esse efeito do ácido gálico, o presente estudo visa analisar

esse composto no processo cicatricial. O modelo de estudo escolhido foi uma revisão de literatura que, foi preparado a partir da base de dados do PubMed, em

que os descritores empregados foram gallic acid, tissue repair, wound healing e fibroblasts. A partir dessas análises, foi observado, em um estudo com a utilização

do extrato glicólico propileno e o gel da planta *Portulaca pilosa* L., cujo principal componente é o ácido gálico, a modulação positiva da resposta inflamatória tecidual,

induzindo redução no número de células inflamatórias observada por ferramenta de

histopatológica, além disso, o tratamento com o extrato e o gel estimulou

significativamente a angiogênese, superando até a fibrinase, seu controle positivo.

Acrescentando-se a isso, foi observado que o ácido gálico acelerou a migração celular de queratinócitos e fibroblastos, tanto em condições normais, quanto em condições hiperglicêmicas. Confirmando esses estudos, a utilização do extrato das

folhas da planta *Moringa oleífera*, que contem o ácido gálico, apresentou, além da migração, altas taxas de proliferação de fibroblastos e queratinócitos. Já em estudos

in vitro com a utilização de um hidrogel, tendo um de seus principais componentes o

ácido gálico, observou-se atividades antioxidantes acima de 90%, além da inibição

da mieloperoxidase e da colagenase em até 98 e 23%, respectivamente. Desta forma, segundo os estudos observados, foi encontrado evidências de que o ácido

gálico não só aumenta as atividades antioxidantes, também, acelera a proliferação e

a migração de queratinócitos, assim acelerando o processo de cicatrização.

RESUMO - BIOMEDICINA

ALTERAÇÕES NA QUALIDADE SEMINAL EM HOMENS DIABÉTICOS

Yasmim Othon Sidou Melo (yasmimosmelo@hotmail.com)

Beatriz Ferro (beatrizferroarb@outlook.com)

Linda Mayra Souza De Lima (linda.mayra.sdl@hotmail.com)

José Eduardo Ribeiro Honório Júnior (eduribiologo@yahoo.com.br)

Paula Bruno Monteiro (paulabrmonteiro@gmail.com)

A infertilidade masculina é um assunto muito estudado na comunidade científica pois, embora pouco comentado, atinge muitos casais. O estudo nessa área tornou-se de suma importância para as resoluções de casos de casais que não conseguem ter êxito nas tentativas de gravidez. Há um grande esforço para descobrir as causas da infertilidade e correlacioná-las a outras doenças, como a diabetes mellitus (DM). Esta é uma doença crônica metabólica caracterizada pela diminuição da produção da insulina e/ou resistência à sua ação, que pode ter complicações associadas aos distúrbios de infertilidade, como a diminuição dos níveis de testosterona. Diante disso, este estudo tem como objetivo relatar as principais modificações que ocorrem nos parâmetros dos espermatozoides encontrados em homens diabéticos. Fazendo uma revisão bibliográfica nas bases de dados PUBMED e SCIELO, anos 2000 até 2018 utilizando para a pesquisa as seguintes palavras chaves diabetes mellitus, infertilidade masculina, espermatozoides, qualidade seminal e parâmetros. Foram encontrados 7 artigos tanto em inglês como em espanhol, nos quais notou-se que a DM induz sutis mudanças moleculares que são

importantes para a função e qualidade dos espermatozoides. Podendo ser um fator determinante para a redução da fertilidade, visto que os estudos mostraram que a DM pode gerar alterações nos parâmetros espermáticos convencionais e possíveis lesões histológicas no epidídimo, ocasionando um impacto negativo nos espermatozoides em trânsito. Além dessas alterações na qualidade seminal, a DM pode desencadear outras complicações que também geram infertilidade, dentre elas estão a disfunção erétil devido as alterações vasculares, sendo a mais frequente; a ejaculação retrógrada, a qual é causada pela neuropatia diabética devido à falta de controle da glicemia e o avanço da doença; as alterações hormonais com o aumento do índices dos hormônios LH e FSH diminuindo o nível do volume espermático de qualidade; e a fragmentação do DNA espermático, no qual ocorre uma fragmentação no DNA espermático, diminuindo a qualidade e a taxa de implantação do embrião, esse último afetando mais os jovens. Dessa forma, às DM tipo 1 e tipo 2 possuem uma tendência a modificações significativas na diminuição na motilidade e alteração na morfologia, sendo alterações qualitativas, que podem ter sido causadas devido aos baixos níveis séricos de testosterona, que está associado ao defeito esteroidogênico nas células de leydig. Conclui-se que a diabetes mellitus pode alterar qualitativamente os parâmetros espermáticos convencionais. Sendo necessário estudos mais aprofundados e específicos sobre esse tema de tanta importância, para que se possa descobrir quais são as verdadeiras causas da infertilidade masculina. E uma atenção maior por parte dos especialistas em reprodução humana para o tratamento dos pacientes diabéticos, já que também é possível que ocorra alterações na qualidade seminal devido aos fármacos utilizados.

RESUMO - BIOMEDICINA

**ATLAS DE PARASITOLOGIA CLÍNICA COM ENFOQUE EM
HEMATOZOÁRIOS**

Emilly Lima Coelho (emillylimac@hotmail.com)

Cristina Tonin Beneli Fontanezi (ctbeneli@gmail.com)

MONITORIA DE PARASITOLOGIA CLÍNICA - 2017.2 a 2018.1

ATLAS DE PARASITOLOGIA CLÍNICA COM ENFOQUE EM
HEMATOZOÁRIOS

¹Emilly Lima Coelho

²Cristina Tonin Beneli Fontanezi

RESUMO

Nos últimos anos surgiram inúmeras novas ferramentas de colaboração com a metodologia tradicional, facilitando as maneiras de estudar e oportunizando aos alunos diversas possibilidades para se dedicar aos conteúdos, as mídias digitais se tornaram um grande auxílio nos estudos atualmente. O uso dos livros didáticos não perdem sua importância, mas com a união das metodologias alternativas o livro se torna mais uma ferramenta como os Apps, Atlas online, videoaula, mapas conceituais, dentre outras, onde o aluno pode escolher particularmente aquela com qual fica mais confortável e que se torna a mais apropriado para o seu aprendizado. Durante o programa de monitoria foi observado uma necessidade dos alunos no aprendizado da morfologia dos parasitas estudados, diante disso, foi produzido uma forma de metodologia alternativa para incentivo e auxílio dos alunos. O Atlas virtual de parasitologia clínica com enfoque em hematozoários, foi pensado e criado como uma maneira de contribuir com o aprendizados dos alunos. Nele está incluso fotos das lâminas do acervo da Unichristus além de imagens de lâminas bem conservadas retiradas de acervos online, e um conteúdo preparado especificamente para a disciplina de Parasitologia Clínica. A facilidade de acesso, a qualidade e a especificidade do conteúdo são os pontos chave da contribuição do Atlas. Podendo ser acessado pelo celular e pelo computador, o aluno pode observar a morfologia dos parasitas durante a aula prática, teórica e em outros momentos de estudo, a presença de fotos das lâminas do acervo da Universidade facilita o aprendizado detalhado com lâminas idênticas as quais são aplicadas nas aulas práticas e provas. E os conteúdos especificamente escolhidos incluem todo conhecimento essencial para auxiliar o estudo da disciplina relacionando as imagens ao ciclo de vida, sinais e sintomas, diagnóstico e tratamento. Por fim, o Atlas de parasitologia clínica funciona como uma ferramenta de assistência digital, que pode ser acessada em qualquer momento por quem desejar colaborando com a metodologia tradicional aplicada na disciplina.

Palavras-chave: Atlas online. Parasitologia. Hematozoários. Tecnologia.

[1] Graduanda do curso de Biomedicina, Unichristus, emillylimac@hotmail.com.

[2] Doutora em patologia, Professora dos cursos de Biomedicina e Enfermagem do Centro Universitário Christus-Unichristus, ctbeneli@gmail.com.

RESUMO - BIOMEDICINA

AVALIAÇÃO DA EXPRESSÃO GÊNICA DA ENZIMA TELOMERASE EM PACIENTES COM LEUCEMIA LINFÓIDE AGUDA

Beatriz Maria Dias Nogueira (bmdnogueira@gmail.com)

Caroline Aquino Moreira Nunes (carolfam@gmail.com)

As extremidades dos cromossomos apresentam estruturas especializadas e dinâmicas denominadas telômeros e que são constituídos por repetições não codificantes. São estruturas essenciais para manutenção da normalidade, que reprimem a indicação de danos no DNA protegendo o material genético, impedindo a ativação de alguns sinalizadores que podem induzir a interrupção do ciclo celular para realizar o reparo do DNA. O alongamento dos telômeros está associado com a expressão da enzima telomerase humana (hTERT), que repõe nucleotídeos perdidos durante a replicação evento muito comum em diversos tipos de câncer. A perda da homeostase no complexo telomero-telomerase resulta em telômeros disfuncionais, tanto com seu encurtamento quanto com seu alongamento. Com o encurtamento telomérico, a célula normalmente reconhece seu limite de divisões, induzindo um mecanismo de controle de inativação. Se nenhum dos controles for totalmente eficiente, pode ocorrer, como consequência direta, a instabilidade genica podendo sofrer translocações e outras alterações citogenéticas. O fator genético apresenta crucial importância na etiologia da Leucemia Linfóide Aguda (LLA), podendo estar envolvida com rearranjos cromossomais e de genes, apresentando as extremidades dos cromossomos em estado anormal, mantendo-os frágeis e instáveis, facilitando assim, alterações significativas neles. O tamanho do

telômero nesse caso se apresenta inversamente proporcional a ação da telomerase, pois há o encurtamento dos telômeros mesmo havendo uma alta atividade da enzima. O objetivo deste trabalho é investigar através de dados da literatura a influência da expressão do gene da telomerase (hTERT) e seu papel na patogênese da LLA. Para a construção deste trabalho foram utilizadas buscas no banco de dados PubMed contendo os seguintes descritores: LLA, hTERT e Telomerase. Um total de 59 artigos foram utilizados para o levantamento bibliográfico e, dentre esses, 10 foram apresentados como os mais relevantes para construção dos resultados. Os resultados mostram que a maior taxa de expressão da hTERT foram observados em pacientes com LLA apresentando ao mesmo tempo os telômeros mais curtos em comparação com outros modelos hematopoiéticos. As maiores taxas de telomerase e telômeros mais curtos, são encontrados mais frequentemente em pacientes com leucemias agudas que recidivaram. Esse dado pode indicar que a reativação da telomerase na leucemia é um evento que acontece tardiamente na patogênese, e que mesmo assim, consegue apresentar uma evolução clonal das células tumorais mesmo apresentando telômeros muito curtos. Também pode ser observado alterações citogenéticas importantes em pacientes com LLA devido ao encurtamento telomérico, como a fusão gênica BCR-ABL indicando um péssimo prognóstico. Dentre outras alterações, foram observadas células leucêmicas apresentando cariótipos hiper ou hipodiplóides. Foi possível evidenciar através da literatura que a diferença entre as médias de expressão do gene hTERT nos pacientes com leucemias agudas linfóides e mielóides se mostrou significativa. A expressão da hTERT correlacionado com o tamanho do telômero é de extrema importância para estudos pois é possível estabelecer um marcador tumoral delimitando um padrão, podendo traçar um melhor prognóstico e um melhor tratamento ao paciente. Sendo assim, a expressão do gene hTERT é associada a patogênese de leucemias agudas e pode ser utilizada como um marcador biológico para diagnóstico e prognóstico.

RESUMO - BIOMEDICINA

AVALIAÇÃO DA MONITORIA E DO ATLAS DE HEMATOLOGIA COMO FERRAMENTA PARA A MELHORIA DOS ESTUDOS DE ALUNOS DO CURSO DE BIOMEDICINA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS

Lucas Silva De Holanda (lucas.holanda.ke@gmail.com)

Márcia Vanessa Sales Amaral (vanessaamaral16@hotmail.com)

Willer Malta De Sousa (willer_biomed@hotmail.com)

A monitoria baseia-se no ensino dos alunos por eles mesmos, dessa forma acredita-se que a mesma aumente a capacidade e desenvolvimento cognitivo de forma mais efetiva dos alunos. O programa de monitoria visa estimular a prática de iniciação à docência e o desempenho intelectual do estudante monitor por meio da maior interação com a área de estudo, segundo o objetivo geral do edital 12/2018 de iniciação à docência do Centro Universitário Christus. Os livros auxiliam os alunos durante o processo de aprendizagem e os ilustrados com imagens de células sanguíneas tornam-se necessário no início, e muitas vezes durante a graduação, como ferramenta de tira-dúvidas acerca das células que são estudadas na disciplina de hematologia. O objetivo do estudo foi avaliar a opinião dos discentes, que frequentavam a monitoria de hematologia básica do curso de Biomedicina do Centro Universitário Christus, campus Parque Ecológico, sobre as aulas de monitoria e o atlas desenvolvido durante o programa como ferramenta para a melhoria dos estudos desses alunos. Durante o tempo vigente da monitoria foi desenvolvido um atlas de texto e de imagens utilizando livros de hematologia de edições recentes como base teórica para a produção e levantamento bibliográfico. Os livros foram

cedidos pela biblioteca da Instituição de Ensino Superior. As imagens para o atlas foram capturadas pelo autor através do software IS-Capture da Lexus™ acoplado a um microscópio, no laboratório de microscopia do Centro Universitário Christus. A pesquisa de opinião dos alunos que frequentavam a monitoria foi realizada através de um Formulário Google, no qual continha sete perguntas de múltipla escolha sobre as aulas de monitoria e sobre o atlas de hematologia como ferramenta de estudo. As opções de respostas eram: ruim, regular, bom ou ótimo. Apenas uma resposta poderia ser escolhida. Analisando os formulários, foram obtidas respostas de quatorze alunos de semestres variados, desde o quarto ao sexto semestre. A maior parte dos entrevistados mencionaram a monitoria como intermédio na melhoria dos estudos na disciplina e também avaliaram com satisfatoriedade o atlas como ferramenta de estudo, desenvolvendo a capacidade nos alunos de identificar na prática alterações importantes estudadas em sala de aula como o desvio a esquerda, neutrofilia, linfocitose, monocitose e poiquilocitose, por exemplo. A assiduidade segundo as respostas obtidas mostra um resultado satisfatório, contudo, não condiz com o observado pelo monitor na prática. Portanto, o programa de monitoria e a produção técnica-científica colaboraram com o aprendizado dos alunos e do monitor. A assiduidade dos participantes deve ser estimulada através de métodos que animem a participação mais frequente. O atlas contribuiu para melhor identificar e caracterizar as células sanguíneas e suas alterações de importância clínica.

RESUMO - BIOMEDICINA

AVALIAÇÃO DA VIDEOAULA DE INTRODUÇÃO À MÉTODOS DE ANÁLISE DE PROTEÍNAS COMO METODOLOGIA DE ENSINO

Lucas De Sousa Pontes (lucas.pontes@alu.ufc.br)

José Eduardo Ribeiro Honório Júnior (eduribiologo@yahoo.com.br)

Educadores objetivando um melhor aprendizado do aluno tem utilizado diferentes abordagens, a popularização de dispositivos com acesso a internet abriram a possibilidade de novas abordagens, longe do ensino tradicional. O aprendizado à distância por videoaulas, quando corretamente aplicado, tem demonstrado em diferentes estudos correlação positiva com aprendizado e satisfação do aluno. O objetivo deste trabalho foi identificar a relação dos alunos com a videoaula sobre introdução à métodos de análise de proteínas aplicada como metodologia de ensino. O vídeo foi gravado e editado utilizando o programa Camtasia® Studio 9 e disponibilizado na plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube®, sendo disponibilizado de maneira pública com um formulário contendo perguntas relacionadas ao aprendizado dos ouvintes. O formulário também foi enviado para o correio eletrônico cedido pelos próprios alunos que cursaram ou estão cursando a disciplina de bioquímica. Um total de 19 pessoas responderam o formulário. Com relação a familiaridade com o tema, antes e depois de assistir o vídeo, os alunos classificaram em uma escala de zero à dez com uma média 3,05 e 5,57 respectivamente, demonstrando uma pequena melhora. Em escalas de zero à cinco os alunos classificaram a qualidade da videoaula com uma média de 3.26, a possibilidade de recomendar a videoaula com 3,2, a possibilidade de

assistir outros vídeos como 3,15 caso o tema fosse do interesse deles. A maioria dos alunos acredita que a temática abordada importante pra sua carreira, e tem costume de utilizar videoaulas no aprendizado. A análise indica um apreço dos alunos por videoaulas, porém a baixa adesão resultou em uma análise pouco confiável.

RESUMO - BIOMEDICINA

AVALIAÇÃO DO MAPA CONCEITUAL SOBRE SÍNDROME MIELODISPLÁSICA COMO METODOLOGIA DE ENSINO

Maiara Badia Melo Simão (maiarabadia@hotmail.com)

Jannison Karlly Cavalcante Ribeiro (janbiomed@gmail.com)

O mapa conceitual (MC) é uma ferramenta que permite organizar o conhecimento de maneira prática, e ao final tem-se um instrumento que o aluno pode utilizar para si mesmo ou divulgar para outras pessoas, consistindo em um diagrama que indica as relações entre conceitos, ou entre palavras, de modo a organizar e representar conceitos. O assunto escolhido trata-se de uma doença que desperta curiosidade entre os estudantes da Biomedicina, e não é abordada com muita frequência em sala de aula devido sua complexidade. O objetivo deste trabalho é apresentar a experiência da utilização do Mapa Conceitual para subsidiar a discussão acerca da Síndrome Mielodisplásica (SMD) a partir da vivência de alunos do curso de Biomedicina da Unichristus. A busca de publicações em base de dados científicas sobre MC e SMD foi realizada durante o período da monitoria em Hematologia Clínica, posteriormente, para unir essas informações foi utilizado a ferramenta gratuita Cmap Tools IHMC — University of West Florida, sendo disponibilizado aos alunos juntamente com um formulário, que foi enviado para o correio eletrônico cedido pelos próprios alunos que cursaram a disciplina de Hematologia Clínica. Um total de 8 alunos responderam ao formulário. Com relação a familiaridade com o tema, antes e depois de ler o MC, os alunos classificaram em uma escala de zero à dez com uma média 6.12 e 8.87 respectivamente,

demonstrando que houve um aperfeiçoamento no conhecimento. Em escalas de zero à cinco os alunos classificaram a qualidade do MC com uma média de 4.62, a possibilidade de recomendar o MC para outros alunos com 8.87. Ainda em escala de zero a cinco, uma média de 2.87 alunos afirmaram que já fazem uso de MC para o aprendizado e 4.75 acreditam que a temática abordada é importante para sua vida profissional e acadêmica. A partir dos valores obtidos foi possível observar que os alunos se interessam pelo assunto abordado e que a metodologia não é muito utilizada, porém a baixa adesão resultou em uma análise pouco confiável.

RESUMO - BIOMEDICINA

CARACTERIZAÇÃO DA VITAMINA B12 E OS PROBLEMAS ASSOCIADOS À SUA CARÊNCIA

Mariana Viana Falcão (marianafbiomedica@gmail.com)

Márcia Vanessa Sales Amaral (vanessaamaral16@hotmail.com)

Magnólia Sousa Brandão (magnolia.brandao@hotmail.com)

Mônica De Oliveira Belém (monica.obelem@gmail.com)

Introdução: A vitamina B12, ou cianocobalamina, faz parte de uma família de compostos denominados genericamente de cobalaminas. A fonte natural da vitamina B12 na dieta humana restringe-se a alimentos de origem animal, especialmente leite, carne e ovos. A literatura mostra que a deficiência de B12, pode gerar transtornos hematológicos, neurológicos e cardiovasculares, estando ela diretamente relacionada com a hiper-homocisteinemia, fator independente de risco cardiovascular e de danos neuronais. A vitamina B12 atua no metabolismo celular normal, medula óssea e tecido nervoso; participa com o ácido fólico, colina e metionina na transferência de grupos metil na síntese de ácidos nucléicos, de purinas e pirimidinas intermediárias. A deficiência da B12, assintomática, pode ocorrer por longos períodos antes do aparecimento dos primeiros sinais e sintomas, resultando em deficiência crônica de cianocobalamina que, se mantida por longo período, pode levar a alterações neuropsiquiátricas irreversíveis. As manifestações clínicas variam de estados mais brandos até condições muito severas, mas de uma maneira geral, manifestam-se por um quadro clássico de anemia megaloblástica

associada a sintomas neurológicos com frequente aparecimento da tríade fraqueza, glossite e parestesias. Danos neurológicos podem ocorrer mesmo na ausência de anemia em uma grande parcela de pacientes. Objetivo: Apresentar, por meio de revisão bibliográfica, a caracterização da Vitamina B12 e avaliar os problemas associados à sua carência. Metodologia: Revisão de literatura a partir das bases de dados: PubMed e SciELO, com os descritores “deficiency”, “B12 vitamin” e “function”. Critérios de inclusão: Artigos que abordassem o tema, estudo em espécie humana, idioma inglês e publicados nos últimos cinco anos. Critérios de exclusão: Artigos de revisão de literatura e que não abordassem os problemas associados à deficiência da vitamina. Resultados: Foram encontrados 20 artigos e seguindo os critérios de inclusão e exclusão selecionamos 5 artigos. Os artigos mostram que os principais problemas associados à deficiência da vitamina B12 concentram-se, principalmente, em distúrbios relacionados ao sistema nervoso. As manifestações neurológicas se devem, justamente, aos danos progressivos do sistema nervoso central e periférico, e manifestam-se principalmente como polineurites sensoriais, nas extremidades distais, ataxia e reflexo de Babinski. Além disso, são comuns relatos de déficits de memória, disfunções cognitivas, demência e transtornos depressivos. Em gestantes, a deficiência de vitamina B12, aumenta o risco de malformação fetal, sobretudo no tubo neural, sendo uma das mais comuns alterações congênitas. A deficiência de cianocobalamina contribui, também, para a hiper-homocisteinemia, fator de risco independente para aterosclerose devido ao aumento da geração de espécies reativas de oxigênio, da peroxidação lipídica e do dano tecidual do endotélio vascular, aumentando o risco de doenças cerebrais e cardiovasculares. Conclusão: Conclui-se que a vitamina B12 é essencial para diversas funções do organismo e a sua deficiência pode resultar em problemas hematológicos desde os mais brandos até sérios distúrbios neurológicos e cardiovasculares, fazendo-se necessária a pesquisa da vitamina B12 na rotina laboratorial.

RESUMO - BIOMEDICINA

CORRELAÇÃO DA OBESIDADE E QUALIDADE SEMINAL

Monique Mesquita (monique.sousa.saraiva@hotmail.com)

Letícia Bernardo Barbosa (letbernardob@gmail.com)

Paula Bruno Monteiro (paulabrmonteiro@gmail.com)

A incidência de sobrepeso e obesidade tem aumentado substancialmente nas últimas décadas, em todo o mundo é considerada uma epidemia mundial. A obesidade é definida pela Organização Mundial de Saúde como Índice de Massa Corporal acima de 30kg/m², é uma condição médica que sabidamente afeta negativamente a saúde com aumento em morbidade e mortalidade por diversos mecanismos.No homem, pode interferir nas funções sexuais, endócrinas, temperatura escrotal e nas características seminais. A Organização Mundial de Saúde define infertilidade como à incapacidade de um casal conseguir reproduzir-se, após um período superior a um ano de relações sexuais regulares sem utilização de qualquer método contraceptivo. Cerca de 50% dos casos de infertilidade humana, o fator responsável é o masculino. Para descobrir constatar a causa da infertilidade é feito uma análise seminal por meio do espermograma,este exame analisa diversos parâmetros, dentre eles se destaca a concentração, motilidade e análise morfológica. Trabalho teve como objetivo realizar uma revisão sistemática de literatura para correlacionar a obesidade e a qualidade seminal. Realizou-se uma revisão sistemática de literatura com os artigos pesquisados na base de dados Scopus, nos dia 3 de setembro de 2018, a partir dos descritores obesidade e qualidade seminal (Obesity ;Quality ;Seminal). Foram analisados artigos publicados entre

os anos 2014 e 2018. Foi utilizado como critério de inclusão artigos que tivessem como foco a fertilidade masculina. E como critérios de exclusão relatos de caso, artigos de revisão, artigos que não são focados na fertilidade masculina e artigos que abordam a fertilidade em animais. Foram encontrados cerca de 19 artigos na base de dados, porém 12 se encaixavam nos critérios de exclusão. Logo, o índice de massa corporal contribui significativamente para afetar as taxas normais na qualidade espermática, como a motilidade, a quantidade e a morfologia dos espermatozoides, em homens considerados obesos. Enquanto, em homens com índices normais, essas taxas se encontraram dentro dos padrões esperados para o sucesso da reprodução. Conclui-se que a obesidade interfere na qualidade seminal.

RESUMO - BIOMEDICINA

DESENVOLVIMENTO DE APOSTILA COMO RECURSO DE APOIO PARA O PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM NA DISCIPLINA DE BIOLOGIA – RELATO DE MONITORES

Luan Araújo Alano (alanoluam99@gmail.com)

Gabriel Barbosa Pimentel Fiuza (gbpf98@gmail.com)

Carolina Melo De Souza (carolbio31@gmail.com)

A Biologia, como disciplina do primeiro semestre, é um dos primeiros degraus para a construção do conhecimento científico no ensino superior, afinal é uma disciplina que consolida uma base que será necessária para praticamente todas as disciplinas dos semestres seguintes do curso de Biomedicina. Diante dessa importância da biologia, dois monitores, concursados e selecionados através de avaliação que envolveu o rendimento na disciplina, o índice de rendimento acadêmico e prova didática realizaram atividades de docência por um ano - durante os semestres de 2017.2 e 2018.1. As atividades envolveram, tanto planejamento quanto a execução, das seguintes atividades: aula teórica, aula prática no laboratório de microscopia, plantão tira-dúvidas e aulas voltadas para a resolução de exercícios. A resolução de exercícios se mostra, dentro do ambiente de ensino superior, como uma técnica imprescindível e impreterível para a fixação do conteúdo aprendido e para o estímulo a resolução de problemas, assim como para o desenvolvimento de um pensamento clínico. A apostila tornou-se uma ideia viável, diante da percepção que esse tipo de atividade facilitava o processo de ensino-aprendizagem, principalmente quando monitores abordavam conteúdos programáticos considerados como os mais

difíceis, ou que os alunos mais se queixavam de dificuldades. Dessa forma, a escolha da produção técnica foi uma apostila que com enfoque nesses assuntos, tais como o citoesqueleto, o sistema de endomembranas, a expressão gênica e o ciclo celular, de forma que em poucas questões, fossem abordados a maior quantidade possível de assuntos destes temas. Além das questões, há também um gabarito destas, juntamente com as respostas por extenso e explicações pontuais de cada item de cada questão, dessa forma, é possível tanto saber a resposta correta e, caso o aluno não entenda o porquê deste gabarito, ele poderá entender a linha de raciocínio que leva àquela resposta. A apostila conta com um total de 20 questões respondidas, tanto de múltipla escolha, quanto questões abertas, todas gabaritadas e explicadas. Portanto, os futuros alunos desta disciplina, terão acesso ao material complementar que facilitará o processo de ensino-aprendizagem.

RESUMO - BIOMEDICINA

E-BOOK: SISTEMA NERVOSO HUMANO

Flávia Melo Cunha De Pinho Pessoa (fafapessoa@uol.com.br)

Joaquim José De Lima Silva (jjdelimasilva@gmail.com)

Anatomia humana é uma disciplina ministrada no primeiro semestre do curso de biomedicina, que aborda diversos sistemas, como: sistema esquelético, muscular, cardiovascular, respiratório, digestório, gênito-urinário e nervoso. Cada aluno, geralmente, identifica-se mais com um conteúdo e durante um ano participando do programa de iniciação à docência, foi notória a dificuldade que grande maioria dos alunos apresentava diante do sistema nervoso que, de fato, é um dos mais complexos presentes no corpo humano. A dificuldade maior se encontra na teoria, tendo em vista a quantidade de detalhes, por isso, trata-se de um conteúdo que requer a atenção dos alunos. O objetivo foi criar uma ferramenta que auxilie os alunos a compreender de forma clara e resumida o conteúdo teórico de neuroanatomia humana. Para a montagem do E-book sobre o sistema nervoso humano, foi utilizado o site www.canva.com. Como fontes bibliográficas foram utilizados os livros: Princípios de anatomia humana (TORTORA, Gerard J., NIELSEN, Mark T.) e Neuroanatomia aplicada (MENESES, Murilo S.), e as imagens foram obtidas através de pesquisas no site www.clinicalkey.com. O E-book foi enviado para 10 alunos e, em seguida, foi aplicado um formulário do Google com 5 questões acerca do material produzido. Questões propostas: 1. Como você classificaria a abordagem do conteúdo no E-book? 2. Como você classificaria a qualidade do E-book? 3. O conteúdo estava bem resumido? 4. Como você acha que materiais como esse

podem ajudar na assimilação do conteúdo pelo aluno? 5. Alguma sugestão para a melhoria do E-book? Como resultado obteve-se que 7 alunos (70%) classificaram a abordagem do conteúdo no E-book como Muito boa e 3 (30%) como Boa. 9 alunos (90%) classificaram a qualidade do E-book como Muito boa e 1 (10%) como Boa. 9 alunos (90%) acharam que o conteúdo foi bem resumido. Respondendo a quarta questão alguns alunos afirmaram: “São materiais de fácil acesso, bem resumidos e didáticos”, “O E-book possui conteúdo de forma sucinta e simples, permite esclarecer e fixar o conteúdo melhor, além de esclarecer pequenas dúvidas e é uma forma de consulta rápida”, “Através do resumo, é possível a revisão da matéria, consolidando o aprendizado”. 1 aluno sugeriu a utilização de mais imagens, 8 responderam que não tinham sugestões e 1 aluno sugeriu a realização de links com outras disciplinas e mais curiosidades. Portanto, concluiu-se que o E-book é uma ferramenta que auxilia no aprendizado e na fixação do conteúdo pelos alunos por ser uma fonte de informação resumida, simples e de fácil acesso.

RESUMO - BIOMEDICINA

EFEITO ANTIMICROBIANO DOS COMPOSTOS DE OCIMUM BASILICUM L .: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Francisca Lariza Damacieira Moura (lariza.d.moura@gmail.com)

Gabriel Acácio De Moura (gabrielacacio.ed@gmail.com)

Iara Do Nascimento Monte (iaranmonte@gmail.com)

Bruna Kelly Da Silva Firmino (bkelly622@gmail.com)

Francisca Daniele Pessoa De Oliveira (danielepessoadeoliveira@gmail.com)

Antonio José De Jesus Evangelista (coordbiomedicina04@unichristus.edu.br)

Introdução: Devido ao abuso de drogas e tratamentos incompletos com antibióticos, o fenômeno de resistência bacteriana se torna cada vez mais presente nos dias atuais. Um bom exemplo disso seria a resistência de das enterobactérias que são um grupo de bacilos Gram-negativos pertencentes à família Enterobacteriaceae. Com isso infecções comuns podem acabar exibindo resistência a múltiplos medicamentos como β -lactâmicos e fluoroquinolonas . Segundo Adnan e colaboradores existe uma necessidade de medicamentos alternativos contra bactérias no qual os antibióticos atuais utilizados se tornaram ineficazes, estando também associados a efeitos adversos. A descoberta de produtos naturais que possuem atividade antibacteriana intrínseca ou que podem ser utilizados em combinação com antibióticos padrão se tornou uma alternativa viável. Ocimum basilicum L. ou manjeriço, é uma espécie que pertence à família Lamiaceae, sendo popularmente conhecido como manjeriço. Sendo largamente utilizada como

uma erva para preparações culinárias, no tratamento de doenças incluindo distúrbios gástricos e respiratórios. Seus óleos essenciais são ricos principalmente em cinamato, citronelol, geraniol, mirceno, pineno, ocimeno e terpineol. Suas quantidades variam com a parte da planta a ser estudada. Estes constituintes biologicamente ativos responsáveis são por suas atividades antibacterianas. Objetivo: Avaliar, por meio de revisão de literatura, estudos que abordam o potencial antimicrobiano da planta *Ocimum basilicum* L. Metodologia: Realizou-se uma revisão de literatura durante o mês de Julho de 2018, usando as bases de dados Pubmed, Lilacs e Scielo, utilizando os descritores “*Ocimum basilicum* L.” , “antibacterial”, “effect “. Como critérios de inclusão foram utilizados artigos publicados nos últimos 7 anos. Como critérios de exclusão retirou-se os artigos que abordavam a ação antibacteriana com enfoque em produtos alimentícios. Foram encontrados, 17 resultados, destes 11 foram selecionados. Resultados: Dos 11 resultados selecionados, 45,45% deles fazia referência ao óleo essencial da planta onde mostrou resultados satisfatórios diante às estirpes de *Escherichia coli*, *Pseudomonas aeruginosa*, *Pectobacterium carotovorum*, *Salmonella typhimurium*, *Staphylococcus aureus*, *Streptococcus mutans* e também exibiu efeitos na redução de micélios da espécie *Aspergillus flavus*. Em 27,27% dos estudos com o extrato da planta mostrou eficácia da mesma em cepas de *Enterococcus faecalis*, *Escherichia coli*, *Mycobacterium tuberculosis*, *Klebsiella pneumoniae*, *Pseudomonas aeruginosa*, *Staphylococcus aureus*, *Streptococcus mutans*. Em relação aos óleos essenciais em combinação com antibióticos padrão (Imipenem e estreptomicina) houve sinergismo em relação ao efeito de viabilidade e crescimento das cepas de *Escherichia coli*, *Pseudomonas aeruginosa*, *S.aureus*, *S.epidermidis* em 18,18% dos estudos, e em 9,09% dos estudos o óleo essencial foi utilizado combinado a outros compostos para uso estético contra acne, reduziu a taxa de crescimento das cepas de *Propionibacterium acnes* e *S.aureus*. Conclusão: A revisão de literatura demonstrou que o óleo essencial e o extrato da planta exibiu um amplo espectro de inibição diante de diversas cepas de bactérias. Além disso, óleos essenciais da planta demonstraram potencial sinergismo em combinação com antibacterianos de escolha clínica, podendo ser utilizado como um recurso potencial para o desenvolvimento de novas estratégias antibacterianas. Contudo novos estudos se tornam necessários para verificar seu mecanismo de ação e para produzir novos fármacos diante a multirresistência de cepas.

RESUMO - BIOMEDICINA

ELABORAÇÃO DE GUIA PRÁTICO DE PROCEDIMENTOS TÉCNICOS EM IMUNO-HEMATOLOGIA.

Vaneska Sales Da Silva (vaneska.salees@gmail.com)

Andressa Hellen De Moraes Batista (andressahellenufc@yahoo.com.br)

A Hemoterapia e Banco de Sangue é uma disciplina teórico-prática que aborda os principais fundamentos e os testes laboratoriais realizados na rotina de Banco de Sangue. Nessa disciplina, são apresentados os principais testes executados na rotina transfusional, por exemplo, os testes pré-transfusoriais obrigatórios. Por meio das aulas práticas, esse conteúdo é ministrado de maneira mais realista, o que torna o aprendizado e a compreensão sobre o tema mais rápido e efetivo para o aluno. Diante disso, a proposta de elaboração do guia prático vem da necessidade dos alunos em ter um material básico que envolva a teoria e a prática de maneira acessível. Dessa forma, o trabalho teve como objetivo a elaboração de um guia prático de procedimentos técnicos em imuno-hematologia que abordasse as práticas realizadas na disciplina de Hemoterapia e Banco de Sangue. Para a elaboração, foi realizado um levantamento bibliográfico por meio do qual foram selecionados artigos, livros e manuais técnicos de imuno-hematologia, publicados nos últimos dez anos, nos idiomas português e inglês. Para a obtenção dos artigos utilizados na pesquisa, foram realizadas buscas nas seguintes bases de dados eletrônicas: Scielo, Pubmed e Bireme. O guia prático distribui em doze capítulos a importância, o princípio e a descrição dos procedimentos técnicos. Entre as práticas descritas, estão a tipagem

ABO/RhD, a detecção do antígeno D-fraco, o Coombs direto, a pesquisa de anticorpo irregular, a identificação de anticorpo irregular, a prova de compatibilidade e a fenotipagem eritrocitária. Dessa forma, o guia prático elaborado durante o período da monitoria fornecerá aos alunos de graduação apoio no aprendizado e na realização das aulas práticas.

RESUMO - BIOMEDICINA

ELABORAÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO DIGITAL COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA DISCIPLINA DE PARASITOLOGIA CLÍNICA

Letícia Sobral Terceiro (le.terceiro@hotmail.com)

Lívia De Oliveira Sales (liviaosales@outlook.com)

Cristina Tonin Beneli Fontanezi (ctbeneli@gmail.com)

A monitoria tem por função preparar o monitor para o exercício da atividade acadêmica, dando oportunidade de que o mesmo demonstre sua capacidade didática. Colocando-o frente aos desafios presentes em sala de aula, e partir disso, desenvolvendo a aptidão necessária para lidar com os contratemplos. A disciplina de parasitologia clínica dentro da estrutura curricular do curso de Biomedicina é ministrada no 4º semestre, propondo o conhecimento de protozoários, helmintos e artrópodes de maior interesse. Além de avaliar os aspectos morfológicos desses parasitas e suas principais técnicas de diagnóstico. Dessa forma, durante as aulas práticas eram apresentadas aos alunos lâminas com diferentes protozoários e helmintos, onde também, eram realizados os principais exames parasitológicos. Diante disso, com o intuito de facilitar o processo ensino-aprendizado e despertar um maior interesse por parte dos alunos, foi elaborado um atlas digital com a finalidade de complementar tanto o ensino em sala de aula, quanto nas aulas práticas. Esse trabalho tem como objetivo avaliar a importância do atlas digital disponibilizado como uma ferramenta de melhoria do desempenho acadêmico, durante a disciplina de parasitologia clínica. Sendo, essa contribuição estimada através

de um questionário composto por cinco perguntas objetivas a cerca do material disponibilizado, que foi submetido aos alunos do 4º semestre, do período 2018.1, sendo um total de 13 alunos (100%), onde apenas três responderam ao questionário, com objetivo de realizar uma análise quantitativa/descritiva acerca da importância e do êxito do material. Em relação ao conteúdo e a linguagem do atlas digital serem de fácil entendimento, 3 (23.07%) dos entrevistados consideraram que sim. Ao serem questionados se o desempenho na disciplina melhorou após a disponibilização do atlas, 3 (23.07%) dos entrevistados consideraram que sim. Quanto ao atlas ser uma metodologia complementar a cadeira de parasitologia clínica, 3 (23.07%) dos entrevistados consideraram que sim. Por fim, quando questionados se o atlas disponibilizado pelas monitoras contribuiu para o aprendizado, sendo um bom material de estudo, 3 (23.07%) dos entrevistados consideraram que sim. Portanto, por meio da análise e interpretação dos resultados, pode ser concluído que o atlas contribuiu como uma metodologia alternativa ao programa de monitoria de parasitologia clínica, facilitando a aprendizagem do conteúdo.

RESUMO - BIOMEDICINA

ELABORAÇÃO DE UM BLOG COMO APOIO A DISCIPLINA DE MICROBIOLOGIA

Vitória Taiana De Melo Lima Albuquerque (vitoriataiana@gmail.com)

Larissa Sousa Ribeiro (larissa-sousa95@hotmail.com)

Nayara Santos De Oliveira (coordbiomedicina03@unichristus.edu.br)

Rosana De Sousa Campos (rosanacampos.ufc@hotmail.com)

As pesquisas pedagógicas em métodos de ensino buscam novas metodologias de ensino e aprendizagem, que estimulem aprendizagem significativa com participação ativa, reflexão e análise crítica dos alunos. Atualmente, por causa dos avanços tecnológicos, são utilizadas ferramentas de comunicação e informação, virtualmente, devido a facilidade de acesso e diversidade de informação disponível. A internet proporciona divulgação de livros, revistas e aulas, permitindo aprender em qualquer momento, ampliando significativamente o acesso à informação. O blog possui um potencial pedagógico, pois destaca-se como recurso para interação e compartilhamento de idéias, informações e conhecimentos, além de ser um meio para alcançar os alunos em momentos diferentes propiciando o acesso a informação de qualidade. Os websites possuem ferramentas, como espaço para inserir fotos e vídeos que o estudante pode ter acesso em qualquer lugar, além do espaço destinado aos comentários, onde permite a interação entre o autor e visitante. Os educadores possuem uma ótima oportunidade, através do blog, de promoverem o ensino virtualmente, e facilitar o acesso do aluno a informações

confiáveis. O objetivo deste trabalho foi desenvolver um blog sobre microbiologia para agregar maior conhecimento e dar suporte ao conteúdo abordado em sala de aula, de maneira dinâmica, sendo o monitor/professor responsável pela disponibilização de conteúdo adequado para os alunos da disciplina. O blog foi desenvolvido através do site: <https://www.webnode.com.br/>, e foi intitulado como: Guia de microbiologia. O conteúdo das aulas foram postados semanalmente de acordo com o plano de ensino e aprendizagem disponibilizado pelo professor responsável pela disciplina microbiologia I que faz parte do 3º semestre do curso de Biomedicina da instituição Unichristus. Para o acompanhamento e contagem de acessos ao blog, foi utilizado um contador online disponível em: <https://contador.s12.com.br/>, e foram analisadas as visualizações do mês de fevereiro até o mês de Julho 2018, no último dia de cada mês foi registrado o número de acessos do respectivo mês. Para a divulgação do blog, foi criada uma página na rede social Facebook disponível no link: <https://www.facebook.com/>. O blog está disponível no link: <http://guia-de-microbiologia.webnode.com> com o total de 30 publicações sobre a disciplina. Foram contabilizados 119 acessos no blog, dos quais 29 visualizações foram no mês fevereiro, 10 visualizações no mês de março, 7 visualizações no mês de abril, 19 visualizações no mês de maio, e no mês de junho 54 visualizações. Na página do blog na rede social do Facebook, disponível no link: <https://www.facebook.com/guidamicrobiologia/>, obtiveram 17 seguidores. O blog apresentou conteúdo suficiente para servir de auxílio ao assunto dado em sala de aula, e permitiu aos acadêmicos de biomedicina o acesso a informação confiável de forma flexível ampliando e desenvolvendo uma maior compreensão sobre o tema.

RESUMO - BIOMEDICINA

FATORES CLIMÁTICOS COMO POSSÍVEIS DETERMINANTES AMBIENTAIS PARA A INCIDÊNCIA DE H1N1 E SRAG NO CEARÁ.

Lucas Oliveira Laurindo (lucasoliveiralaurindo@gmail.com)

Raysa Porto Da Maia E Costa (raisaporto@hotmail.com)

Larissa Nogueira Sousa (nogueiralarissa21@hotmail.com)

Giulia Caetano (giulia-soares09@hotmail.com)

Greicy Coelho De Souza (greicy_coelho@hotmail.com)

A Gripe ou influenza é uma infecção viral aguda do sistema respiratório, de agente etiológico Myxovirus influenzae, que possui dois tipos A e B, com alta relevância clínica, por sua magnitude e potencial de evoluir para epidemias e pandemias. A influenza A é uma mutação gênica também conhecida como H1N1 ou gripe suína. Possui alta capacidade de disseminação devido seu material genético fragmentado que pode sofrer mutações durante a fase de duplicação onde as proteínas de superfície da doença, Hemaglutina (H) e Neuraminidase (N) se modificam. É um vírus de comportamento sazonal e com aumento no número de casos em estações mais frias. Segundo informe epidemiológicos da Secretária de Saúde do Governo do Estado do Ceará, os meses de março e abril, apresentaram maior incidência de Síndrome Respiratória (SRAG) causada pelo vírus H1N1. SRAG é uma doença com alta taxa de letalidade. No Ceará, foram notificados 742 casos de SRAG até 17 de maio de 2018. Dentre estes, 32,0% (238/742) foram causados pelo vírus influenza, 25,2% (187/742) onde mais da metade deles foi causadas pelo vírus

H1N1 e SRAG não especificado, 2,1% (16/742) por outros vírus/agentes etiológicos e 40,4% (300/742) dos casos de SRAG estão em investigação, um valor muito maior se comparado com o ano de 2017 foram notificados 286 casos de SRAG, sendo 12,6% (36/286) causadas pelo vírus da influenza. Tudo isso pode ser avaliado e associado com a época de maiores chuvas do estado do Ceará registrado pela FUNCEME onde só no início do ano de 2018 já se registra uma parcial de 554,2 milímetros de chuvas em todo o território cearense durante esses meses de fevereiro a maio onde foi melhor que o ano de 2017 de 431 milímetros, com base nisso podemos associar o maior número de casos com a influência da alteração climática.

RESUMO - BIOMEDICINA

FORMAS DE ANÁLISES MORFOLÓGICAS DOS ESPERMATOZOIDES DE CAMUNDONGOS

Beatriz Ferro (beatrizferroarb@outlook.com)

Yasmim Othon Sidou Melo (yasmimosmelo@hotmail.com)

Linda Mayra Souza De Lima (linda.mayra.sdl@hotmail.com)

José Eduardo Ribeiro Honório Júnior (eduribiologo@yahoo.com.br)

Paula Bruno Monteiro (paulabrmonteiro@gmail.com)

As anormalidades morfológicas dos espermatozoides podem levar a infertilidade, tornando o seu estudo de suma importância. Com isso, os mecanismos de análises morfológicas são rotineiramente empregados na análise da qualidade seminal, visto que é a forma mais concreta de identificar se há alguma anormalidade no espermatozoide, e se provocará consequências na fecundação. Um espermatozoide malformado, com defeito de calda, por exemplo, torna-se menos ágil que os demais, e isso impedirá que o mesmo chegue ao ovócito em tempo hábil. Além disso, é importante para propiciar estudos acerca da influência de drogas e toxinas nos espermatozoides, bem como diferenciar subespécies, uma vez que as subespécies de camundongos podem ser classificadas através de diferenças sutis na morfologia. O presente estudo teve como objetivo compilar as metodologias de análise utilizadas em camundongos que permitissem a avaliação da morfologia seminal. Foi feita uma revisão bibliográfica nas bases de dados do PUBMED e SCIELO, com artigos publicados entre 1990 e 2018. Foram utilizadas para a pesquisa as

palavras chaves morfologia, anomalias, análise seminal, espermatozoide e camundongos. Foram encontrados 11 artigos, tanto em inglês como em português, dos quais apenas 5 foram utilizados como referência para a confecção deste resumo. Nos artigos avaliados, os camundongos (*Mus musculus*) tinham em média 6 a 10 semanas de idade, sendo expostos à vários níveis de radiação e dosagens de drogas variáveis em diferentes grupos e metodologias. A obtenção dos espermatozoides foi realizada através do sacrifício dos animais por luxação cervical, seguido da dissecação do epidídimo e maceração do mesmo, possibilitando a saída dos espermatozoides por suspensão na solução salina. A análise da morfologia foi feita por meio da captura de uma gota do sobrenadante da solução, seguida de sua deposição em uma lâmina para a realização do esfregaço, que foi corando com giemsa ou eosina, possibilitando a visualização ao microscópio. Foi analisada a morfologia da cabeça, da peça intermediária e da calda dos espermatozoides, comparando com os parâmetros de controle, para identificar se houve alguma anormalidade ou para diferenciá-lo de outras subespécies. Dentre as principais anormalidades, foram encontradas alterações na forma da cabeça, como por exemplo, cabeça de gancho e banana de cabeça; alterações na peça intermediária que dificultaram a mobilidade do espermatozoide; e alterações na calda, por exemplo, caldas com a ponta levemente enrolada. O estudo foi realizado em camundongos devido a facilidade de obtenção, estudo e análise, visto que é um animal de fácil reprodução, possuidor de genoma muito parecido com o do ser humano, de fácil domesticação e manutenção. Conclui-se que, a forma de análise da morfologia mais utilizada é a coloração dos espermatozoides com giemsa ou eosina, seguida da análise deles em microscópio. Ressalta-se a importância de serem desenvolvidos estudos acerca deste tema pois, é possível analisar a que níveis as drogas ou radiações causam má formações nos espermatozoides e amplificar esses estudos para os seres humanos. Dessa forma, podendo surgir uma possibilidade de diminuir a infertilidade em pessoas que trabalham em lugares com grandes índices de radiações ou que tenham contato com substâncias tóxicas.

RESUMO - BIOMEDICINA

INCIDÊNCIA DE INFECÇÕES FÚNGICAS INVASIVAS EM PACIENTES PÓS TRANSPLANTADOS: UMA REVISÃO DE LITERATURA.

Gabriel Acácio De Moura (gabrielacacio.ed@gmail.com)

Yasmim Mendes Rocha (yasminmendes41@gmail.com)

Iara Do Nascimento Monte (iaranmonte@gmail.com)

Bruna Kelly Da Silva Firmino (bkelly622@gmail.com)

Francisca Lariza Damacieira Moura (lariza.d.moura@gmail.com)

Cecília Rocha Da Silva (ceciliarocha86@yahoo.com.br)

Introdução: Há vários anos a possibilidade de substituir órgãos “doentes” por saudáveis impressionou a humanidade. O transplante de órgãos é uma opção de tratamento para melhorar a qualidade de vida de pessoas de qualquer idade, que apresentam doença crônica de caráter irreversível e em estágio final. No entanto, é evidente que existe uma grande quantidade de implicações relevantes devido a reações de sensibilização e imunidade dos enxertos mediados por linfócitos ou outras células mesenquimais, essas implicações são chamadas de rejeição. Com isso, métodos são utilizados para minimizar essa rejeição pós-operatória, tais como o uso de alguns medicamentos denominados imunossupressores. Com os avanços da terapia intensiva e de medicamentos imunossupressores houve uma melhora significativa na sobrevida dos aloenxertos, entretanto, as infecções oportunistas ainda são responsáveis pela alta taxa de morbimortalidade pós transplante. As infecções fúngicas invasivas por sua vez, são conhecidas como uma complicação

significativa em pacientes imunossuprimidos, particularmente portadores da síndrome da imunodeficiência adquirida / vírus da imunodeficiência humana (HIV), ou pacientes que recebem antagonistas do fator de necrose tumoral. A distribuição das infecções fúngicas endêmicas entre a população transplantada ainda não é bem conhecida, devido sua falta de notificações. Objetivo: Avaliar, através da revisão da literatura, estudos que abordaram casos de infecções fúngicas invasivas em distintos tipos de transplantes no período pós-operatório. Metodologia: Realizou-se uma revisão de literatura durante o mês de julho de 2018, usando as bases de dados PubMed, Lilacs e Scielo utilizando os descritores “post-transplantation”, “infection” e “fungal”. Como critérios de inclusão foram utilizados artigos publicados entre o período de 2013 a 2018 que abordavam a temática proposta e como critérios de exclusão, retirou-se os artigos que abordavam infecções virais ou bacterianas. Foram encontrados 89 resultados, destes, 13 foram selecionados. Resultados: Dos 13 resultados selecionados, 23,07% deles faziam referência a infecções fúngicas pós-transplante de pulmão, no qual observou-se a prevalência de *Aspergillus sp.*, *Coccidioides sp.*, e *Scedosporium apiospermum*. Em 15,38% dos resultados, pacientes apresentaram infecções fúngicas invasivas pós-transplantes de fígado onde as espécies encontradas foram *Candida albicans* e *Aspergillus sp.*. Foi verificado também em 30,76% dos pacientes pós-transplantados de células tronco hematopoiéticas, que as espécies fúngicas encontradas foram *Geotrichum capitatum*, *Coccidioides sp.* e *Aspergillus sp.*. No mesmo percentual de 7,69% dos estudos, pós-transplantados de coração e renal exibiram infecções pelas espécies de *Pneumocystis jiroveci* e *Cryptococcus neoformans*, respectivamente. Nos demais estudos 15,38% abordaram transplantes de órgãos sólidos onde a maior taxa de incidência foi a da espécie *Pneumocystis jiroveci*. Conclusão: Demonstrou-se que, através da revisão de literatura, as infecções fúngicas invasivas podem acometer os mais variados tipos de aloenxertos, uma vez que a imunidade do paciente não apresenta condições necessárias para combater uma infecção devido a terapia, dificultando assim seu tratamento. Com isso mais estudos de vigilância epidemiológica destas infecções devem ser realizados com o intuito profilático e de controle terapêutico do paciente.

RESUMO - BIOMEDICINA

INTEGRANDO O ENSINO DA PATOLOGIA A UMA NOVA METODOLOGIA ATIVA: CONSTRUINDO UM E-BOOK PARA AULAS PRÁTICAS DE PATOLOGIA.

João Victor Da Silva Bezerra (jvictordsb@gmail.com)

José Eduardo Ribeiro Honório Júnior (eduribiologo@yahoo.com.br)

No processo de ensino-aprendizagem, os métodos de ensino consistem nas atividades desempenhadas pelos docentes para se atingirem objetivos de aprendizagem previamente definidos. Dentre esses métodos, considera-se o uso de aulas práticas uma parte fundamental do ensino das ciências que, por meio o elo entre o domínio das ideias e o domínio dos objetos, propriedades e eventos observáveis, pode favorecer o aprendizado dos estudantes a respeito da ciência em si e de seus conteúdos específicos. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho foi produzir dentro das aulas práticas de patologia um livro digital (e-book de práticas) para melhorar o acesso do conhecimento das práticas e ajudar no desenvolvimento do aluno no conhecimento patológico, possibilitando um maior rendimento e contribuição no processo de aprendizagem. O trabalho teve início com a seleção do

conteúdo das aulas práticas ministradas pelo professor Dr^o José Eduardo Ribeiro Honório Júnior do Curso de Biomedicina da Unichristus. Foi realizada uma busca nos bancos de dados da Scielo e PUBMED sobre os conteúdos ministrados de patologia, selecionando artigos e livros on-line dos últimos 5 anos. Na sequência foram realizadas fotografias de todas as lâminas da disciplina, no microscópio medlux associado ao computador e selecionado as

melhores imagens para essa produção. Para a criação do e-book foi usado a uma ferramenta de conteúdos

gráficos denominado de canva, que coloca em seu ecrã as ferramentas de que realmente necessita-se para produzir conteúdo atrativos e cativantes que prendam a atenção e interesse do leitor. Os resultados obtidos durante o trabalho foram a criação de um e-book, uma espécie de livro digital que propiciou uma aprendizagem

mais significativa auxiliando no entendimento e na relação entre as aulas teóricas e práticas, guiando o aluno nas aulas práticas e na identificação de lâminas e suas respectivas patologias, saindo do processo tradicional para o conhecimento construído através de recursos tecnológicos atuais. Portanto, o livro digital proporcionou um auxílio para as aulas práticas no ensino a distância, formou um material atualizado e ajudou no desenvolvimento de uma ferramenta pedagógica para melhor o processo de aprendizagem do ensino de patologia.

RESUMO - BIOMEDICINA

INVESTIGAÇÃO DO POTENCIAL DA QUERCETINA PARA O TRATAMENTO DA DOENÇA DE ALZHEIMER – ENFOQUE NOS ENSAIOS PRÉ-CLÍNICOS

Yasmim Mendes Rocha (yasminmendes41@gmail.com)

Iara Do Nascimento Monte (iaranmonte@gmail.com)

Bruna Kelly Da Silva Firmino (bkelly622@gmail.com)

Gabriel Acácio De Moura (gabrielacacio.ed@gmail.com)

Wildson Max Barbosa Da Silva (wmaxbs@hotmail.com)

Carolina Melo De Souza (carolbio31@gmail.com)

A doença de Alzheimer (DA) representa a forma mais comum de demência. Demência é uma síndrome em que há deterioração na memória, no pensamento, no comportamento e a na capacidade de realizar atividades diárias, embora essa síndrome afeta principalmente pessoas idosas. A DA é uma doença neurodegenerativa, progressiva e irreversível. Os flavonóides são caracterizados como compostos bioativos polifenólicos encontrados em frutas e vegetais e com efeitos neuroprotetores devido às suas atividades antioxidante e anti-inflamatória. O flavonóide quercetina possui atividades antioxidantes, anti-inflamatórias, antimicrobianas, antivirais, anticancerígenas, anti-obesidade, hepatoprotetoras e neuroprotetoras. Diante disso, o objetivo deste trabalho foi avaliar, através da revisão da literatura, o potencial neuroprotetor da quercetina isolada na Doença de Alzheimer com enfoque em ensaios pré-clínicos. Em janeiro de 2018 foi realizado uma pesquisa nos bancos de dados do PubMed e

LILACS onde foram selecionados onze estudos, destes cinco utilizavam modelos in vitro e seis modelos in vivo. Nos ensaios in vitro, a quercetina mostrou seu potencial antioxidante por restabelecer os níveis de EROs e aumentar a viabilidade celular das células expostas a diferentes indutores, no entanto, se mostrou tóxica em dosagens acima de 40 μ M. Nos estudos in vivo, animais transgênicos apresentaram melhorias nos déficits cognitivos quando tratados com quercetina, sendo este flavonoide até mesmo mais eficaz no tratamento desses animais do que o donepezil. Em modelos de DA utilizando animais não transgênicos, o flavonóide também se mostrou eficaz por promover reversão da apoptose, manutenção da integridade vascular, diminuição da disfunção mitocondrial e do acúmulo de EROs. No modelo de DA em *Drosophila*, a quercetina foi responsável por restabelecer os níveis de expressão de genes relacionados ao controle do ciclo celular. Portanto, a quercetina representa potencial para o tratamento da DA e ensaios clínicos para avaliação de sua eficácia devem ser realizados.

RESUMO - BIOMEDICINA

METODOLOGIAS ATIVAS COMO FERRAMENTA FACILITADORA DA APRENDIZAGEM: O DESENVOLVIMENTO DE UM JOGO DE TRUNFO DO SISTEMA ENDÓCRINO.

Kamila Cristhine Bede Camilo (milabd@icloud.com)

Ana Beatriz Feijão De Lima (anabeatrizflima@hotmail.com)

Gersilene Valente De Oliveira (gersyvalente@yahoo.com.br)

Fernanda Yvelize Ramos De Araújo (fernandayvelize@hotmail.com)

O conteúdo sobre Sistema Endócrino é bastante complexo, é sabido que existem, aproximadamente, 15 ou mais, hormônios que são estudados no módulo de Fisiologia. Para tanto, escolhemos a metodologia da aprendizagem ativa como ferramenta para auxiliar o estudo desse sistema, visto que, a proposta dessa metodologia é de que o aluno deixe de ser um agente passivo e passe a ser um membro ativo na construção do saber. O nosso projeto consiste na construção de um jogo de cartas baseado no jogo Trunfo, no qual os alunos irão aprender nomes, funções e curiosidades gerais sobre os hormônios desse Sistema. Cada carta consiste em um hormônio diferente e seus critérios de pontuação foram divididos em quatro tópicos: Idade, receptor, sexo e ação terapêutica. Na definição dos valores decidimos atribuir pontuações associadas aos fatores que alteram o comportamento dos hormônios no organismo. Quanto à idade: Soma-se 25 pontos para cada fase da vida, é sabido que existem quatro: criança, jovem, adulto e idoso. Quanto ao Receptor: São os números de sistemas influenciados por aquele hormônio;

para cada sistema, soma-se 10 a pontuação. Quanto ao Sexo: Como 100 é nossa pontuação máxima, dividimo-la em dois. Ação terapêutica: Avalia a ação farmacológica dos hormônios dentro do organismo. Dividimos em três esferas: de pouca utilização (+), de média utilização (++), de alta utilização (+++). A metodologia do jogo: Preparação: as cartas são distribuídas em número igual para cada um dos jogadores. Cada jogador formará um monte com as cartas recebidas e, só poderá ver a carta de cima. Como jogar: o primeiro jogador deve escolher, dentre as informações contidas em sua carta, aquela que ele julga ser capaz de superar as cartas que se encontram nas mãos de seus adversários. Por exemplo: o critério é o de Ação Terapêutica, o jogador o mencionará em voz alta e o abaixará a carta na mesa. Imediatamente, todos os outros jogadores deverão abaixar a primeira carta de suas pilhas sem esquecer-se de conferir os valores nela escrita. Quem tiver o valor mais alto, ganha a rodada e poderá pegar as cartas de seus oponentes e adiciona-las em sua própria pilha. O próximo a jogar será aquele que venceu a rodada anterior. Assim prosseguirá o jogo até que um dos participantes fique com todas as cartas, vencendo assim a partida. Critério de desempate: se dois ou mais jogadores abaixarem as cartas com o mesmo valor, no critério escolhido naquela rodada, os demais participantes deixarão suas cartas na mesa e os que empatarem decidirá a vitória. Para isso, aquele que acertar mais sistemas influenciados pelo hormônio escrito na carta que o distribuidor da rodada escolher, vencerá. O distribuidor da rodada deve escolher uma carta aleatória em sua pilha. Carta TRUNFO: a carta TRUNFO é embaralhada com as demais. Seus dados técnicos superam todos os dados critérios das outras cartas. A chance de vencer é maior. O jogo será disponibilizado para que outras turmas possam utilizar na facilitação da aprendizagem.

RESUMO - BIOMEDICINA

MÉTODOS ALTERNATIVOS PARA AVALIAÇÃO DA PATOGENICIDADE E VIRULÊNCIA DE FUNGOS

André Luis Almeida Alves Filho (andreluizalmeidaaa2@gmail.com)

Antonio José De Jesus Evangelista (coordbiomedicina04@unichristus.edu.br)

Atualmente, as infecções fúngicas estão se tornando uma das principais causas de mortalidade, devido a isso houve o aumento nas pesquisas voltadas para micologia, sendo utilizados modelos murinos, pois os mesmos podem não oferecer tantos benefícios como animais alternativos poderiam proporcionar. Dentre os principais modelos alternativos utilizados, destacam-se: *Drosophila melanogaster*, *Caenorhabditis elegans*, *Galleria mellonella* e *Tenebrio molitor*, os quais podem propiciar resultados semelhantes ou até melhores quando comparados com os animais de experimentação clássica. Elencar acerca dos principais métodos alternativos utilizados para avaliação da patogenicidade e virulência de fungos. Foi realizada uma revisão de literatura, utilizando a base de dados PubMed. Foram utilizados os seguintes descritores: “invertebrate”, “fungal infection” e “model host”, resultando em 37 artigos. Adotou-se os seguintes critérios de inclusão: trabalhos completos disponíveis gratuitamente, publicados entre 2014 e 2018. Como critérios de exclusão: trabalhos que não abordavam o tema modelos de experimentação com invertebrados; estudos que não envolviam micologia; Como resultado, foram escolhidos oito artigos a serem analisados. Alguns dos principais benefícios da experimentação animal alternativa é a facilidade que os invertebrados podem ser mantidos, devido ao seu pequeno porte, seu ciclo de vida relativamente rápido, possibilitando

estudos em larga escala, além de não necessitar da submissão da pesquisa ao Comitê de Ética para Uso de Animais (CEUA). Além disso, dependendo da espécie analisada, a resposta imune para alguns fungos podem ser semelhantes ao do humano, possibilitando um possível estudo relacionado a antifúngicos, buscando novos tratamentos. Entretanto, nem todas as espécies analisadas podem oferecer resultados positivos, quando abordam sistemas que são inexistentes ou incompatíveis com o humano, como pesquisas envolvendo o sistema respiratório. Portanto, conclui-se que a utilização de invertebrados torna-se muito viável comparado aos modelos clássicos voltados para pesquisas micológicas.

RESUMO - BIOMEDICINA

MINI ATLAS PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ESTRUTURAS MORFOLÓGICAS ANATÔMICAS DO SISTEMA ÓSSEO AXILAR E APENDICULAR: TEÓRICO E PRÁTICO

Ana Alice Sales Da Silva (alice.sales@outlook.com.br)

Fernanda Yvelize Ramos De Araújo (fernandayvelize@hotmail.com)

Gersilene Valente De Oliveira (gersyvalente@yahoo.com.br)

A disciplina de anatomia humana é considerada uma disciplina básica, visto que é aplicada no primeiro semestre do curso de biomedicina e diversas áreas da saúde a mesma contribui na formação acadêmica dos alunos e de disciplinas clínicas que contempla o curso. Nela, são abordados diversos assuntos relacionados ao corpo humano. O objetivo da monitoria de anatomia foi utilizar metodologias que facilitasse na aprendizagem dos discente do curso de biomedicina. Para melhor aprendizagem dos alunos do curso de biomedicina foram utilizadas metodologias de ensino e aprendizagem em dois dias por semanas, quintas-feiras e sextas –feiras, durante um ano. No primeiro dia eram utilizadas aulas expositiva com identificação das estruturas morfológicas anatômicas em laboratório de anatomia, período 15:00 às 17:00. No segundo dia foram realizados plantão tira dúvidas através de exercícios voltado para temática abordada no dia anterior. As atividades de monitoria foram realizadas no período vigente de 2017.2 à 2018.1, na sede Benfica, UNICHRISTUS. Durante o período da monitoria de anatomia foi realizada uma produção técnica, o mini atlas sobre um dos sistemas vistos na disciplina, o sistema esquelético axilar e apendicular, para auxiliar na aprendizagem do

aluno do curso de biomedicina. Nesse mini atlas, consta uma introdução com os principais aspectos do sistema que foi abordando as funções, tipos, classificações e identificação morfológicas anatômicas do sistema axilar e apendicular. Na divisão do sistema esquelético foram expostas imagens dos ossos, para os alunos escreverem cada estrutura e, com isso, fazer com que eles aprendam e fixem o conteúdo. O mini atlas dispõe de questões para avaliar o nível de conhecimento, auxiliando até mesmo ao professor, para saber o quão os alunos estão aprendendo e absorvendo as informações de conteúdos da disciplina de anatomia. Contudo, essa produção técnica contribuirá na vida acadêmica de estudantes de primeiro semestre do curso de biomedicina atendendo as necessidades didáticas atreladas ao conhecimento, com abordagem educacional, visando torná-los, no futuro, excelentes alunos nas disciplinas clinica que contemplam o curso de biomedicina.

RESUMO - BIOMEDICINA

O USO DE LINHAGENS LEUCÊMICAS E SUA IMPORTÂNCIA NA ONCOLOGIA EXPERIMENTAL

Lívia De Oliveira Sales (liviaosales@outlook.com)

Caroline Aquino Moreira Nunes (carolfam@gmail.com)

A leucemia mielóide crônica (LMC) é caracterizada por uma desordem mieloproliferativa, na qual as células progenitoras hematopoiéticas são acometidas por uma mutação adquirida, através de uma translocação recíproca e balanceada entre os braços longos dos cromossomos 9 e 22, $t(9;22)q(34;q11)$, levando a expressão do gene híbrido BCR-ABL, que produz uma proteína de fusão oncogênica com atividade construtiva da tirosina quinase, envolvida em 95% dos casos de LMC. Então, com o reconhecimento dessa proteína, houve um aprimoramento tanto no diagnóstico da doença, quanto no desenvolvimento de novas terapias direcionadas a esse alvo específico. O Mesilato de Imatinibe (IM) é o tratamento de primeira linha da LMC, que embora apresente uma melhora na sobrevida, cerca de 15-20% dos pacientes ainda são refratários a esse fármaco, trazendo a necessidade do desenvolvimento de compostos mais eficazes contra as formas mutadas/resistentes do BCR-ABL. Diante disso, o estudo dessa resistência quimioterápica na oncologia experimental, a partir das linhagens leucêmicas é de suma importância nas pesquisas relacionadas ao desenvolvimento de novos fármacos antineoplásicos. O objetivo deste trabalho é apresentar através de dados da literatura as principais linhagens leucêmicas e sua importância na oncologia experimental. Para a construção deste artigo foram utilizadas buscas

no banco de dados PubMed contendo os seguintes descritores: Leukemia Cell Lines, Experimental Oncology e Chronic Myeloid Leukemia. Um total de 23 artigos foram utilizados para o levantamento bibliográfico e, dentre esses, 8 foram apresentados como os mais relevantes na criação do projeto. Foram possíveis identificar duas linhas celulares MDR (resistência a múltiplas drogas), ambas derivadas da mesma célula parental K562, que é o protótipo de célula humana da linhagem LMC, derivada de um derrame pleural de um paciente em crise blástica. A partir desta, as linhagens celulares com fenótipo MDR foram produzidas pela técnica de seleção usando aumentos graduais de um determinado fármaco. Elaboradas através da exposição a doses crescentes de Vincristina (VCR) e Daunorrubicina (DNR), designadas Lucena-1 e FEPS, respectivamente. A última, apresenta um nível de resistência maior que a primeira, devido a hiperexpressão das proteínas Pgp (ABCB1) e MRP1 (ABCC1), envolvidas no mecanismo de efluxo do quimioterápico, o que a torna mais resistente a VCR, DNR e IM. No entanto, as três linhagens não apresentam diferenças com relação a expressão das proteínas anti-apoptóticas Bcl-2 e p53. O desenvolvimento de linhagens leucêmicas com padrão de resistência a diversos quimioterápicos na oncologia experimental se mostra como uma ferramenta indispensável, pois permitem o estudo de várias particularidades relacionadas ao desenvolvimento, diferenciação e suscetibilidade ao tratamento de células tumorais, incluindo o surgimento de resistência e a relação entre os diversos mecanismos envolvidos nesse processo. Sendo assim, além de contribuir na identificação de alvos e estratégias capazes de afetar o desenvolvimento de novas drogas quimioterápicas, essas linhagens podem auxiliar na escolha de terapias mais eficiente aos pacientes.

RESUMO - BIOMEDICINA

O USO DO CANABIDIOL NO TRATAMENTO DA DOENÇA DE ALZHEIMER

Dara Da Silva Mesquita (daramesq@gmail.com)

Jéssica Rodrigues De Moraes Barriga (jessicamoraes.b@outlook.com)

José Eduardo Ribeiro Honório Júnior (eduribiologo@yahoo.com.br)

O Mal de Alzheimer é uma doença neurodegenerativa e neurológica que prejudica a memória, a cognição e as habilidades motoras dos portadores progressivamente. O tratamento alivia os sintomas da doença sem prevenir a progressão da doença, apesar desses medicamentos apresentarem efeitos adversos e ter custo elevado, destacando a necessidade de novas alternativas terapêuticas. Dentre os 400 compostos presentes na Cannabis sativa, 66 são canabinóides, destacando-se o Delta 9-tetraidrocanabinol (Δ^9 -THC), responsável pelos efeitos psicóticos, e o Canabidiol (CBD), principal componente não psicoativo. Inúmeras ações terapêuticas do CBD foram comprovadas com estudos clínicos sobre os efeitos benéficos em doenças psiquiátricas, principalmente pelo seu efeito anticonvulsivante utilizado para o tratamento de epilepsia e por pacientes em quimioterapia minimizando os efeitos colaterais do tratamento. Outras ações terapêuticas também foram descritas na literatura, como atividade neuroprotetora, anti-inflamatória e antioxidante, como também como um possível tratamento de distúrbios neurodegenerativos. O objetivo deste trabalho foi levantar produções científicas em relação ao Canabidiol e a doença de Alzheimer no período de 2014 a 2018. A metodologia consistiu em uma revisão integrativa nos periódicos PUBmed e BVsalud utilizando as palavras "Alzheimer" e "Canabidiol" no período de 2014 a

2018. Quanto aos resultados, foram encontrados quinze artigos científicos que abordavam o uso do canabidiol na doença Alzheimer. Os estudos in vitro e in vivo comprovam que o canabidiol e o canabidiol associado ao Δ^9 -THC tem potencial terapêutico para aliviar os sintomas e/ou prevenir a progressão da doença, tais como na melhora da cognição e comportamento, recuperação de memórias e neuroproteção. No entanto, mais pesquisas e estudos clínicos são necessários para explorar todo o seu potencial terapêutico.

RESUMO - BIOMEDICINA

PARÂMETROS UTILIZADOS PARA ANÁLISE SEMINAL EM CAMUNDONGOS

Linda Mayra Souza De Lima (linda.mayra.sdl@hotmail.com)

Beatriz Ferro (beatrizferroarb@outlook.com)

Yasmim Othon Sidou Melo (yasmimosmelo@hotmail.com)

Paula Bruno Monteiro (paulabrmonteiro@gmail.com)

José Eduardo Ribeiro Honório Júnior (eduribiologo@yahoo.com.br)

Diversos métodos são utilizados para análise seminal com o intuito de analisar patologias associadas ao sistema reprodutor, porém não existe atualmente um consenso na literatura da padronização de parâmetros para a avaliação de sêmen de camundongos. O conhecimento destes parâmetros é importante na avaliação e observação de espermatozoides em pesquisas envolvendo camundongos, pois o modelo animal é uma ferramenta amplamente utilizada no meio científico. Com base nas informações atuais sobre os vários métodos utilizados para análise seminal, onde cada estudo utiliza um parâmetro diferente, este trabalho tem como objetivo coletar quais são os parâmetros que podem ser utilizados para a análise seminal em camundongos. Foi realizada uma revisão bibliográfica nas bases de dados da SCIELO, PUBMED e PUBVET, anos 2010 até anos 2018, utilizando para a pesquisa as seguintes palavras chaves: espermatozoide, análise, seminal, camundongos e parâmetros. Foram encontrados e analisados 6 artigos, tanto em inglês como em português. Na literatura pesquisada os camundongos (*Mus musculus*) mais

utilizados foram das espécies: C57BL, SWISS-ALBINO, WYDETYPE e NMRI. A média de idade dos camundongos usados nos estudos foi de 1 a 12 semanas. Os critérios utilizados para análise seminal encontrados foram: motilidade, concentração, morfologia, viabilidade, vigor e integridade do DNA, podendo estes serem realizados por métodos manuais ou automáticos. Dos 6 artigos encontrados observou-se que todos analisaram a motilidade espermática, 4 analisaram concentração, 3 analisaram integridade do DNA, 2 analisaram morfologia, 1 analisou vigor e 1 analisou viabilidade. Conclui-se que os principais critérios utilizados são motilidade, concentração e integridade do DNA, dessa forma estes parâmetros demonstram ser uma forma eficaz de análise espermática e podem vir a ser utilizados em trabalhos e artigos, sendo assim uma forma de facilitar as pesquisas e controles de qualidade de análise seminal de camundongos.

RESUMO - BIOMEDICINA

POTENCIAL ANTIOXIDANTE DO ÁCIDO GÁLICO E SEUS EFEITOS FISIOLÓGICOS.

Anna Karolyna Da Costa Machado (annakcm1.8@gmail.com)

Leticia Lima De Vasconcelos (vasconcelosleticia2402@gmail.com)

Letícia Araújo Lino (leticiaaraujolino@gmail.com)

Claudia Roberta De Andrade (claudiarandrade@gmail.com)

O ácido gálico (AG), um metabólito do propil galato, é um dos principais compostos fenólicos, que pode ser encontrado em diversas frutas, verduras e em produtos derivados, em que apresentam uma grande variedade de benefícios para o organismo humano ao reagirem com certas substâncias como, por exemplo, os quelantes. O objetivo do presente estudo é analisar as possíveis funções fisiológicas do AG, que o torna um importante composto para o tratamento de doença. Para isso foram realizadas pesquisas bibliográficas de trabalhos usando as base de dados NCBI, Scielo e Ágora. Estudos revelam que o AG possui potencial antioxidante e entre as razões pelas quais se justificam tais funções, pode-se citar a sua atuação como inibidor da peroxidação lipídica, impedindo a depleção de adenosina trifosfato, gerada por meio da respiração celular, em razão de danos à enzimas mitocondriais. Ademais, o AG possui ação cardioprotetora, por meio da preservação da integridade da membrana cardíaca, melhorando a contratilidade, podendo reduzindo em até 50% os danos gerados por infartos, sendo também considerado um anti-hipertensivo e protetor contra doenças ateroscleróticas.

Além disso, o AG possui funções preventivas contra doenças neurodegenerativas, anticancerígenas, antiangiogênicas e alguns dos seus derivados sintéticos possuem atividades antitumorais e antimetastáticas. Outros estudos realizados em espécie de roedor, foram capazes de comprovar a eficácia do ácido gálico como protetor contra toxicidades induzidas por chumbo no sangue, fígado e rins. A partir da literatura avaliada, pode-se concluir que o AG, além de ser um composto de fácil acessibilidade para a população, ainda possui a capacidade de gerar inúmeros fatores positivos e potencialmente eficazes para a propagação da saúde e melhorias de vida para os seres humanos.

RESUMO - BIOMEDICINA

PRODUÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO DIGITAL ACERCA DA DISCIPLINA DE UROANÁLISE

Natália De Lima Faustino (nnescau12@gmail.com)

Amanda Araújo De Miranda Leão (amanda.araujoleao@hotmail.com)

Nayara Santos De Oliveira (nayarasantos@gmail.com)

A instauração das mídias digitais facilitou a acessibilidade de informações, tornando-se um recurso inovador, dinâmico e eficiente no processo educativo. Neste cenário, é possível observar que o avanço das ferramentas tecnológicas – aplicativos para dispositivos móveis, websites e os livros eletrônicos – tem contribuído na educação de jovens estudantes, visto que possibilitaram a interação digital dos discentes, facilitando o processo de aprendizagem. Os livros eletrônicos, também conhecidos como e-books, têm obtido destaque uma vez que apresentam vantagens no método de ensino-aprendizagem, devido à integração de diferentes mídias, como o texto, áudio, imagens e vídeos. Além disso, a facilidade de acesso e a gratuidade de diversos títulos torna o e-book um excelente recurso didático. O presente trabalho teve como objetivo desenvolver um livro digital a fim de divulgar informações, bem como auxiliar nos estudos da matéria ministrada durante a disciplina de uroanálise e fluídos corporais. O livro digital foi desenvolvido durante a monitoria da disciplina, que integra a matriz curricular do 6º período do curso de Biomedicina do Centro Universitário Christus (Unichristus). O e-book explana, sobre o sistema urinário, mas também apresenta alguns exames coprológicos. Os dois primeiros capítulos discorrem acerca da anatomia e da fisiologia renal, respectivamente.

Esses capítulos são introdutórios e concedem uma visão geral sobre o sistema renal. O terceiro capítulo refere-se ao teste de avaliação da função renal, assim como apresenta os principais biomarcadores utilizados na rotina clínica. Os três capítulos seguintes são relativos ao sumário de urina, portanto, fornecem informações a respeito da análise física, química e sedimentoscópica da urina.

Na última seção do livro estão presentes alguns testes fecais (pesquisa de sangue oculto, pesquisa de substância redutora, pesquisa de gordura e leucócitos fecais) realizados em laboratórios clínicos. O livro eletrônico foi elaborado para servir como um material de estudo complementar, dessa forma a abordagem dos temas foi realizado de forma simples e objetiva, para facilitar o processo de aprendizagem foram incluídas ilustrações e esquemas para reforçar e consolidar os conceitos apresentados em sala de aula. Portanto, tendo em vista a dificuldade de se encontrar livros atuais sobre o assunto, a criação do e-book se mostrou eficiente na popularização de um conteúdo atualizado. Além disso, facilitou o acesso dos educandos à informação, logo, apresenta-se como uma nova metodologia de ensino.

RESUMO - BIOMEDICINA

RELAXAMENTO ENDOTÉLIO DEPENDENTE INDUZIDO POR ÁCIDO GÁLICO

Leticia Lima De Vasconcelos (vasconcelosleticia2402@gmail.com)

Anna Karolyna Da Costa Machado (annakcm1.8@gmail.com)

Letícia Araújo Lino (leticiaaraujolino@gmail.com)

Claudia Roberta De Andrade (claudiarandrade@gmail.com)

O endotélio vascular possui funções importantes, como a manutenção do tônus e homeostase vascular. Muitos estudos têm mostrado que o fluxo sanguíneo laminar e o shear stress são responsáveis por desencadear uma cascata de eventos, incluindo a produção de óxido nítrico (NO), um importante vasodilatador. O objetivo desse trabalho é analisar o efeito antioxidante do ácido gálico em relação a vasodilatação dependente do endotélio, e sua influência sobre o NO. Sabe-se que quando o endotélio sofre lesão, suas funções são alteradas e conseqüentemente, a vasodilatação dependente do endotélio é comprometida devido, em parte, à redução na produção de NO, fazendo com que o resultado final seja a vasoconstrição aumentada. Nesse contexto, há evidências de que o ácido gálico, importante fenólico que pode ser encontrado em plantas, apresenta conhecida propriedade antioxidante e de proteção cardiovascular. Em uma pesquisa feita com ratos diabéticos, foi mostrado que o ácido gálico possui capacidade de neutralizar espécies reativas de oxigênio (ROS) e inibir peroxidação lipídica, diminuindo, assim, os riscos de doenças que envolvam lesão endotelial. Além disso, observou-se seu efeito de

redução da glicemia, uma vez que ele consegue retirar o excesso de glicose do sangue e aumentar a quantidade de insulina no plasma. Em uma análise em relação a disfunções cardíacas, o ácido gálico revelou induzir uma melhora no status antioxidante e proteger a membrana do coração e do lisossoma da ação de ROS induzida por isoproterenol em ratos. Adicionalmente, o ácido gálico estimulou a expressão de enzima Oxido Nítrico Sintase, em sua isoforma encontrada no endotélio (eNOS), e modulou a vasoconstrição endotélio dependente, uma vez que essa enzima possui um papel antiinflamatório e pode proteger a célula de lesões ocorridas por isquemia ou reperfusão, conseqüentemente, aumentando a produção de NO. Mostrou-se também que, algumas vezes, aumentando a dosagem de ácido gálico utilizada, o sistema antioxidante fica mais potente e previne a produção de espécies reativas de oxigênio, por outro lado, foi observado que o incremento dessa substância também pode trazer efeitos opostos causando a sobrecarga cardíaca. Outra avaliação realizada com uma fruta chamada Murtilla, típica do Chile, que possui o ácido gálico como um dos constituintes majoritários, teve resultado positivo em relação a atividade antioxidante e apresentou redução na concentração de ânions superóxidos intracelulares, substância essa que causa danos as células. Ademais, uma análise feita com o ácido gálico isolado reduziu a pressão arterial de ratos espontaneamente hipertensos, provavelmente por atuar como inibidor da enzima formadora de angiotensina I (ECA). Assim, o estudo mais aprofundado sobre o Ácido gálico e seus efeitos relacionados aos eventos vasculares são importantes para auxiliar no entendimento sobre a atividade desse composto no tratamento de algumas patologias.

RESUMO - BIOMEDICINA

RELEVÂNCIA DA APLICAÇÃO DE QUESTIONÁRIOS COMO METODOLOGIA DE ENSINO ALTERNATIVA AO PROGRAMA DE MONITORIA

Paula Roberta De Lima (paulalimabiomed@gmail.com)

Paula Bruno Monteiro (paulabrmonteiro@gmail.com)

O programa de monitoria representa uma metodologia complementar que visa tanto à formação acadêmica dos alunos em graduação, como o desenvolvimento e aperfeiçoamento de habilidades do monitor. Essa complementaridade ocorre de maneira extraclasse, a fim de sanar as dificuldades que os alunos encontram em sala e que muitas vezes não é possível ser tratada com o professor. No entanto, nem sempre é possível aos alunos comparecer aos encontros devido à rotina acadêmica, o que torna o acesso à monitoria inviável. Isso leva a necessidade de adaptação da metodologia usada pelo programa para que ainda assim ampare os alunos. Uma das possíveis metodologias é o uso de estudos dirigidos, levando em consideração o extenso conteúdo e carga horária da disciplina. Diante desse contexto, a presente pesquisa tem por objetivo estimar a relevância dos estudos dirigidos disponibilizados aos alunos durante o período de 2017.2 a 2018.1 do programa de monitoria referente à cadeira de Imunologia clínica cursada no 5º período do curso de biomedicina. Inicialmente foi realizada a elaboração dos estudos abordando os temas ministrados em sala de aula, com as informações de maior relevância e que iriam auxiliar os alunos a contemplar o conteúdo. A elaboração ocorreu durante todo o período de um ano e foram

repassados por email tanto para os alunos como para a orientadora. O questionário quanto à relevância dos estudos foi aplicado juntamente à última avaliação semestral da disciplina. A pesquisa foi aplicada ao total de 32 (100%) alunos. Ao serem questionados quanto ao acesso e conectividade da monitoria com os assuntos 17 (53,12%) relataram ter um bom acesso, 8 (25%) relataram muito bom, 5 (15,62%) um acesso ruim e por fim 2 (13,33%) não responderam. Quanto à qualidade dos estudos 17 (53,12%) alunos julgaram bom e 15 (46,87%) muito bom. A aplicação dos estudos foi vista como um auxílio positivo para 29 (90,6%) alunos e como negativo para 3 (9,37%). Por fim, a visão quanto a monitoria como uma ferramenta necessária para disciplina foi vista como positiva por 30 (93,75%) alunos e negativa para 2 (6,25%). Dessa forma, por meio da análise e interpretação dos resultados, pode ser concluído que os questionários aplicados como metodologia alternativa ao programa de monitoria foram vistos e avaliados com uma relevância positiva pelos alunos.

RESUMO - BIOMEDICINA

REVISÃO DE LITERATURA DO USO DE TESTOSTERONA COMO ANTICONCEPCIONAL HORMONAL MASCULINO.

Larissa Sousa Ribeiro (larissa-sousa95@hotmail.com)

Vitória Taiana De Melo Lima Albuquerque (vitoriataiana@gmail.com)

Paula Bruno Monteiro (paulabrmonteiro@gmail.com)

Atualmente estão disponíveis, comercialmente, muitos métodos contraceptivos femininos. Para os homens esses métodos são mais escassos e por muitas vezes ficando restrito apenas ao uso da camisinha. Com isso, vem se buscando novos métodos que sejam mais eficientes e de fácil aceitabilidade. Um dos maiores desafios dos estudos com enfoque no sexo masculino é suprimir consideravelmente a espermatogênese de maneira reversível para fornecer uma contracepção efetiva. O presente trabalho teve como objetivo, avaliar através de revisão de literatura, a eficácia do uso da testosterona associada a progestina como anticoncepcional hormonal masculino. Alguns anticoncepcionais hormonais masculinos reversíveis foram testados em ensaios clínicos, aplicando testosterona isolada ou a testosterona associada com progestina, para suprimir a secreção de gonadotrofinas. A diminuição das gonadotrofinas causa a supressão das concentrações de testosterona intratesticular. A combinação da redução dos níveis de testosterona intratesticular e do hormônio folículo-estimulante(FSH) suprime acentuadamente a espermatogênese. Foi realizado uma busca no banco de dados Pubmed, utilizando os seguintes descritores: “man”, “contraception” e “hormonal”. Foram utilizados como critérios de inclusão, os artigos disponíveis

completos de ensaios clínicos em inglês que avaliaram uso da Testosterona associado a Progestina como um possível anticoncepcional hormonal masculino, do ano de 2008 até 2018. A partir da busca, foram obtidos como resultado 13 artigos, e dos artigos encontrados 7 foram excluídos por não referir-se ao uso da Testosterona associado a Progestina como um contraceptivo masculino. Dos 6 artigos analisados, todos os estudos foram realizados em humanos, onde 4 estudos relataram que o uso da testosterona associada a progestina, resultou na suspensão completa da espermatogênese, ou seja, não houve produção de espermatozóide; um trabalho teve diminuição de 96% da espermatogênese; em um outro trabalho foi observado que houve diminuição de 88,5% do número de espermatozoides dos homens e em 11,5% não diminuiu. Dessa forma o uso da Testosterona associada a Progestina ocasiona a supressão da espermatogênese na maioria dos homens, ocorrendo a diminuição do número de espermatozoides, sendo assim, um possível anticoncepcional hormonal masculino. É necessário a realização de mais estudos para definir dosagens e protocolos de eficácia.

RESUMO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANÁLISE DO POTENCIAL DO ATIVO PARA GERAÇÃO DE RIQUEZA (PAGR) DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA) COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DAS EMPRESAS DO SETOR ELÉTRICO.

Andre William Assunção Silva (andrewilliam86141486@hotmail.com)

Ana Paula Oliveira De Melo (apaula.melo@yahoo.com)

Camilla Cruz De Carvalho (camillacruzuni@gmail.com)

Prof.º Esp. Cleinilton Medeiros (prof.camedeiros@gmail.com)

Maely Barreto Borges (maelybs@gmail.com)

Este artigo tem como objetivo analisar o reflexo do PAGR da Demonstração do Valor Adicionado na gestão das empresas do setor elétrico listadas no Novo Mercado da B3 no período de 2015 a 2017 e responder o seguinte problema: Qual o reflexo do PAGR da Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de gestão das empresas do setor elétrico listadas no Novo Mercado da B3 no período de 2015 a 2017? Os objetivos da pesquisa são: analisar, evidenciar, demonstrar e verificar o reflexo do PAGR da Demonstração do Valor Adicionado como instrumento de gestão das empresas do setor elétrico listadas no Novo Mercado da B3 no período de 2015 a 2017. Este trabalho tornou-se relevante pela visibilidade que a DVA passou a ter a partir de 2008 com a obrigatoriedade de sua publicação pelas companhias de capital aberto tornando evidente a sua importância para uma boa gestão da organização auxiliando-a na tomada de decisão. A pesquisa caracteriza-se em qualitativa com foco em análise documental. Fez-se inicialmente a coleta de

dados retirados da DVA e do Balanço Patrimonial das empresas estudadas. Constatou-se ao longo da pesquisa que, a Demonstração do Valor Adicionado é um relatório contábil importante, não só para evidenciar a Riqueza Gerada pela empresa em um determinado período, mas por auxiliar no Controle Gerencial desta e que para se chegar a um resultado efetivo faz-se necessário a análise deste junto a outros relatórios contábeis, como o Balanço Patrimonial e a DRE. Os resultados do estudo indicaram que a empresa que mais se destacou ao longo dos anos foi a Eletropaulo possuindo os maiores índices de PAGR.

RESUMO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS

MODELO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO: UMA DISCUSSÃO SOBRE A APLICABILIDADE EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Izabella Serafim Lins (izabellaserafim@gmail.com)

Larissa Ingrid Da Silva Fernandes (larafernandes.lf12@gmail.com)

Maely Barreto Borges (maelybs@gmail.com)

As micro e pequenas empresas são responsáveis por 52% da empregabilidade dos brasileiros, e tem grande contribuição com a empregabilidade da população produtiva do país. Porém a gestão dessas empresas não atinge níveis excelentes. Isto se dá pela combinação de diversos fatores que levam as empresas a serem geridas sem o cuidado devido. No Brasil é expressiva a representatividade das micro e pequenas empresas. Atualmente, no Brasil, são responsáveis por 27% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional e abarcam 40% da massa salarial da população empregada no país. O setor tem sua importância por ser responsável pela capacidade de geração de empregos, absorvendo a mão de obra de quem tem dificuldade para ingressar no mercado de trabalho como os jovens sem experiência. Porém, a maior parte das micro e pequenas empresas tem dificuldade de sobreviver nos primeiros anos de vida. Este artigo se propões a discutir a possibilidade de aplicação do Modelo de Excelência em Gestão (MEG) à micro e pequenas empresas, com as adaptações necessárias à sua realidade. O MEG é uma ferramenta disponível a todas as empresas e controlada pela Fundação Nacional de Qualidade (FNQ) e sofreu adaptação em 2016 para que pudesse se adequar melhor à realidade das empresas. Este artigo se caracteriza como um ensaio teórico que discute

os pormenores da adaptação do modelo MEG à realidade das micro e pequenas empresas brasileiras. Os resultados apontam que as micro e pequenas empresas tem interesse voltados para liderança, pessoas, processos e clientes, e que o modelo pode ser adaptado para auxiliar no aperfeiçoamento da gestão da micro e pequenas empresas.

RESUMO - ENFERMAGEM

A CORRELAÇÃO DAS DOENÇAS INFECCIOSAS COM A SURDEZ CONGÊNITA

Andréa Cintia Laurindo Porto (andrea.cintialp@gmail.com)

Renan Da Rocha Lira (renazin.rocha@gmail.com)

Sandra Gomes De Oliveira (sandragfono@gmail.com)

Ana Gabrielle Pereira Ricardo (anagabriellepr@gmail.com)

Rayane Justino Gomes (rayanejustino12@gmail.com)

Priscilla Mayara Estrela Barbosa (priscillamayara@yahoo.com.br)

Introdução: Uma doença congênita de origem não genética quando associado a alterações auditivas é qualquer achado auditivo presente no nascimento que ocorre durante a gestão ou até mesmo no momento do parto, podendo ocorrer de forma isolada ou associada a outros sinais (SANTOS; PACHECO, 2011). A maioria das crianças nascidas nessas condições quando submetidas à triagem auditiva, apresentam surdez (HMSPORTUGAL; WORDPRESS, 2011). As doenças como Dengue, Zika e Chikungunya: três doenças que vêm da África e que são causadas pelo mesmo mosquito, o Aedes Egypt, que também é transmissor da febre amarela quando incidem na gravidez traz alterações dos principais sentidos relativos à comunicação humana para a criança (ISAAC, 2005). Objetivo: O presente estudo busca expor as consequências auditivas que as doenças infecciosas causam na criança, quando as mães são afetadas durante a gestação. Metodologia: Trata-se de uma revisão de literatura, na qual selecionou-se artigos completos com acesso em site nacionais (Scielo e

Google Acadêmico), atualizados sobre este assunto abordado. Os critérios de elegibilidade para a seleção dos artigos de fundamentação científica e teórica foram: relatos de casos, pesquisas de campo e outras referências bibliográficas com assuntos pertinentes a alterações auditivas, doenças infecciosas e gestação, publicados a partir de 2003. Resultados e discussão: Em 11 de novembro de 2015, o Ministério da Saúde declarou Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) por alteração do padrão de ocorrência de microcefalias no Brasil (Portaria nº 1.813/2015) e notificou o fato à Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)/Organização Mundial da Saúde (OMS). Percebeu-se que perdas auditivas uni ou bilaterais de grau profundo, à ossificação da cóclea, perda auditiva neurossensorial, lesões vestibulares, danos retrococleares, otite média aguda e as otites externas são causadas por doenças infecciosas e as que mais atingem os bebês, ainda na gestação (MULHERAN et al, 2004). Por isso, o auxílio para esses bebês deve ser feito por equipe multidisciplinar e de estimulação precoce (médico, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e fonoaudiólogo, entre outros). Logo em seguida às primeiras avaliações e efetuação dos exames complementares, sugerem-se reavaliações médicas persistentes para os pacientes estáveis (CAMPOS et al, 20115). De acordo com o prognóstico, são indispensáveis as reavaliações oftalmológica e auditiva semestrais. Porém o que se percebe é uma falta de conhecimento populacional sobre o assunto e isto faz com que a população seja negligente com tais cuidados (PEREIRA et al, 2016). Conclusão: Com o exposto, conclui-se que é fundamental que as gestantes e população sejam alertadas sobre o risco que tais doenças podem acometer as crianças ainda na gestação. E para isso é necessário que o governo aumente as intervenções em pesquisa para vacinas e ações de educação e promoção em saúde, além de dispôs nos hospitais públicos de mais aparatos para diagnosticar e acompanhar o desenvolvimento audiológico de crianças as quais as mães foram infectadas durante a gravidez.

RESUMO - ENFERMAGEM

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO INTERPROFISSIONAL NA UTILIZAÇÃO DO CHECKLIST DE CIRURGIA SEGURA.

Antonio Robson Oliveira Da Silva (robsonoliveira12@outlook.com.br)

Jessica Gomes Leite Dos Santos (jessicaanabatista@hotmail.com)

Angélica Ferreira Lima (angelicalima266@gmail.com)

Antonia Eridalva De Brito Campos (eridalva16@hotmail.com)

Ana Talita Queiroz Souza (talitasouza57.ts@gmail.com)

Thamy Braga Rodrigues (bragathamy@hotmail.com)

RESUMO

A cirurgia segura é segundo desafio global para segurança do paciente, foi implantado em 2007 e 2008 para reduzir a ocorrência de danos ao paciente cirúrgico e definir uma padronização nos cuidados cirúrgicos. A comunicação Interprofissional é de fundamental importância para segurança do ato cirúrgico, algumas unidades cirúrgicas utilizam como ferramenta neste processo o Checklist de cirurgia segura criado pelo OMS. A pesquisa tem como objetivo analisar qual a percepção da equipe de enfermagem quanto à implantação da Lista de verificação utilizada na cirurgia e se houve melhora na comunicação entre a equipe de sala operatória. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura utilizando como base de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO), no período de 2013 e 2018, para compor os resultados foram utilizados dez artigos, onde se obteve resposta satisfatória a temática

trabalhada. A comunicação Interprofissional é de suma importância para que o ato cirúrgico aconteça de forma natural sem causar danos ao paciente, ainda precisa-se trabalhar mais essa cultura de segurança nas unidades hospitalares, pois a equipe de enfermagem ainda passa por desafios constantes referente a Comunicação efetiva da na sala operatória, o enfermeiro tem um papel essencial como educador e deve propor para sua equipe a melhor capacitação na utilização do Checklist, sempre procurando o auxílio de novas teorias e tecnologia para o ensino eficaz.

Palavras-chave: Segurança . Comunicação. Checklist. Salas Cirúrgicas. Enfermagem.

ABSTRACT

Safe surgery is the second global challenge for patient safety, was implemented in 2007 and 2008 to reduce the occurrence of damage to the surgical patient and set a standard in surgical care. Interprofessional communication is of fundamental importance for the safety of the surgical act, some surgical units use as a tool in this process the Safe Surgery Checklist created by WHO. The research aims to analyze the perception of the nursing team regarding the implementation of the Checklist used in the surgery and if there was improvement in communication between the operating room team. It is an integrative review of the literature using Scientific Eletronic Library Online (Scielo), in the period of 2013 and 2018, to compose the results were used ton articles, where a satisfactory answer was obtained the thematic worked. Interprofessional communication is of paramount importance for the surgical act to occur naturally without causing harm to the patient, it is still necessary to work more this safety culture in the hospital units, since the nursing team still faces constant challenges regarding effective Communication in the operating room, nurses have an essential role as educator and should propose to their team the best training in the use of Checklist, always seeking the help of new theories and technology for effective teaching.

Keywords: Safety . Communication. Check list. Surgical rooms. Nursing.

RESUMO - ENFERMAGEM

A IMPORTÂNCIA DA MONITORIA ACADÊMICA NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO DO MONITOR DE ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Fernanda Flania Soares Maia (fernandaflania@hotmail.com)

Eryjosy Marculino Guerreiro Barbosa (eryjosy@msn.com)

Carla Monique Lopes Mourão (monique.enf@hotmail.com)

INTRODUÇÃO: A assistência integral à saúde da criança é assisti-la em sua integralidade, como um ser em crescimento e desenvolvimento, cujo processo saúde-doença é determinado socialmente e, portanto, com as condições de vida e o contexto familiar interferindo no perfil epidemiológico; dessa forma, a criança deve ser assistida em seus aspectos biopsicossociais, com vínculo entre família, profissionais, instituição que presta assistência e comunidade. O acadêmico-monitor exerce o papel de orientar e tirar possíveis dúvidas dos acadêmicos, a fim de construir junto aos mesmos o conhecimento da atenção à saúde da criança e do adolescente. Além disso, levando em consideração o nível de complexidade dos assuntos na assistência, esta atividade facilita o processo de ensino-aprendizagem dos acadêmicos de enfermagem na disciplina. **OBJETIVOS:** Relatar a importância da monitoria no processo de ensino aprendizagem na formação do aluno monitor na graduação. **MÉTODO:** Trata-se de relato de experiência ocorrido na monitoria da disciplina de atenção à saúde da criança e do adolescente durante o período de setembro de 2017 a agosto de 2018. Composto da vivência da monitora com os alunos matriculados na disciplina. A experiência desenvolveu-se em vários momentos

como: aprofundamento teórico e prático, elaboração, coordenação e desenvolvimento de habilidades e aptidões no campo do ensino.

RESULTADOS: A monitoria se constitui numa ferramenta importante no ensino universitário, pela oportunidade de ampliação de experiências que contribuem para a formação universitária. Pelas suas peculiaridades, a monitoria acadêmica desenvolve-se em uma proposta que auxilia o professor em suas atividades cotidianas de forma expressiva em todas as etapas do processo pedagógico, ao mesmo tempo em que proporciona ao aluno a experiência de ampliar seu conhecimento, despertando o interesse para a docência. Durante o percurso foi enfrentamos diversos desafios como: incompatibilidade de horários devido à carga horária do curso, onde muitas vezes os discentes por conta de estágios curriculares ou demais afazeres não conseguiam estar presente em todas as aulas, com isso foi criando-se estratégias que propunham trabalhos fora da sala de aula. Tendo em vista também a função do acadêmico-monitor de orientar, esclarecer e facilitar o processo de ensino-aprendizagem. As relações sociais estabelecidas durante o percurso com os professores e colegas, servem de estímulo para o desenvolvimento pessoal do monitor e pode ser um incentivo para o futuro exercício da docência.

CONCLUSÃO: Conclui-se que através da monitoria e da troca de experiência vivenciada, exerceu-se uma experiência de docência na sua própria formação acadêmica e auxiliou na mediação entre os acadêmicos de enfermagem e o docente da disciplina.

RESUMO - ENFERMAGEM

A IMPORTÂNCIA DE UM TREINAMENTO ADEQUADO PARA A POPULAÇÃO LEIGA NO SOCORRO À VÍTIMA DE PARADA CARDIORRESPIRATÓRIA.

Roziane Vieira Mota (roziane.enf.mota@gmail.com)

Aline Costa Gomes (alinecosta.enf@gmail.com)

Maria Adriana Oliveira De Sousa (adriana-sousa55@hotmail.com)

Thayná De Lima Sousa Henrique (thaylima8214@gmail.com)

Thamy Braga Rodrigues (bragathamy@hotmail.com)

Doenças cardiovasculares estão entre as principais causas de mortes no Brasil, em muitos casos os óbitos ocorrem devido a complicações de um infarto agudo do miocárdio. Na maioria das vezes trata-se de uma manifestação pré-hospitalar, onde uma simples intervenção de um leigo reconhecendo uma parada cardiorrespiratória e acionando o serviço médico especializado evitaria danos ao miocárdio e sequelas cerebrais. Além da dificuldade da população em reconhecer uma PCR ainda existem fatores como o desconhecimento sobre a quantidade e profundidade de compressões que devem ser realizadas durante uma parada cardiorrespiratória. A pesquisa tem como objetivo mostrar a importância de um treinamento adequado para a população leiga no socorro à vítima de PCR. Trata-se de uma revisão de literatura em que foram pesquisados três artigos científicos nos bancos de dados Scielo e Lilacs publicados entre os anos de 2009 e 2017. Assim fica evidente a necessidade de esclarecer a população sobre as etapas corretas do suporte básico de vida

que inclui, o reconhecimento imediato da parada cardiorrespiratória, o acionamento do serviço médico especializado, o início das manobras de ressuscitação cardiopulmonar e o uso mais rápido possível do desfibrilador externo automático DEA que deve estar instalado em local de fácil acesso para facilitar o uso em caso de urgência. Esse treinamento pode ser direcionado à pessoas que ocupem posições estratégicas ou em massa para estudantes em escolas públicas e particulares para que assim as chances de uma vítima de parada cardiorrespiratória aumentem possibilitando a recuperação do seu estado geral de saúde, através da realização do procedimento de forma correta até a chegada do suporte avançado de vida.

RESUMO - ENFERMAGEM

A UTILIZAÇÃO DA INTERDISCIPLINARIDADE NO ENSINO DE MONITORIA EM ENFERMAGEM.

Elizabeth Mesquita Da Silva (elizabethmesqs@gmail.com)

Francisca Taciana Sousa Rodrigues (taciana7maia@gmail.com)

INTRODUÇÃO: A Monitoria se trata de uma modalidade pedagógica utilizada nas Instituições de Ensino Superiores (IES) a fim de colaborar para a experiência dos alunos como possíveis educadores como também ajudar a outros discentes. A disciplina de Fisiologia estuda as funções, características e os mecanismos do corpo humano. Ademais, o uso da interdisciplinaridade tenta ampliar a visão do aluno sobre as disciplinas cursadas tendo em vista a importância de cada uma e sua aplicabilidade no cotidiano da profissão. Portanto, diante das mudanças sociais e econômicas vê-se a necessidade de um ensino baseado em problematizações a fim de criar uma visão crítica dos alunos. **OBJETIVO:** Descrever a experiência de uma aula de monitoria integrada com as disciplinas de Anatomia Humana, Fisiologia Humana e Semiologia. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência sobre uma aula de monitoria integrada a qual o planejamento e a realização foram durante o mês de março de 2018, no Centro Universitário Christus e a aula integrada aconteceu na própria IES. Deste modo, escolhemos como tema principal o sistema cardiorrespiratório e a utilização de caso clínico para que os alunos pudessem observar de forma mais ampla a integralidade destas disciplinas, como também associar a teoria com a prática. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Assim, começamos lendo o caso clínico para os alunos a fim de que estes se

questionassem sobre qual doença estávamos lidando e, de que forma aquelas disciplinas poderiam lhes ajudar. Desse modo, cada uma das monitoras deu sua explicação sobre o sistema e foi possível observar um interesse maior dos alunos em relação à monitoria além de uma maior participação dos mesmos, partindo do princípio de que, desse modo, estes conseguiram sentir-se mais próximo possível da realidade que irão vivenciar em sua profissão, assim como também conseguem obter um pensamento mais crítico em relação ao que já estão estudando. Após exposto o conteúdo, foi novamente questionado o caso estudado, obtivemos alguns comentários, com isso desvendamos o caso junto deles de acordo com os ensinamentos anteriormente vistos. **CONCLUSÃO:** Portanto, conclui-se através desta experiência, a importância que é poder utilizar, de forma mais ampla, o conhecimento obtido em sala de aula, além de conseguir integrar algumas disciplinas que muitas vezes vivenciamos separadamente, mas que juntas nos ajudam a ter uma visão e cognição melhor para poder resolver problemas e situações advindas do dia a dia da profissão. Logo, a abordagem de estudo de caso proporciona ao aluno que este seja protagonista de seu aprendizado e não apenas espectador, destruindo assim os paradigmas de antigos métodos de ensino em que todo o processo de aprendizagem depende do professor e que este obtém todo o conhecimento e o transfere aos alunos que apenas recebem o conteúdo sem questionar o que lhe é repassado. Ademais, a experiência no Programa de Iniciação a Docência, proporciona vivências únicas, em especial quando se tem interesse em seguir a carreira como docente, desde momentos estimuladores com os alunos até algumas pequenas frustrações as quais nos ajudam futuramente, bem como muda nossa visão de alunos sobre o aprendizado.

RESUMO - ENFERMAGEM

A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM NA MONITORIA DA DISCIPLINA DE BLOCO OPERATÓRIO

Viviane Braga Da Silva (vivibraga125@gmail.com)

Maria Aparecida Da Silva Gomes (ciddagomes.s@gmail.com)

Marinna Maria De Andrade Costa (mailmarinnamac@gmail.com.br)

INTRODUÇÃO: O uso das novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem está cada vez mais presente no cotidiano acadêmico, resultando nas mudanças e transformações do processo de ensino-aprendizagem, onde a utilização desses recursos digitais como aplicativos simples e gratuito para celulares, smartphones e tablets, proporciona esse processo algo didático e favorecendo agregação de novos conhecimentos, impulsionando a relação entre os alunos elevando assiduidade durante os encontros da monitoria. **OBJETIVO:** Descrever a experiência do uso de aplicativos gratuitos utilizando smartphones como recurso didático durante o processo de monitoria. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência a partir da vivência do processo de monitoria da disciplina de bloco operatório do curso de enfermagem no Centro Universitário Unichristus. Referente ao período dos semestres 2017.2 á 2018.2, onde para realizar esse trabalho foi apresentado previamente o aplicativo aos alunos e disponibilizado um resumo do conteúdo apresentado em sala pelo docente. No dia da monitoria, com as questões pré-estabelecidas foi solicitado que todos os discentes acessassem a plataforma denominada kahoot, disponível no Google de modo gratuito utilizando seus

celulares, smartphones ou tablete como ferramenta principal e navegando através do wiffi da instituição garantindo deste modo que todos participassem.

DISCUSSÃO E RESULTADOS: A idealização de agregar o aplicativo como ferramenta metodológica surgiu a partir da baixa adesão dos alunos nas atividades de monitoria, onde os encontros ocorriam em momentos diversos durante os semestres, onde as temáticas abordadas eram de acordo com o conteúdo exposto pelo docente em sala de aula, tornando um suporte durante os estudos dos alunos que eram previamente comunicados e convidados a participar dos encontros no qual as atividades desenvolvidas eram o estudo dos resumos dos conteúdos prévios das aulas, orientações práticas no laboratório e os plantões tira-dúvidas na biblioteca, no entanto essas atividades apresentavam baixa adesão por parte dos discentes. Diante deste contexto ao reunirmos com o docente responsável pela disciplina reestruturamos a didática, e convidamos os alunos a participar do encontro da monitoria, informamos previamente que seria aplicada uma nova didática de ensino utilizando os smartphones como ferramenta principal, após apresentar o aplicativo e como era o seu funcionamento, cada participante respondeu as perguntas baseadas no seu conhecimento prévio o resultado surgia na tela do smartphone de cada participante, e as questões que apresentavam maior índice de erros realizamos uma discussão do conteúdo, favorecendo a integração dos alunos durante a atividade e esclarecendo as dúvidas inerentes ao assunto tornando o processo de aprendizado mais didático. Durante todo o processo da monitoria a atividade que mais obteve a participação dos alunos ocorreu durante essa atividade, onde através de relatos demonstravam aceitação da didática aplicada.

CONCLUSÃO: A monitoria acadêmica é uma oportunidade de ampliar os conhecimentos do monitor fortalecendo seu conhecimento adquirido durante a disciplina, além da vivência previa da docência, onde a utilização de aplicativos nesse processo estimula a criatividade dos alunos e aperfeiçoa a compreensão do conteúdo. No entanto o uso do aplicativo exige do monitor um planejamento prévio para que possa alcançar os objetivos pretendidos.

RESUMO - ENFERMAGEM

A UTILIZAÇÃO DO APLICATIVO KAHOOT COMO METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA MONITORIA DA DISCIPLINA PROCESSO SAÚDE-DOENÇA E CUIDADO DE ENFERMAGEM

Lara Regina Dos Reis Macêda (lara.regina80@hotmail.com)

Eugênio Santana Franco (eugeniofgf@hotmail.com)

Introdução: Os novos instrumentos tecnológicos são imprescindíveis para o cenário educacional da contemporaneidade. Tal conceito evidencia que com o advento da tecnologia é necessária uma mudança no processo educacional que seja mediada pela inserção das tecnologias. O aplicativo Kahoot é um sistema de questionários online que desperta a admiração dos usuários pela combinação entre educação e tecnologia. Considerando que a disciplina de processo saúde-doença e cuidado de enfermagem propicia aos estudantes conhecimentos que permeiam refletir mediante a identificação, análise e discussão das condições históricas, sociais, políticas e culturais e a concepção das políticas públicas atuais. Neste contexto, como forma de articular os conhecimentos dos alunos diante a disciplina com o apoio da monitoria, esta pesquisa tem como relevância mostrar a contribuição de um aplicativo online como método de ensino e aprendizagem. Objetivo: Avaliar a aprendizagem dos alunos referente à disciplina de processo saúde-doença e cuidado de enfermagem, através da utilização do aplicativo kahoot na monitoria. Metodologia: O estudo consiste em um relato de experiência realizado em sala de aula no período de 2018.2 com os alunos matriculados na disciplina no semestre anterior com a utilização do aplicativo kahoot. Resultados: O estudo

envolveu a participação de doze alunos do primeiro semestre da graduação de enfermagem da turma 2018.1. Foi realizado um quiz online de quinze perguntas, por meio do aplicativo kahoot, onde os alunos utilizaram o smartphone para responder as perguntas expostas na lousa digital da instituição de ensino, abordando os assuntos ministrados durante o semestre. O quiz exigia o tempo determinado da resposta dos alunos, e quanto mais rápido a resposta era realizada, maior a pontuação, outro aspecto de destaque é o fato da própria plataforma kahoot fornecer o ranking durante a atividade como forma de competição, assim possibilitando os alunos demonstrarem mais atenção, aumentando o nível de concentração e ao final do quiz vencendo o aluno de melhor desempenho. Conclusão: A experiência do uso do aplicativo kahoot na monitoria de processo saúde-doença e cuidado de enfermagem foi uma estratégia de avaliação positiva para o ensino e aprendizagem dos alunos, como numa proposta de metodologia ativa mostrou-se de forma atrativa e dinâmica a estimulação da atenção e memória dos alunos, proporcionando a efetividade do aprendizado.

RESUMO - ENFERMAGEM

APLICABILIDADE DE INSTRUMENTO PEDAGÓGICO PARA MONITORIA DE BLOCO OPERATÓRIO DO CURSO DE ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Kelvia Pontes (kelviarodrigues3@gmail.com)

Luiz Cassimiro De Araújo Júnior (l.cassimiro@outlook.com)

Laurineide De Fátima Diniz Cavalcante (lauridiniz@yahoo.com.br)

INTRODUÇÃO: A monitoria é uma atividade acadêmica que tem o objetivo de dar suporte formativo aos discentes e apoiar o trabalho docente onde o aluno-monitor é responsável por subsidiar uma educação criativa que proporcione ao aluno participante a formação de um pensamento crítico e reflexivo. É um programa regulamentado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei Nº 9.394/96) que em seu art. 84 traz a importância do aproveitamento de alunos para o ensino e a pesquisa. No contexto da formação orientada pelas competências (conhecimentos, habilidades e atitudes) que possibilitem a atuação e a interação multiprofissional, novas metodologias facilitadoras do aprendizado estão sendo utilizadas como ferramentas educacionais de ponta, dentre estas, a utilização de tecnologias educativas. E na tentativa de fortalecer o conteúdo prático de disciplinas específicas, bem como agregar conhecimento de forma definitiva, veio a necessidade de inserir tecnologias educativas na monitoria. **OBJETIVO:** Relatar a experiência vivenciada quanto a aplicação de tecnologia educativa na monitoria da disciplina de bloco operatório, bem como os benefícios evidenciados no processo educacional. **METODOLOGIA:** Estudo descritivo, do

tipo relato de experiência, desenvolvido com os alunos do programa de monitoria da disciplina de bloco operatório do curso de enfermagem do Centro Universitário Christus – Unichristus. Participaram da atividade 14 alunos sendo 4 do sexo masculino e 10 feminino, onde se utilizou uma tecnologia educativa tipo painel interativo na organização de instrumentais cirúrgicos. O trabalho constou de um banner medindo 120 cm de altura por 90 cm de largura, no formato de mesa cirúrgica, dividindo-se entre os 6 tempos dos instrumentais (Diérese, Preensão, Hemostasia, Exposição, Especiais e Síntese), contendo 25 imagens fotográficas de instrumentais cirúrgicos e 25 peças adesivas com os nomes dos instrumentais, onde cada aluno deveria aprimorar seu conhecimento teórico-prático fazendo a associação entre a imagem e o nome de cada instrumento. RESULTADOS E DISCUSSÃO: A integração entre ensino e aprendizagem e a utilização de tecnologias em saúde, tornaram-se essências para obtenção de uma abordagem metodológica satisfatória não só ao docente que pode partilhar do seu saber de forma integrativa tornando o aluno um meio do seu próprio aprendizado, como também traz benefícios para os discentes, que encontram nas metodologias ativas uma forma participativa de aprender. Dentre os principais benefícios relatados pelos alunos destacaram-se três, a facilidade de aprendizagem, a didática do instrumento e a fixação do conteúdo ministrado. CONCLUSÃO: Através da aplicação da tecnologia educacional foi notadamente percebido um positivo desempenho dos alunos nas atividades de avaliação subsequentes (teóricas e práticas), ressaltando ainda que os benefícios na aprendizagem foram de grande impacto também para as professoras responsáveis pela disciplina de bloco operatório que associaram a evolução dos discentes a sua participação nos encontros da monitoria.

RESUMO - ENFERMAGEM

APLICAÇÃO DE MAPAS CONCEITUAIS COMO METODOLOGIA ATIVA DURANTE A MONITORIA DE HISTOLOGIA, CITOLOGIA E EMBRIOLOGIA.

Yanka Michely Gomes Barros (yanka.gomes13@gmail.com)

Cristina Tonin Beneli Fontanezi (ctbeneli@gmail.com)

Introdução: O Ensino Superior tem exigido o máximo de qualificação acadêmica dos seus estudantes, devido aos avanços nas estratégias de ensino-aprendizagem, que visam superar a fragmentação do conhecimento que é vista até hoje nas salas de aula. Então, é necessário o desaparecimento da Educação Bancária e o surgimento de um Educação Colaborativa, onde há o aprofundamento e uma ampliação de conhecimentos advindos da colaboração mútua entre professor-aluno. As instituições formadoras devem repensar os seus projetos pedagógicos, a fim de usufruir dessa gama de recursos tecnológicos existentes, assim, os Mapas Conceituais (MC) são uma estratégia que possibilita o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico e uma ferramenta de ensino que requer a capacidade de analisar, sintetizar, ter flexibilidade, curiosidade, participação ativa e experiência. Nesse contexto, elaboramos na disciplina de Histologia, Citologia e Embriologia, no curso de Enfermagem da Unichristus-Benfica, mapas conceituais sobre os tecidos do organismo, buscando incitar a participação dos alunos durante as monitorias. OBJETIVOS: Relatar a eficiência na utilização de Mapas Conceituais, como metodologia ativa durante a monitoria da disciplina de Histologia, Citologia e Embriologia. MÉTODOS: Trata-se de um relato de experiência desenvolvido durante a Monitoria da disciplina de Histologia,

Citologia e Embriologia, no curso de Enfermagem no campus Benfica, de agosto de 2017 a agosto de 2018. Utilizou-se o software Cmap Tools em sua versão 5.03 na construção de mapas conceituais. RESULTADOS: Os alunos que mostravam uma assiduidade nas monitorias, relataram que o MC é uma ferramenta bastante útil, para o desenvolvimento de um pensamento crítico, as proposições elaboradas através de verbos de ligação e/ou preposições, os instigavam a buscar mais informações para compreender a relação entre os conceitos. Tendo em vista, a dificuldade de alguns em entender os conteúdos, a discussão desses mapas durante a monitoria, os motivavam a pensar e abstrair mais conteúdos. CONCLUSÃO: A estratégia de inserir o MC foi bem aceita pelos alunos, que viram que há uma necessidade de empregar informações adicionais para a compreensão mais abrangente de conceitos até então desconhecidos, sempre a complementando com a metodologia tradicional. Promover essa análise crítica e a integração de conhecimentos é necessário para a obtenção de bons resultados em sua formação.

RESUMO - ENFERMAGEM

APRENDENDO PROCESSO SAÚDE-DOENÇA DE FORMA DINÂMICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Clara Emillyn Alves De Araújo (claraemillyn@gmail.com)

Eugênio Santana Franco (eugeniofgf@hotmail.com)

RESUMO

INTRODUÇÃO: A compreensão do Processo Saúde Doença é de real importância para os acadêmicos de enfermagem, no entanto é preciso alguns métodos para tornar mais eficaz o aprendizado. A busca da causalidade, é preciso destacar, tem um caráter instrumental, na medida em que as categorias interpretativas que delas resultam e dão suporte a projetos de intervenção sobre a realidade. Portanto, a monitoria tem o objetivo de despertar o interesse dos graduandos pela carreira de professor a partir da experiência de iniciação à docência. Ela também objetiva contribuir para a redução dos problemas de repetência, evasão e falta de motivação dos estudantes e principalmente desenvolver o pensamento crítico a cerca das temáticas abordadas. Neste contexto, a monitoria tem o propósito de possibilitar a troca de conhecimento entre os alunos e o monitor. **OBJETIVO:** Relatar uma das experiências vivida como monitora de Processo Saúde Doença do curso de Enfermagem. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência sobre Jogos lúdicos como Batalha Naval e Bingo, usados durante a monitoria com os conteúdos abordados na disciplina com o intuito de tornar as aulas de monitorias mais dinâmicas, participativas e melhorar o aprendizado dos alunos e o vínculo entre a turma. Foram realizados esses métodos durante os meses de março e abril

de 2018, com os alunos do 1º semestre do curso de enfermagem, no Centro Universitário Christus, Fortaleza-Ce. RESULTADOS E DISCUSSÃO: Depois da apresentação de slides com a explicação do conteúdo a ser abordado, foi utilizado alguma dinâmica para fixação da temática, como exemplo o jogo da batalha naval um pouco diferente do tradicional, pois ele contém diversas perguntas relacionadas à aula e várias palavras com o nome “bomba” que eliminava o aluno da sua vez de jogar, o aluno escolhia uma letra e um número que poderia sair uma pergunta ou uma bomba, cada questão respondida corretamente ganhava um prêmio. Também foi utilizado o bingo, foram dividida a turma em duas equipes, a cada número que fosse sorteado as equipes se manifestavam a responder os questionários sobre os assuntos abordados, no final a equipe que havia acertado mais ganhavam chocolates. CONCLUSÃO: Portanto, conclui-se que foi uma experiência exuberante, pois colhi resultados com a satisfação dos estudantes e o aumento do número de participantes durante as monitorias e promoveu um maior vínculo entre a turma. Aumentou ainda mais o desejo de futuramente seguir na docência.

RESUMO - ENFERMAGEM

APRENDER BRINCANDO

Ana Beatriz Rodrigues Monte (beatrizrodriguesmonte@gmail.com)

Eugênio Santana Franco (eugeniofgf@hotmail.com)

Para ampliar a perspectiva de aprendizagem e variar na forma de metodologias utilizadas em sala de aula, usam-se de recursos interativos e que proporcionem dinamismo durante a atividade educacional. Como forma de diversificar o aprendizado, as aulas de monitoria

também servem como um auxílio complementar ao processo de aprendizagem do aluno. Dentro deste campo conhecido como monitoria, a capacitação do monitor surge pelo seu desempenho próprio - a busca por conteúdos e informações atuais - e apoio do professor orientador como maneira de completar e sanar quaisquer dúvidas na compreensão do assunto abordado. No processo de dar aula de monitoria, percebe-se a grande dificuldade de se adentrar nesse contexto metodológico de organização de aulas e materiais que sejam didáticos e objetivos para os alunos se sentirem estimulados a participarem de algo diferente. Com esse desafio de oferecer algo diferente, surgiu a ideia de organizar jogos interativos, e de conhecimento de alguns, como batalha-naval, bingo, quis e jogos de perguntas e respostas, para que os alunos assimilassem da melhor maneira os conteúdos abordados. A metodologia utilizada era aplicada como forma de revisão, trazendo para os alunos, os conteúdos abordados anteriormente. O formato de aula colaborou, também, para o crescente interesse dos alunos em participarem das monitorias, assim como para o desenvolvimento didático dos monitores, onde

era de extrema importância, ter domínio sobre o que estava sendo aplicado, desde o conteúdo propriamente dito até o jogo. Ressalta-se a importância de se usufruir de espaços como estes, para ampliar a visão e formação educacional, compreendendo a relevância de trabalharmos em equipe e/ou individualmente. Pode-se pontuar como resultado, a boa aceitação por parte dos alunos das dinâmicas aplicadas em sala de aula.

RESUMO - ENFERMAGEM

ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM AO PACIENTE NO PRÉ-OPERATÓRIO

Larissa Ellen De Sousa Façanha (larissa_ellen26@hotmail.com)

Jaciane Nunes Bento Lemos (jaciane_18@hotmail.com)

Jaira Yara Brandão De Araújo (jybrandao@hotmail.com)

Paloma Albuquerque Coelho (palomaacoelho@gmail.com)

Joicyanne Braga De Sousa (joicybraga16@gmail.com)

Marinna Maria De Andrade Costa (marinnamac02@gmail.com)

RESUMO

INTRODUÇÃO: O período pré-operatório inicia-se a partir do momento que o paciente é avisado da importância do procedimento cirúrgico. Constitui em uma etapa crítica para o paciente, pois nessa fase muitos temores acometem o paciente, assim se destacando a importância dos cuidados de enfermagem. **OBJETIVO:** Identificar as medidas de cuidado utilizadas na Sistematização da Assistência de Enfermagem no Perioperatório por meio de pesquisas bibliográficas. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa acerca dos cuidados de enfermagem no pré-operatório. Foi realizado uma busca ativa de artigos produzidos no período de 2009 a 2015 na base de dados SciElo, utilizando as palavras chaves: enfermagem e assistência perioperatória. **RESULTADOS E CONCLUSÕES:** Os artigos encontrados destacam a importância dos cuidados de enfermagem no pré-operatório, destacando as

seguintes ações: pré-orientar o cliente antes da internação da cirurgia eletiva, mantendo contato via telefônica na véspera, passando as informações e colhendo dados importantes como a orientação do jejum, processos alérgicos e relembando a necessidade de exames laboratoriais e de imagem, retirada de próteses dentárias, adornos e esmaltes, higiene oral e corporal, esvaziamento intestinal e vesical previamente. Portanto, entendemos que a assistência nesse período se faz essencial, contribuindo para diminuir os temores, a insegurança, a apreensão do paciente e evitando possíveis complicações. Nesse contexto, a sistematização da assistência de enfermagem perioperatória (SAEP) é uma valiosa ferramenta para que o paciente seja assistido de forma integralizada, contínua, segura e humanizada pela enfermagem.

ABSTRACT

INTRODUCTION: The preoperative period begins when the patient is advised of the importance of the surgical procedure. It constitutes a critical stage for the patient, because in this phase many fears affect the patient, thus highlighting the importance of nursing care. **OBJECTIVE:** To identify the care measures used in the Systematization of Perioperative Nursing Care through bibliographic research. **METHODOLOGY:** This is a narrative review about pre-operative nursing care. An active search of articles produced in the period from 2009 to 2015 in the SciElo database was carried out using the key words: nursing and perioperative care. **RESULTS AND CONCLUSIONS:** The articles found highlight the importance of pre-operative nursing care, highlighting the following actions: pre-orientate the client before elective surgery, keeping in touch via phone the day before, passing information and collecting important data such as fasting, allergic processes and recalling the need for laboratory and imaging exams, removal of dental prostheses, adornments and enamels, oral and body hygiene, and previous bowel and bladder emptying. Therefore, we understand that care during this period is essential, contributing to reduce fears, insecurity, apprehension of the patient and avoiding possible complications. In this context, the systematization of perioperative nursing care (SAEP) is a valuable tool for the patient to be assisted in an integrated, continuous, safe and humanized way by nursing.

RESUMO - ENFERMAGEM

**ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM NOS CUIDADOS DO PÓS-OPERATÓRIO
EM MULHERES SUBMETIDAS À MASTECTOMIA**

Thayná De Lima Sousa Henrique (thaylima8214@gmail.com)

Maria Adriana Oliveira De Sousa (adriana-sousa55@hotmail.com)

Roziane Vieira Mota (roziane.enf.mota@gmail.com)

Thamy Braga Rodrigues (bragathamy@hotmail.com)

Thayná de Lima Sousa Henrique¹

Maria Adriana Oliveira de Sousa²

Roziane Vieira Mota³

Thamy Braga Rodrigues⁴

RESUMO

O câncer é a proliferação desordenada das células, crescendo de forma agressiva formando células anômalas. O câncer de mama é a principal causa de morte por câncer entre as mulheres. Defronte ao diagnóstico, a paciente enfrenta muitas incertezas, visto que a mastectomia é a principal abordagem terapêutica para o tratamento, podendo levar á ocorrência de dor acentuada no pós-operatório. O objetivo é informar-se quanto à intervenção da enfermagem em mulheres submetidas à mastectomia em seu estado físico e psicológico. Trata-se de uma revisão bibliográfica que teve como critério de avaliação, teses e dissertações do banco de dados da USP, utilizando três como referências, datados a partir de 2013 na língua portuguesa, excluído artigos e sites. Com base na pesquisa, foi observado que após a cirurgia, podem ainda ser realizados tratamentos adjuvantes, como a radioterapia e quimioterapia. É comum, dentre esses procedimentos, as pacientes relatarem dor, este sintoma se deve por redução funcional e emocional. Os cuidados de enfermagem no decorrer do pós-operatório são indispensáveis, pois cabe à equipe avaliar o nível da dor, caracterizar e tratar conforme prescrição médica, garantindo amparo e orientação à paciente continuamente. Dessa forma, conclui-se que o trabalho do profissional enfermeiro não se limita ao físico, todos os aspectos da paciente deverão ser observados e tratados de maneira holística e integradora.

Palavras-chave: Câncer de mama. Cuidados de enfermagem. Mastectomia. Enfermagem oncológica. Manejo da dor.

ABSTRACT

Cancer is the disordered proliferation of cells, growing aggressively forming anomalous cells. Breast cancer is the leading cause of cancer death among women. Faced with the diagnosis, the patient faces many uncertainties, since mastectomy is the main therapeutic approach for treatment, which may lead to

the occurrence of severe postoperative pain. The objective is to inform about the nursing intervention in women submitted to mastectomy in their physical and psychological state. It is a bibliographical review that had the evaluation criterion, theses and dissertations of the database of USP, using three as references, dating from 2013 in Portuguese, excluding articles and sites. Based on the research, it was observed that after the surgery, adjuvant treatments, such as radiotherapy and chemotherapy, may still be performed. It is common, among these procedures, the patients report pain, this symptom is due to functional and emotional reduction. Nursing care during the postoperative period is indispensable, since it is up to the staff to evaluate the level of pain, characterize and treat it according to medical prescription, guaranteeing support and guidance to the patient continuously. Thus, it is concluded that the work of the nurse professional is not limited to the physical, all aspects of the patient should be observed and treated in a holistic and integrative manner.

Keywords: Breast cancer. Nursing care. Mastectomy. Oncological nursing. Pain management.

¹ Discente, enfermagem, Uninassau, thaylima8214@gmail.com

² Discente, enfermagem, Uninassau, adriana-sousa55@hotmail.com

³ Discente, enfermagem, Uninassau, roziane.enf.mota@gmail.com

⁴ Discente, enfermagem, Uninassau, bragathamy@hotmail.com

RESUMO - ENFERMAGEM

ATLAS VIRTUAL NA DISCIPLINA DE PATOLOGIA: UMA FERRAMENTA SIMPLES QUE AUXILIA O ENSINO-APRENDIZAGEM

Dara Aline Dias Barroso (dara.dias07@gmail.com)

Nycole Ferreira Fialho (nycolefialho@gmail.com)

Ana Karine Rocha De Melo Leite (karinemelo@yahoo.com.br)

Introdução: A monitoria é considerada uma modalidade que visa auxiliar o ensino-aprendizagem durante a formação acadêmica, podendo ser utilizada como ferramenta para incentivar discentes a se tornarem futuros docentes. Nela, o estudante mostra interesse e aptidão em desenvolver-se em uma determinada disciplina ou área, buscando ampliar seus conhecimentos. A patologia é uma disciplina extremamente complexa que requer dedicação, conhecimento, contextualização e senso crítico. Dessa forma, a utilização de meios criativos e facilitadores para a compreensão de todos esses aspectos é essencial. **Objetivo:** O objetivo desse trabalho foi confeccionar um atlas virtual referente aos acervos de lâminas da disciplina de Processos Patológicos Gerais do curso de Enfermagem durante o período da execução da monitoria, tornando-o acessível aos acadêmicos por meio do repositório digital. **Metodologia:** Lâminas histopatológicas foram previamente visualizadas pela docente responsável pela disciplina. Em seguida, foi realizada a seleção das lâminas e campos a serem fotografados pela docente e monitora. As imagens das lâminas foram capturadas nos aumentos de 40, 100, 400 e 1000 vezes. Após esse procedimento, as mesmas foram editadas e adicionadas legendas, perfazendo um total de 128 imagens. Essas abordaram as temáticas:

inflamação, necrose, distúrbios do crescimento, pigmentação, calcificação, distúrbios circulatórios e neoplasias. Após a finalização do atlas virtual, o mesmo foi enviado para o repositório digital da disciplina no intuito de que todos os alunos tivessem acesso livre as informações e imagens. Resultados: A confecção do atlas virtual foi uma experiência única para a monitora da disciplina, permitindo uma maior interação entre o ambiente laboratorial, conhecimento teórico e interatividade com a tecnologia. O atlas apresentou uma grande aceitabilidade pelos acadêmicos matriculados na disciplina, possibilitando uma fácil acessibilidade aos conhecimentos práticos, permitindo uma integração entre prática e teoria. A interatividade entre ambiente laboratorial e tecnologia foi notória. Conclusão: O atlas virtual na disciplina de Processos Patológicos Gerais mostrou ser uma ferramenta prática e acessível para o ensino-aprendizagem, permitindo uma interação entre teoria, prática e ambiente virtual.

RESUMO - ENFERMAGEM

BARREIRA DE COMUNICAÇÃO COMO AGRAVANTE PARA SEDENTARISMO E FATOR DE RISCO PARA DOENÇAS CARDIOVASCULARES EM SURDOS

Isadora Araujo Rodrigues (isadoraar@hotmail.com)

Elisabelle Martins Marrocos (elisabellemarrocos@gmail.com)

Thaís Guerra Gomes (thaisguerra.enfermagem@hotmail.com)

Maria Neule Cruz Azevedo (neulecruzazevedo@gmail.com)

Leidiane Silva Sampaio (leidiane.sampaio@yahoo.com)

Ana Paula Almeida Dias (apad480@gmail.com)

As doenças cardiovasculares (DCV) estão inseridas no grupo de doenças crônicas que mais acometem pessoas atualmente, sendo responsáveis por mais de 1/3 das mortes no Brasil¹, sendo consequência de fatores de risco genéticos e atividades de vida diária, podendo ser agravante como fator de risco para o acidente vascular cerebral e infarto agudo do miocárdio², consequências também da obesidade, a qual atinge mais de 30% da população adulta no Brasil¹, sendo um dos fatores predisponentes para as DCV, entendendo que esta é desencadeada prioritariamente por atividades de vida diária desreguladas, como alimentação inadequada e sedentarismo, sendo consequências de uma rotina e hábitos desequilibrados, estando toda a população exposta e suscetível a tais fatores de risco, mesmo tendo acesso às informações sobre hábitos de vida saudáveis, orientação de profissionais de saúde e nível de escolaridade superior, porém, o alto índice referido aos fatores

de risco é mais evidente em determinados grupos, sendo um deles, os deficientes auditivos, resultado explícito da barreira de comunicação presente desde os primórdios, tendo estes a falta de orientação científica sobre o autocuidado e vida saudável, sendo de responsabilidade de profissionais de saúde propagar tal conhecimento, os quais não estão preparados para atender e prestar assistência qualificada para esta população, tendo uma escassez de pesquisas e intervenções para a promoção da qualidade de vida aos surdos, devido à barreira linguística³. Percebendo a insuficiência de ações de saúde voltadas aos surdos sobre o autocuidado, fez-se necessário palestrar sobre o assunto para 25 alunos surdos, os quais 10 mulheres e 15 homens, na faixa etária de 20 a 45 anos de uma instituição de educação para surdos no município de Fortaleza/CE, no período noturno durante uma quarta-feira do mês de junho de 2018, onde foi abordado sobre as DCV, seus fatores desencadeantes e prevenção da mesma, evidenciando a importância da prática de atividades físicas como principal forma de prevenção dessas doenças, realizando uma roda de conversa com o público alvo, onde foi discutida a prática de atividades físicas, visando à prévia conscientização dos mesmos sobre o assunto, sendo coletados resultados quantitativos por meio de questionário referente à prática de exercícios e sua frequência semanal, resultando em 52% dos alunos encontrando-se em situação de sedentarismo e 28% destes estando acima do peso ideal segundo o índice de massa corpórea, sendo claro a indisposição física que os mesmos refletem e conseqüentemente o adoecimento que estes se expõem devido os hábitos de vida, sendo agravados os riscos pela barreira de comunicação resultando na escassez de orientação frequente sobre hábitos e alimentação saudáveis que a comunidade surda recebe, estando cada vez mais expostos aos riscos predisponentes às doenças cardiovasculares.

RESUMO - ENFERMAGEM

CONHECIMENTO DA MEDICINA POPULAR DOS INDIOS PITAGUARY EM MARACANAÚ-CE: RELATO DE EXPERIENCIA

Andréa Cintia Laurindo Porto (andrea.cintialp@gmail.com)

Eloisa De Alencar Holanda Costa (eloisadealencar@gmail.com)

Dayanne Terra Tenório Nonato (dayanne_terra@hotmail.com)

Johnatan Alisson De Oliveira Sousa (johnatanalisson@gmail.com)

Priscilla Mayara Estrela Barbosa (priscillamayara@yahoo.com.br)

Patrícia Da Silva Pantoja (patriciapantoj@gmail.com)

Resumo: O fascínio dos seres humanos pelo o meio ambiente, em especial aos métodos de curas, data de milhares de anos (COUTINHO, TRAVASSOS, AMARAL, 2002). Desde remotas civilizações primitivas perceberam a existência, ao lado das plantas comestíveis, de outras dotadas de maior ou menor toxicidade que, ao serem experimentadas no combate às doenças, revelaram, embora empiricamente, o seu potencial curativo (ARAÚJO et al., 2007). A cultura de utilização de produtos naturais principalmente derivados de plantas percorreu ao longo dos anos, sendo o conhecimento preservado e passado de geração a geração, principalmente, pelos mais antigos e chefes de família. Estima-se que, cerca de 25% a 30% de todas as drogas avaliadas como agentes terapêuticos utilizados na prática clínica nos dias de hoje, são derivados de produtos naturais (CALIXTO, 2005). Objetivo: O objetivo do presente estudo foi averiguar o conhecimento sobre a utilização das plantas medicinais e da medicina popular de família indígenas da área urbana do

município de Maracanaú- CE. Metodologia: Esta pesquisa foi realizada, com 250 famílias indígenas, residentes nas aldeias. Os agentes de saúde foram acompanhados nas visitas as famílias indígenas e foram realizados questionamentos a respeito do conhecimento popular das plantas medicinais. Resultados e discussão: Em uma visão ampla sobre a utilização de plantas medicinais percebeu-se que os índios que moram mais afastados de zonas urbanas e os mais idosos apresentam um conhecimento e aplicabilidade maior sobre a medicina popular. Entretanto, podemos constatar que a cultura de resgate dos conhecimentos populares que passam de pais para filhos aos poucos está se perdendo, os índios mais jovens, na maioria das vezes, optam pela medicação de farmácia, desmerecendo totalmente a riqueza cultural encontrada em suas terras. Conclusão: Medicina popular com o passar dos anos vem perdendo espaço para os fármacos industrializados pelas famílias indígenas Pitaguary do município de Maracanaú- CE.

RESUMO - ENFERMAGEM

CONSTRUÇÃO DE EBOOK COMO RECURSO METODOLÓGICO NA MONITORIA ACADÊMICA

Maria Isabel Menezes Jorge (isabel-jorge@hotmail.com)

Cinthia Rayanne Da Silva Rodrigues (cinthiarodrigues01@hotmail.com)

Marta Maria Soares Herculano (martaherculano@hotmail.com)

INTRODUÇÃO-Devido à necessidade de um aprendizado inovador e dinâmico na monitoria optou-se pela construção de um Ebook. Trata-se de um instrumento que possui uma dimensão lúdica, onde é possível associar textos, fotos, animações permitindo uma visão mais dinâmica e reunindo em um só local as informações necessárias para auxiliar no processo de aprendizagem. O estudante de hoje não é mais aquele que só escuta os conhecimentos repassados pelo professor, ele tem participação ativa no processo de aprendizagem e busca pelo conhecimento através de metodologias ativas. Com a ampliação do acesso a internet e melhor infraestrutura das redes, permitiu-se o uso de recursos audiovisuais como uma das formas de complementar os conteúdos repassados em sala. **OBJETIVO-** Construir um Ebook sobre a temática Aleitamento Materno. **MÉTODO-**Para o desenvolvimento do material realizou-se uma revisão da literatura que abordasse a temática pertinente a fim de encontrar fundamentação teórica, seguida da leitura de artigos sobre o tema e levantamento de imagens e vídeos sendo estes reunidos no Canva, que é uma ferramenta gratuita de criação de conteúdos gráficos. A associação de programas de computador com a teoria demonstra uma melhora na captação dos conhecimentos (Bravo e Inzunza,

1995). RESULTADOS- De acordo com os achados do estudo para a elaboração do Ebook, o percentual de retenção de conteúdos repassados ao ouvir a informação é de cerca de 20%, vendo a informação é de 30% e ao ver e ouvir essa taxa de aprendizado fica em torno de 50%, sendo que se a pessoa ouvir, ver e tocar cerca de 70% do conteúdo repassado é absorvido. Esses dados justificam que repassar conteúdo através dessa estimulação multissensorial torna a troca de conhecimento mais eficiente, e é o que proporciona o Ebook através da utilização de textos, vídeos. CONCLUSÃO- Com a construção do trabalho percebeu-se que o mesmo permite ser utilizado como ferramenta relevante e dinâmica no processo de aprendizado do aluno, oferecendo suporte aos conteúdos repassados em sala de aula e esclarecendo dúvidas sobre aleitamento materno, visto que, é um tema relevante na disciplina de Saúde da mulher e recém- nascido do curso de Enfermagem.

RESUMO - ENFERMAGEM

CONTRIBUIÇÃO DOS ACADÊMICOS DE ENFERMAGEM NA REALIZAÇÃO DO TESTE RÁPIDO NA BUSCA DO FORTALECIMENTO DO SERVIÇO DA ATENÇÃO BÁSICA

Nycole Ferreira Fialho (nycolefialho@gmail.com)

Dara Aline Dias Barroso (dara.dias07@gmail.com)

Alisson Salatiek Ferreira De Freitas (salatiek@gmail.com)

A implantação dos testes rápidos para diagnóstico das Infecção Sexualmente Transmissíveis (IST's) na Atenção Básica, compõe o conjunto de estratégias do Ministério da Saúde que visam a qualificação e a ampliação do acesso da população brasileira ao diagnóstico das IST's¹. No contexto da atenção integral a grupos populacionais mais vulneráveis é imprescindível acesso ao diagnóstico de IST's através do teste rápido seja eficaz, e que o tratamento seja iniciado de forma precoce². A partir desse pressuposto, torna-se necessário debater sobre a realização dos testes rápidos no processo de cuidado diante dos programas da Atenção Básica de Saúde. Objetiva-se relatar a experiência de acadêmicos de enfermagem na realização do teste rápido como contribuição na dinâmica dos serviços da atenção básica. Trata-se de relato de experiência de acadêmicas de enfermagem de uma Instituição de Ensino Superior, ocorrido durante o mês de agosto de 2018 em UAPS localizada em Fortaleza-CE. Durante a realização dos testes rápidos, é necessário abster-se de todos os pré-conceitos que se tem sobre comportamentos sexuais. É um procedimento que exige muito profissionalismos e naturalidade ao fazer as perguntas e, principalmente, ao

obter as respostas. Um fator que deve ser levado em consideração é o tempo que leva para a testagem, pois nem sempre a agenda do profissional contribui para a realização dos exames. Por diversas vezes, o profissional da unidade solicita que nós, acadêmicas da unidade, realizemos os exames, o que facilita a adequação da agenda e contribui para que a consulta ofertada torne-se completa e integral para aquele usuário. A redução das taxas de transmissão vertical do HIV e a eliminação da sífilis congênita, bem como a redução da mortalidade materna e infantil evitáveis estão entre as metas a serem alcançadas com a automação dos testes. Entretanto, sua implantação só será possível por meio da cooperação, da sensibilização e do trabalho de gestores, profissionais de saúde e usuários do SUS. Portanto, conclui-se que a realização dos testes rápidos pode contribuir para a diminuição dos agravos relacionados às doenças testadas (HIV, sífilis, hepatite B e hepatite C). Reforçando as necessidades de capacitação e motivação da equipe multidisciplinar para a realização da testagem, com ampliação das atividades de educação permanente, com atividades supervisionadas e capacitações problematizadas, planejadas a partir da identificação dos problemas de aprendizagem.

RESUMO - ENFERMAGEM

CUIDADO DE IDOSOS NA ATENÇÃO BÁSICA A PARTIR DA TEORIA TRANSCULTURAL DE LEININGER

Kathyanne De Vasconcelos Meneses (kathyannemeneses@outlook.com)

Alice Dantas Almeida (alicedantasalmeida15@gmail.com)

Maria Clara Vieira De Moura (mcvm1299@gmail.com)

Tatiana Marques Medeiros (tatianamarquesmedeiros@gmail.com)

Mardênia Gomes Ferreira Vasconcelos (mardenia.gomes@uece.br)

O envelhecimento humano é uma realidade crescente no Brasil e em todo o mundo, e exige do enfermeiro uma visão ampla sobre a saúde da população senil, que envolva também seu âmbito psicossocial. Sendo a depressão uma das patologias mais recorrentes nos idosos constitui-se um importante problema de saúde pública com perspectivas futuras preocupantes. Nessa pesquisa buscou-se compreender o cuidado de idosos na atenção básica a partir da teoria transcultural de Leininger. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com 14 idosos, três homens e onze mulheres, com idades entre 60 e 83 anos. A coleta de dados ocorreu em uma Unidade de Atenção Primária à Saúde do município de Fortaleza/CE entre os meses de janeiro e fevereiro de 2018, por meio de entrevista aberta procedendo-se posteriormente a análise de conteúdo. A baixa adesão ao serviço de saúde pelos idosos justifica-se pelos seus preceitos culturais que refletem a preferência de tratarem suas doenças com terapêuticas empíricas. A família e a espiritualidade são consideradas importantes redes de apoio. Para eles a fé e convívio familiar, colaboram com o

reestabelecimento de sua saúde. O distanciamento da equipe de saúde é para eles sinônimo de assistência sem qualidade. A inexistência do vínculo enfermeiro-idoso corrompe a humanização, pois o vínculo é exigência para completo entendimento sobre o contexto sociocultural que envolve o processo saúde-doença dos senis. Concluimos que somente a partir de uma visão transcultural sobre o homem, como afirma Leininger, se faz possível a prestação de um cuidado holístico, que atendas às reais necessidades dos idosos acometidos pela depressão.

RESUMO - ENFERMAGEM

CUIDADOS DE ENFERMAGEM EM PACIENTES ONCOLÓGICOS SOB A ÓTICA DA TEORIA DAS NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS

Maria Adriana Oliveira De Sousa (adriana-sousa55@hotmail.com)

Thayná De Lima Sousa Henrique (thaylima8214@gmail.com)

Roziane Vieira Mota (roziane.enf.mota@gmail.com)

Thamy Braga Rodrigues (bragathamy@hotmail.com)

RESUMO

As células neoplásicas têm como característica sua proliferação e crescimento excessivo, mesmo na ausência de fatores de crescimento. Através da Teoria das Necessidades Humana básicas, o enfermeiro, enquanto profissional com maior proximidade com o paciente, poderá ter instrução para levantar todas as necessidades biológicas, psicológicas e sociais decorrente da doença e ter mais capacidades de direcionar as suas atividades. A pesquisa tem como objetivo investigar a importância dos cuidados de enfermagem aos pacientes oncológicos, relacionando a Teoria das Necessidades Humanas Básicas. Trata-se de uma revisão literária, em que foram pesquisados artigos científicos nos bancos de dados SciELO. Na composição dos resultados, foram selecionados três artigos específicos sobre o tema, feitos em 2015 e 2017 em português, excluindo teses e sites. O referencial teórico exposto na realização das práticas de enfermagem se torna um guia, demonstrando a cientificidade

da enfermagem impactando diretamente na qualidade do atendimento dos profissionais. O enfermeiro tem como competência o desenvolvimento de ações educativas, ações integradas com outros profissionais, apoia medidas legislativas e identifica fatores de risco ocupacional, na prática da assistência ao paciente e sua família. Portanto, a pesquisa em enfermagem oncológica é essencial para gerar a base de conhecimento que fundamenta a prática clínica, além de poder identificar o impacto do câncer e do tratamento na vida de pacientes e o grupo familiar.

Palavras-chave: Câncer. Cuidados de enfermagem. Necessidades Humanas Básicas. Enfermagem Oncológica. Familiares

ABSTRACT

Neoplastic cells have as their characteristic proliferation and excessive growth, even in the absence of growth factors. Through the Basic Human Needs Theory, the nurse, as a professional with greater proximity to the patient, may be instructed to raise all the biological, psychological and social needs resulting from the disease and to have more abilities to direct their activities. The research aims to investigate the importance of nursing care to cancer patients, relating the Theory of Basic Human Needs. This is a literary review, in which scientific articles were searched in the SciELO databases. In the composition of the results, three specific articles on the theme were selected in 2015 and 2017 in Portuguese. The theoretical framework exposed in the accomplishment of the nursing practices becomes a guide, demonstrating the nursing scientificity impacting directly on the quality of care of the professionals. The nurse has as competence the development of educational actions, integrated actions with other professionals, supports legislative measures and identifies occupational risk factors, in the practice of the assistance to the patient and his family. Therefore, oncological nursing research is essential to generate the knowledge base that supports clinical practice, in addition to being able to identify the impact of cancer and treatment on the life of patients and the family group.

Keywords: Cancer. Nursing care. Basic Human Needs. Nursing Oncology.
Relatives

RESUMO - ENFERMAGEM

É PRECISO CONFECCIONAR: TORNE SUAS AULAS MAIS INTERATIVAS

Thalya Camila Angelim Praciano (thalya2294@gmail.com)

Maria Verônyca Coelho Melo (veronyca.melo@uece.br)

Apesar de a educação receber investimentos, o melhor investimento para a educação está na criatividade de professores e alunos. Desde a metade do século

XX a produção de material didático cresceu nos Estados Unidos e, no Brasil, este

desenvolvimento ocorreu dez anos mais tarde. Todo professor que começa a questionar a sua prática pedagógica, esbarra na limitada variedade de materiais

disponíveis. Direcionar a criatividade de educadores para desenvolver material didático alternativo não é apenas uma via para suprir necessidades educacionais

comuns em países do terceiro mundo, pois a passividade dos alunos diante de instrumentos tecnológicos também sugere uma reflexão sobre as metodologias modernas. A proposta do trabalho foi confeccionar um modelo de relatório didático

para as aulas práticas de parasitologia. A justificativa para a realização do modelo

surgiu da necessidade de se elaborar um modelo que fosse padronizado. Diante

disso levantou-se o seguinte questionamento. Qual é a importância de modelo didático de relatório prático de parasitologia desenvolvido pelos próprios alunos?

Trata-se de relato de experiência realizado nas aulas de monitoria da disciplina de

parasitologia do curso de enfermagem durante agosto de 2017 a junho de 2018 no

Centro Universitário Christus – Unichristus. A metodologia utilizada para a confecção

do modelo de relatório prático foi levantamento de informações em site e bancos de

dados e também ferramentas interativa que contemplasse o relatório. Também foi

utilizado um roteiro para explicar o passo a passo para a confecção do mesmo durante as aulas práticas. Os resultados após a confecção do modelo de relatório foi

muito satisfatório, pois os alunos sentiram-se mais seguros em descrever suas próprias idéias e experiências. Conclui-se que com o modelo didático de relatório os

alunos são mais participativos e a interação é mais bem sucedida. O aprendizado

entre aluno/ monitor e professor é incalculável, além de estimular a interação do

aluno com a disciplina, o vínculo entre os membros das turmas ficam fortalecidos. Acredito que a elaboração de material didático deve ser incentivada para outras disciplinas provocando mudanças no ensino-aprendizagem.

RESUMO - ENFERMAGEM

ESTRATÉGIA TECNOLÓGICA PARA AUXILAR NO ENSINO DA DISCIPLINA DE PROCESSOS PATOLÓGICOS GERAIS NA ENFERMAGEM

Larissa Ferreira Braga (lala_braginha18@hotmail.com)

Cristina Tonin Beneli Fontanezi (ctbeneli@gmail.com)

Introdução: O surgimento do livro digital (e-book) nos trouxe outras oportunidades de comunicação e utilização tecnológica, onde hoje é o meio que mais sobrepõe os jovens e adultos. O livro eletrônico proporciona diversas possibilidades e recursos intrínsecos ao seu formato, podendo ser considerado um meio promissor de disseminação e circulação de informações intelectuais e culturais. Diante disso, essa pesquisa teve como questão norteadora: Qual a relevância de integrar o e-book digital como método de ensino para os alunos da área da saúde? Ademais essa pesquisa contribuirá para profissionais, estudantes de graduação e pesquisadores que necessitem conhecer as evidências produzidas sobre a utilização do e-book como material didático para os alunos da área da saúde. **Objetivo:** Confeccionar um e-book de Processos Patológicos Gerais como material didático para os alunos da área da saúde. **Metodologia:** Essa pesquisa teve como abordagem metodológica um relato de experiência. Para a confecção do e-book como material didático para disciplina de Processos Patológicos Gerais no curso de Enfermagem foi utilizado o site myebookmaker.com. **Resultados:** O estudo foi realizado no período de 2017 a 2018 através do programa de monitoria da instituição UNICHRISTUS. Onde uma vez por semana ocorria encontros acadêmicos e a cada um deles era notório as maiores dificuldades apresentadas pelos os alunos na cadeira de

Processos Patológicos Gerais. Por meio deste fundamento, foi realizado um resumo de todos os assuntos que envolvem a disciplina e através do site myebookmaker.com foi executado um livro digital com 9 capítulos envolvendo todos os assuntos da disciplina e atividades de revisão ao final do último capítulo. O livro digital contém referências de livro, artigos e sites no seu desenvolvimento. Conciliar a era digital, o estilo de vida com material didático de acesso rápido e fácil tem grande relevância para melhorar e facilitar o cotidiano dos universitários. Considerações Finais: A era da tecnologia vem avançando todos os dias, agregar o conteúdo tecnológico a rotinas e estilo de vida de universitários que utilizam esse meio para outros fins didáticos é de extrema qualidade para ajudar e propiciar um acesso rápido e contínuo no aprendizado através de um livro digital.

RESUMO - ENFERMAGEM

ESTRATÉGIAS DE INCENTIVO SOBRE A IMPORTANCIA DA MONITORIA ACADÊMICA DE PARASITOLOGIA

Regilianderson Pereira Dos Santos (regilianderson@gmail.com)

Maria Verônyca Coelho Melo (veronyca.melo@uece.br)

A monitoria acadêmica é a porta de entrada do graduando no campo da docência, e vai bem mais além de uma qualificação para o currículo profissional. Ela é entendida como instrumento para a melhoria do ensino de graduação, através do estabelecimento de novas práticas e experiências pedagógicas¹. Através da monitoria o aluno se aproxima cada vez mais da disciplina e tem a possibilidade de explorar as formas de ensino-aprendizagem durante as aulas, além de contribuir na integração dos alunos com esse processo pedagógico de ensino. Dessa forma, objetivou-se nesse estudo, relatar a confecção de um folheto sobre a importância da participação dos graduandos no processo de monitoria acadêmica da disciplina de parasitologia, do curso de Enfermagem. Trata-se de um relato de experiência das atividades realizadas, que serviram como base para a confecção de um folheto sobre a importância da monitoria acadêmica da disciplina de parasitologia, do curso de Enfermagem no período de Agosto de 2017 a Junho de 2018 no Centro Universitario Christus, campus Parque Ecológico. O ingresso na docência geralmente inicia-se por meio da monitoria acadêmica, nesse período, o aluno tem a oportunidade de adquirir um conhecimento muito amplo sobre a didática de ensino. Durante as monitorias de parasitologia, sempre busquei métodos que facilitassem o aprendizado do conteúdo ministrado pela professora,

aproximando a rotina diária dos graduandos com a parasitologia, essa metodologia se mostrou eficaz, onde o envolvimento de todos aumentou durante a execução das atividades, culminando em bons resultados. Contudo, percebi que faltava algo que poderia ser feito para incentivar esses graduandos a ingressarem nesse processo de monitoria acadêmica. Dessa forma, durante as aulas, sempre explanava sobre as vantagens em participar como monitor durante a graduação, e como é grandiosa essa experiência. Diante disso, surgiu a idéia de criar um folheto que falasse um pouco sobre a importância da monitoria, onde busquei por diversas fontes, fazendo uma leitura minuciosa em cada material encontrado. Assim, o conteúdo do folheto ficou bastante didático e de fácil leitura, onde mostramos; o que era a monitoria, os benefícios, as competências do monitor e como é realizado o processo seletivo de monitoria. A confecção desse folheto mostrou aos graduandos que durante a monitoria o aluno é estimulado a desenvolver habilidades essenciais para o perfil profissional, como comprometimento, responsabilidade, respeito e acima de tudo o conhecimento teórico. Pode-se concluir que a utilização do folheto para incentivar o aluno a ingressar na monitoria acadêmica, foi uma excelente ferramenta de estímulo, tendo em vista que a educação em saúde é a principal vertente da enfermagem e que a prática do ensino facilita esse processo educativo.

RESUMO - ENFERMAGEM

FATORES INTERVENIENTES DA INTERSETORIALIDADE EM SAÚDE MENTAL E DE CUIDADO INTEGRAL: REVISÃO INTEGRATIVA

Dacia Simao (marisa_slima@yahoo.com.br)

Maria Elany Barbosa De Oliveira (maelany@hotmail.com)

Viviane Braga Da Silva (vivibraga125@gmail.com)

Zilmeyre Barbosa Costa (zilmeyrecosta@hotmail.com)

Leilson Lira De Lima (leilsonlira@hotmail.com)

INTRODUÇÃO: A mudança de paradigma alicerçada no novo modelo de atenção à saúde mental após a reforma psiquiátrica proporcionou a desinstitucionalização das pessoas com transtornos mentais, o que favoreceu a inserção social e viabilização da intersectorialidade na saúde mental, garantindo o acesso integral aos serviços, deixando de pertencer exclusivamente aos serviços específicos de saúde mental. **OBJETIVO:** Descrever as evidências científicas sobre fatores intervenientes da intersectorialidade da saúde mental e sua implicação no cuidado integral. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão integrativa realizada na base de dados LILACS e na Scientific Electronic Library Online. A pesquisa ocorreu entre Maio e Agosto de 2018 por meio dos descritores: Saúde mental; Intersectorialidade, Atenção primária à saúde e Profissionais de saúde, entrecruzados pelos operadores booleanos AND, OR e NOT. Utilizou-se como critérios de inclusão artigos publicados nos últimos cinco anos. Os critérios de exclusão foram: artigos repetidos, resenhas, monografias, dissertações, teses estudos de revisão e editoriais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: A inclusão das pessoas em sofrimento mental nos serviços exige da rede de saúde uma articulação entre os diferentes níveis de assistência. Esse processo exige que os serviços deixem de trabalhar de modo individual e requer dos profissionais de saúde o desenvolvimento de ações pautadas no esclarecimento das dúvidas dos usuários a respeito da doença mental, desmistificando preconceitos e discriminações geradas pela sociedade sobre as manifestações comportamentais. Além disso, envolver a família nesse processo como um suporte de apoio, recriando relações entre família, sociedade e usuário com transtorno mental. Contudo, essa prática acaba por se tornar um desafio devido ao despreparo profissional no atendimento desses usuários, atrelado a um sistema que se converte em dificuldade no acesso à rede. **CONCLUSÃO:** O presente estudo evidenciou que a elaboração de estratégias embasadas na atenção qualificada, ações articuladas e um conhecimento teórico-prático, proporcionam ao usuário uma atenção integral e contínua e a melhora da qualidade de vida do indivíduo entre família e sociedade.

REFERÊNCIAS:

Maciel AP, Brito FD, Rocha RMB, et al. Apoio Matricial em Saúde Mental: Tecendo Caminhos na Atenção Primária. Revista Norte Mineira de Enfermagem. 2016; 5(2):127-147. Disponível em < <http://www.renome.unimontes.br/index.php/renome/article/view/115/159>>.

Acessado em < 20 de maio de 2018>.

Scheffer G, Silva LG. Saúde mental, intersetorialidade e questão social: um estudo na ótica dos sujeitos. Serv. Soc. Soc. São Paulo. 2014 abr./jun. 118: 366-393. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n118/a08n118.pdf>>.

Acessado em < 20 de maio de 2018>.

Pedrosa TB, Moreira MIB. Saúde mental e justiça: os desafios do cuidado em rede. Rev. Bras. Pesq. Saúde, Vitória. 19(2): 73-82. abr-jun 2017. Disponível em < <http://periodicos.ufes.br/RBPS/article/viewFile/18864/12841>>. Acessado em < 20 de maio de 2018>.

Tainá N, Weis AH. Evaluación en salud en los servicios de atención primaria en Brasil: revisión integradora. J Nurs Health. 8(1);2018 Disponível em < <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/11091/83>>. Acessado em < 20 de maio de 2018>.

Barros AC, Nascimento KC, Silva LKB. et al. A estratégia saúde da família no processo de matriciamento da saúde mental na atenção básica. Revista Desafios – v. 05, n. 01, 2018. Disponível em < file:///C:/Users/PC%20STI/Downloads/4767-193-24559-1-10-20180401.pdf>. Acessado em < 20 de maio de 2018>.

RESUMO - ENFERMAGEM

FERRAMENTA EDUCATIVA SOBRE DOENÇAS CARDIOVASCULARES: PROPORCIONANDO A CONSCIENTIZAÇÃO DOS PACIENTES

Elisabelle Martins Marrocos (elisabellemarrocos@gmail.com)

Isadora Araujo Rodrigues (isadoraar@hotmail.com)

Kaluanna Araújo De Aguiar (ka.luanna15@gmail.com)

Pedro Luiz Pereira Sales (pedro_sales123@outlook.com)

Maria Neule Cruz Azevedo (neulecruzazevedo@gmail.com)

Ana Paula Almeida Dias (apad480@gmail.com)

INTRODUÇÃO: As doenças cardiovasculares (DCV) estão inclusas no patamar de doenças mais comuns da humanidade atualmente, acometendo um grande número de pessoas que, de acordo com a Organização Mundial da Saúde, estas são responsáveis por 16,7 milhões de mortes ao ano, com projeções para 2020 de sua manutenção como causa principal de mortalidade e incapacitação. As DCV são agravadas com alguns fatores de risco, como: sexo, com predominância nos homens; elevação da idade, principalmente para as mulheres; raça, hereditariedade, porquanto pessoas com histórias familiares até o 2º grau de doenças coronarianas possuem um risco maior de desenvolver a doença, entre os fatores comportamentais, podendo citar o sedentarismo, obesidade, tabagismo, etilismo, ingestão de café, dieta rica em gorduras, alto consumo de sal, estresse e contraceptivos hormonais, compreendendo que o coração é vítima dos hábitos e atividades de vida diária que o mesmo é exposto. Dessa forma, reconhecendo que os hábitos

inapropriados são comuns e frequentes nas famílias brasileiras, é oportuno que os profissionais de saúde utilizem mecanismos que vão além da consulta tradicional, isto é, investindo na educação em saúde, como uma ferramenta que ofereça subsídios para a adoção de novos hábitos e condutas de saúde, pois o processo de educação em saúde constitui-se em um conjunto de saberes e práticas orientadas não somente para prevenção de doenças, mas também para promoção da saúde. OBJETIVO: Relatar o impacto da utilização de uma ferramenta educativa para os pacientes do setor de pré e pós-operatório de um hospital no município de Fortaleza/Ce. METODOLOGIA: Visando a propagação desse conhecimento diante da escassez de material educativo sobre doenças cardiovasculares, foi elaborado uma tecnologia educativa em forma de álbum seriado sobre o referido tema, dentro de um hospital de referência cardiopulmonar terciário da rede pública, vinculado ao sistema único de saúde, no município de Fortaleza-CE, a fim de promover uma orientação aos pacientes no sentido de prevenir as possíveis doenças, além de promover esse conhecimento a respeito das principais patologias cardíacas. O álbum aborda algumas das principais doenças cardiovasculares com ênfase nos seus tratamentos, sintomas, fatores de riscos e prevenção. RESULTADOS: A implantação do recurso educativo deu-se durante o primeiro semestre de 2018, contemplando 120 pacientes em todos os turnos, tendo como perspectiva a orientação quanto às doenças e, principalmente, à prevenção das mesmas, onde foi notório que 80% dos pacientes desconhecem da fisiopatologia das doenças cardíacas que estes possuem, tendo como resultado do álbum como relevante inclusive para os outros 20% dos pacientes, visto que em todas as interações estes mostraram-se atenciosos, em busca de maiores orientações. CONCLUSÃO: A relação de diálogo na educação em saúde é de extrema importância para o paciente e para estreitar a relação profissional-paciente, sendo esta ação através de uma ferramenta educativa nova, evidenciando a comunicação visual através de imagens que abordam a teoria e prática de forma didática.

RESUMO - ENFERMAGEM

FERRAMENTA TECNOLÓGICA EDUCATIVA COMO AVANÇO NO APRENDIZADO E ENSINO NA INICIAÇÃO À DOCÊNCIA

Isadora Araujo Rodrigues (isadoraar@hotmail.com)

José Eduardo Ribeiro Honório Júnior (eduribiologo@yahoo.com.br)

Introdução: A tecnologia tornou-se um tema global muito discutido por trazer seus benefícios e malefícios frente às necessidades da população, onde a mesma contempla todos os contextos sociais, seja como instrumento profissional ou fonte metodológica para o ensino, entendendo o alto índice de adeptos à era digital. Na educação a tecnologia é abordada de maneira explícita por competir com a regressão da capacidade de desenvolvimento do intelecto quando o mesmo não é estimulado por assegurar-se da própria tecnologia ou como complementar quando a tecnologia vem como um estímulo para o maior aprendizado e meio de pesquisas e estudos, tomando ao assunto teses divergentes e exitosas conforme a linha da pesquisa, trazendo à tona a necessidade da sua utilidade de forma segura e inteligente, permitindo que a tecnologia complemente as necessidades da educação e ensino, visando agregar o conhecimento aprofundado, dinâmico e facilitado. Na iniciação à docência é enfrentando desafios como criar e manter o vínculo entre monitor e aluno de forma que haja confiança na troca de conhecimentos e experiências, permitindo aos alunos visualizarem o monitor como uma extensão do professor e ponte para o mesmo fora de aula e tornar a monitoria um momento dinâmico com ambiente confortável ao monitor e aluno, entendendo as necessidades do grupo por ser um horário extracurricular de tira dúvidas, tendo a tecnologia

como aliado para o processo, favorecendo e fortalecendo pontos necessários, visando o aproveitamento da monitoria de forma completa. Objetivos: Relatar o impacto causado no ensino por uma ferramenta tecnológica educativa criada para a ministração da monitoria. Metodologia: Foi desenvolvido para a monitoria da disciplina de Genética do curso de Enfermagem da Unichristus, ministrada durante o segundo semestre do ano de 2017 e o primeiro semestre do ano de 2018, uma ferramenta tecnológica educativa, criada no mês de setembro de 2017 por meio de uma plataforma online e gratuita, sendo sustentada durante um ano do Projeto de Iniciação à Docência com publicações mensais conforme os períodos de avaliação propostos pela instituição, seguindo o cronograma de ensino e conteúdo ministrado pelo docente, sendo criado conteúdos por meio de Slides, FlashCards, Mapas Mentais, Notas, Quiz, Fluxograma e compartilhamento de artigos e notícias relacionados à disciplina, atendendo a demanda dos alunos conforme os horários disponíveis além das monitorias ministradas em sala de aula. Resultados: A extensão da monitoria por meio do site permite aos alunos aprofundarem o conhecimento com exercícios extras e ferramentas inovadoras, tendo a oportunidade de reverem aulas já ministradas no dia e horário desejado, assim como as que ainda serão ministradas em sala de aula, possibilitando ao aluno criar seu cronograma de estudo conforme disponibilidade, sendo o site uma oportunidade para os que não podem estar presentes fisicamente. Conclusões: A internet tornou-se meio de troca de informações, permitindo o acesso no horário acessível ao indivíduo de acordo com sua rotina. O site como extensão da monitoria se adequa a rotina diária dos alunos, permitindo que estes tenham acesso direto e rápido à ferramenta, facilitando o ensino e aprendizado da disciplina.

RESUMO - ENFERMAGEM

GESTÃO DE CONFLITOS NO SERVIÇO DE ENFERMAGEM: COMPETÊNCIA DE LIDERANÇA NO PROCESSO CUIDAR

Ingrid Mota Lins (ingridgmotalins@hotmail.com)

Maria Dayse Pereira (mdaysep60@gmail.com)

INTRODUÇÃO: Atualmente, nos serviços de saúde, destaca-se a competência gerencial da (o) Enfermeira (o) líder do cuidado em gerenciar conflitos, visando a qualificação da relação com a equipe de enfermagem. Assim, entende-se que conflito é todo desacordo resultante da diferença de ideias, valores e sentimentos, que rompe o fluxo de trabalho da equipe. Nesta dimensão, o Enfermeiro líder do cuidado deve ser o mediador da equipe, capaz de restabelecer a harmonia e o equilíbrio do processo cuidar, agregando, valor exitoso ao trabalho dos profissionais. **OBJETIVO:** Identificar os principais conflitos vivenciados pelo Gestor líder do cuidado com o serviço de enfermagem, bem como os fatores que dificultam sua mediação com esses profissionais. **METODOLOGIA:** O trabalho foi desenvolvido por meio de Revisão integrativa de literatura de pesquisa. Para o levantamento dos artigos na literatura, realizou-se uma busca nas seguintes bases de dados: Descritores em Ciências da Saúde (DECS) e Bireme. Foram utilizados, para busca dos artigos, os seguintes descritores nas línguas portuguesa e inglesa: “Enfermagem”, “Gestão”, “Liderança”, “Cuidado” e “Conflitos”. Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos foram: artigos publicados em português, inglês; artigos na íntegra que retratassem a temática referente à revisão integrativa e artigos publicados nos meses de fevereiro e março de 2018. A

amostra se constituiu de 10 artigos e 05 livros pertinentes ao tema. RESULTADOS: O estudo evidenciou, principalmente, a existência dos conflitos interpessoais entre as equipes, sendo que sua mediação fica comprometida pelos seguintes fatores: estresse profissional decorrente do excesso da carga de trabalho, pouco reconhecimento profissional levando à instabilidade laborativa, depressão ou excitação, perda de interesse pelo trabalho, estagnação profissional e desmotivação, podendo resultar em baixo nível de qualidade dos serviços prestados à população. CONCLUSÃO: Se torna necessário que o enfermeiro gestor líder do cuidado, promova a integração profissional por meio da escuta ativa e diálogo, posto que os conflitos devem ser administrados e devem ser vistos como oportunidade de crescimento da equipe. Sendo assim, os enfermeiros deverão utilizar e conciliar suas competências técnicas, humanas e conceituais, bem como vivenciar sua liderança para conduzir a gestão do cuidado com ética, eficiência e eficácia.

RESUMO - ENFERMAGEM

HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS, PRATICANDO A TEORIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Kaluanna Araújo De Aguiar (ka.luanna15@gmail.com)

Elisabelle Martins Marrocos (elisabellemarrocos@gmail.com)

Isadora Araujo Rodrigues (isadoraar@hotmail.com)

Ingrid Maria Porto Sampaio (ingridmpsampaio@hotmail.com)

Ana Paula Almeida Dias (apad480@gmail.com)

INTRODUÇÃO: As mãos são um dos meios mais fáceis de disseminar microrganismos, tornando sua higienização uma prática indispensável para combater os mesmos, sendo uma das medidas mais importantes para impedir a propagação de doenças. Nas mãos abrigam vários tipos de microrganismos, sendo eles, principalmente, divididos em duas populações os pertencentes à microbiota residente, os quais pouco são associados às infecções veiculadas pelas mãos, pois colonizam as camadas mais internas da pele; e a microbiota transitória, que por colonizar a camada mais superficial da pele, é responsável pelas infecções transmitidas pelas nossas mãos, sendo assim a sua remoção ocorre de forma mecânica pela higienização das mãos com água e sabão, sendo eliminada com mais facilidade quando se utiliza uma solução antisséptica. Essa prática deve ser assegurada pelos profissionais de saúde antes e depois de qualquer assistência prestada ao paciente, entendendo que doenças podem ser evitadas com o simples hábito da higienização das mãos.

OBJETIVO: Descrever o seminário sobre lavagem das mãos, enfatizando sua

importância para a saúde pública. METODOLOGIA: Estudo descritivo de abordagem qualitativa feito no laboratório de habilidades técnicas do centro acadêmico Unichristus no mês de fevereiro de 2018, sobre um seminário de lavagem das mãos e sua importância, com os acadêmicos de enfermagem do 4º semestre da Unichristus da disciplina de semiotécnica durante uma aula de 4 horas ministradas pelos discentes com a supervisão do docente responsável. RESULTADOS: Foi apresentada a mesma técnica de lavagem das mãos sendo abordada de maneiras distintas, evidenciando a sua importância no meio da área da saúde, como técnica simples, porém indispensável para promover a saúde individual e coletiva. CONCLUSÃO: Sabendo da quantidade imensurável de microrganismos que residem em nossas mãos, entendendo que isso pode ser transferido facilmente para outras partes do nosso corpo e para as pessoas também, é compreendido que a lavagem das mãos é uma técnica essencial para promover a saúde.

RESUMO - ENFERMAGEM

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DE LESÕES POR PRESSÃO: REVISÃO DE LITERATURA

Kathyanne De Vasconcelos Meneses (kathyannemeneses@outlook.com)

Alice Dantas Almeida (alicedantasalmeida15@gmail.com)

Maria Clara Vieira De Moura (mavm1299@gmail.com)

Tatiana Marques Medeiros (tatianamarquesmedeiros@gmail.com)

Ana Débora Alcantara Coêlho (anadeboraac@yahoo.com.br)

As Lesões por pressão (LP) decorrem da pressão constante em tecidos moles sobre proeminências ósseas. A compressão destes tecidos conduz a isquemia que pode resultar em dano tecidual localizado e morte celular. LP são recorrentes, de difícil tratamento e onerosas. Assim, as inovações tecnológicas para manejo dessas lesões devem considerar eficácia, relação custo-benefício e o impacto orçamentário nos serviços de saúde. O desenvolvimento de tecnologias para prevenção e tratamento de LP otimiza a assistência prestada aos clientes acometidos por essa injúria, em vista da redução do tempo de internação e minimização dos agravos relacionados a essas lesões, que oneram seu tratamento. Objetivou-se analisar as evidências disponíveis na literatura sobre inovações tecnológicas na prevenção e tratamento de LP. A busca foi realizada nas bases de dados BVS/LILACS, PUBMED e SCIELO em artigos publicados entre 2014 e 2018, utilizando os descritores Tecnologia and tratamento and “lesão por pressão”. A amostra foi de sete artigos, divididos segundo as categorias: tecnologias relacionadas ao posicionamento e

movimentação; autocuidado; e terapias não convencionais, a partir das quais procedeu-se a análise de conteúdo. As temáticas mais abordadas referem-se ao emprego de sensores vestíveis de pacientes que atuam sobre a proposição de mudança de decúbito a cada duas horas. Tecnologias do autogerenciamento da prevenção e tratamento de LP a partir da educação em saúde mediada por computadores, e terapêuticas não convencionais como a estimulação elétrica, aparecem em segundo plano. Concluimos que o desenvolvimento das inovações tecnológicas tem visado sobretudo medidas para favorecer a mudança de decúbito e a descompressão tecidual acreditando serem estes os principais fatores preventivos das LP.

RESUMO - ENFERMAGEM

JORNADA DE TRABALHO DA ENFERMAGEM E AS DOENÇAS OCUPACIONAIS: RELAÇÃO ENTRE O CUIDADO E O CUIDADOR.

Jessica Gomes Leite Dos Santos (jessicaanabatista@hotmail.com)

Antonio Robson Oliveira Da Silva (robsonoliveira12@outlook.com.br)

Ana Talita Queiroz Souza (talitasouza57.ts@gmail.com)

Ana Paula Gonçalves Bezerra (paulinhagb2@hotmail.com)

Barbara Ferreira Da Silva (barbi.borges@gmail.com)

Thamy Braga Rodrigues (bragathamy@hotmail.com)

Diante das jornadas cansativas de trabalho dos profissionais de saúde, enfatizando os enfermeiros, tem se observado que de acordo com a revisão integrada de literatura utilizando cinco artigos nos anos de 2005 a 2015, pode - se observar que muito dos enfermeiros trabalham em turnos duplos e noturnos, o que resulta a eles desencadear um alto nível de estresse. A pesquisa tem como objetivo, ressaltar que a maioria dos enfermeiros podem acarretar riscos ocupacionais devido ao alto nível de estresse dentro da área hospitalar e que existem métodos para minimizar - lo. Devido a uma sobrecarga de horário e de ter que supervisionar a equipe do plantão, além de lidar diretamente com a dor e o sofrimento dos pacientes e familiares, esses profissionais carrega dentro de si também outras ocupações, por se tratar na maioria de mulheres enfermeiras que tem responsabilidades com a sua própria família. Conclui – se que diante de uma alta cobrança esses profissionais desenvolvem doenças ocupacionais, como citado o estresse.

It has been observed that according to the integrated literature review using five articles in the years 2005 to 2015, it can be observed that many of the nurses work in double and night shifts, which results in them triggering a high level of stress. The research aims to emphasize that the majority of nurses can carry occupational risks due to the high level of stress within the hospital area and that there are methods to minimize it.

Due to a time overload and having to supervise the staff on duty, in addition to dealing directly with the pain and suffering of patients and their families, these professionals also carry other occupations within themselves, since they are mostly female nurses who have responsibilities with their own family. It is concluded that in face of a high collection these professionals develop occupational diseases, as mentioned stress.

RESUMO - ENFERMAGEM

MANUAL DE PRÁTICAS EM FISIOLÓGIA HUMANA

Joice Silva Duarte (joycesdm4@gmail.com)

Iris Cristina Maia Oliveira (iriscmo@gmail.com)

Introdução: A teoria mantém a prática ao nosso alcance de forma a mediar e compreender de maneira crítica o tipo de práxis necessária. Portanto, a elaboração do Manual de Práticas em Fisiologia Humana tem por finalidade instigar o estudante a analisar experiências e técnicas apresentadas no laboratório de práticas de modo crítico-reflexivo, buscando soluções no conhecimento teórico em Fisiologia Humana. Objetivo: Facilitar a aquisição do conhecimento de modo objetivo, simples e sistemático através de um manual de práticas a ser utilizado em aulas práticas de Fisiologia. Material e método: Para a elaboração do manual, recorreu-se a livros de Fisiologia e Cadernos de Atenção Básica do Ministério da Saúde. Para ilustrar, gráficos foram construídos e fotografias realizadas. Resultados: O manual em construção contém dois experimentos: um da curva glicêmica e outro sobre homeostase do exercício físico; também criamos um caso clínico sobre hanseníase e, em outro momento, expomos as etapas da técnica de aferição da pressão arterial. Em cada sessão, busca-se estimular o conhecimento em Fisiologia para resolver as questões apresentadas. Conclusão: Os conhecimentos adquiridos na disciplina de Fisiologia Humana serão necessários para a melhor compreensão de outras disciplinas dos núcleos básico e específico da graduação em Enfermagem. Além disso, tornarão mais evidentes, para os futuros profissionais, as razões de muitas práticas de prevenção e de

intervenções orientadas pelos enfermeiros, facilitando as associações na construção do raciocínio clínico. Nesse contexto, a manutenção e o aprimoramento das atividades de monitoria em Fisiologia Humana são necessários para a melhor sedimentação do conteúdo e isso justifica a necessidade do Projeto de Monitoria.

RESUMO - ENFERMAGEM

METODOLOGIA ATIVA DE ENSINO-APRENDIZAGEM: PRODUÇÃO DE CARTILHA CIENTÍFICA NO PROGRAMA DE MONITORIA DA DISCIPLINA DE GENÉTICA DO CURSO DE ENFERMAGEM

Nicole Cavalcante Dos Santos (nicolecavalcante12@hotmail.com)

José Eduardo Ribeiro Honório Júnior (eduribiologo@yahoo.com.br)

Introdução. A potencialidade formadora da metodologia ativa na educação em saúde configura uma importante estratégia de ensino, com base na expectativa de acentuada autonomia, objetivando que esses profissionais sejam capazes de resolver problemas e construir novos conhecimentos. Diante disso, a formação dos enfermeiros requer mudanças para a reorientação deste processo, voltadas para o exercício de práticas e saberes. Dessa forma, esta pesquisa tem como relevância mostrar a realização dessa metodologia de ensino na contribuição da formação lúdica dos discentes de enfermagem, tendo como pergunta norteadora: Qual o mecanismo voltado para integrar a teoria com a prática no desenvolvimento desse projeto? Portanto, este estudo justifica-se pela necessidade de adoção de práticas pedagógicas ativas. Objetivos. Relatar a experiência da monitória de genética na práxis do potencial conhecimento dos alunos, através da elaboração de cartilha científica. Método. Trata-se de um relato de experiência da discente de enfermagem elaborado mediante o programa de monitoria. A experiência executou a produção de cartilha de enfermagem voltada para a disciplina de genética. Resultados. Durante a vivência no programa de monitoria, a autora planejou, juntamente com o orientador, um trabalho em formato de cartilha sobre as temáticas que

os alunos da disciplina de genética tinham mais dificuldades no aprendizado, ou seja, sobre as síndromes relacionadas com alterações cromossômicas e as heranças monogênicas mais comuns na prática de enfermagem. Diante disso, foi organizada essa metodologia de forma que os alunos se dividiam em duplas para realizar esse material sobre as síndromes e as doenças dessas temáticas, buscando em todo o processo a postura de protagonista do processo de ensino-aprendizado, tendo a monitora papel fundamental na busca de subsídios para contribuir com o crescimento acadêmico. Ao final da análise do processo de avaliação, os alunos demonstraram o grau de satisfação da produção dessa pesquisa, pois permitiu a troca de conhecimento de forma mais dinâmica ao realizá-lo. Além disso, essas cartilhas serão doadas para o Núcleo de Atendimento e Ensino Ambulatorial da Unichristus, como forma de comunicação dos profissionais e pacientes com esses conteúdos que, muitas vezes, são subdiagnosticados e subtratados. Conclusões. Portanto, constatou a qualidade e a importância da cartilha para o aprendizado lúdico dos estudantes. Ademais, o benefício dessa metodologia, pois o desenvolvimento do trabalho em equipe é significativo a partir da constatação de que o trabalho em saúde requer a articulação com outros profissionais da equipe, passando a compreender a importância da interdisciplinaridade.

RESUMO - ENFERMAGEM

MÉTODOS NÃO FARMACOLÓGICOS PARA O ALÍVIO DA DOR NO TRABALHO DE PARTO E PARTO

Yane Maia Romcy (yaneromcy@hotmail.com)

Clarisse Guimarães Matos (clarisse_gm@hotmail.com)

Mariana Sales (mariana.rosy@gmail.com)

Caroline Medeiros Batista (carol_medeiros_batista@hotmail.com)

Natalia Gondim De Almeida (natygondim@gmail.com)

Ana Virginia De Melo Fialho (anavirginiamf@terra.com.br)

INTRODUÇÃO: O trabalho de parto, apesar de ser um evento fisiológico, é responsável por significativa dor, e cada mulher a vivencia de forma única e individual. Devido à subjetividade da experiência dolorosa, o uso de métodos não farmacológicos para alívio da dor se mostrou eficiente através de vários estudos. O enfermeiro é o principal responsável por exercer esse cuidado antes mesmo do trabalho de parto, ainda na atenção básica, fornecendo informações necessárias às gestantes. Diante disso, observou-se a utilização de vários tipos de métodos não farmacológicos, bem como a melhoria do trabalho de parto com a combinação de mais de um deles. Objetivou-se através desse estudo conhecer a eficiência dos métodos não farmacológicos para alívio da dor. **METODOLOGIA:** Trata-se de um trabalho descritivo, a busca de dados foi realizada nas bases de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e na Base de dados de enfermagem (BDENF); e na biblioteca eletrônica Scientific Electronic Library Online

(SciELO) Para realizar a estratégia de busca fez-se uso dos descritores indexados e controlados Dor do Parto e Terapias Complementares, o estudo foi realizado no período de setembro de 2018. O delineamento de tempo dos artigos foi de 2012-2017. RESULTADOS: Observou-se, através da leitura de um quantitativo de 6 artigos, que o uso de métodos não farmacológicos para alívio da dor é muito importante para a parturiente e funciona de forma eficaz, como por exemplo, alguns aceleram a primeira fase do trabalho de parto enquanto outros atuam na melhora da dor, sendo avaliado por meio de escalas. Constatou-se a importância do enfermeiro obstetra para prestação desses cuidados, por ser o profissional que está presente de forma contínua durante todo o trabalho de parto daquela mulher, além de estar presente, também, durante as consultas de pré-natal, das quais são fundamentais para se utilizar de educação em saúde com o objetivo de explicar sobre os mecanismos do trabalho de parto e as possibilidades de usar métodos não farmacológicos para alívio da dor. CONCLUSÃO: Desse modo, é possível concluir que, a utilização de métodos não farmacológicos, a fim de reduzir as dores provocadas pelo trabalho de parto, são essenciais para promover uma assistência humanizada e de qualidade às parturientes.

RESUMO - ENFERMAGEM

MONITORIA ACADÊMICA E A GESTÃO DO SERVIÇO DE ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Deidiane Rodrigues De Sousa Cruz (deidianerodrigues2014@gmail.com)

Thiago Italo Lima Assuncao (thiago_italo_@hotmail.com)

Maria Dayse Pereira (mdaysep60@gmail.com)

INTRODUÇÃO: A monitoria acadêmica se traduz por ser o necessário apoio pedagógico referente à disciplina “Gestão do Serviço de Enfermagem”, sendo entendida como estratégia de auxílio no processo de ensino aprendizagem. Contribui simultaneamente para o aprendizado do discente e docente, facilitando o desenvolvimento das habilidades práticas¹.**OBJETIVO:** Descrever a vivência como monitora acadêmica da disciplina “Gestão do serviço de Enfermagem”, em Instituição de Ensino superior na cidade de Fortaleza-Ce.**METODOLOGIA:** Trata-se de estudo do tipo relato de experiência, vivenciado como monitora acadêmica referente à disciplina de Gestão do serviço de Enfermagem, sendo desenvolvida no período de agosto de 2017 a julho de 2018. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** O exercício da monitoria possibilita a construção do saber gerencial no serviço de Enfermagem, visando o aperfeiçoamento das competências relacionadas à negociação, tomada de decisão e gerenciamento de conflitos para solução de problemas complexos, liderança, comunicação, pesquisa, organização, num contexto de um campo vasto de experiências pedagógicas na vivência grupal de sala de aula, utilizando-se as metodologias ativas de aprendizagem. **CONCLUSÃO:** A vivência na monitoria da disciplina de “Gestão do Serviço de Enfermagem”,

contribuiu positivamente para que as vivências das metodologias ativas em sala de aula pudessem ser desenvolvidas, aprimoradas e revistas, sempre com a observação direta do docente coordenador. Ademais, estimulou a iniciação à docência e desenvolvimento das competências ao discente, visando a apreensão e produção do conhecimento, promovendo a cooperação entre docentes e discentes. Nesta perspectiva, a experiência da monitoria acadêmica contribuiu sobremaneira, para a criação de vínculos entre os discentes em sala de aula, estimulando o aprendizado, bem como a melhoria da qualidade de ensino.

REFERENCIAS

1. SANTOS, G. M.; BATISTA, S. H. S. S. Monitoria acadêmica em formação em/para saúde: desafios e possibilidades no âmbito de um currículo interprofissional em saúde. ABCS Health Sciences. São Paulo. v. 40, n. 3, p. 203-207, 2015.
2. FERNANDES, N. C.; et al. Monitoria acadêmica e o cuidado da pessoa com estomia: relato de experiência. Revista Mineira de Enfermagem. Belo Horizonte. v. 19, n. 2, p. 238-241, 2015.
3. ABREU, T. O; et al. A monitoria acadêmica na percepção dos graduandos de enfermagem. Revista de Enfermagem da UERJ. Rio de Janeiro. v. 22, n. 5, p. 507-12, 2014.

RESUMO - ENFERMAGEM

MONITORIA ACADÊMICA INICIALIZAÇÃO À DOCÊNCIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA DE HISTOLOGIA, CITOLOGIA E EMBRIOLOGIA.

Priscila De Sousa Leitao (priscila_leitao@hotmail.com)

Delano José Macedo Leite (delano.leite@uol.com.br)

INTRODUÇÃO: A monitoria acadêmica é a modalidade de ensino-aprendizagem, dentro das necessidades de formação acadêmica, destinada aos alunos regularmente matriculados nas Instituições de Ensino Superiores (IES), com a finalidade contribuir para o aprimoramento de habilidades didáticas e fornecer um ganho intelectual ao aluno-monitor. **OBJETIVOS:** despertar o interesse pela docência, mediante, o desempenho de atividades ligadas ao ensino da disciplina de Histologia, Citologia e Embriologia, possibilitando a experiência da vida acadêmica, por meio da participação em diversas funções da organização e desenvolvimento da disciplina do curso de Enfermagem, além de possibilitar a apropriação de habilidades em atividades didáticas. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo, com enfoque no relato de experiência, realizado no período de agosto de 2017 a agosto de 2018, a partir da vivência da monitoria de Histologia, Citologia e Embriologia elaborada para alunos ingressantes no segundo semestre do curso Bacharelado em Enfermagem pelo Centro Universitário Christus, Campus Parque Ecológico. **RESULTADOS E DISCURSÕES:** As atividades de monitoria incluíam encontros semanais para revisão de conteúdo dado em sala de aula, esclarecimento de dúvidas, elaboração de exercícios de revisão e resumos dos

conteúdos que foram visto em sala de aula, com disponibilização de slides elaborados para a monitoria. Sendo necessário para a realização de todas essas atividades, a preparação, leituras de bibliografias, realização de pesquisas e planejamento, levando o monitor a desenvolver sua criatividade, adquirir novos conhecimentos e a buscar a forma mais didática de auxiliar a transmissão de conhecimentos da disciplina. CONCLUSÃO: Por fim, percebe-se que o exercício da atividade de monitoria é uma experiência bastante enriquecedora, uma vez que propicia contato do aluno com a docência, contribuindo com o fortalecimento do conhecimento por exigir que o monitor reveja os conteúdos que lhe foram anteriormente apresentados, e sendo uma fonte enriquecedora para seu currículo.

RESUMO - ENFERMAGEM

**MONITORIA INTERDISCIPLINAR EM ENFERMAGEM: RELATO DE
EXPERIÊNCIA**

Beatriz Holanda Nogueira (biaholanda_@hotmail.com)

Anna Paula Sousa Da Silva (annapaula_ufc@yahoo.com.br)

Laurineide De Fátima Diniz Cavalcante (lauridiniz@yahoo.com.br)

MONITORIA INTERDISCIPLINAR EM ENFERMAGEM: RELATO DE
EXPERIÊNCIA

Beatriz Holanda Nogueira¹

Anna Paula Sousa da Silva²

Laurineide de Fátima Diniz Cavalcante³

Acadêmica de Enfermagem do sexto semestre, UNICHRISTUS.

Enfermeira, Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará.

Enfermeira, Mestre em Enfermagem pela Universidade de Fortaleza.

INTRODUÇÃO: A monitoria acadêmica é uma modalidade de ensino das Instituições de Ensino Superior (IES), que visa aprimorar a qualidade do ensino, estimular a cooperação do corpo discente com o corpo docente nas atividades acadêmicas e despertar no aluno de graduação, com desempenho satisfatório, o interesse pela carreira docente. Desse modo, este programa traz grandes benefícios para a qualificação profissional de todos os envolvidos. Na Semiologia, especificamente, estuda-se avaliação de sinais e sintomas de doenças, formando a base do enfermeiro. Pode-se utilizar várias estratégias para capacitar a visão clínica dos alunos, assim, o uso da interdisciplinaridade, que amplia seu olhar diante de um caso clínico, podendo ter consciência da importância de cada disciplina na grade curricular e seu total entendimento.

OBJETIVO: Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência, no qual descreve-se a vivência de uma monitoria integrada entre as disciplinas Anatomia Humana, Fisiologia e Semiologia.

METODOLOGIA: Utilizou-se como ferramenta um caso clínico com tema principal o sistema cardiorrespiratório, tendo o público alvo os alunos do primeiro ao quarto semestres do curso de graduação em Enfermagem do Centro Universitário Christus – Parque Ecológico, onde iniciou-se com a leitura e interpretação do caso clínico com os alunos, pontuou-se todos os aspectos a serem avaliados e contabilizados na hora da avaliação clínica, considerando suas queixas, dados físicos e sociais. Em seguida, procedeu-se com a hipótese diagnóstica e como cada disciplina estaria presente durante a análise. Cada monitora ministrou conteúdos relacionados ao caso clínico, seus achados patológicos, alterações e sinais e sintomas que fossem característicos. O projeto foi idealizado e implementado em março de 2018 e efetuou-se na própria IES.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: Pôde-se observar grande interação e participação dos alunos,

considerando que eles puderam ter o primeiro contato com a singularidade e relação das disciplinas no dia a dia do enfermeiro, onde juntos avaliaram integral e interdisciplinarmente os aspectos apresentados pelo paciente e aplicá-los a prática, visando que uma das maiores dificuldades dos alunos era realizar os conhecimentos ministrados em sala de aula. CONCLUSÃO: A monitoria interdisciplinar trouxe grande crescimento para o início a prática da docência, vivência e possibilidades no momento de criar um novo método de ensino, objetivando o melhor entendimento do aluno sobre o conteúdo ministrado, observou-se que este crescimento se ampliou também para todos os participantes da aula, onde houve incentivo ao ensino, pesquisa e extensão, bem como aprendizagem, que desde cedo devem ser estimulados, considerando a qualidade destes profissionais que brevemente estarão no mercado de trabalho e inovando essa área.

Palavras-chave: Interdisciplinaridade. Docência. Ensino. Caso clínico. Monitoria.

RESUMO - ENFERMAGEM

MONITORIA NO I SEMINÁRIO REGIONAL DE ENFRENTAMENTO DA SÍFILIS EM FORTALEZA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Elany Barbosa De Oliveira (maelany@hotmail.com)

Romario Da Silva Lima (romario.dasilvalima@gmail.com)

Karen Layane Ferreira Batista (karelay20@gmail.com)

Dácia Simão Dos Santos (daciasimao@outlook.com)

Maria Iara De Sousa Rodrigues (iararodrigues_lale@yahoo.com.br)

INTRODUÇÃO: A Sífilis, também chamada de cancro duro ou Lues, é uma doença causada pela bactéria *Treponema pallidum* que, na maior parte dos casos, é transmitida através do contato íntimo sem uso de preservativo, sendo uma das IST (Infecções Sexualmente Transmissíveis) que a cada dia mais vem crescendo. Quando surge durante a gravidez, ela pode infectar o feto, que contrai a sífilis congênita, podendo levar até a morte do bebê. Embora seu tratamento seja simples, quando descoberta no início da infecção, ainda é considerada uma epidemia. **OBJETIVO:** Objetivou-se relatar a experiência vivenciada pelos monitores em Ciências Biológicas e o Processo de Cuidar, do curso de enfermagem da Unichristus, no I Seminário Regional de Enfrentamento da Sífilis da Coordenadoria Regional de Saúde V. **METODOLOGIA:** Configura-se como um relato de experiência do Seminário, tendo sido realizado a partir de uma Instituição de Ensino Superior (IES) em Fortaleza/CE, nos Campus Parque Ecológico, além do CUCA Mondubim, nos meses de Agosto e Setembro de 2018. Dentre o público participante tiveram

Médicos (71), Enfermeiros (97), Dentistas (49), profissionais do NASF (30), Gestores (24), Técnicos de Enfermagem (120), ACS (505), ACE (121), Mobilizadores Sociais/NESMS (20) e AVISA (16). Participaram também preceptores de estágios de outras IES, universitários, técnicos da Secretaria Municipal de Saúde, técnicos da CORES V, além de 15 monitores de enfermagem. RESULTADOS: O seminário trouxe de forma simples e humanitária a abordagem para com essas pessoas, a fim de diminuir as contaminações e futuramente que esta mesma entre para os dados de infecções erradicadas. O evento ainda mostrou o quão simples é o tratamento quando identificado ainda no estágio inicial da infecção. A automedicação mascara os sintomas, dificultando a ida do indivíduo a uma UAPS para realização dos testes rápidos para dar-se o início do tratamento de forma adequada. CONCLUSÃO: Conclui-se que o combate a sífilis é árduo e ao mesmo tempo não deve parar. Conscientizar as pessoas para uso de preservativos ainda é a melhor forma de combate e que a participação dos monitores no evento colaborou para uma organização com excelência, além de troca de saberes com os diversos profissionais.

RESUMO - ENFERMAGEM

O EXERCÍCIO DA MONITORIA COM BASE NOS PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Luiz Cassimiro De Araújo Júnior (l.cassimiro@outlook.com)

Ana Kelvia Oliveira Rodrigues Pontes (kelviarodrigues.3@gmail.com)

Thiago Italo Lima Assuncao (thiago_italo_@hotmail.com)

Antônio Gean De Lima (geanlima@hotmail.com.br)

Laurineide De Fátima Diniz Cavalcante (lauridiniz@yahoo.com.br)

Introdução: As instituições de ensino superior (IES), tem se preocupado cada vez mais em desenvolver projetos educativos e pedagógicos que auxiliem os alunos a desenvolverem competências e habilidades exigidas pela evolução do mundo contemporâneo, baseiam-se assim nos quatros pilares da educação, aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a conviver e aprender a ser. (FRISON, 2016; SCHERER; SCHERER, 2012). Entre os projetos adotados pelas instituições, o programa de monitoria acadêmica constitui uma ferramenta de apoio pedagógico no qual o discente-monitor tem a oportunidade de intensificar seus conhecimentos, fortalecer habilidades teórico-práticas além de esclarecer dúvidas com o aprofundamento do tema abordado, perpassando assim o aprendizado professor, discente-monitor e aluno (ANDRADE, 2018). Objetivos: Descrever a relação do exercício da monitoria com as bases do princípio da educação, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. Metodologia: Trata-se de um relato de experiência, ocorrido entre os meses de agosto de 2017 á agosto de 2018, como discentes-

monitores da disciplina Bloco Operatório de uma instituição de ensino superior da cidade de Fortaleza/CE, Brasil. Os discentes somavam 14, e eram ofertados plantões tira-dúvidas, atividades de revisão através de aulas expositivas, materiais impressos, tendo como foco principal aulas práticas em laboratório onde foram executadas as principais técnicas da disciplina, como: instrumentação cirúrgica além de práticas de degermação e paramentação cirúrgicas. Resultados e discussão: À prática da monitoria propicia ao discente-monitor, uma oportunidade de descobrir suas habilidades docentes, contemplando o processo do conhecer, fazer, conviver e ser, na perspectiva de ofertar um aprendizado responsável, articulando assim a teoria e a prática (DANTAS, 2014). Considerando que o aprender a conhecer relaciona-se com a aplicação do que foi transmitido, na monitoria, foi elaborado estratégias que auxiliassem a fixação do aprendizado, como aulas práticas, no qual os alunos identificavam a finalidade de cada instrumento cirúrgico, associando a funcionalidade do instrumento ao tempo cirúrgico escolhido. O aprender a ser busca no discente a identidade profissional, sobre como iremos colocar em prática o conhecimento adquirido. Para tanto foi conduzido discussões de artigos buscando a reflexão crítica e o autoaprendizado. Contudo, para levarmos este aprendizado a prática profissional de forma eficiente, precisamos ter em mente a singularidade de cada ser, as diferenças existentes e a necessidade do respeito pelo próximo, sendo este o saber a conviver. Para este saber, foi abordado problematizações com os alunos, questionando não apenas as suas condutas diante das diferenças, mas o raciocínio crítico de condutas já tomadas. Por fim, um dos princípios fundamentais, o aprender a ser considera que a educação deve contribuir para o desenvolvimento de forma ampla do ser humano, neste aspecto, a junção dos três primeiros saberes, promove esse desenvolvimento do indivíduo nos aspectos de sensibilidade, sentido estético e responsabilidade pessoal. Conclusão: O programa de monitoria proporcionou para o discente-monitor um momento de troca de saberes, e de aprendizado mútuo, proporcionando uma visão próxima da docência, identificando os desafios e compreendendo as diferentes relações humanas, em um processo complexo, contínuo e dinâmico.

RESUMO - ENFERMAGEM

O PAPEL DO ENFERMEIRO CONTEMPORÂNEO FRENTE ÀS EXIGÊNCIAS DA SOCIEDADE ATUAL

Angélica Ferreira Lima (angelicalima266@gmail.com)

Antonio Robson Oliveira Da Silva (robsonoliveira12@outlook.com.br)

Antonia Eridalva De Brito Campos (eridalva16@hotmail.com)

Andressa Oliveira Da Silva (aollyveira@gmail.com)

Fatila Patricia Santos Gomes (fatilagomes@yahoo.com.br)

Thamy Braga Rodrigues (bragathamy@hotmail.com)

O papel do enfermeiro como educador vem passando por várias transformações ao longo de sua existência, a enfermagem deixa de exercer apenas atividades assistenciais e se expande para a área da docência frente às exigências do seu papel na formação profissional, nas necessidades de saúde da população e do seu exercício profissional, esse crescimento surgiu paralelamente às políticas públicas de educação, onde se observa uma expressiva expansão da educação superior, através do aumento do número de Instituições de Ensino Superior (IES) e a procura de conhecimentos para autocuidados trazidos pela sociedade (ERDMANN et al.,2011). Este estudo tem como objetivo relatar a experiência de acadêmicos de Enfermagem durante oficina de discussão sobre o enfermeiro educador. Trata-se de um estudo baseado na experiência dos discentes de Enfermagem na disciplina de métodos e técnicas do ensino, após construção de mapa conceitual sobre o papel do enfermeiro educador. Os graduandos participaram ativamente com

casos práticos e fundamentações sobre o papel do enfermeiro contemporâneo, foi ressaltado que educar vai além de transmitir conhecimentos, mas orientar sobre uma prática consciente e potencializar o autocuidado da comunidade, por meio da educação e saúde, a fim de promover autonomia para as pessoas se responsabilizarem por sua própria saúde, criando condições e fortalecendo a população a promover a prevenção e manutenção do bem-estar. Dessa forma, conclui-se que esse processo expansionista na Enfermagem, é de suma importância para a construção profissional e um tanto desafiador para o enfermeiro, levando-o a buscar conhecimentos inovadores e de utilidade para a sociedade, contribuindo assim para seu desenvolvimento profissional científico e pedagógico.

RESUMO - ENFERMAGEM

O USO DAS TECNOLOGIAS E MÍDIAS SOCIAIS PARA O APRENDIZADO NA MONITORIA DE ANATOMIA HUMANA

Karla Tifany Lima Torres (karlatifanylimatorres@gmail.com)

Joaquim José De Lima Silva (jjdelimasilva@gmail.com)

INTRODUÇÃO: O programa de iniciação a docência é um desenvolvimento pedagógico para os alunos em que as instituições de ensino superior (IES) tem se preocupado em ampliar esse projeto para conquistar melhores resultados acadêmico; O Ensino superior trás muitas dificuldades para o aluno, como uma delas não compreender os conteúdos então a utilização do monitor para auxiliar nesse processo por meio do uso das mídias sociais, promove um processo ativo e significativo para o ensino de forma flexível e envolvente. As tecnologias dentro da educação é uma estratégia didática que pode ser utilizada a favor e não como uma barreira. **OBJETIVO:** Descrever o uso das tecnologias e mídias sociais para o aprendizado na monitoria de anatomia humana. **METODOLOGIA:** O presente estudo trata-se de um relato de experiência sobre a monitoria da disciplina de Anatomia Humana, durante o mês de junho de 2018, no Centro Universitário Christus (Parque Ecológico), eu desenvolvi um vídeo aula e disponibilizei via WhatsApp® para os alunos com a finalidade de utilizar o virtual para o ensino e após eles estudarem a mídia, no dia seguinte foi aplicado um questionário presencial pelo aplicativo chamado Kahoot para avaliar o nível de entendimento a partir do vídeo, sua aplicação foi a partir de perguntas feitas por mim, no qual os alunos liam no projetor e respondiam em seus próprios Smartphones e no fim era calculado o placar de

cada e feito uma lista dos pontos. RESULTADOS E DISCUSSÃO: O questionário foi sobre sistema cardiovascular assim como o vídeo produzido, as questões foram objetivas, dez perguntas ao todo e cada pergunta com quatro alternativas, com apenas uma delas correta, abordavam sobre estrutura e funções em geral; O aplicativo Kahoot desenvolve porcentagens sobre o final do placar, mostrou que 36% foram o total de respostas incorretas e 64% o total de respostas corretas. CONCLUSÃO: Deste modo conclui-se que o uso de formas alternativas e das mídias digitais trouxe uma resposta positiva no processo de ensinamento e aprendizagem, no qual houve resultados relevantes para os alunos e mostra como é importante para a área educacional e ressalta como o projeto de monitoria é de uma seriedade e essencial para apoio do ensino, portanto é benefício para o monitor que expande seus conhecimentos como para os discentes que potencializa a compreensão e o aprendizado.

RESUMO - ENFERMAGEM

O USO DE WEBSITE COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO NAS MONITORIAS DE FARMACOLOGIA

Cynthia Rayanne Da Silva Rodrigues (cinthiarodrigues01@hotmail.com)

Maria Isabel Menezes Jorge (isabel-jorge@hotmail.com)

Francisca Taciana Sousa Rodrigues (taciana7maia@gmail.com)

Atualmente as tecnologias são responsáveis por tornar o ambiente educacional motivador e as atividades de monitoria algo interessante e desafiador, atrelado a esse fator os dispositivos móveis também vem tornando-se cada vez mais presentes na vida cotidiana. Neste contexto, destacamos a inclusão destes recursos no processo educacional proporcionando atividades pedagógicas inovadoras ativando a atenção e envolvendo os alunos nas discussões. A utilização de plataformas de criação de questionário, pesquisa e quizzes, baseado em jogos com perguntas de múltipla escolha permite aos educadores e estudantes investigar, criar, colaborar e compartilhar conhecimento. O objetivo do trabalho é relatar a experiência da monitora ao implementar o website Kahoot! nas aulas de monitoria da disciplina de Farmacologia. O presente estudo destaca a importância da utilização das tecnologias digitais na perspectiva didática. Como critério metodológico, foram aplicadas doze questões de acordo com os conteúdos programáticos da disciplina que foram vistos no último período do semestre, dentre eles: Anti-inflamatórios não esteroides, Anti-histamínicos, Hipoglicemiantes e Anti-hipertensivos. Esse tipo de metodologia envolve todos os alunos de maneira concomitante, pois cada questão possui um tempo estipulado para ser respondida e quanto mais rápida

a resposta é realizada, maior a pontuação do aluno, dessa maneira, os alunos ficam ainda mais entusiasmados em participar do jogo. Como resultado, observou-se através da experiência da monitora que houve um melhor desempenho e maior interação dos alunos com a aplicação deste recurso metodológico do que com a utilização do método tradicional de ensino. A própria ferramenta propiciou a motivação dos alunos, pois o lúdico e o lógico ficaram mais acentuados com a utilização do mesmo. Outro aspecto de destaque foi o fato do próprio website fornecer o ranking dos ganhadores durante a atividade, isso instigou os alunos a responderem as perguntas rapidamente e de maneira correta. Desta forma, conclui-se que os discentes estão acompanhando o avanço da tecnologia o que reflete em alunos mais conectados e dispostos a participarem deste processo. A aplicação desta metodologia proporciona tanto maior poder de argumentação e autonomia quanto amplia a eficiência no processo de ensino aprendizagem, dado que pode ser observado no maior percentual de acertos com o Kahhot! que com o método tradicional.

RESUMO - ENFERMAGEM

OFICINA PARA PROMOÇÃO DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA COM ADOLESCENTES ESCOLARES EM FORTALEZA-CE

Francisca Caroline Coutinho Martins (fcarolcout@icloud.com)

Maria Andresa Gomes Pereira (andresagomes_@outlook.com)

Maria Lara De Sousa Rodrigues (iararodrigues_lale@yahoo.com.br)

Luzy Hellen Fernandes Aragão Martins (luzyhellen@hotmail.com)

INTRODUÇÃO: A adolescência pode ser compreendida como um processo fundamentalmente biológico, que acontece nos indivíduos entre os 10 e 19 anos de idade. Normalmente é nessa fase que alguns indivíduos começam a vivenciar as primeiras práticas sexuais, as quais assumem um caráter específico, ocasionando a escolha de um parceiro sexual à medida que ocorrem o desenvolvimento de suas funções reprodutivas e o aumento do conhecimento sobre sexo. A preocupação diante dos comportamentos sexuais dos jovens é marcada por diversos fatores e o período do ciclo vital compreende um deles. Entre as possíveis consequências de uma vida sexualmente ativa, destacam-se a gravidez indesejada e a contaminação por infecções sexualmente transmissíveis (IST'S), entre elas o HIV(AIDS). É de conhecimento de todos que a grande maioria dos adolescentes passa a maior parte do seu tempo na escola, onde os contatos sociais e grupos de pares são estabelecidos e mantidos. Portanto, torna-se relevante realizar educação em saúde sobre o comportamento sexual de adolescentes inseridos nesse contexto para que medidas efetivas de promoção da saúde sexual dessa

parcela significativa da população, sejam tomadas. OBJETIVO: Relatar a experiência da realização de oficina para promoção da saúde sexual e reprodutiva com adolescentes escolares em Fortaleza-CE. METODOLOGIA: Trata-se de um relato de experiência de realização de oficina para promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, desenvolvida numa escola estadual de ensino fundamental e médio de Fortaleza, em maio de 2018, como parte do projeto de iniciação à pesquisa de alunas do 9º semestre do curso de enfermagem e uma professora da Unichristus. Sendo os facilitadores da oficina duas alunas. RESULTADOS E DISCUSSÃO: A oficina teve como tema central o sexo seguro, ela foi realizada através de perguntas elaboradas pelas pesquisadoras que dividiu a turma em duas equipes onde foram entregues placas onde havia a opção de mito e verdade e a cada pergunta faziam o senso crítico dos adolescentes sobre suas dúvidas de mito ou verdades, entre variadas perguntas que envolviam a sexualidade e o uso correto ou incorreto de contraceptivos. Deste modo, foi retirado as dúvidas e mitos criados pelos adolescentes no decorrer da sua vida. Pode-se perceber que a maioria dos estudantes teve boa aceitação, foram receptivos e participativos com o tema proposto. CONCLUSÃO: A experiência educativa mostrou-se construtiva de ambos os lados, refletindo sobre a grande importância para enfermagem trabalhar com a saúde sexual nessa faixa-etária e nesse ambiente, reconhecendo de tal maneira que sexualidade e educação sexual são dois aspectos que o profissional de enfermagem dos cuidados de saúde primários deve trabalhar. Atividades como esta realizada na escola devem ser estimuladas pela gestão e incorporadas a rotina escolar, como forma de prevenção de problemas e promoção de saúde para os estudantes.

RESUMO - ENFERMAGEM

OS DESAFIOS DA MONITORIA NA UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS E MÉTODOS NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Maria Aparecida Da Silva Gomes (ciddagomes.s@gmail.com)

Viviane Braga Da Silva (vivibraga125@gmail.com)

Marinna Maria De Andrade Costa (marinnamac@gmail.com)

INTRODUÇÃO: Habitualmente, as atividades assumidas pelos monitores tem como objetivo auxiliar o professor titular. Entretanto, vemos no ensino superior a monitoria sendo utilizada de forma bem mais frequente e abrangente, como estratégia para atingir discentes que possuem dificuldades de aprendizagem no ensino. A metodologia didática é um conjunto de técnicas e métodos que são aplicadas no processo de ensino aprendizagem. Frente ao exposto observa-se que o monitor do curso de graduação possui grande responsabilidade ao determinar os métodos e técnicas que serão utilizadas na monitoria, visto que a escolha adotada poderá influenciar o objetivo central da monitoria que é a soma dos conhecimentos e oferecendo suporte nas dificuldades de aprendizagem dos demais alunos. **OBJETIVO:** Demonstrar os desafios enfrentados pelos monitores na busca e na implementação de métodos e técnicas do processo ensino aprendizagem. **METODOLOGIA:** Trata-se de um relato de experiência que ocorreu durante o período da monitoria da disciplina de Enfermagem em Bloco Operatório do Centro Universitário Unichristus que teve seu início em julho de 2017 e conclusão em agosto de 2018. Semestralmente é realizada uma reunião para definir um plano de atividades que serão executadas durante todo o semestre. **RESULTADOS:** Realizamos as

seguintes atividades definidas: Quiz/Questionário; Orientações práticas no laboratório; Plantão tira-dúvidas na biblioteca; Resumo das aulas e Jogo interativo de perguntas e respostas. Algumas atividades utilizadas tiveram maior adesão dos alunos. Segundo os alunos os resumos e os questionários que eram disponibilizados auxiliavam na aprendizagem do conteúdo. Em relação as aulas práticas no laboratório identificamos que os alunos compareciam apenas próximo da realização das provas. Durante o último semestre nenhum aluno compareceu ao plantão tira-dúvidas na biblioteca. O jogo interativo teve o maior número de participação e foi bem aceito pelos alunos. CONCLUSÃO: Nota-se que algumas atividades possuem menor interesse dos alunos. Quando associado a tecnologia e a interatividade do jogo percebemos um aumento significativo de adesão e participação. Cabe ao monitor acrescentar a adoção de novas técnicas que envolvam mais dinamismo e interação como estratégia no processo de ensino aprendizagem.

RESUMO - ENFERMAGEM

PRODUÇÃO DE PRANCHAS PARASITOLÓGICAS: UM POTENTE MATERIAL DE APOIO EM LABORATÓRIO

Cristiana Oliveira Souza (cristianasouza2511@hotmail.com)

Maria Verônyca Coelho Melo (veronyca.melo@uece.br)

Regilianderson Pereira Dos Santos (regilianderson@gmail.com)

A monitoria acadêmica trata-se de um programa que contribui para a qualidade e eficácia do ensino nas universidades, buscando oferecer auxílios aos estudantes que necessitam aprofundar conteúdos e sanar dúvidas acerca das matérias que são trabalhadas dentro da sala de aula. Proporcionando o aprofundamento do conhecimento dos alunos, esclarecendo dúvidas e os auxiliando na vida acadêmica. O avanço tecnológico vivido nos últimos anos tem possibilitado o desenvolvimento de novas ferramentas e estratégias para serem aplicadas no contexto educacional¹. Parte desse processo de ensino e aprendizagem, deve-se por estarmos sempre reinventando a maneira de ensinar, buscando novas maneiras de estudos. Com isso, objetivou-se nesse estudo, relatar o processo de confecção de pranchas parasitológicas que auxiliam os estudos em laboratório. Trata-se de um relato de experiência, do processo de confecção de peças que auxiliam o acadêmico durante as aulas práticas de laboratório, denominadas de pranchas parasitológicas. O estudo aconteceu durante a monitoria de Parasitologia, do curso de Enfermagem. No período de Agosto de 2017 a Junho de 2018, nos laboratórios de microscopia do Centro Acadêmico Christus, Campus Parque Ecológico. A idéia de confeccionar as pranchas parasitológicas surgiu da necessidade de facilitar a

comunicação entre aluno e monitor, onde ambos estariam conectados em um objetivo e estariam compartilhando conhecimento. A confecção dessas pranchas foi uma estratégia trabalhada e desenvolvida com o intuito de facilitar a fixação do conteúdo das aulas práticas. Com o auxílio das pranchas o acadêmico consegue visualizar com mais clareza e exatidão os microrganismos das lâminas que estão nos microscópios. Assimilando o conteúdo teórico com a prática, o aluno compreende melhor o conteúdo, melhora o nível de questionamento, contribuindo para a melhoria no desempenho da resolução de exercícios práticos e teóricos sobre parasitologia. Pode-se concluir que a partir do uso das pranchas foram observados resultados satisfatórios em relação à identificação dos microrganismos, a comunicação com o monitor e bom desempenho na resolução das atividades teóricas.

RESUMO - ENFERMAGEM

PROMOÇÃO DO AUTOCUIDADO EM CRIANÇAS, RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Fatila Patricia Santos Gomes (fatilagomes@yahoo.com.br)

Andressa Oliveira Da Silva (aollyveira@gmail.com)

Angélica Ferreira Lima (angelicalima266@gmail.com)

Davdison Marcelo De Oliveira (davdisonbandolim@hotmail.com)

Layon Wagner Rabelo Fernandes (layon.wagner@hotmail.com)

Danielle De Oliveira Albuquerque (dani_vini_ravel@hotmail.com)

RESUMO

As crianças necessitam de meios que reduzam as situações de vulnerabilidade a doenças, evitando situações de risco, através de intervenções, que defendam prioritariamente a equidade e incorporem a participação social e a intersetorialidade de políticas públicas. A escola é fator importante pela integração e formação desses indivíduos. Implementar a promoção à saúde em crianças e incentivá-las ao autocuidado, utilizando metodologias ativas. Trata-se de estudo descritivo, de natureza qualitativa, do tipo relato de experiência. As atividades foram realizadas por acadêmicos de Enfermagem em uma escola pública, no período de setembro a outubro de 2017, na cidade de Fortaleza-CE, com alunos do 1º ano do ensino infantil, de idades entre 06 e 08 anos. A pesquisa foi desenvolvida com oficinas dinâmicas que buscaram mostrar e incentivar hábitos saudáveis. Em um primeiro momento desenvolveu-

se uma dinâmica com fantoches em forma de frutas, onde as crianças identificavam a sua fruta preferida e enfatizava a importância da lavagem das mãos antes de consumi-la e a lavagem da própria fruta, sendo finalizado esse momento com a oferta de salada de frutas para as crianças. A ação foi proposta para 16 alunos com idades entre 06 e 08 anos e uma professora do 1º ano. Utilizamos fantoches com os alunos, expondo a eles a concepção de educação em saúde, e promovendo através da dinâmica a expansão de assuntos interligados ao ambiente em que vivem. A partir do proposto foi produzido um mural com desenhos onde expuseram o aprendizado deles sobre a educação em saúde realizada. Além da prática realizada sobre outros aspectos como lavagem das mãos e dos alimentos. Obtiveram-se resultados positivos por parte dos alunos, com grande participação, antes, durante e depois da intervenção. Conclui-se que a educação em saúde no âmbito escolar trata-se de um recurso por meio do qual os conhecimentos cientificamente produzidos podem atingir a vida cotidiana das crianças oferecendo subsídios para adoção de hábitos e condutas de saúde. Acredita-se que o presente estudo pode contribuir para a intensificação das ações de promoção em saúde no contexto escolar.

RESUMO - ENFERMAGEM

PROPOSTA DE UM JOGO DE TABULEIRO INTITULADO “IMUNOCORRIDA” COM ASSUNTOS SOBRE IMUNOLOGIA E MICROBIOLOGIA PARA ENSINO SUPERIOR.

Amanda Alves De Oliveira (amandaalvesenfermagem@gmail.com)

Marcia Valeria Brandão Dos Santos Martins (mvbsmartins@gmail.com)

RESUMO

Proposta de um jogo de tabuleiro intitulado “IMUNOCORRIDA” com assuntos sobre imunologia e microbiologia para ensino superior.

Amanda Alves de Oliveira

Márcia Valéria Brandão dos Santos Martins

INTRODUÇÃO O aprendizado sobre a relação microrganismo-hospedeiro é muito importante, já que um dos principais ambientes de trabalho dos profissionais de saúde é em ambiente hospitalar e qualquer erro pode causar sérias complicações no estado de saúde dos clientes e dos profissionais. CAMPOS et al afirma que o jogo ganha um espaço como a ferramenta ideal da aprendizagem, na medida em que propõe estímulo ao interesse do aluno,

desenvolve níveis diferentes de experiência pessoal e social, ajuda a construir suas novas descobertas, desenvolve e enriquece sua personalidade, e simboliza um instrumento pedagógico que leva o professor à condição de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem, favorecendo assim um maior aprendizado e estímulo diante do ensino. OBJETIVO Favorecer um maior aprendizado e estímulo diante do ensino de imunologia e microbiologia. METODOLOGIA A proposta do jogo didático presente neste trabalho foi realizada nas bases de dados SCIELO e LILASC. Os descritores utilizados foram “jogos”, “imunologia”, “microbiologia”, com os operadores booleanos AND, OR e NOT. Os critérios de inclusão foram artigos publicados nos últimos dez anos, texto completo. E pesquisas feitas sobre os assuntos abordados no livro de LANGE, Microbiologia médica (2014) e MALE et al, Imunologia (2014). O jogo aborda os conceitos de microrganismos relacionando os seus conceitos básicos com o sistema imunológico. O jogo é composto por: 01 tabuleiro; 27 cartas RESPONDA e 27 cartas PERGUNTE na cor salmão; 11 cartas CASO CLÍNICO na cor azul; 14 cartas SURPRESA, sendo 07 cartas AVANCE e 07 cartas VOLTE na cor verde; 04 pinos em formato de anticorpo em cores diferentes e um dado específico para o jogo enumerado de 01 a 03. A trilha do tabuleiro possui 34 casas todas identificadas com a cor da carta que será usada. A trilha conta também com 01 casa LARGADA e 01 casa GANHADOR, devidamente identificados. Ao fim do jogo foi aplicado um questionário aberto com cinco questões. RESULTADOS O jogo foi aplicado em três alunas que participaram das aulas de monitoria e posteriormente foi aplicado um questionário aberto sobre a opinião das alunas acerca do jogo. CONCLUSÃO De acordo com as respostas expostas pelas alunas, o jogo se mostrou uma forte ferramenta de aprendizagem, visto que foge do ensino tradicional, instigando a imaginação e o raciocínio. Uma das alunas expôs que “o jogo me estimulou à relembrar os assuntos abordados nas aulas de uma forma dinâmica e divertida, que eu pude trocar idéias com minhas colegas e discutir as questões que foram propostas.” Por tudo isso, o jogo contribui no processo de ensino e aprendizado de forma positiva e agrega ainda mais conteúdo às aulas teóricas.

Palavras-chave: Jogos, Imunologia, Microbiologia, Metodologias ativas.

RESUMO - ENFERMAGEM

SIMULAÇÃO PRÁTICA DE ENSINO NA ENFERMAGEM.

Brena Samanda Da Silva Oliveira (brenasamanda@gmail.com)

Ana Paula Almeida Dias (apad480@gmail.com)

A monitoria é a modalidade de ensino-aprendizagem, com o objetivo de despertar o interesse pela docência, mediante, o desempenho de atividades ligadas ao ensino, possibilitando a experiência da vida acadêmica, por meio da participação em diversas funções da organização e desenvolvimento das disciplinas dos cursos, além de possibilitar a apropriação de habilidades em atividade didática, desse modo, a monitoria utiliza várias estratégias, comparecer com o professor na sala de aula para acompanhar o desenvolvimento da disciplina; orientar os alunos no desenvolvimento de experiências e atividades prática e na solução de dificuldades na disciplina; participar de grupo de trabalho e de estudos para auxiliar professor na orientação da aprendizagem dos alunos. Tem como objetivo relatar a experiência de acadêmico-monitor da disciplina de semiotécnica do curso de graduação em enfermagem sobre a utilização de simulação de práticas de procedimentos. Trata-se de um relato de experiência sobre o uso da simulação prática em laboratório interligando com a teoria dos conteúdos como estratégia de aprendizagem para alunos do cursam a disciplina semiotécnica da graduação de enfermagem no centro universitário christus. As simulações foram realizadas para os alunos que cursam a disciplina semiotécnica. Foi realizado durante o período de 2017.2 a 2018.1. As simulações foram realizadas no laboratório de habilidades com temas baseados no cronograma

do plano de ensino da disciplina. Após ser realizada abordagem teórica os alunos realizam as práticas com o auxílio do monitor, durante a simulação era observado às principais dificuldades, se a dificuldade estiver envolvida com a teoria, prática ou comunicação com paciente, também ajudava a criarem destreza nos procedimentos e segurança ao realizá-los. Pode concluir com uso de simulação praticam durante a monitoria da disciplina de semiotécnica, os alunos apresentaram um ótimo desempenho nas práticas de procedimentos e comunicação com o paciente. Para mim monitora foi essencial para formação acadêmica e profissional para desenvolver o papel de educador desenvolvendo uma visão mais analítica na estratégia de ensino e aprendizagem.

RESUMO - ENFERMAGEM

SIMULAÇÃO REALÍSTICA NA PRÁTICA DE ENSINO NA ENFERMAGEM

Dheymison Amorim (dd_2017.amorim@hotmail.com)

Anna Paula Sousa Da Silva (annapaula_ufc@yahoo.com.br)

A monitoria acadêmica é uma ferramenta utilizada nas universidades como um método que possibilita dar um suporte aos alunos, visando contribuir para o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos, esclarecendo dúvidas e trabalhando nas deficiências de cada um. Desse modo, a monitoria utiliza várias estratégias, e uma delas é a simulação realística que tem como finalidade amplificar o aprendizagem através de situação clínica para tomar uma tomada de decisão, assim tornando o aluno mais seguro. Têm como objetivo relatar a experiência de acadêmico-monitor da disciplina de semiologia do curso de graduação em Enfermagem sobre a utilização de simulação como estratégia de aprendizagem. Trata-se de um relato de experiência sobre o uso de simulações como estratégia de aprendizagem para alunos que cursam a disciplina de Semiologia. As simulações foram realizadas pelos monitores da disciplina, com orientação da professora, para os alunos que cursam o terceiro período da graduação em enfermagem. Essa estratégia de aprendizagem foi realizada durante o período de 2017.2 até 2018.1. Para a realização das simulações, os monitores selecionaram as temáticas a serem abordadas e os materiais necessários para todos os procedimentos. Para cada prática, a dupla de monitores se responsabilizou por simular uma situação clínica e a avaliação do aluno individualmente. Os temas foram sorteados os alunos tiveram em média 10 minutos para a simulação do tema abordado. Durante a simulação,

os monitores anotavam os pontos a serem trabalhados com mais atenção por cada aluno e posteriormente um feedback era dado ao aluno com o intuito de melhorar algumas técnicas e auxiliar em uma prática clínica com qualidade e segurança. Durante a simulação cada aluno era observado pelos monitores, sendo que um fazia o papel de paciente e o outro ficava encarregado de anotar os pontos fortes e/ou pontos a serem melhorados. Durante a simulação, o aluno deveria seguir uma ordem lógica na realização do exame, como: apresentação pessoal, explicar o exame ao paciente, avaliação dos sinais vitais, anamnese e o exame físico. A simulação teve uma boa aceitação pela turma, e evidenciou que uma atividade de monitoria onde o aluno se torna um sujeito ativo é mais proveitosa e produtiva que uma em que ele tem pouca, ou nenhuma, participação/ação. Com a prática frequente da simulação percebe-se que o aluno desenvolve maior segurança e controle da ansiedade e nervosismo, possibilitando, assim, maior qualidade e desempenho nas aulas teórico-práticas. Pode-se concluir que, com o uso de simulações durante as monitorias da disciplina de Semiologia, os alunos apresentaram um ótimo rendimento, tanto para os que puderam vivenciar essa prática e testaram seus conhecimentos, quanto para os monitores, que tiveram a oportunidade de exercer um papel de educador e também de desenvolver uma visão mais crítica e analítica, já que os monitores eram responsáveis por analisar o desenvolvimento dos alunos e de orientar sobre pontos que poderiam ser melhorados.

RESUMO - ENFERMAGEM

TECNOLOGIA EDUCATIVA EM SAÚDE PARA A PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DE GESTANTES.

Ingrid Monteiro De Lima (ingrid.monteiro_65@hotmail.com)

Helaine Ketlen Martins Pereira (helaineketlen@hotmail.com)

Juliana Oliveira (juuhlialanosh@hotmail.com)

Aline De Souza Pereira (szp.aline@gmail.com)

Introdução. Atualmente as mulheres representam cerca de 51% do total da população no Brasil (IBGE, 2011). Dentre os ciclos vivenciados pela mulher, o ciclo gravídico puerperal caracteriza-se como uma etapa de grandes vulnerabilidades, que envolvem a dimensão física, emocional, social e espiritual. Na perspectiva de promover uma abordagem condizente com as necessidades apresentadas pela mulher, o pré-natal se constitui como um recurso eficaz no intuito de manter a estabilidade da gestação de forma a prevenir agravos e monitorar a saúde materna e fetal. Durante estas consultas, faz-se necessária a atenção para os desconfortos comum na maioria das gestantes, exemplo: cãimbra, cefaleia, dor lombar e cansaço. Na presença destes, recomenda-se o uso de tecnologias não invasivas, no intuito de minimizar as sensações apresentadas pela gestante. Em conformidade com esta concepção, as terapias não farmacológicas e terapias alternativas como; roda de conversa, dinâmicas, massoterapia, palestras e psicoterapia no objetivo do processo de capacitação da comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e saúde incluindo uma maior participação deste

processo. Por conseguinte, entende-se que esse novo modelo de saúde exige que os profissionais desempenhem o papel de educadores, sendo capazes de auxiliar a população sob sua responsabilidade a tornar-se agente na promoção e proteção de sua saúde e de sua comunidade. Para que sujeito tenha autonomia e empoderamento. São incentivadas como forma de prestar assistência em condutas que estimulem a busca do equilíbrio fisiológico e emocional. Objetivo. Relatar a experiência dos acadêmicos de enfermagem na disciplina de Saúde da Mulher e Recém-nascido perante as queixas de desconforto das gestantes e como foi utilizada tecnologia educativa no cuidado pré-natal. Método. Trata-se de um relato de experiência, realizado a partir da observação participante dos alunos da disciplina de saúde da mulher. Resultados. O campo de estágio foi a clínica escola do Centro Universitário Christus, unidade onde também é prestado o cuidado pré-natal sendo possível observar uma educação em saúde durante a espera da consulta, foi realizado um jogo de perguntas e respostas onde cada pergunta assertiva a participante ganhava um brinde, o tema do jogo foi técnicas não farmacológica para alívio dos desconforto durante a gestação, onde teve feedback positivo pois as participantes souberam responder as perguntas e sentiram as praticas ali abordada atrativas. Conclusão. Esta experiência proporcionou aos acadêmicos de enfermagem conhecer, discutir e refletir sobre tecnologias educativas para gestantes visando à qualidade de vida da mesma. Esta vivencia promoveu compreensão dos desconfortos vivenciados pela grávida e como criar meios para minimiza-los.

RESUMO - ENFERMAGEM

USO DE APLICATIVOS NA MONITORIA DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Elany Barbosa De Oliveira (maelany@hotmail.com)

Dácia Simão Dos Santos (daciasimao@outlook.com)

Maria Iara De Sousa Rodrigues (iararodrigues_lale@yahoo.com.br)

INTRODUÇÃO: A tecnologia vem ganhando cada vez mais espaço nas escolas e universidades. E o uso dos aplicativos para dispositivos móveis não poderia ficar de fora, pois são fontes de informações fortemente utilizados pelos indivíduos hiperconectados com o mundo virtual. Aliando-se a esse mundo decidimos experimentar esta nova ferramenta, uma vez que os aplicativos, quando bem utilizados, tem vários benefícios. **OBJETIVO:** Objetivou-se relatar a experiência vivenciada como monitora de Ciências Biológicas e o Processo de Cuidar do curso de Enfermagem da Unichristus por meio do uso de aplicativos eletrônicos para o processo de ensino-aprendizagem. **METODOLOGIA:** Configura-se como um relato de experiência, tendo sido realizado num Centro Universitário Christus em Fortaleza/CE, Campus Parque Ecológico, no período de Setembro de 2017 a Agosto de 2018, durante a vigência desta monitoria, com acadêmicos do curso de enfermagem da citada disciplina, a partir do uso do aplicativo GOCONGR para dispositivos móveis com o intuito de facilitar do processo ensino-aprendizagem. **RESULTADOS:** Vimos o quanto foi interativo o uso do aplicativo e importante a prática de monitoria nas IES. O aplicativo utilizado teve como principal função a fonte de informação, comunicação e educação, pois o aplicativo proporciona ao monitor

a possibilidade de publicar Slides elaborados da disciplina ministrada, fazer Quizzes, flashcards, mapas mentais, tira dúvidas, interação com colegas e muitas outras atividades. Todas as partes são beneficiadas. A partir dessa prática, exercer o papel de monitor traz inúmeros benefícios para a vida acadêmica, profissional e pessoal. O acadêmico consegue desenvolver diversas habilidades e competências durante esse período, colocando-o um passo à frente no mercado de trabalho. Com utilização da ferramenta podemos conscientizar o uso do mesmo de forma interativa e educativa entre os alunos, e ampliar as possíveis funções dentro do espaço físico da biblioteca.

CONCLUSÃO: Conclui-se que o uso da tecnologia na educação vem aumentando o interesse dos alunos e ampliando os horizontes de pesquisas e compartilhamento de informações e conhecimentos, estimulando o trabalho colaborativo e permitindo que o aluno seja o protagonista do processo de aprendizagem. Por isso a monitoria em saúde, aliada ao uso de aplicativos, pode ser uma maneira útil e bastante proveitosa para criar meios benéficos de interação, comunicação e educação para além do ser monitor.

Descritores: Relato de Experiência; Enfermagem; Monitoria em IES, Aplicativos em monitoria.

RESUMO - ENFERMAGEM

UTILIZAÇÃO DE UMA APOSTILA DE ANATOMIA BÁSICA DO SISTEMA NERVOSO COMO METODOLOGIA COMPLEMENTAR DE ENSINO APLICADO NA MONITORIA DA DISCIPLINA DE ANATOMIA HUMANA

Jaira Yara Brandão De Araújo (dulceyara08@hotmail.com)

Maria Heloisa Sousa Dos Santos (heloisaalbuquerque1993@hotmail.com)

Joaquim José De Lima Silva (jjdelimasilva@gmail.com)

INTRODUÇÃO: A apostila é um recurso amplamente utilizado na atualidade no processo de ensino-aprendizagem de alunos do ensino fundamental ao ensino superior. Este recurso é um método moderno, de fácil acesso e de baixo custo para seus usuários. A apostila juntamente com os livros, são os métodos mais importantes e eficientes para o aprendizado na percepção dos alunos (CÂMARA, 2012). Diante disto produzimos uma apostila sobre sistema nervoso, que é o sistema mais complexo dos 11 sistemas do corpo humano, no qual a maioria dos alunos demonstram maior dificuldade na compreensão, com o intuito de facilitar e complementar o processo de ensino-aprendizagem sobre o tema abordado. **OBJETIVOS:** Abordar a eficácia da utilização do uso de uma apostila sobre Anatomia Básica do Sistema Nervoso como metodologia complementar de ensino na monitoria da disciplina de Anatomia Humana. **MÉTODO:** Estudo descritivo do tipo relato de experiência, no qual foi aplicado um questionário de avaliação da percepção dos alunos sobre a apostila, realizado no mês de agosto de 2018 no Centro Universitário Christus na cidade de Fortaleza/CE, tendo como público alvo alunos do Curso de Enfermagem cursando a disciplina de Anatomia Humana, onde foram avaliados seis

critérios: organização dos assuntos, abordagem dos assuntos, linguagem utilizada, imagens utilizadas, facilitação do aprendizado e questionário de fixação. RESULTADOS: Foi evidenciado o amplo uso, a eficácia e a importância da apostila como um método de ensino para colaborar com o aprendizado dos alunos. Os questionários de avaliação da percepção dos alunos sobre a apostila evidenciaram sobre o nível de satisfação dos mesmos em relação a apostila produzida, no qual obtivemos uma média de alunos muito satisfeitos de 82% e alunos satisfeitos de 18% em relação aos critérios avaliados. CONCLUSÃO: A apostila produzida sobre Anatomia Básica do Sistema Nervoso, proporcionou de modo satisfatório aos alunos uma importante colaboração no seu aprendizado, mesmo com a limitada adesão as monitorias, desta forma a apostila torna-se um meio de atingir todo o público, assim sendo um meio eficaz capaz de abranger a todos, podendo assim ser utilizado nas próximas monitorias da disciplina, abrindo precedentes para produção de apostilas de outros sistemas do corpo humano.

RESUMO - ENFERMAGEM

UTILIZAÇÃO DE VÍDEOS EDUCATIVOS COMO METODOLOGIA ATIVA DE ENSINO-APRENDIZAGEM APLICADO EM MONITORIA – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Dacia Simao (marisa_slima@yahoo.com.br)

Maria Elany Barbosa De Oliveira (maelany@hotmail.com)

Maria Iara De Sousa Rodrigues (jararodrigues_lale@yahoo.com.br)

INTRODUÇÃO: Durante os últimos anos com o salto dado pela tecnologia, escolas e universidades se adaptaram para acompanhar este avanço. Adaptação foram feitas na maneira de ensinar e aprender, o que levou ao surgimento de aparelhos tecnológicos que facilitasse a interação entre aluno e professor. Um desses avanços foi a possibilidade de vídeos educativos. **OBJETIVOS:** Objetivou-se relatar a experiência vivenciada como monitora de Ciências Biológica e o processo de cuidar do curso de Enfermagem da Unichristus por meio do uso de vídeos educativos, bem como outros métodos para o processo de ensino-aprendizagem. **MÉTODO:** Configura-se como relato de experiência, tendo sido realizado no Centro Universitário Christus em Fortaleza/CE, Campus Benfica, no período de Setembro de 2017 a Agosto de 2018, durante a vigência desta monitoria, a partir do uso do de vídeos educativos com intuito de facilitar o entendimento do aluno no processo ensino-aprendizagem. **RESULTADOS:** Os vídeos utilizados como linguagem audiovisual, trouxe um maior entendimento e interação por grande parte dos alunos pela dinâmica do mesmo, aumentando o numero de procura pela monitoria, tornando a aprendizagem mais significativa, comunicativa e

educativa ao ponto de que a produção de novos vídeos vinham de dúvida que muitas vezes o aluno tinha uma certa timidez de comentar em sala de aula. Os vídeos acabaram por se tornar exemplos e motivação para novas reflexões a cerca de novos conteúdos que precisam ser abordados durante a disciplina. Todas as partes são beneficiadas quanto ao método de ensino-aprendizagem. A partir desta pratica, exercer o papel de monitor trouxe resultados positivos para minha vida acadêmica, pessoal e profissional. O acadêmico passa a desenvolver diversas habilidades e competências durante o processo de ser monitor. A utilização da ferramenta de video foi criado a conscientização para o uso de forma interativa e educativa entre os alunos. **CONCLUSÃO:** Conclui-se que o uso da tecnologia na educação tende a aumentar o interesse dos alunos e estimular o trabalho colaborativo trazendo a informação, interação e aprendizagem. Por isso o monitor em saúde, aliado a tecnologias cria benefícios de interação, comunicação e educação para além do ser monitor.

RESUMO - FISIOTERAPIA

A IMPORTÂNCIA DA LIGA ACADÊMICA DE CARDIOLOGIA NA AVALIAÇÃO DOS FATORES DE RISCOS CARDIOVASCULARES: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Gyslane Felix Sousa (gys.felix@gmail.com)

Luana Nunes Da Silva (luana_nunesdasilva@hotmail.com)

Viviane Ferreira Pinheiro (vivisbe_pinheiro@outlook.com)

Rayane Ferreira Carvalho (rayaneximenes10@gmail.com)

Guilherme Pinheiro Ferreira Da Silva (Guilhermepinheiro87@hotmail.com)

Islene Victor Barbosa (islenevictor@hotmail.com)

De acordo com os dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a principal causa de morte no mundo, e conseqüentemente no Brasil, tem como fator, as doenças do coração. As doenças cardiovasculares podem ser assintomáticas, surgindo como primeira manifestação, a morte súbita ou a Síndrome Coronariana Aguda (SCA) revelando um grande problema de saúde pública. Neste sentido, a prevenção das doenças cardíacas, deve ser amplamente difundida. Trata-se de um relato de experiência que objetivou avaliar os riscos cardiovasculares nos funcionários de uma Instituição de Ensino Superior (IES) através de uma ação social. A ação de promoção da saúde aconteceu no dia 17 de agosto de 2018 com duração de três horas durante o intervalo do almoço dos funcionários. Foram distribuídos panfletos de orientação sobre vida saudável e aplicou-se um breve questionário do tipo checklist investigando sobre os fatores de risco, idade e hábitos de vida saudáveis. Participaram da

ação quatro integrantes da LAC e a professora coordenadora. Realizou-se a mensuração da pressão arterial sistêmica, a verificação da oximetria capilar, frequência cardíaca, peso e altura. Os dados obtidos foram analisados por meio do programa estatístico SPSS, versão 20.0. Os dados foram analisados pela estatística descritiva, sendo as variáveis categóricas pela frequência absoluta (n) e relativa (%), e as variáveis numéricas por meio da média \pm desvio padrão (DP). Encontrou-se que a idade média foi de 37,52 anos e IMC médio de 27,14. No que se refere às variáveis encontradas através da aplicação do questionário verificou-se que 94,7% não possuíam doenças prévias, mas 57,9% afirmaram possuir histórico de doença na família, onde os maiores percentuais são de pai, com 23,7%, e mãe, com 21,1%. Quando questionados sobre o tabagismo e etilismo 97,4% relatou não fumar e 94,7% não consumir bebidas alcoólicas. Na avaliação clínica a pressão arterial sistólica (PA Sistólica) média foi de 120,26 e a pressão arterial diastólica (PA Diastólica) de 78,68, já a frequência cardíaca (FC) média foi de 78,47. Tais achados reforçam a importância da realização de estratégias de prevenção, através de ações sociais, pois as modificações nos hábitos de vida da sociedade moderna resultaram em um novo perfil epidemiológico de risco na população economicamente ativa, entre eles o aumento da obesidade, sedentarismo, dieta inadequada, morbidade e mortalidade pelas doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Enfatiza-se também a necessidade do incentivo a um hábito alimentar mais saudável visando à diminuição dos riscos de obesidade e possíveis doenças cardiovasculares.

RESUMO - FISIOTERAPIA

A QUALIDADE DE VIDA DE PACIENTES COM TRANSPLANTES CARDÍACOS E O SEU COTIDIANO

Francisca Neila Silva Nascimento (neilasilvanascimento@gmail.com)

Andrea Stopiglia Guedes Braide (andreasgbraide@gmail.com)

Marcia Cardinalle Correia Viana (marciacorreia@hotmail.com)

Mônica Cordeiro Ximenes De Oliveira (m.cordeirox@gmail.com)

Introdução: A insuficiência cardíaca tem sido apontada como um importante problema de saúde pública e considerada como uma nova epidemia com elevada mortalidade e morbidade, a despeito dos avanços da terapêutica atual. Os estudos mostram que o transplante cardíaco representa, para pacientes, a possibilidade de sobrevivência e melhorias na qualidade de vida. É necessária uma série de adaptações, e o paciente precisa seguir diversas orientações para a manutenção do seu bem-estar e prevenção de complicações pós-transplante. Modificações no cotidiano são exigidas e trazem consigo o esvaziamento das escolhas pessoais. **Objetivo:** Verificar na literatura trabalhos que abordem a qualidade de vida de pacientes com transplantes cardíacos e o seu cotidiano. **Metodologia:** Foi desenvolvida uma revisão de literatura março a maio de 2017, onde se priorizou a pesquisa de artigos originais e de revisão, escritos em português, texto completo, publicados entre 2000 e 2016, utilizando as bases de dados Scientific Eletronic Library Online (SciELO) e Google Acadêmico. Os descritores considerados para a busca foram paciente transplantado cardíaco e cotidiano, inseridos na plataforma de busca simples e

de forma cruzada, unidas por “AND”. Resultados e discussão: Foram encontrados 8 artigos nas bases de dados, onde 3 no Scientific Eletronic Libary Online (SciELO) e 5 no Google Acadêmico. Após a triagem realizada e leitura dos artigos completos, foram selecionados 3 artigos. Os autores revelam qualidade de vida dos pacientes submetidos à cirurgia cardíaca é relativamente boa logo após o procedimento cirúrgico, não havendo diferença significativa entre os domínios físico, psicológico, social e ambiental. Conclusão: após ser submetido a transplante cardíaco, inúmeras ressignificações são exigidas na vida do paciente. Nesse sentido é significativo compreendermos que faz-se necessários estudos que procurem não somente um foco voltado para o bem estar e a qualidade de vida desses pacientes e que ao resultado apresentado não seja somente a preocupação com o prolongamento da existência.

RESUMO - FISIOTERAPIA

A UTILIZAÇÃO DE JOGO PARA APLICAÇÃO DE SIMULADO TEÓRICO NA DISCIPLINA DE FISIOLOGIA II COM OS TEMAS (CONTRAÇÃO MÚSCULO ESQUELÉTICA, SISTEMA NERVOSO E FADIGA MUSCULAR): RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Rafaela Maria Freitas Do Amaral (freitasrafaela2311@outlook.com)

Antonia Adrielly Linhares Sales (drycasales98@hotmail.com)

Mirizana Alves De Almeida (professoramirizana@yahoo.com.br)

Renata Bessa Pontes (renatabpontes@hotmail.com)

Gersilene Valente De Oliveira (gersyvalente@yahoo.com.br)

Fernanda Yvelize Ramos De Araújo (fernandayvelize@hotmail.com)

Introdução: A disciplina de Fisiologia II faz parte da grade curricular do curso de Fisioterapia no 3º semestre letivo, tendo como pré-requisito as disciplinas de Fisioterapia Desportiva, Fisioterapia Cardiológica e Fisioterapia Pneumológica. Essa disciplina tem uma abordagem teórico-prática e tem como conteúdos programático sistema muscular (estrutura e função do músculo esquelético, tipos de fibras, contrações e fadiga neuromuscular), sistema nervoso central e periférico. O uso de metodologias ativas vem ajudando no desenvolvimento do aluno na interação uns com os outros e na troca de ideias. Mediante as dificuldades apresentadas pelos alunos foi elaborado um jogo com perguntas relacionadas aos assuntos teóricos abordados em sala pela professora. Objetivo: Relatar a vivência da monitoria, abordando as dificuldades enfrentadas, bem como a descrição do jogo simulado no processo ensino-

aprendizagem. Metodologia: A Largada da Fisiologia 2 foi um jogo simulado onde os alunos foram divididos em 2 grupos um da cor azul e outro da cor vermelha, no envelope continham 20 perguntas elaboradas pelas duas monitoras da disciplina, relacionadas aos temas de contração músculo esquelética, sistema nervoso e fadiga muscular, onde tinham o ponto de partida e o ponto de chegada, à equipe que respondesse um número maior de perguntas ganhavam o jogo. O jogo contou com a participação dos alunos que cursam a disciplina e compareceram a monitoria. Antes de começar o jogo conversei com todos para que eles mantivessem calma e atentassem para as perguntas que fossem feitas para cada uma das equipes, que tivessem paciência e se concentrassem no que tinham aprendido em sala de aula e o que se haviam estudado durante as monitorias. Resultados: Pude ver e perceber que os resultados obtidos em suas provas foram excelentes, os alunos puderam tirar suas dúvidas e consolidar o conteúdo ministrado. Conclusão: A experiência como monitora mostrou-me a importância da metodologia ativa como forma de simulado para o aprendizado dos alunos. A preparação do aluno através do jogo como simulado ajuda o mesmo a ter uma desenvoltura em sua prova, até mesmo preparando o psicologicamente. É importante que todo monitor prepare simulado, pois ali podemos avaliar as dificuldades que o aluno possa vir a ter. As questões utilizadas no jogo (simulado) estão disponibilizadas em material impresso e digital devidamente gabaritas e discutidas para que outros alunos possam também utilizar o material.

RESUMO - FISIOTERAPIA

APLICAÇÃO DO JOGO DE TABULEIRO COMO METODOLOGIA ATIVA DE ENSINO-APRENDIZAGEM DE BIOFÍSICA

Virgínia Maria Bezerra Malveira (vimaria.fisio@gmail.com)

Matheus Maciel Coelho (matheus_maciel9@hotmail.com)

Renata Bessa Pontes (renatabpontes@hotmail.com)

Magnely Moura Do Nascimento (magnelym@gmail.com)

Germana Albuquerque Costa Zanotelli (germanazanotelli@gmail.com)

Fernanda Yvelize Ramos De Araújo (fernandayvelize@hotmail.com)

Introdução: O método tradicional de ensino é centrado no professor, o qual é o sujeito ativo no processo de aprendizagem, sendo o aluno sujeito passivo. As metodologias ativas são importantes recursos para a formação crítica e reflexiva dos estudantes por meio de processos de ensino e aprendizagem construtivistas que relevam o contexto contemporâneo da docência quando favorecem a autonomia e a curiosidade dos educandos, de modo a estimular tomadas de decisões individuais e coletivas. O uso dos jogos lúdicos contribui nesse processo, pois são práticos e fáceis de manipulação na sala de aula, sendo uma importante ferramenta na arte de ensinar, desenvolvendo a curiosidade e o desejo em adquirir mais conhecimentos. O jogo de tabuleiro tem como finalidade instigar o aluno a demonstrar esse e prazer em buscar soluções ao problema apresentado como também a saber trabalhar em equipe, promovendo a interação entre os envolvidos, tornando mais efetiva a busca pelo conhecimento dos conteúdos da disciplina de biofísica, proporcionando

uma maior participação ativa dos alunos em sala de aula. Objetivos: Aplicar um jogo de tabuleiro como metodologia ativa de ensino-aprendizagem de Biofísica. Metodologia: Foi aplicado um check-list com 8 perguntas a serem assinaladas conforme os valores representados em: (4) concordo fortemente, (3) concordo, (2) discordo, (1) discordo fortemente. Para avaliar se o jogo de tabuleiro contribuiu ou não para o aprendizado dos alunos referente aos conteúdos abordados na monitoria de biofísica, no período de 2017.2 e 2018.1. Resultados: Foi obtido através do Mann-Whitney Test que a metodologia ativa utilizada foi significativa para os dois grupos participantes da monitoria, ou seja, os alunos concordam fortemente com os itens de 1 a 6 e 8 do check-list, porém, discordaram com o item 7, o que significa dizer que a metodologia tradicional não é suficiente para consolidação dos conteúdos, e que o jogo de tabuleiro como metodologia ativa foi significativa para o aprendizado. Conclusão: A utilização da metodologia ativa com o uso do jogo de tabuleiro no processo ensino-aprendizagem é um diferencial na monitoria, visto que proporciona maior facilidade na captação dos conteúdos abordados. Além disso contribuiu de forma significativa para o desempenho dos discentes na disciplina.

RESUMO - FISIOTERAPIA

APLICAÇÃO DO SLIDE TEST EM ATIVIDADE DE MONITORIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Gustavo Jorge Dos Santos (gustavojorge08@gmail.com)

Cauã Camurça Freire (cauacamurca1997@gmail.com)

Germana Albuquerque Costa Zanotelli (germanazanotelli@gmail.com)

Introdução - O Programa de Monitoria constitui um elemento relevante na formação de seus monitores quanto à oportunidade de vivenciar a docência e suas particularidades. O Slide Test compreende uma metodologia ativa em educação que consiste na utilização da projeção de questões alusivas a conteúdo contemplado previamente na monitoria. Com o intuito de identificar os conteúdos da disciplina que se mostravam mais desafiadores para os alunos e, conseqüentemente, poder focar e desenvolver estratégias que favorecessem à compreensão desses assuntos juntamente com a professora, utilizamos o Slide Test ao final do semestre. Objetivo - Descrever a experiência de atuação no Programa de Monitoria na disciplina de cinesioterapia do curso de Fisioterapia da Unichristus, utilizando a metodologia ativa do Slide Test. Metodologia - Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado por alunos monitores da disciplina de cinesioterapia, desde a busca por questões em bancos de questões até a aplicação da metodologia ativa na monitoria. Em uma primeira etapa, foi realizada a busca por questões de concursos com as temáticas vistas na disciplina para compor o simulado. A segunda etapa consistiu na elaboração do simulado propriamente dito, dividindo-o em blocos de acordo com os temas abordados e, por fim, a aplicação do Slide Test

durante uma monitoria no último período do semestre. Para facilitar a correção, foi realizada a confecção dos gabaritos para o simulado. Foram aplicadas 40 perguntas divididas em blocos de assuntos mais relevantes da disciplina e um tempo de dois minutos para cada questão ser respondida pelos alunos. Resultados: Tanto para os monitores quanto para os alunos da disciplina, essa experiência foi satisfatória, pois foi possível avaliar o nível de aprendizagem de conteúdos específicos ministrados durante a disciplina. Conclusão: O Slide Test serviu como uma revisão geral de todo o semestre. É um recurso de fácil aplicação, além de ter boa aceitação por parte dos alunos.

RESUMO - FISIOTERAPIA

ATIVIDADE COLABORATIVA COMO METODOLOGIA ATIVA NA DISCIPLINA DE RECURSOS TERAPEUTICOS II

Maria Victória Philomeno Gomes Ferraz (vivi.pgf@gmail.com)

Ana Mayra Barbosa Ferreira (anamayra_e13@hotmail.com)

Karoline Sampaio Nunes Barroso (Profakarolsampaio@gmail.com)

Introdução: A atividade colaborativa pode ser definida como uma parceria em grupo que objetiva se organizar para uma meta comum, onde esses irão, em conjunto, discutir, analisar, aprender e construir um pensamento, de caráter não hierárquico. Através desse método, é possível trocar informações, ideias e debates que levam a um melhor raciocínio e interesse individual, através do conceito coletivo. Objetivos: Utilizar a atividade colaborativa como forma de aprendizado em alunos do curso de fisioterapia. Metodologia: A dinâmica foi iniciada através de um quiz contendo vinte perguntas objetivas relacionada a uma das matérias abordadas na disciplina: Anatomia humana. Os alunos dispuseram de um tempo determinado para responder as questões. Após o prazo, os estudantes foram divididos aleatoriamente em grupos e repetiram o mesmo questionário. Após a conclusão, os testes foram recolhidos e corrigidos. Os dados foram tabelados no Excel e transferidos para o software estatístico SPSS (Statistical Package for the Social Sciences) versão 20.0, para análise dos resultados. Foi utilizado estatística descritivas, com médias e desvio padrão, e para comparar acertos e erros o teste de Wilcoxon. Ao final da atividade os acadêmicos escreveram de forma individual suas opiniões sobre a atividade, descrevendo-a usando três palavras. Resultados: Os testes

específicos não mostraram relevância estatística em doze das vinte perguntas realizadas. O programa pode não ter observado diferença na maioria, pois, em boa parte a divergência foi mínima. Nas questões que houve relevância, pode-se observar uma maior ligação com a disciplina, grupos musculares abordados nas aulas práticas. Ao analisar questão por questão, em dezoito itens houve um aumento nos acertos, apesar de baixa disparidade na maioria. Dentre as diferenças entre acertos e erros, em nove questões houve variação entre duas a quatro assertivas a mais. Em sete questões a diferença foi de cinco a sete e em apenas duas questões houve acertos pós-atividade maiores que nove. Analisadas as respostas pessoais de cada aluno que caracterizava a atividade colaborativa foi observado que as palavras “dinâmico”, “divertido” e “aprendizado” foram as mais utilizadas. Conclusão: Apesar da estatística não ter apresentado resultado positivo, houve bons frutos da prática metodológica utilizada. De acordo com os relatos dos alunos pode-se perceber uma construção de conhecimento, ampliação da capacidade de raciocínio, desenvolvimento de análise crítica, interação profissional, afetiva e social.

RESUMO - FISIOTERAPIA

AVALIAGAME COMO METODOLOGIA ATIVA NO PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM NA MONITORIA DE AVALIAÇÃO FUNCIONAL

Marina Santos Câmara (marinas.camara@hotmail.com)

Ilana Kérssia Gadelha Pereira (ilana_keka22@hotmail.com)

Daniella Mara Lopes Coelho (daniellamara@yahoo.com.br)

INTRODUÇÃO: A monitoria é uma estratégia do ensino superior que visa o apoio ao ensino, em que estudantes mais avançados na graduação colaboram no processo de aprendizagem de seus colegas, especialmente para atender estudantes com dificuldades de aprendizagem. Assim, o monitor é um agente que auxilia o professor titular da disciplina e assiste os estudantes podendo tirar suas dúvidas e com isso melhorar o aprendizado. O uso de Metodologia Ativa confronta o modelo de ensino predominante, denominado tradicional, das faculdades, caracterizado por disciplinas fragmentadas e avaliações que exigem memorização. Com isso, criamos o AvaliaGame, um jogo de tabuleiro que tem como objetivo de facilitar o processo de ensino-aprendizagem para os alunos através de uma ferramenta que possa unir o conteúdo do período com a dinâmica lúdica no intuito de realizar uma revisão do conteúdo e medir o nível de conhecimento absorvido pela turma durante o período, além de favorecer a memorização do conteúdo pelo estímulo ao entusiasmo do aprendiz e por seu maior envolvimento, podendo ser usado nos diversos momentos. **OBJETIVO:** Relatar as percepções das monitoras da disciplina de Avaliação Funcional com a aplicação do AvaliaGame como metodologia lúdica para facilitar o processo de ensino e aprendizagem. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo descritivo,

do tipo relato de experiência, desenvolvido a partir da vivência dos discentes na monitoria da disciplina Avaliação Funcional, do curso de graduação em Fisioterapia do Centro Universitário Christus (UniChristus), no município de Fortaleza/CE, no período de agosto de 2017 a junho de 2018, correspondendo ao semestre 2017.2 e 2018.1. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A inserção de jogos educativos no ensino pode fomentar discussões de nível elevado entre os alunos, além de ser uma alternativa aos métodos tradicionais de ensino, auxiliando no desenvolvimento habilidades de pensamento crítico e incentivando o trabalho em equipe, como destaca o aluno 1 “O jogo foi muito enriquecedor e estimulante, por ser uma competição e de uma forma divertida testarmos nosso conhecimento”. Torna-se importante ressaltar que a vivência como monitoras nos representou um grande desafio, por ser uma experiência nova, na qual exigiu de nós uma postura mais firme e ao mesmo tempo compreensiva para saber lidar com alunos com diversos sentimentos: angústia, ansiedade e medo. **CONCLUSÃO:** Desta forma, o exercício da monitoria foi significativo em nossa formação pessoal e profissional e, sobretudo, nos proporcionou, através da metodologia que criamos com o jogo, e oportunizou vários momentos em que os alunos expressaram maior interesse nos conteúdos da disciplina. Além do aprendizado, a atividade de monitoria nos incita quanto ao interesse pela docência como futura atividade profissional.

RESUMO - FISIOTERAPIA

CARACTERÍSTICAS DE IDOSOS QUE SOFRERAM AMPUTAÇÃO POR COMPLICAÇÕES DA DIABETES MELLITUS

Monike Couras Del Vecchio Barros (monike.delvecchio@yahoo.com.br)

Mônica Cordeiro Ximenes De Oliveira (m.cordeirox@gmail.com)

INTRODUÇÃO: O Diabetes Mellitus é uma doença metabólica que envolve algumas complicações e leva os idosos a sofrerem amputações que, normalmente, são responsáveis por metade das amputações não traumáticas no mundo. A prevalência de úlceras nos pés atinge 4% a 10% dos sujeitos diabéticos. De 40% a 60% das amputações, não traumáticas de membros inferiores, ocorrem em diabéticos, sendo que 85% destas são precedidas de úlceras nos pés. O trauma externo precipita quatro em cada cinco úlceras nos pés de sujeitos diabéticos. A incidência de amputações relacionadas ao diabetes atinge 6/1000 diabéticos por ano. No Brasil, estima-se que ocorram 40.000 amputações por ano em sujeitos diabéticos. **OBJETIVO:** Caracterizar idosos que sofreram amputação por complicações da Diabetes Mellitus. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão bibliográfica, realizada no período de agosto a outubro de 2017, nas bases de dados: Scielo (Scientific Electronic, Library Online), BIREME e LILACS. Foram selecionadas publicações compreendidas entre 2012 a 2016. Após a análise 36 artigos destes foram excluídos totalizando em 10 artigos incluídos no estudo por meio dos seguintes descritores (DeCS): Idosos, Amputação, Diabetes Mellitus, Pé diabético. **RESULTADOS:** O estudo identificou que há uma maior frequência de amputação de membros em idosos diabéticos do gênero masculino, de baixa

escolaridade, idade avançada, em membros inferiores e com diagnóstico tardio da patologia. CONCLUSÃO: A literatura demonstrou que é de suma importância que o sistema de saúde esteja integrado na atenção básica desses idosos diabéticos para evitar maiores complicações da doença como a amputação de membros inferiores. Um dado relevante desses fatores de riscos é com relação à conscientização dessa faixa etária a respeito do tabaco e álcool, do sedentarismo e da idade maior de 60 anos associados a Diabetes Mellitus. Nesse contexto, os pacientes diabéticos devem ter seus pés examinados periodicamente com o objetivo de prevenir lesões e complicações. Sabe-se que pacientes com pé ulcerado apresentam alterações na qualidade de vida, repercutindo nos domínios físico, social e psicoemocional.

RESUMO - FISIOTERAPIA

CONSTRUÇÃO DE CARTILHA EDUCATIVA SOBRE CÉLULAS-TRONCO PARA ACADÊMICOS DE FISIOTERAPIA

Carlos Eduardo Da Silva Costa (carlosetuardo09_@outlook.com)

Angélica De Oliveira Fernandes (af15minutos@yahoo.com.br)

José Eduardo Ribeiro Honório Júnior (eduribiologo@yahoo.com.br)

Magnely Moura Do Nascimento (magnelym@gmail.com)

A terapia com células-tronco vem se colocando como nova estratégia terapêutica para curar ou amenizar a evolução de doenças até então consideradas como incuráveis, ampliando o campo de atuação da Fisioterapia na reabilitação desses pacientes. Existe, portanto, a necessidade de atualização dos acadêmicos de Fisioterapia sobre essa temática. O presente trabalho teve por objetivo a construção de uma cartilha intitulada: “O que você precisa saber sobre células-tronco”. Essa proposta surgiu devido à necessidade de promover a divulgação dos avanços referentes à terapia com células-tronco. A cartilha será utilizada como uma estratégia educativa para acadêmicos do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Christus da disciplina de Cito-Histo-Embriologia. Para confecção da cartilha foram realizadas pesquisas nas bases de dados Google acadêmico e SciELO utilizando as seguintes palavras chaves: células-tronco, fisioterapia, reabilitação, transplante celular. Foram incluídos na pesquisa artigos dos últimos quinze anos, todos na língua portuguesa. O programa utilizado para fazer as formatações, edições e designs da cartilha foi o Corel Draw x9. A

versão final da cartilha apresenta 12 páginas, com dimensões de 210 mm de largura e 297 mm de altura papel couchêr fosco de 150g/m², presas por dois grampos. Na elaboração do conteúdo das orientações educativas, procurou-se utilizar frases curtas, com linguagem simples, e ilustrações coloridas. O conteúdo da cartilha contém uma apresentação inicial e, na sequência, o sumário, contendo os seguintes assuntos apresentados em forma de tópicos: O que são células-tronco? Como é visto esse novo campo científico? Como se dá o uso dessa terapia celular? Como andam as pesquisas? Por que a Fisioterapia torce pela evolução e desenvolvimento desse meio terapêutico? Dessa forma, o uso da cartilha será um recurso adicional das atividades educativas da disciplina de Cito-Histo-Embriologia de modo a promover atualização nessa temática.

RESUMO - FISIOTERAPIA

DADOS EPIDEMIOLÓGICOS DE DIABETES MELLITUS NO BRASIL E NO MUNDO.

Suzan Stephanie Sousa Felipe (suz.stephanie@gmail.com)

Heloisa Araújo Da Silva (heloisa_a_silva@hotmail.com)

Marcelle Ferreira Moura (marcelle.moura@hotmail.com)

Mirizana Alves De Almeida (professoramirizana@yahoo.com.br)

Segundo a Sociedade Brasileira de Diabetes (SBD), a Diabetes Mellitus (DM) é um distúrbio metabólico, caracterizado pela hiperglicemia persistente, ocasionada pela deficiência ou disfunção da insulina. Atualmente a DM é considerada um grande problema de saúde pública, por afetar milhões de pessoas ao redor do mundo. Isso se deve a diversos fatores, dentre eles, a rápida urbanização, mudança nos hábitos nutricionais da população, sedentarismo, excesso de peso e crescimento da população idosa. O objetivo desse trabalho é relatar os dados epidemiológicos da DM no Brasil e no mundo. Foram coletados dados da SBD, da Organização Mundial de Saúde (OMS), da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da International Diabetes Federation (IDF), no período de julho a setembro de 2018. Em 2017 foi estimado que cerca de 425 milhões de pessoas entre 20 e 79 anos são portadores de DM. Caso a situação não seja controlada, estima-se que em 2045 haja 629 milhões de pessoas portadoras de DM. Acredita-se que na América do Sul e Central, cerca de 26 milhões de pessoas foram afetadas pela doença em 2017, destes, mais de 12

milhões são brasileiros e calcula-se que em 2045 esse número cresça para mais de 20 milhões. Em um ranking da IDF, o Brasil ocupa o quarto lugar do mundo com mais adultos portadores de DM, ficando atrás apenas da China, Índia e Estados Unidos. No Brasil a prevalência é maior em homens, cerca de 7% quando comparado com as mulheres que apresentam 5 %. A faixa etária mais afetada é a de 65 a 74 anos equivalendo a 19% da população portadora. A raça negra obtém maior porcentagem de diagnóstico, sendo 7,2%, quando comparada a outras raças. Podemos concluir que segundo os dados dessa pesquisa, tanto no Brasil, como no mundo, apontam um alto crescimento da incidência da população com DM, caracterizando um grave problema de saúde pública tanto no âmbito nacional quanto no mundial. Percebe-se assim a necessidade de iniciativas governamentais para um maior controle da doença.

RESUMO - FISIOTERAPIA

EDUCAÇÃO POPULAR E SAÚDE COMUNITÁRIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ALUNOS DE FISIOTERAPIA EM UM PROJETO DE EXTENSÃO

Letícia Soares Da Silva (silva.letiicia@outlook.com)

Monique Maia Costa (monique.fisio98@gmail.com)

Nágila Arruda Reis (nagilareis.fisio@gmail.com)

Kamily Emanuele (kamilyemanuele98@gmail.com)

Lorayne Emilly Gomes De Matos (lorayneemilly@gmail.com)

Mônica Cordeiro Ximenes De Oliveira (m.cordeirox@gmail.com)

RESUMO

INTRODUÇÃO: No campo da saúde, a Educação Popular tem sido utilizada como uma estratégia de superação existente entre serviços de saúde e o saber dito científico, de um lado, e do outro lado, a dinâmica de adoecimento e da cura do mundo popular. Dessa maneira, a Educação Popular procura atuar a partir dos problemas de saúde específicos e busca entender, sistematizar e difundir a lógica, o conhecimento e os princípios que regem a subjetividade dos diferentes grupos envolvidos. Nesse contexto, a extensão comunitária procura construir uma prática social da universidade pautada no compartilhamento de saberes, de experiências que contemplem a comunicação entre as pessoas e o respeito às diferenças reconhecidas como elementos que potencializam a dimensão comunitária e da um novo sentido à vida cotidiana das pessoas.

OBJETIVO: relatar uma experiência de extensão comunitária desenvolvida pelos discentes do Curso de Fisioterapia em Educação Popular. **MÉTODO:** Trata-se de um estudo descritivo, que decorreu de um relato de experiência, a partir da vivência dos alunos, no período de agosto de 2017 a junho de 2018, com um grupo de mulheres que participam do projeto de extensão “Educação Popular e Ações Integrativas na Saúde Comunitária” da Unichristus, em Fortaleza- CE. As ações da extensão são desenvolvidas por uma Socióloga e professora do curso de Fisioterapia e quinze alunos. São realizados encontros semanais as quintas feiras à tarde de 13h30min às 17h, na Comunidade Serviluz, com um grupo de 10 mulheres no Salão Paroquial da Capela na Comunidade. As atividades realizadas: oficina de artesanato, palestras, roda de conversa, verificação de PA e glicemia como também visitas domiciliares e aplicação de questionário para o diagnóstico e reconhecimento territorial da Comunidade. **RESULTADOS:** As falas representam a experiência dos alunos: “Ensinei e aprendi coisas maravilhosas como trabalho em equipe. Esse projeto tem o intuito de nos mostrar a realidade de muitas famílias em sua respectiva comunidade”; “Tive a oportunidade de ter mais contato com a população, através de oficinas, aplicação de questionário e também de me aprofundar em educação em saúde o que me engrandeceu como estudante”; “O projeto de extensão me proporcionou experiências incríveis, pois pude vivenciar com as senhoras um pouco de suas dificuldades, de ter mais contato com a população, através da aplicação de oficinas e também de me aprofundar em assuntos como educação em saúde o que me engrandeceu como estudante”; Pude observar o quanto aquelas senhoras tinham problemas tão maiores que os meus e sempre estavam ali alegres, empenhadas, conversando, dispostas a aprender mais e mais e dispostas também a ensinar aquilo que elas sabiam”. **CONCLUSÃO:** A guisa de conclusão compreendemos que as atividades em educação popular são significativas tanto para os grupos de discentes quanto para os grupos da comunidade que adquirem conhecimentos e a partir deles “re”significam as suas práticas em saúde comunitária. As ações na educação popular em saúde além de trazer trocas de experiências fomenta aprendizagem para os discentes na saúde coletiva e leva a prática pautada na troca de saberes e no respeito às diferenças.

RESUMO - FISIOTERAPIA

ESTABILIZAÇÃO SEGMENTAR VERTEBRAL NO TRATAMENTO DA LOMBALGIA

Samanta Erlen Martins Pereira (samanataerlem@hotmail.com)

Isabelle Cerqueira Sousa (isabellecerq@yahoo.com.br)

Karoline Sampaio Nunes Barroso (Profakarolsampaio@gmail.com)

A dor lombar, devido à instabilidade da coluna vertebral, vem se tornando um problema de saúde pública, pois, além da alta prevalência, gera custos sociais altos quando comparados com outras patologias. A técnica de estabilização segmentar vertebral tem como objetivo a melhora do controle neuromuscular, utilizando exercícios específicos, principalmente para os músculos profundos do abdome: o transversos do abdome e multífidos. Estudos mostram resultados benéficos no uso da estabilização vertebral no tratamento de pacientes com lombalgia. O contínuo aumento dos casos de pacientes com lombalgia em clínicas e consultórios de Fisioterapia faz com que nós fisioterapeutas nos questionemos diariamente sobre o que pode ser feito para prevenir a incidência dos casos e a melhor forma de tratar as consequências da lombalgia. Com isso surge a pergunta: De que forma a técnica de estabilização segmentar vertebral auxilia no tratamento de pacientes com lombalgia? O principal fator motivador dessa pesquisa foi o aumento contínuo dos casos de lombalgia, já que o problema atinge todas as classes sociais, sexos e diversas faixas etárias. Este estudo teve como objetivo identificar a eficácia do uso da estabilização segmentar vertebral no tratamento da lombalgia. Trata-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa, utilizando artigos das bases de dados PUBMED e

LILACS, no período de junho a agosto de 2018. Utilizado como critério de inclusão artigos que abordam o seguinte tema: estabilização segmentar vertebral e lombalgia; artigos publicados no idioma Português e Inglês; texto completo. Foram excluídos do estudo artigos de outros idiomas; estudos que tinham como foco outra técnica de tratamento de lombalgia e não mostravam relevantes para o desenvolvimento do trabalho e artigos duplicados. A busca eletrônica nas bases de dados, através da associação dos descritores: Coluna vertebral, Dor Lombar, Estabilização, Exercícios e Músculos Abdominais, permitiu a localização ao total de 40 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram selecionados para discussão e análise 19 artigos científicos. Desta forma, esta revisão foi composta por artigos publicados entre os anos de 2008 a 2017. Baseado no levantamento bibliográfico realizado pode-se concluir que a técnica de estabilização segmentar vertebral, quando aplicada em pacientes com lombalgia, apresenta redução da dor e melhora da capacidade funcional. Além disso, auxilia na melhor ativação e recrutamento dos músculos estabilizadores da coluna lombar, principalmente o transversos do abdome e multifídeos lombar.

RESUMO - FISIOTERAPIA

FESTA POPULAR: INTEGRANDO E CRIANDO VÍNCULOS NUMA VISÃO INTERDISCIPLINAR

Beatriz Roriz Bessa (rorizbia@outlook.com)

Natanael Da Silva Cavalcante (natanael.cavalcante98@outlook.com)

Marcos Wanderson Lima Barros (marcos_wanderson98@hotmail.com)

Raimundo Walison Teixeira (walisonsurf2014@gmail.com)

Winnie Vieira Soares (winnie-vieira@hotmail.com)

Selene Maria De Oliveira Schramm (selsch_2000@yahoo.com.br)

RESUMO

INTRODUÇÃO: A festa popular é idealizada como uma celebração coletiva, tendo um cunho social e comunicativo. A festa junina é um exemplo dessa festividade, que resgata a identidade local, celebra as tradições e promove o envolvimento social, a participação comunitária, a movimentação financeira e valorização das potencialidades locais. **OBJETIVO:** Relatar a participação da Comunidade do Vicente Pinzón na atividade junina . **METODOLOGIA:** O Projeto Pinzón- Unichristus e Comunidade em Novas Descobertas é um programa de extensão do Centro Universitário Christus, que envolve discentes e docentes de nove cursos de graduação: Fisioterapia, Biomedicina, Odontologia, Enfermagem, Nutrição, Engenharia Civil, Arquitetura, Direito e Psicologia. No dia 23 de junho último foi realizado um festejo junino no entorno da Escola Matias Beck, localizada no bairro Vicente Pinzón. Por meio de visitas

realizadas nos domicílios próximos à escola os moradores foram convidados para comparecerem e participarem de forma ativa do festejo junino, visando a criação de vínculo comunidade - projeto. RESULTADOS E DISCUSSÃO: A princípio os moradores da comunidade mostraram-se receosos ao receberem os alunos em suas casas. Entretanto, houve o envolvimento dos moradores nessa primeira atividade de interação promovida pelo Projeto Pinzón. Vale ressaltar que essa ação também teve a intenção de promover o bem estar social das pessoas que residem naquela localidade, pois ao ocuparem os espaços públicos, os vínculos sociais entre as pessoas tendem a crescer, resgatando características perdidas ao longo do tempo, como o diálogo entre vizinhos. Outro aspecto importante dessa ação foi contribuir para questão da segurança pública, pois é fato que quanto mais a população ocupa as ruas, mais seguras elas se tornam. No dia da culminância do festejo junino os moradores da comunidade colocaram mesas com comidas típicas para vender na rua, favorecendo a geração de renda, crianças participaram das brincadeiras oferecidas, e mesmo aqueles que não se envolveram diretamente na festividade, colocaram cadeiras nas calçadas e mesmo à distância, contemplaram a movimentação na rua. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A realização de atividades em ambiente comunitário é primordial para o fortalecimento dos vínculos e confiança entre os atuantes do projeto e a comunidade. A participação ativa da equipe do Projeto Pinzón na comunidade promoveu a aproximação entre as partes, o compartilhamento do espaço público, contribuindo para desmistificar o paradigma entre todos os envolvidos de que a rua é um local perigoso. É essencial a construção interdisciplinar de propostas inovadoras e da motivação da comunidade na descoberta de suas potências.

Palavras-chave: Relação comunidade - instituição. Ação comunitária. Participação popular. Interdisciplinaridade. Extensão.

RESUMO - FISIOTERAPIA

GAMIFICAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM NA MONITORIA DE RECURSOS TERAPÊUTICOS II

Ana Mayra Barbosa Ferreira (anamayra_e13@hotmail.com)

Maria Victória Philomeno Gomes Ferraz (vivi.pgf@gmail.com)

Liane Toscano Martins Pinheiro (lianetoscano@terra.com.br)

Karoline Sampaio Nunes Barroso (karoline_fisio@hotmail.com)

Introdução: A gamificação consiste em uma estratégia de aprendizagem utilizando a tecnologia a favor do processo de educação, com uso de jogos que agregam o estudo teórico-prático. As metodologias ativas tem o intuito de despertar o interesse, aumentar a participação dos alunos, auxiliando no desenvolvimento da resolutividade acadêmica. **Objetivo:** Descrever a utilização da gamificação no processo de ensino aprendizagem na monitoria de recursos terapêuticos II. **Metodologia:** A metodologia utilizada para o ensino aprendizagem foi denominada como Olimpíada de Anatomia. A atividade foi realizada dia 5 de junho de 2018. A amostra foi composta por alunos matriculados na disciplina, totalizando 23 participantes, divididos aleatoriamente em 5 grupos. A dinâmica iniciou com o esclarecimento do game e suas fases: o sorteio, utilizando uma roleta digital, seguido pelas respostas dos alunos as questões selecionadas, concluindo com um debate. A primeira e segunda etapa abordavam questões sobre anatomia, origem, inserção, ação e inervação com níveis de dificuldades diferentes. A terceira etapa foi utilizado um game virtual sobre os conteúdos abordados na disciplina, como: inibição

posicional, mobilização neural e avaliação e tratamento de lesões de íliaco. Para conclusão da tarefa era necessário fazer conexões entre as matérias da disciplina, conectando partes de uma mesma técnica. Após o encerramento da dinâmica foi solicitado que os alunos relatassem, de forma individual, sobre a influência da Olimpíada de Anatomia no processo de aprendizagem. Resultados: Foi observado que a maioria relatou que a atividade promoveu uma maior interação entre os alunos, estímulo de competição e satisfação. Segundo os relatos dos participantes, muitos caracterizaram a atividade como dinâmica, divertida, momento de aprendizado e estímulo do trabalho em equipe. Conclusão: Verificou-se neste estudo que a metodologia na gamificação é um instrumento de aprimoramento do conhecimento e favorece o relacionamento interpessoal, podendo ser uma estratégia importante no processo de aprendizado.

RESUMO - FISIOTERAPIA

INTERVENÇÃO DA FISIOTERAPIA APÓS CIRURGIA DE OSTEOTOMIA E RECONSTRUÇÃO DE LCA: RELATO DE CASO

Rebeca Xavier Da Silva (rebeca_xs@hotmail.com)

Marina Santos Câmara (marinas.camara@hotmail.com)

Germana Albuquerque Costa Zanotelli (germanazanotelli@gmail.com)

INTRODUÇÃO: A osteotomia é uma técnica cirúrgica usada para correção de deformidade em valgo do joelho. Em média, deve-se corrigir a deformidade em busca do alinhamento anatômico. As lesões do ligamento cruzado anterior (LCA) encontram-se entre as lesões mais frequentes no desporto (70%). Diversas técnicas são usadas na reconstrução, mas a grande questão é qual o melhor posicionamento para o enxerto. Analisar o efeito biomecânico da posição dos túneis ósseos na distribuição de carga e cinemática da articulação, bem como os resultados funcionais em médio prazo. **OBJETIVO:** Analisar a evolução de um paciente submetido a cirurgia de osteotomia e reconstrução de LCA. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma pesquisa exploratória, do tipo relato de caso com um paciente do gênero masculino, 29 anos de idade. Há dez anos, jogando futebol rompeu o ligamento cruzado anterior (LCA) do lado direito, um ano antes do 1º atendimento já tinha realizado osteotomia do joelho direito e reconstrução de LCA por conta de uma re-lesão, já tratada. Chegou a clínica com 15 dias de pós-operatório da osteotomia do joelho esquerdo, com auxílio para marcha. Na avaliação foram observados atrofia de quadríceps e edema no lado esquerdo. Paciente sem dor a palpação e a mobilização passiva, apresentou dor no final da amplitude de movimento na mobilização ativa. Com

amplitude de movimento para flexão de joelho esquerdo de 70°, e extensão de 0°. No 1º e 2º atendimento foi realizada eletroestimulação associada ao exercício para extensão de joelho com uma caneleira de 1 kg, liberação de aderência da cicatriz com massagem de liberação.. Exercícios de isometria com a mini band para abdução. Alongamento da região posterior da coxa. Durante dois meses foi utilizado esse protocolo, variando os exercícios para fortalecimento de quadríceps e posteriores de coxa, sem descarga de peso na perna esquerda. Quando liberado para descarga de peso no lado cirúrgico, colocamos para iniciar a descarga na mini cama elástica e iniciamos exercícios na bicicleta ergométrica. As intervenções foram realizados 2 vezes por semana no período de fevereiro a abril de 2018. RESULTADOS: Durante os atendimentos paciente apresentou evolução satisfatória, sem dor e aumento de amplitude de movimento. CONCLUSÃO: A intervenção fisioterapêutica contribuiu de forma satisfatória para a evolução deste paciente, no fortalecimento muscular, amenizando a dor relatada e aumento da amplitude de movimento.

RESUMO - FISIOTERAPIA

INTERVENÇÕES FISIOTERÁPICAS EM RECÉM- NASCIDOS PREMATUROS COM PERSISTÊNCIA DO CANAL ARTERIAL

Tainar De Sousa Almeida (tainarsousa1996@gmail.com)

Antonio Leonardo Freitas Dos Santos (leo2011nardo@gmail.com)

Patrícia Lino (trapicia4@gmail.com)

Christiane Luck Macieira (rehabchris@yahoo.com.br)

Introdução: A persistência do canal arterial em recém-nascidos prematuros é um defeito anatômico causado por uma distribuição anormal do material elástico no tecido ductal e na lâmina subendotelial com alteração estrutural em seu desenvolvimento. Como principais complicações associadas a essa patologia, estão: aumento do tempo de ventilação mecânica e de internação pulmonar, infecções pulmonares, broncoespasmos, broncodisplasia pulmonar, atelectasias, além de déficit no crescimento pondoestatural. Objetivo: conhecer as intervenções fisioterapêuticas disponíveis para o recém-nascido prematuro acometido com persistência do canal arterial. Materiais e Métodos: consiste em uma revisão sistemática, utilizando as bases de dados SCIELO, LILACS, MEDLINE e PUBMED. A pesquisa foi realizada no período de abril de 2018 a agosto de 2018. Utilizaram-se os descritores: fisioterapia e persistência do canal arterial / recém-nascidos prematuros. Foram incluídos os estudos que abordaram a temática da pesquisa, no idioma português, publicados durante os últimos dez anos e não duplicados. Identificaram-se 110 artigos indexados (Scielo = 1; Lilacs = 34; Medline = 75; Pubmed = 0). Após a aplicação dos

critérios de inclusão, restaram, como amostra final, dois artigos. Resultados: no tratamento fisioterapêutico observaram-se melhora das condições pulmonares, aumento da complacência pulmonar, diminuição da resistência das vias aéreas e, conseqüentemente, a redução do trabalho respiratório imposto pela patologia a esses neonatos Conclusão: a intervenção da fisioterapia pode melhorar o comprometimento cardiocirculatório, pulmonar e o desenvolvimento neuropsicomotor (DNPM). Dessa forma, a fisioterapia apresenta-se de forma positiva para os recém-nascidos que recebem o tratamento. Este estudo sugere que novas pesquisas sejam realizadas para identificar as intervenções fisioterápicas em recém- nascidos prematuros com persistência do canal arterial.

RESUMO - FISIOTERAPIA

MANUAL DE BIOESTATÍSTICA PARA A ÁREA DA SAÚDE

Arabella Marisa De França Santos (arbelladefranca@gmail.com)

Monique Maia Costa (monique.fisio98@gmail.com)

Maria Cymara Pessoa Kuehner (apoicoordfisioterapia@unichristus.edu.br)

Introdução: O uso de materiais educativos como recurso complementar na educação em saúde tem sido crescente, e assumido importante papel no processo de ensino-aprendizagem. Os cursos de graduação da área da saúde preparam o acadêmico para desenvolver trabalhos científicos, utilizando-se de fundamentos metodológicos aprendidos na prática de pesquisa. O entendimento da Bioestatística também é importante, tendo em vista que o conhecimento não deve ser baseado apenas na experiência clínica, mas também por meio de metodologia e comprovações científicas. Contudo, foi observado escassez de material publicado de fácil didática que abordasse o conteúdo programático visto na disciplina de Bioestatística. Com isso, surgiu o interesse de produzir um manual teórico-prático que pudesse auxiliar tanto a compreensão do conteúdo, como o método de estudo da Bioestatística.

Objetivo: O objetivo do manual de bioestatística desenvolvido nesse estudo foi de aprimorar o conhecimento científico acadêmico de alunos da graduação do curso de Fisioterapia do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS) que estejam cursando a disciplina de bioestatística ou realizando trabalhos científicos, e de promover uma linguagem didática e acessível para comprovações científicas baseadas na bioestatística.

Metodologia: O manual foi elaborado por monitoras da disciplina de Bioestatística durante o período de

vigência do Projeto de Iniciação à Docência, de setembro de 2017 a agosto de 2018. O desenvolvimento ocorreu em 3 fases principais: (1) foi anotado quais seriam as principais dificuldades de compreensão e utilização de testes estatísticos, (2) os conteúdos foram compilados e explicados em ordem lógica para o desenvolvimento de resultados de estudos, (3) foram elaborados inúmeros exemplos de utilização de testes com figuras expondo a ordem da análise. Resultados: O manual foi finalizado contendo todos os assuntos que foram abordados durante o semestre na disciplina de Bioestatística. Foram incluídos desde os princípios iniciais para a compreensão do estudo, como população, amostra, variáveis, dados e normalidade populacional, assim como os instrumentos da estatística descritiva, medidas de dispersão e frequência, até os testes analíticos de comparação e correlação, paramétricos e não-paramétricos, explicados por significância estatística. Conclusão: A abrangência da utilização deste manual elaborado é de todos os acadêmicos ou profissionais que estejam utilizando abordagem quantitativa em seus estudos. É um instrumento que facilita o processo de aprendizagem, uma vez que permite ao leitor uma superação das dificuldades, por ter linguagem acessível e didática. O desenvolvimento do manual finalmente proporcionou às monitoras alcançar um nível mais elevado de crescimento na área da docência, enquanto colaboradoras da disciplina de bioestatística durante o ano de vigência do programam de monitoria.

RESUMO - FISIOTERAPIA

METODOLOGIAS ATIVAS APLICADAS NO PROGRAMA DE MONITORIA DA DISCIPLINA DE FISIOTERAPIA CRANIOMANDIBULAR

Marcela Facundo Saboia De Castro (marcelafacundo1@hotmail.com)

Luiz Ricardo Garcez (luizgarcez07@hotmail.com)

Karoline Sampaio Nunes Barroso (karoline_fisio@hotmail.com)

Mariana Lima Fernandes (fisiomarianalf@yahoo.com.br)

Introdução: A formação dos profissionais de saúde tem sido pautada no uso de metodologias tradicionais no qual estas se apresentam como formas limitadas no processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, as metodologias ativas surgem como uma vertente de ensino que busca integrar teoria e prática através da problematização e aprendizagem baseada em questões, na qual o discente é agente ativo nesse processo. **Objetivos:** Relatar a utilização de uma gincana como estratégia de ensino-aprendizagem na disciplina de Fisioterapia Craniomandibular. **Metodologia:** Como método de trabalho e estudo foi feito um estudo descritivo, do tipo relato de experiência. Inicialmente, os alunos foram divididos em três grupos (cerca de 7 alunos por grupo) e explicados sobre as normas da gincana e que a mesma seria dividida em três fases com desafios distintos. A primeira fase consistia em um jogo de perguntas e respostas sobre os conteúdos aplicados da disciplina no qual os alunos tinham 30 segundos para discutir com o grupo e responder, essas perguntas poderiam vir em forma de textos ou imagens. Na segunda fase, foi realizado uma espécie de palavras cruzadas de forma digital sobre o conteúdo, com o uso dos celulares dos

próprios alunos conectados à internet. A terceira fase era composta por um caça palavras gigante, nos quais os alunos tinham um determinado tempo para encontrar todas as palavras ou o máximo possível. Cada fase tinha pontuações diferentes e ao final da gincana a equipe que mais pontuasse ganharia a gincana e seriam recompensados com um prêmio. Resultados: Notou-se um maior envolvimento dos alunos na aula, um aumento no rendimento acadêmico dos alunos e a melhora da interação aluno/professor/monitor, além de usar a tecnologia a favor do ensino. Conclusão: O uso de jogos e desafios se mostrou uma ferramenta adequada que pode ser utilizada no ensino da disciplina de Fisioterapia Craniomandibular, uma vez que envolve motivação e o aspecto lúdico. Além disso, incentiva o educando a querer responder corretamente os questionamentos, aperfeiçoando o ciclo de aprendizagem.

RESUMO - FISIOTERAPIA

MODELOS ANIMAIS DE AUTISMO- UMA REVISÃO NARRATIVA

Caroline De Oliveira Viana (vianacaroline5@gmail.com)

Maria Fernanda Mendes Felismino (fernandafelismino1@gmail.com)

José Eduardo Ribeiro Honório Júnior (eduribiologo@yahoo.com.br)

RESUMO

O transtorno do espectro autista (TEA) é uma desordem de origem geneticamente multifatorial, o que dificulta a identificação de sua etiologia. É uma anomalia que abala o neurodesenvolvimento do indivíduo, cujos sintomas se apresentam nos primeiros 36 meses de vida. Os pacientes com esta síndrome apresentam em comum déficits em várias áreas do funcionamento cerebral bem como na interação social, na comunicação e a presença de comportamentos repetitivos e interesses restritos a basicamente uma área, esses sintomas podem prejudicar ou impedir o desenvolvimento da criança. A fisiopatologia do TEA permanece desconhecida, o que explica a extrema importância do desenvolvimento de estudos com modelos animais para refletir aspectos comportamentais, neuropatológicos e genéticos desta patologia. Assim, temos como objetivo determinar os principais modelos animais utilizados para o estudo da síndrome conhecida como autismo. A metodologia utilizada para a construção deste trabalho foi de revisão narrativa da literatura no período de março a agosto de 2018, nas bases de dados LILACS, Medline e portal de periódicos Scielo. As palavras-chave utilizadas foram: Transtorno autístico, Transtornos do Neurodesenvolvimento, Diagnóstico, Ácido valpróico,

Modelos animais. Os artigos selecionados foram nos idiomas inglês e português dos últimos cinco anos. Foram encontrados dez artigos sobre autismo e modelos animais. Diversos modelos experimentais são utilizados para estudar a doença, mas somente três se destacam: os modelos baseados em animais geneticamente modificados, os modelos baseados em lesões de estruturas límbicas como a amígdala e o hipocampo ventral, e os modelos baseados na exposição pré-natal a agentes tóxicos, como o ácido valpróico (VPA), álcool e a talidomida. Os modelos experimentais que utilizam a exposição a agentes tóxicos na fase pré-natal são os modelos de TEA mais utilizados. Esse modelo permite estudar alterações maternas (como infecções, traumas, exposições a agentes tóxicos) e sua influência no desenvolvimento do sistema nervoso para o Transtorno de Espectro Autista. O modelo utilizando VPA é o mais aplicado devido ao seu rápido efeito. Pesquisas com VPA mostraram alterações neuroanatômicas em modelos animais de ratos que equivalem às alterações encontradas em encéfalos de autistas como por exemplo a redução do número de neurônios motores, diminuição da região caudal e aumento da região rostra no núcleo do nervo facial e uma supressão da quantidade de células de purking. Com isso, podemos concluir que o uso do VPA para o desenvolvimento de modelos animais com espectro autista é uma grande ferramenta para a compreensão dessa doença, além de permitir o teste com novos medicamentos antes de passarem para a fase clínica.

RESUMO - FISIOTERAPIA

MONITORIA DE FISIOTERAPIA EM ONCOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE

Francisca Nayara Queiroz Farias (fnqfarias@hotmail.com)

Tanara Lopes De Souza (tlslopess@gmail.com)

Melina Campos Viana (melinahcampos@hotmail.com)

Caian Guimarães Lima Façanha (caianglima@gmail.com)

Karoline Sampaio (karolinesnb@gmail.com)

Maria Jaqueline Braga Bezerra (jackbraga@oi.com.br)

Introdução: O câncer é um dos problemas de saúde pública mais complexo diante dos dados epidemiológicos apresentados atualmente. Muitos casos de câncer detectados poderiam ser prevenidos. A monitoria da disciplina de Fisioterapia em Oncologia surge como instrumento facilitador no desenvolvimento de ações educativas na prevenção de doenças oncológicas. **Objetivo:** Relatar a experiência de ações educativas na prevenção do câncer durante a monitoria da disciplina de Fisioterapia em Oncologia do Centro Universitário Christus (Unichristus). **Metodologia:** Estudo descritivo, do tipo relato de experiência, sobre ações educativas de prevenção de câncer realizadas em sala de espera com os pacientes atendidos na Clínica Escola de Fisioterapia da Unichristus, localizada em Fortaleza – Ceará, no período de setembro de 2017 a junho de 2018. Para a realização das atividades educativas, inicialmente, baseou-se nas ações de conscientização e prevenção dos tipos de câncer, com suas respectivas nomenclaturas: câncer de cabeça e

pescoço (Julho Verde); câncer de mama (Outubro Rosa); e câncer de próstata (Novembro Azul). Em conjunto com a administração da Clínica Escola e do Centro Acadêmico de Fisioterapia Emílio Praxedes, foram agendados os dias e horários para a realização dos eventos. Quanto à ornamentação, esta foi feita pelos funcionários e alunos da Clínica Escola. Foram confeccionadas e distribuídas cartilhas com dicas sobre autoexames, fatores de risco e, além disso, formas de prevenir e enfrentar cada tipo de câncer. Durante dois semestres, foram apresentadas informações preventivas aos pacientes, acompanhantes e funcionários da instituição, com a contribuição de monitoras e acadêmicos da disciplina de Fisioterapia em Oncologia da Unichristus. Estes foram orientados por duas docentes da área, tendo sido divididos em grupos e turnos. Para estas ações, foi utilizado aparelho de projeção de imagem e empregado o uso de metodologias ativas, através de questionamentos e análises a respeito da conscientização e da prevenção das principais neoplasias acima citadas. Resultados: As ações foram bem-sucedidas, conforme as narrações, questionamentos e demonstrações de curiosidades dos participantes sobre os temas abordados. Porém, dentre as narrações, evidenciou-se que o conhecimento empírico dos participantes acerca dos tipos de neoplasias da região de cabeça e pescoço era de nível elementar. Em relação ao câncer de mama, as mulheres apresentaram-se esclarecidas sobre a realização do exame clínico (autoexame) e sua importância na prevenção e no diagnóstico precoce. Diferente do público masculino, que, quando abordados sobre a prevenção do câncer de próstata, demonstraram constrangimento ao ser mencionado o assunto. Conclusão: Constatou-se a importância de se realizar ações educativas aplicadas em comunidades, ambientes acadêmicos e instituições empregatícias, como forma de levar informações à sociedade, visando à conscientização sobre os danos causados pela exposição de fatores cancerígenos que podem ser prevenidos em diversas situações. Além disso, a interação entre os acadêmicos e a realidade da comunidade contribuiu positivamente para o ensino-aprendizagem.

RESUMO - FISIOTERAPIA

MONITORIA DE URGÊNCIA EM SAÚDE: PRODUÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO SOBRE AVALIAÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA EM CRIANÇAS PÓS-TRAUMÁTICA

Letícia Soares Da Silva (silva.leticia@outlook.com)

Rebeca Félix (rebecafelix99@gmail.com)

Daniel Sarquis Gonzalez (sarquisgonzalez@icloud.com)

INTRODUÇÃO: A monitoria é considerada uma atividade de grande importância no processo de ensino e aprendizagem e por isso está sendo cada vez mais implantada nos cursos de graduação e, nesse contexto, tem a possibilidade de contribuir com um aprendizado mais aprofundado dos conteúdos das disciplinas. É importante ressaltar, que o aluno monitor não deve restringir sua atividade à encontros esporádicos com os monitorados, ele deve ser um sujeito ativo na elaboração dos seus planos de atividades, juntamente com o professor. O método tradicional de avaliação primária e secundária em um adulto se difere parcialmente em crianças. Em ambos os casos precisa-se estabelecer objetivos a serem tratados primariamente. Com esse intuito pensamos na produção de um folder, como material educativo, que viabilizasse esses primeiros atendimentos em crianças. **OBJETIVOS:** Produzir um folder para desenvolver habilidades em leigos durante uma sequência correta no atendimento às crianças pós-traumáticas. **METODOLOGIA:** Confeção de um folder que contenha todas as informações necessárias para prestar atendimento em primeiro contato com vítimas pós-traumático. Todo o trabalho foi realizado com o auxílio do professor orientador para que não

houvesse nenhuma informação equivocada e, sobretudo, que pudesse colocar a vida da vítima em risco. Para esse fim consideramos que as informações com uma linguagem de fácil compreensão e o uso de imagens pudessem contribuir na hora do atendimento. RESULTADOS: Observamos que com esse folder, iremos ajudar de certa forma, a salvar a vida de crianças que sofrem acidentes traumáticos. Foram colocadas informações por extenso, fotos de como se deve posicionar a criança e pessoa que se disponibiliza a realizar a avaliação. CONCLUSÃO: Reconhecemos que com a produção do folder podemos promover e integrar os campos da informação e da comunicação, visto que, utilizando-se de uma linguagem acessível, que permita fácil entendimento esse material torna-se uma ferramenta didática eficaz no melhoramento das práticas de pessoas leigas que, possivelmente, possam prestar os primeiros socorros necessários até a chegada da ambulância, que muitas vezes devido a grande demanda de atendimentos, demoram a chegar ao destino.

RESUMO - FISIOTERAPIA

O USO DA METODOLOGIA ATIVA NA INICIAÇÃO A DOCÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lucas Lima Batista (lucaslimabatista18@gmail.com)

Tatianny Barbosa (tatiannybarbosafisio@gmail.com)

Marcia Valeria Brandão Dos Santos Martins (mvbsmartins@gmail.com)

Os programas de monitoria propiciam ao acadêmico monitor da disciplina por ele apresentada uma iniciação a docência de maneira orientada e analisada por orientador (a) e coordenação. Atualmente, espera-se que o orientador (a) forme profissionais competentes e comprometidos socialmente, exigindo uma prática docente que possibilite aos alunos um pensamento crítico, baseado na valorização da criatividade, da reflexão e da participação do mesmo. A monitoria torna-se essencial à medida que prepara o aluno monitor para a metodologia de ensino ativo, inserindo-o em uma experiência de aprendizagem fundamental para sua carreira como docente. Dessa forma, pretende-se por meio deste trabalho descrever a implementação de metodologias ativas. São elas: sala invertida e o bingo eletrônico. Salientar a importância das metodologias ativas nas monitorias, incentivar a criatividade dos alunos monitores, promover dinâmicas para os conteúdos durante o semestre, estimular a interação entre aluno e orientador (a). A Sala de aula invertida é uma estratégia que visa mudar os paradigmas do ensino presencial, alterando sua lógica de organização tradicional. O principal objetivo dessa abordagem, é que o aluno tenha prévio acesso ao material do curso e possa discutir o conteúdo com o monitor e os demais colegas. O bingo eletrônico é um jogo

onde são sorteados números correspondentes a perguntas em formato de slide, a dinâmica persiste até que algum jogador preencha toda a sua cartela e ao final seja conferida a fim de avaliar o conhecimento para só então ganhar o jogo. Nessa perspectiva, a metodologia ativa se transforma em um espaço dinâmico e interativo, permitindo a realização de atividades em grupo, estimulando debates e discussões, e enriquecendo o aprendizado do estudante a partir de diversos pontos de vista. As metodologias abordadas durante o programa se mostraram eficiente, pois os alunos que compareciam a monitoria mostraram ter resultados positivos na prova e na fixação do conteúdo. O programa de monitoria é de extrema importância para o aluno, pois propicia uma vivência de como ser um docente, e melhor do que isso faz o aluno monitor entender que é um conjunto de ensinamentos mútuos. A experiência necessita de tempo, criatividade para elaborar atividades que crie o interesse do aluno a comparecer e ser ativo nas monitorias.

RESUMO - FISIOTERAPIA

O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS DURANTE O ESTUDO DA PATOLOGIA

Tatianny Barbosa (tatiannybarbosafisio@gmail.com)

Lucas Lima Batista (lucaslimatestista18@gmail.com)

Marcia Valeria Brandão Dos Santos Martins (mvbsmartins@gmail.com)

Introdução: A disciplina de patologia humana é uma das disciplinas que exige muito conceito, detalhes minuciosos, termos e experiência que, por isso, se torna muito reprovativa, pois gera dificuldade por parte dos alunos que não conseguem acompanhar o ritmo e seu andamento. **Justificativa:** Pelo fato de existirem milhares de doenças, entende-se a necessidade do conhecimento e de sair com uma boa base dessa disciplina e por isso é importante o uso de metodologias que consiga captar o aluno para despertar o interesse naquele conteúdo. Assim, várias metodologias são adotadas atualmente; para esse programa de monitoria, foram adotadas duas; a sala invertida e uma adaptação do bingo um famoso jogo de sorte. **Objetivos:** Analisar o rendimento dos alunos com a introdução de novas metodologias na disciplina de patologia. Observar o desempenho do aluno que teve acesso às metodologias em relação aos que não tiveram. Comparar a utilização de uma metodologia com a outra e observar qual é a mais aceita. **Métodos:** A sala invertida foi praticada na turma de 2017.2 que se consistiu nos alunos estudarem o conteúdo em casa e trazer suas dúvidas. No final de cada período os monitores solicitava a elaboração de um caso clínico com fundamento para que eles trocassem entre si e resolvessem. A reformulação do bingo que ganhou o nome de bingo da

patologia foi adotada na turma 2018.1 e consistia em um jogo, o qual abordava os assuntos administrados durante o período, a metodologia era aplicada no final de cada período, e ela se constituía de perguntas que eram sorteadas pelos monitores, em que os alunos recebiam cartelas com algumas respostas, porém para marcar a correta, eles precisavam saber o conteúdo. Todos os conteúdos que estavam no jogo já haviam sido ministrados pelo professor e pelo monitor. Resultados: Foram comparadas as duas metodologias por meio de um gráfico que mostrou uma melhor aceitação e melhores notas da turma que comparecia à monitoria e os resultados foram que a turma que teve contato com o bingo se destacou mais do que a turma que teve a metodologia da sala invertida, assim como a aceitação da turma 2018.1 foi melhor do que a turma 2017.2. Com relação aos alunos que compareciam à monitoria, não foi constatado um melhor desempenho tanto na questão de notas como no aprendizado, pois com o uso das metodologias, quem tinha contato conseguia captar bem a disciplina e entender de uma maneira mais simples o que era abordado e posteriormente explicar o assunto. A metodologia do bingo conseguiu se destacar mais do que a da sala invertida; contudo, as duas tiveram resultados satisfatórios. Conclusão: O uso de metodologias ativas na disciplina mostrou ter uma grande contribuição, pois atraiu os alunos a serem participantes tanto no quesito presença quanto durante as atividades desenvolvidas e foi observada uma melhor captação e conhecimento, contribuindo até para a interação da turma. O estudo da patologia dentro de dinâmicas tornou-se prazeroso para eles e fez que eles obtivessem excelentes resultados na hora da prova.

RESUMO - FISIOTERAPIA

PERCEPÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: UMA REVISÃO NARRATIVA

Antonio Leonardo Freitas Dos Santos (leo2011nardo@gmail.com)

Patrícia Lino (tracia4@gmail.com)

Germana Albuquerque Costa Zanotelli (germanazanotelli@gmail.com)

Introdução: A inserção da Fisioterapia na Estratégia Saúde da Família tem como

objetivo ampliar a cobertura de atenção à saúde da família, atingir princípios, como a

equidade e melhorar a qualidade de atenção à população no seu estado em geral,

colaborando assim, para uma assistência à saúde integral. Objetivo: analisar a percepção do fisioterapeuta no programa Estratégia Saúde da Família.

Metodologia: consiste em uma revisão narrativa de literatura utilizando as bases de

dados SCIELO, LILACS, MEDLINE e PUBMED. A pesquisa foi realizada no mês de

agosto de 2018, por meio da combinação dos descritores “Fisioterapeuta”, “Sistema

Único de Saúde”, “Estratégia Saúde da Família”, “Atenção Primária” e “Saúde Pública”. Foram selecionados estudos abordando a temática da pesquisa, no idioma

português, publicados durante os últimos cinco anos e não duplicados. Resultados:

após pesquisa realizada, foram identificados um total de 383 artigos indexados (SciELO = 24; Lilacs = 41; Medline = 296; Pubmed = 22). Após a aplicação dos critérios de inclusão, restaram, como amostra final, apenas cinco artigos.

Conclusão: os estudos evidenciaram que o fisioterapeuta quando inserido no programa de Estratégia Saúde da Família, enfrenta vários desafios, especialmente

àqueles voltados à sua atuação na Atenção Básica de saúde. Isto, deve-se ao fato

de sua formação ser ainda pautada no aspecto reabilitador. Os estudos sugerem

que este profissional da área da saúde faça parte da elaboração de projetos, levando em consideração os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais

assim, poderá desenvolver meios que favoreçam sua inserção e interação com toda

a equipe e comunidade.

Introduction: Physiotherapy in the Family Health Strategy (ESF) aims to expand coverage of family health care and achieve equity and improve the quality of care for the population and collaborate for comprehensive health care.

Objective: to analyze the physiotherapist’s perception in the Family Health Strategy program. Materials and Methods: consists of a systematic review using the SCIELO, LILACS, MEDLINE and PUBMED databases. The research was carried out in August 2018, by means of the combination of the

descriptors "Physiotherapy", "Unified Health System", "Family Health",,

"Family Health Strategy" and "Primary Care". Studies, addressing the

research topic, in the Portuguese language, published during the last five years and not duplicated were selected. Results: a total of 383 indexed articles (SciELO = 24, Lilacs = 41, Medline = 296, Pubmed = 22) were identified. After applying the inclusion criteria, only five articles remained as the final sample.

Conclusion: This study shows, through research already carried out, that the graduate and student of Physiotherapy, when inserted in the nucleus of family health support, face problems that contribute to the health service. Thus, it is clear in the study that there is a need for a greater presence of Physiotherapy students in the construction of the projects developed, especially within the scope of the Family Health Strategy; therefore, this study suggests that further research be done to identify the perceptions of physical therapists and students in the Family Health Strategy.

RESUMO - FISIOTERAPIA

PESCOÇO DE TEXTO PELO USO DE SMARTPHONES EM ADULTOS

Ingrid Melo Meireles Pinto (ingridmelomeireles@gmail.com)

Ítalo Gomes César (italogomescesar@gmail.com)

Gyslaine Felix Sousa (gys.felix@gmail.com)

Letícia Cristina Paiva Tavares (leticiacristina@edu.unifor.br)

Lorena Karen Silva Magalhães (lorenakaren_@hotmail.com)

Ana Paula Vasconcellos Abdon (paulaabdon@unifor.br)

O uso de smartphones tornou-se uma prática cotidiana mundialmente. Entretanto, a utilização deste dispositivo de forma abusiva e em posição incorreta pode acarretar alterações posturais e musculoesqueléticas, destacadamente o pescoço de texto, decorrentes da angulação excessiva da região cervical, interferindo na qualidade de vida da população. Diante disso, esta pesquisa teve como objetivo avaliar o ângulo de alinhamento vertical da cabeça (pescoço de texto) pelo uso de smartphones em adultos. Estudo transversal, realizado na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), no período de março a junho de 2018. Participaram do estudo 274 adultos com faixa etária entre 18 a 59 anos, independente das características demográficas e que façam uso rotineiro de smartphones. Foram excluídos os que tinham diagnóstico de escoliose severa, fraturas ou lesões degenerativas severas na coluna cervical, que tenham realizado cirurgia na coluna, cabeça e/ou pescoço. Realizou-se análise postural durante o uso de smartphone simulando digitação, com o intuito de avaliar o ângulo de alinhamento vertical da cabeça (pescoço

de texto) utilizando o Software de Análise Postural – SAPO e, posteriormente, classificando segundo o peso imposto na coluna cervical em kg, dessa forma de 0° a 14,99° (5kg), 15° a 29,99° (12kg), 30° a 44,99° (18kg), 45° a 59,99° (22kg) e maior que 60° (27kg). O estudo obedeceu a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Fortaleza (n.º 2144.930). Após a análise no SAPO, utilizou-se análise bivariada pelo qui-quadrado usando o SPSS versão 20.0. Do total, verificou-se que 0,7% (n=2) apresentaram ângulo de alinhamento vertical da cabeça de 0° a 14,99°, 19,7% (n=54) entre 15° a 29,99°, 42% (n=115) entre 30° e 44,99°, 32,5% (n=89) entre 45° a 59,99° e 5,1% (n=14) apresentaram ângulo = 60%. Houve relação entre a flexão cervical durante o uso do smartphone com o sexo dos participantes ($p=0,000$), mas não houve relação com a idade ($p=0,141$). Conclui-se que a maioria dos participantes mantém uma postura incorreta da cervical durante a digitação em smartphones, desta forma há uma sobrecarga nesta região, que poderá ocasionar alterações no sistema musculoesquelético. Assim, torna-se necessário campanhas de educação em saúde sobre a postura correta do uso do smartphones.

RESUMO - FISIOTERAPIA

RELAÇÃO ENTRE A DEPENDÊNCIA DO TELEFONE CELULAR E O ACESSO À INTERNET

Letícia Cristina Paiva Tavares (leticiacristina@edu.unifor.br)

Gyslaine Felix Sousa (gys.felix@gmail.com)

Ingrid Melo Meireles Pinto (ingridmelomeireles@gmail.com)

Ítalo Gomes César (italogomescesar@gmail.com)

Nylla Kettilla Freitas Diógenes Medeiros (kettilla1989@hotmail.com)

Ana Paula Vasconcellos Abdon (paulaabdon@unifor.br)

O avanço da globalização tornou o uso do smartphone cotidiano, fazendo com que o mesmo faça parte da rotina das pessoas, principalmente jovens e adultos. Os benefícios de tal tecnologia são evidentes, contudo há indícios que o seu uso em excesso causa riscos à saúde dos usuários, pois quando utilizado de maneira abusiva pode gerar dependência. Diante disso, a dependência do uso do telefone celular está sendo considerada um problema de saúde pública. O estudo objetivou analisar a relação entre dependência do telefone celular e o acesso à internet em jovens e adultos. Estudo transversal, realizado na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), no período de março à junho de 2018. Participaram do estudo 274 indivíduos com faixa etária entre 18 a 59 anos, independente das características demográficas e que façam uso rotineiro de celulares. Foram excluídos os que tinham diagnóstico de escoliose severa, fraturas ou lesões degenerativas na coluna cervical, que tenham realizado cirurgia na coluna, cabeça e/ou pescoço. Foram aplicados dois

questionários, o primeiro coletou dados sociodemográficos e o segundo foi o Mobile Phone Addiction Test (MPAT), com 25 itens, que objetiva avaliar a dependência do Telefone Celular (TC). Utilizou-se análise bivariada pelo qui-quadrado usando o SPSS versão 20.0. O estudo obedeceu a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Fortaleza (n.º 2144.930). Do total, houve maior proporção do sexo feminino com 69,0% (n=189) e com dependência do celular em 84,7% (n=132). Não foi verificada associação da dependência com o sexo ($p=0,695$), mas houve relação entre a dependência do celular com a frequência de acesso à internet pelo celular ($p=0,015$). Neste estudo, mostrou elevado índice de pessoas com dependência de celular relacionada ao acesso à internet. Tais achados reforçam a importância de estratégias para a conscientização e intervenções tanto educacionais como terapêuticas.

RESUMO - FISIOTERAPIA

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA CRIAÇÃO DE UM JOGO DURANTE O PROGRAMA DE MONITORIA NA DISCIPLINA DE ANATOMIA I

Karla Evangelina Fonseca Barreira (karlaevangelina0311@gmail.com)

Beatriz Carneiro Da Mota (beatriz.mota_18@yahoo.com.br)

Luciano Nogueira Lopes Filho (nogueirabiomec@gmail.com)

As metodologias ativas fazem parte do conjunto de atividades voltadas para a amplificação do fluxo informativo, tornando o processo de aprendizagem mais atrativo. Dessa forma, rompem com o modelo de ensino tradicional, em que o aluno é apenas um receptor de informações, fazendo que ele participe ativamente da construção do conhecimento, tornando-se mais confiante e responsável, assumindo o papel de instituidor do seu saber. O emprego deste método de aprendizagem tem sido cada vez mais difundido nas instituições de ensino superior e, conseqüentemente, nos cursos da área da saúde. Isso tem fundamental importância visto que o profissional da saúde deve ser capaz de planejar, criar e repassar conhecimentos para a população, e esse método de ensino proporciona-lhe esse conhecimento. Essas metodologias incluem desde paródias até jogos direcionados ao conteúdo proposto e têm a finalidade de relatar a experiência vivenciada pelo aluno-monitor durante a criação de um jogo utilizado nas monitorias. Como método de trabalho e estudo, foi feito um levantamento por meio dos roteiros de aula prática e o atlas de Anatomia Humana sobre todas as estruturas anatômicas que seriam abordadas como a confecção de cartões, a aplicação da metodologia pelo menos uma vez a cada período, a estabilização de tempo para cada aluno, a divisão do número de

alunos formando equipes para as quais são repassadas as regras. Os alunos foram divididos em duas equipes com o mesmo número de componentes. Foi estabelecido um tempo para a realização da atividade proposta pelo jogo e, ao fim, ganhava a equipe que fizesse mais pontos. Para tal fim, foi construído um jogo em que se abordava todo o conteúdo prático dos Sistemas Esquelético, Muscular, Nervoso, Circulatório, Digestório, Respiratório, Reprodutor e Urinário que são abordados na disciplina de Anatomia I. Foram confeccionados cartões de tamanhos equivalentes que eram postos sobre a mesa virados para a aplicação da metodologia. Por fim, conclui-se que o jogo diversificou a metodologia da monitoria dando a oportunidade de os alunos participarem ativamente do ciclo de aprendizagem; assim, aprimorou-se o ciclo de ensino e aprendizagem e facilitou-se a abordagem geral dos conteúdos com maior número de estruturas para a visualização; desse modo, os alunos passam a ter maior facilidade de fixação do conteúdo, pois o ensino se torna mais atrativo e de fácil assimilação, além de possibilitar a percepção do aluno sobre qual sua maior dificuldade no conteúdo abordado.

RESUMO - FISIOTERAPIA

RELATO DE EXPERIÊNCIA DAS MULHERES SOBRE O PROJETO DE EXTENSÃO “EDUCAÇÃO E SAÚDE COMUNITÁRIA”

Monique Maia Costa (monique.fisio98@gmail.com)

Letícia Soares Da Silva (silva.leticia@outlook.com)

Nágila Arruda Reis (nagilareis.fisio@gmail.com)

Kamily Emanuele (kamilyemanuele98@gmail.com)

Lorayne Emilly Gomes De Matos (lorayneemilly@gmail.com)

Mônica Cordeiro Ximenes De Oliveira (m.cordeirox@gmail.com)

INTRODUÇÃO: Promover a saúde na comunidade é uma tarefa complexa, visto que, a educação em saúde pode ser pensada como um campo de práticas e de conhecimento que se tem ocupado mais diretamente com a criação de vínculos entre a ação assistencial e o pensar e fazer cotidiano da população. Para tanto, a Extensão Comunitária funciona como uma via de mão-dupla, em que ocorre a troca de saberes entre a comunidade e a universidade, propiciando, assim, uma maior participação social nesse campo. Com esse sentido, a extensão tem o intuito de auxiliar no processo dialético de teoria e prática, visto que, estabelece uma interação de saberes sistematizados, acadêmico e popular, de forma que na comunidade se encontrará oportunidade para a elaboração do conhecimento prático. **OBJETIVO:** relatar as experiências das mulheres sobre o projeto de extensão educação e saúde comunitária. **MÉTODO:** Trata-se de um relato de experiência realizado na Comunidade Serviluz, em Fortaleza no período de

fevereiro a abril de 2018. Foram realizadas quatro entrevistas com mulheres participantes do projeto de extensão. A análise dos dados priorizou a análise de narrativa e a interpretação hermenêutica. RESULTADOS: Através das entrevistas compreendemos a importância de palestras informativas e educativas como uma sobre o câncer de mama; em que as mulheres entrevistadas afirmam: (M-1) “eu nunca fiz nada não. Mas depois que vi que preciso fazer, me tocar pra ver se tenho alguma coisa errada comigo”; (M-2) Eu gosto muito do projeto, abre a mente da gente. É uma terapia, ajuda a gente a esquecer de muita coisa, às vezes a gente tá estressada e ajuda a esquecer”; (M-3) “O projeto pra mim é muito importante. Quando não tem fico muito triste”; (M-4) “O projeto é tudo de bom. A maioria das mulheres aqui são donas de casa e têm uma vida muito sacrificada com os filhos e maridos. E quando se trata de mães é uma oportunidade que não tem tamanho”. CONCLUSÃO: Com os relatos das mulheres participantes do projeto, reconhecemos que os cursos, as palestras, as festinhas “re”significam o seu cotidiano, visto que, para a maioria, sua vida é estressante devido às situações de vulnerabilidade em que, normalmente, se encontram por causa de problemas com os filhos, os companheiros, o desemprego, entre outros fatores. Assim, as várias estratégias do projeto de extensão procuram desenvolver não só um apoio social, mas, sobretudo, contribuir para a construção de atores que tenham capacidade de definir os rumos de suas próprias vidas, de ampliar sua autonomia, e que possam lidar melhor com as adversidades da vida, levando melhorias à saúde física e a saúde mental. Nesse contexto, a extensão apresenta-se como um suporte na educação e saúde comunitária, visto que, estimula o autocuidado e propõe caminhos alternativos em busca de uma vida saudável. Além disso, essa prática pode ser vista como uma importante ferramenta para o desenvolvimento de vínculos entre acadêmicos e a população local.

RESUMO - FISIOTERAPIA

TRATAMENTOS ATUAIS PARA O AUTISMO- UMA REVISÃO NARRATIVA

Maria Fernanda Mendes Felismino (fernandafelismino1@gmail.com)

Caroline De Oliveira Viana (vianacaroline5@gmail.com)

José Eduardo Ribeiro Honório Júnior (eduribiologo@yahoo.com.br)

O Transtorno do Espectro Autista é um transtorno que abrange três áreas do desenvolvimento: habilidades de interação social recíproca, habilidades de comunicação e atividades estereotipadas. Devido à busca pela melhoria desse paciente, precisamos buscar novas intervenções alternativas e farmacológicas para o tratamento dessa doença; assim, o objetivo deste trabalho foi buscar fundamentação científica sobre a doença do autismo e os tratamentos atualmente utilizados nos indivíduos acometidos por esta síndrome. A metodologia utilizada consistiu de uma revisão bibliográfica qualitativa e sistemática da literatura no período de março até agosto de 2018 nas bases de dados: Scielo, Medline e Lilacs em que foram encontrados cinco artigos sobre o autismo e o seu tratamento. Os artigos selecionados foram nos idiomas inglês e português dos últimos cinco anos. Uma paciente autista apresenta o cérebro com falha de comunicação entre os neurônios, dificultando, assim, o processamento de informações. Além disso, possui alterações especialmente no corpo caloso, que é responsável por facilitar a comunicação entre dois hemisférios do cérebro, a amígdala, encarregada pela conduta social e emocional e o cerebelo, principal responsável no que se refere ao equilíbrio e à coordenação e também está envolvido com as atividades motoras, em que o número de células de Purkinje é reduzido, e a região posterior inferior dos

hemisférios aparentemente são áreas de principal redução. Comumente, os primeiros tratamentos a serem utilizados para crianças com autismo envolvem os tratamentos psicossociais e intervenções educacionais, objetivando melhorar as habilidades sociais e comunicativas, potencializar a aquisição de linguagem, chegando, assim, a diminuir ou até acabar com os comportamentos mal adaptativos. Porém, por não existir um tratamento específico, muitas vezes é necessário fazer intervenções farmacológicas a fim de reduzir a intensidade de sintomas específicos, como agressividade, comportamento autolesivo, rituais compulsivos e hiperatividade. Nesses casos, os fármacos mais utilizados na sintomatologia do autismo são os neurolépticos (haloperidol, sendo o principal), que reduzem a agressividade, as estereotipias e os comportamentos automutilantes, e os antipsicóticos atípicos (risperidona) para atenuar os sintomas-alvo de irritabilidade e hiperatividade junto com estabilizantes de humor e antidepressivos para promover a melhoria na qualidade de vida desses indivíduos acometidos por esse transtorno. Além disso, há várias pesquisas que fazem uso de compostos bioativos, como flavonoides e outros, para tentar diminuir os efeitos oxidantes causados pela doença. Conclui-se que existem vários tratamentos alternativos e farmacológicos para atenuar os sintomas do autismo, além de pesquisas que buscam novos fármacos associados ou sozinhos para o tratamento dessa síndrome.

RESUMO - FISIOTERAPIA

USO DA ESTRATÉGIA DESAFIO DISCUSSÃO E RESPOSTAS COMO FERRAMENTA DE ENSINO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Cristine Mayara Cavalcante Camerino (crisinemcavalcante@gmail.com)

Luiza Raira Viana Parrião (luizaraira40@gmail.com)

Márcia Cardinale Correia Viana (marciacorreia@gmail.com)

Introdução: Diversas estratégias de ensino vêm sendo desenvolvidas e utilizadas ao longo dos anos devido as mudanças na área da saúde. Esta transformação traz consigo uma exigência: os professores e os monitores precisam modificar sua forma de ensinar, bem como os alunos precisam assumir novos papéis dentro de sala de aula. A estratégia desafio, discussão e respostas (D2R) é um método ativo de ensino, que objetiva roteirizar a preparação e a condução de uma aula dialogada. **Objetivo:** Relatar a experiência do uso da D2R como estratégia de ensino na disciplina de Fisioterapia Pneumológica. **Metodologia:** Trata-se de um relato de experiência do uso da estratégia D2R no programa de iniciação à docência do Centro Universitário Christus no período de setembro de 2017 a agosto de 2018. **Resultados:** A estratégia D2R foi dividida em três etapas. A primeira consistiu no aviso com antecedência para os alunos sobre a temática da próxima aula e solicitou-se que os mesmos fizessem um estudo prévio do tema. A segunda etapa, na qual foi realizada na aula seguinte, teve início com uma divisão de grupos, logo após foram expostos vídeos com situações clínicas. Em seguida foi chamado um grupo para expor sua resposta e os outros grupos puderam complementar ou discordar da resposta, gerando uma discussão entre os

alunos. Na terceira etapa o conteúdo visto na exposição dos vídeos foi recordado de maneira rápida e objetiva para que os alunos analisassem se havia alguma dúvida no que foi abordado. Conclusão: A D2R é uma estratégia que possibilita maior interação do aluno com os assuntos abordados na disciplina e que, dessa forma, ocorre uma fixação maior do conteúdo e permite que o aluno seja o principal responsável pelo seu aprendizado.

RESUMO - FISIOTERAPIA

USO DE JOGOS COMO METODOLOGIA ATIVA NA MONITORIA DE ANATOMIA HUMANA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raquel Alves De Araújo (raquel.alves0505@hotmail.com)

Erberson Camelo De Oliveira Pereira (erbersonjc@gmail.com)

Daniella Mara Lopes Coelho (daniellamara@yahoo.com.br)

Introdução: A Anatomia Humana é uma disciplina-base para todos os cursos da saúde. As maiores dificuldades apresentadas na aprendizagem são as nomenclaturas das estruturas anatômicas e os motivos individuais como falta de atenção, falta de concentração e perda de motivação. Nesse contexto, é necessário que a educação amplie sua metodologia por meio de iniciativas inovadoras no processo de ensino e aprendizagem. Com esse olhar, as metodologias ativas vêm-se tornando bastante utilizadas na educação e na saúde, visto que as estratégias ativas são inovadoras e aprimoram o desempenho e a autonomia do discente, deixando o aprendizado mais construtivo, criativo e animado. Com esse sentido, favorece o conhecimento desde o mais simples aos mais complexos. Como monitores, consideramos que a partir do lúdico, como um processo didático, torna-se mais fácil o aprimoramento do ensino porque se acredita que a aplicação desse método amplia a possibilidade de os alunos aprenderem. Objetivo: Relatar uma experiência vivida na monitoria de Anatomia Humana II, no curso de Fisioterapia no Centro Universitário Christus, com o uso de metodologia ativa. Metodologia: Trata-se de um estudo descritivo, na forma de relato de experiência, o qual narra a elaboração e a aplicação de jogos para os discentes

do segundo semestre da disciplina de Anatomia Humana II, no curso de Fisioterapia durante os semestres de 2017.2 e 2018.1. Para tanto, utilizamos jogos como método de ensino e didática e materiais manipuláveis como cartas e tabuleiros. Resultado: Percebemos que os jogos aplicados desenvolveram nos discentes habilidades individuais e em grupo, favoreceram maior aproximação com os conteúdos ministrados durante as aulas de monitoria. Os discentes afirmam que, além de treinar o que sabiam, conseguiram direcionar o estudo à medida que o jogo ia sendo aplicado. Com essa condição, passaram a consolidar os conteúdos abordados e, conseqüentemente, melhoraram o desempenho na disciplina. Conclusão: Constatamos que a utilização da metodologia ativa com a aplicação do jogo como forma didática, torna mais fácil o aprimoramento do ensino porque se acredita que a aplicação desse método amplia a possibilidade de os alunos aprenderem, pelo fato de o jogo ser um grande instrumento educacional e prazeroso que permite o trabalho em equipe, tira o foco da aula expositiva e, sobretudo, realiza uma aula mais ativa com a participação dos alunos.

RESUMO - FISIOTERAPIA

USO DE METODOLOGIAS ATIVAS NA MONITORIA DE BIOQUÍMICA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Caroline De Oliveira Viana (vianacaroline5@gmail.com)

Heloisa Araújo Da Silva (heloisa_a_silva@hotmail.com)

José Eduardo Ribeiro Honório Júnior (eduribiologo@yahoo.com.br)

Magnely Moura Do Nascimento (magnelym@gmail.com)

Atualmente o olhar sobre a aprendizagem vem sofrendo mudanças. Novas metodologias de ensino têm sido empregadas, nelas o aluno ocupa papel de central no processo aprendizagem. Dentre tais metodologias uma que vem ganhando destaque no âmbito educacional é a utilização de jogos didáticos, chamada de gamificação. Esta possui a finalidade de promover o engajamento entre os alunos dentro da sala de aula, incentivar a prática competitiva saudável, o trabalho em equipe, entre outros. O objetivo desse trabalho é relatar a experiência de implementação do jogo “quebra cabeça gigante de glicólise”. A atividade foi realizada com alunos regularmente matriculados na disciplina de Bioquímica do Curso de Fisioterapia. Teve duração de três horas. Os participantes receberam cartas contendo todos os elementos, embaralhados, que compõem as fases da via glicolítica. No primeiro momento eles deveriam alinhar a sequência correta de moléculas desde a glicose até o piruvato entre setas. Em seguida cada reação deveria receber o seu nome e na sequência deveriam ser incorporadas todas as enzimas envolvidas nas reações. A produção de ATP deveria ser então assinalada. Terminada essa

etapa, cada equipe deveria apresentar o quebra cabeça gigante da glicólise enfatizando seu funcionamento, sua importância na respiração celular e na geração de energia. O uso de games na disciplina de Bioquímica consiste em uma ferramenta de apoio às aulas de caráter lúdico que estimulou a participação dos alunos. Com isso podemos concluir que a gamificação no contexto do ensino Bioquímica é de grande pertinência sendo assim uma possível estratégia pedagógica a ser utilizada por monitores e professores de diversas disciplinas.

RESUMO - FISIOTERAPIA

UTILIZAÇÃO DE ESTIMULAÇÃO ELÉTRICA NERVOSA TRANSCUTÂNEA (TENS) EM CUIDADOS PALIATIVOS EM ONCOLOGIA: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Camila Bezerra (camilabezerra43@yahoo.com.br)

Heloisa Araújo Da Silva (heloisa_a_silva@hotmail.com)

Karla Evangelina Fonseca Barreira (karlaevangelina0311@gmail.com)

Germana Albuquerque Costa Zanotelli (germanazanotelli@gmail.com)

As pesquisas que envolvem o desenvolvimento de técnicas com abordagem não farmacológicas no tratamento oncológico vêm tendo destaque nos últimos anos. A utilização de estimulação elétrica transcutânea do nervo (TENS) vem sendo bastante utilizado como recurso adjunto do tratamento quimioterápico. Essa pesquisa tem o objetivo de descrever a utilização de TENS no tratamento oncológico. Para este fim foi realizada uma revisão integrativa de literatura nas bases de dados Scientific Electronic Online (SciELO) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Foram utilizados os seguintes descritores: “Dor Oncológica”, “Fisioterapia”, “TENS”, “Cuidados Paliativos” para a seleção de artigos em português. Foram encontrados 1552 artigos relacionados ao tema da utilização do TENS no tratamento oncológico. Destes, foram selecionados 5 que abordavam especificamente o uso do recurso na área. Observou-se que o TENS pode atuar como coadjuvante no tratamento oncológico como recurso analgésico e utilizado em pontos de acupuntura para amenizar os sintomas de náuseas e vômitos. Na utilização

como alívio de náuseas e vômitos estudos mostram que a utilização da eletroestimulação no ponto PC6 mostrou uma redução significativa nos sintomas quando comparado com grupo controle. Já seu uso para auxílio no tratamento de dor oncológica é pouco citado, mas foi possível observar nos estudos realizados nessa área a efetividade da utilização de TENS de baixa frequência no alívio da dor aguda pós-toracotomia para ressecção de carcinoma de pulmão, em comparação com o grupo controle. Também foi constatado que o seu uso reduziu mais de 50% o uso de fármacos analgésicos em pacientes que o utilizaram diariamente durante 1 mês. Pode-se concluir que de acordo com alguns estudos existem benefícios relacionados com o uso de TENS como forma não farmacológica para amenizar a dor oncológica porém não há estudos suficientes que comprovem a sua real eficácia. Além de não existir parâmetros padronizados nos estudos existentes dificultando uma conclusão unificada. Já o uso de TENS para amenizar náuseas e vômitos tem apresentado resultados consideráveis quando aplicados no ponto de acupuntura PC6, porém os estudos também não apresentam padrões unificados.

RESUMO - FISIOTERAPIA

UTILIZAÇÃO DE MEDIDAS DE DOBRAS CUTÂNEAS COMO AUXILIAR NO DIAGNÓSTICO E ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS COM SÍNDROMES METABÓLICAS

Rafaela Maria Freitas Do Amaral (freitasrafaela2311@outlook.com)

Renata Bessa Pontes (renatabpontes@hotmail.com)

Mirizana Alves De Almeida (professoramirizana@yahoo.com.br)

Gersilene Valente De Oliveira (gersyvalente@yahoo.com.br)

Fernanda Yvelize Ramos De Araújo (fernandayvelize@hotmail.com)

Introdução: A Composição corporal pode ser medida através da Antropometria e mais concretamente, através da medição de pregas adiposas (dobras cutâneas). As patologias que são consideradas componentes das Síndrome Metabólicas (Diabetes, Hipercolesterolemia, Hipertensão, etc) são bastante presentes no público infantil e frente a dificuldade quanto aos métodos de diagnóstico e tratamento da síndromes metabólicas em crianças, as dobras cutâneas tornaram-se relevantes auxiliares na avaliação da composição corporal. Objetivos: O intuito desta revisão bibliográfica foi apresentar como as medidas de dobras cutâneas podem ser importantes medidas antropométricas que auxiliam no diagnóstico e avaliação de crianças com síndromes metabólicas. Metodologia: Utilizou-se um estudo sistemático com uma abordagem quantitativa, realizados por meio de bases de dados Google Acadêmico, PubMed e Scielo no período de Maio à Agosto de 2018. Os descritores utilizados foram: Dobras cutâneas, Crianças, Síndromes

metabólicas, Medidas Antropométricas e Gordura corporal. Resultados: As medidas de dobras cutâneas são feitas através de um compasso, que ao ser colocado em contato com a prega da pele mensura seu valor em milímetros (mm) e assim dando o valor indireto da gordura corporal. Foram encontrados 10 artigos na língua inglesa apenas 1 foi usado e 6 na língua portuguesa, os resultados obtidos em todas as pesquisas feitas foram positivas e houve alterações nos resultados das dobras cutâneas em crianças, que por meio de outros valores antropométricos foram diagnosticadas com síndromes metabólicas por apresentarem os fatores de risco. Observou-se nos estudos que as relações sociais, raça e sexo influenciam nos resultados do aparecimento precoce de síndromes metabólicas. Conclusão: Conclui-se com esta revisão que os profissionais capacitados precisam utilizar mais o método de medidas de dobras cutâneas para que se tenha resultados fidedignos do valor da gordura corporal e desta forma acompanhar, avaliar e traçar as melhores estratégias de tratamento para crianças com síndromes metabólicas.

RESUMO - FISIOTERAPIA

UTILIZAÇÃO DO KAHOOT! COMO FERRAMENTA INTERATIVA EM ATIVIDADE DA MONITORIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Carla Ruthielly De Lima Freitas (ruthielly.fisio@gmail.com)

Ana Caroline Alves De Freitas (acarolinefreitas@gmail.com)

Germana Albuquerque Costa Zanotelli (germanazanotelli@gmail.com)

RESUMO

Introdução: A monitoria como modalidade de ensino, oportuniza o monitor o desenvolvimento de atitudes autônomas diante do conhecimento, assumindo como função, o compromisso de investir em sua formação. O Kahoot! compreende um aparato utilizado para avaliações, considerado um gameplay, onde o responsável desenvolve perguntas e respostas objetivas no próprio site. As respostas corretas são transformadas em pontuação e classificação. O intuito da utilização do quiz digital, é gerar uma inovação na sala de aula, possibilitar a propagação do conhecimento e informação para além das metodologias tradicionais, imergindo na era digital, tornando o ambiente acadêmico mais interativo. Objetivo: Descrever a experiência da atuação no Programa de Monitoria da disciplina de Recursos Terapêuticos I do curso de Fisioterapia da Unichristus, utilizando a ferramenta interativa e metodologia ativa Kahoot!. Metodologia: Trata-se de um estudo descritivo, relato de experiência, realizado pelas monitoras da disciplina de Recursos Terapêuticos I. A utilização da ferramenta ocorreu em duas etapas, onde a primeira foi a elaboração e procura por questões de concursos sobre Eletrotermofototerapia.

A segunda etapa consistiu-se no desenvolvimento do código de acesso para os alunos – PIN, para que estes conseguissem acessar ao aplicativo. Após a inserção de todos os alunos no game, foram iniciadas as perguntas, cada uma apresentando possibilidade de resposta entre quatro opções. Foram 20 questões sobre os assuntos mais pertinentes da disciplina, e cada aluno tinha um tempo aproximado de 10 segundos para respondê-las. Resultados: Para todos os envolvidos, orientadora, monitoras e alunos, foi uma vivência satisfatória, existiu a possibilidade de diversificar e tornar a monitoria interessante, especialmente quando da aplicação de questões próprias de concursos públicos de uma maneira não convencional, sem utilização de lápis e papel. Conclusão: Os processos atuais de ensino não são mais exclusivos da atuação do professor. Permitem ao aluno, enquanto monitor, adquirir habilidades e experiências que possivelmente só teria após a graduação. O gameplay Kahoot! mostrou-se eficiente, podendo ser utilizado como uma forma de reinventar a maneira de abordar certos conhecimentos em sala de aula. É uma ferramenta didática de fácil utilização, que desperta o interesse e a motivação dos acadêmicos, oferecendo divertimento e educação simultaneamente.

RESUMO - MEDICINA - CIÊNCIAS BÁSICAS

“LEMBRA DE MIM”: UMA CAMPANHA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE A DOENÇA DE ALZHEIMER

Juliana Guerreiro Mota (juliana-mota@hotmail.com)

Mariana Ribeiro Moura (mariana-mribeiro@hotmail.com)

Amanda Teixeira De Aguiar (amandaaguiar257@gmail.com)

Yohanna Ferreira Forte (yohanna.forte@gmail.com)

Bruno Souza Benevides (bsbenevides@gmail.com)

A demência consiste em uma síndrome clínica baseada em perda adquirida da memória e da função cognitiva, afetando a realização das atividades diárias. A doença de Alzheimer é uma das principais formas de demência e é uma doença neurodegenerativa a qual acumula placas da proteína beta-amilóide extraneuronais e emaranhados neurofibrilares intraneuronais, localizados, sobretudo, no lobo temporal. A constante elevação de dados alarmantes fizeram com que a Organização Mundial da Saúde declarasse a demência como uma prioridade de saúde mundial, definindo recomendações direcionadas a essa patologia. Assim, levando em consideração a importância de organizações que se destinem a sensibilizar o público sobre a doença e reduzir seu estigma negativo, realizou-se uma campanha de conscientização com o objetivo de incentivar uma maior compreensão das dificuldades enfrentadas no contexto do Alzheimer, bem como o conhecimento de aspectos relevantes da doença. O evento foi realizado na praia Beira-mar, local onde os participantes observaram e interpretaram a expressão, o sentimento e

interviewaram no conhecimento da população sobre a doença de Alzheimer. Os pesquisadores abordaram pessoas de forma individual e aleatória com o intuito de encenar que as conheciam, relatando sobre a última vez que se encontraram e perguntando sobre algum familiar. Durante toda a conversa, observou-se a reação e a expressão do indivíduo. Após esse primeiro momento, revelou-se que o intuito era simular uma situação comum na rotina de um paciente com Alzheimer, explicando sobre a doença, os fatores de risco, sintomas, entre outros aspectos. Tomando como referência todas as pessoas que participaram e consentiram o estudo, a maioria teve uma reação de frustração por não conseguir lembrar do ator ou de fatos vividos que, na verdade, foram inventados; outros tentavam disfarçar esse sentimento, afirmando que lembrava de alguma forma do ator, quando na verdade nunca tinham se conhecido; outra parcela afirmava que não conhecia o ator, afirmando que estava enganado e confundindo-o com outra pessoa. Ademais, em geral, todos ficaram aliviados quando foi revelado que era uma simulação, que na verdade o ator e a pessoa abordada nunca haviam se conhecido, que um método de demonstrar como um paciente portador de Alzheimer se sente ao não lembrar de fatos cotidianos ou do passado. A respeito do conhecimento sobre o assunto, boa parte desconhecia os fatores de risco e o sintoma mais citado foi o esquecimento. Além disso, os participantes, no geral, relataram se sentirem incapazes para lidar adequadamente com um paciente com essa doença, inclusive alguns de fato com familiares afetados por essa enfermidade. Assim, conclui-se que a população de Fortaleza, de maneira geral, não apresenta conhecimento e capacitação suficientes para conviver e auxiliar esses pacientes, porém é notório que boa parte reconhece as dificuldades que permeiam o cotidiano dos pacientes que sofrem com essa demência. Deve-se, portanto realizar mais campanhas de alerta e conscientização da população.

RESUMO - MEDICINA - CIÊNCIAS BÁSICAS

A PREVALÊNCIA DOS VÍRUS INFLUENZA COMO ETIOLOGIA DA SRAG

Carina De Oliveira Gregorio (carina_og09@outlook.com)

Larissa Oliveira Ribeiro (larissa_oliveira14@hotmail.com)

Evisa Christal Oliveira De Paula (christal.oliveira@outlook.com.br)

Raissa Ferreira Facundo (raissafacundo88@gmail.com)

Ana Kamila Paiva De Souza (anakamilaps@gmail.com)

Julio Cesar Couto Bem Siqueira Telles (juliocctelles@gmail.com)

Introdução: A infecção pelo vírus da Influenza pode ocorrer por contato com secreções respiratórias, através da tosse ou espirros, de pessoas contaminadas pelo vírus. Alguns casos de gripe por Influenza podem evoluir para um quadro respiratório agudo grave, sendo assim necessário que o tratamento efetivo, para evitar complicações, como Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG)

Objetivo: Avaliar a prevalência da infecção pelo vírus Influenza como etiologia da SRAG

Métodos: Foram obtidos dados do Sistema Nacional de Atendimento Médico (SINAM) da primeira à décima semana de 2018, com 1027 pacientes notificados com SRAG.

Resultados: Foi analisado que dos 1027 pacientes com SRAG, 105 (10,2%) tiveram como etiologia o vírus Influenza. Foi visto também que 163(15,9%)

peessoas apresentaram SRAG ocasionada por outros vírus respiratórios. Dentre os casos de influenza, 21(20,0%) pacientes tinha como causa o vírus influenza A (H1N1), 15 (14,3%) influenza A não subtipado, 35 (33,3%) influenza B e 34 (32,4%) influenza A (H3N2). Além disso, do total de pacientes do estudo, houveram 207 de óbitos, dos quais 11 (5,3%) foram confirmados para vírus influenza, sendo 1 (9,1%) decorrentes de influenza A (H1N1), 2 (18,2%) influenza A não subtipado, 4 (36,4%) por influenza B e 4 (36,4%) influenza A (H3N2). A região Sudeste registrou o maior número de casos de SRAG por influenza 57,1%, sendo o estado de São Paulo com o maior número de óbitos por influenza.

Conclusão: Observou-se que entre as etiologias virais causadoras da SRAG, a Parainfluenza, Influenza B e Adenovírus, predominam em relação a Influenza. Além disso, foi analisado uma mudança na predominância da SRAG causada por influenza, visto que da primeira à sétima semana de 2018, a H3N2 representou a principal etiologia, contudo da oitava à décima semana houve um predomínio do vírus influenza H1N1.

RESUMO - MEDICINA - CIÊNCIAS BÁSICAS

ATIVIDADES DE ENSINO DA LIGA DE PEDIATRIA E AS CONTRIBUIÇÕES PARA UM PRIMEIRO CONTATO COM A DOCÊNCIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Gabriela Silva Teles (gabriela.steles@outlook.com)

Clarissa Maria Menezes Thiers (clarissamthiers@gmail.com)

Rayane Alves Marques (rayanealves31@gmail.com)

Erica Barbosa Coutinho (erica_coutinho@yahoo.com)

INTRODUÇÃO: A Liga Acadêmica de Pediatria (LIPED) faz parte dos projetos de extensão do Centro Universitário Christus. É composta por estudantes do curso de Medicina e coordenada por professores da Unichristus, dedicados a aprofundar os conhecimentos no estudo da pediatria com o intuito de aprimorar a formação acadêmica, através de uma proposta vivenciada por alunos da graduação, sob supervisão docente. **OBJETIVOS:** Este estudo tem como objetivo relatar as experiências das atividades de ensino em pediatria desenvolvidas pela LIPED bem como refletir sobre a importância dessas atividades na formação do médico e do docente. **METODOLOGIA:** Trata-se de um estudo do tipo relato de experiência, descritivo e qualitativo, realizado a partir das atividades de ensino desenvolvidas pela Liga de Pediatria Unichristus, de fevereiro a agosto de 2018. As atividades da LIPED estão centradas no tripé: extensão, pesquisa e ensino. Nas atividades de ensino explorou-se o caráter teórico, através de aulas teóricas, expositivas e discursivas, em que foram abordados temas de grande importância para a

prática pediátrica, bem como resolução de questões com situação-problema, no intuito de despertar nos ligantes a resolutividade e a autonomia. Todas as aulas foram ministradas quinzenalmente por membros da LIPED e contaram com a presença dos orientadores. RESULTADOS: Durante o período do estudo, foram realizadas exposições teóricas, organizadas pelos acadêmicos, a respeito dos seguintes temas: anafilaxia, distúrbios eletrolíticos e conduta na desidratação, síndrome metabólica e obesidade na infância e abordagem do lactente sibilante na emergência. Após cada aula, os "alunos-professores" trouxeram, para o encontro seguinte, questões baseadas em casos clínicos, em que foram avaliados o domínio do conteúdo exposto anteriormente, bem como para fixar o que havia sido aprendido nas exposições dialogadas passadas. Com o desenvolvimento dessas atividades no processo de ensino-aprendizagem, visando à qualificação técnica científica do discente, alcançou-se uma experiência acadêmica diferenciada, ao aprofundar conteúdos e proporcionar nos ligantes um primeiro contato e um maior interesse pelas atividades da docência. CONCLUSÃO: A atuação da Liga de Pediatria em atividades de ensino possibilitou uma aprendizagem construída a partir da ação, da autonomia e da cooperação entre ligantes e docentes, que dialogam e proporcionam uma experiência acadêmica de sucesso. O pioneirismo dessas atividades tem sido de fundamental importância, ao despertar nos ligantes um interesse pela docência e pela pediatria através do aprofundamento teórico, bem como propiciam uma maior capacitação técnica para os acadêmicos envolvidos nesse processo.

RESUMO - MEDICINA - CIÊNCIAS BÁSICAS

DIA MUNDIAL DA HEMOFILIA NO CENTRO DE HEMATOLOGIA E HEMOFILIA DO CEARÁ (HEMOCE): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Lília Torquilha Almeida (liliatorquilhoalmeida@hotmail.com)

Objetivo: Pretende-se relatar a experiência dos alunos da Liga Acadêmica de Hematologia e Hemoterapia do Centro Universitário Christus, que participaram de um evento de promoção de saúde em comemoração ao dia mundial da hemofilia. Métodos: As ações foram realizadas no HEMOCE em Fortaleza, no dia 17 de abril de 2018, direcionada à população circulante. O evento contou com a participação dos pacientes hemofílicos a fim de esclarecer vários aspectos da doença. Aplicaram-se, também, questionários para quantificar e qualificar a percepção da população acerca da hemofilia, do prognóstico dos portadores dessa doença e do tratamento. Inaugurou-se um muro com uma arte, que retratava alguns aspectos da doença, feita por um dos pacientes hemofílico em homenagem à data comemorada. Por fim, houve a participação da banda Selvagens à Procura de Lei e de emissoras de televisão da cidade, que ajudaram na divulgação do evento. Relato: Percebeu-se que a aplicação dos questionários pelos ligantes forneceu informações sobre o conhecimento dos participantes sobre essa doença, além de proporcionar discussões entre os ligantes e a população alvo sobre alguns aspectos da doença, como tratamento e qualidade de vida. Além disso, a participação dos pacientes no evento permitiu que fossem quebrados alguns mitos sobre a doença, como a possibilidade de uma vida normal dos pacientes, desde que seja feito o tratamento correto. Para os ligantes, essas atividades foram de grande

importância, visto que lhes proporcionaram troca de conhecimentos com os hemofílicos, melhoria das habilidades comunicativas e didáticas com a comunidade e noção da importância do conhecimento dessa doença. Conclusão: A realização de ações semelhantes proporciona benefícios tanto para os portadores das doenças, ajudando a quebrar mitos ou preconceitos da comunidade em relação a eles, quanto para o público alvo e os organizadores do evento, ajudando na promoção da saúde e na aprendizagem. Além disso, a associação com meios de comunicação e com artistas locais são muito proveitosas, visto que aumentam o alcance do evento e a adesão do público a ele.

RESUMO - MEDICINA - CIÊNCIAS BÁSICAS

O INÍCIO DA DOCÊNCIA NA MONITORIA DE ANATOMIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Davi Candeira Cardoso (davicandeirac@gmail.com)

Yuri Medeiros Gomes (yurimedeirosgomes.md@gmail.com)

Paulo Henrique Carvalho Vasconcelos (paulohenriquecvv@gmail.com)

Na intenção de ter novas experiências além do cotidiano de aluno, três acadêmicos do sexto semestre entraram em uma iniciação à docência, por meio do programa de monitoria do Centro Universitário Christus, em busca de ter experiência no ramo. Essa atividade foi realizada durante um ano, em que toda semana foram lecionadas aulas presenciais, práticas, e em cadáveres para alunos de vários semestre dessa faculdade. No decorrer das atividades realizadas, várias foram as complicações e dificuldades no intuito de, mesmo sem experiência, conseguir ter didática durante as aulas e garantir o aprendizado dos alunos, fato bastante desafiador e motivador para um primeiro contato. Antes da administração da primeira aula de monitoria de anatomia foi feito uma revisão acerca dos princípios básicos que deve se ter num laboratório de anatomia, com normas e condutas a serem exercidas. A seguir, os monitores iniciaram a realização da aula com uma visão geral sobre o assunto da anatomia humana e com explanação sobre a conduta na sala de anatomia, como o uso obrigatório de luvas para manipulação das peças e o zelo pelo cadáveres. Após isso, começou a explicação da função de alguns ossos do corpo humano, principalmente os dos membros superiores, os quais eram o foco da aula. Então, ao administrar a aula ficou notório a dificuldade de

praticamente todos os alunos que estavam assistindo a explicação, visto que era algo extremamente novo para eles. Ao decorrer da aula, os monitores notaram que havia necessidade de uma forma mais dinâmica para realização dessa aula teórico-prática, fazendo perguntas e repetições dos nomes anatômicos em conjunto para estimular a participação de todos os participantes. Por fim, os monitores viram que após essa pequena mudança na postura da aula se teve um melhor aproveitamento da aula ministrada com maior dinâmica, o que tornou a aula um pouco mais interativa. Apesar do nervosismo para a realização dessa primeira aula os monitores viram a necessidade de aprender administrar uma aula, visto que isso serve de treino para posteriores aulas que podem ser realizadas com mais aperfeiçoamento e menos tensão, além de melhorar seu discurso em qualquer ocasião de explicação para um grupo de pessoas, como num congresso. Logo, durante a realização dessa aula teórico-prática foi percebido que o início da docência na área de anatomia humana requer alguns preparos para lidar com as dificuldades dos alunos que estão assistindo, visto que são inúmeras informações que precisam ser ditas de um maneira compreensível, sendo também ressaltado sua aplicação no dia-a-dia dos profissionais de saúde. Ademais, foi visto que o aprendizado tem que ser feito de forma dinâmica, havendo interação do monitor com os alunos, fato que prende a atenção dos participantes e promove os ensinamentos de forma mais prazerosa.

RESUMO - NUTRIÇÃO

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO PINZON NA FORMAÇÃO EM INTERDISCIPLINARIDADE DO DISCENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DO PERÍODO LETIVO 2018.1

Carlos Antônio Furtunato Da Silva Junior (juniorfurtunato1998@hotmail.com)

Sabrina Pinheiro Lima (sabrina.pinheiro1@outlook.com)

Virginia De Albuquerque Rodrigues (virginiaalbuquerque87@gmail.com)

Yonnaha Nobre Alves Silva (yo_nobreas@hotmail.com)

Lisidna Almeida Cabral (lissidna@yahoo.com.br)

Introdução: “Interdisciplinaridade é uma exigência natural e interna das ciências, no sentido de uma melhor compreensão da realidade que ela nos fazem conhecer. Impõe-se tanto à formação do homem como as necessidades de ação” (Fazenda, 2004). O projeto de extensão Pinzon propõe abordagem interdisciplinar e social, no processo de ensino-aprendizagem, e formação acadêmica, por meio da construção e vivência entre os 10 cursos da área de saúde, tecnologia e ciências sociais aplicadas, de forma simultânea numa área de grandes vulnerabilidades sociais, desafios e potencialidades, visando o estudo e desenvolvimento do bairro.

Objetivo: avaliar a relevância da prática interdisciplinaridade no processo da formação acadêmica, bem como o trabalho interdisciplinar como perspectiva de ensino, que coloca o discente como sujeito de análise e intervenção à comunidade a fim de construir novos olhares sobre esta temática.

Metodologia: Em abril de 2018, realizou-se o mapeamento e territorialização do bairro Vicente Pinzon, observando suas potencialidades e vulnerabilidade existentes. O mapeamento foi seguido de reuniões semanais na instituição e quinzenais no bairro ao longo dos meses de maio e junho. As reuniões semanais objetivavam planejamento de ações, análise e estudo dos aspectos epidemiológicos, ambientais, sociais, demográficos, culturais, de saúde e qualidade de vida da população desta área, de forma a obter conhecimento sobre território, para assim promover uma abordagem interdisciplinar entre os discentes e comunidade. Aos sábados, realizaram-se intervenções e atividades voltadas às necessidades da comunidade, abrangendo os moradores do bairro, na perspectiva de compreender e atender as demandas da comunidade.

Resultados: Presenciar experiências vivenciadas pela comunidade foi crucial para formação humanística, para crescimento pessoal e profissional dos alunos participantes. A partir da autonomia propiciada pelo Projeto Pinzon e do protagonismo estimulado pelos docentes envolvidos no projeto, os alunos puderam entrar em contato com as forças vivas da comunidade, lideranças locais, agentes comunitários e escola, proporcionando a construção de uma reflexão crítica, no intuito de planejar e atuar juntos no desenvolvimento da comunidade. Como resposta, os alunos dos dez cursos juntos puderam elaborar um projeto de rua compartilhada, bem como puderam propiciar um dia de ação social, com ações de saúde e lazer, e organizaram a primeira festa de rua com temática junina, de forma a favorecer a utilização de um espaço público.

Conclusão: Nesse sentido pode-se concluir que, a interdisciplinaridade associada ao projeto de extensão, agregou na formação e caráter humanístico dos discentes envolvidos no projeto. Além disso, o conhecimento do território e muito importante para amadurecimento dos discentes que juntos na forma interdisciplinar buscaram agregar e ativar o empoderamento em trabalho coletivos, potencializando um olhar reflexivo atendendo os anseios da comunidade.

RESUMO - NUTRIÇÃO

A RUA COMPARTILHADA COMO UM ESPAÇO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E LAZER: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Sabrina Pinheiro Lima (sabrina.pinheiro1@outlook.com)

Yonnaha Nobre Alves Silva (yo_nobreas@hotmail.com)

Carlos Antônio Furtunato Da Silva Junior (juniorfurtunato1998@hotmail.com)

Virginia De Albuquerque Rodrigues (virginiaalbuquerque87@gmail.com)

Lisidna Almeida Cabral (lissidna@yahoo.com.br)

Introdução: Uma rua é compartilhada quando não existem prioridades específicas e nem explícitas a nenhum tipo de usuário, enfatizando como principal objetivo a compreensão da rua como um espaço público e não como mero lugar de passagem. Tendo em vista isso, o espaço possibilita a convivência harmoniosa de pedestres, ciclistas e pessoas com necessidades especiais, visando minimizar a violência, e proporcionar a interação das pessoas em um local agradável.

Objetivo: Analisar e identificar os benefícios da rua compartilhada como um espaço de promoção da saúde e lazer.

Metodologia: O Projeto de Extensão Pinzón é um programa que envolve 10 áreas de conhecimento de forma simultânea numa área com grandes vulnerabilidades e desafios, mas também com muitas potencias. Nesse contexto, uma das ações realizadas pelos integrantes do projeto foi uma análise territorial no trecho entre as avenidas Monsenhor Tabosa e Almirante

Barroso, local conhecido como Dragão do Mar, no qual os próprios discentes e docentes realizaram dinâmicas e brincadeiras em conjunto, vivenciando os benefícios da rua compartilhada e aproveitando por completo o local, com registros de fotos e vídeos. Após a visita houve um encontro com os integrantes do projeto, em que foram discutidas várias ideias, verificando as percepções e observações dos grupos de cada área, enquanto a rua compartilhada como um espaço de promoção de saúde.

Resultados: Observou-se que o local é ocupado por mobiliário urbano, pariciclo, piso drenante, painel de mosaico, jardim vertical, paisagismo, incluindo um “foodpark”, local apropriado para promoção de saúde e incentivos nutricionais, realização de exames, orientações de saúde e outras intervenções artísticas, bem como oficinas e doação de mudas de plantas regionais. Ademais, foi visto pelos participantes do projeto a rua compartilhada como um espaço que pode proporcionar diminuição da violência urbana, um novo território de sociabilidade, espaço de interação e de informação, através de programas que podem ser promovidos pelos docentes e discentes no local, educação em saúde, bem estar e melhoria na qualidade da saúde mental.

Conclusão: A rua compartilhada favorece a promoção de saúde física e mental, na medida em que promove roda de conversas, atividades físicas, brincadeiras educativas, um maior espaço de locomoção estimulando a convivência saudável e igualitária do espaço público, ampliando também a segurança da área.

RESUMO - NUTRIÇÃO

CONSTRUÇÃO DE APOSTILA DE ANATOMIA HUMANA NA MONITORIA DO CURSO DE NUTRIÇÃO NO SEMESTRE 2018.1.

Lorena Almeida Brito (loameida@hotmail.com)

Joaquim José De Lima Silva (jjdelimasilva@gmail.com)

Introdução: A apostila é uma forma de esclarecer o conteúdo da disciplina abordada complementando os estudos, onde ela aborda questões teórico-práticas sobre os sistemas do corpo humano (esquelético, muscular, cardiovascular, respiratório, digestório, genital, urinário e nervoso) de uma forma em que as perguntas são voltadas para a descrição dos órgãos, com exemplificações, além também da monitoria, que auxilia o professor com apoio as aulas práticas e teóricas abordando os principais temas dos conteúdos. **Objetivo:** Ajudar no conhecimento e no ganho acadêmico, com questões de prática e teoria na matéria de Anatomia Humana do curso de Nutrição com auxílio da monitoria. **Metodologia:** Foi utilizado o Microsoft Word para elaboração das questões, tendo como relevância as aulas ministradas pelo professor e o acompanhamento do livro Princípios de Anatomia e Fisiologia (12^o edição). As questões foram administradas para 36 alunos do semestre 2018.1 que estavam no 1^o período do curso de Nutrição antes das provas, e depois perguntado sobre se a resolução das mesmas contribuiu para o seu rendimento levando em conta também as aulas de monitoria. **Resultados:** Dos 36 alunos do 1^o semestre do curso de Nutrição perguntados, 25% confirmaram ter uma melhora em seus estudos com as questões propostas e que isso colaborou com o seu rendimento nas provas feitas, os outros não

responderam. Conclusão: Portanto, mostra-se a significância na utilização de questões na apostila que aborda os sistemas do corpo humano tão importante para o curso, nos próximos semestres para o aprendizado dos alunos e a melhora no seu rendimento acadêmico.

RESUMO - ODONTOLOGIA

A IMPORTÂNCIA DA MONITORIA NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DO MONITOR EM ODONTOLOGIA

Maria Roberta Loiola Ferreira (robertaloiola.rl@gmail.com)

Jayara Aguiar (jayarafaguiar@hotmail.com)

Tibério Gomes Magalhães (tiberiogm@yahoo.com.br)

Introdução: A monitoria é uma modalidade de ensino e aprendizagem que contribui para a formação integrada do aluno nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação. É entendida como instrumento para melhoria do ensino de graduação, através do estabelecimento de práticas e experiências pedagógicas que visem fortalecer a articulação entre teoria e prática, e tem a finalidade de promover a cooperação mútua entre discentes e docentes e a vivência com o professor e com as suas atividades técnico-didáticas. O Programa de Monitoria Acadêmica proporciona uma possibilidade de nivelamento, uma vez que o monitor atende a demanda dos discentes matriculados em períodos anteriores. Objetivo: Este estudo objetiva apresentar a importância da monitoria para a formação acadêmica do monitor em odontologia, através de um relato de experiência. Discussão: O monitor é o estudante que, interessado em desenvolver-se, aproxima-se de uma disciplina e junto com o professor responsável pela disciplina realiza pequenas tarefas que contribuem para o ensino, pesquisa e extensão. As atividades de monitoria buscam auxiliar nas dificuldades ocorridas em sala de aula mediatizadas pelo monitor, preparar o discente para a atividade docente e promover melhoria na qualidade de ensino da graduação, articulando teoria e prática. A população

alvo foram os alunos do Centro Universitário Christus, cursando o 2º semestre, na disciplina de Anatomia de Cabeça e Pescoço. A atividade foi realizada por aluna do curso de graduação em Odontologia juntamente com o seu orientador, no período de agosto 2017 a junho de 2018. As atividades aconteceram através da participação da monitora em aulas práticas, realização de gincanas de revisão e discussão de casos, confecção de roteiros para o estudo de aulas práticas e orientação de trabalhos dos discentes. Resultados: Verificou-se que a monitoria é de suma importância, seja no aspecto pessoal de ganho intelectual do Monitor, seja na contribuição dada aos alunos monitorados e, principalmente, na relação de troca de conhecimentos, durante o programa, entre professor orientador e aluno monitor. A monitoria é um espaço de reflexão e ação do fazer docente. A experiência foi positiva, adquiri novos conhecimentos e compromisso, pois a monitoria é uma atividade formativa. Considerações finais: O trabalho de monitoria contribui para o desenvolvimento de competência pedagógica e auxilia os acadêmicos na apreensão e produção do conhecimento, pois é uma atividade formativa de ensino.

RESUMO - ODONTOLOGIA

A IMPORTÂNCIA DA MONITORIA PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM ODONTOLOGIA

Lília Ferreira De Araújo (lilia.ct@hotmail.com)

Janaina Rocha De Sousa Almeida (drajanainarocha@hotmail.com)

Kátia De Góis Holanda Saldanha (katiasaldanha@terra.com.br)

Introdução: O Programa de Monitoria Acadêmica, caracterizado como um Programa de fomento à Educação surge da necessidade e a importância de contribuir para o avanço do conhecimento acadêmico do monitor, contribui para a formação integrada do aluno nas atividades de ensino bem como, proporcionar uma possibilidade de nivelamento, uma vez que o monitor atende as demandas dos discentes matriculados em períodos anteriores. **Objetivo:** este estudo teve o objetivo de apresentar a importância da monitoria para a formação acadêmica em odontologia, através de um relato de experiência. **Desenvolvimento:** A monitoria visa preparar o discente para as atividades docentes, e promover melhoria na qualidade de ensino da graduação, articulando tanto teoria quanto prática, na produção do conhecimento, sob a orientação de um docente responsável pela disciplina na qual o discente foi monitor. A população alvo foram alunos Centro Universitário Christus cursando o 2º semestre, na disciplina de Saúde Coletiva I. As atividades foram realizadas por aluna do curso de graduação em Odontologia juntamente com sua orientadora, no período de agosto 2017 a junho de 2018. As atividades aconteceram através da participação da monitora em aulas teóricas e práticas, execução de oficinas de revisão e orientações de trabalhos dos discentes.

Resultados: Verificou-se que é de suma importância para o aluno monitor uma iniciação à docência, em um trabalho conjunto entre docente-monitor, ressalta-se que foi possível observar uma melhora significativa nas notas dos alunos que participaram da Monitoria e observou-se um bom desempenho em sala de aula. Considerações finais: A monitoria deveria ser vivenciada por todos os discentes, sendo de fundamental importância na formação do cirurgião-dentista.

RESUMO - ODONTOLOGIA

A IMPORTÂNCIA DO DIAGNÓSTICO OPORTUNO DE CÂNCER ORAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE – GRUPO CICO.

Maria Roberta Loiola Ferreira (robertaloiola.rl@gmail.com)

Brenna Alves De Lima (brenna.buffy@hotmail.com)

Fabício Bitu (fbitu@hotmail.com)

Camila Castro Pereira Costa (camilacastrosc@gmail.com)

Introdução: O Câncer Oral (CO) é um desafio para a Saúde Pública brasileira devido ao crescente número de casos. O Rastreamento Precoce (RP) possibilita ao paciente de 80-85% de chance de cura, enquanto que, no estágio avançado, ela fica reduzida em 20-25%. Ao considerarmos que o exame clínico de detecção precoce é fundamental para o tratamento eficaz da doença, ressaltamos a importância de ampliar políticas de rastreamento do CO junto à população. Objetivo: Apresentar resultados parciais do projeto de rastreamento de CO na regional II do município de Fortaleza, rastreados nas Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) e que foram encaminhados para o Centro Integrado de Câncer Oral (CICO) para realização de tratamento e acompanhamento. Resultados: Os pacientes vêm referenciados das UAPS para realização de tratamento e acompanhamento no CICO. Estes pacientes são acolhidos como demanda espontânea. Cinco pacientes estão em acompanhamento para diagnóstico e possibilidade de tratamento. Como diagnóstico clínico dos casos, podemos apontar: Papiloma Vírus Humano (HPV); Leucoplasia; Hiperqueratose em decorrência de prótese mal adaptada;

Varicosidades e Mácula Melanótica Oral. Discussão: No Brasil, o câncer oral apresentou estimativas de, aproximadamente, 15 mil novos casos em 2010 e, dependendo da unidade de federação analisada, a doença chega a ser a quinta colocada dentre as neoplasias malignas de maior incidência em homens. Os determinantes socioeconômicos vêm aparecendo como um fator com associação relevante ao aparecimento de novos casos (PEREIRA et al. 2012). Após a obtenção do diagnóstico, os pacientes recebem o tratamento e o acompanhamento necessários. Considerações Finais: Apesar de não termos ainda diagnosticado casos de câncer oral, sabe-se que o diagnóstico precoce visa limitar o dano, controlar a dor, prevenir complicações secundárias e melhorar a qualidade de vida durante o tratamento. Abraçando a ideologia da humanização, os pacientes do CICO são avaliados além de suas queixas principais, suas demandas e comprometimentos sistêmicos e/ou psicológicos são valorizados, buscando uma melhoria da qualidade de vida de nossos pacientes.

RESUMO - ODONTOLOGIA

A IMPORTÂNCIA DO PROJETO DE INTRODUÇÃO À CLÍNICA NA MELHORA DA QUALIDADE DAS AULAS MINISTRADAS POR ESTUDANTES MONITORES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Larissa Carvalho Machado (larissacarvalhomachado@hotmail.com)

Evllen Do Vale Castro (evllen_castro@hotmail.com)

Kaína Maia (kaina.maia2@gmail.com)

Lívia Victor (livia.rony@hotmail.com)

Lia Barroso Brandão Aragão (liaragao@yahoo.com)

Larissa Marinho Azevedo De Lavor (larissamarinhounichristus@gmail.com)

O projeto de introdução à clínica foi desenvolvido com base na proposta de potencializar o diferencial do curso de odontologia do centro universitário Christus a partir da iniciação da vivência prática dos estudantes cada vez mais cedo, trazendo um amplo aprendizado adquirido através da capacidade de observação e correlação entre teoria e prática por parte de seus membros, além da integração entre estudantes de semestres básicos e mais avançados. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência obtida a partir da participação simultânea do projeto de extensão de introdução à clínica e do programa de iniciação à docência com enfoque na influência da vivência prática sobre a teoria. Observou-se que, com a experiência de implementar as aulas de monitoria com casos clínicos obtidos no projeto de extensão, houve uma maior integração e interesse por parte dos estudantes pelo assunto abordado, uma vez que a partir disto, há conhecimento sobre como e o porquê

da utilização da teoria exposta em um futuro não muito distante, o que gera maior esforço em aprimorar o aprendizado. Tudo isso é potencializado quando há entendimento de que a situação vista não é isolada ou de uma realidade distante, além de ocorrer na clínica escola de odontologia do centro universitário Christus, podendo ser observada ainda durante a graduação e que, portanto, há necessidade de estudo rigoroso acerca do tema tratado. Assim, é garantida uma melhor assimilação dos conteúdos e reflexão de que a teoria explica a prática. Tendo isto em vista, conclui-se que há uma melhoria significativa das aulas de monitoria baseadas nos casos clínicos observados na prática do projeto de introdução à clínica e conseqüente melhora no desempenho não apenas de alunos de monitoria dos primeiros períodos, mas também de estudantes monitores através da integração entre semestres e troca de conhecimentos adquiridos.

RESUMO - ODONTOLOGIA

A MÁSCARA FACIAL E O TRATAMENTO PRECOCE DA CLASSE III

Larissa Bezerra Da Silva (larissinhabs@hotmail.com)

Marília Lima De Oliveira (marilia2022@hotmail.com)

Isabella Fernandes Carvalho (isabellafcarvalho@gmail.com)

Lis M C Guerra (lismcarvalho@yahoo.com.br)

Paulo Tércio Aded Da Silva (paulotarcio@gmail.com)

Auri Bitu (auribitu@gmail.com)

As más oclusões podem estar presentes tanto em alterações esqueléticas como

dentárias. Em casos de má oclusão Classe III pode-se observar retrusão maxilar,

protrusão mandibular ou a associação de ambas. A Máscara Facial é um aparelho

extrabucal usado no sentido de tracionar anteriormente a maxila, através da utilização dos elásticos fixados em ganchos presentes no disjuntor de Haas, utilizado para produzir a disjunção da sutura palatina mediana, constituindo assim uma eficiente abordagem terapêutica no tratamento precoce da Classe III. A força produzida por elásticos utilizados no tratamento ortodôntico depende fundamentalmente do tipo de material usado na sua fabricação, do seu diâmetro, das características anatômicas do processo alveolar, do ponto de

aplicação e intensidade da força. Ainda da distribuição e direção desta, da saúde periodontal, cooperação do paciente, e orientação do profissional. No decorrer do dia, com a repetição dos movimentos bucais funcionais, aproximadamente um terço das propriedades elásticas são perdidas e, por esta razão, recomenda-se a troca programada dos elásticos, com o intuito de manter aplicadas aos dentes forças semelhantes às iniciais. Considerando a falta de colaboração por parte dos pacientes no uso correto dos elásticos, os alunos pertencentes ao GEPORT (Grupo de Extensão e Pesquisa em Ortodontia e Ortopedia Facial desenvolveram uma cartilha, com o objetivo de levar a estes pacientes e alunos informações importantes sobre o uso correto, da máscara e dos elásticos, o que seguramente constitui a efetividade e sucesso deste tipo de tratamento. Para tanto foi feita uma revisão da literatura sobre o tratamento precoce da Classe III, mediante o uso da Máscara Facial. Foram realizadas buscas nas bases de dados Lilacs e Scielo e escolhidos cinco artigos ao final. Conclui-se que tratamento da má oclusão de Classe III com a Máscara Facial nas fases de dentadura mista parece induzir alterações craniofaciais mais favoráveis, com aumento significativo no crescimento sagital maxilar, a expansão maxilar associada ao uso da Máscara Facial tem alcançado efeitos satisfatórios quanto aos resultados estéticos, funcionais e ortopédicos. No entanto para que estes resultados sejam devidamente alcançados a colaboração do paciente é indispensável. Conclui-se também que a elaboração da cartilha foi importante tanto pelo seu caráter informativo e esclarecedor, quanto pelo fato de ter contribuído para a formação e desenvolvimento intelectual dos alunos do GEPORT.

RESUMO - ODONTOLOGIA

A PRÁTICA DA CLÍNICA AMPLIADA PELO CIRURGIÃO DENTISTA ATRAVÉS DA VISITA DOMICILIAR

Luanna De Sousa Saraiva (luannass@yahoo.com.br)

Iara Machado Freitas (iaramachadof@hotmail.com)

Valmária Oliveira De Castro (valzinha.castro@hotmail.com)

Wellington Julio Alves Cruz (allvesjullio@hotmail.com)

Kátia De Góis Holanda Saldanha (katiasaldanha@terra.com.br)

A visita domiciliar apresenta-se como uma forma de acesso do usuário às ações e serviços de saúde da Estratégia Saúde da Família (ESF). Esta atividade se caracteriza pela visita das equipes de saúde da família e de saúde bucal ao domicílio dos usuários assistidos, com o objetivo de reconhecer o ambiente familiar diagnosticando os nós críticos pertinentes à realidade das famílias. Este trabalho tem como objetivo relatar as ações e atividades de visitas domiciliares desenvolvidas pelos alunos Unichristus na disciplina de Estágio SUS I. As visitas ocorreram em domicílios de usuários das unidades de atenção primária à saúde Gothardo Peixoto e Oliveira Pombo no município de Fortaleza, no período de janeiro de 2017 a julho de 2018. As ações e atividades identificadas foram categorizadas nos quatro níveis básicos de atenção à saúde: promoção, prevenção, diagnóstico precoce e recuperação. As ações de promoção em saúde foram incentivo às práticas de hábitos saudáveis. As ações de prevenção foram instrução de higiene oral, escovação supervisionada e aplicação tópica de flúor. As ações de diagnóstico precoce e

de recuperação em saúde foram busca ativa de lesões na mucosa oral e raspagem supragengival. As visitas realizadas estimularam a prática da clínica ampliada pelos alunos bem como o incentivo a humanização do atendimento. Para a população a visita domiciliar trouxe uma melhor compreensão, especialmente dos cuidadores, sobre a importância da manutenção da saúde oral para os pacientes acamados. Desta maneira, o papel do cirurgião-dentista da ESF nas visitas domiciliares é de grande importância como uma importante contribuição para o bem-estar físico e social dos usuários impossibilitados de ir até uma unidade de atenção primária à saúde.

RESUMO - ODONTOLOGIA

A SAÚDE BUCAL COMO INFLUÊNCIA DE QUALIDADE DE VIDA E INCLUSÃO SOCIAL.

Marina Soares Cordeiro (marinasoarescordeiro@icloud.com)

Carlos Eduardo De Sousa Praxedes (profeduardopraxedes@gmail.com)

O estudo objetiva-se em determinar os fatores de risco da população atingida pela falta de recursos governamentais que implica diretamente na sua qualidade de vida e no seu desempenho pessoal e profissional, baseando-se nos Indicadores Sócio-demográficos de Saúde no Brasil, que analisou nos últimos anos que nosso país vem apresentando um novo padrão demográfico que se caracteriza pela drástica diminuição na taxa de crescimento populacional e por transformações na composição da estrutura etária, que implica diretamente também na sua qualidade de vida, pois quanto mais velhos mais necessidades, e diante deste estudo percebemos que o sistema único de saúde SUS, não está preparado para atender a esta demanda tão específica, pois há falta de profissionais, principalmente o cirurgião-dentista, dentre outras análises podemos notar que na cidade de Fortaleza a grande maioria dos postos de saúde contam somente com um único dentista para atender uma demanda gigantesca, totalmente fora da realidade, pois muitos pacientes não obtiveram nem ao menos a primeira consulta, uma primeira avaliação, e permanecem na fila de espera. As análises aqui organizadas tem como fontes de pesquisas realizadas pelo IBGE e também informações coletadas pelo portal da transparência do Governo do Estado do Ceará, Secretaria de Saúde do Estado do Ceará e Prefeitura Municipal de Fortaleza. Trata-se de uma

análise bibliográfica também sobre o Relatório dos Indicadores de Monitoramento e Avaliação do pacto pela Saúde 2008, que trata da situação do Estado do Ceará quanto aos resultados das metas pactuadas. A análise bibliográfica aqui trata-se também de um alerta, pois nos dias atuais uma pequena porcentagem da população não procura atendimento odontológico com frequência, não o trata também como uma maneira de prevenção, aliando isto com as dificuldades encontradas na hora da marcação da primeira consulta odontológica, o indivíduo acaba entrando em comodismo e deixando-se levar, sendo conivente, tanto por sua condição financeira, quanto pela falta de informação, pois a população mais atingida por doenças onde há a perda total e/ou parcial dos dentes, por negligência, e este aspecto influencia no seu convívio social, na sua aparência e impõe dificuldades no momento em que necessitara procurar um emprego. Ou seja, vemos diante desta análise como torna-se importante manter uma boa saúde bucal, pois repercute em todos os aspectos da vida do indivíduo tanto na maneira como ele se vê como a imagem que ele deseja repassar, notamos também o quão frágil são nossas políticas de saúde bucal e quanto ainda precisamos caminhar para um sistema público de saúde mais justo, que proporcione qualidade de vida para a população.

RESUMO - ODONTOLOGIA

APLICAÇÃO DE PRÁTICAS CLÍNICAS LABORATORIAIS NAS DISCIPLINAS BÁSICAS DE IMUNOLOGIA E HISTOLOGIA.

Andressa Ranna Firmino De Araújo (andressahanna38@gmail.com)

Marcela Maria Fontes Borges (marcelaborges4321@hotmail.com)

Paulo Goberlânio Barros Silva (paulo_goberlanio@yahoo.com.br)

Antonio Ernando Carlos Ferreira Junior (ernando-junior@hotmail.com)

Mario Roberto Pontes Lisboa (marioplisboa@gmail.com)

Thinali Sousa Dantas (thinali@hotmail.com)

A imunologia é uma importante disciplina básica nos cursos de saúde e seu papel na formação acadêmica, em especial, do curso de odontologia, constitui um importante paradigma na formação profissional de cirurgiões dentistas (CD). Dentro da perspectiva atual do CD em fazer parte das equipes multidisciplinares de atenção em saúde públicos e privados a imunologia fornece uma série de conhecimentos aplicados ao tratamento de pacientes com comprometimento sistêmico baseado em evidências biológicas. Nesse contexto a integração de disciplinas básicas em práticas clínicas laboratoriais têm se mostrado como uma das novas tendências pedagógicas e apontam para uma maior aproximação multidisciplinar, minimizando as lacunas deixadas por métodos tradicionais de ensino que se consolidaram ao longo do tempo. A disciplina de imunologia junto com a equipe de histologia, ambas do segundo semestre letivo do curso de odontologia da Unichristus, tem adotado essa associação entre as disciplinas, através das práticas de capeamento pulpar no

laboratório de pré clínica I, buscando novas estratégias de ensino-aprendizagem e de uma reorganização curricular, na perspectiva de aliar teoria e prática, proporcionando aos alunos experiências de atividades multifacetadas, em oposição ao método tradicional de ensino, despertando potencialmente a reflexão, à medida que os alunos se inserem na teorização e agregam elementos novos para sua formação incentivando a construção de um profissional completo e mais capacitado e capaz de transformar a sua realidade. A atividade prática adotada na disciplina proporcionou aos alunos um primeiro contato com materiais clínicos odontológicos, e ainda foi posto alguns conceitos sobre biossegurança e anatomia dental, além do resgates de conteúdos: aspectos imunológicos da doença cárie e histológicos as características do tecido pulpar, além de explanar sobre as propriedades dos cimentos odontológicos.

RESUMO - ODONTOLOGIA

APLICAÇÃO DO SISTEMA CAD-CAM NA PRÓTESE BUCOMAXILOFACIAL

Nícolas Cavalcante (nicolascavi@hotmail.com)

Cássia Emanuella Nóbrega Malta (cassiaen13@hotmail.com)

Renata Matos Brito (renatagmb@yahoo.com.br)

Carlos Eduardo De Albuquerque Gomes (eduardo_odontologia@hotmail.com)

Livia De Oliveira Barros (barros-livia@hotmail.com)

A prótese bucomaxilofacial visa a reabilitação estética e/ou funcional de pacientes com morbidades faciais decorrentes de traumatismos, malformações congênitas ou tumores, possibilitando a reintegração no convívio social desses pacientes. Com isso, um fator indispensável para a elaboração de uma prótese facial esteticamente apropriada é a obtenção do modelo da face, contemplando uma íntima e adequada adaptação aos tecidos remanescentes. Assim, o aumento da sobrevida e a melhora da qualidade de vida desses pacientes gera uma necessidade de evolução desse método, promovendo a reprodução fiel dos defeitos faciais e um maior conforto no procedimento de moldagem. O objetivo deste trabalho é revisar a literatura acerca da aplicação dos sistemas CAD/CAM empregados para a confecção de próteses maxilofaciais. Para tanto, foram selecionados artigos publicados nas línguas inglesa e portuguesa, nas bibliotecas virtuais PubMed e Bireme, utilizando a palavras-chaves “CAD CAM and Maxillofacial Prosthesis” em revistas odontológicas. Foram encontrados 175 artigos, sendo selecionados 25, após análise do resumo, entre os anos de 2008 e 2018. O uso de impressão 3D na odontologia vem sendo explorado

amplamente nos últimos anos. A técnica de CAD/CAM, associada a uma máquina de prototipagem rápida, é bem útil para a confecção de próteses bucomaxilofaciais, permitindo a confecção de próteses bem adaptadas, sem necessidade de enceramento prévio. Dentre as vantagens desta técnica está a eliminação das etapas de moldagem e enceramento, possibilitando a redução de tempo clínico e do desconforto do paciente no momento da moldagem, além de aumentar a precisão de próteses faciais. Sendo assim, mais estudos científicos controlados, com amostragens significativas, são necessários para definir o protocolo de uso do sistema CAD/CAM.

RESUMO - ODONTOLOGIA

ARTE COMO ESTRATÉGIA DIDÁTICA NO ESTÍMULO DA APRENDIZAGEM DA DISCIPLINA DE HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA : RELATO DE EXPERIÊNCIA

José Higinio Da Silva Neto (zeneto213@icloud.com)

Malena Regina De Freitas E Silva (malenafreitas@hotmail.com)

Anna Clara Aragão Matos Carlos (anna_aragao@hotmail.com)

Carolina Rodrigues Teófilo (carolrt@uol.com.br)

Paulo Goberlânio Barros Silva (paulo_goberlanio@yahoo.com.br)

A busca por novas estratégias didáticas para promover novos saberes e conhecimentos é algo incessante, pois há necessidade de incentivar o interesse dos estudantes pelas disciplinas de forma dinâmica e inovadora. Permitir ao estudante uma nova forma de ver um conteúdo ou material de estudo, tornando algo real, palpável, e até patológico, uma manifestação artística, pode constituir uma ferramenta para entusiasamá-lo a se empenhar na procura de novas interpretações para os conteúdos que estuda. O presente estudo teve como objetivo explorar

a arte como um mecanismo de aprendizagem para estudantes de histologia embriologia. Foram analisadas 30 lâminas histológicas de biopsias de patologias orais do centro universitário Christus, nas quais dois alunos buscaram imagens que se relacionassem com figuras cotidianas concretas ou de seu imaginário lúdico. Foi encontrada na lâmina PO(patologia oral)1-17 referente a uma mucocele, imagens relacionadas a uma baleia azul, um

eletrocardiograma e um felino; na lâmina PO29-17 referente a um cisto odontogênico , imagem relacionada a um tamanduá; na lâmina PO29-17 de um papiloma oral, imagens referentes a um peixe e um coiote, lâmina PO17-17 de uma mucocele, imagem de um lóbulo pulmonar; lâmina PO9-18 de uma lesão periférica de células gigantes, imagem de uma borboleta; PO7-18 de um papiloma oral, imagens encontradas de um vulcão, e um crocodilo. Diante disso, foi possível fazer um paralelo entre arte e o aspecto histológico de lesões, onde

os alunos encontraram o belo em meio ao patológico, e se familiarizaram com a disciplina de patologia bucal, a qual ainda não cursaram, através de um estudo microscópico prazeroso.

RESUMO - ODONTOLOGIA

ATLAS DE CRÂNIO ÓSSEO DA DISCIPLINA DE ANATOMIA HUMANA DO CURSO DE ODONTOLOGIA DA UNICHRISTUS

Lívia Moreira Caetano Coelho (liviamcc2009@hotmail.com)

Rafael Linard Avelar (rafael.linard@hotmail.com)

João Paulo Veloso Perdigão. (perdigajp@hotmail.com)

Gabriel Silva Andrade (andradebmf@gmail.com)

Breno Souza Benevides (brenosbenevides@gmail.com)

O crânio ósseo humano é composto por 22 ossos e dividido em duas porções: viscerocrânio e neurocrânio. Possui funções de abrigo e proteção do encéfalo, dos órgãos da sensibilidade, é local de inserção e origem de músculos da mímica facial e da mastigação, está inserido no contexto da oclusão dentária, por meio da articulação têmporo-mandibular e através do relacionamento entre dentes mandibulares e maxilares. Compreende, portanto, uma área de suma importância para o estudo dos alunos de Odontologia, havendo a indispensabilidade de seu conhecimento. O objetivo deste atlas é orientar e complementar o estudo dos alunos sobre este tema, esclarecendo as dúvidas e permitindo melhor identificação dos ossos que compõem o neurocrânio e viscerocrânio, além dos forames, fissuras e canais da base do crânio e sua relação com os doze pares de nervos cranianos e vasos sanguíneos. Para realizar a produção deste material, houve a necessidade de utilizar tanto o roteiro prático da disciplina de Anatomia Humana, bem como as imagens das peças anatômicas sintéticas laboratoriais de crânio ósseo. Foram utilizados,

também, os livros SOBOTTA (2000), NETTER (1999) e TORTORA (2016) para embasamento científico. Utilizou-se o software PowerPoint (Microsoft) para a reunião e disponibilização de todas as informações a cerca do tema. O material foi impresso em folhas de papel A4, plastificadas individualmente. Foi obtido, desta maneira, o Atlas de Crânio Ósseo da Disciplina de Anatomia Humana do Curso de Odontologia da Unichristus, o qual será disponibilizado nas bibliotecas dos campus Parque Ecológico e Benfica. A confecção desta ferramenta propiciou evolução e amadurecimento acadêmico a nível de monitoria e visa a facilitação do aprendizado tanto para os alunos que cursam a disciplina de Anatomia Humana, quanto para aqueles que cursam outras disciplinas em que a temática crânio ósseo seja de grande relevância.

RESUMO - ODONTOLOGIA

BINGO COMO FERRAMENTA DE ENSINO DE APRENDIZAGEM EM BIOQUÍMICA

Carmem Amanda (amandacarmem17@gmail.com)

*Pedro Henrique Acioly Guedes Peixoto Vieira
(pedrohenriqueacioly@gmail.com)*

Ramille Araújo Lima (ramillelima@yahoo.com.br)

Magnely Moura Do Nascimento (magnelym@gmail.com)

A Bioquímica faz parte do ciclo básico de disciplinas do Curso de Odontologia. É necessária a escolha de metodologias de ensino adequadas para o desenvolvimento de competências e habilidades docentes. A gamificação é uma ferramenta de ensino aprendizagem muito importante que pode ser explorada na sala de aula, fazendo com que os alunos despertem interesse pelos conteúdos didáticos. Trata-se de uma atividade de natureza lúdica que pode ser utilizada como ferramenta metodológica no ensino de Bioquímica. Este trabalho teve como objetivo elaborar e aplicar o jogo “Bingo da Bioquímica” nas turmas de 1º semestre do Curso de Odontologia do Centro Universitário Christus. Este estudo é do tipo relato de experiência sobre as atividades lúdicas realizadas mensalmente, durante as aulas de monitoria, sobre os assuntos dados em aulas teóricas de Bioquímica. Inicialmente foi ministrada uma aula teórica resumida sobre o assunto, seguida de abordagem prática com a aplicação do bingo. Para confecção das cartelas do bingo foi utilizado o site <http://bingo.saksena.net/>. Cada cartela impressa com a palavra

bingo, tinha 25 palavras, distribuídas em 5 linhas e 5 colunas. Após a distribuição das cartelas, o monitor fazia a pergunta referindo-se a que coluna pertencente, e o aluno deveria encontrar a resposta na cartela que estivesse de posse. O aluno que completasse primeiramente 5 linhas seria o vencedor. Houve uma grande aceitação da viabilidade do uso do jogo pelos alunos em sala de aula e mostrou-se eficaz como instrumento motivador da aprendizagem nos alunos. Conclui-se que o bingo constitui uma importante estratégia de ensino e aprendizagem e deveria ocupar um espaço maior na prática docente.

RESUMO - ODONTOLOGIA

CARTILHA DIGITAL NO PROCESSO DE ENSINO DOS ALUNOS MATRICULADOS NA DISCIPLINA DE ESTOMATOLOGIA DO CURSO DE ODONTOLOGIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS.

José De Deus Pereira Martins Neto (netinhoalencar93@hotmail.com)

Francisco Das Chagas Alves Monte (chagas-a@hotmail.com)

Laís Aragão Lima (laisaragao@hotmail.com)

Aghata Kelma Palacio Gomes (agharapalacio@outlook.com)

Milena Oliveira Freitas (milena.of@hotmail.com)

Thales Salles Angelim Viana (thalesalles@gmail.com)

O complexo maxilo-mandibular é sede de várias patologias que variam amplamente no aspecto clínico, imaginológico e histopatológico. As lesões intraósseas são de difícil diagnóstico, devido as várias possibilidades de lesões, aspecto clínico, radiográfico e subtipos histopatológicos diversos. Um profissional cirurgião-dentista clínico geral de excelência deve estar familiarizado com essas lesões, para a realização de um diagnóstico precoce, já que muitas tem potencial destrutivo e invasor. O trabalho tem como objetivo apresentar a cartilha desenvolvida para o reforço do conteúdo de lesões intraósseas na disciplina de Estomatologia do 6º semestre do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus. A cartilha foi produzida pelos monitores em parceria com os professores responsáveis pela disciplina. O assunto que abrange as lesões intraósseas é ministrado no 3º período do semestre, porém na clínica é de rotina a presença de pacientes portadores

dessas lesões. Assim, uma cartilha foi montada e aplicada no 2º e 3º período. Na cartilha foi abordadas as principais e mais prevalentes lesões intraósseas, através de casos clínicos com imagens extra e intraorais dos pacientes e exames de imagem. Perguntas objetivas e subjetivas foram incluídas e um período foi estabelecido para entrega das respostas, em seguida, uma revisão do conteúdo foi realizada. É imprescindível que o cirurgião-dentista conheça os aspectos etiológicos e clínicos das lesões intraóssea, para que estabeleça um correto diagnóstico e tratamento, proporcionando assim uma melhora qualidade funcional e estética dos pacientes com a condição. Após a criação da cartilha, os alunos puderam ter mais segurança no diagnóstico de lesões intraósseas do complexo maxilomandibular, além da facilitação do processo ensino-aprendizagem. Logo, o programa de monitoria é uma ferramenta importante para graduação, facilitando a aprendizagem dos discentes e o incentivo à docência.

RESUMO - ODONTOLOGIA

CENTRO DE ESTUDOS EM PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS ADULTO (CEPE-ADULTO)

Luana Amora Nascimento (luamora22@hotmail.com)

Iana Aragão Magalhães (iana.aragao.magalhaes@gmail.com)

Alline Pereira Rodrigues Fonseca (alline.fonseca@hotmail.com)

Paula Kelly (paulakellybsousa@gmail.com)

Laís Aragão Lima (laisaragao@hotmail.com)

Thales Salles Angelim Viana (thalesalles@gmail.com)

Paciente com necessidade especial (PNE) é aquele que possui algum comprometimento físico, comportamental, emocional, cognitivo, mental e sensorial, ou alguma condição sistêmica que precise de atendimento especializado e direcionado a sua condição. Infelizmente, o acesso a esse serviço especializado é difícil, pela escassez de profissionais e desconhecimento da população. O objetivo do presente estudo é compartilhar experiências e atividades desenvolvidas pelo Centro de Estudos em Pacientes com Necessidades Especiais (CEPE) com esses pacientes no curso de Odontologia da Unichristus. O CEPE foi criado em 2016 por dois professores do curso de Odontologia em decorrência de uma demanda reprimida de pacientes portadores de alterações na saúde. Hoje, o projeto conta com vários discentes e três professores, atuando no cuidado dos pacientes, juntamente com o ensino, pesquisa e extensão. O CEPE adulto, atualmente, possui um foco maior no atendimento de pacientes oncológicos, sindrômicos e portadores

de alterações sistêmicas. A prevenção é uma das principais ferramentas que estão incluídas no plano de cuidado dos pacientes. Para o aluno integrante, o aprendizado permeia a realização de procedimentos odontológicos, marcação dos pacientes, apresentação de seminários, realização de pesquisas, criação de parcerias dentre outros. Logo, o CEPE é de extrema importância para todos os envolvidos, cumprindo seu papel social no estado. Esse cuidado diferenciado e humanizado permite a expansão do conhecimento entre professores e alunos, para todos os envolvidos, para o paciente PNE, para a família do paciente, que sente o cuidado e acolhimento humanizado fornecido, e isso faz com que seja uma das maiores metas desse projeto, já que são pacientes que precisam de carinho e atenção.

RESUMO - ODONTOLOGIA

CONFECÇÃO DE MANUAL COMO UMA PRODUÇÃO TÉCNICA NA MONITORIA DA DISCIPLINA DE CLÍNICA IV

Isabela Freire Henrique (freireisabela@hotmail.com)

Bruna Marjorie Dias Frota De Carvalho (brunafrota@hotmail.com)

*Pedro Henrique Acioly Guedes Peixoto Vieira
(pedrohenriqueacioly@gmail.com)*

Fernanda Araujo Sampaio (fernandasamp@hotmail.com)

A monitoria é uma modalidade de ensino que proporciona ao aluno-monitor a ampliação de conhecimentos, o desenvolvimento do comportamento ético, além de despertar o interesse pela docência. O aluno-monitor realiza atividades ligadas ao ensino, favorecendo o desenvolvimento de suas habilidades didáticas e aprimoramento do seu conhecimento. Durante a monitoria existem vários processos muito importantes para a colaboração com o ensino dos alunos, um dos muitos que podemos citar, são os manuais. O presente trabalho objetivou demonstrar a produção técnica, em forma de manual, realizada pela monitora na disciplina de Clínica IV do Curso de Odontologia, Centro Universitário Christus – Unichristus, no período de 2017.2 a 2018.1, no qual o tema escolhido foi cimentação de pino de fibra de vidro, devido a dificuldade dos alunos percebida pela monitora durante o atendimento prático. O manual tem a finalidade de criar um protocolo para o passo a passo da cimentação de pino de fibra de vidro, assim acarretando em uma maior facilidade de aprendizado para os alunos. Nele contém as indicações,

contraindicações do uso de pino de fibra de vidro, e os protocolos que deverão ser seguidos de acordo com os materiais disponíveis na clínica. Essa produção deverá ser disponibilizada tanto na internet para que os alunos tenham o acesso em casa para estudo, quanto nas clínicas para os aqueles que a solicitarem. Observamos a importância da criação de produções para implementar o aprendizado do aluno, além de criar protocolos padronizados para facilitar o dia a dia clínico tanto para os alunos, quanto para os professores responsáveis.

RESUMO - ODONTOLOGIA

CONFECÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA USO EM AULAS PRÁTICAS NA GRADUAÇÃO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Louise Freitas (louisefreitas7@hotmail.com)

Raísa Nogueira Loureiro (rah.nloureiro@gmail.com)

Amanda Ferreira Gonzalez (amandagonzalez7@hotmail.com)

José Vitor Mota Lemos (vitormotalemos@hotmail.com)

Lília Ferreira De Araújo (lilia.ct@hotmail.com)

Marina Studart Alencar Borges (marinastudart@hotmail.com)

Este relato de experiência é baseado no dia a dia do Grupo de Estudos em Tecnologias Aplicadas à Dentística (GETAD), onde é formado por três professores e nove alunos da graduação de distintos semestres que propuseram a confecção de material didático voltado para as aulas da disciplina Pré-Clínica I e II do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS), cujos objetivos são possibilitar aos alunos, que estão elaborando o material, aprimoramento em procedimentos de dentística, como isolamento absoluto, preparo cavitário, restaurações dentre outros em manequins, como, para os alunos matriculados nas disciplinas, otimização do processo de aprendizagem. Para isso, vídeos foram desenvolvidos explorando todas as práticas de procedimentos relacionados à dentística abordados durante a Pré-Clínica I e II. Esta produção técnica vem fazer alusão à produção da confecção de vídeos que serão disponibilizados durante as aulas práticas. Para a confecção dos vídeos dos procedimentos, os alunos foram divididos em duplas e os foi dado

responsabilidades que mudavam toda semana, sendo estas: confecção do check in de materiais, roteiro do passo a passo operatório, operadores da semana, fotos e manuais, filmagem e edição. Durante as filmagens, os alunos escalados para serem operadores realizavam o procedimento, enquanto os outros participantes auxiliavam na filmagem e no cenário. Os encontros ocorriam semanalmente nas quartas feiras, de forma que fossem alternados entre filmagem dos procedimentos e análise, pelos professores e alunos, dos vídeos já editados. Foram utilizados os seguintes programas para a edição dos vídeos “Adobe After Effects CC” e “Pinnacle Studio 15”. Ao fim, foram obtidos 15 vídeos que serão disponibilizados para os alunos das disciplinas de Pré-Clinica I e II. Podemos concluir que os vídeos irão contribuir para o processo de ensino-aprendizagem fortalecendo o conhecimento do conteúdo e da técnica pela visualização constante do vídeo durante todo o período da aula prática.

RESUMO - ODONTOLOGIA

**CONFECÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA USO EM AULAS TEÓRICAS
NA GRADUAÇÃO : RELATO TÉCNICO**

Ana Caroline Barbosa Fontes (carol-barbosa2009@hotmail.com)

CONFECÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA USO EM AULAS TEÓRICAS
NA GRADUAÇÃO : RELATO TÉCNICO

Ana Caroline Barbosa Fontes¹

Isabella Vilela Soares¹

Renan Bezerra Cavalcante¹

Danna Mota Moreira²

Nicolly Parente Ribeiro Frota ²

Renata Matos Brito²

A atividade de monitoria é de fundamental importância para a trajetória do aluno de graduação, além de colocar o aluno frente aos desafios presentes em sala de aula, promove a integração entre as práticas e saberes do ensino.

O Curso de Odontologia apresenta diversas disciplinas gerais e específicas, dentre elas temos a disciplina de Clínica II, onde nesta disciplina desenvolve seus conhecimentos práticos e teóricos em Cirurgia, Dentística, Periodontia, Endodontia, entre outras coisas. A monitoria tem a função de formar o monitor para o exercício da atividade acadêmica, para que o mesmo demonstre capacidade técnico-didática necessária para atuação e também promove a formação integrada do monitor, essa atividade propicia o aprofundamento dos conhecimentos na área específica e contribui com o processo de ensino-aprendizagem dos alunos. A importância de tal estudo advém da finalidade de promover a cooperação mútua entre discente e docente e a vivência com o professor e com as suas atividades técnicas e didáticas. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência como monitores de Clínica II do curso de Graduação de Odontologia da Unichristus no período de agosto de 2017 a julho de 2018. Trata-se de um relato de experiência, na qual a participação como monitores da disciplina de Clínica II permitiu um crescimento não só no aspecto pessoal, mas também profissional essa troca de conhecimentos integra os conhecimentos adquiridos com a troca de experiências com os alunos da disciplina. Foram realizadas aulas expositivas, participação nas aulas práticas na clínica odontológica auxiliando os alunos durante os atendimentos clínicos, plantões tira-dúvidas, confecção de questionários para auxílio nos estudos e ao final, confecção de questões virtuais através do aplicativo Kahoot relacionado ao exame periodontal- periograma, no qual irá abordar a técnica de realização do exame como também os critérios avaliados pelo mesmo. Pode-se concluir que a monitoria é uma experiência de suma importância, pois proporciona um pouco da vivência da docência facilitando o processo de aprendizagem nos conhecimentos teórico-prático, além de preparar os alunos para novas experiências.

RESUMO - ODONTOLOGIA

CONFECÇÃO DE UM MANUAL DE LÂMINAS HISTOLÓGICAS PARA AUXILIAR NO CONHECIMENTO TEÓRICO-PRÁTICO DA DISCIPLINA DE HISTOLOGIA E EMBRIOLOGIA ORAL

José Vitor Mota Lemos (vitormotalemos@hotmail.com)

Juliana De Souza Tavares (julianaatavares23@gmail.com)

Ramille Araújo Lima (ramillelima@yahoo.com.br)

Antonio Ernando Carlos Ferreira Junior (ernando-junior@hotmail.com)

A disciplina de histologia e embriologia oral é importante no campo das ciências da saúde, especificamente dentro da odontologia. Esta disciplina aborda a histogênese, embriogênese e os aspectos microscópicos dos tecidos que compõem a cavidade oral, sendo de suma importância os conhecimentos básicos que esta disciplina oferece para obter uma compreensão melhor de outras áreas, como por exemplo a patologia oral e outras aplicabilidades no cenário clínico. No entanto, por ser uma disciplina teórico-prática ela exige que os alunos tenham um treinamento em microscopia e a capacidade de identificar determinados grupos celulares que possuem características distintas e que, em conjunto, formam os tecidos da cavidade oral. Tendo em vista a dificuldade dos alunos do curso de odontologia do 2º semestre na identificação das estruturas microscópicas, o objetivo da confecção do manual sobre as lâminas histológicas utilizadas na disciplina de histologia e embriologia oral foi facilitar o processo de ensino e aprendizagem. Para isso os monitores, orientados pelo professor e coordenador, confeccionaram um manual com figuras de lâminas

histológicas com suas respectivas descrições, baseando-se por livros texto, artigos científicos e fotomicrografias das lâminas histológicas do próprio acervo ou de acervos externos. Obteve-se que após a aplicação deste manual os alunos que cursavam esta disciplina apresentaram uma melhora significativa na identificação destas estruturas microscópicas, assim aprimorando o processo de ensino e aprendizagem relacionado ao conteúdo teórico e prático. Desta forma, concluímos que a confecção de um manual com imagens, marcações, descrições e explicações dos processos auxiliam na compreensão e aprendizagem dos alunos desta disciplina, além de promover mais uma fonte de estudo para os mesmos.

RESUMO - ODONTOLOGIA

DESENVOLVIMENTO DE CARTILHA INFORMATIVA INTITULADA “USO CORRETO DOS ELÁSTICOS INTERMAXILARES PARA CLASSE II” PELOS ALUNOS DO GEPORT (GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM ORTODONTIA E ORTOPEDIA FACIAL)

Daillana Gomes Da Costa (daillanagomes98@gmail.com)

Yhara Carvalho De Sousa (yharacarvalho31@gmail.com)

Maria Bianca Gomes Brito (biancagomesb_@hotmail.com)

Auri Bitu (aauribitu@gmail.com)

Lis M C Guerra (lismcarvalho@yahoo.com.br)

Isabella Fernandes Carvalho (isabellafcarvalho@gmail.com)

O Grupo de Extensão e Pesquisa em Ortodontia e Ortopedia Facial (GEPORT) faz parte de um projeto de extensão que busca estimular os alunos nos estudos sobre área em questão através de suas vivências. Na clínica ortodôntica, tem-se vivenciado um número elevado de pacientes portadores de má oclusão classe II, descrita por Angle como sendo a relação oclusal distal do primeiro molar inferior em relação ao molar superior. Além disso, a má oclusão de Classe II pode apresentar-se por retrusão mandibular, ou por protrusão maxilar ou ainda pela combinação das duas situações anteriores. O tratamento para a má oclusão de Classe II dentária envolve a necessidade do uso de elásticos intermaxilares, possibilitando a movimentação dentária, para promover um efeito ortodôntico. A evolução e a melhoria das propriedades dos materiais elásticos, assim como suas características de versatilidade e

criatividade de aplicação aumentaram sua utilização nos tratamentos ortodônticos. Levando-se em consideração a resistência quanto ao uso de elásticos por parte dos pacientes ou até mesmo o desconhecimento sobre o benefício destes no tratamento, o objetivo deste trabalho é a realização de uma cartilha para orientar os pacientes e alunos, sendo um material de fácil acesso e compreensão. Assim sendo, os alunos do GEPORT elaboraram, através de uma revisão de literatura, uma cartilha informativa e ilustrativa intitulada: “O uso correto dos elásticos intermaxilares para classe II”, descrevendo os tipos de elásticos utilizados nesse tratamento, a localização, a força exercida pelos mesmos nas arcadas e a duração necessária de uso por dia. Conclui-se que o desenvolvimento dessa cartilha foi de fundamental importância para o crescimento e aprimoramento do senso crítico dos alunos, além de esclarecer ao paciente e incentivar o correto uso dos elásticos intermaxilares para o tratamento da classe II.

RESUMO - ODONTOLOGIA

DESENVOLVIMENTO DE CARTILHA INFORMATIVA INTITULADA “USO CORRETO DOS ELÁSTICOS INTERMAXILARES PARA CLASSE III” PELOS ALUNOS DO GEPORT (GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM ORTODONTIA E ORTOPEDIA FACIAL)

Iane Maria Crispim Ribeiro Alves De Sousa (ianemariac0409@gmail.com)

Marina Maria Soares De Sousa (maarinasoares@hotmail.com)

Milena Guerra Torres (milenagtorres1@yahoo.com.br)

Paulo Tércio Aded Da Silva (paulotarcio@gmail.com)

Isabella Fernandes Carvalho (isabellafcarvalho@gmail.com)

Daniela Nunes Pinto (dnpinto90@gmail.com)

O GEPORT (Grupo de Pesquisa e Extensão em Ortodontia e Ortopedia Facial) é um grupo que tem como objetivo estimular os alunos da graduação em relação à vivência na área de Ortodontia e Ortopedia Facial, acompanhando alunos da pós-graduação no Centro Universitário Christus. Durante essa vivência, os alunos observam que muitos pacientes se encaixam no perfil de má oclusão de Classe III, descrita por Angle como uma discrepância dentária ântero-posterior que pode ou não estar acompanhada por alterações esqueléticas, e com componentes genéticos associados. Em geral, o aspecto facial fica bastante comprometido, o motivo que leva o paciente a procurar o tratamento. O diagnóstico precoce e correto e o tratamento adequado são de suma importância para promover o controle do crescimento e evitar recidivas, envolvendo o uso correto de elásticos intermaxilares, onde esses irão causar

uma movimentação dentária para promover o efeito ortodôntico desejado. Levando-se em consideração o desconhecimento por parte dos pacientes e dos alunos de graduação em relação aos benefícios do uso de elásticos no tratamento ortodôntico de má oclusão classe III, os alunos do GEPORT elaboraram, através de uma revisão de literatura, uma cartilha informativa e ilustrativa intitulada, “uso correto dos elásticos intermaxilares para classe III”, descrevendo os tipos de elásticos mais utilizados nesse tratamento, a força exercida por eles e a duração de uso necessário para o correto tratamento. Conclui-se que a confecção da cartilha foi de grande importância para o enriquecer o conhecimento dos alunos a respeito do assunto e para o esclarecimento e incentivo dos pacientes quanto ao uso correto dos elásticos intermaxilares para o tratamento de Classe III.

RESUMO - ODONTOLOGIA

DESENVOLVIMENTO DE CARTILHA INFORMATIVA INTITULADA COMO: “A IMPORTÂNCIA DO USO ADEQUADO DA CONTENÇÃO PÓS TRATAMENTO ORTODÔNTICO.

Damile Pinheiro (damilepinheiro@hotmail.com)

Anna Domenica De Araújo Milia (domicamilia@hotmail.com)

Auri Bitu (auribitu@gmail.com)

Isabella Fernandes Carvalho (isabellafcarvalho@gmail.com)

Paulo Tércio Aded Da Silva (paulotercio@gmail.com)

Lis M C Guerra (lismcarvalho@yahoo.com.br)

O Grupo de Estudo e Pesquisa em Ortodontia e Ortopedia facial (GEPOR) é um projeto de extensão que estimula, prepara e capacita o aluno ao estudo e pesquisa na área de ortodontia e ortopedia facial, principalmente acompanhando pacientes em tratamento ortodôntico. O aparelho ortodôntico tem como finalidade melhorar a estética e função do sistema estomatognático de um indivíduo. Pode-se relatar que após a movimentação ortodôntica os ortodontistas enfrentam desafios de manter os resultados obtidos através do tratamento, fazendo-se necessário a utilização de mecanismos com contenções fixas e/ou contenções removíveis, que atuam como estabilizadores desses tratamentos executados. Em contrapartida, há recidivas, quando os pacientes não utilizam corretamente os aparelhos pós-tratamento ortodôntico, como orientado pelos ortodontistas. Dessa forma, o GEPOR atentou-se para elaboração de uma cartilha informativa para ressaltar a importância desses

mecanismos. Por meio desta, o presente estudo visa determinar a importância do uso adequado das contenções pós-tratamento ortodôntico, através de uma revisão de literatura realizada em bases de dados eletrônicas. Utilizando-se o banco de dados PubMed foi realizada uma revisão utilizando os descritores em inglês: “Orthodontic Retainers”; “Orthodontic Appliances, Removable”; “Orthodontics”; e “Orthodontic Treatment”, sendo selecionados por meio das plataformas DeCS e MeSH. Como critério de inclusão, considerou-se estudos do período de 2008 a 2018, textos completos e de livre acesso e artigos que relacionam o uso de contenções com a manutenção do tratamento pós-movimentação. A partir disso, será confeccionada uma cartilha com base nos artigos encontrados. Na revisão de literatura, encontrou-se que os resultados obtidos por meio do tratamento ortodôntico podem ter recaídas, visto que as estruturas de suporte sofrem alterações e requerem tempo para sua adaptação às condições determinadas pelo aparelho ortodôntico, e por isso, faz-se necessário o uso da contenção, demonstrando, assim, a sua importância. As contenções removíveis, juntamente com as fixas, possuem o papel de manutenção dos objetivos específicos conseguidos por meio do tratamento ortodôntico. Em relação ao tempo de uso destas, ainda não há consenso na literatura, entretanto alguns autores indicam que a contenção por tempo indeterminado preserva os resultados do tratamento mesmo sabendo que cada caso deve ser individualizado e outros relatam que o uso da contenção fixa inferior deve ser mantido até que cesse o crescimento e desenvolvimento mandibular. Assim, considera-se que é indispensável a correta utilização de contenção pós-tratamento ortodôntico e que esses tratamentos devem ser individualizados para manter os resultados obtidos. Pode-se dizer, também, que a elaboração dessa cartilha informativa foi de grande valia para os alunos do GEPORT, pois possibilitou um acesso ao conhecimento mais aprofundado sobre a importância do uso da contenção.

RESUMO - ODONTOLOGIA

DESENVOLVIMENTO DE JOGO EDUCATIVO PARA CONTRIBUIÇÃO DE APRENDIZAGEM DE ALUNOS NO CURSO DE ODONTOLOGIA.

Aline Samara Araújo Sousa (aalinezinha@hotmail.com)

Patrícia Maria Costa De Oliveira (patriciamco@usp.br)

Os jogos são estratégias capazes de cooperar, de modo inovador, para o desenvolvimento da aprendizagem. O objetivo deste trabalho é relatar a experiência do desenvolvimento de um jogo educativo para o curso de odontologia e avaliação de seu benefício no processo de ensino-aprendizagem. Fez-se um relato de experiência, desenvolvido a partir da criação do jogo intitulado JOGO DA ANVISA, na disciplina de Saúde Coletiva II do Curso de Odontologia do Centro Universitário Christus. Foram consultados estudos na Biblioteca Virtual em Saúde que orientaram a construção do jogo a partir das palavras-chave “jogo educativo” e “prática docente”. Foi construído um jogo de tabuleiro com temáticas discutidas em sala de aula, tendo como fundamentação teórica o Manual de Serviços Odontológicos Prevenção e Controle de Riscos, de edição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). O jogo é conduzido por um professor, participando de 1 a 3 grupos e/ou pessoas, contando com um 1 tabuleiro e 1 dado. Para começar, um representante de cada grupo joga um dado e o que obtiver maior número inicia a partida, a partir daí, joga-se no sentido horário. O jogador lança o dado e avança o número de casas relativo ao número que aparece no dado, cada casa possui uma informação que está categorizada por cor correspondendo a: verde (acerto sobre o assunto - como premiação, avança casas e recebe elogios),

amarelo (alerta sobre o assunto - como penalidade, não avança casa) ou vermelho (erro sobre o assunto - como penalidade recua ou também não avança casa). O primeiro que chegar ao final do tabuleiro será o vencedor. Em seguida, um questionário é aplicado aos usuários, sendo realizado uma análise quantitativa dos dados para avaliação do processo de ensino-aprendizagem. O jogo será aplicado ao final do semestre de 2018.2. O JOGO DA ANVISA estimula a procura pelo domínio das questões em estudo através da competitividade entre os alunos, instigando a participação ativa, e a auto-avaliação de forma estimulante, propiciando ambiente prazeroso de aprendizado.

RESUMO - ODONTOLOGIA

DESENVOLVIMENTO DE MANUAL DE SÍNDROMES GENÉTICAS COM MANIFESTAÇÕES CRÂNIO-ORO-FACIAS ELABORADO PELOS ALUNOS DA MONITORIA DE ODONTOGENÉTICA.

Vitória De Freitas Santos (vitoriadefreitassantos@gmail.com)

Marjorie Luiza Oliveira De Melo (marjorielodm@gmail.com)

José Higinio Da Silva Neto (zeneto213@icloud.com)

Paulo Tércio Aded Da Silva (paulotarcio@gmail.com)

Isabella Fernandes Carvalho (isabellafcarvalho@gmail.com)

A iniciação à docência, através da Monitoria, tem como objetivo incentivar os alunos a conhecer a carreira docente, se fazendo muito importante para a graduação dos envolvidos. Nessa vivência, na disciplina de Odontogenética, foi percebido que cada vez mais a Ciência determina que os genes têm papel fundamental na etiologia das alterações crânio-oro-faciais, no entanto, o conhecimento das doenças genéticas que apresentam estas alterações ainda precisa estar mais presente na prática diária do cirurgião-dentista clínico. Por isso, é de suma importância conhecer as doenças relacionadas ao complexo crânio-oro-facial e suas características que vão afetar diretamente no atendimento clínico de pacientes portadores das mesmas. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho, é relatar o desenvolvimento e a importância da elaboração do Manual de Doenças Genéticas com Manifestações Crânio-oro-faciais como ferramenta pedagógica desenvolvida na disciplina de Odontogenética, que poderá ser utilizado para além da sala de aula e dos

alunos. O manual traz como proposta apresentar características crânio-oro-faciais (palato ogival, agenesias dentárias e fissura lábio palatina, por exemplo) de doenças de cunho genético, além das alterações sistêmicas, como cardiopatias e deficiência do sistema geniturinário, que cada doença pode vir a apresentar que podem interferir no atendimento odontológico do paciente. O mesmo foi dividido por tipos de herança, que caracterizam as doenças, e estas foram listadas em ordem alfabética para uma melhor didática de leitura e pesquisa. As doenças listadas apresentam ilustração de pacientes com as características em questão. O manual também pode ser utilizado como consulta de dados, no auxílio ao atendendo do paciente especial já diagnosticado ou não, em relação à síndrome genética. Sendo assim, para a realização deste material, foi realizada uma revisão da literatura utilizando a base de dados PubMed e Scielo, e foram selecionados artigos com as principais síndromes relacionadas a manifestações crânio-oro-faciais. Como considerações finais, podemos concluir que a elaboração deste manual representou um instrumento auxiliar de fundamental importância no processo de aprendizagem não só dos monitores da disciplina de Odontogenética, mas também, dos alunos e dos profissionais que farão uso do mesmo, pois ele otimiza a aquisição de conteúdo e possibilita um fácil acesso frente a outros instrumentos de estudo. Para os alunos monitores da disciplina, a elaboração do Manual teve um significado relevante diante da experiência vivida para a elaboração do mesmo.

RESUMO - ODONTOLOGIA

DESENVOLVIMENTO DE MANUAL DIDÁTICO POR MONITORES COMO INSTRUMENTO DE ENSINO PARA ALUNOS DA DISCIPLINA DE PRÉ-CLÍNICA II: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Wellington Julio Alves Cruz (allvesjullio@hotmail.com)

Valmária Oliveira De Castro (valzinha.castro@hotmail.com)

Renata Vale Albino De Oliveira (renatavale2@hotmail.com)

O ensino da Odontologia, por muito tempo, foi baseado na transmissão de conteúdos e práticas, retardando a produção de conhecimento compartilhado como parte do processo educativo e da relação professor-aluno. A adoção de metodologias ativas de ensino, centradas no desenvolvimento da autonomia e da capacidade crítica, constitui uma ferramenta fundamental para desenvolver e aprimorar o senso crítico do aluno. Este trabalho teve como objetivo promover discussões e reflexões sobre a literatura científica no âmbito da Periodontia, Cirurgia, Dentística e Endodontia, bem como desenvolver pesquisas na área e desenvolver material didático para o compartilhamento do conhecimento como parte da socialização e troca de experiências. O presente trabalho busca apresentar um manual didático para uso dos acadêmicos de Odontologia do 4º semestre na disciplina de Pré-clínica II, no treinamento clínico-laboratorial dos procedimentos. Inserida da grade curricular do curso de odontologia do Centro Universitário Christus, a disciplina de pré-clínica II, abrange conteúdos que são essenciais para a formação do aluno de graduação, com carga horária de 60 horas. Tal material didático foi desenvolvido por alunos engajados na monitoria da disciplina sob supervisão

docente, com conteúdo teórico e prático para aplicação de alunos que irão cursar a disciplina. Os discentes organizaram a sequência técnica e ilustraram o passo a passo para realização das diversas etapas dos procedimentos tais como raspagem sub-gengival (conteúdo de periodontia), princípios de cirurgia (conteúdo de cirurgia), restaurações de classe II e classe IV (conteúdo de Dentística), acesso coronário (conteúdo de endodontia), baseados na própria vivência, resultando em uma produção técnica de alto valor pedagógico com o intuito de compartilhar o conhecimento e servir como referência e direcionamento no estudo da disciplina.

RESUMO - ODONTOLOGIA

DESENVOLVIMENTO DE MANUAL PARA ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO CLÍNICO E RADIOGRÁFICO DOS BEBÊS NASCIDOS COM MICROCEFALIA PELA SÍNDROME DO ZIKA VÍRUS CONGÊNITO NO NEAMI

Mariana Oliveira Pinto De Sousa (marianaoliveira2608@hotmail.com)

Vitória De Freitas Santos (vitoriadefreitassantos@gmail.com)

Phillipe Nogueira (drphillipenogueira@hotmail.com)

Maria Cláudia De Freitas Lima (cacaulima2@hotmail.com)

Paulo Tércio Aded Da Silva (paulotarcio@gmail.com)

Isabella Fernandes Carvalho (isabellafcarvalho@gmail.com)

Em 2015, ocorreu no Brasil um surto de infecção pelo vírus Zika (ZIKAV), transmitido pelo mosquito *Aedes aegypti*. Os graves danos aos recém-nascidos fizeram que a síndrome congênita do ZIKAV se tornasse uma emergência de saúde pública, de acordo com a declaração da Organização Mundial de Saúde. Entre as consequências da infecção pelo vírus está a microcefalia e algumas anormalidades odontológicas como alteração de forma, número e sequência de erupção dos dentes, além de palato ogival. O Núcleo de Estudo e Atenção a Microcefalia (NEAMi) realiza o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento orofacial dos bebês nascidos com a síndrome congênita do ZIKAV e acolhe as famílias dos mesmos com todo cuidado e atenção à saúde de forma multi e interdisciplinar no Centro Universitário Christus. Os atendimentos aos bebês consistem em uma detalhada anamnese colhendo

informações importantes e específicas a respeito da infecção da mãe quando gestante pelo vírus, assim como, tipo de parto, idade gestacional e todas as complicações associadas a saúde geral do bebê. Em seguida o bebê submete-se a um minucioso exame clínico onde todas as estruturas intra e extra orais são examinadas. No exame extra e intraoral são avaliados: cabeça, face, pescoço, lábios e toda a cavidade oral. Após o exame clínico, são realizados exames radiológicos com finalidade de diagnosticar possíveis anomalias dentárias de número, forma ou posição; e visualizar a extensão de prováveis defeitos ósseo-alveolares apresentados pelos pacientes. É realizada a técnica radiográfica periapical modificada, com uma placa de fósforo adulto (número 2) em posição oclusal para maxila e outra para mandíbula, na tentativa de visualização de uma maior quantidade de elementos dentários e ossos adjacentes em ambas as arcadas. O aparelho utilizado é o EXPRESS digital imaging plate scanner (INSTRUMENTARIUM DENTAL, EXPRESS AND CLINIVIEW), o tempo de exposição de cada tomada radiográfica é de 0.25s. Após a aquisição e processamento da imagem, é utilizado o software CLINIVIEW para a interpretação das imagens e possíveis ajustes de brilho e contraste. Para a realização do manual, foi feita uma revisão de literatura nas bases de dados PUBMED e SCIELO, utilizando-se as palavras-chave “bebês”, “microcefalia”, “zika vírus”, “atendimento odontológico” e “técnica radiográfica”. Por fim, podemos concluir que esse manual utilizado como estratégia de ensino-aprendizagem permitiu aos alunos uma maior reflexão e conhecimento sobre os problemas apresentados pelos bebês com microcefalia. Assim como, uma valiosa experiência durante a confecção do mesmo, que poderá servir como guia para o atendimento de bebês com a Síndrome do Zika Vírus Congênito por outros profissionais e alunos.

RESUMO - ODONTOLOGIA

DESENVOLVIMENTO DE UM CURSO PARTINDO DOS APRENDIZADOS TEÓRICO-PRÁTICOS DO PROGRAMA DE EXTENSÃO INTRODUÇÃO À CLÍNICA

Matheus Duarte Guerra (matheusduartewar@gmail.com)

Márcio Queiroz (marcioqjunior@gmail.com)

Bianca De Abreu Mesquita (biancaabreu.m@outlook.com)

Lia Barroso Brandão Aragão (liaragao@yahoo.com)

Larissa Marinho Azevedo De Lavor (larissamarinhounichristus@gmail.com)

O programa de extensão Introdução à Clínica proporciona a alunos do 1º ano do curso de odontologia da UNICHRISTUS uma vivência clínica odontológica seguindo uma metodologia observacional. A partir dos aprendizados em biossegurança e ergonomia colhidos durante 1 ano de projeto, percebeu-se a grande importância desses conceitos teóricos e práticos para o bom desenvolvimento acadêmico e profissional nas clínicas odontológicas. Partindo disso observou-se a necessidade de incluir essa temática para alunos do 1º e 2º semestre com o objetivo de introduzi-los ao ambiente clínico e desenvolver ainda no 1º ano do curso de odontologia uma visão de como funciona uma clínica odontológica ofertando conceitos de: Ergonomia aplicada a odontologia, trabalho a quatro mãos, indicação e utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e descarte e gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde, além disso aplicação desses conceitos de forma prática em um ambiente clínico. Partindo dessa necessidade, está sendo elaborado um curso cujo tema

é: Noções de Ergonomia e Biossegurança para acadêmicos de Odontologia. O curso contará com uma metodologia teórico-prática, carga horária de 8 horas e terá como público alvo alunos de 1º e 2º semestre do curso de odontologia Unichritus. Desde a pesquisa, planejamento e execução será integralmente realizado pelos integrantes do programa de extensão Iniciação à Clínica em apoio a um professor orientador e pretende-se ter como resultados uma nova perspectiva dos alunos de 1º e 2º semestre a respeito dos cuidados necessários para que se reduza os riscos físicos, biológicos, químicos e ergonômicos em um ambiente de clínica odontológica e com isso, um melhor desenvolvimento acadêmico e profissional desses alunos em suas vivências clínicas.

RESUMO - ODONTOLOGIA

DESENVOLVIMENTO DO CADERNO DE PARASITOLOGIA APLICADO À ODONTOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE ENSINO

Maurício Ítalo Silva Teófilo (mauricio.teofilo@globo.com)

Sara Lima Facó (sarahfacó@hotmail.com)

Juliana Paiva Marques Lima Rolim (julianapml@yahoo.com.br)

Em termos gerais, a Parasitologia estuda o fenômeno do parasitismo, que caracteriza o modo de vida de um grande grupo de organismos unicelulares – como bactérias, alguns fungos e protozoários – e multicelulares – como helmintos e artrópodes. Nesse contexto, a disciplina de Microbiologia da Unichristus que foca no estudo dos protozoários, helmintos e artrópodes envolvidos em relação parasitária, busca que os alunos adquiram conhecimento das bases teóricas e conceituem no momento prático da disciplina o que foi aprendido. Nessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é relatar o desenvolvimento do Caderno de Parasitologia, o qual foi elaborado para fornecer ferramentas importantes para a compreensão de doenças parasitárias, o que ainda é um grave problema no Brasil. A proposta do Caderno de Parasitologia aborda o ciclo vital dos parasitos, as características morfológicas, os sintomas ao qual o hospedeiro é acometido, a determinação das medidas profiláticas e o tratamento a fim de minimizar os sintomas e a busca da cura do hospedeiro. Os conteúdos foram planejados e organizados em capítulos, de forma didática, simples e coerente. Eles são abordados por meio de textos e conceitos chave, com questões práticas, entre outros recursos editoriais que visam tornar a leitura mais agradável. São indicadas, também,

fontes de consulta, para aprofundar os estudos com leitura, áudios, vídeos e pesquisas complementares. Podemos concluir que a elaboração do caderno representa um instrumento auxiliar de fundamental importância no processo de aprendizagem para os alunos da disciplina por otimizar a aquisição de conteúdo e por possibilitar um fácil acesso frente a outros instrumentos de estudo.

RESUMO - ODONTOLOGIA

ELABORAÇÃO DE MANUAIS EM PROCEDIMENTOS DE DENTÍSTICA COMO INSTRUMENTO DE ENSINO E APRENDIZAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Luciana Gomes Bezerra (lucianaabezerra@hotmail.com)

Monique Marques Ribeiro (moniquemarques@live.com)

Théssica Katrine Evangelista Barbosa (thessicabarbosa@hotmail.com)

Renan Bezerra Cavalcante (renanbezerra89@hotmail.com)

Larissa Marinho Azevedo De Lavor (larissamarinhounichristus@gmail.com)

Juliana Paiva Marques Lima Rolim (julianapml@yahoo.com.br)

O Grupo de Estudo em Tecnologias Aplicadas à Dentística (GETAD), é composto por alunos de semestres diferentes sob orientação de professores e tem o intuito de produzir material didático para facilitar o processo de aprendizagem dos alunos de pré-clínica I e II, do centro universitário Christus (UNICHRISTUS). Os encontros do grupo ocorreram semanalmente, e durante os encontros foram produzidos manuais acerca de procedimentos voltados para disciplina de dentística como, isolamento absoluto, preparo cavitário e restaurações, sistemas adesivos, acabamento e polimento de restaurações, dentre outros. Estes manuais serão entregues aos alunos das disciplinas pré-clínica I e II de acordo com o conteúdo da aula e procedimentos que serão realizados, podendo assim melhorar o desempenho teórico e prático. Os manuais são compostos por introdução, onde é discorrido sobre conhecimentos teóricos de cada assunto, materiais que serão utilizados para o

procedimento, e técnica do procedimento. Os manuais também apresentam fotografias com o intuito de facilitar o entendimento dos alunos para que eles possam reproduzir melhor cada passo e conhecer os instrumentais/materiais utilizados. O objetivo do trabalho é compartilhar a experiência de participar da elaboração dos manuais, bem como ressaltar importância dos mesmos para o processo de ensino e aprendizagem. Os alunos do GETAD foram divididos em funções diferentes, onde 2 alunos ficavam responsáveis pela elaboração dos manuais e os demais cumpriam outras funções. A referência utilizada para confecção dos manuais foi o livro do Dr. José Mondelli, Fundamentos de Dentística Operatória, que trata com clareza dos assuntos abordados, referentes aos conteúdos estudados nas disciplinas de pré-clínica I e II. Foram elaborados 13 manuais que serão distribuídos aos alunos durante as aulas, para auxiliar na compreensão dos assuntos abordados. A elaboração dos manuais irá contribuir de forma positiva para o processo de aprendizagem tanto dos alunos que irão recebe-los, por otimizar a aquisição de conteúdo durante as aulas, tanto para os alunos que participaram do desenvolvimento, pela maior sedimentação do conhecimento dos temas abordados.

RESUMO - ODONTOLOGIA

ESTÁGIO NO ÂMBITO HOSPITALAR POR MEIO GRUPO DE PESQUISA E EXTENSÃO EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAL NO HOSPITAL E MATERNIDADE JOSÉ MARTINIANO DE ALENCAR

Bruno Da Silva Gaspar (brunogaspar773@gmail.com)

Abrahaõ Carvalho (abrahaõ_cav@yahoo.com.br)

José De Deus Pereira Martins Neto (netinhoalencar93@hotmail.com)

Jayara Aguiar (jayarafaguiar@hotmail.com)

Gabriela Vasconcelos Maia (gabsm_@hotmail.com)

Paulo Vitor Ramos Carvalho Costa (pvrccosta@live.com)

O estágio é uma das etapas mais importantes para formação acadêmica, pois é durante esse momento se pode colocar em prática todo conhecimento adquirido ao longo do curso, unindo teoria e prática. O presente trabalho tem como finalidade relatar as atividades executadas rotineiramente pelo GECTBMF (Grupo de Pesquisa e Extensão em Cirurgia e Traumatologia Bucomaxilofacial) no Hospital e Maternidade José Martiniano de Alencar, Fortaleza-CE. O estágio permite ao aluno uma vivência no âmbito hospitalar, onde o mesmo poderá executar e acompanhar procedimentos que foram adquiridos ao decorrer do curso, assim, obtendo-se uma autorreflexão da importância do cirurgião-dentista neste ambiente. A metodologia proposta no estágio consiste no acompanhamento e execução de trabalhos no ambulatório e no centro cirúrgico, voltados a área de cirurgia e traumatologia bucomaxilofacial, onde o acadêmico será sempre supervisionado por um Staff. No ambulatório são

realizadas atividades que dispensam anestesia geral; dentre elas: diagnóstico, solicitação de exames, acompanhamento de casos, planejamento cirúrgico, cirurgia oral menor, marcação de cirurgia com anestesia geral, etc. No centro cirúrgico são realizados procedimentos de alta complexidade que necessitam de anestesia geral que vão desde remoção de cistos e tumores a cirurgias de correção maxilofacial. A duração do estágio é anual, onde existe uma nova seleção do grupo para ingressar novos alunos ao grupo, assim tendo uma renovação constante. Todos os alunos que compõe o GECTBMF afirmam a importância deste estágio na sua formação acadêmica, onde as práticas exercidas no âmbito hospitalar favoreceram uma maior autoconfiança e responsabilidade para com a profissão e aos pacientes. Portanto, o estágio é uma etapa importante para o desenvolvimento da carreira de todo profissional. Mais do que ganhar experiência, ele possibilita para os estudantes conhecimento, competências e uma relação prática da teoria vista em sala.

RESUMO - ODONTOLOGIA

EXPERIÊNCIA DE ATENDIMENTO DE PACIENTES ESPECIAIS INFANTIS NO CENTRO DE ESTUDOS EM PACIENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS UNICHRISTUS - CEPE: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Rafaelly Barbosa Da Silva Parente (rafaellybsp@hotmail.com)

Isabel Leite (bell_leite@hotmail.com)

Marjorie Luiza Oliveira De Melo (marjorielodm@gmail.com)

José Vitor Mota Lemos (vitormotalemos@hotmail.com)

Lia De Vasconcelos Rocha (liavrocha@hotmail.com)

Anyá P G F Vieira Meyer (anyavieira10@gmail.com)

Os pacientes com necessidades especiais (PNE) são indivíduos que apresentam alguma alteração ou condição, simples ou complexa, momentânea ou permanente, de etiologia biológica, física, mental, social e/ou comportamental, que requerem uma abordagem especial, multiprofissional e um protocolo específico. Contudo, o acesso destes pacientes a serviços odontológicos ainda é limitado, sendo os serviços especializados escassos e pouco conhecidos. Assim, o PNE tem dificuldade de ser adequadamente assistido em relação às suas necessidades odontológicas, seja no âmbito da promoção da saúde, da prevenção e da recuperação da saúde bucal. O presente trabalho objetiva relatar as experiências vivenciadas no Centro de Estudos em Pacientes com Necessidades Especiais (CEPE) Infantil da Unichristus. O CEPE Infantil é um projeto de extensão que oferece cuidado odontológico aos PNE, além de estudar seus transtornos sistêmicos e mentais,

realizando pesquisas que buscam a melhor compreensão de suas necessidades e melhorias nos serviços para PNE. Neste projeto de extensão, o aluno aprende competências essenciais à vida profissional e pessoal, como organização de plano de tratamento complexo, incluindo o manejo de PNE e o atendimento multidisciplinar. O aluno que participa do CEPE convive com diversas realidades, condições sociais e clínicas, aprende a lidar com as limitações do paciente portador de necessidades especiais, e entende o quão difícil é a rejeição que eles passam em suas vidas cotidianas e nos serviços odontológicos, compreendendo a necessidade do atendimento humanizado a estes pacientes e seus cuidadores. A experiência no CEPE propicia ao aluno de graduação crescimento profissional ímpar, propiciando-lhes o desenvolvimento de ferramentas essenciais ao seu pleno desenvolvimento profissional.

RESUMO - ODONTOLOGIA

EXPERIÊNCIA VIVIDA E PRODUTO GERADO PELOS ALUNOS PARTICIPANTES DO GRUPO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NEAMI

Marcela Maria Fontes Borges (marcelaborges4321@hotmail.com)

Louise Freitas (louisefreitas7@hotmail.com)

Maria Cláudia De Freitas Lima (cacaulima2@hotmail.com)

Phillipe Nogueira (drphillipenogueira@hotmail.com)

Paulo Tércio Aded Da Silva (paulotarcio@gmail.com)

Isabella Fernandes Carvalho (isabellafcarvalho@gmail.com)

Com o aumento do número de bebês com microcefalia decorrente da infecção pelo zika vírus, houve a necessidade de criar o grupo de extensão universitária “Núcleo de Estudo e Atenção à Microcefalia” (NEAMI). O mesmo busca estimular e preparar o aluno ao estudo e pesquisa na área de pacientes especiais, especificamente portadores de Microcefalia associada à Síndrome Congênita do Zika Vírus (SCZV), de forma multidisciplinar. Os pacientes com SCVZ têm alto risco a doenças bucais em função da dieta, alterações salivares, dificuldade de higiene bucal, alterações de mastigação e deglutição. Nesse contexto, os alunos do NEAMI confeccionaram uma cartilha informativa e ilustrativa sobre a “Instrução de higiene oral, informação e educação a respeito da saúde bucal para bebês com microcefalia pela SCZV”. Esse trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivida e o produto gerado em forma de cartilha pelos alunos participantes do grupo. Para a realização do material citado, foi feita uma revisão de literatura utilizando as bases de dado Scielo e

Pubmed abordando saúde bucal para as crianças com a SCZV. O NEAMI é constituído por seis alunos de semestres distintos e quatro professores, os quais se reúnem quinzenalmente para fazer o acompanhamento desses pacientes por meio de exames clínicos e radiográficos. Além disso, são realizados encontros duas vezes por semestre no espaço de promoção à saúde para os familiares destas crianças abordando temas relacionados à melhora da qualidade de vida de pacientes portadores da SCZV. O produto gerado pelo NEAMI foi a cartilha mencionada anteriormente que visa instruir os cuidadores como deve ser feita a higiene oral, tanto de bebês que ainda não possuem nenhum dente erupcionado através de uma gaze umedecida envolta no dedo, quanto de bebês que já possuem dentes erupcionados por meio de escovação, que deve ocorrer em uma frequência de três vezes ao dia, e dentifrícios, sendo importante a limpeza de todas as regiões (língua, rebordo e dentes), inclusive, já existe o estímulo a utilização do fio dental. Pode-se concluir que o NEAMI irá contribuir para o engrandecimento pessoal e profissional dos alunos participantes e a cartilha confeccionada servirá para promover saúde e prevenir os malefícios que os pacientes com microcefalia estão predispostos.

RESUMO - ODONTOLOGIA

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA VIVIDA PELO GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM ORTODONTIA E ORTOPEDIA FACIAL (GEPURT) – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Raquel Oliveira De Aguiar Marques (raquelamarques99@gmail.com)

Deborah Franklin Souza Rodrigues (debora_jijoca@hotmail.com)

Paulo Tércio Aded Da Silva (paulotarcio@gmail.com)

Lis M C Guerra (lismcarvalho@yahoo.com.br)

Auri Bitu (auribitu@gmail.com)

Isabella Fernandes Carvalho (isabellafcarvalho@gmail.com)

Da formação acadêmica fazem parte tanto o ensino, a pesquisa e a extensão universitária, os quais contribuem para formação profissional e cidadã dos estudantes. Neste intuito, foi criado e aprovado em agosto/2016 o GEPURT, através do edital para programas de extensão. O mesmo completará o segundo ano de existência e fundamenta-se no estímulo e preparo do aluno ao estudo e pesquisa na área da Ortodontia e Ortopedia Facial, integrando todas as áreas da Odontologia. Esse trabalho tem o objetivo relatar experiência vivida no Grupo de Estudo e Pesquisa em Ortodontia e Ortopedia Facial (GEPURT). Para o funcionamento do grupo, os alunos comparecem nos dias dos atendimentos aos pacientes da pós-graduação, cada participante do GEPURT acompanha os atendimentos clínicos realizados pelos alunos da pós-graduação aos pacientes com necessidade de tratamento ortodôntico. Diante disso, as atividades desenvolvidas pelo grupo são: acompanhamento dos

seminários clínicos, procedimentos e planejamentos dos alunos da pós-graduação; oficinas de estudo e pesquisa envolvendo casos clínicos; apresentação de trabalhos produzidos em jornadas e congressos acadêmicos e científicos; capacitação para o desenvolvimento de material educativo e informativo para os pacientes e programação de momentos científicos. Os resultados alcançados pelo grupo foram: criação do momento científico, capacitação dos alunos de odontologia ao estudo e pesquisa científica integrando a Ortodontia e Ortopedia Facial às demais áreas da Odontologia e estímulo ao aluno a desenvolver materiais educativos e informativos. A criação do momento científico se fez com a participação dos professores da graduação e pós-graduação da Unichristus nas seguintes temáticas: “Hábito de sucção e grade palatina”, “Uso de pistas diretas na clínica infantil”, “Mantenedores e receptores de espaço”, “Época ideal do tratamento da classe III”, “Disjunção maxilar”, “Ortopedia funcional e avanço mandibular” e “Ortodontia e Ortopedia combinadas”. Levando-se em consideração que a extensão universitária é um instrumento necessário para a formação acadêmica, a pesquisa e o ensino devem estar articulados com a extensão e devem levar benefícios à sociedade. Conclui-se que as atividades vividas no GEPORT foram de suma importância na troca de conhecimentos entre alunos e professores sobre a especialidade de Ortodontia e Ortopedia facial estendendo-se além da graduação.

RESUMO - ODONTOLOGIA

GRUPO DE EXTENSÃO EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO MAXILO FACIAL (GECTBMF) E SUA EXTENSÃO COM A LIGA DE CIRURGIA DO HOSPITAL BATISTA MEMORIAL (HBM).

Wallyson Sousa (wallyson_ita@hotmail.com)

Raquel Bastos Vasconcelos (raquelbastovasconcelos@hotmail.com)

Yasmym Martins Araújo De Oliveira (yasminmoaraujo@hotmail.com)

Mikaella Edite Fontes Borges (mikaellaedite@yahoo.com.br)

Abrahamo Carvalho (abrahamo_cav@yahoo.com.br)

Carlos Wallyson Sousa¹

Raquel Bastos Vasconcelos²

Yasmym Martins Araújo de Oliveira³

Mikaella Edite Fontes Borges⁴

Abrahão Cavalcante Gomes de Souza Carvalho⁵

RESUMO

Os estágios buscam a integração do ensino teórico com a vivência prática, uma forma de aprendizagem, permitindo-o estudante conhecer a organização, o

planejamento e a gestão dos serviços de saúde. Esse presente trabalho tem como objetivo relatar as atividades que fazem parte da rotina do grupo GECTBMF com a inserção dos alunos na liga de cirurgia do hospital batista, possibilitando aos estudantes de odontologia obter novos conhecimentos sobre cirurgia buco maxilo facial e o funcionamento dos serviços oferecidos pelo hospital. Além disso, o estágio possibilitar ao estudante a participação no atendimento aos pacientes, a compreensão das políticas de saúde bucal e do papel do cirurgião-dentista no âmbito hospitalar, e a suas aplicações práticas nos serviços de buco maxilo facial. A metodologia consiste no acompanhamento diário aos pacientes internados no pré e pós-operatórios, realizando exames clínicos, orientação de higiene oral, adequação do meio e posteriormente preenchimento da ficha de evolução. Existe em conjunto, o acompanhamento ao residente através de prescrição diária, e no ambulatório onde recebem pacientes de retorno e urgência. Além das reuniões mensais para apresentação de seminários e discussão de atividades a serem realizadas pela liga. A duração do estagio na liga de cirurgia do HBM é de dois anos, sendo que existe uma hierarquia por semestre. Todos os acadêmicos que fazem parte dessas atividades concordam que a liga de cirurgia do HBM influencia de maneira positiva na sua formação acadêmica, ocorre uma evolução na autoconfiança relacionada à prática da profissão, obtida por meio da vivência rotineira no hospital.

RESUMO - ODONTOLOGIA

GRUPO DE EXTENSÃO EM CIRURGIA E ESTÉTICA PERIODONTAL - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Amanda Ferreira Gonzalez (amandagonzalez7@hotmail.com)

Gabrielle Maria (gabriellemariand@hotmail.com)

Ivyna Maria Cardins Falcão (ivynafalcao@gmail.com)

Everton Cavalcante Da Silva (evertoncavsilva@hotmail.com)

Camila Carvalho De Oliveira (camilacdeoliv@gmail.com)

Nicolly Frota (nicollyfrota@yahoo.com.br)

A crescente demanda de pacientes à procura de tratamento dentário por razões estéticas resulta das necessidades que esta temática tem gerado no convívio social. Assim, a odontologia tem procurado suprir tais necessidades, disponibilizando novos materiais e técnicas. Na Periodontia, métodos cirúrgicos podem ser empregados como alternativas para este tipo de questão, pois um sorriso agradável é parte importante na composição do aspecto geral do indivíduo. Desta forma, o Grupo de Extensão em Cirurgia e Estética Periodontal (GECEP), foi originado com o intuito de promover à estudantes do Centro Universitário Christus uma vivência maior nesta área odontológica, a partir da leitura e discussão de artigos científicos e do acompanhamento, na prática, de diversas modalidades de cirurgias periodontais. O objetivo desse trabalho é relatar a experiência vivida por estes alunos durante o período em que estiveram participando deste grupo. Dentre as atividades realizadas, a principal foi o acompanhamento de casos clínicos realizados por cirurgiões-

dentistas na Clínica de Aperfeiçoamento em Cirurgia Periodontal da Unichristus. Com reuniões mensais, foi possível presenciar e auxiliar a realização de procedimentos estéticos e funcionais que, geralmente, não são realizados durante a graduação, como gengivectomias, gengivoplastias, frenectomias labiais e linguais, melanoplastias, aumentos de coroa clínica, enxertos gengivais livres, entre outros, os quais agregaram bastante aos conhecimentos sobre a área. Além disso, pôde-se presenciar a discussão dos casos clínicos, junto às professoras orientadoras do grupo de extensão e a outros especialistas na área, facilitando a compreensão dos assuntos e conhecendo as diversas maneiras de se chegar à um resultado estético e funcional satisfatório. Também puderam ser realizadas algumas triagens de pacientes novos para a Clínica de Aperfeiçoamento, onde realizava-se uma avaliação, com a observação da exposição gengival durante o sorriso, coloração do tecido, posição e contorno das margens gengivais, fenótipo gengival, posição do zênite e presença de papila interdentária. Com tudo isto, possibilitou-se perceber a importância de um grupo de extensão e a sua enorme contribuição para a carreira acadêmica dos alunos que participam destas atividades, vivenciando e acompanhando conteúdos que, provavelmente, estarão presentes não só na graduação, como ao longo de sua profissão.

RESUMO - ODONTOLOGIA

GRUPO DE EXTENSÃO EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCO-MAXILO-FACIAL (GECTBMF): RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Heraldo Simões Ferreira Filho (heraldosf@hotmail.com)

Lia Mayra Araújo Laranjeira (liamayra@gmail.com)

Juliana Lima Vecchio (ju.vecchio@gmail.com)

Luanna De Sousa Saraiva (luannass@yahoo.com.br)

Abrahamo Carvalho (abrahamo_cav@yahoo.com.br)

Phelype Maia Araújo (phelype@hotmail.com)

As extensões acadêmicas são organizações estudantis supervisionadas que objetivam o aprofundamento sobre determinada área do saber, garantindo ao acadêmico uma vivência maior na área relacionada. A extensão possui como facilitadores professores do Centro Universitário Christus e profissionais de serviços vinculados como Staffs, preceptores, residentes, alunos de especialização e aperfeiçoamento. O grupo é composto por alunos do curso de Odontologia, cursando entre o sétimo e decimo semestre da instituição, que foram selecionados através de um processo seletivo por meio de prova teórica, de títulos e entrevista. Os alunos possuem escalas semanais e dentre os serviços que possuem vínculo com o GECTBMF (Unichristus) podemos citar o Instituto Doutor José Frota, o Hospital e Maternidade José Martiniano de Alencar, o Hospital Batista Memorial, a Especialização de Implantodontia (Unichristus) e o Aperfeiçoamento em Cirurgia Oral Menor (Unichristus). Durante a vigência no grupo de extensão os alunos adquirem benefícios num

processo de aprendizagem teórico, onde o grupo possui momentos de troca científica com apresentações de seminários e estímulo constante do corpo docente a pesquisa e apresentação de trabalhos em congressos e jornadas. As atividades práticas compreendem níveis ambulatoriais a hospitalares, que variam desde adequação de pacientes sistemicamente comprometidos para cirurgias de grande porte, como o acompanhamento, auxílio, instrumentação e realização de procedimentos referente à cirurgia e traumatologia buco-maxilo-facial propriamente ditos. O papel das extensões fortalece a construção permanente e indissociável: ensino, pesquisa e extensão. Assim os componentes do projeto adquirem muitas vezes o que a disciplina convencional não consegue contemplar; a experiência do trabalho em equipe que na extensão que se torna mais rotineiro; a vivência frequente relacionada a área de eleição; e a importância das orientações ministradas por professores de diferentes formações ressaltando a principalmente a multidisciplinaridade.

RESUMO - ODONTOLOGIA

GRUPO DE EXTENSÃO IMPLANTU: INFLUÊNCIA CIENTÍFICA E HUMANA NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS

Marly Sousa Pompeu De Saboya (marlysousaps@outlook.com)

Maurício Ítalo Silva Teófilo (mauricio.teofilo@globo.com)

Jessika Layanne Da Silva Castro (jessika_lay_anne@hotmail.com)

Danielle Gonçalves Da Silva (daniellegoncalves2014@hotmail.com)

Aline Samara Araújo Sousa (aalinezinha@hotmail.com)

Luiz Fernando Teixeira Lima (luizfernando_tl@hotmail.com)

O surgimento e aplicação dos princípios da osseointegração na Odontologia viabilizou novos horizontes para a reabilitação oral de pacientes edêntulos parciais e totais. Sob esse viés, o Grupo de Extensão e Pesquisa em Implantodontia (IMPLANTU) do curso de odontologia do Centro Universitário Unichristus foi criado a fim de orientar os acadêmicos sobre as rotinas da equipe odontológica no contexto da implantodontia. O presente trabalho tem como objetivo ressaltar a importância do Grupo de Extensão IMPLANTU na formação social e científica de seus integrantes, através de práticas de ensino, pesquisa e extensão. O Grupo IMPLANTU, iniciou suas atividades em 2015, constituído por graduandos de Odontologia da Unichristus que se reúnem às quartas-feiras na Clínica Escola de Odontologia da instituição. As atividades são planejadas em reuniões clínicas e viabilizam o planejamento de reabilitações, suporte e acompanhamento em procedimentos e pacientes do curso Lato Sensu de especialização em implantodontia da Unichristus, ações

de triagem e promoção de saúde bucal aos pacientes e desenvolvimento de pesquisas de iniciação científica. Durante as reuniões semanais, são apresentados casos clínicos e seminários sobre os mais variados temas, gerando discussões científicas relevantes no aprendizado individual e coletivo. As ações desenvolvidas são ministradas pelos acadêmicos, incentivando a desenvoltura em apresentações e a busca pelo conhecimento atualizado nas diversas áreas da implantodontia. Por abranger extensão, ensino e pesquisa, o Grupo IMPLANTU gera um forte impacto positivo durante a graduação de seus integrantes, proporcionando vivências de administração, clínica privada e paralelas as ações sociais, formando profissionais diferenciados e sensíveis às necessidades do paciente.

RESUMO - ODONTOLOGIA

GUIA DE INERVAÇÃO OROFACIAL COMO FERRAMENTA DE ENSINO APLICADA À DISCIPLINA DE ANATOMIA HUMANA

Francisca Thainá Machado Magalhães (thainamagalhaes88@gmail.com)

Gabrielle Maria (gabriellemariand@hotmail.com)

João Paulo Veloso Perdigão. (perdigajp@hotmail.com)

O processo ensino-aprendizagem da Anatomia Humana é um desafio por ser uma disciplina que requer do aluno o conhecimento da nomenclatura de diversas estruturas do corpo humano. Para a área odontológica, o Sistema Nervoso Periférico oriundos dos doze pares cranianos merece uma maior atenção. Ciente disto, confeccionou-se um roteiro para facilitar a aprendizagem sobre inervação da região orofacial com ênfase na inervação trigeminal e suas técnicas anestésicas. Bem como, fornecer base teórica sobre inervação e orientar na primeira experiência anestésica. O embasamento científico para sua confecção provém de bases científica. O cirurgião-dentista precisa de uma boa técnica anestésica, por realizar este procedimento quase que diariamente em sua rotina. O V par craniano – nervo trigêmeo e seus ramos são o de maior relevância clínica para a Odontologia. Os prolongamentos periféricos dos neurônios sensitivos do gânglio trigeminal formam distalmente os três ramos ou divisões: nervo olfáltico, nervo maxilar e nervo mandibular, responsáveis pela sensibilidade de grande parte da cabeça. Enquanto suas raízes motoras distribui-se pelos músculos da mastigação. Os ramos terminais são responsáveis pela inervação sensitiva de estruturas como polpa, fibras periodontais, osso alveolar, gengiva e tecido mole circundante, componentes

anatômicos manipulados em diferentes procedimentos odontológicos. Diversas técnicas anestésicas estão disponíveis, como a técnica do bloqueio regional; técnica de bloqueio terminal infiltrativa; bloqueio Gow-Gates, apesar de diferentes, possuem o mesmo objetivo, o de promover analgesia de grandes e/ou pequenos ramos. Deste modo, o conhecimento teórico da inervação orofacial auxilia na prevenção de complicações trans e pós cirúrgicas como analgesia incompleta, parestesia e secção neural.

RESUMO - ODONTOLOGIA

I GINCANA ACADÊMICA UNICHRISTUS

Maria Lúcia Moreira Da Rocha (maria_lucia1995@hotmail.com)

Bruno Israel Marques Lima (obrunomarques@hotmail.com)

João Paulo Veloso Perdigão. (perdigajp@hotmail.com)

A metodologia de aprendizado em sala de aula é uma etapa muito importante no meio de edificação intelectual dos alunos, no entanto, por vezes se torna metódica, o que acaba por facilitar a dispersão dos alunos. Visando auxiliar o processo de aquisição de conhecimento da disciplina de Anatomia Humana do curso de graduação em Odontologia do Centro Universitário Christus, de uma forma lúdica e intuitiva, os monitores de Anatomia Humana, juntamente ao seu professor orientador, organizaram a I Gincana Acadêmica Unichristus. A referida gincana possibilitou ao discente a realização de uma atividade fora do ambiente acadêmico, fortalecendo, assim, o vínculo intercursos e a motivação, além de instigar a competitividade como recurso pedagógico no estudo do conteúdo disciplinar. O local escolhido foi o Anfiteatro do Parque do Cocó, no dia 9 de dezembro, às 8h, tendo como público-alvo os alunos do primeiro semestre da graduação em Odontologia das sedes Parque Ecológico e Benfica. A atividade contou com quatro momentos distintos. Inicialmente, com uma breve conversa com o educador do Parque do Cocó acerca de sua história e curiosidades; posteriormente, com o auxílio dos alunos da Fisioterapia, foram realizados exercícios de alongamento, visando à melhora do desempenho atlético dos alunos. Em seguida, eles foram divididos em equipes e submetidos a uma avaliação. As equipes foram dispostas em filas.

Um integrante de cada equipe, por vez, teve que responder a uma pergunta da gincana obedecendo a uma ordem previamente estabelecida, não sendo permitido alterá-la. Ao terminar de responder a uma questão, o participante tinha que correr até o próximo membro de sua equipe, para que ele pudesse prosseguir com a avaliação, seguindo a mesma dinâmica até o término da gincana. As questões apresentaram os conteúdos das disciplinas de Anatomia Humana e Introdução à Odontologia com foco em casos clínicos odontológicos presentes nas bibliotecas virtuais: PubMed, Bireme e SciELO. O percurso utilizado para que os alunos respondessem às questões apresentaram obstáculos, tais como: girar cinco vezes no cabo de vassoura, correr dentro do saco de nylon, pular corda três vezes e correr com um limão em uma colher. A equipe vencedora foi contemplada com medalhas de ouro, porém todos os alunos que compareceram à gincana garantiram dois pontos referentes ao Team Based Learning (TBL) da avaliação do terceiro período. Finalizamos a realização das atividades com um piquenique organizado pelos monitores e alunos em homenagem à equipe vencedora e ao encerramento da Disciplina. Por fim, os alunos tiveram que juntar todo o lixo resultante desta atividade, com o intuito de preservar a limpeza do parque, visando à sustentabilidade local. Portanto, pode-se observar a importância de atividades lúdicas como essa para melhoria do aprendizado dos alunos. Além disso, a relação interpessoal e do indivíduo com a natureza auxilia significativamente como um meio de evitar doenças, como ansiedade e estresse. Esse projeto, segundo seus idealizadores, promete não parar “por aí “. O intuito deles é que essa gincana contemple todas as disciplinas do primeiro semestre e faça parte do plano pedagógico do Curso de Odontologia da instituição.

RESUMO - ODONTOLOGIA

INFLUÊNCIA DE FATORES ETIOPATOGÊNICOS NA SOBREVIDA DE PACIENTES COM CARCINOMA DE CÉLULAS ESCAMOSAS DE BOCA E OROFARINGE: UM ESTUDO DE 15 ANOS.

Isabel Leite (bell_leite@hotmail.com)

Paulo Goberlânio Barros Silva (paulo_goberlanio@yahoo.com.br)

Thinali Sousa Dantas (thinali@hotmail.com)

A taxa de mortalidade do câncer oral é estimada em aproximadamente 12.300 mortes por ano, e a sobrevida é de apenas 40 a 50% para pacientes diagnosticados, e está intimamente relacionado com o tempo decorrido entre a percepção da doença, seu diagnóstico e tratamento. Fatores socioeconômicos são apontados como determinantes na incidência e mortalidade por essa neoplasia. O consumo de álcool foi primeiro determinado como um fator de risco para câncer de cavidade oral, orofaringe, hipofaringe e laringe pela Agência Internacional de Pesquisa sobre o Câncer (IARC), atualmente é reconhecido como fator de risco importante, atuando por mecanismos que envolvem modulação de polimorfismos genéticos, do folato e na reparação do DNA. Com o objetivo de determinar se hábitos deletérios, influencia na sobrevida de pacientes com câncer de cavidade oral e orofaringe, será realizado um estudo de corte retrospectivo de corte transversal com análise de prontuários de pacientes com neoplasia em cavidade oral e orofaringe tratados e diagnosticados no Hospital Haroldo Juaçaba – Instituto do Câncer do Ceará do ano de 2000 a 2014, onde serão coletados dados como idade, sexo, raça, escolaridade, histórico familiar, vínculo matrimonial, entrada no

serviço (SUS ou outros), localização do tumor, estadiamento TNM, tratamentos realizados e sobrevida. Será calculado a sobrevida com a diferença entre as datas de início de tratamento e óbito do paciente Os dados serão tabulados e analisados no software estatístico SPSS (Statistical Package for Social Sciences) para Windows versão 15.0, com um nível de confiança de 95% ($p < 0.05$). Adicionalmente, o modelo de regressão de sobrevida de Cox para definição dos fatores cuja categorização influenciassessem significativamente a sobrevida.

RESUMO - ODONTOLOGIA

INICIAÇÃO A DOCÊNCIA POR MEIO DA MONITORIA DE ANATOMIA DA CABEÇA E PESCOÇO: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Heraldo Simões Ferreira Filho (heraldosf@hotmail.com)

Manoel De Jesus Rodrigues Mello (mjrmello@gmail.com)

Ricardo Franklin Gondim (ricardofgondim@gmail.com)

Rafael Linard Avelar (rafael.linard@hotmail.com)

Thompson Gonçalves (dr.thompsongoncalves@hotmail.com)

Phelype Maia Araújo (phelype@hotmail.com)

As monitorias acadêmicas são funções estudantis que visam trazer à iniciação a docência como um dos pilares da formação acadêmica, sendo um processo orientado por professores e que objetiva e proporciona ao acadêmico monitor um aprofundamento sobre determinada área do saber, garantindo ao acadêmico uma vivência maior, bem como um ganho nas metodologias e didáticas do processo de ensino-aprendizagem. A monitoria de Anatomia Cabeça e Pescoço do Centro Universitário Christus possui como facilitadores professores da instituição e é um programa que já possui 3 anos de existência. A monitoria é composta por quatro alunos (dois por turno) do curso de Odontologia, que passam por um processo seletivo que possui prova prática, apuração do IRA e histórico da cadeira lecionada como critérios de seleção. Os alunos possuem escalas semanais para atendimentos na biblioteca, e devem executar atividades práticas e teóricas, revisando os conteúdos impostos na semana de aulas. Os alunos também são orientados a acompanhar o

andamento de aulas praticas da disciplina. Durante a vigência na monitoria os alunos adquirem benefícios num processo de aprendizagem teórico e estímulo constante do corpo docente relacionado a e iniciação a docência por meio de aulas teóricas e apresentação de trabalhos em congressos e jornadas. As atividades práticas compreendem aulas com peças cadavéricas e sintéticas que variam desde revisões a gincanas. O papel das monitorias fortalece a construção permanente e indissociável: ensino, pesquisa e iniciação a docência. Assim os componentes do projeto adquirem muitas vezes o que a disciplina convencional não consegue contemplar; a experiência se aprofundar no processo de ensino-aprendizagem; a vivência frequente relacionada às metodologias e didáticas; e a elaboração de material didático.

RESUMO - ODONTOLOGIA

INTRODUÇÃO À CLÍNICA, UMA EXPERIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA FORMAÇÃO DE EXCELÊNCIA

Francisco Levy Araújo Marinho (levymarinho@hotmail.com)

Tayane Oliveira Gonçalves (tayane519@gmail.com)

Sandra Maria Cavalcanti Alencar (sandrcavalcanti2000@hotmail.com)

Roberta Martins Costa (rmcbetinha@hotmail.com)

Carlos Santos De Castro Filho (carlosabotce@gmail.com)

Lia Barroso Brandão Aragão (liaragao@yahoo.com)

O Projeto de Extensão de Introdução à Clínica (IAC) tem como objetivo proporcionar aos alunos do primeiro e segundo semestre vivências na Clínica Escola de Odontologia do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS), aproveitando suas experiências para aprimoramento das disciplinas dos semestres seguintes, sendo de grande importância para o crescimento acadêmico e profissional dos alunos. Tem-se como objetivo desse relato de experiência expor o avanço dos alunos do IAC e sua contribuição para a evolução dos alunos nos semestres seguintes. Os alunos foram selecionados através de prova e entrevista, sendo logo em seguida remanejados para alguma das diversas Clínicas e Pré-Clínicas da UNICHRISTUS. O contato com os acadêmicos de semestres mais avançados proporcionou a troca de saberes e noções básicas de biossegurança e ergonomia, além de condições para diagnóstico, tratamento e prevenção de condições patológicas, além disto foram acompanhados diversos protocolos de procedimento como exodontia,

endodontia, procedimentos restauradores, prótese, tratamento periodontal, promoção da saúde, estética avançada, radiologia, atenção a pacientes com necessidades especiais e geriátricos, odontopediatria, ortodontia e implantodontia desde praticas laboratoriais até o atendimento ao paciente. Os alunos do IAC eram instigados a estudar sobre os procedimentos acompanhados e repassar relatórios aos orientadores, desta forma quando os alunos forem cursar as disciplinas acompanhadas através do projeto já possuem conhecimento prévio sobre os assuntos contribuindo para uma formação de excelência. Por fim é de grande valia para os estudantes e instituição que os alunos possuam conhecimento prévio sobre vários assuntos, contribuindo para o tratamento completo e integral dos pacientes assim como a resolução de casos complexos e integrados na vida profissional de cada acadêmico.

RESUMO - ODONTOLOGIA

ISOLAMENTO DO CAMPO OPERATÓRIO EM ODONTOLOGIA RESTAURADORA: MANUAL DE CONSULTA PRÉ CLÍNICA 1 ODONTOLOGIA UNICHRISTUS

Jonh Alisson Damasceno Almeida Silva (jo.nh.alison@hotmail.com)

Raquel Moreira Veiga De Castro (raquel.moreira12@hotmail.com)

Luiz Fernando Teixeira Lima (luizfernando_tl@hotmail.com)

A utilização do isolamento do campo operatório permite um ótimo controle da contaminação e da umidade, cuidados essenciais para melhorar a ação dos materiais restauradores. O isolamento com dique de borracha também oferece melhor visibilidade e acesso ao profissional, permitindo que os procedimentos possam vir a ser realizados com precisão e segurança. Apesar de todas as suas vantagens, há situações em que o isolamento absoluto não é viável, sendo necessária a utilização de outros métodos como o uso de roletes de algodão como isolamento relativo. A obtenção de um campo limpo e seco bem como sua manutenção durante o ato operatório é bem difundido na odontologia restauradora. Este manual apresenta uma revisão de literatura com o objetivo de mostrar os pontos positivos e negativos da utilização do isolamento absoluto com diques de borracha durante procedimentos clínicos odontológicos, tanto quanto as suas indicações e contraindicações durante os procedimentos odontológicos e fará parte do acervo de consulta da disciplina Pré - Clínica 1 do curso de odontologia do Centro Universitário Christus - Unichristus. Foram utilizados como fontes de pesquisas, publicações em bases de dados da internet como o Bireme, PubMed e bases literárias odontológicas.

Esperamos com este estudo despertar a atenção dos profissionais e acadêmicos de odontologia a respeito do uso do isolamento do campo operatório mostrando que os benefícios de sua utilização superam suas dificuldades, fazendo parte da prática diária básica do tratamento odontológico restaurador, oferecendo proteção para si, sucesso dos procedimentos odontológicos, melhorando suas propriedades e seu tempo de permanência na cavidade bucal.

RESUMO - ODONTOLOGIA

MANUAL DE ANATOMIA INTERNA DE DENTES ANTERIORES - PRÉ CLÍNICA III

Yasmym Martins Araújo De Oliveira (yasminmoaraujo@hotmail.com)

George Candeiro (georgecandeiro@hotmail.com)

Daniel Sartorelli Marques De Castro (danielsartorelli@gmail.com)

O conhecimento da anatomia interna e suas variações decorrentes da idade, cárie, abrasão, erosão, doença periodontal é de fundamental importância para o sucesso do tratamento, a maior causa de insucesso no tratamento endodôntico é a incorreta instrumentação e obturação do sistema de canais radiculares. A complexidade anatômica do Sistema de Canais Radiculares continua a ser um fator limitante durante o preparo químico-mecânico, com isso o conhecimento da anatomia interna dos canais radiculares é muito importante para a prática clínica, visto que, assim, será possível ter uma maior segurança no tratamento endodôntico, apresentando uma mudança significativa durante o procedimento, como, por exemplo, na abertura coronária, na localização dos canais radiculares e no preparo químico mecânico, sendo possível a completa remoção do tecido pulpar, dos micro-organismos e da dentina infectada. E, além disso, uma adequada modelagem, propiciando condições ideais para o selamento da cavidade pulpar e ao sucesso do tratamento endodôntico, com o reparo dos tecidos perirradiculares. É válido ressaltar que os métodos complementares, as radiografias convencionais com imagem bidimensional, não nos mostram detalhes da complexa estrutura tridimensional dos dentes, como o grau de achatamento dos canais, o número de canais, a presença de

istmos, a presença de canais acessórios e a presença de deltas apicais, e sim informações básicas, como número de raízes, severidade da curvatura radicular, presença de calcificações e reabsorções. Portanto, o objetivo do nosso manual é descrever a anatomia do sistema de canais radiculares dos dentes anteriores, seus aspectos normais, bem como as variações anatômicas mais frequentes, visto que os alunos terão essa prática na disciplina de pré-clínica III.

RESUMO - ODONTOLOGIA

MANUAL DE FARMACOLOGIA

Deborah Franklin Souza Rodrigues (debora_jjoca@hotmail.com)

Lya Hellen Silva De Araújo (lyahellen.ar@gmail.com)

Mario Roberto Pontes Lisboa (marioplisboa@gmail.com)

Luiz André Cavalcante Brizeno (luizandrebrizeno@hotmail.com)

A Farmacologia é uma ciência complexa que estuda as propriedades químicas dos medicamentos e suas respectivas classificações, sendo o conhecimento da mesma imprescindível para a prática clínica odontológica. A disciplina de Farmacologia, é ministrada durante o terceiro semestre do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, constando apenas de aulas teóricas, na qual pode-se observar uma grande dificuldade por parte dos alunos no que diz respeito ao conhecimento e aplicabilidade farmacológica em tratamentos odontológicos nas primeiras clínicas. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo apresentar um manual para o reforço do conhecimento farmacológico para os alunos de graduação do Centro Universitário Christus. O manual foi confeccionado pelas monitoras juntamente com os professores responsáveis pela disciplina, durante o período de Monitoria em 2017.2 e 2018.1, o mesmo foi embasado em artigos científicos e livros base. A Farmacologia é utilizada desde a primeira clínica de forma transversal, sendo de suma importância que os alunos tenham conhecimento detalhado dessa ciência. Por isso, no manual serão apresentadas as principais classes de medicamentos utilizados na prática clínica odontológica, bem como,

indicações, mecanismos de ação, efeitos adversos e posologias. Diante dos constantes avanços científicos e da pluralidade de terapias e fármacos, o manual irá proporcionar ao graduando de odontologia o pleno conhecimento da finalidade e aplicabilidade de determinadas substâncias farmacológicas em tratamentos odontológicos. Conclui-se que o programa de monitoria é uma ferramenta de suma importância na vida acadêmica, proporcionando um melhor entendimento sobre a responsabilidade em ministrar a disciplina de Farmacologia, bem como no melhor aprendizado sobre a mesma.

RESUMO - ODONTOLOGIA

MANUAL DE LÂMINAS HISTOLÓGICAS E PATOLÓGICAS DO CURSO DE ODONTOLOGIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CRHISTUS.

Roberto Víctor Muniz Moreira (roberto.victo@hotmail.com)

Nicolly Frota (nicollyfrota@yahoo.com.br)

Mateus Alves Ribeiro (mateuscjw@hotmail.com)

Naiara Colares (naiara.colares@hotmail.com)

Raísa Nogueira Loureiro (rah.nloureiro@gmail.com)

A disciplina de histologia geral é o estudo dos tecidos biológicos dos seres vivos, compreendendo sua formação, estrutura e função dentro de um organismo vivo, no qual envolve as células que os compõem. No curso de odontologia do Centro Universitário Crhistus essa disciplina pertence a grade curricular do primeiro semestre, sendo composta de quatro horas semanais, nas quais são divididas em duas horas teóricas em sala de aula e duas horas práticas no laboratório de microscopia, na qual a professora Nicolly Parente Ribeiro Frota coordena a disciplina no campus parque ecológico.

O programa de iniciação a disciplina é de fundamental importância pois permite que os monitores tenham seu aprendizado em outras disciplinas nas quais serão estudadas ao longo do curso aprimorado, além de desenvolver uma maior autonomia ao aluno exercendo um papel de importância dentro de uma disciplina na qual compõe a grade curricular do curso, também permite com que

pesquisas acadêmicas sejam realizadas dentro da disciplina otimizando o aprendizado da disciplina fazendo com que haja um aprofundamento de pontos chave no qual há uma maior dificuldade de executar ao longo da disciplina em curso.

Tendo em vista a dificuldade dos alunos e visando maior aprofundamento na disciplina de Histologia e Embriologia e Patologia Geral, uniu-se monitores de ambas as disciplinas e foi desenvolvido um manual que tem como objetivo guiar os alunos durante a disciplina, principalmente as aulas práticas. Observa-se maior dificuldade discente na compreensão e interpretação das lâminas histológicas, portanto o Manual pode ser uma ferramenta útil que associará algumas condições patológicas dos tecidos com situações de normalidade.

Nesse manual fazemos uma breve alusão sobre o que consiste as lâminas histológicas, fazendo um comparativo com lâminas patológicas correspondente aos órgãos mencionados anteriormente em seu quadro fisiológico saudável. Foram citadas as principais características observadas e estudadas em cada caso. Para elaboração desse material utilizamos fotografias de lâminas histológicas e patológicas do próprio acervo do centro Universitário, fazendo a pesquisa no laboratório de patologia do campus parque ecológico.

RESUMO - ODONTOLOGIA

MANUAL DE LESÕES FUNDAMENTAIS NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM DOS ALUNOS MATRICULADOS NA DISCIPLINA DE ESTOMATOLOGIA DO CURSO DE ODONTOLOGIA

Aghata Kelma Palácio Gomes (aghatapalacio@outlook.com)

Naiara Colares (naiara.colares@hotmail.com)

Milena Oliveira Freitas (milena.of@hotmail.com)

José De Deus Pereira Martins Neto (netinhoalencar93@hotmail.com)

Thales Salles Angelim Viana (thalesalles@gmail.com)

Lesões fundamentais são alterações morfológicas que ocorrem nos tecidos, como em mucosa oral, e assumem características próprias, individualizadas e padronizadas. Seu entendimento faz-se necessário para a formulação de hipóteses diagnósticas, diante de lesões que acometem o complexo maxilomandibular. Segundo Grinspan (1970), elas são como as letras de um alfabeto, indispensáveis para se conhecer o idioma. O trabalho tem como objetivo apresentar o manual desenvolvido para o reforço do conteúdo de lesões fundamentais na disciplina de Estomatologia do 6º semestre do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus. O manual foi produzido pelos monitores, em parceria com os professores responsáveis pela disciplina, após as dúvidas e confusões dos alunos presenciadas durante o preenchimento de requisições de biópsias, escrita das evoluções clínicas nos prontuários e discussões de casos clínicos. A estratégia planejada para facilitar o aprendizado e melhorar a interpretação dos alunos, foi o incentivo de

descrições rotineiras das lesões nos portfólios, aulas de revisões teóricas com os monitores e utilização do manual. No manual, foram abordados todos os tipos de lesões fundamentais, através de questões objetivas e subjetivas, utilizando casos clínicos, e uma breve revisão teórica sobre o conteúdo. As questões criadas foram lançadas em momentos diferentes, sendo impulsionadas por pontuação extra no trabalho efetivo discente (TED). Logo, com a criação do manual, os alunos puderam ter mais segurança no diagnóstico das lesões presentes no complexo maxilomandibular, além da facilitação do processo ensino-aprendizagem. O programa de monitoria é uma ferramenta importante para graduação, facilitando a aprendizagem dos discentes e o incentivo à docência.

RESUMO - ODONTOLOGIA

MANUAL DE PARAMENTAÇÃO E INSTRUMENTAIS CIRÚRGICOS

Sarah Isaias Pereira (sarahisaias@hotmail.com)

Joyce Ohana De Lima Martins (joyceohana1@gmail.com)

Mario Roberto Pontes Lisboa (marioplisboa@gmail.com)

O Programa de monitoria do Centro Universitário Christus tem como principal objetivo o estímulo da prática de iniciação à docência por meio da introdução dos acadêmicos em atividades e vivências que estimulem os alunos a desenvolverem o intelecto através de áreas integradas e específicas. A prática da Odontologia abrange uma grande variedade de procedimentos que podem incluir desde um simples exame odontológico até cirurgias e procedimentos mais complexos. Para que seja realizada uma exodontia simples o profissional deve se atentar aos princípios da cirurgia, assim como os instrumentais que serão utilizados de acordo com o seu tempo cirúrgico, organização da mesa cirúrgica, as técnicas ideais e a paramentação correta que reduz os riscos de acidentes e de infecção cruzada entre paciente, instrumental e profissional. O presente manual tem como principal objetivo reforçar e direcionar os conhecimentos fornecidos em aula sobre cirurgia e técnica cirúrgica, através de explicações simples e diretas, por meio de imagens e tópicos, as principais diretrizes para uma correta paramentação e a montagem de uma mesa cirúrgica direcionada a alunos dos quarto semestres cursando a cadeira de Pré-clínica II. No manual, foram descritos como realizar uma paramentação correta, especificando o passo-a-passo através de tópicos e imagens, seguidos de uma instrução de como realizar a montagem de uma mesa cirúrgica

seguindo a ordem de instrumentais utilizados durante uma cirurgia, e suas respectivas funções e movimentos, sendo divididos em tópicos e imagens de maneira clara aos alunos futuros usuários do manual. Após o desenvolvimento do manual, os alunos terão um reforço a mais para compreender na prática clínica como suceder diante de uma paramentação cirúrgica e instrumentação correta, facilitando a aprendizagem dos discentes. Foi possível concluir que o conhecimento dos instrumentais cirúrgicos e de uma paramentação adequada são essenciais para o sucesso da exodontia, o manual será mais uma ferramenta de aprendizado para os alunos da Pré-clínica II.

RESUMO - ODONTOLOGIA

MANUAL DE PESQUISA EM BASE DE DADOS

João Paulo Mota De Paulo (jpmota9@hotmail.com)

Andressa Ranna Firmino De Araújo (andressahanna38@gmail.com)

Naiara Colares (naiara.colares@hotmail.com)

Maria Luísa Sousa Sobrinho (luisasobrinho@outlook.com)

Ramille Araújo Lima (ramillelima@yahoo.com.br)

Antonio Ernando Carlos Ferreira Junior (ernando-junior@hotmail.com)

Mesmo com a quantidade de material científico presente nos dias de hoje, não é raro encontrar pesquisadores com dificuldades quando o assunto é a metodologia para vasculhar a literatura. O que acarreta em insatisfação, estresse e principalmente vieses em estudos quando se trata de revisões literárias. Sendo assim, o presente trabalho tem por objetivo apresentar um manual guia para uma adequada investigação literária. Esse tipo de material configura-se como uma importante ferramenta de auxílio e pode ser usada no auxílio tanto na disciplina de metodologia científica como na vida acadêmica de forma geral. Na confecção do manual realizou-se a organização por dois tópicos: “Onde realizar as pesquisas bibliográficas?” e “Como realizar as pesquisas bibliográficas?”. No primeiro tópico, inicialmente foi considerado as plataformas disponíveis para busca dos artigos. Foi dado destaque ao PubMed e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), essas sendo as plataformas mais importantes internacionalmente e no Brasil, respectivamente. Após isso, o foco foi explicar nas formas de se pesquisar nessas plataformas, elucidando a

temática dos descritores. Esses termos indexados nas bases de dados podem ser encontrados em duas bases que estão vinculadas as plataformas de pesquisa o MeSH (Medical Subject Headings) e o DeCS (Descritores em Ciências da Saúde). Em seguida o próximo tópico, foi a respeito das formas de realizar a pesquisa, que pode ser feita de duas formas: pesquisa simples e pesquisa avançada. E por fim, foi demonstrado outros critérios para deixar a busca ainda mais apurada, como: Idioma, data da publicação, revista de origem, se o texto está disponível na forma virtual, o tipo de estudo, etc. Ficou claro, portanto, que esse tipo de produção técnica é de muita ajuda para os acadêmicos e é uma ajuda primordial para que seja feita a correta busca na literatura científica.

RESUMO - ODONTOLOGIA

MANUAL DIGITAL: TÉCNICAS E MÉTODOS AUXILIARES DE ESCOVAÇÃO

Maria Clara Hoalnda (mariaclara3238@hotmail.com)

Raquel Moreira Veiga De Castro (raquel.moreira12@hotmail.com)

Camila Carvalho De Oliveira (camilacdeoliv@gmail.com)

O manual digital abordando as técnicas e métodos auxiliares de escovação foi proposto para a disciplina de clínica I, para colaborar no aprendizado do aluno no que concerne às indicações das técnicas de escovação e higiene oral, deficiências nesse processo e possíveis lesões dentárias decorrentes do trauma de escovação encontradas em cada paciente. O objetivo do manual é guiar no processo de aprendizagem dos alunos para em clínica ele saber adequadamente qual a técnica de higiene oral a escolher e assim a que melhor se adapta ao perfil do paciente. Com isso, foi realizado uma busca na literatura, entre os anos de 2013 e de 2017, utilizando-se as palavras chaves na língua portuguesa: técnicas de escovação, saúde bucal e higiene oral nas plataformas PubMed e Scielo. Além disso, foram realizadas fotos na clínica escola de Odontologia da Unichristus, sob orientação, de cada método de higienização oral (técnica de Fones, técnica de Bass, técnica de Bass modificada, técnica de Stillman, técnica de Stillman modificada, técnica de Charters, técnica horizontal e técnica vertical). Para as fotos, utilizou-se macromodelo de boca, as escovas de dentes e o fio dental. A fim de que o manual atinja os objetivos propostos, é imprescindível o conhecimento dos alunos sobre as técnicas de escovação e métodos auxiliares de higienização para que seja feita a correta indicação e orientação visando a individualidade de cada paciente. Por fim, após a criação

do manual os alunos poderão ter mais facilidades em relação as suas indicações sobre o tema abordado, tornando esse processo mais prático e personalizado no cuidado do paciente.

RESUMO - ODONTOLOGIA

MANUAL HISTOLÓGICO: NORMAL E O PATOLÓGICO, APRESENTADO A DISCIPLINA DE PATOLOGIA GERAL DO CURSO DE ODONTOLOGIA

Naiara Colares (naiara.colares@hotmail.com)

Raísa Nogueira Loureiro (rah.nloureiro@gmail.com)

Roberto Víctor Muniz Moreira (roberto.victo@hotmail.com)

Mateus Alves Ribeiro (mateuscjw@hotmail.com)

Carolina Rodrigues Teófilo (carolrt@uol.com.br)

Patologia é o estudo das alterações estruturais, bioquímicas e funcionais nas células, tecidos e órgãos, que visa explicar os mecanismos pelos quais surgem os sinais e os sintomas das doenças, tem origem no grego, onde Pathos = doença e Logos = estudo. A disciplina de Patologia Geral, que é ministrada durante o terceiro semestre do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, conta com a existência de aulas teóricas e práticas, onde a prática, consiste na observação de lâminas histológicas, onde os alunos possuem grande dificuldade em observar o que nos interessa, tendo isso em mente, criamos, durante o período de Monitoria em 2017.2 e 2018.1, um manual histológico, que irá guiar alguns assuntos discutidos durante as aulas práticas. O presente trabalho tem como objetivo expor o produto final que foi construído pelas monitoras em consonância com os professores responsáveis pela disciplina acima citada. A produção consiste em um manual que abrange todas as lesões presentes no plano de ensino da disciplina, e isto concerne em uma breve alusão aos conceitos gerais, modificações e alterações encontradas,

células mais comumente encontradas naquele histopatológico, diagnósticos diferenciais levando a caracterizar melhor certos tipos de lesões. A criação deste manual nos leva a crer que, ao ter posse deste material os alunos irão conseguir assimilar melhor, facilitando assim o processo de ensino-aprendizagem que, nesta disciplina torna-se tão importante, pois a sedimentação do conhecimento é de suma importância para auxiliar nos diagnósticos em outras disciplinas que são baseadas nos conhecimentos desta. Por fim, é mister salientar que, o programa de monitoria é um instrumento de extrema relevância para a vida acadêmica, pois nos torna capazes de perceber a importância do repasse de conhecimento, assim como a sedimentação e facilitação do mesmo.

RESUMO - ODONTOLOGIA

METODOLOGIA ATIVA DE ENSINO: MANUAL DE VIDRARIAS E BIOSSEGURANÇA LABORATORIAL

Maria Luísa Sousa Sobrinho (luisasobrinho@outlook.com)

Ramille Araújo Lima (ramillelima@yahoo.com.br)

Magnely Moura Do Nascimento (magnelym@gmail.com)

*Pedro Henrique Acioly Guedes Peixoto Vieira
(pedrohenriqueacioly@gmail.com)*

O conhecimento acerca das vidrarias, equipamentos laboratoriais e biossegurança, são fundamentais, visto a proteção individual e coletiva laboratorial. Nesse contexto, a disciplina de Bioquímica busca proporcionar o conhecimento teórico-prático a respeito dos cuidados necessários para a preservação da biossegurança local. Desse modo, o presente trabalho busca relatar a construção do manual sobre vidrarias e biossegurança laboratorial da disciplina de Bioquímica do Centro Universitário Christus. No manual, foram abordados os princípios da biossegurança, dando enfoque aos pictogramas envolvidos e às principais vidrarias utilizadas no meio, destacando suas respectivas funções. Para isso, foi realizada uma revisão nas plataformas de dados PubMed e Bireme por meio dos descritores “Biochemistry” and “Biosafety” and “Laboratory Equipment”, onde artigos em inglês e português foram considerados. Obteve-se ao total 13 artigos, dos quais, após avaliação do título, resumo e leitura de íntegras, selecionou-se nove, datados entre 1997 e 2015. O manual foi organizado nas interfaces (1) Apresentação, (2)

Introdução, (3) Biossegurança, (3.1) Mapa de Risco, (3.2) Equipamentos de Proteção, (3. 2. 1) Equipamento de Proteção Individual, (3. 2. 2) Equipamento de Proteção Coletiva, (3. 3) Pictogramas Laboratoriais, (3. 3. 1) Sinais de Emergência, (3. 3. 2) Sinais de Aviso, (3. 3. 3) Sinais de Obrigação, (4) Arsenal Laboratorial, (4. 1) Vidrarias, (4.2) Equipamentos Auxiliares, (4. 2. 1) Acendendo o Bico de Bunsen e (5) Referências. Neste ínterim, espera-se a facilitação do processo de aprendizagem dos acadêmicos, visto que o manual servirá como guia de estudos, direcionando o seu conhecimento nas aulas práticas, aulas teóricas e estudos individuais e coletivos.

RESUMO - ODONTOLOGIA

METODOLOGIA ATIVA DE ENSINO: REFORMULAÇÃO DO MANUAL DE PRÁTICAS EM MICROSCOPIA

Anna Clara Aragão Matos Carlos (anna_aragao@hotmail.com)

José Higinio Da Silva Neto (zeneto213@icloud.com)

Malena Regina De Freitas E Silva (malenafreitas@hotmail.com)

Paulo Goberlânio Barros Silva (paulo_goberlanio@yahoo.com.br)

Nicolly Frota (nicollyfrota@yahoo.com.br)

Thinali Sousa Dantas (thinali@hotmail.com)

A compreensão microscópica das estruturas celulares e teciduais constitui um objetivo da disciplina de Histologia e Embriologia Geral, que no curso de odontologia, busca em suas aulas práticas incentivar a autonomia dos alunos nesse processo de aprendizagem. O presente trabalho procura expor as atualizações realizadas no Manual de Práticas em Microscopia (MPM), elaborado de forma a facilitar a aprendizagem dos acadêmicos da disciplina. Após sua construção inicial em 2015, observou-se a necessidade de uma reconfiguração conteudística, com uso das imagens histológicas, utilizadas pelos alunos durante as aulas, e de questões objetivas e discursivas capazes de criar uma real conexão entre os conteúdos teóricos e práticos. Para isso, foram acrescentadas fotos histológicas do acervo da universidade e questões objetivas, alterando, também, a metodologia utilizada. O manual foi dividido em (1) Apresentação, (2) Prólogo, (3) Práticas, (4) Introdução ao Estudo da Microscopia, (5) Tecido Epitelial, (6) Tecido Conjuntivo, (7) Tecido Ósseo e

Cartilagenoso, (8) Tecido Muscular, (9) Sistema Nervoso, (10) Sistema Circulatório e Tecido Sanguíneo, (11) Sistema Endócrino, (12) Sistema Imunitário e Órgãos Linfáticos, (13) Sistema Respiratório, (14) Sistema Digestório, (15) Sistema Urinário, (16) Encerramento e (17) Referências. No período de acompanhamento da monitoria foi percebido que poderíamos contribuir além do que nos foi apresentado, quando os alunos que participavam das monitorias e utilizavam os materiais fornecidos como formas de estudo, apresentavam um melhor rendimento. Dessa forma, a reconstrução do MPM é de total relevância para a promoção do saber, visto que o mesmo é capaz de facilitar a compreensão prático-teórica permitindo ao aluno ser sujeito ativo em seu aprendizado.

RESUMO - ODONTOLOGIA

MONITORIA ACADÊMICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA DISCIPLINA DE PRÉ-CLÍNICA IV DO CURSO DE ODONTOLOGIA

Luana Cavalcante (luana.cmq@hotmail.com)

Fernanda Araujo Sampaio (fernandasamp@hotmail.com)

Renata Matos Brito (renatagmb@yahoo.com.br)

Monitoria Acadêmica: relato de experiência na disciplina de Pré-Clínica IV do curso de Odontologia

Luana Cavalcante Montenegro¹

Fernanda Araújo Sampaio Nogueira²

Renata Matos Brito Lima Verde²

O Programa de monitoria é um programa institucional que visa proporcionar ao aluno-monitor a ampliação de conhecimento, o desenvolvimento do comportamento ético, além de despertar o interesse pela docência. Vários cursos deste centro oferecem essa vivência ao aluno em diferentes fases do seu referido curso. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência

como monitora da disciplina de Pré-Clínica IV do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, no período de agosto de 2017 a julho de 2018. A referida disciplina tem como objetivo aprimorar o conhecimento teórico e prático de endodontia em dentes birradiculares, bem como de prótese parcial removível. O relato de experiência aborda aspectos do preparo de graduandos em odontologia para a docência e relata a experiência da aluna frente ao desenvolvimento das atividades nesta disciplina. A aluna desenvolveu um trabalho de monitoria na referida disciplina o qual lhe permitiu vivenciar a docência através de aulas expositivas, elaboração de seminários, participação nas aulas laboratoriais auxiliando os alunos e professores e ainda, realização de plantões tira-dúvidas uma vez por semana. As experiências vividas durante a monitoria tem como importância o desenvolvimento de habilidades técnicas como o manuseio de diversos materiais, a oportunidade de obter um contato com a docência e a possibilidade de rever os conteúdos anteriormente aprendidos e de relacionar-se com outros discentes e com a vida prática. Conclui-se que a monitoria é uma experiência válida, pois proporciona a vivência da docência, facilita o aprendizado, permitindo assim, um aprofundamento dos conhecimentos teórico-prático, além de auxiliar os alunos no processo de aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Monitoria, Docência, Aprendizagem, Conhecimento, Odontologia

¹ Aluna do curso de graduação em Odontologia do Centro Universitário Christus

² Professora do curso de graduação em Odontologia do Centro Universitário Christus

RESUMO - ODONTOLOGIA

MONITORIA DE CLÍNICA I: PARTICIPAÇÃO ATIVA NO APRENDIZADO E EVOLUÇÃO DE ACADÊMICOS DE ODONTOLOGIA EM SUA PRIMEIRA DISCIPLINA CLÍNICA - RELATO DE EXPERIÊNCIA

Monique Marques Ribeiro (moniquemarques@live.com)

Amanda Ferreira Gonzalez (amandagonzalez7@hotmail.com)

Camila Carvalho De Oliveira (camilacdeoliv@gmail.com)

Marina Studart Alencar Borges (marinastudart@hotmail.com)

A formação acadêmica em odontologia é composta por disciplinas com conteúdos gerais e específicos, dispostos em aulas teóricas e práticas. Durante a disciplina clínica, o aluno deve unir os conhecimentos adquiridos em aulas teóricas e práticas laboratoriais e executá-los durante os atendimentos clínicos com pacientes. Sendo assim, diante da primeira experiência em uma disciplina clínica, o programa de iniciação a docência é um recurso educacional muito importante com o intuito de auxiliar, complementar e acompanhar o aprendizado dos alunos envolvidos através da presença dos monitores. Esse trabalho tem por objetivo relatar sobre a experiência de monitoria da disciplina de Clínica I do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, no período de agosto de 2017 até dezembro de 2017 e janeiro de 2018 até julho de 2018. Os métodos utilizados para a elaboração das atividades foram aulas expositivas envolvendo metodologia ativa, encontros para discussão de casos clínicos (relacionados às áreas dentística, periodontia e cirurgia), diagnóstico, plano de tratamento, sequência e técnicas operatórias, manejo com paciente,

educação em saúde bucal, ergonomia e biossegurança, além de apoio e acompanhamento durante aulas práticas. A interação e convívio entre alunos e monitores permite uma experiência de grande valia para os alunos a respeito do conhecimento da dinâmica do atendimento odontológico, principalmente em sua primeira clínica, assim como representa uma oportunidade para o monitor se aprofundar nos conteúdos da disciplina. Podemos concluir que o programa de monitoria tem participação ativa no aprendizado dos alunos, influenciando diretamente no rendimento acadêmico e na evolução da turma durante suas primeiras experiências na prática da odontologia.

RESUMO - ODONTOLOGIA

MONITORIA NA DISCIPLINA DE ANATOMIA CABEÇA E PESCOÇO NO CURSO DE ODONTOLOGIA – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jayara Aguiar (jayarafaguiar@hotmail.com)

Maria Roberta Loiola Ferreira (robertaloiola.rl@gmail.com)

Breno Souza Benevides (brenosbenevides@gmail.com)

Manoel De Jesus Rodrigues Mello (mjrmello@gmail.com)

Phelype Maia Araújo (phelype@hotmail.com)

A monitoria da disciplina de Anatomia Cabeça e Pescoço é uma experiência engrandecedora na formação acadêmica dos graduandos do curso de odontologia. A atividade de monitoria acadêmica é formada como uma prática de apoio pedagógico aos docentes e discentes da disciplina. Possibilita ao aluno-monitor o desenvolvimento de habilidades referentes à docência, permitindo-o adquirir importantes competências para seu desenvolvimento acadêmico e profissional, acompanhando o professor no preparo de aulas práticas e teóricas e no contato mais próximo dos materiais didáticos e laboratoriais. O aluno monitor é estimulado durante a monitoria a estar sempre se atualizando nos temas abordados na disciplina, buscando artigos científicos, correlacionando prática e teoria, aplicando-as de forma didática durante as aulas, para o melhor entendimento dos alunos. O presente trabalho tem como objetivo relatar a importância da monitoria na disciplina de Anatomia Cabeça e Pescoço do curso de Odontologia para a formação acadêmica dos monitores. O trabalho é baseado em um estudo descritivo, caracterizado como relato de

experiência, elaborado no decorrer da monitoria realizada durante no período de 2017.2 a 2018.1 da disciplina de Anatomia Cabeça e Pescoço no curso de Odontologia no Centro Universitário Christus. A monitoria engloba três pontos cruciais na formação do aluno: ensino, pesquisa e extensão. A monitoria possibilita ao aluno-monitor um aperfeiçoamento no seu processo de formação acadêmica, promovendo melhoria na qualidade de ensino do mesmo e dos alunos da disciplina, possibilitando-o desenvolver habilidades pedagógicas na docência, contribuindo assim no seu interesse para a carreira docente. O monitor poderá também se interessar por pesquisas científicas, junto ao seu professor, para buscar resultados e melhorias em determinados assuntos. O vínculo do monitor com o professor, poderá fornecê-lo possibilidades de vivenciar a prática na docência e profissional, no qual o monitor ficará rente a realidade. O monitor é procurado pelos alunos para esclarecer dúvidas quanto a disciplina, prática ou teórica e disponibilizar material para complementar o estudo, como artigo, livros e manuais. A monitoria na disciplina de Anatomia Cabeça e Pescoço capacita o aluno-monitor para a docência e o âmbito profissional, através das oportunidades que o aluno recebe ao conviver semanalmente com os alunos e professores da disciplina, participando das aulas práticas e teóricas e por muitas horas com peças anatômicas reais e sintéticas da cabeça e do pescoço.

RESUMO - ODONTOLOGIA

O USO DE BANCO DE QUESTÕES NO APRIMORAMENTO INTELECTUAL DOS ESTUDANTES DE MONITORIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Larissa Carvalho Machado (larissacarvalhomachado@hotmail.com)

Artur Forte (arturforte@ymail.com)

O programa de monitoria visa estimular a prática de iniciação à docência por meio da introdução dos estudantes no universo acadêmico, além de aprimorar o desempenho intelectual na área do conhecimento específica e instigar o estudante monitor a aprimorar o lado criativo a partir do planejamento de ações que tornem as atividades de revisão mais atrativas, tendo como base a proposta de potencializar o diferencial do curso de odontologia do centro universitário Christus. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência obtida durante um ano de participação no programa de iniciação à docência através da criação de um banco de questões sobre os diversos temas abordados na disciplina de fisiologia. Observou-se que a necessidade de busca de dados para estruturação do questionário proporcionou benefícios bilaterais aos estudantes monitores e discentes, fazendo jus ao objetivo do programa, através da atualização de conhecimento dos monitores acerca do assunto pelas constantes buscas realizadas, e por meio da forma de aplicação do questionário, que se deu através da realização de jogos com premiações, promovendo integração entre os estudantes recém-chegados à faculdade e estímulo para participação dos mesmos, combatendo inibições. Além disso, houve promoção da integração entre os diferentes semestres do curso através das monitorias integradas entre as disciplinas de fisiologia, anatomia e

histologia, as quais sempre se davam com base em casos clínicos reais ou fictícios, o que traz à tona a aplicabilidade prática dos conteúdos abordados na teoria. Tendo isso em vista, conclui-se que o banco de questões é uma alternativa viável para melhora no aprendizado dos estudantes em sala de aula, o que tem sua potencialidade aumentada a partir da aplicação lúdica e integração com as situações clínicas do cotidiano dos profissionais de odontologia.

RESUMO - ODONTOLOGIA

O USO DE MINI IMPLANTES EM ORTODONTIA

Diego Mendes De Sousa (dmsousa1997@gmail.com)

Ludmila Maria Craveiro Sobreira (ludmila.maaria@hotmail.com)

Aryadna Rocha (aryadnarocha@hotmail.com)

Isabella Fernandes Carvalho (isabellafcarvalho@gmail.com)

Auri Bitu (auribitu@gmail.com)

Felipe Franco Marcal (felipef.marcal@gmail.com)

A crescente demanda por tratamentos ortodônticos sem efeitos colaterais e com maior precisão nos vetores de movimentação dentária tem expandido a tecnologia de mini-implantes de ancoragem associados ao tratamento ortodôntico. Este trabalho tem como objetivo fazer uma revisão bibliográfica sobre a eficiência do uso de mini-implantes associado ao tratamento ortodôntico. Foi realizada uma revisão de literatura nas bases de dados Scielo e PubMed, utilizando como descritores: Ortodontia e Procedimentos de Ancoragem Ortodôntica. Foram selecionados 8 artigos e os critérios de inclusão foram: artigos publicados nos últimos 10 anos, de grande relevância na ciência ortodôntica e publicado em revistas de grande citação em Ortodontia. Nos artigos selecionados, observou-se que os mini-implantes têm permitido movimentos e mecânicas superiores ao tratamento ortodôntico convencional, além de não necessitar da cooperação do paciente. Além disso, podem ser associados a diversas mecânicas como ortodônticas, possuem baixo custo e é de fácil implantação tecidual, devido ao seu tamanho

pequeno, por isso permitindo ainda a colocação em várias regiões intraorais da cavidade bucal. Esses dispositivos ainda atribuem na Ortodontia o conceito de ancoragem absoluta, permitindo resultados mais satisfatórios nos movimentos dentários, como também movimentos mais rápidos. Dessa forma, a utilização dos mini-implantes está diretamente associada a otimização na biomecânica ortodôntica e a diminuição de efeitos colaterais indesejáveis, além de relata uma positividade boa, o mini implantes estão sendo bastante usados atualmente na odontologia. Com isso, o uso do mini implante vem sido estabelecido bastante no meio da ortodontia, com uma boa positividade, sendo usado para as diferentes funções e movimentos.

RESUMO - ODONTOLOGIA

ODONTOLOGIA MODERNA: UM OLHAR REFLEXIVO E HUMANIZADO VOLTADOS PARA A SAÚDE MENTAL

Lívia Vieira Da Silva (liviavieirs@gmail.com)

Jeisiana Alves Da Silva Alcantara (jeisy_alcantara@hotmail.com)

Iana Cavalcante (ianacavalcante23@hotmail.com)

Camila Castro Pereira Costa (camilacastrosc@gmail.com)

As patologias relacionadas aos agravos de saúde mental, estão fundamentalmente associadas ao estilo de vida, situação socioeconômica, cultura e o meio em que as pessoas estão inseridas. Sendo o estresse, a ansiedade e a depressão agravos cada vez mais recorrentes no último século. Tornando-se umas das principais causas de morbidade e limitações vivenciadas por parte significativa da população (APÓSTOLO, 2011). Esse trabalho trata-se de um relato de experiência com o objetivo de descrever a prática vivenciada no Espaço de Promoção de Saúde na Clínica Escola de Odontologia, do Centro Universitário Christus/Unichristus, onde abordou-se o tema Saúde Mental, destacando-se os três principais agravos: depressão, estresse e ansiedade. As atividades neste espaço ocorrem no âmbito da proposta de clínica ampliada e educação em saúde. Esse conjunto de práticas pedagógicas voltadas para o cuidado integral em saúde tem como objetivo possibilitar ao estudante a prática da promoção da saúde, clínica integrada e humanização contribuindo para melhorar a qualidade de vida da população (BRASIL,2005). A atividade desenvolvida tinha como propósito colaborar para

o entendimento sobre saúde mental, assim como, alertar aos pacientes sobre agentes agressores causadores do adoecimento mental, na tentativa de minimizar os efeitos do estresse, da ansiedade e depressão na vida cotidiana de nossos pacientes. Neste âmbito, ministraram-se exercícios das técnicas de respiração, pois entende-se que está prática impede a hiperventilação e diminui os sintomas autonômicos e a tensão muscular, causando sensação de bem-estar e tranquilidade (NETO, 1998). Contudo, no decorrer da atividade subministraram-se sessões de relaxamento, dinâmicas auto construtivas e momentos de meditação, acompanhados da melodia Acalmar a Mente e Relaxar. Ao desenvolver a atividade, os pacientes demonstraram-se satisfeitos e agradecidos pelo o momento ofertado. Adquiriram conhecimentos sobre técnicas relaxantes e práticas de autoconhecimento que podem ser utilizadas em casa, podendo colaborar para o controle das crises de ansiedade e reconhecimento dos sintomas da depressão. Por isso, a grande valorização do ensino com foco nas técnicas operatórias e pouca ênfase na formação de profissionais capazes de trabalhar de forma ampla o conceito de promoção de saúde, justifica o relato de uma experiência de ensino baseado na promoção de saúde e na interdisciplinaridade. A utilização dessa metodologia ocorreu ao longo da disciplina de Clínica I, no Curso de Odontologia do Centro Universitário Christus/Unichristus. A referida disciplina trabalha como temática central o cuidado integral e humanizado dos pacientes atendidos na mesma instituição de ensino. Desta forma, a atividade realizada é uma ferramenta de bastante valia, em razão de, proporcionar um olhar mais crítico e reflexivo sobre o plano de cuidado prestados á seus utentes, e viabilizar um maior manejo em práticas clínicas, com o exercício de clínica ampliada e o conceito de promoção da saúde trabalhados por parte dos discentes envolvidos na atividade, além de contribuir na melhoria da qualidade de vida da população assistida pelo o Centro Universitário Christus/UNICHRISTUS.

RESUMO - ODONTOLOGIA

PLANO DE CUIDADO EM ODONTOLOGIA: UMA MUDANÇA DE PARADIGMA

Victoria Maria Gomes Lima (vitoria.palhano@hotmail.com)

Mayla Liarth (maylaliarth@hotmail.com)

Janaina Rocha De Sousa Almeida (drajanainarochoa@hotmail.com)

Cinthia Nara Gadelha Teixeira (cinthia_n80@yahoo.com.br)

O plano de cuidado é um ato de responsabilidade que o profissional exhibe quando é adepto aos princípios e valores do cuidado para além da doença, representando solicitude e preocupação com o indivíduo. Assim, há um envolvimento do profissional com o paciente ao entender, respeitar e ajudar o ser que se encontra vulnerável, respeitando as particularidades e necessidades de cada indivíduo, dessa forma procurando as melhores opções de tratamento de acordo com a complexidade de cada caso . OBJETIVO: Relatar experiência de discussão de planos de cuidado de pacientes atendidos na Clínica Escola de curso de graduação em Odontologia. METODOLOGIA: Consiste em um relato de experiência de abordagem metodológica problematizadora para trabalhar temas como Vulnerabilidades, Prontuários Odontológicos, Promoção da Saúde e Plano de Cuidado. As atividades aconteceram na disciplina de Saúde Coletiva IV, do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus, Fortaleza-Ce. Participaram da atividade 39 discentes, 2 monitoras e 1 docente. Foram discutidos em sala de aula casos clínicos, no qual foram apresentadas percepções dos discentes frente às situações-problemas elencados nos

mesmos. RESULTADO: A discussão entre docente, discentes e monitoras salientou a importância de trabalhar o atendimento clínico de forma que o paciente seja observado integralmente respeitando suas particularidades e contextos que estão inseridos. O propósito passa a ser colocar o paciente com todas as suas necessidades no centro do cuidado, tornando-o um ser ativo no seu tratamento. CONCLUSÃO: É notório que uma mudança de paradigmas na odontologia leva a construção de um olhar ampliado sobre os pacientes, através da construção coletiva do seu plano de cuidado.

RESUMO - ODONTOLOGIA

PROJETO DE EXTENSÃO CUIDAR E SORRIR NA MELHOR IDADE E A INTEGRAÇÃO SERVIÇO/ENSINO/COMUNIDADE

Valmária Oliveira De Castro (valzinha.castro@hotmail.com)

Iara Machado Freitas (iaramachadof@hotmail.com)

Wellington Julio Alves Cruz (allvesjullio@hotmail.com)

Jessica Magalhaes Carvalho (jessica_carvalho19@hotmail.com)

Ana Rayanna Matoso Silva (rayanna_matoso@hotmail.com)

Kátia De Góis Holanda Saldanha (katiasaldanha@terra.com.br)

Nas últimas décadas, a pirâmide demográfica populacional do planeta vem passando por um rápido processo de transição com o aumento da população idosa, tornando-se um dos fenômenos de maior impacto da atualidade. A preocupação com a qualidade de vida na velhice ganha importância e, neste contexto, torna-se importante a abordagem de estudos que incluam as condições bucais dos idosos, assim como sua própria percepção sobre a sua saúde bucal. Este trabalho tem como objetivo apresentar o projeto de extensão Cuidar e Sorrir na Melhor Idade composto por alunos de graduação do curso de odontologia, aprovado em setembro de 2017, através do edital para programa de extensão. O projeto tem como finalidade promover a integração ensino-serviço-comunidade na atenção à saúde do idoso, bem como, desenvolver projetos acadêmicos de estudo e pesquisa sobre o processo de envelhecimento e estudar os fenômenos decorrentes do envelhecimento que têm repercussão no sistema estomatognático do idoso. As atividades

desenvolvidas durante o primeiro ano do projeto envolveram visitas às instituições de longa permanência da Coordenadoria Regional (CORES) IV, bem como, às unidades de atenção primária à saúde. As ações nas instituições e unidades de saúde, compreenderam desde ações educativas à busca ativa de lesões. Durante o primeiro ano do projeto foram desenvolvidos dois projetos de pesquisa voltado para impacto da perda dentária e prevalência das lesões no complexo estomatognático dos idosos. Foi também realizado curso de atualização, voltados para alunos de graduação e profissionais com temática relacionada a odontogeriatrics. As ações desenvolvidas mostraram a grande necessidade de acompanhamento dessa população por parte dos cirurgiões dentistas, pois, observou-se que um dos aspectos ainda pouco valorizados no envelhecimento diz respeito a saúde bucal. Muitos idosos reconhecem a importância dos dentes naturais, porém, não percebem como a perda dentaria pode influenciar na sua saúde e aceitam essa perda como algo normal e natural. No entanto, observou-se que a saúde bucal tem papel relevante no cenário do envelhecimento, pois estando comprometida poderá influenciar o prazer de uma vida social ativa.

RESUMO - ODONTOLOGIA

RASTREAMENTO DE CÂNCER ORAL - GRUPO CICO: TRÍADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.

Brenna Alves De Lima (brenna.buffy@hotmail.com)

Maria Roberta Loiola Ferreira (robertaloiola.rl@gmail.com)

Rachel Viana (rachelviana@icloud.com)

Ívna Coutinho (ivnaisc@hotmail.com)

Camila Castro Pereira Costa (camilacastrosc@gmail.com)

Fabrcio Bitu (fbitu@hotmail.com)

Introdução: O Câncer Oral (CO) é um desafio para a Saúde Pública brasileira devido ao crescente número de casos, que se opõem às possibilidades de prevenção. O Rastreamento Precoce (RP) possibilita ao paciente de 80-85% de chance de cura, enquanto que, no estágio avançado, ela fica reduzida em 20-25%, sendo importante ampliar o RP de CO. Objetivo: Apresentar o Projeto de pesquisa em Rastreamento de CO na Atenção Primária à Saúde, ressaltando sua importância, fortalecendo o incentivo e promovendo a capacitação para os profissionais de saúde (PDS), buscando pacientes portadores de lesões potencialmente malignas e malignas da cavidade oral, e encaminhando-os para o Centro Integrado de Câncer Oral (CICO), a fim de realizarem tratamento e acompanhamento. Cooperando na formação científica e social dos acadêmicos em Odontologia, através de práticas de pesquisa, de ensino e de extensão. Metodologia: O Grupo CICO foi criado em 2017 a fim de guiar os acadêmicos sobre as ações odontológicas no contexto do CO, com

reuniões às quintas-feiras na instituição. Realiza parcerias com as Unidades de Atenção Primária à Saúde (UAPS) para o desenvolvimento das ações e inserção dos alunos nas UAPS facilitando o encaminhamento de pacientes para o CICO. Resultados: O CICO dá apoio aos serviços de saúde, erguendo relações com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, sendo referência em CO. Foram realizadas duas capacitações em CO para PDS da Secretaria Regional II, com 195 PDS capacitados, contando com 127 agentes comunitários de saúde, 15 cirurgiões dentistas, 25 PDS bucal, 11 enfermeiras, 12 AO e 5 professores do curso. Considerações finais: Por abranger extensão, ensino e pesquisa gera um impacto positivo durante a graduação de seus integrantes, formando PDS diferenciados e humanizados.

RESUMO - ODONTOLOGIA

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA MONITORIA DE CLÍNICA INFANTIL I DO CURSO DE ODONTOLOGIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS: VIVÊNCIA DO CONHECIMENTO TEÓRICO-PRÁTICO.

Lara Araújo Camelo Gomes (laraacgomes@gmail.com)

Leticia Oliveira (leticiaoliveira.costa@outlook.com)

José Luciano Pimenta Couto (lucianopimentacouto@yahoo.com.br)

A atividade de monitoria é uma modalidade de ensino fundamental para a trajetória do aluno da graduação, favorece uma rotina didática, proporciona ao aluno-monitor a ampliação de conhecimentos, o desenvolvimento do comportamento ético, desperta o interesse pela docência, além de promover e intensificar a relação com outros acadêmicos compartilhando experiências e aprendizados. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência vivida como monitoras da disciplina de Clínica Infantil I do curso de Odontologia do Centro Universitário Christus - Unichristus no período de Agosto de 2017 a Julho de 2018, bem como demonstrar a importância da monitoria enquanto instrumento de aprendizagem para vivência do conhecimento teórico-prático em Odontologia. O relato de experiência aborda a vivência e o desenvolvimento das atividades na disciplina de Odontopediatria com a participação e auxílio aos alunos nas aulas práticas na Clínica Odontológica, acompanhamento teórico, realização de aulas expositivas, aulas de revisão e plantões tira-dúvidas, confecção de questionários como guia de estudo, e, ao final, um manual de “Técnicas de Manejo Não-Farmacológicas em Odontopediatria” para auxílio de alunos na clínica, o qual objetiva orientar e

auxiliar os alunos de Clínica Infantil I sobre o uso das técnicas não farmacológicas de manejo comportamental como um fator importante no tratamento odontopediátrico, levando em consideração as diversas maneiras de abordagem infantil, e diminuir o medo e a ansiedade da criança ao promover a compreensão da necessidade da saúde bucal e do processo para obtê-la. Concluímos que a monitoria é uma experiência bastante enriquecedora e de suma importância para o crescimento pessoal e profissional do aluno-monitor, pois facilita os processos de aprendizagem e proporciona uma visão geral da vivência na docência, preparando os alunos para novas experiências.

RESUMO - ODONTOLOGIA

RELATO DE EXPERIÊNCIA VIVENCIADA COMO MONITORA DA DISCIPLINA CLÍNICA III DO CURSO DE ODONTOLOGIA DO CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS

Théssica Katrine Evangelista Barbosa (thessicabarbosa@hotmail.com)

Nadine Guimarães (nadine_guimaraes@hotmail.com)

O Curso de Odontologia apresenta diversas disciplinas gerais e específicas, dentre elas temos a disciplina de Clínica III, onde o aluno aprimora seus conhecimentos teóricos e práticos em Endodontia, Cirurgia, Periodontia, Dentística, dentre outros. E a monitoria é uma modalidade de ensino e aprendizagem importante que auxilia na formação integrada do aluno nos campos do ensino, além de ajudar a desenvolver competências relacionais com seus pares e professores. A importância de tal estudo advém de um melhor conhecimento acerca da interação do monitor com os conhecimentos adquiridos durante a monitoria e seu primeiro contato com a docência. O presente trabalho tem como objetivo relatar a experiência como monitor da disciplina de Clínica III do curso de Graduação de Odontologia do Centro Universitário Christus - Unichristus no período de agosto de 2017 a julho de 2018. Trata-se de um relato de experiência, na qual a participação como monitor da disciplina de Clínica III permitiu aprofundar os conhecimentos adquiridos previamente, além de vivenciar a docência passando um pouco do conhecimento para os alunos da disciplina. Foram realizadas aulas expositivas, participação nas aulas práticas (quartas e sextas-feiras) auxiliando os alunos durante os atendimentos clínicos, plantões tira-dúvidas e ao final, confecção de

um manual sobre tratamento endodôntico, no qual foi abordado acesso endodôntico, instrumentação e obturação de dentes anteriores. Pode-se concluir que a monitoria é uma experiência muito válida, pois proporciona um pouco a vivência da docência, facilitam o aprendizado, permitindo assim um melhor aprofundamento dos conhecimentos teórico-prático, além de auxiliar os alunos no processo de aprendizagem e o corpo discente no aperfeiçoamento na disciplina.

RESUMO - ODONTOLOGIA

RELATO E RESULTADO DAS ATIVIDADES REALIZADAS NO PROJETO DE EXTENSÃO DE RASTREAMENTO DE CANCER ORAL NA ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE

Renata Holanda Lima (renataholandalima@yahoo.com.br)

Sara Lima Facó (sarahfacó@hotmail.com)

João Paulo Mota De Paulo (jpmota9@hotmail.com)

Narjara Avelino Da Silva Plech (narjaravelino@gmail.com)

Camila Castro Pereira Costa (camilacastrosc@gmail.com)

O câncer oral representa um grande problema de saúde pública, já que são altos os índices de diagnóstico realizados tardiamente. Dessa forma, visando o desenvolvimento de ações preventivas e diagnóstico oportuno para o câncer oral, o projeto de extensão de Rastreamento de Câncer Oral na Atenção Primária de Saúde vem realizando diversas atividades que estimulem o rastreamento e o diagnóstico precoce de lesões orais. Esse projeto está sendo realizado por 10 alunos de Odontologia do Centro Universitário Christus, desde o ano de 2017 até o momento, e objetiva contribuir para o rastreamento de câncer oral junto com os profissionais da área da saúde nos Postos de Saúde da Regional II, com o intuito de encaminhar os pacientes rastreados para o Centro Integrado de Câncer Oral (CICO), para realização de cabíveis procedimentos, tendo em vista que a Regional II não possui o Centro de Especialidades Odontológicas. O mesmo conta com apoio da Prefeitura Municipal de Fortaleza, através da Secretaria Executiva Regional II e

Coordenação de Saúde Bucal do município. No decorrer do mesmo foram realizadas atividades de rastreamento nas unidades de saúde Frei Tito, Célio Brasil com a comunidade de pescadores, Rigoberto Romero e Irmão Hercília. No total são 12 participantes (Benedito Arthur de Carvalho, Célio Brasil Girão, Frei Tito, Flávio Marcílio, Irmã Hercília Aragão, Miriam Porto Mota, Odorico de Moraes, Pio XII, Paulo Marcelo, Rigoberto Romero, Sandra Faustino Nogueira, Aida Santos e Silva). Além disso, os alunos envolvidos realizaram dois dias de Capacitação em Rastreamento de Câncer Oral para os profissionais de saúde da Regional II. A capacitação foi ministrada pelos professores orientadores do projeto e contou com a presença de 118 Agentes Comunitários de Saúde, 4 Técnicos de Saúde Bucal, 12 Auxiliares de Saúde Bucal, 15 Cirurgiões Dentistas, 11 Enfermeiros, Coordenadora de Saúde Bucal do município, com um total de 161 profissionais. As atividades que estimulam o rastreamento tem como propósito a qualificação dos conhecimentos e habilidades dos profissionais envolvidos e prevenção do câncer oral. Além disso, foram apresentados trabalhos em encontros científicos (CIOCE, JAO, JOU, JOIA), tendo, entre eles, alguns premiados. Ademais, duas vezes por mês, os alunos visitam os postos de saúde que ficaram responsáveis com o intuito de estabelecer um vínculo com o profissional e incentiva-lo cada vez mais a realizar o rastreamento, encaminhar o paciente e motiva-lo para dar continuidade de seu tratamento. Até o momento, 5 pacientes foram encaminhados para o CICO, entre eles 1 paciente abandonou o tratamento, enquanto 3 estão em acompanhamento e 1 já recebeu alta. Dessa forma, o projeto tem contribuído para a oportunidade de sobrevida mais qualificada para os pacientes e oportunizado o acesso ao tratamento, bem como para ações de promoção da saúde e prevenção da doença.

RESUMO - ODONTOLOGIA

SISTEMAS ADESIVOS EM ODONTOLOGIA

Lorena Damasceno (locdamasceno@hotmail.com)

Lavina Sousa Araújo (lavinadolce@hotmail.com)

Caroline Nágila Do Nascimento Terto (caroline_c7s@hotmail.com)

Milena Santiago Silveira (milenasantiago@ymail.com)

Juliana De Souza Tavares (julianaatavares23@gmail.com)

Cláudio Fernandes (claudiofernandes@me.com)

Os sistemas adesivos possibilitaram uma nova perspectiva na odontologia restauradora, viabilizando restaurações mais conservadoras e com melhor resultado estético, tornando-se imprescindíveis para a união eficaz do material restaurador ao substrato dentário. Assim, os conhecimentos das indicações dos diversos tipos de sistemas adesivos, bem como, seu correto modo de aplicação, tornam-se de extrema necessidade para obtenção de êxito clínico durante procedimentos restauradores. Com o objetivo de facilitar o ensino aprendizagem no relacionamento docente/discente, o Grupo de Odontologia Estética (GOE) elaborou uma cartilha, durante o período de Novembro de 2017 até Setembro de 2018, que auxiliará os alunos do curso que estão tendo suas primeiras vivências com a odontologia restauradora. As bases de dados utilizadas foram PubMed e Scielo e os descritores usados foram: adesivos dentinários, adesividade e resinas compostas. Os critérios de inclusão foram artigos de revisão de literatura em português e inglês, a partir do ano 2010. A cartilha abrangerá a composição básica dos sistemas adesivos, a função dos

componentes básicos, a classificação dos sistemas adesivos, seus modos de aplicação e suas principais indicações. Constata-se a necessidade do estudo, visto que há uma gama de sistemas adesivos que podem ser utilizados na prática clínica, porém, a eleição de um sistema para o uso em uma determinada situação, deve considerar diversos fatores. Além disso, é necessário que o cirurgião dentista entenda os componentes do sistema adesivo, suas funções, indicações e o modo correto de aplicação, para assim, conseguir escolher o sistema de melhor desempenho para o caso. Esperamos assim, que a cartilha seja uma ferramenta de auxílio para os acadêmicos de Odontologia.

RESUMO - ODONTOLOGIA

USO DOS ELÁSTICOS INTERMAXILARES PARA INTERCUSPIDAÇÃO DENTÁRIA

Gabriela Damasceno De Moraes (gdamascenomoraes009@gmail.com)

Thaís Brito (thaisbritol@hotmail.com)

Auri Bitu (auribitu@gmail.com)

Lis M C Guerra (lismcarvalho@yahoo.com.br)

Isabella Fernandes Carvalho (isabellafcarvalho@gmail.com)

O Grupo de Extensão e Pesquisa em Ortodontia e Ortopedia Facial (GEPORT), é um projeto formado por 18 alunos da graduação do curso de odontologia e professores da graduação e pós graduação. O objetivo da ortodontia é corrigir as anormalidades no alinhamento e oclusão dos dentes. Deste modo, alunos da graduação que ainda não vivenciaram casos ortodônticos, possam aprender sobre a área em questão através da vivência clínica. Os elásticos intermaxilares têm sido uma ferramenta indispensável para serem utilizados durante o tratamento e para a finalização do tratamento ortodôntico e têm, como principal vantagem, a versatilidade e facilidade em sua aplicação. Um fato importante é que muitos pacientes não fazem o uso dos elásticos, usam de maneira incorreta ou desconhecem os seus benefícios para o tratamento ortodôntico, principalmente na fase final do tratamento, quando é necessário melhorar a relação vertical dos dentes antagonistas através da intercuspidação dos dentes. Diante disso, o presente trabalho foi desenvolvido pelos alunos

do GEPORT, os quais elaboraram através de uma revisão de literatura sendo a base de dados pubmed e scielo, uma cartilha ilustrativa tendo como objetivo esclarecer o correto uso dos elásticos intermaxilares utilizados com a finalidade de intercuspidação na Ortodontia, seus benefícios e suas especificações, esclarecendo aos pacientes e alunos a finalidade da utilização dos mesmos. Um ponto importante é ressaltar ao paciente sobre o tempo de utilização dos elásticos de intercuspidação e, que para o tratamento ter sucesso, faz-se necessário a colaboração do mesmo. Além disso, o ortodontista deve passar todas as orientações cabíveis ao paciente, tirar dúvidas quanto às trocas e utilização dos elásticos para que o tratamento tenha resultados rápidos, devolvendo uma oclusão satisfatória ao paciente. Conclui-se, portanto, que o desenvolvimento dessa cartilha foi uma experiência valiosa para os alunos envolvidos, os quais tiveram de pesquisar a respeito do assunto, além disso, a cartilha será fundamental para esclarecer e incentivar os pacientes sobre a importância do uso adequado dos elásticos intermaxilares na intercuspidação, possibilitando o restabelecendo da oclusão funcional ao final do tratamento ortodôntico.

RESUMO - ODONTOLOGIA

VIVÊNCIAS NO ESPAÇO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE DA CLÍNICA ESCOLA DE ODONTOLOGIA - UNICHRISTUS: A PERCEPÇÃO DAS MÃES DE BEBÊS PORTADORES DA SÍNDROME ZIKA CONGÊNITA

Beatriz Garcês Moura (beagarces.97@gmail.com)

Fernanda Freitas Sousa (fernanda.freitas.sousa@hotmail.com)

Isabella Fernandes Carvalho (isabellafcarvalho@gmail.com)

Paulo Tércio Aded Da Silva (paulotarcio@gmail.com)

Phillipe Nogueira (drphillipenogueira@hotmail.com)

Maria Cláudia De Freitas Lima (cacaulima2@hotmail.com)

A Síndrome da ZIKA Congênita - SZC compreende um conjunto de alterações na formação das estruturas do corpo, principalmente do Sistema Nervoso Central. Dentre as alterações destaca-se a microcefalia. A síndrome foi identificada pela primeira vez no Brasil em 2015 e após seis meses do início do surto houve uma ampliação em vinte vezes o número de recém-nascidos com microcefalia. A SZC pressupõe investigação, compreensão, intervenção e se constitui num importante problema de saúde pública. No município de Fortaleza, a SZC se configura como uma problemática que demanda estratégias interdisciplinares para a produção do cuidado. Considerando esse contexto, a Clínica Escola de Odontologia – Unichristus estruturou o Núcleo de Estudo e Atenção a Microcefalia – NEAMi, composto por docentes, monitores e discentes voluntários, visando proporcionar atenção em saúde bucal para os bebês e suas famílias. Nesse cenário, as ações do NEAMi compreendem

investigação, prevenção, assistência e promoção da saúde para os bebês e familiares. É importante destacar que as ações de promoção da saúde foram planejadas com as famílias, tendo em vista o contexto familiar e a dinâmica do bebê. O objetivo desse trabalho consiste em relatar as percepções das mães de bebês portadores da Síndrome da ZIKA congênita, no que se refere às ações de promoção da saúde desenvolvidas no Espaço de Promoção da Saúde/Clínica Escola de Odontologia – Unichristus, pela equipe do NEAMi. Atualmente 30 bebês são acompanhados pelo núcleo. Foram realizados seis encontros e no quinto foi aplicado um questionário, elaborado pela equipe, contendo quatro perguntas para as mães, sendo duas perguntas objetivas e duas subjetivas, com o intuito de avaliar as atividades realizadas no Espaço de Promoção. Dezesete mães participaram do quinto encontro, uma ação integrada com o curso de Nutrição – Unichristus e treze mães aceitaram o convite para a avaliação. No tocante à percepção das mães, evidencia-se que as atividades realizadas propiciam uma forma de partilhar as práticas, vivências e problemáticas e promover saúde. Consideram os encontros relevantes, pois são momentos de aprendizagem, troca e descontração. Frente aos desafios cotidianos para cuidar dos bebês, percebe-se que o desenvolvimento dessas ações estimula o autocuidado e contribui para uma vida com mais qualidade.

RESUMO - PSICOLOGIA

A ESCUTA PSICOLÓGICA NA PRÉ-MEDIAÇÃO: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR

Nailan Nascimento Da Silva (nailannascimento@gmail.com)

Mirella Hipólito (mirellahipolito@gmail.com)

Por meio do projeto de extensão no Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) da Unichristus com os alunos da graduação em direito, que promove serviços de mediação e conciliação à população por meio de parceria com a defensoria pública, a equipe de direito percebeu a necessidade de uma escuta especializada direcionada às questões emocionais presentes nos sujeitos que buscavam o atendimento. Através desta percepção foi dado início ao projeto de extensão entre os alunos do direito e da psicologia visando, não só um aparato quanto à escuta especializada para os assistidos que procuravam o NPJ, mas integrando o conhecimento de duas áreas de saber na busca por interdisciplinaridade. Este se trata de um projeto inovador, tendo em vista que a atuação do psicólogo geralmente se dá no ato da mediação em si, e não em um momento anterior, o que resulta em uma escassez de material quanto a esta temática. Deste modo, buscou-se observar como o profissional de psicologia pode contribuir com sua escuta em um momento que antecede a mediação, onde é concedido às partes momentos de escuta individualizada para que ambas possam dar vazão as questões emocionais relacionadas com o conflito que gerou a demanda jurídica. Como se trata de uma atuação experimental, tal observação contribui para o amadurecimento deste projeto com ajustes e críticas para otimização do serviço, sendo ainda um aporte na

produção de material quanto a esta prática e seus resultados. Este se trata então de um relato de experiência, onde nestes atendimentos, por se tratarem de um contexto que não se enquadra nos parâmetros da clínica – onde há um tempo maior para elaboração e intervenções – são utilizados os conceitos da psicoterapia breve focal, aconselhamento psicológico e técnicas oriundas de uma escuta ativa. Estes conceitos norteiam a atuação no atendimento psicológico neste espaço, a fim de elaborar questões emocionais referentes ao caso que se apresenta, tendo a sensibilidade do suporte necessário em cada caso e tendo em vista uma atuação objetiva que contribua com o processo da mediação. A partir disto foi possível perceber a grande demanda de casos que se apresentam no nível jurídico, mas estão perpassados por questões emocionais, muitas vezes latentes. Através da escuta e da psicoterapia breve, um processo interventivo é construído com as partes para que trabalhem estas questões de modo que a mediação siga um percurso que respeite o diálogo e a resolução do conflito apresentado. No entanto, muitos dos casos trazem questões de cunho emocional mais complexo nos quais uma escuta única pode não ter muito a contribuir com este processo, pois para tanto seria necessário um trabalho mais efetivo com intervenções mais significativas. Posto isso, é possível dizer que a escuta psicológica na pré-mediação traz contribuições significativas para o manejo de questões emocionais que perpassam o conflito jurídico. Porém, sugestionam-se um acompanhamento breve para além de um encontro para auxiliar de forma mais efetiva questões mais complexas.

RESUMO - PSICOLOGIA

A IMPORTÂNCIA DA ENTREVISTA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INTERVENÇÃO

Thuíla Brito Da Costa (thuilacosta@live.com)

Alicia Lana Mesquita Silva (alicialans.as@gmail.com)

Caio Joca De Mendonça (ghyanshiva@protonmail.ch)

Elívia Camurça Cidade (eliviacidade@yahoo.com.br)

Este trabalho tem como objetivo debater a relevância da utilização da entrevista semiestruturada e da caminhada comunitária como instrumentos de obtenção de dados para a elaboração de um projeto de intervenção em contexto comunitário. A Psicologia Comunitária é uma área da Psicologia Social que tem como objetivo contribuir para o aprofundamento de consciência e o fortalecimento da identidade de sujeito da comunidade como responsável e ativo na transformação positiva da realidade. Concebe que os processos interventivos devem ser formulados através de uma etapa inicial de inserção, na qual são utilizadas metodologias participativas para obtenção de informações sobre a dinâmica local. Neste trabalho, utilizou-se como recursos para obtenção de informações a entrevista semiestruturada e a caminhada comunitária. A condução de uma entrevista mediada por questões semiestruturadas favorece com que o sujeito comunitário delineie os traços de sua realidade material, social e histórica, o que aproxima o psicólogo do que de fato constitui a comunidade, evitando incoerências interventivas fundamentadas em concepções estritamente técnicas. Permite ouvir do próprio

sujeito comunitário quais os desafios e as potencialidades ali presentes. Já a caminhada comunitária é um andar realizado em grupo, no qual estão presentes profissionais e moradores. Trata-se de uma forma de inserção no contexto estudado, em que o pesquisador contata o dia a dia dos moradores transitando nos espaços atento às características dessa realidade. A entrevista e a caminhada foram realizadas com uma liderança comunitária, cujo contato foi mediado por outra moradora do território. Durante a caminhada na comunidade, os elementos de mediação da fala da liderança eram suas memórias e impressões do lugar, sendo indagada oportunamente quando algum conteúdo não estava claro para os representantes da universidade. Na sequência, a entrevista mediada por um roteiro foi realizada na sede da creche comunitária na qual a liderança era atuante. Obteve-se como resultados que a comunidade possui um histórico de lutas travadas pelos moradores para obtenção de melhorias, de organização em grupos para a realização de festejos locais e de uma convivência comunitária próxima entre seus moradores. Dentre as queixas apresentadas, sobressaiu-se a preocupação com o crescente distanciamento dos jovens das questões coletivas, a desidentificação dos moradores com o histórico de luta e com a apropriação dos espaços. Através da utilização da entrevista, nos foi possível conceber a proposta de resgatar as festas juninas, apresentada como um elemento integrador da cultura local, enfraquecida com o tempo. Conclui-se que a entrevista e a caminhada favorecem com que o profissional de psicologia adquira o conhecimento histórico da localidade sob o ponto de vista do seu morador, assim como contribui para que, através da narrativa do passado de lutas e de reivindicações e do resgate da memória histórica local, o sujeito comunitário revise suas percepções sobre seu local de moradia. O projeto de intervenção decorrente desse processo inicial adotou como eixo estruturante o reconhecimento de que a proposta interventiva deve contribuir para que a comunidade se aproprie de seu potencial de cooperação coletiva e de articulação popular para a superação das adversidades cotidianas.

RESUMO - PSICOLOGIA

A IMPORTÂNCIA DO NEUROPSICODIAGNÓSTICO NO PROCESSO DE PREPARAÇÃO PARA A CIRURGIA BARIÁTRICA

Gessyca Melgaco Melo (gessyca_07@hotmail.com)

Elenise Tenório De Mediros Machado (elenisetmmachado@gmail.com)

Isabelle Cerqueira Sousa (isabellecerq@yahoo.com.br)

A avaliação psicológica é mais um instrumento que fornece indícios de que um sujeito está apto ou não para ser submetido a um procedimento cirúrgico. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo abordar, demonstrar e fortalecer o importante papel que o psicodiagnóstico tem no processo preparatório da cirurgia bariátrica, visto que o mesmo avalia uma das principais condições humanas desse sujeito, a psíquica. A pesquisa justifica-se pelo crescente número de pessoas que estão em busca de suporte e acompanhamento psicológico ao entender que precisarão se submeter a esse procedimento cirúrgico. Além disso, enquanto profissionais da saúde, devemos estar preparados para receber esse público e saber o quão importante é o papel do psicólogo nesse processo. A pesquisa consiste em uma revisão de literatura integrativa (pesquisa bibliográfica), de abordagem qualitativa, realizada no período de julho a setembro de 2018. Inicialmente será abordado o tema da obesidade, logo depois será apresentado um panorama geral do que é a cirurgia bariátrica e seus indicativos e por fim será apresentada a importância e contribuição do psicodiagnóstico na preparação para a realização da cirurgia e suas contribuições para a qualidade de vida desse sujeito. O psicólogo integra a equipe de profissionais fundamentais para conduzir o processo de

preparação da cirurgia bariátrica, pois a análise criteriosa do perfil psicológico, do comportamento e dos hábitos alimentares da pessoa que deseja realizar o procedimento, pode confirmar ou não, se no momento, o sujeito apresenta estrutura para tal procedimento ou, se revela algum indício de evoluir com desajustes psicossociais pós-operatórios e distúrbios alimentares. Portanto, o uso dos instrumentos psicológicos na avaliação, contribui na identificação de potenciais positivos que denotam evidências que o sujeito está apto para ser submetido a cirurgia bariátrica e naturalmente potencializar ganhos em sua qualidade de vida.

RESUMO - PSICOLOGIA

A PSICOLOGIA NO ATENDIMENTO DA PRÉ-MEDIAÇÃO.

Raissa Lara (raissalarab@gmail.com)

Luiza Michel (luiza.mctf@gmail.com)

Rafael Ayres De Queiroz (rafael.ayres.psicologia@gmail.com)

A pré-mediação é uma estratégia situada dentro de um processo de mediação de conflitos. Foi criada pelo Judiciário no intuito de solucionar os conflitos facilitando a comunicação entre as partes do processo, tornando-as responsáveis no processo de resolução desses conflitos, visando a diminuição de processos jurídicos que poderiam ser solucionados fora do contexto judiciário. Essa estratégia é utilizada principalmente em casos das varas de família, como divórcio, solicitação e revisão de pensão alimentícia e guarda, devido ao vínculo contínuo entre as partes, apesar do conflito. O profissional da psicologia busca oferecer ao sujeito uma escuta qualificada e um olhar acolhedor na entrevista ou atendimento pré-mediação, que é realizada individualmente com ambas as partes, identificando empecilhos para que a mediação aconteça, além de atentar-se a diversos pontos subjetivos e emocionais desses sujeitos e de seu sofrimento relacionado ao conflito. Esse estudo objetiva identificar como acontece o trabalho do profissional de psicologia no atendimento pré-mediação, assim como seus objetivos, métodos e técnicas utilizadas. Para tanto, foi realizada uma revisão integrativa com base em artigos coletados das bases de dados Scielo e Google Acadêmico (2007-2017). A amostra final foi composta por oito artigos que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão do estudo. O resultado desse estudo apontou uma

escassez de material referente à temática pré-mediação, principalmente relacionada à profissionais da Psicologia. No entanto, o trabalho interdisciplinar e o atendimento pré-mediação tem mostrado melhorias em relação à preparação emocional das partes que participam da mediação, possibilitando uma participação de protagonismo dessas e possibilitando maiores índices de acordo entre elas.

RESUMO - PSICOLOGIA

A SEMIOLOGIA E A FENOMENOLOGIA DO PACIENTE EM PÂNICO

John Kepler Aguiar Martins (johnkepler99@gmail.com)

A síndrome do pânico é definida, de acordo com os padrões diagnósticos apresentados no DSM-V (Manual de Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais), como um tipo de transtorno de ansiedade caracterizado por ataques de pânico recorrentes e inesperados. A frequência dos ataques revela um declínio significativo na qualidade de vida dos indivíduos afetados, trazendo prejuízos de forte caráter psicológico e social. Os modelos de tratamento mais indicados, que consistem em uma combinação entre a proposta terapêutica e a administração de medicamentos controlados, embora eficazes na maioria dos casos, ainda apresentam uma série de desafios que dificultam o progresso de pacientes com a síndrome do pânico. Esta pesquisa busca, portanto, explorar a temática do transtorno e compreender de modo mais aprofundado as emoções vividas pelos pacientes com esse diagnóstico, tentando entender a percepção que possuem de si e da doença, levando em conta que a semiologia da doença afeta sua experiência vivida no mundo. A pesquisa foi feita a partir de uma revisão de literatura na fenomenologia, neurobiologia e tratamento da síndrome do pânico, em bases de dados especializadas, com textos atualizados na discussão. Em uma instância etiológica, acredita-se que o transtorno de pânico pode ser relacionado não só a fatores biológicos como também ambientais, apresentando o estresse e eventos traumáticos como possíveis agravantes. Segundo consta no DSM-V, o transtorno de pânico geralmente é desenvolvido em pessoas que apresentam um transtorno de ansiedade, sendo marcado por

ataques de pânico que podem ocorrer de forma inesperada, esperada e recorrente, apresentando efeitos mentais e somáticos, o que afeta tanto o físico quanto o cognitivo e ocasiona mudanças comportamentais. Os ataques de pânico, caracterizados por uma sensação de medo ou desconforto intenso e sendo acompanhados por sintomas físicos e cognitivos, são comumente confundidos ou limitados ao transtorno, porém podem ser desencadeados em diferentes contextos e estarem presentes em outras patologias. A sensação de medo experimentada pelos sujeitos que sofrem da síndrome do pânico também tem um efeito considerável sob a percepção que possuem da própria doença e de si mesmos, assim como das situações que com as quais precisam lidar no dia a dia. Em muitos casos, a síndrome é confundida com uma doença física antes de ser adequadamente diagnosticada. A ideia de uma doença física, em muitos casos, surge não apenas diante dos sintomas geralmente experienciados durante um ataque de pânico, mas também diante da visão que diversos pacientes possuem em relação a doenças mentais. Diante disso, foi possível observar que essa síndrome, ainda muito confundida com os ataques de pânico que caracterizam sua sintomatologia, mas não sua totalidade, se encontra ligada a fatores biológicos e ambientais, afetando tanto o cognitivo como o emocional. Nesse contexto, foi possível concluir que esse transtorno afeta a forma de vida do indivíduo; seu comportamento, suas emoções e sua percepção de si mesmo e do transtorno, uma vez que o sujeito sente como se não possuísse o controle das sensações ocasionadas pela síndrome, desenvolvendo uma maior ansiedade em decorrência do receio de um possível ataque de pânico.

RESUMO - PSICOLOGIA

A UTILIZAÇÃO DE RECURSOS LÚDICOS NO PROCESSO DE ENFRENTAMENTO DO CÂNCER INFANTO-JUVENIL

Salinas Aerolineas Moisés Rocha Freitas (salisfreitass@gmail.com)

Raquel Alencar Barreira Rolim (raquelbrolim@gmail.com)

O presente trabalho é um relato de experiência baseado nas vivências propiciadas pelo Projeto de Extensão Plantão Alegre envolvendo alguns cursos da área da saúde do Centro Universitário Christus/ Unichristus desenvolvido com crianças e adolescentes em atendimento no Centro Pediátrico do Câncer/ Peter Pan e no local de acolhimento de pacientes vindos de estados vizinhos Lar Amigos de Jesus, tendo tem por objetivo relatar, de acordo com o olhar da psicologia, o que foi percebido durante as visitas. As visitas aconteciam aos domingos quinzenalmente com o objetivo de trabalhar a empatia e a humanização frente a tal realidade. Nesse sentido, pensando o câncer como uma patologia que afeta a integralidade da criança e do adolescente, trazendo muitas limitações devido o processo de hospitalização, os pacientes que vivenciam tal situação lidam, sobretudo, com o fenômeno da descaracterização física e psicológica em virtude do tratamento. Enquanto aluna de psicologia, pude compreender a importância de ter instrumentos de mediação que pudessem auxiliar no contato com as crianças e adolescentes que, por vezes, pareciam estar indisponíveis para um momento de interação. Logo no primeiro contato, passei a utilizar como recurso de abordagem aos pacientes três carinhas do estilo emojis com as expressões de alegria, tristeza e preocupação. Em seguida, o paciente já se mostrava pronto para a brincadeira.

Então eram introduzidos outros instrumentos como a Caixa Surpresa que continha diferentes objetos a serem adivinhados que deviam ser apalpadados. Essa atividade nos permite estimular o funcionamento cognitivo e a percepção tátil, levando em consideração as potencialidades da criança e fase de desenvolvimento. Um outro recurso foi o Livro Sensorial com diversas atividades que trabalham a imaginação, o controle motor, a capacidade associativa e de resolução de problemas. Todo esse material interativo foi produzido de forma artesanal e simples. Através das atividades desenvolvidas, foi possível perceber que as crianças e adolescentes acolhiam a proposta de forma a sentir-se motivadas a participarem das brincadeiras e até mesmo a conversarem sobre a sua doença. Concluiu-se que os recursos utilizados no ambiente de hospitalização proporcionaram um espaço de estimulação das potencialidades das crianças e adolescentes, favoreceram a elevação da auto-estima e da motivação, ajudaram na criação de vínculos, a socialização e a expressão de emoções, contribuindo com o processo de enfrentamento da doença e da promoção da saúde.

RESUMO - PSICOLOGIA

APOIO MATRICIAL COMO TECNOLOGIA EM SAÚDE

Alinek Almeda Da Silva (alinek725@gmail.com)

Estevam Júnior (estevamjunior18@yahoo.com.br)

Rafael Ayres De Queiroz (rafael.ayres.psicologia@gmail.com)

João Pedro Oliveira Freire (pedroliveirafr@hotmail.com)

INTRODUÇÃO: Recorrendo a etimologia da palavra, o termo “apoio”, retirado do método Paideia, é tomado como indicativo para se operar a relação horizontal entre os sujeitos com saberes, valores e papéis distintos, baseada em procedimentos dialógicos, e não na autoridade (Campos; Domitti, 2007, p. 402). Seguindo o mesmo delineamento, o uso da terminologia “matricial” remonta a origem latina em seu uso na Matemática, no lugar onde se geram as coisas. O suporte ou apoio matricial, além de ser um arranjo e uma metodologia de trabalho, também é considerado uma tecnologia em saúde. Merhy (2007^a) propõe compreender de uma nova forma o tema da tecnologia em saúde. Tomando por eixo norteador o trabalho vivo em ato. **OBJETIVO:** Investigar o desenvolvimento do apoio matricial na Unidade de Saúde no Município de Fortaleza, ação conjunta de parceria com o CAPAS AD; Identificar as potencialidades e dificuldades do processo de mediação. **MÉTODOS:** Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório, estruturada na modalidade da pesquisa-ação. Por considerar o objetivo de produzir conhecimento e modificar a realidade. Utilizou-se a análise de conteúdo e sua técnica temática como forma de tratamento das informações. **RESULTADOS:** A

Saúde mental na Atenção básica é de fundamental importância. Muitas vezes o atendimento em saúde mental, se restringe ao método curativista, onde pacientes buscam a unidade somente para "renovar receita". Observa-se que os apoiadores matriciais encontram equipes sobrecarregadas de tarefas e sufocadas pela demanda das unidades. Os resultados das análises de dados demonstraram que o apoio matricial do CAPS com as equipes de Saúde da Família ocorre esporadicamente, ou não se realizam por falta de organização da equipe da Unidade de Saúde, apesar do Matriciamento ter uma agenda fixa por semestre. **CONCLUSÃO:** Nesse sentido, recomenda-se o desenvolvimento de mais pesquisas que abordem a relação entre trabalhadores e metodologias relativamente recentes como o apoio matricial em saúde mental, onde os agentes envolvidos (gestores e profissionais) possam se potencializar como sujeitos coprodutores de saúde. O apoio matricial em saúde mental é considerado uma prática fundamental, pois auxilia na condução de casos e situações complexas, bem como apoia o planejamento de ações e a educação permanente das equipes de saúde da família.

RESUMO - PSICOLOGIA

DA ATENÇÃO FLUTUANTE À ESCUTA ATIVA: ESTRATÉGIAS DE ATENDIMENTO NA PRÉ MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

Mirella Hipólito (mirellahipolito@gmail.com)

Nailan Nascimento Da Silva (nailannascimento@gmail.com)

Patricia Vieira Sales Manhães (pathy_manhaes@hotmail.com)

Rafael Ayres De Queiroz (rafael.ayres.psicologia@gmail.com)

A mediação de conflitos é uma técnica que se apresenta como uma alternativa possível à justiça tradicional, visando dar celeridade a questões que podem ser resolvidas a partir deste método. Considerando a prática, percebemos a importância da escuta de um profissional da psicologia em muitos dos casos que vinham sendo acompanhados, por estes apresentarem, antes de uma demanda jurídica, uma demanda psicológica que, na maioria dos casos, é o que subsidia e mantém o conflito, dificultando e/ou impossibilitando o andamento da mediação e trazendo um quadro de sofrimento e adoecimento da parte dos assistidos. OBJETIVO: Refletir sobre a prática do psicólogo em uma equipe interdisciplinar, atuando em mediação de conflitos de família, a partir da experiência em um Núcleo de Práticas Jurídicas (NPJ) do Centro Universitário Christus (UNICHISTUS), enquanto um Programa de Extensão do curso de Direito e de Psicologia que presta atendimento à comunidade de forma gratuita, visando a promoção de saúde de forma ampla e a qualificada formação profissional. MATERIAIS E MÉTODOS: O trabalho articula-se a partir de um relato de experiência onde o fazer do psicólogo e do estudante de

psicologia acontece em um momento anterior à sessão de mediação, no que chamamos de pré mediação, sendo embasado por noções de conceitos norteadores da Clínica Psicológica e Psicanalítica, e técnicas do Aconselhamento Psicológico e da Psicoterapia Breve; envolvendo estratégias de acolhimento, escuta ativa, intervenção, orientação e, se necessário, encaminhamento. Ao se tratar de uma prática interdisciplinar, utilizamos também o aporte teórico da Psicologia Jurídica e da Mediação de Conflitos.

RESULTADOS: O trabalho da mediação contribui para inserção do trabalho do psicólogo no campo jurídico, especialmente no tocante às políticas públicas de atenção social voltadas para família. Ao iniciarmos esta prática no Núcleo, percebemos uma escassez no que toca o fazer do psicólogo nesse contexto da mediação, não enquanto mediador, mas como este profissional que participa de um projeto onde seu fazer se localiza em um momento anterior ao da mediação propriamente dita e que sustenta o diálogo entre as duas disciplinas integrantes do Projeto, promovendo assim um melhor entendimento do que se considera necessário para uma assistência mais humana, íntegra e coerente.

CONCLUSÃO: A escuta ativa é uma técnica que se apresenta enquanto uma ferramenta fundamental em contextos de promoção de saúde para além do setting clínico, sendo uma habilidade que possibilita o profissional uma melhor compreensão do caso, facilitando assim o devido encaminhamento e intervenção em estratégias que envolvem a participação em saúde em um contexto mais amplo, tendo como referência a escuta de um sujeito que é compreendido enquanto um ser biopsicossocial e que precisa ser escutado em sua complexidade.

RESUMO - PSICOLOGIA

FERRAMENTAS METODOLÓGICAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM EM NEUROFISIOLOGIA II

Maria Adelaide Dos Reis Maia Nunes (adelaidedosreis820@gmail.com)

Gersilene Valente De Oliveira (gersyvalente@yahoo.com.br)

A neurofisiologia é um ramo da fisiologia que faz parte do campo científico, denominado de neurociência. Relaciona-se contribuindo para as ciências médicas aplicadas em neurociência, a qual é aplicada ao curso de Psicologia. Essa monitoria visou contribuir na formação acadêmica dos alunos e das disciplinas clínicas que contemplam o curso. Nela, são abordados diversos assuntos relacionados com a função do Sistema Nervoso. O objetivo da monitoria de neurociências II (neurofisiologia) foi utilizar metodologias que facilitassem a aprendizagem dos discentes do segundo semestre do curso de Psicologia. Para melhor aprendizagem dos alunos do curso de Psicologia, foram utilizadas as seguintes estratégias metodológicas de ensino e aprendizagem, como: slides, vídeos explicativos, atividades envolvendo competições e prêmios, indicações de artigos para leitura e debate em sala, bem como questões de revisão voltadas para as avaliações de NPS. Além disso, era selecionado um dia da semana para plantão tira-dúvidas. As atividades de monitoria foram realizadas no período vigente de 2017.2 à 2018.1, na Sede Parque Ecológico, UNICHRISTUS. A monitoria de Neurofisiologia II foi solicitada com o intuito de melhorar o rendimento dos alunos e promover um melhor desempenho dos conteúdos “extra sala de aula”, de forma lúdica e descontraída. Através dos sistemas tecnológicos (vias e-mail

e whatsapp) eram enviados aos alunos alguns slides montados pela própria monitora e artigos relacionados aos conteúdos vistos em sala de aula, como um complemento para auxiliar no processo de consolidação dos assuntos debatidos com o docente. Contudo, essa produção técnica visa contribuir na vida acadêmica dos estudantes de primeiro e segundo semestres do curso de Psicologia, atendendo às necessidades didáticas atreladas ao conhecimento, com abordagem educacional, objetivando torná-los, no futuro, excelentes alunos nas disciplinas clínicas que contemplam o curso de Psicologia.

RESUMO - PSICOLOGIA

INTEGRALIDADE E ATENÇÃO AO CUIDADOR: GRUPO TERAPÊUTICO COMO PRÁTICA EM SAÚDE

Estevam Júnior (estevamjunior18@yahoo.com.br)

Ana Letícia Ferreira De Sousa (analeticiafers@outlook.com)

João Pedro Oliveira Freire (pedroliveirafr@hotmail.com)

Dandara Lylia Lino Leal (danlylia7@outlook.com)

Inara Danielle Rego Nogueira Mascarenhas (inaradaniellernm@gmail.com)

Rafael Ayres De Queiroz (rafael.ayres.psicologia@gmail.com)

INTRODUÇÃO: O termo integralidade tem sido usado para designar um dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) e está presente tanto nas discussões quanto nas práticas de saúde se relacionando à condição integral de compreensão do ser humano, inserindo-o em um contexto biopsicossocial e na constituição de movimentos de tecnificação dos processos terapêuticos (SILVA; MIRANDO; ANDRADE, 2017). Porém, mesmo com este princípio e diante de tantos avanços no modelo de saúde, o processo de cuidar ainda estar muito restrito ao doente ou a doença em si, desconsiderando os bastidores intrínsecos ao adoecimento e é neste contexto, que destacamos os cuidadores de crianças com doença crônica. O que percebemos é que estes sujeitos, ao se responsabilizar pelo cuidado do outro, muitas vezes, filhos, por vezes, acabam abandonando seus sonhos, trabalho, amigos, casamento, sua própria identidade, direcionando seus esforços ao tratamento da criança, ficando-o em segundo plano, acarretando esgotamentos emocionais e físicos

pela extenuante rotina que a doença evoca. Desta forma, como podemos inserir estes sujeitos (cuidadores) nas práticas de saúde vendo-o como integrante influenciador do cuidar e também como sujeitos subjetivos?

OBJETIVO: Discutir a questão da atenção ao cuidador de crianças com doenças crônicas atendidas na Clínica Escola de Fisioterapia da instituição fazendo uma analogia com o princípio da integralidade, usando a estratégia do grupo terapêutico como prática em saúde.

MÉTODOS: Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de cunho exploratório. Utilizou-se o Projeto de Extensão Espera Terapêutica, grupo terapêutico mediado por docente e discentes do curso de Psicologia da Unichristus, como forma de obtenção das informações, onde a técnica utilizada para tratar os dados foi a análise de conteúdo de relatos transcritos de 20 cuidadores assistidos pelo projeto, escritos em portfólio pelos próprios estagiários, no período de março a junho de 2018.

RESULTADOS: Os resultados encontrados confirmam a noção de que o atendimento em grupo pode ser eficaz para o enfrentamento das dificuldades geradas pelo adoecimento da criança, propiciando suporte emocional, a busca pela identidade “perdida” e o compartilhamento de experiências e informações como exposto em alguns depoimentos: “aqui eu consigo desabafar”, “é um lugar onde falo o que sinto, onde me percebo”, “o grupo é legal porque ficamos sabendo de onde conseguir assistência”.

CONCLUSÃO: O estudo possibilitou evidenciar que o cuidado com a criança com doença crônica implica, necessariamente, considerar este tipo de paciente na perspectiva de sua vinculação com a figura do cuidador em que o bem-estar de um afeta diretamente a condição do outro. Dar visibilidade ao cuidador, construindo espaços que valorizem e trabalhem questões cotidianas relacionadas aos cuidados com o doente e com o próprio cuidador e que ampliem o conhecimento sobre suas demandas, faz-se necessário e deve constitui-se como aspectos a serem considerados nas práticas de saúde.

RESUMO - PSICOLOGIA

LUTO DO FILHO PERFEITO: O PAPEL DO GRUPO TERAPÊUTICO NA REELABORAÇÃO

Dandara Lylia Lino Leal (danlylia7@outlook.com)

Ana Letícia Ferreira De Sousa (analeticiafers@outlook.com)

Estevam Júnior (estevamjunior18@yahoo.com.br)

Inara Danielle Rego Nogueira Mascarenhas (inaradaniellernm@gmail.com)

João Pedro Oliveira Freire (pedroliveirafr@hotmail.com)

Rafael Ayres De Queiroz (rafael.ayres.psicologia@gmail.com)

Introdução: A partir da ideia de um luto do filho perfeito vivenciado por pais de crianças que nasceram com algum tipo de deficiência e, sendo assim, fugiram da concepção do filho totalmente saudável e esperado que havia sido idealizada, o presente trabalho procurou enfatizar as diversas questões inseridas no cotidiano de pais e cuidadores de crianças portadoras de deficiências, como: microcefalia, síndrome de Down e paralisia cerebral – ambas as três sendo mais recorrentes no cenário em que o estudo foi feito, a partir de um Grupo Terapêutico realizado em um Projeto de Extensão conjunto entre os cursos de Psicologia e Fisioterapia da Unichristus. O espaço aberto para diálogo dentro deste grupo reuniu vivências e sentimentos semelhantes, e deu abertura para que muitos dos participantes expressassem o que os angustiava em relação a reelaborar este significado de “filho perfeito”, objetivando dar suporte neste processo de ressignificação, de valores e afetos. Metodologia: Foram realizados quarenta encontros, em dois dias semanais

(terça-feira e quinta-feira), ocorridos na Clínica Escola de Fisioterapia do Centro Universitário Unichristus, onde pais e cuidadores reuniam-se com extensionistas de Psicologia que participam do projeto Espera Terapêutica. Atividades que envolvem a

recapitulação do passado, a reflexão do presente e os sonhos do futuro foram inseridos em tal contexto, a fim de destacar para o grupo como essa reelaboração de vida se desenvolve para cada um dos sujeitos participantes, assim como também

a criação de um espaço para diálogo aberto acerca dos assuntos que os mesmos sentissem a necessidade de discutir. Resultados: Ao serem realizadas as atividades, foi possível compreender a dificuldade que cada um tem de relembrar

os sonhos que foram deixados de lado pelas condições reais de seus filhos, e a busca por um estado resiliente, o qual os permitisse seguir em frente sonhando novas coisas que fossem cabíveis as suas realidades. Considerações finais: Concluiu-se, por fim, que a reelaboração da ideia de ter um filho perfeito, perpetua um espaço de busca por resiliência, de aceitação das condições em que a criança nasceu e desprendimento do luto de sonhos e idealizações antes feitas. O grupo terapêutico assume um espaço de discussão sobre as dificuldades de lidar com a perda de um filho imaginado perfeito, enfatizando questões particulares de cada um, que acabam por gerar uma identificação entre os participantes, tendo em vista que muitos discorrem sobre as mesmas dificuldades.

RESUMO - PSICOLOGIA

O PAPEL DO PSICÓLOGO NA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES

Patricia Vieira Sales Manhães (pathy_manhaes@hotmail.com)

Mirella Hipólito (mirellahipolito@gmail.com)

Mara Aguiar Ferreira (aguiarmara@hotmail.com)

O presente artigo visa, a partir de um relato da experiência na prática da psicologia no Núcleo de Práticas Jurídicas da Unichristus, compreender a relevância do trabalho do psicólogo neste processo, refletindo sobre as principais problemáticas que envolvem os conflitos de família. A mediação surge da necessidade de resolução de conflitos de forma pacífica para que não seja conferido meios judiciais, que em sua maioria são onerosos e de longo prazo. Os conflitos, em sua grande parte de cunho familiar, são atravessados por questões culturais e afetivas que envolvem desgaste não somente financeiro, mas sobretudo emocional, ocasionando vulnerabilidade nas partes que o compõem. Articulada a um relato de experiência, os dados foram coletados a partir de fontes secundárias de pesquisa bibliográfica que possam nortear a definição de informações que delineiam a pesquisa. A prática do pesquisador na área também será instrumento que colabora para que os métodos e resultados possuam maior caráter de validade. A análise é feita de maneira crítica e a discussão das informações coletadas corroboram para distinguir descobertas científicas de opiniões populares e a partir do referencial bibliográfico adotado é possível dar suporte ao tema. O papel do psicólogo em uma mediação é imparcial e se constitui por uma prática baseada em técnicas da psicoterapia breve focal que não visam um tratamento psicológico,

tampouco um processo de cura, mas que torna possível a resolução das ações conflitivas de cunho familiar de uma forma mais pacífica e humanizada, possibilitando acordos favoráveis compromissados com a cidadania e a sociedade viabilizando a construção de futuros projetos que possam auxiliar uma ação social.

RESUMO - PSICOLOGIA

RELATO EXPERIÊNCIA DE MONITORIA: PELOS CAMINHOS DE UMA APRENDIZAGEM ATIVA

Alinek Almeda Da Silva (alinek725@gmail.com)

Gersilene Valente De Oliveira (gersyvalente@yahoo.com.br)

A disciplina de Neurociência I (neuroanatomia) é considerada uma disciplina básica,

visto que é aplicada no primeiro semestre do curso de Psicologia e diversas áreas

da saúde a mesma contribui na formação acadêmica dos alunos e de disciplinas

clínicas que contempla o curso. Nela, são abordados diversos assuntos relacionados

ao sistema nervoso central. O presente trabalho se objetivou em relatar a

experiência da monitoria na disciplina de neurociências I através de metodologias de

aprendizagem. Para melhor aprendizagem dos alunos do curso de psicologia foram

utilizadas metodologias de ensino e aprendizagem em dois dias por semanas,

segunda-feira e quinta –feiras, durante um ano. No primeiro dia eram utilizadas

aulas expositiva com identificação das estruturas morfológicas anatômicas em laboratório de anatomia, período 13:00 às 17:00. No segundo dia, no mesmo horário

foram realizados plantão tira dúvidas através de exercícios voltado para temática

abordada no primeiro dia. As atividades de monitoria foram realizadas no período

vigente de 2017.2 à 2018.1, na sede Parque Ecológico, UNICHRISTUS. Durante o

período da monitoria de neurociência I (neuroanatomia) foi realizada uma produção

técnica, utilizando banco de questões cujo os temas abordados foram:

generalidade do sistema nervoso central, telencéfalo, diencéfalo, tronco encefálico,

cerebelo e medula espinhal. O banco de questões ajuda a avaliar o nível de conhecimento, auxiliando até mesmo ao professor, para saber o quão os alunos

estão aprendendo e absorvendo as informações de conteúdos da disciplina de neurociência I. Contudo, essa produção técnica contribuirá na vida acadêmica de

estudantes de primeiro semestre do curso de Psicologia atendendo as necessidades

didáticas atreladas ao conhecimento, com abordagem educacional, visando torná-

los, no futuro, excelentes alunos nas disciplinas clinica que contemplam o curso de

Psicologia.

RESUMO - PSICOLOGIA

SIMBOLISMO E AFETIVIDADE: APRENDIZAGEM COM PIAGET E WALLON

John Kepler Aguiar Martins (johnkepler99@gmail.com)

Contemporaneamente, com pesquisas emergentes a respeito do desenvolvimento infantil, urge um entendimento da construção simbólica do indivíduo em ambiente escolar, que abrange praticamente toda a constituição psíquica da infância, para a compreensão dessa fase que é tão decisiva na formação do sujeito. Nesse sentido, procura-se esclarecer como os desenvolvimentos cognitivos e afetivos afetam na construção simbólica dos sujeitos em estágio pré-operatório. O desenvolvimento cognitivo refere-se, principalmente, a capacidade das crianças de se colocarem no lugar do outro e de fazerem uso de símbolos como meio de entrar em contato com os objetos. Enquanto que o desenvolvimento afetivo diz, também, de suas relações interpessoais levando em conta principalmente as variações de amor e o afeto infantil. Essas informações se tornam úteis, no sentido de elucidar como estas funções cognitivas e afetivas afetam no aprendizado das crianças e nas próprias relações com os outros sujeitos no ambiente de ensino. O presente trabalho foi feito a partir de uma revisão de literatura em autores do desenvolvimento, como Piaget e Wallon. Partindo para uma análise acerca do desenvolvimento cognitivo na segunda infância ou no estágio pré-operatório como nomeado por Piaget as crianças irão apresentar nessa fase a aquisição de um pensamento simbólico mais sofisticado, sem, no entanto conseguirem pensar logicamente. Essa capacidade de simbolizar significa uma nova habilidade de usar símbolos ou representações mentais como imagens e

número, atribuindo-lhes um significado. Além disso, os comportamentos e estruturas biológicas se transformam constantemente, mas há no desenvolvimento uma corrente contínua em que cada função se liga a uma base preexistente e, ao mesmo tempo, se transforma para ajustar-se a novas exigências de seu meio. Nesse interacionismo adaptativo, podemos então evidenciar a necessidade de um meio para que se possuam objetos que direcionem o conteúdo simbólico. A teoria walloniana destaca que a inteligência e afetividade estão misturadas e ao longo da vida serão marcadas por momentos afetivos ou cognitivos. Conforme a criança vai atingindo estados evolutivos em seu desenvolvimento, os estados emocionais vão ficando mais complexos. O recurso à fala e à representação mental faz com que variações nas disposições afetivas possam ser provocadas por situações abstratas e ideias e expressas por palavras. Podemos perceber, portanto, o desenvolvimento cognitivo naquilo que se refere à capacidade de empatia das crianças, ao uso do simbólico e não mais da necessidade de um contato sensorio-motor com os objetos para assim poder pensar sobre eles e constituindo significação. Do mesmo modo, o desenvolvimento afetivo se apresenta no momento que trazemos elementos do brincar, que se apresenta como um dispositivo que propicia interação e desenvolvimento.

RESUMO - PSICOLOGIA

UTILIZAÇÃO DE METODOLOGIA ATIVA DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA MONITORIA DE NEUROCIÊNCIAS I

Karina Marinho (karinaacademicos@outlook.com)

Antônio Miguel Furtado Leitão (miguelleitao.fc@gmail.com)

Alan Marcos Neves Da Silva (alan.ufc@gmail.com)

Gersilene Valente De Oliveira (gersyvalente@yahoo.com.br)

A Neuroanatomia é um ramo apropriado das Neurociências que visa a abordagem de aspectos funcionais dos mecanismos do Sistema Nervoso. A disciplina de monitoria em Neurociências I tem o embasamento teórico-prático de base dos aspectos morfológicos do Sistema Nervoso Central, e sua execução intencionara a explanação e reforçamento de atividades que pudessem desempenhar melhor papel operacional mnemônico das atividades estabelecidas durante o semestre, reforçando o conhecimento do aluno do curso de Psicologia do primeiro semestre sobre os diversos assuntos relacionados aos SNC. A presente atividade objetivou em utilizar de metodologia Ativa de Ensino e aprendizagem na Monitoria de Neurociências I. Para melhor desempenho acadêmico e aprendizagem dos alunos do curso de Psicologia, da disciplina de Neurociências I (neuroanatomia), foram utilizadas ferramentas metodológicas ativas de aprendizagem em dois dias durante a semana, segunda-feira e terça-feira, durante um ano. No primeiro dia eram utilizadas aulas expositivas com identificação das estruturas morfológicas neuroanatômicas em laboratório de anatomia, horário de 14:00 às 17:00. No

segundo dia, eram utilizados instrumentos de atividades lúdicas (jogos de memorização, desenhos e lacunas e quiz), exposição visual com tópicos e conceituação (slides – PowerPoint), vídeos didáticos após explanação do conteúdo abordado a fim de preparar os alunos da disciplina para as avaliações periódicas. As atividades de monitoria foram realizadas no período vigente de 2017.2 à 2018.1, na sede Parque Ecológico, UNICHRISTUS. Durante o período da Monitoria de Neurociências I (neuroanatomia) foi realizada uma produção técnica, onde foram aplicados jogos de memorização e esquemas (banco de atividades), esse tipo de metodologia ativa contribui na avaliação do nível de conhecimento, auxiliando também o professor a compreender o quão os alunos estão aprendendo e absorvendo as informações de conteúdos da disciplina de Neurociências I. A aplicação obteve relevante índice de aprendizado reforçado e maior vinculação com outras disciplinas relacionadas, aprimorando a compreensão de bases neuroanatômicas de processos psicológicos básicos, por exemplo. Concluiu-se que a ascensão da Monitoria de Neurociências I estimulou a maior capacidade de aprendizado e compreensão a longo prazo da disciplina, contribuindo também na sustentação de assimilações conceitos e funcionais interdisciplinares visando torná-los, no futuro, excelentes alunos nas disciplinas clinica que contemplam o curso de Psicologia.

RESUMO - PSICOLOGIA

UTILIZAÇÃO DO TEMPO DE ESPERA COMO MEIO DE PROMOÇÃO DE SAÚDE

João Pedro Oliveira Freire (pedroliveirafr@hotmail.com)

Inara Danielle Rego Nogueira Mascarenhas (inaradaniellernm@gmail.com)

Dandara Lylia Lino Leal (danylia7@outlook.com)

Estevam Júnior (estevamjunior18@yahoo.com.br)

Ana Letícia Ferreira De Sousa (analeticiafers@outlook.com)

Rafael Ayres De Queiroz (rafael.ayres.psicologia@gmail.com)

INTRODUÇÃO: O ambiente de espera em instituições de saúde pode ser extremamente estressante e cansativo tanto para quem está precisando de atendimento quanto para os familiares dos usuários. Na clínica escola de fisioterapia do Centro universitário Christus há um projeto de extensão chamado Florescer no qual realiza atendimentos com crianças com algum tipo de deficiência motora. Durante o processo de entrevista com a família das crianças que iriam participar do projeto, que acontece a cada começo de semestre, foi percebido que tais familiares compartilhavam uma série de demandas psicológicas, relacionadas à má aceitação da condição de seus filhos, problemas de relacionamento com o parceiro ou outros familiares, dificuldade de autopercepção e autovalorização, entre outras dificuldades que poderiam ser trabalhadas através da ação conjunta com alunos do curso de psicologia da instituição. Enquanto essas crianças são atendidas, seus familiares e cuidadores esperam cerca de 45 minutos na recepção da clínica,

sendo assim, durante esse tempo desenvolveu-se um trabalho baseado em psicoterapia de grupo realizado pelo projeto Espera Terapêutica, um novo projeto de extensão com alunos do curso de psicologia da instituição, que busca transformar o local fastigioso de espera em um ambiente terapêutico.

METODOLOGIA: Os grupos acontecem nos dias de terça-feira e quinta-feira, em 3 blocos diferentes, cada um com 45 minutos e com participantes diferentes em cada bloco, sendo um total de 5 estagiários de psicologia, estando 3 na terça e 2 na quinta, ambos orientados por um professor. As atividades são realizadas com base em um planejamento participativo, onde os participantes do grupo são livres para sugerir os temas que gostariam de discutir em cada reunião, além de os estagiários levarem também alguns temas importantes. Esse trabalho teve início nos primeiros meses do primeiro semestre de 2018.

RESULTADOS: Hoje, 5 meses após o início do projeto, já pudemos ver diversos resultados positivos relacionados desde ao desenvolvimento da dinâmica de grupo, quanto ao desenvolvimento pessoal dos participantes do grupo. Esses resultados foram obtidos através da análise dos comentários dos participantes durante as sessões e também pelo desenvolvimento de sua valorização do grupo. No início do processo terapêutico era comum ouvir comentários relacionados a preocupação em se distanciarem de seus filhos (já que o grupo acontecia em outra sala), outros pareciam não acreditar muito no trabalho que iria ser realizado, devido experiências anteriores, contudo também haviam aqueles que estavam empolgados e dispostos a participar. Com o passar das reuniões o envolvimento e desenvolvimento grupal foi notório, os comentários passaram a ser relacionados ao tempo da sessão que passava rápido demais ou o quanto relevante aqueles 45 minutos era no seu dia.

CONCLUSÃO: Com esses resultados percebemos que apesar de tal trabalho ser desenvolvido a pouco tempo, os principais pontos que constroem um grupo verdadeiramente terapêutico (valorização dos participantes para com o grupo, o grupo como agente da própria mudança, participação ativa dos membros) estão sendo devidamente desenvolvidos. Dessa forma, o local de espera que antes representava um momento de angústia, agora representa um local de escuta e desenvolvimento pessoal.

RESUMO - RADIOLOGIA

A CRIAÇÃO DO APLICATIVO EDUCACIONAL DE TÉCNICAS RADIOLÓGICAS.

Natália Oliveira Da Silva (n.natalia_ce@hotmail.com)

Daniel Mourão Landim (danielmlandim@gmail.com)

Hindenburgo Adomiran Lopes Filho (adoniran79@gmail.com)

A renovação do ensino e aprendizagem vem sendo cada vez mais presente na dinâmica educacional em sala de aula e fora desta, como aulas de campo, estágio e trabalho. A dificuldade no aprendizado e a procura da facilidade por estudantes e profissionais da radiologia em aprender as diversas técnicas de posicionamento radiográfico, bem como raio central, técnica de exposição entre outras particularidades para execução de uma radiografia, são constantes. Pensando no aperfeiçoamento para agilizar uma consulta mais rápida e eficaz no ensino dessas técnicas radiográficas, o seguinte trabalho objetivou a criação de um aplicativo educacional de técnicas radiológicas, o mesmo facilita a consulta rápida do posicionamento do paciente e raio central executado no momento do exame, assim como também uma média da técnica de exposição utilizada para adquirir a imagem radiográfica. O aplicativo foi disponibilizado gratuitamente na Google Play, para os aparelhos com uso do sistema Android, o APP está disponível com a versão em idioma português e espanhol. O resultado obtido da criação do aplicativo de nome Radiologia Aplicada, foram mais de dez mil downloads na América do Norte e Também em alguns pontos da Europa, e também a constante satisfação de usuários estudantes e profissionais da área de radiologia, que utilizam desta ferramenta. O aplicativo

se tornou um meio de ensino utilizado em sala de aula, estágio e trabalho, por professores, alunos e profissionais do meio radiológico, facilitando o aprendizado de quem busca o conhecimento constantemente e a atualização em técnicas de posicionamento radiográfico, para um exame de diagnóstico por imagem de boa qualidade.

RESUMO - RADIOLOGIA

A MONITORIA COMO MEIO DE PREPARO PARA A DOCÊNCIA – RELATO DE EXPERIÊNCIA.

Natália Oliveira Da Silva (n.natalia_ce@hotmail.com)

Luciano Nogueira Lopes Filho (nogueirabiomec@gmail.com)

A dificuldade no aprendizado e a procura da facilidade por estudantes da área da saúde tem sido constante, em disciplinas básicas e fundamentais da grade curricular do ensino superior. A Anatomia Humana é um exemplo de disciplina básica para qualquer área das ciências da saúde e se faz fundamental para o profissional que atua em toda área e sub área da saúde, a importância desta é indispensável. A monitoria é uma ferramenta e um meio preciso para auxiliar os alunos com dificuldades em aprendizado e se torna uma experiência no ramo da docência para aqueles que ministram a mesma. O seguinte trabalho objetiva o relato da experiência como Monitor, mostrando a importância que esta tem ao preparar o aluno para a docência, com uma vivência em uma sala de aula. O monitor tem o privilégio de transmitir seu conhecimento com a responsabilidade de ministrar uma turma e seus recursos para aprimorar o ensino desta. O resultado obtido através deste programa acadêmico é uma gama experiência como um profissional que leciona em campo acadêmico e também a conduta que o mesmo tem que levar para sala de aula e a constante pesquisa para renovação do ensino. Concluindo que sempre haverá dificuldade no aprendizado e que é de grande importância que o mesmo seja renovado através da identificação que se percebe em um aluno com dificuldade de aprendizado. O programa de monitoria é uma experiência válida para aqueles

que buscam ingressar na área da docência e um privilégio de aprimoramento profissional para os que atuarão em outros meios.

RESUMO - RADIOLOGIA

AVANÇO DE METODOLOGIAS ALTERNATIVAS DE ENSINO ALIADAS COM A TECNOLOGIA

Rolnei Da Silva Vianna (rolneivianna@gmail.com)

Hindenburgo Adomiran Lopes Filho (adoniran79@gmail.com)

Viviane De Sousa Tomaz (viviane_fla2@hotmail.com)

Os avanços dos métodos de ensino estão cada vez mais acompanhando os avanços tecnológicos, contudo o desenvolvimento das tecnologias cresceu de forma abrupta o que causou um impacto no comportamento e interesse social. Crianças, jovens e adultos estão bem mais conectados às tecnologias digitais, configurando-se como uma geração que estabelece novas relações com o conhecimento e aprendizagem. Para áreas profissionais técnicas e na saúde, isso também é uma realidade com uma vasta gama de programas de computadores que agilizam as pesquisas, simulam situações práticas ou garantem visualizar uma anatomia fidedigna. Contudo, o avanço tecnológico trouxe a necessidade de novos métodos, na forma de aplicativos para smartphones e tablets que estão mais presentes no cotidiano do que os computadores. Nas plataformas de acesso aos aplicativos há variedade de conteúdos, metodologias utilizadas e valores cobrados pelos serviços, entretanto é o desafio e a interatividade que estimulam o dinamismo de aprendizado, porém são poucas as opções cobrem essa necessidade. Pesquisando sobre apps da área de radiologia na Play Store, o portal de referência para aplicativos do sistema Android, foram encontrados 3 apps voltados para estimular o estudo e conhecimentos já adquiridos, mas apenas 1

deles possuía o recurso para ser usado como guia de consulta profissional. As avaliações dos usuários destes aplicativos costuma ser satisfatória com a iniciativa de criações dos mesmos, porém esperasse cada vez mais por recursos formadores de conhecimento e desafios. Nos últimos anos, o sistema educacional passou por diversas transformações metodológicas, dentre elas o uso dos aplicativos como uma ferramenta aliada ao processo de aprendizagem. Porém é preciso mais incentivos das IES pautado nas pesquisas para o desenvolvimento dos mesmos.

RESUMO - RADIOLOGIA

DISPOSITIVOS DIDÁTICOS APLICADOS À BIOFÍSICA

Caroline Salvino Ponciano (carols.ponciano@hotmail.com)

Felipe Crescêncio Lima (felipecrescencio@yahoo.com.br)

INTRODUÇÃO: A Biofísica é uma disciplina que abrange o estudo biológico com os princípios e métodos científicos da física. Estuda nos sistemas biológicos o que ocorre durante o tempo, energia desenvolvida, espaço equivalente e a matéria em si. Nessa ciência, há um retorno significativo de conhecimento dos discentes envolvidos de modo a criar novos campos de pesquisa científica, entretanto, a dificuldade de compreender conceitos abstratos desestimula a continuação do aprendizado. Na Radiologia essa disciplina destaca a composição da membrana plasmática e mecanismo de transporte; a bioeletricidade, biopotenciais e biogênese correlacionada à voltagem estática e na corrente elétrica envolvida nos nervos e músculos por consequência do potencial de ação; sistema nervoso dando ênfase a transmissão sináptica; sistema cardiovascular e respiratório, requerendo conhecimento de dinâmica de fluidos e gases. Essa disciplina é ministrada no 2º semestre da matriz curricular do CST em Radiologia do Centro Universitário Christus, totalizando uma carga horária de 60 h/a teórico-prática. Diante de um bom planejamento didático com o docente, a monitoria possibilita aos acadêmicos, a continuidade do aprendizado, já iniciado em sala e, pode através de objetos acessíveis, criar dispositivos didáticos que simulem uma ação fisiológica, facilitando assim a compreensão do assunto. **OBJETIVO:** Relatar a experiência de ensino utilizando aparatos feitos com objetos comuns

durante a monitoria de biofísica. MÉTODO: No período 2017.2 realizei a monitoria com os alunos de Tecnologia em Radiologia no Centro Universitário Christus, localizado na Rua João Adolfo Gurgel, Nº 133, bairro Cocó, Fortaleza-Ceará. Uma média de dez alunos compareciam nos encontros onde foram desenvolvidas simulações do sistema respiratório e circulatório utilizando seringa, bexiga de aniversário, mangueira, canudo e garrafa PET para confecção dos dispositivos. RESULTADOS: Como monitora, confesso que foi mais fácil explicar os detalhes biofísicos com um objeto em mãos para apontar e comparar do que em uma figura de livro. Para os alunos, o fato de poder tocar e observar o funcionamento do dispositivo parecia ter mais poder de convencimento (compreensão), estimulando assim a participação nas discussões. Conclusão: aprimorou-se a capacidade de transmissão de conhecimento com a utilização de engenhocas facilitadoras do ensino tanto por parte dos alunos beneficiados no programa quanto por parte do monitor que absorveu um diferencial na futura docência profissional.

RESUMO - RADIOLOGIA

RELATO DE EXPERIÊNCIA NA INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: PROGRAMA DE MONITORIA DO CURSO DE RADIOLOGIA

Maria Clara Rocha Arruda (claratndg@gmail.com)

Mirizana Alves De Almeida (professoramirizana@yahoo.com.br)

Durante a formação acadêmica, o aluno encontra diversos desafios que contribuem de forma significativa para seu crescimento pessoal e profissional. O curso Superior de Tecnologia em Radiologia apresenta uma vasta área de atuação, porém seu principal foco está no diagnóstico por imagem e formação de docentes na área de imagiologia. Entre as cadeiras abordadas durante o curso, a disciplina de Fisiologia tem bastante peso, principalmente porque serve de suporte para disciplinas específicas, como: Tecnologia em Medicina Nuclear. O programa de iniciação à docência possibilita ao aluno monitor uma experiência prática como docente dentro da sala de aula. Com os recursos e infraestrutura disponibilizados pela instituição de ensino Unichristus, como as salas com recursos de mídia, data show e resumos impressos na biblioteca foi possível realizar reuniões de estudo e revisão no período correspondente ao segundo semestre de 2017, como plantões para tirar as principais dúvidas dos alunos em relação ao conteúdo visto. A monitoria ocorreu durante seis meses e acompanhou os três períodos e avaliações que ocorreram nesse intervalo. Foram explorados conteúdos teóricos e práticos durante cada período de avaliação no semestre tais como: transportes membranares; fisiologia do sangue; fisiologia da contração muscular; fisiologia endócrina, fisiologia cardiovascular, fisiologia renal e respiratória, sistema digestório. A assistência

aos discentes foi significativa, embora tenha sido limitada em função de curto período de tempo, da disponibilidade de tempo dos alunos para frequentar a monitoria e a incompatibilidade de horários que eventualmente ocorreu. Os alunos constantemente procuravam por auxílio e os que frequentaram a monitoria relataram que essa atividade apresentava um impacto positivo em seu desempenho acadêmico, isso demonstra a importância do programa de iniciação à docência para do conhecimento adquirido, formação embasada e despertar para a pesquisa e docência.

RESUMO - RADIOLOGIA

TRILHANDO OS CAMINHOS PARA A FORMAÇÃO DISCENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIA DA MONITORIA ACADÊMICA NA DISCIPLINA DE MICROBIOLOGIA E BIOSSEGURANÇA.

Carlos Jefferson Gomes Da Silva (carlosj.silvah@gmail.com)

Viviane De Sousa Tomaz (viviane_fla2@hotmail.com)

Introdução: A Monitoria Acadêmica é uma atividade que contribui para a formação integrada do aluno nas atividades de ensino, pesquisa e extensão dos cursos de graduação, permitindo a troca de experiências entre docentes e discentes promovendo uma construção mútua. Além da ampliação de conhecimentos, o desenvolvimento do comportamento ético. A Microbiologia e Biossegurança, no que tange a Microbiologia podemos classifica-la como uma ciência biomédica que se dedica ao estudo dos microrganismos patogênicos, responsáveis pelas doenças infecciosas, englobando a bacteriologia, virologia e micologia, Já a Biossegurança é observância de procedimentos de segurança na manipulação de organismos geneticamente modificados, com a finalidade de proteger o ecossistema e preservar a saúde e a vida humana. Desse modo, tal disciplina é essencial aos estudantes de graduação da área da Saúde. Como a monitoria é uma atividade de grande importância para o apoio Docente e para a formação discente complementar, o presente trabalho objetivou relatar as experiências da monitora na disciplina Microbiologia e Biossegurança. Método: Trata-se de um estudo descritivo, do tipo relato de experiência, realizado a partir da vivência de discentes na monitoria. Tal experiência ocorreu no município de Fortaleza/CE, no período de Janeiro a

Julho de 2018, correspondendo ao semestre 2018.1, no Curso Superior Tecnólogo em Radiologia de uma Universidade da Rede Privada, situada no município de Fortaleza-Ceará. Resultados: A prática da monitoria no âmbito educativo se caracteriza como um processo pelo qual os monitores auxiliam os alunos da graduação na condução dos estudos, bem como na resolução de atividades e estudos de casos propostos pelo docente. É estimulado o desenvolvimento das habilidades de trabalho em grupo, o que auxilia na prática pedagógica e enriquece a absorção de conhecimentos específicos, cooperação, postura e ética. Conclusão: É de suma importância o aprendizado em Microbiologia e Biossegurança nos momentos iniciais da graduação, formando alunos qualificados para realizar suas atividades acadêmicas com Segurança e com conhecimento para identificar riscos, prevenindo danos. moldes a monitoria desenvolve profissionais mais qualificados, apoiando a construção de seu caráter crítico-reflexivo.

RESUMO - SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

GAMIFICAÇÃO DA ECONOMIA DE ÁGUA

Thalys Melicio Da Cost (thalys.melicio02@gmail.com)

Tiago Guimarães Sombra (tiagosombrra@gmail.com)

A economia de água é uma pauta muito importante para o nosso contexto atual e para tentar contribuir de uma forma prática nessa temática podemos usar a gamificação através do uso de mecânicas e desenvolvimento de jogos digitais para engajar pessoas através da educação alinhada com a diversão e as tecnologias disponíveis, desde de smartphones até computadores pessoais. Com foco no público infantil podemos usar uma tecnologia bastante atrativa para motivá-los a ver a economia de água com outros olhos e de certa forma contribuir com a mudança de ações comportamentais em um ambiente fora do contexto dos jogos. Este trabalho tem como foco a produção de um jogo digital voltado para o público infantil de modo a proporcionar o entretenimento alinhado com a conscientização sobre a importância da economia de água, na qual a diversão e a parte lúdica do jogo é principal atrativo fazendo que o aprendizado com economia de água venha de forma natural, tornando assim, o jogo uma excelente ferramenta de apoio para a temática envolvida. Será utilizado inicialmente a Engine da Unity 5 para auxiliar todo o processo de desenvolvimento do jogo, desde aspectos gráficos até a mecânica e lógica de programação, além de técnicas de gerenciamento de projetos e versionamento de código, através do Github. Com a construção desse jogo pretende-se trazer entretenimento e contribuição de forma benéfica para os aspectos sociais, em geral, independentemente da localização, através da gamificação de uma

temática tão importante no nosso cotidiano. Portanto, podemos contribuir com medidas preventivas e corretivas em relação aos gastos inconsequentes da água usando um jogo digital.

RESUMO - MEDICINA - EPIDEMIOLOGIA E MEDICINA PREVENTIVA

**A IMPORTÂNCIA DE IDENTIFICAR OS FATORES DE RISCO ASSOCIADOS
A ACIDENTES DOMÉSTICOS NA INFÂNCIA E PROMOVER ATITUDES
PREVENTIVAS**

Jullyana Bezerra Souza (jullyanabsouza@gmail.com)

Juliana Sampaio Saraiva De Oliveira (julianasampaio@gmail.com)

Karina De Vasconcelos Norões (karinanoroes@gmail.com)

Helena Maria Barbosa Carvalho (hellenacarvalho@gmail.com)

Jose Lopes De Oliveira Neto (lopesneto81@gmail.com)

Rui Pimenta Saldanha (ruipimenta80@hotmail.com)

Introdução: Os acidentes domésticos na infância contribuem para o aumento da mortalidade infantil e do número de hospitalizações no grupo pediátrico. Diante disso, torna-se evidente a importância de ações educativas que estimulem a adoção de um comportamento preventivo, a fim de reduzir os acidentes na infância e permitir o adequado crescimento e desenvolvimento infantil. Objetivo: Identificar os fatores de risco para ocorrência de acidentes domésticos envolvendo crianças de uma creche de Fortaleza e enfatizar o comportamento preventivo. Relato da experiência: A atividade foi desenvolvida na creche Kulturbras, Fortaleza-CE, com crianças na faixa etária de 3 a 7 anos, no mês de abril de 2016. Inicialmente, foi aplicado um questionário com os pais dos alunos, visando conhecer os principais fatores de risco aos quais as crianças estavam expostas e a frequência de acidentes nessa amostra. Além disso, foi realizada uma dinâmica com as crianças, na qual algumas imagens

foram exibidas em cartazes, simulando situações cotidianas que podiam ou não ocasionar acidentes. O intuito dessa prática foi pedir aos alunos que identificassem as imagens que representavam fatores de risco, a fim de conhecer a percepção dessas crianças acerca de acidentes domésticos. Por fim, vídeos educativos e dinâmicos foram apresentados aos alunos e uma dramatização acerca da temática foi realizada por meio de fantoche, orientando as crianças sobre as adequadas condutas que deveriam ser adotadas para a prevenção de acidentes. Conclusão: O ambiente escolar consiste em um importante meio para identificar os fatores de risco presentes no cotidiano das crianças e realizar uma abordagem preventiva, orientando acerca dos acidentes domésticos na infância e possibilitando maior controle e prevenção dos fatores de risco associados a eles.

**AÇÃO EDUCATIVA ACERCA DO "NOVEMBRO AZUL" EM UMA UNIDADE
BÁSICA DE SAÚDE**

Jullyana Bezerra Souza (jullyanabsouza@gmail.com)

Juliana Sampaio Saraiva De Oliveira (julianasampaioso@gmail.com)

Karina De Vasconcelos Norões (karinanoroes@gmail.com)

Juliana Leão Moraes (julianaa_leao@hotmail.com)

Karine Jorge Alves Bezerra (karinejorge@hotmail.com)

Joseane Marques Fernandes (josy.marquesf@gmail.com)

Introdução: O câncer de próstata é o segundo tipo de câncer mais mortal entre homens e é o sexto tipo de câncer mais frequente no mundo, assumindo uma dimensão cada vez maior com o aumento da expectativa de vida. Quando a doença é detectada precocemente, a patologia é curável em 80% dos casos, reforçando a importância da detecção precoce deste agravo. Objetivo: Relatar a experiência de realizar uma ação educativa para a conscientização da população masculina de uma unidade básica de saúde sobre o câncer de próstata. Descrição da experiência: Foi desenvolvida uma ação educativa por acadêmicos de medicina na Unidade Básica de Saúde (UBS) Frei Tito de Alencar no dia 20 de novembro de 2017 a partir de uma sala de espera, cujo tema foi câncer de próstata e campanha do “Novembro Azul”. Foram entregues ao público alvo panfletos que continham informações acerca do câncer de próstata, e realizou-se a exposição de dados em cartazes sobre a prevalência e a incidência da doença, assim como estimativa para os próximos anos. Em

seguida, os acadêmicos explicaram os fatores de risco, sintomas, métodos de diagnóstico e prevenção, sendo posteriormente discutido os benefícios e riscos do diagnóstico precoce e do tratamento. Foi utilizado o momento final para os questionamentos dos participantes. Conclusão: Apesar de o câncer de próstata ser uma doença comum, muitos homens preferem não conversar sobre o assunto, por conta disso a ação educativa representou uma oportunidade de esclarecer as dúvidas dos pacientes, além de alertá-los sobre a importância do rastreio incentivado no “Novembro Azul”.

ANÁLISE DOS CONHECIMENTOS DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS) SOBRE CHIKUNGUNYA

Kenya Vitória De Aguiar Queiroz (kenyaguilar@gmail.com)

Lyvia Gonçalo Da Silva (lyviagoncalo92@gmail.com)

Bárbara Chaves Alves De Oliveira (barbarachaves.bc@hotmail.com)

João Romano Ponte Nogueira (joaoromanonogueira@gmail.com)

Lucas Holanda Do Nascimento (lucashhn@gmail.com)

Joseane Marques Fernandes (josy.marquesf@gmail.com)

Introdução: Epidemias por arboviroses têm crescido significativamente, um exemplo é a Chikungunya, transmitida pelo *Aedes aegypti* de habitat urbano, em áreas tropicais, podendo ter uma grande abrangência clínica. Nesse contexto, os ACS têm um papel primordial para o combate ao mosquito e para a melhoria da qualidade de vida da população. Objetivo: Avaliar o conhecimento dos Agentes Comunitários de Saúde sobre as orientações e manejo dos casos de Chikungunya em Unidades Básicas de Saúde (UBS) de Fortaleza-CE. Materiais e métodos: Pesquisa descritiva, transversal, observacional e quantitativa, realizada nas UBS pertencentes à Regional II, em Fortaleza- CE, de junho a novembro de 2017. A população foi composta por 126 ACS, os quais responderam, após a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido, questionários individualizados, analisados estatisticamente por meio do software Epi Info versão 3.5.1. Resultados: Da amostra, 81,6% demonstraram conhecimento das principais manifestações da doença; 76,6%

identificaram as principais regiões acometidas pelo exantema; 95,3% acertaram as principais queixas dos pacientes na fase crônica e 41,7% detectaram os sinais de gravidade da doença. Já 84% identificaram as manifestações no recém-nascido; 91,9% assinalaram os principais diagnósticos diferenciais e 59,2% diferenciaram da Dengue. Enquanto, 92,9% apontaram como fazer o manejo clínico e 57% indicaram o paracetamol como a droga de escolha para o tratamento. Em contrapartida, apenas 31,5% orientaram corretamente a hidratação oral e 46% relataram não ter recebido treinamento e material educativo acerca da doença. Dessa forma, apenas 16,4% sentem-se seguros para orientar a população sobre a doença e 53,2% reconhecem a necessidade de uma abordagem sobre a visão geral da enfermidade. No tocante à notificação nos casos suspeitos, apenas 13,6% apontaram que poderia ser feita por qualquer pessoa, ademais somente 24,6% ressaltaram a necessidade e o período da notificação. Conclusão: Os ACS possuem significativo conhecimento acerca de diversos aspectos da doença, entretanto é necessário um maior treinamento desses profissionais para que possam orientar adequadamente a população.

**AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DA POPULAÇÃO ACERCA DA
MAMOGRAFIA DE RASTREAMENTO**

Gabriel Bezerra Castaldelli (gabrielcastaldelli@hotmail.com)

Thiago Belmino Almeida Bernardo Evangelista (thiagobelmino@gmail.com)

Ester Almeida Mourão (estercrismashalom@gmail.com)

Dalila Molinare De Araújo Maciel (dalilamolinare@gmail.com)

Juliana Melo De Andrade (julianameloandr@gmail.com)

Dr. André Costa Teixeira (andrect3@hotmail.com)

O Ministério da Saúde (MS) recomenda que a mamografia de rastreamento seja realizada por mulheres entre 50-69 anos a cada dois anos, a fim de possibilitar o diagnóstico precoce de neoplasias de mama, facilitando a prevenção secundária e o controle dessa doença. Vale ressaltar a importância de se avaliar, rotineiramente, caso a população, de fato, está familiarizada com esses direcionamentos, tendo em vista que pode haver falhas do MS em comunicá-los. Por isso, buscou-se identificar o nível de conhecimento populacional sobre as preconizações do MS para a realização da mamografia de rastreamento em mulheres. Os dados do estudo foram coletados por meio de um formulário de múltipla escolha, com pré-teste e pós-teste, o qual foi aplicado a 121 transeuntes, homens e mulheres, escolhidos aleatoriamente, na Campanha do Dia Mundial de Combate ao Câncer, no Parque do Cocó, localizado em Fortaleza-CE. Tal formulário continha a seguinte pergunta: com qual faixa etária e com qual periodicidade as mulheres devem realizar a

mamografia para o rastreio do câncer de mama – de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde? Os resultados obtidos foram os seguintes: no pré-teste, apenas seis indivíduos (5%) responderam o item correto. Já no pós-teste, após as orientações fornecidas aos entrevistados pelos integrantes da Campanha, acerca da execução desse exame de rastreio, 86 pessoas (90,9%) passaram a escolher o item de acordo com as recomendações do MS. Assim, conclui-se que, na amostra estudada, a maioria das pessoas não conhecia os direcionamentos do MS sobre a realização da mamografia de rastreamento. Ademais, com base no número de acertos obtidos antes e após a intervenção educativa da Campanha, percebe-se que, por meio de ações de promoção à saúde é possível reverter de maneira significativa o cenário de desconhecimento sobre a mamografia de rastreamento.

CAMPANHA DO DIA MUNDIAL DE COMBATE AO CÂNCER: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Thiago Belmino Almeida Bernardo Evangelista (thiagobelmino@gmail.com)

Gabriel Bezerra Castaldelli (gabrielcastaldelli@hotmail.com)

Ester Almeida Mourão (estercrismashalom@gmail.com)

Dalila Molinare De Araújo Maciel (dalilamolinare@gmail.com)

Juliana Melo De Andrade (julianameloandr@gmail.com)

Dr. André Costa Teixeira (andrect3@hotmail.com)

Em 2018, a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirmou que “quase todas as famílias do mundo são afetadas pelo câncer de alguma maneira.” Aproximadamente 14 milhões de novos casos são registrados por ano, globalmente, e a OMS calcula que essas notificações devam subir 70% nas próximas duas décadas. Partindo do pressuposto que, no Brasil, as neoplasias vêm se tornando uma das maiores causas de morte e que muitas delas são passíveis de prevenção, a disseminação de informação e conhecimento para a população é uma importante iniciativa, a qual tende a otimizar a adesão às práticas de saúde pública implementadas pelo Governo. O propósito desse relato é descrever a experiência da Campanha do Dia Mundial de Combate ao Câncer, a qual teve fins educativos, visando à promoção de conhecimento à população sobre a prevenção dos cânceres de mama, colo de útero, próstata e pele. Essa campanha foi realizada pela Liga de Patologia e Oncologia (LIPON), com sede no Centro Universitário Christus, em parceria com a International

Federation Of Medical Students Associations (IFMSA). Tal ação foi realizada no Parque do Cocó, um parque ecológico localizado em Fortaleza. Os participantes entrevistaram indivíduos aleatórios no Parque, aplicaram um pré-teste, depois educaram essas pessoas sobre os 4 cânceres abordados na campanha e, posteriormente, aplicaram um pós-teste para finalizar a coleta de dados. Os formulários utilizados apresentavam 5 questões, abrangendo os 4 tipos de cânceres abordados no evento. Ao todo, 121 transeuntes responderam aos formulários. Essas pessoas foram escolhidas aleatoriamente no dia do evento, incluindo homens e mulheres de diversas faixas etárias e de diferentes níveis de escolaridade. Com relação aos resultados obtidos, a distribuição de acertos foi a seguinte: 01) Qual dos sinais abaixo é um importante sinal de alerta para o câncer de pele. Resultado: 45 indivíduos (37,2%) acertaram a pergunta no pré-teste, enquanto 96 (79,3%) a responderam corretamente no pós-teste. 02) Qual o principal fator de risco para o desenvolvimento do câncer de colo de útero? Resultado: 85 indivíduos (70,2%) acertaram a pergunta no pré-teste, enquanto 110 (90,9%) a responderam corretamente no pós-teste. 03) Quais os exames de rastreio do câncer de próstata e qual a idade mais recomendada para os homens começarem a realizá-los? Resultado: 58 indivíduos (47,9%) acertaram a pergunta no pré-teste, enquanto 104 (86%) a responderam corretamente no pós-teste. 04) Quais os sinais ou sintomas que geram suspeita de câncer de próstata? Resultado: 64 indivíduos (52,9%) acertaram a pergunta no pré-teste, enquanto 110 (90,9%) a responderam corretamente no pós-teste. 05) Com qual faixa etária e com qual periodicidade as mulheres devem realizar a mamografia para o rastreio do câncer de mama – de acordo com as recomendações do Ministério da Saúde? Resultado: 6 indivíduos (5%) acertaram a pergunta no pré-teste, enquanto 86 (71,1%) a responderam corretamente no pós-teste. Com isso, pode-se concluir que a campanha teve uma boa receptividade por parte das pessoas entrevistadas e foi efetiva, de fato, em produzir um efeito real na transmissão de novas informações sobre a prevenção dos 4 cânceres abordados no evento.

RESUMO - MEDICINA - EPIDEMIOLOGIA E MEDICINA PREVENTIVA

ELABORAÇÃO DE MANUAL DE UTILIZAÇÃO DAS CLÍNICAS ESCOLA DE ENFERMAGEM E FISIOTERAPIA DA UNICHRISTUS

Débora Rabelo Magalhães Brasil (debbora_maggalhaes@hotmail.com)

Marcela Maria Fontes Borges (marcelaborges4321@hotmail.com)

João Paulo Mota De Paulo (jpmota9@hotmail.com)

Artur Paiva Dos Santos (arturfisioterapeuta@alu.ufc.br)

Alisson Salatiek (satiek@gmail.com)

As Clínicas-escola de Saúde (CES) do Centro Universitário Unichristus são espaços de serviços de atenção à saúde gratuitos, onde são disponibilizados um leque de procedimentos. Um dos princípios essenciais que norteiam essa prática, é a prestação de serviço em equipes multidisciplinares que possibilitem o ensino e a pesquisa e contribua para a formação dos discentes. Foi realizada a confecção de um manual de fluxo dos pacientes entre as clínicas de Fisioterapia e Odontologia da Unichristus. O objetivo principal do manual foi estudar a oferta e as demandas dos serviços de saúde oferecidos pelas clínicas escolas de fisioterapia e de odontologia da Unichristus. Foi feita pesquisa em campo para delimitação de informações pertinentes à elaboração do manual e posteriormente os dados foram agrupados e consolidados. A partir de então foi elaborado um fluxograma desde a entrada do paciente na clínica e as interrelações com as demais clínicas em caso de necessidade. A divisão das informações a respeito do atendimento em cada clínica escola se deu pelo esclarecimento de assuntos como: responsáveis, serviços prestados, horário

de atendimento e formas de agendamento e acesso. Após isso foi transcrito no manual as informações referentes a descrição dos serviços ofertados, horários, formas de marcação e como o encaminhamento do paciente entre clínicas deve ocorrer. Ficou claro, portanto que essas matérias têm grande utilidade na gestão dos serviços, sendo usado tanto para organizar e otimizar as marcações quanto para nortear os profissionais à respeito do percurso que os pacientes devem seguir para atender as demandas. Ademais, o maior beneficiado é o paciente que receberá orientações padronizadas e claras para seus encaminhamentos.

RESUMO - MEDICINA - EPIDEMIOLOGIA E MEDICINA PREVENTIVA

ELABORAÇÃO DE MANUAL PARA FLUXO DE PACIENTES ENTRE AS CLÍNICAS DE MEDICINA E DA ENFERMAGEM DA UNICHRISTUS.

Caroline Lopes Aragão De Macedo (clopesaragao@gmail.com)

Rosane Alice Barbosa Bomfim De Moraes (rosanealice2794@gmail.com)

Andréa De Vasconcelos Alves (andreavasconcelosebely@gmail.com)

Gustavo Dourado Aragão Sá Araújo (gustavo_dourado_s@hotmail.com)

Antonio Jadson Alves Da Costa (jadsoalves@hotmail.com)

Alisson Salatiek Ferreira De Freitas (salatiek@gmail.com)

As transformações da sociedade modificaram o curso histórico da frequência e das transmissões de informações necessárias para a melhoria da saúde da população. O modelo de Atenção à Saúde Primária (APS) veio com o intuito de fortalecer o vínculo comunitário com o atendimento por vezes imprescindível e característico do corpo profissional de saúde. As Clínicas-Escola de Saúde do Centro Universitário Christus são associadas a Unichristus, e constitui um espaço para o exercício da prática clínica durante a graduação. O intuito das clínicas é promover ações e procedimentos em equipe multidisciplinares que possibilitem o ensino e a pesquisa, contribuindo para a formação do discentes e, simultaneamente, prestar atendimentos de qualidade a` comunidade, de modo a manter uma responsabilidade social associado ao ambiente acadêmico. O Núcleo Interdisciplinar dos Cursos da Saúde (NICS) é um espaço de reflexão e pesquisa com o objetivo de aprimoramento e o aprendizado acadêmico de modo inovador. Neste projeto de extensão, busca-

se avançar no aprendizado para ser capaz de responder as demandas cada vez mais exigentes da área da saúde. Esse projeto justifica-se pela necessidade de despertar, desde a graduação, as habilidades de raciocínio e interações interdisciplinares e com a implementação do manual é possível o estabelecimento de um caminho a ser percorrido pelos pacientes para a solução de suas demandas de forma holística. Objetivo: Elaborar um manual de fluxo de encaminhamento de pacientes entre as clínicas-escola de Medicina e Enfermagem. Métodos: Estudo metodológico. Foi feita pesquisa em campo para delimitação de informações pertinentes à elaboração do manual como: responsáveis, serviços prestados, horário de atendimento e formas de agendamento e acesso. Posteriormente, os dados foram agrupados e consolidados. A partir de então foi elaborado um fluxograma desde a entrada do paciente na clínica e as inter-relações com as demais clínicas em caso de necessidade. Resultados: O Manual de Fluxos e Rotinas das Clínicas Escola de Saúde do Centro Universitário Christus foi desenvolvido por professores e alunos de diversos cursos da área da saúde (medicina, enfermagem, fisioterapia, técnico em radiologia, odontologia e biomedicina) que integram o Núcleo Interdisciplinar dos Cursos da Saúde (NICS). Conclusão: Diante disso, o conhecimento, por meio da criação de um manual, de quais atendimentos são oferecidos pelas clínicas-escola de Medicina e de Enfermagem, bem como os seus horários de atendimento, possibilita uma melhor organização do serviço prestado à comunidade. Além disso, o entendimento do fluxograma desses serviços possibilita, também, sua melhor estruturação e organização, pois permite a identificação e análise de problemas relacionados ao funcionamento da unidade, a fim de buscar soluções e melhores abordagens.

**GRUPO FOCAL SOBRE ENTENDIMENTO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS
DE SAÚDE SOBRE CHIKUNGUNYA**

Lívia Leal Chagas Parente (liviaparente_@hotmail.com)

Juliana Leão Moraes (julianaa_leao@hotmail.com)

Raoul Costa Praciano Sampaio (raoul.sampaio@hotmail.com)

Sabrina Maria Lima Bezerra (sabryнна_17@hotmail.com)

Joseane Marques Fernandes (josy.marquesf@gmail.com)

Thais Helena Paiva Da Silva (thaispaiva2107@gmail.com)

Introdução: Nas últimas décadas, o número de epidemias de arboviroses tem crescido significativamente. A Chikungunya se expandiu de forma progressiva, tornando uma situação bastante preocupante para todos os brasileiros (MANIERO et al., 2016). Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) têm um papel primordial para o combate ao *Aedes aegypti* e para a melhoria da qualidade de vida da população, tanto dando orientações sobre a prevenção, quanto sobre cuidados após a confirmação de um caso suspeito.

Objetivo: Conhecer as opiniões e as observações dos ACS durante a epidemia de Chikungunya, sobre seus conhecimentos e as suas principais dificuldades.

Materiais e métodos: O estudo foi realizado em junho de 2017. Foram formados 11 grupos focais compostos por dois moderadores, os estudantes do curso de medicina e ACS de cada UBS da Regional II, de Fortaleza-CE, totalizando 126 ACS. Inicialmente, foi perguntado se, diante de um caso

suspeito de Chikungunya em visita domiciliar, qual seria a conduta do ACS. Depois, foi perguntado, após a avaliação clínica e confirmação de um caso suspeito, quais atitudes deveriam ser praticadas por eles para contribuir com o seguimento adequado do paciente. O momento foi gravado por um smartphone e, posteriormente, foi transcrito todo o diálogo. As respostas foram classificadas em aspectos subjetivos, como capacitação dos ACS, conhecimento prévio sobre ações que devem ser tomadas, condições de trabalho e disponibilidade dos ACS.

Resultados e Discussão: Muitos ACS se mostraram conscientes de seu papel durante a epidemia, principalmente no acompanhamento do doente e no seu suporte para ir buscar atendimento no posto, continuar a hidratação e incentivar o uso de repelentes e busca de focos na casa. No entanto, foi relatado uma grande divergência entre os postos, visto que alguns relataram ter recebido capacitação e outros não, alguns ainda afirmaram que a capacitação foi insuficiente. Ou seja, ainda há uma carência de informações a serem aprendidas para eles e de forma eficiente. Além disso, alguns relataram a ausência da comunicação interdisciplinar para serem transmitidas as informações por entre os seus membros. Outro fator que foi relatado durante os grupos focais foi a automedicação, em que muitos reconhecem e ensinam a população a não se automedicarem devido ao risco de alergia e de complicação da própria doença, sendo indicado o encaminhamento para a unidade de saúde em casos suspeitos e ingesta de líquido. Conclusão: Para prevenir epidemias, como a da Chikungunya, deve haver uma conscientização dos ACS de forma mais efetiva, como em treinamentos, com o objetivo de fornecer mais segurança a esses profissionais, e o conhecimento acerca dessa arbovirose ser mais difundido entre todos os membros das equipes e prevenir possíveis complicações da doença nas comunidades.

RESUMO - MEDICINA - EPIDEMIOLOGIA E MEDICINA PREVENTIVA

**PERFIL EPIDEMIOLÓGICO HIV-AIDS DE 2007 À 2017 NO ESTADO DO
CEARÁ**

Ana Laryssa Miranda Rios (analary.14@gmail.com)

Lana Amora Leite Frota (laninhaamora@gmail.com)

Sofia Tavares Morais (sofia_tavares_morais@hotmail.com)

Brenda Evi De Sousa Castro (brendaevi09@gmail.com)

Haimée Sousa Fontgalland (haimeesf@gmail.com)

Jacqueline Amora Leite Frota (jacquelinefrota@yahoo.com.br)

Introdução A síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS) é uma doença do sistema imunológico crônica e infecciosa, causada pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV). A preocupação existente entre as gestantes com HIV é o risco de transmissão vertical para o recém-nascido (RN), que pode ser causada pela sua exposição ao vírus durante a gestação, trabalho de parto ou aleitamento. Nessa perspectiva, a AIDS ainda representa um problema de saúde pública de grande relevância na atualidade, em função do impacto na qualidade de vida de crianças e adolescentes acometidas pela infecção.

Objetivo Analisar o perfil epidemiológico entre as gestantes com HIV no Ceará no período de 2007 à 2017.

METODOLOGIA Pesquisa de dados epidemiológicos no Sistema de informação de Agravos e Notificações (SINAN) e no Boletim Epidemiológico da

Secretaria de Saúde do Estado do Ceará referentes às notificações de casos confirmados de HIV-AIDS no estado do Ceará durante o período de 2007 a 2017, sendo, portanto de cunho retrospectivo. A coleta de dados foi realizada no mês de agosto de 2018.

RESULTADOS Foram confirmados 2.454 casos confirmados de gestantes portadoras de HIV no estado do Ceará, no período de 2007 a 2017, configurando 37,9% de todos os casos de HIV no adulto (6460). Observa-se, também, que a taxa de detecção de gestantes com HIV no estado é flutuante e menor que a nacional, apresentando uma taxa de 2 casos por mil nascidos vivos em 2016 enquanto a do Brasil apresentou de 2,6/ mil nascidos vivos. Além disso, foi analisado que, durante todo esse período, a faixa etária mais acometida foi a de 15 a 24 anos, concentrando 49,5% dos casos em 2016.

Conclusão Diante do que foi exposto, constata-se a importância em investir na qualificação dos profissionais de saúde para que estes possam melhor assistir às gestantes, as quais devem ser orientadas sobre a necessidade da testagem para HIV no pré-natal (PN) e os benefícios do diagnóstico precoce. Tal atitude é essencial tanto para o controle da infecção materna, quanto para a prevenção da transmissão vertical, que pode ser evitada pelo tratamento com medicamentos antirretrovirais durante a gestação, e se necessário também no parto; além da indicação de não amamentação com o leite materno, o qual pode estar infectado. Por isso, é importante que haja uma relação de confiança entre os profissionais e as pacientes, a fim de obter uma relação de cuidado e melhoria na qualidade de vida dos usuários do sistema de saúde. Ademais, a elevação no acometimento da infecção em jovens reflete a urgência em desenvolver ações voltadas para essa parcela da população, ampliando a conscientização sobre a prevenção ao HIV, por meio de campanhas em veículos de comunicação e distribuição de métodos que evitem a transmissão, como camisinhas, nos postos de saúde. Dessa forma, é possível potencializar e desenvolver mudanças comportamentais na sociedade que visem à melhoria da saúde e combate ao vírus da AIDS no Estado.

**RELATO DE EXPERIÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE MESA REDONDA SOBRE
LEUCEMIA**

Milenna Chaves Machado (miilenna08@hotmail.com)

Amanda Maria Menezes Nogueira (amandammnn@hotmail.com)

Maria Luíza Calixto De Lima (calixto29lu@gmail.com)

Julia Araujo De Medeiros (julia.araujo.m@hotmail.com)

Carla Patricia Rodrigues Marques (pcarla7492@gmail.com)

A leucemia é um dos cânceres de sangue mais conhecidos e se configura como um importante problema de saúde pública. Esse câncer, que vem da medula óssea, acomete os leucócitos ou glóbulos brancos que perdem sua função e podem se proliferar de forma descontrolada. Devido a sua relevância na clínica médica e ao pouco contato dos acadêmicos dos cursos da saúde com a área de oncologia hematológica e pediátrica, é necessária a conscientização do profissional de saúde acerca do diagnóstico precoce e de como deve ser feito o manejo com o paciente acometido. Assim, o objetivo do exposto foi relatar a experiência da apresentação de mesa redonda acerca do assunto. Diante disso, a fim de incentivar o debate a respeito da leucemia, foi proporcionada uma mesa redonda pela Liga de Patologia e Oncologia Unichristus no dia quatro de junho de 2018 com o tema “O enfrentamento da leucemia”. O evento durou duas horas, ocorreu no Centro Universitário Christus e contou com a participação de acadêmicos e profissionais da saúde, como um médico referência em oncologia pediátrica, uma enfermeira do Centro

Pediátrico do Câncer, um voluntário em uma associação e uma paciente curada. Na realização, foram aplicados pré e pós testes a 45 participantes, respectivamente antes e depois do debate, com cinco questões sobre informações gerais da leucemia para posterior análise do impacto do evento. Com os resultados obtidos após análise estatística dos testes, evidenciou-se a mudança no padrão de resposta do questionário, pois uma grande parcela dos participantes mudaram suas respostas ao realizar o pós teste, passando a acertar as questões. Diante disso, fica evidente o impacto positivo para o conhecimento do público acerca da leucemia. Por meio dessa realização, pôde-se perceber uma boa adesão e um grande interesse por parte dos acadêmicos que participaram e dos profissionais que ministraram o debate. Assim, como a mesa redonda mostrou-se uma forma objetiva e eficiente para debater assuntos que necessitam de uma maior atenção, provavelmente serão realizados mais eventos como esse, visando enaltecer a conscientização de acadêmicos e de profissionais da área da saúde.

RESUMO - MEDICINA - EPIDEMIOLOGIA E MEDICINA PREVENTIVA

**SALA DE ESPERA: AÇÃO EDUCATIVA SOBRE CÂNCER DE PELE
MELANOMA E NÃO MELANOMA EM UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE (UBS)
FREI TITO**

Karina De Vasconcelos Norões (karinanoroes@gmail.com)

Jullyana Bezerra Souza (jullyanabsouza@gmail.com)

Juliana Sampaio Saraiva De Oliveira (julianasampaioso@gmail.com)

Joseane Marques Fernandes (josy.marquesf@gmail.com)

Jose Lopes De Oliveira Neto (lopesneto81@gmail.com)

Rui Pimenta Saldanha (ruipimenta80@hotmail.com)

INTRODUÇÃO: A sala de espera é um método que pode ser usado para converter o tempo ocioso em aprendizado, dos pacientes em busca de atendimento. Dentre os intuitos, é utilizada para o acolhimento e para a prevenção de agravos mais prevalentes no território da UBS. No contexto da UBS do Frei Tito, uma das patologias prevalentes é o câncer de pele. Essa neoplasia corresponde à 30% de todos os tumores malignos registrados no País. O melanoma relaciona-se à 3% das neoplasia malignas da pele no Brasil. A incidência nacional dessa patologia é de 5670 casos (3.000 homens e 2670 mulheres)

OBJETIVOS: Fortalecer ações preventivas em saúde, abordando o assunto relacionado ao câncer de pele melanoma e não melanoma, voltado para o

público em espera por atendimentos, e estimulando a Educação em Saúde através da sala de espera.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: No dia 03/12/2017, estudantes de medicina do 6º semestre do Centro Universitário Christus (Unichristus) realizaram uma roda de conversa sobre câncer de pele, com os pacientes que estavam esperando pelo atendimento na UBS Frei Tito. Dentre os temas abordados, foram discutidos os fatores de risco para o câncer de pele, a epidemiologia, além do oferecimento de orientações acerca da prevenção (protetor solar; intervalos de reaplicação; roupas adaptadas). A temática foi abordada de forma ilustrativa, por meio de fotos de lesões de pele com indicações de acompanhamento médico, além de imagens de campanhas de prevenção.

CONCLUSÃO: Em suma, a realização da sala de espera constitui um mecanismo eficiente no tocante à educação em saúde para os membros da comunidade focando nessa patologia prevenível e tratável.

**SÍNDROME CORONARIANA AGUDA(SCA) EM PACIENTE JOVEM:
RELATO DE CASO**

Débora Rabelo Magalhães Brasil (debbora_maggalhaes@hotmail.com)

Caroline Lopes Aragão De Macedo (clopesaragao@gmail.com)

Carmem Gracieli Oliveira E Silva (gracielirn@gmail.com)

Rochelle Pinheiro Ribeiro (rochellepinheiro@yahoo.com)

Embora apenas 5% a 10% dos eventos coronarianos agudos ocorram em jovens (SOUZA et al, 2015), tais episódios repercutem negativamente na produtividade do indivíduo, na economia e na sociedade. Esta vem ocorrendo em faixas etárias cada vez menores principalmente na América Latina com quase dez anos de antecipação nas manifestações clínicas da doença (DE PADUA MANSUR, 2000). Nos pacientes mais jovens a SCA assume características diferenciadas daquelas clássicas apresentadas na Doença Arterial Coronariana (DAC) em indivíduos mais velhos (ROBERTS, 2014). Estudos apontam que as alterações do perfil lipídico caracterizadas tanto por níveis elevados de LDL colesterol, tanto por baixos níveis de HDL desempenham importante papel no desenvolvimento de placas ateroscleróticas e em um perfil pró-trombótico predisponente ao desenvolvimento de síndromes coronarianas agudas (ALTSHULER et al, 2008). Alguns estudos apontam maior número de eventos coronarianos em jovens com HDL baixo, ainda que não possuam outros fatores de risco que os predisponham à doença arterial coronariana (RANKINEN et al, 2015). A transição nutricional que ocorreu no

mundo tem favorecido que a obesidade e doenças associadas a ela, como diabetes, hipertensão, dislipidemia, culminando em síndrome metabólica, estabeleça-se em idades cada vez mais precoces e traga junto as consequências cardiovasculares do distúrbio (SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES, 2018). Objetivos: Descrever um caso clínico de um paciente masculino que sofreu infarto agudo do miocárdio com idade inferior a 50 anos. Métodos: Estudo descritivo, transversal. A pesquisa seguiu os preceitos éticos enunciados na Resolução do CONEP n. 510/2016. Resultados e discussão: Paciente do sexo masculino, 36 anos, abriu quadro em junho/2017 com episódio de infarto do miocárdio o qual evoluiu em outubro/2017 com angina estável classe II, o qual apresenta discreta limitação para atividades habituais. Ocorre ao caminhar ou subir escadas rapidamente, após refeições, no frio, ao vento, sob estresse emocional, após caminhar 2 quarteirões planos ou ao subir mais de um lance de escadas. Apresenta como comorbidades hipertensão, diabetes, dislipidemia e obesidade. Em 17/10/2017 realizou cateterismo que evidenciou lesões severas em artéria coronária direita e ramo marginal da artéria circunflexa. Paciente foi submetido à angioplastia coronariana com implante de stent convencional em CD, CD/RVP e MGCX, obtendo sucesso. Após procedimento, paciente evoluiu consciente, orientado, em oxigênio ambiente, normotenso, pulso pedioso palpável, membros inferiores aquecidos. Conclusão: A atenção à saúde integral dos indivíduos jovens deve ocorrer para a prevenção, diagnóstico precoce e intervenções agressivas em caso de distúrbios metabólicos para a prevenção de desfechos cardiovasculares desfavoráveis.

RESUMO - MEDICINA - EPIDEMIOLOGIA E MEDICINA PREVENTIVA

**TARDE DE INTEGRAÇÃO COM IDOSOS EM BUSCA DO ESTÍMULO À
EMPATIA ENTRE GRADUANDOS DE MEDICINA E A POPULAÇÃO SENIL
DO LAR TORRES DE MELO**

Gessica Kathelen Coelho Dos Santos (gessicakathelen1@gmail.com)

Lara Justi Silva Nogueira (larajustisnogueira@gmail.com)

Ana Carolina Pinheiro Brasil (carolpbrasil@hotmail.com)

Ivigna Aguiar Nobre De Oliveira (ivignanobre17@hotmail.com)

Raquel De Pontes Medeiros Barroso (raquelmedeiros@hotmail.com)

Julio Cesar Couto Bem Siqueira Telles (juliocctelles@gmail.com)

Atualmente o envelhecimento da população é um fenômeno cada vez mais presente na sociedade, fato comprovado pelos atuais dados demográficos que indicam que em 2015 o Brasil terá cerca 34 milhões de pessoas acima de 60 anos, 10% da população, sendo o país com a sexta maior população idosa do mundo. Com isso, torna-se necessário repensar as políticas e práticas de assistência e cuidado ao idoso e seus familiares. Nesse contexto, há a necessidade de uma maior sensibilidade dos profissionais de saúde em relação a essa categoria de pacientes, visto que a taxa de depressão dessa população é significativa. Dito isso, o estímulo do contato de graduandos de medicina com a população idosa torna-se fundamental para o desenvolvimento de um vínculo afetivo precoce, além de uma percepção acentuada acerca da realidade dessas pessoas. A partir disso, a International Federation of Medical Student's Associations (IFMSA) por meio do Comitê de Paz e Direitos

Humanos (SCORP) da Unichristus, idealizou essa campanha objetivando realizar uma ação que visasse à conversação, a promoção de momentos de lazer e a distribuição de doações aos idosos acolhidos no Lar Torres de Melo. Com isso, a campanha dividiu-se em duas partes, primeiro ocorreu a arrecadação das doações e a capacitação dos alunos com uma geriatra a despeito do manejo da população senil e a melhor forma de abordagem. Posteriormente, houve a confecção dos kits de higiene que foram doados aos idosos que participaram da ação, os quais consistiam em: uma escova de dente, um creme dental, um sabonete, um copo e uma caixa de cotonetes. Além disso, houve um momento de conversação dos participantes da campanha com os idosos e a realização de um bingo, no qual foram sorteados outros prêmios, como toalhas e alguns produtos de higiene pessoal. Dos 41 acadêmicos inscritos, 39 foram praticantes efetivos. Cerca de 40 idosos aderiram à campanha realizada no pátio principal, fora estes, nos aposentos do lar, ainda conseguiu-se alcançar aproximadamente 10 idosos que não tinham condições de locomoção para o local de realização da campanha. Por fim, praticamente toda a população idosa que participou do projeto aderiu de forma extremamente satisfatória, uma vez que as atividades realizadas proporcionaram uma tarde de descontração e felicidade a esses. Além disso, no momento de finalização da campanha, houve uma roda de conversa no intuito de avaliar o impacto da campanha nos estudantes. Percebeu-se uma resposta positiva diante da realização da ação, na qual a maioria dos estudantes apresentou uma empatia com a situação dos idosos, demonstrando uma mudança de percepção acerca dessa população. Portanto, observamos que a ação foi de grande importância tanto para os idosos, quanto para os estudantes, visto que, foi possível levar alegria para ambos e estabelecer um vínculo efetivo entre os indivíduos presentes, o que possivelmente facilitará a criação de uma melhor relação médico-paciente dos graduandos com seus futuros pacientes. Dessa forma, urge humanizar a prestação de cuidados ao idoso e ações que atuem diretamente para que essa transformação ocorra na carreira médica.

RESUMO - MEDICINA - CLÍNICA E PEDIATRIA

A PERCEPÇÃO DE CRIANÇAS DE 4 A 6 ANOS DE IDADE DE UMA ESCOLA MUNICIPAL DE FORTALEZA SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS HÁBITOS DE HIGIENE

Raissa Ferreira Facundo (raissafacundo88@gmail.com)

Gessica Kathelen Coelho Dos Santos (gessicakathelen1@gmail.com)

A educação à saúde vem sendo implantada no início da fase de aprendizagem, pois é na idade pré-escolar que há maior assimilação de informações. As ações educativas e preventivas devem ser incorporadas aos hábitos das crianças de modo que elas sejam aptas para repassar o conhecimento.

O objetivo é analisar a percepção de crianças entre 4 a 6 anos de uma escola municipal de Fortaleza sobre hábitos de higiene e fortalecer os ensinamentos sobre cuidados com higiene pessoal e familiar. Acadêmicos de medicina do terceiro semestre realizaram, no dia 8 de novembro de 2017, uma atividade lúdica sobre hábitos de higiene com as crianças da escola. O tipo de metodologia realizada foi por meio de uma peça teatral, que abordava os seguintes temas: a importância da lavagem das mãos para prevenção de doenças infectocontagiosas, o papel da escovação dos dentes para a prevenção de doenças odontológicas, a necessidade da higienização pessoal para prevenir doenças parasitárias comuns na infância, como a pediculose (conhecida como “infestação de piolhos”), e a indispensabilidade de uma boa alimentação na infância para evitar patologias gastrointestinais, a fim de colaborar para um bom desenvolvimento. As crianças demonstraram conhecimento sobre os hábitos de higiene, porém muitas delas afirmaram não

praticá-los, evidenciando a necessidade da família e da escola incentivarem práticas de higiene. Algumas crianças relataram que não tinham o hábito de escovar os dentes após refeições, por isso, apresentavam cárie. A cárie consiste em um grande problema para a saúde pública mundial e pode ser prevenida. Também foram referidos episódios de pediculose. Para preveni-la, recomenda-se evitar o contato com indivíduos infestados ou objetos pessoais, tratar os doentes e assegurar a higiene pessoal das crianças. A higiene também evita as parasitoses intestinais, por meio, por exemplo, da lavagem das mãos após a evacuação e antes de qualquer contato com alimento. Diante do exposto, constata-se que é de fundamental importância a orientação sobre hábitos de higiene para os infantis, visando uma melhor qualidade de vida no campo da saúde e do desenvolvimento saudável.

RESUMO - MEDICINA - CLÍNICA E PEDIATRIA

A QUALIFICAÇÃO DOS ESTUDANTES DE MEDICINA FRENTE A CONDUTAS DE PCR: UMA AVALIAÇÃO

Stephanie Haila Bezerra Castro Sá Pinheiro (stephanie_haila@hotmail.com)

Larissa Oliveira Ribeiro (larissa_oliveira14@hotmail.com)

Gessica Kathelen Coelho Dos Santos (gessicakathelen1@gmail.com)

Júlia Maria Souto Mourão Silva (julia_mourao@outlook.com)

Lília Torquilha Almeida (liliatorquilhaalmeida@hotmail.com)

Letícia Freitas Melo (leticia.melo64@outlook.com)

Introdução: A Parada Cardiorrespiratória (PCR) permanece como um problema mundial de saúde pública. Apesar de avanços nos últimos anos relacionados à prevenção e tratamento, muitos são os óbitos anualmente relacionados à PCR. Dito isso, é primordial que a formação dos estudantes de Medicina deva ter como um dos pilares o total domínio de como agir em uma situação de PCR.

Objetivos: Avaliar o conhecimento dos estudantes de Medicina numa situação de PCR, assim como a segurança no manejo desta e a necessidade de capacitação desse grupo.

Métodos: Trata-se de um estudo transversal, no período de maio de 2018, com acadêmicos do curso de Medicina, mediante a aplicação de questionários via online de autopreenchimento. Foram analisados 135 questionários no total por meio de uma plataforma digital.

Resultados: Dentre as perguntas objetivas, 88,9% dos estudantes acertaram o que fazer no caso de um paciente sem ritmo chocável ao responderem: reiniciar a RCP (Reanimação Cardiopulmonar) por 02 minutos e verificar novamente o ritmo; 95,6% responderam corretamente quais as principais causas de uma PCR ao escolher o item “infarto agudo do miocárdio, insuficiência respiratória e acidente vascular cerebral”. Questionados sobre quais os sinais clínicos de uma PCR, 93,3% acertaram ao afirmar inconsciência, ausência de movimentos respiratórios e ausência de pulsos em grandes artérias. Em relação às perguntas subjetivas, indagados sobre qual o nível de segurança deles no manejo de uma RCP, 30,4% dos estudantes afirmaram que sentem-se pouco seguros em realizar a RCP, 26,7% responderam que se sentiam seguros em realizar se tiverem ajuda e as outras duas opções de “não se sentir seguro em realizar” e a de “sentir-se seguro em realizar” foram igualmente respondidas, com percentual de 21,5%. Por fim, na pergunta que tinha como objetivo saber a opinião dos respondentes sobre a importância da capacitação dos estudantes de Medicina para situações de PCR, a maioria (96,3%) considera necessária para todos os estudantes logo no início da graduação.

Conclusão: Pode-se perceber que a maioria acertou as questões relacionadas a conduta em paciente sem ritmo chocável, além das principais causas de PCR e seus sinais clínicos. Além disso, quase totalidade (96,3%) relatou considerar necessária a capacitação de todos os acadêmicos de Medicina para as situações de RCP logo no início do curso, evidenciando a importância dada pelos estudantes à realização dessa manobra. No entanto, somente 21,5% responderam sentir-se seguros para realizar o RCP. Demonstra-se, pois, que, apesar da percepção dos estudantes acerca da importância da execução adequada da RCP, uma minoria relatou conseguir executá-la de fato. Com isso, percebe-se a necessidade de métodos mais amplos de ensino relacionados à RCP, unindo aspectos teóricos à prática clínica.

RESUMO - MEDICINA - CLÍNICA E PEDIATRIA

**ANÁLISE DE 20 CRIANÇAS ATENDIDAS NO HOSPITAL ALBERT SABIN –
CEÁRA COM INFECÇÃO CONGÊNITA PELO ZIKA VÍRUS SEM
MICROCEFALIA AO NASCIMENTO**

Joana Amaral Acioly (acioly.joana@gmail.com)

Rafaela Soares Barros De Menezes (rafaela-menezes@hotmail.com)

Thayse Elaine Costa Figueiredo Lopes (thaysefigueiredo@yahoo.com)

Thaís Pinheiro Guerra Furtado (t.p.g.furtado@gmail.com)

Davi Costa De Albuquerque (davicostaalbuquerque@gmail.com)

Erlane Marques Rbeiro (erlaneribeiro@yahoo.com.br)

A síndrome da Zika Congênita (SZVC) compreende um espectro de características clínicas, embora os principais achados descritos até o momento envolvam predominantemente o sistema nervoso central, com destaque para a presença de microcefalia congênita. Há relatos, entretanto, de algumas crianças expostas ao Zika Vírus (ZIKV) in útero que nasceram com perímetro cefálico (PC) normal ou sem alterações exuberantes ao nascer. Relatou-se também uma série de casos com 13 crianças expostas ao ZIKV in útero, nascidas com PC normal e desenvolveram microcefalia pós-natal. Para avaliar a possibilidade de apresentações clínicas da síndrome que não incluam microcefalia congênita, foram analisados retrospectivamente os prontuários de 20 crianças atendidas por SZVC com PC normal ao nascimento no Ambulatório de NeuroGenética do Hospital Albert Sabin em Fortaleza – Ceará. 17 das crianças possuem confirmação diagnóstica clinicorradiológica de SZVC e 3

possuem IgM(+) no exame de liquor/sangue. Destas, 15 (75%) apresentaram, entretanto, microcefalia pós-natal, tendo sido perdido o seguimento de 1 criança. Destaca-se que 20 (100%) das crianças apresentaram calcificações cortico-subcorticais na Tomografia Computadorizada (TC), 14 (70%) apresentaram ventriculomegalia e 15 (75%) apresentaram aumento do espaço subaracnoide. Associado às alterações na TC, o aparecimento de crises epilépticas deu-se em 13 (65%) crianças, tendo surgido entre os 3-17 meses de idade. Descrições iniciais dos efeitos da infecção do vírus Zika centraram-se na presença de microcefalia congênita. A patogênese da microcefalia pós-natal de infecções congênitas pelo ZIKV ainda não é bem conhecida. Os achados deste estudo, entretanto, corroboram a recomendação de acompanhamento pediátrico prolongado de crianças expostas ao ZIKV no período pré-natal, tendo em vista a possibilidade de surgimento da microcefalia e suas consequências. A indicação de neuroimagem pode, então, identificar anormalidades cerebrais relacionadas à infecção congênita pelo ZIKV, mesmo entre os lactentes com circunferência craniana normal.

**ATRASO DE DESENVOLVIMENTO NEUROLÓGICO E REGRESSÃO
NEUROLÓGICA EM PACIENTES COM MUCOPOLISSACARIDOSES.**

Érika Suyane Freire Silva (erikasfsilva@hotmail.com)

Joana Amaral Acioly (acioly.joana@gmail.com)

Davi Costa De Albuquerque (davicostaalbuquerque@gmail.com)

Carolina Murad Regadas (carolmregadas@hotmail.com)

Veyda Lourdes Ferreira Martins (veydaferreira@gmail.com)

Erlane Marques Rbeiro (erlaneribeiro@yahoo.com.br)

Introdução: As mucopolissacaridoses (MPS) são erros inatos do metabolismo em que a ineficiência de uma enzima lisossômica determina o acúmulo de glicosaminoglicanos nos tecidos com consequente repercussão clínica em vários órgãos e tecidos, no qual o comprometimento neurológico pode ser devastador. Objetivos: Caracterizar o quadro de atraso de desenvolvimento neurológico e regressão neurológica dos pacientes com MPS. Metodologia: Estudo quantitativo, seccional, descritivo, observacional de pacientes com MPS assistidos no Hospital Infantil Albert Sabin de 2000-2018 a partir de um questionário que identificava as seguintes variáveis: número de casos, tipo de MPS, idade, sexo, idade que cada paciente atingiu os marcos de desenvolvimento (sentar, andar, falar, controle de esfínteres) e da regressão neurológica para cada tipo de MPS. Resultado: Avaliamos 64 casos de MPS sendo 8 MPS I, 22 MPS II, 9 MPS III, 6 MPS IVA, 19 MPS VI. Apenas 3 tinham menos de 3 anos. O atraso de marcos do desenvolvimento neurológico ocorreu

na maioria dos casos, exceto no tipo IVA, sendo para sentar: 4/8 MPS I, 10/22 MPS II, 2/9 MPS III, 8/19 MPS VI; andar: 5/8 MPS I, 11/22 MPS II, 3/9 MPS III, 6/19 MPS IV; falar: 5/8 MPS I, 9/22 MPS II, 3/9 MPS III, 6/19 MPS IV; controle de esfíncter: 6/8 MPS I, 11/22 MPS II, 4/9 MPS III, 1/19 MPS VI. Regressão neurológica ocorreu em todos os tipos de MPS, sendo mais frequente na variável andar. MPS III teve maior comprometimento neurológico. Conclusão: O atraso do desenvolvimento neurológico pode ser um sinal de alerta para diagnóstico de MPS. A regressão neurológica é frequente em MPS e compromete a qualidade de vida dos pacientes. O comprometimento neurológico aumenta com a idade.

RESUMO - MEDICINA - CLÍNICA E PEDIATRIA

**AVALIANDO AS REAÇÕES À TERAPIA DE REPOSIÇÃO ENZIMÁTICA EM
PACIENTES COM MUCOPOLISSACARIDOSE**

Caio Magalhães Barbosa (caiomagalhaes0212@hotmail.com)

Amanda Férrer Vasconcelos (amandafvas@hotmail.com)

Carolina Murad Regadas (carolmregadas@hotmail.com)

Davi Costa De Albuquerque (davicostaalbuquerque@gmail.com)

Maria Beatriz Menescal Pinto Lima (mbeatrizmenescal@hotmail.com)

Erlane Marques Rbeiro (erlaneribeiro@yahoo.com.br)

Introdução: As reações adversas à infusão (RAI) na terapia de reposição enzimática (TRE) em pacientes portadores de mucopolissacaridose (MPS) são bastante comuns na prática clínica, porém há poucos relatos sobre as mesmas na literatura.

Objetivo: Avaliar as manifestações e o manejo das RAI na TRE para MPS.

Métodos: Foi um estudo observacional em um centro no Brasil. Os dados foram obtidos à partir de uma revisão de documentos médicos, entrevistas com os pacientes e as suas famílias, além de exame físico.

Resultados: RAI foram observadas em 10 (38%) dos 26 pacientes com MPS I (1/4), MPS II (6/12) e MPS VI (3/10). As idades dos pacientes variaram de 5 dias à 19 anos. RAI foram moderadas em 60% dos casos. As manifestações mais comuns foram urticária, tremor, piroxia e dispneia. Quando uma RAI

ocorria, a infusão era suspendida até a resolução dos sinais e sintomas, e não houve a necessidade de reanimação em nenhum caso. TRE foi recomeçada no mesmo dia, exceto por 1 paciente (MPS VI). Corticosteroides intravenosos foram administrados em 5 casos. Pacientes com MPS II tiveram mais RAI (50%) em comparação aos com MPS I e MPS VI, mas a RAI mais severa ocorreu em um paciente com MPS VI.

Conclusão: Reações adversas à infusão foram em sua maioria moderadas e de fácil manejo. A falta de filtro durante a administração da TRE não foi considerada um fator de risco para RAI. Neste coorte, nossas experiências clínicas demonstraram segurança da terapia de reposição enzimática como tratamento de mucopolissacaridose tipos I, II e VI, tanto em pacientes maiores quanto menores que 5 anos de idade.

**CARACTERIZAÇÃO DA DIETOTERAPIA NA FENILCETONÚRIA NO
HOSPITAL INFANTIL ALBERT SABIN.**

Alice Quental Brasil (aliceqbrasil@gmail.com)

Erlane Marques Rbeiro (erlaneribeiro@yahoo.com.br)

Introdução. Fenilcetonúria (PKU) é o mais frequente erro inato do metabolismo dos aminoácidos, sendo identificado na triagem neonatal do SUS. O Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS) é o único serviço do Programa Nacional de Triagem Neonatal cadastrado pelo Ministério da Saúde para tratamento de fenilcetonúria no Ceará. Sabemos que o diagnóstico e o tratamento precoces dessa doença são importantes para evitar o aparecimento de danos cognitivos, motores e cerebrais graves. O tratamento é baseado em dietoterapia. Objetivos. Traçar o perfil clínico, nutricional, antropométrico e social dos pacientes com PKU atendidos no HIAS. Métodos. Estudo quantitativo, seccional, prospectivo, descritivo. Informações clínicas foram coletadas em prontuários médicos como valores de PHE agrupando os pacientes em níveis laboratoriais de <6mg/dL; 6-10mg/dL e >10mg/dL. Dados demográficos, antropométricos e sociais foram apurados mediante questionário e uso de balança mecânica e de antropômetro. Outro questionário também foi aplicado para analisar as características nutricionais, correlacionando a fórmula usada na dieta. Resultados. 32 pacientes de 0-18 anos aderiram ao estudo, sendo 15 do sexo feminino. 9 tinham PHE>10mg/dL, sendo 5 entre 0-7 anos. 30 pacientes foram avaliados quanto ao IMC, e 10 tinham sobrepeso. Apenas 4/26 responsáveis/pais tinham ensino superior. 14/16 tinham aceitação da fórmula

metabólica para tratamento, mas em 8 deles os níveis de PHE > 10 mg/dL. Foi estatisticamente significativa ($p=0.0041$) que, de acordo com o aumento das transgressões, há piora no quadro clínico (PHE > 6 mg/dL). Conclusões. Diante de uma amostra bastante reduzida, não se pode obter estatísticas significantes entre todas as correlações. Contudo, sabe-se que os perfis questionados têm importância na manutenção do controle da doença baseados nos valores de PHE, IMC e morbidades associadas. Além disso, apoio familiar, conhecimento acerca da doença e suas implicações são coerentes com a gravidade da doença e sua aceitação.

RESUMO - MEDICINA - CLÍNICA E PEDIATRIA

CAUSAS DA PROCURA AO BANCO DE LEITE HUMANO POR LACTANTES EM FORTALEZA-CEARÁ.

Gabriela Silva Teles (gabriela.steles@outlook.com)

Daniel Levy Furtado Soares (danielfurt@outlook.com)

Davi Soéjima Correia Ramalho (davimed98@hotmail.com)

Carlos Alexandre Menezes Gomes (carlosalexandremgomes@gmail.com)

Carlos Otávio De Arruda Bezerra Filho (carlosotaviofilho@hotmail.com)

Introdução: O leite humano é considerado o melhor alimento para o recém-nascido, pois oferece todos os nutrientes precisos para um ganho imunológico e fisiológico para o bebê, proporcionando proteção imunitária e prevenção de agentes infecciosos e um ganho ponderal adequado. Apesar das evidências científicas que comprovam a eficiência do leite humano na alimentação, o aleitamento materno exclusivo não é uma realidade na vida alimentar de muitas crianças. Nesse contexto, a estratégia dos Bancos de Leite Humano (BLH) foi oficializada como política de saúde pública brasileira e objetiva estimular, através da doação e captação de leite humano, o crescimento, o desenvolvimento saudável, biológico e emocional dos lactantes. Objetivos: Analisar as características de lactantes usuárias do Banco de Leite Humano do Hospital Infantil Albert Sabin bem como levantar as causas de procura pelo atendimento no ano de 2016. Métodos: Estudo descritivo, analítico, retrospectivo, transversal e quantitativo, realizado no Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS) entre maio e novembro de 2017, com todas as lactantes

atendidas no Banco de Leite Humano do Hospital Infantil Albert Sabin no ano de 2016. Foram avaliados os prontuários, em que foram coletados dados das condições de pré-natal, nascimento das crianças e motivos da procura ao BLH. Resultados: Analisamos os dados de 402 lactantes. 401 mães fizeram pré-natal e apenas uma não o fez. 116 mães usaram medicamentos, uma mãe usou cigarro, 3 mães consumiram bebidas alcoólicas e 2 fizeram uso de drogas ilícitas. 245 mães receberam orientações sobre o aleitamento materno no pré-natal e 156 não receberam esse tipo de apoio. 96 mães tiveram parto por via vaginal e 283 mães tiveram cesáreas. 54 crianças nasceram pré-termo, 312 crianças nasceram a termo e 15 crianças nasceram no pós-termo. 32 crianças tiveram baixo peso ao nascer e 355 crianças nasceram com o peso adequado. Com relação a alimentação atual do bebê 257 tinham aleitamento materno exclusivo; 70 alimentavam-se com leite materno e complemento e 26 apenas com complemento. Quanto aos motivos de procura das lactantes ao Banco de Leite Humano (BLH), no presente estudo evidenciou-se que a maioria das mães que procuraram atendimento no BLH tinha como maior motivação a busca por orientação (n= 271) e por doação de leite humano (n=173). As mães que buscaram atendimento por conta de ingurgitamento (n=36), fissura mamilar (n=31) ou mastite (n=4) representaram a minoria das mães avaliadas.

Conclusão: A orientação sobre aleitamento materno durante o pré-natal pode ser considerada um dos medidores de qualidade de tal assistência. No estudo em questão, observou-se que a maioria das mães havia recebido alguma informação sobre o aleitamento materno. Observamos que o maior motivo da procura ao BLH era a busca por orientações e posteriormente pela busca por doações. Mesmo com a pouca procura das mães para auxílio sobre complicações mamárias é essencial o preparo dos profissionais da saúde para auxiliar a prevenção dessas intercorrências durante o pré-natal, parto e puerpério, contribuindo para evitar o desmame precoce.

RESUMO - MEDICINA - CLÍNICA E PEDIATRIA

CONDIÇÕES DE PRÉ-NATAL E PARTO DE MÃES QUE BUSCARAM ATENDIMENTO NO BANCO DE LEITE HUMANO NO ANO DE 2016

Gabriela Silva Teles (gabriela.steles@outlook.com)

Evisa Christal Oliveira De Paula (christal.oliveira@outlook.com.br)

Gabriella Lemos Rocha (grocha1997@hotmail.com)

Caroline Freitas Mesquita (carolfmesquita_@hotmail.com)

Bárbara Calisto Campos (barbaracalisto09@gmail.com)

Introdução: O leite humano é considerado o melhor alimento para o recém-nascido, pois oferece todos os nutrientes para o bebê, proporcionando proteção imunitária e prevenção de agentes infecciosos e um ganho ponderal adequado. O aleitamento materno perpassa pela difusão da educação em saúde para mulheres nutrizas, famílias e população, assim é essencial um pré-natal adequado, capaz de executar ações educativas em prol do estímulo e da orientação do manejo correto da amamentação. **Objetivos:** Conhecer as condições de pré-natal e parto das lactantes que buscaram atendimento no Banco de Leite Humano do Hospital Infantil Albert Sabin, bem como as condições de nascimento das crianças envolvidas, durante o ano de 2016. **Métodos:** Estudo descritivo, analítico, retrospectivo, transversal e quantitativo, realizado no Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS) entre maio e novembro de 2017, com todas as lactantes atendidas no Banco de Leite Humano do Hospital Infantil Albert Sabin no ano de 2016. Foram avaliados os prontuários, em que foram coletados dados das condições de pré-natal, parto e de nascimento das

crianças. Resultados: Foram analisadas 402 mães. Em relação à idade das mães, 13 eram menores de 18 anos, 160 tinham entre 18 e 28 anos; 214 tinham entre 29 e 38 anos; 13 tinham entre 39 e 48 anos e nenhuma tinha mais que 49 anos. 2 mães não informaram suas idades. Sobre o número de filhos, 252 eram primíparas, 119 tinham 2 filhos, 24 tinham 3 filhos e 6 mães tinham mais de 3 filhos. Uma mãe não respondeu a esse item. 237 mães exerciam atividades laborais remuneradas e 163 não trabalhavam. 401 mães fizeram pré-natal e apenas uma não o fez. 116 mães usaram medicamentos, uma usou cigarro, 3 consumiram bebidas alcoólicas e 2 usaram drogas ilícitas. 245 mães receberam orientações sobre o aleitamento materno no pré-natal. Em relação à via de parto, 96 mães tiveram parto por via vaginal e 283 mães tiveram cesáreas. Não tivemos informações de 23 mães. Em relação à idade ao nascer, 54 crianças nasceram pré-termo, 312 crianças nasceram à termo e 15 crianças nasceram no pós-termo. Não tivemos informações de 21 mães. 32 crianças tiveram baixo peso ao nascer e 355 crianças nasceram com o peso adequado. Não tivemos informações de 14 mães. Conclusão: Um número considerável de mães eram maior de 18 anos, tinham apenas um filho e trabalhavam, fatores que contribuem para os cuidados adequados com os bebês. Em relação à ingestão de substâncias pelas mães, um maior número não consumiu substâncias nocivas para o bebê, como cigarro, álcool e drogas ilícitas. A maioria das mulheres realizou pré-natal, auxiliando um maior acompanhamento da mãe e do bebê durante o período gestacional. Esses bebês nasceram, principalmente, de parto cesariano, com mais de 2500 g e no intervalo de 37 a 41 semanas de gestação. Revelando que um pré-natal adequado melhora a qualidade do parto e do nascimento das crianças.

RESUMO - MEDICINA - CLÍNICA E PEDIATRIA

DESMISTIFICANDO O ALEITAMENTO MATERNO

Rebeca Holanda Nunes (rebecahnunes@gmail.com)

Viviane Maria Sydrião Peixoto (viviane.msp@hotmail.com)

Carolina Murad Regadas (carolmregadas@hotmail.com)

*Fernando Antônio Mendes Bezerra Ximenes
(fernandoximenes600@gmail.com)*

Helena Maria Barbosa Carvalho (hellenacarvalho@gmail.com)

Antônio Neves Solon Petrola (antoniopetrola@hotmail.com)

INTRODUÇÃO: Sobre o aleitamento materno, existem mitos que se perpetuam entre a população, podendo induzir erros acerca deste processo, com prejuízos à nutrição infantil. Desse modo, é importante que os profissionais de saúde sejam capacitados para lidar com essas dúvidas da sociedade e para disseminar conhecimento de forma adequada. **OBJETIVO:** O estudo objetivou testar o conhecimento das mães de crianças de 0 a 2 anos de idade acerca do aleitamento materno. **MÉTODOS:** O estudo foi realizado por acadêmicos de Medicina, por meio de um questionário com perguntas passíveis de erros pelo senso comum. A população do estudo foi composta por mães de crianças de 0 a 2 anos de idade, que se submeteram a participar da pesquisa por meio da assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido. Os dados coletados analisados pela plataforma EpilInfo. **RESULTADOS:** A amostra do estudo foi composta por 30 mulheres, das quais a média de idade foi de 24 anos. A maioria possuía ensino fundamental completo. Dessa amostra, observou-se

que metade não sabia que o aleitamento materno tem a capacidade de oferecer proteção contra fraturas ósseas nas lactantes; quase 30% não acreditam que a amamentação é recomendável até cerca de 2 anos e quase 40% ainda pensa que é muito comum a ausência de leite materno. Ademais, 37% duvidam que a amamentação possa auxiliar a mulher a retornar ao peso pré-gestacional e 48% acreditam que ofertar apenas leite materno para a criança até um ano de idade, sem alimentação complementar, não seria um problema. Entretanto, todas as mães responderam corretamente que o aleitamento materno aumenta a interação entre mãe e filho e ainda reduz o risco de doenças imunoalérgicas no bebê. CONCLUSÃO: É perceptível que a maioria das mães da amostra estavam devidamente bem informadas acerca dos benefícios do aleitamento. Entretanto, uma grande quantidade ainda possui crenças que podem viabilizar o desmame precoce, colocando em risco a nutrição infantil. Logo, é necessário que os profissionais de saúde, além de informar técnicas corretas para a amamentação, desmistifiquem pensamentos que possam interferir na prática do aleitamento materno e, assim, tentem impedir a disseminação de informações errôneas para a população acerca desse tema.

RESUMO - MEDICINA - CLÍNICA E PEDIATRIA

EFICÁCIA NA SUPRESSÃO VIROLÓGICA E NA CONTAGEM DE CD4 COM ALTA DOSE DE DARUNAVIR 1200 / RITONAVIR 100MG UMA VEZ AO DIA EM PACIENTES COM HIV-1 VIRGENS DE TRATAMENTO, JOVENS E COM EXPERIÊNCIA NO TRATAMENTO

Karina De Vasconcelos Norões (karinanoroes@gmail.com)

Juliana Sampaio Saraiva De Oliveira (julianasampaio@gmail.com)

Priscyla Ferreira Araripe (priscyla_araripe@hotmail.com)

Melissa Soares Medeiros (melmedeiros@hotmail.com)

Larissa Cristina Paula Amorim (laricris96@hotmail.com)

José Edvar Di Castro Junior (edvarcjr@gmail.com)

INTRODUÇÃO: A facilidade da posologia de bula de [Darunavir (DRV) 600mg (1cp) + Ritonavir (RTV) 100 mg (1cp)] 12/12h para [DRV 600mg (2cps) + RTV 100mg (1cp)] 1x/dia pode trazer vantagens relativas à melhora de adesão pela diminuição no número de tomadas e comprimidos, além de redução de exposição aos eventos adversos de RTV, mas não há dados nacionais sobre o tema.**OBJETIVOS:** Avaliar a eficácia do esquema DRV 600 mg (2CP)/RTV 100 mg (1CP) na contagem de CD4 e de carga viral em pacientes HIV positivos.**MÉTODOS:** Estudo retrospectivo e observacional de pacientes em uso de DRV 1200/r100mg uma vez ao dia, acompanhados no Hospital São José de Doenças Infecciosas em Fortaleza/CE. Os dados foram coletados de Março 2015 a Março de 2018. Incluídos pacientes virgens de tratamento, que interromperam ou que falharam previamente os esquemas antirretrovirais,

sendo considerada a Carga Viral (CV)>40 cópias como desfecho primário.

RESULTADOS: Um total de 328 pacientes foi acompanhado por meio de dados obtidos na SISCEL (Sistema de Controle de Exames Laboratoriais), confirmando a utilização de DRV 1200/r100mg uma vez ao dia e a data de início. Destes, 70% eram do sexo masculino (N=226). Foram observadas as seguintes associações antirretrovirais ao esquema: 75% Tenofovir, 95.7% Lamivudina, 0.4% Raltegravir, 4% Etravirina, 27.2% Dolutegravir, 14.5% Zidovudina, 5.4% Abacavir, 0.4% Nevirapina, 3.6% Efavirenz e 2.5% Maraviroque. Ademais, 75% dos pacientes (N=195) apresentavam CD4 inicial>350, enquanto na última avaliação 58.6% (N=51) aumentaram o CD4. Somando-se a isso, 67.7% (N=174) apresentavam carga viral inicial <40 cópias e, no último exame, a porcentagem foi de 74.9% (N=134).

CONCLUSÃO: DRV 1200/r100mg uma vez ao dia evidenciou eficácia na supressão virológica em pacientes virgens e com esquemas falhados, no entanto, não houve melhora significativa do CD4, mostrando ser uma opção viável para alcançar CV indetectável.

RESUMO - MEDICINA - CLÍNICA E PEDIATRIA

GRAU DE CONHECIMENTO SOBRE AS MANOBRAS DE RCP NO ADULTO ENTRE OS ACADÊMICOS DE MEDICINA.

Gabriela Silva Teles (gabriela.steles@outlook.com)

Leonardo Tavares De Lima (leotdelima@gmail.com)

Daniel Levy Furtado Soares (danielfurt@outlook.com)

Julia Couto Roriz Loiola (julialoiola@hotmail.com)

Larissa Alexandrino De Oliveira (larilex_@hotmail.com)

Larissa Cavalcante De Sena (senalari@live.com)

Introdução: O estudo sobre a Parada Cardiorrespiratória (PCR) e sobre a Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP) é uma das bases do aprendizado da profissão médica. A PCR pode ser ocasionada por hemorragias, acidentes, doenças cardíacas ou choque séptico e pode ser solucionada através de uma RCP realizada eficaz e rapidamente. Objetivos: Avaliar o conhecimento dos acadêmicos de medicina sobre as medidas a serem realizadas durante uma RCP. Métodos: Trata-se de um estudo transversal, de abordagem quantitativa, realizado com estudantes de medicina, tendo como base suas respostas a um questionário de autopreenchimento, realizado em maio de 2018. Os dados foram coletados e analisados através de uma plataforma digital. Resultados: Avaliou-se as respostas de 135 acadêmicos. Quando questionados sobre a sequência correta de ações a serem tomadas diante de uma PCR 106 dos 135 estudantes avaliados responderam corretamente a sequência: reconhecimento da cena, chamar ajuda, iniciar a RCP, utilizar o desfibrilador e iniciar o suporte

avançado de vida de forma eficaz. Com relação à questão que indagava sobre a sequência básica de uma RCP, 71 estudantes acertaram a resposta ao marcar o item que dizia: realizar as compressões, checar as vias aéreas e realizar as manobras de ventilação, enquanto outros 64 estudantes marcaram itens que correspondiam a sequências incorretas para manobras de RCP. Ao serem indagados quanto a frequência de compressões recomendadas durante uma RCP no adulto, 100 a 120 compressões/min foi o item escolhido por 77% dos estudantes, que responderam corretamente. Sobre a quantidade de ventilações que devem ser feitas em um paciente em PCR, somente 33 estudantes acertaram ao escolher 10 a 12 ventilações por minuto como item correto. Em contrapartida, 42,5% dos acadêmicos responderam que o correto seria de 5 a 6 ventilações por minuto, 17,2% afirmaram serem necessárias 9 a 10 ventilações por minuto e 15,7% assinalaram de 7 a 8 ventilações por minuto. Em relação ao momento adequado para se utilizar o DEA (Desfibrilador Externo Automático), 79 estudantes marcaram a resposta correta, que seria em caso de fibrilação ventricular e taquicardia ventricular sem pulso; 25 acadêmicos afirmaram ser em caso de fibrilação atrial e taquicardia ventricular sem pulso; 18 assinalaram em caso de assistolia elétrica sem pulso e fibrilação atrial e 13 estudantes marcaram que o DEA deve ser usado em caso de assistolia e fibrilação ventricular. Conclusão: Observou-se que a maioria dos estudantes de medicina entrevistados reconhecem as principais características de uma RCP no adulto e quais ações a compõem. Porém, algumas medidas adotadas no procedimento ainda causam dúvidas nos acadêmicos. Com isso, há a necessidade de uma educação continuada durante a faculdade de medicina, visto a relevância, na prática médica, de uma RCP eficaz reduzir morbimortalidade.

RESUMO - MEDICINA - CLÍNICA E PEDIATRIA

INFLUÊNCIA FAMILIAR NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Viviane Maria Sydrião Peixoto (viviane.msp@hotmail.com)

Rebeca Holanda Nunes (rebecahnunes@gmail.com)

Carolina Murad Regadas (carolmregadas@hotmail.com)

*Fernando Antônio Mendes Bezerra Ximenes
(fernandoximenes600@gmail.com)*

Helena Maria Barbosa Carvalho (hellenacarvalho@gmail.com)

Carol Machado Ferrer (carol.ferrer5@gmail.com)

INTRODUÇÃO: A família é o primeiro sistema com o qual a criança em desenvolvimento interage, onde as relações devem ser estáveis, recíprocas e com equilíbrio de poder entre os diversos papéis. Desse modo, a investigação desse elo deve ser um dos focos do profissional de saúde, a fim de identificar comportamentos que proporcionem risco ao bem estar do desenvolvimento infantil. **OBJETIVO:** Análise da relação familiar de crianças e monitoramento de abuso infantil. **MÉTODOS:** Estudo transversal, envolvendo crianças de 6 a 12 anos de idade, inscritas em um projeto social integrado a uma Unidade Básica de Saúde. Aplicou-se um questionário com os alunos, e o termo de consentimento livre e esclarecido foi obtido de todos os responsáveis pelos participantes. **RESULTADOS:** A amostra do estudo foi composta por 26 crianças, das quais todas reconheceram a importância da família, e 80% revelou ter boa relação com seus familiares. Apenas uma criança relatou, de modo sutil, ter sido vítima de maus tratos, fato que possibilita o levantamento

da hipótese de que mais crianças possam ter sido vítimas de abusos na infância, porém sentem medo ou vergonha para admitir isso. Além disso, percebeu-se certo desconforto por parte das crianças em geral quando foi falado sobre violência doméstica. Contudo, todos residiam com algum parente e 76% da amostra revelou gostar do lugar onde mora. Mais da metade das crianças comentou não gostar de seguir as regras impostas pelos responsáveis, mas 80% afirmou que eram obedientes. Dois infantes revelaram não ter interesse em formar uma família no futuro por não gostar da estrutura do seu convívio familiar e por acreditar que poderia viver sozinho, dado que preocupou os pesquisadores envolvidos e estimulou os profissionais locais a investigarem mais esses casos. **CONCLUSÃO:** Sabe-se a influência que a família exerce sobre o desenvolvimento infantil. Visto isso, a relação familiar sempre deve ser um fator a ser acompanhado por educadores e por profissionais de saúde, visando à busca pela harmonia no ambiente doméstico e a prevenção e o combate ao abuso infantil. Tal acompanhamento pode ser feito pela observação ativa das crianças durante as consultas médicas ou por um simples questionário aplicado, por exemplo, em instituições de ensino, após a autorização dos responsáveis.

LÍQUEN PLANO PIGMENTOSO INVERTIDO: RELATO DE CASO

Isabele Moreno De Alencar (isabelemalencar@gmail.com)

Ana Livia Pinto Marinho (anapintomarinho@gmail.com)

Amanda Fortes Portela Ferreira (amanda_fortes12@hotmail.com)

Kamylla Paulla Saldanha Rabelo (kprabelo@hotmail.com)

Nadedja Lira De Queiroz Rocha (nadedjaliraa@gmail.com)

Natália Braga Hortêncio Jucá (dranataliajuca@gmail.com)

Introdução: O líquen plano pigmentoso invertido (LPPI) é uma variante rara do líquen plano pigmentoso. Há cerca de 30 casos relatados na literatura médica mundial. Sua etiologia é desconhecida. Objetivo: Relatar um caso incomum de líquen plano pigmentoso, o primeiro diagnosticado em Fortaleza/CE. Caso: sexo feminino, 60 anos, procurou atendimento ambulatorial por apresentar manchas pruriginosas axilares há cerca de três anos, com progressão para outras regiões flexurais. Ao exame dermatológico, foram visualizadas máculas bem delimitadas, irregulares, algumas eritemato-violáceas, outras acastanhadas, em região axilar, inframamária, umbilical e hipogastro. Ausência de lesões em mucosas. Realizada biópsia de pele, apresentando moderado infiltrado inflamatório linfocítico superficial em faixa na derme, com numerosos melanófagos dérmicos. Sorologias para hepatites B e C não-reagentes. Com os achados clínicos e histopatológicos, foi sugerido diagnóstico de LPPI. Foram iniciados uso de emolientes, tacrolimus e prednisona. Após um mês de seguimento, houve melhora do prurido, porém sem melhora clínica no aspecto

das lesões. Discussão: O LPPI tem essa denominação devido sua localização predominantemente em áreas intertriginosas, afetando principalmente pacientes caucasianos e asiáticos. Quanto à sua fisiopatologia, acredita-se que ocorre citotoxicidade direta dos linfócitos T auxiliares. . O quadro clínico manifesta-se por aparecimento insidioso de máculas hipercômicas, marron-violáceas, bem delimitadas, com prurido discreto ou ausente, em áreas intertriginosas, principalmente em axilas, envolvendo também região cervical, poplítea, inguinal e dobras submamárias. Se recomenda tratamento com inibidores da calcineurina e corticóides tópicos e/ou orais. A evolução da doença é variável, podendo envolver espontaneamente em semanas ou persistir por anos. Conclusão: O LPPI é uma doença benigna, rara, mas de caráter estético. Sugere-se que mais estudos sejam realizados no futuro, no intuito de auxiliar a ampliação do seu arsenal terapêutico em doenças inflamatórias benignas mas estigmatizantes como o líquen plano.

MALFORMAÇÕES CARDIOVASCULARES CONGÊNITAS EM MENORES DE UM ANO: DESCRIÇÃO EPIDEMIOLÓGICA DOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS DAS INTERNAÇÕES EM UM HOSPITAL DE FORTALEZA

Gabriela Silva Teles (gabriela.steles@outlook.com)

Rosane Alice Barbosa Bomfim De Moraes (rosanealice2794@gmail.com)

Lucas Almeida Linhares (lucasllinhares@gmail.com)

Samuel Bezerra Bastos (samuelbastos095@gmail.com)

Leonardo Tavares De Lima (leotdelima@gmail.com)

Erica Barbosa Coutinho (erica_coutinho@yahoo.com)

Malformações congênitas compreendem anomalias ocorridas durante a embriogênese. No Brasil, estima-se uma prevalência de dois casos para cada 100 nascidos vivos. Diversos são os locais nos quais esses defeitos podem acontecer, sendo os mais comuns os relacionados ao aparelho circulatório. Nesse sentido, as malformações congênitas do aparelho circulatório (MAC) podem ser divididas de acordo com o local onde ocorrem e com o tipo de defeito estabelecido. O objetivo deste estudo foi realizar uma análise epidemiológica das internações relacionada a MAC em menores de um ano, atendidos de abril de 2014 a abril de 2018 em um hospital de referência em pediatria de Fortaleza. É um estudo de caráter descritivo e epidemiológico, com dados obtidos por consulta ao Sistema de Internações Hospitalares. No período, 338 crianças foram hospitalizadas na unidade de referência por MAC. Em 2014 ocorreram 58 internações com o pico de incidência em

agosto, com 10 internações. Em 2015 foram 88 internações, com 11 internações em setembro. Em 2016 ocorreram 93 internações, com o pico em outubro, tendo 11 crianças internadas. Em 2017 foram 77 crianças internadas, tendo os meses de junho e dezembro os maiores números de internamentos, 10 cada. Até abril de 2018 foram 22 crianças internadas, tendo janeiro o mês com maior número de internações (11). Sobre o número total de óbitos, ocorreram no período 50 óbitos por MAC, sendo 6 registrados em 2014, 10 registrados em 2015, 18 em 2016, 15 em 2017 e apenas 1 em 2018. Analisando o perfil de internações por sexo, ocorreram 203 internações hospitalares na população masculina. Em 2014 foram 30 meninos internados, em 2015 foram 53, em 2016 foram 59, em 2017 foram 52 e em 2018, até abril, foram 9 meninos internados. Quanto aos óbitos, no período, 26 foram registrados na população masculina menor de um ano, tendo sido 3 em 2014, 4 em 2015, 7 em 2016 e 12 em 2017. Até o momento não foram registrados óbitos no ano de 2018. Na população feminina ocorreram 25 óbitos no período. Em 2014 foram registrados 4 óbitos, 6 em 2015, 11 em 2016, 3 em 2017 e 1 óbito em fevereiro de 2018. Entre menores de 1 ano, a mortalidade por malformações congênitas está descrita como a principal causa de óbito, atrás apenas de causas perinatais. As MAC são as principais componentes de uma mortalidade precoce, pois essas afeções em geral são incompatíveis com a vida. No estudo encontramos uma prevalência de morbimortalidade maior no sexo masculino, concluindo-se assim que o estudo foi coerente com a literatura ao relacionar a faixa etária das crianças menores de um ano do sexo masculino como as mais acometidas por MAC. As anomalias congênitas associam-se à morbimortalidade infantil, sendo crucial o seu diagnóstico precoce, para que ocorra o planejamento e a alocação de recursos dos serviços de saúde especializados adequados e eficazes para a melhora da qualidade de vida e dos índices de sobrevivência dessas crianças.

RESUMO - MEDICINA - CLÍNICA E PEDIATRIA

MICROANGIOPATIA TROMBÓTICA OCASIONADA POR COMPLEMENTO NO PÓS-PARTO E TRATADO COM PLASMAFÉRESE E ECULIZUMAB

Larissa Oliveira Ribeiro (larissa_oliveira14@hotmail.com)

Júlia Maria Souto Mourão Silva (julia_mourao@outlook.com)

Larissa Alexandrino De Oliveira (larilex_@hotmail.com)

Lília Torquilha Almeida (liliatorquilhoalmeida@hotmail.com)

Stephanie Haila Bezerra Castro Sá Pinheiro (stephanie_haila@hotmail.com)

Letícia Nobre Limas (leticialimas97@outlook.com)

A microangiopatia trombótica mediada por complemento (TMA), também conhecida como síndrome urêmica hemolítica atípica (SHUa), é rara e potencialmente fatal. A microangiopatia trombótica é composta por um grupo heterogêneo de doenças que podem ser adquiridas ou herdadas, com diferentes manifestações clínicas, sendo as mais comuns a anemia hemolítica microangiopática com esquizócitos, a trombocitopenia e a disfunção orgânica por isquemia e/ou disfunção endotelial. Assim, será relatado um caso de uma jovem de 18 anos, previamente gestante, com distúrbios hipertensivos da gravidez, que procurou atendimento médico com picos de pressão, edema de membros inferiores e relatos de crises tônico-clônicas supostamente generalizadas. Foi realizado parto cesáreo e o recém-nascido apresentou boa vitalidade. No quinto dia após a cirurgia, a paciente apresentava palidez, astenia, dispnéia, alteração do nível de consciência, disartria, cefaléia, náusea, vômito, sudorese excessiva e anúria. Os testes revelaram anemia (Hb: 4,3

g/dL), trombocitopenia (35.000/mm³) e lactato desidrogenase (LDH) elevada (9.667 U/L). Foi então encaminhada ao Hospital Cesar Cals, onde foi internada na unidade de terapia intensiva devido ao agravamento dos sintomas. Após a quinta sessão de troca de plasma, sua trombocitopenia, anemia e níveis elevados de LDH melhoraram clinicamente, mas ela não apresentou melhora significativa na função renal, permaneceu oligúrica e dependente de diálise. Após a estabilização, a paciente foi encaminhada para a enfermaria para posterior investigação diagnóstica. A ultrassonografia renal revelou discreto aumento da ecogenicidade do parênquima e o ecocardiograma revelou disfunção sistólica com fração de ejeção de 42%. Os níveis de complemento, anticorpos antinucleares, testes sorológicos para anticorpos antifosfolípides e sorologia viral, como hepatite B e C, HIV e sífilis foram negativos. Com a TMA diagnosticada em níveis normais da ADAMTS13, realizou-se biópsia renal que evidenciou fibrose intersticial leve e ausência de necrose tubular de trombo intravascular, sugerindo um diagnóstico de SHUa, considerando a ausência de trombose na vasculatura renal, reduzindo a possibilidade de púrpura trombocitopênica trombótica. Determinou-se Eculizumab para o início da dose de indução de 900 mg por semana durante 4 semanas. Após 4 dias da primeira dose de medicação descontinuada, a função renal do paciente e o débito urinário melhoraram, aumentando para um nível em torno de 1.500 mL/24 h. Posteriormente, foi hemodialisada e permaneceu assintomática na infusão regular de Eculizumabe 1.200 mg a cada 2 semanas. Esse caso mostra a importância de investigar a Microangiopatia Trombótica no período pós-parto. Apesar do alto custo da medicação, os benefícios superaram o risco e o custo da hemodiálise prolongada e do transplante renal.

**NEFRITE INTERSTICIAL AGUDA EM LACTENTE INDUZIDA POR
AMOXICILINA**

Lorena De Holanda William (loh.holanda@gmail.com)

Márcia Pereira De Oliveira (marciaoliveiramed@gmail.com)

Rayssa Linhares Holanda (rayssalh@hotmail.com)

Gabriel Bezerra Castaldelli (gabrielcastaldelli@hotmail.com)

Giulia De Carvalho Firmino (giuliadecarvalhofirmino@hotmail.com)

Kátia Liliane Da Cunha Ribeiro Zuntini (kathia.zuntini@terra.com.br)

A nefrite intersticial aguda (NIA) é uma lesão marcada por infiltrados inflamatórios no interstício renal e pela perda de função desse órgão. Em cerca de 75% das vezes, a NIA é causada por drogas, especialmente antibióticos (aproximadamente metade desses casos), podendo decorrer também de infecções e desordens autoimunes. Fármacos como anti-inflamatórios não esteróides, inibidores da bomba de prótons, penicilinas e cefalosporinas podem causar NIA. Esse efeito adverso não é dose-dependente e o tempo de instalação da lesão renal pode variar de dias a meses para cada droga. Objetiva-se, então, relatar um caso de NIA em lactente associada ao uso de amoxicilina. Para isso, foi feita uma análise de prontuário no Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS). Estudou-se o caso seguinte: paciente feminina, 2 anos, encaminhada ao serviço de nefrologia do HIAS com queixa de oligoanúria há três dias. Encontrava-se em tratamento com amoxicilina devido a febre e a sintomas respiratórios, evoluindo com oligoanúria depois da quarta dose desse

medicamento. Ao exame físico, apresentava-se hipocorada (+/4+), sonolenta e pouco reativa, com edema em região periorbital, em parede abdominal e em membros inferiores (+/4+). Os exames laboratoriais, na admissão, revelaram anemia microcítica, creatinina de 4,9 mg/dl, ureia de 193 mg/dl, proteína C-reativa de 130 mg/L, hematúria (4/campo) e piúria (13/campo). Diante da insuficiência renal aguda, iniciada hemodiálise no dia da admissão. Realizado então, novos exames, os quais revelam Antiestreptolisina O e Anti-dsDNA negativos, complemento C3 de 108 mg/dl e C4 de 44,5 mg/dl; proteinúria de 24 horas 412,35mg; sorologias não reagentes para citomegalovírus, toxoplasmose, hepatites B e C. Indicada biópsia renal, que confirmou o diagnóstico de NIA. Criança necessitou de 4 sessões de hemodiálise durante a internação, contudo recuperou a função renal ao longo de 15 dias. Assim, conclui-se que é importante para os médicos conhecerem quais os principais fármacos que podem induzir um quadro de NIA, a fim de prescrevê-los com cautela.

**NEFRITE INTERSTICIAL AGUDA GRAVE EM LACTENTE INDUZIDA POR
MEDICAÇÃO**

Lorena De Holanda William (loh.holanda@gmail.com)

Márcia Pereira De Oliveira (marciaoliveiramed@gmail.com)

Rayssa Linhares Holanda (rayssalh@hotmail.com)

Gabriel Bezerra Castaldelli (gabrielcastaldelli@hotmail.com)

Giulia De Carvalho Firmino (giuliadecarvalhofirmino@hotmail.com)

Kátia Liliane Da Cunha Ribeiro Zuntini (kathia.zuntini@terra.com.br)

A nefrite intersticial aguda (NIA) é uma lesão renal caracterizada por infiltrado inflamatório intersticial e declínio da função renal, causada por medicações, doenças sistêmicas e infecções. Drogas como anti-inflamatórios não esteroides, diuréticos de alça, penicilinas e cefalosporinas podem causar NIA. Esse efeito adverso não é dose-dependente e a lesão renal pode instalar-se em intervalo de dias a meses. Objetiva-se, então, relatar um caso de NIA em lactente por medicações. Para isso, foi feita uma análise de prontuário no Hospital Infantil Albert Sabin (HIAS). Estudou-se o caso seguinte: paciente feminina, 1 ano, com história de infecção de vias aéreas superiores, fez uso de ibuprofeno e amoxicilina conforme prescrição médica. Devido persistência da febre, iniciada amoxicilina-clavulanato. Evoluiu ainda em uso da última medicação com diminuição da diurese e irritabilidade, sendo constatado o aumento de escórias nitrogenadas (creatinina: 4,4; ureia: 230) e hipercalemia (K: 6,2). Foram administrados diuréticos e tentativas de realizar hemodiálise,

porém não bem sucedidas. Na admissão no HIAS, criança apresentava-se irritada, oligoanúrica com diurese sanguinolenta e em anasarca. Laboratorialmente achados de hipoalbuminemia, hemoglobinúria, proteinúria e piúria. Ultrassonografia revelou rins aumentados de tamanho, ecogenicidade diminuída e cortical alargada. Pesquisas para doenças infecciosas e autoimunes (sorologias: Epstein Baar, Toxoplasmose, Citomegalovírus, HIV e Hepatites: não reagentes; C3, C4 e CH50 normais e FAN: não reagente) e glomerulopatias não esclareceram o diagnóstico. Biópsia renal evidenciou atrofia tubular focal com fibrose intersticial discreta, sem depósito de imunoglobulinas, complementos ou fibrinogênio, compatível com NIA. Tratamento consistiu em diálise, suspensão das drogas, pulsoterapia com metilprednisolona. Paciente recuperou diurese, porém continuou dependente de diálise peritoneal após alta por 6 meses. Encontra-se com doença renal crônica estágio 3, em tratamento conservador há 6 meses. Conclui-se, portanto, que é importante conhecer os fármacos capazes de induzir NIA e estar atento à ocorrência deste desfecho para proporcionar diagnóstico e terapêutica precoces, minimizando possíveis sequelas.

RESUMO - MEDICINA - CLÍNICA E PEDIATRIA

**O USO DO TACROLIMUS COLÍRIO 0,02% NO TRATAMENTO DA
CERATOCONJUNTIVITE ALÉRGICA DO TIPO VERNAL EM PACIENTE
PEDIÁTRICO**

Gabriel Bezerra Castaldelli (gabrielcastaldelli@hotmail.com)

Giulia De Carvalho Firmino (giuliadecarvalhofirmino@hotmail.com)

Glória Maria De Almeida Lopes (glorialopes_@hotmail.com)

Maria Danielly De Almeida Sousa (danny0soousa@gmail.com)

*Rosistele Maria De Oliveira Bezerra Castaldelli
(rosistele.castaldelli@gmail.com)*

A ceratoconjuntivite vernal (CV) é uma manifestação alérgica, que afeta principalmente meninos de 7 a 10 anos e está relacionada às hipersensibilidades do tipo I e IV, mediadas, respectivamente, por IgE e linfócitos T. Muitos pacientes dependem do uso de corticosteroide para obtenção de alívio sintomático mas, a longo prazo, a corticoterapia pode trazer complicações sérias, como catarata e glaucoma, logo é preciso dispor de alternativas terapêuticas para a CV tão eficazes quanto os corticoides em promover remissão do quadro clínico, mas com efeitos adversos menos severos. O tacrolimus é um inibidor da calcineurina, que leva ao bloqueio da proliferação de linfócitos T, e pode impedir a manifestação e a progressão da CV. Objetiva-se, então, relatar o uso de tacrolimus colírio 0,02% no tratamento da CV em paciente pediátrico córtico-dependente. Para isso, foi feita uma análise de prontuário no Centro de Laser e Diagnose Ocular (CLDO). Estudou-

se o caso seguinte: paciente masculino, nove anos, com diagnóstico de CV desde os cinco anos. Chega ao consultório oftalmológico com queixa de reagudização da CV, com prurido e desconforto ocular, há uma semana, quando finalizou o desmame do corticoide tópico. Ao exame físico, na lâmpada de fenda Zeiss, apresenta pontos de Tantra, substância gelatinosa em região limbar e papilas em conjuntiva tarsal superior. Mãe relata preocupação com o quadro do filho, que sempre reagudiza após desmame do corticoide. Inicia-se então novo esquema terapêutico com epinastina colírio 0,05%, Hixizine oral 25 mg, Hyabak colírio 0,15% e Pred Mild colírio, este último com esquema de desmame em 20 dias. Tentou-se essa estratégia duas vezes, mas ocorria recidiva sintomática após retirada do corticoide. Em uma terceira tentativa, na primeira semana de desmame da corticoterapia, adicionou-se tacrolimus colírio 0,02%. Após um mês, na consulta de retorno, paciente referiu remissão completa do quadro, mantendo apenas o uso de tacrolimus, Hixizine e epinastina. Assim, o tacrolimus colírio 0,02% se mostrou uma alternativa eficaz para a substituição da corticoterapia em paciente pediátrico com CV.

RESUMO - MEDICINA - CLÍNICA E PEDIATRIA

PROJETO SAUDELMENTE: RELATO DE EXPERIÊNCIAS SOBRE O TEMA TRANSTORNOS PSICOLÓGICOS NA INFÂNCIA

Glória Maria De Almeida Lopes (glorialopes_@hotmail.com)

Giulia De Carvalho Firmino (giuliadecarvalhofirmino@hotmail.com)

Gabriel Bezerra Castaldelli (gabrielcastaldelli@hotmail.com)

Maria Danielly De Almeida Sousa (danny0soousa@gmail.com)

Helena Maria Barbosa Carvalho (hellenacarvalho@gmail.com)

Cerca de 5 a 15% das crianças apresentam sintomas de hiperatividade e desatenção, os quais, frequentemente, podem impedir que elas desenvolvam um aprendizado eficiente. É importante, portanto, identificar precocemente as crianças com esses tipos de transtornos psicológicos, a fim de lhes oferecer uma metodologia de ensino adaptada às suas limitações. Objetiva-se, então relatar as experiências de um grupo de alunos do curso de medicina da Unichristus na tentativa de identificar a presença de transtornos do comportamento infantil em alunos de uma creche,

refletindo acerca das relações entre a promoção da saúde mental e o pleno desenvolvimento biopsicossocial dessas crianças. Durante um ano, de julho de 2017

a julho de 2018, o grupo de alunos participou do Projeto Saudavelmente, um conjunto de ações sociais realizadas na Creche Kulturbras, localizada na Comunidade Serviluz. Tais ações foram voltadas para os alunos da creche (crianças

de 4-7 anos), as professoras e as famílias dessas crianças. No mês de novembro de

2017, foram realizadas atividades sobre o tema “transtornos psicológicos na infância.” Uma psicóloga realizou uma palestra sobre o tema com os pais e as professoras da creche, permitindo momentos de reflexão sobre o assunto e sobre o

seu impacto no desenvolvimento da criança e nas suas relações sociais. Após a

realização dessa atividade, a palestrante aplicou juntamente às professoras a

SNAP-IV TDAH, a fim de identificar indícios de TDAH entre as crianças da creche.

Com isso, descobriu-se que, entre as 67 crianças da creche, dez delas (14,9%) apresentavam indícios de TDAH, enquanto outras duas (3%) tinham traços desse

transtorno. Essas atividades foram muito acolhidas pelos pais e pelas professoras

da creche, uma vez que o tema abordado ainda é pouco conhecido e debatido. As

professoras, por exemplo, receberam várias orientações sobre o manejo dos alunos

apontados como portadores de TDAH, demonstrando-se muito interessadas,

fazendo várias reflexões e questionamentos sobre esse transtorno. Com relação aos familiares das crianças, observou-se que as palestras realizadas (e o Projeto Saudavelmente, de modo geral) promoveram o estreitamento dos laços entre esses indivíduos e as docentes da creche, sendo essa integração um importante mecanismo de promoção da saúde mental e familiar. Conclui-se que as atividades sobre transtornos psicológicos na infância foram eficazes em promover a saúde mental para as crianças da creche, para os seus familiares e para as suas professoras. Além disso, as ações do Projeto Saudavelmente foram capazes de detectar diversos indícios de TDAH entre os alunos da creche, revelando uma séria questão de saúde pública. Esse problema deve ser acompanhado cuidadosamente pelas professoras da creche e por profissionais especializados do Sistema Único de Saúde (SUS). Afinal, nenhuma criança com transtorno do comportamento deve permanecer desamparada.

RESUMO - MEDICINA - CLÍNICA E PEDIATRIA

RELATO DE EXPERIÊNCIA DO V MUTIRÃO DE SINDROME DA ZIKA CONGÊNITA DO ESTADO DO CEARÁ

Joana Amaral Acioly (acioly.joana@gmail.com)

Erlane Marques Rbeiro (erlaneribeiro@yahoo.com.br)

Érika Suyane Freire Silva (erikasfsilva@hotmail.com)

Diante do grande número de casos de Síndrome de Zika congênita (SZC) no Ceará em 2016, profissionais da saúde uniram-se para promover o encontro de todos os casos diagnosticados do estado e nele orientar as famílias e obter dados para estudar a doença. O Mutirão Multidisciplinar da SZC tem como objetivo a promoção da saúde de crianças com SZC e seus familiares, por meio da realização de consultas, exames e encaminhamentos multidisciplinares; da educação em saúde para voluntários; do suporte para crianças e familiares e do levantamento de dados epidemiológicos. Participaram do V mutirão no CAVIVER em agosto de 2018, 88 crianças e suas famílias, 49 profissionais da saúde, 38 estudantes da saúde e 30 voluntários. Foram realizadas consultas e exames nas áreas de Oftalmologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia, Ortopedia, Genética, Neurologia, Pediatria, Odontologia, além de atendimentos pela equipe de Serviço Social, Epidemiologia e Foto/Filmagem. A experiência permitiu conhecer as peculiaridades do grupo de Zika Congênita e orientar famílias e profissionais da saúde quanto ao manejo desta doença que ainda provoca diversos questionamentos. O modelo aplicado no mutirão serve de exemplo para profissionais de saúde e pode ser aplicado para outras doenças, considerando

o sucesso obtido no projeto, proporcionando benefícios para a comunidade científica e para o paciente, quem tem custos financeiros e psicológicos reduzidos com a necessidade do atendimento multidisciplinar que é disponibilizado em apenas um dia. O mutirão é uma experiência positiva para formar novos profissionais da saúde, obter dados sobre a doença, acompanhar casos diagnosticados, orientar famílias quanto à condição e, assim, torna-se uma ferramenta extremamente importante no manejo da doença.

RESUMO - MEDICINA - CIRURGIA EXPERIMENTAL E CIRURGIA GERAL

EFEITOS DO ÁCIDO ZOLEDRÔNICO NA CONSOLIDAÇÃO DE FRATURAS DE FÊMURES DE RATOS OSTEOPORÓTICOS: ESTUDO HISTOLÓGICO

Vilma Leite De Sousa Pires Albuquerque (vilmaspires@yahoo.com.br)

Amanda Fortes Portela Ferreira (amanda_fortes12@portela.com)

Antonio Augusto Dos Santos Batista Filho (augusto@hotmail.com)

Paulo Matheus Araujo E Silva (pmatheusaraujo@gmail.com)

Sania Costa (coordnutricao02@unichristus.edu.br)

José Alberto Dias Leite (jadleite@gmail.com)

Amanda Fortes Portela Ferreira

Antonio Augusto dos Santos Batista Filho

Paulo Matheus Araujo e Silva

Vilma Leite de Sousa Pires

Sânia Nara Costa da Rocha

José Alberto Dias Leite

A osteoporose é um distúrbio osteometabólico caracterizado pela redução da densidade mineral óssea, acarretando um aumento da fragilidade óssea, o que propicia um elevado risco de fraturas, tendo maior prevalência em idosos. As fraturas mais comuns em idosos são as de fêmur. Existem várias terapias com drogas para redução de fraturas osteoporóticas, incluindo o ácido zoledrônico (AZ) pertence à terceira geração da classe dos bifosfonatos. O presente estudo teve como objetivo realizar uma análise histológica da consolidação de fratura de fêmures de ratos osteoporóticos após a aplicação do ácido zoledrônico. Tratou-se de um estudo experimental, controlado, com 36 ratos wistar, com peso entre 250 a 300g. Os animais foram divididos em dois grupos: grupo controle e AZ, e foram subdivididos em três subgrupos, de acordo com o período de consolidação óssea (7, 14 e 28 dias). Foi administrada hidrocortisona por um período de 28 dias para indução da osteoporose. Após esse período, foi realizada a produção de fratura na diáfise femoral. O grupo do AZ recebeu, por via intraperitoneal, 0,1 mg/kg do ácido e o grupo controle recebeu solução salina. Foram realizados estudos histológicos do calo ósseo. Observou-se no grupo controle uma maior relação entre fibras de colágeno tipo I:III, além disso, constatou-se que a densidade de colágeno tipo I diminuiu com o decorrer dos dias nos dois grupos e uma menor quantidade de colágeno III no dia 7. O ácido zoledrônico promoveu um aumento na formação do calo ósseo no tempo de 28 dias e uma diminuição da produção do colágeno tipo III.

HÉRNIA DIAFRAGMÁTICA COMPLICADA NO PÓS-PARTO

Giulia De Carvalho Firmino (giuliadecarvalhofirmino@hotmail.com)

Gabriel Bezerra Castaldelli (gabrielcastaldelli@hotmail.com)

João Pedro Cavalcante Freitas (joaopedrofreitas100@outlook.com)

Nicole Leopoldino Arrais (nicoleleopoldino@gmail.com)

*Sarah Linhares De Aragão Rodrigues
(sarahlinharesdearagaorodrigues@hotmail.com)*

Francisco Régis De Aragão Rodrigues (regis_aragao@uol.com.br)

A hérnia diafragmática do adulto (HDA) tem duas classificações: congênita, podendo

ter uma localização póstero-lateral (hérnia de Bochdalek) ou anterior (hérnia de Morgagni), e traumática, resultante de hérnia de hiato, iatrogenia, feridas perfurantes

ou contusas. Logo, é importante que o profissional médico conheça as diferentes

etiologias dessa condição, destacando-se a importância de documentar e

compartilhar casos relevantes de HDA na literatura científica. Por essa razão, este

trabalho objetiva discutir as diferentes causas de HDA com base em um relato de

caso. Para isso, foi feita uma análise de prontuário no Hospital Geral de Fortaleza

(HGF). Estudou-se o caso seguinte: paciente gestante, 25 anos, na 38ª semana de

gestação, internada para investigação de plaquetopenia e dor em baixo ventre.

Relatou quadros semelhantes de plaquetopenia em gestações passadas, com resolução no pós-parto. Evoluiu com epistaxe e, no D12 da internação, submeteu-se

a um parto cesariano, de feto único, vivo, cefálico, sem intercorrências. No pós-operatório,

houve melhora da plaquetopenia e paciente teve alta. Contudo, no D10

do pós-parto, deu entrada na emergência com quadro dispneico. Foram realizados

raio-x e TC de tórax que evidenciaram hérnia diafragmática em hemitórax esquerdo,

poupando apenas a expansibilidade do lobo superior esquerdo e com desvio

mediastinal para a direita. Foi encaminhada ao setor cirúrgico para herniorrafia e, no

pós-cirúrgico, precisou ainda se submeter à drenagem de um hematoma em parede

torácica esquerda, tendo uma evolução favorável em ambos os procedimentos.

Após investigação mais aprofundada da história patológica pregressa da paciente,

descobriu-se que ela era portadora de hérnia diafragmática congênita. Assim,

conclui-se que a HDA pode ser congênita e permanecer subclínica por longos

períodos de tempo, tornando-se clinicamente importante após algum evento que

favoreça o deslocamento das vísceras abdominais para a cavidade tórax, a

exemplo do procedimento cirúrgico (cesárea) ao qual a paciente do caso se submeteu.

**REVISÃO SOBRE A ABORDAGEM DA HEMORRAGIA MACIÇA NO
TRAUMA**

Jullyana Bezerra Souza (jullyanabsouza@gmail.com)

Jose Lopes De Oliveira Neto (lopesneto81@gmail.com)

Rui Pimenta Saldanha (ruipimenta80@hotmail.com)

Juliana Sampaio Saraiva De Oliveira (julianasampaioso@gmail.com)

Karina De Vasconcelos Norões (karinanoroës@gmail.com)

Gleydson Cesar De Oliveira Borges (Gcoborges@gmail.com)

INTRODUÇÃO: O trauma é uma importante causa de morte no mundo, configurando-se como a 2ª causa de morte na faixa etária dos 5 aos 45 anos e a 4ª causa de morte incluindo toda a população mundial. Ainda nesse contexto, a hemorragia é responsável por cerca de 30-45% das mortes no trauma. Além disso, a coagulopatia está presente em 30 % dos doentes gravemente traumatizados à admissão hospitalar. Esse fenômeno ocorre devido ao consumo e/ou diluição dos fatores de coagulação e plaquetas e à hipotermia. Visando diminuir a morbimortalidade dos doentes que apresentam choque hemorrágico na emergência, muitos serviços especializados em trauma têm adotado protocolos de transfusão maciça. Dessa maneira, determinando um controle rápido do sangramento e diminuição dos efeitos deletérios do uso agressivo de cristaloides no primeiro atendimento. **OBJETIVOS:** Revisar as novas abordagens da hemorragia maciça no trauma e seus impactos na mortalidade. **METODOLOGIA:** Para a elaboração desta revisão bibliográfica,

foram pesquisados artigos científicos do período de 2014 a 2018 nas seguintes base de dados: Elsevier, Science Direct, Pubmed e Scielo. Também foram utilizados livros de referência na área, como o Advanced Trauma Life Support (ATLS). A pesquisa foi realizada preferencialmente em Português e Inglês. Foram utilizadas as palavras-chave: “trauma”, “hemorragia” e “coagulopatia”. RESULTADOS: em estudos recentes constatou-se que a administração exagerada de cristaloides (>3 litros) é prejudicial ao doente, estando associada a dano endotelial, edema tecidual, disfunção de órgãos, coagulopatia dilucional, alteração na formação de coágulos, anemia por diluição e aumento do sangramento. Nesse contexto, tem-se destacado a ressuscitação por controle de danos, que inclui a hipotensão permissiva, controle hemostático e o controle local da hemorragia. Com essa visão, foram criados os protocolos de transfusão maciça, essa última sendo definida como a necessidade >10 unidades de concentrado de hemácias (CH) nas primeiras 24 horas de internação ou mais de 4 unidades em 1 hora. Pesquisas mostraram que administração mais precoce de derivados sanguíneos na proporção de 1:1:1 de plasma, plaquetas e concentrado de hemácias diminui a taxa de sangramento e conseqüentemente a mortalidade. Além disso, constatou-se que o uso de antifibrinolíticos, como o ácido tranexâmico, principalmente nas primeiras 3 horas pós- trauma, diminuiu o número de mortes por hemorragia e não aumentou a quantidade de eventos trombóticos. CONCLUSÃO: O manejo precoce da hemorragia, adotando critérios e protocolos transfusionais específicos, diminui a mortalidade no trauma. O advento dos antifibrinolíticos no tratamento da coagulopatia secundária à perda sanguínea excessiva e à exagerada infusão de cristaloides tem mudado, de forma significativa, a maneira de abordar o choque hemorrágico em doentes críticos, além de contribuir para evitar complicações da hipovolemia prolongada.

RESUMO - PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

AVALIAÇÃO DO COMPLEXO DE RUTÊNIO FOR011B EM MODELO DE RIM ISOLADO DE RATO

Joao Paulo Fernandes De Souza (joapaulofsousa@gmail.com)

Paula Letícia Braga E Silva (paulaleticia@alu.ufc.br)

Natacha Tereza Queiroz Alves (natachateresa@gmail.com)

Antônio Rafael Coelho Jorge (rafaelcj3@gmail.com)

Francisco Assis Nogueira Júnior (fan.junior@hotmail.com)

Helena Serra Azul Monteiro (hsazul@gmail.com)

Introdução: Os rins são órgãos vitais do nosso corpo, onde exerce função fundamental para a homeostase corporal. Com a diminuição progressiva da função renal, ocorre um comprometimento de todos os outros órgãos do corpo. O rutênio é o elemento que mais forma complexos nitrosilo. Os complexos de rutênio com ligante de nitrosilo possuem propriedades que atuam como captadoras ou liberadoras de NO, e por consequência possivelmente possam atuar no tratamento de diversas patologias, como por exemplo na hipertensão arterial. Objetivo: Avaliar os efeitos do metalofármaco FOR011B sobre os parâmetros de função renal através do protocolo experimental de rim isolado. Metodologia: Trata-se de um estudo experimental com complexo de rutênio (cis- [Ru (bpy)₂(ETU) Cl]⁺ representado pela sigla FOR011B sintetizada pelo laboratório de Bioinorgânica da Universidade Federal do Ceará (UFC). Para os ensaios biológicos foram utilizados ratos da linhagem Wistar machos, em idade adulta, pesando 250 a 310g provenientes do Biotério da UFC. Os experimentos

foram iniciados após o procedimento cirúrgico, estabilização e adaptação do órgão às novas condições. Obteve parecer favorável do Comitê de Ética (CEUA) N° 102/2016. Resultados e Discussões: O metalofármaco FOR011B foi adicionado ao sistema após os 30 minutos iniciais dos experimentos. O grupo FOR011B foi comparado a um grupo controle, onde os rins foram perfundidos somente com solução de Krebs-Henseleit modificada. Após a adição do metalofármaco, foi observado alterações na fisiologia renal em todos os parâmetros renais estudados na concentração 1 $\mu\text{mol/L}$ do metalofármaco. Houve aumento da pressão de perfusão (PP) nos tempos 60, 90 e 120 min. Em relação a resistência vascular renal (RVR) houve aumento no tempo 120 min. Com aumento de Fluxo Urinário (FU) e COSM no grupo FOR011B no tempo 120 min comparado ao grupo controle. Nos eletrólitos houve diminuição significativa respectivamente para (%TNa+) e (%TK+) nos tempos 60, 90 e 120 min e (%TCl-) reduziu nos tempos 60 e 120 min. Conclusão: Diante o exposto foi possível concluir que o metalofármaco FOR011B (1 $\mu\text{mol/L}$) foi capaz de alterar parâmetros da hemodinâmica renal tais como: aumento da pressão de perfusão e resistência vascular renal; diminuição do ritmo de filtração glomerular; aumento do fluxo urinário e do clearance osmolar assim como, os transportes totais e proximais dos eletrólitos.

RESUMO - PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

**AVALIAÇÃO DOS EFEITOS DO COMPLEXO DE RUTÊNIO FOR011B
SOBRE A VIABILIDADE DE CÉLULAS LLC-MK2 E
ISQUEMIA/REPERFUSÃO (IN VITRO)**

Joao Paulo Fernandes De Souza (joaopaulofsousa@gmail.com)

Paula Letícia Braga E Silva (paulaleticia@alu.ufc.br)

Natacha Tereza Queiroz Alves (natachateresa@gmail.com)

Antônio Rafael Coelho Jorge (rafaelcj3@gmail.com)

Francisco Assis Nogueira Júnior (fan.junior@hotmail.com)

Helena Serra Azul Monteiro (hsazul@gmail.com)

Introdução: Os rins exercem inúmeras funções para manter a homeostase corporal. A isquemia/reperfusão (I/R) é definida pela interrupção e reestabelecimento do fornecimento de oxigênio aos tecidos e órgãos. O rutênio é um elemento que mais forma complexos nitrosilo, e possuem propriedades que atuam como captadoras ou liberadoras de óxido nítrico (NO), e possivelmente possa atuar no tratamento de diversas patologias. Isto posto, na perspectiva de alternativa terapêutica no contexto das patologias renais, o presente estudo buscou investigar as ações renais do metalofármaco FOR011B. Objetivo: Analisar os efeitos do metalofármaco FOR011B sobre a viabilidade celular e isquemia/reperfusão (I/R). Metodologia: Trata-se de um estudo experimental de cultivo de células tubulares epiteliais renais LLC-MK2 – Rhesus Monkey Kidney Epithelial (Macaca mulatta) obtida na UFC. As placas foram submetidas ao processo de I/R e posteriormente tratadas com diferentes

concentrações de rutênio que foram incubadas por 24h a 37° C e 5° de CO₂. No controle negativo, utilizou-se PBS estéril, pH 7.4. Em seguida, as placas foram centrifugadas a 4000 RPM por 5 min e 100 µL de sobrenadante removidos. 10 µL de uma solução de MTT a 2.5 mg/mL em PBS foram adicionados e a placa foi incubada por 4 horas a 37° C no escuro, em seguida 90 µL de dodecil-sulfato de sódio. Após 17h de incubação, as placas foram lidas em leitor de placa 570nm. O estudo obteve parecer favorável do CEUA n° 102/2016. Resultados e Discussões: As células LLC-MK2 foram tratadas com o metalofármaco em concentrações crescentes (31,25; 62,5; 125; 250; 500 e 1000 µmol/L) apresentou perfil de toxicidade nas concentrações a partir de 125 µmol/L e menor concentração sem efeito tóxico na linhagem estudada foi de 62, 5 µmol/L, não havendo alteração significativa na viabilidade. As células submetidas às condições de I/R in vitro através da câmara aeróbica e foi tratada com o metalofármaco FOR011B. O grupo I/R mostrou uma redução de 50% da viabilidade após cultivo sem metalofármaco. O metalofármaco FOR011B foi aplicado em concentrações não tóxicas para LLC-MK2 no processo de I/R, a toxicidade permaneceu causando morte até nas menores concentrações do estudo. Conclusão: O metalofármaco FOR011B não demonstrou efeito protetor sobre a disfunção da respiração celular e da cadeia transportadora de elétrons causado pela I/R, nas análises em linhagem de células LLC-MK2, ocasionando toxicidade nas menores concentrações ao realizar o tratamento da I/R.

RESUMO - PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

PSICOMOTRICIDADE E PSICOPEDAGOGIA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

Ceres Fassarella Carneiro (ceresfassarella@gmail.com)

Joan Cristina Rios De Oliveira (joanrios1806@gmail.com)

Isabelle Cerqueira Sousa (isabellecerq@yahoo.com.br)

A Psicopedagogia é uma área que dialoga com diversos campos do saber, centrando seus estudos e intervenções no processo de aprendizagem do sujeito. A atuação do psicopedagogo é constituída por uma pluralidade de recursos e técnicas, por entender que a aprendizagem é um fenômeno complexo, que envolve múltiplos aspectos. Assim como a Psicopedagogia, a Psicomotricidade surgiu a partir do estudo e contribuições de várias áreas do conhecimento. Sua proposta de atuação consiste em melhorar a qualidade de vida do indivíduo e criar estratégias para lidar com as dificuldades que ele pode vivenciar no manejo dos seus afetos, das emoções com relação a si mesmo, aos outros e ao meio em está inserido. Desse modo, este artigo propõe um diálogo entre a Psicomotricidade e a Psicopedagogia com o objetivo de apresentar os pontos de interseção entre essa área e a prática psicopedagógica. O estudo é relevante para o psicopedagogo poder acessar a saberes que propiciem uma visão global do sujeito. Para tanto, no processo investigativo, adotou-se uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2002) com abordagem qualitativa (MINAYO, 1994) sobre as práticas psicopedagógica e psicomotora. O referencial teórico baseou-se nas obras de autores como Masini (2006), Bossa (2008), Rubinstein (2017), Fonseca (1995), Demarchi (2001; 2011), Lapierre (2005) e Levin (2009), entre outros. Inicialmente,

realizou-se uma contextualização sobre a Psicopedagogia, estabelecendo um panorama acerca de sua história, objetivos, percepção sobre o ato de aprender, áreas de atuação e principais demandas. Em seguida, é apresentada a Psicomotricidade de uma forma global, seus principais aportes para a qualidade de vida do indivíduo. Foram elencadas as contribuições de um saber psicomotor para a atuação psicopedagógica, salientando a importância de ambas as áreas para o desenvolvimento do sujeito, e, conseqüentemente, para o processo de aprendizagem. Em síntese, para a atuação do psicopedagogo é sugerido ampliar a visão sobre a aprendizagem, para entender como surge o sujeito aprendente, que deseja e se engaja nesse processo que perdurará por toda a sua existência. O profissional deve considerar um estudo mais aprofundado sobre o corpo e como é a relação desse com o ato de aprender, possibilitando uma percepção mais integrada do sujeito e de suas demandas. O conhecimento acerca do desenvolvimento psicomotor para a formação, atuação e intervenção do psicopedagogo implica em uma mudança no modo de conceber o processo de aprendizagem. Ao obter esses conhecimentos, o profissional percebe o papel, as letras e as palavras, mas também desenvolve um olhar para as linhas invisíveis de significados, que os conectam a quem os profere e os escreve.

RESUMO - ARQUITETURA E URBANISMO - TEORIA, HISTÓRIA E
LINGUAGEM DA ARQUITETURA E DO URBANISMO

ARQUITETURA DA VOZ: O CORPO E A FESTA NA CRIAÇÃO DA CIDADE

Beatriz Magalhães Nogueira (beatriz.mag.nogueira@gmail.com)

Letícia Keroly Bezerra Alexandrino (letikerolyba@gmail.com)

Paula Ferreira Alves (ferreiraalves.pf@gmail.com)

Thayná Gomes De Melo (thaynag_leite@outlook.com)

João Lucas Vieira Nogueira (pedralispe@gmail.com)

O presente artigo pretende discutir a fenomenologia da cidade buscando traçar um comparativo entre a arquitetura da escrita e a arquitetura da voz. Desde a inserção da perspectiva científica por Brunelleschi no processo de projeto, constituiu-se uma ditadura do olho sobre os outros sentidos na produção do pensamento. Tal fato coaduna com o contexto da Idade Moderna, incluindo o cogito cartesiano e toda a construção da ciência moderna que, através da razão antropocentrista buscava dominar a natureza e o mundo para manipulá-los racionalmente, longe dos mistérios e dos misticismos. Assim, elementos não domináveis e não compreensíveis na lógica da mecânica moderna, foram sendo abandonados e amortizados com o passar do tempo, sendo retiradas sua importância para a construção do conhecimento. Assim é que a razão e o pensamento são colocados como ponto central da relação entre o sujeito e o mundo, em detrimento do corpo, principalmente do corpo da mulher, lugar misterioso em que se concebe a vida. Para Adriana Cavarero, é na apreensão da voz, e não do discurso, em que as pluralidades dos singulares podem

ressurgir, pois voz é corpo e é sujeito em relação. O domínio do desenho na prática do projeto arquitetônico incorpora a racionalidade da ciência moderna, com a possibilidade de manipular os fatores de projeto, culminando no pensamento funcional modernista. Isso provocou o desequilíbrio do olhar sobre os outros sentidos, inclusive sobre o ouvido. Tornou-se uma arquitetura da escrita, submetida ao signo do desenho, passando-se na prática, a se construir aquilo que se era capaz de desenhar. Entretanto, tal prática acontece nos lugares em que a arquitetura acadêmica consegue de fato estender seus tentáculos. Nas cidades latino-americanas, a maior parte das cidades não provém de um projeto arquitetônico desenhado, mas vocálico. Aparece da voz da arquitetura popular, experiencialmente vivida na dinâmica da cultura oral. Trata-se de saberes repassados oralmente, na singularidade das vozes que os praticam e também na singularidade de quem as ouve. É a arquitetura da troca em que o corpo é o responsável pelas decisões, tornando-se, de fato, medida das coisas. Mas principalmente, deve-se frisar, corpo em relação. Em relação com outros corpos, com coisas e com práticas, na importância de suas singularidades através das ressignificações dos lugares e das micropolíticas sociais cotidianas. Aqui aparece a importância da festa na América Latina como o lugar das possíveis socializações, trocas e conhecimentos de vozes, muito anteriores às falas e aos discursos, através de engastes e trocas mestiças na elaboração do complexo mosaico urbano e arquitetônico das cidades. O objetivo deste trabalho é iniciar a montagem de um arcabouço teórico para a construção do pensamento apresentado, através de leituras e discussões teóricas entre os membros do grupo de pesquisa. Espera-se criar uma fundamentação capaz de replicar o pensamento através de sua aplicação na análise de casos concretos, mostrando caso a caso, a importância da voz, do feminino e da festa nas construções e ressignificações da arquitetura e da cidade na América Latina.

RESUMO - ARQUITETURA E URBANISMO - PERCEPÇÃO E ARQUITETURA
DA PAISAGEM

**OS VAZIOS URBANOS NAS CIDADES BRASILEIRAS: O CASO DE
FORTALEZA**

Letícia Keroly Bezerra Alexandrino (letikerolyba@gmail.com)

Thais Custódio Calazans Menescal De Abreu (menescalthais@gmail.com)

Camila Rodrigues Aldigueri (camila.aldigueri@gmail.com)

O trabalho proposto pretende tratar a relação entre a ausência de moradia adequada para a população de baixa renda, onde se encontra a maior parte em déficit habitacional, e o crescente significado da terra e da moradia como forma de enriquecimento, através dos vazios urbanos (terrenos ou edifícios), tendo em vista a importância do estudo da terra como propriedade privada, adquirindo valor de troca (MARICATO, 1997; ALDIGUERI, outros). A presença dos vazios urbanos é marcante no processo de urbanização da maioria das cidades brasileiras, e, nesse sentido, Fortaleza não foge à regra, uma vez que seu processo de urbanização é marcado pela presença de terrenos desocupados, mesmo nas áreas já parceladas. (ALDIGUERI, 2017). Todavia, só recentemente a questão dos vazios urbanos vem sendo problematizada. O termo “vazios” ou “edificações não utilizadas ou subutilizadas” passou a ser incorporado nos Planos Diretores, especialmente, após a instituição do Estatuto da Cidade. No que concerne ao debate conceitual sobre os vazios urbanos, segundo Borde (2006), o vazio urbano consiste dos terrenos e edifícios vacantes que contrastam com o tecido urbano pelas condições de uso e ocupação (sem ocupação, sem uso ou subutilizados) e não beneficiam a

coletividade, isto é, não cumprirem sua função social. Para Portas (2000) o vazio urbano é uma expressão com alguma ambiguidade, isso porque a terra pode não estar literalmente vazia, mas se encontrar simplesmente desvalorizada com potencialidade de reutilização para outros destinos, mais ou menos cheios. Já para Magalhães (2005), o conceito de vazio urbano é bastante amplo, envolvendo terrenos vagos, terras especulativas, terras devolutas, terrenos subaproveitados, entre outras possibilidades. A partir desse breve panorama, coloca-se algumas questões: Como os vazios urbanos são tratados e compreendidos pelo poder público e na literatura acadêmica? Por que persistem tanto vazios urbanos nas cidades, considerando o enorme déficit habitacional? Para problematização da presença e persistência dos vazios urbanos parte-se da abordagem de Aldigueri (2017) ao compreender o significado da terra como uma forma de capital fictício, passando tais vazios urbanos a ter um “uso”: instrumento para gerar enriquecimento, uma aparente reserva de “valor” para os proprietários dos imóveis. Em decorrência da relevância do problema da presença e persistência dos “vazios urbanos” no contexto brasileiro, especialmente se considerarmos o déficit habitacional do país, é que entendemos a relevância de abordar esse tema. Assim, a proposta deste trabalho tem como objetivo geral analisar o tratamento dos vazios urbanos que abrange tanto terrenos vazios, como edificações não utilizadas ou subutilizadas a partir da cidade de Fortaleza. Como objetivos específicos, temos: (1) Identificar e problematizar a compreensão contemporânea sobre vazios urbanos; (2) Analisar o tratamento dos vazios urbanos pelo poder público em Fortaleza; (3) Relacionar o significado da terra como um “vazio” urbano e a inacessibilidade à moradia adequado/déficit habitacional.

RESUMO - ARQUITETURA E URBANISMO - CIDADE E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

17 ANOS DE ESTATUTO DA CIDADE E SEUS DESDOBRAMENTOS NA QUESTÃO DAS ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL EM FORTALEZA

Ítalo Barboza (italofb_1313@hotmail.com)

Mariana Quezado Costa Lima (marianaqcl.urb@gmail.com)

A aprovação do Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de 10 de julho de 2001) foi fruto de mais de uma década de pressões dos movimentos pela regulamentação do capítulo de política urbana da Constituição de 1988. Essa conquista, que esse ano completa 17 anos, tem como objetivo impactar na dinâmica urbana, de forma que garanta à população os direitos básicos à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações. Bairros abastados coexistem com bairros precários que possuem ausências fundamentais, como o saneamento básico e degradação de áreas ambientalmente frágeis. Por traçar diretrizes para o desenvolvimento urbano sustentável, o Estatuto tem sido objeto de estudo desde sua aprovação. Desse modo, é interessante de se observar como se deu a influência dessa legislação sobre a política urbana na cidade de Fortaleza, com foco em um instrumento que não aparece pela primeira vez no Estatuto da Cidade, mas que pôde se difundir pelos Planos Diretores Brasil afora, a partir desse marco: as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). As ZEIS possuem potencial para promover uma inclusão social por reconhecer as diversidades das

ocupações das cidades, focando em garantir que habitações de baixa renda tenham seu espaço em zonas bem localizadas na cidade. Agregam, assim, importantes princípios do Estatuto da Cidade como a gestão democrática da cidade, a função social da propriedade e o direito à moradia. Justamente por seu caráter distributivo, a regulamentação desse instrumento caminha a passos lentos, quando comparada a outros instrumentos do Estatuto, necessitando da reivindicação da população para apresentar resultados. Esse estudo visa analisar o processo de regulamentação das ZEIS em Fortaleza, à luz dos conceitos de cidadania insurgente e de direito à cidade. A metodologia aplicada neste estudo compreendeu revisão bibliográfica; levantamento de notícias de jornais; e análise de documentos legais, relativos à regulamentação das ZEIS e de outros instrumentos. Diante dessas análises, foi estabelecida uma cronologia. Em 2013, os movimentos sociais, após novas ações de pressão, conseguiram que se criasse um Comitê Técnico Intersetorial e Comunitário para tratar da regulamentação das ZEIS em Fortaleza, instituído pelo Decreto nº 13.241, de 21 de outubro de 2013. O comitê produziu um relatório que relacionava cada área demarcada como ZEIS, cuja primeira proposta foi a constituição da Comissão de Proposição e Acompanhamento da Regulamentação das ZEIS, criada em 2016, composta por dez ZEIS prioritárias. Em 22 de maio de 2018, foi publicado o Decreto nº 14.211, que regulamentou a eleição de conselhos gestores para as dez ZEIS e cuja minuta foi escrita pela Comissão. Analisando esse processo de regulamentação das ZEIS, foi possível perceber que o direito à cidade não parte de um movimento descendente, onde o poder público garante os direitos da população espontaneamente, e sim de um movimento ascendente, onde a população precisa lutar constantemente para que seus direitos sejam garantidos, mesmo que de forma vagarosa, configurando um processo de cidadania insurgente.

RESUMO - ARQUITETURA E URBANISMO - CIDADE E OCUPAÇÃO DO
TERRITÓRIO

**ARQUITETURA DA FAVELA E AS LIÇÕES DA INFORMALIDADE: O CASO
DO POÇO DA DRAGA**

Maria Daniela Lima Silveira (danielals@outlook.com.br)

Thaís França Timbó (francathais1@hotmail.com)

Camila Rodrigues Aldigueri (camila.aldigueri@gmail.com)

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as particularidades da organização socioespacial das favelas, a partir de estudo de caso em Fortaleza, e seus processos, tendo como referencial teórico principal “A Estética da Ginga” de Jacques (2001). Durante o século XX, segundo Kowarick (2001), Maricato (1996) e Souza (2008) a urbanização nas cidades brasileiras foi caracterizada pela exclusão e desigualdade socioespacial, o que gerou uma cidade desigual criando, assim, forte segregação de uma parte da população sem acesso a saneamento básico e infraestrutura adequados e criando políticas modernizadoras preocupadas em atender ao mercado imobiliário privado. Isso acarretou no surgimento de espaços de moradia precários e informais. Estes espaços, caracterizados predominantemente pela ilegalidade fundiária e urbanística, e, por vezes, pela precariedade edilícia e urbana, não se configuram mais como exceção na maioria das cidades brasileiras, principalmente, nas metrópoles. Dentre esses espaços de moradia, temos as favelas como forma de morar. Em Fortaleza, atualmente, existem 60.949 domicílios em setores precários (sendo 865 assentamentos precários no total), dentro os quais 530 são favelas, com um total de 526.079 domicílios

particulares permanentes e 2,45 milhões de habitantes (PLHISFOR, 2010) (IBGE, 2010). Tais dados revelam a importância de compreender e estudar esses espaços na cidade. Conforme observou Aldigueri (2017), em Fortaleza, até os anos 70, a favela era vista como problema, estigma territorial, o que se refletia nas políticas urbanas, que encontrava como solução a remoção das favelas. A partir dos anos 80, a solução não consiste mais em remoção, mas em urbanização desses espaços por meio de intervenções urbanas. Todavia, Jacques (2001) tece uma crítica como vem sendo realizada as intervenções em favelas, alertando que arquitetos e urbanistas não são formados para trabalhar em favelas e, muitas vezes, não estão habituados a estudar assuntos fora de um “universo espaço-temporal”. Ademais, características próprias à organização espacial e estética da favela a tornam “difícil de ser entendidas formalmente”. Dessa forma, para intervir nesses espaços que destoam das cidades ditas formais, é necessário analisar e compreender melhor essas diferenças. As imposições estéticas consideradas como projetos “atuais” acabam por si só criando espaços sem identidade própria, onde, por muitas vezes, a população não se sente representada, levando à não-apropriação do espaço, deixando-os por fim, deteriorados e abandonados (JACQUES, 2001). Jacques (2001) compreende a estética da favela e seus processos a partir de três figuras conceituais: fragmentos, labirinto e rizoma. Nesse sentido, o trabalho aqui proposto parte da comparação da estética presente nas favelas – levando em consideração sua organização socioespacial e cultural – com a linguagem defasada de como a favela é vista, ou seja, a importância de aprofundar no seu contexto próprio, em sua essência para, por fim, “intervir”, de forma a não apenas impor falsas tipologias/conceitos nas favelas. A análise sobre a favela e seus processos (“estética da favela”) será realizada através da comunidade do Poço da Draga, em Fortaleza. Para tanto, serão realizados análise em campo, entrevistas com os moradores, registros fotográficos e análise de iconográfica.

RESUMO - ARQUITETURA E URBANISMO - CIDADE E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

MOBILIDADE URBANA E CIDADANIA INSURGENTE: A ESTRUTURA CICLOVIÁRIA DE FORTALEZA APÓS A CICLOFAIXA DA AVENIDA ANA BILHAR

Matheus Bezerra Dos Santos (matheusbezsan@hotmail.com)

Mariana Quezado Costa Lima (marianaqcl.urb@gmail.com)

Em Fortaleza, a bicicleta é utilizada pela população para deslocamento, principalmente entre os bairros periféricos e o centro da cidade. Os ciclistas sempre tiveram que dividir o espaço da rua com ônibus, carros, motos, etc. Devido à ausência de um espaço próprio para o trânsito de bicicletas, os ciclistas têm dificuldade para transitar nas ruas da cidade. No dia 04 de julho de 2013, o grupo Massa Crítica organizou uma intervenção urbana na Avenida Ana Bilhar, pintando uma ciclofaixa no lado direito da via, com o objetivo de chamar a atenção da Prefeitura Municipal de Fortaleza para a questão dos ciclistas na cidade. A prefeitura, inicialmente, repudiou a ação do grupo, alegando depredação do patrimônio público, mas efetivou a ciclofaixa em setembro do mesmo ano. Esse não foi o primeiro caso de intervenção com o objetivo de chamar atenção para a situação cicloviária da cidade, mas foi escolhido para o recorte devido à sua grande repercussão. Após essa intervenção, houve alguns desdobramentos para a cidade, mudando a sua dinâmica. O estudo tem como objetivo analisar o cenário cicloviário da cidade de Fortaleza, de julho de 2013 até agosto de 2018, verificando as consequências da intervenção acima relatada, de modo a descrever com um

caso concreto as repercussões de uma manifestação por Direito à Cidade em um processo de cidadania insurgente, a qual reforça a ideia do cidadão como agente da mudança que quer ver na sua cidade e no mundo. Para alcançar os objetivos da pesquisa, foram necessárias: revisão bibliográfica de artigos e livros sobre o tema; identificação, compilação e análise dos condicionantes legais, abrangendo legislação municipal, estadual e nacional; levantamento de notícias de jornais, obedecendo o recorte temporal de cinco anos; e análise das implicações do plano “Fortaleza 2040” no âmbito cicloviário. Após observar a situação cicloviária nesse recorte de tempo, foi possível verificar que houve aumento do uso desse modal, bem como redução no número de acidentes fatais num primeiro momento, mas um aumento considerável nos anos seguintes. Podem ser considerados os principais desdobramentos da intervenção do grupo Massa Crítica a evolução da malha cicloviária, as ciclofaixas de lazer e o projeto Bicicletar. A obtenção dessas conquistas foi resultado de um processo de pressão popular sobre o poder público, onde os cidadãos tiveram que lutar para que a Prefeitura provesse infraestrutura necessária ao modal, exemplificando o processo de cidadania insurgente.

RESUMO - ARQUITETURA E URBANISMO - CIDADE E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

OCUPAÇÕES URBANAS NOS DIAS ATUAIS: O CASO DO EDIFÍCIO WILTON PAES DE LEME

Bruna Napoleão Moreno (brunamoreno10@hotmail.com)

Camila Rodrigues Aldigueri (camila.aldigueri@gmail.com)

A proposta desse artigo vai tratar da problematização, a partir das representações, das ocupações urbanas de edifícios não utilizados ou subutilizados. A pesquisa é relevante para compreender os processos de acesso a moradia no país, entendendo que atualmente existem mais de 6 milhões de pessoas sem moradia, enquanto há mais de 7 milhões de imóveis vazios no país (FGV, 2015). Desse modo, essa grande parcela da população encontra como solução habitacional ocupar terrenos ou edifícios vazios. Recentemente, vimos que o caso das ocupações urbanas em edifícios vacantes ganharem grande repercussão na mídia, especialmente em São Paulo, onde houve o incêndio do edifício Wilton Paes de Leme . Inaugurado em 1966, o edifício abrigava cerca de 120 famílias lideradas pelo Movimento de Luta Social Por Moradia (MLSM). Esse fato acabou abrindo caminho para uma série de percepções sobre as ocupações na atualidade, muitas delas carregadas de estigmas, mas também possibilitou evidenciar o problema do acesso a moradia adequada. Cumpre ressaltar que as ocupações urbanas não são algo novo. Em Fortaleza, por exemplo, as favelas surgem representadas em veículos de comunicação a partir do anos 1930, conforme verificou Aldigueri (2017). Diversos são os autores que apontam para a presença das

ocupações urbanas, especialmente, a partir das denominadas favelas, nas cidades brasileiras. As ocupações urbanas, geralmente, carregam um estigma territorial que, conforme destaca Rolnik (2015), é um elemento fundamental da engrenagem política que legitima a expulsão ou, acrescentamos, o descaso no atendimento às necessidades habitacional dessa população, como no caso da Ocupação do Edifício Paes de Leme. A forma com que as ocupações urbanas são percebidas pelos diferentes atores sociais revela a (in) compreensões acerca do fenômeno das ocupações urbanas. Valladares (2005) estudou as diferentes representações das favelas no Rio de Janeiro, observando a mudança na compreensão desse fenômeno ao longo do tempo e identificando alguns “dogmas” amplamente compartilhados pela mídia, pesquisas e trabalhos. Aldigueri (2017) abordou as diferentes representações sobre o fenômeno das favelas em Fortaleza, desde o século XX, a partir do poder público, da sociedade e do pensamento acadêmico, verificando o que essas representações revelam sobre esse fenômeno e o que obscurecem. Ambas as autoras estudaram as ocupações de terras, a partir das favelas, forma de ocupação mais comum durante o processo de urbanização brasileira, especialmente entre os anos 1950 a 1980. Considerando a persistência das ocupações urbanas como solução habitacional, o aparecimento mais recente de casos de ocupação em edifícios vazios e as percepções sobre esse fenômeno na atualidade, propõe-se analisar as representações sobre ocupações urbanas na atualidade com foco nos edifícios vazios/subutilizados, a partir do caso do Edifício Paes de Leme. Para tanto, realizaremos uma revisão bibliográfica de trabalhos que abordaram formas de representação das ocupações e uma análise das representações a partir do discurso dos diferentes atores sociais através de jornais de grande circulação de São Paulo, de forma a problematizar a necessidade de comprimento da função social da propriedade e a efetivação de políticas públicas eficientes no combate a má distribuição de moradia.

ESTABILIDADE DE TALUDES

Johnny Wendell Pontes Do Nascimento (johnny_wendell@hotmail.com)

Thayane De Almeida Monteiro (thayaneam@yahoo.com.br)

Ivelise Marconi Strozberg (ivstrozberg@uol.com.br)

Raphaelle Silva De Almeida (raphaelle.s.almeida@gmail.com)

Os taludes podem ser classificados como naturais ou artificiais. Os taludes naturais são formados pela natureza por ação geológica ou por intempéries; já os taludes artificiais podem ser do tipo corte ou aterro, que são feitos pelo homem. Esse tipo de estrutura é construído quando há necessidade de conter uma encosta ou um rio, por exemplo. A análise de sua estabilidade deve ser feita em toda obra onde há a sua presença, tais como barragens, corte ou aterro de rodovias, mineração, entre outros. No entanto, mesmo com o avanço dos estudos de engenharia, ainda é comum a ocorrência da ruptura de taludes, com deslizamentos de terra ou blocos rochosos, associados geralmente aos tempos chuvosos, por conta da subida do nível freático, que modifica a distribuição de tensões no solo, acrescenta pressões neutras, diminui as tensões efetivas e principia forças de percolação, de modo que a resistência ao corte do solo reduza, e conseqüentemente, acarretando em uma maior disposição para a instabilidade. Por esse motivo, a engenharia geotécnica se torna tão importante para os estudos de análise de estabilidade de taludes, por meio de metodologias de cálculo. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar seções genéricas de taludes para compreender a interação

dos parâmetros geotécnicos na estabilidade por meio de um software e, a partir disso, realizar uma análise entre os métodos de Bishop Simplificado, Fellenius e Janbu, de forma a se apreender, por meio de aferições, qual seria o melhor método para se trabalhar em determinadas situações de obras geotécnicas.

RESUMO - ENGENHARIA CIVIL - TRANSPORTES, GEOTECNIA E SOLOS

PROBLEMAS RELACIONADOS A SOLOS EXPANSIVOS EM TALUDES E BARRAGENS

Lucas De Oliveira Vale (lucasolvale@gmail.com)

Maria Vitoria Vieira De Moraes (vitoriavieiram@hotmail.com)

Ivelise Marconi Strozberg (ivstrozberg@uol.com.br)

Alguns solos, quando acrescido o teor de água em seus vazios ou quando resistem a uma solicitação de carga, tendem a sofrer uma variação de volume gerando certa instabilidade, em virtude da presença de material argiloso na amostra. A expansividade, ocasionada por argilominerais como as montmorilonitas e vermiculitas, é a principal característica dos solos expansivos onde pode se tornar um problema muito agravante em regiões por todo o globo que, quando não estudado previamente, podem trazer altos riscos ao empreendimento, como trincas, fissuras, movimentações em estruturas, rompimento de muros de contenções, perfuração de poços, desabamento em túneis, esquadrias desalinhadas ou com dificuldades de abrir, instabilidade em taludes, formação de superfície de deslizamento em taludes, entre outras patologias. Podemos encontrar esse tipo de solo principalmente em regiões semiáridas, no caso da região Nordeste do Brasil, porém também é encontrado nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. O objetivo dessa pesquisa é identificar qual o método de abordagem mais eficaz para contermos as propriedades expansivas em taludes e barragens, para isso será estudado a fundo o comportamento dos solos expansivos, geometrias adequadas para essas estruturas, possíveis distribuições dos solos em suas camadas e os

níveis da água, no caso das barragens. Para isso ser possível, serão utilizados dados extraídos de amostras testadas em laboratórios, onde a coesão e o ângulo de atrito serão essenciais para a simulação da expansibilidade e, dessa forma, encontraremos os respectivos coeficientes de segurança pelos métodos de Bishop, Bishop simplificado, Janbu, Janbu simplificado, Fellenius, Spencer e Sarma pelo software Slide, incluso no pacote Rocscience Phase.

RESUMO - ENGENHARIA CIVIL - INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

**ANÁLISE DA VIABILIDADE TÉCNICA E FINANCEIRA DO USO DE
ASFALTO-BORRACHA EM PAVIMENTOS ASFÁLTICOS NA CIDADE DE
FORTALEZA-CE E SEU IMPACTO NOS CUSTOS DE MANUTENÇÃO**

Gustavo Wilker Farias Calaça Rodrigues (gustavo_wilker@hotmail.com)

Pedro Almi Da Costa Freite (pedroalmi@yahoo.com)

Em virtude dos problemas comumente vistos em pavimentos, observou-se a possibilidade da melhoria dos revestimentos asfálticos com a adição de vários materiais que melhorem as características do revestimento e minimizem seus custos, como por exemplo: resíduos da construção civil, resíduos de processos industriais “aciaria”, polímeros, e a borracha oriunda de pneus usados adicionando-a ao ligante. Este trabalho refere-se a análise da viabilidade do uso do ligante Asfalto-Borracha na cidade de Fortaleza-CE. Apesar da sua qualidade ser comprovada por estudos em laboratório, verifica-se que, não há utilização em grande escala na região. A pesquisa tem como objetivos elaborar um comparativo de custos entre trecho utilizando os ligantes CAP 50/70 e Asfalto-Borracha, estimar custos de execução de pavimento utilizando asfalto-borracha, listar vantagens e desvantagens do asfalto-borracha e indicar a viabilidade da implantação/adaptação da indústria para produção de asfalto-borracha na cidade de Fortaleza, portanto indicar a viabilidade técnica e financeira do uso deste produto para pavimentos asfálticos na cidade, assim como o impacto nos custos com manutenção. O método da pesquisa se deu por intermédio de pesquisa bibliográfica e visitas técnicas a empresas especializadas em pavimentação. Os resultados obtidos mostram que a

substituição do ligante influi de 25 a 28% a menos no custo final da obra. Conclui-se então que, a alternativa é viável financeiramente, além de contribuir para minorar os problemas causados ao meio ambiente com a deposição inadequada dos pneus inservíveis, uma das matérias-primas do ligante. O presente trabalho pode colaborar no campo acadêmico para estudos mais aprofundados, como também na esfera governamental, visto que traz uma nova alternativa de pavimento e comprovada sua eficácia técnica e financeira.

RESUMO - ADMINISTRAÇÃO - MARKETING

ATRIBUTOS DETERMINANTES NA COMPRA DE CERVEJAS ESPECIAIS ENTRE UNIVERSITÁRIOS: UM ESTUDO NUMA IES PRIVADA DE FORTALEZA

Christian Avesque (christianavesque@gmail.com)

Randal Glauber Mesquita (randalglauber@gmail.com)

Saúde! O mercado de cervejas especiais consolidou-se no Brasil como já havia se sedimentado em outros continentes desde o início dessa década. É certo que cada vez mais os mercados varejistas que possuem consumidores com uma renda ascendente e informações qualificadas dessa categoria de produtos investirão recursos no ponto de venda, no design das embalagens e em eventos temáticos com vistas a melhorar as suas respectivas lucratividade e rentabilidade. Diante dessa realidade de mercado levantou-se a seguinte questão: o que é determinante na escolha e compra das cervejas especiais por parte da clientela universitária? O objetivo central desse estudo é identificar quais os principais atributos que influenciam o comportamento de compra de cervejas especiais entre universitários de uma IES privada de Fortaleza. A metodologia utilizada no presente artigo foi do tipo bibliográfica e descritiva e de natureza quantitativa. O instrumento de pesquisa foi um questionário semi estruturado adaptado do modelo meios-fim [MEC] de Gutman(1982); sendo, pois, composto de 5 partes distintas e complementares. A amostragem foi não probabilística e realizada com 99 estudantes de graduação ao longo do primeiro semestre de 2018. Após a análise dos resultados, verificou-se que o perfil médio da amostra consome os produtos mensalmente ou quinzenalmente

(79%), preferencialmente com os amigos e família (85%) e em locais como bares e eventos temáticos; destaca-se que o investimento médio por degustação varia entre R\$ 75,00 e R\$ 150,00 reais. Afirmam que para serem reconhecidos como “experts” na categoria precisam investir recursos em conhecer os tipos de cervejas, regiões produtoras e copos especiais para cada produto. Logo, o discurso técnico e a estética de degustação dos produtos são fundamentais para criar-se a imagem de especialista. Destaca-se que 75% da amostra relatou que investe recursos nesses produtos porque buscam prestígio e network.

RESUMO - ADMINISTRAÇÃO - MARKETING

FATORES HEDÔNICOS E FUNCIONAIS COMO MODELADORES DA DECISÃO DE COMPRA EM SUPERMERCADOS: UM ESTUDO COM ESTUDANTES DOS CURSOS DE TECNOLOGIA EM GESTÃO

Christian Avesque (christianavesque@gmail.com)

Randal Glauber Mesquita (randalglauber@gmail.com)

É fundamental que cada vez mais as empresas varejistas compreendam que as jornadas de compras de seus consumidores podem ser distintas e complexas. Por um lado, crescem as operações comerciais de auto serviço com preços baixos; sendo comum – também- operações que criam pontos de vendas com excelente atendimento e sortimento qualificado. Diante dessa realidade de mercado levantou-se a seguinte questão: Será que os jovens estudantes de tecnologia em gestão realizam suas compras a partir de fatores hedônicos ou motivacionais? O objetivo central desse estudo é identificar quais os principais fatores que guiam o comportamento de compra de supermercado de jovens estudantes de uma IES privada de fortaleza. A metodologia utilizada no presente artigo foi do tipo bibliográfica e descritiva e de natureza quantitativa. O instrumento de pesquisa foi a escala de likert adaptada de Miller(2002) e Mc Cracken(2003); sendo composta de 20 questões fechadas em 2 blocos distintos, o primeiro com situações funcionais e o segundo com situações hedônicas. A amostragem foi não probabilística e realizada com 159 estudantes de graduação tecnológica ao longo do segundo semestre de 2018. Após a análise dos resultados, verificou-se que 68% da amostra adere ao modelo funcional de jornada de compra com forte ênfase nos atributos: local de

compra, preço dos produtos e marcas substitutas. Esses consumidores dão uma atenção especial aos encartes promocionais, aos preços progressivos, a etiquetas quentes e pontos extras espalhados ao longo das lojas. Salienta-se que a orientação da jornada de compra inclui condicionantes cognitivos relevante para o consumidor, tais como: economia, rendimento do dinheiro, sensação de esperteza, oportunidade de aquisição e bons negócios.

RESUMO - DIREITO - DIREITO PÚBLICO

A POLÍTICA NO SEU CONTEXTO ATUAL

Ilcar Nogueira Gondim (ilcargondim@gmail.com)

Raissa Andrade (raissac_andrade@hotmail.com)

Gerardo Clésio Maia Arruda (clesioarruda@yahoo.com.br)

O contexto atual da política brasileira é muito preocupante, em virtude dos constantes atos de corrupção dos governantes, os quais deixam a população desacreditada e insegura, o que origina incógnitas políticas e insegurança de como será a economia futuramente. Ultimamente, alguns políticos estão focados na punição dos possíveis infratores e outros preocupados em se defender de seus crimes, como a troca de favores e a lavagem de dinheiro investigadas pela Operação Lava Jato, pedaladas fiscais, dentre outros. Dessa forma, o que se vê no cenário brasileiro é que os administradores das verbas públicas, muitas vezes, não as utilizam para melhorar a saúde, a educação, a segurança e outros direitos sociais. Para ilustrar, observando tanto os mais abastados quanto os de baixa renda, é evidente que a condição econômica muda um pouco a visão de sociedade, mas todos têm um mesmo pensamento, o de um Brasil melhor com mais educação e igualdade social. Governantes “engravatados” ignoram isso, pois eles têm uma ideia, passam para o papel e tentam implantar na sociedade, contudo não há um estudo de como esse projeto iria impactar as pessoas. Eles podem até falar que são feitos esses estudos, mas, infelizmente, sabemos que muitos políticos são corruptos. O objetivo desta pesquisa é demonstrar a falha no investimento em políticas públicas e o que isso acarreta para a sociedade brasileira. A pesquisa é do tipo

exploratória, com base em estudos bibliográficos e dados qualitativos. Atenta-se mais profundamente para a necessidade da adoção e do aperfeiçoamento das leis direcionadas para o crescimento econômico e para o desenvolvimento social. Além disso, conclui-se que há a necessidade de uma renovação política, visando à inovação na implementação de políticas públicas.

RESUMO - DIREITO - DIREITO PÚBLICO

ALTERAÇÃO DA COBRANÇA DO ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO EM VIRTUDE DA MODIFICAÇÃO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL DE FORTALEZA/CE

Luiz Pedro Lima Saraiva Praseres (luizpedropraseres@gmail.com)

Lívia Ximenes (livia.ximenes@yahoo.com.br)

Este trabalho tem o objetivo de analisar as mudanças após a entrada em vigor da Lei Complementar Municipal nº 241/2017, que alterou o Código Tributário Municipal, com grande impacto no artigo 322, “caput”, o § 1º, do artigo 323, e no “caput” do artigo 325 do Código Tributário do Município de Fortaleza. O método utilizado bibliográfico e documental, principalmente por meio de documentos disponíveis em página oficial. Em decorrência da legislação que entrou em vigor, ocorreu a revogação dos dispositivos da legislação tributária, acarretando modificação significativa na Taxa de Licença para Localização e Funcionamento de Estabelecimentos e de Atividades Diversas. Constituiu-se que será cobrado o licenciamento inicial, renovado anualmente, bem como nas ocasiões em que o empresário venha a realizar alteração na área do imóvel, mude de endereço ou transfigure a razão social do licenciado. Além disso, a legislação estabeleceu que as taxas de licenciamento serão cobradas de acordo com a área construída do imóvel destinada ao estabelecimento comercial, ou seja, a área utilizada na atividade. Isso, todavia, será feito com base nos elementos existentes nos cadastros municipais, declarados pelo contribuinte ou apurados pelos órgãos municipais competentes. Com isso, estipulou-se que o valor para cobrança da taxa de alvará de funcionamento dos

estabelecimentos com área construída até 40m², será de R\$ 230,00; em caso de área superior aos 40m², será acrescido o valor de R\$ 6,50 por cada metro quadrado excedente, até o limite de R\$ 15.000,00. Dessa forma, a cobrança, que era calculada a partir do coeficiente entre a área que estaria sendo utilizada pela atividade econômica - variando de 40m² a mais de 2.500m² -, era fixa e inicial de R\$ 129,16 à R\$ 1.291,52. Nos casos em que a área fosse superior a 2.500m², todavia, seria acrescido valores que eram medidos pela multiplicação da metragem, com base em índices previamente estabelecidos com valor de até R\$ 0.11, de modo que os valores pagos não eram tão relevantes quanto com a modificação legislativa. Após a alteração no Código Tributário Municipal, estima-se o aumento de 800% na cobrança da taxa para a liberação do alvará de funcionamento, se for considerado o ano fiscal. Conseqüentemente, a prefeitura de Fortaleza, por meio de acordo com a classe empresarial, principais afetados por essa alteração, editou um decreto para regulamentar essas mudanças na legislação municipal. A taxa agora passou a ter o limite de até R\$ 5.000,00 para imóveis que tenham até 30.000m² ou até o limite de R\$ 15.000,00 para imóveis acima de 30.000m², possibilitando ao proprietário a opção pelo parcelamento. Conclui-se, portanto, que o impasse entre o município e a classe empresarial perdura tendo em vista os pensamentos diversos acerca da abusividade na cobrança da taxa de funcionamento. Se por um lado os empresários afirmam que o percentual é exorbitante, por outro lado a prefeitura alega que serve para desburocratizar a atual conjuntura para obter o licenciamento, existindo assim um conflito de interesses.

RESUMO - DIREITO - DIREITO PÚBLICO

JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL E DEMOCRACIA: ANÁLISE DE JULGADOS DO MINISTRO GILMAR FERREIRA MENDES À LUZ DA TEORIA DA DEMOCRACIA

Lidia Cunha Costa (lidiapetss@yahoo.com.br)

Marina Rabelo Távora Furtado (marina.tavora@uol.com.br)

Jânio Pereira Da Cunha (janiopcunha@hotmail.com)

A jurisdição constitucional tornou-se uma instituição central no arranjo político dos Estados democráticos contemporâneos. No Brasil, o controle jurisdicional de constitucionalidade é realizado pelo Judiciário, em especial pelo Supremo Tribunal Federal (STF), órgão do Poder Judiciário que inegavelmente ostenta posição fundamental no sistema constitucional nacional para garantir direitos fundamentais e valores da Constituição Federal. Tanto é assim que o jurista Lenio Streck (s.d., 256) afirma que “Não há Judiciário mais poderoso no mundo do que o do Brasil”. De fato, a Constituição Federal de 1988 concedeu ao STF um amplo rol de competências que lhe permitem participar ampla e ativamente da vida político-institucional do País. Acrescenta-se que, nas últimas três décadas, o STF vem ampliando, significativamente, a participação em decisões a respeito de questões e assuntos outrora reservados aos Poderes Legislativos e Executivos, sendo tal fenômeno denominado internacionalmente de “judicialização da política” (TATE; VALLINDER, 1995). Diante de um cenário posto e recorrente da citada “judicialização”, interessa-nos, de forma ampla, investigar a presença, ou não, de elementos antidemocráticos na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, especificamente em julgados proferidos pelo

Ministro Gilmar Ferreira Mendes à luz do marco teórico da doutrina elitista da democracia. Este estudo, em andamento, ancora-se, metodologicamente, na análise qualitativa de três votos e de comentários desses julgados pelo próprio Ministro Gilmar Mendes, catalogados em seu livro intitulado "Estado de Direito e Jurisdição Constitucional" (2011), além de análise integral dos votos em arquivos do site do STF. Vale registrar, a título de pressuposto de investigação, que a esfera jurídica não escapa à tentação permanente e inextinguível de colocar em xeque ideias e práticas democráticas de extrema importância, como a soberania popular e o sufrágio universal, por meio do voto direto, secreto e igualitário para todos. É de se pontuar que, de acordo com o cientista político Robert Dahl (2012, p. 422), na teoria elitista, o exercício do poder é sempre feito por intermédio de uma minoria que governará com o objetivo de manter o poder político e o status quo na sociedade. Nessa linha teórica, pode-se concluir, provisoriamente, que os votos do Ministro Gilmar Mendes sobre os julgamentos da (i) Captação de Sufrágio, da (ii) Cláusula de Barreira e da (iii) Fidelidade Partidária no STF estão em conformidade com a teoria elitista democrática, na medida em que é uma ideia baseada na imposição das decisões políticas e judiciárias por uma minoria ativa, excluindo a soberania da participação popular na democracia. O Ministro Gilmar Mendes demonstrou aderir a essa teoria ao utilizar um discurso de poder na sua posição como ministro do STF que favorece a elite judiciária nas decisões dadas nos três votos investigados e nos seus devidos comentários, fontes que são baseadas no poder discursivo da sua atuação ativista na "judicialização da política", ao decidir sobre questões políticas sem legitimidade democrática para determinar soluções político-constitucionais e nem possuir competência para tal, valendo-se de uma perspectiva de democracia elitista que não condiz com os princípios democráticos brasileiros previstos na Constituição Federal de 1988.

RESUMO - DIREITO - DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

DIREITO FUNDAMENTAL AO LAZER NAS RELAÇÕES DE TRABALHO.

Yana Miriam Fernandes De Freitas (yanamiriam@gmail.com)

Thayane Patrícia Nogueira Diógenes (tpdiogenes@gmail.com)

A dignidade da pessoa humana é disposta no texto da Constituição Federal como um dos objetivos principais da República Federativa do Brasil, de modo que o Estado deve fazer o que lhe for possível para que tal garantia seja assegurada aos cidadãos, e o instrumento primordial para tanto são os Direitos e Garantias Fundamentais, previsto no Título II de nossa Carta Magna. O lazer, compreendido no presente trabalho como a concessão de faltas remuneradas (férias, finais de semana, feriados, etc) e de intervalos intra e extrajornada, está previsto no rol do artigo 6º da Carta de Direitos, de tal modo que deve ser garantido como maneira de se permitir que o indivíduo possa alcançar dignidade em sua plenitude. Porém, na sociedade capitalista em que vivemos, voltada para o consumismo e obtenção de lucro, não causa estranheza se ouvir falar sobre constantes violações ao respectivo direito no ambiente de trabalho. Estas trazem conseqüências inimagináveis para a vida do trabalhador, que diferente do que ocorre, por exemplo, em casos de violação do direito fundamental a saúde e segurança (vistas como mais imediatos), na maioria das casos, só podem ser realmente percebidos a longo prazo. Em razão disso, o Tribunal Superior do Trabalho tem se manifestado no sentido do reconhecimento de dano existencial em benefício do trabalhador que diariamente tem seu direito ao lazer suprimido e seu projeto de vida negado, reconhecendo que, da mesma forma que os demais direitos e garantias

fundamentais, merece o lazer, proteção especial. Desse modo, para realização do presente trabalho, se utilizará de pesquisa bibliográfica e documental, bem como da análise de julgados dos tribunais pátrios sobre o assunto. Pode-se elencar como possível hipótese, a possibilidade de configuração de dano existencial para casos em que o direito ao lazer não for reconhecido nas relações trabalhistas, com a respectiva responsabilização pecuniária, como tentativa de amenizar os prejuízos sofridos pelo trabalhador.

RESUMO - DIREITO - DIREITO PRIVADO/DIREITO PROCESSUAL CIVIL

O IMPACTO DAS FAKE NEWS NOS DIREITOS DA PERSONALIDADE NA ERA DIGITAL

Letícia Lima Fabrício (leticialima.f1903@hotmail.com)

Lucas Aragão Napoleão (lucasaragaonapoleao@gmail.com)

Na sociedade contemporânea, com a rápida difusão de informações tem sido cada vez mais comum a veiculação de fake news, ou notícias falsas, em diversos ambientes virtuais, tais como Sites de notícias ou redes sociais. Devido essa celeridade, é comum que determinada informação veiculada não verdadeira, seja distribuída em grande número, fazendo com que várias pessoas passem a acreditar que determinada informação seja verídica. Tais notícias possuem como intuito, na grande maioria das vezes, manchar a reputação de determinado sujeito perante a coletividade, pondo em xeque sua dignidade ante o meio social.

Exemplo claro do que se diz, é a onda de informações comprovadamente falaciosas sobre Marielle Franco na web. Dentre as fake news mais famosas envolvendo seu nome, está a que associa a falecida vereadora a um importante membro do crime organizado no Rio de Janeiro.

Nessa perspectiva, pode-se extrair diversos outros exemplos, principalmente quando se trata do período eleitoral, em que uma série de informações são veiculadas na mídia trazendo conteúdo falacioso.

Nesse viés, sabendo que o ordenamento jurídico tem como prioridade o ser humano, bem como tendo em vista a grande exposição a qual estão

submetidas as pessoas na rede mundial de computadores, faz-se necessário certo controle para que a liberdade de expressão nas mídias sociais não ultrapasse os limites impostos pelo direito à imagem e, conseqüentemente, aos direitos de personalidade do indivíduo. A Lei 12.965/2014, conhecida como Lei do Marco Civil da Internet, surgiu como meio de preservação do usuário no âmbito virtual, trazendo direitos, mas também prevendo obrigações àqueles que vierem a desrespeitar a intimidade ou imagem da pessoa na web. A referida lei figura como um mecanismo de combate às notícias falaciosas compartilhadas na internet, bem como meio de preservação do indivíduo na web.

Nesse sentido, uma vez veiculadas essas notícias falsas, estas acabam por gerar danos incalculáveis aos direitos da personalidade a exemplo do direito à imagem, e a honra do indivíduo, o que pode ser, muitas vezes, irreversível.

Corroborando, contundentemente, com o trazido pelo constituinte e a Lei 12.965 em relação à proteção do ser humano, a responsabilidade civil tem como finalidade reparar o dano oferecido a outrem, junto com elementos como a conduta e o nexa, cabendo, ainda, a culpa, em casos de responsabilidade subjetiva do agente. Este instituto tem por fim estabelecer uma compensação à vítima, punir o causador do dano e desestimular a prática de novos ilícitos, tendo previsão legal nos arts. 186 e 927 do Código Civil.

Em relação aos danos virtuais, a mencionada lei MCI estabelece a responsabilidade subjetiva àquele que proporcionar prejuízo a terceiro. Tendo em vista a supracitada função preventiva da responsabilidade civil, bem como a modalidade de responsabilidade atribuída em relação aos fornecedores e seus usuários se faz essencial uma atuação dos provedores de internet, junto ao Estado, como garantidor de direitos de atuarem na fiscalização da publicação de informações falsas, atuando de modo preventivo, bem como, atuando penalizando o autor e indicando uma indenização razoável a pessoa que teve o seu direito lesado.

RESUMO - DIREITO - DIREITO PENAL/DIREITO PROCESSUAL
PENAL/CRIMINOLOGIA

**ANÁLISE NA APLICAÇÃO DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL
PERSONALIDADE DO AGENTE FACE A DOSIMETRIA DA PENA E A
ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO JURÍDICO**

Janeth Gomes Rios (direito.rios@gmail.com)

Jorge Bheron Rocha (bheronrocha@gmail.com)

O trabalho estuda a circunstância judicial da personalidade do agente, componente da dosimetria da pena analisado e utilizado pelo juiz para individualizar a reprimenda ao cometimento de delito. Atualmente, a aplicação da pena se dá por meio de um sistema trifásico, sendo a primeira dessas etapas ponderada pelas circunstâncias judiciais, cujo conceito é aberto, e, portanto, passível de múltiplas interpretações, além da não previsão legal do quantum que determina a ampliação ou redução da pena-base. O problema se relaciona com a circunstância judicial que abrange a análise da personalidade do agente, que possui sua verificação fragilizada, abrindo lacunas interpretativas que podem vir a ferir a dignidade do apenado, pois o magistrado não possui capacitação técnica aprofundada para avaliar esta perspectiva do indivíduo. Dilatar a pena de alguém por sua personalidade deve ser algo medido de forma precisa, pois a situação em cárcere traz duras sequelas à vida do ser humano. O objetivo geral é verificar se é possível alterar a pena por meio da valoração negativa da personalidade, advinda de uma análise, que, na maioria das vezes, toma como referência tão somente o testemunho de terceiros sem qualquer conhecimento técnico do tema. Objetivos específicos da

pesquisa se centram na busca por meios seguros que possam auxiliar o magistrado na análise da personalidade do agente no curso do processo ou, partindo de outro contraponto, ou, na impossibilidade de fazê-lo, verificar quais os desdobramentos normativos e práticos da retirada da referida circunstância na aplicação da dosimetria. Mediante estudos bibliográficos e pesquisa de campo, por meio da observação e entrevistas aos profissionais da psicologia e do âmbito do direito, por unanimidade os entrevistados se posicionaram que cabe apenas aos profissionais da psicologia a tarefa de analisar e medir o grau de aprovação ou reprovação da personalidade do indivíduo. Os questionários foram respondidos por e-mails. Atendendo ao questionamento da problemática, compreende-se também a necessidade do Judiciário em conhecer, propriamente, a pessoa a qual se julga, e analisar fatores inerentes à sua psique, o que é importante para as conjecturas relativas ao crime e os motivos que incidiram ao mesmo. Como hipótese, verifica-se a possibilidade de auxílio de uma junta de profissionais capazes a tal tarefa, atribuindo credibilidade e garantindo justas formas para aferição da dosimetria perante a circunstância mencionada. Destaca-se um fator positivo em manter essa circunstância, pois ela pode vir a beneficiar o réu, trazendo mérito à atenuação da pena, caso trate-se de uma personalidade favorável, ou, trazendo estímulo ao ajustamento social, caso ateste-se que o mesmo desenvolve um perfil desajustado ao que se espera da vida em comunidade. Conclui-se que a omissão legal em não se exigir parecer técnico atinge peculiarmente os direitos do agente. Aos psicólogos cabe a missão de avaliar, através de métodos próprios da profissão, a personalidade do indivíduo, não estando a função do psicólogo jurídico restrita ao acompanhamento, tratamento e orientação pós-pena, este atuaria também como mão auxiliar do Judiciário, diagnosticando o perfil psicológico de forma singular, trazendo segurança jurídica à aplicação da circunstância judicial “personalidade do agente”.

RESUMO - DIREITO - DIREITO PENAL/DIREITO PROCESSUAL
PENAL/CRIMINOLOGIA

**CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE INOMINADA E O CONFLITO ENTRE
DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA**

Felipe Cabral Holanda (felipe.landa@hotmail.com)

Jorge Bheron Rocha (bheronrocha@gmail.com)

A quantidade da sanção no Sistema Penal brasileiro é fixada a partir de parâmetros, que a mitigam ou a exasperam, previstos pelo legislador e dividido em três fases: a chamada dosimetria da pena. A segunda fase da dosimetria é composta por circunstâncias agravantes e atenuantes, estas previstas no art. 65 – atenuantes genéricas – e no art. 66 – atenuante inominada, que concede caráter exemplificativo às atenuantes genéricas em razão da árdua tarefa de antever todas as situações possíveis que poderiam configurar como circunstância que atenua a pena. Assim, o legislador optou pela utilização de uma cláusula aberta, na qual se encaixam casos em que a punição estatal poderá ser abrandada por circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, mesmo que não prevista expressamente em lei. Logo, por conta da inexatidão do texto e da grande arbitrariedade conferida ao julgador na aplicação do instituto, este acaba por ser utilizado de maneira equivocada ou sendo simplesmente esquecido no momento da dosimetria da pena. A escolha do tema se dá pelo fato de haver previsão legal para a aplicação da atenuante e pelo intenso movimento doutrinário para que seja possível sua efetivação. Entretanto, a jurisprudência se contrapõe a esse aspecto, fazendo uso escasso ante ao não reconhecimento e aceitação de inúmeras hipóteses levantadas

pela doutrina como configuração da incidência da norma. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo expor os posicionamentos doutrinários e jurisprudenciais sobre o assunto, bem como seus critérios de aplicação e hipóteses cabíveis. O conteúdo que compõe este material foi obtido a partir da análise bibliográfica de livros de direito penal e da análise documental de decisões do Superior Tribunal de Justiça, utilizando a pesquisa qualitativa e o método dedutivo. Ademais, foi possível observar que o entendimento doutrinário é inutilizado pela jurisprudência, que optou por impor seus próprios critérios e que filtrou demasiadamente as hipóteses de aplicação da atenuante, sendo aceita apenas em raríssimos casos. Por fim, pode-se concluir que, nesse assunto, a doutrina se mostra mais evoluída, com uma visão mais humanitária e aberta à análise do panorama geral, enquanto que o Poder Judiciário reflete a sociedade brasileira atual, na qual o Estado não consegue implantar inovações no combate à criminalidade e, conseqüentemente, não é capaz de conceder os benefícios que seus cidadãos têm direito. Com esta pesquisa, espera-se a iniciativa de novos projetos que visem a recuperação dos indivíduos por outros meios mais eficazes que a mera punição, fazendo com que a jurisprudência possa aumentar o rol de aceitabilidade das hipóteses de circunstâncias atenuantes inominadas, pois o assunto foi tratado de maneira muito aberta pelo legislador, deixando o dever de completar a norma para o julgador, mas sem fornecer critérios objetivos, tornando a regra obsoleta.

RESUMO - DIREITO - DIREITO PENAL/DIREITO PROCESSUAL
PENAL/CRIMINOLOGIA

**CRIME DE HOMICÍDIO FUNCIONAL: ANÁLISE CRÍTICA SOBRE A
SITUAÇÃO JURÍDICA DO FILHO ADOTIVO COMO SUJEITO PASSIVO**

Werther Barreto Paiva Junior (wertherbarreto@live.com)

Jorge Bheron Rocha (bheronrocha@gmail.com)

O artigo 121 do Código Penal (CP) sofreu alterações desde a sua entrada em vigor e recentemente tornou-se qualificado o homicídio cometido contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal (CF), integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, o que deixa de fora os filhos adotivos. Uma definição possível para a adoção é "o ato civil pelo qual alguém aceita um estranho na qualidade de filho" O art. 20 do Estatuto da Criança e do Adolescente e o art. 1.596 do Código Civil de 2002 dispõem sobre a igualdade entre filhos havidos ou não dentro do casamento, ou por adoção proibindo quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. A CF foi de fato o real motivo por trás de mudanças no ordenamento jurídico a partir de 1990, nomeadamente na seara civil, onde, por exemplo, o artigo 1.605, § 2º, inciso VII, do Código Civil de 1916 dispunha que os filhos adotivos herdariam apenas metade do que cabia aos filhos "legítimos" na sucessão, tendo encontrado sua revogação no artigo 227, § 6º, CF, que trata da isonomia para filhos naturais e adotivos, sendo esta a fonte dos artigos dispostos no ECA e no CC/2002. Em razão desta vinculação de filiação, que recebe especial atenção

do constituinte originário, torna-se impossível quaisquer designações ou disposições normativas ou contratuais discriminatórias, ou seja, uma “discriminação negativa” que não possua fundamento outro além de razões preconceituosas. Como visto, problema central do art.121 §2º, VII, CP é de fora do âmbito de proteção da norma penal os filhos sem laços sanguíneos, criando um *Discrímen* injustificado, desconsiderando a isonomia entre os filhos. Logicamente um *Discrímen* fundado em razões justas é possível, por exemplo, quando a lei mantém os impedimentos matrimoniais do adotado com sua família originária (art. 41, ECA). Certamente não fora esta a intenção do legislador, nem poderia sê-lo, em razão de expressa previsão constitucional acerca da mais absoluta isonomia entre os filhos. Assim, fica o questionamento: deve esta norma penal ser completamente afastada, de forma a não se aplicar aos filhos ou parentes, ou pode a norma ser interpretada de forma a inclui o filho adotivo sem que sejam feridos os preceitos penais de ampliação da norma incriminadora? A investigação se deu bibliograficamente no âmbito do direito constitucional e civil, buscando fundamentos interpretativos para abalizar a aplicação da referida norma em forma consentânea com as categorias penais modernas.

RESUMO - DIREITO - DIREITO PENAL/DIREITO PROCESSUAL
PENAL/CRIMINOLOGIA

LIMITES DA DEFINIÇÃO DE MULHER PARA EFEITOS DE FEMINICÍDIO

Hana Livia Cavalcante Da Silva (hanaliviacs@gmail.com)

Jorge Bheron Rocha (bheronrocha@gmail.com)

A Lei nº 13.104, conhecida como Lei do Feminicídio, promulgada em 9 de março de 2015, introduziu uma qualificadora do crime de homicídio, elencando também o rol de crimes hediondos. Trata-se de assassinatos de mulheres cometidos em razão de gênero, pelo simples fato de esta ser mulher, em que, segundo a Lei, as situações devem envolver violência doméstica e familiar ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Quanto à definição de mulher para efeitos de feminicídio, uma das questões que surgem é acerca de quem seria o público alvo da proteção dessa norma, se seria apenas a mulher, em seu sentido biológico, ou se pessoas do sexo oposto que se identificam como mulher também poderiam ser consideradas vítimas desse crime. Este estudo foi fundamentado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, analisando a lei descrita, utilizando-se um método hipotético-dedutivo, levando em consideração que o legislador não deixa expressamente claro, se transgêneros ou travestis podem figurar como sujeito passivo do delito, em razão de o critério utilizado para identificar o sexo feminino não ser claro: se cromossômico, se da aparência de gênero pela transformação cirúrgica ou, ainda, pelo registro civil, devendo-se fazer uma análise de casos já ocorridos, visando quem, de fato, possui a necessidade de se encaixar na Lei. A importância desta pesquisa se revela para a fixação do âmbito de proteção do

crime de feminicídio e, diametralmente, na incriminação com maior pena ao agente ativo, consequentemente, resvalando no âmbito de proteção da liberdade, da legalidade e da pena justa. As possíveis hipóteses vão desde o elastecimento dos limites da definição de mulher em relação ao crime de feminicídio, em um plexo que abarca homoafetivos de ambos os sexos, travestis, transgêneros, hermafroditas e análogos, passando por critério da identificação social de gênero e pelo critério jurídico do registro civil, e, mais restritivamente, com a adoção do critério cromossômico.

RESUMO - DIREITO - DIREITO PENAL/DIREITO PROCESSUAL
PENAL/CRIMINOLOGIA

**O CRIME DE LAVAGEM DE VALORES E A TEORIA DA CEGUEIRA
DELIBERADA**

Gabriel Oliveira Da Silva (gabrieloliiveira1@hotmail.com)

Jorge Bheron Rocha (bheronrocha@gmail.com)

O presente trabalho tem a intenção de conceituar a Teoria da Cegueira Deliberada e relacioná-la ao crime de Lavagem de Dinheiro. Tal teoria se caracteriza como sendo uma descrição da atitude adotada pelo indivíduo que, como um avestruz, “enterra” a cabeça no solo e não enxerga os atos ilícitos cometidos por outros, tendo o desiderato de obter vantagens para si. A maior ocorrência se dá no âmbito do funcionalismo público, onde inúmeros servidores fingem não saber a origem ilícita dos valores movimentados dentro da administração pública, por mais que esteja óbvia tal origem, caracterizando o crime de Lavagem de Dinheiro, objeto da Lei 9.613/98. Esta teoria é bastante utilizada no Brasil atualmente, haja vista o ilícito penal supracitado só pode ser cometido na modalidade dolosa. Em sendo assim, os Tribunais Superiores do País têm entendido no sentido de que tais condutas se enquadram na modalidade de dolo eventual, tendo a título de exemplo a condenação pelo STF de deputados na Ação Penal 470 com base nesta teoria, ou seja, eles assumem o risco de cometer o delito. O presente resumo baseia-se em pesquisas acadêmicas realizadas em artigos e livros que tratam do assunto e na legislação pertinente. Ademais, para a consecução deste trabalho adotou-se abordagem qualitativa, método dedutivo, ao aplicar a teoria à lei dentro do caso

concreto. A pesquisa tem natureza exploratória, a fim de compreender o assunto a ser tratado para posterior aprofundamento deste. Por fim, este resumo pretende dar ensejo a artigo sobre o tema a servir como parâmetro da participação dos autores no Programa de Iniciação à Docência 2018-2019 na disciplina de Direito Penal Parte Geral II, como forma de apresentar o tema à comunidade estudantil desde já.

RESUMO - DIREITO - DIREITO PENAL/DIREITO PROCESSUAL
PENAL/CRIMINOLOGIA

**O PODER EXERCIDO PELOS ANTECEDENTES CRIMINAIS DENTRO DO
PROCESSO**

Gabriel Maia Silva (gabrielmaia108@gmail.com)

Jorge Bheron Rocha (bheronrocha@gmail.com)

O estudo acerca dos antecedentes do agente como componente legal da dosimetria da pena por se constituir em circunstância judicial legalmente prevista é de imensurável importância no processo de fixação do quantum da sanção penal. A literatura sobre o tema conceitua os antecedentes como o histórico do agente perante a sociedade, sendo de caráter indispensável tal observância, tendo em vista que o julgador deverá considerá-los favorável ou desfavoravelmente, o que acarretará inúmeras consequências, positivas ou negativas, no decorrer do processo, à pena e à execução penal. O Código Penal trata de antecedentes no seu artigo 59, em que elenca as demais circunstâncias judiciais, e tem como principal função servir para o magistrado como critério de análise para fixação da pena base, sendo realizada na primeira fase da dosimetria. Sob o ponto de vista da pesquisa exposta no artigo, no que se refere as informações doutrinárias, não é comum apresentar divergência entre os estudiosos do tema, na medida em que os autores discorrem de maneira não muito minuciosa sobre esse assunto, mas apresentam suas definições com algumas ressalvas que se mostram, de certa forma, satisfatórias, tratando-se de termos gerais. Por sua vez, o estudo da jurisprudência, em inúmeros casos nos tribunais superiores, mostra que a pena

base é fixada no mínimo quando os antecedentes são favoráveis e há agravo de penalidade quando os antecedentes são desfavoráveis, muitas vezes influenciando no regime inicial de cumprimento da pena, a possibilidade de substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direito ou a suspensão da execução da pena. Há também decisões no sentido de consolidar a ideia de diferenciação entre reincidência e maus antecedentes, sendo algo fundamental na análise processual. A presente pesquisa busca encontrar definições mais concretas acerca do alcance e do sentido dessa circunstância judicial, bem como precisar os aspectos quantitativos para sua aplicação na dosimetria, afastando o indesejável arbítrio, indecisão e insegurança jurídica. O objetivo do estudo que se desenvolve é evitar decisões mal fundamentadas, ausência de técnica decisional, utilização equivocada de poder discricionário que afete a correta aplicação da sanção penal. Desse modo, percebe-se a relevância do estudo sobre antecedentes do agente para além, mas, principalmente, do aspecto enfatizado no processo de apuração da dosimetria. Essa análise necessita ser feita de maneira coerente e proporcional, para que o réu possa ser devidamente punido e que a jurisprudência possa se consolidar, no sentido de não possibilitar discrepância de decisões, preservando a isonomia e a segurança jurídica.

RESUMO - DIREITO - DIREITO PENAL/DIREITO PROCESSUAL
PENAL/CRIMINOLOGIA

**O PROBLEMA DE CONSIDERAR NEUTRA A CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL
DO COMPORTAMENTO DA VÍTIMA**

Alicia Coelho Silva Lima (aliciacoelho2@gmail.com)

Jorge Bheron Rocha (bheronrocha@gmail.com)

O comportamento da vítima - que provoca ou favorece a ocorrência e/ou a continuidade do crime - é uma das oito circunstâncias judiciais presentes no art. 59 do Código Penal a serem analisadas na primeira fase do cálculo da sanção penal, e tem sido reiteradamente vedada sua consideração desfavorável ao réu no entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Tal posicionamento impede que a pena-base alcance o máximo previsto em abstrato da sanção cominada no tipo penal e afasta em parte a aplicação da norma estabelecida pelo legislador, frustrando a divisão de atribuições na fixação da reprimenda penal. O presente resumo tem como objetivo trazer à tona a problemática acerca do comportamento da vítima, em razão da existência de jurisprudência consolidada pelo STJ, de que seja esta considerada neutra quando o ofendido não influenciar na consecução do crime, sendo possível considerá-la apenas favorável ao réu quando a vítima influencia o delito. No entanto, partindo do entendimento do STJ, ao ser vedada a consideração desfavorável ao réu, a pena-base estabelecida na primeira fase da dosimetria não chegaria ao máximo legal, visto que, mesmo que todas as outras circunstâncias sejam consideradas desfavoráveis, o comportamento da vítima nunca o será, excluindo-se da aplicação o percentual correspondente na

pena-base do agente. O tema escolhido é de grande relevância, porque, embora haja a previsão legal no artigo 59, o fato de a circunstância não ser levada em consideração, tal como as outras sete também previstas, pode acarretar distorções na apuração da pena-base. O resumo foi feito com base em pesquisas bibliográficas, em posicionamentos a respeito do tema e utilizando o método dedutivo. Por mais que alguns poucos tribunais discordem e considerem desfavorável ao réu o comportamento da vítima, o entendimento majoritário é de não poder fazê-lo. Conclui-se, portanto, que a circunstância deveria sim ser considerada desfavorável ao réu, assim como é feita com as outras do art. 59, no caso de a vítima em nada ter contribuído para a ocorrência do crime ou a mesma ter tido a intenção de ajudar o agente, e este, ainda sim, cometeu o delito contra ela.

RESUMO - DIREITO - DIREITO PENAL/DIREITO PROCESSUAL
PENAL/CRIMINOLOGIA

**OPERAÇÃO LAVA JATO: UMA ANÁLISE DO DIREITO AO RECURSO DA
DELAÇÃO PREMIADA PARA REINCIDENTES**

André Pereira Aguiar (andrepaguiar87@gmail.com)

Jorge Bheron Rocha (bheronrocha@gmail.com)

Desde o início da Operação Lava Jato, o instituto da delação premiada tem se tornado um tema cada vez mais frequente no estudo da doutrina e aplicado nas decisões judiciais, e a expressiva utilização do referido Instituto em benefício de investigados, acusados e condenados reincidentes é objeto específico de questionamento da presente investigação. A pesquisa ora em desenvolvimento justifica-se pela importância que os setores sociais da Polícia, do Ministério Público e do Poder Judiciário têm dado às delações premiadas como meio de prova apto a dar às ações penais o máximo de eficiência e efetividade possíveis, além do expressivo aumento das delações premiadas apresentadas à justiça brasileira por criminosos reincidentes, o que é objeto de questionamento por parte do autor. Os objetivos da presente investigação se relacionam com a verificação do sério risco de se converter o instituto em facilitador para que delinquentes reincidentes poderosos escapem à sujeição a penas condizentes com a natureza e a gravidade dos crimes que praticaram. Ademais, se busca: indagar acerca da existência de fundamento jurídico para a concessão do direito ao recurso da delação premiada para reincidentes; analisar o instituto à luz do direito brasileiro e estrangeiro; explicar os princípios processuais limitadores da recusa à sua concessão; compreender o conceito

de reincidência geral e específica, e suas implicações para a realização da delação; e demonstrar a ineficácia dos acordos de delação premiada no combate à reincidência criminosa no Brasil sob a perspectiva da reprobção e da prevenção, inscritas no art. 59, Código Penal. O método aplicado à pesquisa será o indutivo, que permite que se chegue a conclusões gerais a partir de um caso em particular com características específicas, no caso, a questionável autorização à delação do doleiro Alberto Youssef. A abordagem do problema será qualitativa, com natureza exploratória, descritiva e explicativa e objeto de estudo bibliográfico-documental. O estudo bibliográfico se dará por meio da leitura de livros, artigos científicos e monografias e a pesquisa documental por meio da análise de leis e jurisprudências. Devido ao fato de a pesquisa ainda se encontrar no estágio inicial de seu desenvolvimento ainda não é possível apresentar resultados a respeito da mesma, tampouco as conclusões advindas da análise dos dados e dos resultados obtidos. Entretanto, o pesquisador iniciou este trabalho partindo da hipótese de que os acordos de delação premiadas são ineficazes a longo prazo, pois não impedem que os delatores cometam novos crimes; apenas lhes oferecem uma chance de reduzirem suas penas em troca da colaboração para com a Justiça.

RESUMO - DIREITO - DIREITO PENAL/DIREITO PROCESSUAL
PENAL/CRIMINOLOGIA

**OS MOVIMENTOS FEMINISTAS NO BRASIL: A BUSCA PELO DIREITO À
IGUALDADE**

Ana Dara Dias De Sá (daradiasa@gmail.com)

Jorge Bheron Rocha (bheronrocha@gmail.com)

Pretende-se neste trabalho abordar aspectos sobre o movimento feminista usando o método indutivo para chegar ao conhecimento da verdade de acordo com os fatos, e caráter qualitativo para compreender as demais situações. E por meio dessas pesquisas observamos que os movimentos geraram questões conflitantes, já que não é acessível modificar uma sociedade patriarcal que durante muito tempo colocou a mulher como segunda opção. Por esses estudos esperamos esclarecer como aconteceu o movimento feminista e até quando foi necessário acontecer para que as mulheres tivessem seus direitos igualados. Pois devido aos resultados as sociedades tinham os homens como destaque, sendo privilegiado na maioria dos casos, mas quando se tratava da mulher foram vistas como o sexo frágil, e a sociedade as tinham como objeto e patrimônio dos homens, como se este fosse único papel da mulher no convívio social. Assim, as mulheres continuam tentando quebrar esse tabu e garantir seus direitos. Ademais, consoante as informações da pesquisa, temos como exemplo o que aconteceu nos Estados Unidos na década 60, que as mulheres lutaram pelos seus direitos civis. Vale destacar a luta pelo voto, luta operaria, luta pelo espaço social, político, contra a violência doméstica e pela desigualdade, que também ocorre no Brasil para tentar derrubar esse

paradigma machista, que insiste permanecer nas mentes da maioria das pessoas. Além disso, nas investigações percebemos que no decorrer dos anos existiram muitas discussões sobre a condição feminina, observando a subordinação da mulher, bem como os direitos garantias que não eram garantidos a elas, tendo em vista que não possui direito ao voto, e muito menos teriam o direito de ser ouvida. Porém a constituição federal de 1988 modificou, e consolidou os direitos e garantias das mulheres. Ressalta-se que os movimentos conseguiram apoio para as mulheres, conquistando, inclusive, a lei Maria da penha. Dessa forma, é possível observar que as mulheres passaram a ter mais proteção dentro da sociedade, bem como direito à igualdade e à escolha. Como resultados das muitas lutas, as mulheres avançaram consideravelmente, no entanto, veremos no decorrer da pesquisa que continuam sendo oprimidas em alguns aspectos culturais. Nesse longo percurso das lutas feministas, apesar de conquistar e garantir muitos direitos, vamos visualizar que surgiram muitas dificuldades a serem enfrentadas. E ao final poderemos entender como foi a inclusão das mulheres na vida social e política.

RESUMO - DIREITO - DIREITO PENAL/DIREITO PROCESSUAL
PENAL/CRIMINOLOGIA

**PROGRAMA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA: A EFETIVIDADE DO ENSINO
ENTRE OS COLEGAS**

Pedro Capistrano Sousa (pedro.terceiro@hotmail.com)

Thaislane Da Silva Oliveira (thaislaneoliveira18@gmail.com)

Antônio Rodolfo Franco Mota Veloso (rodolfo_fmv@hotmail.com)

Analisa o Programa de Monitoria do Centro Universitário Christus (Unichristus) visando compreender como tem contribuído para o processo de aprendizagem dos alunos, bem como para o desenvolvimento dos monitores. Averigua seu propósito, forma de aplicação, funcionamento, além da eficiência do auxílio oferecido ao professor orientador, especificamente no que tange às disciplinas de Direito Penal - Parte Geral I e II, das turmas dos semestres de 2018.2 e 2019.1. O estudo mostra-se relevante e necessário, pois, com a análise crítica do referido programa, será possível realizar um mapeamento identificando tanto as suas fragilidades quanto os seus pontos fortes, a fim de propor sugestões para o seu aperfeiçoamento e, por conseguinte, corrigir falhas existentes na execução do projeto, no que concerne ao trabalho realizado por professores e monitores, proporcionando uma cooperação eficaz, além de aprimorar o conhecimento dos grupos envolvidos (professor, monitor e alunos). O estudo, portanto, deve ser realizado com o uso dos métodos quantitativo e qualitativo. O primeiro, que consistirá na aplicação de questionários, cujo fim é identificar a percepção dos graduandos acerca da eficiência da monitoria. Ademais, analisar-se-á a frequência dos alunos nos plantões de monitoria e o

reflexo gerado nas avaliações e na capacitação discente. Em um segundo momento, far-se-á a análise dos dados. Ressalta-se que essa pesquisa terá o zelo em não identificar ou fornecer qualquer informação dos alunos. Pressupõe-se que os resultados finais do estudo demonstrarão que aqueles estudantes com maior frequência nos plantões e que buscam pelo auxílio dos alunos monitores, são os que obtêm maior rendimento acadêmico, visto que estes são os que mais se dedicam ao estudo das disciplinas analisadas e, conseqüentemente, a partir da junção do conteúdo visto em sala com o complemento da monitoria, a assimilação do conteúdo acontece de forma mais eficaz e se reflete em bons resultados.

RESUMO - DIREITO - DIREITO PENAL/DIREITO PROCESSUAL
PENAL/CRIMINOLOGIA

REVISÃO CRIMINAL E A SOBERANIA DOS VEREDICTOS

Yvens Dixon Moreira Aragao De Lima (yvensdixon@hotmail.com)

Jorge Bheron Rocha (bheronrocha@gmail.com)

A revisão criminal é uma ação autônoma de impugnação, pois inaugura uma nova relação processual, em que se busca a reanálise de uma sentença ou acórdão já transitado em julgado com a finalidade de o modificar total ou parcialmente. A revisão constitucional está prevista na Constituição Federal de maneira implícita no artigo 5º, inciso LXXV, ao instituir que o Estado indenizará a pessoa que sofrer erro judiciário. A previsão expressa foi feita na legislação infraconstitucional por meio do artigo 621 e seguintes do Código de Processo Penal. A revisão criminal é um direito fundamental de todo cidadão a fim de buscar uma reanálise de uma prestação jurisdicional errônea ou maculada por omissão. A temática que emerge na discussão é a aparente colisão entre direitos fundamentais quando a revisão criminal se destina a rescindir total ou parcialmente a decisão tomada pelos jurados no Tribunal do Júri, quais sejam a soberania dos veredictos (inciso XXXVIII) e a inafastabilidade de jurisdição (inciso XXXV), aliada à revisão de erros judiciários (inciso LXXV). A partir de uma revisão bibliográfica pretende-se elucidar por meio de uma perspectiva da dignidade da pessoa humana se, na hipótese de procedência da revisão, o júzo rescisório deve (i) determinar a remessa dos autos ao tribunal do júri, para que os sete jurados prolatem nova decisão; ou (ii) se é competente para proferir imediatamente uma decisão de mérito não se restringindo a determinar

a nulidade/cassação da decisão do júri que proferiu a decisão atacada. A interpretação do ordenamento jurídico feita pelo prisma da dignidade da pessoa humana ensina que a instituição do Tribunal do Júri - e portanto os corolários da amplitude da defesa, soberania dos veredictos e sigilo da votação - é uma criação em favor do acusado de crime doloso contra a vida, regido por princípios próprios, mas sempre com vistas à proteção do indivíduo frente ao Estado detentor do jus puniendi. A revisão criminal somente poderá ser suscitada para beneficiar o sentenciado, como desdobramento do Princípio do Favor Rei, sendo uma tutela exclusiva da pessoa condenada (ou absolvida impropriamente) ou de seus sucessores. Conclui-se que uma interpretação sistêmica e teleológica do instituto impõe que o resultado hermenêutico deverá ser a concretização do direito do sentenciado de acesso a uma ordem jurídica justa, com uma prestação jurisdicional indene de erros, o que resulta na apreciação pelo tribunal do caso submetido à revisão criminal, de forma a não apenas reconhecer o erro ou omissão da sentença do Tribunal do Júri, determinando a nulidade ou cassação da decisão (juízo rescindente ou revidente), mas também proferindo uma decisão de mérito (juízo rescisório ou revisório) de forma a interpretação que confira maior carga de eficácias às disposições constitucionais de proteção individual fundamental.

RESUMO - DIREITO - DIREITOS HUMANOS/DIREITO INTERNACIONAL

**FLUXOS IMIGRATÓRIOS E GERENCIAMENTO DE FRONTEIRAS: A
POLÍTICA EUROPEIA DE EXTERNALIZAÇÃO DE FRONTEIRAS E O
DESRESPEITO ÀS OBRIGAÇÕES INERENTES AO DIREITO
INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS**

Ana Carolina Barbosa Pereira Matos (anacarolina.bpmatos@gmail.com)

A crise migratória que se instalou nos últimos anos, especialmente no continente europeu, expôs um antigo problema internacional, as migrações pelo mar. Diante da vulnerabilidade das fronteiras marítimas, foram adotadas medidas de segurança relacionadas aos fluxos migratórios, contudo, o foco tem sido em aumentar a segurança das fronteiras externas dos países, por meio de ações de controle e contenção de tais fluxos, o que fragiliza a tutela dos direitos dos migrantes pelo mar. A preocupação com o tema decorre especialmente do elevado número de mortos e desaparecidos no mar durante tais travessias. Tendo em vista a atual crise migratória na Europa, o objetivo desta pesquisa é investigar a legalidade desses acordos internacionais, sendo utilizados como parâmetro de análise o acordo entre países da União Europeia e a Grécia e o memorando de entendimento firmado entre a Itália e a Líbia. No que concerne ao método de investigação adotado, a pesquisa é bibliográfica e documental. No que tange à abordagem, a pesquisa é qualitativa, por fim, no que se refere aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória. Observou-se que, entre os vários motivos para a celebração desses acordos, merece destaque o fato da Turquia e da Líbia serem considerados países de trânsito, a partir dos quais muitos migrantes têm acesso ao continente europeu. Apesar

de não haver reconhecimento do direito internacional quanto à existência de um direito humano de migrar, não se questiona a existência de um direito humano de liberdade de locomoção, no termos da Declaração Universal de Direitos Humanos, que garante a todos os seres humanos o direito de deixar qualquer país, inclusive o próprio. Ambos os acordos analisados ferem frontalmente o direito humano de liberdade de locomoção, que, independentemente da ratificação da Declaração Universal de Direitos Humanos pelos países envolvidos, se aplica a todos os Estados, por se tratar de jus cogens. Tais acordos não só impedem a saída de migrantes, mas no caso do acordo firmado com a Turquia, prevê também a devolução de migrantes que, porventura, consigam burlar a fiscalização turca e cheguem à Grécia. Este tipo de medida representa uma grave afronta a um dos principais princípios da proteção internacional de refugiados, o princípio do non-refoulement, que prevê que nenhum dos Estados Contratantes expulsará ou rechaçará, de maneira alguma, um refugiado para as fronteiras dos territórios em que a sua vida ou a sua liberdade seja ameaçada em virtude da sua raça, da sua religião, da sua nacionalidade, do grupo social a que pertence ou das suas opiniões políticas. Além disso, merece destaque o fato de tanto a Turquia, como a própria Líbia, mesmo que por motivos distintos, não poderem ser considerados terceiros países seguros. Infere-se, portanto, que tratamentos desumanos e o risco de refoulement devem ser considerados quando da adoção de medidas de externalização de fronteiras. Portanto, os dois acordos analisados, observa-se que os mesmos estão eivados de ilegalidade, por formalizarem medidas de remoção e contenção para países que não atendem os requisitos mínimos para serem considerados como terceiros países seguros.

RESUMO - DIREITO - DIREITOS HUMANOS/DIREITO INTERNACIONAL

O DIREITO A CIDADE POR MEIO DA MOBILIDADE URBANA CIDADÃ.

Francisco Heuller Rodrigues Pinho (heullerpinho97@gmail.com)

Ligia Maria S Melo De Casimiro (meloligia@gmail.com)

O DIREITO A CIDADE POR MEIO DA MOBILIDADE URBANA CIDADÃ

Francisco Heuller Rodrigues Pinho

Lígia Maria Silva Melo de Casimiro

RESUMO

A cidade é o local onde se concretiza o acesso aos direitos fundamentais por meio de serviços essenciais ao pleno desenvolvimento humano. Tomando por base esta afirmação e de acordo com a Lei 10.257/2001 - o Estatuto da Cidade, é inerente a uma cidade a capacidade de ofertar possibilidades, a toda a sua população, à mobilidade urbana de qualidade. Ao garantir o alcance a bens e serviços públicos e privados por meio do deslocamento pleno, uma consequência da atuação eficiente da administração pública, as cidades, gradativamente, poderão ordenar seus problemas, permitindo o usufruto, com participação ativa e democrática dos seus residentes, do direito à cidade. Este

trabalho baseia-se em pesquisas bibliográficas sobre Direito Urbanístico, em especial do autor Paulo Afonso Cavichioli Carmona. O objetivo desta pesquisa é investigar a concretização do direito à cidade sob a estrutura da mobilidade urbana brasileira atual, que pelas condições que se apresentam, nega a possibilidade do seu usufruto. A mobilidade deve ser provida por meio de planejamento, políticas e ações sólidas que garantam a circulação dos seus cidadãos. Conclui-se que o pleno desenvolvimento das cidades depende de como os indivíduos habitantes se locomovem, e como esta dinâmica impacta na desenvoltura social vigente. Portanto, são necessários meios para se implantar um eficiente sistema de política e ações administrativas que impactem efetivamente na urbes, promovendo melhorias na qualidade de vida nos centros urbanos, sendo estes metrópoles ou cidades de pequeno e médio porte.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais. Mobilidade Urbana. Direito à Cidade. Desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli. In: CAPEZ, Fernando; COLNAGO, Rodrigo (Orgs.). Direito Urbanístico. São Paulo: Saraiva, 2010.

CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo de; MELO, José Patrício Pereira. Administração Pública no século XXI: planejamento, mobilidade urbana e desenvolvimento socioeconômico. Revista Digital de Direito Administrativo, vol. 3, n. 2, p. 284-295, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/114480>>. Acesso em: 18 nov. 2017.

SARNO, Daniela Campos Libório di. Elementos de Direito Urbanístico. Barueri-SP: Manole, 2004.

UM ENSAIO SOBRE A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO E SEUS DESAFIOS

AN ESSAY ABOUT SHARING ECONOMY AND ITS CHALLENGES

Pedro Hugo Sousa dos Santos
Discente do Curso de Administração

Alexander Brasil
Orientador

RESUMO

Economia do compartilhamento surge como uma das novas tendências apresentadas pela sociedade consumista advinda do capitalismo contemporâneo, no qual a experiência muitas vezes se torna mais importante que o produto ou o serviço. É também sinônimo de consumo consciente e de sustentabilidade, logo o presente ensaio pretende analisar as nuances existentes entre esse novo modelo de negócio e a posição do Estado frente as questões socioeconômicas que circundam o tema. Nesse sentido, o objetivo deste ensaio é analisar como a regulação estatal pode influenciar na formação da percepção das pessoas em relação ao consumo colaborativo e até que ponto o Estado possui importância para interferir nessa nova tendência. A pesquisa se desenvolveu através do modelo bibliográfico-qualitativo, com a análise de diversos trabalhos relacionados ao tema, visando contribuir com a literatura pertinente de forma teórica, sistematizando a importância da regulação estatal no processo de desenvolvimento da economia compartilhada, sobretudo no Brasil, e a correlação existente entre a formação da percepção do consumidor e essa nova temática, com vistas a maximizar o pensamento consciente e o consumo mais eficiente.

Palavras-chaves: Economia compartilhada; Regulação; Consumo; Capitalismo.

ABSTRACT

Sharing economics emerges as one of the new trends presented by the consumer society coming from contemporary capitalism, where experience often becomes more important than product or service. It is also synonymous with conscious consumption and sustainability, so the present essay intends to analyze the nuances between this new business model and the state's position regarding the socioeconomic issues that surround the theme. In this sense, the objective of this essay is to analyze how the state regulation can influence the formation of the people perception in relation to the collaborative consumption and to what extent the State has importance to interfere in this new tendency. The research developed through the bibliographic-qualitative model, with the analysis of several works related to the theme, aiming to contribute with relevant literature in a theoretical way, systematizing the importance of state regulation in the process of development of the shared economy, especially in Brazil, and the correlation between the formation of consumer perception and this new theme, with a view to maximizing conscious thought and more efficient.

Keywords: Sharing economy; Regulation; Consumption; Capitalism.

1 INTRODUÇÃO

Dentre os mais variados conceitos que se pode atribuir para economia do compartilhamento, um dos que mais parece se associar ao tema é o da “reutilização”. Até meados de 2008 quando uma das maiores crises financeiras afetou o mundo, as pessoas eram dispersas em relação ao consumo de produtos e serviços. Não havia uma preocupação sistemática com meio ambiente, com os custos de produção, com a tecnologia e até mesmo com questões sociais, tais como a desigualdade e distribuição desproporcional de renda, sobretudo nos países emergentes.

Segundo (TroposLab, s.d.) a base fundamental do capitalismo é acumular a maior quantidade possível de bens, porém sem a cultura do reuso ou compartilhamento, de forma a conceber a algum produto ou serviço, um novo significado. Segundo o (Dicionário Aurélio, 2018) reutilizar significa usar novamente, dar outra utilização a algo. Logo, percebe-se que a economia compartilhada carrega consigo tendências que podem ser de fundamental importância para uma mudança no comportamento das pessoas, no sentido de despertar o debate relacionado ao consumo descontrolado que se pratica atualmente e os benefícios que a reutilização (ou compartilhamento) pode trazer para suas vidas e ao futuro.

Nesse particular, Botsman e Rogers (2010) propõem que o consumo colaborativo deixou de ser uma perspectiva de nicho, reduzida, para se tornar uma tendência macro, em que muitas organizações vêm crescimento e inovação por ser a tecnologia da informação a *commodity* principal do processo de modernização dos serviços de excelência. Entretanto, segundo (Pinelli, 2017) o modelo em que a experiência vale mais do que a posse não é tão inovador, mas com a ajuda da tecnologia, impacta de forma definitiva as relações de consumo, algo complexo de se vislumbrar antes do advento dos *smartphones*, por exemplo.

Contudo, essa nova possibilidade presente no mercado, enfrenta barreiras consistentes que inibem seu desenvolvimento com maior rapidez e inovação,

sobretudo em culturas burocráticas e instáveis juridicamente, como a do Brasil. Nesse sentido, a regulação torna-se um dos principais obstáculos a serem contornados pelos idealistas do negócio. Assim, esse ensaio busca interpretar, de forma aberta, os possíveis direcionamentos e perspectivas que podem orientar questões futuras da economia do compartilhamento, buscando lançar luz sobre aspectos ainda pouco discutidos no seu processo de popularização e uso, especialmente em relação à possível regulação que o setor pode passar no curto médio prazo e como isso poderia influenciar a forma como os usuários se relacionam com seus produtos.

2 OS DESAFIOS PARA A ECONOMIA DO COMPARTILHAMENTO

Segundo (Vieira, 2009) apud (Mattos, 2006) a existência de um modelo de Estado regulador não constitui uma novidade no Brasil, apesar de muitos preferirem qualificá-lo de Estado planejador ou Estado desenvolvimentista. Logo, há uma influência direta na operação de novos entrantes que atuam sob o escopo do consumo colaborativo no Brasil, bem como do consumidor/contribuinte em relação ao papel estatal frente a essa nova filosofia de negócios que cada vez mais é uma realidade em todo o mundo.

(Pinelli, 2017) corrobora esta tendência:

[...] O Uber, em janeiro de 2016, estava presente em apenas cinco cidades do país, contava com 10 mil motoristas parceiros e ainda nem havia ultrapassado a marca de um milhão de usuários. Doze meses depois, o Uber opera em mais de 40 cidades brasileiras, já superou a marca de 50 mil motoristas parceiros e registra 8,7 milhões de usuários ativos, que utilizam o serviço oferecido para se locomover. PINELLI, 2017.

Além do Uber, pode-se citar o Airbnb, uma plataforma digital que hospeda usuários interessados em compartilhar suas residências com turistas dos mais variados perfis que estejam visitando a cidade coberta pelo aplicativo a preços abaixo dos praticados no mercado, oferecendo uma experiência mais familiar, agregando à estadia aspectos culturais e locais sem uma oneração que comprometa seus orçamentos. Segundo (Pinelli, 2017) outra companhia de sucesso nesse mesmo segmento é a CargoX, primeira transportadora baseada em tecnologia e bigdata no Brasil. Também por meio de um aplicativo próprio, eles operam em tempo real.

(Ribeiro, 2016) argumenta no seguinte sentido:

[...] Na economia do compartilhamento, observa-se a inserção de novos agentes que frequentemente desregulam mercados que historicamente são fortemente regulados, desde o setor de hospedagem, passando pelo setor bancário, até o setor de serviços de transporte urbano individual de passageiros. Mais impactante que isso, a economia colaborativa tem potencial para mudar até o paradigma de como nos relacionamos com a posse e propriedade. O Direito regulatório tradicional ainda não apresentou respostas prontas ou plenas a esse novo fenômeno social.
RIBEIRO, 2016, p.09.

Ainda segundo (Ribeiro, 2016) a base da economia do compartilhamento é a transação ponto a ponto, do inglês peer-to-peer, ou p2p; ou seja, se forma através de uma rede interconectada entre indivíduos que colaboram em praticamente todas as suas necessidades existentes sem, no entanto, perder a eficiência e a qualidade. Nesse sentido relata Möhlmann (2015) que um dos principais pontos que aumenta a satisfação dos clientes é a redução de custos atrelada a operação de um serviço consciente, flexível e inovador.

A respeito, Cusumano (2015) afirma que o Airbnb é um dos grandes exemplos a serem relatados quando se trata de transação peer-to-peer, uma vez que a operação da empresa se iniciou em 2007, com a ideia dos fundadores em alugar um quarto extra em sua residência a um baixo custo, para alguns interessados em participar de uma conferência na cidade de San Francisco. Ainda segundo Cusumano (2015) em 2014 a organização já havia hospedado mais de 17 milhões de pessoas em mais de 190 países. Percebe-se que tal crescimento operacional, e conseqüentemente, financeiro, possui relação direta com o modelo de negócio proposto pela organização, de forma a proporcionar a melhor experiência possível ao hóspede, sem abrir mão da eficiência e do baixo custo, através do compartilhamento de ativos, informações, infraestrutura e, sobretudo, prezando pela filosofia da reutilização.

Com efeito, grande parte desses serviços se sustentam com base em brechas na legislação dos países em que chegam e, sobre esse fato, diversas economias têm tomado medidas restritivas severas em relação a eles, criando precedentes que podem minar os esforços dessas organizações no longo prazo. Assim, conquanto se acredite que a solução mais viável à coexistência pacífica entre os licenciados formais (e.g.: taxistas, hotéis, restaurantes) e os serviços da economia do compartilhamento (e.g.: Uber, AirBNB, Eatwith) seja a regulação das atividades pelo Estado (RAUCH; SCHLEICHER, 2015; KOOPMAN; MITCHELL;

THIERER, 2015), é possível que a burocratização e consequente oneração dos serviços seja um entrave à perpetuidade da economia do compartilhamento (CANNON; SUMMERS, 2014) e ao consumo dessa categoria de produtos/serviços, uma vez que caracterizam aspectos antagônicos daqueles essenciais já levantados empiricamente

Segundo Möhlmann (2015) apud Lambe e Rose (2012) em 2010, os sistemas de compartilhamento possuíam um volume de mercado estimado em USD 100 bilhões. Logo, percebe-se que é um mercado que tende a se desenvolver de forma rápida e dinâmica sem deixar escapar as políticas de qualidade, eficiência e flexibilidade, bandeiras fundamentais que norteiam a filosofia adotada nesse mercado.

Entretanto, (Neto, 2013) apud (Filho, 2009) aborda um aspecto relevante em relação a regulação estatal:

A regulação é – isso, sim – característica de certo modelo econômico, aquele em que o Estado não assume diretamente o exercício de atividade empresarial, mas intervém enfaticamente no mercado utilizando de instrumentos de autoridade. Assim, a regulação não é própria de certa família jurídica, mas sim de uma opção de política econômica. FILHO, 2009.

Percebe-se então que a relação dos mercados e/ou das empresas reguladas pelo Estado, através de uma opção institucional de pôr em prática uma política econômica voltada à fiscalização e a um controle rígido limita suas relações com o ambiente no qual estão inseridos, bem como dificulta a competitividade e a concorrência frente a novos entrantes, tais como Uber e Airbnb, mas, por outro lado, entende-se também que a ausência do poder estatal pode criar um poder paralelo, com regras próprias que podem não ser exatamente interessantes para a população de um modo geral. Além disso, certas atividades econômicas exploradas por outras empresas pagam impostos que financiam os serviços públicos, enquanto os serviços de economia compartilhada (leia-se Uber e AirBNB) apenas intermediam os serviços, sem qualquer risco para si, e exportando seus lucros e reduzindo o capital interno disponível.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, diante do poder de transformação que o consumo colaborativo pode apresentar perante a sociedade consumista que o mundo possui atualmente, sobretudo no Brasil, faz-se necessário um debate mais aprofundado a respeito do

tema, sob a égide de um horizonte de tempo que alcance não apenas o curto prazo, mas sobretudo o médio e o longo, e que leve em consideração as nuances que circundam o aparelhamento estatal frente a esse novo contexto mercadológico. Não se pode descartar os benefícios que a fomentação da reutilização de produtos/serviços diante dos consumidores pode acarretar em uma realidade econômica cada vez mais competitiva e exigente.

Entretanto, ainda não há total segurança e confiabilidade por parte do mercado consumidor em relação a prática do consumo compartilhado como meio de se fazer negócios rentáveis e inovadores, sobretudo no longo prazo. Ainda existe uma parcela da população e empresários que são mais conservadores e se sentem melhor resguardados sob a égide da regulação estatal e seu poder fiscalizador de controlar as organizações ao seu redor.

Deste modo, entende-se que a economia do compartilhamento possui a tecnologia da informação como ferramenta crucial para seu desenvolvimento no sentido de se firmar no mercado como uma nova opção de consumo e empreendimento, preservando a máxima reutilização dos produtos/serviços de forma sustentável e inovadora. As nuances advindas da presença do Estado como influenciador da percepção dos consumidores em relação a esse modelo estarão presentes ainda por muito tempo neste contexto, porém o debate a respeito e o aprofundamento de pesquisas científicas são de fundamental importância para que as questões empíricas levantadas sejam esclarecidas de maneira coerente e contemporânea a realidade vivenciada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTSMAN R, Rogers R. 2010. O que é meu é teu - a ascensão do consumo colaborativo. HarperCollins: NY. Brennan L, Binney W. 2008.

CANNON, Sarah; SUMMERS, Lawrence H. How Uber and the sharing economy can win over regulators. **Harvard business review**, v. 13, n. 10, p. 24-28, 2014.

CUSUMANO, Michael A. How traditional firms must compete in the sharing economy. **Communications of the ACM**, v. 58, n. 1, p. 32-34, 2015.

DICIONÁRIO AURÉLIO. (2018). *dicionáriodoaurélio.com*. Fonte: Dicionário do Aurélio: <<https://dicionariodoaurelio.com/reutilizar>> Acesso em 10 de março de 2018

KOOPMAN, Christopher; MITCHELL, Matthew D.; THIERER, Adam D. The Sharing Economy and Consumer Protection Regulation: The Case for Policy Change. **The Journal of Business, Entrepreneurship & the Law**, v. 8 n. 2, 2015.

MÖHLMANN, Mareike. Collaborative consumption: determinants of satisfaction and the likelihood of using a sharing economy option again. **Journal of Consumer Behaviour**, v. 14, n. 3, p. 193-207, 2015.

Neto, O. d. (2013). O DIREITO REGULATÓRIO E A EFICIÊNCIA DOS MERCADOS. *Revista Constituição e Garantia de Direitos*, 22.

Pinelli, N. (16 de Janeiro de 2017). *Copyright © 2017 - Editora Globo S/A*. Fonte: Epoca Negócios: <<https://epocanegocios.globo.com/Caminhos-para-o-futuro/Desenvolvimento/noticia/2017/01/economia-compartilhada.html>> Acesso em 10 de março de 2018

Ribeiro, B. S. (2016). Princípios e desafios para regulação da economia do compartilhamento, com substrato da teoria responsiva e enfoque na atuação do aplicativo Uber. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

TroposLab. (s.d.). *ENTENDENDO O CONCEITO: O QUE É ECONOMIA COMPARTILHADA?* Fonte: ConsumcoColaborativo.CC: <<https://consumocolaborativo.cc/entendendo-o-conceito-o-que-e-economia-compartilhada/>> Acesso em 20 de Abril de 2018

Vieira, R. E. (2009). O ESTADO REGULADOR E A GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL. *Revista Jurídica do Curso de Direito da faculdade de educação São Luís*, 10.

PERSONALIDADE DA MARCA OU DAS MARCAS: UMA PROPOSTA DE ENSAIO SOBRE A IDENTIDADE DOS SHOPPING CENTERS

Lara Bezerra Oliveira
Marcos Alexander Brasil Ferreira

RESUMO

O consumo de produtos e serviços muitas vezes não está relacionado apenas a critérios de qualidade e preço, mas a aspectos de personalidade que consumidores e estabelecimentos compartilham, assim, a forma como o consumidor personifica características que as lojas informam se transforma em importante fonte de criação de valor. Contudo, essa tarefa torna-se mais complexa para os shopping centers na medida em que este necessita se compatibilizar com personalidade de diversas marcas, algumas vezes bem distintas entre si, criando desafios para os gestores destes estabelecimentos na construção de uma imagem uniforme junto ao consumidor. Deste modo, essa proposta de ensaio procura debater pontos relevantes de personalidade da marca e consumo e possíveis benefícios oriundos da construção de uma identidade por parte dos shopping centers junto ao consumidor.

Palavras-chave: Shopping centers; Personalidade da marca; Varejo.

1 INTRODUÇÃO

O varejo representa uma potente força para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil. A medição do volume do varejo é feita através do consumo das famílias brasileiras e, de acordo com a Sociedade Brasileira de Varejo e Consumo (SBVC, 2017), esta forma de venda direcionada ao consumidor final representou cerca de 42,54% do PIB de R\$ 6,3 trilhões, em 2016. Além disso, o Ministério do Trabalho, através do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED, 2016), mostrou que, ainda no mesmo ano, o varejo, sozinho, gerou cerca de 5.293 postos de trabalho.

Neste segmento, os Shopping Centers são vistos como uma importante fonte atrativa à população visto que não são definidos apenas como locais de compra, mas sim, como centros de lazer e entretenimento que buscam atrair o público através de estímulos que vão desde a segurança dentro dos empreendimentos até uma enorme variedade de opções. De acordo com a Associação Brasileira de Shopping Centers (ABRASCE, 2017), os shoppings foram responsáveis por aquecer a economia e trazer ao país um faturamento de R\$ 157,9 bilhões em 2016,

representando cerca de 2, 57% do PIB. Esse tipo de empreendimento foi responsável ainda por empregar um grande número de pessoas em empregos formais em 2016, somando 1.016.428 pessoas no país.

De acordo com o Instituto Pesquisa de Opinião (IPO, 2017), os shoppings nacionais têm como principal meta adequar-se às necessidades de seus clientes, que buscam comodidade e conveniência. Através da implantação de espaços que proporcionem entretenimento, lazer, segurança e um mix de lojas compatíveis aos interesses do público. Ou seja, a venda seria agregada a uma série de “vantagens” aos clientes, gerando bem-estar durante os momentos nos centros comerciais. O bem-estar mencionado se trata da relação e interação entre os consumidores e os empreendimentos, através da compatibilidade das personalidades.

A personalidade da marca, dessa forma, pode ser encontrada em empreendimentos que possuem características e estilos próprios, que os definem e os diferenciam dos demais negócios do ramo. É o que, supõe-se, gera a maior relação entre o consumidor e as marcas e, embora seja uma característica utilizada por diversos empreendimentos bem-sucedidos, torna-se mais complexa em relação ao shopping center, especialmente porque os shoppings, de maneira geral, se comportam como um agregado de marcas, cada uma com sua personalidade. Assim, essa proposta de ensaio busca lançar luz sobre a visão da personalidade da marca nos shoppings e as possíveis implicações desse direcionamento no mercado.

2 PERSONALIDADE DA MARCA NOS SHOPPING CENTERS

De acordo com Campbell (1998), o consumo está subdividido em duas vertentes que justificam a definição de possuir, reter etc. Primeiramente, encontra-se a retórica das necessidades, partindo para uma visão utilitarista que tem como objetivo final a satisfação e o conforto, e a outra, sendo a retórica dos desejos, parte do pressuposto romântico dos desejos, da busca incansável pelo prazer, no qual o autor assegura: “(...) não ser uma propriedade intrínseca de qualquer objeto, mas um tipo de reação que os indivíduos têm quando encontram certo estímulo.” (CAMPBELL, 1998, p.237). Logo, a definição de consumo estaria relacionada ao obter; seja por meio da necessidade real, utilitária de conseguir algo, ou pelo anseio, prazer de se satisfazer.

Os shopping centers estariam, em teoria, inclinados a maximizar essas duas vertentes pelo conjunto intrínseco e extrínseco de atributos e experiência proporcionados ao consumidor. Ademais, pode-se inferir que a relação consumidor x shopping center é baseada na espera por lazer e sociabilidade que oferecem ao público. Acaba funcionando como uma troca, pois os possíveis consumidores estão em busca de comodidade, segurança e prestação de serviço; tudo isso de uma forma inovadora, que gere interação e funcione como entretenimento. Paralelo a isso, na visão do shopping, ele espera que o público interaja e que, conjuntamente, permaneça consumindo e gerando capacidade de receitas.

Seria interesse que os shopping centers entendessem quais são os anseios de seu público e o que eles representam (sua imagem) para sociedade. Assim, fundamental se faz a correlação entre a personalidade humana, na visão do consumidor e, a personalidade da marca, sendo o shopping center objetivado por novas lentes que compartilhem as expectativas de valor dos consumidores. Para Aaker e Joachimsthaler (2000), o poder da marca vai além da visualização de uma proposta no mercado; ela envolve a criação e o desenvolvimento da lealdade dos clientes. Ou seja, com a definição da marca entre os consumidores, torna-se mais difícil a migração dos mesmos para a concorrência, o que tenderia a enriquecer os recursos promocionais da organização.

Aaker (1998) afirma ainda que o poder da marca representa uma fonte sustentável de vantagens no mercado, pois destaca aos consumidores os motivos que as diferenciam das demais; a exclusividade envolvida na compra de um produto, que transmite personalidade e privilégio. Logo, todo o investimento na marca acaba por se direcionar à mente do consumidor, funcionando como um rico ativo organizacional (KELLER, 2009), visto que o emocional engloba percepções, imagens, sentimentos, pensamentos e experiências que trabalham em conjunto com a marca na mente das pessoas. Por esta razão, a personalidade da marca deve ir além dos seus valores funcionais, realçando uma personalidade que possa gerar os valores emocionais da marca junto ao consumidor (DE CHERNATONY, 2005),

Para Kotler e Keller (2006), uma marca bem consolidada no mercado possui maior capacidade de alavancagem empresarial que outros ativos. Ao contrário do que muitos pensam, a marca não deve ser vista apenas como uma caracterização

da empresa, nem como um tópico secundário, mas sim, analisada como um eixo de força dentro do empreendimento, necessitando de investimentos e de conhecimento sobre os retornos oriundos dela. Entretanto, para que haja a identificação da personalidade da marca, a empresa precisa ter posse absoluta do que representa o negócio, não apenas no âmbito comercial, mas, também, conhecendo e entendendo mais sobre o seu público, estando atenta aos interesses e no que gera satisfação ao seu consumidor. Em resumo, a personalidade da marca é construída a partir da análise do consumidor e, este escolhe a marca por possuir compatibilidade de interesses tanto no serviço prestado e, também, em como ele é prestado.

Ou seja, o procedimento que envolve a definição da personalidade de marca não é algo que pode ser feito de um dia para o outro. Requer a união de esforços financeiros e competências específicas para a obtenção do resultado pretendido e, para tal, a empresa precisa, primeiramente, entender qual é a sua proposta, caso haja alguma e, posteriormente, definir os parâmetros de compatibilização da sua estratégia de imagem no mercado junto a de seu público-alvo. Só assim o shopping estaria propenso a maior captura de valor, favorecendo não apenas o cliente final, mas o lojista, uma vez que todos são consumidores e precisam enxergar, no mix de personalidades, a exposição de sua identidade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que a construção de uma personalidade envolve uma série de estímulos e, tal qual como para com o consumidor, envolve uma série de tentativas e experiências que vão sendo aperfeiçoadas com o tempo. No caso dos shopping centers essa situação pode ser considerada mais delicada, uma vez que sua personalidade não é vista de maneira isolada, mas como um conjunto de personalidades que os lojistas agregam e tentam destacar individualmente as características e valores do shopping center destes empreendimentos individuais tornam-se um desafio.

Nesse sentido, o mais óbvio é tentar revestir-se de diversas características visto que, mesmo em situações nas quais o ser humano busca ser identificado por uma personalidade dominante, aquele não se livra dos demais aspectos formadores desta pois tais atributos não são excludentes entre si. O problema geral seria em

saber dosar qual característica adotar e quando explorá-la, pois, embora exista a vantagem de possuir diversas personalidades, a multipolaridade pode criar confusão na cabeça do consumidor, desconstruindo o valor criado e, conseqüentemente, as possíveis vantagens que dela poderiam emergir.

REFERÊNCIAS

ABRASCE. **Sobre a Abrasce**. Disponível em: <<http://www.abrasce.com.br/sobre-a-abrasce/>>. Acesso em 3 de março de 2018.

ABRASCE. **Desempenho da indústria**. Disponível em: <<http://www.abrasce.com.br/monitoramento/desempenho-da-industria>>. Acesso em 29 de abril de 2018.

ABRASCE. **Marketing Positioning: Retail Brasil**. Disponível em: <http://abrasce.com.br/uploads/general/general_68165a14b83a657467677d372d06cd52.pdf>. Acesso em 2 de maio de 2018.

ABRASCE. **Marketing Positioning: Retail Brasil**. Disponível em: <http://www.abrasce.com.br/uploads/general/general_6e89170cf4a44f1727ba6d8313bd18e0.pdf>. Acesso em 2 de maio de 2018.

AAKER D. A. **Marcas: Brand Equity gerenciando o valor da marca**. 10. ed. São Paulo: Elsevier Editora. 1998.

AAKER, J. **Dimensions of brand personality**. Journal of Marketing Research, v.34, n.3, p.347-356. 1997.

AAKER, D. A., & JOACHIMSTHALER, E. (2000). **The brand relationship spectrum**. California Management Review, 42(4), 8-23.

AAKER, D. A.; JOACHIMSTHALER, E. **Como construir marcas líderes**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman. 2007.

AAKER, J., & FOURNIER, S. (1995). **A brand as a character, a partner and a person: Three perspectives on the question of brand personality**. Advances in consumer research, 22, 391-395.

ARCHDAILY. **Reinventar-se ou morrer**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/871024/reinventar-se-ou-morrer-a-transformacao-dos-shoppings-sob-o-novo-paradigma-economico-urbano>>. Acesso em 5 de março de 2018.

ASHNESS, D.; LASHLEY, C. **Empowering service workers at Harvester Restaurants**. Personnel Review, vol. 24, n. 8, p. 501-519, 1995.

CUSHMAN & WAKEFIELD. **Marketbeat U.S. Shopping Center Q1 2017**. Disponível em: <file:///C:/Users/larab/Desktop/CW_US_ShoppingCenter_MarketBeat_Q1_17.pdf> Acesso em: 15 de março de 2018.

De CHERNATONY, L. **Construção da marca**. In Baker, M. J. (Org.), Administração de marketing. Rio de Janeiro: Elsevier. 2005.

KOTLER, P.; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2006.

MATTAR, Fauze Najib, 1944. **Administração de varejo [recurso eletrônico]**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

PRONIN, Maria. **O Shopping Center e a cidade**. CINCCI, I Colóquio Internacional. São Paulo, 2007.

PANDEY, A. **Understanding consumer perception of brand personality**. IUP Journal of Personality and Social Psychology, 51, 907-917.

QI PROFISSIONAL. **Hospitalidade, mais que um conceito, um diferencial**. Disponível em: <<http://qiprofissional.com.br/blog/hospitalidade-mais-que-um-conceito-um-diferencial/>>. Acesso em: 15 de março de 2018.

SAMPAIO R. **Propaganda de A a Z: Como usar a propaganda para construir marcas e empresas de sucesso**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus. 1995.

SAMPAIO, C. H., & Perin, M. G. (2006). **Pesquisa científica da área de marketing: uma revisão histórica**. Revista de Administração Contemporânea, 10(2), 179-202.

SILVA, I. B., & NAKANO, T.C. (2011). **Modelo dos cinco grandes fatores da personalidade: análise de pesquisa**. Avaliação Psicológica, 10(1), 51-62.

SBVC. **O papel do varejo na economia brasileira**. Disponível em: <<http://sbvc.com.br/o-papel-do-varejo-na-economia-brasileira-dezembro-2017/>>. Acesso em 4 de março de 2018.

ANÁLISE DA EXPRESSÃO DOS GENES MDR1, FLU1, FCR3 E PDR5 EM CEPAS DE *CANDIDA SPP.* E SEU PAPEL NO MECANISMO MOLECULAR DE RESISTÊNCIA AO FLUCONAZOL

Ana Beatriz Feijão de Lima ¹
Kamila Cristhine Bedê Camilo ²
Maria Lucia Pereira Torres ³

RESUMO

A Candidíase é uma doença que tem como agente causador o fungo do gênero *Candida*, que pode ser encontrado na microbiota residente da pele e de mucosas de forma comensal em indivíduos saudáveis, tendo maior prevalência na mucosa do canal vaginal. A patologia se dá a partir do momento em que o ambiente das mucosas sofre alterações na sua composição celular, ou o patógeno consegue ter acesso às vias de infecção, como a via hematogênica. A infecção por *Candida*, varia de quadros menos graves a mais graves, desde uma vaginose até uma infecção generalizada e será influenciada tanto pela imunidade do hospedeiro quanto pela virulência da cepa de *Candida*. Dentre alguns mecanismos que interferem na virulência, dois se destacam: a formação de biofilmes e a resistência a fármacos. A resistência aos fármacos é um mecanismo complexo, uma vez que se encontram fatores moleculares em nível de genes para esta resposta indiferenciada, tendo o uso indevido de fármacos antifúngicos como precursor causador. A compreensão e discussão sobre os fatores moleculares envolvidos nos mecanismos de resistência aos antifúngicos é de grande ajuda na busca de novos fármacos que possam ou combater o patógeno através de mecanismos de ação diferentes dos empregados pelos fármacos aos quais o fungo é resistente ou de interferência na expressão dos genes envolvidos na resistência. A espécie mais relatada e mais estudada no que concerne a resistência a fármacos é a *Candida albicans*. O Fluconazol, por apresentar maior eficácia contra o fungo e menores efeitos colaterais, é a droga mais utilizada para tratar a Candidíase, e o uso incorreto dessa droga, conseqüentemente, gerou essa indiferença no tratamento. No patógeno a bomba de

¹ Aluna de Iniciação Científica, Curso de Biomedicina, Graduando, anabeatrizflima@hotmail.com

² Aluna de Iniciação Científica, Curso de Biomedicina, Graduando, bedekamila@gmail.com

³ Profa. Me. Dra, Curso de Biomedicina, Professora no Centro Universitário Christus, malu.p.torres@gmail.com

efluxo, que é mediada por uma proteína na membrana, diminui a concentração da droga no meio intracelular e a difunde para o meio extracelular. Neste trabalho destacamos alguns genes que estão relacionados com a expressão de bombas de efluxo e de cofatores que mediam a saída de drogas para o meio extracelular promovendo provavelmente resistência ao fármaco. O trabalho consiste em uma revisão narrativa da literatura feita através de pesquisa em artigos depositados nos bancos de dados bibliográficos PubMed e Scielo com estudos envolvendo mecanismos de resistência a antifúngicos até o ano de 2018. Alguns artigos relatam os genes *MDR1*, *FLU1*, *FCR3*, *PDR5* como alguns dos genes responsáveis pela transcrição de proteínas que posteriormente darão origem ou auxiliarão a bomba de efluxo. Outro mecanismo de resistência é a ativação de alguns genes que darão a superexpressão de cofatores para a mediação da droga para o meio extracelular, como proteínas alvos de transportes. De acordo com os autores dos artigos, os genes *FLU1* e *PDR5* tem um papel específico na codificação de proteínas de transporte, enquanto os genes *FCR3* e *MDR1*, além de mediar essa droga para o meio extracelular, também ativa outros genes com papéis de resistência.

Palavras-chaves: *Candida albicans*. Resistência ao fluconazol. Expressão gênica. Mutações. Bomba de efluxo.

DOENÇAS RELACIONADAS ÀS MUTAÇÕES NO GENE *PLP1*

Tamyris Lima Silva¹
Weslly Palhano Paz²
Amanda de Oliveira Gomes³
Juliana Carvalho Lopes⁴
Letícia Vasconcelos Leite⁵
Maria Lúcia Pereira Torres⁶

RESUMO

O *PLP1* é um gene localizado no braço longo do cromossomo X, região 2, banda 2, sub-banda 2. Ele codifica a proteína proteolipídica 1, a mais abundante da bainha de mielina no sistema nervoso central. Mutações neste gene são responsáveis pelas formas de Pelizaeus-Merzbacher (PMD), síndrome *null* e existe um extremo mais leve desse espectro, a Paraplegia espástica tipo 2 (SPG2). A doença de Pelizaeus-Merzbacher (PMD) é uma síndrome recessiva rara ligada ao cromossomo sexual X caracterizada por nistagmo, hipotonia, espasticidade dos membros, déficits motores e até convulsão, possui três formas variáveis, congênita, clássica e transitória. A idade de início dos sintomas e o tipo de mutação é o que caracteriza cada forma. A síndrome *Null* tem sintomas semelhantes à PMD sendo resultado de mutações de deleção no gene *PLP1* que diferem da PMD por ausência de nistagmo e melhor deambulação. A SPG2 é uma forma alélica à PMD caracterizada por marcha espástica e disfunção autonômica com ou sem envolvimento do sistema nervoso central e, geralmente, os pacientes acometidos têm expectativa de vida normal. Por se tratar de doenças raras, ligadas a um mesmo gene, onde a escassez de relatos de casos é notória, é necessário um apanhado da literatura para enfatizar suas particularidades. O presente estudo tem como objetivo investigar na literatura a prevalência, os tipos de mutações e os aspectos clínicos das doenças relacionadas às mutações no gene *PLP1*. Trata-se de uma revisão bibliográfica, onde foram utilizados os bancos de dados Pubmed e Scielo. Os artigos selecionados foram dos últimos 10 anos em língua portuguesa e inglesa. O quadro clínico das doenças relacionadas às mutações no *PLP1* é semelhante sendo necessário um diagnóstico diferencial. Quanto maior for o número de cópias do gene, maior será a severidade dos sintomas da Pelizaeus-Merzbacher. Já as deleções e mutações pontuais causam o espectro mais leve como a síndrome *Null* e a SPG2. As doenças ligadas

às mutações no gene *PLP1* possuem aspecto clínico semelhante, porém a severidade dessas doenças irá depender do tipo de mutação no gene, ¹tem prevalência no sexo masculino e o diagnóstico é feito pelo quadro clínico do paciente, sequenciamento genético e imagens por ressonância magnética.

Palavra-chave: PLP1.Gene.Mutação.Doenças. Quadro clínico

¹ Graduando, UNICHRISTUS, tamyrilima1@gmail.com

² Graduando, UNICHRISTUS, palhanoweslly@gmail.com

³ Graduando, UNICHRISTUS, amanda.dantas.jf@hotmail.com

⁴ Graduando, UNICHRISTUS, julianacarvalho.l21@hotmail.com

⁵ Graduando, UNICHRISTUS, leticia.vasconcelosleite@hotmail.com

⁶ Professora doutora, , BIOMEDICINA UNICHRISTUS, malu.p.torres@gmail.com

EXPRESSÃO DE microRNAs EM LÍQUIDO CEFALORRAQUIDIANO EM PACIENTES COM PARKINSON

Amanda de Oliveira Gomes¹
Tamyris Lima da Silva²
Juliana Carvalho Lopes³
Maria Lúcia Pereira Torres⁴

RESUMO

microRNAs plasmáticos (miRNA) tem sido sugeridos como potenciais biomarcadores de doenças neurodegenerativas, tendo expressão diferenciada entre indivíduos saudáveis e acometidos. Pesquisas recentes mostram que a alteração na expressão de certos microRNAs pode sinalizar de forma precoce a presença de doenças neurodegenerativas de forma específica, sendo diferentes microRNAs expressos dependendo da doença, como Parkinson e Alzheimer. A Doença de Parkinson (DP) é a segunda doença neurodegenerativa mais incidente, sendo grande parte dos casos de natureza idiopática e tendo como principal fator de risco o envelhecimento. Cerca de 2% da população acima dos 65 anos de idade é acometida pela DP, sendo 30% dos casos resultantes de transmissão mendeliana comumente originada devido a mutações genéticas em genes conhecidos como genes *park*. A expressão dos genes *park* é mediada por microRNAs responsáveis pela expressão gênica pós-transcricional de forma específica e sua desregulação pode ser o principal fator no aparecimento da doença. O trabalho tem como objetivo fazer uma compilação dos achados científicos referentes aos microRNAs relevantes como biomarcadores específicos da doença de Parkinson através de uma revisão narrativa integrativa. Diversos microRNAs com expressão alterada no início da doença, foram citados em diferentes estudos, sendo eles: miR-205, miR-133b, miR-34b, miR-34c, miR-7, miR-486-3p, miR-626 e miR-505. Os resultados observados nos diferentes estudos sugerem que a desregulação da expressão dos microRNAs acima mencionados estão intimamente ligados ao aparecimento da Doença de Parkinson de forma específica e que podem ser utilizados como biomarcadores da doença em sua fase inicial, sendo de grande valor no diagnóstico e com melhor prognóstico da doença.

Palavras-chave: Biomarcadores. Doença de Parkinson. microRNA. Epigenética. Doenças neurodegenerativas.

¹ Amanda de Oliveira Gomes, Biomedicina, Unichristus, amanda.dantas.jf@hotmail.com .

² Tamyris Lima da Silva, Biomedicina, Unichristus, tamyrislima2@gmail.com

³ Juliana Carvalho Lopes, Biomedicina, Unichristus, julianacarvalho.l21@gmail.com

⁴ Maria Lucia Pereira Torres, Biomedicina, Unichristus, malu.p.torres@gmail.com

UTILIZAÇÃO DE MOLÉCULAS BIODEGRADÁVEIS NO TRATAMENTO CONTRA CÉLULAS TUMORAIS

Juliana Carvalho Lopes¹
Tamyris Lima da Silva²
Amanda Gomes de Oliveira³
Maria Lúcia Pereira Torres⁴

RESUMO

A resistência das células tumorais aos antineoplásicos e os efeitos adversos causados por eles a partir da não especificidade celular dessas drogas, instigam o surgimento de novas técnicas atuais de entrega seletiva de fármacos na rotina terapêutica aos pacientes de câncer. As nanomoléculas ou nanopartículas biodegradáveis apresentam características menos tóxicas ao organismo em relação aos fármacos livres, por conta de suas estruturas, tamanho ou mecanismo de vetorização. As moléculas biodegradáveis podem carrear drogas em seus interiores, e serem marcadas com ligantes em suas superfícies para se ligarem a células específicas. Além da vantagem da não toxicidade para o organismo, devido a seus materiais que variam entre lipídios, proteínas e polímeros, essas moléculas também podem servir como sinalizadores tumorais e auxiliar no diagnóstico de muitas doenças. Neste trabalho descrevemos as principais características das nanomoléculas biodegradáveis no transporte de fármacos antineoplásicos pontuando suas limitações e vantagens, através de uma revisão narrativa da literatura feita através de pesquisa feita em artigos depositados nos bancos de dados bibliográficos PubMed e Scielo com estudos envolvendo nanomoléculas até o ano de 2018. Concluímos ao final da análise bibliográfica que a utilização de nanomoléculas biodegradáveis pode diminuir os efeitos adversos causados por determinados fármacos antineoplásicos não causando citotoxicidade elevada devido a sua natureza biodegradável, em comparação com outros tipos de nanopartículas, como os metais; e seus processos de retenção e vetorização específica para o tecido tumoral, estando presentes nos principais avanços em uso de nanopartículas

¹ Graduando, Biomedicina, UNICHRISTHUS, julianacarvalho.l21@hotmail.com

² Graduando, Biomedicina, UNICHRISTHUS, tamyrislima1@gmail.com.

³ Graduando, Biomedicina, UNICHRISTHUS, amanda.dantas.jf@hotmail.com

⁴ Professora Doutora, Biomedicina, UNICHRISTHUS, malu.p.torres@gmail.com

carreadoras de fármacos, potencializando a absorção por células tumorais e diminuindo significativamente a viabilidade celular de tumores malignos.

Palavras-chave: Nanoterapia. Nanomoléculas. Nanopartículas. Câncer

ENSINO JURÍDICO CLÍNICO: ARTICULANDO TEORIA E PRÁTICA EM CONSELHOS DE DIREITOS HUMANOS

Natalia Martinuzzi Castilho¹

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo analisar as estratégias de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do Escritório de Direitos Humanos do Centro Universitário Christus, a partir de parceria institucional estabelecida junto ao Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado do Ceará, órgão vinculado à Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado, no ano de 2018. Tal projeto possui como objetivo aprimorar as estratégias de monitoramento, bem como de enfrentamento às situações de violações, das políticas e serviços públicos no campo da defesa dos direitos humanos, a partir da atuação supervisionada de estudantes do curso de direito da Unichristus.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Assumimos como pressupostos as bases da metodologia jurídica clínica no intuito de proporcionar aos estudantes o contato com a relação entre teoria e prática em direitos humanos, especialmente a partir da percepção acerca dos obstáculos à efetivação dos direitos humanos, tanto no âmbito da sociedade civil quanto do Poder Público. O contato com a fala de indivíduos e coletivos em situação de vulnerabilidade, a aproximação com a morosidade administrativa e judicial, a vivência com situações em que se precisa enfrentar o formato seletivo e excludente das nossas instituições, etc. todos esses elementos conformam uma ambiência bastante rica de aprendizagem prática em direitos humanos.

As clínicas jurídicas de direitos humanos (LAPA, 2014, p. 82) possuem como base uma educação voltada para a atuação prática antes do término da

¹ Doutoranda (2017) em direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Professora da curso de direito da Unichristus e coordenadora do Escritório de Direitos Humanos (EDH Unichristus). natiimc@gmail.com

faculdade. Os objetivos pedagógicos desse tipo de aprendizagem, segundo Rutis (2017, p. 5), são “[...] ensinar a práxis aos estudantes. [...] incentivar à formação do pensamento crítico discente. [...] produzir conhecimento e trabalho prático interdisciplinar. [...] capacitar aos assistidos, com foco nos indivíduos de comunidades carentes próximas à Universidade.”.

3 MÉTODOS

O trabalho parte da análise de documentos, pesquisa bibliográfica e pesquisa empírica, especialmente a partir da técnica de observação participante. O cronograma metodológico está vinculado à satisfação dos seguintes objetivos específicos: i) analisar o histórico de criação e efetivação do Conselho Estadual de Direitos Humanos do Estado do Ceará (CEDH). Para tanto, será necessária uma investigação do marco legislativo que institui o Conselho e estabelece suas competências, bem como dos documentos institucionais que estabelecem sua forma organizativa; ii) identificar as principais linhas de atuação do Conselho, a partir da análise dos processos já desenvolvidos.

Essa fase da pesquisa exigirá análise documental, bem como realização de entrevistas semi-estruturadas com sujeitos que já estiveram à frente da presidência do órgão; iii) estabelecer um marco teórico quanto à importância da formação em direitos humanos no âmbito da graduação em direito, o que se pretende estabelecer a partir de pesquisa bibliográfica; iv) estabelecer e descrever o formato de atuação desenvolvida no primeiro semestre de 2018 pelos estudantes do Escritório de Direitos Humanos. Para tanto, será necessário combinar a análise dos relatórios de atividades dos alunos, leitura das atas e documentos institucionais do CEDH e, por fim, entrevistas semi-estruturadas junto aos integrantes da presidência do Conselho e alunos participantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como possíveis resultados podemos apontar o aprimoramento das ferramentas metodológicas no âmbito da educação jurídica clínica, a partir da experiência de um projeto de extensão que se aproxima de tal linha pedagógica, no campo da prática em direitos humanos. Em segundo lugar, será possível desenvolver uma sistematização importante, capaz de vir a ser replicada, inclusive,

acerca da atuação, no âmbito da extensão e da pesquisa, principalmente, com órgãos de defesa e monitoramento das políticas de direitos humanos, como o referido Conselho de Direitos.

5 CONCLUSÃO

Concluimos que a atuação clínica em direitos humanos, no âmbito da experiência aqui analisada, pode ser desenvolvida em formato que aproxime os estudantes de espaços institucionais que envolvam formulação e monitoramento de políticas públicas de direitos humanos. Esse tipo de proposta pode desenvolver a capacidade dos alunos de pensar criticamente em casos de violações de direitos humanos, bem como de aproximá-los de estratégias plurais de resolução de conflitos.

REFERÊNCIAS

LAPA, Fernanda Brandão. **Clínica em direitos humanos**: Uma proposta metodológica para a educação jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2014.

RUTIS, Luís Augusto. O Método Clínico e o Déficit Social e Pedagógico do Ensino Jurídico Brasileiro. In: MENEZES, Fabiana Soares; NICÁCIO, Camila Silva; THIMBAU, Tereza Cristina Sorice Baracho. **Clínicas de direito e o ensino jurídico no Brasil**: Da crítica à prática que renova. Minas Gerais: Arraes, 2017.

ASSISTÊNCIA FONOAUDIOLÓGICA NAS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO

Maria do Socorro Lima de Mendonça¹
Ana Gabrielle Pereira Ricardo²
Andréa Cintia Laurindo Porto³
Ana Maria de Oliveira Gois⁴
Sandra Gomes de Oliveira⁵
Priscilla Mayara Estrela Barbosa⁶

RESUMO

As vacinas são uma das mais importantes medidas profiláticas de imunização. E possui sua eficácia comprovada as campanhas nacionais de vacinação, atrelada também com a conscientização da população através da educação em saúde. Observando o papel do fonoaudiólogo como profissional que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapias nas áreas de comunicação oral, escrita, voz e audição, sendo responsável por sua interação interpessoal, independência, e felicidade, esse trabalho tem como objetivo demonstrar a relevância da assistência fonoaudiológica nas campanhas de vacinação, conscientizando acerca do seu papel como profissional importante na saúde coletiva. Com isso, esse estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura desenvolvida no período de agosto a novembro de 2018, usando como fonte de pesquisa as seguintes plataformas: Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Pubmed. De caráter descritivo e exploratório, visa abordar: a história da vacinação no Brasil, a implantação do profissional Fonoaudiólogo nos Serviços de Saúde Pública, a importância das campanhas de vacinação na prevenção de doenças, e como a fonoaudiologia pode colaborar no que se refere à promoção de saúde. Com o exposto conclui-se que fonoaudiólogo que atua nas Unidades Básicas de Saúde - UBS são capazes de identificar e efetivar ações que busquem solucionar questões relacionadas à saúde, através de medidas preventivas. Com atuação nas várias fases da vida, desde o período da maternidade, infância, até a geriátrico, o papel do fonoaudiólogo como mediador nessas campanhas, colaboraria para queda da morbidade e mortalidade nesses grupos de risco.

Palavras-chave: Fonoaudiologia. Saúde Pública. Campanhas de Vacinação.

¹ Estudante, Fonoaudiologia, Faculdade Pitágoras, marymendonca_mcr@hotmail.com.

² Estudante, Fonoaudiologia, Faculdade Pitágoras, ana-gabrielle@hotmail.com

³ Estudante, Fonoaudiologia, Faculdade Pitágoras, andrea.cintialp@gmail.com

⁴ Estudante, Fonoaudiologia, Faculdade Pitágoras, anamaria.1608@hotmail.com

⁵ Estudante, Fonoaudiologia, Faculdade Pitágoras, sandrinha23gomes@gmail.com

⁶ Mestre, Fonoaudiologia, Faculdade Pitágoras, priscillamayara@yahoo.com.br

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A UM IDOSO COM PNEUMONIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria do Socorro Nascimento Costa¹
Francisca Bertília Chaves Costa²
July Grassilely de Oliveira Branco³
Ana Paula Pinheiro⁴
Rafaela Oliveira de Sales⁵

RESUMO

Dentre os principais agravos de saúde que acometem a população idosa destaca-se a pneumonia. Diante desse quadro o enfermeiro em sua prática assistencial, mediada pela Sistematização da Assistência de Enfermagem, garante uma assistência integral a essa população. Objetivou-se descrever a aplicação da Sistematização da Assistência de Enfermagem a um idoso hospitalizado com diagnóstico de pneumonia. Estudo descritivo do tipo relato de experiência realizado com um paciente de 79 anos com pneumonia e internado em uma unidade hospitalar no município de Fortaleza, Ceará, Brasil, durante o mês de abril de 2018, mediante consulta de enfermagem. A partir dessa identificaram-se quatro diagnósticos de enfermagem, sendo esses elaborados segundo NANDA-I. Além desses, identificaram-se suas respectivas intervenções, segundo a Classificação das Intervenções de Enfermagem, e os resultados, Classificação dos Resultados de Enfermagem. Obedeceu-se aos princípios éticos conforme a Resolução 466/12. O primeiro diagnóstico de enfermagem identificado foi “Risco de infecção diante de procedimento invasivo”, provocado nesse caso pelo Cateter Venoso Central de Inserção Periférica, caracterizado como uma “vulnerabilidade à invasão e multiplicação de organismos patogênicos, que pode comprometer a saúde”. Como intervenções de enfermagem: Detectar os fatores de riscos para infecção; Verificar se há sinais localizados de infecção dos cateteres periféricos e drenos; Avaliar a existência de sinais de febre. E

¹ Discente da Graduação em Enfermagem, Faculdade Ateneu, socorrocosta37@yahoo.com.br

² Discente do curso Doutorado em Saúde Coletiva, bolsista FUNCAP, Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Fortaleza, bertilia_chaves@hotmail.com.

³ Discente do curso Doutorado em Saúde Coletiva, bolsista FUNCAP, Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Fortaleza, julybranco.upa@gmail.com.

⁴ Docente da Graduação em Enfermagem, Faculdade Ateneu, e-mail anapaulapinheiro10@hotmail.com

⁵ Mestre em Saúde Coletiva, Docente da Graduação em Enfermagem, Faculdade Ateneu, e-mail para contato, rafaelasalesunifor@gmail.com.

como resultados: Risco aumentado de ser invadido por organismos patogênicos. Como segundo diagnóstico, “Padrão Respiratório Ineficaz relacionado a fadiga da musculatura respiratória” definido como “Inspiração e/ou expiração que não proporciona ventilação adequada”. Apresentando como intervenções: Observar irregularidade respiratória; Disponibilizar oxigenoterapia; Monitorar ventilação das vias aéreas; Administrar medicamentos de inalação. Como resultados: Inspiração e ou expiração que não proporciona ventilação adequada. Como terceiro diagnóstico, “Risco de aspiração” definido como “vulnerabilidade à entrada de secreções gastrintestinais, secreções orofaríngeas, sólidos ou líquidos nas vias traqueobrônquicas, que pode comprometer a saúde”. Como intervenções: Monitorar o nível de consciência, o reflexo de tosse, vômito e a capacidade de deglutir; Monitorar a condição pulmonar; Alimentar o paciente em pequenas quantidades. Resultados: Risco de entrada de secreções gastrointestinais, secreções orofaríngeas, sólidas ou líquidas nas vias traqueobrônquicas. E como quarto diagnóstico, “Dor aguda” relacionada a tosse persistente definido como uma “experiência sensorial e emocional desagradável que surge de lesão tissular real ou potencial ou descrita em termos de tal lesão; início súbito ou lento, de intensidade leve a intensa, com término antecipado ou previsível e duração de menos de seis meses”. Intervenções: Reduzir ou eliminar fatores que precipitem ou aumentem a dor; Administrar analgésicos de forma precisa; Analisar o tipo e fonte da dor ao selecionar uma estratégia para seu alívio. Resultados: Experiência sensorio-emocional desagradável que surge de dano real ou potencial aos tecidos, ou é descrita em termo de dano desse tipo; início repentino ou lento de qualquer intensidade, de leve a severa, com um fim antecipado ou previsível e uma duração de menos de seis meses. Diante deste relato compreende-se a importância da Sistematização da Assistência de Enfermagem na identificação de problemas reais e potenciais para um paciente, tendo como foco principal a promoção da saúde de forma integral.

Palavras-chave: Idoso. Assistência Integral à Saúde. Pneumonia. Enfermagem. Assistência.

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM A UM PACIENTE VÍTIMA DE ACIDENTE DE TRÂNSITO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Mendes da Silva¹
Francisca Bertilia Chaves Costa²
Judy Grassiley de Oliveira Branco³
Ana Paula Pinheiro⁴
Rafaela Oliveira Sales⁵

RESUMO

Os acidentes de trânsito constituem-se em um grande problema para a saúde pública de forma global. Para atender às necessidades específicas das vítimas de algum tipo de trauma nos serviços de urgências e emergências do Sistema Único de Saúde, a Portaria do Ministério da Saúde nº 2.048/2002 elaborou um atendimento adequado ao paciente vítima de trauma/violência tanto no ambiente pré-hospitalar como intra-hospitalar. Dentro desse contexto, o enfermeiro possui amplas habilidades para desenvolver o cuidado a vítimas de acidentes de trânsito, desde a prevenção até a reabilitação em âmbito hospitalar, mediante a Sistematização da Assistência de Enfermagem. Objetivou-se descrever a aplicação da Sistematização da Assistência de Enfermagem a um paciente vítima de acidente de trânsito, internado em uma unidade hospitalar. Estudo descritivo, do tipo relato de experiência, desenvolvido de março a abril de 2018, com um paciente vítima de acidente automobilístico internado em um hospital de referência em atendimento de nível terciário para o estado do Ceará, na cidade de Fortaleza, Ceará. A coleta de dados foi realizada por meio da consulta de enfermagem. A partir dessa identificaram-se três diagnósticos de enfermagem, sendo esses elaborados segundo NANDA-I. Além desses, identificaram-se suas respectivas intervenções, segundo a Classificação das Intervenções de Enfermagem, e os resultados, Classificação dos Resultados de Enfermagem. Obedeceu-se aos princípios éticos conforme a Resolução 466/12. O

¹ Discente da Graduação em Enfermagem, Faculdade Ateneu.

² Discente do curso de Doutorado em Saúde Coletiva, bolsista FUNCAP, Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Fortaleza. E-mail: bertilia_chaves@hotmail.com

³ Discente do curso Doutorado em Saúde Coletiva, bolsista FUNCAP, Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade de Fortaleza. E-mail: julybranco.upa@gmail.com

⁴ Docente da Graduação em Enfermagem, Faculdade Ateneu.
E-mail: anapaulapinheiro10@hotmail.com

⁵ Mestre em Saúde Coletiva, Docente da Graduação em Enfermagem, Faculdade Ateneu, e-mail para contato, rafaelasalesunifor@gmail.com

primeiro diagnóstico de enfermagem reconhecido foi “Integridade da pele prejudicada relacionada a fator mecânico” caracterizado por “epiderme e/ou derme alterada”. Como intervenções: Realizar troca de curativo de forma diária na unidade hospitalar e após alta; Avaliar a presença de sinais flogísticos; Observar alterações na pele; orientar paciente e família quanto aos cuidados com a lesão após alta hospitalar. E como resultados: Proporcionar a recuperação satisfatória da pele. O segundo diagnóstico descrito foi “Dor aguda” definida como “experiência sensorial e emocional desagradável que surge de lesão tissular real ou potencial ou descrita em termos de tal lesão; início súbito ou lento, de intensidade leve a intensa, com término antecipado ou previsível”. Intervenções: Avaliar características, intensidade e local da dor; aplicar escala numérica de dor; considerar escore de dor relatado; Avaliar alterações de sinais vitais; Administrar analgésicos conforme prescrição médica; Reavaliar dor após administração da medicação. Resultados: Controla a dor; Promover o conforto; Respostas psicológicas adversas. E como terceiro diagnóstico “Deambulação prejudicada”, limitações dos movimentos independentes de andar em um determinado ambiente, obteve-se como intervenções: Orientar o indivíduo quanto ao uso de auxiliares da deambulação (p. ex., muletas, cadeiras de rodas, andadores, barras e trapézios e bengalas). E como resultados: Avaliar o equilíbrio; Monitorar a locomoção e a mobilidade. A identificação dos diagnósticos, resultados e intervenções a partir deste relato forneceram a ampliação de conhecimentos a respeito do cuidado a uma vítima de acidente de trânsito. Assim, um dos desafios do enfermeiro é prestar uma assistência humanizada, apoiando-se em um método científico adequado.

Palavras-chave: Enfermagem. Assistência Integral à Saúde. Acidente de Trânsito. Assistência ao Paciente. Assistência.

USO DA SIMULAÇÃO EM VÍDEO NA APLICAÇÃO DO TEAM BASED LEARNING (TBL) COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM NA DISCIPLINA DE SEMIOLOGIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Ariane do Nascimento Leandro¹
Deise Isis Souza Costa¹
Raphael Colares de Sá²

INTRODUÇÃO: O TBL é um método de aprendizagem dinâmico que proporciona um ambiente motivador e cooperativo. **MÉTODOS:** Trata-se de um relato de experiência, atividade de aprendizagem baseada em equipes (TBL) com a utilização de vídeos de simulação de uma consulta, na qual se oportunizou a aferição da pressão arterial. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** A atividade foi desenvolvida na sala de aula invertida, na qual estavam presentes 12 alunos da disciplina, o professor responsável e as duas monitoras da disciplina. Percebeu-se que os alunos foram capazes de identificar erros e acertos da consulta e da técnica simulada, além de conseguirem desenvolver um raciocínio crítico na justificativa de suas respostas. Outro aspecto positivo identificado foi a atenção e a motivação demonstradas pelos alunos, o que fez com que a atividade pudesse ser aproveitada ao máximo. Um aspecto negativo a se destacar foi o número reduzido de alunos participantes, o que dificultou a manutenção da heterogeneidade dos grupos, além do que um quantitativo maior de alunos poderia compor mais grupos, o que poderia deixar a discussão e o debate entre eles mais produtivo. **CONCLUSÃO:** A atividade desenvolvida é uma forma dinâmica de aprendizagem que proporciona um entendimento maior aos alunos. Com uso da tecnologia como os vídeos é possível a apreciação dos detalhes das técnicas e, a partir do aprendizado, desenvolver um pensamento crítico para reconhecer o modo correto ou não de como agir em uma determinada situação, evitando possíveis erros. Implica em uma soma de conhecimentos tanto aos alunos, como para as monitoras representantes da ação, constituindo um método que proporciona argumentação e raciocínio.

Palavras-chave: Ensino. Simulação. Saúde.

¹ Apresentadora, autora, Enfermagem, aluna, deiseisis_1@hotmail.com.

¹ Autora, Enfermagem, aluna, arianesloan@hotmail.com.

² Orientador, Enfermagem, docente, rapha.colares@hotmail.com.

METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM NA FISILOGIA HUMANA: EXPERIÊNCIA DA MONITORIA

Thaís Souza Lôbo¹
Mirizana Alves de Almeida²

RESUMO

As metodologias ativas são ferramentas úteis no processo de ensino-aprendizagem, um processo complexo e dinâmico que necessita de ações direcionadas para cada objetivo que se quer alcançar, tais como competências e habilidades. As metodologias ativas estão fundamentadas no incentivo ao processo de ensino-aprendizagem em uma abordagem crítico-reflexiva, resultando em maior envolvimento por parte do estudante. Ainda que as estratégias pedagógicas busquem facilitar a aprendizagem dos alunos, o ato de ensinar-aprender deve ser uma atividade compartilhada de responsabilidade e comprometimento de todos os atores envolvidos. O presente trabalho objetiva relatar a experiência da monitoria de Fisiologia Humana com o uso de metodologias ativas, a fim de aumentar a participação dos alunos e proporcionar uma aprendizagem significativa. Trata-se de um relato de experiência das metodologias ativas de aprendizagem desenvolvidas durante a monitoria. As atividades propostas envolveram resolução de problemas e utilização de jogos educacionais e aconteceram nas salas de aula do Centro Universitário Christus, nos semestres 2017.2 e 2018.1. As metodologias ativas de aprendizagem foram bem avaliadas pelos alunos por facilitarem a compreensão dos assuntos, a interação e participação em grupo, e principalmente por serem uma forma dinâmica e prazerosa para o aprendizado da disciplina. Os jogos didáticos despertaram maior interesse dos alunos na temática em discussão em comparação à metodologia ativa resolução de problemas. Nesta, um aspecto positivo ressaltado pelos discentes foi o estímulo na busca por soluções para situações-problemas encontradas na prática profissional. Pode-se concluir a partir da observação das respostas que as metodologias ativas de aprendizagem contribuíram para o ensino da Fisiologia Humana por despertar nos alunos a motivação para o estudo da disciplina, podendo ser considerada uma estratégia efetiva no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Monitoria. Ensino. Aprendizagem. Fisiologia. Metodologia.

¹ Acadêmica, Fisioterapia, Centro Universitário Christus.

² Doutora em Ciências Médicas, Fisioterapia, Centro Universitário Christus.

A IMPORTÂNCIA DA CRIAÇÃO DE NOVOS HÁBITOS ALIMENTARES NO RESGATE À 'COMIDA CASEIRA' FRENTE AO AUMENTO DA INGESTÃO DE ALIMENTOS INDUSTRIALIZADOS

Giovanna Gabrielle Costa Santos¹
Morgana Andrade Freitas²
Marcos Porto Arrais de Souza³
Walyson Moreira Bernardino⁴
Yasmin Torres Gonçalves⁵
Juliana Magalhães da Cunha Rêgo⁶

RESUMO

O consumo de alimentos fora de casa tem aumentado no Brasil. O Guia de Alimentação da População Brasileira, enfatiza que os padrões alimentares estão mudando e há um aumento no consumo de alimentos processados e ultraprocessados. Esse hábito alimentar pode favorecer o crescimento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). Nota-se também que na última década, apesar do consumo de alimentos processados e ultraprocessados terem aumentado, a população também tem buscado retomar hábitos alimentares mais saudáveis. O estudo objetivou apresentar uma revisão bibliográfica com a importância na criação de novos hábitos alimentares no resgate à 'comida caseira' frente ao aumento da ingestão de alimentos industrializados (processados e/ou ultraprocessados) e seu impacto na saúde e na prevenção das doenças crônicas. Foi elaborado uma pesquisa bibliográfica utilizando a base de dados *Scientific Eletronic Library Online* (SciELO) e PubMed. Selecionaram-se artigos em português e inglês do período de janeiro/2014 a agosto/2018. As palavras chaves utilizadas para a pesquisa foram: *alimentos processados, ultraprocessados, doenças crônicas não transmissíveis, obesidade e hábitos alimentares*. Dos 483 artigos encontrados, 13 foram selecionados para leitura e 8 utilizados para a composição deste trabalho. O consumo de alimentos fora de casa, consequentemente de baixo valor nutricional favorece a incidência de DCNT, e profissionais de saúde tem buscado estimular a população a retomar hábitos saudáveis.

Palavras-chave: alimentos processados; ultraprocessados; doenças crônicas não transmissíveis; obesidade e hábitos alimentares.

1 Discente, Curso de Nutrição, Aluno do Curso de Nutrição, giovannagabriellec@gmail.com

2 Discente, Curso de Nutrição, Aluno do Curso de Nutrição, morganaafreitas@hotmail.com.

3 Discente, Curso de Nutrição, Aluno do Curso de Nutrição, mporto.arrais@gmail.com.

4 Discente, Curso de Nutrição, Aluno do Curso de Nutrição, walysonmb@gmail.com.

5 Discente, Curso de Nutrição, Aluno do Curso de Nutrição, yasmintorrescontato@gmail.com.

6 Nutricionista, Mestre em Nutrição em Saúde Pública, Curso de Nutrição, Professora do Curso de Nutrição, coordnutricao01@unichristus.edu.br

INFLUÊNCIA DO FATOR DE NECROSE TUMORAL-ALFA (TNF-A) NA PERMEABILIDADE VASCULAR E NA CICATRIZAÇÃO DE ÚLCERAS TRAUMÁTICAS ORAIS EM RATOS

MARIA THAYNARA DE AGUIAR ²

ALLINE PEREIRA RODRIGUES FONSECA ²

JOSÉ VITOR MOTA LEMOS ²

JOYCE OHANA DE LIMA MARTINS ²

LUIZ ANDRÉ CAVALCANTE BRIZENO ¹

PAULO GOBERLÂNIO DE BARROS SILVA ¹

As úlceras orais constituem processos extremamente dolorosos e desconfortáveis que comumente acometem pacientes na clínica odontológica. Essas patologias estão diretamente associadas a trauma mecânico e super-expressão de mediadores químicos pró-inflamatórios, dentre os quais o TNF- α (Fator de Necrose Tumoral alfa). Este é um importante mediador que promove aumento da permeabilidade levando a edema e migração neutrofílica que retardam a cicatrização tecidual. Assim, o presente estudo avaliou a influência do papel do TNF- α na permeabilidade vascular e sua influência na cicatrização de úlceras traumáticas orais em ratos. Foram utilizados 80 ratos, machos, pesando entre 180 e 220 gramas, da linhagem Wistar (*Rattus norvegicus*), pesados e aleatoriamente divididos em dois grupos pré-tratados com solução salina 0,9% estéril ou Infliximabe 5mg/kg. Uma hora após a infusão venosa (acesso peniano) foram confeccionadas úlceras orais em mucosa jugal esquerda com ajuda de bisturi circular de 8mm de diâmetro e 1mm de profundidade (n=8/grupo). Após 1, 3, 7, 14 e 21 dias da confecção das úlceras os animais foram pesados e infundidos (via venosa, acesso peniano) com Azul de Evans (25mg/kg). Uma hora após a infusão suas mucosas jugais esquerda (ulcerada) e direita (não ulcerada) foram excisadas, armazenadas em solução concentrada de formamida por 72 h (37°C), as quais foram lidas em

1- Professor Doutor, Odontologia, Centro Universitário Christus

2- Graduando, Odontologia, Centro Universitário Christus

espectrofotômetro (A600nm). Os diâmetros da úlcera e variação de massa corpórea foram também avaliados. Os dados quantitativos foram expressos em forma de média e erro-padrão e analisados por meio do teste ANOVA two-way/Bofferonni (dados paramétricos) ($p < 0.05$, Graph Pad Prism 5.0). Nos animais tratados com infliximabe 5mg/kg houve no primeiro dia redução do diâmetro da úlcera ($p < 0,05$), ganho de massa corpórea ($p < 0,05$) e redução do extravasamento de proteínas ($p < 0,05$) com diferença significativa quando comparado ao grupo controle. O presente estudo demonstrou que ao bloquear o TNF- α , houve redução da permeabilidade vascular com foi diminuição do tamanho da úlcera por consequência do declínio de proteínas extravasadas e, provavelmente, dos níveis de dor, levando a melhor ingesta de alimentos e ganho de massa corpórea dos animais. É sabido que esses resultados fomentam o desenvolvimento de tratamentos alvo-específicos que, ao bloquearem o TNF- α , gerem promissores em respostas clínicas.

PALAVRAS- CHAVE: Permeabilidade Capilar; Fator de Necrose Tumoral Alfa; Úlceras Orais; Cicatrização; Inflamação.

INFLUÊNCIA DO FATOR DE NECROSE TUMORAL-ALFA (TNF- α) NA COLAGÊNESE DE ÚLCERAS TRAUMÁTICAS ORAIS EM RATOS TRATADOS COM INFLIXIMAB

ALLINE PEREIRA RODRIGUES FONSECA¹
PAULO GOBERLÂNIO DE BARROS SILVA²

RESUMO

As úlceras orais constituem processos extremamente dolorosos e desconfortáveis que comumente acometem pacientes na clínica odontológica. Essas patologias estão diretamente associadas a trauma mecânico e super-expressão de mediadores químicos pró-inflamatórios, dentre os quais o TNF- α (Fator de Necrose Tumoral alfa). Este é um importante mediador que promove apoptose de fibroblastos e redução na colagênese, o que retardam a contração de feridas. Assim, o presente estudo avaliou a influência o papel do TNF- α na colagênese de úlceras traumáticas orais em ratos tratados com Infliximab. Foram utilizados 180 ratos, machos, pesando entre 180 e 220 gramas, da linhagem Wistar (*Rattus norvegicus*), pesados e aleatoriamente divididos em seis grupos pré-tratados com solução salina 0,9% estéril ou Infliximabe 1, 3, 5, 7 ou 10 mg/kg por via endovenosa (acesso peniano). Uma hora após a infusão foram confeccionadas úlceras orais em mucosa jugal esquerda com ajuda de bisturi circular de 8mm de diâmetro e 1mm de profundidade (n=6/grupo). Após 1, 3, 7, 14 e 21 dias da confecção das úlceras os animais foram pesados e suas mucosas jugais esquerda (ulcerada) e direita (não ulcerada) excisadas, armazenadas em formol tamponado 10% para processamento histológico. Mensurado o percentual de contração de área de úlcera a variação de peso dos animais e realizada a coloração de Picrosirius Red® nas amostras fixadas em formol e embebidas em parafina. A análise da colagênese foi simultaneamente

¹ Graduando do curso de odontologia da Unichristus, alline.fonseca@hotmail.com.

² Professor do curso de odontologia da Unichristus, paulo_goberlanio@yahoo.com.br.

fotografados em microscopia de luz convencional e de luz polarizada três campos em aumento de 200x e com ajuda do software Image J® foi mensurados o percentual de área marcada em vermelho (colágeno total), com birrefringência vermelho-amarelada (colágeno tipo I), com birrefringência verde-esbranquiçada (colágeno tipo III) Os dados foram expressos em forma de média e erro-padrão e analisados por meio do teste ANOVA two-way/Bofferonni (dados paramétricos) ou Kruskall-Wallis/Dunn (dados não paramétricos) ($p < 0.05$, Graph Pad Prism 5.0). Todos os grupos experimentais apresentam aumento na produção de colágeno, mas em grupos tratados com infliximabe a deposição de colágeno foi retardada. Os grupos tratados com infliximabe não apresentam aumento significativo na área de colágeno tipo 1. Todos os grupos experimentais mostraram um aumento no colágeno tipo III, mas nos grupos tratados com infliximabe a deposição de colágeno tipo III foi atrasada.

Palavras-chave: Úlceras Orais. Cicatrização. Infliximab. Fator de Necrose Tumoral alfa. Picrosirius Red®

O IMPACTO DA MESA REDONDA SOBRE LEUCEMIA NOS ALUNOS DA UNICHRISTUS.

Maria Luíza Calixto de Lima¹

Amanda Maria Menezes de Nogueira²

Carla Patrícia Rodrigues Marques³

Júlia Araújo de Medeiros⁴

Milenna Chaves Machado⁵

RESUMO

INTRODUÇÃO: A leucemia é, de modo geral, uma neoplasia dos glóbulos brancos, que é dividida em vários subtipos de acordo com o tipo de célula de origem, e, segundo o Ministério da Saúde, se configura como neoplasia mais frequente da infância (BRASIL,2009).Essa proliferação clonal cursa com uma sobrevida geralmente baixa, de 5 a 10 anos, e conhecer as manifestações para fazer o diagnóstico precoce é essencial para prolongar esse tempo e melhorar seu prognóstico, visando à cura (INCA, 2018). Infelizmente, na atualidade, há pouca ênfase em oncologia hematológica nos cursos médicos brasileiros, se fazendo necessário o debate mais afincado para explicar essa patologia. Nesse contexto, a mesa redonda se apresenta como método novo e eficaz de aprendizado, já que não necessita da oposição de falas, e traz no diálogo o aluno como protagonista, facilitando o processo educativo. Assim, o objetivo de promover essa campanha era trazer esse assunto em pauta e avaliar o conhecimento dos alunos sobre essa patologia,pretendendo agregar compreensão acerca do assunto. **REVISÃO DE LITERATURA:** A leucemia é um tipo de câncer agressivo que exige um tratamento intenso que muda drasticamente a realidade vivida pelo paciente. Segundo Furlanetto et al. (2006), “São escassos os artigos sobre prevalência e sintomas associados à depressão em pacientes com doença hematológica.” Além disso, segundo Araújo e Silva (2017), “A leucemia é uma modalidade de câncer o qual gera mudanças drásticas no estilo de vida do paciente bem como de sua família”. Fato que mostra, ainda mais, a necessidade de mais encontros destinados ao debate sobre vivência da realidade dessa comorbidade. A fim de

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus, calixto29lu@gmail.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus, amandammnn@hotmail.com

³ Graduanda, Medicina, Unichristus, pcarla7492@gmail.com

⁴ Graduanda, Medicina, Unichristus, julia.araujo.m@hotmail.com

⁵ Graduanda, Medicina, Unichristus, miilenna08@hotmail.com

tornar menos agressiva essa experiência, a humanização do tratamento pode ser muito eficaz. Afinal, conforme o autor, “A mesma (assistência humanizada) serve como um estímulo ao paciente para conseguir enfrentar a enfermidade em seus diferentes aspectos.”

MÉTODOS: A mesa redonda teve como tema “O enfrentamento da leucemia” e foi realizada no dia quatro de junho de 2018 para profissionais e para acadêmicos da área de saúde no Centro Universitário Unichristus. O evento foi organizado por acadêmicos de medicina da Liga de Patologia e de Oncologia da Unichristus e teve como participação o Dr. Eugênio Pacelli, médico oncopediatra, a enfermeira chefe do Centro Pediátrico de Câncer, um voluntário da Associação Peter Pan e uma paciente curada. Para avaliar o impacto da realização da mesa redonda, foram utilizados formulários pré e pós teste aplicados no dia, respectivamente antes e depois do evento, a todas as pessoas que participaram e que se dispuseram a responder. O questionário apresentava cinco perguntas, abordando de forma geral o tema da leucemia, e os resultados foram analisados no Epi Info, estratificado por idade e sexo, e no Excel foi feita a comparação dos pré e pós testes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: No total, 45 pessoas, dos cursos de medicina, fisioterapia e odontologia participaram da avaliação. Destas, 33 mudaram a resposta para a correta no pós teste. A primeira questão foi a de maior percentual de acerto, e tratava sobre qual processo é prejudicado quando há a infiltração da medula óssea por blastos. Apenas 4 alunos não marcaram hematopoeise, que era a resposta exata, mas desses, 3 mudaram a resposta após o debate e acertaram no pós teste. No segundo questionamento, que era relativamente mais específico, perguntava qual linhagem sofria mutação e iniciava o processo cancerígeno, houve apenas duas alternativas marcadas: eritrocítica e leucocítica. Nessa questão, 8 participantes mudaram a alternativa de A para D, acertando a pergunta, 2 permaneceram no erro e 2 mudaram a resposta para a errada após a mesa redonda. A 3ª questão dizia respeito as manifestações clínicas da leucemia, temática importante para o diagnóstico rápido, 31 pessoas acertaram e marcaram: equimoses, infecções recorrentes e anemia. Do restante, 8 pessoas que haviam errado, concertaram no pós teste, e 6 erraram. Ademais, a quarta pergunta, sobre as leucemias mais prevalentes na criança e no adulto, foi a que teve maior percentual de erro no pré teste, 27 pessoas não marcaram: LLA(leucemia linfóide aguda e LMA(leucemia mieloide aguda) respectivamente. Desse, 20 acertaram no pós teste. A última questão, que dizia respeito aos exames diagnósticos para leucemias, também de cunho muito importante, foi a que teve maior percentual de mudança para a resposta correta no pós teste, com 20 pessoas marcando hemograma e mielograma e apenas 1 que permaneceu na resposta errada. A partir dos resultados, conseguimos perceber que o conhecimento disseminado pelos profissionais de saúde, por pacientes e voluntários foi compreendido por grande parte dos estudantes ali presentes. Sendo de fundamental importância, pois as informações agregam positivamente no conhecimento

acadêmico e estimulam o planejamento, por parte da própria liga, de outras rodas de discussão. **CONCLUSÃO:** A realização da mesa redonda tinha como finalidade estimular o conhecimento a respeito do tema leucemia pediátrica, visando servir como mais um instrumento no processo de aprendizado para os alunos dos cursos da área da saúde, o que foi visto com sucesso após os resultados apurados nos questionários. Entretanto, ainda é necessário investir no ensinamento e preparo desses alunos, a fim de alcançar a efetiva abordagem e tratamento da leucemia.

PALAVRAS-CHAVE: leucemia. Câncer.

ALOPECIA FRONTAL FIBROSANTE: RELATO DE CASO

Amanda Fortes Portela Ferreira¹

Ana Livia Pinto Marinho²

Isabele Moreno de Alencar³

Kamylla Paulla Saldanha Rabelo⁴

Nadedja Lira de Queiroz Rocha⁵

Natália Braga Hortêncio Jucá⁶

RESUMO

Introdução: A alopecia frontal fibrosante (AFF) é uma variante do líquen plano pilar e foi descrita como uma alopecia primária adquirida. A alopecia cicatricial primária é aquela que não depende fatores externos, como radiações, infecções ou agressões físico-químicas para se desenvolver, mas sim de processos de causa endógena relacionados à desregulação do sistema imunológico, como ocorre em doenças autoimunes. As alopecias primárias são aquelas em que o folículo piloso é o principal alvo do processo inflamatório. **Relato do caso:** Paciente feminina, 45 anos, procedente de Fortaleza/CE, procurou atendimento em consultório com queixa de queda de cabelo há cinco anos. Relatava rarefação progressiva das sobrancelhas com posterior queda de cabelo em região fronto-temporal. Negava prurido. Referia tratamento prévio em outro especialista com vitamina D 7000UI/semana, minoxidil 5% loção capilar, alfaestradiol loção, extrato de *Serenoa serrulata* loção ecetoconazol 2% Xampu, todos sem melhora. Negou comorbidades ou alergias. Realizou histerectomia por miomatose uterina há 6 anos. Menopausa precoce. Negou histórico familiar de alopecia. Ao exame dermatológico, apresentava máculas eritemato-violáceas temporais inferiores. Alopecia acometendo as regiões frontal, temporal e em terço distal de sobrancelhas simetricamente. Recuo da linha anterior de inserção capilar em 2,5cm. A conduta inicial consistiu em biópsia de couro cabeludo com punch 4mm e exames laboratoriais. **Conclusão:** A AFF ainda é uma patologia pouco conhecida e com pequeno número de casos relatados, onde as estratégias terapêuticas ainda estão sendo estudadas. Trabalhos recentes demonstram um aumento na incidência da AFF, corroborando para a importância de estudos que envolvam essa patologia a fim de que se investigue mais a fundo suas causas e o seu tratamento.

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus, amanda_fortes12@hotmail.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus, anapintomarinho@gmail.com

³ Graduanda, Medicina, Unichristus, isabelemalencar@gmail.com

⁴ Graduanda, Medicina, Unichristus, kprabelo@hotmail.com

⁵ Graduanda, Medicina, Unichristus, nadedjaliraa@gmail.com

⁶ Docente, Medicina, Unichristus, Professora, nataliabragah@yahoo.com.br

AVALIAÇÃO DO CONHECIMENTO DE ALUNOS DE MEDICINA ACERCA DA ENCEFALITE COMO ETIOLOGIA PARA O PARKINSONISMO POR MEIO DE ABORDAGEM ATIVA

Davi Candeira Cardoso¹

Yuri Medeiros Gomes²

Carolina Murad Regadas³

Bianca Gomes Bernardes⁴

Mariana Tomaz Pinheiro⁵

Lucas Silvestre Mendes⁶

RESUMO

A temática do filme “Tempo de Despertar” aborda a vida de um médico neurologista, chamado Malcolm Sayer, que decide atender em um hospital psiquiátrico, deparando-se com a situação de diversos pacientes que estão em estado catatônico, porém ainda conseguem apresentar alguns movimentos, o que desperta a curiosidade do médico, que descobre que esses pacientes tinham sido afetados por algum tipo de encefalite que evoluía com parkinsonismo. Como afirma o Bastide et al(2015) Parkinson é uma doença neurodegenerativa progressiva, na qual nota-se um efeito muito positivo com uso do medicamento L-dopa. De certa forma, o Doutor Sayer foi o primeiro a testar a droga com o consentimento da família, obtendo, a curto prazo, uma evolução excelente dos pacientes acometidos pela encefalite. A doença que afetou esses indivíduos era pouco conhecida e se tratava de uma encefalite letárgica, que deixava os pacientes em um estado “adormecido”, com rigidez axial, perda de reflexos posturais e tendo a capacidade de raciocínio afetada. Então, sabendo que existem inúmeras formas de transmitir conhecimentos para alunos, a realização do “Cinemed” ao invés de atividades convencionais, deu uma nova abordagem sobre o assunto, por meio do filme. Além de que Segundo Sandes et al(2016) “o cinema é uma experiência educacional de resgate humanístico da medicina que nos oferece um sugestivo campo para as reflexões”, fato que reforça a realização de tal evento. Diante disso, tem-se como objetivo discutir patologias neurológicas com base nas demonstrações retratadas no filme “Tempo de despertar”, debatendo sobre algumas enfermidades, como Encefalite e Doença de Parkinson, estimulando a percepção e reflexão para melhor compreensão acerca da temática do filme.

¹ Graduanda, Medicina, Unichristus, davicandeirac@gmail.com

² Graduanda, Medicina, Unichristus, yurimedeirosgomes.md@gmail.com

³ Graduanda, Medicina, Unichristus, carolinamreggadas@gmail.com

⁴ Graduanda, Medicina, Unichristus, bg.bernardes@gmail.com

⁵ Graduanda, Medicina, Unichristus, marianatomazpinheiro@gmail.com

⁶ Residência em Neurologia, Curso de Medicina, docente, lucasilvestre@hotmail.com

O evento "Cinemed" foi realizado pela Liga de Neurociências Unichristus, abordando a temática do filme "Tempo para despertar", o qual ocorreu no auditório do térreo do Centro Universitário Christus no dia 08/05/2018 entre 18:00 e 22:00. A proposta do "Cinemed" era de apresentar o filme para acadêmicos de Medicina e, posteriormente, comentar sobre as questões neurológicas abordadas. Os comentários foram realizados por um Neurologista e o conhecimento prévio dos estudantes foi medido por meio de um pré-teste de 5 questões, e, ao final do evento, o mesmo questionário foi aplicado para medir os conhecimentos adquiridos. Os dados foram analisados por meio do Excel e as variáveis utilizadas foram as perguntas, antes e depois da intervenção. Analisou-se 65 questionários realizados com os alunos de Medicina da Unichristus. Em se tratando da primeira questão, não houve acertos ou erros, visto que analisava apenas o interesse dos alunos em relação à Neurologia. A questão 2, a qual ao aluno tinha que reconhecer patologias neurológicas de origem viral, foi respondida de forma incorreta por 3 alunos, mas no pós teste houve 100% de acertos. Já nas questões 3 e 5 que se referem ao tratamento da doença de Parkinson e o motivo da Encefalite evoluir com parkinsonismo, respectivamente, foram as questões que tiveram o melhor rendimento, com aumento de 16% de acertos na terceira questão e de 54% na quinta questão. Contudo, na questão de número 4, por se tratar de uma pergunta um pouco mais específica, não houve melhora no percentual de acertos. Desta forma, ao avaliar os resultados, percebe-se que houve, de certa forma, um aprendizado após a discussão sobre o filme, sendo esta uma excelente metodologia de ensino. Com a colaboração do Dr. Lucas Silvestre, médico neurologista, como palestrante do Cinemed, e o apoio dos membros da Liga de Neurociências da Unichristus foi possível esclarecer, efetivamente, a importância dessa campanha. Além disso, o evento pode proporcionar uma abordagem diferenciada sobre alguns temas da área da Neurologia, mostrando, a partir do filme, informações relevantes sobre distúrbios neurológicos. Dessa forma, foi notório que o evento trouxe aprendizados importantes para o futuro exercício da profissão dos acadêmicos. Ademais, notou-se que inúmeros acadêmicos possuem interesse na Neurologia, porém vale ressaltar que os semestres que compuseram esse evento foram praticamente todos de semestre iniciais.

Palavras-chaves: encefalite, Parkinson, abordagem ativa.

AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA POLIURETANA COMO AGREGADO NA PRODUÇÃO DE CONCRETO LEVE

Luiz André Rolim de Sousa¹
Pedro Henrique Gomes Feitosa²
Kalil Nobrega Hissa Sampaio³
Heloína Nogueira da Costa⁴
Elayne Valério Carvalho⁵

1 INTRODUÇÃO

O concreto originado do cimento Portland é o material mais utilizado na construção civil. Sua versatilidade, alta resistência à compressão, durabilidade e relativo baixo custo dão a esse material um papel um protagonismo na Engenharia moderna que se estende por gerações. Contudo, é possível enumerar algumas limitações e problemas que podemos encontrar em processos construtivos desenvolvidos com o concreto convencional, como seu peso próprio, baixas resistências à tração e a alguns agentes químicos que favorecem processos corrosivos.

No intuito de atender às novas demandas do mercado moderno e na busca da inovação, o setor de pesquisa em materiais de construção civil tem crescido e sendo impulsionado pelo avanço tecnológico. Fazendo interface entre diversos campos de estudo como a Física, Química e Ciência dos Materiais, o processo construtivo dentro da Engenharia Civil está em constante transformação.

Nesse sentido, muitas pesquisas surgiram nos últimos anos com o objetivo de otimizar as propriedades do concreto, desenvolvendo o chamado concreto de alto desempenho. Segundo ROSSIGNOLO (2003), dentro dessa linha de desenvolvimento do concreto de alto desempenho, pode-se destacar mais dois concretos especiais: o concreto leve estrutural (CLE) e o concreto modificado com polímeros (PCM).

¹ Aluno do curso de Engenharia Civil, Unichristus, landrers186@gmail.com.

² Aluno do curso de Engenharia Civil, Unichristus, pedrofeitosatec@gmail.com.

³ Mestre, Engenharia Civil, Professor, kalilsampaio@hotmail.com.

⁴ Mestra, professora assistente da Universidade Federal do Ceará, heloinan@hotmail.com.

⁵ Doutora, Engenharia Civil, Professora, elayne.valerio@gmail.com.

Os diversos tipos de concretos leves já vêm sendo utilizados ao longo do século principalmente com o intuito de vedação estrutural. Ao longo do tempo, com sua crescente aceitação no mercado este produto foi sendo utilizado e aperfeiçoado para reduzir a massa específica e o peso próprio das cargas na fundação, resultando na diminuição do custo de produção da obra final.

O segundo ponto principal desse estudo é a utilização de polímeros na construção civil, mais precisamente o uso do poliuretano (PU) na otimização das propriedades do concreto. Desenvolvido na década de 1930, o PU foi inicialmente desenvolvido como substituto da borracha e, nos dias atuais, está sendo amplamente utilizado nos mais diversos segmentos e para muitas finalidades. Na construção civil, o produto mais comum derivado deste polímero é a espuma expansiva usada em preenchimento e fixação de estruturas de vedação, como esquadrias, que possibilitam a substituição do contramarco de alvenaria, eliminando riscos de surgimento de manifestações patológicas, garantindo também o aumentando a produtividade e diminuição dos custos gerais de produção construtiva (IIZUKA, 2001).

Este estudo tem como objetivo investigar o desempenho do PU como agregado na produção de concreto leve, possíveis mudanças em sua microestrutura e influências nas propriedades químicas e físicas do concreto em geral.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Concreto leve

A diferença básica dos concretos leves e os concretos convencionais é a redução da massa específica. Porém, se o concreto perder a sua característica crucial, a resistência mecânica, ele perde sua relevância. Portanto, o desenvolvimento de concretos leves visa a incorporação de materiais capazes de diminuir a massa específica sem comprometer sua conhecida resistência. Além de sua resistência mecânica, o concreto ele deve permitir a continuidade de propriedades como trabalhabilidade, durabilidade, retração ou fluência.

As primeiras evidências do uso do concreto leve datam de aproximadamente 3000 anos, no México, quando construtores pré-colombianos usaram pedra-pomes com um ligante à base vulcânica e cal para construção de elementos estruturais (VIEIRA, 2000). Com o passar dos anos, podemos observar

os indícios da otimização deste produto e vários elementos que serviram como agregado leve eficiente, como os materiais termoplásticos na construção civil, o PVC, polietilenos e polipropilenos.

As aplicações em concreto leve, com funções estruturais, viabilizaram muitas pesquisas sobre as propriedades do concreto leve e suas alternativas sobre novos agregados (SILVA 2003).

2.2 Agregado leve

Segundo o Guia de Concreto Estrutural com Agregado Leve do ACI 213 R-87 (1999), a resistência mínima à compressão aos 28 dias do concreto estrutural leve deve ter 17 Mpa e a massa específica não deve ser superior a 1859 kg/m³.

O agregado leve pode ser classificado como naturais ou artificiais. Os agregados leves naturais são os agregados encontrados em jazidas. Possuem pouca aplicação- em concreto estrutural por conta da sua grande variabilidade de suas características. Pedras pomes e escórias vulcânicas podem ser exemplificadas como agregado leve natural. (ROSSIGNOLO 2003).

Os agregados leves artificiais são os obtidos em processos industriais e laboratórios, são caracterizados pelo seus componentes formadores. Podemos exemplificar as argilas expandidas e o material produzido através da formação da poliuretana.

A argila expandida é talvez o agregado mais comum para a constituição do concreto leve. Sua produção é feita a partir do tratamento térmico que provoca o processo de expansão, aumentando seu volume em até seis vezes, consequência da formação de gases no interior do material (ROSSO 1973).

2.3 Poliuretana

O PU é um material versátil, que possui grande variedade de densidades e durezas, que podem se modificar de acordo com o tipo de monômero usado nas adições dos processos químicos.

Produzido em laboratório 1849, a substância uretana é produto de uma reação química entre um grupo de isocianato e outra substância com o grupo hidroxila. A polimerização das uretanas ocorre quando reage uma substância, com um ou mais isocianatos, com um álcool polifuncional, poliálcool. No mercado, podemos encontrar diversos tipos de isocianatos e compostos de poliálcool. (CANGEMI 2009).

Como os polímeros são materiais extremamente versáteis por sua composição permitir uma variabilidade muito grande de componentes reagentes, podemos encontrar muitos tipos de polióis na fabricação de PU, como poliésteres, óleo de mamona e polióis hidroxilados. A escolha do polioliol, na reação química formadora da poliuretana, é fator determinante para as características do composto. (FIORIO 2011).

3 MÉTODOS

3.1 Preparo das matérias primas

Para a produção do PU, utilizou-se os monômeros diisocianato de parafenileno e o etilenoglicol. O cimento escolhido para a composição do traço foi o CP-III- Cimento Portland de Alto Forno, que apresenta características como baixo calor de hidratação, maior impermeabilidade e durabilidade, sendo recomendado tanto para obras de grande porte e agressividade, como também para aplicação geral em argamassas de assentamento e revestimento, estruturas de concreto simples, armado ou protendido (NBR 5735). O agregado graúdo utilizado também para a composição do traço foi a argila expandida.

3.2 Produção do concreto

A produção do concreto foi executada a partir do traço de 1:2, 2:2, 2:0, 49, sendo respectivamente cimento, areia, argila expandida e água. O PU expandido triturado e selecionado na peneira de 400 mm foi substituído no traço, para avaliar inicialmente o comportamento do PU com o cimento e a possível diferença no peso do corpo de prova do concreto leve e do concreto adicionado com PU.

Utilizou-se também aditivo incorporador de ar, por ser especialmente recomendado para concretos leves e celulares, para melhorar a plasticidade e trabalhabilidade. A moldagem dos corpos de prova foi feita em 2 camadas de 12 golpes conforme a ABNT NBR (5738).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados parciais obtidos no estudo do comportamento do PU como agregado no concreto mostram primeiramente que, devido à composição química do PU e do cimento não ocorre a expansão direta em resultado da reação dos monômeros diisocianato e o polioli em estados líquidos com o cimento em pó. Isso acontece porque a poliuretana absorve a água do meio necessária para a reação de hidratação do cimento, importante para o endurecimento e resistência do material.

Os resultados mostraram que ao adicionar o PU no concreto em estado fresco, a trabalhabilidade e a plasticidade são modificadas, comprometendo a coesão. Mais uma vez, isso se atribui à alta porosidade do PU é responsável por absorver a água do meio. Portanto, foi necessário recorrer ao uso de aditivos químicos, como o incorporador de ar para controlar a relação água/cimento e a trabalhabilidade. O ar incorporado intencionalmente nos compósitos cimentícios através do uso de aditivos têm vantagens como melhorar a durabilidade, a coesão e a trabalhabilidade, além de reduzir a densidade de massa (RIXON; MAILVAGANAM, 1999). Ao mesmo tempo é preciso evitar que ocorra exsudação durante a produção do concreto.

Além disso, constatou-se que o tamanho das partículas do PU como forma de agregado para concreto do estudo em questão, tem granulometria reduzida comparadas as dimensões dos agregados utilizados no mercado para a produção do concreto leve. Com objetivo de realizar um estudo comparativo, decidiu-se que para analisar o comportamento do concreto produzido com adição de PU quanto à resistência à compressão é necessário a produção de novos corpos de provas com dimensões maiores das partículas, na forma de agregado graúdo.

Ao analisar o peso dos corpos de provas, foi possível concluir que o concreto com adição de PU é mais leve que o corpo de prova do concreto convencional, porém apresenta maior porosidade, esta porosidade prejudica a resistência do concreto, aumenta sua permeabilidade e diminui a durabilidade da peça concretada (PORTAL DO CONCRETO, 2018).

5 CONCLUSÃO

Podemos concluir que o PU modifica o peso específico do concreto o tornando mais leve comparado ao concreto convencional. Além disso, verificou-se alteração da microestrutura pela observação do aumento significativo da porosidade.

Assim, propõe-se analisar a incorporação do PU com dimensões maiores, na forma de agregado graúdo para se obter maiores informações de viabilidade do mesmo na produção de concreto leve.

REFERÊNCIAS

SCOBAR, Renan Luna. **Concreto leve estrutural: substituição do agregado graúdo convencional por argila expandida**. 45p. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Campo Mourão, 2016.

DESCONHECIDO. CP III – Cimento Portland de Alto Forno. **Cimento.org**. 2010. Disponível em: <<https://cimento.org/cp-iii-32-cimento-portland-de-alto-forno/>>. Acesso em 29 agosto. 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5738- Concreto- Procedimento para moldagem e cura de corpos de prova**. 2015.

DESCONHECIDO. **Portal do concreto: Cimento**. Portaldocimento.com.br. 2018. Disponível em: <<http://www.portaldoconcreto.com.br/cimento/concreto/cimento.html>>. Acesso em: 07 junho. 2018.

SILVA, Márcio Dario da. **ESTUDO COMPARATIVO ENTRE A UTILIZAÇÃO DOS CONCRETOS CONVENCIONAL E LEVE NOS ELEMENTOS HORIZONTAIS DAS ESTRUTURAS DE EDIFÍCIOS**. Dissertação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

FIORIO, Rudinei. **SÍNTESE E CARACTERIZAÇÃO DE POLIURETANO TERMOPLÁSTICO CONTENDO POSS VIA EXTRUSÃO REATIVA**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011.

ROSSIGNOLO, João Adriano. **CONCRETO LEVE DE ALTO DESEMPENHO MODIFICADO COM SB PARA PRÉ-FABRICADOS ESBELTOS – DOSAGEM, PRODUÇÃO, PROPRIEDADES E MICROESTRUTURA**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Carlos, 2003.

CONCRETO DE ALTO DESEMPENHO (CAD) ACRESCIDO DE FIBRA DE COCO

Taynah Lima Bezerra de Medeiros¹

Fernanda Silva Moreira²

Rafaela Fujita Lima³

1 INTRODUÇÃO

Sendo o concreto o elemento construtivo mais utilizado no globo (METHA, MONTEIRO, 2014), a utilização de materiais renováveis e a reutilização de subprodutos industriais na sua composição é fundamental para o aumento da sustentabilidade na indústria da construção civil (ICC). (ONUAGULUCHI, BANTHIA, 2016). Nesse contexto, a incorporação de fibras naturais ao concreto tem se mostrado uma tendência na ICC, pois, além de reduzir os impactos ambientais, influencia positivamente nas características do material, aumentando sua resistência à esforços de tração e evitando a brusca ruptura da peça (EHRENBRING, TUTIKIAN, 2016), influenciando também na tenacidade no de que diz respeito a energia total absorvida pelo compósito (SILVA, MARQUES, JUNIOR, 2012).

O presente estudo tem por objetivo analisar a influência do alto percentual da fibra de coco em um traço de concreto de alto desempenho (CAD). Delimitou-se a pesquisa a esse tipo de concreto porque, em comparação aos demais, apresenta maior resistência e durabilidade, além de emitir uma menor quantidade de CO₂, reforçando o ideal ambiental da pesquisa (SILVA et al., 2014).

2 MÉTODOS

Para a realização desse estudo foram feitos os ensaios de abatimento de tronco de cone (Slump test) e resistência à tração. Com os resultados pode-se comparar a eficiência das fibras do coco em relação ao traço de CAD convencional.

2.1 Traço base

¹ Graduando em Engenharia Civil, Unichristus, taynah97@gmail.com.

² Graduando em Engenharia Civil, Unichristus, fernanda.silva922@gmail.com.

³ Mestre em Engenharia Civil, Unichristus – Núcleo de Tecnologia e Beton Tecnologia S/S, rafaelafujita@hotmail.com

O traço base do CAD utilizado é originário de uma obra de grande porte na cidade de Fortaleza-CE, com resistência média de 70MPa, tendo sua composição exposta na Figura 1.

Figura 1 - Traço do CAD



Fonte: Autores(2018)

O cimento escolhido foi analisado usado como base as instruções da MB-3432 para determinar o módulo de finura do CII-F40. A amostra de 50g foi colocada na peneira de 75 μ m (n^o200) e peneirada manualmente, após a devida pesagem foi possível determinar o módulo de finura do CII-F40 equivalente a 8,46%.

A análise do agregado miúdo seguiu as orientações da NBR 7217(1987). A partir desse processo foi possível determinar a Dimensão Máxima Característica (DMC) como 2mm e o módulo de finura de 2%, caracterizando assim a areia utilizada no CAD como fina. (NBR 7211,2005) A brita utilizada foi ensaiada e definida de acordo com a NBR 7211(2005), onde foi obtido um DMC de 19mm e o módulo de finura de 3%, estando assim dentro da qualificação de brita com intervalo de 9,5mm a 19mm.

A adição mineral usada foi o Metacaulim, sendo classificado como uma pozolona com efeito mecânico semelhante ao da sílica ativa e massa específica média de 2,6 g/cm³ (Metacaulim do Brasil Industria e Comercio Ltda., 2011). Foi empregado 8% em relação a quantidade de cimento utilizado para se produzir o volume de concreto, tendo o cargo de reduzir a expansão devido a relação álcali-agregado e oferecer um aumento na resistência à compressão do CAD.

O aditivo usado foi um mid range com o objetivo de promover uma baixa relação água-cimento, aumentar o Slump Test e melhorar a trabalhabilidade.

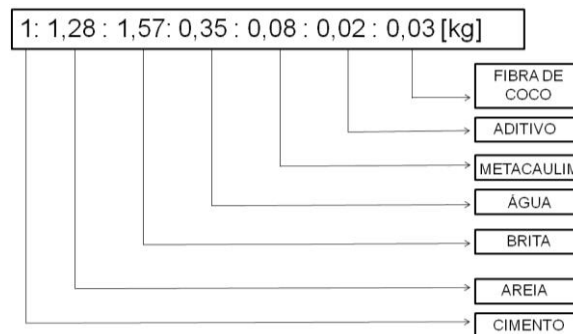
2.2 Adição de fibra de coco

Para a adição das fibras no traço base do CAD foi analisada o comparativo proposto por Ali et al.(2012), onde foi observado o desempenho

mecânico e estático de concretos acrescidos da fibra de coco em percentuais de 1%, 2%, 3% e 5% em relação a massa do cimento, no qual o que apresentou a melhor mecânica geral foi o com adição de 5%. Tendo essa base, determinou-se a adição de 3% da fibra de coco em relação ao peso do cimento no traço base.

Na execução do concreto foi observado como as fibras do coco dificultaram a homogeneização do mesmo e a obtenção de um abatimento do tronco de cone adequado, exigindo ajustes no traço. As alterações no traço previamente definido foram o aumento da relação a-c de 0,33 para 0,35 e de 1,5% para 2% sobre o peso do cimento de aditivo, essa mudança não descaracterizou o concreto como de alto desempenho, pois a relação água-cimento não excedeu 0,40 (VALIN et al, 2013). A Figura 3 apresenta o traço final empregado para o concreto de alto desempenho com a adição da fibra de coco.

Figura 3 - Traço do CAD com fibra de coco



Fonte: Autores(2018)

2.4 Os ensaios

Para cada um dos traços apresentados anteriormente foram analisados o desempenho no ensaio de abatimento de tronco de cone (Slump test) de acordo com NBR NM 67 (1998) com intuito de determinar a consistência do concreto de alto desempenho tradicional e com adição das fibras naturais de coco.

Foi usada a NBR 5739 (1994) para realizar o ensaio de resistência à compressão de corpos de prova cilíndricos. Logo após a realização do abatimento de tronco de cone foram moldados 4 corpos de prova para cada traço de concreto, 2 para rompimento aos 7 dias e 2 para rompimento aos 28 dias. Foram utilizados moldes com 20cm de altura e 10cm de diâmetro, sendo preenchidos em duas camadas, cada uma recebendo 12 golpes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

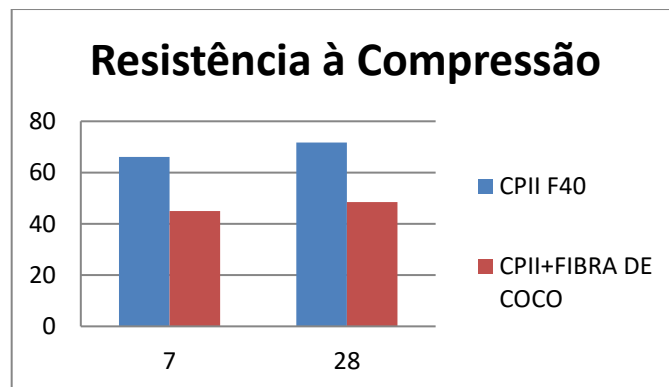
A Tabela 1 apresenta os resultados de cada concreto, pode ser averiguado que as fibras dificultam o espalhamento do concreto, dando a ele uma consistência mais endurecida, o que comprova a sua difícil trabalhabilidade.

Tabela 1 – Resultados do Slump-test.

TIPO DO CONCRETO	CPII F40	CPII F40+ FIBRA DE COCO
Abatimento(mm)	70	40

Na Figura 6 pode ser observado o comparativo das resistências exercidas por cada concreto. Pode ser constatado como as fibras não apresentaram um bom resultado na resistência à compressão, tem valores bem abaixo do concreto tradicional.

Figura 4 - Gráfico de resistência à compressão



Fonte: Autores(2018)

A adição usada das fibras de coco acabou por prejudicar o rendimento do concreto, chegando a descaracterizar o concreto com adição de fibras como um concreto de alto desempenho por conta dos seus valores de resistência abaixo de 50MPa.

5 CONCLUSÃO

O concreto de alto desempenho (CAD) apresenta características específicas, como a sua alta resistência à compressão, o traço base o CAD se comportou na forma prevista, com uma resistência à compressão superior a 70 MPa. A adição das fibras de coco ao CAD não apresentou um bom desempenho na resistência a compressão, pois os percentuais de fibra utilizados nos traços estão muito superiores ao referenciado na literatura. Os resultados mostram que altas dosagens de fibra no traço de CAD não implicam positivamente, diminuindo a performance nas propriedades estudadas nesse artigo.

É interessante que pesquisas futuras comparem os percentuais de adição de fibras de coco em concretos de alto desempenho e mesmo os simples, podendo assim constatar se a discordância entre a análise realizada nessa pesquisa com os dados apresentados na literatura seja realmente por conta da quantidade de fibras aplicadas no concreto.

REFERÊNCIAS

- ALI, MAJID; LIU, ANTHONY; SOU, HOU; CHOUW, NAWAWI. **Mechanical and dynamic properties of coconut fibre reinforced concrete**, Construction and Building Materials, v. 30, p.814-825, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 5739: **Concreto - Ensaio de compressão de corpos-de-prova cilíndricos**. Rio de Janeiro: ABNT, 1994.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7211: **Agragados para concreto - Especificações**. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 7217: **Agragados - Determinação da composição granulométrica**. Rio de Janeiro: ABNT, 1987.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR NM 67: **Concreto - Determinação da consistência pelo abatimento do tronco de cone**. Rio de Janeiro: ABNT, 1998.
- EHRENBRING, HINOEL ZAMIS; TUTIKIAN, BERNARDO FONSECA. **Concretos reforçados com fibras naturais e fibras recicladas**; 1 UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS (UNISINOS). 7º Fórum Internacional de Resíduos Sólidos, 2016.
- GONÇALVES, DIEGO; FERNANDES, THAYANA; ROSSINO, MICHELA. **O concreto de alto desempenho**, 2013
- Metacaulim do Brasil Industria e Comercio Ltda. **Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos:Metacaulim de Alta Reatividade/Caulim zcalcinado**, 2011.
- ONUAGULUCHI, O. BANTHIA, N. Plant-based natural fiber reinforced cement composites. Cement and Concrete Composites (2016).
- SILVA, EVERTON;MARQUES, MARIA;JUNIOR, CELSO FORNARI- **Aplicação de fibra de coco em matrizes cimentícias**. Silva et al., v(8), nº 8, p. 1555-1561, SET-DEZ, 2012.
- SILVA,PEDRO HERIQUE DE ALMEIDA; FLEURY, LUIS GUSTAVO DE BORBA; BRITO, MARCELY DUANY CORREA; VALIN JR, MARCOS DE OLIVEIRA. **Performance quanto a resistência, durabilidade, custo e sustentabilidade do concreto de alto desempenho**. Jornada de Pesquisa e Extensão, 2014
- VALIN JR, MARCOS DE OLIVEIRA; SILVA, PEDRO HENRIQUE DE ALMEIRA; MEIRA, PATRICIA GABRIELLE DE SOUZA SERPA; BRITO, MARCELY DUANY CORREA; SILVA, DIEGO GLEYDSON SANTOS; FLEURY, LUIS GUSTAVO DE BORBA. **Concreto de Alto Desempenho: alternativa sustentável no uso dos recursos naturais**- Anais do 55º Congresso Brasileiro do Concreto, 2013.

DESENVOLVIMENTO DA CURVA ABC NO GERENCIAMENTO DE ESTOQUES DE UMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AUTOMOTIVOS

Fernanda Silva Moreira¹

José Luciano Lopes da Costa Filho²

1 INTRODUÇÃO

Baseado no Princípio de Pareto, o gerenciamento de estoques por meio da Curva ABC visa identificar 20% dos produtos responsáveis por 80% do faturamento, tomando como base a análise de vendas da organização em um período pré-determinado.

Nesse contexto, as letras ABC agrupam os produtos de acordo com sua representatividade nas vendas, sendo a classe A aquela que engloba produtos com vendas mais expressivas e, ou seja, o grupo de maior rotatividade. Já a classe B representa os itens de expressividade mediana e a C reúne os que possuem menores contribuições às vendas.

Com base em tais conceitos, aplicou-se a Curva ABC em uma empresa distribuidora de produtos automotivos, buscando otimizar a aquisição de produtos e o estoque da organização. O sujeito da pesquisa será referido pelo nome genérico Empresa A.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O planejamento de suprimentos e a distribuição física de uma empresa é a soma dos planos individuais dos produtos. Grande parte das corporações fabrica muitos produtos, que estão em diferentes pontos de seu ciclo de vida e com variações em suas demandas. Em qualquer período de tempo, isto cria um fenômeno chamado de curva ABC (ou curva 80-20), um conceito particularmente valioso para o planejamento logístico (BALLOU, 2011).

Para Pozo (2002), na área administrativa, a curva ABC tornou-se de ampla utilidade nos mais diversos setores em que se necessita tomar decisões, envolvendo

¹ Graduanda, Engenharia Civil, Unichristus, Fernanda.silva922@gmail.com.

² Mestre, Engenharia de Produção, Unichristus, nutec16@unichristus.edu.br.

grande volume de dados e a ação torna-se urgente, sendo constantemente usada para avaliação de estoques, produção, vendas, salários e outros.

Oliveira (2011) ressalta que a curva ABC é uma ferramenta gerencial que permite identificar quais itens requerem atenção e tratamento adequados quanto à sua importância. O gerenciamento do estoque é, enfim, indispensável para que seja alcançada a excelência na administração da empresa.

Letti e Gomes (2014) complementam que a curva ABC é uma maneira mais fácil e prática na solução de problemas no gerenciamento de estoques, pela forma como ela traz os resultados, podendo-se trabalhar com ela não somente com base nos números coletados nas empresas, mas também na elaboração de graus de importância para os produtos.

3 MÉTODOS

O estudo foi realizado em 2015 em uma distribuidora de peças automotivas localizada na Região Metropolitana de Fortaleza-CE. O trabalho foi resultado de atividades de consultoria abrangendo todos os produtos que a empresa comercializa. A aplicação do método ABC foi possível porque verificou-se que não havia o conhecimento adequado dos valores agregados e os custos associados que seus produtos em estoque traziam.

Segundo Eleodoro et al. (2013) a classificação ABC é um método usado para classificar as informações e separar os itens de maior importância, ou impacto, e é uma classificação estatística de materiais baseada do princípio de Pareto, onde se considera a importância de cada material, de acordo com as quantidades utilizadas e seus valores ou até o seu grau de importância no produto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO SUJEITO DA PESQUISA

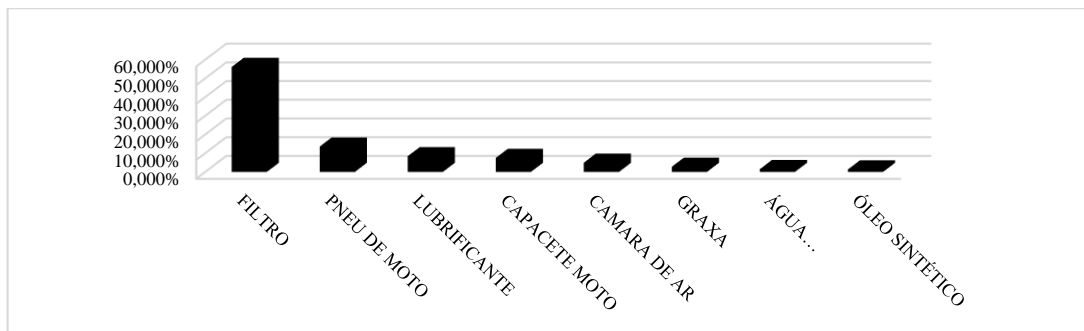
- o **Nome:** Empresa A.
- o **Ramo:** Distribuidora de produtos automotivos.
- o **Faturamento médio:** R\$ 574.435,46.
- o **Período de Coleta de Dados:** jul/15 a set/15.
- o **Política de estoque antes da Curva ABC:** Priorização dos itens de maior rotatividade próximos à expedição.
- o **Problema identificado na atual política de estoque:** Produtos com alta rotatividade encontravam-se dispostos no fundo do armazém devido à estratégia de

garantir segurança aos itens mais leves, os quais demandam mais tempo para sua organização, além de estarem estocados em diversos pontos do setor.

4.2 Caracterização do Estoque

- o **Quantidade de produtos:** 313.
- o **Quantidade de categorias de produtos:** 34.
- o **Problema identificado na categorização:** Aproximadamente 0,15% de todos os produtos contidos no estoque não foram alocados em nenhuma categoria, fato que representa um problema, pois dificulta a setorização do espaço por grupos para os que os que apresentam maior rotatividade fiquem próximos à expedição. Além disso, apenas oito categorias representam mais de 1% do total de produtos no estoque (Figura 1).

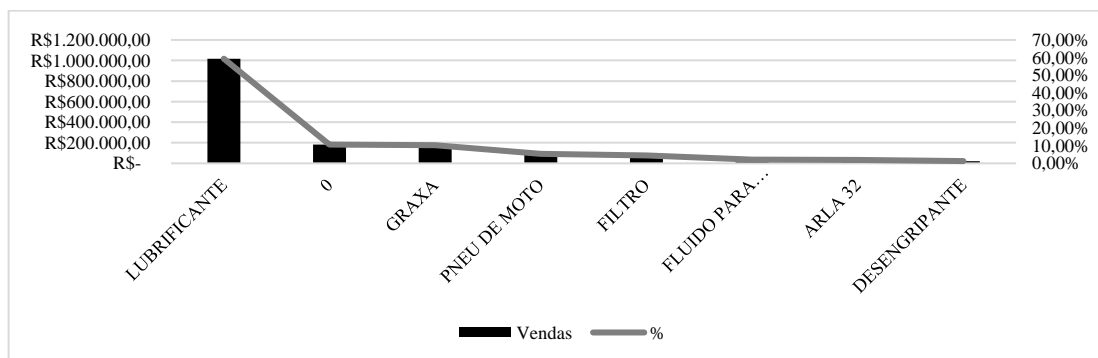
Figura 1 – % dos itens armazenados x Produtos



4.3 Análise da política de estoque vigente

Após a análise de todos os itens disponíveis em estoque, avaliou-se todas as vendas realizadas nos meses de julho, agosto e setembro em 2015, permitindo identificar os itens com contribuições mais expressivas no faturamento da empresa, bem como a porcentagem de participação do produto sobre o montante arrecadado (Figura 2).

Figura 2 – Produto x Faturamento



Fonte: Os Autores (2017).

Observa-se, na figura apresentada, que as categorias com representatividade menor que 1% no faturamento não foram representadas, já que seu impacto global é muito baixo. Assim, tem-se que, aproximadamente, 77,14% dos grupos de produtos definidos para todos os itens estocados não expressam vendas significativas, o que reforça a necessidade de uma política de gestão de estoques mais eficiente na empresa.

No que tange aos produtos sem categoria (identificados na Figura 2 como zero), observa-se que representam o segundo grupo com maior representatividade nas vendas, apesar de seu percentual em estoque ser inferior a 1%. Tal fato mostra a necessidade da categorização de todos os itens armazenados, pois dessa forma será possível analisar quais são os tipos de produtos mais rentáveis a organização.

Ademais, observa-se um claro desequilíbrio entre as taxas de fornecimento e demanda para a gestão de estoque da empresa, o que reforça a necessidade da aplicação do Princípio de Pareto, expresso nesse trabalho por meio da Curva ABC, para a redução dos custos de manutenção do estoque.

4.4 Implementação da Curva ABC

Para a implementação da Curva ABC na Empresa A arbitrou-se valores percentuais limites para delimitar as fronteiras entre cada classe, fato que permitiu a confecção da Tabela 1.

Tabela 1 – Análise ABC de faturamento e volume de vendas

Faturamento					Volume de Vendas				
Classe	Limite	Qtd	% itens	% vendas	Classe	Limite	Qtd	% itens	% vendas
A	70%	31	10%	70%	A	70%	17	5%	69%
B	20%	54	17%	20%	B	20%	32	10%	21%
C	10%	228	73%	10%	C	10%	264	84%	10%

Fonte: Os Autores (2017).

As tabelas apresentam os resultados reais da análise da Curva ABC em dois pontos: faturamento e volume de vendas. Verificou-se que os limites foram alcançados no primeiro ponto, apresentado na área de *Faturamento*, enquanto que os limites do ponto 2, apresentado na seção de *Volume de Vendas*, ficaram aproximados.

O estudo, portanto, permitiu confirmar o impacto da gestão de estoques através da implantação da ferramenta de controle Curva ABC. Dentre os vários tipos de produtos comercializados pela Empresa A, foi possível segregá-los em classes, o que permitiu focar nos itens principais.

Os produtos da classe C, conforme apresentados na seção de *Volume de Vendas*, demandam muito espaço para armazenagem e pouco volume de vendas, com isso, a empresa pode fazer uma avaliação mais detalhada, visto que os mesmos incorrem em custos com funcionários para manter o estoque, além de custos de armazenamento. Dessa forma, fica claro que é necessário verificar a importância destes produtos para empresa e buscar uma melhor alocação dos recursos.

5 CONCLUSÃO

O estudo permitiu verificar a utilização da curva ABC na tomada de decisões, permitindo uma visão clara para a empresa em termos de investimento, visando aumento em seus lucros e redução nos custos. Desse modo, o gerenciamento de estoques torna-se muito mais viável, pois é possível identificar os produtos de maior relevância, permitindo que a empresa possa estabelecer uma prioridade de controle dos mesmos, levando em consideração que nem todos os itens merecem a mesma atenção, esse fato foi confirmado e demonstrado na análise dos resultados do presente artigo.

REFERÊNCIAS

- BALLOU, Ronald H.; **Logística Empresarial: Transportes, Administração de materiais e Distribuição Física**; São Paulo, Editora Atlas, p. 97, 2011.
- DIAS, Marco Aurélio P. **Administração de materiais: uma abordagem logística**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- ELEODORO, L. S.; CHAVES, L. E. de C.; BORTHOLIN, R. de C.; COTIAN, L. F. P.; CINTRA, S. F.; **Cálculo do Lote Econômico de Compra de Matérias-Primas Utilizadas no Processo de Tratamento de Água Considerando os Estoques de Segurança e o Lead Time dos Fornecedores**; Anais do XXXIII ENEGEP; Salvador, BA, Brasil, 08 a 11 de outubro de 2013.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, p.31-32. 2002.
- LETTI, G. C; GOMES L. C. Curva ABC: **Melhorando o gerenciamento de estoques de produtos acabados para pequenas empresas distribuidoras de alimentos**. Update, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 66-86, jul. /dez. 2014.
- OLIVEIRA, Carla Milanesi de. **Curva ABC na Gestão de Estoque**, III Encontro Científico e Simpósio de Educação Unisalesiano, Lins- SP, outubro 2011.
- POZO, Hamilton. **Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GESTÃO DE ESTOQUE PARA PEQUENOS EMPREENDIMENTOS VIRTUAIS ALIMENTÍCIOS EM FORTALEZA

Maria Amanda Morais Lessa¹
Daniel Levi Gomes Severo²
Bruno Correia-Lima³

1 INTRODUÇÃO

No atual contexto brasileiro de alta taxa de desemprego, percebe-se que muitas pessoas investem em um empreendimento próprio, muitas vezes virtual, pois isso reduz a despesa com custos fixos. Grande parte de tais empreendimentos são alimentício, segundo estudo do SEBRAE (2018), a área de alimentos é o segmento com maior potencial de expansão.

Dentre os aspectos dos empreendimentos virtuais, em especial alimentícios, é possível destacar a digitalização dos processos básicos venda e atendimento ao cliente. Todavia, o comércio eletrônico requer maiores estratégias em relação à logística, principalmente no ramo de alimentos, visto que se deterioram mais rapidamente.

Logo, a relevância deste artigo é possibilitar aos microempreendedores de comércio eletrônico o entendimento da melhor forma de administrar um estoque de alimentos. Para isso, originou-se como problema desta pesquisa saber como gerenciar eficientemente o estoque de alimentos em um pequeno negócio virtual?

Este trabalho, tem como objetivo geral: Analisar a gestão estoque de alimentos de um pequeno empreendimento virtual. Como objetivos específicos procurar-se-á (1) Verificar o funcionamento da gestão de estoque, nas empresas La Fruta Doce e Suco Nosso de Cada Dia; (2) Identificar os principais problemas na

¹ Graduanda em Administração pela Unichristus.
amandamlessa@gmail.com

² Graduando em Administração pela Unichristus
adm.dsevero@gmail.com

³ Doutor em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2017), Mestrado em Administração e Controladoria (2012) e Graduações em Administração e em C. Contábeis (2008) pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor vinculado ao curso de Administração do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS) e à Faculdade CDL.
brunoccl@hotmail.com

gestão de estoque dos pequenos empreendimentos alimentícios; (3) Identificar métodos contributivos para redução de gastos com o estoque de alimentos.

A metodologia utilizada neste estudo é de cunho qualitativo, com entrevistas exploratórias com as gestoras das empresas La Fruta Doce e Suco Nosso de Cada Dia, configurando, portanto, um estudo multicaseos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Vitorino (2012) o gerenciamento do estoque de uma empresa é de fundamental importância, pois a má administração pode gerar custos e gastos elevados pondo toda a cadeia de serviços ou produtos da instituição em risco, que inclusive tornou-se peça chave nos planejamentos de executivos e empreendedores. Carvalho; Giachero e Ribeiro (2007) complementam, que além de a má administração de estoques poderem gerar custos extras por excesso, um baixo estoque pode levar a perdas de vendas em função da oscilação da demanda.

Sendo assim, "(...) de forma muito simples, define-se estoque como qualquer quantidade, de qualquer material, colocado à disposição (ou em trânsito) para utilização futura" (MOREIRA, 2012, p.35-36). Ademais, pode-se definir a gestão de estoque como a gestão de dos recursos materiais que podem ajudar a organização a gerar receita no futuro (LOGÍSTICA DESCOMPLICADA, 2017).

Portanto, é essencial aos empreendedores que um planejamento seja traçado previamente, analisando os métodos mais eficientes na gestão de estoque, especialmente para produtos alimentícios, em razão da deterioração.

Em se tratando de empreendimentos virtuais, Nakamura (2011) diz que o e-commerce é qualquer processo realizado em ambiente eletrônico, que use ferramentas de TI objetivando os negócios. Complementando, Turban e Volonino (2013 p. 157) dizem que “Negócios eletrônicos são aqueles que usam a Internet e redes como canais para atingir seus clientes, seus parceiros na cadeia de suprimentos, funcionários e assim por diante.” De acordo com Andrade e Silva (2017, p. 101) “O comércio eletrônico mostra-se que veio para facilitar a compra e venda, fazendo uma revolução, tornando o que era fácil mais confortável, rápido e de baixo custo”.

Para Diniz (1999) *apud* Andrade e Silva (2017) as empresas estão cada vez mais se favorecendo do comércio eletrônico, entendendo a importância para seu

crescimento e ganho de espaço no mercado, pois o e-commerce abre novas possibilidades de negócio que seriam indispensáveis.

Para seguir em uma estratégia de comércio eletrônico, a empresa deve entender que a Internet é uma ferramenta e que antes da adesão à uma solução tecnológica, uma avaliação de produtos, clientes, situação competitiva e recursos e operações da empresa é indispensável. (HUTT; SPEH, 2010 *apud* AMARAL, et al, 2015). À luz do exposto, pode-se concluir que o e-commerce é uma forma de comércio indispensável, atualmente, todavia precisa-se de uma estrutura de gestão para que se obtenham os resultados esperados.

3 MÉTODOS

A abordagem utilizada neste artigo foi de cunho qualitativo, que relaciona a dinâmica entre o mundo real e o sujeito. Tal característica, segundo Pinheiro et al. (2006), busca analisar dados não mensuráveis tais como vislumbres e concepções, deste modo é o método mais indicado para esse tema.

Para melhor atender aos objetivos desse trabalho, a pesquisa realizada possui caráter exploratório descritivo, que permite melhor entendimento do tema e, conseqüentemente, resultados mais consistentes.

Quanto a escolha do procedimento para uma pesquisa qualitativa, optou-se pela aplicação de estudo multicase, utilizando entrevista semiestruturada com as gestoras das empresas La Fruta Doce e Suco Nosso de Cada Dia, para coleta de dados. A opção por estes empreendimentos ocorreu em virtude da complexidade em estocar frutas, matéria-prima de ambos, proximidade do campo de pesquisa e, principalmente, devido à alta no mercado de alimentos saudáveis.

Os roteiros de entrevista foram compostos por 19 questões para La Fruta Doce e 18, para Suco Nosso de Cada Dia. O foco das perguntas foi destinado à resolução dos objetivos específicos da pesquisa e a percepção do gestor sobre a do mercado de alimentos e o diferencial necessário para se destacar neste cenário.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta subseção é dedicada a verificar o funcionamento da gestão de estoque nas empresas, La Fruta Doce e Suco Nosso De Cada Dia. Observou-se que na empresa La Fruta Doce, devido às vendas serem todas por encomenda a quantidade de frutas a serem compradas é definida de acordo com as encomendas

semanais. Para mais, as frutas são mantidas em temperatura ambiente e, à medida que passam pelo processo de corte, são climatizadas na geladeira após higienização. As frutas podem ser armazenadas nos potes por até cinco dias.

A empresa Suco Nosso de Cada Dia também realiza todas as vendas por encomenda, todavia as compras desta empresa são feitas baseadas pelo histórico de vendas, caso seja um novo cliente a empresa pede uma previsão do pedido para poder se organizar e comprar o material. O armazenamento das frutas está diretamente ligado ao dia das compras e à produção, que ocorre diariamente, são compradas frutas verdes e maduras, as verdes são usadas na produção do suco perto do dia da próxima compra, enquanto as maduras são transformadas em suco mais rapidamente. É importante salientar que as frutas dessa empresa são armazenadas em uma sala refrigerada 24 horas por dia para evitar o amadurecimento, dependendo da fruta, coloca-se esta no refrigerador.

Visando identificar os problemas ocorridos na gestão do estoque, percebeu-se que as empresas estudadas trabalham sob sistema de encomenda, logo não foram identificados muitos problemas. Na La Fruta Doce, caso haja um cancelamento, procura-se oferecer o produto a outro cliente que já comprou outras vezes, mas não é assíduo. Já a empresa Suco Nosso de Cada Dia aposta em um *mixer* de produtos que não sofrem sazonalidade no Estado, assim, evitando cancelamentos.

Por fim, buscou-se apontar os métodos de diminuição de gastos com estoque. Para tanto, identificou-se o método mais efetivo de conservação das frutas, pois esta é a matéria prima de ambas. Suco Nosso de Cada Dia aposta na compra de frutas maduras, para consumo rápido, e verde, que serão transformadas em suco depois de um período maior de tempo.

A empresa La Fruta Doce utiliza outras frutas como conservantes, evitando assim o uso de conservantes artificiais. Também é importante salientar que as vendas por encomenda evitam perdas e prejuízos que, por ventura, as empresas pudessem vir a enfrentar.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que a maneira mais eficiente de gerenciar o estoque de um pequeno empreendimento virtual alimentício é se basear na quantidade de encomendas para evitar excesso ou escassez de produção e, conseqüentemente,

perdas. Também ressalta-se a importância dos métodos de conservação para adiar a deterioração das frutas. Isso tudo é decorrente de uma boa relação com cliente, pois só assim é possível conhecê-lo e ter uma boa noção da demanda. Portanto, também conclui-se que o uso de mídias sociais disseminadas é a melhor opção para fazer esse contato.

REFERÊNCIAS

AMARAL, T. C.; CAMARGO JÚNIOR, J. B.; PIZZINATTO, A. K.; PITOMBO, T. C. D. T. Influências do comércio eletrônico B2B no processo de atendimento de pós-vendas no segmento de bens de capital: estudo de caso em uma empresa representante de equipamentos pesados. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 14, n. 2, p. 223-236, 2015.

ANDRADE, M. C. F.; SILVA, N. T. G. O Comércio Eletrônico (E-Commerce): Um Estudo com Consumidores. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 7, n. 1, p. 98-111, 2017

CARVALHO, L.F.; GIACHERO, O.S.; RIBEIRO K.C.S. Impacto da gestão de estoques na rentabilidade das empresas do Brasil, América Latina e EUA: uma análise de correlação. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 26, n. 3, p.53-62.

MOREIRA, Daniel Augusto. **Administração da produção e operações**. São Paulo: Saraiva, 2012. 138 p. ISBN 978-85-02-18041-3. Português.

NAKAMURA, A. M. **Comércio eletrônico riscos nas compras pela internet**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) da Faculdade de Tecnologia de São Paulo, 2011.

PINHEIRO, F.L. *et al.* Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativa. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**. 2006.

SEBRAE [site]. Disponível em <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>> Acesso em 19 de março de 2018.

TURBAN, Enfrain; VOLONINO, Linda. **Tecnologia da informação para gestão**: em busca do melhor desempenho estratégico e operacional. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. 468 p. ISBN 978-85-8260-014-6. Português.

VITORINO, Carlos Márcio. **Logística**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2012. 151 p. ISBN 978-85-64574-52-6. Português.

A RELEVÂNCIA DO DIALÓGO INTERDISCIPLINAR NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS: UMA ANÁLISE DO PROJETO PINZON

Lucas Aragão Napoleão¹

José Evandro Alencar Correia²

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, tem sido crescente diversos tipos de problemas urbanos na sociedade de Fortaleza, a exemplo dos altos índices de violência, a exorbitante desigualdade social bem como a precariedade no acesso à serviços de saúde de qualidade e em tempo razoável. Nesse sentido, observa-se que não tem sido suficiente as atividades promovidas pelo Estado para efetivação de direitos fundamentais, surgindo a atuação de agentes como a iniciativa privada, as universidades e ONGs que batalham pela efetivação desses direitos.

Outro ponto que merece destaque é que mesmo a atuação desses agentes se mostra insuficiente. Seja pela ampla carência nessas áreas, seja por uma questão metodológica.

Desse modo, se faz necessária novas ideias para realizar a tão almejada efetivação desses direitos. Nessa perspectiva, uma nova forma de analisar problemas, a partir de um diálogo interdisciplinar, principalmente no cenário acadêmico, mostra-se como uma inovadora e eficaz iniciativa, na medida em que ao se analisar determinado problemas, se terá grupos de conhecimentos específicos trabalhando sob uma mesma perspectiva a fim de solucionar determinado impasses sociais.

O presente resumo terá como foco essa questão, analisando de modo mais específico o Projeto Pinzon como uma aposta desafiadora de transformação social.

¹ Graduando do Curso de Direito do Centro Universitário Christus (Unichristus); participante do programa de iniciação científica; participante do Escritório de Práticas Empresarias (EPE); Voluntário no Projeto Pinzon. E-mail:lucasaragaonapoleao@gmail.com.

² Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará. Graduado na Faculdade de Setembro, professor do Centro Universitário Unichristus, participante do Projeto Pinzon. E-mail:evandrocorreia@hotmail.com

2 REVISÃO DE LITERATURA

A capital cearense, considerada a 7ª mais violenta³ do mundo, passa por um período crítico e isso se dá devido uma série de fatores, em especial aos altos índices de desigualdade social presente em toda a cidade. É possível observar realidades distintas em alguns bairros muito próximos partindo, por exemplo, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). A título de ilustração, o bairro Vicente Pinzon possui um dos piores valores estatísticos, estando conforme dados de 2010, ocupando a 64ª posição enquanto o bairro Varjota, vizinho daquele, possui um dos melhores resultados ocupando a 8ª posição⁴.

Nesse sentido, observa-se que a população vive diferentes realidades em regiões bem próximas, e essa diferença implica diretamente no acesso de cidadãos a direitos fundamentais básicos como o direito à educação, à saúde.

Entretanto, essa realidade não pode perdurar. Um dos pontos que merece ser destacado é a previsão constitucional constante no art. 3º da Constituição Federal de 1988, que tem como propósito a construção de uma sociedade livre e justa bem como a erradicação da pobreza e das desigualdades sociais e regionais.

Nessa perspectiva, observa-se que tais objetivos não tem se concretizados, e a atuação do Estado não tem sido suficiente para efetivar os referidos direitos. Assim, surge espaço para a atuação de Universidades, ONG's e outros setores da iniciativa privada com o fito de auxiliar na promoção desses dispositivos constitucionalmente previstos.

As Universidades atuam de modo a construir conhecimento, por meio da publicação de pesquisas e estudos realizados pelo corpo docente e discente em conjunto, bem como realizam a formação cívica e de profissional em suas diversas áreas, abastecendo o mercado com profissionais de qualidade.

Dessa forma, o papel da universidade como produção do saber, auxilia na construção de conhecimentos e desenvolvimentos de pesquisa sendo boa parte desse saber de grande utilidade, na medida em que alguns colaboram na promoção das garantias fundamentais previstas na Carta Magna de 1988. Pode-se destacar a

³ <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/fortaleza-e-a-setima-cidade-mais-violenta-do-mundo-diz-ong-do-mexico.ghtml>

⁴ <https://pt.calameo.com/read/0032553521353dc27b3d9>

exemplo de um estudante de medicina que descobre métodos mais eficazes na forma de atendimento ou um estudante de direito que certifique que determinadas políticas de inclusão são eficazes na promoção do acesso à justiça.

Dessa feita, partindo da perspectiva da Unichristus, que possui dezesseis cursos de ensino superior em diferentes áreas de conhecimento, observa-se que na medida em que a instituição de ensino realiza a produção de conhecimento nas respectivas áreas, resulta por contribuir com o a sociedade.

Na ótica do curso de Direito da instituição, este oferece além do Núcleo de Práticas Jurídicas(NPJ) que possui parceria com a Defensoria Pública e com o Juizado Especial, durante as disciplinas de estágio obrigatório, oferecendo de forma mais fácil o serviço de assistência judiciária gratuita e acesso à justiça, direitos previstos constitucionalmente e que possuem dificuldades de serem executados por parte da população. Além disso, o Centro Universitário oferece programas de extensão, de forma mais especializadas a exemplo do núcleo de mediação e conciliação, o Escritório de Práticas Empresariais (EPE), o Núcleo de Direito e Saúde (NDS) fornecendo serviços especializados nas respectivas áreas do Direito.

Nesse sentido, programas como os anteriormente elencados no Centro Universitário, bem como outras atividades realizadas em demais instituições de ensino superior da cidade de Fortaleza, não apenas no curso de Direito, por mais que ofereçam bons projetos e corroborem com a promoção de direitos e acessibilidade de garantias legais, não tem sido suficientes para garantir profundas e mais eficazes soluções tanto no ponto de vista fático como no acadêmico.

Isto se dá devido ao modelo educacional individualizado que constrói o profissional com visões específicas apenas na esfera da determinada área de conhecimento, não estimulando, muito menos oferecendo, possibilidades de uma formação mais completa e exitosa por meio do diálogo interdisciplinar.

Desse modo, a promoção do debate interdisciplinar nasce de modo a oferecer diferentes visões e perspectivas a um determinado problema. O que deve se destacar é que as visões são complementares e trabalhando do modo convergente para que a sociedade possa ser beneficiada. O que se objetiva é que diversas áreas de conhecimentos possam dialogar a fim de formar um conhecimento mais diversificado sobre determinado assunto.

Dessa forma, passou a funcionar a partir de abril de 2018, o Projeto Pinzon, realizado na Unichristus, que reúne nove cursos da instituição de ensino superior,

trabalhando em conjunto a partir de um diálogo interdisciplinar, debatendo melhorias e ideias a serem realizadas no Bairro Vicente Pinzon, objetivando contribuir com a situação vivenciada no bairro. Dessa feita, o projeto mostra-se como uma aposta inovadora e esperançosa de iniciativa de projeto de extensão universitária que trabalha em favor da promoção de direitos fundamentais básicos a comunidade local, tais como o acesso à saúde, à educação, à segurança e a redução de desigualdades sociais.

3 MÉTODOS

A metodologia utilizada será a teórica com a observação de produções bibliográficas na área e empírica a partir de observações diretas no bairro Vicente Pinzon advindas do diário de campo do projeto. O trabalho tem natureza qualitativa e caráter predominantemente exploratório.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pode-se extrair da pesquisa que diante a insuficiência da efetivação de Direitos por parte do Estado bem como, da iniciativa privada, e das universidades com os respectivos programas de extensão tem dado espaço para atuação de novos projetos a fim de solucionar ou melhorar a realidade vivenciada na capital.

Assim o Projeto Pinzon que se encontra já em atuação traz essa proposta de realizar melhorias no bairro, por meio de ações sócias e estudos mais técnicos a serem aplicados na região a fim de reduzir o índice de desigualdade e de acesso a direitos fundamentais. Nesse sentido, o programa até a presente data encontrou dificuldades no que tange, por exemplo a criação de vínculos com a comunidade, haja vista que diversas intuições de ensino e demais organizações já frequentaram a comunidade fazendo promessas de melhorias, entretanto acabaram realizando apenas pesquisas realizando um verdadeiro “zoológico urbano” o que tem dificultado a atuação mais exitosa do projeto nos primeiros contatos.

5 CONCLUSÃO

Percebe-se que a realidade vivenciada na capital cearense tem sido bastante difícil e insatisfatória pois o acesso a diretos básicos como a educação, a saúde e o

acesso a justiça, não tem sido efetivado de forma exitosa por boa parte da população, principalmente quando se tem por referencia o Bairro Vicente Pinzon, que encontra localizado ao lado de Bairros com grande concentração de renda e recursos, demonstrando a gritante desigualdade social presente em Fortaleza.

Desse modo, o Estado não tem conseguido garantir a efetivação de direitos básicos, surgindo a atuação de instituições privadas, a exemplo das universidades, que auxiliam não apenas com a construção de conhecimento mas com a realização de projetos de extensão. Assim, a proposta interdisciplinar oferecida pelo projeto Pinzon de extensão da Unichristus mostra-se como relevante iniciativa, uma vez que a partir da interdisciplinaridade se formulam ideias mais completas e uma atuação mais exitosa como já está sendo realizado no projeto na comunidade.

REFERÊNCIAS

FORTALEZA é a sétima cidade mais violenta do mundo, diz ONG do México, **Portal G1**, Ceará, 08 mar. 2018. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/fortaleza-e-a-setima-cidade-mais-violenta-do-mundo-diz-ong-do-mexico.ghtml>>. Acesso em: 02 set. 2018.

MORIN, Edgar. **Introdução Ao Pensamento Complexo**. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Desenvolvimento humano, por bairro, em Fortaleza**, 201?. Disponível em:

<<https://pt.calameo.com/read/0032553521353dc27b3d9>>. Acesso em: 02 set. 2018.

RODRIGUES, Andréia Lilian Lima et al. Contribuições da Extensão Universitária na Sociedade. **Cadernos de Graduação** - Ciências Humanas e Sociais, Aracaju, v. 1, n. 16, p. 141- 148, mar. 2013. Disponível em:

<<https://periodicos.set.edu.br/index.php/cadernohumanas/article/view/494>>. Acesso em: 02 set. 2018.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

A POSTURA ADOTADA PELOS JUÍZES E PELOS TRIBUNAIS DIANTE DA (IN)COMPLETUDE DO ORDENAMENTO JURÍDICO: UMA ANÁLISE DO PROBLEMA DAS LACUNAS À LUZ DAS TEORIAS DE KELSEN E DE BOBBIO

José Wilmar Dias Barroso Filho¹

Carla Marques Diógenes²

1 INTRODUÇÃO

Em tempos de casos polêmicos que envolvem decisões judiciais amplamente criticadas nos cenários tanto político quanto científico, a análise das posturas adotadas por juízes e tribunais frente à incompletude do ordenamento jurídico é uma das questões que estão na ordem do dia.

Grandes juristas clássicos dissertaram sobre o tema. Hans Kelsen e Norberto Bobbio, por exemplo, apesar de demonstrarem conceitos distintos sobre as lacunas do ordenamento jurídico, bem como posicionamentos conflitantes sobre o tema, convergiram em determinados pontos ao tratarem, em suas obras – Teoria Pura do Direito e Teoria do Ordenamento Jurídico – respectivamente, sobre o assunto.

Trar-se-á à baila o diálogo – apesar de anacrônico, consideravelmente rico – entre esses pensadores, cujo escopo será a questão há pouco citada, com o intuito principal de esclarecer determinados posicionamentos e conceitos acerca do tema, apesar de levantar, também, reflexões principiológicas construtivas do ponto de vista acadêmico e jurídico.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O que não for, pela ordem jurídica, proibido é, também por ela, implicitamente, permitido. Defendia, assim, Hans Kelsen, a inexistência de lacunas – sejam elas: condutas não reguladas pela ordem jurídica – em sua mais famosa e

¹ Graduando em Direito, 3º Semestre, Unichristus, wilmaidiasbarroso@gmail.com.

² Professora do Curso de Direito da Unichristus, mestra em Direito pela Universidade Federal do Ceará e especialista em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza, carlamdiogenes@hotmail.com.

debatida obra. Kelsen, positivista que era, acreditava na ideia de que uma ordem jurídica pode sempre ser aplicada por um tribunal a um caso concreto, ainda que não haja norma reguladora de modo positivo a uma determinada conduta, sendo esta, portanto, regulada de modo negativo. Desse modo, as lacunas seriam existentes somente do ponto de vista do aplicador do Direito, por razões da ordem da “política jurídica”³. Assim, nas palavras de Kelsen:

Vistas as coisas mais de perto, verifica-se que a existência de uma “lacuna” só é presumida quando a ausência de uma tal norma jurídica é considerada pelo órgão aplicador do Direito como indesejável do ponto de vista da política jurídica e, por isso, a aplicação – logicamente possível – do Direito vigente é afastada por esta razão política jurídica, por ser considerada pelo órgão aplicador do Direito como não equitativa ou desacertada.⁴

Norberto Bobbio, ao seu turno, defende as teorias da norma geral exclusiva e da norma geral inclusiva (essa admitida no ordenamento italiano à época de Bobbio); ambas possíveis soluções jurídicas de casos concretos cujas condutas em questão não são reguladas pelo ordenamento. Dessa feita, entende o autor por teoria da norma geral exclusiva: aquele comportamento que não estiver compreendido na norma particular, sendo ele, por força dessa norma, excluído do rol de condutas particularmente reguladas; já por teoria da norma geral inclusiva, entende: aquele caso que não estiver compreendido pela norma particular de maneira idêntica àqueles que são semelhantes a eles⁵.

Na visão dele, um problema: não há norma que defina os pontos em que os casos concretos devam coincidir para que sejam considerados semelhantes ou não, visto que dois casos nunca serão de todo iguais, sendo um, de qualquer modo que seja, sempre diferente de todos os outros; ideia, como dito *a priori*, convergente com o pensamento de Hans Kelsen.

Bobbio, assim, afirma que a lacuna se verifica não mais por falta de uma norma expressa que regulamentasse determinado caso – como pensava Kelsen – mas “pela falta de um critério para a escolha de qual das duas regras gerais, ou a exclusiva ou a inclusiva, deva ser, ao caso, aplicada”⁶.

A discordância dos autores acerca do que melhor conceituaria o termo “lacuna” é bastante clara, assim como o conflito de opiniões sobre a existência

³ KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 171-172.

⁴ KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.172.

⁵ BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 2. ed. São Paulo: EDIPRO, 2014, p.132-139.

⁶ BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 2. ed. São Paulo: EDIPRO, 2014, p. 137.

desta, no entanto, ambos propuseram-se a pensar sobre uma questão que decorre desse tema primeiro: a postura que deve ser adotada por juízes e tribunais quando estes estiverem frente a casos concretos não regulados pelo ordenamento.

Ao tratar do tema, Bobbio cita o pensamento de Carnelutti⁷, segundo o qual são deveres do intérprete: no caso de antinomia, suprimir a norma excedente, e, no caso de lacuna, acrescentar a norma ausente. Kelsen⁸ declaradamente discorda desse pensamento, sabido que, para ele, caso o legislador atribua ao aplicador do Direito a competência para decidir um caso concreto segundo a sua livre apreciação, estará aquele atribuindo poder demasiado extenso a este.

Deslocando a discussão para o espaço atual, esta se mostra, de fato, pertinente, visto a necessidade de observância de direitos fundamentais, por exemplo, em face de quaisquer condutas, seja o direito positivo, a elas, indiferente ou não.

Kelsen avalia a atitude dos aplicadores do Direito sob a ótica dos extremos, buscando demonstrar a que resultado, ou a extrema liberdade desses aplicadores, ou a extrema restrição de suas competências, pode chegar. Desse modo, expõe: no caso de aos tribunais competir, “unicamente”, aplicar as normas advindas do órgão legislativo aos casos concretos, gerar-se-ia grande segurança jurídica na ordem jurídica em questão; do contrário, o resultado seria eloquente insegurança jurídica – poderiam, todavia, os tribunais unicamente aplicadores do Direito editar normas de caráter não geral, a fim de unificar a jurisprudência, corroborando, enfim, para o alcance do objetivo principal⁹.

Apesar da ideia kelseniana, de que tribunais legislem sob normas gerais representa uma contundente “descentralização da função legislativa”¹⁰, contrapor-se à ideia de Bobbio, visto que este, de certa forma, defendia essa atitude dos tribunais, estando ela, inclusive prevista pelo ordenamento jurídico italiano à época, há pontos em que o pensamento desses autores, em suma, converge, como quando Bobbio trata do conceito de “lacunas ideológicas”¹¹ – a ausência de uma solução satisfatória, ou seja a falta de uma norma considerada, pelo aplicador, justa – nesse ponto, o filósofo italiano refere-se àquilo que baseia o argumento do pensador de

⁷ CARNELUTTI, 2000 apud BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 2. ed. São Paulo: EDIPRO, 2014, p.117.

⁸ KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.173.

⁹ KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.175-176.

¹⁰ KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 175.

¹¹ BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 2. ed. São Paulo: EDIPRO, 2014, p.139.

Praga em relação à existência de uma lacuna estar atrelada ao posicionamento político-jurídico do operador do órgão juiz.

3 MÉTODOS

Utilizou-se dos métodos bibliográfico e dedutivo para, por meio de leitura e apreciação da doutrina relevante, atentando sempre para os conflitos de posicionamentos nela presentes, formular discussões acadêmico-literárias no que tange ao assunto em questão. Dessa forma, buscou-se, metodicamente, chegar às mais esclarecedoras conclusões científicas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os debates em curso no bojo da reflexão político-jurídica no Brasil, sobretudo, giram em torno dessa questão fundamental trazida à tona neste trabalho. A importância dessa discussão traduz-se no reflexo das decisões judiciais na vida das sociedades, desde as mais primitivas formas de ordenamento jurídico nelas presentes.

Apesar da contrariedade de Hans Kelsen no que tange à existência de lacunas no ordenamento jurídico, é, no contexto hodierno, entendimento pacífico entre doutrinadores e demais operadores do Direito essa imperfeição presente no ordenamento, fundamentada na falibilidade do legislador, bem como na perda da aplicabilidade prática de determinados dispositivos legais com o evoluir social.

Além disso, a conscientização internacional acerca da relevância dos direitos humanos, alcançada com o advento da globalização, por exemplo, tem a capacidade ímpar de sensibilizar, do ponto de vista político, Estados soberanos, com o intuito de inserir no ordenamento interno a observância fundamental dos direitos humanos frente a quaisquer situações, sejam elas reguladas pelo Direito ou não.

Esse contexto favorece a reflexão acerca do problema das lacunas, de tal monta que é importante frisar a existência delas e, hoje, a existência de dispositivos legais que isso admitem, regulando, ainda que de forma genérica, a postura do aplicador do Direito frente a essas realidades. Isso pelo fato de, como previsto por Kelsen, a atribuição da competência de legislar dada ao Judiciário pode incorrer em

graves problemas, dentre eles, destacam-se os que se referem à separação de poderes.

Dessa forma, é certo que o Estado-Juiz não pode abster-se de aplicar o Direito posto, tampouco, em detrimento de dar aos seus jurisdicionados posicionamentos que sejam justos, abster-se de julgar, ainda que sob fundamentos diferentes do Direito, mas por ele comportados – atentando, é verdade, para a subjetividade contida no discurso de justiça – , e, por conseguinte, garantir que haja segurança jurídica em seu ordenamento, pois, do contrário, ele de nada valerá.

5 CONCLUSÃO

Percebe-se, portanto, as lacunas como inerentes a um ordenamento jurídico positivado. Isso se dá pelos mais diversos motivos, alguns deles aqui apresentados. Em decorrência disso, é real a necessidade de discutir os moldes como aqueles incumbidos da função de julgar o farão nesses não tão isolados casos, visto que esse julgamento – ou a abstenção de fazê-lo – afeta, diretamente, a segurança jurídica inerente ao ordenamento, bem como a vida social e política de seus jurisdicionados.

REFERÊNCIAS

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. 2. ed. São Paulo: EDIPRO, 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela concessão de saúde e força para trabalhar nesse instigante projeto, bem como àqueles que, de alguma maneira, colaboraram para que este trabalho viesse ao mundo – com sentimento, talvez, semelhante ao que essa frase nos remete.

Por fim, agradeço à professora Carla Diógenes que, brilhantemente, orientou-me nesta construção científica, inclusive, disponibilizando seu valioso tempo no final de semana.

A DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL E OS CRIMES DE PORNOGRAFIA INFANTIL

Acsa Ferreira Morais¹

Vyctoria Carolinne Barros Rodrigues²

Carla Marques Diógenes³

1 INTRODUÇÃO

Com o avanço da tecnologia e do acesso à rede mundial de computadores, a facilidade em se cometer crimes antes não previstos aumentou exponencialmente, de modo que, no ordenamento jurídico brasileiro, o legislador precisou considerar essa nova modalidade de crime para tipificar a pornografia infantil na Lei nº 8.069/90, disposta nos arts. 240 ao 241-E.

Seguiu o legislador, assim, na esteira da doutrina da proteção integral, inaugurada na Constituição da República e sedimentada no Estatuto da Criança e do Adolescente.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, inaugurou-se, no ordenamento jurídico brasileiro, um novo paradigma sociojurídico em relação à criança e ao adolescente. Antes vistos como objetos de proteção do Estado somente quando encontrados em situação irregular (aqui entendida, segundo o Código de Menores, como a situação em que o menor estivesse carente das “condições essenciais de subsistência, saúde e instrução obrigatória, em razão da falta, ação ou omissão dos pais ou responsável”⁴), o texto constitucional trouxe, nos arts. 227 e 228, a doutrina da proteção integral, posteriormente consolidada no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90.

1 Graduanda do Curso de Direito na Unichristus, e-mail: acsa.ferreira24@gmail.com.

2 Graduanda do Curso de Direito na Unichristus, e-mail: vyctoriacarolinne12@hotmail.com.

3 Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Christus, mestra em Direito pela Universidade Federal do Ceará, especialista em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza, carlamdiogenes@hotmail.com.

4 AMIN, Andréa Rodrigues. Doutrina da Proteção Integral. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: Aspectos teóricos e práticos. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 54.

A doutrina da proteção integral enxerga a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, em condição peculiar de desenvolvimento, com prioridade absoluta e cuja responsabilidade pelo cuidado se torna tripartite: família, sociedade e Estado devem promover essa proteção e fornecer todos os meios necessários para o pleno desenvolvimento físico, psicológico, moral e social das crianças e dos adolescentes.

Não à toa a Lei nº 8.069/90 expõe e delimita, no Título II, os direitos fundamentais que proporcionariam esse pleno desenvolvimento, inclusive já elencados nos dispositivos constitucionais acima mencionados. São eles: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Especificamente quanto ao direito ao respeito, observa-se que, apesar de a doutrina da proteção integral estar efetivamente consolidada na Constituição do país, sua aplicabilidade na prática tem se mostrado pouco ou nada eficaz. Isso porque ainda persiste na sociedade o estigma de que a criança e o adolescente são objetos de proteção e que, portanto, podem ser tratados como “adultos pequenos”, sendo-lhes exigidos, por exemplo, o mesmo comportamento e entendimento de um adulto, sem levar em conta de que são, na verdade, pessoas carecedoras de tratamento digno e diferenciado, eis que estão em situação peculiar de desenvolvimento⁵.

Logo em seguida, na Parte Especial do Estatuto da Criança e do Adolescente, são delimitados, no Título I, os meios pelos quais se poderão efetivar os direitos fundamentais anteriormente citados. Trata-se da Política de Atendimento, “[...] um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”⁶.

Já no Título II da Parte Especial, o legislador estabelece as medidas de proteção aplicáveis quando os direitos da criança e do adolescente forem violados ou simplesmente ameaçados de serem violados. São ferramentas que garantem a

5 AMIN, Andréa Rodrigues. Dos Direitos Fundamentais. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: Aspectos teóricos e práticos. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 94-95.

6 Art. 86 da Lei nº 8.069/90.

efetivação dos direitos infantojuvenis, que podem ser aplicadas por todos os agentes responsáveis pela proteção dos menores⁷.

Na hipótese de cometimento dos crimes previstos na lei estatutária, por exemplo, recorrer-se-á, além das medidas judiciais pertinentes, à aplicabilidade das medidas administrativas determinadas no art. 101 do ECA.

A respeito dos crimes, apesar de o Código Penal punir algumas condutas como delitos cometidos contra crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescente tipificou, no Título VII, mais condutas e reiterou outras como puníveis pelo Estado. Dentre os crimes previstos, merece atenção especial os pertinentes à pornografia infantil, dispostos nos arts. 240 ao 241-E do ECA.

3 MÉTODOS

Para realização do presente trabalho foi desenvolvida pesquisa eminentemente bibliográfica e documental, de caráter descritivo, com uma análise da doutrina e da legislação pertinentes ao objeto de estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A lei estatutária, apesar de criada nos anos 90, já trouxe dispositivos tipificando o delito de pornografia infantil, porém o legislador o fez de forma genérica, sem detalhar as diversas condutas relativas à pedofilia. Com a propagação dos computadores e do acesso à internet, bem como do avanço da globalização, surgiram novas modalidades de condutas em que a pedofilia estava presente, mas que, entretanto, não estavam previstas como crime.

Assim, a Lei nº 11.829/2008, originada da Comissão Parlamentar de Inquéritos sobre Pedofilia⁸, ampliou e detalhou o rol de condutas sobre pedofilia,

7 TAVARES, Patrícia Silveira. As Medidas de Proteção. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos teóricos e práticos**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 649.

8 De acordo com dados levantados por Damásio de Jesus, segundo o qual, “desde 1996, com a generalização do computador e do acesso à rede internacional, houve um aumento considerável da pornografia por meio da internet”, de modo que se criou a figura do aliciador, pessoa cuja responsabilidade na cadeia criminosa do tráfico seria “conquistar” as crianças, ganhando sua confiança para convencê-las ou forçá-las a praticarem atos libidinosos. (JESUS, Damásio de. **Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças** – Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 161-166).

nascendo daí as redações atuais presentes nos arts. 240 e 241 e criando os arts. 241-A ao 241-E, da Lei nº 8.069/90.

Nesse diapasão, o legislador quis, com isso, e com base no princípio na dignidade da pessoa humana, tutelar o direito à integridade física, psíquica e moral, à honra objetiva e à liberdade sexual da criança e do adolescente, bens jurídicos que são diretamente afetados pelas condutas criminosas mencionadas⁹.

Nos crimes de pornografia infantil, o legislador elencou, em cada artigo, mais de uma conduta que se pode enquadrar como pedofilia, tornando o sujeito ativo comum, ou seja, determinando que qualquer pessoa que se enquadre em um dos verbos presentes nos dispositivos possa ser incriminado.

Especificamente quanto às redações dos arts. 241-A e 241-B, que tratam de tipificar a pedofilia na internet, as condutas podem apresentar semelhanças, gerando dúvidas quanto a um crime poder ser absorvido pelo outro, em atendimento ao princípio da consunção, mas não se confundem entre si. Isso porque o legislador resolveu enumerar as condutas agrupadamente, de modo que foram reunidas, em um primeiro momento, as pertinentes à produção de material pornográfico infantil e afins, até a divulgação e distribuição do mesmo. Em cada conduta, determinou penas proporcionais à gravidade do crime, de forma semelhante à feita na Lei de Drogas – Lei nº 11.343/2006¹⁰.

Quanto ao cabimento do princípio da consunção entre esses dois tipos penais, já se tem precedentes do STJ (HC 5018436-84.2011.404.0000 e ACR 5015446-72.2011.404.7000) no sentido de que os delitos previstos nos arts. 241-A e 241-B abrangem condutas diversas, eis que o primeiro criminaliza a difusão da pedofilia, por qualquer meio, enquanto o segundo criminaliza a conduta de ter a posse de material contendo cena pornográfica envolvendo criança ou adolescente¹¹. Não caberia, portanto, a incidência do princípio da consunção nesses tipos penais.

9 CONDACK, Cláudia Canto. Dos Crimes. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: Aspectos teóricos e práticos. 7ª ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 1125.

10 Ibid., p. 1134.

11 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AREsp 1290548 PR 2018/0109361-7, Rel. Ministro Nefi Cordeiro, decisão monocrática, julgado em 21.06.2018, DJU de 28.06.2018, p. 1-8. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br/SCON/decisoes/toc.jsp?processo=2018%2F0109361-7+ou+201801093617&&b=DTXT&thesaurus=JURIDICO&p=true>>. Acesso em: 03 set. 2018

Assim, se alguém for descoberto compartilhando vídeos ou imagens contendo cena pornográfica de criança ou adolescente e tiver, igualmente, em sua posse esse tipo de material, responderá em concurso material de crimes.

Esse entendimento vai ao encontro ao que determina o art. 5º do ECA, de que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. Segue, precípua mente, a doutrina da proteção integral¹² e, mais profundamente, o princípio da dignidade da pessoa humana.

5 CONCLUSÃO

Desde a introdução, pela Constituição Federal, da doutrina da proteção integral, o ordenamento jurídico brasileiro vem adotando cada vez mais posições no sentido de tornar realidade a concepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direito, em situação peculiar de desenvolvimento e, por isso, merecedores de total apoio e proteção da família, da sociedade e do Estado.

Para tanto, uma das medidas adotadas foi a introdução, na Lei nº 8.069/90, de dispositivos incriminadores da prática de pornografia infantil na internet, que levou em consideração o avanço da globalização e a facilidade em se propagar esse tipo de material por meio virtual, a fim de que a proteção a que se refere o ECA acompanhe também o tempo e as mudanças tecnológicas.

REFERÊNCIAS

AMIN, Andréa Rodrigues. Dos Direitos Fundamentais. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos teóricos e práticos**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

AMIN, Andréa Rodrigues. Doutrina da Proteção Integral. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: Aspectos teóricos e práticos**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

12 MENDES, Moacyr Pereira. A doutrina da proteção integral da criança e do adolescente frente a Lei nº 8.069/90.2006. 183 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 30.

CONDACK, Cláudia Canto. Dos Crimes. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: Aspectos teóricos e práticos. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

JESUS, Damásio de. **Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças** – Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003.

MENDES, Moacyr Pereira. A doutrina da proteção integral da criança e do adolescente frente a Lei nº 8.069/90.2006. 183 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

TAVARES, Patrícia Silveira. As Medidas de Proteção. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente**: Aspectos teóricos e práticos. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR APÓS A LEI 13.146/15

Isabelle Karen Ferreira de Melo*

Suzy Anny Martins Carvalho***

1 INTRODUÇÃO

Devido a uma nova perspectiva na forma de tratamento da pessoa com deficiência, que o tira da invisibilidade, e no investimento na inclusão no Ensino Fundamental e Médio está se tornando cada vez mais frequente o seu ingresso nas instituições de Ensino Superior. Com a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei 13.146/15, foi garantido o tratamento em igualdade de direitos para as pessoas com deficiência frente às demais pessoas e à Constituição da República Federativa do Brasil estabelece a todos o direito à educação. Contudo, é fato que o ensino não vem sendo realizado conforme estabelece a Constituição Federal, qual seja, uma educação de qualidade, na qual o aluno tenha o total suporte para permanecer na instituição e tornar-se um profissional habilitado para exercê-la.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Junto à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e à Lei 13.146/15, chegou-se a uma forma de tratamento, denominada social, em que a deficiência é entendida como barreiras impostas pela sociedade¹.

Como forma de diminuir o preconceito e proporcionar a quebra de uma das maiores barreiras, as legislações citadas procuraram assegurar um tratamento igualitário entre todos, isto é, devem ser garantidos à pessoa com deficiência os

* Graduanda em Direito, cursando o 5º semestre no Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. Ligada ao programa de Monitoria. Contato: isabellekaren.adv@hotmail.com

*** Profa. Orientadora. Mestra em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Docente do Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. Advogada OAB 28906. Contato: suzymcarvalho2@gmail.com; <http://lattes.cnpq.br/1053390378663822>.

¹ PALACIOS, Agustina. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos**: una aproximación a la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madri: Cinca, 2007

mesmos direitos garantidos as pessoas sem deficiência². A Constituição Federal, em seus artigos 205 e 206, dispõe que deverá ser prestado a todos, sem distinção, um serviço educacional de qualidade na qual lhes proporcione, de forma digna, uma qualificação para o trabalho.

Segundo a UNICEF, a educação de qualidade envolve vários fatores, como estudantes, ambientes, conteúdo, processo e resultados³. Fatores esses que atuam desde a adaptação física das estruturas e do planejamento pedagógico até a seleção e a capacitação de profissionais para o exercício de tal função, com a finalidade de manter o aluno na instituição e torná-lo um profissional hábil⁴.

Infelizmente, a inclusão do aluno com deficiência não vem sendo desempenhada de forma adequada nem conforme estabelece a legislação, mesmo sendo o padrão de qualidade do ensino um direito fundamental, e, portanto, um mandamento de otimização⁵.

Muito se vê que a pessoa com deficiência nem sempre recebe uma educação capaz de torná-lo um profissional habilitado para o mercado de trabalho. Cabe ressaltar que o processo educacional vem desenvolvendo-se de maneira deficitária desde a educação infantil, tornando-o um aluno sem bases para a evolução do conhecimento. Esse fato é visível pelo grande número de alunos que desistem no meio do curso por não conseguirem acompanhar o nível dos demais.

3 MÉTODOS

O trabalho, ora proposto, funda –se na realização de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, em que serão analisados o desempenho e a manutenção do aluno com deficiência em algumas Instituições de Ensino Superior na cidade de

² PALACIOS, Agustina. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos: una aproximación a la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad**. Madri: Cinca, 2007

³ UNICEF. Tendências para Educação Integral. **Unicef**. Disponível em: . Acesso em: 20 nov. 2017

⁴ MORAES, Antônia Mônica A. de Oliveira. **O direito a inclusão: a escola de ensino fundamental e médio como lugar de efetivação do direito a inclusão das pessoas com deficiência por meio de uma educação de qualidade**. 2016. 92 f. Monografia (graduação em Direito), Centro Universitário Christus - UNICHRISTUS, Fortaleza, 2016.

⁵ XIMENES, Salomão Barros. **Direito à qualidade na educação básica: teoria e crítica**. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 130.

Fortaleza- CE. Com o objetivo de analisar a forma como a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior vem sendo realizada, a fim de verificar se esta está apta a garantir a educação de qualidade e a formação de um profissional habilitado para o mercado de trabalho serão utilizados o método dedutivo, no momento em que se parte do que vem sendo observado, e a legislação pertinente ao assunto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É necessário, pois, destacar que a pessoa com deficiência se encontra resguardada por uma legislação voltada a garantir um tratamento igualitário. No entanto, mesmo estando disposto na Constituição Federal que todos têm direito a uma educação de qualidade, essa meta ainda não foi alcançada, baseando -se no fato de que poucas pessoas com deficiência concluem o Ensino Superior.

Acresça-se a isso, também, que, diante dessa realidade, é inadmissível que se feche os olhos para esse problema. É de extrema importância, pois, que se faça a adoção de medidas que qualifiquem as Instituições de Ensino Superior para receberem a demanda de alunos com deficiência e lhes preste um serviço de qualidade.

Com o intuito de amparar o aluno com deficiência aumentando, assim, as suas chances de uma melhora na qualidade de vida, da mesma forma que qualquer outro cidadão tem, aplicando-se também o princípio da isonomia, tratando os desiguais na medida de suas desigualdades.

5 CONCLUSÃO

Dessa forma, conclui- se que, assim como qualquer outro cidadão, a pessoa com deficiência tem o direito de ter acesso a uma educação, educação essa que seja de qualidade que vise a incluir essa classe de pessoas na sociedade, realizando assim a inclusão da pessoa com deficiência no Ensino Superior e conseqüentemente no mercado de trabalho.

No entanto, para que esse resultado seja alcançado se faz necessário que a inclusão e a adaptação das instituições de ensino para receberem e recepcionar

esses alunos comece a ser feita e introduzida bem antes, ou seja, é essencial que o aluno com deficiência tenha uma base sólida, tendo em vista que se essa base de uma educação de qualidade for implementada desde a introdução dos estudos dos alunos com deficiências nas instituições de ensino fundamental, estes estarão mais aptos para acompanhar o ensino quando chegarem no nível superior, o que conseqüentemente terá como resultado a diminuição do índice de abandono do ensino superior e o aumento da porcentagem de alunos com deficiência que se formam no nível superior e são efetivados no mercado de trabalho. Dessa forma, tornando possível que a pessoa com deficiência tenha uma qualidade de vida melhor.

REFERÊNCIAS

PALACIOS, Agustina. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos: una aproximación a la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad**. Madri: Cinca, 2007.

UNICEF. Tendências para Educação Integral. **Unicef**. Disponível em: . Acesso em: 20 nov. 2017.

MORAES, Antônia Mônica A. de Oliveira. **O direito a inclusão: a escola de ensino fundamental e médio como lugar de efetivação do direito a inclusão das pessoas com deficiência por meio de uma educação de qualidade**. 2016. 92 f. Monografia (graduação em Direito), Centro Universitário Christus - UNICHRISTUS, Fortaleza, 2016.

XIMENES, Salomão Barros. **Direito à qualidade na educação básica: teoria e crítica**. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

A VEDAÇÃO DA POSSIBILIDADE DA ESTERILIZAÇÃO COMPULSÓRIA APÓS A LEI 13.146/15 COMO FORMA DE GARANTIA DA AUTONOMIA DA VONTADE

Lara de Almeida Nogueira Brasil¹

Suzy Anny Martins Carvalho²

1 INTRODUÇÃO

A pessoa com deficiência foi vítima de preconceito e discriminação devido à falta de igualdade com as demais, até mesmo em relação à legislação pátria, durante muito tempo. Só após a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência é que seus direitos foram reconhecidos e garantidos, vislumbrando-se a prevalência do princípio da igualdade e da autonomia da vontade como forma de assegurar-lhes todos os direitos inerentes à pessoa humana.

Com a legislação citada, lhes foi assegurado os direitos de personalidade, entre eles, o direito a sua sexualidade e planejamento familiar, porém nem sempre respeitado pela sociedade e pelo Poder Judiciário. Como forma de desenvolver essa temática, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica e documental.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A pessoa com deficiência sofreu muita discriminação ao longo da história da humanidade. Segundo Agustina Palacios³, precisaram passar por vários modelos de tratamento para que alcançassem o reconhecimento de seus direitos como pessoa humana. Para a autora, uma das primeiras formas de tratamento foi o período da prescindência, onde a pessoa com deficiência era considerada um castigo de Deus a

¹ Aluna do sexto semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Christus, foi monitora da disciplina de Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais, fez parte do programa de iniciação científica e atualmente é monitora da disciplina de responsabilidade civil. Contato: laranbrasil@hotmail.com

² Mestre em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza – (UNIFOR). Docente das disciplinas de Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais e Ética Geral e Jurídica no Centro Universitário Christus – (UNICHRISTUS). Contato: suzymcarvalho2@gmail.com < <http://lattes.cnpq.br/1053390378663822> >

³ PALACIOS, Agustina. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos**: una aproximación a la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madri: Cinca, 2007.

seus pais, sendo o genocídio autorizado pela sociedade e pelo Estado. Já em um segundo momento, ocorreu uma humanização dessa forma de tratamento, deixou-se de adotar o sacrifício, e optou-se por uma marginalização como forma de torna-los invisíveis, isto é, fora dos olhos da sociedade. Com a Revolução Industrial e a Segunda Guerra Mundial surgiu o modelo reabilitador, onde a deficiência era vista como uma doença que merecia ser tratada para que a pessoa pudesse ser integrada a sociedade⁴. Após várias lutas para tira-los da invisibilidade, surge o modelo social de tratamento, onde a deficiência é vista como uma limitação causada por barreiras sociais⁵.

A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e a Lei 13.146/15, no Brasil, surgiram como consequência do modelo social de tratamento e um dos seus maiores feitos como forma de garantir a igualdade para a pessoa com deficiência foi atribuir-lhes capacidade civil plena⁶.

Segundo o artigo 6º, IV da Lei 13.146/15 a pessoa com deficiência tem plenos poderes para decidir sobre sua vontade e, especificamente, sobre a sua sexualidade e planejamento familiar. No entanto, percebe-se que nem todos colocam em prática o que determina a referida legislação, pois ainda existem decisões fundamentadas na Lei 9.263/1996 que permite a esterilização compulsória. Esta é uma intervenção, muito utilizada, que elimina a possibilidade da pessoa reproduzir-se, ou seja, a impossibilidade dela gerar outro ser de forma obrigatória, desprezando a manifestação da sua vontade⁷.

3 MÉTODOS

⁴ SILVA, Alexandre Antonio Bruno da; LEITÃO, André Studart; DIAS, Eduardo Rocha. O Caminho da Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho: onde estamos? **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, a. 14, n. 18, p.13-43, jan./jun. 2016.

⁵ VIVAS-TESSÓN, Inmaculada. La convención ONU de 13 de diciembre de 2006 sobre los derechos de la personas con discapacidad. La experiencia española. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de (org). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão**. Rio de Janeiro: Processo, 2016.

⁶ (BARIFFI, 2014)

⁷ ALBUQUERQUE, Aline. Esterilização compulsória da pessoa com deficiência intelectual: análise sob a ótica do princípio da dignidade da pessoa humana e do respeito à autonomia do paciente. **Revista Bioethikos**, a. 2013, p. 18-26. Disponível em: <<http://www.saocamillo-sp.br/pdf/bioethikos/99/a2.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

O trabalho se funda na realização de pesquisa bibliográfica e documental, buscando as informações a partir da leitura de livros, monografias, teses, artigos, legislações concernentes e outros meios de informações relativos à matéria em questão. Será realizada uma análise jurisprudencial acerca do tema com o objetivo de analisar a autonomia existencial da pessoa com deficiência, a partir do estudo das modificações trazidas pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, a fim de sustentar a capacidade civil nas decisões pertinentes ao corpo quanto à esterilização compulsória.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Mesmo com toda luta das pessoas com deficiência por seus direitos ainda se vislumbra episódios de total desinformação por parte da sociedade e do Judiciário que ainda permite a prática da esterilização compulsória tendo como base a Lei 9.263/1996.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que a esterilização compulsória é uma prática bastante afrontosa e invasiva à dignidade da pessoa humana. Porém, há muitos juízes e curadores que não cumprem e ignoram essa vedação. Tomar a decisão de esterilizar compulsoriamente uma pessoa não é uma boa opção, visto que existem outras práticas de se evitar a gestação dessas pessoas que são menos ofensivas. Porém, deve ser válido lembrar que o uso de outros métodos anticonceptivos devem ser utilizados com o consentimento da pessoa com deficiência, por ter validade em sua vontade nos assuntos relacionados a sua sexualidade, de forma a ser conscientizado das consequências, mas sempre sendo utilizadas práticas reversíveis. Dessa forma, é inaceitável um juiz autorizar o pedido de uma esterilização compulsória atualmente, depois do EPD e da CDPD, visto que a vontade dessas pessoas deve ser levada em conta, e retirar de forma total e praticamente irreversível a fertilidade de alguém, sem esse alguém querer, é desumano e vai contra princípios éticos, morais e, principalmente contra a dignidade da pessoa humana, tão prezada pela nossa constituição federal.

REFERÊNCIAS

VIVAS-TESÓN, Inmaculada. La convención ONU de 13 de diciembre de 2006 sobre los derechos de la personas com discapacidad. La experiencia española. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de (org). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas**: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016.

ALBUQUERQUE, Aline. Esterilização compulsória da pessoa com deficiência intelectual: análise sob a ótica do princípio da dignidade da pessoa humana e do respeito à autonomia do paciente. **Revista Bioethikos**, a. 2013, p. 18-26. Disponível em: <<http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/99/a2.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

PALACIOS, Agustina. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos**: una aproximación a la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madri: Cinca, 2007.

BARIFFI, Francisco José. **El régimen jurídico internacional de la capacidad Jurídica de las personas con discapacidad**. Madrid: Cinca, 2014.

SILVA, Alexandre Antonio Bruno da; LEITÃO, André Studart; DIAS, Eduardo Rocha. O Caminho da Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho: onde estamos? **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, a. 14, n. 18, p.13-43, jan./jun. 2016.

ADOÇÃO INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS E DOS ENTRAVES À LUZ DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Vyctoria Carolinne Barros Rodrigues¹

Acsa Ferreira Morais².

Carla Marques Diógenes³

1 INTRODUÇÃO

Com a mudança na estruturação familiar, houve intenso processo de garantia dos direitos fundamentais dos menores por meio da Constituição Federal e da elaboração da lei estatutária, principalmente, no que diz respeito à permanência da criança e do adolescente no meio familiar. Nesse aspecto, o processo de adoção permite a criação de vínculos afetivos por meio de um ato de vontade do adotante assegurando ao adotado o convívio familiar e comunitário, garantindo direitos à saúde, educação e outros. O presente trabalho visa a abordar uma das formas de adoção com vistas a garantir os direitos de crianças e dos adolescentes.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O processo de formação da família sempre esteve em modificação, adquirindo, com o passar do tempo, novas configurações. Inicialmente, a família era conhecida por ser um instituto inabalável, construído por imposição social, sendo um dever do homem a sua formação.⁴

Buscando a estruturação familiar, a adoção surge com a finalidade de dar filhos a quem não podia gerá-los, procurando manter a perpetuação da religião. No império romano, a adoção se desenvolveu ao máximo, pois estava atrelada ao viés religioso, não sendo permitido que a família se extinguisse, e ao viés político com a

¹ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Christus, vyctoriacarolinne12@hotmail.com.

² Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Christus, acsa.ferreira24@gmail.com.

³ Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Christus, mestra em Direito pela Universidade Federal do Ceará, especialista em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza, carlamdiogenes@hotmail.com.

⁴ RODRIGUES, Francisco Flávio Silva. **O Processo de Adoção e o Cadastro Nacional Estudo de Casos**. 2015. 88 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2015.

obtenção da cidadania romana e econômica, desviando mão-de-obra excedente entre as famílias que possuíam muitos integrantes com as que não possuíam.⁵

Durante a Idade Média, houve uma ameaça em sua existência em virtude da forte ligação com os interesses econômicos dominantes, uma vez que, não existindo herdeiros na família, os bens passariam a fazer parte da propriedade dos senhores feudais ou da Igreja.⁶

No Brasil, o Código Civil, juntamente com o Código de Mello Matos, promulgou a adoção, de forma a ser estabelecida em adoção plena, apenas nos casos de menores de sete anos e adoção simples utilizada nos casos de menores de 18 anos que estariam em situação irregular, esta caracterizada pela omissão dos pais, pela impossibilidade de providenciar subsídios básicos de subsistência, pela ocorrência de maus-tratos, pela existência de ambiente contrário aos bons costumes e por outros motivos elencados pelo Código de Menores⁷.

O advento da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, contudo, permitiu um novo olhar tanto no aspecto da adoção como para o direito de família já que anteriormente não existiam direitos a serem garantidos aos filhos que passavam a integrar a família por meio da adoção, uma vez que com a doutrina da proteção integral e seus desdobramentos, como o acréscimo de princípios, os direitos desses novos membros passaram a ser respeitados.

O princípio da dignidade da pessoa humana juntamente com o princípio da igualdade jurídica entre os filhos permite o pleno desenvolvimento dos integrantes do grupo familiar, garante a uniformidade dos direitos entre todos os filhos, retirando a antiga distinção de filiação legítima e ilegítima.⁸ Tais princípios permitem, ainda, a caracterização da família como órgão fundamental ao desenvolvimento dos menores, tendo garantias constitucionais de proteção, de acordo com o artigo 226 da Constituição Federal.

⁵ BORDALLO, Galdino Augusto Coelho. Adoção. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.). **Curso de direito da criança e do adolescente: Aspectos teóricos e práticos**. 7. ed. Revisão. Atual. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 265 - 266.

⁶ BORDALLO, Galdino Augusto Coelho. Adoção. In: MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.). **Curso de direito da criança e do adolescente: Aspectos teóricos e práticos**. 7. ed. Revisão. Atual. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 266.

⁷ Decreto nº17.943 A, de 12 de outubro de 1927 – Consolidação das Leis da Assistência e Proteção a Menores.

⁸ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro: direito de família**. v. 6. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 43.

Diante desse aspecto, fica demonstrada a importância da família como responsável pela proteção dos menores. No ordenamento brasileiro, existem algumas possibilidades de adoção, dentre elas estão a adoção internacional, a adoção por casal homossexual, a adoção por avós, sendo considerado método em que crianças e adolescentes são inseridas em ambientes familiares tendo seus direitos resguardados, saindo, em muitos casos, de casas de acolhimento onde permaneceriam até completar a maioridade e assim não teriam acesso as garantias constitucionais dispostas, havendo prejuízo para seu desenvolvimento pleno.

A adoção consiste na relação de parentesco atrelado à criação de um vínculo devido um ato de vontade, uma vez que essa relação é produzida pelo afeto, não estando mais ligado a vínculos sanguíneos, dessa forma pode ser conceituada como:

Adoção é o ato jurídico solene pelo qual, observados os requisitos legais, alguém estabelece, independentemente de qualquer relação de parentesco consanguíneo ou afim, um vínculo fictício de filiação, trazendo para sua família, na condição de filho, pessoa que, geralmente, lhe é estranha.⁹

Feita de modo correto, nos moldes da lei, a adoção permite que crianças e adolescentes tenham seus direitos garantidos, sobretudo no que concerne ao direito à convivência familiar e comunitária, e que princípios como da prioridade absoluta e o da proteção integral sejam postos em prática.

A Convenção sobre os Direitos da Criança já prevê em seu texto a permanência da criança no seio familiar, devendo ocorrer o seu desligamento desse ambiente apenas nos casos em que houver descuido, maus tratos e outros fatores que agridam a integridade do menor.

Sabe-se que a convivência familiar é direito fundamental da criança e do adolescente de viver com sua família natural ou família extensa, assegurado também pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, a qual dispõe que a família é núcleo fundamental da sociedade na qual a criança e o adolescente devam permanecer.¹⁰

⁹ DINIZ, apud GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: direito de família. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, v.6, p. 331.

¹⁰ ISHIDA, Válder Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente**: doutrina e jurisprudência. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 43.

Com o princípio da proteção integral, podemos observar que houve a retirada da ideia de que os menores eram considerados meros objetos, passando a serem considerados sujeitos de direitos. Ademais, com o princípio da prioridade absoluta fica garantindo a primazia do interesse da criança e/ou do adolescente em qualquer esfera seja judicial, extrajudicial ou administrativa.¹¹

O Conselho Nacional de Justiça apresenta cadastro quantitativo de casais dispostos a adotar bem como o número de crianças e adolescentes predispostos a serem adotados no Brasil, sendo cerca de 4.919 crianças estão disponíveis para participarem do processo de adoção.¹² Contrastando com o número de casais que somam o total de 41.509 interessados, 239 casais dizem respeito ao processo de adoção internacional.¹³

A adoção internacional está instituída no ECA em seu artigo 51, estabelecendo que o casal ou a pessoa postulante deva ser residente ou domiciliado fora do Brasil, além disso, existem diversas etapas a serem cumpridas antes ser devidamente efetivada.

O Brasil, como signatário da Convenção de Haia, permite a prioridade aos países participantes, apenas não sendo admitida caso seja contrária à ordem pública. Para que seja efetivada a adoção, contudo, é necessário o respeito a certos procedimentos.

Inicialmente o casal ou a pessoa estrangeira deverá fazer um cadastro junto a Autoridade Central¹⁴, se considerados aptos a adotarem será elaborado um relatório com todas as informações pertinentes ao processo de adoção. Ocorre que após esses primeiros tramites será elaborado um laudo de habilitação com validade de um ano, autorizando os interessados a formalizarem o pedido de adoção perante o Juízo da Infância e Juventude responsável.

¹¹ ISHIDA, Válder Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente**: doutrina e jurisprudência. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 14.

¹² CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cadastro Nacional de Adoção: relatório de crianças disponíveis. **CNJ**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>>. Acesso em: 01 set. 2018.

¹³ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cadastro Nacional de Adoção: relatório dos pretendentes cadastrados (nacional e internacional). **CNJ**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>>. Acesso em: 01 set. 2018.

¹⁴ Autoridade responsável pelo gerenciamento de envios e recebimentos de auxílio jurídico, adequando-os e remetendo para as respectivas autoridades nacionais estrangeiras. (ISHIDA, Válder Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente**: doutrina e jurisprudência. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p.149.)

Mesmo possuindo etapas a serem cumpridas, buscando o respeito ao direito dos menores, a lei acaba não assegurando o cumprimento de todos, uma vez que antes que ocorra o procedimento de adoção internacional será tentada a inserção da criança ou adolescente em família substituta brasileira ou a sua reinserção na sua família de origem até que sejam esgotados todos os meios. Além disso, será assegurada a prioridade de brasileiros residentes no exterior para que, por último esses casais interessados em adotar possam ter seu desejo concretizado em apenas um ano, sendo esse o tempo máximo permitido para o laudo de habilitação.

Essas problemáticas acabam gerando a falta de aplicabilidade da lei já que parte dessas crianças continua em instituições de acolhimento devido à ineficácia do processo de adoção brasileiro, não lhes sendo permitida a sua inserção e a devida proteção por parte da família, grande responsável pela proteção e pelo desenvolvimento físico e mental do menor.

3 MÉTODOS

O presente trabalho foi realizado, inicialmente, de forma bibliográfica, averiguando a doutrina atrelada aos conceitos normativos e garantistas da legislação, analisando todo o histórico da adoção, coletando dados ao seu respeito. Além disso, por meio de pesquisa documental, realizou-se o estudo da adoção internacional atrelada aos impasses na sua consolidação, elencando os causadores desse motivo bem como a utilização de dados obtidos no Conselho Nacional de Justiça para o embasamento da questão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com o desenvolvimento do trabalho, é possível perceber que houve avanço no instituto da adoção, desde o período de sua instituição no Código de Melo Matos até sua consolidação na Constituição de 1988 e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Mesmo com a existência de tais dispositivos, ainda se faz necessária a melhoria em diversos setores do processo, ficando constatado que os casos de adoção por estrangeiros ocorrem de forma excepcional, quando não é possível a

inserção do menor em família brasileira ou a reinserção na família originária. Existe, contudo, um grande número de crianças que, devido a situações de abandono ou de violações de direitos, acabam em instituições de acolhimento ou nas ruas, pois, além de não vivenciarem a proteção e a efetivação de direitos por parte de suas famílias, são esquecidas pelo Estado e pela sociedade, não obstante tal responsabilidade recaia sobre esses três entes.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que o processo de adoção internacional é feito de modo complexo e delicado, devendo ser formulado pedido de habilitação, no qual será analisado todos os aspectos sociais e econômicos dos adotantes visando a liberação de laudo de habilitação o qual contará com o período de um ano para que ocorra o pedido de adoção perante o Juízo da Infância e Juventude competente.

Diante de todas essas etapas, é possível que seja feito um comparativo, com o tempo, já bastante considerável, de espera por famílias brasileiras para concretizarem o sonho de formar uma família e o desejo de indivíduos estrangeiros que devem esperar todo esse tramite inicial e contar com apenas um ano para que o pedido de adoção formulado seja apreciado. Diante disso, é possível que, por meio da agilidade processual, seja assegurado um ambiente familiar para o desenvolvimento do menor.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Cadastro Nacional de Adoção: relatório de crianças disponíveis. **CNJ**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>>. Acesso em: 01 set. 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro**: direito de família. V.6. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 331.

ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente**: doutrina e jurisprudência. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.) **Curso de direito da criança e do adolescente**: Aspectos teóricos e práticos. 7ª ed. rev. Atual. São Paulo: Saraiva, 2014.

RODRIGUES, Francisco Flávio Silva. **O Processo de Adoção e o Cadastro Nacional Estudo de Casos**. 2015. 88 f. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2015.

PARECER CONSULTIVO DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E SEU PODER VINCULANTE

Paloma Grazielle da Costa Andrade¹

Leandro Sousa Bessa²

1 INTRODUÇÃO

A Corte Interamericana de Direitos Humanos – Corte IDH, prevista pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos é competente para processar e julgar qualquer caso relativo à interpretação e à aplicação das disposições deste tratado, para apreciar consultas dos Estados relativas à interpretação das normas do Sistema Interamericano e para emitir pareceres a respeito da compatibilidade entre leis internas e os tratados do Sistema Interamericano, fazendo aquilo que Piovesan chama de “controle de convencionalidade das leis” (PORTELA, 2011, p. 798).

Este trabalho visa a trazer uma contribuição acadêmica a fim de que seja mais bem avaliada a posição dos Estados mediante as decisões e os pareceres consultivos da Corte Interamericana de Direitos Humanos, para que haja um diálogo melhor e mais eficiente entre o direito interno dos Estados e os Direitos Humanos Internacionais.

Analisando-se os pareceres consultivos da Corte Interamericana de Direitos Humanos, será possível observar em cada parecer que a análise é feita levando em consideração a possibilidade de aplicação em todos os Estados que integram esses tratados, deixando claro o seu papel em resolver possíveis conflitos de aplicação e de entendimento.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O parecer consultivo da Corte Interamericana é solicitado pelos Estados e pelos Órgãos Internacionais que indagam as várias questões para que sejam

¹ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Christus. Contato: p.grazielle1@gmail.com

² Mestre e Doutorando em Direito Constitucional (UNIFOR), Professor do Centro Universitário Christus (Unichristus). l.bessa@uol.com.br.

esclarecidas as dúvidas sobre a aplicação das normas dos tratados. Até o momento, a Corte Interamericana de Direitos Humanos emitiu 22 pareceres consultivos.

Este ano, o Tribunal de Justiça de Roraima fortaleceu um precedente que foi aberto pelo Supremo Tribunal Federal, quando incorporou a Opinião Consultiva (OC) N. 5/85 que fala sobre o registro profissional obrigatório de jornalistas, e incorporou esta opinião consultiva em sua decisão para fundamentá-la.

O Tribunal de Justiça de Roraima aceitou o OC N. 21/14 que fala sobre direitos e garantias de crianças no contexto da migração e/ou necessidade de proteção internacional, como vinculante para embasar sua decisão em relação aos jovens migrantes (e seus pais) da Venezuela que estão entrando e permanecendo no Brasil.

O desembargador Mozarildo Cavalcanti, relator do processo, afirma que o Brasil foi um dos Estados que pediu esse parecer.

O raciocínio então seria: se uma opinião consultiva que sequer foi solicitada pelo Brasil (a Opinião 5 foi solicitada pela Costa Rica) restou incorporada com força normativa na jurisprudência pátria, com mais razão deveria ter força normativa no plano doméstico uma opinião solicitada pelo Brasil.³

O reconhecimento do poder vinculante dos pareceres consultivos da Corte Interamericana no âmbito jurídico interno brasileiro é importante, pois trará uma conduta mais efetiva quando posta em prática as ações que têm como objetivo a proteção dos direitos humanos de forma nacional e dará maior força aos Órgãos Internacionais.

Alguns autores têm o posicionamento de que as OC não têm força vinculante, mas têm a função apenas de ajudar os Estados na interpretação dos tratados. Nessa perspectiva de análise, Manuel E. Ventura Robles e Daniel Zovatto Garetto entendem que *as opiniões consultivas da Corte têm “a finalidade de ajudar os Estados e órgãos da OEA a observar e aplicar os tratados de direitos humanos do sistema, mas sem submeter às partes solicitantes ao formalismo e ao sistema de sanções típico do exercício da função contenciosa”*.⁴ Em contrapartida, há posicionamentos de autores que reconhecem o poder vinculante ou no mínimo a força normativa que essas opiniões possuem. O posicionamento dos autores Thomas Buergenthal, Claudio Grossman, Pedro Nikken é o de que *“as opiniões*

³ Consultor Jurídico. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-nov-01/fernando-xavier-rr-admite-carater-vinculante-opiniao-corte-idh>> Acesso em: 08 nov. 2017.

⁴ Consultor Jurídico. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-nov-01/fernando-xavier-rr-admite-carater-vinculante-opiniao-corte-idh>> Acesso em: 08 nov. 2017.

consultivas da Corte gozam hoje de grande autoridade e cumprem uma importante função, em especial ante os tropeços do exercício da função contenciosa pelos tribunais internacionais".⁵

O autor Héctor Faúndez Ledesma entende que "*as opiniões consultivas não só estão dotadas da autoridade do órgão jurídico como possuem efeito jurídico vinculante*"⁶.

3 MÉTODOS

Valeu-se do método dedutivo para a construção do artigo, partindo-se de análises gerais sobre o papel da Corte IDH no sistema interamericano de proteção dos direitos humanos, para, então, chegar-se à específica verificação de sua atuação consultiva e o grau de vinculação das chamadas Opiniões Consultivas, apontando-se, ademais, casos concretos. A pesquisa será do tipo bibliográfica, por meio de consulta a livros, revistas científicas, sites etc, bem como documental, por meio da análise de documentos oficiais relacionados ao tema, principalmente decisões judiciais relacionadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O debate que se tem referente às opiniões consultivas é se elas têm ou não força normativa e efeito vinculante, pois caso haja esse reconhecimento, os Estados assinantes dos tratados e que estão vinculados pela Corte Interamericana passariam a ter uma responsabilidade maior em relação à aplicação desses tratados, pois as OC são pedidas e formuladas na intenção de sanar as dúvidas sobre a forma de aplicação.

Sem dúvida, as resoluções da Corte Interamericana estariam assumindo o caráter de fonte de direito, formando *usus fori*, do qual os tribunais internos não querem sair por causa da ameaça sempre latente da responsabilidade internacional. Ao analisar as Opiniões Consultivas e os casos contenciosos da Corte Interamericana de Direitos Humanos, percebe-se, além dos canais de interpretação das normas nos diversos casos, uma predisposição acerca da solução que o tribunal encontrará para casos similares.⁷

⁵ Buergenthal, Thomas; Grossman, Claudio; y Nikken, Pedro: Manual Internacional de Derechos Humanos. Caracas: Edit. Jurídica de Venezuela, 1990, p. 112.

⁶ Consultor Jurídico. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-nov-01/fernando-xavier-rr-admite-carater-vinculante-opiniaio-corte-idh>> Acesso em: 08 nov. 2017.

⁷ Correia, Theresa Rachel Couto. Corte Interamericana de Derechos Humanos. Repercussão Jurídica das Opiniões Consultivas. Curitiba, ed. Juruá, 2008, p. 153.

Com o posicionamento de que as opiniões consultivas têm apenas a finalidade de ajudar ou guiar os Estados na aplicação dos tratados há o risco que cada Estado interprete e aplique a seu livre arbítrio podendo inclusive fazer uma interpretação de forma menos protetiva que o parecer consultivo da Corte Interamericana.

Todas las normas de procedimiento establecidas en la Convención han de ser interpretadas de forma que permitan y garanticen la plena eficacia y protección de los derechos del Convenio. Por el contrario, ningún artículo de la Convención podrá ser interpretado de forma tal que permita la desnaturalización de alguno de los derechos o sus garantías.⁸

5 CONCLUSÃO

As consultas feitas para a Corte são sobre a aplicabilidade das cláusulas dos tratados e o que eles determinam, ou seja, em cada tratado há artigos e incisos que determinam ações para seus Estados Membros, cada Estado com a assinatura do tratado se compromete a cumprir o que foi determinado. Sendo assim a solicitação de parecer consultivo a Corte Interamericana de Direitos Humanos é um pedido de explicação para efetivar uma ação que já deveria estar em curso.

Tal parecer deve ser executado no âmbito interno de cada Estado, independente se solicitou ou não, pois, as opiniões consultivas da Corte sobre o assunto são feitas de forma que abrange a efetivação dos tratados e não somente para o caso concreto de cada Estado solicitante. De fato, como preconiza Norberto Bobbio (1992, p. 25), a garantia dos direitos humanos no plano internacional só será implementada quando uma “jurisdição internacional se impuser concretamente sobre as jurisdições nacionais, deixando de operar dentro dos Estados, mas contra os Estados e na defesa do cidadão”.

O parecer consultivo da Corte é feito de forma abrangente e impessoal, uma vez que não se atém a como um único Estado deve agir, mas determina como os Estados devem entender e aplicar o que está nos tratados. O que é analisado pela Corte é o direito dos seres humanos naquele determinado assunto que está

⁸ Carbonell, José Carlos Remotti. La Corte Interamericana de Derechos Humanos: **Estructura, funcionamiento y jurisprudencia**. España: Barcelona, ed. Instituto Europeo de Derecho, 2003, p. 249.

sendo debatido, e a forma de aplicação dessa proteção, não há uma forma diferente de aplicação das normas para cada Estado, pois todos necessitam respeitar e aplicar de igual forma as normas descritas nos tratados uma vez que se comprometeram com tal tratado.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Opiniões Consultivas**. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/cf/Jurisprudencia2/busqueda_opiniones_consultivas.cfm?lang=es>. Acesso em: 09 nov. 2017

Corte Interamericana de Direitos Humanos. **Parecer Consultivo OC-21/14**. 2014. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/docs/opiniones/seriea_21_por.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2017.

PORTELA, Paulo Henrique Gonçalves. **Curso de direito internacional público e privado**, incluindo noções de direitos humanos e de direito comunitário. 3ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2011.

Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos. 2009. Disponível em: <http://www.corteidh.or.cr/sitios/reglamento/nov_2009_por.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2017

Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. Legislação e Jurisprudência. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/interamericano/sumario.htm>>. Acesso em: 09 nov. 2017

Xavier, Fernando César Costa. TJ de Roraima reconhece caráter vinculante de opinião consultiva da Corte IDH. Consultor Jurídico. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-nov-01/fernando-xavier-rr-admite-carater-vinculante-opiniao-corte-idh>>. Acesso em: 08 nov. 2017

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A VULNERABILIDADE DA MULHER REFUGIADA

Deborah Gomes Leal¹

1 INTRODUÇÃO

O relatório publicado pela ACNUR em 2016 demonstra um número alarmante de violência contra a mulher refugiada na Europa. O relatório da ACNUR, vem demonstrando que a violência sexual e de gênero acontece de forma mais intensa na vida das mulheres refugiadas, pois já se encontram em situação de vulnerabilidade e acabam se tornando suscetíveis a essas práticas. Sendo casos de exposição em grandes jornais de circulação mundial que destacam denúncias de violência de gênero sofrida por mulheres e meninas que se encontram em situação de refúgio.²

Existe uma estimativa de que uma em cada cinco mulheres tenham sofrido algum tipo de violência sexual³, sendo esse número ainda subnotificado, pois as mulheres não costumam denunciar esse tipo de abuso, ainda mais envolvendo situação de dupla vulnerabilidade. A discriminação de gênero e a violência contra a mulher é uma das causas de busca por refúgio, forçando essas mulheres a saírem de seu país, com a estimativa de uma vida melhor e mais digna.

De acordo com o jornal de grande circulação britânico *the guardian*⁴ foram entrevistadas vinte e seis mulheres dos quais todas procuravam asilo e foram detidas em Yarl's Wood⁵, sendo vinte e duas delas sobreviventes de violência sexual ou de gênero, bem como casamentos forçados, prostituição até mesmo mutilação genital. Além de enfrentarem todos esses problemas, a ponto de se tornarem imigrantes

¹ Graduanda em Direito pela Unichristus cursando o 8º semestre. Email debieleal@gmail.com

² Disponível em <http://www.unhcr.org/569f8f419.html#_ga=1.229295964.1561294723.1448024147> acessado em 31.08.2018- Relatório do ACNUR

³ Disponível em <http://www.unhcr.org/569f8f419.html#_ga=1.229295964.1561294723.1448024147> acessado em 31.08.2018- Relatório do ACNUR

⁴ Disponível em <<https://www.theguardian.com/uk-news/2017/nov/01/vulnerable-women-still-locked-up-in-yarls-wood-immigration-centre>>- acesso em 31.08.2018

⁵ Yarl's Wood Immigration Removal Centre-Reino Unido

também passam por depressão devido a forma que são tratadas dentro desses centros de proteção, gerando assim uma vulnerabilidade ainda maior, não conseguindo encontrar a paz que buscou eu imigrar para outro país. As mulheres refugiadas sofrem grandes violações de direitos humanos, muitas em situações que apenas buscavam segurança.

Diante desse cenário, observa-se que a mulher refugiada condição que lhe coloca em situação de extrema vulnerabilidade, sendo necessário observar as sugestões dadas pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados-ACNUR, a fim de atender as especificidades e necessidades de proteção dessas mulheres que sofrem diversas formas de violência e discriminação de gênero nos centros de refúgio.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A violência de gênero contra a mulher refugiada é uma violação de direitos humanos, pois ao buscar abrigo em centros de refúgio a mulher já se encontra vulnerável e acaba passando por situações de violação de seus direitos, como descrito no relatório de 2016 da ACNUR.

O ACNUR, tem como objetivo providenciar a proteção internacional buscando uma solução permanente para os refugiados, conforme determinado em seu estatuto. Realizando um trabalho humanitário tendo uma grande importância. Contudo não consegue impor aos Estados a concessão do refúgio, apenas orienta e estabelece algumas regras primordiais para o tratamento humanizado ⁶e civilizado que os refugiados precisam após se tornarem vulneráveis devido a perda da sua terra natal.

O resultado da pesquisa realizada pelo o alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, demonstra que mulheres e meninas refugiadas enfrentam

⁶ Alto comissariado das nações unidas para refugiados **relatório ano 2016**, disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/2017/06/23/uma-em-cada-cinco-refugiadas-e-vitima-de-violencia-sexual-no-mundo/>> .Acesso em 16 agost.2018

riscos graves e a proteção atual por parte das agências governamentais e ONG's, são inadequados.

O alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados tem trabalhado intensamente na promoção da igualdade de gênero, no empoderamento das mulheres e meninas refugiadas e na prevenção da violência sexual e de gênero, desenvolvendo e implementando diversas cartilhas, políticas e estratégias⁷. Sendo considerada imprescindível para garantir que todas as mulheres e meninas refugiadas tenham acesso à proteção jurídica e social, independentemente de sua nacionalidade, visões políticas, religião, raça, identidade sexual e de gênero, origem social, etnia sendo basicamente a dignidade humana, posto que “o sentimento de perda, a nostalgia as incertezas e a vulnerabilidade experimentada, evidenciam o seu não pertencimento àquele novo local”⁸, fazendo necessário proporcionar uma abordagem mais humanizada para adequar uma facilidade de adaptação para essas mulheres.

No entanto, os atos de violência e discriminação em decorrência do gênero também ocorrem durante o trajeto para o país de refúgio e dentro dos campos de refugiados. O que atrai a atenção de Órgãos internacionais e nacionais de proteção aos refugiados. Demonstrando preocupação com o aumento dos casos de violência e reconhecendo a dupla vulnerabilidade das mulheres, tais organismos estão criando mecanismos de proteção para reduzir os casos de violência e discriminação e prestam assistência as refugiadas que já foram vítimas.⁹

De acordo com relatórios disponibilizados pelo o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR),¹⁰ atualizados em termos de critérios, como por exemplo, local, idade e sexo, assim no ano de 2016, mulheres e crianças somam 2/3 dos refugiados, no mesmo ano foi divulgado que mulheres refugiadas relataram violências sexuais nos centros de refúgio, tornando-se duplamente vulnerável.

⁷ Report of the United Nations Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women on the activities of the United Nations trust fund in support of actions to eliminate violence against women

⁸ Disponível em < <http://vidasrefugiadas.com.br/>> acesso em 01/09/2018

⁹ Organizações das Nações Unidas- **Initial Assessment Report**: ACNUR Protection Risks for Women and Girls in the European Refugee and Migrant Crisis.

¹⁰ Alto comissariado das nações unidas para refugiados **relatório ano 2016**, disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/2017/06/23/uma-em-cada-cinco-refugiadas-e-vitima-de-violencia-sexual-no-mundo/>> .Acesso em 16 set.2018

O Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, em seu documento titulado “Ação contra a violência sexual e de gênero: uma estratégia atualizada”, elucida que a violência sexual e de gênero:

Envolve violações generalizadas dos direitos humanos e está muitas vezes ligada a relações desiguais de gênero dentro de comunidades ou a abusos de poder. Ela pode assumir a forma de violência sexual ou perseguição por parte das autoridades ou pode ser o resultado da discriminação incorporada na legislação, bem como em normas e práticas sociais predominantes. Pode ser tanto a causa do deslocamento forçado quanto uma parte intolerável da experiência de deslocamento¹¹

Diante dessa situação, ressalta-se o quão é necessário que as nações estejam preparadas para receber de forma adequada refugiadas e imigrantes, para conseguir proporcionar o mínimo de dignidade para essas mulheres que já saíram de seus países de origem em busca de uma nova vida e conseguir viver em paz.

Assim, entende-se que as mulheres refugiadas devem ser enxergadas como sobreviventes, não sendo devendo ser tratadas como simples vítimas de conflitos de qualquer natureza, devendo proporcionar empoderamento e segurança para que as mulheres que já estão vulneráveis se sintam mais seguras nos centros de refúgio.

3 MÉTODOS

Para a criação desse presente shortpaper, se dará a partir de estudos do direito internacional do refugiado e violência e discriminação de gênero, além disso, utilizam-se fontes secundárias, dentre as quais se incluem relatórios desenvolvidos e guias do Alto comissariado das nações unidas ACNUR e diversa literatura acadêmica pertinente ao tema.

A investigação do problema se dará com o auxílio da leitura de textos de autores especialistas na proteção internacional de Direitos humanos, direito internacional do refugiado, bem como por estudiosos que abordam a categoria gênero. Buscando por meio de investigação bibliográfica.

¹¹ Alto comissariado das nações unidas- ACNUR **Ação contra violência sexual e de gênero: uma estratégia atualizada**, divisão de proteção internacional disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/02/Ação-contra-a-violência-sexual-e-de-gênero_ACNUR-2011.pdf>, Acesso em: 22 out.2018

Trata-se, portanto, de um trabalho de revisão bibliográfica, baseado em literatura relevante sobre o tema. Sendo o método a ser utilizado o dedutivo, pesquisa teórica e pesquisa documental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os relatórios disponibilizados em 2016 acerca da vulnerabilidade da mulher refugiada, aborda questões de gênero e graves violações aos direitos humanos, pois trata-se de uma problemática institucional, no sentido dos Estados não estarem preparados para situações desse tipo, conscientizar a nação sobre como agir em relação a mulher refugiada.

O relatório da ACNUR determinou alguns pontos essenciais para que as imigrantes e refugiadas pudessem se sentir mais seguros e mais informados, a determinação é que seja distribuído materiais educacionais culturalmente apropriados, incluindo a equipe humanitária deve sempre está identificada para facilitar a interação entre os agentes e as refugiadas¹².

Nesse sentido, a vulnerabilidade da mulher refugiada deve ser alvo de cuidados especiais, e formas mais humanizadas de tratamento, para que consigam reconstruir a vida e encontrar a paz para recomeçar.

5 CONCLUSÃO

Concluiu-se com o presente artigo que é necessário observar como são tratadas as mulheres refugiadas, principalmente ao chegarem nos centros de apoio, deve ser analisado também a discriminação de gênero, que acontece contra mulheres e meninas, sendo considerado algo recorrente.

Sendo necessário destacar que existem normas que visam proteger as mulheres refugiadas, resultado gerado principalmente pela a atuação do ACNUR,

¹²Relatório **ACNUR INITIAL ASSESSMENT REPORT**: Protection Risks for Women and Girls in the European Refugee and Migrant Crisis.

essas situações vivenciadas pelas mulheres refugiadas são grandes violações aos direitos humanos e por isso devem ser encontrados meios para que essa situação seja revertida e futuramente evitada.

Observou-se que a mulher refugiada está duplamente suscetível a enfrentarem violências sexuais e de gênero, devido a vulnerabilidade da situação em que se encontram, tendo que enfrentar casos de violência em seu país de origem, ao serem forçadas a deixarem seu lar, encontram-se em local diverso e desconhecido, sendo forçadas a prostituição, dentre outras violências sexuais e morais sofridas por essas mulheres.

A violência de gênero e sexual sendo algo fundado dentro das relações de poder e dominação, figura-se como uma ameaça frequente na vida dessas mulheres que se submetem a situações que ferem seus direitos humanos, tudo em busca de paz e segurança.

REFERÊNCIAS

ACNUR. Alto comissariado das nações unidas para refugiado. **Ação contra violência sexual e de gênero uma estratégia atualizada.** Disponível em <<http://www.acnur.org/noticias/noticia/2011/11/5aa142f715/675-el-alto-comisionado-promete-nuevas-iniciativas-para-acabar-con-la-violencia-contras-las-mujeres.html?query=violencia%20sexual%20e%20de%20genero>> acesso em 31 agost.2018

Alto comissariado das nações unidas para refugiados **relatório ano 2016**, disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/2017/06/23/uma-em-cada-cinco-refugiadas-e-vitima-de-violencia-sexual-no-mundo/>> .Acesso em 16 set.2018

INITIAL ASSESSMENT REPORT: ACNUR **Protection Risks for Women and Girls in the European Refugee and Migrant Crisis**

Report of the United Nations **Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women on the activities of the United Nations trust fund in support of actions to eliminate violence against women**, disponível em <<http://www.unwomen.org/en>> acesso em 31 agost.2018

Uma-em-cada-cinco-refugiadas-e-vitima-de-violencia-sexual-no-mundo- Disponível em <<http://www.acnur.org/portugues/2017/06/23/uma-em-cada-cinco-refugiadas-e-vitima-de-violencia-sexual-no-mundo/>> acesso em 31 agost.2018

Vulnerable women 'still locked up in Yarl's Wood immigration centre- Disponível em <<https://www.theguardian.com/uk-news/2017/nov/01/vulnerable-women-still-locked-up-in-yarls-wood-immigration-centre>> acesso em 31 agost.2018

As Forças Propulsoras e Restritivas da Micro Geração de Energia Solar Fotovoltaica.

Romualdo Ribeiro de Oliveira Neto¹

Laodicéia Amorin Weersman²...

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo, analisar as forças propulsoras e restritivas da micro geração de energia solar fotovoltaica no mercado cearense, realizando uma pesquisa qualitativa com uma empresa cearense de energia solar, através de um roteiro de perguntas, aonde identificaremos os pontos críticos da produção deste tipo de energia no Ceará. Tivemos como resultado que o alto custo de investimento inicial e a carga tributária como as principais limitações e a tendência ao uso energias renovável, e a grande oferta de recurso solar, como destaques e para a micro geração de energia solar.

Palavras-chave: Energia Solar, Micro geração de Energia, Forças Propulsoras e Restritivas, Fotovoltaica.

ABSTRACT

This research aims to analyze the strategic drivers of the solar energy microgeneration in the Market of Ceará, doing a qualified research in a company, asking about the main drivers of the business of selling power generation infrastructure, especially in the microgeneration of photovoltaic solar energy. The form showed that high initial investment and taxes are the principals challenges to be in this marketing, but at same time, was possible to insight how rich Ceará is of solar recourses.

Keywords: Solar Energy, Energy Micro Generation, Strategic Drivers, Photovoltaic.

¹ Graduando em Administração, aluno, romualdorneto@hotmail.com

² Mestre em Administração, professora, laoweersma@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Nas sociedades contemporâneas, a matriz energética torna-se uma das forças motrizes para o crescimento de uma nação. Logo, um país que possui uma base de energia sólida, possui uma grande vantagem competitiva, pois garantirá recursos para o desempenho das atividades tecnológicas e industriais. Segundo (MME, 2017), a matriz energética denominada de energia elétrica pelo Ministério de Minas e Energia do Brasil (2017), tem uma composição diversificada formada por: 68,1% Hidráulica; 8,2% Biomassa; 5,4% Eólica, 9,1% Gás Natural; 2,4% Derivados de Petróleo; 2,6% Nuclear; 0,01% Solar e 4,2% Carvão e Derivados. A partir destes dados, é possível inferir que o país dispõe de uma matriz de energia elétrica predominantemente renovável, representando 81,7% das fontes.

No entanto, torna-se relevante haja avanços no setor de energias renováveis, como a solar e a eólica, para diminuir a dependência da energia hidráulica, já que a possibilidade de uma escassez de água tende a ser realidade, fato que representa um risco a matriz energética da nação. A mesma base de dados revela ainda que a oferta de energia doméstica é composta por: 36,5% Petróleo e Derivados; 17,5% Derivados de Cana; 12,6% Hidráulica; 28% Outras não renováveis; 5,4% Outras Renováveis. No que se refere ao consumo final de energia por fonte, temos a participação de: 12,2% Fontes Renováveis; 18,1% Eletricidade; 3,3% Outras; 11,4% Carvão Mineral; 48,3% Petróleo. (MME, 2017).

A partir deste entendimento, é perceptível que a maior parte das fontes energéticas não é renovável, o que pode ser visto como uma grande oportunidade de desenvolver novas fontes energéticas renováveis para uma produção de energia mais sustentável e mais segura, diante da utilização de recursos naturais como o vento e o sol. Não obstante, pode-se destacar a importância de apoiar os incentivos da micro e mini geração de energia elétrica através de ações regulatórias, como a compensação de energia excedente, que apresentou crescimento considerável no último relatório do Ministério de Minas e Energias, tendo como destaque, neste aspecto, a energia solar.

No que tange ao nordeste brasileiro, pelo seu clima semiárido e área geográfica favorável, é um local potencial a energia solar, pois tem um dos maiores níveis de insolação. As grandes vantagens dessa região são: a maior intensidade de radiação solar e a maior média diária de luminosidade existente para a sua área, trazendo através do investimento nessa fonte de energia, baixo impacto ambiental, redução no carregamento das redes, redução de perdas, diversificação da matriz energética entre outros benefícios.

Atualmente, existem duas tecnologias no aproveitamento de energia solar, a heliotérmica e a fotovoltaica. A heliotérmica consiste no processo do uso e acúmulo do calor proveniente dos raios solares, utilizando espelhos que refletem a luz solar em um ponto único, aonde há um receptor, o qual concentra calor para acumular uma grande quantidade de calor ou gerar energia elétrica, já tecnologia fotovoltaica converte a radiação solar em eletricidade através do uso de células solares. (ETENE, 2015).

Em vista da relevância estratégica que a matriz energética apresenta para os mercados, cabe destacar as colaborações de Barros Neto, Fensterseifer e Formoso (2003), defendem que as prioridades competitivas como objetivos que as empresas devem buscar com o intuito de aumentar a competitividade da sua empresa. Ainda segundo os autores, as principais prioridades são, o custo, a qualidade, o desempenho, a flexibilidade e a inovatividade. Diante do exposto, formula-se como gestão orientada para este estudo: Quais as forças propulsoras e restritivas que suportam as decisões de pequenos estabelecimentos domésticos ou empresariais, garantindo viabilidade e sustentabilidade?

Ademais, esta pesquisa conta além desta introdução de outra grande seção, que trata do referencial teórico que discorrerá sobre a energia solar fotovoltaica, drivers estratégicos, análise de cenários, metodologia, apresentação e discussão dos resultados e a conclusão para apresentar as limitações do estudo e propor novas pesquisas.

O objetivo deste trabalho é analisar as forças propulsoras e restritivas relativas à geração e distribuição de energia fotovoltaica a partir de microgeradores, estudando a viabilidade e rentabilidade de pequenos estabelecimentos domésticos ou empresariais. Delineando-se nos objetivos específicos de construir um radar de atratividade da energia fotovoltaica proveniente de microgeradores e Identificar as forças propulsoras e restritivas da micro geração de energia solar fotovoltaica.

Este trabalho possui relevância teórica a partir modelo “Diamante do Poder”, desenvolvida por Michael Porter, no livro A Vantagem Competitiva das Nações em (Porter, 1989), quando o autor defende que as estratégias e a competitividade das nações dependem dos quatro lados do diamante, sendo eles: I) Condições e Fatores; II) Condições de Demanda; III) Elos de Relacionamento; IV) Estratégia das Firms e Estrutura de Competição.

Já a relevância empírica e empresarial deve-se as condições e fatores de recursos, sendo a energia um dos principais, pois “a competitividade de um país depende da sua capacidade de inovar e melhorar” (Porter, 1999, pág. 167 apud Monteiro e Arica, 2005), logo para pode-se inovar é de grande importância o desenvolvimento tecnológico, que por sua vez é dependente da energia, componente básico que fornecerá luz, calor, força e eletricidade para a produção destes projetos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico se trata do embasamento do estudo que está sendo realizado, pois através da pesquisa bibliográfica em livros e periódicos, extraímos teorias que sustentam as ferramentas abordadas nesta pesquisa, nesse sentido, teremos um referencial teórico que sustentará a competitividade das nações e o

desenvolvimento econômico a luz da teoria do “Diamante de Porter”, em seguida será feita uma abordagem sobre a gestão estratégica, dando enfoque sobre os drivers estratégicos e as forças propulsoras e restritivas da implementação e distribuição de microgeradores de energia solar fotovoltaica. Complementando será demonstrado, respaldado pela teoria, a inovação como a base para o desenvolvimento, destacando a matriz energética e a energia fotovoltaica, finalizando com a perspectiva empresarial da distribuição de microgeradores de energia.

2.1. COMPETITIVIDADE DAS NAÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Acerca da competitividade das nações, é sucinto citar as definições desde Adam Smith até Porter, a partir desta perspectiva elaborou-se uma síntese de cada teoria, no quadro a seguir.

Quadro 1.- Teoria das Vantagens Competitivas

Autor/Abordagem	Perspectiva	Vantagem Competitiva
Adam Smith/ Absolutista	A “Teoria da Vantagem Absoluta”, que defendia, que o país que for capaz de produzir um produto pelo menor custo, relativo à quantidade de horas de trabalho, poderia realizar trocas com outros países de forma benéfica, ao mesmo tempo em que defendia que os países com grande potencial em produtos de grande demanda mundial, como o ouro, dominariam a economia mundial, e os demais teriam de ser economicamente submissos a ele. (Figueiredo e Santos, 2005).	Força de trabalho, quanto maior a produtividade, maior sua vantagem.
David Ricardo/ Comparativa	A “Teoria das Vantagens Comparativas”, que se baseia em “um mecanismo automático de ajustamento do balanço de pagamentos e uma demonstração de que todos os países, independente da estrutura de custos de sua economia, ganhariam com o livre comércio.” (FONTENELE, SOUZA E LIMA, 2011, pág. 5). Ainda segundo o autor, “ocorrendo a partir de uma razão de troca de mercadorias proporcional ao tempo de trabalho social gasto na produção delas”, assim cada produto poderia ser trocado por um diferente peso,	Valor da moeda, quanto maior a valorização dos bens que possuem, maior a valorização da sua moeda e conseqüentemente, maior a sua vantagem competitiva.

	podendo em alguns casos ter um produto com uma escala muito superior, criando diferentemente da “teoria da vantagem absoluta”, a comparação de preços que definia o valor em cada país de uma mesma mercadoria.	
Michael Porter/ Vantagem Competitiva das Nações	A “Teoria das Vantagens Competitivas das Nações” se baseia na capacidade de transformar seus recursos em produtos de qualidade ou tecnologia superior, tendo vantagem competitiva, devido a um uso inovador e único do recurso. Sendo os detentores da vantagem, as nações que melhor utilizam seus recursos. (PORTER, 1989)	As nações que possuem os melhores meios de exploração e uso dos recursos tem maior vantagem competitiva.

Fonte: elaborado pelo autor com base em Figueiredo e Santos (2005), Fontenele, Souza e Lima (2011) e Michael Porter (1989).

De acordo com Kupfer (2013), os dois modelos básicos de concorrência da teoria neoclássica são a competição perfeita e o monopólio, se tratando respectivamente da descentralização do mercado aonde o consumidor é responsável pelo equilíbrio, e da estrutura centralizada de mercado, aonde as organizações equilibram a oferta e demanda.

Em ambos os casos a competitividade está presente, tendo como a grande diferença, as variáveis determinantes de cada mercado, no caso de uma concorrência perfeita, a oferta e demanda é regulada pelo mercado que faz com que as quantidades voltem a se ajustar ao preço, já no monopólio, as ações estratégicas da empresa dominante é quem vai regular a oferta e demanda deste setor. (Kupfer, 2013)

Para tanto as organizações se utilizam de estratégias de diferenciação por custo, processo, atendimento ou produto, podendo a partir disto, justificar o preço praticado no mercado e a vantagem adquirida pelo consumidor na escolha daquela marca, pelo seu desempenho superior. (Hill e Jones, 2013).

Hill e Jones (2013) conceitua a vantagem competitiva como uma vantagem do produto, seja uma qualidade ou inovação superior, que resultará em uma diferenciação, ou pode ser uma vantagem da organização, quando tiver eficiência ou resposta ao consumidor superior ao que é apresentado ao mercado, sendo diferenciado pelo baixo custo e pela assistência prestada ao cliente final.

Afinal, o mercado funciona através da seleção natural, aquelas organizações que possuem maior poder de adaptação, força e agilidade, estarão no topo, e já aqueles que não tiverem forças para conter a concorrência, serão deixadas de lado pelo mercado. Logo a vantagem competitiva é uma ação de melhoria ou inovação no seu produto ou serviço, que irá garantir que você tenha uma maior capacidade de atender e se adaptar ao desejo dos seus consumidores. (Porter, 1989).

Segundo a teoria do “Diamante de Porter”, (Porter, 1989), o sistema de determinantes de vantagem competitiva é formado por uma teoria de investimentos e inovação, pois segundo o autor as empresas competitivas são aquelas que têm capacidade e vontade de melhorar e inovar com um alto poder de reação, sendo capaz de desenvolver fontes de vantagem competitiva, para isto o autor destacava quatro determinantes demonstradas no quadro a seguir.

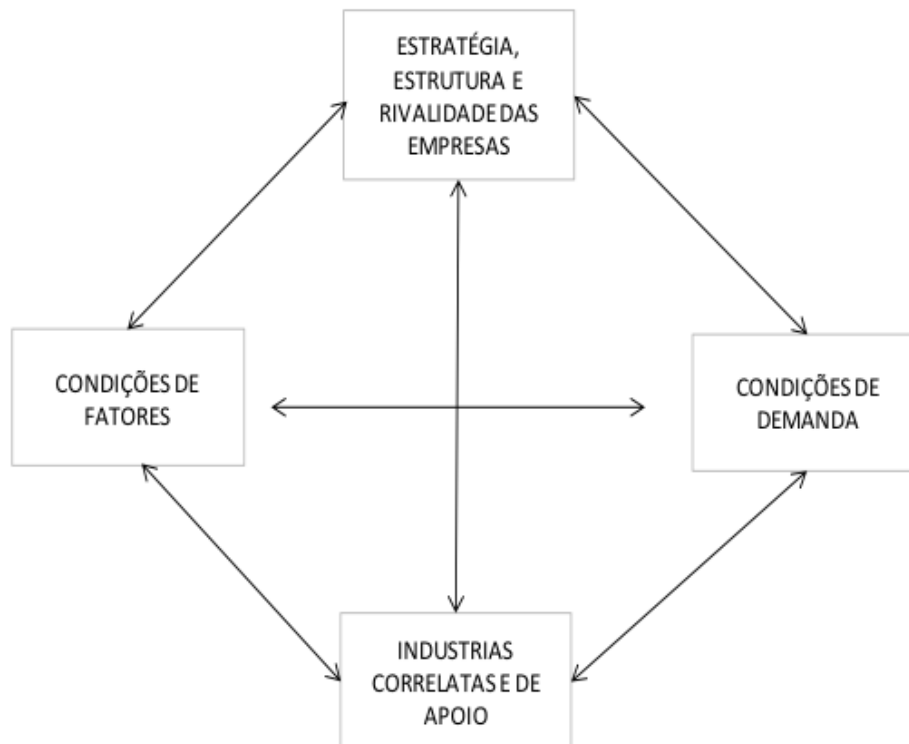
Quadros 2 – Determinantes da Vantagem Nacional

Determinante	Perspectiva
Condições de Fatores.	A posição nos fatores de produção como trabalho especializado ou infra-estrutura, necessários à competição em determinada indústria.
Condições de Demanda.	A natureza da demanda interna para os produtos ou serviços da indústria.
Indústrias Correlatas e de Apoio.	A presença ou ausência, no país, de indústrias abastecedoras e indústrias correlatas que sejam internacionalmente competitivas.
Estratégia, estrutura e rivalidade das empresas.	As condições que, no país, governam a maneira pela qual as empresas são criadas, organizadas e dirigidas, mais a natureza da rivalidade interna.

Fonte: (PORTER, 1989, pág. 87).

As determinantes formam um contexto de competição de recursos e competência para a criação de uma vantagem competitiva, sendo assim as indústrias se destacavam a partir das bases de recursos existentes, junto ao estímulo da gestão para um esforço intenso em busca de inovação, bem como para um investimento recorrente. Logo, a união destes fatores, forma um sistema que através do seu conjunto determinam o aumento ou a diminuição da vantagem nacional, como ilustrado no quadro a seguir.

Figura 1 – Diamante de Porter



Fonte: (PORTER, 1989, pág. 163).

Comparando as três teorias expostas, pode-se perceber que todos destacam a importância de recursos chave para um país, destacando desde a importância da posse de bens preciosos, bem como ter uma alta produtividade e por fim recursos o suficiente para sustentar suas atividades mercantis. Assim se descreve que a base principal da riqueza de uma nação, é o seu poder de competir com as demais, tendo como base da riqueza, a capacidade de se desenvolver e a capacidade de reação.

O papel do “Diamante de Porter” será de sustento dos recursos para que a inovação e a diferenciação possam gerar um desempenho superior aos demais concorrentes, pois através de um produto que tenha atributos que tragam destaque, esta nação poderá ocupar um espaço no topo da economia global, gerando um grande desenvolvimento econômico para este país e o seu povo.

A linha do tempo da economia global fica evidenciada através das cinco etapas do desenvolvimento econômico, sustentadas por Rostow (1978), apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 3 – As Linha do Tempo da Economia Global

Fase	Abordagem	Perspectiva
1ª fase	Sociedade Tradicional.	Não significa uma estagnação, mas, a existência de um limite na produção per capita, pela falta de avanço científico e tecnológico.

2ª fase	Precondições para o Arranco	Trata-se da preparação para a absorção da ciência moderna nas atividades econômicas, dando início a criação de conceitos de que o progresso econômico não é apenas uma possibilidade positiva, mas sim uma necessidade humana, que ansiava pelo desenvolvimento, afinal seria uma ação que traria dignidade e benefícios à sociedade
3ª fase	Arranco	Momento de aproveitar o impulso tecnológico da ciência, para um desenvolvimento rápido, sem a presença das antigas objeções e resistências, afinal ela advém de uma nova força de pensamento progressista, que difunde a escalabilidade e a industrialização, em um movimento expansionista.
4ª fase	Marcha para a Maturidade	A economia em ascensão busca ampliar a capacidade de estender a tecnologia para todas as atividades econômicas, acelerando a criação de novas indústrias e setores, tendo também a consolidação das antigas, incluindo novos valores na sociedade, para que não haja nenhuma ação de retardo no crescimento.
5ª fase	Era do Consumo em Massa	A sociedade superou sua capacidade de compra, e pode ultrapassar as necessidades mínimas e buscar cada vez mais capital, para possibilitar a compra e o uso de novos produtos e serviços, é o grande momento do desenvolvimento urbano, quando surge a necessidade do bem-estar, agora os bens de consumo são disseminados de modo que houve uma revolução da sociedade, que passou por grandes alterações nos seus valores e na sua mentalidade

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Rostow (1978).

O desenvolvimento econômico neste momento proporciona bens duráveis de consumo e serviços que atendem as demandas da sociedade, que acaba de incorporar o consumo e o ter como um valor social, pois passa a ser exigido, que todos contribuam ativamente com o desenvolvimento econômico, pois quanto mais você contribuir para a economia, maior acesso aos produtos e serviços terá.

Diante do exposto, torna-se necessário dizer, da diferença entre desenvolvimento e crescimento, uma vez que “O desenvolvimento é visto como a força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada a uma sociedade avançada”, visão que foi amplamente divulgada com o advento da abordagem neoclássica da economia.” (LEAL SANTOS et al. 2012, pág 48). Esta visão diferencia o desenvolvimento do crescimento, pois defende que para desenvolver, é insuficiente o ganho quantitativo, pois demanda a presença de sustentabilidade.

Todavia, como este estudo tem como respaldo a inovação, foca-se então na perspectiva do desenvolvimento, segundo Fontenele, Souza e Lima (2011, pág. 7) “o desenvolvimento econômico é um processo dinâmico de melhorias sucessivas”,

tendo como base de indicadores, os dados gerados sobre o empreendedorismo, ou seja, as atividades econômicas daquele país.

Na Teoria do Empreendedorismo, defende-se que devido à concorrência e redução dos lucros, as empresas são obrigadas a realizarem inovações técnicas e financeiras, e que os resultados dessas inovações geram o crescimento econômico. (Avelar, 2011, pág. 7).

Logo, a necessidade de inovar, para gerar maior valor agregado, impulsiona o desenvolvimento de novos produtos bem como o aperfeiçoamento do manuseio ou manufatura do mesmo, o que é responsável por equilibrar a competição entre as nações, bem como ser a alavanca de avanços no melhor uso dos recursos para a realização de produtos/serviços de melhor qualidade e maior sustentabilidade social, financeira e ambiental, para o bem comum de todos, ao mesmo tempo alimentando as finanças dos empreendedores.

A partir do entendimento da centralidade na qual a inovação adquire para o desenvolvimento econômico, pode-se dizer que esta é a força motriz da competitividade. Neste sentido há que se discutir sobre as forças propulsoras e sua utilidade para a gestão orientada para a inovação.

2.2. GESTÃO ESTRATÉGICA, FORÇAS PROPULSORAS E FORÇAS RESTRITIVAS.

Tendo a inovação como um pilar estratégico para o desenvolvimento, deve-se considerar a necessidade de adequar o planejamento com seu objetivo fim, demandando o uso de ferramentas e metodologias para realizar a previsão das adversidades, objetivando a garantia da continuidade do desenvolvimento do projeto até o alcance da meta estabelecida.

Para tanto é preciso que seja esclarecida a função da estratégia, que segundo o autor Thietart (1984 apud Nicolau, 2001, pág 5), “é o conjunto de decisões e ações relativas à escolha dos meios e à articulação de recursos com vista a atingir um objetivo”, podendo se inferir, que a estratégia é a organização necessária para desenvolver diferentes atividades com a manutenção do foco.

Segundo Rocha Fernandes (2012), a administração estratégica é um processo contínuo e interativo, no qual a organização busca se manter integrada com o mercado, sistematizando o pensamento estratégico, através da formalização

de processos e procedimentos para que a empresa saiba os caminhos que deve seguir.

Dado o papel fundamental da vantagem competitiva no desempenho superior, a peça central do plano estratégico de uma empresa deveria ser sua estratégia genérica. A estratégia genérica especifica o método fundamental para a vantagem competitiva que uma empresa está buscando, e fornece o contexto para a tomada de ações em cada área funcional. Na prática, entretanto, muitos planos estratégicos são relações de ações sem uma articulação clara da vantagem competitiva que uma empresa tem ou busca conseguir e de que modo. Estes planos provavelmente negligenciaram o propósito fundamental da estratégia competitiva no processo de passagem pela mecânica do planejamento. (PORTER, 1989, pág.22).

Rocha Fernandes (2012) ainda defende que a estratégia auxilia na visão e no controle da gestão da organização, tendo mais facilidade para enxergar as ameaças e transforma-las em oportunidades, além de possuir maior clareza sobre seus objetivos, o que traz um exercício constante de pensar em longo prazo, como também tem a capacidade de mobilizar os recursos para um objetivo comum.

Na prática o planejamento estratégico tem o objetivo de identificar os meios de encontrar uma vantagem competitiva, se preparando para o atual ambiente competitivo e para o ambiente de competição futuro. (Hill e Jones, 2013).

O planejamento estratégico se dá a partir da análise interna do negócio, análise externa do mercado (ambiente), e da análise da disponibilidade de recursos, uma vez constatados os dados, é feita a formulação da missão, e quais serão os objetivos e ações específicas que farão com que seja alcançado o alvo, para que posteriormente seja feita a implementação da estratégia. (Rocha Fernandes, 2012).

Segundo Cândido, Da Silva Bertotti e Bedin (2017), o planejamento estratégico tem a “necessidade de atualizações, acompanhamento das tendências do setor e o atendimento das necessidades dos usuários”, para tanto, existem três níveis de planejamento estratégico: estratégico, tático e operacional, tal qual demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 4 – Níveis de Planejamento Estratégico.

Nível	Abordagem
Estratégico	A partir de um objetivo específico em longo prazo, são definidas metas e decisões estratégicas.

Tático	São ações planejadas a partir do plano estratégico, como um meio de alcançar as metas definidas.
Operacional	São ações desenvolvidas para contribuir ou viabilizar a conquista do objetivo estratégico.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CÂNDIDO, DA SILVA BERTOTTI e BEDIN (2017).

O planejamento estratégico também pode ser dividido em quatro etapas, que são as principais, para o planejamento: diagnóstico organizacional, plano de ação, implementação e avaliação, como estão expostos nos quadros a seguir.

Quadro 5 – Etapas do Planejamento Estratégico.

Etapa	Abordagem	Perspectiva
1ª Etapa	Diagnóstico Organizacional	Etapa de análise do ambiente interno e externo da organização, identificando as maiores dificuldades e oportunidades para a conquista do objetivo estratégico.
2ª Etapa	Plano de Ação	Etapa de criação de projetos e orçamentos, com base no diagnóstico organizacional.
3ª Etapa	Implementação	Etapa de execução das atividades propostas no plano de ação.
4ª Etapa	Avaliação	Etapa de avaliação do que está sendo realizado e da prática de correções nas atividades, para maior assertividade no alcance do objetivo estratégico.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em CÂNDIDO, DA SILVA BERTOTTI e BEDIN (2017).

No diagnóstico organizacional, a análise interna de uma organização permite a avaliação forças propulsoras e restritivas da organização, envolvendo a análise dos recursos, da estrutura organizacional e a avaliação do desempenho da empresa, enquanto a análise externa irá considerar os mercados atingidos pela empresa, a concorrência e competição do setor e os fatores externos, como conjectura econômica e tendências que afetem a sociedade e o consumo. (SCHMITZ *et al*, 2013).

O diagnóstico será a base de análise que dará sentido a criação de um plano de ação, linha orientadora que desencadeará na ação de implementação da estratégia definida, sendo esta, baseada no processo demonstrado no quadro.

Quadro 6 – Processo de Implementação de Estratégia.

Fases	Desenvolvimento
Fase 1	Inicia-se com o controle do fluxo de caixa e planejamento financeiro anual, com orçamentos individualizados para cada setor, que buscam desenvolver orçamentos para médio prazo. O objetivo é o controle das variações financeiras.
Fase 2	O planejamento é estendido para três e cinco anos, com projeções de tendências futuras na forma de previsão de vendas. O objetivo é reduzir a diferença entre as metas e os resultados, controlando a disponibilidade de recursos. Fase
Fase 3	A organização passa a analisar sua posição frente a ameaças. Rever seu

	portfólio de produtos, agregar mais valor ou não a eles, e, reduzir custos para atender setores mais atrativos. Essas iniciativas implicam no desenvolvimento de novos produtos e serviços, para satisfazer demandas e competições do mercado.
Fase 4	A organização é direcionada pela inovação, adquire habilidades para responder às mudanças de mercado. Os valores e a estrutura organizacional são direcionados para reforçar e desenvolver um papel de liderança no setor de atuação através de contínuas evoluções.

Fonte: DE SANTANA, op. Cit, apud SCHMITZ et al (2013, pág 13).

Através do planejamento estratégico, os gestores efetivamente terão indicativos que auxiliarão na tomada de decisão, pois uma vez constatado o objetivo da organização, teremos a análise dos drives estratégicos, que se tratam das forças propulsoras e restritivas daquele projeto.

Segundo Cândido, Da Silva Bertotti e Bedin (2017), o planejamento estratégico se trata de um plano, “levando em consideração as forças restritivas (problemas e limitações) e as forças propulsoras (vantagens) de seu ambiente e da instituição mantenedora, definindo objetivos, traçando prioridades, ou avaliando alternativas de curso de ação”.

As forças propulsoras e restritivas são variáveis de um sistema de análise que atua na avaliação dos limites da evolução de cada variável, sendo as forças propulsoras, características ou eventos que impulsionam a o alcance das suas metas e objetivos, e as forças restritivas, as características e eventos que afeta de forma negativa, sendo um impeditivo ou uma limitação que inviabilize a realização do projeto. (ASSUNÇÃO, 2014)

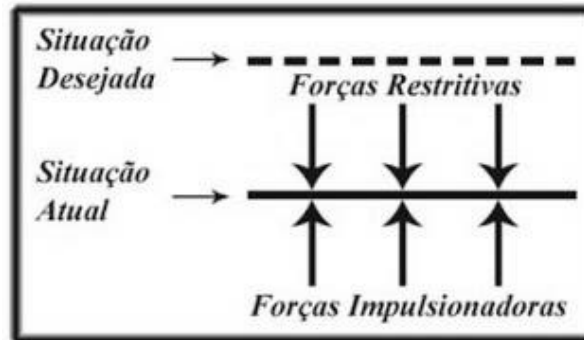
Assunção (2014) defende que esta ferramenta faz parte da fase de planejamento, sendo utilizada para auxiliar a tomada de decisão, prevendo os pontos de apoio e de inflexão do projeto em questão, dando uma abordagem balizada e pluralista do futuro. (SILVA et al, 2012).

É relevante citar que, tal quais as forças propulsoras e restritivas são os pilares do planejamento estratégico, a inovação é a base para o desenvolvimento, pois ambos seguem a mesma lógica de que, o eixo do crescimento vem a partir da oportunidade ou superação de uma ameaça do mercado, que permite surgir um grande diferencial da sua organização para as demais.

O autor Mello (2011), aponta que as forças propulsoras e restritivas se baseiam na análise das naturezas: econômica, gerencial, legal, comportamental, operacional e de infraestrutura. Esta ferramenta de gestão foi criada por Lewin

(1965), através da formação do diagrama de análise do campo de forças, apresentado na figura a seguir.

Figura 2 - Forças Propulsoras e Restritivas

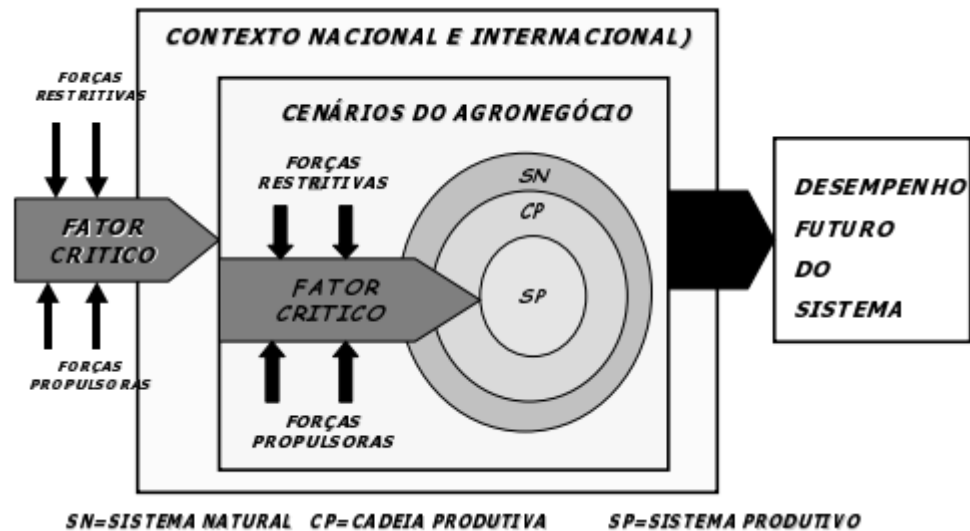


Fonte: Covey (2002), acessado em 20/06/2018.

Como está representada na figura 2, a linha corresponde a situação atual daquela organização, que está sendo impulsionado por atributos que justificam a necessidade de alcançar uma situação desejada e está sofrendo uma resistência de todas as adversidades que devem ser enfrentadas para que seja alcançada a situação desejada, ilustrada pela linha tracejada. (MEXAS, 2010)

DE CASTRO, LIMA e CRISTO (2002), defende ainda, que as forças propulsoras e restritivas são determinantes para a criação de uma visão de futuro, pois apenas a partir da análise destas forças, as informações serão suficientes para a formulação de estratégias sólidas, conforme ilustrado na figura a seguir.

Figura 3 – Aplicação da Análise Perspectiva.



Fonte: DE CASTRO, LIMA e CRISTO (2002).

Conforme ilustrado, as forças restritivas e propulsoras postas de maneira analítica, é capaz de formar uma balança analítica, aonde são geradas os fatores críticos de sucesso ou fracasso de determinado projeto, que funcionaram como base para a criação de uma estratégia que possa garantir a superação das restrições com o uso das forças propulsoras.

Logo, podemos inferir que a inovação é um processo de mudança o qual, demanda um grande estudo sobre sua viabilidade de implementação, para tanto a relevância do estudo desta mudança como um fator crítico de sucesso para o objetivo da organização, o qual demanda a criação da análise de um campo de forças propulsoras e restritivas para a definição.

2.3. INOVAÇÃO COMO BASE PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Após dissertar sobre a competitividade das nações, baseada na teoria do diamante de Porter e sobre as forças propulsoras e restritivas, como base da estratégia de uma organização, é salutar retornar a discussão sobre a competitividade, dando ênfase ao poder da inovação como aplicação de um diferencial competitivo.

O conceito de inovação adquiriu relevância dentro da teoria econômica a partir dos trabalhos de Joseph Schumpeter por duas razões principais: A primeira foi a introdução da variável inovação como endógena à dinâmica econômica, tornando-a elemento primordial na determinação dos movimentos

cíclicos de transformação das economias capitalistas. A Segunda razão foi a descrição minuciosa realizada por Schumpeter do processo de inovação, dividindo-o em três etapas (invenção-inovação-difusão) e enfatizando a figura do empresário inovador ao passar da primeira para a segunda etapa. (GUIMARÃES, 2010, pág. 121).

Segundo Schumpeter, (1988, apud DOS SANTOS et al, 2010), inovação é “uma invenção é uma idéia, esboço ou modelo para um novo ou melhorado artefato, produto, processo ou sistema. Uma inovação, no sentido econômico somente é completa quando há uma transação comercial envolvendo uma invenção e assim gerando riqueza”.

O conceito apresentado diferencia invenção de inovação, uma vez que a invenção é a criação de algo novo que pode ter ou não relevância econômica, e a inovação exige que a invenção seja implementada e gere um resultado econômico. (TORRES, 2012).

Segundo Audy (2017), a inovação é um processo contínuo de geração de novos conhecimentos que serve como uma mola propulsora para o desenvolvimento, pois se trata de uma ideia executada.

Nesse sentido, o mercado tem um processo contínuo que demanda novos instrumentos e mecanismos para gerar condições propícias ao desenvolvimento, sendo a inovação o grande diferencial que determinará o grau de desenvolvimento de cada organização e setor. (AUDY, 2007)

Como defendido anteriormente, “O desenvolvimento é visto como a força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada a uma sociedade avançada”, (LEAL SANTOS et al. 2012, pág 48), logo, as prioridades competitivas, segundo Barros Neto, Fensterseifer e Formoso (2003), como o custo, o desempenho e a inovatividade podem ser as alavancas propulsoras do setor de energia renováveis, especificamente da micro geração de pequenos estabelecimentos.

Segundo Conceição (2000, pág 59), “a inovação que permeia e modela essa nova constituição, devendo, por isso mesmo, ser entendida como um processo cumulativo e articulado, que interage com a invenção e a difusão”. Logo, temos vincular o processo de inovação com um ciclo constante de acumulação de conhecimentos e experiências que geram ideias em formato de soluções, que são desenvolvidas a partir de invenções, objetivando a formação de uma solução que seja passível de gerar retorno, podendo assim ser difundida de maneira maciça.

Esse ciclo interage diretamente com a filosofia capitalista, uma vez que provoca o desenvolvimento contínuo, como defende o autor Greenspan (2008), através de sua linha de pensamento econômico, descrevendo o progresso econômico do capitalismo.

O crescimento de longo-prazo das economias capitalistas é originado pelo crescimento da produtividade do trabalho que resulta do processo de “destruição criativa” de Schumpeter. Nesse contexto, a concorrência no capitalismo deve ser vista como um processo pelo qual as empresas inovadoras introduzem novos bens e novos processos de produção com o objetivo de sucatear as velhas tecnologias e se apoderar do mercado das empresas que não se mostrarem capazes de introduzir novos bens e novos processos produtivos. A essência do capitalismo é, portanto, a destruição do velho pelo novo. (GREENSPAN, 2008, pág 2).

Diante do exposto, é relevante citar sobre o ciclo da geração de riqueza, que se inicia com a divisão conceitual, apresentando a diferença entre invenção e inovação, que se trata da necessidade de haver transação comercial da invenção para que a própria possa ser denominada como inovação, ou seja, exige a geração de riquezas. (SCHUMPETER, 1998 apud DOS SANTOS et al, 2011).

Ademais, é salutar falar sobre a inovação frugal, que é “a capacidade de “fazer mais com menos” a qual está se transformando em um negócio imprescindível em economias desenvolvidas.” (ZANANDANDREA, 2017, pág. 108). Entretanto, esta modalidade não se baseia apenas em um baixo custo, portanto é preciso entender a diferença entre a inovação em custo e a inovação frugal.

Quadro 7 – Conceito de Inovação em Custo e Inovação Frugal.

Inovação	Características
Inovação em Custo	A inovação em custo tem como objetivo proporcionar aos clientes uma melhor equação qualidade-preço. Por isso compreende no desenvolvimento de produtos e serviços de qualidade, mas com custos e, conseqüentemente, preços menores que os demais competidores já estabelecidos.
Inovação Frugal	A inovação frugal compreende no desenvolvimento e oferta de produtos e serviços de qualidade e com custo baixo de produção (inovação em custo), porém com novas e/ou melhores funcionalidades para alguns aspectos dos produtos e ou serviços já estabelecidos.

Fonte: GINEBRA (2015) apud FLEURY (2015).

Segundo Wooldrigde (2010, apud VERIDIANA, 2015), a inovação frugal não se pauta unicamente por redesenhar produtos, ela deve envolver uma completa e nova visão entre o processo produtivo e o modelo de negócios. Portanto podemos considerar que as energias renováveis são um exemplo de inovação frugal, pois se trata de um novo modelo de geração de energia.

Diante do que foi apresentado, é sucinto discorrer sobre a matriz energética solar fotovoltaica, pois se trata de um modelo inovador, de menor custo de produção de energia, que é exposto a comercialização de um invenção, o que a torna uma inovação do setor energético.

2.4. MATRIZ ENERGÉTICA E ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA

A matriz energética brasileira é formada principalmente pelas fontes renováveis que representa mais de 43%, tendo como principal fonte de energia elétrica, as hidrelétricas que são 75% da matriz.

Diante deste fato, podemos inferir que nosso modelo energético ainda apresenta um grande potencial de expansão, sendo uma oportunidade para empreendimentos de longo prazo, até, pois com a necessidade de expansão da capacidade de produção de energia, as energias renováveis como a eólica e a solar, se tratam de um meio de atingir um grande crescimento utilizando a abundância biológica do Brasil, principalmente do nordeste brasileiro, que possui fortes ventos no litoral e sol o ano inteiro. (MME, 2017).

Tendo em vista a demanda da sociedade e a maior volatilidade do preço da energia elétrica, a energia fotovoltaica é uma matriz que vem obtendo um crescimento expressivo, de acordo com a consultoria legislativa (2017), podemos inferir que o *net metering*, sistema o qual define a utilização de energia e a venda do excedente para a cia elétrica resultou em um grande crescimento nas unidades consumidoras com geração solar fotovoltaica.

Segundo Alves (2014), o conceito de *net metering*, nasce em 1983, nos Estados Unidos da América, tornando-se desde então o principal mecanismo de suporte do mercado de geração de energia solar fotovoltaica, permitindo que produtores de energia possam compensar o seu consumo parcial ou total a partir da energia produzida pelo seu sistema fotovoltaico, tendo em caso de excesso, ou seja,

uma produção maior do que o consumo a formação de um crédito para compensar os períodos em que o seu sistema não está produzindo energia.

Mesmo com este dado, ainda tem-se uma quantidade pequena de distribuição de energia fotovoltaica, que representa apenas 0,01% das unidades consumidoras, o que se espera ampliar até 2023, segundo o EPE (2014), para 0,33% das unidades.

A energia tem influenciado desde a revolução industrial a competitividade econômica dos países e a qualidade de vida da sociedade civil, e com o advindo das preocupações com a sustentabilidade, a energia tem se tornado cada vez mais decisiva, pois tem uma limitação de crescimento gerada pela necessidade de preservação do meio ambiente, a alta necessidade de capital para este investimento e o aumento intenso do consumo energético, maior do que sua capacidade de crescimento. (Tolmasquim, 2007)

Ainda segundo o autor, é possível inferir que as economias que tem buscado fornecer acesso aos recursos energéticos de baixo custo e impacto ambiental, estão com uma grande vantagem competitiva, pois o desenvolvimento econômico e social possui uma alta demanda de fornecimento, segurança e sustentabilidade de energia.

Diante desta demanda, a geração distribuída de energia tem ganhado espaço, através das inovações do setor elétrico, tendo como força propulsora para sua implementação, a grande dificuldade de financiamento das grandes centrais de geração e o suporte aos impactos ambientais que são causados na decorrência da sua instalação. (RODRIGUEZ, 2002)

Ainda segundo este autor, essa inovação, é um recurso flexível de energia, que se trata de unidades menores de distribuição e transmissão de energia, tendo um menor custo, menor perda de potência e proporciona uma maior estabilidade à tensão elétrica.

Sobre a energia solar, ela consiste em tecnologias de aproveitamento da energia proveniente do sol, podendo ser heliotérmica, quando consiste no uso do calor para a geração de energia, ou fotovoltaica, quando converte a radiação solar diretamente em eletricidade, (ETENE, 2015) como está ilustrado na figura a seguir.

Quadro 7 – Principais Tecnologias da Energia Solar.

Modalidades	Tecnologias	Perfil industrial	Estágio do desenvolvimento tecnológico	Padrão de Concorrência
Fotovoltaica	Painéis rígidos (silício cristalino)	Vertical: mais etapas; menos integrado, concentração industrial nas etapas iniciais	Desenvolvimento em etapas do processo de fabricação: maior eficiência energética e escala de produção, novas tecnologias de	Principal: preço e escala de produção; P,D & I, com foco em redução de custos e aumento da eficiência.
	Filmes finos (silício amorfo, compostos policristalinos, etc.)	Vertical: menos etapas; mais integrado.	Desenvolvimento em etapas do processo de fabricação: maior durabilidade (redução da degradação), novos processos de deposição em substratos.	Principal: preço e escala de produção; P,D & I, com foco em redução de custos e aumento da eficiência.
	Novas tecnologias: <i>painting</i> e célula orgânica (OPV).	Vertical: menos etapas; mais integrado.	Fronteira tecnológica: no caso da tecnologia OPV, integrado com a indústria eletrônica.	Esforços de P, D & I para viabilização econômica.
Heliotermia	Quatro tecnologias conhecidas: espelhos parabólicos; disco parabólico; fresnel; torre.	Horizontal: necessidade de maior escala de produção (torres, principalmente).	Fronteira tecnológica: desenvolvimento focado em retenção/absorção de calor; redução de custos; aumento na eficiência.	Esforços de P, D & I para aumento de eficiência e viabilização econômica; integração de serviços para contratos chave-na-mão.

Fonte: EPOSITO e FUCHS (2013).

Este quadro aponta as tecnologias utilizadas para a geração de energia com o recurso solar, definindo o perfil produtivo de cada uma, o estágio de desenvolvimento tecnológico e o padrão de competitividade, elencando os maiores desafios de cada uma.

Diante da alta demanda de instalação dos micros geradores de energia, estão sendo desenvolvidas tecnologias *Smart Grid*, que permitem a criação de micro redes, que facilitam a distribuição e automação da sua unidade de geração de energia, dando maior capacidade operacional. (FALCÃO, 2009).

Smart Grid “é uma tecnologia ou equipamento que se baseia na utilização intensiva da tecnologia de automação, computação, comunicações para monitoramento e controle da rede elétrica, as quais permitirão a implantação de estratégias e controle de rede”. (FALCÃO e FELLOW, 2010).

A ABSOLAR (Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica) aponta características da energia solar, que tem grande oferta de recurso solar, distribuído por toda a área geográfica brasileira, além de ser complementar a outras energias renováveis. Ademais destaca os benefícios da fotovoltaica como uma geradora de empregos que atrai novas cadeias produtivas, aquecendo a economia, além de ser uma geração de energia limpa, sem dejetos ou ruídos. (SAUAIA, 2016).

Alves (2014) expõe que os parâmetros chave para o pareamento entre o valor da energia solar fotovoltaica para as demais, parte das variáveis tais quais: custo da eletricidade, recurso solar, custo do financiamento, custo dos sistemas fotovoltaicos.

A partir dos dados apresentados, podemos inferir que, as inovações do setor energético vêm ampliando o acesso à micro geração de energia solar fotovoltaica para estabelecimentos de pequeno porte.

Ademais, sobre o cenário da produção de energia solar fotovoltaica no Brasil, pode-se perceber a alta representatividade do investimento em uma instalação de um equipamento de geração de energia solar.

O custo na aquisição dos equipamentos é a principal causa do ainda elevado preço da energia elétrica gerada por fonte solar. Contudo, há evidências de que os preços dos painéis fotovoltaicos estão caindo e que podem cair ainda mais, Inclusive, EPE (2014) aponta estudo que estima que os custos de instalação dos sistemas fotovoltaicos para os seguimentos residencial, comercial e planta centralizada deverão cair, respectivamente, 48,70%, 46,3% e 54,8% entre 2010 e 2020. (SILVA, 2015).

Silva (2015), ainda aponta as forças restritivas da energia solar no Brasil, do ponto de vista da viabilidade econômica, como os impostos, o alto valor de investimento e o baixo valor dos leilões de energia.

3 MÉTODOS

Essa seção contempla a metodologia de pesquisa na qual, descreve os métodos de desenvolvimento deste estudo monográfico, segundo Gil (2010), métodos de pesquisas são procedimentos técnicos e de conhecimento, que são

aplicados para se obter o conhecimento. Nesta perspectiva, os tópicos abordados são a tipologia de pesquisa, a natureza de pesquisa, o instrumento de coleta de dados e a análise dos dados.

3.1.AMBIENTE DE PESQUISA

Este estudo tem como ambiente de pesquisa uma empresa do setor energético cearense, que iniciou suas atividades em 2011, realizando geração distribuída com projetos de energia eólica, sendo pioneira no estado e em seguida começou suas atividades da energia solar, até atuar desde 2014 apenas com energia solar. Ademais, é inferir que o ambiente de pesquisa se trata de uma empresa situada em um setor promissor. Além disso, segue as orientações de Santos (2008 apud CABRAL e VIEIRA, 2012), que argumenta sobre a energia solar como uma alternativa promissora e eficaz para setor de energia.

3.2.TIPOLOGIA DE PESQUISA

Esse estudo desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica com o fim de compreender o estado da arte e delinear os possíveis drivers estratégicos, no que tange a micro geração de energia solar fotovoltaica.

Tal tipologia de pesquisa seguem as orientações de Gil (2010), no qual afirmam que pesquisa bibliográfica é feita com base em um material já existente, no caso desta pesquisa, os relatórios do ETENE e do MME sobre a micro geração de energia solar fotovoltaica.

Segundo Denzin e Lincoln (2006 apud AUGUSTO et al, 2013, pág.747), a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem, identificando os fatores críticos de atratividade da micro geração de energia solar fotovoltaica, a ótica de uma empresa cearense de geração distribuída de energia solar.

3.3. NATUREZA DE PESQUISA

Esta pesquisa tem natureza qualitativa, pois tanto descreve as forças propulsoras e restritivas da micro geração de energia solar fotovoltaica, conforme o argumento de Strauss e Corbin (2015), que defenderá que os dados podem vir de várias fontes, no caso, da aplicação de um roteiro de entrevista e da utilização de dados e documentos, de uma empresa cearense de geração distribuída de energia solar, como também permite uma maior análise dos resultados obtidos através do cruzamento de informações coletados na pesquisa e no questionário aplicado, dando maior consistência e profundidade a esta monografia.

3.4. INSTRUMENTO E COLETA DE DADOS

O instrumento de coleta de dados da pesquisa empírica é formado por um questionário com perguntas abertas e fechadas, constituído em três grandes tópicos: caracterização do setor, análise das forças propulsoras e restritivas relativas à geração e distribuição de energia fotovoltaica a partir de microgeradores, estudando

a viabilidade e rentabilidade de pequenas plantas de produção de energia e a identificação dos drivers, utilizando como referência, a teoria do “Diamante de Porter”, e dos relatórios do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – (ETENE, 2015) e do Ministério de Minas e Energias (MME, 2017), que sugerem os principais drivers estratégicos deste tipo de energia.

Acrescenta-se que questionário segundo Marconi e Lakatos (2012) é uma série ordenada de perguntas, respondidas sem a presença do pesquisador, sendo mais prático e escalável. O questionário será disponibilizado pelo software Google Forms, e disponibilizado para todos os stakeholders do SINDENERGIA, do Estado do Ceará, e a aplicação ocorrerá em outubro de 2018. Adicionalmente do questionário, o pesquisador fez ligações e visitou a empresa, para realizar o do questionário de pesquisa.

3.5. ANÁLISE DOS DADOS

Para análise dos dados coletados será utilizada a análise do questionário com o objetivo de destacar as partes críticas quanto a geração de energia distribuída de projetos de micro geração de energia solar fotovoltaica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa, realizamos um questionário de entrevista junto ao fundador e diretor da empresa, que tem como core business a geração distribuída de energia solar fotovoltaica, quando a radiação solar é convertida em energia elétrica, atuando na geração de energia industrial e residencial de pequeno, médio e grande porte.

O respondente classificou que a micro geração de energia solar fotovoltaica tem como forças propulsoras a grande oferta de recurso solar no nosso estado, que possui uma média relevante de incidência solar, bem como a alta eficiência energética, durabilidade e desempenho da tecnologia, apontando também que os custos de manutenção são baixos. Logo se torna um investimento de longo prazo interessante para os estabelecimentos residenciais e comerciais que busquem ter sustentabilidade e uma economia escalável de energia, uma vez que feito o investimento, esta tecnologia permitirá uma grande economia por uma longa duração, de modo que haja um real valor de retorno para o consumidor que opta pela utilização desta tecnologia.

Quanto às forças restritivas, o diretor da empresa, destacou a alta inovatividade do setor, que continuamente lança no mercado internacional novos modelos de placas solares para a captação da radiação solar, que tornam os equipamentos obsoletos em um curto espaço de tempo.

Ademais confessou que se trata de um alto investimento inicial para instalação desta tecnologia no estabelecimento, uma vez de que essas peças são importadas e, portanto sofre oscilações do câmbio e de logística, fazendo com que os valores flutuem e tenham aumento nos preços.

Se não bastasse o alto valor, o financiamento da implementação desta geração distribuída de energia ainda está em fase de desenvolvimento, o setor de estabelecimentos comerciais, vem sendo beneficiado pelo Banco do Nordeste, através do FNE Solar, que trás grandes condições de financiamento.

Mas já para quem deseja financiar um projeto em estabelecimentos residenciais, encontra uma maior dificuldade diante da pequena oferta de crédito de suporte para a implantação desta tecnologia em residências.

Quando questionado sobre o caso específico da micro geração de energia solar fotovoltaica em pequenos estabelecimentos, o respondente, disse que o custo benefício da geração distribuída de energia solar fotovoltaica, está na capacidade de uma economia de escala, logo é necessário um consumo considerável de energia para haver a compensação do investimento.

Ao final da entrevista, o representante da empresa ainda falou da importância dos incentivos públicos, em forma de vantagens fiscais, que isentam o ICMS, o PIS e o COFINS, pois uma vez feita à geração de energia via compensação, ou seja, de uma tecnologia net-metering, quando os produtores de energia compensam seu consumo parcial ou total a partir da energia produzida pelo seu sistema de energia. De acordo com as respostas coletadas na entrevista, foi possível fazer a comparação entre os atributos apresentados pelos relatórios do Ministério de Minas e Energias do Brasil (2017), do Escritório Técnico de Estudos do Nordeste (2015) e as prioridades competitivas que as empresas devem buscar com o intuito de aumentar a competitividade da sua empresa: o custo, a qualidade, o desempenho, a flexibilidade e a inovatividade. (BARROS NETO, FENSTERSEIFER E FORMOSO, 2003).

5 CONCLUSÃO

Com a análise feita na pesquisa, foi possível perceber que os relatórios dos órgãos responsáveis pela regulamentação e incentivo ao uso da energia solar estão em consonância com a realidade das empresas que atuam na instalação de plantas de energia em estabelecimentos, demonstrando o alinhamento entre o setor público e o setor produtivo, podendo ser fruto de um fomento deste mercado que é visto como promissor segundo os próprios relatórios apresentados neste trabalho.

Por fim, diante da comparação entre as forças propulsoras e restritivas apresentadas e as prioridades competitivas de Barros Neto et al (2003), podemos inferir que o custo de manutenção, que são baixos, a qualidade, que garante o desempenho de uma eficiência energética com durabilidade, são pontos fortes de destaque como uma tecnologia que traz consigo vantagens competitivas.

A partir dos dados apresentados, sugere-se o aprofundamento desta questão de pesquisa através da construção de um radar de atratividade deste segmento junto ao SINDENERGIA do Estado do Ceará.

REFERÊNCIAS

ALVES, Cláudio. **Net metering: definição de metodologia e estudo de caso**. 2014.

ARAÚJO, E. B. (1988). Entrepreneurship e intrapreneurship: uma trajetória literária de 1979 a 1988. *Revista de Administração de Empresas*, 28 (4), 67-79.

ARRUDA FILHO, Emilio J. M.; FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. **Planejamento da pesquisa científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ASSUNÇÃO, Paulo Eterno Venâncio. Prospecção de Cenários para Cadeia Produtiva do Feijão Goiano. *Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações*, v. 12, n. 1, p. 282-303, jan./jul. 2014

AUDY, JORGE. A inovação como base da sociedade do conhecimento. **Anuário Revista Análise PUCRS**, Edição 2006/2007, p. 37, 2007.

AUDY, JORGE. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos Avançados**, v. 31, n. 90, p. 75-87, 2017.

AVELAR, João Marcos Borges. (2011). Competitividade das Regiões e Desenvolvimento Econômico. Anais. Paraná. **ENPPEX**

BARROS NETO, José de Paula; FENSTERSEIFER, Jaime Evaldo; FORMOSO, Carlos Torres. Os critérios competitivos da produção: um estudo exploratório na construção de edificações. **Revista de administração contemporânea**, v. 7, n. 1, p. 67-85, 2003.

BERTON, Luiz Hamilton; FERNANDES, Bruno Henrique Rocha. **Administração estratégica: da competência empreendedora à avaliação de desempenho**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 272 p. ISBN 978-85-02-14600-6. Português.

CABRAL, Isabelle; VIEIRA, Rafael. Viabilidade econômica x viabilidade ambiental do uso de energia fotovoltaica no caso brasileiro: uma abordagem no período recente. In: **III Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental**. 2012.

CÂNDIDO, Ana Clara; DA SILVA BERTOTTI, Patricia Soares; BEDIN, Jéssica. O potencial das ferramentas atuais de Gestão & Negócios aplicados às Unidades de Informação. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, p. 1165-1182, 2017.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CONCEIÇÃO, Octávio Augusto Camargo. A centralidade do conceito de inovação tecnológica no processo de mudança estrutural. *Ensaio FEE*, v. 21, n. 2, p. 58-76, 2000.

COVEY, Stephen J. *Liderança Baseada em Princípios*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2002. Disponível online em

http://liderancaemnegociacao.blogspot.com/2007/10/captulo-21-fazendo-com-que-as-pessoas_11.html, acessado em 20/06/2018.

DE CASTRO, Antônio Maria Gomes; LIMA, Suzana Maria Valle; CRISTO, Carlos Manuel Pedroso Neves. Cadeia produtiva: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica. **XXII Simpósio de Gestão e Inovação Tecnológica. Salvador, 2002.**

DE OLIVEIRA, Nilton Marques; DE CEZARO EBERHARDT, Paulo Henrique; DE LIMA, Jandir Ferrera. NOTAS SOBRE AS ETAPAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: UMA ANÁLISE PARA A REGIÃO SUL1

DOS SANTOS, Adriana BA; FAZION, Cíntia B.; DE MEROE, Giuliano PS. INOVAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SCHUMPETER. **Caderno de Administração. Revista da Faculdade de Administração da FEA. ISSN 1414-7394**, v. 5, n. 1, 2011.

DOS SANTOS, Adriana BA; FAZION, Cíntia B.; DE MEROE, Giuliano PS. Inovação: um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter. **Caderno de Administração. Revista da Faculdade de Administração da FEA. ISSN 1414-7394**, v. 5, n. 1.

ESPOSITO, Alexandre Siciliano; FUCHS, Paulo Gustavo. Desenvolvimento tecnológico e inserção da energia solar no Brasil. **Revista do BNDES, Rio de Janeiro**, n. 40, p. 85-113, 2013.

FALCÃO, Djalma M. Integração de tecnologias para viabilização da smart grid. **III Simpósio Brasileiro de Sistemas Elétricos**, p. 1-5, 2010.

FALCÃO, DJALMA M. Smart grids e microrredes: o futuro já é presente. **SIMPÓSIO DE AUTOMAÇÃO DE SISTEMAS ELÉTRICOS**, v. 8, 2009.

FIGUEIREDO, A. M.; SANTOS, M. L. dos. Evolução das vantagens comparativas do Brasil no comércio mundial. *Revista de Política Agrícola*, São Paulo, v. 1, p. 9-16, jan./mar. 2005.

Fontenele, R. E. S., & Souza, P. F. B.; Lima, A. O. (2011). Empreendedorismo crescimento econômico e competitividade dos BRICS: uma análise empírica a partir dos dados do GEM e GCI. Anais. Rio de Janeiro. ANPAD

FERREIRA, VERIDIANA. Frugalidade: um estudo de inovações de baixo custo que modificam a realidade de comunidades carentes.

FLEURY, Afonso Carlos Correa et al. Gestão estratégica das multinacionais brasileiras. EAESP-Escola de Administração de empresas de São Paulo, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas 2010.

GUARDABASSIO, Eliana Vileide; BRESCIANI, Luis Paulo. **Indústria e mudança climática**: as estratégias empresariais da braskem para os objetivos do desenvolvimento sustentável. 2016.

GUIMARÃES, Fábio Celso de Macedo Soares. A política de incentivo à inovação: inovação, desenvolvimento econômico e política tecnológica. **Parcerias Estratégicas**, v. 5, n. 9, p. 121-128, 2010.

GREENSPAN, Alan. A era da turbulência. *Revista de Economia Política*, v. 28, p. 2, 2008.

HASENCLEVER, Lia; KUPFER, David. **Economia Industrial: fundamentos teóricos e práticas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2013. 391 p. ISBN 978-85-352-6368-8. Português.

HILL, Charles W. L.; JONES, Gareth R. **O Essencial da administração estratégica: casos reais e aplicação prática da teoria**. São Paulo: Saraiva, 2013. 418 p. ISBN 978-85-02-20040-1. Português.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MELLO, Alvaro Augusto Araujo. **O uso do teletrabalho nas empresas de call center e contact center multiclientes atuantes no Brasil: estudo para identificar as forças propulsoras, restritivas e contribuições reconhecidas**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MEXAS, Mirian Picinini et al. Inovações e sustentabilidade nas organizações brasileiras: análise de multicasos. **INGEPRO-Inovação, Gestão e Produção**, v. 2, n. 2, p. 039-051, 2010.

PORTER, Michael E. **A Vantagem Competitiva das Nações**. 7.ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

RICHARDSON, R. J. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

RODRÍGUEZ, Carlos Roberto Cervantes. Mecanismos regulatórios, tarifários e econômicos na geração distribuída: o caso dos sistemas fotovoltaicos conectados à rede. **Universidade Estadual de Campinas, Campinas**, 2002.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 6ª edição, 1978.

SANTOS, E.L. et al. **Desenvolvimento: um debate conceitual multidimensional**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate, 2012. Ano 2, n.1, p. 44-61.

SAUAIA, Rodrigo. **Geração Distribuída Solar Fotovoltaica**. Rio de Janeiro: **Rodrigo Sauaia**, v. 17, 2016.

SCHMITZ, Selma et al. O planejamento como instrumento de gestão estratégica de negócios. **UNIBAVE–Centro Universitário Barriga Verde, Orleans–SC**. Disponível em: **Acesso em**, v. 1, 2013.

SILVA, A.T.B.; SPERS, R.G. ; WRIGHT, J.T.C. A elaboração de cenários na gestão estratégica das organizações: um estudo bibliográfico. *Revista de Ciências da Administração*, Florianópolis, v.14, n.32, p.21-34, abr. 2012.

SILVA, Rutelly Marques da. Energia solar no Brasil: dos incentivos ao desafios. 2015.

SIQUEIRA, T. V. Competitividade sistêmica: desafios para o desenvolvimento econômico brasileiro. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v.16, n.31, p. 139-184, jun. 2009

STRAUSS, A.; CORBIN, J. ***Basics of Qualitative Research: Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory***. 4. ed. Thousand Oaks: Sage, 2015.

TOLMASQUIM, Mauricio T.; GUERREIRO, Amilcar and GORINI, Ricardo. **Matriz energética brasileira: uma prospectiva**. *Novos estud. - CEBRAP*[online]. 2007, n.79, pp.47-69. ISSN 0101-3300. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000300003>.

TORRES, Ricardo Lobato. A “inovação” na teoria econômica: uma revisão. **Encontro de economia catarinense. IV**, 2012.

ZANANDREA, Gabriela et al. COMO SE CARACTERIZAM AS PUBLICAÇÕES EM INOVAÇÃO FRUGAL? UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO. INTELLECTUAL, TECNOLOGIAS E EMPREENDEDORISMO, p. 108.

CLASSIFICAÇÃO DOS DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO NA DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DAS EMPRESAS DE TELECOMUNICAÇÕES LISTADAS NA BM&FBOVESPA ENTRE 2015 E 2017

Priscila Monique Freires dos Santos¹

Paulo Henrique Pierre Pessoa²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo verificar como são classificados os dividendos e os juros sobre capital próprio pagos e recebidos, de forma predominante, na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) nas empresas do segmento de telecomunicações listadas na BM&FBovespa nos anos 2015 a 2017. A DFC fornece informações importantes quando utilizadas em conjunto com o restante das demonstrações contábeis, no qual permite ao usuário avaliar as mudanças no ativo líquido de uma companhia, sua estrutura financeira prevê a capacidade de um empreendimento de gerar caixa e seus equivalentes (PADOVEZE BENEDICTO e LEITE, 2012). Sendo assim, é de fundamental importância que as contas sejam classificadas de forma correta e que suas informações sejam divulgadas de forma fidedigna. Em relação a metodologia a pesquisa de classifica em qualitativa, descritiva e documental. Constatou-se com a pesquisa que houve unanimidade na classificação dos dividendos e os juros sobre capital próprio pagos, e os recebidos são classificados conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03.

Palavras-chave: Demonstração dos Fluxos de Caixa, Dividendos, Juros sobre Capital Próprio, Telecomunicações.

¹ Graduando, Ciências Contábeis, aluna.

² Mestre, Ciências Contábeis, professor.

ABSTRACT

This article aims to verify the classification of dividends and interest on capital paid and received, predominantly, in the Statement of Cash Flows (DFC) in the telecommunications companies listed on the BM&FBovespa in the years 2015 to 2017. A DFC provides important information when used in conjunction with the rest of the financial statements, in which it allows the user to evaluate the changes in the net assets of a company, its financial structure predicts the ability of an enterprise to generate cash and its equivalents (PADOVEZE BENEDICTO and MIL , 2012). Therefore, it is of fundamental importance that the accounts are classified correctly and that their information is reliably disclosed. In relation to the methodology the research classifies into qualitative, descriptive and documentary. It was found with the research that there was unanimity in the classification of dividends and interest on equity paid, and those received are classified according to Technical Pronouncement CPC 03.

Keywords: Statement of Cash Flows, Dividends, Interest on equity, Telecommunications.

1 INTRODUÇÃO

Com o advento da Lei 11.63, em 2007, a apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa passou a ser obrigatória no Brasil. O Comitê de Pronunciamentos Técnico (CPC), órgão emissor das normas para as entidades elaborarem as demonstrações contábeis emitiu o CPC 03, que regulamente a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

O CPC 03 que define a normas a serem seguidas pelas empresas para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa não é objetivo quanto a classificação dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e recebidos, salvo de entidades financeiras. De acordo com o CPC 03:

Os juros pagos e recebidos e os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos são comumente classificados como fluxos de caixa

operacionais em instituições financeiras. Todavia, não há consenso sobre a classificação desses fluxos de caixa para outras entidades. Os juros pagos e recebidos e os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos podem ser classificados como fluxos de caixa operacionais, porque eles entram na determinação do lucro líquido ou prejuízo. Alternativamente, os juros pagos e os juros, os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos podem ser classificados, respectivamente, como fluxos de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimento, porque são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos.

Como o CPC é subjetivo em relação a classificação dos dividendos e juros sobre o capital próprio, uma vez que eles podem ser alocados nos três fluxos de caixa, operacional, de financiamento e de investimento, a pesquisa tem como problemática como são classificados e qual classificação predomina nas empresas de telecomunicações listadas na BM&FBovespa.

O objetivo desse estudo é verificar como são classificados os dividendos e os juros sobre capital próprio pagos e recebidos, de forma predominante, na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) nas empresas do segmento de telecomunicações listadas na BM&FBovespa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Em 2007, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tornou-se uma das demonstrações contábeis de divulgação obrigatória pelas empresas brasileiras. Com a Lei 11.638/07, a divulgação dessa demonstração passou a ser obrigatória no Brasil, substituindo a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR), devido a importância das informações contábil-financeiras contidas nesse relatório, que contribuem para o processo de tomada de decisões.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) representa as mutações financeiras do caixa, divididas por fluxos de atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento (SILVESTRE E MALAQUIAS, 2015).

O objetivo da Demonstração dos Fluxos de Caixa segundo o CPC 03 é:

Informações sobre o fluxo de caixa de uma entidade são úteis para proporcionar aos usuários das demonstrações contábeis uma base para

avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como as necessidades da entidade de utilização desses fluxos de caixa. As decisões econômicas que são tomadas pelos usuários exigem avaliação da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como da época de sua ocorrência e do grau de certeza de sua geração.

Ter conhecimento em relação ao fluxo de caixa, e seus movimentos de entrada e saída de recursos, é essencial aos usuários para entenderem como a entidade realiza suas atividades, paga suas obrigações e gera retorno para seus investidores.

A DFC fornece informações importantes quando utilizadas em conjunto com o restante das demonstrações contábeis, no qual permite ao usuário avaliar as mudanças no ativo líquido de uma companhia, sua estrutura financeira prevê a capacidade de um empreendimento de gerar caixa e seus equivalentes (PADOVEZE BENEDICTO e LEITE, 2012). Com isso nota-se a utilidade da Demonstração dos Fluxos de Caixa como um instrumento útil para o processo de tomadas de decisões ou até mesmo para a pessoa física que pretende iniciar uma atividade empresária, bem como para grandes incorporações.

Conforme o Pronunciamento Técnico CPC 03, a Demonstração dos Fluxos de Caixa deve apresentar os fluxos de caixas classificados da seguinte forma:

- (a) Operacional: recebimentos e pagamentos do caixa derivados das principais geradoras de receitas da entidade;
- (b) Investimento: são registrados os recebimentos e pagamentos que resultam em ativos reconhecidos nas demonstrações contábeis, e;
- (c) Financiamento: divulga os fornecedores de capital da entidade.

Quanto a apresentação do DFC, pode ser feita pelo método direto ou através do método indireto. Conforme Quintana (2012), a diferença efetiva de ambos os métodos é a estruturação do fluxo de caixa das atividades operacionais, já que os fluxos de caixa das atividades de financiamento e de financiamento são iguais em ambos. No método direto, são demonstrados todos os pagamentos e recebimentos correspondentes aos fluxos de caixa operacionais, e no método indireto, o resultado é ajustado pelas despesas e receitas que não interferem diretamente no caixa ou equivalentes de caixa, como a depreciação.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) são maneiras de pagamentos aos investidores e acionistas da participação nos lucros da companhia. A diferença entre os mesmos é que nos dividendos a distribuição acontece após o pagamento dos tributos pela entidade, como Imposto de Renda e outras contribuições, enquanto que os juros sobre capital próprio são pagos aos acionistas antes de haver tributação, o que faz com haja o desconto do Imposto de Renda, alíquota de 15%, no ato do pagamento.

Os fluxos de caixa de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos e pagos devem ser classificados separadamente na Demonstração dos Fluxos de Caixa, como atividades operacionais, de investimento ou de financiamento (CPC 03).

O CPC 03 define as normas técnicas para a elaboração e divulgação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa, no entanto no que se trata da classificação dos dividendos e juros sobre capital próprio é possível a classificação em mais de um fluxo, em casos de instituições não financeiras. Ele também explica que essa subjetividade ocorre por se tratar de contas que podem ser consideradas na determinação do lucro líquido ou prejuízo (atividade operacional), na obtenção de recursos financeiros (atividade de financiamento) ou, ainda, por se tratar de um retorno sobre investimentos (atividade de investimento).

33. Os juros pagos e recebidos e os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos são comumente classificados como fluxos de caixa operacionais em instituições financeiras. Todavia, não há consenso sobre a classificação desses fluxos de caixa para outras entidades. Os juros pagos e recebidos e os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos podem ser classificados como fluxos de caixa operacionais, porque eles entram na determinação do lucro líquido ou prejuízo. Alternativamente, os juros pagos e os juros, os dividendos e os juros sobre o capital próprio recebidos podem ser classificados, respectivamente, como fluxos de caixa de financiamento e fluxos de caixa de investimento, porque são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos. (Pronunciamento Técnico CPC 03, p. 10).

Segue abaixo quadro que apresenta um resumo da orientação normativa em relação a classificação dos dividendos e juros sobre capital próprio recebidos e pagos, na DFC:

Requisitos de Divulgação

Elementos	Requisitos de Divulgação	Alternativa
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio recebidos	Atividade Operacional	Atividade de Investimento
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos	Atividade de Financiamento	Atividade Operacional

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Pronunciamento Técnico CPC 03

A flexibilidade dessa classificação, apesar da existência de um Pronunciamento Técnico regulamentador, pode impactar a avaliação dos indivíduos, levando-os a manipular a classificação de acordo com a necessidade da empresa para apresentar resultados satisfatórios (FRANÇA, 2016).

3 MÉTODOS

O presente estudo utilizou-se como metodologia as formas de pesquisa quanto a natureza é classificada como básica, pois tem objetivo de gerar conhecimento, quanto a abordagem é classificada como qualitativa, quanto ao ponto de vista do objetivo é classificada como descritiva, e quanto á técnica é documental, pois utiliza como fonte de pesquisa livros, artigos e demonstrações contábeis.

Nessa pesquisa foram utilizadas as Demonstrações dos Fluxos de Caixa das empresas do setor de telecomunicações listadas na BM&FBovespa. Segue abaixo relação das empresas pesquisadas:

RAZÃO SOCIAL	NOME DE PREGÃO
ALGAR TELECOM S/A	ALGAR TELEC
OI S.A.	OI
TELEC BRASILEIRAS S.A. TELEBRAS	TELEBRAS
TELEFÔNICA BRASIL S.A	TELEF BRASIL
TIM PARTICIPAÇÕES S.A.	TIM PART S/A

Fonte: Elaborado pelo autor com base na BM&FBovespa
(<http://www.bmfbovespa.com.br>).

O estudo foi realizado com base nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa das empresas dos anos de 2015, 2016 e 2017.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo foi realizado com as empresas do segmento de telecomunicações listadas da BM&FBovespa, conforme abaixo:

- Algar Telec;
- Oi;
- Telebras;
- Telef Brasil;
- Tim Part S/A.

Foram utilizados relatórios financeiros dos anos de 2015, 2016 e 2017, afim de verificar como foram classificadas e checar a continuidade das classificações.

O resultado da pesquisa se apresenta na tabela a seguir:

EMPRESA	ELEMENTO	2017	2016	2015
ALGAR TELEC	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio recebido	I	I	I
	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pago	F	F	F
OI	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio recebido	O	O	O
	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pago	F	F	F
TELEBRAS	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio recebido	O	O	I
	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pago	F	F	I
TELEF BRASIL	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio recebido	I	I	I
	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pago	F	F	F
TIM PART S/A	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio recebido	-	-	-
	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio pago	F	F	F

Fonte: Elaborado pelo autor conforme Demonstrações de Fluxo de Caixa das Empresas, divulgadas na BM&FBOVESPA (<http://www.bmfbovespa.com.br>) nos anos 2015, 2016 e 2017

A partir do resultado apresentado é possível observar que em relação a classificação dos “Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos” 100% das empresas seguiram os requisitos da divulgação conforme o CPC 03. Apenas a Telebrás, no ano de 2015, o evidenciou como fluxo de caixa de investimento.

Os “Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio recebidos”, ao contrário dos “Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos” foram classificados em mais de um fluxo de caixa. Nos anos 2016 e 2017, 40% das empresas classificaram como fluxo de caixa de Investimento e 40% como fluxo de caixa operacional. Os 20% restantes, não houve classificação. Já no ano de 2015, 60% das empresas realização a classificação em investimento.

Das empresas pesquisadas, apenas uma apresentou mudança na classificação das contas. Em 2015 classificou dividendos pagos e recebidos como caixa de investimentos, passando nos anos posteriores a classificá-los em caixa de financiamento e em caixa operacional.

5 CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa conseguiu ser atingido, que foi verificar como são classificados os dividendos e os juros sobre capital próprio pagos e recebidos, de forma predominante, na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) nas empresas do segmento de telecomunicações listadas na BM&FBovespa.

Foi constatado que a classificação dos dividendos e juros sobre o capital próprio pagos nas empresas estudadas foi 100% realizada nos Fluxos de Caixa de Financiamento. Com relação aos dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos, são classificados na mesma proporção nos Fluxos de Caixa Operacional e nos Fluxos de Caixa de Investimento.

Pode-se concluir também, que as empresas do setor de telecomunicações listadas na BM&FBovespa realizam a classificação de seus dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e recebidos, conforme as orientações e critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico Contábil que normativa a divulgação da DFC.

REFERÊNCIAS

Comissão de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa. (2010). Disponível em <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>, acessado em 01/04/2018.

BM&FBOVESPA. Bolsa de Valores. Disponível em: http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm, acessado em 01/04/2018.

FRANÇA, Maria Inês Cavalcante de. Demonstração do Fluxo de Caixa: Análise de Classificação dos Juros e Dividendos Pagos e Recebidos das Empresas Brasileiras de Capital Aberto no Período de 2011 a 2015 – Monografia curso Ciências Contábeis; Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal-RN, 2016.

PADOVEZE, Clóvis Luis, BENEDICTO, Gideon Carvalho de, LEITE, Joubert da Silva Jerônimo. Manual de Contabilidade Internacional: IFRS: US Gaap e BR Gaap: Teoria e prática. São Paulo. Cengage Learning, 2012.

QUINTANA, Alexandre Costa. Fluxo de Caixa: demonstrações contábeis – de acordo com a Lei 11.638/07. 2. Ed. Curitiba: Juruá, 2012.

REIS, Tiago. JCP: Entenda o que são os juros sobre capital próprio. Disponível em: <https://www.sunoresearch.com.br/artigos/entenda-o-jcp/>, acessado em 09/05/2018.

SILVESTRE, L. N.; MALAQUIAS, R. F. Classificação dos juros e dividendos na Demonstração dos Fluxos de Caixa das empresas brasileiras. Revista Ambiente Contábil. Natal, v. 7, n.2, p. 119-134, dez. 2015.

PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO: ESTUDO DE CASO EM UMA CLÍNICA MÉDICA SEDIADA EM FORTALEZA – CE

TAX PLANNING: A CASE STUDY IN A HEALTHCARE CLINIC IN FORTALEZA - CE

Ana Claudia Cavalcante Araújo
Jorge Alberto de Sabóia Arruda

RESUMO

Neste artigo aborda-se o Planejamento Tributário de uma Clínica Médica situada na cidade de Fortaleza-Ce, e tem por objetivo auxiliar na tomada de decisão para escolha da tributação que seja mais favorável. A carga tributária é uma das maiores preocupações dos dirigentes das empresas, e a legislação tributária brasileira é bastante complexa, dinâmica e de difícil interpretação. O Planejamento Tributário torna-se uma ferramenta de auxílio à sobrevivência das empresas adotando procedimentos legais com o objetivo de reduzir os dispêndios tributários. No presente trabalho define-se a opção menos onerosa para uma clínica médica sediada em Fortaleza-CE, sem que se incorra em alguma ação direcionada a ilicitude causadora de evasão fiscal. Através de uma pesquisa descritiva, documental e estudo de caso, foi realizada uma análise comparativa entre a sistemática do Lucro Presumido e a do Simples Nacional, considerando que a empresa pesquisada exerce atividade não obrigada a tributar pelo Lucro Real e tampouco sua receita bruta foi superior ao limite estabelecido pela Lei 9.718/98. Os dados permitiram concluir que no exercício de 2017 a tributação através do Simples Nacional foi a forma menos onerosa para a empresa objeto do estudo, ocasionando uma economia tributária de R\$ 30.101,23 em relação à sistemática do Lucro Presumido.

Palavras-chave: Planejamento Tributário. Lucro Presumido. Simples Nacional. Clínica Médica.

ABSTRACT

This article discusses the Tax Planning of a Medical Clinic located in the city of Fortaleza-Ce, and aims to assist in decision-making to choose the taxation that is more favorable. The tax burden is one of the main concerns of business leaders, and Brazilian tax legislation is quite complex, dynamic and difficult to interpret. Tax

Ana Claudia Cavalcante Araujo, acadêmica do curso de ciências contábeis do Centro Universitário Christus - Unichristus, Fortaleza – CE, email cacaupat@hotmail.com.

Jorge Alberto de Sabóia Arruda, professor mestre do Centro Universitário Christus – Unichristus, Fortaleza – CE, email Jorge.saboia@sefaz.ce.gov.br.

Planning becomes a tool to help companies to survive by adopting legal procedures with the objective of reducing tax expenditures. This paper defines the least onerous option for a medical clinic based in Fortaleza-CE, without incurring in any action directed to the illegality that causes tax evasion. Through a descriptive, documentary and case study, a comparative analysis was carried out between the Presumed Profit and “Simples Nacional”, considering that the company surveyed performs activity not obligated to be taxed by the Real Profit and its gross revenue was not higher to the limit established by Law 9.718 / 98. The data allowed to conclude that in fiscal year 2017, taxation through “Simples Nacional” was the least expensive form for the company object of the study, resulting in a tax savings of R \$ 30,101.23 in relation to the Presumed Profit system.

Keywords: Tax Planning. Presumed profit. Simple national. Medical clinic.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as organizações têm se deparado com mercados cada vez mais competitivos e globalizados, e uma gestão administrativa eficiente e bem planejada se torna fundamental para a manutenção das atividades dos empreendimentos.

Enquanto que antes as empresas se estruturavam, adquiriam insumos e contratavam mão de obra para a produção dos produtos e serviços com os custos, despesas e margem de contribuição previamente definidos para a formação dos preços, de acordo com sua conveniência, nos dias atuais essa prática não é mais utilizada. Os consumidores definem quanto estão dispostos a pagar pelos produtos e serviços, e as empresas necessariamente precisam adequar suas atividades e operações de acordo com os preços praticados pelo mercado, de modo que os custos sejam cobertos e a empresa obtenha lucro suficiente para a remuneração dos proprietários.

Dentre os obstáculos que as empresas se deparam, sejam eles de natureza administrativa ou de mercado, existe o da tributação imposta pelos entes federados, que representam uma fatia relevante dos custos a serem repassados aos consumidores.

Segundo o estudo Carga Tributária no Brasil 2015 (BRASIL, 2016) realizado pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros (CETAD) da Receita Federal do Brasil (RFB), os tributos federais representaram aproximadamente 68,26% de toda a receita tributária arrecadada no Brasil em 2015 pelos entes tributantes. Esses tributos incidem principalmente sobre o faturamento, o lucro e a folha de salários.

Diante disso, um bom planejamento tributário faz com que a empresa previamente escolha a forma de tributação menos onerosa e conseqüentemente se

torne mais competitiva em relação à concorrência. Para que esse planejamento ocorra sem riscos aos empresários e investidores, é necessário distinguir a elisão da evasão fiscal. Enquanto esta é uma prática de redução ou postergação do tributo de forma ilícita, a margem da legislação e com possibilidade de imposição de penalidades por parte do fisco, aquela ocorre no campo da licitude, nos ditames da legislação, de forma que a redução tributária ocorra sem maiores problemas às organizações.

Diante da importância de um bom planejamento tributário que as empresas devam realizar previamente, surge o seguinte problema de pesquisa: Qual o regime tributário a ser adotado por uma clínica médica sediada em Fortaleza, de modo que se submeta a menor imposição tributária?

O estudo se justifica pela relevância do tema e em virtude das organizações não terem a prática da realização de planejamentos tributários, notadamente as pequenas e médias empresas, e possa ser uma fonte de pesquisa para os empresários, contadores e estudantes em geral que queiram se aprofundar no assunto.

Visando responder essa questão, a pesquisa tem como objetivo geral identificar o regime tributário a ser adotado por uma clínica médica situada em Fortaleza, de modo que tenha a menor incidência tributária.

Para se atingir o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: i) detalhar a legislação tributária aplicável às empresas prestadoras de serviços médicos; ii) identificar as formas de planejamento tributário comumente utilizadas pelas empresas em geral; e iii) encontrar as formas de apuração e recolhimento dos tributos incidentes sobre as prestações de serviços realizadas por uma clínica médica objeto deste estudo de caso.

Esta pesquisa está estruturada em cinco seções. A primeira trata dessa introdução, a segunda da revisão de literatura aplicável ao estudo contendo a fundamentação teórica e a terceira da metodologia utilizada no desenvolvimento do trabalho. A quarta seção aborda os resultados obtidos e a discussão pertinente ao tema, e por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção é descrita a fundamentação teórica da pesquisa, com os principais aspectos que dão suporte ao desenvolvimento do estudo.

2.1 Atividade Financeira do Estado

Para que o Estado possa financiar os serviços prestados à sociedade é necessário a obtenção de recursos financeiros, seja oriunda de seu patrimônio, ou através dos administrados. Ataliba (1969) esclarece que o exercício dessa atividade envolve em grande parte o uso da soberania, do poder de *imperium* do Estado. Segundo Machado (2016, p.23),

Qualquer que seja a concepção de Estado que venha a adotar, é inegável que ele desenvolve atividade financeira. Para alcançar seus objetivos precisa de recursos financeiros e desenvolve atividade para obter, gerir e aplicar tais recursos. Isto não significa que não possa atuar no campo econômico. E atua, com maior ou menor intensidade, ora explorando patrimônio seu, com o fim de lucrar, ora intervindo no setor privado da economia, na defesa da coletividade. De qualquer forma, pelo menos em princípio, o Estado não prescinde de recursos financeiros que arrecada do setor privado, no exercício de sua soberania.

Com isso, o Estado pode obter recursos financeiros e prestar à população serviços essenciais como: saúde, educação, segurança pública, cujos principais destinatários seriam as pessoas menos abastadas, que geralmente vivem em severo estado de pobreza em virtude das desigualdades impostas pela sociedade.

As receitas que o Estado obtém do patrimônio dos particulares, utilizando seu poder de tributar, são denominadas de receitas derivadas. Essas advêm da arrecadação dos tributos, que conforme o art. 3º da Lei nº 5.172/66 (CTN) são definidos como "toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada". Observa-se que se trata de uma prestação obrigatória, definida em lei, e normalmente realizada em moeda nacional, não cabendo aos particulares discricionariedade no seu cumprimento.

2.2 Federalismo Fiscal e o Sistema Tributário Nacional (STN)

No Brasil, impera a forma federativa de estado, cujas entidades subnacionais possuem certo grau de autonomia com poderes para se auto-organizar, dentro dos limites estabelecidos pela CF/88. Neste sentido, de acordo com Mendes (2004, p.139), "A principal característica de uma Federação é a autonomia constitucional das entidades subnacionais que a compõem, ou seja, o poder de auto-organização dos Estados-membros e do governo central (União), cujas competências encontram-se limitadas pela Constituição Federal".

Dentre essas competências estabelecidas pela CF/88, existe a competência tributária que é outorgada aos entes federados, cujo objetivo é autorizar os mesmos à instituição dos seus tributos com a finalidade de arrecadar recursos e conseqüentemente prestar serviços. Nesse caso, a competência tributária é indelegável e irrenunciável, e "o exercício, por um ente político, de competência concedida constitucionalmente a outro implica invasão de competência. Cada qual deve se circunscrever à competência que lhe foi outorgada, não podendo extrapolá-la" (PAULSEN, 2012, p.38).

Com isso, a CF/88 nos arts. 145 à 162 instituiu o Sistema Tributário Nacional (STN) definindo as diretrizes básicas a serem seguidas pelos entes quando do exercício do poder de tributar. Esse STN se mostra complexo e retrógrado, e isso se deve principalmente às diversas espécies tributárias existentes e pelas intermináveis normas infraconstitucionais a serem seguidas pelos indivíduos e empresas em geral.

No art.145 da CF/88 é estabelecida a competência comum dos entes tributantes.

Art. 145. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

I - impostos;

II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

Nesse caso, a carta magna de forma genérica determina que tanto a União, quanto os Estados e os Municípios podem instituir impostos, taxas e contribuições de melhoria. Nessa linha de entendimento, Machado (2016) esclarece que essa competência genérica em relação aos impostos prevista no art.145 da CF/88 é especificada nos arts. 153 e 154, para a União; 155, para os Estados e o Distrito Federal; e 156, para os Município e o Distrito Federal. Já a competência para

instituição de taxas e contribuição de melhoria é fixada apenas genericamente no art. 145, II e III, da CF.

Em relação à competência privativa da União, dos Estados e dos Municípios,
e

De acordo com a Constituição Federal de 1988 as competências tributárias ficaram assim definidas:

I - Cabe à União instituir imposto sobre: (1) importação de produtos estrangeiros; (2) - exportação, para o estrangeiro, de produtos nacionais ou nacionalizados; (3) renda e proventos de qualquer natureza; (4) produtos industrializados; (5) operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários; (6) propriedade territorial rural; (7) grandes fortunas.

Pode, ainda, a União instituir: (1) contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas; (2) em favor da autarquia respectiva, as contribuições de seguridade social; (3) empréstimos compulsórios; (4) impostos extraordinários de guerra.

II - Aos Estados e ao Distrito Federal cabe instituir imposto sobre: (1) transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos; (2) operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; (3) propriedade de veículos automotores.

III - Aos Municípios cabe instituir imposto sobre: (1) propriedade predial e territorial urbana; (2) transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; (3) serviços de qualquer natureza, não compreendidos na competência tributária dos Estados, definidos em lei complementar (MACHADO, 2016, p.299).

Conforme disposto, a CF/88 outorgou competência tributária aos entes federados, de forma que cada um possa instituir os seus tributos, observadas as normas contidas na própria lei maior e nas normas gerais estabelecidas em leis complementares.

O direito e as competências de tributar da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, imputando poderes indelegáveis e irrenunciáveis de criar impostos, taxas e contribuições de melhoria previstos na Lei 5.172/66 (CTN), foram sacramentados pela CF/88, arts. 145 a 162, definindo as regras a serem seguidas pelo estado no ato de tributar, como também a forma de distribuição dos recursos entre os entes federativos.

2.3 Tributos Incidentes sobre o Faturamento e o Lucro

O art. 195, I da CF/88 determina as contribuições, de competência da União, incidentes sobre o faturamento e o lucro das empresas para o financiamento da seguridade social. O referido dispositivo assim dispõe:

Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais: I - do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei, incidentes sobre: a) a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício; b) a receita ou o faturamento; c) o lucro;

As contribuições elencadas no art. 195 e que serão abordadas na pesquisa são: a Contribuição para o Programa de Integração Nacional (PIS) e para o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e a Contribuição Previdenciária Patronal (CPP). O PIS/PASEP e a COFINS incidem sobre o faturamento, a CPP incide sobre as folhas de salários, enquanto que a CSLL incide sobre o lucro. Complementando as contribuições, também será objeto da pesquisa o Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), cuja imposição constitucional é prevista no art. 153, III da CF/88.

As Pessoas Jurídicas de direito privado foram qualificadas como contribuintes do imposto de renda com a publicação do Decreto-Lei 5.844/43, art. 27, abrangendo ainda as firmas individuais e os profissionais que habitualmente pratiquem operações com fins de obter lucro.

A forma de tributação das pessoas jurídicas em geral se dá pela opção que é feita para todo o ano calendário (Lei 9.718/98, art. 1 §1º), e poderá ser: Presumido, Arbitrado, Real ou Simples Nacional.

O Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas prestadoras de serviços quando tributadas pelo Lucro Real tem como base de cálculo o lucro líquido após os ajustes permitidos nos termos do art. 6º do Decreto-Lei 1.598/77. Se tributadas pelo Lucro Presumido, a base de cálculo será definida a partir da aplicação do percentual de 32% sobre a receita bruta, conforme determina o art. 519, §1º, III do Decreto 3.000/99 (Regulamento do Imposto de renda - RIR).

De acordo com o art. 3º da Lei 9.249/95, o imposto a ser pago pela Pessoa Jurídica será apurado aplicando-se a alíquota de 15% (quinze por cento) sobre a base de cálculo, cujo período de apuração é trimestral, incidindo ainda adicional de

10% (dez por cento), a título de IR, sobre a base de cálculo que exceder o valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) mensais.

As contribuições a que as empresas estão obrigadas são a Contribuição Social sobre o lucro, instituída pela Lei 7.689/88, com o fim específico de financiar a seguridade social, as contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), criadas através das Leis Complementares 7/70 e 8/70, destinadas a promover a integração do empregado no desenvolvimento das empresas, com característica de contribuição “parafiscal”, e que antes da CF/88 eram depositadas em contas individuais dos empregados e servidores públicos, e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), criada pela Lei Complementar 70/91, cuja finalidade é assegurar os direitos sociais relativos à saúde, previdência e assistência social.

Com a promulgação da CF/88, o PIS/PASEP deixou de ser depositado nas contas dos empregados. Os que já vinham recebendo o benefício passaram a receber somente os juros. Os demais empregados admitidos com até dois salários mínimos passaram a ter direito a um abono anual no valor de um salário mínimo. Sua característica passou a ser contribuição social, cujos recursos arrecadados são utilizados para pagamento do seguro-desemprego. A partir de 1998, com a edição da Lei 9.718/98, as empresas começaram a recolher o PIS/PASEP utilizando como base de cálculo o total das receitas auferidas, porém a partir de maio de 2009, o art. 79 da Lei 11.941/09 revogou o § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98, determinando que a base de cálculo fosse a receita bruta das empresas tributadas pelo lucro presumido, aplicando-se a alíquota de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento).

A cobrança do PIS/PASEP com incidência não-cumulativa foi instituída pela Lei 10.637/02, tendo o art. 1º definido como base de cálculo o total das receitas auferidas no mês, aplicando-se sobre a base de cálculo a alíquota de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento), conforme art. 2º da referida lei e sobre receitas financeiras a alíquota de 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento).

A COFINS tem por base de cálculo o faturamento bruto proveniente das receitas de vendas de mercadorias e serviços, aplicando-se a alíquota de 3% nas empresas tributadas pelo lucro presumido por força do art. 8º da Lei 9.718/98.

A cobrança da COFINS com incidência não-cumulativa foi instituída pela Lei 10.833/03, tendo o art. 1º definido como base de cálculo o total das receitas

auferidas no mês, aplicando-se a alíquota de 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento), conforme art. 2º de referida lei, e sobre receitas financeiras a alíquota de 4% (quatro por cento). Mesmo com a criação da sistemática não-cumulativa, as receitas provenientes de serviços prestados por clínicas médicas se submetem a sistemática cumulativa, conforme dispõe o art. 10 da Lei 10.833/03:

Art. 10. Permanecem sujeitas às normas da legislação da COFINS, vigentes anteriormente a esta Lei, não se lhes aplicando as disposições dos arts. 1º a 8º:

(...)

XIII - as receitas decorrentes de serviços:

a) prestados por hospital, pronto-socorro, clínica médica, odontológica, de fisioterapia e de fonoaudiologia, e laboratório de anatomia patológica, citológica ou de análises clínicas; e

As sociedades de profissão regulamentada passaram a contribuir com a COFINS a partir de abril de 1997, conforme art. 56 da Lei 9.430/96:

Art. 56. As sociedades civis de prestação de serviços de profissão legalmente regulamentada passam a contribuir para a seguridade social com base na receita bruta da prestação de serviços, observadas as normas da Lei Complementar nº 70, de 30 de dezembro de 1991.

A Contribuição Previdenciária Patronal, instituída pela Lei 8.212/91, em seu art. 22, determina que as empresas devam contribuir com 20% (vinte por cento), sobre as verbas remuneratórias pagas no mês aos segurados, sejam eles empregadores, empregados ou prestadores de serviços autônomos. Ainda sobre a mesma base, os percentuais de 1% (um por cento), 2% (dois por cento) ou 3% (três por cento), dependendo do grau de risco de acidente de trabalho, exceto sobre os valores pagos por serviços prestados. Dependendo da atividade econômica as empresas podem optar por recolher a CPP utilizando como base de cálculo a receita bruta, excluindo-se as vendas canceladas e os descontos incondicionais, conforme determinado no art. 7º da Lei 12.546/11, e havendo cessão de mão de obra o tomador deverá fazer retenção de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) sobre o valor bruto da nota fiscal de serviços.

Em 2006 foi publicada a Lei Complementar nº 123 atendendo o que determina o art. 146, III, "d" da CF/88, que defere tratamento diferenciado de tributação a micro e pequenas empresas. É um regime unificado de arrecadação, cobrança e fiscalização e abrange a União, Estados, Municípios e Distrito Federal.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso da microempresa, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais); e

II - no caso de empresa de pequeno porte, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

O limite máximo de receita bruta auferida para efeito de recolhimento do ICMS e do ISS será de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais), a partir de 01.01.2018, conforme definido pelo art. 13-A da LC 123/06.

O recolhimento do simples nacional se dá através de Documento Único de Arrecadação (DAS), nele incluídos o IRPJ, IPI, CSLL, PIS/PASEP, COFINS, CPP, ICMS e ISS, nos termos do art. 13 da LC 123/06.

Quanto aos demais impostos e contribuições deverá ser observado a legislação específica aplicável a cada um deles.

2.3 Tributo Incidente sobre a Prestação de Serviços

O art. 156, III da CF/88 define a competência dos municípios para a instituição do Imposto sobre Serviços (ISS), nos seguintes termos:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

(...)

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

A Lei Complementar (LC) a que o dispositivo constitucional se refere é a LC 116/03, que dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. Essa lei contempla as normas gerais para a instituição do ISS e é de obediência obrigatória dos Municípios e do Distrito Federal quando da instituição desse imposto.

A LC 116/03 possui uma lista com todos os serviços que uma vez realizados pelo prestador, faz incidir o imposto municipal. O art. 1º da LC 116/03 determina que:

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de

serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

A incidência do imposto sobre os serviços prestados pela empresa é definida através do item 4. "Serviços de saúde, assistência médica e congêneres" e subitem 4.03 "Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres" da lista anexa à LC 116/03.

2.4 Planejamento Tributário

Segundo Fabretti (2012), as empresas comprometem grande parte de seu faturamento com o recolhimento de tributos aos cofres públicos. Tendo em vista a importância que esses dispêndios têm sobre as despesas das empresas, é de suma importância a busca por um regime tributário eficaz que consiga reduzir ou postergar essa carga tributária. O planejamento tributário é o mecanismo utilizado para tanto.

Para o mencionado autor, planejamento tributário é a atividade de prevenção em estudar o ambiente jurídico em que a empresa está inserida e traçar mecanismos de redução da carga tributária buscando a maior eficácia fiscal possível. Nesse contexto, há três tipos: a) Aquele que tem por objetivo a anulação do ônus fiscal, impedindo a concretização de hipóteses que possam levar a incidência do imposto; b) Planejamento que busca a redução do ônus fiscal, assim entende-se que as atividades da empresa devem ser exercidas possibilitando a redução da carga tributária e; c) Planejamento com adiamento. Nesse tipo, o empreendimento encontra-se em uma das seguintes situações: deslocamento da ocorrência do fato gerador, procrastinação do lançamento ou pagamento do imposto (FABRETTI, 2012).

No entendimento de Borges (2011), planejamento tributário é uma técnica que projeta as atividades da empresa, tendo como alvo conhecer as obrigações fiscais pertinentes a cada uma das alternativas legais que lhes são apresentadas. Em seguida, adota-se o procedimento tributário legitimamente inserido na esfera de liberdade fiscal.

Para Young (2011), o planejamento tributário destina-se a transferir ou postergar de forma legal o ônus tributário através de um conjunto de condutas comissivas ou omissivas da pessoa jurídica ou física.

Já Carlin (2008) cita três objetivos principais do planejamento tributário: i) Reduzir eficazmente a carga tributária; ii) Melhorar o resultado das operações e; iii) Aproveitar as oportunidades que a legislação pode proporcionar.

Diante do exposto, entende-se como planejamento tributário toda forma de reduzir o ônus tributário de uma empresa, seja pelo desvio de circunstâncias que levem a incidência ou apenas pela escolha de atividades que reduzam a carga tributária. Portanto, o planejamento tributário está atrelado aos conceitos de elisão e evasão fiscal.

A diferença entre a elisão e a fraude fiscal está no ato do planejamento em relação ao fato gerador do tributo, pois, a gestão lícita decorre de atos praticados antes da ocorrência do fato gerador, a partir de condutas legais ou mesmo da omissão de práticas de atos, buscando sempre a melhor maneira dentro dos padrões legais de reduzir a carga tributária (OLIVEIRA, 2010).

Ao passo que, quando o contribuinte ultrapassa a diferença entre a licitude e a ilicitude dos atos praticados para a obtenção de um planejamento tributário, surge o conceito de evasão fiscal. Conceito esse que compreende toda e qualquer ação ou omissão que tente burlar o cumprimento da obrigação tributária, geralmente simulando uma situação verídica. Ou seja, são condutas praticadas após a ocorrência do fato gerador (OLIVEIRA, 2010).

3 METODOLOGIA

Neste artigo aborda-se o Planejamento Tributário de uma Clínica Médica situada na cidade de Fortaleza-Ce, com o objetivo de auxiliar na tomada de decisão para escolha da tributação que seja mais favorável, utilizando como base as receitas auferidas no ano de 2017.

É feito um comparativo da apuração dos tributos federais, utilizando-se a sistemática do Lucro Presumido e da sistemática unificada do Simples Nacional, inclusive com as alterações promovidas pela LC 155/16.

Ressalta-se aqui as principais alterações promovidas na LC 123/06 pela LC 155/16, que tiveram seus impactos considerados nesse trabalho: aumento do teto da receita bruta acumulada que era de R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais) e passou para R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais); redução do número de faixas de faturamento; alteração dos anexos e do

enquadramento nas tabelas progressiva, além da permissão para parcelamento dos débitos.

Quanto aos objetivos, o estudo tem natureza descritiva, pois segundo Triviños (1987) exige do investigador uma série de informações sobre o que deseja pesquisar, com a pretensão de descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade.

A pesquisa implica no estudo dos tributos incidentes nas prestações de serviços realizadas pela empresa, sobre o faturamento e o sobre lucro auferido em suas atividades. Para isso discorre-se a seguir sobre os tributos aplicáveis ao caso, de competência da União e de competência dos Municípios.

Quanto à abordagem, a pesquisa é classificada como qualitativa, pois não se preocupa apenas com representatividade numérica e sim com o aprofundamento da compreensão de uma organização.

Objetivando identificar a sistemática tributária que propõe a maior economia de tributos, o estudo, em relação aos procedimentos técnicos, se classifica como documental e estudo de caso, pois foi realizado a partir de documentos fornecidos voluntariamente pela empresa pesquisada, onde foi possível levantar o faturamento mensal, as despesas com a folha de pagamento e o pró-labore, que são relevantes para a obtenção dos resultados pretendidos.

A empresa em estudo tem como objeto social: atividade médica ambulatorial com recursos para a realização de exames complementares. Está estabelecida em imóvel próprio, e possui um faturamento aproximado de R\$ 270 mil ano. Possui 13 empregados e tem custos anuais com pessoal aproximadamente de R\$ 135 mil.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após a coleta dos dados e a aplicação das regras de apuração dos tributos objeto de estudo, passa-se agora a apresentar a análise dos resultados encontrados.

No Quadro 1 são demonstrados os cálculos dos tributos federais apurados trimestralmente pela sistemática do Lucro Presumido, cuja base de cálculo do IRPJ foi determinada a partir da aplicação da alíquota de 32% sobre a receita bruta, e para a CSLL a alíquota de 12%, sendo a alíquota do imposto 15% e 9% respectivamente.

As Contribuições Federais PIS e COFINS foram calculadas conforme dispõe a legislação para os estabelecimentos tributados pelo regime do Lucro Presumido, aplicando-se os percentuais de 0,65% e 3% respectivamente, percentuais estes aplicados diretamente sobre o faturamento bruto mensal, que corresponde a totalidade das receitas.

Quadro 1 - Total dos tributos apurados pelo lucro presumido em 2017

PERÍODO	RECEITA BRUTA	PIS	COFINS	CSLL	IRPJ	CPP + RAT + OUTRAS ENTIDADES	ISS	TOTAL
1º TRIMESTRE	53.210,24	345,87	1.596,31	1.532,45	2.554,09	8.674,51	1.596,31	16.299,54
2º TRIMESTRE	60.571,70	393,72	1.817,15	1.744,46	2.907,44	9.123,76	1.817,15	17.803,68
3º TRIMESTRE	80.508,42	523,30	2.415,25	2.318,64	3.864,40	8.790,54	2.415,25	20.327,40
4º TRIMESTRE	73.410,82	477,17	2.202,32	2.114,23	3.523,72	10.241,05	2.202,32	20.760,82
TOTAL	267.701,18	1.740,06	8.031,04	7.709,79	12.849,66	36.829,86	8.031,04	75.191,44

Fonte: Elaborado pelos autores

Através da sistemática do Simples Nacional antes da LC 155, a empresa teve um desembolso, a título de tributos, no montante de R\$ 46.024,75 (quarenta e seis mil vinte e quatro reais, e setenta e cinco centavos), conforme demonstrado no Quadro 2. É relevante lembrar, que esse total representa toda a carga tributária Federal e Municipal, incluindo a carga previdenciária.

Quadro 2 - Total dos tributos apurados pelo simples nacional em 2017 antes da sistemática da LC 155/16

PERÍODO	RECEITA BRUTA	ALÍQUOTA	TRIBUTOS TOTAIS
jan/17	22.469,22	16,93%	3.804,04
fev/17	15.991,02	16,93%	2.707,28
mar/17	14.750,00	16,93%	2.497,18

abr/17	22.553,51	16,93%	3.818,31
mai/17	24.570,86	16,93%	4.159,85
jun/17	13.447,33	16,93%	2.276,63
jul/17	2.080,28	16,93%	352,19
ago/17	62.859,61	16,93%	10.642,13
set/17	15.568,53	17,72%	2.758,74
out/17	24.617,49	17,72%	4.362,22
nov/17	25.361,25	17,72%	4.494,01
dez/17	23.432,08	17,72%	4.152,16
TOTAL	267.701,18		46.024,75

Fonte: Elaborado pelos autores

Conforme se pode observar no Quadro 3, o valor devido pela empresa a partir de 01.01.2018 será determinado mediante a aplicação das alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes do anexo III sobre a receita bruta, que para efeito de demonstração foi utilizado as receitas auferidas no ano de 2017.

Quadro 3 - Total dos tributos apurados pelo simples nacional em 2017 após a sistemática da LC 155/16

PERÍODO	RECEITA BRUTA	ALÍQUOTA	TRIBUTOS TOTAIS
jan/17	22.469,22	0,0770356	1.730,93
fev/17	15.991,02	0,0770356	1.231,88
mar/17	14.750,00	0,0770356	1.136,28
abr/17	22.553,51	0,0770356	1.737,42
mai/17	24.570,86	0,0770356	1.892,83
jun/17	13.447,33	0,0770356	1.035,92
jul/17	2.080,28	0,0770356	160,26
ago/17	62.859,61	0,0770356	4.842,43
set/17	15.568,53	0,0770356	1.199,33
out/17	24.617,49	0,0770356	1.896,42
nov/17	25.361,25	0,0770356	1.953,72
dez/17	23.432,08	0,0770356	1.805,10
TOTAL	267.701,18		20.622,52

Fonte:Elaborado pelos autores

No Quadro 4, apresenta-se a análise dos valores a serem apurados entre as sistemáticas propostas no estudo de caso, que demonstra com clareza que a empresa terá uma economia tributária relevante utilizando como sistemática de apuração o Simples Nacional, obtendo um ganho ainda maior em comparação com o Lucro Presumido a partir da vigência da LC 155/16.

Quadro 4 - Comparativo entre as sistemáticas do Lucro Presumido e simples nacional em 2017

PERÍODO	RECEITA BRUTA	TOTAL LUCRO PRESUMIDO	TOTAL SIMPLES NACIONAL ANTES DA LC 155/16	TOTAL SIMPLES NACIONAL APÓS A LC 155/16	ECONOMIA TRIBUTÁRIA ENTRE LUCRO PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL ANTES DA LC 155/16	ECONOMIA TRIBUTÁRIA ENTRE LUCRO PRESUMIDO E SIMPLES NACIONAL APÓS A LC 155/16
1º TRIMESTRE	53.210,24	16.299,54	9.008,49	4.099,08	7.291,05	12.200,46
2º TRIMESTRE	60.571,70	17.803,69	10.254,79	4.666,18	7.548,90	13.137,51
3º TRIMESTRE	80.508,42	20.327,40	13.753,07	6.202,01	6.574,33	14.125,39
4º TRIMESTRE	73.410,82	20.760,82	13.008,39	5.655,25	7.752,43	15.105,57
TOTAL	267.701,18	75.191,45	46.024,74	20.622,52	29.166,71	54.568,93

Fonte: Elaborado pelos autores

Quanto ao objetivo desta pesquisa que era definir a forma de tributação mais adequada para a empresa objeto de estudo, ficou bem evidenciado que a tributação pela sistemática do Simples Nacional é a mais vantajosa, principalmente após as alterações introduzidas pela LC 155/16.

Assim, através do levantamento de dados e do estudo e aplicação da legislação vigente no país, os resultados apurados permitiram concluir que, no exercício de 2017, a tributação através da sistemática do Simples Nacional mostrou-se menos onerosa para a empresa objeto do estudo, facultando uma economia tributária de aproximadamente R\$ 30 mil em relação à sistemática do Lucro Presumido.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carga tributária no Brasil é bastante elevada, o que faz com que as empresas paguem altos tributos sobre suas receitas. Essa realidade leva a que os empresários adotem formas legais e viáveis, buscando profissionais que apresentem estudo das informações contábeis e da legislação tributária, que tragam economia tributária para suas empresas.

Essa economia reflete positivamente, tornando ainda mais eficaz a busca pelo objetivo principal de um empreendimento que é a otimização de seus lucros, conseguindo, desta forma, uma sobrevida no mercado brasileiro que é bastante dinâmico e competitivo.

Este artigo serviu para ampliar a compreensão acerca das formas de tributação das empresas de um modo geral, com ênfase na economia tributária, considerando que esta é muito elevada no país.

A análise dos resultados mostrou a importância de permanente estudo e cálculos comparativos para se tomar a decisão mais adequada à realidade da empresa. Esta decisão não é estática, pois em um determinado momento da empresa, uma sistemática adotada em exercícios anteriores com eficiência, pode tornar-se totalmente inadequada à nova realidade em um dado exercício.

A presente pesquisa nos permitiu observar que independente do porte da empresa, um Planejamento Tributário criterioso, obedecendo ao que determina a legislação tributária, é primordial para se ter segurança na apuração dos resultados, menor carga tributária e maior êxito nos negócios.

BIBLIOGRAFIA

ATALIBA, Geraldo. Normas gerais de direito financeiro. **Revista de Direito Administrativo**, v. 82, p. 39-60, 1969.

BIDERMAN, C.; ARVATE, P. **Economia do Setor Público no Brasil**, v. 6, 2004. São Paulo: Elsevier.

BORGES, H. B. **Gerência de impostos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**.

BRASIL. Lei Complementar nº 116, de 31 jul. 2003. Dispõe sobre o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 1º ago. 2003.

BRASIL. Lei nº 5.172, de 25 out. 1966 (CTN). Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 27 out. 1966.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Carga Tributária no Brasil 2015: Análise por Tributos e Base de Incidência**. Brasília, DF: CETAD, RFB, 2016. 5p.

BRASIL, Secretaria da Receita Federal. Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006.

BRASIL, Secretaria da Receita Federal. Lei Complementar nº 155, de 27 de Outubro de 2016.

CARLIN, E. L. B. **Auditoria, Planejamento e Gestão Tributária**: Uma Abordagem Simples e Prática. Curitiba: Juruá, 2008.

FABRETTI, L. C. **Fusões, Aquisições, Participações e Outros Instrumentos de Gestão de Negócios**: Tratamento Jurídico, Tributário e Contábil. São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 37.ed. rev., atual. e ampl. - São Paulo: Malheiros, 2016.

OLIVEIRA, R. M. **Planejamento tributário, elisão e evasão fiscal, norma antielisão e norma antievasão**. In: MARTINS, Ives Gandra da Silva (Coord.). **Curso de Direito Tributário**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, p. 531-533, 2010.

PAULSEN, Leandro. **Curso de direito tributário: completo**. Livraria do Advogado Editora, 2012.

PÊGAS, Paulo Henri. **Manual de Contabilidade Tributária**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YOUNG, L. H. B. **Planejamento Tributário**: fusão, cisão e incorporação. 7. ed. Curitiba: Juruá, 2011.

A IMPORTÂNCIA DA DISCIPLINA DE METODOLOGIA DA PESQUISA: NA VISÃO DOS ALUNOS DO CURSO DE DIREITO DA UNICHRISTUS

Nauesa Cristina Viana Lavor¹

Suzy Anny Martins Carvalho²

RESUMO

Este artigo objetiva compreender a importância da disciplina de Metodologia da Pesquisa, na concepção dos alunos do curso de Direito da Unichristus. Visando enfatizar a relevância, através da relação de dependência que se verifica entre a Metodologia da Pesquisa e a pesquisa, visto que aquela subsidia esta. Além disso, a pesquisa se caracteriza por ser a verdadeira forma de aprendizado, em razão de estimular a criticidade, uma vez que, há o desenvolvimento da problemática, ou seja, lida com os processos e não só com os produtos, na medida em que há a constituição e reconstituição do sentido do objeto investigado. Desta forma, a partir do estímulo do pensar analítico, há a libertação do escravismo intelectual, ideológico ou moral e o desenvolvimento da concepção do papel político, por meio de análise, reflexão e participação dos fatos sociais nos quais o sujeito está inserido. Nesse contexto de relevância, faz-se necessário entender os fatores que colaboram para a negação da percepção da importância pela maioria dos estudantes. Tal desinteresse pode ser fomentado pela não agregação entre teoria e prática e pela posição da disciplina na matriz curricular. Assim, constata-se a necessária união entre os procedimentos intelectuais e técnicos e a oferta da disciplina no início da graduação, com o fito de estimular os discentes, desde o princípio, ao engajamento em projetos científicos. Em termos metodológicos, a pesquisa é bibliográfica, ocorre a aplicação da técnica do questionário e a coleta de dados governamentais. Conclui-se que a disciplina apresenta fundamental relevo na graduação, posto que, ela proporciona a elaboração da pesquisa, que contribui para o desenvolvimento intelectual do pesquisador, além de fornecer conhecimento à sociedade da qual ele é partícipe.

¹ Acadêmica do 4º semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Christus – (UNICHRISTUS). Monitora da disciplina de Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais, no período de 2017.2/2018.1. E-mail: nauesa@hotmail.com

² Mestra em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza – (UNIFOR). Docente das disciplinas de Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais e Ética Geral e Jurídica no Centro Universitário Christus – (UNICHRISTUS). Contato: suzymcarvalho2@gmail.com; < <http://lattes.cnpq.br/1053390378663822>>

Palavras-chave: Metodologia da Pesquisa. Importância da disciplina da Metodologia da Pesquisa. Desestímulo dos alunos. Pesquisa como forma legítima de aprendizado. Não agregação entre teoria e prática e posição na matriz curricular.

ABSTRACT

This article aims to understand the importance of the discipline of Research Methodology, in the conception of students of the Law course of Unichristus. The purpose is to emphasize the relevance, through the relationship of dependence that occurs between the Research Methodology and the research, since the former subsidizes the latter. In addition, the research is characterized as being the true form of learning, by reason of stimulating the criticality, since it presents the development of the problem, that is, it deals with the processes and not only with the products, to the extent that there is the constitution and reconstitution of the meaning of the object under investigation. Therefore, from the stimulus to analytical thinking, there is the liberation of intellectual, ideological or moral slavery and the development of the conception of the political role, through analysis, reflection and participation of the social facts in which the subject is inserted. In this context of relevance, it is necessary to understand the factors that contribute to the denial of the perception of importance by the majority of students. Such disinterest can be fostered by the non-aggregation between theory and practice, as well as by the position of the discipline in the curriculum matrix. Thus, it is verified the necessary union between the intellectual and technical procedures and the offer of the discipline at the beginning of the graduation, with the purpose of stimulating the students, from the beginning, to the engagement in scientific projects. In methodological terms, the research is bibliographical, there is the application of the questionnaire technique as well as the collection of governmental data. It is concluded that the discipline has fundamental importance in the undergraduate course, since, it provides the elaboration of the research, contributes to the intellectual development of the researcher, besides providing knowledge to the society of which he is a participant.

Keywords: Research methodology. Importance of the discipline of the Research Methodology. Student discouragement. Research as a legitimate way of learning. Non-aggregation between theory and practice and position in the curriculum matrix.

1 INTRODUÇÃO

A ciência para atingir ao que hoje se entende por ciência moderna perpassou por algumas fases ou períodos de grande influência, até mesmo na sua metodologia. Logo, diversas vezes, ela extraía seus conceitos e teorias de simples opiniões de pessoas consideradas autoridades na época. Ratificando esse aspecto, Silvio Seno Chibeni considera que os estudos anteriores em filosofia natural transmitiam uma dependência demasiada em especulações metafísicas e um apego ilegítimo à opinião de autoridades, particularmente de Aristóteles, cujas doutrinas dominaram por muitos anos.³

Contudo, foi no período da Renascença que surgiu uma nova forma de se pensar a ciência. Não se aceitava mais a verdade como algo imposto por alguns filósofos. Representando, assim, uma contraposição à ideia firmada na época. Desta forma, surgiu uma nova corrente denominada de ciência moderna que foi representada, principalmente, por Galileu Galilei. Este acreditava que só por meio da experiência se atingiria o verdadeiro conhecimento.⁴

Então, foi por meio deste posicionamento de Galileu que se originou o método experimental-matemático e a partir dele deu-se início à aplicação correta dos métodos científicos.⁵ Ademais, Chibeni caracteriza a ciência moderna como o conhecimento assentado na experiência e, esta é obtida de forma controlada e sistemática, por meio dos experimentos. Foi com base nesses argumentos que se pôde visualizar o início da concepção de método científico.⁶

Assim, a pesquisa científica está estritamente aliada ao método, porque segundo Bittar, “o método é o instrumental da pesquisa; toda pesquisa rigorosa deve estar amparada pelo método, quando se almejam resultados científicos.”⁷ E o método está, diretamente, conectado à disciplina da Metodologia da Pesquisa, na

³ CHIBENI, Silvio Seno. As origens da ciência moderna. **Textos Didáticos**. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/cienciaorigens.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

⁴ MARQUES, Gil da Costa; BECHARA, Maria José. Galileu e o Nascimento da Ciência Moderna. **E-física: ensino de física on-line**. 2007. Disponível em:

<<http://efisica.if.usp.br/mecanica/curioso/historia/galileu/>>. Acesso em: 20 fev.2018.

⁵ GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 2º. ed. São Paulo: Avercamp,2014.

⁶ CHIBENI, Silvio Seno. As origens da ciência moderna. **Textos Didáticos**. 2001. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/cienciaorigens.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

⁷ BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

medida em que ela estuda, descreve, explica, interpreta, compreende e avalia os variados tipos de métodos.⁸

Então, apesar da função citada, previamente, o que se nota no ambiente da graduação é o descaso, da maioria dos estudantes, em relação a essa disciplina, pois se percebe, enquanto a aula é ministrada, desatenção, da maior parte dos alunos, e grande evasão destes da sala de aula durante esse período.

Diante disso, o presente trabalho busca detectar a aplicabilidade da disciplina, analisar a importância da pesquisa na graduação e verificar o motivo da falta de interesse do aluno pela disciplina de Metodologia da Pesquisa, demonstrando sua relevância no processo de aprendizado e, conseqüentemente, na ampliação intelectual dos discentes.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A importância da disciplina de metodologia da pesquisa na graduação

O ensino superior, de acordo com a tradição ocidental, visa atingir três objetivos articulados entre si, que são: a constituição de profissionais das distintas áreas, a formação de cientistas e o desenvolvimento do cidadão.⁹

Nesse contexto, ao se propor a alcançar as finalidades, anteriormente, citadas, a graduação demonstra sua destinação última, contribuir para o beneficiamento da vida humana em sociedade, que se materializa, por meio do conhecimento, logo, de acordo com Severino, a Universidade é a funcionária do conhecimento.¹⁰, ou seja, ela possui a finalidade de produção do conhecimento.¹¹

Então, com o fito de promover uma educação em prol da constituição de uma sociedade marcada pela solidariedade e pela dignidade humana, o ensino superior deverá promover atividades específicas, vinculadas entre si, nos âmbitos do ensino, da pesquisa e da extensão. Contudo, ressalta-se que a pesquisa se

⁸GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 2^o.ed. São Paulo: Avercamp,2014.

⁹ SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

¹⁰ SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

¹¹ TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa. 8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

evidencia, pois ela é o ponto básico de apoio e de sustentação das outras duas atividades.¹²

Destarte, é importante entender que as funções de ensino, pesquisa e extensão estão, intimamente, relacionadas, ou seja, cada uma só se legitima pela relação direta às outras duas e são igualmente relevantes. Entretanto, a pesquisa possui destaque, visto que as outras funções decorrem dela, segundo Severino “só se aprende, só se ensina, pesquisando; só se presta serviços à comunidade, se tais serviços nascerem e se nutrirem da pesquisa.”¹³

Além disso, verifica-se o escravismo intelectual, ideológico ou moral, que é caracterizado pela absorção passiva de padrões e categorias ideológicas. Sob essa perspectiva, a pesquisa se caracteriza como um instrumento de libertação, visto que é capaz de favorecer a autonomia crítico-reflexiva e o desenvolvimento da identidade do ser humano.¹⁴

A partir disso, é notória a importância da pesquisa. Assim, com a finalidade de fornecer os elementos necessários para o desenvolvimento e a realização desta, o Ensino Superior aborda tal temática por meio da disciplina da Metodologia da Pesquisa,¹⁵ ou seja, a metodologia surge em função da pesquisa científica.¹⁶

Dessa forma, é relevante compreender a utilidade e a importância dessa disciplina na grade acadêmica.

Respaldando-se da definição etimológica da palavra Metodologia, que se origina do grego e se compõe por *meta* que significa ao largo, *odos* que quer dizer caminho e *logos* que possui sentido de discurso, estudo, isto posto, pode-se depreender que essa matéria se refere ao estudo e avaliação dos vários métodos existentes, com a finalidade de identificar qual o método mais adequado para a

¹² SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

¹³ SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010, p. 24.

¹⁴ BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

¹⁵ GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 2. ed. São Paulo: Avercamp, 2014.

¹⁶ BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

resolução de determinado problema. Assim, ressalte-se que a aplicação destes é o que legitima o saber obtido.¹⁷

Ademais, ela se propõe a entender os variados tipos de pesquisa, de técnicas e de instrumentos de coleta e análise de dados característicos de cada abordagem, logo, há uma especificação do modo como o pesquisador irá averiguar o fenômeno e a compreensão de que o objetivo da metodologia é a tentativa de compreender o processo e não o produto da investigação. Desse modo, há a percepção da função da pesquisa em prol da promoção do pensar científico, evidenciando que a disciplina não se limita a um conjunto de regras e sim, auxilia o aluno a raciocinar criticamente, de forma curiosa, indagadora e criativa, isto é, contribuindo para o desenvolvimento intelectual do discente.¹⁸

Dessa maneira, reiterando a concepção de desenvolvimento do pensar analítico, mencionado no parágrafo anterior, pode-se citar, também, o papel político da disciplina, na medida em que, enfatiza-se a busca pelo conhecimento e pelo desenvolvimento da criticidade do estudante, a fim de que haja a análise, reflexão e participação nos fatos sociais da sociedade na qual é partícipe.¹⁹

Também, a metodologia fornece orientações em relação ao ensino e ao aprendizado, com o fito de o estudante selecionar o método mais adequado para ele, com essa postura, pretende-se almejar a otimização do tempo de estudo, beneficiação da sua capacidade de compreensão e facilitação da assimilação e da retenção das informações.²⁰

Portanto, percebe-se que a disciplina de Metodologia da Pesquisa não está restrita a um conjunto de regras a serem utilizadas em trabalhos acadêmicos, por isso, ela ultrapassa tal concepção, atingindo a fomentação do pensamento crítico dos estudantes e, tal conduta estimula a inquietação no aprendizado, a

¹⁷ BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. ampl. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

¹⁸ MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. Os Desafios do Ensino da Disciplina de Metodologia da Pesquisa na Pós-Graduação. **Meta**: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 244-257, set./dez. 2011.

¹⁹ BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. ampl. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

²⁰ BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. ampl. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

observação dos processos na investigação e uma atuação política na sociedade que o cerca.

2.2 A pesquisa científica no cotidiano do aluno de graduação

No tópico anterior, discorreu-se acerca da importância da disciplina de Metodologia da Pesquisa e constatou-se que ela está relacionada, intrinsecamente, com o exercício da pesquisa. Também, foi demonstrada a ênfase concedida a esta em meio às atividades de ensino e extensão.

Contudo, apesar dessa relevância da pesquisa, a tradição cultural brasileira prioriza a Universidade como lugar de ensino, onde ocorre a transferência de conteúdos que são produtos do conhecimento²¹. Freire afirma que, nesse panorama, os conhecimentos são transmitidos de modo bancário, porquanto, o educando se apresenta como o depositário dos ensinamentos dos docentes, pois, estes transformam os estudantes em vasilhas e os conduz a memorização mecânica do conteúdo. Assim, nesta visão, quanto mais o educador encher de informações os alunos, melhor ele será. Em contrapartida, estes serão preferíveis, quanto mais aceitem passivamente os depósitos.²²

Então, baseando-se nessa visão de educação de Paulo Freire, nota-se que por o professor ser a única fonte de saber, os alunos findam reproduzindo até mesmo as suas palavras, isto posto, este comportamento acarreta no bloqueio da capacidade criativa deles e estabelece a dependência.²³

Tal conjuntura influencia na percepção de pesquisa dos discentes, visto que, uma grande quantidade deles acha que pesquisa se resume a mera coleta de dados e transferência dos fatos para um artigo escrito, especificando as referências, logo, nessa circunstância não há ocorrência do componente essencial à pesquisa, que é a interpretação dos dados²⁴, então, verifica-se a perpetuação da transmissão de informações.

²¹ SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

²² FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²³ HARPER, B.; CECCON, C.; OLIVEIRA, M. D.; OLIVEIRA, R. D. **Cuidado, Escola!** Desigualdade, domesticação e algumas saídas. 24. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

²⁴ LEEDY, Paul D.; ORMROD, Jeanne Ellis. **Practical research: planning and design**. 9. ed. New Jersey: Pearson Education, Inc, 2010.

Não obstante, apesar da importância do ensino, a graduação deve ser vista, igualmente, como lugar preferencial da geração do conhecimento. Desse modo, a educação pode ser definida como o processo no qual o conhecimento se produz e vai sendo transmitido, então, se universaliza e dissemina seus resultados na sociedade. Tal conjuntura deve se apresentar de maneira notória na educação universitária.²⁵

Além disso, o conhecimento é produzido a partir da interação com o objeto, quando o seu sentido é constituído e reconstituído, por meio da experiência externa e interna do agente, tal processo culmina na conceituação, que é o ponto de chegada.²⁶ Diante disso, Libâneo afirma que se aprende a pensar conforme há a realização de questionamentos sobre o que se quer saber ²⁷, isto posto, nota-se a conduta adequada para a averiguação do objeto estudado.

Assim, na Universidade deve haver a valorização da construção do objeto pelo aluno e não a mera assimilação da representação dos conceitos, como ocorre, na maioria das vezes, ou seja, o curso superior requer uma experiência ativa do estudante e um aprendizado do conhecimento, por meio dos seus processos e não dos seus produtos.²⁸

Destarte, muitos universitários, se consideraram simples estudantes, e não um cientista, contudo essa atribuição não deve ocorrer, pois, apesar de os primeiros trabalhos de pesquisa desenvolvidos por estes possuírem caráter didático-pedagógico, eles precisam conhecer a Metodologia, a fim de que seja realizada a pesquisa científica, em seus trabalhos acadêmicos²⁹, reiterando a produção genuína do conhecimento universitário que advém desse processo.³⁰

Portanto, a pesquisa se caracteriza por ser elemento fundamental e imprescindível no processo de ensino/aprendizagem, porque o conhecimento advém dela, por meio da construção do objeto, dessa maneira, o professor (para ensinar de

²⁵ SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

²⁶ SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

²⁷ LIBANEO, J. C. Que destino os educadores darão à Pedagogia? In: PIMENTA, S. G. (coord.) **Pedagogia: Ciência da Educação?** São Paulo: Cortez, 2001.

²⁸ SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

²⁹ RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

³⁰ BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica: teoria e prática da monografia para os cursos de direito**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

forma eficaz), o aluno (com o fito de aprender significativamente), a comunidade (para dispor das descobertas) e a Universidade (a fim de ser mediadora da educação) mantêm relação direta com a pesquisa.³¹ Tais propósitos, especificados neste parágrafo, representam a conexão intrínseca entre ensino, pesquisa e extensão.

Reafirma-se a concepção antecedente, pois este vínculo pode ser observado, também, na tríplice dimensão que a pesquisa assume na Universidade, que é: a epistemológica (conhecimento decorre da construção do saber), a pedagógica (só há aprendizado e ensinamento por meio da pesquisa) e a dimensão social (conhecimento como forma de aperfeiçoamento da existência humana).³²

Diante disso, o ensino e a aprendizagem só serão estimulantes se seu processo ocorrer através da pesquisa, por esse motivo as instituições de ensino superior (IES) estão, cada vez mais, reconhecendo e implementando atividades de iniciação ao procedimento científico, como o Programa de Iniciação Científica, além da obrigatoriedade da realização dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), tais atividades proporcionam a prática, de forma pertinente, da construção do conhecimento científico, maneira mais privilegiada de aprender.³³ Ademais, esse incentivo visa satisfazer a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), em virtude do artigo 43, incisos I e III, que enfatizam a finalidade da educação superior direcionada para o desenvolvimento da investigação científica e do pensamento reflexivo.³⁴

Entretanto, não obstante haja esse incentivo, no âmbito jurídico, na maioria das vezes, os investimentos em pesquisa são escassos, sobretudo em relação ao ensino privatizado, tal panorama advém de algumas circunstâncias, como: o fato de o ensino jurídico ser consolidado ao pragmatismo, isto é, à exegese

³¹ SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

³² SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

³³ SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

³⁴ BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm>. Acesso em: 22 jun. 2018.

normativa ou repertórios de jurisprudência, e as políticas empresariais imediatistas, que visam atender ao clientelismo de mercado.³⁵

Dessa maneira, compreende-se a importância da pesquisa no âmbito do ensino e da extensão, como forma legítima de aprendizado, outrossim, apesar das dificuldades enfrentados pelos alunos em relação ao desenvolvimento desta, as instituições de ensino buscam efetivar o que declara a LDB, mesmo que de forma moderada, no contexto jurídico, por meio da implantação de Programas de Pesquisa na graduação.

2.3 A distância da disciplina em relação ao aluno pesquisador

Embora a Metodologia da Pesquisa apresente a pertinência abordada nos tópicos anteriores, tal disciplina, muitas vezes, é desprezada pelos alunos da graduação, pois ao ingressarem em um curso específico, eles, geralmente, pretendem adquirir conhecimento acerca de conteúdos que consideram conexos e necessários a sua formação profissional.³⁶

Contudo é importante destacar, que a disciplina de Metodologia da Pesquisa está consolidada nos cursos superiores, como matéria obrigatória, com o fito de reforçar a aquisição do conhecimento, por meio da autoaprendizagem realizada pelo aluno, ou seja, pesquisando e organizando o conhecimento obtido, logo beneficiando o desenvolvimento da pesquisa.³⁷

A título de ilustração, segundo Moreira e Caleffe, esse sentimento de repulsa permanece nos programas de pós-graduação, pois eles afirmam que antes de ministrar a disciplina, realizam uma análise das experiências anteriores dos alunos em relação a essa matéria, a partir disso, com poucas exceções, constataram que estes a consideram desinteressante, independente de onde a

³⁵ BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

³⁶ BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. ampl. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

³⁷ BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. ampl. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

tenham cursado, e apresentam relutância em estudá-la novamente, visto que a atribuição de relevo está diretamente relacionada com a concepção desenvolvida.³⁸

Dessa maneira, a partir dessa perspectiva, podem-se mencionar alguns elementos que favorecem esse panorama, como: o fato de muitos alunos não serem estimulados a pensarem criticamente, em suas experiências na busca de uma resposta para uma determinada problemática, outro aspecto, refere-se à divisão entre instrumental e epistemológico e a abordagem de apenas um deles no desenvolvimento do conteúdo, além disso, em alguns casos, há o enfoque, apenas, para as normas da ABNT, reduzindo a matéria à normalização dos trabalhos acadêmicos, por fim, verifica-se a desatenção, de alguns cursos, no tocante a localização da disciplina na matriz curricular.³⁹

À vista disso, é importante ressaltar o que Bortolini afirma, pois, segundo essa autora, as dimensões instrumental e epistemológica precisam estar integradas, porquanto o estudante deve compreender a história do conhecimento social e seus paradigmas, e aprender a utilizar os instrumentos de pesquisa. Assim, poderá desenvolver um referencial teórico-prático, ou seja, aliando procedimentos intelectuais e técnicos da pesquisa.⁴⁰

Além disso, em relação à grade curricular, a disciplina de metodologia, normalmente, é ofertada no início do curso ou ao longo deste, a fim de fornecer orientação teórico/metodológico do processo de pesquisa a ser desenvolvida no decorrer da graduação, especialmente, se a essência desta estiver voltada para a pesquisa como procedimento para a busca de novos conhecimentos.⁴¹

Contudo, por, muitas vezes, não ocorrer à associação entre teoria e prática, aliado a isso, em alguns casos, a oferta da disciplina ou no primeiro semestre, quando os estudantes ainda estão conhecendo os programas da instituição e adaptando-se a nova etapa, ou seja, muitos deles, ficam desorientados

³⁸ MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. Os Desafios do Ensino da Disciplina de Metodologia da Pesquisa na Pós-Graduação. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 244-257, set./dez. 2011.

³⁹ MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. Os Desafios do Ensino da Disciplina de Metodologia da Pesquisa na Pós-Graduação. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 244-257, set./dez. 2011.

⁴⁰ BORTOLINI, M. R. **A pesquisa na formação de professores: experiências e representações**. 2009, 196p. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

⁴¹ MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. Os Desafios do Ensino da Disciplina de Metodologia da Pesquisa na Pós-Graduação. **Meta: Avaliação**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 244-257, set./dez. 2011.

quanto à função da disciplina, ou no final da graduação, direcionada, preferencialmente, para a realização do TCC, não propiciando o estímulo à pesquisa no transcorrer do curso. Destarte, retomamos ao primeiro tópico e ao parágrafo anterior que enfatizam a importância desta ao decorrer da graduação, com o fito de situá-los quanto ao entendimento da Metodologia com a maior antecedência possível.

Portanto, verificam-se os fatores que proporcionam o distanciamento entre os estudantes e a disciplina, dando enfoque a associação entre teoria e prática e a localização na matriz curricular, assim nota-se que a união citada, anteriormente, é necessária para a compreensão e desenvolvimento da pesquisa e tal matéria é ofertada, na maioria dos casos, no início da graduação, com o fito de proporcionar os subsídios necessários ao desenvolvimento de trabalhos científicos ao decorrer dela, incentivando a verdadeira forma de aprender, que se faz pela pesquisa.

3 MÉTODO

O método utilizado foi o hipotético-dedutivo, visto que houve a aplicação de questionário e a análise da bibliografia relacionada ao tema desenvolvido, assim, há a combinação entre procedimento experimental e o racional. Também, verifica-se o procedimento de estudo de caso, por meio da utilização da técnica de documentação direta extensiva, ou seja, a aplicação do questionário.

Então, o questionário desenvolvido possui um total de nove perguntas, constituindo-se de sete objetivas e duas subjetivas, que são as seguintes: 01.Você já cursou a disciplina de metodologia da pesquisa?(Sim (Não; 02.Qual o seu semestre?; 03.Você considera a atividade de pesquisa importante?(Sim (Não; 04.Você possui interesse em pesquisar e redigir artigos?(Sim (Não; 05.Você participa ou participou de algum projeto de produção científica?)(Sim (Não; 06)Você considera a disciplina da Metodologia da Pesquisa útil para a sua vida acadêmica?(Sim (Não; 07) Você acha que a disciplina ministrada no 1º semestre do curso é adequado?(Sim (Não; 08) Você considera a ausência de aplicação prática do que é ensinado, isto é, a distância do aluno da pesquisa científica, como um fator desestimulante?(Sim (Não; 09) Para você, qual seria o melhor semestre para essa disciplina ser ministrada?

Dessa forma, este questionário foi aplicado aos alunos do curso de Direito da Unichristus, totalizando uma amostra de noventa alunos, distribuídos do primeiro ao décimo semestre, sendo onze do primeiro semestre, seis do segundo, quatorze do terceiro, oito do quarto, quatorze do quinto, seis do sexto, sete do sétimo, dois do oitavo, quinze do nono e sete do décimo.

Ademais, realizou-se coleta de dados, por meio do site do Ministério da Educação (MEC), com a finalidade de verificar o semestre em que a disciplina de metodologia é ofertada nas instituições que possuem o curso de direito com conceito de curso (CC) máximo, tal verificação possui amostra de dezoito estabelecimentos de ensino.

Além disso, o trabalho foi elaborado mediante pesquisa bibliográfica, que se fundou na busca de informações em livros, artigos, teses e por meio da legislação relacionada ao tema desenvolvido.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos questionários, apurou-se que dos noventa participantes: 97,78% responderam que cursaram a disciplina e 2,22% que não cursaram; 95,56% consideram a atividade de pesquisa importante e 4,44% não a consideram importante; 83,33% possuem interesse em pesquisar e redigir artigos e 16,67% não possuem interesse nessa atividade; 44,44% afirmaram participar ou já terem participado de algum projeto de produção científica e 56,56% declararam que não participam e nem participaram; 92,22% consideram a disciplina útil para o seu percurso acadêmico e 7,78% não a consideram; 34,44% acham que a disciplina ministrada no 1º semestre é adequada e 65,56% consideram inadequado; 84,44% consideram a ausência de aplicação prática do que é ensina como um fator desestimulante e 15,56% não consideram este aspecto desestimulante; 30% elegeram o 1º semestre como o melhor para a disciplina ser ministrada, 7,78% o segundo, 10% o terceiro, 12,22% o quarto, 18,89% o quinto, 4,44% o sexto, 6,67% o sétimo, 5,56% o oitavo, 2,22% o nono e 2,22% o décimo.

Diante dessas porcentagens, verifica-se que, a maioria, dos discentes considera a atividade de pesquisa importante, possuem interesse em desenvolvê-la, declaram que a disciplina da Metodologia da Pesquisa é útil e acham que a distância

do aluno da pesquisa é um fator desestimulante. Ademais, apesar de um grande número de estudantes afirmarem que a disciplina ministrada no 1º semestre não é adequada, na indicação de qual semestre ela deveria ser ofertada, o 1º obteve a maior porcentagem, visto que, as indicações dos que não consideram adequada ficaram diluídas nos demais semestres, entretanto, é possível afirmar que as maiores porcentagens estão situadas nos primeiros cinco semestres, ou seja, do início à metade do curso, assegurando a importância de sua abordagem nesse período inicial, a fim de que o aluno esteja provido de conhecimento científico, para desenvolvê-lo ao longo da graduação.

Além disso, a tabela abaixo fortalece essa afirmação de fornecimento da disciplina nos primeiros semestres, pois das dezoito instituições indicadas, onze (61.11%) situam a disciplina na primeira metade do curso.

Tabela 1

Instituições com CC máximo, ou seja, igual a cinco.	Semestre em que a disciplina é ofertada.
Universidade Federal de Ouro Preto-UFOP	6º semestre
Universidade Federal de Viçosa-UFV	2º semestre
Universidade Católica de Pernambuco-UNICAP	8º semestre
Universidade do Vale do Rio dos Sinos-UNISINOS	1º semestre
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS	7º semestre
Universidade Presbiteriana Mackenzie-MACKENZIE	2º semestre
Universidade Feevale- FEEVALE	2º semestre
Universidade José do Rosário Vellano-UNIFENAS	1º semestre
Faculdade de Direito de Varginha-FADIVA	1º e 2º semestres
Universidade Estácio de Sá- UNESA	8º semestre

Faculdade de Direito do Sul de Minas- FDSM	4º semestre
Centro Universitário de Votuporanga- UNIFEV	7º semestre
Universidade Católica de Santos- UNISANTOS	8º semestre
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais- PUC MINAS	1º semestre
Universidade de Fortaleza- UNIFOR	1º semestre
Universidade Federal do Ceará- UFC	9º semestre
Centro Universitário Christus- UNICHRISTUS	1º semestre
Centro Universitário 7 de Setembro – UNI7	1º semestre

Fonte: Sistema e-MEC (2018) – Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/>>.

5 CONCLUSÃO

Após a análise dos dispositivos estudados, do resultado do questionário e da coleta de dados, conclui-se que a disciplina de Metodologia possui elevada relevância na graduação, pois proporciona o desenvolvimento de pesquisa e esta se caracteriza como a legítima forma de aprendizado, que estimula o pensamento crítico-reflexivo e a libertação dos conceitos preconcebidos.

Ademais, conclui-se que o fato de, muitas vezes, não ocorrer à associação entre teoria e prática e a circunstância da localização na grade curricular ou no primeiro semestre ou no final do curso, culminam no desestímulo dos discentes, assim, é notória a importância da união, citada anteriormente, e da oferta da disciplina no período inicial da graduação, a fim de que o aluno, o quanto antes, se engaje em projetos científicos e desenvolva pesquisas, com o intuito de ampliar o seu conhecimento, por meio do aprendizado, e fornecê-los para a sociedade, tal ação se configura como o sentido mais profundo da Universidade.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. ampl. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

BITTAR, Eduardo C. B. **Metodologia da pesquisa jurídica**: teoria e prática da monografia para os cursos de direito. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

BORTOLINI, M. R. **A pesquisa na formação de professores: experiências e representações**. 2009, 196 f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l9394.htm>. Acesso em: 22 jun. 2018.

CHIBENI, Silvio Seno. As origens da ciência moderna. **Textos Didáticos**. 2001. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/~chibeni/textosdidaticos/cienciaorigens.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. 2. ed. São Paulo: Avercamp, 2014.

HARPER, B.; CECCON, C.; OLIVEIRA, M. D.; OLIVEIRA, R. D. **Cuidado, Escola!** Desigualdade, domesticação e algumas saídas. 24. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

LEEDY, Paul D.; ORMROD, Jeanne Ellis. **Practical research**: planning and design. 9. ed. New Jersey: Pearson Education, Inc, 2010.

LIBANEO, J. C. **Que destino os educadores darão à Pedagogia?** In: PIMENTA, S. G. (coord.) Pedagogia: Ciência da Educação? São Paulo: Cortez, 2001.

MARQUES, Gil da Costa; BECHARA, Maria José. Galileu e o Nascimento da Ciência Moderna. **E-física: ensino de física on-line**. 2007. Disponível em: <<http://efisica.if.usp.br/mecanica/curioso/historia/galileu/>>. Acesso em: 20 fev.2018.

MOREIRA, Herivelto; CALEFFE, Luiz Gonzaga. Os Desafios do Ensino da Disciplina de Metodologia da Pesquisa na Pós-Graduação. **Meta**: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 3, n. 9, p. 244-257, set./dez. 2011.

RUIZ, João Álvaro. Metodologia Científica: guia para eficiência nos estudos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2010.



TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e da pesquisa.
8. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

CONCILIAÇÃO DA PLURALIDADE PARA A EFETIVA PERCEPÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO ENSINO DO DIREITO

Ênio Stefani Rodrigues Cardoso Cidrão¹

Flávio José Moreira Gonçalves²

RESUMO

Conciliar os dissensos na sala de aula emerge como um desafio, em específico quanto aos conflitos decorrentes das diversas cosmovisões em convívio na sociedade atual, que possui a complexidade das relações como característica. Dessa forma, aproveitar essa diversidade pode demandar do docente a administração correta dos atritos resultantes desta a fim de se proporcionar contribuição significativa à aprendizagem. Focou-se, nessa investigação, nos elementos da aprendizagem que são conexos à necessidade de se saber lidar com as disparidades no âmbito acadêmico de ensino e, especificamente, nas peculiaridades do ensino jurídico, principalmente com relação à necessidade de dialeticidade nessa área do conhecimento. A pesquisa possui caráter teórico-prático, haja vista tratar-se de uma revisão teórica do assunto somada a uma parte empírica, na qual se buscou diagnosticar o caráter prático da problemática investigada em turmas de recém-ingressos no curso de Direito, isso por meio de um questionário. Averiguou-se que a maioria dos alunos que entram no curso de Direito, especificamente no âmbito da instituição selecionada, adentram na graduação com uma boa percepção do que são, cientificamente, os Direitos Humanos, necessitando de melhor esclarecimento quanto ao potencial da vivência do respeito a tais direitos no cotidiano acadêmico para melhoria de aprendizagem. É importante, isto posto, que haja o cuidado de proporcionar ao docente e à universidade como um todo o incremento de habilidades de mediação para lidar com os conflitos que, inevitavelmente, emergem em face das distintas posições, concepções, interesses e valores, aproveitando as situações conflitivas para que se tenha uma educação emancipatória e uma cultura de respeito aos direitos humanos.

¹ Bacharelado em Direito, Direito, aluno, eniocidrao_moa@hotmail.com

² Doutor em Educação, Direito, professor, professorflavio@ymail.com

Palavras-chave: Pluralidade. Educação Emancipatória. Mediação de Conflitos. Direitos Humanos. Ensino Jurídico.

ABSTRACT

Reconciling dissent in the classroom emerges as a challenge, specifically as to the conflicts arising from the various cosmovisions convivial in today's society, which has the complexity of relations as a characteristic. Thus, taking advantage of this diversity may require the teacher to correctly manage the frictions resulting from this in order to provide meaningful contribution to learning. This research focused on the elements of learning that are related to the need to know how to deal with the disparities in the academic context of teaching and, specifically, on the peculiarities of legal education, especially with regard to the need for dialectics in this area of knowledge. The research has a theoretical-practical character, since it is a theoretical review of the subject added to an empirical part, in which it was sought to diagnose the practical nature of the problem investigated in classes of new entrants in the course of Law, this through of a questionnaire. It was found that the majority of the students who enter the Law course, specifically within the scope of the selected institution, enter the undergraduate degree with a good perception of what the human rights are, scientifically, needing a better clarification regarding the potential of the respect experience to these rights in academic everyday for improvement of learning. It is important, therefore, to ensure that the teacher and the university as a whole increase their mediation skills to deal with the conflicts that inevitably emerge in the face of different positions, conceptions, interests and values, taking advantage of the situations in order to have emancipatory education and a culture of respect for human rights.

Keywords: Plurality. Emancipatory Education. Conflict Mediation. Human rights. Legal Teaching.

1 INTRODUÇÃO

No Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Christus desenvolveram-se pesquisas direcionadas à compreensão dos complexos conflitos no ambiente da sala de aula, especialmente aqueles que envolvem as divergências político-filosóficas, ou seja, as diversas formas de se ver o mundo.

A sala de aula é um ambiente sobre o qual recaem variados estudos, que giram em torno do aperfeiçoamento da sistemática de ensino-aprendizagem, desde os seus fundamentos até os métodos empregados. É de se evidenciar que, como um reflexo da sociedade circundante, as diferenças sociais encontram no ambiente de aprendizagem um polo de encontro.

É preciso, portanto, que o professor medeie essa pluralidade a fim de utilizá-la para o melhor aproveitamento da aula e da absorção do conteúdo ministrado, para criar um espaço de tolerância e promoção dos Direitos Humanos? Como o uso da mediação pode colaborar para que a aprendizagem ocorra de modo mais vivencial e significativo, nestas circunstâncias?

Tendo em vista a necessidade de responder a essas questões fundamentais, torna-se indispensável, para isso, realizar uma revisitação teórica aos pressupostos da aprendizagem, isto é, os elementos que compõem a educação em seu caráter essencial; assim como rever a imprescindibilidade, tanto do ponto de vista normativo quanto do existencial, de se prezar pela promoção da liberdade e dos Direitos Humanos no contexto do ensino, para que haja aprendizagem emancipatória; e, por fim, compilar e analisar aspectos relevantes da discussão acerca dos objetivos e dos benefícios da mediação de conflitos no tocante, principalmente, ao restabelecimento dos canais de comunicação dialógica.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Pressupostos da aprendizagem

Inicialmente, aprender é um processo complexo que envolve diversos fatores determinantes. Discute-se, nesse ínterim, qual a relevância de se ter um sistema de ensino-aprendizagem de caráter crítico, colaborativo e dialógico.

Karl Popper defende a ideia de conhecimento baseado na abertura à falseabilidade, que é relativa à disposição de oportunizar a si mesmo, enquanto sujeito cognoscente, a crítica, afinal, “se temos um desejo sincero de descobrir como é o mundo, devemos estar preparados para corrigir erros; se vamos corrigi-los, devemos estar preparados para cometê-los”³.

O avanço do conhecimento e o objetivo da ciência estão ligados principalmente a três elementos. Primeiramente, a possibilitação de refutação torna-se imprescindível quando se leva em conta que teorias são mais científicas à medida que são mais testáveis⁴. Em segundo lugar, a não dogmatização das conjecturas emerge no cuidado em se evitar uma “fé irracional na razão”, em que se chegue ao estágio de um racionalismo acrítico⁵. E, por último, a busca do conhecimento não autoritário surge como uma chave para que não se beire a cegueira intelectual em meio ao estabelecimento de autoridades intocáveis, do ponto de vista da falseabilidade⁶.

A aprendizagem com viés colaborativo gera engajamento e choque de perspectivas acerca do objeto em análise, considerando as experiências dos envolvidos na discussão, o que promove o senso de responsabilidade intersubjetiva e o enriquecimento do processo e dos resultados, conforme reflete Pedro Demo⁷.

“O diálogo é uma exigência existencial”, já preleciona Paulo Freire⁸. Ainda consoante as ideias freireanas, a dialogicidade consiste na consideração de todos os sujeitos da aprendizagem como participantes desse fenômeno e no

³ MILLER, David (org.). **Textos escolhidos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2010, p. 9.

⁴ POPPER, Karl. Os primórdios do racionalismo. In: MILLER, David (org.). **Textos escolhidos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2010, p. 29.

⁵ POPPER, Karl. A defesa do racionalismo. In: MILLER, David (org.). **Textos escolhidos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2010, p. 34-35.

⁶ POPPER, Karl. Conhecimento sem autoridade. In: MILLER, David (org.). **Textos escolhidos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2010, p. 49-50.

⁷ DEMO, Pedro. **O bom docente**. Fortaleza: Unifor, 2008, p. 81, 89-90.

⁸ FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/download-pedagogia-do-oprimido-paulo-freire-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 31 mai. 2018. (E-book)

reconhecimento da própria inconclusão, isto é, das limitações particulares, abrindo-se para a construção do saber⁹.

Percebe-se como inerente à sistemática do aprendizado o encontro de sujeitos e, por conseguinte, o confronto de suas cosmovisões, o diálogo entre inevitáveis diferentes. Quanto a isso, o conflito aparece como elemento inerente a esse processo, cabendo estratégias de administração deste, para que não se perca os pressupostos de criticidade, de colaboração e de dialogicidade na aprendizagem.

Simon Schwurtzmann, com foco no ambiente acadêmico, contribui no debate alertando que a ideologia, no sentido pejorativo da palavra, caracteriza-se pelo desvio da procura pelo “conhecimento controlado e verificável” para o “domínio da crença e da convicção”, quando a ciência torna-se religiosismo¹⁰. O autor supracitado ainda procura esclarecer que a verdadeira atitude daquele que busca investigar a realidade e construir, de fato, conhecimento científico passa pela postura de dúvida metódica, ou seja, permitir-se passar por revisão e contestação¹¹.

2.2 Liberdade e Direitos Humanos na Sala de Aula

É nesse contexto que se ressalta o princípio da liberdade acadêmica, ligado ao exposto no inciso II do artigo 206 da Constituição, a saber, a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”. Esse direito fundamental encontra-se destacado também no inc. IX do art. 5º, no qual se fala que “é livre a expressão da atividade intelectual”.

Conclui-se pelos mandamentos constitucionais que, para que se tenha educação e conhecimento, é preciso também que se tenha liberdade. Dessa

⁹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/download-pedagogia-da-autonomia-paulo-freire-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 31 mai. 2018. (E-book)

¹⁰ SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, universidade e ideologia: a política do conhecimento**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008, p. 138. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/polcon.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2018. (E-book)

¹¹ Ibid, p. 131.

maneira, a liberdade acadêmica é fundamento para o Estado Democrático de Direito¹².

O referido direito só pode ser concretizado com a garantia da prerrogativa de poder se manifestar, sem embaraços, de acordo com uma posição filosófica específica, expressar-se conforme determinada visão de mundo¹³. E, como afirma Jonatas Machado, os Direitos Humanos não estão limitados ao âmbito jurídico, mas possuem aspecto existencial, portanto, é necessário, sobretudo, que haja interiorização dos valores contidos nos direitos fundamentais¹⁴, isto é, que eles sejam transmitidos como cultura e sejam vividos no cotidiano. Para que se tenha a cultura de educação em Direitos Humanos é preciso se objetivar “uma sociedade preparada para o exercício da autonomia, condição fundamental para o exercício da cidadania”¹⁵.

Há uma diferença entre educação como treinamento e como formação, pois enquanto a primeira atrofia atributos de humanidade, a segunda desenvolve-os, mediante as reflexões de Eduardo Bittar¹⁶. E, ainda segundo esse autor, razão não é, necessariamente, sinônimo de evolução, pois formação e deformação podem estar juntas, possuindo, assim, um poder destrutivo em larga escala, como o estudado por Theodor Adorno quanto à decadência moral alemã no período do Holocausto¹⁷.

Evidencia-se, novamente, a Lei Maior no tocante ao seu art. 205, ao estabelecer a educação como um direito universal que tem como objetivo “o pleno desenvolvimento da pessoa, o seu preparo para o exercício da cidadania e a sua qualificação para o trabalho”. A meta basilar da educação é, assim, “despertar no ser

¹² ALBUQUERQUE, Francisco Resende de; CAMPOS, Thiago de Souza; CARVALHO, Adriana Pereira Dantas. Uma breve análise: liberdade acadêmica e liberdade de expressão. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, Lisboa, ano 2, nº 2, p. 21-41, 2016, p. 28.

¹³ RODRIGUES, Aroldo. O declínio da liberdade acadêmica: a crise não é a que vem de fora mas a que vem de dentro. In: PAIM, Antonio. **Liberdade acadêmica e opção totalitária**. Rio de Janeiro: Artenova, 1979, p. 50-59. p. 50.

¹⁴ MACHADO, Jonatas. A liberdade religiosa na perspectiva dos direitos fundamentais. **Revista Portuguesa de Ciência das Religiões**, Lisboa, ano 1, nº 1, p. 149-154, 2002, p. 149-150.

¹⁵ BITTAR, Eduardo. Educação e metodologia para os direitos humanos: cultura democrática, autonomia e ensino jurídico. In: GEDIEL, José Antônio Peres (org.); SILVA, Eduardo Faria (org.); TRAUZYNSKI, Sílvia Cristina (org.). **Direitos humanos e políticas públicas**. Curitiba: Universidade Positivo, 2014, p. 67-84, p. 70

¹⁶ Ibid, p. 67-68

¹⁷ ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. **Rizomas**. Disponível em: <<https://rizomas.net/arquivos/Adorno-Educacao-apos-Auschwitz.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2018

humano elementos dormentes, como a verdade, a justiça, a cidadania e a solidariedade”¹⁸. A origem da palavra educar remonta à ideia abordada, pois vem do latim *educare*, que significa literalmente “guiar para fora”¹⁹.

A universidade, em contrapartida, está se tornando reduto da razão instrumental, voltada concentradamente para o mercado e as suas exigências, perdendo a sua essência, que consiste na formação integral da pessoa, consoante análises do contexto acadêmico português feitas por Moisés de Lemos Martins, algo que se aplica de forma geral à boa parte dos outros *establishments* acadêmicos²⁰.

A razão instrumental se contrapõe à educação emancipatória, pois transforma tudo em produto, inclusive os sujeitos da aprendizagem e a própria educação²¹ e todo esse ambiente técnico-instrumental e economicista faz Bill Readings levantar o questionamento: como é possível exercer o pensamento em uma instituição movida por uma lógica em que esse ato parece difícil e desnecessário?²²

O consenso democrático exige o modelo de educação que desenvolva “habilidades dialogais respeitadas e competências (...) [para] a interação humana” (acréscimo nosso), manifestas no “reconhecimento da correção, da autenticidade e da veracidade dos discursos em interação”²³. Desta feita, urge que se proceda a uma superação da consciência do “agir sem o outro, apesar do outro, [ou] sobre o outro” (acréscimo nosso) pela consciência do interagir com o outro, a partir da consideração desse outro, ou seja, o exercício democrático do convívio e da liberdade pelo diálogo²⁴.

¹⁸ ALBUQUERQUE, Francisco Resende de; CAMPOS, Thiago de Souza; CARVALHO, Adriana Pereira Dantas. op. cit., p. 25.

¹⁹ “(...) *educare* que é uma derivado de *ex*, que significa ‘fora’ ou ‘exterior’ e *ducere*, que tem o significado de ‘guiar’, ‘instruir’, ‘conduzir’. (Etimologia de “educação”. **Gramática**. Disponível em: <<https://www.gramatica.net.br/origem-das-palavras/etimologia-de-educacao/>>. Acesso em: 17 jun. 2018)

²⁰ MARTINS, Moisés de Lemos. A liberdade acadêmica e os seus inimigos. **Revista Comunicação e Sociedade**, Minho, vol. 27, p. 405 – 420, 2015, p. 407.

²¹ BITTAR, Eduardo. op. cit., p. 71.

²² READINGS, Bill. The university in ruins. apud MARTINS, Moisés de Lemos. op. cit., p. 411.

²³ BITTAR, Eduardo. op. cit., p. 79.

²⁴ Ibid., p. 77-79.

2.2.1 Sobre o ensino jurídico

No ensino do Direito esse debate também aflora. Roberta Teles Bezerra ressalta, de início, que a qualidade dos cursos jurídicos está intimamente ligada ao grau de efetividade do direito fundamental ao acesso à justiça²⁵. Portanto, discutir acerca do aperfeiçoamento do ensino do Direito é determinante para que se concretize a dignidade humana na sociedade.

O Direito, enquanto fenômeno cultural, não pode ser estudado do ponto de vista meramente tecnicista e silogístico, é preciso que seja considerada a interferência do sujeito cognoscente, isto é, a produção criativa do direito por seu próprio operador²⁶. O Direito deve ser “consciente do ‘mito’ da objetividade epistemológica”, abrindo-se, portanto, à dialética do conhecimento²⁷. Isso advém do entendimento primordial da autonomia do fato perante a norma²⁸.

O momento da aula deve, então, refletir “uma prática intelectual democrática, estruturada nos moldes do diálogo”, processo esse que tem sua base na ideia de convencimento e aceitação, primordial ao Direito na condição de *práxis* social, isto é, o esforço da compreensão em um contexto intersubjetivo²⁹. Essa dinâmica é a essência do espírito democrático, fazendo o aluno se enxergar na condição de cidadão responsável e participativo e, também, revestido de sensibilidade³⁰.

O uso da metodologia dialética pressupõe a consciência de que “a palavra é o caminho do encontro, e o outro é o (...) destino”³¹. Seguindo esse raciocínio, o homem se transforma a partir de suas interações, portanto, o professor

²⁵ BEZERRA, Roberta Teles. **Ensino jurídico e direitos fundamentais**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008, p. 12.

²⁶ SIQUEIRA, Marcelo Sampaio; SIQUEIRA, Natércia Sampaio. Retórica e dialética no ensino jurídico em uma democracia. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 225-248, jan./abr. 2014, p. 228, 234.

²⁷ Ibid, p. 235.

²⁸ Ibid, p. 236.

²⁹ Ibid, p. 240, 241.

³⁰ Ibid, p. 242.

³¹ MARTINS, Moisés de Lemos. op. cit., p. 406.

precisa conhecer as redes e relações do grupo em que está inserido³², tal como os respectivos conflitos e a forma correta de mediá-los, como aduz Celso Vasconcellos.

Somente uma educação pautada nos Direitos Humanos possibilita a disseminação de valores que visem à resolução pacífica dos conflitos³³. A educação em direitos humanos e a mediação de conflitos são mecanismos de ampliação do acesso à justiça que se realizam apenas por meio do diálogo participativo³⁴.

2.3 Conflitos e a boa administração deles

O senso comum geralmente enxerga o conflito como algo a ser evitado, mas Lília Maia de Moraes Sales assevera que os estudos acerca da mediação de conflitos buscam esclarecer que ele é inerente à condição humana e que, nele, é possível encontrar a chave para a não estagnação e para a evolução da sociedade³⁵.

A autora mencionada ainda afirma que o que vai ser determinante quanto ao melhor aproveitamento da situação conflituosa é a administração desta³⁶, ou seja, o conflito não é prejudicial em si mesmo, pelo contrário, possui potencial de aprimoramento individual e coletivo; no entanto, quando mal gerido, corrói as relações e impede a construção/manutenção dos laços sociais.

Katia Denise Moreira, ao pesquisar acerca dos conflitos em um determinado ambiente universitário, constatou que os dados apontam que a relação entre discente e docente é o tipo de interação mais conflituosa no contexto acadêmico, 56,9% dos sujeitos indagados possuíam acentuado nível de percepção

³² VASCONCELLOS, Celso. Metodologia dialética na sala de aula. **Celso Vasconcellos**. Disponível em: <<http://www.celsovasconcellos.com.br/Textos/MDSA-AEC.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2018.

³³ IACOVINI, Rodrigo Faria Gonçalves; QUEIROZ, Roberta Medeiros de. A convergência entre a educação em direitos humanos e a mediação de conflitos. In: SALES, Lília Maia de Moraes (org.). **Educação em direitos humanos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007, cap. 10, p. 201-212, p. 210.

³⁴ Ibid, p. 209-210.

³⁵ SALES, Lília Maia de Moraes. **Mediação de conflitos**: família, escola e comunidade. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007, p. 25.

³⁶ Ibid, p. 24.

desses conflitos³⁷. A principal fonte de conflito verificada foi o “o apego exagerado às próprias opiniões”, com 81,9% dos questionados considerando alto o nível de percepção quanto a isto; destaca-se também, em segundo lugar, a falha de compreensão, com 43,1%³⁸. Perguntou-se também qual era o principal elemento motivador dos atritos interpessoais, obtendo-se o resultado de 76,4% que percebiam, em um nível alto, as questões de poder como motivação dos conflitos; vale salientar que o elemento político ficou logo atrás, com 57% dos votos³⁹.

Percebe-se, conforme o trazido, que há barreiras dialógicas entre aqueles sujeitos da aprendizagem que necessitam essencialmente do estabelecimento de elos eficazes de comunicação e interação. Verifica-se que a relação discente-docente encontra-se prejudicada em meio a atitudes recíprocas de desconsideração e desrespeito.

Dois dos principais benefícios da mediação, além da solução real do conflito, são a prevenção da má administração dos conflitos, que consiste na criação da “cultura do ‘encontro por meio da fala’”, e a inclusão social, que implica diretamente na conscientização de direitos e no acesso à justiça, que, por sua vez, resultam no senso de responsabilidade quanto ao todo⁴⁰. Elementos esses pertinentes ao estabelecimento do diálogo na aprendizagem.

3 MÉTODOS

A pesquisa, primordialmente, possui duplo aspecto, caracterizando como teórica-prática. Orides Mezzaroba e Cláudia Servilha Monteiro definem este tipo de pesquisa como a aplicação de hipóteses teóricas a fim de se analisar certo fenômeno em seu aspecto prático.

³⁷ MOREIRA, Katia Denise. **A mediação como método de resolução de conflitos interpessoais na Universidade Federal de Santa Catarina**. 274 p. Dissertação (Mestre em Administração Universitária) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012, p. 201, 202.

³⁸ Ibid, p. 205, 206.

³⁹ Ibid, p. 212.

⁴⁰ SALES, op. cit., p. 33-34, 36-37.

Trata-se também de pesquisa de caráter empírico, pois, conforme Marcelo Lamy, “ancora-se na manipulação de dados objetivos e concretos captados por procedimentos controláveis e de resultados mensuráveis”⁴¹.

No início das investigações, buscou-se a familiarização com o tema em análise, selecionando bibliografias pertinentes tanto em acervos de bases de dados digitais quanto em bibliotecas físicas locais. Nessa fase exploratória decidiu-se aplicar um questionário para os discentes, com o propósito de obter o diagnóstico local, relativo aos estudos teóricos que estavam sendo realizados. Foram selecionadas as turmas — dos dois turnos ofertados, manhã e noite — do início do curso de Direito do Centro Universitário Christus, primeiro semestre, como uma forma de se ter um retrato do recém-ingresso no curso.

Utilizou-se, para a maioria das respostas, a Escala Likert, “que objetiva verificar o nível de concordância do indivíduo com uma proposição que expressa algo favorável ou desfavorável em relação a um objeto psicológico”⁴², como colabora Silvana Maria de Miranda et al. Foi escolhida uma escala bidirecional — concordo e discordo — e de cinco pontos — concordo totalmente, concordo parcialmente, indiferente, discordo parcialmente e discordo totalmente —, nesse caso, tem-se como vantagens a possibilidade de se colocar um elemento neutro, haja vista ser um número ímpar, e de se obter um nível de confiabilidade ponderado, levando em consideração à multiplicidade pretensamente equilibrada de opções⁴³, mediante os estudos de Marlon Dalmoro e Kelmara Mendes Vieira.

Para se interpretar os dados obtidos com os instrumentais de pesquisa, lançou-se mão de uma ferramenta facilitadora de construção de planilhas, similar ao *Microsoft Excel*, na qual se pôde obter um panorama das quantidades absoluta e relativa de cada opção de resposta.

⁴¹ LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: técnicas de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. <<http://lelivros.love/book/download-metodologia-da-pesquisa-juridica-tecnicas-de-investigacao-argumentacao-e-redacao-marcelo-lamy-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 24 jun. 2018. (E-book)

⁴² MIRANDA, Silvana Maria de; et al. Construção de uma Escala para Avaliar Atitudes de Estudantes de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, vol. 33, supl. 1, p. 104-110, 2009, p. 106.

⁴³ DALMORO, Marlon; VIEIRA, Kelmara Mendes. Dilemas na construção de escalas tipo likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? **Revista Gestão Organizacional**, vol. 6, n. 3, edição especial, p. 161-174, 2013, p. 165-166.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Disponibilizaram-se, dentre as três turmas escolhidas, 67 alunos, todos os presentes no momento da aplicação, para responder o questionário.

De início, colocou-se a proposição “os Direitos Humanos são importantes para o ser humano e para a sociedade” para se averiguar o nível de concordância dos pesquisados. Um total de 54 alunos — aproximadamente 81% — responderam que concordavam totalmente com a afirmativa, 11 — por volta de 16% — colocaram que concordavam parcialmente, e 2 — em torno de 3% — assinalaram que discordavam parcialmente. Não houve quem respondesse que era indiferente ou que discordava totalmente.

Em segundo lugar, colocou-se a proposição “ todos merecem ter seus direitos (dignidade, vida, liberdade, igualdade, propriedade, participação política, nacionalidade etc.) respeitados, independentemente de raça, cor, etnia, religião, gênero, orientação sexual ou posição ideológica”. Um total de 64 alunos — aproximadamente 96% — responderam que concordavam totalmente com a afirmativa, 3 — por volta de 4% — colocaram que concordavam parcialmente. Não houve quem respondesse que era indiferente, que discordava parcialmente ou totalmente.

Após isso, colocou-se a proposição “é importante haver tolerância na sala de aula”. Um total de 61 alunos — aproximadamente 91% — responderam que concordavam totalmente com a afirmativa, 6 — por volta de 9% — colocaram que concordavam parcialmente. Não houve quem respondesse que era indiferente, que discordava parcialmente ou totalmente.

Em seguida, colocou-se a proposição “a mediação eficaz dos conflitos dentro da sala de aula colabora na minimização da intolerância”. Um total de 44 alunos — aproximadamente 66% — responderam que concordavam totalmente com a afirmativa, 20 — por volta de 30% — colocaram que concordavam parcialmente, 2 — em torno de 3% — assinalaram que eram indiferentes, e 1 — aproximadamente

1% — respondeu que discordava parcialmente. Não houve quem respondesse que discordava totalmente.

Logo depois, colocou-se a proposição “a mediação eficaz dos conflitos dentro da sala de aula colabora para um ambiente de respeito aos Direitos Humanos”. Um total de 40 alunos — aproximadamente 60% — responderam que concordavam totalmente com a afirmativa, 20 — por volta de 30% — colocaram que concordavam parcialmente, 5 — em torno de 7% — assinalaram que eram indiferentes, e 2 — aproximadamente 3% — responderam que discordava parcialmente. Não houve quem respondesse que discordava totalmente.

Por fim, indagou-se “você já presenciou algum caso de intolerância na aula (como vítima, agressor, ou mero espectador)”. Ao todo, 34 — aproximadamente 51% — colocaram que sim, já haviam presenciado, e 21 — por volta de 46% — assinalaram que não, nunca presenciaram. Dois alunos não responderam esse item do questionário em específico.

Foi notado que a maioria do corpo discente que compõe o período inicial da graduação na referida instituição possui o entendimento razoavelmente adequado dos Direitos Humanos, fugindo do senso comum extremado, em que se enxerga distorcida e anticientificamente essa temática.

A maior parte dos discentes também considera relevante o estabelecimento de uma cultura de tolerância no ambiente de aprendizagem e vê a mediação de conflitos como alternativa viável para a solução dos problemas relacionados ao desrespeito a direitos fundamentais. Porém, quanto às afirmativas relacionadas a isso, houve um nível de concordância menor em comparação com o restante do instrumental.

Além disso, há mais alunos que presenciaram alguma situação cotidiana de intolerância do que os que nunca passaram por isso, o que demonstra a relevância e pertinência prática da abordagem feita pela pesquisa que pretende, em um momento posterior, realizar grupos focais com alguns destes alunos para extrair de modo mais claro, nas falas dos sujeitos, elementos que possam discernir a real percepção que eles têm da importância de uma cultura de respeito aos direitos humanos dentro da Universidade.

5 CONCLUSÃO

A complexidade da sociedade atual e a necessidade de se atribuir um caráter dialógico demandam do docente atual habilidades diferenciadas. O entendimento que o processo de ensino-aprendizagem deve ter como fundamento a criticidade, a colaboração entre todos os sujeitos envolvidos e a abertura à interação dialogada é determinante quando se tem como objetivo a educação emancipatória e que visa a formação humana integral, para além da perigosa razão instrumental e do ensino acrítico.

Nesse contexto, urge que o professor seja um profissional que saiba mediar os conflitos decorrentes das diferentes cosmovisões que estão representadas em sala de aula, abrindo um espaço de encontro de ideias que seja harmônico e produtivo, a fim de que se desenvolva uma cultura de promoção de direitos e crie-se um ambiente confortável de debate.

Levando em conta que o Direito é uma ciência peculiar quanto à impossibilidade de se proceder a um estudo meramente tecnicista e silogístico, é importante que se busque a metodologia dialética, para que se retorne à essência argumentativa da área. O Direito deve, por sua natureza, ser ensinado visando o desenvolvimento de competências intersubjetivas, que favorecem o convívio com as diferenças e a tolerância, além de reforçar uma cultura de paz, e não de litigiosidade.

Na etapa empírica da pesquisa verificou-se que os alunos ingressam no curso com uma visão relativamente acertada dos Direitos Humanos, o que deve ser aproveitado institucionalmente por meio de métodos de ensino que tornem pleno o desenvolvimento do corpo discente, levando os alunos a vivenciarem, enquanto cidadãos e futuros efetivadores do acesso à justiça, a dignidade humana no *locus* social em que estiverem inseridos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Educação após Auschwitz. **Rizomas**. Disponível em:
<<https://rizomas.net/arquivos/Adorno-Educacao-apos-Auschwitz.pdf>>. Acesso em:
09 jun. 2018

ALBUQUERQUE, Francisco Resende de; CAMPOS, Thiago de Souza; CARVALHO, Adriana Pereira Dantas. Uma breve análise: liberdade acadêmica e liberdade de expressão. **Revista Jurídica Luso-Brasileira**, Lisboa, ano 2, nº 2, p. 21-41, 2016.

BITTAR, Eduardo. Educação e metodologia para os direitos humanos: cultura democrática, autonomia e ensino jurídico. In: GEDIEL, José Antônio Peres (org.); SILVA, Eduardo Faria (org.); TRAUZYNSKI, Silvia Cristina (org.). **Direitos humanos e políticas públicas**. Curitiba : Universidade Positivo, 2014, p. 67-84.

DALMORO, Marlon; VIEIRA, Kelmara Mendes. Dilemas na construção de escalas tipo likert: o número de itens e a disposição influenciam nos resultados? **Revista Gestão Organizacional**, vol. 6, n. 3, edição especial, p. 161-174, 2013.

DEMO, Pedro. **O bom docente**. Fortaleza: Unifor, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996. Disponível em:
<<http://lelivros.love/book/download-pedagogia-da-autonomia-paulo-freire-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 31 mai. 2018. (E-book)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <<http://lelivros.love/book/download-pedagogia-do-oprimido-paulo-freire-em-epub-mobi-e-pdf/>>. Acesso em: 31 mai. 2018. (E-book)

IACOVINI, Rodrigo Faria Gonçalves; QUEIROZ, Roberta Medeiros de. A convergência entre a educação em direitos humanos e a mediação de conflitos. In: SALES, Lilia Maia de Moraes (org.). **Educação em direitos humanos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007, cap. 10, p. 201-212.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa jurídica**: técnicas de investigação, argumentação e redação. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
<<http://lelivros.love/book/download-metodologia-da-pesquisa-juridica-tecnicas-de>

investigacao-argumentacao-e-redacao-marcelo-lamy-em-epub-mobi-e-pdf/>. Acesso em: 24 jun. 2018. (E-book)

MACHADO, Jonatas. A liberdade religiosa na perspectiva dos direitos fundamentais. **Revista Portuguesa de Ciência das Religiões**, Lisboa, ano I, nº 1, p. 149-154, 2002.

MARTINS, Moisés de Lemos. A liberdade acadêmica e os seus inimigos. **Revista Comunicação e Sociedade**, Minho, vol. 27, p. 405 – 420, 2015.

MILLER, David (org.). **Textos escolhidos**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2010.

MIRANDA, Silvana Maria de; et al. Construção de uma Escala para Avaliar Atitudes de Estudantes de Medicina. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, vol. 33, supl. 1, p. 104-110, 2009.

MOREIRA, Katia Denise. **A mediação como método de resolução de conflitos interpessoais na Universidade Federal de Santa Catarina**. 274 p. Dissertação (Mestre em Administração Universitária) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

RODRIGUES, Aroldo. O declínio da liberdade acadêmica: a crise não é a que vem de fora mas a que vem de dentro. In: PAIM, Antonio. **Liberdade acadêmica e opção totalitária**. Rio de Janeiro: Artenova, 1979, p. 50-59.

SALES, Lília Maia de Moraes. **Mediação de conflitos**: família, escola e comunidade. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, universidade e ideologia**: a política do conhecimento. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008, p. 138. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/polcon.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2018. (E-book)

SIQUEIRA, Marcelo Sampaio; SIQUEIRA, Natércia Sampaio. Retórica e dialética no ensino jurídico em uma democracia. **Revista Pensar**, Fortaleza, v. 19, n. 1, p. 225-248, jan./abr. 2014.

VASCONCELLOS, Celso. Metodologia dialética na sala de aula. **Celso Vasconcellos**. Disponível em: <<http://www.celsovasconcellos.com.br/Textos/MDSA-AEC.pdf>>. Acesso em: 9 maio 2018.

AGRADECIMENTOS

Eu, Ênio, Agradeço a Deus, principalmente, que fez das minhas vitórias nesse período boas lembranças e, das dificuldades e dos fracassos, permanentes aprendizados. Reconheço também a ajuda do meu orientador, coautor desse trabalho, pois colaborou em situações importantes nessa trajetória no programa de pesquisa. Sou grato à minha família, que sempre se mostrou uma base para cada degrau que subo nessa jornada de conquistas, e também aos meus colegas e amigos, que, em determinados momentos, assumem o papel de verdadeiros irmãos, prestando apoio e solidariedade. Muito obrigado, também, à coordenação, que se empenha em auxiliar os alunos, apesar de todos os percalços que enfrentamos enquanto corpo institucional. Enfim, esse momento, realmente, averba-se em gratidão.

DIREITO ADUANEIRO COMO DISCIPLINA AUTÔNOMA NA GRADUAÇÃO: UM AVANÇO CURRICULAR NECESSÁRIO

Aline de Oliveira Costa Tomaz ¹

Sandra Jaqueline de Oliveira Costa²

RESUMO

A rapidez na troca de informações e a intensificação crescente das relações entre os diversos países do planeta revela uma necessidade crescente de elaboração de normas disciplinadoras do tráfego de pessoas e de bens por esses territórios, além de uma melhor organização do funcionamento do comércio exterior. Um órgão chamado “aduana” ou “alfândega” exerce a função de aplicar tais normas que são elaboradas e auxiliar essa organização do comércio exterior. Apesar das discussões existentes a respeito das nomenclaturas, ambas têm sido empregadas no Brasil como sinônimos, de forma que se referem ao órgão público encarregado da aplicação das normas disciplinadoras do tráfego de pessoas e de bens por determinado território, surgindo, então, um conjunto normativo denominado Direito Aduaneiro ou Direito Alfandegário, seara que tem sérios obstáculos à sua delimitação e definição, por ter relação com o Direito Internacional, o Direito Comercial, o Direito Tributário, o Direito Penal, dentre outros. Não existe uma resposta simples ao se falar de

1

Mestra em Direito Constitucional, Pós-Graduação em Direito e Processo Tributários, Professora, alinedeoliveira.unichristus@gmail.com

2 Mestra em Ciências da Educação, s.jac.universidade@gmail.com

Direito Aduaneiro, pois ele combina elementos de Direito Público e de Direito Privado, mostrando-se, assim, como um ramo multidisciplinar do Direito, com seus próprios institutos, verificando-se a necessidade do estudo dessa seara jurídica tão importante e tão pouco compreendida no Brasil que é o Direito Aduaneiro. A justificativa para este trabalho surgiu de questionamentos realizados por alunos a respeito do tema durante as aulas de Direito Tributário ministradas por uma das autoras deste trabalho no curso de Bacharelado em Direito. O objetivo deste trabalho é mostrar a importância e a necessidade de autonomia dessa disciplina na grade curricular do curso de Direito, sendo feito o avanço tão necessário no sentido de adaptar e atualizar o curso às necessidades da sociedade. No que diz respeito aos aspectos metodológicos, as hipóteses são investigadas através de pesquisa bibliográfica, mediante explicações embasadas em trabalhos publicados sob a forma de livros, revistas, artigos e publicações especializadas, que venham a abordar direta ou indiretamente o tema em análise. Em relação à tipologia da pesquisa, esta é, segundo a utilização dos resultados, pura, visto ter o intuito de ampliar o conhecimento, buscando, ainda, servir de base para futuros estudos acerca do tema. Segundo a abordagem, é qualitativa, visando apreciar a realidade do tema. Com base nos resultados alcançados, verifica-se o relevante papel dessa disciplina do Direito, restando comprovada, então, a importância e a necessidade da autonomia dessa disciplina na grade curricular do curso de Direito, dada a sua importância para a prática profissional, sendo feito o avanço tão necessário no sentido de adaptar e atualizar o curso às necessidades da sociedade.

Palavras-chave: Direito Aduaneiro. Direito. Comércio Exterior. Autonomia. Avanço Curricular.

ABSTRACT

The rapid exchange of information and the growing intensification of relations among the various countries on the planet reveal a growing need for the development of disciplinary norms for the traffic of people and goods through these territories, as well as a better organization of the functioning of foreign trade. An agency called “aduana” or “alfândega” performs the function of applying such standards that are drawn up and assisting this organization of foreign trade. In spite of the existing discussions about the nomenclatures, both have been used in Brazil as synonyms, so that they refer to the public agency in charge of the application of the disciplinary norms of the traffic of people and goods by a determined territory, emerging a normative set called Customs Law, which has serious obstacles to its delimitation and definition, as it relates to International Law, Commercial Law, Tax Law, Criminal Law, among others. There is no simple answer when talking about Customs Law, since it combines elements of Public Law and Private Law, thus showing itself as a multidisciplinary branch of Law, with its own institutes, being verified the necessity of the study of this legal matter, so important and so little understood in Brazil, that it is the Customs Law. The justification for this work arose from questions raised by students about the subject during the classes of Tax Law taught by one of the authors of this work in the Bachelor of Law course. The objective of this work is to show the importance and necessity of autonomy of this discipline in the curriculum of the Law course, being made the such necessary advance in the sense of adapting and updating the course to the needs of the society. As far as methodological aspects are concerned, the hypotheses are investigated through bibliographic research, using explanations based on works published in the form of books, journals, articles and specialized publications that directly or indirectly address the subject under analysis. Regarding the typology of the research, this one is, according to the use of the results, pure, since it intends to broaden the knowledge, also seeking to serve as the basis for future studies on the subject. According to the approach, it is qualitative, aiming to appreciate the reality of the theme. Based on the results achieved, the relevant role of this Law discipline is verified, remaining proven, then, the importance and necessity of the autonomy of this discipline in

the curriculum of the Law course, given its importance for professional practice, being made the such necessary advance in adapting and updating the course to the needs of society.

Keywords: Customs Law. Law. Foreign trade. Autonomy. Curricular Advance.

1 INTRODUÇÃO

Há temas que exercem grande influência no cotidiano de uma sociedade, por estarem no cerne de sua estrutura. A rapidez na troca de informações e a intensificação crescente das relações entre os diversos países do planeta revela uma necessidade crescente de elaboração de normas disciplinadoras do tráfego de pessoas e de bens por esses territórios, além de uma melhor organização do funcionamento do comércio exterior. Um órgão chamado “aduana” ou “alfândega” exerce a função de aplicar tais normas que são elaboradas e auxiliar essa organização do comércio exterior.

Esse órgão, cujos nomes são palavras originárias do árabe utilizadas quase como sinônimos no idioma português, são derivados: no primeiro caso (aduana), do termo “ad-diuân”, referente ao escritório ou repartição pública em geral, tendo outro sentido no uso da expressão no idioma português; no segundo caso (alfândega), do termo “al-fundug”, que, embora hoje tenha o significado de hotel (novamente distinto do uso no idioma português), referia-se, no passado, a uma espécie de albergue oficial no qual as caravanas tinham que pernoitar ao chegar em uma nova localidade, local no qual recebiam, além de alimento e lugar para repousar, a visita de um coletor de impostos.

Algo interessante é que a palavra árabe correspondente a “alfândega” ou “aduana” é “al-jumruk”, que não tem qualquer tipo de relação com os termos utilizados aqui no Brasil, embora mesmo aqui possa haver uma certa distinção entre ambos os termos, pois o segundo termo (aduana) seria mais abrangente que o primeiro (alfândega), já que seria relativo a uma instituição jurídica, uma organização, com uma totalidade de aspectos e funções, como arrecadação, protecionismo, controle administrativo, dentre outros; de modo que as alfândegas seriam algo como as repartições da aduana, aplicando suas normas e controles.

Apesar das discussões a respeito das nomenclaturas, ambas têm sido empregadas no Brasil como sinônimos, de forma que se referem ao órgão público encarregado da aplicação das normas disciplinadoras do tráfego de

pessoas e de bens por determinado território, surgindo, então, um conjunto normativo denominado Direito Aduaneiro ou Direito Alfandegário. Vale mencionar, no entanto, que o uso no plural (Direitos Aduaneiros/ Direitos Alfandegários) remete a outra questão que são os impostos de importação e de exportação, que acabam por causar confusão para quem lida com o Direito Aduaneiro, por confundir o imposto com o espaço físico reservado à fiscalização.

O Direito Aduaneiro tem sérios obstáculos à sua delimitação e definição, por ter relação com o Direito Internacional, o Direito Comercial, o Direito Tributário, o Direito Penal, dentre outros; de modo que não existe uma resposta simples ao se falar de Direito Aduaneiro, pois ele combina elementos de Direito Público e de Direito Privado, englobando regras relativas ao poder de polícia e à fiscalização e arrecadação de tributos incidentes sobre o comércio exterior, que são regras atinentes ao Direito Público, e normas relacionadas ao Direito Comercial, que são tocantes ao Direito Privado.

Mostra-se, assim, como um ramo multidisciplinar do Direito, com seus próprios institutos, verificando-se a necessidade do estudo dessa seara jurídica tão importante e tão pouco compreendida no Brasil que é o Direito Aduaneiro. A justificativa para este trabalho surgiu, portanto, de questionamentos realizados por alunos a respeito do tema durante as aulas de Direito Tributário ministradas por uma das autoras deste trabalho no curso de Bacharelado em Direito.

Vê-se, já a partir daí, a relevância deste trabalho, cujo objetivo é mostrar a importância e a necessidade de autonomia dessa disciplina na grade curricular do curso de Direito, sendo feito o avanço tão necessário no sentido de adaptar e atualizar o curso às necessidades da sociedade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O Direito Aduaneiro tem sérios obstáculos à sua delimitação e definição, por ter relação com o Direito Internacional, o Direito Comercial, o Direito Tributário, o Direito Penal, dentre outros. Seu conceito é, para Jacques Loyer (1977), por exemplo, o conjunto de disposições legais e regulamentares

especialmente aplicáveis em matéria de aduana. Já para Máximo Carvajal Contreras (1993), a definição correta seria a de um conjunto de normas jurídicas que regulam, por meio de um ente administrativo, as atividades ou funções do Estado em relação ao comércio exterior de mercadorias que entrem ou saiam em seus diferentes regimes ao do território de um país, assim como dos meios e trocas em que se conduzam e as pessoas que intervêm em qualquer fase de atividade ou que violem as disposições jurídicas.

Para Susana Galera Rodrigo (1995), essa disciplina jurídica seria definida como o conjunto de normas de Direito Público, de finalidade protetora, cujo cumprimento é exigível sempre que for verificada uma operação de comércio internacional de mercadorias, e por aquelas outras normas imprescindíveis para a sua aplicação efetiva. Enquanto isso, para José Lence Carlucci (1997) (2000), o Direito Aduaneiro consistiria no conjunto de normas e princípios que disciplinam juridicamente a política aduaneira, sendo essa política aduaneira compreendida como a intervenção pública no intercâmbio internacional de mercadorias, constituindo um sistema de controle e de limitações com fins públicos.

Com base em tudo isso, seria possível inferir que o Direito Aduaneiro seria um conjunto de normas jurídicas que disciplinam as relações decorrentes da atividade estatal destinada ao controle do tráfego de pessoas e de bens pelo território aduaneiro, assim como à fiscalização do efetivo cumprimento das disposições relativas ao comércio exterior. Essa disciplina, embora seja de grande importância no cotidiano de uma sociedade, posto que versa sobre algo que está no cerne de sua estrutura, ainda é pouco estudada no Brasil, sendo, por vezes, questionada quanto à sua própria existência.

Ao se falar da existência efetiva de um Direito Aduaneiro, é possível aprender muito com o Direito comparado, pois a clássica divisão entre Direito Público e Direito Privado, concebida no Direito Romano, não se revela adequada para classificar várias disciplinas do próprio Direito que são multifacetadas, como o Direito Ambiental, o Direito do Consumidor e o Direito Aduaneiro, aqui estudado.

Como já mencionado, o Direito Aduaneiro tem sérios obstáculos à sua delimitação e definição, por ter relação com o Direito Internacional, o Direito Comercial, o Direito Tributário, o Direito Penal, dentre outros, mas isso não quer dizer que ele não exista de modo efetivo, pois há uma crescente normatização gerada pelas operações envolvidas no intercâmbio comercial com o exterior.

A verdade é que há normas jurídicas que não se enquadram em qualquer outra seara do Direito, restando a possibilidade de agrupá-las de forma didática no Direito Aduaneiro, mas José Lence Carluci (1997, p.19), por exemplo, afirma a real existência de um Direito Aduaneiro, por haver “um fator que sugere a existência de uma ciência aduaneira e de uma disciplina jurídica aduaneira, qual seja a existência de uma normatização abundante decorrente de cada situação fática nas operações envolvidas no intercâmbio comercial com o exterior”.

3 MÉTODOS

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, as hipóteses são investigadas através de pesquisa bibliográfica, mediante explicações embasadas em trabalhos publicados sob a forma de livros, revistas, artigos e publicações especializadas, que venham a abordar direta ou indiretamente o tema em análise. Em relação à tipologia da pesquisa, esta é, segundo a utilização dos resultados, pura, visto ter o intuito de ampliar o conhecimento, buscando, ainda, servir de base para futuros estudos acerca do tema. Segundo a abordagem, é qualitativa, visando apreciar a realidade do tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como já mencionado, a verdade é que há normas jurídicas que não se enquadram em qualquer outra seara do Direito, restando a possibilidade de agrupá-las de forma didática no Direito Aduaneiro, mas José Lence Carluci (1997, p.19), por exemplo, afirma a real existência de um Direito Aduaneiro, por

haver “um fator que sugere a existência de uma ciência aduaneira e de uma disciplina jurídica aduaneira, qual seja a existência de uma normatização abundante decorrente de cada situação fática nas operações envolvidas no intercâmbio comercial com o exterior”.

O fato é que, com a intensificação crescente das relações entre os diversos países do planeta, verifica-se a necessidade do estudo dessa seara jurídica tão importante e tão pouco compreendida no Brasil que é o Direito Aduaneiro. Grandes oportunidades podem surgir a partir dessa compreensão do tema, posto que a rapidez na troca de informações e a já mencionada intensificação crescente das relações entre os diversos países do planeta revela uma necessidade crescente de elaboração de normas disciplinadoras do tráfego de pessoas e de bens por esses territórios, além de uma melhor organização do funcionamento do comércio exterior.

A autonomia didática de um ramo do Direito, segundo Regina Helena Costa, é de fácil constatação, por ser decorrente da simples existência de um grupo de normas que apresentem particular homogeneidade no que tange ao seu objeto, possibilitando seu estudo separadamente, ainda que estando sujeito a princípios de outras esferas ou áreas do Direito. Sendo assim, o Direito Aduaneiro tem autonomia para fins didáticos, pois a homogeneidade das normas que perfazem o seu objeto, qual seja a disciplina do tráfego de pessoas e de bens no território aduaneiro, bem como do comércio exterior, ocasionam essa autonomia.

A grande problemática consiste no reconhecimento da sua autonomia científica, posto que esse tipo de autonomia ocorre mediante a formação de institutos e princípios próprios. Cabe, então, nesse quesito, a menção de institutos peculiares ao Direito Aduaneiro, como o alfandegamento, os recintos alfandegados, o despacho aduaneiro, a admissão temporária, a vistoria aduaneira e a valoração aduaneira, dentre outros.

Princípios aplicáveis a toda Administração Pública, como isonomia, legalidade, supremacia do interesse público sobre o interesse privado, moralidade e impessoalidade, também se aplicam ao Direito Aduaneiro. O

princípio da isonomia parte da ideia de que todos devem estar sujeitos a uma mesma disciplina normativa se estiverem em igual situação fática. Desse modo, as normas relacionadas ao controle do tráfego de pessoas e de bens e à fiscalização do comércio exterior devem ser aplicadas de forma isonômica.

O princípio da legalidade age de maneira que as condutas a serem adotadas nos serviços aduaneiros devem estar previstas em lei, de forma que a produção de atos normativos pelos órgãos administrativos responsáveis pelas atividades aduaneiras deve respeitar sua natureza infralegal, não sendo possível, através deles, originar deveres para os administrados. Já no que tange à supremacia do interesse público sobre o interesse privado, no Direito Aduaneiro, deve-se buscar sempre o atendimento do interesse coletivo.

No tocante ao princípio da moralidade, observa-se o respeito à ética, à boa-fé, ao decoro; enquanto o princípio da impessoalidade, no ramo do Direito em questão, versa que todos os administrados devem ser tratados de modo igualitário, sem prejuízo ou benefício de ninguém em detrimento de outrem; havendo, ainda, outros princípios, como o da universalidade do controle aduaneiro, por exemplo.

A autonomia do Direito Aduaneiro decorre desses institutos e de fatores como a sua origem consuetudinária, a utilização de técnica específica (expedientes e conceitos próprios), o veloz dinamismo de seu objeto, a relevância do fator econômico (que lhe molda as fronteiras), o diferenciado contencioso aduaneiro, a influência preeminente dos tratados internacionais e a variedade de suas fontes, representadas em atos normativos de natureza diversa.

Para José Lence Carluci (1997, p.21), "os sujeitos da relação aduaneira são o Estado e outra pessoa pública ou privada e seu objeto são as coisas, mercantis ou não". As relações jurídicas constituídas entre os sujeitos apontados podem ser advindas do exercício de função simplesmente administrativa, ou de função administrativo-fiscal. A função administrativa resta em aplicar a lei de ofício, para que se alcance o interesse público, enquanto a

função administrativo-fiscal está relacionada à fiscalização do recolhimento das exigências fiscais atinentes ao comércio exterior.

Surge, daí, o relevante papel dessa disciplina do Direito, que é o Direito Aduaneiro, de orientar a interpretação e a aplicação das normas jurídicas inerentes às relações de importação e de exportação, por exemplo, que são cruciais para o desenvolvimento econômico e social de um país, posto que a importação e a exportação possibilitam a entrada de matérias-primas e de bens necessários ao desenvolvimento do país e a saída de matérias-primas e de bens por ele produzidos; além de outras, como as relações de tráfego de pessoas.

5 CONCLUSÃO

Não existe uma resposta simples ao se falar de Direito Aduaneiro, pois ele combina elementos de Direito Público e de Direito Privado, de modo que engloba regras relativas ao poder de polícia e à fiscalização e arrecadação de tributos incidentes sobre o comércio exterior, que são regras atinentes ao Direito Público, e normas relacionadas ao Direito Comercial, que são tocantes ao Direito Privado. Mostra-se, assim, como um ramo multidisciplinar do Direito, com seus próprios institutos.

O Direito Aduaneiro tem autonomia para fins didáticos. Já sobre o reconhecimento da sua autonomia científica, posto que esse tipo de autonomia ocorre mediante a formação de institutos e princípios próprios, cabe a menção de institutos peculiares ao Direito Aduaneiro, como o alfandeamento, os recintos alfandegados, o despacho aduaneiro, a admissão temporária, a vistoria aduaneira e a valoração aduaneira, dentre outros; além de fatores como a sua origem consuetudinária, a utilização de técnica específica (expedientes e conceitos próprios), o veloz dinamismo de seu objeto, a relevância do fator econômico (que lhe molda as fronteiras), o diferenciado contencioso aduaneiro, a influência preeminente dos tratados internacionais e a variedade de suas fontes, representadas em atos normativos de natureza diversa.

Princípios aplicáveis a toda Administração Pública, como isonomia, legalidade, supremacia do interesse público sobre o interesse privado, moralidade e impessoalidade, também se aplicam ao Direito Aduaneiro. Sobre os sujeitos da relação aduaneira, eles são o Estado e outra pessoa pública ou privada, enquanto o seu objeto são as coisas, sejam elas mercantis ou não.

Surge, daí, o relevante papel dessa disciplina do Direito, que é o Direito Aduaneiro, de orientar a interpretação e a aplicação das normas jurídicas inerentes às relações de importação e de exportação, por exemplo, que são cruciais para o desenvolvimento econômico e social de um país, posto que a importação e a exportação possibilitam a entrada de matérias-primas e de bens necessários ao desenvolvimento do país e a saída de matérias-primas e de bens por ele produzidos; além de outras, como as relações de tráfego de pessoas. Resta comprovada, então, a importância e a necessidade da autonomia dessa disciplina na grade curricular do curso de Direito, dada a sua importância para a prática profissional, sendo feito o avanço tão necessário no sentido de adaptar e atualizar o curso às necessidades da sociedade.

REFERÊNCIAS

CARLUCI, José Lence. **Uma Introdução ao Direito Aduaneiro**. São Paulo: Aduaneiras, 1997.

_____. **A Aduana e o Comércio Exterior**. São Paulo: Aduaneiras, 2000.

CONTRERAS, Máximo Carvajal. **Derecho Aduanero**. México: Porrúa, 1993.

FREITAS, Vladimir Passos de (Coord.). **Código Tributário Nacional Comentado**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

_____. **Importação e Exportação no Direito Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

LOYER, Jacques. **La Douanne et le Commerce Exterieur**. Paris: Berger-Levrault, 1977.

RODRIGO, Susana Galera. **Derecho Aduanero Español y Comunitario: La Intervención Pública sobre el Comercio Exterior de Bienes.** Madrid: Civitas, 1995.

SOSA, Roosevelt Baldomir. **Temas Aduaneiros.** São Paulo: Aduaneiras, 1999.

OS PRECEDENTES JUDICIAIS NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO E AS MUDANÇAS DE PARADIGMA NO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Natália Moraes Lopes¹
Ana Paula Martins Albuquerque²

RESUMO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa com fundamentação bibliográfica, com método dedutivo, de caráter qualitativo, com foco no ensino jurídico no Brasil. Após realizar um breve levantamento histórico e observar a realidade do Ensino Superior e do Curso de Direito de uma maneira geral, foram levantados alguns questionamentos que fundamentam o estudo, como qual a influência das mudanças trazidas pelo Código Processual Civil de 2015 e a adoção dos precedentes judiciais no processo ensino-aprendizagem? A metodologia tradicional tem sido suficiente para suprir essas mudanças? Quais metodologias alternativas que melhor se enquadrariam nesse cenário educacional atual? Diante disso, foi constatada a necessidade de substituição de aulas puramente dogmáticas, tradicionais e expositivas, principalmente com a adoção dos precedentes judiciais no Judiciário brasileiro, para a utilização de metodologias ativas, especialmente a sala de aula invertida e o método PBL (*ProblemBased Learning*), nas disciplinas de Teoria Geral do Processo e Processo Civil, diante de sua maior abstratividade. As metodologias ativas proporcionam o desenvolvimento de um raciocínio crítico e a reflexão dos problemas da realidade em que vai atuar como profissional, diferentemente do

¹Natália Moraes Lopes, aluna do curso de Direito. E-mail: nataliamoraes_lopes@hotmail.com.

²Doutoranda em Direito Constitucional na Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Advogada. Especialista em Direito e Processo Tributários pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e, também, em Contabilidade e Planejamento Tributário pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Foi Assessora de Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ/CE). Foi Coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS), e, hoje, é Coordenadora Geral Adjunta do Curso de Direito do Centro Universitário Christus e Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Christus (UNCHRISTUS) e de Pós-Graduação. Membro da Comissão de Ensino Jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Ceará. Associada da Associação Brasileira do Ensino do Direito (ABEDI). Professora de Pós-graduação.

método tradicional que até então prevalecia, com ensino baseado em letra da lei, totalmente acrítico, com aulas expositivas. As exigências do mercado de trabalho e dos Cursos superiores como um todo, não apenas dos Cursos de Direito, vem exigindo uma formação mais interdisciplinar, com maior atuação do docente no processo ensino-aprendizagem, razão pela qual a metodologia da aula expositiva por si só não tem mais sido suficiente na formação profissional.

Palavras-chave: Ensino jurídico. Processo ensino-aprendizagem. Processo Civil. Precedentes. Metodologias ativas.

ABSTRACT

The present work is the result of a research with a bibliographical basis, with a qualitative deductive method, focusing on legal education in Brazil. After conducting a brief historical survey and observing the reality of Higher Education and the Law Course in general, some questions were raised that base the study, such as the influence of the changes brought by the Civil Procedure Code of 2015 and the adoption of precedents judicial processes in the teaching-learning process? Has the traditional methodology been sufficient to meet these changes? Which alternative methodologies would best fit into this current educational scenario? In view of this, it was verified the need to substitute purely dogmatic, traditional and expositive classes, mainly with the adoption of judicial precedents in the Brazilian Judiciary, for the use of active methodologies, especially the inverted classroom and the ProblemBased Learning (PBL) , in the disciplines of General Theory of Process and Civil Process, in view of its greater abstractivity. The active methodologies provide the development of a critical reasoning and the reflection of the problems of the reality in which it will act as professional, unlike the traditional method that until then prevailed, with teaching based on letter of the law, totally uncritical, with expository classes. The demands of the labor market and of the higher courses as a whole, not only of the Law Courses, have been demanding a more interdisciplinary training, with greater performance of the teacher in the teaching-learning process, which is why the methodology of the lecture itself has not been enough in vocational training.

Keywords: Legal education. Teaching-learning process. Civil lawsuit. Precedents. Active methodologies.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil, desde a sua colonização, sofreu diversas influências portuguesas. Com o ensino superior não foi diferente, principalmente nos Cursos de Direito. Assim, dentre uma série de heranças políticas, econômicas e culturais, o Brasil herdou também o chamado ensino jurídico tradicional³.

A aula tradicional, pois, consiste em uma metodologia puramente dogmática, vertical, com a figura do professor como protagonista, não abrindo espaço para debates e discussões. Não estimula os alunos a formarem seu raciocínio crítico, baseando-se apenas em decorar leis, sem problematizar criticamente os dilemas que a sociedade enfrenta diariamente. Nessa metodologia tradicional, percebe-se claramente o descompasso entre a sociedade e o direito, uma vez que o desse tempo é mais lento que o tempo daquela.⁴

Nesse cenário, o ensino jurídico no Brasil vem enfrentando dificuldades em romper com essa herança de Portugal, de modo que tentou, ao longo de todos esses anos, realizar uma série de reformas na Educação Superior. As Instituições de Ensino precisaram se adequar às novas diretrizes do curso trazidas pela Resolução n. 9 de 2004, como ainda às mudanças trazidas pelo novo Código de Processo Civil (CPC), em 2015, com seus princípios e o estudo dos precedentes. Diante dessa problemática, surgiram alguns questionamentos sobre a adoção de metodologias diferente da tradicional nos Cursos de Direito, bem como quais delas seriam mais apropriadas para disciplinas teóricas como Teoria Geral do Processo e Processo Civil após a adoção dos precedentes.

Assim, a presente pesquisa tem como objetivos: I. Analisar o cenário do Ensino Jurídico brasileiro; II. Analisar as mudanças trazidas pelo Código de Processo Civil no que se refere às decisões judiciais; III. Observar como essas mudanças interferem no processo ensino- aprendizagem; IV. Averiguar quais metodologias alternativas são mais adequadas para substituir a metodologia

³MARTINS, Heitor Filipe Men; ARANEGA, Guilherme Francisco Seara. O ensino jurídico no Brasil: os reflexos da educação deficitária no acesso à justiça. In: BIRNFELD, Carlos André Huning; SANCHES, SamyraHaydÉedal Farra Napolini; MEZZARROBA, Orides (Orgs.). **Direito, educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica I**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 05 fev. 2018.

⁴ALMEIDA, Frederico; SOUZA, André Lucas Delgado; CAMARGO, Sarah Bria de. Direito e realidade: Desafios para o ensino jurídico. In: GHIRARDI, José Garcez; FEFERBAUM, Marina (Orgs.). **Ensino do direito em debate**: reflexões a partir do 1º seminário. São Paulo: Direito GV, 2013, p. 19-32.

tradicional nas disciplinas, como Teoria Geral do Processo, diante da sua abstratividade.

No entanto, antes de especificar as dificuldades enfrentadas pelos professores e alunos dos cursos de Direito, faz-se necessário fazer um breve histórico do ensino jurídico no Brasil, uma vez que as consequências repercutem em todo o processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, cumpre salientar que a pesquisa é de caráter qualitativo, com fundamentação bibliográfica, o método utilizado foi o dedutivo, partindo-se de uma problemática geral para uma particular.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O ensino jurídico no Brasil

Os primeiros cursos de Direito no Brasil surgiram no ano de 1827 nos municípios de Olinda (PE) e São Paulo (SP). Tais iniciativas tinham o intuito apenas de trazer uma qualificação para a burguesia que aqui se desenvolvia⁵. Ocorre que o Brasil sempre esteve ligado e restrito aos interesses de Portugal, uma vez que este se preocupava em evitar qualquer manifestação de independência, seja ela cultural ou política.⁶Nessa época do Brasil Imperial, pois, as famílias mais prestigiadas estudavam na Universidade de Coimbra, trazendo, assim, fortes influências e marcas ao ensino brasileiro⁷.

A educação brasileira, assim, seguia a metodologia portuguesa, bastante tradicional, sem qualquer legislação ou diretriz, e sempre relacionada com os interesses políticos da época, fato que trouxe consequências que repercutem até os

⁵ WEREBE, 1990, apud ROSOLEN, André Vinícius; MASSARUTTI, Eduardo Augusto de Souza. A crise do ensino jurídico no Brasil: a aula expositiva dialogada e o seminário como técnicas eficazes de aprendizagem na graduação. In: BIRNFELD, Carlos André Huning; SANCHES, SamyraHaydÉedal Farra Napolini; MEZZARROBA, Orides (Orgs.). **Direito, educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica I**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 05 fev. 2018.

⁶ MARTINS, Heitor Filipe Men; ARANEGA, Guilherme Francisco Seara. O ensino jurídico no Brasil: os reflexos da educação deficitária no acesso à justiça. In: BIRNFELD, Carlos André Huning; SANCHES, SamyraHaydÉedal Farra Napolini; MEZZARROBA, Orides (Orgs.). **Direito, educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica I**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 05 fev. 2018.

⁷ WEREBE, 1990, apud ROSOLEN, André Vinícius; MASSARUTTI, Eduardo Augusto de Souza. A crise do ensino jurídico no Brasil: a aula expositiva dialogada e o seminário como técnicas eficazes de aprendizagem na graduação. In: BIRNFELD, Carlos André Huning; SANCHES, SamyraHaydÉedal Farra Napolini; MEZZARROBA, Orides (Orgs.). **Direito, educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica I**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 05 fev. 2018.

dias de hoje.⁸Dessa forma, os cursos de Educação Superior não eram voltados para atender às necessidades da sociedade, mas sim aos interesses do Estado.⁹

O perfil das instituições brasileiras de nível superior era de escolas isoladas, não existia ainda a ideia da universidade como hoje se conhece, com a interdisciplinaridade, mas sim uma escola que foi imposta pela influência da Universidade de Coimbra e seu dogmatismo romântico e universalismo escolástico, tendo como alvo a burguesia.¹⁰

No entanto, foi na “Era Vargas”, com o objetivo de desenvolver o país, que o cenário educacional brasileiro começou a mudar de modo mais marcante. Diversas mudanças sociais e normativas acompanharam a evolução e a proliferação dos cursos de Direito. Nesse período, foi criado o Ministério da Educação, bem como se iniciou a grande reforma do ensino, com um regulamento direcionado à educação, o Decreto 19.851/31. Com o alvo na Educação Superior, o decreto tinha como objetivo a promoção da qualificação de profissionais para atender a sociedade local, bem como incentivo à pesquisa.¹¹

Apesar de o Ensino Superior ter mudado o seu objetivo, antes voltado para atender aos interesses do Estado, passando a ser voltado para a sociedade local, o perfil do curso de Direito continuou sendo formado por parcela da elite da sociedade, as classes mais favorecidas, investindo, assim, na qualificação profissional da minoria do país.¹²

No período do Estado Novo, o ensino brasileiro novamente se estagnou. Em 1961, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) regularizou e definiu os princípios básicos de ensino e como aplicá-los, mas que, na prática, não

⁸MARTINS, Heitor Filipe Men; ARANEGA, Guilherme Francisco Seara. O ensino jurídico no Brasil: os reflexos da educação deficitária no acesso à justiça. In: BIRNFELD, Carlos André Huning; SANCHES, SamyraHaydÉedal Farra Napolini; MEZZARROBA, Orides (Orgs.). **Direito, educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica I**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 05 fev. 2018.

⁹ BASTOS, Aurélio Wander. **O Ensino Jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.

¹⁰ BASTOS, Aurélio Wander. **O Ensino Jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998, p. 198.

¹¹ MARTINS, Heitor Filipe Men; ARANEGA, Guilherme Francisco Seara. O ensino jurídico no Brasil: os reflexos da educação deficitária no acesso à justiça. In: BIRNFELD, Carlos André Huning; SANCHES, SamyraHaydÉedal Farra Napolini; MEZZARROBA, Orides (Orgs.). **Direito, educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica I**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 05 fev. 2018.

¹² MARTINS, Heitor Filipe Men; ARANEGA, Guilherme Francisco Seara. O ensino jurídico no Brasil: os reflexos da educação deficitária no acesso à justiça. In: BIRNFELD, Carlos André Huning; SANCHES, SamyraHaydÉedal Farra Napolini; MEZZARROBA, Orides (Orgs.). **Direito, educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica I**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 05 fev. 2018.

teve tanta repercussão.¹³ A LDB mais recente, no entanto, foi criada no ano de 1996 e teve como proposta uma formação mais humanística no ensino como um todo no país.¹⁴

Em 1994, foi criada a Portaria 1.886 do MEC, com o objetivo de definir as diretrizes curriculares e o currículo mínimo do Curso de Direito, passando a ser de cinco anos. Além disso, buscou aproximar o Direito com sua função social, trazendo para o estudo os problemas da própria sociedade¹⁵.

Posteriormente, publicou-se a Resolução n.9 de 2004 que foram trazidas as diretrizes do Curso de Direito, até então vigentes. Essa resolução trouxe mudanças importantes para modificar o perfil dos alunos, priorizando uma formação mais humanística, com maior capacidade de interpretação e uma visão mais crítica. Ademais, trouxe, ainda, a necessidade de aptidão para aprendizagem autônoma e dinâmica, em oposição ao ensino tradicional até hoje tão presente nas salas de aula dos cursos de direito.

Para os autores Martins e Aranega¹⁶, “o ensino jurídico deveria estar mais voltado para a formação do jurista, a fim de estimular o estudante a refletir criticamente sobre todos os aspectos e permitir que o processo ensino-aprendizagem fosse o mais eficaz possível”.

Apesar de todas as tentativas de investir no Ensino Superior e reformar o currículo básico, o Direito não conseguiu, (e nem conseguirá), acompanhar as mudanças sociais na mesma velocidade, uma vez que o tempo do direito, como já

¹³ MARTINS, Heitor Filipe Men; ARANEGA, Guilherme Francisco Seara. O ensino jurídico no Brasil: os reflexos da educação deficitária no acesso à justiça. In: BIRNFELD, Carlos André Huning; SANCHES, SamyraHaydÉedal Farra Napolini; MEZZARROBA, Orides (Orgs.). **Direito, educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica I**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 05 fev. 2018.

¹⁴ MARTINS, Heitor Filipe Men; ARANEGA, Guilherme Francisco Seara. O ensino jurídico no Brasil: os reflexos da educação deficitária no acesso à justiça. In: BIRNFELD, Carlos André Huning; SANCHES, SamyraHaydÉedal Farra Napolini; MEZZARROBA, Orides (Orgs.). **Direito, educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica I**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 05 fev. 2018.

¹⁵MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria nº 1.886, de 30 de dezembro de 1994. Brasília. Disponível em: <www.zumbidospalmaredu.br/pdf/legislacao-ensino-juridico.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2018.

¹⁶ MARTINS, Heitor Filipe Men; ARANEGA, Guilherme Francisco Seara. O ensino jurídico no Brasil: os reflexos da educação deficitária no acesso à justiça. In: BIRNFELD, Carlos André Huning; SANCHES, SamyraHaydÉedal Farra Napolini; MEZZARROBA, Orides (Orgs.). **Direito, educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica I**. Florianópolis: CONPEDI, 2015, p. 236. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 05 fev. 2018.

mencionado, é muito mais lento, sendo este considerando um dos fatores que levou a essa crise jurídica brasileira.¹⁷

Para Bastos¹⁸, a forma como os cursos jurídicos são estruturados, com seus currículos e metodologias puramente dogmáticos e tradicionais, não abre espaço para o estudo das experiências dos tribunais e das jurisprudências, de modo que o ensino não acompanha o que vem sendo decidido pelas Cortes do Judiciário brasileiro, nem está em sintonia com os anseios da sociedade.

Sabe-se que a maioria dos cursos pelo Brasil se baseia nas disciplinas dogmáticas, com o estudo direcionado apenas em ler e decorar a letra da lei, formando, em consequência, profissionais que não estarão aptos a lidar com as diversas situações na prática profissional, na medida em que não foram capacitados para interpretar a legislação no caso concreto. Para Almeida, Souza e Camargo¹⁹, “as disciplinas dogmáticas são importantes porque fundamentam o Direito positivo, mas elas sozinhas não desenvolvem o senso crítico e o raciocínio do jurista, visto que ele, quando restrito à dogmática, acaba ficando preso ao texto a lei”. Além disso, não só os alunos, como também as universidades e professores, costumam dar menos importância às disciplinas das ciências humanas, ciência política e às demais propedêuticas, geralmente presentes nas grades curriculares dos períodos iniciais do curso, momento ainda em que a maioria dos estudantes não desenvolveu maturidade intelectual e emocional necessárias para o curso de Direito.

A essas disciplinas que ajudam a formar o senso crítico do estudante não está sendo dada a devida importância, e o resultado não poderia ser diferente. O ensino brasileiro encontra uma grande dificuldade em desenraizar a metodologia de ensino trazida no período imperial.

Em sala de aula, costuma o professor ter o papel de expor o conteúdo aos alunos, cabendo a eles apenas absorverem. São sujeitos passivos do conhecimento. Nessa metodologia antiquada, não há muita conexão com o

¹⁷ ALMEIDA, Frederico; SOUZA, André Lucas Delgado; CAMARGO, Sarah Bria de. Direito e realidade: Desafios para o ensino jurídico. In: GHIRARDI, José Garcez; FEFERBAUM, Marina (Orgs.). **Ensino do direito em debate**: reflexões a partir do 1º seminário. São Paulo: Direito GV, 2013, p. 19-32.

¹⁸ BASTOS, Aurélio Wander. **O Ensino Jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998, p. 292.

¹⁹ ALMEIDA, Frederico; SOUZA, André Lucas Delgado; CAMARGO, Sarah Bria de. Direito e realidade: Desafios para o ensino jurídico. In: GHIRARDI, José Garcez; FEFERBAUM, Marina (Orgs.). **Ensino do direito em debate**: reflexões a partir do 1º seminário. São Paulo: Direito GV, 2013, p. 19-32.

cotidiano, com casos concretos em que há discussão com os alunos, sendo apenas repassado o conteúdo. Difícil se torna aos estudantes compreender o direito, interpretar, deixando-o cada vez mais distante das mudanças sociais e, principalmente, deixando um direito mais abstrato e de difícil acesso aos discentes.²⁰

Nesse sentido, Paulo Freire diz que

Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção. Quando entro em uma sala de aula devo estar sendo um ser aberto a indagações, à curiosidade, às perguntas dos alunos, a suas inibições; um ser crítico e inquiridor, inquieto em face da tarefa que tenho – a de ensinar e não a de transferir conhecimento.²¹

Para Bastos²², o Brasil vem passando pela chamada “crise do crescimento”, estando as salas de aula superlotadas, o que impede os professores criarem uma relação com seus alunos, deixando as aulas cada vez mais abstratas e se resumindo a letra da lei, impossibilitando, muitas vezes, o professor de adotar didáticas diferentes. Com o enfraquecimento do ensino, não restam dúvidas de que a qualificação do profissional será afetada.

Deve-se lembrar, ainda, que muitos dos problemas de aprendizagem não aparecem apenas no Ensino Superior, tendo origem ainda no Ensino Fundamental e Médio, momento em que as escolas incentivam o aprendizado passivo, apenas com o professor expondo o conteúdo, com leitura totalmente acrítica e com formação sem base sólida. Com isso, o discente, ao iniciar o Curso de Direito, continua com essa passividade, acreditando ser o suficiente. Assim, não busca aprofundar seu conhecimento, muito menos busca atividades extracurriculares como forma de adquirir novos conhecimentos, aceitando e absorvendo apenas o conteúdo repassado pelos professores e doutrinadores.²³

²⁰ PONCE, Branca Jurema; OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. A docência universitária e as políticas públicas de formação: o caso dos cursos de direito no Brasil. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, São Paulo, v. 3, n. 6, p.200-219, jul. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

²¹ FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 21.

²² BASTOS, Aurélio Wander. **O Ensino Jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris. 1998, p.304-305.

²³ ALMEIDA, Frederico; SOUZA, André Lucas Delgado; CAMARGO, Sarah Bria de. Direito e realidade: Desafios para o ensino jurídico. In: GHIRARDI, José Garcez; FEFERBAUM, Marina

Foi nesse contexto que a Resolução nº 09/2004²⁴, outrora falada, veio tentar trazer uma mudança na forma de ensinar o Direito. O documento fixou três eixos os quais as instituições devem seguir no seu projeto pedagógico: o eixo de Formação Fundamental, de Formação Profissional e o de Formação Prática. Nesses eixos, foi reforçada a importância da interdisciplinaridade, da relação do Direito com as demais áreas do saber como forma de ajudar a formar o senso crítico do estudante, bem como a necessidade de uma contextualização do ensino dogmático com os contextos culturais, social, econômico e políticos. Por último, trouxe a importância do eixo da prática, como forma de integrar a prática com a teoria, com os Núcleos de Prática Jurídica da própria instituição de ensino.

Além disso, trouxe, como fundamental, o desenvolvimento de habilidades não só técnicas, mas também de interpretação, da reflexão crítica e da aplicação de jurisprudências e precedentes, a qual tem a sua importância a seguir comentada com as alterações trazidas pelo CPC de 2015, sendo de extrema importância para a formação do aplicador do Direito.

Assim, as mudanças trazidas pela Resolução nº 9 vão ao encontro a tudo que foi falado no presente estudo: necessidade do rompimento do tradicional e dogmático ensino jurídico, bem como o incentivo ao pensamento crítico dos alunos e a conciliação entre teoria com a prática, fazendo sempre uma contextualização com a realidade da sociedade local, de modo que os egressos conhecerão o cotidiano em que vão trabalhar, bem como todos os aspectos sociais, políticos e econômicos que poderão interferir na esfera jurídica.

Cumpram ressaltar também que o ensino jurídico tem sido alvo de muitos estudos e mudanças, como o novo instrumento de avaliação do INEP/MEC (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/ Ministério da Educação)²⁵, em que veio regulamentar e trazer modificações, fiscalizando as instituições no âmbito da graduação presencial ou a distância.

Nesse novo instrumento de avaliação mais rigoroso, os cursos estão sendo avaliados no âmbito didático-pedagógico, docente/tutorial e a infraestrutura.

(Orgs.). **Ensino do direito em debate**: reflexões a partir do 1º seminário. São Paulo: Direito GV, 2013, p. 19-32.

²⁴ **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Resolução nº 9, de 24 de setembro de 2004. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces092004direito.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

²⁵ **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação: Presencial e a Distância. Brasília, out. 2017. Disponível em: <<http://inep.gov.br/instrumentos>>. Acesso em: 06 fev. 2018.

Desse modo, os critérios de avaliação supervalorizam a integração de políticas de ensino, pesquisa e extensão; a interdisciplinaridade; a articulação da teoria com a prática; educação em direitos humanos, conhecimento ético-raciais e das culturas africanas e indígenas; estágios supervisionados, entre outros. Cumpre ressaltar que também é critério para elevar no conceito da avaliação que a instituição preze pela autonomia do discente, de forma que o novo instrumento de avaliação do MEC leva às universidades brasileiras, mais precisamente aos cursos de direito, a romperem com o ensino tradicional e buscarem as mudanças necessárias para por em prática o que está previsto nas Diretrizes do Curso, uma vez que o MEC é o órgão responsável por autorizar, reconhecer e fiscalizar os cursos de graduação em todo o país.

Tem sido diversas as tentativas de reformar a Educação Superior no Brasil, especialmente os Curso de Direito. No entanto, boa parte das mudanças trazidas ficou apenas no papel, não conseguindo serem implementados. Há, na verdade, ainda, uma grande dificuldade em qualificar o corpo discente e incentivá-lo a ter um papel mais ativo no processo ensino-aprendizagem, como também de qualificar e atualizar o corpo docente a adotar novas metodologias, afastando, com mais ênfase, mas não completamente a metodologia tradicional.

2.2. Um olhar especial para o processo civil e a adoção de novas metodologias de ensino

Conforme já pontuado no presente estudo, a aplicação direta do direito positivo tem perdido espaço para a necessidade de uma visão mais crítica e interpretativa, razão pela qual tem-se dado uma ênfase maior nos estudos das decisões judiciais após as alterações trazidas pelo Código de Processo Civil de 2015.

Antes de adentrar na importância de alterar as metodologias adotadas nas graduações e as repercussões na prática jurídica, após a vigência do CPC/15, cabe inicialmente conceituar uma importante inovação que são os precedentes judiciais.

Fred Didier Jr.²⁶, por oportuno, conceitua precedente como “decisão judicial tomada à luz de um caso concreto, cujo elemento normativo pode servir como diretriz para julgamento posterior em casos análogos”, evitando assim as decisões controversas em um mesmo tribunal ou nos tribunais superiores.

Contudo, não é toda decisão judicial que forma um precedente. É preciso, então, fazer uma breve diferenciação. É comum igualar precedente com o conceito de jurisprudência, sendo esta uma interpretação da lei para a solução de um caso concreto sem que tenha relevante sentido ao mundo jurídico e não tendo, em regra, força vinculante. A exceção trazida pelo CPC/15 quanto a sua força vinculante foi nos julgamentos de incidente de resolução de demandas repetitivas e assunção de competência, já que, nesses casos, tem força vinculante aos demais processos que tenham a mesma questão levantada.²⁷

Há também a diferenciação entre precedente e decisão judicial, em que “a decisão judicial é o ato jurídico de onde se extrai a solução do caso concreto, encontrável no dispositivo, e o precedente, comumente retirado da fundamentação”.²⁸

Para a configuração, pois, de um precedente, é necessário observar três elementos que o compõe: circunstâncias de fato que embasam a controvérsia; a tese que motivou; a argumentação jurídica em torno da questão.²⁹ O precedente que aqui se refere, trata-se basicamente da própria circunstância de fato que embasou a controvérsia, mais conhecida como a *ratio decidendi* ou *holding*, e não da decisão como um todo. É a essência da decisão, sem ela o julgado teria outro resultado. É, então, a interpretação decisiva utilizada para proferir a sentença.³⁰

A importância desse instituto veio com a vigência do Novo Código de Processo Civil que inovou, em seu texto legal, trazendo expressamente os

²⁶DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil**. 11. ed. Salvador: Juspodvm, 2016, v. 2, p. 454.

²⁷MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Tutela dos direitos mediante procedimento comum. In: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, v.2.

²⁸DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil**. 11. ed. Salvador: Juspodvm, 2016, v.2, p. 457.

²⁹DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil**. 11. ed. Salvador: Juspodvm, 2016, v.2, p. 454.

³⁰DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil**. 11. ed. Salvador: Juspodvm, 2016, v.2.

precedentes, da forma que está previsto no artigo 926, em que os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente.

A necessidade de uniformização da jurisprudência como forma de trazer segurança jurídica está muito presente, como a vinculação do Poder Judiciário a observar as Súmulas Vinculantes, as Assunções de competência e os Incidentes de Resolução de Demanda Repetitiva (ambas as inovações trazidas pelo CPC), bem como recursos Especiais e Extraordinários repetitivos que formam precedentes vinculantes.

A resolução da lide e a utilização a casos análogos como forma de trazer uma segurança jurídica, é por meio da interpretação que foi dada, isso é, a linha hermenêutica seguida pelo aquele respectivo órgão, podendo assim repetir o resultado. Dessa forma, a busca pela estabilidade e uniformização que o CPC/15 se refere, trata-se da linha de interpretação a ser seguida pelo órgão julgador para que não tenha pensamentos contraditórios ou mesmo para evitar que seja desenvolvida uma linha de interpretação oposta ao mesmo tempo, criando decisões totalmente diferentes, causando assim uma grande insegurança jurídica para àqueles que estão pleiteando seus direitos.³¹

No entanto, essa uniformização não é permanente ou mesmo absoluta, de modo que o entendimento pode sim mudar, mas com a justificativa de ter um entendimento melhor sobre determinado tema, não um entendimento totalmente distinto ao que estava sendo decido, podendo sofrer superações (*overruling*) ou distinções (*distinguishing*). Não são admitidas decisões surpresas injustas. Para isso, é de extrema importância saber quando utilizar um precedente, fazer as distinções entre os casos, bem quando um precedente não corresponde mais a realidade, precisando ser superado, sempre respeitando a igualdade e segurança jurídica.³²

Além disso, inúmeras foram as repercussões dos precedentes, também no âmbito acadêmico, desde provas e concursos que exigem o conhecimento dos principais julgados e entendimentos majoritários, como também das súmulas dos tribunais superiores, de modo que alterou significativamente o estudo do direito

³¹LOPES FILHO, Juraci Mourão. **Os Precedentes judiciais no constitucionalismo brasileiro contemporâneo**. 2. ed. Salvador: JUS PODIVM, 2016.

³²MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Tutela dos direitos mediante procedimento comum. In: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, v.2, p. 660.

como um todo, não tendo mais tantas questões que envolvem letra de lei, mas também que exija do estudante o estudo dos tribunais e suas linhas de pensamento, saber identificar o determinante que formará um precedente e estudar hermenêutica.³³

É certo que não há mais espaço para somente os métodos tradicionais de ensino e aprendizagem, precisando assim de uma renovação. O estudo da lei por si só, como já falado, não basta mais, sendo necessário desenvolver a aptidão para identificar as razões que formam os precedentes, e, além disso, é extremamente necessário entender a dinâmica dos precedentes. Afinal de contas, o sistema processual brasileiro mudou. E o Direito Processual em sala de aula tem que mudar também!

Nesse sentido, diante do breve histórico do Ensino Jurídico no Brasil e de suas reformas, bem como da inovação trazida pelo CPC/15 e da necessidade de modificar o ensino brasileiro como forma de otimizar o processo ensino-aprendizagem, torna-se necessária a adoção de novas metodologias de ensino, de modo que algumas são a seguir descritas.

Uma das metodologias que aqui se destaca como alternativa do ensino tradicional é a sala de aula invertida³⁴, que foi aplicado nos Estados Unidos pelo Jonathan Bergmann e Aaron Sams. Para os desenvolvedores, esse método é uma revolução na metodologia tradicional, fazendo uma crítica a mesma, uma vez que,

De alguma maneira, nesse ambiente, todos os alunos devem receber uma mesma educação. A debilidade do método tradicional é a de que nem todos os alunos chegam à sala de aula preparados para aprender. Alguns carecem de formação adequada quanto ao material, não têm interesse pelo assunto ou simplesmente não se sentem motivados pelo atual modelo educacional.³⁵

Esse método consiste em o que deveria ser feito em sala, agora passa a ser feito em casa, vice e versa. Assim, em casa é passado aos alunos assistirem vídeos da matéria, anotando as eventuais dúvidas. Em sala, o foco não é mais o professor e sim os próprios estudantes, de modo que quem ditará o ritmo da aula

³³LOPES FILHO, Juraci Mourão. **Os Precedentes judiciais no constitucionalismo brasileiro contemporâneo**. 2. ed. Salvador: JUS PODIVM, 2016.

³⁴BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro: LIC, 2016.

³⁵BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro: LIC, 2016, p. 6.

são as dúvidas do que foi estudado em casa. Depois de esclarecidas as dúvidas, vão para a parte prática da aula.³⁶

Sobre essa metodologia, apesar ter sido aplicada em estudantes da disciplina de Ciências de uma escola, pode ser aplicada também em disciplinas de nível superior, especialmente em Teoria Geral do Processo e Processo civil, pois, conforme já relatado, muitos alunos do curso de Direito possuem dificuldade de aprender, especialmente por sua abstratividade, ser muito dogmática, e, por ser ofertada no início do curso, não possuem tanta maturidade e prática processual para compreendê-la.

Nesse sentido, os autores Antunes e Fagundes³⁷ mostraram que esse método é sim eficaz e aplicável ao ensino jurídico, metodologia já adotada por Harvard e MIT, de modo que o professor envia o material previamente aos alunos para estudar e, durante a aula, são apresentadas questões para responderem e debaterem, de modo que desenvolvem a argumentação.

Dessa forma, poderia, como forma de quebrar o método meramente expositivo, ser aplicada a aula invertida para os alunos estudarem a matéria em casa, trazerem as dúvidas para o professor durante a aula e depois fazer uma atividade prática, como resolver questões, analisar processos e decisões judiciais, debates construtivos e, a partir daí, alinhar a teoria que foi vista com a prática, uma vez que faltam a esses alunos o conhecimento processual, não ficando assim a aula puramente conceitual, abstrata e, por conseguinte, monótona. O estudo passa a ser personalizado, sobra mais tempo de aula, podendo assim suprir eventuais dificuldades individuais que os alunos possuem para assimilar o conteúdo, o que não é possível ser observado em aulas puramente expositivas³⁸.

Com o modelo invertido de aprendizagem para o domínio, o ônus da aprendizagem é totalmente dos alunos. Para alcançarem o sucesso, os estudantes devem se responsabilizar pela própria aprendizagem. Alguns alunos estão sendo incumbidos, pela primeira vez, de tomarem posse da própria educação. A aprendizagem não mais se impõe à sua liberdade;

³⁶BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro: LIC, 2016.

³⁷VALENTE, 2014, apud ANTUNES, Marcia Teixeira; FAGUNDES, Mari Cristina de Freitas. Flexibilização curricular nos cursos de direito: Sala de aula invertida como metodologia potente para o combate à evasão. In: BIRNFELD, Carlos André Huning; RODRIGUES, Horácio Wanderle; NASPOLINI, SamyraHaydêe DAL Farras (Orgs.). **Pesquisa e educação jurídica**. Florianópolis: CONPEDI, 2018, p. 150. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 20 ago. 2018.

³⁸BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro: LIC, 2016.

mas, em vez disso, é um desafio a ser enfrentado e explorado. Na medida em que o professor renuncia ao controle do processo de aprendizagem, o aluno assume as rédeas, e o processo de educação se transforma em uma conquista a ser empreendida por seus próprios méritos e esforços.³⁹

Apesar de ser uma proposta inovadora e destinada a promover o raciocínio crítico, atendendo às exigências não apenas dos Cursos de Direito atuais, mas de todos os Cursos Superiores, o resultado positivo e enriquecedor só será possível com a colaboração do corpo docente, especialmente pela importância que tomará no processo ensino-aprendizagem. É necessária a conscientização dos estudantes durante esse rompimento com a metodologia tradicional.⁴⁰

Por fim, pode-se adotar ainda uma metodologia em que o ensino-aprendizagem se dá pela resolução de problemas (PBL – *ProblemBased Learning*), em que é feito um estudo de caso real, fato que enriquece a aprendizagem, uma vez que não estão analisando casos hipotéticos, e sim a realidade social, formando, dessa maneira, egressos com perfil muito mais prático, dinâmico e conhecedor da sociedade que vai atuar. Na aplicação desse método existem cinco etapas: observação da realidade e delimitação do problema; Pontos-chave; teorização; Hipótese de Solução e Aplicação à Realidade (que é a prática).⁴¹

Para Roberto Alcântara e Flávia Nogueira,⁴² pode-se adequar esse método com o estudo dos precedentes, analisando os alunos a temática proposta e, a partir daí, retirar a problemática. Nessa etapa inicial e na etapa de hipótese de solução, destaca-se uma importante atuação do professor e muito estudo para delimitar o objeto do estudo, buscando possíveis soluções, estimulando os discentes a discutir e questionar. É necessário muito conhecimento para poder orientar da melhor maneira possível e apresentar caminhos.

³⁹BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro: LIC, 2016, p. 56.

⁴⁰ANTUNES, Marcia Teixeira; FAGUNDES, Mari Cristina de Freitas. Flexibilização curricular nos cursos de direito: Sala de aula invertida como metodologia potente para o combate à evasão. In: BIRNFELD, Carlos André Huning; RODRIGUES, Horácio Wanderle; NASPOLINI, SamyraHaydêe DAL Farras (Orgs.). **Pesquisa e educação jurídica**. Florianópolis: CONPEDI, 2018, p. 138 – 154. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 25 ago. 2018.

⁴¹BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes ou diferentes caminhos. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**. São Paulo, n 2, 1998, v.2, p. 139-159. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v2n2/08.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

⁴²ARAUJO, Roberto Alcântara de Oliveira; PESSOA, Flávia Moreira Guimarães. O papel dos precedentes judiciais no ordenamento jurídico brasileiro e sua influência na metodologia do ensino jurídico. In: BOAS, Regina Vera Villas; SILVEIRA, Alessandra Aparecida Souza da (Orgs.). **Pesquisa e educação jurídica**. Portugal: CONPEDI, 2017. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 05 jun. 2018

Pode-se observar que a construção do conhecimento por meio dessa metodologia é completa. Os alunos aprenderão além dos conhecimentos que iriam adquirir em uma aula meramente expositiva. Além disso, conhecendo a fundo uma decisão judicial, sua estrutura e as razões da decisão, saberão analisar os precedentes a seu favor, aprendendo a utilizá-los, estudá-los e fazer a diferenciação, se um caso se aplica ou não o precedente formado.

Em sendo assim, diante de um mercado de trabalho que exige do profissional que saiba trabalhar em grupo, ter raciocínio crítico, estar atualizado com problemas atuais da sociedade em que vai atuar, saber propor soluções rápidas e eficientes para o caso em questão, ser proativo, entre outras, essa metodologia tem sido bastante utilizado não apenas para os Cursos de Direito, mas para os demais cursos superiores também.⁴³

3 MÉTODOS

A metodologia utilizada na pesquisa caracterizar-se como um estudo descritivo-analítico. Inicialmente, consultou-se livros de doutrina e artigos científicos sobre O Ensino Jurídico no Brasil, bem como sua crise na contemporaneidade. Em seguida, fez-se uma análise sobre a legislação e documentos que regulamentam os Cursos de Direito no país. E em etapa final, discutiu-se a problemática em envolve o processo de ensino-aprendizagem no âmbito do Direito Processual Civil. A pesquisa, pois, foi desenvolvida da seguinte maneira:

Tipologia da pesquisa: segundo a utilização dos resultados, a pesquisa foi pura. E em relação à abordagem, a pesquisa foi qualitativa, na medida em que a mesma teve, como preocupação maior, o aprofundamento e abrangência da compreensão das ações e relações humanas.

Quanto aos objetivos da pesquisa, foi descritiva, já que propôs a interpretação dos fatos, a descrição e explicação dos fenômenos sociais em relação a metodologia tradicional no ensino jurídico. Foi, também, exploratória, uma vez que o estudo visou o aprimoramento de ideias, a busca e a coleta de informações sobre o tema em questão. Possuiu, ainda, como propósito, servir de auxílio para a fomentação de novas pesquisas e elaboração de políticas educacionais.

⁴³GOIS,Guilherme Augusto Melo Batalha de. A metodologia do ensino superior versus métodos a serem aplicados em aula: desafios e caminhos a serem percorridos pelos professores, alunos e universidades. In: BIRNFELD, Carlos André Huning; RODRIGUES, Horácio Wanderle; NASPOLINI, SamyraHaydêe DAL Farras (Orgs.).**Pesquisa e educação jurídica**. Florianópolis: CONPEDI, 2018, p. 117 – 137. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 25 ago. 2018.

O estudo ocorreu inicialmente por meio de pesquisa bibliográfica destinada a compor o quadro referencial teórico das discussões nacionais sobre a temática em questão. A pesquisa bibliográfica envolveu a coleta de livros e periódicos nacionais, para realização de uma revisão de literatura. Finalmente, o estudo envolveu levantamento documental, pois se pretendeu analisar documentos nacionais sobre tema proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após o levantamento histórico do Ensino Jurídico no Brasil, pode-se observar que está enraizada a metodologia herdada pelos portugueses, baseada em aulas expositivas, no ensino tradicional. Ocorre que foram diversas as mudanças sociais e legislativas que reforçaram a necessidade desse rompimento e a adoção de novas metodologias, especialmente com a adoção dos precedentes judiciais pelo CPC/15, uma vez que trouxe o estudo dos julgamentos dos tribunais, tendo, atualmente, grande importância no Poder Judiciário e na atuação profissional das mais diversas carreiras jurídicas.

Dessa forma, com base no levantamento bibliográfico realizado, foram verificados diversos problemas no processo ensino-aprendizagem causados por aulas meramente expositivas, baseado principalmente em lei seca e professores apenas reproduzindo seus conhecimentos, de forma que não incentiva o raciocínio crítico e não tem preparado o egresso para lidar com as constantes mudanças sociais nem a utilizar e a estudar os precedentes.

Importância essa pode ser verificada no papel que hoje tem os entendimentos firmados pelos Tribunais Superiores, tanto para aplicação prática profissional como para provas de concurso, que hoje possui como ponto no edital o estudo das jurisprudências, de forma que se o candidato for apenas com o conhecimento da letra da lei, certamente não estará apto para ter um bom desempenho. O mesmo se aplica ao aplicador do direito que, se tiver conhecimento dos principais julgados, certamente não terá “surpresas”, pois estará acompanhando as matérias já sumuladas ou se determinada questão já foi decidida por meio de um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, por exemplo, evitando assim decisões conflitantes dentro de um mesmo Tribunal.

No cenário atual, estão sendo utilizadas várias metodologias ativas no ensino superior com o objetivo de tentar romper com esse vínculo. No mundo jurídico, duas foram as propostas aqui apresentadas que contribuem para essa aprendizagem autônoma e dinâmica que tem sido exigido atualmente, além de que são bastante propícias para estimular argumentação e análise de casos.

Cumprido, por fim, salientar que as metodologias aqui apresentadas devem ser adequadas à realidade da Instituição de Ensino. Sabe-se que no curso de Direito é difícil romper totalmente com a metodologia tradicional das aulas expositiva, mas deve sempre priorizar a participação mais ativa do discente e incentivar o pensamento mais crítico, buscando alinhar a teoria com a prática, uma vez que o mercado de trabalho requer profissionais que saibam além da teoria e da lei, que saibam entender a sociedade local, seus problemas e estudar as jurisprudências, saber o que os tribunais estão decidindo.

5 CONCLUSÃO

Analisando o cenário jurídico brasileiro em que o Ensino Superior vem sofrendo dificuldades de superar a “crise” no ensino jurídico, bem como as constantes mudanças sociais, percebe-se claramente a dificuldade dos Cursos de Direito em acompanhar essas mudanças. Ademais, a vigência do próprio Código de Processo Civil que priorizou os precedentes traz desafios não só para o sistema processual brasileiro em si, como, principalmente, nas salas de aula. A metodologia tradicional, com aulas basicamente expositivas, dogmáticas e restritas a letra da lei e análise de casos hipotéticos perde, definitivamente, espaço para as novas metodologias ativas, na medida em que estas priorizam o desenvolvimento do pensamento crítico e trazem um papel mais ativo do corpo discente. Ou seja, necessidades contemporâneas da sociedade e do processo civil brasileiros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Frederico; SOUZA, André Lucas Delgado; CAMARGO, Sarah Bria de. Direito e realidade: Desafios para o ensino jurídico. In: GHIRARDI, José Garcez; FEFERBAUM, Marina (Orgs.). **Ensino do direito em debate: reflexões a partir do 1º seminário**. São Paulo: Direito GV, 2013, p. 19-32.

ANTUNES, Marcia Teixeira; FAGUNDES, Mari Cristina de Freitas. Flexibilização curricular nos cursos de direito: Sala de aula invertida como metodologia potente para o combate à evasão. In: BIRNFELD, Carlos André Huning; RODRIGUES, Horácio Wanderle; NASPOLINI, Samyra Haydêe DAL Farras (Orgs.). **Pesquisa e educação jurídica**. Florianópolis: CONPEDI, 2018, p. 138 – 154. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 25 ago. 2018.

ARAUJO, Roberto Alcântara de Oliveira; PESSOA, Flávia Moreira Guimarães. O papel dos precedentes judiciais no ordenamento jurídico brasileiro e sua influência na metodologia do ensino jurídico. In: BOAS, Regina Vera Villas; SILVEIRA, Alessandra Aparecida Souza da (Orgs.). **Pesquisa e educação jurídica**. Portugal: CONPEDI, 2017. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BASTOS, Aurélio Wander. **O Ensino Jurídico no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1998.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas: diferentes ou diferentes caminhos. **Interface – Comunicação, Saúde, Educação**, nº 2, 1998, v.2, p. 139-159. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v2n2/08.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2018.

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Rio de Janeiro: LIC, 2016.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Resolução nº 9, de 24 de setembro de 2004. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces092004direito.pdf>>. Acesso em: 05 fev. 2018.

DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil**. 11. ed. Salvador: Juspodvm, 2016, v.2.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 21.

GOIS, Guilherme Augusto Melo Batalha de. A metodologia do ensino superior versus métodos a serem aplicados em aula: desafios e caminhos a serem percorridos pelos professores, alunos e universidades. In: BIRNFELD, Carlos André

Huning; RODRIGUES, Horácio Wanderle; NASPOLINI, SamyraHaydêe DAL Farras (Orgs.). **Pesquisa e educação jurídica**. Florianópolis: CONPEDI, 2018, p. 117 – 137. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 25 ago. 2018.

LOPES FILHO, Juraci Mourão. **Os Precedentes judiciais no constitucionalismo brasileiro contemporâneo**. 2. ed. Salvador: JUS PODIVM, 2016.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIÉRO, Daniel. Tutela dos direitos mediante procedimento comum. In: MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIÉRO, Daniel. **Novo curso de processo civil**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, v.2.

MARTINS, Heitor Filipe Men; ARANEGA, Guilherme Francisco Seara. O ensino jurídico no Brasil: os reflexos da educação deficitária no acesso à justiça. In: BIRNFELD, Carlos André Huning; SANCHES, SamyraHaydÊedal Farra Napolini; MEZZARROBA, Orides (Orgs.). **Direito, educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica I**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 05 fev. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação: Presencial e a Distância. Brasília, out. 2017.

PONCE, Branca Jurema; OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. A docência universitária e as políticas públicas de formação: o caso dos cursos de direito no Brasil. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, São Paulo, v.3, n. 6, p.200-219, jul. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unisantos.br/index.php/pesquiseduca>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ROSOLEN, André Vinícius; MASSARUTTI, Eduardo Augusto de Souza. A crise do ensino jurídico no Brasil: a aula expositiva dialogada e o seminário como técnicas eficazes de aprendizagem na graduação. In: BIRNFELD, Carlos André Huning; SANCHES, SamyraHaydÊedal Farra Napolini; MEZZARROBA, Orides (Orgs.). **Direito, educação, epistemologias, metodologias do conhecimento e pesquisa jurídica I**. Florianópolis: CONPEDI, 2015. Disponível em: <www.conpedi.org.br>. Acesso em: 05 fev. 2018.

A ADERÊNCIA DA GESTÃO DO TEMPO DE UM CONDOMÍNIO RESIDENCIAL AO MODELO PMI: UM ESTUDO DE CASO.

Eugênio Queiroz Chaves¹

Nelson de Oliveira Quesado Filho²

RESUMO

O atual cenário da construção civil está cada vez mais competitivo. Tendo isso em vista, algumas empresas estão adotando técnicas que visam a diminuição na perda de materiais, uma melhor administração do tempo de trabalho e a redução do custo na produção. Esses fatores são englobados na área de gestão de projetos, sendo o motivo da criação do Project Management Institute (PMI), ou simplesmente Instituto de Gerenciamento de Projetos. Partindo dessa informação, o seguinte trabalho teve como fundamentação identificar, em um estudo de caso, a utilização das técnicas e ferramentas listadas no capítulo referente à área de conhecimento Gerenciamento do Tempo no livro *Project Management Body of Knowledge* (PMBok), obra publicada pelo PMI. Por fim, foi medido uma aderência de 55,24% do estudo de caso à gestão do tempo sob a luz do PMBoK.

Palavras-chave: Gestão do Tempo. Project Management Institute. Construção Civil. Gestão de Projetos. *Project Management Body of Knowledge*.

¹Graduando, Engenharia Civil, aluno, eugenioqc30@gmail.com ²Especialista, Engenharia Civil, professor, nquesado@gmail.com

ABSTRACT

The current scenario of civil construction is increasingly competitive. With this in view, some companies are adopting techniques that aim at reducing material loss, better management of working time and reducing production costs. These factors are encompassed in the area of project management, being the reason for the creation of the Project Management Institute (PMI), or simply Institute of Project Management. Based on this information, the following work had as basis to identify, in a case study, the use of the techniques and tools listed in the chapter related to the area of knowledge Time Management in the book Project Management Body of Knowledge (PMBok), published by PMI . Finally, a 55.24% adherence of the case study was measured to time management under the light of PMBoK.

Keywords: *Time Management. Project Management Institute. Construction. Project Management. Project Management Body of Knowledge.*

1 INTRODUÇÃO

“O sucesso da qualidade de um projeto depende de 3 fatores interdependentes: Prazo, Custo e Escopo. Qualquer modificação em um desses fatores provocará um impacto nos demais”. (Ferreira et al, 2008).

A figura 1 representa os fatores que levam um projeto a ter sucesso, são eles o escopo, o prazo e o custo.

Figura 1: Fatores para o sucesso de um projeto



Fonte: Dos autores (2016).

Este artigo justifica-se por elaborar um estudo de caso, baseado em um projeto recém concluído - entregue em fevereiro de 2016 -, focado em um dos pilares da qualidade em projetos, buscando, assim, colaborar com os avanços científicos nessa área.

O objetivo deste trabalho é apresentar análise quantitativa que trata a aderência do modelo de planejamento utilizado na obra do condomínio residencial ao modelo proposto pelo Project Management Institute (PMI). Para atingir tal objetivo, o tema será abordado conforme metodologia descrita abaixo:

- Apresentar fontes bibliográficas que fundamentem os conceitos utilizados neste artigo;
- Listar os itens mais relevantes no que diz respeito ao gerenciamento do tempo no Project Management Body of Knowledge (PMBok);
- Descrever o modelo de gestão do tempo utilizado durante a obra do Condomínio Vangarden;
- Medir a aderência deste modelo ao proposto pelo PMBoK.

Este trabalho está separado em 4 capítulos. O primeiro, introdutório, trata do contexto da problemática, descrição de objetivos, metodologia utilizada e

apresentação dos tópicos. Em seguida, no segundo capítulo, será apresentado um aporte bibliográfico que servirá de base teórica para fundamentação do tema, com ênfase na gestão do tempo. O capítulo 3 irá descrever e pontuar o modelo de gestão utilizado pelo gerente de projetos da obra do condomínio residencial para, a partir daí, comparar este modelo com o proposto pelo PMI. A seguir, o quarto capítulo irá tratar das conclusões da análise, dificuldades encontradas e sugestões para trabalhos futuros. E, por fim, a lista da bibliografia utilizada é apresentada.

Segundo Reis (2016):

Para analisar o quão hábil uma organização é em gerenciar seus projetos deve-se medir o seu nível de maturidade na área. Existem vários modelos que possibilitam a identificação do nível de gestão em projetos podendo, assim, ajudar na definição da melhor forma de se alcançar os objetivos desejados. Exemplos desses modelos são: CMM, OPM3, MMGP e PMMMM.

Entretanto, apesar de já existirem diversos modelos de análise de aderência (Reis, 2016):

O autor optou por simplesmente contabilizar, através de entrevistas e reuniões com o gerente do projeto objeto de estudo, as práticas aplicadas na gestão do seu projeto que sejam similares às indicadas pelo PMI no seu PMBoK, ponderando-as quanto à frequência neste.

Neste ponto do trabalho, o autor informa que as bases teóricas utilizadas pelo gerente de projetos para definição do modelo de gestão do tempo na obra do condomínio residencial têm sua origem nos modelos da Produção Enxuta. O autor entende que a abordagem cruzada do PMI com o Lean Institute neste artigo apresenta uma visão peculiar sobre o tema, agregando ainda mais valor ao estudo. Dessa forma justifica-se a breve revisão bibliográfica sobre produção enxuta no próximo capítulo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

PRODUÇÃO ENXUTA

Lean Production, ou Produção Enxuta, é o campo de pesquisa que estuda maneiras de criar valor para o cliente utilizando menos recursos e minimizando desperdícios nos principais processos de uma organização.

Em vez de se concentrar no aumento da produtividade como principal objetivo, a produção enxuta se concentra na eliminação dos desperdícios, também conhecido como *muda*, a correspondente tradução para o japonês. O aumento na melhoria da produtividade será, portanto, uma consequência dessa eliminação de resíduos.

“A prática da Produção Enxuta envolve o uso de algumas ferramentas reconhecidas por serem eficientes na eliminação do desperdício nos sistemas produtivos.” (Lean, 2016).

O GERENCIAMENTO DE PROJETOS E O PMI

Projeto é um conjunto de atividades, que tem um início e fim definidos no tempo, com escopo e recursos definidos, realizadas em grupo e afim de produzir algo (produto, serviço ou resultado) destinado a atingir um objetivo em particular.

Para se alcançar os resultados esperados, todo projeto deve ser gerido de forma especializada. Portanto, foi a necessidade de especialização do tema que estimulou o desenvolvimento do gerenciamento de projetos.

Em meados do século XX, O Gerenciamento de Projetos surgiu como uma profissão distinta, aplicando conhecimentos, habilidades e técnicas para a correta execução de projetos.

Hoje, o Instituto de Gerenciamento de Projetos (Project Management Institute - PMI), é a maior e mais reconhecida associação de profissionais da área, totalizando 700.000 membros em quase todos os países do mundo. Além disso, o PMI possui o maior programa de pesquisa na área de gerenciamento de projetos. Como um dos resultados deste programa, o PMI organizou o *Project Management Body of Knowledge* (PMBoK). “Este é um livro que contém as práticas, orientações, regras e características consideradas como base do conhecimento sobre o tema.” (PMI, 2016).

A 5ª edição do PMBoK classifica as práticas na gestão de projetos em 10 áreas de conhecimento: Escopo; Riscos; Tempo; Partes Interessadas; Integração; Qualidade; Custos; Aquisições; Recursos Humanos; e Comunicação.

Segundo o PMI (2013):

O gerenciamento do tempo do projeto deve utilizar os seguintes processos: Planejar o gerenciamento do cronograma; Definir as atividades; Sequenciar as atividades; estimar os recurso e atividades; Estimar a duração das atividades; Desenvolver o cronograma; e Controlar o cronograma. Cada um desses processos é formado por 3 partes: Entradas; Ferramentas e Técnicas; e Saídas.

Dessa forma segue a lista em ordem alfabética de todas as 25 ferramentas e técnicas apresentadas no PMBoK. O número em parênteses representa quantas vezes a ferramenta ou técnica é citada.

- Análise de Alternativas;
- Análise de Desempenho;
- Análise de Rede do Cronograma;
- Análise de Reservas;
- Antecipação e Esperas (x3);
- Compressão de Cronograma (x2);
- Dados Publicados sobre Estimativas;
- Decomposição;
- Determinação de Dependência;
- Estimativa Análoga;
- Estimativa de 3 Pontos;
- Estimativa Paramétrica;
- Estimativas “*bottom-up*”;
- Ferramenta de Cronograma (x2);
- Método da Corrente Crítica;
- Método do Caminho Crítico;
- Método do Diagrama de Precedência – MDP;
- Opinião Especializada (4x);
- Planejamento de ondas sucessivas;
- Reuniões;
- *Software* de Gerenciamento de Projetos (x2);
- Técnicas Analíticas;
- Técnicas de Desenvolvimento de Modelos (x2);
- Técnicas de Otimização de Recursos (x2); e
- Técnicas de Tomada de Decisão em Grupo.

Dentre as três partes em que um processo é separado no PMBoK, optou-se por utilizar as Ferramentas e Técnicas para análise de aderência proposta. Esta

decisão se deu devido ao autor direcionar mais interesse ao aspecto intermediário da ação do que às outras partes, pois ele acredita que o estudo do entendimento da aderência através das ferramentas e técnicas traz uma visão mais profunda possibilitando mudanças e melhorias tangíveis na forma como a empresa trata seus processos.

3 MÉTODOS

ESTUDO DE CASO

O condomínio residencial é um projeto de construção civil recém concluído e entregue aos moradores em fevereiro de 2016. O empreendimento é formado por 36 casas e área de lazer.

Cada casa possui 180 m² de terreno e 140 m² de área construída, sendo divididos em garagem, sala de estar/jantar, lavabo, cozinha, área de serviço, varanda gourmet e banheiro de serviço no pavimento inferior e 3 suítes, sendo 1 máster, no pavimento superior. A área comum é composta de guarita elevada com lavabo, eclusa para pedestres, eclusa para entrada de veículos, lixeira, pracinhas, solário, piscina infantil e adulto com prainha e 1/4 de raia, bar molhado, ducha para piscina, churrasqueira com copa, sauna, ducha para sauna, banheiros masculino e feminino adaptados para cadeirantes, salão de festas, academia, salão de jogos, campinho de futebol, depósito, zeladoria e vestiário para funcionários. O condomínio é comercializado como de luxo e possui acabamento de alto padrão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

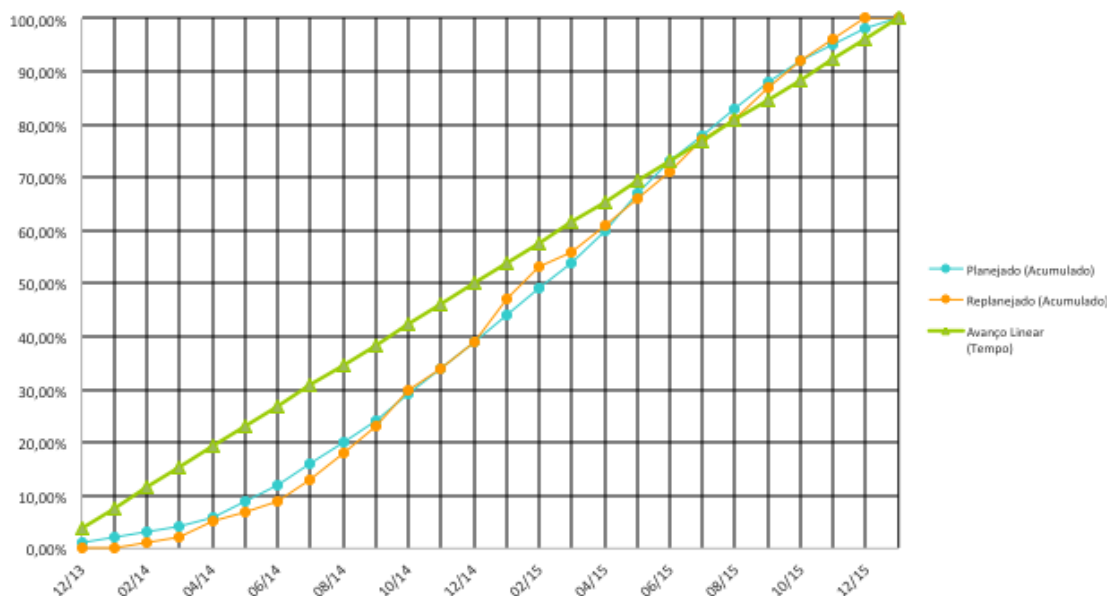
CONDOMÍNIO VANGARDEN E SUA GESTÃO DO TEMPO

Devido à dinâmica de mercado da incorporadora/construtora responsável pela execução do projeto ser muito acelerada, decidiu-se pelo início da obra antes da constituição de um cronograma ou elaboração de um gerenciamento do tempo, mesmo a data para conclusão da obra já ter sido definida pela diretoria antes do seu início – 25 meses a partir do seu início. Esse prazo foi baseado na *expertise* da diretoria.

No primeiro momento, o gerente de projetos responsável pela obra decidiu utilizar o *software* MS Project® como ferramenta de medição de avanço físico. O cronograma do empreendimento anterior estava disponível e as obras eram bastante similares. Aproveitando o este cronograma existente, foram atualizadas as atividades, incluindo aquelas que não estavam contempladas e eliminando as que não seriam executadas. As suas durações e recursos também sofreram os ajustes relativos às suas naturezas e volumes de serviço.

O Project® calcula, automaticamente, o avanço físico do seu projeto, em números percentuais, sempre que os valores de avanço de uma atividade são atualizados. Assim, este modelo de atualização do avanço físico foi apresentado e aprovado pela diretoria.

Para acompanhamento deste avanço físico, o gerente do projeto juntamente com a diretoria decidiram utilizar a seguinte curva S, baseados na *expertise* da equipe e em estudos.



Mensalmente, o avanço físico da obra, atualizado em cada uma das suas atividades, era comparado com o a curva S *baseline*, servindo como monitoramento do progresso da obra e se tornando um dos principais índices de performance da construtora. Caso a obra se encontrasse atrasada ou antecipada, uma nova curva S era traçada e novas metas desenhadas, afim de equilibrar a produção e evitar a criação de objetivos irrealis.

Como incentivo, a empresa criou um plano de bonificação vinculado ao cumprimento das metas mensais descritos na curva S, direcionado aos chefes de área. Assim alinhou-se diretoria, gerência do projeto e encarregados. Além disso, a mobilização e desmobilização de mão de obra passaram a ser baseados pela curva S. Isso ajudou no controle dos gastos de mão de obra.

As atividades descritas acima estão alinhadas com o pensamento enxuto através dos conceitos de *Just in Time*, *Talkt Time* e Produção Puxada ao alinhar o cronograma utilizando linha de balanço, *Heijunka* ao buscar o nivelamento da produção na concepção das equipes e pacotes de atividade e estabilidade e previsibilidade ao difundir as informações e comunicar à cada membro da equipe qual a sua atividade, inclusive aos de posição gerencial.

CONDOMÍNIO VANGARDEN SOB A LUZ DO PMI

Os encontros do autor deste trabalho com o gerente de projetos responsável pelo empreendimento se deram, quinzenalmente, de outubro de 2015 a janeiro de 2016. As reuniões aconteceram no canteiro de obras onde as seguintes atividades eram realizadas:

- Visita de campo: entender as atividades, suas sequencias, durações, requisitos de cura, alocação de recursos e métodos de medição;
- Reuniões: entender a forma como o *software* MS Project® era utilizada, a inserção e adequação das atividades, os critérios de medição, o cálculo do avanço físico e seus impactos no cronograma, montagem de metas e apresentação à equipe de “chão de fábrica”;
- Entrevistas: compreender a dinâmica de mercado da construtora, a cronologia dos fatos e a necessidade de cada elemento na gestão do tempo.

Além disso, todas as atividades também exerceram seu papel principal em ajudar a identificar quais ferramentas e técnicas utilizadas no condomínio Vangarden eram análogas às apresentadas na lista do capítulo anterior, indicados pelo PMI.

- Claramente identificadas:
 - Antecipação e Esperas (x3);

- Compressão de Cronograma (x2);
- Determinação de Dependência;
- Estimativa Análoga;
- Estimativa de 3 Pontos;
- Estimativa Paramétrica;
- Ferramenta de Cronograma (x2);
- Reuniões;
- *Software* de Gerenciamento de Projetos (x2);
- Técnicas Analíticas;
- Técnicas de Tomada de Decisão em Grupo;

- Razoavelmente identificadas
 - Análise de Alternativas;
 - Análise de Desempenho;
 - Análise de Reservas;
 - Decomposição;
 - Opinião Especializada (4x);
 - Técnicas de Otimização de Recursos (x2);

5 CONCLUSÃO

Foram claramente identificadas 11 ferramentas ou técnicas e foram razoavelmente identificadas apenas 6. O autor decidiu, baseado na sua experiência durante os 04 meses de pesquisa, atribuir 1/3 do peso aos itens identificados com menor intensidade. Ponderando as ferramentas e técnicas identificadas no condomínio residencial quanto à sua frequência de indicação no PMBOK (PMI, 2013), conclui-se que a gestão do tempo no projeto do condomínio residencial está 55,24% aderente ao modelo sugerido pelo PMI (2013), quanto à utilização das técnicas e ferramentas para esta área de conhecimento.

É importante lembrar que a empresa não possui prática formal de gestão de projetos, enquanto nenhuma ferramenta/técnica relacionada à métodos foi identificada. Isso leva a crer que pode haver uma relação entre a ausência de metodologia e a ausência de prática formal na gestão de projetos.

REFERÊNCIAS

Ferreira, F. M. P. F. R.; Paganottr, J. A.; Pius, M. A.; **A Interface na Gestão de Escopo, Prazo, Custo e Qualidade em Projetos**. Boletim Técnico FATEC – SP (p. 10 a 15). 2008.

Lean Enterprise Institute. **What is Lean?** <http://www.lean.org/>. Acessado em: 07 mar. 2016.

PMI - Project Management Institute. **Project Management Body of Knowledge**. 5ª Edição. 2013.

PMI - Project Management Institute. **O Que é PMI?** <https://brasil.pmi.org/brazil/AboutUS/WhatisPMI.aspx>. Acessado em: 07 mar. 2016.

REIS, T.; **Gestão de projetos – entenda seus modelos de maturidade**. <http://www.projectbuilder.com.br/blog-pb/entry/conhecimentos/entenda-modelos-de-maturidade-em-gestao-de-projetos>. Acessado em: 28 mar. 2016.

SEIS SIGMA E CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO USINADO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA CEARENSE

Fernanda Silva Moreira¹
José Luciano Lopes da Costa Filho²

RESUMO

O subdesenvolvimento dos processos gerenciais é uma das características, aliado a baixa qualidade do produto final, mão de obra pouco qualificada e o descumprimento de normas técnicas, é uma das características mais marcantes da Indústria da Construção Civil (ICC), dificultando, assim, o desenvolvimento de atividades que necessitam de uma rígida administração. Nesse contexto, a realização do Controle Tecnológico de Concreto (CTC) representa um desafio à esse macrossetor, pois as diferentes etapas e agentes envolvidos no processo demandam um rigoroso controle das ações executadas, visando a confiabilidade dos resultados obtidos. Desse modo, o presente trabalho teve como objetivo analisar a aplicação da metodologia Seis Sigma ao CTC, como forma de aumentar o rigor nas operações e reduzir as variações no processo. Para tal, realizou-se um estudo de caso com uma empresa de Fortaleza-CE, mapeando as atividades inerentes ao CTC e analisando-as sob a óptica da metodologia Seis Sigma. Tal análise permitiu a identificação dos pontos de possíveis variações, viabilizando, assim, a utilização de ferramentas de controle, sejam elas estatísticas ou não. Assim, foi possível identificar as causas raízes das variações no processo, permitindo a proposição de melhorias no modo como as atividades são desenvolvidas pela empresa em análise. Ademais, conclui-se que a aplicação da metodologia Seis Sigma ao CTC permite um rígido controle das operações, aumentando o domínio dos gestores sobre as atividades, reduzindo as variações nos processos. Concluiu-se, também, que a aplicação da metodologia Seis Sigma pode ser expandida para outras atividades que necessitam de uma rigorosa gestão, como controle de agregados, pois o desempenho do concreto depende substancialmente de seus constituintes.

¹Graduanda, Engenharia Civil, Unichristus, Fernanda.silva922@gmail.com.

²Mestre, Engenharia de Produção, Unichristus, nutec16@unichristus.edu.br.

Palavras-chave: Gestão. Construção Civil. Ciclo DMAIC. Metodologia de Gerenciamento. Concreto.

ABSTRACT

Underdevelopment of management processes is one of the characteristics, together with the low quality of the final product, low-skilled labor and non-compliance with technical standards, is one of the most outstanding characteristics of the Civil Construction Industry (ICC). activities that require rigid administration. In this context, the Concrete Technological Control (CTC) represents a challenge to this macro-sector, since the different stages and agents involved in the process demand a rigorous control of the executed actions, aiming at the reliability of the obtained results. Thus, the present work had as objective to analyze the application of the Six Sigma methodology to the CTC, as a way to increase the rigor in the operations and to reduce the variations in the process. For that, a case study was carried out with a Fortaleza-CE company, mapping the activities inherent to the CTC and analyzing them from the perspective of the Six Sigma methodology. This analysis allowed the identification of the points of possible variations, thus making possible the use of control tools, whether statistical or not. Thus, it was possible to identify the root causes of the variations in the process, allowing the proposition of improvements in the way the activities are developed by the company under analysis. In addition, it is concluded that the application of the Six Sigma methodology to the CTC allows a rigid control of the operations, increasing the mastery of the managers on the activities, reducing the variations in the processes. It was also concluded that the application of the Six Sigma methodology can be expanded to other activities that require rigorous management, such as aggregate control, since the performance of the concrete depends substantially on its constituents.

Keywords: Management. Civil Construction. Cycle DMAIC. Management Methodology. Concrete.

1 INTRODUÇÃO

O Controle Tecnológico de Concreto (CTC) tem se tornado uma necessidade crescente na Indústria da Construção Civil (ICC) brasileira, pois, segundo

projeções da Associação Brasileira de Cimento Portland (ABCP, 2013), o consumo de concreto usinado atingirá o patamar de 72,3 milhões de m³ em 2017.

Todavia, características inerentes a ICC, como a baixa qualidade do produto final e o subdesenvolvimento nos processos gerenciais (FREJ, ALENCAR, 2010), dificultam o efetivo cumprimento da Norma Brasileira Regulamentadora NBR ABNT 12655:2015 - Concreto de Cimento Portland – Preparo, Controle e Recebimento – Procedimento - que rege todas as atividades do CTC.

Nesse contexto, surge a necessidade de empregar metodologias de gerenciamento que auxiliem na correta execução do CTC, fitando a entrega de resultados confiáveis ao cliente final.

Assim, o presente estudo tem por finalidade analisar a aplicação da metodologia Seis Sigma ao CTC, já que ela tem como objetivo reduzir as variações sobre um processo, minimizando a ocorrência de falhas, conforme aponta Kawaki e Anbari (2006).

Assim, estudou-se os procedimentos realizados por uma empresa, localizada em Fortaleza/CE, que atua nesse segmento. Nessa organização, mapeou-se as atividades inerentes ao CTC, buscando analisá-la sob a óptica do Seis Sigma. Para isso, verificou-se o processo de acordo com os seguintes pontos: (i) identificar os pontos de possíveis variações e (ii) indicar as ferramentas de controle mais adequadas; os quais são os objetivos específicos da presente pesquisa.

Com isso, buscou-se responder a seguinte indagação: como a metodologia Seis Sigma pode auxiliar no CTC?

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção apresenta encontra-se dividida em dois tópicos. No primeiro, apresenta-se uma visão geral da metodologia Seis Sigma, suas principais ferramentas e fases de implementação. Já na seção subsequente, expõe-se sobre o que é o CTC e quais as etapas que compõe tal controle, bem como as normas balizadoras.

2.1 SEIS SIGMA

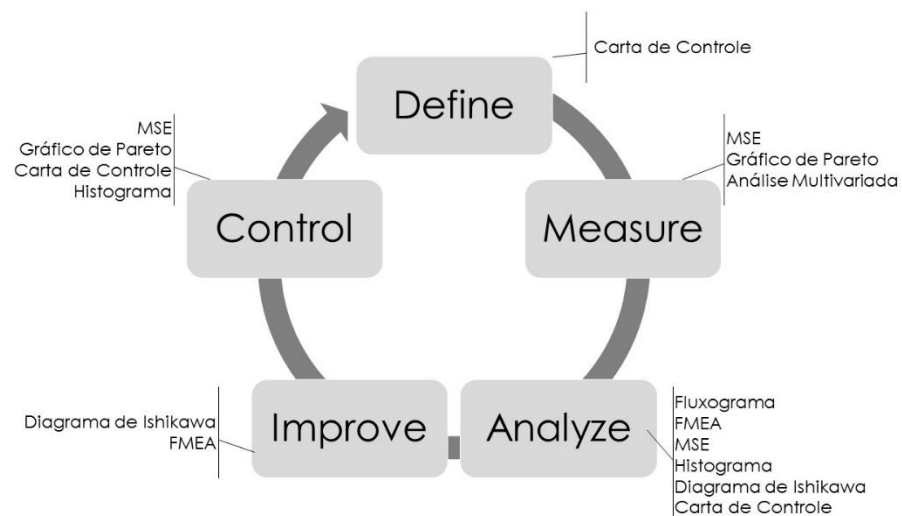
Originada na década de 1980 na Motorola, a metodologia Seis Sigma simboliza eficiência e economia às organizações, pois visa atingir um nível de 99,99966% de eficácia nos processos em que atua, tendo como base para sua execução o Ciclo DMAIC (MANI, PÁDUA, 2008; ZU, FRENDALL, DOUGLAS, 2008; KWAK, ANBARI, 2006).

Fortemente embasado em ferramentas estatísticas, o Ciclo DMAIC é constituído das fases Define, Measure, Analyse, Improve e Control, que apresentam como tópicos centrais, segundo Werkema (2013), os seguintes pontos:

1. *Define*: definição do escopo do projeto;
2. *Measure*: determinação da localização do problema;
3. *Analyse*: determinar as causas de cada problema;
4. *Improve*: implementar soluções;
5. *Control*: garantir a sustentabilidade das ações.

Para atingir o objetivo central de cada fase, o ciclo DMAIC recebe o apoio das 7 ferramentas básicas da qualidade, - mostrando a influência do ciclo PDCA no Seis Sigma -, e de outros artifícios estatísticos e qualitativos (RAMOS et al., 2014; RECHULSKI, CARVALHO, 2004; WERKEMA, 2013). A relação entre as fases e as ferramentas da metodologia foram compiladas na Figura 1.

Figura 1 – Ferramentas do Ciclo DMAIC



Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Werkema (2013).

As relações estabelecidas foram feitas com base no objetivo central de cada fase com o propósito da ferramenta. Assim, observa-se na imagem apresentada que cada atividade desenvolvida com base no Ciclo DMAIC é apoiada em inferências estatísticas, dando maior confiabilidade as informações obtidas (RAMOS et al., 2014).

Tal característica é fundamental ao desenvolvimento e controle do CTC, haja vista a necessidade de se atender rigidamente a NBR 12655:2015 para a obtenção de dados confiáveis.

2.2 CONTROLE TECNOLÓGICO DE CONCRETO (CTC)

Desenvolvido com base na NBR 12655 (ABNT, 2015), o CTC deve ser realizado para concretos a base de cimento Portland, seja produzido em obra ou rodado em central, e tem como objetivo atestar a confiabilidade do concreto recebido, de acordo com as exigências estabelecidas em projeto (ABNT, 2015; CARROMEU et al., 2012).

Nesse contexto, a realização do CTC para concreto usinado, de acordo com a NBR mencionada, é feita por meio de controle por amostragem total, iniciando-se com a realização do Slump Test (NBR NM 67:1998) e moldagem dos Corpos de Prova – CPs - (NBR 5798:2015) na obra e encerrando-se com a rupturas destes em laboratório (NBR 5739:2007).

A primeira atividade mencionada integra a fase de recebimento a qual, ainda de acordo com a NBR 12655:2015, também é composta pela aferição da Nota Fiscal (NF), que registra o horário de saída do veículo da concreteiras para a obra, pelo registro da placa do caminhão betoneira e o número do misturador.

Tais informações são necessárias para a rastreabilidade do concreto, a qual é composta pelos registros gerados, hora de início da concretagem e peça concretada, e seu histórico, baseado na NF, compondo o mapa de concretagem, que apresenta a função de detalhar todo o histórico do concreto utilizado (ZALAF, MAGALHÃES FILHO, BRAZ, 2014).

Já a etapa de rompimento dos CPs é executada em laboratório e tem como finalidade simular a resistência a compressão (fck) que o concreto recebido suporta, aferindo os resultados obtidos com o previsto em projeto.

O CTC é encerrado com a aceitação do concreto, que culmina em um laudo técnico que ratifica os resultados obtidos em relação as exigências do projeto. Dessa forma, a construtora poderá tomar decisões mais seguras, baseando-se nos dados obtidos.

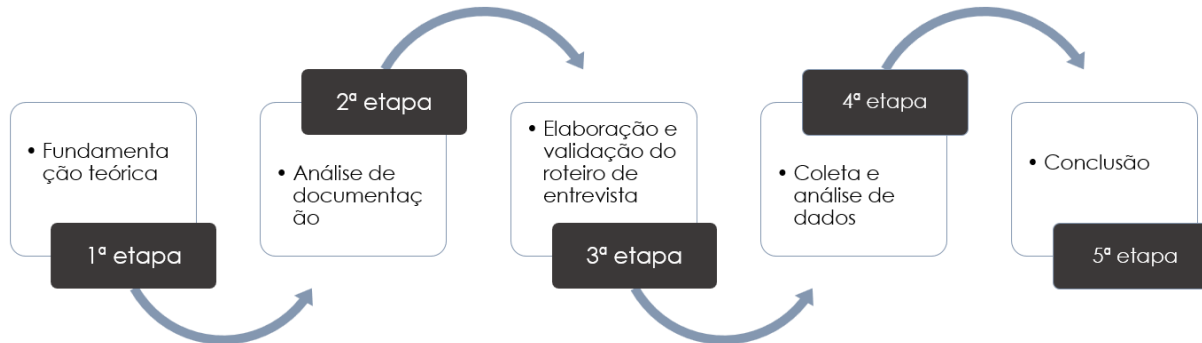
Mediante o exposto, observa-se a necessidade de definição de uma metodologia que gerencie todas as etapas do CTC, garantindo mais confiança ao resultado final.

3 MÉTODOS

Como método de pesquisa, realizou-se um estudo de caso múltiplo (YIN, 2015) com uma abordagem qualitativa e objetiva exploratória e descritiva (COLLIS;

HUSSEY, 2005) com uma empresa cearense (Empresa A), localizada em Fortaleza-CE, cujo delineamento é apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Delineamento da pesquisa



Fonte: Os autores (2018).

A primeira parte da coleta de dados foi a análise de um documento intitulado “Manual da Qualidade”, o qual discriminava claramente os serviços inerentes a obra e ao laboratório, bem como os possíveis erros. Já a segunda parte foi constituída por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado (RICHARDSON, 2011), com 20 questionamentos, dividido em 3 seções: (i) caracterização da empresa; (ii) papel desenvolvido dentro do CTC; e (iii) conhecimento das normas aplicáveis.

Quadro 1 – Caracterização da empresa

Tempo de atuação	Escopo	Faturamento anual médio	Quant. De Entrevistados
3 anos.	Projeto arquitetônico, elétrico, hidrossanitários, combate a incêndio; Designer de interiores; Inspeção Predial; CTC.	R\$ 50.000,00	8

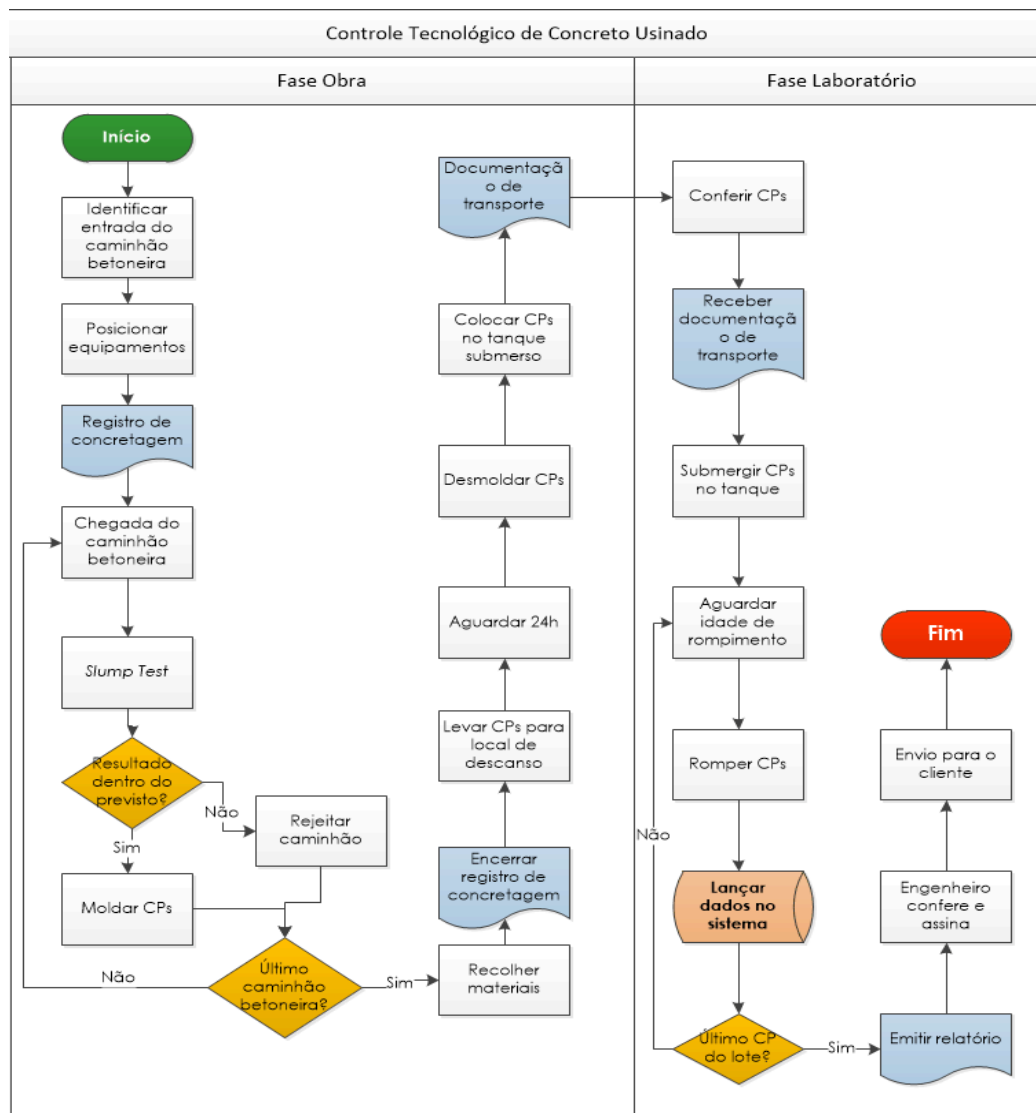
Fonte: Os autores (2018).

O estudo do *Manual da Qualidade*, o acompanhamento da execução do CTC por parte do pesquisador e a entrevista com os atores dos processos, viabilizaram a compressão holística do serviço desenvolvido, bem como seu mapeamento e divisão em duas partes (obra e laboratório), facilitando o estudo das variações que atuam no processo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os procedimentos desenvolvidos pela Empresa A apresentam duas etapas distintas, dependentes entre si, podendo ser classificada da seguinte forma: (i) gestão na obra; e (ii) gestão no laboratório; conforme apresentado no fluxograma da Figura 3.

Figura 3 - Fluxograma do Controle Tecnológico de Concreto Usinado



Fonte: Dos autores (2017).

A concepção de tal fluxograma, desenvolvida por meio do *software* MSVisio®, permitiu a definição do escopo do projeto cuja a metodologia Seis Sigma será aplicada, iniciando, assim, a fase *Define* do Ciclo DMAIC.

A análise da esfera de atuação da metodologia em estudo, viabilizou a análise individual de cada processo, gerando o Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Atividade x Variação

Atividade	Motivo de Variação
	Gestão de Obra
Registro de Concretagem	O modelo adotado pela Empresa A é contraproducente
Realização do <i>Slump Test</i>	
Molde dos CPs	
Desmoldê dos CPs	
Armazenagem dos CPs	
Transporte	O transporte inadequado pode afetar a integridade dos CPs, prejudicando os processos da etapa subsequente.

Gestão no Laboratório	
Rompimento dos CPs	A máquina necessária nessa etapa pode não estar calibrada da forma correta.
Entrada de dados no sistema	Dificuldades em manusear o sistema operacional que a empresa utiliza para o registro das atividades inerentes ao CTC

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).




A concepção do Quadro 1 se caracteriza como marco inicial da etapa *Measure* e *Analyse* do ciclo DMAIC, pois permitiu a localização do problema e a determinação das causas raízes que geram a variação no processo.

Estudando o quadro apresentado, tem-se o Registro de Concretagem indicado como o primeiro problema. Tal adversidade foi identificada após entrevista com o colaborador da empresa que atua na obra.

Durante a entrevista, o colaborador mencionou que o modelo adotado dificulta o trabalho em obra, pois as informações encontram-se fracionadas em diferentes partes, o que dificulta o registro das informações nos campos corretos.

Visando solucionar tal problema, é apresentada na Figura 4 um modelo de Registro de Concretagem que concentra todas as informações em um único lugar, fitando aumento na produtividade. O modelo apresentado foi validado e aprovado pelos representantes da empresa em análise.

Figura 4 - Modelo proposto de Registro de Concretagem

Cliente:		Responsável:			
Obra:		Telefone:			
Local:		Data:			
Informações Técnicas					
Fornecedor	Resistência	Slump Test	Vol. (m ³)	Traço	
Informações da Obra					
			Início (hr)	Pausa (hr)	Fim (hr)
Quant. Caminhões:		Quant. CPs:		Parte Concretada:	
Sequência dos CPs e NF correspondente					
Observações Gerais					
<hr/> OPERADOR					

Fonte: Dos autores (2017).

Ademais, tem-se as atividades impostas pelas normas pertinentes como processos sujeitos a variações. Nesse contexto, a utilização do Diagrama de Ishikawa permite que a organização avalie cada problema de forma isolada, classificando-os em áreas específicas, de acordo com suas características, permitindo a elaboração de planos de controle para cada atividade. Essa ferramenta também se adequa ao processo de transporte, pois permite uma visão ampla da situação-problema, permitindo a busca por soluções que atuem nas causas raízes do problema.

No tangente a *Gestão no Laboratório*, infere-se do quadro apresentado que o ensaio de compressão é maior causa de variações nessa etapa. Assim, além do Diagrama de Ishikawa, a Avaliação do Sistema de Mediação e Desempenho (MSE) deve ser utilizada para aferir a confiabilidade do equipamento utilizado.

Nesse contexto, a utilização do CEP auxiliaria os gestores a manterem um monitoramento sobre os dados obtidos, buscando manter o processo dentro dos limites de controle, tendo como base uma amostragem periódica de CPs rompidos.

No que tange a atividade de *Entrada de Dados no Sistema*, a utilização de fluxogramas, descrevendo visualmente a forma de utilizar o sistema operacional e a forma de registro dos dados coletados, auxiliaria o colaborador em caso de dúvida, reduzindo falhas por esquecimento ou uso inadequado do software.

Mediante o exposto, tem-se o desenvolvimento da fase *Improve*, pois a adoção das ferramentas descritas proporcionara a concepção de soluções eficazes, viabilizando que o desenvolvimento do CTC sem variações e com extremo rigor as normativas pertinentes.

Por fim, tem-se a utilização das ferramentas Plano de Controle (PC), Listagem (ou Folha) de Verificação e Gráfico de Tendências, como meios de manter as melhorias implementadas. Assim, tem-se o início da etapa Control.

O PC seria utilizado para monitorar as contramedidas realizadas ao longo da execução do projeto Seis Sigma. Já o segundo artifício serviria como guia para a equipe auditar internamente seus processos, aferindo a qualidade das ações executadas.

Por fim, a incorporação do Gráfico de Tendências ao processo de gestão do CTC atuaria diretamente sobre os resultados gerados pelos rompimentos dos CPs, analisando a tendência de comportamento das informações obtidas, buscando

verificar o desempenho da prensa utilizada e com isso determinar a necessidade de manutenções.

Assim, mediante o exposto, tem-se que a metodologia Seis Sigma proporcionaria as empresas que a utilizassem, uma gestão extremamente rigorosa do CTC, atuando na redução de falhas durante a operação, garantindo a confiabilidade na apresentação de resultados ao cliente final.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo analisar a aplicação da metodologia Seis Sigma ao CTC. Para isso, dividiu-se o estudo em dois pontos: (i) identificar os pontos de possíveis variações e (ii) indicar as ferramentas de controle mais adequadas. Desse modo, foi possível executar o ciclo DMAIC e analisar sua aderência ao processo do CTC.

Nesse contexto, concluiu-se que a metodologia Seis Sigma viabiliza um rígido controle das atividades inerentes ao CTC, auxiliando as empresas que prestam tal serviço a seguirem as normas pertinentes de maneira mais rigorosa, bem como auxilia a controlar as causas raízes das variações nos processos.

Ademais, considerando a importância da execução de um rígido controle de todos os componentes integrantes do concreto, propõe-se a aplicação da metodologia Seis Sigma para o controle de agregados, pois o desempenho do concreto depende, substancialmente, de seus constituintes.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 12655**: Concreto de Cimento Portland – Preparo, Controle e Recebimento – Procedimento. Rio de Janeiro, p.29, 2015.

_____. **NBR 5738**: Procedimento para Moldagem e Cura de Corpos de Prova. Rio de Janeiro, p. 8, 2015.

_____. **NBR 5739**: Ensaio de compressão de Corpo de Prova Cilíndrico, Rio de Janeiro, p. 13 , 2007.

_____. **NBR NM 67**: Concreto – Determinação Da Consistência pelo Abatimento do Tronco de Cone. Rio de Janeiro, p. 8, 1998

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIMENTO PORTLAND. **Pesquisa inédita e exclusiva revela cenário do mercado brasileiro de concreto**. 2013. Disponível em:

< <http://www.abcp.org.br/cms/imprensa/noticias/pesquisa-inedita-e-exclusiva-revela-cenario-do-mercado-brasileiro-de-concreto/>> Acessado em: 19/07/2017.

CARROMEU, C. C.; OLIVEIRA, K. C.; HELENE, P.; HERVÉ NETO, E.; BILESKY, P.; PACHECO, J. A importância da acreditação laboratorial e da certificação de mão de obra no controle de aceitação do concreto. *In: 54º CONGRESSO BRASILEIRO DO CONCRETO*, 54, 2012, Maceió. **Anais...** Maceió-AL.

COLLINS, J.; HUSSEY, **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

FREJ, T. A.; ALENCAR, L. H. **Fatores de sucesso no gerenciamento de múltiplos projetos na construção civil em Recife**. *Produção*, v. 20, p. 322-334, 2010.

KWAK, Y. H.; ANBARI, F. T. **Benefits, bostacles, and future of six sigma approach. Technovation**. v.1, n.26, p.708-715, 2006.

MANI, G. M.; PÁDUA, F. S. M. **Lean Seis Sigma**. *Interface Tecnológica*. V.5, n.1, p.115-126, 2008.

RAMOS, F. V.; LOPES, C. B.; SILVA, N. F.; PEREIRA, T. G. **Gestão de Projetos Através do DMAIC**. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, 34, 2014, Curitiba. **Anais...** Curitiba-PR.

RECHULSKI, K. D.; CARVALHO, M. M. **Programas de qualidade seis sigma: características distintivas dos modelos DMAIC e DFSS**. *In: XI Simpósio de Engenharia de Produção*, 11, 2004. **Anais...** Bauru-SP.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

WERKEMA, C. **Métodos PDCA e DMAIC suas ferramentas analíticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ZALAF, R. SCHMALTZ.; MAGALHÃES FILHO, S. R.; BRAZ, T. C. **Estudo do Controle Tecnológico e Recebimento do Concreto em Obra**. 2014, 91 p. Trabalho de Conclusão de Curso – Engenharia Civil. Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2014.

ZU, X.; FREDENDALL, L. D.; DOUGLAS, T. J. **The Evolving Theory of Quality Management: the role of six sigma**. *Journal of Operations Management*, v. 26, n.1, p.630-650, 2008.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015

A importância da monitoria de Matemática Aplicada para os alunos do primeiro semestre da graduação em Sistemas de Informação da Unichristus.

Jorge Luis Rodrigues Aragão¹
Dr. Daniel Costa Araújo²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo, compreender a importância da monitoria de matemática, aplicada aos alunos do início da graduação no curso de Sistemas de Informação, procurando suprir as deficiências no conhecimento trazidos pelos alunos de 1º semestre, oferecendo várias oportunidades semanais. Desta forma, tentando evitar resultados negativos nas avaliações e minimizar a reprovação, desmotivação e evasão. A metodologia aplicada será um quantitativo dos resultados dos alunos que participam das atividades propostas pela monitoria, com os demais que não tem interesse na atividade.

Palavras-chave: Monitoria. Nivelamento.

1 INTRODUÇÃO

Na década de 2000, surgiram muitas instituições de ensino superior no Brasil, devido ao grande investimento do governo federal, em prospecto como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de bolsa (PROUNI) e financiamento estudantil (FIES), em vista disso, houve um aumento no número de vagas no ensino superior, “entre 1995 a 2010, ocorrendo um crescimento no número total de matrículas (presenciais e à distância), que passou de 1.759.703, em 1995, para 6.379.299, em 2010” (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015). Com tamanha oferta, aliada à incentivos como FIES, concessão de bolsas PROUNI, EDUCAMAIS, e ainda sistemas de seleção onde a cor da pele é métrica de maior peso que as notas obtidas nas provas, estas últimas, que também sofreram mudanças significativas nos critérios de avaliação, a exemplo das provas de redação nos vestibulares convencionais das décadas anteriores, onde fugir ao tema sugerido ou caligrafia ruim, eram suficientes para uma nota zero, desqualificando o candidato ao curso de graduação. No modelo atual, o ENEM (EXAME NACIONAL DO ENSINO

MÉDIO), a exemplo: nota 560, em uma redação da edição 2012, com a receita de macarrão instantâneo, onde o tema era “Imigração Ilegal” (MARTINI;BARIN,2016), isso inevitavelmente, influenciou na diferença no nível de instrução e conhecimento dos aprovados, como foi percebido por (Lopes,2010) ao afirmar:

“os alunos ao ingressarem em uma universidade vêm com experiências escolares bem distintas, ou seja, uns tiveram uma boa formação e possuem conhecimentos básicos que facilitam sua vida acadêmica. No entanto, outros vêm com dificuldades enormes, pois muitos cursaram supletivos, ou mesmo eliminaram matérias através de provas, assim as dificuldades ao ingressarem na universidade são enormes. Muitos acadêmicos ingressam na universidade depois de muitos anos sem estudar.”

muitas vezes, o conhecimento não está dentro do mínimo necessário para conseguir compreender os assuntos abordados nas disciplinas do início do curso e, mesmo com interesse, porém, sem ajuda, geralmente reprovam, desmotivam e desistem do curso ou até da graduação.

O desafio é conseguir nivelar por cima, o conhecimento dos novos graduandos, apoiando a aprendizagem, assim, preparando o aluno iniciante, ao invés de descartá-lo. Diante disso, a UNICHRISTUS vislumbra no programa de monitoria, uma proveitosa ferramenta que, além de potencializar o aprendizado dos novatos e oferecer aos veteranos uma experiência inicial na docência, também traz ao monitor, um notável avanço no conhecimento resultante dos estudos exigidos, ao exercício da atividade e ainda a oportunidade de acumular parte importante das horas necessárias, para conclusão das disciplinas de atividades complementares, com o tempo dispensado a monitoria. Desta forma, a monitoria se mostra uma excelente opção de suporte ao aprendizado, na graduação.

O objetivo do estudo é analisar o aproveitamento dos alunos que participam das atividades da monitoria, fornecendo um quantitativo dos desempenhos comparados com os demais alunos deste semestre e alunos dos semestres anteriores, que não tiveram tal apoio.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nos últimos anos fomos testemunhas de uma enorme expansão da educação superior em nosso país, a princípio com as universidades federais que abriram anexos em cidades no interior dos estados, logo depois surgiram inúmeras instituições privadas, porém, esse movimento não foi somente nacional, era parte outro de proporção mundial, a primeira vista foi uma benção, o acesso ao ensino superior estava sendo incentivado, e até facilitado. Assistindo a isso, (MANCIBO, VALE, MARTINS, 2015) expôs sua preocupação com qualidade dos agora centenas ou milhares de cursos quando diz: “O traço mais marcante dessa complexa expansão da educação superior brasileira é a “proeminência cada vez maior do mercado educacional, de sua questionável regulação” (Sguissardi, 2008, p. 994)” e ainda segundo (MANCIBO, VALE, MARTINS, 2015), de 1995 à 2010 houve um salto de 262,52% no número total de matrículas, nas graduações, enquanto a população brasileira estimada em 1995 era 162,3 Milhões, em 2010 passou a 196,8 milhões (CENSO-IBGE) apresentando um crescimento de 21,25%.

Em 2010 (LOPES,2010) já percebia que dentre os novos alunos da graduação estavam pessoas que já tinham concluído do 2º grau a anos, e ainda pior os que não o tinham cursado, mas conseguiram o acesso a graduação por terem atingido uma idade e ter conseguido uma nota medíocre no ENEM, estes últimos ainda com menos conhecimento dos que o também não tão preparados que vinham do segundo grau no semestre anterior.

Da mesma forma é quase unanimidade afirmar que parte significativa e, por vezes até mais da metade da turma, chega sem o conhecimento mínimo. A monitoria figura como uma eficiente ferramenta, capaz de sanar ou pelo menos minimizar a diferença entre conhecimento exigido para ser aprovado e o apresentado pelo aluno.

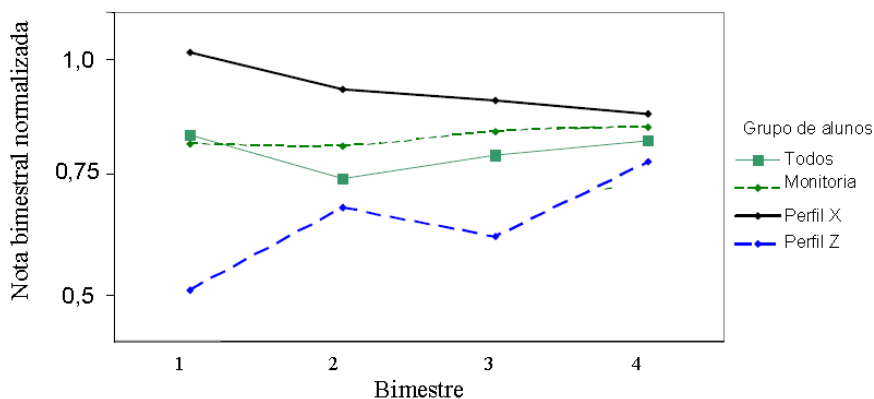
Em 2006, no Centro Universitário do Instituto Mauá de Tecnologia, foi desenvolvido uma pesquisa semelhante à nossa, onde foi avaliada a influência da monitoria nos alunos da engenharia (SANTOS, BOSCAINO,PAVÃO,2006).

Os pesquisadores criaram uma base de dados de pelo menos um ano, que continham os atendimentos detalhando o assunto, tempo dispensado e lógico o nome do aluno atendido, além de analisar esse histórico, elaboraram um questionário que se iniciava em questões fechadas de respostas simples “sim ou não” e, a partir da resposta recebida a sequência seriam perguntas sobre a experiência com a monitoria ou no caso da resposta negativa, as próximas perguntas trariam os motivos do

desinteresse pelos atendimentos, posteriormente cruzaram as informações com os resultados das avaliações do semestre, e assim conseguiram separar os alunos em perfis distintos.

Perfis de alunos que freqüentaram a Monitoria:

- Perfil X: Alunos que procuram raramente o serviço, com tempo de permanência entre 0 e 15 minutos, são aqueles que costumam estudar sozinhos, geralmente possuem boas notas e só aparecem para tirar dúvidas específicas de exercícios.
- Perfil Y: Trata-se da maioria dos alunos, freqüentaram a Monitoria entre 1 e 3 vezes por bimestre e permanecem entre 15 e 120 minutos por atendimento. São alunos dedicados, mas que ainda encontram algumas dificuldades de estudo.
- Perfil Z: Alunos que freqüentaram mais de 4 vezes por bimestre e permanecem acima de 120 minutos por atendimento. São alunos extremamente dedicados, porém possuem um grau de dificuldade muito elevado e, geralmente, se tornam dependentes do serviço de Monitoria. (SANTOS, BOSCAINO, PAVÃO)2006.



Comparativo de evolução de notas entre: total dos alunos, alunos que frequentaram a monitoria, perfil X e perfil Z. (SANTOS, BOSCAINO, PAVÃO,2006).

Com o resultado obtido no final da pesquisa em Mauá, Conclui-se que a monitoria traz uma contribuição maior aos alunos dos perfis Y e Z.

Considerando que a procura pela Monitoria se dá efetivamente pelos alunos que apresentam dificuldade de aprendizado, caracterizados pelos perfis Y e Z, o principal ganho para esse aluno é um aumento na motivação e também na possibilidade de aprovação na disciplina, sem, contudo, esperar-se que esse aluno mude radicalmente seu desempenho escolar. (SANTOS, BOSCAINO, PAVÃO,2006).

Já em 2010, LOPES pesquisou “A Importância da Atividade de Monitor na Universidade”, e em comum com os demais estudos das atividades de monitoria, percebe-se que existe algo que não está bem ajustado nos processos de seleção, pois é de fato notória a quantidade de alunos sem a devida base de conhecimento. Novamente diante de tal problema LOPES relata que, assim que se colocou a

disposição foi procurada por alunos do primeiro semestre, e posteriormente por alunos de semestres mais avançados, porém, limitou-se a relatar suas experiências e impressões durante a atividade que desempenhou.

Por fim, LOPES concluiu que a atividade de monitoria trouxe benefícios tanto para a universidade, pois ao auxiliar o professor, tirando dúvidas remanescentes da aula, realizando obrigações menores relacionadas aos livros de chamada e matérias de aula, desta forma deixando-o com mais tempo para realizar as atividades docente, para os alunos, pois representa um suporte ao ensino extra aula, e ao próprio monitor, por ser exposto a experiências docentes enriquecedoras.

Já em 2016, na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), os efeitos da monitoria no curso de biblioteconomia foi estudado por SILVEIRA e SALES, que não trataram da causa da necessidade. A metodologia da pesquisa foi entrevistar, 3 grupos principais, o primeiro composto por professores que em 2011 foram orientadores dos monitores naquele ano, o segundo grupo composto por alunos que eram os monitores no mesmo ano, e por fim o terceiro grupo, este formado pelos acadêmicos que em 2011, foram atendidos pelos monitores, componentes do segundo grupo de entrevistados.

Os questionários estavam divididos em 8 categorias e algumas não foram submetidas a todos os grupos de entrevistados, pois os pesquisadores não julgavam pertinentes.

CATEGORIAS DE PERGUNTAS E GRUPOS A QUEM FORAM SUBMETIDAS

Quadro 1 - Categorias

Nº	Título	Respondentes
1	Função do monitor	Professores e alunos
2	Resolução nº 223 de 2005 do CONSUNI	Professores e monitores
3	A importância do programa de monitoria para professores e monitores	Professores e monitores
4	A importância do programa de monitoria para os alunos	Professores, monitores e alunos
5	Dificuldade nas disciplinas sem a presença de monitor	Professores, monitores e alunos
6	Disciplinas a serem contempladas pelo programa de monitoria	Monitores e alunos
7	A influência do programa de monitoria no ensino de Biblioteconomia	Professores, monitores e alunos
8	Melhorias para o programa de monitoria	Professores, monitores e alunos

Fonte: (SILVEIRA;SALES,2016)

Concluiu-se que para os professores a atuação do monitor nas salas de aula geralmente numerosas, sanando as dúvidas dos alunos é significativa, além de ajudar

na comunicação do professor com os discentes, levando ao professor um retorno do entendimentos dos alunos nos assuntos abordados em sala, desta forma auxiliando o professor na elaboração de materiais capazes de eliminar dúvidas remanescentes, já para o monitor, além de fortalecer o conhecimento com frequentes abordagens dos assuntos das aulas, e o relacionamento tanto com os alunos quanto com o professor que, através do contato direto com a sua rotina já o familiariza com a docência, também para o discente “pois para o aluno o monitor não deixa de ser um aluno também, que já passou por determinada disciplina e está naquele momento para trocar informações valiosas para o aprendizado na disciplina.” (SILVEIRA, SALES, 2016), para o acadêmico é mais fácil recorrer ao monitor por tratasse de um igual a quem pode expor suas dúvidas sem parecer absurdo.

3 MÉTODOS

Na UNICHRISTUS, cada disciplina foi elaborada de maneira a levar cinco meses para ser concluída, esse intervalo é dividido em três períodos letivos, durando entre quarenta e sessenta dias cada, para as disciplinas de 80 horas são ministradas quatro horas-aula por semana, sendo duas horas-aula seguidas por dia durante dois dias na semana, as de 40 horas por sua vez são ministradas duas horas-aulas seguidas, um dia por semana, a disciplina Matemática Aplicada tem 40 horas, o professor da disciplina sugere exercícios após finalizar cada tópico, seja elegendo questões do livro adotado na disciplina ou material elaborado por ele.

O desempenho do aluno é mensurado através de três avaliações por disciplina ministrada, uma no final de cada período letivo, para ser aprovado o aluno tem que atingir no somatório das notas pelo menos 15 pontos, ou seja, média cinco, e a terceira nota deve ser pelo menos quatro.

Será feito um estudo do desempenho dos alunos que frequentam as atividades propostas, bem como os atendimentos semanais, analisado e comparado com os alunos que não frequentam as atividades da monitoria.

Separamos os alunos da turma em dois grupos que são os que alcançaram o aproveitamento satisfatório e foram aprovados, e os que infelizmente não conseguiram e foram reprovados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo principal do programa de monitoria seria abordar e iniciar os atendimentos bem antes da primeira avaliação para desta forma evitar a resultados negativos, desmotivação e evasão, porém neste período os alunos não demonstraram interesse, aparentemente ainda estavam entusiasmados e confiantes, portanto não houve procura até a véspera da primeira avaliação, quando o primeiro aluno procurou ajuda na resolução de exercícios do livro, no entanto, logo após a segunda avaliação, antes mesmo do seu resultado ser divulgado, a frequência nos atendimentos alcançou o pico de 46,6% dos alunos.

Os atendimentos se davam pelo menos uma vez na semana nas quintas-feiras na mesma sala onde eram realizadas as aulas conteudistas do curso, sempre de 17:00 às 18:20 ou seja, logo antes das aulas principais do curso, estas sempre começavam as 18:30, desta maneira para participar dos atendimento o aluno simplesmente chegaria mais cedo, o horário foi bem aceito, e os alunos iam se alternando de maneira que a sala nunca estava completa, porém foram raros os dias que não tivemos atendimentos, por fim, atendemos 62% dos alunos pelo menos uma vez por mês, conforme gráfico abaixo:



Detalhamos também a relação entre alunos aprovados e reprovados que participaram das atividades da monitoria ou não.



Dos 62% dos alunos que buscaram a monitoria, 87% foram aprovados.



Já dos 38% que não frequentaram, o número de aprovados foi 40%.

Constatamos que uma parte dos alunos que não procuravam o atendimento, não faziam pois são alunos no turno da noite, e no horário comercial trabalham, infelizmente não tem disponibilidade, uma segunda parte dos alunos que não participavam das atividades da monitoria é composta de alunos com excelente conhecimento, ótimas notas e em alguns casos estão na segunda graduação, por último alunos que tem notas baixas apesar de dispor de tempo e oportunidades, não procuram atendimento, estes últimos afirmam estudar sozinhos, como mostra o próximo gráfico:



Depois de conseguir identificar os perfis dos alunos que compõe a turma estudada, chegamos ao percentual total de aprovados que foi de 77%, restando obviamente 23% de reprovados, como poderemos ver no próximo gráfico:



Dos 77% de aprovados podemos identificar a presença de todos os perfis identificados neste trabalho, onde os alunos que se dedicam apenas aos estudos formam 90% dos aprovados e 10% para os que trabalham e estudam, destes 90%, 10% são os ótimos alunos que conseguem excelentes notas sem a necessidade do apoio da monitoria, somados aos 80% que buscaram os atendimento, como é exposto a seguir:



Da mesma forma que temos no grupo de aprovados todos os perfis identificados aqui, como era de se esperar no grupo reprovado que é composto por 23% do total, não temos nenhum representante do perfil ótimas notas, porém apenas este perfil não compõe o grupo em questão, como podemos verificar na próxima figura.



Tivemos alguma dificuldade relacionada a coleta dos dados em razão do estudo ser realizado em apenas um semestre, desta forma o numero de amostra foi bem reduzido, além de não termos outras turmas que nos permitisse observações mais detalhadas.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que a monitoria, atinge um tipo específico de alunos, aqueles que precisam de um certa ajuda para superar pequenos obstáculos pedagógicos, que através do aluno-monitor, esta barreira é mais facilmente vencida, pois o aluno sente-se mais a vontade de lidar com um monitor que está mais próximo da sua realidade, do que um professor “Doutor” que inibe um diálogo mais aberto entre aprendiz e professor. De maneira nenhuma podemos afirmar que os atendimentos prestados pelos monitores são suficientes para o aluno obter um resultado positivo, porém de fato potencializa, no entanto, essencial é a atitude e motivação em superar os obstáculos.

A monitoria deve ser utilizada e incentivada tanto no foco do aluno que carrega o peso de suas deficiências do ensino médio, para sanar estes atrasos e possibilitar o mesmo para aproveitar da melhor maneira possível, todo o conhecimento acadêmico na formação de um legítimo profissional sem deixar de mencionar a importância do monitor, pois a monitoria pode despertar o interesse pela docência.

REFERÊNCIAS

LOPES, C. S.; ESPIG, M. J. A importância da atividade do monitor na universidade: um estudo de caso na teoria da história. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 19.; ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO, 12.; MOSTRA CIENTÍFICA, 2., 2010, Pelotas. Anais... Pelotas: UFPel, 2010. Disponível em: http://www.ufpel.edu.br/cic/2010/cd/pdf/CH/CH_00855.pdf . Acesso em: 19 Abril. 2018.

MARTINI, Luziana Figueiredo Oliveira; BARIN, Nilsa Teresinha Reichert. Avaliação da escrita no ENEM. *Disciplinarum Scientia| Artes, Letras e Comunicação*, v. 15, n. 1, p. 41-54, 2016.

MANCIBO, D.; VALE, A. A.; MARTINS, T. B. Políticas de expansão da educação superior no Brasil, 1995-2010. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, 2015. doi:10.1590/S1413-24782015206003

SANTOS, D. F.; BOSCAINO, E. G.; PAVÃO, A. C. Avaliação da contribuição da monitoria para o desempenho do aluno de engenharia: um estudo de caso na Escola de Engenharia Mauá. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA, 34., 2006, Passo Fundo. **Anais...** Passo Fundo: Ed. UPF, 2006.

Disponível em:

http://www.abenge.org.br/CobengeAnteriores/2006/artigos/1_277_749.pdf. Acesso em:
14 abril. 2018.

SILVEIRA, E.; SALES, F. A importância do Programa de Monitoria no ensino de Biblioteconomia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 7, n. 1, p. 131- 149, mar./ago. 2016.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a direção da UNICHRISTUS pela oportunidade, a coordenação pela paciência e suporte no desenvolvimento das atividades necessárias nesta pesquisa, ao professor, alunos e todos os que de pronto colaboraram para a realização deste trabalho.

ANÁLISE E PREDIÇÃO DE SOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES NO PROCON ATRAVÉS DE ALGORITMOS DE APRENDIZADO DE MÁQUINA

ANALYSIS AND PREDICTION OF SOLUTION OF CLAIMS IN PROCON THROUGH MACHINE LEARNING ALGORITHMS

Thalys Melicio da Costa Silva¹

Daniel Nascimento Teixeira²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo realizar um estudo sobre as reclamações feitas no PROCON, com a finalidade de prever para novas entradas de reclamações no PROCON se elas serão atendidas ou não com base na quantidade de campos analisados e nos algoritmos de aprendizagem de máquina. A utilização de algoritmos de aprendizado de máquina já é uma realizada nas empresas e indústrias, a sua utilização visa melhorar os processos e otimizar suas estratégias, maximizando assim os lucros. Essa realidade já é comum em empresas como a Netflix, Facebook, Nubank, Amazon, Walmart entre outros. Neste trabalho foi utilizado a categoria de aprendizado supervisionado, no qual é passado um conjunto de entradas que são os dados da região, tipo e sexo onde os algoritmos determinarão se a reclamação de acordo com esses campos vai ser atendida ou não. Os resultados apresentados no trabalho e dado devido a comparação de várias técnicas de aprendizagem onde foi determinado uma média de 60% de precisão na predição das reclamações, salientando que foi utilizado apenas 4 atributos do dataset com disposição de 23 atributos para uma análise mais precisa. Dentre todas as técnicas aplicadas, a regressão logarítmica foi a que obteve o melhor resultado em termos de precisão.

Palavras-chave: PROCON; Aprendizado de Máquina; Aprendizado Supervisionado; Inteligencia Artificial; *Data Science*.

¹ Graduando, Sistemas de Informação, Aluno, thalys.melicio02@gmail.com

² Mestre, Sistemas de Informação, Professor, prof.danielnt@gmail.com

ABSTRACT

This work aims to accomplish a study on the complaints made in PROCON, in order to predict for new complaints entries in PROCON whether or not they will be answered based on the number of analyzed fields and machine learning algorithms. The use of machine learning algorithms is already a reality in companies and industries, its use aims to improve processes and optimize their strategies, thus maximizing profits. This reality is already common in companies like Netflix, Facebook, Nubank, Amazon, Walmart among others. In this work we used the supervised learning category, in which a set of inputs are passed that are the data of the region, type and sex where the algorithms will determine if the complaint according to these fields will be answered or not. The results presented in the work and given due to the comparison of several learning techniques where an average of 60% of accuracy in the prediction of the complaints was determined, emphasizing that only 4 attributes of the dataset with 23 attributes were used for a more analysis need. Among all the applied techniques, the logarithmic regression was the one that obtained the best result in terms of precision.

Keywords: PROCON; Machine Learning; Supervised Learning; Artificial intelligence; Data Science.

1 INTRODUÇÃO

Existe uma fundação que está presente em todos os estados do Brasil que trata de conflitos entre consumidores e empresas que vende um produto ou presta um serviço. Esta fundação é o PROCON (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor) que tenta solucionar o conflito através de um acordo entre as partes envolvidas. Caso um acordo prévio não seja possível, o conflito será encaminhado para um Juizado Especial Cível.

Sempre que um consumidor se sentir lesado por um serviço prestado, ele deve recorrer ao PROCON e através dele se dará a defesa do consumidor. Infelizmente nem sempre é possível conseguir um acordo e o processo acaba indo à justiça.

Graças a era da informação os consumidores podem abrir reclamações e estas reclamações entram no Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec). Atualmente este sistema integra 26 Procons estaduais e 351 Procons municipais espalhados por todo o Brasil. Ao todo o sistema opera em 675 unidades espalhadas por 448 cidades brasileiras, onde atendem em uma média mensal 261 mil consumidores. [Fonte: <http://dados.gov.br/dataset/cadastro-nacional-de-reclamacoes-fundamentadas-procons-sindec1>].

Os dados de todas as reclamações realizadas entre 2012 e 2016 estão em um conjunto de dados do governo federal no Portal Brasileiro de Dados Abertos (<http://dados.gov.br/>). Esses dados somam quase 100 Mega de texto em formato de tabela, onde cada linha desta tabela descreve uma reclamação feita por um consumidor.

Um subcampo da Ciência da Computação é o aprendizado de máquina. Esta área faz um estudo e construção de algoritmos que podem aprender a partir de seus erros e fazer previsões sobre dados. O aprendizado de máquinas está diretamente ligado ao estudo de reconhecimento de padrões e inteligência artificial.

Trabalhar com aprendizado de máquinas só é possível se existirem dados suficientes para que os algoritmos sejam capazes de gerar um classificador de entradas, de tal forma que, para novos valores entrados o algoritmo consiga classificar esta entrada com base nas informações antigas.

Diversas empresas utilizam de aprendizado de máquinas para maximizarem a experiência dos usuários com os seus serviços ofertados, e assim maximizarem os seus lucros com propagandas e serviços personalizados, exemplo

disso são a Netflix, o Facebook, os bancos digitais como a Digio e o Nubank, a Amazon, o Walmart entre outros.

Usando os conceitos de aprendizado de máquina e o conjunto de dados das reclamações feitas no PROCON, podemos descobrir diversas informações sobre as empresas, estados e municípios onde as reclamações foram feitas. Além de ser possível criar um classificador para novas reclamações, sendo possível prever se uma certa reclamação nova será ou não resolvida pelo PROCON.

O objetivo deste trabalho é fazer um estudo sobre as reclamações feitas no PROCON, descobrindo assim informações sobre estados com mais reclamações realizadas, empresas com maior número de reclamações não resolvidas, entre outras informações. Além disso se espera prever para novas entradas de reclamações no PROCON se elas serão resolvidas ou não com base nos algoritmos de aprendizado de máquina.

2.0 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

2.1 PROCON

O Procon é um serviço público, mantido pelo governo do estado, que tem como finalidade proteger, amparar e defender o consumidor de práticas comerciais enganosas ou que lhe tragam danos ou prejuízos.

Todos os problemas relacionados à compra de produtos e prestações de serviços podem ser encaminhados ao Procon. Alguns destes problemas são:

- **ALIMENTAÇÃO:** qualidade e quantidade, higiene dos estabelecimentos, prazo de validade vencido etc;
- **ASSUNTOS FINANCEIROS:** cobranças indevidas, multas mal calculadas, envio de cartão sem solicitação, nome do consumidor enviado indevidamente ao SPC, falhas em transações eletrônicas, etc.
- **HABITAÇÃO:** problemas na prestação de serviços essenciais (água, esgoto, energia elétrica, gás, telefone), como cobranças indevidas (ligações telefônicas não reconhecidas, elevação injustificada de consumo, serviço não solicitado), interrupção do serviço sem justificativa; aumento abusivo de prestação, problemas com aluguel, condomínio, etc.

- **PRODUTOS:** defeito ou mau funcionamento não causado por uso indevido do produto, não cumprimento do prazo de entrega prometido ou a entrega de um produto que não corresponde ao que foi comprado, produto não corresponde ao que foi anunciado ou não cumpre o que foi dito em sua propaganda etc.
- **SAÚDE:** problemas relacionados a hospitais, clínicas, laboratórios, medicamentos, planos de saúde, além de serviços veterinários.
- **SERVIÇOS:** problemas relacionados à prestação de serviços contratados com empresas telefônicas, escolas particulares, planos de saúde, consórcios, cartões de crédito, assistência técnica e serviços autônomos em geral etc.[02]

2.2 Como utilizar os serviços do PROCON:

Algumas informações podem ser fornecidas pelo telefone, mas para encaminhar reclamações e denúncias é preciso comparecer ao Procon. Para isso, é fundamental que o consumidor junte cópias de toda documentação que puder (nota fiscal, recibos, contratos, certificado de garantia, cartões de cobrança, carnês e comprovantes de pagamento em geral), para que fique bastante caracterizado o prejuízo causado, facilitando assim a solução ou encaminhamento do problema.[02]

2.3 Prazos para reclamação

O Código de Defesa do Consumidor determina prazos para que o consumidor apresente reclamações sobre o não funcionamento ou a qualidade dos produtos comprados ou serviços recebidos. Estes prazos são contados a partir da data que o produto ou serviço foi recebido ou prestado. Se o defeito não é do tipo que pode ser imediatamente notado, os prazos começam a ser contados a partir da data em que o problema apareceu. Os prazos são:

- 30 dias: para produtos ou serviços não duráveis, por exemplo: alimentos, serviços de lavagem de roupas numa lavanderia, etc;
- 90 dias: para produtos ou serviços duráveis, por exemplo: eletrodomésticos, reforma de uma casa, pintura do carro, etc... [02]

2.4 FORMAS DE APRENDIZAGEM

Para uma aprendizagem efetiva não basta apenas treinar mas treinar da maneira mais correta possível e com foco no objetivo principal. No Aprendizado de Máquina não é muito diferente.

2.4.1 Tipos de Aprendizagem

Existem três tipos de feedback que determinam os três principais tipos de aprendizagem:

- **Aprendizagem não supervisionada:**

O agente aprende padrões na entrada, embora não seja fornecido nenhum feedback explícito. A tarefa mais comum de aprendizagem não supervisionada é o agrupamento: a detecção de grupos de exemplos de entrada potencialmente úteis. Por exemplo, um agente de táxi pode desenvolver gradualmente um conceito de “dia de tráfego bom” e “dia de tráfego ruim” sem nunca ter sido rotulados exemplos de cada um deles por um professor.

- **Aprendizagem por reforço:**

O agente aprende a partir de uma série de reforços — recompensas ou punições. Por exemplo, a falta de gorjeta ao final de uma corrida dá ao agente do táxi a indicação de que algo saiu errado. Os dois pontos de vitória no final de um jogo de xadrez informam ao agente que fez a coisa certa. Cabe ao agente decidir qual das ações anteriores ao reforço foram as maiores responsáveis por isso.

- **Aprendizagem supervisionada:**

O agente observa alguns exemplos de pares de entrada e saída, e aprende uma função que faz o mapeamento da entrada para a saída. No componente 1 dos parágrafos anteriores, as entradas são percepções e a saída é fornecida por um instrutor que diz “Freie!” ou “Vire à esquerda”. No componente 2, as entradas são imagens da câmera, e as saídas vêm de um instrutor que diz “isso é ônibus”. Em 3, a teoria da frenagem é uma função de estados e ações de frenagem até à distância de parada. Nesse caso, o valor da saída está disponível diretamente da percepção do agente (após o fato); o ambiente é o instrutor.[04]

2.4.2 Missões de um algoritmo que aprende

Um algoritmo que aprende necessita executar alguma tarefa. Existem alguns tipos de tarefas que são mais presentes nesse tipo de algoritmo:

Classificação: o algoritmo possui o objetivo de classificar dados. Portanto, consegue classificar um tipo de dado com base em rótulos. Por exemplo, imagine que seu algoritmo conhece os modelos “animais, plantas e montanhas”. Caso você apresente um gato para o algoritmo, ele saberá classificá-lo como um animal com base no seu treinamento prévio..

Regressão: o algoritmo possui a tarefa de prever valores e comportamentos a partir da análise de dados. Por exemplo, digamos que você vai investir seu dinheiro em um imóvel. Não seria interessante saber qual casa valorizará mais no futuro, ou qual o bairro da cidade que terá o maior crescimento urbano? Desenvolver um algoritmo de regressão pode ser a maneira de obter as respostas para essas perguntas.

Agrupamento: o algoritmo possui a tarefa de separar os dados em grupos, segmentando por características similares. não seria interessante a Netflix saber o que seus principais assinantes possuem em comum? Por exemplo, um algoritmo de agrupamento poderia dividir todos os usuários em grupos conforme as preferências. Uma possível situação seria agrupar conforme o tempo em que determinados usuários ficam assistindo um gênero de filme.(Claro que é apenas um exemplo nós sabemos que a Netflix faz muito mais que apenas um agrupamento).[05]

2.4.3 Aplicações e problemas

Algoritmos de aprendizado foram implantados com sucesso em uma variedade de aplicações.

- **Classificação de texto ou documento:**

Exemplos: detecção de spam, previsão de reclamações de um determinado órgão entre outros;

- **Processamento de linguagem natural:**

Exemplos: análise morfológica, marcação de parte da fala, análise estatística, reconhecimento de entidade nomeada; Reconhecimento de fala, síntese de fala, verificação de falante; Reconhecimento óptico de caracteres (OCR);

- **Aplicações de biologia computacional:**

Exemplos: função proteica ou predição estruturada

- **Aplicações na visão computacional:**

Exemplos: reconhecimento de imagem, detecção de faces; Detecção de fraudes (cartão de crédito, telefone) e intrusão de rede; Jogos, por exemplo, xadrez, gamão;

- **Aplicações gerais:**

Exemplos:(robôs, navegação), Diagnóstico médico; Sistemas de recomendação, motores de busca, sistemas de extração de informação.[06]

2 REVISÃO DE LITERATURA

O Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas é formado pelo PROCON (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor) junto ao SINDEC (Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor), no período de 12 meses onde pode ser utilizado várias vertentes da inteligência artificial, como proposto no trabalho de JÉSSICA MANAIA CASSIMIRO DA SILVA, EDSON PEREIRA DO NASCIMENTO, EDUARDO FRANCIS DOS SANTOS, FELIPE BRANDÃO FRISCHEISEN [1] pode ser feito a utilização de mineração de dados (data mining) para a qual aplica-se técnicas e paradigmas baseados em Inteligência Artificial para a identificação de conhecimento válido em grandes volumes de dados.

Segundo (Gean Marques Loureiro, 2003), muitas pesquisas científicas nesta área foram realizadas, mas o enfoque é sempre voltado à interpretação da

norma jurídica, deixando de lado a gestão do órgão, em especial o atendimento aos consumidores realizado pelos Procons. Nada mais justo, que o órgão que tem a responsabilidade de defender os direitos do consumidor, tenha qualidade no atendimento, pois esta qualidade também é um direito do consumidor. Dessa forma podemos utilizar a pesquisa de modo a beneficiar também os consumidores.

Segundo Maria Luísa Castro Pacine “podemos fazer Aplicação de técnicas e tarefas de mineração de textos para extrair conhecimento útil” e possibilitar uma nova forma de organização, a partir de uma base de documentos reais de modo a melhorar significadamente a precisão do algoritmo utilizado.

O uso de uma metodologia para aplicar os processos da Mineração de Textos é apresentado em (YANG, et. al., 2009; NUNES, et. al., 2008; NOGUEIRA, et. al., 2008) Esses trabalhos demonstram a importância de cada uma das etapas, desde o pré-processamento até a utilização do conhecimento.

Segundo (Cinara de Jesus Santos, 2017) o tratamento prévio dos dados se faz necessário antes de sua utilização no estudo pretendido, qualquer que seja, para que se possa averiguar a natureza dos dados, sua distribuição e possíveis anomalias. Ainda que os dados recebidos já tenham sido utilizados em outra pesquisa, isso não garante que estejam prontos para uso imediato. De acordo com o foco do estudo faz-se necessário prepará-los o que, por vezes implica uma limpeza, agrupamento informações e/ou transformações de parte das informações e, talvez, selecionar parte de seus descritores principalmente quando estes se mostram bastante extensos.

O pré-processamento apresentado por CAMILO, C.O. ; SILVA, J., Mineração de Dados: Conceitos, Tarefas, Métodos podem ser realizados nas seguintes etapas:

- Limpeza
- Integração dos dados
- Transformação dos dados

- Redução dos dados

Dessa maneira os autores concluíram a grande importância da organização e classificação dos dados para conseguir um melhor resultado e precisão na tomada de decisão a partir dos resultados encontrados, que no caso deste artigo é a identificação se uma demanda de reclamação será atendida ou não pelo PROCON.

4.0 TÉCNICA PROPOSTA

A Metodologia utilizada no trabalho será baseada na classificação supervisionada onde teremos um conjunto de dados já definidos para implementar o algoritmo de aprendizado de máquina a fim de obter a melhor porcentagem possível para classificação de uma nova reclamação, será feito um treinamento do algoritmo selecionado com uma determinada quantidade dos dados categóricos para realizar a pesquisa.

Será utilizado a linguagem Python 3.0 importando algumas das bibliotecas importantes para realizar o aprendizado de máquina entre elas: sklearn, numpy, pandas entre outras.

4.1 Descrição do *Dataset*

Existem 23 colunas no *Dataset* descritos na referência [1], onde está sendo processado neste trabalho basicamente 4 colunas, sendo uma delas o resultado de saída.

O primeiro campo é Região, este atributo é do tipo caractere e descreve a região do Brasil onde o atendimento do Procon foi realizado. Este campo pode assumir até cinco valores, que correspondem a Nordeste, Norte, Centro-Oeste, Sul e Sudeste.

O segundo campo é Tipo, este atributo é do tipo numérico onde é utilizado para identificação do reclamante para pessoa jurídica ou pessoa física, trata-se de (1) para jurídico(CNPJ) ou (0) para pessoa física(CPF). Este campo pode assumir apenas os valores descritos acima.

O Terceiro campo é Sexo, este atributo é do tipo caractere e é utilizado para identificar o gênero do cliente reclamante. Este campo pode assumir os valores 'M' para Masculino e 'F' para feminino.

O quarto campo é Atendida, este atributo é do tipo caractere e descreve se uma reclamação foi ou não atendida podendo assumir os valores de 'S' para atendida e 'N' para não atendida.

3 MÉTODOS

Neste trabalho foi utilizado a categoria de aprendizado supervisionado, no qual é passado um conjunto de entradas que são os dados da região, tipo e sexo onde os algoritmos determinarão se a reclamação de acordo com esses campos vai ser atendida ou não.

Foram utilizadas algumas técnicas apresentadas anteriormente na seção de técnicas propostas. Os algoritmos utilizados são: Log reg, Naive Bayes, Random Forest, KNN(k-nearest neighbors), Linear svc, AdaBoost, Gradient boosting, CART e Multinomial Naive Bayes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizado a linguagem de programação Python 3.0, com auxílio da ferramenta da JetBrains: PyCharm Community Edition. a biblioteca do Skylearn (SCIKIT-LEARN, 2018) (biblioteca que contém as implementações dos algoritmos), usado Pip que é um sistema de gerenciamento de pacotes, biblioteca do Pandas para leitura e gravação de planilha, e a biblioteca time utilizada para cronometrar o tempo de execução de cada

algoritmo, e o sistema operacional Windows 10 versão pro 64 bits. O computador utilizado tinha a seguinte configuração de hardware, um processador *AMD FX(tm)-6300 Six-Core Processor 3.50GHz* com memória(RAM) de 4 Giga, e hd de 500 Giga.

Os dados apresentados na **Tabela 01** logo abaixo mostrar os resultados obtidos com a análise de cada algoritmo citado no tópico anterior onde é determinado a precisão de acerto do algoritmo e o tempo em que o algoritmo utiliza para ser executado.

Nome	Precisão	Tempo
Logistic Regression	60.68%	0.959 s
Linear svc	60.68%	4.061 s
Ada boost	60.68%	14.128 s
Gradient boosting	60.68%	19.928 s
CART	60.67%	0.216 s
Random forest	60.67%	10.529 s
Multinomial Naive Bayes	60.63%	0.169 s
Naive bayes	59.96%	0.246 s
KNN	59.37%	383.388 s

Tabela 01: Resultados de precisão e tempo.

5 CONCLUSÃO

Dentre todas as técnicas aplicadas, a regressão logística foi a que obteve o melhor resultado em termos de precisão. Porém, se for analisar os outros casos, é

possível perceber que a diferença de precisão fica próximo de 1% em todos os casos. Outro ponto que vale salientar é que uma precisão de 60% é baixa, porém essa taxa de acerto foi obtida através de apenas 4 atributos do *dataset*, sendo um destes atributos (Atendida) o estado do atendimento, se foi ou não atendido as reclamações do cliente.

Como trabalho futuro, teremos que analisar os outros campos do dataset e tratá-los para serem úteis aos algoritmos de aprendizado de máquina. Foram utilizados apenas 5 atributos de um total de 23, tendo uma grande margem para testes e estudos.

Podemos utilizar também esses resultados para aplicar novos trabalhos que apresentem medidas preventivas e corretivas em determinadas regiões de modo a melhorar não só o atendimento como também os processos burocráticos.

6 AGRADECIMENTOS

Agradeço, ao meu orientador, Prof. Daniel Teixeira, pela confiança, orientação objetiva, parceria e incentivo na realização deste trabalho. Obrigado pelos seus ensinamentos!

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] - Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor. Atendimentos de Consumidores nos Procons (Sindec). Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/atendimentos-de-consumidores-nos-procons-sindec1>>. Acesso em: 1 maio 2018.

[2] - FUNDAÇÃO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR. Problemas que podem ser encaminhados ao PROCON. Disponível em: <http://www.guiadedireitos.org/index.php?option=com_content&view=article&id=490&Itemid=184>. Acesso em: 1 maio 2018.

[3] - Salomão, João Felipe. *A prática da “defesa do consumidor”: intervenção do Procon em conflitos no mercado de consumo*. Diss. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2011.

[4] - Russell, Stuart J. (Stuart Jonathan), 1962 *Inteligência artificial* / Stuart Russell, Peter Norvig; tradução Regina Célia Simille. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

[05] - MARQUES, Keise de Leone. O que é Machine Learning (ML)? Exemplos & Aplicações! Disponível em: <<https://becode.com.br/o-que-e-machine-learning/>>. Acesso em: 1 maio 2018.

[06] - Mohri, M., Rostamizadeh, A., Talwalkar, A. (2012) *Foundations of machine learning*. MIT Press, Cambridge, MA.

[07] - VIANNA, Luiz Werneck et al. *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 1999

[08] - KLEIN, Robinson Oscar. *Inteligência artificial chega à gestão das empresas*. 2017. Disponível em: <<http://cio.com.br/opiniao/2017/05/19/inteligencia-artificial-chega-a-gestao-das-empresas/>>. Acesso em: 1 maio 2018.

[09] - TAURION, Cezar. *A Inteligência Artificial já está batendo à porta*. 2016. Disponível em: <<http://cio.com.br/opiniao/2016/09/19/a-inteligencia-artificial-ja-esta-batendo-a-porta/>>. Acesso em: 1 maio 2018.

[10] - PROCON: Como funciona? 2016. Disponível em: <<https://direitosbrasil.com/procon-como-funciona/>>. Acesso em: 1 maio 2018.

LOGIC GAMING: A PRODUÇÃO DE UM JOGO EDUCATIVO VISANDO AUXILIAR NO APRENDIZADO DE LÓGICA MATEMÁTICA PARA ALUNOS RECÉM-INGRESSOS NA GRADUAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Rhuana Santos Pires Araujo ¹

Francisco Edvan Chaves ²

RESUMO

Os cursos de computação apresentam um alto índice de reprovação nas disciplinas do ciclo básico, principalmente em cálculo e algoritmos de programação. Em várias ocasiões os repetidos insucessos em desenvolver os conhecimentos corretamente levam ao desestímulo de tais alunos, levando-os a desistir do curso. Existem vários estudos verificando as causas da evasão nos cursos da área de ciências exatas, independente da instituição ser pública ou privada, principalmente porque existe uma grande necessidade de profissionais na área de computação no Brasil. De acordo com a literatura, a falta de compreensão do raciocínio lógico pode ser considerada a principal razão pelo alto índice de reprovação nas disciplinas de Algoritmos e Programação e, em alguns casos, pela desistência de um curso. O uso de metodologias alternativas pode ser utilizado no desenvolvimento do conhecimento teórico nas mais diversas áreas. A partir disso, objetivou-se construir um jogo a partir de conceitos básicos sobre a lógica matemática com a finalidade de estimular o ensino para alunos dos primeiros semestres do curso de sistemas de informação, sendo intitulado de Logic Gaming. Para tanto, foram selecionados conceitos básicos da lógica matemática, como a utilização de linguagem natural na produção de sentenças lógicas, os operadores lógicos utilizados e sua interpretação. Para o desenvolvimento da estrutura do jogo, realizou-se uma pesquisa em livros de Lógica Matemática e Algoritmos e Programação disponibilizados na biblioteca do Centro Universitário Christus (Unichristus), bem como o acesso a periódicos disponibilizados no Pubmed, Scopus, Science Direct, portal CAPES (<http://www.periodicoscapes.gov.br>), Google Acadêmico e outros recursos da

¹ Discente do curso de Sistemas de Informação no Centro Universitário Christus - Unichristus, rhuanapires@gmail.com

² Mestre em Ciência da Computação (UECE) e docente do curso de Sistemas de Informação do Centro Universitário Christus - Unichristus, edvanchaves@gmail.com

internet. A construção do jogo foi realizada com recursos gráficos produzidos em um computador, sendo impressas em folha couché 80, de tamanho a4. As cartas foram separadas com auxílio de tesoura e cola. Todo o material produzido foi armazenado em uma caixa quadrada personalizada que foi confeccionada com os mesmos materiais das cartas. Após a finalização do jogo, realizou-se partidas teste com um único jogador e com grupos de até 6 pessoas dos cursos de Sistemas de Informação e Ciência da Computação do Centro Universitário Christus (Unichristus) e do Instituto Federal do Ceará (IFCE) para verificação da aceitabilidade e jogabilidade individual e em grupo, o nível de compreensão das expressões por parte dos estudantes, a interação entre os jogadores e o interesse em utilizar a ferramenta alternativa como método de aprendizado. Foi constatado que em ambos os modos de jogo todos os jogadores conseguiram participar de maneira satisfatória, obtendo pelo menos um ponto na partida com mais de um estudante. Além disso, observou-se que outros grupos foram formados, visto que houve uma motivação na participação. O recurso didático Logic Gaming tem a finalidade levar o conhecimento da lógica matemática de uma forma simples ao graduando da área de computação, visando promover a busca por mais conhecimento e integração entre aluno-aluno, aluno-monitor e aluno-professor. A partir disso, concluiu-se que o Logic Gaming é uma ferramenta adequada para estimular o aprendizado, além de ser um método de fácil reprodução e de baixo custo financeiro.

Palavras-chave: Lógica Matemática. Metodologias de Ensino na Computação. Evasão. Tecnologia Educacional. Disciplinas de Programação.

ABSTRACT

Computer Science courses feature a high level of disapproval in the disciplines of the basic cycle, especially in calculus and programming algorithms. On several occasions the repeated failures to properly develop the knowledge lead to discouragement of such students, causing them to drop the course. There are several studies verifying the causes of evasion in the area of exact sciences, regardless of the institution be public or private, especially because there is a great need for computing professionals in Brazil. According to the literature, the lack of understanding of logical reasoning can be considered the main reason for the high

rate of disapproval in the disciplines of algorithms and programming. In some cases this can cause the withdrawal of the student. Knowing this, the use of alternative methodologies can be used in the development of the theoretical knowledge, reducing the repetition rates. The objective of this work was to build a game from basic concepts about the mathematical logic in order to stimulate the study of discipline for undergraduates on the first semesters of the course of information systems, being titled Logic Gaming. Were selected basic concepts of mathematical logic, such as the use of natural language in the production of logical sentences and the logical operators. For the development of the structure of the game, a search was held on books of mathematical logic and algorithms and programming available in the library of the Centro Universitário Christus (Unichristus), as well as access to journals in Pubmed, Scopus, Science Direct, CAPES portal (<http://www.periodicoscapes.gov.br>), Google Scholar and other internet resources. The construction of the game was done with graphics produced on a computer, being printed on a4 sheets. The cards were separated with the help of scissors and glue. All the material produced was stored in a custom square box. It was made with the same materials of the cards. After the completion of the game, were made test matches with a single player and with groups of up to 6 people of Information Systems and Computer Science of the Centro Universitário Christus (Unichristus) and Instituto Federal do Ceará (IFCE) to verify the individual and group gameplay, the level of understanding of the expressions and the interest in using the backup tool as a method of learning. After the matches, It was found that in both modes all the players were able to participate satisfactorily, getting at least one point in the match with more than one student. In addition, it was observed that other groups were formed, since there was a motivation of the participation by the students that were watching. Logic Gaming aims to bring the knowledge of mathematical logic in a simple way to the students of computer sciences in order to promote the search for knowledge and a better integration between students, monitors and teachers. It was concluded that the Logic Gaming is a suitable tool to stimulate learning in addition of being a method of easy reproduction and low cost.

Keywords: Mathematical Logic. Computing Teaching Methodologies. Evasion. Educational Technology. Programming Disciplines.

1 INTRODUÇÃO

A alta evasão nos cursos das áreas de ciências exatas e tecnologia é notória, sendo observada em todo o mundo, independente da instituição. Esse fato ocorre principalmente nos semestres iniciais, juntamente com o alto nível de reprovação em disciplinas do denominado ciclo básico.

Os cursos de computação estão ligados intrinsecamente com o raciocínio matemático e lógico, que auxiliam no melhor desempenho dos graduandos em disciplinas posteriores, assim como, por exemplo, no desenvolvimento de sistemas e na produção de códigos de programação nas mais diversas linguagens. Para isso, é necessário que conhecimentos voltados a tais áreas, como disciplinas de matemática básica e lógica matemática, sejam bem desenvolvidos e assimilados pelos estudantes de graduação, com o intuito de criar uma boa base teórica, desenvolvendo o raciocínio lógico, e melhorando o desempenho acadêmico e profissional dos mesmos, auxiliando assim a reduzir os índices de evasão e reprovação nesses cursos.

Outrora, desenvolver o conhecimento lógico em estudantes recém-ingressos no ensino superior é desafiador, devido a uma série de dificuldades. A partir disso, o uso de técnicas alternativas vem sendo utilizado como opção para estimular o aprendizado, juntamente aos métodos tradicionais de ensino.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Sabe-se que a evasão nas disciplinas iniciais dos cursos de Computação é elevada, assim como nos cursos da área de ciências exatas. A evasão é, certamente, um dos problemas que afligem as instituições de ensino em geral. De acordo com Silva Filho (2008), a busca de suas causas tem sido objeto de muitos estudos e pesquisas educacionais. O mesmo é reportado por Giraffa (2013), como apresentado a seguir:

O cenário causado pela evasão dos alunos nestes cursos de graduação é objeto de estudo da SBC (Sociedade Brasileira de Computação) e das associações de profissionais da área de TI (Tecnologias da Informação), tais como SOFTEX (www.softex.br) e ASSESPRO (assespro.org.br).

Há uma elevada preocupação em relação ao número de profissionais capacitados na área, pois além da alta evasão nos cursos ocorre uma baixa procura pelos cursos da área de Ciências Exatas, causando um impacto no mercado de trabalho. Em questão aos índices de evasão dentro de instituições de ensino, independentemente de serem federais, estaduais ou particulares, verifica-se que a desistência ocorre principalmente no primeiro ano de curso, como descrito por Giraffa (2013):

Diversos estudos realizados por pesquisadores na área de Computação e Educação mostram que os alunos desistem dos cursos logo no primeiro ano do ensino superior. As disciplinas causadoras desta desistência são aquelas associadas ao ensino de Cálculo e de Programação (incluindo-se a disciplina de Algoritmos).

De acordo com Pereira Júnior (2004), uma das metas dos cursos de Informática está definida em torno da capacidade do aluno apresentar soluções para diversas classes de problemas. Devido a isso, disciplinas voltadas ao raciocínio lógico e matemático são encontradas nos primeiros semestres dos cursos da área de computação, auxiliando no processo de produção de algoritmos utilizando linguagens de programação. Contudo, a maioria dos alunos apresenta dificuldade em assimilar as abstrações envolvidas no processo de produção de algoritmos, como mostrado a seguir.

A disciplina de algoritmos tem um dos maiores índices de reprovação em todas as instituições de ensino brasileiras, o que torna ponto de reflexão por parte dos professores preocupados com a melhoria da qualidade no processo, ratificando a necessidade de alterações didáticas e metodológicas de apresentação. (Pereira Júnior, 2014)

De acordo com dos Santos (2006), a falta de compreensão do raciocínio lógico pode ser a principal razão pelo alto índice de reprovação nas disciplinas de Algoritmos e Programação e, em alguns casos, pela desistência de um curso. A ausência do conhecimento matemático e lógico básico implica em dificuldade nas disciplinas posteriores do curso, resultando em evasão, trancamento de disciplinas e altos índices de reprovação. Existem vários fatores referentes às características Individuais que podem interferir nos índices de evasão nos cursos de graduação. De acordo com Scali (2009):

São fatores relacionados à escolha precoce da profissão; insatisfação ou desmotivação dos alunos com cursos escolhidos em segunda ou terceira opção; falta de informação a respeito da natureza dos cursos; descoberta de novos interesses que levam à realização de novo vestibular; dificuldades pessoais de adaptação à vida universitária; formação escolar anterior; dificuldades financeiras do estudante; incompatibilidade entre a vida acadêmica e as exigências do mundo do trabalho; baixo desempenho e dificuldades de aprendizagem, traduzidas em reprovações constantes ou em baixa frequência às aulas; habilidade de estudo; personalidade do estudante, entre outros.

Uma das alternativas para reduzir os índices de reprovação de tais cursos de graduação é desenvolver o raciocínio lógico dos estudantes com a utilização de técnicas alternativas de ensino, podendo aumentar o interesse dos alunos nas disciplinas e o desenvolvimento do raciocínio lógico dos estudantes.

Existem casos relatados na literatura da utilização de técnicas alternativas auxiliando o ensino matemático e lógico. Souza (2015) relatou a utilização de um jogo da velha e de tabelas mágicas para auxiliar o ensino de programação, tendo resultados significativos no quesito aprendizagem e refletindo no aumento no índice de aprovação da disciplina de Algoritmos. Além disso, foi observado uma redução no índice de alunos que nunca haviam comparecido as aulas.

A criação de um jogo educativo envolvendo conteúdos voltados a lógica matemática pode auxiliar no desenvolvimento do raciocínio lógico dos estudantes de graduação. O aumento da base teórica lógica auxilia na compreensão de disciplinas dos semestres posteriores. As técnicas de lógica matemática são utilizadas amplamente na lógica de programação de computadores, auxiliando, por exemplo, no desenvolvimento de linguagens de programação e na produção de aplicativos. Sendo assim, o aumento do aporte teórico lógico poderá auxiliar no desempenho dos estudantes dentro do curso de graduação, assim como no mercado de trabalho.

3 MÉTODOS

Para o desenvolvimento do jogo, realizou-se uma pesquisa em livros de Lógica de programação, matemática e Algoritmos e Programação disponibilizados na biblioteca do Centro Universitário Christus (Unichristus), bem como o acesso a periódicos disponibilizados no Pubmed, Scopus, Science Direct, portal CAPES (<http://www.periodicoscapes.gov.br>), Google Acadêmico e outros recursos da internet, com o intuito de procurar técnicas para a sua produção de forma simples e

efetiva. As mesmas ferramentas foram utilizadas para selecionar o conteúdo teórico a ser trabalhado de forma alternativa, interativa e divertida.

O trabalho foi desenvolvido a partir da construção de um jogo de cartas, denominado Logic Gaming (jogando lógica), com a estrutura assemelhando-se a um jogo de baralho. O modelo gráfico da caixa e das cartas foi desenvolvido com a utilização dos programas Adobe Photoshop CC 2018 e Adobe Illustrator CC 2018. A caixa apresentou as medidas 20cm x 20cm (altura x largura), as cartas na proporção 8,79cm x 6,4cm e as fichas de pontuação medindo 2cm x 2cm. Dentre as cartas, foram confeccionadas 60 unidades contendo proposições lógicas apresentadas em linguagem natural, 15 modelos em branco, 60 fichas de pontuação, distribuídas em 6 cores distintas, 18 unidades contendo verdadeiro e falso e 6 unidades de cada um dos operadores lógicos citados a seguir: e, ou, ou...ou, se então e se somente se.

As cartas em branco foram desenvolvidas com o intuito dos estudantes desenvolverem suas próprias proposições lógicas, incrementando o jogo e desenvolvendo a parte teórica da estruturação de proposições em linguagem natural. Esse processo pode auxiliar na melhor compreensão da formação de tais estruturas.

O Logic Gaming foi desenvolvido para ser jogado com o mínimo de um e o máximo de 6 jogadores. Cada competidor deverá possuir 3 cartas de verdadeiro ou falso e 5 cartas contendo cada um dos operadores lógicos presentes no jogo. A partida será iniciada pelo jogador mais novo. A jogabilidade consiste em um jogador retirar uma carta do bolo de proposições e exibir a todos os participantes, lendo-a cuidadosamente. Ao final da leitura, cada um dos participantes deverá montar a sua expressão lógica com as cartas entregues, ou seja, o valor lógico de cada uma das proposições apresentadas na carta, os operadores lógicos necessários na sua construção e o resultado da proposição lida, com as cartas viradas para baixo. O processo de montagem das respostas deverá ocorrer no tempo máximo de um minuto e meio. Quando todos os jogadores tiverem terminado sua jogada, as cartas deverão ser viradas simultaneamente. A resposta correta poderá ser verificada no livro de respostas presente no jogo. Ao final de cada rodada, será entregue uma ficha de pontuação aos jogadores que tiverem acertado. O vencedor será aquele que atingir a pontuação de 10 pontos primeiro ou o que possuir a maior pontuação com o final da pilha de cartas de proposição. Caso mais de um jogador tenha obtido os 10 pontos, deverão ser realizadas rodadas bônus até ocorrer o desempate.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a produção do jogo utilizou-se as imagens desenvolvidas em um computador utilizando Adobe Photoshop CC 2018 e os recursos vetoriais foram construídos com o Adobe Illustrator CC 2018, ambos em suas versões de avaliação. Por mais que os aplicativos citados necessitem de um conhecimento prévio para a sua utilização, outros tipos de aplicativos pagos ou gratuitos podem ser utilizados no desenvolvimento gráfico, o que torna a sua produção facilmente replicável.

Após a finalização da escolha das proposições e artes, realizou-se a impressão do material produzido em uma gráfica com utilização de folha couché 80. As peças foram então recortadas com o auxílio de uma tesoura. Para finalização, foi confeccionada uma caixa personalizada para o armazenamento das peças. O custo para a produção do jogo foi, basicamente, o valor das impressões somado ao gasto com tesoura e cola. Sendo assim, pode se considerar que o recurso de aprendizagem apresenta um baixo custo para a sua construção, além de poder ser facilmente replicado.

Durante o desenvolvimento do jogo, procurou-se por voluntários interessados em participar de uma partida teste composta em duas categorias, a saber: individual e partida com até 6 participantes. Os estudantes interessados faziam parte do curso de Sistemas de Informação da Unichristus e Ciência de Computação do Instituto Federal de Tecnologia do Ceará – IFCE, compreendendo alunos de semestres iniciais, intermediários e finais. O intuito das partidas é de testar a jogabilidade individual e em grupo, o nível de compreensão das expressões por parte dos estudantes, a interação entre os jogadores e o interesse em utilizar a ferramenta alternativa como método de aprendizado.

Após a realização das partidas, verificou-se que a jogabilidade com um jogador foi altamente satisfatória, onde em 100% dos casos ocorreu compreensão total em relação ao método de jogo e o entendimento das proposições. O nível de diversão relatado pelos usuários foi intermediário, porém, de acordo com os relatos, os estudantes que jogaram nesse modo voltariam a utilizá-lo como método alternativo de ensino. Além disso, recomendariam a sua utilização por outros alunos.

Nas partidas realizadas em grupo foi observado que todos os jogadores compreenderam as regras do jogo e sua usabilidade. Em todas as partidas executadas foi possível verificar que todos os jogadores conseguiram pontuar pelo menos uma vez. Ao final de cada rodada era visível a interação entre os participantes e a discussão das respostas, visando compreender os possíveis erros cometidos. Observou-se também que os estudantes de semestres intermediários e finais obtiveram as maiores pontuações. A interação entre os estudantes na jogabilidade em equipe é um fator positivo, levando-se em consideração que pode haver um aumento da compreensão do assunto por conta do diálogo efetuado entre os jogadores durante a partida. Os estudantes de graduação que utilizaram o jogo em grupo afirmaram que o nível de diversão foi satisfatório e que o conteúdo exposto no jogo é condizente com a matéria de lógica matemática ministrada. Além disso, foi relatado que o objetivo do jogo, que é exercitar a lógica matemática de maneira divertida, foi aprovado pelos jogadores. Um ponto negativo citado foi método físico de jogo, onde as peças por serem de papel podem ser danificadas ou perdidas facilmente. Devido aos relatos, foi acrescentado uma proteção plástica nas cartas maiores, visando uma maior durabilidade.

5 CONCLUSÃO

O recurso didático desenvolvido teve por finalidade levar o conhecimento de lógica matemática de maneira simples, didática e efetiva de maneira divertida aos estudantes recém-ingressos na graduação de Sistemas de informação. Através de sua forma lúdica, deseja-se promover a busca por conhecimento, gerando uma maior interação aluno-aluno, aluno-monitor e aluno-professor.

A partir do reportado pelos estudantes de graduação que testaram o jogo, verificou-se que a utilização do jogo produzido poderá auxiliar no maior interesse do desenvolvimento do raciocínio lógico e reduzir a dificuldade em disciplinas posteriores ao decorrer do curso de graduação, podendo levar a redução nos índices de reprovação e evasão tão recorrente nos primeiros semestres da graduação. Além disso, devido à algumas sugestões, o próximo passo será a construção de um aplicativo do jogo, aplicando conhecimentos de programação e

evitando assim um dos pontos negativos citados, que foi desgaste do material físico do jogo.

Sendo assim, foi possível observar que o Logic Gaming é uma ferramenta alternativa adequada para estimular o aprendizado de lógica matemática na graduação de Sistemas de Informação, por ser um método de aprendizado simples, com baixo custo financeiro e que pode ser replicado facilmente por outros discentes e em outras disciplinas seguindo o mesmo princípio de produção.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, Juliano Varella de et al. Dispositivos Vestíveis Aplicados no Ensino. **Revista Observatório**, v. 4, n. 3, p. 509-539, 29 abr. 2018.

DOS SANTOS, Rodrigo Pereira; COSTA, Heitor Augustus Xavier. Análise de Metodologias e Ambientes de Ensino para Algoritmos, Estruturas de Dados e Programação aos iniciantes em Computação e Informática. **INFOCOMP**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 41-50, mar. 2006. ISSN 1982-3363. Disponível em: <<http://infocomp.dcc.ufla.br/index.php/INFOCOMP/article/view/121>>.

FILHO, Edgard De Alencar. **Iniciação a lógica matemática**. São Paulo: Nobel, 2002.

GARCIA, R. E.; CORREIA, R. C. M.; SHIMABUKURO, M. H. (2008) **Ensino de Lógica de Programação e Estruturas de Dados para Alunos do Ensino Médio**. Anais do XXVIII WEI, CSBC2008, Belém/PA.

GIRAFFA, L.; MÓRA, M. C. Evasão na disciplina de algoritmo e programação: um estudo a partir dos fatores intervenientes na perspectiva do aluno. **Conferência Latino Americana sobre o Abandono na Educação Superior**, Porto Alegre: PUC/RS, v. 03, 2013.

IPSEM, Edécio Fernando. **Lógica de Programação e Algoritmos em Javascript: Uma introdução à programação de computadores com exemplos e exercícios para iniciantes**. 1 ed. São Paulo - Brasil: Novatec, 2018.

PEREIRA JÚNIOR, J. C. R.; RAPKIEWICZ, C. E (2004) O Processo de Ensino-Aprendizagem de Fundamentos de Programação: Uma Visão Crítica da Pesquisa no Brasil. **XII Workshop sobre Educação em Computação**, Salvador-BA.

Q CONCURSOS. **Proposições simples e compostas e operadores lógicos**. Disponível em: <<https://www.qconcursos.com/questoes-de-concursos/disciplinas/matematica-raciocinio-logico/fundamentos-de-logica/proposicoes-simples-e-compostas-e-operadores-logicos>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

QUESTÕES ESTRATÉGICAS. **Questões de proposições simples e compostas e operadores lógicos (raciocínio lógico)**. Disponível em:

<<https://www.questoesestrategicas.com.br/questoes/busca/assunto/proposicoes-simples-e-compostas-e-operadores-logicos>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

SCALI, Danyelle Freitas. **Evasão nos cursos superiores de tecnologia: a percepção dos estudantes sobre seus determinantes**. 2009. 140 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP, 2009.

SILVA FILHO, R. L. L et al. **A evasão no ensino superior brasileiro**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 641-659, set/dez 2007.

SILVA, Flávio Soares Corrêa Da; FINGER, Marcelo; MELO, Ana Cristina Vieira De. **Lógica para computação**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SLHESSARENKO, Michelli et al. A evasão na educação superior para o curso de bacharelado em sistema de informação. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, Florianópolis, p. 128-147, mar. 2014. ISSN 1983-4535. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1983-4535.2014v7n1p128>>.

SOUZA, Marcelo Batista de; MOREIRA, João Luis Gomes. Integrando Jogos de Lógica Matemática no Ensino de Algoritmos: Relatos de Experimentos. **RCT - Revista de Ciência e Tecnologia**, [S.l.], v. 1, n. 1, nov. 2015. ISSN 2447-7028. Disponível em: <https://revista.ufrr.br/rct/article/view/2707>

AGRADECIMENTOS

Ao Centro Universitário Christus – Unichristus, devido a estrutura, ambiente, material didático que auxiliou na formação do presente artigo.

Ao Coordenador Geral do curso de Sistemas de Informação, Adahil Nunes da Silva, e a Coordenadora Adjunta, Thais Cristina Sampaio Machado, pelo suporte prestado e por terem acreditado no meu potencial para desenvolver esse trabalho.

Ao meu orientador, Professor Msc. Francisco Edvan Chaves, que aceitou orientar-me nesse projeto, depositando sua confiança em mim. Pelo seu empenho, incentivos e correções, ajudando desde a ideia inicial do projeto, o processo de desenvolvimento e a elaboração do artigo. Sem o senhor, a finalização desse trabalho não seria possível.

Aos alunos de Sistemas de Informação do Centro Universitário Christus - Unichristus e de Ciência da Computação do Instituto Federal do Ceará – IFCE, que se dispuseram a testar o jogo e sintetizar sua opinião nos pontos apresentados, além de realizarem críticas positivas e construtivas.

Ao meu pai, Cicero Pires Filho, herói da minha vida, pelos momentos de companheirismo e incentivo nas horas difíceis e de cansaço. Sem você eu não conseguiria chegar tão longe.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para esse trabalho, o meu muito obrigada.

MODELO DE RISCO DE CRÉDITO AO CONSUMIDOR ATRAVÉS DE ALGORITMOS DE APRENDIZADO DE MÁQUINA

Jonathan Matheus Noronha Rodrigues¹

Daniel Nascimento Teixeira²

RESUMO

O crédito é a confiança que se tem em algo, na área financeira o crédito é concedido a consumidores que tenham um certo padrão ou hábitos que deem mais garantias que o crédito concedido será pago devidamente. A concessão de crédito é algo muito utilizado pelos bancos, empresas para cada vez mais alavancar suas finanças e assim poder girar a economia, porém concedida de forma incorreta trará prejuízos em largas escalas, ou seja, vários consumidores inadimplentes e prejuízos às agências financiadoras. Diante desse contexto o objeto deste trabalho é fazer um estudo das transações de crédito feitas e tentar extrair informações úteis sobre possíveis bons pagadores para saber se estes devem ter o crédito aprovado ou não. Para isso será preciso criar um algoritmo de aprendizado de máquina capaz de classificar com precisão um bom cliente para o banco, sendo estes os algoritmos: *Logistic Regression*, *Naive Bayes*, *Random Forest*, *KNN(k-nearest neighbors)*, *SVM(Support Vector Machine)*, *AdaBoost*, *Gradient boosting*, e *Decision Tree*. O trabalho testou todos estes algoritmos em um *dataset* de 1.000.000 de registros, e no quesito de acurácia (de acertos) a *Random Forest* teve 80%, tendo assim um resultado aceitável podendo prever bem os tipos de consumidores para uma agência financiadora.

Palavras-chave: Aprendizado de Máquina. Aprendizado Supervisionado. Inteligência Artificial. *Data Science*. Modelos Financeiros.

¹ Graduando, Sistemas de Informação, Aluno, jonathannoronha931@gmail.com

² Mestre, Sistemas de Informação, Professor, prof.danielnt@gmail.com

ABSTRACT

Credit is the confidence you have in something, in the financial area the credit is granted to consumers who have a certain standard or habits that give more guarantees that the credit granted will be paid properly. Credit lending is something much used by banks, companies to increasingly leverage their finances and thus be able to move the economy, but granted incorrectly will bring losses in large scales, ie, several consumers defaulting and losses to funding agencies. In this context, the object of this work is to make a study of the credit transactions made and try to extract useful information about possible good payors to know if they should have the credit approved or not. For this, it will be necessary to create a machine learning algorithm capable of accurately classifying a good client for the bank, being these algorithms: Logistic Regression, Naive Bayes, Random Forest, KNN (k-nearest neighbors), SVM, AdaBoost, Gradient boosting, and Decision Tree. The work tested all of these algorithms in a dataset of 1,000,000 records, and in the case of accuracy, Random Forest had 80%, thus having an acceptable result and can well predict the types of consumers for a funding agency.

Keywords: Machine Learning. Supervised Learning. Artificial intelligence. Data Science. Financial Models.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos hoje na era da informação digital, e isso acaba influenciando no nosso dia a dia e de como resolvemos os nossos problemas. Há alguns anos quando as pessoas não tinham dinheiro elas usavam cheques para pagar suas contas em estabelecimentos ou serviços.

Atualmente a realidade mudou bastante, praticamente todas as lojas aceitam cartões de crédito e não aceitam cheques. Essa facilidade de se encontrar estabelecimentos que possuem uma máquina de cartão de crédito se deu pela facilidade do acesso a estes serviços. Diversas empresas começaram a produzir máquinas para realizar transações com cartões de crédito, com isso surgiu empresas que além de dar uma máquina não cobram o seu aluguel para a empresa que fechar um contrato com eles.

As facilidades no acesso dos cartões de crédito trouxeram benefícios para os consumidores, mas também trouxeram novas formas de fraudes. Segundo a ACI Worldwide, em 2013, 33% dos consumidores brasileiros foram vítimas de fraudes em cartões de crédito, débito e pré-pagos nos últimos cinco anos (FREITAS, 2018). Esse número chega a quase 50% em 2016, tornando o Brasil o 2º país com maior número de fraudes envolvendo cartões de crédito no mundo (FIGO, 2018).

Existem também as empresas e bancos que trabalham com crédito. Pode-se dizer que um cartão de crédito é uma forma de crédito cedida por um banco, porém existem banco que trabalham com a liberação de crédito em dinheiro para financiamentos de casa ou carros.

Antes do crédito ou até mesmo o cartão de crédito ser liberado para um cliente, é preciso fazer uma análise de crédito para evitar o banco tenha prejuízo ao final, por isso cabe aos bancos detectarem os clientes ruins para eles e negarem o seu crédito ou até mesmo a liberação do cartão de crédito.

Os bancos responsáveis pela análise de crédito possuem os dados de todas as transações feitas, esses dados contêm informações como data, valores das

compras já feitas e localidade. A quantidade de transações com cartões de crédito feitas somente em 2015, segundo o Banco Central, chega em 5.560 milhões (Banco Central, 2018), dentre estas transações estão as transações legais e as fraudulentas.

Um subcampo da Ciência da Computação é o aprendizado de máquina. Esta área faz um estudo e construção de algoritmos que podem aprender a partir de seus erros e fazer previsões sobre dados. O aprendizado de máquinas está diretamente ligado ao estudo de reconhecimento de padrões e inteligência artificial.

Trabalhar com aprendizado de máquinas só é possível se existirem dados suficientes para que os algoritmos consigam gerar um classificador de entradas, de tal forma que, para novos valores entrados o algoritmo consiga classificar esta entrada com base nas informações antigas.

Diversas empresas utilizam de aprendizado de máquinas para maximizarem a experiência dos usuários com os seus serviços ofertados, e assim maximizarem os seus lucros com propagandas e serviços personalizados. Exemplo disso são a Netflix, o Facebook, os bancos digitais como a Digio e o Nubank, a Amazon, o Walmart entre outros.

As grandes operadoras de cartões de crédito já utilizam de aprendizado de máquina para tentar classificar bons clientes e já testam alguns algoritmos de detecção de fraudes. Um bom algoritmo de classificação poderia gerar muito mais lucro e evitar fraudes, este seria o cenário ideal das operadoras de cartões de crédito e será o objetivo deste trabalho.

O objeto deste trabalho é fazer um estudo das transações de crédito feitas e tentar extrair informações úteis sobre possíveis bons pagadores para saber se estes devem ter crédito aprovado ou não. Para isso será preciso criar um algoritmo de aprendizado de máquina capaz de classificar com precisão um bom cliente para o banco.

2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES

No âmbito da computação, resolução de problemas pode ser algo simples e trivial, resolvido através de algoritmo – conjunto de passos necessário para alcançar determinado objetivo – contudo certos problemas como: classificação de e-mail (spam ou não spam), cotação de moedas, e fraudes de cartão de crédito, não pode ser resolvido dessa forma. Para esses problemas é utilizado inteligência artificial (IA), neste caso, técnicas que se encontram num subconjunto dela, que é Aprendizado de Máquina (AP).

Nesta seção será apresentado conceitos e definições voltadas para a aplicação de um aprendizado de máquina.

2.1 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A Inteligência Artificial (IA) é um dos campos mais recente para engenharia e ciências, surgiu após a Segunda Guerra Mundial. Segundo (Russell, 2013) a inteligência está atrelada a uma ação racional, ou seja, um agente inteligente - é aquele que toma a ação diante de uma determinada situação – toma a melhor ação possível em uma situação. Diante disso podemos definir que a inteligência artificial é um campo da computação que visa dar o computador agir de forma inteligente, assim ele tendo poder de decisão sendo essa a melhor possível. Atualmente a IA tem nos seus subcampos: Aprendizagem e percepção, tarefas específicas – jogos de xadrez, demonstração de teoremas matemáticos, direção de carro em estrada, diagnósticos de doenças. A IA tem relevância para qualquer tarefa intelectual num âmbito universal.

2.2 APRENDIZADO DE MÁQUINA

A Aprendizagem de Máquina (AM) tem uma ampla aplicabilidade, onde tem por definição: a partir de uma coleção de pares entrada e saída, aprender uma função que prevê a saída a partir das entradas (Russell, 2013). A AM é utilizada quando não se tem como antecipar todas as situações possíveis de respostas, nem prever mudanças ao longo de tempo. Ela tem por definição vários métodos com uso de técnicas previamente conhecidas, assim permitindo classificação, previsões e melhorias de desempenho em determinada operação (M. Mohrio, 2012).

A AM tem sua classificação em função de cenário ou tem seus tipos de feedback para aprender (Russell, 2013) nos seguintes conjuntos:

Aprendizagem não supervisionada: é aplicado onde o aprendizado ocorre a partir de padrões de entradas, quando não é fornecido um feedback explícito. Uma das tarefas mais aplicadas em aprendizagem não supervisionada é o agrupamento, um exemplo, tenho várias moedas que diferem no seu tamanho, o agente não saberá qual o valor, mas saberá diferenciar cada moeda e fazer seus agrupamentos a partir dos seus tamanhos.

Aprendizagem por reforço: nesse contexto o agente aprenderá por uma série de recompensas ou punições chamadas de reforços. Cabe ao agente aprender a decidir a partir das ações anteriores, por exemplo, um taxista que não ganhou gorjeta ao final de uma corrida, dá ao agente a indicação de algo saiu errado.

Aprendizagem supervisionada: esse é baseado nos pares de entrada e saída, onde aprenderá uma função, que para cada entrada nova, a partir dessa função, gerará uma saída. O contexto da aprendizagem supervisionada consiste em dados, ou seja, um conjunto de treinamento que são pares de entrada e saída $(x_1, y_1), (x_2, y_2), \dots, (x_n, y_n)$, onde y é gerado por uma função desconhecida $y = f(x)$, esse aprendizado tenta descobrir uma função h (é uma hipótese) que aproxime da função verdadeira f (Russell, 2013).

2.3 MODELOS PREDITIVOS

O Aprendizado de máquina que é preditivo é aquele cujo dado o x , esse modelo é capaz de produzir previsões. Se a aprendizagem de uma função possui valores discretos chama-se classificação, e aprendizagem a partir de uma função contínua é chamada de *regressão*. Para aplicação desse tipo, é necessário encontrar uma hipótese conforme a *navalha de Ockham* (Russell, 2013) - que sugere escolher a hipótese consistente mais simples – que será indutiva, ou seja, que concorde com os exemplos fornecidos.

Os classificadores AM preditivos podem ser do tipo:

Naive Bayes: que se baseia na teoria de Bayes que utiliza de cálculo das probabilidades das hipóteses, estimando assim qual y seria para determinado x , sendo o y escolhido aquele tiver maior probabilidade (RAMOS, 2014). A estimativa é feita pela suposição que os valores de entradas sejam independentes entre si;

Support Vector Machine (SVM): é utilizado para haver uma separação mais precisa, pois nela se encontra os separadores lineares com margem máxima, a técnica utiliza a solução de otimização quadrática, visando melhorar o desempenho, quanto a generalização do classificador (Russell, 2013);

K – Nearest Neighbors (KNN): é um classificador baseado na analogia da vizinhança da instância que está sendo apresentada, sendo classificada dependendo dos seus vizinhos.

Árvores de Decisão: através da entrada fornecida por seu conjunto de valores, produzem através de testes, uma decisão que irá classificá-la, essa aprendizagem é não-incremental, feita através de exemplos[8,7];

Random Forest: tem como características a separação de dados que não são separáveis linearmente. A “floresta” criada são combinações de árvores de decisão, ideia geral é que a combinação dos modelos de aprendizados, ou seja, das árvores, aumente o resultado geral.

Logistic Regression: esse modelo é muito semelhante ao modelo de regressão linear (é uma equação estima o valor esperado de uma variável y , dados os valores de entrada x), a diferença que na logística a variável resposta que seria o y é binária.

AdaBoost: é um algoritmo meta-heurístico, e pode ser utilizado para aumentar performance de outros algoritmos de aprendizagem, tem ótimo acertos para aplicações que possui poucos dados, pois trabalha com pesos, e vai aprendendo com as experiências negativas, usado também para reconhecimento de imagem, onde é capaz de identificar os detalhes que possui na imagem.

Gradient Boosting: esse algoritmo é utilizado para problemas de regressão e classificação, produzindo um modelo de previsão, que é geralmente em árvores de decisão, tem como objetivo assim como os outros definir uma função, onde a perda essa menor possível, em resumo faz modelos fracos e aplica, os classificados de forma incorreta são os que são difíceis de classificar então particularmente salvos todos os preditores aplicados e concentro em acertar somente esses dados, e depois é combinado todos os preditores.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho de (Huang, 2007) descreve técnicas para pontuação dos valores dos campos de um conjunto de dados (do inglês: *dataset*) usando a técnica de máquina de vetores de suporte (SVM, do inglês: *support vector machine*). Ao todo são descritas três técnicas diferentes para pontuar o modelo de dados.

Ao todo foram utilizados dois dataset retirados do repositório do *UCI Machine Learning Repository* (<https://archive.ics.uci.edu/ml/index.php>). Os *datasets* são relativos a valores de transações de cartões de créditos de um banco Alemão e

outro Australiano podendo estas serem transações válidas ou transações referentes a roubo ou clonagem de cartão. Com este mesmo dataset é possível também classificar os clientes como bons ou ruins, de acordo com os seus gastos e assiduidade das faturas.

Como dito anteriormente, este trabalho utiliza dados bancários e tenta criar um modelo para pontuar o crédito de cada instância dos *datasets*. Esse estudo apresenta três estratégias baseados em SVM: (1) utilizando uma grade de busca para otimizar os parâmetros do modelo; (2) utilizando uma grade de busca para otimizar os parâmetros do modelo e usando de inserção de valores no dataset; (3) usando algoritmos genéticos para simultaneamente otimizar os parâmetros do modelo e inserir valores no dataset.

Em (Khandani, 2010) é utilizado aprendizado de máquina para construir modelos não lineares e não paramétricos de previsão de risco de crédito de consumidores. O objetivo do trabalho é reduzir a taxa de consumidores inadimplentes e ao mesmo tempo detectar possível consumidores que se tornaram inadimplentes para evitar prejuízos maiores.

O trabalho utilizou apenas um *dataset* que consiste nas informações relativas a clientes de um banco, estas informações incluem a quantidade de transações feitas, o saldo da conta-corrente e outros dados, todos referentes aos anos de 2005 à 2009. Através destes dados que foi possível criar um modelo de dados possível de prever possíveis clientes inadimplentes. Este trabalho utilizou de regressões lineares para classificar os clientes, utilizando de algumas teorias e padrões. Segundo os autores, com o modelo aplicado neste trabalho, é possível evitar de 6% até 25% de perdas relativas a clientes inadimplentes.

O trabalho de (Benson et al, 2011) tem como intuito apresentar as principais técnicas para detecção de fraude de cartão de crédito, que se faz necessário, devido ao número crescente de transações em e-commerce, no aumento de compras online

e regular, utilizando cartão de crédito. Ao todo foram utilizadas 5 técnicas para fazer estudo e análise de cada técnica.

A primeira técnica descrita é a técnica bayesiana com a teoria de Dempster-Shafer que consiste numa solução híbrida baseado no histórico passado, e no perfil de compras da pessoa, tem alta precisão, porém esse modelo torna custoso a sua implementação. Na segunda é utilizado o algoritmo BLAH-FDS que analisa o perfil, e possui também um analisador de desvio para análise de transações, a decisão final está contido na análise dos dois. Na terceira é utilizado o modelo Hidden Markov que é um processo estocástico baseado no modelo Markov tradicional. Na quarta é o método Fuzzy Darwinian usa programação genética para sua evolução, e assim classificar as possíveis transações fraudulentas. Na quinta é utilizado a técnica Bayesiana e rede neural utilizando métodos de aprendizados de máquina supervisionados.

Este trabalho apresentou a comparação dos métodos para detecção, mostrando as vantagens e desvantagens de usar cada uma dessas técnicas, por exemplo, em termos de acertar que uma transação não é fraudulenta o método Fuzzy Darwinian tem uma precisão próxima de 100% para detecção de transações fraudulentas.

Em (BOSE, 2001) tem como intuito apresentar os aprendizados de máquinas na mineração de dados de negócio das empresas voltado para gestores de TI, analistas e entre outros. O aprendizado nesse contexto serve para detecção de padrões, podendo assim criar aplicações de mineração de dados para vários setores empresarial.

Neste trabalho é apresentado a técnica de *data mining* para mineração dos dados, depois é apresentado as principais técnicas de aprendizado onde se encontram: regra de indução, rede neural, raciocínio baseado em casos, algoritmo genético e programação em lógica indutiva. Na regra de indução essa técnica cria uma árvore de decisão ou um conjunto de árvores de decisão para poder fazer as

classificações, tendo como vantagem uma boa precisão, e facilidade no entendimento desse algoritmo.

O trabalho teve como intuito mostrar as técnicas de aprendizagem de máquina, combinado a mineração de dados, mostrando suas várias aplicações em setores diversificados das empresas, entre eles setor financeiro, setor de telecomunicações e entre outros setores, e fazendo comparações entre as técnicas apresentadas ao longo do trabalho.

4 TÉCNICA PROPOSTA

O trabalho realizado é uma pesquisa aplicada e descritiva. Utilizando um banco de dados como entrada para os algoritmos de aprendizado de máquina e uma pesquisa sobre os fatores que influenciam e que compõem os dados relativos há uma aprovação de crédito. Serão realizadas pesquisas por artigos que abordam análise de crédito e sobre técnicas de aprendizado de máquinas.

4.1 DADOS

Os dados foram retirados do (BNG(CREDIT-G), 2016) e foram pré-processados para transformar todas as categorias em formas numéricas para serem analisadas, onde as informações do tipo: V0, V1, V2, ... V11 foram transformados em respectivamente nos valores inteiros 0, 1, 2, ...11 e os que tiveram com o atributo *none* foram deixados em branco. O *dataset* contém 1.000.000 instâncias e são informações de transações de dados de créditos, sendo cada instância dessa formada por um conjunto de atributos. Cada instância possui ao todo 21 atributos, sendo eles variáveis do tipo qualitativa e quantitativa. Os atributos do dataset são respectivamente: *checking_status*, *duration*, *credit_history*, *purpose*, *credit_amount*, *savings_status*, *employment*, *installment_commitment*, *personal_status*, *other_parties*, *residence_since*, *property_magnitude*, *age*, *other_payment_plans*,

housing, existing_credits, job, num_dependents, own_telephone, foreign_worker, class.

4.2 DESCRIÇÃO DO DATASET

O *dataset* e os seus campos foram brevemente descritos em (HOFMANN, 2000), foi no trabalho deles que o primeiro pré-processamento foi realizado, convertendo os valores vindos dos bancos para as categorias V0, V1, V2, ... V11.

O Primeiro campo (*checking_status*) mostra o *status* da conta-corrente do cliente sendo elas divididas em 4 categorias (V1 quando possui menos que 0 débitos agendados, V2 quando possui entre 0 e 200 débitos agendados, V3 quando possui mais de 200 débitos agendados, V4 quando não é possível contar a quantidade de débitos agendados).

O segundo atributo (*duration*) é do tipo numérico que mostra a duração do crédito em período mensal. Já o terceiro campo é qualitativo sendo dividido em 5 categorias (V0 sem crédito, V1 os créditos pedidos foram pagos, V2 já possui crédito nesse banco, V3 atraso no pagamento do crédito, V4 conta crítica).

O quarto campo (*purpose*) é qualitativo que representa o objetivo do crédito sendo dividido em 11 categorias (V0 carro novo, V1 carro usado, V2 mobiliário/equipamentos, V3 televisão/rádio, V4 aparelhos domésticos, V5 reparos, V6 educação, V7 férias, V8 curso de reciclagem, V9 negócios, V10 outros).

O quinto atributo (*credit_amount*) é do tipo numérico que mostra o valor do crédito solicitado. Já o sexto campo (*savings_status*) é do tipo qualitativo que mostra a quantidade de débitos agendados na conta Poupança/títulos sendo divididas em 5 categorias (V1 menos que 100 débitos agendados, V2 entre 100 e 500 débitos agendados, V3 entre 500 e 1000 DM, V4 maior que 100 débitos agendados, V5 sem conta poupança).

O sétimo campo (*employment*) é do tipo qualitativo mostra a quantidade de anos que o cliente está no emprego atual sendo divididas em 4 categorias (V1

desempregado, V2 até 1 ano, V3 entre 1 e 4 anos, V4 entre 4 e 7 anos, V5 maior que 7 anos).

O oitavo campo (*installment_commitment*) é do tipo numérico que mostra quantos por cento que a taxa de parcelamento é em relação ao total disponível.

O nono campo (*personal_status*) mostra o estado civil do cliente sendo ela qualitativa podendo ser ela dividida em 5 categorias (V1 masculino divorciado/separado, V2 feminino divorciado/separado/casado, V3 masculino solteiro, V4 masculino casado/viúvo, V5 feminino solteiro).

O décimo atributo (*other_parties*) é do tipo qualitativo e mostra se o cliente é devedor ou é fiador por outra instituição sendo dividido em 3 categorias (V1 Não é devedor, e nem fiador, V2 é coparticipante, V3 é fiador).

O décimo primeiro campo (*residence_since*) é do tipo numérico e mostra a quantidade de anos que o cliente vive na atual residência. O décimo segundo (*property_magnitude*) atributo é do tipo qualitativo e mostra o tipo de propriedade possuída pelo cliente sendo divididas em 4 categorias (V1 se possui imobiliário, V2 se não possui V1, mas possui seguro de vida e poupança, V3 não possui V1 e V2, mas possui carro ou outros, V4 sem propriedade/desconhecido).

O décimo terceiro atributo (*age*) é do tipo numérico mostra a idade em anos, já o décimo quarto campo (*other_payment_plans*) é do tipo qualitativo que mostra se o cliente tem outros planos de parcelamento, esse campo é dividido em 3 categorias (V1 banco, V2 lojas, V3 nenhum).

O décimo quinto campo (*housing*) mostra a forma de habitação, que é dividida em 3 categorias (V1 aluguel, V2 própria, V3 vive de graça).

O décimo sexto campo (*existing_credits*) é do tipo numérico que mostra o número de créditos que o cliente tem no banco.

O décimo sétimo atributo (*job*) é do tipo qualitativa que mostra categoria do trabalho do cliente que são divididas em 4 (V1 desempregado, V2 não qualificado, V3 funcionário qualificado, V4 gerência/funcionária altamente qualificado).

O décimo oitavo campo (*num_dependents*) é do tipo numérico que mostra o número de dependentes do cliente, o décimo nono campo (*own_telephone*) é do tipo qualitativo mostra se o cliente possui telefonia em seu nome, são divididas em 2 categorias (V1 possui nenhum, V2 possui).

O vigésimo atributo (*foreign_worker*) é do tipo qualitativo que mostra se o cliente é estrangeiro dividida em 2 categorias (V1 sim, V2 não). Por fim o vigésimo campo (*class*) é do tipo qualitativo que mostra a classificação do cliente (0 para um cliente rejeitado e 1 para um cliente aprovado).

4.3 METODOLOGIA E MODELAGEM

No presente trabalho foi aplicado algumas técnicas visando a melhoria do aprendizado facilitando assim o acerto da classificação. Uma das técnicas aplicadas foi a criação de um atributo com a funcionalidade de *score* do cliente que contempla de uma certa forma a análise de todos os atributos da instância do Cliente.

O novo atributo foi criado da seguinte forma: primeiro foi filtrado no *dataset* as instâncias que possuem o atributo *Class* igual a 1, que seria os clientes classificados como bons pagadores. Para cada campo foi calculado o valor médio dos clientes bons.

Para cada valor médio dos campos é feita uma análise com os valores que correspondem a mesma coluna. Se o valor da instância for melhor que o valor médio calculado será dado uma pontuação de mais 1 para a instância que está sendo analisada, caso contrário não será dado nenhum ponto.

Um exemplo da condição do atributo *foreign_worker* que possui a média de suas instâncias de 0,96109436, isso nos mostra que o cliente estrangeiro tem uma chance muito alta de ser um bom pagador então nesse caso se for 1 o valor do atributo ele ganhará um ponto neste campo novo, por fim, depois de verificado é

criado o novo campo para todos os clientes, e gerado uma nova tabela para ser aplicado a técnica de aprendizado de máquina com esse novo atributo.

Na **Figura 03** mostra a nova planilha gerada com o novo atributo chamado *sum*.

P	Q	R	S	T	U	V
existing_credits	job	num_dependents	own_telephone	foreign_worker	Class	sum
1	2	2	0	1	0	8
1	2	1	1	1	1	10
2	2	1	1	1	1	10
1	1	1	0	1	0	9
1	1	1	0	1	1	11

Figura 03: Recorte da Planilha com o totalizador de pontos de cada instância.

Para o problema deste trabalho foi utilizado a categoria de aprendizado supervisionado, onde é passado o conjunto de entradas que é são dados dos clientes, e as respostas, se é bom pagador ou não, onde os algoritmos determinarão a forma de encontrar uma função, tal qual, seja bem próxima dos resultados encontrados.

Foram utilizadas algumas técnicas apresentadas anteriormente na seção de conceitos e definições. Os algoritmos utilizados foram esses: *Logistic Regression*, *Naive Bayes*, *Random Forest*, *KNN (k-nearest neighbors)*, *SVM (Support Vector Machine)*, *AdaBoost*, *Gradient boosting*, e *Decision Tree*.

5 RESULTADOS

Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizado a linguagem de programação Python, a biblioteca do Skylearn (SCIKIT-LEARN, 2018) (biblioteca que contém as implementações dos algoritmos), usado Pip que é um sistema de gerenciamento de pacotes, biblioteca do Pandas para leitura e gravação de planilha, e a biblioteca time utilizada para cronometrar o tempo de execução de cada algoritmo, e o sistema operacional Windows 10 versão *single language*. O computador utilizado tinha a

seguinte configuração de hardware, um processador i5 (INTEL, 2018) com memória de 12 Giga, e HD de 500 Giga.

Primeiro utilizamos o *naive bayes* em cima da planilha convertida em numérica, ele sendo probabilístico baseado no algoritmo do *Naive Bayes* criado por Thomas Bayes, o próprio nome “*naive*” mostra que ele é pouco ingênuo, pois ele desconsidera as correlações existentes entre as variáveis de entrada e faz o cálculo de probabilidade de forma isolada em cada atributo, é rápido e simples. Na biblioteca do *Skylearn* utilizamos a implementação *GaussianNB*, utilizado para casos onde as entradas sejam do tipo contínuas, tendo outras implementações, como no caso da implementação *BernoulliNB* que é utilizado para dados discretos, e projetado para recursos binários/booleanos. O algoritmo teve um bom acerto levando em consideração o tempo de execução dos outros algoritmos utilizados neste trabalho.

Depois disso utilizamos a *LogisticRegression* que é uma técnica estatística, que faz observações a partir das entradas, e através da probabilidade tenta fazer previsões, esse algoritmo melhorou em relação ao anterior, porém aumentou o tempo de execução.

Posteriormente foi utilizado o *SVM* é o mais custoso, pois ele trabalha com o conceito de maximização da margem, para isso utiliza de potência e outras técnicas. Teve um acerto menor, e um aumento de tempo considerável cerca de 17 vezes maior que o *LogisticRegression*.

Depois de utilizar o *SVM* foi utilizado o *KNN* que determina a classificação da entrada baseado na análise de seus vizinhos, o tipo de vizinhança que tiver em maior quantidade e distância, o analisado receberá a mesma classificação. Teve um o segundo menor acerto, e segundo tempo em relação aos algoritmos utilizados neste trabalho.

Posteriormente foi utilizado o *Decision Tree*(árvore de decisão), que obteve um acerto razoável, com um tempo de aproximadamente 67 segundos. O melhor

acerto foi da *random forest* (uma variação da *Decision Tree*), que teve um acerto de 80%, porém um tempo de 1333 segundos. Foram também utilizados outros algoritmos como *AdaBoost*, *Gradient boosting*. Será apresentado na Tabela abaixo o acerto de cada algoritmo com seus respectivos acertos e tempos de treinamento. A **Tabela 01** mostra as precisões de tempos obtidos para todas as técnicas aplicadas neste trabalho.

Os testes de precisão realizados em todos os algoritmos foram feitos com base em 10% do total do *dataset* utilizado. Lembrando que estes 10% das entradas não foram utilizadas para treinar nenhuma das técnicas.

Nome	Precisão	Tempo (segundos)
<i>Random Forest</i>	80,371%	1333,441
<i>Gradient Boosting</i>	79,915%	686,569
<i>AdaBoost</i>	78,672%	669,928
<i>Decision Tree</i>	77,678%	67,787
<i>Logistic Regression</i>	75,809%	95,348
<i>SVM</i>	74,738%	1655,703
<i>KNN</i>	70,179%	0,70179
<i>Naive Bayes</i>	70,002%	2,42

Tabela 01: Resultados de precisão e tempo das técnicas aplicadas.

6 CONCLUSÃO

Diversas técnicas foram aplicadas neste trabalho para se chegar na técnica com maior taxa de acerto, diante de todas as técnicas aplicadas de aprendizado de máquina, a que teve melhor acerto foi a *Random Forest*, sendo esta de 80%. O trabalho considerou o acerto dos algoritmos como sua principal métrica, não desconsiderando o tempo, isso se deve ao fato que o algoritmo de aprendizado de máquina só precisa rodar uma única vez para se criar uma função classificadora, por isso o tempo não importa tanto quanto a precisão.

Diante das conversões das colunas aplicada e da criação de um novo atributo para as entradas, a aplicação do algoritmo com 80% de acerto é algo aceitável no quesito de sua utilização. Para trabalhos futuros devemos aplicar um estudo mais profundo sobre os atributos do *dataset* para melhorar a ponderação da pontuação (*score*) que foi criada a partir dos dados já existentes. Deseja-se também melhorar o algoritmo para que possa ter um acerto maior que o atual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] - FREITAS, Aiana. Especialistas dão 7 dicas para consumidor que sofre fraude no cartão. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/05/09/especialistas-dao-7-dicas-para-consumidor-que-sofre-fraude-no-cartao.htm>>. Acesso em: 1 maio 2018.

[2] - FIGO, Anderson. Quase a metade dos brasileiros já sofreu fraude com cartões. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/seu-dinheiro/quase-a-metade-dos-brasileiros-ja-sofreu-fraude-com-cartoes/>>. Acesso em: 1 maio 2018.

[3] - Banco Central (Org.). Quantidade de transações com cartões de crédito. Disponível em: <<https://dadosabertos.bcb.gov.br/dataset/25223-quantidade-de-transacoes-com-cartoes-de-credito>>. Acesso em: 01 maio 2018.

[4] - Russell, Stuart J. (Stuart Jonathan), 1962 - Inteligência artificial / Stuart Russell, Peter Norvig; tradução Regina Célia Simille. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. 25,26,27, 55, 806, 873

[5] - M. Mohri; A. Rostamizadeh; A. Talwakar. Foundations of machine learning. MIT Press, 2012. 4, 5, 6, 7, 12, 13

[6] - BIGELOW, B. Computers try to outthink terrorists. The San Diego Union-Tribune, 13 jan. 2002. Disponível em <<http://www.signonsandiego.com/news/>>. Acesso em: 01 maio 2018.

[7] - RAMOS, José Abílio de Paiva. Árvores de decisão aplicadas à detecção de fraudes bancárias. 2014. xi, 54 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Computação Aplicada) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

[8] - Oliveira, Paulo Henrique Maestrello Assad. Detecção de fraudes em cartões: um classificador baseado em regras de associação e regressão logística. Diss. Universidade de São Paulo, 2016.

[9] - Huang, Cheng-Lung, Mu-Chen Chen, and Chieh-Jen Wang. "Credit scoring with a data mining approach based on support vector machines." Expert systems with applications 33.4 (2007): 847-856

[10] - Khandani, Amir E., Adlar J. Kim, and Andrew W. Lo. "Consumer credit-risk models via machine-learning algorithms." Journal of Banking & Finance 34.11 (2010): 2767-2787.

[11] - S. Benson Edwin Raj and A. Annie Portia, "Analysis on credit card fraud detection methods," *2011 International Conference on Computer, Communication and Electrical Technology (ICCCET), Tamilnadu, 2011, pp. 152-156.*

[12] - BOSE, Indranil; MAHAPATRA, Radha K. *Business data mining—a machine learning perspective. Information & management, v. 39, n. 3, p. 211-225, 2001.*

[13] - BNG(CREDIT-G). 2016. Disponível em: <<https://www.openml.org/d/40514>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

[14] - HOFMANN, Hans. Statlog (German Credit Data) Data Set: Statlog (German Credit Data) Data Set. 2000. Disponível em: <[https://archive.ics.uci.edu/ml/datasets/statlog+\(german+credit+data\)](https://archive.ics.uci.edu/ml/datasets/statlog+(german+credit+data))>. Acesso em: 28 ago. 2018.

[15] - SCIKIT-LEARN: Machine Learning in Python. Disponível em: <<http://scikit-learn.org>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

[16] - INTEL. Processador Intel® Core™ i5-4200U. Disponível em: <https://ark.intel.com/pt-br/products/75459/Intel-Core-i5-4200U-Processor-3M-Cache-up-to-2_60-GHz>. Acesso em: 28 ago. 2018.

Predizendo e Visualizando o Futuro: Diferenças entre *Data Science* e *Machine Learning*

Joana Moura¹
Marcus Vinícius Sales de Oliveira²
Daniel Nascimento Teixeira³

Resumo

O propósito deste artigo é demonstrar e analisar um estudo sobre as grandes áreas da inteligência artificial; *Data Science* e *Machine Learning*. Deixando clara as diferenças, demonstrando suas características e como estão sendo aplicadas na atualidade pelas grandes indústrias que utilizam essa tecnologia. É demonstrado neste artigo as características de cada área, segmentando as funcionalidades, suas aplicações e como são planejadas e gerenciadas. Uma das mais conhecidas é a *Machine Learning*, que possui vários aspectos antes de se pôr em prática e aplicar sua funcionalidade total, segmentando em pedaços contendo o tratamento de problemas, onde um grande problema é dividido em pedaços menores e, em seguida, cada pedaço resolvido separadamente, ao final todas as soluções são remontadas. Já em *Data Science*, o problema é resolvido de ponta a ponta, com grandes volumes de dados e algoritmos com tempo de treinamento: em *Data Science*, por causa de camadas neurais intrincadas, o tempo de treinamento é mais longo e mais complexo. Em *machine learning*, os algoritmos podem ser treinados para aprender em um tempo muito curto. Ou seja, em *machine learning* regras precisas são oferecidas por algoritmos para explicar as decisões por trás de escolhas específicas, enquanto que em *Data Science*, as decisões parecem "arbitrárias", dando ao usuário pouca capacidade interpretativa para racionalizar as escolhas. É por isso que o algoritmo *Data Science* não deveria trabalhar em ciência forense, onde as provas devem ser explicadas racionalmente em um tribunal de justiça. A ciência dos dados vem se tornando algo cada vez mais adquirida com os grandes dados que é gerado diariamente, portanto o estudo e a aplicação de *machine learning* e *data science* é essencial para gerar mais conhecimento e aplicar a realidade, portanto a sua agregação e utilização é fundamental em uma empresa.

¹Graduando, Sistemas de Informação, Joana Moura, joannasmoura@gmail.com

²Graduando, Sistemas de Informação, Marcus Vinicius Sales de Oliveira, marcusoliveirapc@gmail.com

³Mestre em Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Daniel Teixeira, prof.danielnt@gmail.com

Palavras-chave: *MACHINE LEARNING. DATA SCIENCE. IA. Machine Learning. HADOOP*

Abstract

The purpose of this article is to demonstrate and analyze a study on the large areas of artificial intelligence; Data Science and Machine Learning. Making the differences clear, showing their characteristics and how they are being applied today by the large industries that uses this technology, shown in this article as is each area, targeting the features, their applications and how are planned and managed. One of the best known is the machine Learning has several aspects before putting into practice and applying its total functionality, segmenting into pieces containing the treatment of problems, a big problem is divided into smaller pieces and then each piece Resolved separately. Finally, all solutions are reassembled already in data science, the problem is solved from end to end, with large volumes of data and algorithms training time: In Data science, because of intricate neural layers, the training time is longer and more Complex. In machine learning, algorithms can be trained to learn in a very short time. Interpretation: In machine learning, precise rules are offered by algorithms to explain the decisions behind specific choices, while in Data Science, decisions seem "arbitrary", giving the user little interpretative ability To rationalize the choices. That's why the Data science algorithm shouldn't work in forensic science, where evidence should be rationally explained in a court of law. The science of data has become something more and more acquired with the great data that is generated daily, so the study and application of machine learning and data Science is essential to generate more knowledge and apply the reality, therefore its aggregation and Use is key in a company.

Keywords: *MACHINE LEARNING. DATA SCIENCE. A.I. Machine Learning. HADOOP*

1.0 Introdução

Com o advento dos computadores e da era digital, criar e converter dados digitais se tornaram uma

prática comum. Um exemplo disso são as fotografias, antigamente elas eram por sua grande maioria analógicas, ou seja, eram armazenadas em meios físicos e não tinha a opção de armazená-las ou transferi-las, após a difusão das tecnologias digitais veio a facilidade de obter fotos digitais e compartilhá-las quase que instantaneamente na rede de computadores.

A popularização dos meios digitais possibilitou a praticamente todas as pessoas criar e propagar dados digitais, a exemplo disso temos o YouTube, onde qualquer pessoa pode criar conteúdo em vídeo e compartilhá-lo.

A facilidade de acesso e criação dos dados trouxeram também problemas. O volume de dado criado é muito maior que a capacidade de processamento dos mesmos. As variedades dos dados gerados são de inúmeros formatos e estruturas, tornando mais complexa a tarefa de ligá-los, combiná-los e transformá-los. A velocidade de transmissão se tornou um problema, já que o envio de dados se tornou tão rápido que a capacidade de analisar os dados enviados já não consegue fazer isso em tempo hábil.

Além desses problemas veio a necessidade de analisar estes dados e extrair informações úteis em tempo hábil. Esta necessidade está presente em praticamente todas as empresas de *e-commerce* no mundo, indo desde empresas como Americanas, SubMarino, Netflix, Trivago e Facebook até bancos que querem personalizar e otimizar as aplicações dos seus clientes em seus produtos.

O objetivo deste trabalho é fazer um estudo sobre as grandes áreas da inteligência artificial: *Data Science* e *Machine Learning*. Deixando clara as diferenças entre elas, já que é comum as pessoas confundí-las ou pensarem que são a mesma coisa.

O restante deste trabalho está organizado em quatro seções. Na Seção 2, apresentam-se alguns conceitos básicos sobre *big data*. Na Seção 3, são apresentadas as definições de *data Science* e de *machine learning* e *Deep learning*. Por fim, na Seção 4, são apresentadas as conclusões sobre o trabalho e são propostas algumas ideias para trabalhos futuros.

2.0 Big Data

Big Data é o termo usado para descrever grandes quantidades de dados agrupados e que podem ser bem complexos de se trabalhar. Com o crescimento exponencial de dados gerados pelas pessoas todos os dias, o conceito de *big data* vem se espalhando gradualmente e sendo explorado cada vez mais por pequenas e grandes empresas a fim de obter uma melhoria em sua receita baseado nas informações que conseguem gerar através desses dados.

Segundo (Kenneth Cukier, 2014) mais dados nos permitem enxergar novos padrões e descobrir informações que são diferentes das que já estamos acostumados, como a preferência por um determinado sabor de torta ou a quantidade de bebida alcoólica média ingerida por um indivíduo em um final de semana, podendo influenciar negativa ou positivamente no mercado de forma geral, o que antes não seria possível sem o armazenamento e a análise desses dados.

Big Data tem quatro características utilizadas para descrevê-la e que são conhecidas como os quatro V's, são elas Volume, Variedade, Velocidade e Veracidade. Essas propriedades é que fazem a big data diferente dos outros tipos de dados. Volume indica a quantidade de dados que está armazenado em um conjunto, variedade indica a diversidade das fontes onde esses dados são gerados como redes sociais, *wearable devices* e outros, velocidade indica o quão rápido esses dados são gerados em um determinado período de tempo e a veracidade indica a qualidade e a confiabilidade do dado.

Antigamente, os dados eram guardados em pequenas quantidades, pois tanto o armazenamento era muito custoso, quanto não se tinha meios para recolher todos os dados gerados e seus propósitos eram bem definidos específicos. Hoje em dia, nós já podemos utilizar os dados como bem quisermos, isso é, se eles estiverem à nossa disposição, por exemplo, existe uma base de dados com informações sobre vinhos e esses dados foram guardados com o intuito de identificar e analisar as características dos vinhos de acordo com a safra para ter um melhor controle da produção, é possível que nós possamos utilizar esses mesmos dados para determinar os vinhos favoritos de uma pessoa baseado nessas características.

De acordo com a IBM, 5 *exabytes* (10^{18} bytes) de dados foram criados por nós, humanos, até 2003 e atualmente essa quantidade é gerada em dois dias. Já que

a quantidade de dados é enorme, as técnicas tradicionais de gerenciamento de dados não conseguem suprir a demanda que essa quantia pede, ou seja, um sistema de banco de dados relacional não consegue lidar bem com isso.

Um sistema específico para o manuseio de tantos dados, como o Hadoop, deve entrar em cena e facilitar o estudo e a análise dos mesmos. Ele trabalha de forma distribuída, com várias máquinas conectadas à rede, processando as tarefas em paralelo para que elas possam ser executadas de forma mais fluida e objetiva.

Uma das vantagens de se trabalhar com tantos dados, principalmente no mundo dos negócios, é conseguir prever certos comportamentos baseado em padrões que vêm se mostrando presentes ao longo do tempo, por exemplo, em qual dia do mês as famílias preferem fazer compras ou qual horário é melhor para mostrar a propaganda de detergente na televisão. Outra é a possibilidade de desenvolvimento de novos produtos baseados nos desejos que as pessoas expressam nas redes sociais, como um esmalte sem cheiro ou um carro com três portas.

3.0 Data Science

De acordo com (Foster Provost, 2013), *data science* é um conjunto de princípios fundamentais que apoiam e guiam a extração de informação e conhecimento dos dados. Esses princípios e técnicas podem ser aplicados em todas as áreas de negócio.

Segundo (Leek, 2014), a palavra-chave em *Data Science* é *Science* e não *data*, porque não importa quantos dados você tem disponível e sim como você pode usar esses dados para responder a uma pergunta, ou seja, atingir um objetivo. Você pode ter 100 Gb de dados, mas para atingir seu objetivo você, talvez, só precise de 3kb.

Existem vários tipos de dados, estruturados, não estruturados, linguagem natural, gerado por máquina, baseado em grafos, áudio, vídeo e imagens e streaming. O estruturado, por exemplo, é fácil de encaixar em tabelas já existentes, os dados já vêm tratados, os gerados por máquina são, geralmente, logs de sistemas e são analisados a fim saber como tal sistema pode ser aprimorado, a linguagem natural é mais difícil de processar porque requer um conhecimento linguístico. A forma de trabalhar com cada um desses tipos é diferente e requer um estudo prévio de como eles se comportam.

Antes de serem utilizados, eles têm que passar por uma fase de preparação para garantir que o algoritmo escolhido para analisar esses dados consiga trabalhar com eles. Existem algumas fases de preparação de dados no processo do *Data Science*, são eles recolhimento, limpeza, integração e transformação, exploração, modelagem e apresentação e automação dos dados. Cada uma dessas fases é muito importante para garantir que os dados estejam organizados o suficiente para que a máquina possa lê-los e interpretá-los focando em seu objetivo.

Existe um processo que consiste de seis passos para tratar os dados recebidos e deixá-los prontos para a máquina, são eles:

1. Definição do objetivo
2. Recuperação dados
3. Preparação
4. Exploração
5. Modelagem
6. Apresentação e automação

É importante ter um objetivo bem definido, precisando, às vezes, montar um quadro para ajudar na percepção do mesmo, logo após tem a recuperação dos dados, que podem ser conseguidos de fontes internas, dados da própria empresa, ou de fontes externas, dados disponibilizados na internet ou comprados de terceiros.

A preparação inclui a limpeza, garantindo que não vão ter erros de entrada, valores fisicamente impossíveis, valores faltando, e transformação dos dados, que é a agregação de uma forma que o dado redundante seja deletado e o número de variáveis seja reduzido.

A exploração pode gerar grafos para ajudar a compreender os relacionamentos entre os dados, como as variáveis interagem umas com as outras. Na modelagem as questões do objetivo já podem ser resolvidas, usando estatística ou *machine learning*, para construir um modelo.

Finalmente a apresentação das suas respostas e a realização ou não do objetivo, às vezes a automação é necessária para que esse processo possa ser usado em outros projetos.

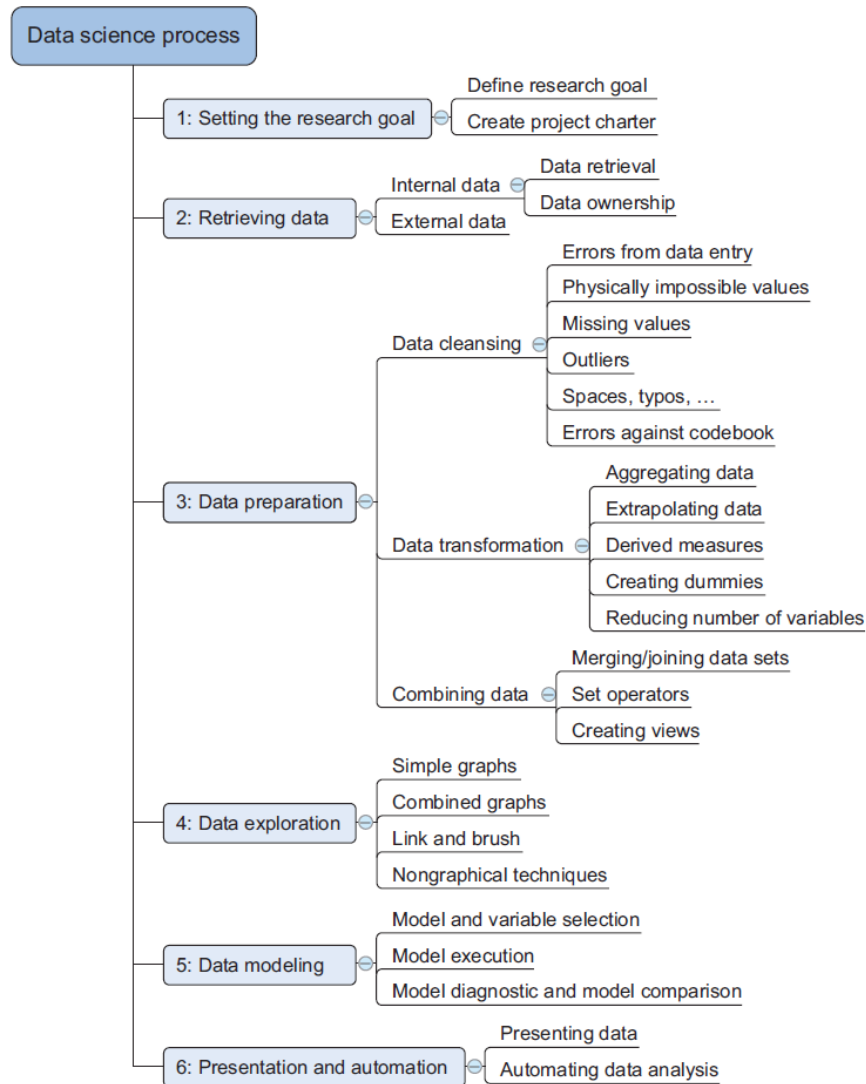


Figura 02: fonte (c BIG DATA, MACHINE LEARNING., 2016)

Utilizar *data science* pode ajudar a resolver vários problemas como conseguir identificar se algo não está no padrão e reverter isso antes que cause um problema maior, entender o que uma grande quantidade de dados quer dizer, por exemplo, se você tem uma grande planilha no excel onde precisa achar padrões e categorizar os dados, através da visualização, *data science* pode ajudar. As vantagens são inúmeras, sabendo definir seu objetivo e executar todas as fases do processo perfeitamente, a chance de dar erro é mínima.

Existem ramificações da *data science* que permitem que um objetivo seja alcançado mais rápido de acordo com a derivação escolhida como Data Mining, Reconhecimento de padrões, Estatísticas, Visualização, *Machine Learning* e outros. É importante saber que cada ramificação tem seus próprios processos e, também, softwares que foram projetados para cada um.

3.1 Machine Learning

De acordo com (Arthur Samuel,1959), *Machine learning* é um campo de estudo que dá aos computadores a habilidade de aprender sem terem sido especificamente programados. Quando o aprendizado de máquina é visto como um processo, é mais correto citar (Mike Roberts, 2016) quando diz que *Machine Learning* é o processo no qual um computador pode trabalhar mais precisamente quando aprende dos dados que lhe são disponibilizados.

Há inúmeras aplicações para o *Machine learning* como achar minas de ouro ou sítios arqueológicos baseados em localizações já existentes, identificar pessoas tendo como base sua voz ou fotos, reconhecer pássaros de acordo com o canto, identificar tumores e doenças e a predisposição para adquiri-las. Enfim, a gama de problemas resolvidos por ele é enorme.

Existem três tipos de *Machine Learning*:

- Aprendizado supervisionado
- Aprendizado não supervisionado
- Aprendizado semi supervisionado

No primeiro, é necessário que os dados estejam devidamente rotulados e que haja uma interação humana, como no recaptcha da Google, onde um humano precisa digitar as palavras, ou os números, que consegue identificar.

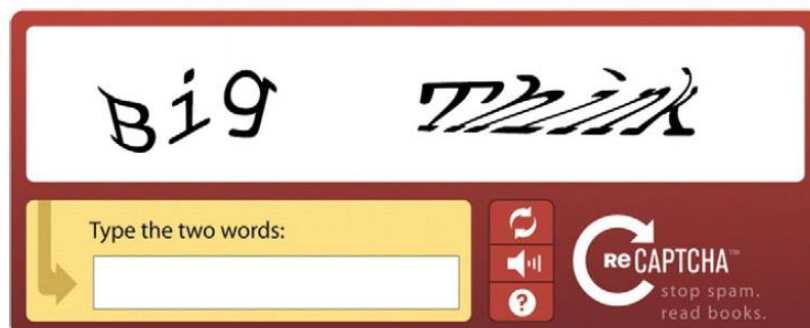


Figura 02: fonte: (c BIG DATA, MACHINE LEARNING., 2016)

No segundo, não é necessário nem que os dados estejam rotulados e nem que haja interação humana, ele já vai trabalhar com dados já pré-definidos e identificar padrões ou tirar outras conclusões a partir dos mesmos.

No semi supervisionado, os dados, geralmente, não são rotulados, portanto pode-se usar as técnicas do não supervisionado para analisar esses dados e rotulá-los, porém, há uma perda de tempo nesse processo e talvez não fique totalmente correto.

3.2 Deep learning

Deep Learning é um subcampo de máquina de aprendizagem de algoritmos que usa a rede neural artificial (Ann) para resolver um problema usando tentativa e erro, bem como um cérebro humano, como os seres humanos aprendem e se adaptam de acordo com seu ambiente, como que Ann começar com alguns fixos pesos e são alterados de acordo com a produção produzida. Vou discutir a *Deep learning* em meus artigos futuros por isso não se preocupe se você ainda não tem uma compreensão clara do aprendizado profundo, vamos implementar uma rede neural em Python. Termos como análise de dados, mineração de dados etc e como eles contrastam com a aprendizagem de máquina e ciência de dados é explicado aqui.

Agora, a última pergunta é o que é grande dados e como ele está relacionado com a ciência dos dados e aprendizagem de máquina. Os dados coletados através de várias fontes são complexos e confusos, estas fontes podem incluir dispositivos de lote ou máquinas e atividades humanas on-line, uma vez que esses dados são muito complexos e grandes para ser mantida através de ferramentas tradicionais que se mudaram para grandes dados que, basicamente, inclui novas ferramentas avançadas para resolver os problemas colocados por conjuntos de *dataste* complexos e grandes.

Desde que os algoritmos de aprendizagem da máquina dependem dos dados para evoluir e encontrar a solução aos problemas, assim que um cientista dos dados deve ter algum conhecimento de Hadoop e de tais ferramentas.

3.3 Machine Learning da máquina versus Deep learning

Antes de aprofundar o elo entre a ciência dos dados e a aprendizagem de máquinas, vamos discutir brevemente a aprendizagem de máquinas e a *Deep learning*. Aprendizagem de máquina é um conjunto de algoritmos que treinam em um conjunto de dados para fazer previsões ou tomar ações a fim de otimizar alguns sistemas. Por exemplo,

De acordo com (Granville, 2017) os algoritmos de classificação supervisionados são usados para classificar potenciais clientes em perspectivas boas ou ruins, para fins de empréstimo, com base em dados históricos. As técnicas envolvidas, para uma determinada tarefa (por exemplo, agrupamento supervisionado), são variadas: ingênuo Bayes, SVM, redes neurais, conjuntos, regras de associação, árvores de decisão, regressão logística, ou uma combinação de muitos. Para obter uma lista detalhada de algoritmos, clique aqui. Para uma lista de problemas de aprendizagem de máquinas, clique aqui.

Tudo isso é um subconjunto da ciência dos dados. Quando esses algoritmos são automatizados, como na pilotagem automatizada ou carros menos condutor, é chamado IA e mais especificamente, a *Deep learning*. Estale aqui para um outro artigo que compara a aprendizagem da máquina com *Deep learning*. Se o dado coletado vem de sensores e se ele é transmitido através da Internet, então é a aprendizagem da máquina ou a ciência dos dados ou *Deep learning* aplicada ao lote.

Algumas pessoas têm uma definição diferente para o aprendizado profundo. Eles consideram a *Deep learning* como redes neurais (uma técnica de aprendizagem de máquina) com uma camada mais profunda. A pergunta foi feita em Quora recentemente, e abaixo está uma explicação mais detalhada (fonte: Quora)

Ai (inteligência artificial) é um subcampo da ciência da computação, que foi criado na década de 1960, e foi (está) preocupado com a resolução de tarefas que são fáceis para os seres humanos, mas difícil para os computadores. Em particular, um ai forte chamado seria um sistema que pode fazer qualquer coisa uma lata humana (talvez sem coisas puramente físicas). Isso é bastante genérico, e inclui todos os tipos de tarefas, como planejamento, movendo-se ao redor do mundo, reconhecendo

objetos e sons, falando, traduzindo, realizando transações sociais ou de negócios, trabalho criativo (fazer arte ou poesia), etc.

PNL (processamento de linguagem natural) é simplesmente a parte do ai que tem a ver com a linguagem (geralmente escrito).

A aprendizagem da máquina está concernida com um aspecto deste: dado algum problema da IA que pode ser descrito em termos discretos (por exemplo fora de um jogo particular das ações, que um é direito) e dado muita informação sobre o mundo, figura para fora o que é o "correto", sem ter o programador programá-lo dentro normalmente, algum processo externo é necessário para julgar se a ação estava correta ou não. Em termos matemáticos, é uma função: você se alimenta de alguma entrada, e você quer que ele produza a saída certa, de modo que todo o problema é simplesmente para construir um modelo desta função matemática de alguma forma automática. Para desenhar uma distinção com IA, se eu posso escrever um programa muito inteligente que tem comportamento humano-like, pode ser IA, mas a menos que seus parâmetros são automaticamente aprendidos a partir de dados, não é aprendizagem de máquina.

A *Deep learning* é um tipo da aprendizagem da máquina que é muito popular agora. Envolve um tipo particular do modelo matemático que pode ser pensado como uma composição de blocos simples (composição da função) de um determinado tipo, e onde alguns destes blocos podem ser ajustados para prever melhor o resultado final.

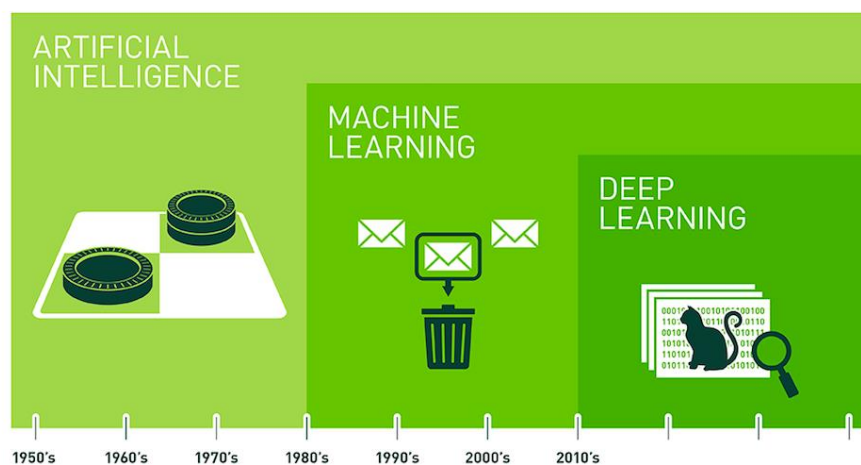


Figura 03: Evolução da IA, fonte (Copeland, 2016)

3.4 Python

Para facilitar a implementação, existem ferramentas da linguagem Python que podem ser usadas e prover um avanço rápido com poucas linhas de código, desenvolvendo com bibliotecas alguns modelos de mineração, amostragem de dados, gerando gráficos e resultados decorrente dos dados analisados, sendo alguns dessas bibliotecas as:

- SciPy – biblioteca que integra pacotes fundamentais utilizados nesse tipo de implementação como NumPy, Pandas, SymPy e outros.
- StatsModel – pacote para trabalhar com métodos estatísticos e algoritmos
- Scikit-learn – biblioteca com vários algoritmos de Machine learning já pronto
- Numba – otimização e aceleração usando o poder de processamento da GPU

Data Science central analisa as diferenças entre diferentes ramos da ciência dos dados ou um pouco mais abrangente e é aí que os leitores vão descobrir as diversas abordagens operacionais para lidar com os dados de negócios.

Algumas das maiores dissimilaridades entre a aprendizagem da máquina *versus* a *Deep learning* são:

Tratamento de problemas: em *machine learning*, um grande problema é dividido em pedaços menores e, em seguida, cada pedaço resolvido separadamente. Finalmente, todas as soluções são remontadas. Em *Data Science*, o problema é resolvido de ponta a ponta.

Volume de uso de dados: os algoritmos de *machine learning* provaram sua coragem tanto em cenários de dados massivos quanto em grandes dados. Algoritmos de aprendizado profundo podem ser executadas quando o volume de dados é massivo. Mas pode qualquer um desses algoritmos realmente funcionam quando o volume de dados é baixo?

Requisitos do processador: algoritmos *machine learning* gerenciar muito bem em máquinas comuns, mas os algoritmos *Data Science* precisam de máquinas de alto desempenho para executar bem.

Engenharia de recursos: em *machine learning*, “extração de recursos” ainda é tratada manualmente, enquanto em *Data Science*, a extração de recursos acontece automaticamente durante o processo de aprendizado. Como o processo manual é tanto tempo e trabalho intensivo, *Data Science* reduziu um monte de trabalho, automatizando esta fase crítica de extração de recursos.

Tempo de treinamento: em *Data Science*, por causa de camadas neurais intrincadas, o tempo de treinamento é mais longo e mais complexo. Em *machine learning*, os algoritmos podem ser treinados para aprender em um tempo muito curto.

Interpretação: em *machine learning*, regras precisas são oferecidas por algoritmos para explicar as decisões por trás de escolhas específicas, enquanto que em *Data Science*, as decisões parecem “arbitrárias”, dando ao usuário pouca capacidade interpretativa para racionalizar as escolhas. É por isso que o algoritmo *Data Science* nunca poderia trabalhar em ciência forense, onde as provas devem ser explicadas racionalmente em um Tribunal de justiça.

4 Data Science vs Machine Learning

Antes de falar de sobre esse comparativo de *Data Science* é importante saber que *Machine Learning* faz parte de *Data Science* e que não são objetos separados, como se costuma pensar, já que para que a máquina aprenda é importante ter um conjunto de dados tratados e prontos para serem usados.

Como mencionado anteriormente, a principal diferença entre *Machine Learning* e *Data Science* reside na abordagem à aprendizagem em cada caso. O *Analytics India Magazine* demonstra como o “processo de aprendizado iterativo” empregado em *Machine Learning* difere da abordagem de aprendizado em camadas utilizadas em *Data Science*.

A visão recente em um debate em curso discute como os modelos de *Data Science* foram descritos para serem completamente “não supervisionados”, como se fossem estudantes aprendendo por conta própria.

Data Science Is Multidisciplinary

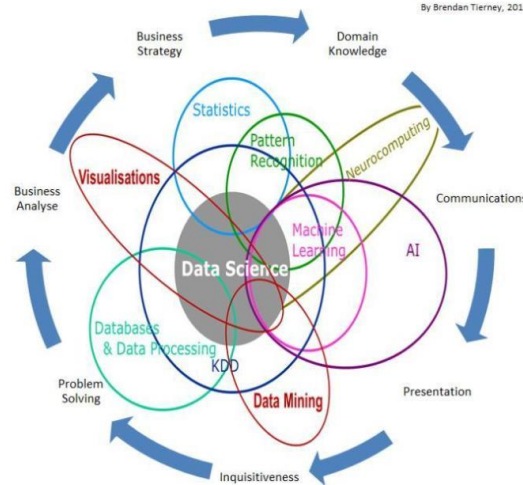


Figura 01, Fonte: simplilearn, 2018

De acordo com (Mills, 2018) a diferença preliminar entre a aprendizagem de máquina vs. *Data Science* está na aproximação real à aprendizagem. O *Data Science* requer volumes muito elevados de dados, que os algoritmos utilizam para tomar decisões sobre outros dados. Além disso, os algoritmos *Data Science* podem ser aplicados a qualquer tipo de dados – imagem, áudio, vídeo, fala, etc, que normalmente não é possível com *Machine Learning*.

Data Science central analisa as diferenças entre diferentes ramos da ciência dos dados ou um pouco mais abrangente e é aí que os leitores vão descobrir as diversas abordagens operacionais para lidar com os dados de negócios.

Algumas das maiores dissemelhanças entre a aprendizagem da máquina versus a *Deep learning* são:

Tratamento de problemas: em *Machine Learning*, um grande problema é dividido em pedaços menores e, em seguida, cada pedaço resolvido separadamente. Finalmente, todas as soluções são remontadas. Em *Data Science*, o problema é resolvido de ponta a ponta.

Volume de uso de dados: os algoritmos de *machine learning* provaram sua coragem tanto em cenários de dados massivos quanto em grandes dados. Algoritmos de aprendizado profundo podem ser executadas quando o volume de dados é massivo. Mas pode qualquer um desses algoritmos realmente funcionam quando o volume de dados é baixo?

Requisitos do processador: algoritmos *machine learning* gerenciar muito bem em máquinas comuns, mas os algoritmos *Data Science* precisam de máquinas de alto desempenho para executar bem.

Engenharia de recursos: em *machine learning*, “extração de recursos” ainda é tratada manualmente, enquanto em *Data Science*, a extração de recursos acontece automaticamente durante o processo de aprendizado. Como o processo manual é tanto tempo e trabalho intensivo, *Data Science* reduziu um monte de trabalho, automatizando esta fase crítica de extração de recursos.

Tempo de treinamento: em *Data Science*, por causa de camadas neurais intrincadas, o tempo de treinamento é mais longo e mais complexo. Em *machine learning*, os algoritmos podem ser treinados para aprender em um tempo muito curto.

Interpretação: em *machine learning*, regras precisas são oferecidas por algoritmos para explicar as decisões por trás de escolhas específicas, enquanto que em *Data Science*, as decisões parecem “arbitrárias”, dando ao usuário pouca capacidade interpretativa para racionalizar as escolhas. É por isso que o algoritmo *Data Science* nunca poderia trabalhar em ciência forense, onde as provas devem ser explicadas racionalmente em um Tribunal de justiça.

4.0 Conclusão

A mineração, a aprendizagem e a comprovação de dados vem evoluindo cada vez mais, com novas técnicas e abordagem dependendo da utilização e finalidade dos dados para apresentação de informação que por fim possa gerar um grande conhecimento porém temos algumas cautelas a escolher tecnologias que de modo que algumas tecnologias não são aconselhadas a atuar em algumas áreas, como por exemplo o *data science*, não deveria atuar com a ciência forense, já que as provas devem ser explicadas racionalmente em um Tribunal de justiça portanto a ciência dos dados vem se tornando algo cada vez mais adquirida com os grandes dados que é gerado diariamente, e logo o estudo e a aplicação de machine learning e com a junção do data Science é essencial para gerar mais conhecimento e aplicar a realidade, com a Deep Learning permitiu aplicação práticas de machine learning e por extensão o campo todo de IA a Deep learning se quebra em diversas tarefas de maneira que todo tipo de ajuda de uma máquina é possível, mesmo as mais remotas onde podemos ter carros que dirigem sozinhos, melhor saúde preventiva, mesmo recomendações melhores de filmes, IA é o presente e o futuro. Com a ajuda de *Deep Learning*, IA pode até chegar no estado de ficção científica que imaginamos por tanto tempo.

Como trabalho futuro será feito um planejamento e implementação de um *bigdata* atribuindo aprendizagem de máquina para gerar resultados amostrais para a finalidade de demonstrar como é feito deste o início com obtenção de dados, as técnicas de filtragem de dados, a escolhas de utilização de bibliotecas em python e a demonstrar os dados gerados de forma que gere conhecimento.

5.0 Referências

1. TED Talks - Kenneth Cukier
2. Kenneth, Cukier ,Berlim 2014
<https://www.ted.com/talks/kenneth_cukier_big_data_is_better_data>
3. Big Data, Quais são as Vantagens e Desvantagens Para o Varejo
<https://codigosdebarrasbrasil.com.br/big-data-vantagens-desvantagens/>
4. Introducing Data Science - Davy Cielen, Arno Meysman e Mohamed Ali
5. SAGIROGLU, Seref; SINANC, Duygu. Big data: A review. In: Collaboration Technologies and Systems (CTS), 2013 International Conference on. IEEE, 2013. p. 42-47
6. PROVOST, Foster; FAWCETT, Tom. Data science and its relationship to big data and data-driven decision making. Big data, v. 1, n. 1, p. 51-59, 2013.
7. Machine Learning – Guilherme Silveira e Bennet Bullock
<><https://www.datasciencecentral.com/profiles/blogs/difference-between-machine-learning-data-science-ai-deep-learning>
8. C BIG DATA, MACHINE LEARNING. (2016). In D. CIELEN, ARNO D. B. MEYSMAN, & MOHAMED ALI, MOHAMED ALI.
9. Copeland, M. (2016, 08 25). medium. Retrieved from data-science-brigade:
<https://medium.com/data-science-brigade/a-diferen%C3%A7a-entre-intelig%C3%A7%C3%A2ncia-artificial-machine-learning-e-deep-learning-930b5cc2aa42>
10. Granville, V. (2017, 02 02). datasciencecentral. Retrieved from Difference between Machine Learning, Data Science, AI, Deep Learning, and Statistics:
<https://www.datasciencecentral.com/profiles/blogs/difference-between-machine-learning-data-science-ai-deep-learning>
11. Leek, J. (2014, 05 07). Why big data is in trouble: they forgot about applied statistics. Retrieved from simplystatistics:
<https://simplystatistics.org/2014/05/07/why-big-data-is-in-trouble-they-forgot-about-applied-statistics/>
12. Mills, T. (2018, 6 11). Machine Learning Vs. Artificial Intelligence: How Are They Different? Retrieved from Forbes:
<https://www.forbes.com/sites/forbestechcouncil/2018/07/11/machine-learning-vs-artificial-intelligence-how-are-they-different/#5fd82cf63521>
13. Simplilearn. (2018, 09 04). data science vs data analytics vs machine learning article. Retrieved from [simplilearn](https://www.simplilearn.com/): simplilearn

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DE OTIMIZAÇÃO APLICADAS A SGBDS RELACIONAIS

Marcus Vinicius Sales de Oliveira¹
Adriana Maria Rebouças do Nascimento²

RESUMO

O propósito deste artigo é demonstrar o processo de otimização nos SGBDs (Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados) relacionais, verificando os aspectos que devem ser considerados durante a sua criação, acesso e modificação dos dados para que tenham ganhos significativos de *performance*. Uma das principais etapas é a análise das ferramentas de banco de dados, verificando suas particularidades e velocidades de acesso. Também são englobadas algumas das metodologias de otimização de dados, tais como: índices, tabela hash e homogeneidade de dispositivos de hardware e software, focando-se em técnicas de desempenho. São feitos comparativos e análises de software e hardware, verificando a eficiência em situações adversas em buscas de ganhos expressivos de velocidade de acesso, demonstrando que com técnicas simples, escolhas corretas de como utilizar o banco de dados e quais procedimentos devem ser adotados previamente, pode-se ganhar *performance* e durabilidade do banco de dados. No artigo é analisada desde a criação do banco de dados usando metodologias atuais com enfoque em otimização até a análise *benchmarking* com intuito de verificar a velocidade dos SGBDs. As análises desenvolvidas são produzidas em ambientes equivalentes a uma empresa de pequeno porte, mostrando com *benchmarking*, as principais características de inclusão de dados, consultas e transferências efetuadas por segundo de alguns SGBDs. Verificando-se vários aspectos que demonstraram que cada SGBD tem suas vantagens e desvantagens com os cenários apresentados nas análises, sendo que o principal aspecto é a velocidade e o melhor custo-benefício dos principais fabricantes do mercado atual. Esta análise é feita de maneira comparativa através de um experimento, onde pode-se concluir que o SGBD PostgreSQL foi o que obteve melhor êxito depois de aplicados os métodos de otimização. Assim, deve-se ter cautela ao

¹ Graduando, Sistemas de Informação, aluno, marcusoliveirapc@gmail.com

² Mestre em Ciência da Computação, Sistemas de Informação, professora, adriana.reboucas@gmail.com

escolher um SGBD para uma empresa mesmo que ele seja software livre ou produto licenciado com suporte especializado.

Palavras-chave: Índice. Hash. Performance. Benchmark. Otimização.

ABSTRACT

The purpose of this article is to demonstrate the process of optimization in relational database management systems (DBMS), verifying the aspects that should be considered during their creation, access and modification of the data for which they have gains Significant performance. One of the main steps is to analyze the database tools, verifying their particularities and access speeds. Some of the data optimization methodologies, such as indexes, hash table and homogeneity of hardware and software devices, are also encompassed, focusing on performance techniques. There are comparable and analysis of software and hardware, checking the efficiency in adverse situations in search of expressive gains of access speed, demonstrating that with simple techniques, correct choices of how to use the database and what Procedures should be adopted in advance, you can gain performance and durability of the database. In the article it is analyzed since the creation of the database using current methodologies focusing on optimization up to benchmarking analysis with the aim of checking the speed of the DBMS. The analyses developed are produced in environments equivalent to a small business, showing with benchmarking, the main characteristics of inclusion of data, queries and transfers effected per second of some DBMS. There are several aspects that demonstrated that each DBMS has its advantages and disadvantages with the scenarios presented in the analyses, and the main aspect is the speed and the best cost-benefit of the main manufacturers of the current market. This analysis is done in a comparative way through an experiment, where it can be concluded that the PostgreSQL DBMS was the one that achieved the best success after the optimization methods were applied. Therefore, caution should be exercised when choosing a DBMS for a company even if it is free software or licensed product with specialized support.

Keywords: Index. Hash. Performance. Benchmark. Optimization.

1 INTRODUÇÃO

A principal função do SGBD (Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados) é disponibilizar um ambiente que seja tanto conveniente quanto eficiente para os usuários executarem as suas diversas funções, além da recuperação e armazenamento das informações, oferecendo apenas o resultado final através de uma visão abstrata dos dados e assim, ocultando os detalhes de como os dados são armazenados e mantidos sendo totalmente transparente para o usuário final do que está acontecendo por trás dos seus comandos (Abraham, Henry F, & S, 1999). Na atualidade com o avanço da tecnologia de rede e comunicações, conseguem-se melhorias nas áreas de bancos de dados e tecnologia de processamento em rede. Surgiram várias distribuições de sistemas de computadores em sites conectados em rede e hoje existem diversos bancos de dados de agências bancárias, empresas de grande porte começando uma nova forma de trabalhar com a utilização de bancos de dados distribuídos.

Pode-se dizer que bancos de dados distribuídos (BDD) são agrupados e inter-relacionados, porém geograficamente distantes entre si e conectados via redes de computadores, numa forma que é totalmente transparente ao usuário (Özsu e Valduriez 2011).

A noção de transparência em banco de dados pode confundir bastante para quem é leigo. Imagine que alguém tente sacar seu dinheiro em um ATM (Terminal de Autoatendimento), porém o banco de dados da empresa localmente está enfrentando algum tipo de indisponibilidade, então em um sistema de banco de dados distribuído a consulta que o cliente deseja operar será feita em outro banco de dados podendo estar até em estados e cidades diferentes, porém o cliente não percebe essa indisponibilidade, pois o sistema é totalmente transparente não apresentando de fato que está acontecendo atrás das telas.

Com essa nova maneira de agregação de dados de forma distribuída e com disponibilidade de dados vem a necessidade da comunicação mais eficiente e por serem distribuídos geograficamente terá que ser feita de forma rápida para garantir eficiência à velocidade de conexão que agora é um dos principais fatores. Para ter uma *performance* eficaz, atualmente utiliza-se cabos de fibra ótica, mas resolve o problema? A fibra ótica tem capacidade de transmissão capaz de suprir essa necessidade?

A fibra ótica conhecida atualmente vem conectando cada vez mais e aumentando muito a capacidade de transferência de dados, basicamente ela é um fio de material composto por vidro ou plástico extrudido, que proporciona o alcance de taxa de transmissão (velocidade) elevadíssima na casa de 10^9 a 10^{10} bits por segundo (cerca de 5 *gigabytes* por segundo), porém como a luz se propaga no interior de um meio físico, sofrendo ainda o fenômeno de reflexão, ela não consegue alcançar a velocidade total por conta de fatores externos (Pedro de Araújo Coelho, Matheus Roberto Souza, & Pedro Henrique Rodrigues 2018).

Com grandes fluxos de dados, a transmissão pelo meio de fibra ótica tem taxa de transmissão considerada de grandezas elevadas. Dito isso, será analisada e levada em consideração a eficiência do banco de dados, a sua *performance* e como reage com as tarefas cotidianas.

1.1 Objetivo

Este artigo visa produzir uma análise de otimização entre os Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) mais utilizados no mercado. Demonstrando qual deles se destaca mais em diferentes situações e análises completas de velocidade e variedade de comportamento, quais formas e utilizações que ajudam ganhar *performance*, quais recursos que os softwares oferecem que acarretam maior eficiência e quais as metodologias de construção de bancos. Será usado o método de avaliação *Benchmarking* para análise da velocidade de leitura, escrita, transação por segundos e *bytes* por segundos.

1.2 Estrutura do trabalho

Este artigo está dividido da seguinte forma: na seção 2 será mostrada uma revisão teórica que serviu como base para o trabalho, seção 3 são expostas as metodologias utilizadas para o seu desenvolvimento, seção 4 é feita uma apresentação dos resultados e discussão e na seção 5 são evidenciadas as considerações finais com a conclusão e a sugestão de trabalhos futuros.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção são apresentadas as características dos bancos de dados relacionais, os Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados.

2.1. Modelo Relacional

O SGBD é definido pelo modelo de dados relacional, que é matematicamente conciso, completo e consistente internamente. De acordo com Neves (2002), o SGBD relacional é muito mais utilizado comercialmente e pode ser usado para resolver problemas cotidianos, como por exemplo quem ganha o maior salário de algum departamento, quantidade de um produto no estoque e até contar quando funcionários tem em cada setor.

Um modelo de dados relacional é uma combinação de um conjunto de estruturas de dados, a tabela (relação), um conjunto de operadores que formam a linguagem de manipulação do banco de dados e as regras de integridade que são definidas no esquema do banco de dados e aplicadas nas instâncias do banco de dados (Elmasri e Navathe 2005).

2.1.1 Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados

Nesta seção são abordadas as seguintes ferramentas dos SGBDs Mysql 5.7, Oracle 12c e PostgreSQL 10.4.

O MySQL é oferecido em duas edições, a OSS (Community Edition – Edição da comunidade) e a SE (Standard Edition – Edição padrão). A OSS é a edição disponível para a comunidade, e também é a base da SE, e de todas as possíveis

edições que eventualmente forem disponibilizadas no futuro. A MySQL/Sun explica no site da ferramenta que todas as melhorias feitas no framework básico do MySQL Workbench serão aplicadas na edição OSS, já que, como dito anteriormente, esta é a base de todos os outros produtos. Vale destacar que a ferramenta possui um mecanismo de plugins que possibilita a criação de novas extensões para o produto. Desta forma, é possível incluir recursos novos a ela de acordo com as necessidades específicas de cada usuário ou organização, De acordo com fornecedor.

O Oracle Database (comumente chamado de Oracle RDBMS ou simplesmente Oracle) é um sistema de gerenciamento de banco de dados multi-modelo produzido e comercializado pela Oracle Corporation.

É o banco de dados mais popular do mundo para executar cargas de trabalho de banco de dados de processamento de transações on-line (OLTP), data warehousing (DW) e misto (OLTP & DW). A última geração do Oracle Database 12c Release 2 (normalmente chamada de 12.2) está disponível no local, na nuvem ou em um ambiente de nuvem híbrida. O 12.2 também pode ser implantado no Oracle Engineered Systems (por exemplo, Exadata) no local, na nuvem Oracle (pública) ou na nuvem (privada) no cliente (por exemplo, Exadata Cloud at Customer), De acordo com fornecedor.

E por fim o PostgreSQL é um sistema gerenciador de banco de dados objeto relacional (SGBDOR), desenvolvido como projeto de código aberto. É um dos SGBDs (Sistema Gerenciador de Bancos de Dados) de código aberto mais avançados, contando com grandes recursos de otimização e facilidades de manejar, De acordo com fornecedor.

2.2 Bancos de dados e seu controle de Integridade

O controle de integridade se preocupa com os problemas de implementar o cancelamento, recuperar e finalizar transações, assim garantindo que o dado seja mantido, recuperar o banco de dados, em caso de falhas, a um estado consistente que reflita apenas o efeito de todas as transações já concluídas e recuperar regiões danificadas do banco de dados.

De acordo com Casanova (1999), as funções de controle de integridade estão implementadas tanto como parte do SGBD global, quanto como parte dos SGBDs locais. Por exemplo, a recuperação de regiões do banco de dados danificadas por falhas nos periféricos é uma função do SGBD local. Já as funções relacionadas às transações e a manter a consistência do banco de dados é uma função do SGBD global, pois envolve o banco de dados distribuído como um todo.

2.3 Utilização de chaves primárias e estrangeiras em tabelas

Um banco de dados relacional é composto por diversas tabelas que armazenam os dados operacionais dos sistemas em funcionamento no dia-a-dia da empresa ou organização. Dependendo do tipo e da quantidade de dados que se pretende armazenar, são criados diversos bancos de dados, um para cada domínio de aplicação. As restrições de integridade do tipo identidade e referencial é mantida basicamente pela utilização dos vários tipos de chaves. Para estabelecer as restrições de integridade e estabelecer os relacionamentos entre as tabelas, utiliza-se um campo identificado como chave. Uma chave primária corresponde a uma ou várias colunas que não possuem valores duplicados dentro de uma tabela. Uma chave estrangeira corresponde a uma ou várias colunas em que os valores estejam identificados necessariamente como chave primária de outra tabela. A chave estrangeira é o mecanismo que define os relacionamentos em um banco de dados relacional (Date, 2000). Mostra-se na Figura 1 um exemplo de relacionamento entre duas tabelas.

<u>Cod_dep</u>	Departamento	...
AB05	ICT/I&N	...
AB07	COMERCIAL	...
AC01	M&F	...

<u>Cod_func</u>	Nome	...	Cod_dep
A052350001	Marcus v	...	AB05
A052322501	Caio V	...	AB05
A052250005	Rafael	...	AB07
A055550051	Thais s	...	AC01

Figura 1 fonte: Autoria própria.

Neste exemplo, o atributo COD_DEP, chave primária na tabela DEPARTAMENTOS, é chave estrangeira na tabela FUNCIONARIOS. Se este atributo não existisse na relação Funcionários, não seria possível relacionar as duas tabelas.

2.4 Aplicação de Índices

Imagine-se que tenha um livro de matemática com 1000 páginas e ele não disponibilize um índice. Será necessária uma pesquisa exaustiva, caso precise de um conteúdo para estudar, pois terá que folhear cada página. Por outro lado, um livro que apresente um índice de suas abordagens, faz-se muito mais fácil, pois com essa informação pode-se ir direto ao ponto. Nessa analogia inicia-se a explicação e a razão de utilizar índices em tabelas.

A crescente demanda no uso de Sistemas de Gerenciamento de Bancos de Dados tem crescido a cada dia, e juntamente com essa necessidade, cresce também o volume de dados armazenado e a complexidade de suas aplicações, necessitando da criação e uso de índices, esses responsáveis por otimizações no acesso aos dados. Com grandes demandas de dados diárias e conseqüentemente a criação de índices em tabelas, as consultas geralmente tornam-se mais ágeis, mas deve-se ter cuidado no momento de escolher como criá-las. Uma das desvantagens é o custo desse armazenamento, pois pode ser necessária a utilização de um *storage*, onde vai ficar armazenado. Uma tabela candidata à índice geralmente retorna de 10 (dez) a 15 (quinze) por cento da quantidade de linhas que a tabela possui (Alessandro Pinto Carneiro, Julinao Lucas Moreira, André Luis Castro de Freitas 2011).

Representação de criação de índice SQL autoexplicativa:

```
CREATE [ UNIQUE ] INDEX NOME_DO_INDICE ON QUAL_TABELA [ USING REGRA/LOGICA ]
( { COLUNA | ( EXPRESSÃO ) } [ CLASSE_DE_OPERADORES ] [, ...] )
[ TABLESPACE REPOSITORIO_DE_TABELAS ]
[ WHERE ATRIBUTOS ]
```

A utilização de uma tabela com muitas atualizações frequentes, precisa-se que os índices sejam reorganizados para melhorar sua *performance*, mas essa reorganização a todo momento gera um consumo de recurso operacional que deveria ser utilizado para outras transações no banco, gerando perda significativa no desempenho. Então deve-se ter precaução quando escolher tabelas candidatas a

criação de índices, pois uma vez criada uma consulta SQL para ignorar os índices, deve-se excluir o índice ou marcar como inutilizável e após ter feito umas das opções terá que refazer o índice gerando custo de *performance* ou gerar um *rebulid* do índice. A ORACLE vem inovando com novos recursos, um deles são índices invisíveis sem ser necessário executar *rebulid* ou refazer a tabela Índice, portanto ganhando significativamente *performance* conforme Legatti (2014).

A partir do Oracle 11g, um novo recurso foi adicionado ao gerenciamento de índices permitindo que um índice fique invisível ou não. Caso uma degradação de *performance* seja notada ao marcar um índice como invisível, pode-se então, marcá-lo novamente como visível sem precisar ter que o reconstruís. Portanto, no Oracle 11g um índice marcado como invisível será invisível ao otimizador, a não ser que o parâmetro `optimizer_use_invisible_indexes` que pode ser modificado tanto em nível de sessão (`ALTER SESSION ...`) como em nível de sistema (`ALTER SYSTEM ...`), seja setado para `TRUE`. Aliás, o valor padrão deste parâmetro é `FALSE` (Legatti 2014).

2.5 Índices e *hash*

Segundo Microsoft (2014), “Os índices são usados como pontos de entrada para tabelas com otimização de memória. A leitura das linhas de uma tabela requer um índice para localizar os dados na memória. Um índice de *hash* consiste em uma coleção de *buckets* organizados em uma matriz.” Uma função *hash* mapeia chaves de índice para *buckets* correspondentes no índice de *hash* conforme visto na Figura 2, sendo o nome da função *hash* $f(x)$.

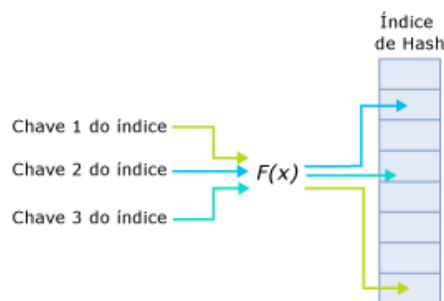


Figura 2 fonte: (Microsoft, 2014).

Deve ser visto que índices podem ter colisões com a tabela *hash* e quando ocorre, como é dado a alternativa para ser inserido na tabela *hash* e o que é feito quando isso ocorre.

A estrutura de índice *hash* na memória consiste em uma matriz que possuem ponteiros de memórias, cada bucket é mapeado para um deslocamento da mesma matriz, cada um aponta para primeira linha de *hash*, cada linha de *bucket* aponta para a seguinte linha resultando em uma cadeia de linhas para cada *bucket* de *hash*, ilustrado na Figura 3.

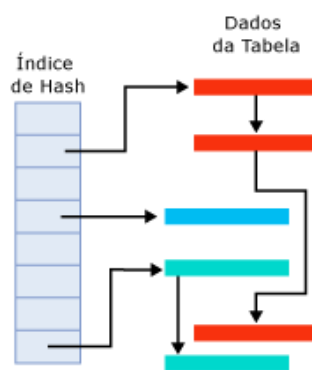


Figura 3. Fonte: (Microsoft, 2014)

3 MÉTODOS

A metodologia utilizada é pesquisa de caráter de análise documentária, uma vez que se utiliza de softwares de *benchmarking* e gráficos para apresentar resultados de teste relacionados a eficiência dos bancos de dados, que tem como objetivo exibir aspectos que mostre que situação seria melhor aplicada para cada critério de teste envolvido.

Quanto aos objetivos a pesquisa pode ser classificada como exploratória com procedimento experimental de laboratório com finalidade de apresentar novas visões na escolha de implementação de banco de dados, sendo utilizado o modelo de banco de dados relacional.

A pesquisa contou com apoio de base bibliográfica e documental baseadas em softwares, livros, revistas, artigos e dissertações

3.1 Análise de banco de dados

Segundo (DB-Engines, 2018) no mercado atual existem vários modelos de dados, continuando sendo o mais utilizado atualmente o modelo relacional, dito isto fez-se um *benchmarking* dos SGBDs relacionais mais utilizados conforme exibido na figura 4.

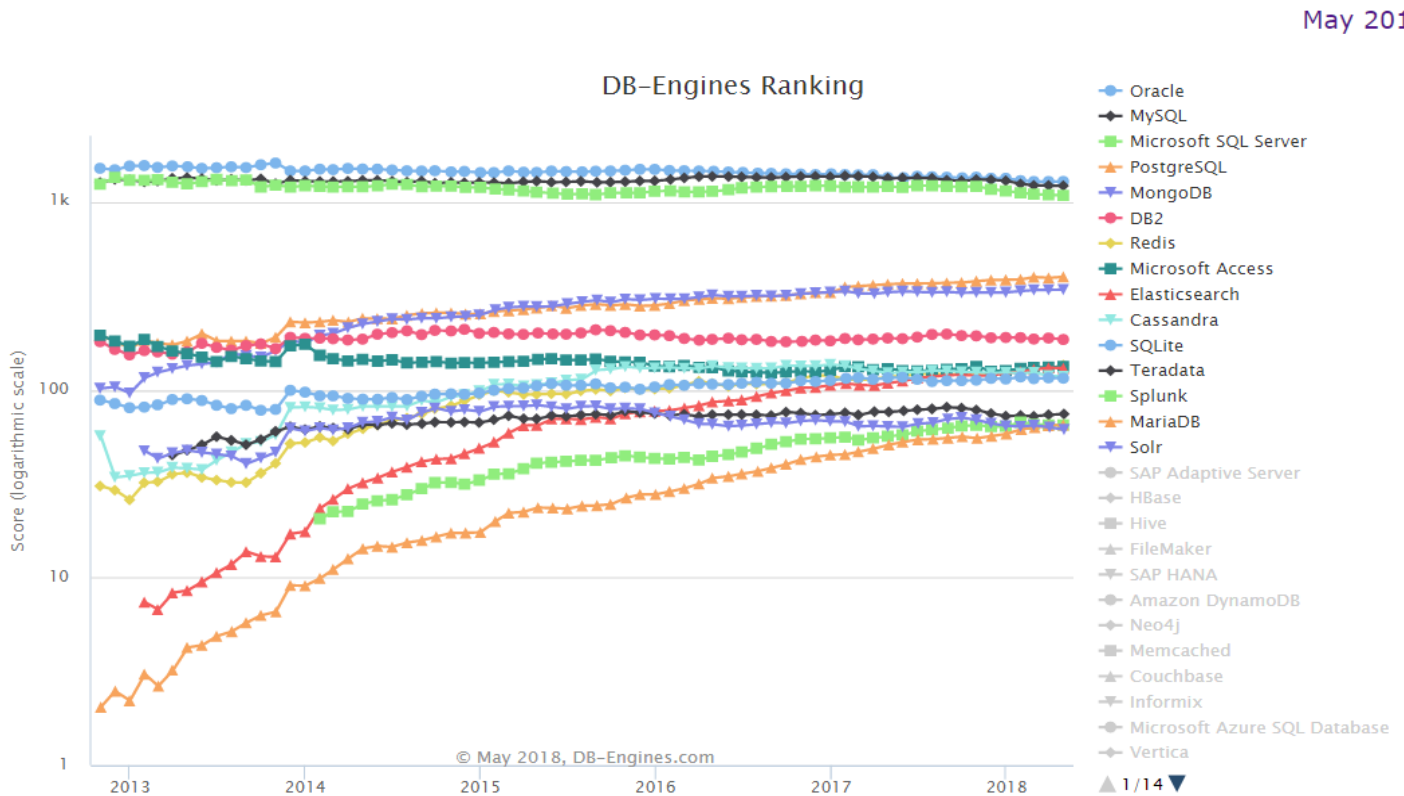


Figura 4 Fonte: (DB-Engines, Maio 2018)

3.2 Procedimento da Análise

Para a realização da análise de banco de dados relacional, foram escolhidos 3(três) SGBDs distintos que são os mais utilizados no mercado atual segundo (DB-Engines, 2018), utilizando a ferramenta de análise de Benchmark Factory for Databases.

De acordo com a definição do (Wiki, 2018) “Em computação, benchmark é o ato de executar um programa de computador, um conjunto de programas ou outras operações, a fim de avaliar o desempenho relativo de um objeto, normalmente executando uma série de testes padrões e ensaios nele.”

Os SGBD e versões selecionados são: Oracle 12c, Mysql 5.4 e PostgreSQL 10.4. Todos instalados padrão com todas as configurações em *default* pelo fabricante. Especificação do servidor: Processador Intel E5504 2.00GHz com 8 núcleos, 32 Gigas de memória RAM e dispositivo de armazenamento do tipo sólido.

Com o *Benchmark Factory for Databases*, da empresa Quest pode-se implementar alterações no seu ambiente de banco de dados e reduzir os riscos de alterações planejadas do banco de dados (como *patches* e atualizações, migrações de sistema operacional, configurações e ajustes de máquina virtual). Além disso, a captura e reprodução de carga de trabalho proprietária oferece suporte aos SGBDS SQL Server e Oracle. O *Benchmark Factory for Databases* é um *software* pago, porém oferece uma licença *trial test* de trinta dias para que seja testado e avaliado.

Utiliza-se o *Benchmark* para medir o TPC-B que mede a taxa de transferência em termos de quantas transações por segundo um sistema pode executar. (TPC-B, 2018).

Utilizam-se quatro tabelas de banco de dados para os todos os testes que são auto incrementadas e preenchidas para realização dos testes fornecidos pelo software de Benchmark, o exemplo que ele oferece é um esquema de fábrica com filiais, caixa, contas e histórico simulando um banco de uma empresa.

```
1          CREATE TABLE b_branches  2          CREATE TABLE b_tellers
(
  bid INTEGER PRIMARY KEY,
  bbalance FLOAT NOT NULL,
  filler CHAR(88) NULL
)

3          CREATE TABLE b_accounts  4          CREATE TABLE b_history
(
  aid NUMERIC(18) PRIMARY KEY,
  bid INTEGER NOT NULL,
  abalance FLOAT NOT NULL,
  filler CHAR(84) NULL
)

(
  tid INTEGER PRIMARY KEY,
  bid INTEGER NOT NULL,
  tbalance FLOAT NOT NULL,
  filler CHAR(84) NULL
)

(
  tid INTEGER PRIMARY KEY,
  bid INTEGER NOT NULL,
  aid NUMERIC(18) NOT NULL,
  delta FLOAT NOT NULL,
  xtime DATETIME NOT NULL,
  filler CHAR(22) NULL
)
```

Índices utilizados.

```
CREATE UNIQUE INDEX pi_b_branches_bid ON b_branches (bid)
CREATE UNIQUE INDEX pi_b_tellers_tid ON b_tellers (tid)
CREATE UNIQUE INDEX pi_b_accounts_aid ON b_accounts (aid)
```

Algumas características configuradas para o *Benchmark* TCP-B: foram geradas em torno de 7 Gigabytes e testados com 1, 2, 4, 8, 16 e 32 usuários acessando o banco de dados e efetuando transações, portanto simulando acessos simultâneos no banco.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os gráficos 1 PostgreSQL, 2 Oracle 12c e 3 MySQL 5.4 representam os resultados de cada banco, quantidade de linhas inseridas, as transações decorrentes das quantidades de usuários acessando o banco de dados e a velocidade de transferência de dados bytes/segundos.

Legenda:

User 1, 2, 4, 8, 16, 32.

BPS - bytes por segundos.

TPS - transação por segundo.

Rows- Quantidade de linhas inseridas.

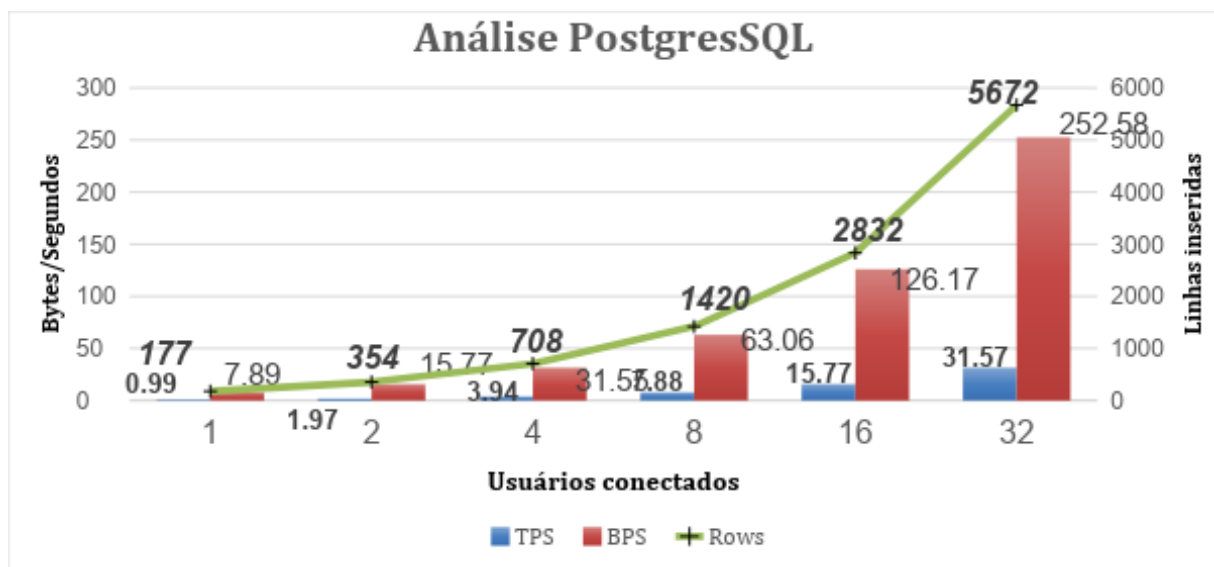


Gráfico 1 fonte: autor próprio

Demonstrado no gráfico 1, tem-se a melhor performance, com total de 5672 *inserts* e com final de 31,57 de transações efetuadas por segundo, sendo mais eficiente do que o Oracle 12c e MySQL 5.7, portanto ficando em primeiro lugar. Quando se tem 32 usuários acessando o banco e fazendo transações por segundos. Aos demais teste com 1, 2, 4, 8 e 16 usuários as diferenças não são tão significativas, portanto o PostgreSQL é bem melhor com multiusuários acessando comparados aos demais.

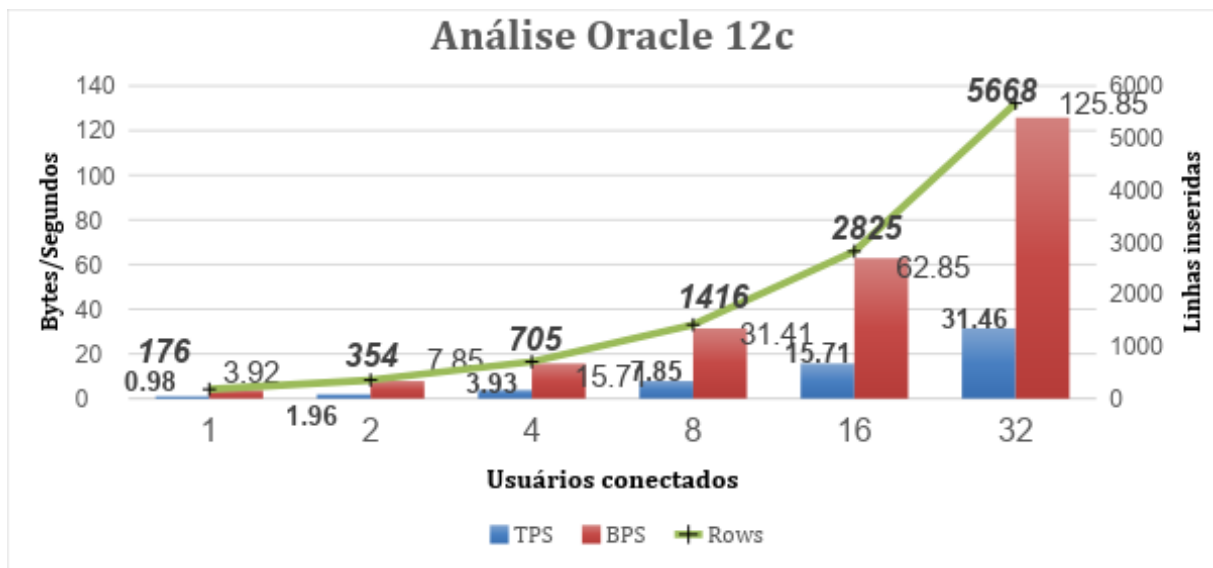


Gráfico 2 fonte: autor próprio

Evidenciado no gráfico 2, o Oracle 12c apresentou-se consistente igualmente ao PostgreSQL que mostrou mais eficiência com mais de 32 usuários, abaixo de 32 usuários o Oracle ficou quase equivalente a eficiência do seu concorrente, entre escolher entre esses dois SGBD seria pela vantagem que o Oracle oferece suporte da companhia 24 horas pelos 7 dias da semana, a escolha pelo open source com a comunidade ativa.

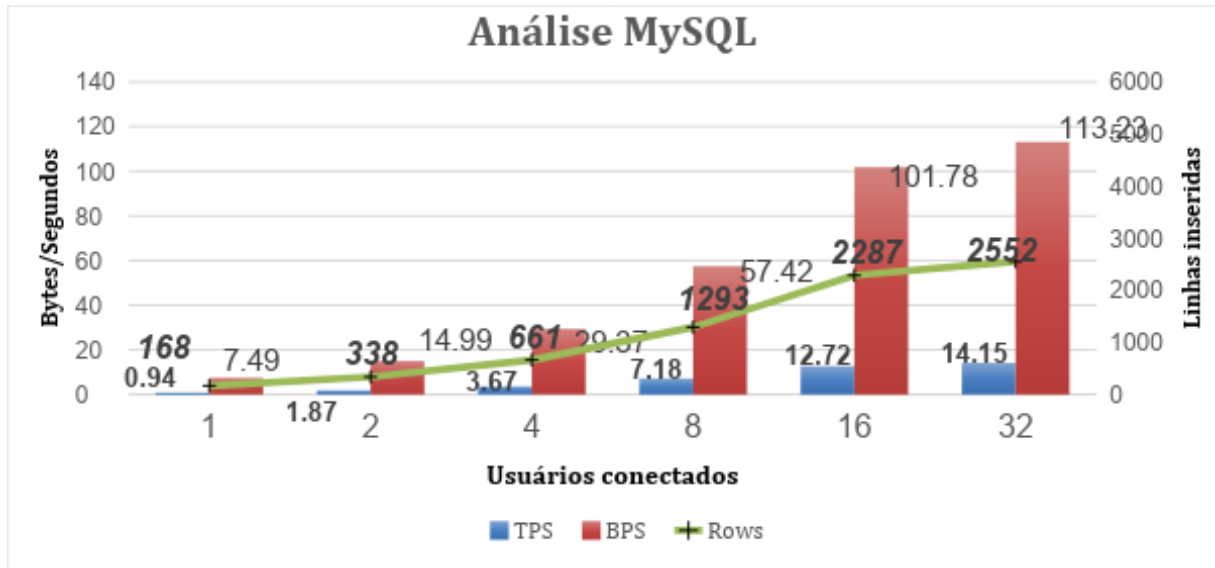


Gráfico 3 fonte: autor próprio

O MySQL foi o que mais apresentou perda de performance, a partir dos 16 usuários, os dados começaram a diminuir sua velocidade ao invés de aumentar, portanto ficando na terceira colocação. Foram feitos teste com até 64 usuários conectados, porém o MySQL parava de funcionar, após diminuir os testes para 32 usuários foi notado comprados aos demais a sua escala de crescimento não acompanhava.

Dados dos Benchmark.

Postgres			
User	TPS	BPS	Rows
1	0,99	7,89	177
2	1,97	15,77	354
4	3,94	31,55	708
8	7,88	63,06	1420
16	15,77	126,17	2832
32	31,57	252,58	5672

Tabela[01] fonte: Benchmark Factory for Databases

Oracle			
User	TPS	BPS	Rows
1	0,98	3,92	176
2	1,96	7,85	354
4	3,93	15,71	705
8	7,85	31,41	1416
16	15,71	62,85	2825
32	31,46	125,85	5668

Tabela[02] fonte: Benchmark Factory for Databases

MySQL			
User	TPS	BPS	Rows
1	0,94	7,49	168
2	1,87	14,99	338
4	3,67	29,37	661
8	7,18	57,42	1293
16	12,72	101,78	2287
32	14,15	113,23	2552

Tabela[03] fonte: Benchmark Factory for Databases

5 CONCLUSÃO

Para a realização deste trabalho, primeiramente foi realizado um levantamento teórico sobre a área de bancos de dados e a introdução dos SGBDs relacionais e os métodos de otimização mais comuns. Em seguida, um experimento foi realizado nesses SGBDs. Para isto, foram utilizadas as ferramentas de *benchmarking* de dados, uma tendo por base o modelo relacional e outra o modelo objeto-relacional, a fim de posteriormente estes modelos serem comparados.

A análise foi efetuada em conjunto com o software de *benchmark* dos principais SGBDs Oracle 12c, MySQL 5.7 e PostgreSQL 10.4, De acordo com as análises é visível o resultado entre os diferentes SGBDs, como se comportam e suas diferenças entre eles ficando com a classificação o PostgreSQL em primeiro, Oracle 12c em segundo e por fim MySQL em terceiro.

Notado que o MySQL foi o mais ineficiente entre os demais, na medição de *insert* de registro nas tabelas foi o que perdeu eficiência após os 16 usuários conectados, porém apresentou que suas transações por segundo levemente mais rápidas, porém com a quantidade dos dados menor de valores no banco de dados e de se esperar que tenha realmente uma transação mais rápida por conta de ter menos registros para fazer transações.

Após notar perda significativa de performance no MySQL Será feito uma nova análise do SGBD das versões MySQL 5.7 vs MySQL 8.0, já que a fabricante Oracle afirma que está cerca de até duas vezes mais rápido que sua versão anterior segundo (Oracle, 2018).

REFERÊNCIAS

- Abraham, S., Henry F, K., & S, S. (1999). *Sistema de bancos de dados*. Makron Books.
- Alessandro Pinto Carneiro, Julinao Lucas Moreira, André Luis Castro de Freitas1. (2011). *TUNING - Técnicas de Otimização de Banco de Dados*.
- Casanova, Marco Antonio, UNICAMP. (1999). *Princípios de Sistemas de Gerência de Bancos de Dados Distribuídos*. (l. d. Computação, Ed.)
- DATE, J. C. *Introdução a Sistemas de Bancos de Dados*, tradução da 7a. Edição Americana, Rio de Janeiro. Campus, 2000.
- DB-Engines. (21 de 05 de 2018). *DB-Engines*. Fonte: <https://db-engines.com/en/ranking>

ELMASRI, R. & NAVATHE, S. B. *Sistemas de Banco de Dados 4TM Edição*, São Paulo: Addison Wesley, 2005.

Legatti, E. (dezembro de 2014). Um pouco sobre índices invisíveis, disponíveis a partir do Oracle 11g.

Microsoft. (2014). *Índices de hash*. (Microsoft, Editor, & Microsoft). Acesso em 02 de 04 de 2018, disponível em Documentação Microsoft: [https://msdn.microsoft.com/pt-br/library/dn133190\(v=sql.120\).aspx#Consulte também](https://msdn.microsoft.com/pt-br/library/dn133190(v=sql.120).aspx#Consulte_também)

M. Tamer Özsu, Patrick Valduriez. (2011). *Systems, Principles of Distributed Database*. New York: Springer.

NEVES, Denise Lemes F. *PostgreSQL: Conceitos e aplicáveis*. São Paulo: ...rica, 2002.

Oracle. (22 de 05 de 2018). Fonte: MySQL: <https://www.mysql.com/>

Press, C. U. (2018). *Dicionário*. Inglaterra: Cambridge University Press.

Pedro de Araújo Coelho, J. J., Matheus Roberto Souza, M. S., & Pedro Henrique Rodrigues, P. M. (2018). Protótipo de Transmissão por Fibra Óptica. *JOUR*.

Pedro de Araújo Coelho, J. J., Matheus Roberto Souza, M. S., & Pedro Henrique Rodrigues, P. M. (2018). Protótipo de Transmissão por Fibra Óptica. *JOUR*.

TPC-B. (21 de 05 de 2018). Fonte: TCPTM: <http://www.tpc.org/tpcb/>

Wikipedia(27/04/2018).Fonte:Wiki:[https://pt.wikipedia.org/wiki/Benchmark_\(computa%C3%A7%C3%A3o\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Benchmark_(computa%C3%A7%C3%A3o))

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a minha força de vontade para que possa dar continuidade a uma iniciação ao mestrado, agradeço principalmente minha orientadora Adriana Rebouças que sempre esteve presente e ajudou tanto academicamente quanto no apoio como amigo quando precisei, coordenadora Thais Sampaio sempre disponível para aconselhamentos, uma referência de pessoa que irei seguir e um grande colega de faculdade Júlio César sempre disponível nas dúvidas que tinha e na ajuda em qualquer problema.

Ao Curso de Sistemas de Informação da Unichristus, às pessoas com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. A experiência de uma produção compartilhada em comunhão com amigos nesses espaços foi a melhor experiência de umas das conquistas acadêmicas.

A Relevância do Marketing como garantia de Acessibilidade para o mercado das Pessoas com Deficiência

Ana Carolina Maia de Carvalho¹
Larisse Oliveira Costa²
Ana Virginia Aragão Dantas Parente³

RESUMO

O artigo tem como objetivo identificar a importância do marketing como garantia de acessibilidade para o mercado das pessoas com deficiência nas lojas de Fortaleza. O estudo teve como foco saber onde está a parcela das pessoas com deficiência (auditiva, visual e física/cadeirantes), uma fatia do mercado ainda pouco explorada pelo marketing de varejo, como elas se sentem em relação a esse tipo de marketing e quais iniciativas, no segmento de shoppings centers na cidade de Fortaleza, estão sendo tomadas para acolher as pessoas com deficiência. A pesquisa teve como ferramentas o estudo exploratório, descritivo e qualitativo no qual a coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionários entre novembro de 2016 a janeiro de 2017. A análise constatou que o público das pessoas com deficiência não estão satisfeitas com o atendimento que lhes é prestado no varejo (lojas de shopping, rua e supermercado). Concluiu-se que o marketing de varejo ainda não se comporta como garantidor de acessibilidade, ao contrário, viola os direitos das pessoas com deficiência, pois a legislação (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) ainda não é cumprida.

Palavras-chave: Marketing. Varejo. Acessibilidade. Pessoas com deficiência.

ABSTRACT

The article aims to identify the importance of marketing to ensure accessibility to the market of people with disabilities in Fortaleza stores. The study had as focus knowing where is the share of people with disabilities (hearing deficiency, visual impairment and physical deficiency), a slice of the market still not very well explored by retail marketing, how they feel towards this kind of marketing and which initiatives, on the shopping malls in Fortaleza, are being taken to embrace people with disabilities. The research had as tools the exploratory, descriptive and qualitative study, in which all the data was collected by a quiz, applied between November of 2016 and January of

2017. The analysis verified that the public of people with disabilities are not pleased with the service that is being provided in retail (stores on the mall, street and supermarket). It was concluded that retail marketing still does not behave as an accessibility guarantor, on the contrary, violates the rights of people with disabilities, because the legislation (Brazilian Law of Inclusion of People with Disabilities) still is not fulfilled.

Keywords: Marketing. Retail. Accessibility. People with disabilities.

¹Graduação em Jornalismo pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Pós-graduada em Comunicação e Marketing em Mídias Digitais pelo Centro Universitário Estácio do Ceará e Pós-graduada em Gerência de Marketing pela Unichristus.

²Graduação em Comercio Exterior (UNIFOR, 2005). Mestrado em Logística e Pesquisa Operacional e Logística (UFC, 2008) e Estratégia e Estratégias (França, 2009). Doutorado em Logística pelo Centre de Recherche sur le Transport et la logistique – Cret-log, Aix Marseille Université (2013)

³Graduada em Pedagogia, pós graduada em Teorias Psicanalíticas (Faculdade Redentor, 2005), Psicopedagogia (Unichristus, 2005), Ciências da Educação (Uninta, 2008). Mestra em Educação pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias (Ulusófona, 2018).

1 INTRODUÇÃO

Acessibilidade diz respeito à facilidade de acesso, por este motivo muito ainda tem que se fazer para que a acessibilidade voltada para as pessoas com deficiência seja, no mínimo, satisfatória. Entretanto, historicamente muitas conquistas já foram realizadas e as mais comuns são: estacionamento para pessoas com deficiência, ônibus adaptado para cadeirantes, pisos táteis e rampas de acesso. Elas surgiram há pouco mais de uma década. Um dos problemas recorrentes é que alguns locais e transportes não as possuem, e isso se caracteriza como barreiras estruturais de arquitetura e engenharia. No varejo, destacam-se não só as barreiras arquitetônicas como também a barreira da invisibilidade.

Durante muito tempo, as pessoas com deficiência foram consideradas à margem da sociedade, excluídas nas relações de consumo. Essa exclusão ainda pode ser verificada na atualidade. O deficiente não é visto como público-alvo pela maioria das lojas, shoppings, restaurantes, mercado de varejo no geral. Em um passeio atento pelos shoppings, pode-se perceber que as vitrines das lojas são

acima da altura do olhar do cadeirante, faltam provadores adaptados, intérpretes de libras, vendedores capacitados para atender as pessoas com deficiência, entre outros. Essa ausência de acessibilidade alcança não só o marketing comercial como também o marketing eleitoral, sendo esta uma questão grave, pois fere o direito constitucional do deficiente de poder escolher consciente a quem dar o voto. Um deficiente auditivo, por exemplo, não tem condições de avaliar e escolher o seu representante, pois nas campanhas poucos são os intérpretes de libras.

No geral, as campanhas de marketing, sejam quais forem, pouco abordam essa fatia do mercado. No ano de 2016, o Brasil foi o país sede das Olimpíadas e, conseqüentemente, das Paralímpadas. Segundo o Portal Oficial das Paralímpadas (2016), as competições entre as pessoas com deficiência começaram após a Segunda Guerra Mundial devido à quantidade dos feridos e mutilados da guerra. As competições evoluíram, o esporte, antes utilizado apenas como incentivo para tratamento das lesões dos feridos e mutilados da guerra passou, a ser meta, e, então, em 1960, surgiu a primeira edição dos Jogos Paralímpicos em Roma, na Itália, com 400 inscritos.

O ano de 2016 foi marcado pela realização dessa competição no Brasil. O saldo em medalhas (14 de ouro, 29 de prata, 29 de bronze) rendeu ao país o oitavo lugar e um total de 72 medalhas. Além disso, maior destaque aos atletas, porém as fragilidades no que diz respeito à acessibilidade das pessoas com deficiência também foram destaque; não só em relação aos atletas quanto ao público, também formado por pessoas com deficiência. (Portal Oficial das Paralímpadas, 2016).

Seja em grandes eventos como em pequenas ações do dia a dia, tais como: comprar uma roupa, assessório ou simplesmente ver um filme, a falta de acessibilidade é notória. Desta forma, o marketing de varejo, em muitos casos, não está atento à essência do marketing no que diz respeito às pessoas com deficiência, pois não consegue ver, ou simplesmente ignora o ponto de vista desses consumidores.

Este trabalho pretende investigar acerca de onde se localiza a parcela da população, uma fatia do mercado ainda pouco explorada pelo marketing de varejo, como ela se sente em relação a esse tipo de marketing e quais iniciativas, no segmento de shoppings centers na cidade de Fortaleza, estão sendo tomadas para acolher as pessoas com deficiência.

Portanto, pretende-se entender de que forma o marketing de varejo pode ser utilizado como ferramenta de promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, além de identificar quais lacunas existem entre o marketing de varejo e a pessoa com deficiência que sejam capazes de impedir a relação de consumo.

2 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida trata-se de uma abordagem qualitativa, bibliográfica, exploratória e descritiva. O estudo constou da aplicação de 18 questionários, seis com deficientes visuais, auditivos e físicos/cadeirantes, entre 18 e 54 anos, residentes em Fortaleza, que possuem poder de compra.

O universo da investigação constitui-se de lojas de varejo dos shoppings, rua (Av. Monsenhor Tabosa) e supermercados. A coleta de dados da pesquisa se deu entre novembro de 2016 a janeiro de 2017. O instrumento utilizado foi um questionário, com as mesmas perguntas para os três tipos de deficiência, desenvolvido com nove perguntas, as quais objetivam definir o posicionamento demográfico, além das atitudes, interesses e opiniões sobre a acessibilidade, ou a ausência dela, no marketing de varejo (lojas, shoppings e supermercados).

O instrumento teve como propósito identificar o hábito de consumo das pessoas com deficiência e se elas se sentiam, ou não, contempladas ao ir às compras.

Fez-se, ainda, a aplicação de um questionário com o setor de relações institucionais do shopping Rio Mar, visto ser este uma referência de acessibilidade, e único a possuir *Hand Talk* (uma plataforma digital que usa a tecnologia 3D e traduz as informações para a linguagem de sinais/libras, além de possuir legenda em português, o que o torna um terminal de atendimento para deficientes auditivos), em Fortaleza. Este outro instrumento de coleta compunha-se de quatro perguntas sobre a importância que o estabelecimento atribui à acessibilidade das pessoas com deficiência.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Marketing

Muito se ouve falar em acessibilidade. O termo “acessibilidade” surgiu no final da década de 40 para destacar os serviços de reabilitação física para as

peças com deficiência (SASSAKI, 2006). Depois de sete décadas e muita luta, as pessoas com deficiência estão sendo vistas pela sociedade em geral de uma forma menos preconceituosa, mas nem tão inclusiva e acessível assim.

O marketing ainda é visto por muitas pessoas como ferramenta de criação de desejos desnecessários, ou seja, uma ferramenta que cria “necessidades” (leia-se desejos) que, de fato, o ser humano não tem, como, por exemplo: “sede de Coca-Cola”. A necessidade é beber algo para matar a sede que vira desejo quando, para matar a sede, só funcionará a Coca-Cola.

O objetivo do marketing é identificar necessidades não satisfeitas, tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas, a empresa deve procurar desenvolver produtos e serviços que atendam as necessidades de cada público consumidor. Deve ainda melhorar a qualidade de vida das pessoas em geral (COBRA, 2015, p. 8).

Ao analisar essa definição de Cobra (2015), é possível notar que as pessoas com deficiência não estão inseridas no marketing de varejo de forma ampla, em alguns segmentos. Como será possível constatar mais adiante, elas estão contempladas de forma satisfatória.

Kotler (2015, p. 4) afirma que o marketing é “um processo administrativo e social pelo qual indivíduos e grupos obtêm o que necessitam e desejam por meio da criação, da oferta e da livre troca de produtos e serviços de valor com outros”. Por este conceito, as pessoas com deficiência não fazem parte do marketing que na essência busca gerar sensações e realizá-las.

O marketing como forma de agir agrada a maior parte da população que tem poder aquisitivo para realizar compras, mas deixa de considerar outra grande parcela, que também tem o mesmo poder aquisitivo, mas não é valorizada. Com isso, a empresa precisa segmentar quem será, de fato, seu público-alvo.

3.2 Segmentação de mercado

As pessoas com deficiência, por muitas vezes, foram colocadas à margem da sociedade, como pessoas não saudáveis e/ou incapazes, não sendo, por isso, representadas. No entanto, não se pode deixar de levar em conta o fato de as pessoas com deficiência representarem uma categoria de consumidores.

Segundo Kotler e Armstrong (2015, p.4), marketing “é um processo administrativo e social pelo qual indivíduos e organizações obtêm o que necessitam

e desejam por meio da criação e troca de valor com os outros”. Com base nessa frase de Kotler, é possível perceber que há um equívoco em vários segmentos do marketing para as pessoas com deficiência.

O segmento que mais se aproxima do conceito de marketing citado acima é o voltado para venda de cadeiras de rodas, aparelhos auditivos, bengalas para deficientes visuais, entre outros, que os ajudam a conviver com suas limitações, mas, apesar disso, não ajuda de forma representativa na inclusão.

De acordo com pesquisa feita em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mais de 1,3% da população brasileira tem algum tipo de deficiência física.

Para Cobra (2015, p.139), a segmentação de mercado pode ser realizada com produtos diferenciados para cada um dos segmentos deste mesmo mercado. Isso viabiliza acessar diferentes nichos de mercado em que o valor percebido do produto é importante.

É possível observar a importância do valor percebido do produto no setor automobilístico. Ele oferece várias opções de carros adaptados para as pessoas com deficiência. De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI):

As pessoas com deficiência possuem impedimentos de longo prazo sejam eles de natureza física, intelectual (mental), ou sensorial (visão e audição) os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (LBI, 2015, online).

O setor automobilístico acompanhou a evolução do conceito da pessoa com deficiência e da visão da sociedade em relação a ela, pensando, inclusive, na oportunidade de vendas.

Kotler e Armstrong (2015, p.34) dizem que essa é uma estratégia de marketing concentrado ou marketing de nicho. “Em vez de perseguir uma pequena participação em um grande mercado, a empresa busca uma grande participação em um ou em alguns poucos segmentos ou nichos.”

As pessoas com deficiência são favorecidas pela Lei 8.989 que lhes permite comprar carros isentos do IPI e IOF. Para ilustrar, citam-se algumas marcas como: Chevrolet, Renault, Honda e Toyota. Elas já fabricam carros adaptados.

O site da Chevrolet possui um menu com temas. Dentre eles, um chamado 'venda direta'. Nele se encontra um *link* para várias páginas de segmentos específicos e um deles é o das pessoas com deficiência no qual se destaca a seguinte informação:

Para a Chevrolet, uma sociedade ideal é construída através do respeito e da cidadania e, também, por meio da igualdade de oportunidades oferecidas às pessoas. Pessoa com deficiência, condutor ou não condutor, sempre vai encontrar uma excelente opção de veículo com isenção de impostos e descontos de fábrica, para atender as suas necessidades de mobilidade, seja para exercer suas atividades de trabalho, lazer ou transporte. (site da Chevrolet, 2016)

Pode-se afirmar que uma parcela das indústrias está preocupada em fazer, sim, um marketing "inclusivo", pois estão a tornar, mesmo que aos poucos, as pessoas com deficiência parte da relação de consumo. Contudo, não se pode esquecer que esse marketing tem como um dos objetivos o lucro e vê nas pessoas com deficiência uma boa parcela do mercado que tem facilidades, fornecidas por lei, para comprar um veículo de forma mais em conta.

Para Cobra (2015, p. 473):

o objetivo maior da segmentação de mercado é identificar diferenças entre grupos de consumidores que permitam que a empresa decida concentrar-se na satisfação das necessidades de um ou mais de um desses grupos e, dessa forma, aumentar a probabilidade de elevação da eficiência.

As indústrias automobilísticas conseguiram atingir esse objetivo não só cumprindo a lei como também despertando nas pessoas com deficiência física e auditiva interesse para adquirir o produto não apenas como algo de necessidade como também de afeto. A esse respeito, Oliveira (1991, p.255) diz:

Sem dúvida, um dos exemplos clássicos de segmentação é o da indústria automobilística. São vários modelos voltados para diferentes grupos de consumidores; uns apelam para o conforto, outros para a segurança, economia, outros ainda para o status, mas todos, seja qual for o posicionamento, estão satisfazendo a função fundamental de transporte. A diferença é que a demanda se manifesta por diferentes requisitos, que completam a satisfação das necessidades de uma função.

O Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência do Ceará classifica, por meio da Lei 13. 393, de 31 de outubro de 2003, os tipos de pessoas com

deficiência, a saber: deficientes físicos - os que possuem perda ou redução da capacidade motora; deficientes auditivos - os que possuem perda total ou parcial da audição, tendo limitadas suas atividades sociolaborativas; deficientes mentais - os que adquiriram deficiência no âmbito da cognição em geral, deficientes visuais - os que possuem perda total ou parcial da visão, encontrando-se limitados no desenvolvimento de suas atividades sociolaborativas; deficientes orgânicos - os que, em decorrência de problemas orgânicos, apresentam algum tipo de limitação, eles precisam de atenção especial do Estado e de políticas específicas; e os deficientes múltiplos - pessoas que apresentam duas ou mais deficiências.

A definição do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência do Ceará serve como base para se confirmar claramente um nicho de mercado bastante específico e amplo.

Notadamente, é um perfil de segmentação de mercado que “em resumo, é a ação de identificar e classificar grupos distintos de compradores que apresentam comportamentos de compra relativamente homogêneos.” (COBRA, 2015, p. 138). Por meio dessa técnica, pode-se entender melhor o público e a comunicação a ele destinada, o que gera possibilidade de as empresas receberem, inclusive, maior retorno financeiro.

Segundo Richers, é preciso entender o que é segmentação e o porquê se faz necessário fazê-la.

Segmentar por segmentar nada adianta. É preciso haver motivações e objetivos claros, tais como o desejo de cortar custos (por exemplo, de distribuição e de publicidade), de tirar maior proveito de inovações tecnológicas, de angariar vantagens competitivas ou de buscar melhores resultados operacionais e financeiros através da adaptação de produtos a segmentos predefinidos. (RICHERS, 1991, p. 144).

Como segmento, dentro do universo das pessoas com deficiência, de que forma os deficientes físicos, auditivos e visuais que possuem a capacidade de responder por eles mesmos, sendo assim protagonistas de duas próprias histórias, são contemplados pelo marketing, já que uma das fatias de mercado são exatamente os clientes, representados pelo mercado consumidor? Para Kotler (2015), esse mercado é composto por indivíduos e famílias que compram bens e serviços para consumo pessoal.

Esta pesquisa não aborda o comportamento de consumidores como os deficientes mentais, orgânicos e múltiplos, pois, para pessoas com esse tipo de deficiência, é necessária a ajuda de um terceiro.

Segundo COBRA (2015, p. 143), “a vantagem de atuar em nichos de mercado é, inicialmente, a redução do poder de barganha dos clientes, uma vez que a concorrência é menos influente nesses segmentos”.

Se for retirado o mercado automobilístico, o segmento de varejo é pouco explorado, pelo menos em Fortaleza; o que prova a importância de valorizar esse nicho de mercado demarcado, mas pouco explorado. De acordo com Kotler (2015), é bom não limitar a análise de segmentação e sim usar bases múltiplas de segmentação para conseguir identificar grupos-alvo mais detalhadamente.

Os grupos-alvo são menores, porém representativos, com necessidades e/ou desejos específicos. Desta forma, as pessoas com deficiência representam um nicho de mercado bastante expressivo.

3.3 Comportamento do consumidor

Pouco se vê pessoas com deficiência indo às compras, nos shoppings ou em atividades que as façam exercer o seu poder de compra. Há 25 anos, criou-se a lei que integra as pessoas com deficiência no mercado de trabalho, mas a aplicação dessa lei ainda é mínima.

Em outras palavras, comportamento do consumidor envolve os pensamentos e os sentimentos que as pessoas experimentam e suas ações no processo de consumo. Inclui também todas as coisas no ambiente que influenciam esses pensamentos, sentimentos e ações, tais como comentários alheios, propagandas, informações sobre preço, embalagem, aparência dos produtos e muitos outros. (Peter; Olson, 2010, p. 5)

É notável o aumento de pessoas com deficiência na prestação de serviço como supermercados, secretarias de instituições de ensino. No entanto, ainda são poucos os que conseguem êxito acadêmico e de destaque em funções de nível superior.

De acordo com o Portal Brasil (2016), muitas empresas ainda não seguem a Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, pois, se seguissem e destinassem um percentual das vagas às pessoas com deficiência, o número

desse público fora do mercado de trabalho seria bem menor. Esse também é um fator que pode excluir a pessoa com deficiência de ser um público-alvo desejável, dado que, sem poder aquisitivo, mesmo com nicho de mercado bastante delimitado, o marketing não conseguiria reverter em lucro a relação de consumo.

O comportamento do consumidor envolve interações entre pensamentos, sentimentos e ações das pessoas e seu ambiente. Por isso, os profissionais de marketing precisam compreender que significado têm os produtos e as marcas para os consumidores, o que estes precisam fazer para comprá-los e usá-los e o que influencia o ato de fazer compras, a compra em si e o consumo. (Peter; Olson, 2010, p. 8)

Mesmo com uma grande parcela fora do mercado, existem pessoas que adquiriram deficiência - as motoras são as mais comuns - depois da vida já estabilizada. Esse público não possui um ambiente confortável para fazer compras.

Para Kotler e Armstrong (2015, pág. 159), “uma necessidade se torna um motivo quando alcança um certo nível de intensidade. Um motivo (ou impulso) é uma necessidade suficientemente forte para fazer com que a pessoa busque satisfazê-la.”

Para ilustrar, serão utilizados apenas três tipos de deficiência: visual, física, auditiva. As campanhas de marketing não são voltadas para esse público, principalmente o de deficientes visuais e auditivos, pois as campanhas não possuem audiodescrição ou janela em libras. Assim, o cego ouve, mas não consegue imaginar a peça; o surdo vê, mas não consegue entender o que se está, de fato, querendo comunicar.

E isso compromete a qualidade do serviço. Para Cobra (2015, p. 233), “a qualidade do serviço se refere à expectativa e ao valor percebido da qualidade do serviço oferecido. Em outras palavras, é o fator determinante da satisfação ou insatisfação do consumidor.”

Geralmente, o deficiente físico consegue entender a mensagem partindo do ponto que essa *persona* vê e ouve, porém, quando vai efetivar a compra, se depara com a barreira da falta da acessibilidade. Não há provadores adaptados, as vitrines não são no nível da visão da *persona*, além dos mostradores e entre outros.

Existe uma série de barreiras físicas e de comunicação para chegar a atingir esse nicho de mercado. Desta forma, os deficientes precisam contar com o auxílio de outra pessoa (parentes, amigos e demais), para que se efetive a compra. Caso

não queiram lidar com a ajuda de terceiros, a compra com a presença deles é facilmente dispensada.

É preciso descobrir quais são as necessidades e desejos de cada cliente a fim de saber o que oferecer para satisfazê-lo, seja por meio de produto ou de serviço. É importante descobrir o que cada cliente busca em um produto ou serviço, ou seja, o que tem valor para ele. A necessidade do cliente deve ser vista do ponto de vista desde e não da óptica do fornecedor. (COBRA, 2015, p. 27).

O ponto de vista das pessoas com deficiência não é levado em consideração na maior parte das campanhas de marketing, principalmente no marketing de varejo. Mesmo que o público possua o poder de compra, o desejo do cliente, pessoa com deficiência, não é colocado como prioridade, o que o leva, muitas vezes, a desistir de exercer o seu poder de compra.

3.4 Marketing de varejo

O varejo, conforme Casas (2000), é uma comercialização a consumidores finais, ou seja, uma forma de venda a clientes em potencial. Nessa perspectiva, pode-se entender que existem vantagens no comércio varejista como, por exemplo: o local onde a loja física está situada possuir espaço para estacionamento, entre outros.

O cliente, ao entrar numa loja, não está apenas atrás de produtos, mas também de bom atendimento, visto que os produtos muitas vezes são encontrados em diversos lugares. Portanto, a prestação de serviços é um benefício passível de diferenciação. Um bom atendimento pode ser determinante para o futuro do lojista. (Casas, 2000, pág. 216)

Os shoppings foram um grande diferencial no comércio varejista porque conseguiram concentrar muitas atividades em um único local. Casas (2000) acredita que, por meio da evolução histórica do varejo no Brasil e em outros países, é possível fazer a relação direta ao cenário em que se assentam à infraestrutura das cidades. Acredita, ainda, que é necessário principalmente uma concentração mercadológica e isso pressupõe a existência de pessoas, dinheiro, autoridade e disposição para comprar. As pessoas com deficiência podem até possuir tais atributos, mas não encontram fácil acesso para exercer seu poder de compra.

Para Cobra (2015), a qualidade do serviço se refere à expectativa e ao valor percebido da qualidade do serviço oferecido. Em outras palavras, é o fator determinante da satisfação ou insatisfação do consumidor.

A pesquisa não busca entrar no mérito e detalhar as lojas de departamentos, independentes, em cadeia, supermercados, entre outros. O objetivo é olhar para o comércio varejista de forma ampla e identificar os motivos pelos quais não existe a preocupação com o nicho das pessoas com deficiência, tendo em vista que:

A satisfação do cliente depende do desempenho que ele percebe do produto em comparação com suas expectativas. Se o desempenho não corresponde às expectativas, o comprador fica insatisfeito. Se corresponde às expectativas, ele fica satisfeito. E, se excede as expectativas, ele fica altamente satisfeito ou encantado. (KOTLER, ARMSTRONG, 2015, p. 13).

Desta forma, buscou-se entender, por meio dos três públicos expostos nessa pesquisa (deficientes físicos/cadeirantes, visuais e auditivos), o nível de satisfação, ou não, deles em relação à prática de consumo no marketing de varejo. Neste artigo, apresentam-se os resultados e as análises dos questionários aplicados que possibilitarão uma compreensão real do comportamento dos consumidores com deficiência.

4 ANÁLISE DA PESQUISA

Neste tópico serão analisados os resultados do estudo com base na pesquisa de campo que foi realizada. A pesquisa investigou três tipos de pessoas com deficiência: visual, física e motora (cadeirantes). Ao todo, foram 18 pessoas, entre elas, 13 homens e 5 mulheres com idade entre 18 a 54 anos, cujo grau de escolaridade varia entre ensino médio incompleto a pós-graduação completa, todos da região de Fortaleza.

Os entrevistados serão numerados de 1 a 18, e uma letra indicará a deficiência correspondente a cada entrevistado, sendo “v” visual, “a” auditiva e “m” motora. O questionário foi composto por 9 perguntas, as mesmas para os três tipos de deficiência, sobre hábitos de compra e o tipo de experiência dos entrevistados no marketing de varejo em relação à acessibilidade ou ausência dela.

Houve também uma pesquisa aplicada com um questionário com o setor de relações institucionais do shopping Rio Mar. Tal instrumento compunha-se de quatro perguntas sobre a importância que o estabelecimento atribui à a acessibilidade das pessoas com deficiência.

Serão analisadas, a seguir, as respostas obtidas pela pesquisa realizada. A primeira pergunta do questionário para as pessoas com deficiência foi se elas costumam ir às compras. Todos os questionários aqui analisados apresentam resposta afirmativa a essa pergunta.

Quadro 1 - Quais as maiores dificuldades que você encontra ao fazer compras?

1 A	Em lojas. Quando vou procurar o tamanho da peça e a atendente não entende, tenho que usar gestos ou escrever no celular.
1 M	Em lojas de shopping, os provadores não são adaptados e, em lojas de rua, a cadeira não entra.
1 V	Vendedores despreparados para atender às necessidades das pessoas com deficiência.
2 V	Em relação às cores, se estão combinando.
5 A	Falta de comunicação e a falta de preparo para atender uma pessoa com deficiência.
2 M	Tenho dificuldade com a altura das prateleiras.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Pelas respostas, pode-se perceber que as barreiras em relação às pessoas com deficiência são comuns: falta de comunicação, despreparo dos atendentes e dos locais são marcas de falta de acessibilidade, não só com barreiras estruturais como de pessoal.

De acordo com Kotler e Armstrong (2015, p. 159), “as escolhas de compra de uma pessoa também são influenciadas por quatro importantes fatores psicológicos: motivação, percepção, aprendizagem e crenças e atitudes.” Desta forma, é possível perceber que, quando não há esses fatores psicológicos agindo de forma positiva, não existe motivação para compras, como se pode observar nas respostas da questão a seguir.

Quadro 2 - Você já desistiu de comprar algo por não se sentir incluído no ambiente?

3 M	Sim. Sempre há um detalhe que impede o acesso total aos locais.
6 A	Sim. Me senti menosprezado e lesado diante do meio.
4 V	Sim. Já cheguei em lojas e procurei atendimento e não obtive.
3 V	Sim e não só pelos vendedores.

3 A	Às vezes.
6 M	Já desisti por falta de acessibilidade atitudinal.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Essa questão destaca que, mesmo que exista um mercado-alvo específico, as pessoas com deficiência não têm as necessidades atendidas como deveriam, pois falta investimento do marketing de varejo em fazer com que essa parcela da população se sinta contemplada e realizada para que possa exercer a sua cidadania como qualquer outra pessoa.

Silk (2008, p. 58) afirma que “a ‘voz’ do cliente deve ser ouvida em toda a organização, dado que praticamente todas as decisões tomadas dentro dela afetam direta ou indiretamente esses objetivos”.

É possível comprovar que a voz das pessoas com deficiência não é ouvida porque a ausência de acessibilidade no marketing de varejo é comprovada por elas mesmas.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) garante punição para quem pratica, induz ou incita discriminação em relação às pessoas com deficiência. Casos como esses podem ser considerados discriminatórios, principalmente o fato de a pessoa com deficiência se sentir menosprezada e lesada diante do meio, assim como no quadro anterior. O Art. 88 da LBI informa que a pena de reclusão é de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.

Quadro 3. Você acha que falta acessibilidade no marketing de varejo? Justifique.

4 M	Quase todas as lojas, shoppings não são acessíveis. Fortaleza não está preparada para as pessoas com deficiência.
6 A	Falta sim. Merecemos um tratamento digno.
4 V	Sim, pois não veem as pessoas com deficiência como potenciais consumidores. Não lembram de colocar braile nos produtos, utilizar meios tecnológicos de disponibilizar as descrições dos produtos, nas propagandas...
6 V	Falta, sim. As propagandas possuem um conteúdo visual chamativo, apelativo, o que, para nós, deficientes visuais, acaba sendo insignificante, quando não existe nenhum tipo de descrição.
1 A	Sim. Não conheço nenhuma loja em Fortaleza com intérprete de libras ou alguém capacitado para nos atender
5 M	Sim. Não consigo ver as placas de valores das peças.

Fonte: Pesquisa de campo (2016)

É possível perceber que a segmentação de mercado existe, mas não é bem explorada.

Bemvenuti (1991, p.37) demonstra que:

se os fatores determinantes da segmentação são, entre outros, a forma como as pessoas pensam, sentem e vêem o mundo, o homem de marketing ou de comunicação precisa se aperceber do funcionamento do cérebro, suas preferências e de que forma as informações são por ele processadas, facilitando assim a identificação e compreensão dos segmentos e uma melhor adequação do marketing mix.

Desta forma, é possível perceber que o “homem de marketing ou de comunicação” não está atento em alcançar e agradar a(o) segmento das pessoas com deficiência. A questão a seguir mostra, por meio de sugestões, o grau de insatisfação das pessoas com deficiência em relação ao marketing de varejo.

Quadro 4. Quais atitudes você recomendaria que os shoppings, supermercados, lojas e afins tivessem para melhorar a acessibilidade e inclusão?

3A	O meu sonho é que, em qualquer estabelecimento que eu fosse, as pessoas me atendessem em língua de sinais, porque todo mundo quer ser bem atendido na sua língua. As pessoas têm interesse em aprender línguas estrangeiras e não aprendem a de sinais; que colocassem um tradutor online, respeitassem a lei.
1A	Usassem todos os tipos possíveis de recursos de acessibilidade. Exemplos: placas em braile, pisos táteis, produtos de reconhecimento em áudio, entre outros
2M	Eu sugiro que vivam a experiência. Senta numa cadeira e faça o teste. Você com certeza terá outra visão.
4V	Treinar e disponibilizar funcionários para ajudar as pessoas com deficiência em suas compras. Para os produtores, falta lembrar de disponibilizar acessibilidade em seus produtos, os quais deveriam ter manuais e embalagens acessíveis.
2A	O primeiro passo é paciência para tentar a comunicação. As pessoas estão mais atentas a linguagem de sinais; se as empresas incentivarem e tiverem interesse, tudo pode ser melhor.
4M	Nos shoppings, eu recomendaria mais acessibilidade nas lojas, principalmente de roupas e calçados; que tivesse mais espaço no provador. Nos supermercados, que as prateleiras sejam mais baixas, na altura que os cadeirantes possam alcançar.

Fonte: Pesquisa de campo (2016).

Ao analisar a opinião das pessoas com deficiência nas quatro perguntas aqui expostas, é possível perceber que um investimento simples como funcionários que saibam linguagem de sinais, produtos que venham com embalagem também em braile, mudanças de disposição de mostruários, adaptação nos provadores e o

simples ato de ter paciência com o cliente já tornaria mais acessível o marketing de varejo para as pessoas com deficiência.

A Lei Brasileira de inclusão faz exigências no que diz respeito à acessibilidade e ao prazo para a adequação a essa lei é até o final do ano de 2017.

A pesquisa aplicada com o setor de relações institucionais do shopping Rio Mar consistiu em compreender a importância que o estabelecimento dá para a acessibilidade das pessoas com deficiência. Ele foi escolhido por ser referência de acessibilidade, já que é o único em Fortaleza a possuir Hand Talk (uma plataforma digital que usa a tecnologia 3D e traduz as informações para a linguagem de sinais/libras, além de possuir legenda em português, o que o torna um terminal de atendimento para deficientes auditivos).

Quadro 5. O Rio Mar se preocupa com o nicho das pessoas com deficiência? Se sim, quais iniciativas o shopping realiza que promove a acessibilidade e inclusão desse público?

Relações Institucionais Rio Mar	Sim. O shopping desde sua concepção arquitetônica tem premissas que contemplam o atendimento a pessoas com deficiência, com piso podátil (tátil), elevadores com acessos a todos os pisos e banheiros adaptados, vagas preferenciais próximas às entradas principais, além de cortesia de cadeiras de rodas convencionais e quadriciclos elétricos para que os clientes circulem com mais agilidade pelo Shopping. O Rio Mar realiza também o agendamento de cadeiras de rodas que são entregues ao cliente no local e horário solicitado em sua chegada ao shopping.
---------------------------------	---

Fonte: Próprio pesquisador (2017).

É possível notar que, nesse estabelecimento, as barreiras arquitetônicas, no que diz respeito a estrutura geral do shopping, e não às lojas, são minimizadas. A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), nesse aspecto, é respeitada. Essa atitude cumpre um dos papéis do varejo que, segundo Cobra (2015, p.270), “vende emoções a preço justo e procura paparicar seus clientes proporcionando todo tipo de conveniências.”, aqui relatadas como as cadeiras de rodas de cortesia, quadriciclos elétricos, entre outros.

Porém, no quadro seguinte, é possível ver a ausência de gerência sobre as lojas que fazem parte do shopping, o que não garante a acessibilidade de forma unificada.

Quadro 6 – Existe algum planejamento para que as lojas sejam estruturalmente acessíveis como, por exemplo: tamanho das portas, provadores, altura dos cabides, piso tátil?

Relações Institucionais Rio Mar	Cada loja possui o seu projeto próprio, onde (VAMOS MANTER, ENTÃO, O USO DO ONDE.) orientamos os lojistas para essas devidas adequações. Professora a resposta veio de lá assim.
---------------------------------	---

Ou seja, o lojista, apesar da LBI, que ainda não é obrigatoriamente cobrada, tem liberdade de fazer o projeto livremente, o que acarreta, em muitas vezes, na exclusão do público formado pelas pessoas com deficiência. E isso vai de encontro ao que Kotler e Armstrong (2015) chamam de visão significativa do mundo. Para eles, essa visão se dá a partir da percepção que é a seleção, organização e interpretação das informações.

Quadro 7 – Em relação aos funcionários do shopping, eles têm alguma capacitação para atender as pessoas com deficiência física, visual e auditiva?

Relações Institucionais Rio Mar	Sim. Nossos funcionários são treinados e capacitados para oferecer o melhor atendimento e com muita hospitalidade aos clientes do shopping.
---------------------------------	---

É possível perceber que o shopping oferece treinamentos e capacitações em relação a atendimento, mas não cita específicos para as pessoas com deficiência. Isso vai de encontro ao conceito sobre o verdadeiro papel do marketing que, na visão de Cobra (2015, p.04), “é administrar a demanda de bens e serviços, estimulando o consumo de um bem ou serviço que, por suas características intrínsecas, atenda a necessidade e desejos específicos de determinadas pessoas.”

Quadro 8 – A pessoa com deficiência é um público que o Rio Mar contempla ou pretende contemplar? Por quê ?

Relações Institucionais Rio Mar	Respondida na primeira questão. (nesse caso no quadro 5)
---------------------------------	--

É possível perceber que, mesmo que ainda embrionário, existe um despertar para a acessibilidade no marketing de varejo, de uma forma geral, nesse estabelecimento. Mesmo que ele não tenha gerência, poder de persuadir, sobre as

lojas, para que tenham a preocupação e o cuidado de serem acessíveis, dá o exemplo incluindo ferramentas de acessibilidade.

Existe o estímulo para que as pessoas com deficiência visitem o shopping, pois ele possui acessibilidade no externo e serviços gerais, como: banheiros adaptados, pisos táteis, *HandTalk*, entre outros. Isso despertará, no consumidor, a vontade de interagir e realizar compras. Esta, no entanto, com base nos dados do quadro 6, corre o risco de ser frustrada, uma vez que cada loja possui seu próprio projeto.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que o marketing de varejo deixa a desejar em relação à acessibilidade voltada para as pessoas com deficiência.

O público não se sente contemplado com o atendimento, o que o faz, muitas vezes, desistir da relação de consumo.

Se a essência do marketing consiste em relações positivas de troca e no retorno de um cliente satisfeito, pode-se concluir que não existe marketing, no varejo, realizado em sua essência para as pessoas com deficiência.

Para que aconteça esse marketing, é necessário que a Lei Brasileira de Inclusão seja cumprida e fiscalizada e que os lojistas e profissionais de marketing atentem para esse público-alvo, um nicho de mercado específico e amplo, que quer simplesmente exercer o seu poder de compra como iguais.

Conclui-se que esta parcela da população, uma fatia do mercado ainda pouco explorada pelo marketing de varejo, participa, sim, das relações de consumo, mas não se sente contemplada.

O segmento de shoppings centers na cidade de Fortaleza ainda não cumpre a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), o que chega mais próximo é o Shopping Rio Mar, mas embora não funcione de acordo com as exigências previstas na lei. O marketing de varejo pode, sim, ser utilizado como ferramenta de promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência, desde que haja um interesse de investir nesse nicho de mercado, pois atualmente a ausência de uma boa comunicação entre a pessoa com deficiência e os vendedores, além das barreiras físicas nos estabelecimentos, impedem a relação de consumo e/ou trazem insatisfação para o consumidor.

Durante a pesquisa, houve dificuldade na aplicação dos questionários, pois, apesar de existir o conselho das pessoas com deficiência do estado do Ceará, que possui um cadastro de membros do conselho, houve morosidade nas respostas.

Os questionários foram aplicados com dois deficientes visuais da gráfica braille do estado do Ceará, os quais, por sua vez, também encaminharam esses mesmos questionários para seus amigos; o fundador da Associação Desportiva dos Deficientes do Estado do Ceará (Addece), Lídio Andrade, indicou pessoas com deficiência física/cadeirantes, com alunos do Instituto Cearense de Educação de Surdos do Ceará e um entrevistado indicado pela equipe da Central de Interprete de Libras do Estado do Ceará.

Essa pesquisa deverá ser base para um projeto de dissertação de mestrado que buscará aprofundar essas relações de consumo e investigar com mais detalhes como o marketing pode assumir o papel de garantidor de acessibilidade para o mercado das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

BEMVENUTTI, J.C. Segmentação de mercado ou segmentação do cérebro? **Segmentação: opções estratégicas para o mercado brasileiro.** (Org.). PIMENTA, Maria Célia; RICHERS, Raimar. São Paulo: Nobel, 1991.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

BRASIL. Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995.

CASAS, Alexandre Luzzi Las. **Marketing de Varejo.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000

CAVALCANTI, Marcos de Albuquerque. Efeitos Perversos da segmentação. **Segmentação: opções estratégicas para o mercado brasileiro.** (Org.). PIMENTA, Maria Célia; RICHERS, Raimar. São Paulo: Nobel, 1991.

Chevrolet, Vendas diretas / pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://www.chevrolet.com.br/vendas-diretas/pcd.html>>. Acesso em 05 de novembro de 2016

COBRA, Marcos. **Administração de Marketing no Brasil.** 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), **Pesquisa nacional de saúde: 2013 : ciclos de vida : Brasil e grandes regiões.** Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>>. Acesso em: 30 de outubro de 2016

KARSAKLIAN, Eliane. **Comportamento do Consumidor.** 2. ed. 4 reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de Marketing**. Tradução de Sabrina Cairo. 15. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015

MEIRA, Paulo Ricardo dos Santos; COSTA, Filipe Campelo Xavier da. Serviço ao cliente final no varejo de shopping center: o mix ideal de serviços como fator de sucesso na implantação de um shopping center. **Varejo Competitivo**. (Coord.). ANGELO, Claudio Felisoni de; SILVEIRA, José Augusto Giesbrecht da. São Paulo: Atlas, 1997.

OLIVEIRA, FERNANDO A. Segmentação e posicionamento. **Segmentação: opções estratégicas para o mercado brasileiro**. (Org.). PIMENTA, Maria Célia; RICHERS, Raimar. São Paulo: Nobel, 1991.

PETER, Paulo J; OLSON, JERRY C. **Comportamento do Consumidor e Estratégia de Marketing**. Tradução de Beth Honorato. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2010

Portal Brasil, Economia e Emprego - Lei de cotas para pessoas com deficiência completa 25 anos. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/07/lei-de-cotas-para-pessoas-com-deficiencia-completa-25-anos>> . Acesso em: 30 de novembro de 2016.

Portal Inclusivo do Ceará, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: <<http://www.portalinclusivo.ce.gov.br/phocadownload/legislacaodeficiente/lei%20n%2013.393%20de%2031.10.03%20do%2007.11.03.pdf>>. Acesso em 15 de novembro de 2016.

Portal Oficial das Paralimpíadas, **História – Um novo caminho para os feridos da Segunda Grande Guerra**. Disponível em: <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/paraolimpiadas/historia>. Acesso em 24 de outubro de 2016

RICHERS, Raimar. A segmentação e o mercado brasileiro. **Segmentação: opções estratégicas para o mercado brasileiro**. (Org.). PIMENTA, Maria Célia; RICHERS, Raimar. São Paulo: Nobel, 1991.

RICHERS, Raimar. Segmentação de mercado: uma visão de conjunto. **Segmentação: opções estratégicas para o mercado brasileiro**. (Org.). PIMENTA, Maria Célia; RICHERS, Raimar. São Paulo: Nobel, 1991.

SILK, Alvin.J **O que é marketing**. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Bookman, 2008.

O PSICOPEDAGOGO NA BRINQUEDOTECA: ESPAÇO DE DESENVOLVIMENTO PARA AS CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Adriana Gurgel Monte da Silva Bezerra¹

Maria Nerice dos Santos Pinheiro²

RESUMO

Este artigo teve como principal finalidade estudar a brinquedoteca na Educação Infantil como espaço de desenvolvimento da criança a partir do olhar do psicopedagogo. A Educação Infantil tem como objetivo promover o desenvolvimento integral da criança (BRASIL, 1996). Considerando isso, o psicopedagogo pode contribuir com este desenvolvimento através das aprendizagens das crianças. Para entender este tema foi feito um estudo com a abordagem qualitativa através de um levantamento bibliográfico (GIL, 2002). Com isso foi possível entender a importância de uma brinquedoteca de boa qualidade, porque muitas aprendizagens podem acontecer neste local. Considerando que o psicopedagogo na Educação Infantil pode contribuir para o aprender infantil, a brinquedoteca passa a ser um recurso para se realizar intervenções psicopedagógicas, onde a criança fique a vontade e seja estimulada. Através deste estudo ficou claro que a utilização da brinquedoteca, através do trabalho do psicopedagogo, torna-se um grande aliado no desenvolvimento e aprendizagem da criança pequena. Então, é importante que as instituições de educação possam investir na presença desse profissional pensando sempre na qualidade do serviço oferecido ao público infantil.

Palavras-chave: Brinquedoteca. Psicopedagogo. Educação Infantil. Desenvolvimento. Criança.

ABSTRACT

The main purpose of this article was to study the toy library in Early Childhood Education as a space for children's development based on the psycho-pedagogue's perspective. The purpose of Infant Education is to promote the integral development of the child (BRASIL, 1996). Considering this, the psychopedagogue can contribute to this development through the children's learning. To understand this theme, a qualitative study was done through a bibliographical survey (GIL, 2002). With this it was possible to understand the importance of a good quality toy library, because many learning can happen in this place. Considering that the psychopedagogue in Early Childhood Education can contribute to children's learning, the toy library

¹Pedagoga (FLATED, 2006), concludente do curso de Psicopedagogia pelo Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS, 2018), drigurgel@bol.com.br.

² Pedagoga pela Universidade Estadual do Ceará (UECE, 2009), Psicopedagoga pelo Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS, 2013) e Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 2017).

becomes a resource for psychopedagogical interventions, where the child feels comfortable and stimulated. Through this study it became clear that the use of the toy library, through the work of psychopedagogues, becomes a great ally in the development and learning of the small child. Therefore, it is important that educational institutions can invest in the presence of this professional always thinking about the quality of the service offered to the children's audience.
Keywords: Toy library. Psychopedagogue. Child education. Development. Child.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo traz como temática principal a brinquedoteca como espaço de práticas psicopedagógicas na Educação Infantil.

A brinquedoteca é um lugar em que a criança pode vivenciar uma das atividades mais importantes para o seu desenvolvimento: a brincadeira. A brinquedoteca pode ser considerada uma oportunidade para que a criança possa desfrutar deste seu direito que deve ser respeitado.

O brincar está descrito na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) como um direito que é fundamental para melhorar seu desenvolvimento e sua qualidade de vida. Papaliae Feldman (2013, p.296) confirmam esta ideia quando dizem que enquanto brinca as crianças melhoram "os sentidos, exercitam os músculos, coordenam a visão com o movimento, obtêm domínio sobre seus corpos, tomam decisões e adquirem novas habilidades". Todas essas conquistas acabam contribuindo para a aprendizagem na infância.

A aprendizagem pode acontecer de muitas maneiras, mas sabe-se que o brincar, que para muitas pessoas pode ser uma atividade sem muita importância, é uma maneira fundamental para que as crianças que estão nas turmas de Educação Infantil possam adquirir habilidades sociais, intelectuais, criativas e físicas, aumentando seu conhecimento e seus saberes. Prova disso é que as Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (BRASIL, 2009 p. s/n), no artigo 9, diz que "as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira".

Na Educação Infantil e na Psicopedagogia o brincar é utilizado como instrumento fundamental para o desenvolvimento infantil. As brincadeiras são importantes no trabalho psicopedagógico não só na clínica ou no hospital, mas,

também, na Creche e na Pré-Escola. Isso quer dizer que o psicopedagogo na Educação Infantil, trabalhando junto com as professoras, coordenadoras, os pais, as mães e as crianças pode ajudar a construir em todas essas pessoas a compreensão de que o brincar deve ser trabalhado todos os dias com as crianças.

O tempo da brincadeira pode auxiliar as crianças pequenas a não desenvolver algumas dificuldades, ultrapassar outras e poder alcançar a aprendizagem da melhor forma. Isso quer dizer que a brinquedoteca pode ajudar no sentido de prevenir problemas que muitas vezes são encaminhados para a clínica psicopedagógica (SANTOS, 2000)

A partir das ideias apresentadas surgem algumas perguntas: Como se caracteriza uma brinquedoteca de boa qualidade? Como é esse espaço? Como é formado? Qual a importância da brinquedoteca na Educação Infantil? Como é o trabalho feito pelo psicopedagogo na brinquedoteca na Educação Infantil?

A partir dessas perguntas, os objetivos para a escrita desse artigo foram elaborados. O objetivo geral desse estudo é perceber a brinquedoteca como espaço em que podem ser realizadas práticas psicopedagógicas na Educação Infantil.

Os objetivos específicos são:

- a) Descrever o espaço de uma brinquedoteca de boa qualidade;
- b) (Re)conhecer a importância da brinquedoteca para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil;
- c) Identificar como pode ser feito o trabalho do psicopedagogo no espaço da brinquedoteca na Educação Infantil.

Estudar esse tema é muito importante porque ressalta a utilização da brinquedoteca como ambiente de desenvolvimento das crianças e como espaço preventivo de problemas ou dificuldades de aprendizagem delas, estendendo essas orientações à família e professores.

Inicialmente será abordada uma seção que descreve uma brinquedoteca de boa qualidade. Depois, há uma seção que mostra a importância da brinquedoteca para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil. Outro tópico, perto de concluir o artigo, mostra algumas práticas psicopedagógicas que podem ser feitas pelo psicopedagogo na brinquedoteca com as crianças. Nas considerações finais a brinquedoteca, através do trabalho do psicopedagogo, é um espaço fundamental para a Educação Infantil e para o desenvolvimento integral das crianças nessa fase da vida.

2 MÉTODOS

Para se produzir um artigo é preciso pensar no método que vai ser usado para que o trabalho possa ser feito.

Este trabalho estuda a brinquedoteca como espaço de práticas psicopedagógicas na Educação Infantil. Este tema não pode ser abordado através da leitura de gráficos ou apenas através de números, porque as práticas psicopedagógicas não podem ser contabilizadas, quantificadas elas precisam ser vivenciadas. Por isso, este estudo precisou ser feito através de uma pesquisa qualitativa (MINAYO, 1995), pois o objeto de estudo deste artigo aborda a relação do psicopedagogo com o seu trabalho na brinquedoteca. De acordo com Minayo (1995, p.22),

[...] a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Existem muitos caminhos que podem ser escolhidos para se fazer uma pesquisa qualitativa. Para este artigo foi escolhida a pesquisa bibliográfica. O estudo de livros, artigos e outras produções que tratam do tema investigado pode ajudar como estudo inicial para se apropriar dos elementos básicos desta temática. Para Gil (2002, p.44),

[...] a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

Para fazer o estudo bibliográfico desse artigo foi preciso buscar materiais para estudar sobre o tema. Foram escolhidos livros e artigos que falam sobre: Educação Infantil, Brinquedoteca, Práticas Psicopedagógicas. Esses materiais ajudam a responder o que foi proposto para este estudo.

Com relação aos objetivos, esta pesquisa é explicativa, porque, segundo Gil, (2002), a pesquisa é assimexplica a razão e o porquê das coisas. Este artigo é

explicativo, porque busca esclarecer os temas abordados nas diferentes seções, buscando atender a finalidade da brinquedoteca e as opções de trabalho do psicopedagogo para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças.

3 A BRINQUEDOTECA DE BOA QUALIDADE

A brinquedoteca não é uma invenção recente. Ela já existe há muito tempo. De acordo com as informações contidas no site da *Associação Brasileira de Brinquedotecas*, o primeiro registro de uma atividade que parecia uma brinquedoteca foi na cidade de Los Angeles, nos Estados Unidos, no ano de 1934. Esta ideia chegou ao Brasil em 1971, mas só em 1981 foi montada a primeira brinquedoteca do país na cidade de Indianópolis, no estado de São Paulo. A fundadora foi a pedagoga Nylse Helena Silva Cunha.

Com o passar dos anos, cada vez mais, muitos estudiosos foram percebendo que o brincar era importante e que esta atividade ajudava as crianças, estimulando-as na manifestação de suas potencialidades e nas suas necessidades lúdicas, o que acabou contribuindo para o aumento do número de brinquedotecas no nosso país. Esta realidade é importante, pois devido a correria do dia-a-dia da vida moderna, à violência e aos tamanhos das casas e apartamentos, atualmente, as crianças parecem ter menos espaços para viverem as suas brincadeiras (MARTINS; CRUZ, 2014). Logo, a brinquedoteca tem um papel fundamental na sociedade, sendo um espaço para ser utilizado para proporcionar interação, socialização, alegria e aprendizagem para as crianças.

Mesmo existindo muitos tipos de brinquedoteca, ou seja, a institucional, a hospitalar e a empresarial, este espaço na educação infantil tem uma importância muito grande, porque, hoje em dia, as crianças passam as vezes grande parte do seu dia na Creche e na Pré-Escola (MAGALHÃES; PONTES, 2002). Como a brinquedoteca é um lugar criado para favorecer a brincadeira, na educação infantil ela pode ser uma oportunidade boa para as crianças brincarem e se desenvolverem de forma integral, como diz a legislação da educação brasileira (BRASIL, 1996).

Segundo Cunha (1992) a brinquedoteca é um ambiente planejado para incitar a criança a brincar, permitindo o acesso a uma diversidade de jogos e brincadeiras. É na brinquedoteca que se pode estimular, também, a curiosidade, a criatividade e conseqüentemente o desenvolvimento cognitivo.

Por isso, é preciso pensar na qualidade da brinquedoteca. Para Zabalza (1998, p.32) qualidade significa "algo que vai sendo alcançado. A qualidade é algo dinâmico (por isso faz-se mais alusão às condições culturais das escolas do que aos seus elementos estruturais)". Para este local ser de boa qualidade, a sua estrutura física e os materiais utilizados, são importantes, é claro, mas é preciso dizer que isso não é o que mais importa, mas sim o encantamento que a criança sente ao chegar neste lugar e o trabalho que os adultos que trabalham na educação infantil fazem na brinquedoteca.

Mesmo assim, existem algumas características que são importantes numa brinquedoteca. Cunha (2001, p. 19) diz que nesse local a criança deve encontrar uma grande variedade de espaços como: cantinho da leitura, do faz de conta, sucatoteca, teatrinho, mesa de atividades, estante de brinquedos, acervo organizado com várias opções de brinquedos e jogos, enfim, uma gama de opções bem lúdicas para fazer com que as crianças fiquem felizes.

Para que possa oferecer à criança uma boa oportunidade de viver atividades lúdicas, Santos (2000) explica que a brinquedoteca deve ser organizada com um número grande de jogos e brinquedos: bonecas, carros, dominó, jogo da memória, corda, bola, massinha, pião e outros. Além de brinquedos e jogos é interessante que haja diferentes tipos de materiais como: tecidos, fantasias, casinha, cabanas. Esse tipo de material pode ser utilizado pelas crianças em brincadeiras de imitação em que as crianças usam muito a imaginação. Na brinquedoteca pode ter locais chamados de "cantinhos", com livros, com materiais como espelho, tintas e outros.

A brinquedoteca deve ser um ambiente limpo, arejado e iluminado de preferência naturalmente, ter boa parte do chão coberto por tatames (tapetes) emborrachados que minimizam os riscos de quedas, impactos e aumenta a segurança das crianças. Deve-se evitar muitos móveis para que as crianças possam ter liberdade e segurança. Os poucos móveis e estantes devem ter a altura das crianças para que elas possam fazer a escolha dos brinquedos, que devem ficar expostos. Mesmo assim, se a criança precisar de ajuda para alcançar o brinquedo que deseja, o adulto deve estar disposto a pegá-lo, porque os direitos e necessidades das crianças devem ser respeitados na Educação Infantil (BRASIL, 1996; 2009).

A preocupação maior da brinquedoteca deve ser a segurança, evitando objetos pontiagudos, brinquedos quebrados (partidos ou faltando pedaços) peças

pequenas (no caso de crianças menores) devem ser abolidos, para prevenir os famosos acidentes domésticos. É muito importante que o espaço seja limpo frequentemente, para evitar alergias e problemas respiratórios, pois brinquedos costumam ter pequenos orifícios que acumulam bastante poeira. A brinquedoteca deve ser atraente, sem ser cansativa para a criança. Por isso, abusar das cores de forma desordenada pode deixar o ambiente pesado e até irritá-las, devido ao excesso de estímulo visual. Priorizando tons claros e estímulos visuais específicos que tenham significado para a criança, como por exemplos: quadros com formas geométricas e alfabetos. Deixando o colorido para os brinquedos (SANTOS, 2000; MAGALHÃES; PONTES, 2002).

É fundamental lembrar que a criança deve ser a principal inspiradora para a construção e organização da brinquedoteca. Se a brinquedoteca for boa para ela, estiver adequada para ela, será um espaço adequado também para que os profissionais da Educação Infantil possam trabalhar com as crianças.

3.1. A importância da brinquedoteca para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil

A implantação das brinquedotecas dentro da Educação Infantil vem sendo estimulada nos últimos anos (OLIVEIRA, 2005), porque a importância que o brincar oferece as crianças um grande forma de incentivo para que ela possa explorar, sentir e experimentar o mundo.

Existem muitos documentos da área da Educação, da Infância e do Direito que falam sobre o brincar como algo indispensável para a criança. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL 1996) explica que a primeira etapa da educação básica que é a infantil, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988) afirma ser dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, a educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência

familiar e comunitária, além de coloca-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (BRASIL, 1990) afirma que a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis. Assim no art. 16 é bem claro ao falar do brincar, praticar esportes e divertir-se.

Por causa de todos esses documentos é que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2009), dizem que a brincadeira é algo muito importante para a criança pequena, brincar dá a criança oportunidade para imitar o conhecido e para construir o novo.

Além de todos esses documentos existem muitos teóricos e estudiosos do desenvolvimento infantil que já falaram sobre a importância do brincar para as crianças, como: Piaget, Kishimoto, Cunha, Winnicott e Oliveira. Todos eles acreditavam que brincar desenvolve todas as habilidades necessárias para um bom desenvolvimento infantil. Essa ideia aumenta ainda mais a certeza de que a brinquedoteca é um espaço que deve existir na Creche e na Pré-Escola.

Junto de todos esses documentos, Almeida (1995) também diz que a brincadeira torna possível uma relação entre pensamento e ação na criança. Quando a criança brinca ela está num momento de ação, pois ela se mexe, corre, se movimenta, organiza brinquedos, pula e se diverte. Existem brincadeiras que a criança pode ficar mais parada, mais concentrada, sentada, mas mesmo assim existem movimentos mais sutis e nos dois tipos de brincadeira o pensamento dela está ativo.

Por isso, a brinquedoteca, que é um lugar onde todos os tipos de brincadeiras podem acontecer, é um espaço que deve estar presente na Educação Infantil. A brinquedoteca tem essa função, fazer parte do desenvolvimento infantil, promove o crescimento intelectual e suas habilidades como: memória, percepção auditiva e visual, imaginação e atenção.

Na Creche e na Pré-Escola o principal objetivo é a educação integral (BRASIL, 1996). De acordo com material chamado *Educação Integral nas Infâncias* (2017, p, 15), "a Educação integral para a infância pressupõe o reconhecimento e a valorização do brincar e das interações nas práticas cotidianas da escola". Na brinquedoteca, é possível que a criança possa viver propostas que exploram a

imaginação, o corpo, o trabalho coletivo, os sentimentos e emoções, a interação social, entre outros aspectos, de forma extremamente dinâmica.

Através da brincadeira a criança também fala, se expressa, se movimenta, se relaciona com os amigos, com os brinquedos, inventa, imagina, dança, aprende sobre as regras (RAMOS, 2014). Nisso ela melhora a linguagem, a motricidade, a organização pessoal, a relação com o espaço e com o corpo, o equilíbrio, o tônus (MORA, 2011). Tudo isso envolve muitos aspectos diferentes o que acaba envolvendo a criança em um todo, de forma integral, o que mostra como é importante investir em um ambiente como a brinquedoteca. Por isso que Kolling (2011, p. 155) diz:

Criar um ambiente educativo ainda mais estimulante trará, com certeza, grandes resultados na aprendizagem e deixará marcas profundas de gratidão e de afetividade no educando e no professor, os quais farão toda diferença na formação integral dos seres humanos, tornando-os adultos bem-sucedidos.

Brincar é um termo que é oriundo do latim, “*vinculun*”, que significa laço, união (ZANLUCHI, 2015). É nesse sentido de união, de interação que o ser humano vivencia o ato de brincar como uma atividade universal, pois ela está presente em todas as formas de organização social, das mais primitivas as mais sofisticadas. Por isso, se faz necessário essa atividade, tão inerente a criança, ser cada vez mais respeitada e valorizada.

Com o intuito de valorizar essa atividade, principalmente na Educação Infantil, o psicopedagogo surge como um profissional capacitado a proporcionar o brincar para as crianças. Em muitas Creches e Pré-Escolas já existem brinquedotecas, espaço onde o psicopedagogo trabalha auxiliando no desenvolvimento integral das crianças. As ideias sobre esse profissional serão tratadas a seguir.

3.2. O psicopedagogo na brinquedoteca na Educação Infantil: foco na aprendizagem

A brinquedoteca não deve ser confundida com uma sala de aula, pois ela deve ser vista como um espaço com múltiplas opções de atividades, todas relacionadas ao brincar. Segundo Santos (2000), a brinquedoteca, além de ser o

espaço para a criança, é também um espaço para experiências e para a ampliação de novas ideias, saberes, afinal, é um local que contagia crianças, professores e outros profissionais da Educação Infantil. Além da função social e educacional, a brinquedoteca tem uma função terapêutica e, por isso, pode ser um local de trabalho para o psicopedagogo.

O psicopedagogo, quando desenvolve um trabalho psicopedagógico na brinquedoteca, passa boa parte do tempo com as crianças. O trabalho voltado para o brincar na Educação Infantil é terapêutico, é educacional, é pedagógico e, ao mesmo tempo, é de prevenção. Teixeira (2004, p.19) ressalta que a "brinquedoteca exerce função psicopedagógica preventiva na aprendizagem através do brincar e dos brinquedos". A brinquedoteca também trabalha o aspecto emocional, previne possíveis dificuldades de aprendizagem e ajuda a criança a superar e a lidar com as dificuldades que possui (OLIVEIRA; BOSSA, 2015; SERRA, 2012).

Na brinquedoteca o psicopedagogo utiliza as brincadeiras para que o sujeito encontre sentido na aprendizagem. Através do brincar a criança pode ser estimulada no seu desejo de aprender e isso desenvolve sua autonomia, o que contribui para que ela sinta o prazer de conhecer.

A psicopedagogia esclarece que quando as experiências tem um significado importante para a criança ela aprende e absorve o conhecimento de forma mais significativa. É importante lembrar que para uma criança nada é mais significativo que o brincar (FANTACHOLI, 2011).

Para a execução das atividades lúdicas na brinquedoteca, é importante que o psicopedagogo converse com os outros profissionais que lidam com as crianças, como os professores, as auxiliares de sala, os coordenadores, dentre outros. Todos esses profissionais vivenciam o dia-a-dia das crianças na sala, no parque, no pátio e em vários lugares e assim eles acabam observando e sabendo as necessidades e as características da turma e de cada uma das crianças. O olhar desses profissionais da Educação Infantil tem grande valor e com certeza pode contribuir para que o psicopedagogo possa colaborar com suas práticas desenvolvidas na brinquedoteca (NASCIMENTO, 2011; BRASIL, 2004; ARAÚJO, 2009).

Compartilhando saberes com esses profissionais o psicopedagogo pode planejar e pensar na melhor forma de trabalhar com as crianças na brinquedoteca

na Educação Infantil, uma vez que as informações dos professores podem auxiliar na elaboração de um planejamento voltado às especificidades das crianças (SOUZA, 2000). As especificidades podem ser individuais ou da turma e dependendo do objetivo que se quer alcançar, o psicopedagogo pensa nas brincadeiras que podem ser desenvolvidas na brinquedoteca.

Na brinquedoteca, local onde o psicopedagogo atende as turmas coletivamente na Educação Infantil, este profissional pode propor brincadeiras em que essa criança possa expressar e relatar fatos que a incomodem. Nem sempre a criança fala o que a incomoda, mas, através do lúdico e de brinquedos, ela pode mostrar várias informações, trazendo-as para o real. Além de situações individuais, o psicopedagogo pode encontrar na Educação Infantil, alguma questão que envolva a turma e não só uma criança e a brincadeira continua, nesse caso, sendo uma ótima estratégia.

Durante as brincadeiras que acontecem na brinquedoteca, o psicopedagogo pode brincar com as crianças. Em alguns casos a brincadeira pode se dar sem nenhuma interferência dele. Nesse caso o psicopedagogo ocupa o lugar de observador, no caso em brincadeiras livres. Em outras ocasiões ele pode brincar com as crianças, porque media melhor as brincadeiras e suas funções (GRASSI, 2008).

Ao final das sessões é importante que o psicopedagogo compartilhe com o professor da turma sobre como foi a sessão, que atividades foram feitas, o desenvolvimento, pois a professora deve observar e dar continuidade com as práticas desenvolvidas e continuar observando as crianças e trocando ideias com o psicopedagogo (PONTES, 2010).

O psicopedagogo deve fazer relatórios das turmas com que trabalha, porque é primordial os registros para o acompanhamento de cada criança. O relatório é fundamental na Educação Infantil, para o trabalho do professor, porque dá embasamento para qualquer trabalho que precise ser desenvolvido e para o próprio psicopedagogo (GURGEL, 2005). Se a criança necessitar de um histórico sobre os seus atendimentos será mais fácil repassar sua história para outros profissionais. É por isso que Knebel (2014, p.284) afirma que:

A psicopedagogia pode cooperar com o trabalho realizado na educação infantil, principalmente na prevenção de futuros problemas de aprendizagem, oferecendo meios para que seja

melhor trabalhado o desenvolvimento infantil, podendo assim apontar direções para o planejamento de atividades a serem realizadas com as crianças, assim como sinalizar eventuais dificuldades que as crianças dessa faixa etária podem apresentar, e com isso estará contribuindo para a constituição do processo da organização psíquica.

É possível perceber que a contribuição do trabalho do psicopedagogo na Educação Infantil é imensa, pois ele não trabalha só questões relacionadas ao conteúdo, a leitura, a escrita, à Matemática. Esse profissional trabalha percebendo a criança como um ser completo, porque o objetivo da Educação Infantil é o "desenvolvimento integral" (BRASIL, 1996).

A aprendizagem da criança é o foco e o psicopedagogo deve dar atenção a todos os conteúdos que podem e precisam ser aprendidos pela criança, mas "os conteúdos da educação infantil têm como referência a aprendizagem das práticas sociais de uma cultura, isto é, as ações que uma cultura propicia para inserir os novos na sua tradição cultural" (BRASIL, 2009, p.83). Tudo que a criança faz e pode aprender no dia a dia da Creche e da Pré-Escola é conteúdo e merece ser considerado pelo psicopedagogo na brinquedoteca.

O profissional de psicopedagogia, quando trabalha na Educação Infantil, deve estar sintonia com a instituição e com suas práticas, ter conhecimento do funcionamento da Creche, da Pré-Escola, ou seja, além de dominar a área da psicopedagogia, ele deve ter conhecimento da área educacional de forma ampla, conhecendo os objetivos da Educação Infantil, a legislação pra essa área, os materiais didáticos utilizados, saber sobre o desenvolvimento da criança pequena e sobre a importância do lúdico e do brincar nessa fase da infância. Todos esses conhecimentos são primordiais para um bom trabalho na brinquedoteca que seja capaz de melhorar e colaborar com desenvolvimento da criança.

4 CONCLUSÃO

Este artigo estudou a brinquedoteca como espaço de práticas do psicopedagogo na Educação Infantil. Através deste trabalho percebeu-se que o papel desempenhado pelo psicopedagogo na brinquedoteca na Educação Infantil é de muita relevância. A presença desse profissional em Creches e Pré-Escolas pode

ajudar as crianças nas suas aprendizagens e no seu desenvolvimento, para que elas cresçam da melhor maneira.

Este trabalho mostrou que para que o trabalho do psicopedagogo possa ser bem executado na Educação Infantil, é importante que a brinquedoteca seja um espaço de boa qualidade. Não há como fazer um trabalho bom se a brinquedoteca não estiver organizada da melhor maneira. Uma brinquedoteca de boa qualidade deve ter uma estrutura com brinquedos diferentes, variados e que possuam objetivos diferentes, mas deve ter um espaço seguro, bonito e agradável para a criança.

Outro ponto fundamental para o trabalho psicopedagógico, através do lúdico na Educação Infantil, é que se (re)conheça a importância da brinquedoteca para o desenvolvimento da criança na Educação Infantil. A brinquedoteca é um lugar onde a criança pode viver a brincadeira, que é uma atividade importante e necessária para que todas as crianças possam crescer integralmente. Na brinquedoteca vai se proporcionando novas vivências e experiências, as crianças se sentem mais livres para falar, conversar sobre qualquer dificuldade em sala, no convívio familiar e comunidade. Ao mesmo tempo se sentindo mais à vontade para se envolver nas atividades de brincar.

Considerando tudo isso, foi possível identificar como pode ser feito o trabalho do psicopedagogo no espaço da brinquedoteca na Educação Infantil. Esse trabalho pode ser realizado individualmente ou em grupos pequenos de crianças, com recursos pedagógicos e/ou psicopedagógicos, tais como: brincadeiras livres ou dirigidas.

O mais importante é a criança se sentir bem e confortável na condição de aprendiz e suas necessidades serem atendidas. Assim sua família e sua escola terá um bom retorno sobre o que está acontecendo. Todas essas reflexões ajudaram a perceber a brinquedoteca como espaço em que podem ser realizadas práticas psicopedagógicas na Educação Infantil.

Este artigo ofereceu algumas contribuições, porque apesar de muitas instituições já possuírem psicopedagogos na equipe pedagógica, muitas ainda precisam contratar esses profissionais para contribuir com a aprendizagem das crianças. Nem toda Creche ou Pré-Escola possui brinquedoteca, assim esse trabalho ajuda na compreensão de que esse é um espaço importante para o

trabalho com as crianças através do lúdico, mas um trabalho diferenciado do papel do professor.

É necessário continuar pesquisando mais sobre a brinquedoteca e mais ainda sobre o psicopedagogo e suas práticas na Educação Infantil. Trabalhos com esse tema podem ajudar na formação do psicopedagogo e fazer com que esse profissional e outros profissionais da Educação Infantil possam se informar sobre o trabalho psicopedagógico e sobre as melhores formas de explorar o mundo infantil através do brincar, dando significado para a aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Por uma política de valorização dos trabalhadores em educação: em cena, os funcionários de escola**. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2004.72 p.

CUNHA, Nylse Helena Silva. **Brinquedoteca: um mergulho no brincar**. São Paulo: Vetor, 2001.

FANTACHOLI, Fabiane das Neves. **O brincar na educação infantil: jogos, brinquedos e brincadeiras um olhar psicopedagógico**. 5.ed. Minas Gerais: Revista Científica Aprender, 2011.

GRASSI, T. M. **Oficinas Psicopedagógicas**. 2. ed. Curitiba: IBPEX, 2008. v. 1. 206p.

GURGEL, Carolina Provvidenti de Paula. **O relatório psicopedagógico e sua importância para o trabalho do professor**. Psicopedagogia (São Paulo), v. 22, p. 26-40, 2005.

KNEBEL, C. **O lúdico na Educação Infantil: uma visão psicopedagógica**. Travessias (UNIOESTE. Online), v. 8, p. 272-287-287, 2014.

KOLLING, Ester. **A importância do brincar no desenvolvimento da criança: vivências, lembranças e contribuições teóricas**. Revista Paidéia. Fumec Belo Horizonte Ano 8 n.10 p. 135-158 jan./jun. 2011.

LEAL, Patrícia Maristela de Freitas. **O Brincar na Educação Infantil e o Desenvolvimento Integral da Criança**. Pouso Alegre: 2017. 80f.Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Sapucaí.

MAGALHAES, C. M. C.; PONTES, F. A. R. **Criação e manutenção de brinquedotecas: reflexões acerca do desenvolvimento de parcerias**. Psicologia Reflexão Crítica. Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 235-242, 2002.

MARTINS, I., & Cruz, M. (2014). **Brincar na rua e brincar na escola: Infância, lazer e educação**. *Impulso*, 24(61), 17-30. doi: 10.15600/2236-9767.

MORA, Estela. **Psicopedagogia infanto-adolescente**. São Paulo: Grupo Cultural, 2011.

NASCIMENTO, A. P. C. do. **A Relação Família-Escola e a Otimização do Processo de Aprendizagem**. 2011. Disponível em:<<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/fundam07.pdf>>.

OLIVEIRA, Vera Maria Barros de. **A brinquedoteca em expansão mundial**: breve relato atual. *Psicopedagogia*. Associação Brasileira de Psicopedagogia , São Paulo, v. 22, n.69, p. 269-271, 2005.

OLIVEIRA, Vera Barros de. BOSSA, Nádya Aparecida. **Avaliação psicopedagógica da criança de zero a seis anos**. Petrópolis: Vozes, 2015.

PAPALIA DE, Feldman RD. **Desenvolvimento humano**. 12^a ed. Porto Alegre: AMGH; 2013.

PONTES, Idalina Amélia Mota. **Atuação psicopedagógica no contexto escolar: manipulação, não; contribuição, sim**. *Rev. psicopedag.* [online]. 2010, vol.27, n.84, pp. 417-427. ISSN 0103-8486.

SANTOS, Santa Marli Pires (Org). **Brinquedoteca: a criança, o adulto e o lúdico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

SOUZA, M. T. C.C. **Intervenção psicopedagógica: como e o que planejar?** In: SISTO, F.F. **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Vozes, 2000,p.113-125.

TEIXEIRA, Cyntia Cristina de Brito. **A importância do lúdico na Educação Infantil**. Rio de Janeiro: 2004, Monografia (Especialização Lato Sensu). Universidade Cândido Mendes.

ZANLUCHI, F; ZANLUCHI, F. B.; ZANLUCHI, F. B. **Casais, filhos e cia**. 1. ed. Londrina: O autor, 2015. v. 2000. 190p.

VÍNCULO E AFETIVIDADE NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: CONTRIBUIÇÕES DO PSICOPEDAGOGO NA APRENDIZAGEM ESCOLAR

BOND AND AFFECTIVENESS IN THE INITIAL SERIES OF FUNDAMENTAL EDUCATION: CONTRIBUTIONS OF THE PSYCHOPEDAGOGUE IN SCHOOL LEARNING

Daysi Catunda Melo Ramalho¹
Maria Nerice dos Santos, Pinheiro²
Isabelle Cerqueira Sousa³

RESUMO

Aprendizagem e afetividade estão presentes desde o nascimento das crianças. Para alcançar uma aprendizagem satisfatória é preciso que o estudante adquira vínculos com a equipe escolar, obtendo uma relação com demonstrações de respeito, carinho, confiança, interesse e dedicação (BRUST, 2009). Quando não há a presença desses bons vínculos, podem surgir situações e sentimentos desagradáveis que irão interferir negativamente no ensino-aprendizagem (BRASIL, 1997). Este artigo tem como objetivo geral: refletir sobre as contribuições da psicopedagogia para as crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental a partir da afetividade e dos bons vínculos. Os objetivos específicos são: entender como são construídos os vínculos e a afetividade entre sujeitos; identificar a importância da formação dos vínculos e afetos positivos nas séries iniciais do Ensino Fundamental para a aprendizagem da criança; perceber como o psicopedagogo pode contribuir, na escola, com a melhora da aprendizagem trabalhando as relações afetivas e os vínculos entre professores e crianças. A presença e a ação do psicopedagogo na escola são necessárias para analisar, mediar e estimular os aspectos que favorecem a aprendizagem, considerando que a forma como o aprendiz vive seus vínculos e afetos, vai interferir neste processo. Para entender esta temática foi realizado um estudo com abordagem qualitativa (MINAYO, 2001) através de uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2002). Foram utilizados autores como Wallon (1959), Pichon-Rivière (2007), Piaget (1954) e outros que ajudaram no entendimento sobre a importância da afetividade e dos vínculos na construção da

¹Pedagoga pela Universidade do Vale do Acaraú (UVA, 2005) Especialização em Psicopedagogia Clínica e Hospitalar do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS, 2018).

²Pedagoga pela Universidade Estadual do Ceará (UECE, 2009), Psicopedagoga pelo Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS, 2013) e Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC, 2017), Orientadora Acadêmica Unichristus.

³Terapeuta Ocupacional (UNIFOR, 1991), Especialização em Psicologia aplicada a Psicopedagogia (UFC, 1999), Mestrado em Educação Especial (UECE, 2002), Orientadora Metodológica Unichristus.

aprendizagem significativa. Concluiu-se com este estudo que a qualidade dos vínculos e afetos entre a criança, o professor e outros sujeitos na escola pode tornar a aprendizagem mais prazerosa.

Palavras-chave: Afetividade. Vínculos. Aprendizagem. Psicopedagogia. Escolar.

ABSTRACT

Learning and affection have been present since the birth of children. In order to achieve satisfactory learning, the student must acquire links with the school team, obtaining a relationship with demonstrations of respect, affection, trust, interest and dedication (BRUST, 2009). When there is no presence of these good links, unpleasant situations and feelings can arise that will interfere negatively in teaching-learning (BRASIL, 1997). This article has as general objective: to reflect on the contributions of psychopedagogy to the children in the initial grades of elementary school from the affectivity and the good links. The specific objectives are: To understand how the bonds and affectivity between individuals are constructed; To identify the importance of the formation of the bonds and positive affects in the initial series of Elementary School for the learning of the child; To understand how the psychopedagogue can contribute, in school, to the improvement of learning by working the affective relationships and the bonds between teachers and children. The presence and action of the psychopedagogue in the school are necessary to analyze, mediate and stimulate the aspects that favor learning, considering that the way the learner lives his links and affections, will interfere in this process. To understand this theme, a study with a qualitative approach (MINAYO, 2001) was carried out through a bibliographical research (GIL, 2002). We used authors such as Wallon (1959), Pichon-Rivière (2007), Piaget (1954) and others who helped to understand the importance of affectivity and the bonds in the construction of meaningful learning. It was concluded with this study that the quality of the bonds and affections between the child, the teacher and other subjects in the school can make learning more enjoyable.

Keywords: Affectivity. Bonds. Learning. Psychopedagogy. School.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo traz como temática principal as contribuições da psicopedagogia para as crianças nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental a partir de experiências com base na afetividade e nos bons vínculos entre crianças, profissionais e outros sujeitos da escola.

Aprendizagem e afetividade andam sempre juntas desde o nascimento das crianças (WALLON, 2007). Na Educação Infantil este tema parece ser debatido com mais frequência, pois é comum encontrar em alguns documentos desta etapa da educação um discurso mais forte com relação ao afeto. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) (BRASIL, 1998), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (BRASIL, 2009) e até a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996), trazem a ideia de que o "desenvolvimento integral depende [...] da dimensão afetiva" (BRASIL, 1998, p. 24).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), documento voltado para o trabalho educativo nas Séries Iniciais, afirmam que os aspectos emocionais e afetivos interferem diretamente no cognitivo, ou seja, na aprendizagem das crianças. A LDB (BRASIL, 1996) destaca a importância do "fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social" com as crianças do Ensino Fundamental.

Para que o processo de aprendizagem seja satisfatório é necessário que o estudante crie vínculos com os amigos, com os funcionários da escola e com os professores. Uma relação com demonstrações de respeito, carinho, confiança, interesse e dedicação pode ajudar a criança a aprender melhor (BRUST, 2009). Quando não há a presença disso, situações de rejeição, de sentimentos ruins e de vínculos frágeis podem interferir negativamente no ensino-aprendizagem (BRASIL, 1997).

Para Pichon-Rivière (2007) o vínculo é uma estrutura particular entre os indivíduos e os objetos. Ele explica que o vínculo é uma construção social, sendo adquirido através da relação de interação entre indivíduos. É importante pensar sobre os vínculos dos professores e demais alunos, pois se esse vínculo for positivo, o processo de ensino-aprendizagem pode ser beneficiado em diversos campos emocionais dentre eles, a motivação e a dedicação do estudante ao que está sendo

ensinado e que pode se aprender. Ribeiro (2010, p.405) afirma que "os estudantes apreciam mais as disciplinas ministradas por professores com os quais se relacionam melhor", o que mostra a importância da afetividade e dos vínculos saudáveis na educação e na aprendizagem.

A afetividade é um tema explorado por diferentes áreas sendo uma delas a psicopedagogia, que pode ajudar no processo de aprendizagem humana. O trabalho do psicopedagogo e da psicopedagogia dentro da escola, junto com os professores e a equipe pedagógica, pode diminuir os problemas que envolvem a aprendizagem das crianças nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental que estão ligados à afetividade e ao relacionamento que possuem com professores e colegas. Nessa hora, é imprescindível a presença da intervenção psicopedagógica para a reinvenção diária da relação do professor com as crianças (FERNANDÉZ, 1992).

Considerando a afetividade uma peça de extrema importância na construção da aprendizagem, surgem algumas perguntas: como se constroem os vínculos e as relações afetivas entre as pessoas? Como o vínculo afetivo, na relação entre o professor e o aluno, pode influenciar na aprendizagem? Como o psicopedagogo pode trabalhar para a melhoria das relações afetivas entre professores e crianças na escola?

Para a elaboração desse estudo foram criados objetivos para que através de uma pesquisa qualitativa, com um levantamento bibliográfico fosse possível pensar nesse tema. O objetivo geral desse estudo é refletir sobre as contribuições da psicopedagogia para as crianças nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental a partir da afetividade e dos bons vínculos. Os objetivos específicos são:

- a) Entender como são construídos os vínculos e a afetividade entre sujeitos;
- b) Identificar a importância da formação dos vínculos e afetos positivos nas Séries Iniciais do Fundamental para a aprendizagem da criança;
- c) Perceber como o psicopedagogo pode contribuir, na escola, com a melhora da aprendizagem trabalhando as relações afetivas e os vínculos entre professores e crianças.

No percurso do trabalho iniciaremos abordando uma seção chamada: A importância da construção dos vínculos e da afetividade nos indivíduos na educação escolar, nela é apresentada uma reflexão sobre a construção e a estrutura dinâmica que engloba os vínculos e os afetos. Depois disso, serão discutidos o vínculo e a afetividade entre criança-professor: reflexos no aprender, momento em que se fala

sobre a importância desse vínculo positivo na dimensão da aprendizagem. A seguir comentaremos sobre o psicopedagogo nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental: em busca da construção de vínculos e afetos significativos que trata sobre a importância dos vínculos afetivos no ambiente escolar, citando maneiras de como refletir, identificar e melhorar essa relação entre professores e crianças.

Nas considerações finais ficou claro que a afetividade tem um papel importante no processo de aprendizagem e que o psicopedagogo pode ajudar a traçar e implantar ações que ajudem na diminuição dos problemas de aprendizagem que estão relacionados aos vínculos e afetos.

2 METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse trabalho foi uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2002) de caráter qualitativo (MINAYO, 2001). De acordo com Minayo (2001, p.22),

A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p.22).

Com base nas palavras de Minayo (2001), este estudo aborda elementos que não são possíveis de serem contabilizados, por serem subjetivos, privilegiando as relações humanas e a qualidade do conteúdo. Nessa pesquisa não se utiliza dados matemáticos, por isso é usada de forma mais específica na área da educação.

Segundo Gil (2002) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros, artigos científicos que estabelecem relações e analisam as informações já estudadas sobre o tema. Portanto, a reflexão acerca das teorias adotadas por alguns autores foi fundamental para a organização e redação da construção desse estudo.

O levantamento dos materiais bibliográficos aconteceu a partir de pesquisas e seleção de artigos que tratam sobre a psicopedagogia, a afetividade, o vínculo e a relação da criança com o professor para a aprendizagem em revistas científicas, anais de eventos e de livros que trazem o tema das contribuições da psicopedagogia para as crianças nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental a partir de experiências com base na afetividade.

Essa escolha teve como critério as palavras chaves do meu estudo, a relevância dos autores e clareza utilizada por eles.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão abordados aspectos da fundamentação teórica que irão tratar os vínculos da afetividade, da relação criança-professor, os reflexos da aprendizagem e a contribuição psicopedagógica na construção do saber.

3.1 A importância da construção dos vínculos e da afetividade com os indivíduos na educação escolar

Pichon-Rivière (2007) afirma que o vínculo é uma estrutura dinâmica dos seres humanos com os objetos e outros indivíduos. Esta estrutura se forma através de um movimento contínuo, sendo movido por fatores psicológicos. Este autor também explica uma outra informação importante, pois, para ele, o vínculo possui origem social, ou seja, é construído na relação que se estabelece entre dois sujeitos, entre sujeito e objeto, entre os sujeitos e o mundo, quando a relação deixa de ser impessoal, tendo um significado particular, bom ou mau, para cada indivíduo.

Assim como o vínculo, a afetividade também é construída no meio social. Porém, Wallon (1959, p.288) explica que a afetividade não é só social. O autor diz que "a constituição biológica da criança ao nascer não será a lei única do seu futuro destino. Os seus efeitos podem ser amplamente transformados pelas circunstâncias sociais", o que quer dizer que a questão dos afetos possui uma origem orgânica, mas é transformada no meio social.

Através das ideias de Pichón-Rivière (2007) e de Wallon (1959) é possível perceber que, nas relações sociais, para que sejam formados os vínculos e os afetos, a interação é indispensável para a vida dos seres humanos e para o seu desenvolvimento. A educação, que é uma experiência social, também passa a ser um momento em que vínculos e afetos devem ser considerados, cuidados e trabalhados, porque "o sujeito estabelece uma relação dialética com o mundo e transforma as coisas, de coisas em si em coisas para si.[...] modifica o mundo, em um movimento de permanente espiral" (PINCHÓN-RIVIÈRE, 2007, p. 140).

Durkheim (1952 *apud* SANTOS, 2012, p.68) explica que o objetivo da educação é que o homem possa evoluir e se tornar um ser social. Assim, o estudioso citado afirma que a "educação não se limita a desenvolver o organismo [...] Ela cria,

no homem, um ser novo". A educação é uma experiência social que modifica o homem, principalmente através dos vínculos e afetos.

Desse modo, ao pensar em afetividade, vínculos e educação pode-se perceber que todos esses elementos parecem ser importantes para o processo de aprendizagem no contexto escolar, pois ele acontece através dessa experiência vincular, relacional e educacional. Para que a educação promova o aprender significativo, parece indispensável a presença da afetividade e dos bons vínculos para o melhor desenvolvimento do aprendiz em muitos aspectos.

Para Spazziani (apud BORBA; SPAZZIANI, 2007, p.10) "a prática pedagógica é entendida como prática social que oportuniza, através da ação mediada entre professores e alunos, relacionar os processos sociais aos processos psicológicos". Sendo a aprendizagem uma experiência que envolve o social e o psicológico, a construção dos vínculos e da afetividade no contexto educacional, na escola é algo de grande importância.

A escola é um espaço em que as crianças e os jovens desenvolvem relações, vínculos e aprendem juntos o tempo todo. Nela, esses indivíduos estão em contato com um número grande de pessoas: amigos, famílias, professores, coordenadores, alunos e outros funcionários. Se é neste espaço que a criança deve aprender, todos precisam estar envolvidos e procurar contribuir para a existência de relações saudáveis, ou seja, vínculos e afetos de boa qualidade e que provoquem a sensação de bem-estar, facilitando a experiência do aprender. O espaço da escola é importante para que se promova relações onde o aluno possa demonstrar suas emoções, através do diálogo, da confiança, da convivência com todos os mediadores, principalmente os professores e os colegas, na construção da aprendizagem.

Considerando que na escola as crianças passam a maior parte do tempo na companhia de seus professores, a seção seguinte abordará o vínculo e a afetividade entre criança e professor, com o intuito de refletir sobre a influência dessa relação no desenvolvimento e aprendizagem dos alunos.

3.2 O vínculo e a afetividade entre criança e professor: reflexos na aprendizagem

Na escola, apesar da criança conviver com diferentes grupos de pessoas, como já foi dito anteriormente, ela passa a maior parte do tempo em relação direta

com seu professor, seja em sala de aula, em outras atividades ou no momento em que os conteúdos são ministrados. Assim, sabendo-se que há uma relação entre aprendizagem, afetividade e os vínculos construídos pelos sujeitos, é indispensável pensar em como a relação afetiva e vincular entre crianças e professores na escola se reflete na aprendizagem dos estudantes.

Fernandéz (1992, p.97) cita que “não se detém a inteligência, mas a articulação entre o organismo, o corpo, a inteligência e o desejo, numa relação com um e outro, que constitui o terreno onde o ensino-aprendizagem acontece”. Para esta autora, o ensino-aprendizagem acontece numa relação com o outro. Na escola, o professor é quem tem um papel importante nessa relação vincular e afetiva com o estudante.

A criança está em processo de desenvolvimento e ainda que seja sujeito no processo de aprendizagem, depende do adulto e de sua colaboração para que possa ser acompanhado, recebendo mediação e orientação de um sujeito mais experiente e habilitado para ensiná-lo. Quando isso ocorre em um clima favoravelmente afetivo e saudável em sala de aula, essa realidade pode contribuir para que a aprendizagem de conteúdos se processe de forma positiva e significativa para as crianças (DANTAS, 1994, p.65 *apud* BRUST, 2009).

O professor, mediador do processo de aprendizagem na escola, deve buscar construir um diálogo afetivo e de confiança com as crianças da turma pela qual é responsável, para que o processo de desenvolvimento desses indivíduos possa ser uma crescente.

Construir relações saudáveis com as turmas de crianças nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental pode ser uma tarefa bastante desafiadora para o professor. Basta pensar que uma única sala de aula possui crianças com diferentes personalidades, formas de pensar, agir e aprender. Para que possam se construir vínculos positivos e relações afetivas marcadas por bons sentimentos o professor precisa reconhecer a relação existente entre afetos, vínculos e aprendizagem.

É fundamental que a formação inicial e continuada possam ser momentos importantes na busca dessa compreensão (CANDAU, 1996), pois o professor pode ter acesso aos conhecimentos sobre esse tema estudando autores como Wallon (1959), Piaget (1954), Vygotsky (1991), Pichón-Rivière (2007) e outros tantos estudiosos que falam sobre a relação desses elementos como ato de aprender.

Com relação aos saberes dos professores, Frison e Simão (2011, p.199) explicam que "o desenvolvimento de habilidades e competências específicas, indispensáveis ao desempenho da função docente, precisa ser, necessariamente, organizado e controlado pelo próprio aprendiz". Algo que o professor precisa controlar e organizar é o fato de que precisa estar disponível para participar e se relacionar com as crianças que dividem com ele a parceria do processo da aprendizagem.

Para alcançar essa relação, o professor precisa se dedicar, porque quando não existe uma relação de empatia entre os envolvidos do processo de ensino-aprendizagem pode acontecer do estudante acabar se afastando do seu professor e o professor do estudante, o que pode comprometer o desenvolvimento, a autoestima e o interesse da criança pela construção da aprendizagem, fazendo com que ela possa ser prejudicada ou que isso não aconteça da melhor forma (BRASIL, 1997). Esse assunto é tão importante que os PCNS (BRASIL, 1997, p.64) afirmam que:

Os aspectos emocionais e afetivos são tão relevantes quanto os cognitivos, principalmente para os alunos prejudicados por fracassos escolares ou que não estejam interessados no que a escola pode oferecer. A afetividade, o grau de aceitação ou rejeição, a competitividade e o ritmo de produção estabelecidos em um grupo interferem diretamente na produção do trabalho. (BRASIL, 1997, p.64)

Se a aprendizagem acontece na estrutura cognitiva do ser humano (SALTINI, 2008; CUNHA, 2008) e o afeto é necessário para que o aprender aconteça, é fundamental que os professores assumam o papel de incentivadores das relações vinculares e afetivas e que possam buscar estar atentos aos acontecimentos, às demonstrações dos afetos em sala de aula e que tornem possíveis experiências que possam estar ajudando com que esse espaço se torne um lugar propício para a aprendizagem das crianças, porque Masetto (2003, p. 48) diz que:

A interação professor-aluno, tanto individualmente quanto com o grupo, se destaca como fundamental no processo de aprendizagem e se manifesta na atitude de mediação pedagógica por parte do professor, na atitude de parceria e co-responsabilidade pelo processo da aprendizagem entre aluno e professor e na aceitação de uma relação entre adultos assumida por professor e aluno. (MASETTO, 2003, p.48)

Mais uma vez fica claro que a aprendizagem acontece com a mediação realizada por parte do professor quando há uma relação de motivação, de escuta e de respeito com as crianças. É importante que o professor seja facilitador da interação

feita na escola e aproveite a participação dos estudantes para valorizar e incrementar as aprendizagens possíveis e necessárias.

O professor pode tentar se aproximar das crianças através de diálogos utilizando estratégias de interação no momento das rodinhas, usando recursos diversificados no seu planejamento para aplicar em sala de aula e intervir nas atividades e nos conflitos emocionais.

Cades (2015 *apud* PERRENOUD, 1999) explica que “o principal recurso do professor é a postura reflexiva, sua capacidade de observar, de regular, de inovar, de aprender com os outros, com os alunos, com a experiência”. Segundo o mesmo autor, entende-se que o professor tem que se colocar na postura reflexiva o tempo todo, inclusive para pensar sobre oportunidades de construção de vínculos, afetos e aprendizagem.

Todas essas situações podem ajudar para que haja uma sala e uma escola que preze pela boa qualidade das relações, dos afetos e dos vínculos entre as pessoas, por compreender que isso é importante para que a aprendizagem ocorra. Em resumo, a escola e os professores, precisam estar cientes sobre a relação direta que existe entre afetividade, vínculo e aprendizagem. De acordo com Tassoni e Leite (2000, p.03),

Toda aprendizagem está impregnada de afetividade, já que ocorre a partir das interações sociais, num processo vincular. Pensando, especificamente, na aprendizagem escolar, a trama que se tece entre alunos, professores, conteúdo escolar, livros, escrita, etc. não acontece puramente no campo cognitivo. Existe uma base afetiva permeando essas relações. (LEITE; TASSONI, 2000, p.03)

Ainda que nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental os estudantes ainda sejam crianças, existe uma cobrança com relação a aprendizagem e domínio do conteúdo, de resultados e que eles fiquem quietos por muito tempo, realidade que resulta em uma educação que parece dar mais prioridade ao cognitivo de forma isolada (FREIRE, 1997).

Para que a escola e a sala de aula se tornem espaços em que haja uma cultura de bons vínculos e afetos, todos os profissionais devem estar envolvidos com este projeto. Atualmente, os psicopedagogos, assim como os professores, também podem ajudar nesse processo, porque o psicopedagogo é o profissional que tem a aprendizagem como objeto de estudo e junto com toda a equipe da escola, docentes, coordenadores e familiares, pode pensar em estratégias e possibilidades de

intervenção que podem ser promovidas dentro da escola para a melhoria da aprendizagem a partir de uma educação que valorize a afetividade e os bons vínculos. Isso será debatido a seguir.

3.3 As contribuições do psicopedagogo na escola para a aprendizagem das crianças a partir de relações vinculares e afetivas saudáveis

Percebendo a importância dos vínculos e dos afetos saudáveis e positivos para o processo de aprendizagem das crianças nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, passa a ser relevante pensar sobre o papel e as contribuições do trabalho do psicopedagogo na escola. Para Nascimento, (2013) o psicopedagogo é indicado para esclarecer, assessorar e atuar de forma preventiva no processo do aprender a aprender. A psicopedagogia tem a aprendizagem humana como principal objeto de estudo.

O trabalho do psicopedagogo visa favorecer melhorias educacionais para que a aprendizagem se desenvolva. Mas para que o aprender aconteça, os vínculos e afetos estabelecidos na escola devem servir para estimular os estudantes de forma positiva. Como os vínculos e afetos saudáveis são fundamentais para a criança e a aprendizagem, eles também passam a ser foco do trabalho psicopedagógico escolar, porque o psicopedagogo sabe que "para aprender são necessárias condições cognitivas (abordar o conhecimento), afetivas (estabelecer vínculos), criativas (colocar em prática) e associativas (para socializar)" (PONTES, 2010, p.418).

Bernardo (2010, p.8) pensa de forma parecida com Pontes (2010), pois acredita que "somos seres formados por três dimensões relacional, cognitiva e afetiva".

Portanto, o psicopedagogo escolar necessita construir e trabalhar a partir de um olhar global, uma escuta atenta e acolhedora, de forma que através do seu trabalho possa analisar as particularidades das crianças, individualmente, e das turmas no Ensino Fundamental, buscando perceber a qualidade dos vínculos, das relações afetivas desses indivíduos, com seus professores e outros sujeitos, para que identifique situações relacionadas aos afetos e aos vínculos que podem estar atrapalhando, dificultando ou ajudando na aprendizagem das crianças.

A partir disso, o trabalho do psicopedagogo pode pensar em ações e intervenções para o ambiente escolar. Por isso que Bossa (1994, p.23) vem afirmar que:

Cabe ao psicopedagogo perceber eventuais perturbações no processo aprendizagem, participar da dinâmica da comunidade educativa, favorecendo a integração, promovendo orientações metodológicas de acordo com as características e particularidades dos indivíduos do grupo, realizando processos de orientação. (BOSSA, 1994, p.23)

O psicopedagogo tem um importante papel dentro da escola. Ele não só colabora com a superação e a prevenção de problemas de aprendizagem. Como disse Bossa (1994), ele faz um papel assistencial, sendo parceiro de toda equipe escolar, buscando, junto com orientadores, fonoaudiólogos, psicólogos e professores, pensar na melhor forma de se proporcionar ensino e aprendizagem.

Segundo Santana (2010 *apud* BOSSA, 2000), no ambiente escolar o psicopedagogo tem muito o que fazer. Na sua atuação preventiva ele orienta e auxilia os pais, professores e demais profissionais envolvidos. Pensando sobre os vínculos e as relações afetivas, o psicopedagogo pode colaborar para que sejam vivenciadas na escola situações que contribuem para a formação de um bom vínculo entre crianças, professores e todos os integrantes da instituição, a fim de atender as crianças nas suas necessidades e ajudando a construir um ambiente de afetos saudáveis para aprender.

Outro ponto importante, além de ouvir, conversar e trocar informações com os profissionais da escola sobre as crianças, é ouvir os estudantes. Essa escuta pode ajudar o psicopedagogo a identificar insatisfações, medos, questões e dúvidas dos estudantes. As informações das crianças podem ajudar o psicopedagogo a compreender mais sobre as relações e vínculos que possuem na escola, sobre o que pode estar impedindo o desenvolvimento de uma criança ou de uma turma.

4 CONCLUSÃO

Este artigo estudou a contribuição do psicopedagogo na construção da aprendizagem através de bons vínculos e afetos, foi possível perceber que o psicopedagogo, atuando nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, pode contribuir

para a reflexão e a criação de um ambiente favorável e estimulante para o desenvolvimento da criança em uma escola que proporciona bons vínculos, afetos e aprendizagens às crianças.

Essa pesquisa demonstrou que o trabalho psicopedagógico pode ser de grande valor na escola junto de outros profissionais. Estimular uma escola que tem os vínculos e os afetos como importantes para o aprender é algo indispensável para a construção das Séries Iniciais do Ensino Fundamental como espaço cada vez mais apropriado para interações, relações, vínculos e afetos importantes para as crianças, gerando motivação, expectativas e desejo nos estudantes.

Na busca da melhoria do processo educacional, o psicopedagogo investe em projetos criativos, na escuta dos alunos, na valorização dos bons afetos, espalhando a aprendizagem para todos os espaços da escola com apoio de todos os profissionais, pensando em diminuir e prevenir os problemas que podem dificultar e atrapalhar a aprendizagem.

Este estudo ajudou a pensar sobre o aprender de forma mais humana, colocando os afetos e os vínculos como importantes para o aprender. Mesmo assim, é necessário continuar pesquisando mais sobre este tema. Quando se pensa na ação da psicopedagogia e do psicopedagogo, para ajudar a área da psicopedagogia e da educação, auxiliando na ampliação do conhecimento de diferentes profissionais tem-se a certeza de que o psicopedagogo escolar é um grande colaborador para a construção de um ambiente agradável e propício para a aprendizagem.

Estudar esse tema mostra que o processo de aprendizagem está ligado diretamente com a questão dos afetos. Este artigo pode ajudar na formação continuada de educadores, professores e psicopedagogos no trabalho na escola.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S.F.C de. **O lugar da afetividade e do desejo na relação ensinar – aprender.**1993. Temas psicol. v.1 n.1 Ribeirão Preto abr. 1993. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid.Acesso em: 11 mar.18.

ANDRADE, M.C.M. **A afetividade e aprendizagem: Relação professor e aluno.** Disponível em: <http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/afetividade-e-aprendizagem-relacao-professor-e-aluno/44105/>. Acesso em: 06 mar.18.

BERNARDO, V.S. **Trilhando Caminhos Necessários: repensando uma proposta psicopedagógica centrada na afetividade e nas relações educacionais.** Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman. Acesso em: 10 mar.18.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB – Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes de Educação e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis. Acesso em: 07 mar.18.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **PCN – Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>. Acesso em: 09 mar.18.

BRASIL. Ministério de Educação e do Desporto. **RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil** / Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 07 mar.18.

BRUST, Josiane Regina. **A Influência da Afetividade no Processo de Aprendizagem de Crianças nos anos iniciais do ensino fundamental**. 2009. Universidade estadual de Londrina, Londrina, 2009.

CADES, Mariza. **As atitudes do professor que qualificam o trabalho pedagógico**. Revista Saberes, Rolim de Moura, vol. 3, n. 2, jul./dez., p. 14-26, 2015.

CUNHA, A. E. **Afeto e Aprendizagem, relação de amorosidade e saber na prática pedagógica**. Rio de Janeiro: Wak, 2008, p. 60-70.

FRISON, L. M. L, SIMÃO, A. M. V. **Abordagem (auto) biográfica: narrativas de formação e de autorregulação da aprendizagem reveladas em portfólios reflexivos**. Educação, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 198-206, maio/ago. 2011.

JESUS, M.A.M de. et al. **A relação da afetividade com o processo de aprendizagem**. 2016. Disponível em:
<https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article>. Acesso em: 18 mar.18.

JUNG, K. **Afetividade na Educação Infantil**, 2011. Disponível em:
<https://www.artigos.etc.br/afetividade.html>. Acesso em: 06 mar.18..

NASCIMENTO, F.D. **O papel do psicopedagogo na Instituição Escolar**. Psicologado. Disponível em: <https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/o-papel-do-psicopedagogo-na-instituicao-escolar> . Acesso em: 05 abril.2018.

PONTES, Idalina Amélia Mota. **Atuação psicopedagógica no contexto escolar: manipulação, não; contribuição, sim**. *Rev. psicopedag.* [online]. 2010, vol.27, n.84, pp. 417-427. ISSN 0103-8486.

RIBEIRO, M.L. **A afetividade na relação educativa**. Estudos de Psicologia, Campinas, v. 27, n. 3, p. 403-412, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid. Acesso em: 13 mar.18.

SALTINI, Cláudio J.P. **Afetividade e Inteligência**. Rio de Janeiro: Wak, 2008.

SANTANA, E.C.C.P. **Afetividade e aprendizagem sob uma abordagem psicopedagógica**. Trabalho de Conclusão de curso (especialista em Psicopedagogia) - Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2010.

SANTOS, K.C dos. **Émile Durkheim e a Educação: reflexões iniciais**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

SANTOS, Ana Cláudia Marques De J. Montini dos. **A importância do psicopedagogo com relação às dificuldades de aprendizagem**. Revista Educação no (Con)Texto: do curso de Pedagogia v.7, n.7, p.1-15, jan./dez.2015. ISSN 2446-5038.

SCALZER, Osana & SILVA, Fabiana Renata da. Sobre o olhar do psicopedagogo: a importância desse profissional no âmbito escolar. Disponível em: http://facsaopaulo.edu.br/media/files/2/2_388.pdf . Acesso em: 05 abril. 2018.

TASSONI, E.C.M; LEITE, S.A da. S. **A afetividade em sala de aula: As condições de ensino e a mediação do professor**. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/alle/textos/SASL-AAfetividadeemSaladeAula.pdf> . Acesso em: 17 mar.18.

VIEIRA, A.S; LOPES, M.D. **A afetividade entre professor e aluno no processo de aprendizagem escolar na Educação Infantil e Séries Iniciais**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro Universitário Salesiano Auxilium de Lins, Lins/SP, 2010.

CEARÁ, A EXCEÇÃO À REGRA: O CASO DE ICÓ.

Paula Ferreira Alves¹

João Lucas Vieira Nogueira²

RESUMO

A partir dos conceitos de descontinuidade histórica, defasagem do entendimento das produções artísticas Cearenses, com ênfase na museificação das edificações de Icó, e na inflexibilidade decorrente do tombamento executado de forma velada a população da cidade, será feito um estudo sobre como tais classificações se refletem dentro do convívio social da cidade, visto que estas análises determinam a importância de uma cultura apenas sob a *venustidade* destas obras, que possuem seu padrão estético pautados nos parâmetros Europeus, quando efetivamente a importância de Icó vem das relações culturais, econômicas e territoriais, sendo assim, as edificações seriam apenas reação desses fatores, produtos de anos de vivência. Além disso, será analisado como o engessamento do patrimônio influencia no cotidiano dos moradores, que tendem, a partir disto, a não vislumbrarem a importância de sua história do parâmetro nacional como um impecílio.

Palavras-chave: DEFASAGEM. DESCONTINUIDADE. MUSEIFICAÇÃO. TOMBAMENTO. ICÓ.

¹ Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo. / E-mail: ferreiraalves.pf@gmail.com

² Mestre em Investigación en Arte y Creación - Universidad Complutense de Madrid.

Doutorando em Comunicação e Semiótica - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Professor do Centro Universitário Christus. / E-mail: pedralispe@gmail.com

ABSTRACT

Based on the concepts of historical discontinuity, a lack of understanding of Ceará 's artistic productions, with emphasis on the museum' s construction of Icó, and the inflexibility resulting from the overturned execution of the city 's population, a study will be made of how such classifications are reflected within the social conviviality of the city, since these analyzes determine the importance of a culture only under the venustidade of these works, which have their aesthetic pattern based on the European parameters, when in fact the importance of Icó comes from the cultural, economic and territorial relations, being thus, the buildings would be only a reaction of these factors, products of years of experience. In addition, it will be analyzed how the patrimônio influences the daily life of the residents, who tend, from this, not to glimpse the importance of their history of the national parameter as a refinement.

Keywords: DEFASING. DISCONTINUITY. MUSEUMS. TIPPING. ICÓ.

1 INTRODUÇÃO

O trabalho terá sua pauta focada em apresentar o modo como a arquitetura patrimonial e a ideia de patrimônio são tratadas na América Latina, empregando o caso do interior do nordeste brasileiro, no Ceará, utilizando o caso do centro urbano de Icó - tombado em 1997 como um centro urbano, a nível nacional, entretanto, sem a conscientização e educação patrimonial da população nativa de como aconteceria o feito, e quais as imposições de tal título dentro do cotidiano e costumes locais.

A relação de indagativa sobre o engessamento das obras, decorrente do tombamento, será apresentado e explicado a partir de conceitos construídos sob a descontinuidade temporal estilística e defasagem do pensamento colonizado, pensamentos este que desconsidera o meio onde a produção arquitetônica ou artística está inserida e como foram desenvolvidas, gerando uma ação que se afasta da própria comunidade.

O estudo aqui presente tem, de forma geral, como objetivo entender o impacto da ação engessativa do tombamento técnico dentro da malha urbana com ênfase nas consequências nas relações sociais.

Dentre os propósitos específicos da pesquisa, está presente a aplicação dos conceitos de defasagem e descontinuidade histórica, especificados, respectivamente por Flusser (1998) e Waisman (2013), exemplificando com sua presença no interior do Ceará, assim como em toda a América Latina.

Além do conteúdo já exposto, será buscado entender porque que apesar da instrução de tombamento constituir algo como um bem cultural isso não é reforçado na realidade e no cotidiano das comunidade nativa, e quais as consequências da não integração de patrimonialidade (valor memorial de algo físico ou costume pela população vivente, sem outorgação documental) e do patrimônio (validação documental de importância histórica, cultural ou artística, com possível ação de tombamento de proteção).

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 - DESCONTINUIDADE E DEFASAGEM

Ao se dar início aos estudos pautados na historiografia, não só brasileira, mas como em toda América Latina, é possível notar a presença de nomenclaturas e divisões de tempo não aplicáveis a tal território, a partir da significação, original dos países centrais¹, desses conceitos temporais.

Na historiografia geral, com o correr do tempo, as unidades históricas definidas para o mundo europeu pareciam cobrar validade universal. Fala-se assim de uma Idade Média americana - na qual jamais existiu organização feudal ou filosofia escolástica - ou de um império maia - que jamais teve imperador..., extrapolando termos sem aprofundar seus reais significados. (WAISMAN, 2013, p. 58)

Assim também funciona as análises de estilos culturais, no caso do presente estudo, arquitetônicas. Existe uma dicotomia entre países centrais e países periféricos² dentro da história global; na Europa, as distinções tem seu início a partir de uma série de acontecimentos históricos, que acarretam na criação dos elementos que formam determinados estilos, já no Brasil, por exemplo, recebeu de seus colonizadores apenas as referências estilísticas e não todo o contexto histórico.

Por outro lado, deve-se recordar que as ideias arquitetônicas europeias não chegaram à América em ordenada sequência cronológica, mas pela mão dos mais variados artífices que, por sua vez, viviam períodos estilísticos diferentes, segundo sua procedência ou educação. E assim em toda a América Latina abundam os anacronismos. (WAISMAN, 2013, p. 60)

Os anacronismos citados por Waisman perduram por toda a história Latino Americana, visto que enquanto se vivia um conjunto de acontecimentos nos países de centro, enquanto nas terras tupis, chegaram, atrasadamente, apenas as narrações de seus navegantes, as vangloriações das modas europeias, aplicadas na colônia da melhor forma possível, adaptando-a aos materiais e às imposições do local de implantação.

1: Países de centro aqui considerados são referentes aos países da Europa Central, nações estas que costumam ditar as "modas" e se intitulariam como descobridoras de boa parte dos países da América Latina. Na verdade, na América Latina não ocorreu um desenvolvimento estilístico coerente, ou que permita descobrir uma continuidade nas ideias

2: Países colonos da Europa, que tem sua cultura julgada como inferior, pois são desvirtuadas as ideias arquitetônicas pois, ao longo dos séculos, a arquitetura baseou-se em ideias dos colonizadores e não seguem a fio seus padrões, a exemplo, toda a América Latina.

transculturais, que foram interpretadas, modificadas ou transformadas de acordo com circunstâncias histórico-cultural-tecnológicas locais. (WAISMAN, 2013, p. 59)

A razão desta lesão no desenvolvimento das normativas no Brasil é visível no próprio cotidiano, visto que desde os primeiros contatos com a história, no jardim de infância, o país é sempre tratado como descoberto, é constante o enaltecimento a riqueza dos demais países e com isso, cria-se uma ideologia defasada, de que a cultura aqui desenvolvida é inferior, e que o mais adequado é tentar seguir o exemplo desses outros.

No Brasil fala-se em história, e não apenas se fala nela, mas ela é cultivada desde o curso primário até o clássico em detrimento da história universal; uma torrente contínua de escritos acadêmicos trata dela nos seus mínimos detalhes, torrente essa comparável apenas com os tratados relativos à gramática portuguesa. Como sabe todo aquele quem tem conhecimentos superficiais de psicologia, este é um sintoma péssimo para a história brasileira. Que seja fornecido, para ilustrar tal supercompensação, um único exemplo: por ocasião da descoberta da costa brasileira, um certo Pero Vaz de Caminha escreveu uma carta ao Rei de Portugal, e essa carta persegue a juventude brasileira dos seis aos dezesseis anos (seja ela autêntica ou não, e tenham ou não os portugueses descobertos o Brasil como primeiros). Esse renascentista obscuro avançou pois para ser companheiro constante de inúmeros jovens desde tenra idade até a puberdade. Que significa isto para a história brasileira? (FLUSSER, 1998, p. 77)

Os mais de três séculos em que o Brasil ficou submetido às imposições de seus colonizadores dificultaram o desenvolvimento de uma identidade, seja pela mistura de raças e culturas, seja pela chegada inconstante de informação externa, o intervalo de tempo em que os nativos dominavam a adaptação de um estilo, novos ocorridos criavam um novo padrão, que logo chegava sobrepondo o anterior.

Quando parecia que um tipo de solução começava a ser avaliada, quando parecia que começava a haver um aprofundamento em resposta a determinado problema, quando se perfila apenas uma linha de pensamento próprio, sobrevém a nova solução ou a nova resposta ou a nova teoria elaborada nos países centrais e, sem mais, desloca o incipiente desenvolvimento. (WAISMAN, 2013, p. 64)

Apesar da busca por essa padronização, foi desenvolvida, aos poucos, o que pode ser chamado da arquitetura típica do Brasil, aqui representado pelo interior do Ceará, uma adaptação para os materiais típicos, um elemento característico em meio aos frisos e estátuas ou uma modificação na morfologia urbana para melhor atender as necessidades naturais, dando personalidade ao modelo trazido.

A todo instante histórico o espírito do tempo (ou como queiramos chamar aquilo que se manifesta) se manifesta em todos os fenômenos culturais, desde a língua até os instrumentos, desde a moda até os sonhos. Isto significa que naquele instante o espírito humano assumiu uma máscara

determinada. Mas isto não significa que todos os homens contemporâneos tenham assumido tal máscara, nem sequer todos homens ativamente empenhados. Apenas significa que uma elite decisiva (a "vanguarda") conseguiu impor tal máscara à sociedade, mas que a grande maioria pode perfeitamente continuar usando máscaras superadas, até muito superadas. (FLUSSER, 1998, p. 76)

Por essas vicissitudes, é que a formação arquitetônica tupiniquim é considerada pela elite vanguardista, como cita Flusser (1998)), como ífera, mal executada e rudimentar.

2.2 - ICÓ: PECUÁRIA E CULTURA

Icó é um município brasileiro do Estado do Ceará, localizada a 366 km da capital e foi a terceira vila instalada no Estado, possuindo em seu território um sítio arquitetônico datado do século XVIII, tombado em 1997 com a afirmação de ser um grande representativo da história do país.

O núcleo tombado evidencia estes aspectos através da materialidade dos edifícios – “testemunhos da história” – e as justificativas apresentadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN – órgão responsável pelas ações preservacionistas, passam também a relacionar este espaço com a imagem de um “passado” que foi próspero: uma época em que a cidade era conhecida como “A Princesa dos Sertões”. (NASCIMENTO, 2002, p.11)

Portanto, faz-se necessário conhecer a importância histórica e cultural do vilarejo, antes mesmo de se “julgar” a arquitetura local, hábito que deveria ser comum aos técnicos da área.

Criação das Vilas

O Estado Português, segundo Abreu (1997) vinculou a ideologia de justiça e um aparato burocrático mediadores da ordem da criação das vilas, ou seja, a criação das vilas demonstrava uma preocupação com a economia ameaçada pela “desordem”. Castro (2005, p.2) afirma ainda que esse processo de subordinação procurou dissolver de vez a resistência indígena.

No território que hoje compreende a cidade de Icó vivia uma tribo nomeada Ikó, um povo pertencente aos povos Tarairiús, que habitaram a região limítrofe entre Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, num território entre os vales dos rios Salgado e do Peixe. Com o tempo começaram a surgir disputas de territórios entre os sesmeiros de Icó, principalmente as famílias Monte e Feitosa, e as tribos indígenas.

Logo, fez-se imprescindível a criação da Vila, para controle da Coroa Portuguesa sobre os nativos locais, evitando qualquer tipo de ameaça à economia. Com o crescimento da pecuária, Icó se tornou um local estratégico de escoamento da produção. Segundo Jucá (2012), ali existia a "Estrada Geral do Jaguaribe" que escoava as boiadas entre as fazendas de gado do Sertão do Cariri ao porto e centro de salgagem da carne de Aracati, além das "Estrada das Boiadas" que escoava o gado e os produtos entre a Paraíba e o Piauí.

Sendo assim, em janeiro de 1735 o governador de Pernambuco, Duarte Sodré Pereira, escreveu a Dom João V informando que Cardoso de Novaes Pereira, Ouvidor Geral da Capitania de Ceará, havia lhe enviado uma carta onde reconhecia a necessidade de ser criada uma vila, de acordo com Jucá (2012), "*no lugar a q'chamão de Icó*".

A vila de Icó viria a ligar o que Capistrano (1998), nomeou de "sertões de dentro", que compreende uma área desde a Bahia em direção ao Piauí e depois para o Ceará, em contraponto aos "sertões de fora", nomenclatura para caminhos saídos do Pernambuco, e que deslocam-se mais proximamente ao litoral e depois adentrando o interior do Ceará pelos caminhos do semiárido. Icó torna-se então um ponto de cruzamento das principais estradas das boiadas setecentistas.

Pecuária no sertão.

A ocupação do Ceará motivou-se por facilitar o acesso às terras nordestinas, que viriam, futuramente, a ser terras propícias à prática pecuarista que, segundo Simonsen (1978), a pecuária foi um dos "fatores econômicos que permitiram a ocupação do sertão e a manutenção de tão dilatadas regiões sob o domínio Lusitano". Apesar da visão positiva de Simonsen, a prática criadora chegou ao sertão após ser "expulsa" do litoral pela cultura canavieira. Seguiram então pelas margens ribeiras, pois era considerada uma economia secundária e de difícil exportação se comparada a extração de minerais e produção do açúcar, não despertando, portanto, o interesse Português. A coroa impôs ainda que era proibido o uso de espaços destinados a cultura canavieira para a pecuária, empurrando ainda mais a prática pastoril para o interior do Ceará.

No decorrer do Século XVIII a economia açucareira foi prejudicada com o aumento do valor monetário dos escravos, diferentemente da atividade pastoril, que permanecia barata por sua fácil criação e manutenção. Iniciou-se então a migração

para a zona sertaneja (FURTADO, 1987, p.63). Por tais motivos houve a conversão da pecuária em economia de subsistência, o que segundo PRADO JR (1985), é influência do modelo de colonização: produzir para exportar, sendo o restante suprimento necessário para tornar possível a continuação da produção, ou seja, apenas o que for preciso para sobrevivência dos colonos. Já RIBEIRO JUNIOR (2004), discorda de Furtado quando afirma que:

“...a intensificação da atividade criatória no Nordeste coincidiu com o processo involuntário da economia açucareira na segunda metade do século XVII e a primeira metade do século XVIII.”

Afirma ainda que:

“...a pecuária iniciou-se, modestamente, ligada à subsistência do setor açucareiro.”

Portanto, é possível concluir que a pecuária de início foi ignorada como uma promissória fonte de economia mas se mostrando, posteriormente, de grande vantagem devido ao seu baixo custo de manutenção, benefício este que viria a elevar áreas do interior do nordeste a grandes vilas de prestígio, destacando-as na continuidade e crescimento da história do Ceará, por exemplo.

O sistema de sesmarias.

Sesmarias, por definição de Jucá (2012), eram lotes de terra distribuídos a um beneficiário, em nome do rei português, com o objetivo de cultivar terras virgens e povoar o novo território.

No Brasil, a implementação deste sistema ocorreu de forma diferenciada, as terras foram distribuídas com intenção de demarcar o terreno conquistado, colonizando-o, ao contrário do modelo lusitano, as sesmarias passaram a ser hereditárias (ABREU, 1997). Outro ponto destoante era as dimensões de tais terrenos, por alguns serem terras ocupadas por aquisição originária os lotes tomaram proporções inadmissíveis no mundo português, além de poderem ser acumuladas, tornando possível um só proprietário ser dono de terrenos que compreendiam uma área ribeira inteira, como é o caso de José Bernardo Uchoa, dono das terras pertencentes à bacia do Jaguaribe ou de João de Barros Braga, portador dos altos e baixos do Jaguaribe. Apenas no fim do século XVIII é criada uma legislação que impedia a concessão de novas sesmarias a quem já possuía. Por tais imensos domínios, algumas vezes era invadido espaços previamente indígenas, causando conflitos. Com o intuito de eliminar essas desavenças que prejudicaram as fazendas

e tantos mataram, Jucá (2012) afirmar que a Coroa enviou no dia 6 de março de 1694 uma Carta Régia que definia as terras indígenas, incluindo o Jaguaribe.

A técnica da salga da carne.

A técnica da salga no Nordeste possibilitou o comércio da pecuária chegar em lugares que antes seriam inviáveis, como as feiras no litoral, para isso, era necessário transportar o gado vivo, para as feiras de pé, como era chamada. Agora a carne viria em cortes, preservadas pelo sal e secadas ao sol, fazendo assim o transporte bem mais simples e leve. Por tais motivos a produção pecuarista deixou de ser uma simples fornecedora de carne aos centros litorâneos. O comércio seguiu como nos primórdios da pecuária, seguindo os rios, como por exemplo o Vale do Jaguaribe, colocando no mapa áreas antes tratadas como não importantes, como Aracati, ou promovendo ao título de Vila lugares como Icó.

A seca de 1790.

As secas dos Séculos XVIII e XIX foram registradas por Tomaz de Souza, Joaquim Alves, Euclides da Cunha (o conhecido autor do livro os Sertões). Sobre esse ano no Ceará, Alves³ faz referência a um testemunho de uma autoridade que afirma que a seca matou todo o gado, causando falta de carne seca. A imigração foi intensificada pela seca, fome e doenças que se estenderam pelo Nordeste. A seca transformou homens, mulheres e crianças em pedintes. Entretanto, como afirma LEMENHE (1991, p. 59), Icó reforçou sua posição de núcleo centralizador dos produtos da região central do Jaguaribe, enquanto Aracati teve suas funções comerciais revitalizadas, e isto apenas aconteceu por ambos os lugares serem banhados com as águas do Jaguaribe, água abundante não afetada com a seca.

³: Joaquim Alves - Membro efetivo da Academia Cearense de Letras e do Instituto do Ceará, foi uma figura de autêntico merecimento que nos círculos literários de Fortaleza.

Binômio Aracati - Icó

Icó se tornou o principal receptáculo das boiadas transeuntes, enquanto Aracati funcionava como ponto de escoamento da produção, posteriormente ficando conhecido como binômio gado-algodão. Hoje, Aracati tornou-se uma faixa litorânea

visada pelos polos turísticos, enquanto Icó se encontra dentro do que é chamado de Polígonos das Secas, o que segundo o IPHAN, não é atrativo a turistas, ou seja, não sendo economicamente viável ao centro histórico.

A museificação e o turismo.

Segundo o coordenador nacional do Programa Monumenta (ação de financiamento promovida pelo Iphan para auxiliar na restauração de centros históricos), Robson A. de Almeida, um dos problemas de Icó é a ausência de infraestrutura de turismo. Em contraponto, Montaner (2014), traz o turismo como um problema para a população vivente no local.

Na pós-modernidade, as utopias, no sentido da busca de novos lugares para novas sociedades, foram substituídas pelo contínuo revezamento de turistas que observam os nativos, pela comprovação de que aquilo que é corrente em determinado lugar é exótico para o visitante, pela vida fugaz e prazerosa em diferentes lugares de nosso planeta, tentando não sofrer seus problemas cotidianos. Seria o turismo a última utopia? (pag. 144)

O engessamento presente no tombamento do centro histórico da cidade impede seu crescimento, impossibilitando que novas relações culturais se eternizem nas paredes de suas edificações assim como fez durante o período colonial.

Arquitetura.

Apesar do conjunto urbano ser reconhecido como Patrimônio Nacional, o valor do título para a população pouco importa, visto que as implicações disto foram mais negativas do que positivas para seu convívio.

Embora toda valorização e preocupação com a preservação do patrimônio edificado local, o processo se deu - pelo que se pode notar pelo convívio com moradores na cidade - de forma dissociada da sociedade civil, o que acaba refletindo a visão negativa que está vinculada por parte dos moradores. (GRANGEIRO; MAIA, 2018)

E sob o olhar técnico, levando em consideração os materiais e modos de execução a cidade é simplória, entretanto, é nesses detalhes que se encontra a assinatura da arquitetura local, criando alterações nas normativas de organização espacial da época.

Da implantação da Vila de Nossa Senhora de Expectação de Icó, assim como de Aracati, foram deixados documentos contraditórios. Como diria CASTRO (2015 apud JUCÁ, Clóvis, Ramiro N., 2012), havia documentos escritos que

comprovavam perfeitamente as imposições oficiais portuguesas, entretanto, não há registros gráficos definidores da espacialização urbana.

Em Icó viria, então, a acontecer o que mesmo que em muitas áreas da colonização portuguesa: suas diretrizes se adequem à realidade econômica e cultural do local, além do entendimento ambíguo de muitas normas. A carta Régia de Icó data de 17 de outubro de 1736, e detinha um conjunto de diretrizes semelhantes às de Aracati, que demonstrava a escolha do sítio próximo a fornecimento de água, primeiramente devendo ser implantada a praça (imagem 02) com um pelourinho, de onde saíam ruas retas e largas, com casas com fachadas viradas para a rua e igualdade de tamanhos de lotes. Mas Icó possuía uma discordância: as suas fachadas tinham orientações diversas.



Figura 1- Largo do Theberge - Icó.

Fonte - macariobatista.blogspot.com

A modificação da orientação das fachadas das residências, assim como outras medidas tomadas, funcionaria como alternativa para lidar com o clima árido da região.

Possuíam um reduzido número de aberturas, paredes grossas que além da segurança promoviam a retenção do calor durante o dia e a fruição noturna, as cobertas de grandes alturas chegando em 8 metros, não criam uma camada de ar quente, este escapava pelas frestas das telhas em um processo de convecção (Duarte, 2009, p. 50).

Do mesmo modo, outras características viriam a se desenvolver condicionadas pelas variáveis físicas e econômicas, como o quintal, que funcionava como parte integrante do convívio e área das relações sociais internas da casa.

A imposição da presença do quintal revela uma tentativa de adequação da sociedade – à época, notadamente rural – ao incipiente meio urbano. As fachadas das casas delimitavam o espaço da rua. Portas e janelas, em contato direto com o exterior, faziam a transição entre os espaços público e privado (Nascimento, 2011, p. 69)

Com o tombamento já citado, os proprietários das edificações protegidas foram impedidos de realizar muitas modificações, entretanto, algumas alterações ocorrem sem o conhecimento do poder público, como por exemplo, um corte na cobertura para criar um novo ambiente.

Este corte não é feito por puro capricho do morador, mas sim com uma fundamentação cultural: no dia 1º de janeiro se realizam os festejos do Senhor do Bonfim, que tem seu começo em dezembro, iniciando as novenas e peregrinações pela cidade, terminando em janeiro, com a procissão no dia 1º e a subida da imagem de Senhor do Bonfim no dia 6 janeiro.

Dentro deste momento de festa, é comum os moradores saírem de suas residências ou ficarem nas janelas acompanhando a passagem da procissão. Com o passar dos anos, esse hábito converteu-se no que viria a ser a citada modificação da cobertura, que ocorre da seguinte forma: a uma altura confortável para uma pessoa de pé, é feito um corte, criando uma área externa com pequenos degraus, transformando a platibanda em guarda corpo. Durante o resto do ano o ambiente funciona como área de serviço, mas durante as festas, como uma espécie de “camarote”. Apesar da mutilação da cobertura, o modo construtivo é feito com muita engenhosidade, tomando o cuidado na altura da seção, sendo impossível notar a ausência de uma parte a cobertura do âmbito externo, mantendo a composição da fachada intacta. (GRANGEIRO; MAIA, 2018)

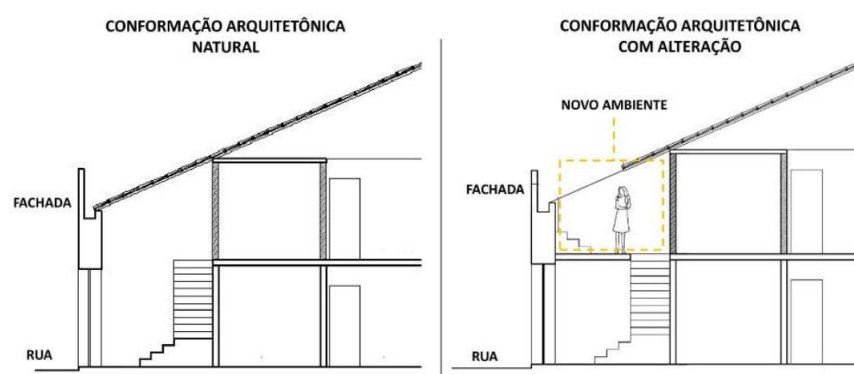


Figura 2 - Corte esquemático da mudança na cobertura.

Fonte - GRANGEIRO; MAIA, 2018

Sendo assim, a percepção dos elementos de enfoque da política de proteção patrimonial, que sejam, a fachada e a cobertura do período colonial, permanece íntegra.

3 MÉTODOS

A pesquisa se classifica como qualitativa e em seus três primeiros objetivos específicos a pesquisa se desenvolverá com base em pesquisa bibliográfica. O estudo de caso é feito a partir de relatos contidos em artigos, análise fotográfica e descrições de moradores do sítio histórico estudado.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A produção arquitetônica é classificada como pobre, com base nos parâmetros Europeus, classificações essas que influenciam os técnicos da área também, como no caso de Lúcio Costa, que foi contra o tombamento da Igreja Matriz de Aracati, por “não conter elementos artísticos para tal”⁴. Entretanto, o que o aclamado arquiteto não possuía conhecimento, é da importância da localização da pequena Vila dentro da sobrevivência Cearense nos períodos de secas, o que também acontece com Icó, que ainda permanece em esquecimento, por não ser atrativo aos turistas.

O que claramente não é colocado em pauta quando o assunto é o centro histórico de Icó é a relação dos moradores com essa história, que são impedidos de modificarem suas residências de acordo com suas necessidades, pela inevitabilidade intransigente de se preservar e manter intacto o centro histórico, quando certamente a história do local está contida no povo.

5 CONCLUSÃO

⁴: Notícia fornecida por Clovis Ramiro Jucá Neto no Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado - Arquimemória, em Salvador - BA, de 27 de novembro a 01 dezembro de 2017.

A arquitetura do interior do Ceará é tida como imperfeita e pouco rica em detalhes e acabamentos, análise feita com base em parâmetros externos, que não tem conhecimento dos acontecimentos locais que provocaram tais elementos, criando um círculo vicioso de depreciação da produção local, e, erroneamente, uma desvalorização da cultura e dos conhecimentos interioranos do Nordeste brasileiro, evento este que foi denominado por Flusser (1998) como defasagem, provocado também pelo erro no modo de análise da historiografia Latina, que apresenta descontinuidade, em relação aos países de centro, como foi mostrado por Waisman.

Passado esse momento depreciativo e chegado ao ponto em que recebe o reconhecimento de patrimônio, a arquitetura recebe a proteção do tombamento, que promete impedir o bem de ser demolido, podendo, somente se necessário, ser reparado ou restaurado (IPHAN). Esse modo de salvaguardar tende a museificar a cidade, no caso, Icó, impedindo que as edificações cumpram seu papel de contar a história do local, levando em consideração aqui não apenas os acontecimentos históricos referentes a era de riqueza de Icó, mas também do passar dos anos, até a atualidade, a continuação da história que vai se formando.

É importante tratar a arquitetura patrimonial como a narração do que já aconteceu e do que ocorre, dar um uso e permitir que se adapte às necessidades da população, sem para isso deturpar a visão que o passado que carrega.

REFERÊNCIAS

Livros

ABREU, João Capistrano de. Capítulos de história colonial: 1500 - 1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 2ª ed. Editora Universidade de Brasília. Brasília. 1998.

ABREU, Maurício de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). Explorações geográficas: percursos no fim do século - Bertrand Brasil. Rio de Janeiro. 1997.

CASTRO, José Liberal de. In: JUCÁ, Clovis Ramiro N. Primórdios da urbanização no Ceará. Universidade Federal do Ceará/ Banco do Nordeste, 2012.

COSTA, Campelo; LINHEIRO, Domingos; ARAÚJO, Nearco. Desenhos: arquitetura antiga no Ceará. (cadernos de arquitetura Cearense; v.2). Fortaleza: Edições do IPHAN/ UFC. 2003.

COUTO, Padre. História do Icó. Tipografia Crato. 1960.

CUNHA, Marianno Carneiro da. Da Senzala ao Sobrado: arquitetura brasileira na Nigéria e na República Popular do Benim. São Paulo: Nobel: EDUSP, 1985.

FLUSSER, Vilém. A fenomenologia do brasileiro. Organização: Gustavo Bernardo. - Rio de Janeiro: Eduerj, 1998.

Intervenções urbanas na recuperação de centros históricos / Nabil Bonduki. – Brasília, DF : Iphan / Programa Monumenta, 2010.

JUCÁ, Clovis Ramiro N. Primórdios da urbanização no Ceará. Universidade Federal do Ceará/ Banco do Nordeste, 2012.

MONTANER, Josep Maria; MUXI, Zaida. Arquitetura e política. Ensaio para mundos alternativos. Editora GG. 2014.

NOGUEIRA, João Lucas V.; MOREIRA, Eugenio. Fortaleza Eclética: mestiça, solar e barroca. Fortaleza: SECULT, 2016.

NOGUEIRA, João Lucas V.; MOREIRA, Eugenio. Proteção de conjunto urbano centro histórico: Fortaleza- CE. Fortaleza: SECULT, 2013.

PRADO JR., Caio. História econômica do Brasil. 32ª ed. Ed. Brasiliense. São Paulo. 1985.

Recuperação de Imóveis Privados em Centros Históricos/ organizadora, Érica Diogo. - Brasília, DF: Iphan/ Programa Monumenta, 2009.

SIMOSEN, Robert C. História econômica do Brasil: 1500/1820. Brasileira V. 10. 8ª ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1978.

WAISMAN, Marina. O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Artigos em periódicos

CÂNDIDO, Pedro Lucca Freitas. CACTuS - Centro de Arte, Cultura e Turismo Sertanejo. Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Departamento de Arquitetura, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Fortaleza, 2015.

CASTRO, José Liberal de. A Fortaleza de Nossa Senhora de Assumpção da Capitania do Ceará Grande. Pleito de tombamento. Formulada ao IPHAN. 2005. Não publicado.

Encontro Internacional sobre Patrimônio Edificado (5.:2017: Salvador, BA). Anais [do] V Encontro Internacional sobre Preservação do Patrimônio Edificado - Arquimemória. Salvador, BA, 27 de novembro a 01 dezembro de 2017 / Departamento da Bahia do Instituto de Arquitetos do Brasil; Nivaldo Vieira de Andrade Junior, José Carlos Huapaya Espinoza, (Organizadores). - Salvador: IAB-BA,2017.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 22ª ed. São Paulo: Editora Nacional. 1987.

GRANGEIRO, Glaudemias Júnior. MAIA, Stephane de Sousa e Silva. Patrimônio Mutável: as adaptações das casas de Icó no contexto cultural da festa do senhor do Bonfim. Congresso Da Arquitetura E Urbanismo Na Cultura Popular, Quixadá-ce, 25 a 27 De Abril De 2018.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. As razões de uma Cidade: conflitos de hegemonias.. Fortaleza: Stylus comunicações, 1991.

NASCIMENTO, J. C. . Intervenções Preservacionistas em Icó, CE: redenção do sertão??. Fórum Patrimônio : Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável (UFMG. Online) , v. 01, p. 190-202, 2007.

NASCIMENTO, J. C. . Inventário da Arquitetura Modernista Cearense ? 1ª Etapa.. 2008.

NASCIMENTO, J. C. REdescobriram o Ceará? representações dos sítios históricos de Icó e Sobral: entre areal e patrimônio nacional. 1º. ed. Salvador - Bahia: EDUFBA, 2011. v. 1. 446p.

NASCIMENTO, José Clewton do. Uma princesa tombada às margens do Rio Salgado: Dinâmica Urbana e Ações Preservacionistas na Cidade de Icó, CE. Salvador- UFBA, 2002.

Artigos em revistas, jornais etc.

DUARTE, ROMEU Jr. Arquitetura colonial cearense: meio-ambiente, projeto e memória. Revista CPC, São Paulo, n. 7, pp. 43-73, nov. 2008/abr. 2009.

PINTO, Tales Dos Santos. "O que é sesmaria?"; Brasil Escola. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-sesmaria.htm>>. Acesso em 14 de novembro de 2017.

Blog do Macario: No Icó tinha. Disponível em: <<http://macariobatista.blogspot.com/2015/07/no-ico-tinha.html>> Acessado em: 19 de junho de 2018.

DE STIJL E A BUSCA PELA TRANSCENDÊNCIA NA ARQUITETURA

Lara Araújo Veloso¹

Orientador: Mateus Gonçalves de Medeiros²

¹ Graduanda do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Christus – laritaveloso@gmail.com

² Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará – mateusgoncalves@gmail.com

RESUMO

Com fins de investigar no *De Stijl* em que medida a arquitetura pode expressar o abstrato ideal de transcendência buscado por Piet Mondrian no Neoplasticismo, a proposta geral deste trabalho, de caráter bibliográfico, é analisar a relação entre os conceitos da pintura de Mondrian, uma representação bidimensional, e a tridimensionalidade da arquitetura. Considerando o contexto histórico da Primeira Guerra Mundial e a influência do movimento *De Stijl* para a constituição das formas da arquitetura mundial estabelecemos a discussão sobre a oposição entre os conceitos de individual e universal na arte e na arquitetura. Analisaremos a busca do *De Stijl* por uma linguagem universal, compreensível à todas as pessoas sem necessidade de explicação prévia, que através da arte utiliza-se de formas geométricas simples e cores primárias para comunicar seu conceito.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna. Arte Moderna. De Stijl. Piet Mondrian. Van Doesburg.

ABSTRACT

In order to investigate in De Stijl the extent to which architecture can express the ideal abstract of transcendence sought by Piet Mondrian in Neoplasticism, the general proposal of this bibliographical work is to analyze the relationship between the concepts of Mondrian painting, a representation two-dimensional, and three-dimensional architecture. Considering the historical context of the First World War and the influence of the De Stijl movement on the constitution of the forms of world architecture, we established the discussion about the opposition between the concepts of individual and universal in art and architecture. We will analyze De Stijl's search for a universal language, comprehensible to all people without prior explanation, which through art uses simple geometric shapes and primary colors to communicate its concept.

Keywords: Modern architecture. Modern Art. De Stijl. Piet Mondrian. Van Doesburg.

1 INTRODUÇÃO

O movimento artístico *De Stijl* foi um desdobramento da vanguarda Neoplasticista, fundamentada na expressão plástica de Piet Mondrian e Theo van Doesburg. Seja direta ou indiretamente, a Arquitetura é influenciada pelo contexto social, político, tecnológico e ideológico de sua época. Assim para podermos compreender o *De Stijl* em toda a sua complexidade, é necessário investigar em que contexto esse estilo foi criado. O *De Stijl* (*O Estilo*, em tradução livre do holandês para o português), que dá nome ao movimento artístico, era originalmente um nome de uma revista fundada por Doesburg em 1917. O seu nome era utilizado para representar tanto sua pintura como sua arquitetura. Sua estética enfatizava as formas geométricas e a simplicidade, fato que podemos interpretar como tendência ao elementarismo. (Cf. TOWNSEND, 2006, p. 94)³.

A poética do *De Stijl* significa a busca por uma linguagem universal da arte que se comunicaria por meio de formas geométricas de modo a repassar sua mensagem a todos os públicos. No *De Stijl*, a universalidade era colocada acima da individualidade, sendo criado um padrão de perfeição que ao ser aplicado, traria a harmonia que o mundo, em guerra, necessitava. O conceito de universalidade trabalhado pelo *De Stijl* declara a possibilidade de se conquistar a harmonia por meio da utilização de formas essenciais universais. Dentro do quadro da Primeira Guerra Mundial encontraremos o conflito entre o universal e o individual tanto no neoplasticismo de Mondrian, quanto no *De Stijl* de Theo van Doesburg⁴, como uma busca por uma cultura que transcende a tragédia do indivíduo através de sua ênfase em leis imutáveis.

³ No texto original Dabney Townsend afirma: “*De Stijl* was the name of a journal founded by Theo van Doesburg in 1917; the name was applied to movements in architecture and painting that emphasized geometric shape and simplicity. It was related to cubism. *De Stijl* is associated with the Bauhaus movement, and its most prominent painter was Piet Mondrian. Such movements as *De Stijl* changed aesthetic expectations in the first half of the 20th century from representational realism to formalism”. TOWNSEND, Dabney. Historical dictionary of aesthetics. Oxford: The Scarecrow Press, 2006 p. 94.

⁴ É comum na produção acadêmica em língua inglesa utilizar os termos Neoplasticismo e *De Stijl* como sinônimos. Em língua portuguesa os termos por vezes aparecem como relacionados à pintura, caso do Neoplasticismo, e à arquitetura, caso de *De Stijl*.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O Primeiro Manifesto do *De Stijl*, publicado em 1918, possuía dois pontos que falavam especificamente sobre a relação entre universal e individual. São eles:

1. Há uma antiga e uma nova consciência da época. A antiga se volta para o indivíduo, e a nova para o universal. O conflito entre o individual e o universal reflete-se na Guerra Mundial tanto quanto na arte de hoje (...).³ A nova arte revelou a substância da nova consciência da época: um equilíbrio semelhante entre o universal e o individual. (DOESBURG; MONDRIAN apud FRAMPTON, 2015, p.171)

A visão do universal como linguagem que unificaria os povos, abraçaria todas as nações em uma só, e proporcionaria uma igualdade e, portanto, harmonia, foi predominante na fundação, em 1917, do movimento, como ficou expresso no manifesto. O autor explica que existiria um *Zeitgeist* (espírito do tempo) mais tradicional que se voltaria para o indivíduo. O desequilíbrio entre o individual e o universal estaria na origem do problema apontado por Theo van Doesburg. A proposta do universalismo nasce para combater a ênfase no individualismo marcante do advento da modernidade. Esse foco no indivíduo se expressa na célebre discussão de Ferdinand Tönnies. Segundo este autor a vida política na idade média tenderia para o comunitário, enquanto que na modernidade capitalista a vida política tenderia para a sociedade. Nos termos de Tönnies, *Gemeinschaft* e *Gesellschaft*. A *Gemeinschaft* (comunidade) seria um agrupamento político onde as pessoas viveriam em efetiva comunhão. Enquanto isso na *Gesellschaft* (sociedade) os indivíduos tenderiam ao isolamento, apesar de conviverem no mesmo espaço (TONNIES, 2001).

Na dimensão econômica, o individualismo também se expressa na essência do modo de produção capitalista. Este teria um papel fundamental na tendência moderna da competição como meio de sobrevivência e sucesso na vida social. Mesmo o pensamento da modernidade é responsável em alguma medida por essa virada em direção ao individualismo. Na filosofia, por exemplo, René Descartes inaugura o pensamento filosófico moderno com uma afirmação baseada no eu, expressa na sua famosa frase “penso, logo existo” (*cogito, ergo sum*) (Cf. REALE, 2004). Ainda como exemplo do surgimento do individualismo, podemos citar o renascimento e o fato de

que é neste momento que se consolida o hábito dos artistas de assinarem suas obras. Com esse fato, fica evidente a necessidade da expressão da individualidade do autor.

Ao falar sobre os três manifestos, Mario de Micheli se remete a questão sobre o equilíbrio entre individual e o universal:

Esses três manifestos afirmavam uma tese fundamental: o individualismo, na arte como na vida, é causa de ruína e desvio do justo; é preciso opor a ele a serena clareza do espírito, que por si só pode criar o equilíbrio entre o “universal e o individual”. (DE MICHELI, 2004, p. 249)

Torna-se clara a tentativa deliberada de Theo Van Doesburg em combater o individualismo, *causa, para ele de toda a ruína tanto na arte quanto na vida*. Entretanto não se trata de uma exclusão do elemento individual, mas de um equilíbrio entre individual e universal. Apesar disso, o universal como valor ganha destaque nas soluções do *De Stijl*.

2.1 Harmonia e Cor

A harmonia não é encontrada apenas nas formas, mas também nas cores, limitadas à paleta primária. A arte invade todos os campos da vida humana e na arquitetura não é diferente. Estruturas massivas que almejam transmitir uma sensação de leveza são características do movimento, que estudava a possibilidade de traduzir para a arquitetura, uma arte tridimensional, os princípios da pintura bidimensional de Mondrian. A conexão entre a pintura de Mondrian e a arquitetura do *De Stijl* é íntima. A arquitetura do *De Stijl* busca a expressão da transcendência almejada por Mondrian em sua pintura neoplástica.

As leis imutáveis seriam as composições matemáticas com as quais Mondrian escolhia e dispunha os elementos em suas obras, acreditando encontrar a perfeita harmonia. Sua preferência por elementos geométricos se explica dessa forma, pois, para Mondrian, eles expressavam a essência das coisas e suas formas eram inerentes ao ser humano.

Pouco a pouco, no entanto, os elementos de seus quadros alcançaram sua própria autonomia, à medida que Mondrian começou a sentir que uma linguagem pura de formas, cores e ritmos – uma música visual em contato com as emoções – poderia ser possível (CURTIS, 2008, p. 152)

Essa preocupação com a posição harmoniosa era expressa na edificação arquitetônica, ao elevá-la ao posto de obras de arte. Willian J. R. Curtis afirma que Van Doesburg e Rietveld objetivavam “tratá-la como uma espécie de escultura

abstrata, uma ‘obra de arte total’, um organismo de cores, formas e planos que se interceptam” (CURTIS, 2008, p. 152).

Por meio da harmonia, se tentava expressar na arquitetura do *De Stijl* a transcendência buscada por Mondrian no Neoplasticismo. Isto é, a procura da essência através de uma linguagem plástica simples e objetiva, se tornando uma comunicação universal, não apenas como uma mera abstração, mas como um modelo de perfeição de formas equilibradas. Em meio ao caos da guerra e ao destaque ao individualismo encontramos no *De Stijl* o empenho por encontrar um padrão universal que levaria à estabilidade, à transcendência da humanidade, que ao poder ser aplicado em todas as áreas, poderia ser aplicado na Arquitetura.

A aplicação da harmonia também se revela no uso das cores. Uma das características marcantes do *De Stijl* é a restrição da paleta às cores primárias. Da mesma maneira Mondrian utiliza esse dispositivo estético em suas obras para buscar a harmonia por ele procurada. A restrição da paleta veio por influência do matemático Schoenmaekers, o qual tanto Mondrian quanto Van der Leek, mantiveram contato próximo quando estiveram em Laren, em 1924. *Sobre as cores primárias*, afirma Schoenmaekers:

As três cores principais são, essencialmente, o amarelo, o azul e o vermelho. São as únicas cores que existem (...) o amarelo é o movimento do raio (vertical), o azul é a cor que contrasta com o amarelo (o firmamento horizontal) e o vermelho é o cruzamento de amarelo e azul. (SCHOENMAEKERS apud FRAMPTON, 2015, p. 172)

Pode-se verificar a semelhança da reflexão de Schoenmaekers com uma representação do plano cartesiano. O amarelo representa o eixo das ordenadas (vertical), o azul o eixo das abcissas (horizontal) e o vermelho o eixo z, este que define as coordenadas de profundidade de um determinado ponto. Assim, a junção desses três eixos possibilita a forma tridimensional, esta que é aparente no mundo real. Pensar de uma forma matemática para representar o tridimensional no bidimensional na pintura é um dos desafios dos líderes do movimento⁵.

Os motivos que levaram Mondrian a se separar de Van Doesburg e Vantongerloo por volta de 1925 estão, pois, muito além de uma simples disputa formal. Mondrian via a introdução da linha diagonal no quadro, efetuada por Van Doesburg por volta dessa data, e da linha curva acolhida por Georges Vantongerloo na escultura, não como

⁵Sobre a utilização de elementos ortogonais, afirma Schoenmaekers: “Os dois opostos fundamentais e completos que formam nossa Terra e tudo o que é dela são: a linha horizontal do poder, que é o curso da Terra ao redor do Sol, e o movimento vertical, profundamente espacial, dos raios que se originam no centro do Sol”. (DER LECK apud FRAMPTON, 2015, p. 172)

simples mudança de uma regra do neoplasticismo, mas como uma verdadeira volta as forças arbitrarias das paixões, do individualismo, raiz de todos os males modernos. (DE MICHELI, 2004, p. 250).

Sendo as cores primárias a base do círculo cromático e, portanto, a origem das demais cores, elas são a escolha mais pura e inerente à mente humana. Se a tentativa do programa do *De Stijl* é alcançar o transcendente, um dos processos será alcançar a essência pura por meio da arte. E na arte, por meio das cores. A essência somente poderá ser alcançada por meio da tentativa de distanciamento dos fenômenos presentes na matéria. Da mesma maneira que Aristóteles procurará a essência do movimento de todas as coisas (o motor imóvel, aquele que iniciou o Movimento em Si), procurar-se-á a partir das cores fenomênicas a essência de todas as cores. Com base em um recorte da realidade, no caso, as cores, seria possível se aproximar da essência da Verdade.

As ideias sobre a questão da harmonia, da universalidade e a da transcendência, bem como o método pelo qual elas seriam alcançadas foram veiculados na revista *De Stijl*.

2.2 Destruição da tradição

No primeiro manifesto, os autores falam sobre a substituição da arte considerada clássica por novas propostas. No sexto ponto afirma-se:

Os fundadores do Neoplasticismo exortam todos os que acreditam na reforma da arte e da cultura a destruir as coisas que impedem os novos avanços, assim como na nova arte plástica, ao eliminarem a restrição das formas naturais, puseram fim àquilo que atravessa o caminho da expressão da arte pura, a consequência extrema de todos os conceitos de arte (DOESBURG, et al. apud FRAMPTON, 2008, p. 171).

Quando os autores citam a restrição das formas naturais no manifesto, estão se referindo ao paradigma tradicional da arte baseada na *mimesis* da natureza. A partir do renascimento a arte europeia se baseará na imitação da natureza. Esse modelo estético reinará no mundo da arte por séculos até o advento do impressionismo, que foi o último movimento artístico que objetivava a imitação da natureza. A forma figurativa típica da arte clássica foi repensada no *De Stijl* sob a forma da abstração. Essa tentativa seria considerada como expressão da arte pura, pois faz a arte se livrar das amarras do naturalismo e ainda do figurativismo. Em suma, se trata da libertação de todo conteúdo em uma valorização da forma pura. Dessa

maneira, não são impostas barreiras do significado ao transcendente, procurando a emancipação da matéria e direcionando para a busca da verdade.

Portanto, o cubismo para Mondrian foi um passo em direção ao abstracionismo, uma vez que ele se localiza a meio caminho do realismo e *da abstração*. Analisando sua trajetória pictórica verifica-se a evolução através das fases: *naturalismo, impressionismo, liberty, vangoghismo, fauvismo, cubismo e cubismo-abstrato*, em um sentido que vai do representacional ao abstrato (cf. DE MICHELI, 2004, p. 247).

O cubismo, devido a sua intenção figurativa, ainda não havia levado a racionalidade às suas últimas consequências. A razão pura não pode ser expressa por imagens representacionais, onde se identificam objetos particulares do mundo material, pois por ser transcendente não se conhece sua forma clara. No cubismo, ainda podemos identificar os elementos que formam o significado da imagem. Seria preciso depurar ainda mais a realidade a fim de se aproximar ao máximo da expressão do essencial. A investigação pautada na abstração geométrica foi o terreno onde o *De Stijl* se desenvolveu.

Já em 1907, Mondrian tendia à abstração em suas pinturas de árvores e cenas naturais. Em 1914, com a ajuda do Cubismo, ele havia conseguido simplificar a linguagem da pintura a ponto de usar combinações de linhas verticais e horizontais, mas essas ainda se referiam, esquematicamente, a fenômenos observados, como o mar, paisagens planas ou árvores. (CURTIS, ANO, p. 152)

Seguem imagens que representam o desenvolvimento do representacional ao abstrato na pintura de Piet Mondrian, iniciando pela representação das árvores até que na depuração do objeto o conteúdo desapareça permanecendo apenas as formas em sua abstração.



Figura 1: Piet Mondrian - Along the Amstel (1903) – óleo sobre cartão - 31 x 41 cm - Gemeentemuseum Den Haag, Holanda



Figura 2: Piet Mondrian - Evening; Red Tree (1908–10) – óleo sobre tela - 70 x 99 cm - Gemeentemuseum Den Haag, Holanda



Figura 3: *Grey Tree* (1911) Haags Gemeentemuseum, Hague



Figura 4: *Composition No. 10* (1914)

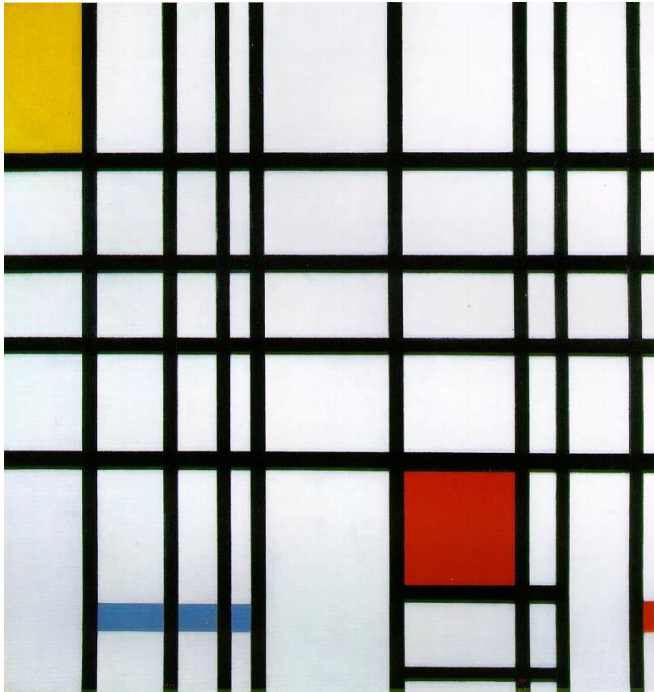


Figura 5: *Composition with Red, Yellow and Blue*. (1921)

Em face ao Cubismo, Mondrian assumiu e foi definindo gradualmente uma postura crítica contrária a Delaunay, de Duchamp, dos futuristas e de Chagall. O Cubismo é racional, porém não o suficiente: não leva a racionalidade às últimas consequências, da análise não passa à síntese. Entende a consciência em seus conteúdos cognitivos, mas não a consciência em si, em sua essência. (ARGAN, 1992, p. 409)

O cubismo não levaria a racionalidade às últimas consequências. Da análise não passa à síntese, isto é, consegue decompor a realidade em seus elementos constitutivos, mas não consegue reunir os pedaços da realidade a fim de obter uma visão do todo. A concepção filosófica de análise se remete a uma abordagem do real que almeja decompor um objeto em seus elementos constitutivos. Esses seriam a matéria irreduzível do qual não seria mais possível avançar na decomposição; a etimologia da palavra átomo provém dessa indivisibilidade, uma vez que se unifica em sua origem aquilo que é indivisível.

A concepção de síntese, trabalhada no trecho de Argan, se relaciona a ideia de união de elementos distintos, mas que formariam um todo coeso. Segundo o autor, o cubismo não conseguiria atingir essa síntese, apresentando o todo de uma realidade. Apesar da tentativa de recortar o real, o cubismo sintético não consegue transmitir a sensação de que aqueles elementos reproduzidos na figura formariam uma totalidade coesa.

A pintura tardia de Mondrian aproximar-se-ia mais a completude de visão de todo do que o cubismo de Picasso e Braque. A habilidade de compreender o todo é uma faculdade própria da razão. É a razão que consegue ao observar elementos separados reuni-los em um todo coeso. Observando uma pintura de Mondrian, como *Tableau I*, é possível pelo menos compreendê-la como uma totalidade mais organizada.

Levar a racionalidade às últimas consequências significa abstrair de todo conteúdo material. Ela não tem nenhuma relação com o mundo da matéria. Ou seja, não tem nada de figurativo. Por isso Mondrian só pode tentar representar essa ideia por meio de uma imagem abstrata (que não existe realmente, a não ser no mundo das ideias).

2.3 O *De Stijl* na Arquitetura

A arquitetura proposta pelo *De Stijl* buscará quebrar os paradigmas da construção cúbica. Declara Theo van Doesburg:

A nova arquitetura é anticúbica; ou seja, ela não procura prender as várias células espaciais dentro de um cubo fechado, mas atirar as células espaciais funcionais... para longe do centro... para fora, assim, a altura, a largura, a profundidade + o tempo tendem a uma expressão plástica completamente nova em um espaço aberto. Dessa forma, a arquitetura adquire um aspecto mais ou menos flutuante, como se fossem obras contra as forças gravitacionais da natureza. (VAN DOESBURG apud CURTIS, 2008, p. 149).

A nova arquitetura declarada por Theo van Doesburg buscará fugir das limitações do cubo branco. Seria preciso compreender que a concepção espacial de uma arquitetura cúbica estaria limitada pelas paredes retas de seus lados. A nova concepção de espaço do *De Stijl* conduziria ao aspecto flutuante remetido por Doesburg. Na arquitetura do *De Stijl* encontramos, dessa maneira, a tentativa de trazer leveza à estrutura maciça, ao grande quadrado concretado; com paredes que parecem flutuar no espaço, que mantêm um equilíbrio dinâmico mesmo na assimetria, a exemplo da pintura de Mondrian. Como exemplo, citamos a Casa Schröder (1923-1924) como sendo provavelmente a primeira edificação a incorporar esse conceito, englobando intenções formais, iconográficas e espaciais, inclusive a aplicação das cores primárias. Nela, portanto, encontramos a tentativa de executar a concepção transcendente do Neoplasticismo.



Figura 6: Residência Rietveld Schröder, de Gerrit Rietveld (1924).

2.4 Universalismo e Crise

Durante a terceira e última fase do movimento, Frampton discorre sobre os limites da abordagem universalista:

Em meados da década de 1920, ele [Van Doesburg] se deu conta de que, em si mesma, a universalidade só poderia produzir uma cultura artificialmente limitada que, por sua aversão aos objetos do cotidiano, só tendia a voltar-se contra a preocupação inicial do De Stijl – assumida inclusive por Mondrian – com a unificação de arte e vida. (FRAMPTON, 2015, p. 175)

A busca de unificar arte e vida e, ao mesmo tempo, manter uma linguagem universal se tornam antagônicas para o autor. Uma vez que a cultura em que se está inserido é algo eminentemente histórico, particular, pensar em termos de universalidade fatalmente conduzirá ao descarte das especificidades de cada local. Assim, se tornaria insustentável uma proposta que não respeitasse as particularidades de cada cultura. É contraditório que um movimento que em sua proposta sugeria a união entre arte e vida, que a proposta de solução para a efetivação dessa união utilizasse uma metodologia pronta e predeterminada que agisse de cima para baixo, aplicando conceitos abstratos e universais sem interagir com as particularidades. A vida em si é particular, pois trata-se da vida de um indivíduo.

O próprio indivíduo, em sua condição física, psicológica, histórica é único, e como a cultura, não pode ser reduzido a uma regra universal. O universal reduz tudo a um denominador comum. Traçando um paralelo com a matemática, podemos observar que em frações com denominadores diferentes para podermos realizar

operações matemáticas necessitamos igualá-los, e é por meio do mínimo múltiplo em comum, que iremos alcançar tal número que possibilite as operações. Assim também, as formas essenciais são vistas como o mínimo comum em todos os seres humanos e torná-las parte reinante da vida seria a tentativa inicial dos defensores do movimento de promover a harmonia. Fundamentar a solução em princípios universais e abstratos poria, portanto, a perder toda a complexidade e a historicidade das culturas locais. É interessante notar como um pensamento que inicialmente refletia os valores do movimento, ao ser repensado mais minuciosamente, se torna incoerente e, por ser uma das bases do movimento, enfraquece o projeto em sua essência.

3 MÉTODOS

Esta é uma pesquisa de caráter bibliográfico que visa a utilização de livros especializados, artigos e teses para a realização dos objetivos. Foram contempladas ainda fontes documentais e análise de obras. O elo conceitual buscado para a relação entre Arquitetura e Pintura foi a busca pela *transcendência*. Em um primeiro momento, foram utilizadas como fontes principais as obras de Kenneth Frampton e William Curtis.

4 CONCLUSÃO

O *De Stijl*, portanto, em sua arquitetura, busca os mesmos ideais que a pintura neoplástica almejou. Dentre esses ideais, destacamos nesse trabalho a busca pela transcendência, por meio da tentativa de desmaterialização do espaço, equilíbrio entre universal e individual, a busca por uma harmonia baseada na assimetria controlada, uso das formas geométricas simples e cores primárias. No caso desses dois últimos, em uma tentativa de aproximar-se por meio da simplicidade a essência. Na tentativa elementarista de depurar a realidade ao seu nível essencial.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. *Arte moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CURTIS, W. *Arquitetura Moderna Desde 1900*. Trad. br. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2008.

DOESBURG, Theo van. The End or Art. In: BALJEU, Joost. *Theo Van Doesburg*. New York: Macmillan Publishing Co, 1974.

DABNEY, Townsend. *Historical Dictionary of Aesthetics*. Oxford: The Scarecrow Press, Inc., 2006.

FRAMPTON, Kenneth. *História Crítica da Arquitetura Moderna*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.

HILDE, Heynen. *Architecture and Modernity – A Critique*. Cambridge, MIT Press: 1999.

DE MICHELI, Mario. *As Vanguardas Artísticas*. Trad. br. Pier Luigi Cabra. 3ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. *História da Filosofia: do humanismo a Descartes*. Vol. 3. São Paulo: Paulus, 2004.

TONNIES, Ferdinand. *Community and Civil Society*. Trad. Jose Harris and Margaret Hollis. Cambridge University Press. Cambridge, 2001

APÊNDICE – LISTA DE FIGURAS



Piet Mondrian - Along the Amstel (1903) – óleo sobre cartão - 31 x 41 cm - Gemeentemuseum Den Haag, Holanda



Piet Mondrian - Trees on the Gein: Moonrise (1908) Haags Gemeente Museum, The Hague



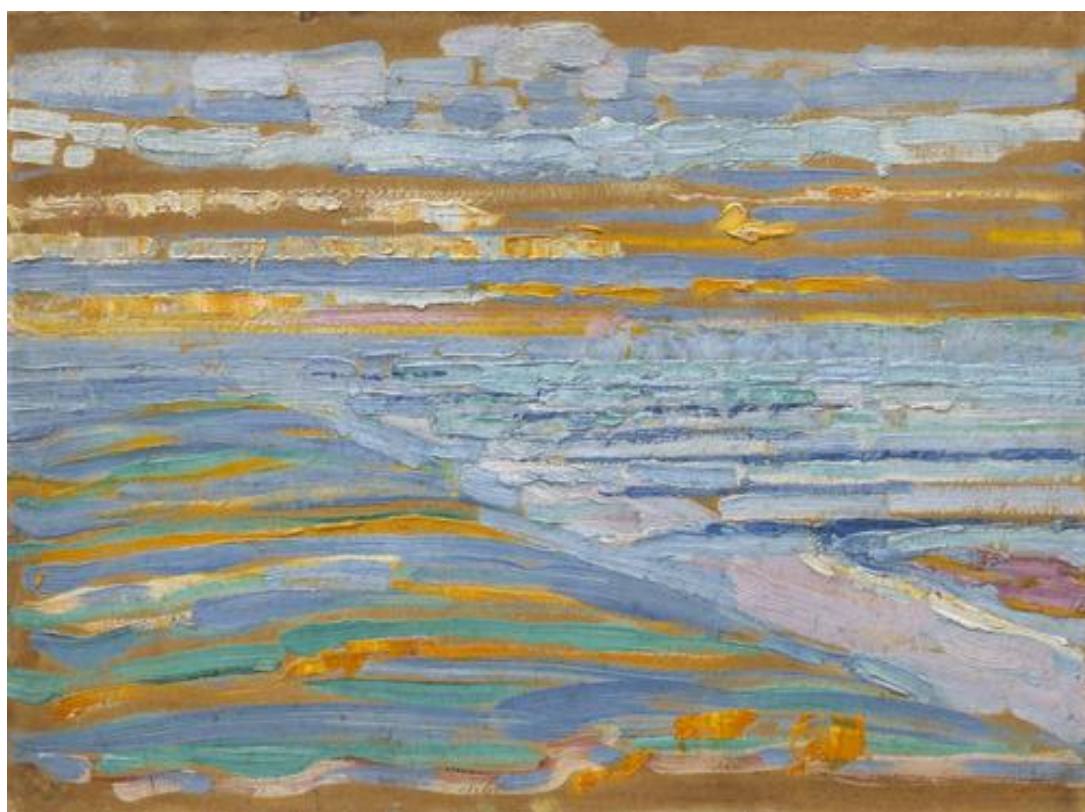
Piet Mondrian - Geinrust Farm in Watery Landscape (1905)



Piet Mondrian - *Moulin au Soleil Rouge* (1908)



Piet Mondrian - Evening; Red Tree (1908–10) – óleo sobre tela - 70 x 99 cm - Gemeentemuseum Den Haag, Holanda



Piet Mondrian - View from the Dunes with Beach and Piers, Domburg (1909) – óleo e lapis sobre cartão - Museum of Modern Art, New York City



Piet Mondrian - *Grey Tree* (1911) Haags Gemeentemuseum, Hague



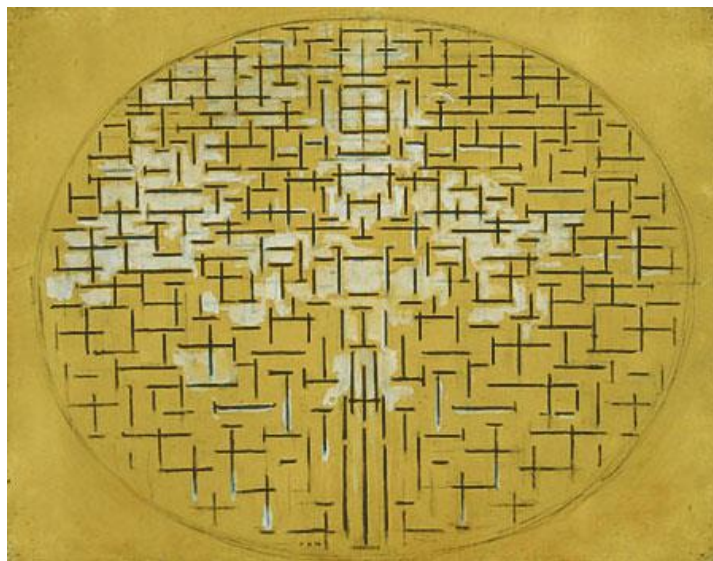
Piet Mondrian - Flowing Apple Tree (1912)



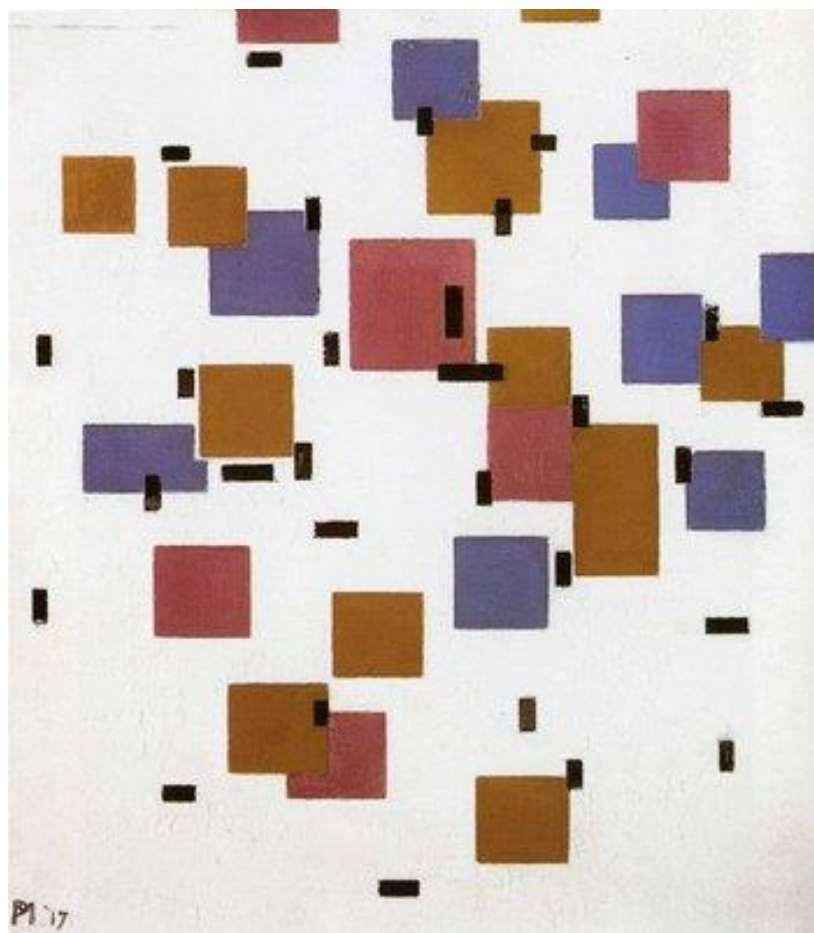
Piet Mondrian - *Still Life with Ginger Jar I* (1911-1912) Haags Gemeentemuseum, Hague.



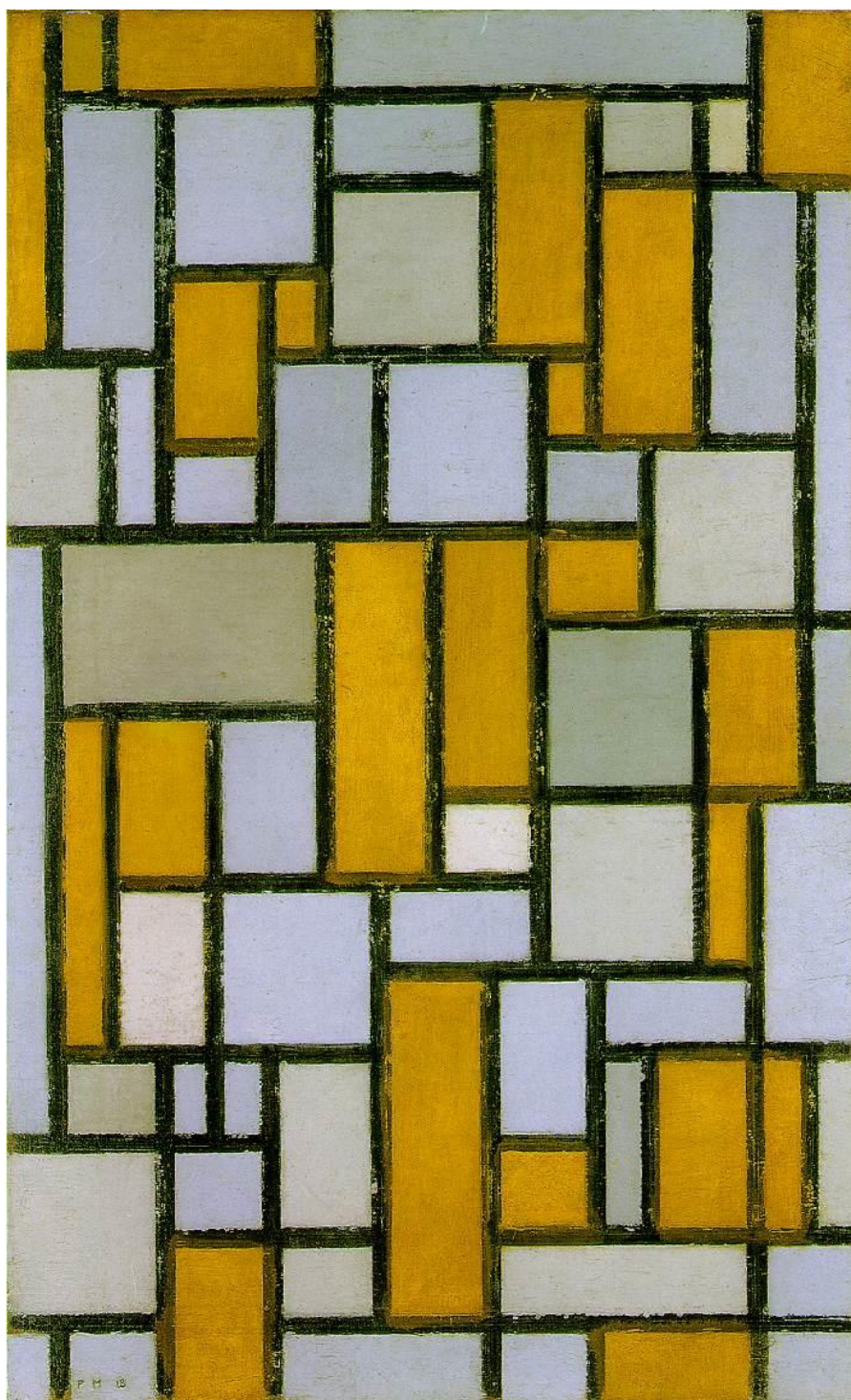
Piet Mondrian - *Compositio No 9, Blue Façade* (1913-1914) Foundation Beyler, Basel.



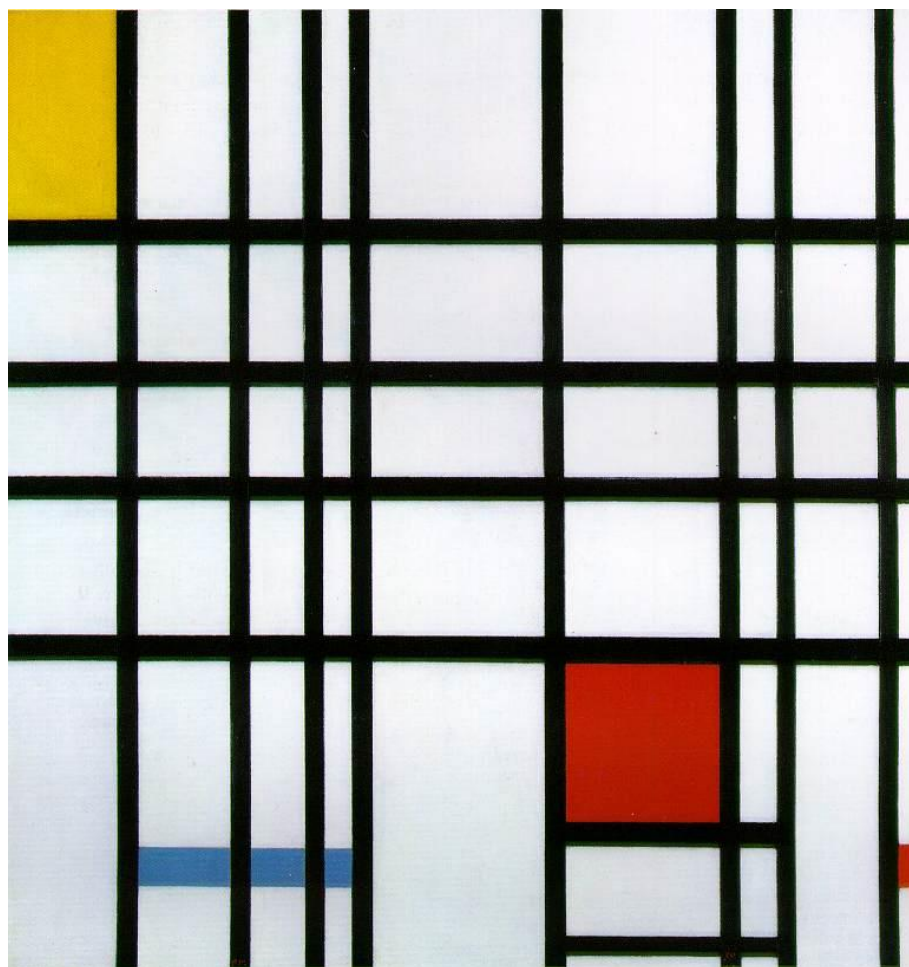
Piet Mondrian - Composition No. 10 (1914)



Piet Mondrian - *Composition in Color A* (1917) Rijksmuseum Kröller-Müller, Otterlo.



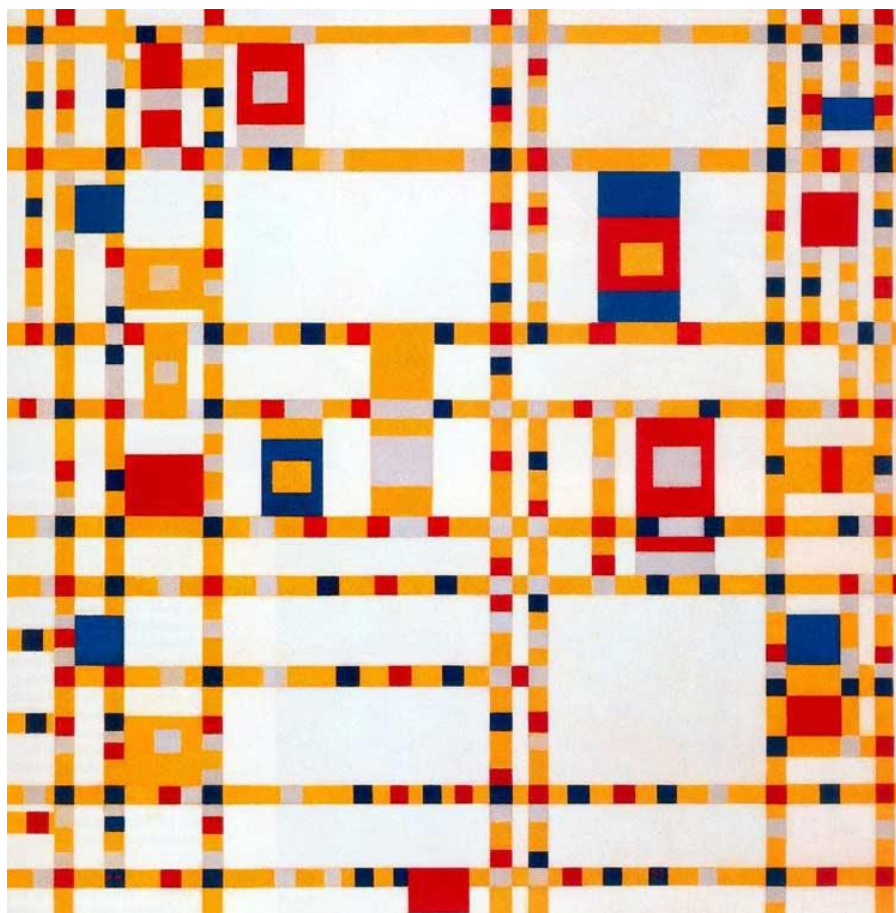
Piet Mondrian - *Composition with Gray and Light Brown* (1918) Museum of Fine Arts, Houston



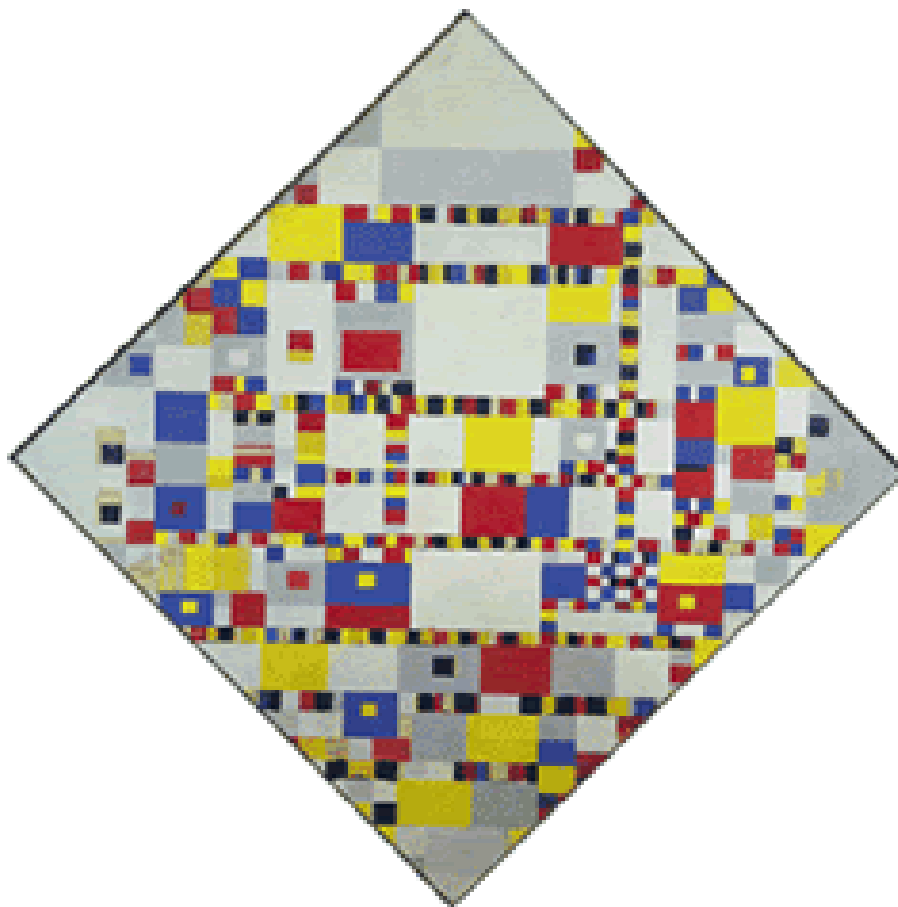
Piet Mondrian- *Composition with Red, Yellow and Blue.* (1921)



Piet Mondrian - *Composition with Red, Blue and Yellow* (1930) Kunsthaus, Zurique.



Piet Mondrian - *Broadway Boogie Woogie* (1942-1943) Metropolitan Museum of Art, New York.



Piet Mondrian - *Victory Boogie-Woogie* (1943-1944) Coleção particular.

DESENHO DE MEMÓRIAS E EDIFICAÇÕES DA ARQUITETURA MODERNA EM FORTALEZA NA AVENIDA WASHINGTON SOARES, NA DÉCADA DE 1990

Thayná Gomes de Melo Leite¹

Rodrigo M.S. Pinto²

RESUMO

Esse trabalho tem como foco fazer um estudo histórico arquitetônico de edificações modernas, relacionadas ao texto "No tempo em que andávamos inocentemente à pé", na década de 1990 em Fortaleza. Observar, analisar e descrever recortes de memórias e redesenhar essas edificações que agregam importante valor histórico, patrimonial e simbólico para a comunidade da área e em especial a avenida Washington Soares. A partir de um estudo explanatório e utilizando-se de procedimentos e técnicas de natureza documental, consultando os diversos tipos de arquivos públicos e particulares, sob os diversos tipos de materiais; destacando-se os arquivos pessoais e entrevistas. Pretendemos através do estudo, contribuir para a preservação da memória arquitetônica de nossa cidade, conhecendo e reconhecendo as importantes produções, e dessa forma descobrir sua historicidade e patrimonialidade; se constituindo em nosso ponto de partida e chegada para uma viagem ao conhecimento e aprendizado, bem como na produção e elaboração de um vasto material acadêmico e de registro de narrativas de significativo valor simbólico.

Palavras-chave: Semiótica Arquitetônica. Memória Edificada. Arquitetura Moderna. Patrimônio Histórico. História Oral.

1 INTRODUÇÃO

No texto "No tempo em que andávamos inocentemente à pé", de Rodrigo Pinto, percebe-se evidente saudosismos, identificação e sentimento de pertencimento, um recorte de memórias que se construíram na década de 1990. Uma aventura de dois jovens que realizaram uma caminhada em um curto percurso da cidade de Fortaleza.

¹ Estudante de Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Christus
thaynag_leite@outlook.com

² Bacharel em História, Mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará rodrigopinto1980@me.com

Evidenciamos no decorrer da referida leitura, várias indagações do autor acerca do processo de crescimento e transformação do seu bairro. Fato Ligado a Arquitetura Moderna em Fortaleza, que tem sido gradativamente destruída em decorrência da dinâmica socioespacial da metrópole, sem que existam registros de grande parte destes bens patrimoniais e históricos de bens de preservação.

A arquitetura como qualquer meio de comunicação é responsável por transmitir emoções e simbolismos. Revelando uma relação entre memória, cultura e a identidade do indivíduo. Entender o contexto em que uma edificação ou obra vai ser inserida, espacialmente e temporalmente, bem como os impactos que ela terá na sociedade e no indivíduo, é necessário nesse processo de construção do sentimento de pertencimento.

Se a cidade provoca um sentimento de identidade através das vivências, o que é visualizado nesse trajeto? Existe um mapeamento das edificações existentes na época? O que existe é preservado como memória Arquitetônica da região? As edificações foram modificadas ou preservadas? Existe uma preservação material de preservação desse patrimônio? Qual o valor simbólico desse patrimônio para esses indivíduos?

É por meio dessas indagações que essa pesquisa apresenta como objetivo geral, fazer um recorte espacial do percurso do texto, delimitado pela Avenida Washington Soares, e redesenhar edificações da arquitetura modernista em Fortaleza, delimitando ao valor de quatro edificações de valor histórico e simbólico para a comunidade descrita, sendo essas: Centro de Convenções Edson Queiroz, Casa das Irmãs Mensageiras, Imprensa Oficial do Estado e Academia de Polícia Militar General Facó.

A relevância dessa pesquisa consiste no redesenho de importantes edificações que agregam um valor histórico e patrimonial, através de uma análise documental variada. Possibilitando o resgate e preservação da memória arquitetônica da região. Bem como a elaboração e produção de um vasto material acadêmico e registro das narrativas de importante valor simbólico.

2 AVENIDA WASHINGTON SOARES EM MEMÓRIAS

A Avenida Washington Soares é uma das mais movimentadas da cidade de Fortaleza, implantada em 1973 sobre a antiga perimetral. Recebe esse nome em homenagem ao dono da Fazenda Água Fria, que viria a constituir o bairro,

futuramente batizado como Edson Queiroz, em memória ao empresário de mesmo nome, fundador da Universidade de Fortaleza, locada na mesma avenida.

Com calçamento de pedra tosca, a fazenda "foi adquirida em 1925 de Amêncio Filomeno Gomes, ainda com o nome de fazenda São Paulo, por cinquenta contos de réis. De início era apenas um latifúndio de mil hectares [...]" (Ilnah Soares apud Batista de Lima). Segundo as memórias de sua filha, Ilnah Soares, em 1923 foi acolhido um grupo de cento e vinte retirantes da seca na fazenda, que permaneceram no local, impulsionando o crescimento e povoamento do bairro, resultando nas ocupações informais e formação da comunidade, permanente até os dias atuais.

Atualmente o bairro é caracterizado pela desigualdade social, resultado da especulação imobiliária, advinda da implantação de diferentes instrumentos de consumo e institucionais, dentre eles, as edificações estudadas nesse trabalho, ocasionada pela migração da classe abastada do centro da cidade em direção ao subúrbio, distantes da massa popular trabalhadora, e próximas aos shoppings e polos tecnológicos, símbolos do progresso. Segundo Artur Bruno:

A Água Fria, bairro para onde as elites se transferiam nos anos 80 em busca de privacidade, é uma das áreas mais dinâmicas e autônomas da cidade, concentrando shoppings, famosos colégios, sedes de órgãos administrativos, equipamentos públicos e muitos edifícios e apartamentos de luxo. [...] Fortaleza expande-se ainda no rumo dos bairros Edson Queiroz, Luciano Cavalcante, Seis Bocas, Praia do Cofeco, Porto das Dunas e Prainha, bem como na direção da Cidade dos Funcionários, Cambeba e Messejana. (Pág.7, 2011)

A expansão do bairro devido a instalação de novos equipamentos com a soma de novos moradores, alterou significativamente a paisagem da avenida, ladeada de cajueiros e outras espécies de árvores frutíferas, como lembra Rodrigo em sua narrativa "No tempo em que andávamos inocentemente à pé". Segundo o mesmo, "não houve dança que desse jeito nessas duas últimas décadas no meio do bairro Água Fria. Caíram milhares de plantas nativas em prol do progresso". (PINTO).



Fonte: Fortaleza Nobre

Até meados dos anos 90, a avenida sofreu mudanças de forma gradativa, "Fortaleza ainda estava se organizando em tamanho em bairro" (PINTO). Com a reforma sobre a responsabilidade de Maia Júnior, secretário de infraestrutura entre 1995 e 2002, como princípio de facilitar o acesso da Região Metropolitana à cidade (Tribuna do Ceará, 2016), é que ocorre uma mudança drástica na paisagem e que vai influir na permanência e resguardo das edificações ali presentes.

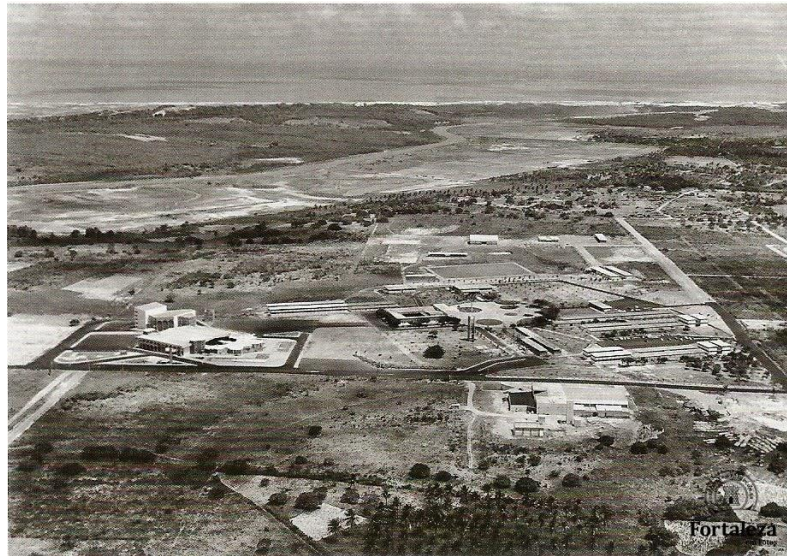
A mudança mais significativa aconteceu em meados dos anos 90, quando a Washington, que até então era estreita, passou por uma grande reforma e foi duplicada. **Ganhou canteiro central, deixou de ser uma simples avenida e passou a ter características de rodovia.** (TAVARES, Roberta. Tribuna do Ceará, 2016. Grifo do autor)

A reforma viária influenciou na decadência das construções em prol da mobilidade pelo uso do automóvel, por meio do alargamento das vias, locação de novos equipamentos e substituição dos antigos para outras áreas, e abandono dos já existentes. Em reportagem à *Rádio Tribuna BandNews FM*, o professor do programa de pós-graduação em geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC), José Bozarcchiello da Silva, explica:

Instalações da UNIFOR (Universidade de Fortaleza), em sua fase inicial, da Academia de Polícia, do Centro de Convenções, Da Imprensa Oficial. Hoje só a UNIFOR permanece, no lugar da Academia de Polícia, nós temos um centro de feiras, e a imprensa Oficial também desapareceu. São outros equipamentos que surgiram.

O progresso vislumbrado em diversas formas, juntamente com as alterações promovidas pela gestão municipal da época, ocasionou grandes alterações na fisionomia da cidade, e no local de estudo, a própria Washington Soares. O modelo urbanístico europeu, representado nesse estudo pelo padrão de haussmannização³ de organização em Fortaleza, perpetuou por muitos anos, e influencia até hoje, mesmo que de forma involuntária.

Imagem 2 – Construção da UNIFOR na Washington Soares e reforma da avenida



Fonte: Fortaleza em Fotos e Fatos

Por meio do plano de observação e entrevistas com os antigos usuários do local, além de análise fotos de acervos variados, foi possível perceber as tensões do tempo em relação ao desenho urbano e formação da paisagem no Edson Queiroz. A perda de referências a favor da modernização urbana, é uma forma de espacialização do tempo.

Diante do exposto e lançando mão da Micro-História, que foca em objetos específicos para apresentar novas realidades, desenvolvendo delimitações temáticas em questão da temporalidade e de espaços para conseguir observar realidades que não são retratadas em âmbito geral (GINZBURG, 1989).

[...] a Micro-História não se refere necessariamente ao estudo de um espaço físico reduzido ou delimitado, embora isso possa até ocorrer. O que a Micro-História pretende é uma redução na escala de observação do historiador com intuito de se perceber aspectos que, de outro modo, passariam

³ Referente à Georges-Eugène Haussmann (Paris, 27 de março de 1809 – 11 de janeiro de 1891), prefeito do antigo departamento de Sena entre 1853 e 1870. Responsável pela reforma urbana de Paris, o "artista demolidor" ficou conhecido no urbanismo por erguer novas edificações sobre os escombros das antigas, apagando da memória para embelezamento estratégico e político de Paris.

despercebidos. Quando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente a pequena comunidade, mas estuda através da pequena comunidade [...] (BARROS, 2007)

A destruição faz parte da história desses moradores, de suas recordações, e de forma arrastada nos jovens, pois esse processo de mudança socioespacial continua gradativamente. A formação saturada do logradouro atual, implica na memória das pessoas, recordando a desaparecida Água Fria por meio das ruínas e vestígios da dinâmica urbana de sua época: edifícios modernistas, cajueiros, nome de ruas. A narrativa sobre o antigo bairro serve como ponto de partida de reflexão sobre o esquecimento e o meio urbano, cabe ao historiador pôr em evidência uma trama de conflitos e interesses, gerados pela história do que foi destruído.

2.1 ARQUITETURA MODERNISTA EM FORTALEZA E SEUS SIGNOS

O modernismo foi um movimento, na arquitetura produzida entre os anos 10 e 50, encontrado em origens diversas como na Bauhaus⁴, Le Corbusier⁵ ou em Frank Lloyd Wright⁶. O princípio norteador desse movimento foi a renovação de um constructo arquitetônico, rejeitando o estilo anterior ao movimento, expresso no ecletismo eclético do século XIX. O rompimento com a história foi algo defendido por muitos profissionais participantes do movimento, e que ironicamente nesse trabalho estão associados ao recorte de memórias de uma população, e parte da crônica de um bairro.

No Brasil ocorre, principalmente entre os anos 30 e 60, em um cenário de pressão social e política "no qual nacionalismos de diferentes matizes e reacionarismos totalitários emergiam com muita força na Europa e países como o Brasil" (HAAS LUCCAS, 2005), visto que o país em busca do progresso, almejava um modelo americanizado ou europeu de economia e política, e que refletiu em

⁴ Escola de design, artes plásticas e arquitetura vanguardista na Alemanha, fundada por Walter Gropius. Foi uma das maiores e mais importantes expressões do que é chamado Modernismo, sendo a primeira escola de design do mundo.

⁵ Charles-Edouard Jeanerret-Gris (La Chaux-de-Fond, 6 de outubro de 1887 – Roquebrune-Cap-Martin, 27 de agosto de 1965) foi um arquiteto, urbanista, escultor e pintor de origem suíça e naturalizado na França, conhecido pelos estudos de Unidade de Habitação e pela formulação dos cinco pontos para nova arquitetura do século XX: pilotis. Terraço-jardim, planta livre, fachada livre, janela em fita.

⁶ (Richland Center, 8 de junho de 1867 – Phoenix, 9 de abril de 1959) arquiteto, escritor e educador. Conhecido por participar do desdobramento da arquitetura moderna que se opunha ao International Style europeu.

outros setores culturais, na arquitetura por exemplo, pela homogeneidade de um Estilo Internacional⁷.

A gestão da Arquitetura Moderna Brasileira ocorreria nesse ambiente, perseguindo a consolidação de uma ambicionada identidade cultural nacional que montava da década anterior, daquele período de efervescência intelectual no qual os paulistanos tomavam a vanguarda através da Semana de Arte Moderna de 1922, de manifestos como o Pau-Brasil e Antropofágico, de uma arte moderna e um modernismo literário tipicamente brasileiros [...] (HAAS LUCAS, 2005)

Como resultado um constructo exótico aos olhos dos não nativos, baseado na beleza e paisagem da fauna e flora brasileira, nos costumes de seu povo e tecnologias construtivas do país, resultando em formas escultóricas lideradas por Niemeyer, ou pela transparência construtiva dos arquitetos paulistanos, alcançando sucesso internacional.

Falar Carioca ou Paulista é falar sobre arquitetura moderna, pois ambos os termos remetem a própria definição do que é moderno. O manifesto dessa arquitetura em outras regiões do Brasil, ou até por outras escolas modernas pouco mencionadas, como o modernismo pernambucano, são pouco estudadas ou preservadas.

A arquitetura moderna implica juízo de valor, pois a boa modernidade é conceito formalista ou brutalista que aparece diretamente em nossa mente. Essa generalização não reflete no nosso constructo, pois a heterogeneidade da arquitetura brasileira está presente no país como um todo, numa cidade ou em uma mesma rua.

A partir da década de 1950 ocorreu um quadro diverso da Arquitetura Moderna Brasileira, que era reflexo dos fluxos de informações e conhecimentos decorrentes do deslocamento dos "arquitetos peregrinos, nômades e migrantes" (SEGAWA, 1997). Essa mobilidade de profissionais e conhecimentos em questão à cidade de Fortaleza, contribui para o surgimento de uma diversidade de manifestações do modernismo arquitetônico na cidade.

A Avenida Washington Soares, referida no texto "No tempo em que andávamos inocentemente à pé", sofreu modificações com o deslocamento de várias famílias e um manifesto acelerado de mudanças no bairro Edson Queiroz.

⁷ *International Style*, arquitetura funcionalista praticada na primeira metade do século XX. Embora o movimento não pretendia estilizar-se, se tornou um estilo de fato, por meio do modernismo europeu, principalmente entre os anos 60 e 70.

Nesse processo de transformação e crescimento, o reconhecimento do legado não se faz apenas pela aplicação dos princípios modernistas, mas pela adaptação dessas novas posturas às características sócio-econômicas e físicas da cidade nesse período.

A linguagem arquitetônica utilizada nos instrumentos instalados na própria avenida é utilizada de forma signíca, na qual o edifício segue sua função, ou sua própria imagem transmite algo para o usuário. Tal fato é perceptível indício nos discursos e recordações dos moradores, na forma como um espaço é descrito, suas proporções e dimensões, pequeno ou grande, escuro ou claro, imponente ou discreto. Exemplificando essa afirmativa, remarco a observação de Décio Pignatari, em "Semiótica da arte e arquitetura":

Niemeyer montou um caligrama arquitetônico com a chamada "balança da justiça", claramente desenhada em seus signos paradigmáticos essenciais: a haste central e os dois pratos [...] O símbolo da balança também se rebate no plano do grande sintagma monumental formado pelos subsintagmas da Praça dos Três Poderes e da Esplanada dos Ministérios, a similaridade ainda comandando a contiguidade que se organiza o conjunto: pela perspectiva do eixo central da esplanada (haste da balança), privilegia-se o Poder Legislativo no Palácio do Congresso (cruzamento do punho da espada), lateralizando os poderes executivo e judiciário, bem como os edifícios dos ministérios e o Itamaraty, em feiras de ambos os lados (PIGNATARI, 2004, pág.164)

Sobre o mesmo texto, Pignatari complementa: "[...] Oscar Niemeyer e Lúcio Costa, montaram um sintagma ideológico e hierárquico: a lei é o supremo poder [...]" (2004, pág.164). A junção da arquitetura com os signos mostra que o processo de significação tem consequências para as formas arquitetônicas, dessa forma é possível relacionar o ato de projetar edifícios, e o produto desses projetos, com a semiótica de Charles Sanders Peirce⁸, " O signo é um símbolo que comunica à mente algo do exterior, aquilo em cujo lugar está denominado é seu objeto; aquilo que o signo transmite seu significado, e a ideia que ele provoca é seu interpretante" (PEIRCE, 1990, pág. 339).

Resgatando o nosso objeto de estudo, os edifícios da Washington Soares, ao utilizar o modernismo como linguagem dos mesmos, percebe-se a importância da identidade arquitetônica para a significação de uma função ou mensagem. Um estilo que se caracteriza pela utilização de formas simples e geométricas, pouca ou

⁸ (Cambridge, 10 de setembro de 1839 – Milford, 19 de abril de 1914) filósofo, cientista, matemático. Um dos fundadores do pragmatismo, seus trabalhos apresentam importantes contribuições referentes a semiótica.

inexistente ornamentação, e emprego dos materiais construtivos em sua essência (caso do concreto aparente), rebatido na Academia de Polícia, capela da Casa das Irmãs Mensageiras, Centro de Convenções e Imprensa Oficial do Estado.

Respectivamente, suas funções de segurança, religiosidade, cultura e conhecimento, se convertem em busca de pilares e convecções em comum, a clareza, transparência, verdade, integridade, justiça, conhecimento e não corrupção. Sendo assim, outro ponto claro é do uso do modernismo em edificações públicas, imponentes, associadas a exerço de atividades oficiais, não como regra, mas como um padrão noticiável.

Peirce também cria as classificações dos signos em subdivisões de ícones, índices e símbolos, na qual vamos rebater na arquitetura. Explanando-o, ícone é um signo que produz impressões para nossos sentidos (PEIRCE, 1995), dessa forma é possível afirmar que esses edifícios são ícones, já que possuem essa capacidade para com o usuário.

Essa identidade visual utilizada em edifícios de funções diferentes, que quando retratados pelas memórias de pessoas desconhecidas entre si, que utilizaram os prédios em momentos diferentes por motivos diferentes, apresentam detalhes e sentimentos em comum, que agregam para a formação de uma imagem maior desse bem patrimonial. Destacando a importância dessas obras como ícones históricos e arquitetônicos, mas, também sociais.

3 MÉTODOS

A pesquisa buscou resgatar e redesenhar as memórias e edificações citadas no texto objeto de estudo, no percurso descrito pelo o autor, delimitado pela Avenida Washington Soares. Utilizado como recorte, dado a dimensão do percurso, quatro edificações de significativo valor histórico e patrimonial para comunidade do entorno, de onde foram narrados os fatos.

Foi realizado um estudo explanatório, com procedimentos técnicos de natureza documental por meio de consulta aos mais diversos tipos de arquivos públicos e particulares, em diferentes formatos: fichas, mapas, formulários, documentos pessoais, imagens, vídeos, cartas e entrevistas.

A análise de conteúdo se desenvolveu em três fases. A primeira à pré-análise, onde se procede a escolha dos documentos, a formulação de hipóteses e a preparação do material para análise. A segunda é a exploração do material, que

envolve a escolha das unidades, a enumeração e classificação. A terceira etapa, por fim, é constituída pelo tratamento, inferência e interpretação dos dados (Bardin, s. d.).

Como base para formulação da corrente dirigente desse artigo, foi utilizado o livro "A escrita da História - Novas perspectivas", de Peter Burke, no qual duas vertentes, Micro-História e História Oral, foram associadas para a estruturação desse estudo.

Juntamente ao tratamento dos dados, foi realizado entrevistas com os moradores do local e usuários relacionados às edificações, resultando em material transcrito e elaboração de desenhos dessas memórias com/ pelos os entrevistados.

A elaboração das entrevistas, contato entrevistado e entrevistador, e procedimento das conversas, foram baseadas na terceira edição do livro "Manual da História Oral", de Verena Alberti.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A memória pode ser única de um indivíduo quanto de um grupo, ambas se entrelaçam em uma construção social. A perda dessa memória pode representar a perda da identidade de uma sociedade ou comunidade. Para que ela possa reaparecer, fixa-se no concreto, no qual a pessoa se reporta aos lugares de recordação. A arquitetura tem essa função, pois seus espaços carregam emotividade e símbolos que solidificam a memória.

Os edifícios mencionados nessa pesquisa são importantes para a memória social da cidade, pois estão ligados intimamente as vivências de seus integrantes. Seu resgate por meio da concretização de um patrimônio imaterial, e não mais existente, em um material iconográfico para sua preservação é imprescindível.

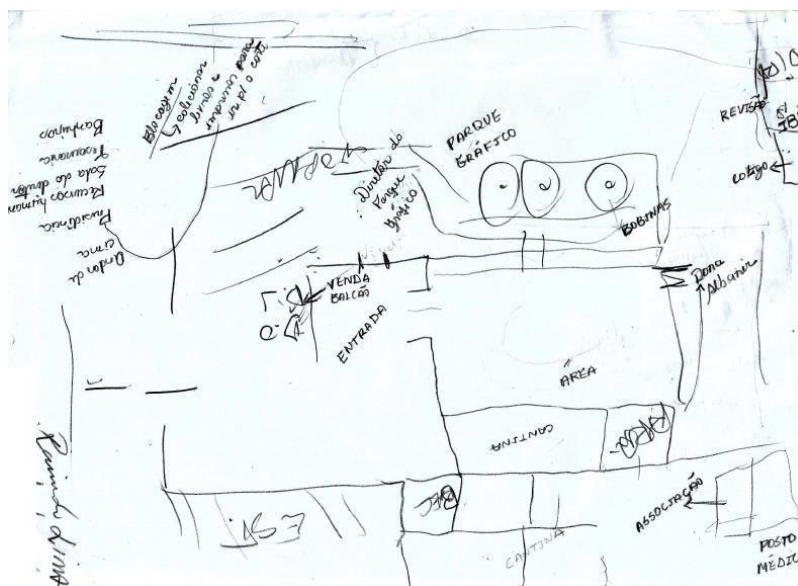
A partir das conversas e entrevistas com os antigos moradores foi possível entender a organização arquitetônica dessas obras, contudo, a incerteza em relação quanto ao produto das fontes orais na reconstrução de um passado são recorrentes em muitos pesquisadores. Peter Burke sintetiza Gwyn Prins em seu livro, no capítulo sobre História Oral, ao dizer que " Os historiadores vivem em sociedades alfabetizadas e, como muitos habitantes de tais sociedades, inconscientemente tendem a desprezar a palavra falada" (BURKE, 1992, pág.166).

Vale remeter que todo leitor já foi locutor em algum momento. A história escrita já foi narrada por alguém para seu intérprete. O imaterial (momentos,

costumes e histórias), em sua maioria, é concretizado em algum momento, seja por um livro, por uma foto, ou por uma pesquisa. As nuances de um dado oral são pistas para a formação do produto final.

Nessa analogia, é possível, ainda, relacionar o estudo dessas narrativas e da dinâmica dessa comunidade com a Micro-História. Peter Burke menciona Giovanni Levi ao falar das reações desse método. "[...] a micro-história em si nada mais é que uma gama de possíveis respostas que enfatizam a redefinição de conceitos e uma análise aprofundada dos instrumentos e métodos existentes." (BURKE, 1992, pág. 135)

Imagem 3 – Planta Baixa de Imprensa Oficial do Estado



Desenho feito por Raimundo Lima, arte-finalizador e desenhista da antiga Imprensa. Fonte: Acervo Pessoal

Diante do estudo das dinâmicas da comunidade do Edson Queiroz, utilizando suas memórias como fonte para fundamentação e resenho de uma arquitetura inexistente atualmente ou em processo de inexistência, caso do Centro de Convenções Edson Queiroz, atualmente abandonado, como resultado foi a materialização de algo já perdido no tempo.

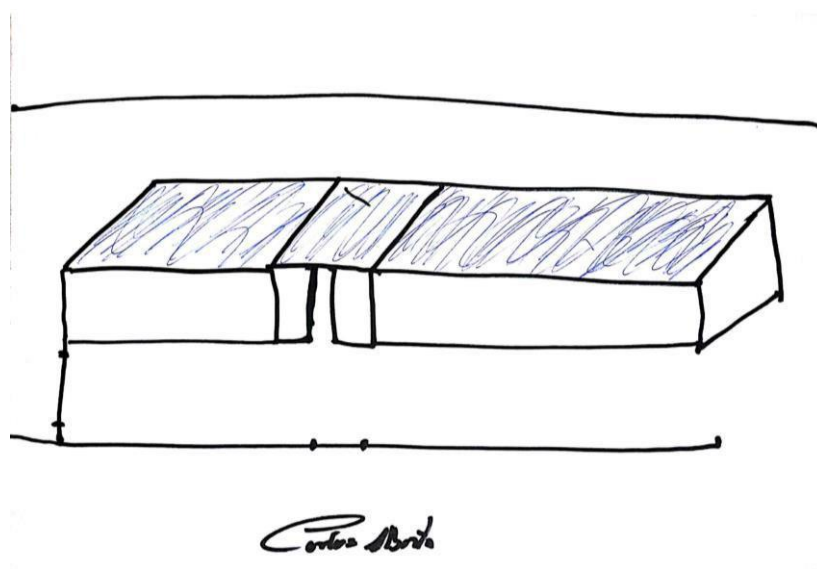
Esse recorte de lembranças nos explica não apenas a estética de uma edificação, ou o entendimento de sua fachada, mas a organização de seus espaços e suas funções. Em uma leitura minuciosa é possível extrair de uma representação feita por um leigo em Arquitetura, dados de significância projetual, como o grau de importância de um ambiente em relação ao outro, por meio de comparação entre diferença de dimensão do espaço e localização do mesmo na planta.



"Formatura com os cadetes"

Fonte: Acervo de Cel. PM Adail Bessa Queiroz

Imagem 5 – Visual do volume principal da Academia



Desenho feito por Carlos Alberto Silva

Fonte: Acervo Pessoal

Carlos Alberto da Silva, morador há 45 anos no Dendê e presidente da Liga de Esporte Amador do Edson Queiroz, relembra da antiga Academia de Polícia Militar General Edgard Facó, na época em que utilizava o telefone público do prédio, pois não tinha dentro da comunidade. Em seu relato, descreve a edificação:

O prédio da academia, assim, ele era um prédio com muitos alojamentos, tinha a sala de comando [...] no próprio, parecido com prédio (anexo) das Irmãs Mensageiras [...] uma entrada longa, aqui tinha uma calçada, tinha a entrada lateral, não era de frente, uma porta, o telefone público ficava para

dentro (da mureta). Dentro ficavam os alojamentos, ficavam aqui pra dentro, aqui pra trás tinham outros espaços [...]

Também recorda sobre a Casa das Irmãs Mensageiras "de Santa Luzia", como menciona, quando ia de quatro em quatro anos para votar - todo mundo votava no convento - destaca. Explica sua saída do bairro, "parou quando foi fazer o Centro de Eventos e foi fazer a negociação, foi tirando os prédios...tirando muita árvore...". Desenhando através de suas memórias sobre o prédio, explica:

Aqui a pista, a avenida...aqui a calçada, um portão na frente, tinha umas grades assim. Lá para dentro tinha umas salas [...] um corredor. Era como se fosse um colégio, várias salas como se fossem salas de aula [...] um pátio aberto e com cobertura, a queda d'água toda pra frente, de lado. Tinha muitas árvores, esse outro espaço aqui era um espaço grande do terreno.

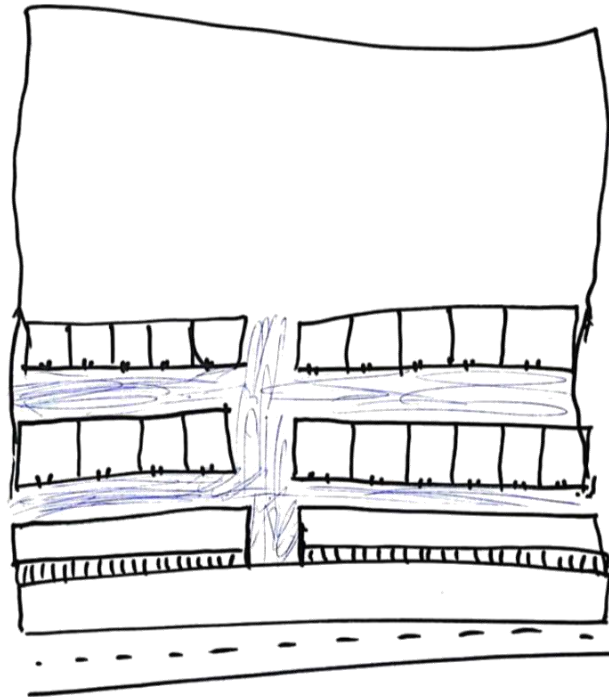
A representação de escala, a descrição de suas funções, a intenção do projeto em relação ao seu uso real, descrições de entradas, aberturas e esquadrias. Cada usuário tem uma percepção relativa em sua memória, que quando esboçadas geram o entendimento sobre a obra.

Imagem 6 – Capela das Irmãs Mensageiras



Em primeiro plano: Capela Modernista da Casa das Irmãs Mensageira, ao fundo: volume anexo da casa, compartilhado em parte pela UNIFOR

Imagem 7 – Planta Baixa dos volumes do anexo



Desenho feito por Carlos Alberto Silva

Fonte: Acervo Pessoal

Por isso, a conversão da oralidade em uma iconografia é essencial para o entendimento do observador, parafraseando Confúcio com o dizer popular "uma imagem vale mais que mil palavras", visto que a leitura de uma imagem é um dos métodos didáticos mais utilizados para o ensino, devido a sua expressividade instantânea e seu conteúdo comunicativo.

A pesquisa guiada pela narrativa dos usuários, juntamente com a iconografia, serve como base para formação de opinião sobre a temática, são resultados desse estudo subjetivo debatido no âmbito arquitetônico, abrindo discussão com os leitores por desse material, e baseando a formação de imagem de um patrimônio perdido.

5 CONCLUSÃO

As cidades estão em constante movimento e mudança, sua dinâmica de construir e destruir é inelutável, o que importa é discernimento e consideração, de modo que a linha de evolução não se interrompa e que o já-existente seja respeitado.

O signo de uma edificação varia pelo observador, pela escala, pelo usuário, pelo seu local e seus usos, porém é possível concluir que a participação mais ativa

da própria sociedade é importante para o resguardo, resgate e proteção de um bem patrimonial. A cidade é uma soma de ações entre governantes e cidadãos.

A história e memória de uma comunidade, mesmo que pequena e considerada irrelevante, serve como fator principal na construção de um passado, e nesse caso, no resgate de obras arquitetônicas já demolidas e perdidas no tempo. A memória desses usuários é algo que se edifica, compete com o tempo e permanece circunspecta, resultando em um compilado de material, conferindo e oferecendo condições mínimas de conhecimento desse patrimônio edificado e principalmente de seu valor histórico.

Esse artigo pretendeu lançar como tema para reflexão, a importância de registros para a construção da memória de um local. No fim, as informações aqui oferecidas, servirão para que os leitores e observadores futuros possam basear seu julgamento e chegar às suas próprias conclusões sobre as mudanças, oportunidades, fraquezas e resultados dessas "reformas" do progresso.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- BARROS, José D'Assunção. **Sobre a Feitura da Micro-História**. In: Revistas OPSIS, UFG. Vol.7, n.9, Julho - Dezembro 2007.
- BURKE, Peter. **A Escrita Da História - Novas Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CELLARD, A. A Análise Documental. In: POUPART, J. ET. AL. **A Pesquisa Qualitativa: Enfoques Epistemológicos e Metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.
- GINZBURG, carlo. **A Micro-História e Outros Ensaio**s. Rio de Janeiro. Difel Bertrand Brasil, 1991.
- LEMONS, Carlos A.C. **O que é Patrimônio Histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- LIMA, Batista. Washington Soares e Água Fria Revisitada. **Diário do Nordeste**. Caderno 3. Disponível em:
<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/caderno-3/coluna/batista-de-lima-1.128/mata-ria-294564-1.433029>>. Acesso em: 25 de Janeiro de 2018>
- PEIRCE, Charles. **Semiótica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- PIGNATARI, Décio. **Semiótica da Arte e da Arquitetura**. 3 ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

Portal UFC. Guia da Arquitetura Moderna de Fortaleza. Disponível em:
XIV Encontro de Iniciação à Pesquisa e à Docência e do 1º Encontro de Pesquisadores da Unichristus
<<http://guiaarquiteturamodernafortaleza.arquitetura.ufc.br/>>. Acesso em 17 de Maio de 2017.

TAVARES, Roberta. Aguanambi, Bezerra de Menezes e Washington Soares: Conheça a História do Trio de Avenidas. **Tribuna do Ceará.** Disponível em:
<<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/mobilidadeurbana/aguanambi-bezerra-de-menezes-e-washington-soares-conheca-a-historia-do-trio-de-avenidas-de-fortaleza/>>. Acesso em: 17 de Novembro de 2017.

**ÉTICA, ESTÉTICA E POLÍTICA: PERMANÊNCIAS E DESCONTINUIDADES NAS
RELAÇÕES ENTRE O BRUTALISMO DO CONTEXTO BRITÂNICO E PAULISTA
NAS DÉCADAS DE 1950 À 1970.**

Rômulo Abraão Lima dos Santos Rodrigues¹

Wagner José Silva de Castro²

RESUMO

O estilo arquitetônico denominado Brutalismo, pertencente ao período referente as décadas de 1950 à 1970, veio a deixar significativas contribuições na história da arquitetura moderna nacional e internacional, além de representar o início de um novo momento para o cerne arquitetônico pós-moderno no início dos anos 70. Cronologicamente alinhados e engajados em debates sociais, éticos, estéticos e políticos semelhantes, os estilos brutalistas advindos tanto do contexto britânico, quanto do contexto paulista, compartilham semelhanças e diferenças fundamentais. E, a partir destas, o presente trabalho tratou em discorrer sobre as particularidades comuns à essa relação peculiar, tal como as associações e descontinuidades que se fizeram sobre a mesma.

Palavras-chave: Brutalismo. Neo-Brutalismo. Escola Paulista. Brutalismo Britânico. Contexto Político e Social

ABSTRACT

The architectural style called Brutalism, which belonged to the period from the 1950s to the 1970s, made significant contributions in the history of modern national and international architecture, as well as representing the beginning of a new moment for the postmodern architectural heartland at the beginning of the 1970s. Chronologically aligned and engaged in similar social, ethical, aesthetic, and political debates, the Brutalist styles derived from both the British context and the context of São Paulo

share fundamental similarities and differences. And, from these, the present work dealt in discourse on the peculiarities common to this peculiar relation, as well as the associations and discontinuities that have been made on the same one.

Keywords: Brutalism. Neo-Brutalism. Escola Paulista. British brutalism. Political and Social Context.

¹ ² Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)
romuloabraao2206@hotmail.com

² Doutor em Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação em Educação pela Universidade Federal do Ceará, Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS)
wagnerdecastro5@gmail.com

1. INTRODUÇÃO E REFENCIAL TEÓRICO (BREVE CONTEXTO NACIONAL E INTERNACIONAL)

Etimologicamente, a palavra Brutalismo se originou do termo em francês *'beton brut'* que, grosso modo, significa 'betão bruto' e expõe, a princípio, uma de suas características mais indenitárias. O brutalismo, enquanto origem e contexto, pode ser introdutoriamente compreendido em duas etapas: A primeira delas, em uma concepção mais embrionária, está associada estética referente a obra tardia do arquiteto franco-suíco Charles Edouard Jeanneret (Le Corbusier). Esta consiste, dentro da produção do arquiteto, em uma certa ruptura com determinados posicionamentos anteriormente assumidos e, a priori, introduz algumas das mais significativas características associadas ao estilo brutalista: o extensivo uso do concreto aparente, desde a estrutura até a superfície das fachadas, e a preferência – em alguns projetos – da megaestrutura, além de outras especificidades físicas. Esta fase veio a ser desenvolvida ao final dos anos de 1940 e início dos anos de 1950 e marca uma mudança no modo com o qual o arquiteto vinha produzindo arquitetonicamente até então. A exemplificação edificada desta condição pode ser conferida na *Unité d'Habitation de Marseille*, realizada em 1947 pelo arquiteto. Nesta

obra há, de acordo com Verde Zein (2015), parte da linguagem estética que viria a influenciar a segunda etapa de desenvolvimento do estilo Brutalista.



Figura 01: Unité d'Habitation de Marseille (1947) – Le Corbusier

Fonte: < <http://www.fondationlecorbusier.fr/> >

Acessado em 04/09/2018

A segunda etapa diz respeito ao “*new brutalism*” que, em parte embasada nas contribuições introduzidas pela obra tardia de Le Corbusier e no “Mies americano pós-1946”*, se consistiu, a priori, em um movimento de jovens arquitetos britânicos engajados na construção de uma nova linguagem para um estilo arquitetônico que viesse a dialogar com seu respectivo contexto do pós-guerra. O “*new brutalism*”, para além de um resumo introdutório, tem como seus mentores fundacionais o casal de arquitetos britânicos Alison e Peter Smithson, cuja obra virá a consolidar e estruturar as bases do estilo neobrutalista e tem, em Reyner Baham, o embasamento crítico necessário para a proliferação de seus ideais. Sendo este último um dos teóricos elementais do movimento e propagador intelectual de seus princípios.

O contexto inicial deste movimento, que data do início dos anos 50, vem a embasar-se não somente na obra tardia de Corbusier, mas principalmente, em uma interpretação crítica dos postulados de Arquitetura Moderna e no debates que se

fizeram sobre estes – gerenciados pelo TEAM 10 -, na necessidade de reconstrução das cidades após a Segunda Grande Guerra (*New Towns*) e na relação com a produção artística de alguns específicos artistas que estavam a desenvolver sobre aquele mesmo contexto: “(...) (estritamente ligado, enquanto impulso, ao culto antiarte da *art brut*, de Jean Dubuffet) colocou os Smithson em contato, no início dos anos de 1950, com as extraordinárias personalidades do fotógrafo Nigel Henderson e do escultor Eduardo Paolozzi, dos quais o Brutalismo derivou grande parte de seu caráter existencial.” (FRAMPTON, Kenneth, 2015, p.321).

Assim sendo, proveniente deste complexo e heterogêneo contexto (histórico, político, econômico, social, artístico e cultural), e dos debates comuns ao próprio, o “*new brutalism*” tem como sua obra inaugural a Escola Secundária de Hunstanton (1949 -1954). Projetada pelo casal Smithson, Hunstanton, apesar de não se associar a estética *beton brut* que o movimento viria a utilizar como seu *carmesin* nos vários outros projetos que se sucederam após este, demonstra um apelo ético ao expor estruturalmente e infra estruturalmente as especificidades técnicas do edifício. Tal condição é reafirmada por FRAMPTON (2015) e ZEIN (2007), ao considerar a Escola Secundária pertencente a uma composição “palladio-miesiana”, e não necessariamente brutalista, mas que traz consigo algumas das premissas iniciais características do movimento que se desenvolveria.



Figura 02: Escola Secundária de Hunstanton (1954) – Alice e Peter Smithson

Fonte: <<https://en.wikiarquitectura.com/building/hunstanton-school/>>

Acessado em 04/09/2018

O Novo Brutalismo (“*New Brutalism*”), ou Neobrutalismo, possui em seu discurso uma concepção ética, em detrimento de orientações restritamente estéticas, e alinha-se filosoficamente ao existencialismo de Sartre e Camus.

De tal modo, estas questões referentes ao “ser” (acima do “ter”) se encontravam representadas nas soluções arquitetônicas que desnudavam o edifício, revelando apenas o dito essencial: a pureza formal e estrutural livre de quaisquer revestimentos. O Novo Brutalismo, em sua condição crítica, significou um momento de reação e superação ao Movimento Moderno. Sua proposta de atuação interessava-se pelo contexto sociocultural do momento pós-guerra e atuava de modo crítico frente ao modernismo e seu respectivo legado.

“Para os partidários do Novo Brutalismo a ética estava no trabalhar uníssono com os novos cenários culturais do pós-guerra, na contemporaneidade da linguagem arquitetônica, na tecnologia e nas mudanças sociais. Era preciso criar uma arquitetura que criticasse e solucionasse os danos causados pelas quatro funções: habitar, trabalhar, recrear-se e circular. O Novo Brutalismo não deveria ser uma linguagem formal, mas um modo experimental de situar-se e de atuar frente ao tema, ao programa, e aos materiais de um projeto. ”

(FUÃO, Fernando. 2000)

De todo modo, tornasse válido salientar que a perspectiva brutalista introduzida por Le Corbusier em seus projetos, destacando-se a *Unité d'Habitation de Marseille*, em 1947, e a Capela de *Ronchamp*, em 1955, assumiram nada mais “além da técnica do emprego do concreto bruto e de uma plástica nova.”* No entanto, o *Novo Brutalismo* britânico, introduzido pelos Smithson, o superou ao ir para além do desenvolvimento estético e formal (já introduzido por Corbusier) e o impôs certo caráter ético e postura filosófica, além de suscitar no movimento o debate pertinente ao contexto sociopolítico e a crítica ao legado moderno arquitetônico e urbano.



Figura 03: Capela de Ronchamp (1954) - Le Corbusier

Fonte: < <https://www.archdaily.com/84988/ad-classics-ronchamp-le-corbusier> >

Acessado em 04/09/2018

O Brutalismo da Escola Paulista de Arquitetura teve, entre as décadas de 1950 e 1970 no Brasil, um papel fundamental para a construção do cerne arquitetônico em seu respectivo período, e veio a influenciar, de modo significativo, as raízes da contemporaneidade. Visualmente reconhecido por sua densidade volumétrica e matérica (monobloco) e preferência pelo uso extensivo do concreto aparente, além da pertinência em expor sua “verdade estrutural”¹, o Brutalismo Paulista representou um momento peculiar na história da arquitetura moderna e, cronologicamente, antecedeu o surgimento das tendências pós-modernas.

De acordo com Bastos e Zein (2015), se pode inferir que há uma relação de correspondência cronológica das obras brutalistas realizadas em contexto britânico, com a produção arquitetônica brutalista em contexto nacional, apontando, deste modo, para uma determinada sincronicidade entre fenômenos.

“Naquela altura de meados dos anos de 1960, o chamado brutalismo já contava com centenas de contribuições variadas, advindas de vários países (nem todos registrados por Baham, o que não significa que não tivessem contribuições a dar), compartilhando traços em comuns em tal grau que podem, sem muitas dúvidas, serem alinhadas sob uma rubrica de cunho estilístico, (...) Tanto a correta datação como qualidade e pertinência de várias obras realizadas em meados dos anos de 1950 no Brasil, indicam

sua total sincronicidade com o fenômeno: basta citar, para indicar, o projeto para o MAM-RJ, de Affonso Eduardo Reidy (1953), ou o edifício E-I da Escola de Engenharia de São Carlos, SP (Hélio Queiroz Duarte e Ernerst Robert de Carvalho Mange, 1953), e, para continuar, ainda muitas outras, em quantidade e qualidade suficiente para garantir, sem dar muita margem a dúvida, o status de contraparte local de um importante conjunto de obras brasileiras da vasta rede mundial de ‘conexões brutalistas’ vigente naquele momento” (BASTOS E ZEIN, 2015, p.76)



Figura 04: Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1953) – Eduardo Affonso Reidy

Fonte: < <https://www.archdaily.com.br/br/758700/classicos-da-arquitetura-museu-de-arte-moderna-do-rio-de-janeiro-affonso-eduardo-reidy> >

Acessado em 04/09/2018

Tal sincronicidade revela uma possível comunicação entre ambos cenários, da qual se pode dizer que houve transmissão de informações propiciadas, principalmente, pelos debates internacionais e publicações em periódicos. Sobre este último, se pode ressaltar a contribuição da revista inglesa *Architectural Review*, em promover “*New Brutalism*” e suas proposições teóricas. Nesse sentido, a revista inglesa:

“Architectural Review [AR], engajada em vários debates internacionais e nacionais daquele momento, patrocina em suas páginas, em 1954, o new brutalism, reunindo algumas afirmações e propostas teóricas do casal de arquitetos Alison e Peter Smithson, aproveitando a oportunidade de inauguração da única obra que os arquitetos haviam realizado até aquele

momento, a Escola de Hunstanton, Inglaterra, projetada cinco anos antes (1949-1954).” (BASTOS E ZEIN, 2015, p.75)

Percebe-se então o alinhamento aos acontecimentos ocorridos no contexto europeu pós-guerra, os princípios pertinentes ao *Novo Brutalismo* viriam a influenciar significativamente a produção arquitetônica no Brasil, com destaque para a Escola de Arquitetura Paulista, de acordo com o autor (FUÃO, 2000). Em terras brasileiras o discurso arquitetônico referente ao Brutalismo da Escola Paulista viria a proliferar-se de modo semelhante ao desenvolvido pelos Smithson no contexto britânico: engajado criticamente no debate sociopolítico, na tentativa de transformação do cenário político e social através das bases políticas, éticas e estéticas referentes ao movimento *neobrutalista*.

Em parte situado no momento no qual a ditadura civil-militar* (1964 - 1985) instaurou-se no Brasil, o Brutalismo (em especial na Escola Paulista de Arquitetura) correspondia a um ato de resistência por parte dos arquitetos que aderiram aos princípios do movimento (em função dos ideais sociais e políticos contidos neste) e, também, representou a tentativa de construção de uma identidade arquitetônica nacional. De acordo com Fuão (2000): “Essas mesmas formas resistentes à ditadura também endureceram, na forma do concreto aparente e que, tornariam-se nos anos 80, um obstáculo a entrada das novas ideias nem sempre simpáticas a modernidade dos anos 70.”

Tal como o “*New Brutalism*” possuiu seus respectivos mentores e cânones intelectuais (os *Smithson* e *Baham*), o desenvolvimento do Brutalismo no Brasil constituiu, em figuras como João Batista Vila Nova Artigas, a base elemental para a sedimentação dos conceitos e princípios, tanto políticos e éticos quanto acadêmicos e arquitetônicos, que viriam a personificar parte fundamental da produção arquitetônica brutalista da Escola Paulista. Militante da esquerda e intelectual engajado, Artigas veio a representar a diretriz balizadora na qual o movimento pretendia guiar-se.

Entretanto, há de se denotar, de modo breve, as respectivas diferenças entre as escolas de arquitetura “carioca” e “paulista”, a fim de compreender a relevância do movimento para seu respectivo contexto. O discurso brutalista, em sua essência, criou bases mais sólidas no contexto paulista, mas não deixou de

influenciar, de modo mais singelo, a escola carioca de arquitetura, ao tomar por exemplo algumas obras de Affonso Eduardo Reidy, tal como o já citado Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

2. CARACTERÍSTICAS DO BRUTALISMO

De acordo com Bastos e Zein (2015), é somente a partir de um estudo minucioso e pormenorizado dos exemplares referentes a produção brutalista, que se torna possível compreender melhor o movimento e seus nuances. As autoras atentam que, neste caso, torna-se viável a definição e classificação de suas características, ainda que estas venham a não necessariamente pertencer exclusivamente ao movimento brutalista, mas o integram em um panorama geral dentro de um respectivo contexto. “(...) as obras de arquitetura são, a rigor, relativamente independentes das doutrinas que as fizeram nascer, transcendendo as intenções declaradas ou não, de seus criadores.” (BASTOS E ZEIN, 2015, p.78). De tal forma, as características aqui discorridas correspondem, em primeiro lugar, a intenção de seu criador, estando esse, direta ou indiretamente, vinculado ou não com os ideais do movimento brutalista, mas cuja a obra venha a demonstrar tais traços.

Assim sendo, na finalidade elucidar a compreensão das características constituintes do estilo em questão, se tomou por referência os posicionamentos propostos por Bastos e Zein (2015), que classificaram e definiram as características das obras brutalistas no contexto Paulista de acordo com os seguintes temas: Partido, Composição (planta e elevação), Sistema Construtivo, Texturas e Aparência Lumínica, Pretensões Simólico-Conceituais. Sobre, pode-se indicar que:

Com relação as ideias de **‘Partido’**, há a preferência da solução que valorize o desenvolvimento da edificação em sua horizontalidade, na qual a relação com o entorno imediato dá-se por contraste e os acessos são livres e facilmente acessados. A composição está sintetizada em um monobloco responsável por abrigar todas as funções desempenhadas pelo edifício. E, na presença de mais de um bloco, há uma relação de hierarquia entre estes.



Figura 05: Museu de Arte de São Paulo (MASP / 1963) – Lina Bo Bardi

Fonte: https://www.archdaily.com.br/br/01-59480/classicos-da-arquitetura-masp-lina-bo-bardi/59480_59507

Acessado em 04/09/2018

A respeito da **‘Composição’**, é notável a preferência ao uso da ‘Caixa Portante’, pela solução em *‘Planta Genérica’* e na aplicação da solução em teto homogêneo em grelha, sendo estas uni ou bi direcionais. Há também o constante emprego de vazios internos, na finalidade de valorizar visuais de um determinado percurso e a relação deste para com os espaços de uso comum do edifício. A noção de flexibilidade dita o modo como os espaços internos são organizados e a disposição destes no edifício ocorre de modo a interconectar ambientes. Já com relação as circulações e setores de serviços, as autoras abordam que:

“(…) os elementos de circulação recebem grande destaque: se internos, definem zoneamentos e usos, se externos, sua presença plástica é marcante, frequente concentração horizontal e vertical das funções de serviço em núcleos compactos que muitas vezes definem a distribuição e zoneamento funcional dos demais ambientes.” (BASTOS E ZEIN, 2015, p.78-79)



Figura 06: Igreja de São Bonifácio (1965) – Hans Broos

Fonte: < https://www.archdaily.com.br/br/01-187129/classicos-da-arquitetura-igreja-sao-bonifacio-slash-hans-broos?ad_medium=gallery >

Acessado em 04/09/2018

Sobre as elevações relativas a '**Composição**', é de presente usualidade as soluções que priorizem os cheios e vazios, nos quais há poucas aberturas ou aberturas amparadas pelos balanços de extensão das lajes, de cobertura ou não. Faz-se presente também o predomínio das soluções de iluminação zenital e a inserção de elementos complementares de caráter funcional-decorativo.

Da condição relativa ao '**Sistema Construtivo**', se assume a utilização quase exclusiva do concreto armado nas estruturas que, por vezes, contava com soluções protendidas, além do emprego de lajes nervuradas (de orientação uni ou bi direcional), pórticos rígidos ou articulados e similares. Integra este mesmo vocabulário elementos como vedações e divisórias realizadas em concreto fabricado *in loco*. Deve-se ressaltar que a realização dos elementos estruturais é quase sempre realizada inteiramente *in loco*, havendo, em circunstâncias peculiares a adoção de elementos pré-fabricados. Das vedações em alvenaria e estrutura de anexos complementares ao edifício principal, diz-se que: "(...) o emprego menos frequente, mas bastante habitual, de fechamento em alvenaria de tijolos e/ou de blocos de concreto deixados aparentes; em alguns casos, prescindindo da estrutura em concreto; os volumes anexos são geralmente realizados em estrutura

independente, mesmo quando internos ou abrigados sob o corpo principal.”
(BASTOS E ZEIN, 2015, p.79)

Referente as **‘Texturas e Ambiência Lumínica’**, por expor essencialmente a linguagem construtiva do edifício em suas superfícies, a aparência do concreto moldado *in loco* imprimi sua respectiva rugosidade nas diversas faces da edificação, cabendo a estas a aplicação pontual e discreta de pintura quando desejado, mas não usual. A respeito das soluções adotadas para as aberturas, estas em geral encontram-se protegidas por brises ou/e elementos similares e possuem desempenho lumínico relativamente baixo, em contraste com as áreas de uso comum densamente iluminadas por dispositivos zenitais.

Das **Características Simbólico-Conceptuais**, infere-se que as soluções arquitetônicas propostas compartilham de certa homogeneidade, uma vez em que a linguagem material do edifício é, a certo modo, limitada e constitui-se na finalidade de alcançar a clareza da solução estrutural, de forma quase didática, além da idealização de cada edifício como uma potencial demonstração exemplar da efetividade do movimento brutalista. Para além desta percepção, dá ênfase

“(…) na ideia de pré-fabricação como método ideal para a construção, apesar da rara possibilidade de sua realização efetiva, que ocorre em exemplos isolados mas apenas com mais assiduidade após a década de 1970; ênfase no caráter experimental de cada exercício arquitetônico, tanto construtiva quanto programaticamente” (BASTOS E ZEIN, 2015, p.79)

A respeito das características discorridas, tornasse interessante ao debate ressaltar que parte significativa de tais soluções estão igualmente solidarizadas nos exemplos da arquitetura brutalista do contexto britânico. Havendo algumas pontuais modificações relativas a cultura do emprego dos materiais e técnicas e na condição econômica relativa ao refinamento tecnológico de algumas soluções. Para além destas, se ressalta o ativismo e posicionamento político da Escola Paulista de Arquitetura e no modo com o qual este raciocínio veio a se desenvolver em forma de arquitetura.

Referente ao contexto inglês, se identifica as soluções arquitetônicas brutalistas a partir da experiência contextual de seus criadores, levando em consideração a cultura arquitetônica e construtiva de sua terra de origem. A citar, por

exemplo, obras que, ao contrário do exposto no cenário Paulista, faziam extensivo uso de fechamentos em alvenaria de tijolos aparentes, tais como os edifícios institucionais propostos por James Stirling, tais como a Universidade de Engenharia de Leicester, segundo Montaner (2001).

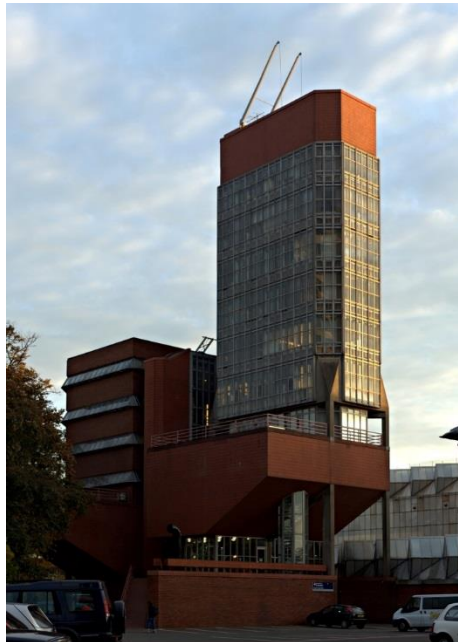


Figura 07: Departamento de Engenharia da Universidade de Leicester (1964) – James Stirling

Fonte: < https://www.archdaily.com/498291/happy-birthday-james-stirling?ad_medium=gallery >

Acessado em 04/09/2018



Figura 08: Royal National Theatre (1976) - Sir. Denys Lasdun

Fonte: < <http://www.uncubemagazine.com/blog/16064817> >

Acessado em 04/09/2018



Figura 09: Alexandra Road / London Borough of Camden (1968) - Neave Brown

Fonte: < <https://www.themodernhouse.com/past-sales/rowley-way-london-nw8-0-3/> >

Acessado em 04/09/2018

3. A “CONEXÃO BRUTALISTA INTERNACIONAL”

A possibilidade de uma comunicação e compartilhamento de informações entre meios havia sido proposta por Baham em seu livro “*The New Brutalism: Ethic or Aesthetic?*”, escrito em 1966. Sobre tal condição, Bastos e Zein (2015) afirmam, de certo modo, a autenticidade de tal relação, uma vez em que: “(...) é possível estabelecer pontos de contacto disciplinares entre uma certa arquitetura realizada no Brasil nas décadas de 1950 – 1970 e os embates e tendências do ambiente arquitetônico mundial daquela época, justificando sua aproximação (mas não necessariamente uma plena identificação) entre essa arquitetura e o brutalismo” (BASTOS E ZEIN, 2015, p.75).

Sobre a condição de desenvolvimento dos ideais e obras brutalistas ao longo das décadas, compreende-se que a partir das primeiras contribuições teóricas e arquitetônicas de Alison e Peter Smithson, assim como as “propostas corbusianas realizadas a partir da Unidade de Habitação de Marselha (1947-1949)”, houve um exponencial crescimento no número de obras realizadas sob a referência de ambas as fontes de modo a reconhecer que:

“(…) primeiro esparsamente (1955-1960) e depois fortemente (de 1960 em diante) na Inglaterra como em toda parte obras que serão conhecidas como ‘brutalistas’ (...) O surto brutalista é mundial e concomitante, não havendo obras em nenhum país específico das quais se possa dizer que sejam anteriores a esse momento de meados dos anos de 1950 ” (BASTOS E ZEIN, 2015, p.76)

No que diz respeito ao reconhecimento acadêmico e intelectual sobre tal relação, implica dizer que em função de interesses de cunho político, relativos ao contexto do determinado momento, assumiu-se um posicionamento que via, na silenciosa e singela correspondência, uma condição indesejável. Visto que, uma referência europeia vinha a representar uma condição de dependência ideológica de outros países, o que ao momento não era interessante ressaltar e, para tal, fez-se um outro discurso a fim de solucionar a questão representando um significativo corte entre vínculos, ao adotar o brutalismo como linguagem única e elemento ímpar da identidade nacional.

“Essa solução de compromisso, congenialmente política, se ancora indissolavelmente nas contradições daquele momento,, mas foi de certa utilidade então, para evitar a negação da modernidade (em seu caráter universal, civilizatório e internacionalizante) ou a volta às formas regionalistas ou vernaculizantes (...). Essa solução, ou escape, não chega a negar o brutalismo ou quaisquer outras discussões de gênero estilístico ou formal, nem a percepção de que a arquitetura moderna se desenvolve sempre em meio a debates internacionais que não podem ser de maneira nenhuma ignorados elas manifestações nacionais; mas de fato invalidava *a priori* a oportunidade desse debate, já que toda e qualquer referência de filiação ao panorama internacional era vista como indesejável.” (BASTOS E ZEIN, 2015, p.77)

4. CONCLUSÃO

Ademais, tornou-se possível concluir ao longo do presente estudo que a arquitetura brutalista deve seu vocabulário de soluções, enquanto linguagem estética, às contribuições corbusianas introduzidas na Unidade de Habitação de Marselha (1949) e, seu discurso social e político, ao debates pertencentes a cada

um dos contextos a qual fez parte. E, ao encarnar este posicionamento, as relações entre contextos, por mais que não assumidas devidamente, fizeram-se de fundamental relevância, tanto para a consolidação do gênero estilístico através de uma conexão brutalista internacional, quanto para a proliferação de contriuições exemplares da arquitetura brutalista para distintos contextos, além daqueles os quais o presente estudo se incumbiu em tratar.

De toda forma, a expressividade de tal relação desenvolveu-se de modo singelo e silencioso, atuando de maneira quase indireta e mais focada ao debate no que necessariamente às soluções. No entanto, ao que pesa informar, o contexto britânico veio a prestar valorosas contribuições, mas esta condição não amarra, tampouco exprimi a qualidade e quantidade das obras realizadas em contexto nacional, uma vez em que estas vieram a desenvolver-se de modo primoroso e em resposta às duras e árduas condições sociais e políticas do contexto da ditadura civil-militar armada.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Alice Junqueira; ZEIN Ruth Verde. **Brasil: Arquiteturas após 1950**. São Paulo. Perspectiva. p.75-79. 2015

FUÃO, Fernando Freitas; **Brutalismo: A última trincheira do movimento moderno**. 2000. Disponível em [http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.007/949] Acessado em: 25/06/2018

FRAMPTON, Kenneth; **A História Crítica da Arquitetura Moderna**. São Paulo. WMF Martins. 2015

MONTANER, Josep Maria. **Depois do Movimento Moderno**. São Paulo. Gustavo Gili Brasil. 2001



IDEAIS ILUMINISTAS E SUA CORRELAÇÃO COM O SISTEMA DOM-INO DE LE CORBUSIER

Gabriela C. Pinheiro¹

Mayara S. de Carvalho Rocha²

Mateus G. de Medeiros³

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo volta-se para a investigação do envolvimento dos ideais do movimento Iluminista com sistema Dom-ino de Le Corbusier, arquiteto modernista naturalizado francês, que ficou popularmente conhecido como o Pai da Arquitetura Moderna, buscando assim, a relação entre esses dois grandes movimentos.

A partir da **difamação** dessa linha de pensamento, cujas repercussões ocasionaram profundas transfigurações, no âmbito das revoluções, a Industrial, decorrente do maior acesso ao conhecimento e da sedenta busca pelo saber, suscita uma complexa transformação no modo de produzir, de comercializar e de trabalhar. Ademais, as relações sociais e o pensamento crítico tomam outras proporções a partir de tal fato, aliado às mudanças, sobretudo políticas, da Revolução Francesa, que viabilizou e concretizou uma profunda alteração na hierarquia do poder.

Diante das críticas alicerçadas nos ideais iluministas, sobretudo ao regime absolutista, à economia vigente e à soberania dogmática da Igreja Católica, a classe emergente da época averiguou a possibilidade de uma ascendência social, apoiando e conferindo força ao movimento. A partir desse interesse burguês, o pensamento foi melhor disseminado, ocasionando um maior descontentamento, que, posteriormente, desencadeariam as Revoluções Burguesas

Desse modo, procurar-se-á discernir em que medida os ideais iluministas influenciaram princípios e vertentes da Arquitetura Moderna de Le Corbusier.

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Unichristus

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Unichristus

³ Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 As Ideologias do Iluminismo

A confiança na razão humana é um aspecto basilar para a compreensão do pensamento denominado posteriormente de Iluminismo. (REALE, 2005, p. 221). Uma vez que o iluminismo constitui a ideologia da modernidade, suas ideias influenciaram todo o ethos e logos moderno, fundamentando-se não mais em dogmas quer religiosos, forma de pensar preponderante na Idade Média, quer racionais, presente na razão humanista do século XVII, que acreditava na posse de uma verdade metafísica.

Na era iluminista, o pensar construirá fortes alicerces no mundo empírico, o que conduzirá a razão para longe da certeza cega, mas para próximo do provável científico.

O modelo de pensar medieval que no Humanismo Renascentista já seria questionado, continua a sê-lo no contexto iluminista. Apesar de divergências entre os séculos XVII e XVIII, ambos são críticos ao padrão de pensamento fundamentado na autoridade e nas poderosas Instituições do medievo, a Igreja e o poder absolutista. A razão na modernidade, portanto, passaria a se desassociar dessa restrição intelectual para atingir uma maturidade independente e sedenta de saber.

Todo o sec. XVIII não entende mais a Razão como o território das "verdades eternas" e das "essências" (como ocorria nos grandes sistemas metafísicos do século precedente). A Razão dos iluministas é a do empirista Locke, que encontra seu paradigma metodológico na física de Newton: trata-se, portanto, de uma razão limitada à experiência e controlada pela experiência, que procura as leis do funcionamento dos fenômenos e as coloca em prova. (REALE, 2005, p. 221).

Não obstante ser confundido erroneamente como um sistema de pensamento – que por definição se remeteria a um todo fechado de ideias que se inter-relacionam de modo coeso e coerente, o Iluminismo se configura como um conjunto de ideias discutidas por vários autores das mais variadas áreas que, apesar de muitas vezes divergirem, estão unidos por uma mesma atitude crítica.

O Iluminismo de fato não pode ser identificado com um sistema filosófico e, escassamente, com uma constelação de princípios: é mais uma atitude crítica, um movimento histórico, teórico e prático, complexo até o ecletismo e à contradição. (PRACCHI, 2013, p.11)

O termo utilizado por Atilio Pracchi, “atitude crítica”, remete à postura desses pensadores em ousar pensar de maneira crítica. Em uma visão mais ampla, Nicola Abbagnano comenta que o Iluminismo é uma “linha filosófica caracterizada pelo empenho em estender a razão como crítica e guia a todos os campos da experiência humana”. Immanuel Kant, em seu texto clássico “O que é o Iluminismo?” (1784),

argumenta sobre o *Sapere Aude*, Ousar Saber. O autor define o mote do Iluminismo: “tem a coragem de servir-te de tua própria inteligência”⁴. Kant exorta os intelectuais da época a sair do estado de *minoridade intelectual* para buscar uma reflexão crítica autônoma, sem recorrer a auxílios preconcebidos pela tradição e pela autoridade.

O iluminismo, portanto, não pode ser considerado como uma linha unívoca de pensamento. Trata-se de diversos teóricos de várias nacionalidades, os quais, apesar de suas diferenças, possuíam certas conclusões em comum. Nessa conjuntura, o movimento iluminista não se caracterizou como uma vertente compactada e sistemática, mas sim por um conjunto de pensamentos, alguns, inclusive, em certa medida, antagônicos. Apesar de certa contrariedade, devido a defesa de tais diferentes premissas, essas eram igualmente regidas pela ideia elementar da busca pelo saber por meio da confiança e da valorização da razão prática.

O homem não se reduz a razão, mas tudo àquilo que lhe diz respeito pode ser indagado através da razão: princípios do conhecimento, comportamentos críticos, estruturas e instituições políticas, sistemas filosóficos e crenças religiosas. **A razão iluminista do século XVIII critica a tendência do século anterior de visualizar a solução para o conhecimento com base em uma visão universalista**, onde o pensamento puramente racional daria conta de resolver os problemas particulares. Em contrapartida, a ênfase metodológica do iluminismo se baseia primeiro no **particular, para depois, desenvolver uma regra universal**. Trata-se aqui de um método que **busca verificar suas leis com base na experiência**. Daqui surge o elemento de experimentação do método científico. Em suma, a razão iluminista tenderia ao método indutivo, enquanto que a razão do século anterior tenderia à dedução. E exatamente por ser “experimental” e “indutivo”, o racionalismo iluminista se oporia ao conhecimento metafísico e sistemático.

Diante desse cenário, **buscava-se, através de tais filosofias e conhecimentos metodológicos, respostas e soluções para o enriquecimento da vida cotidiana**. O controle do mundo, o entendimento deste e seu progresso se dariam por meio da disseminação desse conhecimento e, conseqüentemente, do

⁴ Immanuel Kant, na Resposta à pergunta: o que é o Iluminismo? (1784), assim escreve: “O Iluminismo é a saída do homem do estado de minoridade que ele deve imputar a si mesmo. Minoridade é a incapacidade de servir-se do próprio intelecto sem a guia de outro. Essa minoridade é imputável a si mesmo se sua causa não depende de falta de inteligência, e sim de falta de decisão e coragem de fazer uso de seu próprio intelecto sem ser guiado por outro. *Sapere aude!* Tem a coragem de servir-te de tua própria inteligência! Esse é o lema do Iluminismo”. (REALE, ANO, p. 2005).

desenvolvimento de uma nova cultura racional **funcionalista**. Esse era o pensamento dos filósofos iluministas, como ressalta Habermas.

Enlightenment thinkers of the cast of mind of Condorcet still had the extravagant expectation that the arts and sciences would promote not only the control of natural forces but also understanding of the world and of the self, moral progress, the justice of institutions and even the happiness of human beings. The 20th century has shattered this optimism". (HABERMAS, 2002, p. 9)

É esperado que um modelo de racionalidade baseado na empiria se volte para a resolução de problemas materiais que digam respeito à vida cotidiana. A aposta na razão prática significa a **valorização do conhecimento útil**. A razão de John Locke, como afirma Giovanni Reale em uma citação anterior, é a razão da utilidade. Valoriza-se neste momento o conhecimento funcional em detrimento da argumentação metafísica e deliberadamente sem utilidade.

A consciência ponderada da razão, da qual parte a premissa de que nenhum fundamento é inquestionável, juntamente com a valorização ao conhecimento da ordem da utilidade deixarão de ser apenas uma asserção intelectual com o início da Revolução Industrial. Ponto de chegada dos avanços tecnológicos possibilitados pelo desenvolvimento da ciência, a Revolução Industrial provoca na sociedade do século XIX profundas mudanças no meio urbano, na forma de morar e de viver. O desenvolvimento das tecnologias industriais juntamente com a continuação da atitude crítica conduziu o ser humano moderno a um estado de otimismo e de crença no progresso da humanidade. A rapidez dos avanços tecnológicos e das mudanças são testemunhadas por pessoas que há poucos séculos atrás viviam uma vida estática, onde tudo parecia o mesmo desde o nascimento até o fim de sua vida.

Na esteira dos acontecimentos, a filosofia iluminista desvela-se no desenvolvimento **otimista** do **progresso da humanidade**, tendo em vista a constante indagação pela melhora do mundo e do homem, cuja crença promoveu transformações e revoluções nos mais variados âmbitos da vida humana, tais como econômico, cultural, político e social. A razão, por sua vez, destaca a técnica e o conhecimento empírico como dispositivos para a ideia de um progresso que estimularia um beneficiamento **contínuo** da sociedade.

Um dos aspectos mais influentes da revolução industrial, a produção em série, é mais um fator que modificará fortemente a vida moderna. A substituição dos processos artesanais pela produção em série, auxiliada por máquinas, na qual cada operário passa a ter uma função reduzida e isolada do produto final modifica relações milenares de

produção. Le Corbusier ressalta de modo otimista as possibilidades despertadas pelo modelo industrial:

Um grande momento acaba de começar. Existe um novo espírito. A indústria, invadindo como um rio que vai ao seu destino, nos traz suas novas ferramentas adaptadas a esta nova era animada com novo espírito. (LE CORBUSIER, 1923)⁵

No campo da arquitetura, é notório a influência da Revolução Industrial influenciou em sua constituição. Devido ao uso de novos materiais, a arquitetura que se produziu em seguida deve bastante a esse processo resultante do esforço da ciência empírica iluminista. A arquitetura que surgirá com a consolidação da revolução industrial será chamada de forma geral pelo nome de *Arquitetura Moderna*.

2.2 Arquitetura Moderna: utilidade e empiria

Sobre a influência da revolução industrial na arquitetura afirma Leonardo Benevolo:

Em primeiro lugar, a Revolução Industrial modifica a técnica das construções, embora possa fazê-lo de maneira menos visível do que em outros setores. Os materiais tradicionais, pedra, tijolos e telhas, madeira, são trabalhados de modo racional e são distribuídos de maneira mais liberal; a eles, juntam-se novos materiais, tais como o ferro gusa, o vidro e mais tarde o concreto; os progressos da ciência permitem que os materiais sejam empregados de maneira mais conveniente e que sua resistência seja medida. (BENEVOLO, 2014, p. 35)

Na fala de Benevolo, percebe-se a introdução de novos materiais na Arquitetura, principalmente o ferro, o vidro e o concreto, que posteriormente viriam a ser os símbolos da Arquitetura Moderna, sobretudo por sua praticidade de fabricação e de montagem e por suas novas possibilidades funcionais. Enormes vãos, pé direitos altíssimos, edificações de porte maior são alguns exemplos das possibilidades permitidas pela utilização desses materiais. Tais elementos não foram fundamentais apenas para buscar a solução para questões de infraestrutura no cenário urbano, mas também foram protagonistas de sua própria expansão na evolução dos meios de locomoção. O desenvolvimento da técnica e dos materiais facilitaram a travessia de longos percursos em terra através de vias férreas e alteraram a própria noção do espaço-tempo da época, encurtando as distâncias entre as até então “cidades finitas”, nos termos de Kenneth Frampton⁶.

⁵ No original Le Corbusier afirma : « Une grande époque vient de commencer. Il existe un esprit nouveau.L 'industrie, envahissante comme un fleuve qui roule à ses destinées, nous apporte les outils neufs adaptés à celle époque nouvelle animée d'esprit nouveau » .

⁶ A cidade finita, tal como chegou a existir na Europa ao longo dos quinhentos anos precedentes, foi totalmente transformada, no lapso de um século, pela interação de uma quantidade de forças técnicas e socioeconômicas sem precedentes, muitas das quais emergiam pela primeira vez na segunda metade do século XVIII. Contam com destaque entre elas, de um ponto de vista técnico, inovações como a produção em massa de trilhos de ferro a, a partir de 1767, inventada por Abraham Darby. (FRAMPTON, 2015, p. 13)

Inicialmente, a implementação desses materiais na Arquitetura não possuiu grande aceitação, por divergirem dos padrões estéticos vigentes na época. Logo, eram comumente revestidos com vedações que traziam o adorno e a aparência almejada no campo visual cidadão no século XVIII.⁷ Entretanto, os ideais de utilidade manifestos no modo de pensar iluminista começarão a se manifestar aqui, na virada funcionalista da arquitetura moderna.

A alternativa da produção em série se mostrou eficiente para a alta demanda de moradias e infraestrutura urbana que estavam emergidos em uma situação de insalubridade alarmante devido a macrocefalia demográfica, que afetou primeiramente a Inglaterra. (FRAMPTON, 2015). Tal inchaço populacional, ocasionado pela melhoria do padrão nutricional e das técnicas médicas, gerou diversas acomodações irregulares que facilitaram a propagação de epidemias. Essa situação impulsionou a necessidade de intervenções que solucionassem a insalubridade urbana e a escassez de moradia⁸.

O tempo era um fator crucial contra a questão das epidemias que assombravam as recentes cidades industriais, nas quais os valores passaram por uma profunda redefinição, refletida em todos os contextos, inclusive na construção civil. Nessa circunstância, o uso, sobretudo, do concreto e do ferro, proporcionou a otimização da funcionalidade nesse cenário emergente.

Em meio às tentativas de resolver os problemas do morar, progressivamente a arquitetura se volta para uma valorização do funcional, onde as camadas de beleza historicista começavam a perder influência. Se a arquitetura ocidental ainda estava presa a padrões de beleza derivados do repertório ornamental clássico, a funcionalidade e a utilidade começavam a ganhar mais importância do que a máscara estética. Além disso, o próprio padrão estético começa a mudar, de forma que a funcionalidade se sobressaiu

⁷ Nikolaus Pevsner, em sua clássica obra, se remete ao início do uso dos novos materiais na arquitetura e à dificuldade em aceitá-los esteticamente. “The use of iron in architecture starts in France in the 1780’s with Soufflot and Victor Louis, who were especially concerned with making theatres fireproof, and in England in the 1790’s with manufacturers who, acting as their own designers, attempted to make their factories fireproof. In both cases the iron was an expedient of high utilitarian but of no aesthetic significance”. (PEVSNER, 1968, p. 11-12).

⁸ Sobre a situação de insalubridade do ambiente urbano afirma Kenneth Frampton: “A acomodação de tão volátil crescimento levou à transformação dos velhos bairros em áreas miseráveis e, também, à construção de moradias baratas e de cortiços, cuja finalidade principal, dada a carência geral de transporte municipal, era proporcionar, da forma menos onerosa possível, a máxima quantidade de alojamentos rudimentares dentro da distância a pé dos centros de produção. Naturalmente essas habitações congestionadas tinham condições inadequadas de luz e ventilação, carência de espaços abertos, péssimas instalações sanitárias, como latrinas e lavatórios (que eram externos e comuns), e despejos de lixo contíguos. Com o escoamento precário e uma manutenção inadequada, tais condições levavam à acumulação de excrementos e lixo e a inundações, o que provoca naturalmente uma alta incidência de doenças – Primeiro a Tuberculose, depois, ainda mais alarmante para as autoridades, o surto de Cólera na Inglaterra e na Europa Continental, nas décadas de 1830 e 1840”. (FRAMPTON, 2015, p. 14)

a ponto de vir a se tornar a referência do belo. O belo, ou a forma, de agora em diante, seguiria a função, na famosa frase de Louis Sullivan.

O episódio da primeira Grande Guerra apenas é mais um fator a influenciar o foco na utilidade, a necessidade de uma produção otimizada, sem perdas desnecessárias, tanto de tempo quanto de materiais. Esse momento representa mais um evento onde a ornamentação é desvalorizada como algo superficial e a racionalidade da Arquitetura Moderna como solução de problemas emergentes.

O período entre as duas Guerras Mundiais, especialmente as décadas de 1920-30, corresponde a um momento de grande prestígio do Movimento Moderno. Um prestígio que se reflete na autoconfiança dos arquitetos de explorar o potencial dos novos materiais, tecnologias e de afrontar as necessidades da população em geral. Acredita-se que a carência habitacional e outros problemas sociais das metrópoles industriais podem ser solucionados com os baixos custos obtidos com o emprego de formas mais simples, superfícies lisas, estruturas racionais e a industrialização dos diversos componentes da construção. A esse respeito, assim discorre Diane Ghirardo: “Embora marcadas por ênfases diferentes – de um lado, o determinismo tecnológico e, de outro, a ideia de auto expressão estética – as ideias de muitos arquitetos modernistas mantiveram, como constante básica, a crença no poder da forma para transformar o mundo, ainda que geralmente vinculada a alguns objetivos amplos e vagos de reforma social. (...) **Esses pressupostos constituíam o embasamento ideológico dos projetos urbanos de Le Corbusier** para Paris, Marselha, e norte da África, mas também de seus projetos menores de residências particulares, como a Villa Savoye. (ALMEIDA, 2010)

Diante dessa conjuntura, revela-se na Arquitetura Moderna a posição otimista do Iluminismo na crença de um ascendente progresso da humanidade. Alicerçada na racionalidade técnica e funcional, essa confiança buscava elucidações para o dia a dia, procurando aprimorar a vida cotidiana. A autoconfiança em afrontar as necessidades da população revela a intenção de melhoria enraizada no pensamento de arquitetos modernistas, de uma crença na arquitetura como meio de transformação do mundo. Dentre os arquitetos que possuíam essa atitude comum destaca-se Le Corbusier em sua busca por criar um sistema que solucionasse a questão da escassez de moradias.

2.3 Le Corbusier e o sistema Dom-ino

Afim de efetivamente propor um modelo padrão que oferecesse rapidez, rigor e precisão na construção para solucionar a escassez de moradia gerada pelo contexto pós-guerra, Le Corbusier cria o sistema Dom-ino. Tal sistema também deveria atender à questão econômica, a qual foi igualmente abalada, exigindo respostas compatíveis com a real situação vigente. Assim, as casas advindas desse novo sistema uniriam os elementos industriais produzidos em série às necessidades cotidianas do homem.

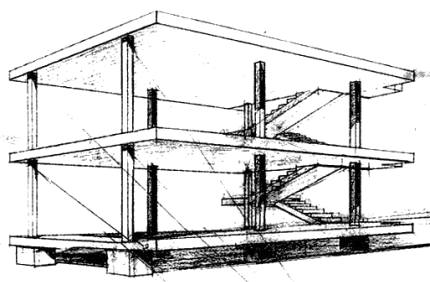
Além da presença de um utilitarismo no funcionalismo de Le Corbusier, mesmo a ênfase na vida material já revelaria nele ideais que se remetem ao pensamento

do Iluminismo. Possuindo o Iluminismo um viés prático é esperado que o foco de Le Corbusier na resolução da vida material seja um aspecto que se remeta ao pensamento do século XVIII. Além disso, o próprio arquiteto se refere à importância da experimentação. Segundo ele, a série seria baseada sobre a análise e a experimentação.

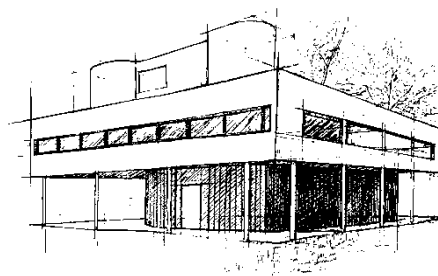
La série est basée sur l'analyse et l'expérimentation.' La grande industrie doit s'occuper du bâtiment et établir en série les éléments de la maison. Il faut créer l'état d'esprit de la série, L'état d'esprit de construire des maisons en série, L'état d'esprit d'habiter des maisons en série, L'état d'esprit de concevoir des maisons en série. Si l'on arrache de son cœur et de son esprit les concepts immobiles de la maison et qu'on envisage la question d'un point de vue critique et objectif, on arrivera à la maison-outil, maison en série, saine (et moralement aussi) et belle de l'esthétique des outils de travail qui accompagnent notre existence. (LE CORBUSIER, 1923)⁹

A experimentação e a análise são elementos fundamentais para a constituição da ciência empírica cujo método se consolida no Iluminismo. O elogio à produção em série também evidencia a relação entre Le Corbusier e a revolução industrial nascida do pensamento iluminista.

A utilidade e a funcionalidade serão destacadas como característica do sistema Dom-ino, a partir da idealização de um esqueleto construtivo constituído por formas simples, no qual as possibilidades de vedação e de *layout* são livres, podendo se adequar às diferentes demandas familiares e possibilidades de vedação. Salienta-se que a viabilização desse modelo possibilitou a criação dos Cinco Princípios da Arquitetura Moderna de Le Corbusier.¹⁰



Sistema Dom-ino Desenho Original



Vila Savoye Perspectiva

⁹ A série é baseada em análise e experimentação. A grande indústria deve cuidar do edifício e estabelecer em série os elementos da casa. Nós devemos criar o estado de espírito da série, O estado de espírito de construir casas em série, O estado de espírito de viver em casas de série, O estado de espírito de projetar casas em série. Se alguém remove do coração e mente os conceitos imóveis da casa e considera a questão de um ponto de vista crítico e objetivo, chegará à casa-ferramenta, casa serial, saudável (e moralmente também) e belo da estética das ferramentas de trabalho que acompanham a nossa existência.

¹⁰ Documento síntese dos cinco principais elementos da Arquitetura Moderna de Le Corbusier, publicados na revista francesa L'Esprit Nouveau em 1926.

A partir desse modelo, evidencia-se que Le Corbusier buscava algo que se adequasse também às diferentes condições físicas, as quais o sistema seria submetido. Nessa perspectiva, o arquiteto parte de uma problemática particular para encontrar uma aplicação universal, assim como o empirismo propõe em seu método indutivo (REALE, 2005, p. 221).

Os princípios fundadores desse sistema já eram percebidos nesse mesmo recorte temporal em obras de outros arquitetos modernos, porém foi o sistema Dom-ino que os sintetizou em uma mesma obra. No Dom-ino é possível perceber o diálogo entre a busca de uma regra universal a fim de se reproduzi-la em série e a valorização de um conhecimento indutivo, ao procurar enfatizar a experiência material da vida das pessoas¹¹.

O otimismo presente em Le Corbusier o faz *moderno* no sentido da modernidade como período histórico estabelecido a grosso modo entre o século XV e o XIX. A ideia de progresso linear decorrente desse otimismo das potencialidades humanas se este último põe a racionalidade crítica como ponto de apoio se revela em Le Corbusier. Ao compreender a possibilidade da serialização proveniente da Revolução Industrial e dos avanços científicos como uma consequência benéfica, seu otimismo é indício desse modo de pensar moderno que, no decorrer do século XX, será aos poucos desconstruído.

5 CONCLUSÃO

Concluimos, portanto, neste trabalho, que ideais iluministas se manifestam na vida e obra de Le Corbusier na medida que se constata a valorização da utilidade e da funcionalidade em suas obras. Isso é ainda mais evidente a focar na utilização do sistema Dom-ino de construção, possibilitado pelos avanços tecnológicos da Revolução Industrial, que por sua vez foi viabilizada pelo pensar científico iluminista.

Ademais, está presente no pensamento de Le Corbusier o elogio à serialização industrial como uma possibilidade para resolução dos problemas da moradia moderna. Tal otimismo revela Le Corbusier como um homem derivado do tempo do progresso retilíneo e uniforme do iluminismo.

¹¹ Entretanto, existe uma contradição. A imposição de regras universais por sobre realidades particulares pode levar ao abandono de certas características particulares importantes. Por isso, seu discurso sobre a experimentação, pelo menos de maneira teórica, não se concilia bem com a ideia serial de reprodução de um padrão universal.

A crença de um progresso linear de constante melhoria da humanidade do Iluminismo, embasada na análise experimental, revela-se nos pensamentos guiadores de Le Corbusier em buscar, na Arquitetura, soluções para o incremento da vida cotidiana. Percebe-se, nesse contexto, uma postura otimista em relação a sua obra Dom-ino, sobretudo, devido, à perspectiva de progresso que essa traz à tona.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia; São Paulo, Martins Fontes, 1ª edição, 2012.
- ALMEIDA, Eneida de. O “construir no construído” na produção contemporânea: relações entre teoria e prática. 2010. 236 f. Tese (Doutorado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- BENEVOLO, Leonardo; História da arquitetura moderna; São Paulo: Editora Perspectiva, 2001
- FRAMPTON, Kenneth. História crítica da arquitetura moderna; São Paulo, Martins Fontes, 1ª edição, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. Modernity: an incomplete project. In: FOSTER, Hall. Anti-Aesthetic. New York: New Press, 2002.
- HEYNEN, Hilde. Architecture and Modernity - A Critique. Massachusetts: Mit Press, 1999.
- LE CORBUSIER. Vers une architecture. Paris: Les Éditions G. Crès, 1924.
- PEVSNER, Nikolaus. The Sources of Modern Architecture and Design. New York: Frederick A. Praeger Publishers, 1968.
- PRACCHI, Attilio. A Arquitetura do Iluminismo - Revista Risco 17 Nicola Abbagnano, 2013
- REALE, Giovanni; ANTISERI. História da filosofia: de Spinoza a Kant. São Paulo: Paulus, 2005.



O ENTORNO DE BENS TOMBADOS

Carlos Eduardo Campos de Oliveira*

João Lucas V. Nogueira*

RESUMO

A cidade vive constante transformação. A renovação da cidade acaba pondo em risco não só o seu patrimônio arquitetônico, mas também as suas histórias e todo o conhecimento, lembranças e formação que ao qual o patrimônio contribui e está atrelado. Não podemos entender a cidade com apenas uma história, pois a mesma tem muitas versões e varia a depender do grupo dominante que se encontra no poder. Podemos dizer que ao contemplarmos um bem tombado, as sensações ao qual ele nos apresenta são completamente distintas do período da sua construção, até seu uso ou significação pode ser diverso daquele original, até porque é impossível vivenciar o fato histórico novamente. Dentro desse contexto percebe-se que a preservação do entorno de bens tombados é de suma importância para a preservação do bem tombado e para manutenção da inserção do mesmo no cotidiano, não o tornando-o apenas peça de museu e virando um bem artificial completamente desconectado da seu significado material e imaterial original interferindo na significação que esse mesmo bem pode passar para as outras gerações, não sendo parte integrante “real” da cidade ao qual ele foi construído e nem cumprindo a sua função social, a de levar orientação psicologia e orientação histórica para auxiliar na formação do cidadão e na percepção das histórias da cidade. Por outro lado, precisamos compreender que não podemos entender e querer preservar o passado, sem notarmos a importância que o presente também tem para as futuras gerações e que precisamos reconhecer a importância das contribuições do mesmo. **Palavras-chave:** Patrimônio Cultural. Entorno de Bens Tombados. Ambiência. Cidade. Memória.

¹ * Estudante do Centro Universitário Unichristus

* Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela UFC e mestrado em Investigación em Arte y Creación universidad complutense de Madrid (2013) – Doutorando em comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

ABSTRACT

The city lives in constant transformation. The city renovation put in risk not only the architectural heritage, but its history, its knowledge, its memory and its formation that the patrimony is connected to. We cannot understand one city with only one history, because there are a lot of versions and it changes depending on the group there is charge. As we look to heritage building, the sensations it passes to us are totally different from the sensations it would had passed when it was constructed. Even its function could be different from its original, after all it is impossible to experience a historical fact again. tema proposto é de importância ímpar para o entendimento da maneira ao qual a área de entorno se relaciona com a cidade e com a própria tutela do patrimônio cultural. In doing so, preserving the surrounding of heritage buildings is importante for the preservation of the heritage building itself and for maintaining it on our daily, not making it parto f a museu mor something artificial completely disconnected from its material and imaterial original meaning. Not being a “real” part of the city to which it was built or fulfilling its social function, to take psychological orientario and historical orientation to assit in the formation of the citizen and the perception of the city’s stories. On the other hand, we need to realize that we can not understand and want to preserve the past, without noticing the importance that the present also has for future generations and we generations and we need to recognize the importance of the contributions of the same. **keywords:** Cultural Heritage. Surroundings of Fallen Assets. Ambience. City. Memory.

1. INTRODUÇÃO

O tema proposto é de importância ímpar para o entendimento da maneira ao qual a área de entorno se relaciona com a cidade e com a própria tutela do patrimônio cultural. A identidade nacional é formada pelas histórias que o país e, conseqüentemente, as cidades vivenciaram e é onde o seu patrimônio serviu de cenário ou foi o protagonista.

A história da cidade deve ser preservada e respeitada. Para isso, precisamos entender de que forma a dinâmica da cidade e suas constantes evoluções influenciam no bem tombado e na relação deste com os seus cidadãos. O patrimônio tem como

obrigação intrínseca auxiliar na formação histórica e psicológica e, por meio destas, formar cidadãos que consigam entender a relação da evolução histórica da cidade com os seus problemas e na formação do seu patrimônio.

Entorno é tudo aquilo que está ao redor de um núcleo, por isso tem influência direta na compreensão desse núcleo. Se um bem for completamente desconectado do seu entorno podemos perder o entendimento deste e acabarmos tendo uma percepção distante da realidade. Por fim, o bem poderá ter seu significado imaterial completamente modificado do seu significado original implicando em uma transformação, na qual o bem irá se tornar uma peça de museu, destinando-se apenas ao entretenimento e servindo agora à museologização do patrimônio cultural.

Neste trabalho, procuramos entender os conceitos de entorno e a forma que ele se relaciona com o patrimônio. Assim, conseguiremos captar a contribuição que esse instrumento tem para o bem tombado, além da complexa relação que este bem possui com todos os episódios das histórias que a cidade viveu ou sobreviveu.

Buscamos entender também alguns casos que foram objetos de tombamento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e de que forma a sua poligonal de entorno foi constituída. De que forma o entorno interfere no bem. Buscamos entender também a relação desse bem e do seu entorno com a cidade. Quais os prejuízos da completa modificação do seu entorno para a significação do bem e da deturpação da sua contribuição para a cidade.

2. REVISÃO DE LITERATURA

O entorno de bens tombados é um tema de muitas controvérsias e complexidade, além de ser pouco difundido e bastante contestado, porém é de importância ímpar na proteção do patrimônio edificado e paisagístico. A publicação do IPHAN, “Entorno dos bens tombados”, de Lia Mota e de Ana Lucia Thompson (2010), conceitua **entorno** como um instrumento legal voltado para a proteção da vizinhança dos bens tombados, visando, inicialmente, impedir construções que comprometessem a sua visibilidade.

Quando falamos de patrimônio, dois significados são bem comuns. No primeiro, remetemos a herança, os bens de valor econômico e que podem ser transmitidos hereditariamente. No segundo e não menos importante, diz que não necessariamente possui valor econômico considerável, porém possui outros valores, adquiridos pela experiência que proporciona. O dicionário Aurélio também traz alguns desses conceitos à luz, quando trata patrimônio como bens de família ou herança paterna (FUNARI E PELEGRINI, 2006).

O patrimônio pode ser considerado, então, todos os bens tangíveis ou não tangíveis, que possuem valor próprio, ou adquirem valor, e são considerados de relevância para a historicidade e cultura de um povo. Sendo esses bens, suporte para acesso a memórias, carregando aspectos simbólicos e culturais (BALTAZAR, 2011).

Os bens físicos de uma cidade, como suas edificações e seus monumentos, são representações das histórias da cidade e de todas as suas transformações e das quais ela também serviu de palco. Esses bens são os responsáveis por nos ajudar a entender características de uma sociedade e são indissociáveis do seu entorno para o seu perfeito entendimento.

O dicionário Oxford conceitua **entorno**, como *all round a particular place or thing*, que em tradução literal significa: tudo em volta de um lugar ou uma coisa. O significado arquitetônico de entorno é o de uma “área, de extensão variável, vizinha de um bem tombado”, de acordo com o dicionário Aurélio.

O patrimônio histórico inicia sua trajetória na França, após a Revolução Francesa, iniciando uma preocupação por tratar edifícios como patrimônios históricos, para ajudar na manutenção do *status quo* da parcela burguesa dos habitantes da cidade que ascendia ao poder. As edificações se tornam, então, tuteladas pelo Estado, tendo em vista o caráter político que começam a adquirir (SANT’ANNA, 1995, p.15).

Jeanty de Seixas (2014) em sua dissertação de mestrado explica que para a compreensão do patrimônio é preciso entender a origem do ato de proteger-se. Assim sendo, Sant’Anna (1995) explica que o termo “patrimônio nacional” é criado na Revolução Francesa como forma de proteção à propriedade pública e, também, como forma de ajudar os burgueses recém-chegados ao poder a consolidar a sua versão

da história e iniciar a sua hegemonia. Quando se entende que algo é um monumento histórico, logo o associamos a ideia de preservação de certas histórias e acontecimentos.

O patrimônio pode servir para a construção de uma pretensa “identidade nacional” – criação forçada, na maioria das vezes segregadora – servindo como base para a sociedade buscar compreender os recortes da história que são passados de geração em geração. Segundo Ana Lúcia Golzer Meira (2004a, p.13), serve de ponte entre o passado e o futuro, servindo também, de acordo com Márcia Chuvas para construir uma unidade, onde uma nação é favorecida pela existência de um passado comum. O patrimônio serve de materialização desse passado e faz com que uma parcela da história de uma sociedade esteja sempre à vista.

Não podemos entender “identidade nacional” como forma real de representatividade de um todo coletivo, principalmente em um país de proporções continentais, como o Brasil, pois, infelizmente, os edifícios que são preservados, em sua maioria, representam ou são objetos de identificação da parcela da população que se encontra nas elites vanguardistas vigentes, seja intelectual ou econômica, como exemplifica Nogueira (2018):

As análises arquitetônicas brasileiras seguem geralmente dois caminhos: ou as edificações pertencem ao barroco colonial ou pertencem ao ecletismo – e aí se incluem todos os falsos neo – (principalmente neoclássicos) e tudo aquilo que o técnico não sabe exatamente como classificar, seja por possuir elementos de diversos estilos, seja por ser ornamentado e não se fazer ideia do significado ou da origem do ornamento. Nem mesmo o *Nouveau* da *Belle-Époque* ou o *Decó proto-modernista* conseguem ser lidos com a mesma pureza que aparecem na Europa ou nos Estados Unidos, ganhando muitas vezes uma descrição semelhante a “edifício eclético com elementos do Art-Decó”, por exemplo. Tal classificação aparenta inofensividade até o momento em que se percebe que o técnico da arquitetura no Brasil é formado quase sempre em escolas de aspirações modernistas. Movimento que ganha força no início do século XX, mas que se sedimenta nos períodos de pós-guerra, com a necessidade de uma racionalidade na construção, aproveitando a industrialização para uma construção em massa, dando fim aos ornamentos e declarando guerra ao movimento anterior, que é justamente o Ecletismo. Sobre isso, Luciano Patetta diz que a Art Nouveau e o Ecletismo eram considerados inimigos a serem derrotados pelo movimento Moderno.

Em palestra realizada no 5º Seminário do Patrimônio Cultural (2014), administrada pela Coordenação de Patrimônio Histórico e Cultural da Prefeitura Municipal de Fortaleza, o professor Flávio Carsalade comenta que as mudanças são constantes, tanto nas cidades, quanto nos sujeitos. Além disso, mostra que a história não é uma simples narrativa isenta de fatos ocorridos, iniciando-se pela impossibilidade de regresso até o fato histórico. A narrativa histórica se dá por edições, versões. Depende de quem é o narrador, normalmente alinhado com as classes dominantes ou vitoriosas, que escolhem a versão a ser propagada.

No início do século XX, as Cartas Patrimoniais começam a surgir e trazem uma série de propostas, conceitos e ações para a promoção da preservação dos bens tombados. O mais curioso é que essas cartas surgem não somente com o intuito de preservar, elas trazem uma série de avanços que acabam por serem consolidados parâmetros sobre conservação, manutenção e restauro do patrimônio, não sendo ele apenas histórico, compreendendo-o também como patrimônio artístico e por fim, cultural.

As Cartas patrimoniais ainda hoje servem de parâmetros e guia para as intervenções, sendo que a primeira delas, a carta de Atenas, já surge em 1931 com normas e condutas a respeito da preservação e conservação de edifícios históricos.

As cartas de Veneza e a Declaração de Amsterdã trouxeram novos entendimentos, como a ampliação do conceito de monumento, trazendo uma abordagem de significação, em que a preservação de uma modesta obra seria necessária pela significação que essa obra adquiriu com o passar dos anos. A Declaração de Amsterdã traz como referência a integração do patrimônio à vida social (FUNARI E PELEGRINI, 2006).

Juridicamente falando, o Patrimônio é definido pelo Decreto-lei nº 25/1937, que em seu Art. 1º o constitui:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

O Estado analisa o entorno como bem jurídico e o vê como necessário à sua tutela para proteção da coisa tombada e do seu usufruto e por isso o institui em seu Art. 18:

Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Na vizinhança do objeto tombado, ou seja, em seu entorno, cria-se uma paisagem que pode ser composta por diversos bens imateriais, materiais, naturais, artificiais, sejam móveis ou imóveis. Não somente as edificações são responsáveis pela caracterização do entorno: o próprio terreno ao qual o bem se insere, o mobiliário, áreas construídas ou não que circundam o bem tombado, podem também assim ser reconhecidos (MARCHESAN, 2013).

Carsalade (2014) nos chama atenção também para o fato de que o termo patrimônio pode se referir também àquilo que não é tombado (ou ainda não é), e que esse é um dos efeitos adversos do tombamento. Outra coisa que acomete também alguns bens patrimoniais é a criação didática da separação entre materialidade e imaterialidade, já que é impossível desassociar ambos, sem prejuízo. Um exemplo disso é o conjunto arquitetônico da Praça da Liberdade, em que a praça foi construída no topo de um morro, e por isso, esperava-se que ela fosse o lugar mais alto daquele contexto, porém a lógica foi invertida e o que antes era topo de morro, virou vale devido à verticalização imobiliária no entorno da praça.

Marchesan (2013) também faz referência à consolidação do entorno no ordenamento jurídico brasileiro, trazendo uma discussão sobre a Lei nº 6.513/1977 que é regulamentada pelo Decreto nº 86.176/1981 e que traz duas possibilidades de zona de entorno: a primeira, como entorno de proteção, "espaço físico necessário ao acesso do público ao Local de Interesse Turístico e à sua conservação, manutenção e valorização", e a segunda, como forma de ambiência e usufruto, "o espaço físico necessário à harmonização do Local de Interesse Turístico com a paisagem em que se situa" (BRASIL, 1977).

Imagine adentrar em um dos principais museus de Berlim, na Alemanha, o *Pergamon Museum* que tem seu nome devido a uma de suas principais obras, o Altar de Pérgamo, uma estrutura que foi encontrada onde hoje se localiza a Turquia. O altar que foi construído para Zeus é a principal obra desse museu e por conta dessa estrutura o museu recebe esse mesmo nome. Andando mais um pouco pelo mesmo museu, depara-se com o salão que guarda as coleções do antigo Oriente Médio. Ali se encontra em exposição uma porta que foi da sala do trono de Nabucodonosor II, governante da Babilônia. Não há como negar a importância e a beleza dos magníficos exemplares, porém estão completamente descontextualizados, perdendo grande parte de sua carga simbólica. É o problema que corremos o risco de repetir no momento em que permitimos que um determinado bem tenha seu contexto completamente alterado. Estaríamos gerando a museificação do patrimônio, que deixaria de contar sua história para tornar-se puro entretenimento.

Marchesan (2013) traz à tona a sentença jurídica que cita o Arquiteto Julio Nicolau de Curtis em uma ação civil pública de 22 de abril de 2003, a respeito do pedido de remoção da Capela São Roque por solicitação do município. Diz o arquiteto:

Arquitetura não é apenas material de construção agenciado para definir espaço vivencial e que se possa transferir como um circo. Arquitetura mergulha suas raízes profundas ao meio que a produziu e morre sempre, no seu significado cultural ao ser transplantada.

O significado atual de entorno que conhecemos passou por mudanças, sendo inclusive objeto diário de embate. Ruiz (1997) nota que o entorno é o espaço circundante, caracterizando-o como objeto de proteção ambiental dos bens tombados. O IPHAN em “O Entorno de Bens Tombados” de Thompson e Mota (2010) acredita que a área circundante do bem tombado está intimamente relacionado com a capacidade deste garantir a sua visibilidade, com a percepção que a população vai ter do monumento tombado. Com a garantia da visibilidade e da percepção ajudamos a criar um ambiente propício para a fruição do bem.

A importância do entorno será percebida com a capacidade de conseguir que as pessoas usufruam dos bens, sendo delimitado para que tal objetivo seja conseguido ou mantido. Permitindo que no decorrer dos anos, os bens patrimoniais permaneçam visíveis, sem que as novas configurações e desenhos das edificações e da cidade se tornem obstáculos, obstruindo ou reduzindo a sua visibilidade (THOMPSON, 2012).

Motta e Thompson (2010) realizaram um levantamento sobre os “usos institucionais da figura do entorno entre 1986 e 2003, nos processos de tombamento e de entorno (Processos T e E), que buscaram empregar as determinações da Portaria nº 11, sendo importante ressaltar que em todos os tombamentos levantados, o instrumento do entorno seria proposto de forma específica. O intuito com esse levantamento era “perceber quais valores, em que situações, por meio de que mecanismos foram feitas referências ao entorno e como esse expediente foi utilizado” (pág.69.):

Foram tombados, de 1986 a 1990 (quatro anos), 41 bens, enquanto na segunda fase, de 1991 a 1994 (três anos), somente cinco, e na terceira, de 1995 a 2003 (oito anos), 41 bens. Entre os 87 tombamentos ocorridos no período focalizado, encontram-se 80 processos relativos a bens imóveis, 38 para os quais deveriam ser delimitados os entornos. Contudo, em somente 45 processos essas áreas foram mencionadas, sendo, em 23 deles, a demarcação do entorno foi discutida, enquanto que, nos 22 restantes, apenas foi feito algum tipo de referência a ela. Considerou-se como “algum tipo de referência” os casos em que a necessidade de delimitação da área de entorno chegou a ser mencionada, mas, por diversos motivos, a medida não foi levada adiante. É importante lembrar que, nesse período, outros trabalhos voltados para a delimitação de entornos de bens tombados foram desenvolvidos, mas não chegaram ao conselho consultivo por dificuldades recorrentes de trâmites administrativos.

E continua:

Nos processos pesquisados com proposta de delimitação da área de entorno, foi possível destacar quatro tipos diferentes de critérios utilizados para a definição dessa área: o de escala (10 processos); o contexto histórico/paisagístico (7 processos); o legal (4 processos); e outros (2 processos). Entende-se por critério de escala aquele que enfatiza o não amesquinamento do monumento e a visibilidade. Geralmente se refere, por um lado, a áreas com construções que já não mantêm relações estilísticas com os monumentos, tendo sido muito descaracterizadas, ou que são de natureza tipológica distinta, como o Corcovado, a Floresta da Tijuca e o Jardim Botânico dentro do

contexto urbano do Rio de Janeiro, e, por outro, as áreas de ocupação mais recentes com relação ao bem tombado.

Os tombamentos de Icó e de Sobral, ambas no Estado do Ceará fizeram parte do levantamento e concluiu-se:

Dois processos referentes a bens tombados no Estado do Ceará enfatizaram a escala e o aspecto visual: os de Icó e de Sobral. Apesar de realização de estudos exaustivos, que levaram em conta também o contexto histórico do sítio urbano, o resultado final buscou manter a relação da escala com o bem tombado.(...) O contexto histórico-paisagístico é usado para justificativas que buscam ir além da proteção da escala e da visibilidade do bem tombado, pretendendo estipular relações históricas ou paisagísticas do entorno com esse bem, de forma que as características arquitetônicas aí presentes ainda contribuam para contar a história do lugar.(...) O critério legal se aplica aos processos que não justificaram os motivos para delimitar determinada área para entorno, apesar de a terem definido.(...) A classificação “outros”, citada acima, refere-se a dois processos em que a utilização do entorno ocorreu de forma peculiar. Em um deles, o relativo ao Parque Zoológico do Museu Paraense Emílio Goeldi (Processo 1297-T89), a figura do entorno foi usada como uma área de proteção “da ambiência do acervo vegetal do parque do Museu, devido à diminuição do período de insolação a que o mesmo está sujeito e também pela mudança no regime de ventos, ambos provocados pela construção de edifícios altos na sua vizinhança imediata” (Derenji, 1989). O parque do Museu já havia sido tombado pelo órgão estadual de preservação; “entretanto a legislação estadual não contempla as questões relativas ao controle da vizinhança. Assim, a solicitação feita pela direção do Museu tem como finalidade principal permitir o controle da ocupação do espaço no seu entorno” (Ibid.). O segundo processo é relativo à Igreja da Venerável Ordem Terceira do Carmo e Painéis do Padre Jesuíno do Monte Carmelo, em São Paulo, Processo 1176-T-85. De acordo com o parecer do relator, em função de partes da igreja não oferecessem nenhum interesse(...) A ideia é de que essa parte destinada ao entorno não apresenta valor artístico ou arquitetônico. Na realidade, não é um caso tão estranho assim, porque as Recomendações Básicas para a Instrução de Processos de Tombamento estipulam, no item (5), que os componentes de um terreno tombado que “não possuam mérito” devem ficar “sujeitos a condições específicas de proteção à ambiência e visibilidade do bem”.

CUREAU (2009), em “Ambiência e entorno de bens culturais” nos traz referências de legislações de entorno patrimonial vigentes em outros países. Por exemplo, na França, “a noção de entorno nasceu com os artigos 13 bis e 13 ter da lei de 31 de dezembro de 1913” com o advento de uma lei que trazia em seu escopo o termo “campo de visibilidade”(p.1) e a lei de urbanismo de 15 de junho de 1943, trouxe a permissão sobre construir.

Em 2004, com o Código do Patrimônio Francês, quaisquer alterações que afete o aspecto do imóvel no qual as modificações serão realizadas, deverão ter autorização prévia da instituição de proteção. Quanto à noção de visibilidade, o termo “covisibilidade” foi introduzido e as restrições agora se aplicam aos imóveis vistos em conjunto com o bem tombado ou vistos a partir dele. No caso de uma modificação, reforma ou nova construção ocorra no entorno de diversas edificações tombadas, essas limitações serão apreciadas caso a caso. (CUREAU, 2009) A proteção ao entorno de edificações tombadas se sustenta no ideal de que um bem que sofre tutela do Estado por suas contribuições, sofre interferência por meio da impressão que a sua vizinhança passa. Logo, ele não é percebido isoladamente e necessita do entorno para sua ambiência ser compreendida em sua plenitude. Em casos extremos, a zona de entorno na França pode passar de 500 metros a partir do objeto tutelado, como por exemplo, o Palácio de Versailles possui uma poligonal de entorno que chega a 5 km a partir do mesmo. (FARIAS, 1994)

Na Itália, Marchesan (2013) deixa claro que o ordenamento jurídico – quando se trata de área de entorno de bem tombado – é desorganizado. Porém, além de trazer a proteção necessária, traz a definição de conceitos que são essenciais para o entendimento do tema, como a definição de entorno no Decreto Legislativo 22/0415 que mostra que a proteção ao entorno nada mais é que uma “tutela “indireta” ao bem cultural, porquanto não atinge diretamente o bem revestido de interesse histórico-cultural, mas influencia na qualificação daquele” (pág. 12). O entorno protege o bem cultural, servindo como bóia de salvação para a proteção do acesso à ele, da sua visibilidade pelas pessoas e até pelo enquadramento dele na cidade. (MARCHESAN, 2013)

A Administração Pública Italiana, reserva-se ao direito de definir as medidas (distância, espaçamento etc) para que os bens tombados não sofram riscos à sua integridade e ao seu usufruto pela população, não sendo assim prejudicada a sua visibilidade ou mesmo as condições do ambiente ao qual está inserido.

Em Portugal, a Lei n.º 107/2001 define maneiras para que o patrimônio cultural seja o responsável pela qualidade e embasamento dos monumentos e da paisagem urbana que eles integram. Resguardando a área de entorno do bem tutelado, proibindo que as intervenções consideradas relevantes em imóvel pertencente à

poligonal envoltória do bem tutelado e sendo elas a respeito do volume, natureza, morfologia e coloração e que acabem por alterar as especificidades da área de entorno, não podendo também perturbar ou atrapalhar a contemplação do bem. (MARCHESAN, 2013)

Teixeira (1996) e Marchesan (2013) reconhece no direito português a proibição da modificação do “local original”, usando isso para a proteção do bem em seu contexto originário.

Na América Latina a preocupação com a preservação inicia-se à medida que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconhece alguns bens históricos como patrimônios da Humanidade. Por outro lado, Funari e Pelegrini (2006) chamam atenção para a heterogeneidade dos centros históricos dessa região, e que tratá-los de maneira única não seria adequado, inclusive por essa região ter Centros Históricos completamente diversos desde, Cuzco, no Peru que se desenvolve anteriormente ao período da Colonização Espanhola, até Brasília que traz exemplares da arquitetura modernista.

No Brasil, um dos principais responsáveis pelo surgimento de políticas que resguardavam o entorno foi a classe média urbana carioca, que assolada pelo crescimento desenfreado na cidade via na proteção das áreas de entorno importante instrumento para manutenção de seu estilo de vida na cidade. Dessa forma cresceu a pressão no IPHAN por ter uma maior atuação nas cidades inclusive tendo um maior controle na área de entorno de bens tombados. Motta e Thompson (2010) continuam:

O tema da preservação do patrimônio cultural era visto como uma das possibilidades de manter a qualidade de vida, diante do adensamento e das transformações que vinham ocorrendo nas grandes cidades brasileiras. Dessa forma, cresceram as exigências para uma atuação eficiente do IPHAN nas áreas urbanas, incluindo o entorno de bens tombados, fato em grande parte responsável pela implementação de estudos técnicos e pelas proposições de regulamentação na ocupação de vizinhança de bens tombados (p. 49).

Por outro lado, com toda a efervescência urbana, os especuladores imobiliários viam na proteção das áreas de entorno um impeditivo para a concretização dos seus planos, o que acabou exigindo mais do que nunca que o IPHAN mantivesse a imparcialidade e utilizasse dos meios técnicos disponíveis para a análise dos

entornos, que acabaram por se tornar instrumento de política urbana até como controle da voracidade do mercado imobiliário.

Nessa seara, o entorno se apresentava como estratégico para a proteção da identidade das cidades, sendo ele essencial para a manutenção da ambiência dos bens tombados e do espírito que circunda esse conjunto de edificações. O primeiro exemplo dessa luta pela preservação, surge quando o diretor do IPHAN no ano de 1967 a 1979, Renato Soeiro, determina que os projetos realizados no incorporado Estado da Guanabara e que estivessem em áreas de interesse paisagístico ou em suas imediações, devessem ser apreciados pelo órgão federal após veredicto dos órgãos municipais. Tratava-se então de uma força tarefa conjunta para preservação da história do Estado da Guanabara. (THOMPSON E MOTTA, 2010)

Sabendo disso, é importante reconhecer que bens que são considerados importantes para um grupo ou para uma pessoa, podem facilmente perder valor quando se altera o ambiente ou o contexto ao qual está inserido. Manter os bens tombados representativos do contexto ao qual se inserem, entendendo que vivemos em um mundo dinâmico, onde as coisas se modificam rapidamente é um verdadeiro desafio.

Se distribuirmos um questionário em uma cidade perguntando pontos representativos da cidade, receberíamos diversas respostas diferentes, demonstrando a multiplicidade do patrimônio, pois o significado dos objetos para as pessoas é variável e quem define o que deve ou não “ser” patrimônio nas palavras de Carsalade (2016) é:

Patrimônio não está no caráter imanente do objeto, mas sim em outra forma de relação que passa também pela pessoa, comunidade ou sociedade, portanto pelo sujeito, que lhe confere tal grau. E quem é esse sujeito? Também esse sujeito tem o caráter mutante, dependendo do grupo social, do tempo histórico e dos valores que são inerentes. É ético, portanto, dar voz a outras formas de manifestação que não sejam apenas os grupos dominantes, políticos, econômicos ou midiáticos.

Carsalade (2016) diz ser indissociável a matéria e o sujeito, trazendo outros conceitos importantes para a discussão, como ocorreu a construção da classificação dos conceitos de patrimônio material e imaterial, sendo o primeiro estático, onde não deveria o ser e o segundo estando sempre em transformação, tudo isso, para

entendermos que não existe separação entre ambos, e não existe possibilidade de alterar o material sem mexer no imaterial, pois não tem como executarmos uma reforma em um bem, sem alterar, de alguma forma, o significado dele. Deveríamos buscar a sustentabilidade do patrimônio, onde o entendimento da colaboração das gerações levaria uma percepção mais rápida da mudança da significação tanto imaterial como material.

Uma cidade, um bairro e por sua vez uma poligonal estão “sujeitos a pressões transformadoras que, em maior ou menor grau, acabam por se fazer representar nos seus tecidos urbanos.” (CARSALADE, 2014). Os órgãos públicos que buscam gerenciar essas áreas buscam propor de que maneira essas transformações sejam menos danosas à memória e à ambiência e assim possibilitar uma maior permanência das pessoas, criando leis que consigam gerir as transformações que a cidade sofre e tornando-a sustentável em longo prazo (CARSALADE, 2016).

Carsalade (2014), explica a ideia da conservação sustentável na preservação do patrimônio nas cidades da seguinte maneira:

É assim que a agenda da sustentabilidade não prega, por exemplo, a intocabilidade universal dos ambientes e nem entende o quadro natural como uma fotografia congelada eternizada, como um quadro na parede ou como uma situação ideal a ser perseguida, um retorno ao Éden, como se fosse possível recuperar o paraíso. A agenda da sustentabilidade admite a transformação e se concentra na busca de processos equilibradores e na gestão contínua da mudança, sabendo que o tempo, como diz o cancionista popular “não para, não” (...) A agenda da sustentabilidade sabe também que a chave para seu sucesso não está apenas na matéria-natureza, mas também no sujeito homem e por isso prega a indissociabilidade entre meio ambiente, sociedade e economia. (pág. 187)

3. MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, utilizando-se de pesquisas bibliográficas, documentais, observação direta do entorno de monumentos históricos da cidade de Fortaleza, identificando os impactos de determinadas soluções arquitetônicas e de que maneiras elas interferem na percepção do bem. Inicialmente, organizamos toda a bibliografia, elencamos os artigos científicos, teses, dissertações

e livros e procuramos extrair repertório para entender de maneira mais significativa a compreensão do problema.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como esperado conseguimos perceber a importância no entorno na paisagem urbana como forma de consolidar o patrimônio cultural arquitetônico como elemento representativo das histórias da cidade, além claro de ser um instrumento bastante eficaz na manutenção do significado tanto material quanto imaterial do bem tombado. Além de conseguirmos perceber o quão profundo a discussão de entorno pode se apresentar trazendo elementos densos e que podem ser objeto de uma nova pesquisa, como a utilização de patrimônio arquitetônico na formação da identidade nacional, ou ambiência e memória dentre outros.

5. CONCLUSÃO

Conforme apresentado, o entendimento de que a conexão do bem tombado com o entorno é essencial para a melhor compreensão do próprio bem é válida, tendo em vista que o tombamento de um bem é o reconhecimento da importância dele para as histórias. Assim, na medida em que o patrimônio é reconhecido como bem cultural a ser tutelado por órgãos, a função do mesmo deve ser entendida como tão importante quanto o seu tombamento, pois o mero fachadismo ou a “preservação pela preservação” não contribuem para a qualidade intrínseca desse bem tombado. Foi visto também que o patrimônio, tanto material quanto imaterial, contribui para a significação do objeto tutelado e não é indissociável do bem, pois ambos necessitam um do outro para uma melhor sobrevivência, até porque se um dos dois for retirado, mesmo que em um dos casos o bem fique de pé, ele morre. Esse artigo pretendeu apresentar pontos para uma reflexão que se faz necessária sobre a contribuição que o entorno de bem tombado traz para a cidade e de que forma podemos considerá-lo, ou o não impedimento para o desenvolvimento da área, sempre levando em conta considerações importantes, como a versão da

história que o bem tombado conta ou mesmo casos em que a história para ser contada precisou sucumbir outros bens que possuíam relevância histórica.

Por conseguinte, o presente é resultado da influência do passado. Só assim a preservação do patrimônio faz sentido, quando por meio dessa preservação consigamos utilizar o patrimônio para formação da cidadania pessoal, como CARSALE (2014) aponta, “essa é a função social do patrimônio. É nos dar orientação psicológica, orientação histórica”.

Portanto, temos que ter consciência que os objetos são dinâmicos e que, pela própria natureza da cidade, eles evoluem e se modificam. Devemos também deixar contribuições arquitetônicas para a posteridade, pois da mesma maneira que não podemos cometer o erro de valorizar apenas o passado, precisamos entender que o presente também vai ter contribuições para oferecer. Temos que evitar a conservação museológica do bem, que deixa de ter significação imaterial e passa apenas a ser objeto de valor material, servindo apenas para decoração da cidade e entretenimento, retirando a vida do objeto preservado.

Concluindo, o bem patrimonial vai atingir seu papel quando estiver incluído no cotidiano da cidade, tendo em vista que o bem só se tornou importante por tudo aquilo que ele representou para a sociedade. No momento em que as condições que reconhecem o bem como importante deixam de existir, precisamos inseri-lo no dia-a-dia outra vez, evitando que seja isolado da realidade e se torne artificial, perdendo a vida que possui quando cumpre a sua função social, que é a de servir como parâmetro de cidadania e história para essa e para as futuras gerações.

E para isso, o entorno é de extrema importância, pois como já dito de forma exaustiva nesse trabalho, o bem jamais consegue ser percebido na sua integralidade se ele for artificial, se ele for completamente desconectado de seu entorno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. DECRETO Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**, Brasília, DF, NOV 1937. Disponível em:

<

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_no_25_de_30_de_novembro_d_e_1937.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BRASIL. LEI Nº 6.513, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1977. **Locais especiais e área de interesse turístico**, Brasília,DF, DEZ 1977. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/l6513.htm>. Acesso em: 25 jun. 2018

CUREAU, Sandra. **Ambiência e entorno de bens culturais**. In: ENCONTRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL, 4., 2009, Ouro Preto. Palestra... Ouro Preto: MPMG, 11-13 mar. 2009.

CHUVA, Márcia. **Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado**. IPHAN, Rio de Janeiro, jun 2018 disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14319>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

CARSALADE F. LEMOS. **Palestra. Terceiro dia do 5º seminário do patrimônio cultural**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rehsyblp6ei&t=5042s>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

CARSALADE F. LEMOS. **Á ética das intervenções**. 2016. Disponível em: : <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Mestrado%20Profissional%20do%20Patrim%C3%B4nio%20Cultural%202013%20-%20CARSALADE.pdf>>.

. Acesso em: 25 jun. 2018.

Dicionário Oxford. Disponível em: <<https://en.oxforddictionaries.com/definition/surroundings/>> Acesso em: 25 jun. 2018.

FARIAS, Bernadete Ferreira. **Zonas de proteção: novas limitações ao direito de propriedade.** Florianópolis: Obra Jurídica, 1994.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Dicionário da língua portuguesa. 5 ed. Curitiba. **Dicionário da língua portuguesa.** Curitiba: Positivo, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cassia. **Patrimônio histórico e cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

SANT'ANNA, Marcia. **Da cidade monumento à cidade documento.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2015.

MARCHESAN, A. M. **O entorno dos bens tombados na legislação brasileira.** Ministério Público do Estado de Minas Gerais: Biblioteca Virtual, 2013. Disponível em: . Acesso em: 25 jun. 2018.

MEIRE, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX: atribuição de valores e critérios de intervenção.** Rio de Janeiro IPHAN, 2008. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14319>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Ana Lucia. **O entorno de bens tombados.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2010.

NOGUEIRA, João L. Vieira. **A igreja de são sebastião de José de Alencar: um barroquismo eclético na arquitetura mestiça do Sertão do Ceará.** Fortaleza, 2018.

RUIZ, José Castillo. **El entorno de los bienes inmuebles de interés cultural.**
Granada: Universidad de Granada, 1997.

SEIXAS, Ana Luisa Jeanty. **Gestão das áreas de entorno de bens tombados: estudos de caso nas cidades gaúchas de Piratinini e Novo Hamburgo.** Rio de Janeiro: IPHAN, 2014.

**A ARQUITETURA E A CURA: A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE PARA CRIANÇAS
EM TRATAMENTO DE CÂNCER EM UM HOSPITAL PEDIÁTRICO
INTERNACIONAL: HOSPITAL GREAT ORMOND STREET.**

Gisela Arícia Medeiros Oliveira¹
Clarissa Freitas de Andrade²

RESUMO

Este trabalho buscou compreender as interrelações pessoa-ambiente no hospital pediátrico *Hospital Great Ormond Street* localizado em Londres, primeiro hospital do mundo criado para o tratamento de crianças com câncer, conhecido por receber os direitos autorais do clássico da história infantil do Peter Pan, é considerado uma referência em suas intervenções arquitetônicas e artísticas, já tendo sido aclamado como um dos melhores hospitais do mundo na qualidade de gestão, eficiência e atendimento. Este trabalho teve como objetivo analisar a configuração do espaço com seus componentes de figuras, pinturas, instrumentos musicais, cores, móveis, iluminação e demais elementos projetuais existentes a partir das relações existentes das pessoas com os ambientes, identificando fatores de relevância para as apropriações e sensações dos pacientes do local como distratores para auxiliar na cura das doenças. Tal arquitetura influencia na vida dos usuários, podendo provocar uma melhor resposta ao tratamento árduo e delicado do câncer. A metodologia do estudo fez uso de revisão bibliográfica da Psicologia Ambiental, com base em alguns conceitos tais como apropriação do lugar, identidade de lugar, *behavior setting*, *affordance*, ambiente restaurador e também considerou aspectos térmicos, lumínicos, sonoros e visuais próprios do Conforto Ambiental. Os resultados do espaço foram analisados e relacionados com os conceitos dessas duas áreas, entendendo a Psicologia Ambiental como parte constituinte de Conforto Ambiental. Concluiu-se, portanto, que é importante pensar na função dos sentidos dos usuários, usando de criatividade para inovar e contribuir para o processo de projetos em outras localidades,

¹ Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS). Graduanda em Arquitetura e Urbanismo. E-mail: gisela_aricia@hotmail.com

² Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS). Arquiteta e Urbanista. Mestra em Psicologia. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo. E-mail: clarissaandrade@gmail.com

a fim de produzir uma arquitetura que possa colaborar para a cura de doenças em geral, com estímulos e motivação aos seus usuários. Fica a reflexão sobre as possibilidades que a arquitetura pode ter para ser mais humanizada, dinâmica, confortável e interativa.

Palavras-chave: Psicologia ambiental. Conforto ambiental. Arquitetura hospitalar. Hospital pediátrico. Câncer infantil.

ABSTRACT

This work sought to understand the person-environment interrelations at the pediatric hospital GreatOrmond Street located in London, the first hospital of the world created for the treatment of children with cancer, known to receive the copyright From the classic of the children's history of Peter Pan, it is realeis reference in its architectural and artistic interventions, having been acclaimed as one of the best hospitals in the world in the quality of management, efficiency and attendance. This work was intended to analyze the configuration of space with its components defigures, paintings, musical instruments, colours, furniture, illumination and other design elements existing from the existing relationships of people with the environments, identifying factors of relevance for the appropriations and sensations of the patients of the site. Such an architecture influences the lives of the users, and can cause a better response to the hard and delicate treatment. The methodology of the study made use of bibliographical review of Environmental psychology, based on some concepts such as place appropriation, place identity, behavior setting, affordance, restorative environment and also considered thermal aspects, Lumínicos, sound and visuals of the environmental comfort. The results of the space were analyzed and related to the concepts of these two areas, understanding environmental psychology as constituent part of environmental comfort. It was therefore concluded that it is important to think about the function of the senses of users, using creativity to innovate and contribute to the process of projects in other localities, in order to produce an architecture that can collaborate to cure diseases in General, with stimulus and motivation to its users. There is reflection on the possibilities that architecture can have to be more humanized, dynamic, comfortable and interactive.

Keywords:Environmental Psychology. Environmental Comfort. Hospital Architecture. Pediatric Hospital. Childhood Cancer.

1 INTRODUÇÃO

Há um alto índice de pessoas no mundo portadores da doença, segundo a União Internacional para o Controle do Câncer (UICC) no ano de 2012 foi diagnosticado 500 mil brasileiros com câncer e 12,7 milhões de pessoas no mundo (HOSPITAL, 2011). O câncer no Brasil teve início em 1872 em que o Médico Hilário de Gouveia, oftalmologista, teve o primeiro estudo documentado da transmissão hereditária da doença. (CRUZ, 2012). O câncer é a primeira causa de morte por doença em crianças e adolescentes entre um e 19 anos, em todo o Brasil. No ano de 2010 é provável que tenham ocorrido 489.270 casos novos de câncer no país, afetando, em maior número, o sexo feminino (DIAS, SILVA, FREIRE, ANDRADE, 2013).

O câncer é um processo patológico que começa quando uma célula anormal é transformada por mutação genética do DNA celular. Essa célula forma um clone e começa a se proliferar de maneira atípica, ignorando os sinais de regulação do crescimento no ambiente que a circunda. Essa doença vem causando considerável impacto no mundo e apresenta, cada vez mais, significativa estatística (DIAS et. al, 2013).

Como o câncer infantil é uma doença bastante agressiva e invasiva e que requer um cuidado maior com seres em formação, como é o caso das crianças, que diante de uma nova situação necessitam de atividades lúdicas como instrumento de prazer e alegria à criança (DIAS et. al, 2013). A arquitetura pode ser então um aliado ao tratamento dessa doença.

Este trabalho buscou conhecer, portanto, a configuração de um hospital pediátrico internacional de referência, com base nos estudos das interações pessoa-ambiente estudadas na Psicologia Ambiental (PA).

A PA consiste em uma disciplina de múltiplas abordagens, tais como arquitetura, sociologia urbana e ambiental, ecologia, ergonomia, paisagismo, decoração de interiores, etc. e trata das relações entre as pessoas e o espaço a sua volta (MOSER, 1998; POL, 1993; SOMMER, 1969/1973; VALERA, 1996).

Através de um olhar conhecido da PA na metodologia da Avaliação Pós-Ocupação (APO), buscou-se avaliar as possibilidades de uso de um ambiente já construído. A APO consiste, portanto, em um diagnóstico que é feito em espaços

construídos, a fim de serem reconhecidos neles aspectos positivos e negativos, para que sejam mantidos ou corrigidos, respectivamente, levando em consideração a percepção e necessidade dos usuários e também características do espaço, tais como materiais, acessibilidade, manutenção, conforto, sistemas construtivos, legislação etc. (RHEINGANTZ, AZEVEDO, BRASILEIRO, ALCANTARA, QUEIROZ, 2009; SANOFF, 1995).

Dentro da P.A, existem conceitos e pressupostos que são úteis para entender a relação interpessoal. Alguns conceitos que podem ser citados são: *affordance*, que são os estímulos ocasionados, especialmente, pela percepção visual influenciando diretamente no comportamento do indivíduo; apropriação do espaço quando acontece do ser humano criar um lugar seu sendo um prolongamento da pessoa; espaço e lugar onde a liberdade e movimento enquadram-se no espaço e a segurança no lugar onde o lugar é um espaço que apresenta um significado, e relação em que as pessoas constroem significados sentidos que dão a ideia de segurança, estabilidade e proximidade nos espaços (TUAN, 1983); apego ao lugar, no qual a qualidade ambiental pode atrair, encorajar ou inibir, ocasionando estresse ou produtividade, possuindo uma ligação simbólica devido as experiências vividas além da sensação de segurança com o local; identidade de lugar que consiste em um processo de apropriação essencial à identificação, possuindo um sentimento de pertencimento com base nos aspectos culturais, sociais e biológicos; identidade social urbana no qual vê-se o pertencimento referido a um grupo social normalmente com mesmos interesses e acontece a partir do vínculo com o espaço sendo em uma maior escala urbana como uma área, bairro ou cidade; “behavior setting”; consiste em uma análise das pessoas nos ambientes do dia-a-dia visando compreender as experiências e comportamentos do ser humano. E por fim, compromisso pró-ecológico que é uma relação de caráter positivo que as pessoas estabelecem com o meio ambiente, tendo responsabilidade e interesse por ele (CAVALCANTE, ELIAS, 2011).

No conceito de *behavior setting*, no qual há uma relação de interdependência entre ambiente e comportamento, vê-se que não há exclusão das características físicas e sociais do ambiente, nem tampouco, as características subjetivas próprias dos sujeitos. O *behavior setting* trabalha com mapeamentos dos comportamentos sociais em diferentes ambientes com seus elementos percebidos pela visão, audição, olfato, tato e também pelo paladar (PINHEIRO, 2011).

As pesquisadoras viram no tema do hospital psiquiátrico um relevante estudo a ser feito, considerando suas interações pessoa-ambiente, a fim de buscar soluções para ambientes de tratamento de câncer em crianças.

Uma vez que a criança, normalmente, possui um ambiente onde está acostumada a conviver e se relacionar com os lugares que costumam ir com frequência durante o seu dia-a-dia, tal como a própria casa, a família no caso, escola, praça, shopping e entre outros, existindo inter-relações fixas de certa forma. A partir do momento em que a criança possui a doença e é necessário o tratamento, o seu meio de vivência sadio e familiar passa a se tornar estranho, com pessoas novas e desconhecidas, ou seja, todas as suas inter-relações são alteradas, criando um sentimento de apreensão na criança, habitando em um novo lugar, no caso, no hospital (NOVAES, 2003).

A necessidade de hospitalização impõe à criança o abandono de seu ambiente familiar, incluindo a maioria de seus hábitos de vida diários, suas rotinas e rituais, a realização de atividades que lhe trazem prazer e os objetos pessoais. Reviver situações do cotidiano representa uma fonte de prazer. Além disso, durante a brincadeira, ela esquece seu sofrimento. (AMORIM,2005)

O hospital é considerado uma instituição disciplinar que possui regras e requer obediência às normas, fazendo com que os usuários acreditem que esse espaço seja algo austero, mas há espaços para um ambiente de brincadeiras, isso faz com que o projeto arquitetônico desses edifícios seja um grande desafio, pois devem se preocupar com o conforto máximo da criança com ambiente aconchegante já que isto está diretamente relacionado a um bom rendimento no tratamento, visando espaços de lazer e brincadeira, pois é preciso que as famílias, profissionais (médicos, enfermeiros, funcionários) e crianças tenham um olhar sobre estes edifícios, que as faça ter adaptação adequada. Com isso, se dar por necessário a análise dos hospitais pediátricos, visando o conforto e a psicologia ambiental que este ambiente promove aos seus usuários.

Como o ser humano sempre está inserido em um ambiente, as pesquisas sobre as relações entre as pessoas e o ambiente são consideradas abrangentes e contínuas (CAVALCANTE, MACIEL, 2008). Dessa forma, é importante que haja também nos espaços, conforto ambiental, a qualquer momento do dia, em qualquer lugar, para o bem-estar do ser humano. Vale ressaltar que há uma relação entre a produtividade e

a qualidade de vida com o conforto na arquitetura e que o conforto não é desconectado do projeto. E pode ser definido pela preocupação com a satisfação do ser humano em um determinado espaço, este se divide em quatro subitens, que são: Conforto Térmico, Conforto Lumínico, Conforto Acústico e Conforto Visual (ROMERO, REIS, 2012)

O trabalho em questão tem como objetivo a análise do ambiente hospitalar pediátrico, tendo como elemento principal a relação entre o ambiente e as crianças com câncer, explorando como estas se apropriam do espaço, tendo em vista o abundante tempo que passam no interior do hospital, em uma fase de vida referente a brincadeiras e diversão onde as crianças possuem o auge da criatividade com cinco anos e dotados de muita energia, assim como esperança. Sendo investigado também o comportamento dos usuários em geral neste ambiente.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Conforto Ambiental

Nas relações pessoa-ambiente é importante olhar para o conforto ambiental que proporciona condições para que o ser humano tenha sensação de bem-estar, sem fazer maiores esforços para enxergar, ouvir, sentir frio ou calor, por exemplo.

Para Corbella e Yannas (2003), arranjos físicos inadequados, poeiras, calor, radiação e iluminação, dentre outras características das edificações, podem interferir de maneira negativa ou positiva no comportamento de uma pessoa. Ou seja, uma pessoa está confortável quando pode observar ou sentir um fenômeno ou acontecimento, sem ter incômodo. Para Malheiros (2005), o conforto ambiental, na arquitetura, é entendido como a combinação de elementos que atuam, em conjunto, nos espaços construídos, tais como aspectos fisiológicos (visuais, higiênicos, acústicos e térmicos), psicológicos (de reconhecimento, adaptação), funcionais (atividades, permanência, convivência) e dimensionais (espaços para as atividades, antropometria), gerando sensações agradáveis aos seus usuários (ARANTES, 2013).

O conforto térmico, por exemplo, é dependente de vários fatores associados no procedimento da troca de calor com o ambiente externo e a edificação. Isso está relacionado com as propriedades higrotérmicas dos materiais e componentes utilizados na construção dos edifícios, assim como a insolação, inércia térmica e a ventilação. Visando alcançar um melhor conforto térmico é necessário considerar as

condições e oscilações climáticas da região, como o entorno com vizinhanças, barreiras e atividades previstas dentro do ambiente construído.

Compreende-se por conforto lumínico a boa escolha de lâmpadas e cores dos ambientes, entendendo quais locais deveram ter maior ou menor incidência de luz, prezando sempre pela iluminação natural, este planejamento se dar por necessário devido que a iluminação do ambiente pode afetar de forma positiva ou negativa no humor dos usuários, interferindo na aprendizagem, produção, saúde e na relação entre as pessoas.

Já o conforto acústico está relacionado com os aspectos sonoros, existindo uma preocupação de quais os locais que devem possuir poucos sons ou serem isolados, como vai acontecer a percepção dos sons entre as áreas mais privativas e as mais sociais, entre outros aspectos. É necessário observar os usos de cada ambiente para ser corretamente projetado visando garantir um maior conforto acústico para todos os usuários.

Por último, o conforto visual que são as impressões visuais do ambiente, relacionado à decoração, distribuição dos moveis, harmonia de cores, e a própria organização da arquitetura da construção. É importante que não haja ofuscamento de iluminação, nem espaços muito escuros, a depender dos usos naquele determinado espaço.

2.2 Psicologia Ambiental

O conceito de psicologia ambiental (PA) começou a ser estudado por volta de 1960 pelo psicólogo Kurt Lewin, ele foi um dos primeiros a se importar a relação do ambiente e o ser humano, Lewin tinha como principal objetivo definir o que o ambiente influencia nas pessoas, as relações que estabelecem, o modo de como as pessoas se comportam (agir e reagir) e o sua maneira de organização de acordo com o ambiente que se encontra.

Define-se meio ambiente todos os cenários que se incluem os indivíduos como residências, escritórios, ruas, escolas, hospitais, supermercados e etc. que atingem em maior parte o comportamento de grupo do que o individual.

Com isso, a psicologia ambiental busca estudar o ser humano dentro do contexto, tendo como conteúdo principal as inter-relações, não exclusivamente as relações entre meio ambiente físico e social e a pessoa. (Moser, 1998).

Nos estudos da PA existem pressupostos que foram criados na década de 70 e que avaliam essas interrelações, tais como: 1 -"o ambiente é experienciado como um campo unitário"; 2- "a pessoa tem qualidades ambientais tanto quanto características psicológicas individuais"; 3- "não há ambiente físico que não esteja envolvido por um sistema social e inseparavelmente relacionado a ele"; 4- "o grau de influência do ambiente físico no comportamento varia de acordo com o comportamento em questão"; 5- "o ambiente frequentemente opera abaixo do nível de consciência"; 6- "o ambiente observado não é necessariamente o ambiente real"; 7- "o ambiente é organizado como um conjunto de imagens mentais"; 8- "o ambiente tem valor simbólico". Em 2003, Rivlin confirmou esses pressupostos e sugeriu o acréscimo conceitos que tratam dos ambientes relacionados às novas tecnologias; da importância de haver um cuidado com os aspectos éticos na pesquisa; e, finalmente, da natureza holística da experiência ambiental que leva em consideração aspectos sociais, econômicos e simbólica (RIVLIN, 2003). Dessa forma, vê-se a relação intrínseca gerada entre os fatores psicológicos e físicos de um ambiente.

2.3 Hospitais com atendimento para crianças com câncer

Em parâmetro mundial, as crianças portadoras da doença variam de 0,5 a 3% na população geral. No Brasil, o câncer infantil varia de 1% a 4,6 %, em que a população geral de 2006 segundo a ONU (2006) é de 189 milhões de pessoas, entre as crianças com a doença, os tipos mais comuns de câncer é no sistema nervoso central e linfomas, ou seja, câncer são leucemias (MUTTI,2006).

A doença é difícil de ser diagnosticada, e na maioria das vezes receber essa notícia é um grande peso, comparando-se a uma sentença de morte (SANTANA, 2007). A criança diagnosticada com câncer durante a internação convive com uma situação contra a morte, devido ao longo tempo de tratamento e possuir procedimentos hostis e invasivos. O dia-a-dia é marcado pela percepção do seu estado geral e dos colegas de enfermagem, o que pode ser positivo ou negativo no sentimento da criança, vendo alguns evoluírem e outras decaindo.

A reação dos familiares ao receberem a notícia é bastante delicada e a reação da criança diante disso depende de vários fatores como o estresse imediato causado pela dor física da doença, personalidade, idade, experiências e qualidade perante as

relações parentais. Em alguns casos, a criança é afastada do seu lar entrando em um novo contexto, uma nova relação duradora com o edifício, profissionais ou novas amizades, que passaram a fazer parte da vida desta.

Devido a estes fatos, o hospital pediátrico deve obter o cuidado paliativo, que se compreende pela assistência de todos os funcionários do local, a inter-relação de relações de suporte, visando um menor sofrimento por meio do equilíbrio da dor e dos sintomas, além do apoio psicológico e espiritual e conforto tanto para a criança como para a família, zelando pelo bem-estar da criança, obtendo as necessidades básicas de sono, alimentação e recreação, tendo uma abordagem humanizada, integrando a parte técnica com o amparo e aconchego que o local precisa ter (MUTTI,2006). As técnicas de distração e demais atividades lúdicas são reconhecidas como positivas para as crianças em desenvolvimento no tratamento de doenças, segundo os profissionais da área da saúde. Os distratores reconhecidos entre os brinquedos e brincadeiras, acrescentando-se aqui também a configuração física do ambiente, reduz o sofrimento e promove a cooperação dos pacientes com seus familiares e profissionais da saúde, “quando a técnica de distração é utilizada pelos pais dos infantes, especialmente nos procedimentos que envolvem picadas de agulhas, há o fortalecimento do vínculo infante-família” (DIAS et. al., 2013).

Foram estudadas nesse estudo de caso as seguintes questões: o que pode gerar esse aconchego? É necessária a animação para as crianças se sentirem em casa, em um ambiente de brincadeiras e não somente tratamento? Como são as cores do local, materiais, texturas? O quanto isso é relevante para amenizar o sofrimento das pessoas e acelerar o processo de cura?

Devem-se destacar os 10 melhores hospitais do mundo (Figura1), segundo a empresa de comunicação “Helthcare Global”, é visível que na maioria das fachadas os hospitais possuem bastantes aberturas, janelas, cores mais claras em suas fachadas, utilização de vidro entre outros elementos que proporcionam o conforto, lembrando que nenhuns desses hospitais se encontram no Brasil.

Figura 1: Fachadas dos 10 melhores hospitais do mundo segundo a “Helthcare” no ano de 2014.



Fonte: Setor Saúde- gestão e qualidade

3 MÉTODOS

O trabalho se desenvolveu a partir de revisão bibliográfica visando conceituar Conforto Ambiental e Psicologia Ambiental. Além disso, buscou a contextualização do tema através de artigos e históricos de crianças com câncer, procurando entender a doença e de que modo o processo de tratamento dentro do hospital pode ser influenciado através do conforto ambiental, relacionando com as inter-relações entre a pessoa, principalmente a criança e o ambiente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Essa pesquisa teve como estudo de caso o *Hospital Great Ormond Street* (Figura 2) localizado em Londres, em uma das ruas mais famosas devido a família Real foi fundado em 14 de fevereiro de 1852 em que foi projetado pelo arquiteto Londrino Edward Middleton Barry, onde funcionava uma antiga casa tendo apenas 10 leitos e o fundador Dr. Charles West, tendo sido o primeiro hospital do mundo criado especificamente para o tratamento de crianças com câncer.

Atualmente esse hospital pediátrico possui 389 leitos com 33.000 m² e é posicionado como quinto colocado dos melhores hospitais do mundo segundo a empresa de comunicação “Helthcare Global” (2014) tendo como análise a qualidade de gestão, eficiência e atendimento (QUALIDADE, 2014).

Figura 2: Entrada do hospital GreatOrmond Street.



Fonte: Archdaily.com

O hospital é um complexo com vários blocos pois com o passar do tempo, ocorreu revitalizações, expansão do projeto com outros arquitetos e alas com serviços específicos.

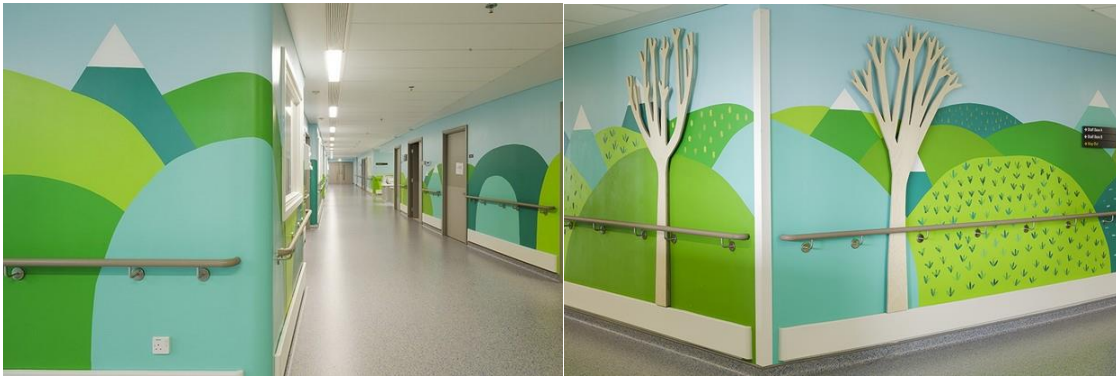
É perceptível que todos os blocos possuem bastante esquadrias de vidro, lembrando que o clima de Londres varia de 9º a 20º Celsius, isso faz com que a possibilidade do uso da ventilação natural em alguns ambientes do hospital, pois a maioria dos espaços precisam ser climatizados devido os tratamentos, exames, evitando o mínimo de bactéria possível no ambiente, isso faz com que a criança ou usuário se sinta um pouco enclausurado no espaço, sem livre arbitrio, porém as transparências na janelas facilitam para que haja o contexto com o entorno, a cidade.

O Hospital criou o personagem Peter Pan, o menino que nunca crescia, onde na entrada do hospital possui uma Escultura deste, sendo essa uma das identidades do local e urbana que está no local desde 1865. O hospital é conhecido por receber os direitos autorais desse clássico da história infantil.

Um dos pontos mais fortes do hospital é a utilização de cores e luzes, criando identidade para o lugar, espaços dinâmicos, vivos e ao mesmo tempo aconchegante, fazendo com que tenha facilidade da pessoa se apropriar no espaço, além dos estímulos ocasionados pela percepção visual. Uma das intervenções atuais de 2015, foi a nova decoração nas enfermarias compreendendo o espaço de atendimento e corredores, onde 15 artistas do grupo Morag Myerscough se reuniram para criar diferentes estilos em cada ala do hospital que serão mostradas algumas a seguir:

Na ala de hematologia foram criadas paisagens com cenários de montanhas azuis e verdes brilhantes, com textura de madeira e elementos 3D como as árvores. Houve uma intervenção com a participação dos pacientes na estampa das colinas que favoreceu a apropriação com o lugar (Figura 3)

Figura 3: Artista Donna Wilson. Foto do corredor



Fonte: Pinterest.

Na ala de pediatria e pronto atendimento, os quartos são decorados com animais em tons vibrantes e divertidos, onde surge uma banda de jazz, em que no corredor há vários animais em tamanhos bem perto da realidade, onde todos são observados pelo macaco vestido de médico, detalhes como tapete feito a mão emoldurado, gerando uma sensação de aconchego e acolhimento a criança. Afinal, as características do ambiente com tema infantil podem gerar um local de apropriação para seus usuários. (Figura 4)

Figura 4: Artista Chris Haughton. Foto das áreas



Fonte: Pinterest.

Já a ala de pediatria com tratamentos mais sérios, existe uma decoração floral e de folhas com tons fortes, misturado com animais em cores bastante chamativas, em neon, luminosa, o que dá a possibilidade para as crianças explorarem e descobrirem elementos novos todos os dias, gerando curiosidade como se vê no conceito de *behavior setting* em que há um comportamento gerado por estímulos do ambiente (Figura 5)

Figura5: Artista TordBuntje. Foto das áreas



F

Fonte: Pinterest.

E por último, alguns quartos, possuem móveis personalizados, tendo um contexto mais urbano e ar fresco, com várias imagens de aviões, barcos, nuvens produzidas com papel (origami), detalhes como cabeceira de cama e mesa de apoio com os jardins londrinos, além das cortinas possuírem imagens do belo centro de Londres. Isso faz com que a criança se sinta passeando e contemplando as belas paisagens de Londres, levando em considerações a identidade urbana que a cidade possui (Figura 6), além dos sentimentos de bem-estar próprios dos “ambientes restauradores” que provocam uma redução da fadiga mental na sensação de escape que uma paisagem pode oferecer sensação de pertença, atenção involuntária, identificação com as possibilidades do local contemplado.

Vê-se aqui, a aplicação do conceito de *affordance* que trata dos estímulos que podem ser despertados por elementos de um ambiente, como o ânimo e desejo por uma recuperação ainda mais rápida e alegre pelos pacientes infantis e também de renovação dos ambientes humanizados restauradores.

Figura 6: Artista Ella Doran. Foto das áreas



Fonte: Pinterest.

Outra intervenção ocorrida foi na área de cafeteria onde se transformou em um lugar magico e caloroso como espaço de uso do paladar dos usuários, além da

contemplação dos outros sentidos da visão, audição, olfato, tato no hospital. Neste setor, o arquiteto Llewelyn Davies se inspirou no mundo Disney. Essa área possui uma iluminação adequada para o uso, iluminação dinâmica e colorida vai completar o projeto em seu contexto. O arquiteto utilizou o teto revestido com tela de barrisol branco vênus, associado a tecnologia de barrisol, a luz colorida translúcida, esse teto possui benefícios acústicos e climáticos. A disposição dos mobiliários coloridos, assim como tamanhos diferentes, faz com que seja um lugar para todos, confortável e convidativo gerando uma sensação de bem-estar fazendo com que desperte um vínculo positivo do local, conseqüentemente, gerando apego desse espaço (Fig. 7).

Figura 7: Cafeteria



Fonte: Archdaily

Por último, uma intervenção “Lullaby Factory” feita pelo o Studio Weave em 2012, que realizaram a construção de tubos que fabricam canções de ninar para as crianças hospitalizadas, aplicada em uma fachada do edifício Southwood de 10 andares com 32 metros de comprimento inseridos em um beco estreito o estúdio tinha como objetivo cobrir o local de tubos como uma fantástica fábrica, gerando os sons e criar um mundo secreto conhecido apenas pelos usuários dos hospitais, devido a sua localização restrita e escondida. Também só é acessível ao sintonizar uma frequência de rádio específica, ou estando sob um dos punhados de tubos especiais de escuta. Essa fachada criou uma visão romântica da indústria possível de ser visualizada e escutada pelas crianças e por seus acompanhantes dentro do quarto, além de ter trazido beleza os instrumentos musicais são bastante trabalhados, rebuscados e interessantes.

Essa intervenção é relacionada ao conforto acústico, sons calmos, que vão influenciar no desenvolvimento da criança assim como auxiliar no sono, ambiente tranquilo (Figura 8).

Figura 8.LullabyFactory



Fonte: Archdaily

A sensação de segurança, funcionalidade do local que atende às necessidades dos usuários e o valor simbólico, contribuem para o sucesso do empreendimento. É importante ressaltar, que os conjuntos desses elementos contribuem significativamente no tratamento pediátrico, principalmente no que se refere ao câncer, a autoestima da criança aumenta, ela se sente mais tranquila pelo conforto acústico, visual, horas mais agitadas pelos elementos coloridos, conforme a psicologia das cores, todos esses fatos faz com que a criança leve a internação de maneira mais tranquila, pelo fato de estar em um ambiente atrativo que oferece acolhida em sua nova casa temporária, porém, com estímulos de acolhida e permanência próprios do conceito de lugar: relação em que as pessoas constroem significados sentidos que transformam o espaço em lugar com ideia de segurança, estabilidade e proximidade (TUAN, 1983).

5 CONCLUSÃO

O hospital Great Ormond Street, preza pelo conforto e pelo aconchego dos seus usuários, sem abrir mão do conforto ambiental. O hospital é dividido em alas e edifícios e que cada uma dessas partes possuem um tema específico, sendo válido para a localização, com características que podem atrair ou repelir as crianças, mas com um cuidado específico. O uso da iluminação dinâmica, forte, mas ao mesmo tempo controlada causa diversos estímulos na percepção visual, assim como as paredes decoradas e etc. proporcionando um espaço de brincadeira, que diminui o sofrimento no tratamento e minimiza a falta de liberdade da criança hospitalizada. O estudo de caso validou conceitos estudados sobre conforto e psicologia ambiental,

sendo verificado um bom projeto que consegue agradar ao seu público alvo, justificando a premiação de um dos melhores hospitais do mundo. O trabalho feito colabora para o conhecimento de inovação internacional que podem ser aplicadas na arquitetura local, além de fazer reflexões acerca de conceitos e uso de possibilidades de elementos similares que tratam de questões das relações humano-ambientais para a melhoria dos projetos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos como possíveis aliados na recuperação e também na saúde física e mental de seus usuários.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Fabiane de. **Lidando com a morte e o luto por meio do brincar: a criança com câncer no hospital**. 2005, São Paulo.

ARANTES, B. **CONFORTO TÉRMICO EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL - UM ESTUDO DE CASO**. Dissertação de Mestrado. Curso de Mestrado em Engenharia Mecânica. Bauru: Universidade Estadual Paulista, 2013.

CAVALCANTE, S., & ELIAS, T. **Apropriação**. In S. Cavalcante & G. Elali (Orgs.). Temas Básicos em Psicologia Ambiental. Petrópolis: Vozes, 2011.

CAVALCANTE, S., MACIEL, R. **Métodos de Avaliação da Percepção Ambiental**. In: GUNTHER, H., PINHEIRO, J. Métodos de Pesquisa nos Estudos Pessoa-Ambienta. São Paulo: All Books Casa do Psicólogo, 2008.

CAVALCANTE, Sylvia; ELALI, Gleice A. (Orgs.). **Temas básicos em psicologia ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011.

CORBELLA, O.; YANNAS, S. **Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Revan, (págs. 235 a 248), 2011

DIAS, J., CILVA, A., FREIRE, R., ANDRADE, A. **A experiência de crianças com câncer no processo de hospitalização e no brincar**. Revista Mineira de Enfermagem, 2013.

GREAT ORMOND STREET HOSPITAL – ANGLETERRE. Disponível em: Hospital, 2012. **Cancêr uma história de amor**. Recuperado em: <https://www.hcancerbarretos.com.br/82-institucional/noticias-institucional/368-cancer-uma-doenca-e-sua-historia> , acessado em agosto de 2018. Recuperado em: <http://pt.barrisol.com/projectos-de-excepcão/great-ormond-street-hospital>

HALL, Edard T. **A dimensão oculta**. Tradução de Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MALHEIROS, F. V. A. **Desempenho térmico de pavilhões industriais: estudo de caso em Panambi/RS**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2005

MOSER, G. **Psicologia Ambiental**. Universidade René Descartes-Paris V. Natal. 1998.

MUTTI, P. **Assistência à Saúde da Criança com Câncer na Produção Científica Brasileira**. 2010, São Paulo.

NOVAES, Luiza Helena Vinhales Siqueira. **O brincar como instrumento pedagógico no hospital**. Portugal: Universidade de Aveiro, 2003. 340p. Tese de doutorado em Ciências da Educação.

POL. **Environmental Psychologie in Europe from Architectural Psychologie to Green Psychologie**. London: Avebury, 1993.

QUALIDADE e Gestão. Os dez melhores hospitais do mundo. Recuperado em: <https://setorsaude.com.br/os-10-melhores-hospitais-do-mundo/> . Acessado em agosto de 2018.

RHEINGANTZ, P., AZEVEDO, G., BRASILEIRO, A., ALCANTARA, D., & QUEIROZ, M. **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: PROARQ-FAU-UFRJ, 2009.

RIVLIN, 2003 “Olhando o passado e o futuro: revendo pressupostos sobre as interrelações pessoa-ambiente”. Estudos de Psicologia.

ROMERO, M.A. & REIS, Lineu B. Eficiência Energética em Edifícios. Editora Manole, 2012.

SOMMER, R. **Espaço pessoal, as bases comportamentais de projetos e planejamento**. São Paulo: EPU/ EDUSP. (Trabalho originalmente publicado em 1969), 1973.

SOUSA, Eduardo. **LullabyFactory / Studio Weave**, Brasil 2013. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/01-162741/lullaby-factory-slash-studio-weave>

TUAN, Y. F. (1983). **Espaço e lugar: A perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel.

VALERA, S. **Psicología Ambiental: bases teóricas y epistemológicas**. In L. Iñiguez, & E. Pol (Orgs.), Cognición, representación y apropiación de espacio (Monografies psico-socio-ambientals, n. 9, pp. 1-1). Barcelona: Publicacions de la Universitat de Barcelona, 1996.

ARQUITETURA PRISIONAL BRASILEIRA: UMA PROPOSTA DE RESSOCIALIZAÇÃO.

Gisela Aricia Medeiros Oliveira¹

José Itamar Frota Junior²

RESUMO

O trabalho em questão realiza uma contextualização do tema em geral no que inclui a história da evolução do sistema, desde quando surgiu a primeira forma da pena e posteriormente as prisões, será exposto um panorama geral do sistema prisional no mundo dando como exemplo alguns países como a China, Estados Unidos e Noruega com o objetivo de realizar comparativos entre eles e estudando as metodologias presentes no Brasil, incluindo as problemáticas mais questionadas encontradas no séc XXI pelos usuários e famílias no interior do cárcere, analisando as consequências que podem trazer ao apenado, buscando discutir o método aplicado nessas unidades para visualizar a importância e necessidade da implantação do trabalho e da educação básica nesses complexos, assim como espaços livres de convivência e a humanização de todo o empreendimento. Também será analisado as opiniões sobre os cárceres e apelos realizados pelas famílias de presidiários e ex- presidiário, tendo como meta gerar uma nova proposta conceitual do complexo carcerário, pensando nos fluxos e ambientes necessários para a ressocialização do indivíduo tais como escola e trabalho, assim como elementos da natureza juntamente com o conforto ambiental priorizando os locais de maior permanência e a utilização de materiais não inflamáveis e rígidos. Com isso, se dar por necessário apontar alguns pontos básicos de uma nova metodologia do sistema para a validação da proposta, pensando também no pós cumprimento da pena, do ex- apenado capacitado, na volta da integração com a sociedade e o mercado imobiliário, e como todos esses apoios presentes dentro do carcere podem ajudar nesta volta a cidade.

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Christus, giselaricia@gmail.com

² Doutor em Biotecnologia, Professor do Centro Universitário Christus, itamarfrota@yahoo.com.br

Palavras chaves: Cárcere. Humanização. Trabalho. Metodologia. Ressocialização.

ABSTRACT

The work in question performs a contextualization of the theme in General which includes the story of the evolution of the system, since when did the first form and subsequently the prisons, will be exposed to an overview of the prison system in the world giving as example some countries like China, United States and Norway with the objective of performing and studying comparative methodologies present in Brazil, including the problems more questioned found in the 21st century by users and families in inside the jail, analyzing the consequences that can bring the apenado, seeking to discuss the method applied in these units to show the importance and necessity of implementation of labour and basic education in these complexes, as well as the humanization of these spaces. Will also be analyzed the opinions about the prisons and appeals made by the families of inmates and excon, with the goal to generate a new conceptual proposal of the prison complex, thinking in streams and environments necessary for their socialization of individuals such as school and work, as well as elements of nature along with environmental comfort prioritizing the places of greater permanence. With this, if you know some basic points must point to a new system methodology for the validation of the proposal, some thought after fulfillment of the sentence, of the exapenado qualified, in the back of the integration with the society and the real estate market, and as all those presents support within the carcere can help on this back in town.

Keywords: Jail. Humanization. Job. Methodology. Resocialization.

1 INTRODUÇÃO

O sistema carcerário já passou por diversos períodos. Na antiguidade a pena tinha como objetivo o castigo físico e corporal do indivíduo, na idade média manteve-se os castigos de forma mais rigorosa, mas com a possibilidade de trocar a pena por materiais preciosos como o metal. (VITRUVIUS, 2005) e por fim, na transição da idade média para a modernidade na Europa no século 16, surgiu as primeiras unidades prisionais organizadas devido ao aumento da criminalidade após migração do campo para a cidade, sendo a House of Correction a primeira prisão inaugurada em 1552 que compreendia em um espaço construído que acomodava os indivíduos tendo a abstinência de sua liberdade, onde era obrigatório o trabalho e as celas eram individuais por crimes. (TIMBÓ, 2016)

O sistema prisional no Brasil é dividido em setores como forma de organização, que são: cadeias públicas na qual são destinadas aos presos provisórios, penitenciárias onde ficam os condenados com regime fechado podendo ter outros subtipos como a segurança máxima, presídios, cadeiões que compreende a unidade de segurança máxima onde o infrator jovem passa isolado durante o dia, casas de detenção e distritos ou delegacias policiais sendo os locais para atendimento públicos e as colônias agrícolas com o cumprimento de pena com regime semiaberto, além das Casas de Albergado que cumpre a pena em regime aberto com limitação apenas no final de semana. (TIMBÓ, 2016)

Este trabalho será direcionado para as penitenciárias, local no qual os presos cumprem a pena com regime totalmente fechado e precisam passar por um processo de ressocialização tendo como objetivo cumprir a pena de forma correta e posteriormente ter uma vida sem criminalidade, tendo condições para um trabalho digno, boa vivência na sociedade realizando um papel social.

A precariedade na maioria das unidades prisionais no Brasil é alvo de reprovação por grande parte da população brasileira. Diante disso, quais os pontos que levam essa tal precariedade?

Um dos pontos cruciais que prejudicam a recuperação do indivíduo é a superlotação nas cadeias, segundo INFOPEN, levantamento de dados realizado pelo Departamento penitenciário do ministério da justiça, no Brasil em 2014 faltavam cerca de 250 mil vagas em presídios, totalizando 622 mil presos para 372

mil vagas, celas que deveriam abrigar no máximo 10 pessoas, o usual do Brasil é ter no mínimo 16 detentos por cela. (INFOPEN 2014)

Outro fator importante é a falta de ocupações como trabalho ou escolas, que influencia no comportamento do apenado criando pessoas ociosas, vulneráveis a se especializar na criminalidade, tendo em vista a junção de vários detentos que foram punidos por crimes com grau de gravidade diferentes em uma mesma cela. (Timbó, 2016). A Lei Federal nº 12.245 de 2010, diz que em todas as cadeias serão instaladas salas de aula destinadas a cursos do ensino básico e profissionalizante, porém isso não foi aplicado em todas as unidades ou até mesmo na maioria dos cárceres até nos dias de hoje.

A ausência do espaço público como áreas livres de qualidade para as atividades extras pode criar uma pressão psicológica maior do que o prisioneiro já possui, obtendo sentimentos ruins como raiva, depressão, ódio podendo ter consequências piores e prejudicando na ressocialização, e isto está diretamente ligado com a falta de psicólogos, assistentes sociais e atendimentos médicos suficientes para todos os detentos.

Outros pontos ligados a higiene, carência de espaços dinâmicos e funcionais, bibliotecas, faz com que os carcerários não possuem boas condições de vida durante o cumprimento da pena nesses locais. A Lei de Execução Penal Federal do artigo 82 ao 90, fala como deveria funcionar o sistema no interior das prisões, mas isso não é muito bem o que acontece. Devido a esses fatos, a eficiência na ressocialização dos prisioneiros é questionada.

Em contrapartida alguns presídios têm se destacado positivamente mostrando não apenas que é possível a adoção de modelos de reclusão onde a vida humana é importante e valorizada, mas, também, comprovando uma maior eficácia no papel de punição e ressocialização que o sistema de execução penal brasileiro deve cumprir, um exemplo disto é a cadeia de Paracatu, localizado em Minas Gerais, conhecida como APAC. Sem registro de rebelião nos mais de 10 anos de funcionamento, onde abrigam detentos com os mais variados tipos de crimes que trabalham para garantir uma renda e ajudar suas famílias ou cobrir pequenas despesas na prisão, estudam no período da noite com a possibilidade de conquistarem, inclusive, um ensino superior completo e, principalmente, ficam

soltos, sem policiais armados, sendo eles próprios os responsáveis pela segurança interna e dos outros detentos. (PORFÍRIO, 2017)

Diante disso, neste trabalho será exposto um panorama prisional de alguns países e questionando a situação atual das unidades prisionais brasileiras assim como as consequências geradas por esse cenário, explorando também penitenciárias modelos existentes no Brasil, além de realizar uma contribuição na arquitetura desses espaços, mostrando o impacto que essa arquitetura pode causar no cotidiano dos usuários, atentando-se a segurança, higiene, layout e número máximo de presos por cela, dimensão dos corredores, orientação correta dos pátios ao ar livre para o tempo de convivência, escolas e oferta de trabalho para todos de forma igualitária, como também o estudo de materiais resistentes, fácil manutenção e materiais não inflamáveis. Pois apenas pelo método empírico é provável obter uma resposta de qual seria a penitenciária ideal para fazer efetuar as metas da pena no sistema progressivo: retribuir e, principalmente, ressocializar.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A Arquitetura prisional está diretamente relacionada com a ressocialização e a humanização do indivíduo, onde se dar por necessário um cuidado diferenciado com o apenado, porém na maioria das vezes, isso não é muito realizado na prática, o cenário se comporta de maneira totalmente diferente devido ser um local repleto de violência, maus tratos e facções criminosas. Segundo o dicionário Aurélio, a humanização é um termo que faz referência a alguma prática que visa tornar algo ou alguém mais humano, a consequência de humanizar. Já a ressocialização busca a orientação do indivíduo fazendo com que ele se sinta inclusivo na sociedade.

A ressocialização tem como objetivo a humanização da passagem do detento na instituição carcerária, implicando sua essência teórica, numa orientação humanista, passando a focalizar a pessoa que delinuiu como o centro da reflexão científica. A pena de prisão determina nova finalidade, com um modelo que aponta que não basta castigar o indivíduo, mas orienta-lo dentro da prisão para que ele possa ser reintegrado à sociedade de maneira efetiva, evitando com isso a reincidência. (LIMA, 2009, P.42)

Com isso, o sistema carcerário possui diversas tipologias e teorias que sustentam o sistema de execução penal, em um panorama mundial, será exposto três países com experiências positivas e negativas no seu sistema, e dados da

população mundial carcerária e sua evolução para embasamento da pesquisa.

(Figura 1)

Figura 1. Taxa de encarceramento (presos por 100 mil hab.) em alguns países.



Fonte: World Prison Brief/ International Centre for Prison Studies; Infopen/dezembro 2014.

Também é importante notar o índice de crescimento de crimes no Brasil, assim como outros países para dar embasamento de demanda numa proposta de metodologia e projetual desse espaço. (Figura 2).

Figura 2. Total de pessoas privadas de liberdade.



Fonte: World Prison Brief/ International Centre for Prison Studies.

Nos Estados Unidos, conhecido por possuir um dos sistemas e regras criminais mais rígidos do mundo, é o país que possui a maior população carcerária do planeta. Seu sistema penal e prisional se baseia principalmente na filosofia do “olho por olho, dente por dente”. Assim, a pena a ser paga por alguém que matou seria a pena de morte, expressando-se de maneira mais forte. O que na verdade coloca essa teoria apenas para não se dizer que a pena é uma retaliação ao criminoso e nem uma ameaça aos outros presos, no sentido de que se alguém cometer aquele crime novamente, será punido daquela forma. Apesar das duras penas aplicadas pelos estados unidos, alguns dados de pesquisas mostram uma possível redução no número de detentos no país. (BLUME, 2017)

Já na China, o sistema é considerado um dos mais brutais do mundo, até 2013 muitos dos presos eram enviados a campos de trabalhos forçados. Segundo relatos, os detentos desses campos trabalhavam por até 15 horas por dia, sem folgas em feriados ou fins de semana. O sistema conta ainda com uma não-transparência na questão dos presos e suas penas, violando na maioria das vezes os direitos humanos e ainda aplicando as penas até para aqueles que ainda aguardam julgamento, o que piora a situação. (BLUME, 2017)

E na Noruega, ao contrário dos países acima, possui um pequeno número de detentos e garante um tratamento mais humano aos condenados. A filosofia adotada pelo país se baseia na teoria da reabilitação, reforma e correção, onde a ideia é reconstruir defeitos do indivíduo para que ele retorne à sociedade como um membro produtivo. As cadeias que lá recebem o nome de “casas de adaptação” são consideradas as melhores dependências para detentos no mundo e contribuem diretamente para a baixa taxa de reincidência, em que apenas 20% dos presos voltam a cometer crime. (BLUME, 2017)

Já no Brasil, atualmente possui dois tipos de sistemas, um bastante falho e com deficiências que resultam nas prisões superlotadas, estimulando sentimentos ruins e que os próprios detentos chamam de “faculdade do crime”. Criando espaços precários, sem as mínimas condições de vida para aqueles detentos que estão pagando a pena, principalmente deixando pessoas ociosas, facilitando pensamentos cruéis.

Na maioria das vezes, a arquitetura dessas prisões contribui para que

aconteça violência, rebeliões e fugas, além de aperfeiçoamento na criminalidade como dito acima. Mitto (1992) menciona que o modo que é feito a arquitetura prisional sem educação e trabalho, faz com que os presos retornem a vida coletiva com os mesmos hábitos, cometendo novas infrações, sendo desfavorável tanto para o indivíduo como para o espaço. É importante ressaltar que os presidiários também pedem atenção a esses pontos através de poemas como por exemplo, um poema Educar é preciso de um presidiário do complexo penitenciário de Papuda em Brasília.

Educar é preciso

“Reduto da
covardia Inimiga da
Solidão

Ela nunca está sozinha
É a cela da prisão

Que não recupera ninguém
Deturpa o cidadão

Mentes ociosas, vazias a pensar
Muitas maquinando o mal
Poucas delas a sonhar

Aumentar penas, construir presídios
Não é a solução

Temos que instigar a sonhar,
Investir em educação,

Ressocializar, ensinar uma profissão Pois
o homem que não sonha

É um ser sem compaixão Sonho
é o que vem à mente, Desejo
do coração

Sonhar alto é preciso,
Viver, estudar,
realizar, Tudo é
possível

Ao estudante que sonhar.”
(LUIZ,2015)

Armida Miotto (1992) fala que a prisão é um espaço que tem por finalidade reter o infrator até o final da pena de cada indivíduo, focando na diferença entre punir e deter, e lembra que a cadeia tem por função a retenção e não a punição. Com isso, a autora lista várias preocupações com as unidades prisionais, especialmente com as más condições de vida e a rejeição no tratamento aos

presos. Miotto, explica sobre as consequências das péssimas experiências vividas no local, essas podem ser destruidoras para o presidiário, sendo capaz de ocasionar danos psicológicos, sociais, físicos e até mesmo danos morais que podem ser levadas pelo resto da vida.

Érika Sun (2010) explana que as cadeias são espaços projetados com o objetivo de acolher os condenados, e é imprescindível que esses locais devem estar apropriados para ofertar atividades profissionais e atender as necessidades da demanda social. O estabelecimento deve ter como prioridade a ressocialização, visando a reabilitação moral por meio da humanização, evitando que o indivíduo volte a vida criminal.

Com isso, a existência modelo que utilizam a metodologia APAC, vem para contrapor todos esses fatores, tendo a humanização social e protegendo a sociedade, realizando a justiça de uma maneira mais ressocializadora, sendo um modelo que vem ganhando espaço cada vez mais no sistema penitenciário. (Figura 3).

Figura 3. Método A.P.A.C



Fonte: Método APAC de São Luiz.

A APAC tem como principal objetivo a humanização das prisões cumprindo o papel da pena, tendo como consequência a diminuição de reincidência no crime, fazendo com que o apenado consiga se recuperar para a reintegração social. A primeira APAC foi colocada em prática em 1972, em São José dos Campos, criada por um advogado e jornalista Mario Ottoboni e um grupo de amigos

evangélicos. Na última década a APAC implantada na cidade de Paracatu em Minas Gerais é referência Nacional e Internacional. (FARIA,2011)

Em Paracatu - MG, aproximadamente, 120 presos integram esse novo modelo de gestão prisional, responsável por devolver à sociedade mais de 60% de seus detentos totalmente regenerados e sem oferecer os riscos que antes apresentavam, Tendo como base o trabalho, a religião e a disciplina, a Associação de Proteção e Assistência a Condenados, funciona em uma edificação construída e mantida pelos próprios usuários, sendo os próprios os responsáveis pela segurança interna e comunitária.(REVISTA BRASIL, 2017)

Nessas prisões, os chamados “recuperandos” têm a oportunidade de trabalhar em diversas áreas e ajudar suas famílias, terminar os estudos básicos e optar por cursos profissionalizantes e ser reintegrados à sociedade de forma mais fácil quando terminarem de cumprir suas penas. Algo interessante é o custo de cada recuperando ao Estado chega a ser até 4 vezes menor que o custo de um presidiário normal apesar de receberem assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestada pela comunidade (REVISTA BRASIL, 2017). Afinal segundo Coelho (2010) a pena tem uma finalidade primordial de ressocialização.

A autora Ana Paula Faria (2011), pontua diversos fatores justificando a inovação do método Apac, no qual é destacado os pontos a seguir: 1.Os recuperandos são chamados pelo nome, o que dá a valorização do indivíduo; 2. A população local participa efetivamente, por meio do voluntariado; 3. É o único estabelecimento prisional que oferece os três regimes penais: fechado, semiaberto e aberto com instalações independentes e apropriadas às atividades desenvolvidas; 4. Não há presença de policiais e agentes penitenciários, e as chaves do presídio ficam nas mãos dos próprios detentos. 5. Ausência de armas; 6. A religião é fator principal da recuperação;7. A valorização humana é a base da recuperação, promovendo o reencontro do recuperando com ele mesmo;8. Os presos possuem assistência espiritual, médica, psicológica e jurídica prestada pela comunidade;9. Além de frequentarem cursos supletivos e profissionais, os recuperandos praticam trabalhos laborterápicos no regime fechado; no regime semiaberto cuida-se da mão de obra especializada (oficinas profissionalizantes instaladas dentro dos Centros de Reintegração); no regime aberto, o trabalho tem

o enfoque da inserção social, pois, o recuperando trabalha fora dos muros do Centro de Reintegração prestando serviços à comunidade;10. Oferecem assistência à família do recuperando e à vítima ou seus familiares;11. Há um número menor de detentos juntos, evitando formação de quadrilhas, subjugação dos mais fracos, pederastia, tráfico de drogas, indisciplina, violência e corrupção;12. A escolta dos presos é realizada pelos voluntários da Apac.

Pode-se perceber a diferença entre a maioria dos presídios brasileiros que não se utilizam da metodologia das APAC's, porém os presidiários não se deslocam diretamente para elas, primeiro passam pelo presídio sem metodologia alguma e dependendo de seu comportamento e outros fatores, são transferidos para as APAC's, sendo um erro do sistema prisional brasileiro e transtorno para os presidiários que não conseguem ser realocados nessas poucas unidades. Por isso, como é possível obter um modelo que seja democrático e igualitário a todos tendo como base a ressocialização e humanização do indivíduo?

3 MÉTODOS

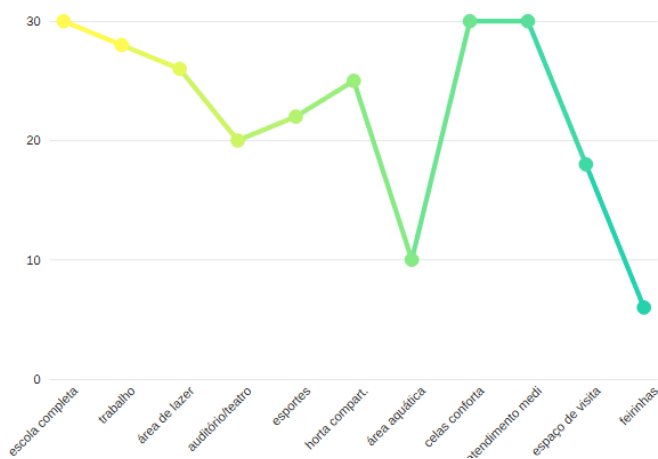
O trabalho em questão refere-se a uma pesquisa qualitativa, que será desenvolvido em três etapas, primeiramente as referências bibliográficas, realizando um estudo aprofundado baseado em duas autores que são: Armida Mitto e Érica Sun, que discutem sobre a influência da arquitetura no sistema prisional, levando em consideração os conceitos de humanização e ressocialização do indivíduo. Na segunda etapa aplicação de questionários com algumas famílias de presidiários na cidade de Fortaleza e ex-presidiários, tendo como objetivo entender a realidade das pessoas que estão pagando a pena segundo familiares e saber como essas famílias acham que deveriam ser os cárceres. E por último, realizar uma discussão, levando em consideração todos os modelos revisados, e propondo um novo modelo ideal para o sistema prisional, realizando diagramas conceituais para melhor entendimento.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da análise entre o método APAC e o sistema onde não possui metodologia, é perceptível que as APAC's possuem o melhor desenvolvimento na ressocialização do indivíduo, porém a partir do momento que esse modelo não abriga todos os detentos e precisam ser avaliados de acordo com seu comportamento e crime realizado para ingressar nessas prisões, faz com que esse método perca a credibilidade, afinal o grande desafio das unidades prisionais é a ressocialização de todo e qualquer indivíduo, independente de crime e comportamento, é lidar com a diferença de cada ser humano. Com isso será discutido um novo modelo baseado nas entrevistas realizadas, tendo em vista que pontos como: não possuir guardas policiais, os funcionários sendo voluntários como nas APACS, provavelmente não funcionaria de forma correta se esse método fosse aberto a todos.

Nas entrevistas realizadas, foi notório a indignação dos familiares de detentos pela arquitetura dos presídios, a falta de humanização e espaços para ocupação, o apelo pela educação, apoio médico e social, elementos naturais e trabalho foi um dos pontos mais respondidos na entrevista podendo ser notório do gráfico abaixo (**Figura 4**). Acreditam que toda essa estrutura atual, contribua para o comportamento inadequado de grande parte dos detentos. Além disso, as três palavras que definiram as unidades prisionais foram crueldade, precariedade e a falta de infraestrutura.

Figura 4 - preferências de espaços e necessidades nas prisões ao olhar dos entrevistados.



Fonte: Autoral.

O novo modelo arquitetônico vai surgir a partir de um contexto caótico presenciado na maioria das unidades prisionais brasileiras, que vai ter como diretriz principal o trabalho de 6 horas ao dia podendo ser externo ou interno, implantação de um setor voltado a saúde com acompanhamento psicólogo e médico e a criação de um complexo escolar com biblioteca e laboratório onde os detentos deveram cumprir a carga horária de 4 horas ao dia, também é proposto um sistema de áreas livres, incentivo ao esporte com quadras e pista de corrida, áreas abertas arborizadas voltada as visitas, assim como locais como salas multiusos para possíveis oficinas e área de trabalho, auditório para que tenha apresentações culturais, envolvendo o ensino de forma mais dinâmica, jogos, para ocupação desses indivíduos deixando estes o menos ociosos possíveis. Outro fator diferencial vai se dar pela configuração das celas que serão trocadas por quartos coletivos com vestiários e sala de segurança, em que os presidiários poderão ficar livre durante o dia, tendo o horário de recolhida para dentro dos quartos, não podendo circular no complexo durante o período da noite.

Com o intuito da humanização desses locais, a primeira impressão do local se dar por importância devido ser o primeiro contato com aquele novo espaço onde não estar habituado conviver, ou seja a parte externa que tem como proposta a utilização de canteiros verdes, e que o muro desse complexo seja feito pelos próprios presidiários através da arte urbana, os próprios terão de trabalhar nas instalações do presídio, ou seja, na limpeza, refeitório, professor de esportes e etc, sendo necessário poucos profissionais para esses trabalhos, mas também o trabalho podendo ser externo voltado para a limpeza e construção de estradas. Outro ponto interessante, são espaços destinados a feirinhas para a venda de materiais fabricados pelos detentos, sendo aberto para a família, profissionais da segurança e para outros detentos de outras unidades prisionais, tendo uma junção de duas unidades em uma em dia desses possíveis eventos.

Com todos esses elementos, foi feito um estudo conceitual e de implantação dessas áreas analisando os fluxos e o conforto térmico tentando aproveitar o máximo de iluminação e ventilação natural possível, tendo em vista que essas pessoas já estão isoladas da cidade, do convívio entre pessoas de seu costume, então é importante trazer esses elementos naturais para que o detento se sinta mais

confortável e não tão deslocado da ideia que se tem de cidade, principalmente dos ventos, que é uma forte identidade da cidade de fortaleza.

4.1 Proposta Conceitual

Com a utilização de uma metodologia diferenciada onde as celas se transformam em quartos com paredes vazadas com mobiliário para estudos, porém este local é onde o apenado deve permanecer por menos tempo e os companheiros de quarto devem possuir o mesmo nível de crime obtido, o trabalho em obras públicas, estradas ou no próprio complexo devem ser de 8 horas diária. Os presos devem passar o restante do tempo nas atividades extras como esporte, teatro, salas de aula entre outras. O espaço de visitação deve ser no jardim com mobiliários dinâmicos para as possíveis crianças presentes nesta visita. Além disso, o edifício deve possuir ventilação cruzada em todos os ambientes, separações por crimes em um mesmo edifício, e arborização. O muro do terreno deve ser misto com partes de concreto e outras partes vazadas servindo como reflexão sobre o ato realizado ao entender que estar preso, mas poderia estar vivendo a paisagem que passa fora. Um fator de importância é a parte de entrada do edifício que é dotado de áreas verdes, mobiliários e entre outros, tendo em vista que é a primeira percepção que a pessoa tem do ambiente, até mesmo externo aos “Muros”. (**Figura 5**)

Figura 5 – proposta conceitual do presídio educativo.



Fonte: Autoral.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, pode-se afirmar que a maioria das unidades prisionais brasileiras realmente possuem uma estrutura precária e como isso influi diretamente na ressocialização do indivíduo, tendo um resultado contrário do esperado, cada vez se especializando mais no crime, assim como pode-se notar que o método apac como os cárceres na Noruega funcionam pelo baixo índice de reincidência dos indivíduos, ambos o trabalho e educação estão em prioridade nesses espaços.

Com isso, se dar por necessário um projeto arquitetônico detalhado com uma nova metodologia humanizada baseada nas Leis Federais, além da criação dos espaços de forma dinâmica e entendendo os fluxos de funcionamento dos presídios, visando sempre o impacto que se pode gerar para a pessoa, buscando a humanização e a ressocialização do indivíduo em todo o complexo através da arquitetura, tema no qual pode ser mais explorado em futuras pesquisas de graduação final de curso.

Por fim, deve ser pensado em um programa de trabalho após o apenado cumprir a pena, tendo em vista o preconceito e rejeição que este vai passar pelo mercado de trabalho mesmo capacitado, tendo como objetivo a continuidade do ex-presidiário no meio da sociedade de forma correta e não volte para o caminho do crime.

REFERÊNCIAS

Brasil e sua população carcerária. Disponível em:
<<http://www.politize.com.br/populacao-carceraria-brasileira-perfil/>>. Acesso em 30 abr, 2018.

BRASIL. **Lei nº12.245.** 24 de maio de 2010. Lei de Execução Penal, para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.

BLUME, Bruno André. **SISTEMAS prisionais em outros países.** Santa Catarina. 2017. Disponível em: < <http://www.politize.com.br/sistemas-penitenciarios-outros-paises/>>. Acesso em 01, mai, 2018.

DIAS, Fábio Coelho. **O sistema penal e o processo de ressocialização brasileiro.** In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIII, n. 82, nov 2010. Disponível em:

<http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8456>. Acesso em maio 2018.

FARIA, Ana Paula. APAC: Um Modelo de Humanização do Sistema Penitenciário. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 87, abr 2011. Disponível em:

<http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9296>. Acesso em 01 maio 2018.

Infopen - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em: <<http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>>. Acessado em: 10 abr,2018.

LIMA, Davi Bezerra de. **Ressocializar para não reincidir.** Fortaleza.2009. Dissertação de graduação da Universidade Federal do Ceará.

Luiz, Gabriel. **Presidiário critica em poema sistema prisional: 'Deturpa o cidadão'.** G1, Distrito Federal, 26 nov.2015.Distrito Federal. Disponível em: < <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/11/preso-por-estupro-critica-em-poema-sistema-prisional-deturpa-o-cidadao.html> >. Acesso em: 16 mar. 2018.

MIOTTO, Armida Bergamini. **Temas Penitenciários.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992. 144p.

Presídio em Minas adota novo modelo e consegue recuperar 60% dos presos. Disponível em:<<https://oglobo.globo.com/brasil/presidio-em-minas-adota-novo-modelo-consegue-recuperar-60-dos-presos-20806983#ixzz5Be3FTuJ>>. Acesso em: 01 mai, 2018.

Quatro causas para a crise do sistema prisional brasileiro. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/crise-do-sistema-prisional-brasileiro-causas/>>.

Acesso em: 30 abr, 2018.

REVISTA Brasil. **Conheça o modelo de sistema prisional em Paracatu-MG.**

Disponível em: <<http://radios.ebc.com.br/revista-brasil/2017/05/modelo-de-sistema-prisional-em-paracatu-mg>>. Acesso em: 01 mai, 2018.

SUN, Érika Wen Yih. **Direitos sociais no Sistema Penal.** Brasília. 2010

TIMBÓ, Paulo. **O trabalho: Criminologia.** Fortaleza. 2016.

MODELO DE ARTIGO COMPLETO

Espaços Livres e Vitalidade Urbana: uma análise das praças de Fortaleza

Mário Maia Costa Neto¹

Bruna Napoleão Moreno²

Germana Pinheiro Câmara²

RESUMO

O presente artigo discute a qualidade dos espaços públicos urbanos, através de uma análise das praças de Fortaleza. Tem como objetivo principal compreender como se dá a utilização desses espaços públicos sob a perspectiva de sua qualidade espacial e vitalidade urbana, e se eles podem chegar a serem classificados como praças subutilizadas. Desse modo, é realizado um levantamento prévio dos espaços livres públicos presentes na cidade de Fortaleza em geral de forma a entender sua importância no meio urbano. Em seguida realizamos um estudo do contexto histórico para compreender como ocorreu o processo de apropriação das praças públicas ao longo dos anos em Fortaleza. Por meio de uma revisão bibliográfica, a pesquisa é embasada em teóricos como Jan Gehl e Jane Jacobs, evidenciado no trabalho, fundamentando-se conceitualmente como devem ser, em termos formais e de uso e ocupação, os espaços públicos de qualidade que mais estimulam e conferem qualidade a vida nas cidades. Por fim, é realizado um estudo de caso através de visitas de campo, entrevistas e mapeamento da área em três praças da cidade: Praça das Flores, Praça São Gabriel e Praça do Ferreira, apreendendo cada uma em seu contexto e assim elaborando uma proposta conceitual para cada uma delas. A proposta espacial se trata de uma alternativa para cada praça, com base nos conceitos de vitalidade urbana e espaço para pessoas, de forma a estimular a frequência de pessoas nesses locais e o entendimento das praças como local de vida urbana de maior qualidade e apropriação dos espaços públicos nas cidades.

Palavras-chave: Espaços públicos. Praças. Vitalidade urbana. Cidade para pessoas.

¹ Graduando, Arquitetura e Urbanismo, aluno, mariomaiacostaneto@gmail.com

² Graduanda, Arquitetura e Urbanismo, aluna, brunamoreno10@hotmail.com

² Mestra em Urbanismo, Arquitetura e Urbanismo, professora, germanacamara@gmail.com

ABSTRACT

This article discusses the spacial quality of urban public spaces, through an analysis of the public squares of Fortaleza. Its main objective is to understand how is the use of these public spaces under the perspective of their spatial quality and urban vitality, and if they can be classified as underutilized spaces. Thus, a previous survey of the free public spaces present in the city of Fortaleza is carried out in order to understand its importance in the urban environment. We then carried out a study of the historical context to understand how the process of appropriation of the public squares occurred over the years in Fortaleza. Through a literature review, the research is based on theorists such as Jan Gehl and Jane Jacobs, evidenced in the work, therefore conceptually based on what could be, in terms of formal and use and land occupation, the quality of public spaces that stimulate quality of life in cities. Finally, a case study is carried out through field visits, interviews and mapping of the area in three squares of the city: Praça das Flores, Praça São Gabriel and Praça do Ferreira, apprehending each one in its context and thus elaborating a conceptual proposal for each one of them. The proposal is an alternative spatial configuration for each square, based on the concepts of urban vitality and cities for people, in order to enhance the frequency of people in these places and the understanding of the squares as a place of greater quality of urban life of and inducing the public appropriation of the public spaces in cities.

Keywords: Public spaces. Squares. Urban vitality. City for people.

1 OBJETIVOS

1.1 Geral

Analisar a presença de espaços públicos de qualidade na Cidade de Fortaleza e investigar fatores que levam a sua subutilização a fim de elaborar diretrizes projetuais de intervenção.

1.2 Específicos

- Compreender os conceitos de espaços livres públicos e as áreas de lazer;
- Análise dos espaços livres de Fortaleza;
- Elaboração, com base na revisão bibliográfica, de critérios de avaliação qualitativa e quantitativa das praças estudadas;
- Identificação dos problemas e das potencialidades da praça em estudo (análise qualitativa), por meio de pesquisas, esquemas e entrevistas,
- Definir diretrizes projetuais que possam otimizar o uso dessas áreas públicas;
- Aplicar as diretrizes projetuais em um estudo de caso, de forma a apresentar um estudo conceitual.

2 MÉTODOS

O artigo tem por intenção fazer uma análise dos espaços livres públicos de Fortaleza, em especial as praças, baseando-se em estudos bibliográficos e na visão de autores influentes, como Jan Gehl, Jane Jacobs e Raquel Rolnik, no que confere a qualidade de vida nas cidades. Jane Jacobs, autora de “Morte e Vida nas Grandes Cidades”, defende uma cidade multifuncional, compacta e densa e fala da necessidade de se manter os olhos na rua, ou seja, as pessoas como vigilantes do espaço. Raquel Rolnik, aborda em seus escritos o papel do lazer na produção de espaços atrativos. Jan Gehl, autor do livro “Cidade Para Pessoas”, trata da importância de se planejar o espaço urbano tendo as pessoas como protagonistas, objetivando uma cidade mais viva, segura e sustentável. As análises apresentadas ao longo do artigo levam em conta principalmente os 12 pontos que determinam um bom espaço público citados no livro “New City Life” escrito por Jan Gehl, Lars Gemzøe e Sia Karnaes.

Para compor o estudo e chegar em uma análise qualitativa das praças, foram feitas análises através do software Google Earth Pro e visitas de campo. Nas visitas foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os usuários em diferentes dias e horários, assim como uma análise do conforto térmico e acústico por meio de medições no local com o auxílio de decibelímetro, para medir os ruídos; anemômetro, para medir a velocidade dos ventos e um termômetro para aferir a temperatura dos materiais.

Os 12 pontos discutidos por Jan Gehl foram sintetizados em sete critérios de análise, esses critérios foram utilizados em uma análise qualitativa e comparativa das praças estudadas, de caráter morfológico e espacial, demonstradas por meio de gráficos comparativos entre as praças, desenhos esquemáticos com base na cartografia de Fortaleza e mapeamento da área onde essas praças estão inseridas. Essas atividades foram feitas através dos softwares Google Earth Pro, AutoCad, SketchUp e PhotoShop.

O resultado final apresentado é baseado na análise realizada e culmina em uma proposta conceitual para a construção de praças mais vivas.

3 CONCEITUAÇÃO

3.1 ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS

Fortaleza está cada vez mais carente de espaços públicos, espaços de convívio social, de comunicação e de encontro.

Tais espaços são representados por diversas tipologias como as ruas, como um elemento importante na estruturação da malha urbana, marcada pelo fluxo de pedestres, ciclistas e veículos. Para Santos (1988, p. 91), as ruas “[...] servem para ligar diferentes pontos de interesse particular ou semipúblico, conformando uma rede de canais livres e de propriedade coletiva.”

Já as ruas exclusivas para pedestres, segundo Evy Hannes (2016) denominadas de calçadão, podem possuir mobiliário urbano, arborização e paginação de piso adequada. Presentes em larga escala na cidade de São Paulo, como cita a autora, são locais onde são frequentes manifestações públicas, atividades culturais e estabelecimento de feiras. Exemplo disso é a Rua Sete de Abril, na região central da cidade.

Há também as *woonerf* (ruas compartilhadas), onde veículos, pedestres e ciclistas utilizam-se do mesmo espaço, tendo como prioridade os transeuntes. Cada vez mais utilizadas, na cidade de Fortaleza a implantação dessas ruas vem crescendo, exemplos disso são a Rua da Esperança, a Rua Compartilhada do Hospital São Carlos.

A denominação de parque urbano, segundo Kliass (1993), confere a locais públicos de grandes dimensões, onde objetivasse a recreação e há a presença de elementos naturais. Além disso, HANNES (2016), aborda que são locais de proteção ambiental, com função apreciativa da natureza e recreativa, voltadas ao esporte com quadras, pistas de skate e área que proporciona o uso de bicicleta; o parque não depende do seu entorno para cumprir sua função, pois seu horário de funcionamento é citado pelo seu mantedor, ou seja, segundo MACEDO (2003), como todo espaço público, ele é autossuficiente.

Há também os espaços de apropriação informal que não deixam de ser espaços de uso público, tal apropriação comprova a essência da utilização da malha urbana, “é um grande palco para o desenrolar da vida e dos encontros da sociedade.” (HANNES, Evy, p. 140). Esses espaços recebem a denominação, segundo Queiroga (2001), de *pracialidade*, ou seja, locais que não são praças propriamente, mas são realizadas as funções de tais. Como exemplo disso têm-se as apropriações de escadas como espaço de estar, muretas como espaços para sentar, bancos para atividades com skate, espaços de *caminha* como área de descanso.

Um outro espaço público responsável pela identidade da cidade é a praça, que é o foco de análise desse trabalho. Segundo LAMAS a praça tem “estreita relação do vazio (espaço de permanência) com os edifícios, os seus planos marginais e as fachadas. Estas definem os limites da praça e caracterizam-na, organizando o cenário urbano” (LAMAS, s/d, p. 102).

No contexto brasileiro, as praças são tidas hoje como um espaço livre público que, em sua maioria, apresenta carência boa infraestrutura e vitalidade urbana; tendo fim comercial, social ou religioso, e estando atrelada a um local vegetado. São espaços pertencentes ao meio urbano, livres de edificação que normalmente ocupam o espaço de uma quadra e tem como principais objetivos trazer lazer e promover o convívio social, estimular o bate-papo; é um “lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais,

de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas” (LAMAS, s/d, p. 102). São responsáveis por reativar a identidade urbana, haja visto que são nas praças que ocorrem manifestações públicas e culturais; além de estar relacionado a história da cidade, das pessoas; são espaços com essência que está conectada a carga histórica do local onde está localizada, de sua estampa paisagística e de seu conjunto urbanístico.

Segundo ROBBA (2002), são categorizados três valores atribuídos às praças: os ambientais, os funcionais e os estéticos.

As praças hoje desfrutam de um enorme privilégio na busca da “qualidade de vida”, nos projetos de revitalização urbana, onde buscam o resgate de valores históricos, explicitando a nostalgia de significados perdidos na escala arquitetônica e urbana.

Com base nisso, compreende-se o caráter social desempenhado pelas praças, o seu papel como marco na paisagem urbana e ponto de localização, sendo fator importante no despertar do interesse social. Nesse contexto, as praças assumem o papel de elemento organizador do espaço, tendo em vista suas vias circundantes e o entorno. Como espaço público, cabe a garantia de acesso a todos, tendo em vista que muitas praças têm sofrido um processo de “gourmetização”, ou seja, vem perdendo sua característica como espaço equitativo ao se tornar um local segregador, onde pessoas de maior renda acabam tendo maior garantia de acesso, um espaço elitizado. Além disso, cabe ressaltar que uma parcela significativa desse espaço público é resultado da transferência de domínio público de logradouros para a cidade (áreas de lazer e verdes), como as praças, conforme estabelecido pela norma de parcelamento do solo estabelecida no Plano Diretor de Fortaleza.

Em uma perspectiva histórica, o espaço da praça se originou, na idade média, da ágora grega. Segundo MACEDO e ROBBA (2003), era o principal espaço público, próximo à equipamentos, como igreja, prefeitura e mercado. Adentrando no contexto Brasileiro, nas aldeias indígenas já havia a presença das praças, tidas como um local sagrado para a prática de rituais; no Brasil colônia, elas passam a abrigar instituições, sendo uma harmonização entre o urbanismo e a arquitetura. Nas colônias espanholas, era na praça que a cidade iniciava, sendo o centro

geográfico marcada por instituições. Já nas cidades coloniais portuguesas, elas surgem com forma espontânea, como resultado da adaptação ao sítio urbano.

Ao analisar historicamente Fortaleza, pode-se perceber a reduzida quantidade de praças que a cidade possuía, que, além disso, eram mal distribuídas (ALVES, 2012). No século XIX, essa visão começa a mudar quando da chegada de Manuel Ignacio de Sampaio, 4º governador da Capitania, e o Tenente-Coronel Antônio José da Silva Paulet, a partir daí é possível ver um avanço no desenvolvimento urbano ao ser implantado por Paulet o considerado primeiro Plano Diretor de Fortaleza ao qual a cidade viu surgir a malha xadrez. Segundo ADERALDO (1989), ruas foram propostas enquanto outras foram convertidas em praças.

No campo das realizações materiais, a administração de Sampaio ficou marcada por obras de vulto, tais como a nova Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção, e o edifício do mercado da vila e a abertura de ruas retas, com cruzamentos em xadrez. (CASTRO, 1994, p. 48)

Adolf Herbster responsável pelo o que foi denominado “Planta Exacta da Cidade”, a qual foi aprovada por lei, onde o arquiteto prezou pela simetria que foi bem rebatida no arruamento de Fortaleza; ademais, o projeto incluía a locação dos principais equipamentos públicos. Segundo Liberal de Castro (1994), no ano de 1888, Fortaleza já apresentava uma malha urbana constituída. As praças, bem como as ruas, tinham por função, como afirma PONTE (2010), embelezar e passar a sensação de segurança. Segundo consta, sua última intervenção foi na Planta da Cidade de Fortaleza Capital da Província do Ceará:

[...] o projeto intentou disciplinar a configuração espacial de Fortaleza, lançando mão de ações preventivas na ocupação do solo, no estabelecimento de procedimentos voltados a legitimar a ordem social, e na aplicação de alguns procedimentos já traçados em 1875, como o alinhamento de casas e ruas para a melhor circulação de pessoas, veículos e mercadorias. (ALVES, 2012, pág. 24)

3.2 Espaços Livres Públicos Vivos

É necessário compreender o que faz um espaço público como as praças citadas, serem considerados espaços de qualidade ou não. Os arquitetos e

urbanistas Jan Gehl, Lars Gemzøe e Sia Karnaes entraram nesse questionamento e classificaram 12 pontos importantes a serem seguidos em seu livro “New City Life”, publicado em 2006: a proteção contra o tráfego; segurança nos espaços públicos; proteção contra experiências sensoriais desagradáveis; espaços para caminhar; espaços de permanência; ter onde sentar; possibilidade de observar; oportunidades de conversar; locais para se exercitar; escala humana; possibilidade de aproveitar o clima e boa experiência sensorial.

Com base nesses parâmetros, serão abordados 7 rebatidos nos espaços públicos de Fortaleza, sendo eles segurança contra o fluxo intenso de carros; sentimento de proteção nos espaços públicos; possibilidade de transmitir boas sensações; fazer do espaço público um local de permanência prolongada; incentivo à prática de exercícios; escala humana e proteção contra experiências sensoriais desagradáveis.

Tendo como pioneiro desses critérios está: a proteção contra o tráfego de veículos, dando ao pedestre a priorização no espaço público e a consequente sensação de segurança ao transitá-lo. Entretanto a segurança no espaço urbano não está relacionada somente ao automóvel, mas vinculada também com a criminalidade, o que nos leva ao segundo critério: a proteção nos espaços públicos e, para que isso aconteça, é necessário a possibilidade de realizar atividades em variados turnos, contando assim com boa iluminação e um bom tráfego de pedestres frequentes. GEHL (2015), fala que que é preciso pensar nas atividades de lazer e sociais combinadas ao tráfego de pedestres e veículos, fator necessário a diversidade da vida urbana em uma cidade viva.

Ao se analisar o espaço público é perceptível que fatores como o clima, ruídos e poluição, segundo Jan Gehl, as experiências sensoriais desagradáveis, vão interferir diretamente na utilização do espaço urbano. É notório que em dias chuvosos as pessoas tendem a sair menos de casa para frequentar o espaço público; quando uma praça, por exemplo, é margeada por vias com fluxo intenso de veículos, as pessoas tendem a se concentrar em locais mais afastados da periferia do espaço, próximo à áreas vegetadas, que além de funcionar como barreira acústica, geram um conforto térmico melhor, mostrando assim a importância do terceiro critério: a necessidade de o espaço transmitir boas sensações.

Atividades estacionárias são tão importantes para um espaço público quanto as de movimento, porém existem dois meios de manter o público no local: por necessidade, um bom exemplo disso é quando há uma parada de ônibus em que não se tem muita escolha; ou por meio opcional quando o espaço proporciona atividades atrativas, tais como aparelhos de exercício físico, eventos e a presença de elementos de contemplação. Quando o pedestre tem sua atenção tomada e é influenciado a permanecer no local, por um período de tempo maior, procuram um bom lugar para ficar, influenciado diretamente por um mobiliário agradável, onde o usuário possa se sentir bem no espaço público, tendo a possibilidade de se distrair com cafés, observar e contemplar o fluxo de pessoas ou do ambiente e ter certa ambiguidade de usos, os mesmos bancos que estariam servindo para observar possa viabilizar interação entre os visitantes da praça proporcionando assim bons espaços para interação e conversa. (GEHL, 2015, p.134)

O clima que caracteriza o local tem forte influência na permanência de pessoas no espaço urbano, quando se há uma sensação de proteção contra certos elementos. "...Esse é um bom lugar para se ficar...". (GEHL, 2015, p.137)

Seguindo os critérios dispostos pelos arquitetos, os espaços para caminhar vão impactar em um meio urbano mais convidativo, mas além de simplesmente possuir um lugar de circulação, é necessário que sejam de qualidade e que as pessoas se sintam estimuladas a usá-los. Com base nisso, uma série de fatores são necessários na qualificação de um espaço caminhável: pavimentação adequada, piso que favoreça os deficientes físicos, uso de fachadas ativas, que tem no pavimento térreo das edificações um "uso diferente" aberto e acessível à população, ou seja, para a rua, tendo como função de revigorar a cidade e melhorar a saúde mental de seus habitantes (GREMION, 2016)

É evidente que lojas, restaurantes, monumentos e funções públicas devem estar localizados onde as pessoas deverão passar. Desse modo, as distâncias feitas a pé parecem mais curtas e o trajeto, algo mais que uma simples experiência. Tem-se a oportunidade de combinar o útil ao agradável – e tudo a pé. (GEHL, 2015, p. 67)


Além de espaços caminháveis, a fim de incentivar a prática de exercícios, se faz necessário a implantação e manutenção de equipamentos de ginástica que atendam a toda a população, interferindo de forma positiva na vida dos usuários e estimulando o seu uso.

Ademais, também é abordado a questão da escala humana, que irá implicar diretamente na relação entre as pessoas, no contato visual. Em seu livro, *Cidade Para Pessoas*, Jan Gehl fala que edifícios mais baixos se relacionam melhor com a cidade e tornam o espaço mais convidativo. As ruas com maior movimento são as que possuem uso diversificado no térreo. Além disso, prédios com muros altos inibem o caminhar devido à falta de “olhos na rua”, as pessoas como vigilantes do espaço público. (JACOBS, 2000) “Os andares inferiores garantem, aos ocupantes, contato visual com o espaço urbano e o “deslocamento” para dentro e para fora do edifício não é sentido como tão longe e difícil.”

As experiências sensoriais desagradáveis também é outro ponto retratado por Gehl e de extrema importância na compreensão de um espaço público de qualidade. Segundo o autor, as praças, por exemplo, devem possuir elementos que controlem a velocidade dos ventos, abrigue da chuva, frio e calor, além de ruídos intensos e poeira.

Seguindo da compreensão do ideário de espaço público de qualidade, é necessário compreender a influência política na sua geração e manutenção. Ao percorrer Fortaleza nos últimos anos pode-se ver uma tentativa de estabelecer tais espaços e efetivar o seu uso, no entanto que se percebeu foi uma carência por esses espaços principalmente nas regiões menos favorecidas, representando a falta de preocupação do Poder Público. Segundo (HIJIOK et al., 2007), “tem sido natural e frequente a expansão da iniciativa privada na constituição e gestão de tais espaços, em geral inseridos em áreas condominiais de acesso restrito a poucos.” No entanto, por vezes resulta em propostas individualizadas, que não possuem relação com o todo, na geração de um sistema de espaços livres.

Tabela 1: 7 critérios para um bom espaço público

	SEGURANÇA CONTRA O FLUXO INTENSO DE CARROS	- Colocar o pedestre como prioridade do espaço e os automóveis em segundo plano transmite um maior conforto ao circular pelo espaço, sem a frequente sensação de vulnerabilidade em relação aos outros meios de transporte.	- Priorização do pedestre; - Cautela ao circular pelo espaço público.
	SENTIMENTO DE PROTEÇÃO NOS ESPAÇOS PÚBLICOS	- Um local que tem um frequente número de pessoas o torna mais seguro, logo atrativos para chamar pessoas ao lugar são de fundamental importância, contando também com uma boa iluminação que permita uma visão geral do espaço.	- Boa iluminação; - Permeabilidade visual; - Pessoas como vigilantes do espaço.
	POSSIBILIDADE DE TRANSMITIR BOAS SENSações	- Conforto é um fator bastante relevante para o bem estar do usuário, ou seja, o espaço tem que carregar um bom conforto térmico e acústico, auxiliado de uma boa vista para a natureza, utilizando ao máximo os recursos do ambiente.	- Espaços vegetados; - Proteção contra ruídos; - Abrigo.
	FAZER DO ESPAÇO PÚBLICO UM LUGAR DE PERMANÊNCIA PROLONGADA	- Ao fornecer elementos que auxiliam no sentimento de permanência é de grande ajuda para o espaço, mas para que isso seja efetivado é necessário a ajuda mobiliários confortáveis e multifuncionais que favoreçam a conversa, observações e descanso.	- Mobiliários interativos e confortáveis; - Visuais interessantes; - Espaços para sentar e descansar suficientes; - Conforto acústico.
	INCENTIVO AO EXERCÍCIO	A prática do exercício físico, além de ser um ato que interfere de maneira positiva diretamente no bem-estar do usuário, traz ao espaço público uma dinâmica mais ativa. Os equipamentos estão sendo aderidos no período mais atual.	- Equipamentos de qualidade e que atendam a toda a população; - Estilo de vida saudável;
	ESCALA HUMANA	No meio de obras megalomânicas o cidadão pode se sentir oprimido, como cita Jan Gehl.	- Espaço percebido em toda sua extensão; - Muros baixos; - Ausência de barreiras visuais.

Fonte: Fonte: Elaborado pelos autores, com base em GEHL (2015)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A PRAÇA DOUTOR CARLOS ALBERTO STUDART

O antes chamado Bosque General Eudoro Correia, conhecido como Praça das Flores devido a comercialização de plantas, é um exemplo de praça adota por Parceria Público Privada, passando a receber o nome de Praça Doutor Carlos Alberto Studart Gomes. Está inserida no bairro Aldeota, sendo margeada pela

Avenida Padre Antônio Tomás e Avenida Desembargador Moreira, duas importantes vias da cidade, em uma região consolidada, onde tem crescido a oferta de comércios e serviços, onde antes predominava o uso residencial.

Ocupando uma quadra de 216m por 100m, a praça já sofreu alguns processos de reforma ao longo dos anos, em sua última revitalização as principais melhorias foram a regularização da paginação, requalificação dos mobiliários urbanos, manutenção e ampliação da área vegetada.

Apesar do crescimento do bairro e da diversidade de usos no entorno, há uma carência de espaços públicos e pouca articulação entre os existentes.

Com base na análise realizada em diferentes dias e horários e nas entrevistas feitas no local os principais atrativos da praça são a venda de flores e os espaços de caminhabilidade, este último sendo fator necessário à vida urbana (GEHL, 2015). Com as intervenções realizadas na praça houve aumento no número de frequentadores no local, embora a praça ainda tenha potencial para receber um número maior de pessoas. O seu acesso é realizado de maneira variada, por estar bem conectada a malha urbana através de um sistema viário e de transporte público que permite um uso diversificado de modais.

Ao estudar o espaço, foi possível notar que ele possui amplo programa com capacidade para atender os visitantes para atividades diversas, sendo eles de lazer infantil e juvenil (ver figuras 1 e 2), exercício físico (ver figuras 3), religioso (ver figuras 4) e comercial, garantindo uma diversidade de usos ao local, o que, segundo Jan Gehl, atrai mais pessoas ao local.

Figura 1: Quadra da praça



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 2: Parquinho para crianças



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 3: Equipamentos para exercício físico



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 4: Capela da praça.



Fonte: Arquivo pessoal

Em análise feita em torno das 9h00min no mês de março (ver tabela 2), a temperatura média encontrada foi por volta de 30°, com a maior parte do território sombreada pela vegetação mas, com a ventilação frequente, sendo a velocidade média dos ventos de 6km/h, é possível atingir a zona de conforto térmico e, com a ajuda de uma boa pavimentação, possibilita bem-estar na caminhabilidade, o que foi possível notar ao ver a quantidade de pessoas praticando caminhadas pela praça. Entretanto, a maior intensidade de uso se dá nos períodos da manhã, final de tarde e aos finais de semana, quando muitas vezes são realizados eventos no local.

Tabela 2: Análise climática – Praça das Flores

Localização	Velocidade dos ventos (Km/h)	Ruídos (dBa)	Temperatura (°C)		Temperatura Mob. (°C)
Av. Padre Antônio Tomás	57	70	29,2		
Av. Desembargador Moreira	1,8	65	30		21
Rua Eduardo Garcia	6,22	72			32,2
Rua Barbosa de Freitas	3,24	63,5	30,4		30,8
Equipamentos de ginástica	3,6	64			34

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Na Praça das Flores, como mostra as entrevistas, a questão da segurança é uma variável para cada entrevistado, mas a grande maioria alega a necessidade de um policiamento mais atuante na área a fim de fortalecer a

segurança local. Nessa perspectiva, com base no que foi abordado anteriormente, fatores como uma boa iluminação e pessoas utilizando o espaço em horários diversos, são fundamentais. A praça, com a reforma, recebeu boa iluminação (abaixo das copas das árvores) durante todo o dia, o que ampliou a sensação de segurança. No entanto, ao analisá-la, um outro fator que implica na seguridade desse espaço público, podem ser as barreiras visuais presente na praça, como os quiosques de flores nas laterais, que, apesar de ser um elemento que atraia as pessoas para o local, muitas vezes acaba impedindo a visibilidade do que acontece no centro dela, isso explica também o fato das pessoas se concentrarem prioritariamente em sua periferia. No entanto, a maior reclamação realizada pelos entrevistados não foi em relação à insegurança, mas sim ao número relativamente grande de gatos que transitam na área.

Em vista dos dados que foram recolhidos na Praça das Flores, é notório que é um local agradável, bem estruturado, acessível e diversificado, tendo infraestrutura para receber pessoas vindas de diversos locais da cidade em meios de transporte variado. No entanto, com base nos estudos, análises de campo e vivência no espaço, é possível constatar que uma parcela significativa da população tende a se fechar em locais privados, como os *shoppings centers* amplamente espalhados pelo bairro no qual a praça está inserida.

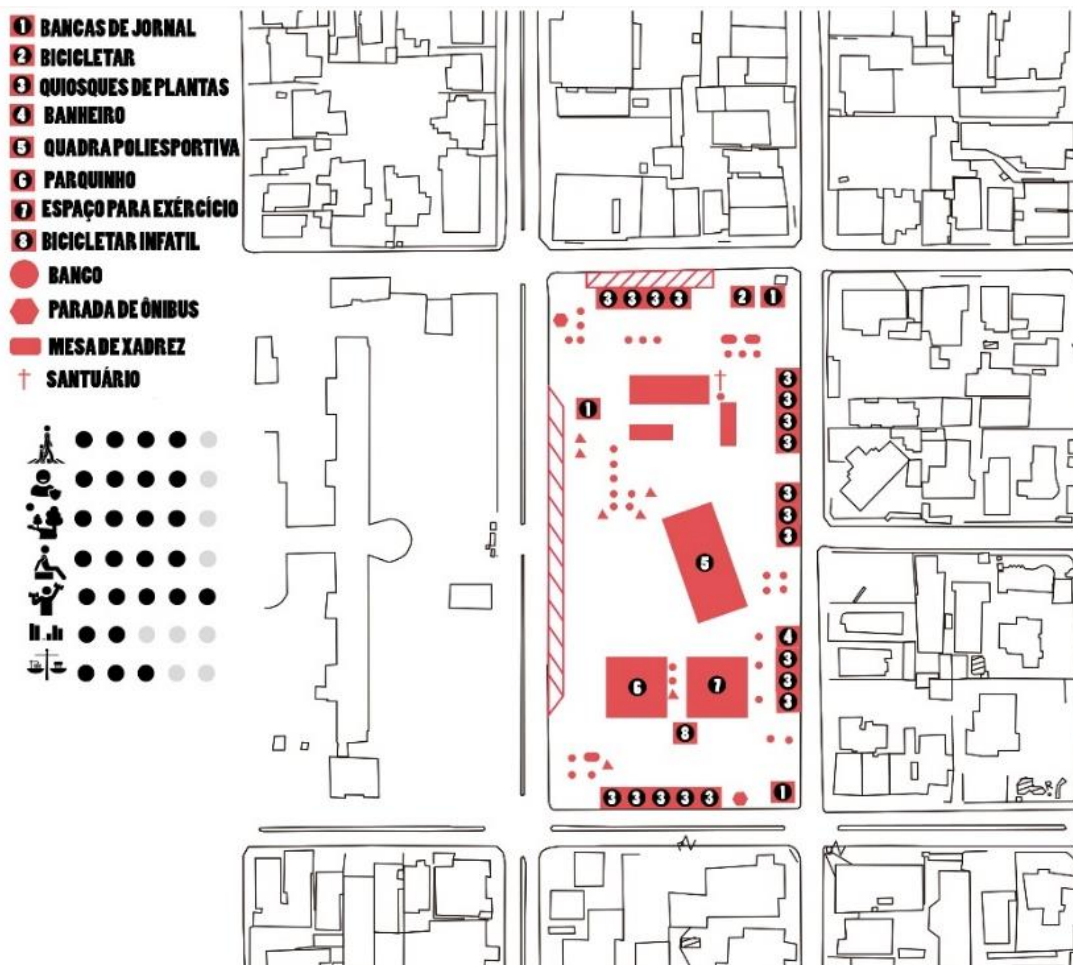
Além disso, edifícios mais recentes possuem grandes áreas de lazer com diversos equipamentos, sendo assim as pessoas acabam preferindo tais áreas privadas, muitas vezes, em virtude da ideia de insegurança no espaço urbano. Ademais, segundo Jan Gehl:

as palavras-chaves para estimular a vida na cidade são: rotas diretas, lógicas e compactas; espaços de modestas dimensões; e uma clara hierarquia segundo a qual foram tomadas decisões para a escolha dos espaços mais importantes. (2015, p. 67)

Ao que se percebe, a praça possui dimensão desproporcional à quantidade de pessoas que, segundo Jan Gehl (2015), estão dispostas à utiliza-la, ou seja, um espaço relativamente grande onde uma quantidade ainda reduzida de pessoas frequentam; um outro fator se deve a intensidade do tráfego no entorno, nos acessos demarcados pelas avenidas principais, com velocidade alta dos

veículos, onde as pessoas tendem à não perceber o espaço e, conseqüentemente, não apreciá-lo. Isso também é rebatido na quantidade de pessoas encontradas nas laterais da praça próximo às avenidas em comparação com a quantidade instalada nas ruas locais, regiões menos afetadas pela poluição sonora.

Figura 5: Mapa esquemático da situação atual da Praça das Flores

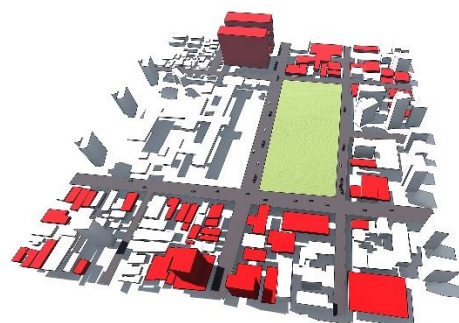
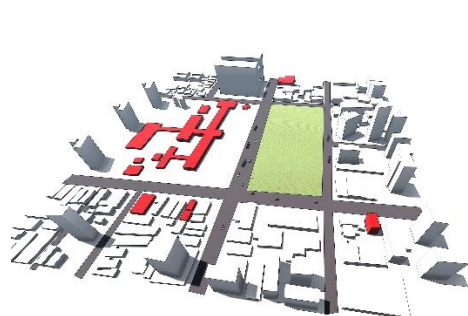


Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Figuras 6, 7, 8 e 9: Usos do entorno da praça das flores

Institucional

Comercial e serviço



Residencial

Misto



Fonte: Elaborado pelos autores, com base no Google Earth

4.2 A PRAÇA SÃO GABRIEL

A Praça São Gabriel, localizada no bairro Cocó, tendo como base a análise de campo e entrevistas realizada em diferentes dias e horários, pode-se perceber um uso considerável de maior parte por famílias que estavam passeando com seus cachorros e que moravam no entorno da praça; sendo assim, o acesso da totalidade dos entrevistados se deu a pé, devido à proximidade com suas residências. O entorno da praça é, em quase sua totalidade, residencial (ver imagem 15), indo em contrapartida com o um dos princípios de vitalidade exposto inicialmente: a necessidade de diversificação dos usos do entorno. Com base nas entrevistas, pode ser constatado que é um local utilizado bastante para descanso e prática de exercícios, que conta com equipamentos de ginástica e *playground* (ver imagem 10 e 11).

Figura 10: Equipamentos de ginástica



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Figura 11: *Playground*



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Durante a análise, foi possível perceber que, apesar de ser uma praça com pouco tempo de uso (inaugurada em 2015), o espaço recebe pouca atenção do setor público, não há policiamento no local, que é um dos fatores, além do baixo uso, que gera a insegurança da área. Além disso, foi constatado que a praça tem seu acesso dificultado para a parcela da população com mobilidade reduzida, devido

ao terreno íngreme (ver imagem 12) e a solução de projeto adotada no local; apesar de que se pode contar com a presença de piso podotátil (ver imagem 13) ao longo da praça. Um outro ponto analisado são as poucas áreas de banco que estão concentrados em uma única parte do espaço público, o que se contrapõe ao conceito de um espaço de permanência, que tem na presença de mobiliários urbanos de qualidade e bem distribuídos como fator fundamental. Há também poucas lixeiras e algumas em estado de degradação; segundo relatado na entrevista, o recolhimento do lixo se dá em um longo espaço de tempo, o que se reflete algumas vezes na poluição do local. Ademais, não são realizadas nenhuma atividade ou evento no local durante o ano.

Figura 12: Acesso à praça



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Figura 13: Piso podotátil



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Os visitantes entrevistados, em sua totalidade, consideraram o espaço agradável na maior parte do dia, há presença de vegetação abundante na praça, embora de baixo porte (ver imagem 14); a temperatura média local ficou em torno de 32° com boa ventilação e ventos entorno de 6,7 km/h (ver tabela 3). Com relação as condicionantes acústicas, a praça lida com ruídos devido à proximidade com grandes avenidas como, a Avenida Antônio Sales e a Avenida Engenheiro Santana Junior, que possui fluxo intenso de veículos (média de 59dBa); assim, aliado a vegetação de baixo porto não há a presença de elementos que sirvam como barreira acústica.

Figura 14: Vegetação



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Tabela 3: Análise climática – Praça São Gabriel

Localização	Velocidade dos ventos (Km/h)	Ruídos (dBa)	Temperatura (°C)	Temperatura Mob. (°C)
Rua Professor Francisco Gonçalves		56		53
Rua São Gabriel	7,2	56	31.6	32.8
Avenida Antônio Sales	6,12	66	32	43,2

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Desse modo, com base nas entrevistas e na análise do local, é possível compreender que a praça, embora agradável e um espaço que beneficiou um entorno predominantemente residencial, carece principalmente de manutenção e atrativos que convidem as pessoas a frequentarem o local. Entretanto, é um espaço que pode ser percebido em toda sua extensão e todo seu entorno pode ser analisado de dentro do espaço público, tornando o espaço bem definido.

Embora isso aconteça, diferentemente da Praça da Flores e Praça do Ferreira, a Praça São Gabriel acaba funcionando como um “quintal de casa” dos moradores próximos, sendo frequentado quase sempre pelos mesmos usuários em horários específicos, começo da manhã e final da tarde, segundo relato dos próprios entrevistados e nas visitas realizadas. Isso acaba tornando o espaço hostil e acontece por falta de conexão com outros espaços públicos e diversidade de usos, como foi visto nas demais praças. Além disso, há a presença de vazios urbanos próximos que, como estão, caracterizam-se como um fator agravante a segurança do local, mas que com a devida apropriação pode se tornar potencial para atrair pessoas para o entorno e conseqüentemente ao espaço público.

Cidades convidativas devem ter um espaço público cuidadosamente projetado para sustentar os processos que reforçam a vida urbana. Uma condição básica é que a vida na cidade seja potencialmente um processo de autorreforço. (GEHL, 2015, pág. 65).

Figura 15: Mapa esquemático da situação atual da Praça São Gabriel



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Figura 15, 16 e 17: Usos do entorno da Praça São Gabriel

Residencial



Institucional



Comércio e serviço



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado no Google Earth, 2018

4.3 A PRAÇA DO FERREIRA

A Praça do Ferreira, que aparece nítida no desenho da “Planta Exacta da Cidade de Fortaleza” idealizada por Herbester que foi citada anteriormente, é considerada desde 2001 marco histórico e patrimonial de fortaleza pela lei municipal 8605, tendo como marco a coluna da hora, já sofreu diversas intervenções e abriga equipamentos importantes no seu entorno.

A praça sofreu vários processos de reforma e no período pós-Segunda Guerra Mundial foi considerada coração da cidade. Desde de muitos anos ela é considerada a praça mais frequentada. Poucas são as praças que conseguiram se manter com tanto fervor ao rigoroso tempo. (Fonte: (site-Fortaleza Nobre))

Na visita a praça localizada no Centro de Fortaleza no período da tarde, pode ser constatado o intenso uso do local por pessoas de diferentes faixas etária. A praça é utilizada tanto como local de descanso, como para um local de transição. Além disso, há a presença de pessoas que utilizam o espaço como local de moradia (ver figura 18). O acesso a ela se dá em grande parte a pé, mas é possível acessar de carro, moto, ônibus e bicicleta (ver figura 19). As vias do entorno imediato são de pedra, o que favorece a redução da velocidade dos veículos.

Figura 18: Praça com moradores de rua



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Figura 19: Bicicletar



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Ao analisar o espaço, pode ser percebido uma pavimentação carente de reformas, foi encontrado algumas danificações no piso da praça (ver figura 20), além do que foi uma reclamação recorrente ao longo das entrevistas. Com relação ao conforto térmico, foi considerado razoável levando em consideração que as áreas de banco estavam em sua maior parte sombreada por árvores (ver figura 21), entretanto ainda há diversos pontos com grande incidência da luz solar. Um outro fator que contribui para esse conforto térmico é a ventilação no local, que por muitas vezes é considerada agradável. A grande parte dos entrevistados admitiram se sentir inseguros na área, alegando como um dos fatores, a falta de policiamento. Os mobiliários urbanos carecem de melhorias, alguns bancos foram considerados baixos, além disso, deve ser considerado um aumento no número de postes de iluminação e paradas de ônibus com acesso facilitado a praça.

Figura 20: Piso Praça do Ferreira



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Figura 21: Sombra em áreas de banco



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Na Praça do Ferreira são realizadas diversas atividades durante todo o ano, como pré-carnavais (ver figura 22), Natal de Luz, shows, aulas de dança e arte, além disso há no seu entorno o Cine São Luiz (ver figura 23). No entanto, há

carência de atividades para criança, brinquedos infantis e equipamentos de ginástica.

Figura 22: Palco montado para festas de carnaval



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Figura 23: Cineteatro São Luiz



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Dada sua dimensão e localização, bem como alguns de seus elementos, como a Coluna da Hora (ver figura 24), a praça pode ser percebida a distância, além do que o exterior pode ser percebido do interior. A praça tem contato visual com edifícios históricos e proximidade com comércios (ver figura 25 e 26).

Figura 24: Coluna da Hora



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

Figura 25 e 26: Comércio e edifícios históricos



Fonte: Arquivo pessoal, 2018

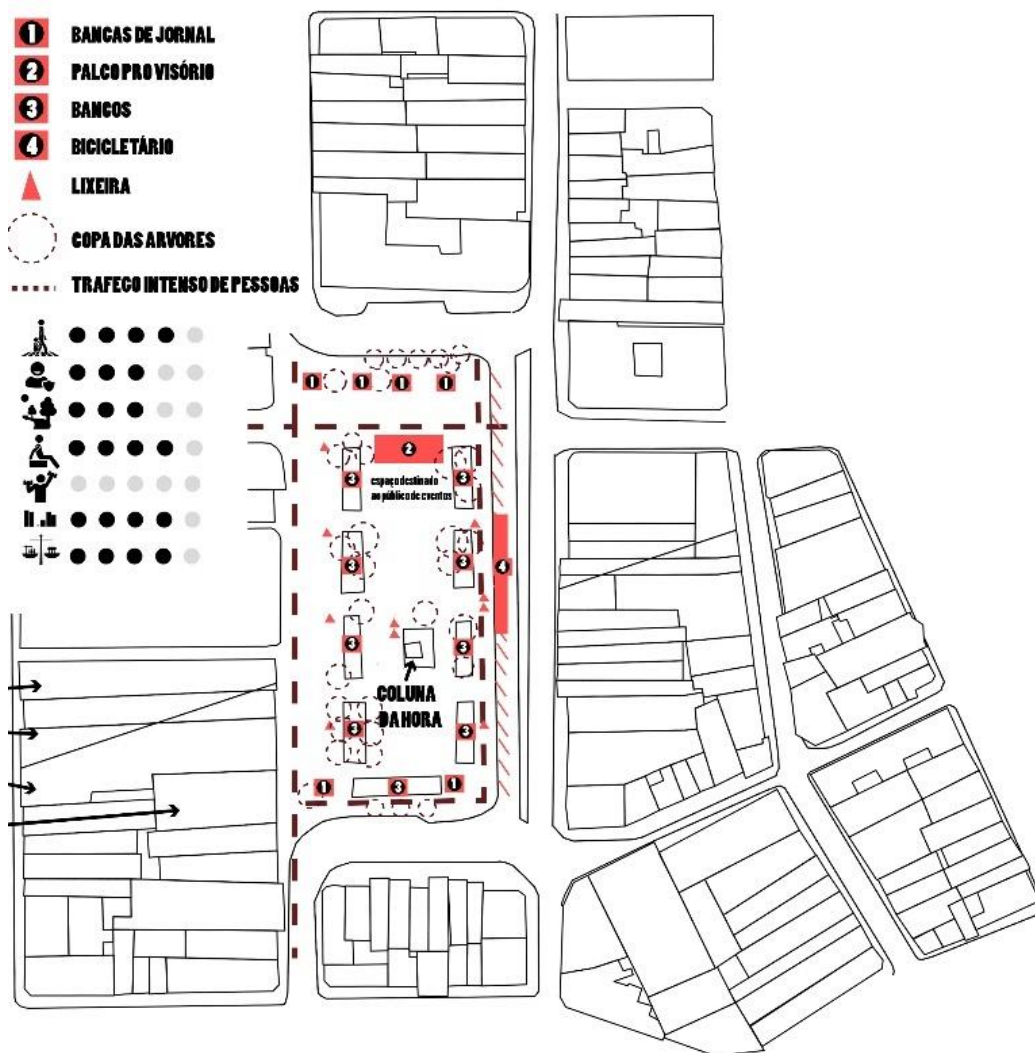
No local, em visita realizada no começo da tarde por voltas de 12:40 no mês de março, foi encontrado uma temperatura média de 29° (ver tabela 3), boa ventilação, árvores de médio porte, locadas em pontos específicos, como já citado. O espaçamento entre elas foi de 5m à 7m com sombreamento, segundo a projeção no solo, considerado razoável.

Tabela 3: Análise climática – Praça do Ferreira

Localização	Velocidade dos ventos (Km/h)	Ruídos (dBa)	Temperatura (°C)	Temperatura Mob. (°C)
	72	71	33	60,5
Rua Floriano Peixoto	10,02	72	31,2	60,5
	10,8	71,5	31	31
Cine São Luiz	14,4	73,5	30,8	

Desse modo, conclui-se que a Praça do Ferreira pode ser considerada um espaço convidativo em boa parte do dia; possui atividades sociais e de lazer; é um espaço bem definido, podendo ser percebido em toda sua extensão e usada para diversos fins.

Figura 27: Mapa esquemático da situação atual da Praça do Ferreira



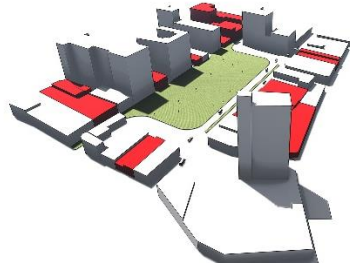
Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Figura 28, 29 e 30: Usos do entorno da Praça do Ferreira

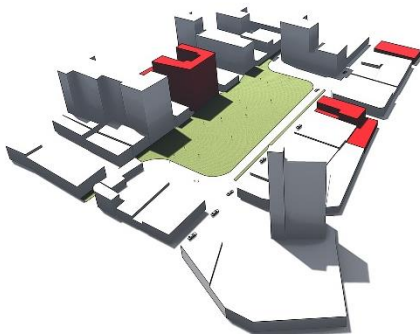
Misto



Comercial e Serviço



Institucional



Fonte: Elaborado pelos autores, baseado no Google Earth

5 UMA PROPOSTA DE PRAÇA VIVA

Levando em conta a problemática de cada praça, foi elaborada uma proposta de intervenção conceitual baseando-se na tabela síntese elaborada (ver tabela 1), objetivando estimular a vida dos espaços públicos apresentados nesse artigo.

5.1. A Praça das Flores

Figura 31: Mapa esquemático da proposta para a Praça das Flores



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Figura 32: Pista de skate



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

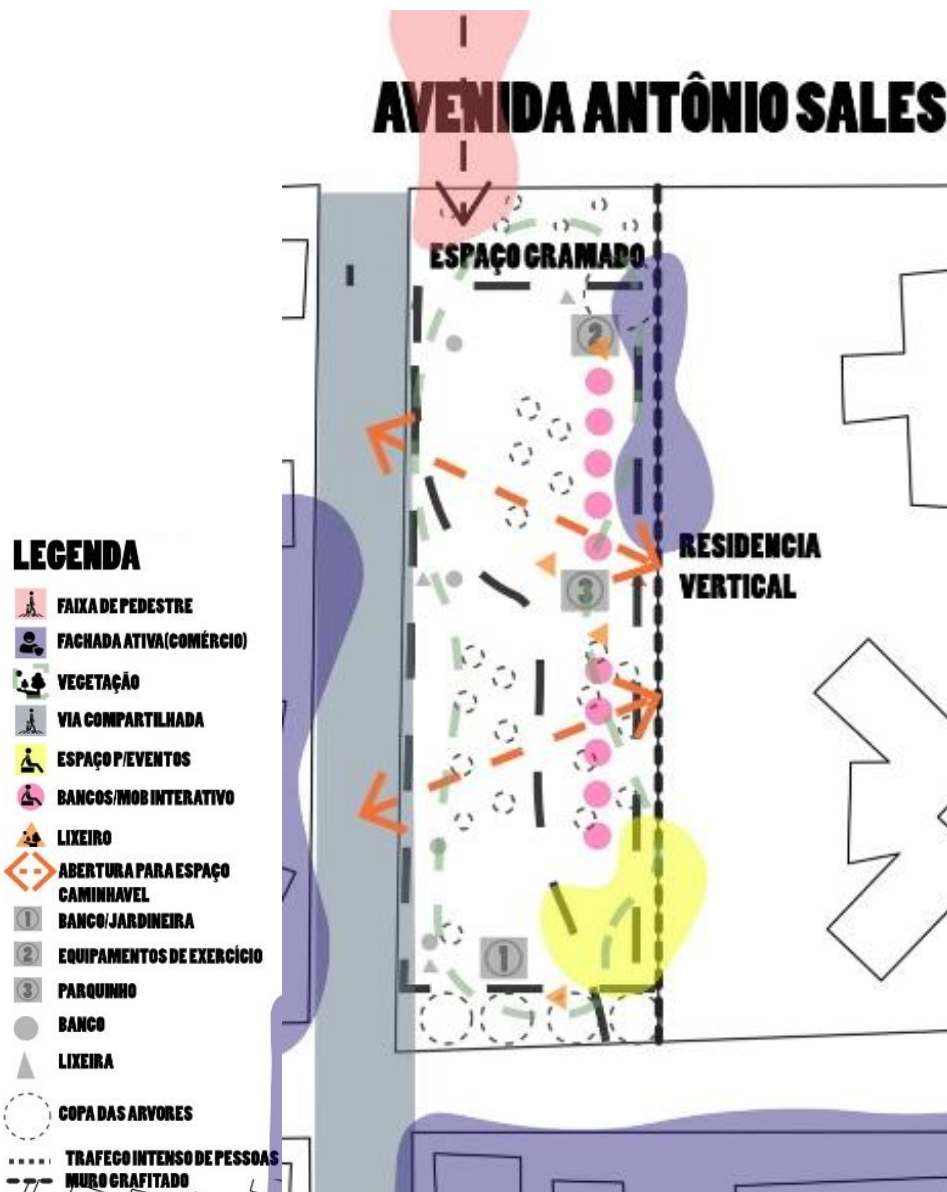
Figura 33: Bancos que estimulam conversação



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

5.2. Praça São Gabriel

Figura 34: Mapa esquemático da proposta para a Praça das Flores



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Figura 35: Cinema ao ar livre



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Figura 36: Palco para eventos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Figura 37: Mobiliário interativo



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

5.3. Praça do Ferreira

Figura 38: Mapa esquemático da proposta para a Praça do Ferreira



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Figura 39: Mobiliário Lúdico



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Figura 40: Bancos



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

Figura 41: Equipamentos de ginástica



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018

6 CONCLUSÕES

Os espaços públicos são fundamentais para a vivacidade do meio urbano. Com base no que foi retratado ao longo do artigo, podemos compreender que as praças em estudo na cidade de Fortaleza não podem ser classificadas como praças completamente “fantasmas”, isto é, sem uso, pois todas as praças em questão estão, em um determinado tempo do dia, sendo utilizadas. No entanto, são espaços livres públicos subutilizados, se considerarmos o seu potencial, com a intensidade de uso variando em cada caso.

A utilização das Praças retratadas no estudo de caso, está relacionada diretamente ao uso do entorno, ao programa oferecido pelo espaço e sua localização na malha urbana. Nas análises expostas, a Praça das Flores foi a que apresentou maior apropriação considerando esses fatores e está inserida em uma área consolidada da cidade. A Praça do Ferreira, com o entorno predominantemente misto, foi a que apresentou maior número de pessoas usufruindo do espaço, no

entanto esse uso intenso acontece predominantemente durante o dia. A Praça São Gabriel, entre as três, é a que apresentou maior grau de subutilização.

Ao analisar essas praças, tendo como base os conceitos de espaços livres públicos vivos que foram sintetizados nos sete critérios abordados ao longo do artigo, foi possível compreender ao que se deve a sua baixa utilização. Dentre esses critérios, a segurança no espaço urbano foi o fator que mais implicou no nível de vivacidade. No entanto, para que haja segurança é necessário pessoas nas ruas e para isso é preciso pensar nas praças não apenas como elementos embelezadores da cidade, mais como locais que atendam às necessidades dos usuários em cada contexto, visto que atividades realizadas em praças, juntamente com a qualidade do mobiliário urbano e o local da qual a praça esteja inserida, são fatores que vão proporcionar melhores sensações no espaço. Tendo um grande potencial em estimular as pessoas a frequentarem e permanecerem no local.

Fortaleza sofreu diversas transformações ao longo dos anos. Há algum tempo era hábito se arrumar para ir a uma praça as quais eram tidas como principal ponto de encontro na cidade; além disso, era comum sentar-se na calçada de casa para apreciar a paisagem ou conversar com vizinhos, percebendo-se, a partir do estudo apresentado, que o nível de relação das pessoas com a cidade reduziu de forma considerável ao longo dos anos. A cultura de se fechar em um ambiente privado, como os *shoppings centers* está comprometendo a vivacidade de alguns desses espaços públicos, principalmente quando se há uma escala intimidadora, com grandes prédios da qual são muitas vezes autossuficientes e suprem, de forma lamentável, a vivência e o convívio social no ambiente público.

Seguindo a visão dos atores abordados ao longo do estudo e tendo como base principal Jan Gehl, as propostas conceituais apresentadas surgiram como tentativa de estimular a vida nos espaço das praças de Fortaleza, reativando os antigos hábitos da população que utilizavam as praças com maior frequência, fazendo com que a praça cumpra o papel de receber uma maior variedade de usuários e assim poder suprir as suas necessidades e, de fato, fazer com que as pessoas se apropriem do espaço. Como a base teórica foi de autores do hemisfério norte, não tem como afirmar precisamente se esses conceitos iram funcionar como previstos na proposta, mas há uma tentativa de melhor estabelecer a vitalidade urbana tendo como modelo ideias que se aplicaram bem em outros países.

7 REFERÊNCIAS

ALVES, Marco Aurélio de Andrade. Das antigas praças da cidade de Fortaleza a contemporânea praça de Fátima: entre usos e (re)apropriações nos espaços sínteses de hibridizações / Marco Aurélio de Andrade Alves. – 2012.

GEHL, Jan. Cidade para pessoas. 3. ed. São Paulo: Perspectiva S.a., 2015.

GREMION, Núbia. CIDADE, FACHADAS ATIVAS, URBANO: Fachadas Ativas: Saúde Urbana/ Humana. 2016. Disponível em:
<<https://esquinau.wordpress.com/2016/09/17/fachadas-ativas-saude-urbana-humana/>>. Acesso em: 20 fev. 2018.

HANNES, Evy. Espaços abertos e espaços livres: Um Estudo de Tipologias. São Paulo, 2016.

HIJIOK, Akemi et al. Espaços livres e espacialidades da esfera de vida pública: uma proposição conceitual para o estudo de sistemas de espaços livres urbanos no país. São Paulo, 2007.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LAMAS, J. M. R.G. Morfologia urbana e desenho da cidade. Fundação Calouste Gulbenkian e Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, s/d.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. Praças brasileiras. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo - Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. A cidade como um jogo de cartas. São Paulo, Projeto, 1988.

Ver como citar os diversos tipos de referências neste documento elaborado pela Biblioteca da Unichristus, disponível em: <http://goo.gl/tDKHBT>.

O PAPEL DO PLANEJAMENTO URBANO NO USO DA BICICLETA COMO MODAL DE TRANSPORTE

Sainte Honório Araújo¹

Kelma Pinheiro Leite ²

RESUMO

O presente estudo discute sobre a problemática que as grandes cidades vêm enfrentando de grandes congestionamentos, resultado do excesso dos automóveis motorizados. Como também o planejamento urbano, que tem a função, principal, de gerenciar todo esse processo, por consequência, mostrando dados benéficos os em prol das bicicletas. O objetivo geral da pesquisa é investigar o papel do planejamento urbano no uso da bicicleta como modal de transporte, e um dos objetos de pesquisa é estudar cidades que obtiveram sucesso nesse ramo, dentre elas: Amsterdam, Bogotá, Copenhague, Fortaleza e Medellín. Para o método da pesquisa foram usados a estudos bibliográficos, para cidades fora do Brasil, e bibliográfica documental com observação direta, para o caso de Fortaleza. O motivo desse estudo é mostrar como um bom desempenho no planejamento urbano fornece igualdade dentro do setor de mobilidade. A partir dos resultados, foram adquiridas informações distintas de cada cidade, onde foi possível observar iniciativas prós e contras, e também, compará-las entre si. Em virtude do que foi mencionada, a população tem tomado consciência do uso da bicicleta, devido o tempo que se perde em trânsito e consciência ambiental, que por meio de campanhas, este modal compartilha do cenário das cidades grandes.

Palavras-chave: Bicicletas Compartilhadas. Planejamento Urbano. Cidade.

¹Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS). Graduanda em Arquitetura e Urbanismo. E-mail: honoriosainte@gmail.com

² Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS). Arquiteta e Urbanista. Mestra em Construção Civil pela UFC. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo. E-mail: kemapinheiro@gmail.com

ABSTRACT

The present study discusses the problematic that big cities are facing: the excess of motorized automobiles. As well as urban planning, which has the main function of managing this whole process, therefore, showing beneficial data in favor of bicycles. The general objective of the research is to investigate the role of urban planning in the use of bicycles as a mode of transport, and one of the objects of research is to study cities that have been successful in this area, among them Amsterdam, Bogota, Copenhagen, Fortaleza and Medellin. For the research method, bibliographical studies were used for cities outside Brazil, and documental bibliography with direct observation, for the case of Fortaleza. The reason for this study is to show how good performance in urban planning provides equality within the mobility sector. From the results, different information was acquired from each city, where it was possible to observe pros and cons initiatives, and also to compare them with each other. Because of what has been mentioned, the population has become aware of the use of the bicycle, due to the time lost in traffic and environmental awareness, that through campaigns, this modal shares the scenario of biggest cities.

Keywords: Shared Bicycles. Urban Planning. City

1 INTRODUÇÃO

A definição da palavra mobilidade, de acordo com o dicionário Aurélio, é: “s.n facilidade para se mover, para ser movido. / Facilidade para mudar de expressão”. Logo, vemos que mobilidade urbana significa mover-se na cidade com facilidade (SANCHES, 2014). A problemática da mobilidade urbana nas grandes cidades tem ocorrido principalmente pela priorização do uso de meio motorizado individual, causando congestionamentos e modificando o modo de vida de seus moradores.

No Brasil, isso tem ocorrido devido à necessidade de altos investimentos no transporte público, como também, porque o Governo vê no transporte individual uma a

ampliação da arrecadação de impostos. Contudo, o transporte individual também requer investimentos, tais como alargamentos de vias, viadutos, túneis, etc, gerando efeitos negativos na vida urbana. Segundo a Organização Mundial da Indústria Automobilística (OICA), em 2010 foram contabilizados em torno de 1 bilhão de carros. Já no Brasil, segunda a pesquisa, já alcança 45.444.387 automóveis, tendo em proporção 1 carro para cada 4 habitantes (figura 01).



Figura 01: Quantidade de automóveis por região.

Fonte: <http://g1.globo.com/carros/frota-carros-motos-2013/>,

acesso em 22 de abril de 2018

Segundo pesquisa feita pela Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (Cetesb) em 2010, consta que São Paulo possui 90% da atmosfera poluída, provocada pela emissão de gases veiculares. Dentre as consequências, podemos citar as ilhas de calor, doenças respiratórias e a degradação da flora existente.

O planejamento urbano, através dos seus instrumentos (plano diretor e planos setoriais), tem contribuição direta nesse processo em como a cidade se transforma, uma vez que ela é um reflexo deste planejamento. Os instrumentos municipais têm como função organizar a cidade e otimizar os espaços a fim de que todos tenham qualidade de vida e acesso a todos os serviços, que por consequência, afeta no desenvolvimento econômico da cidade.

As cidades desempenham papéis diversos, tais como, troca de serviços, bens, geração de conhecimento, cultura, lazer etc. Para tanto, temos como instrumento de viabilização dessas atividades a mobilidade urbana. O meio de locomoção depende de

vários fatores, por exemplo, a dimensão do espaço urbano, a complexidade das atividades, e a disponibilização do serviço de transporte (PAPPA; CHIROLI, 2011).

Pode-se apontar como problemas da mobilidade urbana no Brasil: a) a má qualidade do transporte público no Brasil; b) o aumento da frota de transporte individual motorizado, decorrente do aumento da renda per capita e da redução de impostos para aquisição de carros (ver figura 02); c) concessão de mais crédito ao consumidor; d) herança histórica da política rodoviária do País. Ressalta-se também a necessidade de uma melhor adequação das calçadas tornando-as niveladas e confortáveis aos pedestres de forma geral, principalmente para garantir acessibilidade universal.

Para Alves (2014) p. 12, “Investir em infraestruturas rodoviárias para resolver os problemas do congestionamento tem o mesmo efeito que desapertar o cinto para tentar reduzir a obesidade”. Esse modelo prioriza o transporte automotor privado, o que reflete na questão do espaço cedido a essa forma de transporte, ou seja, ruas cada vez mais largas para esses veículos em detrimento do espaço para pedestre (calçadas), ciclista e transporte público, estes cada vez mais reduzidos.

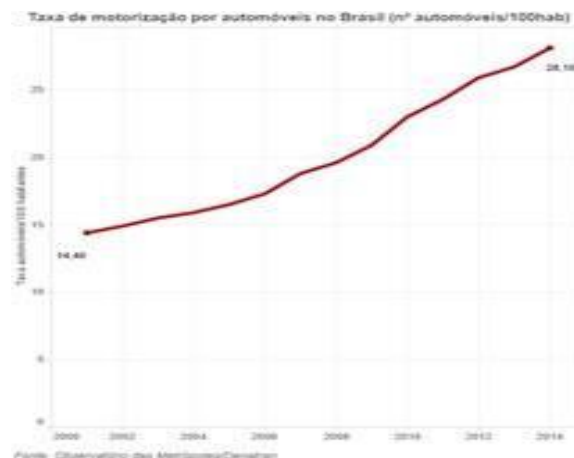


Figura 02: Taxa de motorização no Brasil.

Fonte: <http://blogs.oglobo.globo.com/na-base-dos-dados/post/taxa-motorizacao-do-brasil-atinge-novo-recorde.html>

acesso em 22 de abril de 2018.

Além dos problemas apontados no parágrafo anterior, o aumento da frota frequentemente não é acompanhado de uma melhoria e ampliação da infraestrutura viária, ou de uma melhoria do transporte público, assim como do planejamento e legislação urbana (SILVA e SILVA, 2016). De certo modo, isso decorre em razão da ausência ou da

desestruturação dos órgãos de planejamento e gestão de transportes urbanos federais e estaduais. Como também, percebe-se que a legislação urbana acaba por priorizar o carro no sistema urbano refletindo na arquitetura, no urbanismo e na engenharia urbana, contribuindo com o projeto de cidades para os automóveis, negligenciando pedestres ou o adensamento em cidades mais compactas.

As mudanças e os problemas estão presentes de maneiras distintas nas cidades ao redor do mundo, porém também estão interligados a processos globais. Deve-se investigar se conceitos, respostas ou tecnologias urbanas, tais como o uso da bicicleta, que funcionam bem em contextos urbanos diversos, são eficazes em realidades urbanas latino-americanas, considerando as divergências culturais, econômicas, históricas, políticas, físico-espaciais e condicionantes ambientais, entre outros. Nesse contexto, a pesquisa científica pode contribuir com informações e estudos para subsidiar propostas urbanas futuras, através de indicadores urbanos e mapeamentos que retratem a dinâmica urbana e propor diretrizes.

A pesquisa tem como objetivo geral **investigar o papel do planejamento urbano no uso da bicicleta como modal de transporte**. Para que sejam alcançados tal finalidade segue-se objetivos específicos, tais como: (1) investigar o uso dos modais de transporte nas cidades de Fortaleza, Bogotá, Copenhague e Amsterdam; (2) Analisar como os planos urbanísticos das cidades de Fortaleza, Bogotá, Copenhague e Amsterdam tratavam os sistemas de transporte, em especial a bicicleta; (3) comparar o papel do planejamento urbano no uso da bicicleta entre as cidades de Fortaleza, Bogotá, Copenhague e Amsterdam.

A motivação do presente estudo investiga cidades que são destaque em soluções de mobilidade urbana com uso da bicicleta como modal de transporte. Essa análise envolve características relevantes, tais como a topografia, clima, densidade demográfica e entre outros. Após esse levantamento de características, é analisado como o planejamento urbano foi aplicado no incentivo ao uso da bicicleta, obtendo sucesso em diferentes cidades. O estudo também discute a diversidade de modais de transporte dentro da cidade e os benefícios tanto para os cidadãos quanto o meio ambiente.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Mobilidade

É observado em diferentes categorias, infinitos benefícios quando implementam um sistema de bicicletas compartilhadas como, benefício para os usuários, meio ambiente, custo- benefício, tempo e para cidade. Para os usuários, a vantagem é vista na área da saúde que motiva o pedalo como atividade física, que por consequência diminui a porcentagem de doenças cardíacas, obesidade, etc, tendo também, para o meio ambiente pois a medida que aumenta o número de ciclistas e diminui a emissão de gás de CO², de acordo com a Prefeitura de Fortaleza (2017) o biciletar, sistema de bicicleta compartilhada de Fortaleza, já deixou de ser emitido mais de 668 toneladas de gás carbônico na atmosfera.

Na situação financeira esse projeto é classificado de baixo-custo pois o material é mais acessível. O tempo é um grande aliado a esse sistema, pois tem prazos menores da instalação à repercussão do público. Segundo Gauthier et al. (2014) as bicicletas também beneficiam a cidade, a modo de reduzir o congestionamento e melhorar a qualidade de ar; aprimorar a acessibilidade geral; aumenta o alcance dos sistemas de transportes; e melhora a imagem do ciclismo.

Economicamente os objetivos estratégicos das bicicletas compartilhadas perante a cidade, são vantajosos. Segundo Gauthier et al. (2014) a política de mobilidade urbana sustentável pode auxiliar no transporte do passageiro nos veículos de massa em trajetos entre uma estação ou destino final, assim como foi feito em São Francisco, CA; minimizar o impacto da superlotação em veículos de massa, o que houve em Guangzhou, China; atender as metas de diversificação modal ou/e reduzir a poluição do ar na cidade, tal como Paris; promover o turismo, assim como China e Paris e gerar mais empregos que ocorreu em Hangzhou.

2.2 A bicicleta como transporte

A bicicleta é um transporte composto por duas rodas, um quadro, um guidão onde o usuário precisa exercer força para movê-la através dos pedais. As primeiras ideias

do veículo, muito parecidas com as atuais, foram feitas pelo o inventor Leonardo da Vinci. A construção da primeira bicicleta foi realizada pelo o alemão Barão Karl von Drais em 1818 de acordo com Manfiolete e Aguiar (2013). Em 1855, a prefeitura de Paris criou caminhos especiais para que charretes e bicicletas andassem em lugares diferentes, dando indícios das primeiras ciclovias, como relata Manfiolete e Aguiar (2013). Ao entrar no século XIX, o declínio da bicicletas grandes começa devido à segurança. Portanto, passam a ser fabricadas as bicicletas que conhecemos hoje com 2 rodas, guidão e pedais à alcance das pernas do usuário (MANFIOLETE E AGUIAR, 2013). Na figura 02, temos um resumo da evolução da bicicleta.

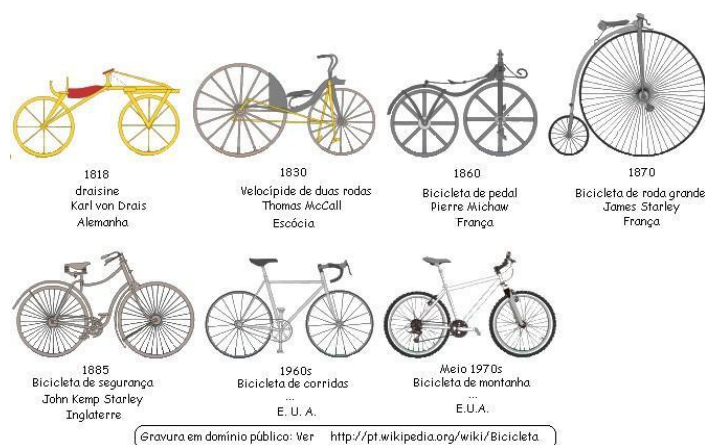


Figura 02: Evolução da bicicleta.

Fonte: <http://www.cicloativismo.com/porque-a-bicicleta/historia-da-bicicleta/>, acesso em 25/06/2018

A primeira geração de bicicletas compartilhada foi sugerido em Amsterdam (ITDP, 2014) com a ideia de colocar bicicletas em pontos diferentes para incentivar deslocamentos em pequenos trechos, contudo não foi aprovado. Um pouco similar a esse primeiro sistema de bicicleta compartilhada, foi o aluguel da mesma, na cidade de Cambridge (ITDP, 2014) onde o usuário, através de um documento, poderia alugar a bicicleta, porém deixando-a no mesmo lugar em que foi retirada. Já na segunda geração, o pedestre faz a retirada da bicicleta em um paraciclo, em que é preciso colocar uma moeda para a bicicleta ser liberada, e devolvendo em locais distintos

A terceira geração passa a utilizar a tecnologia da época e, em decorrência a isso, o sistema torna-se mais seguro, mais controlado, mais monitorado, e também mais cobrado a partir do uso de um cartão recarregável e identificável onde era gerado uma multa no cartão de crédito em caso de atraso na entrega da bicicleta (ITDP, 2014). Para a última geração, são utilizados cartões integrados aos outros meios de transporte públicos

e sendo recarregáveis; criadas estações móveis e modulares, para a fácil remoção e otimização da demanda; o uso de painéis solares para alimentar a estação sem fio; e a acessibilidade aos vários canais de informação, em tempo real, para o usuário (ITDP, 2014).

O planejamento para implementar bicicletas compartilhadas envolve os seguintes critérios: (I) realização de um estudo de viabilidade; (II) planejamento detalhado e projeto conceitual; e (III) elaboração dos planos de negócio, de acordo com Gauthier et al. (2014)

O estudo de viabilidade, é uma pesquisa de análise de todos os pontos relevantes para a aplicabilidade do sistema de bicicleta compartilhada. O estudo conta com etapas de análise para uma futura implementação: a) Análise da demanda; b) Análise da viabilidade financeira; c) Análise dos riscos e barreiras (ITDP, 2014). O planejamento detalhado e projeto conceitual especifica o local e tipologia das estações; o software de controle; os equipamentos, o projeto da estação; outros. O ideal é que haja planejamento com a participação da comunidade; No final, a mesma administração elabora o plano de comunicação, marketing, marca e identidade visual. O modelo de negócio vai administrar e organizar os fluxos da receita entre a operadora e o governo com objetivo de equilibrar os custos, recursos e lucros (ITDP, 2014).

Para a escolha de um bom local toma-se os seguintes critérios: Densidade de estações como, 1 a cada 300m; priorizar a locação de estações próximas a estações de transporte público, como forma de complementar; sempre que possível as estações estarem próximas ao longo de ciclovias, ciclofaixas, etc; implantar em lugares com infraestrutura mista (comércio e residência) para ter uso, tanto no dia quanto a noite; e evitar colocar em locais próximo a barreira física da cidade tais como, trilhos e trem, viadutos, etc (ITDP, 2014).

3 MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa através da análise dos estudos de caso (cidades de Amsterdam, Bogotá, Copenhague, Fortaleza e Medellín). A coleta de dados

será através de pesquisas bibliográficas, para cidades fora do Brasil, e bibliográfica, documental e observação direta, para o caso de Fortaleza. Será produzido um instrumento de compilação dos dados que será utilizado na etapa final de análise dos planos urbanísticos.

O trabalho foi dividido nas seguintes etapas: (1) problematização do tema da pesquisa; (2) referencial teórico envolvendo a história da bicicleta, história da bicicleta como transporte, mobilidade e sistema de bicicleta compartilhada; (3) levantamento de dados, tais como estações de bicicleta compartilhada, ciclovias, ciclofaixas, ciclorrotas, população, topografia, clima, área das cidades, total de bicicletas, carros, tempo de deslocamento; (4) estudo dos planos de mobilidade; (5) estudo de caso em um bairro de Fortaleza (TOD); (6) conclusão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Informações Gerais sobre Amsterdam, Bogotá, Copenhague, Fortaleza e Medellín

O quadro 01 apresenta um resumo comparativo das cidades estudadas trazendo informações sobre população, área da cidade, quantidade de estações e total de bicicletas, além do indicador quantidade de estações de bicicletas compartilhadas por habitante. Bogotá é a 5ª cidade mais populosa do mundo, enquanto Fortaleza é a 17ª e Medellín a 20ª. No quadro, destaca-se que em todas as cidades há intervenção do poder público para o sistema de bicicletas compartilhadas e que Copenhague e Amsterdam possuem os índices mais elevados de estações por quilômetro quadrado.

Nome das cidades	Área (Km ²)	População (milhões)	Quantidade de estações	Total de bicicletas	Público ou Privado	Estações/K m ²
Copenhague	88,25	583.525	110	~1018	púb./priv.	1,25
Amsterdam	219,3	821.752	300	880.000	-	1,37
Bogotá	1.775	8.081.00	-	-	púb./priv.	-
Medellín	380,6	2.464.00	54	~164	público	0,14
Fortaleza	314,93	2.627.00	85	800+274	púb./priv.	0,27

Quadro 01: Comparativo área das cidades, estações e população. Fonte: as autoras.

O quadro 02 mostra que Fortaleza é a cidade com menor indicador de ciclovias, apesar de ter uma quantidade expressiva de ciclofaixa. Contudo, cabe destacar que a ciclovias propicia mais segurança para o ciclista. Ainda, Fortaleza possui um terço da população de Bogotá, porém a frota de carros é equivalente a 87% da capital da Colômbia mostrando uma grande quantidade de veículos motorizados individuais.

Cidades	Carro	Ciclovias (km)	Ciclorrotas (km)	Ciclofaixa (km)
Copenhague	252.00	390	43	23
Amsterdam	220.000	500	-	-
Bogotá	677.150	392	-	-
Medellín	~274.150	-	56	-
Fortaleza	591.119	101,5	0,7	115,8

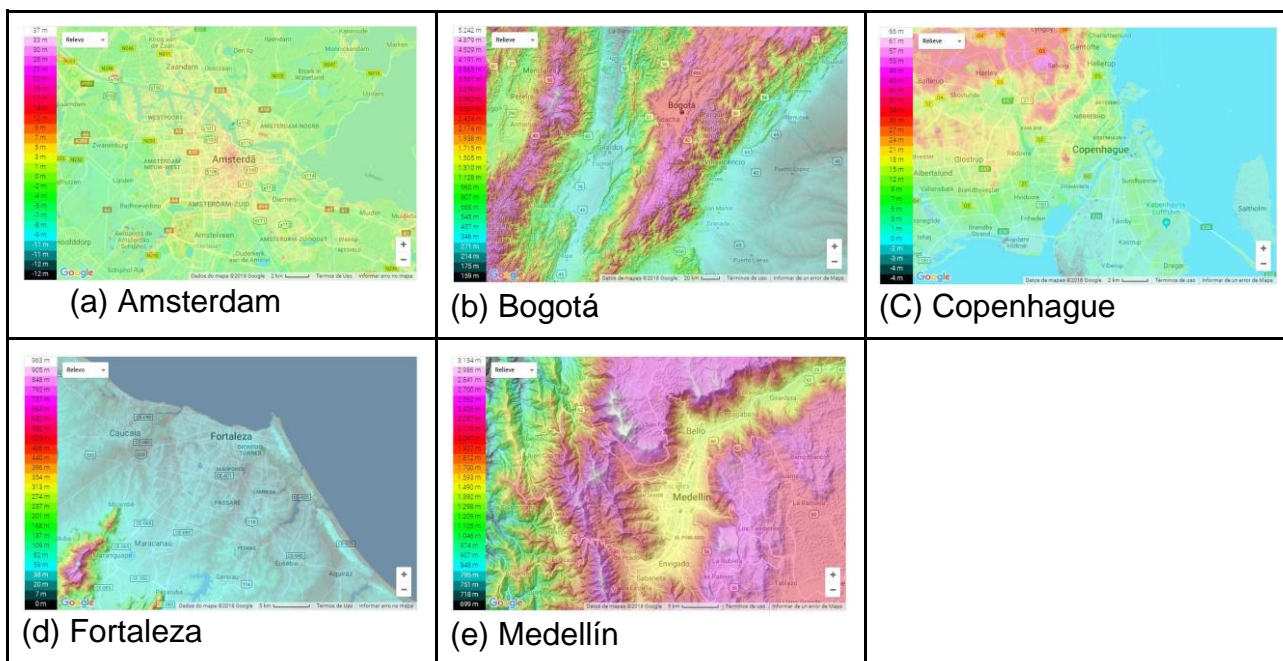
Quadro 02: Ciclovias, ciclorrotas e ciclofaixas. Fonte: as autoras

A tabela 1 compara dados climáticos das cidades (temperatura média e pluviometria anual). Ressalta-se que em Fortaleza o período chuvoso é concentrado nos quatro primeiros meses do ano, sendo uma barreira para o ciclista nesse período.

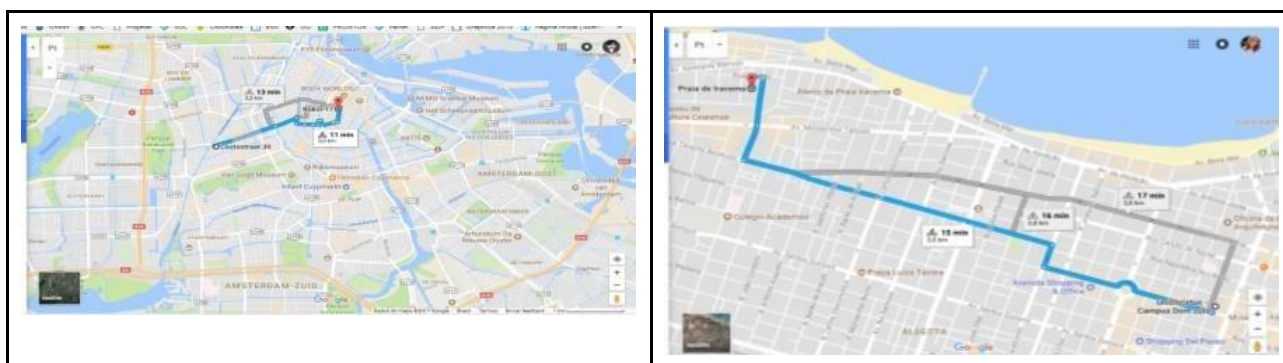
Cidades	Temperatura Média (°C)	Pluviometria anual (mm)
Amsterdam	9,2	805
Bogotá	13,5	866
Copenhague	8,4	621
Fortaleza	26,3	1448
Medellín	21,6	1.612

Tabela 1: Climograma. Fonte: <https://pt.climate-data.org/>, acesso em 17/04/2018.

Na figura 03, podemos comparar a topografia das cidades pesquisadas. E na figura 04, verificamos que o tempo de deslocamento de bicicleta nas cidades Amsterdam e Fortaleza são equivalentes.



Fonte: topographic-mao.com, acesso em 06 de dezembro de 2017



4.2 Planos das cidades pesquisadas

Segundo Boareto (2009), as ciclovias e ciclorrotas em uma grande cidade deve estar integradas seguindo um plano diretor composto de 3 programas principais: (1) Programa de Gestão; (2) programa de intermodalidade; (3) programa de educação.

4.2.1 Fortaleza

A cidade de Fortaleza tem priorizado, nas últimas décadas, o transporte motorizado individual, seguindo a tendência nacional, tendo a sétima frota de veículos do país e a maior do nordeste, apesar das inúmeras possibilidades de locomoção, tais como, transporte sobre trilhos, skates, patins e bicicleta, que são beneficiados com topografia da cidade predominantemente plana. Mesmo com algumas alterações estruturais implementadas pelo poder público municipal, como a ampliação de avenidas, binários ou a

construção de túneis e viadutos, muitos problemas não foram solucionados. Este cenário está exigindo novas formas interpretativas das políticas urbanas e a adoção de novas estratégias de transformação da cidade abertas a uma sistemática renovação de pensamento organizacional, planejamento e gestão das cidades (SILVA e SILVA, 2016).

Destaca-se que Fortaleza é uma cidade predominantemente plana, e possui estação chuvosa curta e concentrada (a chamada “quadra invernososa”), favorecendo a utilização da bicicleta como modal de transporte, como se pode observar diariamente principalmente através dos fluxos de trabalhadores no início da manhã e final da tarde nas principais vias do centro urbano expandido da cidade e de ligação entre bairros periféricos (PLANMOB, 2015). O Plano Diretor Cicloviário Integrado (PDCI) de Fortaleza foi concluído em julho de 2013 e aprovado por lei nº 10.303/2014, que institui a Política de Transporte Cicloviário e aprova o PDCI, definindo o planejamento da malha cicloviária de Fortaleza (PLANMOB, 2015). Este PDCI será analisado nesta pesquisa e comparado com os planos cicloviários das cidades desta pesquisa (Bogotá, Amsterdam e Copenhague)

No cenário que Fortaleza vinha apresentando com grande desenvolvimento, o processo de motorização passou a ser acelerado para alcançar o desenvolvimento da mesma, concomitantemente, a diminuição dos uso do transporte público em paralelo a negligência dos motorista com os modos não motorizados (bicicletas e pedestres).

Até de julho de 2013 no município de Fortaleza só apresentava 73 km de malha cicloviária, o que era pouco em relação a 4.000km de vias para os demais transportes, junto a isso também mostrava-se precário a sinalização, segregação dos espaços entre outros, que por consequência gerava a insegurança nos usuários para usar o modal, e muitas das vezes este meio de transporte não é considerado como um transporte digno, mas sim, como de lazer como é visto pela a sociedade, segundo (PLANMOB, 2015). No ano de 2014 pode ser apontado como um marco para a Cidade. A gestão da época disseminou a oportunidade da entrada do transporte e ações que pudesse integrá-lo às vias, para mitigar com os problemas de congestionamentos, as ações eram no que diz a respeito à educação e fiscalização no trânsito, conforme no (PLANMOB, 2015).

De acordo com o (PLANMOB, 2015) a cidade apresenta deslocamentos em busca de emprego, educação no pico da manhã, essas viagens são mais em direção Norte e Nordeste para áreas que ofertam mais emprego, já no Oeste e sul coincidem com áreas de maior população. Na cidade de Fortaleza, com base na interpretação dos dados e

informações contidos no Plano diretor cicloviário integrado (PDCI, 2015), pode-se inferir que os aspectos socioeconômicos em relação aos bairros periféricos indicam uma caracterização de maior usuários por parte do transporte alternativo.

Esse mesmo PDCI (2015) tem como instrumento mais importante a malha cicloviário, onde o mesmo define uma rede de 524km, tendo ciclovias (122km), ciclofaixas (122km), passeios compartilhados e zonas 30 (4 km). Outra ação prevista no PDCI (2015), para complementar a infraestrutura cicloviária é a locação de paraciclos e bicicletários, onde a prioridade de locar são nas principais vias e pontos da cidade, também, é proposto no plano o mínimo de vagas necessárias para equipamentos públicos e privados, tais como parada de ônibus, estação de trem ou metrô, praças, parques, instituições de ensino, centros comerciais. Do mesmo modo, o PDCI (2015) promove o modal a partir de diretrizes, são elas: adequação de pavimento, sinalização, drenagem, paisagismo, segregadores e outros elementos; implantação de bicicletas compartilhadas; readequação de infraestrutura existente; incentivo e fiscalização, ações educativas e criação de uma unidade gestor do modal.

A fim disso, a (LUOS, 2017) de Fortaleza orienta que de acordo com o Art. 255, no inciso 9, o número mínimo de vagas das bicicletas é definido obedecendo a Lei Municipal nº 10.303/2014 (Plano Diretor Cicloviário Integrado).

A mesma Lei conforme o anexo IV, estabelece a quantidade mínima de vagas por equipamentos, como foi dito, contudo a lei não apresenta quantidade mínima de vagas para construção civil, uma vez que a LUOS é um instrumento que alega a quantidade de vagas para veículos.

4.2.2 Bogotá

A cidade Bogotá (Colômbia) possui aproximadamente sete milhões de habitantes e vem se destacando pela sua intensa transformação urbana nos últimos anos. A partir do plano diretor de Bogotá de 1998, priorizou-se a construção de uma rede cicloviária que hoje conta com quase 400 km de vias exclusivas para ciclistas, dentre outras ações de mobilidade e melhorias urbanas e de qualidade de vida. Este plano cicloviário, segundo Santana (2008, p. 80) *apud* Silva e Silva (2016), possui “*grande atratividade, integração com o transporte público, passarelas e pontes exclusivas, sinalização específica e outros elementos que tornam o pedalar confortável e privilegiado*”.

Em meados da década de 1970, através da iniciativa por parte da população, Bogotá passa a incentivar o uso da bicicleta, e somente depois consolida por meio de legislações específicas em sucessivas etapas. Essas etapas são chamadas de gerações (MONTEZUMA, 2011). A iniciativa de ocupar as ruas começa por uma manifestação popular com passeios de bicicleta a favor de uma ciclovia, conforme o Instituto Distrital de Recreación y Deporte. Essa primeira ação é definida como a primeira geração (1976-1982) que teve como resultado a aprovação, por meio de um decreto, dos primeiros quatro circuitos de ciclovias, ainda que desconectados (MONTEZUMA, 2011).

A segunda geração (1982-1985) é a etapa onde as ciclovias se estendem na cidade e o departamento de Tránsito y Transporte de La Ciudad dirige este crescimento, gerando uma rede de ciclovias conectadas com 51km em toda a cidade (MONTEZUMA, 2011). Na terceira geração (1985-1995), todo o planejamento há um planejamento constante que, por consequência, possibilita o crescimento das ciclovias, fazendo mais quilômetros, contudo no início dos anos 1990 sua administração é passada para División de Ingenieria de La Secretaría de Tránsito e passa a haver uma redução de ciclovias (MONTEZUMA, 2011, p.60).

A quarta geração (1995-1998) torna-se um marco do desenvolvimento da ciclovia em Bogotá, pois o Instituto Distrital de Recreación y Deporte liderado por Guillermo Penalosa passa administrar a rede cicloviária e ampliou para 84 km de ciclovia. Segundo Montezuma (2011), há uma transformação na estrutura de projeto e operação que cria serviços e atividades como lazer. A quinta geração (1998-2002) amplia a rede cicloviária para 111 km além de fortalecer equipes de suporte, eventos em massa conforme Montezuma (2011).

Na sexta geração (2002-2006), os investimentos em melhorar o sistema das ciclovias são prioridades por parte governamental, uma vez que a sociedade mostrou interesse pelo programa que agrega atividades que movimentam a rua. Em decorrência a isso, ampliou-se as ciclovias, pesquisas, monitoramento e incentivo a atividades físicas, o que gerou interesse internacional no programa, segundo Montezuma (2011). Nesse mesmo intervalo a ciclovia chega no seu máximo de extensão, 121 quilômetros.

A sétima geração (2006-2011) consolida o uso da bicicleta e gera uma nova imagem do programa, dispõe de fortes financiamento privados, é gerenciado novas atividade e serviços, como por exemplo estacionamento para bicicletas dito por Montezuma

(2011).

4.2.3 Medellín

A cidade apresenta poucas ciclovias, apenas 4 trechos e ainda sendo desconectadas, as mesmas são complexas para conceituá-las, pois até então com base em MONTEZUMA (2011), a interpretação entende-se que as ciclovias da cidade não são físicas, e sim, são parte da rua que se doam durante os dias domingo para ocorrer os passeios de lazer, para que as pessoas possam usar diversos meios alternativos e que possam interagir com o espaço verde e o público, geralmente a localidade encontra-se no centro da cidade. A única ciclovia que conecta e cria uma rota, de acordo com o autor MONTEZUMA (2011), é a *La autopista itagui-bello* que tem 22 km de extensão. Esse tipo de atividade, ocorre aos domingos, pois de acordo com MONTEZUMA (2011) a rodovia que é usada, é a principal para uso da cidade, por consequência sendo congestionada e muito fluxo.

4.2.3 Amsterdam

Por fim, também será investigado o uso da bicicleta na Holanda, mais especificamente na cidade de Amsterdam. Foi realizado um estudo de mobilidade anual (Mobiliteitsbeeld) divulgado pelo Ministério das Infraestruturas e Meio Ambiente holandês, apontando Amsterdã e Utrecht como as cidades que mais utilizam este meio de transporte. No período anterior ao da segunda guerra mundial, havia mais bicicletas do que carros na cidade Amsterdam. Contudo, após o fim da II Guerra, houve uma inversão e, a partir dos anos 50, o carro passa a ser dominante nas cidades holandesas. Porém, as cidades holandesas não foram construídas para carros, resultando problemas graves de infraestrutura urbana e adaptações das vias. Passaram a haver engarrafamentos e acidentes diversos, principalmente com crianças. Diante desse contexto, a população iniciou uma rede de protestos e manifestações exigindo do governo o incentivo do uso da bicicleta como modal de transporte e construção de infraestrutura adequada.

4.2.4 Copenhague

Uma boa prática que acontece em outro lugar, é em Copenhague, onde há o uso da bicicleta pela maioria dos cidadãos para trabalhar, sair, deixar filhos na escola, compras e assim por diante, mesmo com condições climáticas adversas, eles estão usando as bicicletas como meio de transporte ativo. Em Copenhague, as ciclovias são extensas ao

longo da cidade e todo os espaços, existe como estacionar a bicicleta, e a rua se configura de modo que os carros estacionados protejam os ciclistas e os pedestres.

A primeira ciclovia foi feita na capital em 1896, passava a ser um marco da mobilidade dentro da história da capital, após alguns anos, em 1905 fundaram a federação de ciclistas Dinamarqueses para reivindicar por mais ciclovias para a cidade, segundo Pancheco (2015). No início do século XX os carros ainda não dominava as ruas de Copenhague, em contrapartida os ciclistas tinham que dividir o espaço com carruagens e outros veículo movidos a tração animal.

Já na segunda metade do século XX houve uma reviravolta pós-guerra, pois estava havendo uma expansão econômica, os carros passaram a retornar às ruas e, conseqüentemente, a infraestrutura voltada para eles, os carros, passou a predominar. Até 1970 as ruas começaram a congestionar e perturbar a paz dos cidadãos, pois a quantidade de automóveis só aumentava. Em compensação, algumas localidades, como ruas tentavam voltar como eram antes, isso foi a tentativa na rua central Strøget que foi transformada para ser um local de uso misto, posteriormente, da ideia ter sucesso as ruas gradativamente tornaram-se voltadas para as bicicletas, segundo Lautert e Pippi (2015).

Nos meados da década 1970 para década 1980, foi possível ver mudanças nesse quadro, devido a crise do Petróleo, em 1973, ficou mais evidenciado que a bicicleta era a solução, então houveram alguns resgate a tradição e algumas manifestações e iniciativa como, “Domingo sem carro”, devido às pressões sociais o governo municipal tomou decisões faria investimentos para infraestrutura voltada para bicicleta, conforme segundo Lautert e Pippi (2015).

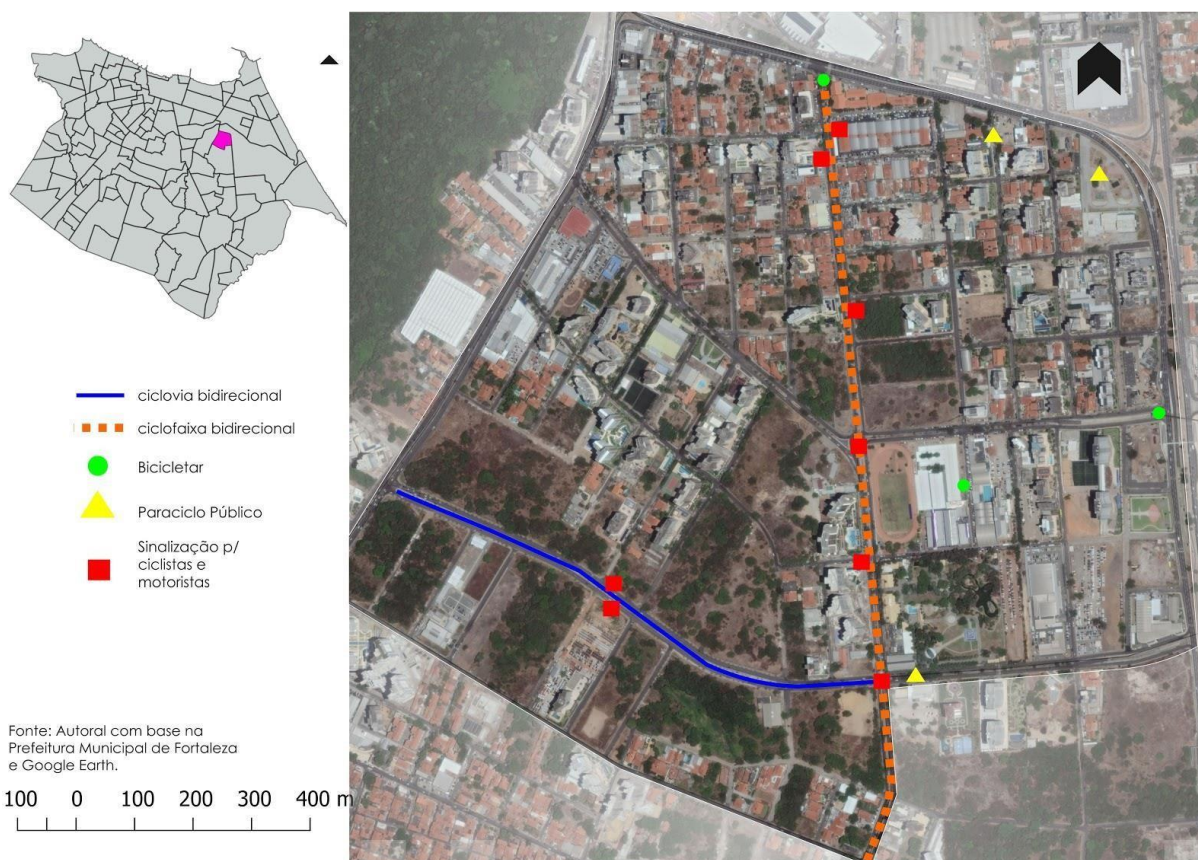
Um instrumento que complementa bastante para melhorar as ciclovias da cidade é um relatório *Bicycle Account*, desde de 1996 ele é aplicado a cada dois anos, nele é possível coletar número de acidentes, número de ciclistas, divisão de transportes do modais, satisfação com infraestrutura existentes, segurança e entre outros. E a partir dessa análise é possível fazer melhorias no planejamento urbano da cidade.

4.3 Análise de um bairro em Fortaleza

Como experimento, foi aplicado uma atividade sugerida pelo ITDP (Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento), a mesma que é chamada de Padrão de qualidade TOD (Desenvolvimento orientado ao Transporte) tem como finalidade de

verificar, de fiscalizar a qualidade do planejamento quanto ao uso do solo e as formas de construção, cabendo a ele apoiar, facilitar e priorizar o uso de transportes de alta capacidade, como também pedestres e bicicletas. (TOD STANDART, 2013).

Tal atividade deu-se em um bairro que se encontra a leste da capital de Fortaleza, Guararapes, o mesmo tem sido recente e bastante ocupado por novos empreendimentos da construção civil, por essa consequência tornou-se relevante ao estudo, uma vez que o planejamento do bairro é regido pela atual legislação. O Guararapes, a rede de ciclovia do atingiu um percentual de 92,5% de ruas com condições seguras para circulação de ciclistas. O mesmo apresenta uma constante presença de sinalização em prol do ciclista.



Mapa da Localização de ciclovias, ciclofaixas, paraciclo, sinalização e biciletar

Fonte: Autoral com base na Prefeitura Municipal de Fortaleza e Google earth.

5 CONCLUSÃO

Em contrapartida, campanhas de meios alternativos de locomoção ganham mais espaço no cenário de políticas de transportes. Uma das ações defendidas é intervir nesses espaços a partir de atitudes, como campanhas públicas, que incentivem o indivíduo a usar meios alternativos de transporte. A ideia adotada por várias cidades, como Amsterdam e Copenhague, tem sido o incentivo à bicicleta tornar-se o principal meio de transporte para deslocamento. Deste modo, os demais países têm procurado soluções, fazer novos hábitos. Amsterdã e Copenhague são capitais que mostram excelentes resultados sobre harmonia do transporte individual com o público e com o alternativo.

Um bom exemplo, tem sido a inclusão das bicicletas em grande parte das cidades grandes e que tem garantido bons resultados e dificilmente os dos meios alternativos, como a bicicleta.

Destaca-se a atuação de atores não-governamentais novos e agendas e temas municipais mais amplos e diversificados que os convencionais; novos quadros normativos e financeiros para a protecção do ambiente e a promoção da mobilidade pública e não motorizada (MONTEZUMA, 2011).

REFERÊNCIAS

ALVES, Mário J. **Mobilidade e Acessibilidade: conceitos e novas práticas**. Disponível em: http://pascal.iseq.utl.pt/~ppereira/DobrarEsquina/main/Artigos/Tertulia_Janeiro/JSeixas_e_MAlves/8_Industria_e_Ambiente_mob_vs_acess.pdf> Acesso em 12 de março de 2017.

BOARETO, Renato. **A bicicleta e as cidades: como inserir a bicicleta na política de mobilidade urbana**. São Paulo: Instituto de Energia e Meio Ambiente, 2009.

Caderno de referência para elaboração de Plano de Mobilidade por Bicicleta nas

Cidades. Brasília: Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana, 2007.

DUCLOS, Daniel. **Como os holandeses lutaram por um país de bicicletas.** Disponível em: < <https://www.ducsamsterdam.net/como-holandeses-lutaram-por-um-pais-de-bicicletas/#ixzz4dskk5CrX> > Acesso em 09/04/2017.

DA SILVA, Geovany Jessé Alexandre; SILVA, Samira Elias. **Cidade e mobilidade: por um novo desenho urbano no brasil.** Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 34, n. 3, 2016.

DA SILVEIRA, Mariana Oliveira. **Mobilidade Sustentável: A bicicleta como um meio de transporte integrado.** 2010. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DE VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. **Transporte e meio ambiente: conceitos e informações para análise de impactos.** Annablume Editora, 2006.

ITDP. Institute for Transportation & Development Policy. **Guia de Planejamento de Sistemas de Bicicletas Compartilhadas.** Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: www.itdpbrasil.org.br , www.itdp.org . Acesso de 16 de setembro de 2017.

PAPPA, Marcia Fernanda; CHIROLI, Daiane M. de Genaro. **Mobilidade Urbana Sustentável.** 2011. Disponível em: < http://www.cesumar.br/prppge/pesquisa/epcc2011/anais/marcia_fernanda_pappa1.pdf > Acesso em 12 de março de 2017.

PENA, Rodolfo F. Alves.

"**Mobilidade urbana**"; Mundo Educação.

Disponível em

<<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/mobilidade-urbana.htm> >. Acesso em 12 de março de 2017.

SANCHES, Bruno. **Mobilidade Urbana: Definições e Problemas Atuais**. *Portal Eu Gestor*. 2014. Disponível em: < <http://eugestor.com/editoriais/author/bruno-sanches/> > Acesso em 12 de março de 2017.

SANTOS, Paulo Manuel Guerra dos. **Contribuição do modo BICI na gestão da mobilidade urbana**. 2009. Tese de Doutorado.

SILVA, Ana Bastos; SILVA, João Pedro. **A bicicleta como modo de transporte sustentável**. Universidade de Coimbra e Instituto Politécnico de Leiria, 2005.

VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. **Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas**. Annablume, 2001.

MONTEZUMA, Ricardo. **Ciudadanos, calles y ciudades**. 1 ed. Bogotá: Universidad del Rosario, Fundación Ciudad Humana y Organización Panamericana de la Salud. 2011.

MANFIOLETE, Leonardo Dri; AGUIAR, Carmen Maria. **A história da bicicleta e de seus usos**. EDFesportes, Revista Digital. Buenos Aires. Ano 18. nº 187. 2013. Disponível em < <http://www.efdeportes.com/efd187/a-historia-da-bicicleta-e-de-seus-usos.htm> >. Acessado em 24 de junho de 2018.

IMPLAFOR. **Plano de mobilidade de Fortaleza - PlanMob**. 2015. SEUMA. **Parcelamento uso e ocupação do solo**. 2017.

LAUTERT, Alice Rodrigues. PIPPI, Luis Guilherme Aita. **O modelo Copenhague de uma cidade ciclável**. 2015.

PANCHECO, Priscila. **A construção da cultura da bicicleta em Copenhague**. 2015.
Disponível em: < <http://thecityfixbrasil.com/2015/04/16/a-construcao-da-cultura-da-bicicleta-em-copenhague/> >. Acessado em 24 de junho de 2018.

O URBANISMO TÁTICO COMO INDUTOR DA CAMINHABILIDADE

Bárbara Morais Maia Ferreira¹
Gabriel de Oliveira Militão Andrade²
Bruno Rosendo de Almeida Nogueira³
Larissa de Miranda Menescal⁴
Francelino Franco Leite de Matos Sousa⁵

RESUMO

Marcado pelo crescimento do número de habitantes ativos na reivindicação por uma cidade voltada para as pessoas e suas atividades cotidianas, o início deste século tem se deparado com o aumento no número de intervenções urbanas nas cidades que priorizem os pedestres e ciclistas e que ao mesmo tempo busquem ampliar o sentimento de pertencimento dos ambientes urbanos para a população. Em Fortaleza, algumas intervenções urbanas do tipo urbanismo tático têm ganhado destaque. Sendo assim, o objetivo deste artigo é o de avaliar os benefícios que o urbanismo tático proposto durante o projeto Cidade da Gente no bairro Cidade 2000 trouxe para a população. Com o auxílio do Índice de Caminhabilidade, foram verificados aspectos relacionados com a segurança viária, segurança pública e ambiente melhoraram após as intervenções realizadas na praça central do bairro.

Palavras-chave: Urbanismo Tático, Mobilidade Sustentável

ABSTRACT

Marked by the growth in the number of active inhabitants in the demand for a people-centered city and its daily activities, the beginning of this century has been faced with the increase in the number of urban interventions in cities that prioritize pedestrians

1 Arquitetura e Urbanismo, Aluna, barbarammorais@hotmail.com.br

2 Engenharia Civil, Aluno, gmlitao10@hotmail.com

3 Engenharia de Produção, Aluno, brunorosendoa@gmail.com

4 Arquitetura e Urbanismo, Professora, larissa.menescal@gmail.com

5 Engenharia Civil, Professor, francolms@gmail.com

and cyclists. At the same time, they seek to broaden the sense of belonging of the urban environments to the population. In Fortaleza, the tactical urbanism has gained prominence. Thus, the objective of this article is to evaluate the benefits that the tactical urbanism proposed in Cidade 2000 neighborhood brought to the population. With the help of the Índice de Caminhabilidade, it was verified that aspects related to road safety, public safety and the environment improved after the interventions carried out in the central square of the neighbor.

Keywords: Tactical Urbanism, Sustainable Mobility

1 INTRODUÇÃO

O crescimento desordenado dos centros urbanos, alinhado com uma política de incentivo e priorização aos transportes motorizados individuais, resultou em cidades inabitáveis para aqueles que dependem dos modos não motorizados. Entretanto, no início do século XXI essa tendência tem se modificado. Marcado pelo crescimento do número de habitantes ativos na reivindicação por uma cidade voltada para as pessoas e suas atividades cotidianas (GEHL, 2013), o início deste século tem se deparado com o aumento no número de intervenções urbanas nas cidades que priorizem os pedestres e ciclistas e que ao mesmo tempo busquem ampliar o sentimento de pertencimento dos ambientes urbanos para a população.

Em Fortaleza, algumas intervenções urbanas do tipo urbanismo tático têm ganhado destaque. Essas soluções possuem pequena duração realizada pela prefeitura do município, com materiais de baixo custo em determinados bairros. Esse tipo de intervenção tem sido bem aceita, tendo em vista que é uma mudança temporária, que serve como um estudo de aceitação das mudanças na comunidade, sendo realizado pesquisas de opiniões durante a o tempo da ação. Contudo a consolidação da intervenção de forma definitiva ocorre de acordo com as pesquisas realizadas durante a mesma, indicando quais pontos devem ser modificados para melhor funcionamento.

O projeto Cidade da Gente realizado pela prefeitura de Fortaleza reflete bem essa diretriz de urbanismo tático, em sua primeira aplicação localizada no bairro

Rodolfo Teófilo, houve prolongamento de calçadas, implantação de área tráfego calmo, de forma temporária, entretanto tendo em vista o sucesso e aceitação da operação, houve a consolidação, sendo construídos definitivamente. Outro exemplo desse programa aconteceu na Cidade 2000 no qual houve o fechamento da avenida central do bairro, onde os carros tinham prioridade, em um espaço público para pessoas. Nesse espaço já ocorria o fechamento devido a uma feira que acontece no bairro todas as sextas.

Entretanto, como escolher esses pontos de intervenções? Quais critérios devem ser considerados? Quais características deve ter a área? Qual tipo de intervenção para tal área? Quais os benefícios que essas intervenções realmente trazem a população? Por essas indagações, se faz tão necessário o estudo e separação desses itens, de forma a facilitar o entendimento do porque são aplicadas em algumas áreas e em outras não, além disso, esse estudo também se faz capaz de prever possíveis novas áreas de intervenções. Dessa forma, esse estudo busca contribuir parcialmente nessas questões especificamente, sobre a avaliação dessas intervenções. Sendo assim, o objetivo deste artigo é o de avaliar os benefícios que o urbanismo tático proposto durante o projeto Cidade da Gente no bairro Cidade 2000 trouxe para a população, utilizando para isso o índice de caminhabilidade.

2 URBANISMO TÁTICO

Urbanismo Tático é o nome dado ao movimento que utiliza projetos rápidos, pequenos ou temporários para demonstrar a possibilidade e o potencial de mudanças em larga escala e a longo prazo. É portanto, uma intervenção de pequena escala, com benefícios econômicos e sociais, que instiga mudanças gradualmente, disseminando a ideia de planejamento em escala local. É assim, uma experiência de curto prazo, mas realista e de baixo risco, com a possibilidade de gerar grandes resultados. Um dos primeiros exemplos de urbanismo tático foi os Les Boutiquinistes, vendedores ambulantes que espontaneamente ocuparam a margem do Rio Sena em Paris. Sua ocupação iniciou-se a partir do século XVI com a venda de livros, houve momento de empasses no qual foram proibidos de ocupar a via pública, entretanto visto a

popularidade dos mesmos, em 2007 a área ocupada por eles foi tida como Patrimônio Mundial da UNESCO.

A intervenção mais conhecida aconteceu em 2009, em New York, quando o ex-prefeito Michael Bloomberg fechou o trânsito de carros na Avenida Broadway e instalou praças temporárias, com o fito de elevar a segurança para os pedestres e diminuir o congestionamento de veículos. O experimento foi tão bem sucedido que em fevereiro de 2010, que tornou se permanente em alguns trechos . A Times Square é um outro exemplo bem sucedido de urbanismo tático, pois após 4 anos já passava caminhando 400 mil pessoas diariamente, além de comportar a realização de diversos eventos anuais. Além disso, ainda resultou na redução de lesões causadas por acidentes de trânsito e o aumento do número de comércios na região.

É indubitável a importância do Urbanismo Tático quando a aplicação de mobilidade urbana, visto que é um dos fatores predominante na realização dessas ações, a melhoria da mobilidade, priorizando as formas não motorizadas, mas conciliando e delimitando os espaços para veículos motorizados. Os itens a seguir encontrados na cartilha do Street Plans, Urbanismo Tático 2 tratam de diferentes intervenções urbanismo tático realizadas em diversos locais dos Estados Unidos, sendo utilizados como estudo para relacionar o tipo de intervenção de acordo com as características dos locais.

2.1 Ruas Abertas

O objetivo dessa forma de intervenção é promover espaços seguros para se locomover, seja andar a pé, de bicicleta, de skate, além de, proporcionar o desenvolvimento da economia local. Também volta a atenção aos efeitos negativos do automóvel na vida urbana. É importante ressaltar que 50 das 70 iniciativas Ruas Abertas conhecidas nos Estados Unidos somente ocorreram nos últimos anos.

Essa iniciativa é bastante vista em cidades que procurar atingir metas ambientais, econômicas, sociais e de saúde pública de formas inovadoras. Ruas Abertas são na maioria das vezes destinadas a percursos de bicicletas. A cidade de Bogotá na Colômbia, é líder do movimento Ruas Abertas/ Ciclovía, no entanto antecipando Bogotá, em Seattle já haviam os domingos de bicicleta celebrados pela primeira vez em 1965.

Essa iniciativa possibilita diversos benefícios, como a interação social e as atividades que aí se desenvolvem, com pessoas de várias idades, ocupações, religiões e raças. Tendo a oportunidade de se encontrar no espaço público enquanto praticam atividades físicas e sociais assim, os participantes desenvolvem um maior entendimento de sua cidade e do potencial de tornar as ruas mais próximas das pessoas. O resultado desta iniciativa possibilita às pessoas uma forma diferente de experimentar o espaço público da sua cidade. Dessa forma, sendo uma ferramenta para a construção de um capital político e social, tendo impacto nos negócios, no comércio e nas organizações localizadas ao longo da rua escolhida.

Um exemplo disso é São Paulo, na qual o prefeito Fernando Haddad em 2016 promulgou, a lei que institui oficialmente o Programa Ruas Abertas no município. Com o objetivo de promover uma ampliação dos espaços públicos, com mais opções de lazer, convivência e recreação para a população, a medida torna as regras mais claras para a operação e abre espaço para a inclusão de novas vias, largos e praças em outros programas incorporados pela cidade. Foram 29 vias beneficiadas com o programa, que além de ciclistas e pedestre também promove manifestações artísticas, culturais e esportivas.

2.2 Play Streets

A intenção das Plays Streets que começou a ser organizada em 1914, é criar espaços seguros para as pessoas de todas as idades poderem socializar e serem ativas. Possibilitando um espaço para o lazer e a interação entre a comunidade, pois muitos bairros não têm parques e espaços adequados. Iniciativa bastante popular em Nova York e Londres, transforma o direito de passagem pública de uma rua para permitir o desenvolvimento de atividades recreativas, criando um parque público de lazer, num espaço anteriormente utilizado para circulação ou estacionamento de automóveis particulares. Normalmente concentram-se próximo às escolas, ou em locais onde o espaço público é escasso. Quando implementada em bairros mais pobres, pode ser combinada com mercados de rua ou parques infantis escolares subutilizados, conseguindo alcançar desse modo um efeito ainda melhor se combinado a outros equipamentos.

Uma demonstração de como uma abordagem incremental pode trazer mudanças prementes é o bairro de Jackson Heights em New York. Em 2008 e 2009 um quarteirão, localizado ao lado de uma escola foi fechado aos carros aos domingos, nos meses de primavera, verão e outono. Houve grande sucesso entre a comunidade que passou a fechar o trânsito de veículos no ano seguinte no mês de Julho e Agosto. Mais uma vez obtendo grande êxito, a iniciativa se expandiu também para o mês de setembro para que fosse possível o estudo de impacto no fluxo da rua durante o período escolar, e posteriormente o estudo definiria se a rua ficaria permanentemente fechada para veículos a motor e totalmente aberta para pedestres.

2.3 Construir um Quarteirão Melhor

Procura promover ruas mais vivas e vitalidade nos bairros, esta iniciativa encoraja ativistas locais e proprietários de espaços para ativar temporariamente frentes comerciais e espaços públicos. Os ativistas do bairro de Oak Cliff em Dallas lançaram o projeto Construir um Quarteirão Melhor, ativada pela GO Oak Cliff. A organização baseou-se no trabalho de muitos voluntários e em materiais baratos ou doados para transformar um quarteirão urbano degradado. O primeiro esforço usou postos de venda de comida e mesas de café como espaços de encontro.

Uma das medidas preconizadas foi a pintura de percursos de bicicletas ao longo dos passeios, usando como exemplo New York, contribuindo para afastar os automóveis e reduzir o número de faixas de rodagem, fazendo uma redução do trânsito. O mobiliário urbano e o tratamento paisagístico ajudaram a melhorar o sentido de lugar no quarteirão, ou seja, a forma como a pessoa localiza-se no quarteirão. O esforço teve um efeito catalisador, conduzindo o uso permanente de espaços comerciais antigamente subutilizados. O processo também ajudou os representantes dos cidadãos de Dallas e de Fort Worth a terem um compromisso com seus líderes para implementar permanentemente melhorias integrais se suas ruas.

2.4 Park(ing) Day

Com o fito de recuperar o espaço dedicado aos automóveis e aumentar a vitalidade na rua, em 2011 foram apropriados temporariamente 975 estacionamentos

em ruas de 165 cidades e 35 países dos seis continentes. O Park(ing) Day é um evento anual onde espaços de estacionamentos na rua são convertidos em pequenos jardins públicos, chamando atenção para a enorme quantidade de espaço dedicados ao estacionamento de automóveis particulares. Em sua essência, incentiva a colaboração entre cidadãos para criar lugares plenos de significado, recuperando-os temporariamente para o domínio público. Apesar dos indivíduos e organizações operarem de forma independente, eles seguem um conjunto de diretrizes pré-estabelecidas, que podem ser encontrados na internet em The Park(ing) Day Manifesto, o qual contém princípios básicos da iniciativa e o guia de como os implementar.

A divulgação da iniciativa ocorreu pela primeira vez em 2005, quando o projeto interdisciplinar do grupo Rebar converteu um espaço de estacionamento de São Francisco em um mini jardim. O grupo cobriu o espaço com relva, acrescentou um banco e uma árvore e alimentou o parquímetro com moedas, dessa forma, ganhou atenção nos Estados Unidos, sendo considerado o precursor dos Parklets de New York e de São Francisco.

2.5 Pavimentos Por Praças

Reivindica espaços asfaltados subutilizados como um espaço público sem grande investimento. Este programa foi popularizado na cidade de Nova Iorque e iniciou utilizando materiais temporários e de baixo custo para tentar redefinir o espaço excessivo usado pelo automóvel para pedestres e ciclistas. Não requerem grande investimentos e transformam o espaço público quase do dia para noite. Com esse projeto experimental usando materiais temporários, o município e os cidadãos são capazes de testar o desempenho de cada nova praça sem desperdício de recursos públicos, que geralmente são escassos. Quando bem sucedidas, o município financia a concepção e a construção dos espaços, enquanto comerciantes e representantes locais são convidados a manter e gerir as novas praças. Um exemplo desse projeto ocorreu em Putnam Triangle Plaza, uma praça localizada no Brooklyn, onde um de seus lados foi prolongado até encontrar a calçada de estabelecimentos comerciais.

houve a colocação de mobiliário móvel de cadeiras e mesas, além de jarros e cones de sinalização para fechamento do espaço.

2.6 Bicicletários Informais

Tem por objetivo elevar a oferta de estacionamento de bicicletas onde necessário. A falta de opções de estacionamento para bicicletas em muitas cidades, inspira empresas, proprietários de imóveis e ativistas a tomarem a iniciativa de instalar estacionamentos temporários ou semipermanentes para bicicletas.

Um exemplo foi o grupo DoTank, que construíram bicicletários e testaram-nos em postes de iluminação na localidade de Williamsburg no Brooklyn, com a intenção de oferecer estacionamento e ao mesmo tempo tomar posicionamento sobre a falta de estacionamento para bicicletas na cidade.

2.7 Reparação de Cruzamentos

A reparação de um cruzamento permite reabilitar as ruas de um bairro como local de encontro, sendo assim, seu objetivo é requalificar os cruzamentos de ruas de um bairro, transformando-os em espaços comunitários. Essa iniciativa iniciou-se em Oregon, Portland, e continua a ser gerida pela Repair City, um grupo local. Os cruzamentos são pintados de cores garridas, comunicando aos condutores de automóveis que estão a entrar num local importante do bairro, sendo os aspectos mais relevantes da iniciativa a requalificação e manutenção do cruzamento. Contudo quando ocorrida a recuperação inicial, os moradores do bairro aumentam o sentimento de pertencimento e cuidado, tornando para si a tarefa de melhorar ainda mais o seu novo local de encontro com bancos, jornais de parede, jardins e artes expostas nas esquinas.

A reparação proporciona bons exemplos de como as iniciativas de urbanismo tático vão desde atividades autorizadas a atividades não autorizadas. Inicialmente em Portland o Departamento de Transporte da cidade não autorizava as requalificações de cruzamentos, entretanto as comunidades continuaram a realizar as intervenções, que revelaram-se positivas. Atualmente, o Departamento de Trânsito tem uma área dedicada a reparação de cruzamentos.

2.8 ADBusting

Em 2007, a maior cidade do Brasil impôs a proibição total de publicidade ao ar livre. A Lei Cidade Limpa de São Paulo foi um projeto que pretendeu mostrar ao mundo o aspecto que uma grande cidade poderia ter, se não fosse coberta por painéis publicitários. Com isso, os moradores da cidade ficaram espantados com a imagem da cidade após a retirada dos painéis publicitários. Dessa forma, o objetivo dessa intervenção é reduzir a poluição visual do espaço público, tornado um local mais agradável visualmente.

Nos Estados Unidos, o marketing e a publicidade invadiram o espaço público a tal ponto que ativistas e municípios começaram a desenvolver e implementar táticas criativas para combater a investida diária das “estratégias consumistas”. Com o objetivo melhorar a qualidade estética dos espaços públicos, o adbusting também pretende enviar uma mensagem de que a esfera pública não deve ser utilizada descaradamente para a promoção e consumo de produtos comerciais.

Grupos como o Public Ad Campaign e o DoTank desenvolveram métodos concretos para alterar os anúncios existentes, de modo a transmitir uma mensagem diferente – a promoção de artistas locais e/ou eventos ou projetos comunitários. O projeto comunitário de painéis publicitários digitais do DoTank, chamado We.See.Us, permitiu aos transeuntes a transmissão anônima de fotografias reais a partir dos seus smartphones. As fotos enviadas eram apresentadas em tempo real num outdoor disponível, permitindo aos utilizadores a partilha das suas imagens com toda a comunidade. O conteúdo publicitário gerado durante a instalação We.See.Us tornou-se rapidamente orientado para a comunidade, concentrando-se nas pessoas e nos eventos a decorrer em cada vizinhança e não nos produtos que as grandes multinacionais instigam a comprar.

2.9 Parques Móveis

Tem o fito de adicionar mais espaços verdes ao bairro e animar as ruas com bancos públicos. Um dos potenciais mais relevantes do urbanismo tático é o de alavancar a implementação de planos com uma visão de longo prazo. Os parques

móveis, desenhados pelo atelier CMG Landscape Architecture de São Francisco, foram instalados em 2011 e são uma resposta direta ao desejo dos moradores dos bairros para que haja mais espaço verde.

Concebido a partir dos contentores de lixo personalizados, cada parque ocupa um único espaço de estacionamento e contribui para uma visão e orientação para a próxima geração de espaço público. Outras iniciativas no plano incluem o alargamento dos passeios, passarelas a meio dos quarteirões e a conversão tática de becos em praças ou ruas partilhadas. Isso destaca a importância de uma experiência agradável para os pedestres e reconhecem a importância que a vegetação e os bancos têm na criação de um ambiente atraente para os pedestres. A iniciativa é uma homenagem à tradição em São Francisco de adoção de melhorias na paisagem urbana através de ações cirúrgicas e flexíveis.

2.10 Criação de Parques

O objetivo dessa tática é aumentar a oferta de parques de apropriação rápida de parcelas de terrenos e de parques subutilizados. Utiliza as técnicas do Park(ing) Day e os aplicam em uma escala bem maior. Um exemplo da aplicação dessa iniciativa é o Grand Central Park em Miami na Flórida. Ativistas locais associaram-se a entidades governamentais e empresas do setor privado para transformar alguns dos locais mais atrativos das cidades em parques de dimensão adequada, assumindo a tarefa de transformar o antigo local da Miami Arena em um parque. Construído em 2012, e só em trinta dias, o parque tornou-se num enorme sucesso.

Outro exemplo, em Bayfront Parkway, baseado neste modelo, é uma instalação com a duração de uma semana criado pela Street Plans. Enquanto vários planos para a cidade propunham a transformação dos parques de estacionamento de Biscayne Boulevard em uma entrada verde de Miami, está em curso apenas a intervenção de criação de curta duração de um parque, gerando o apoio de participantes interessados na intenção de continuar com o plano de longo prazo.

2.11 Características Locais e Intervenções

Na Figura 1 foi realizada uma análise entre as características locais de uma região e quais intervenções podem ser aplicadas nessas áreas. Percebe-se que as características locais mais relevantes para a maioria das intervenções apresentadas, observando as que mais se repetem, são, estacionamentos inadequados, ausência de espaço público, ausência de equipamentos públicos, espaços asfaltados subutilizados e bairros degradados.

Figura 1:Características Locais e Intervenções

Característica/Intervenção	Ruas Abertas	Play Streets	Construir um Quarteirão Melhor	Park(ing) Day	Pavimentos Por Praças	Bicicletários Informais *	Reparação de Cruzamentos	AD Busting	Parques Móveis	Criação de Parques
Poucas Fachadas Ativas			X							
Estacionamentos Inadequados		X		X	X				X	
Uso do Solo Misto			X							
Ausência de Espaço Público		X			X		X		X	
Ausência de Equipamentos Públicos	X	X		X	X	X			X	
Ausência de Área Verde		X			X				X	
Espaços Asfaltados Subutilizados				X	X				X	X
Alta Poluição Visual			X					X		
Bairros Degradados			X	X			X	X		

3. METODOLOGIA

A fim de avaliar como a adoção de intervenções do tipo urbanismo tático podem contribuir para a ampliação da caminhabilidade será utilizado um procedimento metodológico baseado no Índice de Caminhabilidade (IC). Será assim avaliado se a ação definida trará impactos positivos ou negativos para a mobilidade da área, através da comparação do IC entre a situação com a intervenção do tipo urbanismo tático instalada e a situação sem a intervenção.

O Índice de Caminhabilidade é uma ferramenta criada pelo Instituto de Políticas de Transporte e Desenvolvimento Brasil (Institute of Transportation and Development Policy, ITDP), ele tem como objetivo qualificar as circunstâncias em que

o espaço urbano se encontra e verificar os impactos de ações realizadas ou que possam vir a acontecer. A utilização desse método, mesmo que o foco dele esteja focado a questão da caminhabilidade e da percepção que o pedestre tem sobre certo lugar, tem como propósito de promover um novo olhar sobre o meio urbano a partir da ótica do pedestre.

O cálculo desse índice leva em consideração quinze indicadores agrupados em seis diferentes categorias, cada um introduzindo a experiência da caminhabilidade, e são utilizados como parâmetros de referência para a avaliação, definindo a distribuição das pontuações presentes nas região que se deseja observar, os quais cada indicador recebe uma pontuação de 0 (zero) a 3 (três), fazendo uma análise qualitativa em insuficiente (0), suficiente (1), bom (2) ou ótima (3), e assim, são mensurados de forma que facilite a análise do estado em que a área se encontra, transformando aspectos qualitativos em aspectos quantitativos; esse fatores são agrupados em seis categorias, os quais estão presentes na Tabela 1.

Tabela 1: Categorias e Indicadores do Índice de Caminhabilidade

Categorias	Indicadores
Calçada	- Largura; - Pavimentação.
Mobilidade	- Dimensão das quadras; - Distância a Pé ao Transporte.
Atração	- Fachadas fisicamente permeáveis; - Fachadas visualmente ativas; - Uso público diurno e noturno; - Usos mistos.
Segurança viária	- Tipologia da rua; - Travessias.
Segurança pública	- Iluminação; - Fluxo de pedestres diurno e noturno.
Ambiente	- Sombra e abrigo; - Poluição sonora; - Coleta de lixo e limpeza.

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

Para cada categoria, a pontuação de cada segmento de calçada é resultado da média aritmética simples entre o resultado dos indicadores que a compõem. Para determinar a pontuação final em escalas que contenham vários segmentos de calçada, é necessário calcular primeiro a proporção que cada um representa na extensão total dos segmentos avaliados. Por exemplo: se uma determinada rua é composta por 4 segmentos de calçada, com uma extensão total de 100 m, um segmento com 20 m de extensão representa 20% do total, e sua pontuação deve ser proporcional. A seguir o método de determinação da pontuação de cada uma das categorias e indicadores são apresentados.

3.1 Calçada

3.1.1 Pavimento

Para o indicador pavimento serão feitos três procedimentos, onde o primeiro será a identificação ou não de pavimentação, o segundo será a quantificação de buracos com mais de 15 centímetros de comprimento e a quantidade de desníveis superiores a 1,5 centímetro, excetuando-se escadarias.

Tabela 2: Pavimento

Pontuação		Buracos	Desníveis	Pavimentado?
Ótimo	3	0	0	sim
Bom	2	≤ 5	a cada 100m	sim
Suficiente	1	≤ 10	a cada 100m	sim
Insuficiente	0	≥ 10	a cada 100m	não

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

3.1.2 Largura

Para o indicador largura serão analisados dois fatores sendo o primeiro a análise da largura da calçada e em seguida a analisar se comporta o fluxo de pedestres.

Tabela 3: Largura

Pontuação		Largura Mínima	Comporta o Fluxo de Pedestres
Ótimo	3	≥ 2	sim
Bom	2	≥ 1,5	sim
Suficiente	1	≥ 1,5	não
Insuficiente	0	< 1,5	-

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

3.2 Mobilidade

3.2.1 Dimensão das quadras

Será atribuído um critério de análise que é o comprimento da quadra.

Tabela 4: Dimensão das Quadras

Pontuação		Extensão
Ótimo	3	≤ 110
Bom	2	≤ 150
Suficiente	1	≤ 190
Insuficiente	0	> 190

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

3.2.2 Distância a pé ao transporte

Será analisado um critério referente a distância a pé até uma estação de transporte de alta ou média capacidade (estações ou paradas de transporte).

Tabela 5: Distância a pé ao Transporte

Pontuação		Distância a pé (m)
Ótimo	3	≤ 500
Bom	2	≤ 750
Suficiente	1	≤ 1000
Insuficiente	0	> 1000

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

3.3 Atração

3.3.1 Fachadas Fisicamente Permeáveis

Identificar e quantificar o número de entradas e acessos por face de quadra (por cada 100 metros), desconsiderando entradas em edificações sem uso evidente.

Tabela 6: Fachadas Fisicamente Permeáveis

Pontuação		Entradas por 100 m de extensão da face de quadra
Ótimo	3	≥ 5
Bom	2	≥ 3
Suficiente	1	≥ 1
Insuficiente	0	<1

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

3.3.2 Fachadas Visualmente Ativas

Identificar e quantificar a extensão horizontal de todos os elementos considerados visualmente ativos entre o térreo e o primeiro andar.

Tabela 7: Fachadas visualmente ativas.

Pontuação		extensão da face de quadra
Ótimo	3	≥ 60%
Bom	2	≥ 40%
Suficiente	1	≥ 20%
Insuficiente	0	< 20%

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

3.3.3 Uso Público Diurno e Noturno

Identificar o número de estabelecimentos com uso público e áreas de acesso público com uso observado no período diurno (entre 8h e 18h) e no período noturno (entre 19h e 21h30), por cada 100 metros de face de quadra.

Tabela 8: Uso Público Diurno e Noturno

Pontuação		Estabelecimentos com uso público por 100 m de extensão da face de quadra para cada período do dia	Estabelecimento com uso público por 100 m de extensão da face de quadra no período noturno
Ótimo	3	≥ 3	
Bom	2	≥ 2	
Suficiente	1	-	≥ 1
Insuficiente	0	-	< 1

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

3.3.4 Usos Mistos

Ambientes com usos e atividades complementares, propicia-se a formação de um ambiente adequado ao pedestre. Porcentagem do total de pavimentos com uso predominante nas edificações confrontantes ao segmento de calçada.

Tabela 9: Usos Mistos

Pontuação	Pavimento é ocupado pelo uso predominante

Ótimo	3	≤ 50%	-
Bom	2	≤ 70%	-
Suficiente	1	≤ 85%	-
Insuficiente	0	> 85%	ou o segmento não cumpre dois requisitos

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

3.4 Segurança Viária

3.4.1 Tipologia da Rua

Identificar visualmente a tipologia da rua na qual se insere o segmento de calçada e posteriormente identificar a velocidade regulamentada expressa em sinalizações verticais ou horizontais.

Tabela 10: Tipologia da Rua

Pontuação		Vias exclusivas para pedestres (calçadas)	Vias compartilhadas entre os modos de transporte velocidade regulamentada	Vias com calçadas segregadas e circulação de veículos motorizados Velocidade regulamentada
Ótimo	3	ok	-	-
Bom	2	-	≤ 20 km/h	≤ 30 km/h
Suficiente	1	-	≤ 30 km/h	≤ 50 km/h
Insuficiente	0	-	> 30 km/h	> 50 km/h

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

3.4.2 Travessias



As análises dos pontos de travessia consideram se existe uma interseção semaforizada, ou não semaforizada e avalia elementos como a existência de rampas, piso tátil e sentido de circulação da via, como pode ser visto na Figura 2. Esses elementos são quantificados a fim de qualificá-la, de acordo com os critérios da Tabela 11.

Figura 2: Travessias

Tabela 11: Travessias

Pontuação		Travessias a partir do segmento da calçada cumprem os requisitos de qualidade
Ótimo	3	100%
Bom	2	≥ 75%
Suficiente	1	≥ 50%
Insuficiente	0	< 50%

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

	 Travessias semaforizadas	 Travessias não semaforizadas
Nota +30:	Há faixa de travessia de pedestres visível ou trata-se de via com baixo volume de veículos motorizados (existe somente uma faixa de circulação de veículos ou trata-se de via compartilhada com os diferentes modos de transporte).	
Nota +25:	Há rampas com inclinação apropriada às cadeiras de rodas no acesso à travessia de pedestres ou a travessia é no nível da calçada.	
Nota +15:	Há piso tátil de alerta e direcional no acesso à travessia de pedestres.	
Nota +30	A duração da fase "verde" para pedestres é superior a 10 segundos e a duração da fase "vermelha" para pedestres (tempo de ciclo) é inferior a 60 segundos.	Há áreas de espera de pedestres (ilhas de refúgio ou canteiros centrais) para travessias com distância superior a 2 faixas de circulação de automóveis consecutivas.

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

3.5 Segurança Pública

3.5.1 Iluminação

Identificar elementos de iluminação pública e realizar a medição de iluminância ponto mais desfavorável do segmento de calçada.

Tabela 12: Iluminação

Pontuação		Lux(lm/m ²)
Ótimo	3	≥ 20
Bom	2	≥ 15
Suficiente	1	≥ 10
Insuficiente	0	< 10

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

3.5.2 Fluxo de Pedestres Diurno e Noturno

O fluxo também é considerado nessa análise, assumindo que fluxos muito baixos, ou muito alto não são interessantes para a caminhabilidade, como pode ser visto na Tabela 13.

Tabela 13: Fluxo de Pedestres Diurno e Noturno

Pontuação		Fluxo de pedestres(pedestres/minuto)
Ótimo	3	$10 \leq f \leq 30$
Bom	2	≥ 5
Suficiente	1	≥ 6
Insuficiente	0	< 2 ou > 30

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

3.6 Ambiental

3.6.1 Sombra e abrigo

Identificar e quantificar a extensão horizontal de todos os elementos qualificáveis que promovam sombra ou abrigo.

Tabela 14: Sombra e Abrigo

Pontuação		Elementos adequados de sombra/abrigo
Ótimo	3	$\geq 75\%$
Bom	2	$\geq 50\%$
Suficiente	1	$\geq 25\%$
Insuficiente	0	$< 25\%$

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

3.6.2 Poluição sonora

Coletar dados relativos à poluição sonora em horário crítico do dia ou hora pico e no ponto mais desfavorável do segmento de calçada.

Tabela 15: Poluição sonora

Pontuação		dB(A) de nível de ruído
Ótimo	3	≤ 55
Bom	2	≤ 70
Suficiente	1	≤ 80
Insuficiente	0	> 80

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

3.6.3 Coleta de Lixo e Limpeza

O aspecto da limpeza urbana é avaliado a partir do tipo de lixo encontrado no ambiente, de acordo com a Figura 3. Esses elementos são então quantificáveis a fim de classificar o ambiente de acordo com a Tabela 16.

Figura 3: Coleta de Lixo e Limpeza

Nota -10	Presença de 3 ou mais sacos de lixo espalhados ou concentrados ao longo da calçada.
Nota -20	Há visivelmente mais de 1 detrito a cada metro de extensão na calçada.
Nota -40	Presença de lixo crítico (seringas, materiais tóxicos, preservativos, fezes, vidro, materiais perfurocortantes) ou presença de animal morto no ambiente de circulação de pedestres.
Nota -30	Presença de bens irreversíveis (por exemplo, um sofá); entulho no trecho; presença de galhadas ou pneus no ambiente de circulação de pedestres

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

Tabela 16: Coleta de Lixo e Limpeza

Pontuação		Limpeza Urbana
Ótimo	3	100
Bom	2	90
Suficiente	1	80
Insuficiente	0	< 80

Fonte: Índice de Caminhabilidade 2.0 (2018)

4. ESTUDO DE CASO

A aplicação da metodologia apresentada foi realizada no bairro Cidade 2000, na cidade de Fortaleza. Essa região, ao final de 2017, passou por transformação em sua área central, por meio de uma intervenção do tipo urbanismo tático. Tal praça já era frequentada por moradores e transeuntes por ser uma região de intenso comercial. Aos finais de semana, ainda se instala feiras de rua e quiosques de alimentação, o que atrai diversos moradores das regiões mais próximas.

A Prefeitura Municipal de Fortaleza na tentativa de adequar a região para a movimentação dos pedestres apresentou em audiência pública três propostas de intervenção aos moradores, que relataram seu interesse em retirar a feira da praça central e sua preocupação com a redução no número de estacionamento que os projetos poderiam possuir. Dessa forma, optou-se por implantar a alternativa mais votada pelos moradores, através de urbanismo tático, de tal forma, que a população

pudesse sentir os benefícios e os malefícios da intervenção, antes que o poder público fizesse as modificações de maneira definitiva.

A solução adotada, realmente reduziu a quantidade de estacionamentos na região, entretanto priorizou o deslocamento dos pedestres, com a inserção de diversas faixas de pedestres na região. Foram ainda implantadas ciclofaixas demarcadas com a utilização de jarros e a região ganhou mais uma praça, com o fechamento de uma das vias principais, o que necessitou também alterar o sentido das vias. O que antes eram vias de sentido duplo em todas as direções, transformou-se em uma grande rotatória ao redor de uma grande praça.

Neste grande espaço criado, a prefeitura realizou ao longo de 15 dias diversas atividades para a população local, os quais participaram ativamente de todas elas. Comerciantes ficaram satisfeitos com o incremento de espaço para a colocação de mesas e com o aumento do número de transeuntes, mesmo que isso tenha reduzido a quantidade de estacionamentos. Os moradores aprovaram a ideia de terem mais uma praça, com equipamentos de lazer, os quais foram por eles cuidados e implantados, inclusive os próprios moradores decidiram instalar um pula-pula para as crianças do bairro. Tudo isso foi atestado por pesquisas de satisfação realizadas ao longo dos 15 dias que a intervenção ocorreu. Ao fim deste prazo, a população solicitou que toda a infraestrutura instalada fosse mantida no lugar até que a intervenção definitiva pudesse ser realizada, solicitação que foi prontamente atendida.

Apesar dos notáveis benefícios que a intervenção trouxe para a região, ainda não é possível afirmar se a caminhabilidade da região foi incrementada. Para isso, foram coletados os dados necessários ao cálculo do índice de caminhabilidade para a região. Essa coleta ocorreu quando a intervenção já estava operando. Para a comparação, as variáveis para o período anterior ao da intervenção foram estimadas, a partir de registros fotográficos da área. Esses indicadores, são apresentados na Tabela 14 a seguir.

Verifica-se que a intervenção do tipo urbanismo tático na Cidade 2000 contribuiu elevando características relacionadas com a segurança viária, segurança pública e ao ambiente da região. Destaca-se que esses são elementos fundamentais para ampliar o sentimento de pertencimento da população por uma região, garantindo assim o aumento do número de pedestres para a área.

Tabela 14: Indicadores do IC para a Cidade 2000

Categorias	Indicadores	Antes (pontuação)	Depois (pontuação)
Calçada	Pavimento	Suficiente	Suficiente
	Largura	Suficiente	Suficiente
Mobilidade	Dimensão da Quadra	Ótimo	Ótimo
	Distância a pé ao transporte	Bom	Bom
Atração	Fachadas fisicamente	Ótima	Ótima
	Fachadas visualmente ativas	Bom	Bom
	Uso Público diurno e noturno	Ótima	Ótima
	Usos mistos	Bom	Bom
Segurança Viária	Tipologia da rua	Bom	Ótima
	Travessias	Insuficiente	Suficiente
Segurança Pública	Iluminação	Bom	Bom
	Fluxo de pedestres diurno e	Suficiente	Bom
Ambiente	Sombra e abrigo	Suficiente	Bom
	Poluição sonora	Bom	Bom
	Coleta de lixo e limpeza	Insuficiente	Suficiente

5. CONCLUSÃO

Pela análise realizada foi possível constatar que a modificação urbana ocorrida na Cidade 2000 na cidade de Fortaleza contribui na construção de um espaço mais adequada para que as pessoas caminhem e fiquem na área citada. Entretanto, não há grandes modificações, a curto prazo, em critérios de atração e mobilidade, já que as intervenções não alteram o uso do solo ao redor, ou investem recursos elevados na melhoria da mobilidade. Porém, regiões em que se concentram muitos deslocamentos a pé tendem a atrair mais comércios para a região, favorecendo o aumento da atratividade.

Apesar do Índice de Caminhabilidade ter contribuído na comparação entre as duas situações da Cidade 2000, recomenda-se seu uso de maneira cuidadosa, uma vez que o que é adequado para uma realidade pode não ser o mais adequado

em outra região. Cada um dos níveis apontados considera certos níveis de adequabilidade que podem ser facilmente questionáveis entre duas cidades. Entretanto, a análise comparativa realizada neste trabalho não padece desta falha do indicador, uma vez que o foco é avaliar o quão melhor uma mesma região ficou após determinadas modificações urbanas.

Por fim, recomenda-se a adoção da discussão sobre os diversos tipos de urbanismo tático apontados na literatura como ferramental capaz de apontar quais áreas devem ser prioritariamente modificadas. Dessa forma, será necessária uma adaptação ao Índice de Caminhabilidade, a fim de que possa ser utilizado com este propósito.

REFERÊNCIAS

COELHO, H. E. A. **Cidades para Pessoas: Urbanismo Tático como Instrumento de Moderação de Tráfego para a Requalificação de Ruas**. Dissertação apresentada ao curso de mestrado em Geotecnia e Transportes da Universidade Federal de Minas Gerais. 2017.

GEHL, J. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2013, p 3 - 116.

ITPD Brasil. **Índice de Caminhabilidade: Ferramenta**. 2018.

LYDON, M., BARTMAN, D., GARCIA, T., PRESTON, R., WOULDSTRA, R. **Urbanismo Tático 2**. Street Plans. New York. 2012.

SPECK, Jeff. **Walkable City: How Downtown Can Save America, One Step at a Time**. 1st Edition. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2012. 306p

PROJETO INCLUIR: A EXPERIÊNCIA DA EXTENSÃO E RESPONSABILIDADE SOCIAL NAS COMUNIDADES DO CAÇA E PESCA.

Gisela Arícia Medeiros Oliveira¹

Larissa Ramos Lima²

Germana Pinheiro Câmara³

RESUMO

Este artigo foi elaborado ao longo do projeto responsabilidade social Incluir, que teve como objetivo promover a inclusão social através de melhorias urbanas nas comunidades do Caça e Pesca, no bairro da Praia do Futuro II da cidade de Fortaleza. Este trabalho é uma proposta extensionista que envolveu alunos e professores do Centro Universitário Christus dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil. O projeto partiu de visitas ao local e contato com moradores e lideranças comunitárias, realizando levantamento e análises da infraestrutura básica presente: água, luz, saneamento, coleta de lixo e drenagem, e das condições dos espaços públicos. O projeto teve como resultado uma cartilha informativa, direcionada a população que reside na área, que além de apresentar toda a análise técnica diagnóstica desenvolvida da área de estudo, informa e explica as condições legais, visto que é uma área de ZEIS, e os direitos que a comunidade possui e pode lutar em busca de sua garantia junto ao poder público. Além disso, a pesquisa identificou um recorte, trecho de uma via local, para realização de um projeto piloto de melhoria urbana. Foi desenvolvido, então, um projeto urbanístico em conjunto a um projeto de esgotamento e destino das águas cinzas e drenagem na extensão desta rua que apresenta graves problemas de drenagem e despejo de lixo e apresenta um grande potencial de espaço público de lazer para a comunidade. O projeto piloto foi pensado de forma a possibilitar sua adaptação e replicação em outras ruas da comunidade que apresentam os mesmos problemas identificados.

¹Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Unichristus, gisela_aricia@hotmail.com

²Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Unichristus, larissa.ramoslima@gmail.com

³Mestra em Urbanismo, Unichristus, germanacamara@gmail.com

Palavras-chave: Responsabilidade social. Cidades inclusivas. Requalificação urbana. Assentamentos Precários. Fortaleza.

ABSTRACT

This article was elaborated along the social responsibility Project Incluir, whose objective was to promote social inclusion through urban improvements in the communities of Caça e Pesca, in Praia do Futuro II, district of the city of Fortaleza. This work is an extensionist proposal that involved students and professors of the Centro Universitário Christus from the courses of Architecture and Urbanism and Civil Engineering. The project started with site visits along with residents and community leaders, while carrying out surveys and analyzes of the area basic infrastructure: water, light, sewage, garbage collection and drainage, as well as the conditions of public spaces. The project resulted in an informative booklet for the area resident population, that besides presenting all the technical analysis of the study area, informs and explains the legal situation, since this is an area of ZEIS, and the rights that the community possesses and can fight in order to guarantee it with the public sector. In addition, the research identified a stretch of a local street, to carry out a pilot urban improvement project. An urban development project was designed, together with a project of destination of the gray water and drainage in the extension of this street due to the serious problems of drainage and dumping of garbage it presents, as well as the great potential this area has to become a public space of leisure for the community. The pilot project was designed to allow its adaptation and replication in other streets of the community that present the same identified problems.

Keywords: Social responsibility. Inclusive cities. Urban requalification. Informal urbanization. Fortaleza.

1 INTRODUÇÃO

Reconhecemos em nossas pesquisas que o espaço livre e público assume papel fundamental na produção de espaços mais inclusivos da cidade, possuindo um potencial direcionador para um planejamento urbano justo. O espaço público engloba todas as áreas de calçadas, praças, parques, jardins, ruas e avenidas, sendo muitas vezes o primeiro meio de se perceber o lugar.

De acordo com ALOMÁ (2013), os espaços públicos se tornam lugares de especial importância no cenário da recuperação urbana, pois quando renovados são uniões que atraem pessoas e recursos. Sua reconquista supõe enfrentar uma vasta gama de conflitos, cuja solução constitui um dos principais desafios para o desenvolvimento urbano.

Dessa forma, esse artigo é produto elaborado ao longo do projeto de extensão INCLUIR, projeto este, de responsabilidade social proposto pelo Centro Universitário Christus, que teve como objetivo realizar o estudo e análise nas comunidades do Caça e Pesca, de forma a promover a inclusão social através de melhorias urbanas, unindo as áreas de conhecimento de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil.

Além da compreensão do local, analisando os aspectos físicos, ambientais, sociais e econômicos, onde apresentaremos uma proposta de análise para as ações de responsabilidade social com o objetivo de orientar não somente a comunidade, mas também a sociedade em geral para este conceito de trabalho em conjunto, visando o desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária.

Neste projeto, propõe-se o estudo da composição e crescimento urbano do bairro da Praia do Futuro, bem como o diagnóstico da área trabalhada (Caça e Pesca) e a produção de uma cartilha informativa para a população.

Além disso, em conjunto com estudos expostos em sala, se propõe os projetos de: revitalização de fachadas, tendo como objetivo fortalecer laços de vizinhança; a implantação de uma via compartilhada e acessível, em que o pedestre e o automóvel estejam no mesmo nível, reduzindo a velocidade dos carros e promovendo uma mobilidade mais confortável ao transeunte; criação de áreas

comuns de convivência, bem como hortas e pomares; implementação de áreas de coleta de lixo, visando um lugar ambientalmente agradável, evitando doenças e desconforto; além de um protótipo de um projeto de saneamento e drenagem, que visa implementar alternativas paliativas à falta de esgotamento sanitário público, nas residências ao longo da via trabalhada.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CRESCIMENTO DO BAIRRO

Segundo Paiva (2014), a ocupação da cidade de Fortaleza iniciou-se pelo Oeste, a partir do Rio Ceará, no início do século XIX, o centro se consolidou como o principal pólo residencial, econômico e de lazer, tal consolidação, fez com que a elite fortalezense rejeitasse o litoral, que por sua vez era caracterizado por um local inóspito de lixo e prostituição, então, a cidade começa a se desenvolver “de costas” para o mar.

A zona de praia era escassamente ocupada por pescadores, porém com a indicação médica do uso do mar para tratamentos terapêuticos, fez com que a maritimidade fosse sendo incorporada à dinâmica da cidade, fazendo com que já na década de 1940, acontecesse a transferência de muitos clubes do Centro para a zona de praia, ocorrendo gradativamente a descentralização das opções de lazer da cidade.

Em 1955, a construção do porto do Mucuripe e a urbanização da Av. Beira Mar, provocou a desapropriação de famílias dos pescadores que ali habitavam. Com o rápido crescimento do mercado imobiliário, construtoras interessadas na região da praia do Futuro iniciaram a desapropriação das famílias da área, o que resultou no aterramento da lagoa do coração, que por sua vez era fonte de subsistência e pesca de famílias assentadas ao seu redor. (Paiva, 2014)

A praia até então não ocupada começa a ser loteada pela imobiliária Antônio Diogo, (**Figura 1**) sendo primeiramente o nome que a área recebeu, o qual não foi bem aceito pela população, que acreditava que aquela região viria a se tornar a “Copacabana” cearense, chamando-a, então, de “Praia do Futuro”. Nesse período se intensificou a valorização imobiliária do bairro (DONEGAN, 2011).

Com a extensão da Av. Santos Dumont chegando até a cidade 2000, iniciou uma intensa especulação imobiliária, onde terrenos eram loteados e casas eram

construídas muitas vezes em locais clandestinos (SILVA, 2006). A partir de 1970, já se podia perceber na região a construção de edifícios voltados para moradias multifamiliares, clubes e novas vias. Com o crescimento populacional na região, a demanda aumentou sendo necessária a criação de novos projetos para atender os moradores, em contrapartida, em 1984, foi realizada a construção da Av. Zezé Diogo e seu calçadão; nesta época as barracas foram transferidas para mais perto da praia e, em 1993, houve a urbanização do calçadão, com a instalação de ciclovia e faixas de pedestre elevada (SILVA, 2006).

Figura 1– Evolução do Bairro



Fonte: Jornal O Povo 30 e 31/01/65 apud JUNIOR, 2005) / Blog Fortaleza Nobre <
<http://www.fortalezanobre.com.br/2010/06/praiado-futuro.html>>

Mesmo sendo bastante utilizada, a praia do Futuro não conseguiu crescer habitacionalmente como esperado, fatores como a intensa maresia e a grande extensão da orla fazem com que até hoje muitos terrenos vazios deixem a área com aparência de deserta. Uma característica marcante do local é a presença de diversos grupos sociais e também de uma diversidade morfológica caracterizada por terrenos baldios, favelas, mansões e edifícios de médio e alto padrão.

Mesmo com a pouca ocupação da área, a Av. principal da Praia do Futuro, a Av. Zezé Diogo é bastante movimentada possuindo um intenso fluxo de carros e ônibus, deixando em segundo plano outros modais mais sustentáveis, e até mesmo a segurança dos pedestres. A mobilidade sustentável é um dos grandes desafios

nas cidades contemporâneas, no que envolve a integração de modais (**Figura 2**) que atendam uma coletividade e outros como bicicletas, tendo a necessidade de calçadas confortáveis, sem buracos e desníveis e se possível arborizadas, deixando de ser um espaço só de passagem, mas sim um espaço de convívio. "Somente a requalificação dos transportes públicos poderá reduzir o ronco dos motores e permitir que as ruas deixem de ser "vias" de passagem e voltem a ser locais de convivência." (**MOBILIZE,**

Figura 2- integração dos modais



Fonte: Mobilize - www.mobilize.org.br/sobre-o-portal/mobilidade-urbana-sustentavel/

3 MÉTODOS

A primeira etapa realizada foi a revisão de literatura relevante sobre os temas tratados no projeto: o bairro, espaços públicos, mobilidade, revitalização, saneamento, entre outros. A segunda etapa realizada foi de interpretação do espaço, com a realização de visitas ao local e diálogos com moradores, (**Figura 3**) coletando diagnósticos do local, de modo a perceber como os moradores interpretam o espaço, juntamente com a complementação aos dados levantados anteriormente. A terceira etapa foi composta pela realização de uma cartilha informativa para os moradores com o levantamento dos dados. A quarta e última etapa consiste na elaboração de um projeto proposto para a comunidade.

Figura 3- Visita ao local.



Fonte: Acervo Pessoal.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das análises realizadas na região do Caça e Pesca, identificou-se que os grandes problemas encontrados são relacionados a condição de favelização da comunidade, atingindo diretamente a condição de habitação e outros que serão explanados posteriormente.

A elaboração do diagnóstico foi fundamental para entendermos a área de estudo, onde foi realizado todo levantamento de dados através do Google Earth e as visitas para confirmar e coletar mais dados, onde conseguimos perceber a relação das pessoas com o ambiente, assim como o dimensionamento das ruas que em sua maioria são estreitas com torno de 1-2 metros nas vias internas da comunidade, sem calçadas e asfaltamento sendo de pedra tosca ou areia fofa e batida. Tal habitações não possuem uma infraestrutura básica, onde a falta do saneamento é um dos pontos mais críticos do caça e pesca, mas a falta desde não é o maior problema e sim os próprios moradores que ao limparem suas fossas, depositam os resíduos em frente de sua moradia deixando os dejetos expostos facilitando para a transmissão de doenças no local. Outro ponto essencial analisado na visita foi o lixo espalhado nas dunas, mesmo tendo coleta de lixo três vezes a semana, esse problema é bastante comum, e isso se dá pelo fato do caminhão não conseguir passar pelas ruas e os moradores necessitam andar até as ruas principais localizadas nas

extremidades da comunidade para depositar o lixo nos containers oferecidos, o que implica na eficiência da coleta de lixo.

Ao longo de toda a sua extensão do bairro pode-se identificar novas construções, em sua maioria para o lazer voltado para as pessoas com mais capital e o comércio, reforçando a forte característica turística do bairro. Devido ao seu forte caráter turístico e de lazer às áreas onde se concentram as barracas de praia recebem mais investimentos em infraestrutura urbana, tais como sinalização, policiamento, transporte público e pavimentação.

No ano de 2017, segundo o morador da comunidade, a área recebeu uma areninha que teve sucesso em sua utilização, pois áreas de lazer são bem escassas na área, possuindo apenas a areninha e um parquinho feito pelo morador Eunício da Silva com materiais recicláveis, mas estes equipamentos não atendem à demanda da comunidade, fazendo por necessário a criação de áreas de lazer e acesso à cultura, tendo em vista a grande quantidade de jovens e crianças do caça e pesca. Estes espaços poderia ser alvo da diminuição a quantidade de jovens que entram para a criminalidade, que é bastante significativa segundo moradores.

Além dessas áreas livres, um fator que ajudaria a diminuir a entrada dos jovens nesse meio, seriam a inserção das escolas, pois a área só possui uma escola pública do ensino fundamental e uma creche, na qual não atendem a demanda, já a escola de ensino médio é inexistente, possuindo apenas 4 salas de aula junto ao complexo escolar público mas que não funcionam. Também a presença de escola privado público chamada Sol, mas existe um processo de seleção e quantidade limite de alunos, o que não soluciona o problema. Outros equipamentos públicos como o posto de Saúde segundo usuários, funciona de forma eficiente em contratempo, não existem postos policiais localizado nas proximidades da área.

A maioria da área é considerada Zeis do tipo 1- ocupação, precisando de urbanização do tipo complexa, o que é facilitado pelo fato da praia do Futuro possuir uma grande extensão de Zeis 3, que pode ser trabalhado em conjunto. Como característica das comunidades em geral, o uso misto é bastante presente no local, mercearias, pequenas lojas de roupa, depósitos de construção de pequeno porte e de água, são um dos usos aplicados no modelo misto. Normalmente esse uso

ocorre na parte frontal da casa, tendo em vista que o gabarito das edificações em sua maioria são de 3 metros.

Desta forma, é possível observar que as áreas que limitam a Praia do Futuro, tanto ao norte (Vicente Pinzon) quanto sul (Caça e Pesca) são marginalizadas e apresentam grande diferença quanto à oferta de infraestrutura, carência de policiamento e sinalização, falta de saneamento e galerias de águas pluviais, iluminação pública precária, problemas de acessibilidade, coleta de lixo precária, falta de manutenção das áreas livres, dentre outros.

Nas análises realizadas, através de mapeamento e pesquisas de campo, é visível a tentativa de resistência e de solidificação cada vez mais no local, pelos moradores da comunidade. (**Figura 4**)

Figura 4- Cartilha Caça e Pesca

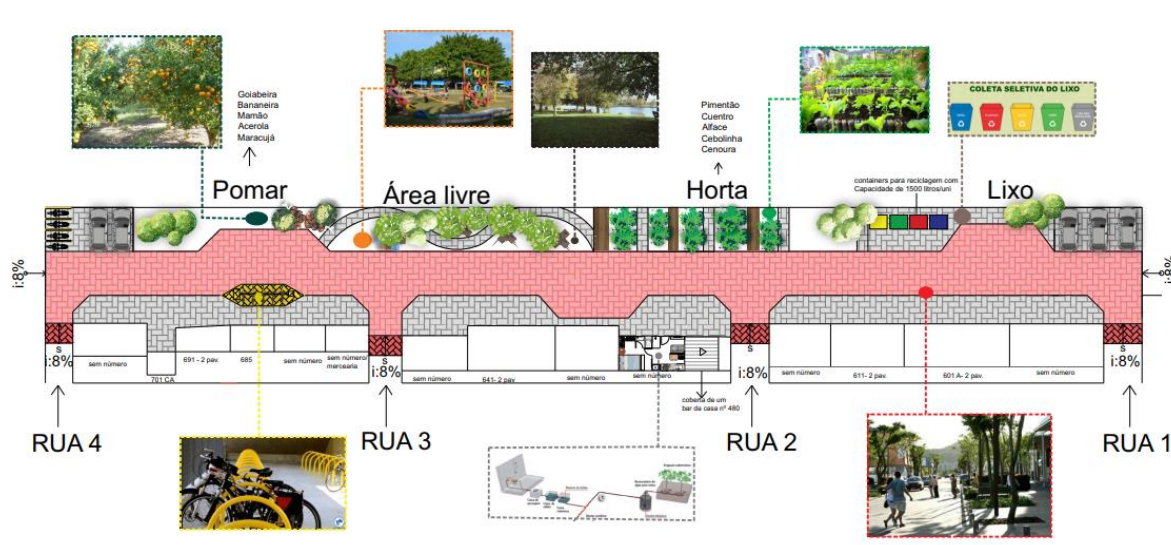


Fonte: Elaborado pelas autoras.

4.1 PROPOSTA

Com base de todos os problemas falados acima, foi proposto a revitalização da Rua Ipamerim como rua tipo, sendo proposto uma rua compartilhada onde o pedestre tem a prioridade, rua pavimentada com piso Inter travado diferenciando nas cores para a parte do rolamento do carro e das calçadas. Nessa rua foi constatado na visita que já possui uma utilização de convivência dos moradores de baixo das árvores presentes no local, com isso foi proposto a melhoria desse espaço de convivência sempre procurando a colocação dos mobiliários próximos as árvores devido a sombra, também foi planejado uma área de horta compartilhada para o consumo próprio dos moradores visando o aproveitamento das águas cinzas das casas após tratamento para a manutenção da horta, sendo proposto tipo de frutas e verduras adequado para a área em análise com o clima e solo. Outro ponto importante foi o espaço ofertado para a coleta seletiva do lixo com recuo para o caminhão poder estacionar sem atrapalhar o fluxo da rua, esta coleta visa promover tanto conscientização das pessoas, mas podendo também gerar renda extra aos moradores. Por fim, espaço lúdico para brincadeiras com materiais recicláveis, além de um bicicletário visando incentivar o uso do modal e uma pequena área de estacionamento para carros e motos para os moradores. Na parte das casas, foi proposto uma pintura de suas fachadas, criando harmonia no espaço e o fortalecimento da comunidade e vizinhança. **(Figura 5)**

Figura 5- Proposta Urbanística



Fonte: Elaborado pelas autoras.

5 CONCLUSÃO

Podemos concluir que o projeto de extensão e responsabilidade social Incluir foi importante tanto pela troca de informações entre os cursos da área da tecnologia, mas também como experiência pessoal gerada pelos novos conhecimentos adquiridos nas visitas realizadas no local, o viver mais a cidade encontrando e observando os problemas e pensar qual a melhor maneira de se solucionar sempre analisando o tipo dos usuários, tentativa da utilização de materiais vernaculares para um menor custo do projeto.

Também é importante vivenciar a realidade da comunidade e os problemas internos destas, podendo observar que a Constituição Federal de 1988, não é colocada em prática ao prever que todos devem ter moradia digna e segurança, pois o básico de estrutura como saneamento a comunidade não possui em sua totalidade, além da falta da regularização da Zeis. Outro fator que dificulta o trabalho de externos a comunidade é a falta de abertura que os moradores dão para adentrarem na área devido aos receios de despejo no qual podem sofrer pelo dono da terra ou pelo mercado imobiliário.

Por fim, a comunidade do caça e pesca não possui uma única liderança, gerando lideranças com interesses diferentes que na maioria das vezes não tem acesso as informações de eleições do plano gestor ou elementos urbanísticos como a Zeis, o que dificulta ir em busca de melhorias para o local. A cartilha produzida teve como objetivo explicar e divulgar sobre a área e o que deve ser feito ao saber que a área é uma Zona Especial de Interesse Social, facilitando uma fortificação da comunidade, gerando voz e indo em busca dos seus direitos. **(Figura 6)**

Figura 6- Você mora em uma ZEIS



Fonte: Elaborado pelas autoras

REFERÊNCIAS

ALMOÁ, Patricia Rodríguez. "O espaço público, esse protagonista da cidade." 19 Dez 2013. ArchDaily Brasil. Acessado 12 Abr 2017.

<http://www.archdaily.com.br/162164/o-espaco-publico-esse-protagonista-da-cidade>

DA SILVA, José Borzachiello, et al. Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste Brasileiro. Eustogio Wanderely Correia, 2006.

DONEGAN, Lucy. Barracas de Praia, praia de barracas: configuração, tipo e usos na praia do futuro, Fortaleza CE. MS thesis. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2011.

MOBILIZE. Disponível em: <http://www.mobilize.org.br/sobre-o-portal/mobilidade-urbana-sustentavel/>. Acessado em 01 Jul 2018.

PAIVA, Ricardo Alexandre. Os impactos da "urbanização turística" no litoral de Fortaleza: fragmentação e diferenciação socioespacial. Fortaleza, 2014.

**Zona Especial de Interesse Social como instrumento de direito à habitação:
Estudo de caso da Vila Vicentina.**

Alana Kelia Parente de Aguiar¹
Gisela Arícia Medeiros Oliveira²
Germana Pinheiro Câmara³

RESUMO

O trabalho aqui apresentado teve como principal objetivo discutir o processo de urbanização em Fortaleza e seus consequentes processos de segregação social e espacial, especulação imobiliária e gentrificação, que vem resultando em uma grande parcela da população sem moradia. Por meio da análise dos marcos legais e seus instrumentos que visam assegurar o direito à moradia digna, como o Estatuto da Cidade de 2001, o Plano Diretor Participativo de Fortaleza de 2009, a delimitação das ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) e a lei de regularização fundiária, estudou-se o caso da Vila Estância Vicentina, localizada no bairro Dionísio Torres. A área foi delimitada como ZEIS em 2009, no entanto em virtude de falta de sua regulamentação é alvo de grande pressão imobiliária, desde a década de 90. Em 2016 sofreu um processo de remoção forçada pelo mercado imobiliário, que objetivava a venda do terreno para uma grande incorporadora e para construção de um empreendimento. A pressão imobiliária com a omissão do poder público culminou na saída de alguns moradores e na insegurança dos remanescentes. Este trabalho aborda o processo de insurgência que nasceu desta tentativa de remoção e que teve como resultado temporário uma carta de tombamento municipal como alternativa para garantir a permanência das casas e seus moradores. Propõe-se nesta pesquisa uma alternativa para área, transformando a área livre, hoje fechada para a cidade, em um espaço semiprivado que possa atuar como palco de fortalecimento da comunidade e de práticas insurgentes, proporcionando um espaço de lazer para o bairro e a integração da vizinhança com a comunidade.

Palavras-chave: Segregação espacial. Gentrificação. Mercado Imobiliário. Insurgência. Vila Vicentina.

¹ Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, alana.parente@hotmail.com

² Graduanda em Arquitetura e Urbanismo, gisela_aricia@hotmail.com

³ Mestre em Urbanismo, Professora Unichristus, germanacamara@gmail.com

ABSTRACT

The main objective of this study was to discuss the urbanization process in Fortaleza and its consequent processes of social and spatial segregation, real estate speculation and gentrification, which has resulted in a large portion of the population without housing. Through the analysis of the legal frameworks and urban policies that addresses the right to decent housing, such as the 2001 City Statute, the Fortaleza Participatory Master Plan of 2009, the delimitation of the ZEIS (Special Zone of Social Interest) and the law of land regularization, we studied the case of Vila Estância Vicentina, located in the Dionísio Torres district. The area was delimited as ZEIS in 2009, however due to the lack of its regulation it has been subject to intense real estate pressure since the 90's. In 2016 it underwent a process of forced removal by the real estate market, which aimed to sell the land to a large developer for the construction of building. The real estate pressure together with the omission of the public power culminated in the eviction of some residents and the insecurity of the remnants. This work deals with the insurgency process that was born from this attempt to remove the whole community and which resulted in a temporary municipal heritage letter as an alternative to guarantee the permanence of the houses and their residents. In this research its proposed an alternative for the area, transforming the open space area, now closed to the city, into a semi-private space that can act as a place for community strengthening and insurgent practices, providing a space for leisure and integration between the neighborhood and the community.

Keywords: Spatial segregation. Gentrification. Real estate market. Insurgency. Vila Vicentina.

1 INTRODUÇÃO

Com a abolição dos escravos, através da aprovação da Lei Áurea em 1888, surgiram os primeiros indícios de ocupações informais nas cidades, que se intensificaram a partir do século XX em virtude do êxodo rural, as pessoas em busca de uma melhor qualidade de vida e maior oferta de emprego migraram para cidades povoadas e sem ordem. Segundo Maricato (2003), essa migração deu início a uma série de problemas como aumento da moradia informal, violência, segregação, poluição dos recursos naturais, trânsitos caóticos, entre outros.

Com a revolução industrial ocorreu uma espécie de higienização nas áreas centrais da cidade, despejando grande parte dos cortiços e assentamentos informais para áreas mais distantes do centro da cidade, localizadas em áreas periféricas, áreas desvalorizadas, com infraestrutura precária e longe dos centros comerciais. As pessoas se deparavam com a realidade, que não condizia com o que era ofertado pelas grandes cidades em desenvolvimento.

Um dos maiores problemas referente à habitação no Brasil é a falta de moradia para a população de menor poder aquisitivo, gerando a utilização informal do solo, de forma descontrolada e sem planejamento, na qual moradias são construídas em áreas de risco, sem saneamento básico ou em propriedades privadas sem uso, de forma que as famílias não possuem a posse do terreno legalmente.

Na constituição federal de 1988 está inserida a política habitacional que determina o uso da propriedade urbana em benefício do interesse coletivo e do equilíbrio ambiental, sendo necessária a implementação dessa política devido ao aumento das ocupações informais, pois segundo o censo de 2010, 84,35% da população brasileira é urbana, havendo aumento de quase 4% do censo de 2000, e mais de 11 milhões de pessoas moram em favelas, dando-se por necessário a ferramenta de regularização fundiária (IBGE, 2010).

A elaboração de uma política habitacional e a regularização do Estatuto da Cidade proporcionou o direito habitacional para a população de baixa renda que mora de forma ilegal, por meio das novas emendas de regularização fundiária.

A pesquisa de origem qualitativa tem como objetivo geral investigar a situação da ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) Vila Vicentina e analisar o instrumento de tombamento, buscando encontrar soluções de intervenção que

permitam a permanência da comunidade na área e atendam aos princípios do direito à moradia e do direito à cidade. Tendo como objetivos específicos: Compreender os conceitos que envolvem a política habitacional, o direito à moradia e o direito à cidade; investigar a situação legal da ZEIS Vila Vicentina; Compreender a legislação urbana e ambiental do município de Fortaleza; identificar os atores sociais envolvidos e suas relações com a área; realizar a leitura morfológica e social da área de estudo e entorno; delinear uma proposta conceitual de intervenção.

Os instrumentos utilizados para embasar a produção do artigo foram: Revisão bibliográfica abordando os conceitos de urbanização e segregação, gentrificação, segundo as ideologias de Milton Santos e Ermínia Maricatto; mercado imobiliário baseado na autora Beatriz Rufino; insurgência por meio do texto insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano de Faranak Miraftab; legislação como o Plano Diretor de 2009 e o Estatuto da Cidade. Além disso, foram realizadas visitas ao local tendo como objetivo o registro Fotográfico e entrevista com moradores e com o professor da Universidade Federal do Ceará, Romeu Duarte, responsável pelo processo de tombamento da Vila.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Urbanização e Segregação

Entre as décadas de 40 e 80 há um grande crescimento na urbanização no Brasil. Com a industrialização, a população brasileira mudou-se de forma acelerada do campo para cidade. De acordo com Santos a nação urbana, multiplicou-se sete vezes e meia. Isso aconteceu devido a cidade ter sido vista como um espaço de concentração, que oferecia oportunidade de trabalho, moradia, saúde, lazer e cultura. Todavia, a cidade não superou algumas características dos períodos coloniais e imperiais, marcadas pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política de favor e pela aplicação arbitrária da lei. (SANTOS, 2013)

A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado. Então era só vir para elas e desfrutar de fantasias como emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos. Não aconteceu nada disso, é claro, e, aos poucos, os sonhos viraram pesadelos (Santos, 1986, p. 2 apud MARICATO, 2003, p. 152)

Com o crescimento acelerado e desordenado no século XX, a cidade não conseguiu acompanhar tal desenvolvimento, progredindo com falta de planejamento urbano, o que resultou em moradias informais, insegurança, desigualdade social entre outros fatores.

No Brasil, os espaços residenciais se diferenciam sob o ponto de vista socioeconômico, ou seja, a variável de renda é que define esses espaços. Mas outros fatores como etnia influenciam fortemente, o que acaba gerando a segregação residencial. (CORRÊA, 2011)

A palavra segregação significa afastamento, separação, segregamento e pode ser utilizada referindo-se a isolamento ou separação dos grupos sociais no meio urbano. Segundo Ana Fani em seu livro:

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão a moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática sócio-espacial urbana separando os lugares da vida, enquanto elementos autônomos: neste nível a existência da propriedade privada da terra realiza desigualdades que está na base do desenvolvimento da sociedade capitalista. (CARLOS, 2007 p. 112).

A segregação residencial é antiga no Brasil, que devido à pobreza e sua raça, parte da população era obrigado a morar em áreas mais afastadas, com menos infraestrutura, um local menos belo, menos salubre. Sendo na prática ou formalmente excluídos de alguns espaços da cidade, que eram "reservados" para os grupos dominantes da sociedade.

A exclusão social não é passível de mensuração, mas pode ser caracterizada por indicadores como a informalidade, a irregularidade, a ilegalidade, a pobreza, a baixa escolaridade, o oficioso, a raça, o sexo, a origem e, principalmente, a ausência da cidadania. "A carência material é a face externa da exclusão política" (Demo, 1993, p. 3 apud MARICATO, 2003, p. 153)

Hoje, a segregação afeta uma enorme parcela da população brasileira, em que os pobres são induzidos por seu baixo poder aquisitivo, a residir em áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário.

Essa segregação é causada pela dissipação do trabalho assalariado, em que os territórios são separados por grupos sociais, como se cada império organizasse seu próprio espaço. A este movimento das classes sociais e funções dentro da

cidade dar-se o nome de segregação espacial. (VILLAÇA, 1998 apud. VASCONSELOS, 2004)

Com isso, a cidade virou mercado, segundo Rodrigues, a terra urbana se tornou mercadoria desde 1850, e com o passar do tempo, a terra vai obtendo valor e quanto mais escasso, mais caro. Existindo assim uma forte relação entre legislação, mercado restrito e exclusão social.

Teresa Caldeira, em Cidade de Muros (2000), analisa a cidade de São Paulo de acordo com três tipos de segregação espacial. O primeiro se refere aos diferentes grupos sociais, onde ocupavam pequenas áreas urbanas e eram segregados pelos tipos de moradia, o segundo se referia a distância centro-periferia e o terceiro é a auto-segregação. (p.231)

Soja destaca que o estado é responsável pela valorização imobiliária, por meio de legislação regulatória, revitalizando áreas degradadas, regularizando e definindo o uso do solo e áreas livres, assim acaba valorizando a região e impossibilitando a compra das áreas por pessoas de baixa renda, devido ao setor imobiliário. (SOJA, 1993 apud. ROCHA, 2011)

Lefebvre refere-se à transformação da cidade com a chegada da industrialização e relata que a partir da indústria que foi possível produzir sua própria produção, sendo evidente a desigualdade ao direito à cidade, com boas condições de transporte, moradia e com serviços públicos. (LEFEBVRE, 2006 apud. ROCHA, 2011)

2.2 Gentrificação

Além disso, a segregação residencial pode ser gerada através de um processo de gentrificação em um determinado local. A palavra gentrificação é conhecida como o processo de mudança imobiliária, nos perfis residenciais e padrões culturais, seja de um bairro, região ou cidade. Esse processo envolve obrigatoriamente a troca de um grupo por outro com maior poder aquisitivo em um espaço específico passa a ser visto como mais desenvolvido e qualificado que o outro. (MARTINS, 2014)

Esse termo surgiu em Londres nos anos 60, onde alguns nobres migraram para um bairro onde era ocupado predominantemente por trabalhadores (GLASS,

1964 apud. PEREIRA 2014). Esse processo de migração acabou disparando o preço imobiliário do bairro, que resultou na expulsão dos antigos moradores. Dessa forma esse processo pode ser conhecido como um processo de enobrecimento, aburguesamento ou elitização de uma região (SMITH, 1982 apud. PEREIRA 2014).

Desde 1964 quando o conceito foi aplicado e começaram a serem analisados os processos de sucessão residencial e a expulsão de grupos frágeis em bairros de Londres, o termo gentrificação foi ganhando espaço e sendo adotado por muitos pesquisadores como “um dos mais importantes vetores da reestruturação urbana contemporânea” (HAMNETT, 1991 apud. SIQUEIRA, 2014).

A utilização desse termo teve duas versões, uma versão positiva por volta de 1980, devido a melhorias realizadas em uma área abandonada, degradada ou revitalizações nas áreas centrais. E uma versão negativa de que a gentrificação causaria um urbanismo excludente, "expulsando" as classes menos favorecidas de capital das zonas centrais, realizando assim uma "higienização social". Sendo essa versão utilizada nos dias atuais. (MARTINS, 2014)

Segundo Rodrigues (1994), a questão fundiária teve início no Brasil em 1850, quando a primeira lei foi criada para estabelecer o direito total do proprietário sobre sua terra, porém em 1988 a Constituição Brasileira alterou este código, concedendo uma função social à propriedade privada, além de garantir o direito à moradia digna. Isso gerou conflitos não só no campo, mas também nas cidades, e provocou concorrência não por espaços para plantio e criação, mas sim por um local de moradia. Com isso, a especulação imobiliária é uma das maiores razões de conflitos fundiários.

Com o desenvolvimento das cidades, algumas áreas possuem melhores infraestruturas, consideradas áreas nobres da cidade, sendo normalmente os locais com maiores facilidades aos serviços, segurança e outros fatores. Essas áreas obtêm uma valorização rápida e os preços dos terrenos aumentam aceleradamente, sendo comum, que essa valorização ocorra depois da implantação dos serviços públicos como saneamento básico, pavimentação de ruas, iluminação e espaços de lazer. Dessa forma, o valor da habitação altera de acordo com a sua localização, e seus serviços oferecidos no entorno. (SOUZA, 2005)

2.3 Mercado Imobiliário

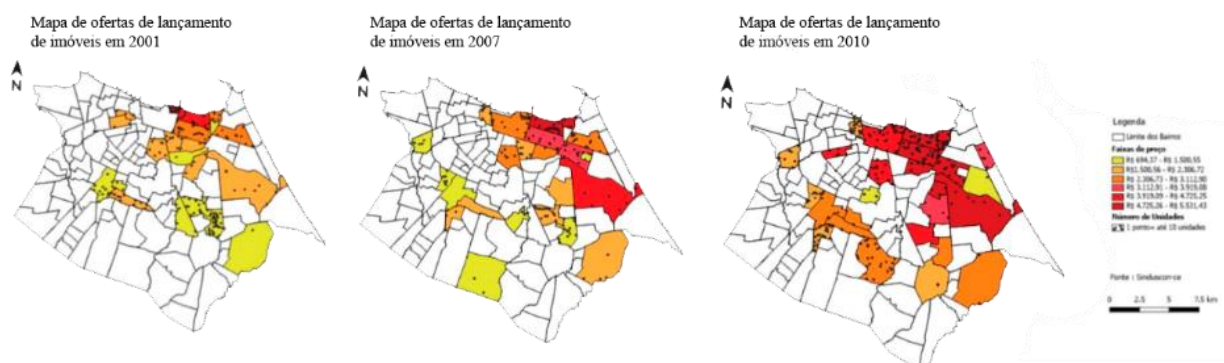
O mercado imobiliário de Fortaleza está em grande parte concentrado nas grandes construtoras, segundo o Sinduscon-ce. Em 2001, 175 empresas empregavam de forma direta os trabalhadores e 64% das construtoras possuíam apenas um empreendimento em período de construção, logo após 12% das construtoras detinham 58% total das ofertas existentes no mercado. (Rufino, 2016). Fazendo com que o poder do mercado imobiliário fique cada vez mais restrito.

Para a garantia do sucesso das grandes empresas, é necessário que esteja vinculada com o interesse das elites econômicas locais, estes são os grandes empresários que investem em condomínios de luxo e hotelaria. Segundo Rufino (2016), “O imóvel sempre foi o destino final dos lucros do comércio e da indústria”.

No séc. XXI Fortaleza foi vista como destino para o investimento imobiliário (Figura 01) em que os agentes procuravam áreas com uma localização privilegiada, uma boa condição climática, vantagens no entorno, e os possíveis usos do terreno. O terreno é a condição essencial para cada novo ciclo produtivo, pois implica na valorização dessa mercadoria ao possuir uma relação entre a edificação e sua localização do terreno. Além disso, a importância da localização do terreno no processo de valorização do imóvel torna particularmente evidente os laços entre o desenvolvimento da produção imobiliária e a diferenciação do espaço. (Rufino, 2016)

Segundo Beatriz Rufino (2016), o comprador não compra apenas o volume do edifício, mas também a distância que liga o edifício aos outros lugares essenciais como os centros de comércio, lazer, cultura, trabalho e etc, o que determina se o lugar é mais ou menos desejado, mais ou menos valorizado.

Figura 01: Lançamento de imóveis em Fortaleza em 2001, 2007 e 2010.



Fonte: Elaboração das autoras com base em Rufino (2016)

Esse processo de urbanização acelerada obriga os grupos mais vulneráveis a ocupar espaços inadequados, ocasionando assentamentos precários e informais, a maioria dessas áreas são frágeis ambiental e carente de infraestrutura urbana. A legislação vem em defesa dessa população mais vulnerável e de menor poder aquisitivo, por meio de leis.

Todo cidadão tem o direito à moradia, educação, saúde e o poder público deve adequar as áreas que são ocupadas da cidade, proporcionando infraestrutura que inclui saneamento básico, coleta de lixo, transporte público, iluminação pública, sinalização e pavimentações das ruas. No entanto muitas pessoas morando em áreas de risco, sem infraestrutura básica, em loteamentos clandestinos e de forma irregular, porém acaba sendo a única área que essa população possui acesso.

2.4 LEGISLAÇÃO

Em 2001 foi criado o Estatuto da Cidade (Lei nº10257/2001), onde foram estabelecidas algumas ferramentas para garantir a permanência das famílias de menor poder aquisitivo, dentre eles, como já foi dito anteriormente a Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), cujo objetivo é garantir o direito à moradia para a população que vive de forma inadequada na cidade, ocupando áreas de risco, favelas e loteamentos clandestinos, etc. Sendo um instrumento urbanístico estabelecido para garantir a permanência em determinadas áreas, a regularização fundiária e a melhoria das condições do meio urbano.

Art. 123 - As Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) são porções do território, de propriedade pública ou privada, destinadas prioritariamente à promoção da regularização urbanística e fundiária dos assentamentos habitacionais de baixa renda existentes e consolidados e ao desenvolvimento de programas habitacionais de interesse social e de mercado popular nas áreas não edificadas, não utilizadas ou subutilizadas, estando sujeitas a critérios especiais de edificação, parcelamento, uso e ocupação do solo. (PLANO DIRETOR DE FORTALEZA 2009).

No Plano diretor de fortaleza de 2009, foram delimitadas algumas ZEIS: a ZEIS tipo I é destinada a ocupações e favelas; ZEIS tipo II é destinada a conjuntos habitacionais, e a ZEIS tipo III se refere a vazios urbanos e terrenos subutilizados, no entanto as ZEIS ainda não foram regulamentadas, ou seja, não foram efetivadas, dificultando a aplicação e cumprimento deste instrumento.

Com isso, surge a pressão do mercado imobiliário sob algumas áreas de habitações de seu interesse por causa da infraestrutura oferecida em seu entorno ou áreas com grande potencial para desenvolvimento.

2.5 INSURGÊNCIA

Insurgência é o planejamento que surge pela iniciativa da população, sendo um reconhecimento das práticas e ações cidadãs como uma das formas de planejamento. No final da década de 80, John Friedmann (2001) criou o termo insurgência e posteriormente alguns autores como Sandercock (1998) e Beard (2002) aprofundaram o seu conceito buscando sua efetivação. As práticas insurgentes têm como objetivo contrapor a pressão do mercado imobiliário e a organização da malha urbana, sendo alternativas ao planejamento da cidade. (MIRAFTAB, 2016)

Ativistas insurgentes põem em prática uma distinta compreensão de justiça. Para alcançar um resultado, eles mudam a base do seu clamor por justiça, da concepção de justiça de Rawls (1971) enquanto igualdade para a noção de Young (1990), da justiça baseada no reconhecimento da diferença e de sua política. Eles entendem não ser suficiente dar direitos individuais e um tratamento igualitário como advoga a filosofia política liberal da justiça. Ao contrário, pedem o urgente reconhecimento de formas de opressão autodeterminadas e baseadas em grupos. (MIRAFTAB, 2016 p.6)

A política habitacional está inserida na constituição federal de 1988, que determina o uso da terra urbana em benefício do coletivo, promovendo o equilíbrio ambiental. Foi necessária a implementação dessa medida, pois segundo o censo de 2010, 84,35% dos brasileiros vivem em área urbana, e mais de 11 milhões de pessoas moram em favelas, sendo necessária a regulamentação fundiária (IBGE, 2010).

3 MÉTODOS

Os instrumentos utilizados para embasar a produção do artigo foram: Revisão bibliográfica abordando os conceitos de urbanização e segregação, gentrificação, segundo as ideologias de Milton Santos e Ermínia Maricatto; mercado imobiliário baseado na autora Beatriz Rufino; insurgência por meio do texto insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano de Faranak Miraftab;

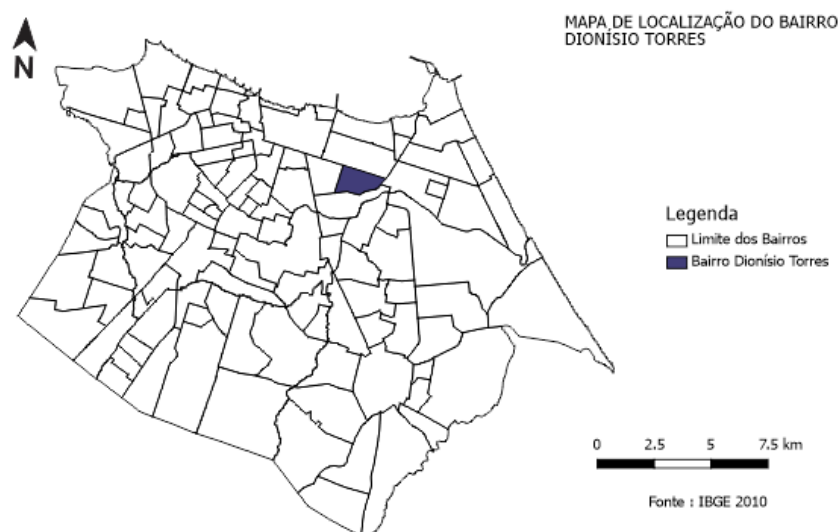
legislação como o Plano Diretor de 2009 e o Estatuto da Cidade. Além disso, foram realizadas visitas ao local tendo como objetivo o registro Fotográfico e entrevista com moradores visando entender o espaço e compreender o contexto que a Vila Vicentina se inseriu nesses últimos dois anos, entrevista com o professor da Universidade Federal do Ceará, Romeu Duarte, responsável pelo processo de tombamento da Vila, mapeamentos da localização do estudo de caso em relação do bairro Dionísio Torres e com a cidade de Fortaleza, análise do mercado imobiliário de Fortaleza através de mapas buscando analisar o crescimento no valor do metro quadrado no bairro Dionísio Torres. Tendo como proposta final uma intervenção pós-tombamento na Vila, foi levado em consideração análise de alguns projetos de referência para a construção do desenho urbano do estudo de caso.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O caso em estudo, Vila Estância Vicentina localiza-se no bairro Dionísio Torres (Figura 2) que tem como vizinhos os bairros: Aldeota, Cocó, Joaquim Távora e São João do Tauape.

De acordo com o site Dionísio Torres⁴, o bairro começou a ser loteado no ano de 1939, com 58 hectares por Dionísio Torres, um empresário e farmacêutico, investindo no ponto mais alto da cidade.

Figura 02. Localização do bairro Dionísio Torres na cidade de Fortaleza.



⁴ Site do Bairro Dionísio Torres, disponível em <http://dionisiotorres.com.br/>

Fonte: Autoral baseada no censo de 2010.

A Vila Estância Vicentina, delimitada pelas ruas Tibúrcio Cavalcante, Antônio Sales, Nunes Valente e Dom Expedito Lopes, com desnível aproximadamente de 6 metros no sentido sul-norte, o terreno foi doado para os Vicentinos, seguidores de São Vicente de Paulo com a finalidade de administrar e conceder o local para moradia á viúvas e pessoas necessitadas. O terreno possuía uso misto, formado por escritórios, farmácia e moradias, porém, com o passar do tempo essas construções deram lugar a novas casas tornando uma vila habitacional com 45 casas e a presença de uma capela homenageando São Vicente de Paulo (ROMEU, 2017). Hoje a área é delimitada pelo Plano Diretor Participativo de Fortaleza (Lei 062/2009) como ZEIS do tipo 1 (Figura 03).

Figura 03. ZEIS no Bairro Dionísio Torres.



Fonte: Autoral baseada no censo de 2010 e Fortaleza em mapas.

Um dos primeiros administradores da Vila era militar e muito influente na capital cearense, isso possibilitou recursos para manter a Vila, a administração do local estabelecia algumas regras para os moradores na época, como conservar a pintura externa do conjunto na cor cinza e as esquadrias originais das fachadas além de não murar ou ampliar o imóvel doado, era necessário também que os residentes se comprometessem a participar das reuniões semanais e segundo relatos dos antigos moradores havia “toque de recolher” com o fechamento do portão de acesso ao jardim comunitário às 18 horas, acompanhando com uma inspeção casa a casa tal como o controle a criação de certos animais. (ROMEU, 2017)

Ao passar do tempo suas regras foram modificando, onde houve colocação de mais janelas nas fachadas em 1980, adição de baixos muros em algumas partes do terreno demolição do chafariz existente no pátio central, fim dos atendimentos médicos a população e, o jardim comunitário que antigamente era aberto ao público onde atraía a vizinhança e a população dos bairros vizinhos pelos seus eventos de grande porte como o tradicional São João da Estância. O pátio central se tornou de uso restrito aos moradores da vila que utilizam como um espaço de passagem, para colocação de varais e depósito para materiais dos moradores, além da execução de eventos e para lazer, e seu acesso interno se dá por um portão metálico que antigamente era de madeira. Os moradores tiveram que assumir uma postura mais proativa na organização e manutenção da Vila, tendo que pagar uma taxa simbólica, e eram responsáveis por sua própria casa. (ROMEU, 2017)

No cenário atual de 2018, a vila é composta por moradores de todas as idades, onde o transporte utilizado predominantemente é o ônibus, tendo poucas pessoas que possuem carro próprio, no qual a maioria dos moradores são aposentados e recebendo um salário mínimo R\$ 954,00 (2018).

Nas últimas décadas houve o crescimento do bairro (Figura 04), sendo dotado de equipamentos públicos, áreas de lazer, supermercados, escolas, novas habitações, a população do bairro foi crescendo chegando a 15.634 habitantes segundo o censo de 2010, cuja renda média estimada é em torno de R\$ 2.700,005. Com a valorização do bairro teve o aumento do valor do metro quadrado (Figura 05). Nesse período de progressão, Dona Fátima moradora da vila, relata que a Vila Estância Vicentina por volta da década de 80-90 começou a sofrer com a pressão imobiliária, tornando-se alvo do mercado imobiliário.

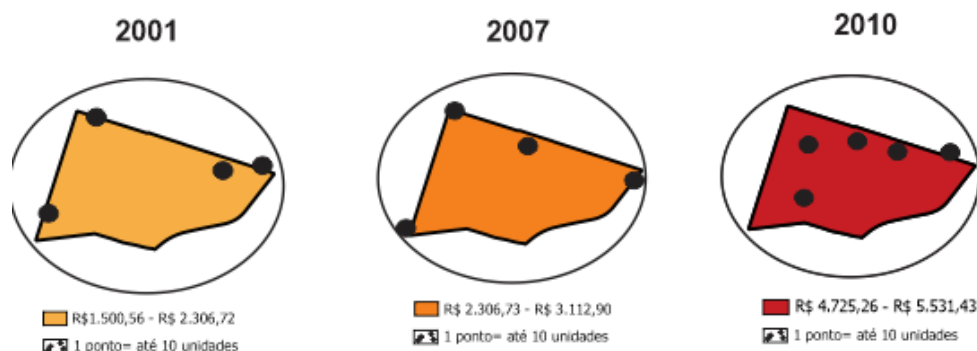
Figura 04. Foto aérea do bairro Dionísio Torres, no ano de 1960 (esquerda) e 2017(direita).



Fonte: Site Dionísio Torres¹

Fonte: Google Earth

Figura 05. Valor do metro quadrado do Bairro Dionísio Torres com o passar dos anos.



Fonte: Elaboração das autoras com base em Rufino (2016).

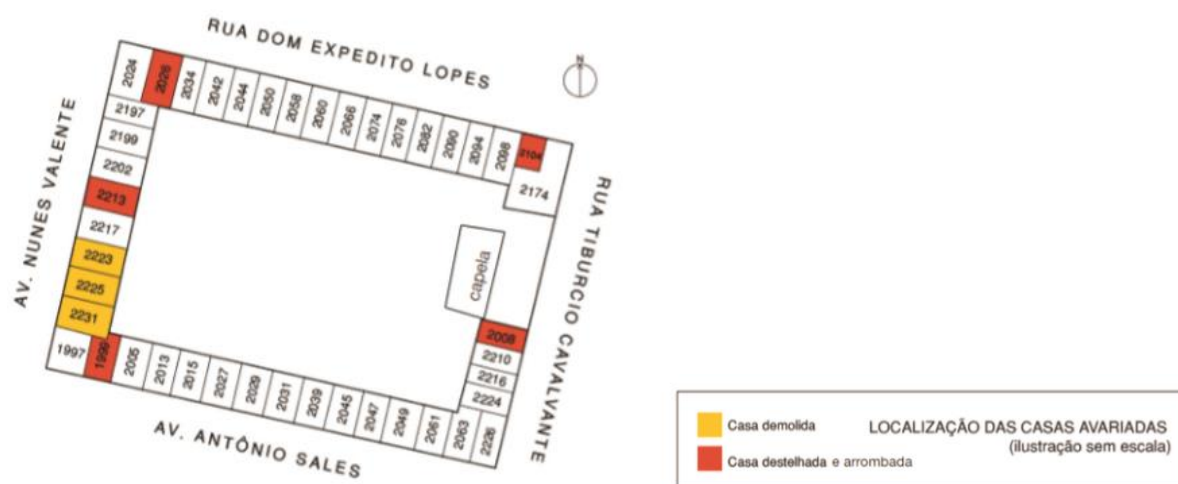
Segundo relatos dos moradores, eles recebiam visitas da administração dos Vicentinos juntamente com o advogado da associação e assim acontecia por vários anos, onde faziam propostas aos residentes de mudança do local e até mesmo ameaças por não possuir a documentação da casa. Essas visitas aconteciam constantemente e deixava os moradores amedrontados, com receio do que poderia acontecer futuramente.

Em 2016 uma representante da imobiliária passou a frequentar a vila para conversar e pressionar os moradores na tentativa de desocupar o terreno, e como proposta era ofertado um apartamento em Maracanaú, onde o metro quadrado corresponde a 1.448 reais, sua localização exata não foi revelada, ou 50 mil reais pela casa da Vila Vicentina. É importante ressaltar que as casas da Vila vicentina possuem aproximadamente 40 m² a 76 m² e o valor consultado em novembro de 2017 do m² do bairro Dionísio Torres corresponde a 5.294 reais. Com a demolição das casas, o local iria abrigar duas torres residenciais.

Devido ao alto valor correspondente do metro quadrado, a Vila passou a sofrer com a pressão do mercado imobiliário, havendo investidas para remoções dos moradores, gerando uma tentativa de demolir 12 casas no 28 de outubro de 2016, por meio de uma ação de reintegração de posse concedida pelo juiz. No entanto o pedido foi contestado pelo escritório de Direitos Humanos e Acessória Jurídica Popular Frei Tito de Alencar.

O processo foi suspenso, mas ainda conseguiram demolir 3 casas e 5 foram destelhadas (Figura 06), desta forma a Vila se encontra exposta e vulnerável, provocando uma sensação de insegurança aos moradores (Figura 07).

Figura 06. Representação esquemática da Vila Vicentina e suas casas avariadas.



Fonte: Arquivo de Tombamento produzido pelo professor Romeu Duarte, 2017.

Figura 07. Demolição das casas no dia 27 de outubro de 2016.



Fonte: Acervo dos moradores.

Diante da pressão sofrida pelos moradores surgiu o movimento de resistência da Vila, se fortificando e tendo mais apoiadores como estudantes, professores, políticos, moradores do entorno, entre outros, através de eventos (Figura 08) buscando ocupar a Vila da melhor maneira possível e obter maior resistência, havendo a criação de página nas redes sociais (facebook - vilavicentinadaestancia) e são organizados vários eventos no local, se tornando uma de pratica insurgente.

Figura 08. Eventos realizados.



Fonte: Acervo dos moradores.

Todas essas ações de insurgência praticada pelos moradores, fez com que diminuísse o interesse imobiliário, e segundo moradores não há mais nenhum tipo de pressão ou visitas feitas por integrantes da imobiliária, e para que os residentes não passassem mais pelos mesmos acontecimentos ou risco de serem retirados do local, foi proposto em uma das reuniões públicas a solicitação à secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza primeiramente o seu tombamento provisório válido por seis meses no qual foi aceito, sendo justificado pelo fato da Vila estar presente no contexto urbano da cidade, fazendo parte do processo de urbanização do bairro, além de ser demarcada como ZEIS (Zonas Especial de Interesse Social) e pelo seu valor afetivo e simbólico a população. E após realizaram o pedido do tombamento permanente, solicitado pelo Arquiteto Urbanista e Professor da Universidade Federal do Ceará Romeu Duarte que ainda está no processo de avaliação.

O tombamento é uma ação administrativa exercida pelo poder público que tem como finalidade de preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e ambiental para a população por meio da aplicação da Lei Municipal Nº 9.347, impossibilitando a destruição ou descaracterização do local.

Buscando atender as orientações presentes nas ações pós-tombamento, o projeto conceitual em questão considera as lembranças e memórias obtidas pela comunidade no decorrer do tempo, desde sua construção até os dias de hoje, tendo como conceito a vila. O conceito parte de uma análise morfológica, percebendo a vila (quadra, lotes e edificações) como um quadro, onde as casas no entorno formam a moldura de uma tela vazia a ser preenchida, e a tela corresponde ao espaço de lazer interno, o campo. Poderíamos, então, observar sua história por uma vista superior, área. As casas, a moldura da tela, é o elemento físico da história preservado até dias atuais, visto que a parte mais resistente de um quadro é a

moldura, as casas representando também os moradores que passaram pelo processo de resistência e que devido a isso foi possível à permanência.

Já o seu interior podemos comparar como a arte expressada através do espaço que a moldura delimita, podendo sofrer constantes mudanças e ocorrendo diversificação dos usos, do mesmo modo que a vila passou por muitas alterações como a demolição do chafariz, ampliação das casas, o espaço interno que antes era aberto para a cidade sendo utilizado também para consultas médicas passou a ser fechado somente com a permanência do campo de futebol.

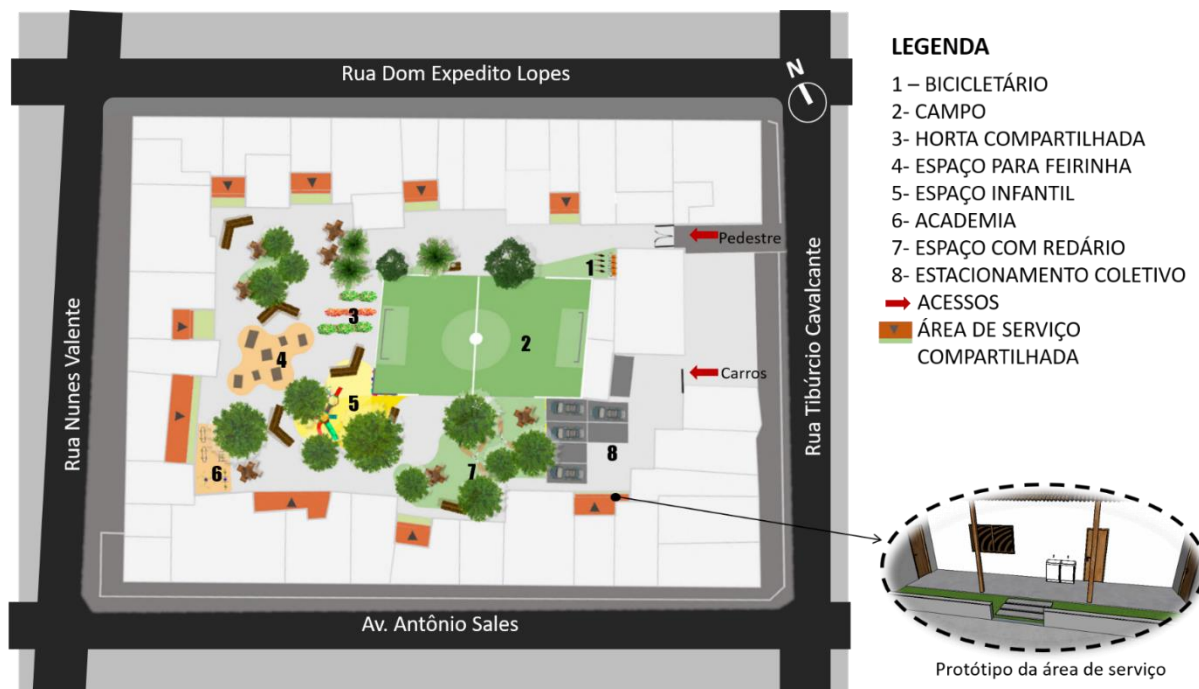
Desta forma, a configuração do projeto da vila consiste na reestruturação das casas demolidas e destelhadas, delimitando a área de serviço das casas. Buscamos também solucionar a questão da acessibilidade tanto do exterior como no interior da vila, considerando que há um grande fluxo de idosos e crianças, além de novas aberturas acessíveis em diversos pontos da vila para servir como corredor de acesso para a parte interna e criando a possibilidade de integrar com o entorno.

O espaço interno foi tratado como um espaço mais democrático sendo interativo e dinâmico que possibilitasse também uma renda para os moradores através da venda de produtos produzidos por eles, considerando o número de crianças existentes propõe-se a criação de um playground sensorial e a preservação do campo, mas propondo a sua utilização de forma diferenciada, de forma que se integrasse com o restante da praça quando não estivesse sendo utilizado e delimitado quando houvesse jogos. Tendo como objetivo a longevidade dos idosos, parte da praça será destinada para a implantação de equipamentos de ginástica. Visando a convivência da população haverá espaços livres próximos a vegetação existente da área, podendo ser utilizado como espaço de transição ou permanência.

E para complementar, foi idealizada a abertura de uma via interna abrangendo todo o contorno do pátio central, de modo que uma faixa seria destinada ao estacionamento para moradores e a outra seja livre para transição, possibilitando uma vaga disponível para cada casa. Já para os carros dos usuários da praça ou visitantes a frente da capela terá vagas juntamente com um bicicletário (Ver figura 29).

O quadro por completo remete a memória de um grupo, uma história vivida, os vínculos adquiridos pelas pessoas com o passar do tempo, onde todos esses elementos possuem um valor simbólico, emocional, muito além do valor real.

Figura 29: Proposta de intervenção na Vila Vicentina.



Fonte: Elaboração das autoras.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa se torna relevante por discutir um tema pouco debatido e delicado por se tratar de uma situação que envolve diversos atores da sociedade, que possuem poderes e interesses diferentes atuando em um mesmo espaço. Onde o poder público reconhece o espaço como uma área especial, porém falta a aplicação dos instrumentos presentes nas leis, existindo diretrizes vagas que necessitam de novas leis complementares, além de faltar determinações projetuais para a consolidação do tratamento do espaço, dessa forma, possibilita a abertura para o mercado imobiliário intervir no local.

Com a pressão do mercado, os moradores realizaram práticas insurgentes por meio de eventos a fim de conseguir a estabilidade da Vila, porém partes dos residentes não apoiaram a causa e decidiram se render à pressão do mercado, uns

por não possuírem esperanças da permanência e outros por apresentarem interesses diferentes. Essas visitas efetuadas por parte da imobiliária deixaram os moradores cautelosos com abordagem de pessoas desconhecidas.

A ZEIS é fundamental para a permanência dessas pessoas na Vila, porém mesmo estabelecida em 2009 através do plano diretor, após nove anos ainda não é regularizada, onde os moradores conseguiram ficar no local por meio do tombamento, mas esse tombamento além de possuir vários autores que podem alterá-lo, não garante à regularização fundiária, a reconstrução das casas demolidas, a fixação dessas pessoas, a qualidade do espaço público e a abertura deste para a sociedade, sendo necessária a articulação dessa esfera entre a população e poder público, tombamento, a ZEIS, LUOS, indo além do tombamento, para garantir a permanência dessas pessoas e a qualidade do espaço público.

Com isso, o projeto teve como proposta a articulação de todos esses fatores, incluindo as condicionantes e as divergências entre as leis, propondo uma configuração do espaço de forma igualitária e democrática no seu interior de acordo com as necessidades dos moradores, mas sendo aberta a população buscando a consolidação desse espaço.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Cidade nº 10.257, de 10 de junho de 2001**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/leis_2001/L10257.htm>.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano Novos Escritos Sobre a Cidade**. 2007. Disponível em: <http://www.gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf>.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 2003. Disponível em: <<https://csociais.files.wordpress.com/2014/05/caldeira-teresa-a-cidade-de-muros-completo.pdf>>.

DIONÍSIO TORRES. Disponível em: <<http://www.dionisiotorres.com.br/>>. Acesso em: 01 jan. 2018.

DUARTE, Romeu. **Contribuição Técnica ao Tombamento Municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE**. 2017.

FORTALEZA. **Lei nº 9347, de 11 de março de 2008**. . Fortaleza , CE, Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ce/f/fortaleza/lei-ordinaria/2008/934/9347/lei-ordinaria-n-9347-2008-dispoe-sobre-a-protecao-do-patrimonio-historico-cultural-e-natural-do-municipio-de-fortaleza-por-meio-do-tombamento-ou-registro-cria-o>>

conselho-municipal-de-protecao-ao-patrimonio-historico-cultural-comphic-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 24 jun. 2018.

FORTALEZA. **Plano Diretor de Fortaleza (Lei 062/2009)**. Disponível em: <<http://www.mpce.mp.br/wp-content/uploads/2015/12/PDPFOR-Plano-Diretor-1.pdf>>.

IBGE. **Censo 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 5ª edição. São Paulo: contexto, 1994.

RUFINO, Beatriz. **Incorporação da metrópole: transformações na produção imobiliária e do espaço na Fortaleza do século XXI**. São Paulo: Anablume, 2016.

SANTOS, Milton. **A urbanização Brasileira**. 5°. Ed. São Paulo: Edusp, 20013. 171p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 2°. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005. 192p.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. 2011. Disponível em: <<http://reverbe.net/cidades/wp-content/uploads/2011/08/Oespaco-urbano.pdf>>.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, legislação e desigualdade**. 2003.

MARTINS, Andréa. **Gentrificação: O que é e de que maneira altera os espaços urbanos, 2014**. Disponível em: <<https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/gentrificacao-o-que-e-e-de-que-maneira-altera-os-espacos-urbanos.htm>>.

MERCADO IMOBILIÁRIO MUDA RUMOS E PAISAGENS NA CAPITAL. Ceará, 02 set. 2013. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/mercado-imobiliario-muda-rumos-e-paisagens-na-capital-1.416162>>.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano**. 2016.

PEREIRA, Alvaro Luis dos Santos. **A gentrificação e a hipótese do diferencial de renda: limites explicativos e diálogos possíveis**. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v16n32/2236-9996-cm-16-32-0307.pdf>>.

ROCHA, Altemar Amaral. **A Produção do Espaço, Segregação Residencial e Desigualdades Sociais na Morfologia Urbana Das Cidades Brasileiras**. Disponível em: <http://www.uesb.br/eventos/simposio_cidades/anais/artigos/eixo7/7b.pdf>.

SIQUEIRA, Marina Toneli. **Entre o fundamental e o contingente: dimensões da gentrificação contemporânea nas operações urbanas em São Paulo**. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cm/v16n32/2236-9996-cm-16-32-0391.pdf>>.

PROCESSO DE PROJETO EM HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: ANÁLISE DOS CASOS USINA CTAH, ELEMENTAL E MINHA CASA MINHA VIDA.

Giovana Fávero Perez¹

Maria Cristiellen Rodrigues Ribeiro²

Kelma Pinheiro Leite³

RESUMO

O tema desta pesquisa é o processo de projeto em Habitações de Interesse Social (HIS), especialmente a participação popular durante as fases do projeto e o reflexo desta participação no produto final, ou seja, a moradia. O déficit habitacional estimado corresponde a 6,355 milhões de domicílios, mostrando um aumento em relação a 2014 quando o déficit foi estimado em 6.068 milhões de domicílios. Neste cenário, se estabelece a seguinte questão de pesquisa: Qual o papel do processo de projeto na melhoria da qualidade da habitação de interesse social? Assim, o objetivo desta pesquisa é investigar o processo de projeto em habitação de interesse social. Como objetivos específicos, foram definidos: (1) estudar sobre os processos de projeto em HIS da USINA CTAH; do escritório da Elemental e do MCMV no Estado do Ceará; (2) fazer uma análise entre os três casos; (3) sugerir melhorias para o Programa Minha Casa Minha Vida.

Palavras-chave: Projeto participativo. Habitação de interesse social. Arquitetura e urbanismo. Minha Casa Minha Vida. Qualidade em habitação social.

ABSTRACT

The theme of this research is the process of design in Social housing schemes (SHS), especially the popular participation during the phases of the project and the reflection of this participation in the final product, i.e. the housing. According to the report titled housing deficit in 2015, Brazil elaborated by the João Pinheiro Foundation (2018), the estimated housing deficit corresponds to 6,355,000

¹ Aluna do curso de Arquitetura e Urbanismo. giovanaperez17@gmail.com

² Aluna do curso de Arquitetura e Urbanismo. cristiellenrodrigues@outlook.com

³ Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo. kemapinheiro@yahoo.com

households, showing an increase compared to 2014 when the deficit was estimated at 6.068 billion households. In this scenario, the following question is made: what is the role of the design process in improving the quality of social interest housing? Thus, the objective of this research is to investigate the design process in social interest housing. Specific objectives were defined: (1) study on the processes of project on SHS of USINA CTAH plant; The Elemental and the MCMV program in the State of Ceará; (2) make an analysis among the three cases; (3) suggest improvements to the program MCMV.

Keywords: Participatory project. Social interest housing. Architecture and urbanism. MCMV. Quality in social housing.

1. INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é o processo de projeto em Habitações de Interesse Social (HIS), especialmente a participação popular durante as fases do projeto e o reflexo desta participação no produto final, ou seja, a moradia. Não se pretende esgotar o assunto, mas dar uma contribuição para este tema, HIS, cuja complexidade vem sendo debatida desde o II CIAM em 1929.

Destaca-se que foi o Movimento Modernista que iniciou a produção em larga escala das moradias, dentro do contexto da industrialização dos países e rápida concentração da população em zonas urbanas, porém frequentemente sem participação popular. No Brasil, o déficit habitacional, que tem forte relação com o rápido e excludente processo de urbanização pelo qual o país passou, vem aumentando ao longo do tempo.

O déficit habitacional, no Brasil, é calculado a partir dos seguintes componentes: habitação precária; coabitação familiar; ônus excessivo com aluguel e adensamento excessivo de domicílios alugados. Segundo o relatório intitulado Déficit Habitacional no Brasil 2015, elaborado pela Fundação João Pinheiro (2018), o déficit habitacional estimado corresponde a 6,355 milhões de domicílios, mostrando um aumento em relação a 2014 quando o déficit foi estimado em 6.068 milhões de domicílios. O mesmo documento também traz o dado de que existem 6,893 milhões de domicílios vagos em condições de serem ocupados e que a

principal inadequação dos domicílios urbanos na região Nordeste é a carência de infraestrutura, principalmente para a faixa de renda familiar mensal de até três salários mínimo.

O processo de urbanização no Brasil ocorreu de forma desenfreada durante as duas últimas décadas do século XX (1980 - 1990), causando a criação de diferentes cenários nas grandes capitais do país. Por um lado, via-se o processo industrial e tecnológico crescente refletido nos edifícios verticalizados de classe alta, já por outro, era possível perceber a falta de infraestrutura nos cortiços e favelas das populações mais pobres. Com os projetos de “desfavelização” e “higienização” das cidades, a segregação passou a ficar ainda mais forte, com grupos de famílias sendo deslocadas dos centros urbanos para os pontos mais afastados dos polos comerciais, em grandes conjuntos habitacionais produzidos em escala industrial, a fim de beneficiar o crescimento da cidade.

Contudo, a dificuldade de acesso à moradia ainda é um problema social que aflige a maior parte da população mundial. Mike Davis (2006), no seu livro *Planeta Favela*, aponta que a população das favelas cresce na base de 25 milhões de pessoas a cada ano. Esse crescimento gigantesco da favelização e do empobrecimento das cidades ocorre com toda a população do planeta. Percebe-se que a moradia adequada não é uma realidade de grande parcela da população. Nas grandes metrópoles brasileiras, a situação não é diferente e segue com o aumento da quantidade de assentamentos precários mesmo após programas habitacionais, tais como Banco Nacional da Habitação (BNH) e Minha Casa Minha Vida.

De modo geral, parece haver consenso acerca do fato de que o Estado tem sido incapaz de lidar satisfatoriamente com o problema da questão habitacional. Isso se deve, de um lado, à submissão da atuação do Estado aos órgãos financiadores dos empreendimentos, e de outro lado, à sua incapacidade de associar política urbana e política habitacional. Essa dissociação é um dos motivos que tem provocado a ineficiência no atendimento do direito à moradia digna nos diversos aspectos que conformam esse conceito, inclusive a participação popular, condição necessária à produção de identidades, por meio dos projetos.

Neste cenário, se estabelece a seguinte questão de pesquisa: Qual o papel do processo de projeto na melhoria da qualidade da habitação de interesse

social? Assim, o objetivo desta pesquisa é investigar o processo de projeto em habitação de interesse social. Como objetivos específicos, foram definidos: (1) estudar sobre os processos de projeto em HIS da USINA CTAH; do escritório da Elemental e do MCMV no Estado do Ceará; (2) fazer uma análise entre os três casos; (3) sugerir melhorias para o Programa Minha Casa Minha Vida.

2. PROCESSO DE PROJETO PARTICIPATIVO

O conceito de projeto participativo consiste em uma metodologia de projeto com a participação do futuro usuário da edificação. Essa ideia propicia uma integração verdadeira entre o cliente e o projeto, tendo em vista que o projetista não tem total conhecimento das necessidades e expectativas a serem atendidas, ainda mais quando se trata de um conjunto de famílias como no caso de condomínios e conjuntos habitacionais (KOWALTOWSKI, 2006).

Segundo Arnstein (2002), participação popular constitui o meio pelo qual as pessoas excluídas dos processos políticos e econômicos, podem proporcionar reformas sociais significativas que lhes viabilizem compartilhar dos benefícios da sociedade que se encontram. É necessário que a participação venha acompanhada de poder, assim todos os lados serão ouvidos e favorecidos. Na Escada de Participação Popular (ver Figura 1), cada degrau se refere ao grau de poder da população nas decisões sobre as ações e/ou programas (ARNSTEIN, 2002).



Figura 01: Escada de Participação Popular. Fonte: as autoras, adaptado de Arnstein (1969)

Arnstein é categórica ao estabelecer que o poder cidadão só ocorre com a uma real participação cidadã. Assim, a participação é representada nas diversas interfaces possíveis entre o cidadão comum e o poder público através de diferentes níveis:

- Não Participação: refere-se à uma distorção da participação onde as pessoas são convidadas a participarem de comissões consultivas ou falsos planejamentos sem real poder de decisão mas com objetivo de treiná-las e/ou obter apoio;
- Pouca Concessão de Poder: passa a haver troca de informações entre poder público e opiniões dos cidadãos, porém estes ainda com pouca influência e acesso ao poder limitado. A participação é medida apenas pelo número de pessoas presentes nas reuniões, número de folhetos distribuídos ou, ainda, quantas pessoas foram entrevistadas;
- Poder cidadão: há uma efetiva redistribuição de poder através da negociação entre cidadãos e poder público; os cidadãos passam a assumir poder deliberativo em um determinado plano ou programa; ou passam gerir um programa público ou uma organização.

3. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de finalidade básica que busca aprofundar o conhecimento sobre processo de projeto em HIS do tipo exploratória que visa identificar como ocorrem os processos de projeto em HIS. Possui abordagem qualitativa baseada em três estudos de caso investigados. Tem como procedimentos metodológicos para coleta de dados o levantamento bibliográfico, pesquisa documental, levantamento de dados secundários e entrevista não estruturada e observação direta no caso do Residencial Santo Agostinho. Ao final, foi realizada uma avaliação comparativa dos três casos por meio da descrição e interpretação do processo de projeto e como este processo influencia a pós-ocupação em empreendimentos de habitação de interesse social.

Foram selecionados dois projetos para habitação de baixa renda que utilizaram processo de projeto participativo em HIS, mutirão Paulo Freire (Tiradentes - SP) realizado pela USINA CTAH/ São Paulo e o conjunto Quinta Monroy (Iquique-Chile) pela Elemental/ Chile. O terceiro estudo de caso foi um empreendimento do MCMV, Residencial Santo Agostinho localizado em Fortaleza, Ceará. Ressalta-se que o MCMV não realiza processo de projeto participativo. Esses empreendimentos foram escolhidos pois a USINA e a Elemental tem grande experiência e relevância

em processo de projeto participativo e o Santo Agostinho foi o primeiro empreendimento do PMCMV em Fortaleza.

4. ESTUDOS DE CASO

4.1 USINA CTAH

A USINA CTAH trabalha com a metodologia de projeto participativo, sendo intermediária de diversos projetos de habitação em São Paulo, como o conjunto Paulo Freire, em Tiradentes. A grande vantagem desse processo de projeto é a possibilidade de diferentes abordagens que proporcionam níveis de aprofundamento e apropriação da população. A USINA, por exemplo, trabalha com um processo de projeto participativo voltado para mutirões, onde os próprios moradores trabalham na construção de suas moradias, sempre devidamente acompanhados de profissionais habilitados e de oficinas que instruem os mutirantes sobre os processos construtivos.

PROJETO	INÍCIO	ENTREGA	Nº FAMÍLIAS	LOCALIZAÇÃO
CAZUZA	1990	1993	280	Diadema - SP
COPROMO	1991	1998	1000	Osasco - SP
TALARA	1991	1998	408	Guarapiranga - SP
CASA BRANCA	1992	1996	200	Guaianazes - SP
UNIÃO DA JUTA	1992	1998	160	Fazenda da Juta - SP
JUTA NOVA ESPERANÇA	1993	1999	512	Fazenda da Juta - SP
PAULO FREIRE	1999	2010	100	Tiradentes - SP
PIQUIÁ DE BAIXO	2009	-	350	Açailândia - MA
CINCO DE DEZEMBRO	2014	-	150	Suzano - SP

Quadro 01: Projetos de habitação de interesse social - Usina CTAH. Fonte: as autoras.

4.1.1 PAULO FREIRE

O mutirão Paulo Freire iniciou-se em 1999, onde um grupo de moradia do MST Leste 1 conquistou um lote para construção de habitações utilizando o método do cooperativismo autogestionário. A USINA foi acionada para realizar a assessoria técnica e projetual do conjunto, tendo grande destaque para a aplicação de estrutura metálica nas edificações. O conjunto localiza-se no bairro Inácio Monteiro, distrito da Cidade Tiradentes, Zona Leste de São Paulo. Abriga 100 famílias, sendo que os apartamentos possuem 4 tipologias de aproximadamente 56 m², decisão de que foi tomada em parceria com os mutirantes (Figuras 02 e 03).

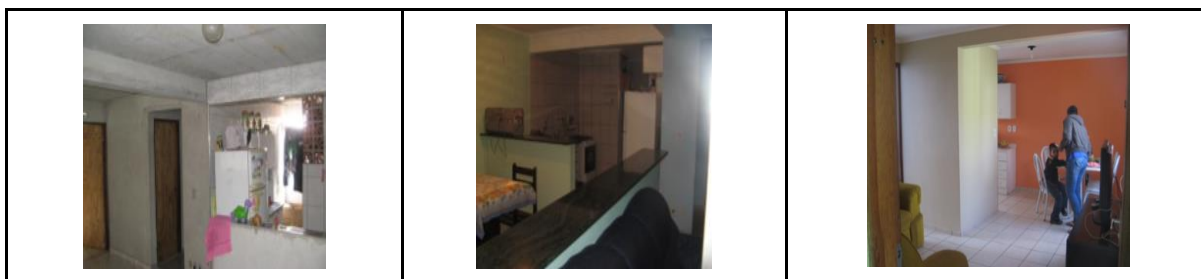


Figura 02: Fotos internas dos apartamentos - Paulo Freire. Fonte: LOUREIRO, 2013.

Figura 03: Plantas mobiliadas - Paulo Freire. Fonte: As autoras.



4.2 ELEMENTAL

O chileno Alejandro Aravena, junto com Andres Lacobelli, fundou em 2001 a ELEMENTAL. O escritório arquitetônico tem foco em projetos de impacto

social, tais como espaço público, infraestrutura, transporte e construído mais de 2.300 unidades de baixo custo (ver Quadro 02), aplicando processo de projeto participativo. Além disso, recebeu Prêmio Pritzker em 2016 devido à sua atuação em projetos sociais, além de publicações sobre o tema.

PROJETO	INÍCIO	ENTREGA	Nº FAMÍLIAS	LOCALIZAÇÃO
Quinta Monroy	2001	2004	93	Iquique - Chile
Lo Espejo	2006	2007	30	Santiago - Chile
Pudahuel	-	2008	40	Santiago - Chile
Renca	2007	2008	170	Santiago - Chile
Renca III	2007	2008	74	Santiago - Chile
Temuco	2007	2008	159	Temuco - Chile
Antofagasta	2008	2008	95	Antofagasta - Chile
La Pintana	2008	2008	68	Santiago - Chile
Monterrey	2008	2010	70	Monterrey - México
Lo Barnechea	2008	2010	150	Santiago - Chile
Valparaíso	-	2010	150	Valparaíso - Chile
Rancagua	2009	2012	126	Rancagua - Chile
Villaverde	2010	2013	484	Constitución - Chile
Lo Barnechea II	2010	2014	213	Santiago - Chile
Constitución II	2013	Em execução	184	Constitución - Chile
Entre Ríos	2013	Em execução	268	Yungay - Chile

Quadro 02: projetos de habitação de interesse social - Elemental. Fonte: as autoras.

Alguns projetos do escritório são bastante conhecidos ao entregar habitações de baixo custo que oferecem possibilidade de expansão com flexibilidade arquitetônica permitida e alteração do layout de acordo com a necessidade das famílias. Um desses projetos é o Quinta Monroy escolhido para análise nesta pesquisa.

4.2.1 QUINTA MONROY

O terreno onde está localizado o projeto Quinta Monroy é uma área central da cidade de Iquique, ficando próxima do porto e da zona hoteleira. A área abrigou 100 famílias durante 30 anos em situação irregular, mas após a morte do proprietário da terra, em 1995, iniciou-se uma batalha judicial pela sua posse. Em 2000, um projeto do governo chileno chamado Programa Chile Barrio comprou o terreno e garantiu aos moradores a permanência e a criação de novas habitações. As casas entregues seriam as primeiras do projeto Vivienda Social Dinâmica sin Deuda (VSDD), que oferece um subsídio de US\$ 7500 por família para financiamento da compra do terreno, obras de infra-estrutura e de arquitetura. Este recurso permite a construção de habitações de apenas 30,00m² e sem dívidas para seus residentes, o que não é suficiente para abrigar uma família, segundo Aravena. Portanto, foi prevista a possibilidade de expansão em unidades de alta densidade devido o custo do terreno (JARDIM, 2016).

O processo de projeto participativo foi uma exigência do escritório Elemental, que realizou entrevistas onde se era questionado aos futuros moradores quais suas principais necessidades e oficinas para ensinar a fazer as possíveis ampliações. A partir das respostas obtidas, o projeto feito por Aravena, entregou as tipologias casa térrea e apartamento duplex, ambas com 36m² iniciais que possibilitam ampliação de até 72m². As habitações são feitas em estrutura de concreto pré-moldado com fechamento em blocos de concreto e OSB (Oriented Strand Board) (JARDIM, 2016).

As duas tipologias apresentam definido apenas os locais de banheiro e cozinha, permitindo que o morador separe os cômodos de acordo com sua necessidade. Na casa térrea, a ampliação se dá pela lateral e fundos, chegando a 3 ou 2 quartos e 1 ponto de comércio. No apartamento duplex, a ampliação é feita pela lateral e para cima, chegando a 3 quartos, tendo a possibilidade de um segundo banheiro. Devido a acessibilidade, o térreo era preferencial para idosos e deficientes (JARDIM, 2016). Na figura 04, foram feitos estudos de layout, a partir de ocupações das unidades, utilizando mobiliário acessível aos moradores, ou seja, móveis para pronta entrega em lojas do tipo magazine.

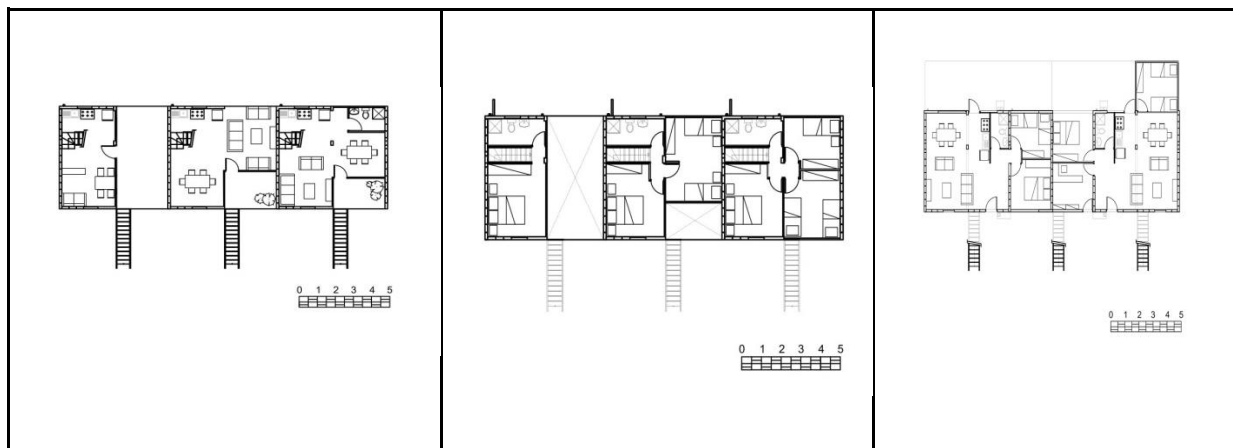


Figura 04: Projeto de Arquitetura e estudo de layout. Fonte: adaptado pelas autoras.

4.3 PMCMV

O Programa Federal Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi criado para enfrentamento da crise de 2008 pela Medida Provisória 459/2009 (MCMV 1) priorizando o potencial econômico com a produção de habitação em massa e, além de fomentar a indústria da construção civil, também mobiliza outros setores da economia como a indústria moveleira e de eletrodomésticos. O programa prevê o atendimento por faixas de renda nas seguintes modalidades: MCMV Urbano; MCMV Rural; e MCMV Entidades. A modalidade MCMV Entidades atende a Faixa 1 do programa, onde as famílias podem produzir suas unidades habitacionais organizando-se de forma associativa através de uma Entidade Organizadora, tais como associações, cooperativas e outros. Em 2011, é lançada a segunda etapa do programa prevendo a contratação de dois milhões de moradia, alterando as faixas de renda, a meta de contratos do número de moradias de cada faixa (ampliando o percentual atendido para a faixa 1 para 60%), ampliando a área das unidades habitacionais e modificando materiais e acabamentos. Em 2015, é lançado o MCMV 3 com a previsão de mais dois milhões de moradia.

Quando o MCMV surgiu, houve a esperança de que muitas famílias que encontravam-se em situação de irregularidade fundiária fosse solucionada. Segundo Amore *et al* (2015, p. 12) em cinco anos o MCMV 1 contratou 3,5 milhões de unidades, 40% para famílias de renda até 3 salários mínimos, com 1,7 milhões entregues até 2014, em um processo que priorizou a produção em escala industrial. Estes números representam cerca de 80% do total contratado pelo BNH em 22 anos de atuação.

Acompanhando a produção habitacional no Brasil durante os anos, Maricato (2003, p. 154) afirma que é possível perceber que a quantidade de unidades construídas sempre foi muito mais valorizada que as qualidades arquitetônicas e urbanísticas das mesmas. Nesse contexto, muitos dos projetos realizados pelo PMCMV possuem baixa qualidade construtiva e arquitetônica, ou ainda, localizam-se em áreas afastadas dos focos de infraestrutura das cidades. Essa negligência, com aspectos tão importantes para o conforto da moradia, geraram insatisfação e, muitas vezes, evasão de famílias em alguns conjuntos habitacionais, que preferiam voltar a irregularidade do que permanecer em um local onde seus direitos básicos de acessibilidade aos serviços públicos não eram atendidos (João Sette).

Além da questão da falta de infraestrutura fornecida a essas famílias, que são realocadas para outras áreas da cidade, o autor João Sette cita em seu livro, *Produzir Casas ou Construir Cidades*, a problemática que envolve o segmento econômico criado pelo PMCMV, uma vez que o programa foi criado para atender primordialmente a população de mais baixa renda, logo as famílias que correspondiam a uma faixa de renda de zero a três salários mínimos que representam 90% do déficit habitacional, porém o MCMV 1 destinou 60% das unidades para rendas maiores. Dessa forma, essa ferramenta de cunho federal criou um mercado dentro da política de habitação social que contribuiu para o crescimento das disparidades dentro do país.

4.3.1 SANTO AGOSTINHO

O Fortaleza é a capital mais densa do país com 7.786,52 habitantes/km² destacando -se a alta incidência de coabitação entre as famílias de baixa renda (PEQUENO e FREITAS, 2013). Cerca de 42% da população do Estado do Ceará mora na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

O Sindicato da Construção Civil do Ceará (SINDUSCON-CE) contratou equipe de profissionais para formular projetos de referência (arquitetura, instalações e estrutura) visando agilizar a aprovação junto a Caixa Econômica Federal (CEF), tendo em vista que os primeiros projetos tiveram dificuldade de contratação junto ao banco. Os projetos se foram elaborados para as faixas de renda 0 a 3 salários e de 3 a 10 salários e possuíam pequenas variações. Assim, há uma racionalização do

processo para construção em massa, evitando a demora na aprovação dos empreendimentos, semelhante ao que já tinha ocorrido com o PAR (PEQUENO e FREITAS, 2013).

O residencial Santo Agostinho está localizado na zona Oeste da cidade de Fortaleza bairro Barra do Ceará, região mais adensada da capital cearense. Foi inaugurado em 2011 e possui 232 apartamentos, sendo 12 unidades habitacionais adaptadas, com projeto tipo do Sinduscon-Ce (ver Figura 05).

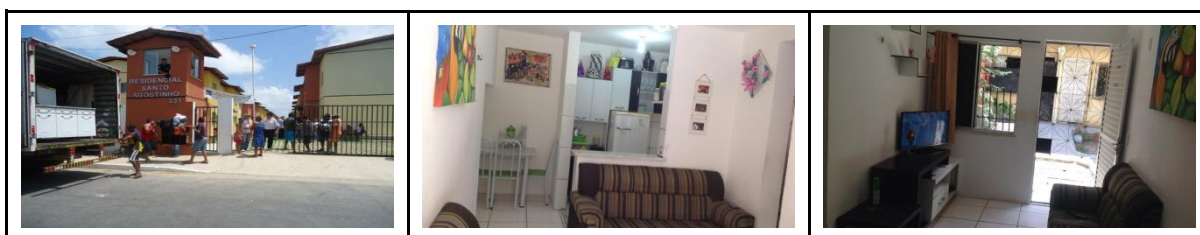


Figura 05: Residencial Santo Agostinho. Fonte: <https://www.agoda.com/pt-br/residencial-santo-agostinho/hotel/fortaleza-br.html?cid=-218>, acesso em 22/06/2018 às 00:40h

Com base no projeto de referência do Sinduscon-Ce para empreendimentos HIS, foram estudadas propostas de layout com base em mobiliário disponível para aquisição pronta entrega (ver Figura 06), uma vez que para essa faixa de renda a contratação de móveis personalizados é mais restrita.

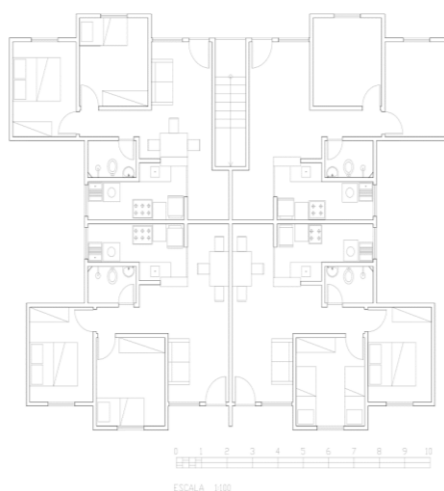


Figura 06: Plantas mobiliadas - Santo Agostinho. Fonte: As autoras.

Em visita ao local e entrevista com uma das moradoras, percebeu-se que as unidades não dispõem de pontos comerciais e, para compensar, os moradores acabam por utilizar outros cômodos para trabalho (manicure, etc). Foi feito um

primeiro cadastro para beneficiários que não se efetivou, tendo recebido o imóvel somente após o segundo cadastro. Foi relatado que os beneficiários não sabiam onde era o local do condomínio antes da entrega e que houve demora na entrega. Algumas janelas do térreo em alumínio e vidro foram trocadas por madeira tipo ficha embutida. Também foram instaladas grades nas janelas. Os moradores reclamam da iluminação ruim nas áreas comuns e consideram as unidades pequenas para famílias com mais de 03 pessoas. Para os moradores, a parede de delimitação do residencial contribui para a insegurança. Por fim, constatou-se que foi criada uma horta para consumo.

5. ANÁLISE

No quadro 03, podemos ver um resumo dos empreendimentos estudados, onde o empreendimento do MCMV possui mais do dobro da quantidade unidades habitacionais dos dois primeiros e a menor área, considerando o Quinta Monroy após ampliação. O projeto do MCMV é o único que não possui três quartos e não tem variação de tipologia.

Conjunto Habitacional	Ano de ocupação	nº de unidades	nº de quartos	Nº tipologias	Área (m ²)
Quinta Monroy	2004	93	1,2 ou 3	02	36m ² s/ampliação
					72m ² c/ampliação
Paulo Freire	2010	100	02, 03	04	56m ²
Santo Agostinho	2011	232	02	01	42m ²

Quadro 03: Resumo dos conjuntos habitacionais pesquisados. Fonte: as autoras.

No quadro 04, analisamos processo de projeto participativo com base na metodologia de Arnstein (Escada de Participação Popular). Consideramos Poder Cidadão para os empreendimentos Paulo Freire e Quinta Monroy, tendo em vista que as tipologias tiveram ampla participação das comunidades através de reuniões em processo deliberativo. No caso do MCMV, o Sinduscon-Ce criou uma tipologia padrão para todos os empreendimentos, não havendo participação das famílias durante o processo.

	Paulo Freire	Quinta Monroy	Santo Agostinho
Não participação			X
Pouca concessão de poder			
Poder cidadão	X	X	

Quadro 04: Comparativo participação popular. Fonte: as autoras

Nos quadros 05 e 06, são analisadas as tipologias quanto à flexibilidade arquitetônica, sistema construtivo e layout dos ambientes. A flexibilidade do empreendimento Paulo Freire foi considerada parcial pois foram propostas diversas tipologias mas as modificações são restritas além de não permitir ampliação. O Quinta Monroy possui dois tipos de tipologia, planta livre para layout e possibilidade de ampliação, portanto consideramos flexibilidade total. Para o Santo Agostinho, não há variação de tipologia, nem flexibilidade de layout ou ampliação. Os três empreendimentos utilizam sistemas construtivos racionalizados.

	Paulo Freire	Quinta Monroy	Santo Agostinho
flexibilidade arquitetônica das unidades	parcial	total	inexistente
Sistema Construtivo	Estrutura metálica	Estrutura pré-moldada de concreto	Alvenaria Estrutural
compatibilidade com mobiliário	total	total	parcial

Quadro 05: Comparativo das tipologias. Fonte: as autoras.

Paulo Freire	Sala de Estar (1 sofá 3 lugares; 1 rack; 1 sofá 3 lugares; 1 poltrona; 1 rack); Sala de Jantar (1 mesa 4 a 5 cadeiras); Quarto 01 (1 cama casal; 2 criados-mudos; 1 guarda-roupa 6 portas); Quarto 02 (2 camas solteiro; 1 guarda-roupa 6 portas); Cozinha (1 fogão 4 bocas; 1 geladeira); Serviço (1 lavadora de roupas 10kg); Banheiro (1 lavatório; 1 sanitário; 1 chuveiro)
Quinta Monroy	Sala de Estar (1 sofá 3 lugares; 1 sofá 2 lugares; 1 mesa de centro; 1 rack; 1 sofá 3 lugares; 2 sofás 2 lugares; 1 mesa de centro; 1 rack; 1 sofá 3 lugares; 1 rack); Sala de Jantar (1 mesa 6 cadeiras; 1 mesa 4 cadeiras); Quarto 01 (1 cama casal; 1 guarda-roupa 6 portas; 1 cama casal; 2 criados-mudos; 1 guarda-roupa 6 portas); Quarto 02 (2 camas solteiro; 1 guarda-roupa 6 portas; 2 camas solteiro; 2 criados-mudos;

	1 guarda-roupa 6 portas); Quarto 03 (1 cama solteiro; 2 criados-mudos; 1 guarda-roupa 6 portas); Cozinha (1 fogão 6 bocas; 1 geladeira); Serviço (N/A); Banheiro (1 lavatório; 1 sanitário; 1 chuveiro).
Santo Agostinho	Sala de Estar (1 sofá 2 lugares); Sala de Jantar (1 mesa 3 cadeiras); Quarto 01 (1 cama casal; 1 guarda-roupa 6 portas); Quarto 02 (1 cama solteiro; 1 guarda-roupa 6 portas; ou 2 camas solteiro; 1 guarda-roupa 6 portas); Cozinha (1 fogão 4 bocas; 1 geladeira; ou 1 fogão 6 bocas; 1 geladeira); Serviço (1 lavadora de roupas 10kg); Banheiro (1 lavatório; 1 sanitário; 1 chuveiro).

Quadro 06: Comparativo de mobiliário das tipologias. Fonte: as autoras.

Tendo analisado o quadro comparativo entre as tipologias dos três conjuntos, assim como as plantas mobiliadas das diferentes tipologias, percebe-se que a compatibilidade do mobiliário sugerido neste artigo com a área disponibilizada em planta foi maior nos conjuntos Paulo Freire e Quinta Monroy, uma vez que esses conjuntos aplicaram metodologias de processo participativo em suas etapas de elaboração projetual, logo tiveram que levar em conta a grande variedade de famílias a serem atendidas e suas necessidades com relação a dimensionamento de espaços.

No caso do conjunto Santo Agostinho foram analisados alguns pontos que poderiam gerar algumas dificuldades para famílias com 3 ou mais integrantes, como a disponibilidade de espaço para apenas um sofá de dois lugares na sala de estar, além da mesa de jantar, que comporta apenas 3 pessoas de forma confortável. Apesar de ser o empreendimento mais recente, o Santo Agostinho é o que apresenta as piores avaliações com relação a adaptabilidade do mobiliário.

7. CONCLUSÃO

Percebe-se que têm havido avanços na política habitacional, principalmente em aspectos quantitativos, porém numa análise mais profunda inclusive sobre os contextos regionais e locais, constata-se que os resultados dessa intensa produção nem sempre resulta em moradias de qualidade e adequadas às necessidades dos usuários. Assim, este trabalho visou contribuir com a questão da qualidade habitacional de interesse social (HIS) a partir de uma investigação e análise crítica do processo de projeto em HIS e a qualidade construtiva e arquitetônica, que invariavelmente impactam na vida das famílias e dos indivíduos que têm ocupado essas moradias.

REFERÊNCIAS

AMORE, Caio; SHIMBO, Lúcia; RUFINO, Maria (Org.). **Minha casa... e a cidade? Avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em seis estados brasileiros.** Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

ARNSTEIN, S.R. **Uma escada da participação cidadã.** Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – Participe, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, 2002.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil Urbano. São Paulo: FUPAM, 2012

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil 2015.** Diretoria de Estatística e Informações. – Belo Horizonte : FJP, 2018. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/direi-2018/estatistica-e-informacoes/797-6-serie-estatistica-e-informacoes-deficit-habitacional-no-brasil-2015/file>. Acesso em 24 de junho de 2018.

JARDIM, Mariana Comerlato. **Dois conjuntos, duas realidades: os casos contemporâneos de habitação popular na rua Grécia/ SP e Quinta Monroy Chile.**

KOWALTOWSKI, D. C. C. K. et al. **Reflexão Sobre Metodologias de Projeto Arquitetônico.** Ambiente Construído, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 7-19, abr./jun. 2006a.

LOUREIRO, Joisa Maria Barroso. **As comunidades fruto do cooperativismo habitacional: possibilidades do conjunto autogerido Paulo Freire como utopia temporal-espacial /** Joisa Maria Barroso Loureiro. –2013. 192 f. : il. color. ; 30 cm.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, Legislação e Desigualdade.** Revista Estudos Avançados - USP, 2003.

PEQUENO, R.; FREITAS, C. **Programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza: primeiros resultados.** In: CARDOSO, A. L. O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro : Letra Capital, 2013.

PEQUENO, R., ROSA, S. V. (2016). **O Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Fortaleza-CE: análise dos arranjos institucionais.** Cadernos MetrÓpole, 18(35), 191-216.

USO DE MODELOS FÍSICOS PARA O ENSINO DA GEOMETRIA DESCRITIVA

Letícia Keroly Bezerra Alexandrino¹

Kelma Pinheiro Leite²

RESUMO

Esse artigo trata-se de um estudo realizado durante a monitoria de Geometria Descritiva do curso de Arquitetura e Urbanismo para o desenvolvimento de uma nova ferramenta de aprendizagem do conteúdo da disciplina. Durante os atendimentos, na monitoria, foram verificadas dificuldades no ensino-aprendizagem da geometria descritiva, tais como a dificuldade da visualização dos objetos a serem representados bidimensionalmente em é pura e tridimensionalmente no triedro. Essa dificuldade de visualização impedia o desempenho dos alunos no entendimento de outros temas da disciplina. Como exemplos, podemos citar a classificação das retas e dos planos do objeto gerando a seguinte questão de pesquisa: Como tornar mais fácil o entendimento e representação de objetos para o aluno de geometria descritiva? Assim, foi definido como objetivo geral da pesquisa desenvolver um jogo, baseado em peças confeccionadas em impressora 3D, aplicado para a disciplina de Geometria Descritiva. Como objetivos específicos, foram elencados: (1) despertar a relação de escala e proporção no aluno; (2) desenvolver a criatividade; (3) praticar o desenho em é pura e triedro a partir de modelos reais. A partir disso, foi desenvolvido um jogo e este foi aplicado nas turmas, tarde e noite, durante os dois semestres do ano de 2018. Foi possível fazer uma análise preliminar de qual seria o melhor período, ao longo do semestre, para que esse jogo fosse utilizado e que obtivesse melhores resultados, pois foram feitos em dois períodos, um no meio do semestre e

¹ Estudante de Arquitetura e Urbanismo, Arquitetura e Urbanismo, letikerolyba@gmail.com

² Doutora em Construção Civil, professora do Centro Universitário Christus, kemapinheiro@gmail.com.

outro no início. Assim, obtivemos, mesmo diante de alguns resultados parecidos, a indicação de resposta ideal para a aplicação do kit. E estes resultados só foram entendidos corretamente com a aplicação de um questionário de avaliação onde os alunos puderam opinar sobre a eficiência do kit e fazer sugestões. Diante disso foi observado que os objetivos propostos foram alcançados com sucesso.

Palavras-chave: Geometria Descritiva. Ensino. Jogo. Épura. Triedro.

ABSTRACT

This article is about a study carried out during a geometry monitor. During the monitoring, difficulties were observed in the teaching-learning of descriptive geometry, such as the task of presenting objects to be represented two-dimensional in time and try. This difficulty of visualization hindered the students' performance in the other subjects of the chair, as is the case of rhetoric classes and object plans generating a following research topic: How to make teaching-learning easier for the student of descriptive geometry? Thus, it was defined as a basic project of how to develop a project based on three-dimensional pieces for a discipline of Descriptive Geometry. As specific objectives, they were listed: (1) awakening the relationship of scale and proportion in the student; (2) develop a creativity; (3) practice drawing in times and try from the real. From there, a game was developed and was released in the classes, late and night, during the two semesters of the year 2018. Where it was possible to do an analysis of which would be the best, over the semester, so that the game What was it used to get results? Thus, we obtained, even with some results, an ideal response for the application of the kit. The results obtained were the first results obtained with the survey. In view of this it was observed that the proposed objectives were successfully achieved.

Keywords: Descriptive geometry. Teaching. Game. Epura. Triedro.

1 INTRODUÇÃO

Esse artigo trata-se de um estudo realizado durante a monitoria de Geometria Descritiva do curso de Arquitetura e Urbanismo para o desenvolvimento uma nova ferramenta de aprendizagem do conteúdo da disciplina. A ferramenta tem como fundamento a base para a descrição de objetos tridimensionais, a fim de inserir os alunos ao universo das disciplinas da representação gráfica. Criando meios para facilitar o desenvolvimento da visão espacial, o aluno terá mais facilidade na aprendizagem.

Segundo Silveira (2007), a Geometria Descritiva está presente como uma das disciplinas iniciais dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e em seu conteúdo está presente a aplicação dos princípios do Sistema Mongeano de representação do espaço, conforme definido pela NBR 10.067. Assim, torna-se fundamental na preparação do entendimento e representação do projeto e uma excelente preparação de profissionais que trabalham com o espaço e sua construção.

Observa-se que o ensino da geometria descritiva continua sendo um desafio para os profissionais. Seu método é preciso e eficiente, mas a sua compreensão e aplicação nem sempre são rápidas, devido sua complexidade. No ensino da disciplina é necessário compreender a relação entre as épuras de elementos geométricos e a representação do espaço arquitetônico, porém esta compreensão nem sempre é alcançada devido ao alto nível de abstração. Seu ensino geralmente é baseado em projeções em épuras, muitas vezes difíceis para alguns alunos que ainda não possuem entendimento sobre o tridimensional, principalmente quando dissociadas dos elementos que compõem o repertório de investigação arquitetônico. Tal complexidade compromete o interesse dos estudantes pela disciplina e o reconhecimento de sua importância na arquitetura (SILVEIRA, 2007).

JACQUES *et al.* (2001) mostra alguns fatores que podem contribuir para agravar as dificuldades em relação à construção do conhecimento, principalmente no que diz respeito a visualização tridimensional. Esses fatores são: atual redução da carga horária nos cursos; a falta de um contato prévio com os conceitos básicos no ensino médio e fundamental; e o uso de técnicas tradicionais de ensino. Esta última tratada neste trabalho.

Durante os atendimentos, na monitoria, foram verificadas dificuldades no ensino-aprendizagem da geometria descritiva, tais como a dificuldade da visualização dos objetos a serem representados bidimensionalmente em *épura* e tridimensionalmente no triedro. Essa dificuldade de visualização impedia o desempenho dos alunos no entendimento de outros temas da disciplina. Como exemplos, podemos citar a classificação das retas e dos planos do objeto gerando a seguinte questão de pesquisa: Como tornar mais fácil o entendimento e representação de objetos para o aluno de geometria descritiva?

A partir das dificuldades citadas anteriormente, foram vistas, em alguns atendimentos, que quando eram utilizados objetos reais, em que eles podiam tocar e movimentar, para alguma explicação ou exercício de representação no triedro e *épura* os alunos entendiam melhor, tinham maior compreensão do objeto para representação no papel em duas dimensões e conseguiam executar os exercícios de forma mais rápida. Com a formação dessa noção, aos poucos eles iam adaptando e relacionando a outros objetos.

Então, foi pensado em criar peças simples e que pudessem, a partir de encaixes, formar novos objetos e essas seriam aplicadas no decorrer da disciplina para que os alunos tivessem um primeiro contato com os exercícios de perspectiva e projeções ortogonais, e pudessem ir aumentando a complexidade de acordo com as formas das peças. Desse modo eles iriam aprender a partir do manuseio das peças a ter uma visão tridimensional e conseguir visualizar mais facilmente as imagens em duas dimensões. Assim, foi definido como objetivo geral da pesquisa desenvolver um jogo, baseado em peças confeccionadas em impressora 3D, aplicado para a disciplina de Geometria Descritiva. Como objetivos específicos, foram elencados: (1) despertar a relação de escala e proporção no aluno; (2) desenvolver a criatividade; (3) praticar o desenho em *épura* e triedro a partir de modelos reais.

O processo iniciou-se através da análise dos conceitos da Geometria Descritiva sendo observados seus principais temas estudados em sala de aula, como o Método Mongeano, e após foram analisados a utilização de jogos como método de ensino, não somente na disciplina de geometria descritiva, mas em geral, buscando estabelecer uma relação entre a disciplina e o jogo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 GEOMETRIA DESCRITIVA

A geometria descritiva (GD) é a base teórica de inúmeras profissões, que vão desde a Engenharia à Arquitetura, bem como Desenho Industrial, Pintura, Escultura e outras, ficando difícil encontrar uma profissão que não faça uso dos sistemas de projeção. A GD não é apenas a leitura e interpretação de desenhos, desenvolve também a capacidade de imaginar objetos ou projetos no espaço e pensar em três dimensões (MONTENEGRO, 2011, p. 8).

A geometria tem por objetivo a representação de figuras do espaço a fim de estudar sua forma, dimensão e posição. Para alcançar estas finalidades, utiliza-se um sistema de projeções elaborado por Gaspar Monge, chamado de Sistema Mongeano, também conhecido como sistema ortogonal ou diédrico, que emprega dois planos perpendiculares entre si, sobre os quais se projeta a figura ortogonalmente. Que inclui o plano horizontal de projeção e o plano vertical de projeção (MONTENEGRO, 2011, p. 8; EYMAR et al., 2013).

Montenegro (2011, p. 3) mostra alguns obstáculos que podem surgir na GD. O primeiro é o sistema diédrico de representação, que tem uma forma de raciocínio e expressão nova, falamos de um ponto e desenhamos diferentes projeções simultaneamente, e, falamos de um plano e desenhamos duas retas, porém de início precisamos nos adaptar a esta linguagem. O segundo exige-se a visão espacial, onde solucionamos os problemas, sua representação se faz em duas ou mais projeções por procedimento analítico. E o terceiro é a visão humana, a imagem que vemos assemelha-se à perspectiva cônica enquanto em GD utiliza-se o sistema cilíndrico. Assim, a GD ficou conhecida como uma disciplina abstrata, artificial e difícil.

2.2. MAQUETES

A utilização da maquete acontece principalmente na arquitetura e é resultado de uma precisão nas representações em três dimensões e desta de se materializar. Quando pronta, serve como um instrumento de estudo onde consegue-se haver uma representação de algo ou a mesma pode ajudar em um processo de criação (CONSALEZ, 2013, p.3).

Sabendo que as maquetes servem como forma de mostrar representação tridimensional elas ajudam em uma melhor observação e compreensão, tornando-se acessível a todos e com isso permite que sejam desenvolvidas, também, como forma de imitação ou como é chamado de protótipos de algum objeto. Esses protótipos ajudam dando com uma aproximação e entendimento da pessoa ao objeto permitindo que seja tocado ou movido de acordo com a necessidade. Pode-se notar que a maquete colabora com o bom entendimento da escala, da forma e dos materiais utilizados (FARRELLY, 2011, p.117). Durante o Renascimento uma das principais formas de se entender a arquitetura era através das maquetes, pois ainda não eram utilizados os desenhos como meio de representação. Somente no período Beaux-arts que esse meio se fortificou e se tornou o principal método de representação (FARRELLY, 2011, p.118).

2.3. ENSINO ATRAVÉS DE JOGOS

O jogo quando relacionado com o ensino é uma excelente ferramenta de aprendizado, pois estimula a sensibilidade e a inteligência e ajuda no desenvolvimento (principalmente o criativo e o social) de quem está envolvido com este e com isso acaba sendo de grande interesse a ser utilizado entre os profissionais da educação (ALVES, BIANCHIN, 2010, p.283). Para um bom entendimento da importância dos jogos no ensino, principalmente no da arquitetura vale ressaltar que:

a palavra "jogo" se origina do vocábulo latino ludus, que significa diversão, brincadeira e que é tido como um recurso capaz de promover um ambiente planejado, motivador, agradável e enriquecido, possibilitando a aprendizagem de várias habilidades. Dessa maneira, alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem podem aproveitar-se do jogo como recurso facilitador na compreensão dos diferentes conteúdos pedagógicos. (ALVES, BIANCHIN, 2010, p.283).

Durante o ensino, é de grande importância que seja desenvolvido alguma atividade, principalmente se for através de jogos, pois ele ajuda na concentração e na imaginação, que de grande importância principalmente quando relacionado a arquitetura, pois como sabemos, estudantes de arquitetura e profissionais precisam sempre estar desenvolvendo sua criatividade para que consigam criar seus projetos com sucesso (ALVES, BIANCHIN, 2010, p. 284).

3 MÉTODOS

Para a criação do kit, primeiro houve um estudo sobre jogos e suas aplicações a partir de outros jogos já existentes e de artigos de referência, exemplo disso são os jogos Pequeno Arquiteto e o Cubo Soma.

Para teste, resolvemos utilizar formas simples para as peças como quadrado, retângulo, triângulo, cilindro, baseado no jogo do Pequeno Arquiteto. Após definir quais peças seriam utilizadas, fez-se a representação em 3D no programa Sketchup com a extensão em STL para que fossem exportadas pela impressora 3D. O Sketchup não tem uma compatibilidade muito boa com a impressora 3D tendendo a modificar a escala do desenho, então foram necessários alguns cuidados ao exportar.

Como queremos também, através desse jogo, induzir o uso e conhecimento da impressora 3D aos alunos, o uso de outros programas mais compatíveis, como o Tinkercad, iria dificultar esse fácil acesso aos alunos, pois eles teriam que fazer um treinamento exclusivamente para impressão 3D. Então decidimos criar as peças através de um programa conhecido e já utilizado pelos alunos para que ficasse mais fácil e prático o acesso a esse desenvolvimento. Então, voltou-se ao estudo das peças através do Sketchup, para encontrar uma forma de adaptar o problema visto anteriormente em relação à escala.

Os arquivos exportados em STL foram levados para impressão na impressora 3D, onde aprendemos sobre a máquina, quais são os cuidados que devemos ter nas peças para garantir uma boa impressão, exemplo disso é a criação de peças em balanço, que faz com que a própria máquina crie conjuntos de colunas que ajuda a sustentar o balanço e estas podem ser retiradas após a impressão, mas a retiradas destas pode vir a danificar o objeto.

Após conseguir finalizar a escala e efetuados os testes, foi decidido quais peças seriam modeladas e impressas, a partir da referências (SILVEIRA, 2007). Foi escolhido para cada kit um total 8 peças, as quais teriam 4 prismas triangulares e 4 peças diferentes variando de acordo com o formato das letras do alfabeto com variações de tamanhos da letra “L”, um tamanho de “T” e um de “Z”. Valendo ressaltar que todas as peças seguiram a mesma modulação de 3 cm de

comprimento, 3 cm de largura e 3cm de altura, pois foi tido o cubo como elemento formador de cada peça impressa.

Depois que o primeiro kit foi impresso, analisado e testado foi decidido imprimir mais 10 kits referentes a quantidade de alunos em sala de aula (um kit para cada dupla) a fim de facilitar o manuseio e interação (ver Figura 01). Após os kits concluídos, impressos e aplicado o exercício, foi desenvolvido um questionário, para ser preenchido em sala, referente à avaliação do kit por parte dos alunos e se os objetivos propostos foram alcançados.



Figura 01 - a imagem mostra a impressão de 10 kits para serem aplicados em aula.

Fonte: acervo pessoal

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O jogo foi aplicado nos dois períodos de 2018 e em todas as turmas dos respectivos semestres para a partir disso encontrasse o melhor período para sua aplicação. Primeiramente foi aplicado no meio de um semestre, em que os alunos já tinham uma noção inicial de perspectivas, e no outro semestre ele foi aplicado no início do mesmo, onde os alunos ainda estavam aprendendo sobre o assunto. Foram aplicados nas turmas tarde e noite da disciplina de Geometria Descritiva.

Primeiro, foi aplicado no meio do semestre de 2018.1, onde os alunos já haviam tido várias aulas sobre os assuntos citados anteriormente. Então foram distribuídas as peças e em seguida os alunos, em duplas, criaram uma nova forma e desenharam as vistas e a perspectiva isométrica referente a sua criação em épura e triedro.

Foram utilizadas oito peças simples formadas a partir de uniões de quadrados e alguns triângulos soltos para que unidas pudessem originar novas formas tridimensionais interessantes para serem representadas em épura e triedro pelos alunos, seguindo a ideia de criatividade e tornar a aula mais dinâmica. Há maneiras distintas de serem montadas, exemplos disso é por rotações ou encaixes das peças. A partir da quantidade de peças e das maneiras de montagens, foi visto que podem ser formadas formas distintas o que garante uma variação grande para exercer a criatividade dos alunos.

Na aplicação em 2018.1, foi observado uma repetição de ideias por parte dos alunos, onde os mesmos utilizaram as peças em triângulo como referência a telhados para as formas criadas, como é visto na figura 02 (a), notando-se assim o repertório formal dos alunos para a criação das peças.

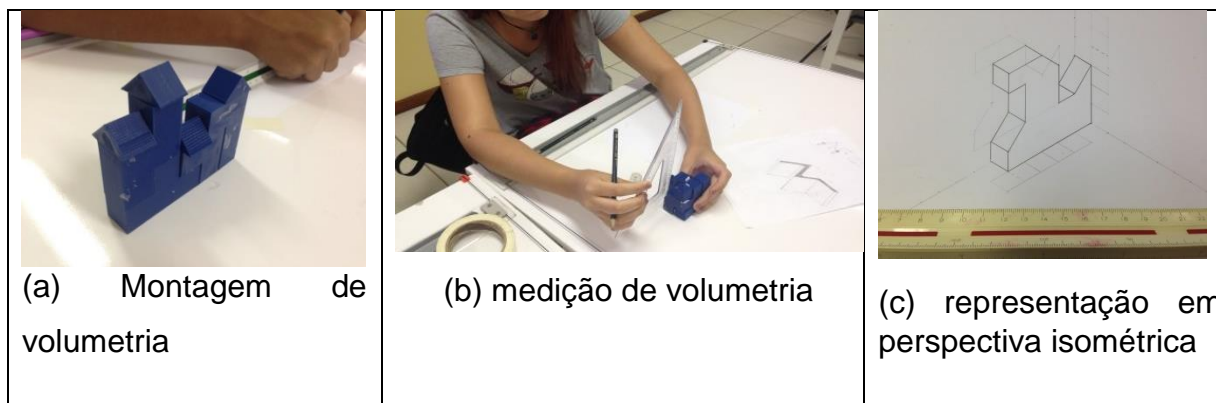


Figura 02: aplicação do jogo durante as aulas de 2018.1. Fonte: acervo pessoal.

A ideia inicial era aplicar o kit no início do semestre, para que os alunos desenvolvessem ao longo da disciplina a capacidade de formação de uma percepção e criatividade. Pois trata-se de uma disciplina de início de curso em que os alunos ainda não têm domínio das técnicas de perspectiva. Eles utilizariam e evoluiriam nas formas juntamente com o decorrer do conteúdo dado em aula, podendo aumentar a carga de dificuldade sobre a criação das formas e assim testando sempre sua criatividade, pois como foi visto possui cerca de 336 possibilidades de criação. E, de início, o aluno poderia utilizar apenas uma peça composta pelo kit e sucessivamente ir acrescentando as demais, criando formas e evoluindo na sua dificuldade, podendo ser exercitado a perspectiva, as vistas e a análise das linhas e planos compostos pelo objeto.

No dia 16 de maio foi aplicado um questionário com os alunos em sala de aula para analisar as opiniões dos alunos das duas turmas, tarde e noite acerca do exercício de criação de novas formas e se os objetivos propostos inicialmente foram alcançados. A partir dessa aplicação foi contabilizado um total de 20 alunos. Onde, 80% do total acharam seu tamanho adequado e o restante de 20% acharam pequeno.

Foi vista uma repetição de pontos positivos e negativos destacados pelos alunos. Como exemplo dos pontos positivos encontrados foi a de facilitar a visualizar e compreender melhor os objetos, estimular a imaginação, tornar a aula mais dinâmica e divertida. Em relação aos pontos negativos, houveram alunos que citaram com frequência a questão das peças serem lisas e com isso dificultar um pouco a questão do manuseio na hora de rotacionar ou afastar a forma criada para poder desenhar.

Outro ponto do questionamento refere-se se o aluno acrescentaria ou retiraria alguma peça do kit. Cerca de 61,11% dos alunos não querem acrescentar nenhuma peça, acham que possui uma variação boa de peças para o desenvolvimento das formas e 95% não retiraria nenhuma peça, tendo esse 5% restante como sugestão para retirar algumas das peças triangulares.

Quanto a avaliação do jogo 10,53% avaliaram com a nota 3 que significa regular, 52,63% avaliaram como bom e 36,84% como muito bom. Outro ponto observado no questionário foi o de saber quais peças os alunos indicariam para que fossem criadas e incluídas no kit. Foram selecionadas três peças diferentes que valem ser ressaltadas aqui, como mostra a figura 03.

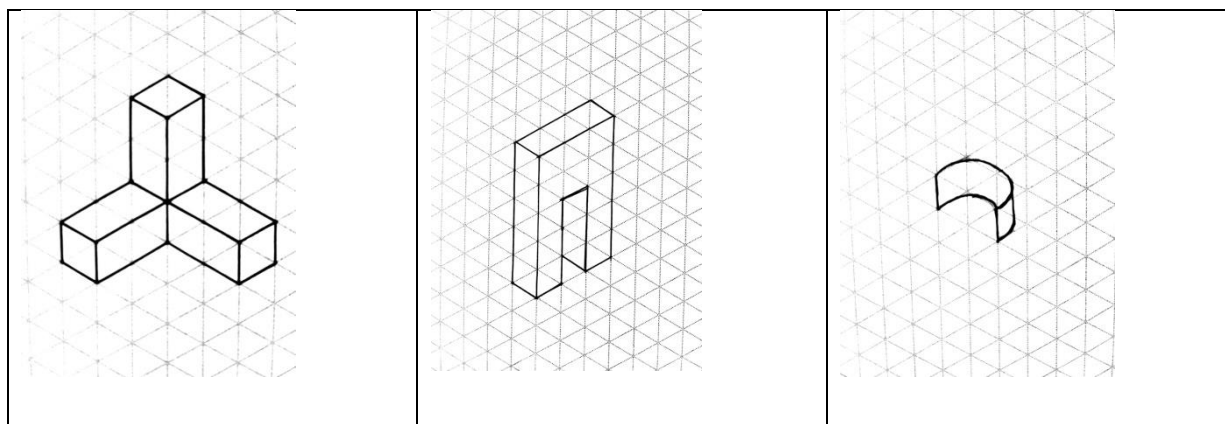


Figura 03: sugestão de novas peças pelos alunos do semestre de 2018.1.

Fonte: as autoras.

A partir desse questionário foi observado que os três objetivos específicos propostos foram alcançados com sucesso. Observando dentre eles o de facilitar o aprendizado em escala e proporção, pois como foi visto anteriormente, por se tratar de um cadeira do início do curso de arquitetura os alunos chegam sem nenhum conhecimento de perspectiva e este é um princípio básico para a formação dos projetos arquitetônicos e precisa de cuidados para que os alunos entendam bem e consigam evoluir seus projetos futuros. E os alunos quando chegam, por não possuir esse conhecimento inicial acerca de perspectiva, eles possuem muitas dificuldades para conseguir desenhar ou observar os desenhos em papel e imaginar o objeto. Então como modo de facilitar, através das peças os alunos já teriam a visão inicial de como a peça é, podendo girar, pegar ou mover a peça para um melhor entendimento, e a partir disso o desenho sairia de forma mais rápida e prática, teria uma maior facilidade de observar tanto tridimensionalmente quanto bidimensionalmente.

A outra questão é a desenvolver a criatividade, pois os alunos terão a possibilidade de criar várias formas diferentes a partir de peças já existentes, sem haver repetições. E esse ato do próprio aluno de criar a sua própria forma para desenhar, permite que ele pense antes para poder criar de acordo com o seu nível de dificuldade na cadeira, assim ele poderá evoluir nas representações de acordo com seu domínio e na sua hora.

Por último é o objetivo de praticar o desenho em épura e triedro. Através da prática do desenho é visto se o aluno realmente aprendeu e conseguiu observar o objeto de modo a conseguir passar para o papel de forma correta. Todos os outros objetivos emergem para este.

Sobre a aulas de aplicação das peças e com os resultados dos questionários foi visto que os alunos realmente conseguiram aprender melhor e com rapidez sobre os temas da disciplina quando tinham em mãos as peças, apesar de os mesmo terem um pouco de dificuldade em mover as peças por ser um pouco lisas, mas utilizaram como solução para esse problema o durex, em que muitos, para poderem mover as peças para uma melhor visualização da forma, grudaram as peças com durex e assim conseguiram movê-las de lugar ou rotacioná-las.

No outro semestre, em 2018.2, foi feito mais um teste com os alunos das duas turmas, tarde e noite, da disciplina a qual foi realizada no início do semestre, no dia 29 de Agosto, onde foi contabilizado um total de 29 alunos e tendo como

referência que os alunos tiveram poucas aulas sobre o assunto quando este é analisado com a aplicação anterior. Os mesmos passos foram executados em relação à aplicação do jogo e do questionário.

A partir do segundo questionário respondido no mesmo dia da aplicação, foi verificado que cerca de 89,66% avaliaram o tamanho das peças como adequado e apenas 6,9% como pequeno e 3,45% como grande.

Como na avaliação anterior foi vista também uma repetição de pontos positivos e negativos. Onde, para o primeiro, encontram-se características como dinâmico, criativo, ajuda a melhorar no entendimento da matéria e do desenho, prático. E para o segundo foi encontrada uma característica em comum a avaliação anterior como a questão das peças serem lisas e não haver mecanismos para manterem as peças mais estáveis quando montadas e foram encontrados novos pontos negativos como algumas falhas no acabamento das peças o que acaba prejudicando o encaixe das peças, a não presença de cubos na composição do kit, a monocromia e a falta de opções de tamanhos de diferentes de peças.

Para o seguinte item a maioria dos alunos referente a 51,72% avaliaram que não deveria ser acrescentada nenhuma peça ao item e o restante cerca de 48,28% dos alunos avaliaram que deveria ser acrescentada, mas poucos destes sugeriram uma nova peça, os que sugeriram em parte acabaram desenhando o cubo e outros apareceram com outras 3 opções, como mostra na figura 04, que são novos exemplos aos comparados a avaliação anterior. No próximo item, 93,10% dos alunos falaram que não deveria ser retirada nenhuma peça do kit e o restante de 6,90% que falaram que deveria e marcaram a peça em formato de “T” como sugestão de exclusão.

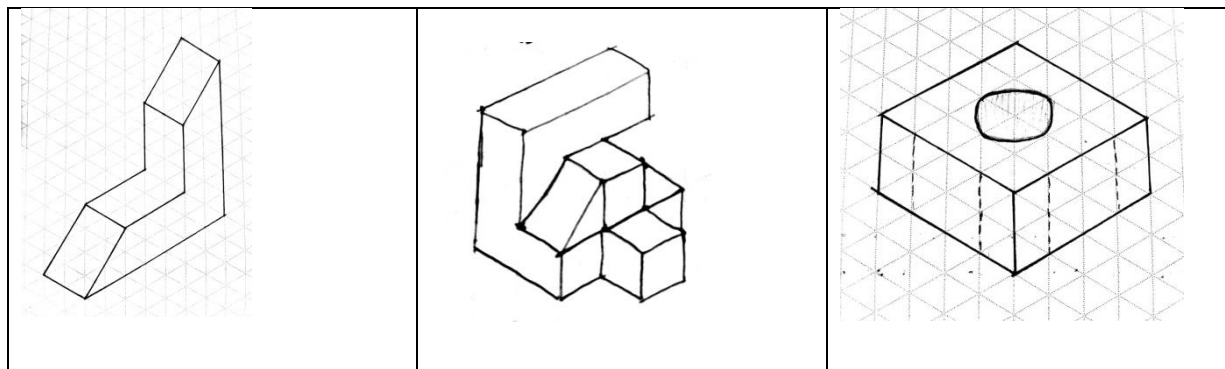
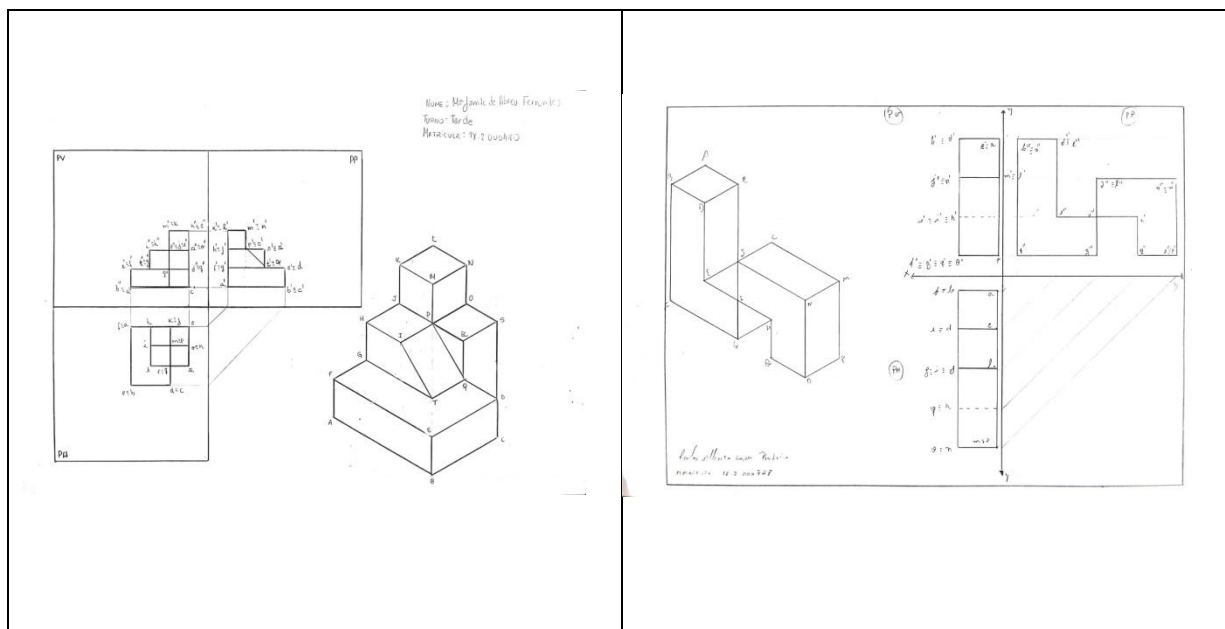


Figura 04: sugestão de novas peças pelos alunos do semestre de 2018.2.

Fonte: as autoras.

Sobre a avaliação geral do jogo dada de 0 a 5, a maior parte dos alunos num total de 82,76% marcaram como 5 onde trata-se que o jogo é muito bom, 13,79% que é bom e 3,45% que é regular. E por último tiveram as respostas em que o jogo ajudou para a disciplina de Geometria Descritiva em que foram encontradas respostas em comum como a ajuda a entender como as perspectivas, a visualização das faces dos objetos, a desenhar mais rápido, o manusear ajuda a entender melhor e a visualizar no papel o 3D.

Por fim, foram recolhidos os desenhos em épura e triedro, referente a criação de uma nova forma através das peças do kit, dos alunos que conseguiram finalizar a atividade em sala e destes foram scaneados alguns exemplos como pode ser visto através da figura 05. A partir disso observa-se que os alunos puderam criar novas formas a partir das peças e de diferentes níveis de complexidade a partir do seu entendimento e domínio sobre a matéria e que mesmo com poucas aulas os alunos tiveram melhores avanços com a utilização do jogo e que é ideal o seu uso no início do semestre, para que, a partir disso, eles fortaleçam seus conhecimentos na matéria que não sintam tanta dificuldade.



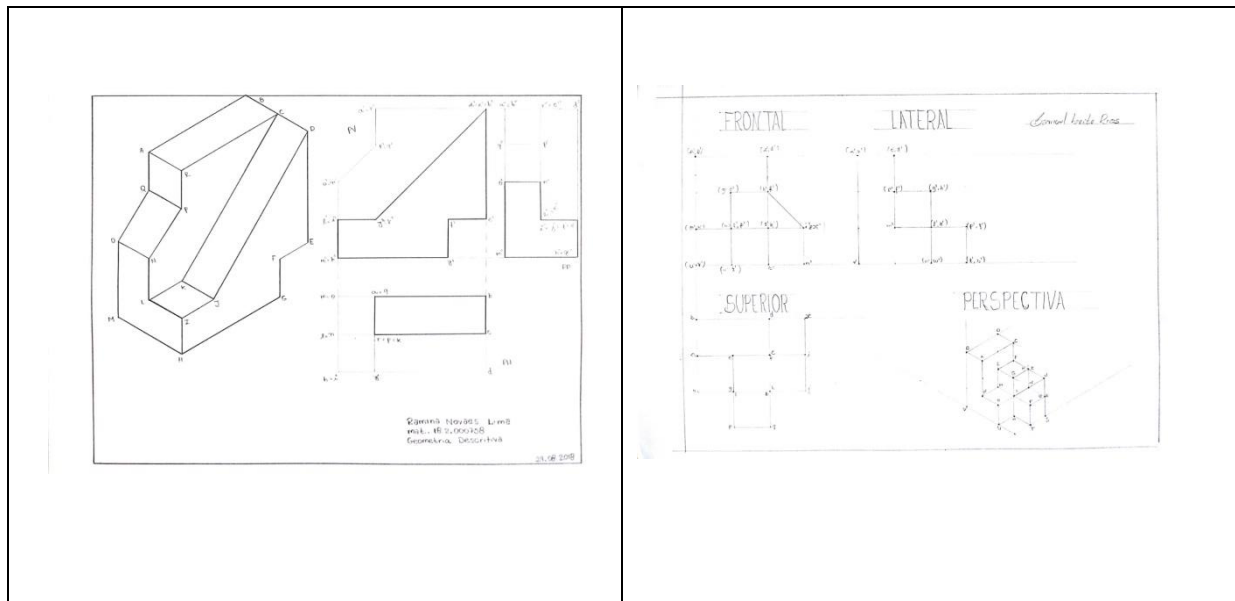


Figura 05: desenhos em épora e triedro das peças criadas pelos alunos do semestre de 2018.2. Fonte: as autoras.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se a partir dos estudos e aplicações sobre jogos e maquetes, que estes são essenciais para o aprendizado do conteúdo da disciplina de Geometria Descritiva que é um conteúdo valioso para o encaminhar do curso de Arquitetura e Urbanismo. Como foi visto nos resultados da aplicação do jogo criado, esse método desenvolve e estimula a criação, o desenho e o aprendizado do conteúdo de forma rápida, prática e divertida.

REFERÊNCIAS

ALVES, Luciana; BIANCHIN, Maysa Alahmar. O jogo como recurso de aprendizagem. Rev. psicopedag. vol.27, nº.83, São Paulo, 2010.

CONSALEZ, Lorenzo. Maquetes: A representação do espaço no projeto arquitetônico. 1ª ed, 3ª impressão. Espanha: Editora Gustavo Gili, 2013

EYMAR, Pedro; ROMCY, Neliza; BRANDÃO, Ianna; CARDOSO, Daniel. Novos experimentos no ensino da geometria descritiva usando os meios digitais de representação como referência. Rev GRAPHICA, Florianópolis, Santa Catarina, 2013 (http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/9679/1/2013_eve_drcardoso.pdf)

FARRELLY, Lorraine. Técnicas de Representação. Porto Alegre: Editora Bookman, 2011.

JACQUES, J. J., AZEVEDO, G. Z., AYMONE, J. L. F., TEIXEIRA, F. G. Nova abordagem para o ensino da Geometria Descritiva Básica. In: XXIX Congresso Brasileiro de Ensino de Engenharia – COBENGE. Porto Alegre: Brasil, 2001

MONTENEGRO, Gildo A. Geometria Descritiva. São Paulo. 1ª ed, 6ª reimpressão. Editora Edgard Blucher LTDA, 2011

SILVEIRA, J. E. C. Investigação de metodologia de ensino de Geometria Descritiva: uma experiência com estudantes de Arquitetura e Urbanismo. Rev GRAPHICA, Curitiba, Paraná, 2007
(http://www.exatas.ufpr.br/portal/docs_degraf/artigos_graphica/INVESTIGACAO.pdf)

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Centro Universitário Christus que financiou esta pesquisa e ao Centro de Robótica do Christus que cedeu a utilização da impressora 3D, ao Wilton Sousa e Celso Medeiros pesquisadores de robótica da Christus.

USO DE SOFTWARES PARA DESENHOS ARQUITETÔNICOS

Gabriela Guimarães Ribeiro¹

Wladimir Capelo Magalhães²

RESUMO

Esse artigo apresenta uma metodologia de ensino da Disciplina Desenho Arquitetônico e Urbanístico da Universidade Christus, onde buscou-se conciliar dois pontos importantes do ensino da Arquitetura e Urbanismo – o uso de softwares e sua importância para os Desenhos Arquitetônicos durante o período acadêmico. Para realização deste estudo, foi dividido em quatro partes: na primeira, é apresentado um breve histórico do Desenho, e suas formas de representação, desde o uso de croquis à desenhos mais técnicos utilizando softwares. Na segunda, atenta-se sobre o ensino do desenho nos cursos superiores de Arquitetura e Urbanismo, destacando-se a importância desse ensinamento no processo de projetar, facilitando a compreensão dos estudantes durante as etapas de projeto. Na terceira, tem-se um breve histórico do uso do CAD para Arquitetura, uma ferramenta bastante utilizada pelos estudantes e profissionais da área e, na quarta, aborda a importância da disciplina de Desenho Arquitetônico e Urbanístico para formação em Arquitetura e Urbanismo.

Palavras-chave: Arquitetura. Representação. Desenho. Tecnologia. Ensino.

ABSTRACT

This article presents a teaching methodology of the Discipline Architectural and Urbanistic Design of the Christus University, where it was sought to reconcile two important points of the teaching of Architecture and Urbanism - the use of software and its importance for the Architectural Drawings during the academic period. For the purpose of this study, it was divided into four parts: in the first, a brief history of the Drawing is presented, and its forms of representation, from the use of sketches to more technical drawings using software. In the second, attention is paid to the teaching of drawing in the higher courses of Architecture and Urbanism, emphasizing

¹ Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo, UNICHRISTUS, gabigribero@hotmail.com

² Mestre em arquitetura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

the importance of this teaching in the design process, facilitating students' understanding during the design stages. In the third one, there is a brief history of the use of CAD for Architecture, a tool widely used by students and professionals of the area and, in the fourth, it addresses the importance of the discipline of Architectural and Urban Design for training in Architecture and Urbanism.

Keywords: Architecture. Representation. Drawing. Technology. Teaching.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o dicionário Aurélio, Desenho é a “representação de formas sobre uma superfície, por meio de linhas, pontos, manchas, com objetivo lúdico, artístico, científico ou técnico”. Com essa definição, o Desenho se segmenta em várias disciplinas, como, por exemplo, o desenho artístico e o desenho técnico.

Atualmente, os cursos de Arquitetura e Urbanismo não determinam que os alunos, ao matricular-se no curso, tenham o desenho como pré-requisito, fazendo com que entrem sem o conhecimento de desenho manual.

O desenho manual é um instrumento muito competente para expor a primeira ideia de projeto. Esse primeiro desenho – croqui, considerado como rascunho, é algo repentino servindo como instrumento de estudo, livre de detalhes e técnicas.

O desenho livre, o qual é exercido pelos artistas, diferem-se do desenho técnico que segue as normas de representação gráfica.

O surgimento do desenho técnico manual manifestou-se após a criação de códigos e normas para representação gráfica. Essa normatização manifestou-se como tática para padronizar as representações gráficas de forma que as soluções possam ser entendidas. A primeira tentativa para a substituição das pranchetas foi a partir de 1979 com o surgimento do microcomputador, onde se popularizou como equipamento para representação gráfica em arquitetura. Após uma década, essa mesma ferramenta permitiu verificar alternativas de espaço, com aplicações de materiais, iluminação e aspectos de insolação.

Nos dias que correm, a nova geração de arquitetos está cada vez mais embalada com o uso do computador para projetar, justamente por conta do crescimento de softwares desenvolvidos como facilitadores nesse processo de projeto.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 BREVE HISTÓRICO DO DESENHO

Desde a pré-história quando foram feitas as primeiras pinturas nas paredes das cavernas, já era possível a comunicação de conhecimentos a partir destes. Com o passar do tempo, as técnicas de propagação de informações foram

se aperfeiçoando, surgindo então as formas baseadas em figuras como os hieróglifos, métodos aplicados pela cultura egípcia.

No século XV, Leonardo da Vinci desenvolveu estudos os quais utilizavam as teorias do desenho para alcançar a realidade, onde seus desenhos exibiam visões diferentes dos objetos conforme o a disposição do observador.

Com isso, analisando as construções de monumentos na antiguidade, onde os projetos possuíam traçados minuciosamente planejados, percebemos o quanto o desenho assumiu a importância de representar as primeiras formas de comunicação e expressão do homem. E com a chegada do desenvolvimento industrial, o desenho pôde receber um grande incentivo.

Nos dias que correm, o uso de recursos como o computador, permitiu que o desenho técnico atingisse uma importante posição, facilitando na elaboração de produtos, sendo empregado em áreas distintas como projetos mecânicos, arquitetônicos, navais, dentre outros.

2.2 USO DO CAD PARA ARQUITETURA

No ano de 1982, John Walker funda a Autodesk e um ano depois, lança o AutoCAD, o primeiro programa CAD (desenho assistido por computador) relevante para computadores, mudando toda a forma de representação dos desenhos técnicos.

O uso desse software possibilitou diversas vantagens, dentre elas maior produtividade, além da viabilização na transmissão de dados, compatibilização, reprodução e arquivamento. Porém, apesar da sua popularidade, a sua aceitação não foi repentina, pois seu uso necessitava da familiarização com a tecnologia, além dos investimentos em máquinas e com programas específicos.

Contudo, apesar das suas vantagens, as chances de erro em projetos realizados com a contribuição do computador foram zeladas. A compatibilização é efetuada a partir da sobreposição dos desenhos, que podem ter sua visualização prejudicada. Caso esses erros não sejam identificados durante o projeto, só serão nítidos durante a execução da obra, ocasionando perdas para o cliente.

2.3 A DISCIPLINA DE DESENHO ARQUITETÔNICO E URBANÍSTICO PARA ARQUITETURA

Com o progresso de novos recursos de representação, o Desenho tradicional tem estado de lado. À frente dessas recentes ferramentas informáticas, gerou-se um debate em relação ao ensino do Desenho nas faculdades de Arquitetura e Urbanismo.

Desde o desenvolvimento da informática, tem-se incentivado o uso dos softwares como um recurso mais eficiente. Com isso, provocou-se uma mudança na grade acadêmica, solicitando uma adequação no corpo docente.

Ainda que estes softwares sejam ferramentas de fácil manuseio, as quais proporcionam um ganho de tempo durante as etapas de projeto, compreende-se que seja indispensável o entendimento dessas novas tecnologias sem um conhecimento de desenho na maneira tradicional, sendo de suma importância dominar os princípios dos elementos geométricos.

Assim, mesmo com o aproveitamento dessas novas ferramentas, torna-se indispensável os conhecimentos básicos do desenho técnico, dando ao aluno a escolha de qual mecanismo mais oportuno para cada circunstância.

Ao ingressar na Universidade, os alunos possuem uma ausência de senso espacial por desconhecerem os conceitos do desenho técnico. O ensino do Desenho gera uma evolução do raciocínio lógico, entendimento espacial e a imaginação. Com isso, os professores tendem a suprirem essas carências no logo no início do curso.

Muitas vezes, o profissional que trabalha com a representação gráfica deve estar sempre preparado para utilizar recursos de desenhos como croquis para a representação das suas primeiras ideias. Assim, mesmo com a existência de inúmeros recursos computacionais, o aprendizado com as técnicas tradicionais não são supérfluos.

O desenho à mão livre é oportuno na compreensão de ideias para o projeto, na idealização de conceitos, de partido, e da concepção da forma.

Logo, a tecnologia surgiu como forma de facilitar, sendo assim, um arquiteto precisa dominar ambas as formas de representação, pois rejeitar-se ao

admitir o uso da tecnologia é em vão, visto que esse método está cada vez mais presente. Contudo, o desenho à mão nunca se tornará dispensável.

3 MÉTODOS

Primeiramente, foram realizadas pesquisas bibliográficas relacionadas à Arquitetura ligada aos desenhos tradicionais e os novos recursos computacionais como ferramenta de desenho. Com base nas fontes correspondentes a este conteúdo, foram analisadas o comportamento dos estudantes e profissionais da área em relação à utilização de recursos como as técnicas tradicionais de desenho à mão e com o uso de ferramentas computacionais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Alcançou-se como resultado um entendimento mais abundante das diferentes formas de representação do desenho técnico, como com o uso de técnicas tradicionais de desenho à mão e com o uso de ferramentas computacionais. Esta pesquisa apontou também a importância das técnicas de desenho para os estudantes de Arquitetura logo ao ingressarem na Universidade, facilitando desde o princípio a evolução o raciocínio lógico, entendimento espacial e a imaginação. Também foi possível identificar a relevância do uso de softwares como o AutoCAD, possibilitando maior produtividade, viabilização na transmissão de dados, compatibilização de projeto, reprodução e arquivamento. Porém, apesar de suas vantagens, ainda assim há chances de erros em projetos realizados com esses softwares.

5 CONCLUSÃO

Nos dias que correm os programas para desenhar estão cada vez mais didáticos e requintados, assim, está cada vez mais frequente os Arquitetos utilizarem o computador como ferramenta para projetar. Com isso, a forma de manifestar-se com o desenho à mão livre se torna cada vez mais incerta, porém a tendência dos computadores acarreta na mecanização de quem recorre a esse método.

A concepção de desenho à mão livre vem se deixando de lado, com isso é notório que cada profissional incrementa seu método de representação, pois cada vez mais o uso de softwares como o AutoCAD vem se tornando mais claro, possibilitando e cooperando com a economia de tempo, além de uma melhor qualidade de representação, entretanto, o profissional deve estabelecer em qual situação mais oportuna para aplicá-lo.

Deste modo, é interessante ao desenvolver um projeto empregar ambas as técnicas de representação gráfica, no qual o Arquiteto emprega ainda nos estudos rápidos, de maneira a agilizar o processo do instrumento planejado. Posteriormente, opera-se com o computador para a escanear esses “croquis” e transformá-los em representação gráfica do desenho técnico.

Por fim, conclui-se que o desenho à mão livre e o digital ambos são complementos, onde unidos tornam-se mais ágeis e competentes.

REFERÊNCIAS

BELLUOMINI, Nayra. **A evolução do CAD**. 2 de janeiro, 2017. Disponível em: <<http://blogs.autodesk.com/por-dentro-da-autodesk-brasil/2017/01/02/a-evolucao-do-cad/>>. Acessado em: 18 de abril de 2018.

CORDIVIOLA, Alberto Rafael. **Notas sobre projeto e computador**. Vitruvius, Arqtextos 13, Texto especial 77, junho 2001. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/06.068/390>>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2018.

GUIMARÃES, Euclides. **Desenho de arquiteto 2: croquis, estudos e anotações**. Belo Horizonte: AP, 2007.

História da Geometria. Disponível em: <<http://www.somatematica.com.br/geometria.php/>>. Acesso em 23 de fevereiro de 2018.

REIS, Cleber. **Importância do AutoCAD na Engenharia e Arquitetura**. 2 de janeiro, 2017. Disponível em: <<https://www.plataformacad.com/importancia-do-autocad/>>. Acessado em: 18 de abril de 2018.

RIGHETTO, A. V. D. **O desenho de arquitetura e seu desenho no tempo**. SIGRADI - 05 Disponível em: <http://cumincades.scix.net/data/works/att/sigradi2005_421.content.pdf>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2018.

ROZESTRATEN, Artur. **O desenho, a modelagem e o diálogo**. Vitruvius, Arqtextos 078, Texto especial 392, novembro, 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp392.asp>>. Acessado em: 18 de abril de 2018.

STAMATO, J.; OLIVEIRA, J.C.; GUIMAR, J.C.M. **Desenho 3: introdução ao desenho técnico**. Coleção Cadernos MEC: 1972.

ANÁLISE DO ATENDIMENTO AOS CRITÉRIOS DA NORMA DE DESEMPENHO ABNT NBR 15.575/2013: UM ESTUDO DE CASO COM CONSTRUTORAS CEARENSES

Fernanda Silva Moreira¹

Rafaela Fujita Lima²

Luis Felipe Cândido³

RESUMO

O desenvolvimento de estudos acerca do desempenho de edificações habitacionais adveio da necessidade de ratificar a eficácia dos sistemas construtivos em detrimento da baixa qualidade do produto final relacionada a construção civil. Nesse contexto, os principais estudos sobre esse tipo de empreendimento foram incentivados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) o que gerou a criação da ABNT NBR 15.575/2013 – Edificações Habitacionais – Desempenho. Contudo, apesar da importância da normativa para esse setor, sua implementação ainda é ponto de discussão entre diversas empresas desse ramo, além de existir uma lacuna entre os requisitos e critérios estabelecidos e a adequação das práticas construtivas. Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo analisar, por meio de um estudo de caso múltiplo, o processo de implementação da norma de desempenho em construtoras cearenses, com enfoque nas principais dificuldades de implementação. Para tal, foram realizadas entrevistas semi estruturadas em 5 construtoras de Fortaleza-CE, na qual foi possível identificar o processo de implementação adotado por cada empresa e suas principais dificuldades de adequação à norma. Assim, foi possível constatar que embora o cumprimento das disposições da norma de desempenho seja obrigatório, o aumento de custos decorrente de tal exigência tem retardado a completa implementação da normativa na construção civil, figurando-se como a principal dificuldade de adequação. Ademais, observou-se que apesar de o processo de implementação da

¹ Graduando, Engenharia Civil, Unichristus, Fernanda.silva922@gmail.com

² Mestre em Engenharia Civil (UFC), Engenharia Civil, Professor - Unichristus, rafaelafujita@hotmail.com

³ Mestre em Engenharia Civil (UFC), Engenharia Civil, Professor – UFC, luisfcandido2015@gmail.com

NBR 15.575 (ABNT, 2013) ser incipiente, qualquer esforço em sua direção representa uma melhoria na qualidade da construção civil e, conseqüentemente, na durabilidade e vida útil das edificações. Vale salientar que esse estudo foi estruturado em função dos seguintes requisitos de usuário: segurança estrutural, estanqueidade, desempenho térmico e acústico, durabilidade, manutenibilidade e segurança contra fogo.

Palavras-chave: Desempenho de edificações. Requisitos do usuário. Norma de Desempenho. Implementação da Norma de Desempenho. Critérios Norma de Desempenho.

ABSTRACT

The development of studies about the performance of housing developments came from the need to ratify the effectiveness of the construction systems to the detriment of the low quality of the final product related to construction. In this context, the main studies on this type of enterprise were encouraged by Caixa Econômica Federal (CEF) and by the Financier of Studies and Projects (FINEP), which led to the creation of ABNT NBR 15.575 / 2013 - Edificaciones Habitacionais - Performance. However, in spite of the importance of the regulations for this sector, its implementation is still a point of discussion among several companies in this field, besides there is a gap between the requirements and established criteria and the adequacy of the constructive practices. Thus, the present work has the objective of analyzing, through a multiple case study, the process of implementation of the performance norm in construction companies of Ceará, focusing on the main difficulties of implementation. For this, semi-structured interviews were carried out in 5 constructors from Fortaleza-CE, in which it was possible to identify the implementation process adopted by each company and its main difficulties of compliance with the standard. Thus, although compliance with the provisions of the performance standard is mandatory, the increase in costs resulting from this requirement has delayed the full implementation of the regulations in civil construction, and is the main difficulty of adequacy. In addition, it was observed that although the implementation process of NBR 15,575 (ABNT, 2013) is incipient, any effort in its direction represents an improvement in the quality of construction and, consequently, in the durability and useful life of the buildings. The requirements of the users surveyed are related to: structural safety, watertightness, thermal and acoustic performance, durability, maintainability and safety against fire. In this way, it

is intended to draw a parallel between the requirements and criteria established in the standard and the practice of the adoption of the cearenses constructors, which allowed mapping the main difficulties for full adherence to NBR 15.575 (ABNT, 2013).

Keywords: Performance of buildings. User requirements. Performance Standard. Implementation of the Performance Standard. Criteria Performance Standard.

1 INTRODUÇÃO

A Indústria da Construção Civil (ICC) brasileira, apesar de integrar uma grande parcela do Produto Interno Bruto (PIB) do país, ainda é marcada pela baixa qualidade do produto final (FANTONI, CASSILHA, IAROSINSKI NETO, 2016), falhas no cumprimento de normas técnicas e padronização de processos e operações (SEBRAE, 2005 *apud* MELLO; AMORIM, 2009).

Nesse contexto, a NBR 15.575 (ABNT, 2013) representa um importante marco para a melhoria na ICC, pois ela estabelece requisitos e critérios, tomando como base às exigências dos usuários, que a edificação deve atingir durante o uso, atuando como parâmetro para uma construção com maior qualidade desde a fase de projeto à fase de uso (ABNT, 2013).

Contudo, apesar da importância da normativa e do esforço despendido por diferentes instituições (INOVACON-CE, 2016; CAU, 201-; CBIC, 2013; PROACÚSTICA, 2013; SINDUSCONDF, 201-), os agentes da indústria ainda têm dificuldades de aplicação, principalmente no seu entendimento (CBIC, 2016; LORENZI, 2013).

Apesar da sua importância, uma pesquisa realizada pela CBIC (2016b) apontou que apenas 69% reconhecem a importância da norma de desempenho, evidenciando a necessidade de se aprofundar nas discussões, bem como melhor disseminar esta norma. Assim, questiona-se: como a norma de desempenho tem impactado as construtoras cearenses?

Desse modo, o estudo apresenta com objetivo analisar, por meio de um estudo de campo, quais os requisitos e os critérios estabelecidos pela norma de desempenho são atendidos nas construtoras de Fortaleza/CE. Para tal, desenvolveu-se um estudo de caso múltiplo (YIN, 2010) com 5 construtoras, o que

permitiu identificar a importância aferida à normativa, principais dificuldades e as modificações nos processos construtivos influenciadas pela norma.

Assim, o presente estudo foi dividido em 5 seções, sendo a primeira esta introdução. Na segunda seção é aprofundado o debate sobre a norma de desempenho, apresentando embasamento teórico sobre as principais dificuldades para o atendimento da normativa. No tópico três, apresenta-se o método de pesquisa adotado, indicando a estratégia utilizada para a coleta de dados e a caracterização dos sujeitos da pesquisa. Em seguida, na seção quatro, apresenta-se e discute os resultados, seguido pelas considerações finais e, por fim, as referências.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção apresenta uma visão geral da Norma de Desempenho, explanando suas principais características e sua estruturação, e aborda as principais contribuições da normativa para a construção civil.

2.1 CONCEITOS E PRINCÍPIOS DA NORMA DE DESEMPENHO

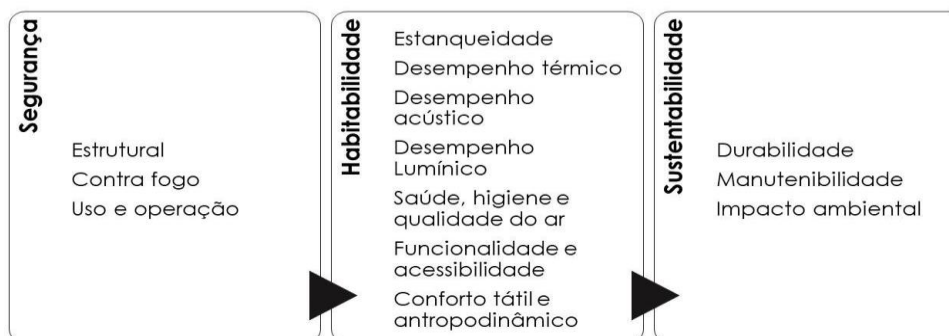
Conforme a ABNT NBR 15575 (2013), o desempenho pode ser compreendido como o comportamento em uso de uma edificação e de seus sistemas, podendo variar em função das condições de exposição e da percepção de cada usuário.

Como o desempenho é variável, a norma reúne um conjunto de requisitos e critérios estabelecidos exclusivamente para edificações habitacionais e seus sistemas, com base em requisitos do usuário, independentemente da sua forma ou dos materiais constituintes (ABNT, 2013), servindo como referência para uma construção com maior qualidade. Os requisitos de desempenho da norma são condições que expressam qualitativamente os atributos que a edificação habitacional e seus sistemas devem possuir, a fim de que possam atender aos requisitos do usuário, enquanto que os critérios são especificações quantitativas dos requisitos de desempenho (CBIC, 2016).

A ABNT NBR 15.575 (2013) compreende seis grandes áreas e envolve todos os complexos produtivos da cadeia da construção (OTERO; SPOSTO, 2014). Tendo por base diretrizes de Segurança, Habitabilidade e Sustentabilidade, sendo

organizada em seis partes e subdividida em treze disciplinas que referenciam os requisitos para se medir o desempenho das edificações (LORENZI, 2013), conforme a Figura 1.

Figura 1 – Disciplinas da norma de desempenho



Fonte: Elaborado a partir de ABNT (2013) e CBIC (2013).

As disciplinas da norma permitem uma avaliação sistêmica da construção e conferem benefícios de qualidade, agregação de valor e destaque construtivo, influenciando fortemente no cenário econômico das empresas (CBIC, 2016a). Estas estão agrupadas em seis partes, sendo a primeira delas requisitos gerais e as demais correspondentes aos sistemas da edificação (sistemas estruturais, sistemas de piso, sistemas de vedação verticais internas e externas – SVVEI – , sistemas de cobertura e sistemas hidrossanitários) (ABNT, 2013).

Destaca-se que a norma em estudo não contempla os sistemas de instalações elétricas, de lógica e de comunicação, alegando que as normas existentes já suprem as exigências para estes subsistemas (ABNT, 2013).

Vale destacar que a norma de desempenho não substitui as normas atinentes, ou seja, a ABNT NBR 15575 (2013) cita mais de 150 normas as quais se desdobram em mais de mil outras normas.

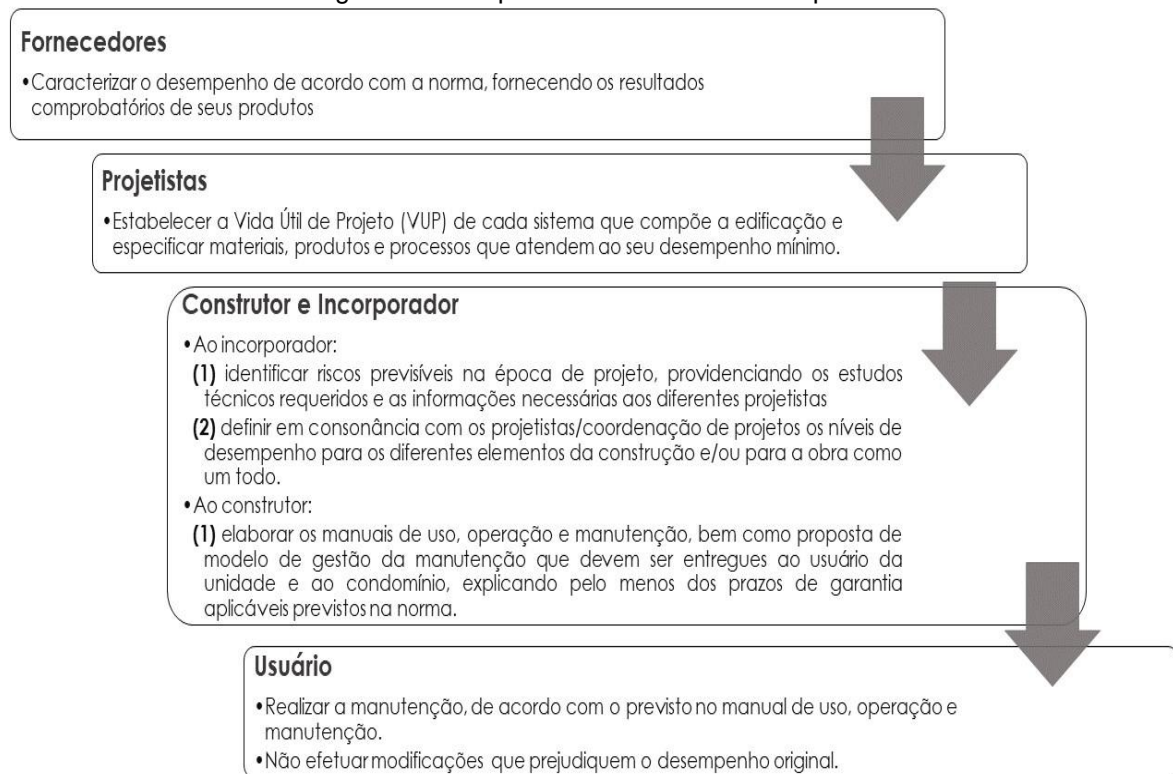
Talvez por esta, entre outras razões, a norma ainda encontra dificuldades de aplicação, principalmente no seu entendimento e na instrução quanto a utilização do seu sistema (LORENZI, 2013).

2.2 PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DA NORMA DE DESEMPENHO

A norma de desempenho representa a mola mestra para a mudança de cultura na ICC, buscando reverter características usualmente relacionadas a esse macrossetor, considerado como indústria tradicional, com grande resistência às alterações e o uso de mão de obra pouco qualificada (YIN; TSERNG; TSAI, 2008;

AMBROZEWICZ, 2003). A primeira grande mudança estabelecida pela norma de desempenho foi a clara atribuição de responsabilidades e da dependência entre os elos da cadeia construtivas (Figura 2).

Figura 2 – Disciplinas da norma de desempenho



Fonte: ABNT (2013).

As incumbências estabelecidas na Norma de Desempenho podem alterar profundamente o papel de cada um dos agentes, incluindo o próprio usuário. Os fornecedores, ao caracterizarem seus produtos, podem se deparar com o não cumprimento dos critérios mínimos. Para os projetistas, espera-se um maior nível de detalhamento. Dentre eles, o arquiteto é sem dúvidas o mais impactado com a norma, pois além da definição dos espaços e seus acabamentos, deverá indicar as especificações que garantam o cumprimento da Vida útil de Projeto. Por exemplo, para escolha de uma cerâmica de piso, além da estética, deverá indicar que propriedades (como PEI, coeficiente de atrito, dentre outros) a placa deve atender em cada ambiente.

Dos construtores e incorporadores, além das incumbências descritas na norma, obviamente terão que alinhar as metodologias construtivas com os projetos, materiais fornecidos e níveis de desempenho especificados.

Por fim, o próprio usuário tem sua responsabilidade clara na fase de uso e manutenção da edificação. Assim, a quebra de paradigmas necessária fica evidente.

3 MÉTODOS

Como método de pesquisa, realizou-se um estudo de caso múltiplo (YIN, 2015) com uma abordagem qualitativa e objetiva exploratória e descritiva (COLLIS; HUSSEY, 2005) com 5 empresas cearenses, cujo delineamento é apresentado na Figura 3



Fonte: Os autores (2018).

A coleta de dados foi desenvolvida por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado (RICHARDSON, 2011), com 21 questionamentos divididos em três seções: (i) caracterização da empresa, (ii) generalidades norma de desempenho e sua implantação e (iii) atendimento aos requisitos de desempenho acústico. Ressalta-se que foi realizado pré-teste e que o roteiro se manteve o mesmo e que os resultados explorados neste artigo correspondem a parte 2 da entrevista.

O Quadro 1 apresenta a caracterização das empresas participantes da pesquisa.

Quadro 1 – Caracterização das empresas

Empresa	Tempo de atuação e escopo	Obras em construção	Obras dentro da norma	Entrevistado
A	25 anos, construção/incorporação residencial e comercial; HIS* e obras públicas	2	2	Diretor da Qualidade
B	37 anos, construção/incorporação residencial e comercial	25	5	Coord. De Planejamento
C	36 anos, construção/incorporação residencial e comercial e HIS*	3	2	Gerente de Projetos

D	40 anos, construção/incorporação residencial e comercial	3	1	Coord. <i>Leen e Green</i> ; Arquitecta
E	10 anos, construção/incorporação residencial e comercial vertical	3	0	Gerente da Qualidade

Legenda: *HIS – Habitação de Interesse Social. Fonte: Os autores (2018).

Ademais, a utilização de questionamentos semiestruturados (Figura 4) em contraponto com questões abertas, como “Qual a sua visão sobre a norma de desempenho? Ela é importante?”, permitiu a consolidação do conhecimento, a partir dos entrevistados, de como atender aos requisitos da norma.

Figura 3 – Exemplo de questionamento estruturado

	Q14A - Grau de importância					Q14B - Grau de atendimento				
	Sem importância		Extremamente importante			Não atende		Atende completamente		
Segurança										
a. Segurança Estrutural	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
b. Segurança <u>contra fogo</u>	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5
c. Segurança no uso e operação	1	2	3	4	5	1	2	3	4	5

Fonte: Os autores (2018).

A análise dos resultados obtidos é apresentada no tópico subsequente.

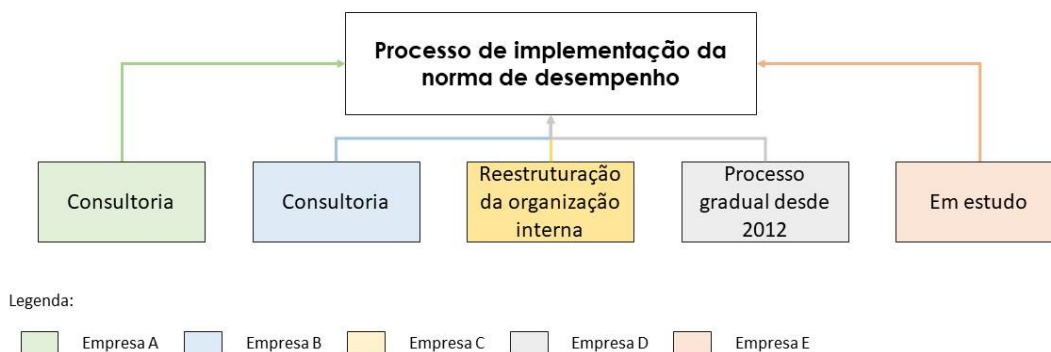
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção refere-se aos dados coletados na segunda parte do roteiro de entrevista e foi dividida em duas partes principais: (i) o processo de implementação da norma de desempenho em cada empresa estudada, focando na metodologia utilizada; e (ii) as principais dificuldades enfrentadas por cada construtora.

4.1 PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

A Figura 4 mostra o processo adotado por cada empresa para a implementação da norma de desempenho.

Figura 4 – Processo de implementação da norma de desempenho



Fonte: Os autores (2018).

A seguir, detalham-se os processos de cada uma das empresas.

4.1.1 EMPRESA A

A área de atuação da Empresa A (HIS) ditou a forma como a implementação da norma de desempenho foi desenvolvida. A utilização de uma metodologia construtiva patenteada (paredes de concreto), aliado a um escopo de projeto bem delimitado pela Caixa Econômica Federal (CEF), restringiu tal processo.

A consultoria foi desenvolvida em uma obra de mesmo porte, sendo realizados ensaios de desempenho estrutural, estanqueidade à água, desempenho acústico, desempenho térmico, segurança contra fogo e durabilidade.

Esses métodos de avaliação combinaram análise de projeto e relatórios técnicos (desempenho estrutural), simulação computacional (desempenho térmico) e ensaios *in loco* (demais disciplinas elencadas), concluindo que o desempenho da edificação atingia o nível mínimo estabelecido na norma.

A disciplina de desempenho acústico não foi ensaiada, considerando-se que o desempenho mínimo seria atendido, conforme os ensaios realizados pelo SiNAT (BRASIL, 2016).

Ademais, a empresa utiliza os resultados obtidos com essa consultoria para outras obras do mesmo porte, desde que possuam o mesmo projeto arquitetônico, conforme orientação da empresa de consultoria que atuou nesse estudo de implementação da norma de desempenho.

4.1.2 EMPRESA B

A implementação da norma de desempenho na Empresa B (Figura 4) ocorreu por meio de uma consultoria realizada em uma de suas obras. Para tal, foi

realizado um estudo completo do projeto, indicando as ações necessárias para atender ao nível mínimo da norma.

As orientações obtidas nessa consultoria juntamente com o exposto nos desenvolvidos pelo Inovacon e Sinduscon, foram generalizadas e tornaram-se padrão para todas as obras de habitação construídas pela empresa, conforme expôs o interveniente.

4.1.3 EMPRESA C

Apesar de a Empresa C atuar em obras residenciais verticais e HIS, o processo de implementação da normativa em estudo ocorreu igual para os dois sistemas construtivos, diferenciando apenas as medidas adotadas para se adequar a norma em função dos diferentes sistemas utilizados.

A prática do *benchmarking* foi adotada como meio para adequar a estrutura interna da empresa aos requisitos da norma. Segundo o entrevistado, o conhecimento sobre a norma foi consolidado por meio de participações em seminários, palestras, conversas com empresas do ramo e na leitura da própria norma. Vale destacar que o manual desenvolvido pelo Inovacon-CE foi o marco inicial para os estudos de implementação da norma de desempenho na empresa, conforme pontua o entrevistado.

Para tal, foram revistos procedimentos, documentos de controle, instruções de trabalho, Fichas de Verificação de Serviço (FVS) e metodologias construtivas. Tais modificações tornaram-se necessária para que a empresa pudesse atestar o atendimento aos condicionantes da norma.

Além disso, o atendimento aos requisitos da norma de desempenho passou a ser parte integrante dos contratos de serviço firmados com projetistas, reforçando a importância de adequação do projeto às diretrizes da normativa em estudo.

Ademais, a empresa avalia a utilização de *softwares* de gestão específicos para a norma de desempenho, promovendo a integração dos envolvidos no processo, visando delegar responsabilidades.

Vale saliente que, no momento de realização da entrevista, a empresa havia realizados os ensaios especificados pela NBR 15.575 (ABNT, 2013) em uma obra de interesse social, porém os resultados ainda não estavam disponíveis. O interviente destacou que foram realizados ensaios de desempenho estrutural,

estanqueidade à água, desempenho acústico, desempenho térmico, segurança contra fogo e durabilidade, incluindo ensaios não obrigatórios, como o de desempenho acústico de instalações hidrossanitárias.

4.1.4 EMPRESA D

A implementação da norma de desempenho iniciou-se em 2012, quando houve a consulta pública sobre a normativa.

Assim, a adequação aos seus condicionantes ocorreu de forma gradual, buscando o equilíbrio da relação custo/benefício, realizando ensaios em obras que não possuem a obrigatoriedade de seguir a norma, fitando construir um conhecimento prévio sobre as práticas adotadas pela empresa em relação às diretrizes da norma.

Esse processo envolveu todos os elos da cadeia construtiva, sendo criados grupos de estudos para debater algumas partes da norma e realizando treinamentos específicos para alguns pontos da norma, como Vida Útil (VU)..

Além disso, o envolvimento com o Inovacon e o Sinduscon durante a elaboração dos manuais foi fundamental para consolidar o entendimento da norma, conforme apontaram os intervenientes.

4.1.5 EMPRESA E

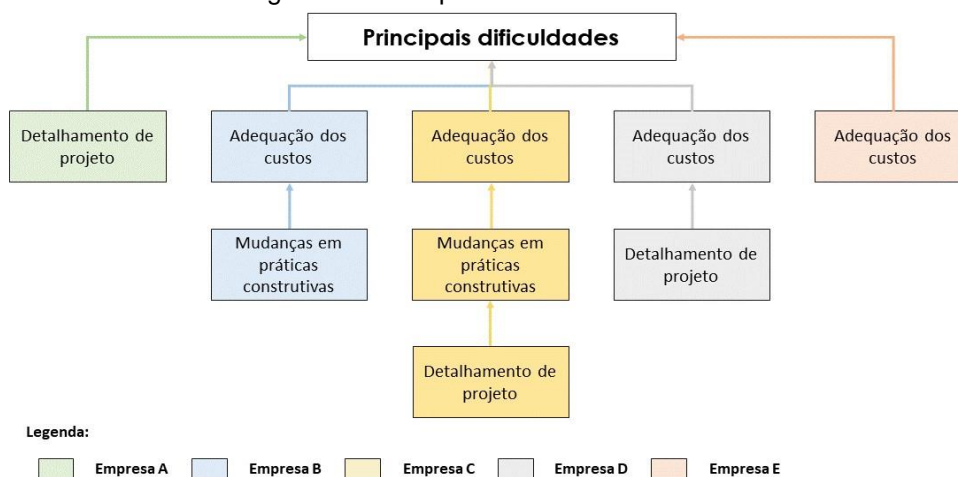
O processo de implementação da norma de desempenho na Empresa E ainda está em fase inicial, pois a empresa não possui nenhuma obra dentro dos parâmetros da norma, pois, dos empreendimentos em execução, dois são edificações residenciais, homologadas antes da promulgação da norma, e outro é uma edificação comercial.

Contudo, uma de suas obras possui certificação *Leed* e nela serão realizados alguns ensaios relacionados a norma de desempenho. Observa-se que a abordagem adotada é semelhante a empregada pela Empresa D.

4.2 PRINCIPAIS DIFICULDADES

A Figura 5 sintetiza as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas estudadas.

Figura 5 – Principais dificuldades



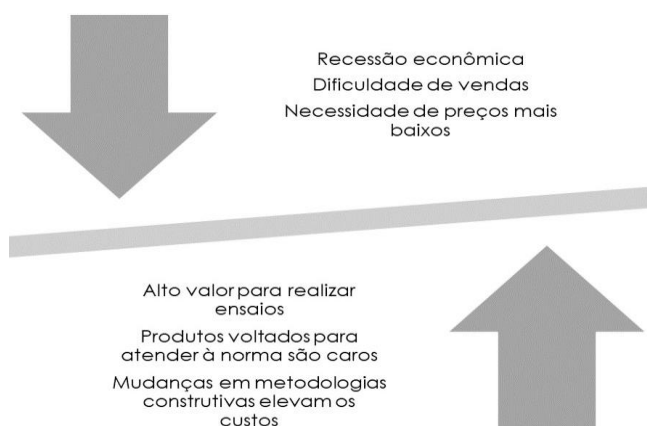
Fonte: Os autores (2018).

A seguir, detalham-se cada uma dessas dificuldades.

4.2.1 ADEQUAÇÃO DE CUSTOS

Observa-se que a adequação dos custos às diretrizes da norma de desempenho é uma preocupação comum a 80% dos entrevistados, em função do desequilíbrio da relação custo/benefício, conforme ilustra a Figura 6.

Figura 6 – Desequilíbrio na relação custo/benefícios



Fonte: Os autores (2018).

Conforme ilustrado na Figura 6, a dificuldade surge porque o período de recessão econômica enfrentado pelo setor da construção civil exige das empresas do ramo uma redução de seus custos de produção para tornarem-se mais competitivas.

Contudo, o montante necessário para atender aos condicionantes da norma dificulta esse equilíbrio. Tal problema foi retratado pela CBIC (2016b), que mostrou que o aumento dos custos de produção seria repassado ao cliente, sendo o

mesmo posicionamento adotado pela Empresa B, Empresa C e Empresa E, e comentado pela Empresa A (apesar de não se traduzir em uma dificuldade para a empresa).

Na Empresa E, conforme o entrevistado, a realização de ensaios será um item que integrará o orçamento de futuros empreendimentos, buscando evitar que o orçamento seja excedido e fitando uma forma de equilibrar essa relação.

Já na Empresa D, o custo proveniente das exigências da norma não deve refletir no cliente final, pois a construtora tem obrigação legal de cumprir todas as normas aplicáveis e o cliente não deve pagar a mais por essa obrigatoriedade.

4.2.2 DETALHAMENTO DO PROJETO

O aumento do nível de detalhamento do projeto foi apontado pela maioria dos entrevistados como uma dificuldade em se atender a norma de desempenho

Nesse contexto, os entrevistados da Empresa D apontaram que o projeto arquitetônico foi o que apresentou maior dificuldade de adequação, pois, quando comparado a projetos complementares, como instalações elétricas, a arquitetura é falha no cumprimento e citação de normas técnicas.

Ademais, o entrevistado da Empresa C apontou que esse aumento no nível de detalhamento impacta diretamente no montante investido para a confecção dos projetos, justificando, assim, a resistência dos projetistas em aderirem a esta exigência, já que houve receio em apresentar esse aumento ao cliente final.

Já para o representante da Empresa A, essa nova demanda é a dificuldade principal da empresa, pois os projetos até então desenvolvidos estão aquém da realidade da norma de desempenho e o atendimento integral desse quesito pode traduzir custos significativos ao projeto.

4.2.3 MUDANÇAS EM PRÁTICAS CONSTRUTIVAS

Observa-se que mudanças em metodologias construtivas para atender aos requisitos da norma tendem a onerar o processo construtivo porque são práticas que a empresa ainda não domina. Por exemplo, o atendimento aos requisitos de desempenho acústico exige métodos de isolamentos entre unidades habitacionais e o ambiente externo que se mostraram dispendiosos, como a utilização de esquadrias acústicas (Empresa, B, C e D), aumento da espessura do contrapiso (Empresa D) e utilização de manta acústica (Empresa B).

Nesse contexto, o atendimento aos condicionantes de segurança contra fogo, também tiveram impacto significativo nos custos, pois os produtos disponíveis que atendem aos requisitos, como polímeros expansivos sensíveis às variações de temperatura que vedam aberturas entre pavimentos e impedem o fogo e a fumaça sejam transmitidos de um pavimento para o outro, possuem o preço muito elevado, aumentando consideravelmente os custos de produção, conforme aponta o entrevistado da Empresa C.

A necessidade de mudança em práticas construtivas possui uma relação direta com a adequação dos custos, pois, como pontuado pelos entrevistados da Empresa D, existem diferentes soluções para atendimento aos requisitos da norma de desempenho, “o desafio está em equilibrar os custos e não permitir que isso reflita no cliente final, seja em relação ao preço de venda da unidade habitacional ou a qualidade do produto final”.

Ademais, destaca-se que a dificuldade em atender aos requisitos de algumas disciplinas está relacionada a custo e práticas construtivas, conforme detalha o tópico subsequente

4.2.4 DISCIPLINAS COM MAIORES DIFICULDADES DE ATENDIMENTO

O Quadro 2 é apresentada a principal dificuldade relacionadas as disciplinas de desempenho.

Quadro 2 – Principais dificuldades

Disciplina	Dificuldades	Empresa
Desempenho acústico	(1) Custo dos produtos isolantes;	B e D
	(2) Necessidade de mudança em métodos construtivos;	B, C e D
	(3) Necessidade de garantir o desempenho “no osso”;	D
	(4) Desempenho é relacionado com o entorno da edificação.	E
Segurança contra fogo	(1) Custo dos produtos;	C e D
	(2) Necessidade de mudança em métodos construtivos.	C e D
Manutenibilidade	(1) Depende do usuário.	A, B e C.
Desempenho térmico	(1) Função do método construtivo;	A
	(2) Sensível ao cliente.	D

Fonte: Os autores (2018).

Observa-se do Quando 2 que o custo dos produtos e a necessidade de mudanças em métodos construtivos ditam o nível de dificuldade para atender aos requisitos de determinada disciplina, conforme exposto no tópico 4.2.4.

Note-se que, a definição de desempenho apresentada pela NBR 15.575 (ABNT, 2013) torna-se um agravante para atender as disciplinas cujo desempenho depende da interação da edificação com o meio, conforme apresentado pelos entrevistados da Empresa A, Empresa B e Empresa C.

Além disso, a Empresa D destaca a necessidade de atender a norma de desempenho com o apartamento sem os acabamentos finais, como a cerâmica, pois o cliente pode optar por recebê-lo sem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar quais as principais dificuldades para a implementação das diretrizes da norma de desempenho. Para tal, realizou-se um estudo de caso múltiplo com 5 construtoras de Fortaleza, CE.

Desse modo, foi possível constatar que a maior dificuldade em atender aos condicionantes da norma de desempenho são os custos envolvidos, pois as exigências da normativa tendem a onerar o processo construtivo.

Nesse contexto, destaca-se que existe uma dificuldade em encontrar profissionais aptos para atender as demandas da norma de desempenho, tanto em relação aos projetistas, pelo receio do aumento dos custos de projeto, quanto em relação aos laboratórios que realizam os ensaios da norma, pois existem poucas empresas que os fazem, elevando, assim, o montante necessário para a realização dos mesmo, em função da lei da oferta e demanda.

Concluiu-se, também, que em obras de HIS, por serem fiscalizadas pela CEF, as empresas que atuam nesse segmento tendem a ter um maior cuidado no atendimento aos condicionantes da norma de desempenho, não sendo observado a mesma preocupação nas construtoras que não atuam nesse segmento. Portanto, o usuário final tem importante papel de exigir de tais empresas a comprovação do atendimento da normativa. Por fim, pode-se inferir, ainda, que a implementação da norma de desempenho, apesar de ser incipiente, merece destaque, haja vista que qualquer movimento em sua direção, é o início de uma melhoria da qualidade da

construção civil, visando o atendimento dos requisitos mínimos para o desempenho, durabilidade e a vida útil das edificações.

REFERÊNCIAS

AMBROZEWICZ, P. H. L. **Metodologia para capacitação e implantação de gestão da qualidade em escala nacional para profissionais e construtora baseada no PBQPH e em educação à distância**. 2003. Tese (Doutorado em Eng. de produção) – Programa de Pós-Graduação em Eng. da Produção. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Edifícios habitacionais – Desempenho. ABNT NBR 15575:2013**. Rio de Janeiro: ABNT, 2013 .

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA QUALIDADE ACÚSTICA. **Manual ProAcústica sobre a Norma de Desempenho**. PróAcústica, n. 1, nov. 2013.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Lex**: coletânea de legislação e jurisprudência, São Paulo, v. 66, n. 1, p. 15-200, 2002.

CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO. **Análise dos critérios de atendimento à norma de desempenho ABNT NBR 15.575**: estudo de caso em empresas do programa Inovacon-CE. Fortaleza: CBIC, 2016a.

_____. **Análise dos critérios de atendimento à norma de desempenho ABNT NBR 15.575**: estudo de caso em empresas do programa Inovacon-CE. Fortaleza: CBIC, 2016a.

_____. **Desempenho de edificações habitacionais**: guia orientativo para atendimento à norma ABNT NBR 15575/2013. Fortaleza: CBIC, 2013.

_____. **Norma de Desempenho**: Panorama Atual e Desafios Futuros/Pesquisa Setorial – Resumo Executivo. Brasília: CBIC, 2016b.

COLLINS, J.; HUSSEY, **Pesquisa em Administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

LORENZI, L. S. **Análise Crítica e Proposições de Avanço nas Metodologias de Ensaio Experimentais de Desempenho à Luz da ABNT NBR 15575 (2013) para Edificações Habitacionais de Interesse Social Térreas**. 2013. 245p. Tese (Doutorado em Eng. Civil). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2013.

MELLO, L. C. B. D. B.; AMORIM, S. R. L. de. O subsetor de edificações da construção civil no Brasil: uma análise comparativa em relação à União Europeia e aos Estados Unidos. **Produção**, v. 19, n. 2, p. 388–399, 2009.

OTERO, J.A.; SPOSTO, R.M. Implantação da ABNT NBR 15575:2013 em empresas incorporadoras e construtoras a partir de processos de sistemas de gestão da

qualidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 15., 2014, Maceió. **Anais...** Maceió: ENTAC, 2014, p. 1248-1256.

SINDICATO DAS CONSTRUTORAS – DISTRITO FEDERAL. **Avaliação do Desempenho Acústico de Edificações em diferentes sistemas construtivos, conforme a Norma de Desempenho ABNT NBR 15575/2013.** 201-.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos.** 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE DO USO DE DETERGENTE LÍQUIDO COMERCIAL EM ARGAMASSA COMO ADITIVO INCORPORADOR DE AR

Iran Gonçalves Vieira Neto¹
Roger Lima da Silva²
Kalil Nobrega Hissa Sampaio³
Heloína Nogueira da Costa⁴
Elayne Valério Carvalho⁵

RESUMO

Nos últimos anos, o desenvolvimento e a busca por materiais com desempenho mecânico e de durabilidade cada vez maiores tem sido o alvo dos pesquisadores da tecnologia dos concretos. Nesse sentido, tem-se empregado o uso de aditivos que modificam as propriedades de argamassas e concretos nos estados fresco e endurecido. Porém, não se conhecendo bem as propriedades e ações de um aditivo pode ocorrer uma incompatibilidade entre este material e o cimento utilizado, gerando efeitos adversos às argamassas e aos concretos. Nesse sentido, há relatos do uso de detergentes líquidos como aditivo de incorporador de ar em obras de baixo custo. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo avaliar a viabilidade e o desempenho da adição desse produto químico em argamassas em termos de comportamento mecânico, trabalhabilidade e durabilidade. Para isso, foram realizados ensaios químicos, microestruturais e mecânicos comparativos com argamassa incorporadas com o aditivo comercial e o detergente líquido. Os resultados parciais indicam que não há diferenças significativas entre os dois aditivos avaliados. Contudo, é necessário avaliar outros parâmetros para se obter resultados conclusivos.

Palavras-chave: Argamassa. Incorporador de Ar. Aditivos. Detergentes. Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio.

¹ Graduando, Engenharia Civil, Aluno, iran-neto@hotmail.com.

² Graduando, Engenharia Civil, Aluno, roger_lima.silva@hotmail.com.

³ Mestre, Engenharia Civil, Professor, kalilsampaio@hotmail.com.

⁴ Mestra, Engenharia Civil, Professora Assistente da Universidade Federal do Ceará, heloinan@hotmail.com.

⁵ Doutora, Engenharia Civil, Professora, elayne.valerio@gmail.com.

ABSTRACT

In recent years, the development and search for materials with increasing mechanical performance and durability has been the target of concrete technology researchers. In this sense, the use of additives that modify the properties of mortars and concretes in the fresh and hardened states has been increased. However, if the properties and actions of an additive are not well known, an incompatibility between this material and the cement used may occur, generating adverse effects on mortars and concretes. In this sense, there are reports of the use of liquid detergents as additive of air incorporator in works of low cost. Therefore, the present work aims to evaluate the feasibility and performance of the addition of this chemical in mortars in terms of mechanical behavior, workability and durability. For this, chemical, microstructural and mechanical comparative tests were performed with mortar incorporated with the commercial additive and the liquid detergent. Partial results indicate that there are no significant differences between the two evaluated additives. However, other parameters need to be evaluated to obtain conclusive results.

Keywords: Mortar. Air Incorporator. Additives. Detergents. Alkylbenzene Sodium Sulfonate.

1 INTRODUÇÃO

A industrialização da construção é irreversível e os aditivos surgem como materiais chaves na obtenção de concreto, fornecendo uma variedade de propriedades e características especiais ao material (CASTRO, QUARCI, 2013).

Aditivos podem ser definidos como qualquer tipo de material não essencial à mistura que é acrescentado em pequenas quantidades, antes ou durante o processo, com exceção dos seus componentes básicos que são a água, o cimento e os agregados, que melhorem de alguma forma as funções do concreto ou da argamassa no estado fresco e/o endurecido (NEVILLE, 2015). Segundo a NBR 11768 (2011), os aditivos são produtos que, ao serem adicionados ao cimento Portland, melhoram suas características.

Na construção civil, a utilização dos aditivos incorporadores de ar (AIA) implica na melhora significativa da trabalhabilidade da argamassa no estado fresco, através da formação de uma grande quantidade de microbolhas de ar independentes entre si distribuídos no composto cimentício (ALVES, 2002; CALHAU; TRISTÃO, 1999).

Nesse sentido, há relatos do uso de detergente líquido como AIA, substituindo aditivos convencionais encontrados no mercado dos materiais de construção civil. Por apresentar um valor relativo acessível, tem sido utilizado normalmente em obras de mais baixo custo.

Contudo, é necessário garantir que a adição desses produtos químicos em concreto e argamassas produza benefícios, sem prejudicar as características do material final (DALDEGAN, 2017). Por isso, diante da utilização crescente desse AIA alternativo, pesquisas recentes têm avaliado o efeito da incorporação de detergente líquido nas propriedades das argamassas (MENDES, 2016).

Portanto, este estudo tem como objetivo avaliar o desempenho dos detergentes líquidos convencionais como AIA, comparativamente com aditivos comerciais de mesma função. Para isso, investigou-se as características morfológicas e propriedades físicas e mecânicas de matrizes cimentícias de referências.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Aditivos Químicos

O concreto, na forma que é utilizado hoje, surgiu com a descoberta do cimento Portland. Este tipo de cimento é um aglomerante hidráulico, ou seja, seu enrijecimento ocorre como consequência de reações químicas entre os seus componentes e a água, dando origem a microcristais responsáveis pela resistência do concreto. Após realizar a mistura de cimento e água, é obtida a pasta cimentícia. Com a adição do agregado miúdo, normalmente a areia, se obtém a argamassa e o posteriormente adicionado o agregado graúdo forma o concreto (NEVILLE, 2015).

Dependendo da função e das variáveis necessárias para aplicação em quaisquer dos estados de mistura do cimento, pode-se ainda utilizar os chamados aditivos, que tem como função melhorar ou modificar o comportamento do concreto ou argamassa (DAL MOLIN, 2005).

Na construção civil, os aditivos vêm sendo empregados há bastante tempo. Segundo Coutinho (1997), os romanos já adicionavam sangue, clara de ovo, leite ou banha para melhorar a trabalhabilidade do concreto. Mesmo com tecnologias limitadas, desde a antiguidade adições são realizadas na composição dos materiais com o objetivo de melhorar a qualidade na construção civil.

A NBR 11768 (2011) define que aditivos são produtos que, adicionados em pequena quantidade a concretos ou argamassas de cimento Portland, alteram suas propriedades afim de alcançar melhores resultados para determinadas situações. A NBR 13529 (2013), que apresenta a terminologia específica para revestimentos de argamassa, entende aditivo como um “produto adicionado à argamassa em pequena quantidade, com a finalidade de melhorar uma ou mais propriedades, no estado fresco ou endurecido”.

Segundo a NBR 11768 (2011), os aditivos químicos se classificam baseado em seus efeitos, conforme pode ser visto a seguir:

- Aditivo plastificante (Tipo P): produto que, sem alterar a consistência do concreto no estado fresco, permite reduzir a quantidade de água, em torno de 6%, ou possibilita um aumento no índice de consistência do concreto ou argamassa, mantida a quantidade de água de amassamento, para produzir concreto com determinadas consistências;

- Aditivo superplastificante (Tipo SP): produto que, sem alterar a consistência do concreto no estado fresco, permite uma acentuada redução na quantidade de água, em torno de 12%, ou possibilita um acentuado aumento no índice de consistência do concreto ou argamassa, mantida a quantidade de água de amassamento, para produzir concreto com determinadas consistências;
- Aditivo retardador (Tipo R): produto que aumenta os tempos de início e fim de pega do concreto ou argamassa, ou seja, aumenta o tempo de transição do estado plástico para o estado endurecido do concreto;
- Aditivo acelerador (Tipo A): produto que diminui os tempos de início e fim de pega do concreto ou argamassa, ou seja, diminui o tempo de transição do estado plástico para o estado endurecido do concreto;
- Aditivo incorporador de ar (Tipo IAR): produto que incorpora pequenas bolhas de ar ao concreto ou argamassa, de forma uniforme e que são mantidas após o endurecimento do concreto.

2.2 Aditivos incorporadores de ar

Segundo Resende (2010), o aditivo incorporador de ar (AIA) é um produto que incorpora pequenas bolhas de ar no concreto ou argamassa, com objetivo de melhorar a trabalhabilidade e diminuir a relação água:cimento.

De acordo com Santos (2013), o AIA promove a redução da tensão superficial ar/água possibilitando a introdução de pequenas bolhas no cimento. Esses materiais têm a finalidade de incorporar ar na pasta de cimento para aumentar a plasticidade por diminuir o atrito entre os sólidos, diminuem a permeabilidade e reduzem também a segregação e exsudação.

O teor de ar incorporado e a distribuição dos vazios são influenciados por diversos fatores, que se dividem em: dosagem do AIA, processo de mistura, traço, outros aditivos ou adições, viscosidade de pasta de cimento, massa específica do cimento, temperatura e qualidade da água de amassamento (MENDES, 2016).

Durante o processo de mistura das pastas de cimento sem aditivos, ocorrerá sempre introdução de bolhas devido à presença natural de ar no cimento. Essas bolhas coalescem e formam conjuntos instáveis que migram

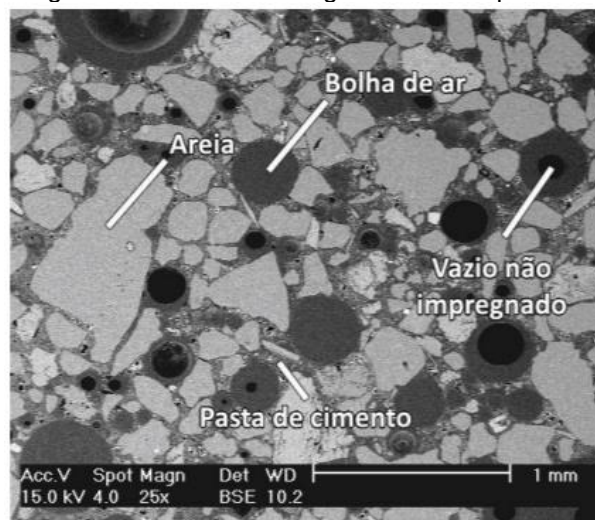
e se perdem nas superfícies da pasta; permanecendo na pasta bolhas com diâmetros menores. Já a incorporação de ar devido à ação do aditivo decorre do aprisionamento deste ar presente no através da ligação das moléculas de água com radical polar do aditivo (LIMA, 2011).

Segundo Santos (2013), a incorporação de ar pela ação do aditivo proporciona à pasta uma baixa densidade e uma distribuição uniforme das bolhas de ar por toda a pasta de cimento. As pastas podem apresentar boa resistência à compressão desenvolvida em tempo razoável; provocar menor dano em formações reativas à água e reduzir a criação de micro anular por fluxo de gás. Além disso, a adição das bolhas de ar tem pouco efeito no tempo de pega das pastas, o que permite variar a densidade conforme necessário (LIMA, 2011).

Geralmente, as bolhas de ar formadas têm um diâmetro inferior a 75 μm , existindo nos concretos endurecidos entre 0,1 e 0,4 bilhões por m^3 para quantidades de ar compreendidas entre 3% e 6%. Quando têm um diâmetro superior a 200 μm , as bolhas se comportam como ar aprisionado (MARTIN, 2005).

Silva e colaboradores (2009), avaliaram os efeitos do ar incorporado nas propriedades do estado endurecido em argamassas de cimento e relataram que uso de aditivo incorporador de ar em argamassas para revestimento proporciona maior trabalhabilidade ao material no estado fresco, bem como redução do consumo de materiais e constataram a presença de considerável concentração de bolhas microscópicas de ar no interior das argamassas (Figura 1).

Figura 1 – Micrografia de amostra de argamassa incorporadas com AIAs.

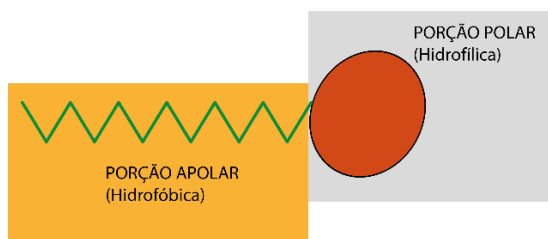


Fonte: (SILVA, 2009).

2.1.1 Tensoativos

Segundo Torres (2014), os AIAs são tensoativos - agentes químicos de superfície que apresentam na mesma molécula uma porção hidrofílica (polar) e outra hidrofóbica (apolar), como ilustrado na Figura 2. Dessa forma, esse tipo de molécula é polar (solúvel em água) e apolar (solúvel em óleo) ao mesmo tempo.

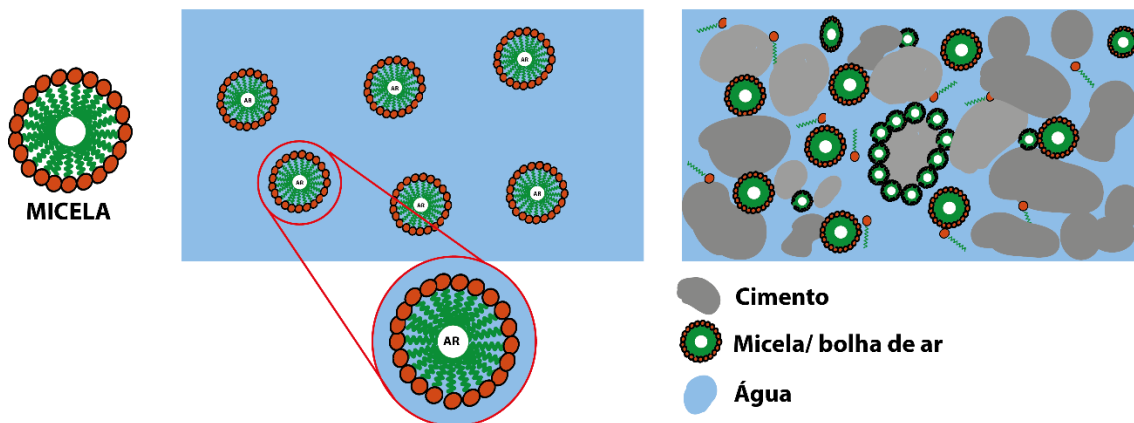
Figura 2 – Esquema representativo de uma molécula de tensoativo.



Fonte: Adaptado de Daldin (2011).

Devido sua natureza anfifílica, os tensoativos são capazes de diminuir a tensão superficial e têm a tendência de formar micelas (Figura 3). Uma das principais aplicações dos tensoativos é a detergência e, quando em água, aumenta a capacidade de molhamento e formação de espuma (DALDIN, 2011).

Figura 3 – Esquema de possível mecanismo de formação de bolhas de ar com a incorporação do AIA em água e ancoragem das bolhas nas pastas cimentícia.



Fonte: Adaptado de Torres (2014).

De acordo com Ramachandram (1984), as bolhas geradas pela ação do AIA são ancoradas na superfície do cimento, criando pontes entre as partículas. A maior parte das micelas formadas a partir dos aditivos permanece ancorada na superfície do cimento na forma de bolhas. Mesmo em pequenas quantidades livres

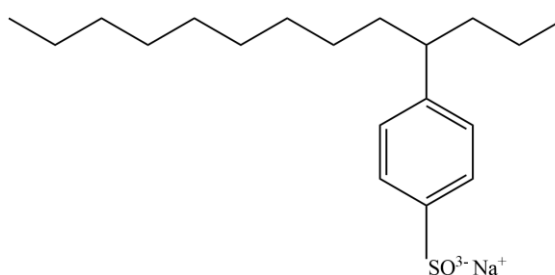
na solução, é suficiente para alterar a tensão superficial da água de amassamento. A Figura 3 ilustra esses fenômenos de interface cimento-ar-água (TORRES, 2014).

2.3. Detergentes líquidos

Os detergentes são substâncias químicas derivadas do petróleo formadas por uma mistura de compostos orgânicos capazes de emulsionar óleos e manter a sujeira em suspensão, sem danificar as superfícies dos materiais. Em sua estrutura possui tensoativos ou surfactantes, que permitem a remoção de sujidades não polares como óleos, gorduras e ceras (AIROSA, 2018; DALTIM, 2011).

Embora existam diversas composições de detergentes, o alquilbenzeno sulfonato de sódio (ABS) (Figura 4) é o surfactante mais utilizado, correspondendo a aproximadamente 40% dos surfactantes usados mundialmente. É um tensoativo aniônico usado principalmente em produtos de limpeza pela sua degradabilidade (aeróbica e anaerobicamente), seu baixo custo de produção e suas propriedades surfactantes (alto desempenho de detergência, agente emulsionante, promotor de espuma, além de agente molhante) (NETO, 2011; DEMORI, 2007).

Figura 4 - Estrutura do Alquilbenzeno Sulfonato de Sódio

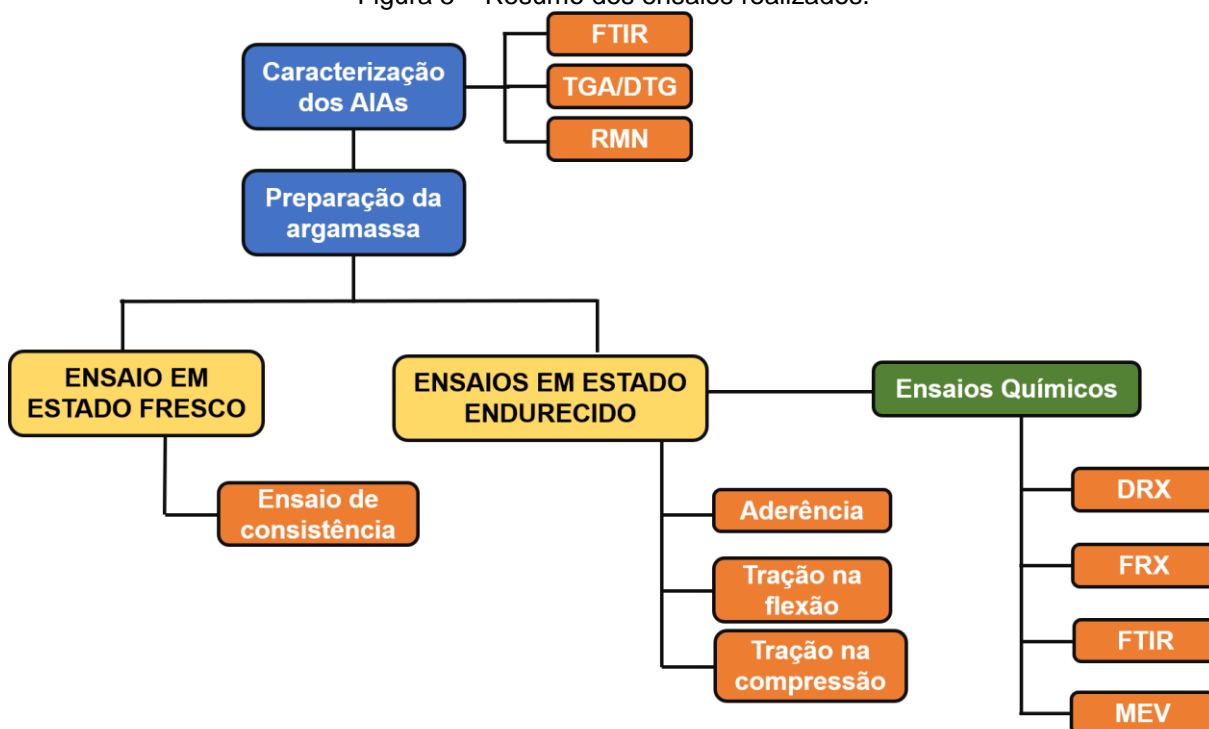


Fonte: Próprio autor.

3 MÉTODOS

Para avaliação dos detergentes líquidos como AIAs, foram realizados ensaios físicos, químicos e mecânicos de acordo o fluxograma da Figura 5.

Figura 5 – Resumo dos ensaios realizados.



Fonte: Próprio autor.

3.1 ENSAIO DA ARGAMASSA NO ESTADO FRESCO

3.1.2 ENSAIOS DE CONSISTÊNCIA

Segundo a ABNT: NBR 13276 1997, o ensaio de consistência é realizado para determinar o índice de consistência da argamassa no estado fresco. Com temperatura ambiente controlada e a utilização da mesa para índice de consistência já limpa e a argamassa já pronta, utiliza-se o molde de tronco-cônico. Deve-se colocar a argamassa em três camadas com altura predominantemente iguais e realizar golpes em cada etapa.

Quando completo, deve-se retirar o molde na vertical e com velocidade controlada. Utiliza-se a manivela da mesa para índice de consistência, para que ela suba e desça e assim ocorra o espalhamento da argamassa. Após o espalhamento deve ser medido utilizando uma trena ou um paquímetro em pelo menos três sentidos diferentes.

3.2 ENSAIOS MECÂNICOS

3.2.1 ENSAIO DE ADERÊNCIA

Segundo a ABNT: NBR 13528 1995, para realização do ensaio é inicialmente necessária uma superfície de alvenaria ou concreto, para aplicação do revestimento e do equipamento de tração. Após a aplicação do revestimento na superfície, deve ser realizado o corte, no mínimo até a superfície do substrato, para colagem das pastilhas do equipamento de tração.

Posteriormente, deve ser acoplado o equipamento as pastilhas e realizado o arrancamento. No equipamento será apresentado a carga de ruptura. Utilizando os dados alcançados com o ensaio, pode-se chegar ao valor da resistência de aderências a tração, utilizando a Equação 1).

$$Ra(MPa) = \frac{P(N)}{A(mm^2)} \quad (\text{Equação 1})$$

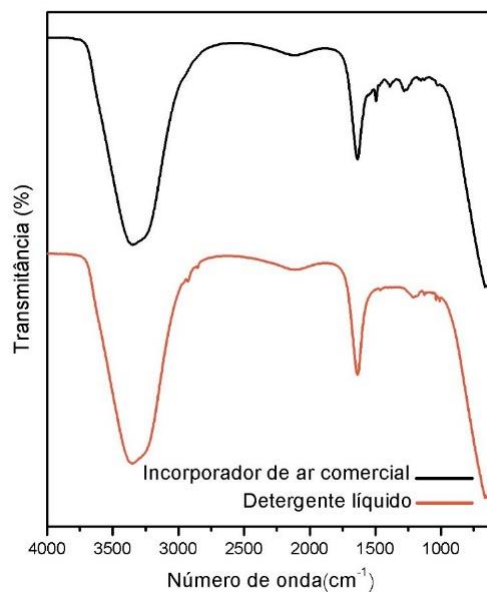
3.3 ENSAIO QUÍMICOS

Para a obtenção dos espectros de infravermelho foram registrados os espectros de intervalo de 4.000 a 400 cm^{-1} , em um aparelho Shimadzu FTIR 8300, na Universidade Federal do Ceará, Departamento de Química Orgânica e Inorgânica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os espectros de FTIR (Figura 6) mostram que não há diferença significativas na composição do incorporador de ar comercial e o detergente líquido. Bandas de absorção são observadas em 3000 cm^{-1} , aproximadamente, característica de estiramento =C–H do anel aromático.

Figura 6 – Espectros de FTIR.



Fonte: Próprio autor.

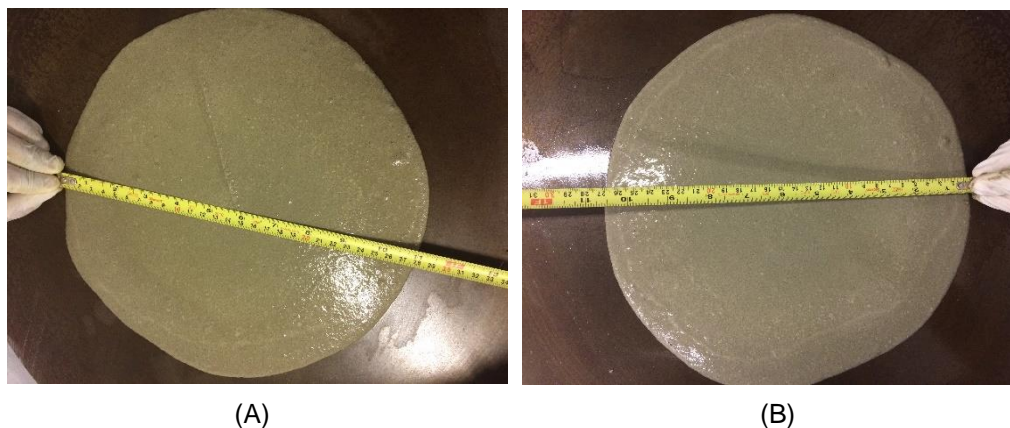
Para o teste de consistência (estado fresco), obteve-se os resultados expostos na Tabela 1 e as imagens da Figura 7. Não houve diferença significativa na consistência das argamassas.

Tabela 1 – Valores obtidos a partir do teste d consistência.

Material	Comprimento (cm)	Largura (cm)
Aditivo comercial	27	28 cm
Detergente	28,5	28 cm

Fonte: Próprio autor.

Figura 7 – Testes de consistência das argamassas com (A) detergente e (B) aditivo comercial.



(A)

(B)

Fonte: Próprio autor.

5 CONCLUSÃO

Até então, não houve diferença significativa nos resultados comparativos entre o AIA comercial e o detergente. Do ponto de vista econômico, os resultados parciais indicam a viabilidade do uso do detergente líquido como aditivo incorporador de ar em argamassas, uma vez que pelo seu baixo custo no mercado, o produto seja mais acessível que o aditivo. Contudo, faz-se necessário novos ensaios a fim de avaliar a incorporação de detergentes em argamassas quanto às propriedades das argamassas no que diz respeito à durabilidade e resistência mecânica, determinando os riscos e efeitos na construção a longo prazo.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **EB-11768**: Aditivos químicos para concreto de cimento Portland - Requisitos. Rio de Janeiro, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **EB-13276**: Argamassa para assentamento e revestimento de paredes e tetos – Preparo da mistura e determinação do índice de consistência. Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **EB-13528**: Revestimento de paredes e tetos em argamassas inorgânicas – Determinação da resistência de aderência à tração. Rio de Janeiro, 1995.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **EB-13529**: Revestimento de paredes e tetos em argamassas inorgânicas – Terminologia. Rio de Janeiro: 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NRB 11768**: Aditivos para concreto de cimento Portland. Rio de Janeiro: 2011.

AIROSA, E. Produtos químicos: detergente. Info Escola. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/produtos-quimicos/detergentes/>>. Acesso em: 04 set. 2018.

ALVES, N. J. D. Avaliação dos aditivos incorporadores de ar em argamassas de revestimento. Brasília: UnB. 2002, 175 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil).

AHMARI, Habj; HERIS, Saeed Zeinali; KHAYYAT, Mohammad Hassanzadeh. Experimental investigation of new photocatalytic continuous coaxial cylinder reactor for elimination of linear alkylbenzene sulfonic acid from waste water using

nanotechnology. **Journal of Molecular Liquids**, Charlottesville, 15 ago. 2018. v. 264, p. 165-171.

CALHAU, E. L.; TRISTÃO, F. A. Influência do teor de ar incorporado nas propriedades das argamassas mistas de revestimento. In: III Simpósio Brasileiro de Tecnologia em Argamassas, III, 1999, Vitória – ES, **Anais...** Vitória: SBTA, 1999. P. 219-230.

CASTRO, Alessandra Lorenzetti; QUARCI, Valdecir Ângelo. Aditivos ao cimento. **Revista Notícias da Construção**, São Paulo, p.44-45, ago. 2013.

COUTINHO, A. de Sousa. Fabrico e Propriedades do Betão. Vol. I. ed. LNEC. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil. 1997.

DALDEGAN, Eduardo. Aditivos para concreto: Principais opções e vantagens. **Engenharia Concreta**, 2017. Disponível em: <<https://www.engenhariaconcreta.com/aditivos-para-concreto-opcoes-e-vantagens/>>. Acesso em: 8 de setembro de 2018.

DAL MOLIN, D. C. C. Adições Minerais para Concreto Estrutural. In: Concreto: Ensino, Pesquisa e Realizações. 2005, São Paulo, **Anais...** São Paulo: IBRACON, 2005, p-345-379.

DALDIN, Décio. **Tensoativos: química, propriedades e aplicações**. São Paulo: Blucher, 2011.

DEMORI, A. G. Detergente como tensoativo na construção civil. *In*: Encontro Internacional de Produção Científica UniCesumar,9. 2015, Maringá, **Anais...** Maringá, UNICESUMAR, 2015, p. 4-8.

GAVA, G. P.; MANCINI, P. S.; SAKAI, H. H. Influência do aditivo incorporador de ar nas propriedades das argamassas de assentamento. In: Congresso técnico científico da engenharia e agronomia. 2015, Fortaleza. **Anais...** Cascavel: UNIOESTE, 2015, p. 1 – 4.

LIMA, Marco Antônio Batista de. **Formulação e caracterização de pastas espumadas por incorporação de ar e estabilizantes minerais**. 2011. 207 f. Dissertação (Mestrado em Pesquisa e Desenvolvimento em Ciência e Engenharia de Petróleo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2011.

MANHÃES, G.; SOUZA, L. V. S.; VIOLIN, R. Y. T. Análise de viabilidade da incorporação de detergente sintético em concreto de cimento Portland.in: VIII Mostra interna de trabalhos de iniciação científica, 2016, Maringá, **Anais...** Maringá, UNICESUMAR, 2016, p 1-4.

MARTIN, J. F. M. Aditivos para concreto. In: G. J. Isaia, **Concreto: Ensino, Pesquisa e Realizações**. v. 1, p. 381 – 406, São Paulo: IBRACON, 2005.

MENDES, Júlia Castro. **Viabilidade técnica do uso de linear aquil benzeno sulfonato de sódio como aditivo incorporador de ar para matrizes cimentícias**.

2016. 96f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) – Departamento de Engenharia Civil, Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2016.

NETO, Odone Gino Zago; PINO, José Claudio Del. Trabalhando a química dos sabões e detergentes. Universidade federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Química. Área de Educação Química.

NEVILLE, A. M. **Propriedades do concreto**. 5 ed. São Paulo: Bookman: 2015.

RAMACHANDRAN, V. M. **Concrete Admixtures Handbook: Properties, Science and Technology**, 2 ed. New York: Notes, 1995.

RESENDE, Paulo Sérgio Oliveira. **Efeito do ar incorporado em argamassas de revestimentos**. 2010. 99f. Dissertação (Mestrado em Engenharias) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2010.

SANTOS, H. T. Desenvolvimento de pastas leves utilizando incorporadores de ar para aplicação de poços de petróleo. 2013. 78f. Dissertação (Mestrado em Pesquisa e Desenvolvimento em Ciências e Engenharia de Petróleo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SILVA, N. G.; COLLODETTI, G.; PICHETTI, D. Z. C. M.; Gleize, P. J. P. Efeitos do ar incorporado nas propriedades do estado endurecido em argamassas de cimento e areia. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DO CONCRETO, 51., 2009, Curitiba, **Anais...** Curitiba: IBRACOM, 2009.

TORRES, D. R.; FUJII, A. L.; ROMANO, R. C. O.; PILEGGI, R. G. Impacto da rota de incorporação de ar nas propriedades de materiais formulados com cimento Portland. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 141-152, abr./jun. 2014.

AVALIAÇÃO DE ARGAMASSA DE REVESTIMENTO COM A INCORPORAÇÃO DE PARTÍCULAS DE ELASTÔMERO RECICLADO DE PNEUS

Mariana Gomes de Azevedo ¹

Marcelo Rocha Freires²

Heloína N. da Costa³

RESUMO

Um dos problemas ambientais que desde há muito tempo atormentam a população é o acúmulo de resíduos descartados inadequadamente, nas ruas e até mesmo em aterros, que não possuem capacidade de recebê-los. A construção civil é um setor que tem potencial de incorporar esses resíduos na produção de novos materiais, um exemplo disto, é a utilização de resíduos de borracha de pneu na produção de pavimentos flexíveis mais duráveis, no entanto, esse resíduo pode compor outros tipos compósitos, como concretos e argamassas de cimento Portland. Uma das principais características que justificariam o uso é a possível contribuição para o isolamento acústico, que é um tema de extrema importância na área da construção civil, porém, apesar das inovações com materiais finos e resistentes e de ser exigido pela norma de desempenho 15575:2015, o isolamento acústico foi de certa forma, esquecido. O presente trabalho tem como objetivo estudar argamassa com a incorporação de resíduo de borracha de pneu. Para isso, foram realizados ensaios na argamassa no estado fresco, analisando as propriedades de consistência e plasticidade, assim como, no estado endurecido, analisando a resistência de aderência à tração. Também foi realizado ensaio de transmissão sonora nas argamassas produzidas. Os resultados apontam índices satisfatórios nas propriedades do estado fresco e endurecido, assim como, indica redução dos índices de transmissão sonora.

Palavras-chave: Argamassa de Revestimento; Conforto Acústico; Elastômero; Propriedades.

¹ Graduando, Engenharia Civil, Discente, mariana@live.com

² Graduando, Engenharia Civil, Discente, mr.freires@gmail.com

³ Mestra, Engenharia Civil, Docente, heloinan@hotmail.com

ABSTRACT

One of the environmental problems that have long afflicted the population is the accumulation of improperly discarded waste on the streets and even in landfills that do not have the capacity to receive them. Civil construction is a sector that has the potential to incorporate these waste in the production of new materials, an example of which is the use of rubber tire residues for the production of more durable flexible pavements, however, this residue can compose other composite types, such as Portland cement concretes and mortars. One of the main characteristics that would justify its use is the possible contribution to acoustic insulation, which is a subject of extreme importance in the civil construction area. However, despite the innovations with thin and resistant materials, and all thought represents one of the performance standards which must be complied with and improved, the sound insulation has been somewhat forgotten. The present study aims to study a mortar with the incorporation of rubber tire residue. For this, tests were performed on the mortar in the fresh state, analyzing the properties of consistency and plasticity, and in the hardened state, analyzing the traction adhesion resistance. A sound transmission test was also carried out on the produced mortars. The results indicate satisfactory indexes in the properties of the fresh and hardened state, as well as a reduction on the sound transmission rate.

Key-words: coating mortar; Acoustic comfort; Elastomer; Properties.

1 INTRODUÇÃO

A argamassa é um material existente na construção civil e utilizado desde muito tempo, da pré-história até os dias atuais. No decorrer desse tempo, esse material vem sofrendo inúmeras mudanças, tanto na adição de novos elementos quanto na remoção de outros, sendo feitas inúmeras “receitas” dependendo da justificativa do seu uso, como no assentamento de pisos, revestimento de paredes, chapisco, emboço e reboco, ou camada única de parede, além de contrapiso.

Atualmente, existem inúmeros tipos de argamassas industrializadas disponíveis no mercado, além das inúmeras possibilidades de desenvolvimento de argamassas modificadas para aplicações específicas, como no caso de argamassas com agregados leves, aditivos químicos, assim como, materiais reciclados ou reaproveitados, como os resíduos de borracha de pneu.

Uma das características desejadas nas argamassas com resíduos de pneu é um maior isolamento acústico, sendo provado por diversos estudos realizados nos últimos anos, que a adição destes resíduos, aumenta o poder de absorção sonora das argamassas. Segundo Macedo e Tubino (2005), observa-se a melhoria do isolamento acústico à medida que se aumenta o teor de borracha nos corpos de prova.

A grande quantidade de pneus descartados, no Brasil e no mundo, fez com que este se constituísse num problema de impacto ambiental, em função da sua durabilidade bem como da sua forma. Os pneus descartados, quando deixados em locais inadequados, causam riscos à saúde pública com a proliferação de mosquitos e à qualidade de vidas humanas quando queimados, ocasionando poluição do ar pela fumaça e do lençol freático que pode ser contaminado pelo óleo (ODA, 2000; CIMINO, 2004).

Como as fibras de borracha são muito resistentes à degradação do meio, a disposição dos pneus inservíveis inteiros torna-se incompatível com os aterros sanitários, pois os pneus dificultam a compactação pela sua baixa compressibilidade, reduzindo a vida útil dos aterros e podendo provocar o

escorregamento do lixo, além de acúmulo de gases no seu interior (D'ALMEIDA E SENA, 2000).

Faz-se necessário o estudo de alternativas para minorar este problema, encontrando possíveis métodos e maneiras para a utilização destes resíduos, diminuindo o seu lançamento no meio ambiente.

Além disso, é de extrema importância utilizar materiais que possam aumentar a qualidade da edificação, através do incremento do conforto térmico e acústico, elevando assim a habitabilidade do local e a qualidade de vida de seus ocupantes.

Desse modo, o presente artigo tem o objetivo de avaliar uma argamassa de revestimento com a incorporação de elastômero reciclado de pneus automotivos, por meio dos ensaios de consistência e plasticidade; resistência de aderência à tração e transmissão sonora.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Carasek (2010), argamassas são materiais de construção, com propriedades de aderência e endurecimento, obtidos a partir da mistura homogênea de um ou mais aglomerantes, agregado miúdo e água, podendo conter ainda aditivos e adições minerais. A Argamassa de revestimento é utilizada para revestir paredes, muros e tetos, que geralmente, recebem acabamentos como pintura, revestimentos cerâmicos, laminados, entre outros. O revestimento com argamassa pode ser utilizado de diversas maneiras: chapisco, emboço, reboco, camada única e revestimento decorativo monocamada.

Como todas as outras, a argamassa de revestimento possui também algumas funções específicas, como: proteger a alvenaria e a estrutura contra a ação do intemperismo, no caso dos revestimentos externos; integrar o sistema de vedação dos edifícios, contribuindo com diversas funções, tais como: Isolamento térmico (~30%); Isolamento acústico (~50%); Estanqueidade à água (~70 a100%) e Segurança ao fogo e resistência ao desgaste e abalos superficiais.

Para a melhoria na qualidade das habitações, a norma de desempenho ABNT NBR 15.575:2015 estipula requisitos de desempenho, visando maior segurança, qualidade e conforto durante toda a vida útil da edificação. Segundo Rodrigues et al., (2017), níveis de ruído elevados provoca desconforto aos usuários, prejudicando o desempenho de estudo, lazer, fala e sono. São ruídos comuns em edificações a passagem de bolhas em tubulações hidrossanitárias, trânsito de pessoas, arrastar de móveis e outros atritos mecânicos.

Segundo a ABNT NBR 15575:2015 devem ser atenuados os ruídos de impactos aplicados às lajes de piso e para a isolamento ao som aéreo dos pisos e do envelope da construção (fachadas e coberturas). Também se considera a necessidade de isolamento acústica de paredes de geminação entre unidades autônomas e de paredes divisórias entre áreas privativas e áreas comuns nas edificações multifamiliar.

Em edifícios habitacionais de até cinco pavimentos, é necessário que haja isolamento acústico adequado entre unidades distintas contíguas, bem como entre dependências de uma mesma unidade, quando destinada ao repouso, ao lazer e ao trabalho intelectual.

Para atender tais especificações, muitas soluções construtivas podem ser desenvolvidas, entre elas, argamassas que melhorem o isolamento acústico, como argamassa com incorporação de resíduos de pneu. Uma das características importantes desses resíduos é a massa específica, que é menor que a massa específica da areia, portanto, a redução do peso total da argamassa é esperada. Além disso, seu formato lamelar, quando comparado ao agregado natural, diminui a capacidade de empacotamento, aumentando os espaços entre as partículas. Soma-se ainda, aumentos do teor de água nas argamassas contendo resíduo, o que tende a aumentar a quantidade de vazios e o teor de ar incorporado (SCHNEIDER et al.,2017)

Outro tópico que se deve manter em constante avaliação, são as propriedades das argamassas quanto aos métodos de ensaio associados. Segundo Carasek (2010), neste momento é importante enfatizar que as propriedades das argamassas só podem ser avaliadas de forma completa, se considerada a sua interação com o

material com o qual elas estarão em contato, pois as argamassas se comportam de diferentes maneiras quando aplicadas sobre distintos materiais porosos.

Uma das propriedades mais importantes das argamassas é a trabalhabilidade, que consiste na forma como a argamassa se comporta no estado fresco. Com a trabalhabilidade adequada, a argamassa poderá apresentar contato mais extenso com a base através de um melhor espalhamento. A técnica executiva de aplicação, em função das operações de compactação e prensagem contra a base, tende a ampliar a extensão de contato (MANUAL DE REVESTIMENTO, 2002).

A aderência se destaca por ser uma propriedade bastante delicada e complexa por depender de vários fatores. Segundo Carasek (2010), pode-se dizer que a aderência se deriva da conjunção de três propriedades da interface argamassa-substrato: Resistência de aderência à tração; Resistência de aderência ao cisalhamento; A extensão de aderência (área de contato efetivo/ área total possível de ser unida)

Então, para melhor entendimento da complexidade desta propriedade, são demonstrados na Figura 1, alguns fatores que exercem influência na aderência de argamassas sobre bases porosas.

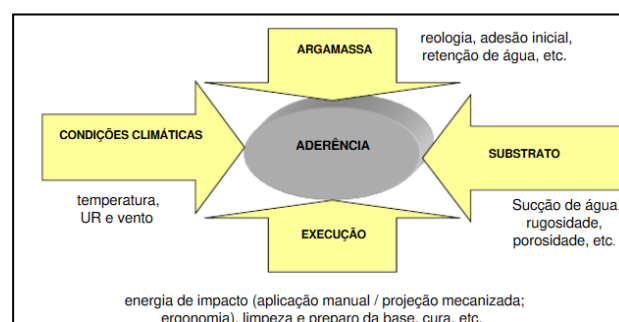


Figura 1: Fatores que influenciam na aderência de argamassas.

Fonte: Carasek (2010)

Com uma devida base nessas três propriedades já descritas, foi possível incrementar o artigo com outras propriedades como, densidade de massa, adesão inicial e retração, além de falar de aspectos de dosagens e do preparo de argamassas, pois é a partir desse momento que se obtém uma argamassa específica para cada função portando suas devidas propriedades.

3 MÉTODOS

A presente pesquisa tem natureza experimental e se desenvolveu no Núcleo de Práticas Tecnológicas (NPT) do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS).

3.1. Materiais utilizados

Neste subitem são expostos todos os materiais utilizados.

3.1.1 Cimento Portland

O cimento utilizado foi o (CP II Z – 32 RS) da marca Apodi, trata-se de cimento composto com adição pozolânica. A Tabela 1 apresenta as características físicas e mecânicas do cimento.

Tabela 1: Caracterização do cimento.

Propriedades Físico-Mecânicas	Especificação Norma (NBR 11.578)
Área específica	3844 cm ² /g
Massa específica	2,97 g/cm ³
Finura – Resíduo na peneira de 0,075 mm (# 200)	3,50%
Finura – Resíduo na peneira de 0,044 mm (# 325)	12,80%
Início de pega	2:15 h:min
Fim de pega	3:15 h:min
Expansibilidade de Le Chatelier – A quente	0
Resistência aos 7 dias	24,9 MPa
Resistência aos 14 dias	32,0 MPa
Resistência aos 28 dias	37,5 MPa

Fonte: Fabricante, 2018

3.1.2 Areia natural

Foi utilizada a areia natural de leito de rio, obtida em depósito de construção da cidade de Fortaleza – CE. As suas características físicas são apresentadas na Tabela 2.

Tabela 2: Caracterização da areia natural.

Ensaio realizado	Resultado	Norma
Módulo de finura	1,97	ABNT NBR NM 248:2003
Massa específica	2346,85 kg/m ³	ABNT NBR NM 52:2009
Massa unitária – estado solto	1441 Kg/m ³	ABNT NBR NM 45: 2006
Massa unitária – estado compactado	1523 Kg/m ³	ABNT NBR NM 45: 2006
Teor de material pulverulento	3,59%	ABNT NBR NM 46:2003

Fonte: Carvalho, 2018

3.1.3 Cal hidratada

Foi utilizada cal hidratada do tipo CH-I, fabricada pela Carbomil, que apresenta um altíssimo volume com baixa massa unitária (0,5kg/dm²), estando suas propriedades físicas e composição química apresentadas no Quadro 1.

Composição Química		Propriedades Físicas	
Elemento	Quantidade	Propriedade	Quantitativo
CaO	≤ 70,0%	Retenção na # 325	≤ 1,5%
Ca(OH)2d	≥ 90,0%	Densidade Específica	2,21 g/cm ³
MgO	≤ 3,5%	Densidade aparente	0,55 - 0,65 g/cm ³
SiO ₂	≤ 1,3%		

Quadro 1: Composição química da Cal hidratada.

Fonte: Fabricante, 2018

3.1.4 Elastômero reciclado de pneus

Foram utilizadas partículas de elastômero reciclado de pneus automotivos. Foi feita a sua devida caracterização utilizando o Método de Arquimedes por meio de balança hidrostática, juntamente com uma adaptação da ABNT NBR NM 53/ 2009, foi possível determinar a sua massa específica e sua massa unitária, conforme a ABNT NBR NM 45/ 2006.

A Figura 2 apresenta a imagem dos resíduos de borracha de pneu, após passar pelo processo de peneiramento, eliminando as partículas maiores e garantindo o DMC igual a 600 μm . Enquanto a Tabela 3 apresenta a caracterização física do resíduo.



Figura 2: Grãos passantes e retidos.

Fonte: Autores (2017)

Tabela 3: Propriedades do elastômero reciclado.

Propriedades	Resultados	Método de ensaio
Massa específica	0,56 g/cm ³	Método de Arquimedes
Massa unitária	0,40 g/cm ³	Adaptado da ABNT NBR NM 45/ 2006
Dimensão Máxima Característica	600 μm	Adaptado da ABNT NBR 248/2003

Fonte: Autores (2017)

3.1.5 Água

Foi utilizada água proveniente da rede de distribuição da Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará (CAGECE).

3.2 Métodos da pesquisa

Foram produzidos três traços para análise das propriedades da argamassa, sendo um de referência, um com 25% de resíduo e outro com 50% de resíduo. Cada traço foi aplicado em paredes de 0,64 m² (0,80m x 0,80m) com uma espessura de 2cm para o ensaio de resistência de aderência à tração. Também foram produzidos 03 corpos de prova de dimensões 15 cm x 15 cm x 2 cm para o ensaio de isolamento acústico.

O seguinte traço foi utilizado como referência: 1:2:6, sendo cimento: cal: areia. A água foi adicionada no momento da moldagem, sendo determinada pelo ensaio de consistência e plasticidade. As partículas de elastômeros foram incorporadas substituindo a areia, conforme o método de substituição por volume, apresentado na equação 1.

$$ME_{Elas} = M_{An} \cdot \frac{\gamma_{Elas}}{\gamma_{An}} \quad \text{Equação 1.}$$

Onde:

ME_{Elas} = Massa do elastômero (Kg);

M_{AN} = Massa da areia natural (Kg);

γ_{Elas} = Massa específica do elastômero (Kg/cm³);

γ_{AN} = Massa específica da areia natural (Kg/ cm³).

Todos os materiais foram misturados em uma betoneira com o auxílio de um profissional da área. A água foi sendo colocada aos poucos.

Na argamassa, foram feitos o ensaio de consistência e moldadas placas para teste acústico. O ensaio de consistência é composto por uma mesa de abatimento, um tronco de cone e uma pequena haste para socamento. e encontra-se representado pela Figura 3. Já o ensaio acústico representado pela Figura 4, é composto por uma caixa adaptada e placas de argamassas moldadas.



Figura 3: Ensaio de consistência.
Fonte: Autores (2017)



Figura 4: Caixa transmissora e receptora para ensaio acústico.
Fonte: Autores (2017)

Para conclusão de todos os ensaios foi realizado também o ensaio de compressão axial, foram feitos três corpos de provas de 10 cm x 20 cm. Logo depois, iniciou-se a aplicação da argamassa na parede apropriada para o estudo. Foram feitos três painéis, como mostra a Figura 5, um com argamassa de referência e outros dois com argamassa modificada.



Figura 5: Aplicação da argamassa em avaliação.
Fonte: Autores (2017)

Com a cura total da argamassa, foram feitos os testes de arrancamento, demonstrados na Figura 6 a seguir.



Figura 6: Ensaio de Arrancamento.

Fonte: Autores (2017)

Na Tabela 4 é possível observar a quantidade de cada material utilizado para cada traço.

Materiais	TRAÇO DE REFERÊNCIA	TRAÇO 25% COM	TRAÇO COM 50%
Cimento Portland CP II - Z - 32 - RS	6 Kg	6 Kg	6 Kg
Cal hidratada do tipo CH-I	9 kg	9 Kg	9 Kg
Resíduo de Pneu	-	2,016 Kg	4,032 kg
Areia natural de leito de rio	35,17	33,35	31,22 Kg
Água	11,2	12,13 L	12,41 L

Tabela 4: Quantitativo de cada traço utilizado.

Fonte: Autores (2017)

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão apresentados os resultados dos ensaios de resistência de aderência à tração, resistência à compressão, teste de plasticidade e ensaio acústico.

4.1 Resistencia à tração

Durante este ensaio foram analisados os três tipos de traço de argamassa. O ensaio de aderência da amostra 1, representada pela Tabela 5, foi satisfatório conforme a adaptação da ABN NBR. 13528:2010.

Tabela 5: Ensaio de aderência - Traço Referência

Amostra 1												
Nº	CORPO DE PROVA		CARGA DE RUPTURA (Kdf)	TENSÃO DE RUPTURA (Mpa)	Ra > = 0,20 Mpa	FORMA DE RUPTURA (%)						
	d (mm)	ÁREA (mm²)				Sub.	Sub/Chap	Chap.	Chap/Arg	Arg.	Arg/Cola	Cola/Past.
1	50	1962,50	0,53	0,003	Adequado					100,00		
2	50	1962,50	0,34	0,002	Adequado						95,00	5,00
3	50	1962,50	-	-	Desprezado	-	-	-	-	-	-	-
4	50	1962,50	0,73	0,004	Adequado			80,00	20,00			
5	50	1962,50	0,99	0,005	Adequado			90,00	10,00			
6	50	1962,50	0,41	0,002	Adequado			90,00	10,00			
7	50	1962,50	0,54	0,003	Adequado			95,00	5,00			

Fonte: Autores (2017)

O corpo de prova 01 se descolou 100% na própria argamassa. Para o corpo de prova 02, a ruptura foi 95% na argamassa e 5% na cola. Já o descolamento dos corpos de prova 04, 05, 06 e 07 se deu entre o chapisco e a argamassa e somente na argamassa. Nesse caso, os percentuais estão dispostos na tabela 6.

A ABN NBR. 13528:2010 define o número mínimo de pastilhas para teste e o requisito mínimo para a aprovação da argamassa. Foi verificado que o número mínimo de pastilhas para teste são 12 e para a aprovação, 8 destas pastilhas tem que estar adequadas.

Para o seguinte ensaio realizado foi necessário fazer uma adaptação da norma. Foram verificadas 7 pastilhas de cada traço, e para a argamassa ser aprovada, seria necessário que no mínimo 5 pastilhas destas estivessem adequadas.

A Tabela 6 mostra as informações do ensaio de aderência da amostra 2, parede com 25% de elastômero de pneu na sua composição, cujo resultado também foi positivo segundo a adaptação da ABN NBR. 13528:2010.

Tabela 6: Ensaio de aderência - Traço com 25 %

Amostra 2												
CORPO DE PROVA			CARGA DE RUPTURA	TENSÃO DE RUPTURA	Ra > = 0,20 Mpa	FORMA DE RUPTURA (%)						
Nº	d (mm)	ÁREA (mm)				Sub.	Sub/Chap	Chap.	Chap/Arg	Arg.	Arg/Cola	Cola/Past.
1	50	1962,50	0,27	0,001	Adequado						95,00	5,00
2	50	1962,50	0,18	0,001	Adequado			80,00	20,00			
3	50	1962,50	0,12	0,001	Adequado		97,00	3,00				
4	50	1962,50	0,27	0,001	Adequado					100,00		
5	50	1962,50	0,41	0,002	Adequado					95,00	5,00	
6	50	1962,50	0,36	0,002	Adequado					100,00		
7	50	1962,50	0,65	0,003	Adequado					80,00	20,00	

Fonte: Autores (2017)

O corpo de prova 01 se deslocou 95% entre a argamassa e a cola. O corpo de prova 02 se rompeu entre o chapisco e a argamassa. O melhor resultado obtido nesse ensaio consta no corpo de prova 03, onde 97% foi rompido entre o substrato e o chapisco. Já os corpos de prova 04 e 06 se romperam na própria argamassa. Os corpos de prova 05 e 07 tiveram um pequeno descolamento entre a argamassa e a cola como demonstrado na Tabela 7.

Por fim, o ensaio de aderência da amostra 3, representado pela Tabela 7, também foi satisfatório conforme a adaptação da ABN NBR 13528:2010.

Tabela 7: Ensaio de aderência - Traço com 50 %

Amostra 3												
CORPO DE PROVA			CARGA DE RUPTURA	TENSÃO DE RUPTURA	Ra > = 0,20 Mpa	FORMA DE RUPTURA (%)						
Nº	d (mm)	ÁREA (mm)				Sub.	Sub/Chap	Chap.	Chap/Arg	Arg.	Arg/Cola	Cola/Past.
1	50	1962,50	0,35	0,002	Adequado			50,00	50,00			
2	50	1962,50	0,49	0,002	Adequado				100,00			
3	50	1962,50	0,44	0,002	Adequado				100,00			
4	50	1962,50	-	-	Desprezado	-	-	-	-	-	-	-
5	50	1962,50	0,3	0,002	Adequado				100,00			
6	50	1962,50	0,33	0,002	Adequado			70,00	30,00			
7	50	1962,50	-	-	Desprezado	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Autores (2017)

O corpo de prova 01 se deslocou 50% entre e chapisco e a argamassa. Os corpos de prova 02, 03 e 04 se romperam entre a própria argamassa. O melhor resultado obtido nesse ensaio consta no CP 06, onde 70 % foi rompido entre no chapisco.

4.2 Resistência à compressão e Teste de plasticidade

Neste subtópico são demonstrados os resultados obtidos no ensaio de compressão axial e plasticidade, feitos para os três tipos de argamassas.

Na Tabela 8 a seguir serão expostos os resultados colhidos em laboratório para o teste de compressão axial e plasticidade, respectivamente.

Tabela 8: Resultados para teste de compressão axial.

	Traço de Referência	Traço com 25 %	Traço com 50 %
Diâmetros (cm)	D1 = 27 cm	D1 = 28,5 cm	D1 = 27 cm
	D2 = 26 cm	D2 = 29 cm	D2 = 27,5 cm
Tensão (Mpa)	1,52 Mpa	1,52 Mpa	1,50 Mpa

Fonte: Autores (2017)

Verificou-se uma pequena diminuição na resistência do corpo de prova feito com a argamassa com maior adição de resíduos de borracha. Resultado este coerente, pois era esperado que a adição do resíduo aumentasse o teor de vazios da argamassa, diminuindo assim sua resistência à compressão, mas sem mudanças realmente impactantes. Para o ensaio de plasticidade, a argamassa com teor de 25% de resíduos, foi a que apresentou maior resultado.

4.3 Isolamento acústico

Neste subtópico serão demonstrados os resultados obtidos no ensaio de isolamento acústico feito para os três tipos de argamassas. Notaram-se pequenas diferenças nas transmissões, quando as placas eram submetidas a sons de distintas frequências. Portanto, foram escolhidos três sons, o primeiro com frequência de 432 Hz, o segundo com frequência de 936 Hz e o último, uma música com frequências variadas.

Para cada placa de argamassa, foi realizada uma série de medidas, sendo feita então uma média aritmética dos resultados obtidos para cada placa, quando submetida a cada um dos sons. Os resultados dos testes são exibidos nas Tabelas 10, 11 e 12.

Tabela 10: Teste acústico com frequência 432 Hz para placa de traço referência.

	Caixa transmissora	Caixa Receptora
	Traço de Referência	
Média (dB)	87	46
Porcentagem	100,00%	52,87%
	Traço com 25% de resíduo	
Média (dB)	88	46
Porcentagem	100,00%	52,27%
	Traço com 50% de resíduo	
Média (dB)	85	44
Porcentagem	100,00%	51,76%

Fonte: Autores (2017)

Tabela 11: Teste acústico com frequência 936 Hz para placa de traço referência.

	Caixa transmissora	Caixa Receptora
	Traço de Referência	
Média (dB)	80	53,5
Porcentagem	100,00%	66,88%
	Traço com 25% de resíduo	
Média (dB)	83	55
Porcentagem	100,00%	66,27%
	Traço com 50% de resíduo	
Média (dB)	83	53,6
Porcentagem	100,00%	64,46%

Fonte: Autores (2017)

Tabela 12: Teste acústico com música para placa de traço referência.

	Caixa transmissora	Caixa Receptora
	Traço de Referência	
Média (dB)	82,5	45
Porcentagem	100,00%	54,55%

Traço com 25% de resíduo		
Média (dB)	83	45
Porcentagem	100,00%	54,22%
Traço com 50% de resíduo		
Média (dB)	83,5	43
Porcentagem	100,00%	51,5%

Fonte: Autores (2017)

Analisando-se os dados obtidos nos ensaios acústicos, nota-se uma diminuição dos percentuais de transmissão sonora entre as caixas, com maior redução para a placa de argamassa com 50% de resíduos.

5 CONCLUSÃO

5.1. Considerações finais

Através da série de ensaios e observações feitas antes, durante e depois dos trabalhos, foram constatados os seguintes pontos: Aumento do desempenho acústica das placas, conforme se aumenta o teor de resíduos utilizado e a diminuição muito pequena da resistência das placas, o que não compromete o seu uso. Portanto, conclui-se que é possível a utilização dos resíduos de borracha de pneus, utilizando-se técnicas e preparações adequadas para sua incorporação em argamassas de revestimento.

5.2 Trabalhos futuros

Para trabalhos futuros, recomenda-se refazer os ensaios, preparando-se a cal com antecedência à execução da argamassa, tratando os demais materiais de forma prévia e utilizando diferentes ensaios e técnicas para análise dos dados.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR NM 248**: Agregados - determinação da composição granulométrica. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR NM 45**: Agregados – Determinação da massa unitária e volume de vazios. Rio de Janeiro, 2006.

Canova, J. A. *et al.* **A Utilização de Resíduos de Pneus Inservíveis em Argamassa de Revestimento**. (Fonte:

<<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciTechnol/article/view/583>>. Acessado em 03 de novembro de 2017).

CARVALHO, J.M.C. **Análise da Incorporação de Pó de Pedra no Concreto**. Centro Universitário Christus, CE, 2018.

CARASEK, H. **Materiais de Construção Civil e Princípios de Ciência e Engenharia de Materiais**. IBRACON, SP, 2010

CIMINO, M.A. **Gerenciamento de Pneumáticos Inservíveis: Análise Crítica de Procedimentos Operacionais e Tecnologia para Minimização, Adotados no Território Nacional**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

CINCOTTO, M.A.; SILVA, M. A. C. ; CARASEK, H. **Argamassas de Revestimento: Características, Propriedade e Métodos de Ensaio**. Instituto de Pesquisas Tecnológicas, SP, 1995.

D'ALMEIDA, M.L.O.; SENA, L.B.R. **Reciclagem de Outros Materiais: Manual de Gerenciamento Integrado**. São Paulo: IPT, 2000.

MACEDO, D. C. B.; TUBINO, R. M. C. **Comportamento Térmico e Acústico de Placas Pré-moldadas com Borracha de Pneu**. 1º Encontro Nacional da Pesquisa. Projeto Produção em Concreto Pré-moldado. São Carlos, SP, 2005.

ODA, S. **Análise da Viabilidade Técnica da Utilização do Ligante Asfalto-Borracha em Obras de Pavimentação**. Tese (Doutorado em Transportes) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2000.

RODRIGUES, B. N. *et all.*, (9 a 11 de Agosto de 2017). **Análise de Propriedades Termoacústicas de Argamassa de Revestimento para Habitação de Interesse Social com Substituição de Etil Vinil Acetato como Agregado Miúdo**. ENARC, p.114.

Salgado, J. C. **Técnicas e Práticas Construtivas**. São Paulo, 2014.

Schneider, D. S. *et all.*, (9 a 11 de Agosto de 2017). **Avaliação do Uso de Resíduos de Pneus em Argamassas de Revestimento**. ENARC, p. 541.

Selmo, S. M. S. *et all.* **Propriedades e Especificações de Argamassas Industrializadas de Múltiplo Uso.** (Fonte: <http://www.pcc.usp.br/files/text/publications/BT_00310.pdf> . Acessado em 17 de novembro de 2017).

CARBOMIL. **Portfólio, Cal Hidratada.** (Fonte: <http://www.carbomil.com.br/portfolio-item/cal-hidratada-ch-i/> . Acessado em 23 de abril de 2018).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos imensamente a nossa orientadora, professora Heloína Nogueira, por todo o tempo disponibilizado para nos acompanhar no processo de desenvolvimento deste trabalho, pela dedicação em nos transmitir seus conhecimentos e pelo amor a sua profissão.

Desenvolvimento de manta acústica com fibras do milho

Felipe de Freitas Brilhante*

Lucas Mendonça Veras**

Heloina Nogueira da Costa (orientadora)***

Resumo

Após a criação da Norma de desempenho NBR 15575:2013 para as edificações brasileiras, os requisitos de desempenho acústico ficaram ainda mais rigorosos para os níveis de ruídos transmitidos dentro e fora das edificações. Nos últimos anos tem se verificado aumento crescente do descarte de rejeitos sólidos que, juntamente com os problemas advindos da exaustão de matéria primas naturais, vem impulsionando os estudos sobre o aproveitamento destes resíduos na forma de novos materiais, com menor impacto, como, por exemplo, a fibra de coco e a palha de milho. O presente artigo tem como objetivo desenvolver uma manta acústica que em sua composição predominante seja de matéria orgânica, como as fibras da palha do milho, obtida em mercado popular na cidade de Fortaleza - Ceará, para aplicação em pisos flutuantes. Foram confeccionados 2 tipos de manta, A e B, com proporções de fibras e resinas diferentes. Os corpos de prova confeccionados foram submetidos aos ensaios de transmissão sonora, com a utilização de decibelímetros e câmaras transmissora e receptora, e ao ensaio de fluência à compressão, por uma carga fixa em um período determinado. Por fim, elas foram comparadas e avaliadas de acordo com o seu desempenho nos ensaios. Dessa forma, os resultados apontam maior viabilidade para a manta B, que possui maior quantitativo de material orgânico em sua composição, e que teve melhor desempenho acústico, por ter maior redução no percentual de dB (decibéis) e melhor resposta no ensaio de fluência, por apresentar menor variação no tamanho da sua espessura, após o ensaio.

Palavras-chave: manta acústica, fibras da palha do milho, ensaio de transmissão sonora, ensaio de fluência à compressão.

*Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

**Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

***Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil

ABSTRACT

After the creation of Performance Standard NBR 15575: 2013 for Brazilian buildings, acoustic performance requirements became even more stringent for the noise levels transmitted inside and outside the buildings. In recent years, there has been a growing increase in the disposal of solid waste, which, together with the problems arising from the exhaustion of natural raw materials, has been encouraging studies on the use of these wastes in the form of new materials with less impact, coconut fiber and corn straw. The objective of this paper is to develop an acoustic blanket that, in its predominant composition, is organic matter, such as corn straw fibers obtained in a popular market in the city of Fortaleza, Ceará, Brazil, for application on floating floors. Two types of blanket, A and B, were made with different fiber and resin proportions. The test specimens were submitted to sound transmission tests, using decibelimeters and transmitter and receiver chambers, and to the compression creep test, by a fixed load in a given period. Finally, they were compared and evaluated according to their performance in the trials. In this way, the results indicate a greater viability for the B blanket, which has a greater quantity of organic material in its composition, and which had better acoustic performance, due to a greater reduction in the percentage of dB (decibels) and better response in the creep test, because it presents smaller variation in the size of its thickness, after the test.

Key words: acoustic blanket, corn straw fibers, sound transmission test, compression creep test.

1. Introdução

“A manta acústica se define como uma barreira sonora, que é um obstáculo que bloqueia a linha reta entre a fonte sonora e o receptor, criando assim uma região de sombra acústica” (CALZA, 1999).

Os principais materiais empregados na construção civil, como os blocos cerâmicos, de concreto e o próprio concreto armado já possuem certa característica isolante, nem sempre suficiente para determinadas aplicações em que se necessite de elevado grau de atenuação. Para esta atenuação suplementar pode-se empregar, por exemplo, lã de vidro, lã de rocha, espuma acústica, fibra mineral, entre outros. (Catai ,2006).

*Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

**Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

***Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil

Desde a vigência da NBR 15575:2013, Norma de Desempenho, que define os níveis de desempenho que os sistemas construtivos devem ter para atenuar a transmissão dos ruídos gerados externa e internamente nas edificações habitacionais, todas as edificações brasileiras devem atender os requisitos de desempenho acústico. Dessa forma, evidencia-se a importância do estudo de soluções construtivas para essa questão, entre elas, a utilização de mantas acústicas nos sistemas construtivos, como no caso de pisos flutuantes, que incorporam um material isolante acústico, atendendo os critérios de isolamento sonoro. No entanto, a disponibilidade de mantas acústicas para pisos no mercado ainda é restrita as mantas de polietileno expandido e lã de PET (Polietileno tereftalato).

A utilização de novas tecnologias para o desenvolvimento de materiais para a construção civil é um grande desafio e uma necessidade, já que essa é uma das atividades que mais causa impacto ambiental no mundo. Além disso, “o avanço na legislação ligado ao aspecto ambiental tem provocado mudanças nas indústrias, no sentido de desenvolver processos e produtos compatíveis com o meio ambiente” (HOAREAU,2005; GANDINI e BELGACEM,2002).

O impacto ambiental da construção civil depende de toda uma enorme cadeia produtiva: extração de matérias-primas, produção e transporte de materiais e componentes, concepção e projetos, execução (construção), práticas de uso e manutenção, e ao final da vida útil, a demolição/desmontagem. (Agopyan, 2012).

Nos últimos anos tem-se verificado um crescente aumento do descarte de rejeitos sólidos que, juntamente com os problemas advindos da exaustão de matérias-primas naturais, vêm impulsionando os estudos sobre o aproveitamento destes resíduos na forma de novos materiais, com menor impacto. (Lopes et al. ,2006).

Por exemplo, a fibra do coco é incorporada em tal material, que o mesmo pode ser feito com a palha do milho.

“Com uma área cultivada com milho de 15,12 milhões de hectares e produção de 82 milhões de toneladas em 2013, o Brasil é hoje um país estratégico,

*Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

**Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

***Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil

pois, é o terceiro maior produtor e o segundo maior exportador mundial de milho” (PIONEER, 2014).

“Esta parte anatômica da espiga do milho representa cerca de 10% do peso da espiga seca, o que permite a estimativa de produção global, na safra de 2014/2015, de 99,94 milhões de toneladas”, (DEAGRO/FIESP, 2015). “No Brasil, este total produzido na mesma safra pode ser estimado em 8,1 milhões de toneladas de palha seca, utilizando a mesma base de percentual da espiga” (PAES et al., 2008).

Tanto no âmbito ambiental quanto econômico a destinação para outros fins da palha de milho é de grande importância, já que o Brasil é considerado um grande produtor de milho, desse modo, essa fibra é uma alternativa sustentável para a fabricação de manta termo acústica. Segundo Ribeiro (2015), “em muitos casos, elas substituem com vantagens as tradicionais fibras sintéticas, o que pode representar uma considerável expansão de mercado para países agroindustriais, como o Brasil, por exemplo. ”

1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste projeto é o desenvolvimento de uma manta acústica com utilização de fibras do milho verde.

1.2 Objetivo Específico

- Determinar as propriedades de transmissão sonora.
- Determinar a fluência na compressão da amostra.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção apresenta a pesquisa bibliográfica sobre o tema proposto, subdividido em desempenho acústico das edificações, isolamento acústico e utilização de fibras vegetais em mantas acústicas.

*Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

**Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

***Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil

2.1 Desempenho Acústico nas Edificações

A norma ABNT NBR 15575: 2013 regula os níveis de desempenho acústico das paredes externas, das esquadrias utilizadas em dormitórios, das paredes internas que separam duas unidades, das paredes internas que separam as unidades das áreas comuns, do conjunto de paredes e portas que separam duas unidades e dos sistemas de pisos com relação ao ruído aéreo e de impacto.

Quanto ao sistema de pisos, a NBR 15575-3: 2013 estabelece os limites mínimos de pressão sonora para os diversos tipos ambientes, conforme a sua utilização.

Existem dois tipos de limites normativos que são o Isolamento ao ruído de impacto de sistemas de pisos e o Isolamento ao ruído aéreo de sistemas de pisos.

No isolamento ao ruído de impacto de sistemas de pisos, o requisito mínimo dB para o sistema de piso separando unidades habitacionais autônomas posicionadas em pavimentos distintos é menor igual a 80dB e para o sistema de piso de uso coletivo sobre unidades habitacionais autônomas é menor igual a 55dB.

Na avaliação de desempenho acústico para isolamento aéreo de um sistema de piso de edificação multipavimentos, é necessária a determinação da Diferença Padronizada de Nível Ponderado entre Ambientes, $D'_{nT,w}$. Essa diferença de pressão sonora representa o ruído aéreo (conversas, TV, música etc.) percebido entre unidades que compartilham uma vedação horizontal (pisos/teto). A Diferença Padronizada de Nível Ponderado entre Ambientes ($D'_{nT,w}$), determinada a partir do Nível de Pressão Sonora nos recintos emissor e receptor, equivale à diferença de nível entre ambiente emissor e ambiente receptor em relação ao tempo de reverberação do ambiente receptor. É uma medida da redução nos níveis sonoros entre uma unidade e outra, proporcionada pelo elemento do sistema de vedação horizontal situado entre eles (KLAVDIANOS et al., 2015).

No isolamento ao ruído aéreo de sistemas de pisos, o requisito mínimo dB é para os seguintes critérios:

*Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

**Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

***Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil

- 1-) sistema de piso separando unidades habitacionais autônomas de áreas em que um dos recintos seja dormitório ($\leq 45\text{dB}$).
- 2-) sistema de piso separando unidades habitacionais autônomas de áreas comuns de trânsito eventual ($\geq 40\text{dB}$)
- 3-) sistema de piso separando unidades habitacionais autônomas de áreas comuns de uso coletivo ($\geq 45\text{dB}$).

Segundo a NBR 15575:2013, existem métodos disponíveis para a avaliação do isolamento acústico do sistema de piso entre unidades autônomas, que é o isolamento de ruído de impacto padrão em sistema de pisos e o isolamento de ruído aéreo de sistema de pisos. Dentre os métodos, destacamos o método de engenharia e o método simplificado de campo.

No método de engenharia, determina em campo, de forma rigorosa, tanto o nível de pressão sonora de impacto padrão em sistema de pisos entre unidades autônomas como também o isolamento sonoro de ruído aéreo entre unidades autônomas e entre uma unidade e áreas comuns. O método é descrito tanto na norma ISSO 140-7 como ISO 140-4.

Entretanto, no método simplificado de campo, permite uma estimativa do isolamento sonoro de ruído aéreo e o nível de pressão sonora de impacto padrão em sistema de piso, em condições onde não se têm instrumentação necessária para aferir o tempo de reverberação, ou quando as condições de ruído do ambiente não permitem obter este parâmetro. O método simplificado é descrito na ISO 10052.

Esses métodos são restritos e com poucos profissionais capacitados e equipamentos específicos

2.2 Isolamento Acústico

Segundo Ribeiro (2015), “o isolamento acústico refere-se à capacidade que certos materiais possuem de dificultar ou impedir que ondas sonoras (ou ruído) passem de um recinto para o outro.”

A NBR 12179 (1992) informa que “o isolamento acústico é o processo pelo qual se procura evitar a penetração ou a saída, de ruídos ou sons, em um

*Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

**Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

***Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil

determinado recinto. O isolamento acústico compreende a proteção contra ruídos ou sons aéreos e ruídos de impacto.”

Segundo Bistafa (2006), “o ruído pode ser definido como um som sem harmonia e que no geral tem uma conotação negativa.”

Os ruídos podem ser classificados em contínuo, intermitente ou de impacto. O ruído contínuo do ponto de vista técnico é aquele cujo nível de pressão sonora varia 3 dB (decibéis) durante um período longo (mais de 15 minutos) de observação. O ruído intermitente é aquele cujo nível de pressão sonora varia de até 3 dB em períodos curtos (menor que 15 minutos e superior a 0,2s). Entretanto, as normas não diferenciam o ruído contínuo ou intermitente para fins de avaliação quantitativa desse agente. Já o ruído de impacto pode ser definido como picos de energia acústica de duração inferior a 1s, em intervalos superiores a 1s. (Catai,2006)

Segundo Bistafa (2006), “afirma que a absorção sonora se dá de acordo com o tipo de material que é empregado, sendo que os materiais mais utilizados se dividem em dois grupos: os materiais fibrosos e os materiais porosos. ” Dentre os fibrosos, que é o foco desse artigo, está a lã de rocha e lã de vidro (mais utilizados). Dessa forma os materiais fibrosos são classificados como bons absorvedores sonoros, por permitir a penetração das moléculas de ar em seu interior, bem como, a sua movimentação.

2.3 Utilização de fibras vegetais em mantas acústicas

A fibra vegetal tem a função de reforçar a matriz, oferecendo propriedades mecânicas, como, resistência a tração, módulo de elasticidade e alongamento na ruptura e características físicas para a manta termo acústica.

Como um produto natural, as características das fibras apresentam grande variabilidade, com coeficientes de variação frequentemente maiores que 40%. Embora apresentem elevada resistência à tração, o módulo de elasticidade das fibras é menor que o das matrizes à base de cimento (de 20 a 30 GPa) e equivalente ao das matrizes de gesso (de 2 a 4 GPa). (Savastano, 1998).

*Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

**Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

***Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil

Atualmente, já existem mantas desenvolvidas com a utilização de fibras do coco. Segundo Senhoras (2006) e Catai (2006), a fibra de coco (Corkoco) misturada ao aglomerado de cortiça expandido apresenta excelentes resultados na absorção de ondas de baixa frequência, dificilmente alcançados por outros materiais. A fibra de coco apresenta resistência e durabilidade cumprindo com a necessidades técnicas exigidas pelo mercado. Além de ser um material versátil e indicado para isolamento térmico e acústico, utiliza uma matéria prima natural e renovável.

Outras fibras vegetais possuem potencial de utilização, como fibras do sisal, fibras de palha de bananeiras e fibras da palha de milho. No Brasil, essas fibras são abundantes em função do mercado agrícola.

A palha de milho é um resíduo agrícola que geralmente é incinerado ou utilizado como cama nos criadouros de aves nas propriedades rurais brasileiras, sendo um material abundante, porém pouco aproveitado de forma a gerar renda, exceto quando destinado à produção do artesanato. (Romão, 2015).

Conforme Marconcini (2007), “a palha de milho, atualmente, é destinada apenas para a produção de cigarros, embalagens de doces, artesanato de cestaria e de bonecas.” Segundo (KOGA, 1988) “A palha pode ser utilizada para a obtenção de celulose. Como Filipinas e China, têm-se aproveitado palhas como matéria-prima para a obtenção de pasta celulósica para a fabricação de papéis e papelão.”

Por isso, a produção de manta termo acústica a partir da fibra do milho é inovador e de grande importância para a sustentabilidade do meio ambiente.

3. METODOLOGIA

Pesquisa é de natureza experimental desenvolvida no Núcleo de Práticas Tecnológicas –NPT da Unichristus. A seguir estão descritos os materiais utilizados e os métodos de ensaio.

*Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

**Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

***Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil

3.1 Materiais

3.1.1 Resina epóxi flexível

A resina epóxi flexível foi obtida da empresa Oticrel LTDA situada na cidade de Fortaleza-CE. “Este tipo de resina é caracterizado pela polimerização de poliglicóis “ (SILVEIRA,2009).

3.1.2 Fibra Vegetal do milho

Para a realização da pesquisa foram obtidas as palhas do milho em zonas de vendas de milho verde localizadas no Mercado São Sebastião, Centro, Fortaleza-CE. A palha foi cortada em seções transversais (perpendicular ao sentido das fibras), espaçadas a cada 5cm, conforme apresenta a Figura 1.

Figura 1: palhas cortadas



Fonte: Autores (2018)

Após isso, as partes foram processadas em triturador e secas ao ar livre por um período de 24 horas. Por fim, obteve-se a fibra vegetal do milho, com as suas seções individualizadas.

3.2 Produção dos corpos de prova

Foram produzidos corpos de prova com 02 proporções diferentes, denominados nesse experimento amostra A com proporções de 1:0,44 (aglomerante: fibra) em massa e Amostra B com proporções de 1:0,26 (aglomerante: fibra) em massa. As dimensões dos corpos de prova são de 15cm comprimento x 15cm de largura, espessura de aproximadamente 1cm.

*Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

**Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

***Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil

A Figura 2 abaixo representa o registro da confecção dos corpos de prova realizados durante o procedimento:

Figura 2 – Confecção dos corpos de prova



Fonte: Autores (2018)

A seguir são apresentados os métodos de ensaios realizados.

3.3 Ensaios Realizados

3.3.1 Ensaio de transmissão sonora

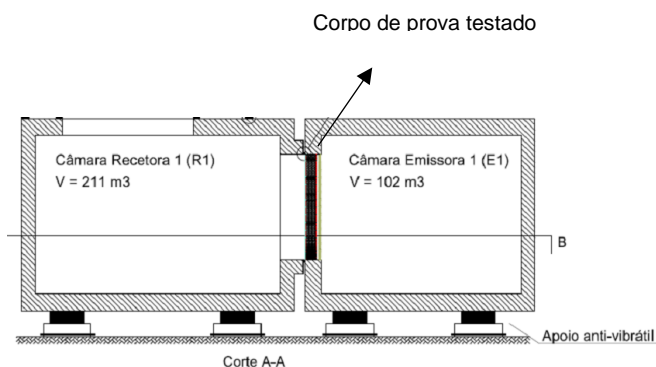
Para avaliar a transmissão sonora das placas produzidas foi utilizado o sistema de câmara reverberante composto por dois caixotes de madeira com visor em vidro, separadas pelo corpo de prova a ser testado. A primeira caixa contém uma fonte emissora de som (caixa de som amplificada), sendo acoplada na segunda, denominada de caixa receptora. Cada uma das partes divididas pela do corpo de prova conterá um decibelímetro, podendo ser lido pelo visor. Após o encaixe das peças as juntas devem ser seladas com silicone para evitar a passagem de som. A Figura 3 mostra um desenho esquemático das caixas emissoras e receptoras e o encaixe com o corpo de prova.

*Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

**Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

***Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil

Figura 3- Representação esquemática da câmara reverberante.



Fonte: Adaptado de Gonçalves(2014)

A Figura 4 representa o registro do ensaio sendo realizado:

Figura 4- Ensaio de transmissão sonora



Fonte: Autores(2018)

3.3.2 Ensaio de Fluência na Compressão

As amostras A e B foram submetidas ao ensaio de fluência na compressão, com carga de 115,8 N. Realizadas 2 medições no início e após 7 dias da aplicação da carga.

Os pontos de medição das amostras foram marcados de 1 à 8, para avaliar de forma pontual a sua fluência e posicionada entre duas placas de argamassa

*Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

**Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

***Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil

cimentícia. Na placa superior foi aplicada a carga. Na Figura 5 está apresentado o esquema de ensaio de fluência na compressão.

Figura 5- Ensaio de Fluência na compressão.



Fonte: Autores (2018).

A seguir serão apresentados os resultados obtidos nos ensaios realizados.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Ensaio de Transmissão Sonora

Os decibéis foram registrados tanto na câmara emissora, quanto na câmara receptora, e os resultados estão dispostos na Tabela 1 com as respectivas médias de cada amostra.

Tabela 1 – Resultados do ensaio de transmissão acústica

ENSAIO DE TRANSMISSÃO SONORO (média)				
AMOSTRA	CÂMARA EMISSORA (dB)	CÂMARA RECEPTORA (dB)	REDUÇÃO(dB)	REDUÇÃO(%)
1:0,44 (A)	87,83	69,75	18,08	20,58
1:0,26 (B)	87	40,25	46,75	53,74

Fonte: Autores (2018).

*Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

**Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

***Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil

Dessa forma, pode-se observar que a amostra B teve uma redução mais significativa de decibéis do que a amostra A, sendo, assim, mais efetiva no isolamento acústico.

4.2 Ensaio de Fluência na Compressão

A Tabela 2 apresenta os resultados do ensaio de fluência após 7 dias intermitentes de aplicação da carga de 115,8 N.

Tabela 2 – Resultados do ensaio de fluência

ENSAIO DE FLUÊNCIA NA COMPRESSÃO (média)					
AMOSTRA	PONTO	INÍCIO (mm)	APÓS 7 DIAS (mm)	DIFERANÇA (mm)	DIFERANÇA MÉDIA (mm)
1:0,44 (A)	1	7,0	7,0	0,00	0,41
	2	8,8	7,4	1,40	
	3	8,9	7,9	1,00	
	4	8,3	8,0	0,30	
	5	7,6	7,2	0,40	
	6	8,5	8,8	-0,30	
	7	9,2	9,2	0,00	
	8	8,6	8,1	0,50	
1:0,26 (B)	1	11,8	11,7	0,1	-0,06
	2	11,3	11,7	-0,40	
	3	11,0	11,4	-0,40	
	4	10,0	9,6	0,40	
	5	10,5	10,2	0,30	
	6	11,3	11,0	0,30	
	7	11,0	11,6	-0,60	
	8	11,0	11,2	-0,20	

Fonte: Autores (2018).

De acordo com os dados apresentados na Tabela 2 pôde ser analisado que a manta A reduziu em média 0,41 mm, enquanto a manta B aumentou 0,06 mm.

*Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

**Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

***Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil

5. CONCLUSÃO

A manta da amostra B teve melhor desempenho acústico, apresentando redução de 46,75 dB (53,74 %), logo após haver aumentado a sua espessura no Ensaio de Fluência em apenas 0,06mm, apresentando pouca variação na espessura original. Já a manta A, após a redução na sua espessura de 0,41 mm, apresentou uma redução de apenas 18,08 dB (20,58%).

Essa diferença de resultados é explicada pelo fato da manta B ser constituída por mais fibra e resina.

6. REFERÊNCIAS

AGOPYAN, Vahan; JOHN, Vanderley M.; GOLDEMBERG, José Coordenador. **O Desafio da Sustentabilidade na Construção Civil**: V. 5. São Paulo: Blucher, 2011.

AL-HOMOUD, M. S. **Performance characteristics and practical applications of common building thermal insulation materials**. Building and Environment, vol. 40, 2005. p. 353-366.

BISTAFA, S.R.. **Acústica aplicada ao controle do ruído**. São Paulo: Edgard Blücher, 2006. 368p.

CALZA, Arlinton João, "Barreiras Acústicas - **Ensaio Experimentais e Técnicas de Predição da Atenuação Através de Simulações Numéricas por Elementos de Contorno e Cálculo Analíticos**", 1999.178 p. Tese de mestrado.

CATAI, Rodrigo E., **Materiais, técnicas e processos para isolamento acústico**, 17º CBECIMat - Congresso Brasileiro de Engenharia e Ciência dos Materiais, 15 a 19 de Novembro de 2006, Foz do Iguaçu, PR, Brasil.

HOAREAU, W. **Valorisation de la bagasse de canne à sucre. Chimie, photochimie et élaboration de panneaux et composites**. 208 f. Tese (Doutorado

*Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

**Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

***Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil

em Química) – L'Université de la Reunion, Ecole Doctoral e Interdisciplinaire, Bordeaux-França, 2005

INCROPERA, F.P.; DEWITT, D.P. **Fundamentos de transferência de calor e de massa**. 6ªed. Editora LTC- Livros Técnicos e Científicos S.A. Rio de Janeiro, RJ. 2008. 643p.

KREITH, F. **Princípios da transmissão de calor**. 9ª ed. Editora Edgard Blucher. São Paulo/SP. 2008.

KLAVADIANOS, M.A.; ALMEIDA, A.E. **Avaliação do desempenho acústico de edificações em diferentes sistemas construtivos**. SIDUSCON-DF/2015.

LOPES, R.E.; VITA, M.O.; AKASAKI, J.L.; BARBOSA, M.B.; ALCÂNTARA, M.A.M.; FREITAS, I.R.M. **Estudo de dosagens de concreto com resíduos de borracha de pneus utilizando aditivos superplastificantes** IN: 48º Congresso Brasileiro do Concreto, Rio de Janeiro, 2006. p. 1-12

MARCONCINI, J. M.; ITO, E. N.; PAES, M. C. D.; TEIXEIRA, F. F.; MATTOSO, L. H. C. **Metodologia de caracterização morfológica de palha de milho baseada em microscopia ótica e eletrônica**. In: **Workshop da Rede de Nanotecnologia Aplicada ao Agronegócio**, 3., 2007, Londrina. Anais. São Carlos: Embrapa Instrumentação Agropecuária. 2007, p. 103-105

NBR 12179, 1992: **Tratamento Acústico em recintos fechados**.

NBR 12575, 2013: **Desempenho das Edificações Habitacionais**.

PAES, M. C. D.; TEIXEIRA, F. F.; MARTINS, I. S. **Composição química da palha de milho com qualidade para artesanato**. In: Congresso Nacional de Milho e Sorgo, 2008, Londrina. Anais. Sete Lagoas: IAPAR- Embrapa Milho e Sorgo. 2008, p. 1.

PIONEER. **O milho no Brasil, sua importância e evolução**. 2014. Disponível em: . <http://www.pioneersementes.com.br/media-center/artigos/165/o-milho-no-brasil-sua-importancia-e-evolucao>. Acesso em: 10/01/2018

*Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

**Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

***Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil

RIBEIRO, José de S.F., **Obtenção e caracterização de um eco-compósito à base de látex e bainha da palha do coqueiro para isolamento térmico e acústico.**

Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN. 2015.

ROMÃO, Daniela Ramalho, **Potencial de fibras de resíduo agrícola: palha de milho (zea mays l.) para produção de celulose.** Monografia – Universidade de

Brasília – UnB. 2015.

SANTOS, W. N. **Métodos transientes de troca de calor na determinação das propriedades térmicas de materiais cerâmicos: I- o método de pulso de energia.** Cerâmica. 2005. V. 51, nº319,p. 205-213. ISSN 0366-6913.

SAVASTANO, Holmer Jr., **Fibras Vegetais e Materiais Compostos**, 1998, Disponível em < <http://piniweb.pini.com.br/construcao/noticias/a-experiencia-brasileira-com-as-fibras-vegetais-85326-1.aspx>> Acesso em: 08/04/2017.

SENHORAS, ELÓI MARTINS. **Oportunidades da cadeia agroindustrial do coco verde.** Revista Urutágua, nº 05, Maringá, PR, 2005. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br//005/22tra_senhoras.pdf>. Acesso em: 08/04/2017.

SILVEIRA, BORGES JOÃO. **Preparação e caracterização da resina epóxi transparente dopada com nanoestruturas semicondutoras de CdS.** Tese de Mestrado- Universidade Estadual Paulista-UEP.2009.

TORREIRA, R. P. **Isolantes Térmicos - Poliuretano.** In: Isolamento Térmico. 2. Fulton Editora Técnica Ltda, 1980. Cap. 14, p. 263 - 350.

VIANNA, Nelson Solano; RAMOS, José Ovídio. **Acústica arquitetônica & urbana.** Apostila do Curso de Extensão em Arquitetura e Urbanismo da Empresa YCON. 2005, 79 p. 7.

*Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

**Acadêmico do curso de Engenharia Civil, Centro Universitário Christus

***Mestre em Engenharia Civil: Construção Civil

ESTUDO DA DOSAGEM DO CONCRETO COLORIDO DE ALTO DESEMPENHO NO ESTADO DO CEARÁ

Julio Roberto Ferreira Gomes¹

Rafaela Fujita Lima ²

RESUMO

O aumento de projetos de revitalização das cidades, bem como, a construção de ciclovias e ciclofaixas mediante à busca ao atendimento da crescente demanda, a resistência à compressão do concreto, conjuntamente com a estética, passaram a ser mais exigidos nas obras. Dessa maneira, este trabalho busca apresentar a dosagem mais eficiente no atendimento do concreto colorido de alto desempenho às características de boa resistência mecânica e coloração. Atentou-se para as principais interferências que cada componente do concreto cromático realiza na capacidade mecânica e coloração, isto é, relacionou-se essas duas características aos seguintes fatores: as formas dos agregados, o tipo de pigmento, a escolha do aditivo e os componentes do cimento. Os materiais utilizados foram: cimento portland branco estrutural, areia, brita 0 e 1, água, aditivos superplastificantes, adições minerais e pigmento. Os traços, C1, C2, C3 e C4, foram obtidos a partir de um traço base, mas, no decorrer da preparação do concreto, foram realizadas modificações no traço, para a obtenção da trabalhabilidade e resistência, mediante a observação da viscosidade do concreto cromático. Portanto, houve a moldagem dos corpos de prova, de 5 cm x 10cm, sendo dois corpos moldados para cada traço, com o objetivo, passados 7, 14, 19, 54 dias, de serem submetidos ao ensaio de compressão axial. Após as realizações dos ensaios, percebeu-se que: a adição mineral da cinza volante influencia muito na resistência à compressão do concreto colorido. Como consequência, devem ser realizados estudos na análise mecânica e estética, no que se refere à utilização da cinza volante no concreto de alto desempenho colorido, desde que, este, esteja associado aos outros tipos de agregados e aditivos não usados nesse estudo.

¹ Engenharia Civil, graduando, unichristus, juliorfgomes@outlook.com

² Mestre, Engenharia Civil, professora, unichristus, rafaelafujita@hotmail.com

Palavras-chave: Concreto Colorido de Alto Desempenho. Dosagem. Resistência. Traço. Estética.

ABSTRACT

The increase in projects for the revitalization of cities, as well as, the construction of bike paths and cycle tracks in order to meet the growing demand, the compressive strength of concrete, together with aesthetics, became more demanded in the constructions. In this way, this work seeks to present the most efficient dosage in the attendance of high-performance color concrete to the characteristics of good mechanical strength and coloration. Attention was drawn to the main interferences that each component of the chromatic concrete performs in the mechanical capacity and coloration, that is, these two characteristics were related to the following factors: the forms of the aggregates, the type of pigment, the choice of additive and the cement components. The materials used were: structural white portland cement, sand, gravel 0 and 1, water, superplasticizing additives, mineral additions and pigment. The traces, C1, C2, C3 and C4, were obtained from a basic trait, but, in the course of the preparation of the concrete, modifications were made in the trace, to obtain the workability and resistance, by observing the viscosity in concrete chromatic. Therefore, there was molding of the specimens, measuring 5 cm x 10 cm, being two shaped bodies for each trace, with the objective, after 7, 14, 19, 54 days, to be submitted to the axial compression test. After the realizations of the tests, it was realized that: the mineral addition of fly ash greatly influences in the compressive strength of the colored concrete. As a consequence, studies, on mechanical and aesthetic analysis, should be carried out, regarding the use of fly ash in high-performance color concrete, since that, it is associated with other types of aggregates and additives not used in this study.

Keywords: High-Performance Color Concrete. Dosage. Resistance. Trace. Aesthetics.

1 INTRODUÇÃO

O concreto colorido começou a ser produzido, em 1920, na Inglaterra, pela empresa G. & T. Ltda. Ademais, o edifício, que serviu como fábrica de cigarros The Carreras Black Cat, foi o primeiro feito de concreto colorido, o qual possuía coloração amarela em decorrência de ser produzido mediante uma mistura de cimento Portland, ocres e areia colorida (COELHO et al., 2002).

O concreto colorido, nos dias atuais, tem que possuir funções estruturais importantes pelo aumento da sua demanda em obras de maiores exigências de esforços, pois passou-se a valorizar a estética, simultaneamente, com as exigências estruturais, a exemplo de calçadas de blocos intertravados de concreto colorido e pavimentos em concreto estampado. Isso tudo ocorre em decorrência de, atualmente, a função do concreto não ser direcionada somente à resistência à compressão, mas inclusive ao conforto visual, a qual está sendo mais requisitado com o intuito de revitalizar os ambientes urbanos. Outro uso, desse tipo de concreto, está relacionado à demarcação de áreas, a exemplo das ciclovias.

Portanto, o objetivo do trabalho, em questão, é apresentar a dosagem adequada, que proporcione bom desempenho, tanto à estética quanto à resistência, ao concreto de alto desempenho pigmentado.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O concreto cromático é constituído por cimento portland branco (CPB), areia, agregado, aditivo, adições e pigmento.

O concreto com cimento branco não possui resistência inferior ao concreto produzido com cimento cinza (HAMAD, 1995). As quantidades de C_2S , C_3S , C_4AF , C_3A são as, principais, responsáveis pelo comportamento mecânico do cimento. O silicato tricálcico age na resistência em qualquer idade. Enquanto, o silicato bicálcico atua, intensamente, em relação ao endurecimento nas idades mais avançadas. Como também, no que se refere aos aluminatos, o aluminato tricálcico, com mais intensidade no primeiro dia, possibilita o aumento da resistência, o que ocorre, de modo menos acentuado, no caso do ferro aluminato tetracálcico, o qual influencia pouco na resistência (MEHTA & MONTEIRO, 2008).

Os agregados com formas mais irregulares no concreto colorido não possibilitam o empacotamento adequado do concreto (NEVILLE, 1997). Dessa forma, o concreto pigmentado, que possua em sua composição agregados não regulares, não terá seus vazios totalmente preenchidos, ocasionando na diminuição da sua resistência.

No que se concerne aos aditivos, os que são redutores de água proporciona maior compactação no concreto (VEIT, 1994). Essa ação do aditivo redutor de água no concreto, isto é, a compactação, diminui a quantidade de poros e, conseqüentemente, há o aumento da resistência do concreto pigmentado que utiliza esse tipo de aditivo. Ademais, a influência das adições na resistência do concreto cromático varia com o tipo de adição e dosagem.

Em relação à influência da pigmentação no concreto, o pigmento orgânico não age na resistência do concreto pigmentado (AGUIAR, 2006). Os pigmentos inorgânicos são inertes com os outros componentes do concreto colorido e resistem bem à luz e intempéries (COELHO, 2001). Por todas essas propriedades, o pigmento inorgânico confere maior resistência ao concreto.

O cimento portland branco produzido a partir de clínquer, com teor de ferro próximo à 5%, em condição redutora, possui a cor amarela (MEHTA & MONTEIRO, 2008). Bem como, clínquer, em presença de óxidos, como o de cromo, interfere na coloração final do cimento branco (PALLÁS, 2002). Portanto, se a coloração do cimento branco é alterada, então, a coloração final do concreto colorido alterará.

O tipo de agregado causa efeitos na coloração final do concreto colorido (KIRCHHEIM et al., 2005). Os agregados graúdos possuem pouca atividade na coloração final do concreto cromático (FONSECA & NUNES, 1995). Enquanto, no que se refere aos agregados miúdos, esses determinam a coloração do concreto (PASSUELO, 2004). Isto é possível por conta de eles possuírem um elevado valor de superfície específica.

O aditivo plastificante promove uma melhor dispersão de pigmento, melhorando a estética final do concreto pigmentado. Enquanto, o aditivo incorporador de ar provoca o escurecimento do concreto colorido (VEIT, 1994). É importante destacar que a adição mineral influi na estética final de acordo com o tipo de adição e dosagem.

Para a estética final do concreto pigmentado ser mais adequada, é melhor o uso de pigmentos inorgânicos em decorrência de ser inerte, insolúvel em água e

pela propriedade de se misturar, mais espontaneamente, aos outros componentes do concreto colorido (COELHO, 2001).

3 MÉTODOS

3.1 MATERIAIS

Para que a compreensão dos materiais utilizados, no concreto de alto desempenho colorido, seja satisfatória, faz-se necessário uma apresentação consistente sobre o conteúdo destes, sendo assim, o trabalho apresenta algumas características fundamentais.

3.1.1 Cimento Portland Branco Estrutural (CPB)

O cimento portland branco estrutural é o responsável pela formação de compostos responsáveis pela resistência e cura do concreto, bem como, atua na coloração do concreto, como consequência da sua coloração branca, a qual permite maior reflexão da luz e, assim, propicia à melhor coloração do concreto pigmentado. O cimento escolhido foi o cimento estrutural CPB 52,5 MPa.

3.1.2 Agregados

Os agregados têm a importante função na resistência do concreto, seja na contribuição pela resistência própria, ou, pelo processo de empacotamento, o qual propicia a diminuição dos poros nos concretos por meio da ocupação, desses vazios, pelo agregado. Ademais, são divididos, basicamente, em miúdos, a exemplo das areias, e graúdos, a exemplo, das britas. Esses materiais influenciam na coloração do concreto colorido, a exemplo, por meio da influência da própria coloração natural ou por reações químicas com outros componentes do concreto.

O agregado miúdo utilizado foi uma areia fina de origem natural de dimensão máxima característica (DMC) de 2 mm calculados de acordo com a NBR NM 248. A brita utilizada nos ensaios apresentou DMC de 12,5 mm e 19 mm ensaiada de acordo com a NBR 7211 (2005).

3.1.3 Água

Á água utilizada foi fornecida pelo sistema público de abastecimento de água de Fortaleza-CE.

3.1.4 Aditivos

Os aditivos utilizados nesse experimento foram superplastificantes sintéticos baseados na nova tecnologia de polímeros policarboxilatos(PCE), sendo usada uma dosagem variando de 1% a 2% em relação ao peso do cimento. Foram escolhidos 3 tipos de superplastificantes de uma mesma empresa fabricante de aditivo, que se comportaram de maneira diferente em relação a sua dosagem.

3.1.5 Adição Mineral

São um grupo de materiais que apresentam partículas muito finas e são usados para o concreto, o qual o usa para apresentar propriedades específicas que variam de situação onde o concreto ou argamassa é usado. As adições minerais escolhidas para este experimento foram o metacaulim e a cinza volante. A dosagem de cinza volante estabelecida para o traço foi de 20% em relação ao peso do cimento e a dosagem do metacaulim foi de 10% em relação ao peso do cimento.

3.1.6 Pigmentos

São os maiores responsáveis pela coloração final do concreto, bem como, são capazes de reagir com outros compostos do concreto, possibilitando a formação de materiais danosos à pigmentação e, até mesmo, à resistência do concreto colorido. O pigmento inorgânico utilizado foi do tipo xadrez em pó, na cor vermelha, com uma dosagem que variou de 1% a 3% em relação ao peso do cimento.

3.2 PROCEDIMENTOS EXPERIMENTAIS

Todos os materiais usados na fabricação de concretos coloridos de alto desempenho foram cimento portland branco estrutural, areia, brita 0 e 1, água, aditivos superplastificantes a base de policarboxilato, adições minerais, como o metacaulim e a cinza volante, bem como, o pigmento. O traço inicial foi obtido mediante a metodologia de dosagem do laboratório A. O traço unitário base foi 1: 0,73: 0,86: 0,20 (cimento: areia: brita: água).

Dessa forma, com a posse do traço, realizou-se a pesagem dos materiais na balança, atentando-se ao uso de balança de precisão no caso de adições minerais, aditivos e pigmentos. Bem como, houve o peneiramento do agregado antes de sua pesagem. A mistura foi realizada mediante misturador elétrico de argamassa. É importante destacar que o traço inicial foi sendo alterado de acordo com que aumentava a necessidade de alterar a consistência do concreto pela busca da

obtenção de um concreto de alto desempenho colorido que atenda às exigências de resistência e coloração elevada, assim, os traços finais obtidos em cada experimento estão na tabela 1.

Tabela 1 – Traços dos corpos de prova.

Materiais	Concretos coloridos			
	C1	C2	C3	C4
	Traços(Kg)			
Cimento CPB	5	5	3	3
Areia	3,65	3,65	2,19	2,19
Brita 0	4,3	4,3	2,58	
Brita 1				2,58
Água	1	1,44	0,6	0,65
Powerflow4001	0,05			
Powerflow4000				
Powerflow3100		0,1	0,06	0,06
Metacaulim		0,5	0,3	0,3
Cinza Volante	1			
Pigmento	0,05	0,05	0,06	0,09

Fonte: Próprio autor.

Logo após a mistura, realizou-se a moldagem dos corpos de prova, de 5 cm x 10 cm, de concreto de alto desempenho pigmentado direcionados ao ensaio de compressão axial. Foram moldados 6 corpos de prova para cada traço: C1, C2, C3 e C4. O procedimento de moldagem é realizado, previamente, cobrindo-se as fôrmas dos corpos de prova com óleo mineral e, logo após, colocando-se 4 camadas de concreto, em que, cada camada é golpeada 30 vezes. Os corpos foram rompidos, pelo ensaio de compressão axial, nas idades de 7, 14, 19, 54 dias.

Figura 1 – Corpos de Prova moldados.



Fonte: Próprio autor.

Os corpos de prova foram desmoldados após 24 horas da sua moldagem e mergulhados nos tanques de cura. Não foram realizados o capeamento e nem a retífica nos topos dos corpos de prova.

Foi realizado o ensaio de resistência à compressão axial de acordo com a norma NBR 5739:2007, sendo rompidos 2 corpos de prova, nas idades de 54, 19, 14 e 7 dias, dos traços C1, C2, C3 e C4 respectivamente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os valores das resistências, obtidas dos corpos de prova, para os traços C1, C2, C3 e C4, em intervalos de 7, 14, 19, 54 dias, estão na tabela abaixo:

Tabela 2 – Resistência dos Corpos de Prova.

Data de moldagem	Idade de Rompimento (dia)	Dia do rompimento	Carga (Tf)	Resistência (MPa)
		05/09/2018		
13/07/2018	54	C1	17,82	90,76
	54	C1	18,18	92,59
17/08/2018	19	C2	9,51	48,43
	19	C2	12,35	62,90
22/08/2018	14	C3	13,50	68,75
	14	C3	10,06	51,24
29/08/2018	7	C4	12,00	61,12
	7	C4	13,70	69,77

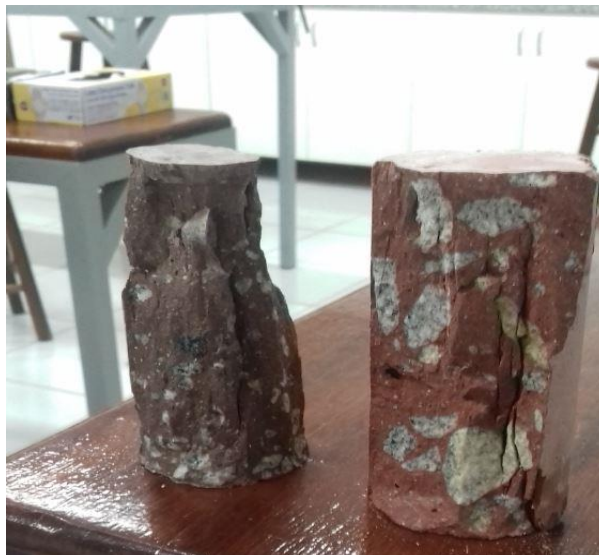
Fonte: Próprio autor.

Os corpos de prova foram rompidos em idades diferentes, devido a um problema da prensa do NPT da Unichristus, entretanto, isso não inviabiliza as análises, pois o CAD não apresenta um crescimento tão representativo entre as

idades de 7 e 28 dias. Em outro estudo realizado pelo grupo de estudo de concreto de alto desempenho da Unichristus, verificou-se um crescimento médio de 10% da resistência à compressão de 7 para 28 dias.

Observou-se que os corpos de prova, com traço que continham a adição mineral da cinza volante, obtiveram resistências maiores, só que, de modo contrário, obteve-se uma coloração menos intensa. Tudo isso, pode ser em decorrência da cinza volante proporcionar a formação de substâncias que aumentam a resistência mediante, por exemplo, da diminuição dos poros. Ademais, essa adição pode ser responsável pela formação de compostos escuros e opacos.

Figura 2 – Corpo de Prova, à esquerda, com cinza volante e, à direita, sem a presença do mesmo.



Fonte: Próprio autor.

Os traços C2, C3 e C4 que utilizaram adição mineral do metacaulim apresentaram resistência à compressão elevada e coloração adequada, entretanto, quando comparamos com os resultados do traço C1, apresenta resultado inferior da resistência à compressão. Os corpos de provas cilíndricos dos traços C2, C3 e C4 serão rompidos com a idade de 28 dias e com a idade de 54 dias.

5 CONCLUSÃO

A adição mineral da cinza volante tem importante função no aumento da resistência à compressão e efeito contrário à coloração no concreto colorido de alto desempenho, assim, é necessário o aumento dos estudos que envolvam a cinza volante nesse tipo de concreto, atentando-se, para o comportamento estético, que o concreto, com essa adição, obteria caso associado com outros tipos de agregados e aditivos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Cíntia Alves. **Concreto de Cimento Portland Branco Estrutural: Análise da adição de pigmentos quanto à resistência à compressão**. 2006. 88 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Engenharia) – Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

COELHO, Francisco Carvalho de Arruda. **Variación del color y textura de hormigones vistos con adición de pigmentos inorgánicos, sometidos a distintos estados de exposición ambiental**. 2001. Tese (Doutorado em Engenharia de Estradas, Canais e Portos) - Universidad Politécnica de Madrid, Madrid, 2001.

COELHO, M. ; SILVA, M. ; SOUZA, F. ; ZANDONADE, E. Estudo da carbonatação e retração em concretos de alto desempenho com elevados teores de escória de alto forno. In: CONGRESSO BRASILEIRO DO CONCRETO, 44., 2002, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: IBRACON, 2002.

FONSECA, A. A. ; NUNES, A. Betão Branco: fabrico, características e utilização estrutural. In: JORNADAS DE BETÃO, 1995, Porto. **Anais ...** Porto: FEUP, 1995.

HAMAD, Bilal S. Investigations of chemical and physical properties of white cement. **Advanced Cement Based Materials**, New York, v.2, n. 4, p. 161-167, jul. 1995.

KIRCHHEIM et al. Concreto Branco. In: CONGRESSO BRASILEIRO DO CONCRETO, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: IBRACON, 2005.

MEHTA, Povindar. K. ; MONTEIRO, Paulo. J. M. **Concreto: microestrutura, propriedades e materiais**. 2. São Paulo: IBRACON, 2008.

NEVILLE, Adam. M. **Propriedades do Concreto**. 2. São Paulo: PINI, 1997.

PALLÁS, Octavio. La fabricación del cemento blanco. **Cemento – Hormigón**, Madrid, n. 843, p. 10-20, 2002.

PASSUELO, Alexandra. **Análise de parâmetros influentes na cromaticidade e no comportamento mecânico de concretos à base de cimento branco**. 2004. 175f. Dissertação (Mestre em Engenharia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

VEIT, Adolph. M. Suggestion for improving coloured concrete products. **Betonwerk Fertigteil Technik**, v. 60, n. 11, 1994.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Deus. Agradeço à minha mãe Arlene Lima Ferreira.

Agradeço à minha professora e orientadora Me. Rafaela Fujita Lima e à Unichristus por incentivar esta pesquisa.

PRODUÇÃO DE ARGAMASSA PARA CONTRAPISO COM A SUBSTITUIÇÃO DE AGREGADO MIÚDO CONVENCIONAL POR PÓ DE MDF

José Victor Félix dos Santos ¹
João Ramos dos Santos Brasil Leitão ²
Gerardo Oliveira Magalhães Neto ³
Kalil Hissa Sampaio ⁴
Heloína Nogueira da Costa ⁵
Elayne Valério Carvalho ⁶

RESUMO

Nas últimas décadas, o mercado mundial tem exigido o desenvolvimento de meios que visam minimizar os impactos ambientais e a diminuição do consumo de matérias-primas, garantido a sustentabilidade em diversos setores. Nesse sentido, a indústria da construção civil se apresenta como grande consumidora de recursos naturais e é responsável pela geração de toneladas de resíduos. A reutilização do pó de MDF, uma matéria-prima abundante, gerado durante o processamento da madeira é uma alternativa que visa melhorar a logística de destinação deste resíduo sólido e colaborar com a sustentabilidade do meio ambiente, portanto, este trabalho tem o objetivo de avaliar a possibilidade do aproveitamento de resíduos de serragem de MDF, oriundos de indústrias moveleiras, como agregado na produção de argamassa para contrapiso. Este trabalho se caracteriza como uma pesquisa do tipo experimental quantitativa que, para a obtenção dos resultados, foi realizada uma revisão de literatura nas bases de dados *Scientific Electronic Online* (Scielo) e Google Acadêmico, para um levantamento detalhado dos ensaios já existentes de argamassa para contrapiso. Optou-se, então, por utilizar o pó de MDF proveniente do corte de peças de alta densidade que seriam utilizadas na confecção de móveis e peças estéticas residenciais, devido ao seu fácil acesso. Posteriormente, moldou-se os corpos de prova, aplicados em tijolo cerâmico usando argamassa tradicional e

¹ Graduando, Engenharia Civil, aluno, victor.fsantos.civil@gmail.com.

² Graduando, Engenharia Civil, aluno, joaoramos0311@gmail.com.

³ Graduando, Engenharia Civil, aluno, gerardo.magalhaes@hotmail.com.br.

⁴ Mestre, Engenharia Civil, Professor, kalilsampaio@hotmail.com.

⁵ Mestra, Engenharia Civil, Professora Assistente da Universidade Federal do Ceará, heloinan@hotmail.com.

⁶ Doutora, Engenharia Civil, professora, elayne.valerio@gmail.com.

argamassa com a substituição, em volume, de areia por MDF. Com a realização dos ensaios de granulometria, obteve-se que a dimensão máxima característica e o módulo de finura da areia foram maiores quando comparados aos resultados do pó de MDF, significando que os grãos de areia são maiores que os grãos do resíduo. Vale ressaltar a importância de futuros estudos que possam observar e analisar o comportamento do material produzido com tal resíduo ao longo do tempo, já que se trata de um composto orgânico.

Palavras-chave: Resíduos. MDF. Argamassa. Contrapiso. Sustentabilidade.

ABSTRACT

In the last decades, the world market has required the development of means that aim to minimize the environmental impacts and the reduction of the consumption of raw materials, guaranteeing the sustainability in several sectors. In this sense, the construction industry presents itself as a major consumer of natural resources and is responsible for generating tons of waste. The reuse of MDF powder, an abundant raw material, generated during the processing of wood is an alternative that aims to improve the logistics of this solid waste destination and to collaborate with the sustainability of the environment, therefore, this work has the objective of evaluating the possibility of using MDF sawdust residues from furniture industries as an aggregate in the production of subfloor mortar. This research is characterized as a research of the quantitative experimental type that to obtain the results was carried out a literature review in the databases Scientific Electronic Online (SciELO) and Google Academic, for a detailed survey of the existing tests of mortar for subfloor. It was then decided to use MDF powder from cutting high density pieces that would be used in the manufacture of furniture and residential esthetic pieces due to its easy access. Subsequently, the specimens were cast, applied to ceramic brick using traditional mortar and mortar with the substitution, by volume, of sand for MDF. With the accomplishment of the tests of granulometry it was obtained that the maximum characteristic dimension and the modulus of fineness of the sand were bigger when compared to the results of the powder of MDF, meaning that the grains of sand are bigger than the grains of the residue. It is worth emphasizing the importance of future

studies that can observe and analyze the behavior of the material produced with this residue over time, since it is the remains of an organic compound.

Keywords: Residue. MDF. Mortar. Underfloor. Sustainability.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o mercado mundial tem exigido o desenvolvimento de meios que visam minimizar os impactos ambientais e a diminuição do consumo de matérias-primas, garantido a sustentabilidade em diversos setores. Nesse sentido, a indústria da construção civil se apresenta como grande consumidora de recursos naturais e é responsável pela geração de toneladas de resíduos (ROTH; GARCIAS, 2011).

De acordo com John (2000), a construção civil utiliza cerca de 14% a 15% dos recursos naturais extraídos como matéria-prima. Com o objetivo de reduzir os impactos ambientais causados por esse processo de degradação ambiental acelerado, é crescente o incentivo de uso e desenvolvimento de materiais alternativos por parte da indústria da construção civil e construtoras, reduzindo a geração de resíduos e garantindo o controle do desperdício em todas as etapas do processo construtivo (GOLUB; SILVA, 2017).

O estudo do emprego de materiais alternativos na construção civil pode, portanto, se apresentar como uma solução viável para solucionar problemas ambientais como o destino final dos resíduos industriais. Uma possibilidade é substituição de materiais comumente utilizados como agregados do concreto por resíduos, de forma a não alterar negativamente a qualidade do produto final (BRASILEIRO; MATOS, 2015).

Assim como a indústria de construção civil, a indústria moveleira brasileira é geradora de grandes volumes de subprodutos de madeira, especialmente resíduos de MDF (*Medium Density Fiberboard*). A reutilização do pó de MDF, uma matéria-prima abundante, gerado durante o processamento da madeira é uma alternativa que visa melhorar a logística de destinação deste resíduo sólido e colaborar com a sustentabilidade do meio ambiente (ABREU; MENDES; SILVA, 2009).

Nesse contexto, este trabalho tem o objetivo de avaliar a possibilidade do aproveitamento de resíduos de serragem de MDF, oriundos de indústrias moveleiras, como agregado na produção de argamassa para contrapiso.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 MDF

De acordo com Weber (2015), o MDF é basicamente resíduos de madeira prensados, somadas de resina para unir a composição. É bastante utilizado para confecção de móveis, forros e divisórias por se tratar de um material compacto, resistente, leve, e de fácil manuseio e transporte. Segundo Eleiotério (2000), os MDF's são painéis com densidades de 500 a 800 kg/m³, produzidos com fibras celulósicas misturadas com resinas sintéticas que posteriormente são prensadas a quente no processo seco, contendo uma alta relação entre a massa específica e a resistência mecânica, material moldável, homogêneo, sem defeitos (nós, desvios de grão, medula, etc.) e que agrega na mistura resíduos de materiais já processados, e que possui a possibilidade de alterações em suas propriedades mudando a matéria-prima e o processamento, ou seja, é um material bastante versátil e bem empregado na utilização dos resíduos madeireiros.

A crescente utilização do MDF tem causado grande aumento na geração de resíduos sólidos, afetando seriamente o meio ambiente. Um grande problema é que, na maioria das vezes, esse resíduo não passa por um processo de reuso e, então, ocorre o descarte irregular. Segundo Junior (2004), todo o resíduo de pó de MDF é descartado através de sua queima, seja ela em caldeiras ou servindo como combustível em fogão a lenha. A maioria das indústrias de móveis pesquisadas por Koch (2012) não possuem uma destinação adequada para seus resíduos, em que 61,5% são destinados as olarias de cerâmicas para queima sem agregar nenhum valor ao resíduo, causando grande impacto ambiental com a emissão de gases poluentes como, por exemplo, o CO₂.

A Resolução CONAMA n° 307 (CONAMA, 2002) atribui responsabilidades aos geradores de resíduos sólidos quanto a não geração, reutilização, reciclagem e diminuição destes, onde devem ser descartados de maneira adequada conforme sua classificação. A classificação e destinação dos resíduos da construção civil, tal

qual na Resolução CONAMA n°307 (CONAMA, 2002), são apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Classificação e destinação dos resíduos da construção civil.

CLASSE	RESÍDUOS	DESTINAÇÃO
Classe A	São os resíduos reutilizáveis ou recicláveis como agregados:	Deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros; (nova redação dada pela Resolução 448/12)
	a) de construção, demolição, reformas e reparos de pavimentação e de outras obras de infraestrutura, inclusive solos provenientes de terraplanagem;	
	b) de construção, demolição, reformas e reparos de edificações: componentes cerâmicos (tijolos, blocos, telhas, placas de revestimento etc.), argamassa e concreto;	
	c) de processo de fabricação e/ou demolição de peças pré-moldadas em concreto (blocos, tubos, meio fios etc.) produzidas nos canteiros de obras.	Deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
Classe B	São os resíduos recicláveis para outras destinações, tais como plásticos, papel, papelão, metais, vidros, madeiras, embalagens vazias de tintas imobiliárias e gesso; (Redação dada pela Resolução n° 469/2015).	Deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
Classe C	Classe C - são os resíduos para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem ou recuperação; (Redação dada pela Resolução n° 431/11).	Deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas; (nova redação dada pela Resolução 448/12).
Classe D	São resíduos perigosos oriundos do processo de construção, tais como tintas, solventes, óleos e outros ou aqueles contaminados ou prejudiciais à saúde oriundos de demolições, reformas e reparos de clínicas radiológicas, instalações industriais e outros, bem como telhas e demais objetos e materiais que contenham amianto ou outros produtos nocivos à saúde; (Redação dada pela Resolução n° 348/04).	

Fonte: Adaptado da Resolução CONAMA n° 307 (CONAMA, 2002).

Analisando a classificação dos diferentes tipos de materiais, pode-se classificar o pó de MDF pertencente à Classe B de resíduos (CONAMA, 2002).

3 MÉTODOS

Inicialmente, realizou-se uma revisão bibliográfica detalhada sobre os ensaios já existentes de argamassa para contrapiso. Verificou-se os dados sobre a fabricação de argamassa por meio de leitura, análise de gráficos, artigos, relatórios, os processos e as possibilidades necessárias para que o projeto esteja embasado cientificamente. Optou-se então por utilizar o pó de MDF proveniente do corte de peças de alta densidade que seriam utilizadas na confecção de móveis e peças estéticas residenciais, devido ao seu fácil acesso. Posteriormente, moldou-se os corpos de prova, aplicados em tijolo cerâmico usando argamassa tradicional (areia, cimento e água) e argamassa com a substituição, em volume, de areia por MDF.

Os corpos de prova foram confeccionados a partir da substituição do agregado miúdo por pó de MDF em concentração gradativa, ou seja, 15%, 30% e 50%, verificando a relação concentração x ruído, traçando, assim, um gráfico com essas variáveis para verificar a viabilidade do uso desse agregado e o seu limite de aplicação. Realizou-se então a confecção de 3 corpos de prova para realização do ensaio com decibelímetro, com lançamento das esferas metálicas em uma altura adequada, seguindo a NBR 10151 (ABNT, 2000). Foi utilizado esse procedimento devido à ausência de aparelho no Núcleo de Prática Tecnológicas do Centro Universitário. Posteriormente, obteve-se os resultados dos ensaios que serão apresentados no tópico a seguir.

Os materiais utilizados na produção dos corpos de prova para a realização dos ensaios foram o cimento Portland CP II-Z 32 (classificado de acordo com a norma NBR 11578 (ABNT, 1991)), areia natural quartzosa (módulo de finura de 2,54mm e massa unitária de 1257kg/m³), o resíduo (pó de MDF, com módulo de finura de 1,94 mm e massa unitária de **) utilizado para substituir o agregado miúdo convencional em volume e ser analisado o comportamento, e água.

3.1 Descrição dos materiais

3.1.1 Decibelímetro

Equipamento para análise do solo para medir o som aplicado pela bola de aço ao entrar em contato com o corpo de prova feito a partir da aplicação de argamassa produzida.

3.1.2 Esfera metálica

Material feito em aço com diâmetro ** para produzir o ruído localizado sobre os corpos de prova, material resistente para evitar que haja diferença no som produzido ao ser lançado contra o corpo de prova.

3.1.3 Cimento

O cimento utilizado para a produção do concreto leve foi o CP II-Z 32, onde este “apresenta bom desempenho nas estruturas de concreto que entram em contato com ambientes agressivos, como aqueles sujeitos ao ataque de sulfatos, esgotos, água do mar” (APODI, 2018), sendo empregado de forma geral.

3.1.4 Areia e MDF

3.1.4.1 Granulometria

O ensaio para a composição granulométrica da areia foi realizado conforme a NBR 7217 Agregados – Determinação da composição granulométrica (ABNT, 1987), onde é determinado que a Dimensão Máxima Característica (DMC) corresponde a:

Grandeza associada à distribuição granulométrica do agregado, correspondente à abertura nominal, em milímetros, da malha da peneira da série normal ou intermediária, na qual o agregado apresenta uma porcentagem retida acumulada igual ou imediatamente inferior a 5% em massa (ABNT, 1987).

Nesta mesma norma, NBR 7217 (ABNT, 1987), tem-se que o Módulo de Finura é a “soma das porcentagens retidas acumuladas em massa de um agregado, nas peneiras da série normal, dividida por 100”.

Para a realização do ensaio de composição granulométrica do MDF foram utilizados os mesmos procedimentos do ensaio com a areia, conforme NBR 7217 (ABNT, 1987).

3.1.4.2 Massa unitária da areia

A massa unitária da areia foi determinada conforme a norma NBR NM 45 Agregados – Determinação da massa unitária e do volume de vazios (ABNT, 2006), em que o procedimento de ensaio empregado consiste no “método A”, onde este é realizado “para determinar a massa unitária de material compactado, quando os agregados têm DMC de 37,5 mm ou inferior” (ABNT NBR NM 45, 2006).

O ensaio realizado pelo “método A” consiste em determinar a massa do recipiente vazio, preencher um terço do mesmo com o agregado, com a haste de adensamento aplicar uniformemente 25 golpes em toda a superfície do material, realizar o mesmo passo para o preenchimento de dois terços do recipiente e para a última camada que irá preenche-lo, sendo feito o nivelamento da superfície com a borda do deste (ABNT NBR NM 45, 2006).

Para a realização do ensaio foram tomadas as devidas precauções como não tocar a haste de adensamento no fundo do recipiente durante a compactação do primeira camada de agregado e não tocar a camada anterior a camada que está sendo adensada. Para obter apenas a massa da areia basta determinar a massa do recipiente com a massa do agregado compactado e subtrair a massa do recipiente vazio. Enfim, para determinar a massa unitária divide-se a massa do agregado adensado pelo volume do recipiente (ABNT NBR NM 45, 2006).

3.1.5 Água

A água utilizada na dosagem do material foi a mesma fornecida pela rede de abastecimento local, CAGECE.

3.2 Análise Microestrutural

A microestrutura do material produzido será avaliada pelas técnicas de caracterização a seguir:

- Microscopia eletrônica de varredura (MEV);
- Difração de Raio-X (DRX) e Fluorescência (FRX);
- Espectroscopia na Região do Infravermelho transformada de Fourier (FT-IR);
- Análises Termogravimétrica (TG / DTG).

As medidas serão realizadas em colaboração com o Grupo de Química de Materiais Avançados (GQMAT) do Departamento de Química Analítica e Físico-Química da Universidade Federal do Ceará.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Resultados parciais

4.1.1 Ensaios de granulometria

Os resultados obtidos das composições granulométricas da areia e do pó de MDF são apresentados nas tabelas 2 e 3, respectivamente.

Tabela 2 - Resultados da composição granulométrica da areia.

COMPOSIÇÃO GRANULOMÉTRICA - NBR 7217 – AREIA							
PEINEIRAS		1º DETERMINAÇÃO		2º DETERMINAÇÃO		%RETIDA MÉDIA	%RETIDA ACUMULADA
nº	Mm	Massa Retida (g)	% Retida	Massa Retida (g)	% Retida		
3/8"	9,5	0	0	0	0	0	0
1/4"	6,3	0	0	0	0	0	0
4	4,8	0	0	0	0	0	0
8	2,4	13	1,3	5	0,5	0,9	0,9
16	1,2	46	4,6	63	6,3	5,45	6,35
30	0,6	453	45,3	609	60,9	53,1	59,45
50	0,3	356	35,6	241	24,1	29,85	89,3
100	0,15	105	10,5	69	6,9	8,7	98
Fundo	0,01	27	2,7	13	1,3	2	100
TOTAL		1000	100	1000	100	100	-

DMC: 2,4 mm Módulo de Finura: 2,54 mm

Fonte: Produzido pelos autores.

Tabela 3 - Resultados da composição granulométrica do pó de MDF.

COMPOSIÇÃO GRANULOMÉTRICA - NBR 7217 – MDF

PEINEIRAS		1º DETERMINAÇÃO		2º DETERMINAÇÃO		% RETIDA MÉDIA	% RETIDA ACUMULADA
nº	Mm	Massa Retida (g)	% Retida	Massa Retida (g)	% Retida		
3/8"	9,5	0	0	0	0	0	0
1/4"	6,3	0	0	0	0	0	0
4	4,8	0	0	0	0	0	0
8	2,4	1	1	1	1	1	1
16	1,2	2	2	2	2	2	3
30	0,6	15	15	36	36	25,5	28,5
50	0,3	32	32	48	48	40	68,5
100	0,15	36	36	12	12	24	92,5
Fundo	0,01	14	14	1	1	7,5	100
TOTAL		100	100	100	100	100	-

DMC: 1,2 mm Módulo de Finura: 1,94 mm

Fonte: Produzido pelos autores.

4.1.2 Massa unitária da areia

Para garantir uma melhor precisão do resultado da massa unitária da areia, neste trabalho o ensaio foi realizado em triplicata. Os resultados são apresentados na tabela 4.

Tabela 4 - Massa do recipiente com o agregado adensado e massa unitária do agregado.

	MASSA (kg)	MASSA UNITÁRIA (kg/m³)
Recipiente vazio	6,36	—
Recipiente + agregado (ensaio 1)	12,47	1 247,00
Recipiente + agregado (ensaio 2)	12,55	1 255,00
Recipiente + agregado (ensaio 3)	12,68	1 268,00
Recipiente + agregado (média)	12,57	1 257,00

Fonte: Produzido pelos autores.

5 CONCLUSÃO

Com a elaboração deste trabalho, pôde-se fazer uma comparação entre as argamassas para contrapiso, convencional e com a utilização de pó de MDF

gerado pela indústria moveleira. Posteriormente, serão realizados ensaios com o objetivo de proporcionar conclusões e resultados mais representativos. Vale ressaltar a importância de futuros estudos que possam observar e analisar o comportamento do material produzido com tal resíduo ao longo do tempo, já que trata-se de restos de um composto orgânico.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciana Barbosa de; MENDES, Lourival Marin; SILVA, José Reinaldo Moreira da. **APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS DE PAINÉIS DE MADEIRA GERADOS PELA INDÚSTRIA MOVELEIRA NA PRODUÇÃO DE PEQUENOS OBJETOS**. 2009. 6 f. Monografia (Especialização) - Curso de Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia da Madeira, Departamento de Ciências Florestais da UFLA, Universidade Federal de Lavras, Viçosa - Mg, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rarv/v33n1/v33n1a18>>. Acesso em: 1 set. 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 7217**: Agregados - Determinação da Composição Granulométrica. Rio de Janeiro: ABNT, 1987. 3 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR NM 45**: Agregados - Determinação da massa unitária e do volume de vazios. 1 ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2006. 8 p.
- CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **RESOLUÇÃO CONAMA N° 307**: GESTÃO DE RESÍDUOS E PRODUTOS PERIGOSOS – Tratamento.... Brasília: DOU, 2002. 7 p. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=307>>. Acesso em: 8 set. 2018.
- ELEIOTÉRIO, J.R.; Tomazello Filho, M.; Bortoletto Junior, G. **Propriedades Físicas e Mecânicas de Painéis MDF de Diferentes Massas Específicas e Teores de Resina**. 11 p. Santa Catarina, 2000. Artigo – Ciência Florestal, Santa Maria, v. 10, n. 2, p. 75-90.
- GOLUB, Anderson; SILVA, Cristiano Vitorino da. INFLUÊNCIA DO USO DE MATERIAIS ALTERNATIVOS EM ARGAMASSA DE REVESTIMENTO INTERNO: AVALIAÇÃO QUANTO AO ISOLAMENTO TÉRMICO. **Perspectiva**, Erechim - RS, v. 41, n. 154, p.111-126, jun. 2017. Trimestral. Disponível em: <http://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/154_628.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.
- JOHN, V. M. **Reciclagem de resíduos na construção civil: contribuição à metodologia de pesquisa e desenvolvimento**. 102 p. São Paulo, 2000. Tese (Livre Docência) – Escola Politécnica, Universidade de São Paulo.
- JUNIOR, Eloy Fassi Casagrande; Maclovio Corrêa da Silva; Antonio Carlos Cassilha; Celso Luiz Podlasek; Suzete Nancy Filipak Mengatto. **INDÚSTRIA MOVELEIRA E**

RESÍDUOS SÓLIDOS: CONSIDERAÇÕES PARA O EQUILÍBRIO AMBIENTAL.
Revista Educação & Tecnologia. Curitiba, Editora do CEFETPR, v.8, p. 209 - 228,
2004.

KOCH, Marciano Ricardo. **Gestão de Resíduos Sólidos de Uma Indústria de Aglomerados e Moveleira – Um Olhar Para Sustentabilidade.** 2012. 126 f. Dissertação (Mestre em Ambiente e Desenvolvimento) – Ambiente e Desenvolvimento, Centro Universitário UNIVATES do Rio Grande do Sul, Campus Lajeado, Lajeado - RS, 2012.

BRASILEIRO, L. L.; MATOS, J. M. E. **Revisão Bibliográfica:** reutilização de resíduos da construção e demolição na indústria da construção civil. Cidade Universitária – SP. v. 61. 2015. P. 178-189. Disponível em: www.scielo.br/pdf/ce/v61n358/0366-6913-ce-61-358-00178.pdf Acesso em: 9 de set. de 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0366-69132015613581860>

ROTH, Caroline das Graças; GARCIAS, Carlos Mello. Construção Civil e a Degradação Ambiental. **Desenvolvimento em Questão**, [S.l.], v. 7, n. 13, p. 111-128, out. 2011. ISSN 2237-6453. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/169>. Acesso em: 01 set. 2018. doi: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2009.13.111-128>.

SPECK, Jaison Araujo. **Análise do Desempenho de Placas Cimentícias Através da Adição de Fibras e Telas Visando a Redução de Deformações Térmicas e Patologias.** 2014. 112 f. Dissertação (Mestre em Engenharia de Minas, Metalurgia e Minerais) – Tecnologia Mineral, Ambiental e Metalurgia Extrativa, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Escola de Engenharia, Departamento de Metalurgia da Escola de Engenharia da UFRGS, Porto Alegre - RS, 2014.

WEBER, Cristiane; Setsuo Iwakiri. **UTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE COMPENSADOS, MDF E MDP PARA PRODUÇÃO DE PAINÉIS AGLOMERADOS.** Ciência Florestal, Santa Maria, v. 25, n. 2, p. 405-413, abr.-jun., 2015.

ANÁLISE DA INCLUSÃO DE ESCÓRIA DE ACIARIA COMO MATERIAL ALTERNATIVO PARA PAVIMENTOS FLEXÍVEIS, EM ESTADOS BRASILEIROS

Artur Othon Silva Lima¹

Débora Maciel de Oliveira²

Técio Manuel Gomes Rocha³

Alessandra Honório Oliveira⁴

RESUMO

Este estudo visa avaliar e mapear os estados brasileiros onde foram utilizadas as escórias de aciaria, como sendo um material alternativo para uso nas camadas granulares dos pavimentos flexíveis. Este tipo de material é um resíduo sólido gerado durante o processo de produção do aço em siderúrgicas e o reaproveitamento desse resíduo para o uso na pavimentação pode trazer vantagens econômicas e ambientais. Objetivando analisar a viabilidade do uso desse material no pavimento rodoviário, foi feita a comparação das características deste agregado em estados mapeados através de uma pesquisa bibliográfica. Foram tabelados e comparados resultados de ensaios laboratoriais para apresentar um apanhado de parâmetros relacionados aos materiais de cada região. Dentre eles, os considerados e normatizados pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) são: Abrasão Los Angeles, Densidade Real, Durabilidade, Índice de Suporte Califórnia (ISC) também conhecido como CBR, Granulometria e Potencial Expansivo. Diante dos ensaios de durabilidade e CBR os resultados foram semelhantes e satisfatórios em todos os locais de estudo. Quanto ao resultado de ensaio de Abrasão Los Angeles apenas na cidade de Fortaleza foi visto um valor superior ao normatizado. O maior problema caracterizou-se pelo Potencial Expansivo superior aos 0,5% estabelecidos, para todos os casos analisados, e que

¹ Graduando de Engenharia Civil; artur.othon@outlook.com

² Graduanda de Engenharia Civil; deb.maciel@yahoo.com.br

² Graduando de Engenharia Civil; tecio_rocha@hotmail.com

² Orientadora; Mestra; alessandra@det.br

caracteriza um dos principais empecilhos para a trabalhabilidade da escória nos pavimentos. Por isso, nota-se a importância de alguns métodos de monitoramento do processo de cura e do uso de aditivos adequados para controlar os valores de expansão. Sobretudo porque esses valores quase sempre diferem ao que é estabelecido na normatização em vigor.

Palavras-chave: Agregados; Ensaios de Caracterização; Pavimentação; Materiais Alternativos; Escória.

ABSTRACT

This study aims to evaluate and to map the Brazilian states where the slag was used as an alternative material for use in the granular layers of flexible pavements. This type of material is a solid residue generated during the steelmaking process in steelmakers and the reuse of this residue for use in the paving can bring economic and environmental advantages. In order to analyze the feasibility of the use of this material in the road pavement, the characteristics of this aggregate were compared in these states mapped through a bibliographical research. We have analyzed and tabulated test results to understand which sites offer the best material related to each parameter under study. Among them, those considered and regulated by the National Department of Transportation Infrastructure (DNIT) are: Los Angeles Abrasion, Real Density, Durability, California Bearing Ratio (CBR), Granulometry and Expansive Potential. Considering the durability and CBR tests, the results were similar and satisfactory in all study sites, as compared to Los Angeles Abrasion (L.A.) only in the city of Fortaleza presented a value higher than the normalized. The greatest problem was characterized by the Expansive Potential higher than the 0.5% established, for all the analyzed cases, and that characterizes one of the main obstacles for the workability of the slag in the pavements. Therefore, it is important to note some methods of monitoring the curing process and the use of suitable additives to control the expansion values. Especially because these values almost always differ from what is established in the regulations in force.

Keywords: *Aggregates; Characterization Tests; Slag; Alternative Materials; Paving.*

1. INTRODUÇÃO

O aproveitamento de resíduos na Construção Civil tem se tornado frequente, já que os materiais alternativos geralmente são mais baratos e, muitas vezes, possuem características de resistência e durabilidade melhores que os materiais convencionais (GEYER, 2011). Segundo Rohde (2002), a preocupação com a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais e com os efeitos que a extração de agregados pode causar sobre o meio ambiente tem tornado fundamental a investigação cuidadosa de alternativas aos materiais naturais tradicionalmente empregados na pavimentação de vias.

Há inúmeros relatos de patologias causadas pelo mau uso da escória como principal pode citar as erupções de trincas causadas pela expansão volumétrica desse agregado (CARDOSO e DIAS, 2014). Diante disso, desde 1994, o até então órgão regulador das rodovias federais, Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) vem analisando o uso do agregado siderúrgico, porém apenas em 2017 o atual Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) conseguiu normatizar o uso na regularização das camadas de base e sub-base.

1.1. Objetivos

1.1.1. Objetivo Geral

Comparar as características da escória de aciaria, em alguns estados brasileiros, quando utilizada como agregado em pavimentos flexíveis, a partir de pesquisa bibliográfica.

1.1.2. Objetivos Específicos

- Analisar a escória como material alternativo para pavimentos flexíveis;
- Mostrar a importância de se fazer a caracterização de materiais;
- Mostrar os ensaios (Abrasão Los Angeles, Densidade Real, Durabilidade, Índice Suporte Califórnia, Granulometria e Potencial Expansivo) apresentados na literatura que caracterizam as escórias de aciaria pelos autores dentro da pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho, para caracterização de materiais.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Este item trata sobre a revisão bibliográfica dos assuntos envolvidos na temática abordada neste trabalho, como pavimentos flexíveis, escória e ensaios de caracterização de agregados.

2.1. Pavimento Flexível

Segundo a ABNT NBR 7207-1982, conceitua o pavimento como uma estrutura construída após terraplenagem e destinada a resistir e distribuir ao subleito os esforços verticais produzidos pelo tráfego; melhorar as condições de rolamento quanto à comodidade e segurança; resistir aos esforços horizontais que nela atuam, tornando mais durável a superfície de rolamento.

Para dimensionar adequadamente uma estrutura de pavimento devem-se conhecer as propriedades dos materiais utilizados, sua resistência à ruptura, permeabilidade e deformabilidade, frente à repetição de carga e ao efeito do clima (SENÇO, 1997).

2.2. Escória

A Norma ABNT NBR 5019/1982 define escória como um produto líquido ou pastoso, produzido durante operações piro metalúrgicas, isso é, processos de extração realizados em temperaturas acima da temperatura ambiente, que geralmente contem sílica e se torna sólida à temperatura ambiente. Escória é o principal resíduo gerado pelas indústrias siderúrgicas durante a fabricação do aço e que segundo Pena (2004) é gerada aproximadamente 200 milhões de toneladas por ano.

Escórias de aciaria e as escórias granuladas de alto forno são as mais comumente utilizadas, segundo Masuero *et al.* (1998), as mesmas constituem um pouco mais da metade de todos os outros resíduos metalúrgicos utilizados, e se diferenciam através do processo de produção. A escória de alto forno é produzida no processo de fabricação do ferro gusa que sofre um resfriamento para obter a forma final. E as escórias de aciaria são geradas do processo de fabricação do aço.

2.3. Principais Aplicações das Escórias

A escória de alto-forno é utilizada, principalmente, como matéria-prima para fabricação do cimento e como agregado na fabricação e execução do concreto e pavimentação. Diferente das escórias de alto forno, as escórias de aciaria tem seu emprego limitado como material de construção civil.

Em alguns países, já existem normas que tratando uso de escórias e dentre as vantagens que as escórias apresentam com relação aos agregados convencionais destaca-se o menor custo, maior resistência ao desgaste, maior peso próprio e forma dos grãos, conferindo melhor consistência e adesividade às misturas asfálticas. Brun e Yuan (1994) apontam os vários campos de aplicação de escórias de diferentes origens, como apresentado na Tabela 01 a seguir.

Tabela 01: Campo de aplicação de escórias de diferentes origens.

CAMPOS DE APLICAÇÃO		PROCEDÊNCIA DA ESCÓRIA	
		Aciaria	Alto Forno
Ferroviário	lastro/sub-lastro	X	
Rodoviário	base/sub-base	X	X
	rev. asfáltico	X	X
	dreno/canaleta	X	X
	proteção talude	X	
	pátio industrial	X	X
	estacionamento	X	X
	meio fio	X	X
Construção Civil	piso de concreto	X	X
	pré moldados	X	X
	manilhas/tubos	X	X
Agricultura	corretivo de solos	X	X
Fabrica de cimento	substituto calcário	X	
	minério de ferro	X	
	clínquer		X
Metalúrgico	fundente/redução	X	X

FONTE: Adaptado de Brun e Yan (1994).

As escórias de refino como agregados podem ser empregadas em pavimentação, na produção de tijolos e blocos e em concretos (GREYER, 2001). A seguir são mostrados na Figura 1 aspectos potenciais do uso da escória de aciaria.

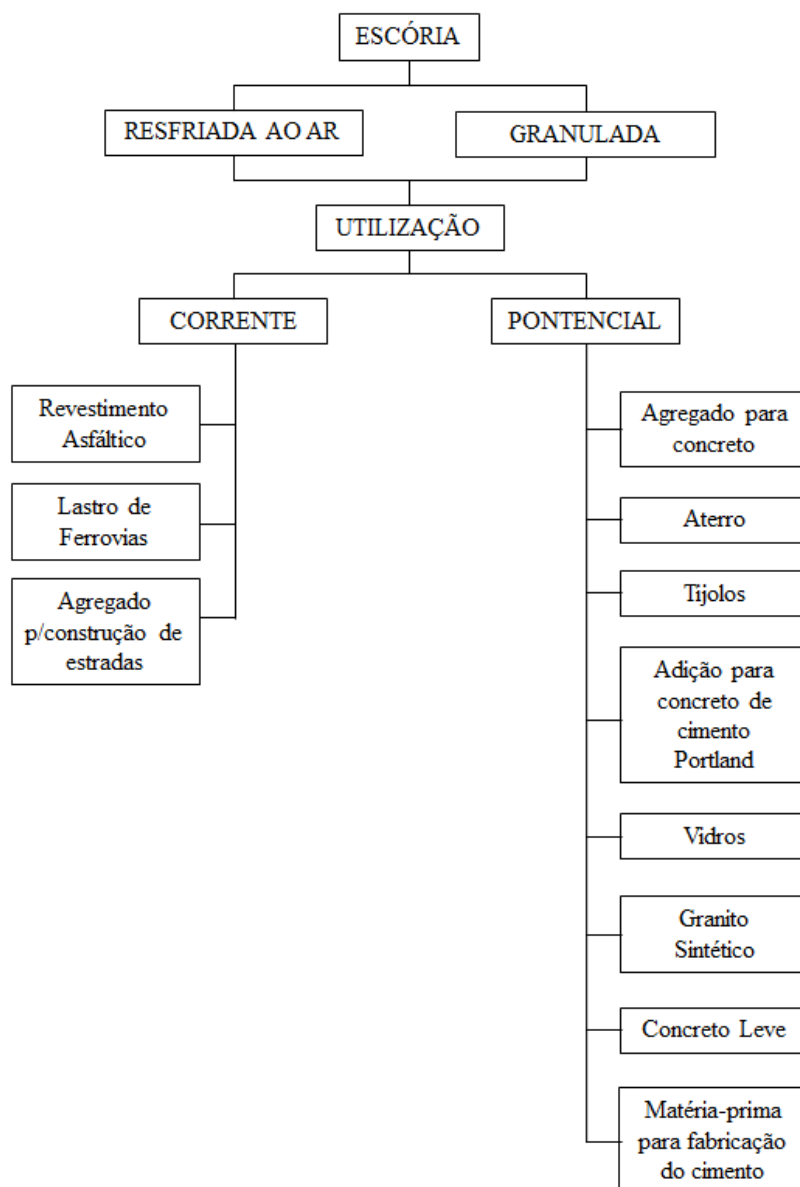


Figura 1: Usos correntes e usos potenciais da escória de aciaria

FONTE: Adaptado de Geyer (1997).

2.4. Expansibilidade da Escória

A principal dificuldade que existe quanto à utilização da escória de aciaria como material para pavimentação é a possibilidade de expansão que ocorre devido a reações envolvendo compostos presentes na escória (RAPOSO, 2005). Essas reações ocorrem por conta dos teores de óxidos de cálcio e de magnésio presentes na escória, que ao se hidratarem, formam um composto expansivo. Fato que não é interessante, pois causa a deformação da pavimentação.

Para acelerar e controlar o processo é feito uma hidratação do material, procedimento chamado de cura. Quando feito a céu aberto, é necessário ter uma altura máxima de dois metros do estoque a fim de homogeneizar o efeito da umidificação (MACHADO, 2000).

O beneficiamento da escória se inicia no processo de resfriamento onde, segundo Baltazar (2001), há três modos de resfriamento; o lento onde se dá naturalmente ao ar livre, a rápida ocorre por jatos d'água e a ultrarrápida onde se coloca a escória numa baia contendo 50 vezes mais o seu volume.

Para analisar o processo de expansão da escória de aciaria é necessário considerar métodos de controle, tais como JIS A 5015/1992 (*Iron and steel slag for road construction*), ASTM D 4792 (*Standard Test Method for Potential Expansion of Aggregates from Hydration Reactions*) E PTM 130/1976 (*Pensylvania Test Method*) apresentados na Tabela 02.

Tabela 02: Métodos laboratoriais de determinação do potencial de expansão das escórias de aciaria

Métodos	Características
PTM – 130/78	<ul style="list-style-type: none"> – Energia de compactação: Proctor Normal; – Mecanismo de aceleração da expansão: Imersão em água aquecida e aquecimento em estufa; – Temperatura de imersão: $71 \pm 3^{\circ}\text{C}$; – Período de ensaio: 14 dias (imersão: 07 dias; estufa: 07 dias); – Limite de expansão: 3,0% (aos 14 dias).
DMA-1/DER-MG/92 (JIS A – 5015/92)	<ul style="list-style-type: none"> – Energia de compactação: Proctor Modificado; – Mecanismo de aceleração da expansão: Imersão em água, com períodos diários de aquecimento de 6 horas; – Temperatura de imersão: $80 \pm 3^{\circ}\text{C}$; – Período de ensaio: 10 dias; – Limite de expansão: 2,0% (aos 10 dias);
ASTM O 4792/00	<ul style="list-style-type: none"> – Energia de compactação: Proctor Normal; – Mecanismo de aceleração da expansão: Imersão em água aquecida; – Temperatura de imersão: $70 \pm 3^{\circ}\text{C}$; – Período ensaio: 07 dias (mínimo); – Limite de expansão: 0,5% (aos 07 dias).

FONTE: Adaptado de Oliveira (2006).

O método do ensaio de expansão PTM-130/78 do Departamento de Transportes da Pensilvânia, EUA, foi adaptado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do estado de Minas Gerais, Brasil, originando o ensaio DMA-1/DER-MG/92 onde se tornou o ensaio mais utilizado no Brasil por apresentar menor variabilidade de resultado (OLIVEIRA, 2006).

2.5. Caracterização da Escória

2.5.1. Granulometria

Determina a distribuição dos tamanhos dos grãos do agregado, regida pela norma da ABNT NBR NM 248:2003. De acordo com a mesma, para o procedimento de ensaio é tomado à amostra em seu estado seco, 1.000 gramas para agregado miúdo e 5.000 gramas para agregado graúdo. Encaixando as peneiras em conjunto, previamente limpas e com ordem crescente de abertura de malha. Colocando a amostra sobre a peneira superior, promovendo o peneiramento, pesagem e registro de casa amostra de solo retido para cada abertura.

Segundo DNER ME 262/1994, a granulometria para o uso de escórias de aciaria para pavimentos rodoviários devem obedecer aos seguintes limites de 40,0% até 12,7mm e 60,0% entre 12,7 e 50,8mm de abertura nominal, atendendo o projeto.

2.5.2. Massa Específica dos Grãos

A massa específica aparente é a relação entre a massa e o volume total do agregado. O material, no estado seco, é colocado em um recipiente de volume conhecido e posteriormente pesado. O ensaio é realizado, no mínimo, duas vezes para caracterizar o grão e identificar o material do qual se obteve o agregado.

2.5.3. Massa Unitária

É a obtenção da média da relação entre os valores obtido da massa do agregado pelo volume do recipiente utilizado. Os valores de massa unitária são importantes para ter uma noção de calculo do consumo do material por metro cúbico de concreto. Pela DNER ME 262/1994 a massa unitária deve ser obtida no intervalo entre 1,5 a 1,7 kg/dm³.

2.5.4. Absorção

Aumento da massa do agregado, devido ao preenchimento dos seus poros por água, expresso como porcentagem de sua massa seca. É determinada em função da diferença de pesos, expressos em porcentagem, observados em uma amostra que, inicialmente é mergulhada em água por 24 horas e depois seca em

estufa a 100°C á 110°C, até constância de pesos. O ensaio de absorção de água mede a quantidade de água absorvida pelos agregados, o que indica a porosidade dos agregados e, em parte, a quantidade de betume que estes absorvem (SILVA, 2006).

2.5.5. Expansão

Determinada pelo ensaio de índice de suporte Califórnia, conhecido também por CBR, quando em uma etapa do ensaio, o solo é imerso em água por no mínimo quatro dias. Segundo DNIT (2006), os valores adequados de expansão são categorizados de acordo com o tipo de função estrutural na qual o agregado irá exercer, conforme a Tabela 3 a seguir.

Tabela 03: Valores Adequados de Expansão para Diferentes Funções Estruturais

Base	Expansão $\leq 0,5\%$
Subleito	Expansão $\leq 2\%$
Reforço do Subleito	Expansão $\leq 1\%$

Fonte: DNIT (2006).

Além disso, pode ser verificada a expansão através do método de ensaio DMA-1/DER-MG/92.

2.5.6. Densidade Real

A densidade real é uma ferramenta empregada para conversão de massa e volume. É definida como a razão da massa de um dado volume de substância dividida pela massa de igual volume de água, à mesma temperatura. A densidade é usada para determinar a massa específica (γ).

2.5.7. Índice de Forma

A forma dos agregados é caracterizada pelos índices de forma: o índice de alongamento e lamelação. Deste modo, para uma determinada fração granulométrica deve determinar-se a percentagem de partículas alongadas e lamelares existentes nos agregados (SILVA, 2006).

2.5.8. Durabilidade

A durabilidade de um agregado está relacionada à resistência ao intemperismo. O procedimento do ensaio é através do emprego de soluções de sulfato de sódio ou de magnésio na qual será imerso o agregado em estudo e analisado a perda de massa desse agregado após essas imersões.

2.5.9. Abrasão Los Angeles

Este ensaio, conforme norma DNER-ME 035/98, consiste em obter certa quantidade de agregado, cinco ou dez quilos, satisfazendo a determinada granulometria, e submetê-la a choques e desgastes durante a rotação de um tambor metálico de 80 centímetros de diâmetro a uma velocidade de 30 a 33 rpm. O efeito é intensificado pela presença de doze esferas de aço e o ensaio é concluído após 500 ou 1000 rotações a depender da faixa granulométrica.

Posteriormente, o material é peneirado e o desgaste aferido pela razão entre a quantidade de material que passou na peneira de 1,7 mm após o ensaio e a quantidade total colocada inicialmente no tambor.

O desgaste por abrasão Los Angeles deve ser de no máximo igual a 25,0% para sub-base, base e revestimento, de acordo com os valores obtidos pela norma do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem) ME 262/1994.

2.5.10. Índice de Suporte Califórnia (ISC)

O ISC define o valor da capacidade de suporte de solos e materiais granulares empregados em pavimentação. O ensaio consiste na determinação da relação entre a pressão necessária para produzir uma penetração num material de um pistão em um corpo-de-prova de solo, e a pressão necessária para produzir a mesma penetração num material granular padrão de referência (DNIT, 2006).

Segundo a norma da ABNT 15115 (2004), o valor recomendado de ISC para camadas de base em pavimentos encontram-se em valores maiores ou iguais a 60 %.

No Brasil, a capacidade de suporte dos materiais das camadas inferiores dos pavimentos, representada pelo Índice de Suporte Califórnia ou CBR (*California Bearing Ratio*), ainda é a mais adotada pelo método de dimensionamento de pavimentos brasileiros (OLIVEIRA L. E., 1998).

3. METODOLOGIA

A pesquisa bibliográfica foi feita com o intuito de levantar um conhecimento disponível sobre teorias, a fim de analisar, produzir ou explicar um objeto sendo investigado. A pesquisa bibliográfica visa então analisar as principais teorias de um tema, e pode ser realizada com diferentes finalidades (CHIARA, KAIMEN *et al.*, 2008). Visto isto, fora utilizada tal pesquisa buscando o aprofundamento dos assuntos relacionados neste trabalho, como pavimentos flexíveis, ensaios de caracterização dos materiais e escórias. Efetuando a

comparação de resultados de ensaios, entre publicações acadêmicas como: artigos, monografias e teses.

4. AMOSTRAGEM

Após pesquisa bibliográfica, como já descrito no capítulo de metodologia deste trabalho, foram elaboradas as Tabelas 04 e 05 a seguir, que mostram os resultados de ensaios de laboratório que utilizaram a escória como agregado, em alguns estados brasileiros.

Tabela 04: Ensaios apresentados a partir de pesquisa bibliográfica

FONTE	ENSAIOS REALIZADOS				
	Abrasão Los Angeles	Densidade Real	Durabilidade	Potencial Expansivo	CBR
ROHDE (2002)	25 %	3,39 e 3,51	0,5 %	0,5 % aos 7 dias	200 %
RAPOSO (2005)	14 %	3,40	-	Média de Amostra Não Tratada: 2,64 % Média de Amostra Tratada: 1,99 %	Média de 106,4 %
PARENT E <i>et al.</i> (2003)	34 a 38 %	-	Perda em massa de 4,7 %	Baixa coesão do material e a dificuldade de obter uma curva de compactação bem definida	50% Solo + 50% Brita = 30%; 30% Solo + 70% Brita = 35%; 50% Solo + 50% Escória = 50 % no CBR; 30% Solo + 70% Escória = 70 % no CBR
NETO, OLIVEIRA E AGUIAR (2015)	20,70 %	-	0,82 %	0,67 %	64 %
	24,2 %	-	0,60 %	0,54 %	73 %
	19,40 %	-	0,59 %	1,31 %	87 %

Tabela 05: Resultados da Pesquisa

FONTE	LOCALIZAÇÃO	RESULTADOS
ROHDE (2002)	Porto Alegre – Rio Grande do Sul	A escória de aciaria elétrica pode ser empregada como agregado para base e sub-base de pavimentos tanto estabilizada granulometricamente quanto modificada por aditivos
RAPOSO (2005)	Espirito Santo	A escória de aciaria LD avaliada neste estudo deve sofrer algum tipo de tratamento, com o objetivo de reduzir os níveis de expansão, para essa escória de aciaria pode ser utilizada em bases e sub-bases de pavimentos, uma vez que, se for utilizada uma escória de aciaria com valores de expansão elevados, esse material pode danificar o pavimento.
PARENTE <i>et al.</i> (2003)	Fortaleza - Ceará	A escória de aciaria, desde que seja submetida ao processo de cura por hidratação e seu potencial expansivo seja reduzido aos limites aceitáveis, poderá ser empregada como agregado para as camadas de base e sub-base de pavimentos.
NETO, OLIVEIRA E AGUIAR (2015)	Sapucaia do Sul – Rio Grande do Sul Rio de Janeiro - RJ Pindamonhangaba - SP	A escória de aciaria apresenta potencial de aplicação na pavimentação rodoviária. Com aplicação comprovada tende a ter melhores resultados do que os materiais comumente utilizados.

Na Figura 2 em sequência são mostrados de forma ilustrada os estados brasileiros analisados nesta amostragem.

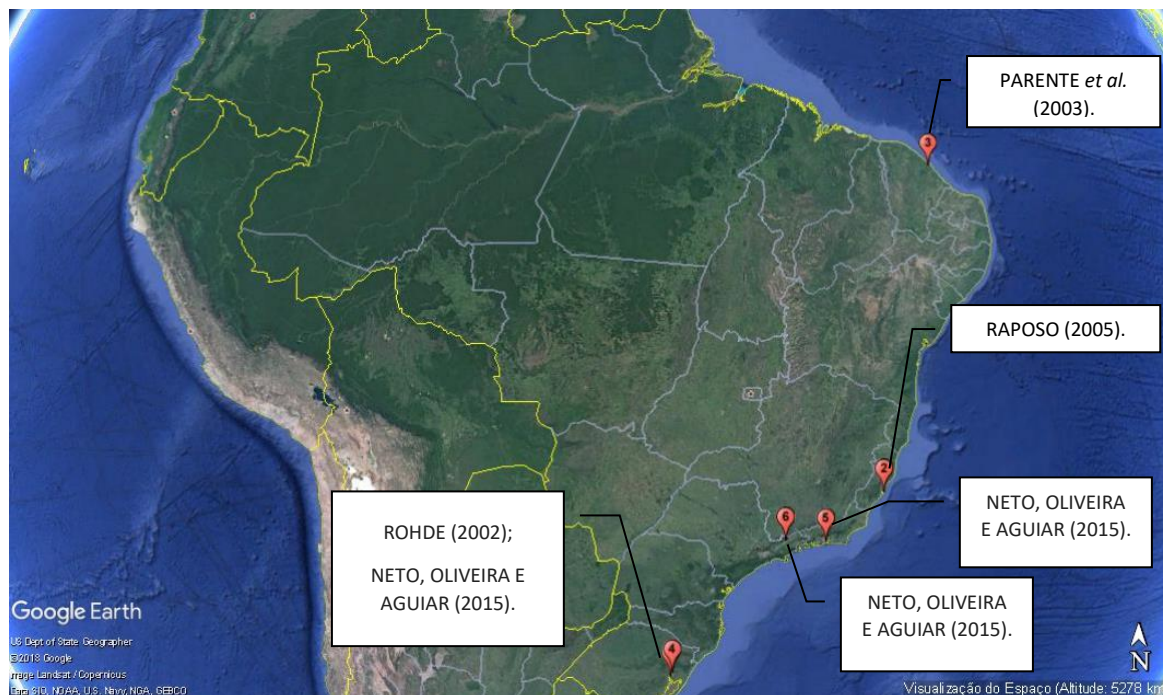


Figura 2: Representação da Amostragem por Estado Brasileiro

FONTE: Autores (2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descoberta de novos materiais para a execução de pavimentos é fundamental, principalmente, no aspecto ambiental e econômico, visto que aqueles utilizados atualmente são onerosos, de baixa variedade e que futuramente poderão se esgotar do meio. Com a diversidade de materiais existentes no ambiente, há a possibilidade de estudá-los e incorporá-los a pavimentos. Visando, assim, trazer uma boa funcionalidade e beneficiando o quesito de sustentabilidade.

Este trabalho analisa o uso de escoria de aciaria em pavimentos flexíveis, através de pesquisas que utilizaram tal material de forma alternativa e incluíram-no em camadas do pavimento. Os estados analisados foram Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Ceará, Rio de Janeiro e São Paulo e para cada um foi recolhida informações referente a ensaios realizados e obtidos a partir de pesquisa bibliográfica.

Ensaio laboratoriais foram realizados pelos autores discriminados e expostos na Tabela 03 já apresentada. Observou-se que em Fortaleza- CE, no estado do Ceará, foi obtido um valor superior ao determinado por norma de Abrasão Los Angeles, ou seja, acima de 25 % de acordo com a norma DNER – ME 262 (1994). Os ensaios de durabilidade e CBR obtiveram seus resultados dentro da margem do limite especificado para esta mesma norma já mencionada. No quesito

potencial expansivo, o percentual analisado encontra-se acima do valor de 0,5% permitido por norma de acordo com o DNIT (2006), o que já é previsto a partir do resultado de pesquisas, pois a escória possui tal dificuldade em sua utilização. Desta forma, a escória deve ser submetida a processos ou uso de aditivos para obter o controle deste percentual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABNT NBR 15115. Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – Execução de camadas de pavimentação – Procedimentos. Rio de Janeiro. 2004.
- ABNT NBR 5019. Produtos e ligas de cobre – Terminologia. 2001.
- ABNT NBR 6459. Determinação do Limite de Liquidez de Solos. 1984.
- ABNT NBR 6459. Solo: determinação do limite de liquidez. Rio de Janeiro. 1984.
- ABNT NBR 7180. Determinação do Limite de Plasticidades de Solos. 1984.
- ABNT NBR 7180. Solo: determinação do limite de plasticidade. Rio de Janeiro. 1984.
- ABNT NBR 7207. Terminologia e Classificação de Pavimentação. 1982.
- ABNT NBR 7251. Determinação da Massa Unitária. Rio de Janeiro. 1982.
- ABNT NBR 9776. Agregados – Determinação da massa específica de agregados miúdos por meio do frasco de Chapman. Rio de Janeiro. 1987.
- ABNT NBR 9895. Solo – Índice de Suporte Califórnia. 1987.
- ABNT NBR 9935. Agregados – Terminologia. 2005.
- ABNT NBR NM 248. Determinação da composição granulométrica. Rio de Janeiro. 2003.
- BERNUCCI, Leidi Bariani *et al.* Pavimentação asfáltica: formação básica para engenheiros. Rio de Janeiro: Petrobras: ABEDA, 2008. 501 p., il. color.
- BERNUCCI, Liedi Bariani *et al.* Pavimentação asfáltica: formação básica para engenheiros. Rio de Janeiro. 2008.
- BRUN, D. W.; YUAN, W. C. Caracterização e aproveitamento dos resíduos siderúrgicos principais gerados pela aciaria elétrica. Porto Alegre:
- PPGEMMIUFRGS, 1994, 34p. [Seminário da disciplina MTMD99- Tópicos especiais- Resíduos industriais siderúrgicos: caracterização e aproveitamento].
- CAPUTO, Homero Pinto. Mecânica dos solos e suas aplicações. In: Mecânica dos solos e suas aplicações. LTC. 1981.

CARDOSO, A. V. M.; DIAS, F. M.. A UTILIZAÇÃO DE ESCÓRIA DE ACIARIA PARA MANUFATURA DE BLOCOS DE PAVIMENTAÇÃO. 2014. 7 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Civil, Centro Universitário do Leste de Minas Gerais, Ipatinga, 2014.

CHIARA, I. D. et al. Normas de documentação aplicadas à área de Saúde. Rio de Janeiro: Editora E-papers, 2008.

DINIZ, Dayse Horta. A INFLUÊNCIA DOS FINOS DE ESCÓRIA DE ACIARIA COMO ESTABILIZANTE DE SOLOS PARA USO EM PAVIMENTOS. 2009. Tese de Doutorado. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.

DNER – EM 262. Escórias de aciaria para pavimentos rodoviários – Especificação de Material. 1994.

DNER – ME 035. Determinação de Abrasão Los Angeles. 1998.

DNER – ME 084. Agregado Miúdo – Determinação da Densidade Real. 1995.

DNER – ME 089. Agregados – Avaliação da Durabilidade pelo Emprego de Soluções de Sulfato de Sódio ou de Magnésio. 1994.

DNER-ME 081. Agregados – Determinação da absorção e da densidade de agregado graúdo. 1998

DNIT – Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes. Manual de Pavimentação. 3ed. Rio de Janeiro. 2006

DNIT 172. Solos – Determinação do índice de Suporte Califórnia utilizando amostras não trabalhadas – Método de ensaio. 2016.

DNIT ME 172. Solos – Determinação do Índice de Suporte Califórnia utilizando amostras não trabalhadas. 2016.

DNIT. Manual de Pavimentação. Rio de Janeiro, 2006.

GEYER, R M. T. Estudo sobre a expansibilidade das escórias de aciaria e sua potencialidade de uso na construção civil. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Minas, Metalúrgica e dos Materiais - UFRGS, 1997. 33p. Proposta de tese de doutorado.

GEYER, Rejane Maria Tubino. Estudo sobre a potencialidade de uso das escórias de aciaria como adição ao concreto. 2001.

IBA, Relatório de Sustentabilidade de 2010. São Paulo, 2015.

JOHN, Vanderley M. et al. Reciclagem de escória de alto-forno no Brasil. SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE REUSO/RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS INDUSTRIAIS. São Paulo: SEMA-SP/FIESP/CETESB, 2000.

MACHADO, A. T. Estudo Comparativo dos Métodos de Ensaio para Avaliação da Expansibilidade das Escórias de Aciaria. Dissertação de Mestrado do Departamento de Engenharia de Construção Civil - POLI/USP, São Paulo, SP, Brasil. 2000.

MASUERO, A. B.; VILELA, A. C.; DAL MOLIN, D. Utilização de escórias de aciaria e de cobre como adições para concretos. In: International congress of concrete technology. 1998. p. 447-460.

MOURA, Washington Almeida. Utilização de escória de cobre como adição e como agregado miúdo para concreto. 2000.

MRV (Vitória/ES). UTILIZAÇÃO DO AGREGADO SIDERÚRGICO NA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DE EMPREENDIMENTOS RESIDENCIAIS. Vitória: CBIC, 2016.

NETO, José Ciro Pinheiro; Oliveira, Francisco Heber Lacerda de; AGUIAR, Marcos Fábio Porto de. Revisão de Estudos sobre a Aplicação de Escória de Aciaria na Pavimentação Rodoviária. 44ª RAPV–REUNIÃO ANUAL DE PAVIMENTAÇÃO E 18º ENACOR–ENCONTRO NACIONAL DE CONSERVAÇÃO RODOVIÁRIA. 2015.

NEVES, Célia *et al.* Seleção de solos e métodos de controle na construção com terra–práticas de campo. PROTERRA/CYTED, IV SIACOT/III ATP. 2005.

OLIVEIRA, Fábio Uliana de. Avaliação de três métodos de ensaio para determinação do potencial de expansão de escórias de aciaria para uso em pavimentação. 2006. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

OLIVEIRA, L. E. Contribuição à Implantação de Obras Viárias Urbanas de Baixo Volume de Tráfego com Uso de Solos Transicionais, Tese de Doutorado, ITA, São José dos Campos, 1998.

OLIVEIRA, L. E. e VERTAMATI, E., Utilização do Cone de Penetração Dinâmica (DCP) na Avaliação Estrutural de Pavimentos de Baixo Volume de Tráfego, 31ª Reunião Anual de Pavimentação, vol. 1, pág. 616 a 628, São Paulo, 1998 - a.

PARENTE, Everton Bezerra; BOAVISTA, Alvaro Holanda; SOARES, Jorge Barbosa. Estudo do comportamento mecânico de misturas de solo e escória de aciaria para aplicação na construção rodoviária na região metropolitana de Fortaleza. In: Anais do XVII Congresso de pesquisa e Ensino em Transportes, ANPET-Associação Nacional de Pesquisa e ensino em Transportes. 2003. p. 215-222..

PENA, D. C. Avaliação da Expansibilidade da Escória de Aciaria LD curada a vapor para Utilização em peças de Concreto para Pavimentação. Vitória: Dissertação de mestrado. UFES, 2004.

PIRET, J. & DRALANTES, A. Utilization of LD slag by reduction in the liquid state production of Portland clinker and hot metal. Cement, bétons, planters, chaux. V. 748, nº 3, p.3 – 7.1984.

RAPOSO, Carlos Olympio Lima. Estudo experimental de compactação e expansão de uma escória de aciaria LD para uso em pavimentação. 2005.

RHODE, L. Escória de aciaria elétrica em camadas granulares de pavimentos - estudo laboratorial. Dissertação de mestrado em engenharia Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. 2002.

SENÇO, Wlastermiller de. Manual de Técnicas de pavimentação: volume 1. São Paulo: Pini, 1997. 746 p.

SILVA, Carlos Filipe Santos Correia. Reutilização do resíduo oriundo dos serviços de restauração asfáltica como material alternativo em camadas de pavimentos flexíveis. 2012.

SILVA, Hugo Manuel Ribeiro Dias da. Caracterização do Mastique Betuminoso e da Ligação Agregado-Mastique: Contribuição para o estudo do comportamento das misturas betuminosas. 2006.

YODER, E. J.; WITCZAK, M. W. *Principles of pavement design*. 2 ed. New Jersey: J. Wiley, 1975. 711 p., il.

ANÁLISE DA PENDULARIDADE DOS DESLOCAMENTOS MOTORIZADOS NA CIDADE DE FORTALEZA

Larissa Palmeira de Sousa¹

Francelino Franco Leite de Matos Sousa²

RESUMO

A variabilidade dos deslocamentos de uma cidade é resultado de modificações econômicas, de uso do solo e dos transportes que ocorrem em uma cidade com o passar do tempo. Questões econômicas tendem a impactar de maneira mais efetiva a variabilidade temporal desses deslocamentos, por exemplo fazendo com que as pessoas entrem e saem dos locais em que trabalham ou estudam em momentos muito próximos, originando os horários de pico dos deslocamentos. A pendularidade desses deslocamentos é proveniente da realização de viagens dos usuários do sistema de transportes, motivada por ações rotineiras como trabalho e educação. Identificar esse padrão temporal permite maior previsibilidade em relação a duração da viagem e melhor agendamento das atividades por parte da sociedade. Também contribui na tomada de decisão de planejadores e operadores, tornando o sistema viário e o de transporte coletivo mais eficientes. Assim, o objetivo geral deste artigo é analisar a pendularidade dos deslocamentos em Fortaleza, a partir da utilização de técnicas de clusterização e dados do tipo big data oriundos dos equipamentos de fiscalização eletrônica distribuídos na cidade. Para tanto foi realizada uma análise horária dos volumes desses deslocamentos em intervalos de uma hora, com auxílio das ferramentas Excel e da linguagem de programação R. Verificou-se a existência de três clusters de variabilidade: o primeiro sem a presença de período de picos no volume veicular e formado por equipamentos localizados no centro da cidade; no segundo, composto por equipamentos que ligam a periferia ao centro, verificou-se a presença de um pico na manhã; e o terceiro, formado por equipamentos que ligam o centro à periferia possuem pico no horário de pico da tarde.

¹ Engenheira Civil formada pelo Centro Universitário Christus, larissapalmeiralps@hotmail.com

² Mestre em Engenharia de Transportes pela Universidade Federal do Ceará, Professor do curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Christus, francolms@gmail.com

Palavras-chave: Variabilidade. Clusterização. Transportes.

ABSTRACT

The city's pattern of travel is influenced by economic, land-use and transport changes occurring over time. The economic aspects tend to impact more severely the temporal pattern of travel, for example giving rise to the peak times of the transportation system, motivated by routine actions such as work and education. Understand this pattern can be useful for citizens to predict the duration of the trip and scheduling of activities by society. There are also benefits to decision-makers, planners and operators, as making the road system and public transport more efficient. Thus, the objective of this article is to analyze the pendularity of the displacements in Fortaleza, based on the use of clustering techniques and big data coming from the electronics surveillance equipment distributed in the city. For that, an hourly analysis of the volumes of these displacements was carried out in one-hour intervals using the Excel and R programming language. The existence of three clusters of variability was verified: the first without the presence of period of peaks in the vehicular volume and formed by equipments located in the city center; in the second, composed of equipments that connects the periphery to the center, a peak was observed in the morning; and the third, formed by equipment that connects the center to the periphery have peak in the hour of peak of the afternoon.

Keywords: Temporal Pattern. Clustering. Transportation.

1 INTRODUÇÃO

A compreensão de que as decisões de viagens e de localização se influenciam mutuamente é uma noção aceita na comunidade acadêmica desde a definição do conceito de acessibilidade (HANSEN, 1959). Nos últimos 60 anos, uma considerável quantidade de disciplinas e profissionais têm focado em compreender, integrar e prever as escolhas locacionais residenciais e de empregos, a associação dessa decisão com o padrão diário de viagens, assim como as escolhas de modo e rota (ACHEAMPONG; SILVA, 2015).

Os padrões de deslocamento são resultados das modificações das decisões dos atores do sistema de transporte que não ocorrem de maneira totalmente dispersa (MORENCY; TRÉPANIER; AGARD, 2007). Na engenharia de transportes, a variabilidade está presente em vários aspectos: os usuários do sistema modificam seus modos e rotas a cada nova situação de escolha; os operadores do sistema de transporte coletivo não conseguem garantir que seus veículos cheguem em paradas e estações exatamente no horário previsto (YETISKUL; SENBIL, 2012); existem ainda as variações temporais, afinal velocidades e quantidades de viagens irão se alterar a cada instante do tempo.

Entre essas variações temporais, três delas são mais destacadas (CASCETTA, 2009). As primeiras são as variações de longo prazo, que podem ser observadas pela média de múltiplos períodos de referência. É o caso do aumento constante da quantidade de quilômetros rodados em veículos motorizados ao longo das últimas três décadas (MILLARD-BALL; SCHIPPER, 2011). O segundo tipo são as variações cíclicas, que ocorrem dentro de um período de análise e envolvem vários períodos de referência. Essas variações se repetem e podem ser observadas em vários períodos. É o caso das viagens realizadas ao longo de uma mesma semana (AXHAUSEN *et al.*, 2002). Por fim, existem as diferenças entre períodos, que são decorrentes de variações na demanda ou na oferta do sistema de transporte para períodos de referência distintos. É o caso de variações nas decisões dos usuários que a cada dia se modificam, fazendo com que a quantidade de viagens em um dia seja diferente da quantidade que ocorre em outro (PAS; SUNDAR, 1995).

Reconhecer tais variações, significa compreender a natureza dos deslocamentos em ambientes urbanos sendo uma base para as análises realizadas pela Engenharia de Tráfego, representando parte fundamental no planejamento, projeto e operação da circulação viária (STATHOPOULOS e KARLAFTIS, 2001). Em Fortaleza, Oliveira (2004) avaliou os fatores e padrões da variabilidade temporal e espacial relacionando com os períodos de pico, dias da semana, meses do ano e aos aspectos espaciais desses deslocamentos, assim como sua relação com as características operacionais da via. Desde então, a cidade passou por profundas modificações em sua malha viária e distribuição espacial de atividades, crescendo de maneira desordenada e incentivando a polarização centro-periferia (ANDRADE *et al.*, 2017).

O estudo da variabilidade temporal, isto é, a análise do comportamento dos deslocamentos em função de períodos de tempo pré-estabelecidos como dias úteis e não úteis (DURÁN-HORMAZÁBAL e TIRACHINI, 2016) é fundamental para o planejamento do sistema de transportes integralizado, contemplando todos os modos para equilibrar a oferta e a demanda de viagens. Assim, satisfazer as necessidades dos usuários, promovendo acessibilidade, segurança, economia e redução do tempo de deslocamentos (SPEICYS; MONTEIRO; PONS, 2015).

Nesse contexto, a lacuna de pesquisa que motivou a realização deste trabalho está relacionada com a compreensão do processo de formação das variabilidades temporais e espaciais dos deslocamentos em Fortaleza na realidade atual. Este trabalho se propõe a ser o primeiro a tratar esta questão, tendo como objetivo: analisar a variabilidade temporal dos deslocamentos motorizados focando na avaliação da variabilidade cíclica horária. A fim de atingir tal objetivo, realiza-se uma revisão bibliográfica para compreender quais os tipos de variabilidades temporais que podem ser encontradas em uma cidade, servindo de base para a construção de hipóteses para a variabilidade temporal em Fortaleza. Em seguida, propõe-se um método de análise e sua aplicação para avaliar a hipótese sobre Fortaleza.

2 VARIABILIDADE TEMPORAL

A variabilidade temporal é motivada por necessidades pessoais, econômicas e sociais dos usuários (RODRIGUES, 2006). Tais padrões podem ser verificados em análise com curtos ou longos períodos, mas independentemente do período analisado, um conjunto de decisões individuais e aparentemente sem conexões formam padrões repetitivos e explicáveis de comportamento (MORENCY; TRÉPANIÉ; AGARD, 2007).

A mais agregada das análises de variabilidade temporal é a verificação do padrão de deslocamentos ao longo dos anos e que se enquadra na primeira categoria de variabilidade temporal definida por Cascetta (2009). Essa variação é reflexo de mudanças econômicas e sociais, sendo uma importante fonte de informação para o planejamento estratégico de elementos do sistema de transportes (OLIVEIRA, 2004). É o caso de estudo financiado pelo governo australiano, no qual foi projetada a variável momento de deslocamento (VKT, sigla do inglês *vehicle kilometres travelled*)

de 1965 a 2010 por estado do país, a partir de informações do consumo de combustível. Esse dado deveria auxiliar a alocação de recursos em planejamentos, monitoramento ambiental, análises de acidentes, implantação de vias expressas, previsão de demanda e estimação da emissão de veículos (BUREAU OF INFRASTRUCTURE, TRANSPORT AND REGIONAL ECONOMICS, 2011).

Pela Figura 1, percebe-se um incremento gradual e contínuo na quantidade de deslocamentos utilizando os modos carros (transportes de pessoas) e vans (transportes de cargas) no estado de New South Wales. O crescimento da população e a melhoria econômica do país foram os motivos apontados para a elevação acentuada na taxa de utilização dos modos motorizados. Entretanto, o crescimento deve se estagnar como um resultado de um crescimento econômico menos acelerado e uma saturação da posse de automóvel pela população (COSGORVE e GARGETT, 2007).

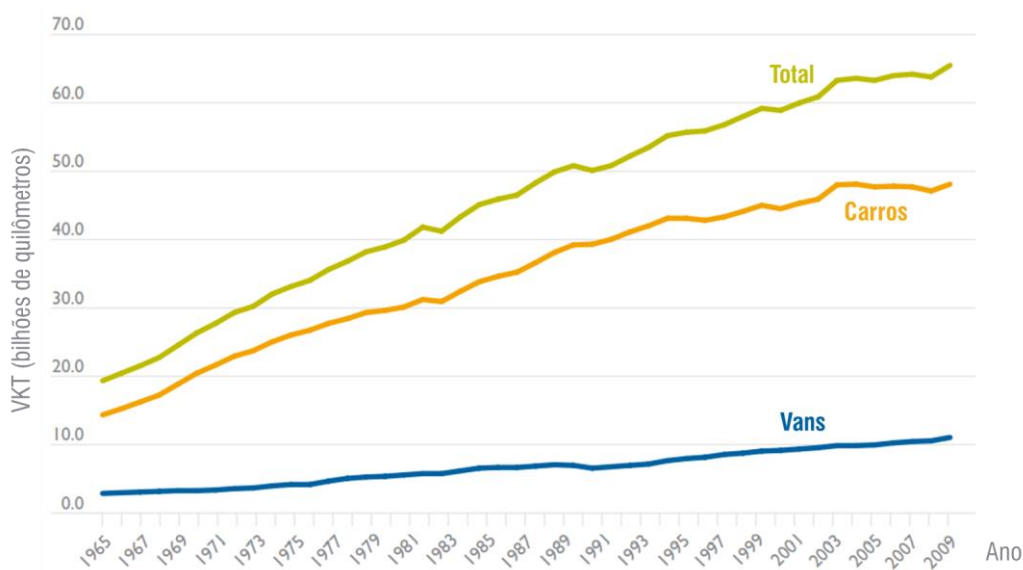


Figura 1: VKT Anual por Tipo de Veículo, New South Wales, 1965-2010

Fonte: Bureau of Infrastructure, Transport and Regional Economics, (2011)

Em Fortaleza, assim como em outras grandes capitais brasileiras, o crescimento econômico vivenciado de 2000 a 2012 facilitou a aquisição de modos de transportes motorizados. Os mais abastados financeiramente foram beneficiados pela redução de impostos dos automóveis, enquanto a população de renda mais baixa se aproveitou da redução do valor das motocicletas. A partir de 2012, a estagnação econômica do país reduziu também a quantidade de veículos motorizados comprados

e, no caso da capital cearense, uma melhoria de qualidade do transporte público pode ter feito com que a população reduzisse a utilização de veículos motorizados.

A variabilidade mensal dos deslocamentos está relacionada com a sazonalidade das atividades realizadas pela população, especialmente as atividades educacionais, recreativas e de turismo (BATTERMAN; COOK e JUSTIN, 2015). Essa variação é do tipo cíclica (CASSETTA, 2009), pois a cada ano tendem a se repetir. Na Nova Zelândia, a agência de transportes disponibiliza mensalmente os volumes diários médios mensais, em diversas vias expressas do país. Na Figura 2, as variações mensais de dois desses trechos são apresentadas, nas quais se observa uma redução dos deslocamentos de fevereiro a julho e um aumento desses a partir de agosto.

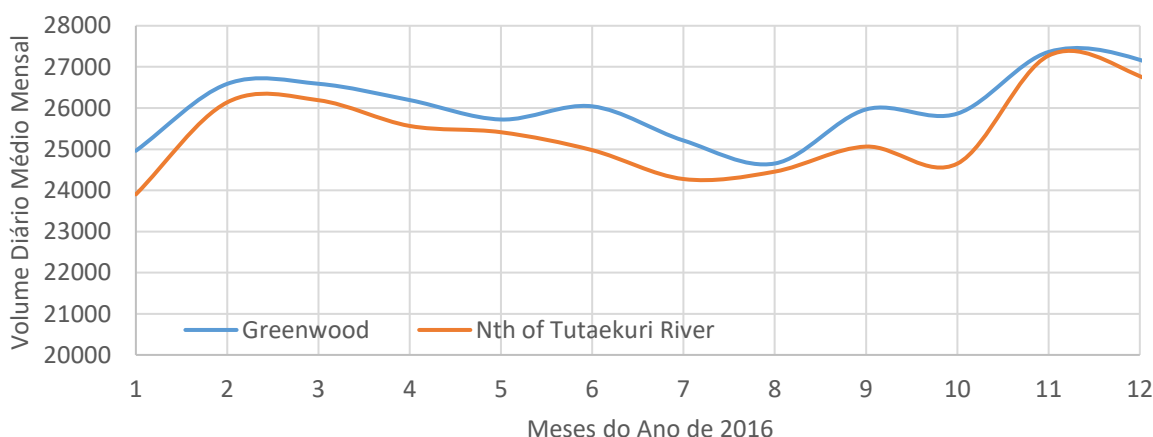


Figura 2: Volume Diário Médio Mensal

Fonte de Dados: NZ Transport Agency (2016)

Fortaleza é uma cidade que possui elevados índices de ocupação dos hotéis, dessa forma, o turismo mais intenso durante os meses de dezembro, janeiro e julho não costumam alterar a dinâmica dos deslocamentos da cidade, como é o caso de Florianópolis, em que na época de verão recebe uma quantidade elevada de turista, modificando os padrões de deslocamento da cidade. Entretanto, durante os três meses citados ocorrem uma pausa nas viagens por motivo educação, as quais representam aproximadamente 30% dos deslocamentos dos meses em que ocorrem. Essa redução significativa se reflete na quantidade de veículos que utilizam as vias urbanas e numa redução do número de passageiros no transporte coletivo.

As variações podem ocorrer ainda ao longo dos dias da semana, ocasionados pela modificação das atividades econômicas realizadas ao longo dos dias (OLIVEIRA, 2004), sendo também variações do tipo cíclicas (CASCETTA, 2009), pois semanalmente se repetem. Para a região de Detroit foi identificado que os fatores de alocação temporais (TAF, do inglês *temporal allocation factors*) nos dias úteis são similares e maiores que 1 (um), com redução acentuada nos dias não úteis e com picos às sextas-feiras (Figura 3). O TAF indica o quão diferente da média o valor se encontra. Dessa forma, um TAF de 1,15 para a sexta-feira, indica que neste dia ocorrem 15% mais deslocamentos do que a média de todos os dias da semana.

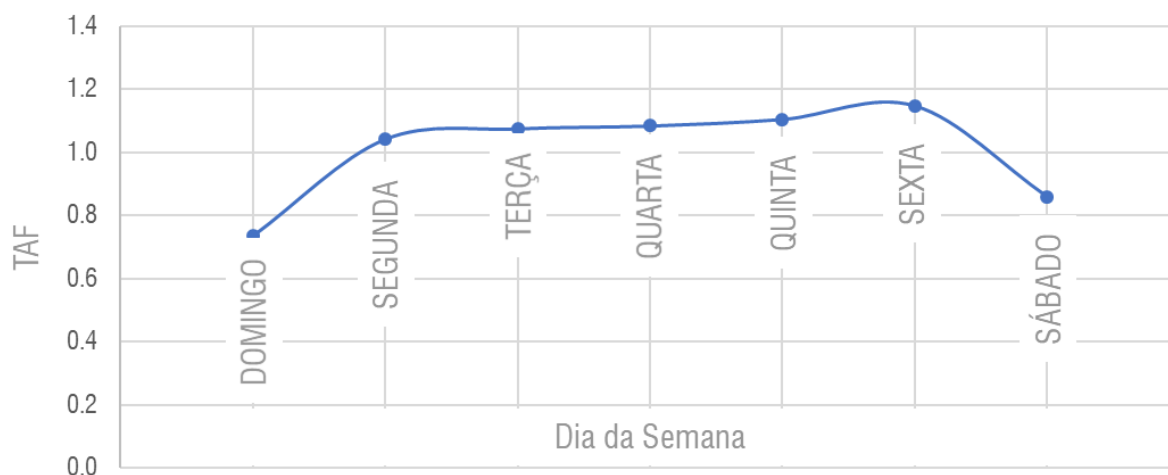


Figura 3: TAF por dia da Semana para a Região de Detroit

Fonte dos Dados: batterman2015.pdf

Por fim, as variações horárias representam a sensibilidade dos deslocamentos ao início e término das atividades ao longo de um dia, portanto uma influência do sistema de atividades econômicas. Nos dias úteis, a concentração de atividades como trabalho e educação iniciando e terminando em um curto período costuma originar na cidade os horários de picos da manhã e da tarde, evento este denominado de pendularidade dos deslocamentos. Nos demais horários, a realização de atividades diversas, como compras, saúde e lazer, são os principais responsáveis pelos volumes veiculares observados. Esses padrões podem ainda se modificar de acordo com dia da semana e mês do ano analisado (OLIVEIRA, 2004).

A pendularidade dos deslocamentos em Fortaleza além de se apresentar como um elemento de análise temporal pode também ser verificada espacialmente (OLIVEIRA, 2004), pois existe uma forte polarização da população e dos empregos (ANDRADE *et al.*, 2017), dessa forma, as hipóteses que podem ser levantadas sobre esse fenômeno são três:

- 1) Vias que possibilitam a ligação no sentido periferia-centro possuem um período de pico da manhã mais acentuado do em outros períodos do dia;
- 2) Vias que possibilitam a ligação no sentido centro-periferia possuem um período de pico da tarde mais acentuado do em outros períodos do dia;
- 3) Vias da região Central da cidade não devem possuir períodos de pico.

3 COLETA DE DADOS E MÉTODO DE ANÁLISE

Para avaliar a pendularidade dos deslocamentos e obter evidências para as hipóteses levantadas para Fortaleza propõe-se um método de análise que incorpore análises agregadas e que representem o comportamento médio da cidade, entretanto reconhece-se as especificidades de cada localidade incorporando uma desagregação com uma análise de cluster e a espacialização destes clusters. A principal variável utilizada neste trabalho será o percentual médio horário de veículos que utilizam as vias ao longo de um dia útil típico.

Os dados para obtenção dessa variável foram obtidos a partir dos *big data* coletados por Equipamentos de Fiscalização (EF) eletrônica instalados em Fortaleza. O sistema possui uma rede de equipamentos que operam 24 horas por dia, com EF capazes de colher dados como velocidade, tamanho e tipo de veículo, fluxo veicular e período de coleta (LOUREIRO *et al.*, 2005).

Dados do tipo *big data* são caracterizadas pela velocidade na obtenção de informação, volume de dados e pela variedade das fontes que produzem essa informação que pode ser em diferentes formatos (LANEY, 2001). Parte do desafio em utilizar esses dados está na técnica utilizada para manipular e processar essas informações (LABRINIDIS e JADADISHM, 2012), conhecido como *data mining*. *Softwares* tradicionais de armazenamento e manipulação de dados através de cálculos estatísticos, como o Excel, tem dificuldade em processar tamanho volume de

informação (PIMENTA, 2014). Desta forma, a manipulação inicial dessa base de dados foi realizada com o auxílio do *software* R e só então com a informação agregada passou-se a utilizar o Excel.

Obteve-se a variável percentual médio horário para o volume veicular de 318 EF, calculada a partir dos dias de três meses consecutivos: março, abril e maio de 2015, totalizando 93 dias de medições, sendo 65 desses dias úteis. Os equipamentos estão distribuídos nas principais avenidas e ruas de Fortaleza, excetuando-se as rodovias sob jurisdição do governo estadual e federal como Av. Senador Carlos Jereissati, Av. Washington Soares e BR 116, como pode ser visto na Figura 4. Uma parte dos EF precisou ser excluída por não possuir informações suficientes para o cálculo da variável, como: 1) defeitos na coleta que fizeram com que a quantidade de observações, leituras de veículos, fossem abaixo ou iguais a 1; 2) inexistência de veículos ao longo de determinados horários em vários dias úteis; 3) elevado desvio padrão para a média horária, indicando uma falha na coleta, ou um equipamento com padrão de deslocamento muito disperso.

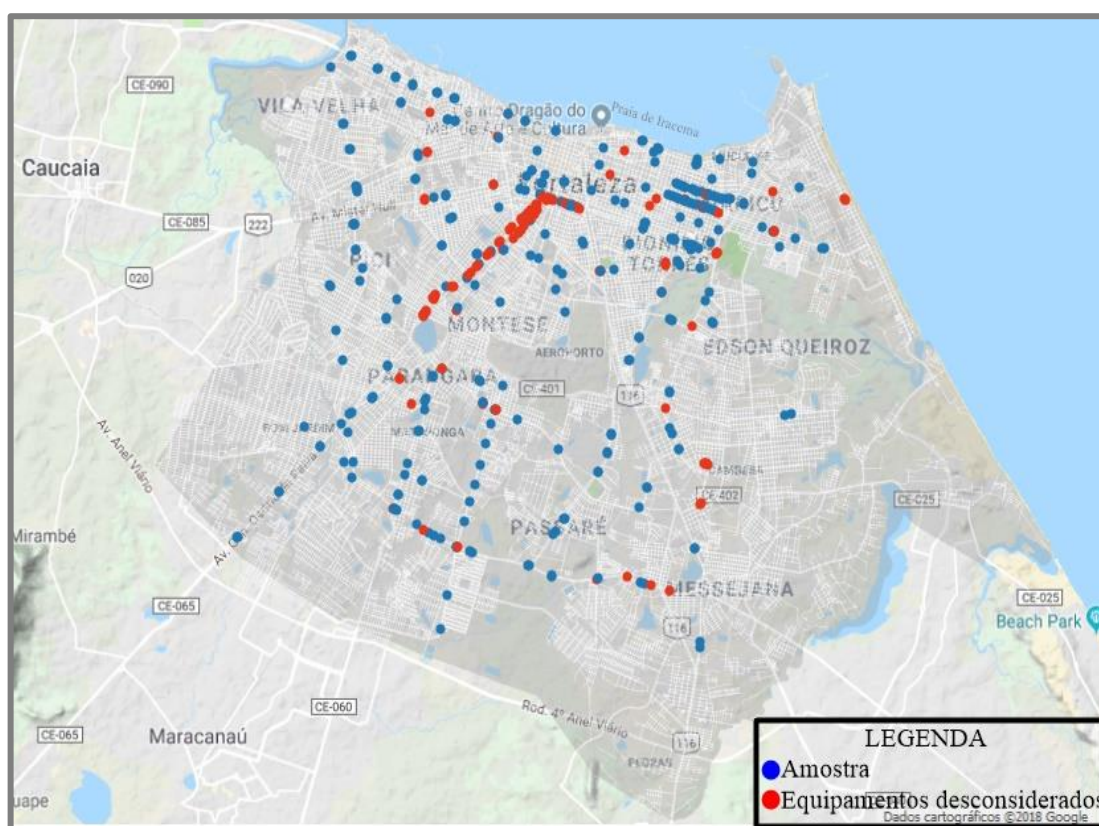


Figura 4: Equipamentos de Fiscalização Eletrônica

Fonte de dados: AMC (2014)

Utilizou-se a variável obtida para reconhecer o padrão médio de deslocamentos na cidade, buscando caracterizar a pendularidade de maneira geral e observando os horários de pico para a movimentação veicular. Essa análise será realizada com a apresentação gráfica da variável e permitirá a verificação da variabilidade temporal do volume veicular de maneira agregada (Figura 5).

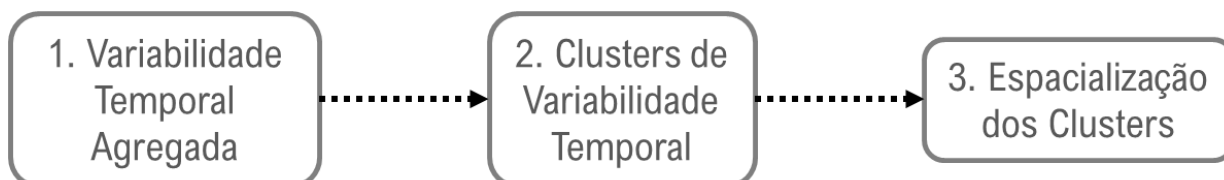


Figura 5: Método de Análise da Variabilidade Temporal

Fonte: Elaborado pelos autores

Na segunda etapa desta análise, realizou-se a clusterização dos EF a depender do padrão de variação que possuíam. A clusterização é uma técnica capaz de manejar uma vasta quantidade de dados através da utilização de equações matemáticas e procedimentos computacionais para a análise da informação, com o intuito de compreender e descrever melhor a situação desejada para facilitar a tomada de decisão (LINDEN, 2009). Esse método consegue a partir de uma base de dados complexa e diversa, agregar os elementos em conjuntos diferentes, de modo que os componentes internos de cada grupo possuam informações semelhantes, representando padrões de dados (WEIJERMARS, 2007).

Uma das principais técnicas de clusterização é o *K-means*, um algoritmo de agrupamento que utiliza os pontos médios de cada agrupamento para definir se são suficientemente distintos. A definição da quantidade de *clusters* utilizados é fundamental para a correta aplicação da técnica de clusterização. Para isso, um dos métodos mais utilizados é do cotovelo. Em uma base de dados arbitrária, o método estipula um centroide aleatoriamente e calcula as distâncias entre os pontos e o centroide do agrupamento. De modo iterativo, aumenta-se a quantidade de centroides (*clusters*) e recalcula-se as distâncias até o ponto em que a interatividade não influencia mais significativamente no resultado das distâncias (Figura 6.a) (OCHI; DIAS; SOARES, 2004). A descontinuidade da curva plotada no gráfico gerado a partir dessa técnica, indica o ponto aproximado dessa variação, em que a quantidade de *clusters* para a análise da base de dados é mais assertiva. O número ideal de

agrupamentos é indicado no ponto onde há uma mudança abrupta na curva do gráfico (VARELLA e QUADRELLI, 2017), como pode ser visto na Figura 6.b.

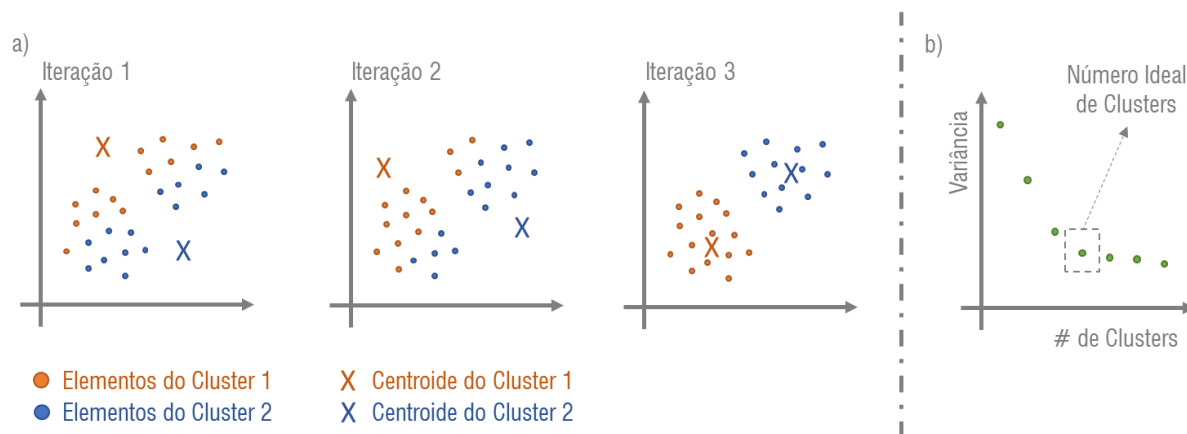


Figura 6: a) Processo iterativo da técnica *K-means* com 2 *clusters*; b) Técnica do cotovelo

Fonte: a) Adaptado de Santana (2017); b) Adaptado de STHDA (2018).

Levantou-se ao final da seção 2, três hipóteses relativas ao deslocamento. Essas hipóteses precisam de duas etapas de análise para serem verificadas. A primeira delas é a identificação de evidências que corroboram com a existência de três grupos de regiões na cidade: aquelas com pico mais acentuado no começo da manhã, aqueles com pico mais acentuado no final da tarde e aqueles sem pico evidente. Para isso, realizam-se análises de histogramas de cada um dos *clusters* comparando-os ao *cluster* da cidade como um todo e avaliando como o conjunto de EF se diferencia da média da cidade. A segunda parte dessa análise, consiste em espacializar os equipamentos de cada *cluster* para evidenciar que o *cluster* que possui o pico da manhã são de equipamentos cuja via se direciona para o centro da cidade; o *cluster* que possui pico na tarde é composto por equipamentos de vias cujo sentido é deixando o centro; e que o *cluster* onde não se evidencia um pico de deslocamento no período da tarde deve aglomerar os equipamentos da região Central da cidade de Fortaleza.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira parte da análise consiste na análise agregada do padrão temporal diário de deslocamentos na cidade de Fortaleza. Percebe-se pela Figura 7 a

existência de dois picos no volume veicular: o primeiro ocorre de 07:00 às 09:00 com 12,8% de todos os deslocamentos que acontecem ao longo de um dia útil típico; e o segundo, um pouco mais acentuado, ocorre entre às 17:00 e 19:00 e possui 13,5% dos deslocamentos diários. Esse padrão corrobora com a hipótese de pendularidade dos deslocamentos em Fortaleza, já que os dois horários de pico correspondem respectivamente aos horários de início e término das atividades econômicas.

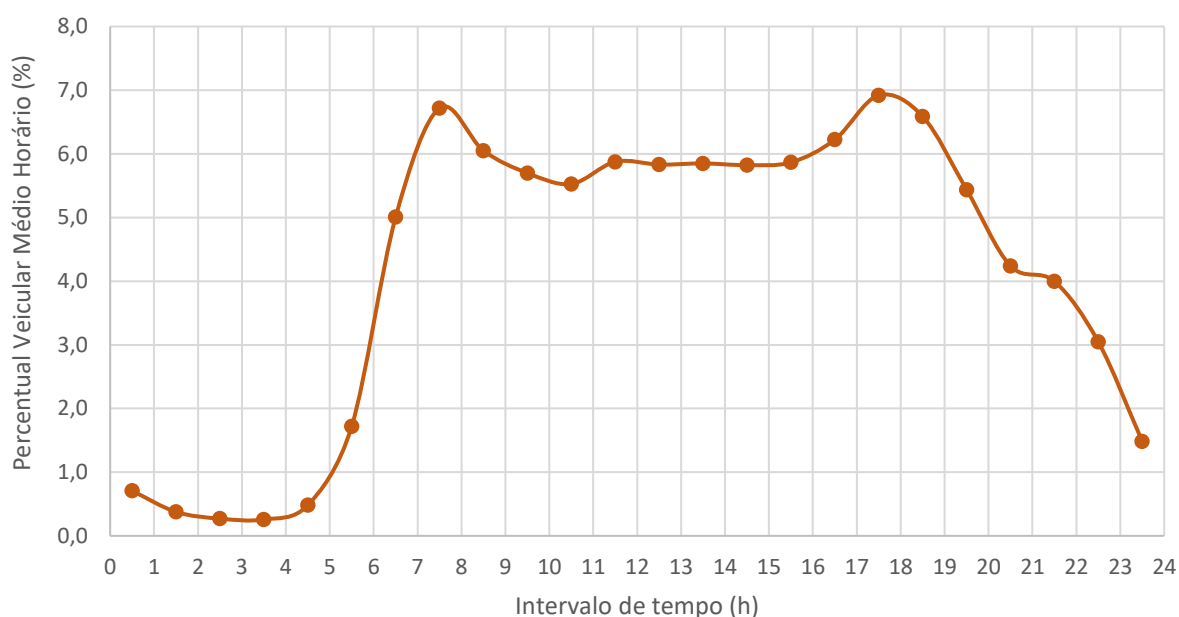


Figura 7: Variabilidade temporal horária do volume veicular

Fonte: Elaborada pelos autores

Verifica-se também que enquanto o pico da tarde é reduzido paulatinamente, demorando em torno de 5 horas para ficar abaixo de 4% dos deslocamentos, o pico da manhã é formado em apenas 2 horas. Entre 05:00 e 06:00 o volume veicular está abaixo dos 2,0%, mas entre 06:00 e 07:00 esse volume quase que triplica chegando aos 5,0%. Esse fenômeno pode estar relacionado com a realização de atividades noturnas, como educação, compras e lazer para aqueles que trabalham durante a manhã e a tarde. Dessa forma, a saída do local de trabalho por volta das 18:00 pode não ser o último deslocamento de parte da população fortalezense, enquanto a viagem que ocorre durante a hora de pico é muitas vezes a primeira viagem do dia.

Por fim, percebe-se uma reduzida quantidade de deslocamentos no período noturno em dias úteis, com percentuais horários sempre abaixo de 1,0% e um grande patamar entre 09:00 e 17:00 com percentual horário médio de 5,8% dos deslocamentos diários, indicando que os deslocamentos em grande parte do horário comercial do dia são quase tão frequentes quanto aqueles encontrados nos picos. Isso pode estar atrelado ao fato de que grande parte dos EF estão localizados nas principais ruas e avenidas da cidade, que acabam por concentrar os deslocamentos ao longo de todo o dia. A instalação de EF em vias locais poderia intensificar os picos, reduzindo o patamar, já que nessas vias, o fluxo deve ser mais intenso nos horários de pico.

A segunda etapa dessa análise consiste na clusterização dos equipamentos de FE de acordo com seus padrões de variabilidade temporal. Como foram formuladas três hipóteses sobre a variabilidade horária dos deslocamentos, então os equipamentos foram agrupados em três *clusters*. Na terceira etapa da análise, os equipamentos pertencentes a cada *cluster* são apresentados em mapas por meio de setas que representam o sentido da via do qual o EF está coletando informações. As análises para cada caso são apresentadas a seguir.

O primeiro *cluster* aglomera 89 EF instalados em vias que possuem em grande parte do horário comercial um patamar constante de deslocamentos (Figura 8.a). Do início do pico da manhã (07:00), ao fim do pico da tarde (19:00), verifica-se um percentual médio horário de 6,3% dos deslocamentos, com coeficiente de variação de 2,2%, indicando uma baixa variabilidade dos percentuais ao longo dessas 12 horas. Apesar de constante, esse percentual é 4,4% maior do que o patamar verificado na análise agregada, indicando que as vias onde isso acontece devem possuir fluxo de veículos mais fluido do que outros pontos da cidade nos horários de pico, mas nos demais horários comerciais essa fluidez deve ser mais prejudicada por um percentual mais acentuado de veículos. Especialmente, os equipamentos que não evidenciam picos nem na manhã, nem da tarde, estão localizados na região Central de Fortaleza (Figura 8.b), agrupando a maior parte dos EF dos bairros: Centro, Aldeota, Meireles, Papicu, Varjota, Dionísio Torres, Praia de Iracema e Joaquim Távora.

O segundo *cluster* possui 85 EF instalados em vias em que o sentido de deslocamento apresenta um pico da manhã mais acentuado do que o pico da tarde (Figura 9.a). Enquanto na análise agregada, o pico da manhã (07:00 às 09:00)

correspondia a 12,8%, nos EF pertencentes a este cluster esse valor é de 14,9%. Ressalta-se o aumento considerável existente no período de 07:00 às 08:00, que salta de 6,7% para 8,3% dos deslocamentos diários. Verifica-se também uma pequena redução na quantidade de deslocamentos durante o pico da tarde, ao se comparar com a análise agregada. Neste caso, o pico da tarde representa 12,6% dos deslocamentos, contra os 13,5% da análise agregada.

Na análise espacial, este agrupamento é formado por equipamentos em vias e sentidos que ligam as periferias à região Central da cidade (Figura 9.b), entre elas destacam-se: o sentido norte-sul da Av. General Osório de Paiva, da Av. José Bastos, da Av. Presidente Juscelino Kubistchek, da Av. Alberto Craveiro e da Av. dos Expedicionários que ligam o sul e o sudoeste da cidade ao Centro; o sentido oeste-leste da Av. Presidente Castelo Branco e da Av. Bezerra de Menezes que ligam o noroeste ao centro da cidade; e o sentido oeste-leste da Av. Presidente Costa e Silva que liga a periferia oeste, passando pelo sul da cidade até chegar ao bairro de Messejana, atualmente uma das centralidades da cidade.

O terceiro e último agrupamento agrega 144 EF que possuem o *cluster* de pico da tarde mais acentuado do que aquele observado na análise agregada e nos demais *clusters* (Figura 10.a). Nestes EF ocorrem 14,2% dos deslocamentos diários entre 17:00 e 19:00. Já durante o pico da manhã (07:00 às 09:00) a quantidade de deslocamentos é de 11,6%. Nas demais horas comerciais, tanto o *cluster* 2 como o *cluster* 3 possuem valores médios similares ao da análise agregada. Especialmente (Figura 10.b), o *cluster* 3 inclui praticamente os EF de todas as vias do *cluster* 2, entretanto em sentido contrário, o que é mais um indício para a existência de pendularidade nos deslocamentos em Fortaleza.

Entretanto, destacam-se ainda na Figura 10.b o corredor da Av. Demétrio Menezes que junto com outras ruas e avenidas do lado oeste da cidade realizam a ligação entre o Conjunto Ceará e Barra do Ceará; e o lado leste das Avenidas Santos Dumont e Antônio Sales que operam com picos da tarde mais acentuados do que a média da cidade. Nos três clusters, percebe-se uma similaridade nas horas mais extremas dos dias. Assim como na análise agregada, ocorrem poucos deslocamentos no começo da manhã e uma redução paulatina de deslocamento ao longo da noite.

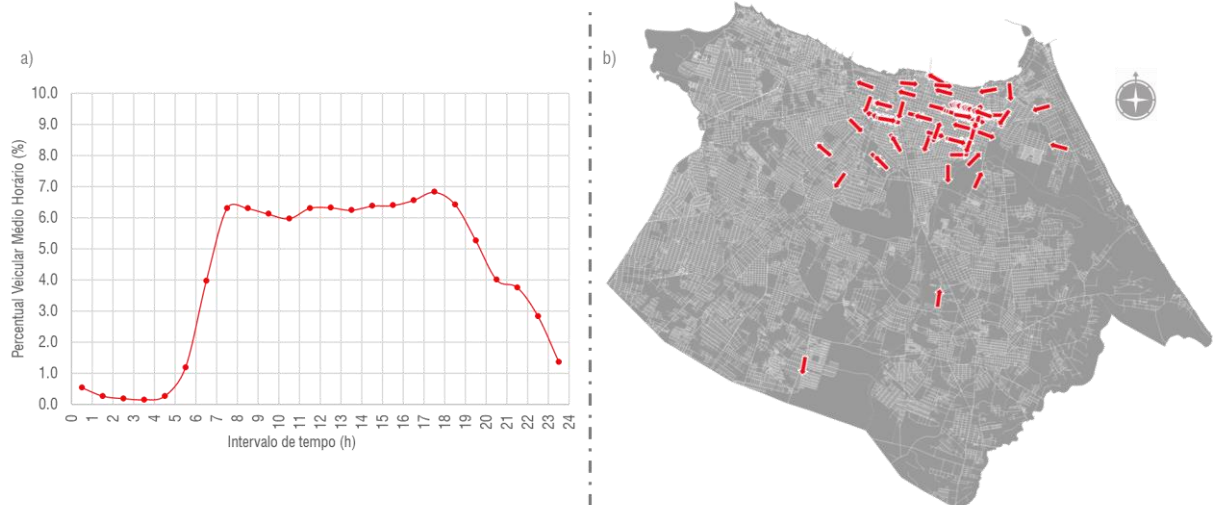


Figura 8: Cluster 1 a) Variabilidade temporal dos EF; b) Localização do EF e sentido da via
Fonte: Elaborado pelos autores

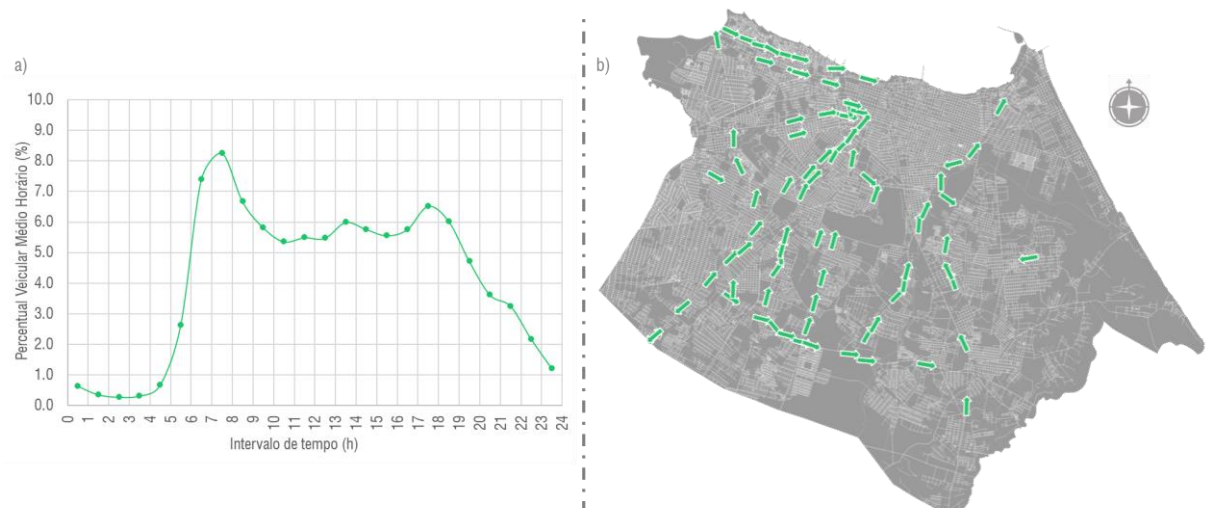


Figura 9: Cluster 2 a) Variabilidade temporal dos EF; b) Localização do EF e sentido da via
Fonte: Elaborado pelos autores

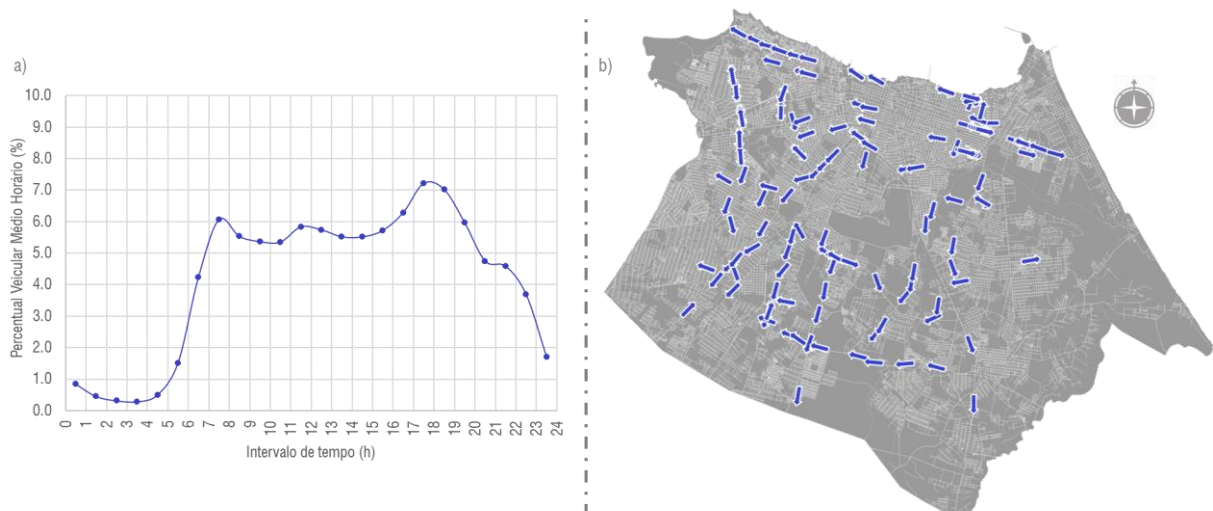


Figura 4: Cluster 3 a) Variabilidade temporal dos EF; b) Localização do EF e sentido da via
Fonte: Elaborado pelos autores

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por objetivo analisar a pendularidade do volume de veículos nos deslocamentos motorizados na cidade de Fortaleza, a partir de dados provenientes dos equipamentos de fiscalização eletrônica. Verificou-se que a pendularidade se reflete na rede viária da cidade de três formas: vias/sentidos que possuem pico da manhã, vias/sentidos que possuem pico da tarde; e vias/sentidos com patamar constante quanto ao volume veicular que por ali passa.

Verificou-se ainda que existe uma relação entre a localização dos equipamentos e o comportamento temporal que possui. Reconhece-se que por ser um fenômeno contínuo, o deslocamento de veículos produz padrões temporais de comportamento similares entre equipamentos próximos. Entretanto, a comparação de equipamentos localizados em regiões afastadas não sofre dessa limitação, o que indica que tais equipamentos podem possuir características similares mesmo estando em áreas distantes. Isso se torna evidente ao verificar que a periferia de Fortaleza, em especial a oeste e sul, é o ponto de origem de parte dos deslocamentos que ocorrem no período de pico da manhã; assim como são os destinos desses deslocamentos no pico da tarde, que têm em seu outro extremo o centro da cidade.

A pendularidade desses deslocamentos em distâncias elevadas pode ser um problema para o sistema de transportes, pois gera a necessidade de expandir a malha viária e rede de transporte público para regiões distantes; para o sistema de uso do solo, pois a periferização das populações mais vulneráveis e a concentração dos empregos na região central reduz a capacidade de acesso dessas população a moradia nas regiões onde se localizam os empregos; e também para o sistema econômico, pois privar uma quantidade tão grande de pessoas de ter acesso às atividades significa restringir as atividades econômicas a um curto período do dia, ou para apenas um grupo de pessoas mais privilegiada.

Reconhecer essas dificuldades e continuar analisando-as pode ajudar tomadores de decisão a gerenciarem melhor as soluções adotadas para minimizar esses problemas. Por fim, recorda-se que este é um primeiro esforço para a compreensão da variabilidade temporal dos deslocamentos em Fortaleza e que análises em níveis mais agregados e de outros sistemas podem contribuir para uma melhor análise desses deslocamentos.

REFERÊNCIAS

ACHEAMPONG, Ransford Antwi; SILVA, Elisabete. Land use–transport interaction modeling: A review of the literature and future research directions. **Journal of Transport and Land Use**, p.11-38, 6 jul. 2015. Center for Transportation Studies.

ANDRADE, B. R.; LOUREIRO, C F. G.; SOUSA, F. F. L. M.; LOPES, A. S. Efeitos da periferização nos níveis de acessibilidade da população de baixa renda em Fortaleza. In: XXXI Congresso ANPET. Recife. 2017. Anais... 2017. ISBN 978-85-87893-32-8

AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO E CIDADANIA. Fortaleza. 2014.

AXHAUSEN, K. W.; ZIMMERMAN, A.; SCHÖNFELDER, S.; RINDSÜFER, G.; HAUPT, T. Observing the rhythms of daily life: A six weeks travel diary. **Transportation**, v. 29, p. 95–124, 2002.

BATTERMAN, Stuart. Temporal and spatial variation in allocating annual traffic activity across an urban region and implications for air quality assessments. **Transportation Research Part D: Transport and Environment**, v. 41, p.401-415, dez. 2015. Elsevier BV.

BATTERMAN, Stuart; COOK, Richard; JUSTIN, Thomas. Temporal variation of traffic on highways and the development of accurate temporal allocation factors for air pollution analyses. **Atmospheric Environment**, v. 107, p.351-363, abr. 2015. Elsevier BV.

BUREAU OF INFRASTRUCTURE, TRANSPORT AND REGIONAL ECONOMICS (BITRE). **Road vehiclekilometres travelled: estimation from state and territory fuel sales**, 2011. Canberra ACT.

CASCETTA, Ennio. **Transportation systems analysis: Models and Applications**. 2. ed. Napoli: Springer, 2009. 753 p.

COSGROVE, David; GARGETTE, David. Long-term trends in modal share for urban passenger travel. **Core**. Disponível em: < <https://core.ac.uk/download/pdf/41234194.pdf>>. Acesso em: 03 setembro 2018.

DURÁN-HORMAZÁBAL, Elsa. TIRACHINI, Alejandro. Estimation of travel time variability for cars, buses, metro and door-to-door public transport trips in Santiago, Chile. **Research in Transportation Economics**, v.59, p. 26-39, nov. 2016.

HANSEN, W. G. How Accessibility Shapes Land Use. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 25, n. 2, p. 73–76, 1959.

JÄRV, Olle; AHAS, Rein; WITLOX, Frank. Understanding monthly variability in human activity spaces: A twelve-month study using mobile phone call detail

records. **Transportation Research Part C: Emerging Technologies**, v. 38, p.122-135, jan. 2014. Elsevier BV.

KARACASU, Murat et al. Variations in Traffic Accidents on Seasonal, Monthly, Daily and Hourly Basis: Eskisehir Case. **Procedia - Social And Behavioral Sciences**, [s.l.], v. 20, p.767-775, 2011. Elsevier BV.

LABRINIDIS, A.; JAGADISH, H. V. Challenges and Opportunities with Big Data. In: 38th International Conference on Very Large Data Bases. Istanbul, Turkey. 2012. Anais... 2012.

LANEY, Doug. Application Delivery. **Gartner Blog Network**. Disponível em: <<https://blogs.gartner.com/doug-laney/files/2012/01/ad949-3D-Data-Management-Controlling-Data-Volume-Velocity-and-Variety.pdf>>. Acesso em: 03 setembro 2018.

LINDEN, Ricardo. Técnicas de agrupamento. **Revista de Sistemas de Informação da Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora**, Macaé, n. 4, p. 18-36, dez. 2009.

LOUREIRO, Carlos Felipe Grangeiro et al. Experiências operacionais pós-implantação do sistema de controle de tráfego em área de Fortaleza - CTAFOR. **Sinal de Trânsito**. 2007. Disponível em: <<http://www.sinaldetransito.com.br/artigos/ctafor.pdf>>. Acesso em: 19 set. 2017.

MILLARD-BALL, A.; SCHIPPER, L. Are We Reaching Peak Travel? Trends in Passenger Transport in Eight Industrialized Countries. **Transport Reviews**, v. 31, n. 3, p. 357–378, 2011.

MORENCY, Catherine; TRÉPANIER, Martin; AGARD, Bruno. Measuring transit use variability with smart-card data. **Transport Policy**, v. 14, n. 3, p.193-203, maio 2007. Elsevier BV.

NZ TRANSPORT AGENCY. State highway traffic volumes montly reports 2008-17. **NZ transport agency**. 2016. Disponível em: < <https://www.nzta.govt.nz/resources/state-highway-traffic-growth/>>. Acesso em: 03 setembro 2018.

OCHI, Luiz Satoru; DIAS, Carlos Rodrigo; SOARES, Stênio S. Furtado. Clusterização em mineração de dados. **Instituto de computação da Universidade Federal Fluminense**. 2004. Disponível em: <http://www2.ic.uff.br/~satoru/conteudo/artigos/ERI-Minicurso-SATORU>. Acesso em: 04 nov. 2018.

OLIVEIRA, Marcos Vinicius Teixeira de. **A natureza dos padrões de variação espaço-temporal do volume veicular em ambiente urbano**: Estudo de caso em Fortaleza. 2004. 216 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Programa de Mestrado em Engenharia de Transportes, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

PAS, E. I.; SUNDAR, S. Intrapersonal variability in daily urban travel behavior: Some additional evidence. **Transportation**, v. 22, n. 2, p. 135–150, 1995.

PIMENTA, Ricardo M. *Big data* e controle da informação na era digital: tecnogênese de uma memória a serviço do mercado e do estado. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**,

RODRIGUES, Maurício Olbrick. **Avaliação da qualidade do transporte coletivo na cidade de São Carlos**. 2006. 85 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Civil, Avaliação da Qualidade do Transporte Coletivo na Cidade de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.

SANTANA, Felipe. Entenda o algoritmo *K-means* e saiba como aplicar essa técnica. **Minerando Dados**. 2017. Disponível em: <<http://minerandodados.com.br/index.php/2017/12/12/entenda-o-algoritmo-k-means/>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SPEICYS, Roberto; MONTEIRO, Julian; PONS, Ivo. **Scipopulis Desenvolvimento e Análise de Dados LTDA**. (Org.). Big Data para análise de métricas de qualidade de transporte: metodologia e aplicação. São Paulo: Antp, 2015. v. 20. (Cadernos Técnicos).

STATHOPOULOS, Antony; KARLAFTIS, Matthew. Temporal and Spatial Variations of Real-Time Traffic Data in Urban Areas. **Transportation Research Record: Journal of the Transportation Research Board**. Washington, Dc, p. 135-140.

STHDA. Determining The Optimal Number Of Clusters: 3 Must Know Methods. **STHDA**. 2017. Disponível em: <<http://www.sthda.com/english/articles/29-cluster-validation-essentials/96-determining-the-optimal-number-of-clusters-3-must-know-methods/>>. Acesso em: 26 junho 2018.

VARELLA, Jorge Luis; QUADRELLI, Giovane. Redes Neurais e Análise de Potência. **Revista de Tecnologia Aplicada**, Petrópolis, v. 6, n. 3, p.33-45, 22 dez. 2017. ANPAD. WEIJERMARS, Wendy. **Analysis of urban traffic patterns using clustering**. 2007. 213 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia Civil, Centro de Estudos de Transporte, University of Twente, Twente, 2007.

YETISKUL, E.; SENBIL, M. Public bus transit travel-time variability in Ankara (Turkey). **Transport Policy**, v. 23, p. 50–59, 2012.

DESEMPENHO DA SEGURANÇA VIÁRIA NA MODELAGEM INTEGRADA DO USO DO SOLO E TRANSPORTES - ESTUDO DE CASO: PROJETO FORTALEZA 2040

Flávio José Craveiro Cunto¹

Francelino Franco Leite de Matos Sousa²

RESUMO

Por conta de sua importância, observa-se que nos últimos anos há cada vez mais estudos considerando a segurança viária como um componente necessário ao processo de planejamento de transportes. Em diversos momentos do planejamento, esse assunto é abordado: no diagnóstico da situação atual, na definição dos objetivos e na avaliação de alternativas de solução. Entretanto, verificou-se que apesar desta problemática ser tratada em processos de planejamento, a previsão dos acidentes ainda não é uma ferramenta difundida. Esse trabalho propõe e aplica um método de estimação do Desempenho da Segurança Viária (DSV) na etapa de avaliação de alternativas do processo de planejamento integrado. O método proposto se baseia na estimação do risco de acidentes por cenário de análise, que incorpore a abrangência e a capacidade de redução de acidentes de cada intervenção. No Planejamento Estratégico de Urbanismo e Mobilidade da cidade de Fortaleza, que resultou no Plano Mestre Fortaleza 2040, esse método foi aplicado com o auxílio da plataforma de modelagem integrada Tranus. O Tranus é capaz de modelar simultaneamente as decisões de demanda que ocorrem no sistema de uso do solo, especificamente as decisões locacionais e de consumo de solo,

¹ Doutor em Engenharia de Transportes pela Universidade de Waterloo, Professor Adjunto do Departamento de Engenharia de Transportes da Universidade Federal do Ceará, flaviocunto@det.ufc.br.

² Mestre em Engenharia de Transportes pela Universidade Federal do Ceará, Professor do Centro Universitário Christus, francolms@gmail.com.

e as decisões de demanda dos transportes, especificamente, decisões de viagem. Os resultados indicam uma redução de 22% e de 20% no número de acidentes com vítimas feridas e fatais, respectivamente, como resultado das decisões tomadas no âmbito do Fortaleza 2040. Verificou-se também um acréscimo no número de acidentes envolvendo pedestres, por causa do aumento dos deslocamentos a pé, em virtude de uma melhora da rede de transporte coletivo.

ABSTRACT

Due to its importance, it is observed that in the last years there are more and more studies considering road safety as a necessary component in the transportation planning process. In different stages of the planning process, road safety is addressed: in the diagnosis of the actual problem status, in the definition of objectives and in the evaluation of alternative solutions. However, it was verified that despite this problem being treated in planning processes, the accident prediction is not yet a widespread tool. This work proposes and applies a method of estimation of Road Safety Performance in the scenario evaluation phase of the integrated planning process. The proposed method is based on the estimation of risk factors by analysis scenario, which incorporates the scope and the accident reduction capacity of each intervention. In the Strategic Planning of Urbanism and Mobility of Fortaleza, which resulted in the Fortaleza Master Plan 2040, this method was applied using the integrated Transus modeling platform. Transus is able to model the demand decisions that occur in the land use system, specifically locational and land consumption decisions, and transport demand decisions, specifically, travel decisions. The results indicate a reduction of 22% and 20% in the number of accidents with injured and fatal victims, respectively. There was also an increase in the number of accidents involving pedestrians, due to the increase in walking based trips.

1 INTRODUÇÃO

O processo de planejamento urbano voltado para questões relacionadas com

os deslocamentos de bens e de pessoas tem evoluído em vários aspectos. Conceitualmente, o foco da análise da mobilidade motorizada individual foi alterado para a acessibilidade às atividades a serem desenvolvidas (Bertolini, le Clercq e Kapoen, 2005; Banister, 2008). Quanto aos atores e funções urbanas envolvidas neste processo. (Hull, 2005; Straatemeier e Bertolini, 2009). E ao incorporar princípios de equidade e sustentabilidade (Curtis, 2008).

As ferramentas de auxílio ao processo de planejamento também se modificaram. O reconhecimento de que as decisões de viagens e de localização se relacionam mutuamente (Hansen, 1959) fez com que se realizasse um esforço para prever essas relações (Acheampong e Silva, 2015). Os modelos desenvolvidos são capazes de simular o comportamento entre os sistemas urbanos de uso do solo e de transportes e são conhecidos por Land Use and Transport Interaction (LUTI) models. Entre eles, a plataforma de modelagem Tranus (Barra, 1989) se destaca por simular as relações internas dos sistemas urbanos (Sousa, Loureiro e Lopes, 2017).

Por conta de sua importância, observa-se que nos últimos anos há cada vez mais estudos considerando a segurança viária como um componente necessário ao processo de planejamento de transportes (Aguero-Valverde e Jovanis, 2006; Wier *et al.*, 2009; Hadayeghi, Shalaby e Persaud, 2010), sendo frequente que os planos produzidos contemplem a redução de acidentes como um dos principais objetivos (AECOM, 2013; Prefeitura de São Paulo, 2015; Prefeitura do Rio de Janeiro, 2015; Governo de Santa Catarina, 2015; New York City, 2016). Assim como a fluidez, o desempenho da segurança viária (DSV) é o resultado da interação dos aspectos de demanda e oferta por transportes e diversos modelos atualmente são capazes de prevê-lo.

O Plano Mestre Urbanístico Fortaleza 2040 contou com a participação popular e de diversos profissionais de várias áreas de atuação para repensar a capital cearense até o ano horizonte de 2040. As propostas voltadas para a mobilidade foram desenvolvidas em parceria com as equipes de urbanismo e econômica, de tal forma, que a principal proposta foi a criação de aproximadamente 200 km de Corredores de Urbanização Orientados pelo Transporte Público na cidade (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2016). Nesses corredores, a prioridade será dos modos não motorizados e

motorizados coletivos e o principal sistema de transporte público será o Bus Rapid Transit (BRT). Em até 400 metros das estações do BRT deverão existir edificações mistas e de elevada densidade populacional para permitir um rápido acesso da população aos seus locais de trabalho. Além disso, neste mesmo raio deverão existir escolas, postos de saúde e supermercados, entre outras funções urbanas.

As alternativas propostas pelo Plano Fortaleza 2040 foram avaliadas do ponto de vista da fluidez, da divisão modal, do tempo e distância de viagem, entre outros indicadores comumente utilizados no processo de planejamento de transportes; entretanto, foi também avaliado o DSV, já que tais soluções impactam direta e indiretamente na frequência e severidade dos acidentes de trânsito. Dessa forma, o objetivo deste trabalho é propor e aplicar um método para estimar o desempenho da segurança viária na etapa de avaliação de alternativas do processo de planejamento integrado do uso do solo e dos transportes, tendo como estudo de caso o projeto Fortaleza 2040.

2. AVALIAÇÃO DO DSV NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO

Um dos maiores desafios para a incorporação do DSV nos planos de mobilidade urbana está na sua transversalidade em relação às etapas tradicionais do processo de planejamento. Na etapa de diagnóstico, quando a problemática é exposta, por meio da caracterização da quantidade e localização de acidentes. Na definição de objetivos, quando o problema é grande o suficiente para que o plano se concentre em reduzi-lo, ou eliminá-lo. E ainda como elemento decisivo na avaliação de cenários de intervenção e na tomada de decisão.

Na etapa de avaliação de cenários podem ser utilizados modelos para estimar o DSV (Hadayeghi, Shalaby e Persaud, 2010; Torres e Cunto, 2016), ou pode ocorrer apenas uma análise qualitativa. A Tabela 1 apresenta uma síntese a respeito da inclusão do DSV nos planos de mobilidade de Londres (AECOM, 2013), São Paulo (Prefeitura de São Paulo, 2015), da Região Metropolitana de Florianópolis (Governo de Santa Catarina, 2015), do Rio de Janeiro (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2015) e no plano Estratégico de

Nova York (New York City, 2016).

Percebe-se que apesar de sua indiscutível importância, a incorporação da dimensão relacionada à segurança viária no processo de planejamento dos transportes tem se mostrado muitas vezes superficial, de cunho subjetivista e quase sempre limitada às etapas de diagnóstico e estabelecimento de objetivos e metas. Acredita-se que tal dificuldade, pode ser atribuída à natureza aleatória e rara dos acidentes de trânsito, ao seu padrão pouco repetitivo, a natureza espacial dessas ocorrências, além de dificuldades inerentes aos bancos de dados de acidentes de trânsito (Hauer, 2007, 2015; Mannering e Bhat, 2014).

Tabela 1: Avaliação da presença dos acidentes em planejamentos de transportes

Plano	Cidade	Ano	Os acidentes são considerados			Previsão de Acidentes
			no Diagnóstico	nos Objetivos	na Avaliação	
Smart Moves	Londres	2013	-	Sim	-	-
PLANMOB	São Paulo	2015	Sim	Sim	Não	Não
PLAMUS	Florianópolis	2015	Não	Sim	Sim	Não
PMUS	Rio de Janeiro	2015	Sim	Sim	Não	Não
Strategic Plan	Nova York	2016	-	Sim	Não	Não

O "-" indica que a etapa não estava presente na referência, não sendo possível analisar a consideração dos acidentes.

3. METODOLOGIA

A análise proposta neste artigo foi realizada com base em duas grandes áreas de pesquisa do planejamento de sistemas de transportes. A primeira é a avaliação do desempenho da segurança viária, por meio da estimação do risco de acidentes, que quantifica a suscetibilidade de ocorrência de acidentes por unidade de distância percorrida. Esse fator foi estimado a partir dos acidentes no ano base, disponibilizados pelo Sistema de Informações de Acidentes de Trânsito de Fortaleza (SIAT-FOR) e pelo momento dos deslocamentos.

A segunda área é a modelagem da demanda e oferta dos transportes, necessária para subsidiar a estimação e aplicação do indicador de DSV. Neste método é

utilizada a plataforma de modelagem integrada Tranus, considerado um modelo adequado para ser utilizado em um processo de planejamento integrado (Hull, 2005). O Tranus foi calibrado e validado, a partir de dados do ano base e de séries temporais (Sousa, 2016), para que pudesse ser aplicado na avaliação de alternativas de solução. A Figura 1 ilustra como essas duas áreas se uniram ao longo das atividades propostas para a estimação do DSV por meio do paradigma do planejamento integrado.

A aplicação do modelo integrado para o ano horizonte se dará a partir de alterações na oferta do uso do solo e na oferta de transportes. Ao executar o modelo, considerando os parâmetros previamente calibrados e as intervenções propostas, será possível obter os momentos dos deslocamentos desses anos. Para estimar os acidentes, precisa-se ainda estimar alterações no risco de acidentes no ano horizonte, pois assumi-los iguais ao ano base seria considerar que nenhuma ação mitigará os problemas da segurança viária, ou que as intervenções não afetariam o DSV.

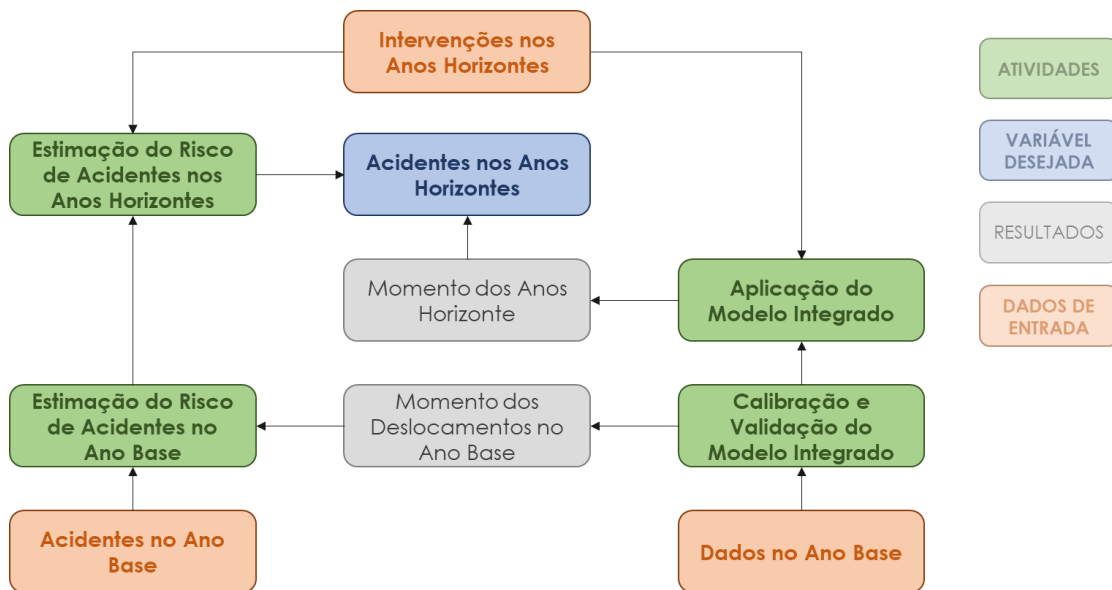


Figura 1: Método proposto

Para cada ano horizonte são modelados dois cenários: o tendencial, que considera apenas um crescimento da população e empregos e a continuidade das intervenções em andamento; e o transformador, que junto com a evolução da cidade

incorpora as intervenções previstas pelo plano. Dessa forma, será possível avaliar os benefícios das intervenções em cada ano horizonte. Essa estrutura permite estimar o número de acidentes por tipo para os anos horizontes e utilizar esse indicador de DSV na avaliação de alternativas de solução. A seguir serão detalhados os aspectos relativos a estimação do risco de acidentes (seção 3.1) e aqueles relacionados com a modelagem integrada (seção 3.2).

3.1 MEDIDA DO DESEMPENHO DA SEGURANÇA VIÁRIA

O indicador do DSV proposto para estimar a evolução dos cenários de planejamento tem por base uma medida do risco de envolvimento em acidentes de trânsito por severidade e por tipo de usuário (modo de transporte). O risco de acidente (R) pode ser definido como a taxa de acidentes pela exposição dos usuários medido pelo momento de viagens em passageiros por quilômetro (pax.km).

Como ponto de partida para o processo de modelagem do DSV, utilizou-se a estimativa do risco de acidente para diferentes modos de transporte no ano base (2016). Essa estimativa combinou as informações de acidentes disponíveis no Sistema de Informações de Acidentes de Trânsito de Fortaleza, o SIATFOR, para o ano de 2011, com o momento de viagens em pax.km para os modos pedestre, ciclista, motociclista, motorizado individual e por ônibus (Tabela 2). Esses momentos são oriundos da modelagem da demanda de viagens do ano base, com a utilização da plataforma de modelagem integrada Tranus, que será melhor abordada na seção 3.2 deste trabalho.

Tabela 2: Acidentes e Risco de Acidentes e Momento em Fortaleza com vítimas feridas e fatais no Ano Base – 2016

Tipo	Acidentes com Vítimas			Momento (10 ⁶ pax.km)	Risco de Acidentes (acidentes/10 ⁶ pax.km)		
	Feridas	Fatais	Total		Feridas	Fatais	Total
Atropelamento	1566	166	1732	379	4,13	0,44	4,56
Bicicleta	602	41	643	116	5,20	0,35	5,55
Motocicleta	4517	116	4633	2265	1,99	0,05	2,05

Automóvel	892	38	930	4757	0,19	0,01	0,20
Ônibus	45	3	48	5399	0,01	< 0,01	0,01
Total	7622	364	7986	12917	-	-	-

Os valores de risco de acidentes com vítimas feridas e fatais apresentados na Tabela 2 apontam que os pedestres e os ciclistas são os usuários mais suscetíveis a sofrerem acidentes. Os motociclistas, por sua vez, apesar da maior frequência absoluta de acidentes, possuem risco menor do que os pedestres e ciclistas.

O risco de acidentes para o ano base foi então ajustado em função do impacto esperado das alterações de infraestrutura urbanas previstas para cada cenário e também, a partir de alterações esperadas no risco de acidentes, fruto de ações específicas e políticas públicas previstas ao longo do período de análise. Os índices de risco ($R_t^{m,s}$) do cenário t, modo m e severidade s serão aplicados individualmente ao momento de viagens (M_t^m) do modo m no cenário t estimado pela plataforma de modelagem Transus para cada cenário tendencial e transformador para que seja obtida a quantidade de acidentes ($A_t^{m,s}$), de acordo com a Equação 1.

$$A_t^{m,s} = R_t^{m,s} * M_t^m \quad (1)$$

O impacto de cada intervenção no risco foi estimado com a utilização de fatores modificadores de acidentes (CMF) disponíveis em compilações de estudos de segurança viária do tipo “antes” e “depois” presentes no banco de dados *Crash Modification Factors Clearinghouse* (FHWA, 2017) e também disponível em Elvik *et al.* (2015). Ressalta-se que os fatores tiveram que ser ajustados para considerar sua influência na severidade e modo de transporte bem como incorporar o cronograma de implantação das intervenções previsto para a cidade e sua abrangência espacial, ou seja, o impacto da intervenção no risco de acidentes da cidade inteira. Desta forma, o risco para cenários futuros foi estimado de acordo com a Equação 2.

$$R_t^{m,s} = R_{t-1}^{m,s} \cdot \prod_i CMF_i^{m,s} \quad (2)$$

Em que $R_t^{m,s}$: risco para o cenário t, modo m, severidade s (vítimas feridas

e vítimas fatais); $CMF_i^{m,s}$: fator modificador de acidentes para a intervenção i , modo m , severidade s . Os fatores modificadores de acidentes, por sua vez, podem ser estimados pela Equação 3:

$$CMF_i^{m,s} = (1 - \delta_i^{m,s}/100) \cdot I_{i,t} \cdot E_{i,t} \quad (3)$$

Em que $\delta_i^{m,s}$: índice de redução percentual dos acidentes para a intervenção i , modo de transporte m , severidade s ; $I_{i,t}$: coeficiente para a proporção de implantação da intervenção i no cenário t ; $E_{i,t}$: abrangência espacial / influência da intervenção i no cenário t .

A Tabela 3 apresenta o conjunto de intervenções consideradas com os respectivos índices de redução percentual ($\delta_i^{m,s}$) dos acidentes de trânsito.

Além das intervenções apresentadas na Tabela 3, foi considerado ainda um CMF composto, englobando intervenções conjuntas entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza e o programa Bloomberg Initiative for Global Road Safety (BIGRS), intervenções isoladas da década de ação pela segurança viária e ações globais federais e estaduais para a redução da acidentalidade viária (intervenção 8). Neste caso, foram observados os índices de redução percentual para acidentes com vítimas feridas de 7% para pedestres, 4% para ciclistas, motociclistas e automóveis e 2% para ônibus. Para acidentes com vítimas fatais, os valores de “□□” considerados foram 7% para pedestres, ciclistas e motociclistas, 12% para automóveis e 2% para ônibus.

O coeficiente “ $I_{i,t}$ ” corresponde a valores entre 0 e 1 para intervenções não iniciadas e completamente executadas, respectivamente. A Tabela 4 apresenta o cronograma de implantação das intervenções com os respectivos coeficientes de percentual de implantação.

Tabela 3: Intervenções e respectivos valores do índice de redução percentual de acidentes (δ) para macrointervenções do Projeto Fortaleza 2040

Intervenção	Pedestre	Bicicleta	Moto	Carro	Ônibus
1. Tendência histórica (2001 a 2011) de estabilização dos acidentes e crescimento do momento de viagens em 4%	4 / 4	4 / 4	4 / 4	4 / 4	4 / 4
2. Continuidade do Plano Diretor Cicloviário Integrado (PDCI)	- / -	5 / 10	- / -	- / -	- / -

Intervenção	Pedestre	Bicicleta	Moto	Carro	Ônibus
3. Programa de implantação de corredores BRT	- / -	- / -	- / -	- / -	- / -
4. Programa de requalificação de passeios e travessias de pedestres nos corredores e moderação de tráfego nas áreas dos corredores de transporte	22 / 29	22 / 29	14 / 22	- / -	- / -
5. Programa de implantação de medidas de moderação de tráfego nas bacias	18 / 25	18 / 25	10 / 18	15 / 21	15 / 21
6. Intensificação da fiscalização sobre o comportamento de risco do condutor	3 / 3	1 / 1	1 / 1	1 / 1	1 / 1
7. Programa de requalificação da sinalização horizontal e vertical da malha viária	5 / 5	5 / 5	5 / 5	5 / 5	5 / 5

Nota: 4/4 - $\square_{\text{Feridos}}(\%) / \square_{\text{Fatais}}(\%)$

Tabela 4: Coeficiente para o percentual de implantação das macrointervensões do Projeto Fortaleza 2040

Cenário	$I_{1,t}$	$I_{2,t}$	$I_{3,t}$	$I_{4,t}$	$I_{5,t}$ S	$I_{6,t}$	$I_{7,t}$	$I_{8,t}$
2020 A / B	1 / 1	1 / 1	- / -	- / -	- / -	- / -	- / -	1 / 1
2024 A / B	1 / 1	- / -	- / 0,30	- / 0,30	- / 0,15	- / 1	- / 0,20	- / -
2028 A / B	1 / 1	- / -	- / 0,20	- / 0,20	- / 0,15	- / 1	- / 0,20	- / -
2032 A / B	1 / 1	- / -	- / 0,30	- / 0,10	- / 0,10	- / 1	- / 0,20	- / -
2036 A / B	1 / 1	- / -	- / 0,10	- / 0,10	- / 0,10	- / 1	- / 0,20	- / -
2040 A / B	1 / 1	- / -	- / 0,10	- / 0,10	- / 0,50	- / 1	- / 0,20	- / -

Nota: 1/1 = Cenário Tendencial (A) / Cenário Transformador (B)

Por sua vez, o coeficiente “ $E_{i,t}$ ” representa a proporção dos usuários que podem ser impactados pelas intervenções. O coeficiente será 1 quando a intervenção tiver alcance global na cidade, como é o caso de campanhas educativas, ações de esforço legal, dentre outras. Para intervenções nos corredores orientados ao transporte público deve ser considerada somente a proporção de viagens que utilizam os corredores. O coeficiente de abrangência espacial foi considerado como 1 (100%) para as intervenções 1, 2, 6, 7 e 8. Para as intervenções relacionadas aos corredores de transporte urbano (3 e 4) o coeficiente foi de 0,5 (50%), restando para as intervenções nas demais áreas a abrangência de 0,5 (50%) por serem complementar aos corredores de transporte urbano.

O indicador de risco pode então ser utilizado para estimar o número total de acidentes com vítimas feridas e fatais separado por modo de transporte além de

indicadores populacionais como a taxa de acidentes por um milhão de viagens e a taxa de acidentes por 100 mil habitantes.

3.2 MODELAGEM INTEGRADA

O Transus modela os principais componentes do sistema urbano, tais como a localização e interação de atividades, o mercado imobiliário e o sistema de transportes. Todos estão inter-relacionados, assim, o fenômeno da circulação de pessoas é explicado por relações econômicas e espaciais entre as atividades que as geram. Por sua vez, a acessibilidade do sistema de transportes afeta como as atividades se localizam no espaço, o que influencia o sistema imobiliário (Barra, 2012). Para simular a interação entre os setores econômicos é utilizada a matriz Input-Output de Leontief, de onde se obtém uma percepção de como cada setor é mais ou menos dependente dos outros (Guilhoto, 2009). As decisões locacionais são modeladas a partir do preço do solo e da acessibilidade (Barra, 2010). E os modelos de transportes são baseados na teoria de escolha discreta, que simula a decisão de um indivíduo entre um conjunto de opções, assumindo que existem atributos que determinam essa decisão e que o indivíduo é racional (Hensher, Rose e Greene, 2005).

A modelagem da rede é multimodal, onde todos os modos podem simultaneamente utilizar os mesmos segmentos de vias, por isso, cada segmento é composto por dois grupos de características: as físicas: relacionadas com a estrutura física da rede, como a capacidade, o tipo específico de cada segmento, direção e nome; e o modo: aqueles relacionados a cada modo que o utiliza, como a velocidade (Barra, 2012). O modelo interativamente verifica se existe capacidade para suprir a demanda e recalculará o tempo de espera e a velocidade nos links sempre que a relação entre demanda e capacidade se modificar. Ao fim desse processo interativo podem ser obtidas as rotas das viagens de cada par origem-destino, portanto podem ser obtidos os momentos dos deslocamentos para a devida aplicação do método de estimação de DSV.

A aplicação para o Fortaleza 2040 teve como foco a modelagem de viagens na hora de pico. Nessa simulação a cidade foi espacialmente dividida em seus 119

bairros, os mais de 711.000 domicílios da cidade foram divididos em 3 grupos por renda e os quase 1.500.000 empregos foram classificados em 5 tipos, quanto aos tipos de atividade econômica. O uso do solo foi separado em sete classes, de acordo com o uso e índices de aproveitamento e foram considerados os principais modos de deslocamento da cidade: pedestres, ciclistas, carro, moto, ônibus e vans, trem e metrô. Esses dois últimos não são utilizados na estimação dos acidentes por não haver ocorrências envolvendo-os. O processo de calibração foi baseado no método proposto por Sousa (2016) e a validação apresentou resultados satisfatórios de convergência das medidas de desempenho (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2016).

Com a base calibrada e validada, o modelo foi aplicado para a estimação dos indicadores de interesse nos anos horizonte, entre eles os momentos de deslocamento. Como a modelagem se ateve à hora de pico foi necessário anualizar essa informação. Pelo universo de validações do sistema de transporte coletivo e pelas informações capturadas por laços magnéticos de equipamentos de fiscalização eletrônica e controle semafórico, foi possível concluir que a hora de pico representa aproximadamente 8% de todas as viagens que ocorrem ao longo de um dia (Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2016). Com esse percentual, foi obtido o momento diário, que foi multiplicado por 365 para representar o momento anual dos deslocamentos, apresentados na Tabela 5.

Por esse indicador, verifica-se um aumento considerável na utilização do transporte coletivo rodoviário decorrente da implantação do sistema de BRT nos principais corredores da cidade. Assim como um aumento nos deslocamentos a pé, já que aumenta a quantidade de acessos e difusões ao transporte público. Verifica-se também um aumento na utilização do carro e na moto nos cenários tendenciais, enquanto nos transformadores, o carro sofre uma pequena variação positiva e a moto uma redução significativa.

Tabela 5: Milhões de passageiros.km para os cenários do Fortaleza 2040

	2020	2024	2028	2032	2036	2040
Pedestre A/B	444 / 459	500 / 549	513 / 659	517 / 727	530 / 840	542 / 895
Ciclista A/B	162 / 160	158 / 150	169 / 165	164 / 137	181 / 134	199 / 183

	2020	2024	2028	2032	2036	2040
Carro A/B	5025 / 5018	5105 / 4893	5283 / 4799	5567 / 4911	5885 / 5278	6070 / 5244
Moto A/B	2445 / 2414	2460 / 2205	2563 / 2085	2638 / 1851	2720 / 1976	2832 / 1928
Ônibus e Vans A/B	5582 / 5808	5824 / 6670	5972 / 7089	5960 / 7518	5841 / 8101	5900 / 8591
Metro ferroviário A/B	389 / 406	726 / 576	718 / 742	741 / 1323	736 / 1388	725 / 1554

Nota: 1/1 = Cenário Tendencial (A) / Cenário Transformador (B)

4. ESTUDO DE CASO: PROJETO FORTALEZA 2040

Fortaleza é uma cidade com mais de 2,6 milhões de habitantes e que ocupa mais de 300 km² na costa litorânea do estado do Ceará. Possui uma frota de mais de 1 milhão de veículos, dos quais mais da metade foram adquiridos só nos últimos 10 anos, impulsionada pelo aumento na quantidade de motos que aumentou mais de 2,8 vezes nesse mesmo período. Fortaleza passou recentemente por um processo de planejamento estratégico para elaborar o Plano Mestre Urbanístico Fortaleza 2040, onde a ferramenta Transus foi aplicada como o modelo de previsão da demanda por transportes e uso do solo. A metodologia proposta anteriormente foi aplicada para a avaliação das alternativas quanto ao DSV no âmbito do Projeto Fortaleza 2040.

A Figura 2 e a Figura 3 apresentam os índices de acidentes ($R_t^{m,s}$) com vítimas feridas e fatais, respectivamente. Na Figura 2, verifica-se que os maiores riscos de acidentes com vítimas feridas ao longo de todo o período de análise envolvem ciclistas, pedestres e motociclistas, mas as oito políticas de intervenção propostas no plano possuem o potencial de reduzir essas taxas. Entretanto, a tendência de redução de acidentes e as políticas em desenvolvimento já são capazes de alterá-las significativamente para baixo. No caso dos ciclistas, a redução tendencial do risco de 2016 até 2040 é de 20%, mas incluir as intervenções do plano pode fazer com que o risco caia 40%. Os pedestres seriam os mais beneficiados com as intervenções, já que o risco de serem vítimas em acidentes caiu em 45% contra 18% de redução tendencial.

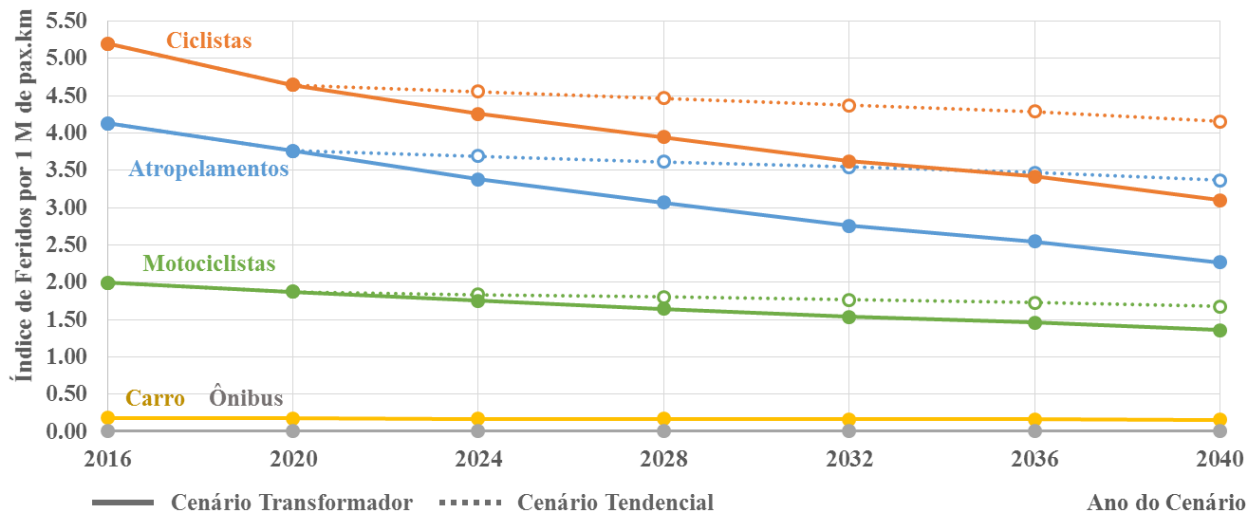


Figura 2: Índice de Acidentes com Vítimas Feridas

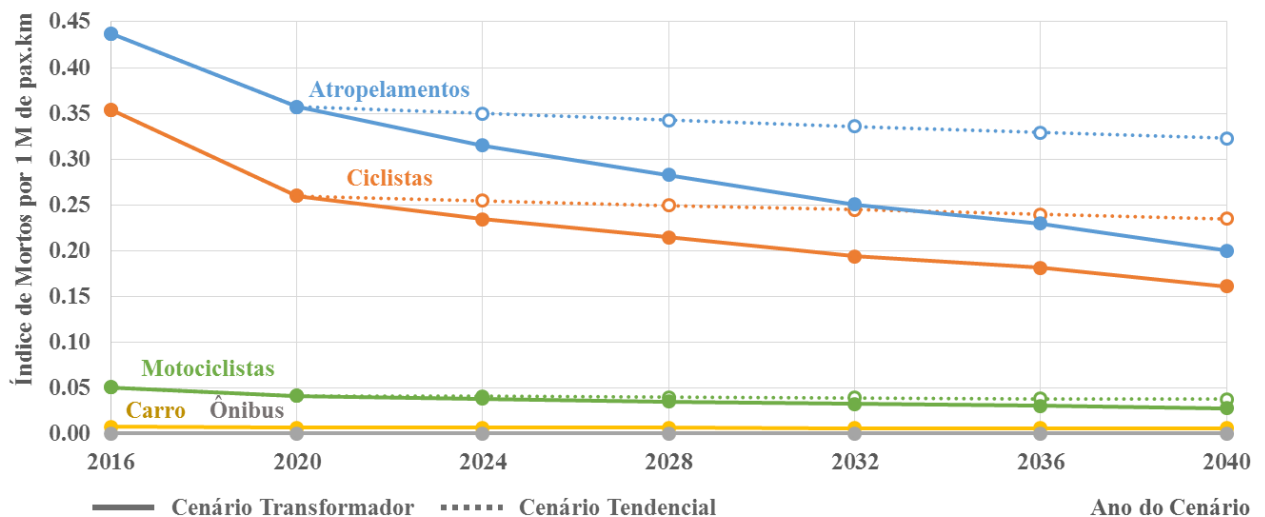


Figura 3: Índice de Acidentes com Vítimas Fatais

Pela Figura 3, percebe-se que as intervenções atuarão fortemente em reduzir o risco de acidentes fatais dos deslocamentos a pé e por bicicleta. Ambos possuem uma diminuição de 54% em suas taxas de risco, mas a maior diferença entre cenário tendencial e transformador é verificada para os atropelamentos. Os motociclistas também são muito beneficiados, já que sua taxa de risco reduz em 46%, mas o valor absoluto dessa taxa faz com que esse benefício não seja ressaltado na Figura 3, que destaca

apenas os maiores benefícios absolutos.

Os índices das Figuras 2 e 3 ao serem multiplicados pelos momentos da Tabela 4, seguindo a Equação 1, geram as quantidades de acidentes das Figuras 4 e 5. Pela primeira, é possível observar uma redução no número de acidentes com vítimas feridas. Tendencialmente, esse número pode chegar aos 8400 acidentes, já com as intervenções propostas no plano esse número será de 5900. Percebe-se que apesar das quedas nos riscos de acidentes nos cenários tendenciais, o crescimento do momento, em especial dos motociclistas, faz com que a quantidade de acidentes apenas cresça ao longo do período de análise do projeto. Nos cenários transformadores, a redução de viagens por motos, que migram para o transporte coletivo, atrelada a uma redução mais vigorosa do risco de acidentes conseguem estabelecer uma tendência de diminuição do número total de acidentes com vítimas feridas. Entretanto, é possível observar um aumento na participação dos atropelamentos, tanto em valores absolutos quanto relativo, justificados pela duplicação do momento dos deslocamentos de pedestres.

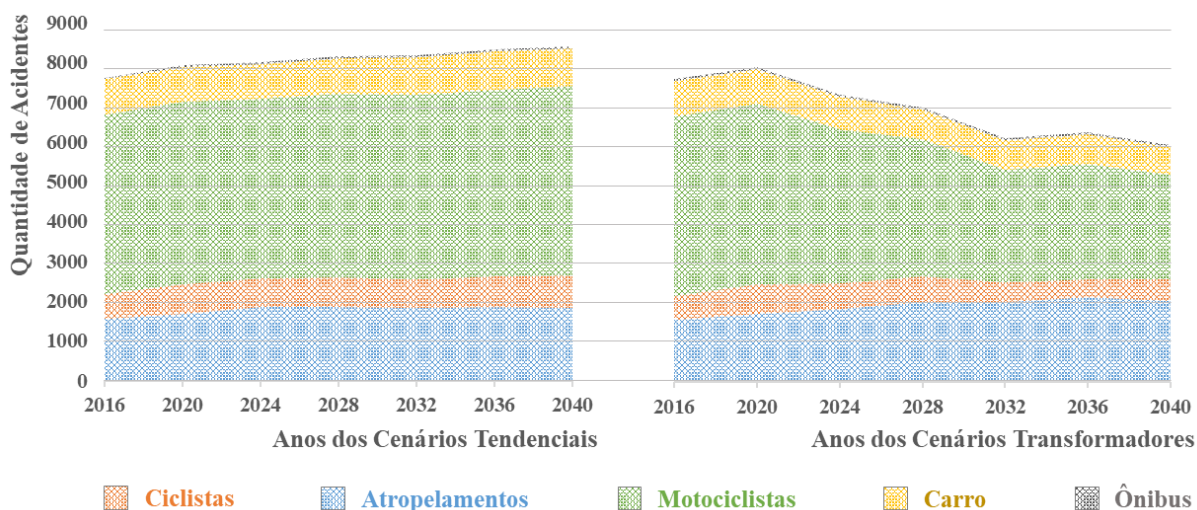


Figura 4: Total de Acidentes com Vítimas Feridas

Entre os acidentes com vítimas fatais, destacados na Figura 5, percebe-se uma estabilização em sua quantidade nos cenários tendenciais e uma redução dessa quantidade nos cenários transformadores, que, apesar de ainda ser de 300 acidentes no total, é reduzido em 20%, quando é comparado a 2016. Observa-se também uma maior

participação dos pedestres entre as vítimas de acidentes fatais, que correspondem a mais de 60% de todos os acidentes com vítimas em 2040, ocasionada pelo aumento do momento dos deslocamentos de pedestres.

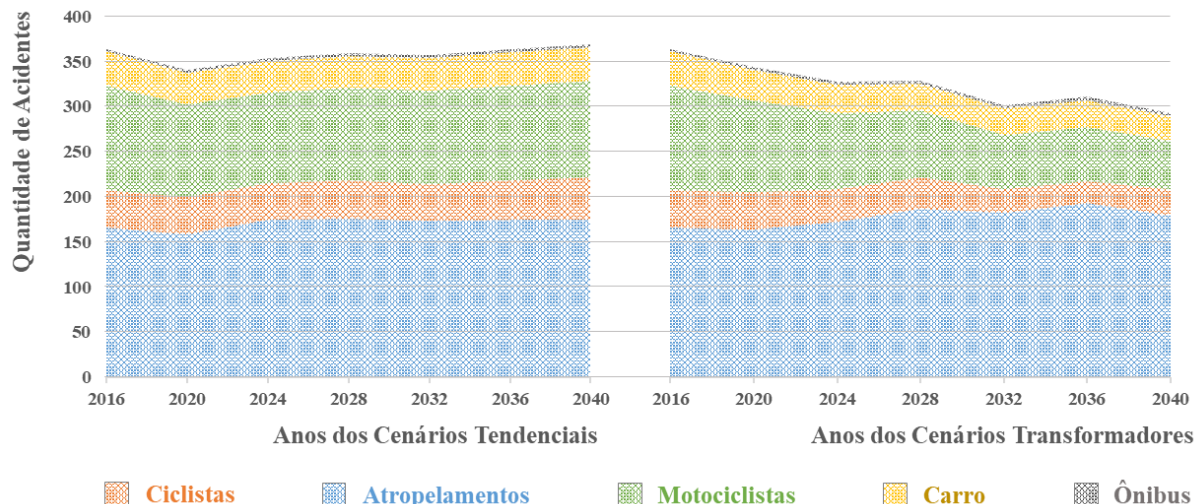


Figura 5: Total de Acidentes com Vítimas Fatais

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais dificuldades de inserir a modelagem do DSV no processo de planejamento está relacionada com o emprego de métodos quantitativos confiáveis que subsidiem as etapas de avaliação de cenários e tomada de decisão sob a ótica da segurança viária. Neste sentido, o método proposto é simples de ser aplicado e explicado e, por isso, foi incorporado ao planejamento Fortaleza 2040. O método de estimação do DSV leva em consideração a modelagem da demanda por viagens, já que a quantidade de deslocamentos é uma das principais variáveis relacionadas à exposição aos acidentes.

Nesta aplicação, foram utilizados os fatores modificadores de acidentes (CMF) disponíveis na literatura internacional aplicados em função das intervenções sugeridas dentro dos períodos quadrienais, ao risco de acidentes estimado por modo de transporte para o ano base (2016). Nos resultados, fica evidente a contribuição que as intervenções

possuem para a redução dos acidentes. Elas inserem uma tendência de redução na quantidade total de acidentes de ambos os tipos, sejam àqueles com vítimas feridas, reduzidas em 22%; ou com vítimas fatais que reduzem em 20% ao longo dos 24 anos de horizonte do projeto.

Verificou-se também um aumento dos atropelamentos envolvendo vítimas feridas e fatais, já que utilizar esse sistema significa realizar o acesso e a difusão do BRT a pé. Dessa forma, a taxa de óbitos por 100.000 habitantes em 2040 ainda seria de 9,8, que, apesar de ter reduzido, ainda é bem superior ao que se verifica em países como Austrália, França e Suécia, que possuem índices de 5,1, 5,4 e 2,8, respectivamente. Dessa forma, outras políticas de valorização dos pedestres são necessárias para que a cidade possua índices inferiores.

A metodologia pode ser aperfeiçoada com a estimação dos índices de abrangência espacial e de redução no número de acidentes por intervenção para a realidade local, o que pode ser realizado com o acompanhamento de implantação das intervenções propostas no plano. Podem também ser avaliados outros aspectos que influenciam os acidentes, como uso do solo e o controle viário que não foram abordados neste trabalho.

REFERÊNCIAS

- Acheampong, R. A., e Silva, E. (2015) Land use – transport interaction modeling: A review of the literature and future research directions. **Journal of Transport and Land use**, v. 8, n.3, p. 11-38. doi: [10.5198/jtlu.2015.806](https://doi.org/10.5198/jtlu.2015.806)
- AECOM. (2013) **A New Mobility Transportation Master Plan for London 2030 Transportation Master Plan: SmartMoves**. London, Canadá. v. 1, n. 2, p. 1–36.
- Aguero-Valverde, J., e Jovanis, P. P. (2006) Spatial analysis of fatal and injury crashes in Pennsylvania. **Accident Analysis and Prevention**, v. 38, n. 3, p. 618–625. doi:10.1016/j.aap.2005.12.006
- Banister, D. (2008) The sustainable mobility paradigm. **Transport Policy**, v. 15, n. 2, p. 73-80. doi:10.1016/j.tranpol.2007.10.005
- Barra, T. de la. (1989) **Integrated land use and transport modelling: Decision chains and hierarchies**. (L. Martin & L. March, Eds) Statewide Agricultural Land Use Baseline

2015, v. 1. Cambridge University Press, New York, USA.

Barra, T. de la. (2010) **TRANUS: Sistema Integrado de Simulação da Localização das Atividades, Usos do Solo e Transportes**. Caracas, Venezuela.

Barra, T. de la. (2012) **Formulación matemática de TRANUS**. Caracas, Venezuela.

Bertolini, L., le Clercq, F., e Kapoen, L. (2005) Sustainable accessibility: A conceptual framework to integrate transport and land use plan-making. Two test-applications in the Netherlands and a reflection on the way forward. **Transport Policy**, v. 12, n. 3, p. 207–220. doi:10.1016/j.tranpol.2005.01.006

Curtis, C. (2008) Planning for sustainable accessibility: The implementation challenge. **Transport Policy**, v. 15, n. 2, p. 104–112. doi:10.1016/j.tranpol.2007.10.003

Elvik, R., Høyve, A., Vaa, T., e Sørensen, M. (2015) **O manual de medidas de segurança viária**. Fundación Mapfre. Madri, Espanha.

FHWA. (2017) **Crash Modification Factors Clearinghouse**. Chapel Hill, EUA. Disponível em: <http://www.cmfclearinghouse.org/index.cfm>. Acesso em: 29 de abr. 2018.

Governo de Santa Catarina. (2015) **Produto 19: Relatório Final - Consolidação das Propostas e Plano de Implementação**. Volume IV – Participação Social e Capacitação. Florianópolis, Brasil.

Guilhoto, J. J. M. (2009) **Análise de Insumo-Produto: Teoria e Fundamentos**. Dados. São Paulo, Brasil.

Hadayeghi, A., Shalaby, A. S., e Persaud, B. N. (2010) Development of planning level transportation safety tools using Geographically Weighted Poisson Regression. **Accident Analysis and Prevention**, v. 42, n. 2, p. 676–688. doi:10.1016/j.aap.2009.10.016

Hansen, W. G. (1959) How Accessibility Shapes Land Use. **Journal of the American Institute of Planners**, v. 25, n. 2, p. 73–76. doi:10.1080/01944365908978307

Hauer, E. (2007) **Observational Before-After Studies in Road Safety**, Bingley: Emerald, Reino Unido. p. 289.

Hauer, E. (2015) **The Art of Regression Modeling in Road Safety**. Springer International Publishing, Suíça. doi:10.1007/978-3-319-12529-9

Hensher, D. A., Rose, J. M., e Greene, W. H. (2005) **Applied Choice Analysis**. Cambridge University Press, New York, USA.

Hull, A. (2005) Integrated transport planning in the UK: From concept to reality. **Journal**

of **Transport Geography**, v. 13, n. 4, p. 318–328. doi:10.1016/j.jtrangeo.2004.12.002

Mannering, F. L., e Bhat, C. R. (2014) Analytic methods in accident research: Methodological frontier and future directions. **Analytic Methods in Accident Research**, v. 1, p. 1–22. doi:10.1016/j.amar.2013.09.001

New York City. (2016) **Strategic Plan 2016**. Department of Transportation. New York, EUA.

Prefeitura de São Paulo. (2015) **PlanMob SP 2015**, São Paulo, Brasil. p. 1–201.

Prefeitura do Rio de Janeiro. (2015) PMUS - **Plano de Mobilidade Urbana Sustentável**, Rio de Janeiro, Brasil. v. 2, p. 1–393.

Prefeitura Municipal de Fortaleza. (2016) **Plano Fortaleza 2040**: cidade conectada, acessível e justa. Iplanfor. Fortaleza, Brasil.

Sousa, F. F. L. M. (2016) **Metodologia de calibração para modelos integrados dos transportes e uso do solo**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Transportes) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.

Sousa, F. F. L. M., Loureiro, C. F. G., e Lopes, A. S. (2017) Representação do Fenômeno Urbano por meio de Modelos Integrados dos Transportes e Uso do Solo: Revisão da Literatura e Discussão Conceitual. **Transportes (Rio de Janeiro)**, n. 25, v. 4, p. 96-108. doi: 10.14295/transportes.v25i4.1319

Straatemeier, T., e Bertolini, L. (2009) Joint Accessibility Design: Framework Developed with Practitioners to Integrate Land Use and Transport Planning in the Netherlands. **Transportation Research Record: Journal of the Transportation Research Board**, v. 2077, n. 1, p. 1-8. doi:10.3141/2077-01

Torres, C. A., e Cunto, F. J. C. (2016) Evaluation of safety performance in urban networks: a case study of Fortaleza city/Brazil, In: 17th International Conference Road Safety On Five Continents (**RS5C**), 2016, Rio de Janeiro, Brasil. p. 1–12.

Wier, M., Weintraub, J., Humphreys, E. H., Seto, E., e Bhatia, R. (2009) An area-level model of vehicle-pedestrian injury collisions with implications for land use and transportation planning. **Accident Analysis and Prevention**, v. 41, n. 1, p. 137–145. doi:10.1016/j.aap.2008.10.001

OTIMIZAÇÃO DE TRELIÇAS METÁLICAS VIA ALGORITMOS GENÉTICOS

Lucas Aragão Alves da Costa¹

Lucas Façanha de Oliveira²

RESUMO

Ao analisar a trajetória do desenvolvimento tecnológico da sociedade moderna, observa-se a evolução do uso de ferramentas computacionais no campo da engenharia estrutural. Tal fato se justifica pela demanda do mercado cada vez maior por projetos complexos de engenharia, a ponto de exigir muitas variáveis e hipóteses de solução a serem avaliados e calculados em prazos menores, tornando-se pertinente o conhecimento e uso de novos métodos. O projeto tradicional torna-se menos viável por limitar-se apenas à experiência do engenheiro projetista e fica sujeito ao erro humano. O conceito de otimização por meio de métodos evolucionários computacionais, como os Algoritmos Genéticos, pode gerar a melhor solução de acordo com os parâmetros e restrições físicas e geométricas impostas pelo projeto. O objetivo deste trabalho é elaborar um modelo de otimização com o intuito de minimizar o volume de aço de treliças metálicas planas, no software BIOS (*Biologically inspired optimization System*), cedido pela Universidade Federal do Ceará (UFC), e implementar um método de análise para os esforços das barras, utilizando o método da rigidez direta, no software supracitado. Avaliou-se diversas formas de perfis para a estrutura. As restrições do modelo estão de acordo com a NBR 8800:2008, onde se averigua cargas axiais de tração e de compressão, como também flambagem local.

Palavras-chave: Otimização. Estruturas metálicas. Algoritmo Genético. Método da Rigidez Direta. BIOS.

ABSTRACT

When we analyze the technological development trajectory of modern society, we observe the evolution of the use of computational tools in the field of structural engineering. This fact can be justified by the increasing market demand for complex

¹Graduando, Engenharia Civil, Aluno da UNICHRISTUS, lucas.arags@gmail.com

²Mestre, Engenharia Civil, Professor da UNICHRISTUS, lucastzu@gmail.com

engineering projects, which requires many variables and solution hypotheses to be evaluated and calculated in shorter terms, making it very relevant the knowledge and use of new methods. Then the traditional design becomes less feasible because it is limited to the experience of the designer engineer and is subject to human error. The concept of optimization through computational evolutionary methods, such as Genetic Algorithms, can generate the best solution according to the physical and geometric parameters and constraints imposed by the project. The objective of this work is to elaborate an optimization model with the purpose of minimizing the steel volume of planar steel trusses in the BIOS (Biologically inspired optimization System) software, provided by the Federal University of Ceará (UFC), and implement a method of analysis for the stresses of the bars, using the direct stiffness method, in the software. Several shapes of profiles were evaluated for the structure. The constraints of the model are in accordance with NBR 8800:2008, where axial loads of traction and compression, as well as local buckling are verified.

Keywords: Optimization. Metallic truss. Genetic Algorithm. Direct Stiffness Method. BIOS.

1 INTRODUÇÃO

Ao associar-se a tecnologia com o desenvolvimento da sociedade moderna, percebe-se a importância da participação da engenharia com a evolução do modo de vida das pessoas. Um bom exemplo são as grandes infraestruturas das cidades, como os arranha-céus, edifícios, aeroportos, estradas, automóveis e veículos espaciais, todos frutos do conhecimento científico feito pela engenharia como consequência das necessidades humanas. Portanto, à medida que a sociedade evolui, cresce a demanda por sistemas com maior magnitude e que possibilitem, cada vez mais, uma melhor qualidade de vida. Deste modo, aumenta-se a dificuldade com que estes sistemas são projetados e produzidos.

O processo de projetar pode ser considerado complexo, a ponto de existir em muitas variáveis e hipóteses de solução a serem avaliadas e desenvolvidas em seu processo. Além disto, o projeto deve estar sempre de acordo com os critérios e os parâmetros de segurança exigidos pelo sistema estrutural.

Ao iniciar-se o processo de criação de um modelo de configuração para uma estrutura, a quantidade de tempo e de trabalho humano que podem ser gastos na produção de uma solução é significativa.

Arora (2004) explica que processar todas as possíveis soluções de um determinado problema pode ser um trabalho árduo e oneroso. Analisar e projetar todas as possibilidades demandaria muito tempo e gastos, pelo fato de que sistemas complexos requerem o processamento de muitos dados e informações, tornando elevado o número de cálculo. Logo, projetar todas as soluções possíveis para uma melhor análise econômica é inviável para os projetistas. O que ocorre é a tentativa dos projetistas em contornar esse problema ao optarem pelo uso da experiência, este modelo é conhecido como projeto tradicional, onde estima-se algumas variáveis com base na experiência do projetista e procura-se interativamente calcular as demais através da satisfação de critérios de segurança e desempenho. Estas soluções acabam por ser aceitáveis, mas não necessariamente ótimas para aquele problema.

Esta forma de projetar, limita a possibilidade de descoberta de novas soluções que possam ser de melhor qualidade. Tal fato vai de encontro com a economia do projeto, onde talvez a primeira solução do modelo não seja a melhor entre as possíveis, gerando gasto desnecessário com insumos.

No processo de projeto otimizado, por sua vez, deve-se testar inúmeras soluções para que se possa encontrar a ótima dentro de um critério especificado. Com isso, o modelo de projeto otimizado demanda um grande poder de processamento de informação. Desta forma, seus mecanismos não se desenvolveram em todo seu potencial até a disseminação da computação (SACOMAN, 1998).

Sabe-se que os primeiros computadores a efetuarem cálculos de equações física e matemáticas, como citado por Fonseca (2007), foram os computadores eletrônicos, que ocupavam um enorme espaço e desempenhavam normalmente apenas funções específica de um problema. A partir de 1975, com a disseminação dos circuitos integrados, surgiram os computadores pessoais, desempenhando de forma satisfatória o processamento de dados e de informação em poucos segundos, tomando o lugar das grandes máquinas computacionais.

Com a revolução tecnológica dos computadores, várias problematizações de engenharia passaram a utilizar os métodos matemáticos juntamente com os processadores oferecidos pelos computadores modernos, fazendo com que o processamento dos dados e das informações dos cálculos fosse realizado muito mais

rapidamente. Goldberg (2000) comenta a importância do auxílio da programação computacional para ampliar os limites de processamento de dados e de informações, pelo fato de o número de variáveis de restrições e de decisão serem enormes na problematização de sistemas mais complexos, tornando a computação um elemento fundamental nos projetos.

Apesar do uso intensivo da ferramenta computacional, alguns modelos podem ter tantas variáveis e hipótese possíveis que, mesmo utilizando ferramentas de cálculo de tensões e de deformações para encontrar uma boa solução, há muitas a serem verificadas, além de diferentes valores para as variáveis do projeto. A partir desse contexto, surgem os modelos de otimização, que têm justamente o objetivo de realiza uma busca no espaço do problema para encontrar a solução ótima, sem que exija do projetista testar manualmente os valores para cada variável.

Dentre os métodos de otimização existentes até a data desde trabalho, utilizou-se o Algoritmo Genético dentro do programa BIOS (*Biologically Inspired Optimization System*), cedida pela Universidade Federal do Ceará (UFC). O AG é um algoritmo evolucionário que usa modelos computacionais dos processos naturais da evolução como ferramenta para resolver problemas. Nele ocorre a simulação da evolução de espécies através de seleção, de mutação e de reprodução de uma população de indivíduos dentro de um ambiente.

Para este estudo, otimizou-se uma treliça metálica bidimensional, onde implementou-se em C++ um método de análise, no caso o método da rigidez direta, dentro do programa BIOS, onde o mesmo trabalha junto com o Algoritmo Genético. Basicamente os dados de entrada do programa foram a carga e a geometria, onde a treliça estará sujeita a restrições geométricas e de resistência do material, gerando os parâmetros ótimos da função avaliação, com o objetivo de minimização da massa para a treliça.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Otimização

Levando em consideração o cotidiano da vida humana, a otimização é praticada todos os dias, seja para chegar mais rápido no trabalho, organizar os horários de estudo ou investir na bolsa de valores com intuito de obter máximo de lucros. Vanderplaats (1984) afirma que existe um desejo de produzir a melhor qualidade possível com os recursos permitidos.

Abrangendo o conceito para a engenharia, especificadamente na área de estruturas metálicas, deve-se entender um pouco sobre a diferença entre analisar e dimensionar, e de que forma a otimização se situa neste contexto. Segundo Leet (2010), a análise de uma estrutura consiste estabelecer as forças internas e deslocamentos em todos os pontos, que são consequências das cargas de projeto. Neste caso, verifica-se todos os fenômenos físicos pela qual a estrutura se comporta para definir parâmetros que assegurem sua estabilidade. Leet (2010) também ressalta que a análise é trivial para que se dimensione corretamente a estrutura de acordo com suas resistências e necessidades geométricas de projeto. Dimensionar é justamente estabelecer o material e propriedades necessárias que a estruturas devem ter, de acordo com os limitantes do estado limite ultimo e de serviço.

No caso de estruturas metálicas, o dimensionamento consiste basicamente na escolha dos perfis e até mesmo uma mudança de configuração, neste caso se retorna à análise para que os limites estejam de acordo, pode-se afirmar que as duas estão interligadas entre si durante o processo de projetos. Dependendo do tipo de projeto, repetir esse processo de análise e dimensionamento inúmeras vezes, pode demandar muito tempo, o que torna inviável a busca pela melhor solução apenas por tentativa.

O conceito de otimização se consolida justamente no processo da determinação da melhor solução, além de realizar de forma rápida e eficiente todos os cálculos matemáticos necessários de interação de análise e dimensionamento. Vale ressaltar que é importante o conhecimento do problema para que seja construído um modelo de otimização adequado. Sant'Anna (2002) argumenta a importância de definir um objetivo, derivado da necessidade de se criar um sistema que pode ser consequência do mercado local ou desejo do cliente e identificar os requerimentos que esse objeto deve satisfazer.

Assim, entende-se como modelo de otimização uma análise das variáveis as quais se deseja alterar para que alcancem sua produtividade ótima, sempre relacionando critérios de parâmetros quantitativos e de natureza lógica do problema.

Portanto, é criada uma função objetivo com a finalidade de estabelecer um critério de desempenho e encontrar a melhor solução entre várias possíveis. Tal conceito é definido por Vanderplaats (1984) como o processo de encontrar o máximo ou o mínimo parâmetro de um modelo de otimização, composto por uma função objetivo, em que as soluções passam por um critério de qualidade, onde as soluções ditas inviáveis pelo modelo são descartadas ou evitadas por não satisfazerem com os critérios impostos no modelo de otimização.

Para Arora (2004), o processo de otimização se resume fundamentalmente em cinco etapas:

1. O tipo de problematização, avaliando os objetivos gerais do projeto e as exigências a serem cumpridas.
2. A coleta de dados e informações relevantes, tais como as propriedades do material, os requisitos de desempenho que o sistema deve possuir e o limite dos recursos.
3. Identificar as variáveis as quais se deseja alterar e atribuir valores, podendo o número de variáveis depender do tipo de problematização do projeto.
4. Identificar o critério a ser otimizado, normalmente chamado de uma função objetivo para o problema de projeto, que precisa ser maximizada ou minimizada, dependendo do problema e seus requisitos.
5. Identificar as restrições que o projeto deve ter para que o mesmo seja formulado e sistematizado sem ultrapassar os limites de restrição do problema.

Logo, deve-se construir um modelo de otimização, com técnicas e algoritmos estruturados com o destino de solucionar os modelos quantitativos expressos matematicamente. Goldberg (2000) destaca o ramo da pesquisa operacional (PO), uma tradicional disciplina que consagra diversas técnicas de modelagem matemática, seus modelos são estruturados para representar por meio da matemática e da lógica as melhores condições de funcionamento para os sistemas representados. A programação computacional é um grande aliado com a PO, tendo em vista que o problema pode ter um elevado número de variáveis de decisões e restrições. Sendo assim, o campo de conhecimento da PO é de grande utilidade para a resolução de problemas de otimização.

Posteriormente, com o ramo da otimização cada vez mais estudado, surge também métodos mais aprimorados, denominados algoritmos evolucionários, com base principalmente no comportamento da natureza. Vanderplaats (1984) fala que

vários métodos podem ser aplicados, dependendo do tipo de problema, levando em consideração a complexidade e comportamento matemático envolvido.

No caso de estruturas metálicas treliçada, é comum separar a otimização em dois tipos. A primeira é chamada de otimização de forma, onde os elementos barras podem mudar sua geometria, porém a estrutura como um todo permanece a mesma configuração arquitetônica. A segunda é chamada de otimização topológica, em que, além da mudança geométrica das barras, são acrescentados novos nós e barras, de modo que a configuração da estrutura seja alterada. Neste trabalho utilizou-se uma otimização de forma.

2.2 Algoritmos Genéticos

Vários são os métodos criados e empregados com o objetivo de encontrar a melhor solução possível para problemas de otimização e busca, dentre eles, destacam-se os algoritmos genéticos, AGs, que se baseiam nos mecanismos de evolução de população de seres vivos. Os AGs são considerados emergentes no ramo da computação evolucionária. Segundo Pozo (2005) a computação evolucionária é uma linha de pesquisa emergente no campo da inteligência artificial, com a proposta de novos conceitos para solução de problemas inspirados na seleção natural de Charles Darwin.

Inicialmente os AGs foram introduzidos pela primeira vez por John Holland, publicado em “*Adaptation in Natural and Artificial Systems*” em 1975, com intenção de estudar os fenômenos relacionados à seleção natural e à adaptação de espécies na natureza, para construir um algoritmo matemático computacional.

Os AGs se popularizaram quando um dos alunos de Holland, David Goldberg, a partir dos anos 80, teve o primeiro sucesso em aplicação industrial. Por conta disto, é bastante empregado nos dias atuais em otimização e aprendizagem de máquinas. (POZO, 2005).

O Conceito de otimização, matematicamente, se resume à busca de pontos mínimos e máximos de uma função objetiva. À medida que se introduz mais restrições e amplifica o número de variáveis, crescem as hipóteses de solução, e, muitas vezes, podem-se encontrar diversas soluções locais, podendo ser máximos ou mínimos, aproximando-se de uma solução ótima, mas, na verdade, não é a solução ótima para o problema. Por conta deste motivo que existe a necessidade de criar métodos e técnicas

que possibilitem não se limitar apenas por pontos locais, tentar da melhor forma possível alcançar a solução global.

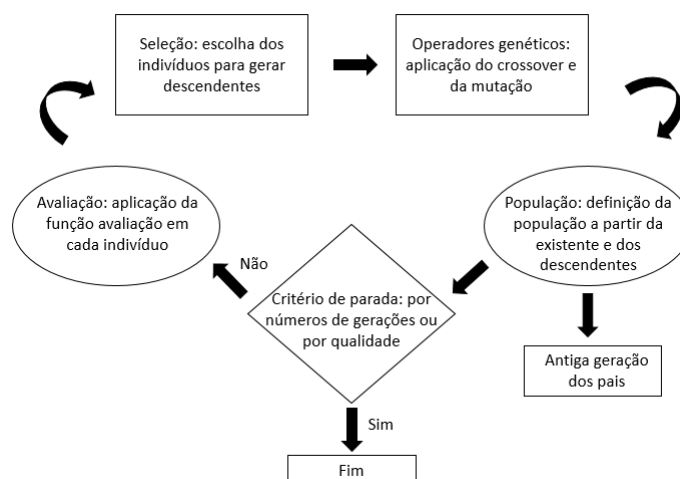
Um bom exemplo de ineficiência em casos complexos de achar a solução global são os métodos de gradiente, *hill climbing*, que consistem em seguir a derivada de uma função até encontrar uma solução. Logo, em determinados problemas de otimização, é possível que se limite a apenas soluções locais. Os AGs são uma forte proposta para resolução de diversos problemas sem que se fique preso a soluções locais com facilidade. (LACERDA, 1999).

Os AGs são técnicas heurísticas de otimização global, onde uma população inicial de cromossomos é gerada aleatoriamente para representar possíveis soluções. Durante seu processo, a população é submetida aos operadores genéticos: seleção, recombinação e mutação. Tais operadores fazem uso de parâmetros de qualidade, denominados de avaliadores, para que possa ocorrer o processo evolutivo e encontrar o indivíduo que caracterize uma solução ótima.

Segundo Linden (2012), os AGs não são métodos que não se baseiam no gradiente, não se estagnam em seu processo de otimização ao encontrar uma solução local. Ao encontrar um indivíduo que é instantaneamente o melhor, as buscas continuam a procurar outros indivíduos melhores, tal fato se denomina de técnica heurística.

O fluxograma representado na Figura 1 representa a estrutura do funcionamento do algoritmo:

Figura 1 - Processo de execução de um algoritmo genético



Fonte: autor

Logo, pode-se resumir o funcionamento do AG nos seguintes passos (LINDEN, 2012).

1. Inicialização da população de cromossomos;
2. Avaliação dos cromossomos;
3. Seleção dos pais para geração de novos cromossomos;
4. Aplicação de operadores genéticos de recombinação e mutação entre os pais gerando indivíduos da nova geração;
5. Retirada dos velhos membros da população
6. Avaliação dos novos membros e inserção na população;
7. Se o tempo acabou ou o melhor indivíduo satisfaz as condições de desempenho, retorne-o, se não, volte para o passo 3.

Vale ressaltar que não basta aplicar um mesmo modelo para diferentes modelos, apesar de o método dos AGs ser bastante genérico. Em cada problema, é fundamental que seja aplicado a melhor representação cromossômica e uma função avaliadora que penalize e avalie satisfatoriamente.

2.2.1 Representação dos cromossomos

A forma como é representada os indivíduos vai traduzir a informação do problema para que seja devidamente tratado pelo computador. Linden (2012) afirma que é de extrema importância uma boa representação cromossômica no AG. Se, por acaso, for feita de forma inadequada, os resultados serão de baixa qualidade ou até mesmo insignificantes na evolução da otimização do modelo.

A representação mais adotada dos cromossomos é a binária, porém é de decisão do programador em seu modelo qual tipo de representação atribuir. Sabe-se que, na genética, um cromossomo é constituído de genes, e cada gene é um bloco de sequência de DNA. Cada DNA possui uma posição específica no cromossomo, denominados de *locus*, que controla uma ou mais características hereditárias. Logo, as características que os indivíduos possuem devem ser devidamente representadas de forma que seu modelo esteja em sintonia com o problema. Para o caso de

estruturas metálicas, parâmetros físicos e geométricos dos elementos serão representados pelos cromossomos.

2.2.2 Escolha da população

A população consiste no número de indivíduos que serão selecionados para o início do algoritmo. Segundo Melo (2008), não existe uma regra que imponha um número exato que deve ter a população inicial, porém uma população muito reduzida dificilmente abrange todas as opções de soluções no espaço de busca. Melo (2008) também afirma que a escolha por uma população extensa demais pode tornar o processo lento. Dessa forma, é importante a escolha de um número de indivíduos que abranja um bom espaço de busca, para que o algoritmo funcione em um bom tempo e traga bons resultados.

2.2.3 Função avaliadora

A função avaliadora é uma forma utilizada para julgar a qualidade de um indivíduo. Pozo (2005) diz que este é o componente de maior significância dentro de um AG. Linden (2012) fala que, devido à generalização do AG, é possível aplicar um algoritmo estruturado a diversos problemas, mas a função avaliadora é praticamente a única ligação verdadeira do programa com o problema real.

É essencial que a função seja bem elaborada para representar o problema e para diferenciar as boas e as más soluções. Pozo (2005) afirma que, se não houver uma devida calibração da função avaliadora para um determinado problema, uma solução ótima pode acabar por ser ignorada durante a execução, além de se perder tempo procurando soluções poucas promissoras.

2.2.4 Seleção dos pais

A seleção dos pais ocorre logo após a avaliação dos indivíduos, onde o seu princípio se baseia na seleção natural, em que os mais aptos possuem mais chances de gerar descendentes e os menos aptos menos chances.

Ao observar o comportamento da seleção natural que atua sobre as espécies biológicas, percebe-se que, normalmente, os machos alfas, aqueles ditos mais fortes e com melhores características, são os que conseguem gerar descendentes com as fêmeas do bando, mas, em alguns casos, um macho não alfa consegue reproduzir com uma fêmea. Linden (2012) relata a importância de privilegiar os indivíduos com alta avaliação, porém não se deve desprezar completamente os indivíduos com avaliação extremamente baixa.

O que acontece que, uma característica genética favorável pode estar em um indivíduo considerado ruim, e estas podem não estar presentes em nenhum cromossomo de outros indivíduos. Linden (2012) explica que se deixar apenas os melhores indivíduos se reproduzirem, a população corre o risco de ter pouca diversidade para proceder a evolução. Desse modo, deve-se prestar atenção para que não ocorra uma convergência genética.

2.2.5 Operadores genéticos

Segundo Lacerda (1999) os operadores genéticos são os principais mecanismos de busca para explorar todas as regiões desconhecidas dos espaços de solução.

2.2.5.1 Crossover

O crossover é a troca de genes entre dois indivíduos, isto é, o cruzamento de dois pais pelo módulo de seleção. Logo, obtêm-se a troca de informações entre indivíduos gerando um descendente com características intermediárias. Dentro do algoritmo, uma parcela dos pais de uma população cruza, o que se denomina de taxa de cruzamento

Linden (2012) relata que existem diversas formas e métodos para aplicar o crossover. O mais simples e conhecido consiste em um corte de um ou mais pontos

para troca de genes. Existem outras técnicas mais complexas e mais eficientes como o cruzamento uniforme. Tais Técnicas são descritas por Linden (2012).

2.2.5.2 Mutação

A mutação ocorre após a formação dos descendentes. Melo (2008) explica que o operador de mutação é tido como um operador de fundo em AG, isto é, aplicado de forma cautelosa com baixas taxas de mutação, geralmente menor que 1%, sendo alguns casos um pouco maior. Tal fato é justificável, pois o emprego de uma taxa elevada pode apagar as melhores informações presentes nos indivíduos.

Como afirmado por Linden (2012), se a taxa de mutação for elevada demais, o AG se assemelhará com uma técnica chamada de *random walk*, onde a solução é determinada aleatoriamente.

Ao executar o operador de mutação em alguns indivíduos, é esperado um aumento da variabilidade quanto a perda de informação genética relevante. Segundo De Jong (1975), a vantagem do operador de mutação está na redução da perda de alelos, e sua desvantagem está em modificar os indivíduos candidatos a solução, que acaba degradando o resultado final. Logo, deve-se tomar cuidado para na decisão da taxa de mutação no modelo, para garantir um devido rendimento.

3 METODOLOGIA

Foi utilizado um software de otimização de nome BIOS (*Biologically Inspired Optimization System*), que aplica fundamentos de otimização em algoritmos genéticos e implementado em C++. Foi implementado dentro do programa uma nova classe que realiza análises estruturais pelo Método da Rigidez Direta, juntamente com um modelo de otimização para o problema de estruturas metálicas treliçadas planas.

3.1 Função objetiva

Para o exemplo a seguir, a função objetivo trará como resultado o somatório dos volumes de cada elemento da estrutura metálica, tendo como dado de

saída seu volume total de aço. A intenção do programa é minimizar este volume, tendo assim a equação (1).

$$fobj = \sum_{i=1}^{Nel} A_i \cdot L_i . \quad (1)$$

Onde Nel será o número de elementos, A será a área da seção e L o comprimento do elemento.

3.2 Variáveis

Para o programa desenvolvido, utilizou-se variáveis discretas, descritas na equação (2):

$$\mathbf{x} = \{Tp_1 \ P_1 \ Tp_2 \ P_2 \ \dots \ Tp_n \ P_n\} \quad (2)$$

Onde Tp_i será a variável que escolherá tipo de perfil utilizado (I, C ou L), e P_i será a posição do perfil em uma lista discreta de bitolas comerciais. O elemento da estrutura pode variar entre três tipos de perfis laminados: I, U e L, tendo sua composição de acordo com a bitola comercial selecionada.

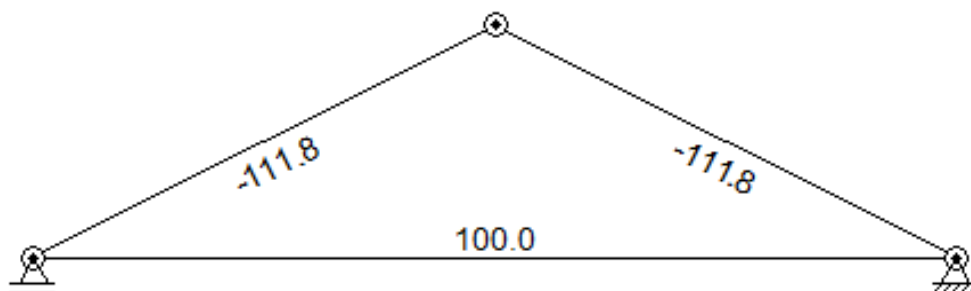
3.3 Restrições

O dimensionamento da estrutura metálica está em conformidade com a NBR 8800:2008, onde considerou-se somente cargas axiais nos elementos, associadas ao Estado Limite Último de instabilidade por flexão e flambagem local e ao Estado Limite de Serviço por limitação do índice de esbeltez.

4 RESULTADOS

Para a verificação do funcionamento do Método da Rigidez Direta implementado, foi construído uma treliça no programa *Ftool*, obtendo-se os esforços internos nas barras, conforme Figura 2.

Figura 2 - Esforços internos em kN dos elementos



Fonte: autor.

Ao realizar o teste com o programa implementado no BIOS, colocando-se devidamente o grau de liberdade dos nós e as coordenadas geométricas, obteve-se os mesmos valores que o do *Ftool*, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Valores dos esforços interno no programa implementado

Barra 1	Barra 2	Barra 3
100	-111.803	-111.803

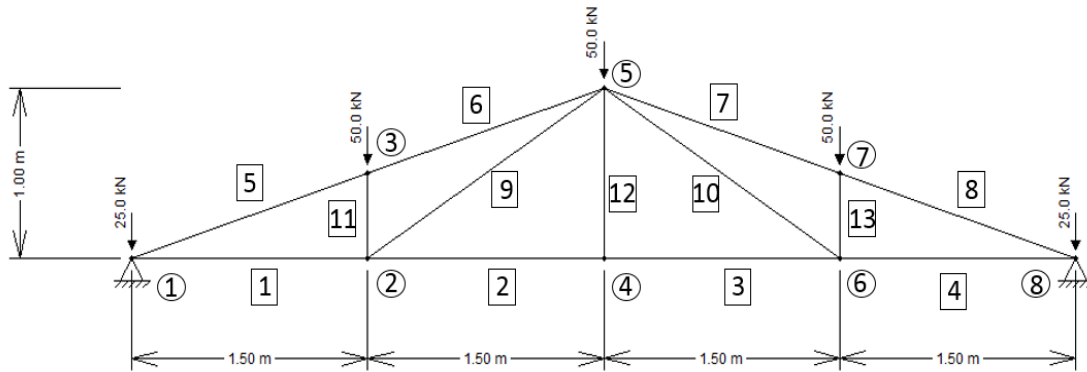
Fonte: autor.

4.1 Exemplo 1

Para o exemplo 1 do programa implementado, têm-se uma estrutura metálica treliçada de aço plana composta por 13 elementos e 8 nós com dois apoios fixos. Uma carga de 25kN é aplicada nos nós 1 e 8 e uma carga de 50kN nos nós 3, 5 e 7, conforme Figura 3. Mauro (1998) agrupou os elementos, com o objetivo de manter uma simetria e tornar sua execução mais prática. No grupo 1 os elementos 1

e 4, no 2 os elementos 2 e 3, no 3 os elementos 4, 5, 6 e 7, no 4 os elementos 9 e 10, no 5 os elementos 11 e 13 e por último o elemento 12 no grupo 6.

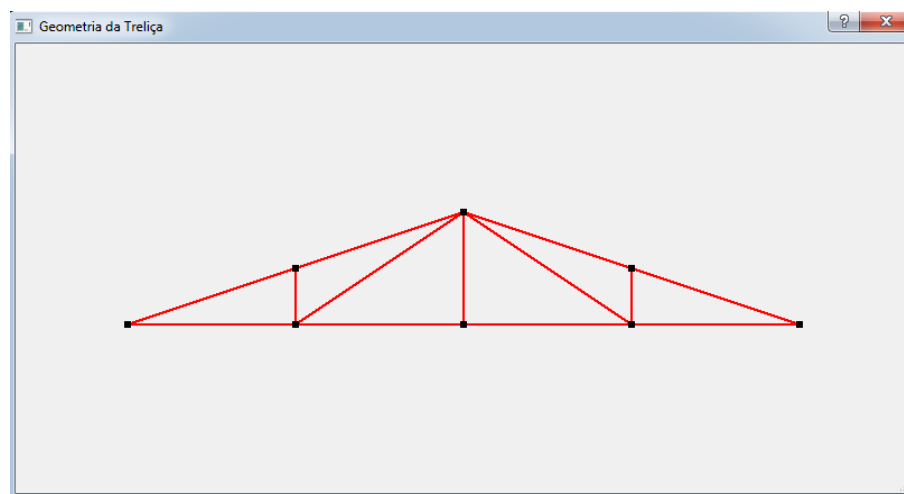
Figura 3 - Treliza de 13 elementos e 8 nós



Fonte: autor.

Por ser uma treliça com maior número de elementos, foi implementado no programa uma interface, Figura 4, para que o usuário, ao entrar com as informações de cada nó e cada elemento, possa verificar se a configuração se assemelha com o esperado. Se as informações da configuração e cargas forem impostas de forma inadequada, o programa não funcionará e terá como saída um erro de alocação de memória.

Figura 4 - Configuração da estrutura a ser otimizada



Fonte: autor.

Os resultados obtidos do exemplo estão na Tabela 2 e de Mauro (1998) na Tabela 3. Foram realizadas 10 otimizações, com uma população inicial de 300 e 100 gerações. O método utilizado de seleção foi por ranking. A taxa de recombinação foi de 90% e mutação de 6%. A taxa de sucesso foi de 100%. Na Tabela 4, comparou-se o volume de aço encontrado nos resultados.

Tabela 2 - Resultados finais do exemplo 1 executado

Grupo	Elemento	Perfil	Composição
1	1,4	L	1" x 1" x 1/8"
2	2,3	U	3" x 6,1 kg/m
3	5,6,7,8	U	4" x 8,0 kg/m
4	9,10	L	1 ½" x 1 ½" x 3/8"
5	11,13	U	3" x 6,1 kg/m
6	12	L	3/4" x 3/4" x 1/8"
Volume de aço = 12636.8 cm ³			

Fonte: autor.

Tabela 3 - Resultados finais por Mauro (1998) do exemplo 1 executado

Grupo	Elemento	Perfil	Composição
1	1,4	duplo L	7/8" x 7/8" x 1/8"
2	2,3	duplo L	1¾" x 1¾" x 1/8"
3	5,6,7,8	duplo L	2 ½" x 2 ½" x 5/16"
4	9,10	L	2" x 2" x 3/16"
5	11,13	L	1 ½" x 1 ½" x 3/16"
6	12	L	7/8" x 7/8" x 1/8"
Volume de aço = 16549.7 cm ³			

Fonte: autor.

Tabela 4 - Taxa de economia do volume de aço do exemplo

Solução Costa	Solução Mauro	taxa de economia
12636.8	16549.7	23.643%

Fonte: autor.

4.2 Exemplo 2

Neste caso utilizou-se o mesmo exemplo 1, porém aplicando um limite de deslocamento de 5 cm no nó de número 4. Mauro (1998) não usou agrupamentos nas barras neste caso. Decidiu-se realizar dois tipos de execução, com o agrupamento e sem o agrupamento. Os resultados obtidos no processamento do programa com agrupamento estão na Tabela 5 e o sem agrupamento na Tabela 6. Tanto com agrupamento quanto sem, utilizou-se 10 otimizações, com uma população inicial de 300 e 100 gerações. O método utilizado de seleção foi por ranking. A taxa de recombinação foi de 90% e mutação de 6%. A taxa de sucesso para o agrupado foi de 90% e para o sem agrupamento foi de 30%.

Tabela 5 - Resultados finais do exemplo 2 executado com agrupamento

Grupo	Elemento	Perfil	Composição
1	1	L	1" x 1" x 1/8"
2	2	U	3" x 6,1 kg/m
3	3	U	3" x 6,1 kg/m
4	4	L	1" x 1" x 1/8"
5	5	U	6" x 19,4 kg/m
6	6	U	6" x 19,4 kg/m
7	7	U	6" x 19,4 kg/m
8	8	U	6" x 19,4 kg/m
9	9	L	1 ½" x 1 ½" x 3/8"
10	10	L	1 ½" x 1 ½" x 3/8"
11	11	U	3" x 6,1 kg/m
12	12	L	3/4" x 3/4" x 1/8"
13	13	U	3" x 6,1 kg/m
Volume de aço = 20732.3 cm ³			

Fonte: autor.

Tabela 6 - Resultados finais do exemplo 2 executado sem agrupamento

Grupo	Elemento	Perfil	Composição
1	1	L	1" x 1" x 1/8"
2	2	U	3" x 6,1 kg/m

3	3	U	3" x 6,1 kg/m
4	4	L	1" x 1" x 1/8"
5	5	I	6" x 18,5 kg/m
6	6	U	6" x 19,4 kg/m
7	7	I	6" x 18,5 kg/m
8	8	I	6" x 18,5 kg/m
9	9	L	1 ½" x 1 ½" x 3/8"
10	10	L	1 ½" x 1 ½" x 3/8"
11	11	U	3" x 6,1 kg/m
12	12	L	3/4" x 3/4" x 1/8"
13	13	U	3" x 6,1 kg/m
Volume de aço = 2021.05 cm ³			

Fonte: autor.

Tabela 7 - Resultados finais por Mauro (1998) do exemplo 2 executado

Grupo	Elemento	Perfil	Composição
1	1	duplo L	7/8" x 7/8" x 1/8"
2	2	duplo L	1¾" x 1¾" x 1/8"
3	3	duplo L	1¾" x 1¾" x 1/8"
4	4	duplo L	7/8" x 7/8" x 1/8"
5	5	duplo L	2 ½" x 2 ½" x 5/16"
6	6	duplo L	3" x 3" x 3/8"
7	7	duplo L	2 ½" x 2 ½" x 5/16"
8	8	duplo L	2 ½" x 2 ½" x 5/16"
9	9	duplo L	2" x 2" x 3/16"
10	10	L	2" x 2" x 3/16"
11	11	L	1 ½" x 1 ½" x 3/16"
12	12	L	7/8" x 7/8" x 1/8"
13	13	L	1 ½" x 1 ½" x 3/16"
Volume de aço = 21740.78 cm ³			

Fonte: autor.

Na Tabela 8, se encontra a comparação do volume de aço obtido por Mauro (1998) da Tabela 7, e com o valor do Programa implementado, tanto com e sem o agrupamento. houve uma economia de 4% com o agrupamento e 7% sem o agrupamento.

Tabela 8 - Taxa de economia do volume de aço do exemplo 2

Agrupamento	Solução Costa	Solução Mauro	taxa de economia
sim	20732.3	21740.78	4.639%
não	20210.5	21740.78	7.039%

Fonte: autor.

5 CONCLUSÃO

O algoritmo Genético se adaptou bem ao modelo proposto. Os exemplos analisados demonstram um funcionamento condizente relativo a Mauro (1998), resultando em um volume de aço menor. Tal fato pode ser justificado pelo método de otimização utilizado, pelas variáveis discretas das composições dos perfis e pela diferença de coeficientes e restrições utilizados da norma mais recente, vigente ao ano que se realizou este estudo (NBR 800:2008), em comparação ao estudo proposto por Mauro (1998) (NBR 8800:1986).

Para trabalhos futuros sugere-se que sejam implementados e testados mais casos para deslocamento dos nós, como também para modelos tridimensionais. Outra sugestão é a implementação de tipos de conexões na estrutura, como conexão de parafusos e soldas, e a atribuição de elementos com furos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARORA, Jasbir S. *Introduction to Optimus Design*. London: Elsevier Academic Press, 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8800:2008. Projetos de estruturas de aço e de estruturas mistas de aço e concreto de edifícios. Rio de Janeiro: ABNT, 2008. 237 p.

DE JONG, KENETH ALAN. *Analysis of the Behavior of a Class of Genetic Adaptive Systems*. Dissertation (Doctor in Philosophy – Computer and Communication Sciences) . The University of Michigan. College of Literature, Science, and the Arts. Computer and Communication Sciences Department. 1975.

FONSECA, Clézio Filho. História da Computação: O caminho do pensamento e da tecnologia. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

GOLDBARG, Marco Cesar; LUNAR, Henrique Pacea L. Otimização Combinatória e Programação Linear: Modelos e Algoritmos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GOLDBERG, D. E. *Genetic Algorithms in Search Optimization and Machine Learning*, Addison-Wesley, Reading, MA. 1989.

HOLLAND, J. H. (1975/1992). *Adaptation in Natural and Artificial Systems*. Cambridge, MA: MIT Press. Second edition (1992). (First edition, University of Michigan Press, 1975).

LACERDA, Estéfane G. M., CARVALHO, André C.P.L. F.. Introdução aos Algoritmos Genéticos. In: GALVÃO, Carlos Oliveira; VALENÇA, Mêuser Jorge Silva; et al. *Sistemas Inteligentes – Aplicações a Recursos Hídricos e Ciências Ambientais*. 1.ed. Porto Alegre: UFRGS/ABRH, 1999. p. 99 – 148. ISBN: 85-7025-527-6.

LEET, K. N.; UANG, C. M.; GILBERT, A. M. Fundamentos da análise estrutural. Porto Alegre: AMGH. 2010.

LINDEN, R. Algoritmos Genéticos. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2012.

Mauro, P. Otimização de Estruturas de Aço Treliçadas Planas com Variáveis Discretas. Tese apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Engenharia de Estruturas, 1998.

MELO, Daniel Wander Ferreira Emprego de Algoritmos Genéticos na Generalização de Modelos Digitais de Superfície / Daniel Wander Ferreira Melo - Rio de Janeiro: Instituto Militar de Engenharia, 2008.

POZO, Aurora et al. Computação evolutiva. Universidade Federal do Paraná, 61p. (Grupo de Pesquisas em Computação Evolutiva, Departamento de Informática- Universidade Federal do Paraná), 2005

SACOMAN, M. A. R. Otimização de Projetos. Universidade Estadual de São Paulo, SP, 1998. Artigo disponível no site: <<http://www.feis.unesp.br/Home/departamentos/engenhariamecanica/intranet/otimizacao-de-projetos.doc>>, capturado em 11/11/2017.

SANT'ANNA, Hervandil Morosini. Otimização Topológica de Estruturas Bidimensionais Contínuas Submetidas a Restrições de Flexibilidade e Tensão. Dissertação para obtenção do título de Mestre em Engenharia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2002.

VANDERPLAATS G. N. *Numerical Optimization Techniques for Engineering Design: with applications*. United State of America: McGraw-Hill series in mechanical engineering, 1984.

MULHERES NA ENGENHARIA CIVIL: UMA ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DAS ENGENHEIRAS DE FORTALEZA-CE FRENTE A INSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS DE EQUIDADE DE GÊNERO

Caroline Gomes Nogueira¹
Ticianni Zabulon Lopes Feijó²
Virna Fernandes Távora Rocha³
Luís Felipe Cândido⁴

RESUMO

Este artigo mostra uma visão da participação feminina no mercado de trabalho e a proporcionalidade de sua atuação comparada com a masculina, as barreiras e os fatores motivacionais que fizeram parte de sua caminhada. Além do mais, faz uma abordagem sobre as políticas de equidade de gênero existentes. Contudo, sua relevância se apresenta em analisar o posicionamento das Engenheiras de Fortaleza - CE, frente a instituição de políticas de equidade de gênero para a inclusão e manutenção de engenheiras civis no mercado de trabalho. Analisou-se, a particularidade das percepções das engenheiras como objeto da pesquisa, de forma a entender fatores interligados a relação da mulher sob vários aspectos que envolvem essa questão que venham a influenciar suas opiniões. Desse modo, foram analisadas as relações: mulher com a Engenharia, Engenheira com ela mesma e Engenheira com a empresa. A metodologia utilizada no presente trabalho foi de abordagem qualitativa, na qual, segundo Creswell (2010, p. 208), a coleta de dados foi feita “por meio de entrevista com o participante”. Verificou-se, nesta pesquisa uma divergência sobre o posicionamento no que diz respeito às políticas de

1 Graduada em Engenharia Civil – Centro Universitário Christus (Unichristus). E-mail: carol_nogueira004@hotmail.com

2 Graduada em Engenharia Civil – Centro Universitário Christus (Unichristus). E-mail: ticianniza@hotmail.com.

3 Mestre em Administração e Controladoria. Professora no Centro Universitário Christus (Unichristus). E-mail: virnaftr@gmail.com.

4 Mestre em Engenharia Civil. Professor assistente da UFC Campus Crateús. E-mail: luisfcandido2015@gmail.com.

equidade de gênero. A conclusão obtida, é que há pouco conhecimento das iniciativas existentes e isso mostra que as empresas envolvidas em tais projetos ainda são poucas e que a divulgação deles não é suficiente. O incentivo das empresas para com a equidade de gênero se torna importante não apenas para o desenvolvimento das próprias empresas, mas também para impulsionar o quadro evolutivo das próprias mulheres como parte da sociedade.

Palavras-chave: Políticas de equidade de gênero. Equidade de gênero. Inclusão. Engenheiras. Mulheres na Engenharia.

ABSTRACT

This article shows a vision of the female participation in the labor market and the proportionality of their performance compared to the male performance, barriers and motivational factors that were part of their journey. Furthermore, it addresses existing gender equity policies. However, its relevance lies in analyzing the position of the female Engineers of Fortaleza - CE, with the institution of gender equity policies for the inclusion and maintenance of female civil Engineers in the labor market. It was analyzed the particularity of the perceptions of the female engineers as object of the research, in order to understand factors interconnected to the relation of women under various aspects that involve this question that influence their opinions. In this way, the relations were analyzed: woman with the Engineering, Engineer with herself and Engineer with the company. The methodology used in the study was a qualitative one, in which, according to Creswell (2010, p.208), the data collection was done "through an interview with the participant". In this research, it was verified a divergence on the positioning with regard to the policies of gender equity. The conclusion is that there is little knowledge of the initiatives that exist and this shows that the companies involved in such projects are still few and that their disclosure is not enough. Firm encouragement for gender equity becomes important not only for the development of the enterprises themselves, but also for the empowerment of women themselves as part of society.

Keywords: Gender equity policies. Gender equity. Inclusion. Female Engineers. Women in Engineering.



1 INTRODUÇÃO

Pelos dados levantados por Andrade (2016), em 2011, no Brasil, foi apresentada uma diferença de 87,8% na população, entre homens e mulheres, no âmbito da construção. Salvo em serviços domésticos, as diferenças de população ocupada por tipo de atividade e gênero iam até 28,2% nas outras áreas de atuação apresentadas. Os valores destacam que a disparidade de gênero apresentada na construção é alta e uma das maiores quando comparada às outras atividades econômicas do mercado de trabalho brasileiro.

Por conta disso, nos últimos anos, as mulheres têm se posicionado de forma cada vez mais determinada para superar os preconceitos e conquistar seu espaço em uma sociedade patriarcal.

De acordo com dados do Ministério do Trabalho e RAIS (Relação Anual de Informações Sociais), entre os anos 2002 e 2012, a participação feminina na área da construção civil aumentou 65%. Esse posicionamento tem permitido que, mesmo por se tratar de um cenário dominado pelo sexo masculino, a construção civil tem tomado novos rumos, abrindo espaço e apostando cada vez mais em contratações de mulheres e, desta forma, reconhecendo a necessidade de discutir a inserção da mulher nesse segmento.

Além da problemática advinda da separação discriminatória da figura da mulher engenheira fora do contexto trabalhadora-empresa, têm-se, também, o conflito interno – consequência dos fatores a que são expostas. A necessidade de se desdobrar em várias atividades diferentes referentes ao trabalho e a família, e no caso de no trabalho ainda ter que lidar com o dobro de provações de sua competência, gera um conflito psicológico (CASCAES et al., 2010). Ainda para os autores, não apresentar uma completa dedicação a todas as atividades, ou sentir que não consegue, e com essa urgência de ser tudo e não perder nada, surge o sentimento de insuficiência que a afeta em sua essência.

Existe um crescente interesse na temática de trabalho feminino no Brasil, porém estes trabalhos não possuem consistência epistemológica e a maioria dos estudos tem enfoque sociológico (CABRAL, 2015), o que indica a necessidade de estudos com outros enfoques.

Percebe-se que, em nível nacional, não são verificadas tantas iniciativas em prol da inclusão da mulher no mercado de trabalho da Construção Civil, o que justifica o presente trabalho.

Logo, o estudo tem a intenção de responder à seguinte Questão de pesquisa: Qual o posicionamento das Engenheiras de Fortaleza frente a instituição de políticas de equidade de gênero para a inclusão e manutenção de engenheiras civis no mercado de trabalho?

Nesse contexto, este trabalho de caráter exploratório, a partir desse objetivo, serão perseguidos os seguintes objetivos específicos: Analisar a Relação da Mulher com a Engenharia; Relação da Engenheira com ela mesma; Relação da Engenheira com a Empresa; Analisar a percepção das Engenheiras Civis com relação as políticas de equidade de gênero adotadas pelas Construtoras.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Mensurando como está distribuído a participação no mercado de trabalho é indiscutível que os homens superam, com 72%, enquanto as mulheres fecham com 51,6% em 2016. Entretanto, para a composição desses dados, pode-se perceber uma inversão, pois a força de trabalho feminina vem aumentando a medida que a do homem reduz. “Considerando-se o período de 2012 a 2016, observou-se uma redução deste indicador para os homens (-1,4%) e um aumento para as mulheres (+1,6%)” (IBGE, 2016 apud OBSERVATÓRIO NACIONAL DO MERCADO DE TRABALHO, 2017). Por conseguinte, fazendo um comparativo, as mulheres têm sido menos atingidas pelo crescimento do desemprego.

No que se refere à posição na ocupação, em 2016, a maioria das mulheres estava empregada no setor privado com carteira de trabalho assinada (35,37%) ou trabalhando por conta-própria (18,39%). Mesmo diante de numéricos avanços positivos em relação ao trabalho feminino, fica evidente uma inferioridade nos seus perfis ocupacionais, já que, de acordo com (RAIS/MTb), a maior concentração de mulheres no mercado de trabalho formal está em ocupações tradicionalmente femininas, relacionadas com serviços administrativos, de cuidado e educação.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho, assumindo funções técnicas, vem mostrar uma mudança na divisão de gênero do trabalho, que demanda a sua compreensão sob diversos aspectos, como remuneração, gestão do tempo do trabalho e do tempo de vida (BARBOSA; ALVAREZ, 2016).

DeGraff e Anker (2004) apresentam sua teoria para explicar essa desigualdade, entrando no contexto em que a figura feminina é vista como submissa, um valor cultural imposto por uma sociedade patriarcal. Isso contribui para a segregação das mulheres e assegura a supremacia de homens, o que causa um grande desequilíbrio no que tange as oportunidades de mercado.

2.2 A MULHER NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Quando ocorre o crescimento da participação feminina em um âmbito, em seguida percebe-se uma restrição dentro da categoria, como é apresentado por Bahia e Laudares (2013), mostrando que, apesar da inclusão feminina nos cursos de ensino superior ter se fortalecido no final do século XX, o aumento de sua presença nas áreas de ciências e tecnologias não foi tão significativo. Assim, percebe-se que os desafios de se alcançar a diversidade de gênero na área em estudo começam na própria formação acadêmica, contando com a iniciação tardia e a sua baixa representatividade.

Cascaes et al. (2010) apontou que, passada sua formação, o primeiro obstáculo para a engenheira civil é manifestado no momento da sua admissão no emprego, por editais e seleções discriminatórios na oferta de cargos em canteiros de obras. Dessa forma, segue-se perpetuando o cenário originado na época das pioneiras, onde impossibilitadas de desenvolver sua carreira em ramos mais operacionais, as engenheiras são mantidas nos papéis tradicionais ou em setores considerados de menor valorização.

Um ponto comumente observado em trabalhos sobre o tema, citado em Lombardi (2006), por exemplo, diz respeito a necessidade de a engenheira ter sempre que provar o seu valor no ambiente de trabalho para transmitir a confiança de sua competência, independentemente de suas qualificações profissionais. Engenheiros não são constantemente questionados sobre sua aptidão para o serviço, nem sobre a sua disponibilidade para dedicação a profissão, e muito menos sobre o controle de seu temperamento. A diferença de tratamento é clara.

Mesmo com as adversidades, as engenheiras conseguem realizar seu trabalho de forma ímpar. Foram apresentados relatos de engenheiras, para Cascaes et al. (2010), a respeito das diferenças de desempenho de funções quando comparadas aos engenheiros, e o principal ponto destacado foi a obtenção mais proveitosa dos resultados através de um modo de tratamento mais atencioso e explicativo. A abordagem feminina acaba contrastando com o ambiente masculinizado, e a criatividade usada para contornar os obstáculos somada a imposição de um esforço intensificado resultam em uma conduta diferenciada.

O Chairman e CEO (Chief Executive Officer) da Schlumberger, a principal empresa internacional prestadora de serviços de óleo e gás - Jean Riboud (1966 – 1986) - apresentou a seguinte questão como estratégia para modificações na composição do seu grupo de engenheiros e outros trabalhadores: “Por que privar a companhia do acesso da metade do potencial intelectual do mundo?” (GOULD, 2003, p.3, tradução nossa).

Baseando-se nos movimentos feministas que seguem se fortalecendo continuamente no decorrer da evolução da sociedade, mesmo que a passos lentos, a reivindicação das mulheres por seus direitos, independência econômica e pelo acesso ao conhecimento, rascunha um futuro em que elas ocuparão um espaço ainda mais significativo no desenvolvimento econômico e científico do país.

Nessa percepção do contexto atual, a Schlumberger decidiu adotar políticas de engajamento social para promover a manutenção e o desenvolvimento das colaboradoras no trabalho, cujas iniciativas são apontadas no trabalho de Telles, Montilla e Paget (2010). O estudo apresenta os modelos aplicados no processo de gerenciamento organizacional da empresa, tais como as apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Modelos aplicados pela empresa Schlumberger.

MODELOS	DESCRIÇÃO
Canal de Comunicação	Funciona como se fosse uma ouvidoria especial, uma rede virtual mantida por mulheres e para mulheres, de forma a promover a discussão e o compartilhamento de informações a respeito de questões de seus interesses
Maternidade	Definem um tempo mínimo de licença maternidade independente da legislação local, além de flexibilização dos horários para que as mulheres possam cuidar de seus filhos.
Projeto Dupla Carreira	Dá suporte aos cônjuges de modo que os casais tenham a oportunidade de crescerem juntos profissionalmente e que nenhum dos dois precise abrir mão de seu trabalho devido as exigências do trabalho do outro.
Coaching informal	Para que recém ingressas sejam amparadas por mulheres que já estejam estabelecidas na empresa, tanto em termos de desenvolvimento

	profissional como na criação de um ambiente positivo para o crescimento das relações interpessoais.
Desenvolvimento de carreira técnica	Ao dar a oportunidade de seus funcionários realizarem contribuições técnicas significativas e reconhecendo seus méritos baseando-se unicamente nos esforços aplicados, acaba favorecendo o crescimento profissional interno independente do gênero. O incentivo ao crescimento profissional também é tratado por meio de programas de bolsas de estudo para gerar uma maior estimulo feminino para busca de carreiras tecnológicas.
Investimento contínuo	A empresa segue com planos futuros de continuo investimento nesse seguimento inclusivo, como por exemplo a realização de um estudo focalizado nas diferentes necessidades de mulheres solteiras, uma avaliação sobre a uma possível assistência educacional às crianças de seus funcionários e também o projeto de desenvolvimento de um DVD – Mulheres no campo – que tem como objetivo conscientizar sobre as condições de trabalho no campo e sobre como agir em situações difíceis que podem acontecer nestas áreas.

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Telles, Montilla e Paget (2010).

Como pode-se observar, uma única empresa conseguiu implementar várias soluções viáveis para a problemática de inclusão em questão e ainda possui em seus planejamentos outras iniciativas a serem instituídas. As empresas que se preocuparem com o futuro, precisam começar a buscar se adaptar, visto que existem empresas que estão um passo à frente em âmbitos visionários como esse, podendo, assim, encontrar as melhores alternativas que se adaptem aos seus objetivos empresariais. As possibilidades são inúmeras para aqueles que estão dispostos a tomar a iniciativa.

3 MÉTODOS

Como o trabalho em questão possui uma finalidade relacionada a percepção de opiniões, com a intenção de apresentar e interpretar uma problemática, a metodologia utilizada foi de abordagem qualitativa, na qual, segundo Creswell (2010, p. 208), a coleta de dados foi feita “por meio de entrevista com o participante.”.

Visto que o estudo objetiva uma análise do posicionamento das Engenheiras de Fortaleza frente a instituição de políticas de equidade de gênero, e seu enfoque temático não possui precedentes significativos, segundo Collis e Hussey (2005, p. 24), a pesquisa é de caráter descritivo, usado para “identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão.”; e exploratório, realizado “sobre um problema ou questão de pesquisa

quando há poucos ou nenhum estudo anterior e, que possamos buscar informações sobre a questão ou problema.”.

Desse modo, foi realizado um estudo de caso, que, de acordo com Yin (2010), consiste em uma análise sobre comportamentos em seu contexto, e na pesquisa refere-se à exploração do o posicionamento das Engenheiras de Fortaleza frente a instituição de políticas de equidade de gênero. Como o estudo foi realizado de forma em que foram ouvidas quatro engenheiras civis de diferentes empresas e em diferentes níveis hierárquicos; o estudo de caso pode ser classificado como múltiplo (YIN, 2010).

Como instrumento de coleta foi desenvolvida uma entrevista semiestruturada aplicada juntamente a quatro engenheiras para descrever suas atitudes, opiniões, comportamentos ou características (CRESWELL, 2012).

A forma de análise de dados baseou-se na análise de conteúdo. Segundo Hair Jr. et al. (2005), por esse meio, é possível examinar o conteúdo das respostas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 RELAÇÃO DA MULHER COM A ENGENHARIA

No quesito da relação da mulher com a engenharia vê-se que todas as engenheiras envolvidas passaram por diferentes experiências, a Engenheira A por exemplo, contou com a felicidade de, durante sua carreira, sempre ter a empresa da família como apoio, e dessa forma sua contratação não encontrou maiores dificuldades.

Já a Engenheira C passou por diversos estágios, e depois de formada obteve ajuda de pessoas próximas - “surgiu uma oportunidade de emprego para engenheira em outra construtora e um professor meu me convidou pra ocupar essa vaga pra engenheira recém-formada, eu fui a melhor aluna da turma de engenharia civil, por isso ele me chamou”.

A engenheira B declarou que a partir dos estágios resultaram contratações, onde a mesma lembra que se beneficiou para aprender, e buscar sempre mais, pelo fato de “sempre tive uma grande proximidade dos engenheiros, tive sorte de todos eles serem professores de faculdade”.

Em particular, a Engenheira D pôde presenciar comentários ofensivos, que iam além da sua capacitação, em relação ao seu gênero. A Engenheira descreve que, onde conseguiu estágio por indicação de familiares, “o engenheiro, quando me recebeu, deixou muito claro que não gostou de ter uma estagiária mulher, porque não tinha nenhuma mulher na obra, eu era a primeira a entrar”.

Quando perguntado sobre as principais dificuldades enfrentadas e sua postura perante a estas dificuldades, a Engenheira A relata que quando começou a estagiar “havia uma restrição grande, inclusive dos funcionários mais velhos, não é a forma de impor que vai conquistar eles, mas é a forma que você trabalha”. Deixa claro que foi um impacto inicial, “porque logo que começa a tratativa, a explicar, a trazer a equipe para que entenda sua visão, aí começam quase que a cuidar de você, acaba invertendo um pouco”.

Já a Engenheira B encontrou dificuldades na sua gerência, em um canteiro de obras, pois o mestre e a os peões não aceitaram que uma mulher estava mandando, e com isso afirmou “Eu superei conversando de igual pra igual, adequando a linguagem, andando direito em obra, criando um estilo próprio e fui aprendendo, e sobre assédio, piadinhas eu aprendi a lidar com isso, falar de igual e não baixar a cabeça.”.

A Engenheira D conta que as pessoas duvidavam que ela era a engenheira - “Você que é a engenheira? Fazem esse tipo de piadinha”. Além disso, ela acredita que a mulher tem que mostrar seu diferencial, “Eu acho que em relação à mulher e o homem engenheiro, a mulher tem que ter essa responsabilidade de estar mais atualizada, infelizmente é uma coisa que a nossa sociedade impõe”.

Enquanto isso, a Engenheira C demonstrou dificuldades mais pessoais, pois demorou a se encontrar na área que efetivamente gosta e trabalha atualmente. Além disso, passou por períodos que demandaram viagens, o que gerou conflitos, e findou no término de seu noivado.

Mesmo em situações diferentes, 3 das 4 entrevistadas, tiveram a sua representação de engenheira confrontada, pela simples condição feminina, onde para conquistar a confiança de seus colegas, seja quase uma obrigação provar seu potencial.

Com relação à discriminação entre mulheres no ambiente de trabalho, as opiniões se dividem. As respondentes A e C não veem discriminação, e a primeira ainda afirma “Geralmente quem escolhe a engenharia é um pessoal mais tranquilo”.

A Engenheira B defende que “Não, existe uma competição maior, a maior parte tem um espírito de liderança inerente a condição de ser mulher, claro que umas afloram mais e outras menos, entra um pouco da personalidade. Toda mulher, se for colocada numa condição de liderança, ela vai e assume, aí na hora que se coloca umas 4 mulheres na mesma sala todas vão querer liderar e todas têm seu jeito”.

A Engenheira D afirma que tem, e aponta situações em que “Quando você vai trabalhar com uma gerente de uma obra e ela não é receptiva, quando vou trabalhar com uma engenheira que tem um cargo mais alto que o meu, às vezes ela não é acolhedora.” “Às vezes noto isso” demonstrando uma falta de sensibilidade para com mulheres que possam ter passado o mesmo que elas, e aponta “Realmente as mulheres precisam se unir mais com relação a isso”.

Em contrapartida, as respondentes B e C veem o trabalho em grupo de feminino por outro ângulo, uma competitividade forte acaba por comprometer o andar dos trabalhos, e notam que necessita uma melhor unidade.

Quanto às condições básicas que garantam a inserção da mulher na construção civil, as Engenheiras A e B não veem a necessidade de condições especiais para mulheres, e justificam isso pela não diferenciação entre os gêneros.

A Engenheira A admite: a “Capacitação, você ganha respeito não é gritando, impondo, berrando, maltratando as pessoas, é mostrando conhecimento”. Na sua visão, há outras formas de mostrar respeito sem agredir ninguém, mudando a perspectiva do pessoal com nível cultural mais baixo, de forma a “olhar como uma profissional, não um ser frágil que desde sempre fomos colocadas com essa visão”.

A Engenheira B vê, antes de tudo, o profissionalismo, a postura, a bagagem técnica, e em segundo plano se é homem ou mulher, sempre pautou a vida profissional nisso, deixando claro que “Eu já tive que acostumar a minha condição de mulher à área que estou trabalhando”.

Em contrapartida, as respondentes C e D enxergam a necessidade de algumas mudanças no meio, como uma forma de estimular a adoção de políticas de gênero no ambiente de trabalho da Construção Civil.

A Engenheira C conta que, “Se tivesse uns 2 dias na semana, tipo terça e quinta a tarde para não trabalhar, seria o ideal porque eu marcava os médicos dos meus filhos, se tiver que fazer alguma outra coisa... porque eu não tenho tempo pra nada, o sábado que eu poderia fazer isso, sábado agora eu estava trabalhando, ai

no outro a babá não foi, meu marido não fica só com meus 2 filhos...os médicos, eu não deixo de levar, aí preciso me ausentar do trabalho.

A Engenheira D afirma que “começa na faculdade. Começa logo no curso da engenharia. Seria bom se o quadro de professores, de docentes, fosse bem dividido para as alunas verem que elas têm possibilidade de chegar ali”.

4.2 RELAÇÃO DA ENGENHEIRA COM ELA MESMA

A sessão que diz respeito à análise da relação da Engenheira com ela mesma busca explorar aspectos que envolvem questões pessoalmente femininas em paralelo a sua escolha profissional.

Em relação à abdicação das especificidades femininas, como exemplo vaidade, maternidade e higiene em prol da profissão, a engenheira B vê como uma questão de adaptação à condição de trabalho. Em relação às vestimentas, é primeiramente uma questão de segurança e praticidade na obra, “Eu não posso ir de sapato de salto porque eu vou afundar, eu posso sim me machucar. Eu não posso descer em um tubulão com cabelos esvoaçantes.”, e aponta os diferentes níveis sociais dos colaboradores com quem atua e a visão deles para com a forma como ela se apresenta - “Eu quero que ele me enxergue como profissional e não como a bonitona da obra”.

A engenheira A também considera natural dar um pouco menos de importância às especificidades femininas no dia a dia, mas “não quer dizer que de forma alguma que fora do expediente você não possa se arrumar e tudo”. A respondente considera ser uma questão de perfil e não profissional - “Acho que isso é muito da personalidade de cada uma, não é? Tem gente que gosta de se arrumar e tem gente que não.”. Apesar disso, demonstra a necessidade de uma precaução com as vestimentas adotadas na construção civil, “porque você está em um ambiente de trabalho que de fato tem homens com um nível cultural mais baixo.”. Ao mesmo tempo que apresentam a preocupação com a segurança exigida pelo trabalho em si, é clara a preocupação com a forma como serão tratadas pelos outros funcionários se não se portarem da forma considerada apropriada.

Ao invés de se adaptar ao meio ou naturalizar a situação em que se encontrava, a Engenheira C buscou uma forma de alterar o meio para que todos os funcionários pudessem ser apresentados de forma a evitar diferenciação de

tratamento pela forma como aparentam as vestimentas. Apesar de uma reprovação inicial dos colaboradores da empresa, ela instituiu o uso de uniformes para evitar a disparidade de vestimentas – “Do jeito que estou aqui, se precisar visitar um cliente, eu estou representando bem a empresa, vou para uma obra, estou bem vestida, então qualquer lugar que você vá de farda, você tem uma melhor apresentação, porque tem gente que tem bom senso e vem bem vestida, mas outra não tem”.

Como a engenheira D se encontrava grávida, apresentou uma visão mais relacionada a maternidade e as dificuldades que tem em cumprir seus deveres de trabalho nesta condição. “Ontem fui visitar uma obra, aí como estou com sete meses de gravidez, achei melhor não subir na laje que estava sendo concretada para olhar algumas coisas que poderiam acontecer que eu tinha que acompanhar, achei melhor mandar outra pessoa pra não me arriscar.” Desse modo, encara a condição como uma limitação feminina no que diz respeito à carreira. “Ela [a mulher] é a única pessoa que pode gerar uma vida. Então realmente, nós como mulheres temos essa limitação na nossa profissão porque é uma profissão de campo.”. As empresas acabam utilizando essa limitação como justificativa para a não contratação das mulheres, mas como foi explicitado, é uma limitação biológica que não tem como ser mudada e, portanto, não deveria ser sinalizada como uma diminuição da capacidade da mulher de ser competente em seu trabalho.

Quando questionadas a respeito da existência de uma jornada dupla de trabalho, relacionando a mulher profissional com a mulher dona de casa e a forma de lidar com essa multiplicidade de tarefas.

As Engenheiras B e D consideram ter múltiplas jornadas. Ambas são engenheiras de obra, cuidam da casa, têm marido e filhos, são professoras e ainda realizam diversas outras atividades. A segunda fez um comparativo da conquista do espaço no trabalho e na jornada doméstica: “Tudo tem que ser cada vez mais dividido, meu marido me ajuda muito, claro, mas ainda não é de igual pra igual”.

A Engenheira C, enfatizando o lar como segunda jornada, percebe uma diferença clara em sua disponibilidade na empresa antes e depois da maternidade, pois tem necessidade de dividir suas atenções e se ausentar em prol dos filhos. Também destaca isso como uma das principais diferenças entre o profissional homem e a profissional mulher: “O homem pode ter 10 filhos, mas se precisar levar no médico é a mãe que vai levar”.

Desse modo, observa-se que o arranjo familiar e pessoal da Engenheira A ainda não lhe concebeu uma segunda jornada de trabalho, mas a maioria das entrevistadas vivencia a realidade da necessidade de se desdobrar em atividades cuja divisão de responsabilidades não é igualitária perante seus cônjuges, e mesmo com os seus apoios, é a mulher que tem que lidar com a maior parte do dever.

4.3 RELAÇÃO DA ENGENHEIRA COM A EMPRESA

No que diz respeito à relação das Engenheiras com suas Empresas, busca-se analisar a percepção das Engenheiras à existência da discriminação em seu atual ambiente de trabalho; atestar a importância da Massa Crítica para o desenvolvimento dessas trabalhadoras; e identificar o posicionamento das respondentes perante a empresas que possuem estratégias deliberadas para atrair, manter e desenvolver suas colaboradoras

Por ser a diretora de sua empresa, a Engenheira A admite que sua posição privilegiada não a faz perceber discriminações por seu gênero nos níveis hierárquicos da empresa. Já a Engenheira C considera que, por trabalhar a anos na mesma empresa, também não sente essa discriminação, mas supõe que talvez a situação fosse diferente se fosse em um emprego novo.

Vinda de São Paulo, a Engenheira B declarou que também já ouviu discriminação hierárquica de forma direta, especialmente quando se mudou para o estado do Ceará. “Lá [São Paulo] eu sentia menos discriminação do que eu senti aqui [Ceará]. Aqui eu senti uma discriminação dupla, por ser de fora e por ser mulher.”.

A Engenheira D já sentiu essa discriminação, e afirma que, ao chegar para realizar vistorias em obras cujas responsáveis são mulheres, o acesso se torna mais tranquilo do que com homens: “Tem obras que são muito grandes e que às vezes o gerente de contrato é um homem e ele não está nem aí para você, lhe responde de forma bem fria e calculista.”.

Ao se encontrar em um ambiente que contém pessoas semelhantes a você, você se sente mais seguro e confortável. Logo, quando questionadas se alguma influência do trabalho realizado em equipes com outras mulheres era exercida no seu engajamento em termos de segurança, conforto e participação, as

entrevistadas apontaram pontos positivos, mas em contrapartida, a maioria delas ressaltou diretamente a existência de uma dificuldade de relacionamento.

A Engenheira A se sente mais engajada trabalhando em equipes com outras mulheres, no seu escritório, inclusive, a grande maioria é feminina. “Você ter o toque feminino em muitos aspectos é muito importante, pelo detalhe, pela forma de ver, pelo lidar.”. Ao mesmo tempo, ela considera que as vezes é mais difícil do que com homens, pois “A mulher, ela se arranha mais, entendeu? Então assim, o homem, ele é como se fosse mais dócil, ele é mais compreensivo, mais colega. A mulher, naturalmente, tem uma rixa, uma competitividade mais acentuada.”.

A Engenheira B também acredita que ter muitas mulheres trabalhando juntas é complicado, mas ao realizar uma análise, concluiu a existência de vantagens que antes passavam despercebidas como, por exemplo, a produtividade e a classe das reuniões. “As reuniões são mais longas, porém mais produtivas”.

Assim como as anteriores, a Engenheira C considera mais difícil trabalhar com mulher, mas com sua equipe atual, de maioria feminina, ela não possui nenhuma dificuldade de relacionamento. “Se eu pudesse optar, eu optaria por mulheres que hoje eu tenho, que não são de atrito, que não são de intriga, que não são de confusão. Mas é mais natural atrito, intriga e confusão com equipe de mulher.”.

Diferente das outras respondentes, a Engenheira D destaca que a problemática se desenvolve apenas quando as mulheres não se ajudam. Ela declara mais fácil trabalhar em equipes femininas e que inclusive se sente mais confortável desse modo. Assim, pode-se observar a importância da sororidade no âmbito profissional.

A Engenheira B percebeu os benefícios do trabalho feminino em conjunto quando um questionamento externo a fez refletir a respeito. No primeiro momento o trabalho em equipes femininas é taxado como difícil, em seguida são numeradas suas vantagens, e por fim retornam ao rótulo previamente estabelecido.

Quanto ao último tópico da sessão, sobre a implantação de estratégias formalizadas para a promoção da equidade de gênero na construção civil, foi constatado que as empresas não possuem políticas de equidade.

A Engenheira A foi direta, afirmando que no processo seletivo da sua empresa não existe distinção de gênero. “A gente avalia a capacidade técnica, capacidade de relacionamento, características profissionais. O gênero não é

decisivo.” Ao mesmo tempo que o perfil profissional é colocado como prioridade, apresenta a existência de restrições quando o caso é para uma contratação de campo. “Em determinadas situações a gente ainda enfrenta umas coisas que você tem que ter cuidado lá. Porque eles chegam de manhã, tem que ter o banheiro separado, assim, é um pouco diferente do funcionamento do escritório.”

A empresa da Engenheira C também não possui nenhuma estratégia específica para mulheres, e nunca trabalhou em uma empresa que tivesse essas políticas, mas que acha uma iniciativa interessante para atrair as mulheres.

Já a Engenheira B não se lembra de ter passado por nenhuma empresa com esse tipo de política. Considera que esse tipo de postura surgiu apenas recentemente e, portanto, não começou a carreira com esse tipo de realidade. Em relação a sua visão quanto às políticas, acredita que muitas delas estão mais relacionadas a manutenção de funcionários em geral, do que como um benefício específico para as mulheres. “Ela [a empresa] está querendo manter o profissional que no caso, o profissional é mulher. Então o quê que a empresa está fornecendo? Subsídios de manutenção desse profissional.”

Mais uma vez, a Engenheira D é quem apresenta uma perspectiva diferenciada. Ainda que não trabalhe e nem conheça empresas com essas políticas, ela acredita que o ideal é que as empresas possuam um quadro técnico igualmente diversificado: “As [empresas] que têm, em sua maioria, quadro técnico masculino, deveriam ter algum tipo de estratégia pra tentar igualar isso, mudar a forma de pensar.”

5 CONCLUSÃO

A relação da mulher com a engenharia tem-se estabelecido gradativamente, a sua representatividade de engenheira ainda se encontra por muitas vezes sob condições, impostas culturalmente por uma sociedade patriarcal. Por isso, percebe-se que a inserção da mulher no mercado de trabalho da Construção Civil tem se dado de modo mais acessível, mesmo com uma completa capacitação, quando elas são favorecidas por indicações de conhecidos.

A necessidade da obrigação de provar sua competência segue bastante presente nos discursos das entrevistadas, mostrando que a conquista do seu

espaço não termina no momento em que se consegue o emprego, mas sim que continua ininterruptamente durante cada etapa de sua carreira podendo ser reiniciada do zero a cada nova contratação.

Na relação da Engenheira com ela mesma pode-se observar a naturalização das condições em que se encontram como uma barreira estabelecida. O receio que seu trabalho seja julgado não pela competência e sim por fatores externos a ele atrelados à sua feminilidade, acaba fazendo com que a mulher minore e reprima suas necessidades específicas, modificando-as e adaptando-se ao meio. O discurso de adaptação ao meio acaba gerando um acômodo às circunstâncias e atrasando as mudanças positivas para o futuro da categoria.

No que diz respeito a relação das Engenheiras com suas Empresas, a discriminação se mostra presente especialmente se considerada a relação entre níveis hierárquicos mais baixos e o momento da entrada em novas empresas. A recepção masculina negativa foi a principal apontada, mas as contradições na relação entre o trabalho em equipes femininas é o que mais chama atenção. As observações a respeito das inúmeras vantagens envolvendo o trabalho realizado por grupos de mulheres são sempre seguidas de rótulos comuns de rivalidade mostrando também a necessidade da promoção da sororidade.

O posicionamento das Engenheiras de Fortaleza frente a instituição de políticas de equidade de gênero para a inclusão e manutenção de engenheiras civis no mercado de trabalho se dá de forma dividida e contraditória. O pouco conhecimento das iniciativas existentes, mostra que as empresas envolvidas em tais projetos ainda são poucas e que a divulgação não é suficiente. Com a inconsciente aceitação da situação e perpetuação de barreiras, muitas vezes, nutridas por elas mesmas, as engenheiras acabam criando contraposições ao avanço da causa. Os discursos encontrados mostraram a existência do conhecimento da atual situação e dos problemas enfrentados e ao mesmo tempo a utilização de justificativas e raciocínios que minoram essa mesma situação e problemas. A reprodução desses discursos vem da própria condição patriarcal da sociedade, assim, observa-se que o incentivo das empresas para com a equidade de gênero se torna importante não apenas para o desenvolvimento das próprias empresas, mas também para impulsionar o quadro evolutivo das próprias mulheres como parte da sociedade.

Desse modo, mesmo enfrentando diversos obstáculos perpetuados pelas raízes históricas a situação feminina na construção civil tem avançado. Com as

evidentes vantagens sociais e econômicas as empresas precisam se posicionar, além do que, as que tomarem posicionamentos mais progressistas terão vantagem em meio aos futuros desenvolvimentos mercadológicos e contribuirão para acelerar uma transformação evolutiva da sociedade.

REFERÊNCIAS

A força das mulheres na construção civil. Disponível em:

<http://sustentavel.even.com.br/?p=1462>. Acessado em: 27/02/2018.

ANDRADE, Tânia. Mulheres No Mercado De Trabalho: Onde Nasce a Desigualdade? Estudo Técnico, n. M, p. 72, 2016. Disponível em:

<http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade>.

BAHIA, Mônica Mansur; LAUDARES, João Bosco. A engenharia e a inserção feminina. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero. [s.l.: s.n.], 2013, v. 10, p. 11. Disponível em:

<http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373325907_ARQUIVO_Aengenhariaeainsercaofeminina-.pdf>.

BARBOSA, Anete Ribeiro da Gama; ALVAREZ, Denise. Trabalho feminino no setor offshore na Bacia de Campos-RJ: percepção das trabalhadoras e estratégias usadas na gestão dos tempos de vida e de trabalho. *Gestão & Produção*, v. 23, n. 1, p. 118–131, 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2016000100118&lng=pt&tlng=pt>.

CABRAL, C. Os Estudos Feministas da Ciência e da Tecnologia no Brasil: Reflexões sobre Estilos e Coletivos de Pensamento. *Revista Ártemis*, v. 20, n. 2, p. 76–91, 2015. Disponível em: <<http://www.bibliotekevvirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/1578-artemis/v20n02/16602-os-estudos-feministas-da-ciencia-e-da-tecnologia-no-brasil-reflexoes-sobre-estilos-e-coletivos-de-pensamento.html>>.

CASCAES, Tânia; CARVALHO, Marília; SILVA, Nanci; et al. A Invisibilidade das Mulheres em Carreiras Tecnológicas: Os Desafios da Engenharia Civil no Mundo do Trabalho. In: Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero. Curitiba: [s.n.], 2010, p. 1–14. Disponível em:

<http://files.dirppg.ct.utfpr.edu.br/ppgte/eventos/cictg/conteudo_cd/E14_A_Invisibilidade_das_Mulheres.pdf>.

CRESWELL, J. W. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, J. W. Educational research: planning, conducting and evaluating quantitative and qualitative research. 4. ed. Boston, MA, USA: Pearson Education, 2012.

DEGRAFF, Deborah S.; ANKER, Richard. Gênero, Mercados de Trabalho e o Trabalho das Mulheres. v. 2, n. 1, p. 35, 2004. Disponível em:
<<http://www.abep.org.br/~abeporgb/publicacoes/index.php/series/article/view/62/60>>.

GOULD, Andrew. Waking Up to the Need for Women. 2003. Disponível em:<https://www.slb.com/~media/Files/about/brochures/speech_womenscitech.pdf>

IBGE – PNADC (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) 2016 apud Observatório nacional do mercado de trabalho, 2017.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheiras brasileiras: inserção e limites de gênero no campo profissional. Cadernos de Pesquisa, v. 36, p. 173–202, 2006. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/cp/v36n127/a0836127.pdf>>.

TELLES, Isabelle; MONTILLA, Sheila; PAGET, Rachel. Desafios e Soluções Encontradas no Processo de Inclusão de Mulheres em uma Companhia do Setor de Óleo & Gás do. In: Congresso Iberoamericano de Ciência, Tecnologia e Gênero. Curitiba: [s.n.], 2010, p. 1–10. Disponível em:<<https://docplayer.com.br/storage/59/43155181/1530414144/RR1sBNV09-0wB5AChrau4g/43155181.pdf>>.

TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL E OS REFLEXOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Jamilly F. de Aquino, autora.
M. Paula C. Vieira, professora orientadora.

RESUMO

O presente trabalho obteve o estímulo de se refletir sobre o trabalho escravo contemporâneo, pela comprovação através de dados hemerográficos de que as práticas escravistas nas relações de trabalho ainda seria realidade. Por esta razão, esta pesquisa busca de forma qualitativa compreender os elementos sociohistóricos que contribuem para a manifestação do trabalho análogo ao escravo no âmbito da engenharia civil. Além disso, busca de forma sistemática compreender as normas definidoras da situação do trabalho análogo ao escravo, identificar o perfil do auditor fiscal responsável, e sistematizar a divulgação das ocorrências de trabalho análogo ao escravo no âmbito da engenharia civil. A pesquisa apresenta uma visão geral do cenário de trabalho escravo no Brasil, no passar dos últimos anos, e assim buscamos interpretar a sua evolução e compreender esse grande problema social que atinge a sociedade brasileira desde seu início até os dias atuais. Os resultados indicaram que a construção civil possui números significativos quando se tratando da utilização de práticas análogas ao trabalho escravo, e que o engenheiro possui pode contribuir de forma positiva para a diminuição ou erradicação de tais práticas. Além disso, o número de resgatados que possuem sua naturalidade cearense alcançam a infeliz marca de serem a maioria dentre os resgatados em situações análogas ao trabalho escravo. Também pode-se concluir que o números de trabalhadores resgatados obteve uma diminuição, mas não pode ser relacionada a diminuição do trabalho escravo pois recentemente a verba destinada a fiscalização foi reduzida, impactando de forma negativa no número de empresas inspecionadas.

Palavras-chave: Escravidão. Trabalho. Engenharia Civil.

1 INTRODUÇÃO

Com a Abolição da Escravidão no Brasil, através da Lei Áurea em 1888, costumamos pensar que as práticas de escravidão ficaram no passado. Porém nos dias de hoje ainda podemos constatar práticas escravistas nas relações de trabalho. O trabalho escravo contemporâneo, como podemos chamá-lo, não é caracterizado apenas pelo que costumamos estudar durante as aulas de história, ou seja, quando nas relações de trabalho predominava a prática da dominação do trabalhador através da força, ou quando os mesmos eram tratados como mercadoria.

Atualmente o trabalho escravo pode ser constatado através de outras práticas que configuram crime contra a dignidade humana. O trabalho forçado, por exemplo, em que o indivíduo é coagido a trabalhar, através do uso de violência ou intimidação. Em várias atividades no Brasil, os trabalhadores são obrigados a continuar na situação de exploração, sem a possibilidade de deixar o local de trabalho. A servidão por dívida, também pode configurar trabalho escravo. Gastos com transporte, alimentação, aluguel e ferramentas de trabalho, são cobradas de forma abusiva e são descontadas do salário dos trabalhadores, acarretando portanto dívidas fraudulentas.

Outra prática presente em inúmeras atividades, é a jornada de trabalho exaustiva. A CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), prevê a quantidade máxima de 8 horas diárias, um total de 44 horas semanais, desde que não seja definido outro horário específico, mas essa às vezes não é a realidade. Expediente desgastantes que ultrapassam as horas previstas e extras, e que colocam em risco a integridade física do trabalhador, já que o período de descanso não é respeitado, e que os intervalos entre as jornadas são insuficientes para recuperar a energia necessária, é geralmente o dia-dia de muitos trabalhadores.

Além disso, outro elemento, e o menos conhecido: as condições degradantes. A precariedade do trabalho e das condições de vida que o trabalhador é submetido é cada vez mais comum. Alojamentos precários, em muitos casos os trabalhadores vivem em barracos de lona e chão de terra. Falta de assistência médica, quando adoecem ou se machucam não recebem

nenhum tipo de tratamento, péssima alimentação, a quantidade e qualidade da alimentação é insuficiente. A falta de saneamento básico e água potável, além de maus-tratos e violência. A constatação de qualquer um desses elementos é suficiente para configurar exploração do trabalho. É de responsabilidade do empregador, segundo a lei, a garantia de todos esses direitos. Essas infrações eram recorrentes em atividades econômicas realizadas em zonas rurais, na pecuária, produção de carvão, couro, e os cultivos de cana-de-açúcar, entre outras atividades. Nos últimos anos, porém, o trabalho escravo também começou a fazer parte da realidade urbana, especialmente na construção civil e indústria têxtil. Segundo os auditores fiscais, o que mudou foi o foco de fiscalizações, antigamente as mesmas eram realizadas em sua grande parte em áreas rurais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Essa pesquisa se referenciou em uma abordagem qualitativa e quantitativa, caracterizada em grande parte por dados hemerográficos, mesclando com teorias socialista a respeito do trabalho escravo contemporâneo e sua manifestação no Brasil.

O trabalho é definido no dicionário como “Conjunto de atividades produtivas ou intelectuais exercidas pelo homem para gerar uma utilidade e alcançar determinado fim; Atividade profissional, regular, remunerada ou assalariada, objeto de um contrato trabalhista. O exercício dessa atividade”¹. Essa definição literal no entanto não cobre todo o conceito de trabalho, devido a sua influência em diversas áreas de conhecimento, como a antropologia e a sociologia. Em MORIN, TONELLI, PLIOPAS (2007) “[...] Desde os escritos da Escola Sociotécnica² em meados dos anos 1950, que vários pesquisadores têm buscado, por diferentes metodologias, compreender o significado do trabalho para as pessoas. [...]”. Os pesquisadores convergem para a importância do trabalho para as pessoas, para uns o trabalho é algo neutro, sem grande importância para o trabalhador, enquanto para outros o trabalho

¹ Disponível em: <https://dicionariodoaurelio.com/trabalho>

pode definir sua identidade. Com isso toma-se a dimensão que o trabalho pode ter na vida das pessoas.

Segundo Borges e Yamamoto (2004, Pág. 26), “quando uma forma de exercer o trabalho tenta eliminar a necessidade da intencionalidade humana ou suas capacidades cognitivas, tenta descaracterizar o próprio trabalho na sua condição humana”. Nesse contexto, para que se possa exercer a prática de trabalho é necessário que se exista condições e intenção para tal, ou seja, o trabalhador além de possuir interesse, ele deverá estar apto, psicologicamente e fisiologicamente, a realização trabalho. Situação esta que não se encontra nas relações análogas à escravidão.

Ao analisar sistematicamente as questões que estão envolvidas no trabalho escravo, pode-se analisar inúmeros fatores que influenciam a existência do mesmo. Entre estes, a aceitação do trabalhador a situação análoga à escravidão devido à falta de oportunidades, e para garantir o sustento próprio e de toda família. Segundo o Repórter Brasil, blog especializado em identificar e tornar públicas situações que ferem direitos trabalhistas, existem razões para que alguém se submeta a situações degradantes de trabalho, como por exemplo, um trabalhador sem acesso a terra e em situação de vulnerabilidade econômica dá início a um ciclo do trabalho escravo.²

3. DEFINIÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

A OIT, organização internacional do trabalho, é uma agência multilateral da organização das Nações Unidas que foi criada com o objetivo de promover a garantia de um trabalho mais digno para homens e mulheres em todo o mundo. Criada após a assinatura do Tratado de Versalhes (1919)³ baseou-se em degradantes e injustas condições de trabalho. A OIT fundamenta-se na crença de que a paz universal sustenta-se na justiça social.

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q1T9qRb9B8E> Acessado em: 21/06/2018.

³ Tratado de Versalhes é o nome dado ao tratado de paz firmado entre os países europeus e que simbolizava o fim da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918).

Portanto, adota como missão a busca por melhorias nas condições de atividades trabalhistas. A OIT declara que o trabalho análogo à escravidão é “todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob ameaça de sanção e para o qual ela não tiver se oferecido espontaneamente. Além de estar relacionado a baixos salários e más condições de trabalho, inclui uma situação de cerceamento da liberdade dos trabalhadores”.⁴

No Brasil, considera-se trabalho escravo segundo o código penal⁵, submeter alguém a trabalhos forçados, jornadas exaustivas, condições degradantes de trabalho, restrição de sua locomoção por dívida com o empregador confiscando documento ou objetos pessoais, e até mesmo mantendo vigilância ostensiva no local de trabalho. Além disso, a utilização de violência física e psicológica com o objetivo de intimidar o trabalhador a continuar com as péssimas condições de trabalho também poderá caracterizar trabalho escravo.

O país assumiu oficialmente a existência do problema e criou várias medidas como: lista suja, fiscalização móvel, planos nacionais, entre outras, como forma de amenizar essa questão. Mesmo com uma estrutura de fiscalização do trabalho escravo precária, a OIT considerava o Brasil um país de referência na questão de promover soluções para a erradicação da escravidão. Porém, em outubro de 2017, após a publicação da Portaria 1.129, assinada pelo ministro Ronaldo Nogueira, com possíveis mudanças no que poderia ser caracterizado trabalho escravo e na fiscalização do mesmo, implicou na mudança da declaração positiva da organização internacional do trabalho. Para a OIT, essa portaria estabelecia um retrocesso no combate ao trabalho escravo.

Com essa portaria, algumas situações que caracterizavam trabalho escravo não seriam tratadas como tal. Dentre as mudanças, as novas regras alterariam significativamente o modelo de trabalho dos auditores fiscais, e o que antes não precisaria de documentos que comprovassem a caracterização

⁴ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/economia/oit-traca-perfil-do-trabalho-escravo/>

⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm, art. 149, Art. 203, Art. 207.

de trabalho escravo, após a validação da mesma, se farão necessários. Como, por exemplo, um relatório que contenham fotos e identificação dos envolvimento. Além disso, ao realizar o seu trabalho, os auditores deverão estar acompanhados de uma autoridade policial, que ficaria responsável por registrar um boletim de ocorrência. Caso isto não aconteça, as empresas não poderão ser punidas. Outra modificação foi à divulgação da chamada Lista suja, uma relação mantida pelo Ministério do Trabalho, de empresas que foram acusadas de fazerem uso da exploração de mão de obra e trabalho escravo. Na portaria de outubro, as empresas só poderiam ser divulgadas caso existissem relatório e boletim de ocorrência feito por uma autoridade policial. Além disso, a jornada exaustiva de trabalho não irá caracterizar trabalho escravo.

Esta portaria dividiu opiniões em todo o país, e houve uma repercussão enorme sobre este assunto gerando grande debate. Como em todo debate, existe quem apoia e quem não está de acordo com o assunto debatido, assim aconteceu em todo Brasil quando surgiu essa possível mudança. Órgãos responsáveis pela fiscalização e erradicação do trabalho escravo, além de auditores fiscais posicionaram-se contra o que viria a ser essa nova lei. Eles afirmaram que tais mudanças dificultariam ainda mais a inspeção e o combate de práticas escravistas.

Por outro lado há quem apoie tais alterações. Afirmam, portanto, que as mudanças são positivas, e garantiriam um julgamento mais justo para com as empresas. O argumento utilizado para sustentar seu posicionamento, é de que em muitos casos de fiscalização são poucos os critérios para configurar trabalho escravo. Segundo Antônio Galvão Peres, ex-presidente da Comissão de Direito do Trabalho do Instituto dos Advogados de São Paulo: “Antes da portaria não havia clareza, e ocorriam situações absurdas, como uma mera jornada excessiva bastando para caracterizar a situação análoga à de escravo.” (2017).⁶ O apoio às mudanças na portaria demonstra claramente que ainda existe quem de forma indireta concorde com as práticas de trabalho escravo considerando que, no fim, os resultados sejam obtidos. O termo “mera

⁶ Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/os-debates-em-torno-das-mudancas-na-lei-do-trabalho-escravo/>

jornada excessiva” só confirma que muitos ainda hoje pensam que ainda é válido a superexploração do trabalhador, se o empregador puder economizar no fim.

No setor da construção Civil, algumas entidades declararam apoio à possível nova lei. Como, por exemplo, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) considera que tais mudanças trariam segurança jurídica para as empresas. Além disso, a CBIC acreditava que os conceitos de trabalho escravo eram muito subjetivos e estariam abertas a várias interpretações e, muitas vezes, imprecisas, desta forma, ameaçando as empresas.

Após o governo sofrer críticas severas, a portaria foi revogada pela ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF) e o conceito de trabalho escravo no Brasil permaneceu o mesmo. A ministra afirmou: “As formas contemporâneas de escravidão não limitam ao cerceamento de liberdade, mas também pela negação da dignidade do trabalhador”.⁷ Mesmo diante da revogação das mudanças promovidas pela portaria, não anulou o fato de que o discurso de insatisfação das empresas em relação à realização da fiscalização do trabalho escravo era comum à grande parte daqueles que apoiavam às mudanças na portaria.

1. PERFIL DO AUDITOR FISCAL

O auditor fiscal é o profissional responsável pela administração tributária e pela fiscalização da legalidade trabalhista. É possível tornar-se auditor fiscal aquele que possua ensino superior completo em qualquer área e seja aprovado por meio de concurso disposto pela Receita Federal. O auditor fiscal poderá atuar em várias funções, mas existe uma carreira destinada apenas para fiscalização do trabalho: auditoria fiscal do trabalho, que tem como competência fiscalizar e combater práticas de trabalho escravo, e garantir a legalidade trabalhista.

A fiscalização ocorre de duas maneiras: de forma direta, onde o auditor fiscal acompanha de perto as condições de trabalho no local ou de

⁷ Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/11/politica/1507733504_551583.html

forma indireta, com a solicitação de documentos para que seja apresentado ao Ministério do Trabalho. Essas operações ocorrem em sua grande maioria através de denúncias, feitas pela população e até mesmo, pelos próprios empregados sujeitos a situações que caracterizam trabalho escravo. O auditor fiscal tem como função garantir o cumprimento das leis trabalhistas, porém sem verba fica quase que impossível realizar o seu papel. Segundo o Frei Xavier Jean Marie Plassat, que presta serviço na Comissão Pastoral da Terra, muito conhecido pela luta contra o trabalho escravo, afirma: “Sem dinheiro, os fiscais ficam plantados, sem poder arcar com diárias e gastos de combustível”.⁸

Com o salário inicial, em torno de 20 mil reais, além de bônus e auxílio. Tornar-se auditor fiscal é considerado um dos grandes interesses dos estudantes de concurso. De fato, a carreira de auditor fiscal é cobiçada no Brasil, mas o cenário da fiscalização do trabalho no país encontra-se imersa em grandes dificuldades. Dentre elas, a falta de auditores fiscais.

O Brasil era considerado um país de referência no combate do trabalho escravo pelas inúmeras iniciativas propostas para erradicar esse problema. Com algumas mudanças e cortes no orçamento, houve um grande declínio no número de resgatados em condições análogas à escravidão. O número de resgatados mediante as operações diminuiu, mas isto não significa dizer que a ocorrência do trabalho escravo no Brasil também diminuiu. Com o contingenciamento realizado pelo governo federal no ano de 2017, o combate ao trabalho escravo sofreu grandes impactos. O número de fiscais foi reduzido, e operações de fiscalização estão sendo interrompidas por falta de verba. Segundo funcionários, não há dinheiro para fiscalizar. De acordo com a Lei Orçamentária Anual (Lei no 13.414, de 10 de janeiro de 2017, Anexo II), foi repassado para o Ministério do Trabalho um total de 83,37 bilhões de reais. Existem fiscais, mas os mesmo em grande parte do tempo encontram-se impossibilitados de realizar o seu ofício, já que existe a necessidade de deslocamento, um grande problema enfrentado, pois não há dinheiro para combustível e diária.

⁸ Disponível em:
https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/11/politica/1507733504_551583.html

Desta forma, a fiscalização do trabalho escravo enfrenta um cenário bastante crítico. Com a falta de verba, os auditores fiscais decretaram estado de greve desde novembro de 2017, até os dias de hoje. Sem a fiscalização não existe combate às práticas escravistas, consolidando um retrocesso no combate ao trabalho escravo.

2. O PERFIL DOS TRABALHADORES RESGATADOS

No Brasil o trabalho escravo contemporâneo atinge parte dos trabalhadores em todo o país. Empresas utilizam de práticas ilegais trabalhistas que pode configurar trabalho escravo, para conseguirem aumentar sua produtividade e diminuem os seus custos. Com as fiscalizações é possível conhecer quais são as práticas adotadas pelas empresas, e quem são esses trabalhadores afetados. É possível observar um padrão nos trabalhadores resgatados em condições análogas à escravidão e portanto traçar um perfil comum aos mesmos. Características determinantes conseguem definir quem são estes trabalhadores que se submetem a condições tão degradantes, dentre estas a vulnerabilidade econômica.

Segundo o Atlas do Trabalho Escravo no Brasil (Indicar o ano da publicação), estudo realizado pelos geógrafos Eduardo Paulon Girardi, da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Hervé Théry, Neli Aparecida de Mello e Julio Hato, da Universidade de São Paulo (USP) pode-se estabelecer um índice com elementos que podem influenciar a aceitação das propostas oferecidas:

O índice (medsoc) é composto pela média das variáveis que definimos, após testes, como marcadoras de regiões deprimidas, onde homens podem ser convencidos pelos argumentos dos “gatos”: baixa esperança de vida ao nascer, baixa renda per capita, baixos índices no ranking do IDH, elevado índice de exclusão, elevada taxa de pobreza, elevada proporção da população vivendo em domicílio cuja renda é inferior à R\$ 37,75, elevada mortalidade antes de 5 anos (GIRARDI; MELLO; HATO, 2012 Pág. 66).

Uma parte da população encontra-se vulnerável socialmente, com recursos limitados, desempregados e submetidos a condições precárias de moradia e saneamento, homens e mulheres procuram portanto melhorias na qualidade vida, um emprego digno e salário decente. Desta forma, estas pessoas ficam suscetíveis aos famosos gatos.

Os responsáveis por aliciar a mão-de-obra, são conhecidos popularmente por gato. Esses aliciadores têm a função de atrair os trabalhadores para exercer

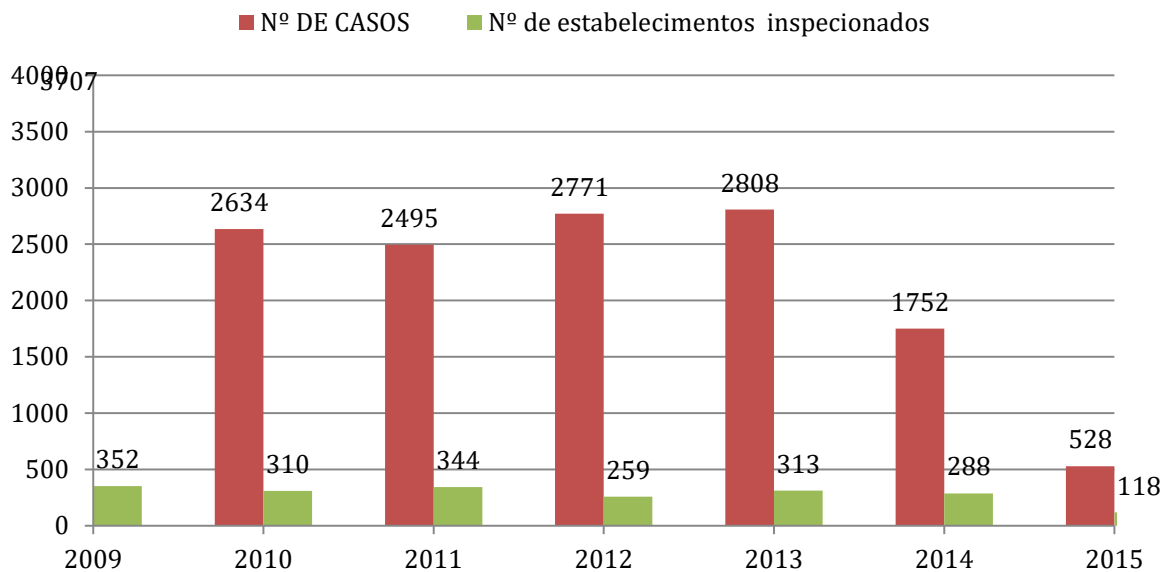
funções em outras localidades por meio de falsas promessas de excelentes salários e ótimas condições de trabalho. Desta forma, as vítimas precisam tanto do trabalho que aceitam as propostas oferecidas. A migração desses trabalhadores para as outras localidades marcam o início do estado de exploração, já que o valor da passagem é considerada a primeira dívida com o empregador. Além disso, ao chegarem no local onde irão trabalhar são surpreendidos por condições totalmente diferentes daquelas prometidas. Os documentos são confiscados, e para se alimentarem e terem acesso aos equipamentos de trabalho são cobradas taxas, gerando portanto dívidas. Este sistema de dívidas, apreensão de documentos e em muitos casos, vigilância ostensiva impossibilitava o trabalhador a sair daquela situação de exploração.

3. CASOS DE TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

Geralmente quando nos lembramos de trabalho escravo costumamos sempre associá-lo ao passado, mas a realidade é que a escravidão perdura até os dias de hoje, e está presente tanto nos países pobres quanto nos países desenvolvidos. Fruto de um Estado omissivo e desigualdade, a escravidão é a nossa mais antiga doença social. Atualmente, o trabalho escravo no Brasil, é evidenciado em inúmeras atividades ilegais, além de ser um problema recorrente, é um crime gravíssimo previsto na legislação.

Ao analisar de forma sistemática, é possível observar, no Gráfico 1, os números de ocorrência do trabalho escravo no Brasil. Concentrando a análise, no período entre os anos 2009 a 2015, foi obtido a manifestação do trabalho análogo ao escravo durante todo esse intervalo de tempo.

Gráfico 1 – Número de trabalhadores resgatados em situação análogas ao escravo.



Fonte: Ministério do Trabalho(MT).

É possível observar que o número de estabelecimentos inspecionados caiu consideravelmente no ano de 2015, e em consequência disso o número de trabalhadores resgatados em situações análogas a escravidão também diminuiu bruscamente. Portanto, é possível obter uma relação de proporcionalidade entre as mesmas, quanto menor o número de estabelecimentos inspecionados menor será o número de trabalhadores resgatados.

Na construção civil, o número de resgatados em situações análogas a escravidão cresceu consideravelmente, e dentre os resgatados os nordestinos possuem números expressivos, sendo principalmente cearenses. Segundo pesquisa divulgada no jornal O Povo⁹(2018), “cerca de 22% dos resgatados no Brasil são cearenses”. No ano de 2017, o número de resgatados totalizaram 341, e dentre estes 76 eram cearenses. Dessa forma, os cearenses apresentam um número considerável nas estatísticas de ocorrência do trabalho escravo. Além disso, é possível constatar na Tabela 1, que os mesmos são resgatados em outras regiões do Brasil.

Tabela 1 – Análise dos resgates de trabalhadores no Brasil.

LOCAL DO RESGATE	CONSTRUÇÃO CIVIL	NORDESTINOS?	ANO
SÃO PAULO	SIM	SIM	2013
SÃO PAULO	NÃO	SIM	2018

⁹ Data 20/01/2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/cidades/2018/01/cerca-de-22-dos-resgatados-no-brasil-sao-cearenses.html>

SÃO PAULO	SIM	SIM	2012
RIO DE JANEIRO	SIM	NÃO SE SABE	2016
SÃO PAULO	SIM	SIM	2017
SÃO PAULO	SIM	NÃO SE SABE	2017
IBIAPINA	SIM	SIM	2015
JERICOACOARA	SIM	SIM	2017
GOIAS - APARECIDA DE GOIÂNIA	SIM	SIM	2017
GUAPÓ - GOIÂNIA	SIM	SIM	2017
NOVA CRIXÁS - GOIÁS	NÃO	NÃO SE SABE	2013
PIRANHAS-GO	NÃO	NÃO SE SABE	2018
MARANHÃO	SIM	NÃO SE SABE	2018
BAHIA	SIM	NÃO SE SABE	2015
CAMPINAS	SIM	NÃO SE SABE	2013

Fonte: Elaborada pelo autor.

Podemos observar também, que a Construção civil possui números consideráveis quando se trata de trabalhadores resgatados em situações análogas ao trabalho escravo. Segundo pesquisa divulgada no site de notícias Terra¹⁰(2015), “Construção civil é setor com mais casos de trabalho escravo”.

4 CONCLUSÃO

De acordo com os dados levantados nesta pesquisa, foi possível verificar que ainda existem ocorrências do trabalho escravo. O trabalho escravo é utilizado pelas empresas como forma de conseguir maiores lucros e também como forma de obter vantagens desleais para com empresas que obedecem às leis trabalhistas, a dificuldade de fiscalização juntamente com a redução da verba governamental para este fim encoraja as empresas a agirem de forma ilegal, por isso ainda é bastante praticado no Brasil.

Com esta realidade e dados coletados é possível observar que a redução da dignidade humana ainda é realidade. Dessa forma, é necessário que se exista a garantia de condições apropriadas para que os trabalhadores

¹⁰ <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/construcao-civil-e-setor-com-mais-casos-de-trabalho-escravo-no-brasil,22887238bb9c62a0b5890b1b81811ac5j8v3RCRD.html>

estejam aptos a realização do trabalho. E que as medidas para erradicação de qualquer prática análoga ao trabalho escravo e as fiscalizações das práticas trabalhistas, sejam intensificadas a fim de garantir a segurança e salubridade dos trabalhadores.

Os trabalhadores nordestinos que deixam suas terras natais para buscar trabalho em outras regiões ainda são as principais vítimas do trabalho escravo, estes trabalhadores são alocados, principalmente, em setores de construção civil e agropecuária. Na construção civil, com os números de casos bastante expressivos, demonstra-se uma preocupação maior. Desta forma, pode-se refletir quem seriam os responsáveis por essa prática ainda existir no meio da construção civil, já que este setor apresenta-se sempre em grandes inovações e desenvolvimentos.

As empresas, dentre estas as construtoras, têm por obrigação garantir o cumprimento de todas as leis trabalhistas, e a garantia de boas condições de trabalho. Os engenheiros também podem ser considerados responsáveis pela salubridade dos trabalhadores, mesmo que indiretamente. De forma clara, se o engenheiro está ciente que os direitos trabalhistas dos seus operários não estão sendo atendidos, e o mesmo não toma nenhum iniciativa de reverter esta situação ele estará automaticamente concordando com a mesma. Além disso, uma das funções do engenheiro é a compra de materiais, e é necessário que o mesmo tenha certa preocupação se os seus fornecedores fazem uso de práticas análogas ao trabalho escravo.

REFERÊNCIAS

MORIN, Estelle; TONELLI, Maria José; PLIOPAS, Ana Luisa Vieira. O trabalho e seus sentidos. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 19, n. spe, p. 47-56, 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000400008&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 24 de Junho de 2018.

EL PAÍS. **Corte drástico de verba faz fiscalização do trabalho escravo despencar no Governo Temer**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/10/11/politica/1507733504_551583.html>. Acesso em: 16 nov. 2017.

G1. **Justiça decreta prisão preventiva de empresário por trabalho escravo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sorocaba-jundiai/noticia/justica->

decreta-prisao-preventiva-de-empresario-por-trabalho-escravo.ghtml>. Acesso em: 13 abr. 2018.

G1. Mpt-rj pede r\$ 20 milhões da mrv por trabalho similar ao de escravidão. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/09/mpt-rj-pede-r-20-milhoes-da-mrv-por-trabalho-similar-ao-de-escravidao.html>>. Acesso em: 31 jan. 2018.

JUSBRASIL. Construtora mrv é condenada a r\$ 4 milhões por trabalho escravo em obra. Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://warleyoliveirahenrique.jusbrasil.com.br/noticias/242372150/construtora-mrv-e-condenada-a-r-4-milhoes-por-trabalho-escravo-em-obra&ust=1530061680000000&usg=afqjcnfngh_wzwhmgcdaspvs7cbkedep6g&hl=pt-br>. Acesso em: 14 fev. 2018.

OPOVO. Cerca de 22% dos resgatados no brasil são cearenses. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/cidades/2018/01/cerca-de-22-dos-resgatados-no-brasil-sao-cearenses.html>>. Acesso em: 08 fev. 2018.

OPOVO. Empresário é preso por aliciar nordestinos para trabalho escravo. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/ae/2018/04/empresario-e-preso-por-aliciar-nordestinos-para-trabalho-escravo.html>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

OPOVO. Trabalho escravo é flagrado em obra do minha casa, minha vida. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/09/29/noticiasjornalcotidiano,3511546/trabalho-escravo-e-flagrado-em-obra-do-minha-casa-minha-vida.shtml>>. Acesso em: 16 jan. 2018.

ROSA, ANA BEATRIZ ,HUFFPOST. Por que 'acabar com o trabalho escravo' faz com que o brasil volte ao século 19. Disponível em: <https://www.huffpostbrasil.com/2017/10/20/o-que-sobrou-para-fiscalizar-o-trabalho-escravo-com-a-portaria-do-governo-federal_a_23250237/>. Acesso em: 21 fev. 2018.

TERRA. Construção civil é setor com mais casos de trabalho escravo. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/construcao-civil-e-setor-com-mais-casos-de-trabalho-escravo-no-brasil,22887238bb9c62a0b5890b1b81811ac5j8v3rcrd.html>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

BBC NEWS BRASIL. 'dormi com rato, barata e esgoto', diz operário de obra da rio 2016. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150901_escravo_jp>. Acesso em: 04 dez. 2017.

BBC NEWS BRASIL. Operação encontra 11 pessoas em situação de trabalho escravo em obra olímpica. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/11/1511130_rio_trabalho_escravo_fe_hb>. Acesso em: 04 dez. 2017.

CARTA CAMPINAS. 21 trabalhadores em condição de trabalho escravo são libertados em goiás. Disponível em:

<<http://cartacampinas.com.br/2017/05/21-trabalhadores-em-condicao-de-trabalho-escravo-sao-libertados-em-goias/>>. Acesso em: 11 mar. 2018.

CLICK GUARULHOS. Operários são flagrados em trabalho escravo nas obras da fatec em guarulhos. Disponível em:

<<https://www.clickguarulhos.com.br/operarios-sao-flagrados-em-trabalho-escravo-nas-obras-da-fatec-em-guarulhos/>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

G1. Fiscais flagram 111 operários de cumbica em situação de escravidão.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2013/09/fiscais-flagram-111-operarios-de-cumbica-em-situacao-de-escravidao.html>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

G1. Mpma ajuíza ação contra ufma por trabalho escravo em imperatriz.

Disponível em: <<http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2016/05/mpma-ajuiza-acao-contra-ufma-por-trabalho-escravo-em-imperatriz.html>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

G1. Mpt apura trabalho escravo em obra do 'minha casa, minha vida'.

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/mpt-apura-trabalho-escravo-em-obra-do-minha-casa-minha-vida-4865924>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

G1. Mpt apura trabalho escravo em obra do 'minha casa, minha vida'.

Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/mpt-apura-trabalho-escravo-em-obra-do-minha-casa-minha-vida-4865924>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

G1. Operários em situação de escravidão são retirados de obra de pousada em jericoacoara. Disponível em:

<<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/trabalhadores-em-situacao-de-escravidao-sao-resgatados-em-obra-de-pousada-em-jericoacoara.ghtml>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

G1. Trabalhadores são resgatados em condições análogas à escravidão, em goiás. Disponível em: <<https://g1.globo.com/goias/noticia/trabalhadores-sao-resgatados-em-condicoes-analogas-a-escravidao-em-goias.ghtml>>.

Acesso em: 11 mar. 2018.

JUSBRASIL. Encontrado trabalho escravo em obra do banco santander.

Disponível em: <<https://mpt.jusbrasil.com.br/noticias/100387966/encontrado-trabalho-escravo-em-obra-do-banco-santander>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

MAISGOIÁS. Pai e filho são presos por trabalho escravo em fazenda no município de piranhas.

Disponível em: <<https://www.emaisgoias.com.br/pai-e-filho-sao-presos-por-trabalho-escravo-em-fazenda-no-municipio-de-piranhas/>>. Acesso em: 05 mar. 2018.

OPOVO. **Empresário é preso por aliciar nordestinos para trabalho escravo.** Disponível em:

<<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/ae/2018/04/empresario-e-preso-por-aliciar-nordestinos-para-trabalho-escravo.html>>. Acesso em: 03 mai. 2018.

OPOVO. **Trabalho escravo é flagrado em obra do minha casa, minha vida.** Disponível em:

<<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/09/29/noticiasjornalcotidiano,3511546/trabalho-escravo-e-flagrado-em-obra-do-minha-casa-minha-vida.shtml>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

TERRA SEM MALES. **Trabalho escravo em carvoarias de goiás.** Disponível em: <<http://www.terrasemmale.com.br/trabalho-escravo-em-carvoarias-de-goias/>>. Acesso em: 10 mar. 2018.

VALOR. **Ministério do trabalho flagra trabalho escravo em obras da mrv em sp.** Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/1103606/ministerio-do-trabalho-flagra-trabalho-escravo-em-obras-da-mrv-em-sp>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

LEAO, Luís Henrique da Costa. TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE UM PROBLEMA PÚBLICO NO NORTE FLUMINENSE. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 120-130, Apr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010271822015000100120&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 16 de Maio de 2018.

Jesus, J. G. (2007). Trabalho escravo no Brasil contemporâneo: representações sociais dos libertadores. Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF.

Borges, L. O., & Yamamoto, O. H. (2004). O mundo do trabalho. In J. C. Zanelli, J. E. Borges-Andrade, & A.V. B. Bastos (Orgs.), *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*(pp. 25-72). Porto Alegre: Artmed.

APLICAÇÃO DA ESTATÍSTICA NO CONTROLE DE QUALIDADE DO CONCRETO NA CONSTRUÇÃO CIVIL

Eugênio Queiroz Chaves¹

Carlos Alex Martins Oliveira²

RESUMO

O papel do concreto na construção civil é fundamental, pois ele é responsável por resistir as cargas de compressão aplicadas nas edificações. Entretanto, um concreto mal elaborado, seja por interferência do ambiente ou um manuseio inadequado dos materiais, pode acarretar sérios problemas como por exemplo ruptura da estrutura. Diante disso, surgiram formas para poder verificar em um determinado espaço amostral, se as amostras tendem a estar fora dos padrões adotados pela norma e quais são elas. Uma área da engenharia civil que traz um modo para solucionar o problema em questão, ausência de controle na produção de concreto, é a estatística, já que o sistema de controle de qualidade tem como função delimitar e mostrar quais amostras tendem a ser defeituosas, através do gráfico de controle de qualidade. A pesquisa teve como objetivo examinar de que maneira o controle de qualidade do concreto contribui para a construção civil, além de conferir como o gráfico de controle auxilia na visualização de resultados no ramo da construção civil. O trabalho seguiu a metodologia de coleta de dados, que ocorreu a partir da análise de corpos de prova, nos quais foram avaliados dados como resistências à compressão. Os procedimentos para a produção do concreto foram desenvolvidos com base nas NBR 12654 e NBR 12655, as quais tratam do controle tecnológico dos materiais componentes do concreto de cimento Portland, desde o preparo, controle e recebimento, respectivamente. Deste modo, pôde-se concluir que 30,23% das amostras encontram-se fora dos limites determinados de acordo com os valores de resistência e a compressão o que não significa que estejam fora dos padrões recomendados pelas

¹Graduando, Engenharia Civil, aluno, eugenioqc30@gmail.com ²Mestre, Engenharia Civil, professor, calexmo@hotmail.com

normas citadas anteriormente, entretanto, necessitam de uma observação, a fim de encontrar as causas dessa variação de valores.

Palavras-chave: Concreto. Gráfico de Controle. Estatística. Qualidade. Compressão.

ABSTRACT

The role of the concrete in the construction industry is fundamental, because it is responsible for resisting the compression loads applied in buildings. However, a poorly made concrete, whether by the environmental interference or improper handling of the materials, may result in serious problems, for example, the rupture of the structure. Faced with this, it emerged forms in order to verify in a specific sample space, if the samples tend to be outside the standards adopted and which are these ones. A construction industry field that shows a way to solve the present problem, absence of concrete production control, it is the statistics, since the quality control aims to delimit and show which samples tend to be defective, through the control chart. The research aimed to examine how the quality control of the concrete contributes to the civil construction, in addition to checking how the control chart helps in visualizing results in the construction industry. The work followed the methodology of data collection, which occurred from the analysis of test specimens, in which data such as compressive strengths were evaluated. The procedures for concrete production were developed based on NBR 12654 and NBR 12655, which deal with the technological control of Portland cement concrete component materials, from the preparation, control and receipt, respectively. Thus, it can be concluded that 30.23% of the samples are outside the limits determined according to the values of strength and compression which does not mean that they are outside the standards recommended by the standards cited above, however, they need an observation in order to find the causes of this variation of values.

Keywords: Concrete. Control chart. Statistics. Quality. Compression.

1 INTRODUÇÃO

Alto custo para a fabricação de concreto e a ausência de mão de obra especializada, são fatores que levam algumas empresas a não se atentarem sobre o emprego de um concreto de qualidade. Tendo em vista essa circunstância, a estatística é empregada na construção civil, com o propósito de mostrar com precisão as funções da empresa e o que pode acontecer caso certas características não fossem modificadas.

Patologias como corrosão de armaduras, lixiviação de compostos hidratados, fissuras e rachaduras são encontrados em algumas estruturas de concreto, que podem ser congênitas, devido à má qualidade do tipo de concreto e seus agregados utilizados, ou são adquiridas ao decorrer do tempo, por conta da ação direta de inúmeros agentes externos, incluindo usuários, ou ainda fenômenos físicos, entre eles, choques, terremotos, incêndios, enchentes, explosões, recalques e variações de temperatura. Portanto, a pesquisa com dados estatísticos ratifica a importância de uma análise mais aprofundada das principais características do concreto, como resistência à compressão, através de gráficos de controle.

Segundo Almeida (2002):

“para obterem-se as características essenciais do concreto, como a facilidade de manuseio quando fresco, boa resistência mecânica, durabilidade e impermeabilidade quando endurecido, é preciso conhecer os fatores que influem na sua qualidade. Alguns desses fatores são:

- Qualidade dos materiais: Materiais de boa qualidade produzem concreto de boa qualidade;
- Proporção adequada: Deve-se considerar a relação entre as quantidades: de cimento e de agregados, grão e miúdo, água e o cimento.
- Manipulação adequada: Após a mistura, o concreto deve ser transportado, lançado nas formas e adensado corretamente.
- Cura cuidadosa: A hidratação do cimento continua por um tempo bastante longo e é preciso que as condições ambientes favoreçam as reações que se processam. Desse modo, deve-se evitar a evaporação prematura da água necessária à hidratação do cimento. É o que se denomina cura do concreto.”

Um Control Charts (Gráfico de Controle) é uma ferramenta estatística para avaliar, acompanhar, e manter a estabilidade do processo. O seu principal objetivo é monitorar uma determinada atividade ou processo contínuo a fim de descobrir algum desvio ou variação desta atividade ou processo. Com ele pode-se: prevenir defeitos, evitar desperdícios, eliminar o que comprometa a eficiência, reduzir custos (BPM CBOK, 2013).

1.1 Objetivos

1.1.1 Geral

Aplicar a estatística no controle de qualidade do concreto na construção civil.

1.1.2 Específicos

- Analisar as aplicações que a estatística traz para a construção civil;
- Verificar de que modo o controle de qualidade do concreto afeta na construção civil;
- Discutir como o gráfico de controle auxilia na visualização de resultados no ramo da construção civil.

2 REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com o assunto proposto anteriormente, nesse tópico se tratará sobre a aplicação da estatística no controle de qualidade do concreto na construção civil, segundo a bibliografia utilizada. Posteriormente, será apresentado os resultados da análise dos dados coletados de uma empresa cimenteira, realizada de acordo com o tema abordado.

2.1 Estatística

Dentre os diversos assuntos dentro da estatística, os que serão utilizados a fim de realizar o controle de qualidade são a média (μ), a variabilidade de variáveis numéricas, desvio padrão (σ), amostra de tamanho (n); média amostral (\bar{X}). Além disso, serão abordadas as seguintes fórmulas: $\bar{X} = \frac{\sum_{i=1}^n x_i}{n}$ (1); $\frac{\sigma}{\sqrt{n}}$ (2); $\mu \pm Z \alpha / 2 \frac{\sigma}{\sqrt{n}}$ (3); $Z \frac{\alpha}{2} = 3$ (4). No caso, como foi explicitado anteriormente a fórmula (1) torna-se necessária, pois, através dela que é possível encontrar os valores das médias amostrais, já a fórmula (2) demonstra-se importante, já que, a partir dela obtêm-se os dados do desvio padrão. Ademais, assim como as fórmulas anteriores a (3) é indispensável, uma vez que, os valores das médias são obtidos e por fim, a fórmula (4) representa o valor a ser substituído na fórmula (3).

Segundo Montgomery (2016):

“caso uma média amostral esteja fora do limite superior de controle (LSC) e limite inferior de controle (LIC), isso significa que a média do processo não é mais igual a μ . Ademais, apesar dos resultados estarem fora dos limites, eles ainda continuam aproximadamente corretos, mesmo na hipótese de não normalidade da variável X, segundo o Teorema Central do Limite.”

2.2 Controle de qualidade

A partir de 1960 com a introdução no texto da NB – 1/60 do conceito de resistência característica, f_{ck} (na época denominada resistência mínima com a notação σ_R) foram incorporadas a construção civil as técnicas da estatística para controle de qualidade de um produto (HELENE, 1980). Controle de qualidade são medidas adotadas para a definição de padrões em procedimentos uniformes, considerando o grau de satisfação do consumidor, e todos os envolvidos no processo - acionistas, funcionários, fornecedores e sociedade (SILVA, 2016).

A qualidade final de uma estrutura de concreto armado depende tanto do controle de suas propriedades no estado fresco como no seu estado endurecido. Erroneamente, muitas vezes, o controle tecnológico se restringe aos ensaios de resistência à compressão simples (concreto endurecido), como se este parâmetro, isoladamente, pudesse garantir a qualidade do concreto. O concreto, e mesmo a sua comercialização, ao ser regido exclusivamente pela resistência característica (f_{ck}) pode não apresentar propriedades tais que o levem a um bom desempenho e a uma durabilidade satisfatória. Dessa forma, outros aspectos devem ser levados em consideração quando se deseja obter concretos de qualidade; entre eles o controle das propriedades do concreto fresco, pois estes são fundamentais à execução das estruturas e às propriedades da estrutura de concreto endurecido (GEYER, 2006).

Outras características igualmente responsáveis pela qualidade final do concreto devem ser verificadas no material antes de seu processo de endurecimento, dentre as quais pode-se citar a trabalhabilidade, a coesão, a segregação, a exsudação e o ar incorporado como sendo as mais importantes. A qualidade das estruturas acabadas está intimamente ligada à sua qualidade no estado fresco, determinando ou não, a presença de falhas de concretagem, segregação, exsudação e vazios no concreto (GEYER, 2006).

2.3 Gráfico de controle

O gráfico de controle possui a função de examinar o processo para concluir se o mesmo está ou não sob controle. Outrossim, para poder realizá-lo precisa de uma ampla coleta de dados, no caso da pesquisa foram utilizadas 43 amostras, além de métodos estatísticos empregados para observar as mudanças dentro do processo, baseados em dados das amostras coletadas. Por fim, o gráfico de controle possibilita informar em um determinado tempo como o processo está se comportando, se ele

está dentro dos limites definidos, demonstrando assim a necessidade de procurar o motivo da variação, porém não explicará como resolvê-la.

De acordo com Montgomery (2016):

“ $\bar{\bar{x}}$ deverá ser usado como a linha central do gráfico \bar{X} , dado pela fórmula: $\bar{\bar{x}} = \frac{\sum_{i=1}^n \bar{x}_i}{n}$ (5). Para construir os limites de controle, precisa-se de um estimador para σ , onde σ pode ser estimado pelos desvios-padrões ou pelas amplitudes das n observações; no momento, há uma preferência pelas amplitudes. A amplitude de uma amostra é definida por: $R = x_{máx} - x_{mín}$ (6), temos que a amplitude média é dada por: $\bar{r} = \frac{\sum_{i=1}^m r_i}{m}$ (7).”

Para que se possam construir os limites de controle do gráfico \bar{X} será necessário as seguintes expressões: $LSC = \bar{\bar{x}} + A_2\bar{r}$ (8); $LM = \bar{\bar{x}}$ (9); $LIC = \bar{\bar{x}} - A_2\bar{r}$ (10). Onde, Limite superior de controle (LSC): corresponde ao maior limite aceito pelo processo; Limite médio (LM): é o valor ideal para a amostra; Limite inferior de controle (LIC): representa o menor limite aceito pelo processo.

3 MÉTODOS

Na busca por quantificar os resultados, por meio de uma coleta de dados, o tipo pesquisa de campo escolhido dentre as pesquisas foi o quantitativo, este tipo de vai além da observação dos fatos e fenômenos e faz uma arrecadação do que ocorre na realidade a ser pesquisada. Depois disso, esses dados são analisados e interpretados com base em uma fundamentação teórica adequada com o intento de esclarecer o problema pesquisado. Com o propósito de analisar a aplicação da estatística no controle de qualidade do concreto na construção civil, partiu-se da revisão de literatura para o desenvolvimento dessa pesquisa. O conhecimento das técnicas de controle mais usualmente utilizadas por engenheiros foram empregados na tentativa de se obter uma boa fundamentação teórica. Sua coleta de dados ocorreu a partir da análise de corpos de prova, nos quais foram avaliados dados como resistências à compressão. Os valores encontrados foram analisados, a fim de obter uma conclusão a respeito do tema abordado. O levantamento da referida análise foi realizado por um discente do curso de Engenharia Civil do Centro Universitário Christus (Unichristus), campus Dom Luís, Fortaleza- CE. Ademais, os procedimentos

para a produção do concreto foram desenvolvidos com base nas NBR 12654 e NBR 12655, as quais tratam do controle tecnológico dos materiais componentes do concreto de cimento Portland, desde o preparo, controle e recebimento, respectivamente.

3.1 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, realiza-se coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.). (FONSECA, 2002).

“A pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana.” (POLIT, BECKER E HUNGLER, 2004, p. 201).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da coleta de dados de 43 corpos de prova de uma empresa cimenteira, foi possível realizar o gráfico de controle, com base na média (\bar{x}), variância (μ), o valor médio do característico de qualidade exigido pela fábrica (LM), o limite superior de controle (LSC) e o limite inferior de controle (LIC).

A figura 1 representa a quantidade de amostras e suas respectivas resistências à compressão.

Figura 1: Corpos de prova e suas respectivas resistências à compressão

Amostras	Resist. Mpa	Amostras	Resist. Mpa
1	35,1	23	38
2	37,7	24	37,8
3	36,4	25	36,6
4	35,9	26	41,7
5	41,5	27	39,6
6	39,6	28	36,9
7	40,2	29	39
8	37,7	30	38,7
9	36	31	37,2
10	37,2	32	37,9
11	35,3	33	40,5
12	35	34	42,8
13	38,9	35	41,8
14	39,9	36	42,5
15	37,1	37	41,2
16	40,2	38	40,1
17	42,3	39	35,9
18	39,9	40	37,7
19	43	41	38,6
20	41,2	42	41,8
21	37,7	43	38,3
22	36,8		

Fonte: Do autor (2018).

Dando prosseguimento ao que já foi falado anteriormente, com os dados da figura 1 pode-se obter a média (\bar{x}), a variância (μ), o limite médio (LM), o limite superior de controle (LSC) e o limite inferior de controle (LIC), como está representado na figura 2.

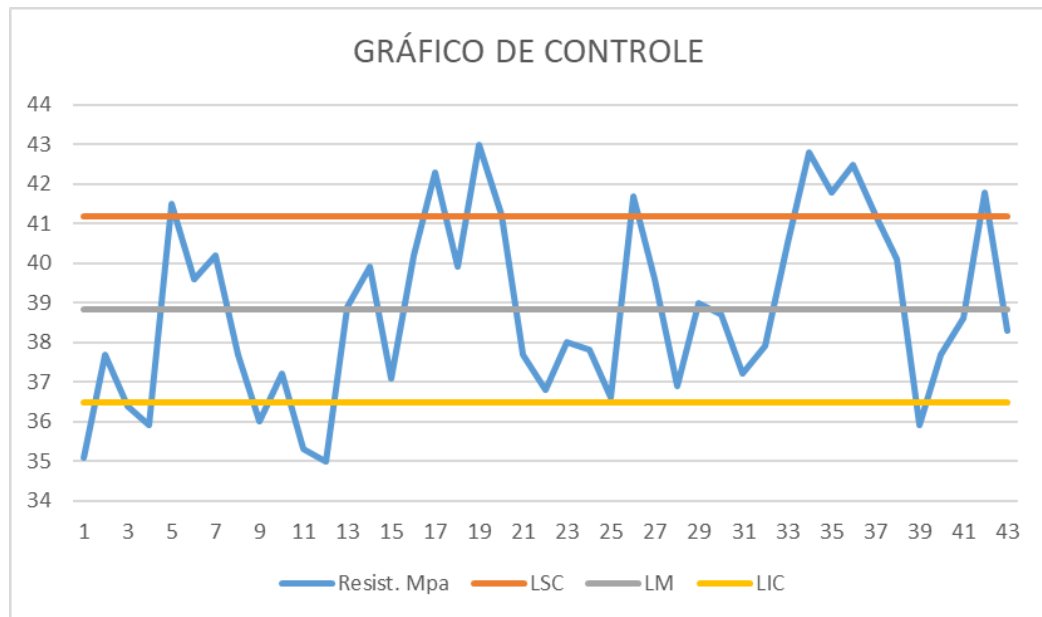
Figura 2: Valores de \bar{x} , μ , LM, LSC e LIC

\bar{x}	Variância	σ	LSC	LM	LIC
38,8	5,1	2,267183675	41,17018834	38,81860465	36,46702097

Fonte: Do autor (2018).

A figura 3 representa o gráfico de controle com os valores de resistências à compressão das amostras.

Figura 3: Dados Gráfico de Controle



Fonte: Do autor (2018).

Partindo-se da análise do gráfico de controle (Figura 3), visualizou-se algumas amostras fora dos limites superior e inferior de controle, ou seja, estão fora da média com base nos dados coletados, o que não significa que estejam incorretos, até porque estão dentro dos valores recomendados pelas normas NBR 12654 e NBR 12655, foram as amostras: 1, 5, 9, 11, 12, 17, 19, 26, 34, 35, 36, 39, 42. Esse fenômeno é denominado evento especial ou exclusivo (também conhecido como causas especiais de variação), que são variações que surgem ocasionalmente no processo por conta de fatores externos ou internos, estes fatores necessitam de uma análise para que sejam corrigidos, a fim de evitar problemas futuros.

As demais amostras se enquadram nos LSC e LIC, sendo assim, nomeadas como eventos comuns ou aleatórios (também conhecido como causa comum de variação) e são caracterizadas como variações inerentes ao processo, geralmente, vem de várias fontes de pequenas variações. Contudo, eliminar essas causas comuns é mais difícil, pois requer o conhecimento e análise de todo o processo de mudança: procedimentos, pessoas, padrões, etc.

5 CONCLUSÃO

Aplicação da estatística no controle de qualidade do concreto na construção civil visa a qualidade do produto e torná-lo mais eficiente, além de reduzir

custos. Outrossim, as especificações das normas NBR 12654 e NBR 12655 para a fabricação de concreto devem ser conhecidos e respeitados para que junto com a estatística possam alcançar o objetivo, que é a obtenção de um concreto de qualidade. Porém, algumas empresas ainda não aderiram as técnicas que auxiliam no controle de qualidade, muitas vezes pelo alto custo para adota-las e a falta de mão de obra especializada.

Ademais, pôde-se concluir que 30,23% das amostras encontram-se fora dos limites determinados de acordo com os valores de resistência e a compressão indicados no relatório de uma empresa cimenteira, o que não significa que estejam fora dos padrões recomendados pelas normas citadas anteriormente, entretanto, necessitam de uma observação, a fim de encontrar as causas dessa variação de valores, já que, os objetos de estudos tratados em questão foram corpos de prova, ou seja, podem sofrer variações das suas características por diversos fatores externos e internos como manuseio incorreto dos materiais, umidade do local, qualidade do material, entre outros fatores que podem causar interferência nos dados. Ademais, essa pesquisa abre espaço para pesquisas futuras com temáticas como a citada anteriormente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. Carlos. Concreto-Notas de aula da disciplina AU414-Estruturas IV-Concreto armado. **Universidade Estadual de Campinas-Faculdade de Engenheiro Civil-Depto. de estruturas**, 2002.

BENEDICT, T. et al. **Guide to the Business Process Management Body of Knowledge**, BPM CBOK, Versão 3.0. Association of Business Process Management Professionals, 2013.

FONSECA, João José Saraiva. Metodologia da Pesquisa Científica. 2002.

GEYER, André Luiz Bottollaci; SÁ, Rodrigo Resende. Importância do controle de qualidade do concreto no estado fresco. **Realmix-Informativo Técnico. A**, v. 2, 2006.

HELENE, Paulo RL. Controle de qualidade do concreto. **São Paulo**, 1980.

MONTGOMERY, D. C., RUNGER, G. C. **Estatística aplicada e probabilidade para engenheiros**. Tradução e revisão técnica Verônica Calado. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC: 2015.

MONTGOMERY, D. C. **Introdução ao controle estatístico da qualidade**. Tradução Ana Maria Lima de Farias, Vera Regina Lima de Farias e Flores. Revisão técnica Luiz da Costa Laurencel. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

_____. **NBR 12654: controle tecnológico de materiais componentes do concreto**: procedimento. Rio de Janeiro, 1992. 6 p.

_____. **NBR 12655: concreto**: preparo, controle e recebimento. Rio de Janeiro, 2006. 18 p.

POLIT, Denise Fouy; BECK, Cheryl Tatano; HUNGLER, B. P. Pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. **Porto Alegre: Artmed**, 2004.

SILVA, Valdir Carlos. Matemática e estatística aplicadas a gestão da qualidade nos cursos de Engenharia de Produção no Brasil: um contraponto entre a formação e o mercado de trabalho. 2016.

CÁLCULO DE COMPRIMENTO DE ARCO EM CURVAS CATENÁRIAS

Débora Maciel de Oliveira¹

Carlos Alex Martins Oliveira²

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de estudar a relação entre o conhecimento visto em sala de aula, por alunos de nível superior do curso de bacharelado de engenharia civil, e o que é visto em seu ambiente de trabalho. O objeto de pesquisa analisado engloba uma revisão de literatura, com exemplos práticos, de curvas polares dentro da disciplina de Cálculo Diferencial e Integral. Curvas estas que podem ser calculadas seus comprimentos e áreas através de integrais e conhecimentos matemáticos vistos como básicos no início de sua graduação, como Funções diversas, Trigonometria, Produtos Notáveis, Operações com Raízes, Exponenciais e Logaritmos, dentro do conjunto dos números reais. Há meios computacionais, como *softwares*, que podem desenvolver, demonstrar e já calcular as variáveis necessárias para se analisar tais curvas. Acarretando a automatização e a mecanização de quem se trabalha com estes conceitos, perdendo algumas vezes noções de cálculo vistas, já estudadas pelos mesmos. A sensibilidade ao resultado do aluno é fundamental para analisar as respostas dadas pelo computador, e tal sensibilidade só é obtida após o estudo e a prática do assunto abordado. Neste artigo, é realizada uma pesquisa em torno dos assuntos de curvas catenárias, realizando uma revisão bibliográfica em livros e publicações acadêmicas sobre o assunto, suas aplicações e conceitos, além de dissertar sobre o cálculo diferencial e integral em si. São realizados exemplos referentes às curvas catenárias, por funções hiperbólicas e onde estas mesmas podem ser observadas no cotidiano. Utilizando exemplo prático calculado via integral de funções definidas pelo item proposto.

Palavras-chave: Cálculo diferencial e integral; Curvas Polares; Curvas catenárias; Teoria e prática; Integral.

¹ Graduanda de Engenharia Civil; deb.maciел@yahoo.com.br

² Orientador; Mestre; calexmо@hotmail.com

ABSTRACT

This work aims to study the relationship between the knowledge seen in the classroom, by upper level students of the civil engineering baccalaureate course, and what is seen in their work environment. The analyzed research object includes a literature review, with practical examples, of polar curves within the discipline of Differential and Integral Calculus. These curves can be calculated in their lengths and areas through integrals and mathematical knowledge seen as basic at the beginning of their graduation, such as Diverse Functions, Trigonometry, Notable Products, Root Operations, Exponential and Logarithms, within the set of real numbers. There are computational means, such as softwares, that can develop, demonstrate and already calculate the variables necessary to analyze such curves. Carrying the automation and mechanization of those who work with these concepts, sometimes losing notions of calculation seen, already studied by them. The sensitivity to the student's result is fundamental to analyze the responses given by the computer, and such sensitivity is only obtained after the study and practice of the subject addressed. In this article, a research about the subjects of catenary curves is carried out, carrying out a bibliographical revision in books and academic publications about the subject, its applications and concepts, as well as dissertation about differential and integral calculus itself. Examples are made of catenary curves, by hyperbolic functions and where they can be observed in daily life. Using a practical example calculated via integral functions defined by the proposed item.

Keywords: *Differential and Integral Calculus; Polar Curves; Catenary Curves; Theory and Practice; Integral.*

1. INTRODUÇÃO

A Matemática tem sido utilizada há muito tempo como instrumento para descrever os fenômenos do universo, servindo de suporte para a resolução de problemas das mais diversas áreas do conhecimento (FERRUZZI, 2003).

Esta ciência é fundamental para a base de cálculo dentro de cursos como nas engenharias. Disciplinas como cálculo diferencial e integral e física são vistos inicialmente na grade curricular destes cursos. Muitas vezes, a deficiência que os alunos têm nessa área de conhecimento é devido à relação entre teoria e prática, como no conteúdo abordado na sala de aula e sua importância em meio profissional. Dificuldade esta que devem ser buscadas soluções para que não haja desistência ou desinteresse da parte dos graduandos.

Este trabalho visa analisar esta aliança abordando o assunto de curvas dentro da disciplina de cálculo diferencial e integral e onde elas podem ser observadas profissionalmente.

O cálculo foi moldado no século XVII, em um período em que problemas sobre curvas eram tratados de forma geométrica. Os problemas que envolvem áreas de superfícies curvas, os volumes de regiões limitados por superfícies planas ou curvas e os comprimentos de curvas podem ser resolvidos pelo cálculo (TALAVERA, 2008).

[...] no final do século XVII, o interesse explosivo pela cicloide, pela catenária e por outras curvas expressas por funções trigonométricas e logarítmicas conferia respeitabilidade a uma gama de problemas muito mais amplos. Os matemáticos do decênio 1666-1676 necessitavam imensamente de um algoritmo geral aplicável indistintamente a todas as funções, racionais ou irracionais, algébricas ou transcendentales (BOYER, 1992, p.17).

1.1. Objetivos

1.1.1. Geral

Calcular comprimento de arco de curvas catenárias, como aplicação para os conceitos vistos e utilizados no cálculo diferencial e integral, no curso de engenharia civil.

1.1.2. Específicos

- ✓ Estudar sobre funções hiperbólicas;
- ✓ Mostrar aplicações das curvas catenárias em pontes suspensas;
- ✓ Relacionar teoria e prática com assuntos vistos no início da grade curricular do curso de engenharia civil.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo disserta em torno dos assuntos abordados neste trabalho, como curvas catenárias e cálculo de comprimento de arco utilizando cálculo diferencial e integral II.

2.1. A Curva Catenária

Segundo Caputo (1974), a Catenária é a forma de equilíbrio que assume um cabo de material homogêneo, suposto flexível e inextensível, suspenso por suas extremidades.

Matematicamente a curva catenária foi determinada em 1691, independentemente, pelos matemáticos Leibniz, Huygens e Johann Bernoulli, em resposta a Jacob Bernoulli, em relação a determinar exatamente a forma de um cabo suspenso entre dois pontos. Estes trabalhos constituíram uma das primeiras aplicações do então nascente cálculo diferencial e integral (OLIVEIRA, 2007).

A seguir como meio ilustrativo é exibido um trecho do livro O Homem que Calculava, o qual descreve de forma simples como se forma uma catenária.

[...] Pois, meu amigo – tornou Beremiz -, convence-te de que os teus olhos são cegos para as maiores belezas e maravilhas da natureza. Quando que apresenta a corcova de certos dromedários! Terá tal curva alguma analogia com os meninos erguem a corda, segurando-a pelas extremidades, e, deixando-a cair livremente sob a ação do próprio peso, ela forma uma curva que deve ser notável, pois surge como resultante de forças naturais. Já tive ocasião de observar essa curva – que o sábio Nô-Elin chamava maracá – nas teias e na forma as derivadas da parábola? Futuramente, se Allah quiser, os geômetras descobrirão meios de traçar essa curva, ponto por ponto, e, escudar-lhe-ão com absoluto rigor todas as propriedades (TAHAN, 1990).

2.1.1. Aplicação

Segundo Oliveira (2007), os cabos são elementos estruturais que resistem apenas a tensões de tração (as vigas, pelo contrário, são elementos estruturais que resistem à flexão, ou seja, resistem não apenas a tensões de tração, mas também a tensões de compressão): quando suspensos em dois pontos fixos e sujeitos apenas à ação do seu peso deformam-se formando uma curva conhecida como catenária. Nas pontes suspensas temos um exemplo típico da utilização de cabos em engenharia civil.

Na Figura 1 a seguir é mostrada a Ponte Golden Gate localizada no estado da Califórnia, nos Estados Unidos, que reproduz em seus cabos de sustentação a forma de uma catenária.



Figura 1 – Ponte *Golden Gate*

FONTE: CORREIO DA FEIRA (2017).

As pontes catenárias são estruturas tensionadas, similares às pontes suspensas simples que consistem em cabos que são embutidos na plataforma logo abaixo da passarela. O que difere este sistema estrutural é que a plataforma tem um formato de uma curva catenária entre os suportes (STRASKY, 2011).

2.2. Cálculo Diferencial e Integral

O cálculo Diferencial e Integral é um ramo importante da matemática desenvolvido com base na álgebra e geometria com o objetivo de analisar e estudar taxas de variação, cálculos de áreas e estudo dos movimentos (OLIVEIRA, 2015).

O Cálculo Diferencial e Integral pode ser designado de duas formas distintas a derivação ou taxa de variação que esta relacionada à determinação da reta tangente em um certo ponto a uma curva dada e a integração que é utilizada para determinar a área da região sob uma curva dada (HOFFMANN, BRADLEY, 2014).

Uma das formas mais usuais de interpretação e entendimento do processo de derivação é concebê-lo como a inclinação da reta tangente (Do latim tangere, que significa tocar) ao gráfico de uma função. A partir dessa ideia outros problemas podem ser estudados. É o caso dos pontos máximos e mínimos de uma função. Nestes pontos, as retas tangentes são horizontais, ou seja, com inclinação

zero. Esta aplicação do conceito de derivada de uma função mostrou-se de grande utilidade em diversos campos da engenharia civil (SOUZA, 2001).

Já a integral definida têm aplicações que se estendem muito além dos problemas de área. As somas de Riemann e as integrais definidas surgem em problemas como obter o volume e a superfície de um sólido ou o comprimento de uma curva plana, calcular. Desta forma, todos os cálculos requeridos podem ser abordados pelo mesmo procedimento utilizado para encontrar área, ou seja, quebrando o cálculo em partes pequenas, fazendo aproximações boas porque a parte é pequena, somando as aproximações das partes e obtendo uma soma de Riemann que aproxime a quantidade toda a ser calculada, para então tomar o limite da soma de Riemann e obter o resultado exato (ANTON, 2014).

O Engenheiro Civil na sua rotina se depara com uma variedade de problemas em que precisa de conhecimento em diversas áreas de atuação, Cálculo Diferencial e Integral tem uma extrema importância, pois é um caminho para a solução de variados problemas. Um Engenheiro busca ter o menor custo e tempo na construção e com melhor uso dos materiais, ou seja, encontrar um desempenho de usos máximos e desperdícios mínimos, e as taxas de variações.

Desta forma, o Cálculo Diferencial e Integral é utilizado como ferramenta que facilita a determinação de parâmetros essenciais na execução de um trabalho, visto sua importância na grade curricular do curso de engenharia.

2.2.1. Cálculo de Área

Já com o auxílio do teorema fundamental do cálculo é possível expressar a área através de um tipo de integral definida. Esse processo foi apresentado a partir do cálculo de áreas por que as áreas são fáceis de visualizar, mas existem muito outros problemas práticos, além do cálculo de áreas, que podem ser resolvidos com o auxílio da integração definida (HOFFMANN, BRADLEY, 2014).

Com algumas modificações, é possível ampliar o uso das integrais definidas da determinação da área de regiões abaixo de um gráfico para determinar a área de uma região limitada por dois gráficos. Sendo assim, considerando a região limitada pelos gráficos de f , g , $x = a$ e $x = b$. Os gráficos de f e g estiverem cima do eixo x , então é possível interpretar a área da região entre os gráficos como a área da região abaixo do gráfico de f menos a área da região do gráfico de g conforme ilustra a Figura 2 abaixo (LARSON, 2011).

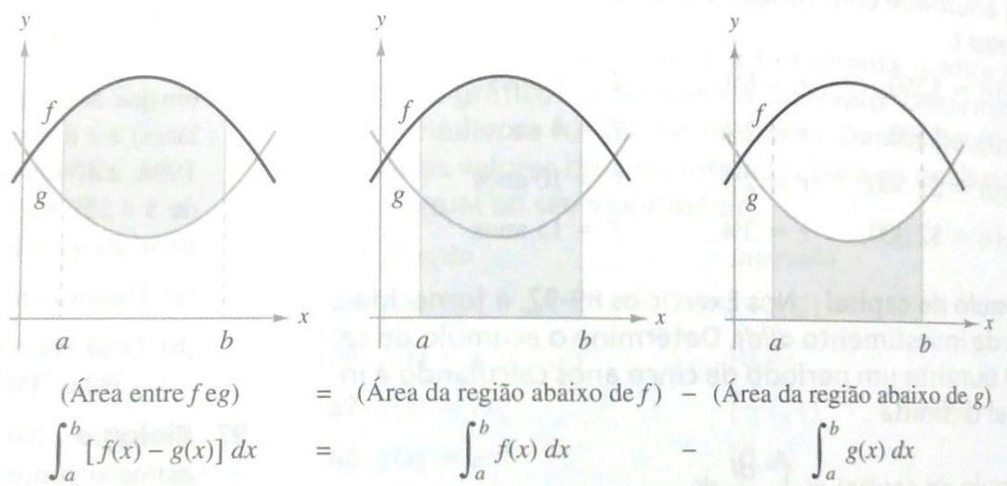


Figura 2 – Áreas em gráficos

FONTE: LARSON (2011).

2.2.2. Cálculo de Comprimento de Arcos

Para o cálculo de comprimento de arco de uma função $y = f(x)$ para $a \leq x \leq b$ é dada pela fórmula 01 a seguir.

$$C = \int_a^b \sqrt{1 + [f'(x)]^2} dx \quad (01)$$

2.2.3. Funções Hiperbólicas

As funções hiperbólicas são formadas a partir de combinações de duas funções exponenciais e^x e e^{-x} . As funções hiperbólicas simplificam muitas expressões matemáticas e são importantes em aplicações práticas. São usadas, por exemplo, em problemas tais como calcular a tensão em um cabo suspenso pelas extremidades. No caso de uma linha de transmissão elétrica, por exemplo. Também têm papel importante na determinação de soluções para equações diferenciais. (FLAMMING e GONÇALVES, 2001).

A seguir são mostradas no Quadro 01 as definições das Funções Hiperbólicas por meio de equações.

Quadro 01 – Definições das Funções Hiperbólicas

$\sinh x = \frac{e^x - e^{-x}}{2}$	$\operatorname{csch} x = \frac{1}{\sinh x}$
$\cosh x = \frac{e^x + e^{-x}}{2}$	$\operatorname{sech} x = \frac{1}{\cosh x}$
$\tanh x = \frac{\sinh x}{\cosh x}$	$\operatorname{coth} x = \frac{\cosh x}{\sinh x}$

FONTE: Autores (2018).

3. METODOLOGIA

Para este trabalho fora utilizado o estudo bibliográfico para identificar aplicações em torno de curvas catenárias. Tendo como base publicações acadêmicas, como artigos, periódicos, monografias e livros, tais fontes encontram-se nas referências bibliográficas deste trabalho. Fora feito uma pesquisa do tipo exploratória, fazendo um estudo exploratório no assunto abordado. Após análise e interpretação do material podem-se fazer os fichamentos sobre os conteúdos e os usados como fundamentação teórica do trabalho.

4. APLICAÇÃO DE CURVAS CATENÁRIAS POR FUNÇÕES HIPERBÓLICAS

Para este capítulo foram utilizadas as curvas catenárias a partir das funções hiperbólicas do seno e do cosseno, seus gráficos foram obtidos pelo aplicativo wolfram após inserção da função, em questão. Em cada subitem a seguir foram calculados os arcos desses gráficos a partir de um intervalo especificado.

Nos subitens a seguir são dispostas as formulações referentes aos conceitos de seno e cosseno hiperbólico, com as Figuras 3 e 4 demonstrando utilizações para os mesmos, como em exemplo uma função, com seu respectivo intervalo e o cálculo do comprimento do arco respectivo.

4.1. Seno Hiperbólico

$$\sinh x = \frac{e^x - e^{-x}}{2} \quad (02)$$

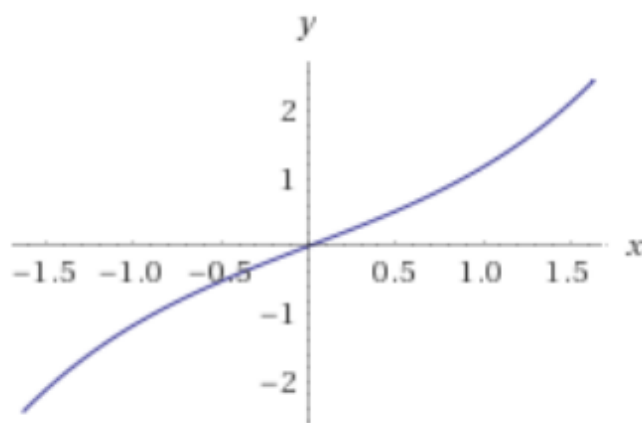


Figura 3 – Gráfico da Função do Seno Hiperbólico

FONTE: WOLFRAM, 2018.

4.2. Cosseno Hiperbólico

$$\cosh x = \frac{e^x + e^{-x}}{2} \quad (03)$$

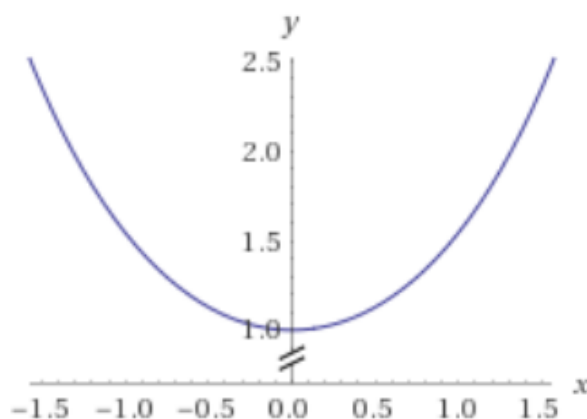


Figura 4 – Gráfico da Função do Cosseno Hiperbólico

FONTE: WOLFRAM, 2018.

A seguir para este subitem é exposto um exemplo de cálculo de comprimento dado um intervalo, para uma função do cosseno hiperbólico.

Função: $\cosh x = \frac{e^x + e^{-x}}{2}$

Intervalo: [- 1; 1]

Cálculo do comprimento do arco da curva da equação:

$$f(x) = \frac{e^x + e^{-x}}{2} \quad f'(x) = \frac{e^x - e^{-x}}{2}$$

$$\begin{aligned} L &= \int_{-1}^1 \sqrt{1 + \left(\frac{e^x - e^{-x}}{2}\right)^2} dx \\ &= \int_{-1}^1 \sqrt{1 + \frac{e^{2x} - 2e^x e^{-x} + e^{-2x}}{4}} dx \\ &= \int_{-1}^1 \sqrt{\frac{e^{2x} + 2 + e^{-2x}}{4}} dx \\ &= \int_{-1}^1 \sqrt{\frac{(e^x + e^{-x})^2}{4}} dx \\ &= \int_{-1}^1 \left| \frac{e^x + e^{-x}}{2} \right| dx \end{aligned}$$

Como $e^x + e^{-x} > 0$ para todo x ,

$$L = \frac{1}{2} \int_{-1}^1 (e^x + e^{-x}) dx = \frac{1}{2} [e^x - e^{-x}]_{-1}^1 = \frac{1}{2} (2e - 2\frac{1}{e}) = e - \frac{1}{e}.$$

4.3. Primitivas

As derivadas do $\sinh x$ e $\cosh x$ podem ser obtidas pelos termos e^x e e^{-x} como mostradas no Quadro 01, deste trabalho. Dado tais conceitos, é possível determinar suas derivadas, como demonstrado a seguir.

$$\frac{d}{dx} \sinh x = \frac{d}{dx} \left(\frac{e^x - e^{-x}}{2} \right) = \frac{1}{2} \cdot [e^x - (-e^{-x})] = \frac{e^x + e^{-x}}{2} = \cosh x$$

$$\frac{d}{dx} \cosh x = \frac{d}{dx} \left(\frac{e^x + e^{-x}}{2} \right) = \frac{1}{2} \cdot [e^x + (-e^{-x})] = \frac{e^x - e^{-x}}{2} = \sinh x$$

Dadas estas demonstrações é possível obter suas integrais a partir do Quadro 02 a seguir.

Quadro 02 – Integração das Funções Hiperbólicas

$$\int \sinh x \, dx = \cosh x + c$$

$$\int \cosh x \, dx = \sinh x + c$$

$$\int (1 - \tanh x^2) dx = \tanh x + c$$

$$\int \operatorname{csch} x^2 \, dx = -\operatorname{coth} x + c$$

$$\int \operatorname{sech} x \cdot \tanh x \, dx = -\operatorname{sech} x + c$$

$$\int \operatorname{csch} x \cdot \operatorname{coth} x \, dx = -\operatorname{csch} x + c$$

$$\int \tanh x \, dx = \ln(\cosh x) + c$$

$$\int \operatorname{coth} x \, dx = \ln(\sinh x) + c$$

FONTE: Autores (2018).

4.4. Aplicação – Ponte Pênsil

A função cosseno hiperbólico pode ser usada para descrever a forma da catenária, pois, à primeira vista, o cabo aparenta a forma geral de uma parábola, mas tal não é o caso para a Figura 5, pois se deseja encontrar a solução da catenária (REFATTI e BELTRAME, 2004).

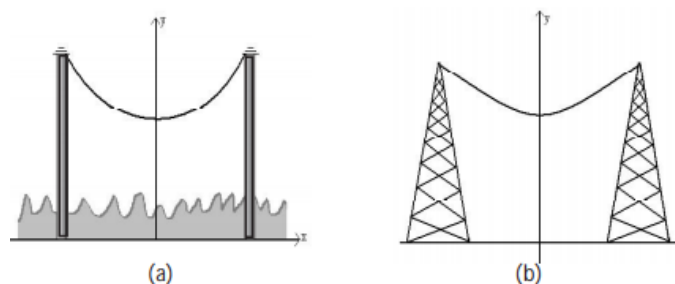


Figura 5 – Gráfico da Função do Cosseno Hiperbólico

FONTE: REFATTI E BELTRAME (2004)

A seguir é realizada uma situação onde será necessário o cálculo do comprimento de arco de uma curva catenária, dada sua função $\cosh x$.

Sejam dois postes de mesma altura posicionados a 10 metros de distância um do outro. Deseja-se saber o comprimento do cabo que interliga ambos os postes. Dada à equação $y = 75 \left(e^{\frac{x}{150}} + e^{\frac{-x}{150}} \right)$.

Distância = 16 metros

Onde:

$$\frac{dy}{dx} = 75 \left(\frac{1}{150} \cdot e^{\frac{x}{150}} - \frac{1}{150} \cdot e^{\frac{-x}{150}} \right) = \frac{1}{2} \cdot \left(e^{\frac{x}{150}} - e^{\frac{-x}{150}} \right)$$

$$\frac{dy^2}{dx} = \left[\frac{1}{2} \cdot \left(e^{\frac{x}{150}} + e^{\frac{-x}{150}} \right) \right]^2 = \frac{1}{4} \cdot \left(e^{\frac{x}{75}} - 2 + e^{\frac{-x}{75}} \right)$$

Logo:

$$C = \int_{-5}^5 \sqrt{1 + \left(\frac{dy}{dx} \right)^2} dx$$

$$C = \int_{-5}^5 \sqrt{1 + \frac{1}{4} \cdot \left(e^{\frac{x}{75}} - 2 + e^{\frac{-x}{75}} \right)} dx$$

$$C = \int_{-5}^5 \sqrt{\frac{1}{4} \cdot \left(e^{\frac{x}{75}} + 2 + e^{\frac{-x}{75}} \right)} dx$$

$$C = \int_{-5}^5 \sqrt{\frac{1}{4} \cdot \left(e^{\frac{x}{75}} + e^{\frac{-x}{75}} \right)^2} dx$$

$$C = 2 \cdot \int_0^5 e^{\frac{x}{75}} + e^{\frac{-x}{75}} dx$$

$$C = 2 \cdot \int_0^5 e^{\frac{x}{75}} dx + 2 \cdot \int_0^5 e^{\frac{-x}{75}} dx$$

$$C = 2 \cdot 75 \cdot e^{\frac{x}{75}} \Big|_0^5 - 2 \cdot 75 \cdot e^{\frac{-x}{75}} \Big|_0^5$$

$$C = 150 \cdot e^{\frac{1}{15}} - e^0 - \left(150 \cdot e^{\frac{-1}{15}} - e^0 \right)$$

$$C = 150 \cdot \left(e^{\frac{1}{15}} - e^{\frac{-1}{15}} \right) = 20 \text{ u. c.}$$

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início do curso de engenharia civil é visto disciplinas tomadas como base para continuação da grade, para este caso é analisada a disciplina de cálculo diferencial e integral. Devido à taxa de alunos que sentem certa dificuldade nesses assuntos iniciais, fora analisada a importância da aplicação unindo teoria com a prática, mostrando a importância de ser comentada tal utilização dentro da área de concentração estudada, que no caso compreende a da construção civil.

As curvas catenárias representam o formato de cabo suspenso pelas suas extremidades. Tais curvas são representadas por funções hiperbólicas, as quais podem ser ilustradas a partir de gráficos cujos eixos encontram-se coordenados. O cálculo diferencial e integral entra no estudo de sua representação geométrica e cálculo de alguns parâmetros de tais curvas, como o de comprimento e de área, utilizando formulações a partir de integrais.

Estudantes da engenharia civil poderão associar o que está sendo visto algebricamente e geometricamente, na disciplina, com situações do cotidiano, como no exemplo de pontes. Podendo relacionar os conhecimentos obtidos com a prática realizada, conectando os gráficos com obras reais.

Referências bibliográficas

CAPUTO, Homero Pinto. Iniciação à Matemática Aplicada. Rio de Janeiro, 1974.

CORREIO DA FEIRA. Os 25 Lugares de Interesse mais Populares do Mundo. Disponível em: < <http://correiodafeira.pt/publireportagens/sensacoes-sem-fronteiras/os-25-lugares-de-interesse-mais-populares-do-mundo/attachment/san-francisco-ponte-golden-gate/>>. Acesso em: 17 Ago. 2017.

DE ALMEIDA, Mariana Rodas Ferreira; LIMA, Lucas Silva; DA SILVA RAMOS, Aline. Análise do Projeto de Pontes Catenárias.

FERRUZZI, Elaine Cristina *et al.* A Modelagem Matemática como estratégia de ensino e aprendizagem do Cálculo Diferencial e Integral nos Cursos Superiores de Tecnologia. 2003.

FLAMMING, D. M.; GONÇALVES, M. B. Cálculo A – Volume 1, LTC. 6ª edição. São Paulo, 2001.

FREITAS, Maria do Bom Conselho da *et al.* As Funções Hiperbólicas e suas Aplicações. 2015.

HOFFMANN, Laurence; BRADLEY, Gerald. Cálculo: Um curso moderno e suas aplicações – 10ª ed. Rio de Janeiro :LTC, 2014, 587 p.

LARSON, Ron. Cálculo aplicado – 1^a ed. São Paulo: *Cengage Learning*, 2011, 367 p.

MAOR, E. E: a história de um número. São Paulo: Record, 2004.

OLIVEIRA, Diego Alves de. Aplicação de Otimização na Engenharia Civil. Curitiba, 2015.

OLIVEIRA, Sérgio. Matemática Aplicada à Engenharia Civil. 2007.

REFATTI, Liliane; BELTRAME, Ana Maria. Funções Hiperbólicas e Cabos Pendentes. Disponível em:

<<https://www.periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumNT/article/viewFile/1186/1123>>. Acesso: 20 mai. 2018.

SOUZA, Veriano Catinin. A origem do cálculo diferencial e integral. 2001. 27 f. Dissertação (Especialidade em orientação educacional.) – Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2001.

STRASKY, J. Stressed Ribbon and Cable-Supported Pedestrian Bridges. ICE Publishing, 2^o edition, 2011.

TAHAN, Malba. O Homem que Calculava, 35. Ed., Rio de Janeiro: RECORD, 1990.

TALAVERA, Leda Maria Bastoni. Parábola e catenária: história e aplicações. 2008. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VASCONCELOS, CLEVERTON DA SILVA. Uma Abordagem de Curvas no Ensino Médio. 2013.

Como a gameficação influencia na aprendizagem no ensino superior?

Bianca Aragão de Oliveira

Wescley de Souza Fernandes

RESUMO

O objetivo desse projeto de pesquisa era analisar como a tecnologia pode ser uma aliada ao aprendizado e utilizada no âmbito escolar para trazer resultados positivos na educação. O instrumento utilizado para fazer o experimento dessa tese foi o Kahoot, um site o qual os professores fazem questionários e os alunos poderão responder como jogos interativos. Para realizar essa pesquisa, foram observados dados de outros artigos, os quais obtiveram seus resultados por meio de questionários respondidos por alunos que utilizavam o Kahoot em sala de aula. De acordo com resultados, tal ferramenta é mais interativa e chama mais atenção dos alunos do que um prova física convencional. Embora no final do questionário os resultados sejam mostrados pra toda classe, a maioria dos alunos diz que não se sente intimidado ou constrangido com a amostra da nota de seu teste. Além desses quesitos, outros pontos positivos como a maior dinamicidade das aulas foram percebidos na pesquisa. Tendo em vista esses resultados, é possível concluir que algumas ferramentas tecnológicas, como o Kahoot, podem ser bem aproveitadas pelas instituições de ensino como novos métodos alternativos para avaliação, que mostraram ser produtivos e benéficos para a melhoria do ensino dos alunos.

Palavras-chave: gameficação. Educação. Aprendizagem. Aplicativo. Kahoot.

1 INTRODUÇÃO

O Ensino Superior depara-se, cada vez mais, com alunos que apresentam certas dificuldades para atingir o objetivo curricularmente prescrito. O último IDEB (O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) foi realizado no ano de 2015, e de acordo com o índice, o ensino médio da rede pública brasileira não atingiu a meta, que era de 4.3 pontos, estando atualmente em 3.7, o que demonstra que o país precisa melhorar a sua situação para garantir a educação da população. Segundo o ministro da Educação, Mendonça Filho, afirmou que uma das prioridades do ministério será a reformulação do Ensino Médio. Segundo ele, os resultados demonstram a "falência do Ensino Médio brasileiro e a necessidade de mudanças imediatas".

Com certa frequência, as Instituições têm tido a preocupação de desenvolver projetos que visam o aperfeiçoamento do estudo visto em sala de aula, considerando que o conhecimento incorporado deve ser resultado da adição do conhecimento teórico com o prático, como o processo de metodologia ativa, a gamificação, entre outros.

O termo "gamificação" que é a tradução do termo gamification criado pelo programador britânico Nick Pelling, em 2003, e significa a aplicação de elementos utilizados no desenvolvimento de jogos eletrônicos, tais como estética, mecânica e dinâmica, em outros contextos não relacionados a jogos (Kapp, 2012). Motivados pelo crescente número de pesquisas sobre gamificação em outras áreas, o interesse pela gamificação e seu emprego têm aumentado também na área de educação (Lee e Doh, 2012; Domínguez et al., 2013).

Em uma escola pública de Nova York (EUA), uma adolescente participa de uma missão secreta encontrada no livro da biblioteca, que é descobrir a resposta de uma fórmula matemática antes de seus colegas de classe (MCGONIGAL, 2012). A escola pública de Nova York, chamada Quest to Learn, tem como proposta estruturar o funcionamento das aulas presenciais em missões para os alunos, transformando a rotina da escola em um grande jogo com regras e metas bem definidas (NAVARRO, 2013).

De acordo com Fardo (2013), Alves (2014) e Klock, Carvalho, Rosa e Gasparini (2014), a gamificação promoveria maior interação, engajamento, participação e motivação do aluno a distância. Tulio e Rocha (2014) destacaram ainda o desenvolvimento da autoestima, da disciplina e da concentração.

Dessa forma, o presente artigo se propõe a analisar a importância da gamificação no processo de aprendizado dos alunos. O objetivo é compreender como os usos de técnicas características de videogames em situações do mundo real, podem influenciar no desenvolvimento e rendimentos dos alunos em sala de aula.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Gamificação é a utilização de elementos de design game (mecânicas, dinâmicas, componentes e estéticas) em contextos fora dos games (DETERDING et al., 2011) para aumentar a atividade, envolver usuários, promover a aprendizagem, resolver problemas (ZICHERMANN; CUNNINGHAM, 2011; KAPP, 2012), desenvolver habilidades *Acta Scientiae*, v.19, n.5, set./out. 2017 785 e motivar a ação pra alcançar objetivos específicos (WERBACH; HUNTER, 2012).

É possível entender o jogo, como uma atividade inerente do instinto natural do ser vivo de se relacionar, se divertir e se preparar para atividades mais complexas que acontecerão no futuro, e anterior à cultura, pois ela está diretamente relacionada à sociedade e à consciência humana para existir (HUIZINGA, 1980).

Essa metodologia ativa de ensino vem, gradativamente, sendo utilizada em ambientes educacionais (OGAWA, et al., 2015) com resultados bastante positivos sendo obtidos através de experiências (SHELDON, 2012; COSTA; VERDEAUX, 2016).

Vários fatores atuam como elementos motivacionais para a participação em um jogo como, proposta de desafios, necessidade de esforço físico e/ou mental e, até mesmo, frustração.(NAVARRO,2013). Isso é de grande importância, pois tem influencia no desejo de superação, aumentando o desejo de jogar cada vez mais. A experiência do jogar deve ser enriquecedora e interessante, sobrepondo-se ao

resultado alcançado, uma vez que o caminho percorrido durante as horas investidas na atividade é um dos principais motivos pelo qual um jogo é iniciado, desenvolvido com engajamento e finalizado, segundo Steven Johnson e Jane McGonigal.

A experiência com os jogos vai muito além do fator entretenimento e passa por outros pontos básicos, como a necessidade de competição, que é inerente a todo ser humano, os feedbacks instantâneos, a possibilidade de evolução rápida, e também a busca por recompensas e prêmios tangíveis (McGonigal,2010).O desenvolvimento cognitivo é mencionado por Johnson (2005), ao dizer que a cultura popular não literária, incluindo os jogos, aprimoram diferentes capacidades mentais do indivíduo como atenção, memória, acompanhamento do assunto e organização do pensamento.

Cada vez mais, a cultura popular não literária está aprimorando diferentes capacidades mentais que são tão importantes quanto aquelas praticadas por meio da leitura de livros. [...] Hoje em dia, não tenho dúvidas de que jogar os videogames atuais realmente melhora a inteligência visual e a destreza manual. [...] A vista aprende a tolerar o caos, a experimentar a desordem como uma experiência estática, mas [...] o que você faz ao jogar – a maneira como sua mente tem que trabalhar – é radicalmente diferente. Não tem a ver com tolerar ou estetizar o caos; tem a ver com descobrir ordem e significado no mundo e tomar decisões que ajudem a criar essa ordem (JOHNSON, 2005, p. 21-45)

Klock et al. (2014) corroboram que a gamificação está relacionada ao uso de elementos de jogos em contextos não relacionados com jogos, e que diferentes áreas fazem uso de sistemas gamificados, tais como entretenimento, saúde e especialmente a educação, uma vez que a gamificação fornece uma alternativa para engajar e motivar os estudantes durante o processo de aprendizagem (Klock et al., 2014; Ogawa et al., 2015).

Nesse sentido, a gamificação no contexto educacional consiste na utilização elementos de design de jogos no ambiente de aprendizagem, não para jogar, mas para motivar, engajar e melhorar o rendimento e desempenho dos alunos envolvidos no processo de ensino, aumentando assim a satisfação com as atividades propostas (FLORES; KLOCK; GASPARINI, 2016). Essa metodologia ativa de ensino vem,

gradativamente, sendo utilizada em ambientes educacionais (OGAWA, et al., 2015) com resultados bastante positivos sendo obtidos através de experiências (SHELDON, 2012; COSTA; VERDEAUX, 2016). De acordo com Domínguez et al. (2013), os alunos sujeitos à aprendizagem através de sistemas gamificados são mais motivados para realizar tarefas propostas.

Vale ressaltar também que os dados da Prova Brasil apontam que 61% das crianças matriculadas no Ensino Fundamental brasileiro apresentam desempenho insatisfatório em Matemática (Qedu, 2017). Sabe-se que as dificuldades de aprendizagem na Matemática podem estar relacionadas a diversos fatores, desde alterações em circuitos neurais específicos, o que caracterizaria a Discalculia, até privações socioeconômicas e culturais e problemas pedagógicos, vinculados ao ensino da Matemática (Ciasca, 2004). Dessa forma, as tecnologias digitais em sala de aula podem ser instrumentos que visam auxiliar no processo de ensino e de aprendizagem.

Existem diversos jogos que auxiliam no desenvolvimento da educação do estudante, porém, neste artigo, estudaremos mais especificamente sobre o Kahoot.

O Kahoot! é indicado para a utilização em sala de aula por se caracterizar como um gameplay que permite a união dos alunos por meio dos smartphones, tablets e computadores, que lhes dão o dom da ubiquidade deixando, dessa forma, o ambiente mais interativo. Esse tipo de app apresenta uma proposta de gamificação que permite a autonomia do aluno, propondo a resolução de problemas e transformando, assim, o papel do professor e a ação/aprendizagem do aluno (MATTAR, 2013; COELHO, 2013; FRASCA, 2003).

Com base nessas contextualizações, o objetivo do artigo é identificar a importância da gamificação para o desenvolvimento do estudante e se influenciar no sua participação em sala de aula, levando em consideração o site Kahoot.

3 MÉTODOS

A fim de melhor atender aos objetivos propostos, realizamos um estudo descritivo e exploratório, de abordagem qualitativa, uma vez que esta possibilita maior aproximação com o cotidiano e as experiências vividas pelos próprios sujeitos

(MINAYO, 1993). O trabalho foi realizado para a substituição de uma prova escrita da disciplina Microbiologia Industrial, aplicada dentro do curso de farmácia da universidade Federal de Minas gerais.

A primeira etapa consistiu em preparar o quizonline utilizando o site <https://kahoot.com/> p, onde foram realizadas 25 questões de múltipla escolha (com 3 alternativas incorretas e uma correta) sobre o conteúdo estudado em sala de aula. Na criação do jogo também foram definidos os tempos para a resposta de cada questão conforme sua dificuldade, o tempo mínimo selecionado foi de 60 segundos e o máximo de 120 segundos, como as questões eram resolvidas em grupo, este tempo era necessário para a discussão entre os colegas de classe, e assim contribuindo a interação entre os alunos.

Em seguida, professor abriu o quizonline e disponibilizou o link e o código de acesso para os alunos, e foi estabelecida a regra com os alunos de que cada questão do quiz valeria um ponto na nota da disciplina (a pontuação total da disciplina é de 100 pontos, assim, um quarto da nota seria avaliada pelo quiz). A turma foi dividida em três grupos, e cada grupo escolheu um nome, este nome fica disponível na tela e todos tem a oportunidade de visualizar, e acessou o site. O jogo transcorre com a aparição de 4 telas para cada pergunta: primeiro uma tela com a pergunta, a segunda tela com a pergunta, as alternativas, e a contagem do tempo, a terceira tela com a marcação da resposta certa e com as frequências de acertos e erros daquela pergunta e a quarta tela com os resultados parciais do teste até o presente momento.

Por fim, existe a avaliação dos alunos sobre o site, onde foi criado um questionário opcional sobre a importância e a influencia do Kahoot no desenvolvimento dos alunos. Algumas perguntas foram realizadas, como O kahoot é uma estratégia de avaliação que permite manter os mesmos graus de dificuldade de uma avaliação escrita (fácil, intermediário e difícil)? O kahoot permite avaliar todo o conteúdo da mesma forma que uma prova escrita?(D.SANDE,2017).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De maneira integrada, a tecnologia vem sendo um grande aliado da educação, e, dentro dela, podemos citar o Kahoot, onde alunos, monitores e professores estão utilizando a ferramenta de maneira didática e buscando uma melhor interatividade, participação e desempenho dos integrantes do meio escolar e acadêmico.

Para Brito (2008 p. 16), “estar atenta às novas formas de aprender, propiciadas pelas tecnologias da informação e da comunicação, e criar novas formas de ensinar são prescrições imprescindíveis para a escola, sob pena de ela tornar-se obsoleta”.

Não há dúvida de que as novas tecnologias permitem ampliar o conceito de aula, de espaço e de tempo, estabelecendo novas pontes entre o estar junto fisicamente e virtualmente (MORAN; MASSOTO; BEHRENS, 2000).

Quando o objetivo é obter a atenção e a interatividade dos alunos, o Kahoot, como quizonline, mostrou-se bem mais aceito do que uma prova escrita como método de avaliação.

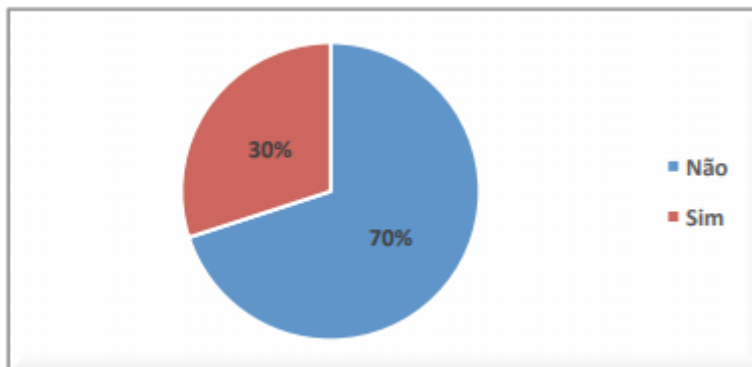
Diante do exposto, foi possível perceber que as pesquisas formuladas em GoogleDocs e aplicadas à opinião dos alunos não estão discordantes do esperado. De acordo com a Tabela 1, 80% dos alunos consideraram que a ferramenta é mais interessante do que a prova física, e atribuíram esse resultado à competitividade do game, pois ao final da aplicação, o jogo expõe um pódio com os alunos que mais se destacaram.

Tabela 1: Percepção dos alunos sobre as competências da ferramenta kahoot como método avaliativo.

Perguntas	Sim (%)	Não (%)
Permite manter os graus de dificuldade (fácil, moderado e difícil)	60	40
Permite avaliar questões diretas, de análise e de raciocínio	70	30
Permite uma nota justa usando a classificação de acertos	100	0
Permite avaliar todo o conteúdo	80	20
É uma ferramenta insuficiente para avaliar o conteúdo teórico	50	50
Permite uma avaliação mais interessante e atrativa	80	20
Por ser um jogo e ter competição é mais interessante e atrativa	80	20

Na Tabela 1 também foi possível observar uma aceitação geral do Kahoot por parte dos estudantes, onde é evidenciado suas qualidades e benefícios.

Quando são aplicados jogos online, é necessário também um atenção especial para a exposição que os alunos serão submetidos. No jogo, a fim de avaliação o aluno tem que sair do anonimato, onde a aplicação do jogo requer um nickname(apelido) para poder participar o que poderia vir causar algum desconforto ou constrangimento diante da exibição dos resultados. Entretanto, nos resultados colhidos, os alunos mostram que a ferramenta não traz tanta intimidação por sua metodologia, pois 90% dos alunos afirmaram que não sentiram desconforto algum.



“O tempo de prova de kahoot é mais cansativo do que uma prova escrita comum?”

Outro que quesito que foi avaliado foi a dinamicidade da ferramenta em função do tempo. As questões são elaboradas de forma a permitir uma fluabilidade do tempo de resposta, onde de acordo com a **figura XXXX** 70% dos alunos afirmaram que a prova escrita propicia uma avaliação bem mais cansativa que o jogo. Perguntas longas e de mais raciocínio dispõe de um tempo de resposta maior do que as curtas e de menores raciocínios. O tempo é controlado pelo elaborador do quiz, mas o ideal é que não se limite a longos tempos, pois a proposta da ferramenta é justamente tornar o aprendizado mais simples e fluido.

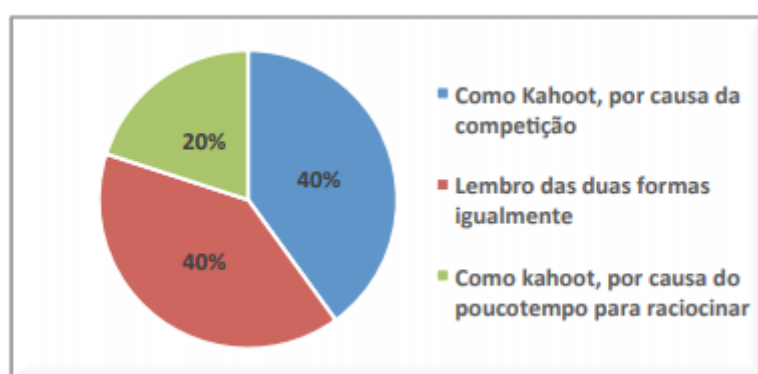


Figura 1 “Você acredita que consegue lembrar mais de uma questão aplicada

O aprendizado é perceptível de maneira diferente entre aluno, efetivando a necessidade de uma gama de abordagens que atinjam de maneira diferente e unica cada aluno, a fim de que todos tenham o devido entendimento do assunto.

Evidenciados na figura XXXX, 40% dos alunos afirmaram que a abordagem pelo Kahoot, associado à competição conseguiram atingir efetiva e que possibilitaram uma melhor memorização. Outros 40% mostram-se indiferentes diante das duas aplicações, enquanto uma minoria de 20% demonstraram preferência para a memorização em prova escrita. Mais uma vez o Kahoot tem sido uma ferramenta efetiva e que, sem dúvidas pode-se tirar proveito ao lecionar.

5 CONCLUSÃO

A partir desse estudo, o Kahoot se mostrou muito efetivo, para os estudantes. Segundo a maioria deles (60%) a ferramenta permite uma avaliação com diferentes níveis de complexidade e permite uma maior memorização e entendimento dos conteúdos do que a prova tradicional. A maioria dos estudantes (80%) concluiu que essa ferramenta permite avaliar todo o conteúdo teórico da disciplina de forma mais atraente e competitiva, criando um grande estímulo. Todos os alunos concluíram que a ferramenta tem um sistema de pontuação justo e permite obter notas de maneira justa. (D.SANDE,2017).

Percebeu se também que a gamificação, e nesse caso o Kahoot, causou estímulo nos alunos, tornando a aula mais interativa, e a percepção do interesse dos alunos foi positiva. Ademais, foi possível perceber que é de grande importância, ter um prêmio envolvido com a aplicação da atividade, pois assim há maior competição.

REFERÊNCIAS

Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/3174-11740-1-PB.pdf>. Acesso em: 03/06/2018

Disponível em: <https://sambatech.com/blog/insights/gamification/> Acesso em: 03/06/2018

Disponível em: <https://www.edools.com/o-que-e-gamificacao/>. Acesso em:03/06/2018

Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/37831-88925-1-SM.pdf>. Acesso em:03/06/2018

Disponível em: <https://undime.org.br/noticia/09-09-2016-09-27-mec-divulga-resultados-do-ideb-2015>. Acesso em:17/05/2018

Disponível em: <http://www.br-ie.org/pub/index.php/sbie/article/viewFile/5336/3699>.
Acesso em: 17/05/2018

Disponível em:
[file:///C:/Users/user/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/578-1589-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/578-1589-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 15/04/2018

Disponível em: file:///C:/Users/user/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/2501-4198-1-SM.pdf. Acesso em: 15/04/2018

Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/dados-do-ideb-2015-ja-estao-disponiveis-para-consulta/21206. Acesso em: 15/04/2018

Disponível em: <http://eademfoco.cecierj.edu.br/index.php/Revista/article/viewFile/386/179>.
Acesso em: 20/03/2018

Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/6300-17716-2-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/6300-17716-2-PB%20(1).pdf). Acesso em: 20/03/2018

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, ao meu orientador Wesley que me orientou e ajudou no que foi preciso e também a Faculdade Unichristus, que tive a oportunidade de ter essa experiência para aprofundar meus estudos.

IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DE PROJETOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL COM AUXÍLIO DAS FERRAMENTAS BIM E MS PROJECT

Eugênio Queiroz Chaves¹

Gerardo Oliveira Magalhães Neto²

Luciano Costa³

RESUMO

A indústria da construção civil vem se modernizando com o passar dos anos desde o início do processo de concepção de projeto até a fase de manutenção estrutural de uma edificação. Contudo, como toda área voltada à construção, diversos são os desafios encontrados na essência da gerência de projetos. Superprodução, estoques desnecessários e processamentos inapropriados são alguns exemplos de problemas que assolam uma parcela das empresas e as levam a apresentar déficits financeiros. Desse modo, surgem estudos e iniciativas tecnológicas a fim de contornar essas dificuldades e melhorar a qualidade do produto, como o Ms Project e o BIM (*Building Information Modelling*), um processo de modelagem informacional da construção, que vem demonstrando resultado em diversos países desenvolvidos e que atualmente encontra-se em fase de aprimoramento no setor público e privado internacional. Diante disso, a fim de identificar os principais problemas no caso de não haver uma boa gestão de projetos, o quanto as ferramentas MS Project e BIM são conhecidas e utilizadas, como são utilizadas, avaliar conforme as ferramentas adotadas e buscar soluções, de acordo com os conhecimentos adquiridos na área de construção civil, foi desenvolvido um questionário envolvendo profissionais e estudantes de engenharia civil e arquitetura de modo a apresentar o atual cenário e a perspectiva futura na cidade de Fortaleza. Após a coleta de dados, observou-se que as ferramentas são conhecidas, porém não são utilizadas pela maioria dos estudantes e profissionais em decorrência principalmente ao alto custo do Ms Project e o BIM no

¹Graduando, Engenharia Civil, aluno, eugenioqc30@gmail.com ²Graduando, Engenharia Civil, aluno, gerardo.magalhaes@hotmail.com.br ³Mestre, Engenharia de Produção, professor, lucianocostta@yahoo.com.br

mercado e a falta de capacitação que houve no ambiente acadêmico dos atuais profissionais.

Palavras-chave: *BIM. MS Project. Gestão de Projetos. Questionário. Construção Civil.*

ABSTRACT

The construction industry has been getting more modern over the years, from the beginning of the project design process to the structural maintenance phase of a construction. However, like any construction-oriented area, several are the challenges found at the core of project management. Overproduction, unnecessary inventories and inappropriate processing are some examples of problems that plague a company's share and lead to financial deficits. Thus, studies and technological initiatives emerge in order to overcome these difficulties and improve the quality of the product, for example, the Ms Project and the BIM Technology (Building Information Modelling), a process of informational modeling of construction, which has been showing results in several developed countries and which is currently under an improvement phase in the international public and private sector. Therefore, in order to identify the main problems in case there is no good project management, how much the MS Project and BIM tools are known and used, how are they used, evaluate according to the tools adopted and seek solutions, according to the knowledge acquired in the area of civil construction, a questionnaire was developed involving professionals and students of civil engineering and architecture in order to present the current scenario and the future perspective in the city of Fortaleza. After data collection, it has been observed that the tools are known but are not used by most students and professionals mainly due to the high cost of Ms Project and BIM in the market and the lack of training in the academic environment of the current professionals.

Keywords: *BIM. MS Project. Project Management. Questionnaire. Construction.*

1 INTRODUÇÃO

Superprodução, estoques desnecessários e processamentos inapropriados são alguns exemplos de problemas que assolam uma parcela das empresas e as levam a apresentar déficits financeiros. Tendo em vista essa situação, algumas ferramentas de gestão de projetos na construção civil são utilizadas, por exemplo, o MS Project® que tem a finalidade de mostrar com exatidão as funções da empresa e o que pode acontecer caso não fosse modificadas certas características.

Assim como o MS Project®, é válido citar a ferramenta BIM (*Building Information Modeling* – Modelagem de Informações da Construção) que tem como finalidade gerar um fluxo de trabalho integrado e como consequência ter uma entrega eficiente e precisa do projeto. Entretanto, no quesito utilização de ferramentas como o BIM na área da construção civil, o Brasil está defasado quando comparado aos países desenvolvidos, como por exemplo, os Estados Unidos da América que já têm projetos com a utilização dessa ferramenta desde a década passada.

Contudo, alguns dos possíveis motivos pelos quais essas ferramentas não sejam usufruídas na área da construção civil são elevados custos de aplicação, desconhecimento da ferramenta, pouco interesse de empresários para investir nessa tecnologia, inexistência de cursos que ensinem a utilizá-la no período da graduação.

É válido ressaltar, também, que até o presente momento existem poucos trabalhos científicos em esfera estadual a respeito do que esses *softwares* agregam a construção civil. Portanto, a fim de enumerar os possíveis problemas e analisar tanto o cenário atual quanto o futuro que levam a baixa utilização das ferramentas, questionários foram aplicados à pesquisa, obteve-se uma coleta de dados e pôde-se avaliar o quanto essas ferramentas são conhecidas, utilizadas e como são utilizadas.

1.1 Objetivos

1.1.1 Geral

Analisar os problemas causados pela falta de gestão de projetos na construção civil por meio de questionários aliado às ferramentas MS Project® e BIM e demonstrar soluções para as consequências ocasionadas por esses problemas.

1.1.2 Específicos

- Identificar os principais problemas no caso de não haver uma boa gestão de projetos;
- Identificar o quanto as ferramentas MS Project® e BIM são conhecidas, utilizadas e como são utilizadas;
- Avaliar conforme as ferramentas adotadas e buscar soluções, de acordo com os conhecimentos adquiridos na área de construção civil.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Dando prosseguimento sobre o que foi exposto anteriormente, este capítulo terá como enfoque dissertar de forma mais aprofundada as pesquisas bibliográficas feitas em torno do assunto em questão, à importância da gestão de projetos na construção civil com auxílio das ferramentas BIM e MS Project®. Posteriormente será apresentado um resultado de um questionário elaborado com base no tema abordado.

2.1 Gestão de projetos

Segundo o guia PMBOK (2013, p. 1): “projeto é um esforço aplicado para criação de um produto ou serviço. ”

“Desse modo necessita-se de objetivos claros, prazos bem definidos e que atendam a demanda dos envolvidos “steakholders”. ” (XAVIER et. al, 2014).

Dessa forma, o gerenciamento de projetos surgido na década de 60, apresenta-se como necessidade estratégica, o qual não foi dado à devida importância na época, porém com o advento da globalização e, conseqüentemente, o aumento da competitividade das empresas de construção civil na década de 90, houve essa preocupação no cenário interno das organizações de forma a agregar mais valor aos seus produtos.

2.2 MS Project

Visando agilizar os processos de gestão de uma obra, muitas empresas migraram para o uso da tecnologia *project*, surgida na década de 80 e que ainda domina boa parte do processo de gerência de projetos de muitas empresas.

“O MS Project possibilita a programação do projeto através do controle de custos e das cargas de trabalho e também através do acompanhamento do cronograma, que pode ser de forma simples ou detalhada.” (FIGUEIREDO, 2009).

Esse *software*, além de padronizar os processos de gerência de atividades, é capaz de armazenar todas as informações necessárias de um projeto na sua base de dados, pois define o tempo necessário para concluir o projeto, calcula os custos imediatamente após a inserção de informação a respeito dos recursos humanos, materiais e equipamentos necessários para cada tarefa a ser desempenhada, utiliza tabelas no processo de entrada de dados, permite uso do modelo probabilístico e define um escopo para os objetivos e tarefas do projeto.

2.3 BIM

BIM caracteriza-se pela ampla mudança dos processos de construção na maneira de como essa ferramenta afeta o gerenciamento, pois essa tecnologia, embora ainda esteja em desenvolvimento, está começando a mudar a forma de construir novos edifícios (EASTEMAN, C. et. al, 2014), bem como a maneira de pensar dos futuros engenheiros.

A tecnologia BIM permite melhorar a visibilidade do projeto, uma vez que o projetista tem a facilidade de adequar textos, escalas e indicações do projeto, além do modelo facilitado em 3D permitir que o trabalho seja melhor entendido quanto a sua execução. Para projetos complementares, por exemplo, ter um modelo 3D que permita ver as tubulações sanitárias e hidráulicas, juntamente com arquitetura e estrutura, nos permite trabalhar de maneira integrada e verificar todas as possíveis interferências entre eles, ainda na etapa de projeto, para que não se perca tempo *in loco* pensando em compatibilização, ou até correção de erros de execução (VIEGAS et al. 2015).

Devido à ferramenta demonstrar essa ampla visão aos profissionais da área de Arquitetura, Engenharia, Construção e Operação (AECO), e visando atender à demanda de profissionais aptos a trabalhar com essa nova tecnologia que o mercado internacional exige, o ensino de BIM vem sendo inserido no âmbito das Universidades estrangeiras de maneira mais abrangente desde o início da década passada. Porém, segundo Ruschel, Andrade e Moraes (2013), a implementação do estudo da modelagem no Brasil ainda é predominantemente introdutório e restrito. Até o momento, não são encontradas muitas experiências de ensino que foquem nas ferramentas de gerenciamento e de simulações do BIM. Muitas instituições internacionais e governos têm investido com afinco em pesquisas relacionadas ao BIM (Andrade e Ruschel, 2009), já no Brasil, as pesquisas sobre BIM ainda são muito recentes e abordam poucos aspectos da plataforma.

A falta de estímulo governamental e das Instituições de Ensino Superior (IES) na sua grade curricular de ensino e pesquisa em BIM, implica em dificuldades de implementação da modelagem nas empresas por diversos motivos.

3 MÉTODOS

Com o intuito de esclarecer as ferramentas de gerenciamento, bem como os princípios de uma boa gestão de projetos, a revisão bibliográfica foi o ponto de partida desta pesquisa. O conhecimento das ferramentas de controle mais usualmente utilizadas por engenheiros fora aprofundado na tentativa de se obter uma boa fundamentação teórica. O tipo de pesquisa realizado no artigo foi quantitativo, por meio do método de pesquisa de campo *survey*, no qual houve uma coleta de dados, que posteriormente foram analisados, a fim de obter uma conclusão a respeito do tema abordado, sua classificação de acordo com o propósito foi do tipo descritiva, já em relação ao tempo foi caracterizada como corte-transversal (*cross-sectional*). O levantamento de dados relevantes à pesquisa consistiu-se em obter informações sobre a forma de como o gerenciamento de projetos é tratado. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de um questionário, sendo respondido por engenheiros civis e arquitetos pertencentes ao quadro de funcionários de diferentes empresas, bem como estudantes de diferentes Instituições de Ensino Superior localizadas em Fortaleza. Desse modo, analisaram-se os procedimentos de planejamento atual utilizados por algumas empresas e a relevância a qual é dada ao ambiente acadêmico sobre essa modelagem, demonstrando-se as falhas e sugerindo melhorias a partir da boa aplicação dessas ferramentas de planejamento.

3.1 Questionário

Visando quantificar as possíveis dificuldades que levam a não utilização do MS Project e do BIM, além de analisar o parâmetro atual e futuro sobre o mesmo tema, aplicou-se o método *survey* para estudantes e profissionais das áreas de Engenharia civil e Arquitetura e Urbanismo. A elaboração das perguntas baseou-se em modelos de questionários já aplicados que abrangia esse mesmo tema. O campo amostral limitou-se apenas ao município de Fortaleza a fim de obter uma amostra mais

precisa e a coleta dos dados ser mais rápida comparando-se com o cenário estadual ou federal.

A coleta das informações ocorreu no período de 1 mês (outubro/2017 a novembro/2017), abrangendo 63 estudantes de engenharia civil, 25 estudantes de arquitetura e urbanismo, 21 profissionais da área de engenharia civil e 11 profissionais da área de arquitetura e urbanismo.

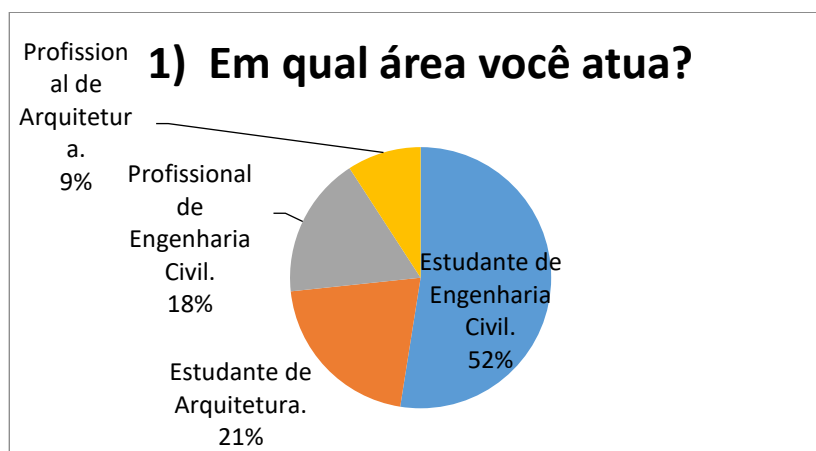
A aplicação foi escolhida tendo em vista que se pretende investigar o grau de satisfação quanto ao processo e planejamento de projetos, quais expectativas de mudanças e se existem divergências entre projetistas e construtores-incorporadores (LEITE, 2015).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O grande objetivo da aplicação da metodologia BIM na gestão da segurança consiste em apoiar a tomada de decisões durante a fase de projeto, eliminando os perigos e consequentes riscos fazendo com que os equipamentos de segurança sejam contabilizados e na fase de execução seja planeada antecipadamente a sua instalação no local e no momento certo (ESTRADA, 2015).

O gráfico 1 representa em porcentagem o quantitativo das pessoas que responderam ao questionário, que mais especificamente obteve um total de 120 respostas, sendo 63 estudantes de engenharia civil, 25 estudantes de arquitetura, 21 profissionais de engenharia civil e 11 profissionais de arquitetura.

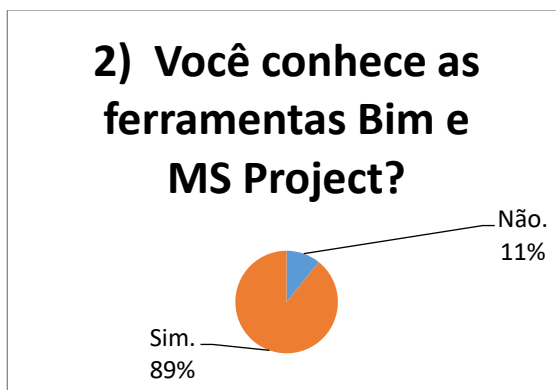
Figura 1: Porcentagem do número de participantes com suas respectivas áreas



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 2 representa em porcentagem o quantitativo das pessoas que responderam se conhecem ou não as ferramentas MS Project e BIM, que mais especificamente obteve um total de 120 respostas, das quais 107 pessoas afirmaram que conhecem, porém, 13 pessoas afirmam não conhecer.

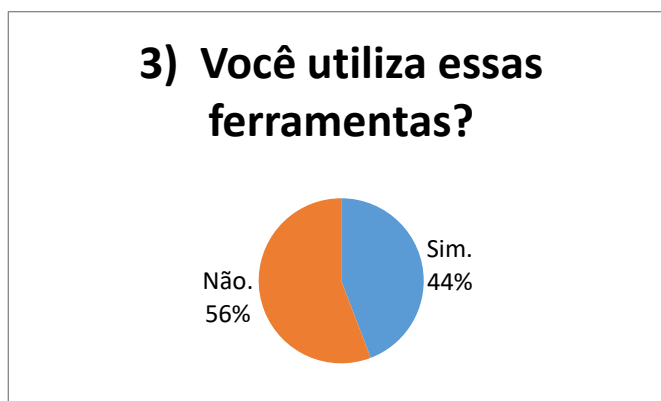
Figura 2: Porcentagem do quantitativo das pessoas que conhecem ou não as ferramentas



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 3 representa em porcentagem o quantitativo das pessoas que responderam se utilizam ou não as ferramentas MS Project e BIM, que mais especificamente obteve um total de 120 respostas, das quais 53 pessoas afirmaram que utilizam, porém, 67 afirmaram não utilizar.

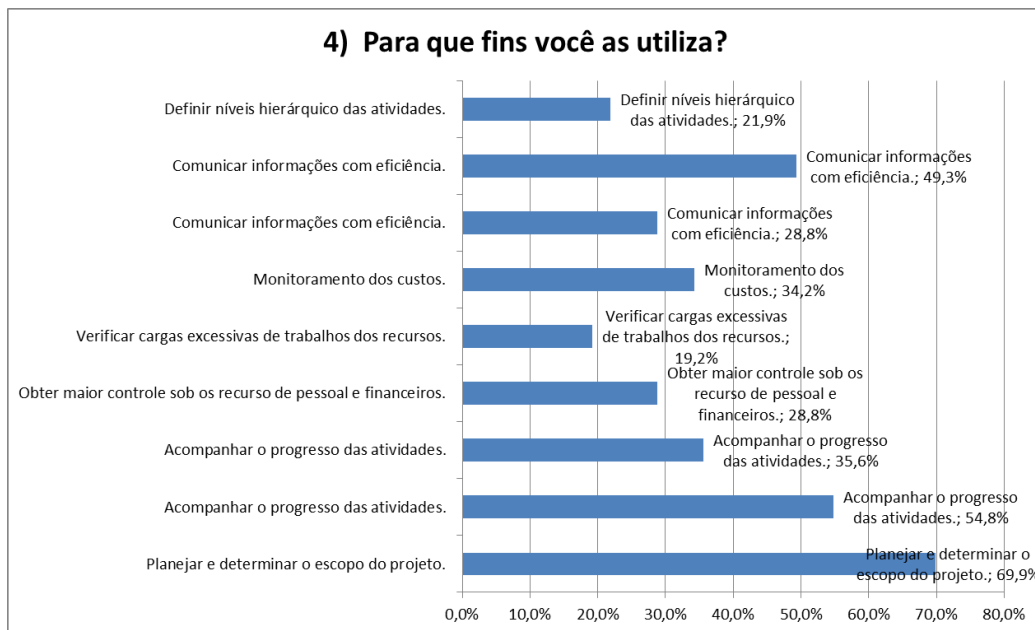
Figura 3: Porcentagem do quantitativo das pessoas que utilizam ou não as ferramentas



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 4 representa em porcentagem o quantitativo das pessoas que responderam para que fins eles utilizam as ferramentas MS Project e BIM, que mais especificamente resultou em um total de 73 respostas.

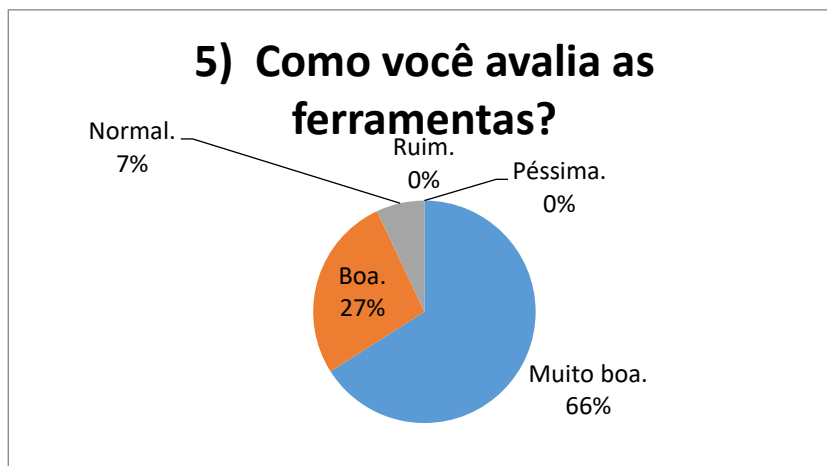
Figura 4: Porcentagem sobre para quais fins as ferramentas são utilizadas



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 5 representa em porcentagem o quantitativo de como as pessoas avaliam as ferramentas MS Project e BIM, que mais especificamente obteve um total de 100 respostas.

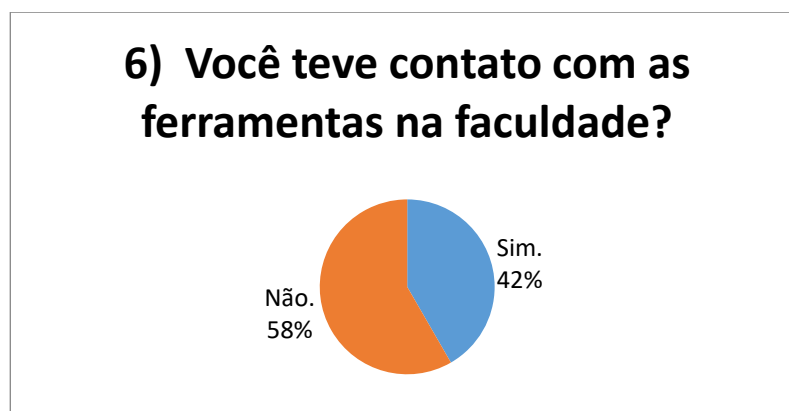
Figura 5: Porcentagem sobre como as ferramentas são avaliadas



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 6 representa em porcentagem sobre se houve contato das pessoas avaliadas com as ferramentas MS Project e BIM durante a faculdade, no qual demonstra que 50 afirmaram que tiveram contato, porém, 70 não tiveram.

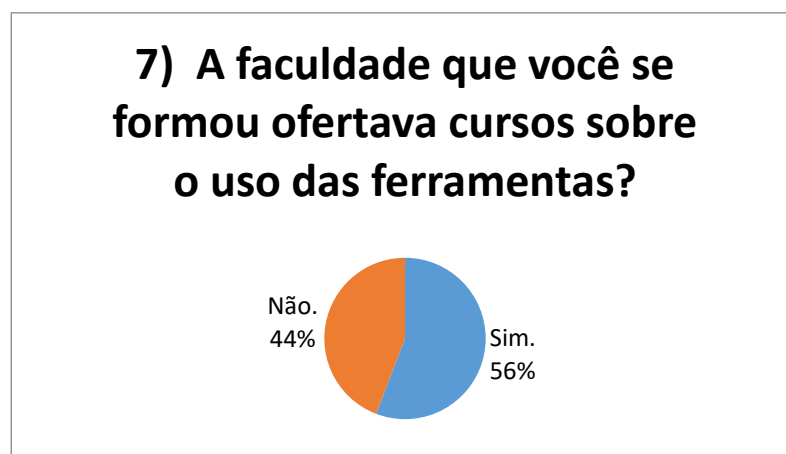
Figura 6: Porcentagem sobre se houve contato das pessoas avaliadas com as ferramentas



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 7 representa em porcentagem o número de respostas na qual revela se houve oferta de cursos que ensinem a utilizar as ferramentas nas faculdades, que, mais especificamente 67 pessoas afirmaram que tiveram contato, porém, 53 afirmaram não ter tido contato.

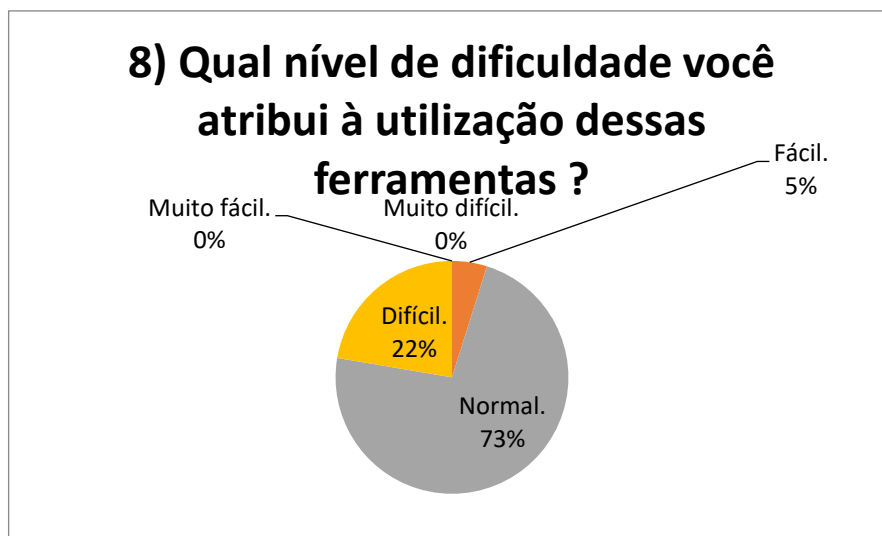
Figura 7: Porcentagem sobre se houve oferta de cursos que ensinem a utilizar as ferramentas nas faculdades



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 8 representa em porcentagem o nível de dificuldade das ferramentas conforme avaliação das pessoas que responderam, que mais especificamente obteve 103 respostas.

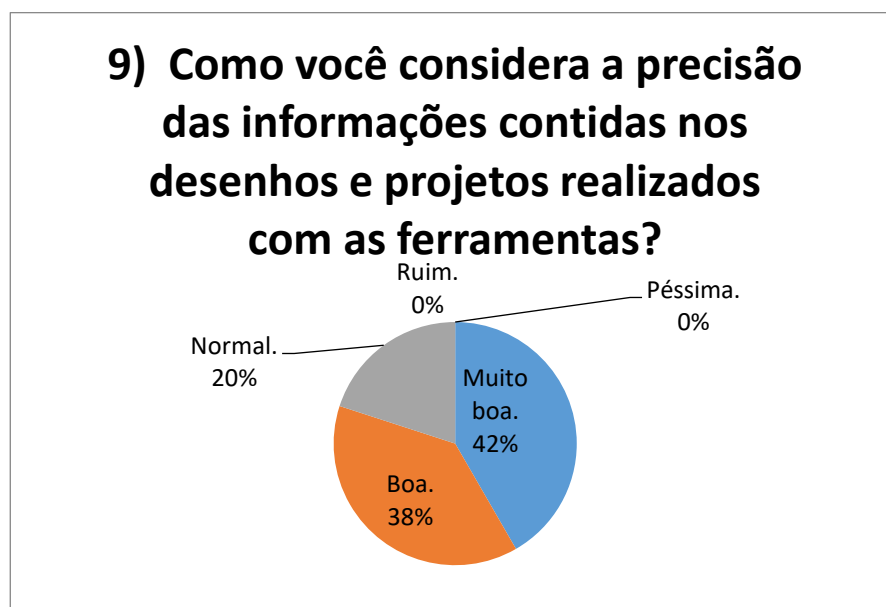
Figura 8: Porcentagem do nível de dificuldade das ferramentas



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 9 representa em porcentagem sobre a precisão das ferramentas, na qual mais especificamente 50 pessoas avaliaram-nas como muito boa, 46 como boa, 24 como normal, 0 como ruim e 0 como péssima.

Figura 9: Porcentagem sobre a precisão das ferramentas

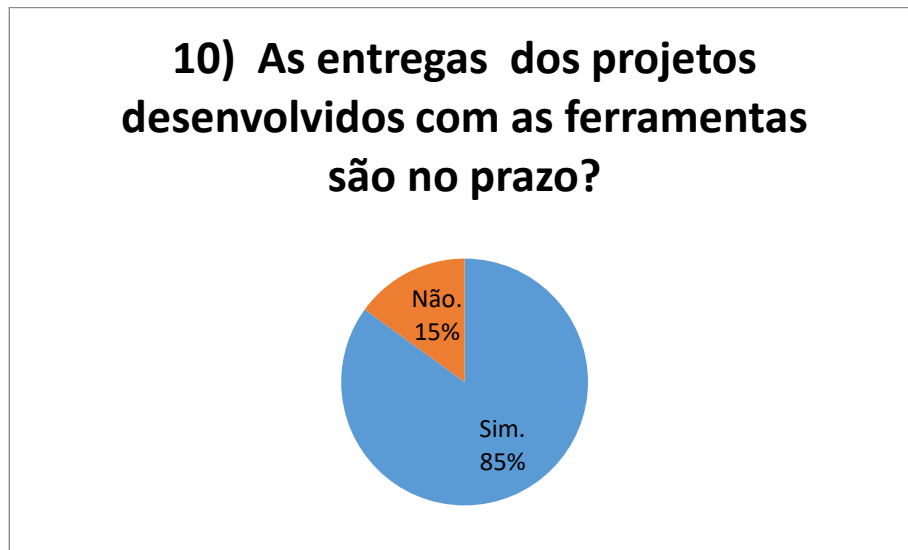


Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 10 representa em porcentagem sobre a precisão das ferramentas, que mais especificamente obteve-se 100 respostas, no qual 85 disseram que os

projetos que utilizam essas ferramentas são entregues nos prazos e 15 disseram que não são entregues no prazo.

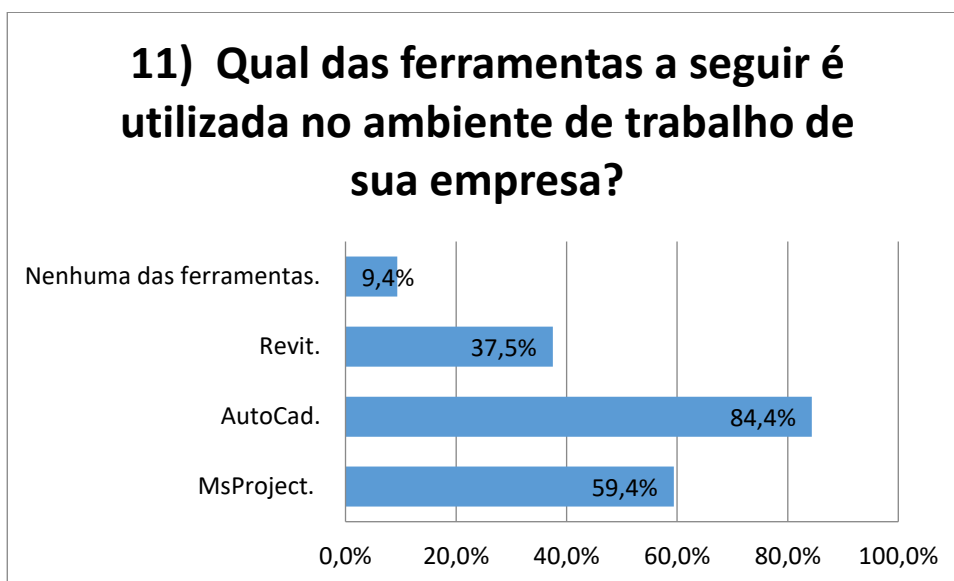
Figura 10: Porcentagem sobre o prazo de entrega com a utilização das ferramentas



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 11 representa em porcentagem sobre quais ferramentas os profissionais utilizam, que mais especificamente obteve-se 32 respostas, sendo que 19 afirmam que manuseiam MSProject, 27 o AutoCad, 12 o Revit e 3 afirmam não utilizar nenhuma dessas ferramentas.

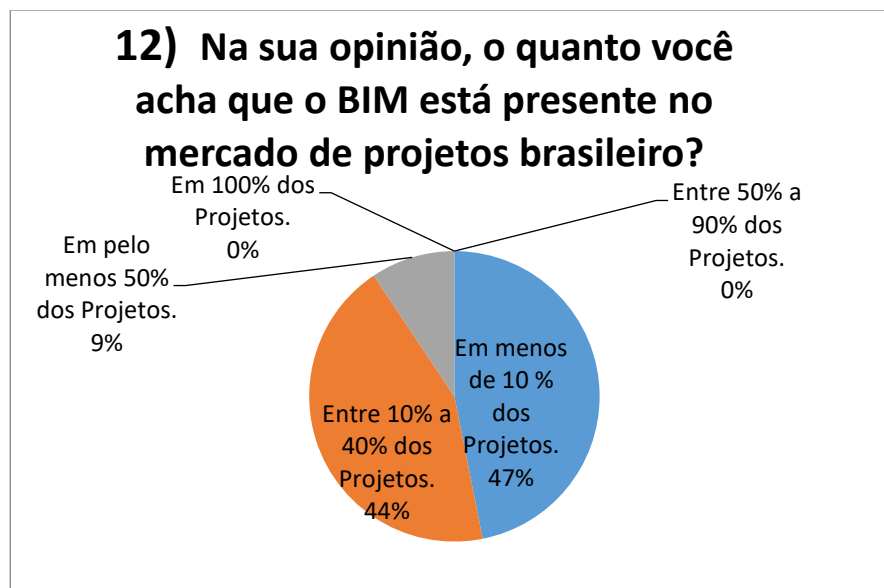
Figura 11: Porcentagem sobre quais ferramentas os profissionais utilizam



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 12 representa a porcentagem da quantidade que o BIM está presente no mercado dos projetos brasileiros, mais especificamente um total de 32 respostas.

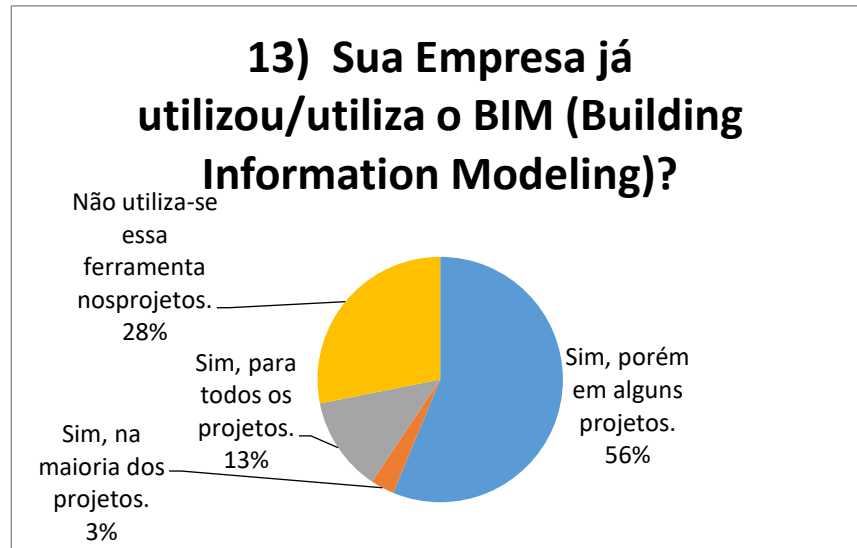
Figura 12: Porcentagem da quantidade que o BIM está presente no mercado dos projetos brasileiros



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 13 representa a porcentagem da quantidade de empresas que utilizam BIM, de acordo com os profissionais que responderam o questionário, mais especificamente um total de 32 respostas.

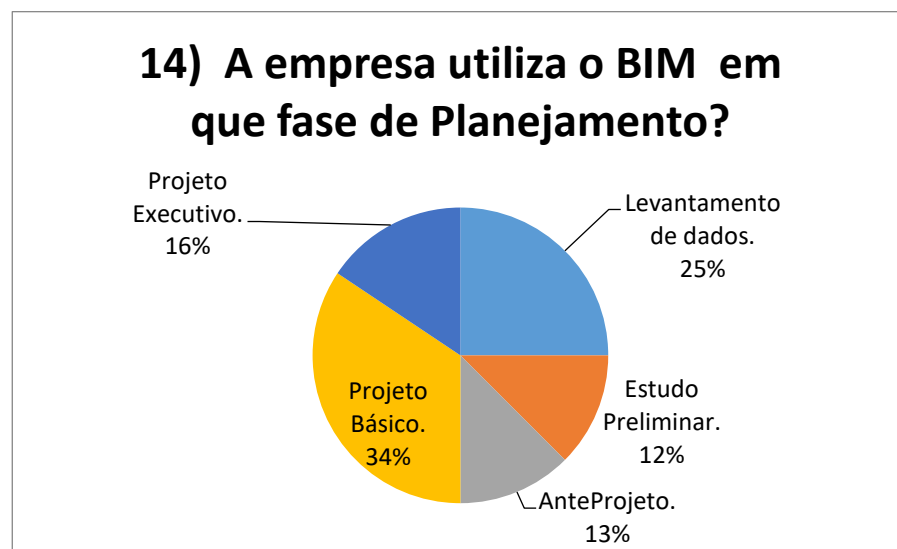
Figura 13: Porcentagem sobre a utilização de BIM nas empresas dos profissionais que responderam o questionário



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 14 representa a porcentagem sobre qual fase que a empresa utiliza BIM, segundo os profissionais que responderam o questionário, no qual se obteve um total de 32 respostas.

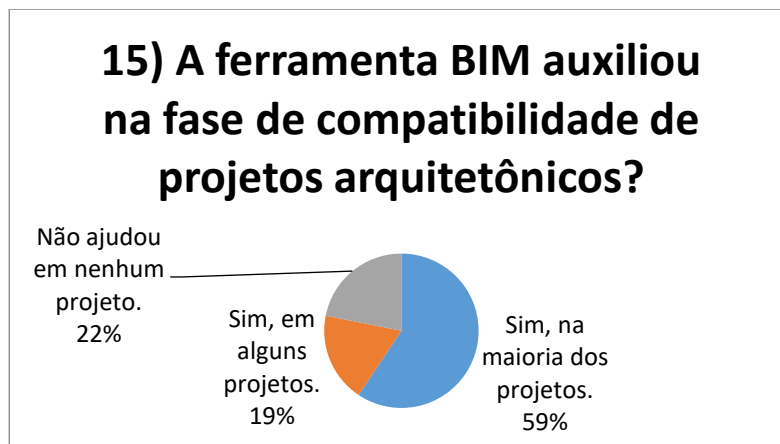
Figura 14: Porcentagem sobre qual fase que a empresa utiliza BIM, segundo os profissionais que responderam o questionário.



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 15 representa a porcentagem sobre o quão a ferramenta BIM auxiliou na fase de compatibilidade de projetos arquitetônicos, segundo os profissionais que responderam o questionário, mais especificamente um total de 32 respostas.

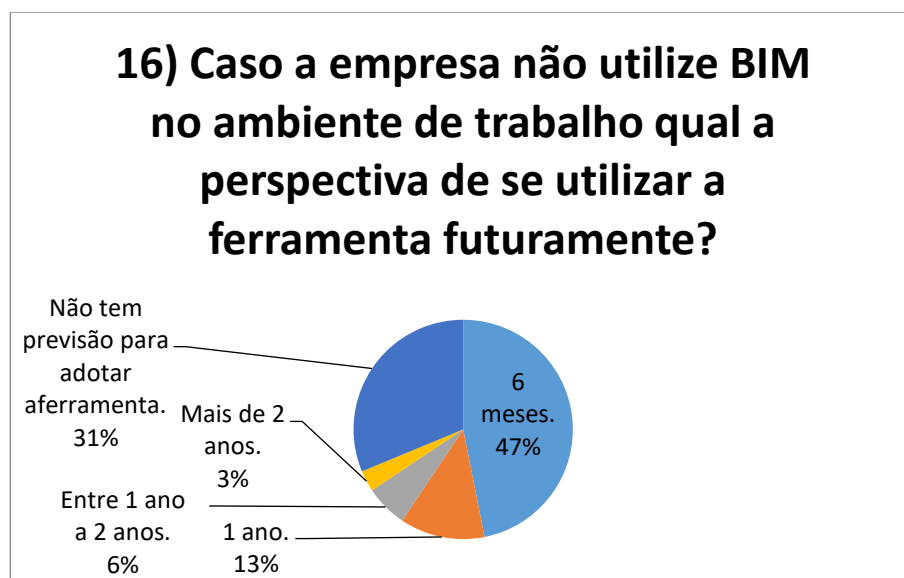
Figura 15: Porcentagem sobre o quão a ferramenta BIM auxiliou na fase de compatibilidade de projetos arquitetônicos, segundo os profissionais que responderam o questionário.



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 16 representa a porcentagem da perspectiva de utilizar futuramente a ferramenta BIM nas empresas que não a utilizam atualmente, segundo os profissionais que responderam o questionário, mais especificamente um total de 32 respostas.

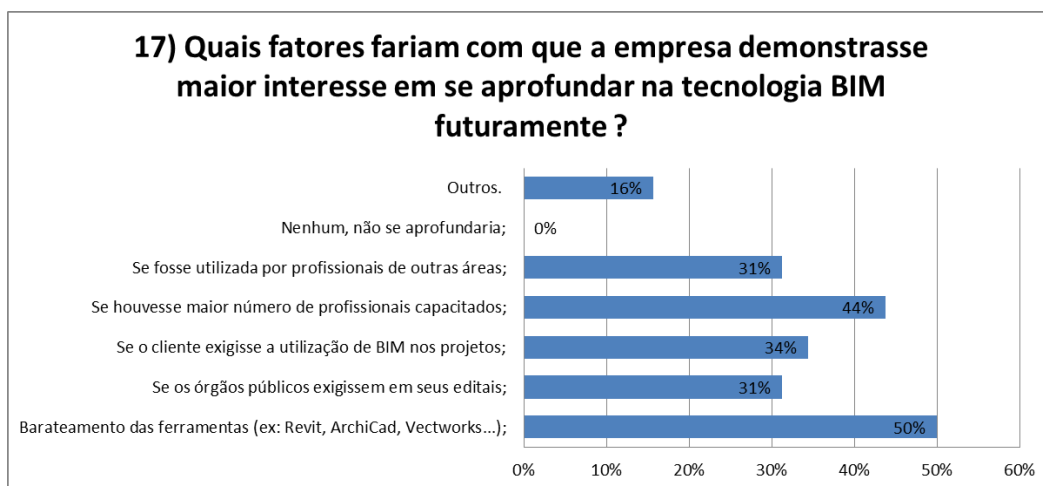
Figura 16: Porcentagem sobre a perspectiva de utilizar futuramente a ferramenta BIM nas empresas que não a utilizam atualmente, segundo os profissionais que responderam o questionário



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 17 representa os principais fatores que levariam a empresa a ter um maior interesse em utilizar a ferramenta BIM, segundo os profissionais que responderam o questionário, mais especificamente um total de 32 respostas.

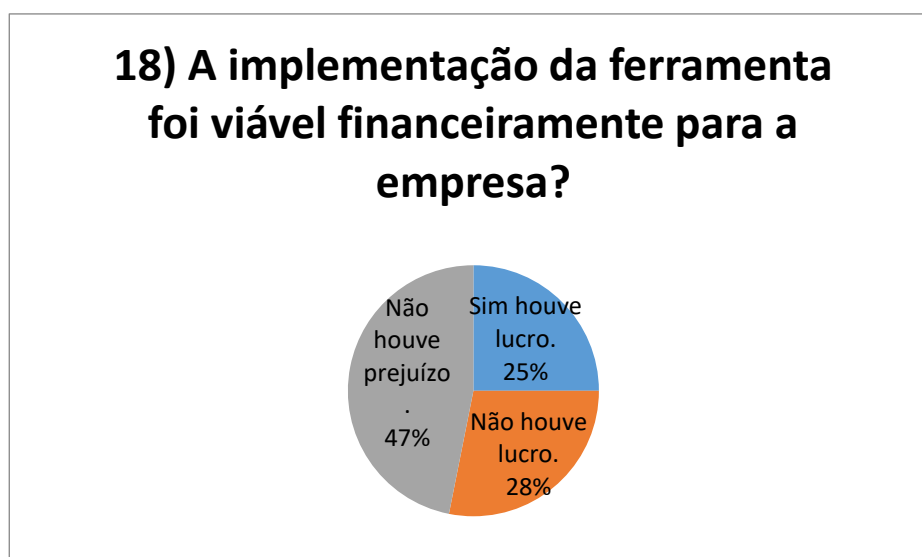
Figura 17: Porcentagem sobre os principais fatores que levariam a empresa a ter um maior interesse em utilizar a ferramenta BIM, segundo os profissionais que responderam o questionário



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 18 representa o quão viável foi à utilização da ferramenta BIM pela empresa, segundo os profissionais que responderam o questionário, mais especificamente um total de 32 respostas.

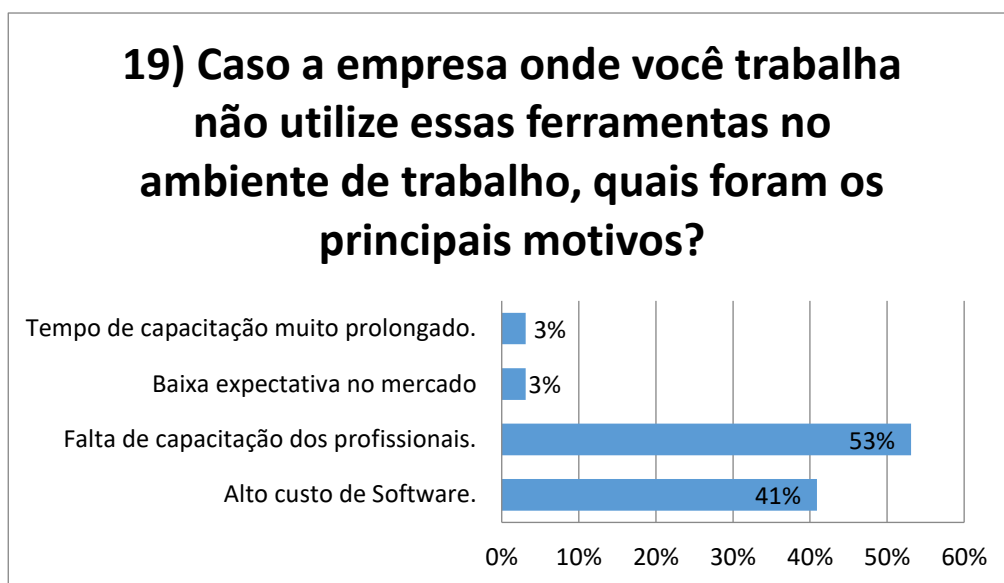
Figura 18: Porcentagem sobre o quão viável foi à utilização da ferramenta BIM pela empresa, segundo os profissionais que responderam o questionário



Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 19 representa os principais motivos sobre o que levou a não utilização das ferramentas pela empresa, segundo os profissionais que responderam o questionário, mais especificamente um total de 22 respostas.

Figura 19: Porcentagem sobre os principais motivos que levaram a não utilizam das ferramentas pela empresa, segundo os profissionais que responderam o questionário

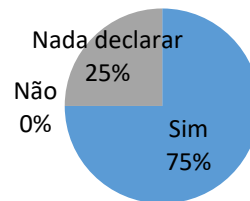


Fonte: Dos autores (2017).

O gráfico 20 representa a porcentagem sobre o quanto a utilização das ferramentas melhora no entendimento dos projetos tanto para os funcionários, quanto para os clientes, segundo os profissionais que responderam o questionário, mais especificamente um total de 32 respostas.

Figura 20: Porcentagem sobre o quanto a utilização das ferramentas melhora no entendimento dos projetos tanto para os funcionários, quanto para os clientes, segundo os profissionais que responderam o questionário

**20) A apresentação de projetos para
clientes ou funcionários da empresa
através do uso dessas ferramentas
facilitam o entendimento dos
mesmos?**



Fonte: Dos autores (2017).

5 CONCLUSÃO

A introdução da tecnologia na área da construção civil e gestão de projetos visa melhorar a qualidade do produto e torná-lo mais eficiente, além de reduzir custos. Diante disso, atrelado ao potencial de utilização de softwares que essa área proporciona, muitas empresas internacionais se adequaram aos avanços tecnológicos e migraram para a modelagem BIM no início do século XXI. No Brasil, porém, apesar de muitas empresas utilizarem o MsProject para planejamento de escopo, custos e planejamento dos cronogramas existe um receio de se utilizar a modelagem BIM para gestão de projetos, principalmente devido ao seu alto custo no mercado e a falta de capacitação que houve no ambiente acadêmico dos atuais profissionais.

Esse artigo demonstra que os softwares são considerados de média dificuldade de manuseio, pois os resultados da pesquisa demonstram que os estudantes estão passando a conhecer melhor essa nova realidade que vem sendo difundido no âmbito de ensino das IES, na qual poderá proporcionar a solução a médio ou longo prazo das barreiras atualmente vistas na cidade de Fortaleza, como a falta de capacitação e o receio que os engenheiros e arquitetos têm em aplicar essa tecnologia em suas empresas.

É válido ressaltar que houve dificuldade na obtenção de respostas da pesquisa, pois houve pouco interesse por partes de alguns profissionais da área,

porém a pesquisa atingiu a amostragem desejada de 120 entrevistados no prazo de 30 dias de coleta dos dados.

REFERÊNCIAS

DE ANDRADE, Max Lira Veras X.; RUSCHEL, Regina Coeli. BIM: conceitos, cenário das pesquisas publicadas no Brasil e tendências. **Simpósio Brasileiro de Qualidade do Projeto no Ambiente Construído**, 2009.

CHAGAS, L. S. V. B.; PADILHA JUNIOR, M. A.; TEIXEIRA, E. C. . Gestão da Tecnologia: Uso do Sistema BIM para a compatibilização de projetos. In: Encontro Nacional de Engenharia de Produção - ENEGEP, 2015, Fortaleza-CE. XXXV Encontro Nacional de Engenharia de Produção- XXXV ENEGEP, 2015. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/TN_STP_213_262_28176.pdf . Acesso em: 11 Set. 2017

EASTMAN, Chuck et al. **Manual de BIM: um guia de modelagem da informação da construção para arquitetos, engenheiros, gerentes, construtores e incorporadores**. Bookman Editora, 2014.

ESTRADA, Joel Gaspar. **Prevenção de riscos na fase de projeto com base na metodologia BIM**. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro.

LEITE, Kelma Pinheiro et al. Processo de projeto em empreendimentos imobiliários: Avaliação de projetistas e construtores. **Gestão & Tecnologia de Projetos**, v. 10, n. 2, p. 21-34, 2015.

FIGUEIREDO, LYDIA. PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO DE UM PROJETO DE CONSTRUÇÃO CIVIL. **São Paulo. TCC**, 2009.

VARGAS, Ricardo Viana. **Manual Prático do Plano do Projeto-5ª Edição: Utilizando o PMBOK Guide**. Brasport, 2014.

Radar de projetos. Disponível em: <http://www.radardeprojetos.com.br/2015/09/para-que-serve-o-ms-project.html>. Acesso em: 11 Set. 2017

RUSCHEL, Regina Coeli et al. O ensino de BIM no Brasil: onde estamos?. **Ambiente Construído**, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ac/v13n2/a12v13n2>. Acesso em: 25 set. 2017.

DA SILVA XAVIER, Carlos Magno et al. **Gerenciamento de Projetos de Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento (P&D): Uma Adaptação da Metodologia Basic Methodware**. Brasport, 2014.

Ver como citar os diversos tipos de referências neste documento elaborado pela Biblioteca da Unichristus, disponível em: <http://goo.gl/tDKHBT>.

O USO DE LAUDOS PERICIAIS DE ACIDENTES DE TRÂNSITO PARA ABORDAR CONCEITOS DA FÍSICA GERAL PARA ENGENHARIA I

Deizio de Farias Silva Filho¹

Adriano Oliveira Alves²

RESUMO

No ensino de graduação, tanto nas disciplinas de Física Geral como nas avançadas, o livro de texto determina o nível do curso, a ementa, o programa, a sequência das aulas, enfim, o plano de ensino da disciplina. Este é um estudo sobre a qualidade do ensino de física e a forma como são demonstrados os conceitos de física geral para engenharia. Essa problemática norteou o seguinte questionamento: Como abordar os conceitos físicos aproximando-os da realidade dos alunos? A leitura e análise do material consultado possibilitaram a elaboração de uma proposta para o ensino de física geral para engenharia I “O uso de laudos periciais de acidentes de trânsito e situações eventuais para abordar conceitos físicos”, tendo sido abordado os seguintes conceitos: conservação da energia, conservação do momento linear, velocidade média, atrito entre outros. O principal objetivo é mostrar novas metodologias de ensino, propondo formas inovadoras para abordar conceitos físicos nas universidades. O interesse pelo tema foi devido à percepção da maneira como é abordado tais conceitos nas diversas instituições, também nortearam o estudo o fato de como os estudantes relacionavam a física ensinada na engenharia com o cotidiano e qual a importância que os estudantes davam aos conceitos abordados. Trata-se de investigação de natureza qualitativa. Os procedimentos de investigação envolveram a análise dos artigos científicos, dos laudos periciais, dos relatos e a aplicação da metodologia proposta. Os resultados evidenciam que a investigação de acidentes de trânsito desperta bastante interesse em alunos universitários, o que facilita o aprendizado de física.

¹ Engenharia Civil, graduando, unichristus, deizio_filho18@hotmail.com

² Mestre, Engenharia Civil, professor, profadrianooliveiraalves@gmail.com

Palavras-chave: Conceitos de Física. Ensino de Física na Engenharia. Metodologia de Ensino. Materiais utilizados. Interesse dos discentes.

ABSTRACT

In undergraduate education, both in General and Advanced Physics subjects, the textbook determines the level of the course, the syllabus, the sequence of the classes, and finally, the syllabus of the course. This is a study on the quality of physics teaching and the way in which the concepts of general physics for engineering are demonstrated. This problematic guided the following question: How to approach the physical concepts approaching the reality of the students? The reading and analysis of the material consulted made possible the elaboration of a proposal for the teaching of general physics for engineering I "The use of expert reports of traffic accidents and eventual situations to approach physical concepts", having been approached the following concepts: conservation of the energy, conservation of linear momentum, average speed, friction among others. The main objective is to show new teaching methodologies, proposing innovative ways to approach physical concepts in universities. The interest in the subject was due to the perception of the way in which these concepts are approached in the different institutions. The study also focused on how students related the taught physics in engineering to the daily life and how important the students were to the concepts addressed. This is research of a qualitative nature. The investigation procedures involved the analysis of the scientific articles, the expert reports, the reports and the application of the proposed methodology. The results show that the investigation of traffic accidents arouses great interest in university students, which facilitates the learning of physics.

Keywords: Physics Concepts. Teaching of Physics in Engineering. Teaching Methodology. Materials used. Interest of the students.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de cinquenta anos, enfocados na rápida retrospectiva sobre o ensino de Física em algumas universidades, o autor relata que muito do ensino de

Física nas escolas secundárias está referenciado por livros de má qualidade, com muitas cores, figuras e fórmulas distorcido pelos programas de vestibular; ensina-se o que cai no vestibular e adota-se o livro com menos texto para ler. No ensino de graduação, tanto nas disciplinas de Física Geral como nas avançadas, é o livro de texto que determina o nível do curso, a ementa, o programa, a sequência das aulas, enfim, o plano de ensino da disciplina. O laboratório parece ser uma obrigação incômoda para alguns professores/alunos; o ideal aparenta ser explicar, ou simplesmente repetir, o que está no livro e dar uma lista de problemas aos alunos. A evasão nos cursos é enorme por conta das dificuldades naturais e do despreparo de muitos professores (ARAÚJO *et al*, 2003).

Essa problemática norteou o seguinte questionamento: Como abordar os conceitos físicos aproximando-os da realidade dos alunos? A leitura e análise do material consultado possibilitaram a elaboração de uma proposta para o ensino de física geral para engenharia I “O uso de laudos periciais de acidentes de trânsito e situações eventuais para abordar conceitos físicos”, tendo sido abordado os seguintes conceitos: conservação da energia, conservação do momento linear, velocidade média, atrito entre outros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Na intenção de desenvolver esse estudo foi observado às formulações de alguns autores, sobre as principais propostas para o ensino de Física: (OLIVEIRA, L. D., 2006; MOREIRA, M. A., 2006; ROCHA, J. F. M., 2009; MONTEIRO, M. A. A.; GERMANO, J. S. E., 2009; CARVALHO, S. H. M., 2006), entre outros. A leitura do material permitiu perceber que o ensino de Física tem sido feito de forma expositiva, onde os professores fazem, em geral, o uso da aplicação de fórmulas e métodos matemáticos descontextualizados da realidade.

Fazendo uma breve retrospectiva sobre o ensino de Física no Brasil, Moreira (2000), colocando num âmbito internacional, mostra que o ensino de Física no Brasil surgiu por influência do PSSC (Physical Science Study Committee) nos Estados Unidos, chegando ao Brasil em 1963. O autor destaca necessidades de profundas mudanças curriculares, tanto no nível médio quanto no superior.

A percepção é que as metodologias de ensino estagnaram. Carl Wieman, ganhador do Premio Nobel de Física, Citado em Borges (2006, p. 139), relata que nos últimos 500 anos, a ciência avançou rapidamente por se basear em testes experimentais das teorias e das práticas. O ensino de ciência, entretanto, por se guiar principalmente pela tradição e dogmas permaneceu em grande parte medieval. Referindo-se aos professores universitários, ele afirma que eles não usam os resultados de pesquisas científicas para melhorar suas práticas educacionais. Eles praticam em sala de aula o que nunca tolerariam em seus laboratórios.

Araújo e Abid (2003, p. 176), apontam que o uso de atividades experimentais como estratégia de ensino de Física tem sido apontado por professores e alunos como uma das maneiras mais frutíferas de se minimizar as dificuldades de se aprender e de se ensinar Física, em todos os níveis, de modo significativo e consistente.

Monteiro e Germano (2009, p. 367), destacam como são grandes as dificuldades em se elaborar atividades e estratégias de ensino capazes de envolver os alunos e comprometê-los como os objetivos do professor. Os autores apontam para a necessidade de se implementar recursos didáticos que envolvam os alunos em processos de observação, discussão e teste de hipóteses e construção de modelos explicativos para os fenômenos naturais.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Uma investigação de um acidente de trânsito, conduzida por profissionais, aplica extensivamente os princípios da Mecânica, com o objetivo de saber sobre as causas do acidente. Os princípios utilizados numa investigação são vistos na disciplina de física geral para engenharia I, as técnicas de investigação utilizadas são interessantes e podem facilmente ser entendidas pelos discentes. Mostrando assim, a relevância da Física na Engenharia e mostrando como esta pode ser aplicada para resolver problemas práticos da vida real.

Os princípios básicos da Mecânica utilizados na elaboração de um laudo pericial de um acidente de transito incluem:

- Atrito;
- Aceleração constante;

- Conservação do momentum linear;
- Energia;
- Conservação da energia.

O intuito principal do laudo de trânsito é descobrir qual dos automóveis foi o causador da colisão, quando é o caso. No laudo pode-se encontrar informações do tipo: coeficiente de atrito entre os pneus e a estrada, a distância de derrapagem, que é obtida através das marcas de pneus, velocidade dos automóveis antes da colisão, entre outras. Através de tais informações, pode-se trabalhar os conceitos envolvidos e elaborar respostas de questionamentos do tipo: Quem causou o acidente?

Acidentes quase sempre envolvem colisões de um tipo ou de outro. O Princípio de Conservação do Momento Linear pode ser aplicado. Contudo, tal aplicação depende do seguinte aspecto, se a trajetória e as velocidades dos veículos são conhecidas antes e após o impacto.

Teoricamente as causas determinantes que vão indicar os fatores que influenciaram no acidente podem ser: mediatas ou circunstanciais e imediatas ou diretas.

As causas mediatas ou circunstanciais são de ordem subjetiva, portanto, via de regra, se torna impossível materializá-las. A fadiga, a distração, imperícia, negligência e outros fatores que ocorrem com motoristas e passageiros no interior do veículo e que podem levar a um acidente. As causas diretas são perfeitamente constatáveis, pois, existindo, ficam materializadas pelos vestígios produzidos. Estas podem estar relacionadas ao homem, a máquina ou ao meio.

Na maior parte dos acidentes, a velocidade pode ser um agravante ou a causa determinante do acidente, portanto podemos analisá-la e desenvolver os conceitos físicos aplicados à velocidade em acidentes de trânsito.

A pesquisa foi realizada com um grupo de 40 alunos de curso pré-vestibular, onde todos os alunos já concluíram o ensino médio e almejam cursar algum curso de engenharia. Todos os alunos pertencem à mesma sala e foram submetidos ao mesmo procedimento. A pesquisa é de cunho quantitativo e qualitativo.

No primeiro momento foi feito um questionário com 4 (quatro) questões perguntando conceitos básicos de física, visando saber o grau de conhecimento dos

alunos, uma vez que os conceitos perguntados foram trabalhados amplamente no decorrer do ensino médio.

No segundo momento, foi exposta a metodologia proposta no presente trabalho. Foi apresentado um laudo pericial de acidente de trânsito e discutido os diversos conceitos físicos envolvidos tais como velocidade, atrito, energia entre outros..

O laudo trabalhado trata-se de um acidente ocorrido na Av. Borges de Melo, no local do evento a pista é horizontal e pavimentada em concreto asfáltico, facilitando assim a análise dos dados. O laudo refere-se a uma colisão entre dois automóveis, um Gurgel e um Gol.

O sitio de colisão ficou determinado pela existência de marcas de frenagem no asfalto, fragmentos de vidro e danos nos veículos.

No laudo estavam contidas informações do tipo: coeficiente de atrito entre os pneus e a estrada, distância de derrapagem, velocidade estimada dos automóveis antes da colisão, entre outras.

Através de tais informações, trabalhamos os conceitos que as envolvem levantando questionamentos, tipo: Como o perito chegou a tal conclusão? Assim foram abordando os seguintes conceitos físicos:

- Força de Atrito;
- Energia Cinética;
- Conservação da Energia;
- Leis de Newton.

Os conceitos citados acima foram trabalhados baseando-se fundamentalmente na forma como eles foram trabalhados para elaborar o laudo que estava sendo debatido.

A força de atrito, por exemplo, o que seria? Quando empurramos ou puxamos um corpo qualquer de massa m , percebemos que existe certa dificuldade; e, em alguns casos, percebe-se que o corpo não entra em movimento. O que acontece é que toda vez que puxamos ou empurramos um corpo, aparece uma força que é contrária ao movimento. Essa força é chamada força de atrito. A definição de força de atrito é a força natural que atua sobre os corpos quando eles estão em contato com outros corpos e sofrem a ação de uma força que tende a colocá-los em movimento, e

ela é sempre contrária ao movimento ou a tendência de movimento. A força de atrito aparece em razão das rugosidades existentes na superfície de um corpo.

Então quando os freios de um veículo são acionados, é a força de atrito a responsável pela desaceleração do veículo, fazendo-o parar. Seguindo esta metodologia, foram definidos os conceitos das outras grandezas envolvidas no laudo.

Para finalizar, foi feito uma coleta de dados a partir de um questionário buscando informações referentes à eficiência da metodologia empregada. Uma pesquisa qualitativa "busca interpretar a realidade vivida e o seu objeto dificilmente pode ser traduzido em números e objetos quantitativos", mas aprofunda-se no mundo dos significados.

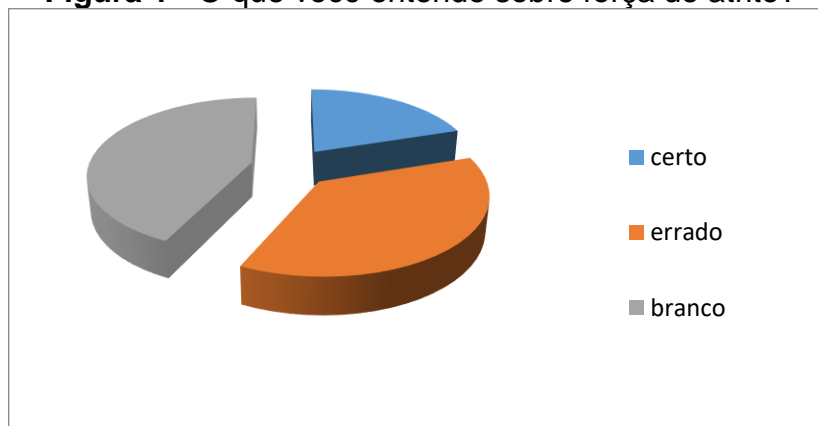
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 ANALISE DO QUESTIONÁRIO 1

No primeiro momento, buscava-se ter uma ideia do grau de absorção do conteúdo visto pelos alunos durante o ensino médio.

Mesmo sabendo da importância do enfoque qualitativo nos resultados da pesquisa, serão mostrados também dados estatísticos para reforçar a análise qualitativa.

Figura 1 - O que você entende sobre força de atrito?



Fonte: Próprio autor

Apesar de ser um conceito relativamente simples e um dos mais básicos da mecânica, muitos dos alunos não souberam responder sobre força de atrito.

Conceito esse que está presente praticamente em todas as atividades que realizamos no nosso dia a dia, e que são bastante frisados no decorrer do ensino médio.

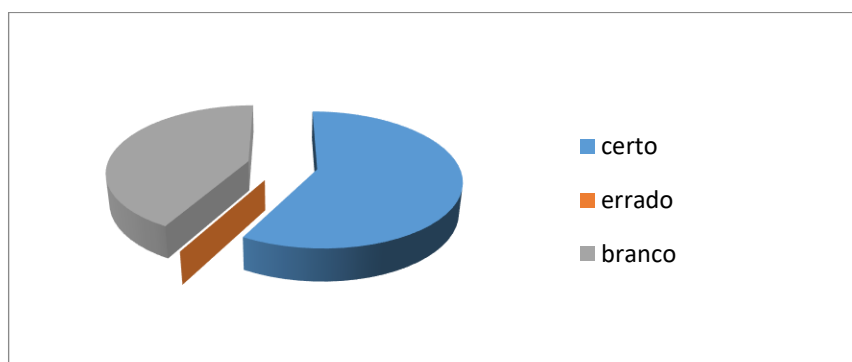
Alguns alunos quando indagados sobre a força de atrito, deram respostas totalmente distorcidas do que realmente significa a força de atrito, um respondeu apenas que “se trata de uma força de impacto sobre os corpos”, outro respondeu que “é uma força que você faz para um objeto se movimentar”. Alguns foram totalmente evasivos dando respostas totalmente distorcidas, como: “a força de atrito é a gravidade referente ao movimento”. Tais respostas nos mostram o despreparo do aluno, e nos faz repensar na forma como esses conceitos tão elementares estão sendo trabalhados em sala de aula.

“Força de atrito, é a força que se opõe a força aplicada sobre o corpo, ela é sempre contrária a tendência do movimento”. Respostas como essa, foram poucas.

Apesar de no gráfico termos um percentual de 20% de respostas certas, 12% das respostas consideradas certas foram dadas por alunos que não souberam definir o conceito de força de atrito, dando apenas exemplos de atividades onde a força de atrito está presente, como “quando os freios do carro são acionados o carro pára por causa da força de atrito”.

Possivelmente, boas partes desses alunos tiveram um ensino de física voltado bastante para o cálculo, a resolução de questões, que estar muitas vezes num contexto fora da sua realidade, o que torna um agravante na hora do entendimento das definições das grandezas físicas.

Figura 2 - O que você entende por energia cinética?



Fonte: Próprio autor

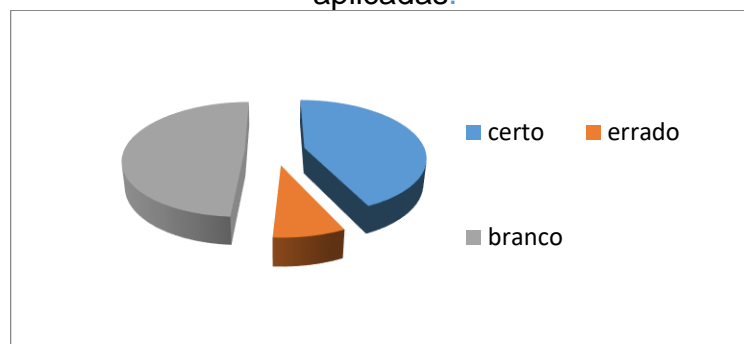
Energia Cinética é uma das formas de energia mecânica, é definida como energia de movimento por que ela está associada ao estado de movimento de um

corpo. Isso é o que se espera ouvir quando se pergunta sobre energia cinética. Dentre as perguntas feitas, esta foi a que apresentou o maior índice de acertos.

Diversos alunos associaram a energia cinética ao estado de movimento do corpo, respostas do tipo: “é a energia de movimento” e “é a energia que um copo possui ao se mover” foram frequentes. Novamente, dentre os 58% das respostas consideradas certas, houve uma porcentagem, onde as respostas foram dadas através de exemplos ou foram dadas fazendo o uso de apenas uma palavra. Aproximadamente 3% dos alunos responderam apenas “movimento” para definir energia cinética, estes foram enquadrados no percentual de respostas consideradas certas.

Um dos motivos para o elevado índice de acerto para esta pergunta se dá pela relação que os alunos fizeram a palavra cinética, uma vez que cinética vem do grego *kinetikós*, relativo ao movimento. Assim boa parte dos alunos deduziu facilmente que energia cinética é a energia relacionada ao movimento dos corpos.

Figura 3 - Cite um exemplo do seu dia a dia onde as leis de Newton podem ser aplicadas.



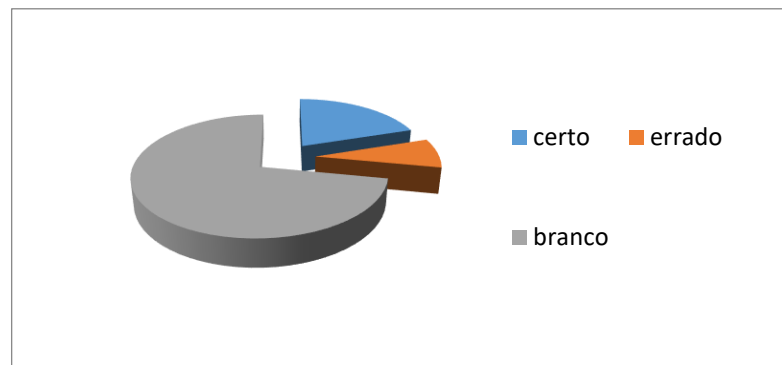
Fonte: Próprio autor

As Leis de Newton descrevem o comportamento de corpos, constituem os três pilares fundamentais do que chamamos mecânica clássica, que justamente por isso também é conhecida por mecânica newtoniana. Dada à importância, espera-se que os alunos ao concluírem o ensino médio possa ter um vasto conhecimento sobre o assunto.

As respostas foram satisfatórias “andando de bicicleta”, “ação e reação, quando empurramos um objeto”, “no ônibus a 2ª lei de Newton, a inércia é aplicada. Quando o ônibus freia nosso corpo tende a seguir o movimento”.

Ainda assim, a quantidade de alunos que não souberam relacionar as leis de Newton com o dia a dia foi elevado. 57% responderam de forma incorreta ou deixaram em branco.

Figura 4 - O que você entende sobre as grandezas peso e normal?



Fonte: Próprio autor

Na quarta pergunta percebeu-se uma realidade a qual já estamos habituados a ver, o caráter matemático dado à física esteve presente numa parte considerável das respostas. Alunos que responderam " $P = mg$ " totalizaram 10 % das respostas. Houve respostas plausíveis como: "Peso é a força gravitacional que a terra exerce sobre um corpo; normal é a força de reação ao contato do corpo com a superfície".

Normalmente, os alunos sentem dificuldades para definir tais grandezas, muito deles não conseguem diferenciar massa de peso, por exemplo. Assim, tivemos respostas como: "Peso é a massa de um corpo" e "peso é a massa corporal". A grande maioria preferiu não responder, alunos que deixaram a resposta em branco totalizaram 72%.

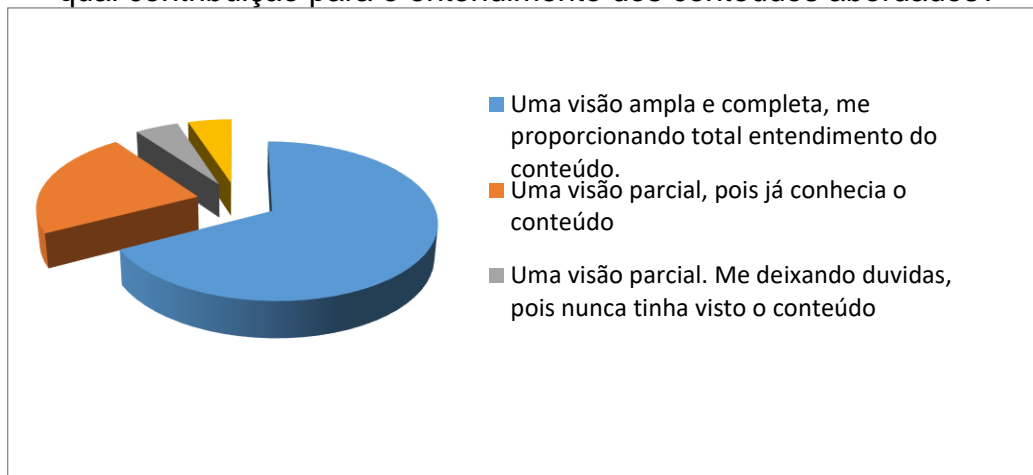
4.2 ANÁLISE DA APLICAÇÃO DA METODOLOGIA

No momento em que a proposta foi apresentada os alunos mostraram-se entusiasmados, o momento foi agradável e os alunos demonstraram interesse pelo conteúdo sempre participando com perguntas e observações. Alguns deles pediram cópias do laudo para que pudessem analisar minuciosamente em momentos posteriores.

A aplicação da metodologia mostrou também algumas vantagens pedagógicas do uso de laudos como uma ferramenta de desenvolvimento de

conteúdo no ensino e aprendizagem de Mecânica. Entre elas pode-se destacar a relevância da física, mostrando como esta pode ser aplicada para resolver problemas práticos da vida real.

Figura 5 - A exposição dos conceitos físicos fazendo uso de laudos periciais deu qual contribuição para o entendimento dos conteúdos abordados?



Fonte: Próprio autor.

De acordo com o gráfico acima, sobre a exposição do conteúdo, é notável que novas formas de se abordar os conceitos de física são sempre bem vindas. Quando as aulas são ministradas de forma mais prática, a visão dos alunos é bastante diferente e o aproveitamento é bem melhor.

5 CONCLUSÃO

Conforme anunciamos na introdução deste estudo, o objetivo geral do trabalho foi mostrar novas metodologias de ensino, propondo formas inovadoras para abordar conceitos físicos nas escolas de ensino médio.

Diversos fatores são responsáveis quando pensamos em melhoria do ensino, seja de física ou de demais disciplinas que fazem parte dos diversos currículos. Pensar no ensino da física implica no reconhecimento de que é possível transformar a realidade de muitos alunos que vêm os conceitos físicos como algo difícil de ser aprendido. Outro aspecto de fundamental importância é a forma como esses conteúdos são ensinados pelos professores. Assim pensamos em como tornar a aula um momento significativo de aprendizagem, em que o conhecimento possa ser

construído, e não repassado, de forma apenas expositiva, mas um ensino de física que possibilite ao aluno uma análise crítica da realidade.

É no momento da aula que surgem as dúvidas que precisam ser esclarecidas, e é justamente nessa fase que aluno e professor questionam, fazendo com que a aprendizagem aconteça. Nesse contexto fica claro que se a aula não tiver qualidade, não for significativa para o aluno, os resultados não serão favoráveis e em nada ajudarão na compreensão da realidade.

Conforme destacamos neste estudo existe uma diversidade de metodologias já desenvolvidas por pesquisadores que mostram estratégias de ensino da física que podem tornar o ensino inovador, facilitando o trabalho do professor e o desenvolvimento de aprendizagens significativas por parte dos alunos. Entre essas metodologias encontramos: Oliveira (2006, pág. 79). O autor desenvolveu atividades com as cenas do filme *Homem Aranha 1*, através do qual foi desenvolvida uma discussão e uma análise qualitativa e quantitativa dos conceitos presentes nas cenas e de situações que vão contra alguns princípios da Física.

Diante dos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores já mencionados anteriormente, vimos que em todos eles ocorreu boa aceitação dos alunos pelos conteúdos físicos ensinados, quando as aulas foram ministradas de forma que os alunos pudessem relacionar o conteúdo com a realidade vivida.

Com relação ao uso de laudos periciais de acidente de trânsito como uma ferramenta para abordar conceitos físicos, mostra-se uma ferramenta válida, confirmando que quando a física é trabalhada voltada para o dia a dia do aluno, contribui de forma significativa para que este entenda melhor o mundo em sua volta e atue mais criticamente sobre ele.

Concluimos que a adoção de metodologias que tomam a realidade como objeto de investigação pode despertar nos alunos o interesse pelos conteúdos físicos, auxiliá-los na aprendizagem e na aplicabilidade desses conceitos no seu cotidiano, assim como facilitar o ensino de Física geral para engenharia I pelos professores.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. S. T.; ABID, M. L. V. S. Atividades Experimentais no Ensino de Física: Diferentes Enfoques, Finalidades. Revista Brasileira de Ensino de Física, vol. 25, nº 2, junho, 2003.

BORGES, O. Formação inicial de professores de física: Formar mais! Formar melhor!. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 28, nº 2, (2006).

CARVALHO, S. H. M. Uma Viagem Pela Astronomia Através do Teatro e da Dança. Física na Escola, vol. 7, nº 1, 2006.

MOREIRA, M. A. Ensino de Física no Brasil: Retrospectivas e perspectiva. Revista Brasileira de Ensino de Física, v. 22, nº 1, (2000).

MONTEIRO, M. A. A.; GERMANO, J. S. E. Proposta da atividade para abordagem do conceito de entropia. Caderno Brasileiro de Ensino de Física, vol. 26, nº 2, agosto, 2009.

OLIVEIRA, L. D. Aprendendo Física com o Homem-Aranha: Utilizando Cenas do Filme para Discutir Conceitos de Física no Ensino Médio. Física na Escola, vol. 7, nº 2, 2006.

ROCHA, J. F. M. O Conceito de “campo” em sala de aula – uma abordagem histórico-conceitual. Revista Brasileira de Ensino de Física, vol. 31, nº 1, 2009.

RESNICK, R.; HALLIDAY, D.; KRANE, K. S. Física. 4^o edição, 1991.

AGRADECIMENTO

Agradeço à universidade Unichristus, por me proporcionar um ambiente criativo e amigável para os estudos. Sou grato à cada membro do corpo docente, à direção e a administração dessa instituição de ensino.

APÊNDICE

Questionário 1

01- O que você entende sobre força de atrito?

02- O que você entende por energia cinética?

03- Cite um exemplo do seu dia a dia onde as leis de Newton podem ser aplicadas.

04- O que você entende sobre as grandezas peso e normal?

Questionário 2

A exposição dos conceitos físicos fazendo uso de laudos periciais deu qual contribuição para o entendimento dos conteúdos abordados?

() Uma visão ampla e completa, me proporcionando total entendimento do conteúdo.

() Uma visão parcial, pois já conhecia o conteúdo

() Uma visão parcial. Me deixando dúvidas, pois nunca tinha visto o conteúdo

() Não contribuiu em nada, pois não aprendi o conteúdo.

O USO DO SOFTWARE OCTAVE NO AUXÍLIO DO ENSINO DA DISCIPLINA DE GEOMETRIA DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Júlio Roberto Ferreira Gomes ¹

Adriano Oliveira Alves²

RESUMO

O ensino tradicional possui a problemática de não se atentar aos estilos de assimilação e deficiências na aprendizagem, bem como, tem a problemática de restringir informações, considerando-se que a aprendizagem deve seguir, particularmente, o modelo curricular e metodologia de avaliação. Isso tudo, faz com que os professores, mesmo com expressiva quantidade de materiais disponíveis, não usem metodologias que criem novas maneiras de agir e pensar dos discentes. No entanto, com o advento das atuais tecnologias, as ferramentas eletrônicas tornam-se opções adicionais ao ensino, a qual, pelo método tradicional, só existia uma opção, que era o professor. Entretanto, o professor torna-se o responsável pelo atiçamento de curiosidade no aluno e, conseqüentemente, promove o interesse do aluno e, desse modo, a aprendizagem eficaz mediante a utilização das atuais tecnologias. Como consequência, o presente estudo visa mostrar o GNU Octave como metodologia adicional na docência de geometria no curso de engenharia civil, apresentando os motivos que o faz um programa eficiente e relacionando-o com outros programas que também têm, como objetivo, o ensino no curso de engenharia. Foram usados como ferramentas, a teoria e operações com vetores, como também, a análise das propriedades do software GNU Octave. A razão da escolha do entendimento de vetores está ligada ao fato de ser um assunto geométrico, bem como, a verificação do GNU Octave foi utilizada em decorrência de querer saber a eficácia desse programa no aprendizado de geometria pelos alunos. Assim, percebe-se a possibilidade do atiçamento da curiosidade do discente mediante a pesquisa de outros softwares

¹ Engenharia Civil, graduando, unichristus, juliorfgomes@outlook.com

² Mestre, Engenharia Civil, professor, unichristus, profadrianooliveiraalves@gmail.com

semelhantes, o que estimula a aquisição do conteúdo estudado. Observa-se que, para o ensino de Geometria na Engenharia civil, a aplicação desse programa, em consequência de ser livre, atinge um maior número de alunos.

Palavras-chave: GNU Octave. Geometria. Engenharia Civil. Ensino. Aprendizado.

ABSTRACT

Traditional teaching has the problem of not considering the styles of assimilation and deficiencies in learning, as well as, it has the problem of restricting information, considering that learning must follow, particularly, the curriculum model and evaluation methodology. All this, makes teachers, even with an expressive amount of available materials, do not use methodologies that create new ways of acting and thinking of students. However, with the advent of current technologies, electronic tools become additional options to teaching, which, by the traditional method, there was only one option, which was the teacher. However, the teacher becomes responsible for stimulating curiosity in the student and, consequently, promotes student interest and, thus, effective learning through the use of current technologies. As a consequence, the present study aims to show the GNU Octave as an additional methodology in the teaching of geometry in the civil engineering course, presenting the reasons that make it an efficient program and relating it with other programs that also have, as objective, teaching in the engineering course. Theories and operations with vectors were used as tools, as well as the analysis of the properties of the GNU Octave software. The reason for the choice of the vector understanding is related to the fact that it is a geometric subject, as well as, the verification of the GNU Octave was used as a result of wanting to know the effectiveness of this program in the learning of geometry by the students. Thus, the possibility of stimulating the curiosity of the student through the search of other similar software is perceived, which stimulates the acquisition of the studied content. It is observed that, for the teaching of Geometry in Civil Engineering, the application of this program, as a consequence of being free, reaches a greater number of students.

Keywords: GNU Octave. Geometry. Civil Engineering. Teaching. Learning.

1 INTRODUÇÃO

A história da engenharia no Brasil começa com a ordenação, por parte da rainha portuguesa Dona Maria I, da formação da Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho, a qual objetivava o desenvolvimento de técnicos na arte de construir fortificações nos moldes portugueses (TONINI, 2013). Esse centro técnico tinha como método de ensino o modelo medieval de ensino, isto é, o método tradicional de ensino, o qual utiliza o método de transmitir e receber a informação. No entanto, com o advento das novas tecnologias, esse sistema de educação está tornando-se obsoleto.

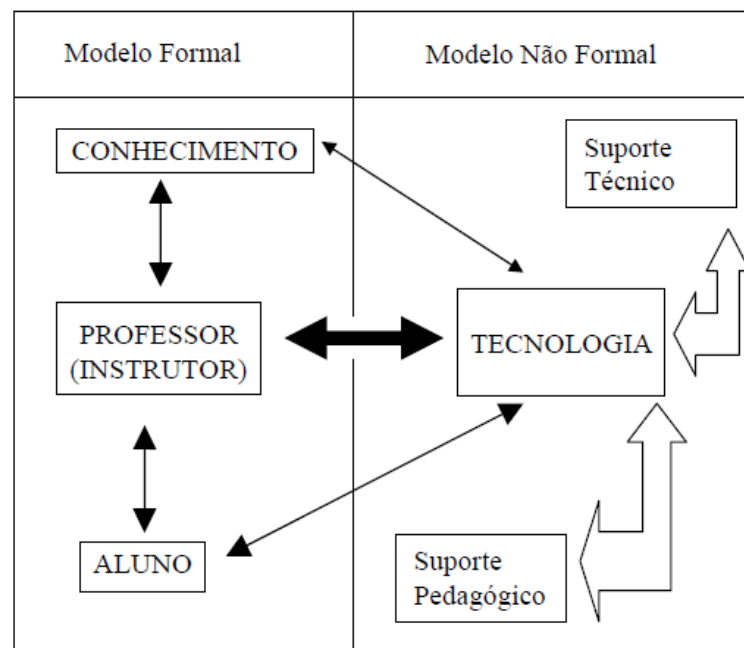
O ensino tradicional tem a problemática de não se atentar aos estilos de assimilação e de deficiências na aprendizagem, como também tem a problemática de restringir informações, baseando-se que a aprendizagem deve seguir restritamente ao modelo curricular e sistema de avaliação. Bem como, por meio do prosseguimento do ensino que não associa o conteúdo abordado em sala de aula com os acontecimentos cotidianos, não há um entendimento eficaz do aluno e, dessa maneira, gera falta de estímulo por parte do discente e, assim, não ocorre a harmonia entre ensino e aprendizagem na sala de aula (BELHOT, 2005).

Assim, há produtos que tentam arrefecer essa problemática, a exemplo das atuais tecnologias. Essas ferramentas tecnológicas atuais tornam-se opções adicionais ao ensino, a qual pelo método tradicional só existia uma opção, que era o professor (BELHOT, 2005). Assim sendo, a primeira utilização da tecnologia no ensino remonta ao uso do computador *skineriano*, a qual a máquina, com a posse de instruções, era responsável por repassar a resposta e as teorias embutidas nas respostas (SANTANA & MEDEIROS, 2008). Por fim, os mais variados projetos foram adotados no decorrer da história com o intuito de tornar o ensino mais eficaz mediante a utilização das novas tecnologias. Dentre esses projetos, pode-se destacar o EDUCOM e PROINFO, os quais abrangem a capacitação dos professores à utilização das novas tecnologias e, conseqüentemente, à campanha de disseminação da ferramenta tecnológica como método adicional ao ensino (TAVARES, 2002).

Com o decorrer da utilização dos computadores no ensino, surgiram duas formas de ensino com o uso dos softwares: a instrucionista, a qual o software somente passa a teoria; a construcionista, que, além da apresentação da teoria pelo software, há a possibilidade de múltiplas possibilidades de interação entre discente e o software

como possibilitar a variação nos valores dirigidos ao software e, assim, pode-se obter uma visão da ocorrência ou não de um padrão. Portanto, com a utilização das novas tecnologias, o professor torna-se o responsável em estimular a curiosidade no aluno e, conseqüentemente, promove seu interesse, ou seja, uma aprendizagem eficaz (SANTANA & MEDEIROS, 2008). Assim, vide figura que mostra a relação tecnologia, aluno e professor no processo de aprendizagem.

Figura 1 - A tecnologia criando acesso ao conhecimento.



Fonte: BELHOT, 2005, p. 6.

Portanto, o trabalho em questão objetiva apresentar o GNU Octave como ferramenta adicional no ensino de geometria no curso de engenharia civil, apresentando as causas que o tornam um software eficaz e relacionando com outros softwares que também têm a função de docência no curso de engenharia.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O modelo tradicional de ensino na Engenharia Civil consiste no esquema giz e lousa, em que os alunos fazem anotações, fazem exercícios para serem resolvidos em aula e em casa e estudam para as provas. Em geral, os professores, mesmo com expressiva quantidade de materiais disponíveis, não usam metodologias que criem maneiras de agir e pensar dos discentes (MIZUKAMI, 1996).

Contudo, o aprendizado é uma associação de diferentes abordagens, que são: a) tradicional, em que o aluno só realiza o que é indicado pelos docentes de forma que independe de sua vontade e, também, as atividades são postas de maneira padronizada sem a interação dos alunos, assim sendo, na avaliação dessa abordagem, espera-se a mesma resposta de todos os discentes; b) comportamental, no qual o conhecimento é centralizado e, com isso, as aulas expositivas são substituídas pelas tecnologias educacionais, as quais são constituídas por materiais auto-instrutivos dotados de recursos audiovisuais, que permitem o auto-aprendizado dos alunos, ou seja, é o uso da tecnologia na educação; c) humanista, no qual o sujeito é centralizado, isto é, a aprendizagem vem com a experiência própria do aluno e o docente faz papel de incentivo à esse conhecimento, assim, o discente aprende realizando pesquisas, trabalho em grupo, o que estimula o mesmo de adquirir os meios necessários para aprender; d) sócio-cultural, que aborda a interferência do fator social, político e cultural na aprendizagem, ou seja, com a atuação do aluno da vida em sociedade, ele torna-se agente construtor de conhecimentos; e) cognitivista, que destaca mais a interferência do fator interno da pessoa do que as influências externas e, dessa maneira, tem-se mais ênfase no processo do que no produto, pois analisa-se o conhecimento sobre influência das emoções (MIZUKAMI, 1996).

A utilização da tecnologia no ensino, mais especificamente relacionado aos usos dos programas de computador, evoluiu incorporando a Inteligência Artificial (IA), o que ocasionou no surgimento dos Tutores Inteligentes (TI), os quais são programas que agem como um guia, que organiza problemas para o discente com o objetivo de comparar o resultado dessas questões com as das pessoas especialistas no assunto para encontrar fraquezas e, depois, apresentar as causas dessas e, assim, indicar como agir para solucionar esses erros. Esses programas são chamados de Ensino Assistido por Computador (VALENTE, 1999).

O ensino mediante o uso da programação é dividido em duas maneiras: a) ensino assistido por computador, onde os softwares são baseados na instrução programada, que consiste na organização da matéria em partes organizadas de forma lógica, os quais são chamados de “módulos” e, estes, são mostrados aos alunos de forma sequencial, ou seja, do mais fácil ao difícil nível; b) ambiente interativo de aprendizagem, em que o aprendizado é associado às práticas de exploração e avaliação, assim, os alunos aprendem as teorias, observando o sistema da pesquisa, o qual apenas representa uma forma, sendo que essa não ensina (VALENTE, 1999).

Os programas comumente usados no ensino de engenharia são Matlab, Maple e Scilab. O Matlab é utilizado como uma calculadora básica, bem como, para o desenvolvimento de aplicativos e o mesmo faz o aluno se ligar mais ao entendimento da matéria em função de não ter o requisito de conhecimento avançado em programação. A função principal do Maple está na sua propriedade de resolver problemas que envolvem símbolos e, também, de ele poder operar com números fracionários, raízes quadradas de números não perfeitos e outras formas mais avançadas. Enquanto, o Scilab possui como principais características: o fato de ser um software livre, ou seja, além de não ser comercializado, tem o código fonte disponível; possui meios de auxílios aos usuários; tem ferramentas para a realização de gráficos bidimensionais, tridimensionais e animações (MARIANI et al., 2005).

Do mesmo âmbito, o Octave é uma ferramenta que tem as seguintes vantagens relacionado ao seu uso no ensino, como: tem a mesma eficiência proporcionada pelo Matlab, isto é, tanto um quanto outro possui comandos semelhantes e a mesma forma de utilização, que é pelas linhas de comando; é software livre e multiplataforma, ou seja, é um programa gratuito com o código fonte disponibilizado e, também é possível utilizá-lo em dois diferentes sistemas operacionais, que é o Linux e o Windows, sendo igual a maneira de uso do programa em ambos os sistemas (BARBOSA, 2012).

O efeito da aprendizagem com o intermédio do programa de computador é o fato dos alunos ficarem capacitados de entender como eles pensam na solução de problemas, isto é, de pensarem no método de resolver questões em cada etapa do desafio, assim, de acordo que o estudante vai se ajustando mentalmente, ele vai, ao mesmo tempo, organizando o software (MISKULIN, 1999).

Ademais, os efeitos na assimilação do conteúdo pelo aluno proporcionado por um software livre, a exemplo do Octave, são: a) o aumento na eficiência de retenção das matérias com a possibilidade de haver consultas contínuas ao programa através de atividades empíricas pelos discentes; b) rapidez na aprendizagem, pois os exercícios extensos são resolvidos sem esforço desnecessário; c) com a possibilidade de resolver exercícios mais dispendiosos, torna-se possível resolver problemas reais do cotidiano e, assim, permite o aluno receber, eficientemente, aprendizados que associem o cotidiano com a teoria passada em sala de aula; d) a disponibilidade do manual do software, livremente, também, impulsiona o conhecimento; e) com a possibilidade de solução de maior número de casos, o programa permite o estudo de

casos mais específicos e, assim, o aluno assimila mais exemplos; f) como possui boa compatibilidade com programas mais populares de processamentos de textos e análise de dados, como o Word e Excel, possibilita aos estudantes terem mais variedade de uso dos dados e, com isso, pode ocorrer o desenvolvimento intelectual, pois há a associação de duas maneiras diferentes de dados (NUNES & BALSA, 2008).

3 MATERIAIS E MÉTODOS

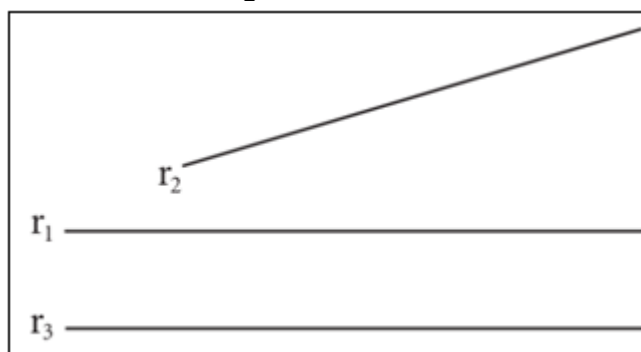
Foram utilizados, como materiais, a teoria e operações com vetores, e a observação das características do software GNU Octave. O motivo da escolha do conhecimento de vetores está relacionado ao fato de ser um conteúdo geométrico, bem como a análise do GNU Octave foi utilizada em decorrência de querer saber a eficiência desse programa na assimilação do conhecimento de geometria por parte dos discentes.

Para que a compreensão de vetores seja satisfatória, faz-se necessário uma base consistente sobre o conteúdo de retas e vetores, sendo assim, o trabalho apresenta algumas características fundamentais.

3.1 Direção e sentido de um seguimento orientado de reta

Observando a figura 2, percebe-se que a reta r_1 determina uma direção, que é representada da mesma maneira pela reta r_3 . Enquanto, a reta r_2 indica outra direção. Portanto, todas as retas paralelas, como as retas r_1 e r_3 , têm a mesma direção.

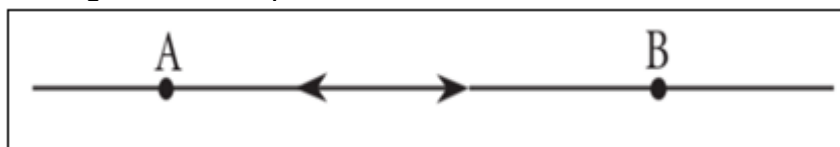
Figura 2 - Retas.



Fonte: WINTERLE, 2014, p. 2.

Observando a figura 3, percebe-se que o ponto A e o ponto B formam uma reta. O movimento de A para B forma um sentido, enquanto, o movimento de B para A forma um sentido oposto ao anterior. Assim, existem dois sentidos para cada direção.

Figura 3 - Dois pontos contidos numa reta horizontal.

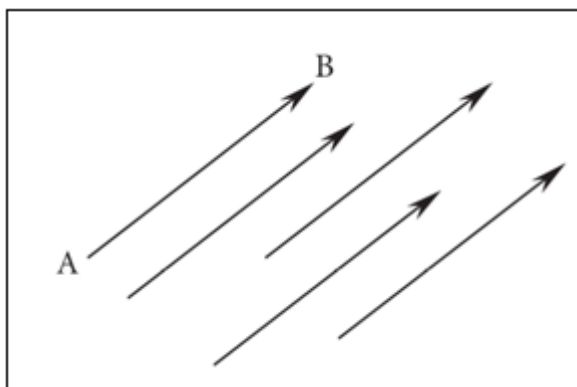


Fonte: WINTERLE, 2014, p. 2.

3.2 Representação gráfica e simbólica.

A representação geométrica de um vetor é feita mediante um segmento orientado, ou com sentido, como o mostrado na figura 4.

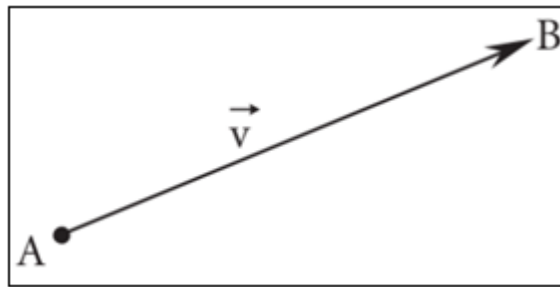
Figura 4 - Representação geométrica de um vetor.



Fonte: WINTERLE, 2014, p. 2.

Enquanto, a representação simbólica é $\vec{v} = \overrightarrow{AB}$, a qual significa que o vetor é um segmento com sentido de A para B, como constado na figura 5.

Figura 5 - Seguimento orientado de reta.

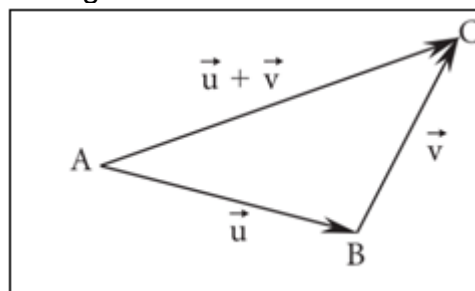


Fonte: WINTERLE, 2014, p. 3.

3.3 Operações com vetores

Para determinar a soma vetorial de dois vetores, ou seja, $\vec{u} + \vec{v}$, é feita a ligação do ponto de partida do vetor $\vec{u} = \overrightarrow{AB}$, que é A, com o ponto final do vetor $\vec{v} = \overrightarrow{BC}$, que é C, assim, obtém-se o vetor resultante, que é o vetor \overrightarrow{AC} da figura 6.

Figura 6 - Soma de vetores.



Fonte: WINTERLE, 2014, p. 7.

A multiplicação de um número real β e um vetor \vec{v} , com $\beta \neq 0$ e $\vec{v} \neq 0$, o módulo do vetor resultante é βv , ou seja, é a multiplicação dos números que representam os módulos. O vetor $\beta \vec{v}$ é paralelo a \vec{v} . Se $\beta > 0$, $\beta \vec{v}$ tem mesmo sentido de \vec{v} e oposto caso $\beta < 0$.

O produto escalar de dois vetores, $\vec{u} \cdot \vec{v}$, em que $\vec{u} = a\vec{i} + b\vec{j} + c\vec{k}$ e $\vec{v} = d\vec{i} + e\vec{j} + f\vec{k}$, é um número real:

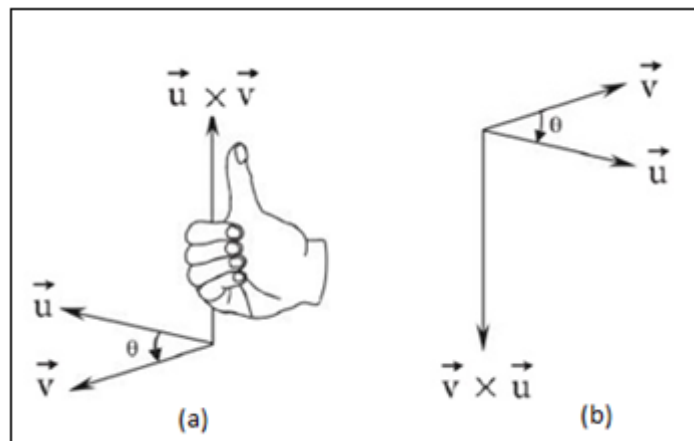
$$\vec{u} \cdot \vec{v} = ad + be + cf \quad (1)$$

O resultado do produto vetorial $\vec{u} \times \vec{v}$ é um vetor. Sendo $\vec{u} = a\vec{i} + b\vec{j} + c\vec{k}$ e $\vec{v} = d\vec{i} + e\vec{j} + f\vec{k}$, o vetor resultante, o qual é simultaneamente ortogonal a \vec{u} e \vec{v} , é calculado por:

$$\vec{u} \times \vec{v} = \begin{vmatrix} b & c \\ e & f \end{vmatrix} \vec{i} - \begin{vmatrix} a & c \\ d & f \end{vmatrix} \vec{j} + \begin{vmatrix} a & b \\ d & e \end{vmatrix} \vec{k} \quad (2)$$

O sentido do vetor $\vec{u} \times \vec{v}$ é determinado pela regra da mão direita como se vê na figura 7. A parte interna da mão deve sofrer uma rotação que parta da direção do vetor \vec{u} para a direção do vetor \vec{v} , pois a ordem do produto começa com o vetor \vec{u} na operação $\vec{u} \times \vec{v}$, e o sentido do vetor resultante será o mesmo sentido que aponta o polegar. Do mesmo âmbito, o sentido do vetor $\vec{v} \times \vec{u}$ é oposto ao do produto anterior, pois a ordem é contrária e, assim, o movimento da mão começa com o vetor \vec{v} .

Figura 7 - Produto vetorial.



Fonte: WINTERLE, 2014, p. 77.

Considerando-se $\vec{u} = a\vec{i} + b\vec{j} + c\vec{k}$, $\vec{v} = d\vec{i} + e\vec{j} + f\vec{k}$ e $\vec{x} = g\vec{i} + h\vec{j} + l\vec{k}$, o produto misto $\vec{u} \cdot (\vec{v} \times \vec{x})$ é um número real dado por:

$$\vec{u} \cdot (\vec{v} \times \vec{x}) = \begin{vmatrix} a & b & c \\ d & e & f \\ g & h & l \end{vmatrix} \quad (3)$$

O módulo do produto misto é numericamente igual ao volume delimitado pelos três vetores, como consequência disto, se o produto misto for nulo significa que os vetores \vec{u} , \vec{v} e \vec{x} são coplanares, ou seja, pertencem ao mesmo plano.

3.4 GNU Octave

Criado em 1988, objetivando a assistência a um livro de projetos voltado aos reatores químicos, o GNU Octave foi criado por James B. Rawling e John G. Ekerdt, o primeiro da Universidade de Winsconsin-Madison e o segundo da Universidade do Texas.

O GNU Octave é uma ferramenta que tem as seguintes vantagens relacionadas ao seu uso no ensino, como: tem a mesma eficiência proporcionada pelo Matlab, isto é, tanto um quanto outro possui comandos semelhantes e a mesma forma de utilização, que é pelas linhas de comando; é software livre e multiplataforma, ou seja, é um programa gratuito com o código fonte disponibilizado e, também, é possível utilizá-lo em dois diferentes sistemas operacionais, o Linux e o Windows, sendo igual a maneira de uso do programa em ambos os sistemas (BARBOSA, 2012).

O efeito da aprendizagem com o intermédio do programa de computador é o fato dos alunos adquirirem a capacidade de moldar seu raciocínio de solução às ferramentas que o software dispõe, ou seja, o método de resolver questões será ajustado, simultaneamente, com a questão cognitiva do indivíduo e com a utilização do software (MISKULIN, 1999).

Logo, os efeitos na assimilação do conteúdo pelo aluno proporcionado por um software livre, a exemplo do GNU Octave, são: a) o aumento na eficiência de retenção das matérias com a possibilidade de haver consultas contínuas ao programa através de atividades empíricas pelos discentes; b) rapidez na aprendizagem, pois os exercícios extensos são resolvidos sem esforço desnecessário; c) com a possibilidade de resolver exercícios mais dispendiosos, torna-se possível resolver problemas reais do cotidiano e, assim, permite o aluno receber, eficientemente, aprendizados que associem o cotidiano com a teoria passada em sala de aula; d) a disponibilidade do manual do software, livremente, também impulsiona o conhecimento; e) com a possibilidade de solução de maior número de casos, o programa permite o estudo de casos mais específicos e, dessa forma, o aluno assimila mais exemplos; f) como possui boa compatibilidade com programas mais populares de processamentos de textos e análise de dados, como o Word e Excel, possibilita aos estudantes terem mais variedades de uso dos dados e, com isso, pode ocorrer o desenvolvimento intelectual, pois há a associação de duas maneiras diferentes de dados (NUNES & BALSÀ, 2008).

Esse software é importante para a análise e para a solução de problemas matemáticos complexos. As vantagens provocadas pela utilização do programa são: a) é um software livre; b) possui um site que explica o seu funcionamento, o qual, em conjunto com a cópia do código fonte, é posto em HTML, bem como, há a possibilidade de ter uma cópia impressa do tutorial; c) além do manual e site, existe o FAQ, que apresenta as respostas das dúvidas mais frequentes; d) se o tutorial e o FAQ não forem suficientes para sanarem as questões, há o help Octava, cujo é uma lista com diálogos sobre as dúvidas no processo de instalação e uso (TEIXEIRA, 2012).

A interface da área de trabalho do GNU Octave tem como principais componentes: a) janelas de comando, onde os comandos são digitados em linhas; b) histórico de comandos, o qual é armazenado as últimas atividades do usuário; c) o editor, que é uma seção que se escreve scripts, as quais possibilitam o processo de salvar as atividades que o usuário realiza no programa, pois pode ser alternado com a janela de comandos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A forma de inserção das variáveis, como vetores, é inserida, em sequência, mediante: 1) coloca-se uma variável como uma letra; 2) põe-se o sinal de igual “=” para armazenar o dado; 3) entre colchetes, põe-se as coordenadas do vetor; 4) para definir o dado como um vetor, separa-se as coordenadas em x, y, z, dentro dos colchetes, mediante vírgulas, em ordem, respectivamente; 5) tecla-se “enter”, conforme mostrado nas figuras 8(a) e 8(b), em que foram declarados os vetores \vec{a} e \vec{b} .

A soma entre dois vetores, mostrado na figura 8(c), é realizada de forma simplória com os seguintes passos: usa-se a soma dessas memórias, isto é, coloca-se o sinal de mais “+” entre as letras que representam os vetores e, em seguida, “enter”.

Figura 8 - Declaração e a soma de vetores.

```
>> a=[2,7,9]
a =
     2     7     9
     .
(a)

>> b=[5,1,4]
b =
     5     1     4
(b)

>> a+b
ans =
     7     8    13
(c)
```

Fonte: Próprio autor.

Os passos que devem ser cumpridos para se realizar o produto de um vetor por um número escalar são: 1) declare o vetor; 2) multiplique o vetor declarado com a componente escalar, não importando a ordem; 3) digite “enter”. Observa-se que o resultado é comutativo.

Figura 9 - Produto de um vetor por um número.

```
>> 3*a
ans =
     6    21    27
(a)

>> a*3
ans =
     6    21    27
(b)
```

Fonte: Próprio autor.

A realização do produto escalar entre dois vetores é calculada com o comando “dot”. Os passos são: 1) escreve-se o comando “dot”; (2) em seguida, os vetores que irão multiplicar-se de forma escalar. Esta operação é comutativa, conforme pode ser observado na figura 10(a) e 10(b).

Figura 10 - Produto escalar dos vetores a e b.

```
>> dot(a,b)
ans = 53
>>
(a)

>> dot(b,a)
ans = 53
>>
(b)
```

Fonte: Próprio autor.

De maneira semelhante, ocorre com o procedimento do produto vetorial, atentando-se para um detalhe, que é visto na última sequência das ações a seguir: 1) digita-se o comando “cross”; 2) entre parênteses, ponha as memórias dos vetores separados por vírgula, só que nesse caso a ordem das memórias ou vetores importa no resultado da operação; 3) digite “enter”.

Figura 11 - Produto vetorial de a e b.

```
>> cross(a,b)          >> cross(b,a)
ans =
    19    37   -33      ans =
   -19   -37    33
      (a)                (b)
```

Fonte: Próprio autor.

Por fim, a ordem de execução do produto misto é três vetores, observando-se que foi criada outra memória para armazenar o terceiro vetor, que no caso é \vec{c} , figura 12a: 1) digite o comando “dot”; 2) entre parênteses, digite os vetores que realizarão o produto escalar; 3) separe a variável anterior, por vírgula, do comando “cross”; 4) em seguida, entre parênteses, põe-se os vetores a e b, que realizarão o produto vetorial, conforme mostrado nas figuras 12b e 12c.

Figura 12 - Produto misto dos vetores a, b e c.

```
>> c=[1,3,2]          >> dot(c,(cross(a,b)))  >> dot(c,(cross(a,b)))
c =
     1     3     2      ans = 64                ans = 64
      (a)                (b)                (c)
```

Fonte: Próprio autor.

Mediante as operações vetoriais realizadas no programa GNU Octave, observou-se que os comandos facilitam o aprendizado desses cálculos por apresentar-se de forma simples através de códigos de simples compreensão, isto é, estes são formados por poucas letras.

Portanto, o discente, quando mexe no GNU Octave, aprende e memoriza de forma mais eficaz as propriedades dos vetores, a exemplo de que a ordem dos entes não importa quando são realizadas operações de soma, produto de vetor com escalar e produto escalar entre vetores. Enquanto, a disposição dos elementos matemáticos importa quando ocorre o cálculo de produto vetorial e produto misto.

5 CONCLUSÃO

O GNU Octave permite ao discente conferir os cálculos para avaliar se está, ou não, de acordo com o valor calculado. Caso não esteja, o aluno refaz a questão e, assim, permite o mesmo perceber onde errou, logo, o aprendizado torna-se eficaz. Com a apresentação de um programa de cálculo, por exemplo, há possibilidade de instigar a curiosidade do discente na pesquisa de outros softwares semelhantes, o que estimulará o aprendizado, pois o aluno irá estudar conceitos que são apresentados em outros softwares. Em função de o programa possuir recursos que possibilitem a mudança de valores, que são variados, podem impor uma visão lógica e simples na solução dos problemas, colaborando para o desenvolvimento dessa habilidade no estudante para a solução das dificuldades do dia a dia.

É vantajoso, para o ensino de Geometria na Engenharia Civil, usar esse programa em decorrência de ser livre e, como consequência, alcançará uma quantidade maior de estudantes, pois permite acesso a instituições e a pessoas de baixo recurso financeiro.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Thiago Henrique. **Octave: uma proposta para o ensino de funções.** 82 f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Ciência e Tecnologia) – Campus Ponta Grossa, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2012.

BELHOT, R. V. A didática no ensino de Engenharia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA, 33, 2005, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Abenge, 2005. p. 1-12.

MARIANI, V. C. ; PRETO, T. M. ; GUEDES, A. L. P. Utilização do Maple, Matlab e Scilab nos cursos de Engenharia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO DE ENGENHARIA, 33, 2005, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: Abenge, 2005.

SGUERRA MISKULIN, Rosana Giaretta. **Concepções teórico-metodológicas sobre a introdução e a utilização de computadores no processo ensino/aprendizagem da Geometria.** 1999. 577 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

MIZUKAMI, M. G. N. Docência, trajetórias pessoais e desenvolvimento profissional. In: **FORMAÇÃO DE PROFESSORES: TENDÊNCIAS ATUAIS**, 1996, São Carlos. **Anais...** São Carlos: EdUFSCar, 1996. p. 59-91.

NUNES, A. M. de A. R. ; Balsa, C. J. da R. O software open source como instrumento pedagógico: aplicação prática à econometria e à matemática. In: XVIII Luso-Spanish Conference on Management - Innovation, Entrepreneurialship, Knowledge and Enterprise in Competitiveness, 2008, Porto. **Anais....** Porto: 2008.

DE SANTANA, J. C. ; MEDEIROS, Q. A utilização do uso de novas tecnologias no ensino de ciências. In: **SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**, 1, 2008, Belo Horizonte. **Bienais...** Belo Horizonte: 2008.

BAREA TAVARES, Neide Rodriguez. A história da informática educacional no Brasil observada a partir de três projetos públicos. **Escola do Futuro**, São Paulo, 2002.

TEIXEIRA, S. R. OCTAVE - Uma Introdução. In: **SEMANA DA MATEMÁTICA**, 26., 2012, Londrina. **Anais...** Londrina: 2012.

TONINI, Adriana Maria. Contexto histórico, econômico e político da engenharia no Brasil: do século XVIII ao século XXI. **Revista de Ensino de Engenharia**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 65-73, jan. 2013.

VALENTE, José Armando. **O computador na sociedade do conhecimento.** Campinas: Unicamp/NIED, 1999.

WINTERLE, Paulo. **Vetores e Geometria Analítica.** 2. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, à Deus. Agradeço à minha mãe Arlene Lima Ferreira.

Agradeço ao meu professor e orientador Me. Adriano Oliveira Alves e à Unichristus por incentivar esta pesquisa.

A utilização da logística escalonada em uma rede de supermercados cearense como diferencial estratégico

Lucas Nicholas Araújo Barbosa.
Bryan Abreu Reategui.
Ana Carolina Lima Pimentel de Faria.

RESUMO

No atual cenário econômico brasileiro, fica cada vez mais complexo conseguir diminuir os custos do trânsito dos produtos para não afetar o critério de desempenho confiabilidade as empresas devem, então, utilizar as ferramentas da logística como uma das formas para melhorar sua eficácia e a eficiência de seus processos para adquirir um diferencial competitivo. Um segmento que necessita cada vez mais de um planejamento logístico efetivo é o de supermercados, devido ao dinamismo na oferta de produtos que estão em constante mudança, incluindo novas melhorias e alterações com frequência.

A logística de suprimentos tem o papel de alinhar essas duas variáveis para manter o custo total baixo e mais rapidez nos processos internos do supermercado. Essa ferramenta irá auxiliar principalmente na redução de estoques, otimização dos processos e eliminação de perdas. A logística escalonada e interna analisa a organização como um todo, desde a direção até o consumidor final. O presente trabalho apresenta uma pesquisa qualitativa do planejamento logístico em um Centro de Distribuição (CD) de uma rede supermercado da cidade de Fortaleza/CE. O presente trabalho procurou utilizar a logística interna da empresa como unidade de análise. A logística utilizada no CD otimiza vários processos, dentre eles o atendimento aos prazos.

Palavras-chave: Logística. Logística escalonada. Supermercados. Gestão de Estoques.

ABSTRACT

In the current Brazilian economic scenario becomes increasingly complex to achieve lower costs of transit of the products so as not to affect the performance criteria reliability businesses must then use the tools of logistics as one of the ways to improve your effectiveness and efficiency of its processes to acquire a competitive advantage. A thread that requires more and more of a logistics planning effective is the supermarket chain, due to the dynamism in offering products that are constantly changing, including new improvements and changes frequently.

The logistics of supplies has the role to align these two variables to keep the overall cost down and faster internal processes. This tool will assist primarily in the reduction of inventory, optimization of processes and elimination of losses. Staggered and internal logistics analyses the Organization as a whole, since the direction until the final consumer. The present work presents a qualitative research of logistics planning in a distribution center (CD) of a supermarket network in the city of Fortaleza. The present study sought to use the company's internal logistics as the unit of analysis. The logistics used in CD optimizes multiple processes, including service to deadlines.

Keywords: Logistics. Staggered logistics. Supermarkets. Inventory management.

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais o cliente requisita preço justo nas mercadorias, no prazo e com a especificação solicitada, e, diante do atual cenário econômico brasileiro, fica cada vez mais complexo conseguir diminuir os custos do trânsito dos produtos para não afetar o critério de desempenho confiabilidade. As empresas devem, então, utilizar as ferramentas da logística como uma das formas para melhorar sua eficácia e a eficiência de seus processos para adquirir um diferencial competitivo.

Para Daskin (1985, apud CAIXETA FILHO, 2010) a logística é definida como: “Planejamento e operação de sistemas físicos, de gerenciamento e de informação necessários para permitir que insumos e produtos vençam condicionantes espaciais e temporais de forma econômica”.

A logística ajuda a realizar metas essenciais para o processo a fim de alcançar e sustentar vantagens competitivas para as empresas. Ela pode controlar o processo de tal forma que acaba permitindo vários ganhos, tais como: maximizar os lucros, reduzir os custos, minimizar estoque e agregar valor aos acionistas (FARIA; COSTA, 2010).

Um segmento que necessita cada vez mais de um planejamento logístico efetivo é o de supermercados, devido ao dinamismo na oferta de produtos que estão em constante mudança, incluindo novas melhorias e alterações com frequência.

O estoque em um comércio varejista de supermercado é sempre necessário, e o desafio diário é buscar o equilíbrio entre a quantidade a ser adquirida e a demanda prevista a fim de garantir a redução de custos em transporte, estocagem de produtos, e para não haver uma discrepância excessiva, faz-se necessário um planejamento estratégico na parte logística dessas organizações.

No Brasil, o segmento de supermercado surgiu por volta da década de 1950. Naquela época era comum buscar a excelência no serviço de todas as atividades isoladas (CABRAL; CRUZ; CARVALHO, 2007). Porém, com o avanço da tecnologia, o fluxo de informações passou a ser praticamente instantâneo, ficou mais difícil aliar a eficiência e eficácia produtiva dentro do comércio varejista.

Fontes (1996, apud FRETTE, 2006) diz que para conseguir reduzir os tempos e custos internos e melhorar a qualidade do serviço é necessário quebrar a barreira que existe entre fluxo físico e de informações.

Onde o fluxo físico é a movimentação de produtos acabados dentro do leiaute do supermercado, e envolve o relacionamento entre pessoas e materiais tangíveis. O fluxo de informações não é tangível, mas é analisado a partir de prévia inclusão de um dado do estoque. Muitas vezes não é possível alinhar essas duas variáveis, devido à grande rotatividade de produtos.

A logística de suprimentos tem o papel de alinhar essas duas variáveis para manter o custo total baixo e mais rapidez nos processos internos do supermercado. Essa ferramenta irá auxiliar principalmente na redução de estoques, otimização dos processos e eliminação de perdas.

A logística escalonada e interna analisa a organização como um todo, desde a direção até o consumidor final.

Segundo Wanke (2007), a distribuição escalonada é quando a organização tem um estoque descentralizado de produtos. Uma variedade de produtos que exige a necessidade de um pulmão, gerando dados para o planejamento do comércio.

Para que os conceitos da distribuição escalonada funcionem é necessária a utilização da logística interna, que analisa o leiaute da organização, a movimentação interna de pessoas e disposição de itens do estoque. Essas variáveis devem ser colocadas dentro do planejamento, pois podem interferir no resultado final.

No segmento estudado, a necessidade de estoque é indiscutível, pois é nela que o consumidor irá atuar. Para atender aos requisitos do cliente há a necessidade de estudar sobre a gestão de estoques, uma vez que ela participa do preço final do produto devido aos seus custos de pedido e, principalmente, de manutenção.

O estoque tem a finalidade de ser um regulador do fluxo da demanda, uma vez que a velocidade de que chegam mercadorias é diferente das que saem (MARTINS; ALT, 2003, apud FRETТА, 2006).

Essa área de estudo é importante para o ramo do comércio varejista, pois o mercado está cada vez mais competitivo e requisita um conhecimento em logística para diminuir seus custos a fim de maximizar o seu lucro.

O presente trabalho apresenta uma pesquisa qualitativa em um Centro de Distribuição (CD) de uma rede supermercado da cidade de Fortaleza/CE. Foi fundamental uma análise detalhada do sistema logístico da empresa para que pudessem ser levantados os dados corretamente e transformados em informações

para se entender a logística escalonada interna aplicada e quais os ganhos estratégicos da organização através desse planejamento.

Assim, este artigo tem o objetivo geral analisar a logística escalonada de uma rede de supermercados cearense.

Para atingir esse fim, a pesquisa terá os seguintes objetivos específicos: descrever a estrutura organizacional de logística interna no CD da empresa estudada, identificar o tipo de relacionamento com os fornecedores e o impacto das políticas de suprimentos nos estoques para empresa; analisar a gestão de estoques dos itens mais relevantes para essa rede de Supermercados e identificar a relação da logística escalonada e o desempenho estratégico da empresa estudada.

A relevância desse estudo dentro deste comércio varejista se dá pela possibilidade de auxiliar outras empresas desse segmento, em especial os pequenos e médios empreendimentos, a atuarem de forma semelhante, contribuindo para reduzir os custos sem afetar a confiabilidade dos processos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Novaes (2014), logística é a ciência que tenta resolver problemas de suprimentos de insumos ao setor produtivo, de distribuição de produtos acabados ou semiacabados entre outros problemas logísticos gerais como localizações estratégicas. Ela tenta englobar tantas restrições espaciais quanto temporais.

A falha por ineficiência logística pode comprometer uma cadeia produtiva de forma significativa. A falta de uma matéria-prima, além de interromper a produção de um produto, pode gerar um custo por ociosidade de mão de obra. A logística tem como um de seus objetivos disponibilizar o produto ao consumidor, no local e momento em que ele precisa (BOWERSOX; CROSS, 2014). Entre as formas de distribuição, existe a distribuição direta e a distribuição escalonada.

Segundo Wanke (2007), a distribuição direta é quando existe um estoque de produto centralizado. Todos os produtos daquele tipo estão situados na mesma região ou local. No entanto, a distribuição escalonada é quando existem estoques descentralizados de um mesmo produto. Dessa forma, a obtenção de um mesmo produto pode ser originada de mais de um local, o que gera a possibilidade de rotas mais otimizadas para o transporte interno de mercadorias.

Novais (2014) afirma que, embora o custo não seja o único critério a ser considerado, a logística tenta obter o resultado mais econômico para a situação.

Os níveis de estoque podem até aumentar com a utilização da logística escalonada (Jayaraman, 1998 e Carter e Ferrin, 1996), mas em alguns casos a diminuição do custo de transporte ainda compensa financeiramente.

Sendo o supermercado um grande comércio varejista, ele precisa de um amplo mix de produtos, gerando uma maior complexidade na gestão de estoque desses itens devido ao alto volume envolvido.

Um dos pontos chaves da logística interna é como vai ser armazenado o produto dentro de uma empresa. A logística interna “refere-se ao processo de recebimento, guarda, controle e distribuição dos materiais utilizados dentro de uma organização” (SOUZA, 2002, p.30).

A logística interna analisa a organização como um todo: indo desde a disposição do estoque, passando pela movimentação física de pessoas e produtos, até o consumidor final. Ela busca competitividade através da adoção de métodos quantitativos de controle de qualidade, da oferta de serviços aos clientes, da formulação de equipes internas interfuncionais e na segmentação da base da cadeia de suprimentos (SERIO, SAMPAIO e PEREIRA, 2007). O conceito de logística interna interage com a definição de logística de suprimentos.

Para Bowersox e Cross (2014), a logística de suprimentos abrange as atividades de compra de matéria prima ou produtos de fornecedores externos. Nela estão incluídas as atividades de planejamento, localização, negociação, transporte, recebimento, inspeção, armazenagem, manuseio e garantia de qualidade dos suprimentos. Seu principal objetivo é dar apoio a linha de produção ou ao setor de vendas, proporcionando compras no tempo certo ao menor custo.

Os estoques formados pelo supermercado devem ser muito bem trabalhados com uma política de estoques equilibrada.

A política de estoque tem basicamente dois extremos: menor custo de oportunidade para manter o estoque, mas com gastos com transporte elevados, ou maior custo oportunidade de manter o estoque, mas com gastos de transporte menores (WANKE, 1999). O equilíbrio é garantido com o balanceamento dos custos de oportunidade com o custo unitário, determinando assim o tamanho de lote ideal.

Como descreve Wanke (1999), para a empresa se prevenir de incertezas na demanda, nos prazos para entrega e falta de produtos, ela deve adotar um estoque de segurança que será funcionará como um amortecedor.

Para garantir o lote ideal é fundamental que haja uma gestão de estoques muito bem alinhada, utilizando de análises de demanda e custos de manter o estoque.

Sabendo dessas incertezas, o gestor deve estar sempre analisando o seu estoque nas instalações físicas da organização, assegurando a movimentação interna para melhorar o desempenho da logística.

3 MÉTODOS

De acordo com Severino (2013, p.70) a “metodologia trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações casuais constantes entre os fenômenos”.

A pesquisa é desenvolvida através de coleta de dados, observação de procedimentos, registros de fatos, levantamento, identificação e catalogação de documentos históricos, entrevista, depoimento, questionário, seguido de um roteiro e definido por um método.

Nessa etapa, apresenta-se a metodologia utilizada para construção desse artigo que se baseia inicialmente em uma pesquisa bibliográfica, de caráter descritivo e exploratório, seguida de um estudo de caso.

Para Yin (1994) e Meirinhos e Osório (2016) a pesquisa qualitativa é uma pesquisa empírica que investiga o fenômeno no contexto no qual ele acontece. Para dar maior enfoque ao objeto pesquisado e abranger maior quantidade de fontes de dados será utilizado à pesquisa qualitativa.

Observa-se este projeto de pesquisa como documental e estudo de caso, pois terá como fonte para coleta de informações, documentos legais e trabalhos publicados, e serão levantados e coletados dados relevantes para a análise da logística na rede de supermercados estudada.

O método de estudo de caso foi escolhido devido à relevância do tema no contexto atual da logística, o caso pode ser generalizado para situações análogas com fins de estruturar uma pesquisa mais abrangente na logística.

As etapas do estudo de caso serão englobadas em sete fases que estão descritas no quadro 1 a seguir e que tem por objetivo responder "como a logística escalonada auxilia na distribuição de produtos de uma rede de supermercados?".

Quadro 1 - Etapas do estudo de caso.

ETAPAS DA PESQUISA	DESCRIÇÃO DA ETAPA
A Empresa	Etapa 1: Caracterização da empresa em estudo.
Instalações	Etapa 2: Visualização e documentação do espaço físico.
Entrevista com gestores a respeito do planejamento do negócio	Etapa 3: Entrevista semielaborada sobre “empresa”, “logística” e “estoque”.
Alinhamento das respostas dos gestores com a pesquisa	Etapa 4: Organização das respostas para atender uma linha de raciocínio lógica.
Apresentação dos resultados obtidos	Etapa 5: Relacionar observação feita nas visitas e a literatura estudada.
Análise e discussão dos resultados	Etapa 6: Análise e demonstração dos resultados na seguindo a forma “o CD”, “logística interna” e “estoque”.
Considerações finais	Etapa 7: Conclusões acerca do estudo de caso e considerações sobre o caso com a revisão bibliográfica.

Fonte: Os autores (2018).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O centro de distribuição

O objeto de estudo deste trabalho é um CD de uma rede de supermercados do município de Fortaleza/CE que fica localizado numa região estratégica próxima à uma rodovia principal do país, auxiliando no recebimento e expedição dos seus produtos.

A empresa atende à quinze lojas espalhadas no Ceará, sendo treze na capital e dois no interior. A principal linha de mercado das lojas é o supermercado, mas ela também atua no mercado do “atacarejo”, que é junção do atacado com o varejo.

A maioria dos produtos demandados pelas lojas são mantidos no CD até que surja a necessidade de ressuprimento daquele produto em qualquer uma das quinze lojas.

O tempo de ressuprimento de cada item é calculado pelo tamanho de estoque permitido e pela demanda pela qual a loja está comumente submetida. As lojas com maiores volumes de vendas de mercadorias são abastecidas diariamente enquanto as menores são abastecidas a cada três dias ou apenas uma vez por semana.

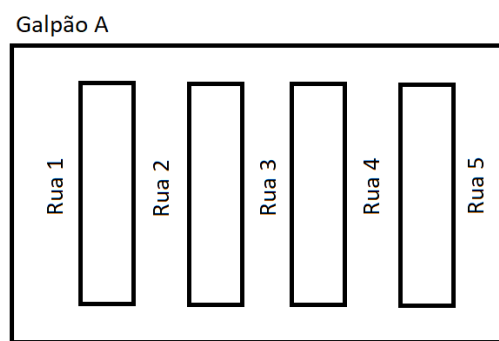
O espaço físico da empresa é separado em duas áreas: de produtos frios e produtos secos. O espaço de produtos frios possui cinco subdivisões por temperatura. Cada faixa de temperatura serve para conservar produtos de diferentes naturezas como frutas, laticínios e carnes. A câmara mais fria, que possui a temperatura de -18°C , é responsável por manter determinados tipos de carne armazenadas adequadamente, enquanto em outra câmara de temperatura 4°C são mantidos alguns tipos de iogurtes por exemplo.

A área destinada aos frios é onde são mantidas a maioria dos produtos da hortifrúti, carnes e produtos derivados do leite. Estes produtos apodreceriam muito rapidamente se expostos a temperatura ambiente. Alguns tipos de carne, como os das novas linhas *Gourmet* precisam de uma atenção especial, pois dependendo da fabricante, a validade deste item pode ser muito curta. Por exemplo: uma carne de

hambúrguer que não pode ficar mais de um dia armazenado devido ser altamente perecível.

Já o espaço para produtos secos fica a maior diversidade de itens do CD. Seguindo um arranjo físico que obedece às normas reguladoras do ramo de armazéns, como manter os produtos de limpeza afastados de certos tipos de mercadorias, o CD possui um sistema de localização para facilitar a alocação de seus produtos, como o da figura 1 a seguir.

Figura 1 – Arranjo físico do CD



Fonte: Os autores (2018).

Mas nem tudo irá circular no CD, alguns produtos vão do fornecedor direto para a loja destino. Para isso, é feito um acordo com o fornecedor e a loja. A empresa entra em contato com o fornecedor para negociação, então são analisados os prazos, capacidade de alocação do produtos e flexibilidade.

4.2A logística interna

O supermercado em estudo, por ter uma grande rotatividade de produtos e grande variedade, utiliza a logística escalonada (descentralizada) que permite um maior giro em um CD mais próximo do varejo e com produtos de baixo custo.

Cada galpão possui grandes porta-paletes onde os produtos são armazenados usando carrinhos paleteiros. O local situado entre dois porta-paletes é chamado de rua. Cada estante possui subdivisões em todo seu comprimento onde são chamados de Prédios. Cada prédio possui subdivisões no que se refere à sua altura, denominado nível.

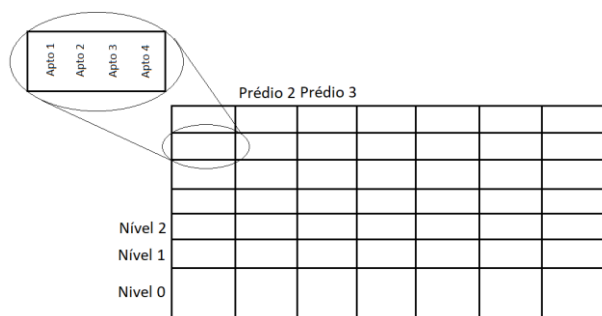
Através do prédio e do nível, a localização do produto se torna mais fácil. Porém, algumas famílias de produtos, por ocuparem pouco espaço, não utilizam em

totalidade todo o prédio, daí a necessidade de subdividir esses espaços (endereçado por prédio e nível) em apartamentos.

O nível mais superior de todas as porta-paletes possui uma altura muito menor do que o teto do centro do CD. Devido a isso, os estoques de segurança do CD ficam alocados nesse nível.

A localização, portanto, é composta pelas seguintes informações: Galpão-Rua-Prédio-Nível-Apartamento. Esse conjunto de informações é chamado de endereço do produto. Através do cadastro de todas as famílias de produtos, sua localização se torna bastante facilitada, como é demonstrado na figura 2 abaixo.

Figura 2 – Endereço dos produtos

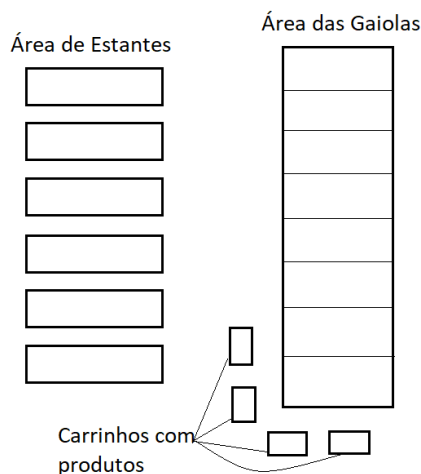


Fonte: Os autores (2018).

Quando o produto é vendido na loja, o programa ERP da empresa já registra a baixa desse item. Todos os dias, uma pessoa é responsável por gerar um relatório de todos os produtos que foram vendidos em todas as lojas.

No relatório mostra a quantidade de cada produto que deve ser separada para postagem e seus respectivos endereços. O operador, utilizando um carrinho, vai percorrendo todas as ruas indicadas e recolhendo a devida quantidade de produtos. O carrinho é então abandonado próximo de quinze regiões que representam as lojas da empresa. Essas regiões denominam-se gaiolas e estão representadas a seguir na figura 3.

Figura 3 – Visão superior do layout



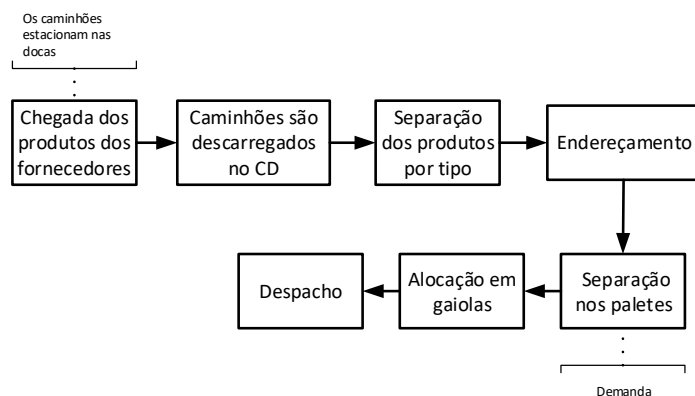
Fonte: Os autores (2018)

Outro operador possui a demanda que cada loja solicita para ser reabastecida. Esse colaborador é responsável em selecionar naqueles carrinhos os produtos de cada loja e colocá-lo na respectiva gaiola.

Como esse serviço de abastecimento das gaiolas é feito diariamente, quando o caminhão chega no CD para carregar o veículo, o motorista e seus ajudantes apenas colocam todos os produtos presentes nas gaiolas das lojas que estão na rota.

Para melhor visualização do fluxo de movimentação dos produtos no CD, a figura 4 mostra como é, de forma simples, o deslocamento dos itens que transitam internamente.

Figura 4 – Fluxo de movimentação dos produtos



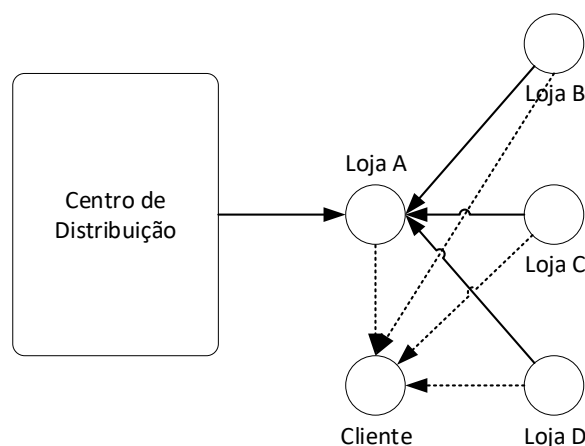
Fonte: Os autores (2018).

A organização dos caminhões acontece de acordo com a roteirização, sendo o primeiro palete com produtos a entrar será o último a ser descarregado na loja. A forma que os produtos serão distribuídos no interior do caminhão dependerá das especificações de cada um deles observando a norma vigente de higiene e conservação de alimentos. Quando os produtos chegam nas lojas os funcionários das mesmas descarregam o caminhão e conferem o que está sendo entregue.

As lojas desempenham um papel importante na logística da organização, pois elas têm autoridade de delegar quem executa o descarregamento do caminhão, determina as janelas de entrega, além de possuírem restrições devido à localização, como por exemplo, os horários de maior movimentação nos centros da cidade.

Embora cada loja possua um estoque de segurança, em algumas ocasiões ocorre à falta de determinado produto e para que o cliente não fique prejudicado, todas as outras unidades possuem a opção de fornecer o produto em falta, disponibilizando a mercadoria diretamente para a loja requisitante ou realizar a entrega no domicílio do cliente.

Figura 5 – Logística descentralizada nas lojas



Fonte: Os autores (2018).

Dessa forma, além do CD que é o local de estoque para todas as lojas, as próprias lojas podem trocar produtos entre si para que o cliente não fique sem o produto, caracterizando a adoção de uma logística escalonada. Dessa forma, gera-se flexibilidade e velocidade para o gestor e não causa grandes impactos na empresa pela falta de um produto.

4.3 Estoque

Cada loja tem um pulmão de sete dias para eventuais problemas de reabastecimento e contam com um ressuprimento diário ou em dias alternados para garantir que os produtos sejam comprados pelos clientes.

Para gerenciar todo o estoque de produtos no CD e nas lojas, a organização utiliza um sistema ERP que é interligado com todas as lojas, tornando a comunicação mais eficiente. Este sistema é responsável também por monitorar as validades dos produtos, e para auxiliar o controle operacional são colocados adesivos coloridos para indicar se o vencimento está próximo.

4.4 Fornecedores

Para um fornecedor poder entrar na cadeira de suprimentos da empresa é feito uma lista de verificação com as características de qualidade desejáveis, tanto no produto quanto no processo do fornecedor. Caso ocorra a falta algum atributo, o setor de qualidade retornará para uma nova visita de inspeção no intervalo de 30 dias.

Após o fornecedor ser aprovado, ele precisará ser auditado pela gestão da qualidade do CD semestralmente ou anualmente. Desta forma, a gerência possui um acompanhamento mais criterioso de seus fornecedores.

Caso ocorra anomalias que causam atrasos longos na entrega do produto, o fornecedor e o setor logístico deverão entrar em acordo para que este problema não ocorra novamente. Em caso de reincidência não justificada, o fornecedor é desligado imediatamente da cadeia de suprimentos do CD.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou utilizar a logística interna da empresa como unidade de análise. Tal fato conduziu que se adotasse uma abordagem interdisciplinar onde a empresa é vista com a utilização de conceitos retratados na pesquisa bibliográfica que incluem a logística e comércio varejista.

A empresa em estudo utiliza a logística escalonada como um dos principais suportes em seu diferencial competitivo de foco no atendimento ao cliente. A empresa se destaca em toda região metropolitana por raramente deixar o cliente sem o produto que ele deseja comprar.

Dessa forma, o consumidor muitas vezes está sujeito a pagar um preço mais elevado nos produtos a serem comprados para ter a certeza de que precisará apenas ir a um supermercado para concluir sua lista de compras.

Logo, a empresa obtém um ganho na lucratividade por conseguir atender as necessidades dos clientes. Um reflexo na qualidade dos produtos e serviços ofertados, tornando-se um grande diferencial.

Este tipo de logística interna tem se mostrado eficiente para suprir as necessidades da empresa e se tornou essencial na cadeia de suprimentos gerando flexibilidade e mitigando impactos de possíveis desabastecimento de mercado. A logística utilizada no CD otimiza vários processos, dentre eles o atendimento aos prazos.

Para controlar a movimentação é utilizado o sistema de endereçamento nos produtos. Este sistema otimiza a alocação de produtos que ainda serão armazenados ou localização dos que foram requisitados pelas lojas.

Com base nessa perspectiva, foi apresentado o procedimento que responde ao objetivo da pesquisa, uma vez que a metodologia teve a capacidade de construir o sistema logístico da rede de supermercado, possibilitando identificar, organizar e analisar os aspectos mais importantes.

A política de ressurgimento das lojas, seja diário ou em dias alternados, mostra suprir a necessidade atual da empresa sem que ocorra muitas anomalias. Dessa forma a empresa não sente a necessidade de um controle mais preciso em seus estoques de segurança nas lojas e no CD.

Além da logística interna do CD, há produtos que não circularão pelo mesmo. Esses produtos vão do fornecedor direto para a loja destino. Para isso, é feito um acordo com o fornecedor e a loja. A empresa entra em contato com o fornecedor para negociação, então são analisados os prazos, capacidade de alocação do produtos e flexibilidade.

Ainda sobre o relacionamento com fornecedores, caso este não atenda a uma solicitação do CD, o CD entra em contato com o fornecedor para averiguar o acontecido e negocia uma melhor solução. Caso ainda não seja possível a solução, o

CD avalia a urgência do produto e pode adquirir o produto em um distribuidor ou outro fornecedor.

Como sugestão para estudos posteriores, a importância da logística escalonada como diferencial estratégico em outros ramos empresariais mostrará uma visão diferente da utilização desse recurso em outros meios.

REFERÊNCIAS

BOWERSOX, Donald J.; CROSS, David J.; COOPER, M. Bixby.; BOWERSOX, John C. **Gestão Logística da Cadeia de Suprimentos** 4ª Ed. Editora Bookman, 2014.

CABRAL, A.; CRUZ, E.; CARVALHO, T. **Logística e distribuição: uma abordagem conceitual dos temas nos dias de hoje**. Belo Horizonte, 2007.

CAIXETA FILHO, José Vicente. Logística para a agricultura brasileira. **Revista Brasileira de Comércio Exterior**, v. 103, p. 18-30, 2010.

FRETTA, M. C. Logística de suprimentos: **um estudo de caso na Rede de Supermercados Imperatriz**. Florianópolis, 2006.

NOVAES, A. G. Logística e gerenciamento da cadeia de distribuição: **estratégia, operação e avaliação**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, António. **O estudo de caso como estratégia de investigação em educação**. EduSer-Revista de educação, v. 2, n. 2, 2016.

SERIO, L. C. D.; SAMPAIO, M.; PEREIRA, S. C. F. A evolução dos conceitos de logística: **um estudo na cadeia automobilística no Brasil**. Revista de Administração e Inovação, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 125-141, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. Cortez editora, 2017.

SOUZA, P T. **Logística Interna: modelo de reposição semi-automático de materiais e suprimentos. Um estudo de caso no SESC**. Santa Catarina, 2002. 104 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina.

WANKE, P. **Aspectos fundamentais da gestão de estoques na cadeia de suprimentos**. Artigo on line Cel Coppead, 1999.

WANKE, P. Distribuição direta ou distribuição escalonada: **A visão da indústria numa rede de transporte simples**. Centro de Estudos em Logística–COPPEAD. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

YIN, R. **Case study research: design and methods**. London: Sage, 1994.

AVALIAÇÃO DE RUÍDO E STRESS TÉRMICO EM AMBIENTES LABORAIS DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL

Aureliano Soares da Silva Neto¹

Lucas Nicholas Araújo Barbosa²

Cesar Bündchen Záccaro de Oliveira³

RESUMO

Os riscos ambientais físicos de ruído e calor estão presentes nas diversas atividades desenvolvidas no setor da construção civil. Estes, podem ocasionar danos à saúde dos trabalhadores deste setor. O presente trabalho investigou os níveis de ruído e de stress térmico na operação de uma betoneira e de uma maquina em um canteiro de obras de uma edificação vertical localizada no município de Fortaleza - Ceará. A metodologia utilizada foi baseada nos Anexos 1 e 3 da Norma Regulamentadora 15. Para a medição dos parâmetros físicos, utilizou-se um decibelímetro e um medidor de stress térmico para avaliar a exposição ao ruído e ao calor ocupacional, respectivamente. Como resultado, obteve-se valores de ruído acima do permitido por esta norma, obrigando o empregador a adquirir equipamento de proteção individual para seus empregados. Em relação ao calor, identificou-se ainda a condição térmica satisfatória durante o uso da maquina e insatisfatória durante o uso da betoneira. De acordo com a avaliação realizada, foram sugeridas ações de prevenção e correção das condições ambientais encontradas no canteiro de obra a fim de garantir a segurança e saúde dos trabalhadores. O estudo mostrou que os níveis de ruído ultrapassam o limite permitido na NR-15 e ações corretivas urgentes devem ser tomadas para evitar possíveis danos à saúde do trabalhador.

Palavras-chave: Riscos Ambientais Físicos. Ruído. Stress Térmico. Ergonomia.

ABSTRACT

The physical risks of noise and heat are present in the various activities in the construction sector. These can cause damage to the health of workers in this sector. The present work investigated the levels of noise and thermal stress in the operation of a cement mixer and a chop saw in a construction site of a vertical building located in the city of Fortaleza-Ceará. The methodology used was based on Annexes 1 and

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com

3 of the Regulatory Standard 15. For the measurement of physical parameters, using a decibel meter and one meter of thermal stress to assess exposure to occupational noise and heat, respectively. As a result, noise values obtained above permitted by this standard, forcing the employer to purchase personal protective equipment for their employees. In relation to the heat, still identified the thermal condition satisfactory while using the chop saw and unsatisfactory when using the mixer. According to the evaluation, were suggested prevention and correction of environmental conditions found in the construction site to ensure the safety and health of workers. The study showed that noise levels exceed the limit allowed in NR-15 and urgent corrective actions must be taken to avoid potential damage to the health of the worker.

Keywords: Physical Environmental Risks. Noise. Thermal Stress. Ergonomics.

1 INTRODUÇÃO

O Setor da construção civil possui elevada importância no número de empregos, tendo uma participação relativa da Construção Civil na População Ocupada Total de 8,48% no ano 2015 (CDIC, 2018). Ao considerar os diversos setores de atuação e as atividades desenvolvidas ao longo do tempo na construção civil, os trabalhadores permanecem expostos a diversas situações de riscos, ocupando assim a 5ª posição em ocorrências de acidentes, com 8,62 % do total de acidentes em 2013 (PROTEÇÃO, 2015).

Além dos acidentes de trabalho, têm-se ainda os afastamentos do trabalho, os quais são muitas vezes decorrentes dos riscos ambientais presentes no ambiente laboral e que desencadeiam doenças ocupacionais ou doenças profissionais durante a vida laboral do trabalhador. São diversas situações encontradas no ambiente de trabalho, estas envolvem desde a infraestrutura física, máquinas, produtos químicos e recursos humanos. Os riscos ambientais por sua vez podem diversificar-se ao longo das etapas do processo da construção civil, desde a fundação até o acabamento.

Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), os riscos ambientais são definidos pela NR-09 (Norma Regulamentadora 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) que considera riscos ambientais os agentes físicos, químicos e biológicos existentes nos ambientes de trabalho que, em função de sua natureza,

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com

concentração ou intensidade e tempo de exposição, são capazes de causar danos à saúde do trabalhador. Dessa forma, considerando-se os diversos riscos presentes na construção civil, identifica-se que os riscos ambientais físicos de Ruído e Calor estão presentes na maioria dos casos de acidentes de trabalho.

Dentre as justificativas para a realização deste trabalho, pode-se citar a fadiga e o cansaço físico devido ao calor, bem como as perdas auditivas desenvolvidas pelo ruído, que resulta perda auditiva irreversível.

Este artigo teve como objetivo analisar os níveis de ruído e calor durante algumas atividades presentes em um canteiro de obra na cidade de Fortaleza – CE. Como objetivos específicos, expor os valores de ruído e calor encontrados, a dose de ruído e o calor aos quais os trabalhadores estão expostos e apresentar as ações recomendadas para cada caso analisado.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, serão abordados conceitos dos temas trabalhados no presente artigo, sendo eles: 2.1. Ruído e 2.2. Stress Térmico - *Calor*.

2.1 RUÍDO

O ruído é um conjunto complexo de diversas vibrações medido em escala logarítmica, apresenta como unidade de medida o decibel (dB) bem como particularidades de intensidade, frequência e duração (LIDA, 2005). De acordo com Oliva (2011) suas particularidades irão impactar diretamente de forma negativa na saúde dos colaboradores, atuando inteiramente no comportamento destes, podendo causar problemas de atenção, memória, provocando redução e perdas auditivas.

Para Lida (2005), dentro de certos limites, parece que não é propriamente o ruído, mas a intermitência dos mesmos que provocam alterações do desempenho do trabalhador. O autor também afirma que, em geral, ruídos mais agudos são menos tolerados.

Para delimitar os níveis de ruídos intermitentes ou contínuo que o trabalhador está sendo sujeito no ambiente de trabalho deve-se adotar a metodologia e os

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com

procedimentos de avaliação dos agentes nocivos estabelecidos pelas Normas de Higiene Ocupacional (NHO) da FUNDACENTRO (NHO-01) e os limites de tolerância estabelecidos pela NR15, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Os equipamentos para medir ruído ocupacional são chamados de medidores de nível de pressão sonora nos quais se destacam o decibelímetro e o dosímetro. O anexo 1 da NR-15 apresenta os limites para o ruído ocupacional, onde especifica a obrigatoriedade do uso de protetores auriculares se o ruído for igual ou superior a 85dB (A) para uma jornada de 8 horas e valor máximo de 115dB (A).

1.2 STRESS TÉRMICO (CALOR)

O calor refere-se às trocas térmicas entre o ambiente e o organismo, podendo ocorrer na forma de condução; por convecção e por radiação (SALIBA, 2015); evaporação que corresponde ao processo de transformação de um líquido para a fase gasosa e metabolismo, que é o calor gerado pelo metabolismo basal resultante da atividade física (SALIBA, 2015).

Barsano (2013) descreve que quando o ser humano é submetido a uma sobrecarga térmica ocorre um stress térmico que promove reações fisiológicas internas que desencadeiam respostas de controle como: sudorese, aumento de pulsação e da temperatura interna do corpo, desequilíbrio na quantidade de água e sais. Da mesma forma SESI (2008) relata que a exposição em excesso ao calor pode ocasionar fadiga, diminuição de rendimento, erros de percepção e raciocínio, esgotamento, prostração, desidratação e câimbras. Aguiar (2011) descreve da seguinte forma, “O agente físico calor, tem-se que é a grande força motriz do desconforto térmico e fadiga, podendo proporcionar desde problemas digestivos, falta de atenção, problemas cardíacos, problemas de pressão, desmaios, diminuição da produção entre outros”.

Desta forma, o organismo humano experimenta sensações de conforto térmico ao perder para o meio ambiente o calor produzido pelo metabolismo compatível com sua atividade (FROTA; SCHIFFER, 1998).

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com

A Norma Regulamentadora 15, em seu Anexo III determina que para identificar a sobrecarga térmica a qual um trabalhador é submetido, deve-se utilizar o Índice de Bulbo Úmido e Termômetro de Globo (IBUTG) (NR-15, 2007). Este parâmetro é também utilizado na Norma de Higiene Ocupacional nº 6, onde também avalia a exposição do trabalhador ao calor.

3 MÉTODOS

Primeiramente fez-se uma pesquisa de campo na cidade de Fortaleza/CE para identificar a possível obra da construção civil a ser analisada e considerar atividades e a exposição ao ruído dos respectivos funcionários, tais referidos ao estudo. Esta obra é caracterizada como uma obra de edificação residencial de 4 pavimentos com 8 apartamentos por pavimento e possui 14 funcionários que se encontra na etapa de revestimento interno, sem irradiação solar direta. Todos os funcionários realizam mais de uma atividade e são avaliadas as atividades desenvolvidas pelos mesmos no caso do ruído, já no caso do Calor, os ambientes são avaliados independentes do funcionário que está trabalhando no momento. Para tanto, foram analisadas algumas atividades específicas existentes na obra e, devido a frequência e intensidade de ruído das atividades. Tais atividades foram analisadas aleatoriamente durante as visitas, e percebido a problemática que as mesmas proporcionavam aos funcionários quanto aos níveis de ruídos gerados. O calor foi avaliado durante a realização das atividades na etapa de acabamento: fabricação de argamassa, corte de cerâmica (piso) para os apartamentos, carpintaria. Em relação ao horário de refeição, os trabalhadores almoçam em um restaurante localizado nas adjacências do canteiro de obras. É importante ressaltar que o local do almoço não foi avaliado neste estudo. As medições de ruído e stress térmico foram realizadas em visitas com duração de uma hora e meia cada, criando assim, uma padronização na coleta de dados.

3.1 RUÍDO

As medições de ruído foram realizadas próximas ao ouvido do trabalhador que utilizava os equipamentos em suas respectivas atividades. Para a mensuração da medição global fez-se uso de um decibelímetro da marca Minipa, modelo MSL-

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com

1325A. A metodologia de medição do ruído baseou-se na NR-15, Anexo 1, em dB(A) com resposta lenta e na NHO-01, utilizando um medidor portado pelo avaliador. Destaca-se que o ruído foi medido durante o uso dos equipamentos ao longo de um curto período de tempo nas suas respectivas atividades, caracterizando como um ciclo de exposição para posterior cálculo da dose de exposição diária de ruído a qual o trabalhador estava exposto, conforme Equação 1.

$$Dose = \frac{C_n}{T_n} \times 100 \% \quad (1)$$

Onde, C_n é o tempo total diário em que o trabalhador fica exposto a um nível de ruído específico

T_n Tempo máximo diário permissível a este nível, exposto no Anexo I da NR-15.

Após a análise dos dados obtidos, verifica-se os trabalhadores tem direito ao adicional de insalubridade.

3.2 STRESS TÉRMICO

As medições de calor foram realizadas no local de trabalho do trabalhador. Para as medições de calor, utilizou-se um medidor *stress térmico* da marca ASKO, modelo AK887. A metodologia para medição do stress térmico foi realizada a partir da NHO-06 e do Anexo 3 da NR-15 prescrevem o uso do IBUTG para a avaliação da exposição ao calor. De acordo com Gosling e Araújo (2008),

O IBUTG funciona como um indicador, englobando tanto fatores causadores da sobrecarga térmica (alta temperatura, metabolismo, calor radiante e alta umidade relativa do ar) quanto seus atenuadores (ventilação do ambiente, baixa umidade relativa do ar e baixa temperatura).

As medições do stress térmico foram realizadas no posto de trabalho e no local de descanso e comparadas com os limites de tolerância do Anexo nº 3 da NR-15.

O procedimento para determinação do IBUTG exige o uso dos seguintes aparelhos: termômetro de bulbo úmido natural, termômetro de globo e termômetro de mercúrio comum. Sendo necessário que medições sejam efetuadas no local onde permanece o trabalhador, à altura da região do corpo mais atingida. O IBUTG pode

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com

ser calculado para ambientes internos e externos, diferenciando-se por um termo referente ao termômetro de bulbo seco, conforme pode ser observado nas Equações 2 e 3. O $IBUTG_{INT}$ considera ambientes internos ou externos sem a carga solar e o $IBUTG_{EXT}$ considera ambientes externos com carga solar (irradiação direta).

$$IBUTG_{INT} = 0,7tb_n + 0,3t_g \quad (2)$$

$$IBUTG_{EXT} = 0,7tb_n + 0,2t_g + 0,1tb_s \quad (3)$$

Onde:

t_{bn} = temperatura de bulbo úmido natural

t_g = temperatura de globo

t_{bs} = temperatura de bulbo seco

Os valores do $IBUTG$ calculados a partir da medição dos parâmetros t_{bn} , t_g e t_{bs} são comparados com os Quadros III, II e I da NR-15, Anexo 3, sequencialmente para identificar se a atividade desenvolvida pelo trabalhador é insalubre.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para facilitar o entendimento, os resultados são apresentados em forma de gráficos e tabelas, o ruído medido foi separado entre os níveis de exposição de cada trabalhador e os níveis mínimo, médio e máximo das atividades mais frequentes nesta fase de acabamento e o calor é avaliado no local de descanso, e prioritariamente nos pavimentos mais frequentados pelos trabalhadores. Para as medições de stress térmico, foram divididas em dois turnos de coleta.

4.1 Ruído

Os dados de ruídos, e como primeiro artifício, foram buscados os níveis de ruído para cada atividade, expondo os níveis mínimos, médios e máximos, onde tais estão expostos no Gráfico 1. Na Tabela 1, informa mais detalhado os dados do Gráfico 1, podendo fazer uma leitura mais adequada do mesmo.

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com

Tabela 1 – Atividades e seus respectivos níveis de min, méd. e máx.

CÓDIGO	ATIVIDADES	MÁXIMO	MÉDIO	MÍNIMO
AT1	LIMPEZA DA BETONEIRA	92,5	90,5	88,5
AT2	DESOBSTRUÇÃO DA ÁREA DE CHUBAMENTO DO PORTAL C/ PONTEIRA	102,5	99,05	96
AT3	CORTE DE CERAMICA C/ MAQUITA	113,5	107,8	98,5
AT4	EXECUÇÃO DO GABARITO NO MURO COM A SERRA CIRCULAR	104,5	104,0	103,0
AT5	ACABAMENTO DA ESCADA C/ PONTEIRA	97,5	93,3	89,0
AT6	RETRABALHO DA PORTA C/ PONTEIRA	98,5	96,8	95,0
AT7	TALHANDO A AREA DA FECHADURA DA PORTA C/ TALHADEIRA	93,0	90,2	87,5
AT8	DESOBSTRUÇÃO E ACABAMENTO FECHADURA DA PORTA C/ FURADEIRA	101,5	100,8	100,0
AT9	ASSENTAMENTO DE CERAMICA C/ MARRETA BORRACHA	103,0	87,8	80,5

FONTE: Autores (2018)

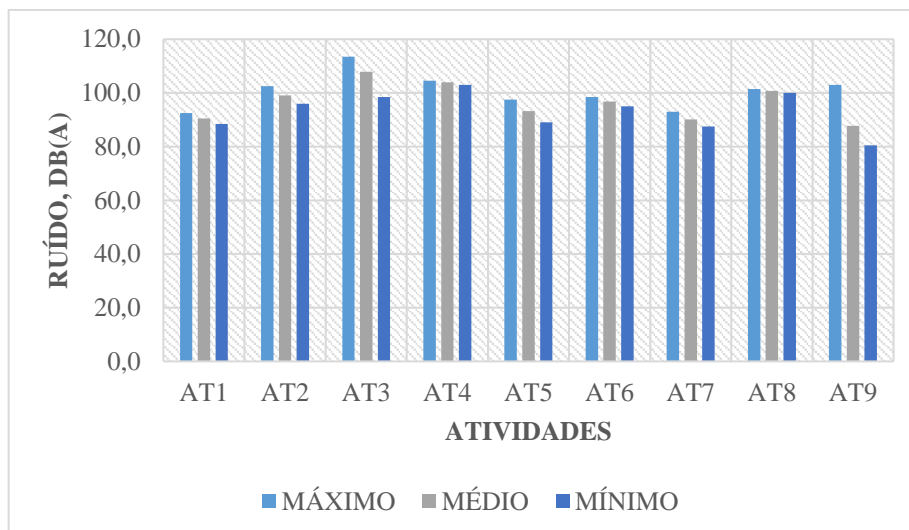
De acordo com a Tabela 1, é percebido que a atividade de assentamento de cerâmica com marreta de borracha teve a média do nível de ruído menor dentre as outras atividades, com o valor de 87,8 dB (A), e a atividade que obteve a média maior foi corte de cerâmica com maquina, com o valor de 107,8 dB (A). Logo, é possível identificar que tais atividades ultrapassam os limites previstos no Anexo I da NR-15, ou seja, 85 dB (A).

Gráfico 1 – Gráfico de representação que expõe os níveis de ruído mín., méd., e máx., das atividades

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com

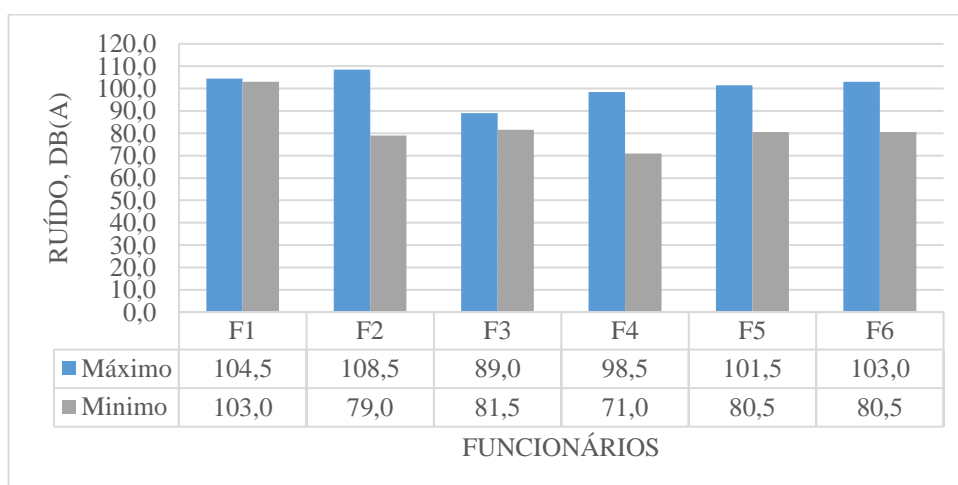


Fonte: Autores (2018)

Por sua vez, todas as atividades com seus respectivos níveis de ruído ultrapassam limites previstos no Anexo I da NR-15.

E, como segundo artifício para o manuseio dos dados coletados, se obteve em suas medições respectivos níveis de ruído para cada funcionário durante suas atividades. No Gráfico 2, é representado os níveis que tais trabalhadores são expostos ao longo da sua jornada de trabalho.

Gráfico 2 – Representa os níveis expostos aos trabalhadores concernentes aos seus ambientes de trabalho



Fonte: Autores (2018).

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com

É possível identificar que o ambiente laboral sem o uso de algumas ferramentas e maquinários está dentro do nível de pressão sonora permitido e, a partir da Equação I, e dos dados de ruído e duração das atividades, conseguimos obter resultados coerentes. No entanto, as medições só foram possíveis em dois turnos de acompanhamento, no qual cada turno tem o período de 90 minutos, foi calculado a dose para o período de 180 minutos para funcionários aonde foi possível realizar uma coleta com dois turnos, e a dose de período para apenas 90 minutos para funcionários que só foi possível realizar a medição durante um turno, e na Tabela 2 nos mostra as doses para cada funcionário. Porém, como previstos no Anexo I da NR-15, para realizar análises, os níveis têm que ser superiores a 85 dB (A). Diante disso, os funcionários, F3 e F4 não puderam participar do estudo vigente.

Tabela 2 – Doses % para seus respectivos funcionários

FUNCIONÁRIOS	DOSE %
F1	15,75
F2	27,66
F5	21,43
F6	42,08

Fonte: Autores (2018)

No entanto, como a coleta foi feita em um período inferior a uma jornada de trabalho padrão (8 horas), é necessária à sua adequação para a jornada completa, Tabela 3, nos mostra a dose diária absorvida por cada trabalhador.

Tabela 3 – Dose diária % com ajustamento para jornada para cada trabalhador

FUNCIONÁRIO	DOSE DIÁRIA % ABSORVIDA POR TRABALHADOR
F1	42,00%
F2	73,70%
F5	57,10%
F6	112,20%

Fonte: Autores (2018)

De acordo com a tabela 3, o funcionário 01(F1), não é necessário passar por medidas protetivas. Entretanto, os funcionários 02 e 05 (F2 e F5), estão com suas

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com

doses entre 50% a 100% no qual se refere ao nível de ação. Logo, devem ser iniciadas ações preventivas de forma a minimizar a probabilidade de que as exposições a agentes ambientais ultrapassem os limites de exposição, assim está previsto na NR-09. No caso do funcionário 06 (F6), a dose excedeu o percentual de 100%. Por sua vez, exigirá adoção imediata de medidas de controle.

Fazendo uso da Equação 1, a dose de ruído para os F2, F5 e F6 superou o percentual de 50% previsto no item 9.3.6.1 da NR-9, tornando-se uma atividade insalubre. Para atenuar o efeito do ruído, os pedreiros utilizavam em algumas atividades o protetor auricular tipo concha.

Diante do exposto, são recomendadas adoções de medidas preventivas e corretivas visando a redução da dose diária. Por sua vez, de acordo com Proteção (2013), a utilização de protetor auricular tipo plugue em conjunto com o tipo concha só é recomendado em situações especiais, em que o nível de ruído seja muito elevado (acima de 100 dB (A) e a atenuação oferecida por um único tipo de protetor seja insuficiente para atenuar o ruído extremo a níveis toleráveis, previstos na NR 15, Anexo 1. Então, procurar protetores auditivos que tenham uma alta atenuação, e que sejam eficazes diante do proposto.

4.2 Stress Térmico

Os parâmetros do stress térmico medidos e o valor do $IBUTG_{INT}$ calculado estão dispostos na Tabela 4.

Tabela 4 - Valores de Stress Térmico medidos durante o horário de trabalho em locais das concernentes atividades

LEITURA	TURNO	HORA	LOCAL DE MED.	UR%	TG	TBN	TBS	IBUTG
1		13:18	2ª Pavimento	57,1	30,1	23,5	-	25,5
2		13:28	2ª Pavimento	52,0	29,7	22,8	-	24,9
3		13:39	1ª Pavimento	54,4	30,0	23,2	-	25,2
4	B	13:50	1ª Pavimento	52,0	30,1	22,9	-	25,1
5		14:00	Pilotis	51,3	30,1	22,9	-	25,1
6		14:11	Pilotis	51,7	30,1	22,9	-	25,1
7		14:20	1ª Pavimento	65,0	30,0	26,1	-	27,3

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com

8		14:34	2ª Pavimento	54,7	29,7	23,0	-	25,0
9		15:36	Pilotis	54,2	30,8	24,1	-	26,1
10		15:54	1ª Pavimento	26,1	30,6	23,9	-	25,9
11		16:13	1ª Pavimento	55,1	30,5	23,7	-	25,7
12	A	16:25	1ª Pavimento	58,3	30,4	23,8	-	25,8
13		16:35	1ª Pavimento	60,1	30,3	23,9	-	25,8
14		16:46	Pilotis	59,6	30,1	23,9	-	25,8
15		17:06	Pilotis	51,1	30,2	22,9	-	25,1

Fonte: Autores (2018)

Conforme supracitado, a obra encontra-se na etapa de revestimento interno e o local de trabalho não possui irradiação solar direta. Relacionando a Tabela 1 com a Tabela 4, durante as medições de calor na área do pilotis as atividades executadas conforme o observado, AT1 e AT4, respectivamente, limpeza da betoneira e execução do gabarito do muro com a serra circular. No 1ª Pavimento as atividades executadas na área, AT2, AT3, AT5, AT6 e AT9, respectivamente, desobstrução da área de chumbamento do portal com ponteira, corte de cerâmica, acabamento da escada com ponteira, retrabalho da porta com ponteira, assentamento de cerâmica com marreta de borracha. No 2ª pavimento, as atividades executadas, AT7 e AT8, talhando a área da fechadura da porta com talhadeira e desobstrução e acabamento fechadura da porta com furadeira, respectivamente.

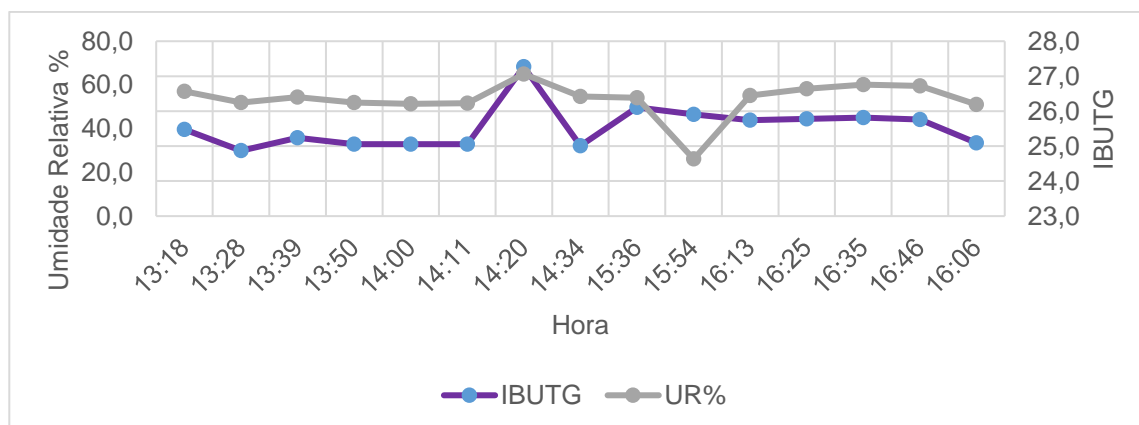
Abaixo temos o Gráfico 3, que representa o comportamento da umidade relativa e do IBUTG durante dois turnos de medição, em relação ao tempo.

Gráfico 3 – Umidade relativa e IBUTG durante dois turnos de medições, em relação ao tempo

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com



Fonte: Autores (2018)

Visando identificar se o ambiente é salubre aos trabalhadores, o Quadro III da NR-15 (Anexo 3) exige a caracterização das atividades realizadas. Desta forma, na Tabela 5 se encontra as devidas especificações. O local de descanso é caracterizado como *leve*. Esta caracterização representa a energia gasta pelo metabolismo dos trabalhadores enquanto estes desenvolvem suas tarefas diárias. A Tabela 5 apresenta uma avaliação baseada nos Quadros 3, 2 e 1 do Anexo 3 da NR-15.

Tabela 5 – Avaliação do Stress Térmico quanto aos quesitos da NR-15, Anexo III

DADOS		CONF. QUADRO N.º3		CONF. QUADRO N.º2		CONF. QUADRO N.º1	
LOCAL	ATIVIDADE	IBUTG	TIPO DE ATIVIDADE	Kcal/h	IBUTG MÁX	M (Kcal/h)	
Pilotis	Descanso	25,1	Sentado em repouso	100	-	-	-
	AT1	25,1	Leve	150	-	-	-
	AT4	25,1	Moderado	220	250	28,5	Adequado
1ª Pav.	AT2	25,2	Moderado	175	175	30,5	Adequado
	AT3	25,7	Moderado	220	250	28,5	Adequado
	AT5	25,8	Moderado	180	200	30,0	Adequado
	AT6	27,3	Moderado	175	175	30,5	Adequado
	AT9	25,8	Moderado	175	175	30,5	Adequado
2ª Pav.	AT7	25,5	Moderado	180	200	30,0	Adequado
	AT8	25,0	Moderado	220	250	28,5	Adequado

Fonte: Os autores, 2018

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com

A partir dos dados expostos, pode-se constatar que todos os locais avaliados estão salubres para calor, considerando-se os requisitos da NR-15. Caso contrário ao apresentado seja qualquer atividade, sendo um ambiente insalubre, é obrigado o empregador a pagar o adicional de insalubridade. De acordo com a orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho Seção de Dissídios Individuais (Subseção I), tem direito ao adicional de insalubridade o trabalhador que exerce atividade exposto ao calor acima dos limites de tolerância, inclusive em ambiente externo com carga solar, nas condições previstas no Anexo 3 da NR 15 da Portaria Nº 3214/78 do TEM (TST, 2018). Desta forma, seria necessário a inclusão de medidas de prevenção e controle da exposição ao calor para reduzir a fadiga e o cansaço físico do trabalhador, tais como redução do tempo de exposição ao calor por hora de trabalhada, ou seja, hidratação e aumento do intervalo durante a jornada de trabalho, a adequação da ventilação e alternância de operações que geram exposições a níveis mais elevados de calor com outras que não apresentem exposições ou impliquem exposições a menores níveis, resultando na redução da exposição horária (BRASIL, 2018).

5 CONCLUSÃO

Com base nos resultados obtidos durante o recolhimento de dados sobre as atividades envolvidas no processo de construção, foi observado que o local de trabalho contém riscos ambientais significativos, sendo caracterizados como insalubres em alguns casos. No entanto, algumas ações preventivas podem ser tomadas para manter os níveis de ruído e stress térmico dentro do padrão estabelecido.

Na obra estudada, é possível observar que atividades que utilizam equipamentos elétricos, como maquina para corte de cerâmica, aproximam-se do teto de ruído pela NHO-01, 115 dB(A). O empregador deve tomar ações corretivas para controlar os níveis de ruído imediatamente. As atividades que necessitam de ação corretiva são as que executam seu serviço por meio de equipamentos, como ponteira, maquina, serra circular, furadeira e marreta de borracha.

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com

Levando em consideração os equipamentos que emitem maior ruído, o funcionário que sofre mais é o funcionário 6 que pode receber até 112,2% da dose diária de ruído, necessitando de ações de controle urgentes.

Ações preventivas devem ser tomadas a fim de dispersar o ruído, a exemplo temos a mudança do local de corte da cerâmica, transferindo-o do 2º pavimento para o térreo, uma área ampla contendo apenas pilares. Algumas ações podem reduzir a dose de ruído absorvida pelo trabalhador, mas deve-se levar em consideração a Organização do Trabalho, pois uma mudança no Layout pode atrasar os serviços e acarretar um atraso na entrega da obra.

Pode-se concluir que nas atividades analisadas, a maquina, a furadeira e a serra circular produziram níveis de ruído acima do admissível. Devendo estes sofrerem ações de controle a fim de garantir a integridade física do trabalhador.

Como podemos descrever na metodologia, o stress térmico foi mensurado sem a incidência de irradiação solar direta. Os locais onde foram realizadas as medições, mostraram valores aproximados de IBUTG, com exceção do 1º pavimento que ficou com o maior índice, de 27,3 IBTUG. Este aumento pode ser explicado devido à elevação da taxa de umidade relativa que tem influência na temperatura de bulbo úmido natural

Na mesma obra, os valores de IBUTG se mostraram adequados aos requisitos da NR-15. Visto que, as atividades executadas na obra não passam de ações moderadas no ambiente de trabalho e sem exposição a irradiação solar direta, portanto, não são necessárias ações corretivas.

Em razão dos resultados obtidos, verifica-se que apesar da ausência de irradiação solar direta, o tipo de atividade realizada pelo trabalhador exige grande esforço físico do mesmo, tendo um consumo elevado de energia metabólica. Para enquadrar o trabalho dentro dos parâmetros previstos na NR-15, sugere-se a melhoria da ventilação do ambiente de forma natural. Caso não seja possível, têm-se a possibilidade de realizar um rodízio entre os trabalhadores com autorização de uso da betoneira, aumentando os seus tempos de descanso.

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com

Para efeito de pesquisa, sugerimos uma análise mais detalhada e abrangendo a jornada de trabalho por completa a fim de garantir maior veracidade nos dados e melhor avaliação dos resultados.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Laís Alencar de. Metodologias de Análise de Riscos-APP & Hazop. **Rio de Janeiro**, 2011.

BARSANO, P. R., Segurança do trabalho: **guia prático e didático**. ed 1. Erica, São Paulo, 2013.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma de Higiene Ocupacional - NHO 01 - Avaliação da exposição ocupacional ao ruído**. FUNDACENTRO, 2001. Disponível em:< <http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/normas-de-higiene-ocupacional/publicacao/detalhe/2012/9/nho-01-procedimento-tecnico-avaliacao-da-exposicao-ocupacional-ao-ruído>>. Acesso em: 06 de maio de 2018.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Norma de Higiene Ocupacional - NHO 06 - Avaliação da exposição ocupacional ao calor**. FUNDACENTRO, 2018. Disponível em:< <http://www.fundacentro.gov.br/biblioteca/normas-de-higiene-ocupacional/publicacao/detalhe/2018/1/nho-06-avaliacao-da-exposicao-ocupacional-ao-calor>>. Acesso em: 06 de maio de 2018.

BRASIL, Serviço Social da Indústria. **Manual de Segurança e Saúde no Trabalho**. São Paulo: SESI, 2008.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR – 15 - ATIVIDADES E OPERAÇÕES INSALUBRES**, estabelecido pela Portaria MTE nº1.297, de 13 de agosto de 2014. Disponível em: < <http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras> >. Acesso em: 05 de maio de 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR – 6 - EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL – EPI**, estabelecido pela Portaria MTb nº 870, de 06 de julho de 2017. Disponível em:< <http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras> >. Acesso em: 06 de maio de 2018.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **NR – 9 - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS**, estabelecido pela Portaria MTb nº 871, de 06 de julho de 2017. Disponível em:< <http://trabalho.gov.br/seguranca-e-saude-no-trabalho/normatizacao/normas-regulamentadoras> >. Acesso em: 05 de maio de 2018.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. **Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho Seção de Dissídios Individuais (Subseção I)**. Disponível em: <<http://brs02.tst.jus.br/cgi-bin/nph-brs?d=BLNK&s1=173&s2=bddi.base.&pg1=NUMS&u=http://www.tst.gov.br/jurisprud>>

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com

encia/brs/nspit/nspitgen_un_pix.html&p=1&r=1&f=G&l=0>. Acesso em: 15 de maio de 2018.

CDIC, Câmara Brasileira da Indústria da Construção. **PIB Brasil e Construção Civil**, 2018. Disponível em: <<http://www.cbicdados.com.br/menu/pib-e-investimento/pib-brasil-e-construcao-civil>>. Acesso em: 14 abr. 2018

FROTA, A. B.; SCHIFFER, S. R. **Manual de conforto térmico**. São Paulo: Nobel, 1998.

IIDA, Itiro. **Ergonomia: Projeto e Produção**. Ed. Edgard Blucher LTDA., 2ªed. São Paulo. 2005.

OLIVA, Flavia Cardoso et al. Mudança significativa do limiar auditivo em trabalhadores expostos a diferentes níveis de ruído. **Revista da sociedade brasileira de fonoaudiologia**. vol.16, n.3, p. 260-265, 2011.

PROTEÇÃO. Anuário Brasileiro de Proteção, 2015. Segue o prejuízo: Acidentes típicos, de trajeto e óbitos são os que mais preocupam. **Revista Proteção**, Novo Hamburgo, Brasil, 2015. Disponível em:<http://www.protecao.com.br/materias/anuario_brasileiro_de_p_r_o_t_e_c_a_o_2015/brasil/AJyAAA>. Acesso em: 02 de maio de 2018.

PROTEÇÃO. Anuário Brasileiro de Proteção. 2013. Proteção auricular. **Revista Proteção**, Novo Hamburgo, Brasil, 2013. Disponível em:<http://www.protecao.com.br/materias/p_r_o_t_e_c_a_o_responde/p_r_o_t_e_c_a_o_auricular/J9jiAc>. Acesso em: 18 de junho de 2018.

SALIBA, T M. **Curso Básico de Segurança e Higiene Ocupacional**. São Paulo: LTR. 6ª ed. 2015.

¹ Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – aureliano.soares@gmail.com

² Graduando de Engenharia de Produção - Unichristus – l.nicholasbarbosa@gmail.com

³ Doutor em Engenharia de Processo – UNIT - cesarbundchen@hotmail.com

Eficiência energética: Retrofitting de sistema de iluminação e conceito MT&R.

Arnon Augusto Mourão Farias^{1*}

Francisco Rodrigo Paulino de Magalhães²

RESUMO

Esta publicação foi baseada no custo gerado pelo consumo de energia das lâmpadas situadas nas dependências do bloco D da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Através do levantamento desses números, foi realizado um balanço de eficiência energética propondo o *retrofitting*, ou, a substituição do atual sistema de iluminação com lâmpadas fluorescentes tubulares e bulbos por lâmpadas com tecnologia LED, com foco em aplicabilidade para uso comercial e residencial. Ao decorrer do trabalho serão expostos os valores de consumo em kWh (quilowatt hora) e custo semestrais referentes às lâmpadas atuais e às lâmpadas LED, bem como o conceito de MT&R (monitoring, targeting & reporting) e a análise de viabilidade do projeto.

Palavras-chave: consumo de energia. eficiência energética. *retrofitting*. iluminação. *mt&r*.

ABSTRACT

This paper is based on a research on the cost generated by the energy consumption of the D block dependencies's lamps in the University of Fortaleza (UNIFOR). Through the gathering of these numbers, an energy efficiency review was carried out proposing retrofitting, or, the current illumination system's substitution from tubular fluorescent lamps to new ones with LED technology, focusing on applicability for commercial and residential use. Throughout this paper it'll be presented the consumption's value in kWh (kilowatt hour) and the semestral cost referent to the current bulbs and the LED bulbs, as well as MT&R (monitoring, targeting & reporting) concept and project viability.

Keywords: energy consumption. energy efficiency. retrofitting. illumination. *mt&r*.

¹ (IC) Aluno, Engenharia Elétrica, Universidade de Fortaleza – CCT, arnonfarias@gmail.com
² Professor, Engenharia Elétrica, Universidade de Fortaleza – CCT, rodrigo@unifor.br

1 INTRODUÇÃO

A eficiência energética consiste em obter o melhor desempenho na produção de um serviço com o menor gasto energético sem comprometer o rendimento dos processos. Existem alguns fatores que contribuem para o desperdício de energia, o mau aproveitamento dela é um exemplo, que chega ao consumidor porém nem sempre é devidamente aproveitada de forma eficiente.

Por meio da implementação de medidas e estratégias é possível combater o desperdício gerado na sua utilização. Para colocar em prática o conceito do estudo de eficiência energética, foi proposto realizar um retrofit nas instalações elétricas do ambiente estudado, onde será proposta a modernização de alguns equipamentos que compõem o sistema de iluminação do ambiente.

Os problemas mais frequentes relacionados à iluminação consistem em:

- Aproveitamento inadequado da iluminação natural;
- Utilização inadequada de lâmpadas em função da atividade e local;
- Desconhecimento de conceitos luminotécnicos;
- Ausência de manutenção preventiva (comprometimento do sistema);
- Comportamento dos usuários.

A escolha correta das lâmpadas pode atribuir, além de conforto visual, economia de energia elétrica. A eficiência luminosa, o índice de reprodução de cores e a vida útil são os aspectos que mais devem ser evidenciados para o projeto de um sistema de iluminação. Seja na elaboração deste, reformas ou na implantação de programas de conservação e uso eficiente de energia.

A avaliação do sistema de iluminação compreende uma etapa importante no gerenciamento de energia e no uso racional de energia elétrica, focos deste estudo.

De acordo com o conceito *MT&R* existem diversas maneiras da indústria e do comércio melhorarem os seus desempenhos energéticos. O retrofitting incorporando tecnologias mais eficientes, aqui proposto, é uma delas.

A intenção desta publicação é, além de informar, propor a substituição das lâmpadas fluorescentes tubulares atuais utilizadas na iluminação de residências e comércios, por lâmpadas de tecnologia LED, e baseados no estudo da eficiência, comprovar a redução no consumo de energia elétrica e nos custos gerados. Neste caso, expondo o investimento necessário para a substituição dos equipamentos, como também o tempo de retorno desse investimento através de um *payback* simples.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O gerenciamento de energia vem como uma forma direta de abordar a eficiência energética propondo ações administrativas, técnicas e por vezes trazendo discussões sobre uso adequado desta.

Para especialistas da área, as técnicas para o consumo de energia consistem em aplicar sistematicamente modelos que já possuem comprovação prática como no caso do *MT&R*.

Segundo Tripp (2004, p.7), “O monitoramento da energia, o estabelecimento de metas e a comunicação (*MT&R*) é a atividade que usa a informação sobre o consumo de energia como base para o controle e gerenciamento desta, de modo a reduzi-lo.”

Para tanto e propondo uma modernização no sistema de iluminação, é abordado o conceito de *retrofitting*.

Partindo do *retrofitting* em sistemas de iluminação, temos que em alguns casos é necessária a substituição dos equipamentos, já em outros apenas o desenvolvimento de novo projeto luminotécnico. A própria economia de energia gerada com a modernização do sistema de iluminação pode pagar o investimento inicial do projeto.

“O consumidor que pretende adquirir um equipamento elétrico nem sempre dispõe das condições para avaliar a eficiência do produto, considerando o consumo de energia elétrica” (BORELLI, 2013). É importante, porém, conhecer as necessidades do ambiente e as características dos equipamentos. Por exemplo, o horário de utilização das luzes ou a capacidade de luminância de cada uma e as atividades que são realizadas no local.

Aplica-se, então, uma maior imersão ao gerenciamento do projeto pelo princípio do *MT&R*. Dixon (2004, p.8) traz o seguinte:

É importante salientar que o *MT&R* não é um substituto para o *retrofit*, mas o complementa. Muitas vezes provê informações úteis durante a implementação desta medida, tornando-a mais eficaz. Também fecha o “ciclo contábil”, fornecendo realimentação sobre a melhoria do desempenho por meio de medidas implementadas.

Portanto, tem de ser destacado separadamente o conceito de *MT&R* e o de *retrofitting*, temas desse estudo.

3 MÉTODOS

Este estudo foi realizado através de contagem da quantidade de lâmpadas das dependências do bloco D da UNIFOR, atentando para a potência e referência de cada uma afim de encontrar sua substituta equivalente em LED na relação watts – lúmens (potência – luminância). Para viabilizar o cálculo do consumo, foi garantido o acesso aos dias e horários de funcionamento de cada sala de aula, com isso, foi calculado primeiramente o consumo semanal e, com o intuito de ter uma ideia mais completa do tempo de retorno do investimento, feito o cálculo do consumo semestral.

Foi obtido acesso também a que tipo de tarifa o bloco D da Universidade de Fortaleza se enquadra, que no caso, seria Horosazonal Verde, Grupo A4 – 13,8kV (quilovolts), classe: comércio, serviços e outras atividades. Para esse tipo de tarifa, segundo pesquisa no site da própria ENEL, a cobrança é dividida em dois tipos: tarifas dentro do horário de ponta, que corresponde ao consumo nos horários de 17:30h às 20:30h, e tarifas fora do horário de ponta, que corresponde ao consumo nas demais horas do dia. Onde o horário de ponta, custa R\$1,54604 em média para cada quilowatt consumido e o horário fora de ponta, custa R\$0,42345 analogamente.

Com o intuito de organizar de forma mais didática o estudo, foram realizados cálculos para cada pavimento, separando as salas e banheiros de acordo com a quantidade de lâmpadas, e os corredores. Com isso, e tendo posse dos horários de funcionamento das salas e dos valores das tarifas, como citado acima, foi calculado o custo por semestre de cada pavimento do bloco D na universidade e posteriormente somados os valores de cada um.

Os cálculos de consumo, para efeito comparativo, foram feitos com base nas lâmpadas já instaladas (lâmpadas fluorescentes tubulares e bulbos) e nas lâmpadas LED substitutas equivalentes. Para saber o quanto seria preciso investir, foram feitas pesquisas com alguns fornecedores e considerados para o experimento, valores no pior cenário econômico (valor para pessoa física) e disponibilidade no mercado local.

Em resumo, o *MT&R* do projeto foi feito a partir da coleta de dados nominais e do tempo de funcionamento dos equipamentos, seguido do orçamento de aquisições para a reforma e da projeção de custos baseada na informação gerada pelo processo de monitoramento, afim de alcançar redução no consumo elétrico e verificar as economias alcançadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após feitos todos os cálculos, foi observado que ao realizar a modernização do sistema de iluminação, a Universidade teria uma economia de 44,78% na conta de energia do bloco D, mantendo o mesmo nível de luminância em todas as salas, corredores e demais ambientes.

A manutenção para troca e compra dos equipamentos gerariam despesas. O gasto com as novas lâmpadas, por exemplo, gera um custo inicial alto (Tabela 1) por conta do preço – custo esse, maior que as das atuais por se tratar de uma tecnologia recente – contudo, o projeto se viabiliza e, a partir disso, essa renovação dos equipamentos não seria mais apenas uma aposta e passaria a ser um investimento de retorno financeiro a médio prazo.

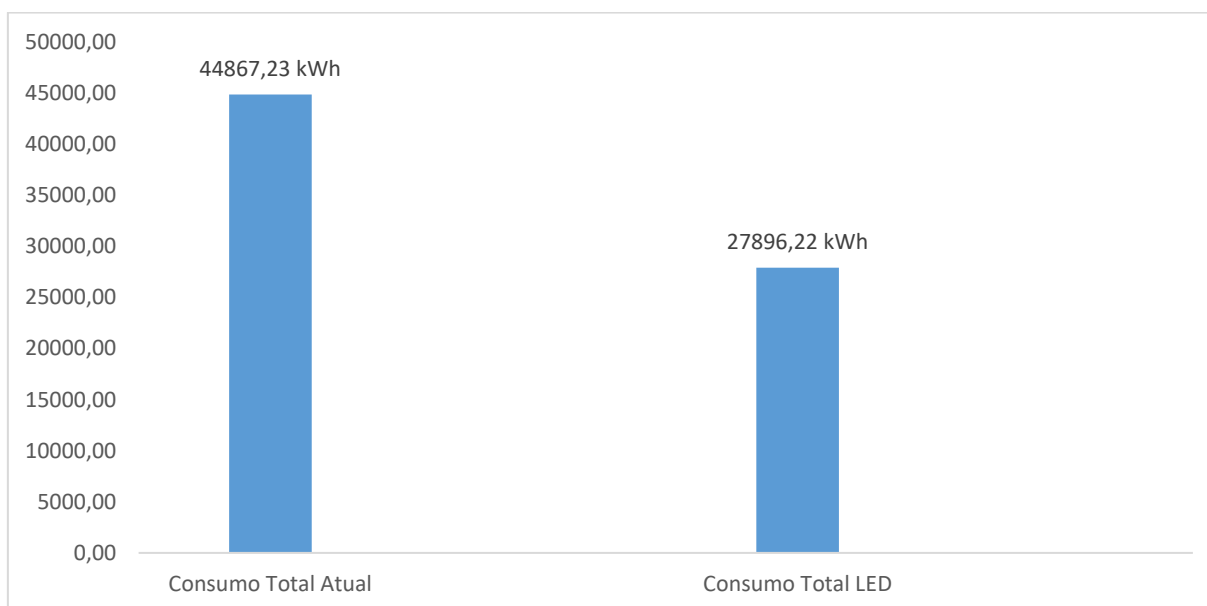
Tabela 1 - Investimento em novo equipamento

LED - TIPO	Total de lâmpadas	Preço por Unidade	Preço Total
19W TUBULAR 120cm	2128	R\$ 33	R\$ 70.224,00
10W TUBULAR 60cm	36	R\$ 25	R\$ 900,00
7W BULBO	20	R\$ 15	R\$ 300,00

Fonte: Própria (2015).

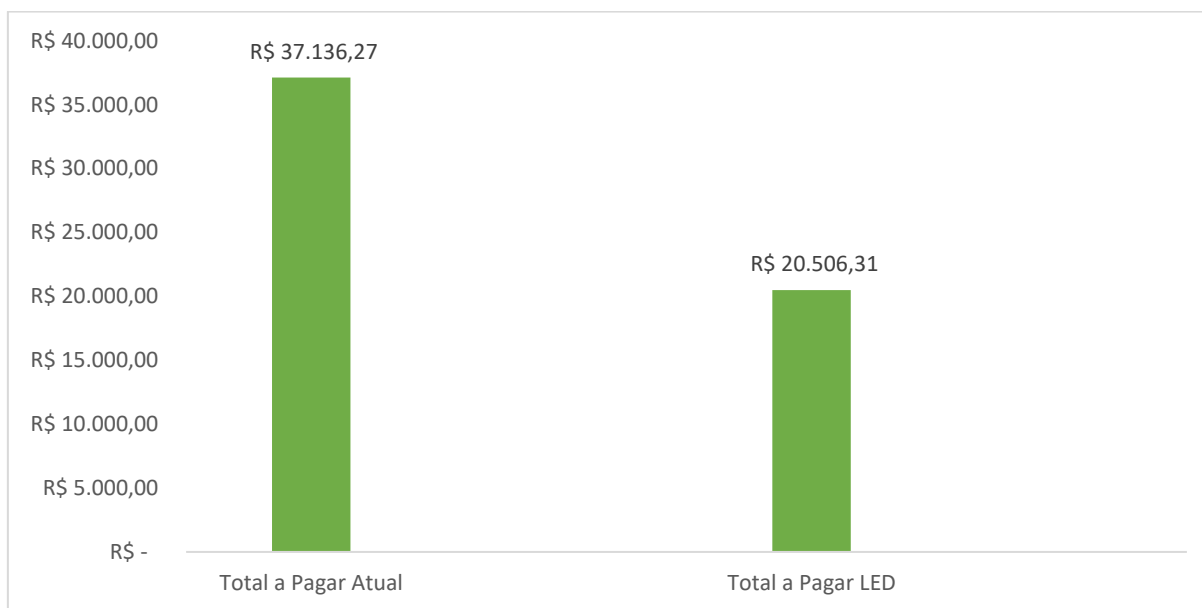
O consumo cairia vertiginosamente com a utilização das novas lâmpadas e passaria a ter uma economia de 16.971,01 kWh por semestre, refletindo diretamente na conta de energia, que também cairia em R\$ 16.629,96.

Gráfico 1 - Comparativo de consumo semestral em kWh



Fonte: Própria (2015).

Gráfico 2 - Comparativo de consumo semestral em R\$



Fonte: Própria (2015)

Com um investimento por volta de R\$ 71.000,00, seria obtido o retorno desse montante já no 5º semestre após a implantação do novo sistema de iluminação, tendo uma economia de mais de R\$ 11.000,00 ainda neste mesmo semestre.

Gráfico 3 - Payback simples



Fonte: Própria (2015).

Ao todo foram analisados 9 corredores, 79 salas de aula, 3 almoxarifados e 6 banheiros além das rampas e de uma área com iluminação externa do bloco. Considera-se também a durabilidade do novo equipamento, cerca de duas vezes maior que a do atual com a capacidade de iluminação ainda melhor.

5 CONCLUSÃO

Atualmente a energia no Brasil encontra-se de forma abundante principalmente se buscada de forma renovável e eficiente, diferente de outrora onde havia crise energética com apagões por todo o país. Porém, tão importante como sua disponibilidade interna a custos competitivos é o uso que se faz dessa energia na produção dos serviços que ela proporciona.

A eficiência energética tem a vantagem de apresentar medidas em que os investidores são os maiores beneficiados, onde o capital investido apresenta períodos de retorno aceitáveis. O investimento, ainda alto, propõe a médio prazo redução dos gastos atuais e tem atraído os olhares mais atentos para a proposta, principalmente em época de recessão no país.

No âmbito residencial com proporções ainda bem menores a nível individual, porém com o mesmo percentual econômico, o retrofitting na iluminação passa a ser não coadjuvante, mas um complemento essencial para economia no consumo se somado a outras tecnologias auxiliares como painéis solares fotovoltaicos ou mini turbinas eólicas residenciais. Já a nível coletivo, no caso de condomínios, é notório seu impacto sobre o consumo de energia se levarmos em consideração também o uso de geradores elétricos à diesel convencionais ou aerogeradores (já encontrados em muitos empreendimentos), principalmente durante os horários de ponta para redução dos gastos.

Na indústria e no comércio nota-se uma onda, ainda pequena, porém crescente das novas formas de economia energética com implantações de roof tops de painéis fotovoltaicos e programas de conscientização, além é claro, do retrofitting nos sistemas de iluminação. Todos os setores podem, e devem de fato, buscar de imediato a eficiência energética. Para isso pode-se aproveitar a atual maior disponibilidade e concorrência de equipamentos de diversos fabricantes, que consequentemente buscam vender a preços competitivos.

Com este exposto, toma-se conhecimento dos benefícios da modernização não só no setor de iluminação do Bloco D da Universidade de Fortaleza, como a publicação mostra, mas também para quaisquer outros segmentos.

Consolidada uma base teórica acerca do retrofitting e prática em pesquisas de campo e laboratoriais, o estudo sugere esta reestruturação para aplicabilidade da eficiência econômica projetada.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Benjamim Ferreira de., BORELLI, Reinaldo., GEDRA, Ricardo Luís. Gerenciamento de Energia: Ações Administrativas e Técnicas de Uso Adequado da Energia Elétrica. 1ª edição. 5ª reimpressão. São Paulo – SP: Editora Érica Ltda, 2013
- BEN. Balanço Energético Nacional. Ministério de Minas e Energia, 2004, Brasília – DF
- ENEL. Critério de Tarifas aplicadas. Taxas fixadas pela Resolução Homologatória da ANEEL N° 968, de 19/04/2010, com aplicação a partir de 22/04/2010. Fortaleza – CE
- FILHO, João Mamede. Instalações Elétricas Industriais. 8ª edição. Rio de Janeiro – RJ: Editora LTC, 2010
- TRIPP, Doug., DIXON, Stephen. Tradução: HAHN, Andreas A. Monitoração, Verificação e Gestão de Índices: Guia avançado. Rio de Janeiro – RJ: Gráfica da Eletrobrás, 2004
- TECMACHINE. Retrofitting (reforma) em equipamentos. Techmachine: Automação e Máquinas Industriais. 2015. Disponível em: <<http://www.tecmachine.ind.br/retrofitting.php>>. Acesso em: 11/11/2015

AGRADECIMENTOS

Primeiramente à Deus por me ter dado o dom da vida e força para superar as dificuldades; à minha família pelo apoio e o amor incondicional; à Universidade de Fortaleza e em especial ao meu coordenador de curso e orientador Francisco Rodrigo Paulino de Magalhães por me proporcionar essa oportunidade de engrandecimento acadêmico; e à Unichristus por ceder espaço para explanação da minha publicação.

MODELO DE ARTIGO COMPLETO

INICIANTES EM INVESTIMENTOS NO MERCADO FINANCEIRO: CONDICIONANTES PARA O ÊXITO.

Edissa Moreira da Silva ¹

Felipe Abner Nogueira Soares²

Bruno Chaves Correia-Lima³

RESUMO

Investimentos financeiros no mercado futuro requerem um aprofundamento técnico e prático de profissionais que administram recursos confiados por investidores. Este artigo busca analisar habilidades que um investidor iniciante deve ter para começar uma carreira exitosa no mercado financeiro. Especificamente, foram analisadas habilidades operacionais para investimentos em dois produtos: petróleo futuro e dólar futuro. Para alcançá-los foram realizadas entrevistas com três experientes investidores da Mont Saint Capital S.A. Na composição do referencial teórico foi observado a inexistência de pesquisas com semelhante abordagem desta, assim a tornando, quanto aos objetivos, exploratória. Como resultado, foram encontradas algumas das principais habilidades que o iniciante deve possuir, como paciência, disciplina e persistência. Para investimentos no petróleo futuro, é necessário possuir conhecimentos político-econômicos mundial e suas variações históricas; e no dólar futuro precisa-se compreender como funciona os contratos futuros de dólar e dominar as ferramentas de operações *day-trade*. Conclui-se que as habilidades

¹Graduanda do curso de Administração, Centro Universitário Christus, edissa.moreira@gmail.com

²Graduando do curso de Administração, Centro Universitário Christus, felipeabnsoares@gmail.com

³Doutor em Administração, Centro Universitário Christus, brunoccl@hotmail.com

identificadas são primordiais para iniciar uma carreira no mercado financeiro, contudo, o modo de operar é individual e pessoal para cada *trader*.

Palavras-chave: Investimentos. Mercado Futuro. Petróleo Futuro. Dólar Futuro. Carreiras de Sucesso.

ABSTRACT

Financial investments in the futures market require a technical and practical deepening of professionals who manage funds entrusted by investors. This article seeks to analyze skills that a novice investor must have to start a successful career in the financial market. Specifically, operational skills were analyzed for investments in two products: future oil and future dollar. To reach them, interviews were conducted with three experienced investors of Mont Saint Capital S.A .. In the composition of the theoretical reference, the inexistence of researches with similar approach of this was observed, thus making it, as far as the objectives, exploratory. As result, we found some of the main skills that the beginner must have, like patience, discipline and persistence. For investments in future oil, it is necessary to have global political and economic knowledge and their historical variations; and about the future dollar it is need to comprehend how dollar futures contracts work and domain the tools of day-trade operations. It is concluded that the identified skills are primordial to start a career in the financial market, however, the way of operating is individual and personal to each trader.

Keywords: Investments. Futures Market. Oil Futures. U.S. Dollar Futures. Successful Careers.

1 INTRODUÇÃO

O significado de investidor, segundo o dicionário da língua portuguesa, é a pessoa física ou jurídica que aplica as suas disponibilidades na compra e venda de ações e títulos negociados no mercado de capitais. Contudo a prática investir requer estudo e dedicação, e não se resume em uma venda ou em uma compra. Para um iniciante em aplicações financeiras seu principal investimento é em acrescentar

conhecimentos aliando-os a prática. Este artigo terá como problemática central quais são as habilidades necessárias que um investidor iniciante deve possuir para começar uma carreira no mercado financeiro.

O mercado financeiro, atualmente, possui um gama de possibilidades de produtos financeiros, não se resumindo somente em ações, mas, incluindo, ativos agrícolas, industriais e comerciais. A bolsa de valores brasileira é a BM&FBOVESPA, possui quatro segmentos de investimentos: Mercado de Renda Variável, Mercado de Renda Fixa, Mercado de Câmbio e Mercado de Derivados.

O mercado futuro, presente no segmento de derivados, é um dos mais promissores investimentos atualmente, porém pouco conhecido. Este trabalho tem por objetivo geral analisar as principais habilidades operacionais para iniciantes no mercado financeiro, especificamente, identificar as habilidades operacionais necessários para investidores iniciantes em petróleo futuro e dólar futuro. Através de um questionário estruturado traz relatos de investidores experientes, buscando acrescentar ao principiante um conhecimento prático.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Segundo Oliveira (2017) apud BM&F (1998) o mercado de commodities se expandiu para bolsa de futuros e tornou-se a principal ferramenta para gestão de risco. A bolsa de futuros consiste na associação de membros que possuem o objetivo de fornecer meios para a compra, venda e negociação de forma que se tenham normas que protejam o interesse de todos os envolvidos. É um meio de facilitar as negociações e possui a responsabilidade de garantir a existência de mercados que sejam competitivos e livres de manipulação de preços.

A Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) é a bolsa brasileira que opera dentro do mercado de derivados. No mercado de derivados, subsistem diversos produtos, como por exemplo, commodities, moedas e juros.

O mercado futuro ou contratos futuros, foco deste trabalho, pertencente ao mercado de derivados, caracteriza-se pela elevada liquidez, padronização acentuada, negociação transparente, possibilidade de encerramento de posição ao qualquer momento, graças ao ajuste diário do valor dos contratos para evitar perdas, e a utilização de mecanismos de margem depositada em garantia. Foram criadas para possibilitar a comprar ou vender certa quantidade de um ativo por um preço

estipulado para a liquidação em data futura, fornecendo um local adequado e com regras transparentes de condições a serem cumpridas no futuro. (INVESTIDOR, 2017)

O mercado futuro originou-se na Idade Média em países da Europa e no Japão. Nessa época as principais mercadorias negociadas eram o arroz e café. Atualmente, sendo negociados diversos ativos financeiros, como boi gordo, ouro, etanol e petróleo; e moedas, como peso chileno, euro e o dólar. (MENDES, 2003)

Segundo Garcia (1997) existem três fatores que levem os investidores ao mercado futuro: especulação, cobertura(hedge), e arbitragem. No caso da especulação o investidor compra ou vende o ativo apenas quando espera ganhos efetivos com a transação. O hedger realiza a transação com a espera de perdas, mas na condição de que esta transação reduza o risco de seu investimento. Na arbitragem o investidor emprega as diferenças entre os preços de um mesmo ativo em diferentes mercados. Dessa forma Garcia e Olivares (1999) definem que “O preço que vai vigorar no mercado futuro, portanto, é a resultante de todos esses agentes, cujas expectativas e conjuntos de informação podem inclusive diferir.”

Este artigo deter-se-á ao comércio de commodity do petróleo futuro e, de moedas, no dólar futuro, justificando que o petróleo é uma commodity que tende a afetar o preço das moedas, especialmente as moedas dos países exportadores e importadores de petróleo.

1.1. Petróleo Futuro

Os EUA são um dos principais consumidores de petróleo em todo o mundo e um dos principais importadores. O petróleo e o dólar americano são dois ativos financeiros que, geralmente, expressão uma correlação negativa, ou seja, quando o preço da commodity sobe, o valor da moeda americana cai no mercado. Do contrário quando o dólar dos EUA sobe, o preço do petróleo tende a cair no mercado; visto que o petróleo é cotado em dólares americanos. (Forex, 2017)



Gráfico 1- Fonte: MARIANI et. al.,2016

Na 2ª Guerra Mundial, o petróleo se tornou o principal fator do sistema energético mundial até os dias de hoje. Nesta mesma época, os EUA sendo o maior consumidor passou a ser um país importador líquido de petróleo. De acordo com Kogut (1978), teoricamente, o petróleo possui dois limites para seu preço: um superior, determinado por quanto os consumidores estão dispostos a pagar pelo mesmo, e que deve corresponder, aproximadamente, ao custo alternativo de se utilizar outra fonte de energia equivalente (carvão, gás natural, energia hidráulica ou nuclear); outro inferior, que reflete o custo mínimo de produzi-lo. O preço vigente do petróleo aproxima-se do limite superior ou do inferior, conforme o grau de competição do mercado.

“A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) é uma organização permanente e intergovernamental, criada na Conferência de Bagdá de 10 a 14 de setembro de 1960 pelo Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela.”; e, atualmente, é o cartel que controla o preço do petróleo mundial composto pela Angola, Argélia, Líbia, Nigéria, Gabão, América do Sul, Venezuela, Equador, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Irão, Iraque, Kuwait, Catar e Indonésia. (OPEP,2017)

Tem por objetivos, segundo Opep (2017), gerenciar e reunir as políticas petrolíferas entre os países participantes do cartel, com fins de assegurar preços justos e estáveis para os produtores de petróleo; abastecimento eficiente para países consumidores e um retorno justo para os que investem neste setor.

O folheto da BM&FBOVESPA (2017) sobre o Minicontrato Futuro de Petróleo (WTI), destaca as principais vantagens deste ativo:

- Protege o investidor contra oscilações indesejadas de preço (hedge).
- Possibilita acesso do investidor brasileiro a derivativos referenciados nos preços do combustível no mercado internacional.
- Permite alavancagem de posição.
- Realização de operações de arbitragem com os contratos negociados no CME Group uma vez que ambos os contratos são liquidados pelo mesmo valor.

1.2. Dólar Futuro

Dólar futuro é um contrato de compra e venda por um preço estabelecido com data de vencimento futuro e é um instrumento de proteção contra variações de preço da taxa de câmbio de dólar comercial. Segundo Klotzle et al. (2011), os episódios de alta do dólar comercial provocam prejuízos para diversas empresas brasileiras com dívida em dólar. Exemplificando, a alta do dólar em 2002, em cerca de 60%, por causa da possibilidade da eleição de um candidato de esquerda para presidência sucedido pela queda gradual entre outubro de 2002 e agosto de 2008. E em função da crise, voltou a subir forte em mais de 60%.

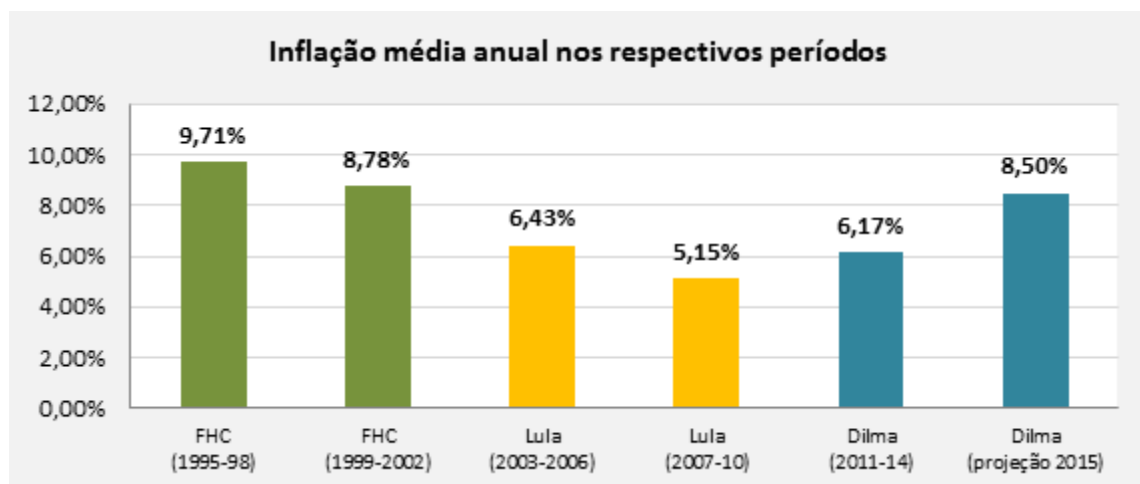


Gráfico 2 - Fonte: Ventura, 2015

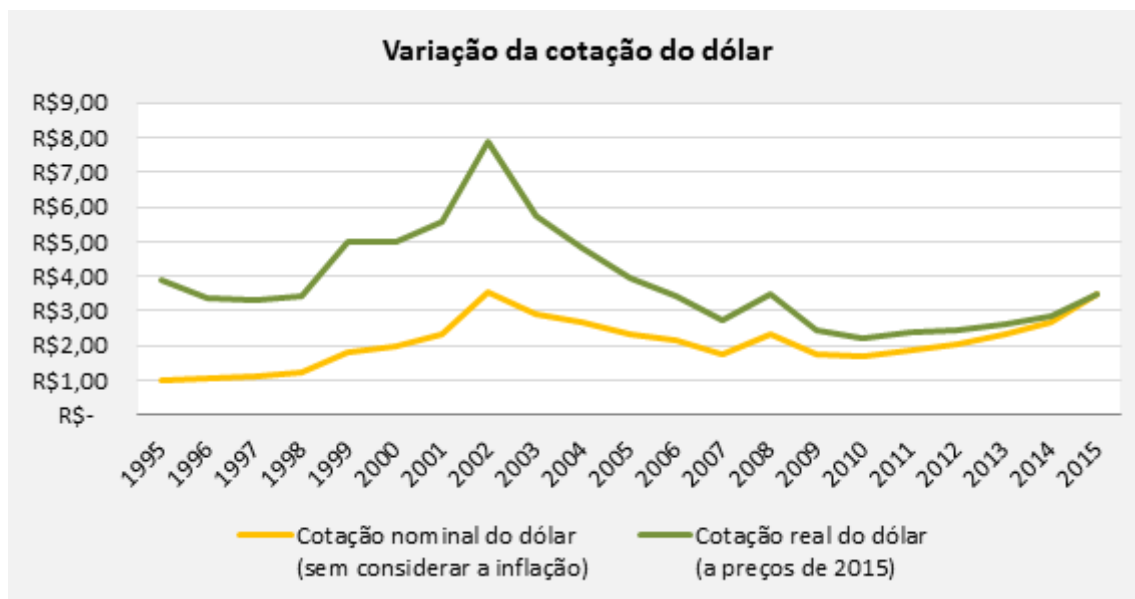


Gráfico 3- Fonte: Ventura, 2015

Porém o contrato de dólar futuro possui características de um investimento de baixo risco, pois “comprar um contrato futuro do dólar é como comprar um seguro contraparte da incerteza da economia brasileira.” (GARCIA e OLIVARES, 1999); pois o contrato futuro possui mais rentabilidade quando os outros ativos estão sob perda de valor. “Em outras palavras, o contrato futuro de dólar constitui uma cobertura (hedge) contra o risco agregado” (GARCIA e OLIVARES, 1999);

O contrato de dólar futuro autoriza que instituições financeiras e não financeiras, pessoas físicas e investidores estrangeiros, dentre outros, negociem a probabilidade futura da taxa de câmbio.

O folheto da BM&FBOVESPA (2017) sobre o Futuro de Dólar Comercial destaca as principais vantagens deste ativo:

- Proteção contra oscilações de preço do dólar comercial (hedge).
- Possibilidade de alavancagem de posição.
- Facilidade de acesso para investidor que queira tomar exposição no dólar norte americano sem ter a necessidade de comprar a moeda à vista.
- Transparência nas negociações em plataforma eletrônica

3 MÉTODOS

A presente pesquisa tem por objetivo identificar habilidades operacionais de investidores iniciantes em petróleo futuro e dólar futuro, assim foram selecionados três investidores experientes da empresa Mont Saint Capital. Dessa forma, foi relevante para a resolução do problema de pesquisa uma abordagem qualitativa.

Foram verificadas nas plataformas Spell e Scielo, que estudos sobre investimentos para iniciantes em mercado futuro são limitados. Tal fato caracteriza a presente pesquisa como pesquisa exploratória.

Diante isto, os procedimentos de coleta foram: entrevistas com roteiro estruturado, seccionado em três categorias; a primeira com questões que buscam solucionar o objetivo geral dessa pesquisa, a segunda com questões sobre o Petróleo Futuro e a terceira sobre o Dólar Futuro, respondidas por Caio Antonio, Edouard Cachoux e Rafael Meyer, respectivamente. O roteiro completo é composto por 14 questões das quais foram utilizadas as pesquisas do referencial teórico para serem formuladas.

As entrevistas foram gravadas, posteriormente, transcritas e analisadas conforme os objetivos específicos da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Habilidades para iniciação de um investimento

Este tópico tem por finalidade satisfazer o objetivo geral da presente pesquisa. Para isso, Caio Antonio foi selecionado para responder para atender os requisitos gerais da presente pesquisa. Tal seleção foi feita por se tratar de um investidor experiente e possuir uma gama de conhecimentos para iniciantes e uma trajetória proveitosa para análise deste artigo.

O entrevistado estuda o mercado financeiro desde seus 16 anos, contudo antes de trabalhar com o mercado financeiro, abriu sua primeira empresa com 16 anos, vendeu e montou outra empresa. Mudou-se para os Estados Unidos para fazer o *college* e, nesse período, descobriu que, realmente, possuía um gosto pelo mercado financeiro. Aprofundou seus estudos, passando desde a parte comercial, estruturou cursos para iniciantes em investimentos na parte educacional, posteriormente, partiu para o operacional do mercado financeiro, *trader*, *Value investor*, que são investidores

que procuram ações que acreditam que subvalorizadas a no mercado. Tornou-se gestor de portfólios e hoje é *Chef investment officer* na Mont Saint Capital.

Todo iniciante possui dificuldades, passa por adversidades que o acrescenta conhecimento e experiência. Segundo Caio Antonio, a primeira dificuldade que um *trader* iniciante tem de enfrentar é a lidar consigo mesmo, porque, muitas vezes por sorte, consegue algum retorno de seus investimentos e passa a confiar em si, em suas habilidades, contudo um iniciante ainda não possui o entendimento de profundidade de mercado. Dessa forma, o entrevistado, reitera:

Eu acho que a primeira dificuldade que o *trader* passa é aprender a lidar com a frustração, porque a dor da perda no primeiro momento, ela é muito maior do que a felicidade do ganho. Então, essa primeira dificuldade é entender o parâmetro de risco-ganho e com isso, claro, aprender a lidar com as frustrações operacionais no mercado.

Outra dificuldade que um *trader* iniciante passa é saber que ativo ele vai trabalhar, ações, moedas ou mercado futuro, e que tipo de personalidade ele vai assumir nos investimentos, se ele vai ser um *day-trader* ou um *swing trader*. A partir dessa dificuldade o entrevistado declara que “Benjamin Franklin já dizia ‘investir em conhecimento rende sempre os melhores juros’, então é muito importante que entenda principalmente como funciona os ativos dentro do mercado financeiro, com o mercado financeiro global se comporta”.

O entrevistado enfatiza que em primeiro, antes de saber como um mercado financeiro funciona, é entender a ótica monetária do mundo, como o mundo funciona, como as pessoas são afetadas, diariamente, pela precificação do mercado financeiro e como as pessoas podem lidar com a questão de que o mercado financeiro não se resume em bolsa de valores. E que, na verdade, todo agente econômico, todas as pessoas podem ter acesso ao mercado financeiro.

O mercado financeiro conta hoje conta com inúmeros produtos de investimentos. Então, há a questão seguinte: “Como começar a entender esse universo financeiro?”. Segundo o entrevistado, começar a entender o que é uma ação ou o que é a renda fixa é um ponto de partida; existem livros para iniciantes de como podem investir seu dinheiro. Sendo assim, Caio Antonio apresenta as bases do mercado financeiro:

São quatro ativos base, são os *equity*, que são as ações, *fixed income*, a renda fixa, os fundos de investimento, e a relação de crédito é muito importante que está envolvendo a renda fixa, mas como quarto são as

moedas e depois, é claro, as commodities. Então, reformulando, ações, commodities, moedas e bolsas do mundo, você pensa no macro, no global.

Dentre muitas possibilidades de investimentos, sobrevém a procura de que papel assumir para operar os investimentos. As dimensões para trabalhar dentro do mercado financeiro são diversas, por exemplo ser gestor, tomando as decisões de o que investir, um agente autônomo de investimento, que é quem distribui os produtos financeiros, estruturar portfólios para os clientes, ser um *trader* ou fazer parte das fusões e aquisições; enfim, é amplo as opções no mercado financeiro. O entrevistado ressalta que agente autônomo de investimento é o mais indicado para quem quer começar, “para poder entender mesmo como funciona, no geral, o mercado Brasil e um pouco de global; para entender a renda fixa, a renda variável, como alocar isso numa carteira e atender alguns clientes para iniciar sua carreira no mercado financeiro.”.

Alguns que desejam seguir carreira não começam como o entrevistado sugere. Podem entrar como estagiários, *Chief Executive Officer* (CEO) de vendas, fazer parte da captação de recursos, o que, segundo Antonio (2017), é muito comum. Dessa forma, frisa, novamente, “para começar agente autônomo, captação de recursos e CEO’s.” são posições favoráveis para adquirir conhecimento e experiência; e a escolha de onde começar é muito individual para cada investidor.

Nessa individualidade de escolha, a atuação dentro do mercado financeiro é muito singular para cada pessoa. O entrevistado ao ser questionado de seguir a identidade de outro *trader*, responde que “é extremamente arriscado”, porque cada *trader* é ímpar, cada um possui uma individualidade nas operações financeiras.

Existem *traders* fantásticos, como existem *traders* que são muito bons operando moedas, que não seriam bons operando títulos de renda fixa, que não seriam muito bons comprando e vendendo ações diariamente. Então, tem pessoas que são bons *day-traders*, operações muito curtas; existem outras pessoas que são *traders* de *swing*, *traders* que sabem entrar e sair na hora certa, mas dependendo de dias e não de horas. (Entrevistado – CAIO ANTONIO)

O mundo dos investimentos por ser amplo, que somente os melhores e mais experientes investidores possuem possibilidades de sucesso, assim como dito no começo desta seção, o iniciante precisa entender a profundidade de mercado, saber quem manda nos books e preços, dado que muitas vezes são precificações combinadas, não combinados corruptamente, as escondias, “mas muitas vezes

existem *traders* com muita experiência e sabem para onde vai cada mercado, cada ativo, cada ações, cada moeda, cada *commoditie*”, segundo o entrevistado.

Portanto, que habilidades um investidor iniciante deve possuir? Segundo o entrevistado, paciência, disciplina e persistência. “Como diz Nassim Taleb você não tem que ser na verdade forte e nem resiliente, só tem que ser “antifrágil”, por isso paciência e disciplina. E muito estudo que envolve disciplina” conforme Caio Antonio.

4.2. Investimentos em Petróleo Futuro

Atendendo o primeiro objetivo específico dessa pesquisa as principais habilidades operacionais que o iniciante em petróleo futuro deve ter é, segundo Edouard Cachoux, ter um percepção econômica e política mundial satisfatória e, da mesma forma, saber sobre as variações históricas que o petróleo passou; como, pelo exemplo do Mariani et. al. (2016), a elevação do preço do barril de petróleo ajustado de acordo com a inflação do dólar ao passo de acontecimentos históricos como o atentado de 11 de Setembro em 2001 e a invasão do Iraque em 2003.

Uma das vantagens destacadas, no referencial teórico deste estudo, pela BM&FBOVESPA (2017) é que o investidor brasileiro pode ter acesso a derivados referenciados nos preços do combustível no mercado internacional; contudo, em refutação, há uma desvantagem, o tornando um investimento de alto risco. Assim, o entrevistado confirma: “Eu vejo o petróleo como um investimento de alto risco devido a sua grande volatilidade e, também, a exposição que ele tem em relação a política socioeconômica mundial.”

Contudo Edouard Cachoux afirma, que a melhor posição para investimento nessa *commoditie*, é a que se aproveite da variabilidade que ela apresenta diariamente, semanalmente, mensalmente e anualmente. “Como você faz isso? Através de instrumento de mercado futuro, de mercado de opções, fazendo travas de alta e de baixa, nunca tomando uma posição “a seco” nessa *commoditie*.” Posição “a seco”, segundo o mesmo, é nunca finalizar o investimento em ações de compra ou venda.

O entrevistado ressalta que, um investidor iniciante, para se destacar no investimento dessa *commoditie* precisa ter um bom conhecimento do cenário

macroeconômico global e, inclusive, compreender os participantes da Opep que são países, em sua maioria, do Oriente Médio.

Este cartel comanda as transações mais importantes do petróleo futuro, sendo a principal moeda utilizada o dólar, o que, segundo o entrevistado, afeta a oferta e a demanda da moeda nacional. Cachoux justifica que é “porque a receita das exportadoras é em dólar, as importadoras também são afetadas por isso; isso afeta as reservas, a balança comercial.”; e outros fatores que afetam a economia nacional.

4.3. Investimentos em Dólar Futuro

O dólar e o petróleo futuro são dois produtos financeiros que possuem muitas semelhanças, o que os diferencia são seus respectivos ativos. O ativo principal do petróleo futuro é o petróleo e do dólar é o dólar, porém, segundo Rafael Meyer, “normalmente, o dólar é mais utilizado para proteção de commodities, proteção de mercadorias, proteção de financiamento, esse seria um ponto positivo em relação ao petróleo”. E o petróleo só é possível fazer *hedge* de barris físicos em posição de venda em um contrato futuro. No dólar futuro é possível fazer o mesmo que o petróleo ou posicionar uma ordem de compra para defender-se de uma possível variação e evitar um prejuízo maior, caso esteja financiado ou comprado alguma commodity.

Respondendo ao outro objetivo específico deste artigo as principais habilidades operacionais que o iniciante em dólar futuro, segundo o entrevistado Meyer, está em ser disciplinado, paciente, compreender os contratos, o funcionamento das negociações no mercado de dólar futuro e dominar as ferramentas de operações day-trade.

Na coleta realizada, o entrevistado ao ser interrogado se a volatilidade nesse investimento se caracterizava como uma desvantagem, refuta dizendo que a “volatilidade, em si, é fundamental para você conseguir resultados positivos da sua carteira de investimentos.”. O impasse está em buscar alta volatilidade em curto prazo; o inverso, para operações de longo prazo, a volatilidade ajudaria a performance na carteira de investimento.

No caso de operações diárias(day-trade), o entrevistado Mayer afirmou:

No caso de operações Day-trade é complicado, realmente existe o risco muito alto por conta a alavancagem financeira e da maneira que o mercado se comporta diariamente e, em alguns casos, ele inicia o dia em alta e fecha em baixa. E o “caro” que iniciou uma operação no início do dia comprado, no final do dia já vai estar tendo um resultado negativo. Enfim, se for para investir com alta volatilidade que seja um investimento de longo prazo. Então, a volatilidade do dólar atrapalha investimentos de curto prazo, de longo prazo não.

Atualmente, o ramo de investimentos está disponível para todas as pessoas que queiram investir, que possuam renda e estejam atrelados a um banco de investimentos para efetivá-los. Todavia, para um investidor que busca um diferencial para sua carteira está associado a uma grande instituição financeira, trará mais rentabilidade, lucro para quaisquer aplicações.

A escolha da instituição financeira é a base para a diferenciação. Segundo o entrevistado, estar em um grande banco pode determinar seu sucesso numa carteira de investimentos. A teoria dos mercados eficientes exprime que pessoas físicas ou jurídicas tem acesso as mesmas informações, mas, tal conceito, mostra-se contraditório na realidade do dia-a-dia de um investidor. Uma instituição financeira, hoje em dia, para estar em evolução, crescimento e a frente de outros bancos, buscando a competitividade, pode chegar a investir bilhões anualmente para ter as melhores ferramentas, profissionais qualificados e alcance aos maiores *Market players*, possuíram acesso a informações diferenciadas no que se refere ao comportamento do dólar. Por isso que o principal passo para se diferenciar dos traders é estar trabalhando com um importante banco, uma boa instituição financeira, para que, assim, o investidor possa ser mais efetivo para operar em relação a pessoas físicas e outros bancos e instituições menores.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa buscou analisar as habilidades principais operacionais para iniciantes no mercado financeiro, especificamente, identificar as habilidades operacionais necessárias para investimentos em petróleo e dólar futuro.

Quanto as habilidades inerentes ao produto petróleo futuro é ter percepção econômica e política global e saber das variações históricas do petróleo ao longo dos anos. A habilidade mais relevante para este tipo de aplicação é deter

conhecimentos macroeconômicos globais e, especialmente, dos países participantes da Opep, cartel que comanda as transações mais importantes dessa commodity.

Quanto as habilidades para investimentos em dólar futuro ser disciplinado e paciente, são passos iniciais para que, depois, compreenda como funciona os contratos futuros de dólar e ser capaz de aplicar as ferramentas de *day-trade* nas operações.

Quanto ao objetivo as habilidades gerais mencionadas são paciência, disciplina e persistência, que são básicas para iniciar qualquer tipo de investimentos. Além das habilidades mencionadas, conforme o entrevistado, cada um possui sua individualidade quanto ao modo de operar um investimento; cada *trader* possui competências e uma visão de mercado, das operações, próprio. Indicando que as habilidades apresentadas são importantes para a iniciação, contudo com o estudo, a observação e o exercício diário dos conhecimentos adquiridos, resultam em experiência e o desenvolvimento de *skills* particulares, transformando cada investidor um ser ímpar. Assim, a análise dos dados mostrou-se muito eficiente para responder os objetivos deste artigo.

Observou-se que a disponibilidade de arquivos, digitais e impressos, com abordagem semelhante a esta pesquisa é escassa. Existindo, também, o fato de que a amostra para coleta de dados tenha sido pequena.

Dada a importância de semelhante abordagem, torna-se necessário o desenvolvimento de ensaios acadêmicos que agreguem conhecimentos ao tema e busque um aprofundamento. Para futuras pesquisas, recomenda-se o aumento da amostra, podendo até complementar com uma pesquisa quantitativa.

REFERÊNCIAS

FOREX, Planeta. **Correlações entre Moedas e Commodities:** Correlações entre ouro, petróleo, mercado acionário e USD, CAD, CHF, JPY, AUD, NZD e EUR. Disponível em: <http://planetaforex.pt/relaciones_economicas_entre_divisas/>. Acesso em: 23 nov. 2017.

GARCIA, Márcio G. P. ; OLIVARES, Gino A. **O Prêmio de Risco da Taxa de Câmbio no Brasil durante o Plano Real.** 1999. 34 f. Artigo Científico (Mestrados em Economia)- Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <<http://www.economia.puc-rio.br/mgarcia/111020%20O%20Pr%C3%AAmio%20de%20Risco%20da%20Taxa%20de%20C%C3%A2mbio%20no%20Brasil%20durante%20o%20Plano%20Real>>.

20de%20C%C3%A2mbio%20no%20Brasil%20durante%20o%20Plano%20Real%20(2001).pdf>. Acesso em: 05 nov. 2017.

GARCIA, Márcio G.P.A **MACROECONOMIA DO DÓLAR FUTURO**. 1997. 10 p. Artigo Científico (Mestrado em Economia) Departamento de Economia, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/profile/Marcio_Garcia2/publication/266581336_A_MA_CROECONOMIA_DO_DOLAR_FUTURO/links/54f86ffc0cf210398e96968e.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2017.

INVESTIDOR, Portal do. **Mercado Futuro**. Disponível em:
<http://www.portaldoinvestidor.gov.br/menu/Menu_Investidor/derivativos/mercado_futuro.html>. Acesso em: 23 nov. 2017.

IZERROUGENE, Bouzid; COSTA-MATA, Henrique Tomé da. **Econ. soc. territ** , Toluca, v. 11, n. 37, p. 707-728, dez. 2011 Disponível em
<http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-84212011000300007&lng=es&nrm=iso>. Acessado em 02 de novembro 2017.

KLOTZLE, M. C.; PINTO, A. C. F.; SIMÕES, M. D.; GOMES, L. L. Análise da efetividade de políticas de hedge no mercado de dólar futuro no Brasil. **Revista Brasileira de Finanças**, v. 9, n. 3, art. 85, p. 365-382, 2011.

KOGUT, E. L.O mercado mundial de petróleo. **Revista de Administração Pública**, v. 12, n. 4, p. 57-74, 1978.

MARIANI, Daniel et al. **Um histórico visual da queda do preço do petróleo**. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2016/01/18/Um-hist%C3%B3rico-visual-da-queda-do-pre%C3%A7o-do-petr%C3%B3leo>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MENDES, Andrea Faissol. **MERCADO FUTURO DE PETRÓLEO: ORIGEM E DESENVOLVIMENTO**. 2003. 46 p. Monografia (Economia)- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em:
<<http://www.ie.ufrj.br/gee4/images/producao/monografia/408/2003mercadofuturopetr01.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2017.

OLIVEIRA, Renata. **O papel da especulação no mercado futuro de commodities**. 2017. 8 p. Artigo científico (Administração)- Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo, 2017. Disponível em:
<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3568374/mod_resource/content/1/Renata.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

OPEP, Organização dos Países Exportadores de Petróleo. **Breve História**. Disponível em: <http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/24.htm>. Acesso em: 30 nov. 2017.

VENTURA, Otávio. **O desespero com a alta do dólar é uma falácia midiática**. 2015. Disponível em: <<http://observatoriodaimprensa.com.br/noticiario-economico/o-desespero-com-a-alta-do-dolar-e-uma-falacia-midiatica/>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

UM BREVE GUIA SOBRE A BOLSA DE VALORES E O TESOURO DIRETO

Arthur Queiroz Forte
José Crisóstomo Lima

RESUMO

Este artigo busca apresentar ao leitor, resumidamente, como o mercado de investimentos funciona, partindo da estrutura do nosso sistema financeiro nacional para algumas opções de investimentos, no caso deste artigo, o Tesouro Direto e a Bolsa de Valores. O mercado financeiro no Brasil ainda é muito pequeno comparado a sua população economicamente ativa, pois a educação financeira ainda é bastante carente no país, o que é provado pelo pouco conhecimento que os brasileiros possuem sobre o tema. Logo, a justificativa desse artigo é mostrar o funcionamento do mercado financeiro e alguns exemplos de investimentos para incentivar as pessoas a mudarem seus hábitos em relação a como gastam seus rendimentos. Os objetivos deste artigo é fornecer critérios, embasados teoricamente, para investir na bolsa de valores, apresentar e analisar os atuais títulos do Tesouro Direto e descrever o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional. O método utilizado para a seleção das ações foram os 11 critérios de Benjamin Graham adaptados por André Fogaça para o mercado brasileiro através de sua ferramenta o Guiainvest PRO, enquanto que os títulos do Tesouro Direto foram analisados de acordo com prazo, remuneração, pagamento de cupons semestrais e risco. As ações indicadas através dos critérios de Graham são: ITSA4, ação preferencial da Itaú SA, que possui 17,50% de retorno sobre o patrimônio líquido, relação preço/lucro de 7,67 e valor de mercado de R\$ 77,41 bilhões; FESA4, ação preferencial da Ferbasa, que possui 16% de retorno sobre o patrimônio líquido, relação preço/lucro de 8,34 e valor de mercado de R\$ 1,54 bilhões. Os títulos do Tesouro Direto que possuem mais segurança em relação à inflação, mas possuem rendimentos menores são da categoria Tesouro IPCA+ e Tesouro Selic. Os títulos que possuem menos segurança em relação à inflação, mas possuem maiores rendimentos, são os da categoria Tesouro Prefixado. Logo, o presente artigo conclui que há opções de investimentos seguros em ambos os mercados, seja o de ações ou de títulos, e que é possível aumentar seus rendimentos aumentando o grau de risco do investimento, como é o caso dos Tesouros Prefixados.

Palavras-chave: Ações. Tesouro Direto. Investimentos. Sistema Financeiro Nacional. Mercado de Capitais.

ABSTRACT

This article seeks to present to the reader, briefly, how the investment market works, starting from the structure of our national financial system to some investment options, in the case of this article, the Tesouro Direto and the Stock Exchange. The financial market in Brazil is still very small compared to its economically active population, because financial education still lacks in the country, which is proved by the little knowledge that Brazilians have about the subject. Therefore, the justification for this article is to show how the financial market works and some examples of investments to encourage people to change their habits in relation to how they spend their income. The purpose of this article is to provide theoretically based criteria for investing in the stock exchange, to present and to analyze the current Tesouro Direto bonds and to describe the functioning of the National Financial System. The method used to select the stocks were the 11 criteria of Benjamin Graham adapted by André Fogaça to the Brazilian market through his tool Guiainvest PRO, while the Tesouro Direto's bonds were analyzed according to term, remuneration, payment of semesters coupons and risk. The stocks indicated by Graham criteria are: ITSA4, Itaú SA's preferred stock, which has a 17.50% return on shareholders' equity, a price / earnings ratio of 7.67 and a market value of R\$ 77.41 billion; FESA4, Ferbasa's preferred stocks, which has a 16% return on shareholders' equity, a price / earnings ratio of 8.34 and a market value of R \$ 1.54 billion. Tesouro Direto's bonds that are more secure in relation to inflation but have lower yields are in the Treasury IPCA + and Treasury Selic category. The bonds that are less secure in relation to inflation, but have higher yields are those of the Treasury Fixed-Rate category. Therefore, the present article concludes that there are safe investment options in both stock and bond markets and that it is possible to increase their yields by increasing the investment risk, such as Treasury Bound.

Keywords: Stocks. Tesouro Direto. Investments. Nacional Financial System. Capital Market.

1. INTRODUÇÃO

Com a queda das taxas de juros e a redução da inflação, os bancos estão mais dispostos a liberar crédito para as empresas, que, devido aos juros baixos, podem adquirir empréstimos e financiamentos para realizar os seus investimentos, o que impacta nas operações de renda fixa e variável.

Existem quatro mercados que compõem o mercado financeiro: o mercado monetário, de crédito, de capitais e cambial. A bolsa de valores está inserida no mercado de capitais, e é nela que os investidores têm a oportunidade de aplicar seus recursos em empresas. Já no mercado monetário

são negociados os títulos do Tesouro Nacional, os Certificados de Depósito Bancários (CDB) e debêntures.

De acordo com a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima (ANBIMA, 2017) Apenas 24% da população economicamente ativa realiza algum tipo de investimento, sendo que 42% desses investidores se encontram na classe A, 40% na classe B e 18% na classe C. E, segundo as estatísticas da BM&FBovespa e Cetip – B3 (B3, 2018), aproximadamente apenas 0,6% de pessoas físicas economicamente ativas investem na bolsa de valores.

Nesse contexto, este artigo busca apontar algumas opções de investimentos que possam contribuir para uma mudança de hábito em relação ao seu dinheiro, indicando opções de como aportar os seus recursos, o que pode reduzir o grau de endividamento.

A metodologia empregada neste artigo é qualitativa, na qual foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre bolsa de valores e tesouro direto e foram analisados títulos do tesouro e ações para conhecer opções de investimentos.

Os objetivos específicos são: 1- fornecer critérios, embasados teoricamente, para investir na bolsa de valores; 2- apontar e analisar os atuais títulos disponíveis no Tesouro Direto; 3- descrever o funcionamento do Sistema Financeiro Nacional.

Será apresentado o referencial teórico, o conceito de sistema financeiro nacional e sua estrutura, mercado de capitais, tesouro direto e seus títulos e custos, bolsa de valores, perfil do investidor, e, por fim, ações e como selecioná-las. Seguindo adiante, teremos a metodologia, caracterizando a pesquisa e como se procedeu a coleta dos dados. Por fim teremos os resultados e as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste referencial teórico serão abordados a estrutura do Sistema Financeiro Nacional, o Tesouro Direto e os títulos do Tesouro Nacional, o conceito de Mercado de Capitais, bolsa de valores, o perfil do investidor e ações e como selecioná-las de acordo com as técnicas de Benjamin Graham,

que prezam pela segurança do investidor em primeiro lugar, e, por fim, tesouro direto.

2.1. Sistema Financeiro Nacional

De acordo com o site do próprio Banco Central, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é definido como o “Conjunto de instituições financeiras e instrumentos financeiros que visam transferir recursos dos agentes econômicos (pessoas, empresas, governo) superavitários para os deficitários”.

O SFN, com suas regulamentações, viabiliza a estrutura que permite relação entre os agentes carentes de recursos (precisam de investimentos e financiamentos) e agentes geradores de poupança (tem condições de investir e financiar). Esse sistema é composto por instituições financeiras públicas e privadas que permitem a realização dos fluxos de fundos entre tomadores e poupadores de recursos da economia. (ASSAF, 2014).

2.1.1. Estrutura do Sistema Financeiro Nacional

Segundo Assaf (2014), o SFN envolve dois grandes subsistemas:

- a) Normativo: responsável por regulamentar e fiscalizar as atividades do mercado financeiro.
- b) Intermediação financeira: viabiliza as operações financeiras.

2.1.2. Subsistema Normativo

Esse subsistema é composto por instituições que estabelecem diretrizes de atuação para as instituições financeiras e controle do mercado, com destaque para o Conselho Monetário Nacional como órgão regulador máximo. (ASSAF, 2014).

Essa subdivisão é composta pelas seguintes instituições:

- a) Conselho Monetário Nacional – Estabelece diretrizes para o bom funcionamento do mercado e processa todo o controle do SFN;
- b) Conselho de Valores Mobiliários – Normatiza e fiscaliza o mercado de valores imobiliários;

- c) Instituições especiais – Comportam as instituições especiais: Banco do Brasil, que recebe os tributos e rendas federais; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que executa as políticas de financiamento do Governo Federal; Caixa Econômica Federal, que é responsável pelos programas de habitação;
- d) Banco Central do Brasil – Fiscaliza e disciplina o mercado financeiro, definindo regras e limites de conduta e penalidades para as instituições financeiras.

2.1.3. Subsistema de Intermediação

O subsistema de intermediação é composto pelas instituições que atuam nas operações de intermediação financeira. Esse subsistema é estruturado em cinco grandes grupos de instituições: bancárias, não bancárias, Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE, auxiliares e instituições não financeiras. (ASSAF, 2014).

- a) **Instituições Financeiras Bancárias:** engloba os bancos comerciais, bancos múltiplos e caixas econômicas;
- b) **Instituições Financeiras Não Bancárias:** as instituições financeiras não bancárias são compostas pelos bancos de investimentos, bancos de desenvolvimento, sociedades de crédito, cooperativas de crédito, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito imobiliário;
- c) **Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo:** o SBPE é constituído pela Caixa Econômica Federal, sociedades de crédito imobiliário, associações de poupança e empréstimos e bancos múltiplos com carteira de crédito imobiliário;
- d) **Instituições Auxiliares:** as instituições auxiliares são compostas pela bolsa de valores, sociedades corretoras, sociedades distribuidoras, agentes autônomos de investimentos;
- e) **Instituições Não Financeiras:** são compostas pelas sociedades de fomento comercial (*factoring*).

2.2. Tesouro Direto

Segundo Dana e Longuini (2015), o Tesouro Direto é um programa criado pelo governo para que as pessoas físicas possam negociar os títulos do Tesouro Nacional. Esses títulos são uma das formas que o governo utiliza para se financiar, logo, ao comprar um título do tesouro, o investidor está emprestando dinheiro ao governo para que este possa captar recursos.

2.2.1. Títulos do Tesouro Direto

De acordo com o próprio site do Tesouro Direto, os títulos são classificados em: títulos prefixados, nos quais o rendimento a ser recebido no vencimento do título é conhecido desde o momento da compra; títulos pós-fixados, os quais a remuneração final só é reconhecida no momento do vencimento do título em função do componente pós-fixado da taxa de juros, que pode ser: IPCA, IGPM, Selic, etc.

Para os títulos prefixados, estão disponíveis os seguintes títulos:

- a) Tesouro Prefixado (LTN): possui fluxo de pagamento simples, ou seja, o pagamento ocorre apenas uma vez, no final da aplicação, logo, o investidor receberá seus rendimentos após o vencimento;
- b) Tesouro Prefixado com Juros Semestrais (NTN-F): os pagamentos são feitos semestralmente, logo, o investidor receberá rendimentos ao longo do período da aplicação, diferentemente do Tesouro Prefixado;

Já para os títulos pós-fixados, têm-se:

- a) Tesouro Selic (LFT): título atrelado a taxa de juros básica Selic, logo, a rentabilidade do título irá variar de acordo com as variações da Selic;
- b) Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (NTN-B): esse título garante ao investidor uma rentabilidade real positiva, pois em sua composição, tem-se uma taxa prefixada e a taxa da inflação (IPCA), dessa forma o investidor sempre terá uma rentabilidade acima da inflação. Esse título também possui pagamento semestral dos rendimentos;

- c) Tesouro IPCA+ (NTN-B Principal): assim como o título anterior, o NTN-B Principal também está atrelado à inflação, garantindo sempre uma rentabilidade real positiva, pois é composto por uma taxa prefixada e a taxa da inflação (IPCA);

2.2.2. Custos do Tesouro Direto

De acordo com Dana e Longuini (2015), as taxas e impostos referentes a compra de títulos no Tesouro Direto são:

- a) **Taxa de administração do banco/corretora:** varia de 0 a 2%, podendo o investidor fazer uma busca rápida no próprio site do Tesouro Direto para acessar a lista das corretoras e suas taxas. Vale lembrar que os títulos não ficam sob a guarda da corretora, e sim sob a guarda da Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), logo, se a corretora vier a falir, basta abrir uma conta nova em qualquer outra corretora e pedir transferência de custódia;
- b) **Imposto sobre Operações Financeiras:** Caso o título seja resgatado em até 29 dias corridos após sua aplicação, incidirá sobre este o IOF com alíquota decrescente conforme a Tabela 1 abaixo:

Tabela 1

Prazo (dias corridos)	IOF	Prazo (dias corridos)	IOF	Prazo (dias corridos)	IOF
1	96%	11	63%	21	30%
2	93%	12	60%	22	26%
3	90%	13	56%	23	23%
4	86%	14	53%	24	20%
5	83%	15	50%	25	16%
6	80%	16	46%	26	13%
7	76%	17	43%	27	10%
8	73%	18	40%	28	6%
9	70%	19	36%	29	3%
10	66%	20	33%	30	0%

Fonte: Em Busca do Tesouro Direto, p. 23.

- c) **IR:** o Imposto de Renda também possui alíquota decrescente sobre o rendimento (Tabela 1.2), mas diferente do IOF, que ocorre quando o título é resgatado em prazo igual ou inferior a 29 dias, o IR será cobrado

em qualquer prazo. Contudo, assim como o IOF, sua alíquota também é decrescente conforme os dias corridos, respeitando o limite inferior de 15% para aplicações com prazo igual ou superior a 720 dias, conforme a Tabela 2 abaixo:

Tabela 2

Prazo (dias corridos)	Imposto de Renda
Até 180	22,5%
De 180 até 360	20,0%
De 361 até 720	17,5%
Acima de 720	15,0%

Fonte: Em Busca do Tesouro Direto, p. 24.

- d) **Taxa de custódia:** essa taxa é referente aos serviços de guarda dos títulos e às informações e movimentações de saldos. Sua alíquota é de 0,3% ao ano e é cobrada semestralmente no primeiro dia útil de janeiro e de julho ou na ocorrência de um evento de custódia (pagamento de juros, venda ou vencimento do título). Se o título possuir vencimento em prazo inferior a 1 ano, a taxa será proporcional ao prazo do título;
- e) **Taxa de administração:** a taxa de administração varia entre 0 e 2%, dependendo da corretora, e é cobrada na data da compra do título. Caso a venda seja feita após um ano, a taxa será cobrada novamente na data do resgate.

Logo, ao adquirir um título, o investidor pagará o valor da transação (preço unitário do título vezes a quantidade adquirida) mais a taxa de custódia de 0,3% ao ano, que deve ser paga semestralmente (ou quando houver um evento de custódia), além da taxa de administração, caso o título seja resgatado após um ano de aplicação. (DANA e LONGUINE, 2015).

2.3. Mercado de Capitais

De acordo com Pinheiro (2014), o mercado de capitais pode ser definido como “um conjunto de instituições e de instrumentos que negociam com títulos e valores mobiliários, objetivando a canalização de recursos dos agentes compradores para os agentes vendedores.” É no mercado de capitais

que as empresas que demandam recursos para projetos de investimentos buscam, por meio da venda de seus títulos, investidores com os recursos necessários para financiá-los.

O mercado de capitais surgiu para financiar investimentos que contribuíssem para o desenvolvimento econômico, e, também, como uma forma de poupança de curto e longo prazo para investidores, onde eles têm a oportunidade de se tornar acionistas de uma empresa.

Conforme Assaf (2014), o mercado acionário pode ser dividido em dois tipos de operações nas quais os investidores e empresas podem negociar:

a) Mercado primário: é o mercado que viabiliza a operação de IPO (Oferta Pública Inicial), ou seja, a primeira venda de papéis de uma determinada empresa após a autorização da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Nesse mercado, os recursos arrecadados vão para a empresa, sendo uma venda direta entre empresa e investidor;

b) Mercado secundário: é o mercado que viabiliza a negociação de títulos entre investidores com a troca de propriedade do título, proporcionando com isso a liquidez das operações do mercado primário. Nesse mercado, nenhum recurso é destinado à empresa, e sim aos proprietários das ações.

2.4. Bolsa de Valores

De acordo com Smarrito (2007) a Bolsa de Valores viabiliza as negociações de títulos e valores mobiliários, como ações e debêntures. No Brasil, as ações são negociadas na BM&F Bovespa, que é o resultado da fusão entre a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) e a Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F).

O autor ainda explica que, no segmento Bovespa são negociadas ações, bônus de subscrição, certificados de depósito de valores mobiliários (BDRs), Cotas de fundos de investimentos fechados, debêntures, Notas Promissórias e Certificado de recebíveis imobiliários. Já no segmento BM&F são negociados os derivativos agropecuários e financeiros e os títulos públicos federais. Vale ressaltar, que em outubro de 2007, a Bovespa abriu seu capital.

Segundo Pinheiro (2014), o sistema de prestação de serviços do mercado de capitais brasileiro é composto por sociedades corretora de valores mobiliários, sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários, bancos de investimento e bancos de desenvolvimento.

2.5. Ações

Segundo Piazza (2010), “ação é um título negociável que representa uma fração mínima do capital social de uma empresa de capital aberto, ou seja, de uma empresa do tipo Sociedade Anônima.”. Logo, ao comprar uma ação, o investidor está comprando uma pequena parte do capital social de determinada empresa, o que o torna automaticamente um pequeno sócio, possuindo direitos correspondentes aos dividendos da empresa.

Segundo a própria Bovespa, as ações possuem duas classificações, são elas:

Preferenciais (PN): os proprietários de ações preferenciais não podem votar nas assembleias gerais de acionistas da organização. Em contrapartida, possuem preferência na distribuição dos dividendos;

Ordinárias (ON): são ações que garantem aos seus proprietários poder de voto nas assembleias gerais de acionistas da organização, mas não possuem preferência na distribuição dos dividendos.

Piazza (2010), afirma que existem duas formas de analisar ações: a análise técnica, baseada nos gráficos da ação e no seu desempenho ao longo do tempo e a análise fundamentalista, que busca um diagnóstico da saúde financeira da empresa, analisando indicadores como preço/lucro, lucro líquido, grau de endividamento, patrimônio líquido, pagamento de dividendos, etc.

3. METODOLOGIA

O artigo é qualitativo bibliográfico uma vez que, de acordo com Cervo e Bervian (2002), a pesquisa procura, por meio de referências teóricas, explicar o problema.

Foram selecionados títulos do Tesouro Direto e ações de empresas para serem analisados a fim de elaborar sugestões de investimentos. Logo, foram apresentados todos os títulos do Tesouro Direto, disponíveis no próprio

site do Tesouro, Direto (<http://www.tesouro.gov.br/tesouro-direto>) na data 13/06/2018. Para análise dos títulos, foram adotados os seguintes critérios:

- 1- Prazo: quanto tempo o investidor estará disposto a ceder o seu capital;
- 2- Remuneração: a quantia que o investidor deseja receber
- 3- Pagamento de cupons semestrais: necessidade de receber pagamentos semestrais;
- 4- Risco: a disposição do investidor em correr riscos;

Para a seleção de ações, foi utilizada a ferramenta GuiainvestPRO de André Fogaça. Essa ferramenta seleciona ações de acordo com os 11 critérios de seleção de ações de Benjamin Graham, mas adaptados para o mercado brasileiro pelo próprio Fogaça. A ferramenta está disponível no seguinte endereço: <http://lp.guiainvest.com.br/>.

Os 11 critérios para a seleção de ações são:

- 1 - Valor de mercado superior a R\$ 500 milhões;
- 2 - Possuir algum nível de governança corporativa (conjunto de políticas e regulamentos que regem as sociedades anônimas);
- 3 - Liquidez corrente superior a 1,5x (para cada real de dívida de curto prazo, a empresa deve possuir mais de R\$ 1,5 de investimentos de curto prazo);
- 4 - Retorno sobre o Patrimônio Líquido maior que 15% (para cada real de investimento próprio, a empresa deve gerar R\$ 0,15);
- 5 - Relação Dívida Bruta / Patrimônio Líquido menor que 50% (para cada real de investimento próprio, a empresa deve ter R\$ 0,50 de dívida bruta);
- 6 - Possuir crescimento nos lucros acima de 5% ao ano;
- 7 - Possuir lucros constantes nos últimos 5 anos;
- 8 - Distribuiu dividendos nos últimos 5 anos;
- 9 - Relação Preço / Valor Patrimonial menor que 2x (comparação do valor de mercado da empresa com seu valor contábil);

10 - Relação Preço / Lucro menor que 15x (o tempo que o investidor levará para recuperar o capital investido deve ser inferior a 15 anos);

11- Possuir volume médio diário maior que R\$ 1 milhão.

4. RESULTADOS

Os resultados foram divididos em duas partes, sendo a primeira parte dedicada a seleção de ações, contendo as ações apontadas pela ferramenta Guiainvest PRO e os indicadores fundamentalistas que justificam essa escolha, e a segunda parte dedicada aos títulos do Tesouro Direto, que foram distribuídos de forma a se adequar aos objetivos dos investidores.

4.1. Seleção de ações

A as ações apresentadas a seguir foram selecionadas utilizando a metodologia de escolha de ações de Benjamin Graham adaptada por André Fogaça para o mercado brasileiro. A metodologia consiste em 11 critérios pré-estabelecidos que as ações devem obedecer. Para aplicar esse método, foi utilizada a ferramenta GuiainvestPRO, de André Fogaça, disponível no site <http://lp.guiainvest.com.br/>. Os 11 critérios que as ações sugeridas obedecem são os mesmos descritos no referencial teórico. Entretanto, para este artigo, o quarto critério de Graham, que exige retorno sobre patrimônio líquido superior a 20%, foi alterado para 15%, pois na data da análise não havia ações disponíveis que atendessem a esse critério.

Com base nos critérios acima, a Tabela 3 abaixo mostra a relação das ações que atenderam todos os 11 critérios na data 25/06/2018:

Tabela 3 – Ações sugeridas

Sigla	Nome	ROE	P/L	V. de Merc.
ITSA4	ITAUSA PN	17,50%	7,67	77,41B
FESA4	FERBASA PN	16,00%	8,34	1,54B

PN - Ação Preferencial; ROE – Retorno sobre o patrimônio líquido; P/L – Preço Lucro; V. de Merc. – Valor de Mercado.

Fonte: dados da pesquisa 25/06/2018

A ITSA4, correspondente às ações preferenciais da Itaú AS (setor bancário), possui: governança corporativa nível 1; valor de mercado de R\$ 76,50 bilhões; liquidez corrente de 1,6; ROE de 17,50%; dívida bruta/patrimônio líquido de 8,6%; crescimento nos lucros de 11,8% nos últimos 5 anos; P/VPA de 1,48; P/L de 8,47; volume de negociações diárias de R\$ 267,46 milhões; possui lucro e distribuição de dividendos constantes.

A FESA4, correspondente às ações preferenciais da Ferbasa AS (setor de metalurgia e siderurgia), possui: governança corporativa nível 1; valor de mercado de R\$ 1,54 bilhões; liquidez corrente de 5,7; ROE de 16,00%; dívida bruta/patrimônio líquido de 4,2%; crescimento nos lucros de 29,00% nos últimos 5 anos; P/VPA de 0,95; P/L de 5,92; volume de negociações diárias de R\$ 3,63 milhões; possui lucro e distribuição de dividendos constantes.

Entretanto, apesar de listada, a FESA4 possui resultado financeiro cíclico, pois depende de um fator externo, neste caso, a empresa depende da cotação do minério de ferro, podendo se beneficiar ou se prejudicar de acordo com a variação da commodity.

Vale lembrar que as ações ITSA4 e FESA4 foram sugeridas no dia da coleta para a análise, ou seja, no dia 25/06/2018. Logo, como o mercado está sempre mudando, é possível que estas ações deixem de atender aos 11 critérios de Graham com o passar do tempo, da mesma forma que outras ações que não os atendiam podem passar a atendê-los. Outro ponto, é que embora existam ações que não atendam a todos os critérios, isto não impossibilita o investidor de comprá-las, estas também podem ser opções de investimento, mas com o risco um pouco maior.

4.2. Títulos do Tesouro Nacional

Foram selecionados para serem apresentados neste artigo os títulos do Tesouro Nacional disponíveis para venda no site do Tesouro Direto no dia 13/06/2018. Os títulos foram apresentados de acordo com a rentabilidade e prazo, que se classifica em: curto (até 3 anos), médio (de 3 a 6 anos) e longo (a partir de 6 anos).

4.2.1. Títulos Pós-fixados

Os títulos pós-fixados do Tesouro Direto são direcionados para quem deseja um pouco mais de segurança na rentabilidade, pois sempre renderão acima da inflação. Os títulos pós-fixados podem ser divididos em: Tesouro IPCA+ e Tesouro Selic.

4.2.1.1. Tesouro IPCA+

Os títulos IPCA+ são recomendados para quem deseja segurança com uma boa rentabilidade, pois o seu rendimento real é acima da inflação. Os próximos passos que o investidor deve tomar na hora de escolher o seu título Tesouro IPCA+ é ter em mente o prazo de seu objetivo e se prefere receber o montante no vencimento ou receber o pagamento de cupons semestrais ao longo do tempo.

Se o objetivo do investidor for de médio prazo e não possui preferência em receber pagamento de cupons semestrais, é recomendável que compre o título detalhado na tabela 4 abaixo:

Tabela 4

Título	Taxa de Rendimento (% ao ano)	Preço para investimento
Tesouro IPCA+ 2024	IPCA + 5,74	R\$ 2.203,90

Fonte: dados da pesquisa 13/06/2018

Se o objetivo do investidor for de longo prazo e não possui preferência em receber pagamento de cupons semestrais, é recomendável que compre os títulos detalhados na tabela 5 abaixo:

Tabela 5

Título	Taxa de Rendimento (% ao ano)	Preço para investimento (R\$)
Tesouro IPCA+ 2035	IPCA + 6,02	R\$ 1.173,48
Tesouro IPCA+ 2045	IPCA + 6,02	R\$ 662,53

Fonte: dados da pesquisa 13/06/2018

Se o objetivo do investidor for de longo prazo e possui preferência em receber pagamento de cupons semestrais, é recomendável que compre os títulos detalhados na tabela 6 abaixo:

Tabela 6

Título	Taxa de Rendimento (% ao ano)	Preço para investimento (R\$)
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2026	IPCA + 5,77	R\$ 3.215,08
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2035	IPCA + 5,93	R\$ 3.166,95
Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais 2050	IPCA + 6,01	R\$ 3.200,23

Fonte: dados da pesquisa 13/06/2018

Infelizmente, no que concerne a títulos de curto prazo, neste momento não estão disponíveis títulos IPCA+. Entretanto, isto não impede o investidor em comprar títulos com vencimentos mais distantes e vendê-los no prazo desejado.

4.2.1.2. Tesouro Selic

O Tesouro Selic é recomendado para os investidores que querem bastante segurança, pois mesmo com a Selic em queda, não apresenta riscos significativos. Os títulos Tesouro Selic não possuem pagamento de cupons semestrais, logo, a rentabilidade é sempre paga no vencimento.

Atualmente há apenas um título Tesouro Selic disponível para a compra na data da pesquisa (13/06/2018), o qual diz respeito apenas ao médio prazo. Investidores que tem objetivo de curto prazo ainda podem comprar o título para resgatá-los no prazo que quiserem. Para o tesouro Selic, está disponível o título detalhado na tabela 7 abaixo:

Tabela 7

Título	Taxa de Rendimento (% ao ano)	Preço para investimento (R\$)
Tesouro Selic 2023	Selic + 0,06	R\$ 9.543,84

Fonte: dados da pesquisa 13/06/2018

4.2.2. Tesouro prefixado

Os tesouros prefixados são títulos que o investidor conhece a remuneração final do título. Geralmente esses títulos possuem uma rentabilidade pré-definida, entretanto, eles não possuem segurança em relação à inflação, pois caso a taxa anual de inflação ultrapasse a rentabilidade nominal do tesouro prefixado, o investidor estará perdendo dinheiro. Logo, o investidor que optar por comprar um título prefixado, estará abrindo mão de um pouco de segurança para obter uma rentabilidade pré-definida, então é recomendável que se consulte estatísticas de previsão do mercado, principalmente a inflação, antes de comprar esses títulos.

Se o objetivo do investidor for de curto prazo e não possui preferência em receber pagamento de cupons semestrais, é recomendável que compre o título detalhado na tabela 8 abaixo:

Tabela 8

Título	Taxa de Rendimento (% ao ano)	Preço para investimento (R\$)
Tesouro Prefixado 2021	7,07	R\$ 787,87

Fonte: dados da pesquisa 13/06/2018

Se o objetivo do investidor for de longo prazo e não possui preferência em receber pagamento de cupons semestrais, é recomendável que compre o título detalhado na tabela 9 abaixo:

Tabela 9

Título	Taxa de Rendimento (% ao ano)	Preço para investimento (R\$)
Tesouro Prefixado 2025	8,97	R\$ 484,93

Fonte: dados da pesquisa 13/06/2018

Se o objetivo do investidor for de longo prazo e possui preferência em receber pagamento de cupons semestrais, é recomendável que compre o título detalhado na tabela 10 abaixo:

Tabela 10

Título	Taxa de Rendimento (% ao ano)	Preço para investimento (R\$)
Tesouro Prefixado com Juros Semestrais 2029	9,00	R\$ 946,04

Fonte: dados da pesquisa 13/06/2018

Infelizmente, no que concerne a títulos com pagamento de cupons semestrais de curto e médio prazo, não estão disponíveis. Entretanto, isto não impede o investidor de comprar títulos com vencimentos mais distantes e vendê-los no prazo desejado.

4.2.3. Os títulos do tesouro e a marcação ao mercado

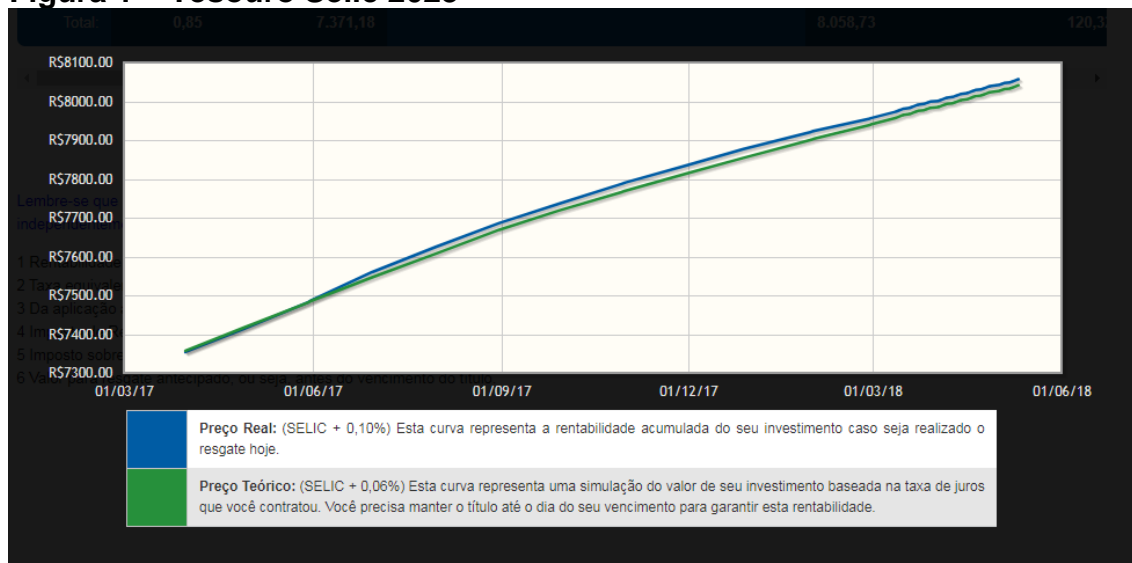
Caso o investidor possua algum título do tesouro e deseje vender esse papel antes de seu vencimento, é possível que o investidor consiga uma rentabilidade bem maior do que a rentabilidade contratada na compra do título. Esse fenômeno ocorre devido à valorização do título que segue a marcação ao mercado.

Assim como as ações, os títulos do Tesouro Nacional estão sujeitos ao humor do mercado, mais especificamente em relação à taxa de juros. O Tesouro Nacional remunera os investidores de acordo com a taxa de juros, ou seja, quanto maior a taxa, maior a remuneração. Logo, é possível que um título se valorize e passe a valer mais do que valia quando o investidor o comprou.

Entretanto, mesmo se valorizando ou desvalorizando, o valor do título continuará se ajustando para que, no final do prazo, o investidor receba o valor contratado no momento da compra do título. Então caso o investidor não aproveite o momento de valorização do título para resgatá-lo e receber uma rentabilidade maior, ele continuará a receber o valor contratado na compra do título.

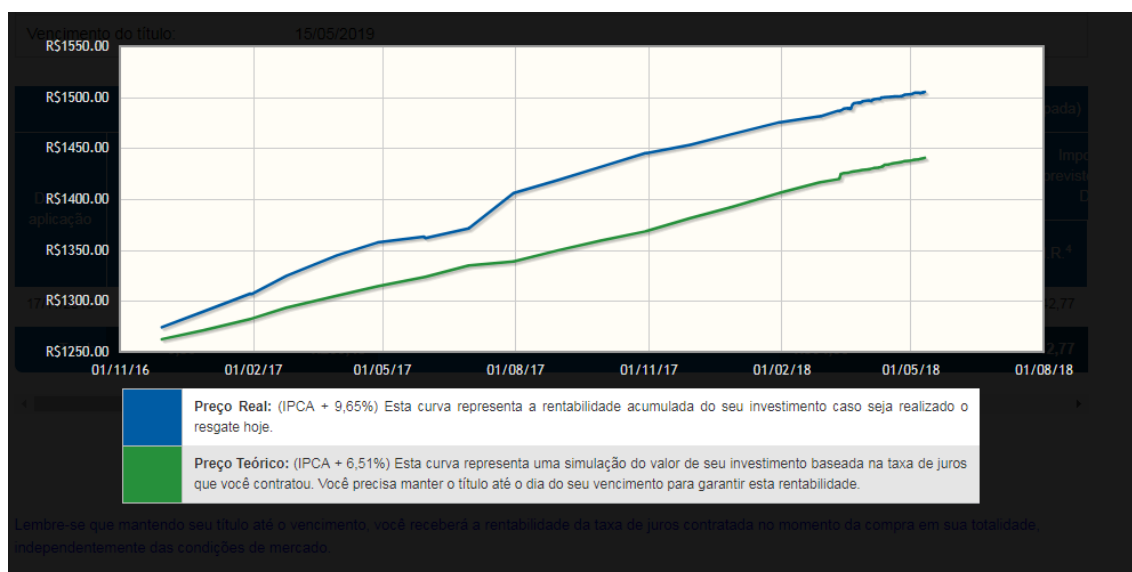
Para demonstrar esse fenômeno, foram utilizados dois títulos do Tesouro Direto, o Tesouro Selic 2023, comprado no dia 31/03/2017 e o Tesouro IPCA+ 2019, comprado no dia 17/11/2016, conforme as figuras 1 e 2 abaixo:

Figura 1 – Tesouro Selic 2023



Fonte: Dados da pesquisa 13/06/2018

Figura 2 – Tesouro IPCA+ 2019



Fonte: Dados da pesquisa 13/06/2018

O “preço teórico” exposto nos gráficos representa o valor do título de acordo com os valores contratados no momento da compra, enquanto que o “valor real” é o valor que o título está valendo no momento. Logo, ao vender o título durante esses momentos de valorização, o investidor terá uma rentabilidade maior do que a rentabilidade contratada no momento da compra.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo foi desenvolvido com a intenção de mostrar possibilidades de investimento no mercado financeiro, no que concerne a bolsa de valores e o Tesouro Direto, e conseguir alguma rentabilidade, principalmente para aqueles que ainda possuem algum receio em investir seu dinheiro.

De acordo com os resultados desta pesquisa é possível compreender que existem opções de investimentos que se adequam ao perfil dos investidores, e que ações bem fundamentadas como as ações da Itaú SA e da Ferbasa possuem segurança, mostrando que até mesmo o mercado de ações pode ser uma opção para os investidores com perfil mais conservador. Da mesma forma, os títulos do Tesouro Direto, que são conhecidos por serem investimentos muito seguros, podem proporcionar maiores rendimentos trazendo um pouco mais de risco ao investidor, como no caso dos Tesouros Prefixados.

Também foram consultados os analistas da agência autônoma de investimentos Start AAI para obter sugestões de ações para a carteira de dividendos. Os analistas recomendaram as ações ALUP4 (Alupar) do setor de energia e EZTC3 (EZTec) do setor de construção. Ambas as empresas são boas pagadoras de dividendos, e diferente da FESA4 (Ferbasa), seus resultados são mais constantes, pois realizam seus negócios através de licitações que perduram por anos.

Vale lembrar que conforme o mercado muda seu humor, os valores de ações e títulos variam, podendo se tornar ótimos ou péssimos negócios, e um papel que era valioso pode perder o seu valor e vice-versa. Então cabe ao investidor fazer uma análise da ação ou título que irá comprar, e periodicamente verificar a atuação situação de seus negócios.

6. REFERENCIAS

AÇÃO E REAÇÃO; Investimento Agressivo: Um Caminho Heróico. Disponível em: <<http://www.acaoereacao.net/arquivo2.html>>. Acesso em 07 de abril de 2017.

ASSAF, N; Finanças corporativas e valor. São Paulo: Atlas, 2014.

BOAS, Bruno; Proporção de brasileiros endividados volta a crescer em 2017, diz CNC. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/5258773/proporcao-de-brasileiros-endividados-volta-crescer-em-2017-diz-cnc>>. Acesso em: 4 de mai. 2018.

BM&FBOVESPA; Ações. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/acoes.htm>. Acesso em: 7 de mai. 2018

DANA, S.; LONGUINI, M.; Em busca do tesouro direto. 2.ed. São Paulo: Benvirá, 2015.

ELDER, Alexander; Aprenda a operar no mercado de ações: Come into my trading room; Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro, Elsevier, 2006;

FACIL INVESTIMENTOS; Peneirando Ações com Benjamin Graham – Investidor Agressivo / Empreendedor. Disponível em: <<http://facilinvestimentos.blogspot.com.br/2011/02/peneirando-acoes-com-benjamin-graham.html>>. Acesso em 07 de abr. 2017.

FUNAMENTUS, Gurus de Investimentos. Disponível em: <http://fundamentus.com.br/pagina_do_ser/Graham.htm>. Acesso em: 07 de abr. 2017.

GOEKING, Weruska; Apenas 1 em cada 4 brasileiros investe; veja as aplicações favoritas. Disponível em: <<http://www.infomoney.com.br/onde-investir/renda-fixa/noticia/7076370/apenas-cada-brasileiros-investe-veja-aplicacoes-favoritas>>. Acesso em: 4 de mai. 2018.

GRAHAM, Benjamin; O Investidor Inteligente. Tradução: Lourdes Sette. Rio de Janeiro, Harper Collins Brasil, 2015;

_____, N. Lima, F. G. Curso de Administração Financeira. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

LAGIOIA, U. C. T.; Fundamentos do Mercado de Capitais. 2.ed. São Paulo, Atlas, 2009;

PIAZZA, M. C.; Bem-vindo a bolsa de valores. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

PINHEIRO, Juliano Lima; Mercado de Capitais: Fundamentos e Técnicas. 7.ed. São Paulo, Atlas, 2014.

SMARRITO, Marcelo; Desmistificando a bolsa de valores: quem disse que ela não é para você? Rio de Janeiro, Elsevier, 2007.

TESOURO DIRETO; Entenda cada título no detalhe. Disponível em: <<http://www.tesouro.gov.br/tesouro-direto-entenda-cada-titulo-no-detalle#this>>. Acesso em: 8 de mai. 2018.

GESTÃO E DINÂMICA ORGANIZACIONAL APLICADA AO FUNCIONAMENTO DE UMA EMPRESA FAMILIAR DO RAMO DE VENDAS DE EMBALAGENS PLÁSTICAS

Watson Douglas de Araújo Lima¹

Bruno Chaves Correia Lima²

RESUMO

A gestão e dinâmica organizacional de uma empresa familiar pode ser algo bastante decisivo para o desenvolvimento da mesma, já que é a partir do modo o qual esses dois pontos serão trabalhados que a organização conseguirá manter o seu funcionamento e adquirir um bom crescimento anual familiar. O objetivo desta pesquisa é analisar como as práticas de gestão e de dinâmica influenciam no funcionamento de uma microempresa familiar do ramo de vendas de embalagens plásticas. Trata-se de um estudo qualitativo mediante a entrevista com o proprietário da empresa em questão, o qual descreve todo o caminho traçado no início da organização até os dias de hoje, além de falar sobre a relação da família diante da rotina diária de negócios. Como principais resultados, destaca-se que há uma distribuição de funções para cada membro da família de acordo com suas aptidões e necessidades dentro da organização, proporcionando ainda uma maior facilidade de administração. Inclusive, é a partir da gestão trabalhada que os membros da família e os colaboradores conseguem lidar com a dinâmica das atividades do dia a dia sem precisarem recorrer ao diretor administrativo a todo o momento. Importante ressaltar que neste estudo em questão, a união da família junto com a dos colaboradores facilita com que o funcionamento da organização seja algo mais simples e flexível, ficando aberta a possíveis possibilidades que venham a surgir diariamente. Além de mostrar uma diferença entre a ideia de que muitos têm sobre empresa familiar, pois não se preocupam com os cargos os quais atuam, e sim com todo o real funcionamento da organização.

¹Acadêmico do Curso de Bacharelado em Administração do Centro Universitário Christus.
watson.douglas@aiesec.net

² Professor Doutor em Administração do Centro Universitário Christus. brunoccl@hotmail.com

Palavras-chave: Gestão. Dinâmica Organizacional. Empresa Familiar. Funcionamento. Colaboradores.

ABSTRACT

The management and organizational dynamic of a family business can be quite decisive for the development of the company, because it's from the form in which these two points will be worked that the organization will be able to maintain its operation and achieve a good annual growth. The objective of this research is to analyze how management practices and dynamics influence the operation of a family microenterprise in the field of sales of plastic packaging. This is a qualitative study through the interview with the owner of the studied company, which describes the whole path traced at the beginning of the organization to the present day, as well as talking about the family relationship in the daily routine of business. As main results, it's emphasized, there is a distribution of functions for each family member according to their abilities and needs within the organization, providing a greater administration. In addition, it's by the managed management that the members of the family and the collaborators can deal with the dynamics of the activities of the day by day without having to resort to the administrative director at all the moment. It's important to emphasize that in this study, the union of the family together with all the collaborators facilitates that the operation of the organization can be something simpler and more flexible, being open to possible possibilities that arise every day. In addition to showing a difference between the idea that many people has about family business, because they don't care about the positions they act, but with the whole operation of the organization.

Keywords: Management. Dynamic Organizacional. Family Business. Operation. Contributors.

1 INTRODUÇÃO

Diante da atual realidade brasileira, a população vem encontrando uma nova forma de se manter na sociedade sem ter que depender diretamente de um empregador que lhe proponha serviços, assine a carteira de trabalho, e por fim, pague o pequeno salário mínimo brasileiro. Logo, muitas famílias começaram a construir seu próprio negócio e ganhar seu capital de forma autônoma, e com o crescimento, faz daquele pequeno negócio uma empresa familiar.

O Brasil tem o maior número de crescimento de empresas familiares do mundo, que de acordo com a pesquisa da PwC(PricewaterhouseCoopers), 79% das empresas familiares brasileiras cresceram, enquanto no restante do mundo apenas 65% delas. Mas é importante ressaltar que a imersão das empresas familiar no mercado internacional ainda é muito pequena, pois apenas 38% das empresas familiares fazem negócio com o exterior e somente 6% de suas receitas são obtidas a partir da exportação de produtos e serviços. Além disso, quando considerado a nível global, apenas 25% do faturamento das empresas familiares vem a partir dos negócios de outros países (MELO, 2015).

As empresas familiares têm tido um crescimento considerável na economia brasileira, entretanto por dois anos seguidos o Brasil fecha mais empresas do que abre (SILVEIRA, 2017). E, infelizmente, essa realidade é algo que continua a acontecer com os empreendedores brasileiros por diversos motivos como: a ausência de planejamento estratégico e financeiro, governança, estrutura, gestão e dinâmica organizacional, dentre muitos outros.

Por esse prisma, o foco desse artigo está em estudar uma dessas várias vertentes que influenciam o funcionamento das diversas empresas familiares, que é a gestão e a dinâmica organizacional, utilizando-se de uma abordagem qualitativa referente a uma empresa que vende embalagens plásticas em Fortaleza, tendo como busca nas pesquisas responder o seguinte questionamento: Como a aplicação das práticas de gestão e dinâmica organizacional influenciam no funcionamento de uma microempresa familiar do setor de vendas de embalagens plásticas?

Logo, identifica-se como objetivo principal da pesquisa analisar como as práticas de gestão e de dinâmica influenciam no funcionamento de uma microempresa familiar. Considerando mais a fundo o assunto, tem como planejado identificar as práticas tanto de gestão como de dinâmica organizacional que estão

presentes na empresa em questão e também mostrar de que forma essas tais práticas podem influenciar no dia a dia da mesma.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Gestão e Dinâmica Organizacional

A ideia de gestão e dinâmica organizacional não surgiu nos dias de hoje, desde o século XX que diversos estudiosos buscam a melhor maneira de se gerir toda uma organização, e principalmente, da forma mais dinâmica possível. Pode-se dizer que um grande passo para a gestão de uma organização se iniciou em 1947 com o surgimento da Teoria Comportamental, a qual vários estudiosos como: Maslow, Herzberg, Likert entre outros, passaram a pesquisar o comportamento dos indivíduos dentro das organizações e a partir dos resultados, executar uma melhor forma de gestão (CHIAVENATO, 2014).

Cada um desses pensadores, criaram possíveis formas de se gerir melhor uma organização e além disso, conseguir implantar um dinamismo em toda as áreas, sendo ela operacional, gerencial ou administrativa. E foi exatamente umas das ideias primordiais de McGregor, o qual criou a Teoria X e Y, que distinguiu as organizações de acordo como ela gerida, pois de um lado, na Teoria X era uma organização tradicional, gerida de forma mecânica e pragmática, enquanto de um outro, na Teoria Y, existia uma organização com uma gestão mais moderna ao que se diz respeito a comportamento humano. E a partir dessa divisão, conseguir corrigir os erros corriqueiros de uma má gestão e aplicar novos meio de gerir juntamente com uma forma mais dinâmica relacionando-se ao comportamento humano (CHIAVENATO, 2014).

Desde a década de 1970, um processo bastante complexo de diversas transformações sociais, econômicas, institucionais e tecnológicas foi colocado em marcha em relação aos quesitos contabilidade, gestão e governança concretizando evidências de um novo modelo de desenvolvimento do capitalismo em escala mundial (LEAL, 2003). Levando essa ideia para a gestão de uma organização, é válido dizer que independente de qual seja a empresa, a gestão sempre terá que sofrer adequações durante o decorrer de suas evoluções, pois o mundo capitalista está sempre se modificando, seja no meio social ou econômico ou tecnológico como

foi dito por Leal, ou seja, juntamente com sistema capitalista, a gestão organizacional também precisará seguir se modificando, por que seus colaboradores tenderão a fazer o mesmo.

Lidar com diferentes comportamentos dentro de uma organização pode gerar diversas barreiras a serem derrubadas no dia a dia. Diante disso, é bastante importante que os líderes juntamente com a empresa tenham a capacidade de observar e compreender a sua organização por completo, para que possam ter o domínio sobre elas, já que gerir sem uma organização sem conhecimento da mesma é uma tarefa irrealizável (GOMES, 1987, apud IVAN, 2017).

E é partir da observação comportamental dos colaboradores que surge o dinamismo na organização. Cada setor possui suas funções e objetivo a serem cumpridos, e desse modo, geri-los de uma mesma forma sem dar-se conta de como a dinâmica de cada setor é diferenciada, pode resultar em futuros problemas. Logo, a ideia de motivação, liderança, resultados e desenvolvimento pessoal, por exemplo, poderá ser diferente em cada área específica de uma organização, e saber como gerir todos de uma forma dinâmica e adequada é um grande X da questão para muitas organizações (CHIAVENATO, 2014).

Existir uma resistência a mudanças é algo bastante comum nas organizações, mas não pode ser tratada e considerada uniformemente, pois cada colaborador tem suas ambições, conhecimentos e valores pessoais e diretamente ligados a sua realidade diante da sua ideia de procurar aquilo que o favorece e, pela lógica, afastar-se daquilo que não o favorece (HERNANDEZ, 2001).

E conseqüentemente ao se falar de mudanças, surge-se a ideia de que os atratores sociais e estruturais de uma organização são os responsáveis diretos pela sua dinâmica em questão, logo quando a liderança muda, a estrutura também se modifica e conseqüentemente a organização, o que altera essencialmente sua identidade e afeta diretamente na dinâmica da organização (PASSAOR, 2016, apud IVAN, 2017).

A gestão e a dinâmica organizacional são duas vertentes estritamente ligadas uma à outra e que podem sofrer mudanças diante de diversos fatores internos e externos a uma organização, mas é exatamente uma boa percepção de gestão, e principalmente, de dinamismo que fará com que uma empresa, mantenha seu próprio controle diante dos inúmeros desafios encontrados.

2.2 Empresa Familiar

A nomenclatura empresa familiar é algo que pode considerar um pouco recente, mesmo que a uma considerável parte das empresas surgem a partir de famílias, essa ideia se tornou recente devido ao fato de que todos os membros estão presentes na gestão da empresa em questão, o que de fato não acontecia antigamente, devido a diversos fatores que geralmente apontavam para que somente o patriarca da família cuidasse de tudo referente a empresa.

De acordo com Corigliano (1999, p. 81) “O mito parece descrever a realidade, mas, na prática ensina e prescreve de que modo a realidade deve ser lida”. E essa realidade é bastante presente quando se fala em empresa familiar, pois muitas das vezes diversos mitos são criados referente a ideia de um empreendedorismo gerido por uma família, mas que somente na prática do dia a dia eles podem ser compreendidos e reavaliados de acordo com cada situação que surge.

Importante saber que existem alguns conceitos sobre o que pode ser considerado uma empresa familiar, de acordo com Donnelley (1967), uma empresa familiar é aquela que preserva o vínculo com uma mesma família durante um número mínimo de duas gerações e relação entre empresa e família influencia diretamente tanto nas diretrizes empresariais como nos diversos interesses e objetivos da família. Entretanto Barry (1978), acredita que basta que o controle acionário da empresa seja gerido por uma única família para que a mesma já possa ser definida como familiar, independentemente ser de capital aberto ou fechado.

A literatura sobre empresa familiar não possui uma definição que até hoje seja 100% aceita e legitimada por grande parte dos teóricos, até porque muitas das características encontradas em empresas familiares são corriqueiras em outras empresas, o que de fato dificulta muito mais a forma de conceituação (BERNHOEFT, 1989).

O quadro 1 apresenta a existência de algumas definições referente ao conceito de empresa familiar que estão presente no contexto da literatura vigente.

Quadro 1 – Múltiplas definições de empresa familiar.

Definição	Autores
Empresa familiar é a que foi fundada por um membro da família e foi transmitida, ou espera-se que se transmita, aos seus descendentes. Os descendentes do fundador ou fundadores originais terão a propriedade e o controle da empresa. Além disso, membros da família trabalham e participam da empresa e dela se beneficiam.	(BORK, 1986)
Empresa na qual os membros da família têm controle legal sobre a propriedade.	(LANSBERG; PERROW; ROGOLSKY, 1988)
Organização na qual as principais decisões operacionais e os planos de sucessão da diretoria são influenciados pelos membros da família que formam parte da diretoria ou do conselho de administração.	(HANDLER, 1989)
Empresa na qual uma só família possui a maioria do capital e tem o controle total. Os membros da família formam parte da diretoria e tomam as decisões mais importantes.	(GALLO; SVEEN, 1991)
Empresa que será transferida à geração seguinte da família para que a dirija e controle.	(WARD, 1999)
Empresa familiar é aquela que, na prática, é controlada por uma única família.	(BARRY, 1999)

Fonte: Pecanha e Oliveira (2015, p. 3)

3 MÉTODOS

O estudo feito é de natureza aplicada, tendo um foco direto em um ponto específico, que seria a gestão e dinâmica organizacional de uma determinada empresa familiar do ramo de vendas de embalagens plásticas na cidade de Fortaleza - CE. Além disso, o problema foi abordado de forma qualitativa voltado exatamente para o problema em relação a empresa escolhida.

Referente aos objetivos da pesquisa, pode-se dizer que possui um caráter descritivo, o que significa dizer que durante toda a pesquisa foram mostrados fatos, dados e informações sobre o assunto em questão, os quais foram obtidos a partir de uma entrevista feita com a família responsável pela empresa, principalmente com um foco maior no familiar que está diretamente ligado à administração geral da empresa. Ademais, esse estudo utiliza como um processo técnico o estudo de caso, que tem como intuito a ideia de aprofundar-se ao máximo sobre a gestão e dinâmica organizacional de uma empresa familiar.

O roteiro de entrevista foi dividido basicamente em 3 blocos específicos, os quais: o primeiro tem uma temática voltada ao surgimento da empresa familiar, o segundo tem um foco na gestão e dinâmica organizacional e o terceiro bloco almejando informações sobre relacionamento empresarial entre o lado profissional e pessoal de cada membro que compõe a organização.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A gestão e a dinâmica organizacional é algo que pode variar de acordo com cada tipo de empresa, independentemente do ramo em que atua. Essa, estará diretamente ligada a diversos fatores presentes na organização, o que de fato será capaz de criar toda uma dinâmica dentro da entidade em questão e que possivelmente pode variar de acordo com as inúmeras situações que surgem no dia a dia, seja em uma grande, média ou pequena empresa, todas precisarão de uma forma de gerir e se trabalhar a dinâmica que existirá diante das atividades exercidas diariamente.

Trabalhar com a ideia de gestão e principalmente lidar com a dinâmica cotidiana, pode ser um dos maiores desafios das empresas familiares, já que muitas delas começam a partir de uma simples forma de tentar escapar do desemprego e manter uma vida boa diante dos problemas enfrentados pelos brasileiros. Ademais, para muitos, entender de gestão está diretamente ligada ao empreendedorismo é algo bastante complicado, essencialmente se considerar que muitas das empresas familiares, são geridas, inicialmente, por pessoas que não possuem grande embasamento teórico do que está prestes a construir e de todos os desafios que virão pela frente.

O estudo de caso em pauta foi feito em uma empresa familiar no ramo de vendas de embalagens e produtos plásticos na cidade de Fortaleza - CE. Todos os dados obtidos foram adquiridos a partir de uma análise construída em como a família empreendedora, consegue unir a sua gestão e dinâmica organizacional dentro da realidade de possuírem uma empresa que está intensamente ligada ao fato de serem familiares.

4.1 Surgimento da Empresa Familiar

A empresa surgiu a partir da necessidade do proprietário de conseguir manter sua família financeiramente. O mesmo trabalhava em uma empresa de vendas de embalagens no centro da cidade de Fortaleza e tinha como função entregar os lotes de vendas solicitados a empresa. Entretanto, o estabelecimento em questão entrou em uma séria crise financeira que futuramente o levaria a falência. Com isso, o proprietário da empresa estudada nesse artigo, foi demitido. Logo, decidiu pegar todo o seu dinheiro da demissão, seguro desemprego e FGTS, e investiu na compra de embalagens plásticas, e a partir desse momento estaria iniciando o surgimento de sua empresa.

A princípio, vendia e entregava seus produtos de bicicleta, e assim fez por anos. Quando decidiu montar sua empresa, nenhum de seus familiares concordaram, incluindo seus pais e esposa. Somente um de seus amigos, teve uma visão melhor da oportunidade de inclusão de mercado que ele possuía e o incentivou a abrir sua empresa. Porém, após ter tomado sua decisão, o proprietário teve um longo desafio pela frente: Conseguir registrar seu negócio. Sem o registro, não era possível comprar seus produtos em longa escala, o que dificultava um pouco suas vendas e afetava no lucro que ele recebia.

Depois de conseguir registrar adequadamente sua empresa, a gestão se tornou a maior dificuldade, como o próprio empresário disse: “A família estava disposta a ajudar, mas infelizmente ninguém tinha um conhecimento teórico do que precisavam fazer”. O que conseqüentemente levou a um período de adaptação, o qual todos precisavam exercer diversas funções e entender que a empresa precisava ser dividida em setores e que cada um estaria a frente dos mesmos, além do fato de que posteriormente passariam a contratar pessoas externas, e estas, tinham que entender como toda a gestão funcionava para assim exercerem suas funções.

Mesmo no início, com todo o período de dificuldades de adequação aos cargos, a família conseguiu manter a empresa no mercado e jamais permitiu que uma crise a afetasse. Existiram momentos que os lucros baixaram, que as vendas não eram tão fortes, que o dinamismo do dia a dia os consumia mentalmente e fisicamente e que gerir toda a empresa parecia algo extremamente complicado. Mas, mesmo passando por todos os problemas, a empresa não chegou a estar em

uma crise que influencia diretamente seu funcionamento, e segue a quase 20 anos expandindo seu mercado, que anteriormente era apenas de embalagens e agora já é capaz de vender produtos mais variados como utensílios plásticos, guardanapos e materiais de isopor.

4.2 Gestão e Dinâmica Organizacional

Toda a gestão geral da empresa estudada é feita pelo próprio dono, pois é ele que está sempre gerindo diretamente todos os membros a família além de cuidar dos negócios em si. Entretanto, a empresa tem também o suporte de seu enteado, que possui uma formação e conhecimento de gestão. O mesmo, participa mesmo que indiretamente de praticamente todos os setores criados dentro da empresa, pois mesmo não exercendo o trabalho direto, ele está ciente, juntamente com o seu padrasto, de tudo o que acontece e a partir desses dados consegue tomar as devidas decisões para o funcionamento da organização.

Inclusive, durante a entrevista, o proprietário alegou:

Desde que meu enteado se formou em administração que ele vem me ajudando e ensinando o que é realmente gerir. Tudo que eu tive na minha vida foi um embasamento prático, que em alguns momentos dificultava nas soluções de problemas recorrentes, pois não sabia teoricamente como solucioná-lo. Mas como o auxílio dele, conseguimos unir a teoria e prática para assim, escolhermos a melhor forma de gerir nosso negócio.

Além disso, na empresa, foi decidido que existiriam dois supervisores, os quais estariam a frente de todo o trabalho ligado aos colaboradores que não são membros da família. O enteado do proprietário, que o ajuda na administração geral, também está responsável por supervisionar todos os entregadores de mercadorias e os representantes comerciais. Enquanto sua mãe, e esposa do proprietário, está encarregada de supervisionar toda a parte comercial que fica na loja, localizada no térreo da empresa.

Importante ressaltar que mesmo tendo supervisores e uma administração geral bem consolidada, a empresa não possui alguém que exerce uma função de gestão estratégica. Basicamente, a estratégia da organização fica ligada ao proprietário e a sua cunhada, a qual está incumbida de cuidar da parte financeira. Mesmo reunindo toda a família são eles que puxam a ação de planejarem as metas

e comportamentos a se tomar, até porque são eles dois que são responsáveis por praticamente tudo que acontece na empresa, considerando que ele cuida da parte geral e ela do financeiro.

Atualmente, existem 7 membros ativos dentro da empresa, os quais todos eles estão devidamente divididos de acordo com a necessidades de cada setor e, principalmente, ligado a seus pontos de aptidão pessoal. O quadro 3 divide cada membro em suas devidas funções na organização, além de ressaltar sua posição na família. Os nomes apresentados são fictícios exatamente para manter o sigilo solicitado pelos membros da família.

Quadro 2 - Membros da família de acordo com seus cargos na empresa.

Nome	Posição na Família	Cargo	Função
João	Pai	Proprietário e Administração Geral	Responsável pela administração geral da empresa, auxilia os supervisores de acordo com a demanda das atividades, além de estar ciente de tudo o que acontece em todos os setores.
Maria	Mãe	Supervisora Comercial	Fica diretamente ligada ao comercial, estando a frente dos vendedores, e trabalhando exatamente na loja da empresa.
Pedro	Enteado	Administração Geral e Supervisor de Atividades Externas	Auxilia na administração geral e supervisiona tudo relacionado ao trabalho externo, e em determinados casos é responsável por relacionamento externo com distribuidoras.
Ana	Filha	Vendedora	Trabalha vendendo todos os produtos presentes na loja da empresa.
Luiza	Cunhada	Financeiro	Cuida de toda a questão financeira, estando a frente da movimentação do dinheiro, pagamento dos colaboradores, além de tratar de determinadas atividades juntamente com o contador da empresa.
Lucas	Irmão	Representante	Trabalha externamente a empresa, com o intuito de facilitar as vendas dos produtos em locais mais afastados da loja física, mas que podem ser possíveis clientes.
Carlos	Primo	Entregador	Encarregado de entregar todos os produtos comprados em grande demanda.

Fonte: Elaborado pelo autor com base os dados da pesquisa.

Além dos membros citados que estão presentes na empresa, ainda existem mais alguns colaboradores que trabalham juntamente com a família para o desenvolvimento da organização. Esses seriam vendedores, entregadores, estocadores, e auxiliar financeiro, além daqueles que não são exatamente

contratados pela empresa, mas prestam ajuda no funcionamento dela, como o contador, que presta serviço mensalmente e o advogado, convocado em alguns casos específicos.

Importante ressaltar que os membros da família e até mesmo os demais colaboradores possuem autonomia em determinadas atividades do dia a dia da empresa, exatamente com o intuito de gerar um certo empoderamento deles, além de facilitar a lidarem com a dinâmica presente nas vendas, entregas, estoque etc. Trabalhar em um estabelecimento, o qual está sempre ligando a atividade de um membro com outro, pode ser complicado quando não se tem autonomia para tratar de problemas corriqueiros, especialmente a partir do momento em que a demanda de atividades é grande ao ser comparado com a quantidade de pessoas que trabalham na organização.

Afinal, como o próprio dono da empresa disse:

Deixar com que eles tenham autonomia, os fazem capazes de resolverem pequenos problemas que caso chegassem a mim seriam acumulados diante da quantidade de contratempos que eu teria que resolver diariamente. São eles que trabalham com as vendas, entregas e estoques, então quem melhor do que eles para solucionarem algum tipo de empecilho?

Sendo assim, é possível notar que é graças a esta certa autonomia dada, pelo proprietário da empresa, aos colaboradores que toda a organização consegue manter seu ritmo produtivo sem ter atrasos, acúmulos de problemas ou até mesmo sua atividade paralisada devido a uma certa sobrecarga daquele que está no comando.

4.3 Relacionamento Profissional e Pessoal

Relacionar a família com a atividade de gerir uma organização pode ser um grande desafio, até mesmo porque separar essas formas de convivência é algo bastante complicado. Na empresa em questão, por exemplo, já existiram diversos momentos de divergências e como o entrevistado mesmo afirmou “existirão muitos outros.” O ato de gerir uma empresa com a família é um intenso teste de o quanto profissional as pessoas presentes conseguem ser, mas nem sempre o profissionalismo estará claramente separado do lado pessoal.

O proprietário da empresa deixou claro que eles jamais pararam para analisar a melhor forma de separarem o lado profissional do pessoal. Para a família em questão, unir os dois lados é algo bastante comum, acreditam que até mesmo nunca pensaram em separá-los, pois desde o início todos os membros sempre uniram as duas partes. Acredita-se que isso ocorre devido ao fato de serem bastante próximos e saber separar o lado familiar acaba se tornando algo extremamente complicado.

A junção desses dois lados afeta diretamente no ambiente da empresa, entretanto nessa empresa à parte, esse envolvimento geralmente afeta de uma forma positiva. É notório que possuem uma certa harmonia e união que facilitam em determinadas ações presentes na organização. Porém, como toda família, já existiram algumas poucas desavenças que afetaram o clima da empresa, mas não diretamente no funcionamento da mesma. Ademais, como o próprio entrevistado afirmou, eles não costumam discutir e terem pensamentos muitos diferentes uns dos outros, o que facilita ainda mais essa relação de família e empresa.

A empresa estudada, mesmo sendo familiar e misturando a parte profissional com o pessoal, jamais foi posta em pauta sobre sua existência. Inicialmente, nenhum membro da família apoiou o proprietário a criá-la, porém atualmente, todos os membros lutam diariamente para o crescimento da empresa e não pensam em fechá-la de forma alguma. Para eles, viver com a empresa se tornou como um estilo de vida, o qual todos adequaram seu modo de viver diante da realidade da organização.

Assim como foi definido por Bork (1989) uma empresa familiar é a que foi fundada por um membro da família e os membros da mesma trabalham e participam da empresa e dela se beneficiam; é executada na empresa estudada, pois um único membro deu início a tudo e posteriormente todos se uniram para auxiliá-lo e conseqüentemente todos se beneficiam do trabalho que executam. Para Gallo e Sveen (1991) uma empresa familiar é aquela na qual uma só família possui a maioria do capital e tem o controle total, além de que membros da família formam parte da diretoria e tomam as decisões mais importantes. Entretanto, esse conceito já não se encaixa com o estudo de caso feito, pois na organização existem membros da família que não fazem parte da diretoria, como a filha, o irmão e o primo do proprietário, provando assim que o conceito de empresa familiar pode ser bastante flexível.

5 CONCLUSÃO

A partir do estudo feito, pode-se observar que foi possível conseguir todos os dados para cumprir o objetivo principal estipulado, assim como os objetivos específicos. Nota-se que a empresa escolhida para a pesquisa se encaixa perfeitamente com a temática de empresa familiar, principalmente, por ser capaz de mostrar que o conceito utilizado para esse tema pode ser bastante flexível, variando de cada caso. Ademais, ao somar a ideia de empresa familiar com gestão e dinâmica organizacional, foi claro que gerir não é algo tão simples, especialmente para pessoas que até a criação a empresa, jamais haviam pensado em empreender e montar seu próprio negócio.

Analisando profundamente o funcionamento da empresa, observou-se que inicialmente os membros da família que compõem a empresa tiveram uma certa dificuldade para se adaptarem a ideia de comandar uma empresa, além de conseguir identificar os setores que melhor os encaixava, precisando assim de certo tempo de adequação a seus devidos cargos. Além disso, perceberam que gerir não era algo muito simples, até porque a empresa em questão também trabalha com colaboradores que não fazem parte da família, e juntos todos precisam trabalhar em equipe para o desenvolvimento da organização.

Pensando exatamente nisso, o proprietário decidiu permitir que seus colaboradores, façam parte da família ou não, tenham uma certa autonomia, para que assim, possam lidar com a dinâmica que a organização cria diante da realidade do trabalho diário e juntos possam permitir que a empresa continue com seu funcionamento sem parar por contratemplos que venham a surgir repentinamente.

Assume-se como limitação deste estudo, o fato de que somente o proprietário foi entrevistado, tendo assim, como única fonte de informações, a visão direta de alguém da diretoria, sem analisar também a visão dos demais colaboradores. Também, pode-se perceber que o conceito de empresa familiar é algo bastante complexo e que pode existir variações, logo ao centralizar todo o estudo de caso em uma empresa, a conceitualização do tema, conseqüentemente se limita. Inclusive, é válido relatar que gestão e a dinâmica aplicada na empresa em

questão é uma forma escolhida pelos membros da família e que não necessariamente está ligado a forma de as demais empresas familiares trabalham no funcionamento de seus estabelecimentos.

Como sugestão para estudos futuros, aconselha-se que seja feito uma pesquisa mais ampla de como a gestão e a dinâmica organizacional funciona dentro de empresas familiar, como por exemplo, entrevistando mais pessoas de uma mesma empresa ou abrangendo ainda mais entrevistados de diferentes empresas, e posteriormente compará-las de acordo com suas formas de aplicar essa temática. Ademais, analisar documentos e presenciar um pouco da rotina dos funcionários, se possível, seria uma forma de conseguir uma maior visão de como tudo é aplicado no funcionamento da organização em questão.

REFERÊNCIAS

- ADMINISTRADORES. João Pessoa, PB, 2006. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/o-comportamento-e-suas-influencias-na-dinamica-organizacional/12593/>>. Acesso em 22 de mai. 2018.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. São Paulo: Manole, 2014
- CONTÁBEIS. Amazonas, AM, 2017. Disponível em: <<http://www.contabeis.com.br/noticias/34131/70-das-empresas-no-brasil-sao-familiares-mas-apenas-30-conseguem-ultrapassar-a-2a-geracao/>>. Acesso em 22 de mar. 2018.
- EXAME. São Paulo, SP, 2015. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/no-brasil-empresas-familiares-cresceram-mais-que-no-mundo>>. Acesso em: 18 de mar. 2018.
- EXAME. São Paulo, SP, 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/negocios/os-motivos-porque-tantas-empresas-familiares-fracassam/>>. Acesso em 22 de mar. 2018.
- FREITAS, E. C.; KRAI, L. S. Gestão organizacional em empresas familiares no Vale do Rio dos Sinos. **Revista de Gestão**, v. 17, n. 4, art. 1, p. 387-402, 2010.
- G1.GLOBO. Rio de Janeiro, RJ, 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/por-dois-anos-seguidos-brasil-fecha-mais-empresas-do-que-abre-aponta-ibge.ghtml>>. Acesso em: 18 de mar. 2018.
- GRZYBOVSKI, D.; VIEIRA, L. Ciclo de vida das empresas familiares brasileiras de pequeno porte: uma análise das características e dinâmica estrutural em uma rede

de revenda de gás liquefeito de petróleo. **Teoria e Prática em Administração**, v. 2, n. 2, p. 78-96, 2012.

GUIMARÃES, I. P.; PINHO, L. A.; LEAL, R. S. Profissionalização da gestão organizacional no terceiro setor: um estudo de caso na Fundação Instituto Feminino da Bahia. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 13, n. 3, p. 132-148, 2010.

HERNANDEZ, J. M. C.; CALDAS, M. Resistência à mudança: uma revisão crítica. **Revista de Administração de Empresas**, v. 41, n. 2, p. 31-45, 2001.

DONNELLEY, R. A empresa familiar. **Revista de Administração de Empresas**, v. 7, n. 23, p. 162-198, 1967

IVAN, M. V.; TERRA, L. A. A. A Influência da Liderança na Dinâmica Organizacional. **Caderno Profissional de Administração da UNIMEP**, v. 7, n. 1, p. 137-159, 2017.

NOLASCO, D. M. S.; SILVA, M. D. S.; EL-AOUAR, W. A.; VASCONCELOS, C. R. M. Gestão do Conhecimento e Inteligência Competitiva: Instrumentos para Gestão Organizacional. **Desafio Online**, v. 6, n. 1, p. 160-180, 2018.

PECANHA, A. R. O.; OLIVEIRA, S. B. Empresa familiar, sim! Mas qual o problema, se a gestão é profissional?. **NAVUS - Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 5, n. 3, p. 126-135, 2015.

RIBEIRO, J. S. A. N.; SOARES, M. A. C.; JURZA, P. H.; ZIVIANI, F.; NEVES, J. T. R. Gestão do Conhecimento e Desempenho Organizacional: Integração Dinâmica entre Competências e Recursos. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 7, n. N. Especial, p. 4-17, 2017.

A IMPOTÊNCIA DA MATEMÁTICA APLICADA PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO.

Ana Paula Mesquita Silva

Edson do Carmo

RESUMO

Este artigo traz estudo sobre a disciplina de matemática aplicada lecionada no curso de administração em uma instituição de ensino superior em Fortaleza, Ceará. Foi realizada uma pesquisa com os alunos que cursam o último ano do curso de administração e uma entrevista com os professores que lecionam na instituição. Foi proposto aos professores apontar quais assuntos em matemática aplicada tem maior relevância para as outras disciplinas presentes na grade curricular do curso, assim como apontar quais as dificuldades mais frequentemente apresentadas pelos alunos. Os alunos participantes contribuíram com suas percepções sobre a importância da matemática para o curso e como interfere no seu desempenho no curso.

1. INTRODUÇÃO

O administrador é um profissional que deve atender as múltiplas exigências do mercado, ele pode atuar nas mais diversas áreas como marketing, finanças, RH, produção e gestão. Na formação do profissional em administração é indispensável o ensino e aplicação da matemática como ferramenta prática, afim de que o aluno possa desenvolver um raciocínio lógico que possa apoiá-lo no processo de tomada de decisão. É muito importante para o administrador apropriar-se desta ferramenta, pois é necessário aprender, aprender a fazer, a conviver em sociedade e a ser. Competências que são indispensáveis logo da vida de uma pessoa (DELORS, 1998).

A justificativa dessa pesquisa é dada em função da necessidade de abordar assuntos na disciplina de matemática aplicada que possam ser aplicados em outras disciplinas do curso de administração do Centro Universitário Christus, visando o completo aproveitamento da disciplina no auxílio do desempenho do aluno, assim como discriminar a importância de tais conhecimentos na carreira de um administrador.

Esta pesquisa apresenta como questionamento: os assuntos abordados na disciplina de matemática aplicada são relevantes para a formação do aluno no curso de administração do Centro Universitário Christus? Definiu-se, portanto, como objetivo geral: Conhecer os assuntos abordados na disciplina de matemática aplicada e os assuntos que são exigidos por outras disciplinas do curso, de modo que fornecer ferramentas para o desempenho dos alunos durante o curso de administração. Para tal foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Identificar o nível de importância da matemática aplicada para o curso de administração;
- Relacionar o desempenho dos alunos em outras disciplinas do curso em função dos assuntos abordados em matemática aplicada;
- Identificar o nível de dificuldades dos alunos com relação aos temas abordados na perspectiva dos alunos e dos professores.

Nas seções deste trabalho apresentado em três partes a primeira é a introdução; na segunda parte é demonstrado e discutido os resultados apresentando o referencial teórico onde são abordados a importância da matemática para o administrador e o ensino e aprendizagem da matemática; a seguir é apresentado a metodologia de pesquisa na qual é possível verificar a natureza da pesquisa e a coleta de dados, por fim tem-se a conclusão seguida do referencial bibliográfico.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Matemática no curso de administração: aprendizagem e ensino

O processo de aprendizagem é pessoal, gradativo, cumulativo e constante levando em consideração de que é possível adquirir conhecimento o tempo todo (COELHO JUNIOR; BORGES-ANDRADE, 2008). O profissional pode aprender em todas as fases de sua carreira, seja pelo ensino em formato tradicional ou à distância, pode ocorrer também de modo que não seja percebida pelo próprio aprendiz visto que ela ocorre em tempo integral. A aprendizagem é o processo pelo qual ocorre mudança permanente de comportamento potencial do indivíduo e que resulta da experiência, não é proveniente de cansaço ou doença (LEFRANCOIS, 2008 apud COELHO JUNIOR, 2011).

As mudanças no comportamento dos indivíduos ocorrem em função da interação entre os indivíduos e o ambiente (ABBAD, BORGE-ANDRADE, 2004). Pode-se salientar ainda que a interação do aluno com a sala de aula e o professor é indispensável para o processo de aprendizagem. O processo que envolve a aprendizagem é formado pelas etapas de: aquisição, retenção, generalização e transferência. Cada uma destas fases tem um papel importante no processo de aprendizagem do indivíduo. A primeira etapa é a aquisição e é referente ao início da aprendizagem, abrange a compreensão do conhecimento, habilidade e/ou atividades (ABBAD; BORGES-FERREIRA; NOGUEIRA, 2006). Esta ligada a leitura e a ação de estudar. Já a retenção está intimamente ligada ao espaço de tempo em que o conhecimento adquirido é retido na memória (BORGES, L. O. et al. 2013).

A etapa seguinte consiste na generalização, implica em descrever ou explicar algo de modo independente ao contexto em que o conteúdo foi adquirido (MORTIMER; SCOTT, 2002) mesmo que este contexto seja semelhante ao da aprendizagem, ou seja, compreender o que foi adquirido e retido como informação. Por fim tem-se a transferência, esta é a influência de um conhecimento anterior a sua aplicação em um novo contexto (MAGILL; 1984 apud COELHO JUNIOR, 2011). Para Borges, L. O. et al. (2013) a aplicação, ou transferência positiva é a utilização efetiva dos conhecimentos adquiridos em tarefas realizadas. Sendo assim, a transferência se dá quando o conhecimento adquirido é aplicado em alguma atividade prática.

González (1998) distingue este processo de aprendizagem em dois: processo cognitivo inferior e superior. O primeiro consiste na aquisição e retenção, ligado a tarefas de fácil compreensão e habilidades, salienta ainda, que tais tarefas propõem problemas de fácil resolução. A segunda classe, continua o autor, consiste na generalização e transferência e é esta a responsável por ativar a consciência na resolução de problemas complexos, isto porém, necessita de muito exercício e de muita atenção voltada para a prática de tal exercício. Isto é, o executante da tarefa de resolução de um problema deve estar atento para o modo como ele resolveu e as implicações da estratégia adotada para a solução do problema. Para o autor o aluno que aprende matemática tem consciência de que apropriou-se dos processos e incrementa suas experiências pessoais na manipulação dos problemas.

A matemática apresenta ferramentas e teorias abstratas que permitem a equacionalização e solução de problemas. Por problemas entende-se como “tudo o

que não se sabe fazer, mas interessa-se em resolver” (ONUICHIC,1999). O problema tem a função de estimular o aluno a solucioná-lo de modo que este possa pôr em prática seus conhecimentos e técnicas apreendidos. Ainda segundo o autor, tais problemas matemáticos devem ser dotados de sentido e não deve ser tratado de modo isolado. E é na contextualização do problema que a matemática revela sua aplicabilidade no cotidiano do aluno.

Para Macintyre (2012) os estudantes do curso de administração não consideram a matemática interessante, pois não atribuem a ela utilidade prática. O autor complementa afirmando que a disciplina de matemática em administração precisa conduzir o aluno ao bem estar e não conduzi-lo ao pânico com o conteúdo abordado. É de extrema importância que o ensino da matemática lecionado ainda no primeiro ano do curso de graduação em administração utilize a resolução de problemas como método de ensino (PINTO, 2005).

Para Brasil (2006) o professor tem como função mediar e orientar o processo de ensino e aprendizagem, e cabe ao aluno a tarefa de construção do conhecimento matemático pelo qual ele mesmo deve achar o caminho para solucionar o problema proposto. Tal proposta tem a função de introduzir novos conhecimentos a partir de experiência anteriores, estimulando a criatividade e a abstração (SOSA e JUNIOR, 2012).

2.2. A importância da matemática para o curso de administração

O administrador deve ter uma formação multidisciplinar para que venha a obter sucesso em sua carreira, pois o mercado tem múltiplas exigências para o profissional que se dispõem a atuar na área de gestão. Para tanto os alunos do curso de administração devem desenvolver competências e habilidades que contemplem as áreas de humanadas e exatas. O conselho nacional de educação de ensino superior no Brasil em sua resolução no artigo 4º e parágrafo primeiro e quarto define (BRASIL, 2004):

“I- Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo produtivo, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimento e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão. IV - Desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemática presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle, bem mais

expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e sociais”

É, deste modo, indispensável para um administrador o conhecimento em matemática, saber utilizar as ferramentas de operações básicas, tais como soma, divisão, multiplicação, subtração, operações com incógnitas de primeiro e segundo grau, operação com números fracionários e análise de gráficos. Fazer-se necessário também que o administrador tenha a capacidade de analisar os dados e critica-los e tenha raciocínio lógico para desenvolver o correto diagnóstico e solução para os problemas. Não menos importante é a utilização de instrumentação como: como calculadoras (Hardwares) e de programas computacionais (softwares) que auxiliem no tratamento de dados.

Ainda com base da resolução da diretriz nacional do conselho de educação, espera-se ainda que um administrador tenha a capacidade de aplicar técnicas aprendidas as situações práticas, isto é, contextualiza-las para obter o melhor resultado na resolução de problemas. Para o estudante do curso de administração a contextualização dos elementos teóricos deve ser tornar uma tarefa constante para melhorar o aprendizado.

A grade curricular do curso de administração do Centro universitário Christus apresenta a disciplina de matemática aplicada no segundo semestre, ainda no primeiro ano do curso, e esta disciplina é pré-requisito obrigatório para a disciplina de matemática financeira. Apesar de o conteúdo abordado em matemática aplicada se relacionar com as demais disciplinas ao longo do curso somente uma disciplina a tem como pré-requisito. A disciplina tem uma carga horária de quatro horas semanais e totaliza oitenta horas em um semestre letivo. Os alunos contam ainda com o apoio da monitoria que está de plantão duas horas semanais para prestar atendimento ao aluno.

3. METODOLOGIA

Metodologia é a forma pela qual é possível chegara a natureza de um problema seja para estala-lo apenas explica-lo (PRODANOV, 2013). A metodologia adotada nesta pesquisa é de natureza aplicada e é também descritiva, isto é, “ela procura expor as características de determinada população ou fenômeno

demandando características padronizadas de coletas de dados” (PRODANOV, 2013). A abordagem desde trabalho é quantitativa e qualitativa. O procedimento técnico aplicado nesta pesquisa é o levantamento (survey) em escala likert e entrevista direta com o participante.

Para a realização desta pesquisa foram selecionados duas populações para a coleta de dados. A primeira população, na qual se aplicou a pesquisa foram os professores do curso de administração onde foi realizada entrevista direta mais questionário. A justificativa para a entrevistar os professores deu-se pela necessidade de conhecer os assuntos abordados por cada disciplina e como esses assuntos se relacionam com a matemática aplicada. Para tanto, foi o método de entrevista e questionário que possibilitou a mais completa contribuição dos professores para a coleta de dados.

Na segunda população o método utilizado para esta pesquisa foi a aplicação de questionário com os alunos através do método survey. A amostragem de alunos participantes da pesquisa são os alunos do último e penúltimo semestre do curso de administração, isto porque este alunos já cursaram no mínimo 75 por cento das disciplinas que compõem a grade curricular do curso. Como instrumento de coleta foi utilizado um questionário com sete questões objetivas relacionadas a perspectiva do aluno com relação a disciplina de matemática aplicada e o curso de administração.

Quanto a aplicação da pesquisa tem-se que na amostragem de alunos selecionados para responder o questionário obteve-se vinte e nove respondentes e todos os questionários aplicados foram validados. Para a amostragem de professores respondentes tem-se o número de onze participantes, dos quais todos os informações foram consideradas validas. O tratamento dos dados se deu através de análises de gráficos e variáveis quantitativas extraídas dos questionários. A leitura e a interpretação dos dados coletados nas entrevistas forneceram dados para a elaboração deste artigo.

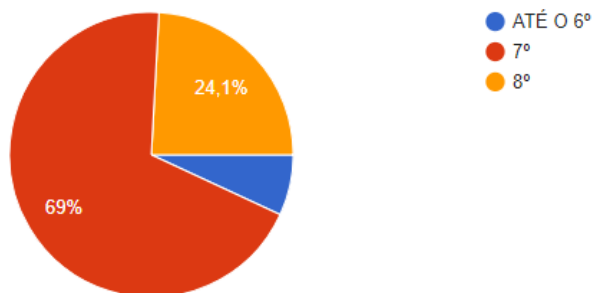
4. RESULTADOS

Nesta secção são apresentados a análise da amostra e em seguida a análise dos dados e resultados.

Análise da amostra

Dos dados coletados dos respondentes, foi analisado o semestre em que os alunos participantes matriculados cursam e 69% cumpriu com no mínimo setenta e cinco por cento das disciplinas presente na grade curricular do curso de administração.

Gráfico 01 – Alunos matriculados.



Fonte: Dados da pesquisa.

Análise dos Resultados

Da análise dos assuntos abordados na disciplina de matemática e o quanto isso ajudou os alunos em outras disciplinas do curso, os respondentes assinalaram em uma escala likert o quanto do conteúdo abordado deu suporte para outras disciplinas durante o curso.

Tabela 01 – Análise dos assuntos da disciplina de matemática em relação ao curso.

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Você considera que os assuntos abordados em Matemática Aplicada lhe deram suporte para as outras disciplinas ministradas no curso de administração?	3,80	1,02
Você admite possuir alguma dificuldade em matemática?	2,72	0,85
Com que frequência às dificuldades em matemática interferiu	2,27	0,83

no seu desempenho em alguma disciplina durante o curso?		
---	--	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Os respondentes consideraram que os assuntos abordados pela disciplina de matemática aplicada são relevantes e dão suporte para seu desempenho no curso de administração. E as dificuldades percebidas pelo alunos afetaram medianamente seu desempenho em outras disciplinas do curso. Os alunos admitem possuir mediana dificuldade em matemática. O que corresponde a frequência com que a dificuldade em matemática interfere em outras disciplinas.

Já na perspectiva dos professores que ministram disciplinas no curso de administração, a frequência com que as deficiências apresentadas pelos alunos com relação ao conhecimento em matemática é maior do que a dificuldade apontada pelos alunos. Esta variável na perspectiva do professor tem a média 4, enquanto a média, sob a perspectiva dos alunos tem a 3, vide Tabela 01 e 02. Esta diferença pode se dar em função da pouca iniciativa que o aluno apresenta em sala de aula para solucionar problemas que envolvam operações e raciocínio lógico.

Tabela 02 – Análise das variáveis aplicadas ao professor.

Variáveis	Média	Desvio Padrão
Intensidade com que o conhecimento prévio em matemática é relevante para a disciplina ministrada:	4,2	1,23
Frequência com que às dificuldades em matemática interfere no desempenho do aluno na sua disciplina ministrada pelo professor.	3,6	1,26

Fonte: Dados da pesquisa.

Para os professores, as principais dificuldades dos alunos estão em operações básicas como: adição, multiplicação, divisão, subtração, operações com números fracionários e análise de gráficos. Para disciplinas como matemática financeira e gestão de finanças é apontando ainda dificuldades com equações de primeiro e segundo grau, exponencial e logarítmica, regra de três simples e porcentagem. Para os professores que lecionam disciplinas que exigem maior domínio sobre as ferramentas de cálculo notou-se que, em comum, as dificuldades

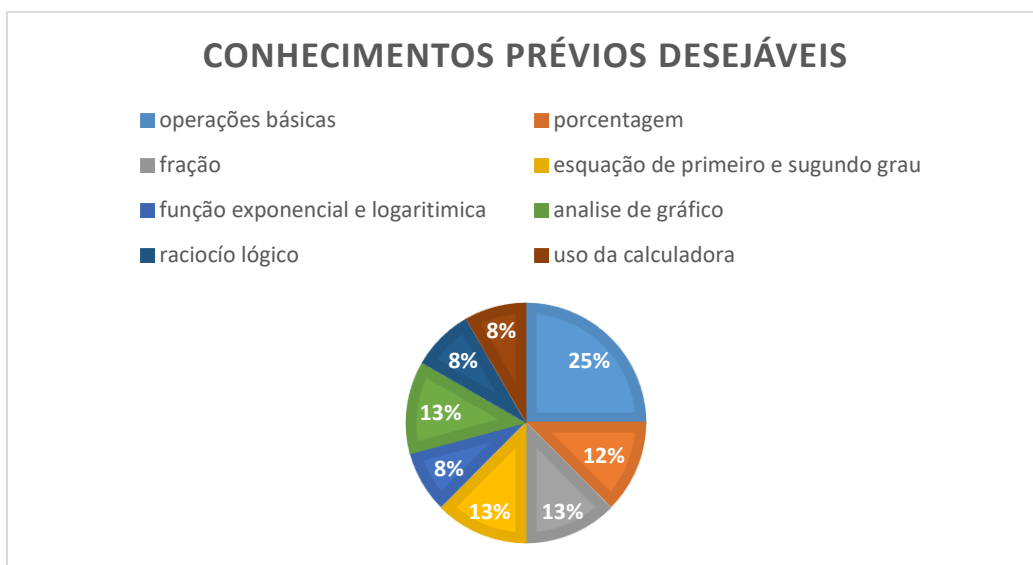
que eles percebem no aluno são voltadas para a resolução de problemas prático e interpretação de tais problemas.

Outras disciplinas que se relaciona em menor grau com a matemática, foi apontado como as principais dificuldades apontadas pelos alunos são o raciocínio lógico e tomada rápida de decisão. Ainda para disciplinas como tópico de liderança e teoria geral da administração, onde prevalece a prática da leitura, as dificuldades relacionadas a matemáticas acentuam a já conhecida dificuldade de ler o problema com a visão sistêmica, o que exige um conhecimento múltiplo da disciplina e suas aplicações.

Um dos professores entrevistados destacou como dificuldades enfrentadas pelos alunos as seguintes observações: "Razão e proporção, regra de três, média ponderada. Por vezes, o aluno domina o mecanismo do cálculo, entretanto tem dificuldade de refletir a composição do cálculo e interpretar os resultados obtidos. Percebe-se que, muitas vezes, não faz o questionamento principal: "para que serve isso mesmo?". Esta indagação que falta aos alunos contribui para a dificuldade destes em atribuir sentido ao que está sendo proposto em sala de aula. Isto pode explicar o porquê de os erros mais constantemente cometido pelos alunos sejam em operações básicas como operação em percentagem. Para outro professor entrevistado, "os alunos erram muitas vezes cálculos envolvendo variação %, cálculo de % e as precedências das operações em uma equação."

Os professores consideram, ainda, que os conhecimentos prévios em matemática são muito importantes para as demais disciplinas ministradas no curso de administração, com média igual a 4,2 os conhecimentos prévios apontados por eles são em maior parte as operações básicas, função de primeiro e segundo grau, funções exponenciais e logarítmicas, também foi citado o exercício em análise gráfica e raciocínio lógico.

Gráfico 02 – Análise dos assuntos mais citados pelos professores.



Fonte: Dados da pesquisa.

O grau de relevância da matemática aplicada para as outras disciplinas, assim como apresentado na tabela 02, tem uma média de 4,2, isto é, a matemática é importante ou muito importante para as outras disciplinas do curso de administração. Para os entrevistados essa relevância se dá pelo fato de outras disciplinas interagirem com a matemática, e para eles a relação entre a matemática e outra disciplina pode ser dada de forma direta ou indireta.

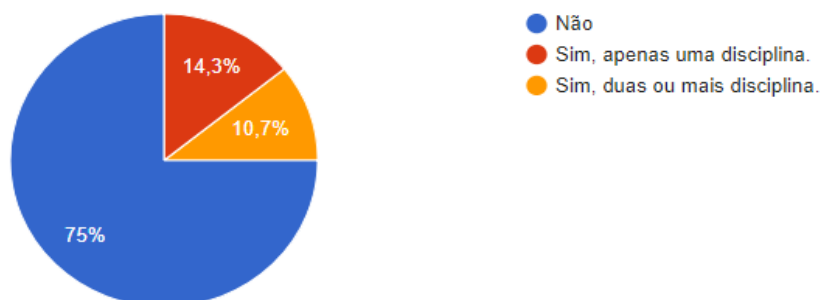
Para os professores a importância se dá em diversas áreas como: “Na área de produção utiliza métodos para verificação de dados relacionados aos produtos ou aos processos ou aos funcionários. É uma área que há sempre atividades de monitoramento e controle, onde o uso da matemática e estatística se fazem presentes, inclusive, nos gráficos que demonstram o desempenho do processo e de cada produto”. Outro entrevistado lembra a importância da matéria: “Quando apresento conceitos e exemplos associados a eficiência e produtividade. Álgebra básica, percentual, e em demais análise de gráfico.” .

Há ainda de acordo com os professores participantes da pesquisa um grau de relação entre a matemática e a disciplina ministrada. “As disciplinas, em especial gestão de custos e Gestão Financeira e Orçamentária II, necessitam de um forte embasamento em matemática, já que 80% das mesmas se baseia em cálculos. Já introdução a economia o percentual situa-se em 40%”. E mesmo para as disciplinas que os professores declaram que os conhecimentos prévios em matemática são menos importantes, tem-se a seguinte afirmativa: “Com a matemática o aluno

aprende sobre lógica, interpretação, os universos e a complexidade de suas variáveis e inconspicuidades. O processo lógico de tomada de decisão e seu embasamento estatístico”. Sendo portanto a matemática um método de exercício de resolução de problemas.

Um quarto dos alunos participantes afirmaram ter reprovado pelo menos uma disciplina em função de suas dificuldades em matemática.

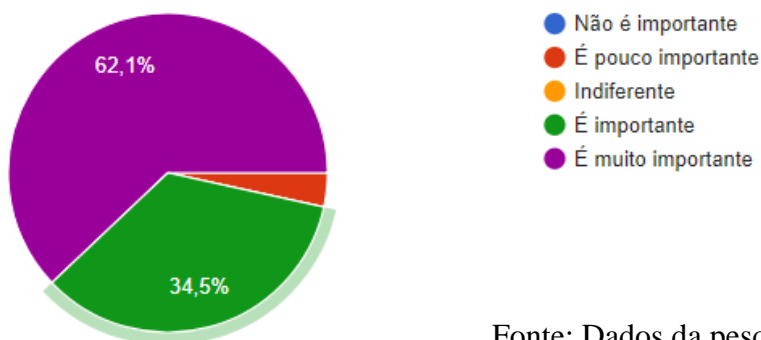
Gráfico 03 – Alunos reprovados em outras disciplinas em função da matemática.



Fonte: Dados da pesquisa.

Na perspectiva dos alunos, a matemática é muito importante para formação do administrador, com uma média de 4,55 e desvio padrão de 0,77. Os alunos participantes da pesquisa concordam assim como os professores participantes em que a disciplina tem fundamental importância para o administrador.

Gráfico 04 – A importância da matemática para o curso de administração na perspectiva do aluno.



Fonte: Dados da pesquisa.

Para os professores participantes da pesquisa, a matemática é muito importante para os alunos do curso de administração, tanto para a formação do

aluno como administrador, quanto para seu desempenho ao decorrer do curso. Um administrador que não possui o domínio um conhecimento mediano em matemática tem maior probabilidade de ter insucesso em sua carreira.

Outro ponto muito lembrado pelos entrevistados diz respeito à tomada de decisão, em que o raciocínio lógico apoiado por uma vivência no estudo da matemática sustenta. Declara ainda sobre a importância da matemática, um entrevistado: "Muito importante, haja vista, as decisões administrativas impactarem no modo como a empresa opera no dia a dia, e essas escolhas, por esse motivo, precisam ser medidas em sua eficácia, o que é feito medindo-se, quantificando, os resultados tanto em termos de produção, comercial, e resultados financeiros e todos esses acompanhamentos só ocorrem por meio de medidas feitas com o auxílio da matemática."

CONCLUSÃO

Verificou-se através desta pesquisa que tanto os alunos quanto os professores reconhecem a importância da matemática para o administrador e que tais conhecimentos apoiam a atividades exigidas deste profissional pelo mercado, de modo que, é imprescindível na formação do profissional a ênfase em conteúdos voltados para o cálculo, raciocínio lógico, análise de dados e atividades voltadas para soluções de problemas. Ambos, professores e alunos participantes, atribuem ao conhecimento prévio em matemática a capacidade de obter melhor desempenho nas outras disciplinas que fazem parte da grade curricular do curso. Os alunos relacionam de maneira positiva os conteúdos abordados em outras disciplinas ao que foi ministrado na disciplina de matemática aplicada, que é lecionada no primeiro ano do curso de administração.

Dentre os assuntos abordados nas disciplinas as operações básicas e funções são os mais recorrentes entre os citados pelos professores como conhecimento prévio desejável. As dificuldades enfrentadas pelos alunos, na percepção dos professores, estão ligadas não ao conteúdos em si, mas a situação problema que são levados como exercício. A falta de memória ou a falta de atenção são apontados pelos professores como fatores que mais interferem no desempenho da disciplina. Isto, para Gonzáles (1998), tem ligação com as funções cognitivas superiores. Como defende o autor, é preciso que o aluno entenda o que está sendo feito e saber como se deu o processo de entendimento, é importante que

a situação problema proposto seja contextualizado com a realidade do aluno, para que este possa atribuir sentido.

Como solução é proposto à criação de um banco de questões cujo conteúdo aborde situação problemas compartilhados com outras disciplinas, afim de para trabalhar na disciplina de matemática aplicada a multidisciplinaridade dos assuntos expostos, enriquecendo na criação de contextualização e atribuição de sentido ao conteúdo que visto. Outra proposta para é incentivar os alunos a fazer uso de ferramentas como Excel que tenha a necessidade de estimular o raciocínio lógico como método de resolução de exercício. Para pesquisas futuras sugere-se que se faça uma pesquisa experimental, com oficinas que trabalhem com estudos de casos voltados a problemas matemáticos em função de outros assuntos como matemática financeira e gestão de custos. Sugere-se ainda a participação do monitor de matemática aplicada em apoio a outras disciplinas como Gestão de produção e operações e Gestão da Cadeia de Suprimentos entre outras na qual o aluno monitor possa contar com o suporte de professores orientadores.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n.1 de 2 de fevereiro de 2004. **Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Administração**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 mar. 2004. Seção 1. p.11.

Prodanov, Cleber Cristiano. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico** / Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PINTO, Ana Lucia M. Freire Ackel. **Concepções e Práticas de Professores de Matemática Matemática de um Curso de Administração**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005

ONUChIC, Lourdes de la Rosa; ALLEVATO, Norma Suely Gomes. **Pesquisa em Resolução de Problemas: caminhos, avanços e novas perspectivas**. BOLEMA – Boletim de Educação Matemática, Rio Claro, SP, v.25, n.41, p.73-98, 2011.

Sosa e Junior. **Resolução de Problemas como Metodologia de Ensino de Matemática: um Estudo em um Curso de Administração de Empresas** - dez. 2012

MACINTYRE, Ana Beatriz Lott. **Tecnologia e Prazer – O Ensino da Matemática Aplicada à Administração**. 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

González (1998): **Metacognición y tareas intelectualmente exigentes: el caso de la resolución de problemas matemáticos**. Zetetiké, CEMPEM-FE/UNICAMP, v.6, n.9, p. 59-87.

BORGES, L. O. et al. **O trabalho e as organizações: atuações a partir da psicologia**. Porto Alegre: Artmed, 2013. 700p.

COELHO, F. A., Jr. & BORGES-ANDRADE, J. E. (2008). Análise do conceito de aprendizagem no trabalho as organizações. **Paidéia**, 2008, 18(40), 221-234

ABBAD, BORGES-ANDRADE, J. E. Aprendizagem humana em organizações de trabalho. In ZANELLI, J.C.; BORGES-ANDRADE, J.E.; BASTOS, A. V. B.(Org.) **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. Porto Alegre: **Artmed**, 2004.p.237-275.

DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez; Brasil: MEC, 1998.

ABBAD; BORGES-FERREIRA; NOGUEIRA. **Medidas de suporte em avaliação de TD&E**. In ABBAD; BORGES, J. E.; ABBAS, G da S.; MOURÃO, L.(Org.). **Treinamento, desenvolvimento e educação em organizações de trabalho: fundamentos para a gestão de pessoas**. Porto Alegre: Artmed, 2006. P. 395 -421.

UMA ANÁLISE DA MOTIVAÇÃO E DO TRABALHO DE EQUIPE EM ACADEMIAS DE CROSSFIT

Maria Neuza Alves Martins¹

Virna Fernandes Távora Rocha²

RESUMO

Diante dos estudos atuais sobre motivação e do trabalho em equipe realizado nas empresas, os gestores procuram sempre atualizar suas técnicas para que seus funcionários estejam sempre motivados e que eles consigam melhorar a performance no trabalho em equipe. Apesar dessa necessidade, motivar é uma tarefa árdua, que requer conhecer bem os seus colaboradores, e a partir daí definir os meios mais eficazes para o alcance desse objetivo. O *Crossfit* é uma modalidade de exercício físico que se utiliza de motivação, trabalho em equipe e comprometimento, alguns dos fatores que são essenciais para o andamento de uma empresa. Então, questiona-se, o que as empresas podem aprender com o método *Crossfit*? Diante disso, o presente trabalho pretende analisar o processo motivacional e o trabalho em equipe em academias de *CrossFit*. Para isso foram analisadas entrevistas de vídeo veiculadas no site *Youtube*, e os resultados confrontados com a Teoria da Autodeterminação e com os estudos sobre trabalho em equipe. A abordagem utilizada foi a qualitativa e o estudo foi bibliográfico e descritivo. A partir disso, foi possível perceber que o *Crossfit* ensina a criar ambientes complexos, que mudam e se moldam as necessidades de seus integrantes, com um mix de colaboração e competição. Por isso, o *Crossfit* pode servir como exemplo para a prática da gestão de negócios já que em sua filosofia estão bem presentes princípios da Teoria da Autodeterminação, assim como fundamentos do trabalho em equipe. Assim, pode-se concluir que os líderes das organizações podem aprender muito com a prática do *Crossfit*.

Palavras-chave: Motivação. Trabalho em Equipe. *Crossfit*.

¹Graduanda, Administração, Discente Do Centro Universitário Christus - Unichristus, neuzamariam@hotmail.com.

²Mestra em Administração e Controladoria, Docente no Centro Universitário Christus – Unichristus, virnaftr@gmail.com

ABSTRACT

Faced with the current studies on motivation and teamwork in companies, managers always seek to update their techniques so that their employees are always motivated and that they can improve performance in teamwork. Despite this need, motivating is an arduous task, which requires knowing your employees well, and from there define the most effective means to achieve this goal. Crossfit is a form of physical exercise that uses motivation, teamwork and commitment, some of the factors that are essential for the progress of a company. So, one wonders, what can companies learn from the Crossfit method? Therefore, the present work intends to analyze the motivational process and the teamwork in CrossFit academies. For this we analyzed video interviews on the YouTube site, and the results confronted with the Theory of Self-determination and with the studies on teamwork. The approach used was qualitative and the study was bibliographic and descriptive. From this, it was possible to see that Crossfit teaches to create complex environments that change and shape the needs of its members, with a mix of collaboration and competition. Therefore, Crossfit can serve as an example for the practice of business management since in its philosophy principles of Self-Determination Theory are well present, as well as foundations of teamwork. Thus, it can be concluded that organizational leaders can learn a lot from Crossfit practice.

Keywords: Motivation. Team work. Crossfit.

1 INTRODUÇÃO

Dois dos maiores problemas enfrentados pelas organizações atuais são a falta de motivação de seus colaboradores e os seus relacionamentos interpessoais. O gestor deve entender o que motiva as pessoas a realizar determinadas tarefas e, ao mesmo tempo, resolver conflitos entre colaboradores para que a organização desenvolva seu trabalho a contento (MORGAN, 1967).

Um estudo realizado pela empresa de consultoria Gallup (2013), no Brasil, constatou que apenas 27% da força de trabalho sente-se realmente engajada, ou seja, motivada para o trabalho. Isso demonstra que, mesmo com os esforços diários, as empresas ainda não estão sendo eficientes quanto à motivação de sua força de trabalho.

Para entender como motivar os colaboradores, os administradores têm tentado aplicar diversas teorias motivacionais, tais como aquelas concebidas por grandes autores da área - Maslow, Herzberg, dentre outros.

De acordo com Ferreira, Demutti e Gimenez (2010), a Teoria das Necessidades de Maslow é uma das mais conhecidas porque ela é simples e de fácil compreensão. A Teoria das Necessidades desenvolvida por Maslow diz que a fonte de motivação das pessoas consiste em satisfazer às suas necessidades. Ele divide as necessidades básicas em cinco: fisiológicas, segurança, sociais, estima e autorrealização. Sendo estas necessidades satisfeitas na ordem em que estão listadas acima já que esta é a ordem de importância.

Já na Teoria dos Dois Fatores de Herzberg, este discorre sobre os fatores que geram satisfação e insatisfação durante o trabalho. Ele os separou entre fatores de motivação e higiênicos. De acordo com Herzberg estes fatores referem-se a fatores ligados às condições de trabalho e apenas previnem a insatisfação, enquanto aqueles estão ligados “ao conteúdo do cargo ou com a natureza das tarefas desenvolvidas pelo indivíduo” (PILATTI, 2012, p. 20) e geram satisfação ao colaborador.

Apesar das teorias supracitadas e de outras teorias clássicas sobre motivação, que são adotadas até hoje por diversas empresas, outros fatores devem ser incluídos nessa busca por motivação, tais como: “liderança, qualidade de vida, tecnologia, comunicação, carreira, cultura, entre outros” (BATISTA, SANTOS, 2015, p. 130).

Franco e Santos (2010) apontam uma nova estratégia de gestão que pode gerar parte da solução para diminuir essa desmotivação do colaborador brasileiro, o trabalho em equipe. Para eles (2010, p. 741), o trabalho em equipe “passa a ser percebido como a solução para os problemas organizacionais pela rapidez nas informações, melhoria no processo comunicacional, comprometimento e aprendizagem organizacional”.

De acordo com Piletti, Borges e Barros (2015, p. 35) “as pessoas que integram uma equipe devem ter um objetivo comum, unindo-se para alcançar os resultados desejados.” Para que isso aconteça, devem ser oferecidos treinamentos para que os componentes da equipe potencializem as suas habilidades individuais e, juntos, possam ser eficazes na resolução de problemas. Deve-se trabalhar a equipe para que haja uma melhor comunicação entre todos os seus membros, assim como um maior comprometimento entre eles. (PILETTI, BORGES, BARROS, 2015)

As equipes motivam e melhoram a qualidade de vida dos envolvidos, pois trazem vantagens, a saber, maior agilidade com relação a informações (como são vários membros, cada um tem seus conhecimentos), melhor qualidade e quantidade de ideias (todos podem contribuir com suas ideias), além disso, os integrantes da equipe sentem-se responsáveis pelos resultados o que aumenta a probabilidade de assumirem riscos. (PILETTI, BORGES, BARROS, 2015)

Dentro desse contexto, observa-se uma nova metodologia de exercícios denominada *CrossFit*, que vem se popularizando nos últimos dez anos nos EUA (SIBLEY, BERGMAN, 2017), e recentemente foi inserido no Brasil. De acordo com *CrossFit* (2017), existem 13.002 academias de *CrossFit* espalhadas pelo mundo, com 749 no Brasil, e 18 em Fortaleza.

O método envolve exercícios de alta intensidade e resistência, e mesmo assim tem atraído cada vez mais usuários. Isso pode ser justificado pelo espírito de equipe envolvido no método, o que leva à motivação para a prática do exercício.

Como as empresas ainda não possuem respostas claras de como aplicar devidamente as diversas teorias motivacionais e de trabalho em equipe juntamente aos seus colaboradores, é interessante que elas conheçam como outras organizações, que são eficientes e eficazes quanto à gestão dessas ferramentas, estão aplicando esses aspectos, podendo incorporá-los positivamente em seus ambientes.

Para tentar compreender esse contexto, o estudo tem a intenção de responder à seguinte questão de pesquisa: Como o *CrossFit* pode ensinar às empresas a motivar os seus colaboradores e a trabalhar em equipe?

Com isso, o presente trabalho tem como objetivo geral “analisar o processo motivacional e o trabalho em equipe em academias de *CrossFit*”. Para o seu alcance, são propostos os seguintes objetivos específicos: identificar os aspectos motivacionais em academias de *CrossFit*; identificar os aspectos do trabalho em equipe em academias de *CrossFit*; e relacionar as práticas do *CrossFit* com as empresariais, indicando melhorias para os processos organizacionais.

Assim, o trabalho divide-se em seis seções principais, e são elas: introdução, com a apresentação dos principais tópicos que guiam esta pesquisa, tais como contextualização, justificativa, questão de pesquisa e objetivos; para em seguida ser apresentada a revisão de literatura, tendo como temas motivação e trabalho em equipe, e o modelo de *CrossFit*; logo, os métodos de trabalho são explicitados; os resultados são apreciados e analisados; para que ao final sejam apresentadas as conclusões do trabalho e as referências citadas no seu desenvolvimento.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura tem como objetivo fundamentar bibliograficamente os principais temas relacionadas ao estudo. Para isso, foi feito um levantamento de diversos autores relacionados ao tema, que explicam os conceitos e teorias relacionadas à motivação e ao trabalho em equipe. Além disso, também é apresentado o conceito da modalidade de exercícios – *CrossFit* – e a sua relação com motivação e trabalho em equipe.

2.1 Motivação

“Estar motivado significa ser movido para fazer alguma coisa” (RYAN, DECI, 2000, p. 54), ou seja, uma pessoa motivada está com energia ou estimulada a realizar algo. Por outro lado, “a pessoa que não sente ímpeto ou inspiração para agir” é considerada desmotivada. (RYAN, DECI, 2000, p. 54). Logo, pode-se afirmar que a motivação depende do indivíduo e da sua relação com o meio em que está inserido. Na presente pesquisa, o meio estudado será o ambiente de trabalho.

De acordo com Batista e Santos (2015), a motivação de um empregado depende da forma como ele percebe o ambiente de trabalho. Para os autores, a motivação depende do contexto, de suas experiências individuais, de como ele avalia a realidade, de seu desenvolvimento e de suas necessidades.

Para Bergamini (1998, p. 7), é um erro esperar que os gerentes tenham como principal função a motivação dos funcionários, já que, segundo ela, isso não gera resultados satisfatório, pois “vem-se tentando conseguir sucesso nesse tipo de empreitada [...] embora praticamente nada se tenha conseguido”. De acordo com a autora, cada um tem seu estilo de comportamento motivacional, o que faz com que cada pessoa tenha seus próprios objetivos assim como suas próprias formas de motivação. (BERGAMINI, 1998) Por isso, faz-se importante conhecer novos métodos de sucesso que possam estimular a motivação dos colaboradores no ambiente de trabalho.

De acordo com Ferreira *et al* (2006), existe uma diferença entre o fator de motivação e o fator de satisfação. Segundo os autores, o fator de motivação é a necessidade a ser satisfeita, enquanto que o fator de satisfação é aquilo que vai satisfazer a esta necessidade. Sendo assim, o ser humano é motivado por uma necessidade a ser satisfeita.

Este esclarecimento é importante, pois, em se tratando de motivação, há duas correntes de pensamento: os teóricos que acreditam que a motivação provém de fatores externos (motivação extrínseca), como dinheiro, promoções, reconhecimento, etc.; e os estudiosos que consideram que a motivação é originada de fatores internos (motivação intrínseca), que independem das recompensas externas (FERREIRA *et al*, 2006).

Para compreender como a motivação afeta o indivíduo no trabalho e os resultados organizacionais, diversas teorias foram estudadas no campo da psicologia e aplicadas na administração.

Os estudos da Motivação são recentes, datados da década de 1950. Desde então, diversas teorias foram desenvolvidas com a intenção de se compreender o indivíduo e a sua motivação no trabalho.

As teorias clássicas da Administração, como a Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow, a Teoria dos Dois Fatores de Herzberg, a Teoria X e Teoria Y de McGregor e a Teoria de Necessidade de McClelland, por mais que sejam as primeiras descobertas sobre motivação, ainda são as teorias mais estudadas e

aplicadas na administração de empresas. Apesar disso, existem diversas teorias contemporâneas da motivação, como a Teoria da Avaliação Cognitiva, a Teoria da Autodeterminação, a Teoria do Estabelecimento de Objetivos, a Teoria da Autoeficácia e a Teoria da Expectativa (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010).

Devido a amplitude de teorias motivacionais, a pesquisa se focará na Teoria da Autodeterminação para avaliar o ambiente estudado.

2.1.1. Teoria da Autodeterminação

A Teoria da Autodeterminação foi criada por Deci e Ryan, em 1985, com a intenção de definir e classificar a motivação (LOPES *et al.*, 2015). Segundo Leal, Miranda e Carmo (2013, p. 163):

Motivação intrínseca envolve pessoas fazendo uma atividade, porque elas acham interessante tal atividade e sentem satisfação espontânea no seu desempenho. Motivação extrínseca, ao contrário, exige uma instrumentalidade entre a atividade e algumas consequências separáveis, como recompensas tangíveis ou verbais. A satisfação não vem da atividade em si, mas sim das consequências extrínsecas produzidas pela atividade.

Assim, a Teoria da Autodeterminação faz a distinção entre as duas diferentes questões motivacionais: por quê e para quê. Ela procura responder às seguintes questões: por que realizar uma atividade; para que se quer atingir a este objetivo? Ela diferencia as razões da motivação dividindo-as em dois tipos de metas: metas intrínsecas (aquelas que satisfazem às três necessidades humanas básicas que são autonomia, competências e relacionamento), e metas extrínsecas (que satisfazem às necessidades de desempenho e de comparações interpessoais). (LENS, MATOS, VANSTEENKISTE, 2008) Autonomia aqui, é a percepção interna que o indivíduo tem de sua posição dentro da empresa. Esta autonomia faz com que o indivíduo tenha maior compromisso com a tarefa realizada, pois a cobrança pela realização da atividade virá dele mesmo. Já a competência é a percepção que o indivíduo tem de sua autoeficácia, ou seja, a melhor forma como ele consegue realizar determinada tarefa. O relacionamento envolve as relações que o indivíduo tem com seus colegas. Com relação ao desempenho, este é a forma como o indivíduo quer ser percebido pelos outros, ou seja, a forma como ele quer se mostrar. Finalmente, as comparações

interpessoais fazem com que o indivíduo esteja em permanente competição consigo ou com o outro. (RYAN, DECI, 2000)

Em outras palavras, as metas intrínsecas satisfazem a necessidades humanas psicológicas e estão ligadas ao bem-estar, enquanto as metas extrínsecas estão relacionadas a metas pessoais e estão relacionadas com a competitividade do indivíduo. Por isso, de acordo com a Teoria da Autodeterminação, uma empresa deve estar preocupada em estabelecer metas que permitam a inquietação do colaborador para o atendimento de necessidades internas e/ou externas. (LENS, MATOS, VANSTEENKISTE, 2008)

Para que a motivação seja compreendida em sua totalidade, é importante conhecer todo o seu processo e as suas fases. Ryan e Deci (2000) esmiúçam as fases da motivação humana, partindo da desmotivação até chegar à motivação intrínseca. Segundo os autores, a desmotivação é o completo estado de apatia. Nesse estágio, a pessoa não tem intenção de realizar uma atividade. A esse estágio seguem-se as subdivisões da motivação extrínseca: regulação externa, regulação introjetada, autodeterminação e integração.

A regulação externa é caracterizada pela motivação unicamente por causa de recompensas externas. Já a regulação introjetada tem como foco a realização de tarefas com o fim de evitar a culpa ou a ansiedade, assim como para manter o ego e um sentimento de autoestima. A autodeterminação é uma forma de motivação extrínseca mais autônoma, pois a pessoa é motivada por algo que tem uma importância pessoal. Por último, e não menos importante, está a integração, que é a forma mais autônoma de motivação extrínseca, já que nesse estágio os regulamentos já foram internalizados. Assim, quanto mais as ações integradas tornam-se internalizadas, mais elas são assimiladas pelo indivíduo (RYAN, DECI, 2000).

Após estas fases de motivação extrínsecas, segue-se a motivação intrínseca. Nesse ponto, o indivíduo realiza ações motivado apenas por sentir prazer ao realizar a atividade, simplesmente para sua própria satisfação (BORGES, MIRANDA, FREITAS, 2017).

Sendo assim, a Teoria da Autodeterminação parte do indivíduo totalmente desmotivado até chegar aquele cuja motivação dá-se apenas pelo prazer de realização de determinada atividade. Entre estes dois estágios o indivíduo poderá ou não passar pelas fases de motivação supracitadas.

2.2. Trabalho em equipe

Na atualidade, tem-se resgatado o conceito de trabalho em equipe. O trabalho em equipe tem como objetivo “reorganizar os indivíduos para que desempenhem tarefas coletivas, somando e pensando o fazer organizacional” (FRANCO, SANTOS, 2010, p. 742). De acordo com os autores,

o trabalho em equipe é formado por um grupo de pessoas em pequena quantidade, cujo conhecimento é complementado, os membros são compromissados com as metas e todos se mantêm conjuntamente responsáveis pela performance e alcance do objetivo. (FRANCO, SANTOS, 2010, p. 742)

Os membros de uma equipe mantêm relações dinâmicas, complexas e relativamente estáveis uns com os outros e “compartilham técnicas, regras, procedimentos e responsabilidades, utilizadas para desempenhar tarefas e atividades com o objetivo de atingir resultados comuns.” (FRANCO, SANTOS, 2010, p. 742)

De acordo com Franco e Santos (2010) o objetivo da equipe é “reorganizar os indivíduos para que desempenhem tarefas coletivas, somando e pensando o fazer organizacional” (FRANCO, SANTOS, 2010, p. 742) O trabalho em equipe surge, assim, como uma ferramenta de gestão cujo intuito é melhorar o resultado e promover o crescimento e o desenvolvimento individual e coletivo na empresa. (FRANCO, SANTOS, 2010)

Gomes e Klein (2013, p. 344) consideram o trabalho em equipe uma das “competências comportamentais mais importantes para qualquer profissional”. Para eles o trabalho em equipe é inerente ao ser humano, no entanto alguns profissionais, como o administrador, devem ter essa competência bem mais desenvolvida. O trabalho em equipe é considerado primordial na administração moderna. (GOMES, KLEIN, 2013)

Ainda de acordo com Gomes e Klein (2013) algumas das vantagens do trabalho em equipe são a melhor qualidade do trabalho e dos resultados, a descoberta de novos talentos e habilidades dos membros da equipe e a flexibilidade na adoção de mudanças, já que cada membro da equipe pode contribuir com sua opinião.

2.3 O *Crossfit* e a sua relação com a motivação e o trabalho em equipe

Souza, Arruda e Gentil (2017) consideram destaque no *Crossfit* a motivação e os fatores competitivos próprios dessa modalidade. De acordo com eles o objetivo principal da atividade é “melhorar o condicionamento físico de forma global, preparando o indivíduo para as mais variadas tarefas físicas.” (SOUZA, ARRUDA, GENTIL, 2017, p. 198)

De acordo com Fisher *et al* (2016) os motivos para a realização desta atividade física podem ser intrínsecos ou extrínsecos, corroborando com a Teoria da Autodeterminação citada anteriormente. No caso da prática do *Crossfit* o motivo intrínseco é a satisfação que é causada pelo desafio, prazer e satisfação de realizar os exercícios. Já as motivações extrínsecas são a competição, a aparência, o reconhecimento do esforço pela equipe, dentre outros. (FISHER *et al*, 2016) Ainda de acordo com ele as metas intrínsecas são responsáveis pelo bem-estar e felicidade geral do indivíduo o que produz o maior engajamento do praticante com a modalidade. Já as metas extrínsecas são responsáveis pela elevação do nível de estresse do indivíduo, estresse esse responsável pelo senso de competição do praticante.

O *Crossfit* está classificado como exercício de resistência e os treinos mesclam atividades de mobilidade, de técnica e de força. Dentre estes exercícios podem estar incluídos elevadores olímpicos, exercícios de ginástica com apoio de mãos e anéis e treinos com contagem de tempo e com o máximo de repetições possíveis. Todos estes treinos são realizados em grupo e em alguns deles a carga de trabalho é compartilhada. (FISHER *et al*, 2016) O *Crossfit* é um esporte primordialmente praticado no âmbito social. Ele é realizado ao mesmo tempo por participantes iniciantes e avançados sem causar prejuízo em nenhum dos níveis de preparação. Todos podem competir entre si à título de treino para competições individuais para além das instalações locais. (FISHER *et al*, 2016) Esta particularidade da modalidade, demonstra que ela é uma atividade em equipe que, porém, não descuida da individualidade de seus praticantes.

3 MÉTODOS

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa exploratória e usou o método fenomenológico e a técnica bibliográfica. De acordo com Godoy (1995), na abordagem qualitativa, o pesquisador observa o ambiente e as pessoas inseridas como um todo

e não isoladamente. Ainda de acordo com ela, os dados podem ser coletados através de variados meios como vídeos, artigos científicos, livros, etc. cujo objetivo seja a ampla compreensão da realidade estudada. (GODOY, 1995) Piovesan e Temporini (1995, p. 321) descrevem como objetivo da pesquisa exploratórias “conhecer a variável de estudo tal como se apresenta, seu significado e o contexto onde ela se insere.” Moreira (2004) propõe o método fenomenológico a pesquisas onde há poucas publicações e cuja a melhor fonte de dados seja a experiência vivida. Já Macedo (1995) conceitua a pesquisa bibliográfica como a seleção de materiais relacionados ao tema estudado, seguida por sua leitura e fichamento de referências para posterior utilização em um trabalho científico.

Os dados obtidos na pesquisa foram coletados através da análise de depoimentos em forma de vídeos veiculados pelo site *Youtube*. Foram observadas as diversas motivações dos entrevistados para a prática do *Crossfit*, assim como os resultados obtidos pelos seus praticantes. Também foi considerada nas entrevistas a forma como se deu o primeiro contato dos praticantes com a modalidade, assim como a motivação principal que deu origem a este contato.

As respostas fornecidas pelos entrevistados foram analisadas e confrontadas com os princípios de motivação e trabalho em equipe estudados no referencial teórico do trabalho.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com os depoimentos coletados através de vídeos veiculados através da plataforma *Youtube*, a maior parte dos praticantes conheceram o *Crossfit* através de outras atividades físicas praticadas anteriormente como Judô, Karatê, Taekwondo, etc. e o objetivo destes era o aumento do condicionamento físico (próprio ou de alunos). Segundo os praticantes, ao conhecer a modalidade, acharam-na interessante e aprofundaram cada vez mais seu conhecimento.

Outro motivo alegado pelos depoentes foi o de que as atividades físicas praticadas anteriormente por eles estavam muito monótonas, o que causava desmotivação. Já o *Crossfit* trata-se de uma atividade que sempre desafia o participante. A depoente Sônia Alves afirma que “é sempre um desafio. Tentar fazer mais carga, correr mais rapidamente em menos tempo [...] o desafio é sobre pressão

e é a mistura de várias combinações de capacidades: força, flexibilidade, velocidade, tudo.” (MAISCROSSFIT, 2012). Já Hugo Cavaco diz que “o *Crossfit* é a intensidade do treino [...] é saber que pode-se dar sempre mais a cada treino [...] é o treino mais completo que eu conheço [...]” (MAISCROSSFIT, 2012). Fabrício Lages confirma que o que lhe chamou atenção foi o fato dos treinos nunca serem os mesmos e que é exatamente isso que o diferencia de outras modalidades: não haver um plano preestabelecido o que proporciona que cada dia seja um novo desafio para os praticantes (MAISCROSSFIT, 2012). James Rogado explica que o objetivo do *Crossfit* não é buscar o crescimento dos músculos, mas melhorar em todos os aspectos a condição física geral, razão pela qual há diferentes tipos de treinos diários (Maiscrossfit, 2012). Isso é confirmado por Filipe Alves, que acredita obter resultados mais rápidos através da modalidade já que há um equilíbrio corporal por inteiro, sem que seja isolada nenhuma parte do corpo (MAISCROSSFIT, 2012). Ele ainda acredita que o *Crossfit* é um estilo de vida já que inclui também o estímulo a bons hábitos nutricionais.

Os depoimentos acima também confirmam o que dizem Souza, Arruda e Gentil (2017), que acreditam que esta modalidade aumenta o condicionamento físico geral, já que tem como objetivo treinar “diversas capacidades físicas de maneira concomitante”. Da mesma forma, nas falas supracitadas observa-se elementos que corroboram com a definição de motivação estudada por Ryan e Deci (2000), que explicam que o indivíduo motivado é aquele que tem ímpeto de agir, ou seja, é estimulado a fazer algo. Já Batista e Santos (2015) concordam que a motivação está ligada às circunstâncias em que o indivíduo se encontra, assim como à avaliação que este faz da sua realidade.

Os depoentes explicam que a modalidade pode ser realizada por qualquer pessoa porque aumenta o condicionamento físico geral e é uma das modalidades mais completas da atualidade, já que envolve a prática de variadas atividades funcionais de alto gasto calórico. Atividades estas que podem fazer parte de outras modalidades como atletismo e musculação. Isso explica a motivação advinda dos atletas, pois eles têm que estar sempre superando a si mesmos através de diversos desafios. Este fato corrobora com o que descreve a Teoria da Autodeterminação que discorre sobre a forma como a motivação evolui à medida que o indivíduo vai aprofundando suas metas de extrínsecas para intrínsecas. Segundo Lens, Matos e Vansteenkiste (2008, p. 19), “Quando uma ação é intrinsecamente motivada, ela é

também intrinsecamente regulada, seu local de causalidade percebida é interno (dentro do ator).”

No caso do *Crossfit* a motivação se dá exatamente por conta da variedade de atividades físicas praticadas, o que o torna mais entusiasmante para os praticantes. Outro motivo da grande adesão ao *Crossfit* é que, por causa da sua variedade de exercícios, ele trabalha todo o corpo de uma vez, ao invés de partes isoladas, como a musculação, por exemplo. Este é um grande atrativo para os seus praticantes.

Há também o lado da formação de equipes que é bastante importante para o *Crossfit*. Bruno Militão (2018) expressa que é fundamental desenvolver sua equipe e que é importante repassar seus conhecimentos a todos na equipe para que todos realizem as atividades o melhor possível. Segundo sua opinião, quanto melhores forem os componentes da sua equipe, menos necessidade terão dele. Isso lhe propiciará a realização de outras atividades. Além do que, “as pessoas [...] vão estar muito mais satisfeitas porque elas vão ter muito mais reconhecimento [...] elas vão ter sucesso como profissionais...” (THEHEADCOACHOLADRAODEIDEIAS, 2018). De acordo com Militão é importante que a equipe conte com pessoas que tenham funções específicas, pois se cada um for responsável por aquilo em que é bom a equipe funcionará melhor. Militão também acredita que é importante para a equipe um *feedback* por parte do líder. Segundo ele, dependendo da forma como for feito esse retorno, o trabalho só tende a melhorar (THEHEADCOACHOLADRAODEIDEIAS, 2018).

A opinião de Bruno Militão coaduna com o que dizem Franco e Santos (2010), que explicam que o trabalho em equipe se faz com pessoas que têm saberes complementares e que todos os componentes da equipe devem trabalhar em conjunto com o objetivo de alcançar o bem comum do grupo. Também confirma o que dizem Gomes e Klein (2013) concordam que o trabalho em equipe melhora a qualidade do produto entregue ao consumidor.

Com relação ao trabalho em equipe, a filosofia dos praticantes é a de que todos devem crescer juntos, ou seja, cada um contribui para o crescimento dos outros. Por este motivo as decisões são tomadas em conjunto pela equipe e uns incentivam aos outros sempre. De acordo com Franco e Santos (2010) o trabalho em equipe é formado por pessoas que têm a mesma meta e cujos conhecimentos uns dos outros são complementares. Sendo exatamente esse um dos princípios do *Crossfit* de acordo

com Fisher *et al* (2016) que diz que os programas de *Crossfit* permitem que indivíduos novatos e de nível avançado pratiquem as atividades juntos.

Como percebido, o *Crossfit* pode servir como exemplo para a prática da gestão de negócios já que em sua filosofia estão bem presentes princípios da Teoria da Autodeterminação, assim como fundamentos do trabalho em equipe.

5 CONCLUSÃO

De acordo com o que foi observado, pode-se concluir que os líderes das organizações podem aprender muito com a prática do *Crossfit*, já que esta modalidade tem sido uma referência no que se refere à motivação e ao trabalho em equipe. Isto é relevante, pois os líderes procuram sempre manter seus colaboradores motivados e estimulados para o trabalho em equipe.

Para estudos futuros, sugere-se que esta pesquisa seja realizada em academias de *Crossfit* local e seja ampliada na quantidade de participantes (Instrutores e praticantes de *Crossfit*). Sendo assim, pode-se obter um panorama geral da prática do *Crossfit* na cidade em que for feita a pesquisa.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Charles Santos; SANTOS, Jair Nascimento. Motivação e confiabilidade humana: uma análise da percepção do indivíduo. **R. Adm. Faces Journal**. Belo Horizonte, p. 117-137. out/dez 2015.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. A difícil administração das motivações. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 38, n. 1, p.6-17, jan. 1998. Trimestral.

BORGES, Marina Salgado; MIRANDA, Gilberto José; FREITAS, Sheizi Calheira. A teoria da autodeterminação aplicada na análise da motivação e do desempenho acadêmico discente do curso de ciências contábeis de uma instituição pública brasileira. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, [s.l.], v. 14, n. 32, p.89-107, 31 ago. 2017. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
<<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2017v14n32p89>>.

CROSSFIT: BRUNO MILITAO, GESTÃO DE BOX E EQUIPA DE COACHES (PART1). [s.i.]: The Head Coache O Ladrao de Ideia, 2018. (30 min) P&B. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FESdaO90aBU>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

ENTREVISTA: ATLETAS DE CROSSFIT DE MARACAJU FALAM SOBRE ESPORTE E COMPETIÇÃO NO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Notícias Ms,

2018. (8 min.), son., color. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=us5C2CJYBcA>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

FERREIRA, André et al. Teorias de motivação: uma análise da percepção das lideranças sobre suas preferências e possibilidade de complementaridade. In: SIMPEP, 13., 2006, Bauru. **XIII SIMPEP**. Bauru: Simpep, 2006. p. 1 - 12.

FERREIRA, Andre; DEMUTTI, Carolina Medeiros; GIMENEZ, Paulo Eduardo Oliveira. A Teoria das Necessidades de Maslow: A Influência do Nível Educacional Sobre a sua Percepção no Ambiente de Trabalho. In: SEMINÁRIOS DE ADMINISTRAÇÃO, 13., 2010, Rio de Janeiro. **XIII SemeAd**. Rio de Janeiro: Semead, 2010. p. 1 - 17.

FISHER, James et al. A comparison of the motivational factors between CrossFit participants and other resistance exercise modalities: A Pilot Study. **The Journal Of Sports Medicine And Physical Fitness: EDIZIONI MINERVA MEDICA**. Southampton, p. 1-21. jan. 2016. Disponível em:
<<http://www.minervamedica.it>>. Acesso em: 06 nov. 2017.

FRANCO, Julia Hosana Santos; SANTOS, Jair Nascimento. Um estudo da relação entre o trabalho em equipe e a aprendizagem organizacional. **Revista Gestão e Sociedade**, Minas Gerais, v. 4, n. 9, p.736-756, nov. 2010. Bimestral.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p.57-63, jan. 1995.

GOMES, Ana Cláudia Bilhão; KLEIN, Amarolinda Zanela. O desenvolvimento da competência para o trabalho em equipe a distância com o uso do metaverso second life®. **Administração: ENSINO E PESQUISA**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p.343-375, 28 fev. 2013.

LEAL, Edvalda Araújo; MIRANDA, Gilberto José; CARMO, Carlos Roberto Souza. Teoria da Autodeterminação: uma Análise da Motivação dos Estudantes do Curso de Ciências Contábeis. In: ENCONTRO DE ENSINO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE/ENEPQ, 3., 2011, SÃO Paulo. **III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**. João Pessoa: Usp, 2013. v. 24, p. 162 - 173.

LENS, Willy; MATOS, Lennia; VANSTEENKISTE, Maarten. Professores como fontes de motivação dos alunos: O quê e o porquê da aprendizagem do aluno. **Redalyc**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p.17-20, dez. 2007.

LOPES, Laerson Morais Silva et al. Aspectos da motivação intrínseca e extrínseca: uma análise com discentes de ciências contábeis da Bahia na perspectiva da teoria da autodeterminação. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, Salvador, v. 5, n. 1, p.21-39, 26 jan. 2015.

MACEDO, Neusa Dias de. **Iniciação à pesquisa bibliográfica**: Guia do estudante para a fundamentação do trabalho de pesquisa. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1995. 67 p.

MOREIRA, Daniel Augusto. RESEARCH IN ADMINISTRATION: ORIGINS, USES AND VARIANTS OF THE PHENOMENOLOGICAL METHOD. **Review Of Administration And Innovation - Rai**, [S.l.], v. 1, n. 1, p.5-19, 18 ago. 2006. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. <<http://dx.doi.org/10.5585/rai.v1i1.14>>.

MORGAN, Henry H. Employee Motivation. **American Water Works Association**. Atlantic City, p. 1387-1392. 6 jun. 1967. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41267534>>. Acesso em: 27 set. 2014.

PILATTI, Luiz Alberto. Qualidade de Vida no Trabalho e teoria dos dois fatores de Herzberg: possibilidades-limite das organizações. **Revista Brasileira de Qualidade de Vida**, [s.l.], v. 4, n. 1, p.18-24, 16 jun. 2012. Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). <<http://dx.doi.org/10.3895/s2175-08582012000100003>>.

PILETTI, Dalvana; BORGES, Gustavo da Rosa; BARROS, Isabel Cristina Rosa. Os princípios do cooperativismo e o trabalho em equipe em cooperativas de Garibaldi-RS. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, Florianópolis, v. 5, n. 4, p.34-45, 7 maio 2015. Bimestral.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. **Revista da Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 4, p.318-325, 30 maio 1995.

POR QUE PRATICAS CROSSFIT? (ENTREVISTA A ATLETAS DE CROSSFIT). [s.i.]: Maiscrossfit, 2012. (3 min) Son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OqAz5_jcKkl>. Acesso em: 26 jun. 2018.

RECORDISTAS: EX-GORDINHO CONHECE O CROSSFIT E VIRA SUPER ATLETA. São Paulo: Rede Record, 2016. (4 min.), son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-n6AgAvuKak>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

RYAN, Richard M.; DECI, Edward L. Intrinsic and Extrinsic Motivations: Classic Definitions and New Directions. **Contemporary Educational Psychology**, [s.l.], v. 25, n. 1, p.54-67, jan. 2000. Elsevier BV. <<http://dx.doi.org/10.1006/ceps.1999.1020>>

SIBLEY, Benjamin A.; BERGMAN, Shawn M.. What keeps athletes in the gym? Goals, psychological needs, and motivation of CrossFit™ participants. **International Journal Of Sport And Exercise Psychology**. Newcastle,, p. 1-20. 21 jan. 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/1612197X.2017.1280835>>. Acesso em: 6 nov. 2017.

SOUZA, Daniel Costa de; ARRUDA, Antônio; GENTIL, Paulo. Crossfit®: riscos para possíveis benefícios?. **Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício**, São Paulo, v. 11, n. 64, p.138-139, 13 jun. 2016.



A IMPLEMENTAÇÃO DO BALANCED SCORECARD COMO FERRAMENTA DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM UMA EMPRESA FAMILIAR

Sara Maria Bezerra Holanda

Bruno Correia Lima

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, muitas empresas não priorizam ferramentas de planejamento estratégico em suas atividades, evidenciando dificuldades nas execuções, controles de processos e desencadeando algumas consequências nos resultados da mesma. Dessa forma, segundo Pereira e Terra (2016), há uma metodologia sobre planejamento que é referência nos desenvolvimentos constantes de melhorias nas organizações chamada Balanced Scorecard (BSC). Trata-se de uma ferramenta importante para a gestão, pois, consegue prever riscos e auxiliar o equilíbrio das quatro perspectivas principais do mundo corporativo, conforme Kaplan e Norton (1997): Processos internos; Financeiro; Aprendizado e Crescimento; Clientes.

Logo, Hitt, Ireland e Hoskisson (2002) afirmam que a estratégia visa alcançar vantagem competitiva por meio de competências a serem exploradas nas empresas ou seja, reestruturando o capital intelectual, somando a uma ferramenta de planejamento como o BSC.

A estratégia configura todo tipo de negócio, intensificando na empresa vantagens competitivas (PORTER, 2004) e aliada ao planejamento, auxiliaos gestores a longo prazo. Logo, o BSC também se expressa como um sistema de monitoramento que interliga o planejamento, a execução e o controle para o melhor desenvolvimento dos processos da empresa.

No contexto em questão, o estudo será aplicado em uma empresa familiar que tem a necessidade de aprofundar a teoria do planejamento

estratégico para que intensifique sua prática no negócio da empresa, evidenciando os possíveis resultados que a ferramenta pode gerar.

A distribuidora cearense de autopeças, motopeças e soluções para indústria, BEZERRA OLIVEIRA LTDA, desde 1962, traz soluções com qualidade e credibilidade. Consolidada no atacado, entretanto, também atuando no varejo, a empresa fornece para clientes no Norte e Nordeste, estando situada no Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Piauí e Maranhão, contando com mais de 700 colaboradores, mais de 80.000 itens no estoque e diversos parceiros. A Empresa também investe em projetos sociais e muitas campanhas para rentabilizar os clientes ativos que somam mais de 7.000 ao mês.

A Bezerra Oliveira faz o planejamento estratégico de forma superficial anualmente, reunindo todos os gestores e gerentes, no qual, as metas são projetadas com base nos últimos meses e anos, considerando possíveis mudanças e tendências no mercado de reposição de peças de carros, motos e maquinário industrial. Todavia, essas metas são estabelecidas sem bases em ferramentas estratégicas como o BSC. Ademais, a assertividade estratégica permanece desfocada diante da visão da empresa, evidenciando custos de oportunidade e outros pontos negativos que influenciam nos lucros da mesma.

Lança-se, portanto, o problema que norteará o estudo: como implementar o Balanced Scorecard na empresa Bezerra Oliveira?

O tema desta pesquisa justifica-se, não exclusivamente, pela necessidade da organização investigada em estabelecer formalmente uma ferramenta de planejamento estratégico. Adicionalmente, esse estudo apresenta relevância para a academia e para a sociedade.

Dessa forma, a seguir, serão contemplados os objetivos da pesquisa que guiaram os resultados.

Objetivo Geral: Realizar a implementação da ferramenta de planejamento estratégico Balanced Scorecard na empresa familiar Bezerra Oliveira.

Objetivos Específicos:

- * Identificar os pontos críticos da organização a partir do seu diagnóstico estratégico;
- * Elaborar objetivos e metas estratégicas da organização;

*Desenvolver indicadores de desempenho nas perspectivas: financeiro, processos internos, clientes e crescimento e aprendizado.

Esse estudo contribuirá com preenchimento de lacunas na gestão da organização familiar pesquisada, pois o BSC é uma ferramenta relacionada ao planejamento estratégico da empresa. A implementação de uma ferramenta como o BSC, favorece a definição de um padrão estratégico, influenciando o aumento do profissionalismo por parte da gestão organizacional, reduzindo o nível de pessoalidade nas decisões e servindo de parâmetro para futuras atividades da empresa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, a pesquisadora inseriu todo embasamento teórico necessário para o estudo, contemplando citações desde a estratégia e seu planejamento até a ferramenta do BSC com suas características que abrangem o mapa estratégico e as quatro perspectivas. Nessa linha, a seção trará, também, considerações dos resultados de pesquisas anteriores que contemplaram o BSC.

2.1 ESTRATÉGIA

Mintzberg (2007) relata sobre os 5 os que definem a estratégia que são: Plano; Pretexto; Padrão; Posição; Perspectiva. Assim como, suas interligações. Dessa forma, o plano ou planejamento estratégico será desenvolvido de forma mais abrangente no próximo tópico por se tratar do desenvolvimento da melhor forma de criar uma estratégia. O pretexto já capta a estratégia como argumento para algumas atitudes que a empresa terá que tomar. O padrão estratégico deve ser inserido como uma cultura da empresa para obtenção dos objetivos por meio da estratégia. A posição trata-se do posicionamento de mercado que a estratégia vai permitir que a empresa se encontre, facilitando seu foco nas metas. A perspectiva trata-se do novo olhar que empresa, estrategicamente, terá para novos resultados.

Barney e Hesterly (2011) abordam sobre a estratégia ser uma teoria definida pela empresa para obter vantagem competitiva. Essa afirmação é

consequência da evolução imprevisível da competição naquele setor, permitindo gerar mais retorno às empresas que alinham melhor a suposta teoria com a prática que o setor irá se encaminhar futuramente.

Ainda no âmbito estratégico, Pereira e Terra (2016, p.6) propõem que “De maneira formal ou informal, as organizações, independentemente de sua classificação econômica, formulam objetivos que buscam trazer vantagens no futuro. Esta visão projetada do futuro pode ser definida como planejamento estratégico.” Ou seja, antes da implantação da estratégia, o planejamento é fundamental para que a estratégia seja mais assertiva e competitiva perante o mercado.

2.2 Planejamento Estratégico

Kuazaqui (2005) explica que o planejamento estratégico compreende um tipo de planejamento que busca a sobrevivência da empresa, sustentando tudo que a envolve como todos os *stakeholders*. Todavia, sem excluir as estratégias das áreas principais como financeira, produção, recursos humanos, dentre outras.

Hoskisson (2009) compreende o pensamento estratégico em uma visão sistêmica e interligada. Assim, a empresa deve ter todos os processos integrados e com o foco alinhado. Essa visão precisa ser incluída no planejamento estratégico para que o desenvolvimento do mesmo seja eficaz.

Kaplan e Norton (1997) afirmam que a estratégia na era da informação e da competitividade necessita estar em constante transformação de acordo com as mudanças do mercado instável atual. Portanto, o planejamento deve ser flexível e considerar a análise do ambiente externo da mesma forma para não comprometer a estratégia e suas perspectivas.

Todavia, a estratégia planejada ou pretendida é igual a realizada. Portanto, como da figura a baixo, é importante que a empresa esteja alinhada as mudanças do mercado externo e interno, permitindo uma flexibilidade para efetuar a estratégia ou surgir estratégias emergentes.

Após a empresa compreender o cenário que deve atuar, deve-se traçar a meta para que os resultados positivos apareçam de forma mais assertiva,

antevendo qualquer variável que possa atrapalhar e inovando nas táticas da estratégia adotada.

2.3 Balanced Scorecard

O Balanced Scorecard surge com a necessidade das organizações de implementar com sucesso as estratégias e acompanhar seus processos compreendendo a gestão de desempenho. Essa metodologia foi desenvolvida por Kaplan e Norton, em 1992.

Para Kaplan e Norton (1997, p. 24) “O Balanced Scorecard é, para os executivos, uma ferramenta completa que traduz uma visão e a estratégia da empresa num conjunto coerente de medidas de desempenho.”

Bonadiman e Giasson (2011, p.3) afirma que para Kaplan e Norton somente indicadores contábeis e financeiros eram obsoletos para avaliar o desempenho real das organizações e, assim, o estudo sobre o BSC começou. Dessa forma, como mencionado anteriormente, o BSC precisa estar alinhado a missão da empresa, suas estratégias para sua eficiência e gerar valor econômico dentro de outras três perspectivas.

Segundo Oliveira Filho, Libonati e Rodrigues (2006), as quatro perspectivas que o BSC foca incluem indicadores e objetivos que estabelecem uma relação de causa e efeito. Portanto, como a organização é um sistema integrado e cada vez que um problema for resolvido, pode afetar na resolução de outro, gerando um ciclo uniforme que inclui toda cadeia e seus indicadores estabelecidos

Dessa forma, Costa (2008) acrescenta:

“O que se pretende alcançar financeiramente (perspectiva financeira) deve orientar o que se pode e deve fazer em termos de produto e de mercado consumidor (o que fazer e para quem) (perspectiva de clientes), que, por sua vez, deve orientar as escolhas quanto aos modos de produção e disposição desses produtos/serviços (perspectiva de processos internos), que, por sua vez, devem orientar a decisão sobre a estrutura organizacional e administrativa e sobre a tecnologia de informação, identificadas como necessárias para dar suporte aos amplos processos de produção e venda (perspectiva de aprendizado e crescimento).”

Adicionalmente, o presente estudo ainda considera a gestão socioambiental consolidada dentro de todas as outras perspectivas da metodologia BSC, assim como, na missão e visão da empresa. Portanto, a sustentabilidade não será abordada como uma perspectiva isolada como alguns autores propõem.

2.5.1 Perspectiva Financeira

Queiroz, Lobosco, Almeida e Maccari (2015) refletem que a perspectiva financeira mostra, em números, os resultados econômicos da estratégia implantada pela empresa, gerando a lucratividade e o retorno do investimento dos acionistas. Portanto, trata-se da visão dos investidores na empresa. E, assim, influenciando rapidamente as outras perspectivas.

Nessa linha, Kaplan e Norton (1997) indagam que a alavancagem da receita como por investimentos ou campanhas ou, a diminuição de custos com os gestores acompanhando os processos ou riscos e o maior proveito dos ativos podem servir como parâmetro para as demais perspectivas.

Portanto, os sócios da Bezerra Oliveira que investiram com patrimônio líquido se preocupam com o capital de giro que a empresa administra, permitindo uma permanência de uma quantia líquida para suprir os processos rotineiros, entretanto, investindo o que não será necessário em aplicações para não gerarem custos de oportunidades. Assim como, os mesmos supervisionam contas a pagar e a receber com a ajuda de dois setores específicos. Outro setor que afeta diretamente a lucratividade da empresa é o setor de compras que calcula o preço de venda dentro de uma margem confortável para a empresa e dentre outros setores que são essenciais a administração financeira.

Logo depois, Kaplan e Norton (1997) afirmam que essa perspectiva é impactada pelo setor de mercado, o ambiente competitivo e a estratégia adotada, gerando valor com o foco em ampliar, a longo prazo, o capital investido pelos sócios e acionistas. Além disso, surgem três objetivos financeiros diferentes para cada tipo de empresa que se encontra em estágio de ciclo de vida diferente. Essas podem ser o crescimento, a sustentação ou a colheita.

Os resultados das perspectivas a seguir têm efeito imediato na financeira por se tratar dos valores dos resultados de cada ação realizada. Todavia, por sua vez, essa metodologia age a longo prazo em suas estratégias de investimento para gerarem retorno advindo das consequências das outras perspectivas.

2.5.2 Perspectiva dos Clientes

Kaplan e Norton (1997) compreendem que a perspectiva de clientes tem como objetivo a formulação do alvo da empresa para a maior eficiência da estratégia. Portanto, consolidado no mercado escolhido com posicionamento das características de negócio e clientes atraídos. Os atributos que nortearam esses clientes para atingir os objetivos são: Funcionalidade, qualidade e preço para produto ou serviço oferecidos; Qualidade da experiência dos clientes e o relacionamento com os mesmos (CRM); Reputação da empresa na visão dos clientes. Dessa forma, se preocupando com a visão do cliente na empresa.

Oliveira Filho, Libonati e Rodrigues (2006) acrescentam que para orientar a empresa nessa perspectiva, alguns pontos precisam ser intensificados como a participação do mercado que já foi mencionado anteriormente, a retenção de clientes com o desenvolvimento do CRM, gerando lucratividade e que dá origem a outro ponto, captação de novos clientes com o posicionamento bem trabalhado da empresa no mercado e a satisfação deles que deve ter a qualidade e o preço do produto ou serviço alinhada a esse ponto, proporcionando a satisfação e fidelização, gerando resultados para a primeira perspectiva.

Queiroz; et al (2015, p.95) complementam que:

A perspectiva do cliente também deve incluir medidas específicas das propostas de valor que a empresa oferecerá aos clientes desses segmentos. A perspectiva do cliente permite que os gerentes das unidades de negócios articulem as estratégias de clientes e mercados que proporcionarão maiores lucros financeiros futuros.

Para a empresa estudada que presa por fidelizar seus clientes, as variáveis de valor são recursos que devem ser intensificados na percepção do cliente para que nas discussões e negociações com os mesmos, as soluções propostas pelos vendedores sejam mais eficazes. Dessa forma,

consequentemente, na ausência dessas variáveis, as discussões terminam com o foco no preço que favorecem o consumidor. (Alvarez, 2015)

Na empresa em questão não há um setor de marketing, entretanto, empresas terceirizadas produzem conteúdos nas redes sociais, o setor de tecnologia da informação (TI) também tem algumas pessoas que compõem esse quadro de ações de marketing como designers que produzem artes para campanhas e, assim como, a gestão de vendas que promove o mesmo com a ajuda de promotores e criam ações com os clientes internos e externos de acordo com o perfil de cada um e com a atenção especial para alguns específicos.

As ações dessa metodologia devem ser delicadas por compreender a imagem da empresa diante de terceiros. Portanto, a parte interna da empresa precisa estar alinhada e bem preparada através das duas próximas perspectivas para que os clientes gerem os efeitos esperados.

2.5.3 Perspectiva dos Processos Internos

Oliveira Filho, Libonati e Rodrigues (2006) definem essa perspectiva como a forma de alcançar os objetivos por meio dos processos internos e da atividades realizadas. Ou seja, em que a empresa precisa focar dentro de suas ações para serem, cada vez, melhores. Cada empresa é diferente, mas há três pilares importantes para serem focados e realizarem o que a perspectiva propõem como a inovação, suas operações e os serviços pós-venda.

Slack (2013, p.29) diz que: “O gerenciamento de processos pode melhorar ou quebrar uma empresa. Quando são bem gerenciados, os processos podem contribuir para o impacto estratégico do negócio de quatro formas: custo, receita, investimento e capacidade.”

Como todo processo tem seu custo, seu controle é fundamental, contribuindo para que a diferença da receita e do lucro real seja, cada vez, maior e que os investimentos da empresa sejam melhores explorados para um maior retorno. A capacidade da empresa precisa ser equilibrada entre a sobrecarga de pessoas em alguns processos, afetando diretamente na qualidade, e a ociosidade das mesmas.

Os processos e as operações da Bezerra Oliveira são todas interligadas e começam na cadeia de suprimentos com processo de compras alinhado ao financeiro para pagamento de fornecedores que, logo após, necessitam da gestão de estoques e toda a logística para começar o processo de venda e o pós venda. Todavia, para que tudo aconteça, a empresa precisa dos colaboradores que o recursos humanos (RH) recruta, seleciona e acompanha, assim como, o setor pessoal que contrata e orienta financeira e fiscalmente os mesmos. A empresa ainda precisa de um setor que integra todos os setores por meio de sistemas como o TI.

Entretanto, suas operações devem ser devidamente bem acompanhadas para resultar no que a perspectiva precisa com diminuição de riscos e todas as possíveis melhorias dos processos para, assim, facilitar o serviço pós venda, afinal, o cliente já teve a experiência, fazendo com que o pós venda a complemente. Assim, sustentando as duas outras perspectivas com os clientes e gerando retornos financeiros.

Esses processos de pós-venda da empresa estudada compreende o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), crédito e cobrança e o setor de devolução e garantia que são constituídos por profissionais preparados para o relacionamento com o cliente de forma mais cautelosa para resolver o problema do mesmo, zelando pela boa reputação da organização.

Kaplan e Norton (1997) complementam que, tradicionalmente, ferramentas estratégicas apenas monitoram e melhoram o indicador de forma superficial em custo, qualidade e tempo. Todavia, essa perspectiva do BSC faz com que os requisitos de desempenho desses processos internos impactem nas expectativas de elementos externos.

Rosa; et al (2016, p.210) afirmam:

Na perspectiva processos internos, as empresas buscam a melhoria da qualidade dos produtos e serviços, a redução dos custos, o aumento da produção e a maximização da produtividade. A última perspectiva do BSC, aprendizado e crescimento, busca o desenvolvimento dos objetivos e medidas de desempenho para orientar o aprendizado e crescimento da organização.

Os processos internos precisam ser, cada vez mais, otimizados e aprimorados. Contudo, eles são realizados mediante capacidade da próxima perspectiva que engloba o capital intelectual atuante desses processos.

2.5.4 Perspectiva de Aprendizagem e Crescimento

Kaplan e Norton (1997) salientam que essa perspectiva advém de três pontos que trata-se dos funcionários, ou seja, o capital intelectual que precisa se capacitar para desenvolver suas funções com ajuda dos recursos humanos. Os sistemas que auxiliam os mesmos para otimização de processos e maximização da qualidade. E o alinhamento organizacional que agrega tudo. Em resumo, investimentos nesses três pontos são fundamentais para gerarem a capacidade que a empresa precisa para desenvolver seus processos.

Os funcionários ainda dividem três indicadores importantes para que foquem ainda mais no desenvolvimento da aprendizagem e crescimento que é a satisfação dos colaboradores, pois, cada indivíduo tem necessidade de realização, a produtividade para alinhar a necessidade que a empresa tem e a retenção que otimiza problemas como rotatividade e desenvolve talentos, agregando valor para empresa. O ponto dessa perspectiva é como os colaboradores podem melhorar e acrescentar mais valor ao negócio.

Dessa forma, a satisfação dos colaboradores estará alinhada diretamente a retenção dos mesmos, impactando no aumento da produtividade da empresa, afinal, líderes e liderados se beneficiam, compreendendo um crescimento profissional individual e organizacional.

Os processos internos dependem da aprendizagem e crescimento dos colaboradores para serem executados que, conseqüentemente, atraem os clientes com a qualidade dos produtos ou serviços que oferecem e assim, gerando receita. Ademais, esse perspectiva capta todas as outras, se tornando a base de BSC e interligando-as.

Na Bezerra Oliveira a aprendizagem é percebida por meio de treinamento logo no primeiro dia de trabalho e quando há a necessidade de adquirir um novo conhecimento em processos, sistemas ou, até mesmo, do cenário externo que a empresa está inserida e que vive em constante mudança. A aprendizagem é fundamental no fortalecimento do capital intelectual da

empresa, gerando insights pelas experiências e as concepções diferentes de cada colaborador.

Já o crescimento profissional é consequência dos retornos que os funcionários geram para a empresa, evidenciando uma possível carreira com promoções ou seleções internas. A empresa não tem processos bem definidos para planos de carreiras ou de cargos e salários. Todavia, a empresa familiar que tanto valoriza seus clientes internos, procura transparecer um modelo orgânico como princípio. Ou seja, tem um foco no desenvolvimento humano rotineiramente e tem seus funcionários como membros da família, na qual todos trabalham para um propósito comum.

Essa perspectiva capta as necessidades dos colaboradores que realizam os processos da empresa. O estado dos mesmos, assim como, sua capacidade, impactam diretamente no andamento do negócio. Portanto, a satisfação deve ser mútua, ou seja, as necessidades dos mesmos precisam estar alinhadas com as da empresa para que o ciclo desta ferramenta de planejamento estratégico se complete.

2.6 Pesquisas anteriores que utilizaram BSC

Um dos artigos que demonstram uma análise bibliométrica de um mapeamento de artigos antigos sobre BSC entre 2002 e 2012 abrange informações em tabelas e gráficos como congressos e periódicos que foram publicados, áreas temáticas, objetivos, número de autores e metodologias utilizadas nas pesquisas.

Portanto, assim como o presente estudo, alguns artigos têm informações sobre o BSC levadas em consideração no período de desenvolvimento da ferramenta. A Bezerra Oliveira, ainda, será avaliada em entrevistas por meio da visão de alguns gestores para que consiga alcançar resultados positivos para a empresas.

Almeida; et al (2014, p. 113) ainda complementa que: “O fato de que quase 70% dos artigos analisados tinham como objetivo analisar a ferramenta BSC e outros 12% se propuseram a descrever o processo de desenvolvimento e implantação da ferramenta em organizações.” Assim, permitindo compreender

que poucos captam as comparações da empresa entre antes da implementação da metodologia e depois, gerando retornos mais assertivos.

Todavia, artigos mais recentes, cada vez mais, contemplaram a implementação da metodologia como método de obter maiores resultados para a empresa e enriquecer o estudo sobre BSC.

Pereira e Terra (2016) afirmam que seu estudo teve como objetivo compreender as barreiras culturais que impedem a implementação do BSC em uma indústria de alimentos e, ainda, entendem a necessidade de estudos futuros para complemento do assunto.

Assim como Barbosa e Perez (2016, p.18) estudaram sobre uma empresa familiar e os fatores determinantes na implantação do BSC da mesma e afirma que: “Com o objetivo de se manterem competitivas e aproveitarem as oportunidades, as organizações precisam inovar constantemente em busca de atingir a sua estratégia e atingir as metas preestabelecidas.” Assim, tornando o BSC um fator importante para que a empresa consiga realizar seus objetivos estratégicos.

Já Rosa; et al (2016) optaram em explicar as diferenças entre o planejamento estratégico e o BSC em empresas sem fins lucrativos, tornando as quatro perspectivas fatores essenciais nessa discussão com base no mapa estratégico preenchido. Dessa forma, Rosa; et al. (2016) abrangeu de forma mais complexa o estudo por meio da análise de causa e efeito que os indicadores compreendem.

Complementando Rosa; et al (2016), Silva; et al (2015) afirma que o BSC contribuiu para o alinhamento dos objetivos, ressaltando as estratégias e gerando melhorias para a empresa de materiais elétricos. Com as quatro perspectivas, a empresa compreendeu suas limitações e seus resultados, impactando intensamente na cultura organizacional.

3 Metodologia

3.1 Ambiente da pesquisa

A empresa familiar é referência no Norte e Nordeste devido seu posicionamento estratégico que foca 99% de suas vendas para pequenas empresas, ou seja, modelo Business to Business (B2B). O CRM, por sua vez, é segmentado com campanhas e ações alinhados ao seu público, de acordo com cada perfil, como ingressos para jogos de futebol e viagens. A empresa, também, favorece-os aplicando políticas de compra diferenciada com maiores descontos e prazos mais longos.

A Bezerra Oliveira compreende a importância de todos os assuntos e recursos já abordados nessa pesquisa. Por isso, a direção concordou com todo o estudo e entrevistas para, cada vez mais, encontrar melhorias em seus processos e ações. Afinal, o cenário externo muda e o interno precisa acompanhar com as tendências que facilitam esse processo. O BSC não é diferente. Por se tratar de uma ferramenta de planejamento estratégico, na qual a empresa ainda não investiu.

A organização, ainda, integra todas as perspectivas citadas do BSC para melhorias na gestão. Com a preparação e a competência dos colaboradores, os processos são otimizados e qualificados para gerarem mais

valor para os clientes que se satisfazem e dão o retorno esperado pela empresa, fazendo o ciclo do BSC girar.

3.2 Natureza da pesquisa

Lakatos (2017, p.302) afirma que: “Os métodos, em geral, englobam dois momentos distintos: a pesquisa, ou coleta de dados, e a análise e interpretação, quando se procura desvendar o significado dos dados.”

Quanto a natureza, a pesquisa será qualitativa por não extrair os resultados em, apenas, números ou serem exatas. Dessa forma, a coleta de dados se dará por meio de entrevistas e as interpretações serão mais complexas devido o volume de informações sobre o financeiro, os processos internos, os clientes, a aprendizagem e o crescimento e tudo que os compõem.

Lakatos (2017, p.305) ainda diz que “na abordagem qualitativa, as técnicas fundamentais de coleta de dados são: a observação, a entrevista e a história de vida.” Evidenciando, assim, outras questões que apenas com as respostas da entrevista em formato de questionários, a pesquisadora não conseguiria captar.

A interpretação será realizada baseada na teoria que a pesquisadora ressaltou no referencial teórico alinhada à prática do BSC com os indicadores e toda a gestão de desempenho que a empresa realizará após os resultados esperados.

3.3 Tipologia da pesquisa

Quanto a ordem, a tipologia que esse estudo vai seguir, será exploratória que Lakatos (2017, p.297) indaga que essas pesquisas “possibilitam maior familiaridade com o problema e a construção de hipóteses” com enfoque no estudo de caso, no qual, Lakatos (2017, p.205) ainda afirma que: “O estudo de caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos. Entretanto, é limitado, pois se restringe ao caso estudado, que não pode ser generalizado.”

Todavia, o estudo será, também, bibliográfico documental por se tratar dos dados que serão coletados da empresa para ser base do desenvolvimento da pesquisa e, também, necessitar de documentos como o balanço patrimonial

e DRE para demonstrações de resultados. Afinal, para o resultado ser mais assertivo, os números reais serão levados em consideração, assim como, organogramas e outras ferramentas importantes para o controle rotineiro da empresa.

3.4 Universo e amostra

O universo da pesquisa compreende um total de mais de 700 pessoas por se tratar de todos os colaboradores da organização. Já a amostra compreende 20 pessoas (3 diretores e 17 gerentes que lideram setores e lojas da Bezerra Oliveira) que, entre elas, estão todos os ocupantes de cargos de gestão por conveniência. Ou seja, não foram contratados ou promovidos por necessidade, mas por meritocracia que a empresa preza por meio de oportunidades de seleções internas ou externas.

3.5 Coleta de dados

Segundo Lakatos (2017 p. 319) “O principal interesse do pesquisador com as entrevistas qualitativas, que são poucas estruturadas, é compreender as perspectivas e experiências dos entrevistados, conhecer o significado que o entrevistado dá aos fenômenos e eventos de sua vida cotidiana, utilizando seus próprios termos. Ela permite o tratamento de assuntos de caráter pessoal.”

Portanto, as entrevistas que a pesquisadora realizará tem mais vantagens do que simples questionários por se tratar de toda a percepção na experiência da entrevista, na qual, demonstra detalhes e visões evidenciados na rotina da empresa com o olhar de um integrante da mesma. As entrevistas que serão feitas terão análise por conteúdo, pois, será necessário para os gerais resultados estruturados no mapa estratégico.

4. Mapa Estratégico

O Mapa estratégico trata-se de uma estrutura em que as quatro perspectivas irão se adequar para melhor entendimento e alinhamento estratégico:

Segundo Bonadiman e Giasson (2011, p. 5):

A construção dos mapas estratégicos permite que as organizações descrevam e ilustrem de forma nítida e detalhada todos os seus objetivos, iniciativas, mercados-alvo, indicadores de desempenho e as ligações entre todos os elementos de sua estratégia. Além disso, proporcionam uma visão clara aos colaboradores de como suas funções estão ligadas aos objetivos gerais da organização, permitindo que trabalhem de forma colaborativa em prol das metas planejadas pela empresa.

Para comentar sobre esse componente do BSC, Rosa, et al (2016) o interpretam com base nos objetivos estratégicos que a empresa precisa alcançar. Da mesma forma que os indicadores foram inseridos a partir da missão, visão e valores para ser o parâmetro de como atingir esses objetivos. Em outra coluna, as metas são colocadas de forma prática para medir o indicador e sua frequência. Finalmente, a justificativa dos objetivos que foram listados.

Kaplan e Norton (1997) compreendem a estrutura do Balanced Scorecard interligando a visão com a estratégia abordada pela empresa, fazendo com que todas as perspectivas sejam integrantes necessárias para que a estratégia se desenvolva e, dessa forma, os objetivos sejam alcançados.

Dessa forma, a missão e a visão da empresa familiar Bezerra Oliveira está sendo abordada abaixo somadas ao mapa estratégico elaborada por meio da entrevista.

Missão: Realizar a distribuição de peças com eficácia, oferecendo os melhores serviços, facilitando a comercialização eletrônica (LDB), conquistando fidelidade e facilitando o desenvolvimento comercial de nossos clientes.

Visão: Ser o distribuidor reconhecido nacionalmente como uma empresa inovadora, estabelecendo parcerias, fornecendo as melhores soluções e serviços, garantindo a satisfação de seus clientes, colaboradores e acionistas, perpetuando-se como organização lucrativa, feliz e cidadã.

4.1 Perspectiva Financeira

Sob o olhar financeiro, foi percebido a necessidade de automação dos processos dos boletos com gerenciamento mais crítico de planilhas para evitar pagamentos com juros, assim como, investir em campanhas para alavancar receita entre os clientes e reduzir custos entre os colaboradores. Foi percebido, ainda, a necessidade de incentivar planejamentos financeiros para os clientes, assim, diminuindo atrasos e inadimplência.

PERSPECTIVAS	OBJETIVOS	INDICADORES	METAS	INICIATIVAS
FINANCEIRA	1. Monitorar melhor os pagamentos feitos para fornecedores.	1. Δ% de pagamentos efetuados no dia do vencimento a.m.	1. Diminuir 99% dos pagamentos pagos com juros a.m.	1. Gerenciar melhor planilhas feitas para controle dos boletos.
	2. Diminuir a inadimplência.	2. Δ% de pagamentos efetuados pelos clientes a.t.	2. Aumentar para 99% os pagamentos efetuados pelos clientes a.t.	2. Intensificar o monitoramento dos clientes que já estão com o nome negativado e ainda não pagaram, encontrando outras maneiras para garantir o pagamento.
	3. Estimular o planejamento financeiro para os clientes.	3. Δ% dos pagamentos efetuados dos clientes no dia do vencimento ou antes a.s.	3. Aumentar 90% dos pagamentos efetuados pelos clientes no dia do vencimento ou antes a.s.	3. Disponibilizar palestras de finanças pessoais e cursos de planejamento financeiro para os clientes.
	4. Reduzir custos.	4. Δ% dos custos a.a.	4. Reduzir 50% dos custos a.a.	4. Criar campanhas que estimulem a redução de custos entre colaboradores.

	5. Alavancar receita.	5. Δ% de receita a.a.	5. Aumentar 30% da receita a.a.	5. Intensificar campanhas e promoções para os clientes.
--	-----------------------	-----------------------	---------------------------------	---

4.2 Perspectiva dos Clientes

A perspectiva dos clientes mostrou uma ênfase em marketing, captando a importância de mais propaganda da empresa no mercado e seus serviços. A perspectiva também menciona sobre investir em mais recursos da plataforma de CRM para satisfazer ainda mais os clientes, como também, ampliar o controle de qualidade.

PERSPECTIVAS	OBJETIVOS	INDICADORES	METAS	INICIATIVAS
CLIENTES	1. Gerenciar melhor o setor de qualidade.	1. Δ% de devoluções e garantias a.d.	1. Diminuir 80% das devoluções e garantias a.d.	1. Aumentar o controle de qualidade nos produtos desde a conferência até a venda.
	2. Comunicar de forma mais eficaz o plantão 24 horas	2. Δ% de pedidos feitos por meio do plantão 24 horas a.m.	2. Aumentar 20% dos pedidos feitos por meio do plantão 24 horas a.m.	2. Expandir a propaganda do plantão 24 horas em diversos canais.
	3. Captar de forma mais eficaz as necessidades dos clientes.	3. Δ% de resultados positivos em pesquisas de satisfação a.m.	3. Aumento de 30% de resultados positivos em pesquisas de satisfação a.m.	3. Investir em recursos da plataforma de CRM para satisfazer os clientes de forma mais assertiva.
	4. Estimular mais os serviços disponíveis.	4. Δ% de serviços usados a.d.	4. Aumentar 50% de serviços usados a.d.	4. Expandir a propaganda do catálogo online e do técnico capacitado para complementar a compra com a aplicação ideal.
	5. Aumentar Base de Cientes no Norte e Nordeste.	5. Δ% de clientes novos a.m.	5. Aumentar 35% dos clientes novos a.m.	5. Investir em propagandas e começar parcerias em mercados de outros estados.

4.3 Perspectiva dos Processos Internos

Em meio aos processos internos, foi analisado e identificado uma necessidade de aprimorar ainda mais os processos já existentes, integrando, comunicando e descentralizando atividades de algumas pessoas, incentivar metas, prazos e investir em um estoque mais horizontal, visto que, uma empresa verticalizada implica em esforços desnecessários. Dessa forma, se adaptando mais ao mercado ainda limitado da região somada à visitas técnicas para rentabilizar os clientes.

PERSPECTIVAS	OBJETIVOS	INDICADORES	METAS	INICIATIVAS
PROCESSOS INTERNOS	1. Gerenciar melhor reuniões feitas com a diretoria sobre o desempenho da filial.	1. $\Delta\%$ da quantidade de assuntos resolvidos a.m.	1. Ampliar 50% dos assuntos resolvidos a.m.	1. Anotar em uma aba os assuntos abordados e mensurar metas para resolvê-los.
	2. Descentralização de alguns processos.	2. $\Delta\%$ do tempo que o cliente solicita a mercadoria e a recebe a.d.	2. Redução de 70% do tempo que o cliente solicita a mercadoria e a recebe a.d.	2. Integrar todos os setores responsáveis pela venda de produtos, aumentando a comunicação e otimizando os processos.
	3. Gerenciar melhor o maior e mais diversificado estoque da região.	3. $\Delta\%$ de problemas com estoques a.m.	3. Reduzir 50% dos problemas com estoques a.m.	3. Horizontalizar o estoque e fazer mais balanços para eliminar "furos".
	4. Gerenciar melhor colaboradores da logística.	4. $\Delta\%$ do tempo de conferência de mercadoria a.d.	4. Diminuir 80% do tempo para conferência de mercadoria a.d.	4. Incentivar com metas os colaboradores da logística.
	5. Se adaptar melhor ao mercado ainda limitado da região Nordeste.	5. $\Delta\%$ das vendas de clientes em potencial da região a.m.	5. Aumentar 20% das vendas de clientes em potencial da região a.m.	5. Fazer mais visitas técnicas para agregar valor na venda dos produtos e rentabilizar esses clientes.

4.4 Perspectivas de Aprendizagem e Crescimento

Já na perspectiva de aprendizagem e crescimento, foi visto a importância de ações de endomarketing, bem como, incentivar e ampliar os serviços oferecidos para os colaboradores como descontos em instituições de ensino superior, treinamentos e cursos técnicos. É fundamental, também, elaboração de plano de carreira, cargos e salários para motivar e acompanhar o mercado mediante o capital humano da empresa.

PERSPECTIVAS	OBJETIVOS	INDICADORES	METAS	INICIATIVAS
APRENDIZADO E CRESCIMENTO	1. Ampliar os treinamentos feitos para os colaboradores.	1. $\Delta\%$ de treinamentos feitos para colaboradores a.m.	1. Desenvolver 50% dos treinamentos feitos para colaboradores a.m.	1. Levar profissionais com temas de treinamentos interessantes na área dos colaboradores, motivando-os e capacitando-os.
	2. Aumentar parcerias feitas com instituições de ensino superior e outros cursos.	2. $\Delta\%$ de parcerias feitas com instituições de ensino superior e outros cursos a.a.	2. Aumentar em 35% as parcerias feitas com instituições de ensino superior e outros cursos a.a.	2. Ampliar os descontos nas matrículas e mensalidades.
	3. Ampliar número de cursos de capacitação que a empresa custeia para os técnicos.	3. $\Delta\%$ de cursos feitos pelos colaboradores com experiência técnica a.s.	3. Incentivar 30% de cursos feitos pelos colaboradores com experiência técnica a.s.	3. Motivar os colaboradores desse nível da importância de cursos para a capacitação profissional.
	4. Ampliar o endomarketing.	4. $\Delta\%$ de ações de endomarketing feitas pela empresa a.m.	4. Aumento de 50% de ações de endomarketing feitas pela empresa a.m.	4. Pesquisar datas comemorativas, gincanas e ações para incentivar os colaboradores, tirando-os da rotina e integrando-os.

	5. Alinhar as metas pessoais com as da empresa.	5. Δ% de resultados positivos mostrados nas pesquisas de satisfação dos colaboradores a.m.	5. Aumentar 70% dos resultados positivos mostrados nas pesquisas de satisfação dos colaboradores a.m.	5. Efetuar plano de carreira, cargos e salários e acompanhamento do colaborador.
--	---	--	---	--

5. CONCLUSÃO

Foi concluído que a implementação da ferramenta captou diversos pontos críticos que precisam ser parâmetro para futuras atividades organizacionais, todavia, a empresa estudada ainda tem alguns aspectos a serem melhorados nas quatro perspectivas do BSC abordadas.

Na perspectiva financeira, além das ações rotineiras para alcançar objetivos visados na maioria das empresas como reduzir custos e alavancar receita, outros pontos foram considerados para serem eliminados como pagamentos com juros efetuados para fornecedores ou os pagamentos de clientes em situações de atraso e a inadimplência, gerando a necessidade do aumento de monitoramento e controle dos mesmos.

Já na perspectiva dos clientes, a preocupação com a satisfação dos mesmos está presente em todos os quesitos mencionados, compreendendo o desenvolvimento mais eficaz dos nossos serviços como as visitas dos técnicos, aumento de plantões e utilização do catálogo online para agregação de valor na experiência dos clientes. Dessa forma, atraindo novos clientes, novos mercados e fazendo o setor de qualidade entender, cada vez mais, a necessidade do cliente.

Os processos internos têm gargalos perceptíveis na logística com o quadro de colaboradores e o estoque, ainda, verticalizado. A burocracia e a centralização também impactam nessa perspectiva, limitando o desenvolvimento dos processos e dos profissionais. Nessa linha, incentivar os colaboradores da logística com metas e integrar os setores são soluções para essa perspectiva tão singular.

Na perspectiva de aprendizagem e crescimento, a empresa foca de forma especial, todavia ainda necessita ampliar os treinamentos e as ações internas na empresa como campanhas para colaboradores. A empresa, ainda,

pode aumentar as parcerias com instituições e preparar um setor de recursos humanos adequado para acompanhá-los.

Ademais, a Bezerra Oliveira identifica valor em todas essas perspectivas com cada objetivo, meta, indicador e iniciativa considerados para desenvolvimento dos colaboradores, melhorias e otimização de processos, satisfação dos clientes e, então, aumento perceptível do lucro.

REFERENCIAS

ALMEIDA, Veronica. Et al. Balanced Scorecard: Estudo bibliográfico da produção científica brasileira no período 2002 – 2012. *SOCIAIS E HUMANAS, SANTA MARIA*, v. 27, n. 01, jan/abr 2014, p. 102 – 116.

ALVAREZ, Francisco J. S. M. *Gestão estratégica de clientes* / Francisco J. S. M. Alvarez. – São Paulo : Saraiva, 2015.

BARBOSA, C. e PEREZ, G; *Implantação do Balanced Scorecard em Empresa Familiar do Setor de Serviços: Um Estudo de Caso*. *Revista Contabilidade Vista e Revista*, 2016.

BARNEY, J. B. *Administração estratégica e vantagem competitiva* / Jay B. Barney e William S. Hesterly ; tradução Midori Yamamoto ; revisão técnica Pedro Zanni. – 3. Ed. – São Paulo : Pearson Prentice Hall, 2011.

BONADIMAN, T. M. e GIASSON, O. R. *Gestão estratégica para uma empresa comércio de combustíveis considerando o Balanced Scorecard*. 2011.

COSTA, Ana Paula Paulino da. *Balanced Scorecard: conceitos e guia de implementação* / Ana Paula Paulino da Costa. – 1. ed. – 3. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica* / Eva Maria Lakatos, Marina de Andrade Marconi. – 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

HITT, M. A.; IRELAND, R. D.; HOSKISSON, R. E. *Administração estratégica: competitividade e globalização*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

HOSKISSON, R. E. et al. *Estratégia competitiva* / São Paulo: Cengage Learning, 2009. Outros autores: Michael A. Hitt, R. Duane Ireland, Jeffrey S. Harrison. Título original: *Competing for advantage* 2. ed. Americana Bibliografia.

KAPLAN, S R. NORTON P. D. *A estratégia em ação: balanced scorecard*. 4 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KUAZAQUI, E. *Gestão estratégica para a liderança em serviços em empresas privadas e públicas* / Edmir Kuazaqui, Teresinha Covas Lisboa, Márcia Gamboa. – São Paulo : Nobel, 2005.

MINTZBERG, Henry. *O processo da estratégia [recurso eletrônico] : conceitos, contextos e casos selecionados* / Henry Mintzberg, ... [et al.] ; tradução Luciana de Oliveira da Rocha. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2007.

OLIVERIA, H. M. S; LIBONATI, J. J. e RODRIGUES, R. N. *Informação gerencial baseada no Balanced Scorecard: Um estudo em uma distribuidora de combustíveis de Pernambuco*. Pernambuco. 2006.

PEREIRA, D. D e TERRA, L.A.A; *Barreiras impostas pela cultura na implantação de Balanced Scorecard em uma indústria de alimentos*. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, 2016.

PORTER, M. E. *Estratégia Competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. 17. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

QUEIROZ, R. T. et al. *A Inserção da ferramenta Balanced Scorecard no planejamento estratégico de uma empresa em crescimento: Um estudo de caso na empresa Metadil Indústria e Comércio Metalúrgica LTDA*. São Paulo. 2015.

ROSA, M. M. et al. *O Balanced Scorecard em organizações sem fins econômicos: Um estudo de caso*. *Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios*, Florianópolis, v.9, n.1, jan./abr. 2016.

SILVA, E. N; NAZARETH, M. M; SANTIAGO, V, L; MELLO, L. C. B. B;
Proposta de um Balanced Scorecard – BSC em uma loja varejista de pequeno porte: Um estudo de caso.

SLACK, Nigel. Gerenciamento de operações e de processos [recurso eletrônico] : princípios e práticas de impacto estratégico / Nigel Slack ... [et al.] ; tradução: Luiz Claudio de Queiroz Faria ; revisão técnica: Rogério Garcia Bañolas. – 2. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Bookman, 2013.

**DA SALA DE AULA PARA A EMPRESA: UM ESTUDO DE CASO DA
APLICAÇÃO PRÁTICA DE UM PLANO DE NEGÓCIOS ELABORADO NA
DISCIPLINA DE EMPREENDEDORISMO**

Ananda Barreto Paiva de Oliveira¹

Francisco Tarcisio Santos Filho²

Bruno Chaves Correia-Lima³

RESUMO

O Plano de Negócios é uma ferramenta que auxilia os empreendedores a realizarem um melhor planejamento na concepção e no funcionamento de seus negócios. Esta ferramenta busca orientar o empreendedor a criar e estruturar as etapas que deverão ser seguidas para que suas metas sejam alcançadas. Por muitas vezes, o Plano de Negócios é aprendido por alunos de administração na disciplina de empreendedorismo, visando assim, estimular uma cultura empreendedora nos estudantes. Buscando aprofundar a relação entre ensino de empreendedorismo e aplicação do Plano de Negócios, originou-se o problema desta pesquisa: Quais os benefícios e dificuldades da aplicação prática do Plano de Negócios elaborado na disciplina de empreendedorismo do curso de administração? Para tanto, objetivando responder essa questão fez-se uso da pesquisa qualitativa, com caráter exploratório descritivo. Optou-se pelo estudo de caso, tendo como instrumento de pesquisa a aplicação de uma entrevista semiestruturada com a proprietária da empresa Lily Mimos e Lembrancinhas que atua no ramo de papelaria personalizada. Encontrou-se que a proprietária da empresa, não utiliza atualmente o Plano de Negócios, tendo utilizado apenas no início de seu negócio. O Plano de Negócios trouxe benefícios para a empresa, pois com esta ferramenta, a empresária conseguiu estabelecer um bom relacionamento com seus clientes e a estruturar de forma correta a divisão de

¹ Acadêmica do curso de bacharelado em administração do Centro Universitário Christus.
anandabpaiva@gmail.com

² Acadêmico do curso de bacharelado em administração do Centro Universitário Christus.
tarcisio_filho95@hotmail.com

³ Professor Doutor em Administração do Centro Universitário Christus.
brunoccl@hotmail.com

tarefas. Conclui-se que a microempresária apresenta dificuldades na utilização do Plano de Negócios.

Palavras-chave: Plano de Negócios. Empreendedorismo. Administração

ABSTRACT

The Business Plan is a tool that helps entrepreneurs achieve better planning in the design and operation of their business. This tool seeks to guide the entrepreneur to create and structure the steps that must be followed to achieve their goals. For many times, the Business Plan is learned by students of administration in the discipline of entrepreneurship, in order to stimulate an entrepreneurial culture in students. Seeking to deepen the relationship between entrepreneurship teaching and application of the Business Plan, the problem of this research originated: What are the benefits and difficulties of the practical application of the Business Plan elaborated in the entrepreneurship discipline of the administration course? For that, aiming to answer this question was made use of the qualitative research, with exploratory descriptive character. The case study was based on a semi-structured interview with the owner of Lily Mimos and Lembrancinhas, a company that operates in the personalized stationery business. It was found that the owner of the company does not currently use the Business Plan, having only used at the beginning of this business. The Business Plan brought benefits to the company, because with this tool, the businesswoman was able to establish a good relationship with its clients and to structure the division of tasks correctly. It is concluded that the microentrepreneur presents difficulties in the use of the Business Plan.

Keywords: Business Plan. Entrepreneurs. Administration

1 INTRODUÇÃO

O empreendedorismo corresponde à iniciativa individual e criativa de uma pessoa ou de um grupo de pessoas em produzir, vender, elaborar ou construir algo economicamente viável para o mercado. Trata-se de uma peça chave no desenvolvimento econômico de um país. O empreendedorismo além de estar focado

em gerar renda e crescimento econômico, constitui mudanças na estrutura do negócio e da sociedade (HISRICH; PETER, 2004, p. 33). O desenvolvimento e o crescimento de pequenos negócios dependem de diversas variáveis, estando entre elas a competência e a experiência de seus gestores e o contexto em que esses negócios serão inseridos.

Dentre as ferramentas de gestão para microempreendimentos está o Plano de Negócio, que pode ser implementado na empresa visando seu planejamento a partir da concepção do negócio. O objetivo do Plano de Negócios é orientar o empreendedor a criar e estruturar etapas a serem seguidas para aplicar na empresa. Portanto, é importante a elaboração do Plano de Negócios para a fundamentação da empresa, seja qual for o seu segmento econômico e o tamanho da empresa, microempresa ou multinacional.

Diante disso, a relevância deste artigo é possibilitar a compreensão da importância da aplicação do Plano de Negócios nas empresas. Para isso, originou-se o problema da pesquisa: Quais os benefícios e dificuldades da aplicação prática do Plano de Negócios elaborado na disciplina de empreendedorismo do curso de administração?

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os benefícios e as dificuldades da aplicação de um Plano de Negócios em uma microempresa que atua no ramo de papelaria personalizada. Como objetivos específicos procurar-se-á (1) Investigar a percepção da aluna-empresendedora sobre a importância do Plano de Negócios na concepção da empresa; (2) Investigar o processo de elaboração do Plano de Negócios; (3) Descrever como o Plano de Negócios foi implementado na empresa (4) Identificar as dificuldades apresentadas nesse processo (5) Identificar os benefícios apresentados na aplicação do Plano de Negócios.

A metodologia de pesquisa utilizada neste artigo é de abordagem qualitativa, com realização de entrevista e aplicação de estudo de caso, na empresa Lily Mimos e Lembracinhas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.2. Plano de Negócios

A elaboração e a aplicação do Plano de negócio, visando iniciar uma atividade empresarial, não são necessariamente obrigatórias, porém a relevância dessas ferramentas de gestão é percebida pelo empreendedor dependendo de como ele queira consolidar seu empreendimento no mercado. Segundo Dornelas (2008, p.100) “o empreendedor é aquele que faz as coisas acontecerem, e antecipa aos fatos e tem uma visão futura da organização”. Um novo empreendimento surge a partir da percepção de uma oportunidade, seguida de um planejamento acerca do projeto. Segundo Salim et al. (2005, p.3):

Plano de Negócios é um documento que contém a caracterização do Negócio, sua forma de operar, suas estratégias, seu plano para conquistar uma fatia no mercado e as projeções de despesa, receitas e resultados financeiros.

Seguindo esse conceito, o Plano de Negócios tem que ser capaz de responder a questões relacionadas ao empreendimento e avaliar os seguintes aspectos: qual o diferencial em relação à concorrência, preço ideal dos produtos e/ou serviços, demanda, quem será a equipe que trabalhará nesse negócio e o que pode dar errado nesse processo. A elaboração deste documento é um processo de conhecimento, do empreendimento e do empreendedor, possibilitando projetar as futuras conquistas e despesas e tem a função de caracterizar o negócio e situar o empreendedor em seu campo de atuação. (HOCHMAN; RAMAL, 2005; DORNELAS, 2005).

O Plano de Negócio é um documento deve ser revisado constantemente, e pode passar por várias mudanças ao longo do tempo (LACRUZ, 2008). O Plano de Negócio é comumente elaborado por empreendedores que vão iniciar seu negócio e querem obter uma projeção, pois este documento é recomendado para empreendedores que desejam obter êxito no âmbito empresarial com máxima

segurança (WILLIAMS, 2002). O Plano de Negócio pode ser refeito à medida que o empreendedor julgue necessário e pode ser aplicado por empresas que já estejam no mercado.

Dessa forma, o Plano de Negócios é uma ferramenta dinâmica, que uma vez posta em prática, deve ser atualizada sempre que os empreendedores do negócio julgarem necessário, pois o ato de planejar é um processo cíclico.

2.3. Empreendedorismo

Empreendedorismo está diretamente associado ao ato de inovar, realizar algo que inspire e impacte a sociedade gerando empregos, oportunidades e melhorias. Em seu livro “Capitalismo, socialismo e democracia”, Schumpeter (1942) associa o empreendedorismo ao desenvolvimento econômico e relaciona o processo conhecido como destruição criativa como sendo a principal característica do sistema capitalista que dá espaço a novos empreendimentos, novos métodos de produção e novos mercados, em síntese é destruir algo ultrapassado e criar algo inovador. O empreendedorismo leva transformação de ideias em oportunidades, a partir do envolvimento de pessoas e processos (DORNELAS, 2008). Empreendedorismo é o trabalho conjunto de pessoas e organizações, para implementar uma ideia utilizando-se da criatividade, capacidade e desejo de transformar (ANGELO, 2003).

Atualmente acredita-se cada vez mais, que qualquer pessoa tenha a capacidade de aprender a ser empreendedor (DORNELAS, 2015; YUSOFF; ZAINOL; IBRAHIM, 2015 apud SILVA; PENA, 2017). Por essa razão, o ensino de empreendedorismo vem ganhando cada vez mais espaço no âmbito acadêmico, por conseguir alinhar de forma adequada o ensino com a realidade do mercado, e tem se mostrado de suma importância para os alunos que desejam obter conhecimento da cultura empreendedora. Drucker (1986, p.16), afirma que “Empreendimento não é nem ciência nem arte. É uma prática”. Coloca-se em evidência que para haver uma boa educação empreendedora, é necessário que seja disseminado uma cultura empreendedora nas universidades. Os alunos devem ser estimulados a utilizarem sua criatividade, cooperação e trabalho em equipe dentro de sala de aula. O ensino de empreendedorismo é considerado algo novo, pois por ter características particulares, antes não era considerado como algo relevante (DORNELAS, 2001).

Embora considerados algo novo, o ensino do empreendedorismo e a cultura empreendedora favorecem o desenvolvimento econômico e social do país, estimulando criação de empregos e renda.

3 MÉTODOS

A abordagem utilizada na pesquisa foi qualitativa, que busca focar nas particularidades e experiências individuais do objeto analisado. Tomando como base essa característica, o objetivo da amostra é trazer informações novas, aprofundadas e ilustrativas (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

Para melhor atender aos objetivos desse trabalho, a pesquisa realizada possui caráter exploratório descritivo, que melhor atende aos objetivos dessa pesquisa e permite ampliar o entendimento acerca do tema em estudo.

Quanto à escolha do procedimento para uma pesquisa qualitativa, optou-se pela aplicação de estudo de caso, utilizando entrevista semiestruturada com a proprietária da empresa Lily Mimos e Lembrancinhas, para coleta e análise de dados.

O roteiro de entrevista foi composto por 15 perguntas, dividido em 5 blocos. O primeiro bloco foi composto por perguntas relacionadas ao aspecto de percepção da gestora acerca da importância do Plano de Negócios. O segundo bloco buscou investigar como se deu o processo de elaboração do Plano de Negócios. O terceiro bloco teve como finalidade perceber como o Plano de Negócios foi implementado na empresa. O quarto e quinto blocos buscaram identificar as dificuldades e benefícios desta ferramenta na empresa, respectivamente.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A empresa em que foi realizado o estudo de caso, Lily Mimos e Lembrancinhas, situada na cidade de Fortaleza-CE, é uma microempresa familiar que entrou no mercado há dois anos. A empresa se caracteriza por ser uma papelaria personalizada para eventos festivos (aniversários, casamentos, etc). A ideia da criação da empresa surgiu após a proprietária, Lívia, elaborar lembrancinhas personalizadas para o aniversário de um ano do seu filho e ter

publicado nas redes sociais, recebendo muitos elogios e pessoas que se interessaram pelo trabalho feito. Lívia trabalha em sua residência, não possui uma loja física, nem um local de produção exclusivo.

A análise dos resultados será dividida em cinco subseções com a finalidade de responder aos cinco objetivos específicos definidos previamente na pesquisa.

4.1 Importância do Plano de Negócios

Quanto à importância do Plano de Negócios sob a perspectiva da entrevistada, constatou-se que, embora ela tenha afirmado ser “90% importante”, nota-se que ela fez uso com maior frequência desta ferramenta apenas no início da criação da empresa. E nesse início foi importante para estruturar o posicionamento no mercado.

4.2 Elaboração do Plano de Negócios

O processo de elaboração do Plano de Negócios da empresa em estudo foi facilitado pelas atividades curriculares que Lívia participou na disciplina de empreendedorismo, em sua graduação. A entrevistada relata que a professora da referida disciplina a instigou a procurar outros materiais e outras fontes de pesquisa. Também efetuou leituras variadas, bem como buscou apoio na página virtual do SEBRAE.

4.3 Implementação do Plano de Negócios

A implementação do Plano de Negócios foi fundamental na criação e estruturação da empresa e na definição do ramo do negócio. Em seguida, a proprietária foi executando o Plano de Negócios em momentos diferentes.

Contratou o irmão especialista em informática, programação e photoshop. Depois, juntou-se à entrevistada a amiga vizinha, responsável pelo trabalho nas mídias sociais. E também, a mãe, a tia e a babá de seu filho como funcionárias auxiliares permanentes.

Com o aumento das vendas, Lívia sentiu a necessidade de ampliar o Plano de Negócios para rever custos, efetuar a separação entre despesas pessoais e da empresa, e cálculo da margem de lucro. Comprou novos equipamentos, como uma impressora mais potente e uma mesa de corte.

4.4 Dificuldades no processo

Ao relatar dificuldades apresentadas nesse processo, a entrevistada afirma que não teve dificuldades na elaboração do Plano de Negócios. No entanto, relatou dificuldades iniciais em delegar tarefas de criação, produção, compra de material, efetuar pagamentos e estabelecer contato com os clientes.

Constata-se através da fala da entrevistada que ela tem dificuldade em reconhecer o negócio como uma empresa, pelo fato de sua estrutura ser eminentemente familiar. Embora, tenha CNPJ e registro como microempresa. Segundo ela, o Plano de Negócios não está sendo executado atualmente, devido à “correria” e à informalidade de algumas decisões.

4.5 Benefícios na aplicação do Plano de Negócios

Por fim, quanto aos benefícios apresentados na aplicação do Plano de Negócios, a entrevistada afirma que esta ferramenta a ajudou no estabelecimento da Gestão de Relacionamento com o Cliente, a crescer nas mídias sociais através da divulgação da clientela e a definir sua equipe de trabalho. Assim, Lívia conseguiu planejar e distribuir funções aos funcionários.

5 CONCLUSÃO

Embora a empresa Lily Mimos e Lembrancinhas seja regulamentada como microempresa, é perceptível a informalidade no gerenciamento da mesma. Tendo em vista que a relação com os funcionários se dá de maneira informal, pois todos são parentes ou pessoas próximas. Lívia refere-se a estes como “pessoas que ajudam na empresa”.

Mesmo possuindo conhecimento sistemático sobre Plano de Negócios, a entrevistada elaborou o mesmo no início da empresa. No entanto, logo o abandonou e foi seguindo de forma intuitiva e prática. Lívia reconhece que a empresa está crescendo, porém parece não possuir indicadores sistematizados para tal confirmação baseando-se apenas em elementos empíricos.

Por não está seguindo o Plano de Negócios, sua produção é informal e improvisada. Isto faz com que também apresente dificuldades em estabelecer metas para o futuro da empresa.

No entanto, a entrevistada reconhece alguns aspectos positivos e que a diferenciam de seus concorrentes. Assim, ela menciona a seriedade com que trabalha, cumprindo prazos estabelecidos, atendendo as expectativas dos clientes somente quando possível, não prometendo o que não pode cumprir fazendo com que estes se sintam satisfeitos aumentando a confiabilidade da empresa.

Lívia percebe que antes, ao utilizar o Plano de Negócios era mais organizada, possuía planilhas e controle dos custos, bem como as melhorias a efetuar em sua empresa. Conclui-se que o Plano de Negócios é de suma importância em uma empresa, para que ajude o gestor a montar e melhorar seu negócio. E para que o ajude a tomar decisões estratégicas pensando no futuro da organização. No caso da empresa estudada, como o Plano de Negócios não está sendo seguido à risca, a gestora está tomando decisões pensando apenas no presente, o que poderá prejudicá-la futuramente. Porém, ela reconhece a importância do Plano de Negócios e que pretende futuramente realizar novas alterações e voltar a utilizar esta ferramenta em sua empresa.

Esta pesquisa sofreu algumas limitações tendo em vista que o instrumento da entrevista poderia ter sido feito pessoalmente, o que instigaria o surgimento de outras questões importantes. Poder-se-ia também ter aplicado a entrevista com os funcionários da empresa. Uma outra limitação foi a dificuldade de encontrar alunos que tenham feito o Plano de Negócios na disciplina de empreendedorismo que, posteriormente, tenham aplicado esta ferramenta em suas empresas.

Como sugestão para estudos futuros, pode-se ampliar o número de empresas estudadas para que haja um comparativo na forma em que implementam o Plano de Negócios. Também pode-se usar visitas à empresas de alunos que tenham concluído a cadeira de empreendedorismo, como instrumento auxiliar de

pesquisa. Sugere-se também que a entrevista seja aplicada com funcionários de uma empresa, não apenas com o proprietário, para assim ter uma visão mais ampla de como funciona o Plano de Negócios na prática.

REFERÊNCIAS

CHIAVENATO, Idalberto. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. São Paulo: Saraiva, 2004.

FERREIRA, M. A. A. **Plano de negócio**: Uma ferramenta eficaz e fundamental para longevidade das micro e pequenas empresas. Monografia (Especialização em Gestão Empresarial). Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro: 2011.

MACHADO, Elizandra. **PLANO DE NEGÓCIOS: UMA ABORDAGEM BASEADA NA GESTÃO DO CONHECIMENTO**. 2012. 109f. Dissertação (Mestrado em Engenharia e Gestão do Conhecimento). Programa de Pós Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. UFSC. Florianópolis/SC.

SANTOS, L. M. L. D.; GALLELI, B. O ensino de empreendedorismo social nos cursos de Administração das universidades brasileiras. **Revista Administração Pública e Gestão Social**, v. 5, n. 2, p. 153-173, 2013.

SILVA, J. F.; PENA, R. P. M. O “BÊ-Á-BÁ” do ensino em empreendedorismo: Uma revisão da literatura sobre os métodos e práticas da educação empreendedora. **Revista de empreendedorismo e gestão de pequenas empresas**, v.6, n.2, p. 372-401, mai/ago, 2017.

TERRIBILI FILHO, A. Escopo de projeto para criação de um Plano de Negócios. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 7, n. 1, p. 29-55, 2014.

CUSTOS LOGÍSTICOS DA CADEIA DE SUPRIMENTOS: UMA ANÁLISE DA GESTÃO DOS CUSTOS LOGÍSTICOS DA EMPRESA PLACNORD

Nayana Freire Sousa¹
Edilaine Araújo Camargo²
Júlia Bastos Pinheiro³
Laryssa Nogueira Marçal de Silva⁴
Larisse Oliveira Costa⁵

RESUMO

Realizar a gestão de custos logísticos consiste em conhecê-los, organiza-los e monitorá-los constantemente, evitando que ultrapassem o limite aceitável para cada organização. A adequada gestão é importante para que os gestores tenham ciência dos custos envolvidos nas operações. Com esta informação a tomada de decisão de melhorias se torna mais focadas, além da possibilidade de reduzir os gastos sem influenciar na qualidade dos serviços prestados. Uma gestão logística inadequada poderá levar a empresa a ter lucros menores ou até mesmo prejuízos, pois são várias as atividades envolvidas dentro do processo logístico, como: transporte, estocagem, processamento de pedidos, entre outras ações que são intrínsecas à logística e tais atividades. Este trabalho teve como objetivo analisar o processo de gestão de custos logísticos da empresa Placnord – Indústria de Placas do Nordeste LTDA, organização que atua no ramo industrial de fabricação de placas para veículos automotores. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa, utilizando-se tantos os meios bibliográfico, documental e de estudo de caso, este último utilizando a entrevista semi-estruturada, para coleta de informações. A organização pesquisada demonstrou possuir um nível satisfatório de acompanhamento de seus custos logísticos, uma vez que a mesma relata expansão das atividades e lucratividade, mantendo-se competitiva e líder de mercado. Porém, observou-se que há problemas de apuração dos custos do gerenciamento logístico que podem ser resumidos em:

¹ Graduanda em Administração – Centro Universitário Christus (Unichristus). E-mail: nayana_freire@hotmail.com

² Graduanda em Administração – Centro Universitário Christus (Unichristus). E-mail: edilaine.camargo@live.com

³ Graduanda em Administração – Centro Universitário Christus (Unichristus). E-mail: juliabastos_96@live.com

⁴ Graduanda em Administração – Centro Universitário Christus (Unichristus). E-mail: lary.nogueira95@gmail.com.

⁵ Doutora em Logística – Professora no Centro Universitário Christus (Unichristus). E-mail: larisseocosta@hotmail.com

desconhecimento dos reais custos, levantamento de custos com alto grau de agregação, e uso de sistemas de rateio com base em custos gerais. Foi observada a necessidade de a empresa realizar um estudo aprofundado sobre seus custos logísticos para que possa precisar os gastos e lucro real obtidos em suas operações.

Palavras-chave: Cadeia de Suprimentos, Custos, Contabilidade, Logística, Custos Logísticos.

ABSTRACT

Logistic cost management consists of getting to know them, organizing them and monitoring them constantly, avoiding that they exceed the acceptable limit for each organization. Proper management is important so that managers are aware of the costs involved in operations. With this information the decision-making of improvements becomes more focused, besides the possibility of reducing expenses without influencing the quality of services provided. Inadequate logistical management may lead to lower profits or even losses, as there are several activities involved in the logistics process, such as: transportation, storage, order processing, and other activities that are intrinsic to logistics and such activities. The objective of this work was to analyze the logistics cost management process of Placnord - Indústria de Placas do Nordeste LTDA, an organization that operates in the industrial field of automotive plate manufacturing. For that, a qualitative research was carried out, using as many bibliographical, documentary and case study means, the latter using the semi-structured interview, to collect information. The organization surveyed has demonstrated a satisfactory level of monitoring of its logistics costs, since it reports activity expansion and profitability, remaining competitive and market leader. However, it has been observed that there are problems in the calculation of logistics management costs, which can be summarized as: lack of knowledge of actual costs, collection of costs with a high degree of aggregation, and use of apportionment systems based on general costs. It was observed the need of the company to carry out an in-depth study on its logistics costs so that it can specify the expenses and real profit obtained in its operations.

Keywords: Supply Chain, Costs, Accounting, Logistics, Logistics Costs.

1. INTRODUÇÃO

A Gestão da Cadeia de Suprimentos tem como objetivo fornecer um maior nível de serviço ao menor custo logístico possível, dentro dos limites para prestação do serviço. Portanto, realizar uma adequada gestão de custos logísticos é essencial para

manter os processos eficientes, além de garantir bons resultados, como uma lucratividade satisfatória que permita manter a empresa competitiva no mercado.

A revista Exame (2018) noticiou que o transporte de cargas no Brasil voltará a crescer em 2018. Segundo a publicação, está previsto que o volume de produtos em circulação chegue a 1,68 trilhão de toneladas por quilômetro, o mesmo transportado em 2014. Ainda, espera-se um aumento de 3% em relação a 2017 na demanda por transporte rodoviário, o modal de transporte mais utilizado para escoamento de produtos no país.

Porém, alerta-se que com o aumento de cargas exige mais galpões para armazenagem de produtos, um giro maior dos estoques, melhor infraestrutura de estradas, entre outros pontos fundamentais para um transporte seguro e operações logísticas feitas de forma eficiente.

Os insumos para o transporte de cargas estão mais caros, destacando-se o óleo diesel, que encareceu 6,2% nos últimos 12 meses. A reportagem cita ainda um levantamento da CNT (Confederação Nacional dos Transportes), onde a mesma apresentou um relatório identificando que vias consideradas regulares, ruins ou péssimas subiram de 58,2% em 2016 para 61,8% do total neste ano. O mesmo estudo apontou também que o transportador brasileiro tem seu custo aumentado, em média, em 27% em decorrência de problemas nas vias.

A Logística reúne uma variedade de custos, que envolvem as atividades desde a compra até o armazenamento, passando pelo transporte e distribuição. Ao comprar um produto ou matéria prima, normalmente as empresas costumam desprezar as despesas relacionadas a frete e outros serviços agregados na logística e passam a considerar somente o valor final da mercadoria.

Realizar a gestão de custos logísticos consiste em conhecê-los, organiza-los e monitorá-los constantemente, evitando que ultrapassem o limite aceitável para cada organização. A adequada gestão é importante para que os gestores tenham ciência dos custos envolvidos nas operações. Com esta informação a tomada de decisão de melhorias se torna mais focadas, além da possibilidade de reduzir os gastos sem influenciar na qualidade dos serviços prestados. Como já mencionado anteriormente, deste modo, aumentar a eficiência dos processos, a lucratividade e tornar a empresa cada vez mais competitiva no mercado são resultados desta gestão.

Este trabalho teve como objetivo analisar o processo de gestão de custos logísticos da empresa Placnord – Indústria de Placas do Nordeste LTDA, organização que atua no ramo industrial de fabricação de placas para veículos automotores.

O estudo deste tema é de importância para a empresa uma vez que possibilita a coleta de informações que possivelmente auxiliarão no processo decisório dos sócios. Para os acadêmicos, este trabalho permitirá o aprofundamento dos estudos na área administrativa, mais especificamente da Logística, bem como permitirá uma experiência prática em uma organização, podendo associar melhor os conteúdos vistos em sala com a realidade do mercado de trabalho. Por fim, a instituição de ensino se beneficiará ao enriquecer sua base de dados, podendo repassar estas informações aos demais alunos do curso como validação do conhecimento teórico ministrado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo será apresentado uma síntese de alguns conceitos e discussões indispensáveis a respeito de custos logísticos. Será realizado o conhecimento prévio de teorias e obras publicadas atualmente e disponíveis sobre o tema.

2.1 Conceito de Custos Logísticos

Toda atividade empresarial sempre estará voltada à redução dos custos com a melhoria do nível de serviço prestado a seus clientes para a obtenção do lucro. Uma das funções da Logística consiste no controle e administração dos seus Custos.

Segundo Alves et al (2013) conceitua-se custos como os gastos referentes a todo trabalho realizado para produzir determinado bem ou serviço, de modo que se atribua um valor monetário para esse trabalho.

Custo é o consumo associado ao sistema de elaboração do produto fabricado ou serviço prestado pela organização. A alocação,

interpretação e distribuição desses custos variam de empresa para empresa, tendendo a ficar mais complexas e detalhadas conforme a administração procura obter informações mais exatas para o auxílio à tomada de decisão. (Alves et al., 2013, p.696)

Atualmente, o desafio para as empresas consiste em gerenciar e relacionar os custos ao nível de serviço desejado pelos clientes, isto é, conciliar custo para empresa com qualidade requerida, pelo usuário, do produto ou serviço ofertado por esta. Contudo, é a dificuldade para lidar com custos que poderá determinar como será a existência e a permanência de uma organização no mercado. Isto é, quanto mais a empresa entender acerca de seus custos, mais segurança nos investimentos ela terá.

Alves et al. (2013) assinala que os principais problemas de apuração dos custos logísticos são: desconhecimento dos reais custos, levantamento de custos com alto grau de agregação, e uso de sistemas de rateio com base em custos gerais. Esta falta de visibilidade dos custos logísticos não fornece informações confiáveis aos gestores.

O Brasil tem um dos custos logísticos mais altos praticados no mundo. Eles representam 12% do Produto Interno Bruto (PIB). É quase o dobro do custo logístico em outros países com modelos econômico e geográfico similares (Exame, 2018).

As causas desses altos custos podem ser associadas tanto a fatores externos como internos. Por fatores externos associa-se a influência dos problemas de infraestrutura dos aeroportos, portos, más condições das rodovias, carência de ferrovias, escassez de armazéns apropriados, e, ainda, mão-de-obra desqualificada, insegurança, políticas alfandegárias negativas e altas taxas. Fatores estes confirmados na reportagem da Revista Exame (2018), supracitada na introdução. Quanto aos fatores externos, estes dizem mais respeito à questão de como cada organização irão gerir seus processos, como por exemplo, a atividade de transporte. Outras atividades também completam os elementos dos custos logísticos, como o estoque, a armazenagem e algumas relacionadas aos pedidos de compra e venda.

2.2 Tipos de Custos Logísticos

Vários são os tipos de custos e definí-los auxilia a administração nos processos de planejamento e de tomada de decisões. Alguns específicos para cada segmento do mercado e outros comumente reconhecidos como uma base para qualquer atividade. Na logística, os quatro tipos mais conhecidos são: custos diretos, custos indiretos, custos fixos e custos variáveis (Alves et al., 2013).

Custos diretos são referentes aos materiais e mão-de-obra direta aplicados na fabricação ou acabamento de produtos ou na prestação de serviços. Isto é, matérias-primas e componentes, embalagens e o transporte na distribuição de produtos. (Alves et al., 2013)

Custos indiretos são aqueles não observados diretamente nos produtos e serviços aos quais se estabelecem critérios para rateá-los em centros de custos. Como exemplo, o rastreamento da frota.

(...) os custos podem ser classificados em diretos ou indiretos, conforme sua aplicabilidade, ou seja, conforme sua relação com a unidade de produto ou de serviço. Custos diretos relacionam-se aos recursos diretamente empregados na produção, como materiais e mão de obra, sendo sua apropriação direta aos bens ou serviços produzidos. Custos indiretos demandam algum critério de rateio para serem apropriados, representando, em termos monetários, a capacidade instalada da empresa. (Alves et al., 2013, p.696)

Custos fixos são aqueles que não sofrem alterações influenciadas pelo aumento ou diminuição da produção. Despesas com aluguel, com vigilância, com manutenção e com telefonia são exemplos. (Ballou, 2006). Ainda, segundo Ballou (2006), custos variáveis são aqueles relacionados ao volume produzido e que sofrem alterações a depender de situações. Em serviços logísticos, um exemplo seria um frete contratado pela cubagem ou peso.

Os custos fixos são aqueles que independem das mutações da produção, pois os valores serão os mesmos para qualquer volume de produção, apesar de poderem variar com o decorrer do tempo. Os custos variáveis estão diretamente vinculados às alterações do volume de produção, pois seus valores aumentam à medida que se amplia a quantidade produzida. Os custos semi-variáveis variam conforme o nível de produção, tendo uma parcela estabelecida mesmo que nada seja produzido, isto é, dispõem de uma parcela fixa e de uma parcela variável. (Alves et al., 2013, p.696)

2.2.1 Custos ligados ao processo de gestão logístico

Os custos ainda podem ser classificados quanto aos gastos ligados ao processo de gestão logístico de uma organização, da seguinte forma: custos de armazenagem e movimentação de materiais, custos de transportes, custos de embalagens, custos de manutenção de inventário, custos de tecnologia da informação, custos de carga tributária, entre outros.

De acordo com Faria e Costa (2005, p. 79), os custos de armazenagem estão relacionados à movimentação dos materiais e estocagem, compreendendo “os movimentos associados ao recebimento na aquisição de materiais e produtos até o ponto de estocagem, como também a retirada destes materiais até o local onde serão utilizados ou os produtos expedidos para distribuição”. Estima-se que o valor gasto com armazenagem e movimentação de materiais pode representar de 30% a 50% dos custos logísticos de produção. Assim, faz-se imprescindível traçar alternativas para reduzir estes gastos afim de garantir a competitividade de qualquer empresa.

Os custos relacionados aos transportes são o de maior peso no que diz respeito ao processo logístico de uma organização. Para Ballou (2006), este gasto é o que tem maior representatividade na logística de uma empresa, configurando um ou dois terços dos custos logísticos totais. Segundo mesmo autor, os principais pontos a serem analisados antes de se adotar um sistema de transporte são: o preço, tempo médio de viagem, variabilidade do tempo de trânsito e perdas e danos. Deve-se observar, também, se a empresa pode adquirir uma frota própria ou terceirizar os serviços de transporte.

Os custos com embalagens são aqueles gastos incorridos com o fim de deixar o bem de forma intacta, sem danos durante o transporte. A embalagem é imprescindível para proteger o produto, então a utilização de um material resistente e adequado as necessidades do produto devem ser observadas para evitar perdas e danos. Faria e Costa (2005) concluem que os principais custos de embalagens podem estar relacionados à sua fabricação, por conta do material utilizado para fabricá-la,

pela na mão-de-obra, no momento de embalar certo produto, e ainda com depreciação e manutenção das máquinas que são usadas na produção das embalagens.

Os custos com manutenção de estoque são: custo de oportunidade de estoque; custos de serviços de inventário, relacionado a seguros; gastos com espaço para armazenagem dos produtos; custos de riscos com deterioração, obsolescência ou quebras e custo total de manutenção do inventário, que consiste no montante dos demais custos apresentados anteriormente. (Ballou, 2006).

São os custos incorridos para que os materiais e produtos estejam disponíveis para o sistema logístico. Ocorrem com as decisões de manter estoques de matérias-primas, produtos em processo, produtos acabados ou peças de reposição e representam uma das principais parcelas do custo logístico total. (Faria e Costa, 2005, p. 106)

A tecnologia da informação atualmente é uma ferramenta fundamental para as organizações, pois auxilia no desempenho dos processos operacionais, planejamento logístico, integração com clientes e fornecedores, entre outros.

A tecnologia da informação funciona: como um elo entre as atividades logísticas a um processo integrado (que envolve todas as áreas), combinando o hardware (computadores, coletores de dados, separadores automáticos, transelevadores, etc) e software (sistemas em si) para medir, controlar e gerenciar as operações logísticas que ocorrem em uma empresa específica, bem como ao longo da cadeia de suprimentos. Faria e Costa (2005, p. 113)

Os níveis de serviços oferecidos por uma empresa correspondem à adequação desses às necessidades dos clientes, dispendo-se a um bom atendimento aos consumidores, ofertando produtos e serviços de qualidade.

O nível de serviço ao cliente está associado ao que se deseja de resposta no próximo elo da cadeia, em termos de disponibilidade do produto/serviço (inventário), confiabilidade do serviço (qualidade) e desempenho (velocidade e consistência de entregas). É algo que está sendo acordado entre o comprador e o vendedor, onde o comprador faz suas exigências e o vendedor irá verificar a viabilidade de atendê-las, criando valor para ambos. (Faria e Costa, 2005, p. 134)

Visto isso, o problema da contabilização dos custos logísticos é um assunto difícil, entretanto deve ser solucionado para que se possa desenvolver todo o potencial de gerenciamento logístico. Ocorre que muitas empresas não realizam uma correta apuração dos custos logísticos pela falta de informação adequada sobre tais custos. Porém, segundo Ballou (2006) os custos logísticos correspondem a uma grande parcela dos custos totais de uma empresa, desta forma, o gerenciamento dos custos logísticos faz-se de grande importância. Entretanto, Alves et al. (2013, p.695) afirma que o observado “na prática gerencial indica que os tomadores de decisões das empresas determinam custos de maneira empírica, reunindo os custos de suprimentos e de distribuição aos custos de produção, o que acaba por interferir diretamente no resultado financeiro.”

A correta gestão dos custos possibilita a coleta de informações que possivelmente auxiliarão no processo decisório dos sócios e consiste em um dos fatores geradores de competitividade para a organização.

3. METODOLOGIA

Nesta seção do trabalho, descrevem-se os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa, bem como os instrumentos a serem utilizados para atingir os objetivos propostos neste trabalho. Requer-se, portanto, a apresentação de informações acerca de alguns aspectos: ambiente da pesquisa, natureza da pesquisa, tipo de pesquisa, método de coleta de dados e período da pesquisa.

A empresa referente a este trabalho consiste na Placnord – Indústria de Placas do Nordeste LTDA, localizada na Avenida dos Expedicionários, 4773, bairro Vila União. Empresa que atua no ramo industrial de fabricação de placas para veículos automotores.

A empresa foi fundada em 1971 pelo advogado José Ribamar da Silva. Anteriormente, a confecção de placas veiculares se concentrava nas cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, resultando no longo prazo de entrega do

produto e onerosos custos para os cearenses. Pioneira no Ceará, a PLACNORD contribuiu para o progresso de sua região ao facilitar o pronto atendimento e emplacamento de veículos, impulsionando o crescimento do setor automotivo no Estado.

Trata-se de uma empresa familiar com 46 anos de mercado que possui 70 lojas, sendo 10 na capital e 60 abrangendo todo o estado do Ceará. Este trabalho foi realizado na loja Matriz, com endereço já referido no primeiro parágrafo deste item. Seu quadro de pessoal é composto por 30 funcionários na loja matriz, que também atua como Centro de Distribuição para as filiais. A Placnord é líder de mercado, tendo atualmente como empresas concorrentes a PlacPlac (11 lojas), a Orplac (27 lojas) e a Emplac (2 lojas).

A pesquisa será de natureza qualitativa, uma vez que se focará no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e aprofundando-se na compreensão dos fenômenos estudados na organização. O propósito não é contabilizar quantidades como resultados, mas conseguir compreender o conteúdo coletado na pesquisa.

Segundo Minayo (2008), os métodos quantitativos tem o objetivo de mostrar dados, indicadores e tendências observáveis ou produzir modelos teóricos abstratos com elevada aplicabilidade prática. Assim, Guerra (2008, p. 11) define “os seguintes elementos fundamentais em um processo de investigação: 1) a interação entre o objeto de estudo e o pesquisador; 2) Registro dos dados ou informações coletadas; 3) a interpretação/explicação do pesquisador.”

A tipificação da pesquisa pode subdividir-se quanto aos fins e quanto aos meios. Quanto ao fim, esta será uma pesquisa descritiva, pois procurará descrever as características do objeto de pesquisa sem manipular os dados, realizando apenas uma descrição. Segundo, Prodanov e Freitas (2013, p. 52), diz-se que a pesquisa é descritiva

“quando o pesquisador apenas registra e descreve os fatos observados sem interferir neles. Visa a descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento.”

Quanto aos meios, esta pesquisa será tanto bibliográfica, documental como um estudo de caso. De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 54) uma pesquisa é bibliográfica

“quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa.”

A pesquisa documental muitas vezes é confundida com a pesquisa bibliográfica. A principal diferença entre estas tipologias se dá na natureza da fonte de ambas as pesquisas. Como explicitado anteriormente, a pesquisa bibliográfica se utiliza da contribuição de diversos autores sobre um assunto. Conforme Gil (2002, p.45), “a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.”. Considera-se documento qualquer informação sob forma de textos, imagens, sons, gravações pintura e documentos oficiais. A grande vantagem das pesquisas documentais, de acordo com Gil (2002, p. 47), fora o custo que é baixo, é que elas são importantes “não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios.”

Esta pesquisa pode classificar-se, ainda, como estudo de caso, por ter caráter de profundidade e detalhamento, investigando os principais setores da empresa dentro de um contexto real. Segundo Prodanov e Freitas (2013, p. 60) “o estudo de caso consiste em coletar e analisar informações sobre determinado indivíduo, uma família, um grupo ou uma comunidade, a fim de estudar aspectos variados da sua vida, de acordo com o assunto da pesquisa”. Este mesmo autor alerta para a necessidade ter equilíbrio intelectual e acurada capacidade de observação, além de moderação quanto à generalização dos resultados.

O desenvolvimento de uma pesquisa depende da coleta de dados e informações que serão posteriormente analisados e interpretados conforme o objetivo da pesquisa.

Dentre as técnicas de pesquisa e coleta de dados, destacam-se as seguintes: - observação direta intensiva: é realizada por meio da observação e da entrevista; - observação direta extensiva: ocorre através do questionário, do formulário, de medidas de opinião e de atitudes, história de vida, discussão em grupo, análise de conteúdo, testes, sociometria, pesquisa de mercado. (PRODANOV E FREITAS, 2013, p. 102).

Os dados foram coletados através de uma entrevista semi-estruturada, isto é, semi-aberta, com um roteiro definido, mas flexível, aplicado pela pesquisadora com o gestor responsável

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo tem como finalidade apresentar o estudo de caso proposto, bem como os resultados atingidos. Inicialmente serão abordadas as características da empresa e do produto e o fluxo do produto desde a entrada na matriz, que também é centro de distribuição (CD), à entrega ao cliente. Posteriormente serão apresentados custos identificados em cada etapa do fluxo do produto.

4.1. Características da Empresa

A empresa referente a este trabalho consiste na Placnord – Indústria de Placas do Nordeste LTDA, localizada na Avenida dos Expedicionários, 4773, bairro Vila União. Empresa que atua no ramo industrial de fabricação de placas para veículos automotores.

A empresa trata-se de uma prestadora de serviço que possui licenciamento do Governo do Estado do Ceará para atuar como fabricante de placas automotivas no estado. O local da pesquisa corresponde à loja matriz que também funciona como centro de distribuição para as demais filiais, tanto da capital, quanto do interior.

4.2. Características do Produto

Os materiais adquiridos junto a fornecedores. Consistem em placas veiculares, placas de motos e tarjetas, todas em três cores de adesivos (cinza, vermelha e branca). Contabilizando 37 produtos (37 referências diferentes). Ver figura abaixo:

Figura 1 – Materiais em estoque

		Material
1	*	DIANTEIRA 36 CINZA
2	*	DIANTEIRA 3M CINZA NOVA
3	*	DIANTEIRA 3M VERMELHA NOVA
4	*	DIANTEIRA ALUMINIO CINZA
5		DIANTEIRA ALUMINIO VERMELHA
6	*	DIANTEIRA CV BRANCA NOVA
7	*	DIANTEIRA CV CINZA NOVA
8	*	DIANTEIRA CV VERMELHA NOVA
9		MOTO 3M CINZA
10		MOTO 3M CINZA NOVA
11	*	MOTO 3M VERMELHA NOVA
12	*	MOTO CV BRANCA NOVA
13		MOTO CV CINZA
14	*	MOTO CV CINZA NOVA
15	*	MOTO CV VERMELHA NOVA
16		TARGETA DE MOTO 3M CINZA
17		TARGETA DE MOTO 3M VERMELHA
18		TARGETA DE MOTO CV BRANCA
19		TARGETA DE MOTO CV CINZA
20		TARGETA DE MOTO CV VERMELHA
21		TARGETA DIANTEIRA 3M CINZA
22		TARGETA DIANTEIRA 3M VERMELHA
23		TARGETA DIANTEIRA CV BRANCA
24		TARGETA DIANTEIRA CV CINZA
25		TARGETA DIANTEIRA CV VERMELHA
26		TARGETA TRAZEIRA 3M CINZA
27		TARGETA TRAZEIRA 3M VERMELHA
28		TARGETA TRAZEIRA CV BRANCA
29	*	TARGETA TRAZEIRA CV CINZA
30		TARGETA TRAZEIRA CV VERMELHA
31	*	TRAZEIRA 3M CINZA NOVA
32	*	TRAZEIRA 3M VERMELHA NOVA
33	*	TRAZEIRA ALUMINIO CINZA
34		TRAZEIRA ALUMINIO VERMELHA
35	*	TRAZEIRA CV BRANCA NOVA
36	*	TRAZEIRA CV CINZA NOVA
37	*	TRAZEIRA CV VERMELHA NOVA

4.3. Fornecedores

Existe um cadastro de fornecedores credenciados de materiais e de serviços. Esse cadastro é atualizado pelo Encarregado de Compras. Quando apropriado, novos fornecedores poderão ser incluídos no cadastro, e deverão ser avaliados no seu desempenho de acordo com os critérios estabelecidos. Atualmente, a empresa conta com quatro Fornecedores, sendo três de Curitiba - PR e um de Mossoró - RN.

São avaliados para a seleção de novos fornecedores os critérios a seguir: a) Melhor Relação custo/benefício; b) Disponibilidade de fornecimento; c) Amostras fornecidas (quando requerida e aplicáveis); d) Local e forma de entrega; e) Disponibilidade; f) Conceito do fornecedor no mercado. Quando estes requisitos são avaliados como satisfatórios o fornecedor é considerado qualificado e incluído no cadastro. Estes fornecedores permanecem cadastrados nesta situação de forma permanente e tem seu status sinalizado como ATIVO ou INATIVO para ciência do encarregado de compras.

4.4. Aquisição de materiais

Os pedidos são realizados semanalmente pelo assistente administrativo através de solicitação pelo diretor administrativo e de acordo com as necessidades para reposição. O diretor administrativo e comercial entra em contato com o fornecedor através de ligação telefônica e realiza o pedido, que é confirmado por ordem de compra enviada por e-mail e registrado em seu caderno de anotações se necessário, onde contém as seguintes informações: 1. Número do pedido; 2. Número da NFe; 3. Data do pedido; 4. Data do recebimento; 5. Discriminação e quantidade de material; 6. Valores e pagamentos.

A ordem de compra por e-mail só é utilizada para processos críticos, como pedidos de placas e equipamentos que apresentam valor considerável para parcelamento ou pedidos de fornecedores de outro estado que justificam um período maior para entrega, os demais materiais por serem corriqueiros e pertencentes a fornecedores locais tem seu pedido feito por telefone pelo diretor comercial e entregues dentro de 24 horas.

4.5. Gestão dos Custos Logísticos

Inicialmente, cabe ressaltar que a empresa estudada não forneceu nenhum valor monetário relacionado aos seus custos logísticos.

A empresa trata-se de uma prestadora de serviço que possui licenciamento do Governo do Estado do Ceará para atuar como fabricante de placas automotivas no estado. Então, todas as especificações quanto às características e preço máximo de venda de seus produtos (placas) estão definidas no Edital de credenciamento do Detran-CE. Este define que o limite máximo de preço de venda da placa automobilística é de cento e oitenta reais (R\$180). Porém, a empresa não pratica o valor máximo permitido.

Desta forma, para o cálculo do valor unitário de sua mercadoria, a Placnord observa o aspecto mercadológico e o aspecto financeiro. Os aspectos mercadológicos dizem respeito aos preços praticados no mercado, como sugere a denominação. São observados os preços ofertados pelos concorrentes para compor a definição do preço da mercadoria em suas lojas. Este aspecto influencia a variação de preços em lojas do interior, onde a disputa por mercado é mais acirrada. Os aspectos financeiros dizem respeito aos fixos e variáveis elencados pela empresa.

A formação do preço da placa dar-se pela somatória das seguintes variáveis:

- a) Preço da matéria-prima: que varia entre os fornecedores.
- b) Custos variáveis: corresponde ao preço dos acessórios necessários para montagem da placa, tais como ilhós, parafusos, arame e tinta. O custo do frete está incluído também. Vale pontuar que o frete é dividido entre fornecedor e a Placnord, porém em caso de pedidos excepcionais ou escolha por via aérea, a Placnord arca com o valor integral do frete.
- c) Custos Fixos: corresponde aos custos de produção, como salário, energia, máquinas. O aluguel não está incluso, pois a propriedade é da empresa.
- d) Impostos: impostos sobre circulação de mercadorias (ICMS), correspondente a 18% e encargos trabalhistas, correspondente a 7%.
- e) Percentual de lucro desejável: valor não informado pela empresa.

A figura abaixo ilustra a formação de preço da placa.

Figura 2 – Formação de preço



A análise dos gastos ligados ao processo de gestão logístico de uma organização é identificada da seguinte forma:

- a) custos de armazenagem e movimentação de materiais = prédio, impostos, manutenção de equipamentos, laudos, licenças, despesas administrativas, mão-de-obra
- b) custos de transportes = filiais se responsabilizam por pegar seus pedidos; mas há motoqueiros próprios da empresa. O fornecedor divide o valor do frete com a empresa (exceto, em pedidos especiais)
- c) custos de embalagens = não há levantamento realizado pela empresa.
- d) custos de manutenção de inventário = não há levantamento realizado pela empresa.
- e) custos de tecnologia da informação = sistema criado para a empresa.
- f) custos de carga tributária = ICMS (18%) + encargos trabalhistas (7%)

A organização pesquisada demonstrou possuir um nível satisfatório de acompanhamento de seus custos logísticos, uma vez que a mesma relata expansão das atividades e lucratividade, mantendo-se competitiva e líder de mercado. Porém não possui controle dos custos de embalagem e de manutenção do inventário. Ambos não foram considerados importantes definidores da formação de preço pelo gestor.

No caso do custo de embalagem, justifica-se a ausência de controle do mesmo, pela própria natureza do produto trabalhado, a placa, que é diretamente aplicado no veículo, sem necessidade de manuseio pelo cliente. Já a ausência de controle do custo de manutenção do inventário não pode ser justificada, apenas sendo ignorado este gasto. Seria interessante que o mesmo fosse calculado para analisar o impacto

desse custo na formação de preço do produto e os consequentes impactos nas finanças da empresa.

Uma gestão logística inadequada poderá levar a empresa a ter lucros menores ou até mesmo prejuízos, pois são várias as atividades envolvidas dentro do processo logístico, como: transporte, estocagem, processamento de pedidos, entre outras ações que são intrínsecas à logística e tais atividades.

5. CONCLUSÃO

O ponto mais básico de uma boa gestão de custos logísticos é separar os gastos fixos dos gastos variáveis. Realizar a gestão de custos logísticos consiste em conhecê-los, organiza-los e monitorá-los constantemente, evitando que ultrapassem o limite aceitável para cada organização.

A adequada gestão é importante para que os gestores tenham ciência dos custos envolvidos nas operações. Com esta informação a tomada de decisão de melhorias se torna mais focadas, além da possibilidade de reduzir os gastos sem influenciar na qualidade dos serviços prestados. Deste modo, aumentar a eficiência dos processos, a lucratividade e tornar a empresa cada vez mais competitiva no mercado são resultados desta gestão.

Após análise da gestão de custos logísticos na empresa Placnord, observou-se que há problemas de apuração dos custos do gerenciamento logístico que podem ser resumidos em: desconhecimento dos reais custos, levantamento de custos com alto grau de agregação, e uso de sistemas de rateio com base em custos gerais.

O problema da contabilização dos custos logísticos deve ser solucionado para que se possa desenvolver todo o potencial de gerenciamento logístico. A empresa necessita de um estudo sobre os custos logísticos para que possa precisar os gastos e lucro real obtidos em suas operações. É desejável que se defina um meio de avaliar este fluxo, por meio do uso de medidas matemáticas a fim de estabelecer a contribuição real do sistema logístico para a geração dos ganhos/perdas da empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. P. F. et al. **Custos de suprimentos**: estudo exploratório com aplicação de modelo de mensuração de custos logísticos. Revista de Administração da UFSM, Santa Maria, v. 6, n. 4, p. 694-707, dez. 2013.

BALLOU, R. H. **Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos**: planejamento, organização e logística empresarial. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

FARIA, Ana Cristina de e COSTA, Maria de Fátima Gameiro da. **Gestão de custos logísticos**. São Paulo: Atlas, 2005.

REVISTA EXAME . **Boom de cargas revela o custo da arrancada brasileira**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/revista-exame/o-custo-da-arrancada/>
Acessado em: 20/03/2018.

A RESPONSABILIDADE SOCIAL EMPRESARIAL E O TRABALHO DECENTE

Igor Peixoto de Lima Solheiro¹

Túlio Rafael Lima de Sousa²

Virna Fernandes Távora Rocha³

RESUMO

Desde a abolição da escravidão no Brasil, sempre existiu a prática de analogia a escravidão nas indústrias, fábricas, e em Zonas rurais. Nesse contexto, pessoas são vítimas de tráfico, assédio moral, e agressões. Apesar das legislações, fiscalizações e do próprio senso de humanidade, algumas empresas ainda são autuadas por permitirem condições de trabalho análogas à escravidão. A escravidão de hoje é retratada pela falta de condições salubres; longas horas de trabalho; a falta de acesso a itens básicos, como comer; entre outras questões. Isso, usualmente, ocorre na cadeia de suprimentos das empresas, com fornecedores de países em desenvolvimento adotando práticas precárias de trabalho. As empresas, muitas vezes, têm a responsabilidade de auditar os processos, e por isso ocorrem fatos como este, mas a responsabilidade é sua, tendo, então, que incorporar medidas transparentes de combate ao trabalho contemporâneo. Com isso, o objetivo deste estudo é analisar e identificar empresas que possuem denúncias de trabalho escravo, e suas ações para erradicar essa prática. A metodologia usada neste estudo é qualitativa de caráter descritivo, a partir de dados secundários coletados a partir de estudos realizados pela Organização Não-Governamental (ONG) Repórter Brasil, e dos relatórios anuais das empresas que foram autuadas por trabalho escravo contemporâneo nos últimos anos. Os resultados encontrados evidenciam a dificuldade que as empresas possuem em tornar evidente informações sobre medidas de auditoria, resolução e transparência para resolver o problema do trabalho escravo

¹Graduando, Administração, Discente no Centro Universitário Christus - Unichristus, e-mail para contato: adm.igorpeixoto@gmail.com

²Graduando, Administração, Discente no Centro Universitário Christus - Unichristus, e-mail para contato: tulio.rafael95@outlook.com

³Mestra em Administração e Controladoria, Docente no Centro Universitário Christus – Unichristus, virnaftr@gmail.com

contemporâneo; o que indica a necessidade de investimentos maiores pelas organizações na erradicação do trabalho escravo e na tomada de ações pautadas pelos princípios da Responsabilidade Social Empresarial.

Palavras-chave: Trabalho escravo. Responsabilidade Social Empresarial. Trabalho Decente.

ABSTRACT

Since the abolition of slavery in Brazil, there has always been the practice of slave labor in industries, factories, and rural areas. In this context, people are victims of trafficking, bullying, and assault. Despite legislation, oversight, and the sense of humanity itself, some companies are still prosecuted for allowing working conditions analogous to slavery. Today's slavery is portrayed by the lack of salubrious conditions; long hours of work; lack of access to basic items such as eating; among other issues. This usually occurs in the supply chain of companies, with suppliers from developing countries adopting precarious work practices. Companies often have the responsibility of auditing processes, and for this reason facts like this occur, but the responsibility is yours, and then incorporate transparent measures to combat contemporary work. With this, the objective of this study is to analyze and identify companies that have denunciations of slave labor, and their actions to eradicate this practice. The methodology used in this study is descriptive qualitative, based on secondary data collected from studies carried out by the Non-Governmental Organization (NGO) Reporter Brazil, and the annual reports of companies that were assessed for contemporary slave labor in recent years. The results show the difficulty that companies have in making evident information on audit, resolution and transparency measures to solve the problem of contemporary slave labor; which indicates the need for greater investments by the organizations in the eradication of slave labor and in the adoption of actions guided by the principles of Corporate Social Responsibility.

Keywords: Slavery. Corporate Social Responsibility. Decent Work.

1 INTRODUÇÃO

Apesar das ações tomadas para acabar com o trabalho escravo, percebe-se que é comum, empresas sendo autuadas por essa prática. Tal situação é identificada, principalmente, com pessoas vulneráveis, isto é, vítimas de tráfico ilegal de pessoas e que possuem baixa instrução e pouco conhecimento de seus direitos e deveres.

Nesse cenário, agências clandestinas se aproveitam e ofertam mão de obra escrava em forma de serviço. Empresas importantes no mercado nacional e internacional são alvos de investigações e denúncias, como por exemplo, a Zara, que foi denunciada devido a um flagrante em 2011, com 16 bolivianos adultos e 5 crianças trabalhando e vivendo no mesmo lugar e em condições insalubres. Após a denúncia em 2011, um Termo de Acordo Circunstanciado (TAC) foi elaborado e, em 2015, a empresa foi novamente autuada pelo o seu não cumprimento (ESTADÃO, 2011; AGÊNCIA BRASIL 2015).

A Zara não é a única empresa renomada denunciada por trabalho escravo, na lista estão inclusas as lojas Renner, Nestlé e Brookfield (ESTADÃO, 2011; AGENCIA BRASIL, 2015; REPORTER BRASIL, 2016). De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), as principais causas dessas denúncias e autuações são o trabalho infantil, condições insalubres e não cumprimento das normas trabalhistas vigentes no país.

Ainda, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (BRASIL, 2007-2017), no período de 2006 a 2016, 32.494 trabalhadores foram libertados de situações de escravidão contemporânea.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2017a) considera trabalho escravo contemporâneo como um problema global, envolvendo servidão por dívidas, tráfico de pessoas, e muitas vezes sendo praticado em cadeias produtivas de grandes empresas.

Numa época em que a sociedade exige das organizações uma atenção maior com relação as questões sociais e, aliado a isso, a incapacidade dos Estados de atender na sua totalidade essas demandas, situações como essa são bastante criticadas, tanto sob a análise social como organizacional. Com isso, exige-se medidas punitivas sérias e reestruturação das políticas adotadas por essas empresas (OLIVEIRA, 2013).

Para uma empresa atender aos parâmetros legais, justos e éticos exigidos, ela deve atuar com responsabilidade social. Para Carroll (1979), a responsabilidade social empresarial (RSE) corresponde ao conjunto de obrigações que uma organização tem com a sociedade, devendo considerar aspectos econômicos, legais, éticos e discricionários em suas práticas.

Além de adotar práticas sociais que elevem positivamente as relações entre empresas e sociedade, as organizações devem agir com transparência quanto as ações que são planejadas e executadas. Isso pode ser possível por meio da emissão de relatórios de sustentabilidade, que apresentam “informações sobre as práticas e os resultados alcançados nas áreas de meio ambiente, [...] **combate ao trabalho forçado e infantil**, saúde e segurança do trabalho e outras questões relacionadas”. (BARBIERI, 2016, p. 236, grifo nosso), divulgando tudo aquilo que é de interesse dos envolvidos nas relações entre empresa e sociedade.

Frente a esse contexto, a presente pesquisa tem a intenção de responder à seguinte questão: Quais são as práticas de responsabilidade social adotada pelas empresas para o combate do trabalho forçado e infantil?

Com isso, o trabalho tem como objetivo geral definir as atitudes de responsabilidade social empresarial adotada para o combate do trabalho escravo contemporâneo. Para o seu alcance, são propostos os seguintes objetivos específicos: identificar as práticas gerais de responsabilidade social adotada pelas empresas que receberam denúncia de trabalho escravo contemporâneo; analisar os relatórios de sustentabilidade das empresas denunciadas por trabalho escravo contemporâneo; e identificar as práticas adotadas pelas empresas para solucionar a denúncia do trabalho escravo contemporâneo.

Apesar das diversas leis, das fiscalizações mais rigorosas, do envolvimento do governo e da sociedade civil para pôr fim em práticas de trabalho escravo, diversas empresas ainda operam nessas condições. Logo, devido ao seu caráter emergencial, faz-se necessário o entendimento desse contexto, analisando as organizações e as medidas que estão tomando ou falhando em tomar para assegurar as devidas condições aos seus colaboradores.

Com isso, o trabalho divide-se em seis seções principais, e são elas: introdução, com a apresentação dos principais tópicos que guiam esta pesquisa, tais como contextualização, justificativa, questão e pesquisa e objetivos; para em seguida ser apresentada a revisão de literatura, tendo como temas a responsabilidade social

empresarial e o trabalho decente; logo, os métodos de trabalho são explicitados; os resultados são apreciados e analisados; para que ao final sejam apresentadas as conclusões do trabalho e as referências citadas no seu desenvolvimento.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Muitas empresas ainda são adeptas desse tipo de prática ilegal com seus funcionários, mesmo que as punições relacionadas ao trabalho escravo sejam mais rígidas a cada nova denúncia. A seguir serão tratados os conceitos que possibilitem o entendimento sobre trabalho escravo, responsabilidade social empresarial e legislações trabalhistas.

1.1 Responsabilidade Social Empresarial

As discussões a respeito da Responsabilidade Social Empresarial são dinâmicas e polêmicas, pois envolvem desde a geração de lucros pelas organizações a participação de projetos sociais no plano de negócios das empresas, dentro de um contexto mais complexo. (Tenório, 2009)

Segundo Karkotli e Aragão (2004, p.52), o conceito de RSE é a noção de que empresas ou organizações tem uma obrigação com outros grupos constituídos na sociedade, além dos acionistas. Essa visão, ao analisarmos o apanhado histórico da formação do conceito de RSE, é conflitante com teóricos liberais, como Milton Friedman. Segundo Friedman (1970) no artigo "*The Social Responsibility of Business is to increase its Profits*", a função social das organizações é gerar lucro e recolher impostos.

As críticas à RSE estimularam o surgimento de novos conceitos e nesse contexto, Carroll separou a organização em quatro dimensões (pirâmide da responsabilidade social empresarial). A dimensão econômica está ligada a obtenção de lucros a partir de bens e serviços fornecidos pelas empresas, a dimensão legal consiste no cumprimento das normas e legislações vigentes, enquanto a dimensão ética implica no cumprimento de normas éticas que não necessariamente estejam codificadas em lei, mas que são esperadas pela sociedade. Já a dimensão discricionária está ligada a questão voluntária, espera-se que a organização contribua,

sem imposições e como boa cidadã corporativa, à sociedade com recursos visando à melhoria da qualidade de vida geral (CARROLL, 1979).

No Brasil, em meados dos anos 1980, com o fim da ditadura militar e a redemocratização, é que essas ideias ganharam força a partir da integração de empresários, comunidades e governos. Retornando do exílio em 1981, Hebert de Souza, o Betinho, Carlos Afonso e Marcus Arruda fundam o Instituto Brasileiro de Análises Sociais (IBASE). Com a criação do Instituto Ethos, em 1998, a Responsabilidade Social Empresarial ganhou força no país, já que o Instituto passou a ser o principal propagador desse conceito para as organizações brasileiras.

De acordo com Aguilera *et al.* (2007, p. 838), uma organização pode adotar diversas práticas de responsabilidade social, tais como reduzir os impactos ambientais da produção; melhorar as relações trabalhistas; promover melhorias nas comunidades do entorno; implementar abordagens filantrópicas. Os autores afirmam que o alinhamento entre as práticas sociais e as estratégias organizacionais pode gerar “uma verdadeira mudança social”.

Para que essas ações sejam implementadas estrategicamente, aumentando os resultados, uma organização deve definir como suas práticas serão divulgadas para seus *stakeholders*. Existem diversos formatos de publicação de relatório, um deles é aquele baseado nas diretrizes do *Global Reporting Initiative* (GRI), que indica que uma organização deve apresentar certos indicadores quanto às questões econômicas, sociais e ambientais. Quanto ao aspecto social, um dos indicadores avaliados relaciona-se com as práticas de emprego e trabalho decente (NASCIMENTO; LEMOS; DE MELLO, 2008).

Por isso, é importante analisar as práticas de responsabilidade social, as suas estratégias, os relacionamentos com os *stakeholders*, e a sua transparência quanto às suas ações; tudo isso com a intenção de compreender como essas empresas podem afetar positiva ou negativamente o contexto em que se encontram.

1.1.1 Teoria dos *Stakeholders*

Freeman (1984) define *stakeholder* – partes interessadas - como “[...] qualquer grupo ou indivíduo que pode afetar, ou é afetado, pelo alcance dos propósitos de uma organização”. Já Clarkson (1995) diz que são “[...] pessoas ou grupos que reivindicam ou dispõem de propriedade, direitos ou interesses em uma

empresa e em suas atividades no período passado, presente e futuro”. Por fim, Donaldson e Preston (1995) indicam que se trata de “[...] pessoas ou grupos com interesses legítimos nos processos e aspectos substantivos de uma atividade corporativa”.

Mitchell, Angle e Wood (1997) propõem características que possibilitam a avaliação dos *stakeholders* e discutem o papel da urgência, poder e legitimidade nesse processo.

A legitimidade é fator preponderante na identificação dos grupos e indivíduos que afetam as organizações. Segundo Freeman (1984), o conceito de legitimidade está ligado a capacidade dos gestores de levarem seus *stakeholders* em consideração, isto é, é legítimo gastar recursos, como o tempo, com seus *stakeholders*.

Clarkson (1995) desenvolveu os conceitos de *stakeholders* primário e secundário, definições ligadas a sobrevivência da organização. Essas definições são importantes, pois auxiliam na identificação dos *stakeholders* que causam mais impacto nos objetivos organizacionais.

Todos esses conceitos indicam que os *stakeholders* são todos aqueles indivíduos ou grupos que, de alguma forma, relacionam-se com uma empresa, como uma comunidade do entorno, acionistas, colaboradores, governo, fornecedores etc. Por isso, a empresa deve conhecer os seus *stakeholders* e assumir responsabilidades perante essa interação, para garantir um bom envolvimento com as suas partes interessadas.

1.2 Trabalho Decente

Segundo o art. XXIII presente na Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), “Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego”.

Denomina-se trabalho decente toda atividade de produtividade que apresenta condições de liberdade, segurança e equidade, em que cada ser humano possa desenvolver suas capacidades pessoais e sociais. Segundo a OIT (1999), o Trabalho decente está baseado em quatro objetivos, são eles: 1) Respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em

matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil); 2) Promoção do emprego produtivo e de qualidade; 3) Ampliação da proteção social; 4) Fortalecimento do diálogo social.

No entanto, mesmo com todas essas fiscalizações e normas, ainda existem casos de grandes empresas que aliciam pessoas. Um estudo realizado pela ONG Repórter Brasil chamado de Moda Livre, desenvolveu uma ferramenta que avalia ações 77 grifes e varejistas para evitar a produção de suas roupas por meio do trabalho escravo.

Ao longo dos anos, o trabalhador tem tido proteção nas relações de trabalho por meio da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Segundo Ebert *et al.* (2017), apesar das leis e normas que procuram garantir a saúde laboral, há muito o que fazer para a promoção da qualidade de vida no trabalho, e que é fundamental que as organizações priorizem suas ações para promover a saúde ocupacional dos funcionários.

Previsto no Artigo 149 do código Penal Brasileiro, trabalho escravo é considerado qualquer atividade de trabalho que fere a dignidade humana, tais como o Trabalho forçado, jornada exaustiva, condições degradantes e insalubres ou servidão por dívida.

No Brasil, só foi reconhecido junto à Organização Internacional do Trabalho (OIT) que ainda existe trabalho escravo depois que o país foi processado pela Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1995.

Desde então, são realizadas operações de combate ao trabalho escravo em todo País. Segundo a OIT entre 1995 e 2015, foram libertados 49.816 trabalhadores que estavam em situação de escravidão no Brasil. Assim, no Quadro 01 são apresentadas as operações de Fiscalização para erradicação do Trabalho Escravo - SIT/SRTE – 2016, em 5 Estados.

Quadro 01 – Operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo-SIT/SRTE-2016

UF	Nº Operações	Nº de estabelecimentos inspecionados	Trabalhadores cujos contratos foram formalizados no curso de ação fiscal	Trabalhadores em condições análogas às de escravo	Pagamento de indenização
MA	4	7	58	49	331.261,18
MG	18	26	114	141	416.367,40
MS	6	6	32	82	276.772,40
MT	11	19	21	20	51.877,24
RJ	7	17	5	16	37.897,50

TOTAL	46	75	230	308	1.114.175,72
-------	----	----	-----	-----	--------------

Fonte: SIT/SRTE (2016).

Portanto, em 2016, nos estados destacados, foram apontados 308 trabalhadores em situação análoga à escrava, totalizando 1.114.175,72 reais em multa. Os dados indicam que essa questão ainda é um grande problema social, que afeta diversos trabalhadores no país, indivíduos que necessitam de medidas protetivas para que casos assim sejam erradicados.

1.2.1 Legislações Trabalhistas

Com a abolição da escravidão no Brasil, em 1888, por meio da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, as pessoas daquela época passaram a debater sobre direitos de trabalho, já que, simultaneamente, sabia-se que existia uma grande movimentação na Inglaterra decorrente da Revolução Industrial.

Com a Constituição Federal de 1934 Art- 122 foi instituída a Justiça do Trabalho, com o propósito de dirimir questões de relação de trabalho entre empregado e empregador. Somente em 1º de Maio de 1943 foi sancionada, pelo então Presidente Getúlio Vargas, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Com isso, foi determinada uma relação entre o empregador e o empregado, com os direitos e deveres de cada um. (BRASIL, 1943)

Segundo a CLT, em seu Art. 58, o Empregado não poderá exceder 8(oito) horas diárias desde que não seja fixado expressamente outro limite. Caso exceda às 8(oito) horas estabelecidas por lei, poderá ser acrescida horas extras, sendo a remuneração de 50% superior à da hora normal, conforme o Art. 59 da CLT.

Com a CLT foram criados direitos, como 13º Salário e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que é a obrigação do empregador em recolher o percentual de 8% do salário bruto do empregado, em contas vinculadas à Caixa Econômica Federal. O direito trabalhista do empregado é sacar o valor depositado em caso de demissão, aposentadoria, diagnóstico de câncer ou AIDS, ou financiamento da casa própria. As Férias, é o direito do empregado que lhe garante Férias remuneradas de 30 dias corridos, após um 1 ano completo de trabalho. Para os empregados com mais de 18 anos e com menos de 50 anos, as férias poderão ser divididas em dois períodos, não inferiores a 10 dias corridos. Também no prazo mínimo de 10 dias, as férias coletivas

estão autorizadas, desde que essa decisão seja comunicada ao Ministério do Trabalho e ao sindicato da categoria.

Segundo o art. 192, o exercício de trabalho em condições insalubres, acima dos limites de tolerância estabelecidos pelo Ministério do Trabalho, assegura a percepção de adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) e 10% (dez por cento) do salário-mínimo da região, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo. Toda empresa é obrigada a estabelecer e medidas de higienização dos métodos e dos locais de trabalho. O local de trabalho deve ter ventilação e iluminação, e outras obrigações que se fizerem necessários à segurança no trabalhador, previsto no art. 389 da CLT.

3 MÉTODOS

A natureza deste artigo é qualitativa, pois foram empregados procedimentos correspondentes a este tipo de abordagem. Segundo Creswell (2010), pesquisas qualitativas têm o objetivo de explorar e identificar os significados de problemas sociais e/ou humanos e como eles impactam a realidade. Para alcançar este objetivo, o pesquisador apoia-se, principalmente, em textos e imagens. Neste tipo de pesquisa não há utilização de dados numéricos para formatar os resultados da pesquisa. Assim, o estudo analisou o contexto social das empresas de moda do Brasil, e as suas relações com seus empregados.

Quanto ao objetivo, o estudo classifica-se como descritivo (COLLIS; HUSSEY, 2005), pois, a partir de dados secundários, obtidos por meio dos Relatórios Anuais das empresas analisadas, foi possível detalhar as características e ações tomadas por essas empresas quanto à sua responsabilidade social perante as relações em sua cadeia, focando-se no trabalho decente.

Assim, inicialmente, foi realizada a seleção das empresas a partir do aplicativo denominado “Moda Livre”. Os dados do aplicativo foram obtidos por diversos estudos realizados pela Organização Não-Governamental “Repórter Brasil”. O estudo e o aplicativo têm a intenção de identificar e apresentar as características e ações de empresas que apresentam boas atitudes nas suas relações com stakeholders, com boa avaliação de trabalho decente, mas também destacar aquelas empresas que

apresentam uma avaliação intermediária ou pior quanto as medidas adotadas para evitar ou mesmo sanar o uso de mão de obra escrava na produção de roupas.

Assim, a partir do aplicativo, foram selecionadas as empresas com avaliações categorizadas como “intermediária” e “pior”, que resultou no conjunto de empresas apresentado no Quadro 02.

Quadro 02 – Empresas listadas com avaliações negativas sobre mão de obra escrava.

EMPRESAS	CLASSIFICAÇÃO
775	Pior Avaliação
A.BRAND	Pior Avaliação
AMERICANAS	Média Avaliação
Animale	Pior Avaliação
Armazém Paraíba	Pior Avaliação
As Marias	Pior Avaliação
Avenida	Pior Avaliação
Barred's	Pior Avaliação
Belart	Pior Avaliação
Besni	Pior Avaliação
Bobô	Média
Bobstore	Média
Bourbon	Pior Avaliação
Brooksfild	Pior Avaliação
Brooksfild Donna	Pior Avaliação
Camisaria Colombo	Pior Avaliação
Carrefour	Média
Casas Bahia	Média
Cavalera	Média
C Discount	Média
Centauro	Pior Avaliação
Colcci	Pior Avaliação
Condor	Pior Avaliação
Cori	Média Avaliação
Crawford	Média Avaliação
Cruise	Pior Avaliação
Delícia	Pior Avaliação
Demillus	Média Avaliação
Dzarm	Média Avaliação
Ellus	Média Avaliação

Emme	Média Avaliação
Extra	Média Avaliação
Fábula	Média Avaliação
Farm	Média Avaliação
Fashion Clinic	Pior Avaliação
Fenomenal	Pior Avaliação
Forever 21	Pior Avaliação
Forum	Pior Avaliação
Foxton	Média Avaliação
Gangster	Média Avaliação
Gregory	Pior Avaliação
Handbook	Pior Avaliação
Havan	Pior Avaliação
Herchcovith	Média Avaliação
Hering	Média Avaliação
Hope	Pior Avaliação
John John	Média Avaliação
JP Fashion	Pior Avaliação
K2B INFANTIL	Pior Avaliação
LAFEE	Pior Avaliação
LE LIS BLANC	Média Avaliação
Lilica & Tigor	Pior Avaliação
Luigi Bertolli	Média Avaliação
Lupo	Média Avaliação
Mandi	Média Avaliação
Marisa	Média Avaliação
Marisol	Pior Avaliação
Meketrefe	Pior Avaliação
Memove	Média Avaliação
Modastar	Pior Avaliação
Modgriff	Pior Avaliação
M. Officer	Pior Avaliação
Netshoes	Média Avaliação
Osklen	Média Avaliação
Penalty	Pior Avaliação
Pernambucanas	Média Avaliação
Ponto Frio	Média Avaliação
PUC	Média Avaliação
PUMA	Média Avaliação

RAJE JEANS	Pior Avaliação
RENNER	Média Avaliação
Riachuelo	Média Avaliação
Richards	Média Avaliação
Rosa Chá	Média Avaliação
Salinas	Média Avaliação
Seiki	Pior Avaliação
Siberina	Média Avaliação
Side Walk	Pior Avaliação
Sulamericana	Média Avaliação
Talita Kume	Média Avaliação
Tanaris	Pior Avaliação
Timberland	Pior Avaliação
TNG	Pior Avaliação
TOPPER	Pior Avaliação
TORRA TORRA	Pior Avaliação
Track&Field	Pior Avaliação
Trifil	Pior Avaliação
Triton	Pior Avaliação
Tufi Duek	Pior Avaliação
Unique Chic	Pior Avaliação
Vila Romana	Pior Avaliação
VR	Média Avaliação
Walmart	Média Avaliação
Zaffari	Pior Avaliação
Zara	Média Avaliação

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Repórter Brasil (20??).

Em relação aos meios para obtenção dos dados que sustentam o artigo, a pesquisa caracteriza-se como documental. O tratamento dos documentos seguiu as etapas propostas por Roesch (2006), isto é, acesso ao conteúdo a ser analisado, isto é, os relatórios anuais das empresas; a verificação da autenticidade; a compreensão dos documentos coletados; a análise e utilização dos dados.

Com a listagem das empresas, o próximo passo consistiu em coletar os Relatórios Anuais Empresariais. Devido à dificuldade apresentada para localizar todos os relatórios, a amostra foi reduzida para oito empresas, que se encontram listadas no Quadro 3.

Quadro 03 – Empresas que divulgam Relatórios Anuais.

EMPRESAS	CLASSIFICAÇÃO	ANO DE REFERÊNCIA
Netshoes	Média Avaliação	2017
Marisol	Pior Avaliação	2017
Marisa	Média Avaliação	2016
Renner	Média Avaliação	2016
Hering	Média Avaliação	2016
Americanas	Média Avaliação	2016
Walmart	Média Avaliação	2016
Zaffari	Pior Avaliação	2015

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Repórter Brasil (20??).

Com isso, inicialmente, a amostra da pesquisa consistia nas 40 empresas pior avaliadas quanto a qualidade do trabalho no aplicativo “Moda Livre”, entretanto, somente 8 apresentaram relatórios de responsabilidade social empresarial. Os relatórios serão analisados a partir dos últimos documentos emitidos pelas empresas, por isso, são apresentados relatórios de 2015, 2016 e 2017.

A partir dos relatórios obtidos, foi realizada uma análise dos dados para verificar a existência ou não de informações referentes a qualidade do trabalho nas respectivas empresas. Para isso, será adotada a análise de conteúdo de dados secundários, com a intenção de codificar e enumerar as principais práticas de RSE que estão ligadas ao trabalho decente (COLLIS; HUSSEY, 2005; BARDIN, 2011).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta seção apresenta os resultados da análise dos relatórios mais recentes fornecidos pelas oito empresas selecionadas na pesquisa, verificando as ações adotadas pelas organizações quanto a responsabilidade social e o trabalho decente.

Inicialmente, já pode ser percebida a dificuldade de acesso às informações das empresas, o que pode ser tratado como um problema de transparência quando nos referimos a essas grandes empresas. Não são todas as empresas que disponibilizam os relatórios anuais on-line, e quando o fazem, tornam a tarefa de pesquisa bem difícil, disponibilizando os relatórios em páginas próprias ou em locais de difícil acesso.

Com base nos dados coletados pela ONG Repórter Brasil (20??), as lojas foram autuadas pelos seguintes atos (QUADRO 04):

Quadro 04 – Lista de empresas e as suas situações.

EMPRESAS	SITUAÇÃO	ANO
Netshoes	Não é transparente com relação as medidas que toma para combater o trabalho escravo contemporâneo	-
Marisol	Não é transparente com relação as medidas que toma para combater o trabalho escravo contemporâneo	-
Marisa	Dezesseis bolivianos em situação de trabalho análogo ao escravo costurando roupas da Marisa.	2013
Renner	Trinta e sete bolivianos em situação de trabalho análogo ao escravo costurando roupas da Marisa.	2014
Hering	Não é transparente com relação as medidas que toma para combater o trabalho escravo contemporâneo	-
Americanas	Cinco bolivianos em situação de trabalho análogo ao escravo costurando roupas de uma marca da Americanas.	2013
Walmart	Exploração de trabalho escravo em uma fábrica de fantasias fornecedora da Walmart.	2013
Zaffari	Não é transparente com relação as medidas que toma para combater o trabalho escravo contemporâneo	-

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Repórter Brasil (20??).

De modo geral, verificou-se que todas as empresas avaliadas trabalham para diminuir os riscos de acidente no ambiente de trabalho e erradicar o trabalho escravo, principalmente na relação com seus fornecedores. Empresas como o Walmart, Netshoes, Renner, Marisa, Hering apresentam em seus relatórios os trabalhos realizados quanto à gestão de fornecedores, identificando se há ou não incidência de

trabalho escravo e cumprimento da legislação trabalhista a partir de auditorias. Ao identificar problemas nos aspectos comentados, os contratos são bloqueados e a produção paralisada até regularização conforme as normas vigentes no país.

Das empresas analisadas e que tiveram anteriormente denúncias de trabalho escravo, as Americanas adota o uso obrigatório de EPI (Equipamento de Proteção Individual) pelos colaboradores e pelos fornecedores. Realiza a gestão dos fornecedores analisando a qualidade do trabalho e o cumprimento da legislação trabalhista vigente. Desde 2013 é signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, utilizando as melhores práticas de governança corporativa com objetivo de reduzir os impactos ambientais, erradicar condições insalubres de trabalho e promover o desenvolvimento social.

Nos relatórios da Marisol, mesmo com denúncias anteriores, a questão do trabalho escravo não é o principal fator abordado nos relatórios, e sim questões mais voltadas à saúde no trabalho e prevenção de acidentes. A Marisa procura diminuir os casos de trabalho escravo realizando auditoria dos fornecedores, bloqueando e cancelando os contratos com fornecedores que possuam condições análogas a escravidão. A Hering também possui programa de auditoria para monitorar seus fornecedores, analisando as condições de trabalho e o cumprimento da legislação trabalhista. A Renner é signatária do Pacto pela Erradicação do Trabalho Escravo e do Pacto Global da Organização das Nações Unidas, realizando auditorias e controle de qualidade em seus fornecedores. Percebendo a importância da Responsabilidade Social Empresarial, a organização realiza seu planejamento estratégico dentro do programa intitulado “Moda Responsável”, onde as diretrizes estratégicas principais são fornecedores responsáveis, gestão ecoeficiente, engajamento de colaboradores e produtos e serviços sustentáveis.

Das empresas que não possuíam denúncias de trabalho escravo analisadas, a Zaffari não apresenta informações a respeito da qualidade do trabalho, focando apenas nas ações sociais e ambientais realizados pela organização.

As ações tomadas pelo Walmart em relação à qualidade do trabalho e responsabilidade socioambiental consiste em monitoramento de produção de carne dos fornecedores que obrigatoriamente não devem ser produzidas sob trabalho escravo ou em condição insalubre, auditorias, checklist de Sustentabilidade, utilização de fontes renováveis de energia nas lojas e orientação de despejo de resíduos nas lojas.

A Netshoes, que também não possui denúncias de trabalho escravo, prioriza o controle de qualidade do trabalho, da saúde a gestão dos fornecedores, realizando treinamentos de segurança do trabalho e verificando se os fornecedores seguem as normas trabalhistas vigentes e as condições de trabalho. Em relação às questões de responsabilidade social e ambiental, a organização procura desligar os aparelhos de energia, manter as portas fechadas quando os condicionadores de ar estiverem ligados e utilizar a luz natural.

5 CONCLUSÃO

Como diferencial estratégico de gestão, a Responsabilidade Social Empresarial ainda não atingiu o patamar ideal de utilização pelos gestores. Diante dos dados analisados nos relatórios fornecidos fica evidente que a questão do trabalho decente e da responsabilidade social empresarial carece de maior atenção pelos gestores.

A importância do tema para os *stakeholders* quanto à adoção de ações de responsabilidade social pelas organizações mudou o panorama desse aspecto dentro do planejamento estratégico de qualquer empresa moderna, logo, é fundamental que haja um maior investimento em estratégias e táticas que promovam a qualidade de vida dos trabalhadores e que impactam a sociedade na qual a organização está inserida.

Dado os objetivos deste trabalho, o presente estudo é oportuno por analisar as empresas que possuem denúncias de trabalho escravo tem atuado para erradicar este problema e como a Responsabilidade Social Empresarial está presente no dia a dia e nas ações estratégicas.

REFERÊNCIAS

AGUILERA, R. V.; RUPP, D. E.; WILLIAMS, C. A.; GANAPATHI, J. Putting the S back in corporate social responsibility: a multilevel theory of social change in organizations. **Academy of Management Review**, v. 32, n. 3, p. 836-863, 2007.

BARBIERI, Jose Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial - Conceitos Modelos e Instrumentos**. 4. Ed. Saraiva, 2016

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRASIL, **DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em: 10 nov. 2017

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of management review**, p. 497-505, 1979.

CLARKSON, Max B. E. 1995. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. **The Academy of Management Review**, v. 20, n.1, p. 92-117, Jan 1995.

COLLIS, J; HUSSEY, R. **Pesquisa em Administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

DONALDSON, T.; PRESTON, L. E. The stakeholder theory of the corporation: Concepts, evidence. **Academy of Management Review**; Jan 1995; 20, 1; p. 65-91, 1995.

FREEMAN, R. E. **Strategic management: A stakeholder approach**. Boston: Pitman, 1984.

FRIEDMAN, Milton. The Social Responsibility of Business is to Increase its Profits: New York: **The New York Times Magazine**, 1970.

KARKOTLI, Gilson. ARAGÃO, Sueli D. **Responsabilidade social: uma contribuição à gestão transformadora das organizações**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LOCATELLI, Piero. **Brooksfield Donna, marca da Via Veneto, é flagrada com trabalho escravo**. Reporterbrasil.org.br, 20 de junho de 2016. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2016/06/brooksfield-donna-marca-da-via-veneto-e-flagrada-com-trabalho-escravo/> Acesso em: 30 de junho de 2018.

MACIEL, Camila. **Zara é autuada por não cumprir acordo para acabar com trabalho escravo**. Agenciabrasil.ebc.com.br, São Paulo, 11 de maio de 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-05/zara-e-autuada-por-nao-cumprir-acordo-para-acabar-com-trabalho> Acesso em: 30 de junho de 2018.

MITCHELL, R. K.; AGLE, B. R.; WOOD, D. J. .Toward a theory of stakeholder identification and salience: Defining the principle of who and what really counts.” **Academy of Management Review**, v. 22, n. 4, p. 853-886, 1997.

NASCIMENTO, L. F.; LEMOS, A. D. C.; MELLO, M. C. A. **Gestão Socioambiental estratégica**. Porto Alegre: Bookman, 2008.

OSCAR, Naiana. **Zara é envolvida em denúncia de trabalho escravo.**

Estadao.com.br, São Paulo, 11 de agosto de 2011. Disponível em:

<https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,zara-e-envolvida-em-denuncia-de-trabalho-escravo,80618e> Acesso em: 30 de junho de 2018.

ROESCH, S. A. **Projetos de estágio e de pesquisa em administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TENÓRIO, Fernando G. **Responsabilidade social empresarial**: teoria e prática. 2. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

COMO AS ANIMAÇÕES DE LONGA-METRAGEM PODEM ENSINAR AOS JOVENS LÍDERES SOBRE AS HABILIDADES DE LIDERANÇA.

Nayana Freire¹

Virna Fernandes Távora Rocha²

RESUMO

A liderança tem recebido destaque por parte das organizações e dos pesquisadores na área do comportamento organizacional, sendo amplamente discutida, estudada e pesquisada a partir de diferentes modelos teóricos. Liderar é uma habilidade essencial a qualquer indivíduo no exercício de suas atribuições, seja no trabalho ou na vida pessoal. A liderança é a capacidade de conduzir um grupo de indivíduos, transformando-os em uma equipe que gera resultados. O líder possui a habilidade de motivar e influenciar os liderados, de forma ética e positiva. Cada vez mais é possível destacar o envolvimento de jovens em atividades de liderança, e por isso é essencial destacar e desenvolver essa habilidade nesse público. Para auxiliar nesse processo de aprendizagem, o estudo tem como objetivo desenvolver uma análise fílmica com a intenção de obter um aprendizado sobre o desenvolvimento da liderança em jovens. Para isso, foi desenvolvido um estudo qualitativo, por meio de análise fílmica, tendo como base os filmes *Moana*, *Divertidamente* e *Toy Story*. A partir da análise foi possível constatar que para cada situação existe um tipo diferente de liderança, que a inteligência emocional é essencial no exercício de um líder, e que o autoritarismo não é algo positivo no desenvolvimento de um líder, e sim um ambiente criativo, com o trabalho de equipe. Como o tema da liderança é um campo fértil, com diversos estudos abordados, cada um promovendo uma nova perspectiva para essa habilidade, torna-se importante o estímulo a esse campo de estudo. Por isso, encontrar meios de aprendizado de liderança torna-se importante.

¹ Graduanda em Administração – Centro Universitário Christus (Unichristus). E-mail: nayana_freire@hotmail.com

² Mestra em Administração – Professora no Centro Universitário Christus (Unichristus). E-mail: virnaftr@gmail.com

Palavras-chaves: Liderança. Aprendizagem. Jovens Líderes. Comportamento organizacional. Grupos.

ABSTRACT

Leadership has received prominence from organizations and researchers in the area of organizational behavior, being widely discussed, studied and researched from different theoretical models. Leading is a skill essential to any individual in the exercise of his or her duties, whether at work or in personal life. Leadership is the ability to lead a group of individuals, turning them into a team that produces results. The leader has the ability to motivate and influence the leaders in an ethical and positive way. It is increasingly possible to highlight the involvement of young people in leadership activities, so it is essential to highlight and develop this ability in that audience. To assist in this learning process, the study aims to develop a film analysis with the intention of obtaining a learning about the development of youth leadership. For this, a qualitative study was developed, through film analysis, based on the films Moana, Divertido and Toy Story. From the analysis it was possible to verify that for each situation there is a different type of leadership, that emotional intelligence is essential in the exercise of a leader, and that authoritarianism is not something positive in the development of a leader, but a creative environment, with teamwork. As the topic of leadership is a fertile field, with several studies addressed, each promoting a new perspective for this ability, it is important to stimulate this field of study. Therefore, finding ways to learn leadership becomes important.

Key-words: Leadership. Learning. Young Leaders. Organizational behavior. Groups.

1. INTRODUÇÃO

Liderar envolve influenciar pessoas para que sigam um caminho, muitas vezes uma visão, e em consequência alcancem objetivos (DAFT, 2010). Apesar de parecer uma tarefa fácil, uma organização é um ambiente complexo, logo é um desafio gerir competências profissionais e organizacionais, alinhando os seus interesses, para que os resultados sejam alcançados (ARAÚJO; REIS NETO; FERREIRA, 2016).

O conceito de liderança percorreu um longo caminho desde os anos 1950, mas ainda é um campo fértil, e por isso permite a busca constante por aprendizado (CRAINER; DEARLOVE, 2014). Em ambientes cada vez mais complexos e instáveis, os líderes devem ser resilientes e buscar o conhecimento constante para a melhoria do seu desempenho.

Diversas teorias de liderança surgiram no decorrer dos anos, tais como Teoria do Grande Homem, Teoria dos Traços, Estilos de Liderança, Abordagem Comportamental, Abordagem Contingencial, Abordagens Contemporâneas, e algo a mais que deve estar sendo estudado no momento. Por conta dessa imensidão, muitas vezes é difícil para o líder compreender o que é melhor para o seu desenvolvimento.

As gerações atuais estão cada vez mais utilizando o conhecimento audiovisual, assistindo aulas, palestras, entrevistas etc., em canais do YouTube ou em ambientes próprios para essa finalidade, como o TED. Assim, tem-se utilizado novos meios para se obter aprendizado. Para o estudo de liderança, isso não deve ser diferente.

Diversas séries e filmes, que estão facilmente disponíveis por meio de plataformas de *streaming*, apresentam personagens que assumem papéis de líderes organizacionais ou que atuam como líderes em seus contextos. Então, séries e filmes podem ser mais uma ferramenta de audiovisual que as novas gerações podem adotar para obter aprendizado.

Nessa perspectiva, o estudo tem a intenção de estudar filmes de animação, selecionados com o objetivo de obter os estilos e as características que estão sendo desenvolvidas na ficção e que podem servir de modelo de aprendizagem para a construção da liderança entre jovens.

Com isso, a presente pesquisa tem a intenção de responder à seguinte pergunta: O que os filmes podem ensinar aos jovens líderes sobre as habilidades de liderança?

Com isso, o estudo tem como objetivo geral desenvolver uma análise fílmica com a intenção de obter um aprendizado sobre o desenvolvimento da liderança em jovens. Assim, serão perseguidos os seguintes objetivos específicos: identificar os principais estilos de liderança apresentados nos filmes de animação; listar as principais características desenvolvidas pelas lideranças nos filmes de animação; apresentar as diferentes habilidades que um jovem líder pode aprender por meio de filmes de animação.

2. REVISÃO DE LITERATURA

A prática da liderança existe desde o início das relações do homem, sendo representada por um indivíduo que se destaca em um grupo, conduzindo, direcionando, comandando pessoas, como percebe-se na atuação de grandes reis, imperadores, desbravadores, políticos, líderes religiosos durante toda a história mundial. Enquanto isso, o estudo da liderança é mais recente, tornando-se um tema de pesquisa a partir da década de 1950, com a Teoria do Grande Homem e a Teoria dos Traços de Liderança (CRAINER; DEARLOVE, 2014; GENÇER; SAMUR, 2016).

A Teoria do Grande Homem concebeu o líder como um indivíduo que se diferencia das massas por meio de características pessoais que não podem ser desenvolvidas, ou seja, a liderança é inata. Já a Teoria dos Traços buscou determinar as características e os traços universais de um líder, indicando que os líderes possuem traços em comum. As duas teorias entraram em desuso, pois, após o aprofundamento nos estudos, percebeu-se que a liderança pode ser desenvolvida, rebatendo a Teoria do Grande Homem; e que não existem traços universais de liderança, pondo em xeque a Teoria dos Traços (CRAINER; DEARLOVE, 2014). Assim, como apresentado por Gençer e Samur (2016), os estudos de liderança mudaram o seu foco para o comportamento e os estilos de liderança.

As abordagens comportamentais focaram-se nos estudos de dois comportamentos que um líder poderia adotar: liderança centrada na tarefa ou

liderança centrada nas pessoas. A partir dessa concepção, diversos estudos, em inúmeras Universidades, foram desenvolvidos. A principal constatação é a de que a influência da liderança pode ser determinada pelo comportamento adotado, ou seja, um líder pode direcionar os liderados para a execução das suas atividades (tarefas) ou compreender as suas necessidades, para que assim sintam-se motivados em seu meio (pessoas) (ROBBINS; JUDGE, 2014).

Em seguida, os estudos de liderança focaram-se no papel do contexto na determinação do estilo de liderança (CRAINER; DEARLOVE, 2014). A partir disso, surgiram as Teorias Situacional, de Hersey e Blanchard; Contingencial, de Fiedler; do Continuum de Liderança, de Tannenbaum e Schmidt; e do Caminho-Meta, de House. Todas elas levam em consideração o contexto organizacional ou dos seus liderados para que seja determinado o estilo de liderança mais eficiente e eficaz (DAFT, 2010).

O mercado muda e o contexto organizacional caminha junto, e logo surgem as lideranças contemporâneas, tais como carismática, servidora, transformacional, autêntica, compartilhada, visionária, estratégica, entre outras (CRAINER; DEARLOVE, 2014; BLANCHARD, 2011; MCSHANE; VONGLINOW, 2014; ROWE, 2002; BERGAMINI, 2002).

Apesar de toda essa evolução, ainda não há um consenso sobre o conceito de liderança, pois ainda é um campo fértil de estudo. Apesar disso, a pesquisa irá utilizar-se do seguinte conceito: liderar envolve motivar os liderados por meio da sua influência, para que alcancem os objetivos desejados. Para isso, devem capacitar as pessoas para que estejam aptas a perseguir e atingir os objetivos organizacionais (CRAINER; DEARLOVE, 2014; MCSHANE; VONGLINOW, 2014). Day e Dragoni (2015) destacam um ponto muito importante sobre o conceito de liderança: não existe um líder sem um liderado, pois são interdependentes. Então, pode-se afirmar que liderar envolve influenciar liderados, para que assim, com a aceitação desse líder, as ações determinadas sejam colocadas em prática, e os objetivos organizacionais sejam perseguidos e alcançados.

Para Day e Dragoni (2015), a influência de um líder deve ser utilizada para definir diretrizes, criar relacionamentos, gerenciar a mudança e o contexto organizacional. Isso significa que a liderança envolve definir como as equipes devem trabalhar, em prol das mudanças necessárias em um ambiente organizacional.

Como detalhado, a liderança, anteriormente, com a Teoria do Grande Homem, não considerava que o homem tinha a capacidade de desenvolvê-la, pois já

nascia com essa habilidade. Com o decorrer dos estudos, percebeu-se que essa colocação não se aplicava mais, e por isso as organizações passaram a moldar o seu meio para o aprendizado da liderança. Assim, surgiram os *coachings*, as universidades corporativas, as mentorias, entre outros.

Como o tema da liderança é um campo fértil, com diversos estudos abordados, cada um promovendo uma nova perspectiva para essa habilidade, torna-se importante o estímulo a esse campo de estudo. Por isso, encontrar meios de aprendizado de liderança torna-se importante.

3. METODOLOGIA

O estudo é de natureza qualitativa, pois tem a intenção de analisar a percepção de características de liderança, na perspectiva de aprendizagem, por meio de uma análise fílmica. O estudo adotará uma abordagem qualitativa, fundamentando-se em dados visuais (CRESWELL, 2010).

A pesquisa tem caráter descritivo, já que tem a intenção de descrever o comportamento dos personagens e de suas características de liderança, indicando o que pode ser aprendido a partir da ficção. Como Collis e Hussey (2005) apontam, a pesquisa descritiva tem o objetivo de obter informações sobre certa questão, que no estudo refere-se aos modelos adotados no Brasil e em outros países.

Para isso, será adotada a análise fílmica, com a intenção de decompor elementos do filme e destacar características de liderança que podem auxiliar no seu desenvolvimento e aprendizagem (VANOYE; GOLIOT-LÉTÉ, 1994). Para a análise fílmica foram selecionados três filmes de animação: *Moana*, *Toy Story* e *Divertidamente*.

4. DISCUSSÃO

Neste trabalho foi realizada uma análise da narrativa que fizesse referência a conceitos de liderança trazida por três animações de longa-metragem dos estúdios Disney/Pixar: *Toy Story*, *Divertidamente* e *Moana*.

4.1. *Toy Story*

Toy Story é a primeira animação da Disney em parceria com a *Pixar Animations Studios*. Esta foi lançada em 1995 sob a direção de Jonh Lasseter. O longa-metragem relata o cotidiano e as interações dos brinquedos de Andy. Na película, o aniversário de Andy está chegando e os brinquedos estão apreensivos quanto aos presentes que o garoto irá receber e se algum novo brinquedo irá substituí-los. Liderados por Woody, um caubói que é também o brinquedo predileto de Andy, eles montam uma escuta que lhes permite saber dos presentes recebidos. Entre eles está Buzz Lightyear, o boneco de um patrulheiro espacial, que logo passa a receber mais atenção do garoto. Isto gera ciúmes em Woody, que tenta fazer com que ele caia atrás da cama. Só que o plano dá errado e Buzz cai pela janela. É o início da aventura de Woody, que precisa resgatar Buzz também para recuperar a confiança dos outros brinquedos.

Neste contexto, foram analisados os personagens principais, Woody e Buzz. Woody é o caubói, brinquedo preferido de Andy. Por estar nesta situação, possuía uma fonte de poder legítima, isto é, a preferência de Andy lhe conferia o posto de líder no grupo e a obediência deste. Nas organizações, este poder formal se dar com base em cargos formais, na hierarquia. Esse poder está dentro da descrição dos cargos. Bergamini (2002) afirma que “na liderança Transacional há um evidente uso de controle, bem como grande valorização da condição de poder. Ademais, há sempre algum tipo de troca, seja ela econômica, política ou psicológica”. Contudo, em vários momentos observa-se que esta liderança não era bem aceita por todos, o personagem “Senhor Cabeça de Batata” está sempre contestando as decisões tomadas por Wood e buscando mostrar ao grupo que seu comportamento não é o mais justo e igualitário.

Woody adota um estilo de liderança transacional, pois assume a análise das situações e tomadas de decisões. Com a chegada de Buzz, ele não se mostra um líder seguro de sua posição e assim não transmite mais segurança a seus pares e toma atitudes impulsivas, que trazem consequências negativas para todo o grupo, como sua ideia de empurrar Buzz para trás da cama de forma que ficasse esquecido e voltasse a ser o brinquedo preferido por Andy. Porém, na película são evidenciadas passagens em que Woody está procurando gerenciar satisfatoriamente as mudanças e o contexto, no caso procurando diminuir a ansiedade pela chegada de novos brinquedos, por exemplo, e envolvendo todos os brinquedos na execução das tarefas, promovendo o trabalho em equipe e mantendo o foco da atividade que deve ser executada, por exemplo, a tarefa de montar uma escuta para descobrir os presentes que Andy recebe em seu aniversário.

Buzz é o novo brinquedo de Andy e começa a adquirir a preferência do menino e dos demais brinquedos de forma involuntária. Ele exerce, então, um poder de referência, isto é, seus pares passam a se identificar com ele, a gostar e ter respeito por o considerarem um líder carismático e possuir habilidades que os demais não possuíam, no caso, os novos itens de interação do brinquedo, como luzes no braço do boneco e botões para diferentes falas.

4.2. Divertidamente

Divertidamente, com título original *Inside Out*, foi lançado em 2015 sob a direção de Pete Docter. A animação narra o momento em que Riley, uma garota de 11 anos de idade, enfrenta mudanças importantes em sua vida quando seus pais decidem deixar a sua cidade natal, no estado de Minnesota, para viver em San Francisco. Dentro do cérebro de Riley, convivem várias emoções diferentes, como a Alegria, o Medo, a Raiva, o Nojinho e a Tristeza. A líder deles é Alegria, que se esforça bastante para fazer com que a vida de Riley seja sempre feliz. Entretanto, uma confusão na sala de controle faz com que ela e Tristeza sejam expelidas para fora do local. As duas emoções precisam percorrer as várias ilhas existentes nos pensamentos de Riley para que possam retornar à sala de controle e, enquanto isto não acontece, as outras emoções tentam controlar as situações da vida da garota.

Neste contexto, a personagem analisada neste trabalho é a Alegria. Esta exerce um poder informal, adquirido por ser detentora de habilidades e conhecimentos que são valorizados pelos demais. A sua liderança não é questionada pelos seus pares. Para eles, a Alegria toma as decisões mais acertadas na vida de Riley e os comovem e inspiram com sua paixão, otimismo e confiança. A própria personagem possui um brilho próprio, diferenciando-a dos demais. Como uma líder, está sempre procurando soluções para os problemas que surgem, adotando uma visão positiva, tomando a iniciativa para resolução dos problemas e incentivando o trabalho em equipe com os membros que possuem aptidões complementares que trabalham para preservação, segurança e bem-estar da garota.

A alegria exerce a liderança democrática, embora fique claro na película que está ainda não tenha desenvolvido totalmente sua habilidade de estimular a participação e delegar tarefas, situação evidenciada pela própria idade da garota (Riley) que ainda está em processo de desenvolvimento emocional. Neste estilo, o líder se mostra participativo, ouvindo, oferecendo sugestões e ideias quando necessário, esclarecendo dúvidas, dando feedbacks e auxiliando os membros do grupo a se desenvolverem e melhorarem no desempenho das tarefas. Esse estilo favorece um melhor relacionamento, pois a comunicação flui com liberdade e as pessoas são incentivadas a manifestarem suas opiniões sem críticas ou censura, o que leva os membros a serem mais responsáveis por suas decisões e uns pelos outros. Assim, forma-se um ambiente de maior produtividade e com qualidade na execução das tarefas.

Neste longa é importante ressaltar o tema Inteligência Emocional, cujo desenvolvimento é necessário para o líder. Este conceito desenvolvido por Daniel Goleman, define o indivíduo que tem consciência das suas próprias emoções, faz boa gestão destas, tem consciência das emoções alheias (empatia) e faz gestão das mesmas através do desenvolvimento das habilidades sociais. No longa-metragem, observamos o desenvolvimento das emoções no decorrer do enredo, principalmente das personagens Alegria e Tristeza que vão reconhecendo a importância da Tristeza para introspecção, elaboração simbólica e integração das experiências vivenciadas por Riley. Um processo de autoconhecimento que consiste na base da teoria da Inteligência Emocional

4.3. Moana

Moana foi lançada em 2016 sob a direção de John Musker e Ron Clements. O longa-metragem narra a história de Moana Waialiki, uma corajosa jovem, filha do chefe de uma tribo na Oceania, vinda de uma longa linhagem de navegadores, que é seu maior hobby e, também, trabalho. Querendo descobrir mais sobre seu passado e ajudar sua família, ela resolve partir em busca de seus ancestrais, habitantes de uma ilha mítica. Com a ajuda do lendário semideus Maui, Moana começa sua jornada pelo mar aberto, onde vai enfrentar criaturas marinhas e descobrir antigas histórias do submundo.

Moana é a filha única de um chefe de uma tribo na Oceania. Sendo filha única de um líder, ela naturalmente herda a posto de governante da tribo. Desde criança ela é formada para comandar as pessoas na ilha e tem o reconhecimento de todos. Portanto, assim como o personagem Buzz em *Toy Story*, ela possui uma fonte de poder informal, o poder de referência, adquirido quando as pessoas se identificam, gostam e têm respeito pelo indivíduo.

A personagem exerce a liderança transformacional que envolve os subordinados nos planos, políticas, procedimentos e metas. Trata-se do processo de conduzir pessoas, transformando-as em uma equipe e gerando bons resultados. Bergamini (2002) afirma que o líder transformacional exerce uma influência idealizada, fazendo com que os seguidores se identifiquem com a figura e a causa que ele representa, de onde resulta admiração, respeito e confiança. Este mesmo autor assegura que nesta liderança há preocupação em confluir os objetivos individuais dos liderados aos objetivos da organização.

Moana é uma personagem que tem iniciativa, busca novas formas de resolver os problemas, tem visão de futuro e compartilha com a comunidade, procurando fazer com que todos arregimentem suas ideias. E que conseguiu adequar sua necessidade de navegar para além-mar com a necessidade de sua comunidade em buscar meios de subsistência para além dos arrecifes em que estavam acostumados a pescar.

5. CONCLUSÃO

Este trabalho teve como objetivo desenvolver uma análise fílmica com a intenção de obter um aprendizado sobre o desenvolvimento da liderança em jovens. Respondendo à seguinte pergunta: O que os filmes podem ensinar aos jovens líderes sobre as habilidades de liderança?

Para tanto foi realizada uma análise fílmica em três longa-metragens da *Disney - Pixar: Toy Story*, *Divertidamente* e *Moana*. Nas três animações podemos identificar características de liderança nos personagens principais.

Foram observadas diferentes formas de liderar, em diferentes estágios de desenvolvimento e evolução destes personagens. Porém o ponto convergente é a busca pelo trabalho em equipe e a consequente evolução dos personagens Woody, Buzz, Alegria e Moana durante seus respectivos contextos. As animações também transmitem as consequências decorrentes de atitudes autoritárias e precipitadas para o grupo; e a importância do desenvolvimento da Inteligência Emocional para melhor gerenciamento da vida do líder, do seu processo de liderar e do grupo. Através das películas, pode-se aferir que o líder alcança comprometimento e entusiasmo dos seus seguidores se estiver receptivo à influência deles. E, conseqüentemente, isso só é possível à medida que os seguidores têm uma visão positiva dos seus líderes.

Assim sendo, a liderança é a capacidade de conduzir um grupo de indivíduos, transformando-os em uma equipe que gera resultados. O líder possui a habilidade de motivar e influenciar os liderados, de forma ética e positiva, para que contribuam voluntariamente e com entusiasmo para alcançarem os objetivos da equipe e da organização.

No entanto, assim como demonstram as animações analisadas, liderar é uma tarefa complexa, pois o bom líder, além de habilidades técnicas para gerir colaboradores e a equipe, deve ter também a capacidade de desenvolver seus liderados, atendendo expectativas pessoais e profissionais, alinhando com os interesses comuns e da organização.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. N. de; REIS NETO, M. T.; FERREIRA, C. A. A. Estilos de liderança e o desempenho dos liderados. *In*: ENANPAD, 40, 2016, Costa do Sauípe. **Anais...Bahia**: Anpad, 2016.

BERGAMINI, C. W.A importância da credibilidade na liderança eficaz. **Revista de Economia e Administração**, v. 1, n. 2, p. 33-50, 2002.

BLANCHARD, Ken. **Liderança de Alto Nível**: Como criar e liderar organizações de alto desempenho. Porto Alegre: Bookman, 2011.

CRAINER, S. *et al.* **Liderança**: como atingir o sucesso organizacional. Porto Alegre: Bookman, 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: Método Qualitativo, Quantitativo e Misto. 3. ed. São Paulo: Artmed, 2010.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. **Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DAFT, Richard L. **Administração**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.
DAY, D. V.; DRAGONI, L. Leadership Development: Na Outcome-Oriented Review Based on Time and Levels of Analyses. Annu. **Rev. Organ. Psychol. Organ. Behav.** 2015.

GENÇER, M. S.; SAMUR, Y. Leadership Styles and Technology: Leadership Competency Level of Educational Leaders. **Procedia - Social and Behavioral Sciences**, 229, 2016, p. 226 – 233.

JUDGE, Timothy A.; ROBBINS, Stephen P. **Fundamentos do comportamento organizacional**. 12. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

MSSHANE, Steven L.; VON GLINOW, Mary Ann. **Comportamento organizacional**: conhecimento emergente, realidade Global. 6. ed. Porto Alegre: McGraw Hill, 2014.

PEREIRA, Maria Célia Bastos. **RH essencial**. Saraiva: São Paulo, 2014.

VANOYE, F. GOLIOT-TÉTÉ, ANNE. **Ensaio sobre a Análise Fílmica**. São Paulo: Papyrus, 1994.

ESTILOS DE LIDERANÇA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE AGRONEGÓCIO LOCALIZADA NA CIDADE DE JAGUARUANA-CE

Dayanne Augusta de Oliveira Santos¹

RESUMO

Liderança é definida como a capacidade de influenciar um grupo de pessoas para alcançar metas. As teorias sobre liderança abordam as variáveis da liderança, os modelos, os estilos e o papel do líder que evoluíram, assim como descreviam traços e características pessoais dos líderes, passando por uma abordagem funcional básica e esboçando o que líderes eficazes deveriam fazer, chegando a uma abordagem situacional. Dentro dessas teorias, existem estilos de liderança básicos como o autocrático, o democrático e o liberal. Além deles, muito se tem estudado sobre a liderança situacional, em que o líder pode assumir diferentes padrões de liderança de acordo com a situação para cada um dos membros da sua equipe. Este estudo tem como objetivo identificar os estilos de liderança adotados pelos líderes sobre a percepção dos profissionais de uma empresa de agronegócio, as características predominantes dos líderes e o papel do líder na organização, bem como identificar os principais impactos positivos e negativos que a liderança adotada exerce sobre os colaboradores. A pesquisa proposta neste trabalho é de natureza qualitativa, de caráter exploratório. Os dados coletados na empresa foram obtidos por meio da aplicação de questionário com roteiro, aplicado aos liderados da empresa. O presente trabalho demonstrou os diversos estilos de liderança adotados pelos líderes da empresa, destacando as características dos líderes que se assemelham ao estilo situacional, pois se adaptam às mudanças, aos desafios, tendo em vista que necessitam de mais autonomia e agilidade na tomada de decisões. Adotam também um estilo democrático e participativo de conduzir seus liderados na execução das tarefas, mas, em algumas situações, agem de forma autocrática. São líderes que se ajustam às situações diferentes, sendo positivos em

¹ Titulação do autor, curso, [vínculo](#) institucional, e-mail para contato

meio a mudanças e a crises e que possuem na sua totalidade empatia por parte dos liderados.

Palavras-chave: Liderança. Estilos de Liderança. Papel do Líder.

1. INTRODUÇÃO

Desde o começo das civilizações, foi possível observar que o ser humano vivia em sociedade e sofria influências das outras pessoas que as direcionavam em prol de objetivos em comum, além de conduzir a realização de ações conforme sua conduta, personalidade, causas sociais e algumas situações em busca da sobrevivência, superando a competitividade de outros grupos. Esse ato de comandar e liderar vem acompanhando a humanidade bem antes de existirem as teorias a seu comportamento. O conceito de liderança começou a surgir no Renascimento, em que Maquiavel já ressaltava as características dos governantes, que deveriam desenvolver habilidades de liderança para conduzir seus governados, em especial, fortalecendo e motivando-os em situações adversas.

Com a Revolução Industrial, por volta de XVIII, a sociedade passou por uma transformação cultural que teve uma revolução histórica. Essa época foi ideal para a aplicação das primeiras teorias da Administração, associadas ao tema de liderança. Em decorrência da industrialização, pessoas que, até o momento, viviam da manufatura realizando o comércio no próprio território do estado passaram por mudanças profundas em todo o processo de gestão, no qual o poder da produção, que, até então, era dos artesões, passou a ser de posse do industrial e da burguesia industrial à procura por mais lucros e menores custos para agilizar os processos de produção (ARRUDA, 1987).

As teorias sobre liderança abordam as variáveis da liderança, os modelos, os estilos e o papel do líder, que evoluíram, assim como descreviam traços e características pessoais dos líderes, passando por uma abordagem funcional básica e esboçando o que líderes eficazes deveriam fazer, chegando a uma abordagem situacional ou contingencial, que propõe um estilo mais flexível, adaptativo para a liderança eficaz.

O líder é aquele que lidera, conduz o grupo ou uma organização, que tem a responsabilidade de inspirar e influenciar o grupo de liderados ao alcance das metas. O termo líder está em uso desde o século XIV e atualmente apresenta papel fundamental dentro de uma organização. Apesar de ser necessária a presença de líderes em todos os níveis hierárquicos de uma empresa, nem sempre um líder é um gerente. É vital que um líder, para ser considerado como tal, seja capaz de fazer que as pessoas façam aquilo estipulado por sua gestão. Por outro lado, as pessoas devem sentir que, ao alcançar os objetivos estipulados pelo líder, estarão satisfazendo suas próprias metas.

O líder se diferencia do chefe, que é aquela pessoa encarregada por uma tarefa ou atividade de uma organização e que, para tal, comanda um grupo de pessoas, tendo autoridade de mandar e exigir obediência. Para os gestores atuais, são necessárias não só as competências do chefe, mas principalmente as do líder. Pode-se definir estilo de liderança como sendo a forma pessoal, padrão e recorrente do comportamento demonstrado pelo líder. Os tipos e os estilos de liderança que serão mencionados na pesquisa pertencem às teorias que estudam os comportamentos do líder em relação aos subordinados e a como eles exercem a influência sobre as pessoas na condução de seus objetivos.

O propósito deste projeto é auxiliar a empresa a identificar quais os estilos de liderança que são adotados pelos seus líderes e qual desses estilos tem efeito mais positivo no desenvolvimento de pessoas para a formação de uma equipe comprometida e eficiente. Com base nisso, a organização pode verificar os estilos que coincidem com o perfil da empresa e avaliar suas tomadas de decisões e resultados. Para os gestores, a pesquisa irá agregar conhecimento, sendo a importância da pesquisa, para que este possam melhorar de acordo com o perfil adotado. Dessa forma, surge a seguinte problemática: Como a empresa pode identificar os estilos de liderança praticados pelos seus líderes?

Diante dessa problemática, tem-se o seguinte objetivo geral: identificar os estilos de liderança adotado pelos líderes sobre a percepção dos profissionais da empresa de agronegócio, objeto de estudo.

Os objetivos específicos são: identificar as características predominantes dos líderes; identificar o papel do líder na organização; identificar os principais impactos positivos e negativos que a liderança adotada exerce sobre os colaboradores.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Liderança

A importância do estudo da liderança dentro de uma organização é considerado primordial, o que tem despertado as pesquisas sobre esse tema, que, segundo DuBrin (2006), é o método muito usado para melhorar a eficácia, por meio do recebimento de *feedback* dos líderes, sobre seus traços, atitudes e comportamento. A liderança é necessária em todos os tipos de organizações humanas, seja nas empresas, seja em cada um dos departamentos. Liderar é essencial em todas as funções da administração, os administrados precisam conhecer a natureza humana e saber conduzir as pessoas, isto é liderança (CHIAVENATO, 2014).

Hunter (2004, pág. 25) segue a linha que liderar é uma competência e diz que a liderança é a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasticamente, visando a atingir os objetivos identificados como sendo para o bem comum. Para Almeida (2015), liderança é como um processo que está vinculado ao alcance dos objetivos de um grupo, à medida que o gestor busca uma ação conjunta em prol da realização desses objetivos. Dessa forma, a liderança visa a dar um significado comum aos integrantes de uma organização, para que todos conheçam os objetivos organizacionais, pois, sem uma liderança eficaz, o grupo pode desperdiçar seus esforços e potenciais por não saberem como melhor empregá-los e conseqüentemente não atingir os objetivos desejados.

De acordo com Robbins (2012 p. 359), liderança é a capacidade de influenciar um grupo de pessoas para alcançar metas. Essa influência pode ser conferida por um cargo de direção em uma organização. No entanto, nem todos os líderes são administradores, assim como nem todo administrador que tem formalmente um cargo de líder garantirá uma liderança eficaz.

Robbins (2012) ainda afirma que as organizações necessitam de líderes que enfrentem desafios, que criem visões de futuro e inspirem os membros da organização a realizar suas visões, além de serem gestores que administram fortemente, focando os planejamentos detalhados e gerenciando as operações do dia a dia.

Segundo Melo (2004), a diferença entre os termos líder e gerente assume pouca importância, pois, para representar os papéis desempenhados pelos gestores, a influência nos grupos e nas equipes figura entre os principais pré-requisitos de uma gestão com eficácia. Para Bernardinho (2006), ser líder é ser o exemplo para que os outros saibam como se faz e se esforcem para repetir a tarefa no mesmo nível ou ainda melhor. Ressalta, ainda, que nada influencia mais as pessoas do que aquilo que alguém faz. Liderar é inspirar e influenciar pessoas a fazerem o que é certo, de preferência entusiasticamente visando ao objetivo comum.

Segundo Chiavenato (2005, p 187), a Teoria das Relações Humanas constatou a influência da liderança sobre o comportamento das pessoas. Existem três principais teorias sobre a liderança, como:

- Traços da personalidade, em que, nessa teoria, o líder possui características marcantes de personalidade que o qualificam para a função.
- Estilos de liderança, na qual aponta três estilos: autocrática, democrática e liberal.
- Situações de liderança, em que o líder pode assumir diferentes padrões de liderança de acordo com a situação e para cada um dos membros da sua equipe.
- Teoria das contingências, em que os estilos de liderança dependem de padrões recorrentes de comportamento do líder, os quais repercutem na dinâmica de interação com a equipe de trabalho.

2.2. Estilos de liderança

Os estilos de liderança consistem nas atitudes de um líder com seus liderados. Existem três tipos básicos de estilos de liderança, como a autocrática, a democrática e a liberal. Atualmente muito se tem estudado sobre a liderança situacional. Segundo Araújo (2006, p.341 a 342), esses três estilos de liderança se definem da seguinte forma:

Autoritário ou autocrático: “o líder tem o comportamento regido pela tradição, não costumando ouvir e atender as reivindicações de seus seguidores. Esse estilo é adotado principalmente pelo sexo masculino nas organizações”

Democrático: No estilo democrático ou participativo ao contrário do estilo autocrático o enfoque são as relações humanas e não a produção. Por conta disso, os objetivos e estratégias são definidos tanto pelo líder, quanto pelos colaboradores, de maneira totalmente democrática, característica presente em líderes femininas.

Laissez-Faire ou Liberal: é conhecido como os chamados líderes de rédea solta, contudo esta liberdade oferecida por essas pessoas pode passar a impressão de que a liderança não existe, pois, não há um foco como nos estilos democrático e autoritário.

Segundo Vergara, (2013, pg 76),

Autocrático é aquele que ilustra o célebre ditado: “manda quem pode, obedece quem tem juízo” Democrático é aquele que busca participação. Às vezes, nos faz ver que só temos direitos (onde estão os deveres?) Laissez-faire é aquele conhecido na intimidade por deixar rolar.

Pereira (2014) defende que os líderes autocráticos tomam decisões por si mesmos, sem a participação dos subordinados. Eles fixam as diretrizes, determinam as providências, as técnicas para execução das tarefas, de forma imprevisível.

A liderança autocrática é evidenciada por meio de uma chefia que tem uma atuação mais centralizadora e diretiva, exige obediência do grupo e decide quais são as tarefas e como devem ser executadas. Os grupos de trabalho podem apresentar sinais de tensão, frustração e descontentamento, e a ênfase na responsabilidade recaem no líder (FIDELIS, 2014).

Regato (2014, p.167) afirma que:

o estilo autocrático, autoritário ou centrado, tem postura centralizadora, evidenciada através da centralização de todo processo decisório nas mãos do líder, o qual dita os objetivos, metas e o papel de cada subordinado no processo produtivo, cabendo-lhes a definição dos meios e técnicas de produção para a equipe.

Quanto ao estilo democrático, Bergamini (2012, p 14) faz um comparativo entre os autocráticos, referindo-se como totalmente contrário a este, uma vez que descentraliza o processo de tomada de decisão, em que o líder inclui seus subordinados na delimitação de objetivos e metas que deverão ser atingidas pelo grupo.

Para Maximiano (2015), define a liderança democrática como a que direciona o trabalho do funcionário e enfatiza o cumprimento dos prazos, padrões de qualidade e economia dos custos, tem a necessidade de cumprir metas, superar a concorrência, e o desempenho passado e distribuir as tarefas as pessoas. A liderança democrática tem como característica uma chefia que procura ouvir as ideias, aceita sugestões da equipe de trabalho, estimula e encoraja a participação de todos. Os grupos de trabalho tendem a apresentar maior qualidade no seu trabalho e um clima de satisfação, comprometimento e maior interação (CHIAVENATO, 2014).

O líder democrático trabalha com o grupo e ajuda seus participantes a alcançarem os objetivos. O grupo esboça as providências e as técnicas para atingir o alvo, assim como as diretrizes são debatidas pelo grupo, sendo assistida e tendo aconselhamento técnico do líder. A divisão das tarefas e da equipe de trabalho fica a critério do grupo. O líder procura ser um membro normal do grupo, é objetivo e, quando critica ou elogia alguém, limita-se aos fatos, sem ser pessoal, ao contrário, do líder autocrático.

Já a liderança liberal, estilo laissez-faire, está associada ao fato da chefia não tomar decisões. O líder geralmente repassa informações, e tudo é decidido em grupo, pois estimula a iniciativa e a criatividade da equipe, bem como exerce o mínimo de controle das atividades e dos seus subordinados, e a responsabilidade recai sobre eles também (BARBIERI, 2016).

O líder Laissez-faire se caracteriza pela ênfase no grupo, pela ausência de controle, oferece pouca ou nenhuma orientação, usa a comunicação de forma verticalizada entre os membros e dispersa por todo o grupo a tomada de decisão. Entretanto, quando todos os membros estão altamente motivados e autodirecionados, esse tipo de liderança pode acarretar muita criatividade e produtividade (MARQUIS; HUSTON, 2010).

O líder liberal delega completamente as decisões grupais ou individuais em que participa de forma mínima, fornecendo informações somente quando é solicitado. Só critica ou dá sua opinião para avaliar algum acontecimento somente quando é perguntado. Esse estilo de líder deixa o grupo fazer o que quiser sem se envolver.

Uma teoria muito conhecida é a Teoria Situacional, que se concentra nos seus seguidores, ela é descrita por (Blanchard et al., 2007) e tem como foco o papel dos liderados no comportamento dos líderes, em que o êxito da liderança depende da disposição e da motivação dos liderados a executarem uma determinada tarefa. Ressalta que os líderes devem reduzir ou aumentar o controle sobre os liderados de acordo com o grau de maturidade deles (BARBIERI, 2016).

A liderança situacional sustenta os liderados novatos a necessidade de uma direção firme para que se tenha aumento na produção. Quando os liderados atingirem altos níveis de maturidade, o líder deverá reduzir ainda mais o controle

sobre suas atividades, mas também o apoio no comportamento de relacionamento, visto que, com pessoas bem amadurecidas, surge a necessidade da autonomia do grupo. Nesse estágio, o líder demonstra sua confiança no grupo deixando-os cada vez por sua própria conta. A Liderança Situacional enfatiza a capacidade do líder em reconhecer o nível de maturidade de seu liderado e adequar o estilo de liderança ao nível de desenvolvimento, sendo uma estratégia bastante competitiva (BLANCHARD et al., 2007).

É a partir do “desenvolvimento de indivíduos e de equipes autogeridas, que substituam a hierarquia, que gerentes podem assumir com maior facilidade seus novos, e mais influentes, papéis como incentivadores, mentores e líderes de equipe.” (BLANCHARD et al., 2007, p. 92).

A liderança deve estar alinhada às necessidades e às habilidades dos colaboradores, para que o líder possa lançar mão desse importante diferencial competitivo que é a força das equipes. “Para que uma pessoa seja incentivada a dar o melhor de si, a liderança deve se adequar ao nível de desenvolvimento em que essa pessoa se encontra” (BLANCHARD et al., 2007, p. 110).

2.3 O papel do líder

A principal característica de um líder é a capacidade de inspirar confiança por parte dos seus seguidores. Este precisa possuir compromisso, criar espírito de equipe e estabelecer objetivos. (ARAUJO, 2009).

Para Bernardinho (2006), detectar e desenvolver talentos são uma das principais atribuições do líder, pois muito mais que ensinar é ajudar a aprender. É por isso que cada vez mais as empresas querem ter coaches entre seus colaboradores. Vergara (2013) relata que o líder tem de ser capaz de ouvir e ser ouvido, que seja ousado, entusiasmado, ético, ter bom humor, equilíbrio emocional, visualizar o sucesso, contribuir para a formação de valores e crenças; ter autoconhecimento, deve reconhecer que todos na equipe têm algo a contribuir, ter ética, compartilhar visão, missão, objetivos, metas, estruturas e tecnologias e estratégias.

Hunter (2004, p 96) diz que um bom líder tem algumas qualidades que devem ser observadas:

- Paciência: mostrar autocontrole.
- Bondade: dar atenção, apreciação e incentivo.
- Humildade: ser autêntico, sem pretensão, orgulho ou arrogância.
- Respeito: tratar as pessoas como se fossem importantes.
- Abnegação: satisfazer as necessidades dos outros.
- Perdão: desistir de ressentimento quando enganado.
- Honestidade: ser livre de engano.
- Compromisso: ater-se às suas escolhas.
- Resultados (Serviço e Sacrifício): Pôr de lado suas vontades e necessidades e buscar o maior bem para os outros.

O líder é responsável pelo sucesso ou fracasso de uma organização. Cabe ao líder conduzir o grupo de pessoas ao alcance dos resultados. Ele motiva e influencia as outras pessoas de forma ética e positiva. Diferencia-se de chefes, pois são encarregados de uma tarefa, na qual comanda um grupo, com autoridade, para mandar e exigir obediência. Os gestores de hoje têm de possuir as competências de líder principalmente e também as de chefe (GOLEMAN, 2002).

Maxwell (2011, pag. 265) afirma que não se desenvolve liderança de uma hora para outra, tendo em vista ser um processo que dura a vida inteira, e, quanto maior for o empenho, maior será o potencial de se tornar o líder que é capaz de ser. O líder nunca vai parar de aprender, vai saber que seu maior valor potencial não está em sua liderança, e sim em sua capacidade de identificar pessoas com potencial e ajudá-las a se tornarem líderes de sucesso.

3 MÉTODOS

Esta pesquisa foi realizada na empresa Agropaulo Agroindustrial, uma organização que pertence ao ramo de Agronegócio localizada no município de Jaguaruana/CE. A pesquisa proposta neste trabalho é de natureza qualitativa, pois, de acordo com Lakatos e Marconi (2010), sua interpretação é subjetiva, compreendendo atividades da organização, de acordo com a análise e a interpretação dos dados coletados, com o objetivo de identificar os estilos de liderança adotados pelos líderes sobre a percepção dos profissionais da empresa. Classifica-se como exploratória, apoiando-se no objetivo principal deste tipo de pesquisa, procura um aprofundamento no assunto, de forma que o torne mais claro e visa a proporcionar uma visão geral de um determinado fato. A investigação exploratória, que não deve ser confundida com leitura exploratória, é realizada em área na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA, 2013).

Os dados coletados na empresa Agropaulo Agroindustrial foram executados em mais de uma visita, nas quais foram coletadas informações por meio da realização de entrevista com roteiro aplicado aos liderados da empresa, que serviu de base concreta na identificação dos estilos de liderança adotados pelos gestores, objeto de estudo.

O questionário dividiu-se em duas etapas, a primeira parte teve o objetivo de identificar o perfil dos entrevistados a partir dos dados pessoais; a segunda parte do questionário foi dividida em 4 blocos de perguntas distintas correspondentes a cada estilo de liderança pesquisado, como o liberal, o autocrático, o democrático e o situacional. Na intenção de não influenciar nas respostas, o pesquisador teve o cuidado de manter-se neutro nas situações, evitando ainda desvirtuar a realidade vivenciada, garantindo o sigilo total das informações coletadas. Conseqüentemente, essa pesquisa foi trabalhada no estudo de caso, havendo posterior comparação com os demais itens citados no referencial teórico da mesma. O estudo de caso envolve o estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos de maneira que se permita o amplo e o detalhado conhecimento do que se está pesquisando.

A pesquisa foi aplicada a uma amostra de 16 pessoas que desempenham diferentes funções na empresa, por acessibilidade e permissão do gerente administrativo, cargo maior na empresa. Esses colaboradores responderam a um questionário para avaliar seu líder. Sendo que foi avaliado 25% da liderança da empresa, representada por um total de 04 líderes que desempenham funções de gestão, sendo o gestor: 01- gerente administrativo, cargo maior na liderança dos gestores selecionados, 02- supervisor administrativo, 03 -Administrador de campo, 04- Encarregado de frotas. Cada gestor foi avaliado por 04 colaboradores subordinados por eles, respectivamente. Como descrito no quadro 01, a seguir:

QUADRO 01 – amostra de gestores e colaboradores da empresa.

GESTORES (04)	COLABORADORES ENTREVISTADOS (16)
Gestor 01 – Gerente administrativo.	<input type="checkbox"/> Supervisor de almoxarifado. <input type="checkbox"/> Coordenador de produção. <input type="checkbox"/> Supervisor administrativo. <input type="checkbox"/> Encarregado de frota.

Gestor 02 – Supervisor administrativo.	<input type="checkbox"/> Assistente administrativo. <input type="checkbox"/> Balanceiro. <input type="checkbox"/> Técnico de segurança do trabalho. <input type="checkbox"/> Vigilante.
Gestor 03 – Administrador de campo.	<input type="checkbox"/> Fiscal de campo. <input type="checkbox"/> Operário de agricultura (3).
Gestor 4 – Encarregado de frotas.	<input type="checkbox"/> Auxiliar administrativo. <input type="checkbox"/> Mecânico de automóveis (2). <input type="checkbox"/> Motorista.

Fonte: pesquisa direta (2018).

Ao aplicar o questionário a cada colaborador do respectivo líder avaliado, foi realizada uma conversa para a explicação dos objetivos da pesquisa. A realização da pesquisa ocorria no início ou final do expediente de trabalho para não interferir nas suas atividades diárias, e todas as perguntas foram aplicadas pessoalmente e tiradas as dúvidas sobre os questionamentos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Identificação da empresa

A pesquisa foi realizada em uma empresa do setor de agronegócio cearense. O agronegócio é o conjunto de segmentos de insumos para agropecuária, produção básica, agroindústrias e agrosserviços. No Estado do Ceará, destaca-se a única produtora de Etanol, a Agropaulo Agroindustrial, uma empresa do Grupo Telles, que teve sua filial inaugurada na cidade de Jaguaruana em 2009. A empresa investe em inovação para agregar valor a produtos agropecuários. Em sintonia com o que existe de mais moderno no setor, ela utiliza tecnologia agrícola de ponta na produção de commodities, em especial, na produção de biocombustíveis, como o etanol, feito à base de cana-de-açúcar. Por tirar sua riqueza da terra, a empresa despertou, desde cedo, para uma forte consciência ambiental, como pouco utiliza produtos químicos, produz os seus próprios inseticidas e herbicidas orgânicos. Em diversas etapas da produção são realizados controles para evitar o desperdício e promover um

processo cada vez mais autossustentável, inclusive, com o reaproveitamento dos subprodutos da cana e a produção de adubo orgânico. A empresa desenvolveu também um probiótico com características funcionais que atua na melhora do crescimento animal, aumenta a produtividade do leite e a precocidade do gado de corte. Hoje, a Agropaulo possui duas unidades de produção de etanol: em Ceará Mirim, no Rio Grande do Norte e Jaguaruana no Ceará. Toda sua produção de cana e milho são fertirrigados por meio do sistema de pivô central.

4.2. Análise do questionário

O perfil dos 16 colaboradores entrevistados, seguindo os itens do questionário da pesquisa, chegou-se aos seguintes perfis dos colaboradores na entrevista;

Quadro 02: Perfil dos colaboradores entrevistados.

DADOS DOS ENTREVISTADOS	RESULTADOS ESPERADOS
Idade	70% possuem idades entre 26 a 35 anos.
Sexo	95% são masculinos.
Escolaridade	50% concluíram o ensino médio.
Tempo de trabalho na empresa	80% trabalham entre 6 a 10 anos.
Cargo atual	10 % possuem cargos de auxiliares, 5% de assistentes, 5% de técnicos, 5% de coordenadores .

Fonte: pesquisa direta (2018)

Na pesquisa, 70% dos entrevistados possuem idades entre 26 a 35 anos, 20% possuem entre 36 e 45 anos de idade, e apenas 10% possuem faixa etária entre 46 a 55 anos. A maioria dos entrevistados são do sexo masculino, o que representa 95% da amostra e 5% do sexo feminino. 50% dos entrevistados concluíram o Ensino Médio, e apenas 25% possuem nível superior. Apenas um colaborador possui pós-graduação, o que representa 5% da amostra, e os demais

20% são representados por colaboradores que concluíram o ensino primário ou fundamental incompleto. O perfil dos entrevistados de permanência de empresa é estável, 80% trabalham entre 6 a 10 anos, 10% de 2 a 5 anos, e 10% com menos de 1 ano. Observou-se, na pesquisa, uma diversidade entre as áreas de atuação, 10 % possuem cargo de auxiliar, 5% são assistentes, 5% são técnicos, 5% são coordenadores e 5% responderam outros, sendo justificado ter sido coletado de setores bem distintos, nos quais encontraram-se profissionais nos cargos de balanceiro, supervisor de almoxarifado, motorista, mecânico, eletricitista automotivo, serviço gerais, operário da agricultura, fiscal de campo e vigilante.

Na segunda etapa do questionário, foi analisado o estilo de liderança dos gestores selecionados. Esse estágio da pesquisa foi dividido da seguinte forma: Gestor 01- Gerente Administrativo; Gestor 02- Supervisor Administrativo, Gestores 03- Administrador de Campo e o Gestor 04- Encarregado de Frotas, que foi a aplicação de um *checklist* com perguntas para cada estilo de liderança, obteve-se o seguinte resultado na aplicação do questionário, de acordo com o quadro 03, a seguir:

Quadro 03- Estilo de liderança dos gestores

GESTORES	ESTILO DE LIDERANÇA
Gestor 01 – Gerente Administrativo.	80% - Democrático.
Gestor 02 – Supervisor Administrativo.	46% - Situacional.
Gestor 03 – Administrador de Campo.	68% - Democrático.
Gestor 4 – Encarregado de Frotas.	67% - Situacional

Fonte: pesquisa direta, (2018)

O gestor 01 que foi o Gerente Administrativo, apresentou características de 80% de liderança democrática e 70% de liderança situacional. Nesse sentido, o gestor democrático é um líder que transmite poder e confiança, bem objetivo, mas que se mostrou bom ouvinte e presente na rotina do dia a dia dos liderados na soluções de problemas. Pode ser evidenciado quando Junior e Lipp (2011) afirmam

que o líder democrático atua como facilitador e apoiador das decisões tomadas no coletivo, oferecendo *feedback* constante ao grupo e aos seus membros, encorajando a participação e delegando responsabilidades, mas nunca perdendo de vista que a responsabilidade pelo bom andamento das atividades de trabalho e pelo sucesso em busca de objetivos e metas organizacionais.

O gestor 02, que foi o Supervisor Administrativo, representou uma avaliação de 46% excelente quanto ao estilo situacional, apresentando características dos demais estilos que consideram possuir 40% estilo autocrático e 43% democrático. Dessa forma, o gestor situacional é líder que sabe ouvir sua equipe, conseguindo motivar e estimular com firmeza, posicionando-se e tomando decisões conforme a situação exige. Para Silva (2006), liderança situacional objetiva leva os indivíduos ao mais elevado nível de desempenho por meio da liderança eficaz de cada um, baseando-se em criar uma combinação entre o nível de desenvolvimento de um indivíduo para atingir o objetivo através do comprometimento e da competência. Por meio deste, obterá uma combinação de comportamentos na realização das tarefas, na direção e no apoio. Para Blanchard et al. (2007), quando há o compartilhamento das informações, ocorre o processo de parceria, pois esse procedimento, além de confiança entre os membros do grupo e da organização, propicia a disseminação do conhecimento, incentivando a troca de ideias, os questionamentos e as discussões.

O gestor 03, representado pelo Administrador do Campo, apresentou resultados com 68% com traços do estilo democrático. Com relação ao estilo situacional, 53% dos entrevistados o consideraram excelente. É um líder que acompanha de perto as atividades e escuta a equipe, proporciona liberdade para discutirem sugestões e melhorias, posiciona-se como um membro da equipe e busca sempre o bem do coletivo. Pode ser evidenciado, segundo Simões (2003), que a liderança democrática é centrada na pessoa que executa o trabalho, em que esta recebe maior controle e participação nas discussões agindo, conseqüentemente, com maior liberdade e satisfação.

O gestor 04 foi o Encarregado de Frotas, que foi avaliado com 67% dos entrevistados que consideram excelente quanto ao estilo situacional, apresentando, em sua maioria, acima de 40% dos resultados quanto aos estilos democrático e autocrático, respectivamente, pois apresenta os dois estilos em situações diferentes.

É um líder que, em algumas situações, toma medidas e decisões sozinho. Possui um perfil bastante decisivo e se faz presente em situações difíceis, como na resolução de problemas. Por ser um líder situacional, às vezes, pode agir de forma mais democrática e outras mais autocrática, de acordo com a necessidade do momento. Destaca-se ainda com bastante empatia com os seus liderados, transmitindo confiança e segurança para a equipe. Nesse sentido, Blanchard et al. (2007) sinalizam que convém deixar que o colaborador seja responsável por conduzir seu próprio trabalho. A função do líder é empoderar o liderado e demonstrar confiança na sua habilidade de agir de modo independente. Os liderados entrevistados não reconheceram nele traços de liberal, sendo aquele líder que gosta de centralizar as informações, as programações, no entanto sabe delegar e acompanhar metas e resultados bem efetivos, não deixando ao cargo da equipe tomar as decisões sozinha.

Confrontando com Chiavenato (2014), no estilo de liderança liberal, as pessoas têm mais liberdade na execução dos seus projetos, indicando possivelmente uma equipe madura, autogerida, que não necessita de supervisão constante. Por outro lado, a liderança liberal também pode ser indício de uma liderança negligente e fraca, em que o líder deixa passar falhas e erros sem corrigi-los.

O exercício de liderança eficaz é refletida no desempenho de uma equipe. Seja qual for o estilo que o líder adote de acordo com a situação, é necessário que se busquem atingir resultados esperados, desempenhando seu papel de líder de influenciador de pessoas. Os líderes avaliados sob a percepção dos colaboradores necessitam trabalhar fortemente suas características, procurando desenvolver suas características de resiliência, paciência, firmeza, autoridade, inteligência emocional, conforme a situação exigir.

5. CONCLUSÃO

Este artigo teve como finalidade identificar os estilos de liderança adotados pelos líderes da empresa de agronegócio, objeto de estudo de caso, sobre a percepção dos profissionais da empresa. Com objetivos específicos de identificar as características predominantes de seus líderes, o papel do líder na organização e

principalmente os principais impactos positivos e negativos que a liderança adotada exerce sobre os colaboradores.

Percebeu-se que os líderes avaliados possuem características das lideranças democrática e situacional avaliadas pelos entrevistados, haja vista serem líderes que se adaptam às situações diferentes, enfrentam imprevistos, orientando seus subordinados na execução das tarefas, e apresentam comprometimento com a referida organização.

Pela análise realizada, entre os líderes avaliados, foi perceptível também outros estilos adotados pelos líderes com menores percentuais, pois, na pesquisa do *checklist* aplicado no questionário, as perguntas eram direcionadas para os 04 estilos de liderança, como o situacional, o democrático, o liberal e o autocrático. O gestor 1 - Gerente administrativo sobressaiu-se a liderança democrática mais que o situacional, que busca desenvolver e extrair o melhor da equipe para tomar decisões assertivas e alcançar as metas propostas pela empresa, por ser um gestor mais de planejamento estratégico, abrangendo decisões de criação de objetivos, com decisões mais conceituais, analisando a empresa como um sistema organizacional, requerendo conhecimentos técnicos, interpessoais, de análise e atitudes.

O gestor 02 - Supervisor administrativo e o gestor 03 - Administrador do campo são líderes situacionais e democráticos, respectivamente, sendo acessíveis a suas equipes, participativos e presentes, apresentam traços desses dois estilos de liderança, por exercerem cargos mais intermediários e táticos na hierarquia da empresa, com resolução de problemas setoriais e tomadas de decisão em equipe, precisando de habilidades interpessoais desenvolvidas. O gestor 04 - Encarregado de frotas, apresentou características autocráticas, além das situacionais evidenciadas na pesquisa, por, em muitos momentos, exigir tomadas de decisões, na maioria das vezes, sozinho, pelo fato de lidar com colaboradores com habilidades mais técnicas e de base operacional.

Outro objetivo específico identificado foi o papel do líder na organização em estudo, em que o líder tem papel fundamental no seu resultado. A empresa em questão espera que o líder assuma suas responsabilidades, atuando como um gestor que conduz os liderados a realizar as atividades, da melhor forma, com eficiência e eficácia, criando fatores motivacionais para cada colaborador que lidera. Além disso, deve desempenhar seu papel de gestor, sempre buscando a redução de

despesas, antecipando-se aos problemas e desenvolvendo soluções viáveis para otimizar processos e incentivar o autodesenvolvimento de sua equipe.

Quanto ao terceiro objetivo específico de verificar os principais impactos positivos e negativos que a liderança adotada exerce sobre os colaboradores, entre eles, o desempenho positivo na avaliação dos liderados como relação ao desempenho do seu líder, foi percebido que os liderados se sentem satisfeitos e inspirados pelo seu gestor, sendo percebida a empatia de todos os líderes com suas equipes, pois existe uma relação de respeito e confiança mútua. Outro ponto positivo encontrado na pesquisa se refere a tomar decisões em conjunto, que influencia na motivação dos colaboradores, principalmente quando a empresa passa por crises ou está em fase de mudança e reestruturação de processos.

Os aspectos negativos da liderança exercida na referida empresa pesquisada foram demonstrados pela ausência de autonomia de alguns dos líderes, pois, conforme comentado na entrevista, muitos apenas repassam para os liderados orientações ou tarefas que vêm de gestores que estão acima deles, não dando oportunidade para discussão ou sugestões. Além disso, é desafiador para esses líderes o processo de comunicação devido aos diferentes níveis de escolaridade e maturidade, sendo necessário conhecer cada membro para estabelecer um método mais eficaz de transmitir e receber as informações para os diferentes tipos pessoas.

É válido sugerir que novos estudos sejam realizados, com maior abrangência, tendo em vista o número elevado de líderes da organização, uma maior acessibilidade de uma amostra maior, utilizando-se de outras metodologias, abrangendo as demais lideranças da empresa e tornando possível identificar informações que possam confirmar as análises apresentadas neste estudo ou ainda, aplicar ao número maior de colaboradores, ajustando um questionário com a inclusão de um estudo sobre as competências do líder e a influência da cultura organizacional ou dos métodos de avaliação que a empresa adota, por exemplo, sendo oportuno ainda aperfeiçoar a comunicação interna e estabelecer rotinas de *feedback*, a fim de fortalecer as lideranças existentes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Cristiane Lemos. **Análise dos estilos de liderança e a interação com a cultura organizacional:** um estudo em uma entidade fechada de previdência complementar em Fortaleza. 2015. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Centro Universitário Christus. Fortaleza, 2008.

ARAUJO, Luiz Cesar. **Gestão de Pessoas.** São Paulo: Atlas, 2006.

ARAUJO, Luis Cesar. **Gestão de Pessoas:** estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2009.

ARRUDA, J.J.A. História moderna e contemporânea. São Paulo: Bom Livro, 1987.

BARBIERI, Ugo Franco., **Gestão de Pessoas nas Organizações:** Conceitos Básicos e Aplicações. São Paulo: Atlas, 2016.

BERGAMINI, Cecília Whitaker. **Competência:** a chave do desempenho. São Paulo: Atlas, 2012.

BERGAMINI, Cecília W. Liderança: **Administração do Sentido.** 2.ed, São Paulo: Atlas. 2009.

BERNARDINHO. **Transformando Suor em Ouro.** 3ªed. Rio de Janeiro. Sextante, 2006.

BLANCHARD, K. et al. **Liderança de alto nível:** como criar e liderar organizações de alto desempenho. Tradução de Rosalia Neuman Garcia. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Comportamento Organizacional:** a dinâmica do sucesso das organizações. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução á teoria geral da administração.** 9.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2014.

DUBRIN, Andrew. J. **Fundamentos de Comportamento Organizacional.** São Paulo: Pioneira.Thomson Learning, 2006.

FIDELIS, Jessyca Romão; Pizzighini, Michel Badine F471p. **Liderança e motivação em busca de melhores resultados organizacionais.** 87f. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) -Centro Universitário Salesiano Auxilium, Lins-São Paulo, 2014.

GOLEMAN, D.; BOYATZIS, R.E.; MCKEE, A. **O poder da inteligência emocional: a experiência de liderar com sensibilidade e eficácia.** Rio de Janeiro: Campus, 2002.

HUNTER, James.C. **O Monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança.** Tradução de Maria da Conceição Fornos de Magalhães. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

JUNIOR, Edward Goulart. e LIPP, Marilda Emanuel Novaes. **Estilo de Liderança e Stress: Uma pesquisa em escolas estaduais de ensino fundamental. RBPAE.** São Paulo .v.27. n.2, p265 a 283,maio-ago,2011.

LEVY DE QUEIROZ CARMO. **Liderança Situacional. Administradores.**2011.
Disponível em:<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/lideranca-situacional/51048/>. Data de Acesso 27 de fevereiro de 2018.

MARQUIS, B. L; HUSTON, C. J. **Administração e liderança em enfermagem: teoria e pratica.** 6 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MAXIMIANO, Antônio César Amaru. **Introdução a teoria geral da administração.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MAXWELL, John C., **O livro de ouro de liderança,** 2.ed. São Paulo: Thomas Nelson Brasil, 2011.

MELO, Eleuní Antônio de Andrade. Escala de avaliação do estilo gerencial (EAEG): desenvolvimento e validação. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho,** Florianópolis, v. 4, n. 2, p.31-62,dez. 2004.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Teoria geral da administração: uma abordagem prática.** 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

PEREIRA, Maria Celia. **RH Essencial: gestão estratégicas de pessoas e competências.** São Paulo, 2014.

REGATO. Vilma Cardoso. **Psicologia das Organizações.** 4.ed. Rio de Janeiro: LTC,2014.

ROBBINS, Stephen Paul. Judge Timothy. A; SOBRAL. Felipe. **Comportamento organizacional.**14. ed. São Paulo: Pearson, 2012

SIMÕES, Ana, Favero, N. O desafio da Liderança para o enfermeiro. **Rev. Latino Am. Enfermagem [on line],** set./out. 2003, v. 11, n. 5, p. 567-573, ago,2004.
Disponível, <http://www.scielo.br/scielo.php?>

SILVA, Ubirajara Brum da; KOVALESKI, João Luiz. **Desenvolvimento de equipe através da Liderança Situacional e Feedback 360** – Caso de uma equipe de manutenção da Copel Distribuição S.A, superintendência e distribuição. In: XXVI ENEGEP, 2006, Fortaleza. Anais... Fortaleza: UFC; ABEPRO,2006 p. 1-9

VERGARA. Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.**14 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela sabedoria, pela saúde e pela força que me deu durante toda a execução da pesquisa e especialmente à minha orientadora Profa. Fernanda Moreira Lima Santos pela paciência, pela perseverança e pela colaboração. Sou grata à empresa Agropaulo, que possibilitou a realização desta pesquisa, da qual faço parte como integrante ativa do processo, o que possibilitou o desenvolvimento deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos ao estimado Prof. Marcos Ricarte, Coordenador do Curso de Administração em EAD da Unichristus, pela oportunidade de aprendizado e pelo estímulo que me proporcionou para o desenvolvimento desta pesquisa.

**A INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR) OU DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU) SOBRE IMÓVEL DE DESTINAÇÃO RURAL LOCALIZADO EM ZONA URBANA.
TÍTULO**

Larissa dos Santos Noronha¹

Aline de Oliveira CostaTomaz²

RESUMO

O aumento dos grandes centros urbanos gerou um efeito geográfico conhecido como conurbação. Tal fenômeno deu origem às regiões metropolitanas e megalópoles. Devido a isto, é comum que haja imóveis de destinação rural em zonas urbanas, gerando conflito de competência tributária entre a União e o Município. A partir dessa ideia desenvolve-se uma problemática que constantemente era motivo de lide no Judiciário. Sabe-se que é ilícito a instituição de tributo por dois entes distintos da federação sobre o mesmo fato gerador, pois ocorreria uma bitributação. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) veda, expressamente, a bitributação, e discrimina as competências tributárias. Todavia, são comuns a discussão e o embate entre os entes sobre competências. Logo, o presente trabalho tem como intuito elucidar a problemática, dirimindo dúvidas em relação a incidência do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) e do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), contrastando com os princípios aplicados ao Direito Tributário – Princípio da Legalidade e da Tipicidade. Ressalte-se que o ITR é um imposto de competência Federal, já o IPTU é um imposto de competência Municipal. No entanto, gera-se uma dúvida: Podem incidir sobre o mesmo imóvel? Analisa-se a problemática sob o enfoque da lei vigente, observando a doutrina que trata do tema. Outro ponto relevante é o entendimento dos Tribunais

¹ Graduada em Direito, Aluna da Pós-Graduação em Direito e Processo Tributário na Unichristus, larissanoronha1@hotmail.com.

² Mestra em Direito Constitucional, Advogada e Professora de Cursos de Pós-Graduação na Unichristus, alinedeoliveira.unichristus@gmail.com.

pátrios sobre o tema em discussão. Diante do exposto, faz-se necessário a compreensão dessa questão controversa através de uma análise descritivo-analítica, desenvolvida baseando-se em uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo.

Palavras-chave: Princípio. Tributário. Legalidade. Tipicidade. ITR. IPTU.

ABSTRACT

The increase of large urban centers generated a geographical effect known as conurbation. Such phenomenon gave rise to the metropolitan and megalopolises. Due to this, it is common that there are rural real estate properties in urban areas. In this case, there may be conflict of tax jurisdiction between the Union and the Municipality. From this idea develops a problematic that was constantly reason to be dealt with in the Judiciary. It is known that it is illegal to impose tribute by two separate entities of the federation on the same generating fact, because a double taxation would occur. The Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988 (CRFB/88) expressly prohibits double taxation and discriminates tax jurisdiction. However, discussion and clashing between entities over competencies are common. Therefore, the present work elucidates the problematic, expressing doubts regarding the incidence of the Tax on Rural Territorial Property (TRTP) and the Tax on Urban and Territorial Property (TUTP), in contrast to the principles applied to Tax Law - Principle of Legality and Typicity. It should be emphasized that the TRTP is a federal tax of competence, since the TUTP is a Municipal Competence Tax. However, a question arises: Can they focus on the same property? The problem is analyzed under the approach of the current law, observing the doctrine that deals with the subject. Another relevant point is the understanding of the Courts on the topic under discussion. In view of the above, it is necessary to understand this controversial question through a descriptive-analytical analysis, developed based on a qualitative bibliographical research.

Keywords: Principle. Tributary. Legality. Typicity. TRTP. TUTP.

1 INTRODUÇÃO

O intenso crescimento horizontal dos sítios urbanos (área efetivamente ocupada por uma cidade) gera um fenômeno geográfico conhecido como Conurbação. Tal fenômeno acontece quando há junção e mistura de cidades que impossibilitam, muitas vezes, distinguir os limites geográficos entre elas.

Essas fusões originam metrópoles e megalópoles, que nada mais são do que um grande centro urbano composto por diversas cidades que mantêm entre si um intenso fluxo de pessoas e mercadorias, funcionando como se fosse uma única cidade – Regiões Metropolitanas. Nessas áreas, zonas urbanas e zonas rurais tornam-se tão próximas que a distinção entre elas é inviável.

Logo, é comum encontrar dentro de regiões metropolitanas propriedades rurais ou sítios. Muitas vezes, o proprietário desse tipo de imóvel acaba recebendo carnês com cobrança de impostos referente ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e ao Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Essa situação gera a discussão: o proprietário do imóvel com destinação rural localizado em zona urbana deve pagar ITR ou IPTU?

Diante dos constantes embates sobre esse tema e com o intuito de dirimi-lo, os contribuintes recorrem ao Judiciário procurando uma solução. Devido às controvérsias sobre o tema, faz-se necessário esmiuçar as características pertinentes a cada imposto.

2 CARACTERÍSTICAS GERAIS SOBRE O IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR) E O IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU);

O Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) é um imposto de competência da União previsto no artigo 153, VI da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988). Possui como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido em lei civil, localização fora da zona urbana do município, tendo como base de cálculo o valor fundiário, conforme artigo 29 do Código Tributário Nacional (CTN):

Art. 29. O imposto, de competência da União, sobre a propriedade territorial rural tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localização fora da zona urbana do Município.

Já o Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é de competência dos municípios e está previsto no artigo 156, I da CRFB/1988. Possui como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município, tendo como base de cálculo o valor venal do imóvel, conforme artigo 32 do Código Tributário Nacional (CTN):

Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município. [...]

Percebe-se, portanto, que ambos os impostos incidem sobre a propriedade do imóvel, diferenciando-os em relação a localização geográfica do mesmo, ou seja, se localizado dentro da zona urbana, incidirá sobre o imóvel o IPTU, se localizado fora da Zona Urbana, incidirá o ITR, conforme o Princípio da Territorialidade do Direito Tributário.

Todavia, é comum encontrarmos pequenas propriedades destinadas a atividades agrícolas/pecuárias dentro de Regiões Metropolitanas. Nessa hipótese, na maioria das vezes, há o conflito de competência e a discussão sobre qual imposto deve incidir, o IPTU (competência municipal) ou ITR (competência da União).

3 Análise da legislação para dirimir o conflito de competência entre a incidência do IPTU e do ITR;

Ambos os tributos estão de acordo com o PRINCÍPIO DA LEGALIDADE, que possui uma máxima absoluta, limitando o poder de tributar, sendo a Lei o instituto obrigatório que origina os tributos, conforme artigo 150, I da CRFB/1988: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça [...]”.

Ainda nesse sentido, o artigo 97 do CTN dispõe sobre a “estrita legalidade tributária”: “ Art. 97. Somente a lei pode estabelecer: I - a instituição de tributos, ou a

sua extinção” [...]. Logo, para determinarmos qual imposto deverá incidir, devemos analisar as características pertinentes ao imóvel e confrontar com a lei vigente. Em relação ao IPTU, o artigo 32 do CTN é claro e objetivo ao designar quais critérios estabelecem o caráter urbano ao imóvel. Vejamos:

Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

§ 1º Para os efeitos deste imposto, **entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:**

I - meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II - abastecimento de água;

III - sistema de esgotos sanitários;

IV - rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V - escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

§ 2º **A lei municipal pode considerar urbanas as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, destinados à habitação, à indústria ou ao comércio, mesmo que localizados fora das zonas definidas nos termos do parágrafo anterior.** *(Grifo Nosso)*

Portanto, se ocorrerem dois dos requisitos presentes no artigo 32, § 2º do CTN, conforme o Princípio da Legalidade, o imóvel será considerado em zona urbana e sobre ele incidirá IPTU. Todavia, percebe-se, pela análise fática, que há um conflito de competência entre a União e o Município.

O artigo 146, I da CRFB/1988 estabelece que quando houver conflitos de competência a lei complementar irá dirimi-los: “Art. 146. Cabe à lei complementar: I - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios”. Sobre o tema, o Decreto Lei 57/66, em seu artigo 15, dispõe sobre o lançamento e a cobrança do ITR:

Art 15. O disposto no art. 32 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, não abrange o imóvel de que, comprovadamente, seja utilizado em exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial, incidindo assim, sobre o mesmo, o ITR e demais tributos com o mesmo cobrados. (Revogação suspensa pela RSF nº 9, de 2005)

Saliente-se que o artigo 15 havia sido revogado pela Lei de nº 5.868/78 que trata do Sistema Nacional de Cadastro Rural, contudo a Resolução do Senado nº 9 de 2005, suspendeu o artigo que revogava o artigo 15 da lei supracitada. Desta forma, o artigo 15 passa a vigor novamente, complementando o artigo 32 do CTN que trata do IPTU.

Portanto, sobre o imóvel localizado em zona urbana que, comprovadamente, esteja sendo utilizado na exploração extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agro-industrial não poderá incidir IPTU. É o ITR que deverá incidir sobre o imóvel, resolvendo assim o conflito de competência e impedindo que haja uma bitributação.

Sobre essa questão MINARDI (2018, p. 852) destaca que os critérios estabelecidos no artigo 32, § 1º do CTN servem como meio para caracterizar uma Zona Urbana, porém, excepcionalmente, a destinação econômica deverá ser analisada. A área que não tiver ao menos dois dos melhoramentos acima mencionados não poderá ser considerada zona urbana. Podendo, assim, os imóveis nela situados sofrerem a incidência do ITR e não do IPTU.

Excepcionalmente, nos certames do artigo 15 do DL n. 57/66 o imóvel localizado dentro da zona urbana de um Município, mas que tiver como destinação econômica a exploração vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, incidirá o ITR e não o IPTU. Esse entendimento é pacífico nos Tribunais Superiores que destacam a observância ao critério da destinação econômica para incidência. Segue jurisprudência:

Trata-se de recurso extraordinário em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, ementado nos seguintes termos: ADIN. LEI MUNICIPAL. IPTU. ITR. DEC-LEI 57/66. DESTINAÇÃO DO IMÓVEL. A partir do Dec. -lei 57/66, **a jurisprudência pátria passou a adotar o critério topográfico para disciplinar a incidência do IPTU e do ITR sobre a propriedade imóvel.** Analisa-se nas vias ordinárias, não podendo ser objeto de ação declaratória de inconstitucionalidade, lei municipal que prevê a

incidência de IPTU em imóvel localizado na zona rural, mas utilizado como sítio de recreio. Ação improcedente. (fl. 79) No recurso extraordinário, interposto com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, aponta-se violação aos arts. 146, III, e 156, I, do texto constitucional. Nas razões recursais, alega-se, em síntese, a inconstitucionalidade do art. 4º, §3º, da Lei Municipal 2069/90, de Viamão, que dispõe acerca da incidência do IPTU sobre sítios de recreios localizados na Zona Rural. (fls. 136-144). Decido. A irresignação não merece prosperar. O Tribunal de origem, ao examinar a legislação infraconstitucional aplicável à espécie (Decreto-Lei 57/66 e Lei Municipal 2069/90 e o Código Tributário Nacional) e o conjunto probatório constante dos autos, consignou que o critério vigente para delimitar a incidência do IPTU e do ITR é o da destinação econômica do imóvel, independentemente de sua localização geográfica. Nesse sentido, cito trecho do voto do redator para o acórdão impugnado, in verbis: DES. GASPAR MARQUES BATISTA (REDATOR PARA O ACÓRDÃO). **A princípio, o legislador pátrio, ao disciplinar o fato gerador sobre a propriedade imóvel, erigiu a localização como critério, fazendo incidir o IPTU ao imóvel situado na zona urbana do município e o ITR, para o imóvel situado fora dela. Entretanto, a partir do Dec. -lei 57/66, recepcionado como lei complementar e em vigor até hoje, passou a prevalecer o critério da destinação econômica do imóvel, independentemente da localização geográfica, para determinar a incidência do ITR. De acordo com esse decreto, em relação ao imóvel comprovadamente utilizado para exploração extrativa, vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial, incidirá o ITR, mesmo que localizado no perímetro urbano.** Assim, embora a questão discutida nos autos não diga respeito, especificamente, à incidência do ITR, mas à previsão, na Lei Municipal nº 2069/90 (Código Tributário Municipal), de Viamão, sobre a incidência do IPTU, em imóvel que, mesmo localizado na zona rural, seja comprovadamente utilizado como sítio de recreio, tendo que o mesmo critério. topográfico. deve ser aplicado nesse caso. Nesse contexto, a análise da hipótese prevista na lei municipal não deve ser realizada em ação direta de inconstitucionalidade, pois, a violação porventura existente, será em relação à legislação ordinária, infraconstitucional. Portanto, Senhor Presidente, vou acompanhar o eminente Des. Arno Werlang. ? (fls. 84-85) (grifo nosso) Assim, verifica-se que a matéria debatida no acórdão recorrido restringe-se ao âmbito infraconstitucional, de modo que a ofensa à Constituição, se existente, seria reflexa ou indireta, o que inviabiliza o processamento do presente recurso. Além disso, divergir do entendimento firmado pelo Tribunal de origem demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório, providência inviável

no âmbito do recurso extraordinário. Nesses termos, incide no caso as Súmulas 279 e 280 do STF. Confirmam-se, a propósito, as seguintes decisões monocráticas: ARE 1.001.304, Rel. Min. Edson Fachin, Dje 17.10.2016, e AI 773.785, Rel. Joaquim Barbosa, Dje. 24.9.2010. Ante o exposto, nego seguimento ao recurso (art. 932, VIII, do NCPC c/c art. 21, §1º, do RISTF).
(*Grifo Nosso*)

Tal fato vem ao encontro do PRINCÍPIO DA TIPICIDADE TRIBUTÁRIA, o qual determina que o tributo somente será devido se o fato concreto se enquadrar exatamente na lei tributária. Muitos estudiosos tratam esse princípio como se estivesse inserido no princípio da legalidade. No entanto, preleciona Harada (2017, p. 283):

Como se vê, as limitações ao poder de tributar não se esgotam nos princípios expressos até agora examinados. Outras existem que decorrem do regime federativo e dos princípios adotados pela Constituição e das garantias individuais expressa ou implicitamente por ela asseguradas. Assim, estão implícitos os princípios da indelegabilidade da competência tributária, da tipicidade, bem como outros que derivam dos diversos incisos do art. 5º da CF. Também se encontra implícito o princípio da razoabilidade adiante examinado.

Portanto, o Princípio da Tipicidade Tributária deve ser considerado para a determinação da incidência dos impostos, visto que vem a complementar os princípios tributários determinados no Código Tributário Nacional. Arial, 12, espaçamento 1,5, recuo de parágrafo na primeira linha de 2 cm, alinhamento justificado.

5 CONCLUSÃO

A partir da análise do caso concreto, percebe-se que o critério determinante para enquadrar um imóvel como rural ou urbano será o CRITÉRIO DA DESTINAÇÃO ECONÔMICA, respeitando o Princípio da Tipicidade Tributária. O critério geográfico/espacial utilizado para defender a incidência do IPTU, nesse caso, deve ser desconsiderado.

O imposto cabível será o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, de competência da União, previsto na Constituição Federal de 1988, no Código Tributário Nacional e em Lei específicas, conforme o Princípio da Legalidade.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo. **Direito Tributário Esquematizado** – 10^a ed. rev. atual. e ampl. – São Paulo – SP: Método, 2016.

BRASIL. **Código Tributário Nacional de 1966**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172Compilado.htm>. Acesso em: 29 de junho de 2018.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 29 de junho de 2018.

_____. **Decreto-Lei nº 57**, de 18 de novembro de 1966. Altera dispositivos sobre lançamento e cobrança do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, institui normas sobre arrecadação da Dívida Ativa correspondente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0057.htm>. Acesso em 29 de junho de 2018.

HARADA, Kiyoshi. **Direito Financeiro e Tributário** – 26. ed. rev. atual. e ampl.- São Paulo – SP: Atlas, 2017.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário** – 31^a ed. rev. ampl. e atual. - São Paulo – SP: Malheiros Editores, 2010.

MINARDI, Josiane. **Manual de Direito Tributário** – 5. ed. rev. ampl. e atual. – Salvador-BA: JusPODIVM, 2018.

NOVAIS, Rafael. **Coleção Descomplicando o Direito Tributário** [Coordenação: Sabrina Dourado]. – 2^a ed. rev., atual. e ampl. - Recife-PE: Armador, 2016.

SABBAG, Eduardo. **Manual de Direito Tributário** – 9^a ed. – São Paulo - SP: Saraiva, 2017.

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. **Código Tributário Nacional: anotações à Constituição, ao Código Tributário Nacional e às Leis Complementares 87/1996 e 116/2003** – 6. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo - SP: Atlas, 2017.

PAULSEN, Leandro. **Curso de Direito Tributário Completo** – 8.ed. rev. e atual. – São Paulo - SP: Saraiva, 2017.

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho a minha família que sempre está ao meu lado, prestando toda ajuda e amparo necessários. Agradeço, especialmente, a minha Prof. Orientadora, Aline de Oliveira, por toda dedicação e desprendimento em auxiliar-me nesse trabalho Científico.

A INTERVENÇÃO JUDICIAL NOS CONTRATOS DE PLANOS DE SAÚDE: O CASO JÚLIA CAVALCANTE LIMA.

Igor Paiva Amaral¹
Luiza Loureiro Lima²
Laiz Mariel Santos Souza³

RESUMO

O presente artigo tem por objeto o estudo da intervenção judicial nos contratos de planos de saúde devido a um expressivo número de ações judiciais em que o consumidor pleiteia medicamentos e outros tipos de tratamento não acobertados pelo plano contratado e fora das listas de procedimentos mínimos estabelecidas pela ANS. Percebe-se, inclusive, que muitas dessas ações são deferidas logo em sede de tutela antecipada em caráter liminar, o que tem gerado um encargo financeiro muito alto às operadoras de planos de saúde. Em contrapartida, sabe-se que a finalidade de um contrato de plano de saúde é fornecer procedimentos necessários aos cuidados da saúde dos beneficiários, aqui incluídas cirurgias, medicações e demais tratamentos. Assim, com o escopo de analisar como essa intervenção estatal tem ocorrido, mister se faz um entendimento prévio sobre como se deu, em uma breve evolução histórica, a intervenção do Estado na iniciativa privada para que, assim, seja possível compreender os fatores sociais que culminaram nessa necessidade. A partir desse entendimento preliminar, compreende-se, em âmbito de saúde suplementar e dos contratos de planos de saúde, o contexto em que criou-se leis como o Código de Defesa do Consumidor e a lei que regulamenta os planos de saúde. Isso porque, tais instrumentos normativos acabam por trazer o respaldo legal

¹ Acadêmico do curso de Direito da Unichristus, atualmente cursando o 8º semestre. Integrante do Núcleo de Direito e Saúde (NDS) da Unichristus. E-mail para contato: igorpaivaama@gmail.com.

² Acadêmica do curso de Direito da Unichristus, atualmente cursando o 10º semestre. Integrante do Núcleo de Direito e Saúde (NDS) da Unichristus. E-mail para contato luizaloureirolima@gmail.com.

³ Mestre em Ciências Jurídicas-Empresariais - Menção em Direito Laboral pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professora na graduação e na pós-graduação. Professora responsável pelo Projeto Núcleo de Direito e Saúde da Unichristus. Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2012). Advogada em atuação desde 2012. Pós-graduação em Direito Privado (Carga Horária: 372h) pela Universidade Candido Mendes, UCAM, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail para contato: laizmariel@gmail.com.

para a intervenção do Estado, especialmente por meio do poder judiciário, na autonomia contratual das partes nos contratos de planos de saúde. Também por meio de uma interpretação das normas que regulamentam esse tipo de contrato, pode-se perceber um excesso desse intervencionismo, o que acaba gerando prejuízo às empresas operadoras. Como forma de exemplificar tal situação, bem como para que se compreenda os dois lados do conflito, apresenta-se o caso da menor Júlia Cavalcante Lima.

Palavras-chave: Intervenção. Saúde. Contratos. Judicialização. Operadoras de Planos de saúde. Beneficiário.

ABSTRACT

The purpose of this article is to study judicial intervention in healthcare contracts due to a significant number of lawsuits in which the consumer asks for medicines and other types of treatment not covered up by the contracted plan and out of lists of minimum procedures established by the ANS. It can be seen, including that many of these actions are transmitted soon in early tutelage in character injunction, what has generated a very high financial burden to health care operators. On the other hand, it is known that the purpose of a contract of insurance is to provide procedures of healthcare recipients, here included surgeries, medications and other treatments. So, with the scope to examine how that State intervention has happened, mister make a prior understanding about how you gave, in a brief historical evolution, State intervention in private enterprise for that, so it is possible to understand the factors This culminating social need. From this preliminary understanding, it is understood, in context of health and health insurance contracts, the context in which created laws such as the code of consumer protection and the law that regulates health plans. This is because such normative instruments eventually bring legal support to the intervention of the State, especially through the judiciary, in the contractual autonomy of parties in insurance contracts. the contractual parties in insurance contracts. Also by means of an interpretation of the rules governing this type of contract, you can realize an excess of this interventionism, which ends up causing prejudice to the operators. As a way of exemplifying this situation, as well as to make the two sides of the conflict understandable, the case of the younger Júlia Cavalcante Lima is

presented.

Keywords: Intervention. Health. Contracts. Judiciary. health plan operators. Recipient.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa objetiva analisar a intervenção estatal na autonomia de vontade das partes nas relações envolvendo Operadoras de Planos de Saúde e seus beneficiários, para que, assim, se possa verificar se existem excessos nessa intervenção ou se, em verdade, as ações judiciais são os meios pelos quais o consumidor procura o cumprimento por parte da operadora de plano de saúde daquilo que ela se comprometeu a fornecer.

Para que se possa alcançar o mencionado objetivo, foi feito, em um primeiro momento, uma análise dos fenômenos ocorridos na história, até chegar na Constituição Federal de 1988, com suas regras e princípios, o que possibilitou a intervenção do judiciário nos contratos firmados entre particulares.

Sendo assim, será apresentado um breve esboço histórico da dicotomia direito público x direito privado, sendo analisado como este último sofreu modificações ao longo da história, até chegar ao atual modelo, qual seja, um modelo voltado mais para o social, em prol da dignidade humana.

Em seguida, será feita uma breve análise sobre o regime jurídico aplicável aos contratos, dando ênfase aos contratos de adesão firmados entre as Operadoras de Planos de Saúde e seus beneficiários, conceituando os principais institutos para que seja possível o entendimento do assunto abordado.

Por fim, será estudado o processo judicial envolvendo a beneficiária Júlia Cavalcante Lima, que foi diagnosticada com Atrofia Muscular Espinhal (AME) tipo 2, e a Operadora de Planos de Saúde Unimed Fortaleza, a qual foi demandada para custear o tratamento da menor, análise essa importantíssima para que se compreenda como o judiciário vem se posicionando sobre eventuais abusos tanto de um lado (beneficiário), quanto do outro (operadoras de planos de saúde).

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Breve esboço histórico sobre o intervencionismo estatal na esfera privada

Sabe-se que, no decorrer do tempo, a depender do contexto histórico vivido pela sociedade, o direito necessita passar por transformações para que, assim, adapte-se à realidade social em que está inserido. Tal fato não é diferente quando se pensa na intervenção estatal na esfera privada. Isso porque a dicotomia direito público e direito privado e, conseqüentemente, a influência de um sobre o outro, também sofre alterações que decorrem do contexto sociopolítico em que está inserida.

Nesse sentido, por ser fundamental ao entendimento dos impactos que as operadoras de planos de saúde vêm sofrendo em decorrência da intervenção estatal nos contratos particulares firmados com os beneficiários, bem como da necessidade social que originou tal intervencionismo, importante é que seja visto como se deu esse processo em uma breve evolução histórica, a qual se passa a analisar.

No período do absolutismo, forma de governo bastante comum na era moderna nos países ocidentais e que foi defendida e difundida por importantes pensadores como Thomas Hobbes e Nicolau Maquiavel, o Estado baseava-se na concentração de poderes nas mãos de uma única pessoa, qual seja, o monarca. Nesse período, as liberdades individuais eram quase que inexistentes, visto que o poder do soberano não tinha limites, ele poderia fazer qualquer coisa para se manter dominante e controlando o Estado e seus súditos⁴. Resumindo, o Estado absolutista sufocava a sociedade em todos os seus campos, incluindo a economia, a religião, o direito, dentre outros aspectos da vida da população.

Acontece que, no interior da sociedade absolutista, uma classe vinha ganhando um enorme poderio econômico, qual seja, a classe burguesa. Esse poderio econômico veio muito em função da descoberta do “novo mundo” e o conseqüente crescimento do comércio internacional. Apesar de terem um enorme poderio econômico, a burguesia não detinha qualquer importância política.⁵

Esse período foi marcado também por uma enorme perseguição aos que pensavam diferente e em desfavor do regime absolutista. Entretanto, apesar da repressão que os pensadores contrários a essa concentração de poder sofriam, surgiu uma corrente que começou a questionar o *status quo* do período absolutista, podendo ser citados, como alguns dos maiores expoentes dessa visão emergente, os

⁴ MARMELSTEIN, George, **Curso de Direitos Fundamentais**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014, p. 32-33.

⁵ MARMELSTEIN, George, **Curso de Direitos Fundamentais**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014, p. 40.

pensadores iluministas John Locke, que defendia que até mesmo o monarca deveria se subordinar às leis aprovadas pela sociedade; Montesquieu, que defendia uma necessária separação dos poderes em um sistema de freios e contra pesos, e que serviu como base para se chegar ao modelo tripartite atual (executivo, legislativo e judiciário); Adam Smith, que cunhou a famosa expressão “mão invisível” do mercado; e Jean-Jacques Rousseau, que defendia a necessidade de o Estado satisfazer o bem comum e não apenas de uma ou alguma parcela da população⁶. Desses pensadores emerge a era do individualismo, a tentativa da total desvinculação do Estado frente à autonomia da vontade das partes e das relações entre os particulares, bem como a limitação do poder do soberano.

Na Revolução Francesa, que teve seu término no final do século XVIII e que marca o ingresso na era contemporânea, os anseios da classe burguesa foram totalmente realizados, uma vez que foi nesse período, já marcado pela acentuação da liberdade econômica⁷, que possibilitou a classe capitalista o acesso ao controle do poder político, além do poderio econômico.

Justamente pelo fato de prevalecer o não intervencionismo estatal que a era contemporânea é caracterizada pelo ápice da dicotomia entre direito público e direito privado, uma divisão que forneceu ambiente propício para a criação dos grandes e famosos códigos privados.

Dentre os mais famosos códigos de direito privado dessa época, pode-se destacar o Código Civil francês, chamado também de Código Napoleônico, de 1804, que permanece em vigor até os dias atuais. O Código Napoleônico, para seus criadores, era autossuficiente, pois podia regular todas as relações interprivadas, sem abertura para qualquer interpretação, cabendo ao Estado/juiz da época apenas aplicá-lo mecanicamente, período no qual ficou conhecida a expressão “*bouche de la loi*”, ou seja, juiz boca da lei⁸.

Com o enorme crescimento dos códigos privados na era contemporânea e a sua grande importância para concretização dos ideais burgueses, as Constituições

⁶ MARMELSTEIN, George, **Curso de Direitos Fundamentais**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014, p. 33-35.

⁷ FACCHINI NETO, Eugênio. **Reflexões histórico-evolutivas sobre a constitucionalização do direito privado**. In: SARLET, Ingo (org.), **Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado**. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p.17 e 18.

⁸ FACCHINI NETO, Eugênio. **Reflexões histórico-evolutivas sobre a constitucionalização do direito privado**. In: SARLET, Ingo (org.), **Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado**. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p.20-21.

tiveram um papel secundário, possuindo natureza eminentemente política.

Nesse sentido, ensina Eugênio Facchini Neto que as constituições liberais e flexíveis acabaram por não possuírem eficácia vinculante no que se refere ao legislador ordinário. Isso porque, nas palavras do autor, as constituições “eram documentos de acentuada natureza política, sem força jurídica para garantir a conservação do existente nem para impulsionar a conformação do futuro, no âmbito das relações privadas”. O autor ainda fala que “eram os próprios códigos civis que exerciam a função de verdadeiras constituições no âmbito das relações jurídicas privadas”. As cartas privadas desse período davam enorme importância ao direito de propriedade e a autonomia privada, transformando-os “em verdadeiros direitos fundamentais, e de forma quase absoluta, o direito civil garantia o existente e a estabilidade das relações sociais”⁹.

Dessa forma, pode-se notar a importância dada ao direito privado, que se apresenta como verdadeira fortaleza dos ideais burgueses, possuindo o direito constitucional da época uma importância secundária.

Como se verifica, as constituições desse período não possuíam nenhuma força normativa perante os particulares, ou seja, eram destituídas de aplicabilidade horizontal, que é aquela que possui eficácia apenas entre os particulares, possuindo força apenas vertical, ou seja, entre o Estado e seus súditos. Sendo assim, todos os direitos postos nas cartas constitucionais não eram aplicados nas relações entre particulares, sendo utilizados nessas relações apenas os códigos privados, valendo ressaltar novamente que as codificações de direito privado da época davam importância exacerbada aos princípios da autonomia da vontade das partes, da força obrigatória dos contratos, dentre outros princípios que favoreciam a acumulação de riquezas pela classe capitalista.

Porém, como consequência do liberalismo econômico, marcado pela importância do individualismo e da valoração do capital em detrimento dos valores sociais e da dignidade da pessoa humana, a era contemporânea acaba por registrar um aumento das desigualdades e a pouca ou quase inexistente melhora das condições de vida de grande parte da população. Tal fato acabou deixando dúvidas sobre quem realmente saiu ganhando com as conquistas alcançadas, clamando-se,

⁹ FACCHINI NETO, Eugênio. **Reflexões histórico-evolutivas sobre a constitucionalização do direito privado**. In: SARLET, Ingo (org.), **Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado**. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003, p.35.

dessa forma, por mudanças¹⁰.

Apesar da grande luta do povo para alterar o modelo concentrador do absolutismo, a igualdade formal vigente à época, que é aquela que prega a igualdade entre todos perante a lei e que ficou conhecida como a igualdade “da boca para fora, que não sai do papel”¹¹, não trouxe reais benefícios para todos. Em contrapartida, a igualdade material, que pode ser definida como aquela igualdade substancial, ligada a melhoria das condições de vida para todos e não apenas para alguns, encontrava-se longe de ser efetivada.

Assim, a efetivação dos direitos de primeira geração, quais sejam, os civis e os políticos, não foram suficientes, visto que se tornou nítido que o Estado não era o único que poderia ameaçar a concretização de uma vida digna para todos, já que, dentro da sociedade, alguns agentes particulares, em especial a burguesia, estavam ganhando enorme destaque e força em detrimento dos demais.

Diante da enorme crise social de miséria que passa a maior parte da população, e como reação ao Estado individualista, surge, após a Segunda Guerra Mundial, o período do Constitucionalismo social, em que as constituições, antes com papel secundário, ganham enorme importância, surgindo os chamados direitos de segunda geração, quais sejam, os econômicos, sociais e culturais, que buscam fornecer melhores condições de vida para todos os indivíduos, e que foram incorporados nas constituições de países como o México, em 1917, e Alemanha, na sua constituição de 1919¹². Assim, a busca pela igualdade material se torna o próximo objetivo a ser alcançado pelas nações.

Como não poderia ser diferente, as relações privadas sofreram modificações que buscaram proporcionar a igualdade material, e não mais apenas a igualdade formal entre os particulares. O direito privado, nessa nova concepção social-jurídica emergente, é muito bem descrita por Eugênio Facchini Neto, que ensina que, nesse novo período, no âmbito das relações privadas, a “vontade dos particulares encontra-se limitada.[...] Essa limitação se dá principalmente a partir da concretização dos princípios constitucionais da solidariedade social e da dignidade da pessoa

¹⁰ MARMELESTEIN, George, **Curso de Direitos Fundamentais**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014, p.44-45.

¹¹ FACCHINI NETO, Eugênio. **Reflexões histórico-evolutivas sobre a constitucionalização do direito privado**. In: SARLET, Ingo (org.), **Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado**. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p.35.

¹² MARMELESTEIN, George, **Curso de Direitos Fundamentais**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014, p.46.

humana”. Dessa forma, abandona-se a concepção individualista das relações interprivadas pela ética da solidariedade social, relativizando, dessa forma, a autonomia da vontade das partes¹³.

Aceitando-se assim a possibilidade da aplicação das normas constitucionais nas relações privadas, inicia-se uma nova discussão. O novo debate centra-se em como serão aplicados os direitos fundamentais no direito privado, se é que devem ser aplicados, e sendo aplicáveis, quais os limites razoáveis e aceitáveis dessa intervenção de normas constitucionais nas codificações e relações interprivadas.

Virgílio Afonso da Silva explica os três modelos que tentam interpretar esse fenômeno, quais sejam, o modelo direto, o modelo indireto e o não-modelo, este último que nega a aplicação das normas constitucionais nas relações entre os particulares.

No não-modelo, é negado “quaisquer efeitos dos direitos fundamentais nas relações entre particulares”. Entretanto, “não se nega a eficácia daqueles”. As normas de direitos fundamentais continuam eficazes e, portanto, aptas a produzir efeitos, mas somente nas relações entre Estado e os agentes privados, ou seja, apenas nas relações verticais¹⁴.

No modelo indireto, é sustentado “que os direitos fundamentais produzem efeitos nas relações entre particulares, mas que esses efeitos são indiretos, ou seja, por meio de uma mera reinterpretação do direito privado”, não se negando, assim, a eficácia das normas de direitos fundamentais, nem sua produção de efeitos nas relações entre particulares, mas apenas sua aplicabilidade direta dessas normas a essas relações¹⁵.

Já no modelo direto, aduz Virgílio Afonso da Silva:

“se sustenta que as normas de direitos fundamentais conferem, diretamente, direitos subjetivos aos envolvidos em uma relação jurídica interprivados, pressupõe-se não somente que as normas de direitos fundamentais são eficazes e produzem efeitos nesse tipo de relação, mas também que essa produção de efeitos é direta, via aplicação das normas de direitos

¹³ FACCHINI NETO, Eugênio. **Reflexões histórico-evolutivas sobre a constitucionalização do direito privado**. In: SARLET, Ingo (org.), **Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado**. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p.23.

¹⁴ SILVA, Virgílio Afonso da, **A Constitucionalização do Direito - Os direitos Fundamentais nas Relações Entre Particulares**, 1º ed. São Paulo: Malheiros, 2005, págs. 59-60.

¹⁵ SILVA, Virgílio Afonso da, **A Constitucionalização do Direito - Os direitos Fundamentais nas Relações Entre Particulares**, 1º ed. São Paulo: Malheiros, 2005, págs. 59-60.

fundamentais. Pode-se, nesse caso, e somente nesse caso, falar em aplicabilidade das normas de direitos fundamentais às relações entre particulares.”¹⁶

Como se observa, apesar das divergências sobre essa possibilidade de aplicação direta ou indireta das normas constitucionais nas relações entre privados, a legislação brasileira, bem como a doutrina pátria, vem se posicionando em prol dessa possibilidade e, muitas vezes, da necessidade desse tipo de intervenção, como se verá a seguir no presente trabalho.

2.2 Regime jurídico dos contratos de planos de saúde no direito brasileiro

Depois de se fazer uma breve análise sobre a evolução histórica do direito privado, bem como sua necessária aproximação com o direito público, é importante, nesse momento, que se compreenda como essa influência do direito público se dá no âmbito das relações contratuais, mais especificamente no que se refere aos contratos de planos de saúde, para que, assim, seja possível analisar quais os possíveis impactos da intervenção judicial na autonomia de vontade das partes.

Inicialmente, cumpre ressaltar que os contratos estão regulados no Código Civil, em seus artigos 421 e seguintes, seja em seu aspecto geral, seja no que se refere a alguns contratos em espécie. Porém, conforme o próprio artigo 425 do CC dispõe, poderá haver outras espécies de contratos que não aquelas expressamente previstas, as quais serão regidas pela autonomia de vontade das partes, desde que observadas as regras gerais do Código Civil, da Constituição Federal, bem como de outras leis específicas, a depender do tipo de contrato.

Nesse sentido, inicialmente, os contratos de plano de saúde, que não fazem parte do rol de contratos em espécie do Código Civil¹⁷, eram redigidos entre a operadora de plano de saúde e os seus beneficiários, não havendo lei específica que o regulamentasse, o que acabava por deixar o beneficiário à mercê daquilo que era estipulado pelas empresas, seja no que se refere aos valores, seja nos direitos e obrigações abrangidos.¹⁸

¹⁶ SILVA, Virgílio Afonso da, **A Constitucionalização do Direito - Os direitos Fundamentais nas Relações Entre Particulares**, 1^o ed. São Paulo: Malheiros, 2005, págs. 59-60.

¹⁷ Importante ressaltar que, mesmo na égide do Código Civil de 1916 não havia regulamentação específica dos contratos de planos de saúde.

¹⁸ PFEIFFER, R. A. **Regulamentação dos planos de saúde e a proteção do consumidor**. Revista de Direito Sanitário, v. 2, n. 2, p. 38-39, 7 jul. 2001. disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/acoes-contra-planos-de-saude-crescem-mais-de-300-em-seis-anos-em-sp.ghtml>> 06/10/2017.

O doutrinador Flávio Tartuce, citando Irineu Strenger, ensina que “com o fenômeno da padronização das transações, decorrente de uma economia de *mass production*”, a ideia clássica de liberdade contratual teria sido modificada, pois o contrato passou a ser uma norma imposta pela empresa situada em posição de superioridade¹⁹.

Dessa forma, com o acúmulo de poderio de alguns agentes privados - no caso em análise, o grande poder econômico adquirido pelas operadoras de planos de saúde - houve um aumento das desigualdades, influenciando negativamente na capacidade de negociação das cláusulas contratuais.

Virgílio Afonso da Silva, explicando melhor o crescimento desses agentes privados, diz que algumas corporações, apesar de serem privadas, tiveram uma enorme ascensão financeira, o “que lhes confere um tal poder de decisão nas suas relações com os indivíduos que qualquer relação jurídica entre ambos [...] é na verdade, uma relação de dominação, que ameaça [...] os direitos fundamentais dos particulares”²⁰.

Assim, apesar da proteção conferida pelo Código Civil e pela Constituição Federal, não era incomum que abusos ocorressem, tais como valores altos de mensalidades, bem como ausência de cobertura dos mais elementares serviços de saúde, o que justifica, até os dias atuais, mesmo com legislação mais protetiva, o enorme número de demandas judiciais contra esse setor, fazendo que as operadoras se abstivessem da finalidade principal daquilo que foi contratado: fornecer serviços que, de fato, atendessem às necessidades dos contratantes nos aspectos de sua saúde²¹.

Posteriormente, em 1990, entrou em vigor o Código de Defesa do Consumidor, o qual, reconhecendo a hipossuficiência daquele que adquire produtos e serviços como destinatário final, passou a tratar, além de outras providências, da proteção do consumidor.

¹⁹ TARTUCE, Flávio, Direito Civil – v.3. **Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie**. 11. ed., Rio de Janeiro: forense Ltda, 2016, p.6. **Apud.** Prefácio, in STRENGER, Irineu. *Contratos...*, 1999, p.17).

²⁰ SILVA, Virgílio Afonso da, A **constitucionalização dos Direitos Fundamentais nas relações entre particulares**, 1. ed. São Paulo, Malheiros, 2005, pág. 52-53.

²¹ PFEIFFER, R. A. Regulamentação dos planos de saúde e a proteção do consumidor. Revista de Direito Sanitário, v. 2, n. 2, p. 39-40-41, 7 jul. 2001.) - (Ações contra planos de saúde crescem mais de 300% em seis anos em SP. G1 - disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/acoes-contra-planos-de-saude-crescem-mais-de-300-em-seis-anos-em-sp.ghml>> 06/10/2017

Portanto, além da regulamentação geral trazida pelo Código Civil, bem como pela Constituição Federal, a autonomia de vontade das partes em contrato de plano de saúde passou a ser regida, também, pelo CDC. Isso porque o beneficiário de um plano de saúde, por ser destinatário final dos serviços fornecidos, e a empresa, por ser aquela quem fornece esses serviços, enquadram-se, respectivamente, nos conceitos de consumidor e fornecedor dos artigos 2º e 3º do CDC. Dessa forma, passou-se a aplicar as normas de proteção da referida lei aos contratos de planos de saúde, o que inclusive, foi confirmado pelo STJ, no ano de 2010, ao editar a Súmula 469 que dispunha: “aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde”²².

É importante, para que se compreenda o que fundamenta a intervenção judicial na autonomia de vontade das partes em contratos de planos de saúde, que algumas dessas normas de proteção do CDC sejam estudadas, mais especificamente os princípios da boa-fé objetiva, da função social dos contratos, da continuidade da empresa, bem como sobre os contratos de adesão e as cláusulas abusivas.

O princípio da boa-fé objetiva, diferentemente da boa-fé subjetiva, no qual se analisa a intenção do agente (psicológico) para sua aplicação, centra-se no comportamento do sujeito contratante, em seu agir, “especialmente no sentido de não sonegar ao outro contraente informações relevantes a respeito do objeto e conteúdo do negócio”. O artigo 422 do C.C/2002 traz previsão expressa de tal princípio, informando que “os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé”²³.

O princípio da função social dos contratos é bem conceituado por Flávio Tartuce, ensinando o nobre doutrinador que “os contratos devem ser interpretados de acordo com a concepção do meio social onde estão inseridos, [...] garantindo que a igualdade entre as partes seja respeitada”, propiciando, assim a justiça e o equilíbrio contratual. Tal princípio está expressamente previsto no artigo 421 do C.C/2002, trazendo que “a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato”²⁴.

²² PFEIFFER, R. A. Regulamentação dos planos de saúde e a proteção do consumidor. Revista de Direito Sanitário, v. 2, n. 2, p. 41-42, 7 jul. 2001. disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/acoes-contras-planos-de-saude-crescem-mais-de-300-em-seis-anos-em-sp.ghtml>> 06/10/2017

²³ GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil brasileiro. V.3. **Contratos e atos unilaterais**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 35-36.

²⁴ TARTUCE, Flávio, Direito Civil. v.3. **Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie**. 11.ed.

Já em contrapartida aos dois princípios anteriores, o princípio da continuidade da empresa, trazido pela Lei 11.101 (Lei de falências), prega a “conservação da atividade (e não do empresário, do estabelecimento ou de uma sociedade), em virtude da imensa gama de interesses que transcendem os dos donos do negócio e gravitam em torno da continuidade deste [...]”²⁵. Dessa forma, vários são os prejudicados no caso da descontinuidade de uma empresa, quais sejam, consumidores, empregados, bem como o(s) próprio(s) dono(s). No caso das operadoras de plano de saúde, por prestarem um serviço de enorme interesse social, bem como pela insuficiência do Sistema Único de Saúde (SUS) em atender toda a população, a conservação dessas empresas é de suma importância

No que se refere ao contrato de adesão, Flávio Tartuce o conceitua como sendo “qualquer contrato em que não haja plena discussão das cláusulas contratuais, ao contrário do que ocorre nos contratos paritários”²⁶. Lembrando que na teoria contratual clássica, contratos paritários eram aqueles nos quais as cláusulas eram plenamente discutidas pelos contratantes, chamado, também, de contrato negociado, o que não é o caso dos contratos de adesão.

O Código de Defesa do Consumidor também conceitua o contrato de adesão, trazendo, em seu artigo 54, que o contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo. Contrato de adesão é assim, o pacto firmado entre duas ou mais partes, mas no qual as cláusulas são redigidas apenas por uma delas, cabendo à outra apenas aceitá-las ou não. Diante dessa informação, surge uma série de implicações práticas aos contratos firmados com as operadoras de planos de saúde.

Assim, haja vista a constante abusividade da parte contratante ao redigir os contratos de adesão, o CDC trouxe em seu artigo 51 o que são cláusulas abusivas, bem como sua proibição nos contratos consumeristas.

No que se refere aos contratos de planos de saúde, pode-se dizer que as principais cláusulas abusivas existentes são: artigo 46 do Código de Defesa do

Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 63.

²⁵ COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 31.

²⁶ TARTUCE, Flávio, **Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie**. 11.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p.28.

Consumidor, que trata da abusividade pela falta de informação, visto que nem sempre as cláusulas limitadoras de direitos são passadas ao beneficiário com clareza; o artigo 51, inciso IV, também do CDC, que trata da abusividade pela onerosidade excessiva, ou seja, o beneficiário encontra-se excessivamente prejudicado pelo que fora estipulado pela operadora contratada; os índices de reajustes aplicados pela operadora de plano de saúde, quando estas não respeitam as resoluções emanadas pela Agência Nacional de Saúde (ANS), quando o órgão regulador trata de ajustamento de preços, dentre outras problemáticas inerentes às especificidades dessa espécie de contrato.

Sendo assim, para tal espécie de contrato, por não haver uma real negociação sobre suas cláusulas, cabendo ao consumidor apenas aceitá-las ou não, os termos deverão ser redigidos e feito de tal forma que deixe o consumidor ciente das limitações contratuais, bem como todos os seus direitos enquanto beneficiário de determinado plano de saúde. Quando tais enunciados normativos não são respeitados, eis que surge a maior influência dos princípios da função social do contrato, da boa-fé objetiva, bem como dos princípios inerentes aos contratos que servem como fator de reinterpretação do direito privado nacional.

Dessa forma, quando um contrato de plano de saúde possui cláusulas consideradas abusivas que fere princípios, o poder judiciário é acionado para que dê efetividade a tais direitos. Por esse motivo, muitas são as demandas ajuizadas diariamente pelos beneficiários de planos de saúde com o fim de conseguir determinados medicamentos, tratamentos, cirurgias que lhes são negados pelas operadoras de planos de saúde, como já relatado.

Também não raras as vezes, pautando-se nas mencionadas regras do Direito Civil e Constitucional, os juízes acabam por deferir muitas dessas demandas de forma contrária àquilo que foi estipulado nos contratos ou, até mesmo, pela própria Agência Nacional de Saúde (ANS).

Assim, o modo como os princípios constitucionais adentram nas relações interprivadas, em especial os contratos de planos de saúde, conforme já fora analisado anteriormente, ainda é tema de debates e que, no direito brasileiro, vem seguindo-se o modelo da aplicabilidade indireta, ou seja, por meios das cláusulas gerais, conforme se verá a seguir na análise do caso da menina Júlia Cavalcante Lima.

Cláusulas gerais podem ser conceituadas como sendo “as brechas através das quais os direitos fundamentais conseguem ingressar no direito civil”²⁷. Sendo assim, quando o legislador incluiu termos indeterminados e gerais nos códigos privados, como os mencionados princípios da função social dos contratos, da boa fé objetiva, dentre outros, sua intenção foi que tais normas e princípios fossem interpretadas conforme a constituição, escolhendo aquela interpretação que dê maior eficácia aos direitos fundamentais, irradiando, assim, todos os mandamentos constitucionais, que se encontram no ápice do ordenamento jurídico, por todos os ramos do direito.

Dessa forma, nas palavras de Eugênio Facchini Neto, a constituição “contém normatividade jurídica reforçada [...] devendo servir como parâmetro de confronto para todo o ordenamento jurídico, além de auxiliar a este como critério informativo e interpretativo validante”²⁸.

Portanto, o que se tem percebido é um excesso de judicialização em face das operadoras de planos de saúde, em que são deferidos pedidos que, muitas vezes, além de estarem previstos no rol de procedimentos excluídos da cobertura do plano, ainda são condenações de elevado valor.

Porém, deve-se ressaltar que, uma vez que as operadoras de planos de saúde fornecem serviços que visem a garantir, sempre que possível, a saúde de seus beneficiários, respeitando, portanto, a finalidade do contrato, o seu equilíbrio e a boa-fé objetiva, não podem essas empresas se esquivarem de suas obrigações, mesmo porque os valores por elas recebidos de mensalidade não são de pequena monta.

Como forma de analisar essa intervenção do poder público nos contratos de planos de saúde em nome dos princípios da boa-fé objetiva, do equilíbrio contratual, da vedação de cláusulas abusivas, dentre outros, bem como os impactos que tal intervenção tem gerado para as empresas operadoras de planos de saúde, será analisado, a seguir, o caso da menina Júlia Cavalcante Lima.

Vale ressaltar que, recentemente, o STJ cancelou a Súmula 469 e editou, em substituição, a Súmula 608, a qual dispõe que aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, salvo os administrados por entidades

²⁸ FACCHINI NETO, Eugênio. **Reflexões histórico-evolutivas sobre a constitucionalização do direito privado**. In: SARLET, Ingo (org.), **Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado**. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003. p.39

de autogestão. Assim, apenas naqueles contratos em que existe “uma empresa ou outro tipo de organização, que institui e administra o programa ou plano de saúde de seus sócios, empregados e beneficiários”[...]²⁹ não se aplica o CDC, o que acontece nos demais.

2.3 A intervenção judicial nos contratos de planos de saúde: análise do caso Júlia Cavalcante Lima

Depois de se ter percorrido brevemente o histórico da intervenção do Estado no âmbito das relações interprivadas, bem como o atual regime jurídico dos contratos de planos de saúde, em que se constatou um expressivo intervencionismo do Estado e do poder judiciário nesse tipo de negócio jurídico, nesse momento será apresentada uma análise jurisprudencial³⁰ da demanda ajuizada por Júlia Cavalcante Lima, menor representada por sua genitora, em face da Unimed Fortaleza, objetivando o fornecimento do tratamento para Atrofia Muscular Espinhal - AME com o fármaco de alto custo SPIRANZA (NUSINERSEN). A relevância do referido caso concreto ao tema aqui abordado se revela no fato de o fármaco mencionado está excluído da cobertura obrigatória pelas operadoras de planos de saúde, mas, ainda sim, em um primeiro momento, foi concedido pela justiça.

Atrofia Muscular Espinhal – AME é uma doença neuromuscular degenerativa que tem origem genética autossômica recessiva apresentando incidência de 1 a cada 10.000 nascimentos, com característica de lesão de moto neurônios localizados na coluna anterior a medula espinal.³¹ É a segunda doença autossômica recessiva fatal mais comum, estando atrás somente da Fibrose Cística.³² É classificada e dividida em 4 tipos, em concordância com a idade de início da doença e a função motora que foi adquirida³³.

²⁹ BOTTESINI, Maury Ângelo, MACHADO, Mauro Conti. **Lei dos planos e seguros de saúde, comentada artigo por artigo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015, pág. 3.

³⁰ Processo judicial nº 0162401-08.2017.8.06.0001

³¹ ARAÚJO, P. A.; RAMOS, G. V.; CABELLO, H. P. Dificuldades diagnósticas na atrofia muscular espinhal. **Arq. Neuropsiquiatria**. Rio de Janeiro 2005. v. 63, n.1, p. 145-149. Disponibilizado em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2005000100026. Acesso em: 26 de agosto de 2018.

³² FROTA, A. M.; ALVES, M. .M. I.; SILVEIRA, G. V.; ANDRADE, S. I.; CASIMIRO, F. C. Percepção da família frente à qualidade de vida de crianças com atrofia muscular espinhal. **Rev. Ciência da Enfermagem em tempos de interdisciplinaridade**. Campo Grande, trab. 321, 2011.

³³ BAIONI MT, AMBIEL CR. Atrofia muscular espinhal: diagnóstico, tratamento e perspectivas futuras. **Jornal de Pediatria**, 2010, v.86, n.4. p.261-270. Disponibilizado em:

As divisões da Atrofia Muscular Espinhal:

AME tipo I (também conhecida por AME severa, AME aguda ou doença de Wendnig-Hoffmann), se manifesta de 0 a 6 meses de vida. Sua característica é a dificuldade de sentar sem apoio e apresenta baixa expectativa de vida.

AME tipo II (AME crônica ou de fase intermediária), sua manifestação é dos 6 aos 18 meses, os melhores desenvolvidos conseguem sentar sozinhos e ficar em pé com o devido apoio, mas sem conseguir andar e apresenta expectativa de vida de 10 a 40 anos.

AME tipo III (AME juvenil ou Doença de Kugelberg-Welander), sua manifestação é após os 18 meses e de forma mais branda, os pacientes conseguem andar de forma independente.

AME tipo IV, não há consenso quanto à idade inicial, desenvolve-se após os 10 anos, os pacientes conseguem andar normalmente e apresentam expectativa de vida normal.³⁴

Júlia Cavalcante Lima possui 5 anos e foi diagnosticada com Atrofia Muscular Espinhal – AME tipo 2 (fase intermediária), antes de completar 1 ano. Desde seu diagnóstico, a requerente já sofreu diversas intervenções médicas, estando hoje em casa utilizando dos serviços de *Home Care* com enfermeira 24 horas, tratamento multidisciplinar, dependendo de ventilação não invasiva. Todo esse tratamento tem o objetivo de tentar controlar e retardar a evolução da doença.

O fármaco Spiranza (Nusinersen) pleiteado na demanda aqui em análise é o único medicamento com eficácia contra a Atrofia Muscular Espinhal. O Laboratório Biogen já registrou a medicação no FDA, que é a agência americana, na EMA, que é a agência europeia, no Canadá, no Japão e, em maio de 2001, foi protocolado junto à Anvisa a solicitação de registro do medicamento no Brasil³⁵.

A exordial traz os tópicos da prescrição médica, aplicação do Código de Defesa do Consumidor, a inversão do ônus da prova, a responsabilidade do plano de saúde em fornecer o remédio, o registro na Anvisa, a possibilidade do custeio, e a tutela de urgência.

No despacho, o juiz deferiu a tutela antecipada determinando que o plano de saúde fornecesse a medicação em 24 horas com a dosagem e a aplicação conforme o relatório médico acostado aos autos, sob pena de multa diária de R\$ 1.000,00 (mil reais) limitados a 30 dias, por observar a necessidade da utilização do fármaco por ser o único meio para possibilitar a melhora no quadro da requerente, e assim é

<http://www.scielo.br/pdf/jped/v86n4/a04v86n4>. Acesso em: 26 de agosto de 2018.

³⁴ BAIONI MT, AMBIEL CR. Atrofia muscular espinhal: diagnóstico, tratamento e perspectivas futuras. **Jornal de Pediatria**, 2010, v.86, n.4. p.261-270.

³⁵ Processo judicial nº 0162401-08.2017.8.06.0001

abusivo qualquer ato da requerida que por ventura venha a limitar o tratamento.

Prestando esclarecimentos, a requerida Unimed Fortaleza trouxe o rol de procedimentos e eventos em saúde, alegando que os Planos de saúde são obrigados a prestar exames e procedimentos que estejam inclusos no Rol de Procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e informou que o tratamento requerido não consta no referido Rol, dessa forma, a operadora não se preparou para fornecer tal medicação, não calculando tal custo.

Tratou a empresa, ainda, do alto custo da medicação, cujo valor unitário é R\$ 482.000,00 (quatrocentos e oitenta e dois mil reais) e o custo total é de R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) podendo, assim, causar prejuízo à prestação de serviços da cooperativa aos seus outros usuários, do desequilíbrio econômico da cooperativa que poderá afetar o comprometimento dos contratos firmados com os demais usuários, do direito à saúde X Direito coletivo à saúde, da regularização junto à ANVISA, pois, só após essa fase, a Câmara de Regularização de Mercado de Medicamentos (CMED) poderá determinar o preço máximo para a comercialização, bem como alega que possui 12 pacientes com a mesma enfermidade, sendo o custeio anual de aproximadamente 36 milhões de reais, sendo que ao final requereu a reconsideração do despacho que concedeu a tutela antecipada.

Após os fatos apresentados pela requerida, o juiz revogou a tutela antecipada, desobrigando a Unimed Fortaleza ao fornecimento do medicamento justificando seu novo entendimento em dois pontos: o fato de o medicamento não estar incluso no Rol de procedimentos autorizados pela ANS e em razão de o medicamento ainda estar em processo de inclusão com fixação de preço, sendo o seu fornecimento desproporcional aos valores despendidos pela parte autora, trazendo desequilíbrio ao contrato e prejuízo irreparável à requerida e aos demais usuários, ante o alto custo para aquisição do fármaco.

A requerida Unimed Fortaleza, em sua contestação, alegou, no mérito, a modalidade contratual envolvida, o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, o risco de desequilíbrio econômico financeiro, a permissibilidade no ordenamento jurídico, a existência de contrato de adesão e a possibilidade de limitação de serviços, o ônus desproporcional em demandas judiciais que envolvem as operadoras de planos privados de assistência a saúde, bem como o dever do Estado de prestar assistência integral e ilimitada à saúde.

Na réplica, a parte autora alegou que o rol de procedimentos da ANS é exemplificativo e não taxativo, dispondo sobre os procedimentos mínimos a serem cobertos pelos planos de saúde, não havendo, assim, o condão de excluir outros procedimentos que não estejam inseridos; o valor dos medicamentos e os supostos desequilíbrio contratual e prejuízos a cooperativa médica Unimed Fortaleza, informando que, no 1º ano, o valor do tratamento é de R\$ 2.400,000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), e que, nos anos seguintes, o valor reduz à metade; traz ainda que a requerida não comprovou a existência de 12 pessoas com AME, só houve um caso de judicialização que foi a do Thiago Machado Pinto contra o Bradesco Seguros, além do dever do Estado de prestar assistência ilimitada à saúde e da necessidade da concessão da tutela antecipada.

Em despacho, o juiz designou um médico para perícia, mas, a Unimed Fortaleza pediu que fosse indicado outro, pois tal médico fazia parte do quadro de médicos cooperados da requerida e informou seu assistente e quesitos e a requerente também informou seu assistente e seus quesitos.

A requerida alega que a requerente também ajuizou uma ação pleiteando a medicação SPIRANZA em desfavor do Estado do Ceará e da União, no dia 23 de abril de 2017, processo de número 0805448-93.2017.4.05.8100, tramitando no Tribunal Regional Federal da 5ª Região e colacionou a informação da prolação do acórdão que deu provimento ao pedido da autora, assim impossibilitando o pleito em desfavor da requerida.

Percebe-se, pela análise do caso concreto em epígrafe, que existe uma interferência do poder judiciário nos contratos de plano de saúde, em que o poder judiciário concede direitos que vão de encontro com o estabelecido no contrato e pela ANS.

Porém, tal intervenção se mostra necessária quando se percebe que aquele tratamento é o mais efetivo, não podendo as operadoras se esquivarem da finalidade contratual. Em contrapartida, deve-se sopesar as necessidades da empresa, os custos que a demanda vai gerar e as consequências para os demais usuários. É certo que o poder judiciário deve intervir para impedir abusos e arbitrariedades por parte das operadoras de planos de saúde, mas não se pode sobrecarregá-las ao ponto de tornar a atividade econômica inviável.

Importante ponderar que o fato de estar ou não previsto no rol de procedimentos da ANS não é motivo suficiente para que a operadora de plano de

saúde se recuse a fornecer o tratamento quando o médico responsável afirmar que aquele é o fármaco mais eficaz.

Ressalta-se, porém, que de forma alguma a saúde da Júlia, ou de qualquer outra pessoa, pode ficar comprometida por ausência de cobertura do plano de saúde. Justamente por esse motivo que aqui se defende que, em casos como esses, deve-se procurar o poder público (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), para que os referidos entes da federação cumpram com o dever a eles incumbido de garantir a saúde de todos, conforme artigo 196 da CF.

MÉTODO

A realização do presente artigo se deu por meio da análise histórica e evolutiva do direito privado, em especial dos contratos, bem como a intervenção do judiciário nas relações interprivadas, observando, assim, qual o atual estágio que se encontra essa intervenção estatal na autonomia da vontade das partes, principalmente no que diz respeito aos contratos de planos de saúde.

A pesquisa se deu mediante pesquisa bibliográfica, análise de dispositivos normativos, súmulas, sites de notícias de grande repercussão, bem como de discussões e conversas periódicas no Núcleo de Direito e Saúde (NDS) da Unichristus, este último fundamental para análise crítica da temática abordado no presente trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante de toda análise histórica, jurídica e casuística feita no presente artigo, vários foram os resultados e discussões retirados da temática abordada.

Primeiramente, observou-se que o direito privado, ao longo da história, sempre sofreu modificações, pendendo, em determinado período, para um modelo mais intervencionista, e já em períodos outros, para um modelo mais individualista, liberal, dependendo do contexto sociopolítico em que ele está inserido.

Outro ponto bastante interessante que fora apresentando no presente artigo foi a análise do regime jurídico aplicável aos contratos, especialmente aos contratos firmados entre as operadoras de planos de saúde e seus beneficiários, no qual foi conceituado os seus principais institutos, na busca de entender melhor como o vem

sendo decidida as demandas levadas ao judiciário, bem como os principais abusos cometidos contra os agentes envolvidos nessa espécie de relação, que é de consumo, mas em que subsiste enormes especificidades.

Em relação ao caso concreto analisado, pode-se retirar lições e aprendizados sobre como é importante que tal assunto seja mais debatido e apresentado a sociedade. Sabe-se que Estado deve sim ser chamado para resolver qualquer conflito surgido de tais relações contratuais, já que é dele que se espera uma solução para os eventuais abusos cometidos pelas operadoras de planos de saúde. Entretanto, deve-se atentar para que essa intervenção estatal nos contratos de planos de saúde não seja excessivamente onerosa para as Operadoras de planos de saúde, visto que estas fornecem serviço de enorme interesse público, que auxilia na garantia do acesso aos cuidados médicos e essências, já que o sistema público de saúde, atualmente, é incapaz de suprir as demandas toda população brasileira.

CONCLUSÃO

O direito privado perpassou por diversas modificações ao longo da história, seja se mantendo livre da intervenção estatal, como no período da ascensão da burguesia e da queda das monarquias absolutistas, seja com uma maior intervenção do direito público e dos poderes estatais em seu interior, característico do período atual, que se consolidou em função da grande importância dada às constituições, bem como a incorporação na legislação privada de limitadores da autonomia da vontade dos particulares. No direito brasileiro atual, encontra-se o ambiente propício para maior intervenção judicial no direito privado, em especial, nos contratos, objeto principal da manifestação de vontade dos particulares.

No período da consolidação das constituições, em que estas deixaram de ser meras cartas políticas para terem força normativa, as normas constitucionais começaram a irradiar todo o ordenamento jurídico vigente, conforme modelo idealizado por Hans Kelsen, servindo, assim, como parâmetro para interpretação do direito privado, bem como limitador de eventuais abusos por parte dos particulares nas relações privadas.

No Brasil, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, todos os códigos privados criados posteriores vieram “contaminados” por essa nova forma de pensar o direito, em benefício do social. Sendo assim, surge o Código de Defesa do

Consumidor, em 1990, com uma visão mais protetiva do consumidor vulnerável, trazendo novos princípios como o da boa-fé objetiva, o da proteção e o da informação, inovando na ordem privada nacional. Já em 2002, com a entrada em vigor do novo Código Civil, surge uma consolidação dessa visão mais personalíssima do direito privado, em detrimento da visão patrimonialista, trazendo o indivíduo para centro da questão, incorporando ao direito pátrio nacional os princípios da função social dos contratos, da eticidade, da socialidade, da operabilidade, dentre outros.

Tal visão altera bastante as relações entre os particulares, inclusive nos contratos de planos de saúde, tema do presente trabalho. Com a incorporação de tais normas principiológicas no direito privado, como a função social dos contratos e boa-fé objetiva, surge a possibilidade de maior intervenção do poder judiciário nos contratos firmados entre as Operadoras de planos de saúde e os beneficiários por meio da interpretação das cláusulas gerais, essas normas com conceitos indeterminados.

Dessa forma, no momento da análise de algum eventual abuso que se cometa contra o beneficiário de plano de saúde, existe a possibilidade de o Estado, por meio do poder judiciário, aplicar as normas constitucionais, inclusive os direitos fundamentais, nas relações entre os particulares, visto que essas cláusulas gerais permitem, por meio de uma reinterpretação do direito privado, a incorporação dessa nova visão social do direito brasileiro.

Entretanto, deve-se tomar cuidado para que a excessiva intervenção do poder judiciário nas relações entre as operadoras de planos de saúde e os beneficiários não inviabilize a sobrevivência de tais empresas, visto que estas são essenciais para desafogar o Sistema Único de Saúde (SUS), já que o serviço público de saúde ainda é incapaz de oferecer serviço de qualidade para toda a população brasileira.

Sendo assim, almejou-se, com o presente trabalho, uma reflexão sobre a intervenção judicial nos planos de saúde, abordando o caso concreto da menina Júlia Cavalcante Lima, trazendo a possibilidade dessa intervenção diante da visão social que existe em toda legislação pátria, mas ponderando que essa intervenção não pode prejudicar a manutenção das operadoras de planos de saúde em virtude do importante interesse social que elas possuem, bem como do importante serviço que estão prestando, o cuidado com a saúde. Da mesma forma, a saúde de ninguém pode ser prejudicada por ausência de cobertura contratual, motivo pelo qual aqui se defende

que, em casos como esses, o Estado seja o garantidor do direito à saúde, haja vista ordem constitucional nesse sentido.

REFERENCIAS

ARAÚJO, P. A.; RAMOS, G. V.; CABELLO, H. P. Dificuldades diagnósticas na atrofia muscular espinhal. **Arq. Neuropsiquiatria**. Rio de Janeiro 2005. v. 63, n.1, p. 145-149. Disponibilizado em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-282X2005000100026. Acesso em: 26 de agosto de 2018.

BAIONI MT, AMBIEL CR. Atrofia muscular espinhal: diagnóstico, tratamento e perspectivas futuras. **Jornal de Pediatria**, 2010, v.86, n.4. p.261-270. Disponibilizado em: <http://www.scielo.br/pdf/jped/v86n4/a04v86n4>. Acesso em: 26 de agosto de 2018.

BOTTESINI, Maury Ângelo, MACHADO, Mauro Conti. **Lei dos planos e seguros de saúde, comentada artigo por artigo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2011.

FACCHINI NETO, Eugênio. **Reflexões histórico-evolutivas sobre a constitucionalização do direito privado**. In: SARLET, Ingo (org.), **Constituição, Direitos Fundamentais e Direito Privado**. 3ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.

FROTA, A. M.; ALVES, M. .M. I.; SILVEIRA, G. V.; ANDRADE, S. I.; CASIMIRO, F. C. Percepção da família frente à qualidade de vida de crianças com atrofia muscular espinhal. **Rev. Ciência da Enfermagem em tempos de interdisciplinaridade**. Campo Grande, trab. 321, 2011. Acesso em: 26 de agosto de 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto, Direito Civil brasileiro. v.3. **Contratos e atos unilaterais**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARMELSTEIN, George, **Curso de Direitos Fundamentais**. 5. ed. São Paulo: Atlas S.A, 2014.

PFEIFFER, R. A. **Regulamentação dos planos de saúde e a proteção do consumidor**. Revista de Direito Sanitário, v. 2, n. 2, p. 38-39, 7 jul. 2001. Acesso em: 26 de agosto de 2018.

SILVA, Virgílio Afonso da, **A Constitucionalização do Direito - Os direitos Fundamentais nas Relações Entre Particulares**, 1º ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

TARTUCE, Flávio, Direito Civil – v.3. **Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie**. 11. ed., Rio de Janeiro: forense Ltda, 2016, p.6. **Apud**. Prefácio, in STRENGER, Irineu. *Contratos...*, 1999, p.17).

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à professora e coordenadora do Núcleo de Direito e Saúde da Unichristus (NDS), Laiz Mariel Santos Souza, pela paciência, carinho e dedicação que nos motivam a continuar sempre caminhando, em busca de nossos objetivos.

Existem professores que conseguem fazer algo mais, que conseguem inspirar seus alunos a se tornarem pessoas melhores, mais humanas, e isso foi o maior aprendizado retirado do período de convivência com a professora Laiz.

**A LEGITIMIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ASSEGURADAS PELA
CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 ATRELADA À NECESSÁRIA EFICIÊNCIA
DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO ERRADICAÇÃO DA POBREZA NO
BRASIL**

Larissa de Menezes Costa¹
Gerardo Clésio Maia Arruda²

RESUMO

O objetivo deste artigo é abordar a eficácia dos preceitos sociais assegurados na Constituição Federal de 1988 previstos a partir dos artigos 5º e 6º, respectivamente, pois esses artigos visam aos direitos e deveres individuais e coletivos, sendo eles, principalmente, o direito à educação, à saúde, à alimentação e ao trabalho os quais são os pilares fundamentais para o bem-estar do indivíduo. O artigo propõe apresentar pesquisas de órgãos capacitados, como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para melhor fundamentar dados essenciais para o entendimento acerca do crescimento da população, concomitantemente ao crescimento da pobreza e da extrema pobreza no Brasil. Além disso, é objetivo, também, abordar os estudos sobre o avanço social das políticas públicas frente ao índice de pobreza no Brasil. Desse modo, por meio de uma política pública criada há tantos anos e bastante significativa, como o Programa Bolsa Família, podemos avaliar os seus avanços e a sua perspectiva de futuro, bem como discutimos os resultados desse programa e as consequências dele para a sociedade contemporânea. Concluímos, então, que, embora muito útil essa política pública não é suficiente para a erradicação da pobreza no país, conforme previsto pela atual Constituição Federal, tendo em vista que falta oportunizar empregos, a fim de proporcionar a devida ascensão social de forma digna, além de incentivar a saúde de qualidade e propor uma educação

¹ Estudante de Direito no Centro Universitário Christus (Unichristus).

² Professor do Programa de Mestrado e Graduação em Direito do Centro Universitário Christus (Unichristus) e Professor Titular da Universidade de Fortaleza (Unifor). Doutor e Mestre em Sociologia, Especialista em Geografia e Graduado em Ciências Econômicas.

eficiente para todos os cidadãos para, então, finalmente, legitimar os Direitos Sociais expressos pelos constituintes na Constituição Federal vigente.

Palavras-chave: Pobreza. Políticas públicas. Programa Bolsa Família. Brasil. Constituição Federal de 1988.

ABSTRACT

The purpose of this article is to address the efficacy of the social precepts guaranteed in the Federal Constitution of 1988 provided for in articles 5 and 6, respectively, since these articles aim at individual and collective rights and duties, mainly the right to education, health, food and work which are the fundamental pillars for the well-being of the individual. The article proposes to present researches of trained organs such as the Institute of Applied Economic Research (IPEA) and the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) to better inform essential data for the understanding of population growth, concomitantly with the growth of poverty and of extreme poverty in Brazil. In addition, it is also intended to address studies on the social progress of public policies in relation to the poverty index in Brazil. Thus, through a public policy that was created for many years and quite significant, such as the Bolsa Família Program, we were able to evaluate its progress and its future perspective, as well as discuss the results of this program and the consequences of it for contemporary society. We conclude then that, although very useful, this public policy is not sufficient for the eradication of poverty in the country, as foreseen by the current Federal Constitution, in view of the lack of opportunities to provide jobs, in order to provide decent social ascension, besides promoting quality health and proposing an efficient education for all citizens, and then finally legitimizing the Social Rights expressed by the constituents in the current Federal Constitution.

Keywords: Poverty. Public policy. Family Grant Program. Brazil. Federal Constitution of 1988.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 apresentou, a partir do artigo 6º - Dos Direitos Sociais -, a garantia, por parte do Estado, dos direitos à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho e à moradia. No entanto, concomitantemente ao desenvolvimento do Brasil, têm-se verificado dificuldades acerca da efetivação desses direitos ao cidadão. Nesse sentido, o presente artigo busca discutir a importância de um esforço para uma verdadeira efetivação desses direitos, bem como menciona também indicar avanços obtidos a partir da adoção de políticas públicas e do desenvolvimento de programas direcionados para as populações carentes.

As políticas públicas, hoje, no Brasil, são constantemente objeto de pesquisas e de estudos, por isso este estudo trouxe uma fundamentação teórica acerca do conceito de políticas públicas, além de diferenciá-las das políticas governamentais amplamente usadas por aqueles que anseiam se perpetuar no poder público. Este artigo apresenta ainda um estudo acerca de uma política pública cada vez mais buscada pelo cidadão brasileiro, tendo em vista as facilidades de recursos financeiros sem necessariamente um contraponto, por exemplo, o trabalho, pois, para que haja a utilização do Programa Bolsa Família (PBF), exige-se, entre outros requisitos, que ocorra assiduidade das crianças às escolas.

Acontece que, por meio de pesquisas em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), há fortes indícios de que, muitas vezes, essas políticas públicas, que se tornaram excelentes contribuintes para a diminuição da pobreza no Brasil logo quando surgiram, deveriam, hoje, ser utilizadas de formas rotativas, tendo em vista que o intuito essencial é o de proporcionar um auxílio financeiro para que o indivíduo consiga obter êxito e ascender socialmente por meio do estudo e do trabalho. Para que isso ocorra, é necessário que os governantes efetivamente proponham o cumprimento dos direitos sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988, a fim de erradicar a pobreza, dando-lhes, além de um auxílio financeiro, o qual, muitas vezes, pode contribuir ao ócio, conforme abordado no presente artigo, um suporte necessário e eficiente para se desenvolver em sociedade de forma benéfica tanto para si quanto para o meio em que convive.

Este trabalho se classifica em uma pesquisa bibliográfica e documental, pois foram priorizados livros e artigos acadêmicos que abordam sobre os Direitos Sociais Brasileiros de forma crítica. Além disso, foi utilizado o método qualitativo por se trabalhar com questões conceituais e dedutivas com base nessas referências bibliográficas e documentais aliadas ao estudo e ao aprofundamento da temática.

Por fim, este artigo apresenta uma introdução acerca da reflexão frente à efetividade dos Direitos Sociais assegurados pela Constituição Federal de 1988 – CF/88. Além disso, aborda o conceito de política pública em relação à CF/88, bem como se estuda a eficácia dessas políticas públicas e, em especial, de um programa bastante utilizado no Brasil, refletindo acerca da sua efetividade e se, de fato, está cumprindo o que desejara o constituinte ao escrever, de forma taxativa, os artigos acerca da erradicação da pobreza no país.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 As políticas públicas à luz da Constituição de 1988

A criação de políticas públicas, normalmente, direciona-se para resolver problemas sociais desencadeados por diversos fatores. A teoria de políticas públicas abrange muitas outras dimensões do fundamento da sociedade, funcionando para proporcionar melhores condições de sociabilidade e, conseqüentemente, o desenvolvimento de forma genérica do país.

Trabalhar a política pública requer modelos de avaliações sobre o propósito, a execução e os resultados alcançados, pressupondo que os dados e as informações sejam adotados no intuito de decidir acerca da continuação ou não da política pública avaliada. O objetivo da criação de políticas públicas norteia-se na contribuição para a promoção da cidadania, por isso são criadas, em especial, para as áreas de educação, trabalho e saúde.

O processo de formulação de políticas públicas, também chamado de ciclo de políticas públicas, pode ser dividido nas cinco fases, conforme exposto por Brenner Lopes³. Na primeira fase, ocorre a formação da agenda, também dita como seleção das prioridades as quais as políticas públicas irão abranger; a segunda fase

³ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. BRENNER, Lopes. In: AMARAL, Jefferson Ney (Sup.); CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE, 2008.

destina-se à formulação de políticas, ou seja, à apresentação de soluções ou alternativas significativas para a criação delas; na terceira fase, ocorre o processo de tomada de decisão, entendido como escolha das ações que serão trabalhadas; na quarta fase, acontece a implementação, no caso, a execução das ações, por fim, na quinta fase, ocorre, finalmente, a avaliação.

No entanto, embora haja essa diferenciação em relação às fases de criação de cada política pública, pode-se concluir que elas se interligam e se complementam, pois o fito de diferenciá-las é justamente para que seja facilitada a compreensão de cada fase do processo. Porém, ao final, elas se complementam, tendo em vista o propósito fundamental da ação que esteja sendo debatida para ser criada.

Mesmo diante da produção teórica acumulada, o termo “política pública” ainda gera muitas controvérsias, principalmente, quando está associado ao termo “política governamental”. Ressalta-se que nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios e observar se o seu processo de elaboração é submetido ao público⁴. Em suma, a política pública tem como foco a sociedade em geral, englobando investimentos públicos ou privados, e visa à efetivação dos direitos sociais e à melhoria do cidadão.

As políticas públicas tratam-se de processos de negociações e mobilizações diante de interesses tanto sociais quanto governamentais, por isso muitos impasses ocorrem diante da sua criação, pois diversas são as dificuldades encontradas por meio de interesses e de visões divergentes. Entretanto, existe consenso quanto à formulação em si, tendo em vista que as intenções são claras, pois abrangem a sustentabilidade, a democratização, a transparência e, principalmente, a qualidade de vida. Logo, a criação de políticas públicas tem como foco principal o bem-estar do cidadão, embora ocorram empecilhos que dificultam isso, como a mercantilização dos programas sociais e a contribuição para a perpetuação no poder, confundindo-se, assim, “políticas públicas” com “políticas governamentais” e prejudicando a figura essencial para bem efetivar uma política pública.

⁴ TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **Dh Net**. Data da publicação: 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 19 out. 2017.

A Constituição Federativa Brasileira de 1988 foi criada com o objetivo de erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais, segundo doutrina de Bulos:

[...] ante a pobreza generalizada, o desenvolvimento social impõe a extirpação como única saída para o extermínio das desigualdades sociais e regionais. A preocupação do constituinte de 1988 foi salutar, pois, no Brasil, a pobreza, a indigência e a miséria são comuns, o que o distingue com o triste título de País do Terceiro Mundo. Metade da população brasileira, de 5 anos para cima, é analfabeta, não sabendo escrever nem um simples bilhete. Aproximadamente 25 milhões de pessoas, cerca de 60% da população, recebem menos de um salário mínimo⁵.

O artigo 6º da Constituição Federal assegura “trabalho, educação, saúde, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados”⁶, logo evidencia-se a preocupação dos constituintes para proporcionar melhores condições de vida para o cidadão, implementando políticas públicas para efetivar os direitos e as garantias fundamentais assegurados na CF/88.

A necessidade de efetivar direitos sociais aos cidadãos brasileiros surgiu há muitos anos, tendo em vista que, segundo Simões,

No Brasil, foi no regime militar que apareceu a primeira referência expressa a respeito, mesmo assim de passagem, mas que já revela a concepção de modernização e internacionalização da ordem social em adequação com os desígnios socioeconômicos desse regime. Com efeito, o inciso III do artigo 84 da Constituição de 1967 declarou, como crimes de responsabilidade do presidente da República, os atos que atentassem contra “o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais”, expressão repetida no artigo 82 da Emenda Constitucional de 1969 e no artigo 85 da Constituição de 1988. Essas são as duas únicas referências nacionais a respeito que encontramos no mesmo sentido⁷.

Ante o exposto, observa-se que, com o passar dos anos e as alterações da Constituição Federal, o princípio fundamental sempre fora efetivar os direitos sociais acerca das necessidades dos indivíduos, por isso a atual CF de 1988 assegura a efetivação desses direitos sociais e apresenta todos os preceitos disponibilizados ao cidadão. De fato, apresenta, também, as condições financeiras

⁵ BULOS, Uadi Lammêgo. **Direito constitucional ao alcance de todos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 286.

⁶ ABREU, Lidiane Rocha. Políticas Públicas: atuações estatais essenciais à efetivação da cidadania plena. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 89, jun 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9650&revista_caderno=9>. Acesso em: 11 nov. 2017.

⁷ SIMÕES, Carlos. **Teoria & crítica dos direitos sociais**: o Estado social e o Estado democrático de direito. São Paulo: Cortez, 2013, p. 174.

do Estado em possibilitar essa prestação social, bem como em manter essas garantias sociais, como citado por Marinoni:

Exigibilidade do mínimo imprescindível: Tratando-se de direitos fundamentais que necessitam de prestações fáticas de caráter social, como o direito fundamental à saúde, o núcleo essencial do direito fundamental a ser concretizado deve ser delineado a partir da ideia de mínimo imprescindível. Se o direito fundamental objetiva garantir uma prestação social ao cidadão, e essa prestação impõe ao Estado a necessidade de dispor de recursos financeiros, é natural que, especialmente em um país com as limitações do Brasil, essa relação exija a análise da racionalidade da prestação estatal objetivada à luz da realidade social e econômica ao processo civil do estado constitucional.⁸

As demandas relacionadas ao foco das políticas públicas no Brasil são decididas por dirigentes públicos e determinadas de acordo com as suas importâncias socialmente, como aborda Brenner Lopes, tendo como base a corrente teórica chamada de pluralismo, pois as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam são aquelas que eles entendem serem as demandas ou as expectativas da sociedade. Logo, o bem-estar da sociedade é definido, de forma direta, pelo governo, e não pela sociedade, no entanto sendo a melhoria dela o objetivo principal da implantação dessas políticas públicas.

A sociedade não consegue expressar-se de forma integral, proporcionando a dificuldade em compreender e atender às demandas dela, por isso ocorre de ela realizar solicitações (pedidos ou demandas) para os seus representantes (deputados, senadores e vereadores), e estes, objetivando atender a tais reivindicações, mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (prefeitos, governadores e Presidente da República) para que atendam às demandas da população.

As demandas da sociedade são apresentadas aos dirigentes públicos por meio de grupos organizados, no que se denomina de Sociedade Civil Organizada – SCO –, a qual inclui sindicatos, entidades de representação empresarial, associação de moradores, associações patronais e ONGs em geral.

No processo de criação de uma política pública, os governantes têm de avaliar as demandas da sociedade visando ao bem-estar de todos, porém, devido à grande diversidade de etnias, religião, renda, língua, profissão e valores do cidadão

⁸ MARINONI, Luiz Guilherme. **Da teoria da relação jurídica processual ao processo civil do estado constitucional**. In: Teoria Geral do Processo. Jus Podivm, 2008, p. 567/568.

brasileiro, dificilmente, o Governo conseguirá abranger todas as classes, por isso muitos grupos buscam em outros órgãos o apoio para tornar a solicitação necessária e, assim, ser criada uma política pública, visando à melhoria ou à erradicação do problema em pauta.

Nesse íterim, Marmelstein, aborda o retrocesso dos programas sociais que pertencem ao grupo das políticas públicas:

Princípio do retrocesso social não é absoluto: Os programas de assistência social, embora possam ser permanentes e duradouros, devem ter sempre em mira a obtenção de resultados concretos e positivos. Quando isso não ocorre, nada impede a revogação do benefício. Assim, muitas vezes, pode ser necessário revogar determinados benefícios sociais já concedidos, caso se demonstre concretamente que eles não estão reduzindo as desigualdades sociais nem promovendo distribuição de renda, mas, pelo contrário, desestimulando a busca pelo emprego e premiando o ócio. Vale ressaltar que essa demonstração não pode ser meramente retórica. Ou seja, será preciso apresentar dados confiáveis que indiquem a ineficácia da medida social e as vantagens que a sua revogação trará. Em síntese, o princípio do retrocesso social não deve ser visto como uma barreira intransponível para qualquer mudança no âmbito dos direitos fundamentais. O que ele exige é que a revogação de leis que regulamentem os direitos fundamentais seja justificada do ponto de vista do desenvolvimento humano.⁹

Portanto, a criação de políticas públicas começa da necessidade de melhorar a qualidade de vida do cidadão, abrangendo os três pilares da sociedade, a educação, a saúde e o trabalho, por isso, a partir da demanda da sociedade, cria-se a política pública, fundamentada por meio dos cinco passos fundamentais para a sua criação. No entanto, ocorre a perpetuação de algumas políticas públicas mais especificadamente, pois, segundo alguns dados, essa durabilidade tem proporcionado o desinteresse pelo trabalho, aumentando as taxas de desempregos no País e prejudicando a efetividade da política pública.

2.2 A eficácia das políticas públicas: o Programa Bolsa Família como erradicação da pobreza

A criação das políticas públicas surge a partir da demanda social, por essa razão, fora criado em 2003, sendo sancionado em Lei em 2004, o Programa Bolsa Família (PBF) o qual surgiu com o fito de diminuir as distâncias econômicas existentes entre muitas famílias brasileiras, propondo a transferência de renda

⁹ MARMELSTEIN, George. **Curso de Direito Fundamentais**. Atlas, 2008, p. 268.

mínima para as pessoas que se encontram em situações de pobreza ou de extrema pobreza visando ao suprimento das suas necessidades básicas.

A Lei 10.836/04 regulamentou a criação do PBF, bem como os decretos regulamentadores, sendo eles o Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007, que assegurou a constitucionalidade e a eficiência dos governantes em efetivar os direitos e as garantias fundamentais expressas na CF/88, tendo em vista que, pelo direito à dignidade humana entre outros, é essencial que sejam criadas oportunidades para a ascensão social do indivíduo, por isso houve a propositura, por meio de Lei, de um programa que apresenta como foco principal a erradicação da pobreza.

Respeitando a Lei que fundamenta o PBF, foi criado um Manual da Gestão do Programa Bolsa Família¹⁰. A partir desse manual, surgiu a funcionalidade do PBF, os seus avanços, as melhorias obtidas pelas famílias, como se constituem os acompanhamentos, as propostas de avanços sociais por meio do BPF e os resultados. De fato, para que o programa seja efetivado para a família, é preciso haver o cumprimento de certas condições, a fim de que seja comprovada a necessidade daquela determinada família em obter os benefícios do PBF. Tais condicionalidades são:

Condicionalidades na área de educação » Matricular as crianças e os adolescentes de 6 a 17 anos nas escolas; e » Garantir a frequência mínima de 85% nas aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos, e de 75% para jovens de 16 e 17 anos. • Condicionalidades na área de saúde » Para as grávidas e as mulheres que estiverem amamentando: – Fazer os exames antes do nascimento do bebê (pré-natal); – Ir às consultas no posto de saúde mais próximo de sua casa, com o cartão da gestante, de acordo com o calendário estabelecido pelo Ministério da Saúde (MS); e – É aconselhável que participem de atividades educativas oferecidas pelas equipes de saúde sobre o aleitamento materno e a promoção da alimentação saudável. » Para os responsáveis por crianças menores de sete anos: – Levar as crianças aos locais de campanhas de vacinação; – Manter atualizado o calendário de vacinação, de acordo com as instruções do MS; e – Levar as crianças ao posto de saúde, com o cartão de saúde da criança, para acompanhamento do seu crescimento e desenvolvimento, entre outras ações, conforme o calendário estipulado pelo MS.¹¹

¹⁰ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. 2. ed. Brasília: MDS, 2015. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Alunos/Meus%20documentos/Downloads/MIOLO%20%20Manual_Gestao_Bolsa_Familia_18082015%20-%20print%20(1).pdf> Data da Publicação: 2015. Acesso em: 29 maio 2018, p. 13.

¹¹ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. 2. ed. Brasília: MDS, 2015. Disponível em: <file:///C:/Documents%20and%20Settings/Alunos/Meus%20documentos/Downloads/MIOLO%20%20Manual_Gestao_Bolsa_Familia_18082015%20-%20print%20(1).pdf> Acesso em: 29 maio 2018, p. 13.

Por meio das condicionalidades, compreende-se que o PBF quis englobar não apenas um acesso à renda completar aos cidadãos, mas também propor o envolvimento com outras áreas fundamentais da sociedade, como a educação e a saúde. Essa prerrogativa abrange a questão constitucional que norteia a política pública, ou seja, tem primazia pelo desenvolvimento social frente ao crescimento da sociedade em todas as áreas.

O propósito inicial desse programa é baseado na eficiência das políticas públicas, tendo em vista o fato de que buscou utilizar os passos das exigências para a criação de uma política pública. Além disso, efetivou os preceitos assegurados na Constituição Federal de 1988, tendo em vista que erradicar a pobreza foi um dos desígnios fundamentais dos constituintes; efetivamente, esse tem sido um dos principais propósitos dos governantes brasileiros.

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), a desigualdade social, depois da implantação do PBF, diminuiu em torno de $\frac{1}{4}$ % (um quarto percentual) entre períodos dos anos 1995 a 2006.¹² Os programas de transferência de renda foram criados em outros governos, tais como o do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, e os programas que foram intitulados por outros nomes, por exemplo, o PBF, por meio do governo petista, consolidaram-se e proporcionaram melhores ascensões sociais para muitos indivíduos brasileiros.

O IPEA apresenta, também, dados referentes à redução da pobreza, pois, em 10 anos, a redução da extrema pobreza foi de ao menos 63% (sessenta e três por cento).¹³ Esses dados correspondem aos anos de 2004 a 2014 e 10 anos após a efetivação desse programa, por meio de lei e decretos regulamentadores do PBF, vê-se que este refletiu significativamente nos índices de pobreza no Brasil.

A eficácia da política pública utilizada por meio do Programa Bolsa Família tem gerado dúvidas, tendo em vista que, como fora abordado acerca da criação da política pública, uma das fases para o bom funcionamento é a avaliação, no entanto o PBF apresenta, em sua criação inicial, um planejamento para avaliar, a cada dois anos, a família beneficiada pelo programa, a fim de conhecer sobre sua

¹² SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Texto para Discussão nº 1166**. Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com Ênfase no período entre 2001 e 2004. Brasília: Ipea, 2006, p. 25.

¹³ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **IPEA**. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27000> Acesso em: 27 ago 2018.

atual renda e sobre os avanços que, possivelmente, deveriam surgir após o incentivo governamental e constitucional para erradicação da pobreza no Brasil.

No entanto, segundo Castro e Modesto:

Desde 2004, o benefício é concedido, em princípio, por um período de dois anos. Isso quer dizer que se espera que os agentes municipais do PBF revisitem as famílias, ou de outra forma atualizem o cadastro, a cada dois anos para verificar se suas condições de vida mudaram ou permanecem as mesmas. Na prática, nem todos os municípios mantêm esse grau de agilidade e há famílias beneficiárias no PBF que não recebem visitas do agente social há muito tempo.¹⁴

Essas e outras práticas governamentais referentes ao PBF, que surgiu com o fito de equilibrar a vida do cidadão em situações precárias, ocasionam problemas acerca da continuação dessa política pública, pois muitos políticos utilizam o termo “programas de políticas públicas” como sinônimo de “programas governamentais”, e isso proporciona o surgimento da perpetuação desses políticos na esfera política, dificultando o principal propósito do PBF, que é a erradicação da pobreza.

A efetivação da política pública exige uma referenciação a três aspectos fundamentais para o bom funcionamento da sociedade, sendo eles a área de educação, do trabalho e da saúde, porém o PBF, apesar de apresentar índices significativos no quesito diminuição da pobreza no país, dificulta o acesso a esses três pilares sociais, pois a oferta de transferência de renda é uma medida paliativa para o cidadão, a qual tenta garantir ao indivíduo que ele evite conviver com a fome e com a miséria, porém a avaliação acerca da eficiência dessa política pública se faz necessária, tendo em vista que muitos, por receberem uma remuneração mensalmente sem título oneroso, mantêm-se indiferentes aos outros quesitos essenciais para o bom funcionamento da sociedade, como a educação e o trabalho.

Assegurar a Constituição Federal de 1988 corresponde, também, a ofertar meios de sobrevivência, como a educação de qualidade e as boas oportunidades de trabalho, uma vez que, para haver a efetivação dos programas de políticas públicas, é necessário o funcionamento desses três pilares, pois, segundo fontes do IBGE: “o percentual de jovens (16 a 29 anos) que nem estudavam nem estavam ocupados no

¹⁴ CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia. **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010, v.2, p. 35.

Brasil (os chamados “nem nem”) aumentou de 2014 (22,7%) para 2016 (25,8%). Todas as regiões também tiveram esse aumento.”¹⁵

Partindo da concretização desses dados, oferecer exclusivamente um programa consciente da erradicação da pobreza, criado com esse fito, mesmo que exija condicionalidades já referidas, não deveria se ater apenas à transferência de renda, embora colabore significativamente. Ainda assim, são necessários ajustes nessa política pública que deve seguir um dos passos exigidos, ou seja, a avaliação.

A avaliação da política pública criada e da eficiência dela no meio social em que fora inserida é primordial para haver adequações, tendo em vista o alcance do Programa Bolsa Família, pois ele é o marco de uma política pública no Brasil. A partir da avaliação aprofundada do uso do PBF, o qual abrange hoje, segundo dados do IBGE, cerca de 11 milhões de família, seria possível certificar-se da deficiência em dois dos aspectos fundamentais para o bom funcionamento da política pública.

Ao citar o art. 4º do Decreto nº 5.209/04 referente ao Programa Bolsa Família, tem-se da seguinte forma:

Art. 4º Objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus benefícios, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome são:

I – Promover o acesso à rede de serviços público, em espécie, de saúde, educação e assistência social.

II – Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional.

III – Estimular a emancipação sustenta das famílias que vivem em situação de sono

IV – promover a intersectorialidade e a complementaridade e a energia das ações do Poder Público.¹⁶

O referido artigo, ao explicitar o necessário propósito da criação do PBF, cita a exigência em promover o acesso à saúde e à educação, por exemplo, além de reiterar o propósito do combate à pobreza já constitucionalizado na atual CF/88. Logo, tem-se que, ao se observarem os objetivos do Programa Bolsa Família, é preciso ter em mente que, além de reduzir a pobreza, a transferência de renda deve

¹⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>>. Acesso em: 27 ago 2018.

¹⁶ BRASIL. Decreto nº 5.209/04, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004/2006/2004/decreto/d5209.htm> Acesso em: 29 maio 2018.

ser considerada apenas uma etapa inicial, que precisa seguir para a fase seguinte, a qual é a inclusão socioeconômica sustentável das populações vulneráveis.¹⁷

A educação e o trabalho são primordiais para o bom funcionamento da sociedade e conseqüentemente para cumprirem os preceitos assegurados na Constituição Federal de 1988. Para isso, o PBF exige as condicionalidades, por exemplo, que as crianças as quais tenham as famílias beneficiadas por essa política pública estejam associadas à frequência escolar, bem como tenham total acesso à saúde.

No entanto, embora sejam direitos assegurados constitucionalmente nos artigos os quais retratam as garantias individuais e sociais de cada cidadão e reiterados como exigências do PBF, ainda assim, há sérios índices de evasão escolar, bem como de alunos que não estão nas escolas, sendo isso uma das condicionalidades mais exigentes do processo de criação do PBF.

Entre esses dados de evasão escolar, embora haja ações políticas, envolvendo especialmente as políticas públicas e todo o seu processo de criação, ainda assim, há certa preocupação aos governantes e à sociedade frente às estatísticas apresentadas pelos últimos dados escolares, tendo em vista que, além de um auxílio em valor propriamente dito como é feito no PBF, bem como a tentativa em atrelar a outros meios fundamentais para o bom funcionamento da sociedade, o PBF surge como medida paliativa diante dos problemas decorrentes do difícil acesso à educação, à saúde, à moradia e a outros direitos assegurados pela CF/88.

Segundo dados do IBGE:

Tabela 1

Idade dos alunos	Dados dos alunos fora da escola
15 a 17 anos	17,4% dos jovens
4 e 7 anos	6,2% das crianças

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (tabela elaborada pela autora)

O PBF é a política de mais eficiência no Brasil, tendo em vista que, por meio de dados do IBGE e do IPEA, pode-se afirmar que, de fato, ocorreu a redução

¹⁷ CAVALCANTE, Valéria Araújo. Análise Crítica do Programa Bolsa Família: vantagens e desvantagens. **Scridb**. Data da Publicação: 2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/60252145/ANALISECRITICADOPROGRAMABOLSAFAMILIAVANTAGEN-S-E-DESVANTAGENS>> Acesso em: 10 abr. 2018.

da pobreza no país com a utilização dessa política pública a qual ainda está em vigência, embora esta apresente falhas, inclusive no processo de passo a passo para a efetivação de uma política pública. No entanto, não há que se atrelar apenas ao PBF os avanços significativos frente à redução da pobreza no Brasil.

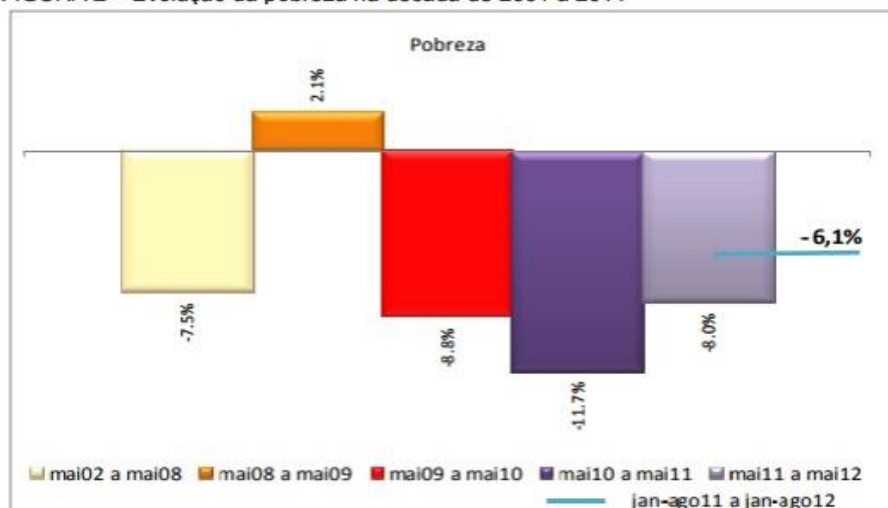
Segundo Santos:

No que diz respeito à pobreza na década de 2001 a 2011, devido ao crescimento econômico e redução da desigualdade, as taxas de pobreza caíram independentemente da medida usada. Conforme dados do IPEA (2012), seja usando o critério de medida adotado pelo Programa Bolsa Família ou as linhas internacionais de pobreza e as de extrema pobreza das metas do milênio da ONU, todas caíram mais de 55% entre 2001 e 2011. O Banco Mundial (BM) usa para delimitar a linha de pobreza denominada de dólar a Day, que atualmente é de US\$ 1,25/dia. O BM usa como critério para definir a média de pobreza de 115 países em desenvolvimento em que é equacionado o poder de compra das linhas. Ainda segundo o BM, a pobreza no Brasil vem reduzindo. Considerando o padrão internacional de linha de corte de pobreza de 1,90 \$ 1,90 por dia por pessoa, é possível observar que em 1992 tínhamos 32,3 milhões de brasileiros em situação de pobreza, em 2001 eram 24,3 milhões e em 2011 tínhamos 11 milhões de brasileiros em situação de pobreza. Os dados apresentados pelo BM são apresentados na imagem a seguir e corroboram com os dados do IPEA.¹⁸

Além disso, por meio de um gráfico (Tabela 2), Santos expôs os dados concernentes a essa redução ocorrida no período de eficácia do PBF, evidenciando outros fatores fundamentais para a diminuição nos altos índices de pobreza.

Tabela 2

FIGURA 2 – Evolução da pobreza na década de 2001 a 2011



Fonte: IPEA, 2012

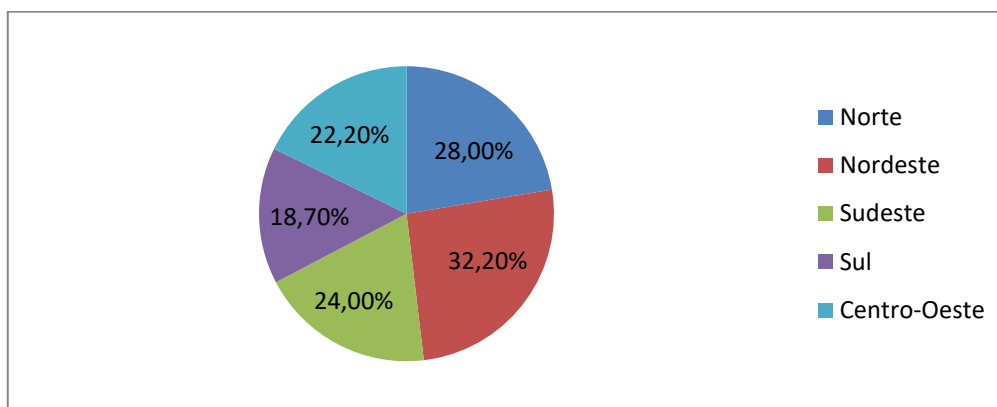
¹⁸ SANTOS, Simone Torres Gusmão. Programa Bolsa Família: uma análise regional da evolução dos indicadores da pobreza relativa no Brasil. **Biblioteca digital**. Data da publicação: 31 jul 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/NCAP-ARYHHH/disserta_o_simone_torres_gusm_o_santos_pdf.pdf?sequence=1> Acesso em: 12 abr. 2018.

Fonte: SANTOS, Simone Torres Gusmão. Programa Bolsa Família: uma análise regional da evolução dos indicadores da pobreza relativa no Brasil. **Biblioteca digital**. Data da publicação: 31 jul. 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/NCAP-ARYHHH/disserta_o___simone_torres_gusm_o_santos__pdf.pdf?sequence=1> Acesso em: 12 abr. 2018.

Com a continuação do uso do Programa Bolsa Família em larga escala, tendo em vista o número de famílias que são beneficiadas atualmente, ainda ocorrem dados alarmantes frente às ações sociais e assistenciais garantidas pela eficácia do PBF, como a saúde e a educação por isso, sendo evidenciada a pobreza nos últimos anos.

Segundo dados do IBGE referentes ao ano de 2017 (Fig. 1), houve um crescimento significativo em relação à pobreza em todas as regiões.

Figura 1 – Índice de pobreza por região no Brasil



Fonte: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>>. Dados do IBGE, 2017 (gráfico elaborado pela autora)

A utilização do PBF, política pública efetivada, favoreceu muitas famílias brasileiras, no entanto têm-se desenvolvido outros fatores decorrentes das facilidades disponibilizadas por essa política pública, em conformidade com outras, como Bolsa Maternidade. Ocorre que muitas famílias se abstêm de trabalhar devido às oportunidades financeiras advindas sem nenhum esforço, no entanto, embora haja a associação com outros programas de políticas públicas, como o Programa Bolsa Escola, ainda, assim, há sérios índices de evasão escolar, que refletem no convívio social.

3 MÉTODOS

O alto de índice de pobreza no Brasil, associado com o *deficit* em áreas essenciais para o bem-estar social, como o trabalho, a saúde e a educação de qualidade, fomenta o presente artigo. De fato, esses direitos sociais fundamentais são assegurados pela atual Constituição Federal de 1988, e, por isso, a pesquisa classifica-se em bibliográfica e documental, pois foram priorizados livros e artigos acadêmicos que refletiram sobre os Direitos Sociais Brasileiros de forma crítica.

A pesquisa em órgãos, como o IPEA e o IBGE, serviu para dar suporte técnico e institucional às ações do governo em face da problemática social apresentada no artigo, além de ter sido útil diante da atualização dos recentes dados de pobreza no Brasil, mesmo diante de práticas governamentais, como a utilização de programas sociais, albergados pelas políticas públicas, como o Programa Bolsa Família.

O método qualitativo foi utilizado para trabalhar as questões conceituais e dedutivas com base nas referências bibliográficas e documentais aliadas ao estudo e ao aprofundamento da temática. Além disso, houve um estudo do Programa Bolsa Família, pois tem sido, há muitos anos, um contribuinte na renda de muitos cidadãos, logo a pesquisa fundamentou os avanços e a eficiência dessa política pública.

Desse modo, foi possível haver uma pesquisa eficiente partindo do pressuposto de que o objetivo desse estudo é cumprir, de forma precisa, com a reflexão sobre uma temática tão atual e preocupante que é a pobreza e, principalmente, demonstrar a eficácia dos artigos assegurados pelos constituintes na Constituição Federal de 1988.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados demonstram que, embora as políticas públicas sejam válidas e feitas de formas avaliativas, ainda assim, o índice de pobreza no Brasil cresce de forma significativa. Desse modo, pesquisas feitas no ano de 2017 pelo órgão IBGE demonstram este resultado:

Cerca de 50 milhões de brasileiros, o equivalente a 25,4% da população, vivem na linha de pobreza e têm renda familiar equivalente a R\$ 387,07 –

ou US\$ 5,5 por dia, valor adotado pelo Banco Mundial para definir se uma pessoa é pobre.¹⁹

Nesse sentido, constata-se que a prevalência da pobreza evidencia falhas no cumprimento do que fora assegurado pela Constituição Federal de 1988 ao afirmar que é dever do Estado garantir os direitos fundamentais ao cidadão, como a saúde e a educação, e, assim, essencialmente erradicar a pobreza no país.

A discussão atual refere-se à extrema necessidade de que haja a rotatividade de programas assistencialistas a fim de que, por exemplo, o programa social abordado no presente artigo, o Programa Bolsa Família, não seja perpetuado gerando, muitas vezes, a ineficiência de sua política principal que é reduzir a pobreza no Brasil, pois torna-se fundamental evidenciar que a pobreza não se limita, exclusivamente, à contribuição de uma renda, pois é necessário haver ampliações no mercado de trabalho e, principalmente, propor uma educação de qualidade para que os cidadãos estejam aptos para ascender socialmente de forma digna, legitimando, assim, os preceitos assegurados na Constituição Federal de 1988.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se, portanto, que a pobreza, embora reduzida nos últimos anos, continua sendo alarmante no Brasil, por isso, torna-se imprescindível que as políticas públicas sejam efetivadas para assegurar o que fora legitimado na Constituição Federal de 1988 acerca da erradicação da pobreza.

As políticas públicas surgiram com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do cidadão brasileiro ofertando, por exemplo, conforme exposto acerca do Programa Bolsa Família, uma renda a mais a fim de contribuir com o bem-estar social das famílias que convivem com a pobreza ou com a extrema pobreza.

No entanto, tem-se estudado que a criação das políticas públicas abrange, essencialmente, a fase da avaliação, por isso, nota-se que há muitas falhas significativas diante da efetivação do PBF, pois, embora muito válido para a redução da pobreza, não é capaz de abranger outras áreas fundamentais para o crescimento social, como o trabalho e a educação.

A avaliação dessa política pública é essencial, tendo em vista que há diversas condicionalidades exigidas para receber o benefício governamental, e é por

¹⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

meio dessa avaliação que possivelmente se poderá descobrir as dificuldades para efetivar, de forma válida, esse programa, pois um dos fatores essenciais está associado com a assiduidade escolar, e, infelizmente, tem-se notado alto índice de evasão escolar que, possivelmente, tem sido fator contribuinte para o aumento de envolvimento dos jovens com a criminalidade ou com o uso de drogas.

É fundamental estudar, assim como ter conhecimento sobre os direitos sociais legitimados na Constituição Federal de 1988, a fim de melhor beneficiar o cidadão. Além disso, é importante haver modificações frente aos programas sociais de políticas públicas ofertados pelos governantes, especialmente, o Programa Bolsa Família, tornando-se imprescindível que ocorram alterações, pois, conforme citado durante o presente artigo, muitos têm se albergados por essa renda e têm-se distanciado, cada vez mais de ações fomentadoras de crescimento social, sendo eles, por exemplo, a educação.

Por fim, o Programa Bolsa Família contribuiu significativamente para a diminuição da pobreza no Brasil, embora tenha despertado outros fatores preocupantes para a sua plena efetividade. Desse modo, conclui-se que é necessário haver mudanças, após a avaliação dessa política pública, frente à perpetuação desse programa, tratando-o de modo rotativo, pois a contribuição financeira deve visar ao crescimento pessoal do cidadão e ao de sua família, não tornando-os dependentes dessa renda, mas sim proporcionando a eles meios aptos para a ascensão social por meio do trabalho e da educação.

REFERÊNCIAS

ABREU, Lidiane Rocha. Políticas Públicas: atuações estatais essenciais à efetivação da cidadania plena. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 89, jun 2011. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=9650&revista_caderno=9>. Acesso em: 11 nov. 2017.

BRASIL. Decreto nº 5.2097/04, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004/2006/2004/decreto/d5209.htm> Acesso em: 29 maio 2018.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Direito constitucional ao alcance de todos**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 286.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MODESTO, Lúcia. **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010, v.2, p. 35.

CAVALCANTE, Valéria Araújo. Análise Crítica do Programa Bolsa Família: vantagens e desvantagens. **Scridb**. Data da Publicação: 2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/60252145/ANALISECRITICADOPROGRAMABOLSAFAMILIAVANTAGENS-E-DESVANTAGENS>> Acesso em: 10 abr. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21253-pnad-continua-2017-numero-de-jovens-que-nao-estudam-nem-trabalham-ou-se-qualificam-cresce-5-9-em-um-ano>>. Acesso em: 27 ago 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE**. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2017-12/ibge-brasil-tem-14-de-sua-populacao-vivendo-na-linha-de-pobreza>>. Acesso em: 31 ago. 2018.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **IPEA**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=27000> Acesso em: 27 ago 2018.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Da teoria da relação jurídica processual ao processo civil do estado constitucional**. In: Teoria Geral do Processo. Jus Podivm, 2008, p. 567/568.

MARMELSTEIN, George. **Curso de Direito Fundamentais**. Atlas, 2008, p. 268.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Família**. 2. ed. Brasília: MDS, 2015. Disponível em: <[file:///C:/Documents%20and%20Settings/Alunos/Meus%20documentos/Downloads/MIOLO%20%20Manual_Gestao_Bolsa_Familia_18082015%20-%20print%20\(1\).pdf](file:///C:/Documents%20and%20Settings/Alunos/Meus%20documentos/Downloads/MIOLO%20%20Manual_Gestao_Bolsa_Familia_18082015%20-%20print%20(1).pdf)> Data da Publicação: 2015. Acesso em: 29 maio 2018, p. 13.

SANTOS, Simone Torres Gusmão. Programa Bolsa Família: uma análise regional da evolução dos indicadores da pobreza relativa no Brasil. **Biblioteca digital**. Data da publicação: 31 jul 2017. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/NCAP-ARYHHH/disserta__o__simone_torres_gusm_o_santos__pdf.pdf?sequence=1> Acesso em: 12 abr. 2018.

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. BRENNER, Lopes. In: AMARAL, Jefferson Ney (Sup.); CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: SEBRAE, 2008.

SIMÕES, Carlos. **Teoria & crítica dos direitos sociais: o Estado social e o Estado democrático de direito**. São Paulo: Cortez, 2013, p. 174.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. **Texto para Discussão nº 1166**. Distribuição de Renda no Brasil de 1976 a 2004 com Ênfase no período entre 2001 e 2004. Brasília: Ipea, 2006, p. 25.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade. **Dh Net**. Data da publicação: 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 19 out. 2017.

A OBRIGAÇÃO DO PODER PÚBLICO DE CUSTEAR TRATAMENTOS NÃO FORNECIDOS PELO SUS FORA DO DOMICÍLIO DO PACIENTE: O ESTUDO DE CASO DO MENOR W.S.B.

Vanessa Mesquita Sousa¹
Laíz Mariel Santos Souza²

RESUMO

O artigo trata da obrigatoriedade de fornecimento de tratamento médico pelo Estado do Ceará, ainda que fora de seu território, com fulcro no Direito à Saúde, conforme prescreve o artigo 196 da Constituição Federal. A problemática escolhida para examinar o assunto em tela tratou da efetividade do Direito à Saúde quando ocorrer a imprescindibilidade de tratamento fora do domicílio do paciente, diante da ausência de regulamentação legal do programa nominado TFD. Além disso, também se argumentou sobre a falta de amplitude do atendimento, ante sua restrição aos serviços de saúde do SUS e de sua rede conveniada. Justifica-se o debate em face da dignidade humana do paciente, já que o objetivo fulcral é alertar o meio forense que atua no segmento sobre a indispensabilidade de normatização da matéria, capaz de padronizar, em âmbito nacional, a concessão dos benefícios em tablado. Trata, ainda, de questionar a limitação do atendimento à rede pública e conveniada, na medida em que deixa de contemplar a rede privada, sendo necessário em muitos casos a judicialização para obter o devido tratamento médico. Apresentou-se o estudo de caso do menor W.S.B que enfrentou o problema proposto, sendo hipótese de suprimento judicial ante a recusa administrativa no fornecimento do tratamento. A metodologia adotada foi a pesquisa exploratória, de fonte bibliográfica (no suporte virtual e no físico), cujos resultados têm natureza qualitativa. Em sede de conclusão, inferiu-se que incumbe ao Estado (através de qualquer dos seus entes federados) assegurar ao paciente que não tenha tratamento médico onde reside sua obtenção, onde houver, às expensas do Poder Público.

¹ Graduanda, Direito, aluna, vanessamesquita096@gmail.com

² Mestrado em Ciências Jurídico Empresarial, Direito, Professora, laizmariel@gmail.com

Palavras-chave: Tratamento fora do domicílio. SUS. Direito à Saúde.

ABSTRACT

The article deals with the obligation to provide medical treatment by the State of Ceará, even though outside its territory, with a focus on the Right to Health, as prescribed in Article 196 of the Constitution. The problematic chosen to examine the subject in question focused on the effectiveness of the Right to Health when the essential treatment occurs outside the patient's home, due to the lack of legal regulation of the program nominated PDT. On the other hand, it was also argued about the lack of breadth of care, given its restriction to SUS health services and its network. The debate is justified in the face of the human dignity of the patient, since the main objective is to alert the forensic environment that acts in the segment, on the indispensability of standardization of the subject, able to standardize, at the national level, the granting of benefits on the floor. In addition to questioning the limitation of service to the public and contracted network, failing to contemplate the private network, being necessary in many cases the judicialization to obtain due medical. We presented the case study of the minor W.S.B who faced the proposed problem, being a hypothesis of judicial supply before the administrative refusal to provide the treatment. The methodology adopted was the exploratory research, from a bibliographic source (in virtual and physical support), whose results are qualitative in nature. In conclusion, it was inferred that it is incumbent upon the State (through any of its federated entities) to assure the patient that he does not have medical treatment where he resides, to obtain it wherever he may, at the expense of the Public Power.

Keywords: Treatment outside of home. SUS. Right to health.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa procurou destacar os princípios da universalidade e do direito à saúde, como meios de garantir a todo cidadão, independentemente de

sua condição social ou do local onde se encontre domiciliado, conforme esculpido na Constituição Federal, com pleno acesso a todas as modalidades de serviços médicos, básicos ou complexos, fornecidos ou não pelo SUS e sua rede conveniada.

Em virtude de um atendimento feito pelo Núcleo de Direito à Saúde, integrante do Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário Christus (NPJ), em que determinado assistido necessitava de um tratamento da doença de *Coats*, o qual apenas existe em clínicas particulares e fora do estado do Ceará, segundo laudo emitido por médico do Hospital Geral de Fortaleza. Na oportunidade, descobriu-se que, há alguns anos, um atendimento semelhante havia sido realizado também pelo NPJ da Unichristus, resultando no ajuizamento de demanda, que obteve provimento pioneiro para assegurar ao assistido tratamento médico integral fora do Estado do Ceará.

O tema despertou interesse no meio forense local, inclusive recebendo cobertura midiática, o que ampliou sobremodo a discussão entre os diversos atores intervenientes no processo de implantação da inédita decisão. De tal modo, pela relevância apresentada, o acontecimento referido ~~concrete~~ será analisado em estudo de caso neste artigo.

Para que se possa compreender o estudo de caso em análise, a pesquisa fundou-se, inicialmente, na apreciação acerca do direito à saúde como direito básico e fundamental, capaz de garantir ao paciente o que ele necessitar, incluindo o tratamento fora de seu domicílio.

Em seguida, passa-se a analisar o programa TFD, criado pelo Ministério da Saúde, que se mostrou uma valiosa ferramenta na busca de auxiliar o acesso pleno às ações e serviços de saúde, mesmo carente de regulamentação legal, viabilizando recursos nas três esferas federativas, buscando garantir, dessa forma, ao menos, o direito básico à saúde de todo cidadão que, não tendo o tratamento hospitalar onde reside, possa ser atendido em local fora do seu domicílio. Ocorre, porém, que a abrangência desse programa ainda não é suficiente para atender a outros tipos de necessidades, o que será explicitado a seguir.

Por fim, será feita uma avaliação do caso ocorrido com um menor que foi atendido pelo Centro Universitário Christus, necessitando este de um tratamento fora do estado do Ceará e que obteve, por meio de uma ação judicial, o provimento de que necessitava. Ainda nesse momento, será analisado de que forma o TFD pode melhorar para ter ainda mais eficácia em seu objetivo.

Justifica-se a presente opção com respaldo na dignidade da pessoa humana, servindo-se a presente investigação de metodologia construída a partir de pesquisas doutrinárias, normativas e jurisprudenciais, através de bibliografia física e digital.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Do direito fundamental à saúde

Em concordância com artigo 5º da Constituição Federal (CF), o direito à vida, entendido como direito fundamental, deve ser garantido a todos os brasileiros e estrangeiros. No mesmo sentido, o artigo 6º da CF estipula o direito à saúde como um direito fundamental social.

Dessa forma, percebe-se que a Constituição brasileira, em respeito, inclusive, ao princípio da dignidade da pessoa humana disposto como fundamento da República Federativa do Brasil (art. 1º, III da CF), determinou que a vida e, conseqüentemente, a saúde, devem ser garantidas pelo poder público.

Sendo assim, a legislação brasileira não exclui nenhuma pessoa que necessite de assistência à saúde; da mesma forma, não restringe a atuação do SUS a nenhum tipo de tratamento, forma de proceder ou medicamentos, muito pelo contrário, assegura-se que os entes da federação deverão garantir tudo que for necessário para que a saúde de uma pessoa seja resguardada.

Em decorrência do exposto anteriormente, não pode o direito à vida e à saúde de alguém ser negado devido a falta de atendimento hospitalar no local onde reside o paciente. Entretanto, em algumas localidades, por precariedade ou ausência de serviços hospitalares, muitos indivíduos acabam por não terem acesso a estabelecimentos hospitalares, profissionais da saúde, cirurgias, medicamentos,

dentre outras demandas, surgindo então a necessidade de submeter o paciente a tratamento fora de seu domicílio.

O acesso universal à saúde, ainda que seja fora do território onde o paciente reside, é assegurado com substrato no art. 196 da vigente Constituição Federal³ que garante a universalidade e o acesso igualitário a todos que necessitem de ações e serviços de saúde, seja no âmbito do Sistema Único de Saúde e sua rede conveniada, ou não (com amparo na Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90).

As Cortes Superiores consagram nos seus julgados o entendimento de que não pode haver escusa do Estado, ou ausência de cobertura, por inexistência de profissionais ou de insumos. Na expressão, por exemplo, do voto do Ministro Marco Aurélio: “De tal sorte, o Poder Público – federal, estadual ou municipal - é responsável pelas ações e serviços de saúde, não podendo, cada um e todos, esquivar-se do dever de prestá-los de forma integral e incondicional.”⁴

Dessa forma, com a finalidade de atender às necessidades de quem se encontra em situação como essa, foi criado, por meio da portaria nº 55/99, o denominado Tratamento Fora de Domicílio (TFD), sendo a seguir analisado.

2.2 O conceito e a abrangência do Tratamento Fora do Domicílio (TFD)

Importa ressaltar que o direito à saúde precisa respeitar o mínimo existencial, em cotejo com a reserva do possível, garantindo, por meio da dialética desse binário, a dignidade da pessoa humana e o direito à vida, em conformidade com os princípios fundamentais esculpidos na parte preambular do Estatuto Fundamental.⁵

Não pode a escassez de recursos servir como subterfúgio capaz de afastar o dever do Estado de propiciar o tratamento universal e igualitário a quem dele precise, sendo, portanto, despropositada e desprovida de razoabilidade

⁴ RIBEIRO, Davi. O Estado é obrigado a fornecer medicamentos de alto custo a todos? STF decide sobre fornecimento gratuito de medicamentos de alto custo. **Jusbrasil**, 2016. Disponível em: <https://davidr.jusbrasil.com.br/artigos/388826867/o-estado-e-obrigado-a-fornecer-medicamentos-de-alto-custo-a-todos>>. Acesso em 29 ago. 2018.

⁵ NASCIMENTO, Ana Franco. Direito à saúde deve ser visto em face do princípio da reserva do possível. **Consultor Jurídico**. 12 de Fev. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-fev-12/ana-franco-direito-saude-visto-face-reserva-possivel>>. Acesso em 03 set. 2018.

qualquer argumentação que venha a eximir de responsabilidade um ente público. Não pode haver recusa no fornecimento de itens ou serviços médicos fundamentais à saúde da população, em face da falta de medicamentos, adiamento de cirurgias por indisponibilidade de profissionais ou mesmo ausência de datas. Igualmente, não devem ser toleradas desculpas como a ausência de recursos financeiros ou de estrutura em determinadas localidades, ou ainda quando se tratar da aquisição de medicamentos de alto custo.⁶

O cenário acima descrito fez surgir, em 1999, o programa Tratamento Fora do Domicílio pelo Ministério da Saúde. Este foi implantado como resposta à escassez de recursos, falta de atendimento e ausência de medicamentos no local em que se encontra domiciliado o paciente.

O programa instituído por meio da Portaria nº 55/99⁷ de fato é um instrumento infralegal que visa a garantir o direito à vida e o direito à saúde de pacientes portadores de doenças que não seriam tratadas no seu município de origem, em decorrência da falta de condições para tanto onde residem. Dirley e Novelino acentuam íntima relação do direito à saúde com o direito à vida, conforme o excerto abaixo:

Por sua íntima ligação com o direito à vida e com a dignidade da pessoa humana, o direito à saúde possui um caráter de fundamentalidade que o inclui, não apenas dentre os direitos fundamentais sociais (CF, art. 6º), mas também no seletor grupo de direitos que compõem o mínimo existencial.⁸

Visando a mitigar a dor e o sofrimento de muitos pacientes que tiveram o esgotamento do tratamento no próprio domicílio, buscou-se a alternativa de

⁶ABREU, Camila. O direito à saúde e a responsabilidade civil do Estado decorrente da deficiência na prestação de serviços públicos. **Jusbrasil**, 2015. Disponível em: <<https://camilasabreu.jusbrasil.com.br/artigos/308558672/o-direito-a-saude-e-a-responsabilidade-civil-do-estado-decorrente-dadeficiencia-na-prestacao-de-servicos-publicos>>. Acesso em 29 ago. 2018.

⁷ BRASIL. Portaria n. 55 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre a rotina do Tratamento Fora de Domicilio no. Sistema Único de Saúde - SUS, com inclusão dos procedimentos específicos na tabela de procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do SIA/SUS e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/1999/prt0055_24_02_1999.html>. Acesso em: 29 ago. 2018.

⁸ CUNHA JUNIOR, Dirley da, NOVELINO, Marcelo. Constituição Federal para concurso: Doutrina, Jurisprudência e questões de concursos. 7ªed., rev, ampl e atual., Salvador: Jus Podivm, 2016, p. 911.

disponibilizar o tratamento em outro município. Ao contemplar essa necessidade, o Governo Federal idealizou o Programa “Tratamento Fora do Domicílio”, instituído por meio da Portaria Ministerial nº 55/99 (SAS/MS)⁹, com repercussão nos estados da Federação.

Destaca-se que, mesmo não havendo lei a subsidiar ou validar o TFD, ele encontra amparo na própria Constituição Federal de 1988 e na legislação, em especial na Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080, 19.09.1990), que, no *caput* do art. 2º, dispõe: “A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício”. Os autores supracitados destacam o caráter principiológico de direito fundamental à saúde no breve comentário a seguir:

O dispositivo que consagra a saúde como direito de todos e dever do Estado (CF, art.196) está consubstanciado em uma norma de natureza principiológica que estabelece fins a serem buscados pelo Estado sem, no entanto, especificar os meios a serem utilizados para tanto.¹⁰

Portanto, ao Estado incumbe ofertar o tratamento aos portadores de doenças. Quando o tratamento não é oferecido dentro dos limites territoriais da pessoa enferma, compete ao poder público oferecer o atendimento fora do seu domicílio, mediante o custeio das despesas com deslocamento, tratamento ambulatorial, ajuda de custo para alimentação e hospedagem do paciente e acompanhante (quando se fizer necessário), enquanto durar o tratamento.

Exatamente para resguardar o pleno exercício do direito à saúde dentro dos limites territoriais do país, é que esse mesmo território não pode representar um óbice ao pleno atendimento desse direito básico e fundamental. Quando o tratamento não for possível no domicílio do paciente, ele deverá ocorrer em outro

⁹ BRASIL. Portaria n. 55 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre a rotina do Tratamento Fora de Domicilio no. Sistema Único de Saúde - SUS, com inclusão dos procedimentos específicos na tabela de procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do SIA/SUS e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saude/legis/sas/1999/prt0055_24_02_1999.html>. Acesso em: 29 ago. 2018.

¹⁰ CUNHA JUNIOR, Dirley da, NOVELINO, Marcelo. **Constituição Federal para concurso**: Doutrina, Jurisprudência e questões de concursos. 7. ed., rev, ampl e atual., Salvador: Jus Podivm, 2016, p. 911.

local. É o que se constata da precisa observação de Dirley e Novelino abaixo reproduzida:

Por sua vinculação direta à dignidade da pessoa humana, o direito à saúde é titularizado por todas as pessoas que estejam no território brasileiro, independentemente da nacionalidade (brasileiro ou estrangeiro) e do país de domicílio (...). O principal destinatário do dever, sem dúvidas, é o Estado (gênero), sendo todos os entes federativos solidariamente responsáveis (CF, art. 23, II).¹¹

O encaminhamento a outros locais, onde o tratamento é ofertado, muitas vezes representa o único modo de manter a saúde ou a vida do paciente, evidenciando a relevância do TFD e o alcance de sua abrangência. Dependendo do caso concreto, poderá haver a necessidade de judicializar a questão em face da recusa do poder público em viabilizar o Tratamento Fora do Domicílio. O STF, no julgamento do Recurso Extraordinário nº. 271.286 - AgR/RS, assim dispôs sobre o princípio universal e igualitário às ações e serviços de saúde:

O princípio universal e igualitário às ações e serviços de saúde, enquanto concretização do princípio da isonomia (CF, art. 5º), impõe aos poderes públicos o dever de agir fornecendo, a todos, prestações materiais e jurídicas adequadas à promoção e proteção da saúde, bem como sua recuperação nos casos de doença, independentemente da situação econômica do indivíduo.¹²

Em decorrência disso, não pode o Estado preferir uns em detrimento de outros no fornecimento de serviços médicos e hospitalares. A oferta da saúde precisa ser isonômica, independentemente da condição econômica ou da classe social do paciente. É a gravidade do caso que irá reger a prioridade de atendimento.

¹¹ CUNHA JÚNIOR, Dirley da, NOVELINO, Marcelo. **Constituição Federal para concurso**: Doutrina, Jurisprudência e questões de concursos. 7. ed., rev, ampl e atual., Salvador: Jus Podivm, 2016, p. 912.

¹² CUNHA JÚNIOR, Dirley da, NOVELINO, Marcelo. **Constituição Federal para concurso**: Doutrina, Jurisprudência e questões de concursos. 7. ed., rev, ampl e atual., Salvador: Jus Podivm, 2016, p. 912.

O programa nacional do TFD oferece tratamento ambulatorial, hospitalar e cirúrgico com o custeio de deslocamento para o paciente e o acompanhante, quando este se fizer necessário. A ajuda de custo deve contemplar os custos com alimentação e hospedagem, segundo é previsto no artigo 4º da Portaria nº 55/99. Ressalta-se, inclusive, que despesas decorrentes do óbito também deverão ser suportadas pelo Programa idealizado pelo Ministério da Saúde, de acordo com a determinação do o artigo 9º da Portaria supracitada.¹³

É importante destacar que, para que o paciente tenha direito ao TFD, deve-se atender aos seguintes requisitos expressos no art. 1º da portaria nº 55/99:

Art. 1º- Estabelecer que as despesas relativas ao deslocamento de usuários do Sistema Único de Saúde - SUS para tratamento fora do município de residência possam ser cobradas por intermédio do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, observado o teto financeiro definido para cada município/estado.

§ 1º. O pagamento das despesas relativas ao deslocamento em TFD só será permitido quando esgotados todos os meios de tratamento no próprio município.

§ 2º - O TFD será concedido, exclusivamente, a pacientes atendidos na rede pública ou conveniada/contratada do SUS.

§ 3º - Fica vedada a autorização de TFD para acesso de pacientes a outro município para tratamentos que utilizem procedimentos assistenciais contidos no Piso da Atenção Básica - PAB.

§ 4º - Fica vedado o pagamento de diárias a pacientes encaminhados por meio de TFD que permaneçam hospitalizados no município de referência.

§ 5º - Fica vedado o pagamento de TFD em deslocamentos menores do que 50 Km de distância e em regiões metropolitanas.¹⁴

O dispositivo legal acima transcrito apresenta o rol dos requisitos para que o paciente seja beneficiado pelo Programa Tratamento Fora do Domicílio. Há, sem dúvidas, uma preocupação restritiva e, ao mesmo tempo, limitativa com alguns critérios que demandam uma maior reflexão pelo aspecto padronizador das regras concessivas.

¹³ BRASIL. Portaria n. 55 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre a rotina do Tratamento Fora de Domicílio no. Sistema Único de Saúde - SUS, com inclusão dos procedimentos específicos na tabela de procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do SIA/SUS e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. **Ministério da Saúde**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/1999/prt0055_24_02_1999.html Acesso em: 29 ago. 2018.

¹⁴ BRASIL. Portaria n. 55 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre a rotina do Tratamento Fora de Domicílio no. Sistema Único de Saúde - SUS, com inclusão dos procedimentos específicos na tabela de procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do SIA/SUS e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. **Ministério da Saúde**. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/1999/prt0055_24_02_1999.html Acesso em: 29 ago. 2018.

Não pode, por exemplo, condicionar-se o benefício aos serviços de saúde fornecidos pelo SUS e sua rede conveniada. Exatamente porque muitas das vezes, pela excepcionalidade do tratamento impõe-se recorrer à rede privada como única alternativa.

A restrição na concessão do programa do TFD é medida que necessita ser revista, pois o § 2º, do art. 1º da Portaria acima transcrita, restringe a concessão do programa, exclusivamente a pacientes atendida na rede pública ou conveniada ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Isso porque, algumas vezes, o tratamento que o paciente necessita não só inexistente em sua localidade, mas, também, não existe dentre os tratamentos oferecidos pelo Sistema Único de Saúde que, algumas vezes, haja vista constante evolução da medicina, acaba por se mostrar atrasado e obsoleto. Um exemplo disso é o tratamento da doença de Coats, existente apenas em três estados da federação e apenas em clínicas e hospitais particulares, não havendo o tratamento pela rede SUS. Pela relevância do tema, a doença de Coats será analisada por meio de estudo de caso apresentado em capítulo próprio.

Tal fato acaba por demonstrar que a regra de que o paciente deva ser atendido pelo SUS necessita de urgente modificação, no sentido de passar a prever que, preferencialmente, o TFD deve ser feito por meio da rede pública mas que, caso não exista o tratamento pelo SUS, este deverá abranger o tratamento em hospitais e clínicas particulares.

Com isso, o valor repassado ao TFD poderá ser utilizado não só para tratamentos não disponibilizados na localidade de domicílio do paciente mas, também, em estabelecimentos particulares, sempre que a saúde pública não o tiver em sua rede de assistência.

Ainda no tocante ao plano nacional, deve-se destacar que tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 264/2017¹⁵, buscando garantir o acesso aos

¹⁵ BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 264 de 19 de setembro de 2017. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir ajuda de custo ao usuário do SUS que necessita realizar tratamento de saúde fora do município onde reside. **Senado Federal**. Disponível em: < <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDia>

serviços de saúde, especialmente para aqueles moradores de áreas longínquas e de menor infraestrutura que carecem de atendimento onde têm domicílio.

Espera-se, portanto, que a mencionada lei modifique o requisito do artigo 1º, § 2º da portaria nº 55/99, de forma a passar exigir o atendimento pelo SUS apenas se este existir na rede pública. Uma vez que a lei citada anteriormente seja modificada, o TFD poderá alcançar as clínicas e hospitais particulares, como forma de conferir a eficácia indispensável aos direitos à vida, à saúde e, sobretudo, ao princípio da dignidade da pessoa humana.

Porém, até que mencionado Projeto de Lei seja convertido em lei, o Tratamento Fora do Domicílio se encontra regulamentado apenas pela Portaria SAS/GM nº 55/99 em âmbito nacional, sendo o atendimento pelo SUS um de seus requisitos. Todavia, é imprescindível que cada estado da Federação regule seu próprio TFD, como forma de implementar o programa em seus territórios, atendendo às peculiaridades de cada região, tal qual dispõe o artigo 5º da referida Portaria.

É verdade que nem todos os estados da Federação regulamentaram seus TFDs, o que acaba por deixar a cargo do Poder Judiciário a efetivação do direito à saúde daqueles pacientes que não tenham como receber o tratamento hospitalar onde vivem, assegurando-se o deslocamento e o atendimento médico necessários exclusivamente por meio de ações judiciais.

Em concordância com o que foi ponderado por um servidor lotado na Secretaria de Saúde do Estado do Ceará, a Bahia e o Ceará são considerados estados modelos em âmbito do Tratamento Fora do Domicílio. Em contrapartida, estados como Acre e Rondônia merecem maior atenção do Poder Público na efetivação desse direito.¹⁶

2.3 O TFD no âmbito do estado do Ceará

rio?tipDiario=1&datDiario=11/08/2017&paginaDireta=00157. Acesso em: 30 ago. 2018.

¹⁶ Entrevista concedida a Vanessa Mesquita Sousa em artigo científico a ser apresentado ao Núcleo Direito e Saúde, em Fortaleza-CE, em 24 ago. 2018.

Louva-se, de forma semelhante, a Portaria nº 136/2018¹⁷ (renovada anualmente para fazer face à atualização monetária do salário mínimo), que dispõe sobre o valor da ajuda financeira do Programa Tratamento Fora do Domicílio (TFD) no âmbito do Estado do Ceará. Ela ostenta natureza remuneratória, com previsão orçamentária, de gasto público para pacientes e acompanhantes que venham a receber o benefício denominado de Tratamento Fora do Domicílio.

A portaria acima faz coro com a Portaria do Ministério da Saúde nº 55 de 1999 que dispõe sobre o TFD em âmbito nacional, mas ressalta, em seu artigo 5º, que caberá a cada Estado da federação regulamentar o seu próprio TFD, respeitando a realidade de cada região, porém poucos são os estados que cumpriram com tal dispositivo.

Com relação ao estado do Ceará essa realidade não é diferente, haja vista ainda não haver nenhuma norma legal que regulamente o Tratamento Fora do Domicílio no âmbito cearense.

Porém, deve-se ponderar que, em contrapartida, o programa tem funcionado relativamente bem no estado do Ceará, por meio das mencionadas portarias de nº 55/99, em âmbito nacional e 136/2018, em âmbito estadual, sendo excepcionalíssimas as hipóteses em que há necessidade de suprimento pelo Poder Judiciário diante da recusa pontual à concessão do benefício.

Em entrevista realizada com funcionário lotado na Secretaria Estadual do Ceará, destacam-se as seguintes questões que foram prontamente respondidas:

a. Existe orçamento para as despesas com o TFD? Esse orçamento é suficiente para fazer face às despesas com o programa?

Resposta: “Sim, existe orçamento e ele é suficiente para atender à demanda do TFD. Inclusive, há anos em que sobram recursos, que são remanejados para o exercício seguinte.”

b. Quantas pessoas já foram beneficiadas pelo TFD no Ceará e quais são os requisitos para que elas recebam o benefício?

¹⁷ CEARÁ. Portaria n. 136/2018 16 de Fevereiro de 2018. Dispões sobre o valor da ajuda financeira do programa Tratamento Fora do Domicílio – TFD, e dá outras providências. Fortaleza. Página 136 do Diário Oficial do Estado do Ceará (DOECE). Disponível em: <<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20180216/do20180216p02.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

Resposta: Não há como informar o quantitativo de pessoas que foram contempladas até agora pelo TFD no Ceará. Contudo, de janeiro a setembro do presente ano totalizam 1.322 (mil trezentos e vinte duas) pessoas beneficiadas. Para que haja a concessão, basta laudo médico informando que não há o tratamento no Estado do Ceará.”¹⁸

Percebe-se, pela entrevista acima, que existe afetação de verba pública destinada ao TFD do Ceará e que, em alguns anos, existe até sobra desse valor, que é remanejado para o exercício seguinte. O problema é que, a despeito dos bons resultados do TFD no Ceará, este não abrange tratamentos que não sejam fornecidos pela rede SUS, haja vista norma expressa na portaria 55/99, fato já anteriormente mencionado.

Dessa forma, mesmo havendo verba pública disponível, aqueles pacientes que precisam de TFD para doenças em que o tratamento não é disponibilizado pelo SUS acabam ficando desamparados por não preencherem o mencionado requisito. Caso tal regra seja alterada, passando a prever apenas uma preferência pela rede pública, poderá haver um maior alcance do TFD, e mais pessoas poderão ter a saúde e a vida resguardadas.

Como forma de corroborar que o TFD seja ampliado para tratamentos em clínicas e hospitais particulares sempre que a rede pública não disponibiliza-lo, será analisado a seguir um estudo de caso de um menor que, mesmo procurando o TFD para ter seu tratamento garantido, precisou recorrer ao poder judiciário para que seus direitos à vida e à saúde fossem resguardados, o que passa-se a analisar.

2.4 O suprimento judicial em virtude da ausência de tratamento no Ceará: um estudo de caso do menor W.S.B

Como visto até agora, inexistente norma legal que regule o TFD no âmbito do Estado do Ceará, havendo apenas uma portaria mais voltada para a questão do valor da ajuda de custo. Semelhantemente, a norma que regulamenta os requisitos do TFD é a portaria 55/99, a qual estabelece a necessidade de o tratamento ser fornecido pelo SUS. Diante disso, poderá ocorrer, em algumas

¹⁸ Entrevista concedida a Vanessa Mesquita Sousa em artigo científico a ser apresentado ao Núcleo Direito e Saúde, em Fortaleza-CE, em 24 ago. 2018.

hipóteses, a recusa de atendimento pelos órgãos de saúde do Estado do Ceará por meio de TFD, mesmo quando o tratamento é fora de domicílio.

Ainda que, em regra, o programa do TFD conceda, em muitos casos, auxílio com passagens para o paciente e acompanhante (quando se fizer necessário), cujo teto é de um salário mínimo vigente; quando houver recusa por parte do Poder Público, não restará ao paciente outro caminho que não seja recorrer ao Poder Judiciário para garantir seu lícito direito à saúde.

No presente artigo, como forma de ilustrar a atuação do Poder Judiciário como meio de se efetivar o direito ao tratamento fora de domicílio em estabelecimentos particulares, será apresentado, por meio de um estudo de caso, a demanda proposta pelo menor W.S.B. que, acometido por uma doença rara chamada doença de *coats*¹⁹, precisou de tratamento fora de seu domicílio, mas que lhe foi negado por não haver a disponibilização deste na rede pública de saúde.

No caso do pequeno W.B.S, o histórico da doença se manifestou meses após o seu nascimento, como relatou o pai, Luiz Carlos Barroso, à Defensoria, complementando com as informações a seguir:

Começou com um estrabismo, quando percebemos a doença ele já estava com 4 meses. Foi feito o teste do olhinho quando ele nasceu e o resultado indicou tudo dentro da normalidade. O mais interessante é que só descobrimos do que se tratava porque assistimos a um programa na televisão que falava de sobre a Doença de Coats e havia uma indicação sobre um teste que poderia ser feito com o celular. Pegamos o celular e batemos uma foto com flash. Vimos então que em um dos olhos, o brilho do olho era diferente. O brilho do olho direito era amarelo, e o do outro era vermelho.²⁰

¹⁹ Essa doença atinge uma a cada 100 mil pessoas, tendo como característica principal o desenvolvimento anormal dos vasos que irrigam a retina, podendo ocasionar a perda da visão ou até mesmo ocasionar a retirada do globo ocular. A doença tem maior incidência na infância, de 2 a 4 anos de idade, podendo igualmente acometer adultos. Os estudos médicos que tratam e investigam essa doença são unânimes em apontar que ela se desenvolve em cinco estágios diversos, sendo o primeiro o comprometimento dos vasos sanguíneos e o quinto (e último) se desenvolve após a cegueira completa.

²⁰ DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ – DPGE-CE. Notícia. Ação da Defensoria garante tratamento para criança com doença de coats Disponível em: <http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/cao-da-defensoria-garante-tratamento-para-crianca-com-doenca-decoats/> Acesso em: 23 ago. 2018.

É o primeiro caso envolvendo liminar concessiva de tratamento hospitalar fora do Estado do Ceará. Ele, assistido pela Defensoria Pública estadual, ingressou com demanda que tramitou junto à 6ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Ceará, em face do Governo do Estado, colimando garantir ao mesmo o direito de realizar cirurgia reparadora de sua visão, onde o tratamento fosse disponibilizado, isto é, em São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG ou em Curitiba/PR.

Ressalte-se que o tratamento poderia estacionar o grau de evolução da doença, contudo, para que isso se tornasse possível, a Justiça precisaria garantir rapidamente ao usuário a continuidade do tratamento médico que lhe fora concedido/propiciado, mas que, pelo agravamento da situação, supostamente não estaria albergado no objeto inicial da demanda. É o que se constata de informação presente do site da Defensoria Pública do Estado do Ceará, *in litteris*:

A liminar foi cumprida, a cirurgia foi realizada em maio desse ano e a ação já chegou ao seu final, mas apesar da alegria, essa é só uma das batalhas. O bebê atingiu a cegueira completa no olho direito e os pais lutam para que não aconteça a remoção do olho. O tratamento estaciona o grau da doença, evitando que ela fique em progressão, e possa causar o aumento da pressão do olho, que caso ocorra, leva à remoção. Diante disso, os pais já iniciaram uma nova ação acompanhada pela Defensoria Pública para realização da próxima cirurgia, programada para agosto desse ano.²¹

Em contraste com a recusa do cumprimento espontâneo do Estado do Ceará, a liminar restou efetivada por meio do sequestro de verbas públicas. O emblemático caso foi sucedido por outro semelhante: o do menor de iniciais R.G.S.S.C, assistido pelo Núcleo Direito e Saúde (NDS) da Unichristus, que também sofre da doença de Coats.

Naquela oportunidade, os alunos do NDS, com auxílio e orientação da professora responsável, redigiram petição inicial com pedido de tutela antecipada de urgência em caráter liminar, solicitando, urgentemente, que o Estado do Ceará custeasse não só o valor do tratamento em uma clínica particular, mas, também, as

²¹ DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ – DPGE-CE. Notícia. Ação da Defensoria garante tratamento para criança com doença de Coats Disponível em: <http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/acao-da-defensoria-garante-tratamento-para-crianca-com-doenca-decoats/> Acesso em: 23 ago. 2018.

passagens de ida e volta de Fortaleza a Belo Horizonte para o menor e seus pais, bem como as despesas com hospedagem, transporte e alimentação, pedido esse que, em sede de liminar, foi deferido pelo juízo.

Colaciona-se, a título de ilustração, a parte dispositiva que concede o despesas com passagem aérea, hospedagem, alimentação e transporte ao menor R.G.S.S.C (caso análogo ao do menor W.S.B) *ipsis litteris*:

Destarte, hei por bem CONCEDER a eficácia da tutela jurisdicional requestada, ao fito de determinar que o requerido, ESTADO DO CEARÁ, providencie o custeio de todas as despesas necessárias à realização de intervenção cirúrgica na cidade de Belo Horizonte/MG com médico especialista no tratamento da Doença de Coats, incluindo despesas com passagem aérea, hospedagem, alimentação e transporte do requerente, **R.G.S.S.C**, e de seus genitores, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da intimação desta decisão, de forma a garantir-lhe os direitos fundamentais à saúde, à vida e à dignidade da pessoa humana, com fulcro no art. 3º da Lei nº 12.153/2009 e no art. 4º da Lei nº 10.259/2001.²²

No domínio da Constituição do Estado do Ceará, destacam-se os arts. 245 e 248 que dispõem ser a saúde uma prestação de serviço fundamental também no âmbito estadual. Portanto, o direito à saúde tem prioridade em sede constitucional, assegurando à generalidade das pessoas, seus serviços, toda vez que dele necessitem de modo inafastável e inadiável devendo o Poder Público, assegurar o acesso universal e igualitário dos serviços de saúde.

Percebe-se que o tanto o tratamento do menor W.S.B, quanto o do menor R.G.S.S.C. foram negados pelo TFD do Ceará, mesmo havendo verbas para tal, de posse do conhecimento que a doença de *Coats* apenas tem tratamento em estabelecimentos particulares, o que acaba por não preencher o requisito da portaria 55/99.

Caso tal norma fosse flexibilizada, os menores não teriam necessitado ajuizar uma demanda na justiça, afogando ainda mais o poder judiciário e, pior, retardando o tratamento para a estabilização da doença. Por esse motivo aqui se

²² TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. Comarca de Fortaleza. 6ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD I). Processo nº: 0129675-44.2018.8.06.0001. Requerente: R.G.S.S.C. Requerido: Estado do Ceará. Sentença. Data do documento: 28 maio 2018.

defende uma mudança no requisito do art. 1º, §2º da portaria 55/99, de forma a abranger tratamentos em estabelecimentos particulares sempre que o SUS não os tiver em sua rede.

3 MÉTODOS

É cediço que cada ciência tem seu próprio método de investigação. E, com certeza, não seriam diferentes com o Direito, principalmente diante da necessidade de se produzir textos jurídicos com cientificidade.

Do exposto acima conclui-se toda pesquisa deverá partir de hipóteses que deseja enfrentar, seja para confirmá-las, seja para refutá-las. Entender o problema, nessa seara, é o passo inaugural para resolvê-lo. Destarte, pode-se intuir que um artigo sem método dificilmente convence, porque, nesse diapasão, o pensamento não decorre do raciocínio e o argumento não será a forma de expressá-lo.

A metodologia adotada foi a pesquisa exploratória, de fonte bibliográfica (tanto no suporte virtual, como no físico), cujos resultados têm natureza qualitativa, além de indubitável estrutura analítica.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Tratamento Fora do Domicílio, ainda que esteja incipiente do ponto de vista de resultados, é, inegavelmente, um importante avanço na oportunização de ações e serviços de saúde a todos, mostrando-se um passo inaugural na construção da cidadania plena também nessa seara.

Destarte, o direito à saúde exige uma resposta do Estado diante da impossibilidade de tratamento fora do domicílio do paciente. Não pode a falta de regulamentação impedir ou se tornar um entrave à vida. Os entes federativos não podem quedar-se indiferentes à responsabilidade que devem assumir com o custeio das despesas de passagens, hospedagem, alimentação e traslado de toda pessoa que necessite, seja na rede pública, conveniada ou mesmo na rede particular às expensas do Poder Público.

As cortes superiores têm cristalizado o entendimento no intuito de deferir prioridade à vida e à saúde das pessoas portadoras de doenças que não tenham tratamento onde residem, compelindo os entes federativos a arcarem com o custeio indispensável ao deslocamento, hospedagem, e tratamento dos jurisdicionados, impondo, muitas vezes, pesadas multas pelo não cumprimento espontâneo das decisões judiciais. É o direito fundamental à saúde ganhando ares e status de realidade jurídica no Brasil.

Obteve-se como resultado de discussão, ainda, que a portaria que regulamenta o TFD, assim como projeto de lei em tramitação nesse mesmo sentido, necessitam ampliar a abrangência do TFD, para que, dessa forma/desse modo, tenha direito a esse serviço àqueles que precisam de tratamentos não existentes na rede pública, como foi o caso do menor analisado nesse trabalho.

5 CONCLUSÃO

O Tratamento Fora do Domicílio mostrou-se uma importante ferramenta capaz de ajudar a viabilizar o atendimento universal e igualitário a todos que necessitem das ações e serviços de saúde pelo SUS. O TFD, assim, auxilia na concretização o direito básico à saúde ao custear o deslocamento e a internação de pacientes que não tenham o tratamento hospitalar onde residem.

Constatou-se, ainda, que em decorrência do requisito expresso no artigo 1º, § 2º da portaria 55/99, o TFD alcançar apenas tratamentos fornecidos pelo SUS, isso acaba por se tornar um empecilho para que pessoas possam ser contempladas pelo benefício, razão pela qual, diante da negativa administrativa, surge a necessidade de judicialização da questão, objetivando reverter a recusa do benefício.

Em particular, exemplificou-se o suprimento judicial para ilustrar a insegurança jurídica de pacientes portadores de doenças que não tenham o tratamento no local do seu domicílio, bem como que inexistentes na rede pública, tomando como referência o caso do menor W.S.B que foi assistido pela Defensoria Pública do Estado do Ceará, por meio do Núcleo de práticas de jurídicas da Unichristus, obtendo prestação jurisdicional diante da recusa do Governo cearense

em custear-lhe as despesas de traslado, passagens aéreas, alimentação e hospedagem em Belo Horizonte – MG.

A carência de regulamentação tanto no plano federal como na esfera estadual, em que apenas portarias definem como deve ser disponibilizado o TFD, torna necessária e indispensável a aprovação de Projeto de Lei que tramita no Congresso Nacional, cujo objeto busca inserir o TFD na Lei orgânica da Saúde (Lei nº 8080/90). Sendo que aqui se sugere, para essa lei, que ela flexibilize o requisito de o tratamento ter que ser pela rede pública, tornando tal necessidade uma preferência que poderá ser ultrapassada caso o tratamento não exista pelo SUS.

É inegável que o TFD tem sido um fator preponderante de efetivo auxílio a pacientes que precisam se deslocar para receber o devido tratamento pelo Sistema Único de Saúde, competindo ao Poder Público fazer o custeio dos respectivos tratamentos com fundamento no Direito à saúde e no direito à vida, tão representativos da dignidade da pessoa humana.

Deixou a desejar o § 2º do art. 1º da Portaria nº 55/99, quando concede o TFD exclusivamente para pacientes da rede pública ou conveniada, deixando de ofertar o mesmo tratamento também pela rede privada, quando não houver tratamento pelo Sistema Único de Saúde. De tal sorte, o paciente precisará recorrer ao Poder judiciário como única forma de garantir o atendimento em rede especializada, como é o caso de doenças raras, conforme o estudo de caso trabalhado nesse artigo.

REFERÊNCIAS

ABREU. Camila. O direito à saúde e a responsabilidade civil do Estado decorrente da deficiência na prestação de serviços públicos. **Jusbrasil**, 2015. Disponível em: <<https://camilasabreu.jusbrasil.com.br/artigos/308558672/o-direito-a-saude-e-a-responsabilidade-civil-do-estado-decorrente-da-deficiencia-na-prestacao-de-servicos-publicos>>. Acesso em 29 ago. 2018.

BRASIL. Portaria n. 55 de fevereiro de 1999. Dispõe sobre a rotina do Tratamento Fora de Domicílio no Sistema Único de Saúde - SUS, com inclusão dos procedimentos específicos na tabela de procedimentos do Sistema de Informações Ambulatoriais do SIA/SUS e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/1999/prt0055_24_02_1999.html>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BRASIL. Projeto de Lei do Senado nº 264 de 19 de setembro de 2017. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, para instituir ajuda de custo ao usuário do SUS que necessita realizar tratamento de saúde fora do município onde reside. **Senado Federal**. Disponível em: < <http://legis.senado.leg.br/diarios/BuscaDiario?tipDiario=1&datDiario=11/08/2017&paginaDireta=00157>. Acesso em: 30 ago. 2018.

CEARÁ. Portaria n. 136/2018 16 de Fevereiro de 2018. Dispõe sobre o valor da ajuda financeira do programa Tratamento Fora do Domicílio – TFD, e dá outras providências. Fortaleza. Página 136 do Diário Oficial do Estado do Ceará (DOECE). Disponível em: <<http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20180216/do20180216p02.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2018.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da e NOVELINO, Marcelo. Constituição Federal para concurso: Doutrina, Jurisprudência e questões de concursos. 7ª ed., rev, ampl e atual., Salvador: Jus Podivm, 2016.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ – DPGE-CE. Notícia. Ação da Defensoria garante tratamento para criança com doença de Coats Disponível em: <http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/acao-da-defensoria-garante-tratamento-para-crianca-com-doenca-de-coats>. Acesso em: 23 ago. 2018.

Entrevista concedida a Vanessa Mesquita Sousa em artigo científico a ser apresentado ao Núcleo Direito e Saúde, em Fortaleza-CE, em 24 ago. 2018.

RIBEIRO, Davi. O Estado é obrigado a fornecer medicamentos de alto custo a todos? STF decide sobre fornecimento gratuito de medicamentos de alto custo. **Jusbrasil**, 2016. Disponível em: <https://davirdr.jusbrasil.com.br/artigos/388826867/o-estado-e-obrigado-a-fornecer-medicamentos-de-alto-custo-a-todos>>. acesso em: 29 ago. 2018.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ. Comarca de Fortaleza. 6ª Vara da Fazenda Pública (SEJUD I). Processo nº: 0129675-44.2018.8.06.0001. Requerente: R.G.S.S.C. Requerido: Estado do Ceará. Sentença. Data do documento: 28 maio 2018.

A OBRIGAÇÃO DOS PLANOS DE SAÚDE EM RESSARCIR AO SUS AS DESPEAS DE SEUS BENEFICIÁRIOS: UMA ANÁLISE DA ADI 1.931/99

Ingrid Cristina Bonfim da Silveira¹
Laiz Mariel Santos Souza²

RESUMO

No Brasil, existem dois sistemas de saúde, sendo um de natureza pública, denominado de Sistema Único de Saúde (SUS), financiado pelos tributos ao Estado e, o outro, de natureza privada, denominado de Saúde Suplementar, representado pelas operadoras dos planos de saúde. Dessa forma, após a Lei 8080/90 (Lei do Sistema Único de Saúde), o serviço público passou a ter regulamentação própria, seguindo as diretrizes e princípios do SUS, com a finalidade de garantir um acesso igualitário para todos. Ainda, o serviço privado de saúde continuou funcionando, de forma suplementar a saúde pública, porém, regulamentado pelo Código de Defesa do Consumidor e pela Lei 9656/98 (Lei dos Planos de Saúde). Nesse contexto, diante da coexistência desses dois sistemas, surge a problemática do ressarcimento ao SUS pelas operadoras de plano de saúde, principal assunto desse artigo. Tal questão consiste na obrigação das operadoras em reembolsar o Estado sempre que houver a utilização do serviço público por seus beneficiários, desde que o serviço esteja na cobertura contratual do plano de saúde. Dessa forma, o referido ressarcimento, fundamentado pelo artigo 32 da Lei 9656/98, foi fruto de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta em 1999 e julgada por meio de Recurso Extraordinário, o qual foi decidido de forma unânime pela constitucionalidade do ressarcimento, com a finalidade de evitar o enriquecimento ilícito das operadoras e resguardar os direitos dos mais vulneráveis. Assim, para a realização do presente estudo, realizaram-se pesquisas bibliográficas, principalmente por meio de sítios da Internet de entidades governamentais, para avaliar os dados do ressarcimento e a situação das operadoras, e, a petição de embargo proposta em face da resolução do STF em fevereiro de 2018. Entretanto, mesmo após a decisão do STF, a temática

¹Acadêmica do Curso de Direito da UNICHRISTUS, aluna do Núcleo de Direito e Saúde(UNICHRISTUS). E-mail: ingridicib@gmail.com

²Mestre em Ciências Jurídicas-Empresariais - Menção em Direito Laboral pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professora na graduação e na pós-graduação. Professora responsável pelo Projeto Núcleo de Direito e Saúde da Unichristus. Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2012). Advogada em atuação desde 2012. Pós-graduação em Direito Privado (Carga Horária: 372h) pela Universidade Candido Mendes, UCAM, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail para contato: laizmariel@gmail.com

continua sendo algo conturbado para as operadoras, que alegam estar sobrecarregadas com os tributos fiscais e ainda têm que ressarcir algo que é um direito universal. Ainda, percebe-se que as taxas de novos contratantes de planos particulares diminuíram, fato que é justificado pela crise econômica do país e, também, pela consequência do aumento das mensalidades, reflexo do dinheiro despendido com o ressarcimento. Dessa forma, compreende-se que é uma situação complexa, decorrente de anos de análises, e, mesmo que esteja sendo usada como parâmetro pelos tribunais, cabe salientar que é algo que ainda precisa ser melhor ponderado pelo STF. Pois mesmo que se entenda como forma de justiça social para os mais necessitados, deve-se considerar, também, o cidadão que paga o plano de saúde, muitas vezes comprometendo sua renda, para evitar o serviço público, deveras sobrecarregado.

Palavras-chave: Sistema único de saúde. Saúde suplementar. Operadoras de plano de saúde. Regulamentação. Ressarcimento.

ABSTRACT

In Brazil, there are two systems of health care, one of them is nominated Unified Health System (SUS), financed by taxes, and the other is a private system, named Supplementary care, represented by Health Care Operators. The SUS was established by the Law no. 8080/90, the public system acquired its own regulation through the guidelines of Brazilian National Health Care System whose purpose is guarantee an egalitarian health care system to the entire population. Beyond that, the private system subsists in a complementary manner regulated by Law No. 9656/98 and by Code of Consumer Defense and Protection. Besides this coexistence, there's a debate concerning on reimbursement to SUS by health care operators, the main subject of this study. Reimbursement consists in an obligation that the private system has to refund the public system when its consumers uses the public service of health care and that service contains in the health insurance coverage. Thus, the article 32 from Law 9656/98 results on the Direct Unconstitutionality Action 1931 and its judgment through Extraordinary Appeal that results on constitutionality of reimbursement to prevent an illegal moneymaking and to protect needy people. Therefore, to write this study, we've done researches to analyse the political of reimbursement and the position of health care operators besides the judgment results from STF, in february 2018. By the way, even though STF's decision, its

matter has general repercussion and this subject still disturbs health care operators that's overloaded of taxes. Also, the numbers of consumers from the particular systems decreased by the circumstances of economic crises and the increase of monthly payment motivated by reimbursement. Therefore, we can infer that's a difficult situation to evaluate although the judgment from STF because even with the argument to protect needy people, we must consider the situation from the users of health care operators, because they spend money to avoid the overcrowded Unified health care system.

Keywords: Unified Health Care System. Supplementary care. Health care operators. Regulation. Reimbursement

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata sobre o direito à saúde, com ênfase na saúde pública, na saúde suplementar e a política do ressarcimento ao SUS, regulamentado pela Lei 9656/98, para os casos de utilização do serviço público pelos beneficiários do plano de saúde, cujo serviço utilizado esteja na cobertura contratual.

Inicialmente, cabe salientar o papel da Constituição Federal de 88, que consolidou os direitos fundamentais, dispondo em seus artigos 6º e 196º sobre a universalidade e a integralidade do acesso à saúde a todos os brasileiros e estrangeiros no Brasil. Além disso, após a Lei 8080/90 (Lei do Sistema Único de Saúde), o serviço público destinado à população passou a ser regulamentado, seguindo as diretrizes e princípios do SUS, com a finalidade de garantir um acesso igualitário e universal, respeitando a máxima constituinte e resguardando os direitos fundamentais³.

Em seguida, aborda-se sobre o serviço privado de saúde, que funciona paralelamente ao serviço público, de forma suplementar, sendo regulamentado pelo Código de Defesa do Consumidor e pela Lei 9656/98 (Lei dos Planos de Saúde). Nesse contexto, surge a problemática do ressarcimento ao SUS pelas operadoras de planos de saúde, principal assunto desse artigo⁴.

³MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. A regulação da assistência à saúde suplementar. **Books Scielo**. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/tr7y8/pdf/menicucci-9788575413562-07.pdf>> Acesso em: 1. Set. 2018.

⁴SANTOS, Isabela Soares. SANTOS, Maria Angelica Borges dos. BORGES, Danielle da Costa Leite. Mix público-privado no sistema de saúde brasileiro. **Books Scielo**. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/z9374/pdf/noronha-9788581100180-04.pdf>> Acesso em: 2.set. 2018.

Tal questão consiste na obrigação das operadoras reembolsarem o Estado sempre que houver a utilização do serviço público por seus beneficiários, desde que o serviço esteja na cobertura contratual do plano de saúde, instituído pelo artigo 32 da Lei 9656/98, que foi fruto de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, proposta em 1999 e julgada por meio de Recurso Extraordinário, o qual foi decidido de forma unânime pela constitucionalidade do ressarcimento, com a finalidade de evitar o enriquecimento ilícito das operadoras e resguardar os direitos dos mais vulneráveis.

Assim, após a explicação sobre a saúde pública, a saúde suplementar, a problemática do ressarcimento, discute-se e analisam-se as divergências decorrentes do tema e as repercussões que vêm trazendo a nossa sociedade, por meio de pesquisas bibliográficas, da norma jurídica, de petições e de jurisprudência, principalmente pela recente decisão do STF sobre o tema.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Direito Constitucional à saúde: um direito de todos

O direito à saúde é considerado um direito fundamental, pois está diretamente ligado à vida e à dignidade da pessoa humana, sendo, portanto, uma obrigação do Estado garantir sua efetividade. Além disso, é um dos direitos fundamentais expressamente previstos na Constituição Federal da República Federativa do Brasil (CRFB) que, em seus artigos 6º e 196º, os quais dispõem ser o direito à saúde um direito social para todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil.

Nesse contexto, por ser um direito fundamental, bem como por expressa disposição do artigo 196º da CF, a saúde deve ser assegurada a todos, sem nenhum tipo de discriminação, e sendo os direitos fundamentais dotados de universalidade, compreende-se que a saúde é um direito inerente à condição de ser humano. Assim, de acordo com o princípio da universalidade, todas as pessoas, pelo fato de serem pessoas, são titulares de direitos e deveres fundamentais⁵.

Desse modo, conforme redação do próprio artigo 196º da CF, o direito à saúde não comporta exceção expressa em lei, devendo atender ao princípio da

⁵SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**.11.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado,2012, p.189.

universalidade, de forma a abranger a todos que precisem de procedimentos, tratamentos, medicamentos, dentre outras necessidades à garantia de sua saúde.

Cabe ressaltar, inclusive, que a abrangência do direito à saúde é tanta que o próprio artigo 2º da Lei nº 8080/90, que regulamenta o Sistema Único de Saúde (SUS), dispõe ser a saúde um direito fundamental do ser humano, não fazendo restrições quanto à condição financeira, naturalidade, ou se a pessoa possui ou não plano de saúde, pois, antes do SUS, havia o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), que era um sistema com a ótica trabalhista, na qual o trabalhador e o empregador recolhiam uma parcela do salário e o sistema de saúde oferecia como benefício a assistência médica e, os que não trabalhavam, eram tidos como indigentes, sendo atendidos na Santa Casa⁶.

Deve-se aqui lembrar que o SUS é o sistema público de saúde brasileiro, disciplinado pela Lei 8080/90, também conhecida como Lei Orgânica da Saúde, e pelo Ministério da Saúde, que define o funcionamento da saúde no Brasil em sua totalidade, incluindo-se os princípios e diretrizes do SUS, política de recursos humanos, vigilância sanitária e a participação do regime privado.

Ressalta-se, ainda, que nos moldes do artigo 23 da Constituição Federal, todos os entes federativos, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Municípios, são solidariamente responsáveis no tocante à promoção da saúde e assistência pública, não sendo possível, portanto, que um dos entes se abstenha de cumprir com suas obrigações.

Porém, apesar da saúde ser um dever do Estado, devendo este promover políticas públicas para a sua efetivação, a Constituição Federal permitiu que a iniciativa particular participasse da saúde de forma livre e complementar, conforme se passa a analisar a seguir.

2.2 A Saúde Suplementar no Brasil

Além do Sistema Único de Saúde, a CFRB, em seu artigo 199⁷, permitiu que a iniciativa privada participasse da assistência à saúde de forma livre e complementar ao SUS. Assim, por ser o direito à saúde um direito fundamental,

⁶LOUVISON, Marília. O SUS e a Saúde Suplementar. Entrevista concedida ao canal SABER Tecnologias Educacionais e Sociais. **Youtube**, postado em 3 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z6x5JXT6uEQ>> Acesso em: 26 ago. 2017.

estando, portanto, diretamente ligado ao princípio da dignidade a pessoa humana, a doutrina classificou a sua efetivação como eficácia vertical dos direitos fundamentais, sendo essa, a que disciplina as relações entre o Poder Público e o particular.

Porém, pelo fato de tratar-se de um direito fundamental diretamente ligado à vida, a eficácia dos direitos fundamentais no que se relaciona a sua aplicação e efetividade foi estendida às relações na esfera privada, sendo denominada de eficácia horizontal dos direitos fundamentais. Desse modo, por mais que se trate da relação entre uma pessoa e uma operadora de saúde, como é o caso da saúde suplementar, pelo fato da saúde ser um direito fundamental e possuir caráter público, estando diretamente ligada a todas as pessoas, devendo, portanto, ter sua efetividade resguardada pelo Poder Público⁸.

Diante de tal permissão, foram criados os denominados contratos de planos de saúde, firmados entre as operadoras e o beneficiário, os quais, durante muito tempo, funcionavam em situação de desvantagem para o consumidor, pois não havia regulamentação expressa para as operadoras nem regra específica, sendo controlados apenas pelo Código Civil ou Comercial⁹.

Porém, após a consolidação do Código de Defesa do Consumidor (CDC) em 1990, as relações entre beneficiários e operadoras ficaram mais equiparadas, em virtude de o CDC ter trazido a regulamentação de proteção ao consumidor com a finalidade de tornar as relações de consumo mais seguras, diante da vulnerabilidade da figura do consumidor, evitando a existência de cláusulas abusivas que venham a restringir o direito à saúde¹⁰.

Por fim, com o advento da Lei 9656/98, a qual dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, as atividades das operadoras foram regulamentadas, desde que respeitadas às normas gerais da CF, do Código Civil, do CDC e outras pertinentes.

⁸LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p.1166

⁹MELO NETO, Gonçalo Ribeiro de. Práticas abusivas nos contratos de plano de saúde e atuação do Ministério Público. **UFSC**, 15.maio.2013. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/praticas-abusivas-nos-contratos-de-plano-de-sa%C3%BAde-e-atua%C3%A7%C3%A3o-do-minist%C3%A9rio-p%C3%ABlico>> Acesso em: 2.set.2018,

¹⁰INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Planos antigos. **IDEC**. Disponível em: <<https://idec.org.br/planos-de-saude/planos-antigos>> Acesso em: 2. set. 2018

Com a função de fiscalizar a atividade privada para garantir que se preserve o interesse público e que contribua para o desenvolvimento do país, foi criada a Agência Nacional de Saúde (ANS), vinculada ao Ministério da Saúde.

Nesse contexto, a ANS é a Agência Reguladora dos Planos de Saúde do Brasil, possui sede no Rio de Janeiro, e os atendimentos aos cidadãos são feitos pela Central de atendimento ao Consumidor, pela internet, pelo telefone e pelos demais Núcleos da ANS localizados em vários estados do país, conforme informações do site da própria agência¹¹. Essa regulação é descrita de forma simplificada pela própria ANS como um conjunto de medidas e ações do Governo que envolve a criação de normas, o controle e a fiscalização de segmentos de mercado explorados por empresas para assegurar o interesse público.

Importante ressaltar que, atualmente, quem pode pagar um plano de saúde prefere ter o serviço particular ao invés de se utilizar do SUS, pois o sistema de saúde do Brasil está sobrecarregado e em muitos locais carece de infraestrutura (inclui-se estrutura hospitalar e funcionários). Assim, a falta de medicamentos, hospitais superlotados, poucos médicos, carência de enfermeiros e auxiliares para a grande demanda de pacientes, acaba por deixar o sistema único de saúde abarrotado. Dessa forma, as pessoas se submetem a pagar por um plano particular em busca de um melhor e mais rápido atendimento no âmbito da saúde.

Louvison imputa como um dos motivos para crescimento da saúde suplementar no Brasil, o fato da CF/88 ter estendido o SUS a todos, financiado pelos recursos dos impostos, fazendo com que subitamente o sistema público englobasse um grande número de pessoas, gerando, em consequência disso, menos agilidade nos serviços. Além disso, há o estigma que muitos atribuem ao serviço público como algo que não funciona, criando-se, dessa forma, uma conjuntura que incentivou o setor da saúde suplementar, cuja demanda aumentou em decorrência de se buscar novos caminhos às fragilidades do SUS¹².

Ademais, Louvison afirma que a lógica da saúde suplementar é individualizada e fragmentada, desembolsando quatro vezes mais recursos por pessoa em comparação com os usuários do SUS. Ainda, tal situação é motivada

¹¹AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Quem Somos. **ANS**. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/aans/quem-somos>> Acesso em: 23. ago. 2018.

¹²LOUVISON, Marília. O SUS e a Saúde Suplementar. Entrevista concedida ao canal SABER Tecnologias Educacionais e Sociais. **Youtube**, postado em 3 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z6x5JXT6uEQ>> Acesso em: 26. ago. 2018.

pela política fiscal brasileira, que estimula a contratação de planos de saúde concedendo desconto no imposto de renda, como forma de amenizar a sobrecarga do SUS¹³.

Analisando dessa forma, percebe-se que a Saúde Suplementar traz a possibilidade de desafogar o SUS e de fazer com que os clientes das operadoras do plano de saúde apenas utilizem o serviço público de saúde em determinados casos, como, por exemplo, algum serviço não fornecido pelo serviço privado ou em alguma situação de emergência.

É neste contexto que reside o tema central deste trabalho: quando um beneficiário de um plano de saúde utiliza dos serviços fornecidos pelo SUS, deve a empresa ressarcir ao poder público aquilo que foi gasto pelo paciente?

Inicialmente, a resposta à referida indagação poderia estar fundamentada no próprio artigo 32 da 9656/98, que a responde de forma afirmativa. Porém, muito se discute sobre a constitucionalidade do mencionado dispositivo, o que culminou na proposição de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, conforme se analisará no tópico que se segue.

2.3 A Obrigatoriedade dos Planos de Saúde em ressarcir ao SUS as despesas de seus beneficiários: uma análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1.931¹⁴

Conforme mencionado, as operadoras de Plano de Saúde, reguladas pela ANS, são regidas pela Lei nº 9656/98 (Lei dos Planos de Saúde), dentre outras normas. Nesse sentido, o artigo 32º da Lei dos Planos de Saúde cita que se um beneficiário de plano de saúde utilizar-se do Sistema Único de Saúde e o serviço utilizado estiver na cobertura do plano de saúde, o Poder Público poderá cobrar a restituição do que foi despendido para o atendimento desse usuário.

Assim, com a referida lei, tornou-se obrigação das operadoras de planos de saúde ressarcir o que foi gasto pelo SUS, assegurados o direito ao contraditório e a ampla defesa, sob pena de serem consideradas inadimplentes e inscritas no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN).

¹³LOUVISON, Marília. O SUS e a Saúde Suplementar. Entrevista concedida ao canalSABER Tecnologias Educacionais e Sociais. **Youtube**, postado em 3 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z6x5JXT6uEQ>> Acesso em: 26. ago. 2018.

¹⁴SUPREMO julga ADI sobre planos de saúde. **Notícias STF**, 21.ago.2003.Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=61116&caixaBusca=N>> Acesso em: 31. ago. 2018.

Ainda nesse âmbito, a tabela abaixo descreve, de forma resumida, como é feito o cruzamento de informações para identificar os usuários de plano de saúde que foram atendidos pelo SUS¹⁵:

O paciente é atendido em uma instituição pública ou privada, conveniada ou contratada, integrante do SUS;
A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) cruza os dados dos sistemas de informações do SUS com o Sistema de Informações de Beneficiários (SIB) da própria Agência para identificar as pessoas que foram atendidas na rede pública e que possuem plano de saúde;
A ANS notifica a operadora informando os atendimentos que realizou relacionados com seus clientes;
A operadora pode contestar isso nas instâncias administrativas, dizendo, por exemplo, que aquele serviço utilizado pelo seu cliente no SUS não era coberto pelo plano, que o paciente já havia deixado de ser usuário do plano etc.
Não havendo impugnação administrativa ou não sendo esta acolhida, a ANS cobra os valores devidos.
Caso não haja pagamento, a operadora será incluída no CADIN e os débitos inscritos em dívida ativa da ANS para, em seguida, serem executados.
Os valores recolhidos a título de ressarcimento ao SUS são repassados pela ANS para o Fundo Nacional de Saúde.

Fonte: Dizer o direito¹⁶

Dessa forma, conforme explicação no site da ANS sobre o sistema de integração e ressarcimento ao SUS, para reconhecer um beneficiário de plano de saúde atendido pelo SUS, a agência se utiliza de um procedimento denominado “batimento” que cruza, periodicamente, a base de dados do SUS com a da ANS.

O mecanismo de identificação ocorre após o recebimento do Departamento de Informática do SUS (DATASUS), das informações sobre os atendimentos realizados na rede pública/privada conveniada ao SUS em todo o território nacional e registrados por meio de Autorização de Internação Hospitalar (AIH) e por Autorização de Procedimento Ambulatorial (APAC)¹⁷.

¹⁵A SISTEMÁTICA do ressarcimento ao SUS. **Dizer o direito**, postado em 28 de fevereiro 2018. Disponível em: <<https://www.dizerodireito.com.br/2018/02/a-sistematica-do-ressarcimento-ao-sus-e.html#more>> Acesso em: 5. jun. 2018.

¹⁶A SISTEMÁTICA do ressarcimento ao SUS. **Dizer o direito**, postado em 28 de fevereiro 2018. Disponível em: <<https://www.dizerodireito.com.br/2018/02/a-sistematica-do-ressarcimento-ao-sus-e.html#more>> Acesso em: 5. jun. 2018.

¹⁷AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Integração e ressarcimento ao SUS. **ANS**. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor/integracao-e-ressarcimento-ao-sus>> Acesso em: 25. ago. 2018.

Assim, o resultado desse cruzamento é enviado às operadoras por meio de um ofício, chamado Aviso de Beneficiário Identificado (ABI), que agrupa os atendimentos a cada três meses e as notifica da identificação de atendimentos possivelmente realizados por beneficiários pertencentes às suas respectivas carteiras¹⁸.

Portanto, após o cruzamento de dados, caso haja constatação de utilização do SUS por usuários de plano de saúde, as operadoras serão contatadas para que apresentem suas justificativas, de modo a garantir o direito ao contraditório e o devido processo legal. Assim, esse procedimento administrativo é composto por duas instancias, sendo a primeira em que a operadora prestará as alegações sobre não considerar devido o ressarcimento e a segunda instancia ocorrerá após o recurso contra a decisão anteriormente proferida.¹⁹

Após a análise dos argumentos e justificativas, ocorrerá a decisão sobre a procedência ou não do ressarcimento. Caso haja procedência do dever de ressarcir, as operadoras serão notificadas e será emitida a Guia de Recolhimento da União (GRU). Contudo, havendo inadimplemento da obrigação, o débito da operadora será inscrito em Dívida Ativa da União e dos administradores no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), conforme a lei 9656/98 e a ANS.

Entretanto, o referido artigo vem causando muitas discussões e divergências. Isso se deve ao fato de nem todos os operadores do direito concordarem com aquilo que dispõe o artigo 34 da nº Lei 9656/98²⁰. Assim, aqueles que se posicionam contra a obrigatoriedade imposta pelo mencionado artigo entendem que o SUS é um sistema igualitário e universal, não podendo ser restringido a ninguém. Nesse sentido, aponta-se que a saúde é direito de todos e um dever do Estado, de modo que, ao procurar o SUS, o usuário não deixa de pagar os

¹⁸AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Integração e ressarcimento ao SUS. **ANS**. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor/integracao-e-ressarcimento-ao-sus>> Acesso em: 25. ago. 2018.

¹⁹AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Integração e ressarcimento ao SUS. **ANS**. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor/integracao-e-ressarcimento-ao-sus>> Acesso em: 25. ago. 2018.

²⁰AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Integração e ressarcimento ao SUS. **ANS**. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor/integracao-e-ressarcimento-ao-sus>> Acesso em: 25. ago. 2018.

tributos que financiam o SUS e apenas estão usufruindo de um direito que lhe é garantido na Constituição²¹.

Além disso, argumenta-se que o fato de não ser substitutiva, a saúde suplementar é uma sobreposição de cobertura no sistema de saúde, que está sendo pago em duplicidade pelo consumidor que é contratante e contribuinte e o valor ressarcido ao SUS é contabilizado nos custos da operadora que, possivelmente, ficará mais cara.²²

Os que defendem o dever de ressarcimento imposto pela Lei dos Planos de saúde, por sua vez, entendem esse ressarcimento como uma forma de zelar pela coletividade e de fazer com que as operadoras cumpram o contrato em sua totalidade e evitem a utilização desnecessária dos serviços do SUS²³.

Ressalta-se que a própria ANS se posiciona a favor do dispositivo, uma vez que, para a Agência Reguladora, o ressarcimento ao SUS é uma forma de controlar a atividade do mercado no setor da saúde e de proteger os consumidores que utilizam o plano de saúde, com a finalidade de evitar condutas abusivas e zelar pelo cumprimento contratual. Desse modo, o ressarcimento ao SUS ocorrerá para os casos de atendimentos realizados na rede pública pelos usuários do plano de saúde para os serviços que estejam previstos no contrato desse beneficiário²⁴.

Dessa forma, diante dessa temática do ressarcimento ter gerado muitas discussões, a Confederação Nacional de Saúde apresentou, em outubro de 1999, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade ao STF argumentando que o usuário do Plano de Saúde não deixa de pagar os impostos que financiam o serviço público, o qual deveria fornecer um serviço de saúde de qualidade a todo cidadão, independente de ele ser ou não beneficiário de um plano de saúde privado.

Assim, no dia 7 de fevereiro de 2018, ocorreu a análise da ADI 1.931, proposta inicialmente em 1999, logo após a publicação da Lei 9656/98, que está

²¹CONDE, Luiz Felipe. Existe coerência no ressarcimento ao SUS pelas operadoras de planos de saúde? **Rede saúde filantrópica**, 16. jan. 2018. Disponível em: <<http://www.cmb.org.br/redesaude/index.php/noticias/1244-existe-coerencia-no-ressarcimento-ao-sus-pelas-operadoras-de-planos-de-saude>> Acesso em: 31. ago. 2018.

²²CARNEIRO, Luiz Gustavo. O sistema é suplementar ou substitutivo? Pela lógica do ressarcimento ao SUS. **Instituto de estudos de saúde suplementar**. 28. abr. 2016. Disponível em: <<https://www.iess.org.br/?p=blog&id=150>> Acesso em: 31. ago. 2018.

²³AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. **Notícias ANS**, 7.fev.2018. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/sobre-a-ans/4326-stf-reconhece-constitucionalidade-do-marco-regulatorio>> Acesso em: 31. ago. 2018.

²⁴AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Integração e ressarcimento ao SUS. **ANS**. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor/integracao-e-ressarcimento-ao-sus>> Acesso em: 25. ago. 2018.

relacionada à inconstitucionalidade do ressarcimento ao SUS pelas operadoras e foi firmada a tese, por meio do julgamento do RE 597.04 que servirá de parâmetro para decisões futuras nos tribunais do país²⁵.

O STF considerou constitucional, de forma unânime, o ressarcimento ao SUS devido pelas operadoras dos planos privados quando seus usuários se utilizarem do serviço público para serviços que sejam cobertos pelo plano contratado.

Dessa forma, os ministros entendem que o ressarcimento evitaria o enriquecimento ilícito das operadoras e preservaria o serviço público para a população que mais precisa dele, e, ainda, afirma o Ministro Marco Aurélio que “a escolha do agente privado de atuar na prestação de relevantes serviços de saúde e concorrer com o Estado pressupõe a responsabilidade de arcar integralmente com as obrigações assumidas”, portanto, caso não haja o ressarcimento, haverá enriquecimento ilícito²⁶.

Além disso, entenderam que o não ressarcimento afrontaria o art.199,§2, CF, pois tal artigo veda a destinação de recursos públicos às instituições privadas e, caso não houvesse esse ressarcimento, seria uma forma de o Estado patrocinar a iniciativa privada²⁷. Nesse sentido, foi a decisão:

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, apreciando o tema 345 da repercussão geral, negou provimento ao recurso extraordinário e fixou a seguinte tese: "É constitucional o ressarcimento previsto no art. 32 da Lei 9.656/98, o qual é aplicável aos procedimentos médicos, hospitalares ou ambulatoriais custeados pelo SUS e posteriores a 4/6/1998, assegurados o contraditório e a ampla defesa, no âmbito administrativo, em todos os marcos jurídicos". Falaram: pela recorrente, o Dr. Dagoberto José Steinmeyer Lima; pela recorrida, o Dr. Cláudio Peret, Procurador Federal; pelo amicuscuriae Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos e Hospitalares de Curitiba Ltda - UNIMED CURITIBA, o Dr. Fábio Artigas Grillo; e, pelo amicuscuriae UNIMED/RS - Federação das Cooperativas Médicas do Rio Grande do Sul Ltda, o Dr. Marco Túlio de Rose. Impedido o Ministro o Ministro Roberto Barroso. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 7.2.2018.
ADMINISTRATIVO. RESSARCIMENTO SUS. OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE. ART. 32 DA LEI 9.656/98. ART. 199 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. CONSTITUCIONALIDADE. IMPUGNAÇÃO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA ASSEGURADOS. PRINCÍPIO DA

²⁵STF aprova tese que manda plano de saúde ressarcir. **Consultor jurídico**, 7. fev. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-fev-07/plano-saude-ressarcir-sus-quando-trata-clientes-stf>> Acesso em: 25. ago. 2017.

²⁶STF aprova tese que manda plano de saúde ressarcir. **Consultor jurídico**, 7. fev. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-fev-07/plano-saude-ressarcir-sus-quando-trata-clientes-stf>> Acesso em: 25. ago. 2017.

²⁷STF aprova tese que manda plano de saúde ressarcir. **Consultor jurídico**, 7. fev. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-fev-07/plano-saude-ressarcir-sus-quando-trata-clientes-stf>> Acesso em: 26. ago. 2017.

IRRETROATIVIDADE. FATOS JURÍGENOS POSTERIORES À VIGÊNCIA DA LEI FEDERAL. 1. O Estado, sem se desincumbir de seu ônus constitucional, possibilitou que empresas privadas, sob sua regulamentação, fiscalização e controle (ANS), prestassem a assistência à saúde de forma paralela, no intuito de compartilhar os custos e os riscos a fim de otimizar o mandamento constitucional. 2. A cobrança disciplinada no art. 32 da Lei 9.656/98 ostenta natureza jurídica indenizatória ex lege (receita originária), sendo inaplicáveis as disposições constitucionais concernentes às limitações estatais ao poder de tributar, entre elas a necessidade de edição de lei complementar. 3. Observada a cobertura contratual entre os cidadãos-usuários e as operadoras de planos de saúde, além dos limites mínimo (praticado pelo SUS) e máximo (valores de mercado pagos pelas operadoras de planos de saúde), tal ressarcimento é compatível com a permissão constitucional contida no art. 199 da Carta Maior. 4. A possibilidade de as operadoras de planos de saúde ofertarem impugnação (e recurso, atualmente), em prazo razoável e antes da cobrança administrativa e da inscrição em dívida ativa, sendo-lhes permitido suscitar matérias administrativas ou técnicas de defesa, cumpre o mandamento constitucional do inciso LV do art. 5º da Constituição Federal. 5. O ressarcimento previsto na norma do art. 32 da Lei 9.656/98 é aplicável aos procedimentos médicos, hospitalares ou ambulatoriais custeados pelo SUS posteriores a 4.6.1998, desde que assegurado o exercício do contraditório e da ampla defesa, no âmbito administrativo, em todos os interstícios amparados por sucessivas reedições de medidas provisórias.²⁸.

Assim, o STF reconheceu a constitucionalidade que vinha sendo contestada durante anos pelas operadoras²⁹, sendo proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 1931 e no Recurso Extraordinário (RE), decidindo que o art. 32 da Lei 9656/98 seja aplicado para que ocorra o ressarcimento dos serviços públicos utilizados pelos beneficiários do plano de saúde, respeitando, porém, o contraditório e a ampla defesa, de modo que as operadoras possam justificar a utilização dos serviços para que seja analisado se o motivo procede ou não e, também, a aprovação da tese do RE 597.064, classificado de repercussão geral, para que siga de regra para a aplicação dos tribunais³⁰.

Entretanto, após a referida decisão do STF sobre a ADI 1931, foi proposto embargo de declaração pela IRMANDADE DO HOSPITAL DE NOSSA SENHORADAS DORES³¹, representada pelo advogado Dagoberto José Steinmeyer Lima, OAB/SP nº 17.513.

²⁸SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Processos. **Portal STF**. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314346958&ext=.pdf>> Acesso em: 25. ago. 2018.

²⁹RESSARCIMENTO ao SUS. **Empório do direito**. Disponível em: <<http://emporiiododireito.com.br/leitura/ressarcimento-ao-sus>> Acesso em: 2 set. 2018.

³⁰AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, **Notícias ANS**, 7.fev.2018. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/sobre-a-ans/4326-stf-reconhece-constitucionalidade-do-marco-regulatorio>> Acesso em: 1.set. 2018

³¹SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Publicações. **Portal STF**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/diarioJustica/verDiarioProcesso.asp?numDj=95&dataPublicacaoDj=16/05/>>

Nas razões dos embargos sustenta-se que a decisão do Supremo vai de encontro à máxima constituinte no que se relaciona ao direito à saúde ser um dever do Estado e um direito de todos, indo, ainda, de encontro ao princípio da universalidade do sistema único de saúde, anteriormente mencionados. Além disso, entende-se que tal decisão acaba por ferir a liberdade de decisão do cidadão que, tendo ou não plano de saúde, pode escolher livremente onde será atendido.

Ademais, enfatiza-se no embargo citado acima que em muitas regiões do país a falta de recursos do SUS não se dá por ausência de verbas e sim por má administração dos recursos destinados à saúde, fato esse que pode ser respaldado pelas inúmeras notícias de corrupção e desvio de verbas que rotineiramente surgem no Brasil.

Tomemos como base o Estado do Rio de Janeiro, onde as políticas públicas não conseguiram avançar na prestação de um serviço de qualidade ao cidadão de bem, na medida em que os escândalos políticos de desvio de verbas e de corrupção, fez com que o Estado Maior intervisse na segurança pública daquele Estado. Que dirá ainda no que concerne à saúde pública do Estado do Rio de Janeiro! As recentes notícias atestam a falta de médicos, falta de equipamentos e ausência de medicamentos em diversas unidades. Se aglomeram os pacientes na rede pública para a realização de cirurgias. Em alguns hospitais públicos, os atendimentos são realizados nos corredores. Ou seja, o sistema de saúde não se sustentou, por conta da má gestão, corrupção, desvio de verbas e outros fatores diretos e indiretos³².

Nesse contexto, pode-se avaliar o reflexo da corrupção não apenas no Rio de Janeiro, como também no Ceará e no país como um todo. Todos os dias os jornais estão lotados de informações sobre inúmeros casos de corrupção e desvios milionários de verbas. Quem sofre com isso é a população brasileira em sua totalidade, que passa a desacreditar da administração pública e a perder a esperança de um futuro melhor, pois o desvio de verba da saúde, da educação, da segurança tem sido muito prejudicial para o Brasil.

Ainda, o referido embargo argumenta que a atividade empresarial certamente ficará prejudicada, pois os tributos cobrados às operadoras de saúde já são altos demais e “é sabido que qualquer atividade empresarial gera sim obrigações, principalmente com o Estado através da pesada carga tributária que

2018&incidente=2661252&codCapitulo=5&numMateria=69&codMateria=1> Acesso em: 31. ago. 2018.

³²SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Processo eletrônico. **Portal STF**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2661252>> Acesso em: 26. ago. 2018.

submetem as empresas que atuam no mercado de saúde suplementar³³". Ainda acrescentou que "de outra parte, ao permitir que a iniciativa privada de forma suplementar atue na saúde, não quer dizer que esta tem a obrigação de ser onerada ou penalizada por uma obrigação que é intransferível pelo Estado³⁴".

Ademais, questionou-se quanto ao que se relaciona à forma que deve ser calculado o valor do ressarcimento, uma vez que este é feito pela Tabela TUNEP³⁵ que "é uma tabela de valores para o pagamento por procedimentos realizados, garantindo que os valores sejam sempre maiores que a Tabela SUS e menores do que os valores praticados no mercado". Assim, conforme se afirma no embargo "a remuneração realizada nesta participação complementar da iniciativa privada na Saúde Pública, se dá através da TABELA SUS", porém, indaga-se qual seria o motivo de as operadoras de planos de saúde terem de ressarcir ao SUS conforme valor da Tabela TUNEP, já que esta possui maiores valores que àqueles pagos pelo SUS em seus procedimentos. Sobre tal ponto, conclui os embargos que tal prática resulta em "enriquecimento indevido do ente público em detrimento do patrimônio do particular, devendo a iniciativa privada se utilizar da Tabela SUS para os casos que comportem o art.32 da Lei 9656/98³⁶".

Assim, após a oposição do mencionado embargo, a parte embargada (ANS) foi intimada para se manifestar sobre o recurso e, no dia 31 de agosto de 2018, a ANS - apresentou impugnação. Mas, até a conclusão do referido trabalho, não foi possível acessar a petição com a argumentação da ANS, assim, não se sabe como irá se pronunciar diante de tal embargo³⁷.

Portanto, sabe-se que este é um assunto que gera muita discussão no âmbito jurídico, tratando-se de uma questão polêmica, que abrange diversos posicionamentos. Porém, não é difícil reconhecer que a saúde é um direito todos e

³³SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Processo eletrônico. **Portal STF**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2661252>> Acesso em: 1. set. 2018.

³⁴SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Processo eletrônico. **Portal STF**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2661252>> Acesso em: 1 set. 2018.

³⁵AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, Destaques. **ANS**. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/portal/site/perfil_gestores/noticias_artigo_1208.asp?secao=Gestores> Acesso em: 31.ago.2018.

³⁶SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Processo eletrônico. **Portal STF**. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2661252>> Acesso em: 1. set. 2018.

³⁷SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Processos. **Portal STF**. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2661252>> acesso em 2. set. 2018.

que, conforme disposto no artigo 196 da CF, os contratos firmados com os planos de saúde não excluem esse direito de utilizar do sistema público.

Em contrapartida, compreende-se que esse é um assunto de relevante interesse coletivo e que o ressarcimento poderia ser entendido como uma forma de justiça social, pois é uma forma de tentar amenizar as desigualdades da nossa sociedade. Ainda, sobre isso, entende o Ministro Gilmar Mendes que a “regra protege princípios constitucionais que asseguram tratamento digno a parcela vulnerável da população³⁸”, favorecendo aqueles que mais necessitam desses serviços.

Deve-se, assim, aguardar o posicionamento definitivo do STF, no qual se espera uma melhor ponderação, principalmente que leve em consideração a difícil situação financeira de muitas operadoras de planos de saúde, demonstrada pelo alto índice de recuperação judicial e falência, o que compromete os direitos dos beneficiários e poderia sobrecarregar ainda mais o SUS.

Assim, a seguinte tabela traz a Taxa de Crescimento (%) do número de beneficiários em relação a dezembro do ano anterior, no Brasil, compreendido entre 2008 e 2018. De antemão, é fácil perceber que a taxa de beneficiários decresceu e, em alguns anos, foi negativa, significando que muitos deixaram de ter plano de saúde, restando, portanto, o serviço público³⁹.

Ano	Beneficiários em planos privados de assistência médica com ou sem odontologia	Beneficiários em planos privados exclusivamente odontológicos
Dez/2008	41.468.019	11.061.362
Dez/2009	42.561.398	13.253.744
Dez/2010	44.937.350	14.514.074
Dez/2011	46.025.814	16.669.935

³⁸STF aprova tese que manda plano de saúde ressarcir. **Consultor jurídico**, 7. fev. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-fev-07/plano-saude-ressarcir-sus-quando-trata-clientes-stf>> Acesso em: 26. ago. 2017.

³⁹AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Dados do setor. **ANS**. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-gerais>> Acesso em: 2. set. 2018.

Ano	Beneficiários em planos privados de assistência médica com ou sem odontologia	Beneficiários em planos privados exclusivamente odontológicos
Dez/2012	47.846.092	18.538.837
Dez/2013	49.494.699	19.469.223
Dez/2014	50.432.341	20.211.873
Dez/2015	49.209.200	20.976.338
Dez/2016	47.620.268	21.422.264
Dez/2017	47.196.900	22.569.171
Jun/2018	47.236.348	23.453.058

Fonte: Sistema de Informações de Beneficiários-SIB/ANS/MS⁴⁰

Em contrapartida, as despesas das operadoras só aumentam como mostra a tabela a seguir com a Receita de Contraprestações das Operadoras (em Reais) (Brasil - 2008-2018), lembrando que o ano de 2018 ainda está em curso:

Ano	Receita de contraprestações	Outras receitas operacionais	Despesa assistencial	Despesa administrativa	Despesa de comercialização	Outras despesas operacionais
2008	60.433.169.987	12.094.287.940	48.182.685.119	10.671.511.875	1.730.629.659	8.642.254.727
2009	65.729.181.803	15.421.697.489	54.105.693.937	11.336.752.534	2.006.390.129	10.044.505.475
2010	74.255.866.012	18.121.469.007	59.711.410.619	12.217.911.909	2.319.014.135	12.426.938.890
2011	84.367.198.778	19.694.708.442	68.851.186.132	13.001.713.745	2.743.336.217	14.033.340.070

⁴⁰AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Dados do setor. **ANS**. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-gerais>> Acesso em: 2. set. 2018.

2012	95.216.079.102	20.284.875.831	80.073.580.927	13.972.303.925	3.149.606.828	13.478.695.223
2013	109.033.713.525	14.900.542.583	90.906.340.009	14.670.255.393	3.488.427.813	13.810.929.979
2014	126.562.323.016	14.880.757.588	106.495.517.183	16.324.838.429	4.138.590.043	14.694.195.640
2015	143.316.979.247	15.297.250.264	120.119.869.692	17.215.490.024	4.777.138.317	15.750.807.052
2016	161.566.876.053	17.167.973.021	137.123.815.321	18.722.316.054	5.291.050.757	17.447.481.334
2017	179.303.994.674	16.964.687.834	150.583.574.464	19.617.610.261	5.365.351.897	17.578.109.816
2018	45.652.556.564	3.993.967.099	37.165.212.902	4.623.452.419	1.360.373.170	4.344.462.899

Fontes: DIOPS/ANS/MS – 24/08/2018⁴¹

Entretanto, cabe salientar que, mesmo que aqui se defendesse por um dever de ressarcimento das operadoras de planos de saúde, pautando-se em justiça social, para se ter uma saúde de qualidade e efetiva a todos, seria necessária uma boa gestão dos recursos públicos, uma administração proba, que zelasse pelo seu maior patrimônio, que é o povo. Assim, ainda que a política de ressarcimento ao SUS traga uma perspectiva de um futuro melhor para a saúde no Brasil, nada disso será útil se a corrupção que assola esse país desviar e subtrair essa verba destinada a uma causa tão nobre e tão importante que é a saúde, o bem estar, e a vida dos cidadãos.

3 MÉTODOS

Para a realização do presente artigo, foi analisada a ADIN 1931 proposta pelas operadoras de saúde em face do artigo 32 da Lei 9656/98 e o entendimento firmado pelo STF por meio do julgamento Recurso Extraordinário 597.04, ambos relacionados ao ressarcimento ao SUS pelas operadoras de plano de saúde e coletados da página do STF que disponibiliza o processo eletrônico.

Nesse contexto, foram colhidas informações de páginas da Internet, principalmente da ANS, que possui ampla informação sobre sua função reguladora, sobre dados relacionados às estatísticas de ressarcimento de receita das

⁴¹AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Dados do setor. **ANS**. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-gerais>> Acesso em: 2. set. 2018.

operadoras, além de trabalhos científicos da página da Scielo. Assim, foram realizadas pesquisas bibliográficas sobre o tema, incluindo doutrina sobre os direitos fundamentais, com ênfase em sua abrangência e efetividade nas relações entre a esfera pública e a esfera privada, além de explicações da Professora Doutora Marília Louvison, da Faculdade de Saúde Pública da USP sobre a temática.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por meio do presente trabalho, pôde-se ter uma visão sobre a amplitude do direito à saúde, que é um direito de caráter público, fundamental e diretamente ligado ao princípio da dignidade da pessoa humana. Assim, após a consolidação da CF/88 e da Lei 8080/90, o direito à saúde passou a ser um direito de todos, sem discriminação, e dever do Estado. Além disso, continuou existindo a opção por planos particulares, que passou a ter lei própria (Lei 9656/98), sendo regulamentada pela ANS e pelas diretrizes do CDC, trazendo, assim, uma relação mais equilibrada entre os beneficiários e as operadoras.

Nesse contexto, analisou-se o art.32 da Lei 9656/98, que trata do ressarcimento ao SUS pelas operadoras em caso de utilização do serviço público pelos usuários do plano e caso haja a cobertura contratual. Esse assunto, fruto da proposição da ADI 1931 de 1999, continua sendo alvo de muitas divergências discussões, apesar do entendimento firmado pelo STF, por meio do julgamento do RE 597.064, relacionado à obrigação da operadora de ressarcir o serviço público, para evitar que haja enriquecimento ilícito da operadora, pois o cliente está pagando pelo serviço, mas não se utiliza dele, recorrendo ao SUS. Além disso, o STF considera uma forma de resguardar os direitos dos mais carentes, promovendo, assim, justiça social.

Entretanto, continua sendo algo conturbado para as operadoras, que alegam estar sobrecarregadas com os tributos fiscais e ainda têm que ressarcir algo que é um direito universal. Ainda, percebe-se que as taxas de novos contratantes de planos particulares diminuíram, fato que é justificado pela crise econômica do país e, também, pela conseqüência do aumento das mensalidades, reflexo do dinheiro despendido com o ressarcimento.

Dessa forma, compreende-se que é uma situação complexa, decorrente de anos de análises, e, mesmo que esteja sendo usada como parâmetro pelos

tribunais, cabe salientar que é algo que ainda precisa ser melhor ponderado pelo STF. Pois mesmo que se entenda como forma de justiça social para os mais necessitados, deve-se considerar também o cidadão que paga o plano de saúde, muitas vezes comprometendo sua renda, para evitar o serviço público, deveras sobrecarregado. Além disso, avaliar a situação das operadoras, que contribuem com a saúde suplementar, sendo mais uma alternativa de desafogar o serviço público.

5 CONCLUSÃO

Com base no que foi discutido no decorrer do artigo, depreende-se que a máxima constituinte garante os direitos fundamentais a todos, efetivando o acesso igualitário e universal à saúde por meio do SUS, um sistema de saúde pública integral, financiado pelo Estado e seus Entes Federativos. Dessa forma, conclui-se que a política de ressarcimento ao SUS pelas operadoras de saúde é algo que continua sendo discutido, mesmo após a decisão do STF em fevereiro de 2018, que considerou constitucional o ressarcimento como forma de evitar o enriquecimento ilícito das operadoras e de promover justiça social em benefício dos mais vulneráveis.

Entretanto, a situação das operadoras e dos usuários também deve ser considerada, pois as operadoras pagam tributos pelo exercício da atividade patrimonial, o cidadão, por sua vez, também paga tributos ao Estado e o valor pago em ressarcimento possivelmente refletirá nas mensalidades do plano de saúde. Ademais, ressalta-se que o Brasil é um país com altíssima carga tributária, porém com pouco retorno de qualidade de vida para o cidadão. O país enfrenta uma crise desencadeada pela corrupção desenfreada, que usa o dinheiro do cidadão de forma ilícita, causando, direta e indiretamente, inúmeras vítimas.

Percebe-se, portanto, que se trata de assunto de grande relevância, em que a dicotomia entre a continuidade da empresa e a obrigação dela em ressarcir ao SUS apresenta divergências ainda passíveis de muita discussão. Porém, deve-se ressaltar que, o que se espera, é maior seriedade e compromisso do Estado na gestão do dinheiro público, para que as verbas sejam de fato destinadas aos seus setores, como o da saúde, para que, assim, o SUS não seja um setor tão temido pelo cidadão, que contrata um plano de saúde como alternativa ao serviço público.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Dados do setor. **ANS**. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-gerais>> Acesso em: 2. set. 2018.
- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR, Destaques. **ANS**. Disponível em: <http://www.ans.gov.br/portal/site/perfil_gestores/noticias_artigo_1208.asp?secao=Gestores> Acesso em: 31.ago.2018.
- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Integração e ressarcimento ao SUS. **ANS**. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/perfil-do-setor/dados-e-indicadores-do-setor/integracao-e-ressarcimento-ao-sus>> Acesso em: 25. ago. 2018.
- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Notícias. **ANS**, 7.fev.2018. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/aans/noticias-ans/sobre-a-ans/4326-stf-reconhece-constitucionalidade-do-marco-regulatorio>> Acesso em: 31. ago. 2018.
- AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. Quem Somos. **ANS**. Disponível em: <<http://www.ans.gov.br/aans/quem-somos>> Acesso em: 23. ago. 2018.
- A SISTEMÁTICA do ressarcimento ao SUS. **Dizer o direito**, postado em 28 de fevereiro 2018. Disponível em: <<https://www.dizerodireito.com.br/2018/02/a-sistemica-do-ressarcimento-ao-sus-e.html#more>> Acesso em: 5. jun. 2018.
- CARNEIRO, Luiz Gustavo. O sistema é suplementar ou substitutivo? Pela lógica do ressarcimento ao SUS. **Instituto de estudos de saúde suplementar**. 28. abr. 2016. Disponível em: <<https://www.iess.org.br/?p=blog&id=150>> Acesso em: 31. ago. 2018.
- CONDE, Luiz Felipe. Existe coerência no ressarcimento ao SUS pelas operadoras de planos de saúde? **Rede saúde filantrópica**, 16. jan. 2018. Disponível em: <<http://www.cmb.org.br/redesaude/index.php/noticias/1244-existe-coerencia-no-ressarcimento-ao-sus-pelas-operadoras-de-planos-de-saude>> Acesso em: 31. ago. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Planos antigos. **IDEC**. Disponível em: <<https://idec.org.br/planos-de-saude/planos-antigos>> Acesso em: 2. set. 2018.
- LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- LOUVISON, Marília. O SUS e a Saúde Suplementar. Entrevista concedida ao canal SABER Tecnologias Educacionais e Sociais. **Youtube**, postado em 3 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z6x5JXT6uEQ>> Acesso em: 26 ago. 2017.

MELO NETO, Gonçalo Ribeiro de. Práticas abusivas nos contratos de plano de saúde e atuação do Ministério Público. **UFSC**, 15.maio.2013. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/praticas-abusivas-nos-contratos-de-plano-de-sa%C3%BAde-e-atua%C3%A7%C3%A3o-do-minist%C3%A9rio-p%C3%ABlico>> Acesso em: 2.set.2018.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. A regulação da assistência à saúde suplementar. **Books Scielo**. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/tr7y8/pdf/menicucci-9788575413562-07.pdf>> Acesso em: 1. Set. 2018.

RESSARCIMENTO ao SUS. **Empório do direito**. Disponível em: <<http://emporiოდireito.com.br/leitura/ressarcimento-ao-sus>> Acesso em: 2 set. 2018.

SANTOS, Isabela Soares. SANTOS, Maria Angelica Borges dos. BORGES, Danielle da Costa Leite. Mix público-privado no sistema de saúde brasileiro. **Books Scielo**. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/z9374/pdf/noronha-9788581100180-04.pdf>> Acesso em: 2.set. 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**.11.ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado,2012.
STF aprova tese que manda plano de saúde ressarcir. **Consultor jurídico**,7. fev. 2018. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-fev-07/plano-saude-ressarcir-sus-quando-trata-clientes-stf>> Acesso em: 25. ago. 2017.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Processos. **Portal STF**. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=314346958&ext=.pdf>> Acesso em: 25. ago. 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Publicações. **Portal STF**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/diarioJustica/verDiarioProcesso.asp?numDj=95&dataPublicacaoDj=16/05/2018&incidente=2661252&codCapitulo=5&numMateria=69&codMateria=1>> Acesso em: 31. ago. 2018.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Processo eletrônico. **Portal STF**. Disponível em:<<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=2661252>> Acesso em: 1set. 2018.

ADOÇÃO À BRASILEIRA E A LEGALIDADE DO REGISTRO CIVIL: ANÁLISE EM FACE DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Bianca Desidério Matos Jacaúna*
Sabrina Sousa de Oliveira**
Suzy Anny Martins Carvalho***

RESUMO

É notório o fato de que a adoção existe desde as sociedades e culturas mais remotas e, devido a sua incidência na sociedade brasileira, é um instituto que possui regulamentação no ordenamento jurídico pátrio, a fim de regularizar os laços de filiação que vão além da ligação sanguínea. Contudo, é comum ocorrer que muitas famílias busquem fugir do custoso e burocrático trâmite da adoção, motivo pelo qual acaba contribuindo para o aumento dos casos de adoções feitas de forma ilegal e sem seguir os trâmites estipulados na legislação correspondente, como é o caso da Adoção à Brasileira. Ocorre que, apesar de não estar legalizada, ela pode trazer um grande benefício para o menor de idade que se encontra em fase de desenvolvimento, visto que muitas adoções ilegais se lastreiam pela afetividade entre o adotante e o adotado. Sendo assim, nesse contexto, o presente trabalho tratará, de forma breve, as modalidades de adoção existentes na legislação brasileira e o seu contexto histórico, bem como declinará sua análise ao instituto da Adoção à Brasileira, a qual será verificada sob a ótica da verdade do Registro Civil em face do Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente. Ademais, o estudo do entendimento dos Tribunais Pátrios nortearam a presente pesquisa. Portanto, para se atingir os resultados e promover a discussão do tema, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental utilizando-se do método dedutivo.

Palavras-chave: Adoção. Melhor Interesse da Criança e do Adolescente. Registro Civil. Afetividade. Igualdade Jurídica entre os Filhos.

* Graduanda em Direito, cursando o 7º semestre no Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. Ligada ao programa de Iniciação Científica. Contato: bianca_4455@hotmail.com

** Graduanda em Direito, cursando o 7º semestre no Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. Ligada ao Programa de Iniciação Científica. Contato: sabrinasdoliveira@gmail.com

*** Profa. Orientadora. Mestra em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Docente do Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. Advogada OAB 28906. Contato: suzymcarvalho2@gmail.com; < <http://lattes.cnpq.br/1053390378663822>>.

ABSTRACT

It is notable that adoption exists from the most remote societies and cultures and, due to its incidence in Brazilian society, is an institute that has regulations in the legal order of the country, in order to regularize the ties of affiliation that go beyond the connection blood. However, it is often the case that many families seek to escape from the costly and bureaucratic adoption process, which is why it contributes to the increase of cases of illegal adoption and without following the procedures stipulated in the corresponding legislation, such as Adoption the Brazilian. It happens that, although it is not legalized, it can bring a great benefit to the minor that is in the development stage, since many illegal adoptions are supported by the affectivity between the adopter and the adoptee. Thus, in this context, this paper will briefly discuss the adoption modalities existing in Brazilian legislation and its historical context, as well as decline its analysis to the Brazilian Adoption Institute, which will be verified from the point of view of truth of the Civil Registry in the face of the Principle of the Best Interests of Children and Adolescents. In addition, the study of the understanding of the Patriotic Courts guided the present research. Therefore, in order to achieve the results and promote the discussion of the topic, a bibliographical and documentary research was done using the deductive method.

Keywords: Adoption. Best Interests of Children and Adolescents. Civil Registry. Affectivity. Legal Equality Among Children.

1 INTRODUÇÃO

A adoção à brasileira é uma modalidade de adoção presente no cotidiano brasileiro, porém fora de seu ordenamento jurídico. Como é algo muito praticado desde a época antiga e encontra-se presente até a atualidade, não pode ser considerado como irrelevante para o Direito brasileiro.

É notório que, apesar de uma prática ilegal, vem trazendo muitos benefícios para os adotados, principalmente, quando estes se encontram em idade de desenvolvimento. Desta feita, vale que se faça um paralelo a cerca dos benefícios proporcionados a criança frente ao ato ilegal.

O presente trabalho aborda sobre o tema, visando a maior aplicabilidade do Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente, onde será analisado o contexto histórico do instituto da Adoção, com as suas respectivas modalidades existentes no âmbito da legislação brasileira. Também, será tratada a relação entre o princípio e a verdade do registro civil, sempre visando o bem estar do menor.

Por fim, houve uma análise jurisprudencial acerca do tema, em que se pode constatar que, apesar de o instituto da Adoção à Brasileira ser considerado um mecanismo ilegal, existe decisões que fazem prevalecer o Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente, tendo em vista já existir um grande laço de afetividade entre adotante e adotado.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O instituto da adoção e seus contornos no contexto da história humana e no direito brasileiro

A adoção é uma forma de ingresso do indivíduo no seio familiar por meio de um ato solene que gera um vínculo de filiação entre o adotante e o adotado e está presente nas sociedades e culturas mais remotas, bem como nas sociedades mais atuais. Na Antiguidade, o Código de Hamurabi (2000 a.C.) já tratava do ingresso de pessoa estranha à família, em seus artigos 185 a 193. ¹ Assim, o artigo 185 do referido

¹ NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Direito de Família**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013, v. 5.

código determinava que “se alguém dá seu nome a uma criança e a cria como filho, este adotado não poderá mais ser reclamado.”²

Assim, no ocidente, o Direito Romano já determinava que o indivíduo podia ingressar na família por nascimento e por ato jurídico, sendo este último caracterizado pela adoção e pela *conventio in manum*.³

Washington de Barros Monteiro e Regina Beatriz Tavares da Silva esclarecem que, em Roma, “pela adoção, procurava o indivíduo sem posteridade obter filhos que lhe perpetuassem o nome e lhe assegurassem o culto doméstico, considerando entre os romanos como necessidade material dos que faleciam.”⁴

Assim, a Adoção podia ocorrer de duas maneiras: *adoptio* (adoção em sentido estrito *ou datio in adoptionem*) e *adrogatio* (ad-rogação). Era conhecido também, a adoção como ato de última vontade (*adoptio per testamentum*).⁵ A *adoptio* se dava pela entrega daquele que se pretendia adotar ao pai adotivo, transferindo, assim, o pátrio poder a nova família. A *adrogatio*, por seu turno, era uma espécie de absorção de uma família por outra, assim, adota-se a pessoa *sui juris* e todos aqueles que viviam em sua dependência.⁶

Além disso, Tânia da Silva Pereira retrata passagem bíblica relacionada à adoção, no caso da História de Moisés, o qual foi abandonado em um cesto no rio e, após encontrado pela filha do faraó, foi por ela adotado.⁷ “E, quando o menino já era grande, ela o trouxe à filha de Faraó, a qual o adotou; e chamou-lhe Moisés, e disse: Porque das águas o tenho tirado”⁸.

No que tange ao Brasil, o instituto da adoção começou a ser discutido com a criação do Código Civil de 1916. Assim, o referido Código, no que se refere ao direito

² CÓDIGO DE HAMURABI. **Cultura Brasileira**. Disponível em: <<http://www.culturabrasil.org/zip/hamurabi.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

³ *Conventio in manum*: ato em que a mulher deixa a sua família de origem e ingressa na família do marido. (IGLESIAS, Juan. **Direito Romano**. 18. ed. Barcelona: Sello, 2010.)

⁴ MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil: Direito de Família**. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 473.

⁵ PEREIRA, Tânia da Silva. Adoção. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). **Tratado de Direito das famílias**. 2. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2016.

⁶ NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Direito de Família**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013, v. 5.

⁷ PEREIRA, Tânia da Silva. Adoção. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). **Tratado de Direito das famílias**. 2. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2016.

⁸ BÍBLIA. Êxodo, 2: 10. **Bíblia Online**. Disponível em: <<https://www.bibliaonline.com.br/acf/ex/2/10>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

de família, segundo Eduardo Junqueira, era marcado pela moral, pela tradição e por um modelo de organização familiar específica.⁹

Nessa época, o Código Civil vigente permitia a adoção apenas pelos maiores de 50 anos que não tivessem posse legítima ou legitimada, devendo ser, ainda, 18 anos mais velho que o adotando. Ademais, trazia a possibilidade de se revogar a adoção pelo menor ou pelo interdito, no momento em que cessar a interdição, ou a menoridade, bem como nos casos em que as partes assim acordarem ou quando o adotado cometesse ingratidão contra o adotante.¹⁰

Porém, até chegar aos moldes atuais, muitas mudanças ocorrerão na legislação brasileira. Nesse sentido, a Lei nº 3133/57 trouxe inúmeras alterações no que tange a adoção, tais como: permitiu que os maiores de 30 anos pudessem ingressar com o processo de adoção e também autorizou os casais que tivessem 5 anos de casados a fazerem o mesmo.¹¹

Em 1965, entrou em vigor a Lei nº 4655/65, a qual dispõe acerca da Legitimidade Adotiva. Porém, foi revogada pela Lei nº 6.697/79, conhecida como Código de Menores, passado a vigorar a adoção plena e a adoção simples.

A simples, voltada ao menor que se encontrava em situação irregular (“delinquente” ou “abandonado”), dependia de autorização judicial e apenas fazia uma alteração na certidão de nascimento. Na plena, rompia-se todo e qualquer vínculo com a família original (seguindo a Lei 4.655/1965). Somente casais com pelo menos cinco anos de casamento, nos quais um dos cônjuges tivesse mais de 30 anos, poderiam pedir uma adoção plena — irrevogável e destinada a menores de 7 anos.¹²

Contudo, com a entrada em vigor da Lei nº 8.069/90, o referido Estatuto da Criança e do Adolescente, os princípios da adoção em relação aos menores passaram a ser regidos pela nova lei.

Ademais, com o advento da Constituição Federal de 1988, o artigo 226, §5º, determinou que os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por

⁹ JUNQUEIRA, Eduardo. Código Civil de 1916. Fgv. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/C%C3%93DIGO%20CIVIL%20DE%201916.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

¹⁰ BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Institui o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 04 dez. 2017.

¹¹ BRASIL. Lei no 3.133, de 8 de maio de 1957. Atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3133.htm>. Acesso em: 22 abr. 2018.

¹² HISTÓRIA da adoção no mundo. **Em discussão**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/contexto-da-adocao-no-brasil/historia-da-adocao-no-mundo.aspx>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação. Assim, os filhos que adentraram na família por meio da adoção, começaram a ser vistos com igualdade, sendo vedado qualquer discriminação e diferenciação acerca da referida filiação.

Em 2009, entrou em vigor a Nova Lei de Adoção (nº 12.010/2009), a qual está vigendo até o presente momento. Segundo Maria Berenice Dias e Marta Cauduro Oppermann “objetivou com primazia agilizar o processo de adoção e, para tanto, estabeleceu significativas alterações no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Código Civil e na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT”¹³

Por fim, a evolução da adoção no contexto brasileiro sofreu, ao longo dos anos, inúmeras mudanças, porém, atualmente, visa buscar o melhor interesse do adotado, bem como sua proteção integral e a vedação de qualquer tipo discriminação acerca da filiação do indivíduo. Desse modo, a adoção, a cada dia, assume sua função social e visa a garantia da proteção da criança e do adolescente em situações de vulnerabilidade. Além disso, possibilita o ingresso do indivíduo em uma família saudável e capaz de lhe transmitir afeto.

2.2 Dos tipos de adoção

O presente tópico irá abordar acerca dos tipos de adoção presentes no ordenamento jurídico brasileiro, trazendo ponderações feitas pelo Código Civil Brasileiro de 2002 (CC) (Lei nº 10.406/02), pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069/90), que foram alterados pela Lei da Adoção (Lei nº 12.010/09), assim como visões doutrinárias relacionadas ao tema.

A adoção é um dos maiores atos de amor que um ser humano pode ter. Consiste na ação de adotar uma criança ou adolescente para fazer parte de sua família. Este irá ser tratado como se filho fosse, isto é, sem nenhuma distinção com os filhos biológicos, com todos os cuidados adstritos ao dever de ser mãe e/ou pai, devendo obedecer aos requisitos existentes na atual legislação pátria.

Sendo assim, no entendimento de Sílvio de Salvo Venosa a adoção consiste em “modalidade artificial de filiação que busca imitar a filiação natural, sendo

¹³ DIAS, Maria Berenice; OPPERMAN, Marta Cauduro. Adoção: o prioritário direito a um lar. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (Orgs.). **Direito das Famílias**: por juristas brasileiras. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 391.

uma filiação exclusivamente jurídica, que se sustenta sobre a pressuposição de uma relação não biológica, mas afetiva”.¹⁴

Dessa forma, a seguir serão analisadas as modalidades de adoção existentes no ordenamento jurídico brasileiro.

A princípio, podemos conceituar a Adoção de Maiores como sendo aquela adoção de uma pessoa maior de 18 (dezoito) anos, que dependerá da assistência efetiva do poder público, aplicando-se, ainda, as regras previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como preceitua o art. 1.619¹⁵ do Código Civil Brasileiro.¹⁶

Sendo assim, como foi explanado, para que exista a adoção supracitada é necessário que ocorra por intermédio da via judicial, ou seja, dependendo do Poder Público, sendo constituída por sentença proferida do juízo competente.

A adoção unilateral é aquela que ocorre quando há a manutenção dos vínculos de filiação com um dos genitores, fazendo com que surja o vínculo civil com o(a) companheiro(a) ou com cônjuge deste genitor.¹⁷

Já a adoção bilateral, também conhecida como conjunta, é a forma mais comum de adoção. Nessa modalidade, há o rompimento do vínculo de filiação com o pai e com a mãe, sendo indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, devendo haver estabilidade familiar (art. 42, § 2º, ECA¹⁸).¹⁹

Nessa forma de adoção existe a possibilidade dos separados ou divorciados adotarem a mesma pessoa, desde que o estágio de convivência tenha se iniciado durante o casamento ou a união estável.²⁰

¹⁴ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 285.

¹⁵ “Art. 1.619. A adoção de maiores de 18 (dezoito) anos dependerá da assistência efetiva do poder público e de sentença constitutiva, aplicando-se, no que couber, as regras gerais da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.”

¹⁶ SILVA, Aline Jaszewski da. **As modalidades de adoção no ordenamento jurídico brasileiro**. 2014. 83 f. Monografia (graduação em Direito). Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI. Balneário Camboriú. 2014. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Aline%20Jaszewski%20da%20Silva-B.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

¹⁷ PEREIRA, Tânia da Silva Pereira. Adoção. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Tratado de Direito das Famílias**. 2. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2016.

¹⁸ “§ 2º Para adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.” (BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 22 abr. 2018.)

¹⁹ PEREIRA, Tânia da Silva Pereira. Adoção. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Tratado de Direito das Famílias**. 2. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2016.

²⁰ SILVA, Aline Jaszewski da. **As modalidades de adoção no ordenamento jurídico brasileiro**. 2014. 83 f. Monografia (graduação em Direito). Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI. Balneário Camboriú. 2014. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Aline%20Jaszewski%20da%20Silva-B.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018, p.63.

A adoção internacional ou transnacional é aquela na qual a pessoa ou o casal postulante é residente ou domiciliado fora do Brasil. O que define, portanto, como internacional a adoção não é a nacionalidade dos adotantes, mas sua residência ou domicílio fora do país.²¹

Com o objetivo de impedir o tráfico internacional de crianças e proporcionar uma maior segurança a essa modalidade de adoção, constata-se uma maior complexidade em seu tramite legal, além também ser irrevogável da mesma forma que a adoção nacional.²²

No que tange a adoção *intuitu personae*, essa modalidade é também conhecida como adoção direta ou dirigida, e é chamada assim quando existe presente o desejo da mãe de entregar o filho a determinada pessoa.²³ Nesse aspecto, nessa modalidade não necessita de prévio convívio, laços de afinidade ou inscrição no cadastro de adoção previsto no artigo 50 do ECA²⁴. Ocorre também quando o pretense adotante manifesta seu desejo em adotar pessoa certa e determinada.²⁵

A união entre pessoas do mesmo sexo é uma realidade existente nos dias de hoje. Nesse contexto, a adoção homoafetiva, ou seja, a adoção realizada por duas pessoas do mesmo sexo, ainda continua causando polêmicas, ante o entendimento de que tal adoção deveria ser indeferida com base na alegação de que os adotantes, nessa modalidade, não constituem uma entidade familiar, sendo esse um entendimento que vem sendo alterado nos últimos anos.²⁶

Portanto, existem diversas discussões acerca do tema, mas não há previsão expressa com relação ao assunto na legislação brasileira, e, infelizmente, o preconceito ainda existe no Brasil. Porém, essa modalidade de adoção existe e

²¹ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 309.

²² SILVA, Aline Jaszewski da. **As modalidades de adoção no ordenamento jurídico brasileiro**. 2014. 83 f. Monografia (graduação em Direito). Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI. Balneário Camboriú. 2014. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Aline%20Jaszewski%20da%20Silva-B.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018, p.68.

²³ DIAS, Maria Berenice; OPPERMAN, Marta Cauduro. Adoção: o prioritário direito a um lar. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (Orgs.). **Direito das Famílias: por juristas brasileiras**. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 396.

²⁴ “Art. 50. A autoridade judiciária manterá, em cada comarca ou foro regional, um registro de crianças e adolescentes em condições de serem adotados e outro de pessoas interessadas na adoção.” (BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 22 abr. 2018.) (grifou-se)

²⁵ SANTOS, Rosemary Pereira. Adoção: Aspectos Históricos e suas modalidades. **Jurisway**. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=15884. Acesso em: 02 dez. 2017.

²⁶ SILVA, Aline Jaszewski da. **As modalidades de adoção no ordenamento jurídico brasileiro**. 2014. 83 f. Monografia (Graduação em Direito) Universidade Vale do Itajaí – UNIVALE, Balneário Camboriú, 2014, p. 73.

merece ser respeitada como as demais, tendo em vista o princípio da dignidade da pessoa humana presente na Constituição Federal de 1988.

A adoção póstuma é aquela que é deferida a pessoa que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença (art. 42, § 6º, do ECA²⁷). Assim, os efeitos da adoção retroagem à data do óbito.²⁸

A adoção de filho de criação é aquela em que a criança ou adolescente que passou a conviver com uma família normalmente e foi assim criado por esta, sendo como filho fosse também tem direito aos direitos inerentes à filiação adotiva.²⁹

Por fim, a Adoção à Brasileira ou Afetiva, fruto de estudo do presente trabalho, será analisada em tópico específico a seguir.

2.3 Adoção à brasileira

A adoção à brasileira é aquela que ocorre fora dos tramites legais. Tânia da Silva se refere a esse tipo de adoção como sendo uma adoção simulada, e a conceitua como aquela em que um indivíduo registra uma criança como se seu filho fosse, o inserindo no seio familiar. Nesse sentido, elenca como motivo à fuga do processo, que é longo e burocrático e o medo de não ficarem com a respectiva criança devido ao cadastro ou o receio de não ser concedida a adoção.³⁰

Caio Mário da Silva salienta a frequência da ocorrência da adoção em comento, ressaltando que os adotantes se utilizam de declarações falsas de hospitais e maternidades, ou do artifício de uma mulher comparecer ao cartório, acompanhada de testemunhas, alegando que a criança nasceu em casa.³¹

²⁷ “§ 6º A adoção poderá ser deferida ao adotante que, após inequívoca manifestação de vontade, vier a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.” (BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 22 abr. 2018.)

²⁸ PEREIRA, Tânia da Silva Pereira. Adoção. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Tratado de Direito das Famílias**. 2. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2016.

²⁹ SILVA, Aline Jaszewski da. **As modalidades de adoção no ordenamento jurídico brasileiro**. 2014. 83 f. Monografia (graduação em Direito). Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI. Balneário Camboriú. 2014. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Aline%20Jaszewski%20da%20Silva-B.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018, p.77.

³⁰ PEREIRA, Tânia da Silva. Adoção. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). **Tratado de Direito das famílias**. 2. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2016.

³¹ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direito de Família**. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015. p. 460.

Ademais, Maria Berenice Dias e Marta Cauduro, ainda referem-se à adoção à brasileira no caso em que o companheiro de uma mulher registra o seu filho como se seu fosse. E ressalta que apesar de constituir crime, contido no art. 242 do Código Penal³², não há condenações ou denúncias, devido à motivação de caráter afetivo do registro.³³

Contudo, a família, de acordo com a Constituição Federal, é a base da sociedade e onde o indivíduo é dotado de direitos e munido da proteção à sua dignidade. Além disso, princípios como o da igualdade jurídica entre os filhos e o cônjuge, o do melhor interesse da criança e do adolescente e tantos outros, transmite a ideia de equidade entre os membros da família, bem como garante a dignidade humana de cada indivíduo.³⁴

Nesse sentido, o reconhecimento de filhos, independentemente de sua origem, caracteriza a importância que a afetividade tem na sociedade brasileira. Assim, a adoção deve ser entendida como uma concretização da filiação socioafetiva.

35

A adoção possui caráter de irrevogabilidade, nesse sentido, Fabiola Santos Albuquerque defende que “deverá conter todos os requisitos que servirão de base para demonstrar a constituição da posse de estado de filiação, quer seja na adoção legal, como também naquela chamada de ‘ilegal’ pois, o que deve ser relevante e determinante é a constatação da afetividade.”³⁶

A partir disso, a principal indagação surgida no presente trabalho, e de acordo com o mesmo questionamento de Fabiola Santos Albuquerque, é se deve prevalecer a afetividade, que em inúmeros casos de adoção à brasileira são ocorridas devido ao afeto entre o adotante e o adotado, ou se deve prevalecer a legalidade e a

³² “Art. 242 - Dar parto alheio como próprio; registrar como seu o filho de outrem; ocultar recém-nascido ou substituí-lo, suprimindo ou alterando direito inerente ao estado civil: Pena - reclusão, de dois a seis anos.”

³³ DIAS, Maria Berenice; OPPERMANN, Marta Cauduro. Adoção: o prioritário direito a um lar. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (Orgs.). **Direito das Famílias**: por juristas brasileiras. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 391.

³⁴ ALBUQUERQUE, Fabiola Santos. Adoção à brasileira e a verdade do registro civil. **Anais...** Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/14.pdf>

³⁵ ALBUQUERQUE, Fabiola Santos. Adoção à brasileira e a verdade do registro civil. **Anais...** Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/14.pdf>

³⁶ ALBUQUERQUE, Fabiola Santos. Adoção à brasileira e a verdade do registro civil. **Anais...** Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/14.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

verdade do registro civil. Além disso, recorrendo ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, qual a premissa é melhor defender?³⁷

Desse modo, para que um indivíduo possa adotar legalmente é necessária à homologação de uma sentença, que surge devido a um procedimento judicial para que o ato de vontade do adotante seja consolidado. Assim, a intervenção do Poder Judiciário é imprescindível.³⁸

Portanto, a adoção só começa a gerar efeitos jurídicos a partir do trânsito em julgado da sentença. Por fim, com a homologação da decisão, o adotante e o adotado poderão desfrutar do vínculo de filiação estabelecido.

Porém, em se tratando da adoção que ocorre por meio ilegais, Paulo Luiz Netto Lobo salienta que a sociedade não à repele, visto que, mesmo ocorrendo de forma contrária a lei, os mandamentos contidos no art. 227³⁹ da Constituição Federal são atendidos, bem como ressalta que tal circunstância deve ser observada pelo aplicador, devido ao conflito entre a premissa da convivência familiar, desenvolvida pela afetividade, e os procedimentos legais que não foram obedecidos. Ademais, conclui o referido autor que “a invalidade do registro assim obtido não pode ser considerada quando atingir o estado de filiação, por longos anos estabilizado na convivência familiar.”⁴⁰

Nesse sentido, considerando o conflito entre a legalidade do registro civil e a adoção ocorrida de maneira ilegal, é de suma importância ressaltar a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, elaborada pela ONU em 1989, a qual passou a integrar o direito brasileiro. A referida Convenção faz menção, em seu art. 3.1, que “todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos

³⁷ ALBUQUERQUE, Fabiola Santos. Adoção à brasileira e a verdade do registro civil. *Anais...* Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/14.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

³⁸ PEREIRA, Tânia da Silva. Adoção. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Org.). **Tratado de Direito das famílias**. 2. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2016.

³⁹ Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

⁴⁰ LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. *Revista CEJ*, Brasília, n. 27, p. 47-56, out./dez. 2004.

legislativos, devem considerar, primordialmente, o **interesse maior da criança**".⁴¹ (Grifo nosso).

Desse modo, o melhor interesse da criança deve nortear a legislação brasileira, bem como os operadores do direito.⁴² Ademais, Tânia da Silva Pereira, ao citar a referida convenção, ressalta o compromisso e a negociação, pois tal convenção representa o que toda sociedade deve garantir as suas crianças.⁴³

Portanto, diante do contexto da adoção simulada, a observância do melhor interesse da criança e do adolescente deve ser analisado prioritariamente, visto que o referido princípio norteará o julgador no julgamento de casos que envolvam a ilegalidade no registro civil da criança. Além disso, deve haver a ponderação e a observância da convivência familiar e a realização pessoal do menor.⁴⁴

Por fim, é de suma relevância salientar que a Constituição Federal de 1988 consagrou o princípio em comento, que passou a ser de observância obrigatória, com caráter de prioridade absoluta, em qualquer situação que envolva crianças ou adolescentes, principalmente aqueles que se encontram em situação de irregularidade, visto que todos são iguais em direitos.⁴⁵

2.4 Posicionamento jurisprudencial acerca da prática da adoção à brasileira

Conforme exposto, a prática da adoção à brasileira é algo recorrente no Brasil, mesmo existindo uma legislação contrária e que a tipifique como um crime. Não é algo incomum surgirem ações no Poder Judiciário com o intuito de buscar um posicionamento do magistrado.

Ocorre que é um processo onde existe um interesse prioritário em jogo que é o bem estar da criança ou adolescente. Desta feita, é uma situação delicada onde deverá ocorrer um sopesamento de princípios que primem sempre pelo melhor interesse do adotando.

⁴¹ BRASIL. Decreto no 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 04 jun. 2018.

⁴² LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. **Revista CEJ**, Brasília, n. 27, p. 47-56, out./dez. 2004.

⁴³ PEREIRA, Tânia da Silva. O princípio do melhor interesse da criança: da teoria à prática. **Anais...** Disponível em <http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/69.pdf#page=215>. Acesso em: 22 abr. 2018.

⁴⁴ LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. **Revista CEJ**, Brasília, n. 27, p. 47-56, out./dez. 2004.

⁴⁵ BARBOSA, Heloisa Helena. O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. **Anais...** Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/69.pdf#page=201>. Acesso em: 22. abr. 2018.

No que diz respeito à análise de jurisprudências, ou seja, a decisões de Tribunais frente a casos concretos que versem sobre o tema da Adoção à Brasileira, pode-se afirmar que existem decisões em que fica claro o sopesamento dos princípios, pois, mesmo diante de uma situação de ilegalidade, como é o caso de uma Adoção à Brasileira, vê-se a prevalência do Princípio do Melhor Interesse da Criança entre os demais.

Assim, como exemplo, pode-se citar a recente decisão de concessão do Habeas Corpus (HC) pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em relação à Adoção à Brasileira que deixa muito clara a observância do princípio do melhor interesse do menor:

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. HABEAS CORPUS. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE MENOR. **APARENTE ADOÇÃO À BRASILEIRA E INDÍCIOS DE BURLA AO CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO.** PRETENSOS ADOTANTES QUE REUNEM AS QUALIDADES NECESSÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DA GUARDA PROVISÓRIA. VÍNCULO SOCIOAFETIVO PRESUMÍVEL NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES FAMILIARES DESENVOLVIDAS. **OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DO MENOR.** 1 – O propósito do habeas corpus é definir se deve ser mantida a ordem de acolhimento institucional da menor diante do reconhecimento, pelos graus de jurisdição ordinários, de que houve tentativa de burlar o cadastro nacional de adoção. 2 – Conquanto a adoção à brasileira evidentemente não se revista de legalidade, a regra segundo a qual a adoção deve ser realizada em observância do cadastro nacional de adotantes deve ser sopesada com o princípio do melhor interesse do menor, admitindo-se em razão deste cânone, ainda que excepcionalmente, a concessão da guarda provisória a quem não respeita a regra de adoção. 3 – Hipótese em que o casal de pretensos adotantes havia se submetido, em passado recente, às avaliações e formalidade necessárias para integrar o cadastro nacional de adotantes, estando apto a receber e despender os cuidados necessários a menor e convicto da escolha pela adoção. 4 – O convívio da menor com os pretensos adotantes por um significativo lapso temporal induz, em princípio, a provável existência de vínculo socioafetivo que deve ser amparado juridicamente, sem prejuízo da formação de convencimento em sentido contrário após regular e exauriente cognição. 4 – Ordem concedida.⁴⁶ (Grifos nossos).

Em uma análise voltada para as possíveis sanções com a prática da Adoção à Brasileira no âmbito do Direito Penal Brasileiro, tendo em vista essa modalidade de adoção ser considerada crime, pode-se destacar o julgamento de uma Apelação Criminal referente ao tema:

⁴⁶ STJ – HC: 385507 PR 2017/0007772-9, Relator: Ministra Nancy Andrighi, Data de Julgamento: 27/02/2018, T3 – Terceira Turma, Data de Publicação: DJe 02/03/2018. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/arquivos/2015/6/art20150602-10.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME CONTRA A FAMÍLIA - **REGISTRO DE FILHO ALHEIO COMO PRÓPRIO** (CP, ART. 242, CAPUT)- COMPANHEIRA COAUTORA - **PERDÃO JUDICIAL CONCEDIDO NA ORIGEM** (CP, ART. 242, PAR. ÚN.)- VIABILIDADE - **MOTIVAÇÃO NOBRE VISLUMBRADA. I - A consumação do delito de registro de filho alheio como próprio (CP, art. 242, caput) opera-se quando evidenciado o dolo específico de alterar estado de filiação por meio de falseamento de registro civil de nascimento, conduta conhecida como "adoção à brasileira" coibida com o fito de proteger-se a família, instituição reconhecida constitucionalmente como célula mater da sociedade, hipótese plenamente verificada quando o agente se dirige à cartório público e registra como seu filho que sabidamente é de outro.** No entanto, visando proporcionalizar as sanções aplicadas aos casos concretos, o legislador fez inserir o parágrafo único ao aludido artigo, o qual traz uma pena de detenção em prazo menor que a de reclusão prevista no caput e, ainda, a faculdade de o julgador deixar de aplicar esta sanção, por meio de perdão judicial, para os casos em que o sujeito ativo age por motivo de reconhecida nobreza.⁴⁷ (Grifos nossos).

Ante o exposto, vê-se que a pesar de toda uma legislação contra a prática da adoção à brasileira, inclusive uma tipificação no âmbito penal, é uma prática aceita até mesmo frente ao poder judiciário. Desta feita, pode-se afirmar que é possível a modalidade de Adoção à Brasileira ser deferida diante dos casos concretos apresentados, havendo um sopesamento do Princípio do Melhor Interesse do Menor e das possíveis sanções referentes à situação concreta.

3 MÉTODOS

No que tange aos métodos utilizados para se chegar às discussões e os resultados do presente trabalho, foi utilizado a pesquisa bibliográfica, por meio de referências teóricas publicadas em meios eletrônicos e escritos, como artigos científicos, livros e websites, bem como a pesquisa do entendimento dos Tribunais Superiores, que nos permitiu aprofundar os estudos do tema e buscar diferentes posicionamentos e abordagens em relação ao instituto da adoção no ordenamento jurídico brasileiro e a sua ligação com o Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente.

⁴⁷ TJ-SC - ACR: 722784 SC 2008.072278-4, Relator: Salete Silva Sommariva, Data de Julgamento: 06/08/2009, Segunda Câmara Criminal, Data de Publicação: Apelação Criminal n. , de Lages Disponível em: <<https://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8364328/apelacao-criminal-acr-722784-sc-2008072278-4/inteiro-teor-13535767>>. Acesso em: 06 jun. 2018.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

No que diz respeito aos resultados e à discussão do presente trabalho, podemos concluir que foi feita uma análise desde o contexto histórico da adoção, principalmente no que tange à adoção à brasileira, até a análise de decisões proferidas pelos Tribunais Superiores sobre o tema. Dessa forma, houve uma discussão em relação à questão do processo contencioso e burocrático que é a adoção, e o caminho que muitas famílias acabam adotando, fugindo da aplicação da legislação pátria em busca do benefício entre adotante e adotado, devendo, sempre, ser levado em consideração a aplicação do Princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente ao caso concreto.

5 CONCLUSÃO

Conforme o exposto, a Adoção Brasileira é uma espécie de Adoção muito presente na sociedade brasileira, sendo marcada principalmente pela tentativa de fugir do rigor do formalismo, exigido pela legislação pátria.

Assim, ante a principal indagação trazida nesse trabalho, questiona-se qual princípio deve prevalecer quando se estiver diante de uma adoção que ocorreu fora dos trâmites legais. Adotar o princípio da legalidade, essencial para a constituição do registro civil, ou o princípio do melhor interesse do menor?

Chegou-se à conclusão que o melhor interesse do adotado deve ser observado de maneira prioritária no ordenamento jurídico brasileiro, conforme consta na Convenção Internacional dos Direitos da Criança, elaborada pela ONU e, principalmente perante a jurisprudência pátria.

Portanto, os laços afetivos vão além do formalismo e de qualquer procedimento imposto pela lei. Porém, deve haver sempre o sopesamento dos princípios, visto que o melhor interesse da criança e do adolescente não pode ser utilizado como justificativa para a realização de cometimento do ilícito.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Fabiola Santos. Adoção à brasileira e a verdade do registro civil. **Anais...** Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/14.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2018.

BARBOSA, Heloisa Helena. O princípio do melhor interesse da criança e do adolescente. **Anais...** Disponível em:

<http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/69.pdf#page=201>. Acesso em: 22. abr. 2018.

BÍBLIA. Êxodo, 2: 10. **Bíblia Online**. Disponível em:

<<https://www.bibliaonline.com.br/acf/ex/2/10>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

BRASIL. Decreto no 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. **Presidência da República**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm>. Acesso em: 04 jun. 2018

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Institui o Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. **Presidência da República**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3071.htm>. Acesso em: 04 dez. 2017.

BRASIL. Lei no 3.133, de 8 de maio de 1957. Atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil. **Presidência da República**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3133.htm>. Acesso em: 22 abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 22 abr. 2018.

CÓDIGO DE HAMURABI. **Cultura Brasileira**. Disponível em:

<<http://www.culturabrasil.org/zip/hamurabi.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

DIAS, Maria Berenice; OPPERMANN, Marta Cauduro. Adoção: o prioritário direito a um lar. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de; MATOS, Ana Carla Harmatiuk (Orgs.).

Direito das Famílias: por juristas brasileiras. São Paulo: Saraiva, 2013.

HISTÓRIA da adoção no mundo. **Em discussão**. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/adocao/contexto-da-adocao-no-brasil/historia-da-adocao-no-mundo.aspx>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

IGLESIAS, Juan. **Direito Romano**. 18. ed. Barcelona: Sello, 2010.

JUNQUEIRA, Eduardo. Código Civil de 1916. **Fgv**. Disponível em:

<<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/C%C3%93DIGO%20CIVIL%20DE%201916.pdf>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito ao estado de filiação e direito à origem genética: uma distinção necessária. **Revista CEJ**, Brasília, n. 27, p. 47-56, out./dez. 2004.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de Direito Civil**: Direito de Família. 40. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NADER, Paulo. **Curso de Direito Civil: Direito de Família**. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013, v. 5.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Direito de Família**. 23. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

PEREIRA, Tânia da Silva. Adoção. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha (Coord.). **Tratado de Direito das Famílias**. 2. ed. Belo Horizonte: IBDFAM, 2016.

PEREIRA, Tânia da Silva. O princípio do melhor interesse da criança: da teoria à prática. **Anais...** Disponível em:
<http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/69.pdf#page=215>. Acesso em: 22 abr. 2018

SANTOS, Rosemary Pereira. Adoção: Aspectos Históricos e suas modalidades. **Jurisway**. Disponível em: https://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=15884. Acesso em: 02 dez. 2017.

SILVA, Aline Jaszewski da. **As modalidades de adoção no ordenamento jurídico brasileiro**. 2014. 83 f. Monografia (graduação em Direito). Universidade Vale do Itajaí – UNIVALI. Balneário Camboriú. 2014. Disponível em:
<<http://siaibib01.univali.br/pdf/Aline%20Jaszewski%20da%20Silva-B.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2018.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil: Direito de Família**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

AS DIFICULDADES NO ACESSO À MEDICAÇÃO PARA TRATAMENTO DO TDAH

THE DIFFICULTIES TO ACCESS MEDICATION IN ADHD TREATMENT

Laís Cabral Sá¹
Laiz Mariel Santos Souza²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar a relevância do fornecimento de medicamentos pela rede do Sistema único de Saúde (SUS) no que tange ao tratamento do TDAH (Transtorno de *Déficit* de Atenção e Hiperatividade), ressaltando a importância de um tratamento eficaz e de qualidade, que tenha como escopo aumentar a qualidade de vida não só de quem está em tratamento, mas também dos familiares e demais pessoa envolvidas. Para tal, mister se faz compreender o que é o TDAH, em que contexto histórico ele surgiu, sua evolução, quais são os sintomas dessa doença e as principais formas de tratamento hoje utilizadas pelos profissionais da saúde. Além disso, objetiva-se analisar se existe uma obrigatoriedade do poder público em fornecer os fármacos indicados para o tratamento do TDAH, se eles constam nas listas oficiais do Ministério da Saúde e se, de fato, existe essa dispensação desses medicamentos pelos postos de saúde, dentre outros estabelecimentos responsáveis. Ainda, será feita uma análise jurisprudencial em que serão estudados alguns casos concretos de pessoas que sofrem do TDAH, porém não possuem recursos financeiros para custear o tratamento, e, por esse motivo, procuram o Poder Judiciário para que este efetive

¹ Graduanda no Curso de Direito no Centro Universitário Christus (Unichristus) e integrante do Núcleo Direito e Saúde, atualmente 6º semestre. E-mail: laisc4bral@gmail.com

² Mestre em Ciências Jurídicas-Empresariais - Menção em Direito Laboral pela Universidade de Coimbra, Portugal. Professora, na graduação e na pós-graduação, das disciplinas Direito do Trabalho, Direito Processual do Trabalho, Direito Previdenciário e de Prática Cível. Professora responsável pelo Projeto Núcleo de Direito e Saúde. Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (2012). Advogada em atuação desde 2012. Pós-graduação em Direito Privado (Carga Horária: 372h) pela Universidade Candido Mendes, UCAM, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail para contato: laizmariel@gmail.com.

seu direito à saúde. Por fim, demonstra-se a clara necessidade de se obter maior eficiência do Sistema Público de Saúde, com o escopo de garantir o direito fundamental à vida, à saúde, além de respeitar o princípio da dignidade da pessoa humana expressamente consagrado na Constituição Federal como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

Palavras-chave: TDAH. Direito à saúde. SUS. Medicamentos. Dever de fornecimento.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the relevance of the provision of medicines through the network of the Single Health System (SUS) regarding the treatment of Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD), emphasizing the importance of effective and quality treatment, with a view to increase the quality of life not only of those who are undergoing treatment, but family members and others involved. To do this, it is necessary to understand what ADHD is, in what historical context it emerged, its evolution, what are the symptoms of ADHD and the main forms of treatment used today by health professionals. In addition, the objective is to analyze whether there is an obligation on the public authority to provide the drugs indicated for the treatment of ADHD, if they are on the official lists of the Ministry of Health and if, in fact, there is such a dispensation of these drugs by health clinics, among other responsible establishments. Furthermore, a case law will be studied in which some of the concrete cases, people suffering from ADHD do not have the financial resources to pay for the treatment, and for this reason, they seek the Judiciary Branch so that it can ensure the Right to Health. Finally, there is a clear need to improve the efficiency of the Public Health System, with the scope of guaranteeing the right fundamental to life, health, and respect the principle of the dignity of the person expressly enshrined in the Federal Constitution as one of the foundations of the Federative Republic of Brazil.

Keywords: ADHD. Right to health. SUS. Medicines. Duty of supply.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo geral desse artigo é tratar sobre o acesso à medicação para o tratamento de quem sofre com o TDAH, abordando o viés da disponibilidade dos medicamentos na rede SUS e a dificuldade que as pessoas com esse transtorno enfrentam para conseguir o devido tratamento.

Sabe-se que, atualmente, um expressivo número de crianças e adolescentes são diagnosticadas com o TDAH e, por isso, que são encaminhados para tratamento especializado. Todavia, é sabido que nem todas as pessoas possuem renda para arcar com o custo de um tratamento de qualidade, visto o alto valor das medicações e acompanhamento psicológico. Também nem todas elas são encaminhadas de fato para um tratamento especializado, muitas nem chegam a ser diagnosticadas.

Assim, para que seja possível uma análise sobre a dispensação de medicamentos que tratam o TDAH pelo SUS, inicialmente será feita uma análise histórica sobre o distúrbio e como ele foi descoberto para que se entenda melhor como o transtorno começou a ser observado, bem como suas tentativas de cura. Logo após, será abordado o conceito do distúrbio, tal como suas causas e sintomas, de forma que se entenda como a disfunção age no corpo humano. Em seguida, fazendo jus ao título, traz-se a problemática dos medicamentos utilizados para tratamento e suas respectivas disponibilidades no Sistema Único de Saúde, para que seja compreendida a necessidade de um melhor conhecimento social a respeito do assunto.

Pretende-se explorar nesse artigo como o SUS funciona atualmente com o TDAH e a relação dos entes federados com o fornecimento de fármacos para o tratamento do distúrbio, observado o dever de prestação da saúde e o direito básico à vida, junto com o princípio da dignidade humana.

Dessa forma, por ser indisponível e fundamental, o direito à saúde pode ser reclamado aos entes da federação, que possuem o dever de prestar tal serviço aos que necessitam, de forma segura e com qualidade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Transtorno de *Déficit* de Atenção e Hiperatividade – TDAH

Como exposto na introdução, o presente artigo tem o intuito de tratar sobre as dificuldades encontradas no sistema público de saúde para a obtenção de medicamentos que possam ajudar e tratar o Transtorno de *Déficit* de Atenção e Hiperatividade.

À vista disso, antes de adentrar no cerne deste artigo científico, é de suma importância que se entenda, primeiramente, o contexto histórico em que o TDAH foi identificado como um transtorno, qual seu conceito, como ele afeta o funcionamento do organismo e quais são suas causas e sintomas, o que será feito a seguir.

2.2 Breve contexto histórico do TDAH

O transtorno de *déficit* de atenção e hiperatividade, mais conhecido como TDAH, é uma doença neurobiológica que afeta o indivíduo ainda na fase da infância, mas é importante salientar que, em boa parte dos casos, os sintomas dessa disfunção podem persistir ao longo do desenvolvimento da pessoa.

Porém, nem sempre esse *déficit* foi reconhecido como tal, tampouco a terminologia TDAH sempre foi assim denominada. Em verdade, até que se reconhecesse que determinados sintomas nas crianças representavam uma doença a qual necessitava da atenção da sociedade, houve um processo evolutivo, o qual passa-se, em breves linhas, a analisar.

Tal transtorno é conhecido desde o século XVIII, mas nem sempre era descrito com a sigla atual. No início de sua descoberta, era mais comum a utilização do termo “desatenção patológica” por serem levadas em conta características como inquietação e falta de atenção, que impactavam fortemente o desempenho escolar.³

Por ter muitos sintomas explícitos e que chamam bem mais a atenção do que outros (que serão devidamente mencionados ao decorrer deste artigo), a

³ REZENDE, Eduardo. TDAH – A história completa do TDAH que você não conhecia. Psicoedu. 2016. Disponível em < <https://www.psicoedu.com.br/2016/11/historia-origem-do-tdah.html> > Acesso em: 29 jul. 2018

“desatenção patológica” despertou a curiosidade dos médicos, que ao longo dos anos foram evoluindo suas pesquisas, estudos e formas diversas de tratamento sobre a doença.

O escocês Alexander Crichton⁴ é conhecido por ser o primeiro médico a publicar suas observações clínicas sobre o transtorno. No ano de 1798, seu estudo abordou a mudança constante de foco e a incapacidade de prestar atenção com um grau necessário de constância.⁵ Dessa forma, Crichton concluiu que a desatenção pode diminuir com a idade, conforme o indivíduo vai se desenvolvendo e que raramente esse desconcerto é intenso a ponto de impedir que a pessoa tenha qualquer forma de aprendizado.

Apesar das pesquisas de Crichton, apenas no ano de 1902 surgiu o ponto de partida do que se conceitua o transtorno do *déficit* de atenção e hiperatividade, apresentado pelo pediatra britânico George Frederic Still.

Em 1902, George Still apresentou uma série de palestras sobre a disfunção, que foi nomeada por ele de *defeito do controle moral*.⁶ Seu propósito era concluir que as crianças estudadas por ele não se mostravam capazes de aprender com seus próprios erros, sendo resistentes à disciplina e tendo grande dificuldade em manter o controle de seu comportamento, associando aos valores morais e sociais da época. Em seu estudo, foram apontados casos em que os infantes mostravam falhas no controle de seus comportamentos sem terem problemas intelectuais ou doenças como meningite, que ataca diretamente o cérebro. Nisso, o pai da pediatria britânica concluiu que o TDAH era uma nova disfunção.

Somente na década de 30 surgiu o termo TDAH, que é aquele utilizado atualmente para denominar o transtorno, estando, inclusive, inserido na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, comumente chamada de CID. O termo, que foi descoberto por médicos alemães, quais sejam, Franz Kramer e Hans Pollnow, foi publicado em um artigo de

⁴ REZENDE, Eduardo. TDAH – A história completa do TDAH que você não conhecia. Psicoedu. 2016. Disponível em < <https://www.psicoedu.com.br/2016/11/historia-origem-do-tdah.html> > Acesso em: 29 jul. 2018

⁵ BRÜNING, Caroline. BREVE HISTÓRIA DO TDA/H. Desligados e Hiperativos. 2010. Disponível em < <http://desligadohiperativo.blogspot.com/2010/04/breve-historia-do-tdah.html> > Acesso em: 29 jul. 2018

⁶ DESATENÇÃO e hiperatividade ao longo dos séculos. [2015?]. Disponível em < <http://tdah.novartis.com.br/desatencao-e-hiperatividade-ao-longo-dos-seculos/> > Acesso em 29/07/2018

nome “*Sobre a doença hiperkinética da infância*”. No referido artigo, o TDAH possuía como característica principal “uma acentuada inquietação motora”⁷.

Os referidos médicos alemães enfatizaram mais a representação da hiperatividade do que do transtorno como um todo, já que a descrição dos alemães avultava a impulsividade e a agitação motora das crianças observadas. Tal conclusão, atualmente, muito se assemelha com o que consideramos ser a hiperatividade.

Após a percepção daquilo que era conhecido como desatenção patológica para Transtorno de *Déficit* de Atenção e Hiperatividade – TDAH, começaram-se os estudos para que a referida patologia fosse devidamente tratada.

O primeiro tratamento do transtorno surgiu em 1937, com o anúncio do americano Charles Bradley⁸, responsável por descobrir efeitos positivos de um medicamento em crianças que tinham problemas de comportamento. Bradley fez a descoberta por acaso quando tentava curar constantes dores de cabeça de alguns pacientes com a substância *benzedrina*, que era conhecida como um forte e popular estimulante da época. O elemento mostrou grande melhora no desempenho escolar, na concentração e no comportamento dos pacientes do médico americano, mas não teve o mesmo sucesso com o propósito inicial, que era curar as dores de cabeça.

Com o passar dos anos, outros fármacos foram sendo estudados com o fim de tratar o TDAH, dentre eles a denominada *Ritalina*.

Pouquíssimo se conhece sobre seu histórico, mas a *Ritalina* é uma das drogas mais faladas no mundo, o que tornou o medicamento tão popular. O remédio é destaque no tratamento do transtorno e seu composto químico é o *metilfenidato*, bem mais utilizado na prática clínica que a substância de Bradley. O *metilfenidato* foi sintetizado pelo químico italiano Leandro Panizzon⁹ no ano de 1944 devido ao crescente interesse em tratar a hiperatividade em crianças. Somente uma década depois começou a ser comercializado pela companhia farmacêutica onde o italiano

⁷ REZENDE, Eduardo. TDAH – A história completa do TDAH que você não conhecia. Psicoedu. 2016. Disponível em < <https://www.psicoedu.com.br/2016/11/historia-origem-do-tdah.html> > Acesso em: 29 jul. 2018

⁸ REZENDE, Eduardo. TDAH – A história completa do TDAH que você não conhecia. Psicoedu. 2016. Disponível em < <https://www.psicoedu.com.br/2016/11/historia-origem-do-tdah.html> > Acesso em: 09 jul. 2018

⁹ REZENDE, Eduardo. TDAH – A história completa do TDAH que você não conhecia. Psicoedu. 2016. Disponível em < <https://www.psicoedu.com.br/2016/11/historia-origem-do-tdah.html> > Acesso em: 09 jul. 2018

trabalhava, sendo o nome do medicamento uma homenagem à sua esposa, Marguerite, sendo Rita o seu apelido.

Vale ressaltar que este não é o único fármaco hoje existente para o tratamento do TDAH, como *Concerta* e *Venvanse*, também possuem o mesmo objetivo. Porém, por fazer parte do objetivo central desse trabalho, o estudo sobre os medicamentos utilizados para o tratamento do TDAH, bem como sua disponibilidade pela rede SUS e dificuldades de acesso, faz parte de capítulo próprio, que será visto mais à frente.

Importante salientar, ainda, que o TDAH não tem cura, mas que o tratamento, quando realizado de forma eficaz e correta, auxilia significativamente para a melhora de quem tem o transtorno. Seu tratamento não inclui apenas a ingestão de medicamentos, sendo necessário também o acompanhamento feito por psicólogos.

Assim, feita uma breve evolução sobre o surgimento do termo TDAH, importante agora que se entenda o seu conceito, a forma como ele afeta o funcionamento do organismo, bem como suas causas e sintomas.

2.3 Conceito de TDAH: causas e sintomas

O transtorno de *déficit* de atenção e hiperatividade atinge o cérebro nas regiões do córtex, do lobo frontal e do lobo temporal, causando algumas dificuldades em atividades que necessitem do uso da memória, da atenção e do pensamento prolongado. O que ocorre nas pessoas que possuem o TDAH é a interrupção da liberação de transmissores químicos, como a dopamina e a noradrenalina, que são substâncias intimamente ligadas ao comportamento e ao processo cognitivo de aprendizagem, assim como à atenção e à memória.¹⁰

Sendo assim, quando uma pessoa com TDAH necessita realizar uma atividade que envolva muita concentração e atenção (como assistir a uma aula, por exemplo), a conexão das redes de circuitos cerebrais se mostram prejudicadas,

¹⁰ LTDA, Shire Brasil. TDAH e o Cérebro. **Youtube**. Postado em 29 set. 2016. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=do2btp6tYTQ> > Acesso em: 18 jul. 2018

dificultando significativamente a capacidade de absorção de conteúdo de quem sofre com o distúrbio.¹¹

No que se refere às possíveis causas do TDAH, deve-se ressaltar que, apesar de ser um dos transtornos mais bem estudados em todo o mundo, não existe um rol taxativo de causas para ele. A ciência concorda que a origem da disfunção é, na verdade, multifatorial.¹² Não se pode afirmar que existe apenas uma motivação para o problema, uma vez que o que se tem como verdade na Medicina atual é que a combinação de genes anômalos com um ambiente inapropriado resulta em um cérebro alterado, tanto na forma química, quanto na forma anatômica.¹³

Dessa forma, vale ressaltar que existem três tipos de TDAH: o desatento, o hiperativo e o combinado¹⁴:

O tipo desatento representa, em média, 30% a 40% das pessoas que carregam esse transtorno. Suas maiores características são: quietude, distração em excesso, procrastinação e esquecimento de tarefas importantes. Por causa da quietude, o diagnóstico de quem tem apenas o tipo desatento pode ser mais tardio, pois, na infância, os responsáveis podem acabar não percebendo que há algum problema na criança.¹⁵

O tipo hiperativo é conhecido por ter predominância de impulsividade, comportamento acelerado e dificuldade em se manter parado. Vale ressaltar que, quando se fala em TDAH, o pensamento comum associa o transtorno exclusivamente a esse tipo, como se todos os indivíduos que possuem a disfunção fossem necessariamente hiperativos, apresentando *apenas* sintomas agitados, o que não é verdade.

O último tipo é marcado tanto por sinais de *déficit* de atenção como de hiperatividade. Ou seja, quem o tem, geralmente é mais hiperativo e impulsivo, na mesma medida em que é distraído, esquecido e procrastinador.

¹¹ LTDA, Shire Brasil. TDAH e o Cérebro. **Youtube**. Postado em 29 set. 2016. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=do2btp6tYTQ> > Acesso em: 18 jul. 2018

¹² LOUZÃ, Mario. VINOCUR, Evelyn. TDAH: sintomas, tratamentos e causas. [2014 ou 2015]. Disponível em < <https://www.minhavidacom.br/saude/temas/tdah> > Acesso no dia 26 ago. 2018

¹³ Por pertinência temática, os fatores científicos do TDAH não poderão ser aprofundados, mas caso se façam necessárias mais informações para o conhecimento do tema, sugere-se a consulta ao seguinte site: <https://www.minhavidacom.br/saude/temas/tdah> (Acesso em 26 ago. 2018)

¹⁴ LOUZÃ, Mario. TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. UOL. 2013. Disponível em < <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/tdah-transtorno-do-deficit-de-atencao-e-hiperatividade/> > Acesso em: 09 jul. 2018

¹⁵ BRITES, Clay. Quais são os tipos de TDAH – NeuroSaber. **Youtube**. Postado em 01 ago. 2017. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=veLPQE_BQyk&t=78s > Acesso em: 09 jul. 2018.

De forma geral, os sintomas do transtorno podem ser os mais variados, não existindo um rol taxativo deles, pois sempre podem aparecer novos. Para melhor entendimento, os sintomas aqui listados serão divididos entre os que são mais comuns do *déficit* de atenção e os que mais conhecidos da hiperatividade:

Entre os traços de desatenção exacerbada, os mais comuns são:

Cometimento de erros por descuido e frequente falta de exatidão em trabalhos;

Frequente dificuldade em manter a atenção em palestras ou aulas;

Frequente sensação de “estar no mundo da lua”, “com a cabeça em outro lugar”, não parece escutar quando dirigem a palavra;

Desvio de tarefas e perda de foco, sensação de “tarefas pela metade”;

Dificuldade em seguir tarefas em sequência, manter pertences em ordem, administrar tempo e cumprir prazos;

Frequente relutância no que tange ao envolvimento com tarefas que exigem esforço mental prolongado. Na fase adulta, mostra-se mais dificuldade na feitura de relatórios e revisão de documentos longos;

Perda constante de objetos necessários para atividades cotidianas, como chaves, celular, óculos e materiais escolares;

Fácil distração por estímulos alheios às tarefas propostas e pensamentos sem relação direta às atividades habituais;

Constante esquecimento de atividades da vida comum, como cumprir obrigações e prazos e, na vida adulta, pagar contas e retornar telefonemas e *e-mails*.¹⁶

Relativo aos sintomas mais populares da hiperatividade, observam-se:

Frequente agitação corporal, como mexer mãos e pés costumeiramente;

Fala em demasia;

Grande dificuldade em se manter parado em situações que necessitam que o indivíduo permaneça estático, como em salas de aula e locais de trabalho;

Constante impasse em praticar atividades que envolvam silêncio;

Necessidade de estar em movimento continuamente em situações onde esse tipo de comportamento não é apropriado, como estar correndo ou subindo e descendo o tempo todo. Em adolescentes e adultos, esse sinal pode se limitar apenas ao sentimento de inquietação;

Incapacidade em ficar à vontade em reuniões ou lugares fechados, como se estivesse em sucessiva aceleração;

Interrupção em assuntos de terceiros e respostas precipitadas a perguntas feitas por outros, como sinais claros de impulsividade;

Muita dificuldade em aguardar sua vez, como em filas.¹⁷

¹⁶ Sintomas retirados da cortesia “Critérios diagnósticos para o TDA/H” fornecida pelo Dr. José Cláudio Bezerra de Menezes, neurologista de CREMEC 1766 (Fortaleza – Ceará)

Isto posto, é importante relatar também como acontece o diagnóstico e o que é levado em conta nele, o que será tratado a seguir.

Um diagnóstico correto e especializado do transtorno muda totalmente a qualidade de vida da pessoa com *déficit* de atenção, proporcionando uma melhora significativa na vivência dos portadores desse distúrbio. Cabe relatar aqui que qualquer pessoa em qualquer faixa etária pode vir a apresentar sinais da disfunção de forma isolada e isso não significa que, por demonstrar alguns traços em situações pontuais, tal indivíduo será portador do transtorno.¹⁸

À vista disso, um dos critérios gerais da diagnose é que se apresentem prejuízos causados pelos sintomas reclamados ao médico especializado (como um neurologista) em dois ou mais contextos diversos. Ou seja, o dano causado pelos indícios deve ocorrer em circunstâncias diferenciadas, como escola, trabalho, casa ou vida social.

Também é necessário que seis ou mais sintomas, tanto de desatenção quanto de hiperatividade ou impulsividade, venham a persistir por pelo menos seis meses, em grau considerado inadequado ao desenvolvimento e que tais indícios causem influências negativas em atividades sociais e acadêmico-ocupacionais (como convivência familiar e com amigos e atividades de trabalho e educação, como escola e faculdade).¹⁹

Além disso, necessita-se de uma clara evidência de detrimento ou dano considerável nos âmbitos social, acadêmico ou ocupacional. Tal critério é crucial para que o diagnóstico seja realizado de forma mais elaborada e precisa, pois, como dito anteriormente, há pessoas que podem apresentar alguns sintomas do TDAH, mas não propriamente serem portadoras do transtorno por não apresentar prejuízos consideráveis.

¹⁷ Sintomas retirados da cortesia “Critérios diagnósticos para o TDA/H” fornecida pelo Dr. José Cláudio Bezerra de Menezes, neurologista de CREMEC 1766 (Fortaleza – Ceará)

¹⁸ DIAGNÓSTICO do TDAH. **NOVARTIS**. [2015 ou 2016]. Disponível em: < <http://tdah.novartis.com.br/diagnostico-do-tdah/> > Acesso em 22 ago. 2018

¹⁹ Critérios da diagnose retirados da cortesia fornecida pelo Dr. José Cláudio Bezerra de Menezes, neurologista de CREMEC 1766 (Fortaleza – Ceará)

Assim entendido o impacto que o TDAH causa na vida de quem tem o distúrbio, bem como a forma que o transtorno atinge o organismo, suas causas e seus sintomas, é de suma relevância entender quais são os possíveis medicamentos para controle da disfunção, tal qual sua disponibilidade na rede SUS.

2.4 Medicamentos possíveis para tratamento do TDAH e sua disponibilidade na rede SUS

É de conhecimento geral que o acesso à saúde é um direito básico de qualquer ser humano, bem como está elencado como direito fundamental em nossa Lei Maior, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Dessa forma, é dever do Estado garantir que a população obtenha um serviço de saúde pública de qualidade, trazendo incontáveis benefícios e a certeza de uma qualidade de vida digna e bem-estar social.

Nesse sentido, o artigo 196²⁰ da CF estabelece que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, o qual deve promover todas as políticas públicas necessárias para efetivação de tal Direito. Da mesma forma, o artigo 4º, §1º²¹ da Lei 8080/90, que é aquela que regulamenta os serviços prestados pelo SUS, dispõe que fazem parte das ações de serviços de saúde a produção de insumos e medicamentos. Corroborando com os dispositivos mencionados, o artigo 6º, I, d²² da referida lei estabelece que estão incluídas no campo de atuação do SUS a assistência terapêutica integral, inclusive a farmacêutica.

²⁰ Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

²¹ Art. 4º O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS). § 1º Estão incluídas no disposto neste artigo as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.

²² Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS): I - a execução de ações: d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

Percebe-se, assim, que a CF, juntamente com a Lei do SUS, estabelecem que o Estado deverá garantir assistência integral à saúde de todos que precisam e que, sendo os medicamentos essenciais ao tratamento, estes estão incluídos em tal cobertura, o que não é diferente com o TDAH, que é uma doença reconhecida pelo CID, a qual possui fármacos necessários para seu tratamento.

Assim, certos medicamentos possuem maior renome no âmbito do tratamento do TDAH, além de maior eficácia e resultados mais positivos para quem faz uso deles. Logo, por terem maior produtividade e notoriedade, são mais indicados para quem necessita do auxílio de fármacos para dar assistência no funcionamento do próprio corpo. Por isso, esses medicamentos merecem estar disponíveis na rede do Sistema Único de Saúde, o SUS.

São utilizados no tratamento do distúrbio, estimulantes que agem diretamente no sistema nervoso central, como *Ritalina*, *Ritalina LA*, *Concerta* e *Venvanse*.

A seguir, expõe-se uma tabela com os nomes de cada fármaco, bem como seus respectivos princípios ativos e média de valores, considerando a caixa do remédio, a qual tem durabilidade média de um mês:

NOME DO REMÉDIO	PRINCÍPIO ATIVO	MÉDIA DE VALOR EM REAIS ²³
Ritalina	Cloridrato de metilfenidato	R\$ 46,52
Ritalina LA	Cloridrato de metilfenidato	R\$ 186,09
Concerta	Cloridrato de metilfenidato	R\$ 212,19
Venvanse	Lisdexanfetamina	R\$ 294,64

Destarte, para facilitar e orientar o controle de medicamentos, foi criada a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME)²⁴ para os serviços prestados pelo SUS. Tal relação define um rol de medicamentos que devem atender às necessidades de maior prioridade de saúde da população na rede SUS, de forma

²³ Valores retirados de < <https://consultaremedios.com.br> > Acesso em: 29 ago. 2018

²⁴SAÚDE, Ministério da. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais. **Biblioteca Virtual em Saúde**. 2017. Disponível em: < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relacao_nacional_medicamentos_rename_2017.pdf > Acesso em: 29 ago. 18

que nunca devem estar em falta para distribuição na rede SUS.²⁵ Entretanto, utilizando os princípios ativos dos fármacos supracitados (*Cloridrato de metilfenidato* e *Lisdexanfetamina*, respectivamente) para pesquisa na lista do Ministério da Saúde, nada se encontra.

Da mesma forma, o princípio ativo *Lisdexanfetamina*, do medicamento *Venvanse*, não se encontra na lista de medicamentos especiais de Alto Custo do Ministério da Saúde, mesmo que, de todos remédios indicados para o tratamento do transtorno de *déficit* de atenção e hiperatividade, ele seja o mais caro, visto que custa, em média, R\$ 294,64 (duzentos e noventa e quatro reais e sessenta e quatro centavos).²⁶

À vista disso, é possível observar o óbice na disponibilidade dos medicamentos que auxiliam no TDAH na rede SUS, a começar pela falta deles nas relações oficiais de fármacos do Sistema Único de Saúde. Sendo assim, cria-se um impasse para que o tratamento seja feito da forma correta, já que nem mesmo existe protocolo para liberação desses medicamentos psicoestimulantes por parte das Secretarias Estaduais de Saúde.

Por serem medicações que agem diretamente no sistema nervoso central, são rotuladas com tarja preta, o que dificulta mais ainda o acesso, uma vez que necessitam de receita médica para que sejam adquiridas, sejam nas farmácias ou nos postos de saúde.

Além disso, muitos dos pacientes que sofrem de TDAH não possuem condições de arcar com consultas psiquiátricas, dependendo, mais uma vez, da disponibilidade desse serviço por meio do SUS. Ocorre que, a consulta médica com especialistas também é um serviço que nem sempre se consegue com a agilidade e a frequência necessárias.

Percebe-se, assim, que nenhum dos medicamentos mais utilizados para o tratamento do TDAH está disponível pelas listas oficiais do Ministério da Saúde,

²⁵ SAÚDE, Fundo Nacional de. Ministério da Saúde publica nova lista de medicamentos essenciais para o SUS. **PortalFNS**. 2017. Disponível em: < <http://portalfns.saude.gov.br/ultimas-noticias/1727-ministerio-da-saude-publica-nova-lista-de-medicamentos-essenciais-para-o-sus> > Acesso em 03 set. 2018

²⁶ SAÚDE. Núcleo de Avaliação de Tecnologias em. Informações sobre LISDEXANFETAMINA no TDAH. **CNJ**. 2014. Disponível em < <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/04/0720e08915e0be4e1c0d8b12bf024b99.pdf> > Disponível em 30 ago. 2018. Acesso em: 30 ago. 18

deixando as pessoas que sofrem desse transtorno, e que não possuem condições de pagar pelo fármaco, desamparadas em seu direito à saúde.

Porém, conforme foi analisado, tal realidade vai de encontro com a garantia do direito à saúde e à vida expressos na Constituição, bem como fere os princípios da dignidade da pessoa humana²⁷ e do mínimo existencial, devendo o Poder Público, aqui compreendido todos os entes da federação em solidariedade, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e Territórios²⁸, disponibilizarem tudo que for necessário à garantia desses direitos, incluídos os fármacos para tratamento.

Diante de tal realidade, em que existe uma necessidade do cidadão e uma ausência do Poder Público em cumprir com seu dever, resta ao Poder Judiciário, por meio do ajuizamento de ações de obrigações de fazer/entregar, fazer o papel do garantidor dos referidos direitos sociais fundamentais. Nesse sentido, muitas são as demandas apreciadas pelo Poder Judiciário em que àqueles que sofrem de TDAH solicitam a condenação do Estado em fornecer os medicamentos necessários.

Tudo isso ocorre de tal forma que o Poder Judiciário fique sobrecarregado, visto que os entes da federação não cumprem seus devidos papéis e a única solução observada é o ajuizamento de ações. Ou, como ocorre por diversas vezes, o cidadão leigo não sabe de seus direitos ou não sabe como reivindicá-los e acaba por ficar à mercê do descaso do Estado, sofrendo com a falta de atenção governamental e também com seu transtorno.

Para exemplificar, citam-se a seguir algumas jurisprudências, contando com explicações sobre as decisões tomadas em cada caso:

Mandado de Segurança impetrado por pessoa portadora de "TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, tipo desatento grave – CID 10 (F90)", objetivando o recebimento do medicamento "Venvanse® 70mg" ("Dimesilato de Lisdexanfetamina"). Sentença que concedeu a segurança. Recurso da Fazenda Estadual. Rejeitada a preliminar de incompetência absoluta do juízo "a quo". Comprovação médica de que o

²⁷ Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: III - a dignidade da pessoa humana;

²⁸ Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: § 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

impetrante é portador da doença referida, necessitando da medicação indicada, bem como de que não dispõe de situação sócio-econômica que lhe permita arcar com o seu custo. Responsabilidade pela prestação dos serviços de saúde que é compartilhada por todos os entes políticos (art. 196 da CF de 1988). Inocorrência de violação aos princípios da separação e independência de poderes, e da dotação orçamentária. Escolha do tratamento a critério do médico especialista que acompanha o paciente. Manutenção da cominação de multa, ressalvado o entendimento pessoal do Relator, em atenção ao princípio da colegialidade. Recursos oficial e da Fazenda Estadual improvidos. (TJSP; Apelação / Remessa Necessária 1002281-18.2016.8.26.0529; Relator (a): Aroldo Viotti; Órgão Julgador: 11ª Câmara de Direito Público; Foro de Santana de Parnaíba - Vara Única; Data do Julgamento: 09/05/2017; Data de Registro: 15/05/2017)

O caso acima traz exatamente a problemática citada anteriormente: o medicamento de alto custo para o tratamento do TDAH, que não é fornecido pela rede pública de saúde, trazendo insucesso no bem-estar da pessoa que tem extrema dificuldade em manter-se concentrada nas atividades diárias e também não tem condições de arcar sozinha com o valor da medicação. No caso, o autor da ação pleiteava o remédio em face da Secretaria Estadual de Saúde do Estado de São Paulo. A sentença se mostrou favorável ao autor da ação, obrigando a Secretaria a fornecer o medicamento *Venvanse 70mg* no prazo de 5 (cinco) dias, pelo tempo que fosse necessário, entregando mensalmente com receituário. Caso contrário, seria aplicada multa no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de atraso.

A seguir, outro caso:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. MENOR. NECESSIDADE DE FORNECIMENTO DE MEDICAÇÃO. FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL. DIREITO À SAÚDE. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. UNANIMIDADE. I - A Constituição da República ao proclamar o direito à saúde, consectário máximo do direito fundamental à vida, assegurando-o como um bem de todos e impondo ao Estado o respectivo dever de garantir sua preservação, nos moldes dos arts. 5º, caput e 196, atribuiu grande relevância a esse direito, a ponto de não deixar dúvida acerca do dever do Estado de prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. II - Comprovada a necessidade do fornecimento de medicação Ritalina 20 mg para tratamento hiperatividade com déficit de atenção (TDAH), deve o Município suportar o ônus dessas despesas, de modo a resguardar a saúde da pessoa humana. III - Apelação conhecida e improvida. Unanimidade. (TJMA; Ap 0567042016; Número Único: 0003396-40.2012.8.10.0024, Rel. Desembargador(a) RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA, QUINTA CÂMARA CÍVEL, julgado em 19/06/2017, DJe 23/06/2017)

Neste caso concreto, o apelado, menor de idade e devidamente representado, pleiteava ao Município, sua medicação *Ritalina* 20mg, onde deveria tomar na dosagem de duas vezes ao dia, se fazendo necessário 60 (sessenta) comprimidos por mês. A sentença se mostrou favorável ao autor, condenando o Município a fornecer o medicamento mensalmente na forma reivindicada, no prazo de 10 (dez) dias da intimação, sob pena de ter que pagar multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais). Na oportunidade, o Município de Bacabal alegou que já estava cumprindo o decidido e que não se opunha à decisão, pois concordava com os direitos fundamentais à saúde e à vida e tinha consciência que era consectário da vida.

Em seguida, o terceiro caso:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. ECA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES ESTATAIS. REFORMA DA DECISÃO AGRAVADA. Ação postulando o fornecimento do medicamento CONCERTA 18mg (METILFENIDATO CLOR), em favor de menor portador de TRANSTORNO DE HIPERATIVIDADE DE CONDUTA (CID 10 F90.1). Os entes estatais são solidariamente responsáveis pelo atendimento do direito fundamental ao direito à saúde, não havendo razão para cogitar em ilegitimidade passiva ou em obrigação exclusiva de um deles. Nem mesmo se o remédio, substância ou tratamento postulado não se encontre na respectiva lista, ou se encontra na lista do outro ente. DERAM PROVIMENTO. (Agravado de Instrumento Nº 70072986532, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 17/08/2017)

Nesta decisão, o menor, tendo hiperatividade, requereu o medicamento *Concerta* ao Estado do Rio Grande do Sul e ao Município de Passo Fundo. Na decisão, a tutela pleiteada foi deferida em parte, de forma a determinar que apenas o Estado fornecesse o remédio que o autor necessitava. Assim, no agravo, alegou-se que o Município de Passo Fundo também era responsável pela provisão do fármaco, observado o princípio da responsabilidade solidária dos entes federados na assistência à saúde. Mesmo assim a antecipação de tutela manteve-se deferida, enquanto o Ministério Público entendeu pelo provimento do recurso.

Diante dos julgados conclui-se que os entes federados (União, Estado e Município) são detentores de responsabilidade solidária no que tange ao direito à saúde. Ou seja, são responsáveis por fornecer uma qualidade digna de saúde à população, de forma que uns entes ajudem os outros no que se faça necessário, já

que os três entes possuem tal responsabilidade de forma igualitária, mesmo que os medicamentos pleiteados não se encontrem nas listas oficiais de fornecimento do SUS, já que o direito à saúde é um direito de todos.

Sendo assim, fica mais claro ver a necessidade de um maior esclarecimento e apoio no que tange ao transtorno de *déficit* de atenção e hiperatividade, já que, mesmo que os medicamentos que auxiliam no tratamento não constem em listas oficiais, eles ainda devem ser fornecidos para quem necessita deles, em respeito aos direitos fundamentais da saúde e da dignidade humana.

Logo, nota-se que, de acordo com o artigo 196 da Constituição Federal, o tratamento para o TDAH, bem como seus fármacos, deveria ser concedido pela rede SUS, haja vista que a saúde é um direito de todos. Entretanto, na realidade há uma verdadeira omissão estatal que abrange os medicamentos mais indicados e utilizados no tratamento.

3 MÉTODOS

Para a criação deste artigo foi utilizada a pesquisa qualitativa, utilizando técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, como a busca e a pesquisa, respectivamente, de documentos e sites, onde estes são especializados, oficiais. Também foi utilizada a pesquisa de jurisprudências como estudo de casos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado da pesquisa qualitativa realizada para a construção deste artigo, encontraram-se tópicos recorrentes, tais como o descaso com os portadores do distúrbio e a falta de devida instrução no que tange ao diagnóstico e fornecimento de medicamentos para tratamento. Observou-se, ainda, que nenhum dos fármacos mais indicados para o tratamento do TDAH encontra-se nas listas oficiais do Ministério da Saúde, o que torna ainda mais difícil a vida daqueles que possuem o TDAH e não têm condições financeiras de arcar com os altos valores dos medicamentos.

Abre-se aqui como discussão a necessidade de informação sobre o TDAH, ou seja, a sociedade precisa de maiores esclarecimentos sobre o que é o distúrbio, quais são seus sintomas, qual é o tratamento e como ele pode ser eficaz. Se faz necessária uma maior atuação dos entes federados e da rede SUS no que tange à disfunção, para que, assim, sejam incluídos os fármacos nas listas oficiais do Ministério da Saúde.

5 CONCLUSÃO

Foi possível perceber com o presente estudo o quão necessário é discutir sobre a forma com que o sistema público de saúde trata os indivíduos que sofrem do TDAH. É de total ciência que o direito à saúde e o princípio da dignidade da pessoa humana são invioláveis, mas, atualmente, é possível perceber que tais princípios são constantemente violados, o que é um descaso.

Apesar de existirem medicamentos para o tratamento do TDAH, seus preços altos não colaboram para que as pessoas que necessitam deles tenham seu acesso garantido, muito menos as políticas públicas atuais. Em contrapartida, nenhum dos fármacos mais utilizados para o tratamento da disfunção encontra-se nas listas oficiais do Ministério da Saúde, tornando impossível o acesso a esses medicamentos por pessoas com insuficiência de recursos.

Diante de tal realidade, muitas são as ações judiciais ajuizadas com o fim de se obter do Estado os medicamentos necessários. Percebe-se, dessa forma, que acaba ficando a cargo do Poder Judiciário garantir a eficácia dos direitos à vida e à saúde, o que contribui com o já crítico afogamento do Poder Judiciário.

Assim, espera-se que essa omissão estatal seja sanada, com o fim de incluir nas listas oficiais do Ministério da Saúde os medicamentos necessários ao tratamento do TDAH, conferindo qualidade de vida às pessoas que sofrem dessa disfunção e cumprindo com aquilo que foi constitucionalmente garantido.

REFERÊNCIAS

Art. 1º, CF/88: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: **III** - a dignidade da pessoa humana;

Art. 4º, Lei 8080/90: O conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público, constitui o Sistema Único de Saúde (SUS). § 1º Estão incluídas no disposto neste artigo as instituições públicas federais, estaduais e municipais de controle de qualidade, pesquisa e produção de insumos, medicamentos, inclusive de sangue e hemoderivados, e de equipamentos para saúde.

Art. 6º, Lei 8080/90: Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS): I - a execução de ações: d) de assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica;

Art. 196, CF/88: A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: § 1º. O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.

BRITES, Clay. Quais são os tipos de TDAH – NeuroSaber. **Youtube**. Postado em 01 ago. 2017. Disponível em < https://www.youtube.com/watch?v=veLPQE_BQyk&t=78s > Acesso em: 09 jul. 2018.

BRÜNING, Caroline. BREVE HISTÓRIA DO TDA/H. Desligados e Hiperativos. 2010. Disponível em < <http://desligadohiperativo.blogspot.com/2010/04/breve-historia-do-tdah.html> > Acesso em: 29 jul. 2018

DESATENÇÃO e hiperatividade ao longo dos séculos. [2015?]. Disponível em < <http://tdah.novartis.com.br/desatencao-e-hiperatividade-ao-longo-dos-seculos/> > Acesso em 29 jul. 2018

DIAGNÓSTICO do TDAH. NOVARTIS. [2015 ou 2016]. Disponível em: < <http://tdah.novartis.com.br/diagnostico-do-tdah/> > Acesso em 22 ago. 2018

¹ Critérios da diagnose retirados da cortesia fornecida pelo Dr. José Cláudio Bezerra de Menezes, neurologista de CREMEC 1766 (Fortaleza – Ceará)

LOUZÃ, Mario. TDAH – Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. UOL. 2013. Disponível em < <https://drauziovarella.uol.com.br/doencas-e-sintomas/tdah-transtorno-do-deficit-de-atencao-e-hiperatividade/> > Acesso em: 09 jul. 2018

LOUZÃ, Mario. VINOCUR, Evelyn. TDAH: sintomas, tratamentos e causas. [2014 ou 2015]. Disponível em < <https://www.minhavidade.com.br/saude/temas/tdah> > Acesso em: 26 ago. 2018

LTDA, Shire Brasil. TDAH e o Cérebro. **Youtube**. Postado em 29 set. 2016. Disponível em < <https://www.youtube.com/watch?v=do2btp6tYTQ> > Acesso em: 18 jul. 2018

REZENDE, Eduardo. TDAH – A história completa do TDAH que você não conhecia. Psicoedu. 2016. Disponível em < <https://www.psicoedu.com.br/2016/11/historia-origem-do-tdah.html> > Acesso em: 09 jul. 2018

SAÚDE, Fundo Nacional de. Ministério da Saúde publica nova lista de medicamentos essenciais para o SUS. **PortalFNS**. 2017. Disponível em: < <http://portalfns.saude.gov.br/ultimas-noticias/1727-ministerio-da-saude-publica-nova-lista-de-medicamentos-essenciais-para-o-sus> > Acesso em 03 set. 2018

SAÚDE, Ministério da. Relação Nacional de Medicamentos Essenciais. **Biblioteca Virtual em Saúde**. 2017. Disponível em: < http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/relacao_nacional_medicamentos_rename_2017.pdf > Acesso em: 29 ago. 18

SAÚDE. Núcleo de Avaliação de Tecnologias em. Informações sobre LISDEXANFETAMINA no TDAH. **CNJ**. 2014. Disponível em < <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/destaques/arquivo/2015/04/0720e08915e0be4e1c0d8b12bf024b99.pdf> > Disponível em 30 ago. 2018. Acesso em: 30 ago. 18

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os meus amigos por terem me motivado e me passarem confiança para não desistir e continuar pesquisando. Vocês, de alguma forma, são parte disso. Também a minha orientadora por ser a pessoa mais solícita e positiva que tive a oportunidade de conhecer e por ter mergulhado nessa pesquisa junto comigo, me motivando sempre que necessário. A minha mãe também por ter ficado ao meu lado durante todo esse tempo e não ter perdido a paciência nas vezes em que me cansei ou quis desistir.

Deixo aqui meu muito obrigada a todos que colaboraram com a construção desse artigo de algum modo, mesmo que de forma involuntária.

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A CONDICINANTE DA FREQUÊNCIA ESCOLAR: UM DUPLO DESAFIO PARA O ESTADO OU UMA DUPLA PUNIÇÃO PARA AS FAMÍLIAS BRASILEIRAS?

Letícia Maria Oliveira Correia¹

Ana Paula Martins Albuquerque²

RESUMO

O artigo busca analisar o Programa de Política Pública do "Bolsa Família" no que se refere a condicionante da frequência escolar, ao direito fundamental à educação e à responsabilidade civil do Estado frente a esse direito. Os direitos fundamentais devem ser exercidos de forma efetiva, nenhum é mais importante ou merece maior atenção que outro, e o programa Bolsa Família tem o intuito de garantir as mínimas condições de dignidade humana. No que se refere à educação propriamente, o acompanhamento da frequência escolar dos alunos beneficiários é uma das condicionalidades do Bolsa Família, que são os compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público com o objetivo de garantir o acesso aos serviços de saúde e educação. Num primeiro momento, são apresentadas algumas considerações a cerca do próprio programa em si, como surgiu, por quais motivos se fez necessário a implantação deste no Brasil, quais suas exigências, seus objetivos e opiniões a favor e contra tal programa de transferência de renda. Na sequência, apresenta-se a frequência escolar como condicionalidade para o recebimento do benefício, e reflexões que problematizam a efetividade desta exigência na educação presentes no programa. Esse trabalho envolveu a utilização da pesquisa bibliográfica e documental, destinada a compor o quadro referencial teórico das discussões nacionais sobre a temática em questão, permitindo observar que, apesar deste programa de política pública se tratar de um importante instrumento utilizado

¹ Aluna do 5º semestre do curso de Direito do Centro Universitário Christus. Pesquisadora bolsista do Programa de Iniciação Científica 2017-2018 do Centro Universitário Christus.

² Doutoranda em Direito Constitucional na Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Advogada. Especialista em Direito e Processo Tributários pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e, também, em Contabilidade e Planejamento Tributário pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Possui Licenciatura Plena em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa, pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Bacharelado em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Foi Assessora de Desembargador no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJ/CE). Foi Coordenadora do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS), e, hoje, é Coordenadora Geral Adjunta do Curso de Direito do Centro Universitário Christus e Professora do Curso de Direito do Centro Universitário Christus (UNCHRISTUS) e de Pós-Graduação. Membro da Comissão de Ensino Jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil - Secção Ceará. Associada da Associação Brasileira do Ensino do Direito (ABEDI). Professora de Pós-graduação.

pelo poder público no enfrentamento à pobreza no Brasil, há fragilidades nas relações entre esferas de governo e setores na gestão do programa, refletindo na efetivação dos direitos fundamentais, em especial, à educação.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Política Pública. Condicionalidade. Frequência escolar. Direito Fundamental.

ABSTRACT

The article seeks to analyze the Public Policy Program of the "Bolsa Família" regarding the condition of the school attendance, the fundamental right to education and the civil responsibility of the State against this right. Fundamental rights must be exercised effectively, none is more important or deserves more attention than another, and the Bolsa Família program is intended to guarantee the minimum conditions of human dignity. With regard to education itself, the attendance of the beneficiary students is one of the conditionalities of Bolsa Família, which are the commitments assumed by families and public authorities with the objective of guaranteeing access to health and education services. At first, some considerations are presented about the program itself, as it emerged, for what reasons it was necessary to implement it in Brazil, what its demands, objectives and opinions for and against such income transfer program. Following, I present the school attendance as conditionality for receiving the benefit, and reflections that problematize the effectiveness of conditionality in education present in the Bolsa Família Program (PBF). This work involved the use of bibliographical and documentary research, from theoretical references, allowing to observe that, although this public policy program is an important instrument used by the public power in confronting poverty in Brazil, there are fragilities in the relations between spheres of government and sectors in program management, reflecting the realization of fundamental rights, especially education.

Keywords: Bolsa Família Program. Public Policy. Conditionality. School attendance. Fundamental right.

1 INTRODUÇÃO

O Governo Federal, por meio da lei n. 10.836/2004, iniciou um projeto que já beneficiou 13,9 milhões de famílias brasileiras³. O Bolsa Família é “um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de

³ BOLSA Família. **Caixa Econômica Federal**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

vulnerabilidade e pobreza”⁴. A finalidade desse projeto é garantir a essas famílias o direito à alimentação e o acesso à educação e à saúde. Sendo assim, o programa articula-se em três dimensões no combate à pobreza e superação da fome: a) promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família; b) reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de saúde e educação, por meio de cumprimento das condicionalidades, o que contribui para que famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; c) coordenação de programas complementares que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza⁵.

No que se refere à educação propriamente, o acompanhamento da frequência escolar dos alunos beneficiários é uma das condicionalidades do Bolsa Família, que são os compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público com o objetivo de garantir o acesso aos serviços de saúde e educação. Na educação, os estudantes de 6 a 15 anos devem cumprir uma frequência escolar mensal mínima de 85%. Já os jovens entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%⁶. Ou seja, a “matemática” é simples: a família somente recebe o benefício do Bolsa Família se seus filhos estiverem matriculados e frequentando regularmente a escola. Mas, será que o Estado oferece, realmente, as condições para que seu próprio programa de Política Pública funcione? Ou seja: o Estado oferece, para TODAS as crianças e adolescentes, vagas nas escolas públicas? Ora, independente da Política Pública que se crie, a Constituição Federal de 1988⁷, em seu art. 6º, traz a educação como um direito fundamental de natureza social e, especialmente nos dispositivos 205 a 214, explicita, para a sua concretização, os fundamentos básicos e necessários para o funcionamento e organização desse direito.

Os direitos fundamentais devem ser exercidos de forma efetiva, nenhum é mais importante ou merece maior atenção que outro, e o programa Bolsa Família

⁴ BOLSA Família. **Caixa Econômica Federal**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

⁵ MARTINS, Juliane. Análise crítica da estrutura normativa do Programa Bolsa Família. **Administradores**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/analise-critica-da-estrutura-normativa-do-programa-bolsa-familia/36563/>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

⁶ BOLSA Família aumenta acompanhamento da frequência escolar. **Portal Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/11/bolsa-familia-aumenta-acompanhamento-da-frequencia-escolar>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

tem o intuito de garantir as mínimas condições de dignidade humana, mas ao atrelar o recebimento desse benefício à educação, será que o Governo pensou em realmente propiciar maneiras possíveis de todas as crianças e adolescentes estarem matriculados nas escolas públicas? E se não houver vagas suficientes para todos, existe alguma maneira de, mesmo assim, o valor mensal ser entregue para as famílias? Ou elas estarão impedidas de agir para inserir seu filho em um ambiente de educação, e ainda assim, impossibilitadas de receber o benefício?

Nesse sentido, vale ressaltar, que é dever do Estado assegurar a efetividade aos direitos fundamentais, concedendo o suprimento necessário para o incentivo à educação, por meio de verbas públicas, sob pena de ser responsabilizado civilmente, pela inobservância dessa obrigação constitucional, já que, segundo a Carta Magna de 1988, é um direito assegurado a qualquer indivíduo e representa um direito público subjetivo.

Dessa forma, esta pesquisa é de fundamental importância, na medida em que permite compreender o funcionamento de uma política pública que está sendo adotada no Brasil e que traz, como pilares, a saúde e a educação. Ademais, tal pesquisa busca fazer uma reflexão crítica acerca de políticas governamentais que trazem em seu bojo direitos essenciais do cidadão e que estão vinculados às ações desse mesmo Estado.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O Programa Bolsa Família

Não obstante o Brasil ser a oitava econômica mundial, segundo o Fundo Monetário Internacional – FMI, parcela significativa de sua população não tem acesso aos meios que atendam às suas necessidades básicas, ante a elevada taxa de desemprego e a carência de programas econômicos e sociais que promovam a distribuição de renda que, aliás, é uma das mais desiguais se comparada com os demais países em desenvolvimento. Isto significa, em síntese, que o montante da riqueza produzida no país não é distribuído de forma mais equitativa, ensejando uma

concentração de riqueza que representa entrave para o desenvolvimento sócio-econômico do país e gerando graves problemas de amplitude social.⁸

Por outro lado, essa situação, que vem se agravando, aliada as incertezas no campo político, inibem os investimentos estrangeiros no Brasil, desacelerando o crescimento econômico. De fato, com essas incertezas, os investidores locais e estrangeiros ficam mais contidos e evitam tomar novas posições que possam ser arriscadas, afastando o interesse em projetos e concessões, essenciais para o desenvolvimento do nosso país.⁹

Ante tal cenário, novas formas de intervenção estatal foram sendo implementadas, com o intuito principal de atingir os grupos mais vulneráveis da população e de promover maiores níveis de equidade e justiça social por meio de programas sociais com repasse direto de renda, sob alegação de que essa contribuição seria indispensável para ajudar a suprir as necessidades das famílias brasileiras enquadradas na parcela da população mais pobre e fomentar o desenvolvimento econômico.¹⁰

Sob essa premissa, adveio o Programa Bolsa Família, configurado como um programa social de transferência mensal e direta de renda, sob condicionalidades, administrado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), direcionado às famílias em estado de pobreza e de extrema pobreza em todo o país, com o objetivo de combater essa situação vulnerável, por meio do acesso à alimentação, à educação e à saúde.¹¹ O referido programa, instituído durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva,

⁸ WORLD Economic Outlook (April 2018). **International Monetary Fund**. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO>>. Acesso em: 18 maio 2018.

⁹ FRABASILE, Daniela. Com crise, fundos reduzem investimentos no país. **Época Negócios**. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2017/06/crise-afeta-e-fundos-reduzem-investimentos-no-pais.html>>. Acesso em: 18 maio 2018.

¹⁰ BICHR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos estud.** - CEBRAP [online], n. 87, p. 115-129, 2010. Disponível em: <[://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000200007&script=sci_arttext&lng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000200007&script=sci_arttext&lng=pt)>. Acesso em: 18 maio 2018.

¹¹ MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bolsa Família: transferência de renda e apoio à família no acesso à saúde, à educação e à assistência social. Brasília, [s.d]. p.4. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cartilhas/Cartilha_PBF_2015.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2018.

teve início em 2003, por meio da Medida Provisória 132, a qual foi convertida na Lei nº 10.836, em janeiro do ano seguinte.¹²

Conforme expressamente previsto na supramencionada norma legal, o Bolsa Família é originário da unificação de outros programas sociais implementados pelo governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, assim, disposto:

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastro Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.

Como se pode observar no texto legal acima transcrito, essa unificação de programas teve como escopo favorecer uma melhor gestão e aumentar a efetividade do gasto social por meio da otimização e da racionalização. Ademais, a gestão do Bolsa Família é descentralizada, o que facilita a interlocução do Governo Federal com Estados e Municípios, e permite que participem do processo de tomada de decisões.¹³

Com efeito, o Bolsa Família se destaca dentre os demais programas sociais no que concerne ao aspecto da focalização na família de maior vulnerabilidade social e na sua pertinente conexão com outras ações complementares que buscam o desenvolvimento social, haja vista ser um programa de grande alcance que visa a autossuficiência de muitas famílias brasileiras.

A seleção das famílias para enquadramento no Bolsa Família é feita pelos Municípios e pelo Distrito Federal, a partir de informações colhidas e registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, instrumento utilizado para armazenar dados cadastrais de todas as famílias de baixa

¹² EM 10 ANOS, Bolsa família tirou 36 milhões pessoas da extrema pobreza. Brasília, 28 out. 2013. **Governo do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/em-10-anos-bolsa-familia-tirou-36-milhoes-pessoas-da-extrema-pobreza>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

¹³ SENNA, Mônica de Castro Maia et al. Programa bolsa família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. **Rev. katálysis** [online], v. 10, n. 1, p. 86-94, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100010>. Acesso em: 18 maio 2018.

renda — aquelas com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa — existentes no país, além de servir de fonte de informações confiáveis para subsidiar o planejamento de políticas públicas dos diferentes níveis governamentais voltadas a esse segmento da população.¹⁴

Para usufruir dos benefícios do programa, é exigido que, mesmo que não tenha ocorrido nenhuma modificação, as famílias atualizem ou confirmem os dados a cada dois anos para continuar recebendo o benefício. Ou seja, informem ao órgão gestor do programa em cada município, os seguintes dados: características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, tratamento da água, esgoto e lixo); composição familiar (número de componentes, existência de pessoas com deficiência); identificação e documentação de cada componente da família; qualificação escolar dos componentes da família; qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; remuneração; despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros).¹⁵

O Ministério do Desenvolvimento Social é o responsável pela coordenação do CadÚnico, realizando a fiscalização e o acompanhamento do programa, e a Caixa Econômica Federal é o agente operador que mantém o Sistema de Cadastro Único.¹⁶

Ao ingressarem no Programa Bolsa Família, as famílias beneficiárias se comprometem em cumprir as seguintes condicionalidades exigidas para o enquadramento no programa: crianças e adolescentes, entre 6 e 15 anos, precisam estar matriculados na escola e devem manter frequência superior a 85%; adolescentes, entre 16 e 17 anos, também devem estar matriculados na escola, com frequência mínima de 75%; o cartão de vacinação das crianças com idade até 7 anos devem estar em dia; mulheres, entre 14 e 44 anos, devem manter acompanhamento médico de rotina; gestantes e lactantes devem fazer o acompanhamento pré-natal e acompanhar a saúde do bebê; crianças e jovens, de até 15 anos, que estejam em situação de risco, devem participar de programas de convivência e fortalecimento de vínculos familiares; crianças, entre 0 e 15 anos,

¹⁴ CADÚNICO. Brasília, 2 março, 2010. **Governo do Brasil**. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/03/cadunico>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

¹⁵ CADÚNICO. Brasília, 2 março, 2010. **Governo do Brasil**. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/03/cadunico>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

¹⁶ O QUE é e para que serve. Brasília, 2 jul. 2015. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>> Acesso em: 7 fev. 2018.

recebem o valor de R\$ 39,00 cada; adolescentes, de 16 e 17 anos, recebem o valor de R\$ 45,00 cada; nos casos de condição de extrema pobreza, a família terá direito de receber um valor adicional de R\$ 85,00.¹⁷

No que tange à necessidade do cumprimento das exigências acima elencadas, também chamadas de contrapartidas ou co-responsabilidades das famílias, é uma forma de se evitar uma transmissão intergeracional de pobreza no país, bem como possibilitar o acesso e a inserção da população pobre nos serviços sociais básicos, como saúde e educação, e ampliar o acesso da população mais pobre a direitos sociais básicos, incentivando expansões e melhorias na oferta desses serviços.¹⁸

2.2 O Bolsa Família e a divisão de uma nação: entre o sim e o não

O Programa Bolsa Família (PBF) tem sido objeto de polêmicas, com opiniões a favor e contra. Alguns tratam o programa como uma ação paternalista que inibe a autossuficiência por méritos próprios, e outros como um pré-requisito ao legítimo exercício da cidadania.¹⁹

Para a corrente favorável, o programa é vital para o Brasil, tendo em vista que, para receberem o benefício, as famílias devem assumir o compromisso de manterem seus filhos matriculados e frequentando a escola, o que implica numa redução da evasão escolar, bem como acompanharem a saúde das mães e das crianças, permitindo a detecção e tratamento de doenças, como desnutrição, diarreia, hanseníase e lepra, repercutindo em economia nas despesas com saúde curativa no âmbito do SUS, na medida em que a prevenção é mais barata.²⁰

¹⁷GONÇALVES, Guilherme Quaresma; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves; AMARAL, Ernesto F. L. Diferencial Educacional Entre Beneficiários e não Beneficiários do Programa Bolsa Família. **Cadernos de pesquisa**, v. 47, n. 165, p. 770-795, jul/set. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v47n165/1980-5314-cp-47-165-00770.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018.

¹⁸MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 5-21, Nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300001&script=sci_arttext>. Acesso em: 7 fev. 2018.

¹⁹QUEIROZ, Eliza Carla Aleixo de Araújo. **Programa Bolsa Família: Críticas e Perspectivas**. 2011. 30f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social), Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2011, p.23. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3939/1/PDF%20-%20Eliza%20Carla%20Aleixo%20de%20Ara%C3%BAjo%20Queiroz.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018.

²⁰12 MOTIVOS pelos quais o Bolsa Família é vital para o Brasil. Brasília, 22 out 2015. **Governo do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/confira-12-motivos-pelos-quaes-o-bolsa-familia-e-vital-para-o-brasil>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

Ademais, por serem titulares de 93% dos cartões do Bolsa Família, e considerando que assumem e desempenham de maneira mais eficiente a gestão financeira oriunda desse benefício, as mulheres conquistaram mais autonomia e passaram a tomar decisões mais relevantes no âmbito doméstico.²¹ Nessa perspectiva, com os recursos que recebem, as famílias elevaram sua capacidade de compra, isto é, passaram a adquirir gêneros alimentícios em maior quantidade e melhor qualidade nutricional, contribuindo para que o Brasil saísse do Mapa Mundial da Fome, de acordo com a ONU.²²

O Bolsa Família beneficia diretamente 14 milhões de famílias, ou 50 milhões de pessoas, o que representa um quarto da população brasileira, com um investimento de apenas 0,5% do PIB. Além disso, os recursos recebidos pelas famílias circulam, em grande parte, no próprio município onde moram, proporcionando relevantes benefícios sócio-econômicos, eis que geram rendas para outras pessoas físicas e jurídicas, empregos e impostos. A propósito, para cada R\$ 1,00 investido, R\$ 1,78 retorna para a economia.²³

Com efeito, restou constatado que o acesso à renda e aos direitos básicos, como alimentação, saúde e educação, obteve-se uma redução na desnutrição e na mortalidade infantil, assim como permitir avançar, com qualificação profissional, acesso ao emprego e à construção de oportunidades.²⁴ Em síntese, para aqueles que defendem, o programa gerou resultados concretos ao manter as crianças e os adolescentes na escola, ao melhorar a saúde das famílias e ao fomentar o desenvolvimento econômico.²⁵

Por outro lado, os críticos ao Bolsa Família argumentam, em síntese, que se trata de um programa que consiste meramente em uma esmola, já que a família não produz nada para receber o benefício. O desenvolvimento do país e,

²¹ 12 MOTIVOS pelos quais o Bolsa Família é vital para o Brasil. Brasília, 22 out 2015. **Governo do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/confira-12-motivos-pelos-qua-is-o-bolsa-familia-e-vital-para-o-brasil>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

²² 12 MOTIVOS pelos quais o Bolsa Família é vital para o Brasil. Brasília, 22 out 2015. **Governo do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/confira-12-motivos-pelos-qua-is-o-bolsa-familia-e-vital-para-o-brasil>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

²³ 12 MOTIVOS pelos quais o Bolsa Família é vital para o Brasil. Brasília, 22 out 2015. **Governo do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/confira-12-motivos-pelos-qua-is-o-bolsa-familia-e-vital-para-o-brasil>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

²⁴ 12 MOTIVOS pelos quais o Bolsa Família é vital para o Brasil. Brasília, 22 out 2015. **Governo do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/confira-12-motivos-pelos-qua-is-o-bolsa-familia-e-vital-para-o-brasil>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

²⁵ 12 MOTIVOS pelos quais o Bolsa Família é vital para o Brasil. Brasília, 22 out 2015. **Governo do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/confira-12-motivos-pelos-qua-is-o-bolsa-familia-e-vital-para-o-brasil>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

consequentemente, da população, advém do esforço próprio, do trabalho, da perseverança e da disciplina ética e moral. Pode até combater os efeitos, mas não combate a causa da pobreza.²⁶

Noutro viso, é uma medida emergencial que não resolve os problemas estruturais do Brasil, pois, na verdade, acaba iludindo a população, visto que todos os recursos para o oferecimento desse benefício são retirados, por meio de impostos, do próprio povo. Ademais, em virtude de trazer um benefício maior para quem tem mais filhos, cria um círculo vicioso de dependência por parte dos beneficiados, que acabam sendo estimulados a terem mais filhos para receber mais benefícios do programa.²⁷

Para essa corrente, receber dinheiro por cumprir uma obrigação moral e constitucional, primária de todos os pais, de manter os filhos na escola e vacinados, é um desvio ético grave numa sociedade que não incentiva a cidadania e a responsabilidade que eles próprios devem fazer por si. Além disso, os beneficiários, muitas vezes, utilizam o dinheiro recebido pelo programa para comprar cigarros, bebidas alcoólicas, drogas, para a prostituição, e, muitas crianças, batem ponto nas escolas, mas continuam trabalhando, o que ocasiona um aumento do problema social da família, ao invés de reduzi-lo.²⁸ Argumentam, ainda, que, não houve uma efetiva solução do problema da pobreza no país, pois esta não se combate com distribuição de dinheiro, mas sim com educação de qualidade e incentivo ao trabalho e à geração de renda.²⁹

²⁶ KNUTH, Vinícios. 10 motivos para ser contra o atual Bolsa Família. **Acidblacknerd**. Disponível em: <<https://acidblacknerd.wordpress.com/2013/05/10/10-motivos-para-ser-contra-o-atual-bolsa-familia-2/>>. Acesso em: 18 maio 2018.

ZANLUCA, Júlio César. Porque sou contra o Bolsa Família? Bolsa-família: será ele um real benefício ou uma verdadeira desgraça para uma nação que tem tudo para dar certo, como o Brasil? **Portal tributário**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/porque-sou-contra-o-bolsa-familia.htm>> Acesso em: 7 fev. 2018.

²⁷ KNUTH, Vinícios. 10 motivos para ser contra o atual Bolsa Família. **Acidblacknerd**. Disponível em: <<https://acidblacknerd.wordpress.com/2013/05/10/10-motivos-para-ser-contra-o-atual-bolsa-familia-2/>>. Acesso em: 18 maio 2018.

ZANLUCA, Júlio César. Porque sou contra o Bolsa Família? Bolsa-família: será ele um real benefício ou uma verdadeira desgraça para uma nação que tem tudo para dar certo, como o Brasil? **Portal tributário**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/porque-sou-contra-o-bolsa-familia.htm>> Acesso em: 7 fev. 2018.

²⁸ ZANLUCA, Júlio César. Porque sou contra o Bolsa Família? Bolsa-família: será ele um real benefício ou uma verdadeira desgraça para uma nação que tem tudo para dar certo, como o Brasil? **Portal tributário**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/porque-sou-contra-o-bolsa-familia.htm>> Acesso em: 7 fev. 2018.

²⁹ ZANLUCA, Júlio César. Porque sou contra o Bolsa Família? Bolsa-família: será ele um real benefício ou uma verdadeira desgraça para uma nação que tem tudo para dar certo, como o Brasil?

2.3 A frequência escolar como condicionalidade para o recebimento do benefício

Como antes já mencionado, a frequência escolar faz parte das condicionalidades do Programa Bolsa Família, logo se exige um acompanhamento por parte do poder público para avaliar os resultados pretendidos, quais sejam enfrentar a evasão e estimular a permanência e a progressão educacional de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, colaborando para a universalização da educação básica.³⁰

A propósito, afirma Tereza Campello e Marcelo Côrtes Neri:

As ações do Programa de Acompanhamento da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade – Condicionalidade do Programa Bolsa Família – têm a escolarização como importante estratégia de superação da situação de vulnerabilidade social. Assim, é neste sentido que compete à Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania do MEC, por meio de sua Coordenação Geral de Acompanhamento da Inclusão Escolar (CGAIE): i) acompanhar, em parceria com os sistemas de ensino, a condicionalidade em educação de estudantes beneficiários do Programa Bolsa Família; e ii) propor políticas educacionais intersetoriais de inclusão escolar de crianças, adolescentes e jovens em situações de vulnerabilidade.³¹

O referido monitoramento é realizado bimestralmente, em cinco períodos ao longo do ano, mobilizando cerca de 50 mil coordenadores municipais e estaduais, além de auxiliares da área educacional, que atuam em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e com o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), para coletar dados acerca do cumprimento, ou não, da frequência escolar mínima exigida pelo programa a seus beneficiários e dos motivos pelos quais as crianças e adolescentes

Portal tributário. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/porque-sou-contrario-bolsa-familia.htm>> Acesso em: 7 fev. 2018.

³⁰ ACOMPANHAMENTO da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade-Condicionabilidade em educação do Programa Bolsa Família- PBF. Brasília, [s.d]. **Ministério da Educação.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17451-acompanhamento-da-frequencia-escolar-de-criancas-e-jovens-em-vulnerabilidade-condicionalidade-em-educacao-do-programa-bolsa-familia-pbf-novo>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

BOLSA Família registra frequência escolar em dia de 95% dos alunos acompanhados. Brasília, 28 nov. 2017. **Ministério do Desenvolvimento Social.** Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/novembro/bolsa-familia-registra-frequencia-escolar-em-dia-de-95-dos-alunos-acompanhados>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

³¹ CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013, p. 115. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2018.

não atingiram tal frequência, e registrar no Sistema Presença. Ademais, visando o planejamento de ações públicas e a contribuição para atualizações no Cadastro Único, é fornecido também informações referentes à região e à oferta do serviço.³²

Caso ocorra o descumprimento das exigências antes mencionadas, poderão ocorrer os seguintes efeitos, conforme a seguir delineado pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS):

Os beneficiários que não cumprem as condicionalidades previstas no programa recebem primeiro uma advertência. Caso o descumprimento ocorra novamente em um período menor ou igual a seis meses, há o bloqueio do benefício por um mês. Se, após esse bloqueio, a situação se repetir, a transferência fica suspensa por dois meses, sem possibilidade de a família reaver essas parcelas. O efeito mais grave é o cancelamento do benefício, o que é raro ocorrer. O descumprimento contínuo dos compromissos do programa pode ser um sinal de que a família está em maior vulnerabilidade.³³

A frequência mínima exigida pelo programa para crianças que se encontram na faixa etária de 6 à 15 anos é de 85%, já os jovens de 16 à 17 anos, a porcentagem exigida é de 75%. Além disso, é importante que, se os filhos mudarem de escola, informe os novos dados no Cadastro Único, e, se o aluno é beneficiário do Bolsa Família, os pais do aluno informem, durante a matrícula, à escola, pois permite à instituição saber que a frequência do aluno precisa ser registrada no Sistema Frequência do Ministério da Educação, a partir do qual é feita a monitoração do preenchimento do requisito.³⁴

Conforme explica o diretor de Condicionalidades do MDSA, Eduardo da Silva Pereira:

O objetivo é fazer com que as crianças e jovens frequentem a escola e tenham acesso regular às aulas. Assim, elas terão um maior capital social e,

³² ACOMPANHAMENTO da frequência está entre as ações premiadas. Brasília, [s.d]. **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34158>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

³³ ACOMPANHAMENTO das crianças na escola destaca o papel do Bolsa Família na educação. Brasília, 11 nov. 2017. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/outubro/acompanhamento-das-criancas-na-escola-destaca-o-papel-do-bolsa-familia-na-educacao>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

³⁴ BOLSA Família: crianças devem estar matriculadas para garantir benefício. Brasília, 18 jan. 2017. **Governo do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/01/bolsa-familia-criancas-devem-estar-matriculadas-para-garantir-beneficio>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

quando crescerem, terão mais condições de superar a situação de pobreza de seus pais.³⁵

Outro aspecto importante a ser lembrado é que a exigência da permanência das crianças e jovens na escola oportuniza o pleno exercício do direito à educação, sobretudo na idade adequada, a fim de que os conhecimentos adquiridos possibilitem as condições para uma inserção no mercado de trabalho.³⁶

Dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento Social mostram que mais de 13,3 milhões de estudantes ligados ao programa tiveram a frequência escolar acompanhada nos meses de junho e julho de 2017. Desse total, 96,16% dos alunos cumpriram a frequência escolar exigida pelo Bolsa Família, o que representa 12,8 milhões de estudantes assíduos nas salas de aula do país. Dessa forma, o número de alunos acompanhados que representam 87,4% do total de estudantes beneficiários é o segundo patamar mais alto para o período desde o início do levantamento, em 2007.³⁷

Cumpram também destacar que, com a realização de estudos a respeito do acompanhamento da frequência escolar do Programa Bolsa Família, verificou-se melhorias significativas nos indicadores educacionais do público monitorado em comparação ao público geral. Dentre esses estudos, destaca-se a pesquisa O impacto do Programa Bolsa Família sobre a frequência escolar: uma análise de diferenças, a partir da PNAD, realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.³⁸

Alguns indicativos apontados pelo INEP também traduzem resultados positivos: i) a condicionalidade da educação contribuiu para reduzir em 36% a porcentagem de crianças de 6 a 16 anos que não frequentavam a escola,

³⁵ BOLSA Família: crianças devem estar matriculadas para garantir benefício. Brasília, 18 jan. 2017. **Governo do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/01/bolsa-familia-criancas-devem-estar-matriculadas-para-garantir-beneficio>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

³⁶ MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania. Brasília, [s.d]. p.116. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2018.

³⁷ ACOMPANHAMENTO das famílias destaca o papel do Bolsa Família na educação. Brasília, 11 out 2017. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/outubro/acompanhamento-das-criancas-na-escola-destaca-o-papel-do-bolsa-familia-na-educacao>> Acesso em: 15 fev. 2018.

³⁸ MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania. Brasília, [s.d]. p.116. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2018.

passando de 8,4% para 5,4%; ii) a redução de 40% da parcela de crianças de 6 a 10 anos de idade fora da escola, e redução de 30% para as faixas etárias de 11 a 16 anos; iii) a constatação de que a condicionalidade em educação foi responsável pela queda de cerca de um terço da proporção de crianças entre 11 e 16 anos de idade com até um ano de escolaridade fora da escola; e iv) a redução de 40% da proporção de meninos de 6 a 16 anos de idade que não frequentavam a escola. No caso das meninas, a redução foi de 30%.³⁹

O que se percebe é que o acompanhamento da frequência escolar como condicionalidade do Programa Bolsa Família tem se demonstrado, de certa forma, efetivo em relação aos seus objetivos visados, como, principalmente, a diminuição das desigualdades educacionais, visto que muitos estudantes beneficiários têm apresentado uma menor taxa de abandono escolar, tanto no nível fundamental como no médio.⁴⁰

Alinhar os resultados da frequência aos motivos indicativos da baixa frequência escolar constitui-se em importante estratégia político-pedagógica e administrativa para a (re)orientação quanto à permanência na trajetória escolar e o desenvolvimento da escolaridade com sucesso dessas crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. São necessárias, portanto, análises sobre os fatores identificados e as variáveis constatadas sobre a baixa frequência, abandono e evasão, materializando os indicadores que possibilitem a todos e todas as aprendizagens relevantes. A discussão em torno da permanência na escola das populações em situação de risco e vulnerabilidade social exige que a escola conheça e reconheça esses outros sujeitos de direitos, seus saberes, suas experiências, vivências, espaços sociais e práticas construídas. Para tanto, torna-se fundamental a reinvenção da escola no seu projeto e nas relações internas e externas.⁴¹

2.4 O Bolsa Família e as vagas nas Escolas Públicas: o descompasso das Políticas Públicas

A função que o Estado desempenha em nossa sociedade sofreu inúmeras transformações ao longo do tempo. Contudo, com o aprofundamento e a

³⁹ MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania. Brasília, [s.d]. p.116. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2018.

⁴⁰ MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania. Brasília, [s.d]. p.116. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2018.

⁴¹ MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania. Brasília, [s.d]. p.116. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2018.

expansão da democracia, as responsabilidades deste perante a sociedade se diversificaram, e, atualmente, pode-se dizer que a sua principal função é proporcionar o bem-estar à mesma.⁴²

Para tanto, o Estado necessita adotar ações positivas e coordenadas, além de atuar em diferentes áreas, tais como saúde, educação, meio ambiente, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança, ou seja, contemplar a qualidade de vida como um todo.⁴³

Diante disso, os governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados, se utilizam das Políticas Públicas para alcançar resultados satisfatórios em tais áreas, além de assegurar os direitos previstos na Constituição, inerentes a todo cidadão, e solucionar os problemas encontrados na sociedade.⁴⁴

Dito de outra maneira, as Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público. É certo que as ações que os dirigentes públicos (os governantes ou os tomadores de decisões) selecionam (suas prioridades) são aquelas que eles entendem serem as demandas ou expectativas da sociedade. Ou seja, o bem-estar da sociedade é sempre definido pelo governo e não pela sociedade. Isto ocorre porque a sociedade não consegue se expressar de forma integral. Ela faz solicitações (pedidos ou demandas) para 16 Políticas públicas – Conceitos e práticas os seus representantes (deputados, senadores e vereadores) e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República) para que atendam as demandas da população.⁴⁵

Visto isso, as políticas públicas são ações governamentais, de origem constitucional, que afetam a todos os cidadãos, de todas as escolaridades, independente de sexo, raça, religião ou nível social, funcionando como mecanismos

⁴² SIMÕES, Roberto; ROCHA, Afonso Maria; SANTOS, Luiz Márcio Haddad Pereira; CARVALHO, Matheus Cotta De. Políticas Públicas Conceitos e Práticas. **Série Políticas Públicas**, Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008, v. 7, p. 5 Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

⁴³ ANDRADE, Danilo. Políticas Públicas: o que são e para que existem. [s.d] 4 fev 2016. **Politize**. Disponível em <<http://www.politize.com.br/politicas-publicas-o-que-sao/>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

⁴⁴ ANDRADE, Danilo. Políticas Públicas: o que são e para que existem. [s.d] 4 fev 2016. **Politize**. Disponível em <<http://www.politize.com.br/politicas-publicas-o-que-sao/>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

⁴⁵ SIMÕES, Roberto; ROCHA, Afonso Maria; SANTOS, Luiz Márcio Haddad Pereira; CARVALHO, Matheus Cotta De. Políticas Públicas Conceitos e Práticas. **Série Políticas Públicas**, Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008, v.7, p.5. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2018.

de união e empenho, em torno de objetivos comuns, que passam a estruturar uma coletividade de interesses, se tornando um instrumento privilegiado de concretização, planejamento, racionalização, participação popular e efetivação dos direitos fundamentais sociais.⁴⁶

Ademais, essas ações possuem elementos essenciais, como a intencionalidade pública, ou seja, a motivação ao desenvolvimento de programas para tratamento ou para resolução de um problema, e o problema público, que se trata da diferença existente entre uma situação atual vivida e uma situação ideal possível à realidade coletiva.⁴⁷

Sendo assim, o Programa Bolsa Família é uma espécie de política pública do Governo Federal, efetivadora dos direitos da cidadania, que visa à erradicação da pobreza e da extrema pobreza, à redução das desigualdades sociais, o acesso à renda de forma condicionada, bem como à oferta de serviços de educação e saúde.⁴⁸

Entretanto, a concretização desses direitos nem sempre ocorre de forma efetiva, em virtude da falta de um verdadeiro planejamento do Estado, e de políticas públicas eficazes e capazes de garantir o pleno exercício de todos os direitos fundamentais.⁴⁹

No que diz respeito, especificamente, à educação, cumpre ressaltar que, sendo uma das áreas de atuação de política pública que está contemplada no Programa Bolsa Família de forma vinculante, fica sujeita a sofrer falhas na sua efetividade, quando os governos não privilegiam em seus planejamentos e orçamentos, de forma adequada, os recursos financeiros suficientes para implementar programas de educação compatíveis com as necessidades e

⁴⁶ ZANETTI, Tânia Maria. A efetivação dos direitos sociais através das políticas públicas. [s.d] 23 nov 2011. **UFSC**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/efetiva%C3%A7%C3%A3o-dos-direitos-sociais-atrav%C3%A9s-das-políticas-p%C3%BAblicas>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

⁴⁷ BRANCALEON, Brigida Batista; YAMANKA, Jessica Suzuki; CASTRO, José Marcelo de; CUOGHI, Kaio Guilherme; PASCHOALOTTO, Marco Antonio Catussi. **Políticas Públicas conceitos básicos**. São Paulo, abril 2015, p. 4. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/MaterialDidatico_EAD%2017%2004%202015%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/MaterialDidatico_EAD%2017%2004%202015%20(1).pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2018.

⁴⁸ GALANTE, Ana Claudia de Farias. A importância do conhecimento do Programa Bolsa Família como política pública no atual cenário político-social. [s.d] 2014. **Jusbrasil**. Disponível em: <<https://anacfgalante.jusbrasil.com.br/artigos/145717909/a-importancia-do-conhecimento-do-programa-bolsa-familia-como-politica-publica-no-atual-cenario-politico-social>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

⁴⁹ ZANETTI, Tânia Maria. A efetivação dos direitos sociais através das políticas públicas. [s.d] 23 nov 2011. **UFSC**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/efetiva%C3%A7%C3%A3o-dos-direitos-sociais-atrav%C3%A9s-das-políticas-p%C3%BAblicas>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

demandas da sociedade. Em outras palavras, se a demanda for maior do que a oferta de vagas nas escolas públicas resulta, evidentemente, numa exclusão de uma significativa parcela de crianças e adolescentes da escola, conseqüentemente, atingindo as famílias que já tem o benefício do Bolsa Família, bem como as que pretendem e estão aptas a serem enquadradas no referido programa. Nessa linha de entendimento, importa destacar a seguinte avaliação, *in verbis*:

Os municípios brasileiros apresentam uma estrutura heterogênea, que perpassa pela estrutura e dinâmica de suas redes de ensino. Existem municípios cujas escolas são de boa qualidade e têm boa oferta de ensino, com professores capacitados e escolas bem estruturadas. Em contrapartida, outros têm uma rede escolar precária, com baixa qualidade na maioria das características que se referem à infraestrutura e aos recursos escolares. Além disso, não conseguem atender à demanda dos alunos, em número de vagas e em níveis escolares (RIANI; RIOS-NETO, 2008; GONÇALVES, 2015). Guilherme Quaresma Gonçalves, Telma Maria Gonçalves Menicucci e Ernesto F. L. Amaral Cadernos de Pesquisa v.47 n.165 p.770-795 jul./set. 2017 779 Ademais, voltar as atenções para os municípios permite-nos entender as relações das forças macroestruturais com a demanda educacional, que também têm influência sobre os resultados.⁵⁰

Além disso, vale salientar que, essa negligência governamental, tanto no que concerne à carência de vagas escolares quanto à qualidade do ensino, repercute, ainda, na questão alimentar, na saúde e no lazer das crianças e jovens, haja vista que, no ambiente escolar lhe são servidos refeições, atividades esportivas e orientações básicas de higiene e saúde.

3 MÉTODOS

A metodologia utilizada na pesquisa caracterizar-se como um estudo descritivo-analítico. Inicialmente, consultou-se livros de doutrina e artigos científicos sobre a Teoria dos Direitos Fundamentais cujo objetivo é discorrer sobre o conteúdo jurídico do Direito Fundamental à Educação. Em seguida, fez-se uma análise sobre o Programa do Bolsa Família e suas condicionantes para o recebimento no Brasil. E em etapa final, discutiu-se a problemática em envolve os programas de política pública no país, já que são criadas desarticuladas umas com as outras.

⁵⁰ GONÇALVES, Guilherme Quaresma; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves; AMARAL, Ernesto F. L..Diferencial educacional entre beneficiários e não beneficiários do programa bolsa família. **Cadernos de pesquisa**, v. 47, n. 165, p. 770-795, jul/set. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v47n165/1980-5314-cp-47-165-00770.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

A pesquisa, pois, foi desenvolvida da seguinte maneira:

Tipologia da pesquisa: segundo a utilização dos resultados, a pesquisa foi pura. E em relação à abordagem, a pesquisa foi qualitativa, na medida em que a mesma teve, como preocupação maior, o aprofundamento e abrangência da compreensão das ações e relações humanas.

Quanto aos objetivos da pesquisa, foi descritiva, já que propôs a interpretação dos fatos, a descrição e explicação dos fenômenos sociais em relação à Política Pública referente ao Bolsa Família. Foi, também, exploratória, uma vez que o estudo visou o aprimoramento de ideias, a busca e a coleta de informações sobre o tema em questão. Possuiu, ainda, como propósito, servir de auxílio para a fomentação de novas pesquisas e elaboração de políticas públicas educacionais.

O estudo ocorreu inicialmente por meio de pesquisa bibliográfica destinada a compor o quadro referencial teórico das discussões nacionais sobre a temática em questão. A pesquisa bibliográfica envolveu a coleta de livros e periódicos nacionais e estrangeiros, para realização de uma revisão de literatura. Finalmente, o estudo envolveu levantamento documental, pois se pretendeu analisar documentos nacionais sobre tema proposto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme já delineados neste trabalho, os dados estatísticos apresentados demonstram de forma inequívoca que houve queda dos indicadores de pobreza no nosso país, em decorrência de políticas públicas voltadas a transferência de renda, notadamente o Programa Bolsa Família. Noutros termos, este programa contribuiu de forma ampla à melhoria dos indicadores de renda, retirando muitas famílias brasileiras que se encontravam abaixo da linha de pobreza. Também, foi responsável pelo incremento de recursos financeiros nos municípios do país, com impactos mais relevantes naqueles mais pobres, dependentes, portanto, das transferências governamentais postas nos programas sociais.

Entretanto, quanto à sua efetividade na contribuição para a melhoria educacional, restou evidenciado sua vulnerabilidade, haja vista a exigência de vinculação do benefício à matrícula de crianças e adolescentes nas escolas, sujeitando-se, destarte, ao interesse e à disponibilidade governamental em investir nessa área, que representa um direito fundamental.

5 CONCLUSÃO

Em decorrência da pesquisa bibliográfica e documental, destinada a compor o quadro referencial teórico das discussões sobre a cerca do Programa Bolsa Família, foi possível concluir que, inobstante as vulnerabilidades, falhas e críticas imputadas a este, de fato, trata-se de um programa de política pública de grande alcance e visibilidade no país, atingindo milhares de famílias brasileiras e colaborando na melhoria das suas condições de vida. Ademais, tal programa é considerado imprescindível no contexto do sistema de proteção social brasileiro, haja vista ser um importante instrumento utilizado pelo poder público no enfrentamento à pobreza no Brasil.

No entanto, constata-se que, ainda assim, o Programa Bolsa Família não tem sido suficiente para lidar com a ruptura do drama da pobreza no país, sendo necessário que o Estado adote ações positivas, coordenadas e, principalmente, eficazes, que atuem em diferentes áreas, tais como saúde, educação, habitação, assistência social, lazer, transporte e segurança, que possam ir além da política de transferência de renda e que tratem da pobreza em sua dimensão estrutural, de forma a alcançar resultados satisfatórios em tais áreas, além de garantir o pleno exercício de todos os direitos fundamentais.

REFERÊNCIAS

ACOMPANHAMENTO das crianças na escola destaca o papel do Bolsa Família na educação. Brasília, 11 nov. 2017. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/outubro/acompanhamento-das-criancas-na-escola-destaca-o-papel-do-bolsa-familia-na-educacao>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

12 MOTIVOS pelos quais o Bolsa Família é vital para o Brasil. Brasília, 22 out 2015. **Governo do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/10/confira-12-motivos-pelos-quais-o-bolsa-familia-e-vital-para-o-brasil>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

ACOMPANHAMENTO da Frequência Escolar de Crianças e Jovens em Vulnerabilidade- Condicionalidade em educação do Programa Bolsa Família- PBF. Brasília, [s.d]. **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17451-acompanhamento-da-frequencia-escolar-de-criancas->>

e-jovens-em-vulnerabilidade-condicionalidade-em-educacao-do-programa-bolsa-familia-pbf-novo>. Acesso em: 29 abr. 2018.

ACOMPANHAMENTO da frequência está entre as ações premiadas. Brasília, [s.d]. **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34158>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

ACOMPANHAMENTO das famílias destaca o papel do Bolsa Família na educação. Brasília, 11 out 2017. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/outubro/acompanhamento-das-criancas-na-escola-destaca-o-papel-do-bolsa-familia-na-educacao>> Acesso em: 15 fev. 2018.

ANDRADE, Danilo. Políticas Públicas: o que são e para que existem. [s.d] 4 fev 2016. **Politize**. Disponível em <<http://www.politize.com.br/politicas-publicas-o-que-sao/>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos estud.** - *CEBRAP* [online], n. 87, p. 115-129, 2010. Disponível em: <[://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000200007&script=sci_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002010000200007&script=sci_arttext&tlng=pt)>. Acesso em: 18 maio 2018.

BOLSA Família: crianças devem estar matriculadas para garantir benefício. Brasília, 18 jan. 2017. **Governo do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/01/bolsa-familia-criancas-devem-estar-matriculadas-para-garantir-beneficio>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

BRANCALEON, Brigida Batista; YAMANKA, Jessica Suzuki; CASTRO, José Marcelo de; CUOGHI, Kaio Guilherme; PASCHOALOTTO, Marco Antonio Catussi. **Políticas Públicas conceitos básicos**. São Paulo, abril 2015, p. 4. Disponível em: <[file:///C:/Users/User/Downloads/MaterialDidatico_EAD%2017%2004%202015%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/MaterialDidatico_EAD%2017%2004%202015%20(1).pdf)>. Acesso em: 22 jun. 2018.

CADÚNICO. Brasília, 2 março, 2010. **Governo do Brasil**. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2010/03/cadunico>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes (Orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p. 115. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2018.

EM 10 ANOS, Bolsa família tirou 36 milhões pessoas da extrema pobreza. Brasília, 28 out. 2013. **Governo do Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/09/em-10-anos-bolsa-familia-tirou-36-milhoes-pessoas-da-extrema-pobreza>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

FRABASILE, Daniela. Com crise, fundos reduzem investimentos no país. **Época Negócios**. Disponível em:

<<https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2017/06/crise-afeta-e-fundos-reduzem-investimentos-no-pais.html>>. Acesso em: 18 maio 2018.

GALANTE, Ana Claudia de Farias. A importância do conhecimento do Programa Bolsa Família como política pública no atual cenário político-social. [s.d] 2014.

Jusbrasil.

Disponível

em:

<<https://anacfgalante.jusbrasil.com.br/artigos/145717909/a-importancia-do-conhecimento-do-programa-bolsa-familia-como-politica-publica-no-atual-cenario-politico-social>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

GONÇALVES, Guilherme Quaresma; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves; AMARAL, Ernesto F. L..Diferencial educacional entre beneficiários e não beneficiários do programa bolsa família. **Cadernos de pesquisa**, v. 47, n. 165, p. 770-795, jul/set. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v47n165/1980-5314-cp-47-165-00770.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018.

KNUTH, Vinícios. 10 motivos para ser contra o atual Bolsa Família. **Acidblacknerd**. Disponível em: <<https://acidblacknerd.wordpress.com/2013/05/10/10-motivos-para-ser-contra-o-atual-bolsa-familia-2/>>. Acesso em: 18 maio 2018.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 5-21, Nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002007000300001&script=sci_arttext>. Acesso em: 7 fev. 2018.

MINISTÉRIO do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Programa Bolsa Família uma década de inclusão e cidadania. Brasília, [s.d]. p.116. **Ministério do Desenvolvimento Social.** Disponível em:

<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Livros/Bolsa10anos.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2018.

O QUE é e para que serve. Brasília, 2 jul. 2015. **Ministério do Desenvolvimento Social.** Disponível em: <<http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve>> Acesso em: 7 fev. 2018.

SENNA, Mônica de Castro Maia et al. Programa bolsa família: nova institucionalidade no campo da política social brasileira?. **Rev. katálysis** [online], v. 10, n. 1, p. 86-94, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100010>. Acesso em: 18 maio 2018.

SIMÕES, Roberto; ROCHA, Afonso Maria; SANTOS, Luiz Márcio Haddad Pereira; CARVALHO, Matheus Cotta De. Políticas Públicas Conceitos e Práticas. **Série Políticas Públicas**, Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008, v. 7, p. 5 Disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/MANUAL%20DE%20POLITICAS%20P%C3%9ABLICAS.pdf>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

WORLD Economic Outlook (April 2018). **International Monetary Fund.** Disponível em: <<http://www.imf.org/external/datamapper/datasets/WEO>>. Acesso em: 18 maio 2018.

ZANETTI, Tânia Maria. A efetivação dos direitos sociais através das políticas públicas. [s.d] 23 nov 2011. **UFSC**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/efetiva%C3%A7%C3%A3o-dos-direitos-sociais-atrav%C3%A9s-das-políticas-p%C3%BAblicas>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

ZANLUCA, Júlio César. Porque sou contra o Bolsa Família? Bolsa-família: será ele um real benefício ou uma verdadeira desgraça para uma nação que tem tudo para dar certo, como o Brasil? **Portal tributário**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/porque-sou-contra-o-bolsa-familia.htm>> Acesso em: 7 fev. 2018.

BOLSA Família aumenta acompanhamento da frequência escolar. **Portal Brasil**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/11/bolsa-familia-aumenta-acompanhamento-da-frequencia-escolar>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

BOLSA Família registra frequência escolar em dia de 95% dos alunos acompanhados. Brasília, 28 nov. 2017. **Ministério do Desenvolvimento Social**. Disponível em: <<http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/novembro/bolsa-familia-registra-frequencia-escolar-em-dia-de-95-dos-alunos-acompanhados>>. Acesso em: 29 abr. 2018.

BOLSA Família. **Caixa Econômica Federal**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 5 abr.. 2017.

GONÇALVES, Guilherme Quaresma; MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves; AMARAL, Ernesto F. L. Diferencial Educacional Entre Beneficiários e não Beneficiários do Programa Bolsa Família. **Cadernos de pesquisa**, v. 47, n. 165, p. 770-795, jul/set. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v47n165/1980-5314-cp-47-165-00770.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018.

MARTINS, Juliane. Análise crítica da estrutura normativa do Programa Bolsa Família. **Administradores**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/marketing/analise-critica-da-estrutura-normativa-do-programa-bolsa-familia/36563/>>. Acesso em: 5 abr. 2017.

QUEIROZ, Eliza Carla Aleixo de Araújo. **Programa Bolsa Família: Críticas e Perspectivas**. 2011. 30f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Serviço Social), Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB, 2011, p.23. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3939/1/PDF%20-%20Eliza%20Carla%20Aleixo%20de%20Ara%C3%BAjo%20Queiroz.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2018.

ZANLUCA, Júlio César. Porque sou contra o Bolsa Família? Bolsa-família: será ele um real benefício ou uma verdadeira desgraça para uma nação que tem tudo para dar certo, como o Brasil? **Portal tributário**. Disponível em: <<http://www.portaltributario.com.br/artigos/porque-sou-contra-o-bolsa-familia.htm>> Acesso em: 7 fev. 2018.



PARTICIPAÇÃO POPULAR NA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À CIDADE EM FORTALEZA

Paulo César Severiano Ribeiro¹
Ligia Maria Silva Melo de Casimiro²
Natalia Martinuzzi Castilho³
Jacqueline Alves Soares⁴

RESUMO

Nesse artigo propomos apresentar nossos direitos e indagar o Poder Público quanto ao cumprimento dessas normas, mediante a frequente violação ao direito de participação garantido em nossa Lei Maior. Buscamos apresentar informações reais, mas diante da dificuldade em encontrar dados, nos dispusemos a participar de uma plenária com o propósito de analisar os relatos dos moradores, seus problemas e anseios que refletiam diretamente em suas vidas. Resultante disso, observamos que o governo municipal deve obedecer as normas vigentes, quando referente à participação popular, com a finalidade de dialogar com a sociedade e obter a satisfação de seus cidadãos. Haja vista que o estado somos nós, então que possamos litigar sobre nosso direito de participação com o objetivo de alcançar o bem-estar de todos.

Palavras-chave: Constituição. Participação. Estatuto da Cidade. Município. Plano Diretor.

¹ Acadêmico do 3º semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Christus, integrante do Escritório de Direitos Humanos, Assessoria Jurídica Popular e Direito Ambiental (EDH), referente ao biênio 2015/2016, vinculada ao Projeto de Responsabilidade Socioambiental Promovendo a cidadania e a justiça social no litoral leste de Fortaleza- CE. E-mail: pcseveriano1970@gmail.com.

² Formada em Direito pela Universidade de Fortaleza-UNIFOR, DOUTORA em Direito Econômico e Social pela PUC/PR; MESTRE em Direito do Estado pela PUC/SP; ESPECIALISTA em Direito Constitucional pela UNIFOR-CE;. É professora adjunta efetiva, 40 h/DE do Curso de Direito da Universidade Federal do Ceará - UFC. E-mail: meloligia@gmail.com.

³ Doutoranda em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Mestrado (2013) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora de direito do Centro Universitário Christus. E-mail: natiimc@gmail.com

⁴ Advogada, professora e pesquisadora. Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará (2011). Graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará (2004). E-mail: jacsoares81@gmail.com

ABSTRACT

In this article we propose to present our rights and inquire the Public Power regarding the compliance with these standards, through the frequent violation of the right of participation guaranteed in our Major Law. We sought to present real information, but faced with difficulties in finding data, we prepared to participate in a plenary session with the purpose of analyzing the residents' reports, problems and wishes that reflected directly in their lives. That said, the municipal government must obey the norms in force, when it refers to popular participation, in order to dialogue with society and obtain the satisfaction of its citizens. Let it be seen that we are the state, so that we can litigate our right to participate in order to achieve the well-being of all.

Keywords: Constitution. Participation. City statute. County. Master plan.

1 INTRODUÇÃO

Observamos que nas cidades pelo Brasil há uma grande dificuldade em garantir a participação popular nas atividades da Administração Pública. O problema enfrentado não é de hoje, mas que se inicia com a chegada da industrialização e um rápido processo de urbanização no Brasil, gerando os conhecidos subúrbios nas periferias das grandes cidades. Esses locais, como Carolina Maria de Jesus em seu Livro Quarto de Despejo citava, era esquecido pelo Poder Público, estando a população a mercê, sem iluminação, saneamento, desprovido totalmente de direitos essenciais contidos nos ordenamentos vigentes. Diante disso, surge vários movimentos que buscavam ser ouvidos, questionando o estado com o intuito de apresentarem suas propostas para que se possa atender a todos e não a um determinado setor da sociedade.

Eis que dentre as soluções encontradas, surge a ideia do Plano Diretor que, de forma sucinta, tem como objetivo projetar a cidade, necessitando da participação popular para coletar informações sobre os impasses a fim de solucionar e obter melhores condições de vida em toda a cidade. No entanto, essa concepção vem sendo corrompida, pois essa participação não vem ocorrendo de forma eficiente, gerando incertezas sobre como transcorre a atuação popular no Plano Diretor de Fortaleza?

No primeiro capítulo buscamos descrever a luta por esse direito de participação na formação das cidades; no segundo procuramos mostrar o direito a participação em nossa Constituição, fruto da peleja dos movimentos citados anteriormente; depois discorremos sobre o Estatuto da Cidade e o dever do município em garantir esse direito; comentamos sobre como deveria ser, isto é, tendo como base a legislação municipal; e, por fim, falamos sobre como ocorre a participação em Fortaleza e suas consequências a todo cidadão fortalezense.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Luta pelo direito à participação no Brasil.

A favela surge com a chegada da industrialização do Brasil. A economia brasileira que originalmente estava centrada na produção do café e do leite, atentou para a indústria de exportação do café, sendo esse um dos principais motivos de concentração nos centros dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, obrigando muitos praticarem o êxodo rural em virtudes de oportunidades de emprego.⁵ Só que diferente dos países que sofreram com a chegada das industrialização, o êxodo rural brasileiro foi altíssimo. Dados informam que a população urbana entre 1940 e 1941 passou de 31,2% à 75%⁶. Nessa situação, a economia não era capaz de absorver toda a mão de obra, causando, assim, o empobrecimento de boa parte da cidade, que por não terem opção, foram morar nas periferias dos grandes centros, hoje conhecido como favelas. Se por acaso pesquisarmos a origem e o significado da palavra “favela”, você verá que tem total relação com o que se passava naquele local. São áreas irregulares, precariamente construídas, desprovida de saneamento básico, energia, abastecimento de água, serviços essenciais como: escolas, postos de saúde, dentre outros. Ressaltamos ainda que tudo isso, a previsão desses direitos básicos já contidos na Constituição de 1934.

Em virtude da ausência quase absoluta do Poder Público nesses espaços, muitos residentes dessas áreas se uniram para ir em busca de seus direitos por

⁵ SALES, Dulce. O surgimento das favelas no Brasil. **Portal afrobrasil**. Volta Redonda, 14 outubro 2012. Disponível: <<http://portalafrobrasil.blogspot.com/2012/10/o-surgimento-das-favelas-no-brasil.html>> Acesso em: 24 jun 2018.

⁶ SAULE, Nelson; UZZO, Karine. A trajetória da reforma urbana no Brasil, 2009. **Base.d-ph.info**. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>>. Acesso em: 31 mar 2018.

meio de movimentos sociais que lutavam por essa causa. O movimento de luta por melhores condições de vida nas cidades inicia com o apoio do Instituto de Arquitetura do Brasil, que apresentou uma proposta de reforma urbana no congresso em 1963, mas com o advento do regime militar, essa proposta não foi levada adiante. Independente disso, os movimentos continuaram, e a cada dia que se passava conseguiam mais apoio de institutos e de pessoas que conviviam com o mesmo problema em outros estados do país⁷. A própria Igreja Católica foi um dos primeiros a apoiar a causa, lançando o documento “Ação Pastoral e Solo Urbano”, no qual defendia a função social da propriedade urbana:

Em 1982, a Igreja Católica, importante articuladora dos movimentos sociais naquele período, aprovou durante a 20ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) o documento “Solo Urbano e Ação Pastoral”. Em 20 páginas, a Igreja denuncia o “mau uso solo urbano” como o “pecado social da cidade”. Há um item específico no documento tratando da especulação imobiliária, acusada de agravar a situação habitacional no País. O texto aponta alguns caminhos possíveis, entre eles a “regularização de áreas de ocupação, mediante projetos que não impliquem a obrigação de o morador pagar o chão que por direito já é seu [...]”⁸.

Em 1985 o movimento que surgiu na favela é reconhecido como Movimento Nacional pela Reforma Urbana e recebeu o apoio de várias federações, institutos, sindicatos, como a Federação Nacional dos Arquitetos, Federação Nacional dos Engenheiros, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Articulação Nacional do Solo Urbano (ANSUR), Movimento dos Favelados, Associação dos Mutuários, entre outros. Em 1988, os grupos apoiadores, junto com os moradores criaram o projeto de lei para a Constituição de 1988, buscando atender o anseio social da maioria, e tentando diminuir o abismo que existia entre ricos e pobres, tendo em vista que o mais necessitado sofria com a desigualdade social e com a exclusão pelo Poder Público em relação ao outro lado dessa cidade⁹.

O conteúdo do projeto se baseava nos seguintes princípios: “Direito à

⁷ AVRITZER, Leonardo. O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil. **Journals.openedition**. [s.l.]. [2010?]. Disponível: < <https://journals.openedition.org/rccs/4491>> Acesso em: 31 mar 2018.

⁸ PAIVA, Grazielle de Albuquerque Moura; FROTA, Henrique Botelho; OLIVEIRA, Thiago Mendes (Org.). **Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, 10 anos: uma nova agenda para o Direito**. São Paulo: IBDU, 2015.

⁹ SAULE, Nelson; UZZO, Karine. A trajetória da reforma urbana no Brasil, 2009. **Base.d-ph.info**. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>>. Acesso em: 31 mar 2018.

Cidade e à Cidadania”, buscando expandir o acesso aos equipamentos e serviços urbanos para todos os cidadãos; “Gestão Democrática da Cidade”, com o objetivo de planejar a cidade à população e com a população, pois se faz necessário a participação popular para atender os anseios da sociedade; “Função Social da Cidade e da Propriedade”, requestava que o interesse coletivo prevaleça sobre o individual.¹⁰

O incentivo à criação de projetos para a Constituição foi um dos principais fatores para reivindicar esse direito na Lei Maior, apesar de encontrar alguns empecilhos para o seu progresso, como a não concordância por parte dos setores conservadores. Esses afirmavam que essa ideia de justiça social tinha caráter intervencionista, pois iria impedir o desenvolvimento do país, além de alegar que a atividade de usucapião traria um desequilíbrio ao Brasil, pois, na sua visão, seria instrumento de desordem social e incentivo às ocupações legais, dentre outras colocações. Sem contar o setor do mercado imobiliário que não concordava com a possibilidade dos municípios intervirem na questão e com o fato de terem de atender as exigências das políticas urbanas. Parte dos progressistas, como os ambientalistas, diziam que essas áreas deveriam servir à preservação do meio ambiente e não à atividade de usucapião.¹¹

Independentemente disso, essa emenda teve cerca de 200mil assinaturas e apoio de vários institutos que trabalhavam de forma contínua para esclarecer sobre a necessidade dessa matéria na Constituição de 1988. A demanda por uma reforma que agregasse participação popular, reconhecimento de direitos coletivos, estrutura, equipamentos e função social da propriedade. Inclusive, Nelson Sales trabalha com essa temática afirmando que se temos os direitos humanos, inerente à todo ser humano, devemos ter os direitos urbanos em nossa Constituição¹².

No final desse processo, a emenda conseguiu aprovação, não em sua integralidade, mas foram adotados pontos tidos como essenciais para os interesses coletivos, como a questão do controle sobre o direito à propriedade, deixando de atuar somente sobre os direitos individuais, isto é, deixando de pertencer somente

¹⁰ TORRES, Stacy; GINTERS, Isabel. **Cartilha Reforma Urbana Já**. São Paulo. Instituto Pólis, 2016. Disponível em: <http://polis.org.br/wp-content/uploads/Cartilha_Reforma_urbana.pdf>. Acesso em: 31 mar 2018.

¹¹ SAULE, Nelson; UZZO, Karine. A trajetória da reforma urbana no Brasil, 2009. **Base.d-ph.info**. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>>. Acesso em: 31 mar. 2018.

¹² SAULE, Nelson; UZZO, Karine. A trajetória da reforma urbana no Brasil, 2009. **Base.d-ph.info**. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>>. Acesso em: 31 mar 2018.

ao direito privado e abrindo vínculo com o direito público. O estabelecimento de penalizações para o não cumprimento da função social da propriedade, tida como direito fundamental, também consistiu em um avanço importante. Além do ponto que, sob o nosso entendimento, foi um dos grandes avanços, tendo em vista que a Constituição de 1988 tem como foco a cidadania e que o simples ato da participação popular já demonstra isso.¹³

[...] a ampliação da participação da população na gestão das cidades, tanto com os mecanismos institucionais diretos como plebiscito, referendo, iniciativa popular e consulta pública, quanto com outras formas de participação direta como os conselhos, as conferências, os Fóruns, as audiências públicas. Garantia-se, assim, a participação da população na elaboração do Plano Diretor – principal instrumento de planejamento urbano dos municípios.¹⁴

Observamos ainda que apesar dos argumentos contrários, essa ideia ganhou uma adesão significativa por parte dos brasileiros que realmente se deram conta de sua importância. Todavia uma pessoa sem a mínima condição de convivência teria sua dignidade ferida, princípio esse que é um dos mais relevantes da nossa atual constituição, o núcleo de todos os direitos fundamentais. Encontramos essa temática logo no início, na capítulo referente aos direitos fundamentais, mais especificamente no Artigo 5º, onde é garantida a função social da propriedade.¹⁵ E no artigo seguinte já se fala nesse tema novamente, agora garantindo o direito à moradia como direito social.

Em seguida, o texto constitucional aborda as obrigações dos municípios, em relação a elaborar documentos que atendam as necessidades locais, concedendo-se maior autonomia aos municípios. Dessa forma, nos artigos 30º e 31º são descritas as competências do município para agir sobre essa temática. Por fim, temos na Constituição um capítulo referente a política urbana, encontrados nos artigos 182º e 183º, que aborda temas como a função social da propriedade, a necessidade de o município criar normas para delimitar terras, sem deixar de citar a regulamentação do Plano Diretor.¹⁶ Pela primeira vez aparece expressa na

¹³ PINHEIRO, Lauro Santos; CANÇADO, Airton Cardoso. Participação Popular e Instrumentos Institucionalizados de Participação em Nível Local. **Apgs**. Disponível em: <<https://www.apgs.ufv.br/index.php/apgs/article/view/580/340>>. Acesso em: 24 jun 2018.

¹⁴ SAULE, Nelson; UZZO, Karine. A trajetória da reforma urbana no Brasil, 2009. **Base.d-ph.info**. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>>. Acesso em: 31 mar 2018.

Constituição sua obrigatoriedade e, de forma sucinta, exprime-se quais pontos devem ser abordados e as condições para elaboração: cidades com mais de 20 mil habitantes, como instrumento básico de desenvolvimento urbano.

Reforçamos a importância da citação desse tema na Constituição, pois foi a primeira vez que se deu relevância à questão, mediante aprovação pela Assembleia Nacional Constituinte.

Depois de promulgada a Constituição de 1988, o MNRU (Movimento Nacional pela Reforma Urbana) torna-se FNRU (Fórum Nacional pela Reforma Urbana). Esse movimento teve papel crucial na aprovação do Estatuto da Cidade, pois a Constituição abordava essa temática de forma sintética e por isso a necessidade de um documento que instaurasse toda a questão do direito urbano, englobando outras áreas.¹⁷ De acordo com a noção de direito à cidade, não basta a garantia da moradia: é necessária infraestrutura, saneamento, serviços públicos e etc. Isto é, tudo funcionando na sua integralidade, como garantia dos direitos urbanos.

Uma das maiores conquistas do FNRU é o Estatuto da Cidade, uma lei que ficou parada 12 anos no Congresso Nacional e foi aprovada devido à pressão popular, em 2001. O Estatuto da Cidade é uma lei inovadora que traz a regulamentação das diretrizes e dos instrumentos de política urbana, abrindo possibilidades para aplicação de normas voltadas à promoção da inclusão nas cidades brasileiras, considerando os aspectos urbanos, ambientais e sociais.¹⁸

Dessa forma, com o auxílio de várias entidades e movimentos populares pressionando o Congresso Nacional pela aprovação, após árduos 12 anos de luta, finalmente se promulga o projeto Lei sobre o desenvolvimento urbano, tendo sido enviado ao congresso em 1983 pelo então extinto Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), denominado Lei do desenvolvimento urbano e que em 2001 ficou conhecida como Estatuto da cidade, Lei nº 10.257. A Lei tem como objetivos principais controlar a especulação imobiliária e atender aos interesses sociais, regulando o uso da propriedade urbana em prol do coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, além do equilíbrio ambiental. Com a regulamentação de pontos essenciais da Constituição, o Estatuto é voltado a temas

¹⁷ SAULE, Nelson; UZZO, Karine. A trajetória da reforma urbana no Brasil, 2009. **Base.d-ph.info**. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>>. Acesso em: 31 mar 2018.

¹⁸ TORRES, Stacy; GINTERS, Isabel. **Cartilha Reforma Urbana Já**. São Paulo. Instituto Pólis, 2016. Disponível em: <http://polis.org.br/wp-content/uploads/Cartilha_Reforma_urbana.pdf>. Acesso em: 31 mar 2018.

específicos, como as diretrizes dos municípios em relação aos direitos urbanos, já que o município possui um maior protagonismo em suas ações. Anteriormente, o município era regulado pela Constituição de seu estado e dependia do próprio estado para regular uma ação. Com a Constituição de 1988 e o Estatuto, o município poderá usufruir de instrumentos jurídicos, administrativos e transitórios para regular a terra e assim atender aos anseios sociais.¹⁹

O Estatuto traz como novidades os tipos de usucapião urbanos, além do conceito de “direito à cidade” envolvendo as demais áreas, como saúde, saneamento, dentre outras áreas necessárias para se ter uma convivência digna no espaço urbano. Outro aspecto importante, que abordaremos no tópico seguinte do artigo, é a questão da participação popular. A partir dessas inovações normativas, a participação popular na elaboração dos instrumentos de promoção de direitos urbanos e no controle de sua efetivação foram definidas e estabelecidas em lei.²⁰

Diante disso, podemos observar o destaque que possui a Constituição Federal e o Estatuto das Cidades, por abordarem vários assuntos de forma exclusiva, visando o interesse coletivo e incluindo outras temáticas que têm relação com o direito à cidade, uma cidade que atenda a todos, onde haja condições dignas de morar e na qual se promova uma efetiva participação popular.

2.2 efeitos do direito à participação

Após o advento da "Constituição Cidadã" de 1988, temos como pilar o princípio da participação democrática. Assunto esse que é tido como fundamental de nossa Constituição, se encontrando no artigo 1º, parágrafo único: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”²¹. Esse princípio passa a ser proclamado mediante o retorno do Estado Democrático de Direito que tem como preceito a soberania popular, isto é, a participação popular tanto na forma direta como na indireta, seja por meio do voto elegendo representantes ou participando das atividades estatais ou

¹⁹ TORRES, Stacy; GINTERS, Isabel. **Cartilha Reforma Urbana Já**. São Paulo. Instituto Pólis, 2016. Disponível em: <http://polis.org.br/wp-content/uploads/Cartilha_Reforma_urbana.pdf>. Acesso em: 31 mar 2018.

²⁰ BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/leis_2001/L10257.htm>. Acesso em: 10 jun 2018.

²¹ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

municipais, a fim de obter um melhor convívio entre todos.

Esta democracia participativa se consolida na medida em que os cidadãos utilizem todas as possibilidades participativas expressas na legislação e através delas ampliem ainda mais o dever dos governantes ouvir a sociedade e prestar contas de suas gestões.²²

E que inclusive o Estatuto da Cidade retoma essa ideia garantindo no seu artigo 2º, inciso III: “gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano”²². Mostrando a necessidade da criação de conselhos ou plenários que tem como intuito atender aos anseios sociais, sem que haja um determinado setor da sociedade privilegiado, com vista à garantir o bem-estar de todos, isto é, condições de vida com dignidade.

Inclusive, a participação é reforçada na Lei Orgânica de Fortaleza, isto é, a Constituição do município em vários artigos, estando expresso logo no início do texto normativo, repetindo inclusive, no artigo 9º, o parágrafo único do 1º artigo de nossa Lei Maior.

Art. 2º- O Município, entidade básica autônoma da República Federativa do Brasil, garantirá vida digna aos seus municípios e será administrado com base na legalidade, impessoalidade, moralidade, transparência e participação popular, devendo ainda observar, na elaboração e execução de sua política urbana, o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, o equilíbrio ambiental e a preservação dos valores históricos e culturais da população.

Art. 5º- A iniciativa popular de lei, o plebiscito, o referendo, o orçamento participativo e o veto popular são formas de assegurar efetiva participação do povo nas definições das questões fundamentais de interesse coletivo.

Art. 9º -Todo poder emana do povo, e em seu nome será exercido, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes eleitos para desempenharem seus respectivos mandatos.

Art. 10º- A organização do Município observará os seguintes princípios e diretrizes:

I - a prática democrática;

II - a soberania e a participação popular [...] ²³

²² LOCK, Fernando do Nascimento. Participação Popular no Controle da Administração Pública; um Estudo Exploratório. **Revista Eletrônica de contabilidade Curso de Ciências Contábeis UFMSM**, Santa Maria, v. I, n. 1, p. 127, set.-nov. 2004.

²³ FORTALEZA. Lei Orgânica do município. **Prefeitura de Fortaleza**. Disponível em: <http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/Lei_Org%C3%A2nica_do_Munic%C3%ADpio> . Acesso em: 10 jun. 2018.

Além do mais, de acordo com o Estatuto da Cidade, mais especificamente no artigo 40, parágrafo 4, “o município deve garantir a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos; o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos”²⁴. Compartilhando assim informações com os diversos setores da sociedade, a fim de buscar o bem-estar de todos, prevalecendo assim a democracia. Haja vista que, caso não impere a relação democrática, haverá o predomínio de alguns setores e conseqüentemente o autoritarismo irá dominar, centralizando suas atividades em alguns pontos da cidade, enquanto outros locais irão padecer de melhorias fundamentais, se omitindo o governo municipal de suas obrigações. Mediante isso o município, além de garantir os diferentes âmbitos da comunidade, deve assegurar o direito à informação, pois [...] “é pressuposto da democracia que os cidadãos tenham conhecimentos dos atos, das atividades da administração para que possam atuar fiscalizando, controlando e participando do Poder Público”²⁵. Já que no Brasil nós temos o direito à informação como preceito constitucional que deve ser exercido em todos os níveis de governo.

2.3 Direito à participação em Fortaleza

No caso de Fortaleza, já se iniciou o processo de revisão do Plano Diretor (previsto para 2019). A Prefeitura de Fortaleza contratou uma empresa para realizar os estudos necessários sobre as necessidades da cidade. Porém, não se percebe um diálogo com a população que carece de melhorias. Sem contar que não vemos os resultados desses estudos, o que viola a própria Constituição do município, Lei Orgânica de Fortaleza, mais precisamente no Art. 3º - “Todo cidadão tem o direito de requerer informações sobre os atos da administração municipal” [...]”²⁶. Podendo citar minha experiência, na qual não se encontra prontamente essas

²⁴ BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/leis_2001/L10257.htm>. Acesso em: 10 jun 2018.

²⁵ VIEGAS, Weverson da Silva. O Direito à Informação como Pressuposto para a Participação Popular no Estatuto da Cidade. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**. a. IV, n. 4, Ano V. 2003-2004.

²⁶ FORTALEZA. Lei Orgânica do município. **Prefeitura de Fortaleza**. Disponível em: <http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/Lei_Org%C3%A2nica_do_Munic%C3%ADpio>. Acesso em: 10 jun. 2018.

informações, sendo possível somente indo até o local que se localizam esses dados, isto é, sem um acessível ingresso à população.

Na formação do Plano Diretor de 2009, o conhecido “Plano Diretor Participativo de Fortaleza, no mandato da prefeita Luizianne Lins, há relatos de movimentos sociais que buscavam garantir seus direitos e conseguiram um bom diálogo com a gestão da então prefeita, existindo o diálogo entre a sociedade e o governo municipal, buscando garantir os direitos da população de acordo com o Estatuto da Cidade²⁷. Contudo, com a mudança de prefeito, o que se observou foi um retrocesso ao ato de participação popular. Como conforme observado em plenária realizada pelos estudantes de arquitetura, juntamente com os movimentos sociais, pode constar uma prioridade ao setor econômico/setor imobiliário. Promovendo inclusive remoções a fim de possibilitar o avanço econômico na cidade a todo custo.

A revisão do Plano Diretor terá como base o Fortaleza 2040, que tinha como um dos objetivos a participação popular, de acordo com o então prefeito Roberto Cláudio: “Esse plano só terá legitimidade se participarem dele todos aqueles que querem bem a cidade, ou seja, todos os movimentos sociais, sindicatos, intelectuais, pensadores, universidades, etc”²⁸. Entretanto, essa participação foi por várias vezes questionada, inclusive por um jornalista que presenciou os encontros que discutiam o tema. Segue um dos relatos:

[...] já apresentaram um “Plano Mestre Urbanístico e de Mobilidade”, que aparenta estar pelo menos 90% concluído! No dia 30, responsáveis pelos demais planos, como o de habitação, de meio ambiente, e outros, tiveram curto espaço para falar de seus temas. E a população teve que se resumir a ouvir e apresentar poucas perguntas por escrito que foram respondidas ao fim de forma insatisfatória.²⁹

Não existindo uma efetiva participação, na qual se possa analisar os projetos e questionar tais decisões. Isto é, o município deveria fortalecer a democracia

²⁷ FREITAS, Clarisse F. Sampaio. **Planejamento Pelo Direito à Cidade e as Práticas Insurgentes na Periferia de Fortaleza**. São Paulo: XVII ENANPUR, 2017.

²⁸ Prefeitura de Fortaleza. Prefeitura Apresenta o Planejamento do Fortaleza 2040. **Fortaleza.ce.gov.br**. 11 jul 2014. Disponível: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-apresenta-planejamento-do-fortaleza-2040>>. Acesso em: 10 jun 2018

²⁹ ALVES, Felipe. Fortaleza 2040 – Mais um Plano de Gaveta. **O Povo**. Fortaleza, 2 maio 2016. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2016/05/02/noticiasjornalopiniao,3609513/fortaleza-2040-mais-um-plano-de-gaveta.shtml>>. Acesso em: 10 jun 2018.

participativa, disponibilizando a todos os setores da sociedade a possibilidade de participar chegando a um consenso que beneficie todos.

Mas no caso de Fortaleza quem promove de forma efetiva são os movimentos sociais e entidades da sociedade civil por não confiarem no Governo municipal. Diante disso, realizam a denominada “participação não institucionalizada”³⁰, na qual participam de forma conjunta estudantes de arquitetura da UFC que veem analisando o caso de acordo com as suas urgências, como no caso das ZEIS prioritárias³¹. A plenária é aberta ao público e no próprio local de ensino dos estudantes, de acordo com a matéria do jornal O Povo³².

Em outras palavras, a gestão do município depende de uma administração pública democrática e flexível, onde as decisões são descentralizadas numa dinâmica participativa³³. Contudo, caso isso não ocorra, nós temos como consequência o grave problema da desigualdade social, que reina em nosso país, além de outros problemas que decorrem de um má planejamento, como em alguns bairros em Fortaleza que não tem saneamento básico, isto é, vemos esse direito negado a população.

Conforme observado em pesquisa na Sabiaguaba³⁴, vemos a omissão por parte do governo municipal em atender as necessidades daquela população, detentora de direitos, conforme artigo 2º da Lei 10.257, de 2001:

³⁰ Se dá por meio de processos comunicativos em esferas públicas informais. Os cidadãos podem interagir comunicativamente, dialogando sobre assuntos de interesse local, em um espaço comum, mas desvinculado de qualquer instituição, agindo por intermédio de redes, fóruns e movimentos populares em geral.

³¹ Zeis são áreas demarcadas no território de uma cidade, para assentamentos habitacionais de população de baixa renda. Estando previsto no Plano Diretor e demarcadas na Lei de Zoneamento. As Zeis prioritárias, como foi denominada pela prefeitura, são zeis que são preferenciais dentre as demais e por isso serão regulamentadas primeiro. São os casos Dionísio Torres/Vila Vicentina, Pici, Lagamar, Serviluz, Praia do Futuro, Bom Jardim, Pirambu, Poço da Draga, Moura Brasil e Mucuripe.

³² LIMA, Eliomar de. Plano Diretor e o Direito à Participação. **O Povo**. Fortaleza, 24 março 2018. Disponível: < <https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/eliomardelima/2018/03/plano-diretor-e-o-direito-a-participacao.html>>. Acesso em 10 jun 2018.

³³ SILVA, Gustavo Tavares da. Gestão Pública e Transformação social no Brasil. In: HERMANN, Klaus (Org.). **Participação cidadã**: novos conceitos e metodologias. Fortaleza: Expressão gráfica, 2004.

³⁴ Pesquisa organizada pelo Escritório de Direitos Humanos, com o intuito de obter informações sobre a comunidade, no tocante a seus direitos negados que devem ser garantidos pela administração pública, cobrando do estado o reconhecimento da comunidade e a garantia desses direitos.

Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.³⁵

E como deveria ser? O governo municipal deve tornar público essas audiências, isto é, convocar a população, seja por meio das redes sociais da prefeitura, tomando como exemplo Curitiba, São Paulo ou a própria utilização dos meios de comunicação com o intuito de demonstrar a importância da participação e tornar com que seja de benefício de todos, escutando as carências da população e atendendo aos seus anseios sociais.

Mas, voltando a Fortaleza, o que vemos é há omissão por parte do município em não ter interesse em escutar a sociedade, realizando essa atividade à grupos restritos que buscam apenas o seu interesse, não sendo atendido os anseios sociais. Como no caso de Fortaleza que vive essa realidade, pois não há um CMDU (Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano) ou entidades que buscam um diálogo com a população. Isto é, não existe um órgão público na qual escute a sociedade e que o município possa propagar, divulgar tal ato. Pois também é função do município, mediante escrito no artigo 40º, incisos I, II, III.

Diante disso, tal omissão só traz prejuízo à toda a sociedade que sofre as consequências, independente da posição social em que esteja. Um bom exemplo para isso seria a questão do alto índice de criminalidade em Fortaleza, que é em decorrência da criminalização da pobreza, surgindo quando não há o desenvolvimento, uma infraestrutura adequada em certas regiões da cidade.

[...] não há dúvida em perspectivar que o sucesso da política criminal no enfrentamento da criminalidade decorrerá, também, da adoção de medidas de intervenções urbanas como, por exemplo, planejamento das cidades, estética das construções, revitalização de áreas degradadas e proteção do patrimônio público.³⁶

³⁵ BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Presidência da República. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/leis_2001/L10257.htm>. Acesso em: 10 jun 2018.

³⁶ VIANA, Eduardo. **Criminologia**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2014, p. 108.

Outro exemplo seria o caso do Bom jardim, que raramente recebe uma atenção urbanística por parte do município e mediante o descaso, é alvo fácil de disputa das facções.

Ademais, um ponto relevante a ser abordado é sobre a implementação dos serviços essenciais, garantido no Estatuto da Cidade, como a questão do posto de saúde, de acordo com o capítulo II, referente aos requisitos urbanísticos para loteamento. Porém, em alguns locais de Fortaleza, esse serviço não foi previsto, tendo os moradores daquela localidade que se deslocar para outros locais, tornando difícil o acesso à saúde que é direito social em nossa Constituição. Sem deixar de citar a mobilidade, que para muitos em Fortaleza foi onde transcorreu mais mudanças, enquanto para outros não. Ocorre quando o planejamento se resume à alguns locais da cidade, os famosos bairros nobres, enquanto a outra parcela da cidade sofre com o atraso, existindo casos de transportes públicos não chegarem a determinado lugar devido o local não ter infraestrutura para receber os ônibus.

Nesses casos, vemos a necessidade de convocar a população para ouvi-la, a fim de evitar as desigualdades sociais, pois as consequências advêm a todos, independente do local onde se encontre. Sendo a melhor opção ao governo municipal obedecer as normas impostas no Estatuto da Cidade para um crescimento constante da cidade, sem que haja um setor da sociedade privilegiado, mas que atenda a coletividade, pois:

Entende-se por Planejamento urbano as políticas e mecanismos de gestão tradicional visando o atendimento do interesse público, numa perspectiva de futuro. Ou seja, adota-se a definição de Friedmann, segundo o qual Planejamento Urbano seria um campo de ação capaz de intervir no processo de construção da cidade com o objetivo de atender a coletividade.³⁷

Por meio do que foi exposto, compreendemos que, mediante parágrafo único de nossa atual Constituição, “O poder emana do povo[...]”. Então que possamos litigar sobre nosso direito de participação com o objetivo de alcançar o bem-estar de todos.

3 MÉTODOS

³⁷ FREITAS, Clarisse F. Sampaio. **Planejamento pelo direito à cidade e as práticas insurgentes na periferia de Fortaleza**. São Paulo: XVII ENANPUR, 2017, p. 3.

Buscamos realizar uma pesquisa aplicada, pois objetiva gerar conhecimentos para ser aplicado de forma prática e específica, ou seja, informando a população de Fortaleza sobre seus direitos de atuação no Plano Diretor, e a necessidade de intervenção a fim de projetar uma cidade que atenda ao coletivo. Inicialmente, tentamos realizar uma pesquisa quantitativa, mas encontramos várias dificuldades de acessar os dados referentes à temática³⁸. Assim, optamos pela pesquisa qualitativa, relacionando os textos normativos que regulam o modo de criação/revisão do Plano Diretor com os dados colhidos na pesquisa de campo com observação participante.

Essa pesquisa foi realizada a partir do acompanhamento das plenárias organizadas, durante os meses de março e abril de 2018, pelos estudantes de arquitetura da UFC juntamente com os movimentos sociais. Tais reuniões tiveram o intuito de discutir a revisão do plano diretor e buscaram atingir um ponto emergencial que traga resultados para o coletivo. Isto é, sempre buscando explorar o tema e explicá-lo da melhor maneira possível para que pessoas possam compreender e explorar também.

Ademais, o artigo constitui-se de uma pesquisa bibliográfica com a busca de textos que se relacionavam ao tema: livros, artigos, materiais encontrados na internet.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreendemos ao final desse artigo que o problema parte também das pessoas que não têm informações necessárias sobre seu direito de participação. Mas esse é o mínimo diante da omissão do governo municipal, que se não atende as normas processuais de criação/revisão do Plano Diretor, não realiza anúncio sobre os atos e proporciona o acesso às informações sobre como anda o processo. São procedimentos e informações que se encontram, muitas vezes, limitadas aos universitários que estudam o desenvolvimento urbanístico e pessoas que atuam na área. Por meio da pesquisa de campo, foi possível identificar que muitas das informações são repassadas para o restante da sociedade civil interessada – especialmente os movimentos sociais e moradores das ZEIS – apenas a partir da atuação/militância de um grupo de intelectuais ou de grupos de pesquisa do meio universitário.

Isto é, volta a discussão sobre por qual motivo o município se omite quando referente a essas normas. Pois, agindo assim, ele está descumprindo o preceito democrático e agindo puramente como autocrático, que não age em prol do interesse público, mas sim, porventura, em benefício de outros interesses.

5 CONCLUSÃO

Como fruto da nossa indagação de partida, buscamos, por meio do artigo, por um lado, investigar acerca do papel do Plano Diretor como ferramenta do direito de participação e, por outro, subsidiar a sociedade com informações relevantes sobre seus direitos. Isto é, nosso objetivo foi tornar mais claro a importância da

³⁸ No período em que estávamos acompanhando as plenárias(março/abril de 2018), buscamos junto ao órgão responsável tal informação e não foi possível localizar nos meios de comunicação oficiais.

participação por refletir diretamente em nossas vidas, a fim de instigar no leitor a vontade de participar mais nas atividades. Assim como um movimento de moradores conseguiu apoio para obter seus direitos de participação, hoje em dia não seria diferente. Vemos que se busca esse objetivo, mas não há interesse da sociedade. Devemos exigir nossos direitos, pois o Plano Diretor reflete diretamente em nossas vidas, seja você morador da periferia ou de bairro nominado como de classe média. Independentemente disso, as consequências atingirão a todos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Felipe. Fortaleza 2040 – Mais um Plano de Gaveta. **O Povo**. Fortaleza, 2 maio 2016. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2016/05/02/noticiasjornalopiniao,3609513/fortaleza-2040-mais-um-plano-de-gaveta.shtml>>. Acesso em: 10 jun 2018.
- AVRITZER, Leonardo. O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 91. 2010. pag. 205-221.
- AVRITZER, Leonardo. O Estatuto da Cidade e a democratização das políticas urbanas no Brasil. **Journals.openedition**. [s.l.]. [2010?]. Disponível: <<https://journals.openedition.org/rccs/4491>>. Acesso em: 31 março 2018
- BRASIL. Estatuto da Cidade: Lei 10.257/2001 que estabelece diretrizes gerais da política urbana. Brasília, Câmara dos Deputados, 2001, 1º Edição.
- FERREIRA, Medeiros Mônica Ana. O Direito à Cidade e a Participação Popular: Uma Discussão Necessária a Partir dos Conceitos de Democracia e Justiça como Equidade no Contexto Brasileiro. Rio Grande do Norte: Revista de Teorias e Filosofias do Estado, 2015
- FORTALEZA. Lei Orgânica do município. Disponível em: <http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/Lei_Org%C3%A2nica_do_Munic%C3%ADpio> . Acesso em: 10 jun. 2018.
- FREITAS, Clarisse F. Sampaio. **Planejamento Pelo Direito à Cidade e as Práticas Insurgentes na Periferia de Fortaleza**. São Paulo: XVII ENANPUR, 2
- LIMA, Eliomar de. Plano Diretor e o Direito à Participação. **O Povo**. Fortaleza, 24 março 2018. Disponível: <<https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/eliomardelima/2018/03/plano-diretor-e-o-direito-a-participacao.html>>. Acesso em 10 jun 2018.
- LOCK, Fernando do Nascimento. Participação Popular no Controle da Administração Pública; um Estudo Exploratório. **Revista Eletrônico de contabilidade Curso de Ciências Contábeis UFMSM**, Santa Maria, v. I, n. 1, p. 127, set.-nov. 2004.
- OLIVEIRA, de Érico. Participação Democrática. Minas Gerais: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

PAIVA, Grazielle de Albuquerque Moura; FROTA, Henrique Botelho; OLIVEIRA, Thiago Mendes (Org.). Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, 10 anos: uma nova agenda para o Direito. São Paulo: IBDU, 2015

PINHEIRO, Lauro Santos; CANÇADO, Airton Cardoso. **Participação Popular e Instrumentos Institucionalizados de Participação em Nível Local**. Imperatriz, 1 janeiro 2014

PINTO, Victor Carvalho. Direito urbanístico: plano diretor e direito de propriedade. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

Prefeitura de Fortaleza. **Prefeitura Apresenta o Planejamento do Fortaleza 2040**. 11 jul 2014. Disponível: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeitura-apresenta-planejamento-do-fortaleza-2040>>. Acesso em: 10 jun 2018

SALES, Dulce. O surgimento das favelas no Brasil. **Portalafrobrasil**. Volta Redonda, 14 outubro 2012. Disponível: <<http://portalafrobrasil.blogspot.com/2012/10/o-surgimento-das-favelas-no-brasil.html>> Acesso em: 24 jun. 2018

SAULE, Nelson; UZZO, Karine. A trajetória da reforma urbana no Brasil, 2009. **Base.d-ph.info**. Disponível em:<<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>>. Acesso em: 31 mar 2018.

SILVA, Gustavo Tavares da. Gestão Pública e Transformação social no Brasil. In: HERMANNNS, Klaus (Org.). **Participação cidadã**: novos conceitos e metodologias. Fortaleza: Expressão gráfica, 2004.

TORRES, Stacy; GINTERS, Isabel. Cartilha Reforma Urbana Já. Instituto Pólis. 2016. Disponível em: <http://polis.org.br/wp-content/uploads/Cartilha_Reforma_urbana.pdf>. Acesso em:

VIANA, Eduardo. **Criminologia**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2014, p.108

VIEGAS, Weverson da Silva. O Direito à Informação como Pressuposto para a Participação Popular no Estatuto da Cidade. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**. Ano IV, N° 4, Ano V. 2003-2004.

XV Encontro de Iniciação à Pesquisa, XV Encontro de Iniciação à Docência, XIII Encontro de Pesquisadores, II Mostra de Ciência, Arte e Cultura Centro Universitário Christus – Unichristus

PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA APLICADOS À RESPONSABILIDADE FISCAL

Roberta Porto Costa^{1*} (PG), Aline de Oliveira Costa Tomaz² (PQ)

*1*Pós-Graduanda em Direito e Processo Tributário, Centro Universitário Christus, Fortaleza-CE.

*2*Mestra em Direito Constitucional, Universidade de Fortaleza - Unifor, Fortaleza-CE.

Email: betaporto@gmail.com ; alinedeoliveira.advogada@gmail.com

Resumo

O tributo mexe diretamente com a vida financeira do contribuinte, não podendo este negar seu pagamento. É dever do Estado, uma vez que o tributo é pago pelo cidadão, demonstrar com clareza a forma como administra a receita e a despesa em relação aos tributos. Logo, se é aplicado o Princípio da Transparência que existe exatamente para uma translucidez tributária e orçamentária. Como direito do contribuinte, o Princípio da Segurança Jurídica é invocado para resguardar o direito de saber onde está sendo aplicado e como é administrado o dinheiro do tributo, assim como as receitas e despesas do Estado. Os dois princípios são aplicados na Responsabilidade Fiscal do Estado, que é regida pela Lei de Responsabilidade Fiscal publicada na Lei Complementar nº 101/2000. Dentro da dita lei, podemos ver normas claras sobre o equilíbrio das receitas e despesas, lei e execução orçamentária, dentre outros parâmetros que a gestão do Estado deve seguir. A Lei de Responsabilidade possui como um dos seus princípios embaixadores o Princípio da Transparência, segundo o qual há a necessidade de demonstrar de forma clara suas receitas e despesas. E, para garantia do contribuinte, o Princípio da Segurança Jurídica salvaguarda seu direito saber a forma que são administrados os tributos pagos.

Palavra-Chave: Princípio da Segurança Jurídica. Princípio da Transparência. Direito Tributário. Responsabilidade Fiscal.

Introdução

O presente trabalho tem como escopo demonstrar os Princípios da Transparência e da Segurança Jurídica aplicados na responsabilidade fiscal do Estado. Demonstrar a importância da clareza da administração orçamentária e fiscal perante o contribuinte, uma vez que o dinheiro aplicado no tributo é do povo.

Sem esgotar o assunto, o objetivo deste trabalho é demonstrar a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal como forma de limitar o poder do Estado sobre as receitas e despesas orçamentárias, assim como, apresentar o Princípio da Segurança Jurídica e o Princípio da Transparência dentro da responsabilidade fiscal do Estado, de modo que o primeiro estaria assegurando ao contribuinte o direito de saber a aplicação dos tributos, e o segundo

proporcionaria a capacidade de o contribuinte efetivamente fiscalizar as contas orçamentárias e tributárias.

Portanto, tais princípios acima são uma espécie de segurança para que a Lei de Responsabilidade Fiscal seja devidamente aplicada ou, ao menos, tente garantir sua eficácia. Por sua vez, a Lei de Responsabilidade Fiscal tenta limitar e direcionar o poder do Estado sobre os tributos e orçamento.

Metodologia

A metodologia de pesquisa usada neste trabalho foi a pesquisa bibliográfica, a qual foram coletados dados em livros publicados de autores renomados. A partir de tais dados, foram feitas reflexões sobre o assunto delimitado.

Resultados e Discussão

1. Do Princípio da Transparência

O contribuinte paga seu tributo para colaborar com a manutenção e funcionamento do Estado que, por sua vez, deve deixar claro como se é aplicada a “contribuição”. É a partir deste momento que o Princípio da Transparência se torna necessário. O artigo 150 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/1988), em seu §5º diz:

Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

§ 5º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.

Apesar de se ater apenas aos impostos, a ideia de transparência fica bem clara. O Decreto 5.482 de 2005 cria o Portal de Transparência do Poder Executivo para disponibilizar informações sobre a execução orçamentária e financeira do Estado, o qual qualquer cidadão tem acesso. Desta forma, cada pessoa poderá exercer seu poder de fiscalização perante os tributos pagos e a forma que estão sendo aplicadas. Assim explica Rafael Novais (2018, p.143):

A denominação desse princípio deve ser interpretada como indicativo ao leitor de que o poder público não deve realizar atividades obscuras e à margem do conhecimento da população. A transparência existirá como forma de demonstrar ao cidadão os elementos de sua relação tributária com o fisco, obtendo conhecimento dos tributos de que é contribuinte e

exercendo o poder de fiscalização dos atos dos administradores da “coisa” pública.

Existe uma necessidade de o Estado deixar transparente a forma que os tributos são aplicados e, por outro lado, de o contribuinte fiscalizar essa aplicação. É uma forma de evitar a evasão de recursos e assegurar a clareza fiscal. Pelo Princípio da Transparência deve-se mostrar com clareza as receitas e despesas do Estado para o contribuinte, assim como explica Kiyoshi Harada (2017, p.79):

O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativos regionalizados do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia. Essa medida possibilitará, posteriormente, a fiscalização e o controle interno e externo da execução orçamentária, que abrange as subvenções e a renúncia de receitas, conforme prescreve o art. 70 da CF [...] esse princípio orçamentário nada mais é do que o desdobramento do princípio da transparência tributária, que está inserido no § 5º do art. 150 da CF.

Para que exista uma verdadeira transparência, há a necessidade atualizar os dados do Portal de Transparência do Governo, deixando sempre exposto as informações de forma que haja clareza ao conhecimento do contribuinte sobre as receitas e despesas.

2. Do Princípio da Segurança Jurídica

Em um Estado, há a necessidade de manter a ordem, de manter o sistema protegido, livre de riscos que possam levar ao caos ou à insegurança. Disso, nasce o Princípio da Segurança Jurídica que visa resguardar o bem jurídico. O contribuinte tem o direito de saber onde está sendo aplicado e como é administrado o dinheiro do tributo. Regina Helena Costa (2014, p. 59) explica o sentido de segurança jurídica dentro do âmbito tributário:

Art. 5ª, caput, da exata compreensão desse comando constitucional extrai-se que a segurança jurídica, valor maior do ordenamento, constitui tanto um direito fundamental quanto uma garantia do exercício de outros direitos fundamentais. [...] Na seara da tributação, a segurança jurídica expressa-se, especialmente, pelas noções de legalidade, formal e material (arts. 5º e 150, I, CR).

A noção de legalidade dada pela segurança jurídica no ramo tributário é exatamente o direito do contribuinte pela transparência e publicidade fiscal e orçamentária. O objetivo da segurança jurídica é fornecer proteção ao contribuinte, assim como explica Rafael Novais (2018, p. 127): “Em verdade, a expressão segurança jurídica, no direito tributário, tem amplitude bem maior [...] expressando todo o sistema normativo de proteção aos sujeitos integrantes dessa relação, em nível constitucional ou infraconstitucional.”

A garantia proporcionada pelo dito princípio é justamente dar segurança ao contribuinte sobre a forma que o Estado age perante os tributos arrecadados.

3. Da Responsabilidade Fiscal

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi criada para delimitar os gastos do Estado conforme os tributos arrecadados, criando equilíbrio orçamentário e financeiro. A Lei Complementar nº 101/2000 dita as regras da responsabilidade fiscal. Harrison Leite (2016, p. 31) explica:

A Lei de Responsabilidade Fiscal notabilizou-se pelo marco que representou no chamamento ao rigor fiscal, o que passou a ser observado pelos gestores públicos. Trata-se de lei voltada para o planejamento, a transparência, o equilíbrio das contas públicas, o cumprimento de metas de resultados entre receita e despesas, e fixação de limites e condições para renúncias de receitas e geração de despesas.

É uma maneira de manter em equilíbrio as contas públicas e fixar limites para seus gastos. Roberval Rocha (2016, p. 114) reitera a explicação dada mais acima:

Na LC nº 101/2001, Lei de Responsabilidade Fiscal, que estabelece normas gerais de finanças públicas, o princípio já foi devidamente implementado, exigindo a transparência da gestão fiscal por meio de instrumentos democráticos, como relatórios e prestações de contas simplificados e abertos ao público, assim como incentivo à participação popular em audiências públicas para discussão dos orçamentos.

Essa limitação orçamentária dada pela Lei de Responsabilidade Fiscal é uma verdadeira limitação do poder dando uma segurança jurídica ao contribuinte, pois deve ser feito conforme a lei. Também é de lei que haja relatórios e prestação de contas de forma pública e transparente.

A Lei de Responsabilidade Fiscal agrega dispositivos sobre o controle das finanças públicas e sobre sua fiscalização, com o objetivo de impedir gastos ilimitados, uma forma de haver uma gestão fiscal equilibrada.

Conclusão

A Lei de Responsabilidade Fiscal veio para equilibrar as contas públicas de forma que sejam aplicadas da maneira mais efetiva, além de exercer uma limitação ao poder do Estado em deliberar de forma solta sobre a arrecadação tributária. Unida ao Princípio da Segurança Jurídica, é um meio de dar ao contribuinte armas para que ele possa ter noção de como a administração pública investe no Estado.

O contribuinte tem o direito de saber como está sendo aplicado o dinheiro dos tributos, além de ver as receitas também, uma vez que o dinheiro saiu do próprio povo. E, dessa forma, foi criado o Portal da Transparência, com base no Princípio da Transparência, para que as receitas e despesas orçamentárias fossem devidamente esclarecidas para a população.

Desta forma, o Estado não vai deter o poder deliberadamente para gastar ou receber da forma que melhor achar, pois encontra-se limitado, para a segurança do contribuinte.

Portanto, com a aplicação do Princípio da Segurança Jurídica e do Princípio da Transparência, a responsabilidade fiscal fica exposta aos olhos do cidadão. A Lei de Responsabilidade Fiscal veio prover uma maior organização e equilíbrio nas contas públicas, deixando o Estado limitado quanto às receitas e despesas.

Referência

COSTA, Regina Helena. Curso de Direito Tributário: Constituição e Código Tributário Nacional. 4 ed, São Paulo: Saraiva, 2014.

HADARA, Kyioshi. Direito Financeiro e Tributário. 26 ed, São Paulo: Atlas, 2017.

LEITE, Harrison. Manual de Direito Financeiro. 5 ed. Salvador: JusPODIVM, 2016

NOVAIS, Rafael. Direito Tributário Facilitado. 3 ed, Rio de Janeiro: Forense, 2018.

ROCHA, Roberval. Direito Tributário. 3 ed. Salvador: JusPODIVM, 2016

Agradecimentos

Agradeço a Deus, por permitir a realização deste trabalho e me deixar chegar até aqui.

Agradeço à minha família, pelo apoio que sempre me deu em minhas escolhas e por sempre estar ao meu lado a cada vitória conquistada.

Agradeço a minha professora orientadora Aline de Oliveira pela disposição em me ajudar e contribuir para meu aprendizado.

SUBMISSÃO DE ANIMAIS À CRUELDADE EM MANIFESTAÇÕES CULTURAIS: ANÁLISE DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 96 / 2017

Darlyane Viana da Silva Costa¹

Marcos José Nogueira de Souza Filho ²

RESUMO

No presente trabalho, busca-se refletir sobre a Emenda Constitucional nº 96/2017 nos aspectos em que foi instaurada, analisando sua questão cultural, sua constitucionalidade e o seu embate com outra norma constitucional de direito fundamental, sendo realizada por meio de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial, inclusive a consulta a *sites* jurídico-científicos e artigos científicos, devido a medida ser recente. A relevância desta pesquisa advém do fato dessa Emenda ser oriunda de mais um embate entre a dignidade animal frente aos interesses humanos, uma discussão que tem sido realizada há décadas, fazendo as pessoas refletir e repensar sobre os direitos dos animais. Verificou-se, enfim, que a Emenda Constitucional nº 96/2017 contraria toda uma ordem normativa constituída, sendo estabelecida arbitrariamente, pois não respeitou uma regra constitucional de direito fundamental, nem os procedimentos formais e materiais para que a vaquejada fosse considerada um PCI (Patrimônio Cultural e Imaterial), muito menos a decisão de um órgão colegiado legítimo, STF (Supremo Tribunal Federal).

Palavras-chave: Emenda. Cultural. Dignidade. Animais. Vaquejada.

ABSTRACT

The aim of this study was to reflect about the Constitutional Amendment n ° 96/2017 in the aspects in which it was established, analyzing its cultural question and constitutionality, as well as its conflict with another constitutional norm of fundamental right. Thus, it was performed a bibliographical review and jurisprudence from juridical-scientific website and scientific articles, because the measure is recent. this research is important because this Amendment arose from another clash between

¹ Graduanda em direito pelo Centro Universitário Unichristus, participante do programa de Iniciação a Docência no período de 2017.2 a 2018. Endereço eletrônico: darlyanevsc@gmail.com

² Mestre em Direito, professor do Centro Universitário Unichristus. Endereço eletrônico: marcosjnsfilho@hotmail.com

animal dignity and human interests, a discussion that has been held for decades, making people think and rethink about animal rights. Finally, it was verified that Constitutional Amendment n ° 96/2017 contradicts a whole normative order constituted, being arbitrarily established, because it did not respect a constitutional rule of fundamental right, nor the formal and material procedures for the vaquejada to be considered a PCI (Cultural and Intangible Heritage), even the decision of a legitimate collegial body, STF (Federal Supreme Court) decision.

Keywords: Amendment. Cultural. Dignity. Animals. Vaquejada.

1 INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços legislativos e jurisprudenciais nos últimos séculos, a proteção aos animais ainda enfrenta resistências quando se depara com grandes interesses econômicos e políticos, o que gera certos retrocessos.

Tem-se como exemplo a Emenda Constitucional da Vaquejada n° 96/2017, que surgiu como uma resposta do Poder Legislativo, apoiado por grandes agropecuários, ao Poder Judiciário, que havia declarado inconstitucional a Lei específica estadual cearense n° 13.364/16. Porém, essa decisão apertada se tornou apenas um precedente, não exercendo uma amplitude nacional

No presente trabalho, há uma reflexão sobre essa medida nos aspectos em que foi instaurada, analisando sua questão cultural, sua constitucionalidade e o seu embate com outra norma constitucional de direito fundamental, sendo realizado por meio de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial.

Essa Emenda acrescenta o §7° ao art.225/CF88, legalizando as práticas como vaquejadas e rodeios por serem atividades desportivas culturais do patrimônio imaterial, envolvidas em constantes discussões de inconstitucionalidade por estar intrínseca em suas atividades a crueldade desnecessária aos animais, que são protegidos pelo art. 225, §1°, VII, que veda a crueldade contra animais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Posicionamento Jurisprudencial Recente

Após muitas discussões em volta do tema, o STF declarou, por meio do julgamento da ADI(Ação Declaratória de Inconstitucionalidade) 4.983 em 10 de Outubro de 2016, ser inconstitucional uma lei cearense que regulamentava a vaquejada, porque a prática em si promovia tratamento cruel aos animais. No entanto, quando acionado para julgar monocraticamente outras decisões, como MS 35.418, Reclamação n. 25.869, a decisão dos Ministros mostrou-se controversa com a do Tribunal Pleno.

No MS 35.418³, o ministro Luiz Fux (voto vencido na ADI 4.983) negou liminar ao pedido impetrado por parlamentar contra a tramitação da PEC 50/2016, por considerar inviável impedir a discussão do tema pelo Congresso Nacional.

Na Reclamação n. 25.869⁴, que o Ministro Alexandre de Moraes(voto vencido na ADI 4.983) negou seguimento contra decisão da Justiça piauiense que autorizou a realização de vaquejada naquele Estado, por considerar que a decisão dotada de eficácia vinculante limitou-se à declaração de inconstitucionalidade da lei cearense.

Como a decisão do Tribunal foi sobre o caso de inconstitucionalidade material e não formal, segundo a Emenda Constitucional n.º 45 /2005, ao alterar o § 2º do artigo 102:

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

Então, o efeito esperado seria o *erga omnes* para demais casos que tratassem da materialidade do assunto, assim os Ministros deveriam de ter respeitado em suas decisões monocráticas a do colegiado. Já se fosse caso de inconstitucionalidade formal, estaria realmente restrita a uma lei específica, pois se refere a procedimentos que não foram seguidos por ela, logo se restringindo a mesma.

Nesse mesmo sentido, Helena Telino leciona o seguinte:

³MATTES, Anita. Análise do reconhecimento legal da vaquejada como patrimônio cultural imaterial brasileiro. Revista Direitos Culturais, Santo Ângelo, v. 13, n. 29, p.1-4, jan. 2018.

⁴MATTES, Anita. Análise do reconhecimento legal da vaquejada como patrimônio cultural imaterial brasileiro. Revista Direitos Culturais, Santo Ângelo, v. 13, n. 29, p.1-4, jan.2018.

Neste diapasão, trata-se de refletir sobre a aplicação da Teoria da Transcendência dos Motivos Determinantes às decisões do STF no exercício do controle concentrado de constitucionalidade. A Teoria da Transcendência dos Motivos Determinantes tem origem na Alemanha e reconhece a eficácia vinculante não apenas à parte dispositiva do acórdão, mas também aos próprios fundamentos que embasaram a decisão. Ou seja: não apenas a conclusão do acórdão, mas também aquilo que serviu de fundamento para o julgado passaria a vincular os demais órgãos do Poder Judiciário e da Administração Pública. Observa-se que apenas as razões principais de decisão (ratio decidendi) vinculariam a Administração Pública e Poder Judiciário, tendo as razões que meramente reforçam a fundamentação (obter dictum) caráter não vinculativo.⁵

Admitindo-se a Teoria da Transcendência dos Motivos Determinantes, o efeito vinculante da decisão que declarou a inconstitucionalidade da Lei Cearense nº 15.299/13 passa a impedir a vaquejada em outros Estados da Federação.

Segundo Helena Telino, a aplicação dessa teoria garante a celeridade e economia processual, além da uniformização constitucional, pois permite a mesma decisão em casos fáticos parecidos, evitando inclusive discussões repetidas.

2.2. Conflito entre Bem Cultural e Bem Ambiental

No Congresso Nacional, com o objetivo de reverter a orientação firmada pelo STF nesse julgamento, foram propostas duas Emendas à Constituição (PEC 50/2106 do Senado Federal e PEC 270/16 da Câmara Federal).

O mesmo Congresso aprovou, em novembro de 2017, a Lei nº 13.364, que elevou a vaquejada e outras práticas, como o rodeio, à condição de manifestações da cultura nacional e de patrimônios culturais imateriais.

Nesse mesmo sentido se deu a aprovação da Emenda Constitucional nº 96 /2017 que inclui § 7º ao art. 225:

Art. 225

§ 7º Para fins do disposto na parte final do inciso VII do § 1º deste artigo, não se consideram cruéis às

⁵ TELINO, Helena. O STF a vaquejada: breves comentários sobre o acórdão da ADI nº 4983. *Jus Brasil*, 6 de Outubro de 2016. Disponível em: < <https://htelino.jusbrasil.com.br/artigos/392865572/o-stf-a-vaquejada-brevs-comentarios-sobre-o-acordao-da-adi-n-4983>>. Acesso em: 25 de maio de 2018

práticas desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 desta Constituição Federal, registradas como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro, devendo ser regulamentadas por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

Contrariando o art. 225 § 1, VII que dispõe:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Essas duas medidas demonstram estar eivadas de controvérsias e incoerências. A primeira é a inclusão de um elemento supostamente relacionado ao capítulo de Educação, da Cultura e do Desporto, a partir da Lei nº 13.364, no capítulo do Meio Ambiente para afastar a incidência de uma norma de direitos fundamentais. Outra incoerência é um texto jurídico definir abstratamente qual princípio constitucional é mais importante que outro.

Seja como for, sobre os conflitos citados anteriormente, que envolvem princípios constitucionais, Ingo Wolfgang Sarlet expõe:

Outrossim, causa espécie o recurso ao instituto da ponderação, que transparece em vários votos em todos os casos (inclusive no da vaquejada) no sentido de sopesar a proteção dos animais e a proibição de crueldade com direitos e princípios conflitantes, como se dá no caso de práticas culturais tradicionais em determinados ambientes.

O equívoco que aqui se busca desnudar, ao menos para efeitos de reflexão mais crítica, reside no fato de que a proibição de crueldade com os animais, a exemplo da proibição da tortura e do tratamento desumano ou degradante, assume a feição quanto à sua estrutura normativa, de regra estrita, que proíbe determinados comportamentos. Tal regra já corresponde a uma “ponderação” prévia levada a efeito pelo constituinte e, por isso, não pode ser submetida a balanceamento com outros princípios e direitos. “Nessa toada, qualquer manifestação cultural

religiosa ou não, somente será legítima na medida em que não implique em crueldade com os animais.⁶

Outro questionamento diz respeito ao carácter da prática. O que define que uma prática seja cultural? A simples imposição de uma lei ou o costume? Isso é discutido adiante.

2.3. Vaquejada como Patrimônio Cultural

A prática da vaquejada, inicialmente, ocorre por volta do século XVII e XVIII, quando após o período de chuvas, os vaqueiros que trabalhavam nas fazendas tinham que juntar o gado, inclusive aqueles que fugiam, estes eram trazidos arrastados pelo rabo. Com o tempo, essa atividade foi se tornando heroica nas regiões, passou a premiar os melhores vaqueiros com dinheiro e prêmios, concomitantemente, festividades surgiram em torno da atividade, até então a vaquejada tem suas raízes como prática cultural e a crueldade submetida aos animais mostra-se necessária diante do contexto, não recebendo vedação constitucional.

No entanto, essas atividades foram crescendo, reunindo em torno um grande comércio, como leilões de animais e venda de rações. A modalidade tornou-se sofisticada e esportiva, acontecendo em arenas, com limites de pistas de 8 a 10 metros e o uso de cavalos de raça. De acordo com a Associação Brasileira da Vaquejada (ABVAQ) “estima-se que, para se tornar um vaqueiro, atualmente há um investimento inicial de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e que é uma indústria que movimenta cerca de R\$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de reais).”⁷

O lucro e o consumo passaram a centralizar a atividade, deixando sua prática cultural muito distante, sendo mais um motivo para a controvérsia de classificá-la como patrimônio cultural e imaterial.

O próprio IPHAN, oficialmente, mostrou-se contrário ao reconhecimento pelo Poder Legislativo Federal da vaquejada como patrimônio cultural imaterial, pois é uma medida que iria de encontro com toda a política formal

⁶SARLET, Ingo Wolfgang. A Proteção dos animais e o papel da jurisprudência constitucional. *Consultor Jurídico*, 24 de jun 2016. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/2016-jun-24/protecao-animais-papel-jurisprudencia-constitucional> >. Acesso em: 25 de maio de 2018.

⁷GONÇALVES, Roberto. Vaquejada uma tradição que aquece a economia do Nordeste. *Cada Minuto*, 30 de nov de 2016. Disponível em: < <https://www.cadaminuto.com.br/noticia/296027/2016/11/30/vaquejada-uma-tradicao-que-aquece-a-economia-no-nordeste> >. Acesso em: 23 de maio de 2018.

e material utilizada e conquistada para o reconhecimento de patrimônio cultural e imaterial. Em ofício enviado em 8 de novembro de 2016 ao presidente do Senado, Sen. Renan Calheiros, a presidente do IPHAN declara não reconhecer a constitucionalidade do projeto que eleva a vaquejada à condição de PCI do Brasil:

Visto que não atende aos princípios e procedimentos da tão bem consolidada política de patrimônio imaterial, instituída pelo Decreto nº 3551, de 4 de agosto de 2000, e nem à Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, de 2003, ratificada pelo Brasil em 2006 pelo Decreto Legislativo nº 22 e promulgada pelo Decreto Presidencial nº 5.753, de 12 de abril de 2006.⁸

Logo, considera-se que a vaquejada foi colocada como PCI do Brasil de forma arbitrária, pois não respeitou sequer a participação popular que é um elemento de fundamental importância, nem o longo processo para a aferição, muito menos os requisitos presentes no § 2º do art. 1º do Decreto 3551/2000 "a inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira".

3 MÉTODOS

No tocante à metodologia utilizada, adotou-se as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental em sites jurídicos, artigos científicos, decisões jurisprudenciais e matérias de revistas, devido ao tema se referir a uma medida legislativa recente, em que se busca entender o possível arcabouço dessa medida, geradora de inúmeras polêmicas, antes mesmo de sua propositura, pois a questão da crueldade imposta aos animais em atividades de lazer humano encontra-se muito discutida há tempos e longe de uma uniformidade de entendimento. Em paralelo, analisou-se artigos da Constituição Federal de 1988 e do Decreto nº 3551/2000, considerando que eles têm conexão direta com o tema em questão.

⁸MATTES, Anita. Análise do Reconhecimento legal da Vaquejada como patrimônio cultural imaterial brasileiro. *Revista Direitos Culturais*, Santo Ângelo, v. 13, n. 29, p.1-4, jan. 2018.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como aludido anteriormente, apesar das inovações, a crueldade imposta aos animais não foi superada, pois é intrínseca à atividade e diante de toda uma mudança de contexto, que a transformou em mais onerosa do que cultural, tornou-se uma prática exibicionista e espetacularizada, sendo uma crueldade gratuita imposta aos animais, logo desnecessária, recebendo inclusive vedação constitucional no art. 225 §1º, VII, CF/88.

Esse critério da necessidade é justamente o elemento determinante e delimitador do que seria a crueldade expressa nesse dispositivo constitucional.

Presente no julgado da ADIn 3.776⁹, no STF, cujo relator foi o ministro Cezar Peluso, em que se entendeu inconstitucional lei estadual que considera rinhas e brigas de galo como atividades esportivas, pelo tratamento cruel submetido às aves, por violar o art.225, § 1º, VII, da CF/88.

Também presente no julgado da ADIn 1.856¹⁰, no STF, tendo como relator o ministro Celso de Mello, em que tratava da 'farra do boi', determinando que as tradições culturais não têm o condão de vulnerar a vedação constitucional de crueldade a animais.

Por muito tempo, a proteção aos animais era baseada pela corrente antropocêntrica (de origem kantiana, em que apenas quem tem dignidade é o Homem), que determina essa proteção de acordo com a utilidade que esses seres possuíam ao ser humano. Nesse sentido, quaisquer outros objetivos poderiam se sobrepor a isso, como a atividade econômica. Então tudo dependeria dos desígnios humanos.

Nas últimas décadas, a corrente biocêntrica (defendida por Jeremy Betham¹¹ que atribui a proteção aos animais como um fim em si mesmo pelo fato de

⁹BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 3776/DF - Distrito Federal. Relator: Ministro Cezar Peluso. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, 29 de jun de 2007. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/pesquisarInteiroTeor.asp#resultado>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

¹⁰BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 1.856/DF - Distrito Federal. Relator: Ministro Celso de Mello. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, 26 de maio de 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/pesquisarInteiroTeor.asp#resultado>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

¹¹ ODON, Daniel Ivo. Ensaio sobre os direitos mínimos não-humanos: uma reflexão à proteção dos animais. Revista jurídica. São Paulo: Iob, 06/2017.

haver uma dignidade universal, não apenas a humana) tem se destacado em leis de proteção ambiental, nas Constituições e na jurisprudência.

No Brasil, um grande marco desta tese foi o art.225 da CF/88, que consagrou a dignidade a que esses seres têm direito, por meio da vedação da crueldade contra os animais e o dever do poder público de protegê-los. Seria o que se denomina hoje de “direitos fundamentais básicos dos animais”, como o direito de existir, de não ser maltratados, de não sofrer e de viver em seu hábitat.

Como exemplo jurisprudencial brasileiro dessa ótica biocêntrica, pode-se citar o voto do ministro Barroso na ADIn nº 4.983:

O embate entre aqueles que defendem o reconhecimento de direitos aos animais e aqueles que buscam defender apenas medidas que assegurem o bem-estar das demais espécies sencientes é intenso. Mas, nele, não há vencedores nem perdedores. Ambos os lados contribuem para a formação de uma nova consciência sobre a necessidade de se atribuir aos animais um valor moral intrínseco. Portanto, embora suas posições filosóficas sejam opostas em aspectos fundamentais, é possível afirmar que intelectuais de ambos os lados têm um objetivo em comum: inspirar as pessoas a repensar a posição moral dos animais e incentivá-las a mudar seus valores e a questionar seus preconceitos quanto ao tratamento que dispensam a eles. Não é preciso escolher um dos lados para enfrentar a questão ora em exame (BRASIL. Supremo Tribunal Federal, Ação direta de inconstitucional

dade nº 4.983 – Ceará).¹²

Essa sciência citada pelo Ministro refere-se justamente ao reconhecimento que os animais são seres que tem a capacidade de sentir, não apenas de existir. Seria mais fácil as pessoas atribuírem sciência e respeitá-los por isso, quanto mais próximos alguns animais são do Homem, pois lhes despertam empatia; por outro lado quanto mais distantes, mais dificuldade a humanidade tem

¹²BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 4.983/DF - Distrito Federal. Relator: Ministro Luís Roberto Barroso. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, 2 de jun de 2016. Disponível em:< <http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/pesquisarInteiroTeor.asp#resultado>>. Acesso em: 20 de maio de 2018.

de atribuir a sciência. Essa é a teoria dos círculos de afinidade de Daniel Ivo Odon.¹³

5 CONCLUSÃO

Diante de todo o arcabouço exposto, a aprovação da Emenda Constitucional nº 96/2017 pode ser considerada uma contrariedade à ordem que as instituições deveriam fortalecer para manter suas funções sociais e públicas com carácter geral e imperativo, sendo que o intuito não é engessar discussões ou entendimentos, e sim fortalecer a segurança jurídica.

Esse entendimento advém do fato de haver inúmeras contradições em sua instituição e aprovação, como o afastamento de uma regra constitucional de direitos fundamentais (que tem aplicabilidade, não cabendo sequer o sopesamento), a desconsideração das formalidades e das substâncias para a instauração de um PCI (Patrimônio Cultural e Imaterial) e a indiferença em relação a uma decisão de um órgão colegiado legítimo como o STF.

Entende-se também que a vaquejada já foi um bem cultural. No entanto, moldura-se atualmente mais como uma atividade econômica com objetivos esportivos e de lazer, como muitas outras atividades que utilizam animais para a espetacularização. Logo, a crueldade imposta aos animais não deve ser tolerada, pois é desnecessária, sendo mera crueldade gratuita, o que desrespeita a dignidade básica dos animais.

¹³ ODON, Daniel Ivo. Ensaio sobre os direitos mínimos não-humanos: uma reflexão à proteção dos animais. Revista jurídica. São Paulo: Iob, 06/2017.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Juliana Lima de et al. Sobre a vedação constitucional de crueldade contra animais. **Revista Rbda**, Salvador, v. 13, n. 01, p.1-4, abr. 2018.

BARROS, Geuza Leitão. Vaquejadas e sua proibição. Fortaleza: **ABC Editora**, 04/1999.

BECHARA, Erika. Circos, animais, crueldade e inconstitucionalidade. **Revista de direitos difusos**. São Paulo: IBAP, 09/2010.

CÂMARA, Ana Stela Mendes. A proteção da fauna e a vedação ao tratamento cruel contra os animais no Brasil: da constituição à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. **Revista Interagir: Unichristus - Centro Universitário Christus**. Fortaleza: Faculdade Christus, 10/2016 A 12/2016.

DINIZ, Maria Helena. Ato de crueldade ou maus tratos contra animais: um crime ambiental. **Revista Rbda**, Salvador, v. 13, n. 1, p.1-4, abr. 2018.

MATTES, Anita. Análise do reconhecimento legal da vaquejada como patrimônio cultural imaterial brasileiro. **Revista Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 13, n. 29, p.1-4, jan. 2018.

ODON, Daniel Ivo. Ensaio sobre os direitos mínimos não-humanos: uma reflexão à proteção dos animais. **Revista jurídica**. São Paulo: Iob, 06/2017.

SILVESTRE, Gilberto Fachetti et al. A tutela jurídica material e processual da sciência animal no ordenamento jurídico brasileiro: análise da legislação e de decisões judiciais. **Revista Rbda**, Salvador, v. 13, n. 1, p.01-04, abr. 2018

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 3776/DF – Distrito Federal. Relator: Ministro Cezar Peluso. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, 29 de jun de 2007. Disponível em:<<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/pesquisarInteiroTeor.asp#resultado> >. Acesso em: 20 de maio de 2018.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade nº 1.856/DF – Distrito Federal. Relator: Ministro Celso de Mello. Pesquisa de Jurisprudência, Acórdãos, 26 de maio de 2011. Disponível em:<<http://www.stf.jus.br/portal/inteiroTeor/pesquisarInteiroTeor.asp#resultado> >. Acesso em: 20 de maio de 2018.

DO LIBERALISMO CLÁSSICO AO NEOLIBERALISMO: UM ESTUDO SOBRE LIBERDADE E IGUALDADE

Débora Maria Martins¹

Jacqueline Alves Soares²

RESUMO

A economia aumentou sua interferência, de forma direta e indireta, na sociedade como um todo e no Estado. Diversas correntes da teoria política trabalharam essa problemática sob diferentes prismas, aqui perseguimos o caminho trilhado por Norberto Bobbio na obra “Liberalismo e Democracia”, fazendo ilações sobre a compatibilidade entre democracia e liberalismo, como regime de governo e filosofia política, respectivamente, mais precisamente atualizando esse debate a partir do paradigma neoliberal. Diante disso, foi analisada a visão de tais princípios (liberdade e igualdade) em diversas correntes, buscando as divergências e as semelhanças entre cada uma. De forma principal, tentou-se entender se o modelo neoliberal corrompeu ou não a democracia, ou até se são incompatíveis. Em termos metodológicos, foi feita uma pesquisa bibliográfica qualitativa, com destaque, de forma principal, da pesquisa para as palavras-chave neoliberalismo, igualdade e liberdade. Para avivar Bobbio, recorreu-se a literatura de Milton Santos, Pierre Dardot e Christian Laval, Tzvetan Todorov, dentre outros. Aqui, tentou-se entender as consequências da fase neoliberal para esses princípios anteriormente citados. O objeto do presente estudo surgiu a partir da experiência do programa de monitoria e iniciação à docência do curso de Direito da Unichristus (2017.2 à 2018.1) junto à disciplina de Ciência Política e Teoria do Estado em que se percebeu a necessidade de inserção do tema e atualização do conteúdo programático básico e desatualizado da disciplina que tende a finalizar no paradigma da Constituição Federal de 1988 e no Estado Democrático e Social de Direito. Pode-se perceber, de forma sucinta, que a democracia foi alterada e esvaziada pelo neoliberalismo e, principalmente, pela sua relação com a economia, mostrando-se diferente do seu projeto original, o qual, na

¹ Graduanda do 4º semestre, Direito, UNICHRISTUS, vinculada a universidade pelo Programa de Iniciação à Docência da Disciplina de Ciência Política e Teoria Geral do Estado. E-mail: deboramariamartins123@gmail.com

² Mestre, Direito, professora da UNICHRISTUS. E-mail: jacsoares81@gmail.com

Antiguidade, significava a busca pela distribuição do poder entre todos os sujeitos de uma sociedade. Ademais, entendeu-se que a liberdade, apesar de invocada por essa corrente de pensamento, às vezes, foi suprimida para a defesa dos valores do próprio modelo.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Democracia formal. Democracia substancial. Liberdade.

ABSTRACT

The economy increased its interference, directly and indirectly, in society as a whole and in the State. Several currents of political theory have worked on this problem under different prisms, here we pursue the theory taken by Norberto Bobbio in the book "Liberalism and Democracy", making inferences about the compatibility between democracy and liberalism, more precisely updating this debate from the neoliberal paradigm. In view of this, the vision of such principles (freedom and equality) was analyzed in several currents, searching for the divergences and the similarities between each one. In the main, it was tried to understand if the neoliberal model corrupted or not the democracy, or even if they are incompatible. In methodological terms, a bibliographical research was carried out, mainly highlighting the research for the key words neoliberalism, equality and freedom. To revive Bobbio, literature was used by Milton Santos, Pierre Dardot and Christian Laval, Tzvetan Todorov, among others. Here we have attempted to understand the consequences of the neoliberal phase for these principles. The objective of the present study was based on the experience of the program of initiation to teaching of the course of Law of Unichristus (2017.2 to 2018.1) in the discipline of Political Science and State Theory in which it was realized the necessity of insertion of the subject and updating of the basic and outdated programmatic content of the discipline that tends to end in the paradigm of the Federal Constitution of 1988 and in the Democratic and Social State of Law. It can be seen, in a succinct way, that democracy was altered and emptied by neoliberalism and, mainly, by its relation with the economy, showing itself different from its original project, which, in antiquity, meant the search for the distribution of the power between all the subjects of a society. In addition, it was understood that freedom, although invoked by this current of thought, was sometimes suppressed for the defense of the values of the model itself.

Keywords: Neoliberalism. Formal democracy. Substantial democracy. Freedom.

1 INTRODUÇÃO

A economia, desde a emancipação religiosa e econômica, passou a ter bastante influência na vida dos indivíduos. No início da Idade Moderna, a partir do fim do modelo feudal, em que a economia deixou de ser familiar e se tornou mercantil, ela ganhou força e reconhecimento no poder estatal e na sociedade como um todo. Essa interferência se encontrou muito além dos preços mercantis, inflação, entre outros semelhantes. Entre esses elementos que foram, diretamente ou indiretamente, influenciados, encontrou-se a democracia, principalmente, a igualdade. Diante de tal princípio, questionou-se se podia aceitar a sua coexistência ou não com a liberdade.

Desde o liberalismo clássico, como filosofia política, discutiu-se a problematização do alcance do sentido da igualdade e a relação de coexistência ou não com o elemento igualdade. Diante disso, percebeu-se que a democracia, que tentou trabalhar fortemente a equidade, foi reduzida de substancial – preocupação com igualdade material- a formal – representativa-. Assim, esse regime de governo perdeu suas características antigas, perceptíveis, principalmente, na democracia direta, a partir da distribuição do poder entre todos os sujeitos, para se tornar algo que diz respeito, de uma grande forma, a fruição econômica.

Dessa maneira, questionou-se, assim, quais foram as principais diferenças entre neoliberalismo e liberalismo clássico e a relação de coexistência da liberdade e da democracia na atualidade.

Entre os objetivos dessa pesquisa, tentou-se investigar a relação entre democracia e liberdade provocada pelo modelo neoliberal, tentando entender se o princípio que o neoliberalismo invocou em seu próprio nome auxiliou ou desvirtuou o processo e a existência democrática, principalmente no que disse respeito à soberania popular. Por fim, procurou-se entender de que forma o neoliberalismo permitiu ou não a coexistência da liberdade e da igualdade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 BREVE ABORDAGEM DO ESTADO PRÉ FASE NEOLIBERAL

Como grande expressão da Antiguidade, destacou-se a polis grega, a qual se caracterizava como uma república democrática direta, restringindo-se apenas no poder do próprio povo.

Considerou-se, então, dentro dessa estrutura, o povo como titular direto do poder. Foi dentro desse sistema que a coletividade considerada como uma instituição natural e necessária surgiu, elevando-a em relação ao individual. Esse pensamento foi trabalhado pela doutrina organicista.³

Entretanto, para os modernos, a ideia de liberdade e democracia a ser trabalhada no presente trabalho surgiu com o nascimento do liberalismo político, o qual se caracterizou como resultado direto da emancipação do poder. A emancipação religiosa, com o surgimento da neutralidade religiosa estatal, e a libertação econômica, advinda da queda do sistema feudal e da ascensão da livre aquisição de bens.⁴

Tornou-se imprescindível esclarecer que, como anteriormente citado, o liberalismo nasceu com o fito de limitar o poder, criando, assim, mecanismos para que isso pudesse ocorrer de forma efetiva. O principal deles foi o Estado de Direito⁵.

No tocante a relação entre liberalismo e democracia na visão dos modernos, deveu-se entender, primeiramente, que a democracia se sustentou sobre a perspectiva da igualdade, com grande foco na material. Acerca dessa lógica, tal encandeamento passou a entender que liberdade e igualdade não podem coexistir em uma sociedade. Para o liberal, o relevante foi o desenvolvimento da personalidade baseada no individualismo, ainda que esta fosse a mais rica e dotada. Entretanto, o igualitário pregou a ideia de um desenvolvimento comum. Os liberais, na tentativa de conciliar esses dois termos, afirmaram que a única maneira de esses dois elementos

³ BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 45.

O organicismo é um pensamento defensor do pressuposto de a sociedade ser formada por partes, com uma relação de interdependência, que passam a concorrer para um todo, permitindo, então, a retirada da autonomia individual.

⁴ BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 22.

⁵ O Estado de Direito consiste em um governo que deve ser exercido nos limites da lei.

não se apresentarem como antitéticos foi a igualdade na liberdade: que todos devem ter o mesmo nível de liberdade que os outros.⁶

Então, entendeu-se que a única forma de compatibilidade entre esses dois elementos é um esvaziamento da igualdade, que pode trazer uma minimização da democracia, o que será trabalho mais adiante.

Sob diferente viés, afirmou-se que o liberalismo político e a democracia poderiam ter uma combinação que levaria a um fim comum, visto que o Estado liberal nasceu da luta contra o abuso de governantes, que passava a limitar direitos, e a democracia, ao proporcionar a participação no poder do maior número de cidadãos, seria o melhor remédio contra esse abuso. Os indivíduos, no regime político democrático, teriam uma maior facilidade, ao fazerem parte do sistema de poder, de se defenderem de eventuais abusos. O ideal liberal da proteção de direitos para o correto funcionamento social foi abarcado pela democracia, tornando-se um relevante instrumento desse regime político. Assim, atualmente, apenas os Estados democráticos protegem os direitos do homem, entre eles, a liberdade.⁷

Outro aspecto relevante é a alegação que o liberalismo e a democracia nasceram de uma mesma concepção: o indivíduo. Embora esses dois regimes nasçam de um mesmo parecer, eles se tornam diversos posteriormente. O liberalismo passou a entender o homem que se destacou do grupo natural e conquistou seu campo pessoal, enquanto a democracia trabalhou com partes autônomas que, juntas, começam a existir, com vida própria, em busca de um fim comum. O primeiro entendimento lutou pela diminuição da esfera de ação do poder público e o segundo buscou a reconstrução desta.⁸

Convém enaltecer o fato de o liberalismo defender o indivíduo e a sua capacidade de se autoformar, de ele sozinho fazer suas próprias escolhas. Em contrapartida, a democracia tentou superar isso buscando uma superação do

⁶ BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 39-40.

⁷ BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 42-44.

⁸ BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 45-48.

isolamento para a formação de uma sociedade sem abuso de poder, com a formação de partes independentes que juntas formam uma totalidade.⁹

Há concepções diferentes sobre a conjunção entre liberalismo e democracia, podendo considerá-los conciliáveis, inconciliáveis e fortemente ligados.¹⁰

Em suma, pareceu-se que não é totalmente despropositado tentar relacionar igualdade e liberdade ou democracia e liberalismo, embora se perceba uma divergência no conceito de liberdade entre os antigos e os modernos: liberdade de participação de todos no poder e autonomia de fruição privada, assim como o tipo de democracia nessas diferentes épocas: democracia direta e indireta. Esses dois elementos podem, então, ter diferentes perspectivas, desde seu nascimento a partir de uma matéria comum até a compilação para um fito compartilhado, e combinações quanto a sua coexistência. Contudo, entendeu-se que a democracia foi, de certa forma, alterada e esvaziada, passando de material para formal, para poder ser encaixada no liberalismo.

O Estado Social nasceu a partir da crise do liberalismo. Essa nova fase estatal surgiu porque, no período anterior, a burguesia levantou luta e revolta social, trazendo seus interesses como ideais comuns a todos da sociedade. Entretanto, a partir do momento que chegou ao poder, ela não tratou mais da universalidade daquelas reivindicações.¹¹

Essa passagem não ocorreu de forma instantânea, entretanto foi solidificada no contexto histórico da Primeira Guerra Mundial e da Crise de 29, em que houve a queda de bolsa de valores em Nova York, mostrando, então, que era impossível executar uma sociedade baseada puramente no capitalismo e no liberalismo.¹²

⁹ BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 45-48.

¹⁰ BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 53.

¹¹ BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 42.

¹² PEIXOTO, Maurício Muriack de Fernandes e. Do constitucionalismo social ao desconstitucionalismo neoliberal: uma análise da historicidade do movimento constitucional no início do século XXI sob uma perspectiva da reconstrução fraternal do humanismo. **Amicus Curiae**, Santa Catarina, v. 8, n. 8, p. 1-28, 2011, p. 7-8. Disponível em <<http://periodicos.unesc.net>> Acesso em 31 mar. 2018.

Diante da queda do Estado liberal, houve uma mudança de perspectiva filosófica que auxiliou a ascensão do social. Entendeu-se, então, que não se deve mais buscar correr contra o Estado, buscando a liberdade contra ele, e sim nele. Ao contrário, ele expandirá seus fins e se mostrará totalitário, suprimindo, de fato, a democracia e a liberdade.¹³

É conveniente destacar que a conservação da democracia se deu pelo surgimento do novo entendimento de que era preciso o respeito a liberdade e ao individualismo, garantindo direitos fundamentais, mas também era relevante a observação dos problemas sociais, intervindo com políticas públicas.¹⁴

Destarte, o conceito de liberdade muda, saindo da concepção liberal-burguês, sustentada pelo sentimento antioletivista, entrando na ideia social de liberdade.¹⁵

Torna-se imprescindível esclarecer que a presença da burguesia tanto no Estado liberal quanto no social se mostrou como importante característica das duas fases estatais, uma vez que quando o domínio da burguesia era completo, tinha-se o liberalismo. Em contrapartida, quando o controle do Estado passou a ser mais misturado, não em completo controle da classe burguesa, ele passou a possuir uma mescla de classes que tinham o fito de mitigar conflitos sociais.¹⁶

Essa nova fase do Estado absorveu determinados valores que surgiam com a evolução social, como o voto universal, trazendo inúmeras pressões sociais que forçam, de fato, a desistência de um poder estatal absenteísta.¹⁷

¹³ BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 86.

¹⁴ BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 140.

¹⁵ BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 180-181.

¹⁶ BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 184-185.

¹⁷ PEIXOTO, Maurício Muriack de Fernandes e. Do constitucionalismo social ao desconstitucionalismo neoliberal: uma análise da historicidade do movimento constitucional no início do século XXI sob uma perspectiva da reconstrução fraternal do humanismo. **Amicus Curiae**, Santa Catarina, v. 8, n. 8, p. 1-28, 2011, p. 8-9. Disponível em <<http://periodicos.unesc.net>> Acesso em 31 mar. 2018.

Convém enaltecer algumas das formas que o Estado passa a participar mais da economia: a partir da sua função alocativa, subsidiando a economia em partes ou momentos que a iniciativa privada não fosse suficiente. Ademais, tem-se a função distributiva, a qual se caracteriza pela utilização do orçamento público para promover uma menor desigualdade material.¹⁸

Se antes, no liberalismo clássico, apenas a liberdade de fruição privada era garantida juridicamente, no Estado social, a igualdade e a solidariedade foram garantidas da mesma maneira, agora, de forma principal pela Constituição.¹⁹

Houveram, entretanto, críticas a essa fase estatal. Dentre elas, destacou-se o fato do aumento da dependência do indivíduo, devido a grande intervenção do Estado, passando a se achar impossibilitado de prover certas necessidades existenciais mínimas.²⁰

Destarte, o Estado Social passou por uma crise representada pelo marco histórico da dissolução do bloco da União Soviética e da derrubada do muro de Berlim. Esses eventos elencados tiveram influência ao tentar demonstrar que as ideias socialistas, contrárias às capitalistas, eram inviáveis de concreção, sendo, então, o liberalismo o único possível a ser instalado mundialmente.²¹

Em suma, cada fase possuiu uma concepção diferente da relação entre liberdade e igualdade, esta mais valorizada no Estado Social e aquela no liberalismo.

2.2 O NEOLIBERALISMO E A NOVA ORDEM SOCIAL

2.2.1 QUAL LIBERDADE?

¹⁸ O autor cita que tais funções vão acontecer dominando a relação entre os instrumentos orçamentários-financeiros, monetários e cambiais.

PEIXOTO, Maurício Muriack de Fernandes e. Do constitucionalismo social ao desconstitucionalismo neoliberal: uma análise da historicidade do movimento constitucional no início do século XXI sob uma perspectiva da reconstrução fraternal do humanismo. **Amicus Curiae**, Santa Catarina, v. 8, n. 8, p. 1-28, 2011, p. 9-11. Disponível em <<http://periodicos.unesc.net>> Acesso em 31 mar. 2018.

¹⁹ PEIXOTO, Maurício Muriack de Fernandes e. Do constitucionalismo social ao desconstitucionalismo neoliberal: uma análise da historicidade do movimento constitucional no início do século XXI sob uma perspectiva da reconstrução fraternal do humanismo. **Amicus Curiae**, Santa Catarina, v. 8, n. 8, p. 1-28, 2011, p. 11. Disponível em <<http://periodicos.unesc.net>> Acesso em 31 mar. 2018.

²⁰ BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2013, p. 201.

²¹ PEIXOTO, Maurício Muriack de Fernandes e. Do constitucionalismo social ao desconstitucionalismo neoliberal: uma análise da historicidade do movimento constitucional no início do século XXI sob uma perspectiva da reconstrução fraternal do humanismo. **Amicus Curiae**, Santa Catarina, v. 8, n. 8, p. 1-28, 2011, p. 11-12. Disponível em <<http://periodicos.unesc.net>> Acesso em 31 mar. 2018.

Teve-se como marco histórico do início do neoliberalismo, principalmente, os problemas do Estado de bem-estar social, o qual já não conseguiu abarcar todas aquelas áreas - assistencialismo em saúde, educação, entre outras semelhantes - com o orçamento público e a mobilidade do capital especulativo e produtivo.²² Entre os defensores desse modelo, pode-se citar Milton Friedman e Friedrich Hayek.

Entre as principais características do modelo neoliberal, de uma forma geral, tem-se a mudança da ideia clássica de soberania nacional, alteração essa caracterizada pela criação de blocos econômicos que submetem os países a uma ordem transnacional. Ademais, mostrou-se a diminuição da interferência estatal nos direitos econômicos, sociais e culturais, de segunda geração, e a desregulamentação das atividades econômicas, com o fito de que o próprio mercado imponha suas regras.

23

Pierre Dardot e Christian Laval, reforçando a ideia de transformação da vida humana, em geral, como mercadoria²⁴, afirmaram que a concorrência se tornou o princípio-base do neoliberalismo, derivando-se, então, a ideia de que ela é o motor do progresso das sociedades. Assimilou-se, destarte, a um combate pela sobrevivência na sociedade neoliberal.²⁵ Sob outra perspectiva, para Milton Santos, a concorrência vigorava no passado do capitalismo. Esse combate entre agentes se mostrou saudável, trazendo melhores resultados, pois se respeitavam alguns mandamentos.

²² PEIXOTO, Maurício Muriack de Fernandes e. Do constitucionalismo social ao desconstitucionalismo neoliberal: uma análise da historicidade do movimento constitucional no início do século XXI sob uma perspectiva da reconstrução fraternal do humanismo. **Amicus Curiae**, Santa Catarina, v. 8, n. 8, p. 1-28, 2011, p. 11-13. Disponível em <<http://periodicos.unesc.net>> Acesso em 31 mar. 2018.

²³ PEIXOTO, Maurício Muriack de Fernandes e. Do constitucionalismo social ao desconstitucionalismo neoliberal: uma análise da historicidade do movimento constitucional no início do século XXI sob uma perspectiva da reconstrução fraternal do humanismo. **Amicus Curiae**, Santa Catarina, v. 8, n. 8, p. 1-28, 2011, p. 15-16. Disponível em <<http://periodicos.unesc.net>> Acesso em 31 mar. 2018.

²⁴ Nesse aspecto, o autor afirmou que todo indivíduo se tornou uma mercadoria, uma vez que, atualmente, tornou-se comum ter estudos universitários pagos, contas de poupança individual, entre outros, ou seja, investimentos sob o próprio indivíduo. Isso foi um importante aspecto da “capitalização da vida individual”.

²⁵ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 54.

No entanto, a competitividade tomou o lugar dela, eliminando qualquer tipo de compaixão e tomando a guerra como lei básica desse modelo.²⁶

Embora os autores discordem da nomeação utilizada, ambos concordam com a ideia geral de que se pode perceber um esvaziamento da esfera de liberdade do indivíduo, uma vez que se o sujeito não buscar ser sempre o melhor, da forma que o modelo neoliberal trabalhou, tem-se a repreensão. Como ilustração de um tipo de sanção que pode ser sofrida em caso de desobediência do modelo competitivo ou concorrencial, tem-se a perda de posições ou a total exclusão do sistema econômico. Assim, buscou-se sempre derrubar o outro, evitando que haja punições como essas anteriormente citadas.²⁷ Em suma, o homem que viveu no neoliberalismo não teve mais a capacidade de escolher seguir a vida da forma que quisesse, a única maneira possível seria a que o neoliberalismo impôs, pautada pela concorrência ou competitividade.²⁸

O modelo neoliberal trouxe a ideia de que seus princípios precisaram ser mais aceitos do que compreendidos, enaltecendo-se, então, a crença na sua inevitabilidade. Não se tornou mais preciso entender, porque ele não aceitou discussão. Em caso de desobediência, os agentes são expulsos.²⁹ Todos, de qualquer maneira, independente da opinião em relação a isso, tiveram que se ajustar a seus mandamentos.³⁰ Assim, o sujeito não teve mais a liberdade de entender ou sequer questionar o modelo em que se encontrou inserido, ferindo uma das mais básicas noções de autonomia individual.

Essa característica legitimou o aumento do individualismo, aspecto que se mostrou como corolário da concorrência, em vários aspectos da vida.

²⁶ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 46.

²⁷ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 57.

²⁸ No presente trabalho, utilizar-se-á competitividade e concorrência como sinônimos, apesar da distinção de Milton Santos.

²⁹ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 45.

³⁰ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo(Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 23.

[...] individualismos na vida econômica (a maneira como as empresas batalham umas com as outras); individualismos na ordem da política (a maneira como os partidos frequentemente abandonam a ideia de política para se tornarem simplesmente eleitores); individualismos na ordem do território (as cidades brigando umas com as outras, as regiões reclamando soluções particularistas). Também na ordem social e individual são individualismos arreatadores e possessivos, que acabam por constituir o outro como coisa[...]³¹

É conveniente esclarecer que os neoliberais, como alguns autores anteriormente citados, afirmaram haver uma necessidade de intervenção estatal que desenvolvesse e garantisse respeito ao mercado concorrencial. Assim, entendeu-se que o neoliberalismo misturou a concepção de nova face da intervenção pública com sistema baseado na concorrência.³² O Estado teve como função “[...] de um lado, construir mercados que sejam os mais concorrenciais possíveis no âmbito mercantil; de outro, fazer a lógica de concorrência intervir no próprio âmbito da ação pública. [...]”³³ Observou-se, destarte, que, nas políticas neoliberais, o Estado não foi totalmente absenteísta, como pensou o senso comum. Ele pode ser invocado, porém, apenas com o fito de auxiliar e facilitar as ideias defendidas pelo sistema.

No que diz respeito ao indivíduo, o neoliberalismo passou a ser demasiadamente exaltado como um valor a proteger. Tudo o que dizia respeito ao regime político e à limitação dos poderes no Estado de Direito teve como fim apenas o zelo a este elemento.³⁴ Embora o zelo ao sujeito seja um princípio relevante para o modelo neoliberal, analisou-se que depois dos eventos ocorridos em 11 de setembro de 2001, os Estados, ainda que ditos neoliberais, passaram a controlar de forma significativa as liberdades civis, mas deixando em total abertura as liberdades dos agentes econômicos.³⁵

Apesar de o neoliberalismo invocar a liberdade e o indivíduo por si só como elementos bastante relevantes a prezar, teve-se a restrição de tal autonomia individual

³¹ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 47.

³² DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 69.

³³ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 303.

³⁴ TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. Tradução Joana Angélica d’Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 90.

³⁵ TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. Tradução Joana Angélica d’Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 102.

de várias formas e em diferentes ocasiões. Concluiu-se, então, essa parte invocando o próprio título desta. Qual a liberdade que esse sistema defendeu?

Depreendeu-se, assim, que a autonomia defendida pelo sistema não foi, muitas vezes, a do indivíduo por si só, e sim a dos envolvidos de forma direta no processo econômico. Assim, a autonomia da maioria foi suprimida em virtude dos próprios valores do neoliberalismo.

2.2.2 QUAL IGUALDADE?

Como consequência do neoliberalismo, percebeu-se que o elemento igualdade também possuiu seu sentido alterado.

Atualmente, falou-se bastante em terceiro setor, o qual consistiu em instituições privadas que promoveram políticas sociais, uma vez que o pressuposto neoliberal da competitividade não permitiu que o Estado fosse solidário. Diante disso, foram elas que fizeram as escolhas de quem ajudaram e de quem deixaram de fora do seu alcance de auxílio.³⁶

Diante da citação acima, percebeu-se que o caráter social estatal foi diminuído de forma considerável. O privado ficou com a função pública e social, mas sempre fazendo alterações para que essa solidariedade pudesse ser feita de acordo com sua vontade e sem regulamentação estatal.

O próprio indivíduo passou a ser visto como um produto mercantil. Pode-se perceber tal adversidade a partir dos exemplos, citados por Dardot e Laval, de criação de poupança individual para aspectos da vida pessoal como aposentadoria e estudos universitários, entre outros semelhantes, e investimentos a serem utilizados em um futuro distante. Isso consistiu na “capitalização da vida individual.”³⁷

Destarte, a população passou a ser vista, pelo Estado, como um meio para a concretização da disposição de empresas. A política social atual visou maximizar a utilidade da sociedade, na tentativa de aumentar sua produtividade e diminuir os

³⁶ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 67.

³⁷ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 201.

custos - desmembração do direito do trabalho e diminuição da negociação com sindicatos. Ou seja, a política que se disse de bem-estar ou social não buscou mais equilibrar a dicotomia entre crescimento econômico e desigualdade social, mas visou a exaltar a última.³⁸

Entretanto,

[...] o Estado não é exatamente um guichê de serviços; ele tem um poder simbólico próprio, visto que ocupa o lugar de Deus – não, é verdade, como objeto de culto, mas como fiador da legalidade e da palavra dada. É ele, igualmente, que garante a continuidade no seio de uma sociedade: os homens passam, o Estado permanece [...] Mesmo que tenham toda a boa vontade do mundo, as agências privadas, às quais o Estado às vezes delega suas funções de serviço social ou de ajuda no emprego, não podem assumir esse papel simbólico e trazer esse acréscimo de sentido. O objetivo do Estado não é a rentabilidade, mas o bem-estar da população. Essa diferença nos fins visados concerne tanto às administrações quanto às instituições como a escola ou o hospital.³⁹

O Estado entregou o funcionamento da vida coletiva, principalmente, a função socioeconômica para o setor privado. Porém, este se encontrou globalizado e obediente a normas mundiais.⁴⁰ Nem sempre as questões sociais se encontraram padronizadas em regras únicas que serviram para todo o mundo, pois cada território tem suas singularidades.

Em suma, analisou-se que foi propositada a argumentação de que a igualdade hoje foi, de certa forma, esvaziada e encontrou, cada vez mais, empecilhos para sua concretização.

Foi possível perceber que o elemento igualdade não foi simplesmente excluído da democracia diante do modelo neoliberal, uma vez que ele continuou existindo, mesmo que de uma forma diferente. A divergência se apresentou no fato de que antes, ele era aplicado por agentes diferentes e de formas divergentes, ou

³⁸ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 282-284.

³⁹ TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. Tradução Joana Angélica d'Ávila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 129.

⁴⁰ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 286.

seja, pelo Estado e visando um bem-estar coletivo. Agora, tal princípio se mostrou como ferramenta utilizada para as empresas visarem seu lucro.

2.2.3 SOBERANIA POPULAR VERSUS SOBERANIA MERCANTIL

O mercado foi desenvolvido por regras de conduta que formaram uma ordem espontânea advindas de uma seleção espontânea, e não da vontade de alguns homens. De forma semelhante, mostrou-se o direito privado, o qual se caracterizou como regras formais de conduta independente de um fito. Percebeu-se, assim, que tal estrutura passa a ter grande influência no papel do Estado no modelo neoliberal.⁴¹

Entendeu-se, então, que a intervenção estatal deveu manter o respeito às regras gerais. “[...] o Estado deve aplicar a si mesmo as regras que valem para toda pessoa privada”.⁴² Em síntese, a sociedade inteira, até o nível estatal, passa a ser regido pela economia, que segue as regras do direito privado.

Embora seja atribuída ao Estado, no neoliberalismo, a função de ser instrumento para reforçar o poder das empresas a partir da reforma da sociedade nos moldes concorrenciais, ele passou a se sujeitar sob instâncias governamentais e privadas, como comunidades financeiras internacionais e agências de classificação de riscos, que determinaram as metas e os meios da política a serem utilizados.⁴³

Divergentemente do liberalismo, o Estado passou a exercer seu poder de forma indireta, e não a partir da sua mínima ou inexistente participação. Nessa reformação desse sistema – ou seja, no neoliberalismo-, o poder estatal trouxe para seu uso e para sua área de trabalho códigos e normas de agentes privados. A partir dessa ideia, o Estado passou a dar mais liberdade para que haja a criação de normas de autorregulação no setor privado que passam a ser priorizadas em relação à lei, ou seja, à regulação estatal.⁴⁴

Entretanto, ao dar prioridade a declarações de vontades, a contratos mútuos e autorregulação mercantil, “ao negar a lei, principal produto da soberania

⁴¹ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 165.

⁴² DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 172.

⁴³ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 276-277.

⁴⁴ DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 278.

popular, toma de assalto a democracia. A pretensão de um governo impessoal das leis cede lugar ao governo pessoal dos homens.”⁴⁵

Em síntese, o Estado não desapareceu de maneira total, ele apenas possuiu seu caráter alterado. Ele foi capaz de se mostrar forte em alguns momentos, como no poder sindical, mas fraco no controle de fluxos financeiros.⁴⁶ O poder estatal agora existiu com um único fito: efetivar as regras e os fitos do modelo neoliberal.

Destarte, a democracia, ou seja, a soberania popular, foi esvaziada e passou a não suportar mais os problemas sociais, muitos deles gerados pelo próprio capitalismo.⁴⁷

Outrossim, o regime democrático possuiu adversidades já embutidas na sua própria estruturação que puderam ser facilmente percebidas e até agravadas com o advento do neoliberalismo.

Entre eles, percebeu-se uma grande diferença entre o que a democracia, como regime de governo, propôs e o que ela, de fato, cumpriu. A título de ilustração, o pensamento inicial democrático imaginou como atores apenas os indivíduos e o soberanos, sem a presença de grupos intermediários. Entretanto, na esfera prática, certos grupos conseguiram grande influência política e passaram a fazer parte da relação indivíduo-Estado.⁴⁸ A soberania não se mostrou mais una, uma vez que ela dividiu seu poder com diversos outros centros, entre eles, a economia.

Relacionado a isso, Bobbio percebeu que é cada mais propositado afirmar que, no regime democrático, existiram cada vez mais poderes invisíveis, os quais, como ele próprio cita como exemplo na política italiana, se mostram como “máfias, camorra, lojas maçônicas”, etc. Esse tipo de poder foi mais um fracasso da democracia, uma vez que ela prometeu controlar e excluir, mas, atualmente, eles ganham cada vez mais força e influência.⁴⁹

⁴⁵ VALIM, Rafael. **Estado de exceção**: a forma jurídica do neoliberalismo. São Paulo: Contracorrente, 2017, p. 27.

⁴⁶ ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo(Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 10-11.

⁴⁷ BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo(Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 109-110.

⁴⁸ BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 21-23.

⁴⁹ BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**: uma defesa das regras do jogo. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 29-30.

Ademais, com a vigência do neoliberalismo e do seu sistema que introduziu a competitividade como lei, o processo democrático ficou voltado para o eleitoralismo. As pesquisas deixaram de ser qualitativas e se tornaram unicamente quantitativas, não estimulando o debate efetivo e o enriquecimento de ideias.⁵⁰

Aqueles capazes de votar, ou seja, de escolher seus representantes, não se tornaram mais eleitores, e sim clientes de um mercado político. O eleito teve que ser o empresário, que geriu a máquina chamada Estado, e o eleitor deveu ser um negociador, para que suas finalidades possam ser satisfeitas por aquele que está no poder.⁵¹

Sinteticamente, a democracia foi esvaziada, perdendo grande força. Agora, não apenas seus frutos – as leis - foram alterados, mas o seu próprio processo se tornou mercantilizado. Isso levou ao questionamento se, atualmente, é propositado admitir um desvirtuamento do princípio-base da democracia: a soberania popular, em virtude da sua dicotomia com a soberania mercantil.

3 MÉTODOS

Com o fito de apreender o estado da arte do problema delimitado nesse trabalho, procurando atender aos objetivos apresentados, foi feita uma pesquisa bibliográfica em que os temas liberalismo clássico, neoliberalismo e democracia foram priorizados.

Em termos objetivos, a pesquisa foi exploratória e descritiva, partindo do entendimento das fases do Estado antes do neoliberalismo para, depois, entender tal período e as consequências que ele trouxe. O objeto do presente estudo surgiu a partir da experiência do programa de monitoria e iniciação à docência do curso de Direito da Unichristus (2017.2 à 2018.1) junto à disciplina de Ciência Política e Teoria do Estado em que se percebeu a necessidade de inserção do tema e atualização do conteúdo programático básico e desatualizado da disciplina que tende a finalizar o conteúdo do semestre no paradigma da Constituição Federal de 1988 e no Estado

⁵⁰ SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010, p. 54.

⁵¹ BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 139-143.

Democrático e Social de Direito. Os livros didáticos da matéria, quando versam a respeito, inserem pequena abordagem em capítulos sobre as crises do Estado.

No que tange à abordagem da pesquisa, este se deu de maneira qualitativa, visto que procurará a interpretação e a contextualização do tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De um modo geral, analisou-se que podem ter diversas concepções sobre a coexistência entre liberalismo político e democracia, algumas trouxeram, por exemplo, a sua semelhança no nascimento, mas a sua divergência no desenvolvimento. Entretanto, diante disso, foi possível entender que, para um encaixe definitivo entre ambos, a igualdade precisou ser alterada e esvaziada, perdendo boa parte de seu conteúdo essencial, como a igualdade pode apenas ser admitida como “igualdade na liberdade”.⁵²

No que tange ao Estado social, fase posterior ao liberalismo clássico, a perspectiva filosófica sobre, principalmente, o poder estatal sofreu uma grande alteração: a igualdade passou a se sobrepôr em relação à liberdade. Foi relevante esclarecer que esta não deixou de existir nessa fase, ela apenas possuiu, em relação a fase anterior, sua característica alterada: a liberdade tentou ser buscada no Estado.

Outrossim, com o advento do neoliberalismo, o poder estatal ganhou uma ressignificação, passando a auxiliar na propagação dos princípios desse modelo. Dessa forma, a liberdade e a igualdade foram alteradas. No que tange ao primeiro elemento, apesar de ser invocado no próprio nome do pensamento, pode ser, muitas vezes, suprimida. Referente ao segundo, não se pode dizer que ele foi excluído, mas, sim, possuiu uma característica peculiar: a competência para cuidar disso foi empregada para as empresas, passando estas a escolherem quem vai se beneficiar com tal solidariedade.

Ademais, o regime democrático não conseguiu lidar de forma efetiva para concretizar suas metas referentes, principalmente, à igualdade. Ele foi esvaziado, com chance de se tornar mais um instrumento para o modelo neoliberal. Sobre isso, pode-se perceber essa ilustração no fato de que o próprio processo democrático – as eleições – possuiu sua estrutura mercantilizada.

⁵² BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000, p. 39.

5 CONCLUSÃO

O desenvolvimento do presente trabalho possibilitou uma análise do regime democrático e da sua relação com os princípios que ele trouxe ou, pelo menos, tentou trazer de forma conjunta na sua expansão.

Ademais, buscou-se um estudo mais aprofundado da fase neoliberal, em que se percebeu que tentou misturar os conceitos das fases anteriores: Estado liberal e social. No neoliberalismo, a liberdade não foi priorizada em relação a igualdade, apenas ganharam faces diferentes. Muito menos, a igualdade foi excluída ou subestimada nessa fase.

Diante disso, percebeu-se que a democracia pode ser compatível com o liberalismo clássico, na perspectiva do liberalismo político, quando a liberdade e a igualdade eram utilizadas para um fim comum: a luta contra o abuso dos governantes. Entendeu-se dessa forma porque, uma vez fazendo parte do sistema de poder, como acontece na democracia, seria mais fácil evitar que esse tipo de abuso acontecesse.

Entretanto, o neoliberalismo, que voltou a invocar a liberdade, passou a utilizá-la somente a seu favor, não a defendendo para o indivíduo em si mesmo, e sim para aqueles envolvidos de qualquer maneira no sistema econômico. Quanto a igualdade, no neoliberalismo, esta foi utilizada visando ao lucro econômico, diminuindo os custos dos sujeitos ao custo desse elemento, como desmembrando o direito do trabalho. Destarte, entendeu-se, no presente trabalho, que o neoliberalismo se mostrou incompatível com a democracia.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo(Orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

BONAVIDES, Paulo. **Do Estado Liberal ao Estado Social**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

BORÓN, Atilio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo(Orgs.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

PEIXOTO, Maurício Muriack de Fernandes e. Do constitucionalismo social ao desconstitucionalismo neoliberal: uma análise da historicidade do movimento constitucional no início do século XXI sob uma perspectiva da reconstrução fraternal do humanismo. **Amicus Curiae**, Santa Catarina, v. 8, n. 8, p. 1-28, 2011. Disponível em <<http://periodicos.unesc.net>> Acesso em 31 mar. 2018.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

TODOROV, Tzvetan. **Os inimigos íntimos da democracia**. Tradução Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VALIM, Rafael. **Estado de exceção**: a forma jurídica do neoliberalismo. São Paulo: Contracorrente, 2017.

O FENÔMENO DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO E A NEUTRALIDADE AXIOLÓGICA NO POSITIVISMO JURÍDICO DE HANS KELSEN: UMA ABORDAGEM PRÁTICO-TEÓRICA

Sandra Cristina Rego Cunha¹

Felipe Davi Marquezan Berleze Lorenzen Pippi²

Pedro Miron De Vasconcelos Dias Neto³

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa acadêmica dirige-se à compreensão do positivismo jurídico de Hans Kelsen, o reconhecimento de sua importância para a ciência jurídica e, principalmente, cotejá-lo frente ao pós-positivismo e ao fenômeno da constitucionalização do Direito e seus novos parâmetros axiológicos. Inicialmente, a pesquisa se desdobra sobre os conceitos de Direito, Moral e Justiça na obra kelseniana, bem como as suas contribuições para o mundo jurídico contemporâneo. Neste ponto, segundo a neutralidade axiológica defendida por Kelsen, o Direito – enquanto ordenamento jurídico coativo - deveria ser separado das questões morais e valorativas, protagonizando os aspectos formais da norma jurídica. Por conseguinte, credita-se a transição deste paradigma jurídico-filosófico do positivismo-jurídico ao pós-positivismo à tentativa de se albergar o conteúdo axiológico, trazendo a ideia de materialidade do conteúdo jurídico. Com efeito, surge a ideia da constitucionalização do Direito, qual seja, a consolidação de uma visão que enxerga a Constituição não simplesmente como um instrumento formal ou político, mas, sobretudo, como um conjunto de normas jurídicas principiológicas com primazia formal e material a inspirar com seus valores todo o ordenamento jurídico. Desta forma, pretende-se demonstrar a insuficiência da teoria kelseniana através da análise da jurisdição constitucional. Neste ponto, algumas decisões do STF demonstram a novel percepção da dimensão material e valorativa do ordenamento jurídico. Portanto, a pesquisa bibliográfica e o estudo de casos decididos pelo STF

¹Estudante do 8º Semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Christus, sancrc20@hotmail.com

²Estudante do 4º Semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Christus, fdavimarquezan@gmail.com

³Doutorando em Direito pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Mestre em Direito pelo Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Direito Público pela Universidade de Brasília (UnB). Professor do Curso de Direito da UNICHRISTUS nas disciplinas de Direito Processual Civil III e Direito Administrativo I. Procurador Federal da Advocacia-Geral da União (AGU), pedromiron@hotmail.com

serão as principais fontes de investigação acadêmica em busca de possível delimitação teórico-valorativa à luz da hermenêutica material da constituição. Neste ponto, o método adotado em relação aos dados coletados será o dialético, que promove o confronto de argumentos contraditórios, o que garantirá o exame crítico da pesquisa.

Palavras-chave: Positivismo Jurídico. Neutralidade Axiológica. Pós-positivismo. Constitucionalização do Direito. Novos parâmetros.

ABSTRACT

The main objective of the academic research aimed at understanding Hans Kelsen's legal positivism, the recognition of its importance for justice and, mainly, the opposition to post-positivism and the phenomenon of the constitutionalization of law and new axiological parameters. Initially, the research unfolds on the concepts of Law, Morals and Justice in the Kelsenian work, as well as its contributions to the contemporary legal world. At this point, according to the axiological neutrality defended by Kelsen, Law - as a coercive juridical order - should be separated from moral and evaluative questions, leading the formal aspects of the legal norm. Therefore, the transition from this juridical-philosophical paradigm of legal positivism to post-positivism is credited to the attempt to accommodate the axiological content, bringing the idea of materiality of the legal content. In fact, the idea of the constitutionalisation of law arises, that is, the consolidation of a vision that sees the Constitution not simply as a formal or political instrument but, above all, as a set of legal principles with formal and material primacy to inspire with their values throughout the legal system. In this way, it is tried to demonstrate the insufficiency of the kelseniana theory through the analysis of the constitutional jurisdiction. At this point, some STF decisions demonstrate the novel perception of the material and value dimension of the legal system. Bibliographic research and the study of cases decided by the STF will be the sources of research in search of a possible theoretical-valuation delimitation in light of the material hermeneutics of the constitution. In this topic, the method adopted in relation to the data will be the dialectic, which promotes the confrontation of contradictory arguments, which will fulfill the critical examination of the research.

Keywords: Legal Positivism. Axiological Neutrality. Post-Positivism. Constitutionalization of Law. New parameters.

1 INTRODUÇÃO

A norma jurídica positivada possui pilares fundamentais que viabiliza e organiza a vida em sociedade. Neste ponto, o Direito contemporâneo é fruto da evolução do Direito como ciência, exprimindo a ideia de adaptação social, interação e pacificação das relações do homem, sendo o Direito um fenômeno integrado na sociedade.

Por outro giro, para compreensão e desenvolvimento da dogmática jurídica constitucional, faz-se *mister* uma digressão investigativa acerca da formação do Direito enquanto ciência jurídica. Nesta esteira, o corte epistemológico desta pesquisa acadêmica perquirirá a abordagem de alguns conceitos como Moral, Justiça e Direito por Hans Kelsen em seu pensamento positivista de validação da norma jurídica.

Com efeito, parte-se da premissa de que no positivismo jurídico de Hans Kelsen a validação do Direito não está condicionada a valores positivos ou negativos dos conceitos de Justiça ou Moral da conduta social. Tem-se, portanto, um olhar acadêmico para a temática da neutralidade axiológica proposta por Kelsen como condição *sine a quo non* para validação da norma jurídica. Neste ponto, pretende-se cotejar tal posicionamento diante do fenômeno da constitucionalização do Direito, que se impõe sobretudo por instrumentos de validação da norma jurídica por intermédio de interpretações valorativas.

O conceito da constitucionalização do Direito, qual seja, a consolidação de uma visão que enxerga a Constituição não simplesmente como um instrumento formal ou político, mas, sobretudo, como um conjunto de normas jurídicas principiológicas com primazia formal e material a inspirar com seus valores todo o ordenamento jurídico.

Por fim, pretende-se demonstrar a superação da teoria kelseniana frente a constitucionalização do Direito através da análise da jurisdição constitucional. Neste ponto, algumas decisões do STF demonstram a novel percepção da dimensão material e valorativa do ordenamento jurídico, sobretudo no tocante à interpretação conforme à constituição sem redução de texto.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta revisão literária subdivide-se em 4 capítulos.

2.1 O positivismo jurídico de Hans Kelsen e a neutralidade axiológica

Iniciador da lógica jurídica, Kelsen teve como grande objetivo, por meio de sua obra, discutir e propor os princípios e métodos da teoria jurídica, uma tentativa de imbuir à ciência jurídica de um método e objetos próprios, capazes de atribuir aos juristas autonomia científica. Foi um crítico da teoria do direito natural, suas análises e críticas foram desenvolvidas detalhadamente durante mais de seis décadas. Ao longo desse tempo o Autor, em diversas obras e sob diversos aspectos, identifica e critica a abordagem jusnaturalista da ciência do direito.

O século XIX foi marcado por um crescente pensamento sistemático que teve sua origem no movimento iluminista e alcançou uma dimensão não suposta pelos seus progenitores. Desta forma, Gabriel Nogueira afirma que começou uma mudança de pensamento decisiva para o desenvolvimento do direito do século XIX até hoje – podendo até mesmo ser codificado, trazendo consigo a separação definitiva entre o direito positivo e o direito natural⁴.

Nesse contexto específico dos debates metodológicos no final do século XIX, surge o pensamento kelseniano com o propósito de criar o princípio da pureza, segundo o método e objeto da ciência jurídica deverem ter, como premissa básica, o enfoque normativo. Neste ponto, o direito deveria ser encarado como norma, válido tanto para o objeto, quanto para a forma.

Kelsen disserta sobre a Justiça e Direito, demonstrando que a validade da norma jurídica não implica em justiça, ou seja, independentemente de a norma jurídica ser justa ou injusta. Assim, se a norma jurídica possuir validade será, portanto, considerada legítima, caso contrário, não haverá sentido na existência de um ordenamento jurídico estar vinculado à ideia de justiça, porque sempre penderá a ideia de que a validade do direito positivo estará atrelada à uma construção moral. A teoria pura do direito possui seu viés axiologicamente neutro:

⁴ DIAS, Gabriel Nogueira. **Positivismo jurídico e a teoria geral do direito**: na obra de Hans Kelsen. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p.45-46.

Com efeito, se todo o Direito positivo, por ser querido por Deus, e, portanto, justo, é bom, assim como tudo que é, por ser querido por Deus, é bom, nenhum Direito positivo pode ser mau, assim como nada do que é pode ser mau. Se o Direito é identificado com a Justiça, o ser com o dever-ser, o conceito de Justiça, assim como o de bom, perdem o seu sentido. Se nada há que seja mau (injusto), nada pode haver que seja bom (justo)⁵.

A noção de norma jurídica para Kelsen tem como premissa a distinção entre duas categorias, do ser e do deve ser. O pensamento kelseniano acerca de como o direito devia ser era tal que, o jurista buscou criar um sistema universal pelo qual o ordenamento jurídico devia ser um cálculo racionalista, objetivo, o direito devia ser, em outras palavras, uma ciência pura com o objetivo de que este esquema sistematizado fosse possível ser construído em qualquer ordenamento porvir. A pureza desse Direito, Kelsen denomina:

Quando a si própria se designa como própria como "pura" teoria do Direito, isto significa que ela se propõe garantir um conhecimento apenas dirigido ao Direito e excluir deste conhecimento tudo quanto não pertença ao seu objeto, tudo como não se possa, rigorosamente, determinar o Direito.⁶

Kelsen torna a ciência jurídica uma ciência pura de normas, que as investiga como entidades em si, na sua teia de sequenciamento hierárquico. Cada norma será válida e eficaz se estiver ligada as normas superiores por laços de validade, não porque são justas ou injustas. Esses laços formariam uma série finita que culminaria na norma hipotética fundamental. Para o jurista austríaco, a norma fundamental deveria ser valorativamente neutra e todo o universo normativo vale e é legitimado em função dela, entretanto, não se pode exigir que seja justa. Em razão desse pensamento, Kelsen foi por diversas vezes acusado de reducionista, visto que que menosprezaria as dimensões sociais e valorativas, bem como interpretaria o fenômeno jurídico a uma forma normativa vazia de valores humanos.

A defesa kelseniana, entretanto, estava voltada para a neutralidade científica aplicada à ciência jurídica, sempre insistiu na separação entre o ponto de vista jurídico, o moral e político. Preleciona e consolida seu entendimento: "quer isto dizer que ela pretende libertar a ciência jurídica de todos os elementos que lhes são estranhos. Esse é seu princípio metodológico fundamental"⁷.

⁵ KELSEN, Hans. **Teoria pura do Direito**. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p.58.

⁶ *Ibidem*, p.1.

⁷ KELSEN, Hans. **Teoria pura do Direito**. 8ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p.1.

Na mesma linha de raciocínio, Kelsen fala sobre a moral e a justiça, rechaçando que a moral deve estar dentro do ordenamento jurídico, contudo não negava a existência desta, e tampouco não negava que Direito e Moral estavam em proximidade, todavia não se correlacionavam e não eram conceitos que se confundiam.

A lógica do jurista era tal que: dado fato, haveria dada consequência, e isto devia estar inserido no ordenamento ou interpretado de maneira objetiva sem que os valores influenciassem na decisão do juiz, haja vista que os fatores subjetivos como a moral não deviam ser inseridos em seu sistema jurídico. Neste ponto, para a norma valer-se, devia ter um valor absoluto e esta qualificação necessitaria de estar conforme o Direito, ou seja, de acordo com a lógica do dever-ser: “dessa forma é enunciado um juízo de valor relativo e não um juízo de valor absoluto. Ora, isto significa que a validade da ordem jurídica positiva é independente de sua concordância ou discordância de qualquer sistema moral”.⁸

Neste diapasão, diferentemente de outras ciências, Kelsen entende o Direito como sendo um conjunto de norma coativas que pela sua estrutura estabelecem sanções, que estão ligadas a lógica deôntica, entre um comportamento p e uma sanção q . Neste ponto, entende que o conhecimento jurídico para ser científico deve ser neutro, o legislador não pode se valer de um juízo de valor para editar a norma jurídica. Expressa absoluta rejeição à concepção de uma moral absoluta, seu entendimento sobre o que é justo ou injusto não tem solução dentro do conhecimento científico. Por outro giro, na busca pela purificação metodológica, Kelsen combate a mistura de princípios epistemológicos, não nega a influência das outras ciências com o Direito, mas procura evitar o sincretismo metodológico para não se confundir os limites do seu objeto, assim deve ser considerado o caráter necessariamente descritivo de toda ciência do direito que se considera pura.

Assim, o relativismo axiológico é sua referência filosófica, sendo a referência mais importante na Teoria Pura do Direito. Nesta medida, propõe que, uma vez demonstrada a impossibilidade de se superar cientificamente a multiplicidade de sistemas morais, então o mais correto para a doutrina é renunciar à avaliação do justo ou injusto da ordem jurídica.

⁸ Ibidem, p.76.

2.2 A mudança de paradigma jurídico-filosófica: do positivismo jurídico ao pós-positivismo

A transição de paradigmas jurídico-filosóficos se deu em razão da insuficiência concernente ao conteúdo valorativo do positivismo normativo, isto mostrou-se explícito em decorrência ao ocorrido da 2ª Guerra Mundial, na qual milhares de pessoas morreram por concepções ideológicas antissemitas, cujas ideias encontraram amparo no positivismo normativo de Kelsen para legitimar suas ações, visto que desconsiderava o fator axiológico. Desse modo, diversos autores contemporâneos passaram a defender a teoria da moral no ordenamento jurídico, ponderando que, apesar de a estrutura jurídica do direito posto devesse existir, este não estaria sozinho, pois haveria também os princípios, que seriam a outra especificidade de uma norma (gênero). Nessa esteira, afirma Hugo de Brito Machado:

Ao positivismo jurídico se deve, não se pode negar, grande avanço no estudo de aspectos formais da ordem jurídica. A estrutura da norma; a fenomenologia de sua incidência; a distinção entre incidência e aplicação; a distinção entre existência, validade e eficácia (jurídica); a diferença entre vigência e eficácia (social); a questão da relação entre as normas e a solução de antinomias, entre muitos, mas muitos outros aspectos relacionados à forma da ordem jurídica e de seu funcionamento foram bastante aprimorados pelo positivismo.⁹

O positivismo jurídico, ou, em especial, as teorias puras do direito de Hans Kelsen foram superadas por fatores históricos e pelas novas dimensões sociológicas e filosóficas, pois apesar de ainda serem a base de diversos ordenamentos e teorias jurídico-filosóficas, mostraram-se insuficientes no aspecto axiológico. Neste ponto, destaca-se o pensamento de George Marlmstein:

Seria ingenuidade e talvez até mesmo má-fé pensar que Kelsen teve alguma influência ou participação na elaboração das leis nazistas. Longe disso. Kelsen era democrata e ele próprio foi perseguido pelo regime de Hitler. Porém, não há como negar que a sua teoria pura forneceu embasamento jurídico para tentar justificar as atrocidades praticadas contra judeus e outras minorias. Afinal, o formalismo da teoria pura não dá margem a discussão em torno do conteúdo da norma. Na ótica de Kelsen, não cabe ao jurista formular qualquer juízo de valor acerca do direito. Se a norma fosse válida, deveria ser aplicada sem questionamentos¹⁰.

⁹ MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Fundamentos do Direito**. São Paulo: Atlas, 2010, p.64.

¹⁰ MALMERSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2009, p.11.

Por conseguinte, surge uma nova concepção jurídico-filosófica, qual seja, o chamado pós-positivismo que seria uma reaproximação do direito com a moral e com o aspecto axiológico normativo. Afirma Luís Roberto Barroso:

O Direito, a partir da segunda metade do século XX, já não cabia mais no positivismo jurídico. A aproximação quase absoluta entre Direito e norma e sua rígida separação da ética não correspondiam ao estágio do processo civilizatório e as ambições dos que patrocinavam a causa da humanidade. Por outro lado, o discurso científico impregnara o Direito. Seus operadores não desejavam o retorno puro e simples ao jus naturalismo, aos fundamentos vagos, abstratos ou metafísicos de uma razão subjetiva. Nesse contexto, o pós-positivismo não surge com o ímpeto da desconstrução, mas como uma superação do conhecimento convencional. Ele inicia sua trajetória guardando referência relativa ao ordenamento positivo, mas nele reintroduzindo as ideias de justiça e legitimidade.¹¹

Desse modo, diversos autores contemporâneos, influenciados pela nova corrente jus filosófica - o pós-positivismo - surgem com inovações, as quais legitimam a utilização de conteúdos axiológicos para maior completude do ordenamento jurídico, com vistas a garantir maior segurança jurídica ao direito. O positivismo normativo colapsou após a segunda guerra mundial, pois se mostrou insuficiente em decorrência da não admissão de valores intrínsecos ao homem, como a igualdade de todos os homens, independentemente de raça, sexo, etnia ou religião.

Com efeito, em busca de superar a positivismo antecessor, Ronald Dworkin defende a ideia de que os princípios morais são de suma importância na teoria do direito, porquanto "ignoraram o fator crucial de que os problemas da teoria do direito são, no fundo, problemas relativos a princípios morais e não a estratégias e princípios morais"¹².

Robert Alexy também procura solucionar a problemática da transição positivista para a pós-positivista, de modo que aglutina em sua teoria a existência necessária de princípios no ordenamento jurídico, bem como da moral correta e da justiça. Alexy disserta a respeito de três teses, da incorporação, moral e correção, as quais têm o intento de legitimar a inserção dos princípios no ordenamento jurídico, e como base de sua fundamentação utiliza-se esta síntese argumentativa do autor, qual seja, a diferenciação entre regras e princípios:

¹¹ BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro: pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 3, n. 11, jul. 2001. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/30918>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

¹² DWORKIN, Ronald. **Levando os direitos a sério**. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.12.

A base do argumento dos princípios é constituída pela distinção entre regras e princípios. Regras são normas que, em caso de realização do ato, prescrevem uma consequência jurídica definitiva, ou seja, em caso de satisfação de determinados pressupostos, ordenam, proíbem ou permitem algo de forma definitiva, ou ainda autorizam a fazer algo de forma definitiva. Por isso, podem ser designadas de forma simplificada como "*mandamentos definitivos*". Sua forma característica de aplicação é a subsunção. Por outro lado, os princípios são *mandamentos de otimização*. Como tais, são normas, que ordenam que algo seja realizado em máxima medida relativamente às possibilidades reais e jurídicas¹³.

A tese da incorporação nada mais defende que os princípios devem ser incluídos em um ordenamento jurídico "[...] afirma que todo o sistema jurídico minimamente desenvolvido contém necessariamente princípios"¹⁴. Por sua vez, a tese da moral implica na impossibilidade de os princípios não serem influenciados por uma moral, seja ela correta ou uma moral qualquer, como dita pelo Autor: "O que importa aqui é apenas que esses princípios sejam sempre, ao mesmo tempo, princípios de uma moral qualquer, seja ela correta ou errada"¹⁵, tendo em vista que, na ótica de Alexy, seria impossível uma solução de um caso judicial somente por meio de critérios jurídicos preexistentes, sem requisitar apelo à princípios ou à moral. Por fim, a tese da correção destaca a síntese do argumento de Robert Alexy, referindo à tese supracitada, "esta última é o resultado de uma aplicação do argumento da correção nos limites dos argumentos dos princípios"¹⁶. Como forma de consolidar o entendimento de Alexy explicita-se:

A pretensão à correção exige que, num caso duvidoso, sempre que possível, se proceda a uma ponderação e, por conseguinte, a uma consideração de princípios. Assim, a pretensão à correção não necessariamente é satisfeita quando um juiz, num caso duvidoso, entre duas decisões compatíveis com o material dotado de autoridade, escolhe uma com a seguinte fundamentação: "Se eu tivesse ponderado, teria chegado à outra decisão, mas não ponderei." "Com isso, fica claro que em todos os sistemas jurídicos nos quais existem casos duvidosos, nos quais é possível fazer uma ponderação, exige-se juridicamente que se faça uma ponderação e, por conseguinte, uma consideração de princípios¹⁷.

¹³ ALEXY, Robert. **Conceito e validade do direito**. Tradução de Gercélia Batista de Oliveira Mendes. 1ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009, p.85.

¹⁴ ALEXY, Robert. **Conceito e validade do direito**. Tradução de Gercélia Batista de Oliveira Mendes. 1ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, p.86. .

¹⁵ *Ibidem.*, p.92.

¹⁶ ALEXY, Robert. **Conceito e validade do direito**. Tradução de Gercélia Batista de Oliveira Mendes. 1ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009, p.93.

¹⁷ *Ibidem.*, p.89.

Por conseguinte, tais transformações implicam na constitucionalização dos direitos, evidenciando a nova dimensão valorativa das Constituições dos Estados.

2.3. O fenômeno da constitucionalização do direito

A constitucionalização do Direito imbui de valores o ordenamento jurídico, tanto na esfera vertical do direito, Estado-particular, como na esfera horizontal, particular-particular. Esses valores vêm por meio de princípios fundamentais que devem ser observados em qualquer relação jurídica. Diferentemente das regras que resolvem seus conflitos por meio da solução de antinomias ou o critério da exceção, nos princípios os possíveis conflitos são resolvidos por meio do sopesamento.

No período positivista, o direito observado era o contido na norma de forma expressa, dado fato, haveria dada consequência, a norma deveria ser interpretada de maneira objetiva, sem a influência dos valores nas decisões do juiz. Para o positivismo os fatores subjetivos não deveriam ser inseridos no ordenamento jurídico. No contexto, dito pós-positivista, a Constituição não é vista apenas sob o ponto de vista formal, mas com a sua correspondência substancial de valores que passa a incorporar ao texto constitucional e conformar todo o sistema jurídico, consagrados normativamente sob a forma de princípios. Assim, ao interpretar o direito, não se exige apenas uma conformidade com a norma específica, mas uma solução condizente com os diversos princípios jurídicos envolvidos.

As normas constituintes foram, por muito tempo, consideradas como simples declaração de intenções não vinculantes, pode se citar como referência a República de Weimar, na Alemanha, após a primeira guerra mundial, até o período nazista. Mas uma mudança de paradigma no âmbito dos direitos fundamentais, sobretudo na segunda metade do século XX, após a segunda guerra mundial, traz um sistema de valores que tem como ponto de partida, vinculante, a constitucionalização do direito e a ampliação da própria força normativa da constituição. Afirma Virgílio Afonso da Silva:

Um grande avanço na teoria dos direitos fundamentais no pós-guerra foi, sem dúvida alguma, a consolidação definitiva da ideia segundo a qual as declarações de direitos fundamentais não são meras “declarações de princípios”, mas contêm verdadeiras normas jurídicas que, pelo menos no

que tange às liberdades públicas, conferem direitos subjetivos aos indivíduos¹⁸.

A prevalência da Constituição se justifica pela afirmação da democracia como fundamento de todo ordenamento jurídico. Neste ponto, “em atendimento à função promocional do Direito, o princípio da democracia impõe a máxima eficácia ao texto constitucional, expressão mais sincera das profundas aspirações de transformação social”¹⁹.

A aplicação direta das normas constitucionais é observada, em especial, por meio de cláusulas gerais. Estas podem ser consideradas o elo entre os direitos fundamentais como sistema de valores e o direito privado, pois essas cláusulas requerem um preenchimento valorativo na atribuição de sentido, pois são conceitos abertos, cujo conteúdo será definido por uma valoração do aplicador do direito. No entanto, essa valoração não pode ocorrer de forma arbitrária, mas sim baseada no sistema de valores consagrados pela constituição:

Exemplos de cláusulas gerais, no caso brasileiro, seriam alguns dispositivos do Código Civil, como o art. 187, que dispõe que “comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico e social, pela boa-fé ou pelos bons costumes”; o art. 122, que dispõe como lícitas as condições que não sejam “contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes”, o art. 1.638, III, que dispõe que “perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que: [...] praticar atos contrários à moral e aos bons costumes”, [...]”²⁰.

Na tentativa de barrar possíveis arbitrariedades que viessem a surgir no preenchimento valorativo da aplicação de cláusulas gerais que violasse a esfera da autonomia individual, é que os doutrinadores ressaltam a importância da motivação das decisões de forma clara indicando os princípios jurídicos envolvidos que embasaram as ponderações do magistrado no julgamento do caso concreto.

Não basta a premissa de que a constituição está no topo da pirâmide normativa. É preciso ir além. No Brasil, a doutrina jurídica tem se ocupado pouco com o questionamento acerca do papel da constituição na ordem jurídica, embora, se podem achar traços de constitucionalismo, “em alguns âmbitos, pode-se dizer

¹⁸ SILVA, Virgílio Afonso da. **A constitucionalização do Direito**. Os direitos fundamentais nas relações entre os particulares. São Paulo: Malheiros, 2011, p.76.

¹⁹ MORAES, Maria Celina Bodin de. Constitucionalização do direito civil e seus efeitos sobre a responsabilidade civil. **Direito, Estado e Sociedade**, v. 9, n. 29, jul./dez. 2006, p.235.

²⁰ SILVA, Virgílio Afonso Da. **A constitucionalização do Direito**. Os direitos fundamentais nas relações entre os particulares. São Paulo: Malheiros, 2011, p.79.

que a ideia de constituição-fundamento ou total é, ainda que não expressamente, pressuposta por grande parte da doutrina brasileira”²¹.

José Afonso Silva ao tratar das concepções de constituição levanta questionamentos acerca do papel da constituição na ordem jurídica de um país; dos tipos de constituições possíveis a esse papel e a sua relação com o direito privado. Saliencia que no Brasil a concepção de constituição-fundamento tem grande força, mas não expressamente por meio de uma teoria, mas por meio de opiniões doutrinárias esparsas, especialmente nos casos de inconstitucionalidade de dispositivos de constituições estaduais por violação do chamado princípio da simetria²².

A discussão acerca da constitucionalização que mais interessa nesta pesquisa é da aplicação dos valores constitucionais no ordenamento jurídico, tal qual afirmado por Maria Celina Bodin de Moraes:

As constituições, assim como os demais documentos legislativos, são sempre causa e consequência. São consequência de uma determinada ideia de justiça presente na sociedade quando de sua elaboração; são causa de interpretações renovadas relativas a institutos antigos, cuja origem se perdeu nas brumas do tempo²³.

A despeito dessa aplicação da constituição no ordenamento jurídico cabe a indagação de sua função e os efeitos dos direitos fundamentais na ordem jurídica e social. O tema constitucionalização do direito e os efeitos dos direitos fundamentais, entretanto, ainda não foram sistematicamente abordados no Brasil, têm-se pesquisas esparsas que pouco tem discutido o papel da constituição.

A Constituição, que não pretende ser uma ordenação axiologicamente neutra, funda, no título dos direitos fundamentais, uma ordem objetiva de valores, por meio da qual expressa um (...) fortalecimento da validade (...) dos direitos fundamentais. Esse sistema de valores, que tem seu ponto central no livre desenvolvimento da personalidade e na dignidade humana no seio da comunidade social, deve valer como decisão fundamental para todos os ramos do direito; legislação, administração e jurisprudência recebem dele diretrizes e impulsos²⁴.

²¹ SILVA, Virgílio Afonso Da. **A constitucionalização do Direito**. Os direitos fundamentais nas relações entre os particulares. São Paulo: Malheiros, 2011, p.114.

²² SILVA, Virgílio Afonso Da. **A constitucionalização do Direito**. Os direitos fundamentais nas relações entre os particulares. 1ed. São Paulo: Malheiros, 2011, p.114.

²³ MORAES, Maria Celina Bodin de. Constitucionalização do direito civil e seus efeitos sobre a responsabilidade civil. **Direito, Estado e Sociedade**, v. 9, n. 29, jul./dez. 2006, p.253.

²⁴ SILVA, Virgílio Afonso da. **A constitucionalização do Direito**. Os direitos fundamentais nas relações entre os particulares. São Paulo: Malheiros, 2011, p.140.

Ainda que não se tenha uma delimitação tão precisa da influência da constituição no ordenamento jurídico, é certo que ela existe e influencia todas as relações, seja de forma direta ou indireta, relação Estado-particular ou particular-particular. A ordem de valores trazida pelos direitos fundamentais e na interpretação das cláusulas gerais são objetivas que valem para todos os ramos do direito, sendo dever do Estado respeitar tanto na legislação infraconstitucional como também na aplicação desse direito. Assim, conforme Luís Roberto Barroso:

O constitucionalismo chega vitorioso ao início do milênio, consagrado pelas revoluções liberais e após haver disputado com inúmeras outras propostas alternativas de construção de uma sociedade justa e de um Estado democrático²⁵.

Diante do exposto, partindo do pressuposto que a constitucionalização do direito forma uma ordem objetiva de valores fica evidente a superação de um direito baseado apenas em regras sem a influência dos valores. As mudanças sociais foram acompanhadas de mudanças teórica filosófica que fundamenta a constitucionalização do direito em todo o ordenamento jurídico.

2.4. A análise de casos do STF: a jurisdição constitucional e a hermenêutica material da constituição

Agora, relacionado aos casos práticos, a intenção do artigo é a de trazer um viés pragmático de todas essas mudanças infraestruturais da teoria do direito, com isso esse capítulo trata de dois julgados em especial do Supremo Tribunal Federal, quais sejam: (1) o reconhecimento judicial da união homoafetiva e sua inclusão ao instituto jurídico família na Constituição, bem como (2) a questão da inconstitucionalidade da prisão do depositário infiel somada à questão do controle de convencionalidade.

Inicialmente, na ADPF 132, a qual o ministro relator era Ayres Britto, foram decididos alguns entendimentos a respeito destas tratativas, sendo citados os principais argumentos, bem como a principal técnica utilizada para a síntese e coerência das ideias do Supremo Tribunal Federal. A técnica utilizada para

²⁵ BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro: pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 3, n. 11, jul. 2001. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/30918>>. Acesso em: 25 jun. 2018..

equiparar a união homoafetiva ao instituto da família foi relativa à interpretação conforme sem redução parcial de texto.

Exemplificação prática dessa técnica é o parágrafo 3º do artigo 226 da Constituição Federal, o qual preleciona: "§ 3º Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.". Se fosse analisar apenas o texto, julgar-se-ia que família seria somente para ser constituída caso houvesse união de alguém do sexo masculino e outrem do sexo feminino, contudo, devido à referida técnica de interpretação, e a plurissignificação extensiva dos conceitos, a união estável passou a englobar não apenas a união entre homem e mulher, mas, sim, toda a relação que contenha o ânimo de ser uma união estável, ou seja, uma família.

Em relação aos argumentos judiciais utilizados pelo STF para que a união homoafetiva seja enquadrada conjuntamente como família, foram tais: (1) Proibição de discriminação das pessoas em razão do sexo, seja no plano da dicotomia HOMEM/MULHER (GÊNERO), seja no plano da orientação sexual de cada qual deles, além disso ao tratamento constitucional da instituição da família; (2) Reconhecimento de que a Constituição Federal não empresta ao substantivo "família" nenhum significado ortodoxo ou da própria técnica jurídica. Ademais, a família como categoria sociocultural e princípio espiritual. Atrela-se ao Direito subjetivo de constituir família. Interpretação não-reducionista., união estável; (3) Norma constitucional referida a homem e mulher, mas apenas para especial proteção desta última, focado propósito constitucional de estabelecer relações jurídicas horizontais ou sem hierarquia entre as duas tipologias do gênero humano; (4) Identidade constitucional dos conceitos de "entidade familiar" e "família"., interpretação do art. 1.723 do código civil em conformidade com a constituição federal (técnica da "interpretação conforme"). Reconhecimento da união homoafetiva como família. Procedência das ações²⁶.

Com efeito, menciona-se nesta pesquisa recente exemplo que também se utiliza de uma interpretação cosmopolita do direito, oriunda da Suprema Corte dos EUA. Neste ponto, a Corte Americana julgou uma decisão contrária aos interesses

²⁶ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132, Ministro Ayres Britto, Tribunal Pleno, 5 maio de 2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>>. Acesso em: 25 jun.2018.

homoafetivas, porquanto decidiu a favor de um confeitiro que se negou a fazer bolos para o casamento de homossexuais. Por sua vez, no julgamento, ponderou-se a favor da liberdade religiosa do confeitiro, na medida em que este teria o direito de escolher o tipo de trabalho por meio de seus dogmas religiosos²⁷.

O arquivamento do RE 349703 e a decisão que negou provimento ao RE 466343 pelo Supremo Tribunal Federal abriram um campo de discussão acerca a prisão civil de alienante fiduciário infiel. Chegando o plenário a conclusão pela proibição da prisão civil por dívida, prevista no artigo 5º, inciso LXVII, da Constituição Federal (CF), à hipótese de infidelidade no depósito de bens e, por analogia, também à alienação fiduciária, tratada nos dois recursos. Julgou também o HC 87585, decidindo no mesmo sentido e como consequência desse entendimento revogou a súmula vinculante 619, segundo a qual “a prisão do depositário judicial pode ser decretada no próprio processo em que se constituiu o encargo, independentemente da propositura de ação de depósito”²⁸.

A prisão civil por dívida no Brasil pode ser considerada revogada de forma automática, embora ainda conste na redação original do art. 5º LXVII da Constituição Federal “não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel”. O parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal deu força constitucional aos tratados internacionais ratificados pelo Brasil. Dessa forma, sendo os Pactos de São José da Costa Rica e Internacional sobre Direitos Civis Políticos os quais o Brasil é signatário, expressamente contrários a prisão por dívida torna a interpretação pela prisão contraditória e inconstitucional ao direito à liberdade é um dos direitos humanos fundamentais.

Cabe aqui uma interpretação da não aplicação do citado artigo com base na Emenda Constitucional 45 de 31 de dezembro que tornou os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos equivalentes à norma constitucional, a qual tem aplicação imediata. Além do viés da interpretação formal de superação de um determinado dispositivo legal por outro, a que se falar também

²⁷ NOGUEIRA, Gislene. Supremo dos EUA absolve confeitiro que negou bolo para casamento gay. **Agência Brasil EBC** 04 jun. 2018. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-06/supremo-dos-eua-absolve-confeitiro-que-negou-bolo-para-casamento>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

²⁸ SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Habeas Corpus 92.566-9, min. Rel. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, 3 Dez. de 2008. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595384>>. Acesso em: 25 jun.2018.

na interpretação social da Constituição, da ponderação entre valores e o contexto social em que determinada norma se encontra. Nesta esteira, afirma-se:

O processo interpretativo pressupõe uma posição previamente assumida em relação ao direito e à vida, que nele vai refletir-se inelutavelmente. Por outras palavras, a questão da interpretação guarda indissociável vinculação com a ideia que se tem do direito, em certo contexto histórico-cultural, bem como do modo por que se liga essa ideia à vida, às necessidades e finalidades humanas²⁹.

De fato, embora não tenha havido alteração da Constituição, mesmo porque o art. 5º trata-se de cláusula pétrea, a interpretação da segunda parte do parágrafo 3º do artigo 5º da Constituição Federal deve ser feita a luz dos valores sociais no contexto histórico, guardando respeito ao princípio da proporcionalidade com o sopesamento entre princípios, de um lado os valores patrimoniais e do outro a liberdade individual.

Coaduna com esse entendimento pela proibição da prisão por dívida a própria evolução do código civil. Neste ponto, o código de 1916 trazia em seu bojo influências diretas dos códigos francês e alemão, que possuíam ideais individualistas e patrimonialistas, a propriedade era o mais absoluto dos direitos. Com a entrada em vigor do código de 2002, novos princípios passaram a nortear o direito civil, fruto da própria evolução social. O código trouxe para o centro as questões relacionadas a função social, aos direitos difusos, aos direitos humanos, sendo inegável a superação do individualismo e patrimonialismo.

Por outro giro, o novo código civil é um sistema aberto que permite maior flexibilidade na interpretação para soluções de problemas, com ponderação entre os casos concretos e a lei, por meio da aplicação de princípios, jurisprudências e cláusulas gerais, que apesar de não terem força de lei, servem de parâmetro para o legislador na melhor adequação do direito ao caso concreto.

Nesse contexto de subjetividade que uma norma mais flexível traz, é essencial determinar o sentido e o alcance da norma jurídica, a hermenêutica tem por objeto exatamente o estudo, a sistematização dos processos, sobretudo para o fenômeno da linguagem, ela é a instrutora para que se organize a interpretação, aplicáveis para determinar o sentido e o alcance das expressões do direito.

²⁹ AZEVEDO. Plauto Faraco de. **Crítica à dogmática e Hermenêutica Jurídica**. Sergio Antônio Fabris Editor, 1989, p.12-13.

A Hermenêutica, em que pese à liberdade do sentido, não deve postar-se insensivelmente perante as bases éticas da linguagem. Já que o sentido livre, é também inesgotável. Por conta dessa liberdade e dessa inesgotabilidade, o intérprete deve estar atento, a fim de que possa, ele mesmo, dar um sentido teleológico à sua interpretação, de forma que o resultado não seja indiferente ao fim social que se deseja atingir [...] se ele está interpretando uma norma jurídica, seu espírito, embora continuando livre na geração do sentido, há de ser inspirado por determinados ideais, como justiça, de bem-estar coletivo, de solidariedade social, de respeito à dignidade humana [...] ³⁰.

A proibição da prisão civil do depositário infiel está em harmonia com o sistema jurídico brasileiro como um todo, graças a abertura ao controle de convencionalidade e as novas interpretações das normas jurídicas inspiradas no bem-estar social, observando o princípio da proporcionalidade entre o direito do ofendido e a sanção aplicada, bem como a inclusão de novos princípios jurídicos à luz de atualização da teoria do direito.

3 MÉTODOS

O método será apresentado em uma abordagem qualitativa e quantitativa do tema proposto, com vistas a apropriar-se das fontes da Pesquisa Bibliográfica, cujos temas estejam relacionados à Hermenêutica Jurídica, à Teoria Geral do Direito, à Evolução e constitucionalização dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, aos princípios gerais do direito público e direito privado, à interdependência, à indivisibilidade e à justiciabilidade dos Direitos Humanos, à Teoria da Constituição e a tutela de liberdades, garantias e direitos fundamentais e da Teoria da Democracia e Ativismos Judiciais imbuindo-se do método dialético. Além disso, utilizar-se-á da fonte de pesquisa jurisprudencial, com o fim de analisar casos práticos do Supremo Tribunal Federal. Por fim, será também utilizada as pesquisas descritivas e explicativas, cuja finalidade destas será a observação de dados e informações a respeito da Teoria Geral do Direito de Kelsen e da Teoria Contemporânea, bem como prelecionará a respeito de elementos que possibilitam, impedem ou dificultam a eficácia de tais teorias.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

³⁰ FALCAO, Raimundo Bezerra. **Hermenêutica**. 1ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p.94.

Remonta a meados do século XX, a época de surgimento do positivismo-normativo de Hans Kelsen, que foi o precursor na tentativa de objetivar uma ciência do Direito autônoma e com metodologia própria, ou seja, separada das demais ciências desenvolvidas à época (ciências sociais, filosofia, economia, dentre outras). Neste contexto, apesar de se reconhecer a importância da obra de Hans Kelsen para a formação da ciência jurídica, percebe-se atualmente a insuficiência da teoria kelseniana em face do fenômeno da constitucionalização do Direito. Destacam-se posições conflitantes no que tange à questão da validação das normas principiológicas e da integridade do Direito, bem como da hermenêutica material da constituição, sobretudo na jurisdição constitucional (STF). Por conseguinte, com a análise dos casos concretos, cujos demonstram a necessidade de utilização dos princípios, não restam dúvidas quanto à superação da teoria de Kelsen, contudo, ressalta-se a contribuição deste com a Teoria do Direito, haja vista que grande parte da estrutura base do não-positivismo herda a estrutura da sua teoria positivista-normativa.

5 CONCLUSÃO

Forçoso é reconhecer a importância de Hans Kelsen para ciência jurídica, notadamente a tentativa do jurista de inculcar à ciência jurídica um método e objetos próprios, capazes de atribuir-lhe autonomia científica. Neste ponto, o relativismo axiológico é sua referência filosófica, sendo a nota mais importante na Teoria Pura do Direito. Nesta medida, propõe que, uma vez demonstrada a impossibilidade de se superar cientificamente a multiplicidade de sistemas morais, então o mais correto para a doutrina seria renunciar à avaliação do justo ou injusto da ordem jurídica.

Nada obstante, a transição de paradigmas jurídico-filosóficos se deu em razão da insuficiência concernente ao conteúdo valorativo do positivismo normativo, sendo isto explicitado nos conflitos mundiais do século XX, no qual milhares de pessoas morreram por concepções ideológicas antisemitas, cujas ideias encontraram amparo no positivismo normativo de Kelsen para legitimar suas ações, visto que desconsiderava o fator axiológico.

Por conseguinte, tais transformações implicam na constitucionalização dos direitos, evidenciando a nova dimensão valorativa das Constituições Estatais. Esses

valores vêm por meio de princípios fundamentais que devem ser observados em qualquer relação jurídica. Diferentemente das regras que resolvem seus conflitos por meio da solução de antinomias ou o critério da exceção, nos princípios os possíveis conflitos são resolvidos por meio do sopesamento ou da ponderação.

Com efeito, tais mudanças infraestruturais da teoria do direito são corroboradas com o estudo de dois julgados do Supremo Tribunal Federal acima explanados. De fato, estes casos concretos, dentre outros, confirmam a interpretação além da letra da lei com a inclusão de elementos axiológicos ao ordenamento jurídico, não restando dúvidas quanto à superação da neutralidade axiológica da teoria de Kelsen, bem como da constitucionalização do direito e a força normativa potencializada das normas-princípios.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Conceito e validade do direito**. Tradução de Gercélia Batista de Oliveira Mendes. 1ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

_____. **Teoria dos direitos fundamentais**. 2.ed. Virgílio Afonso da Silva (trad.). São Paulo: Malheiros, 2014.

ÁVILA, Humberto. **Teoria dos princípios: da definição à aplicação dos princípios jurídicos**. 9ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Crítica à dogmática e Hermenêutica Jurídica**. Sergio Antônio Fabris Editor. 1989.

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro: pós-modernidade, teoria crítica e pós-positivismo. **Interesse Público**, Belo Horizonte, v. 3, n. 11, jul. 2001. Disponível em: <<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/30918>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional**. 24.ed. São Paulo: Malheiros, 2009

COELHO, Fábio Ulhoa. **Para entender Kelsen**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIAS, Gabriel Nogueira. **Positivismo jurídico e a teoria geral do direito: na obra de Hans Kelsen**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010.

DWORKIN, Ronald. **A justiça de toga**. Jefferson Luiz Camargo (trad.). São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **Levando os direitos a sério**. Tradução de Nelson Boeira. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FALCAO, Raimundo Bezerra. **Hermenêutica**. São Paulo: Malheiros, 2000.

HESSE, Konrad. **A força normativa da constituição**. Porto Alegre: SAFE, 1991.

KELSEN, Hans. **O que é justiça? No espelho da Ciência**. 3.ed. Luís Carlos Borges (trad.). São Paulo: Martins, 2001.

- _____. **Teoria pura do Direito**. 8.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- LASSALLE, Ferdinand. **A Essência da Constituição**. 5.ed. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.
- MACHADO SEGUNDO, Hugo de Brito. **Fundamentos do Direito**. São Paulo: Atlas, 2010.
- MALMERSTEIN, George. **Curso de direitos fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MORAES, Maria Celina Bodin de. Constitucionalização do direito civil e seus efeitos sobre a responsabilidade civil. **Direito, Estado e Sociedade**, v. 9, n. 29, p. 233-258, jul./dez. 2006.
- NADAL, Fábio. **A constituição como mito: o mito como discurso legitimador da Constituição**. São Paulo: Método, 2006.
- NOGUEIRA, Gislene. Supremo dos EUA absolve confeitiro que negou bolo para casamento gay. **Agência Brasil EBC** 04 jun. 2018. Disponível em:<<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-06/supremo-dos-eua-absolve-confeitiro-que-negou-bolo-para-casamento>>. Acesso em: 25 de jun. 2018.
- SANDEL, Michael. **Justiça**. O que é fazer a coisa certa. Maria Alice Máximo (trad.). São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.
- SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- SILVA, Virgílio Afonso Da. **A constitucionalização do Direito**. Os direitos fundamentais nas relações entre os particulares. São Paulo: Malheiros, 2011.
- _____. **Direitos fundamentais**. Conteúdo essencial, restrições e eficácia. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2010.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132, Ministro Ayres Britto, Tribunal Pleno, 5 de Maio de 2011. Disponível em:<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>>. Acesso em: 25 jun.2018.
- SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, Habeas Corpus 92.566-9, min. Rel. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, 3 de Dezembro de 2008. Disponível em:<<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=595384>>. Acesso em: 25 jun.2018.
- VASCONCELOS, Arnaldo. **Teoria da Norma Jurídica**. 3.ed. São Paulo: Malheiros, 1993.
- VERDÚ, Pablo Lucas. **O sentimento constitucional: Aproximação ao Estudo do Sentir Constitucional como modo de integração política**. Tradução de Agassiz Almeida Filho. Rio de Janeiro: Forense, 2004.
- _____. **Teoria pura do direito**. Repasse crítico de seus principais fundamentos. 2.ed. Rio de Janeiro: GZ, 2010.

O POVO NO PENSAMENTO REPUBLICANO DE NICOLAU MAQUIAVEL: CONSELHEIRO DA SOCIEDADE OU DOS TIRANOS?

Renan Arruda Albuquerque Pereira¹

Jânio Pereira da Cunha²

RESUMO

Versa sobre as aparentes controvérsias atinentes à teoria política de Nicolau Maquiavel expressa nas obras “*O Príncipe*” e “*Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*”, na tentativa de alinhar a produção escrita do clássico autor florentino à tradição do pensamento republicano, em detrimento da corrente interpretativa que associa seus escritos à causa do absolutismo monárquico, inclusive destacando sua ruptura com relação aos estadistas predecessores que propugnavam a ideia de repúblicas aristocráticas, lideradas pela elite. Enveredando por outros trilhos, Maquiavel defende um Estado com proeminência popular, segmento ao qual incumbe o papel de vigiar e controlar os apetites desenfreados da natureza humana pelo poder, municiado pelo aparato legal e institucional proveniente do constante embate das forças sociais antagônicas. Realizado sob os moldes de uma pesquisa histórica e qualitativa a respeito das raízes do republicanismo popular, o presente trabalho ganha relevo em um contexto no qual se discute a possibilidade de modificação dos arranjos institucionais e democráticos da sociedade brasileira, mediante o Projeto de Lei Federal 6.065/2016, o qual pretende promover alterações no ordenamento jurídico vigente no tocante ao tratamento das manifestações populares e ao rigor com que poderão ser sancionados seus integrantes quando da prática de atos estranhos à ordem pública. Sob esse viés, o estudo a ser desenvolvido possui o objetivo de operar, com fundamento na teoria política maquiaveliana, sobejamente identificada com os princípios republicanos, uma análise dedutiva e crítica acerca da realidade política brasileira, com vistas a estimular o leitor a refletir quanto à relevância do elemento popular na gerência da sociedade, tendo em vista que a este segmento social compete o papel de empreender uma cultura política antagonista com relação aos anseios dos “grandes” detentores do poder - elite, no intuito de que sejam efetivamente

¹ Acadêmico de Direito. Atualmente, cursando o 3º semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Christus (Unichristus). e-mail: renan__arruda@outlook.com

² Professor do Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado Acadêmico) do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS). Professor do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Doutor em Direito Constitucional. e-mail: janiopcunha@hotmail.com

resguardadas a liberdade e a igualdade, caros valores para a funcionalidade de um Estado Democrático de Direito.

Palavras-chave: Nicolau Maquiavel. Republicanismo popular. Conflitos. Instituições.

ABSTRACT

Verse on the assumed controversies about the political theory of Niccolo Machiavelli expressed in "*The Prince*" and "*Discourses on the First Decade of Tito Livius*", in an attempt to align the written production of the classic Florentine author to the tradition of Republican thought to the detriment of the interpretative current that associates his lessons to the cause of monarchical absolutism, highlighting his dissension from the classic authors who defended an aristocratic republic. Alternatively, Machiavelli endorses the popular activism, assigning the substantial role of monitoring and controlling the unbridled appetites of human nature by power, fitted by the legal and institutional apparatus that proceeds from the iterant resistance of the antagonistic social forces. Formulated as a historical and qualitative research regarding the origin of popular republicanism, the present work gains relief in a context in which the possibility of modifying the institutional and democratic arrangements of the Brazilian society is intended by means of the Federal Law Proposal Nº 6.065/2016, which purposes changes in the legal order regarding the treatment of popular manifestations and the rigour with which its members may be sanctioned when practicing incongruous acts to public order. In this sense, the study to be developed has the purpose of operating, on the basis of Niccolo Machiavelli's political theory, widely identified with the Republican principles, a deductive and critical analysis of the Brazilian political reality, in order to encourage the reader to reflect on the relevance of the popular element in the management of society, inasmuch as this social segment is responsible for the role of undertaking an antagonistic political culture in relation to the yearnings of the political elite, for the purpose of effectively save liberty and isonomy.

Keywords: Niccolo Machiavelli. Popular Republicanism. Conflicts. Institutions.

1 INTRODUÇÃO

Nicolau Maquiavel (1469 – 1527) é reconhecidamente um dos maiores expoentes da Ciência Política e da Teoria Geral do Estado. A referida congratulação decorre do fato de o filósofo ter inaugurado, entre os anos de 1513 e 1514, em Florença, na Itália, o pensamento político moderno, ao romper com as formulações teóricas de natureza idealista, moralista e religiosa que compunham as tradicionais obras medievais e renascentistas. Esta ocorrência ensejou diversos preconceitos a seu respeito, como a imputação de mestre da imoralidade, da perversidade e da tirania, de tal modo que “há cinco séculos paga um elevado preço, do ponto de vista da reputação, por haver revolucionado a reflexão sobre a política”.³

Quando se intenta discutir os assuntos moral e poder político, principalmente no tocante à conquista e manutenção de governo, seu nome permanece a ser invocado, dada a abordagem temática e metodológica inovadora, enquanto vinculada ao mundo prático, de viés empírico, realista e objetivo dos acontecimentos. Não é raro, no entanto, que suas concepções sobre a arte de governar sejam associadas à proliferação da má-fé política e ao aconselhamento de tiranos, a partir de subterfúgios para manipulação das massas.

É que Maquiavel sugere que a obrigação fundamental do Príncipe é a manutenção do Estado e desvincula a condução de governo do idealismo ético humanista, pautado pela retidão das pessoas em posição de autoridade.⁴ Em razão disso, avalia que “basta ao Príncipe lembrar que, embora não seja necessário ter todas as qualidades usualmente consideradas boas, é indispensável parecer tê-las”⁵ e que “a solução é se tornar um grande simulador e dissimulador, aprendendo a habilidade de ‘confundir astuciosamente os homens’ e fazê-los crer em seus fingimentos.”⁶

³ CUNHA, Jânio Pereira da. Conflito social e liberdade republicana em Nicolau Maquiavel. In: SILVA, Lucas Gonçalves da; LIMA, Martônio Mont'alverne Barreto; ALBUQUERQUE, Newton de Menezes. (Coords). COUTINHO, Júlia Maia de Meneses; LOPES, Karin Becker. (Orgs.). **Teoria da Democracia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 195.

⁴ SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre (RS): L&PM, 2012, p. 67.

⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. e notas Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 1988, p. 66.

⁶ Ibid., p. 61.

Tal proposição decerto contribui para a “pecha de panegirista de regimes tirânicos”⁷ e para a insinuação de que Maquiavel seria defensor de “um poder que age secretamente nos bastidores, mantendo suas intenções e finalidades desconhecidas para os cidadãos”⁸, os quais aparentemente seriam melhor alocados quanto mais distantes dos negócios da cidade, agravando a identificação da personalidade do secretário florentino com a perfídia.

Além disso, ao contrário do que se pode extrair de pensadores idealistas, portadores de um credo otimista acerca do homem, como Rousseau, Maquiavel apresenta uma visão negativa acerca da natureza humana⁹ – pessimismo antropológico, tal como pode ser observado no seguinte trecho:

[...] geralmente se pode afirmar o seguinte acerca dos homens: que são ingratos, volúveis, simulados, dissimulados, fogem dos perigos, são ávidos de ganhar e, enquanto lhes fizeres bem, pertencem inteiramente a ti, te oferecem o sangue, o patrimônio, a vida e os filhos, como disse acima, desde que o perigo esteja distante; mas, quando precisas deles, revoltam-se.¹⁰

As preleções acima aludidas poderiam idoneamente ser invocadas para intimidar o estudo do papel desempenhado pelo povo no pensamento do filósofo renascentista. Seria possível, diante deste cenário, identificar elementos que denotem inovação no pensamento político quanto à centralidade e importância do papel social e político a ser desempenhado pelo povo nos escritos de Maquiavel? Quais razões, afinal, seriam capazes de fundamentar tal empreendimento?

É que, em virtude da suposta contradição ideológica e da complexidade teórica que cerca suas principais obras: *O Príncipe e Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*¹¹, persiste, até mesmo no meio acadêmico, interpretação superficial e corriqueira que equivocadamente relaciona Maquiavel a um autor maldito, amoral e

⁷ BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 Lições sobre Maquiavel**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 98. [Coleção 10 lições].

⁸ CHAUI, Marilena. **Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000, p. 201.

⁹ BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 Lições sobre Maquiavel**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 40. [Coleção 10 lições].

¹⁰ MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Trad. de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998, cap. XVII, p. 80.

¹¹ BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 Lições sobre Maquiavel**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 97. [Coleção 10 lições].

defensor sórdido de um centralismo autoritário, em detrimento da corrente que entende seus escritos sob um viés republicano, defensor de ideais cívicos.

É nesse contexto de desconformidade de entendimentos quanto ao pensamento do filósofo florentino que se desdobrará o presente artigo, na tentativa de, por um lado, demonstrar que “nada seria mais antimachiavélico, no sentido estrito do termo, que a herança maldita de seu nome”¹² e, por outro lado, desvendar o enigma de seus escritos, com o fito de romper com o senso comum, possibilitando a apreciação das suas ideias sob o prisma das liberdades republicanas e da ordenação institucional da cena política, com destaque para a virtude política do povo, como o guardião/protetor da liberdade cívica.

Na parte inicial deste artigo, elaborou-se um sumário acerca dos principais pontos que desafiam a proposta do presente trabalho, qual seja, tratar da relevância popular no jogo político a partir da teoria política maquiaveliana, considerando o plexo de preconceitos que cercam seu ideário.

Em seguida, apresenta-se uma análise de seus escritos de forma a demonstrar sua predileção republicana, apontando inclusive para a originalidade de sua obra no que concerne à exaltação da participação popular para o controle das ambições de expropriação de poder, intrínsecas à natureza humana, bem como para a guarda da liberdade e da igualdade – caros valores ao regime republicano.

Finalmente, demonstrar-se-á uma avaliação a respeito do “lugar do republicanismo maquiaveliano na evolução do governo popular”¹³, a partir da provocação do leitor quanto à inércia do povo na gerência dos negócios da sociedade, alertando para as consequências de sua passividade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O CORIFEU DE REGIMES ABSOLUTOS: O ESPELHO DA CONDIÇÃO HUMANA E O PRÍNCIPE DE VIRTÚ.

¹² Ibid., p.12.

¹³ MCCORMICK, John P. Democracia maquiaveliana: controlando as elites com um populismo feroz. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n.12, p. 253-298, set./dez. 2013, p. 254.

De início, é preciso debruçar-se acerca da abordagem política que se desenvolve durante o período histórico quatrocentista italiano, principalmente no que concerne à dimensão conflituosa que vigora entre a incipiente era moderna e os últimos anos da Idade Média.

Em contraposição aos postulados cristãos que predominavam no contexto do medievo, no sentido de que os homens seriam governados conforme os desígnios da Providência Divina, que se manifestava mediante a atuação da Fortuna nos assuntos humanos, como agente que submetia inelutavelmente o destino dos indivíduos, meros espectadores à vontade de Deus, o humanismo renascentista recupera os valores clássicos que ressaltam as virtudes seculares do indivíduo, senhor do seu destino, capaz de amenizar as investidas da Fortuna, harmonizando a sorte e sua liberdade.¹⁴

Nessa perspectiva, torna-se possível afirmar que “a grande modificação moderna foi a fundação, teórica e prática da ideia de imanência, recusando-se qualquer determinação extrínseca do real”¹⁵, pois “as ideias de vida contemplativa e de destino inultrapassável [...] foram substituídas por práticas políticas e sociais ativas autônomas, configuradas na figura inovadora das Cidades-República¹⁶⁻¹⁷.” Noutros termos, havia em curso um processo de afirmação do homem na cidade, no qual o triunfo do compromisso com os negócios da vida terrestre sob a espera da graça divina implicou a efetiva participação do corpo dos cidadãos na gerência da sociedade e, via de consequência, a centralidade da política, o que denota um ponto de inflexão com relação ao comportamento dos “cidadãos” do período anterior, dedicados à religiosidade da vida celeste.¹⁸

Todavia, é justamente sob esse conjunto de circunstâncias que exsurge dos escritos de Maquiavel sua incredulidade quanto à ontologia do homem e à capacidade

¹⁴ SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre (RS): L&PM, 2012, p. 43.

¹⁵ GUIMARAENS, Francisco. Poder constituinte em Maquiavel e Espinosa: a perspectiva da imanência. **Revista Lugar Comum**. nº 19-20, p. 41 – 60, jan/jun. 2004, p. 42.

¹⁶ Ibid., p. 42.

¹⁷ “As Cidades-República se estruturaram como formas de organização política que rompiam com o domínio exercido pela Igreja Católica, indicando expressão de desestruturação de um dos principais dispositivos de sustentação do medievo. A autonomia republicana (concebida sob a ótica da atividade) se dirigia contra a heteronomia contemplativa vivenciada durante este tal período.” Ibid., p. 42.

¹⁸ QUINTANA, Fernando. **Ética e política**: da antiguidade clássica à contemporaneidade. Disponível em: < <https://www.passeidireto.com/disciplina/filosofia-juridica?ordem=3> >. Acesso em: 09 set. 2018.

de o corpo de cidadãos dirigir e manter um Estado. É que Maquiavel foi intérprete de um período conturbado na Península Itálica, pois esta, diferentemente do caminho seguido pelas demais potências europeias (cite-se a título de ilustração a França e a Espanha), no sentido da formação dos Estados-Nação, unificados sob um governo monárquico-centralizado, permaneceu constituída por um conjunto de Estados rivais e de pequenas dimensões, os quais protagonizaram amplas disputas políticas com o fito articular seu domínio na região¹⁹. Desta forma, diligente examinador dos exemplos da história, bem como ferrenho investigador das ações concretas dos indivíduos nas relações de conflito de poder de seu tempo, observou um núcleo permanente de potencial corrupção na natureza humana relacionado a um “apetite desenfreado pelo poder”²⁰. Assim, aponta que os ativos participantes dos assuntos de Estado somente agem com virtú quando por necessidade, caso contrário, ignoram os interesses de sua comunidade a fim de promover suas ambições individuais ou interesses de facções e que o sectarismo engendrado por esse **antagonismo desordenado de interesses** conduziria ao esfacelamento do Estado.²¹ (grifos nossos)

Ademais, em sua obra “O Príncipe”, Maquiavel parece associar a um só homem a qualidade de suportar as ingerências da Fortuna, isto é, deposita suas esperanças de conquista e manutenção do Estado somente no Príncipe de Virtú, insigne dirigente capaz de detectar os contornos do exercício do poder. E não apenas isso, na linha de intelecção de sua literatura, o ilustre filósofo ainda prescreve regras de ação para a governança desvinculadas de idealismo ético, tendo em vista “seus estudos não cuidarem de justiça e conveniência moral, mas centrarem-se na realidade dos fatos e na investigação fria da operacionalidade da política”²², apregoando, por exemplo, que objetivamente “um governante que deseja manter o poder deve estar preparado para agir imoralmente quando for necessário”²³. É sob esse viés que se convencionou classificar sua produção escrita como um receituário no qual os príncipes deveriam espelhar a condução de governo e cujo legado legitimaria o clássico raciocínio de que

¹⁹ BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 Lições sobre Maquiavel**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 19. [Coleção 10 lições]

²⁰ Burham, J. **The Machiavellians: defenders of freedom**. Nova York: Freeport, 1970, p. 62-63.

²¹ SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre (RS): L&PM, 2012, p. 79.

²² BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 Lições sobre Maquiavel**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 37. [Coleção 10 lições]

²³ MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. e notas Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 1988, p. 59.

os fins justificam os meios – fatores que lhe renderam a fama de “corifeu de regimes absolutistas”²⁴ e a tacha de conselheiro maldito - “Old Nick”²⁵.

2.2 O ARAUTO DO REPUBLICANISMO DEMOCRÁTICO: A PRIMAZIA POPULAR.

Até este ponto, a leitura do presente artigo apresenta um verdadeiro dilema no que concerne ao tema proposto e às concepções de Maquiavel quanto à construção da ordem política e aos agentes que devem determinar definitivamente os rumos de um Estado. Doravante, tentaremos esclarecer as supostas contradições e a solução interpretativa pretendida, sem intenção de esgotamento do assunto, mas com o intuito de colaborar com a sua discussão.

De fato, certas preleções retiradas da obra *O Príncipe* (a exemplo das aludidas no tópico 2.1 deste artigo), principalmente quando analisadas fora de um contexto geral da teoria política do escritor florentino, podem insinuar o pendor de Maquiavel com relação à causa do poder irrestrito de um só e ao papel de mentor daquele que pretende se apoderar do governo para atender aos seus caprichos e suas ambições individuais, em detrimento da causa republicana. Não se pode incorrer, contudo, no deslize de desvincular seus mandamentos, em geral caracterizados pela conveniência, e não pela moral, do seu ideal patriótico²⁶. Isto é, embora defenda em certas ocasiões o emprego da crueldade, da dissimulação e de demais condutas voltadas ao pragmatismo político e às razões de Estado, estas estariam necessariamente justificadas pelo motivo de força maior da tão sonhada unificação da Península Itálica, pois sustenta que um “intelecto prudente jamais irá censurar alguém por qualquer ação ilegal empregada para organizar um reino ou instaurar uma república”²⁷ e ressalva que “embora o ato o acuse, o resultado deve escusá-lo, porque

²⁴ BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 Lições sobre Maquiavel**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 107. [Coleção 10 lições]

²⁵ SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú. In: QUIRINO, Célia Galvão; SADEK, Maria Tereza. (Orgs.). **O pensamento político clássico: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau**. Tradução de Carlos Henrique Davidoff. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 13.

²⁶ BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 Lições sobre Maquiavel**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 100. [Coleção 10 lições].

²⁷ MACHIAVELLI, Niccolò. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Trad. Sergio Bath. 3. ed. Brasília: Ed. UnB, 1994, p. 218.

quem deve ser censurado é aquele que é violento para destruir, e não violento para restaurar.²⁸

Portanto, os mandamentos maquiavelianos não tratam de estímulo ao poder pelo poder, de defesa desabusada de tiranias cruéis, mas de exortação de um “republicano angustiado”²⁹ militando em benefício da libertação de sua pátria³⁰ do esfacelamento decorrente das dissensões internas, que ainda propiciam a ameaça do poderio estrangeiro. Nessa perspectiva, pertinentemente esclarece Maurizio Ricciardi que o Príncipe idealizado por Maquiavel seria “a encarnação de um modo extraordinário de enfrentar a crise num momento em que o ordinário é impotente diante da desafeição para com a coisa pública.”³¹

Na verdade, em conformidade com a observação de Newton de Menezes Albuquerque, “apesar de sua defesa contingente e transitória do centralismo autoritário, Maquiavel nunca olvidou de suas convicções republicanas, firmemente enraizadas no humanismo cívico italiano.”³². Nesse sentido, configura *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio (1531)* o opúsculo em que o autor delinea todo o seu repertório republicano³³, expressando inclusive sua predileção por este regime em razão da possibilidade da primazia popular. É o que se percebe na seguinte passagem:

Vê-se que as cidades onde os povos são príncipes em curtíssimo tempo fazem conquistas excepcionais, tornando-se muito maiores que as outras que sempre foram governadas por um só príncipe, como ocorreu em Roma depois da expulsão dos reis e com Atenas depois que se libertou de Psístrato. E isso pode ser explicado por serem melhores os governos dos povos que dos príncipes.³⁴

²⁸ Ibid., p. 218.

²⁹ BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 Lições sobre Maquiavel**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 97. [Coleção 10 lições].

³⁰ BOBBIO, Norberto. **A Teoria das Formas de Governo**. [Trad. de Sérgio Bath]. 9. ed. Brasília: UnB, 1997, p. 83.

³¹ RICCIARDI, M. A República antes do Estado: Nicolau Maquiavel no limiar do discurso político moderno. Trad. De A Ciacchi, L. da Cruz e Silva e G. Tosi. In: DUSO, G. (org.). **O poder: história da filosofia política moderna**. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 42.

³² ALBUQUERQUE, Newton de Menezes. **Teoria Política da Soberania**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001, p. 69.

³³ BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 Lições sobre Maquiavel**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 102. [Coleção 10 lições].

³⁴ MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Trad. de M.F. São Paulo: Martins Fontes, 2007, Livro Primeiro, cap. 58, p. 170 – 171.

Equivale a dizer que um Estado que aspira à grandeza deve se manter livre de qualquer forma de servidão política, submetendo-se tão somente à autoridade constituída pela própria comunidade³⁵. E complementa o aludido raciocínio explicando os motivos pelos quais raramente um governo monárquico prospera, expondo que sob o domínio de um príncipe pode ocorrer que aquilo “que o beneficia prejudica a cidade, e o que beneficia a cidade a ele prejudica³⁶, além de que “os governos cuja sorte depende da sabedoria de um só homem têm curta duração, porque sua virtude se extingue com a vida do Príncipe.”³⁷

Neste ponto, convém destacar a originalidade de Maquiavel no que concerne à defesa dos princípios republicanos. É que a maioria dos estadistas predecessores que também se preocuparam com a participação dos cidadãos nos negócios de suas cidades atribuía aos aristocratas o papel de proeminência³⁸, visando Esparta e Veneza como os paradigmas de arranjo republicano. Cite-se, a título de ilustração, Aristóteles, pensador clássico o qual aduzia como melhor regime a *politeia*, em que se destacavam os nobres como os “leões no poder”. No entanto, o pensador florentino rompendo com a sabedoria antiga, apregoa, por sua vez, um papel destacado às massas – uma república de domínio popular, inspirada no exemplo do Estado Romano.³⁹

Nota-se que Maquiavel coerentemente observou um natural processo de clivagem nas cidades, isto é, uma divisão do seio social decorrente da formação de grupos com desejos políticos distintos⁴⁰, que concorreu para que depositasse nas mãos dos muitos (povo) a confiança quanto à guarda da estabilidade e da liberdade da República. Isso porque, segundo o autor, em toda cidade há dois humores

³⁵ SKINNER, Quentin. **Maquiavel**. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre (RS): L&PM, 2012, p. 73.

³⁶ MACHIAVELLI, Niccolò. Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio. Trad. Sergio Bath. 3. ed. Brasília: Ed. UnB, 1994, p. 329 – 332.

³⁷ MACHIAVELLI, Niccolò. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 2000, Livro Primeiro, Capítulo décimo primeiro.

³⁸ BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 Lições sobre Maquiavel**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 101. [Coleção 10 lições].

³⁹ MCCORMICK, John P. Democracia maquiaveliana: controlando as elites com um populismo feroz. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.12, p. 253-298, set./dez. 2013, p. 257.

⁴⁰ ADVERSE, Helton. Maquiavel, a república e o desejo de liberdade. **Trans/form/ação**. Revista de Filosofia. Marília (SP), v. 30, n. 2, p. 45.

diferentes, destacadamente o do povo e o dos grandes. Entenda-se a esse respeito que, na interpretação de Newton Bignotto, os denominados “grandes” são aqueles que “efetivamente disputam o poder e querem ocupá-lo de toda maneira”⁴¹, enquanto o “povo” é a “maior parte da população, que não quer governar diretamente, mas não quer ser oprimida pelos que governam”⁴² – e, nesse contexto de embate originário, consigna:

“...se deve dar a guarda de uma coisa àqueles que têm menos desejo de usurpá-la. E sem dúvida, se considerarmos o objetivo dos nobres e dos plebeus [...], veremos naqueles grande desejo de dominar e nestes somente o desejo de não ser dominados e, por conseguinte, maior vontade de viver livres, visto que podem ter menos esperança de usurpar a liberdade do que os grandes; de tal modo que, sendo os populares encarregados da guarda de uma liberdade, é razoável que tenham mais zelo e que, não podendo eles mesmos apoderar-se dela, não permitirão que outros se apoderem.”⁴³

Em outras palavras, assinala a virtude cívica do elemento popular e destaca a importância de sua vigília no que se refere à guarda da liberdade republicana para a garantia dos seus direitos, em face do apetite desenfreado daqueles que muito possuem para abusar do poder e sobrepujar as forças antagônicas no arranjo político.

Embora tenha alertado a respeito dessa tendência do corpo de cidadãos (especialmente “os grandes”) para decair em corrupção, isto é, perder o interesse pelo bem comum, pertinentemente esclarece Burnham sobre os escritos de Maquiavel que o florentino aponta a possibilidade de os homens serem disciplinados dentro de uma estrutura estabelecida por leis sensatas, produto histórico e legítimo do antagonismo protagonizado pelas forças sociais, que não deveriam permitir que qualquer pessoa se sobreponha às regras convencionadas⁴⁴, porquanto a República se configura

⁴¹ BIGNOTTO, Newton. Introdução aos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio de Nicolau Maquiavel. In: NICOLAU, Maquiavel. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Tradução MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. XXXIV.

⁴² Ibid., p. XXXIV.

⁴³ MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Trad. de M.F. São Paulo: Martins Fontes, 2007, Livro primeiro, cap. 5, p. 24.

⁴⁴ Burnham, J. **The Machiavellians: defenders of freedom**. Nova York: Freeport, 1970, p. 69 - 70.

enquanto modo de organização política tendente ao triunfo da igualdade e da exclusão do registro de privilégios.⁴⁵

É importante, pois, que o conflito social seja tanto mediado quanto expresso institucionalmente⁴⁶, de modo que a existência desse embate de interesses caminhe na direção da edificação de um ordenamento jurídico legitimamente capaz de funcionar como um “canal para desafogar seus humores e contemporizar as diferenças”⁴⁷. E foi exatamente para garantir este equilíbrio, que o florentino apostou em mecanismos democráticos de contrapoder que sejam capazes de refrear as paixões excessivas da elite relacionadas à expropriação do poder, especialmente na vívida e ativa participação política do povo, por meio de sua qualidade reativa de se defender contra a tentativa de dominação dos nobres, visando neutralizar essa espécie de ambição ilimitada. Arrematando referido raciocínio, Luca Baccelli aduz que:

Governo da lei, em Maquiavel, [...] oferece a moldura institucional dentro da qual o conflito pode se realizar de formas virtuosas. Dentro dessa moldura, retroage sobre o quadro institucional, exprime-se em ‘leis e ordens’ que favorecem a liberdade e o poder da República. Precisamente por isso, o conflito sob o governo da lei não é um fato degenerativo, mas, ao contrário, opõe-se à tendência entrópica da República para a corrupção.⁴⁸

Dessa maneira, a doutrina maquiaveliana dos conflitos adverte o homem para seu temperamento faccioso e para a maneira como esse comportamento pode se refletir na política, no tocante ao jogo de interesses corporativos e às aspirações populares. Em decorrência disso é que Maquiavel assinala a relevância dos embates e da autocontenção entre grupos sociais antagônicos (especialmente povo e elite) para a ordenação institucional da cena política e para a estabilidade do Estado.

⁴⁵ GUIMARAENS, Francisco. Poder constituinte em Maquiavel e Espinosa: a perspectiva da imanência. **Revista Lugar Comum**. nº 19-20, p. 41 – 60, jan/jun. 2004, p. 45 - 46.

⁴⁶ MÉNISSIER, Thierry. **Republique, ordre collectif et liberté civile**. In: GAILLE-NIKODIMOV, Marie; MÉNISSIER, Thierry. Paris: Ellipses, 2006.

⁴⁷ ADVERSE, Helton. Maquiavel, a república e o desejo de liberdade. **Trans/form/ação**. Revista de Filosofia. Marília (SP), v. 30, n. 2, p. 33 – 52, 2007, p. 44.

⁴⁸ BACCELLI, Luca. **Maquiavel, a tradição republicana e o Estado de Direito**. Trad. de C.A. Dastoli. In: COSTA, P. & ZOLO, D. (orgs.). **O Estado de Direito: história, teoria, crítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 529.

Nesse sentido é que o Secretário Florentino ressalta o papel político a ser desempenhado pelo povo, atribuindo a este segmento a condição de guardião da liberdade cívica e da igualdade na república, pois somente sua força coletiva é idônea a reproduzir a distribuição de poder no arranjo institucional do Estado.

3 Métodos

3.1 No que se refere à metodologia, desenvolve-se uma investigação histórica a respeito das raízes do republicanismo popular, em que se destaca a originalidade dos ensinamentos de Nicolau Maquiavel durante o período do Renascimento.

Com essa finalidade, confronta-se dialeticamente, por intermédio de um levantamento descritivo-explicativo das principais lições do estadista político, as mais destacadas correntes interpretativas dos seus textos, almejando associá-lo ideologicamente a um teórico de governos com proeminência popular, em detrimento daqueles que o consideram manipulador do povo e propugnador da má-fé política, furtando-se a percebê-lo como o grande arauto do republicanismo moderno⁴⁹.

3.2 Tendo em vista o embasamento teórico da pesquisa, já que alicerçada na revisão de material bibliográfico especializado sobre a temática em apreço, mediante a análise de livros e artigos científicos, o presente trabalho encerra basicamente caráter qualitativo.

Ressalte-se que essa maneira de investigar é adequada para os fins desta pesquisa tendo em vista o objetivo de operar com fundamento na teoria política maquiaveliana uma análise crítica e dedutiva acerca da realidade política brasileira, com vistas a provocar um estímulo à reflexão do leitor acerca do papel do povo na gerência da sociedade, com o fito de perquirir a relevância do elemento popular na funcionalidade de um Estado Democrático de Direito.

⁴⁹ BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 Lições sobre Maquiavel**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 10. [Coleção 10 lições].

4 Resultados e Discussões

Feitas as considerações acerca das principais lições do estadista Nicolau Maquiavel quanto ao republicanismo de caráter popular, faz-se necessário, por um momento, tentar aproximar o presente estudo acadêmico da realidade, especialmente no tocante às demandas de rua.⁵⁰

Nessa perspectiva, é importante destacar que “a contribuição de Maquiavel [...] não ficou restrita ao campo da história das ideias políticas”⁵¹. É sobremaneira singular e atual, na medida em que seus escritos suscitam questões e propõem soluções com relação aos arranjos institucionais e democráticos da contemporaneidade⁵².

Sob esse viés, convém apontar a importância que assumem os protestos populares e as manifestações sociais, porquanto configuram efetivos mecanismos de contrapoder em relação aos representantes políticos institucionalmente constituídos para gerenciar a coisa pública.

Reforçando a relevância da participação popular na condução da política, pertinentemente disserta Luiz Fux que:

O direito de reunião, ao lado da liberdade de manifestação do pensamento, deve ser utilizado como veículo por meio do qual se exterioriza a insatisfação popular com as questões centrais da vida pública, potencializando as vozes, antes ocultas, para que possam ser percebidas com clareza pelos seus alvos, mercê de contribuírem para a edificação de um ambiente patriótico de reflexão sobre os rumos da nação.⁵³

⁵⁰ ROMÃO, Vinícius de Assis. A criminalização das manifestações de rua e o direito de resistência.

Revista Transgressões: ciências criminais em debate, Natal/RN, v. 4, n. 2, p. 61 – 89, nov. 2016, p. 62.

⁵¹ CUNHA, Jânio Pereira da. Conflito social e liberdade republicana em Nicolau Maquiavel. In: SILVA, Lucas Gonçalves da; LIMA, Martônio Mont'alverne Barreto; ALBUQUERQUE, Newton de Menezes. (Coords). COUTINHO, Júlia Maia de Meneses; LOPES, Karin Becker. (Orgs.). **Teoria da Democracia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 211.

⁵² MCCORMICK, John P. Democracia maquiaveliana: controlando as elites com um populismo feroz. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.12, p. 253-298, set./dez. 2013, p. 290.

⁵³ FUX, Luiz. **O direito de reunião na Constituição Federal de 1988**. In: Brasil. A Constituição de 1988 na visão dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Edição Comemorativa. Brasília: Secretaria de documentação, 2013, p. 188. Disponível em: < <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/71069> >. Acesso em: 08 set. 2018.

Dessa maneira, o povo estaria imbuído da missão de empreender uma cultura política antagonista, confrontando ativamente as injustiças acarretadas pelo governo da elite. Esse esforço popular possui duas dimensões principais, quais sejam: (i) romper com o monopólio dos representantes políticos a respeito da expressão da vontade popular⁵⁴; (ii) tornar mais responsáveis e receptivos os representantes quanto às concretas demandas e aspirações populares.⁵⁵

Ocorre que, em 2016, foi elaborada uma proposta de lei federal, ainda pendente de aprovação pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, que pode vir a enfraquecer manifestações populares e até servir como instrumento de perseguição contra esses atos, tendo em vista a possibilidade de criminalização equivocada dos seus excessos.

É que, em virtude dos grandes eventos esportivos que seriam sediados no Brasil, dentre os quais cite-se a Copa das Confederações de 2013, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, e da ameaça de possíveis ataques terroristas, intensificaram-se os debates acerca da necessidade de regulamentação do inciso XLIII, do artigo 5^a da Constituição Federal, dispositivo que faz referência à criminalização de atos terroristas.

Nesse contexto, em março de 2016, foi publicada a Lei 13.260, por meio da qual pretendeu-se disciplinar o conceito de terrorismo, de organização terrorista, elencar atos definidos como terroristas e tratar das disposições investigatórias e processuais sobre o assunto. Importa destacar o §2º, do artigo 2º da referida norma, transcrito abaixo:

Art. 2º O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública.

(...)

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica à conduta individual ou coletiva de pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos

⁵⁴ BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A cidadania ativa**: referendo, plebiscito e iniciativa popular. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 70.

⁵⁵ MCCORMICK, John P. Democracia maquiaveliana: controlando as elites com um populismo feroz. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.12, p. 253-298, set./dez. 2013, p. 254.

sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais, sem prejuízo da tipificação penal contida em lei.

Observa-se que o legislador infraconstitucional, com o intuito de resguardar protestos reivindicatórios e manifestações populares da tipificação penal de ato terrorista (cuja previsão encontra-se listada no §1º do artigo 2º da Lei 13.260/2016)⁵⁶, ressaltou certas condutas individuais e coletivas, respeitados os limites do Código Penal.

A despeito disso, o Projeto de Lei 5.065/2016 pretende suprimir o preceito em epígrafe, sob a alegação de que este se trata de um salvo-conduto para que grupos pratiquem atos terroristas com uma suposta retaguarda jurídica.

De fato, é apreciável que sejam impostos limites ao direito de manifestação, reunião e liberdade de expressão, com a finalidade de controlar e reprimir os excessos. Não é razoável que as manifestações sirvam de escudo para a realização de condutas que exponham a perigo pessoas e bens alheios e sirvam para a ruptura da ordem pública e da paz social.

Não é devido, no entanto, que o Estado responda aos reclamos sociais com poder punitivo desproporcional, de maneira que lamentáveis e eventuais excessos – “vandalismos” – cometidos em protestos sejam rigorosamente caracterizados como atos terroristas.

Assim, vale consignar que este fato expressa realística e “maquiavelicamente”⁵⁷ a atualidade da tese do Secretário Florentino a respeito do oportunismo e do apetite

⁵⁶ § 1º São atos de terrorismo:

I - Usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa;

II – (VETADO);

III - (VETADO);

IV - Sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça a pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meio de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias e sua rede de atendimento;

V - Atentar contra a vida ou a integridade física de pessoa:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos, além das sanções correspondentes à ameaça ou à violência.

⁵⁷ BIGNOTTO, Newton. **Republicanism e realismo**: um perfil de Francesco Guicciardini. Belo Horizonte: Editora UFMF, 2006, p. 174.

“dos grandes” de “ampliar o poder de mando sob o povo”⁵⁸, ao qual Maquiavel revolucionariamente aconselhou o exercício de um protagonismo político, ainda que de forma reativa, no sentido de evitar sua manipulação, desenvolvendo, sob os moldes institucionais e legais de reconhecida legitimidade, a contraposição de força em relação aos anseios da elite, visando a efetiva guarda dos valores republicanos, quais sejam a liberdade e a igualdade.

5 Conclusão

Resta frisar, portanto, que o grande sonho do secretário de Florença era viver em uma Península Itálica unificada sob os auspícios de um regime republicano. No entanto, em decorrência dos tumultos desordenados, proporcionados pelas facções desinteressadas pelo bem comum que disputavam o poder político na região, personificou na figura do Príncipe o governante que teria a missão de enfrentar a crise e empreender pragmaticamente, a qualquer custo, os meios necessários à fundação do Estado Italiano. Convém elucidar que esse modelo não corresponde ao seu ideal político, mas a uma necessidade do momento histórico.⁵⁹

Na verdade, Maquiavel tem consciência de que a “virtú se expressa com muito mais vigor coletivamente que individualmente”⁶⁰. E, por essa razão, “fingindo dar lições aos reis, deu-as, e grandes lições aos povos.”⁶¹. Originalmente inspirado pela observação do regime republicano de Roma, propugna o que pode ser classificado como uma antecipação da democracia e, até mesmo, do poder constituinte, quando defende a participação de um segmento social até pouco tempo excluído dos negócios das cidades e da política – o povo - e ressalta a importância das massas como mecanismo de controle e resistência em relação à dominação exercida pelos poderes constituídos, sob a égide da elite aristocrata, capaz de proporcionar uma tensão

⁵⁸CUNHA, Jânio Pereira da. Conflito social e liberdade republicana em Nicolau Maquiavel. In: SILVA, Lucas Gonçalves da; LIMA, Martônio Mont'alverne Barreto; ALBUQUERQUE, Newton de Menezes. (Coords). COUTINHO, Júlia Maia de Meneses; LOPES, Karin Becker. (Orgs.). **Teoria da Democracia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 212.

⁵⁹ BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 Lições sobre Maquiavel**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 124. [Coleção 10 lições].

⁶⁰ GUIMARAENS, Francisco. Poder constituinte em Maquiavel e Espinosa: a perspectiva da imanência. **Revista Lugar Comum**. nº 19-20, p. 41 – 60, jan/jun. 2004, p. 46.

⁶¹ ROUSSEAU, Jean-Jacques. O contrato social. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996, p. 89.

produtiva no sentido da construção de um ordenamento jurídico (dinâmica constituinte) que pudesse canalizar de maneira ordenada as dissensões sociais.

Ressalte-se, por derradeiro, que suas ideias permanecem válidas e atuais para a teorização e a práxis da democracia. Contudo, reina em muitas sociedades contemporâneas justamente um universo pré-maquiavélico⁶², em que o próprio elemento popular não se apodera dos atributos de representatividade e vigília pela guarda de valores caros ao regime democrático, como a igualdade e a liberdade. Assim, restam sob o jugo de políticos descompromissados com o bem comum e interessados nos proveitos que podem retirar do aparato estatal, fruto da ilimitada ambição humana por poder, riqueza e privilégios. Inversamente, o elemento popular deve desejar gozar das honras juntamente com “os grandes”⁶³ que lideram o poder político, sob pena de incorrer na ruína de uma república, a qual, enfatize-se, tem como pressuposto o princípio da igualdade - inclusive a isonomia política.

REFERÊNCIAS

ADVERSE, Helton. Maquiavel, a república e o desejo de liberdade. **Trans/form/ação**. Revista de Filosofia. Marília (SP), v. 30, n. 2, p. 33 – 52, 2007.

ALBUQUERQUE, Newton de Menezes. **Teoria Política da Soberania**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.

BACCELLI, Luca. **Maquiavel, a tradição republicana e o Estado de Direito**. Trad. de C.A. Dastoli In: COSTA, P. & ZOLO, D. (orgs.). O Estado de Direito: história, teoria, crítica. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARROS, Vinícius Soares de Campos. **10 lições sobre Maquiavel**. 6. Ed. Petrópolis: Vozes, 2014. [Coleção 10 lições].

BENEVIDES, Maria Victoria. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. 3. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

BIGNOTTO, Newton. Introdução aos Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio de Nicolau Maquiavel. In: NICOLAU, Maquiavel. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Tradução MF. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

⁶² ROMANO, Roberto, s/d apud VENTURINI, Lilian. Como dizia Maquiavel, tenha o povo ao seu lado. **Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo, 07 de jul. 2013, Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,como-dizia-maquiavel-tenha-o-povo-ao-seu-lado-imp-,1051057>>. Acesso em: 08 set. 2018.

⁶³ MAQUIAVEL, Nicolau. **Istorie Fiorentine**. In Tutte le opere. Org. por M. Martelli. Florença: Sansorini, 1993c (2 edição)

BIGNOTTO, Newton. **Republicanismo e realismo**: um perfil de Francesco Guicciardini. Belo Horizonte: Editora UFMF, 2006.

BOBBIO, Norberto. **A Teoria das Formas de Governo**. Trad. de Sérgio Bath. 9. ed. Brasília: UnB, 1997.

Burham, J. **The Machiavellians**: defenders of freedom. Nova York: Freeport, 1970

CHAUÍ, Marilena. **Filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

CUNHA, Jânio Pereira da. Conflito social e liberdade republicana em Nicolau Maquiavel. In: SILVA, Lucas Gonçalves da; LIMA, Martônio Mont'alverne Barreto; ALBUQUERQUE, Newton de Menezes. (Coords). COUTINHO, Júlia Maia de Meneses; LOPES, Karin Becker. (Orgs.). **Teoria da Democracia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 195 - 216.

FUX, Luiz. **O direito de reunião na Constituição Federal de 1988**. In: Brasil. A Constituição de 1988 na visão dos Ministros do Supremo Tribunal Federal. Edição Comemorativa. Brasília: Secretaria de documentação, 2013. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/71069>. Acesso em: 08 set. 2018.

GUIMARAENS, Francisco. Poder constituinte em Maquiavel e Espinosa: a perspectiva da imanência. **Revista Lugar Comum**. nº 19-20, p. 41 – 60, jan/jun. 2004, p. 41 – 60.

MACHIARELLI, Niccolò. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Trad. Sergio Bath. 3. ed. Brasília: Ed. UnB, 1994.

MACHIARELLI, Niccolò. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 2000, Livro Primeiro, Capítulo décimo primeiro.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. Trad. de M.F. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Istorie Fiorentine**. In Tutte le opere. Org. por M. Martelli. Florença: Sansorini, 1993c (2 edição).

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Trad. e notas Antonio Caruccio-Caporale. Porto Alegre: L&PM, 1988.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. Trad. de Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MÉNISSIER, Thierry. **Republique, ordre collectif et liberte civile**. In: GAILLE-NIKODIMOV, Marie; MÉNISSIER, Thierry. Paris: Ellipses, 2006.

MCCORMICK, John P. Democracia Maquiaveliana: controlando as elites com um populismo feroz. Tradução de André Villalobos e Luis Felipe Miguel. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 12. Brasília, setembro – dezembro de 2013, p. 253-298.

QUINTANA, Fernando. **Ética e política**: da antiguidade clássica à contemporaneidade. Disponível em:

<<https://www.passeidireto.com/disciplina/filosofia-juridica?ordem=3>>. Acesso em: 09 set. 2018.

RICCIARDI, M. A República antes do Estado: Nicolau Maquiavel no limiar do discurso político moderno. Trad. de Andrea Ciacchi, Líssia da Cruz e Silva e Giuseppe Tosi. In: DUSO, G. (org.). **O poder**: história da filosofia política moderna. Petrópolis: Vozes, 2005.

ROMANO, Roberto, s/d apud VENTURINI, Lilian. Como dizia Maquiavel, tenha o povo ao seu lado. **Jornal O Estado de São Paulo**. São Paulo, 07 de jul. 2013, Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,como-dizia-maquiavel-tenha-o-povo-ao-seu-lado-imp-,1051057>> Acesso em: 08 set. 2018.

ROMÃO, Vinícius de Assis. A criminalização das manifestações de rua e o direito de resistência. **Revista Transgressões**: ciências criminais em debate, Natal/RN, v. 4, n. 2, p. 61 – 89, nov. 2016.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. Tradução de Antônio de Pádua Danesi. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem fortuna, o intelectual de virtú. In: QUIRINO, Célia Galvão; SADEK, Maria Tereza. (Orgs.). **O pensamento político clássico**: Maquiavel, Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau. Tradução de Carlos Henrique Davidoff. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 11-50. [Biblioteca Universal].

SKINNER, Quentin. Maquiavel. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre (RS): L&PM, 2012.

WEFFORT, Francisco. Os clássicos da política. 13. ed. São Paulo: Editora Ática, vol. 1, 2000.

TRANSNACIONALIZAÇÃO DO CRIME ORGANIZADO E A SUA RESISTÊNCIA AO COMBATE ESTATAL SOB A LUZ DO PLURALISMO JURÍDICO.

Nicole Coutinho Bezerra¹
José Evandro Alencar Correia²

RESUMO

A eclosão dos atores não-estatais no cenário mundial demonstra um retorno das ideias pluralistas, que concebem o Estado como uma das fontes produtoras do Direito, mas não a única. Contrariando assim, a ideia clássica estadocêntrica que não admite outros atores produtores de normas. Entender o processo de surgimento e a atuação das organizações criminosas transnacionais, é reconhecer o lado obscuro da política internacional, que tem desafiado muitos países. Na atualidade, a forma com a qual os grupos criminosos se organizam está crescendo de forma incontrolável e se estabelecendo além-fronteiras. O processo da globalização em muito contribuiu para a expansão do crime organizado, visto que ampliou os potenciais de comunicação e transporte, as relações de mercado à distância e a demanda por produtos ilícitos. Estes elementos importaram no enfraquecimento dos Estados, ao fim da Guerra Fria; visto que começaram a encontrar dificuldades no combate a esses fatores insurgentes. Para compreender esse fenômeno (transnacionalização do crime organizado), é de suma importância analisar a sua diferenciação das demais associações criminosas sob a luz da legislação vigente e das convenções internacionais destinadas à discussão da temática, a origem e as causas de sua expansão, assim como as dificuldades encontradas pelos organismos internacionais e pelos Estados em combater a criminalidade

¹ Graduanda em Direito pela Unichristus, monitora da disciplina de Introdução ao Estudo do Direito (propedêutica e história).

couthonnicole3@gmail.com

² Mestre em Ordem Jurídica Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC), graduado em Direito pelo Centro Universitário Sete de Setembro (Uni7). Professor da Unichristus no curso de Direito.

evandrocorreia@hotmail.com

transnacional. Ao final, serão apresentadas algumas possíveis medidas preventivas com base no princípio da cooperação do Tribunal Penal Internacional e do Direito Internacional que, se adotadas, podem ser eficazes na contenção do crescimento destas empresas criminosas, que em muito desafiam a soberania interna dos Estados e a paz da sociedade mundial.

Palavras-chave: Globalização. Atores não-estatais. Organismos internacionais. Organizações criminosas transnacionais. Enfraquecimento dos Estados.

ABSTRACT

The emergence of non-state actors on the world stage demonstrates a return to pluralist ideas, which conceive of the state as one of the sources of law, but not the only one. Contrary to this, the classic statecentric idea that does not admit other actors producing norms. Understanding the process of emergence and the role of transnational criminal organizations is to recognize the dark side of international politics, which has challenged many countries. At present, the way in which criminal groups organize themselves is growing uncontrollably and settling across borders. The process of globalization has greatly contributed to the spread of organized crime, as it has expanded communication and transport potentials, market relations at a distance and the demand for illicit products. These elements mattered in the weakening of the States, at the end of the Cold War; since they began to find difficulties in combating these insurgent factors. In order to understand this phenomenon (transnationalization of organized crime), it is extremely important to analyze its differentiation from other criminal associations in the light of current legislation and international conventions aimed at discussing the issue, the origin and causes of its expansion, as well as the difficulties encountered by international organizations and States in combating transnational crime. Finally, a number of possible preventive measures will be presented on the basis of the principle of cooperation of the International Criminal Court and International Law, which, if adopted, can be effective in curbing the growth of these criminal enterprises, which very much challenge the internal sovereignty of States and of world society.

Keywords: Globalization. Non-state actors. International organizations. Transnational criminal organizations. Weakening of States.

1 INTRODUÇÃO

As organizações criminosas transnacionais têm expandido seu domínio cada vez mais no cenário global e se tornado um problema generalizado que ameaça a soberania dos Estados e desequilibra a estrutura social. Alguns fatores contribuíram para o fortalecimento dessas organizações altamente sistematizadas; dentre eles, o processo de globalização, ou seja, o crescimento dos fluxos transnacionais de pessoas, bens e capitais, no final do século XX e os avanços nas áreas de tecnologia da informação e transporte.

Outrossim, foi o enfraquecimento do poder dos Estados, provocado pela crise do modelo monista (criado para satisfazer aos interesses da sociedade liberal-burguesa capitalista) que tornou-se insuficiente, uma vez que as demandas sociais e a complexidade das relações intensificaram-se.

O problema da segurança deixa de ser um ponto focal e nacional e passa para o plano transnacional e interdisciplinar, uma vez que incorpora temas relativos à política, economia, sociedade e meio ambiente. Falar das organizações criminosas transnacionais, é falar de uma complexa rede difusa de atuação econômica, extremamente organizada, sem ideologia aparente, que atua de forma paralela ao Estado, ameaçando a sua soberania interna.

Este trabalho se propõe a analisar a atuação das organizações criminosas transnacionais à luz do pluralismo jurídico e o surgimento de novos atores não-estatais, deixando de lado a visão tradicionalista do “modelo Westphaliano”. Também, apresentar as características das organizações criminosas transnacionais; como atuam e como se estruturam e os impedimentos a sua prevenção e combate; assim como diferenciá-las das demais organizações à luz da conceituação da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (Convenção de Palermo) e do Código Penal Brasileiro.

O tema é de grande pertinência tendo em vista os desdobramentos das relações sociais e internacionais contemporâneas, cada vez mais complexas, em um contexto de proliferação das atividades ilícitas “legitimadas”, escândalos de corrupção envolvendo os mais altos setores da sociedade e o enfraquecimento dos Estados soberanos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Pluralismo jurídico e a crise do “modelo Westphaliano”

O Direito, desde a sua origem, surge para atender às necessidades da sociedade, e se concretiza através das relações sociais. A superação do feudalismo e conseqüentemente da produção jurídica pela sociedade civil, deu vazão a monopolização do direito por parte do Estado, que concentrou em si todas as funções, dentre elas, a de exclusiva fonte de normas jurídicas. A formação do Estado Moderno foi responsável pela mudança do cenário marcado pelo pluralismo para o monismo jurídico.³ Utilizando-se do entendimento de Bobbio, pode-se observar:

Com a formação do Estado Moderno, ao contrário, a sociedade assume uma estrutura monista, no sentido de que o Estado concentra em si todos os poderes, em primeiro lugar aquele de criar o direito: não se contenta em concorrer para esta criação, mas quer ser o único a estabelecer o direito, diretamente através da lei, ou indiretamente através do reconhecimento e controle das normas de formação consuetudinária.⁴

O modelo monista, consolidou-se ainda mais no mundo ocidental através da Paz de Westphalia (1648), que pôs fim a Guerra dos Trinta Anos, e foi considerado, segundo Zolo, o primeiro ordenamento internacional com caracteres da modernidade.⁵

O modelo Westphaliano, fundava-se sobre as bases da soberania e independência dos Estados, excluindo do âmbito de autoridade política e jurídica qualquer outro sujeito externo. Este modelo perdurou de modo estável longamente, desconsiderando qualquer força jurídica internacional aos particulares, entidades coletivas; além de proibir a interferência de outros Estados ou organizações internacionais na soberania de cada país. ⁶ Dito isto, observa-se que o monismo jurídico é uma construção histórica; e surge para atender às necessidades de uma burguesia liberal-individualista em ascensão, que necessitava de uma maior

³ CORREIA, Evandro; CHAGAS, Francisco. **Reconstrução das bases de formação do monismo jurídico**. In: ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora. (Org.) Filosofia do direito III. 1 ed. Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. 1, p. 242-260

⁴ BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral do Direito**. 3ª ed. Tradução Denise Agostinetti, revisão Silvana Cobucci Leite, São Paulo, Martins Fontes, 2010, p. 27.

⁵ ZOLO, Danilo. **Globalização: um mapa dos problemas**. 1.ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p. 57

⁶ ZOLO, Danilo. **Globalização: um mapa dos problemas**. 1.ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p. 57

centralização política e econômica. Essa mudança social e jurídica está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento do sistema capitalista.⁷

Outro aspecto da modernidade e um dos mais importantes em relação ao Estado é a concentração, em suas mãos, do uso legítimo da força. Ou seja, foi vedada a capacidade, em regra, dos particulares utilizarem a autotutela.

Dentro desse contexto, o Estado trouxe para si o dever e o poder de punir as condutas que se enquadrem como nocivas à sociedade. Sendo, a referida função, regulada por meio do Direito Penal.

Entretanto, com o avanço da complexidade do capitalismo monopolista, entre as décadas de 1970 e 1990 ocorreu uma alteração no plano global, caracterizadas, segundo Wolkmer: “por um processo de desorganização, reordenação e flexibilização global do capital internacional.”⁸

Como resultado da integração econômica e descentralização do capital, obteve-se o retorno de algumas práticas pluralistas, como a presença de novos sujeitos participantes e fontes normativas além do Estado; que deram ensejo ao surgimento de um novo momento histórico.⁹

Observa-se, igualmente, o declínio do modelo Westphaliano, uma vez que incidiram no cenário mundial diversas autoridades supranacionais, que disputam espaço com os Estados no âmbito externo e interno.

Outro fator determinante para a crise do modelo de Westphalia foi a insuficiência dos Estados Nacionais em lidar, com os chamados, por Zolo, “problemas globais”¹⁰ oriundos das novas relações que se estabeleceram com o avanço do capitalismo e da globalização. Esses problemas estariam relacionados principalmente com a prevenção de conflitos, repressão à criminalidade internacional, desenvolvimento econômico e equilíbrio ecológico.¹¹

2.2 Transnacionalização dos novos atores globais

⁷ WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1997, p.30.

⁸ WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1997, p.44.

⁹ WOLKMER, Antônio Carlos. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1997, p.44.

¹⁰ ZOLO, Danilo. **Globalização**: um mapa dos problemas. 1.ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p.59.

¹¹ ZOLO, Danilo. **Globalização**: um mapa dos problemas. 1.ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p.59.

No contexto hodierno, torna-se impossível conceber o Estado como uma dimensão fechada, livre de influências paralelas e monopolizador da política e da produção jurídica. A doutrina já trabalha com a ideia de uma “aldeia global” ou “*global civil society*”; que seria uma sociedade transnacional, ou melhor, um Estado transnacional, visto que a sociedade já se encontra permeada de diversas interferências além-fronteiras, a exemplo das grandes empresas multinacionais, os mercados financeiros, a indústria cultural, as organizações não governamentais, dentre outras.¹²

Em sua análise da Bukowina Global, Teubner, compreende que, “estão se constituindo em ‘autonomia relativa’ diante do Estado-nação, [...] setores distintos da sociedade mundial que produzem a partir de si mesmos ordenamentos jurídicos globais *sui generis*.”¹³

O processo de confecção de normas por meio de estruturas privadas pode ser identificado em diversos nichos normativos.

Para exemplificar esses ordenamentos o que o autor se refere, pode-se citar a *Lex Mercatoria*, que regula determinados setores dos mercados mundiais. Além disso, elas podem ser vistas como as leis que regem as empresas multinacionais, normas estas que são criadas pelas próprias empresas.

O papel das empresas, por exemplo, pode ser compreendido da seguinte forma, de acordo com Cassese:

[...] junto a los Estados, hasta ahora los únicos protagonistas de la escena mundial, se sitúan las grandes empresas generalmente de carácter multinacional. De los cien organismos económicos más grandes del mundo, 51 son empresas, 49 son Estados. El volumen de negocios de la General Motors es superior al producto interior bruto de países como Arabia Saudita, Turquía o Polonia. Los ingresos de General Electric son comparables a los de Israel y los de IBM son superiores a los de Egipto. Más de 145.000 empresas son multinacionales. En el 2000, el valor en bolsa de la empresa finlandesa Nokia era el doble del producto interior bruto finlandés¹⁴

¹² ZOLO, Danilo. **Globalização: um mapa dos problemas**. 1.ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p.61.

¹³ TEUBNER, Gunther. **A Bukowina Global sobre a Emergência de um Pluralismo Jurídico Transnacional**. Impulso, Piracicaba, v. 13, n. 33, 2003, p.11

¹⁴ CASSESE, Sabino. **La globalización jurídica**. Traducción de Luis Ortega, Isaac Martín Delgado y Isabel Gallego Córcoles. Madrid; Barcelona: INAP; Marcial Pons, 2006.

Outro ponto que merece relevo, é como o discurso dos Direitos Humanos tem ganhado uma dimensão cada vez mais global, devido à necessidade de um reconhecimento maior, visto que é insuficiente restringir a temática apenas à esfera regional.¹⁵O mesmo ocorre com a proteção ambiental, como ressalta Teubner, “é possível reconhecer tendências na direção de uma globalização do direito em relativa independência das instituições estatais.”¹⁶

Ou seja, nessas três esferas, há zonas de normatividade jurídica que se desenvolvem, independentemente do Estado.

Esse processo pode ser pensado no sentido do que Fabrizio Cafaggi chama de *Transnational Private Regulation*. O autor traz um conceito de Transnational Private Regimes:

*a new body of rules, practices, and processes, created primarily by private actors, firms, NGOs, independent experts like technical standard setters and epistemic communities, either exercising autonomous regulatory power or implementing delegated power, conferred by international law or by national legislation.*¹⁷

Como analisado, a emergência de novos atores no cenário mundial é fruto da força de setores não institucionalizados, mas que possuem influência na sociedade.

Demonstra-se assim, a incapacidade do Estado de regular todas as relações complexas que se estabelecem na vida social. Isso demonstra a coexistência entre o Direito positivado, e o que Ehrlich vai chamar de “direito vivo”, que não se limita a códigos, pois é intrínseco à vida humana e suas interações. Recorrendo às palavras do autor, o direito vivo pode ser assim compreendido:

Este é, portanto, o direito vivo em contraposição ao apenas vigente diante de tribunais e órgãos estatais. O direito vivo é aquele que, apesar de não fixado em prescrições jurídicas, domina a vida. As fontes para conhecê-lo são sobretudo os documentos modernos, mas também a observação direta do dia-a-dia do comércio, dos costumes e usos e também das associações, tanto as legalmente reconhecidas quanto as ignoradas e até ilegais.¹⁸

¹⁵TEUBNER, Gunther. **A Bukowina Global sobre a Emergência de um Pluralismo Jurídico Transnacional**. Impulso, Piracicaba, v. 13, n. 33, 2003. P.11

¹⁶ TEUBNER, Gunther. **A Bukowina Global sobre a Emergência de um Pluralismo Jurídico Transnacional**. Impulso, Piracicaba, v. 13, n. 33, 2003.

¹⁷ CAFAGGI, Fabrizio. **New foundations of transnational private regulation In Journal of law and Society**. v. 38, Number I, p. 20 - 49, 2011.

¹⁸ EHRLICH, Eugen. **Fundamentos da sociologia do direito**. Trad. de René Ernani Gertz. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986, p.378.

Essas novas forças que se emancipam com a globalização possuem também um viés negativo. Surgem diversas associações não reconhecidas pelo Estado, mas fortemente influentes no cenário mundial, no caso, as organizações criminosas transnacionais; que durante o período da Guerra Fria estavam abafadas sob a égide de regimes totalitários e as forças globalizantes ainda em desenvolvimento.

Nesse período de conflito ideológico, a principal ameaça securitária que preocupava um Estado era o ataque de outro Estado, e todos os esforços foram empreendidos a fim de evitar esse possível ataque, e a manutenção do estado de tensão. As ameaças internas eram completamente ignoradas.

Com o fim da bipolaridade, isso mudou, como ratifica Eric Hobsbawm: “a forma típica de guerra do século XXI, a guerra entre países, está em forte declínio.”¹⁹ Os países percebem que o inimigo agora é outro, passando a considerar, as organizações criminosas transnacionais, dentre os atores não-estatais, uma forte ameaça para a segurança interna.²⁰

Diante disso, a globalização se apresenta como desafio na identificação dos novos agentes criminosos bem como na formulação de políticas públicas nacionais e internacionais adequadas para combater essas práticas.

2.3- Globalização e surgimento do crime organizado transnacional:

A globalização foi responsável por superar as barreiras geográficas, temporais e cognitivas, conectando todas as relações econômicas, sociais, culturais e políticas em “rede”, de forma que as distâncias foram encurtadas e o acesso ao conhecimento foi facilitado.²¹

Zygmunt Bauman, afirma em sua obra, que uma das consequências mais notáveis da globalização foi a “contração da dimensão espacial e temporal”.²² Decorrente disto, observa-se uma maior facilidade de aproximação entre indivíduos de diversas partes do globo, e a menor obstaculização dos fluxos de pessoas, bens

¹⁹ HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pg. 45.

²⁰ RONCHI, Bruno; TANCREDI, Letícia di Maio; ÁVILA, Marcela. **COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL NAS AMÉRICAS**. Ufrgs Model United Nations, Rio Grande do Sul, v. 4, p.469-508, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/36428504/Combate_ao_crime_organizado_transnacional_nas_Américas>. Acesso em: 25 jun. 2018.

²¹ ZOLO, Danilo. **Globalização: um mapa dos problemas**. 1.ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p.16

²² BAUMAN, Zygmunt. **Globalization: The Human Consequences**. [S.l.]; Polity Press, 1998.

e serviços; visto que a evolução dos meios de transportes e comunicações foram os aspectos mais relevantes do fenômeno.²³

Nesse contexto de maior integração mundial promovida pelo processo de globalização e o surgimento de novos atores transnacionais, supranacionais e infra-estatais, dedicados a atividades tanto lícitas quanto ilícitas, que surgem as organizações criminosas transnacionais.

O crime organizado não é um fenômeno novo, no entanto, a sua faceta transnacional foi potencializada com a globalização.²⁴ Embora esse viés transnacional tenha ganhado maior importância no século XXI, suas origens são bastante remotas, mais precisamente com o surgimento das máfias de base étnico-tradicional (italiana, japonesa, chinesa, russa, americana, colombiana, dentre outras) de estrutura hierárquica, familiar e caracteristicamente violentas; na contemporaneidade, esses grupos ganharam, com a globalização, um novo padrão²⁵

Este novo modelo é marcado pela descentralização das funções, visto que foi superada a antiga estrutura hierárquica e a divisão rígida de funções; uma vez que os comandos são difusos e os integrantes estão distribuídos por todas as classes sociais.

Faz-se mister, apresentar alguns conceitos importantes para a compreensão da temática. O primeiro deles é o conceito de crime organizado. Em 2013 foi inserida no ordenamento jurídico brasileiro a Lei nº 12.850, com o objetivo de definir o conceito e as características do crime organizado, a referida lei tem o seguinte dispositivo conceitual:

Art. 1º Esta Lei define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal a ser aplicado.

§ 1º Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de

²³ ZOLO, Danilo. **Globalização: um mapa dos problemas**. 1.ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010, p16

²⁴ WERNET, Guilherme Cunha. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009

²⁵ WERNET, Guilherme Cunha. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009

infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.

Observa-se que a lei estipula algumas características da organização criminosa, como a estrutura ordenada, a divisão de tarefas e o objetivo de adquirir alguma vantagem (geralmente econômica). A lei também prevê a possibilidade da prática de infração transnacional, mas não se estende quanto a ela.

Esses caracteres são importantes, por exemplo, para diferenciar as organizações criminosas de outros tipos penais, como as associações criminosas. Estas, podem ser definidas como a mera reunião, eventual, de indivíduos para a prática de uma determinada atividade ilícita, que não constitui crime organizado, pois este é marcado pela continuidade e liderança.²⁶

O crime organizado transnacional, por sua vez, surge como uma extensão do crime organizado, sendo seu viés transnacional, como já exposto acima, catalisado pelo processo de globalização.

A transnacionalidade está ligada a ideia de algo que se realiza através das nações, não respeitando o limite fronteiro, nem muitas vezes, a soberania estatal.²⁷ Essa situação implica em uma dificuldade de definição quanto a qual âmbito estatal de regulação uma conduta está submetida. Desse modo, um Estado complacente com a criminalidade pode tornar uma conduta nociva, incontrolável.

2.4. O crime organizado transnacional sob a ótica dos organismos internacionais:

O crime organizado transnacional, tem sido pauta de forma recorrente nas agendas dos organismos internacionais, mostrando a preocupação desses organismos com os impactos do crime transnacional na soberania dos Estados e na segurança mundial, visto que esses crimes vêm se alastrando de forma alarmante, tanto na sociedade civil, como no poder público (já que uma das fortes

²⁶ WERNET, Guilherme Cunha. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas:** presença e influência nas relações internacionais contemporâneas. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009

²⁷ WERNET, Guilherme Cunha. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas:** presença e influência nas relações internacionais contemporâneas. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009

características do crime transnacional é a corrupção das autoridades públicas) ensejando surgimento de algumas ações regionais e globais de combate.

Esta preocupação por parte dos organismos internacionais é importante, pois o problema do crime organizado deve ser enfrentado de forma conjunta, pois tentar coibir apenas no âmbito interno não é suficiente. Uma vez que essas organizações se utilizam de tecnologias de ponta, para transporte e comunicação, assim como força bélica e alto poder de influência na sociedade civil.

2.4.1. Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional (2000)

Em 1988 a Assembleia Geral das Nações Unidas reuniu-se em Palermo na Itália, para discutir sobre a elaboração da Convenção das Nações Unidas Contra o Crime Organizado Transnacional; que ficou conhecida como Convenção de Palermo, assinada em dezembro de 2000.

O objetivo geral da Convenção, apresentado no seu artigo primeiro, é o de “promover a cooperação para prevenir e combater o crime organizado transnacional mais eficientemente”, através do compromisso dos países signatários em adotar uma série de medidas, tais como, a cominação de pena, na legislação nacional, para a participação em grupos criminosos organizados, lavagem de dinheiro, corrupção e obstrução da justiça.²⁸

Além disso, os Estados-membros, também devem colaborar facilitando a extradição de acusados e capacitando policiais e servidores públicos. A referida conferência, “configurou o primeiro instrumento, a nível global, criado para combater esse tipo de ação”²⁹ e definiu o Crime Organizado Transnacional como:

Grupo estruturado de três ou mais pessoas, existente há algum tempo e atuando concertadamente com o propósito de cometer uma ou mais infrações graves ou enunciadas na presente Convenção, com a intenção de obter, direta ou indiretamente, um benefício econômico ou outro benefício material.

²⁸CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL.. **UNODC**. 2018. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html>> Acesso em: 25 de junho de 2018.

²⁹RONCHI, Bruno; TANCREDI, Letícia di Maio; ÁVILA, Marcela. **COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL NAS AMÉRICAS**. Ufrgs Model United Nations, Rio Grande do Sul, v.4, p.469-508, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/36428504/Combate_ao_crime_organizado_transnacional_nas_Américas>. Acesso em: 25 jun. 2018.

A convenção de Palermo adota alguns elementos que devem estar presentes para identificar uma organização criminosa transnacional. São eles: a.) grupo organizado para cometimento de crime; b.) hierarquia que permite uma liderança forte do grupo; c.) violência e corrupção; d.) reinserção dos ganhos ilícitos no mercado através da lavagem de dinheiro; e.) expansão além-fronteiras; f.) cooperação entre os grupos criminosos.³⁰

2.4.2 PLANO DE AÇÃO HEMISFÉRICO CONTRA A CRIMINALIDADE ORGANIZADA TRANSNACIONAL (2006)

Tendo como escopo a prevenção e o combate a criminalidade transnacional, foi criada em 2006, pela Organização dos Estados Americanos (OEA), o Plano de Ação Hemisférico Contra a Criminalidade Organizada Internacional. Este acordo busca através da cooperação entre os Estados-membros da OEA, efetivar a Convenção de Palermo e seus três protocolos; através da investigação, capacitação da segurança nacional, e a implementação de políticas públicas, que respeitem os direitos humanos e a soberania interna de cada país.

Apesar das propostas de cooperação terem sido bem elaboradas, observa-se que o plano não tem se mostrado muito eficaz. Apesar da propositura de ações para tentar rechaçar o problema, estas não foram acompanhadas de propostas que atuem nas bases da problemática, mitigando a capacidade reprodutiva da criminalidade organizada, que se espalha como um câncer, permeando todas as esferas sociais; esse aspecto, possivelmente, mostrou-se um entrave para o êxito do projeto.³¹

O fracasso no combate ao crime organizado pode ser compreendido, em alguma medida, na insistência em posturas herméticas e que não compreendem essa nova faceta do crime transnacional. Não se trata, somente, de uma estrutura policial forte, mas sim de mecanismos que possam estabelecer o diálogo entre os diversos países e identificar a origem e o desenvolvimento da rede criminosa.

³⁰ WERNET, Guilherme Cunha. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas:** presença e influência nas relações internacionais contemporâneas. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009

³¹ RONCHI, Bruno; TANCREDI, Leticia di Maio; ÁVILA, Marcela. **COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL NAS AMÉRICAS.** Ufrgs Model United Nations, Rio Grande do Sul, v. 4, p.469-508, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/36428504/Combate_ao_crime_organizado_transnacional_nas_Américas>. Acesso em: 25 jun. 2018.

2.5. Manifestações do crime organizado transnacional e os revezes à sua repressão.

A operacionalização das organizações criminosas transnacionais se estabelece entre países. Os grupos se estruturam internamente, abrangendo todas as classes sociais e ganhando influência no mercado e no processo político. Muitas vezes utilizando-se de atividades lícitas para camuflar as ilícitas e exercendo papel influente na sociedade. As facilidades trazidas pela globalização permitem a comunicação entre grupos criminosos de diversas partes do globo, dificultando a efetivação da ação repressiva, como será destacado mais adiante.

2.5.1.- Áreas de atuação das organizações criminosas transnacionais

O grande diferencial das organizações criminosas transnacionais é sua capacidade de ultrapassar as fronteiras estatais e se estabelecer na esfera global; por se tratar de uma atividade que almeja o lucro, elas são reguladas por relações de mercado, ou seja, quando maior a demanda por certo produtos ilícitos maior será a oferta desses produtos. A mera proibição por parte dos Estados não consegue coibir que eles adentrem no território nacional e que esses grupos auferam grandes cifras de capital.

Baseado nisso, o 5º Congresso de Prevenção Criminal e Tratamento dos Criminosos em Genebra (1975)³² organizado pelo ONU, elencou dezoito tipos de atividades ilícitas extremamente rentáveis, as quais as organizações criminosas transnacionais se dedicam até os dias atuais.

Entre os principais, pode-se destacar, o tráfico internacional de drogas, que constitui a maior economia informal do mundo, superando a renda interna de muitos países; a lavagem de dinheiro, geralmente aliada à corrupção, oriunda da internacionalização da economia e da abertura dos mercados, que facilitou a criação de paraísos fiscais e o ocorrência dos *white-collar crimes*³³.

³² WERNET, Guilherme Cunha. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas:** presença e influência nas relações internacionais contemporâneas. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009

³³ Expressão desenvolvida por Sutherland que se refere aos crimes praticados por pessoas com cargos de respeitabilidade e alto nível social.

Os crimes de colarinho branco apresentam-se como uma defasagem da estrutura política do Estado e devido ao fato de envolverem indivíduos de setores altos da sociedade, acabam ficando impunes na maioria dos casos. Outra atividade bastante recorrente e preocupante é o tráfico de pessoas, órgãos e também de animais silvestres, que constitui crime contra o meio ambiente, destruindo a biodiversidade local.³⁴

2.5.2. Enfraquecimento do poder estatal frente às ameaças do crime organizado transnacional

Uma das maiores dificuldades encontrada pelos países na contemporaneidade tem sido a prevenção e o combate ao crime transnacional, visto que o mesmo se esquia da jurisdição estatal e enfraquece a soberania interna de cada país.

Outrossim, a capacidade de influência desse grupos nos poderes constituídos, buscando beneficiar-se de legislações mais brandas e uma justiça paralela que legitime suas atividades.

Os impactos no âmbito interno são muitos, como a enfraquecimento dos sistemas institucionais, econômicos, sociais e geográficos dos espaços nacionais quando analisamos sua influência nos Estados modernos.³⁵ Suas consequências, são o enfraquecimento da legitimidade dos Estados e a obstaculização na implementação de políticas públicas.

A presença dos mercados ilícitos oriundo do crime organizado, acaba por incorrer em prejuízos para empresas locais e transnacionais, devido o “aumento do valor de seguros, proporcional aumento do recolhimento de impostos devido ao mercado informal, além de perdas diretas como assaltos e homicídios.”³⁶ Este aspecto demonstra o impacto no setor econômico.

³⁴ WERNET, Guilherme Cunha. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas:** presença e influência nas relações internacionais contemporâneas. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009

³⁵ RONCHI, Bruno; TANCREDI, Letícia di Maio; ÁVILA, Marcela. **COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL NAS AMÉRICAS.** Ufrgs Model United Nations, Rio Grande do Sul, v.4, p.469-508, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/36428504/Combate_ao_crime_organizado_transnacional_nas_Américas>. Acesso em: 25 jun. 2018.

³⁶ RONCHI, Bruno; TANCREDI, Letícia di Maio; ÁVILA, Marcela. **COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL NAS AMÉRICAS.** Ufrgs Model United Nations, Rio Grande do Sul, v. 4, p.469-508, 2016. Disponível em:

É mister salientar também que os fatores que contribuíram para a transnacionalização do crime, segundo Werner foi a globalização, entendida não apenas do ponto de vista econômico, mas também, como a internacionalização das relações sociais, abertura dos mercados, mudanças nas relações de trabalho na estrutura interna dos Estados,³⁷ e o aumento na demanda por produtos ilícitos.

O fim da Guerra Fria, outrossim, proporcionou a entrada do crime organizado, que se encontrava abafado, na guerra ideológica, em países antes dominados por regimes totalitários e que se encontravam enfraquecidos internamente. Observa-se que as organizações criminosas transnacionais não possuem ideologia e são guiadas por leis de mercado, objetivando a maximização dos lucros; esse aspecto facilita a sua capacidade de instalação e readaptação.

2.5.3. Impedimentos à reação estatal

A capacidade de readaptação das organizações criminosas transnacionais a novos cenários, pode ser apontado como umas das maiores dificuldades, encontrada pelos Estados, de combate ao crime transnacional.³⁸ Exemplo disso, foram as inúmeras tentativas, por parte de alguns países, de criar uma legislação forte que inibisse essas práticas e que foram rapidamente contornadas e hoje, são totalmente ineficazes, algumas já nem existindo mais.³⁹

Para ilustrar esse problema, pode-se citar o caso dos Estados Unidos, que com a tentativa de inibir a prática criminosa através da elaboração de leis mais rígidas, acabou por fortalecer a atuação do crime organizado. A Era da Proibição foi um período em que o governo norte-americano proibiu a produção, venda ou transporte de bebidas alcoólicas; fazendo com que as organizações criminosas

<https://www.academia.edu/36428504/Combate_ao_crime_organizado_transnacional_nas_Americas>. Acesso em: 25 jun. 2018.

³⁷ WERNET, Guilherme Cunha. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas.** Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009

³⁸ RONCHI, Bruno; TANCREDI, Letícia di Maio; ÁVILA, Marcela. **COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL NAS AMÉRICAS.** Ufrgs Model United Nations, Rio Grande do Sul, v. 4, p.469-508, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/36428504/Combate_ao_crime_organizado_transnacional_nas_Americas>. Acesso em: 25 jun. 2018.

³⁹ RONCHI, Bruno; TANCREDI, Letícia di Maio; ÁVILA, Marcela. **COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL NAS AMÉRICAS.** Ufrgs Model United Nations, Rio Grande do Sul, v. 4, p.469-508, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/36428504/Combate_ao_crime_organizado_transnacional_nas_Americas>. Acesso em: 25 jun. 2018.

tivessem sua demanda aumentada, favorecendo o tráfico ilícito e ainda favorecendo a imagem dos grupos perante a população.⁴⁰

Outro fator determinante para o crescimento desenfreado das organizações criminosas transnacionais, é o grande mercado de produtos ilícitos. Na década de de 1970, a demanda por cocaína nos Estados Unidos cresce absurdamente, propiciando a expansão dos cartéis do narcotráfico, e apesar do governo ter tentado elaborar medidas de controle, sem sucesso, a atividade começou a se desenvolver cada vez mais, dando origem ao que hoje, chama-se “corredor caribenho”⁴¹. Tentativas de bloqueio da conexão também não faltaram, porém rapidamente os criminosos articularam-se e encontraram novas rotas de transporte e entrada das mercadorias; sendo hoje, o México, o acesso para a entrada de produtos ilegais da América do Sul e América Central para a América do Norte.⁴²

Nota-se, também, a influência que as organizações criminosas têm sobre a sociedade, no sentido de conseguirem impor seus interesses mediante a lealdade dos indivíduos que dependem das atividades ilícitas para seu sustento, assim como mediante o uso da força e da violência. Isto pode ser observado em diversos setores da sociedade, e ainda mais fortemente nas comunidades mais pobres, que vivem sob o medo das facções e a elas são fiéis, por medo ou por dependência.

O Estado não tem conseguido alcançar essas áreas, já dominadas pela criminalidade e que vivem muitas vezes, em situações ilegais. É como se dentro de um mesmo país, houvessem várias jurisdições, aquém das mãos do regime político, onde a justiça válida é a dos grupos criminosos.

Apesar de a comunidade internacional ter se mostrado preocupada com o crescimento acelerado das organizações criminosas transnacionais, o problema precisa ser tratado na sua raiz, pois apenas decepar as cabeças da Hidra sem

⁴⁰ RONCHI, Bruno; TANCREDI, Letícia di Maio; ÁVILA, Marcela. **COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL NAS AMÉRICAS**. Ufrgs Model United Nations, Rio Grande do Sul, v. 4, p.469-508, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/36428504/Combate_ao_crime_organizado_transnacional_nas_Américas>. Acesso em: 25 jun. 2018.

⁴¹ É assim que funciona uma das áreas mais perigosas da América Central, localizada ao longo da fronteira entre Honduras e Guatemala. A ausência da lei e a facilidade com que drogas chegam a esta região tem permitido a traficantes se tornarem altamente poderosos e, em alguns casos, autoridades locais, proporcionando dinheiro, assistência e trabalho à população da fronteira.

⁴² RONCHI, Bruno; TANCREDI, Letícia di Maio; ÁVILA, Marcela. **COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL NAS AMÉRICAS**. Ufrgs Model United Nations, Rio Grande do Sul, v.4, p.469-508, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/36428504/Combate_ao_crime_organizado_transnacional_nas_Américas>. Acesso em: 25 jun. 2018.

cauterizá-las, será inútil, ou seja, elaborar medidas hercúleas e ditar procedimentos a serem adotados pelos países signatários de uma convenção, sem propor uma ação conjunta entre eles, apenas incita o fortalecimento dessas organizações, que ressurgem cada vez mais fortes.⁴³

É um equívoco reconhecer o combate ao crime transnacional apenas no plano local, ou seja, no âmbito interno de cada Estado, visto que esses grupos estão conectados, e mesmo que haja uma atuação militar (medida que sofre bastante resistência por parte dos países, visto que, a possibilidade de uma invasão externa em seu território não é vista com bons olhos), ainda existiria o risco de incorrer no chamado “efeito balão”, uma vez que controlando o problema em um país, poderia o mesmo surgir em outro, que estivesse mais fragilizado, permanecendo um ciclo interminável.⁴⁴

A questão também pode ser pensada no contexto da intervenção federal que foi iniciada no Rio de Janeiro, no qual os resultados obtidos são de questionável eficácia, bem como aspectos deletérios e os prejuízos a comunidade são crescentes.

É necessário que os Estados aprimorem medidas cooperativas com o fito de combate de modo inteligente e eficaz o fortalecimento do crime organizado, caso contrário, as medidas serão um castelo de cartas em meio a tufões de interesses econômicos e escusos.

3 METODOLOGIA

O tipo de pesquisa utilizado na elaboração deste trabalho, foi a descritiva, a partir da análise aprofundada dos conceitos crime organizado em sua faceta transnacional, relacionando-o com o enfraquecimento do Estado e a sua dificuldade em combater esse problema. O método utilizado foi o dedutivo, visto que parte da análise do crime organizado transnacional de forma geral para a análise de alguns

⁴³RONCHI, Bruno; TANCREDI, Letícia di Maio; ÁVILA, Marcela. **COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL NAS AMÉRICAS**. Ufrgs Model United Nations, Rio Grande do Sul, v.4, p.469-508, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/36428504/Combate_ao_crime_organizado_transnacional_nas_Américas>. Acesso em: 25 jun. 2018.

⁴⁴RONCHI, Bruno; TANCREDI, Letícia di Maio; ÁVILA, Marcela. **COMBATE AO CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL NAS AMÉRICAS**. Ufrgs Model United Nations, Rio Grande do Sul, v.4, p.469-508, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/36428504/Combate_ao_crime_organizado_transnacional_nas_Américas>. Acesso em: 25 jun. 2018.

casos específicos. Para coletar os dados utilizei-me da pesquisa bibliográfica, a partir da análise de doutrina, legislações, artigos científicos e periódicos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através desse trabalho compreendeu a atuação a nível transnacional do do crime organizado e como ele ameaça a segurança interna dos Estados, visto que causam impacto na economia e nas relações sociais. Observou-se que o processo de globalização contribuiu para a catalisar a expansão do crime organizado, através do aumento da demanda por produtos ilícitos e o encurtamento de distâncias, através dos avanços na área de transportes e comunicações. O combate ao crime organizado transnacional, só produzirá resultados efetivos com a colaboração entre os Estados na investigação e punição das instituições que lucram com essas atividades ilegais.

5 CONCLUSÃO

A transnacionalização do crime, apresenta-se como um dos maiores problemas securitários do século XXI. Até então, as ameaças eram concebidas apenas entre os Estados, como aconteceu nas duas Grandes Guerras e no período da Guerra Fria; hoje, o principal inimigo está nas entranhas do Estado e além deles. Cresce em uma velocidade assustadora e desafiando a políticas dos países.

Como exposto no presente trabalho, o processo de positivação do Direito e a monopolização da produção jurídica por parte do Estado foi uma construção histórica necessária para atender aos interesses da classe dominante e do sistema capitalista. Na contemporaneidade, observa-se que houve um declínio da monopolização Estatal e a emergência de atores não-estatais no cenário global, entre eles encontram-se as organizações criminosas transnacionais que se dedicam a atividades ilícitas e causam impactos na economia, na política e na sociedade.

Para concluir, é importante salientar que o combate a criminalidade transnacional, seja pensada do ponto de vista cosmopolita, de cooperação entre os Estados, visto que não se trata de um problema local, mas envolve toda a comunidade internacional.

Ressalta-se que não é o caso de um novo Leviatã global, mas que os próprios Estados possam desenvolver redes de comunicação entre si que possam dialogar de modo adequado. O formalismo jurídico precisa ser adequado às novas

dinâmicas sociais que se apresentam, em especial na sua faceta criminal. Desse modo, pode-se concluir que os Estados precisam pensar seus problemas locais em um viés global, em um contexto de interdependência. Assim, ao lançar luzes sobre esse ponto, pode-se concluir que a mudança das relações sociais precisa ser internalizada na consciência dos juristas e desenvolvedores de políticas públicas para que estas possam ser pensadas levando em conta a complexidade na qual elas se estruturam.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral do Direito**. 3ª ed. Tradução Denise Agostinetti, revisão Silvana Cobucci Leite, São Paulo, Martins Fontes, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalization: The Human Consequences**. [S.l.]; Polity Press, 1998.

CAFAGGI, Fabrizio. **New foundations of transnational private regulation** *Journal of law and Society*. v. 38, Number I, p. 20 - 49, 2011.

CASSESE, Sabino. **La globalización jurídica**. Traducción de Luis Ortega, Isaac Martín Delgado y Isabel Gallego Córcoles. Madrid; Barcelona: INAP; Marcial Pons, 2006.

CORREIA, Evandro; CHAGAS, Francisco. **Reconstrução das bases de formação do monismo jurídico**. In: ALARCÓN, Pietro de Jesús Lora. (Org.) *Filosofia do direito* III.1 ed. Florianópolis: CONPEDI, 2014, v.1.

EHRlich, Eugen. **Fundamentos da sociologia do direito**. Trad. de René Ernani Gertz. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

HOBBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

RONCHI, Bruno; TANCREDI, Letícia di Maio; ÁVILA, Marcela. **Combate ao crime organizado nas Américas**. Ufrgs Model United Nations, Rio Grande do Sul, v.4, p.469-508, 2016. Disponível em: <https://www.academia.edu/36428504/Combate_ao_crime_organizado_transnacional_nas_Américas>. Acesso em: 25 jun. 2018.

TEUBNER, Gunther. **A Bukowina Global sobre a Emergência de um Pluralismo Jurídico Transnacional**. Impulso, Piracicaba, v. 13, n. 33, 2003.

WERNET, Guilherme Cunha. **O crime organizado transnacional e as redes criminosas: presença e influência nas relações internacionais contemporâneas**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2009

ZOLO, Danilo. **Globalização: um mapa dos problemas**. 1.ed. Florianópolis: Conceito Editorial, 2010.

CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS CONTRA O CRIME ORGANIZADO TRANSNACIONAL. **UNODC**. 2018. Disponível em: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/crime/marco-legal.html>> Acesso em: 25 de junho de 2018.

A BOA-FÉ OBJETIVA E O INADIMPLEMENTO GERADO PELO DESCUMPRIMENTO DOS DEVERES ANEXOS

Ana Luiza Araujo Perazo Nunes de Carvalho¹
Alexander Perazo Nunes de Carvalho²

RESUMO

A dilatação do conceito de adimplemento transformou diretamente o conceito, diametralmente oposto, de inadimplemento. Ocorre que já não condizia com a satisfação do cumprimento de uma obrigação civil, a simples utilização de adimplemento como sinônimo do cumprimento das prestações principais. Assim, necessitou-se de uma definição mais ampla para abranger a totalidade do que se compreende por cumprimento das obrigações, sendo estas advindas tanto das prestações principais, bem como dos deveres anexos. Por consequência, acarretou-se o processo de alargamento do conceito de adimplemento e, por serem conceitos estritamente relacionados, a consequente dilatação da concepção de inadimplemento. Dessa forma, o descumprimento de uma obrigação civil passou a estar vinculado não apenas ao desrespeito das prestações principais, mas também ao não cumprimento das prestações que independem do acordo de vontades das partes coobrigadas. Assim, podem-se citar como deveres anexos, as prestações que surgem em uma obrigação civil, decorrentes do princípio da boa-fé objetiva e do fenômeno da constitucionalização do direito, como o dever de cooperação e transparência com o outro sujeito da relação, por exemplo. Portanto, o presente artigo visa, por meio do método dedutivo, a estudar como o fenômeno de dilatação da concepção de adimplemento incide no conceito de inadimplemento, criando uma espécie de descumprimento das obrigações pouco conhecida, a violação positiva do contrato, além de estudar as prestações acessórias que surgem em uma obrigação

¹ Graduada em Direito; vinculada ao programa de monitoria do Centro Universitário Christus (Unichristus). E-mail: analuiza.perazo@globo.com

² Doutor (2013) e Mestre (2004) em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza, com área de concentração em Direito Privado. Graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1998). Professor do Mestrado Acadêmico da Unichristus. Professor de Graduação do Centro Universitário Christus (Unichristus), da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e da Faculdade Luciano Feijão (Sobral/Ce). Professor Visitante da Universidade Potiguar, em Natal/RN. Assessor Jurídico-Chefe da Procuradoria de Justiça Militar da União, em Fortaleza/Ce. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Civil e Direito do Consumidor, atuando principalmente nos seguintes temas: Civil - parte geral; obrigações; contratos; posse, propriedade privada, função socioambiental da propriedade, ecopropriedade e constitucionalização do direito privado. E-mail:perazo@globo.com

civil, independentemente da convenção entre os sujeitos. Dessa forma, conclui-se com o trabalho científico que o estudo e a aplicação dessa nova espécie de inadimplemento proporcionam diretamente a probidade e a transparência nas relações civis.

Palavras-chave: Inadimplemento. Violação Positiva do Contrato. Obrigação Civil. Boa-Fé Objetiva. Deveres Anexos.

ABSTRACT

The expansion of the concept of compliance directly transformed the diametrically opposed concept of default. It happens that it was no longer compatible with the fulfillment of a civil obligation, the simple use of compliance as synonymous with the fulfillment of the main instalments. A broader definition was therefore required to cover all that is understood by the fulfillment of the obligations, which are derived both from the main instalments as well as from the annexed duties. As a consequence, it started the process of extending the concept of compliance and, because they are strictly related concepts, resulted in a consequent expansion of the concept of default. In this way, noncompliance with a civil obligation has been linked not only to non-compliance with the main instalments but also to non-compliance with instalments that do not depend on the agreement of the co-obliged parts. Thus, it is possible to cite as annexed duties the instalments that arise in a civil obligation arising from the principle of objective good faith and the phenomenon of the constitutionalization of law, such as the duty of cooperation and transparency with the other subject of the relationship, for example. Therefore, the present article aims, through the deductive method, to study how the phenomenon of dilation of the concept of default relates to the concept of default, creating a little-known kind of non-fulfillment of obligations, the positive breach of contract, that arise in a civil obligation, regardless of the agreement between the subjects. In this way, it is concluded with the scientific work that the study and the application of this new type of default directly provide probity and transparency in civil relations.

Keywords: Default. Positive Breach of Contract. Civil Obligation. Objective Good Faith. Attached Duties.

1 INTRODUÇÃO

A máxima popularmente conhecida no Direito, a obrigação nasce para ser cumprida, corrobora o caráter temporário que os vínculos obrigacionais possuem e ressalta a importância do adimplemento para a obrigação civil.

Verifica-se, contudo, com a interferência positiva de inúmeros fenômenos no campo do Direito, que o conceito de adimplemento percorre um processo de dilatação, ampliando, conseqüentemente, a figura do inadimplemento obrigacional, o que proporciona o desenvolvimento e a inauguração da espécie doutrinária, conhecida como violação positiva do contrato, um instituto do Direito Civil brasileiro que possui forças para configurar o descumprimento de uma obrigação cível, mediante o desrespeito exclusivo de deveres anexos de conduta.

Por meio desse instituto, percebe-se a relevância não só da prestação principal, anteriormente convencionada pelas partes em respeito ao princípio da autonomia privada, como também da figura anexa representada pelos deveres laterais.

Ocorre que, ainda que tenha uma importância inegável para o desenvolvimento de uma relação obrigacional pautada no princípio da boa-fé, com deveres de informação, cooperação e proteção para com o outro sujeito da relação, constitui uma espécie pouco conhecida e desenvolvida, devido ao não reconhecimento dessa figura, de forma taxativa, pelo legislador brasileiro.

Dessa forma, o presente trabalho visa a destacar e a desenvolver o estudo dessa figura, ainda pouco conhecida, com a finalidade de evidenciar e destacar seus fundamentos em cláusulas gerais, e sua importância para o direito obrigacional, a fim de aproximar os sujeitos vinculantes a uma relação obrigacional mais honesta e transparente.

Urge salientar que, por meio da pesquisa qualitativa com um método de abordagem dedutivo, divulga-se a figura da violação positiva do contrato, sem, contudo, desmerecer as outras espécies de inadimplemento configuradas pela mora e pelo inadimplemento absoluto.

Assim, no intuito de salientar e esclarecer o instituto da violação positiva do contrato, perpassando o estudo por uma análise histórica, com uma explanação topicalizada dos fenômenos que influenciaram essa espécie de inadimplemento e da

forma que essa figura desenvolveu-se, o presente artigo, pautado em uma metodologia decorrente de estudos bibliográficos sobre o tema, dividir-se-á em segmentos, tratando-se da modificação do conceito de adimplemento e inadimplemento, os fenômenos influenciadores que fundamentaram a figura da violação positiva contratual, os deveres laterais que estão vinculados ao instituto e, por fim, um estudo mais detalhado da espécie de inadimplemento, que ratifica o objetivo central do estudo científico.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A finalidade da obrigação civil

As obrigações civis, em regra, têm como característica fundamental a efemeridade, em decorrência do caráter transitório do vínculo entre os sujeitos, pois estes se vinculam com a finalidade precípua de cumprir a prestação acordada³, ou seja, a obrigação já nasce com o objetivo de extinguir-se, assim, o fito essencial da relação jurídica obrigacional constitui-se no adimplemento da prestação.

Urge salientar que, por meio da visão clássica do Direito, a obrigação civil pode ser definida como uma relação jurídica simples e estática, em que se visualiza apenas o direito à prestação e o dever de prestar em uma estrutura linear. Dessa forma, para que seja satisfeito o adimplemento da obrigação, basta que o devedor cumpra seu único dever obrigacional: a prestação principal.

Compreende-se por prestação principal o dever convencionado pelos sujeitos da obrigação, isto é, o débito, que o devedor se compromete a cumprir, este poderá ser representado pela entrega de um bem corpóreo (dar), realização de um serviço (fazer) ou, até mesmo, uma abstenção em relação à realização do serviço (não fazer).⁴

Salienta-se, assim, segundo Anderson Schreiber,

Identificado, na abordagem tradicional, como cumprimento exato da prestação ajustada, o adimplemento resumia-se a um ato pontual do devedor: a entrega da coisa, a restituição do objeto, a realização do ato

³ VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil: Obrigações e Responsabilidade Civil**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017, v. 2, p. 5.

⁴ TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil**: volume único. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017, p. 356.

devido. Ao que se passava antes ou depois desse ato pontual era indiferente o direito obrigacional.⁵

Dessa forma, percebe-se que o adimplemento e a extinção de uma obrigação estavam vinculados apenas ao que havia sido convencionado pelos sujeitos, e a satisfação do débito se restringia aos simples deveres principais oriundos exclusivamente da atuação da vontade das partes⁶.

Contudo, em uma visão contemporânea do direito obrigacional, percebe-se que a relação jurídica obrigacional deve ser analisada sob um viés dinâmico, relação esta que, por ser complexa, opõe aos sujeitos um conjunto de direitos e deveres que vão além do acordo de vontades e da autonomia privada dos sujeitos envolvidos.⁷ Ou seja, o simples cumprimento do débito da prestação principal convencionada não mais é suficiente para garantir o adimplemento da obrigação.

Ora, não mais basta adimplir, deve-se adimplir de forma satisfatória, e a relação civil não será satisfeita apenas com o cumprimento do dever principal, engana-se quem pensa que esse dever é o único existente na relação e suficiente para garantir o adimplemento. A obrigação civil tem como finalidade o adimplemento satisfatório, não sendo bastante a efetivação do débito convencionado, ou seja, não mais é razoável o cumprimento único e exclusivo dos deveres principais para garantir o cumprimento e, conseqüentemente, o fito da relação.⁸

Assim, entendido o alargamento do conceito de “adimplemento”, torna-se importante destacar os fenômenos que influenciaram para que tal evento ocorresse.

2.2A boa-fé objetiva e a dignidade da pessoa humana

Como fora mencionado anteriormente, os já citados doutrinadores contemporâneos perceberam a insuficiência do conceito tradicional de adimplemento. Segundo Nelson Rosenvald e Cristiano Chaves de Farias, “noção de

⁵ SCHREIBER, Anderson. A tríplice transformação do adimplemento: Adimplemento substancial, inadimplemento antecipado e outras figuras. **GENJurídico**, São Paulo, julho. 2016. Disponível em: <<http://genjuridico.com.br/2016/07/18/a-triplice-transformacao-do-adimplemento/>>. Acesso em: 03 setembro. 2018.

⁶ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Obrigações**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2015, v. 2, p. 479.

⁷ VARELA, João de Matos Antunes. **Das Obrigações em geral**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 1999, v. 2,

⁸ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Obrigações**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2015, v. 2, p. 516.

adimplemento se alargou. Não se resume mais ao cumprimento dos deveres da prestação, formulados no âmbito da autonomia privada das partes”⁹.

Essa transformação e alargamento do conceito muito se devem à influência de novos princípios na interpretação do Direito Civil, em especial, o princípio da boa-fé objetiva e ao enaltecimento da dignidade da pessoa humana, no fenômeno da constitucionalização do direito.

Urge salientar que esses acontecimentos transcorreram-se no campo jurídico porque se sabe que o Direito Civil, principalmente com os ramos do direito obrigacional e contratual, tem como princípios norteadores e basilares a autonomia privada da vontade, dessa decorre a liberdade para contratar o que quiser, contrair obrigações se quiser e, ainda, com quem quiser; e o princípio da obrigatoriedade dos pactos – *pacta sunt servanda* – que designa, de uma maneira bastante concisa, que se algo for convencionado entre as partes deverá, em regra, ser cumprido. Tais princípios clássicos norteiam e fundamentam o Direito Civil. Contudo, percebeu-se que as partes só teriam liberdade e autonomia da vontade para contratar e adquirir obrigações se estivessem em uma relação equitativa e igualitária. Dessa forma, em uma tentativa de equilibrar a relação obrigacional, o fenômeno da constitucionalização do direito e a atuação do princípio da boa-fé objetiva buscaram aproximar o Direito Civil a uma visão mais humana e igualitária, contribuindo, dessa forma, para a releitura do conceito de adimplemento.

Assim, segundo Lôbo,

Talvez uma das maiores características do contrato, na atualidade, seja o crescimento do princípio da equivalência material das prestações, que perpassa todos os fundamentos constitucionais a ele aplicáveis. Esse princípio preserva a equação e o justo equilíbrio contratual, seja para manter a proporcionalidade inicial dos direitos e obrigações, seja para corrigir os desequilíbrios supervenientes, pouco importando que as mudanças de circunstâncias pudessem ser previsíveis. O que interessa não é mais a exigência cega de cumprimento do contrato, da forma como foi assinado ou celebrado, mas se sua execução não acarreta vantagem excessiva para uma das partes e desvantagem excessiva para outra, aferível objetivamente, segundo as regras da experiência ordinária. O princípio é espécie do macroprincípio da justiça contratual, que por sua vez abrange a boa fé objetiva, a revisão contratual, o princípio *venire contra factum proprio*, o princípio da lesão nos contratos, a cláusula *rebus sic*

⁹ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Obrigações**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2015, v. 2, p. 479.

stantibus, a invalidade das cláusulas abusivas, a regra *interpretatio contra stipulatorem*.¹⁰

Dessa forma, por constitucionalização do direito entenda-se uma aproximação do Direito Civil ao ramo do Direito Constitucional, com uma nova abordagem da divisão tradicional e da dicotômica dos ramos do direito público e privado¹¹. Por meio desse fenômeno, o Direito Civil, um ramo do direito privado, extremamente patrimonialista, passa a ser analisado com base na Constituição Federal da República, que se aproxima de uma interpretação mais principiológica, com base no princípio da função social e nos valores voltados à dignidade da pessoa humana, constituindo um caráter mais humanitário para o Direito Civil¹². Assim, a autonomia negocial não se restringe apenas às vontades das partes, mas necessita estar atrelado a um sistema de valores oriundos da Constituição Federal¹³.

Já o princípio da boa-fé objetiva tem como foco central de análise o comportamento dos sujeitos. Esse princípio tem como finalidade, com base na expectativa de que o outro adquira do seu comportamento, não frustrar a confiança da parte contrária¹⁴. Deve ser salientado, a fim de melhores esclarecimentos, que o princípio da boa-fé objetiva diferencia-se do estado de consciência do sujeito, vulgo boa-fé subjetiva, ambas facetas da terminologia “boa-fé”¹⁵. Fernando Noronha faz menção às distinções existentes entre as duas acepções: “A primeira diz respeito a dados internos, fundamentalmente psicológicos, atinentes diretamente ao sujeito; a segunda a elementos externos, a normas de conduta que determinam como ele deve agir [...] uma é boa-fé estado, a outra, boa-fé princípio”¹⁶.

¹⁰ LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Leituras complementares de Direito Civil: O direito civil – constitucional em concreto - Constitucionalização do Direito Civil**. 2.ªed. Bahia: Jus Podivm, 2009, p.36.

¹¹ CARVALHO, Alexander Perazo Nunes de. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais. In: SALES, Gabrielle Bezerra; GONÇALVES, Camila Figueiredo Oliveira; CASTILHO, Natália Martinuzzi (Orgs.). **A Concretização dos Direitos Fundamentais na Contemporaneidade**. Fortaleza: Boules, 2016.

¹² BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito: o triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil. **Jus Navigandi**, Teresina, novembro. 2005. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/7547/neoconstitucionalismo-e-constitucionalizacao-do-direito>>. acesso em: 03 setembro.2018.

¹³ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: contratos – teoria geral e contratos em espécie**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2015, v. 4, p. 123.

¹⁴ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: contratos – teoria geral e contratos em espécie**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2015, v. 4, p. 142.

¹⁵ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Contratos**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013, v. 3, p. 19.

¹⁶ NORONHA, Fernando. **O direito dos contratos e seus princípios fundamentais**, São Paulo: Saraiva, 1994, p. 132.

O princípio da boa-fé objetiva possui muitas funções e está difundido ao longo dos artigos do Código Civil de 2002, seja de forma expressa (nos artigos 113, 187 e 422) ou como cláusula geral. Compreende-se por funções da boa-fé objetiva a função interpretativa, integrativa e limitadora, que interferem diretamente no âmbito dos negócios jurídicos¹⁷. Em face da função integrativa, a que mais interessa para o presente artigo, decorrem diversos deveres que são oriundos da boa-fé objetiva, deveres esses que são anexos e vinculam as partes, ou seja, percebe-se que o princípio da boa-fé cria deveres que vão além dos deveres prestacionais convencionados, como os deveres anexos de cooperação, informação e proteção¹⁸.

2.3 Os deveres anexos

É sabido que o princípio da boa-fé objetiva interfere diretamente na construção da relação negocial, em especial de forma integrativa, estabelecendo deveres anexos para as partes. Dessa forma, o princípio da boa-fé exerce como função principal a atribuição de deveres anexos às partes da obrigação civil, que transpassam o que fora convencionado na relação negocial.

Deveres anexos, também designados como deveres laterais, são deveres que estão presentes na relação jurídica obrigacional, não por força da vontade e do consentimento das partes, mas porque transcendem o campo do acordo de vontades e independem da autonomia privada para vincularem os sujeitos de direitos¹⁹.

Dessa forma, como bem está disposto no art. 422 do Código Civil de 2002: “os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios da probidade e boa-fé”. Entende-se, por meio do dispositivo elencado, que os deveres oriundos da boa-fé objetiva, ainda que não convencionados pelas partes, devam ser respeitados por força principiológica. Além disso, compreende-se que está presente o respeito ao princípio da boa-fé e seus consequentes deveres anexos nas fases de conclusão e execução contratual, como

¹⁷ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: contratos – teoria geral e contratos em espécie**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2015 v. 4, p. 148.

¹⁸ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Contratos**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013, v. 3, p. 19.

¹⁹ BRANCO, Gerson Luiz Carlos; MARTINS-COSTA, Judith. **Diretrizes Teóricas do novo Código Civil brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2002.

bem está disposto no artigo, pois, ainda que não tenha sido elencado de forma expressa, por representar uma cláusula aberta, admite-se uma interpretação extensiva do dispositivo, abrangendo, inclusive, os deveres laterais decorrentes das fases pre-contratual e pós-contratual²⁰.

Por deveres anexos entendam-se os deveres de proteção, cooperação e informação. A classificação desses deveres nunca será algo limitado e restrito por estarem vinculados às situações obrigacionais cotidianas e particulares, por vezes, um dever implica na efetivação do outro, e, assim, o estudo categorizado desses deveres terá apenas como objetivo a simplificação do entendimento²¹.

Os deveres de proteção são indicados de maneira sucinta e explicativa por Nelson Rosenvald e Cristiano Chaves de Farias quando assim o conceituam: “os deveres de proteção pretendem proteger a contraparte dos riscos de danos à sua pessoa e ao seu patrimônio, na constância da relação complexa”.²² Assim, torna-se evidente que esta categoria de deveres laterais tem como propósito garantir certa segurança, tanto para a parte, como para o patrimônio desta.

Já em relação aos deveres de cooperação, esses estão relacionados à dignidade da outra parte, ao agir com lealdade, de forma a ser sempre claro e não criar obstáculos ao cumprimento da obrigação civil²³.

Por fim, o dever anexo de informação está relacionado com a necessidade de esclarecer, compartilhar, indicar, tornar o outro ciente de uma informação importante da relação jurídica²⁴.

Destaca-se que esses deveres anexos estão todos envolvidos na teia que é a complexidade da relação jurídica obrigacional, e estão em constante envolvimento, um encontrando seu fundamento no outro. Devido à interação dos deveres laterais, deve-se destacar que, por vezes, a omissão no dever de cooperação afeta diretamente o dever de informação, por exemplo.

²⁰ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil: Contratos**. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013, v. 3, p. 19-20.

²¹ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: contratos – teoria geral e contratos em espécie**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2015, v. 4, p. 155.

²² FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: contratos – teoria geral e contratos em espécie**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2015 v. 4, p. 155.

²³ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: contratos – teoria geral e contratos em espécie**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2015 v. 4, p. 155-156.

²⁴ MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais**. 6.ed. São Paulo: RT, 2011.

2.4 Violação positiva do contrato

Se por adimplemento entendia-se o exclusivo cumprimento da prestação principal, *a contrario sensu*, o inadimplemento das obrigações civis estava exclusiva e intimamente relacionado com a não realização, seja de forma absoluta ou relativa, do dever principal. Urge salientar que esse inadimplemento tradicional era interpretado por meio de um modelo clássico e dicotômico que, a vistas do legislador brasileiro, só poderia gerar um inadimplemento absoluto ou a mora, a depender do critério da utilidade²⁵.

Contudo, como já fora explanado em tópicos anteriores, sabe-se que a definição de adimplemento passou por um processo de alargamento devido à interferência de fenômenos, como a constitucionalização do direito e a influência do princípio da boa-fé objetiva, e, por entender que os conceitos de adimplemento e inadimplemento estão intimamente relacionados, com a inconfundível dilatação do conceito de adimplemento, a definição de inadimplemento sofre o mesmo processo de alargamento.

Ora, se com a análise contemporânea percebeu-se que para adimplir não mais era suficiente cumprir apenas com os deveres principais, pois, para que realmente o adimplemento fosse efetivo necessitaria, além do débito convencionado, cumprir e respeitar também os deveres anexos que independem do consentimento das partes, por consequência, todo esse processo refletiu, de maneira significativa, no entendimento de inadimplemento.

Inadimplemento não mais se resumia a mora e inadimplemento absoluto, como fora pensado pelo legislador; contemporaneamente, descumprir uma obrigação não mais estava relacionado apenas ao não cumprimento dos deveres principais, mas envolvia também o desrespeito a deveres anexos traçados de maneira principiológica.

A jurisprudência já caminha no sentido de compreender o fenômeno, conforme se demonstra a seguir, *in verbis*:

Trata-se de ação de reparação de danos, na qual alega a autora que o piso instalado em sua residência, vendido pela primeira ré e fabricado pela segunda, apresentou defeitos (afundamento de miolo), motivo pelo qual, não resolvido o problema, pretende o desfazimento do negócio com a

²⁵ SAVI, Sérgio. **Inadimplemento das obrigações**. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, p. 459.

restituição do preço pago, devidamente corrigido [...] votos do relator Dr. Eugênio Facchini Neto: De fato, a perícia comprovou a existência do defeito (afundamento de miolo), tanto no 2/ quanto no 3/ pavimento (fl.68). O defeito apareceu ainda dentro do prazo de garantia fornecido pelo produtor (15 anos). Também restou evidenciado que tal defeito não está vinculado a eventual inobservância de recomendações do fabricante, como colocação de móveis de peso excessivo. Isso, aliás, já havia sido detectado pelo próprio vistoriador encaminhado pela ré (fl. 08), que em seu diagnóstico referiu que “foi constatado o afundamento do miolo sem a ruptura do verniz. O piso está afundando com a presença de objetos pequenos e de pouco peso”. **Ora, constata-se, assim, que o problema evidenciado não decorreu de uso inadequado por parte do consumidor. Patente, portanto, a responsabilidade do fabricante (poderia ter ocorrido má execução do trabalho de instalação do produto, apesar de ser este de boa qualidade. Todavia, tal aspecto não foi alegado). Trata-se, no caso, da figura da violação positiva do contrato, espécie de imperfeição no cumprimento de contrato que não caracteriza a mora e nem o inadimplemento integral – trata-se do cumprimento defeituoso do contrato. Diante da extensão do problema, que desde o início se manifestou por dois ambientes, há o fundado temor de que nos próximos anos ele venha a se difundir por mais outras peças. A solução, por óbvio, não reside em colocar tapetes sobre os defeitos, mas sim em sua substituição. Diante da quebra da confiança na qualidade e durabilidade do produto, razoável se manifesta a pretensão de obter a devolução integral do preço, devidamente corrigido, tal como disposto na sentença [...]. (grifo nosso)²⁶**

Dessa forma, se com a visão clássica e tradicionalista do Direito Civil o não cumprimento das obrigações era regido por uma visão dicotômica, a extensão do conceito igualmente modifica o modelo dicotômico e reflete uma nova espécie de inadimplemento que o legislador fora incapaz de prever.

À vista disso, hoje em dia volta-se a atenção para essa nova espécie de inadimplemento: a violação positiva do contrato. Essa espécie, que possui raízes no BGB alemão e foi desenvolvida no início do século XX pelo jurista Hermann Staub,²⁷ diferencia-se das outras por decorrer do não cumprimento dos deveres anexos da relação jurídica, deveres esses que são oriundos do princípio da boa-fé objetiva, ou seja, o desrespeito aos deveres de cooperação, informação e proteção gera o inadimplemento pautado na violação positiva do contrato, também entendido como um cumprimento das prestações principais de forma defeituosa, por não cumprir com os deveres anexos e, em decorrência disso, constituir o inadimplemento da relação negocial.

²⁶ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. Recurso Inominado. Relator Des. Eugênio Facchini Neto. 3 Turma Recursal Cível, julgado em 29/março/2005.

²⁷ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Obrigações**. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2015, v. 2, p. 517.

Sabe-se que o legislador brasileiro fora incapaz de prever essa hipótese de inadimplemento decorrente do descumprimento dos deveres anexos, de maneira taxativa, mas, de qualquer forma, devido ao art.422 do Código Civil e sua cláusula geral, já mencionado anteriormente, torna-se possível interpretar a violação positiva do contrato com base nesse dispositivo²⁸.

Assim, a fim de explicar a violação positiva do contrato nas relações cotidianas dos particulares, pode-se exemplificar uma empresa que, para fazer a propaganda de seu novo produto, celebra um contrato com uma agência de publicidade com a prestação principal de colocar *outdoors* pela cidade; a agência, sujeito da relação negocial, posiciona as propagandas na cidade, satisfazendo o débito principal; entretanto, porque situou os *outdoors* em locais de difícil acesso e iluminação, fazendo com que pouquíssimas pessoas tivessem a oportunidade de observar a propaganda, não adimpliu a relação negocial, pois o dever anexo de cooperação não fora respeitado²⁹.

Além disso, pode-se citar também, como exemplo clássico de desrespeito aos deveres anexos da obrigação e seu conseqüente inadimplemento, por meio da violação positiva do contrato, um contrato de aluguel, em que o morador que reside no imóvel, ao final do contrato, deverá entregá-lo pintado, contudo, este pinta o imóvel de preto. Pode-se concluir que o sujeito cumpre a prestação principal de entrega do imóvel, entretanto não a cumpriu da melhor forma possível, não satisfazendo os deveres anexos que surgem na relação obrigacional, e, conseqüentemente, não adimplindo a obrigação, caracterizando o instituto da violação positiva do contrato.

3 MÉTODOS

O presente trabalho científico utilizou uma abordagem bibliográfica e histórica sobre o instituto do inadimplemento e da violação positiva do contrato. Usou-se também o método dedutivo.

²⁸ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**: contratos – teoria geral e contratos em espécie. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2015, v. 4, p. 160-161.

²⁹ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil**: contratos – teoria geral e contratos em espécie. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2015, v. 4, p. 161.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pode-se perceber, diante de todo o arcabouço doutrinário e jurídico que fora utilizado para demonstrar e fundamentar o presente artigo, que a violação positiva do contrato constitui uma espécie de inadimplemento que transcende o acordo de vontades entre os sujeitos de uma relação obrigacional, obrigando as partes a cumprirem também os deveres anexos, a fim de que a obrigação seja satisfeita.

Assim, pautados principalmente no princípio da boa-fé objetiva, surgem os deveres anexos, como o dever de lealdade, de informação e o de cooperação. Tais deveres deverão estar presentes na relação obrigacional, podendo, inclusive, caso haja o desrespeito a algum desses deveres inerentes a todo vínculo obrigacional, ser constituído o inadimplemento.

Dessa forma, salienta-se que, atualmente, não mais é suficiente cumprir apenas com as prestações principais para que seja satisfeita uma obrigação civil, demonstrando-se a relevância também dos deveres anexos a fim de cumprimento e satisfação do vínculo cível.

5 CONCLUSÃO

Diante da análise de cláusulas gerais, percebe-se que é possível deduzir a existência da figura da violação positiva do contrato e o inadimplemento proporcionado pelo descumprimento exclusivo de deveres laterais nunca imaginados, até então, pela análise do direito tradicional.

A sociedade contemporânea, pautada no princípio da boa-fé objetiva, por demandar da necessidade de relações mais transparentes, configurou a violação de deveres anexos como inadimplemento das obrigações. Ora, por existir a necessidade do Direito acompanhar as transformações sociais, este com uma ampliação do conceito de descumprimento das obrigações cíveis, constata a existência da violação positiva contratual, por meio de interpretações doutrinárias anteriormente já citadas.

Dessa forma, percebe-se que, para que a obrigação seja extinta de fato, urge a importância de adimplir com todos os deveres de um vínculo jurídico obrigacional, desde o débito principal, convencionado pelas partes contratantes,

bem como deveres laterais pautados no comportamento ético e honesto dos sujeitos.

Portanto, conclui-se com o trabalho científico que a figura da violação positiva contratual, além de afetar diretamente as partes com a necessidade de cumprimento de deveres alheios às suas vontades, ainda promove a proibidade nas relações obrigacionais, proporcionando uma perspectiva mais promotora de condutas éticas nas relações privadas.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do Direito: o triunfo tardio do Direito Constitucional no Brasil. Jus Navigandi, Teresina, novembro. 2005. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/7547/neoconstitucionalismo-e-constitucionalizacao-do-direito>>. acesso em: 03 setembro.2018.

BRANCO, Gerson Luiz Carlos; MARTINS-COSTA, Judith. Diretrizes Teóricas do novo Código Civil brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2002.

CARVALHO, Alexander Perazo Nunes de. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais. In: SALES, Gabrielle Bezerra; GONÇALVES, Camila Figueiredo Oliveira; CASTILHO, Natália Martinuzzi (Orgs.). A Concretização dos Direitos Fundamentais na Contemporaneidade. Fortaleza: Boules, 2016.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Obrigações. 9.ed. São Paulo: Atlas, 2015, v. 2.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: contratos – teoria geral e contratos em espécie. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2015, v. 4.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. Leituras complementares de Direito Civil: O direito civil – constitucional em concreto - Constitucionalização do Direito Civil. 2.ªed. Bahia: Jus Podivm, 2009.

MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor: o novo regime das relações contratuais. 6.ed. São Paulo: RT, 2011.

NORONHA, Fernando. O direito dos contratos e seus princípios fundamentais, São Paulo: Saraiva, 1994.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil: Contratos. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013, v. 3.

SAVI, Sérgio. Inadimplemento das obrigações. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

SCHREIBER, Anderson. A tríplice transformação do adimplemento: Adimplemento substancial, inadimplemento antecipado e outras figuras. GENJurídico, São Paulo,

julho. 2016. Disponível em: < <http://genjuridico.com.br/2016/07/18/a-triplice-transformacao-do-adimplemento/>>. Acesso em: 03 setembro. 2018.

TARTUCE, Flávio. Manual de Direito Civil: volume único. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

VARELA, João de Matos Antunes. Das Obrigações em geral. 7. ed. Coimbra: Almedina, 1999, v. 2.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito civil: Obrigações e Responsabilidade Civil. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017, v. 2.

A EFETIVAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA PELA MEDIAÇÃO FAMILIAR COM ENFOQUE NO PROGRAMA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO DESENVOLVIDO PELA UNICHRISTUS

Elen Almeida Moreira¹

Helena Caroline Gaia Berrêdo²

Lilian Barroso Linhares³

Emmanuela Carvalho Cipriano Chaves⁴

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo demonstrar a efetivação do acesso à justiça de forma extrajudicial, tangendo a utilização da mediação e focando, principalmente, nos conflitos familiares e na utilização dos núcleos de práticas jurídicas, como forma de pacificação social. Tal interesse se deu pelo estudo sobre o acesso à justiça em seu sentido amplo, o conflito no meio social e o seu papel no surgimento de formas de apaziguamento, o estudo da família como berço das relações humanas, conseqüentemente, complexas e, finalmente, a possibilidade de efetivação do acesso à justiça nesse cenário por meio de um mediador, profissional capacitado para exercer tal função. Destaca-se, ainda, o Núcleo de Práticas Jurídicas da instituição Unichristus que atua em parceria com a Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, promovendo sua função de pacificação social. Dá-se ênfase ao Programa de Mediação e de Conciliação criado pelo Centro Universitário mencionado anteriormente, que possui o intuito de capacitar e incentivar os alunos a utilizarem os meios de resolução consensual do conflito, que se apresentam como garantidores do efetivo acesso à justiça, por consequência, tendo o condão de

¹ Aluna do Curso de Direito da Unichristus. elenalmeidamoreira@hotmail.com

² Aluna do Curso de Direito da Unichristus. helenaberredo@hotmail.com

³ Aluna do Curso de Direito da Unichristus. lilian.barroso@hotmail.com

⁴ Professora dos Cursos de Direito da Unichristus e da Unifor. Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. emmanuelacarvalho1@hotmail.com

diminuir o número de processos que tramitam no judiciário. A pesquisa, que é qualitativa, utilizou como método de abordagem o dedutivo, ao partir das experiências proporcionadas junto ao Programa de Mediação e Conciliação para obter a conclusão de que a mediação é um meio de efetivação do acesso à justiça. Ademais, foi utilizado o estudo bibliográfico como método de procedimento.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Conflitos familiares. Mediação de conflitos. Defensoria pública. Núcleo de práticas jurídicas.

ABSTRACT

The purpose of this article is to demonstrate the effectiveness of the access to justice in an extrajudicial way, relating the use of mediation and focusing mainly on family conflicts and the use of the center of legal practices as a form of social pacification. Such an interest was born from the study of the access to justice in its broadest sense, conflict in the social environment and its role in the appearance of the forms of appeasement, the study of the family as the cradle of human relations and, consequently, very complex, and, finally, the possibility of effective access to justice in this scenario by the role of a mediator, a professional qualified to perform this function. Also worthy of mention is the Unichristus's Center for Legal Practices, institution that works in partnership with the General Public Defender of the State of Ceará, helping to promote its function of social pacification. Emphasis is placed on the Mediation and Conciliation Program created by the University mentioned above, which aims to enable and encourage students to use the methods of consensual resolution of the conflict, which are seen as guarantors of effective access to justice and, as a consequence, has the power to reduce the number of cases that are processed within the judiciary. The research, which is qualitative, used as a method of approach the deductive one, starting from the experiences provided with the Program of Mediation and Conciliation to lead to the conclusion that mediation is an important way of effecting access to justice. In addition, the monographic study was used as a procedure method.

Keywords: Access to justice. Family conflicts. Mediation of conflicts. Public Defender. Center of Legal Practices.



1 INTRODUÇÃO

A pesquisa foi elaborada e fundamentada a partir do método bibliográfico de estudo e foi dividida em três tópicos: o acesso à justiça; conflitos familiares e efetivação do acesso à justiça por meio da defensoria pública; e instituições de ensino superior. Tais tópicos serão abordados em seguida, demonstrando o método utilizado.

O acesso à justiça é um direito fundamental para os seres humanos em um regime democrático, já que busca a efetividade e a igualdade, posicionando como prioridade o bem comum social, a fim de evidenciar a possibilidade de hipossuficientes exercerem seus direitos para, conseqüentemente, minimizar a insatisfação social.

Tal pensamento é destrinchado por diversos autores que apoiam tal temática, entre eles, podem-se citar Cappelletti e Garth. Neste presente artigo, houve o estudo do aspecto histórico do acesso à justiça trazido por esses autores, em que foram citadas as ondas renovatórias, mostrando a evolução destas e conseqüentemente a sua importância no meio social, principalmente na questão dos conflitos. Logo, tal acesso apresenta diversos meios para a sua concretização, e um deles encontrados pela sociedade, é o método da mediação.

No que tange aos conflitos sociais, tem-se que as relações pessoais se demonstram complexas, assim, por vezes, surgirão embates e divergências filosóficas, e é possível constatar tal afirmação de modo claro no ambiente familiar. Isso reafirma o pensamento de que há a necessidade do conflito e conseqüentemente o surgimento de formas para administrá-los bem, que tivessem o condão de restabelecer o *status* de equilíbrio na sociedade, proporcionando o alcance ao acesso à justiça.

Por fim, o presente trabalho busca desenvolver o conceito de acesso à justiça. Este é costumeiramente identificado como acesso ao Poder Judiciário, no entanto a proposta deste artigo é compreender que o efetivo acesso à justiça não pode ser delimitado de tal forma, tendo enfoque na mediação como aliado na atuação extrajudicial, como a defensoria pública em parceria com as instituições de ensino superior.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O entendimento atual do acesso à justiça e o Direito

Conforme o antigo brocardo “*ubi societas ibi jus*”, não há sociedade sem a presença do direito; em contrapartida a isso tem-se que, onde há direito, haverá sociedade e vice-versa. Diante disso, verifica-se que o direito tem a função de ordenar a sociedade, equalizar os interesses e apaziguar os conflitos que naturalmente surgem em meio às relações humanas.

No regime democrático brasileiro, acesso à justiça é direito fundamental previsto no artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal, que visa a assegurar não somente os direitos individuais, como os coletivos em sentido amplo. Observa-se a busca pela efetividade e pela igualdade, objetivando a prioridade para o bem comum social, minimizando a insatisfação com o acesso à justiça.

[...]Ora, um acesso à justiça viciado não apenas nega aos hipossuficientes a possibilidade de exercer seus direitos, até os mais simples, como, em acréscimo, gera o efeito perverso de contaminar a jurisprudência com a visão dos violadores, aqueles econômica e processualmente aparelhados para usar, com eficiência, o aparelho judicial.⁵

O acesso à justiça é de suma importância para a coletividade e vem ganhando força com a utilização de mecanismos de gestão de conflitos, alguns dos quais serão abordados ao longo deste artigo. A fim de que se entenda melhor a evolução, considera-se essencial o acesso ao estudo dos autores Cappelletti e Garth sobre as ondas de acesso à justiça.

2.1.1 As Ondas de Acesso à Justiça

⁵BENJAMIN, Antônio Herman V. A insurreição da aldeia global contra o processo civil clássico: apontamentos sobre a opressão e a libertação judiciais do meio ambiente e do consumidor. In: MILARÉ, Édis (coord.). **Ação civil pública – Lei 7.347/85**: reminiscências e reflexões após dez anos de aplicação. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995, p. 14.

Os autores Cappelletti e Garth consideram que o acesso à justiça vem sendo construído, para isso, organizam a sequência de sua evolução em denominadas “ondas de acesso à justiça”, que nasceram com o papel importante de promover um melhor entendimento sobre o assunto. Dessa forma, acredita-se ser essencial conhecer essa divisão, mesmo que brevemente, conforme será feito a seguir.

De acordo com os autores, a primeira onda surge a partir da problemática decorrente das custas processuais. De início, o acesso à justiça tinha o propósito de garantir serviços jurídicos para os pobres, visto que o auxílio de um advogado na causa, na maioria das vezes, é essencial ou, até mesmo, indispensável para decifrar as leis de nosso extenso ordenamento normativo.

Diante dessa análise, a primeira onda torna visíveis os problemas e as dificuldades decorrentes da pobreza. Daí o entendimento de que o acesso à justiça dependeria basicamente do reconhecimento da existência de um direito, juridicamente exigível; do conhecimento de como ajuizar uma demanda; e da disposição psicológica para ingressar na justiça.⁶

Nesse viés, enquanto os direitos dos interesses dos pobres estavam sendo reconhecidos, outros importantes direitos difusos como os dos consumidores, dos defensores ambientais, entre outros, continuavam sem espaço. O reconhecimento desse fato trouxe a ascensão da segunda onda de reformas.

O segundo movimento, conforme Cappelletti e Garth, teve foco na representação dos direitos, chamados de interesses coletivos ou grupais. Essa segunda onda de reformas estimulou a reflexão sobre noções tradicionais básicas do processo civil e sobre o papel dos tribunais. Nesse contexto, tal direito é estendido, já que é atribuído não só a indivíduos hipossuficientes como na primeira onda.

Já a terceira onda renovatória, que corresponde ao olhar para as necessidades da sociedade relacionadas ao efetivo acesso à justiça, busca a agilidade e a facilidade que a torne mais ágil, fácil e, por consequência, mais acessível. Dessa forma, afirma Dinamarco:

⁶ SADEK, Maria Tereza Aina. Acesso à Justiça: Um direito e seus obstáculos. **Revista USP**, São Paulo, n. 101, p. 55-66, mar/abr/maio, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/87814/90736>>. Acesso em: 25 maio 2018.

[...] uma das famosas ondas renovatórias que vêm contribuindo para a modernização do processo civil, adequando-o à realidade social e contribuindo para a consecução de seus escopos sociais, é precisamente aquela consistente em amparar pessoas menos favorecidas. A assistência judiciária integra o ideário do Armenrecht, que em sentido global é um sistema destinado a minimizar as dificuldades dos mais pobres perante o direito e para o exercício de seus direitos.⁷

Adentrando ainda mais no enfoque deste artigo, esta onda abre espaço para a ênfase nos métodos consensuais de resolução de conflitos, que estavam sendo utilizados em ambientes externos à justiça pública, a fim de garantir justiça de forma mais eficaz e rápida. Assim, abrem-se espaços para juizados de pequenas causas com o intuito de proximidade do cidadão, desburocratização e, posteriormente, ênfase para mecanismos consensuais de solução de conflitos como a mediação.

Desse modo, a mediação começou a ser utilizada na comunidade, núcleos de mediação comunitária, e tem evoluído até as atuais possibilidades em utilizá-las no âmbito jurídico e até em plataformas online de mediação, nas quais os profissionais podem se tornar mediadores equiparados, ganhar com isso e, ao mesmo tempo, colaborar com a efetivação do acesso à justiça.⁸

2.1.2 A gestão adequada dos conflitos

Para entender a evolução do acesso à justiça e da ênfase atual da utilização da mediação de conflitos, é importante percorrer o caminho que permite compreender o tema. Observa-se que, ao longo do tempo, as relações humanas estão cada vez mais complexas e os conflitos advindos dessa relação têm demandado mudanças que puderam ser verificadas na forma de efetivar o acesso à justiça, visto que a existência do conflito é inerente ao ser humano, considerando

⁷ DINAMARCO, Cândido R. **Instituições de direito processual civil**. 9. ed., rev. e atual. segundo o Novo Código de Processo Civil. São Paulo: Malheiros, 2017, v.1, p. 677.

⁸ Em uma notícia veiculada pela mídia, apresenta-se uma plataforma recém-criada por uma empresa, no qual diz que o princípio básico da “legaltech” desenvolvida por Melissa (profissional que atua na área da mediação) é utilizar métodos de solução de conflito de forma online, sem ter que ser necessário sair de casa para abrir processo judicial, comparecer à audiências ou esperar meses para ter uma solução. (BATISTOTI, Vitória. Empreendedoras criam primeira plataforma online de mediação de conflitos do Brasil) Disponível em: <<https://revistapegn.globo.com/Startups/noticia/2017/08/advogadas-criam-primeira-plataforma-online-de-mediacao-de-conflitos-no-brasil.html>>. Acesso em: 25 maio 2018.

que muitos entendem o conflito como embate, luta, combate, colisão, como cita Cristiane Santos.⁹

As mudanças na sociedade colaboram para o aumento da diversidade nas relações sociais, ocasionando um aumento de conflitos relacionais, para Sales (2004), a sociedade vivencia novos conflitos, os quais atingiram alto grau de complexidade, exigindo, assim, a efetiva compreensão da realidade social para sua adequada solução.

Tal diversidade nas relações sociais, além de excluírem grande parcela da sociedade da participação efetiva no âmbito social, também contribui de maneira ímpar na escalada da violência. Soma-se a isso, a descrença das pessoas de que as autoridades possam conter essa escalada, fazendo com que as pessoas busquem na violência uma forma justificável de resolver vários de seus problemas.

Para Fredie Didier (2015), as possibilidades encontradas para o apaziguamento, durante o processo evolutivo do acesso à justiça, incluem a autotutela e autodefesa, no qual os conflitos podem ser resolvidos entre as partes, todavia, uma parte pode impor a sua vontade a outra ou uma das partes poderá ceder à outra.

A autocomposição seria uma forma na qual as partes podem ceder em alguma medida existindo a possibilidade de haver uma terceira pessoa (conciliador, mediador, e até mesmo como promotor de processos), que receberá o poder de facilitar o diálogo entre as partes, de forma imparcial, como forma de levar a retomada da comunicação que pode ter como consequência o consenso.

2.1.3 A Mediação de conflitos como meio de acesso à justiça

Com o foco na mediação, propõe-se a verificação de que forma ela complementa o judiciário na busca pelo acesso à justiça de qualidade. Conforme Cristiane Santos, o termo mediação vem do verbo “mediare”, que em latim significa mediar, dividir ao meio. Significa assim a maneira pacífica e não adversaria de resolução de disputas quer sejam entre indivíduos, quer entre grupos, facilitada por

⁹NOGUEIRA, Cristiane Santos de et al. A mediação nos núcleos de práticas jurídicas: transformando mentalidades e prevenindo conflitos. **Revista Digital FAPAM**, Pará de Minas, n. 1, 2009. Disponível em: <http://periodicos.fapam.edu.br/index.php/synthesis/article/viewFile/7/5>. Acesso: 26 maio 2018

um terceiro interventor que propicia às partes envolvidas a consecução de um acordo que possa satisfazer e inteirar seus interesses.¹⁰

A Emenda Constitucional nº 45, de 2004, prevê no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal, que “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.

Além disso, a emenda criou o Conselho Nacional de Justiça, dentre suas responsabilidades, está a implementação de políticas públicas e entre as quais criou a Resolução nº 125 do CNJ, como forma de aproximar a mediação de conflitos a o poder judiciário na busca por alcançar de forma eficaz o objetivo de acesso à justiça perante a sociedade. A resolução ensejou uma sequência de legislações que estimulam os mecanismos de gestão de conflitos, conforme segue.

2.1.4 Política nacional de tratamento adequado de conflitos

O Ministro Cezar Peluso, presidente do Conselho Nacional de Justiça, assinou a Resolução nº 125 do CNJ que foi elaborada no dia 29 de novembro de 2010, instituindo a Política Judiciária Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses, e continua a incentivar a mediação e a conciliação no âmbito do Judiciário, buscando concretizar o princípio constitucional do acesso à Justiça, segundo o qual “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário, lesão ou ameaça a direito”.

A Resolução nº 125 do Conselho Nacional da Justiça-CNJ dispõe sobre a mediação e a conciliação, e foi criada justamente para destacar que compete ao Judiciário estabelecer a política pública de tratamento adequado dos conflitos, que tem por intuito não somente organizar os serviços que forem realizados no decorrer das relações processuais, mas também com o objetivo de prevenção das demandas nas fases pré-processuais de conciliação e mediação.¹¹

¹⁰NOGUEIRA, Cristiane Santos de et al. A mediação nos núcleos de práticas jurídicas: transformando mentalidades e prevenindo conflitos. **Revista Digital FAPAM**, Pará de Minas, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.fapam.edu.br/index.php/synthesis/article/viewFile/7/5>>. Acesso em 26 maio 2018.

¹¹AZEVEDO, André G. **Manual de Mediação Judicial**. 3. Ed. Brasília: Ministério de Justiça, 2012, p. 218.

Nesse mesmo pensamento o Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e coordenador do Conselho Consultivo da Presidência do CNJ para análise de métodos consensuais de pacificação de conflitos, Marco Aurélio Buzzi, afirma que um dos grandes méritos da Resolução CNJ nº 125 foi instalar os núcleos de conciliação e abrir as portas para os centros, que somente foi possível com a mudança de mentalidade.¹²

Por consequência, as universidades e faculdades de Direito espalhadas pelo país passam a dar atenção maior ao conteúdo programático, já que a mediação passou a ser uma diretriz processual obrigatória, sendo prioridade no judiciário para a resolução de conflitos de relação continuada.

2.1.3 A mediação judicial e extrajudicial

A lei da mediação, sancionada pela ex-presidente Dilma Rousseff no dia 29 de junho de 2014 e que entrou em vigor na última semana de 2015, teve sua aprovação estimulada pela resolução nº 125 CNJ, pois tal proposta permite que a mediação se torne a primeira fase de um processo judicial, antes de qualquer decisão.

Com as inovações que o ordenamento jurídico passou como relatado anteriormente no tópico 1.1 das ondas renovatórias, percebe-se a importância da mediação extrajudicial que trata de uma iniciativa entre particulares que se reúnem em local adequado, com o intuito de negociar determinada lide que dificulta o diálogo entre as partes.

A lei da mediação trata de todo o procedimento que deve ser seguido durante a mediação extrajudicial, trata desde questões relacionadas às partes como capacidades do mediador, além de prazos e custos. Assim, a lei da mediação trata tanto da mediação extrajudicial quanto da judicial, esta último sendo, também, objeto do CPC/2015.

O CPC de 2015 trouxe a possibilidade de que em todos os processos haja audiência, seja de conciliação ou mediação. De acordo com Fabiana Marion

¹²MESQUITA, Andréa. Notícias CNJ. A Lei de Mediação e o novo CPC reforçam acerto da Resolução 125 do CNJ, postado em 25 nov 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81043-lei-da-mediacao-e-novo-cpc-reforcam-acerto-da-resolucao-125-do-cnj>>. Acesso em: 26 maio 2018.

Spengler (2013) esta possibilidade fica muito clara no Projeto do novo Código de Processo Civil brasileiro, na medida em que o artigo 118 confere uma série de poderes ao juiz, sobretudo no que se refere à direção do processo, mencionando expressamente a adequação e a flexibilização mitigada enquanto instrumentos para se alcançar a efetividade.

Nesse passo, é evidente a preocupação do judiciário com a efetiva pacificação dos litígios, e não apenas, com a prolação de uma sentença, como forma de resposta técnico-jurídica à provocação do jurisdicionado.

Existem ações em que se ambas as partes não apresentam interesse em comparecer na audiência, não há exigência na realização do procedimento (art. 334, § 4º, I e II, do NCPC), ou, ainda, na dicção da lei de mediação, se envolver direitos indisponíveis que não admitam transação. No entanto, tratando-se das ações de família, é exigível a obrigatoriedade do comparecimento dos litigantes, a fim de solucionar o conflito, assim, tais ações serão encaminhadas para a mediação, para que a sessão aconteça previamente à apresentação da defesa do réu e dentro desse viés estão processos contenciosos de família, que são: divórcio, reconhecimento e extinção de união estável, guarda, visitação e filiação.

2.2 Conflitos familiares

Como visto, o Direito é uma consequência da necessidade de ordenação dos conflitos que surgem a partir das interações humanas. Multiplicidade de pontos de vista, comportamentos incompatíveis, divergências de ideais, provocam embates a serem convencidos de diversas maneiras. No que tange ao ambiente familiar não poderia ser diferente, pois relações de diversidade e proximidade podem gerar desentendimentos além da superficialidade.

Isto ocorre porque a relação cultivada no ambiente familiar resulta em maior intimidade, típica de vínculos continuados. A família é o berço das relações humanas, é nela que o indivíduo desenvolve seu potencial de se relacionar, aprendendo desde as primeiras palavras até convicções que poderão nutrir durante toda a vida.

A Constituição Federal de 1988 prevê diversos princípios que resguardam valores sociais fundamentais para o conceito de família, dentre estes pode ser citado o princípio do pluralismo das entidades familiares, que admite a existência e o

reconhecimento de diferentes arranjos familiares. Atualmente, o conceito de família transborda o constitucional e rege-se a partir da afetividade, como é possível observar-se a partir das decisões jurisprudenciais sobre as relações socioafetivas.¹³

Perante o exposto, é válido ressaltar que esse aspecto contemporâneo da estrutura familiar enseja também uma pluralidade de conflitos complexa, pois às questões a serem debatidas, apesar de algumas vezes versarem sobre o âmbito patrimonial, alcançam proporções inimagináveis em relação à afetividade no lar, à solidariedade entre os integrantes da família e à saúde psicológica destes.

Nessa perspectiva de maior complexidade dos assuntos que tangem à estrutura familiar, nota-se que certos embates se tornam árduos e de difícil resolução, quando esta é perseguida somente dentro do lar, pois o diálogo pode estar já insustentável e desgastado. Assim, surge a necessidade de recorrer a outros métodos resolutivos, sendo um deles a mediação de conflitos.

2.2.1 A mediação como método resolutivo

A mediação configura-se diante de cenário que zela pelas questões afetivas, pois o Poder Judiciário, como mero prolatador de uma sentença, muitas vezes, mostra-se incapaz de sanar as verdadeiras raízes do conflito. Tratar superficialmente das divergências em um ambiente destinado unicamente a aspectos patrimoniais e jurídicos não significa solucionar a questão, visto que se faz necessário que as partes adentrem na esfera do conflito para que cheguem ao seu cerne e, assim, lidem com este.¹⁴

Um dos diferenciais dessa possibilidade de conflitos de maneira consensual consiste em sua multidisciplinaridade e em sua capacidade de elencar as verdadeiras causas do conflito. Como diz Lia Regina Sampaio e Adolfo Braga Neto:

¹³ GONÇALVES, Amanda. **A Mediação como Meio de Resolução de Conflitos Familiares**. 2015. 35f. Monografia (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2015. Disponível em:

<http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2015_1/amanda_goncalves.pdf>. Acesso: 20 maio 2018.

¹⁴ BRAGANHOLLO, Beatriz Helena. Novo desafio do Direito de Família Contemporâneo: a mediação familiar. I Congresso de Direito de Família do Mercosul, 2004, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, 2004. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/665/845>>. Acesso: 20 maio 2018.

É bom lembrar que a mediação, entretanto, não visa pura e simplesmente ao acordo, mas a atingir a satisfação dos envolvidos no conflito. Em outras palavras, a mediação é um método de resolução de conflitos em que um terceiro independente e imparcial coordena reuniões conjuntas ou separadas com as partes envolvidas em conflito. E um de seus objetivos é estimular o diálogo cooperativo entre elas para que alcancem a solução das controvérsias em que estão envolvidas. Com esse método pacífico tenta-se propiciar momentos de criatividade para que as partes possam analisar qual seria a melhor opção em face da relação existente geradora da controvérsia.¹⁵

Assim, a mediação garante a individualização do conflito, ou seja, a partir da autonomia das partes desenvolvida na sessão, estas podem visualizar uma solução diante de suas próprias conclusões.

Para isso, primeiramente, faz-se necessária a voluntariedade e a consensualidade destas, é preciso que ambas as partes estejam dispostas a achar uma solução e que tenham concordado nessa busca.

A mediação tem o viés de oportunizar o cultivo de uma convivência futura, pois reincorpora as relações a cultura do diálogo. Em algumas situações, é na sessão de mediação que ocorrerá, por exemplo, o único contato que as partes terão depois da fragilização.

Sendo assim, a sessão funciona como uma oportunidade para expressar e fortalecer a empatia entre as partes. Essa situação é muito difícil de ocorrer, num processo de rompimento conjugal de união estável, separação ou divórcio, no atual sistema jurídico brasileiro, que não respeita a complexidade existente em relacionamentos que envolvem vínculos afetivos.¹⁶

2.2.1.1 Técnicas da mediação

Outrossim, é valioso destacar que, na busca por esse zelo das relações afetivas, a mediação se utiliza de diversas técnicas para a resolução do conflito a

¹⁵ SAMPAIO, Lia Regina Castaldi; BRAGA NETO, Adolfo. **O que é mediação de conflitos**. São Paulo: Brasiliense, 2017, p. 14.

¹⁶ BRAGANHOLLO, Beatriz Helena. Novo desafio do Direito de Família Contemporâneo: a mediação familiar. I Congresso de Direito de Família do Mercosul, 2004, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, 2004. Disponível em: <<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/665/845>>. Acesso: 20 maio 2018.

serem desenvolvidas pelo facilitador do diálogo, o mediador, como a escuta ativa, a utilização de perguntas abertas e o estímulo ao diálogo cooperativo.

Essa ação se trata da capacidade do mediador de promover a conversa dos indivíduos com base nas informações por eles já fornecidas na sessão. A partir desse recurso, o facilitador do diálogo atua identificando os pontos de convergência entre as partes e utilizando estes para manter a comunicação, visando ao restabelecimento do diálogo para uma possível construção do acordo.¹⁷

Enquanto isso, a “arte de perguntar”, termo adotado por Juliana Demarchi, também se enquadra como uma ferramenta básica a ser utilizada pelo mediador, afinal, este deve atuar como um verdadeiro promotor da interação entre as partes. Alfred Benjamim dispõe sobre a extensão das chamadas perguntas abertas:

A pergunta aberta é ampla, a fechada é restrita. A pergunta aberta permite ao entrevistado amplas possibilidades; a pergunta fechada o limita a uma resposta específica. A pergunta aberta o convida a alargar seu campo perceptivo; a pergunta fechada o restringe. A pergunta aberta é um convite às suas concepções, opiniões, pensamentos e sentimentos; a pergunta fechada exige apenas fatos objetivos. A pergunta aberta pode ampliar e aprofundar o contato; a pergunta fechada pode limitá-lo. Em resumo, a primeira pode abrir totalmente a porta para um bom relacionamento; a segunda, geralmente a mantém fechada.¹⁸

Diante disso, nota-se que a utilização de perguntas abertas é essencial para influenciar a comunicação entre as partes.

A escuta ativa, por sua vez, segundo Juliana Demarchi, consiste no exercício de realizar uma percepção livre do relato da parte, que se caracteriza por escutar a parte sem estigmatizar seu relato, ou seja, sem empregar concepções da própria personalidade do mediador.

Para escutar ativamente o mediador deve se libertar de seus próprios paradigmas, de suas concepções de certo e errado e de seus valores. Não lhe cabe interpretar ou julgar o que está falando, mas permitir a livre expressão para possibilitar a adequada compreensão das motivações e desejos da parte. Não há que se tentar prever o que a parte vai dizer ou imaginar a conclusão de sua fala por estereótipos ou padrões comuns, mas

¹⁷ DEMARCHI, Juliana. **Mediação**: Proposta de implementação no processo civil brasileiro. 2007. 161 f. Tese (Doutorado em Direito Processual) – Universidade de São Paulo. 2007, p. 157.

¹⁸ BENJAMIM, Alfred. **A entrevista de ajuda**. 13. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

aguardar sua completa manifestação para compreender seu ponto de vista.¹⁹

Diante do exposto, nota-se que as técnicas utilizadas pela mediação promovem o empoderamento das partes, prezando pelo seu poder de decisão. Portanto, o método procura resgatar a ferramenta do diálogo para que os indivíduos debatam e, assim, cheguem a um acordo.

Nessa perspectiva, evidencia-se que o mediador atua como um intermediário facilitador do diálogo. Para isso, além do manuseio das técnicas previamente elencadas, o mediador necessita manter uma postura neutra, imparcial às partes, construindo, ao mesmo tempo, um perfil de empatia e de compreensão com os indivíduos.

Essas são as chamadas “habilidades do mediador” que também influenciam diretamente no processo de resolução do conflito, pois as partes precisam sentir confiança e liberdade para expor suas posições.²⁰

2.2.2 A efetivação do acesso à justiça

Nesse momento do trabalho, é necessário destacar que o êxito da sessão não pode ser avaliado na ocorrência ou não de um acordo entre as partes. Em diversos casos, a mediação, apesar de não resultar em acordo, alcança o seu fito por ter possibilitado que os indivíduos clarificassem seus pontos de vista, a partir da criação de um ambiente onde elas se sentiram confortáveis para debater a questão.

O objetivo da mediação é que os envolvidos resgatem o diálogo rompido, no qual é ressaltada a solidariedade, boa fé e responsabilidade entre o casal, pois na mediação familiar busca-se a preservação das relações continuadas, propondo uma real mudança de paradigma. A mediação familiar incentiva as partes a perceberem positivamente os conflitos, entendendo-os como fatos naturais e pertinentes da relação entre as partes.²¹

¹⁹ DEMARCHI, Juliana. **Mediação**: Proposta de implementação no processo civil brasileiro. 2007. 168-169 f. Tese (Doutorado em Direito Processual) – Universidade de São Paulo. 2007, p. 158.

²⁰ LOPES, Carla; CUNHA, Pedro; SERRANO, Gonzalo. Papel do Mediador na Mediação Familiar: alguns resultados provenientes de um estudo realizado em Lisboa. ACTAS DO VII SIMPÓSIO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO DE PSICOLOGIA, 2010, Porto. **Anais...** Porto: Universidade do Porto, 2010.

²¹ GONDIM, Lillian Virgínia Carneiro. Mediação Familiar: o resgate ao reconhecimento da Pessoa Humana nas relações familiares. **Ministério Público do Ceará**. Disponível em <<http://www.mpce.mp.br/esmp/publicacoes/Edital-n-03-2012/Artigos/Lillian-Virginia-Carneiro-Gondim.pdf>>. Acesso em: 01 jun 2018.

Por fim, o acesso à verdadeira justiça, a justiça social, aquela que não busca apenas a judicialização de conflitos aparentes, mas sim a verdadeira resolução do conflito real, se dá por meio das partes envolvidas no conflito e é estimulado no âmbito da Defensoria Pública.

Ademais, como abordado anteriormente, em virtude da Resolução nº150/2015 do CNJ, foi permitida a criação dos núcleos de mediação e conciliação, locais que funcionam como uma verdadeira extensão da Defensoria, um “braço” da justiça.

No presente trabalho, será analisado projeto no âmbito do Núcleo de Práticas Jurídicas da Unichristus, que, em parceria com a Defensoria, promove sua função social de incentivos à pacificação da sociedade, mitigando a cultura da litigiosidade.²²

2.3 Cooperação da Defensoria Pública com as Instituições de Ensino Superior/ (IES)

A solução de conflitos extrajudiciais é uma das funções institucionais da Defensoria Pública, expressa na Lei Complementar Federal nº80, de 12 de janeiro de 1994²³. Desse modo, para prevenir a intensa judicialização de demandas, o sistema jurídico tem priorizado, a partir da institucionalização dos mecanismos consensuais de solução de conflitos, a mediação como a técnica de composição de conflitos familiares, com a facilitação do diálogo que poderá gerar acordos extrajudiciais de benefícios mútuos, que seguem para homologação, prevenindo a mera judicialização.

O órgão da Defensoria Pública do Ceará atua, principalmente com a mediação, na capital possuindo ramificações em interiores, como, Crato, Juazeiro do Norte, Sobral e Aracati, cujas demandas mais recorrentes são as ações de pensão

²²OLIVEIRA, Marcelo Sales Santiago. A mediação familiar de conflitos como efetivação do direito fundamental de acesso à Justiça no âmbito da Defensoria Pública. **Jus**. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28574/a-mediacao-familiar-de-conflitos-como-efetivacao-do-direito-fundamental-de-acesso-a-justica-no-ambito-da-defensoria-publica>>. Acesso em: 01 jul 2018.

²³ SILVA, Gil Braga de. O papel da Defensoria Pública na mediação de conflitos fundiários urbanos. 2014. **Jus Brasil**. Disponível em: <<https://gilbragacastro.jusbrasil.com.br/artigos/147578223/o-papel-da-defensoria-publica-na-mediacao-de-conflitos-fundiarios-urbanos>> Acesso em: 05 abr 2018.

alimentícia, divórcio litigioso e guarda dos filhos.²⁴

Em determinadas áreas da Capital, há mediações comunitárias que contam com atendimentos e auxílios jurídicos dos mediadores comunitários em núcleos descentralizados, atuantes nos bairros João XXIII, Mucuripe e Tancredo Neves, tendo como sede o Bairro Luciano Cavalcanti, por meio do Núcleo de Soluções Extrajudiciais de Conflito (NUSOL), em que predominam as ações na área de família.²⁵

Vale ressaltar que a Defensoria Pública com as Instituições de Ensino Superior (IES) firmam convênio que objetivam atuar juntas em Núcleos de Práticas Jurídicas (NPJ) na Faculdade de Direito, que servem de laboratório para os alunos os quais são orientados pelos professores. Atualmente, com a ênfase nos mecanismos de gestão de conflitos, professores também atuam como conciliadores ou mediadores, sendo o Defensor responsável por efetuar o pedido de homologação de acordos que assina em nome desse órgão público, firmando esse ato.

À Defensoria Pública cabe promover, a cada início de semestre, palestra de esclarecimento das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), de modo a motivar o engajamento dos alunos, além de supervisionar o desempenho destes em conjunto com a coordenação do NPJ, garantindo a melhor assistência ao público assistido.

Essa parceria também abrange o Centro Universitário Christus, tendo por objetivo o estabelecimento de mútua cooperação técnico-profissional, visando a ampliar a área territorial de cobertura da assistência jurídica integral e da gratuidade aos hipossuficientes por meio do órgão supramencionado para, assim, propiciar aos alunos do Curso de Direito o ensino da prática forense prevista na grade curricular.²⁶

²⁴ Solução extrajudicial de conflitos. **Defensoria Pública do Estado do Ceará**. Disponível em: <http://www.defensoria.ce.def.br/atuacaogeral/solucao-extrajudicial-de-conflitos/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

²⁵ Solução extrajudicial de conflitos. **Defensoria Pública do Estado do Ceará**. Disponível em: <http://www.defensoria.ce.def.br/atuacaogeral/solucao-extrajudicial-de-conflitos/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

²⁶ Convênios (entre defensoria pública geral do estado do ceará e instituições de ensino superior garantem benefícios a defensores, servidores e colaboradores da DPGE). **Jusbrasil**. Disponível em: <https://dp.ce.jusbrasil.com.br/noticias/149221205/convenios-entre-defensoria-publica-geral-do-estado-do-ceara-e-instituicoes-de-ensino-superior-garantem-beneficios-a-defensores-servidores-e-colaboradores-da-dpge>. Acesso em: 12 jun 2018.

2.3.1 Núcleo de Práticas Jurídicas da Unichristus

O Núcleo de Práticas Jurídicas da Unichristus proporciona assistência jurídica gratuita exercida pelos estagiários, sob supervisão dos professores de Estágio da universidade e do Defensor Público, aos cidadãos hipossuficientes que não possuem subsídios para a realização do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios.

O NPJ disponibiliza para a sociedade um setor específico de audiências de mediação e conciliação que visa a solucionar, de forma rápida e segura, os conflitos existentes entre as partes por meio de acordos, que serão levados para homologação no Poder Judiciário, contribuindo com a redução das demandas judiciais.²⁷

Dessa forma, frisa-se que os estagiários, os quais auxiliam os professores de Estágio, passam por um processo de seleção realizado pela Universidade, assim, suas atribuições incluem o acolhimento das partes, a observação da mediação, o conferimento de todas as documentações dos assistidos, a elaboração de atas das sessões de mediação e conciliação, o recolhimento das assinaturas das partes, o acompanhamento do agendamento das sessões, comunicando previamente os envolvidos no conflito, entre outras funções, tudo sob a supervisão dos professores mediadores.²⁸ Assistir e observar a prática real da mediação com reuniões de retorno ao final das sessões que permitem o debate sobre as técnicas e o processo de mediação aprendido, conforme segue durante o curso de capacitação prévia quando da seleção, são atividades de grande valia para o aprendizado dos discentes.

2.3.2 Capacitação dos alunos

Dessa forma, esse programa de mediação, além de ser relevante para o

²⁷NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS (NPJ). **Unichristus**. Disponível em: <https://unichristus.edu.br/institucional/infraestrutura/nucleo-de-pratica-juridica-npj/>. Acesso em: 10 jun 2018.

²⁸ CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS. **Edital n 14/2007**. Fortaleza, 17 abr 2017. Disponível em: https://www.unichristus.edu.br/download/npj/Edital_n_14.2017_Nucleo_de_Media%C3%A7%C3%A3o_e_Conciliacao.pdf. Acesso em 15 abr 2018.

Centro Universitário Christus, também torna-se importante para a realização da prática jurídica no tocante ao aluno do Curso de Direito, que tem a oportunidade de presenciar as soluções de conflitos pelos próprios envolvidos, operando com casos reais, o que gera uma rica experiência para a sua futura carreira profissional.

Após a aprovação dos alunos no processo seletivo do Programa de Mediação e Conciliação, eles são submetidos à capacitação, na qual aprendem um pouco mais sobre as técnicas e os diversos procedimentos utilizados na realização das audiências.

Inicialmente, são explicados pelas professoras de maneira aprofundada as diferenças e as semelhanças entre mediação e conciliação, as técnicas, condutas e a forma imparcial de tratar o conflito das partes. Em seguida, trata-se sobre a mediação. Posteriormente, os aprovados no processo são direcionados a uma aula específica sobre conciliação, suas técnicas, maneiras de se portar diante dos assistidos, entre outras curiosidades.

Para encerrar, ocorre uma dinâmica que envolve todos os conhecimentos apreendidos pelos aprovados no decorrer da capacitação. Nela, os alunos formam equipes, e os professores entregam um caso real para eles interpretarem, de modo que um se apresente como o mediador ou conciliador, outro como advogado e os demais como assistidos. Nesse contexto, inicia-se uma simulação, com o objetivo de os alunos mediadores aprenderem, no caso concreto, como aplicar as técnicas utilizadas durante a audiência.

Assim, o Programa de Mediação e de Conciliação do Núcleo de Práticas Jurídicas tem por objetivo a ampliação dos horizontes da Instituição no sentido de aproximá-la da sociedade, de oferecer aos cidadãos que necessitam de gratuidade da justiça as soluções de conflito de maneira dialogada, rápida e eficiente, de ensinar aos alunos ferramentas teóricas, habilidades técnicas e experiências práticas em mediações e conciliações de conflitos, objetivando a capacitação continuada dos envolvidos e a consolidação do trabalho desenvolvido pelo Núcleo de Mediação e de Conciliação de conflitos no NPJ, de desenvolver pesquisa sobre os meios consensuais de resolução de conflito com a finalidade de ampliar e aprofundar os conhecimentos nessa área, bem como de contribuir para a

comunidade científica. ²⁹

2.3.3 Realização do procedimento

O processo de mediação se realiza com a chegada do assistido ao NPJ, sendo o caso direcionado aos alunos que fazem a cadeira de Estágio Supervisionado 2, os quais atendem e colhem os fatos, as provas e os documentos, supervisionados pelo professor da disciplina. Em seguida, é marcado um dia para que o assistido e a parte convidada estejam presentes no Núcleo, dia em que ocorrerá a audiência de mediação, em conflitos de relação continuada ou conciliação, em conflitos de relação eventual.

Haverá uma pré-mediação na qual os assistidos serão direcionados à sala da psicologia, que conta com profissionais da área e um estagiário do Curso de Psicologia da Instituição, com o intuito de acolher as pessoas e explicar a mediação para que ocorra ou não a adesão. Com o término da pré-mediação, o psicólogo forma um breve relato do conflitos para que o encaminhamento seja adequado.

Ao entrar na sala de audiência, as partes logo são informadas pelo mediador sobre o intuito da mediação e o modo como essa se realiza, por meio dos princípios. Após todo esse rito, com o consentimento das partes em participarem de tal iniciativa, o professor aplicará as técnicas da mediação, explicitadas anteriormente.

Geralmente, uma mediação que duraria 4 horas acaba excedendo esse tempo, por se tratarem de assuntos complexos, os quais envolvem relações continuadas, que, na maioria das vezes, ensejam emoções por ambos aos assistidos, uma mediação dura em torno de 3 (três) horas, com possibilidade de haver uma 2ª sessão, no caso de o diálogo esteja produtivo e as partes quiserem dar continuidade à conversa de conciliação.

Ao final, se as partes entrarem em consenso sobre o conflito, será realizado o acordo extrajudicial, porém, se a decisão não for unânime, a audiência ensejará na ata da sessão, que indica o comparecimento das partes. Caso as partes não estejam em comum acordo e optem pela ata, a parte que convidou para a

²⁹ CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS. **Edital n 14/2007**. Fortaleza, 17 abr 2017. Disponível em: https://www.unichristus.edu.br/download/npj/Edital_n_14.2017_Nucleo_de_Media%C3%A7%C3%A3o_e_Conciliacao.pdf. Acesso em 15 abr 2018.

mediação terá a possibilidade de ingressar com uma Ação Judicial pela Defensoria Pública. Se optarem pelo acordo, suas informações pessoais e todos os fatos de comum consentimento são postos no termo de acordo, que necessitará apenas da assinatura do defensor filiado ao Núcleo. Isso feito, o acordo será encaminhado para a homologação no judiciário.

3 MÉTODOS

No que tange ao método de estudo do presente trabalho, conclui-se que ocorreu a utilização da metodologia dedutiva, qualitativa e bibliográfico. Dessa forma, a modalidade dedutiva, por se tratar da obtenção de um raciocínio lógico que se refere ao uso da dedução para obter uma conclusão a respeito de determinadas proposições, foi possível chegar à conclusão, com base em nossos aprendizados, lidando com casos reais na mediação que ocorre no Núcleo de Práticas Jurídicas da Unichristus.

Conjuntamente com o método analisado acima, a metodologia quantitativa compreende e enfatiza o raciocínio lógico e todas as informações que se possam determinar as experiências humanas. Assim, a partir de experiências diárias e de muitas pesquisas em doutrinas e *sites* relevantes, pôde-se chegar à realização do presente artigo.

Por fim, analisou-se o trabalho bibliograficamente por meio de estudos e pesquisas que determinaram e enalteceram a profissão do mediador, as condições em que se realizam as sessões, especificamente no NPJ da Unichristus e na instituição Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará que em muito contribui para a desjudicialização de conflitos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da pesquisa fundamentada, observou-se o NPJ da Unichristus possui uma crescente utilização de encaminhamentos de conflitos de relações continuadas para a mediação pelo avanço do projeto, que por meio de alunos participantes e de atendimentos, presta assistência jurídica aos cidadãos hipossuficientes, sob a supervisão de professores da instituição.

Assim, de maneira rápida e segura, as lides são resolvidas e homologadas judiciariamente. Os alunos participantes do projeto aderem ao programa por intermédio do edital publicado pela universidade, por meio do qual são realizadas duas etapas, uma prova subjetiva sobre um determinado tema que diz respeito ao projeto e a entrevista.

Isso dito, ao observar-se a prática da mediação e da conciliação durante o período de 1 (um) ano, ocorrem debates e análise sobre as técnicas aplicadas e o processo de mediação em si, resultando em um aprendizado e uma experiência genuínos.

5 CONCLUSÃO

A mediação extrajudicial possui um importante papel na desjudicialização dos conflitos, pois é preciso compreender que o acesso à justiça não se confunde com o acesso ao Poder Judiciário.

Com efeito, observou-se que a mediação possui, também, a capacidade de promover o efetivo acesso à justiça, à medida que esta se destaca como uma alternativa consensual para a resolução do conflito.

De fato, a mediação desloca o poder de decisão para as partes e estimula o diálogo entre elas como forma de resolução da lide, o que contribui para a formação de um resultado mais satisfatório para as partes.

Cabe ressaltar que não é necessário que haja um acordo entre os assistidos para que estes tenham o acesso à justiça. Pois, sob essa ótica, a mediação caracteriza-se por ser uma ferramenta que vai além do âmbito das aparências, podendo sanar o verdadeiro conflito.

Além disso, destacam-se as relações continuadas, principalmente as familiares, que, por mais complexas que sejam, podem ser resolvidas e até melhoradas, a partir da contribuição das partes em dialogarem e em exporem o conflito aos mediadores.

Nessa perspectiva, evidenciou-se a atuação da Defensoria Pública que exerce sua função social apaziguadora em conjunto com as Instituições de Ensino Superior, no caso do Núcleo de Práticas Jurídicas da Unichristus.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, André G. **Manual de Mediação Judicial**. 3. Ed. Brasília: Ministério de Justiça, 2012, p. 218.

BATISTOTI, Vitória. Empreendedoras criam primeira plataforma online de mediação de conflitos do Brasil. Disponível em:
<<https://revistapegn.globo.com/Startups/noticia/2017/08/advogadas-criam-primeira-plataforma-online-de-mediacao-de-conflitos-no-brasil.html>>. Acesso em 25 maio 2018.

BENJAMIM, Alfred. **A entrevista de ajuda**. 13. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

BENJAMIN, Antônio Herman V. A insurreição da aldeia global contra o processo civil clássico: apontamentos sobre a opressão e a libertação judiciais do meio ambiente e do consumidor. In: MILARÉ, Édis (coord.). *Ação civil pública – Lei 7.347/85: reminiscências e reflexões após dez anos de aplicação*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1995. p. 14.

BRAGANHOLLO, Beatriz Helena. Novo desafio do Direito de Família Contemporâneo: a mediação familiar. I Congresso de Direito de Família do Mercosul, 2004, Porto Alegre. **Anais eletrônicos...** Porto Alegre: Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica, 2004. Disponível em:
<<http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/view/665/845>>. Acesso em 20 maio 2018.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS. **Edital n 14/2007**. Fortaleza, 17 abr 2017. Disponível em:
https://www.unichristus.edu.br/download/npj/Edital_n_14.2017_Nucleo_de_Media%C3%A7%C3%A3o_e_Conciliacao.pdf. Acesso em 15 abr 2018.

CONVÊNIOS ENTRE DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR GARANTEM BENEFÍCIOS A DEFENSORES, SERVIDORES E COLABORADORES DA DPGE. **Jusbrasil**. Disponível em: <https://dp.ce.jusbrasil.com.br/noticias/149221205/convenios-entre-defensoria-publica-geral-do-estado-do-ceara-e-instituicoes-de-ensino-superior-garantem-beneficios-a-defensores-servidores-e-colaboradores-da-dpge>. Acesso em: 12 jun 2018.

DEMARCHI, Juliana. **Mediação**: Proposta de implementação no processo civil brasileiro. 2007. 161 f. Tese (Doutorado em Direito Processual) – Universidade de São Paulo. 2007.

DINAMARCO, Cândido R. **Instituições de direito processual civil**. 9. ed., rev. e atual. segundo o Novo Código de Processo Civil. São Paulo: Malheiros, 2017, v.1, p. 677.

GONÇALVES, Amanda. **A Mediação como Meio de Resolução de Conflitos Familiares**. 2015. 35f. Monografia (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2015_1/amanda_goncalves.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2018.

GONDIM, Lillian Virgínia Carneiro. **Mediação Familiar**: o resgate ao reconhecimento da Pessoa Humana nas relações familiares. Disponível em <<http://www.mpce.mp.br/esmp/publicacoes/Edital-n-03-2012/Artigos/Lillian-Virginia-Carneiro-Gondim.pdf>>. Acesso em: 01 jun 2018.

LOPES, Carla; CUNHA, Pedro; SERRANO, Gonzalo. Papel do Mediador na Mediação Familiar: alguns resultados provenientes de um estudo realizado em Lisboa. ACTAS DO VII SIMPÓSIO NACIONAL DE INVESTIGAÇÃO DE PSICOLOGIA, 2010, Porto. **Anais...** Porto: Universidade do Porto, 2010.

MESQUITA, Andréa. Notícias CNJ. **A Lei de Mediação e o novo CPC reforçam acerto da Resolução 125 do CNJ**, postado em 25 nov 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/81043-lei-da-mediacao-e-novo-cpc-reforcaram-acerto-da-resolucao-125-do-cnj>>. Acesso em: 26 maio 2018.

NOGUEIRA, Cristiane Santos de et al. A mediação nos núcleos de práticas jurídicas: transformando mentalidades e prevenindo conflitos. **Revista Digital FAPAM**, Pará de Minas, n. 1, 2009. Disponível em: <http://periodicos.fapam.edu.br/index.php/synthesis/article/viewFile/7/5>. Acesso em: 26 maio 2018

NÚCLEO DE PRÁTICAS JURÍDICAS (NPJ). **Unichristus**. Disponível em: <https://unichristus.edu.br/institucional/infraestrutura/nucleo-de-pratica-juridica-npj/>. Acesso em: 10 jun 2018.

OLIVEIRA, Marcelo Sales Santiago. **A mediação familiar de conflitos como efetivação do direito fundamental de acesso à Justiça no âmbito da Defensoria**

Pública. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/28574/a-mediacao-familiar-de-conflitos-como-efetivacao-do-direito-fundamental-de-acesso-a-justica-no-ambito-da-defensoria-publica>>. Acesso em: 01 jul 2018.

SADEK, Maria Tereza Aina. Acesso à Justiça: Um direito e seus obstáculos. **Revista USP**, São Paulo, n. 101, p. 55-66, mar/abr/maio, 2014. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revusp/article/viewFile/87814/90736>> Acesso em 25 maio 2018.

SAMPAIO, Lia Regina Castaldi; BRAGA NETO, Adolfo. **O que é mediação de conflitos**. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2017.

SILVA, Gil Braga de. **O papel da Defensoria Pública na mediação de conflitos fundiários urbanos**. 2014. Disponível em: <<https://gilbragacastro.jusbrasil.com.br/artigos/147578223/o-papel-da-defensoria-publica-na-mediacao-de-conflitos-fundiarios-urbanos>> Acesso em: 5 abr. 2018.

SOLUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE CONFLITOS. **Defensoria Pública do Estado do Ceará**. Disponível em: <http://www.defensoria.ce.def.br/atuacaogeral/solucao-extrajudicial-de-conflitos/>. Acesso em: 10 abr. 2018.

VEZZULLA, Juan Carlos. Ser Mediador, Reflexões. In: SALES, Lilian de Moraes. (Org.). Estudos sobre mediação e arbitragem. Universidade de Fortaleza, Fortaleza: ABC, 2003.

A EMISSÃO DE DEBÊNTURES POR SOCIEDADES LIMITADAS: ANONIMIZAÇÃO DAS LIMITADAS?

Andressa Borges Monteiro Pires*
Livia Ximenes Damasceno**

RESUMO

É possível perceber que, na seara empresarial, há, hoje, uma certa prevalência entre as sociedades limitada e anônima, representando 99,99% do percentual total dentre as sociedades empresárias, o que se justifica pelo fato de ensejarem a limitação da responsabilidade. Ocorre que a sociedade limitada é adequada quando diante de pequenos, médios e grandes empreendimentos, e, pela complexidade e pela estrutura, a sociedade anônima apenas se adequa a grandes empreendimentos. Nesse sentido, desenvolver a sociedade limitada e moldá-la às novas realidades representa um incentivo ao empreendedorismo. O objetivo do presente trabalho é avaliar a possibilidade de as sociedades limitadas poderem se capitalizar utilizando recursos das sociedades anônimas, como a emissão de debêntures, tendo em vista, principalmente, a possibilidade contida no artigo 1.053, parágrafo único, do Código Civil, que permite a regência supletiva das limitadas pelas regras da anônima. Em termos metodológicos, a pesquisa foi bibliográfica, avaliando, também, projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional sobre o ponto em debate, e de cunho qualitativo. Em sede de resultados, foi observado que a regência supletiva adotada pela sociedade limitada em seu contrato social já seria suficiente para que ela pudesse emitir debêntures, posto que houve uma evolução legislativa nesse assunto e não é mais necessária a presença de uma sociedade anônima para tanto. Isso não tem sido permitido, por outro lado, tendo em vista que há um certo conservadorismo quanto a essa questão, mas, com os projetos de lei

* Acadêmica do 10º semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Christus – Unichristus. Vinculada ao Centro Universitário Christus. E-mail: andressabpires@hotmail.com

** Doutoranda em Direito Constitucional nas relações privadas na Universidade de Fortaleza, mestre em Direito Empresarial pela Universidade de Coimbra (diploma revalidado pela Universidade Federal do Ceará). Especialista em Direito Civil e Direito Empresarial pela Faculdade Damásio de Jesus. Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Advogada e professora na graduação do Centro Universitário Christus – Unichristus. Vinculada à Universidade de Fortaleza. E-mail: livia.ximenes@yahoo.com.br

que estão em trâmite, a consequência necessária será que sociedades limitadas possam emitir debêntures como meio para se capitalizarem.

Palavras-chave: Direito Societário. Sociedade Limitada. Sociedade Anônima. Debêntures. Capitalização.

ABSTRACT

It is possible to notice that, in the business sector, there is now a certain prevalence of the limited and the anonymous companies, representing 99.99% of the total percentage of all the companies, which is justified by the fact that they consist in types of business companies of limited liability. It occurs that the limited company is adequate when faced with small, medium and large enterprises, and, due to its complexity and structure, the anonymous corporation only suits large enterprises. As a matter of fact, developing a limited society and molding it to new realities represents an incentive to entrepreneurship. The objective of this study is to evaluate the possibility for the limited companies to obtain capital using resources from corporations, such as the issuance of debentures, mainly considering the possibility contained in article 1.053, sole paragraph, of the Civil Code, which allows the supplementary regency of the limited companies rules by the legal regulation of the anonymous companies. In methodological terms, the research was bibliographical, also evaluating, law bills in process within the National Congress about the theme in analysis, and of a qualitative nature. In terms of results, it was observed that the supplementary regency adopted by the limited company in its social contract would already be sufficient for it to issue debentures, since there was a legislative evolution in this matter and it is no longer necessary to have a corporation to do so. On the other hand, this has not been allowed yet, given that there is some conservatism on this matter, but with the bills in process, the necessary consequence is that limited companies will be able to issue debentures as a capitalization mean.

Keywords: Corporate law. Limited society. Anonymous society. Debêntures. Capitalization.

1 INTRODUÇÃO

Enquanto inserido no ramo das ciências sociais, o Direito deve constantemente se reinventar a fim de rever suas bases e se adequar às novas demandas sociais, posto que há uma constante fluidez¹, e, muitas vezes, algo que foi pensado para um certo tempo pode não se moldar às novas realidades.

O direito societário é ramo do direito empresarial que se presta à análise das sociedades e, dentre elas, estão sociedade em nome coletivo, sociedade em comandita simples, sociedade em comandita por ações, sociedade limitada e sociedade anônima, sendo as duas últimas objeto de estudo do presente ensaio. Quando foram pensadas e positivadas, as sociedades cumpriam, ainda que de maneira tímida no caso da sociedade limitada, o que lhes fora proposto.

Ocorre que, no Brasil, a maior parte das sociedades empresárias é de sociedades limitadas e de sociedades anônimas, e, dentre as duas a de maior utilização é a sociedade limitada, posto que se adequa a pequenos, médios e grandes empreendimentos, em contraponto à sociedade anônima, em razão de sua alta complexidade e estrutura, apenas para grandes atividades.

Com o aumento, ou a preferência, por esses tipos societários, o regramento que se utiliza hoje não é mais suficiente, e algumas mudanças devem ser (re)pensadas. Com as novas realidades, a transição para o século XXI e o empreendedorismo se destacando, muito do que foi ponderado principalmente para a sociedade limitada deve ser (re)visto.

Nesse sentido, o Código Civil, em seu artigo 1.053, parágrafo único, permite que as sociedades limitadas se utilizem, ainda que de maneira supletiva, das disposições da sociedade anônima, no que não lhes for incompatível, caso haja expressa previsão no contrato social.

A sociedade anônima, em vista a sua grande complexidade, possui institutos que seriam muito benéficos se pudessem ser utilizados também pelas sociedades limitadas, como a emissão de debêntures para se capitalizar sem a necessidade de se submeter a regras de mútuo com instituições de crédito, por exemplo.

¹ Sobre a fluidez das relações e realidade líquida: BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

Sobre a possibilidade de emissão de debêntures, como não há qualquer vedação na legislação e nas instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), instituição responsável por fiscalizar essa ferramenta das sociedades anônimas e verifica-se um movimento no sentido de permitir tal utilização, com quatro projetos de lei tramitando no Congresso Nacional que, dentre outras coisas, permitem que as sociedades limitadas emitam debêntures, ainda deve prevalecer entendimento no sentido de não admitir tal ferramenta?

Para a realização do presente trabalho e a reflexão acerca de (im)possibilidade de limitadas emitirem debêntures, portando, dividiu-se o desenvolvimento em três partes para que o conteúdo possa ser mais bem abordado e que haja uma melhor compreensão do que vai ser apresentado. O primeiro ponto, dessa maneira, aborda o direito societário e, mais especificamente, as sociedades limitada e anônima, para uma correta visualização dos institutos e das suas diferenças. No segundo ponto, é destacada a função das debêntures e onde elas estão inseridas. Por fim, será analisada a tese de anonimização das sociedades limitadas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Limitada e anônima: os dois tipos societários de maior relevância na seara empresarial

No Brasil, a atividade empresarial pode ser realizada de maneira individual, caso em que estar-se-ia diante de um empresário individual ou de uma Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) ou de maneira conjunta², caso em que se fala de sociedades empresárias. As sociedades empresárias, por oportuno, não são da mesma forma, permitindo que os empreendedores escolham, dentre as opções³, o tipo empresarial que mais lhes é favorável.

Ocorre que os tipos societários que possuem maior utilização, fazendo que os outros sejam quase inexistentes, com 99,99% do total são a sociedade

² Para o exercício da atividade empresária sob o molde de sociedade empresária é necessário que esta seja composta por, pelo menos, duas pessoas.

³ Existem no direito brasileiro cinco tipos societários personificados, dentre elas: sociedade em nome coletivo, sociedade limitada, sociedade em comandita simples, sociedade em comandita por ações e sociedade anônima. Destaca-se que todas elas possuem grandes diferenças nodais em relação as demais.

limitada e a sociedade anônima, considerando que são as formas com que a responsabilidade dos sócios e dos acionistas é limitada, seja ao valor das quotas naquela ou ao valor de emissão das ações que foram subscritas ou integralizadas nesta⁴.

A sociedade anônima é, historicamente, mais antiga que a sociedade limitada, e acredita-se que a sua origem remonte ao período das grandes navegações, em que foi necessário se pensar em um modelo de sociedade que os investidores não corressem os mesmos riscos daqueles que desbravavam novos mundos e podiam não ser tão lucrativas quando o que havia sido proposto⁵. Por outro lado, a forma como a sociedade anônima foi pensada fazia que apenas grandes empreendimentos pudessem dela se utilizar, devido a ampla gama de formalidades⁶ que demandavam um orçamento vultoso⁷.

A sociedade limitada, que em um primeiro momento foi denominada de sociedade por quotas de responsabilidade limitada, surgiu, no Brasil, no começo do século XX, como uma alternativa para aqueles que desejassem limitar a sua responsabilidade, mas somente fossem detentores de pequenos e médios investimentos, ou seja, representou um incentivo ao empreendedorismo, sendo possível até que grandes atividades se utilizassem desse regramento⁸.

A legislação, no que tange ao direito societário, evoluiu bastante e está de acordo com a teoria da empresa, como se pode verificar com a redação do artigo 966 do Código Civil brasileiro, em que a empresa é a atividade e o empresário é aquele que exerce a empresa⁹.

A tratativa desses dois tipos societários ora em análise, por outro lado, não constam do mesmo diploma, sendo a sociedade limitada tratada no Código Civil de 2002 e a sociedade anônima na Lei de Sociedade por Ações (LSA), Lei 6404/76,

⁴ MATIAS, João Luis Nogueira. Sociedade Limitada: evolução e função econômica. **Revista Jurídica da UN17**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 105-117, abr. 2010.

⁵ MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 40. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

⁶ É possível destacar, dentre essas formalidades, a convocação da assembleia ordinária e das assembleias extraordinárias que podem vir a ocorrer durante o exercício social.

⁷ MATIAS, João Luis Nogueira. Sociedade Limitada: evolução e função econômica. **Revista Jurídica da UN17**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 105-117, abr. 2010.

⁸ LANA, Henrique Avelino. Sociedades limitadas: uma leitura via law and economics. **Scientia Iuris**, Londrina, v.18, n. 1, p. 9-43, jul. 2014.

⁹ MIRAGEM, Bruno Nubens Barbosa. Do direito comercial ao direito empresarial: formação história e tendências do direito brasileiro. **Revista de direito privado**, São Paulo, v. 5, n. 17, p. 55-87, jan./mar. 2004.

que, embora pareçam não ser da mesma época, seus anteprojetos datavam de mesmo ano.

Apesar de os dois tipos societários limitarem a responsabilidade de seus integrantes, sejam eles sócios ou acionistas, há grandes diferenças entre as duas, e questões pontuais podem fazer que se eleja um tipo em detrimento do outro.

A sociedade limitada é uma sociedade contratual, ou seja, é elaborado um contrato social como seu ato constitutivo, ou seja, há uma maior liberdade entre as partes para estabelecer cláusulas que lhes favoreçam. A sociedade anônima, por ser estatutária, não tem essa liberdade entre os que estão contratando, pois tem que respeitar as formalidades dessa sociedade.

Outro ponto a ser destacado é que o capital social, montante investido pelos sócios ou acionistas, na sociedade limitada, é dividido em quotas, e, nos termos do artigo 1.052 do Código Civil, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, podendo um sócio ser chamado a responder com valor superior ao que investiu. Na sociedade anônima, de maneira diversa, a responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de emissão das ações, ou seja, o valor que os acionistas dispenderam para adquirir aquela ação, não assumindo outros valores, nos termos do artigo primeiro da Lei 6.404/76.

A maior diferença entre elas, por outro lado, é a possibilidade que a sociedade anônima tem e a sociedade limitada não tem de se capitalizar sem a necessidade de aumentar o capital social ou se submeter a mútuo feneratício com operações bancárias, fazendo uso dos valores mobiliários. Os valores mobiliários são considerados bens móveis, como se pode depreender do próprio nome, além de instrumentos de capitalização societária, presentes tanto na LSA como na lei do mercado de capitais, Lei 6.385/76.

Portanto, apesar de necessitar de uma ampla gama de investimentos para as formalidades constantes na lei e não garantir uma ampla liberdade entre os acionistas no momento de constituição, a sociedade anônima possui uma responsabilidade limitada, que de certa forma, é mais segura que a sociedade limitada e contém instrumentos que facilitam a capitalização societária, como as debêntures.

2.2 As debêntures como uma forma de capitalização societária

As sociedades empresárias, seja qual for a estrutura escolhida, para realizar o seu objeto social e cumprir a sua função social¹⁰, necessitam de um capital social¹¹. Este, por outro lado, não é imutável, podendo ser aumentado ou mesmo diminuído, nos casos previstos em lei¹².

Dessa forma, quando uma sociedade vai se capitalizar, ou seja, aumentar a sua riqueza, a hipótese mais comum, até pelo fato de ser permitido por todos os tipos societários, é o aumento do capital social, que deve ser deliberado em reunião ou assembleia, a depender do número de sócios¹³.

Outra hipótese bastante comum, mas restrita às sociedades anônimas de capital aberto, é a oferta pública de ações do Mercado de Valores Mobiliários, ocasião em que será possível a compra de ações das sociedades que as disponibilizaram com valor de emissão e nunca inferior ao valor nominal¹⁴.

Por outro lado, esses dois casos não são os únicos em que pode haver a capitalização da sociedade, posto que há mecanismos específicos de capitalização, os valores mobiliários. Estes estão previstos na Lei de Sociedade Anônima, Lei 6.404/76 e na lei que dispõe sobre o mercado de valores mobiliários, Lei 6.385/76. Dessa forma, tem-se como exemplo de valores mobiliários as ações, as partes beneficiárias, os bônus de subscrição, as debêntures, as cédulas de debêntures, as notas comerciais e outros elencados no artigo segundo da Lei 6.385/76.

Os valores mobiliários, além de permitirem uma capitalização societária, permitem que a sociedade empresária não se submeta a regras de mutuo feneratício com operadoras de crédito, fazendo com haja uma verdadeira auto-capitalização.

¹⁰ FERREIRA, Leandro Taques. Função social da empresa: conceito e aplicação. **Revista de Direito Empresarial**, São Paulo, v. 16, p. 19-39, maio. Jun. 2016.

¹¹ O capital social pode apresentar uma dupla acepção no entender de Gustavo Saad Diniz, sendo compreendido como o patrimônio da sociedade ou o capital nominal dela, ou seja, o valor que os integrantes contribuíram para a constituição da sociedade. DINIZ, Gustavo Saad. **Instrumentos de capitalização societária**. São Paulo: LiberArs, 2014.

¹² Nos termos do artigo 1.082 do Código Civil, é possível que o capital social seja reduzido quando houver perdas irreparáveis se o capital já tiver sido integralizado ou se for excessivo em relação ao objeto da sociedade.

¹³ Na sociedade limitada, se o número de sócios for inferior a dez, as deliberações podem ser realizadas por reunião e, caso seja superior a esse número, obrigatória a realização de assembleia, nos termos do artigo 1.072 do Código Civil.

¹⁴ MENEZES, Isabella Simão. Aquisição do controle de companhias abertas: estudo sobre a oferta pública de aquisição de ações. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 76, p. 97-121, abr./jun. 2017.

As debêntures, objeto de especial tratativa no presente ensaio são as formas mais comuns de auto-capitalização, posto que a sociedade realiza uma oferta de debêntures que serão adquiridas pelos debenturistas, detentores do título de debênture que terão um crédito contra a sociedade. É criada pela sociedade e passa a existir e ter validade com a sua lavratura, mas somente possuindo eficácia quando arquivadas a escritura e o ato societário que as autorizou na Junta Comercial da sede da sociedade, conforme artigo 62 da Lei de Sociedade por Ações¹⁵.

Ademais, elas não são vinculadas às causas que lhes deram origem, como garantia de obrigações e aumento do capital social, posto que são abstratas. A característica da abstração resta evidente quando se diz que pode se prestar a diversas causas e não há essa limitação aos debenturistas na Lei¹⁶.

As debentures são vistas, outrossim, como títulos de crédito, posto que se enquadra da definição esculpida no artigo 887 do Código Civil que os define como documento necessário ao exercício do direito literal e autônomo nele contido, que somente produz efeito quando preenche os requisitos da lei¹⁷.

Importante destacar que a debênture irá conter vencimento próprio e juros próprios, fazendo que seja mais benéfico para a sociedade, que irá estipular condições que sejam possíveis de cumprir, e para o debenturista, que estará fazendo um investimento, considerando os juros que irá receber por aquele valor emprestado à sociedade.

Além disso, salienta-se a instrução normativa 400/2003 da CVM, no intuito de que a distribuição das debêntures desse um tratamento equitativo aos que pretendiam adquiri-las e trouxesse maior transparência nas informações sobre todos os detalhes envolvidos, como os valores mobiliários ofertados, a companhia emissora, o ofertante e os demais envolvidos na operação¹⁸.

¹⁵ SADER, Marcos. Debêntures: novo regime jurídico e esforços para o desenvolvimento de um mercado secundário no Brasil. **Revista de Direito Empresarial**, Rio de Janeiro, v. 0, p. 117-144, nov. 2013.

¹⁶ SADER, Marcos. Debêntures: novo regime jurídico e esforços para o desenvolvimento de um mercado secundário no Brasil. **Revista de Direito Empresarial**, Rio de Janeiro, v. 0, p. 117-144, nov. 2013.

¹⁷ SADER, Marcos. Debêntures: novo regime jurídico e esforços para o desenvolvimento de um mercado secundário no Brasil. **Revista de Direito Empresarial**, Rio de Janeiro, v. 0, p. 117-144, nov. 2013.

¹⁸ BRASIL. Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003. Dispõe sobre as ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários, nos mercados primário ou secundário, e revoga a Instrução CVM no 13, de 30 de setembro de 1980, e a Instrução CVM no 88, de 3 de novembro de 1988. **Comissão**

Destaca-se, também, as instruções 404¹⁹ e 476²⁰ da CVM, que serviram para simplificar os registros e os padrões de cláusulas em escrituras de emissão de debêntures e para dispensar o registro na CVM de emissão de debêntures simples, aquelas não conversíveis em ações²¹.

Além do mais, houve uma mudança introduzida pela Lei 12.431/2011 incentivando o financiamento privado, que tem mais capacidade de suportar dívidas a longo prazo em comparação ao Estado²². Nesse sentido, o processo para a emissão de debêntures deveria ser mais simples e flexível²³.

Ocorre que, hoje, a utilização dos valores mobiliários somente é possível por sociedades anônimas, que as utilizam em grande quantidade, tendo em vista expressa previsão legal nesse sentido e ausência de disposição específica nos demais tipos societários.

2.3 Da anônima à limitada: a anonimização das limitadas?

Diante do que foi exposto, sabe-se que somente é permitida a emissão de debêntures para as sociedades anônimas, sendo vedado tacitamente que os outros tipos societários possam dela se valer. Ocorre que tal raciocínio não merece prevalecer.

de **Valores** **Mobiliários.** Disponível em:
<<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/400/inst400consolid.pdf>>.

Acesso em: 7 jul. de 2018.

¹⁹ BRASIL. Instrução CVM nº 404, de 13 de fevereiro de 2004. Dispõe sobre o procedimento simplificado de registro e padrões de cláusulas e condições que devem ser adotados nas escrituras de emissão de debêntures destinadas a negociação em segmento especial de bolsas de valores ou entidades do mercado de balcão organizado. **Comissão de Valores Mobiliários**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/400/inst404.pdf>>. Acesso em: 13 jul. de 2018.

²⁰ BRASIL. Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. Dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados. **Comissão de Valores Mobiliários**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/400/inst476consolid.pdf>>. Acesso em: 13 jul. de 2018.

²¹ SADER, Marcos. Debêntures: novo regime jurídico e esforços para o desenvolvimento de um mercado secundário no Brasil. **Revista de Direito Empresarial**, Rio de Janeiro, v. 0, p. 117-144, nov. 2013.

²² SADER, Marcos. Debêntures: novo regime jurídico e esforços para o desenvolvimento de um mercado secundário no Brasil. **Revista de Direito Empresarial**, Rio de Janeiro, v. 0, p. 117-144, nov. 2013.

²³ GALLO, Giovanna Mazetto. As modificações introduzidas pela Lei 12.431/2011 na lei das sociedades por ações sobre a emissão de debêntures. **Revista do Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 54, p. 117-135, out./dez. 2011.

As sociedades limitadas, conforme o artigo 1.053 do Código Civil, se regem, quando há alguma omissão legislativa, pelas normas atinentes à sociedade simples, mas é possível, nos termos do parágrafo único do referido artigo, que se estipule uma regência supletiva pelas normas da sociedade anônima.

Essa regência supletiva evidencia que o que não for incompatível com a sociedade limitada, ou seja, não desvirtue o tipo societário, poderia, em tese, ser por ela utilizado²⁴. Nesse interim, não seria incongruente permitir que as sociedades limitadas emitissem debêntures simples, por exemplo.

Por outro lado, como não há expressa previsão nesse sentido, entende-se que a regência supletiva não é suficiente para permitir que seja possível a emissão de debêntures por sociedades limitadas, e hoje não se permite que elas se utilizem desse instrumento²⁵. Inclusive houve expresso pedido para a emissão de debêntures por sociedades limitadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas as Juntas Comerciais desses estados se posicionaram no sentido de denegar a operação²⁶.

Apesar das posições nesse sentido e da compreensão de que a subsidiariedade não importa em analogia, quando diante da supletividade, pode-se dizer que é possível se utilizar dos dispositivos da LSA à sociedade limitada quando o tipo societário for preservado, quando não afrontar regras de ordem pública e indisponíveis e quando não prejudicar terceiros²⁷.

Com as alterações introduzidas pelas Leis 10.198/2001 e 10.303/2001 que alteraram a Lei 6.385/76, foi retirada do sistema a noção de que os valores mobiliários somente poderiam ser emitidos por sociedades anônimas e com a Instrução 476 da CVM²⁸ editada em 2009 raciocínio contrário não poderia ser adotado, tendo em vista que dispensado o registro na CVM para emissão de debêntures simples.

²⁴ DINIZ, Gustavo Saad. **Instrumentos de capitalização societária**. São Paulo: LiberArs, 2014.

²⁵ BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito Societário**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

²⁶ SUSSEKIND, Carolina Sardenberg; FREITAS, Fernanda. Emissão de debêntures por limitada - final feliz à vista? **Jota**, São Paulo, 21 maio. 2018. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/emissao-de-debentures-por-limitada-final-feliz-a-vista-21052018>>. Acesso em: 25 maio. 2018.

²⁷ DINIZ, Gustavo Saad. **Instrumentos de capitalização societária**. São Paulo: LiberArs, 2014.

²⁸ BRASIL. Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009. Dispõe sobre as ofertas públicas de valores mobiliários distribuídas com esforços restritos e a negociação desses valores mobiliários nos mercados regulamentados. **Comissão de Valores Mobiliários**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/400/inst476consolid.pdf>>. Acesso em: 13 jul. de 2018.

Recentemente, houve a propositura de alguns projetos de lei que expressamente previam a possibilidade de emissão de debêntures pela sociedade limitada, como o PL 1.572/2011²⁹, o PL 6.322-B/2013³⁰, o PLS 487/2013³¹ e o PLS 11/2018³².

O PL 1.572/2011 e o PLS 487/2013 tratam de projetos de Código Comercial que estão em análise no Congresso Nacional, ambos permitindo que as sociedades limitadas emitam debêntures. O PL 6.322-B-2013 propõe que seja incluído parágrafo permissivo à emissão de debêntures por sociedades limitadas no artigo 52 da LSA e o PLS 11/2018 propõe apenas uma modificação no Código Civil sendo incluído um artigo 1.054-B para tal tratamento.

Em relação aos projetos de Lei que estão em trâmite, a alteração na LSA não se mostra a melhor opção, considerando que deveria haver um dispositivo específico em local de tratativa das sociedades limitadas, e não, novamente, das sociedades anônimas.

Nesse sentido, os demais três projetos de lei que estão em trâmite no Congresso Nacional possuem disposições relevantes acerca da emissão das debêntures, mas, ao que parece, foram muito tímidos ao tratar do assunto, posto que não foram expressos em relação a alguns dispositivos que são permitidos na Lei de Sociedade Anônima, como a conversão das debêntures em ações, que, nesse caso, seria conversão em quotas.

Cumprе salientar que a utilização das debêntures pelas sociedades limitadas não importaria em uma anonimização desse tipo societário, considerando que permaneceria com as regras atinentes ao seu tipo societário e não estaria se submetendo ao regramento das sociedades por ações.

²⁹ BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Projeto de Lei nº 1.572/2011. Institui o Código Comercial. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=888462>. Acesso em: 28 maio. 2018.

³⁰ BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Projeto de Lei nº 6.322-B/2013. Dispõe sobre a emissão de debêntures por sociedades limitadas. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1544901.pdf>>. Acesso em: 28 maio. 2018.

³¹ BRASIL. **Senado Federal**. Projeto de Lei nº 487/2013. Reforma o Código Comercial. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4713964&ts=1529342726042&disposition=inline&ts=1529342726042>>. Acesso em: 28 maio. 2018.

³² BRASIL. **Senado Federal**. Projeto de Lei nº 487/2013. Altera a Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, para aperfeiçoar o tratamento legislativo da sociedade limitada. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7628695&disposition=inline>>. Acesso em: 28 maio. 2018.

Por fim, como as sociedades limitadas, no Brasil, são as mais utilizadas e não há qualquer impedimento nesse sentido, do ponto de vista prático e do ponto de vista legislativo, não há qualquer óbice para que um dos projetos de lei seja aprovado e que seja possível a emissão de debêntures pelas sociedades limitadas e, cada vez mais, possa se desenvolver a economia do País e incentivar o empreendedorismo.

3 MÉTODOS

A presente pesquisa se presta a contribuir para um maior debate no âmbito do direito societário e, mais especificamente, no que tange às sociedades limitadas e às sociedades anônimas, no sentido de permitir que alguns institutos desta sejam utilizados por aquela, como a emissão de debêntures.

Nesse sentido, para a realização do presente artigo foi feita uma pesquisa bibliográfica, considerando que a maior fonte de pesquisa foi a utilização de livros, documentos científicos e legislação pátria e de cunho qualitativo, posto que não foi realizada uma análise direta de dados, mas uma abordagem sobre o problema em si.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Da análise realizada a partir de revisão bibliográfica, bem como de instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários e de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional sobre, dentre outras coisas, verificou-se a possibilidade de a sociedade limitada emitir debêntures como uma forma de se capitalizar.

Além disso, foi observado que, apesar de ainda não conter uma previsão expressa sobre o tema, é possível depreender tal raciocínio com a evolução legislativa e a (des)necessidade de haver uma sociedade anônima para emitir debêntures, posto que aliado a esta tem-se a regência supletiva às sociedades limitadas das normas daquelas.

5 CONCLUSÃO

A presente reflexão, ainda longe de exaurir a temática, teve por objetivo apresentar os tipos societários mais utilizados no Brasil, bem como as suas diferenças, os valores mobiliários que podem ser emitidos pelas sociedades anônimas, notadamente as debêntures, e a (im) possibilidade de as sociedades limitadas poderem dela se utilizar.

Partindo da análise de que 99,99% das sociedades empresárias utilizam o regramento de sociedades limitadas ou anônimas, a elas se deve uma especial atenção. Como as sociedades anônimas, pela sua estrutura e sua complexidade, apenas são utilizadas por grandes empreendimentos e são mais antigas do ponto de vista histórico, sua tratativa é maior e mais específica, contando com instrumentos que a sociedade limitada não possui.

Nessa perspectiva, ao se escolher qual o tipo societário vai ser utilizado para o empreendimento, devem ser colocados em análise quais as principais diferenças entre elas e o que se está esperando com o empreendimento, a exemplo de maior liberdade para contratar, maior organização estrutural ou maiores facilidades para a capitalização de recursos.

É certo que uma das maiores vantagens em se utilizar as sociedades anônimas é a possibilidade que elas têm de emitir os valores mobiliários, notadamente as debêntures, em que terceiros adquirem um direito de crédito contra a sociedade, mas esta estipula as condições de pagamento e juros, por exemplo.

Ocorre que, sobre a utilização de debêntures, com as novas realidades hoje presentes e o avanço legislativo e de entendimento da Comissão de Valores Mobiliários, não há qualquer óbice para que as sociedades limitadas também possam emitir debêntures, ainda que de uma forma mais restrita, a fim de preservar o tipo societário.

Por outro lado, já houve expresso pedido por sociedades limitadas em São Paulo e no Rio de Janeiro para a emissão de tais valores, e o pedido foi denegado sob o argumento de que não há qualquer permissivo na lei.

A simples previsão de que, supletivamente, a sociedade se utilizaria das normas de sociedades por ações já seria suficiente para tal, posto que se está diante de um ramo do direito privado, mas ainda há um certo conservadorismo em relação a essa questão.

Dessa forma, desde 2013, foram propostos projetos de Lei no sentido de permitir expressamente que as sociedades limitadas possam emitir debêntures. Ainda que alguns se mostrem melhores que outros em alguns pontos, o certo é que, muito brevemente, será possível que isso ocorra de forma expressa.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito Societário**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

DINIZ, Gustavo Saad. **Instrumentos de capitalização societária**. São Paulo: LiberArs, 2014.

FERREIRA, Leandro Taques. Função social da empresa: conceito e aplicação. **Revista de Direito Empresarial**, São Paulo, v. 16, p. 19-39, maio./jun. 2016.

FORGIONI, Paula A. A unicidade do regramento jurídico das sociedades limitadas e o art. 1.053 do Código Civil. Usos e costumes e regência supletiva. In: ADAMEK, Marcelo Vieira Von (coord.). **Temas de direito societário e empresarial contemporâneos**. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 216-223.

GALLO, Giovanna Mazetto. As modificações introduzidas pela Lei 12.431/2011 na lei das sociedades por ações sobre a emissão de debêntures. **Revista do Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 54, p. 117-135, out./dez. 2011.

LANA, Henrique Avelino. Sociedades limitadas: uma leitura via law and economics. **Scientia Iuris**, Londrina, v.18, n. 1, p. 9-43, jul. 2014.

MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. 40. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

MATIAS, João Luis Nogueira. Sociedade Limitada: evolução e função econômica. **Revista Jurídica da UNI7**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 105-117, abr. 2010.

MENEZES, Isabella Simão. Aquisição do controle de companhias abertas: estudo sobre a oferta pública de aquisição de ações. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 76, p. 97-121, abr./jun. 2017.

MIRAGEM, Bruno Nubens Barbosa. Do direito comercial ao direito empresarial: formação história e tendências do direito brasileiro. **Revista de direito privado**, São Paulo, v. 5, n. 17, p. 55-87, jan./mar. 2004.

SADER, Marcos. Debêntures: novo regime jurídico e esforços para o desenvolvimento de um mercado secundário no Brasil. **Revista de Direito Empresarial**, Rio de Janeiro, v. 0, p. 117-144, nov. 2013.

SUSSEKIND, Carolina Sardenberg; FREITAS, Fernanda. Emissão de debêntures por limitada - final feliz à vista? **Jota**, São Paulo, 21 maio. 2018. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/emissao-de-debentures-por-limitada-final-feliz-a-vista-21052018>>. Acesso em: 25 maio. 2018.

AGRADECIMENTOS

À professora Lívia Ximenes Damasceno, pela orientação do trabalho e engajamento com o tema, sempre questionando e trazendo novos entendimentos sobre o assunto.

Ao Centro Universitário Christus, pelo apoio à pesquisa, à docência, ao ensino e à extensão em decorrência do Programa de Iniciação à Docência (PID) e do Escritório de Práticas Empresariais.

A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS NO SÉCULO XXI: UM ESTUDO DA PROBLEMÁTICA DO LOCAL DE FORMAÇÃO DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS

Francisca Thais Galdino Paz¹
Mariana Luz Zonari²

RESUMO

A tecnologia proporcionou diversos avanços na sociedade, sendo um deles, a possibilidade de serem constituídos vínculos contratuais pela plataforma eletrônica, modificando, em regra, a formação dos contratos prevista pelo Código Civil. Entretanto, não está claro, a priori, o local de formação dos contratos eletrônicos, sendo o objetivo deste artigo analisar o lugar de formação dos contratos firmados pela internet no Brasil e verificar qual é o foro competente para uma eventual ação judicial, uma vez que não se conhece, necessariamente, o domicílio das partes. Utilizou-se, para a realização deste estudo, a pesquisa bibliográfica e documental, sendo realizadas consultas a livros e a artigos científicos de relevância sobre o tema em questão. Em paralelo ao estudo bibliográfico, examinou-se a Lei nº 10.406/2002 e a Lei nº 13.105/2015. Além disso, buscou-se, primeiramente, analisar a formação dos contratos no Código Civil de 2002, posteriormente, verificou-se o conceito de contratos eletrônicos e, por último, estudou-se o lugar de formação dos contratos eletrônicos. Dessa forma, verifica-se que há diversos dispositivos que tratam sobre os contratos eletrônicos, mas alguns estudiosos ainda divergem os seus posicionamentos quanto a sua interpretação do local de formação de tais contratos. Portanto, acredita-se que, enquanto não houver uma regulamentação específica que estabeleça as negociações virtuais, deve-se aplicar as regras da Lei nº 10406/2002 e da Lei nº 13.105/2015, mas é necessário que os contraentes tenham ciência de que, antes de concluir o negócio, poderá haver um consenso para estipular o foro competente, proporcionando mais comodidade e ampliando a autonomia da vontade das partes.

¹ Graduanda em Direito no Centro Universitário Christus. Participante do Programa de Iniciação à Docência (PID) da Disciplina Direito Civil (Contratos) no período 2017.2 a 2018.1. Endereço eletrônico: thais.galdino099@gmail.com

² Mestre em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Professora do Centro Universitário Christus. Endereço eletrônico: mariana.zonari@albuquerquepinto.com.br

Palavras-chave: Tecnologia. Internet. Vínculo Contratual. Leis. Autonomia da Vontade.

ABSTRACT

Technology has provided various advances in society, being one of them, the possibility of being constituted by contractual bonds through the electronic platform, modifying, as a rule, the formation of contracts envisaged by the Civil Code. However, it is not clear, a priori, the formation of electronic contracts, being the objective of this article examine the place of formation of contracts concluded via the internet in Brazil and check what is the competent forum for a possible lawsuit, once you do not know, necessarily, the domicile of the parties. It was used for this study, documentary bibliographical research being conducted consultations to books and scientific articles of relevance on the issue at hand. In parallel to the bibliographical study, it was examined the law No. 10,406/2002 and law No. 13,105/2015. Besides that, it was sought, first of all, analyze the formation of contracts in the Civil Code of 2002, later, it was found the concept of electronic contracts and, finally, it was studied the place of formation of electronic contracts. Thus, it is verified that there are several devices that treat about electronic contracts, but some scholars still differ their positions as regard to their interpretation of the place of formation of such contracts. Therefore, it is believed that, while there is no specific regulation for establishing virtual negotiations, one must apply the rules of law nº 10406/2002 and nº 13,105/2015, but it is necessary that the parties have science that, before concluding the business, there may be a consensus to stipulate the jurisdiction, providing more comfort and extending the autonomy of will of the parties.

Key Words : Technology Internet. Contractual Link. Laws. Autonomy of the will.

1 INTRODUÇÃO

A plataforma eletrônica proporcionou, nos últimos anos, a comodidade para as pessoas constituírem vínculos contratuais, pois o crescente aperfeiçoamento das tecnologias da informação tem propiciado um aumento na facilidade de estabelecer negócio no mundo virtual.

Diante do progresso eletrônico, o ordenamento jurídico brasileiro ainda não conseguiu acompanhar as evoluções contratuais realizadas no meio virtual adequadamente, pois não há uma legislação específica que regule os atos praticados via internet, em especial, os contratos eletrônicos.

Dessa forma, o lugar da formação dos contratos virtuais é extremamente importante, principalmente quando um ou ambos os contraentes se prejudicam, em caso de inadimplemento contratual, por exemplo, e não conseguem encontrar, a priori, um amparo jurídico, sendo essa problemática uma justificativa para a elaboração do presente trabalho.

O presente artigo objetiva analisar o lugar de formação dos contratos firmados pela internet no Brasil e verificar, por consequência, qual é o foro competente para uma eventual ação judicial, uma vez que não se conhece, necessariamente, o domicílio das partes.

O estudo se mostra importante, tendo em vista que há relevância para o Direito, para que haja mais discussão sobre o tema, principalmente pelos estudantes e/ou profissionais que trabalham ou pretendem atuar na área. Para a sociedade, a pesquisa enfatiza que os contratos estabelecidos virtualmente possuem amparo jurídico.

Para tanto, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, sendo realizadas consultas a livros e a artigos científicos de relevância sobre o tema em questão. Em paralelo ao estudo bibliográfico, examinou-se a Lei nº 10.406/2002 e a Lei nº 13.105/2015.

No estudo, buscou-se, primeiramente, analisar a formação dos contratos no Código Civil de 2002. Posteriormente, verificou-se o conceito de contratos eletrônicos e, por último, estudou-se o lugar de formação dos contratos eletrônicos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A FORMAÇÃO DOS CONTRATOS NO CÓDIGO CIVIL DE 2002

Formar um vínculo contratual requer interesse entre as partes, ou seja, vontade de estabelecer um negócio que acarretará efeitos, em regra, para ambos os contraentes. Ademais, o Código Civil não trouxe expressamente o conceito de

contrato, assim, a definição é advinda doutrinariamente como o acordo de vontades que cria, modifica, conserva ou extingue direitos/obrigações.³

Os contratos são, em regra, negócios jurídicos bilaterais, pois há manifestação da vontade de duas ou mais pessoas. Além disso, para firmar um vínculo contratual, podem existir diversas fases, nas quais os contraentes irão expor seus principais interesses a fim de cumprir o que será estabelecido.

As fases para a formação do vínculo contratual são as seguintes: a fase de negociações preliminares, a proposta e a aceitação. É relevante ressaltar que, dependendo do tipo de contrato, poderá não existir a fase das negociações preliminares, por exemplo, nos contratos de adesão.

A negociação ocorre, em regra, nos contratos paritários e nos contratos-tipo, quando os contraentes estão interessados em constituir um acordo, sendo denominada também como *puntução*, que é “caracterizada por sondagens, conversações, estudos e debates”⁴.

A proposta (policitação) consiste na oferta de contratar que uma parte faz a outra, com o objetivo de ser celebrado um determinado negócio, ou seja, é uma declaração receptícia da vontade que, para valer e ter força vinculante, deverá ser séria e concreta, ainda que verbal.⁵

Por último, há a aceitação, que é a última declaração negocial necessária à conclusão do contrato, acarretando diversos efeitos, tais como a vinculação de ambas as partes às obrigações contratualmente assumidas. Por isso, é necessário que a aceitação seja realizada no prazo estipulado na proposta, em seus exatos termos, e que o aceite chegue ao conhecimento do proponente.⁶

Tendo sido enfatizada a formação dos contratos, adentrar-se-á, agora, especificamente no assunto dos contratos eletrônicos, pois é um tipo contratual que não segue o processo descrito anteriormente, incorporando de forma mais abrangente a não solenidade que é a regra nos contratos, mas que precisa ser analisada cuidadosamente.

³ PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil: Contratos**. 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

⁴ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Contratos e atos unilaterais**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 72. v. 3.

⁵ GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: Contratos: teoria geral**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.4.

⁶ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Contratos: teoria geral e contratos em espécie**. 4. ed. Salvador: Editora JusPODIVM, 2014, v. 4.

2.2 CONTRATOS ELETRÔNICOS

2.2.1 CONCEITO

Nos últimos anos, as pessoas desfrutam de uma comodidade para constituírem vínculos contratuais pela plataforma eletrônica, pois houve um progresso nas tecnologias da informação que facilitou estabelecer negócios virtualmente.

Considera-se contrato eletrônico “o acordo de vontades, celebrado ou executado por via eletrônica, que visa constituir, modificar, conservar ou extinguir direitos, obrigando os respectivos acordantes”⁷.

Dessa forma, tal tipo contratual é celebrado por meio de programas de computador ou aparelhos com tais programas, sendo dispensada a assinatura, exigindo a assinatura codificada ou senha. Ademais, a segurança de tais contratos vem sendo desenvolvida por processos de codificação secreta chamados criptologia ou encriptação.⁸

É relevante destacar que o contrato eletrônico “pode ser tanto um contrato entre presentes como entre ausentes, dependendo para isto justamente da natureza do fluxo de informações no momento da formação do contrato.”⁹

Silvio Venosa analisa alguns aspectos dos contratos entre presentes e entre ausentes, enfatizando que “[...] as partes podem manter uma comunicação interativa, ou os computadores podem dialogar entre si de forma instantânea, sem intervenção atual dos interessados, conforme programas previamente carregados.”¹⁰

Além disso, a distância física é considerada, muitas vezes, um déficit, pois não há mais detalhes e informações sobre o objeto do contrato, sendo disponibilizadas de forma limitada por um dos contraentes.¹¹

⁷ CUNHA JÚNIOR, Eurípedes Brito. Os Contratos Eletrônicos e o Novo Código Civil. **Revista do Centro de estudos judiciários (CEJ)**. p. 68. v.6, nº19, 2002. Disponível em: <<https://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/508> >. Acesso em: 25 Abr. 2018. p.68.

⁸GLANZ, Semy. Internet e Contrato Eletrônico. **Revista da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro**. v. 1, nº3, 1998. Disponível em: <www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/revista03_94.pdf >. Acesso em: 25 abr. 2018.

⁹ DONEDA, Danilo. Apontamentos sobre a informação no contrato eletrônico. **Google acadêmico**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=apontamentos+sobre+a+informa%C3%A7%C3%A3o+do+contrato+eletr%C3%B4nico&btnG=> >. Acesso em: 25 Abr. 2018. p. 81.

¹⁰ VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p. 574.

¹¹ MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor: O novo regime das relações contratuais**. 6. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 121.

Ao lado da questão da conceituação dos contratos eletrônicos, é importante frisar uma novidade que vem acontecendo que são os *smarts contracts* e os *blockchains* que serão conceituados a seguir.

Os *smarts contracts* são contratos autoexecutáveis, ou seja, é uma “representação de um acordo no qual se verifica o cumprimento de uma condição anteriormente estabelecida, que ocasiona uma consequência também previamente consentida”. Assim, o adimplemento da condição desencadeia o resultado.¹²

Além disso, há os *blockchains* que consistem em uma nova tecnologia de registro de informação que possui uma rede descentralizada para gerar consenso aos seus adeptos acerca das informações armazenadas e das que se pretende armazenar. Por tal razão, os participantes compartilham um livro de registros com o escopo de possibilitar a verificação da compatibilidade das informações entre os nodes, acarretando a confiança necessária para o funcionamento desta tecnologia.¹³

Apesar da crescente utilização dessas tecnologias, elas ainda encontram dificuldades para serem aceitas amplamente, pois existem muitos questionamentos doutrinários quanto a sua validade e existem pouquíssimos julgados sobre o assunto.

Portanto, com o aperfeiçoamento das tecnologias digitais, existem novos tipos de contratos que são os eletrônicos e dentro deles há uma evolução ainda mais recente que são os *smarts contracts* e os *blockchains*, em que ainda há muita discussão. Por isso, a justificativa dessa pesquisa é para discutir sobre o local de formação dos contratos eletrônicos, no qual há muitas divergências, que serão abordadas nos resultados e discussão.

¹² GONÇALVES, Pedro Vilela Resende; CAMARGOS, Rafael Coutinho. Blockchains, Smarts Contracts e ‘Judge as a Service’ no Direito Brasileiro. p. 208. Anais do II Seminário Governança nas Redes Sociais e o Marco Civil da Internet: Globalização, tecnologias e conectividade. Orgs. Polido, Fabricio Bertini Pasquot; DOS ANJOS, Lucas Costa; BRANDÃO, Luíza Couto Chaves. **Anais eletrônicos do Instituto de Referência em Internet e Sociedade**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: < <http://irisbh.com.br/anais-ii-seminario-governanca-das-redes-e-o-marco-civil-da-internet/> >. Acesso em: 25 Abr. 2018.

¹³ GONÇALVES, Pedro Vilela Resende; CAMARGOS, Rafael Coutinho. Blockchains, Smarts Contracts e ‘Judge as a Service’ no Direito Brasileiro. Anais do II Seminário Governança nas Redes Sociais e o Marco Civil da Internet: Globalização, tecnologias e conectividade. Orgs. Polido, Fabricio Bertini Pasquot; DOS ANJOS, Lucas Costa; BRANDÃO, Luíza Couto Chaves. **Anais eletrônicos do Instituto de Referência em Internet e Sociedade**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: < <http://irisbh.com.br/anais-ii-seminario-governanca-das-redes-e-o-marco-civil-da-internet/> >. Acesso em: 25 Abr. 2018.

3 MÉTODOS

Em relação à metodologia utilizada, adotou-se um estudo de cunho descritivo-analítico, de análise crítica-construtiva, já que o artigo foi elaborado a partir da pesquisa bibliográfica realizada em livros, artigos científicos e matérias de revistas jurídicas que retratam a formação dos contratos pela internet. Tal exame foi realizado visando a enriquecer o debate sobre o lugar de formação no meio eletrônico no Brasil. Em paralelo ao estudo bibliográfico, está sendo examinado o Código Civil (Lei nº 10.406/2002) e o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), verificando o que esses diplomas legais representam para o tema em questão. É relevante destacar que se trata de uma pesquisa pura, uma vez que busca aprofundar o conhecimento sobre o tema. Ademais, classifica-se como uma pesquisa de caráter qualitativo. Por fim, enquadra-se em uma pesquisa descritiva e exploratória.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O LUGAR DE FORMAÇÃO DOS CONTRATOS ELETRÔNICOS

Diante do progresso eletrônico, o ordenamento jurídico brasileiro ainda não conseguiu acompanhar as evoluções contratuais realizadas no meio virtual adequadamente, pois não há uma legislação específica que regule os atos praticados via internet, em especial os contratos eletrônicos.

Assim, o ambiente virtual propicia uma distância física dos contraentes, acarretando insegurança, tanto em relação ao efetivo envio do produto ou do serviço, à lisura da forma de pagamento e ao relacionamento pós-contratual, quanto em relação à lei aplicável ao contrato.¹⁴

Apesar da vulnerabilidade perante o mundo virtual, muitas pessoas aderem, negociam, compram e participam de eventos, por meio da internet, inclusive atuam sem conhecimento técnico além de não conseguirem, muitas vezes, identificar o outro contraente.¹⁵

Diante da situação, o lugar de formação dos contratos é extremamente importante, principalmente quando um ou ambos os contraentes se prejudicam, em

¹⁴ MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor**: O novo regime das relações contratuais. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 121.

¹⁵ MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor**: O novo regime das relações contratuais. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

caso de inadimplemento contratual e não conseguem encontrar a *priori*, um amparo jurídico.

A regra geral dos contratos é que o local de formação se dá no lugar em que foi proposto, conforme o artigo 435 do Código Civil de 2002. Contudo, diante dos contratos eletrônicos, surge o questionamento da presente pesquisa. Qual é o local de formação dos contratos eletrônicos, uma vez que não se conhece necessariamente o domicílio das partes?

Diante disso, surge o questionamento sobre o local de formação dos contratos, para interpretar a legislação infraconstitucional sobre o referido tema.

Conforme a análise de Álvaro Marcos Cordeiro Maia, independentemente da localização geográfica do computador no momento da negociação, deverá ser celebrado o contrato eletrônico no local da residência do peticitante, mas, quando não for possível o rastreamento da residência ou sede do proponente, será no endereço lógico, pois há um objetivo de se evitar fraudes ou prejuízos aos contratantes de boa-fé, que, eventualmente, poderiam ter direitos lesados.¹⁶

Além dessa análise, há a Lei Modelo do Comércio Eletrônico da UNCITRAL que dispõe no art. 15,§4º o seguinte:

Art. 15. 4)Salvo convenção em contrário entre o remetente e o destinatário, uma mensagem eletrônica se considera expedida no local onde o remetente tenha seu estabelecimento e recebida no local onde o destinatário tenha o seu estabelecimento. Para os fins do presente parágrafo: a) se o remetente ou o destinatário têm mais de um estabelecimento, o seu estabelecimento é aquele que guarde a relação mais estreita com a transação subjacente ou, caso não exista uma transação subjacente, o seu estabelecimento principal; b) se o remetente ou o destinatário não possuírem estabelecimento, se levará em conta a sua residência habitual.

Diante do dispositivo acima, Sheila do Rocio Cercal Leal destaca que o art. 15, 4), alíneas a) e b) da UNCITRAL “não leva em consideração nem o endereço do *website*, nem o endereço físico do servidor, mas o local do domicílio ou estabelecimento das partes.”¹⁷

Além disso, há um entendimento do Tribunal de Justiça de São Paulo o qual enfatiza que o lugar de formação dos contratos eletrônicos será na sede do proponente.

¹⁶ MAIA, Álvaro Marcos Cordeiro. **Disciplina Jurídica dos Contratos Eletrônicos no Direito Brasileiro**. Recife: Nossa Livraria, 2003.

¹⁷ LEAL, Sheila do Rocio Cercal Santos. **Contratos Eletrônicos**: Validade jurídica dos contratos via internet. São Paulo: Atlas, 2007. p. 118.

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Processo civil. Competência territorial. Internet. Contrato eletrônico. Serviço de atribuição de ISBN. Obrigação de fazer e indenização - É competente o foro do lugar em que expedida a proposta contratual (CPC art. 100, V, a c/c CC art. 435). Proposta que se considera expedida na sede da pessoa jurídica proponente (LICC art. 9o, § 2o) - Decisão mantida por outro fundamento legal. Recurso improvido.¹⁸

Diante das análises dos autores mencionados acima, é relevante enfatizar sobre o foro competente, aplicado também aos contratos eletrônicos, em consonância com a Lei nº 13.105/2015, no qual dispõe que será aquele eleito pelas partes, nos moldes do art. 63 da referida lei.

Entretanto, a regra, na hipótese do não estabelecimento do acordo, será o domicílio do réu, se a ação for fundada em direito pessoal ou sobre bens móveis, além disso, o foro será no local, onde a obrigação deva ser satisfeita, na hipótese de reparação de dano, nos termos do art. 53, IV, a, do CPC.

Conforme foi visto e com o escopo de efetivar ainda mais um dos princípios basilares do direito contratual, a autonomia da vontade, os contraentes precisam ter ciência de que, antes de concluir o negócio, poderá haver um consenso para estipular o foro competente, no qual as partes poderão ingressar havendo alguma lide sobre o objeto do contrato, inclusive o firmado pela plataforma eletrônica.

Portanto, verifica-se que há outros dispositivos que retratam sobre os contratos eletrônicos, além do código civil, mas alguns estudiosos ainda divergem os seus posicionamentos quanto a sua interpretação do local de formação dos contratos. Diante dessas divergências, o entendimento do Tribunal de Justiça mencionado na pesquisa conteve-se a aplicar de forma estrita o art. 435 do CC, além de dispor que o foro competente está sujeito às regras do CPC.

5 CONCLUSÃO

Neste artigo, foi visto que a formação dos contratos (negociação, oferta e aceitação) firmados entre os particulares segue, em regra, a forma prevista no Código Civil.

¹⁸ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Agravo de Instrumento n 677.025-4/1-00. Relator: Egidio Giacoia. São Paulo, 01 dez. 2009.

Contudo, foi enfatizado que, nos contratos eletrônicos, a formação pode ser diferente, tendo em vista que é um novo tipo contratual firmado virtualmente e que proporciona mais informalidade aos contraentes.

Dessa forma, há importância em saber o local de formação dos contratos eletrônicos, principalmente, quando um ou ambos os contraentes se prejudicam, em caso de inadimplemento contratual, e não conseguem encontrar, *a priori*, um amparo jurídico, além de não ter ciência do foro competente para uma eventual ação judicial, uma vez que não se conhece, necessariamente, o domicílio das partes.

Portanto, acredita-se que, enquanto não houver uma regulamentação específica que estabeleça as negociações virtuais, aplicam-se as regras do Código de Processo Civil e do Código Civil, já que este foi o entendimento do Tribunal mencionado na pesquisa. Porém, é relevante destacar que a doutrina e a jurisprudência não são pacíficas quanto ao assunto, mas é necessário que os contraentes tenham ciência que, antes de concluir o negócio, poderá haver um consenso para estipular o foro competente, proporcionando mais comodidade e ampliando a autonomia da vontade das partes.

REFERÊNCIAS

CUNHA JÚNIOR, Eurípedes Brito. Os Contratos Eletrônicos e o Novo Código Civil. **Revista do Centro de estudos judiciários (CEJ)**. p. 68. v.6, nº19, 2002. Disponível em: <<https://www2.cjf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewArticle/508>>. Acesso em: 25 Abr. 2018.

DONEDA, Danilo. Apontamentos sobre a informação no contrato eletrônico. **Google acadêmico**. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=apontamentos+sobre+a+informa%C3%A7%C3%A3o+do+contrato+eletr%C3%B4nico&btnG=>>. Acesso em: 25 Abr. 2018.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Contratos: teoria geral e contratos em espécie**. 4. ed. Salvador: Editora JusPODIVM, 2014, v. 4.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo Curso de Direito Civil: Contratos: teoria geral**. 9, ed. São Paulo: Saraiva, 2013. v.4.

GLANZ, Semy. Internet e Contrato Eletrônico. **Revista da Escola da Magistratura do Rio de Janeiro**. v. 1, nº3, 1998. Disponível em: <www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/revista03_94.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro: Contratos e atos unilaterais.** 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 72. v. 3.

GONÇALVES, Pedro Vilela Resende; CAMARGOS, Rafael Coutinho. Blockchains, Smarts Contracts e ' Judge as a Service' no Direito Brasileiro. Anais do II Seminário Governança nas Redes Sociais e o Marco Civil da Internet: Globalização, tecnologias e conectividade. Orgs. Polido, Fabricio Bertini Pasquot; DOS ANJOS, Lucas Costa; BRANDÃO, Luíza Couto Chaves. **Anais eletrônicos do Instituto de Referência em Internet e Sociedade.** Belo Horizonte, 2016. Disponível em: < <http://irisbh.com.br/anais-ii-seminario-governanca-das-redes-e-o-marco-civil-da-internet/> >. Acesso em: 25 Abr. 2018.

LEAL, Sheila do Rocio Cercal Santos. **Contratos Eletrônicos: Validade jurídica dos contratos via internet.** São Paulo: Atlas, 2007.

MAIA, Álvaro Marcos Cordeiro. **Disciplina Jurídica dos Contratos Eletrônicos no Direito Brasileiro.** Recife: Nossa Livraria, 2003.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor: O novo regime das relações contratuais.** 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Instituições de Direito Civil: Contratos.** 18. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO. Agravo de Instrumento n 677.025-4/1-00. Relator: Egidio Giacoia. São Paulo, 01 dez. 2009.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

A MEDIAÇÃO COMO UM MECANISMO DE PREVENÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS RELACIONADOS COM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Ana Priscila do Nascimento Gois²

Emmanuela Carvalho Cipriano Chaves²

RESUMO

O presente artigo aborda a mediação familiar como um mecanismo de prevenção e solução dos conflitos que envolvem violência doméstica. Diante da complexidade e das características dos conflitos que implicam em violência doméstica, debate-se quanto a utilização da mediação familiar como meio eficaz para solucioná-los. O motivo para o debate quanto a possibilidade é porque, muitas vezes, o real problema encontra-se encoberto por diversos outros, sendo difícil de ser solucionado verdadeiramente quando não utilizado o meio adequado. A mediação de conflitos preocupa-se em reestabelecer o diálogo, buscando, com a cooperação entre partes, a melhor solução para aquela lide. Para subsidiar este estudo foi realizado levantamento bibliográfico e análise de documentos oficiais, além de dados sobre a violência doméstica no Ceará para fundamentar que, embora as políticas públicas estejam em prática, ainda não são eficazes visto que os números só aumentam. Ressalta-se ainda, no presente artigo, que a mediação atua também como um espaço de mudança de postura, oportunizando atitudes colaborativas em relação ao outro indivíduo. Assim, considera-se possível a utilização da mediação familiar que poderia ser mecanismo para solucionar e prevenir demandas que envolvem violência doméstica que assoberbam o judiciário.

Palavras-chave: Mediação de Conflitos. Conflitos familiares. Violência doméstica. Prevenção de Conflitos.

1 INTRODUÇÃO

A violência doméstica é um problema social que exige medidas no âmbito jurídico, conforme a Lei Maria da Penha, e no âmbito pessoal, em relação ao seu

² Acadêmica do 9º semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Christus. Integrante do Programa de Iniciação à Docência - monitoria (PID), referente ao biênio 2017/2018, vinculada à disciplina de Mediação e Conciliação de Conflitos. anapriscilangois@gmail.com

² Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Graduada pela Universidade de Fortaleza. Professora da Universidade de Fortaleza. Professora da Unichristus. Coordenadora da Especialização em Mediação e Gestão de Conflitos da Universidade Fortaleza e Coordenadora da Especialização em Direito e Processo de Família e Sucessões.

enfrentamento pela sociedade por meio de programas assistenciais. Um dos desafios na condução da proteção a estas mulheres é a dificuldade de se reconhecerem como vítimas, já que muitas vivem em uma estrutura familiar transgeracional na qual a violência é uma conduta comum e, por isso, banalizada.

Importante ressaltar que a violência doméstica, conforme a própria Lei 11.340/2006, em seu artigo 5º, não trata somente dos casos que envolvem marido e mulher, mas todos os tipos de violência doméstica contra a mulher no âmbito familiar, podendo ser entre pai e filha, filho e mãe, netos e avós, avô e neto entre outros, aduzindo nos incisos do mencionado dispositivo que:

Art. 5º. Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:

I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;

II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;

III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.³

De acordo com um levantamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Ceará, no ano de 2016, possuía 2764 inquéritos novos que envolvem a Lei Maria da Penha, 6539 inquéritos policiais pendentes e 962 arquivados. Além disso, pelos dados do levantamento do CNJ, ocorrem, no Brasil, 4,6 mortes para cada 100 mil mulheres.⁴

Baseando-se em tais dados e considerando que o conflito é inerente aos relacionamentos e faz parte da natureza humana, questiona-se se a mediação, como um mecanismo de solução de conflitos baseado em atitudes e procedimentos de natureza conciliatória, não seria o meio ideal para a solução de tais casos?

³ BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei N° 11.340, de 7 de Agosto de 2006.

⁴ O PODER do Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha. Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/10/ba9a59b474f22bbdbf7cd4f7e3829aa6.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

A Mediação de Conflitos apresenta-se como um espaço de escuta que oportuniza a participação direta dos envolvidos no conflito, por isso a possibilidade de compreender e/ou solucionar o conflito real e o aparente, vindo assim a diminuir a reincidência dos infratores, visto que na mediação há a realização de acordos e ajustes mais adequados às necessidades e aos desejos dos mediados, com vistas ao encontro da garantia do exercício da autonomia individual.⁵

A intervenção de uma terceira pessoa, capacitada, na solução dos conflitos, facilita o diálogo e promove o desenvolvimento de habilidades para encontrar outras perspectivas de maior equilíbrio na resolução de conflitos, assim, considera-se pertinente a análise da viabilidade desse mecanismo em situações de violência doméstica.⁶

2 REVISÃO DE LITERATURA

Conforme dito alhures, a Mediação seria um mecanismo de prevenção e solução dos conflitos que envolvem Lei Maria da Penha, pelas características intrínsecas a esse método. Passa-se a uma análise do tema, para que seja explicado como isso ocorre.

2.1 A Lei de Violência Doméstica

Apesar da igualdade conferida no artigo 5º da Constituição Federal desde 1988, nem sempre, homens e mulheres, são tratados como semelhantes, permanecendo a mulher, em muitas situações, subordinada ao homem.

Ocorre que, anteriormente, o casamento era tido somente como um contrato social e tão somente isso. O Estado, conforme a autora Maria Berenice Dias, tinha solenizado o matrimônio como uma associação e o regulamentava de maneira

⁵ AZEVEDO, André Gomma de. **Manual de Mediação Judicial**. 5ª ed. Brasília. p. 45.

⁶ CAHALI, Francisco José. **Curso de Arbitragem: mediação, conciliação e a Resolução CNJ 125/2010**. 4º ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 73.

exaustiva. Em nenhum momento, ressaltava-se a comunhão de vida existente nesse instituto ou a igualdade existente entre os consortes.⁷

Até 1962, com o Estatuto da Mulher Casada, Lei nº 4.121, a mulher permaneceu com o seu papel de coadjuvante, o que se modificou apenas com a atual Constituição da República Federativa do Brasil.

Com a Conferência de Beijing, IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em 1995 houve a difusão da violência de gênero contra a mulher o que fez com que as práticas de dominação nas relações conjugais fossem reconhecidas como violência doméstica.

Em 2006, mais de 10 anos depois é que, no Brasil, foi criada uma legislação específica para combater todas as formas de violência contra a mulher. Trata-se da Lei nº 11340, popularmente conhecida como a Lei Maria Penha, que possui como objetivo principal coibir a violência contra a mulher, no âmbito doméstico e familiar.

Ressalta-se que tal Lei, apenas foi elaborada por causa de uma sanção ao Estado brasileiro⁸, ante a sua ineficácia em punir casos como o da brasileira Maria da Penha Maia Fernandes, responsável pela criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar, impondo medidas protetivas de afastamento do agressor ou de prisão preventiva, no descumprimento da medida judicial.

Observa-se, que mesmo com as transformações ocorridas os números divulgados pelos órgãos, diariamente, são alarmantes. Momento em que verifica-se que as medidas existentes não estão sendo eficazes no tratamento desses conflitos,

⁷ DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 45.

⁸ Maria da Penha Maia Fernandes, foi uma brasileira, farmacêutica, que, no ano de 1983, sofreu severas agressões de seu próprio marido, Marco Antonio Heredia Viveros, professor universitário colombiano, além de duas tentativas de homicídio. Maria iniciou, por isso, uma árdua batalha para que seu agressor fosse condenado e durante esse tempo, lançou um livro, no ano de 1994, contando as agressões que ela e suas filhas sofreram. Alguns anos depois, conseguiu contato com duas organizações – Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e Comitê Latino Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) – que a ajudaram a levar seu caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em 1998. Com isso, em 2001, o Estado brasileiro foi condenado pela Comissão por negligência, omissão e tolerância em relação à violência doméstica contra as mulheres e, assim, o governo brasileiro se viu obrigado a criar um novo dispositivo legal, além de outras recomendações que recebeu, para que fosse efetivada a prevenção e a punição da violência doméstica no Brasil. 5 PONTOS sobre a Lei Maria da Penha. **Politize**, publicado em 30 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/lei-maria-da-penha-tudo-sobre/>> Acesso em: 30 de mai. 2018.

o que exige medidas mais eficazes por parte dos Estados e da sociedade, na tentativa de frear os efeitos dessa violência e proteger suas vítimas. Seria a mediação de conflitos um meio de solucionar tais conflitos e preveni-los?

2.2. A Mediação Familiar

A mediação, como instrumento de pacificação social, pode ser aplicada em casos de menor potencial ofensivo a mulher, não propõe o afastamento do Judiciário, mas apresenta-se como meio de auxiliar as soluções das controvérsias quando passíveis de composição amigável.

A mediação familiar se caracteriza como uma forma consensual de resolução de conflitos que permite aos próprios envolvidos no conflito, de maneira confidencial e voluntária, encontrar a solução mais adequada aos seus interesses. Para tanto, existe a facilitação de um mediador, imparcial e neutro, que mantém o respeito, a confiança e busca a cooperação entre as partes, para alcançar uma solução mais eficaz.⁹

Por isso, tem-se que a intenção da mediação não é necessariamente a obtenção de uma solução para a lide, mas a transformação no padrão de comunicação, que seria uma forma de construir a funcionalidade relacional, restaurar o diálogo e prevenir a violência, doméstica no caso em estudo.

Entende-se dessa maneira que, em muitas situações, mesmo com a sentença ou quando há um acordo, se as partes não compreendem o real conflito, estes podem permanecer ou levar a novos conflitos.

Desta forma, entende-se que a mediação pode ser de combate a violência doméstica, pois ela não busca apenas a obtenção de acordos e o cumprimento de metas, mas proporcionar instrumentos aptos a produzir transformações na forma dos envolvidos se comunicarem e se relacionarem.

Explica Maria Lúcia Ribeiro de Castro Pizzotti Mendes que:

⁹ CAHALI, Francisco José. **Curso de Arbitragem: mediação, conciliação e a Resolução CNJ 125/2010**. 4º ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014. p. 73.

[...] muitas vezes, na maioria delas, há uma grande distorção entre o posição e interesse, ou seja, o que exatamente se esconde atrás da postulação formal, o que realmente há de interesse das partes envolvidas, em face das posições apresentadas.¹⁰

Entende-se que nos casos, como nas relações de violência contra a mulher geralmente ocorrem no seio familiar, se trata de uma relação continuada e a apropriação dos conflitos, de maneira sistêmica, pelo Poder Judiciário, não é efetiva, vez que essas disputas vão além das suas atribuições, sendo a Mediação a melhor forma para tratar de tais lides, pois ela visa também evitar a reincidência e o agravamento desses conflitos.

Dessa forma, explica a doutrina que:

Ainda, em última hipótese, quando a decisão judicial não acolheu integralmente, a pretensão postulada, levando o dito vencedor a uma frustração inevitável, o conflito remanesce. E isto é relevante observar, pois, ainda que o direito não lhe assista como seria a conclusão judicial, se tal inexistência da pretensão ou até ausência de provas, se levado à conciliação/mediação poderá ser debatida a situação entre as partes, e muito provavelmente, arrefecida a litigiosidade entre eles; pois, lembre-se, o desistir do pedido é também forma da avença.¹¹

Como já mencionado, o mediador busca melhorar o diálogo entre as partes. Para isso, usa técnicas específicas como a escuta ativa para identificar a posição, interesses e valores envolvidos no conflito de interesses entre o casal. Neste sentido, o mediador ajuda as partes a compreenderem melhor a situação em que estão envolvidos, proporcionando a possibilidade de reflexão crítica que poderá gerar a conscientização, a autonomia e a ressignificação de suas condutas.¹²

¹⁰ LIMA JUNIOR, Arnaldo Hossepian Salles; AGOSTINI, Alexandra Comar de. Persecução Penal – A justiça restaurativa como forma de solução de conflito decorrente de prática de crime. In: BLAZECK, Luis Maurício Souza; MARZAGÃO JUNIOR, Laerte I. (coord.). **Mediação: Medidas alternativas para resolução de conflitos criminais.** São Paulo: Quartier Latin, 2013. p. 93.

¹¹ LIMA JUNIOR, Arnaldo Hossepian Salles; AGOSTINI, Alexandra Comar de. Persecução Penal – A justiça restaurativa como forma de solução de conflito decorrente de prática de crime. In: BLAZECK, Luis Maurício Souza; MARZAGÃO JUNIOR, Laerte I. (coord.). **Mediação: Medidas alternativas para resolução de conflitos criminais.** São Paulo: Quartier Latin, 2013. p. 91.

¹² LIMA JUNIOR, Arnaldo Hossepian Salles; AGOSTINI, Alexandra Comar de. Persecução Penal – A justiça restaurativa como forma de solução de conflito decorrente de prática de crime. In: BLAZECK,

O mediador facilita a comunicação, possibilita a escuta recíproca e a reconstrução das narrativas, resgatando as habilidades dos sujeitos para que se sintam capazes de decidir e de gerir seus próprios conflitos.¹³

Assim, entende-se pela importância da mediação nos casos que envolvem a violência doméstica contra a mulher, posto que o mecanismo visa facilitar o diálogo entre as partes, considerando os conflitos sociais e às violências estruturais que permeiam a relação.

A mediação, portanto, quando utilizada na tentativa de solucionar os conflitos familiares que envolvem a violência doméstica, pode funcionar como uma oportunidade para preservação de relacionamentos e para evitar que esses conflitos se agravem ou se repitam.

2 MÉTODOS

Na presente pesquisa, em relação ao modo de abordagem, foi utilizado uma pesquisa qualitativa, almejando compreender com profundidade o tema abordado.

Além disso, foi realizada uma pesquisa teórica, em relação a percepção de dados, por meio de revisão bibliográfica, a respeito da mediação familiar e dos casos de violência doméstica no Brasil como um todo, especificando o estado do Ceará.

Para tanto, procedeu-se com a verificação de informações relevantes, disponibilizadas em artigos científicos publicados em revistas e em sites, tratando-se assim de uma pesquisa bibliográfica. É importante ressaltar ainda o uso de dados do IBGE que fomentaram o presente estudo.

Por fim, no que tange ao objetivo geral do estudo, tem-se uma pesquisa exploratória com o intuito de esclarecer se a mediação familiar pode funcionar como

Luis Maurício Souza; MARZAGÃO JUNIOR, Laerte I. (coord.). **Mediação**: Medidas alternativas para resolução de conflitos criminais. São Paulo: Quartier Latin, 2013. p. 26-27.

¹³ GIUDICE, Wagenr. Mediação de conflitos. In: BLAZECK, Luis Maurício Souza; MARZAGÃO JUNIOR, Laerte I. (coord.). **Mediação**: Medidas alternativas para resolução de conflitos criminais. São Paulo: Quartier Latin, 2013. p. 282.

um instrumento de combate a violência doméstica, bem como se esse não seria o mecanismo específico para tratar tais conflitos, diante da sua natureza.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 A Mediação como um mecanismo de prevenção e solução de conflitos relacionados à violência doméstica

Diante de tudo que fora apontado, resta claro que a mediação possui vantagens maiores, em relação ao procedimento comum para a solução de conflitos. À exemplo disso, ressalta-se o menor custo (emocional e financeiro) e a redução do tempo para a resolução da disputa. Entretanto, o que deve ser destacado é a redução no desgaste emocional, ainda mais considerando que os conflitos em estudo envolvem violência doméstica e, ainda, a possibilidade de continuidade da relação.

Com a Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, estimula-se o consenso, a justiça restaurativa, evitando o efeito em cadeia das dores da família e do tecido social, o que é de suma importância em conflitos familiares.

Uma pesquisa do Diário do Nordeste¹⁴, mostrou que Fortaleza ocupa o 3º lugar no *ranking* das cidades nordestinas que mais registraram violência doméstica física contra a mulher. Entre as mulheres entrevistadas, mais de 10 mil nas nove capitais do Nordeste durante os meses de 2017, 18,97% sofreram algum tipo de agressão pelo menos uma vez na vida.

Com esse número alarmante, chega-se a conclusão de que, embora a Lei Maria da Penha tenha sido criada para tratar desses conflitos, percebe-se que a eficácia dessa Lei não funciona, pois os números só aumentam, sem considerar os casos em que o agressor volta a delinquir.

¹⁴ CEARÁ é o 3º do Nordeste em violência contra mulher. **Diário do Nordeste**, caderno Cidade postado em 24 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/ceara-e-o-3-do-nordeste-em-violencia-contra-mulher-1.1855533>> Acesso em: 08 mai. 2018.

É importante esclarecer que quando se trata de violência doméstica, não está se falando apenas da agressão física, mas sim da psicológica, sexual e financeira. Portanto, é necessário que o operador do direito utilize técnicas que permitam a efetiva solução dos conflitos, podendo a mediação oportunizar as partes que se disponibilizarem o alcance o conflito real, objetivando restaurar todo o diálogo e convivência harmoniosa entre os envolvidos.¹⁵

4 CONCLUSÃO

Dessa forma, em si tratando de conflitos familiares envolvendo violência doméstica, a Mediação apresenta-se como mecanismo facilitador de diálogo para alcance do conflito real e solução efetiva do conflito, pois aos seus participantes é disponibilizado um espaço para o diálogo, almejando a resolução daquele conflito, tentando reconstruir as relações sem que haja a interferência do *jus puniendi* estatal.

Ademais, a mediação acarreta em uma prática de coparticipação responsável, possibilitando o “ganha-ganha”, sem que o outro precise necessariamente perder, para que possa ganhar, em outras palavras, todos os envolvidos saem ganhando, ou ressignificam valores.

Entende-se que há a necessidade da difusão dessas possibilidades, mesmo que já enraizado na população a cultura do paradigma ganhar-perder, que funciona como uma lógica determinista onde um indivíduo só pode ganhar quando o outro perder, o que, muitas vezes, poderá ser reforçado pela prestação jurisdicional do Estado.

Portanto, possibilitar a construção da solução dos conflitos de violência doméstica de forma compartilhada pode ser uma maneira de preveni-los e/ou solucioná-los, visto que a possibilidade de educar os envolvidos a respeito do

¹⁵ SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. **Interface (Botucatu)**, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 93-103, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 abr. 2018.

conflito pode gerar mudança de postura, compreensão e opções adequadas a realidade dos envolvidos.

REFERÊNCIAS

5 PONTOS sobre a Lei Maria da Penha. **Politize**, publicado em 30 de outubro de 2015. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/lei-maria-da-penha-tudo-sobre/>> Acesso em: 30 de mai. 2018.

AZEVEDO, André Gomma de. **Manual de Mediação Judicial**. 5ª ed. Brasília.

AZEVEDO, André Gomma de. **Justiça Restaurativa** – Coletânea de Artigos. Brasília (DF): Ministério da Justiça e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2005.

CAHALI, Francisco José. **Curso de Arbitragem**: mediação, conciliação e a Resolução CNJ 125/2010. 4º ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

CEARÁ é o 3º do Nordeste em violência contra mulher. **Diário do Nordeste**, caderno Cidade postado em 24 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/ceara-e-o-3-do-nordeste-em-violencia-contra-mulher-1.1855533>> Acesso em: 08 mai. 2018.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias**. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

LIMA JUNIOR, Arnaldo Hossepian Salles; AGOSTINI, Alexandra Comar de. Persecução Penal – A justiça restaurativa como forma de solução de conflito decorrente de prática de crime. In: BLAZECK, Luis Maurício Souza; MARZAGÃO JUNIOR, Laerte I. (coord.). **Mediação**: Medidas alternativas para resolução de conflitos criminais. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

MELO, André Luis. Mediação e conciliação podem evitar violência doméstica. 2014. **Conjur**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2014-fev-23/andre-mello-mediacao-conciliacao-podem-evitar-violencia-domestica>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

MENDES, Maria Lúcia Ribeiro de Castro Pizzotti. Mediação e conciliação. Histórico dos métodos adequados de solução de conflitos e experiências contemporâneas no

Brasil e em outros países. Das técnicas de conciliação e mediação, suas nuances, pontos convergentes e aspectos práticos. In: TOLEDO, Armando Sérgio Prado de; TOSTA, Jorde; ALVES, José Carlos Ferreira. (coord.). **Estudos Avançados de Mediação e Arbitragem**. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

NOBRE, Maria Teresa; BARREIRA, César. Controle social e mediação de conflitos: as delegacias da mulher e a violência doméstica. **Sociologias [online]**. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222008000200007>>. Acesso em: 05 abr. 2018.

O PODER do Judiciário na Aplicação da Lei Maria da Penha. **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2017/10/ba9a59b474f22bbdbf7cd4f7e3829aa6.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

SILVA, Luciane Lemos da; COELHO, Elza Berger Salema; CAPONI, Sandra Noemi Cucurullo de. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 11, n. 21, p. 93-103, abr. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832007000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 abr. 2018.

VARGAS, Leilaine Lara Vasques et al. Mediação familiar na violência doméstica: saber e saber fazer. **Revista da Faculdade de Direito da FMP** – 2013, n. 8, p. 265-273. Disponível em: <<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/e83851d9-e24f-4618-9feb-ec265797b31b.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

A MEDIAÇÃO E A CONCILIAÇÃO COMO ACESSO À JUSTIÇA

Janete da Silveira Wilke¹

Viviane Ferreira Viana Borges²

Emmanuela Carvalho Cipriano Chaves³

RESUMO

Este artigo possui como objetivo estudar a adoção de novas formas da busca do direito. Devido à sobrecarga do judiciário, torna-se cada vez mais lenta e menos efetiva a submissão do direito do indivíduo. O sujeito, ao apresentar sua lide perante o Poder Judiciário, buscando o direito ao acesso à justiça para solução de seus conflitos, vê-se diante de um judiciário cada vez mais vagaroso e menos efetivo, submetendo-se à decisão por ele emitida. Com esse cenário, abre-se espaço para vias mais céleres, conciliativas e autocompositivas, em que as partes são os atores de suas próprias decisões, proporcionando maior liberdade, emancipando os sujeitos, empoderando suas vontades, sua inserção e maior responsabilidade na sociedade. Para a realização do presente trabalho, foram utilizadas pesquisas em bibliografias, leis e artigos jurídicos, utilizando abordagem através do método dedutivo. O objetivo do trabalho é compreender como os meios extrajudiciais de resolução de conflitos, a mediação e a conciliação, se estabelecem com o objetivo de ampliar o acesso à justiça e dar celeridade e satisfação real às partes; como esses processos voluntários oportunizam os atores do conflito a obterem uma solução mais adequada, por intermédio de profissionais capacitados, técnicas e locais adequados para discutirem sobre o objeto da demanda, proporcionam a não judicialização de uma situação que ainda pode ser resolvida pelo diálogo, favorecendo assim a própria prestação jurisdicional e dando mais celeridade e satisfação a demanda.

Palavras-chave: Acesso à justiça. Solução de Conflitos. Mediação. Conciliação. Autocomposição.

¹Aluna do curso de Direito da Unichristus. janetewilke@gmail.com

²Aluna do curso de Direito da Unichristus. vivianeivanaborges@hotmail.com

³Professora da Unichristus e da Unifor. Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Emmanuelacarvalho1@hotmail.com

ABSTRACT

This article aims to study the adoption of new ways of seeking the right. Due to the overload of the judiciary, the submission of the right of the individual becomes slower and less effective. The subject, when presenting his case before the Judiciary, seeking the right to access to justice to solve their conflicts, is faced with an increasingly slower and less effective judiciary, submitting to the decision issued by him. With this scenario, space is opened for more rapid, conciliatory and self-composed ways in which the parties are the actors of their own decisions, providing greater freedom, emancipating the subjects, empowering their wills, their insertion and greater responsibility in society. For the accomplishment of the present work, we used researches in bibliographies, laws and legal articles, using an approach through the deductive method. The aim of the work is to understand how extrajudicial means of conflict resolution, mediation and conciliation are established with the objective of increasing access to justice and speeding up and providing real satisfaction to the parties; as these voluntary processes allow the actors of the conflict to obtain a more adequate solution, through trained professionals, appropriate technical and local to discuss the object of the demand, provide the non-judicialization of a situation that can still be resolved by the dialogue, favoring thus the own jurisdictional provision and giving more speed and satisfaction to the demand.

Keywords: Access to justice. ConflictResolution. Mediation.Conciliation. Autocomposition.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo compreender e esclarecer como os meios extrajudiciais de resolução de conflitos, a mediação e a conciliação, são instrumentos jurídicos importantes na ampliação do acesso à justiça e de pacificação social. São formas céleres e justas para a real satisfação dos atores envolvidos na lide.

O juiz vê o conflito como uma decisão em que, para decidir, utilizam-se métodos e ritos dos procedimentos do processo judicial. Já o mediador escuta sobre o problema, sobre as reclamações que cada um tem para, após, ajudar a reconstruir o diálogo entre as partes. Todas as decisões tomadas na sessão não partem dele, é uma decisão discutida, dialogada e construída pelas partes que são sujeitos ativos e interessados na solução mais conveniente para o problema. Dessa forma, a mediação e a conciliação se tornam instrumentos equiparados ao jurisdicional, pois somente oportunizam que o conflito seja solucionado de forma auto compositiva nada impedindo que os mesmos conflitos sejam apresentados ao judiciário. A figura dos meios alternativos de resolução de conflito não diminuem a importância do Poder Judiciário, a CF, no seu artigo 5º, inciso XXXV, preconiza a igualdade de todos, bem como garante a inafastabilidade do Poder Judiciário quando de lesão ou ameaça ao direito; sendo o judiciário o responsável pela implementação e pela organização desses meios dentro do próprio sistema e na homologação dos processos realizados extrajudicial bem como, efetivando o direito das partes de se autocompor e salvaguardando a necessidade de construírem suas próprias decisões.

Nesse contexto, com o aumento da demanda junto ao Poder Judiciário, na busca de uma justiça célere, esses processos voluntários oportunizam os atores do conflito a obterem uma solução auto compositiva, que, por intermédio de profissionais capacitados, técnicas e locais adequados para discutirem sobre o objeto da demanda, proporcionam a não judicialização de uma situação que ainda pode ser resolvida pelo diálogo, favorecendo assim a própria prestação jurisdicional dando mais celeridade e satisfação a demanda.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho foi elaborado por meio do método de pesquisa bibliográfica e dividido em quatro tópicos: o acesso à justiça; as principais formas de solução de conflitos; a mediação e a conciliação e as técnicas utilizadas para efetivá-las, os quais serão abordados como se segue.

2.1 *Justiça*

Na Grécia Antiga, a justiça era definida por uma trilogia: o que Deus definia como justo; como o Estado traduzia os desejos do divino; e às pessoas só cabia obedecer, pois ninguém iria questionar ou ir contra a decisão dos deuses. Segundo Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), é necessário “tratar desigualmente os desiguais”. Já Simônides (556 a.C.-48 a.C.), na obra de Platão (A República, escrita cerca de 380 a.C.), afirmou: “justiça é dar a cada um o que é seu”, definição de origem poética, atribuída ao poeta grego e depois retomada por Ulpiano e outros juristas romanos. (MACEDO, 1999, p.36).

Com o passar do tempo, a ideia e os conceitos de Direito se direcionam sempre para o mesmo fim: a paz social. João Roberto da Silva corrobora esse pensamento, quando se manifesta sobre o assunto com o princípio “onde está o homem está o direito, de tal sorte que é inegável a necessidade do direito para o convívio social em harmonia”. (SILVA, 2008, p.17). Nessa perspectiva, seja dom dos deuses, seja da criação dos homens, o direito tem como sentido, como explicação e como objetivo o equilíbrio e a harmonia social.

A sociedade contemporânea e o jurisdicionado vêm tentando encontrar formas e soluções práticas e justas para adequar o mais desfavorecido para a realidade de hoje. A universalidade da jurisdição acarreta a sobrecarga do judiciário e abre espaço para as vias conciliativas. Estas, ao serem acionadas, indiretamente, diminuem as demandas nos tribunais além de incentivar o indivíduo a solucionar os seus próprios conflitos. Apesar dessa preocupação com a desigualdade, até hoje, os documentos legais não atingiram os objetivos de equidade e as desigualdades entre os que têm mais condições financeiras e os que pouco ou nada possuem. (SALES e CHAVES, 2014).

2.1.1 Teoria discursiva do direito

Os movimentos de acesso a justiça e os mecanismos para resolução de conflitos fortalecem o reconhecimento dos direitos existentes na Constituição Federal, no seu artigo 1º, “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana; [...],” em especial seu artigo 5º, inciso LXXIV, assegurando a todos assistência judiciária, dando liberdade aos cidadãos de buscar dignidade utilizando-se do Poder Judiciário.

Art. 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]

LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos; [...]

É responsabilidade do Estado a efetivação do direito de acesso ao judiciário, não importando a quem ele será prestado: às populações carentes ou aos mais abastados, ao branco ou ao afrodescendente, ao servente ou ao empresário, ao poder público ou ao poder privado colocando-os em igualdade de condições e possibilitando aplicabilidade, eficácia e autonomia.

O acesso à justiça pode ser visto como a condição primordial dos direitos humanos, tendo um sistema jurídico moderno, visando à promoção de igualdade no acesso às oportunidades, que possa, não somente proclame, e garanta o direito para todos.

2.1.2 Acesso à justiça segundo Dworkin

O acesso à justiça é direito de todo cidadão e está presente na Constituição Federal. Diante disso, Dworkin identifica, na Teoria Política, três virtudes que devem ser levadas em consideração: a equidade, a justiça e o devido processo legal adjetivo.

A equidade política “é uma questão de encontrar os procedimentos (...) que distribuem o poder político da maneira adequada”, isto é, permite que os

cidadãos tenham “mais ou menos a mesma influência sobre as decisões que os governam” (DWORKIN, 2003, p. 200).

A justiça preocupa-se com as decisões que os entes políticos possam tomar. “Queremos que nossos legisladores e outras autoridades distribuam recursos materiais e protejam as liberdades civis de modo a garantir um resultado moralmente justificável” (DWORKIN, 2003, p. 200).

O devido processo legal descreve certos procedimentos pré-definidos para o julgamento do cidadão que cometeu ato ilícito, ou seja, são “procedimentos de prova, de descoberta e de revisão que proporcionem um justo grau de exatidão, e que, por outro lado, tratem as pessoas acusadas de violação como devem ser tratadas as pessoas em tal situação” (DWORKIN, 2003, p. 201).

A integridade, portanto, promove a união da vida moral e política dos cidadãos: pede ao bom cidadão, ao decidir como tratar seu vizinho quando os interesses de ambos entram em conflito, que interprete a organização comum da justiça à qual estão comprometidos em virtude da cidadania. (DWORKIN, 2003, p. 230).

Para Dworkin, há outro ideal mais importante, que é por definição, uma questão de princípio: a integridade. Esta não se resume ao princípio de igualdade, é mais complexo e ambicioso. “A integridade não seria necessária como uma virtude política distinta em um Estado utópico. A coerência estaria garantida porque as autoridades fariam sempre o que é perfeitamente justo e imparcial” (DWORKIN, 2003, p. 213 - 214).

Para o autor, a prática da integridade, colaborando com a eficácia do Direito, faz que o Direito possa “expandir-se e contrair-se, organicamente”, na medida em que as circunstâncias trarão novos entendimentos. Cada indivíduo pode escolher aceitar ou não as exigências que lhe são postas e, ao mesmo tempo, exigir dos outros que compartilhem e ampliem essas decisões políticas, promovendo, portanto, consequências morais, conciliação de conflitos, garantias e segurança futura para a comunidade, levando-a a uma transformação. A integridade protege contra a fraude, a parcialidade e a corrupção, e contribui para a eficiência do direito.

2.1.3 Acesso à justiça e métodos alternativos de resolução de conflitos

Os professores Mauro Cappelletti e Bryant Garth, em sua obra, *Acesso à Justiça*, contextualiza que muitos doutrinadores afirmam que Justiça é um ideal de

Direito. Nesse contexto, precisa-se destacar as qualidades de justiça aristotélica, buscando um novo sentido de justiça, uma justiça mais participativa, a fim de elaborar, portanto, um novo método, com bases teóricas para orientar os estudos e as reformas legislativas acrescentando uma importância valorativa, baseada na efetividade e na justiça social. Essa análise tem como foco a interdisciplinaridade e analisa as necessidades não realizadas, as garantias constitucionais, o relativo poder de barganha, as relações, os interesses sob litígio, os obstáculos sociais. (CAPPELLETTI, GARTH, 2002).

Referindo-se ao método apresentado, Cappelletti complementa sua exposição, com a apresentação de propostas originadas em três questões fáticas: a pobreza econômica, a pobreza organizativa e os obstáculos endoprocessuais à realização dos direitos. Surgem, então, as três questões que são denominadas de “ondas renovatórias”. (CAPPELLETTI, GARTH, 2002).

A primeira onda cappellettiana, “Assistência Judiciária aos Pobres”, tem como direcionamento prestar assistência judiciária aos menos favorecidos, tendo em vista o alto valor dos honorários advocatícios, das custas processuais, bem como a falta de informação por parte dos indivíduos, tornando-se quase impossível o acesso à justiça. (CAPPELLETTI, GARTH, 2002).

A segunda onda, “Direitos Difusos”, é de fundamental importância porque representa os interesses difusos grupos. A primeira só se refere à assistência aos mais necessitados, tornando-se essencial à apreciação dos direitos da coletividade, uma vez que não eram tutelados. (CAPPELLETTI, GARTH, 2002).

Orientando-se na terceira onda, sem abandonar as técnicas das duas primeiras, sendo apenas mais uma série de possibilidades para melhorar o acesso à justiça para as classes menos favorecidas, surge a necessidade de buscar novos mecanismos, como preconizam Cappelletti e Garth.

A reforma inclui a advocacia, judicial ou extrajudicial, que seja por meio de advogados particulares ou públicos. Como inovação, para proporcionar acessibilidade e celeridade nos processos, criam-se os Juizados de Pequenas Causas e os Juizados Especiais, regulamentados pela Lei nº 9.099/95. (CAPPELLETTI; GARTH)

Os procedimentos do processo não estão somente para desafogar o judiciário, mas também para proporcionar o acesso à justiça aos casos de menor complexibilidade, trazendo consigo os princípios da oralidade, da simplicidade, do

informalismo, da economia processual e da celeridade. Solucionando essas “pequenas injustiças”, mas de substancial relevância para a sociedade, satisfaz-se a todos que deles se utilizem, buscando a conciliação ou acordo sempre que possível. Portanto, é importante salientar que:

A finalidade não é fazer uma justiça “mais pobre”, mas torná-la acessível a todos, inclusive aos pobres. E, se é verdade que a igualdade de todos perante a lei, igualdade efetiva — não apenas formal — é o ideal básico de nossa época, o enfoque de acesso à justiça só poderá conduzir a um produto jurídico de muito maior “beleza” — ou melhor, qualidade — do que aquele de que dispomos atualmente. (CAPPELLETTI E BRYAN, 2008, p.59).

No contexto do acesso à justiça, esse sistema tende a proporcionar a alta qualidade de justiça, simplificando, tornando mais fácil que os indivíduos utilizem determinada forma de acesso à justiça. Se a lei for mais compreensível, ela se tornará mais acessível às pessoas comuns, a muitos tipos de causas. Não podemos preterir que a facilidade de acesso à justiça, o uso de procedimentos rápidos e de pessoal com menor remuneração resultem em um trabalho barato e de má qualidade. (CAPPELLETTI; GARTH, 2008).

2.2 Principais Formas de Soluções de Conflitos

O presente artigo tem por objetivo o estudo das principais formas de resolução dos conflitos, bem como seus meios alternativos, sob uma perspectiva da conciliação e da mediação.

2.2.1 Sobre o Conflito

O conflito é inerente e necessário ao progresso da sociedade. O conflito não é algo negativo, é fator importante para as mudanças individuais e coletivas. Não existe um padrão para a solução de conflitos, mas sim uma variação em função das circunstâncias que envolvem a relação. Na sociedade atual, os conflitos são geralmente resolvidos pelo Estado, por meio do poder judiciário que sempre se preocupou em aprimorar a prestação jurisdicional, criando mecanismos para atender à demanda por justiça. ((SALES e CHAVES, 2014).

Esses mecanismos, como equivalentes jurisdicionais, encontram-se regulamentados no Código de Processo Civil de 2015, com a criação de centrais de solução consensual de conflitos (artigo 165), no estabelecimento de seus princípios (artigo 166), na faculdade do autor, já na petição inicial, de participar ou não de audiência de conciliação ou mediação (artigo 319), bem como nas relações de família que recomenda a solução consensual, possibilitando inclusive a mediação extrajudicial (artigo 694). O mesmo diploma ainda prevê como facilitador, entre outros, a possibilidade de a audiência ser realizada por meio eletrônico (artigo 334, § 7º). O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na sua Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, já trazia algumas regras normativas para os meios consensuais de solução de conflitos, que, ao longo do presente artigo, serão citados.

2.2.2 Sobre os Meios de Conciliação de Conflitos

Para instrumentalizar, o CNJ cria os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) com a Resolução nº 125,2010, nos artigos 7º e 8º:

Art. 7º Os tribunais deverão criar, no prazo de 30 dias, Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Núcleos), coordenados por magistrados e compostos por magistrados da ativa ou aposentados e servidores, preferencialmente atuantes na área, com as seguintes atribuições, entre outras:

[...]

IV - instalar Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania que concentrarão a realização das sessões de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, dos órgãos por eles abrangidos;

[...]

Art. 8º Os tribunais deverão criar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Centros ou Cejuscs), unidades do Poder Judiciário, preferencialmente, responsáveis pela realização ou gestão das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão.

[...]

A importância da capacitação de quem vai trabalhar com esses mecanismos no artigo 2º do mesmo diploma, “Na implementação da política Judiciária Nacional, com vista à boa qualidade dos serviços e à disseminação da cultura de pacificação social, serão observados: [...] II - adequada formação e treinamento de servidores, conciliadores e mediadores”. Faz-se necessária a formação de profissionais capacitados para os procedimentos bem como a capacitação também de quem recepciona e encaminha as partes para poder dar um

direcionamento mais adequado, conforme artigo 9º da Resolução acima citada, parágrafo 2º:

Art. 9º [...]

§ 2º Os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais deverão assegurar que nos Centros atue ao menos 1 (um) servidor com dedicação exclusiva, capacitado em métodos consensuais de solução de conflitos, para a triagem e encaminhamento adequado de casos.

A mediação trata-se da forma mais adequada para as questões de relações continuadas para as soluções das lides, que deverão ser apontadas pelas partes sem interferência do mediador. Já na conciliação, as questões pontuais são mais facilmente satisfeitas pelas partes com o conciliador conduzindo, orientando e sugerindo soluções.

2.2.3 Mediação e Conciliação

A conciliação e a mediação são instrumentos para a efetivação da pacificação social, colaborando de forma participativa na solução de conflitos, sejam eles de família, de trânsito, de trabalho, de relações sociais, comerciais e financeiras. Elas possibilitam que as partes, de livre escolha em auto composição, encontrem a solução para a lide, de forma pacífica.

Para quem lida com o direito, há uma alegria fulcral que vem dessa negociação tão direta, tão real, dessa habilidade de dizer na simplicidade que saiu da boca dessa pessoa tão pura na sua noção sobre os acertos da vida. Aquilo deu uma alegria de ver o direito efetivamente realizado. (LOPES, Mônica Sette, 2016, p.58)

A mediação é um processo voluntário e flexível em que um terceiro, imparcial, é o facilitador da negociação entre as partes, auxiliando a encontrar soluções do conflito sem, contudo, interferir nas decisões tomadas entre as partes. Os conflitos que se ajustam a esse método, normalmente, são questões que envolvem sentimentos em relações contínuas e que atrapalham o diálogo entre as partes. A conciliação também é um processo voluntário, diferindo da mediação no momento em que o terceiro, imparcial, interfere no diálogo das partes e propõe soluções ao conflito, sem impor. Nesse caso, as partes podem ou não aceitar as sugestões ofertadas pelo conciliador. (SALES e CHAVES, 2014).

A vantagem das resoluções dos problemas, por meio da mediação e da conciliação está na liberdade das partes em escolherem os facilitadores, de

participarem ativamente em todos os procedimentos, na celeridade e na informalidade do processo, nos custos mais baixos, no sigilo e na preservação das relações. Devido à autonomia das vontades utilizada pelos interessados, na mediação e na conciliação, a solução da lide é obtida em um ambiente de participação mútua e de soluções favoráveis para ambos os lados. (CNJ, 2016).

Podem estar presentes em uma sessão de mediação estudantes de direito, mediadores em formação, supervisores e co-mediadores, defensor público, ministério público e excepcionalmente o magistrado, se não for o juiz natural da lide. Tendo em vista o aprendizado acadêmico, os observadores devem somente observar e têm, por obrigação, guardar sigilo sobre a mediação. Não são autorizados como observadores: advogados não habilitados e terceiros não interessados mesmo que sejam parentes. Ainda, é proibida, por lei, a participação de menor. (CNJ, 2016).

2.2.3.1 Do Mediador

Considerando que as partes estão ali fragilizadas, envolvidas em um conflito, geralmente familiar, expostas diante dos outros, cabe ao mediador explicar o processo de auto composição, devolver a cada um a autoestima, colocando-os em condições de igualdade, facilitando o diálogo e, de certa forma, ensinando aos envolvidos, utilizando-se de técnicas adequadas, como poderão futuramente continuar resolvendo por si mesmos os problemas. Dessa forma, as partes terão condições de igualmente e de comum acordo, se sentirem aptas a compor um acordo possível de ser cumprido. Podendo, inclusive, levar o aprendido para outros contextos de sua vida. (CNJ, 2016).

O mediador se utiliza da técnica do afago para afirmar o esforço das partes na participação da mediação e também para valorizar a participação dos advogados no processo. É uma técnica positiva e eficiente para enaltecer e estimular a colaboração e as expectativas que se configuram, assim como quanto à conduta que se espera do advogado e do próprio cliente (CNJ, 2016).

Outra técnica utilizada é a normalização, em que é afirmado, de forma natural, que os conflitos são normais na sociedade, tranquiliza as partes, e que elas não devem se envergonhar por ali estarem. Nesse momento, é importante explicar que os conflitos existem para melhorar as relações entre as pessoas para que, de

maneira positiva, possam resolver o conflito existente. É relevante salientar que o mediador não deve demonstrar surpresa ao ouvir as partes, mas trazer confiança para que elas encontrem a solução mais adequada para ambas (CNJ, 2016).

2.2.3.2 Da Sessão e Etapas

Uma sessão deve transcorrer, sendo cumpridas determinadas etapas distintas entre si, baseadas nos princípios fundamentais que regem a mediação e a conciliação, que devem acontecer em uniformidade para que seja obtido um resultado único e de condições de satisfazer ambas as partes, que são elas⁴:

A sessão de **abertura** começa quando o mediador se apresenta a todos que estão na sala, explica a finalidade da mediação, pergunta às partes como querem ser chamadas, explica as fases da mediação, as garantias, o seu papel no processo, fixa as regras que devem ser seguidas e pergunta às partes se concordam com o que foi dito (CNJ, 2016).

Após, tem-se a **investigação do problema**, o mediador dará a palavra para cada parte, explicando o tempo e as regras, para que cada um fale a sua versão. Nesse momento, o mediador realiza a escuta ativa, poderá fazer perguntas e anotações para mais tarde se orientar. Quando uma das partes interromper a outra, o mediador deve intervir imediatamente, por gesto ou fala. Explicar que atrapalha o raciocínio da outra parte e que logo a seguir terá a sua vez de se expressar. Pode orientar para que a parte escreva o que queira falar a fim de, quando chegar a sua vez, não se esquecer da intervenção. (CNJ, 2016).

A **identificação dos interesses** acontece após escutar e identificar os interesses, fazer um pequeno resumo da fala de cada um, com as palavras das partes, mas com as ideias organizadas (CNJ, 2016).

Por meio de técnicas, o mediador procura **esclarecer as controvérsias**, formulando perguntas para favorecer o esclarecimento das partes nas questões que ainda estão em controvérsia, ponderando todas as opções e as soluções para a situação. (CNJ, 2016).

Quando necessário, o mediador poderá solicitar **sessões individuais** com cada uma das partes para que elas possam expor seus sentimentos ou fatos,

⁴ CNJ, 2016

que não fariam diante da outra parte. As sessões deveram ser de igual tempo para ambas as partes. Não poderá ser levado o assunto de uma parte para outra sem sua autorização.

A **resolução** se dará após todos os pontos acertados, o mediador fará a construção conjunta e um breve resumo sobre o acordo e pede a confirmação das partes.

A **finalização** da mediação se dará por concordância total, parcial ou discordância das partes (CNJ, 2016).

Na **concordância total**, o mediador redigirá um termo final, se as partes assim o quiserem, com expressões claras, palavras de simples compreensão de acordo com o que foi declarado por elas. Os representantes legais, se assim estiverem, para garantir a lisura, podem analisar o termo final.

Na **concordância parcial**, da mesma forma que na concordância total, será redigido o termo final constando o que foi acordado entre as partes, naquilo em que não foi encontrada solução amigável poderá ser tratado em outra ocasião.

Na **discordância**, será redigido o termo final constando que, as partes não chegaram a um consenso, o mediador resume as questões debatidas e encerra o processo de mediação (CNJ, 2016).

E **ao final**, após as assinaturas, o mediador agradece às partes e encerra o processo de mediação, instruindo os próximos passos possíveis: se acordo, homologação; se não, as partes podem iniciar uma ação judicial ou prosseguir com a ação já instaurada (CNJ, 2016).

2.2.4 Técnicas Utilizadas

Conforme os ensinamentos de Vicente e Biasoto, o mediador deve sempre proporcionar cooperação entre as partes, sendo atencioso e buscando compreendê-las. Ao se preocupar como as partes irão expandir a forma de ver o conflito, faz que o ponto de vista do outro seja considerado e que vejam o mediador como exemplo de comunicação. O mediador, ao não estimular o diálogo entre as partes, estará retirando a possibilidade de elas sentirem o poder que têm de resolverem a lide de maneira autônoma. Pois, ao final, o desejo é que as partes saiam satisfeitas com a resolução (VICENTE, BIASOTO 2003).

O resumo, ao final de cada fala, é de vital importância na construção da solução da lide. Ao optar por um resumo com perspectiva construtiva, o mediador se encaminha para uma mediação mais efetiva com significativo valor nesse tópico. Ao lembrar tudo o que foi exposto, as partes saberão que o mediador estava ouvindo e compreendendo o que estava sendo dito. O resumo elaborado pelo mediador, com palavras simples e de fácil compreensão, serve também para organizar e estabelecer o acordado sem, contudo, interferir no seu conteúdo. (TJB, 2015).

Quando o mediador percebe que as partes não se comunicam de forma eficiente, poderá solicitar uma sessão individual com cada uma delas, cáucus, sempre deverá contemplar os dois lados com o mesmo tempo. Dessa forma, estará em contato direto com a parte e poderá ajudá-la a compreender o real conflito, possibilitando o surgimento de uma proposta de acordo, pela própria parte, e, ao demonstrarem as principais questões e os interesses, passam a criar um ambiente propício para a negociação. Trata-se de uma etapa essencial ao ir definindo as questões e os interesses com as partes, o mediador estabelece mecanismos que podem auxiliá-las a desenvolver entendimentos dos interesses da outra parte (TJB, 2015).

A técnica da inversão de papéis tem por intuito estimular a empatia entre as partes, é quando o mediador orienta para que uma das partes perceba a situação sob a visão da outra. É sugerido que essa técnica só seja utilizada dentro do cáucus; ao aplicá-la, deverá ser explicada às partes que se trata de uma técnica da mediação e que também será utilizada com a outra parte para manter a imparcialidade (TJB, 2015).

O mediador, ao organizar as questões e os interesses que estão sendo debatidos com as partes, trará ao processo mais confiança possibilitando maior êxito à contenda. As próprias partes, com mais facilidade, chegarão a uma conclusão, isto é, ao acordo mutuamente satisfatório (TJB, 2015).

A demonstração do mediador no reconhecimento e na validação dos sentimentos das partes e de suas individualidades é a ideia inicial de entendimento e empatia. Dessa forma, as partes terão maior tranquilidade para mudar o rumo da conversa. O mediador deve deixar claro às partes que está ali para mediar a solução do conflito, pois ao ignorar os sentimentos delas, demonstra insensibilidade do mediador, desvalidando os sentimentos, desestabilizando o processo de mediação (TJB, 2015).

Um dos mecanismos utilizados para o reconhecimento e a validação dos sentimentos é a técnica da escuta ativa, muito necessária para entender além das palavras, dos gestos e das emoções, assume um papel importante validando sentimentos. O mediador deve saber escutar, e ter atenção é de vital importância, tanto quanto ter cautela nas intervenções, dando apoio às partes para consenso e comprometimento na solução da lide. Uma das ferramentas da escuta ativa é a audição de propostas implícitas, ou seja, a parte, em sua fala, diz que pretende, de alguma forma, solucionar o conflito, sem perceber que está fazendo isso. O mediador deverá ter a visão e reconhecer a oportunidade em que as partes estão propondo ideias e oferecendo opções para as propostas implícitas, utilizando as técnicas adequadas para poder melhorar e ajudar as partes (TJB, 2015).

Outra técnica é da recontextualização, em que o mediador motiva as partes a identificarem a situação por outra perspectiva, reconstruindo as frases de forma educada e menos agressiva, sem a carga de emoção. Dessa forma, as partes passam a considerar as questões de forma mais positiva, por exemplo, o requerente declara: "Tudo o que eu falo entra por um ouvido e sai pelo outro... Ela não me escuta". O mediador recontextualiza: "Você gostaria de ela lhe escutasse melhor, certo? O que você pode fazer para que ela lhe escute melhor, de qual maneira gostaria de ser ouvido?" (TJB, 2015).

O mediador deverá, sempre que possível, utilizar a técnica de perguntas abertas, pois são aquelas que induzem a uma resposta das partes utilizando os seus próprios conhecimentos, ideia de sentimentos, faz que a pessoa pare, pense e reflita que tenha total controle sobre sua resposta. São perguntas objetivas, que não induzem a resposta sucinta, mas sim a fundamentação com muitas palavras. Por exemplo: "O que aconteceu depois?". "Qual a sua opinião sobre isso?", "Fale mais sobre isso?", "Como você vê essa situação?". As perguntas fechadas são respondidas em poucas palavras, geralmente, utilizadas para obter informações específicas, fáceis de responder e dadas com rapidez, sem muito pensar. Elas finalizam a conversa, não incentivam as partes a elaborarem as respostas e a fornecerem mais informações sobre si mesmas. E as perguntas restritas são um tipo de pergunta fechada, ela permite a parte, a formulação de uma resposta com uma única palavra (TJB, 2015).

A geração de opções é uma das ferramentas utilizadas para ultrapassar eventuais dificuldades antes de decidir, de encontrar uma solução eficiente para

ambas as partes. As próprias partes criam diversas alternativas para solucionar o conflito. O mediador não vai expor uma solução, mas sim incentivar a busca de uma solução única e conveniente para ambas as partes. Por exemplo, “No seu ponto de vista, para que a proposta fique mais razoável, o que o senhor sugere?”, “No seu ponto de vista, como poderia obter êxito naintenção?”, “O que você é capaz de elaborar para cooperar na solução da demanda?”, “De que outra forma você poderia ajudar?” (TJB, 2015).

O mediador é como um filtro de informações deve concentrar-se no interesse das partes de forma produtiva no conflito. A técnica do enfoque prospectivo tem por foco ouvir os interesses reais das partes e não suas posições, sem se preocupar com quem está certo ou errado, mas sim quais as soluções serão voltadas para o futuro, que as partes reconheçam o conflito existente e de que forma pretendem se relacionar no futuro (TJB, 2015).

Nos processos heterocompositivos, procura-se a culpa diante dos fatos, via de regra, busca-se onde está a autoria da culpabilidade, da transgressão. Já nos autocompositivos, a busca está voltada para estimular a solução da lide de forma que atenda plenamente os interesses reais das partes sem procurar identificar culpabilidade e/ou certo e errado na relação. As partes envolvidas devem ver o conflito olhando para frente e não para o passado, assim construirão soluções voltadas para o futuro, parte importante na relação continuada (TJB, 2015).

3 METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste trabalho foi a do método qualitativo, sendo feita uma leitura de diversas bibliografias priorizando o caráter subjetivo da Mediação e Conciliação de Conflitos, estudando suas particularidades. As respostas para as perguntas contidas nesse artigo, não são objetivas, e o propósito será descrever os procedimentos e os resultados diante de determinado público alvo, nas sessões de Mediação e Conciliação.

O artigo apresentado, foi escrito através de um processo de análise da informação que utiliza o raciocínio lógico e a dedução para obter uma conclusão a respeito do assunto do mesmo. O método utilizado foi o monográfico onde o estudo é feito em grupos para que após análises possa ser feito generalizações acerca do assunto, estudando-o profundamente. As técnicas utilizadas para a formação do

presente artigo foram referências bibliográficas e documentais, com aspectos predominantemente descritivos.

4 CONCLUSÃO

Está acontecendo uma mudança muito acentuada, visto que está em desenvolvimento uma nova cultura. A Justiça está deslocando o seu eixo com a inclusão dos meios consensuais, mediação e conciliação, no âmbito judicial com a regulamentação e o incentivo no âmbito privado, incluindo as extrajudiciais que estabelece formas plurais de resolução. Dessa forma, o Estado garante o seu compromisso com a pacificação social.

É de vital importância a formação constante, o controle da atuação dos profissionais, a ética observada, as questões fundamentais aprofundadas, que a conciliação e a mediação extrajudiciais sejam reconhecidas como atividades próprias, únicas, desvinculadas de quaisquer atribuições.

A mediação extrajudicial possui um campo enorme. Não é um caminho certo, delineado, assentado, pavimentado com uma cultura que se espalha naturalmente. Ao se estabelecer entre os envolvidos no conflito formas delicadas e suaves de apresentar o problema, pressupõe-se uma postura, também, delicada para, desse modo, resolver os conflitos que se estabeleceu entre os envolvidos.

REFERENCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 02 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.105/2015, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. **Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13105.htm. Acesso em: 01 mai. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.140/2015, de 26 de junho de 2015. Esta Lei dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública. **Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm. Acesso em: 19 mar. 2018.

BRASIL. Manual de Mediação Judicial, 2016. **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/07/f247f5ce60df2774c59d6e2dddbfec54.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

BRASIL. Resolução Nº 125, de 29 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. **Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2579>. Acesso em: 27 jun. 2018.

CAPPELLETTI, Mauro e GARTH, Bryant. **Acesso à Justiça**. Porto Alegre: Fabris, 2002.

DWORKIN, Ronald. **O Império Do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

LOPES, Mônica Sette. Mediação Extrajudicial: O Conflito Pelo Direito E Pelo Averso. **Juslaboris**. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/98239/2016_lopes_monica_mediacao_extrajudicial.pdf. Acesso em: 26 ago 2018.

MACEDO, Silvio de. **Da Lei universal à Justiça e ao Direito: Conceitos e Definições**. **Academia Brasileira de Letras Jurídicas Revista Sumário**, Rio de Janeiro, n. 16, p. 35 – 60, 1999.

SALES, Lilia Maia de Moraes e CHAVES, Emmanuela Carvalho Cipriano. **Conflito, Poder Judiciário e os Equivalentes Jurisdicionais: Mediação e Conciliação**. **Revista da AJURIS**, Rio Grande do Sul, v. 41, n. 134, p. 391 – 415, Jun 2014.

SILVA, João Roberto da. **Arbitragem**. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2008.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA, **Conciliação Mediação de Conflitos.**
Nupemec. Bahia, agosto, 2015

VICENTE, R. A. G., & BIASOTO, R. G. dos A. P.. **O conhecimento psicológico e a mediação familiar.** In Muszkat, M. E. (Org.), *Mediação de conflitos: pacificando e prevenindo a violência.* São Paulo: Summus. 2003.

A OBRIGATORIEDADE DA MEDIAÇÃO NO NOVO CPC E SEUS REFLEXOS NA EFETIVAÇÃO DESSE MECANISMO NA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS SOCIAIS

Roseane França Pinto¹

Emmanuela Carvalho Cipriano Chaves²

RESUMO

O presente artigo visa abordar de forma concisa sobre a inclusão da mediação e conciliação no Novo Código de Processo Civil, bem como seus reflexos na efetivação desses mecanismos. Serão trabalhadas as características básicas da mediação da conciliação, os princípios que norteiam esses mecanismos e suas principais semelhanças e diferenças. Contudo, será necessário conceituar conflito e como será possível solucioná-lo, para poder começar a falar sobre o mecanismo da mediação e da conciliação. Inicialmente deve-se compreender que a necessidade de efetivação do acesso à justiça um direito fundamental tão imprescindível em todo Estado Democrático de Direito vem sendo aperfeiçoado pelo instituto da mediação e conciliação. De fato, tanto a mediação como a conciliação têm conseguido facilitar o restabelecimento das relações rompidas pelo conflito, já que o método utilizado é o diálogo. Ou seja, as partes expõem para um terceiro imparcial, no caso o mediador, o conflito em que estão inseridas e esse tentará facilitar o diálogo para que as próprias partes possam de comum acordo decidirem, pondo, portanto, fim ao conflito. Por meio do diálogo o legislador percebeu que as soluções que se apresentavam tinham mais eficácia entre as partes, já que elas mesma decidiam. Diferentemente do que ocorria no poder judiciário, em

¹ Estudante do curso de direito Unichristus. Aluna participante do projeto: grupo de mediação e conciliação de conflitos da Unichristus. e-mail: roseanefp2013@hotmail.com.

² Professora do Curso de Direito da Unichristus. Emmanuela Carvalho C. Chaves, mestra em direito. mediadora do projeto de Mediação e Conciliação da Unichristus. e-mail: emmanuelacarvalh01@hotmail.com.

que as decisões impostas pelo juiz eram facilmente recorridas e o conflito que poderia ser resolvido mais rapidamente se tornava desgastante para as partes. De fato, dificilmente se restabeleciam a convivência que existia anteriormente, ou seja, a demanda judicial tornava a convivência entre as partes mais desgastante, uma vez que o processo tem a morosidade como seu principal ponto negativo e isso refletia na busca pela paz social. O presente artigo busca ressaltar a importância do mecanismo da mediação e da conciliação na efetivação das controvérsias sociais, bem como seu reflexo na pacificação dessas relações. O artigo em questão foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica com consultas a livros, legislação e experiências vividas no grupo de estudo de mediação e conciliação de conflitos da Unichristus. A natureza do estudo será explicativo e descritivo. Explicativo, porque será feita uma abordagem com a finalidade de explicar o motivo que levaram a inclusão desse mecanismo no novo CPC. O reflexo desse mecanismo no poder judiciário. Descritivo, pois buscará expor como se deu a inclusão da mediação e conciliação no ordenamento jurídico brasileiro, bem como na mediação extrajudicial.

Palavras-chave: mediação. conciliação. acesso à justiça. CPC.

ABSTRACT

This article aims to discuss in a concise way the inclusion of mediation and conciliation in the New Code of Civil Procedure, as well as its effects on the effectiveness of this mechanism. The basic characteristics of conciliation mediation, the principles underlying these mechanisms and their main similarities and differences will be worked out. However, it will be necessary to conceptualize conflict and how it can be solved to start talking about the mechanism of mediation and conciliation. Initially, it should be understood that the need for effective access to justice is a fundamental right that is so essential in every Democratic State of Law and has been perfected by the Institute of Mediation and Conciliation. In fact, both mediation and conciliation have succeeded in facilitating the reestablishment of relations broken by conflict, since the method used is dialogue. The parties present an

impartial third party, in the case of the mediator, to the conflict in which they are inserted, and the mediator will try to facilitate the dialogue so that the parties themselves can agree, thus putting an end to the conflict. Through the dialogue the legislator realized that the solutions presented were more effective between the parties, since they themselves decided. Unlike what happened in the judiciary, where decisions by the judge were easily dismissed and the conflict that could be resolved more quickly became exhausting for the parties. In fact, it was difficult to reestablish the coexistence that existed previously, that is, the judicial demand made the coexistence between the parties more exhausting, since the process has the slowness as its main negative point and this reflected in the search for social peace. This article tries to emphasize the importance of the mechanism of mediation and conciliation in the effectiveness of the social controversies, as well as its reflection on the patience of the relations. The article in question was carried out through bibliographical research with consultations with books, legislation and experiences lived in the group of study of mediation and conciliation of conflicts of the Unichristus. The nature of the study will be explanatory and descriptive. Explanatory, because an approach will be made to explain the reason that led to the inclusion of this mechanism in the new CPC. The reflection of this mechanism in the judiciary. Descriptive, as it will seek to expose how the inclusion of mediation and conciliation in the Brazilian legal system, as well as in extrajudicial mediation, has taken place.

Keywords: Mediation. Conciliation. Access to Justice. CPC.

1 INTRODUÇÃO

Os conflitos sociais têm se revelado cada vez mais complexos e isso tem contribuído para o aumento das demandas judiciais. Mesmo sendo algo inerente a sociedade, o conflito já foi considerado um acontecimento negativo, de modo que deveria ser extinto das relações sociais.

Contudo, com o passar dos anos percebeu-se que o conflito é essencial para o desenvolvimento de toda sociedade. O problema era como solucioná-lo, sem que isso causasse um desgaste nas relações sociais.

Assim ao se aproximarem mecanismos como a mediação e a conciliação percebe-se a possibilidade da boa administração dos conflitos e de se promover o acesso à justiça como uma ordem jurídica justa.

De fato, a necessidade de efetivação do acesso à justiça um direito fundamental tão imprescindível em todo Estado Democrático de Direito vem sendo aperfeiçoado pelo instituto da mediação e da conciliação.

Tanto que o legislador percebeu a importância de sua implementação no atual Código de Processo Civil e buscou por meio do referido código estabelecer a obrigatoriedade da audiência de mediação e conciliação, sendo, portanto, um dever do juiz e não uma faculdade do magistrado.

Todavia, a mediação extrajudicial tem se mostrado tão eficaz quanto o mediação e conciliação judicial, isso será estudado no presente artigo. A relevância da mediação extrajudicial como instituto eficaz nas soluções de conflitos tem mostrado bons resultados sendo possível desmistificar a ideia de que só no âmbito do Poder Judiciário é que possível solucionar os conflitos sociais. Assim, o presente artigo buscará estudar a mediação extrajudicial como um mecanismo eficaz nas soluções dos conflitos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O ACESSO A JUSTIÇA NO ESTADO BRASILEIRO: CONCEITO DE CONFLITO

Faz-se necessário conceituar conflito e depois falar sobre sua existência nas relações sociais, para só então estudar o acesso à justiça no Estado brasileiro. Oriunda do latim, a palavra conflito consiste em confronto, disputa, conforme os autores José Luis Bolzan de Moraes e Fabiana Marion Spengler:

[...]. Definir a palavra *conflito* é uma tarefa árdua, composta de diversas variantes: um conflito pode ser social, político, psicanalítico, familiar, interno, externo, entre pessoas ou entre nações, pode ser um conflito étnico, religioso ou ainda um conflito de valores.³

³ MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e Arbitragem: Alternativa à Jurisdição**. 2. ed. revista e ampliada. Porto Alegre: livraria do Advogado, 2008, p.45.

De fato, a palavra conflito possui várias vertentes, de modo que conceituar a palavra conflito chega a ser quase impossível, pois cada conflito tem suas peculiaridades, ou seja, um conflito social não pode possuir o mesmo significado que o conflito político, ainda que o conflito social tenha por causa o conflito político.

Ainda segundo os autores supra: “o conflito trata de romper a resistência do outro, pois consiste no confronto de duas vontades quando uma busca dominar a outra com a expectativa de lhe impor a solução [...]”.⁴

Percebe-se, portanto, que o conflito não era visto como favorável para as relações sociais, uma vez que sua solução se dava com a imposição de vontade do mais forte sobre o mais fraco. Desse modo, o conflito era visto como algo que deveria ser extinto da sociedade.

Todavia essa verdade não prevaleceu por muito tempo, já que é por meio dele que se identifica a evolução de uma sociedade, uma vez que a solução do conflito requer meios eficazes a fim de promover a manutenção da vida em sociedade. Nesse sentido, tem-se o posicionamento dos autores supra, senão vejamos:

[...], o conflito é inevitável e salutar (especialmente se querem chamar a sociedade na qual se insere de democrática), o importante é encontrar meios autônomos de manejá-lo fugindo da ideia de que seja um fenômeno patológico e encarando-o como um fato, um evento fisiológico importante, positivo ou negativo conforme os valores inseridos no contexto social analisado. Uma sociedade sem conflitos é estática.⁵

Assim sendo, com a necessidade de regulamentar as relações sociais, já que as pessoas não tinham mais condições de resolver os conflitos que surgiam, nasce o Estado Juiz. Nesse novo contexto social criou-se a figura do Estado juiz como mecanismo de solucionar os conflitos existentes na sociedade.

⁴ MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. *Mediação e Arbitragem: Alternativa à Jurisdição*. 2. ed. revista e ampliada. Porto Alegre: livraria do Advogado, 2008, p. 46.

⁵ MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e Arbitragem: Alternativa à Jurisdição**. 2. ed. revista e ampliada. Porto Alegre: livraria do Advogado, 2008, p. 47.

O pacto social, segundo Jean-Jacques Rousseau⁶, consiste no fato de que as pessoas abrem mão de seu interesse individual em detrimento de um interesse maior, o interesse coletivo. Desse modo, atribui-se a figura do Estado o ente capaz de governar as relações sociais, garantindo, portanto, a vida em sociedade.

Sabe-se que esse poder atribuído ao Estado tem por fundamento a incapacidade de a própria sociedade poder gerir suas relações sociais, devido as complexidades das relações que se constituíram ao longo dos anos. E esse poder e se inclui o poder de decisão sobre os conflitos existentes e os que fossem surgindo. Portanto, por meio desse pacto é que o Estado avocou para si a capacidade de pôr fim aos conflitos sociais garantindo, assim a manutenção da vida em sociedade.

Esse novo paradigma refletiu no Brasil advindo assim a criação de um Estado de Direito. De fato, com a instituição do pacto social foi possível atribuir ao Estado o poder de garantir que as relações sociais e os conflitos que porventura viesse a ocorrer fossem solucionados de modo a garantir o equilíbrio dessas relações sociais.

Ocorre que promover a solução de conflitos não é uma das tarefas mais fáceis, de modo que é nesse contexto que temos o Poder Judiciário. É por meio do poder judiciário que as pessoas buscam solucionar seus conflitos.

Infere-se, portanto, que não há aqui a vontade das partes, mas tão somente o Estado decidindo como aquele conflito será resolvido, de modo que só caberá a elas, ou seja, as partes acatar a decisão ou então recorrer dela.

Contudo, nem sempre os conflitos eram solucionados de modo a satisfazer as partes. Ademais, a demanda judicial chegou a ser um óbice nas soluções dos conflitos, posto que as partes desistiam de prosseguir com feito, já que a demora desestimulava a busca por tal solução.

Nesse contexto social, surge novos mecanismo como a mediação e a conciliação extrajudicial para solucionar os conflitos sociais. Segundo as lições de Lilia Maia de Moraes Sales, a mediação e conciliação de conflitos podem ser definidas da seguinte forma: “É um mecanismo de resolução de

⁶RUSSEAU, Jea-Jacques. **Do contrato social**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p. 20; 21.

controvérsias pelas próprias partes, constituindo estas uma decisão ponderada, eficaz e satisfatória para ambas. [...]”. Ainda segundo a autora:

É um procedimento em que e através do qual uma terceira pessoa age no sentido de encorajar e facilitar a resolução de uma disputa, evitando antagonismo sem prescrever a solução. As partes são as responsáveis pela decisão que atribuirá fim ao conflito. A mediação, quando oferece liberdade às partes de solucionar seus conflitos, agindo como facilitador para tal ato, passa não somente a ajudar na solução de conflitos, como também a preveni-los.⁷

No momento em que se entende a mediação como criadora de comunicação entre as partes e ainda apresentando-as como responsáveis pela solução do conflito, percebe-se que a mediação ultrapassa a solução de conflitos: ela passa a preveni-los. [...]. Através da atividade da mediação, podem ser percebidos mais evidentemente quatro objetivos: solução do problema (pela visão positiva de conflito e da participação ativa das partes via diálogo, configurando a responsabilidade pela solução), prevenção de conflitos, inclusão social (conscientização de direitos, acesso à justiça) e paz social.⁸

Consideradas como autocomposição a mediação e conciliação tem se constituído como um caminho eficaz para solucionar os conflitos existentes na sociedade, tanto que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da resolução nº 125 criou o instituto da mediação e a conciliação, pois a solução proporcionada com a gestão adequada dos conflitos vai muito mais além do que simplesmente por fim ao conflito.

De fato, a mediação e a conciliação, têm conseguido facilitar o restabelecimento das relações rompidas pelo conflito. E isso é consequência de um dos princípios que norteiam os institutos que é o da autonomia da vontade das partes. Segundo esse princípio as partes estão ali por vontade própria, se permitindo conversarem sobre o conflito e quem sabe solucioná-lo. Aqui, as partes dirimem o conflito.

Ademais, faz-se necessário recorrer ao CNJ para compreender a importância que os institutos da mediação e conciliação alcançaram. Inicialmente, será transcrito abaixo o conceito de mediação e conciliação proposto pelo CNJ para então poder destrinchar os mecanismos que tem sido capazes de resolver as mais variadas controvérsias sociais, vejamos:

⁷ SALES, Lília Maia de Moraes. *Justiça e Mediação de Conflitos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p 27.

⁸ SALES, Lília Maia de Moraes. *Justiça e Mediação de Conflitos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p 27.

A conciliação e a mediação são instrumentos efetivos de pacificação social, solução e prevenção de litígios, e a sua apropriada disciplina nos programas já implementados no país tem reduzido a excessiva judicialização dos conflitos de interesses, a quantidade de recursos e de execução de sentenças.⁹

Por sua vez, o autor Fredie Didier Jr. Define mediação como um instrumento de avanço na participação da sociedade nas soluções dos conflitos, configurando, portanto, na efetivação de um dos fundamentos da República Federativa do Brasil a cidadania, vejamos:

Compreende-se que a solução negocial não é apenas um meio eficaz econômico de resolução dos litígios: trata-se de importante instrumento de desenvolvimento da cidadania, em que os interessados passam a ser protagonistas da construção da decisão jurídica que regula as suas relações. Neste sentido, o estímulo a autocomposição pode ser entendido como um reforço da participação popular no exercício do poder – no caso, o poder de solução dos litígios. Têm, também por isso, forte caráter democrático.¹⁰

Conforme se depreende dos ensinamentos dos autores supracitados bem como do que explana o CNJ sobre a mediação e a conciliação, percebe-se que o primeiro objetivo não é apenas a solução do conflito, mas a busca pela paz social.

De fato, o instituto da mediação e da conciliação permitem que as partes dialoguem sobre o conflito em que estão inseridas, de modo que cada uma possa expor seu ponto de vista e com isso buscar conjuntamente a solução mais adequada para o conflito em que estão inseridas.

Assim sendo, não é somente a solução do conflito que se almeja alcançar na mediação, mas que esse conflito seja resolvido de modo que se promova a paz social, pois quando se busca a solução do Poder Judiciário, dificilmente se porá fim ao conflito, não que o Estado juiz não seja capaz de solucionar as controvérsias que nele chegam, mas pelo fato da decisão vir do

⁹CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Movimento pela conciliação. CNJ**. Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao/movimento-conciliacao-mediacao>>. Acesso em 25.06.2018.

¹⁰DIDIER JR, Fredie. **Curso de direito processual civil**. 17. ed. Salvador. Juspodivm, 2015, v. 1, p273.

juiz, enquanto na mediação e na conciliação a solução parte das próprias pessoas envolvidas no conflito.

A ênfase dada ao mecanismo da mediação por meio da resolução 125 do CNJ permitiu uma nova percepção do referido instituto de modo que é possível compreender a dimensão que a mediação tomou como meio adequado para a promoção do acesso à justiça.

Todavia, deve-se levar em conta que mesmo com a resolução 125 do CNJ, inicialmente a mediação e a conciliação de conflitos teve como objetivo principal desafogar o poder judiciário.

Contudo, essa ideia foi perdendo força quando se percebeu que a mediação e a conciliação eram capazes de promover uma solução adequada e eficaz, já que as próprias partes são as protagonistas da solução.

Ademais, percebeu-se que o objetivo maior não era apenas permitir que as partes pudessem elas mesmas promover a solução do conflito, mas também materializar um dos direitos fundamentais previsto na Constituição de 88 que é o acesso à justiça: “Contribuir para a efetiva pacificação de conflitos, bem como para a modernização, rapidez e eficiência da Justiça Brasileira”.¹¹

Somado a isso, a promulgação de duas leis n. 13.140/2015 e a promulgação do Novo Código de Processo Civil Lei nº 13.105/2015, passou a aferir a mediação e conciliação características próprias, tais como a atuação de um terceiro imparcial sem poder decisório, e que promove o diálogo como o melhor caminho na solução do conflito, as partes como as protagonistas da solução da controvérsia.¹²

Percebe-se, portanto, que o instituto da mediação e conciliação, diferentemente do que ocorre quando se busca o Poder Judiciário para resolver os conflitos sociais, promove as partes a oportunidade de elas mesmas estabelecerem qual a melhor solução para o conflito, por um caminho muito mais simples que é o diálogo.

¹¹CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Movimento pela conciliação. CNJ.** Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao/movimento-conciliacao-mediacao>>. acesso em 25.06.2018. às 22:32.

¹² Art. 1. Parágrafo único. Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.

De fato, embora nem sempre seja possível restabelecer o diálogo, este ainda é capaz de pôr fim a conflitos, posto que com o diálogo as partes constroem a solução que melhor lhe satisfaçam.

Outra característica importante da mediação e conciliação é o mediador. O papel do mediador é facilitar que o diálogo se desenvolva e que as partes possam vir a construir a solução que tanto almejam diferentemente do que ocorre no âmbito do Poder Judiciário, pois aqui o juiz impõe a decisão e as partes, conforme já dito, estão condicionadas a acatar a decisão ou então recorrer dela, já o mediador não impõe a solução, apenas facilita as partes encontrá-la.

Assim sendo, reconhecer a importância do instituto da mediação e da conciliação como meios adequados na solução do conflito e, não apenas como mero percursor de redução das demandas judiciais é um avanço na institucionalização e concretização do direito ao acesso à justiça.

De fato, quando se permite as partes a criação da solução do conflito em que estão inseridas por meio do diálogo e do respeito está sim, está de certa forma construindo uma sociedade mais justa e solidária. Solidária, no sentido de que cada um é capaz de ouvir e entender o outro sempre respeitando as limitações do outro naquele conflito; justa pois promove a solução que atende aos interesses das partes envolvidas no conflito, proporcionando uma solução conjunta sem imposição de vontade.

2.2 PRINCIPIOS QUE REGEM A MEDIAÇÃO E A CONCILIAÇÃO

De acordo com a Lei nº 13.140/2015 em seu artigo 2º¹³, a mediação e conciliação de conflitos são regidos pelo princípio da imparcialidade do mediador, pelo princípio da isonomia entre as partes, da oralidade, da informalidade, da autonomia da vontade das partes, da busca do consenso, da confidencialidade e da boa-fé.

¹³ Art. 2º A mediação será orientada pelos seguintes princípios: I - imparcialidade do mediador; II - isonomia entre as partes; III - oralidade; IV - informalidade; V - autonomia da vontade das partes; VI - busca do consenso; VII - confidencialidade; VIII - boa-fé.

Pelo princípio da imparcialidade do mediador¹⁴ infere-se que este não pode agir com preferências entre as partes inseridas no conflito, de modo que não pode julgar quem está com a razão ou não. Diferentemente do que ocorre no Estado Juiz, posto que neste o juiz vai por meio da sentença determinar quem está com a razão, ou seja quem está com o direito ao mérito do conflito¹⁵.

Por sua vez, a isonomia entre as partes é mais uma característica da mediação de conflitos. Quando o legislador constituinte optou em inserir o princípio da isonomia¹⁶ buscou de certa forma a efetivação do que preceitua o caput do artigo 5 da CF/88. Segundo esse artigo, infere-se que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza.

Já pelo princípio da oralidade os assuntos que norteia o conflito serão orais, ou seja, a mediação não trabalha com provas escritas, mas com o que as partes falam na própria sessão, pois a mediação não busca identificar culpado, mas permitir que o conflito seja falado pelas partes no momento em que se está ocorrendo a mediação e conciliação¹⁷.

O princípio da informalidade permite a mediação e conciliação não se prender as mesmas formalidades imposta no âmbito do Poder Judiciário¹⁸.

Assim, busca-se facilitar o referido instituto, promovendo de forma célere a solução para o conflito.

¹⁴ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais. ANEXO III – RESOLUÇÃO 125/2010 – CNJ. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1077812/cod-etica-mediador-conciliador.pdf> > visitado em 30/09/3018.

¹⁵ Sales, Lilia Maia de Moraes; Chaves, Emmanuela Carvalho
Cipriano Chaves. Título:

Mediação e Conciliação Judicial – A Importância da Capacitação e de seus Desafios1.

Doi: <http://dx.doi.org/10.5007/2177-7055.2014v35n69p255>. p.263.dezembro de 2014.

¹⁶Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

¹⁷ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais. ANEXO III – RESOLUÇÃO 125/2010 – CNJ. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1077812/cod-etica-mediador-conciliador.pdf> > visitado em 30/09/3018.

¹⁸ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais. ANEXO III – RESOLUÇÃO 125/2010 – CNJ. Disponível em: < <http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1077812/cod-etica-mediador-conciliador.pdf> > visitado em 30/09/3018.

A informalidade é tão importante para a mediação que se fosse exigido toda a burocracia que se exige quando se promove uma ação, por exemplo, provavelmente, o instituto não conseguiria promover as soluções que tem conseguido¹⁹.

É que a ideia de burocracia, na maioria das vezes desestimula a busca para a solução do conflito seja, de forma judicial ou até mesmo extrajudicial. Por sua vez, o princípio da autonomia da vontade das partes tem se manifestado favorável para que a mediação se desenrole no caminho que se propõe²⁰.

De fato, por esse princípio não há imposição para as partes comparecerem e proporem a solução. Na mediação, diferentemente do Poder Judiciário, as partes são convidadas a participarem da sessão de mediação e conciliação. A carta que as partes recebem é uma carta convite, enquanto no poder judiciário tem-se a intimação ou um mandado judicial.

Já o princípio da busca do consenso se caracteriza pelas próprias partes conjuntamente perceberem que o conflito afeta a ambos de modo que a solução ali apresentada atenderá a todos, ou seja, aqui as partes se põe no lugar do outro, há de certa forma uma empatia, pois ao dialogarem sobre o conflito em que se encontram inserida, as partes discutem seus principais pontos, expondo o que não está bom e o que incomoda a cada um. Isso é de suma importância para que se consiga chegar a uma solução que atenda as partes. Tanto que elas constroem²¹.

A confidencialidade é também um princípio que dar a mediação maior confiabilidade, pois tudo que se discute ali não pode ser comentado lá fora. É interessante que na mediação quando as partes não se sentem à

¹⁹ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais. ANEXO III – RESOLUÇÃO 125/2010 – CNJ. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1077812/cod-etica-mediador-conciliador.pdf>> visitado em 30/09/3018.

²⁰ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais. ANEXO III – RESOLUÇÃO 125/2010 – CNJ. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1077812/cod-etica-mediador-conciliador.pdf>> visitado em 30/09/3018.

²¹ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais. ANEXO III – RESOLUÇÃO 125/2010 – CNJ. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1077812/cod-etica-mediador-conciliador.pdf>> visitado em 30/09/3018.

vontade com a presença de terceiros, o mediador pode pedir para que essas pessoas saiam da sessão, posto que o mais importante é que as partes possam se sentir bem com a sessão a fim de promoverem a solução mais adequada para o conflito²².

Por sua vez, o princípio da vontade das partes, aduz que as partes não são obrigadas a estarem ali para a sessão de mediação, ou seja, não há uma imposição para que a sessão de mediação ocorra, de modo que a sua realização se dá por meio de um convite que se fez as partes, o que difere no âmbito do poder judiciário, que aqui caso uma das partes não concorde pela realização da sessão essa ainda assim poderá ocorrer²³.

E por fim, tem-se o princípio da boa-fé. Pode-se aferir que este é um dos princípios mais importantes da mediação e conciliação. O princípio da boa-fé é quando as partes agem em concordância com a moral e os bons costumes, ou seja, a boa-fé aqui é a subjetiva, é aquela que se espera do comportamento do homem na sociedade²⁴.

De fato, não se pode esperar que haja uma solução eficaz se as partes não se comportam conforme esse princípio, não levando, portanto, a sério que o outro ali se propõe a fazer que é discutir e resolver o conflito ao qual estão inseridas.

Infere-se, do exposto que a mediação e conciliação como meios de autocomposição na solução de conflitos tem se mostrado eficaz posto que as partes estão envolvidos não apenas no conflito, mas também em solucioná-lo.

Ademais, comparando a mediação e a conciliação com o poder judiciário, pode-se aferir o seguinte: enquanto na mediação e na conciliação as decisões visam o sigilo, flexibilidade no procedimento, maior celeridade,

²² CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais. ANEXO III – RESOLUÇÃO 125/2010 – CNJ. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1077812/cod-etica-mediador-conciliador.pdf>> visitado em 30/09/3018.

²³ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais. ANEXO III – RESOLUÇÃO 125/2010 – CNJ. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1077812/cod-etica-mediador-conciliador.pdf>> visitado em 30/09/3018.

²⁴ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais. ANEXO III – RESOLUÇÃO 125/2010 – CNJ. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1077812/cod-etica-mediador-conciliador.pdf>> visitado em 30/09/3018.

preocupação com as partes envolvidas no conflito, no poder judiciário a maior característica é a publicidade, morosidade para encontrar a solução da demanda, maior desgaste emocional, bem como maior rigor no procedimento adotado, o que compromete o resultado esperado, já que não há discricionariedade das partes na solução do litígio.

Com a promulgação do Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015) o legislador ordinário trouxe uma novidade para o novo código. Inseriu a mediação e conciliação como obrigatórias nas audiências ocorridas no poder judiciário.

Assim, é possível questionar: qual o propósito do legislador em trazer no novo código o referido instituto? O que se espera com tal medida? É possível aferir que essa decisão de incluir a mediação e conciliação no NCCPC é de fato fundamental importância para garantir a efetivação do referido instituto? Ou seja, é possível afirmar que essa obrigatoriedade impõe ao instituto da mediação e conciliação maior eficácia na solução dos conflitos?

Seria demasiadamente egocentrismo do poder judiciário aferir para si a premissa de que a mediação efetuada por ele é capaz de melhor resolver as controvérsias existentes na sociedade. Afinal, a maior característica dos institutos da mediação e conciliação é que as próprias partes são responsáveis por construir a melhor solução para o conflito ao qual estão inseridas.

De fato, conceder às partes o poder de dirimir as controvérsias em que se encontram inseridas é uma evolução na efetivação de um dos direitos mais básicos de um Estado Democrático de Direito, qual seja: o exercício da cidadania.

Ora, se o legislador reconheceu as partes o direito de resolver por si mesma a solução das controvérsias, isso nada mais é do que a confirmação de que o direito brasileiro migra para a ideia de que não cabe apenas ao estado juiz promover a solução ideal, mas cabe também às partes decidirem o que é melhor para elas mesmas.

Nesse sentido, têm-se os ensinamentos do autor Bruno Garcia Redondo. Segundo o referido autor, o juiz tem o dever-poder de buscar a autocomposição em qualquer fase do processo: “pode o juiz, em qualquer fase

do processo, determinar a realização de audiência de conciliação ou mediação”²⁵.

Como se vê, a ideia é promover a melhor solução para o conflito e dar as partes essa oportunidade é um reconhecimento de que as soluções impostas pelo estado juiz, não é o único caminho para se chegarem a fim de um conflito, as partes podem sim pôr fim aos conflitos que as acometem.

Ainda que se reconheça que a mediação e a conciliação judicial e extrajudicial são muito semelhantes. Deve-se levar em conta que elas possuem diferenças. Não necessariamente nas características em si do instituto, mas como ele se desenvolve no âmbito do Poder Judiciário e nos núcleos que possuem vínculos com o poder judiciário e que estão autorizados a promover a mediação e conciliação.

Assim, será feito um comparativo de forma não muito detalhada, mas que seja possível identificar suas semelhanças e diferenças. Não se busca com isso, aferir qual o melhor para a solução do conflito se é no âmbito do poder judiciário ou do âmbito extrajudiciário, já que nos dois caminhos expostos o objetivo é sempre o mesmo, a melhor solução para o conflito, mas fazer com que seja esclarecido que podem existir diferenças sem que se descaracterize o instituto da mediação e da conciliação.

No âmbito do Poder Judiciário, o juiz tem o dever de propor a audiência de mediação e conciliação. Na ocasião serão perguntando as partes se elas estão de acordo com a realização da audiência.

Perceba, portanto, que aqui as partes serão intimadas para participar da audiência de mediação e conciliação. De modo que, caso uma das partes rejeite a audiência isso não significa que ela não venha a ocorrer.

Já no âmbito extrajudicial a parte que buscou o auxílio extrajudicial, será convidada a participar da sessão de mediação e conciliação, é o que se depreende dos ensinamentos do Autor Breno Garcia Redondo, vejamos:

²⁵REDONDO, Breno Garcia. **Conciliação e mediação**. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues e WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (coords.). **Temas essenciais no novo CPC: análise das principais alterações do sistema processual civil brasileiro**. De acordo com a Lei 13.256/2015. 2. triagem. São Paulo. Revista dos tribunais, 2016, p.223.

Em duas situações excepcionais a audiência não será realizada (art. 334, § 4) se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual (inc. I); ou quando não admitir autocomposição (inc. II).²⁶

É possível inferir que no poder judiciário a audiência é obrigatória, ainda que uma das partes não tenha interesse na sua realização. Diferentemente do que ocorre na mediação e conciliação extrajudicial. Aqui as partes precisam estar de comum acordo para que a audiência ou sessão como seja chamada aconteça.

Além disso, o silêncio é interpretado como interesse na realização da audiência de mediação e conciliação, conforme interpretação dada pelo autor Breno Garcia Redondo: “A opção pela dispensa é que deve vir expressa, e não o interesse em sua realização, já que esta decorre da lei, sendo a regra padrão do procedimento”.

O mesmo entendimento é percebido da leitura dos autores Luiz Rodrigo Wambier e Eduardo Talamini, vejamos:

É também pressuposto da audiência que ambas as partes não tenham expressamente manifestado desinteresse na realização do ato. [...]. a realização d audiência não é obrigatória, mas sua supressão depende de manifestação expressa dos dois polos da demanda. [...] pela letra do art. 334, § 4º, I, não basta que apenas uma das partes manifeste seu desinteresse. Ambas precisam fazê-lo, caso contrário, a audiência ocorrerá- e se houver litisconsórcio, todos os litisconsortes precisam manifestar o desinteresse²⁷.

Ora, qual a justificativa de impor a audiência de mediação e conciliação se o propósito é a busca pela solução do conflito pelas próprias partes?

Conforme dito outrora, a mediação e a conciliação foi ganhando espaço na medida que se percebeu que as soluções ali criadas pelas próprias partes se mostravam mais eficazes do que as que eram impostas pelo poder

²⁶ REDONDO, Breno Garcia. **Conciliação e mediação**. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues e WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (coords.). **Temas essenciais no novo CPC**: análise das principais alterações do sistema processual civil brasileiro. De acordo com a Lei 13.256/2015. 2. triagem. São Paulo. Revista dos tribunais, 2016, p.223.

²⁷ REDONDO, Breno Garcia. **Conciliação e mediação**. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues e WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (coords.). **Temas essenciais no novo CPC**: análise das principais alterações do sistema processual civil brasileiro. De acordo com a Lei 13.256/2015. 2. triagem. São Paulo. Revista dos tribunais, 2016, p. 129.

judiciário. Não se está afirmando que o poder de decisão do estado juiz não é capaz de produzir efeitos, mas as chances de recorribilidade aqui são bem maiores, uma vez que a solução do conflito parte do juiz e não das partes, como é o que acontece nas sessões de mediação e conciliação.

No âmbito extrajudicial, a sessão de mediação e conciliação não acontecerá se não houver manifesta vontade das partes ali presentes. Ou seja, não cabe ao mediador impor a audiência, mas perguntar se as partes estão dispostas a participar da sessão de mediação e conciliação, afinal, a solução do impasse cabe as partes e não ao mediador ou conciliador.

Acrescente-se ainda que no âmbito do poder judiciário caso as partes não compareçam à audiência de mediação ou conciliação e não se fizerem presentes por seus representantes legais, devidamente munidos de documento procuratório, o juiz aplicará uma multa, conforme previsão expressa no próprio código de processo civil e dos ensinamentos dos autores Luiz Rodrigues Wambier e Eduardo Talamini:

A parte que sem justo motivo, deixar de comparecer a audiência nem se fizer representar por procurador com poderes específicos será sancionada por ato atentatório a dignidade da justiça com multa de até dois por cento da vantagem econômica ou do valor da causa, que será revertida em cofres públicos. Não configura revelia o não comparecimento do réu a essa audiência. Tampuco se pode presumir a veracidade de qualquer fato afirmado pelo adversário do ausente, muito menos a procedência de pretensões diversas²⁸.

Contudo, no meio extrajudicial, a mediação e a conciliação não serão submetidas punição as partes, já que o procedimento extrajudicial não possui as mesmas regras que a do poder judiciário. Perceba, não é que o procedimento extrajudicial esteja alheio ao que o ordenamento jurídico brasileiro prevê.

Contudo a imposição de multa seria inviável, uma vez que sua aplicação não se encaixa no objeto dos projetos de mediação extrajudicial que é promover o acesso à justiça de forma mais célere e a solução do conflito que se apresenta.

²⁸ REDONDO, Breno Garcia. **Conciliação e mediação**. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues e WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (coords.). **Temas essenciais no novo CPC: análise das principais alterações do sistema processual civil brasileiro**. De acordo com a Lei 13.256/2015. 2. triagem. São Paulo. Revista dos tribunais, 2016, p.130.

De fato, a imposição de multa imposta pelo Poder Judiciário visa impedir que se mova a máquina judiciária só por capricho. Afinal, as demandas devem ser interpostas para buscar a garantia de um direito que está sendo violado e não para tumultuar o poder judiciário.

Ademais, a quantidade de processos parados, sem apreciação do próprio judiciário tem sido uma realidade negativa desse sistema. A morosidade chega a ser motivo de tantas desistências, ou até mesmo perecimento do direito ali almejado. Não que o Poder Judiciário não seja o caminho para solucionar os conflitos sociais, afinal, há casos que não podem ser resolvidos pela sessão de mediação e conciliação.

Conquanto, o caminho extrajudicial tem como vantagem a celeridade na solução do conflito, uma vez que o sistema é menos burocrático e ao mesmo tempo eficiente, tanto quanto o próprio Poder Judiciário.

Ressalta-se por oportuno que não se busca com isso desmerecer o Poder judiciário, pelo contrário, o Estado Juiz permanece como garantia na efetivação dos direitos fundamentais, bem como no combate a qualquer ameaça e violação de direito.

Todavia, o caminho extrajudicial também tem se mostrado capaz de dar as partes a mesma efetivação daquele ente, tanto que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reconhece a importância desse novo instituto da mediação e conciliação extrajudicial como um caminho na efetivação do acesso à justiça e na promoção dos direitos fundamentais.

3 MÉTODOS

O artigo em questão foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica com consultas a livros, legislação e experiências vividas no grupo de estudo de mediação e conciliação de conflitos da Unichristus.

A experiência que o grupo de estudo me proporcionou foi o que mais me deu subsídios para escrever, uma vez que nada se compara com a vivência e a prática ali apresentada.

Toda sessão de mediação era algo novo. Uma experiência nova. E no final de cada sessão tínhamos um debate sobre o conflito ali apresentado. Isso é muito enriquecedor.

Ressalta-se por oportuno que nesse artigo tem mais experiência do que leitura de obras, o que se percebe pela pouca bibliografia apresentada.

Quanto ao método, será o dedutivo, pois partirá de uma ideia geral que temos acerca da mediação e conciliação, para chegarmos a uma melhor compreensão desse mecanismo que tem demonstrado ser a paz de resolver dos mais variados conflitos.

A natureza do estudo será explicativo e descritivo. Explicativo, porque será feito uma abordagem com a finalidade de explicar o motivo que levaram a inclusão desse mecanismo no novo CPC. O reflexo desse mecanismo no poder judiciário. Descritivo, pois buscará expor como se deu a inclusão da mediação e conciliação no ordenamento jurídico brasileiro, bem como na mediação extrajudicial

Quanto ao objeto, vai ser bibliográfico, já que decorrerão de doutrinas, sites do CNJ e experiência vivida no próprio projeto de mediação e conciliação da Unichristus, para que o artigo tenha referências e possa dar ensejo a um trabalho bem desenvolvido e sustentando.

Será também documental, pois sucederão da utilização da legislação brasileira, para estudarmos a importância que se foi dada pelo legislador a mediação e conciliação como meios capazes de pôr fim aos mais diversos conflitos sociais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme tudo que foi explanado até agora, foi possível identificar que o mecanismo da mediação de conflitos é de fato um avanço na promoção e efetivação dos direitos fundamentais.

Ao inserir no ordenamento jurídico brasileiro o instituto da mediação e conciliação, o legislador ordinário buscou, de certa forma, promover as partes envolvidas no conflito a oportunidade de elas mesmas resolverem o conflito, facilitando assim as partes a possibilidade de restaurar as relações sociais rompidas pelo conflito no qual estavam inseridas.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, infere-se que a obrigatoriedade imposta ao juiz pelo novo CPC veio com o intuito de promover no âmbito do Poder Judiciário a mediação e conciliação como meios eficazes nas soluções de conflitos e não para conferir ao instituto sua eficácia, posto que este já demonstrou por diversas vezes que a mediação e conciliação extrajudicial também tem promovido resultados satisfatórios nas soluções do conflito que ali se apresenta.

Portanto, seja no âmbito judicial ou extrajudicial, seja pelas suas características básicas, seja pelos princípios que os norteia, o fato é que a mediação e conciliação de conflito tem comprovado ser um mecanismo capaz de promover uma solução satisfatória dos conflitos sociais, pois a maior característica desse mecanismo é que as partes envolvidas no conflito são os protagonistas da solução e isso tem evitado que o mesmo conflito surja novamente.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Movimento pela conciliação. CNJ.** Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao/movimento-conciliacao-mediacao>> acesso em 25.06.2018. às 22:32.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Movimento pela conciliação. CNJ.** Disponível em <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao/movimento-conciliacao-mediacao>> acesso em 25.06.2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Código de Ética de Conciliadores e Mediadores Judiciais. ANEXO III – RESOLUÇÃO 125/2010 – CNJ. Disponível em: <<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/1077812/cod-etica-mediador-conciliador.pdf>> visitado em 30/09/2018

DIDIER JR, Fredie. **Curso de direito processual civil.** 17. ed. Salvador. Juspodivm, 2015, v. 1, p273

MORAIS, José Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e Arbitragem: Alternativa à Jurisdição.** 2. ed. revista e ampliada. Porto Alegre: livraria do Advogado, 2008, p.45

REDONDO, Breno Garcia. **Conciliação e mediação.** In: WAMBIER, Luiz Rodrigues e WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (coords.). **Temas essenciais no novo CPC:** análise das principais alterações do sistema processual civil

brasileiro. De acordo com a Lei 13.256/2015. 2. triagem. São Paulo. Revista dos tribunais, 2016, p.223

SALES, Lilia Maia de Moraes. Justiça e Mediação de Conflitos. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p 27.

WAMBIER, Luiz Rodrigues e WAMBIER, Tereza Arruda Alvim. **Temas essenciais no novo CPC**: análise das principais alterações do sistema processual civil brasileiro. De acordo com a Lei 13.256/2015.ed. revista dos tribunais. 2016,

REDONDO, Breno Garcia. **Conciliação e mediação**. In: WAMBIER, Luiz Rodrigues e WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (coords.). **Temas essenciais no novo CPC**: análise das principais alterações do sistema processual civil brasileiro. De acordo com a Lei 13.256/2015. 2. triagem. São Paulo. Revista dos tribunais, 2016, p.223

A PRESCRIÇÃO NAS AÇÕES DE ABANDONO AFETIVO

Pedro Luís de Farias Pereira¹

Rosa Maria Felipe Araújo²

RESUMO

O instituto da prescrição se reveste de fundamental importância para o Direito uma vez que estabelece a passagem do tempo como fator determinante da estabilidade na troca de direitos e obrigações. Só recentemente a afetividade surge como componente que sobreleva o Direito de Família a um patamar acima das meras relações patrimoniais. A troca afetiva se estabelece como obrigação passível de demandas judiciais. Efetivar esse direito de forma concreta constitui um desafio que implica em um arcabouço de novos conceitos e considerações que convergem nas ações de abandono afetivo. Levamos em consideração, por um lado, o princípio da liberdade que limitaria a obrigatoriedade do estabelecimento de vínculos afetivos e, por outro, o compromisso de rechaçar a negligência ou omissão no cuidado parental. Em suma, a liberdade não poderá ocorrer em consonância com qualquer dano à criança ou adolescente. Há dificuldades a serem transpostas devido ao componente inerentemente subjetivo do assunto bem como as distintas visões envolvidas. Somase a esse fato o caráter complexo do instituto da prescrição quando interposto nas ações de abandono afetivo. Após revisão da literatura, pesquisa e análise jurisprudencial, com abordagem crítico-dialética, concluímos que há uma nítida inclinação para o deferimento de tais ações, chamando atenção ao fato de que há ainda dificuldades a serem transpostas no tocante ao estabelecimento de um efetivo consenso para esse tema.

Palavras-chave: Prescrição. Abandono afetivo. Direito de Família. Danos Morais. Direito Civil.

¹ Graduando em Direito; vinculado ao programa de monitoria de Direito Civil – Parte Geral do Centro Universitário Christus (Unichristus). E-mail: pedroluis.fp03@hotmail.com

² Advogada; especialista em Direito Público; mestre em Direito Constitucional; professora universitária – Unichristus e Unifor. E-mail: romafeli@hotmail.com

ABSTRACT

Prescription is a fundamental institute for the Law since it establishes the passage of time as a determinant of stability in the exchange of rights and obligations. Only recently has affectivity emerged as a component that overcomes Family Law to a level above mere property relations. The affective exchange itself is recognized as an obligation liable to lawsuits. There are difficulties to be transposed due to the inherently subjective component of the subject as well as the different visions involved. Added to this fact is the complex nature of the prescription institute when interposed in actions of affective abandonment. We take into account, on the one hand, the principle of freedom that would limit the obligation to establish affective bonds and, on the other, the commitment to reject negligence or omission in parental care. In short, freedom cannot occur in line with any harm to the child or adolescent. After reviewing the literature, research and jurisprudential analysis, with a critical-dialectic approach, we conclude that there is a clear inclination for the deferment of such actions, drawing attention to the fact that there are still difficulties to be transposed in terms of establishing an effective consensus for this theme.

Keywords: Prescription. Affective Abandonment. Family Law. Moral Damages. Civil Law.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende abordar como o instituto da prescrição se comporta nas ações de abandono afetivo. Ações estas em que os filhos movem em face dos pais, ou de um deles, alegando que estes os abandonaram, afetivamente, na infância ou adolescência, ensejando um pleito de danos morais.

As ações de abandono afetivo possuem julgados recentes com um número significativo considerados procedentes, haja vista a atual priorização da afetividade no Direito de Família, abrindo margem, então, para ações fundadas no afeto.

Este trabalho utiliza uma revisão bibliográfica sobre o tema da prescrição, do abandono afetivo e uma pesquisa e análise jurisprudencial sobre aquele instituto nas ações de abandono afetivo. Usa-se o método crítico-dialético.

A primeira parte do trabalho trata do instituto da prescrição, ressaltando a sua importância para o Direito. A segunda parte trata do abandono afetivo e os seus limites, seguido da terceira parte, em que há uma análise jurisprudencial de como a prescrição faz efeito nas ações de abandono afetivo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A importância do instituto da prescrição

A prescrição é uma palavra que deriva do vocábulo latino *praescriptio*, oriundo do verbo *praescribere*, constituído por *prae* e *scribere* que significa “escrever antes” ou “no começo”³.

A noção de temporariedade das ações remonta a Roma Antiga (VENOSA apud LEAL, 1978) quando o pretor⁴ foi investido pela lei *Aebutia*⁵, no ano de 520, do poder de criar ações não renunciadas no direito honorário⁶, e principiou o uso de fixar prazo para sua duração, originando, dessa forma, às chamadas ações temporárias, em contrapartida às ações de direito quiritário⁷, que eram perpétuas. Estabelecida a ação como sendo temporária, fazia o pretor introduzir parte inicial denominada *praescriptio*, por ser escrita antes ou no começo da fórmula. Com os avanços conceituais, a palavra passou a ter um significado mais extenso, isto é, a matéria contida nessa parte introdutória da fórmula⁸, advindo então o sentido

³ VENOSA, S. D. S. **Direito civil**: parte geral. 13ª. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

⁴ A palavra pretor deriva de *praeire* e significa o que vai à frente, o que está à cabeça. No Direito Romano era o cargo que designava qualquer magistratura (cônsul, censor).

⁵ *Lex Aebutia* que introduziu o novo sistema de processo, o processo por fórmulas escritas, tal processo era denominado de formulário.

⁶ Direito honorário ou direito pretoriano (em razão da honra dos pretores).

⁷ O direito próprio dos cidadãos romanos, característico do período arcaico (quiris é o antigo nome do cidadão romano).

⁸ O pretor podia dar instruções ao juiz sobre como ele deveria apreciar as questões de direito. Fazia isto por escrito, pela fórmula.

tradicional de extinção da ação pela expiração do prazo de sua duração.

Nessa perspectiva, as relações jurídicas estabelecidas na sociedade sofrem grande interferência do tempo, visto que tem grandes influência no nascimento, exercício e extinção de direitos⁹. Da mesma forma, há relevância em ressaltar o aspecto que diz respeito ao próprio andamento e lógica do processo porquanto “[...] surge a necessidade de controlar, temporalmente, o exercício de direitos, propiciando segurança jurídica e social”¹⁰.

Uma vez que houve o surgimento da necessidade de existir ações temporárias, em outras palavras, de existir ações com prazo prescricional, vários conceitos sobre esse instituto foram formulados desde então e, dentre eles, vale ressaltar o de Pontes de Miranda¹¹: “prescrição é a exceção, que alguém tem, contra o que não exerceu, durante certo tempo, que alguma regra jurídica fixa, a sua pretensão ou ação.”

Reforça-se que a prescrição tratada nesse trabalho é a prescrição extintiva, ou seja, aquela referente à inércia do titular do direito de propor uma ação: extinção da pretensão; forma adotada pelo Código Civil (CC) de 2002. A sua gênese está no transcorrer do tempo, fato jurídico *stricto sensu*, pois, na ausência de vontade humana, a lei prevê efeitos naturais alusivos à extinção da pretensão, podendo ser interpretados, também, como uma sanção¹².

De outra maneira, a extinção da pretensão significa a perda do titular do direito da possibilidade de ir buscar este em decorrência de sua inércia, do decurso do tempo. Não corresponde a perda do direito subjetivo público abstrato de ação, o novo Código Civil adotou a tese da prescrição da pretensão¹².

Pautado na pacificação social e na segurança jurídica¹², o instituto da prescrição atua de forma a assegurar a manutenção dos negócios jurídicos, de modo que, sem este, ninguém ousaria celebrar negócios jurídicos seja por incerteza seja

⁹ GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. Novo curso de direito civil parte geral. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, v. 1.

¹⁰ FARIAS, C. C. D.; ROSENVALD, N. Curso de direito civil: parte geral e LINDB, 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015, v. 1.

¹¹ MIRANDA, P. D. Tratado de Direito Privado. Rio de Janeiro: Borsoi, 1955, v. 6.

¹² TARTUCE, F. Do prazo de prescrição aplicável aos casos de abandono afetivo. Migalhas, 30 ago 2017. Disponível

em:<<http://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI264531,71043Do+prazo+de+prescricao+aplicavel+aos+casos+de+abandono+afetivo>>.

pelo trabalho que necessitaria guardar todos os documentos dos negócios realizados em vida, bem como das gerações anteriores¹³.

O instituto da prescrição se revela de suma importância na medida em que garante tranquilidade à ordem jurídica, por meio da consolidação de todos os direitos¹⁴. Nesse sentido, sem o mesmo instituto, o proprietário nunca estaria seguro de seus direitos e o devedor livre de pagar duas vezes a mesma dívida.

Há duas espécies de prescrição: a extintiva e a aquisitiva¹⁴. Muito embora alguns países tratam das duas espécies no mesmo capítulo, o Código Civil brasileiro optou por regular a extintiva na Parte Geral, destacando a força extintora do direito, e a aquisitiva na parte que se refere aos meios de aquisição do domínio, predominando a força geradora.

O atual Código Civil, contrapondo-se ao anterior, dispõe taxativamente e exclusivamente os prazos prescricionais nos artigos 205 (regra geral) e 206 (regras especiais), o que facilitou a distinção entre os prazos decadenciais e os prescricionais.

Por óbvio, a prescritibilidade é a regra, disponível ao devedor. Já a imprescritibilidade seria a exceção¹⁵. São exemplos de pretensões imprescritíveis as que versem sobre os direitos da personalidade (vida, honra, liberdade, etc.), o estado da pessoa (filiação, cidadania, condição conjugal), as ações declaratórias de nulidades absolutas (por envolverem questões de ordem pública) e as ações referentes a bens públicos de qualquer natureza.

O Código Civil atual acolheu a teoria do renomado professor paraibano Agnelo Amorim Filho. Esse autor parte da premissa de que¹⁶:

Os direitos subjetivos se dividem em duas grandes categorias: A primeira compreende os direitos que têm por finalidade um bem da vida a conseguir-se mediante uma prestação, positiva ou negativa, de outrem, isto é, do sujeito passivo obrigado a uma prestação, seja positiva (dar ou fazer), como nos direitos de crédito, seja negativa (absterse), como nos direitos de propriedade. A segunda grande categoria é a dos denominados "direitos potestativos", e compreende aqueles poderes que a lei confere a

¹³ VENOSA, S. D. S. Direito civil: parte geral. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

¹⁴ GONÇALVES, C. R. Direito civil brasileiro: parte geral. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, v. 1.

¹⁵ TARTUCE, F. Do prazo de prescrição aplicável aos casos de abandono afetivo. Migalhas, 30 ago 2017. Disponível

em: <<http://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI264531,71043Do+prazo+de+prescricao+aplicavel+aos+casos+de+abandono+afetivo>>.

¹⁶ AMORIM FILHO, A. Critério Científico para Distinguir a Prescrição da Decadência e para Identificar as Ações Imprescritíveis. E-GOV, 8 mai 2015. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/crit%C3%A9rio-cientifico-para-distinguir-prescri%C3%A7%C3%A3o-da-decad%C3%Aancia-e-para-identificar-a%C3%A7%C3%B5es>>.

determinadas pessoas de influírem, com uma declaração de vontade, sobre situações jurídicas de outras, sem o concurso da vontade dessas.

Como vimos, os direitos potestativos têm atuação através de simples declaração de vontade do seu titular. Exs.: direitos de revogação do mandato, de aceitação de herança.

Agnelo Amorim, ao considerar os tipos de ações conclui¹⁶:

As ações condenatórias são meios de proteção daqueles direitos suscetíveis de violação ("direitos a uma prestação"); e as ações constitutivas são meios de exercício daqueles direitos insuscetíveis de violação ("direitos potestativos").

Parte-se, então, do princípio que o prazo prescricional se inicia no nascimento da ação (*actio nata*), determinado, tal nascimento, pela violação de um direito. Assim enfatiza Agnelo Amorim¹⁷:

Duas condições exige a ação, para se considerar nascida (nata) segundo a expressão romana: a) um direito atual atribuído ao seu titular; b) uma violação desse direito, à qual tem ela por fim remover. O momento de início do curso da prescrição, ou seja, o momento inicial do prazo, é determinado pelo nascimento da ação - *actioni nondum natae non praescribitur*.

Oportuno esclarecer que as ações de natureza predominantemente declaratórias seriam imprescritíveis e, em contrapartida, as de natureza condenatória, inibitória ou de reparação de danos, o prazo condizente seria prescricional¹⁸. Sob essa ótica, existem, previstas no Código Civil, causas impeditivas e suspensivas. Muito embora elas sejam tratadas da mesma forma no código citado, há uma pequena diferença em relação ao termo inicial, qual seja, nas causas impeditivas, o prazo nem chegou a correr, enquanto nas causas suspensivas, o prazo, já fluindo, "congela-se", durante o tempo desta da causa¹⁹.

¹⁷ AMORIM FILHO, A. Critério Científico para Distinguir a Prescrição da Decadência e para Identificar as Ações Imprescritíveis. E-GOV, 8 mai 2015. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/crit%C3%A9rio-cientifico-para-distinguir-prescri%C3%A7%C3%A3o-da-decad%C3%Aancia-e-para-identificar-a%C3%A7%C3%B5es>>.

¹⁸ TARTUCE, F. Do prazo de prescrição aplicável aos casos de abandono afetivo. Migalhas, 30 ago 2017. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI264531,71043Do+prazo+de+prescricao+aplicavel+aos+casos+de+abandono+afetivo>>.

¹⁹ GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. Novo curso de direito civil parte geral. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, v. 1.

Além disso, há outra denominação doutrinária, contrapondo-se às causas de suspensão, as chamadas causas interruptivas da prescrição. Diferencia-se daquelas, pois zera-se todo o prazo decorrido, recomeçando a contagem da data do ato que a interrompeu ou do último ato do processo para a interromper e, naquela, o prazo fica paralisado, voltando a contar o prazo da data do ato que a suspendeu¹⁹.

São as causas suspensivas e impeditivas:

Art. 197. Não corre a prescrição:

- I - entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal;
- II - entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar;
- III - entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores, durante a tutela ou curatela.

Art. 198. Também não corre a prescrição:

- I - contra os incapazes de que trata o art. 3º;
- II - contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios;
- III - contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra.

Art. 199. Não corre igualmente a prescrição:

- I - pendendo condição suspensiva;
- II - não estando vencido o prazo;
- III - pendendo ação de evicção.

E as causas interruptivas:

Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:

- I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;
- II - por protesto, nas condições do inciso antecedente;
- III - por protesto cambial;
- IV - pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores;
- V - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;
- VI - por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.

2.2 Abandono afetivo: limites e possibilidades

Ao regulamentar as ações entre seus integrantes, o direito de família é revestido de um fim ético e social. Além do seu conteúdo patrimonial possui uma natureza pessoal uma vez que estão em jogo direitos irrenunciáveis e não transmissíveis por herança. Como instituição fundamentalmente social a família é delimitada, na sua conceituação, por um processo de considerável evolução nas

últimas décadas. Isso se dá pelo fato de que a família se estende em um horizonte composto por fenômenos que vão além do âmbito puramente natural e biológico.

No entanto, além de atividades de cunho natural, biológico, também é a família o terreno fecundo para fenômenos culturais, tais como as escolhas profissionais e afetivas, além da vivência dos problemas e sucessos. Nota-se, assim, que é nesta ambientação primária que o homem se distingue dos demais animais, pela susceptibilidade de escolha de seus caminhos e orientações, formando grupos onde desenvolverá sua personalidade, na busca da felicidade – aliás, não só pela fisiologia, como, igualmente, pela psicologia, pode-se afirmar que o homem nasce para ser feliz. Não obstante o aspecto abstrato da ideia de felicidade, o Direito de Família reconhece a real possibilidade de efetivação de conceitos que determinam a afetividade como núcleo de um fenômeno jurídico-social denominado de repersonalização das relações civis. Essa repersonalização nada mais é do que a veemente recusa da coisificação do indivíduo e conseqüente enfoque na sua dignidade. A família surge, a partir dessa perspectiva, não só como um espaço de realização da afetividade humana, mas como instituição cuja função se desloca do mero sentido patrimonial e econômico para a concretização plena dos afetos.

Como esclarece Paulo Lobo²⁰:

A repersonalização, posta nesses termos, não significa um retorno ao vago humanismo da fase liberal, ao individualismo, mas é a afirmação da finalidade mais relevante da família: a realização da afetividade pela pessoa no grupo familiar; no humanismo que só se constrói na solidariedade – no viver com o outro.

Dessa forma a repersonalização contemporânea das relações de família assegura categoricamente o caminho que salvaguarda a pessoa humana como objetivo central do Direito. Temos o conhecido enunciado: *hominum causa ius constitutum sit*, todo direito é constituído por causa dos homens. Esse protagonismo foi acentuado durante a modernidade, a princípio com o iluminismo, originando a ideia dos direitos humanos fundamentais e do conceito de dignidade da pessoa humana. O conceito de dignidade da pessoa humana - como traço distintivo do ser humano, dotado de razão e consciência, muito embora tenha origem no pensamento clássico, vincula-se também à tradição judaico-cristã: o Homem relacionado com um Deus que

²⁰ LÔBO, P. Direito civil famílias. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

também é pessoa. Essa identificação do homem à imagem e semelhança do Criador, derivam sua dignidade, bem como seu lugar na história e na sociedade. Por isso, a dignidade da pessoa humana no âmbito do Direito tem um valor imprescindível na ordem jurídica.

Um ponto-chave na concepção moderna de dignidade humana é oriundo das ideias de Immanuel Kant quando bem explicita²¹:

Somente o homem considerado como pessoa, isto é, como sujeito de uma razão prático-moral eleva-se acima de qualquer preço; pois como tal (*homo noumenon*) tem de ser avaliado não meramente como meio para outros fins, nem mesmo para seus próprios fins, mas como fim em si mesmo, isto é, ele possui uma dignidade (um valor interno absoluto), pela qual ele constrange todos os outros seres racionais do mundo a ter respeito por ele e pode medir-se com qualquer outro dessa espécie e avaliado em pé de igualdade.

Com propriedade dispõe o art. 1º, III da Constituição Federal:

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:
III – a dignidade da pessoa humana.

Como visto acima, a dignidade da pessoa humana é o próprio fundamento do Estado Democrático de Direito e não há exagero em afirmar que todo o ordenamento jurídico (incluindo-se o direito de família) e toda atuação estatal devem ser erguidos sob a premissa do respeito e da proteção da pessoa humana.

Vale enfatizar o cunho cada vez mais valorativo que a Constituição empresta à convivência familiar através da **doutrina da proteção integral**. É desconsiderada a feição meramente patrimonialista da família e surge um contexto em que a criança e o adolescente são sujeitos de direito, prioriza-se a dignidade humana e proíbe-se atitudes discriminatórias à filiação ao assegurar os mesmos direitos e qualificações aos filhos nascidos ou não da relação de casamento e aos havidos por adoção. A carta magna sobreleva o indivíduo a novo patamar em que a assistência moral é um dever jurídico e, por consequência, seu descumprimento é passível de demandas indenizatórias.

²¹ KANT, I. *Metafísica dos Costumes*. Tradução de Clélia Aparecida Martins; Bruno Nadai, et al. São Paulo: Vozes, 2013.

O art. 227 da Constituição confere à criança e ao adolescente os direitos “com absoluta prioridade”, exigíveis à família — inclusive ao pai separado —, à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar, que são direitos de conteúdo moral, integrantes da personalidade, cuja rejeição provoca dano moral. Segundo o art. 1634 do código civil o poder familiar do pai separado não termina com a separação, excetuando-se a guarda, permanecendo os deveres de criação, educação e companhia, que não se integram na pensão alimentícia.

Nesse aspecto, o “abandono afetivo” se correlaciona com o não cumprimento dos deveres jurídicos de paternidade. Seu objeto não é exclusivamente a moral uma vez que há consequências jurídicas que não podem ser desconsideradas. Inclusive a possibilidade de responsabilidade civil por seu descumprimento.

As ações que versam sobre abandono afetivo têm ganhado força nos últimos anos, em especial pelos julgados do STJ, condenando o réu destas ações a pagar indenizações que, muitas vezes, conferem um montante desproporcional quanto ao real dano moral, e duvidoso quanto à justiça de fato.

Discute-se, sob essa ótica, o limite da intervenção do Estado nas nossas vidas, a linha limítrofe entre o público e o privado, até que ponto o Estado pode se imiscuir na vida dos particulares, principalmente quando se discute um ponto central e íntimo na formação psicoemocional de uma criança como a afetividade e o amor e a falta destes.

É questionável a possibilidade de impor um dever de amar e nutrir afeto pelos filhos, dado que esse processo se dá de forma natural e espontânea e, portanto, não teria chances de o Estado mediar impositivamente essa relação entre pais e filhos. Questiona-se se o Direito esbarra em um limite posto pela própria intimidade e impossibilidade de gerar sentimentos de forma impositiva. Outro ponto questionável é a necessidade de o Direito assistir e intervir em relação aos pais e aos filhos no quesito afeto e amor, extrapolando, talvez, o limite e a função do Direito na regulação da vida e na pacificação social. Outro questionamento importante é revelado na preocupação quanto aos excessos de ações ou demandas não justificadas. Sobre esse assunto a jurista Giselda Hironaka considera²²:

²² HIRONAKA, G. M. F. N. Os Contornos Jurídicos da Responsabilidade Afetiva na Relação entre Pais e Filhos – Além da Obrigação Legal de Caráter Material. E-GOV, 05/03/2011. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32839-40754-1-PB.pdf>>.

O risco de o abandono afetivo transformar-se em carro-chefe de uma indústria indenizatória do afeto certamente existe, mas o Poder Judiciário pode evitá-lo, desde que, a cada caso concreto, se fizer a necessária análise ética das circunstâncias envolvidas, a fim de verificar-se a efetiva presença de danos causados ao filho pelo abandono afetivo paterno, ou materno.

Os limites das ações por abandono afetivo e das causas que versam sobre pontos com um alto grau de subjetividade e intromissão na vida de particulares não estão muito bem definidos na legislação e no ordenamento jurídico como um todo. Restam, por conseguinte, as interpretações dos tribunais, que nem sempre interpretam a lei da maneira mais justa e muito menos perfazem justiça em suas decisões, deixando, assim, uma das partes do processo desproporcionalmente em prejuízo, tendo em vista os valores muito elevados das indenizações da ação em questão.

Elementos como amor, afeto, presença dos pais na vida dos filhos, são de extrema importância para a saúde e para o desenvolvimento da criança e do adolescente, porém, sem diminuir a sua importância, devemos repensar o papel e o limite do Direito na regulação da vida e na levantada hipótese da subjetividade das ações, pois, indo por esse caminho, abrem-se precedentes para o Estado cada vez mais deturpar e embaraçar os limites entre o público e o privado, além disso, causaria insegurança jurídica, em que, nas ações, os autores pediriam providências demasiadas subjetivas. Apesar da divergência de opiniões sobre os limites cabíveis das demandas judiciais nesse sentido e pelo fato de envolverem aspectos considerados iminentemente subjetivos, há um importante número de autores que são favoráveis em considerar a pertinência das ações. Como exemplo citamos Flávio Tartuce²³:

Cumprido destacar que me posiciono no sentido de existir o dever de indenizar em casos tais, especialmente se houver um dano psíquico ensejador de dano moral, a ser demonstrado por prova psicanalítica. O desrespeito ao dever de convivência é muito claro, eis que o art. 1.634 do Código Civil impõe como atributos do poder familiar a direção da criação dos filhos e o dever de ter os filhos em sua companhia. Além disso, o art. 229 da Constituição Federal é cristalino ao estabelecer que os pais têm o dever de assistir, criar e educar

²³ TARTUCE, F. Da indenização por abandono afetivo na mais recente jurisprudência brasileira. Migalhas, 26/07/2017. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI262537,61044Da+indenizacao+por+abandono+afetivo+na+mais+recente+jurisprudencia>>

os filhos menores. Violado esse dever e sendo causado o dano ao filho, estará configurado o ato ilícito.

Em resumo, há duas vertentes. Por um lado, há a visão de que não cabe indenização no caso de ausência de afeto ou mesmo sua ruptura. Nesse caminho os laços afetivos não têm preço, não possuem valor econômico. Consideram ainda que o litígio entre familiares reduziria a expectativa do filho quanto a um possível acolhimento posterior. Outro aspecto reside no fato de que a indenização não cumpriria o objetivo de compensação financeira uma vez que a pensão alimentícia já se faria presente. Na outra vertente há a clara intenção de ressaltar o afeto como bem valioso e relacionado à própria dignidade humana.

A omissão quanto ao afeto constitui, desta maneira, um fato plausível de ser considerado um dano significativo. O próprio Código Civil brasileiro não traz, apropriadamente, o conceito de dano²⁴. Diz-se “apropriadamente” porque o conceito de dano não tem uma essência definidora e perene, mas se trata de algo situado no espaço cultural e no universo de valores, como observa com muita propriedade Judith Martins- Costa²⁵:

Será que, no século XIX, faria sentido falar em danos não patrimoniais? Antes de a psicanálise instaurar o seu reinado, pondo a nu a relevância da saúde psíquica e da vida sexual e afetiva, poder-se-ia cogitar da hipótese de "dano psíquico", "dano à vida afetiva", "dano à vida conjugal", ou em "dano à realização sexual"? Anteriormente ao desmedido império das técnicas e dos meios de comunicação, inclusive a Internet, haveria como imaginar certos danos à vida privada e à intimidade? Antes dos avanços da genética, poder-se-ia pensar em danos decorrentes de manipulação celular em embriões?

Historicamente falando, o que há décadas ou séculos não era indenizável, atualmente ou futuramente, pode vir a ser. A dignidade humana é vista não apenas como um valor, mas um princípio normativo em constante mudança, com um dinamismo e complexidade próprio das questões humanas e culturais. O abandono afetivo como fato instaurador de um dano psicossocial, verificável e comprovável, constitui sim uma ruptura da dignidade.

2.3 Prazo de prescrição no abandono afetivo

²⁴ FARIAS, C. C.; BRAGA NETTO, F.; ROSENVALD, N. Manual de Direito Civil. Salvador: JusPodivm, 2017.

²⁵ MARTINS-COSTA, J. Os Danos à Pessoa no Direito Brasileiro e a Natureza da sua Reparação. Revista da Faculdade de Direito da UFRGS, Porto Alegre, mar. 2001, n. 19, p 181-208.

Do ponto de vista objetivo, ressaltamos o que dispõe o código civil no art. 197: “Não corre a prescrição: II – Entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar”. Destacamos ainda, na referência ao poder familiar, que o código civil prevê sua extinção com a maioria (art. 1.635, III).

A 4ª Turma do STJ, de acordo com a disposição do código civil determinou que o prazo prescricional, nesses casos, só começa a correr a partir da maioria do interessado, uma vez que não corre a prescrição entre ascendentes e descendentes antes da cessação do poder familiar. A ementa do julgado aqui é transcrita²⁶:

O prazo prescricional das ações de indenização por abandono afetivo começa a fluir com a maioria do interessado. Isso porque não corre a prescrição entre ascendentes e descendentes até a cessação dos deveres inerentes ao pátrio poder (poder familiar). No caso, os fatos narrados pelo autor ocorreram ainda na vigência do CC/1916, assim como a sua maioria e a prescrição da pretensão de ressarcimento por abandono afetivo. Nesse contexto, mesmo tendo ocorrido o reconhecimento da paternidade na vigência do CC/2002, apesar de ser um ato de efeitos *ex tunc*, este não gera efeitos em relação a pretensões já prescritas. Precedentes citados: REsp 430.839-MG, DJ de 23/9/2002, e AgRg no Ag 1. 247.622-SP, DJe de 16/8/2010. REsp 1.298.576-RJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 21/8/2012.

Do ponto de vista majoritário, o prazo prescricional, nesses casos, é de três anos como se confirma na subsunção do prazo especial para a reparação civil previsto no art. 206, § 3º, inc. V, do código civil.

São significativos em número os julgados que seguem esse prazo de três anos. Citaremos alguns exemplos tais como o do Tribunal de Justiça do Paraná²⁷:

Ação reparatória de danos morais e materiais em razão do homicídio da mãe dos autores e do abandono afetivo em tese praticado pelo requerido. Prescrição. Aplicação do prazo trienal previsto no art. 206, § 3º, V, CCB. Autores absolutamente incapazes à época dos fatos. Início do prazo prescricional com o alcance da maioria (TJPR, Apelação cível n.

²⁶ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp 1298576 RJ 2011/0306174-0, 2011. Relator Ministro Luís Felipe Salomão. Data de julgamento: 21/08/2012. Data da publicação: 06/09/2012. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22345715/recurso-especial-resp-1298576-rj-2011-0306174-0-stj/inteiro-teor-22345716>>.

²⁷ PARANÁ. AC. Processo/Prot: 1601201-4. Relator DES ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA. Julgamento: 18/01/2016. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/479783110/andamento-do-processo-n-1601201-4-apelacao-civel-20-07-2017-do-tjpr>>.

1601201-4, Ipiranga, Décima Câmara Cível, Rel^a Des^a Ângela Khury Munhoz da Rocha, julgado em 08/06/2017, DJPR 21/07/2017, pág. 130). Do Tribunal de São Paulo: "Incidência do prazo de três anos previsto no artigo 206, § 3º, inciso V, do Código Civil de 2002, em consonância com o artigo 2.028 do mesmo diploma legal.

No Tribunal de Justiça da Paraíba²⁸:

[...] a pretensão de indenização por abandono afetivo prescreve em três anos, conforme o prazo estabelecido no art. 206, § 3º, V, do Código Civil, e começa a contar a partir da maioridade do alimentando. No caso concreto deve ser reconhecida a prescrição, porquanto a presente ação foi ajuizada quase sete anos após o autor atingir a maioridade.

Percebe-se que nos julgados transcritos, e em outros semelhantes, há a conclusão de que o prazo de três anos tem início com a maioridade do filho, pois, como ressaltamos anteriormente, nos termos do art. 197, inc. II, do código civil, não corre a prescrição entre ascendentes e descendentes durante o poder familiar, o que é cessado quando o filho completa dezoito anos, em regra. Esse dispositivo, segundo tal interpretação, deve prevalecer sobre outra, enunciada pelo art. 198, inc. I, da mesma codificação, segundo a qual não corre a prescrição contra os absolutamente incapazes, os menores de dezesseis anos. Dessa forma, o prazo prescricional para o abandono afetivo finda por vencer quando o filho completa vinte e um anos de idade (18 anos somando-se 3 da prescrição).

A jurisprudência citada acima nos encaminha para uma ideia de que há consenso sobre o assunto. Entretanto, há opiniões que divergem em vários aspectos. O professor Flávio Tartuce²⁹, por exemplo, questiona a possibilidade de que, nos casos de abandono afetivo, se estabeleça qualquer prazo para a demanda. O citado autor enumera os seguintes aspectos: a demanda envolve Direito de Família, estado de pessoas (filho), ter como conteúdo o direito de personalidade e, por último, o fato de que no abandono afetivo os danos são continuados.

3 MÉTODOS

²⁸ PARAÍBA. AC N.º 0028806-67.2013.815.0011.Relator: Rogério Medeiros. Data do julgamento: 18/01/2016. Disponível em: <<https://tj-pb.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/298076853/apelacao-apl-288066720138150011-0028806-6720138150011/inteiro-teor-298076863>>.

²⁹ TARTUCE, F. Do prazo de prescrição aplicável aos casos de abandono afetivo. Migalhas, 30/08/2017. Disponível em:<<http://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI264531,71043Do+prazo+de+prescricao+aplicavel+aos+casos+de+abandono+afetivo>>.

Este trabalho utilizou uma revisão bibliográfica sobre o tema do instituto da prescrição, do abandono afetivo e uma pesquisa e análise jurisprudencial sobre aquele instituto nas ações de abandono afetivo. Usou-se o método crítico-dialético.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações de abandono afetivo envolvem dificuldades em dois aspectos. Primeiramente há a visão contemporânea da afetividade em si como direito irrenunciável e não transmissível por herança. Temos, assim, a afetividade como valor jurídico e que, por consequência, a análise jurídica não pode permanecer alheia a este importante aspectos das relações sociais e familiares. Esse fato traduz um avanço no próprio Direito de Família que passou a ser contemplado além dos horizontes puramente biológicos ou patrimoniais. Em seguida, como parte integrante dessas dificuldades, temos o instituto da prescrição que tradicionalmente é assunto de amplos debates e conceituações. Ao analisarmos a jurisprudência das ações de abandono afetivo, temos a nítida percepção que tais ações surgem como reflexo dessa nova visão do Direito de Família, ou seja, a necessária humanização e contextualização sócio afetiva das relações do núcleo familiar. Não pode o julgador desconsiderar a necessária existência de um mínimo de cuidados parentais com o menor, que ultrapassa o mero cumprimento da lei, assegurando aos filhos pelo menos a afetividade e as condições para uma adequada formação psicológica e inserção social.

Em contrapartida há um aspecto importante a ser discutido: o princípio da liberdade. Partido desse princípio não haveria obrigação, do ponto de vista civil, de se estabelecer vínculos verdadeiramente afetivos em todos os casos. Por outro lado, há a necessidade precípua de se evitar qualquer forma de negligência e omissão no tocante aos cuidados com os filhos. O fato crucial seria analisar se o cumprimento de um princípio não estaria levando a um prejuízo significativo à salvaguarda de um outro princípio quando postos em confronto. A liberdade individual não pode ter

relação com um dano à criança ou adolescente que, por natureza, são vulneráveis.

4 CONCLUSÃO

Concluimos que o tema do abandono afetivo traz, em seu bojo, peculiaridades e sutilezas que afetam sobremaneira o grau de dificuldade jurídica não somente quanto ao conteúdo, mas na particular verificação da real veracidade da suposta pretensão. Da mesma forma, concluimos que os pedidos de reparação poderão ser, de fato, deferidos em um número considerável de julgados se, no caso concreto, se caracterizar o abandono afetivo.

Esse tema é, indubitavelmente, enriquecedor ao nos trazer reflexões sobre princípios fundamentais do Direito contemporâneo, principalmente aqueles que tratam de elevar a dimensão dos valores imateriais e humanos universais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. REsp 1298576 RJ 2011/0306174-0, 2011. Relator Ministro Luís Felipe Salomão. Data de julgamento: 21/08/2012. Data da publicação: 06/09/2012. Disponível em: <<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22345715/recurso-especial-resp-1298576-rj-2011-0306174-0-stj/inteiro-teor-22345716>>. Acesso em: 29 maio 2018.

FARIAS, C. C. D.; ROSENVALD, N. **Curso de direito civil: parte geral e LINDB**, 13. ed. São Paulo: Atlas, 2015, v. 1.

FARIAS, C. C.; BRAGA NETTO, F.; ROSENVALD, N. **Manual de Direito Civil**. Salvador: JusPodivm, 2017.

AMORIM FILHO, A. Critério Científico para Distinguir a Prescrição da Decadência e para Identificar as Ações Imprescritíveis. **E-GOV**, 08/05/2015. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/crit%C3%A9rio-cientifico-para-distinguir-prescri%C3%A7%C3%A3o-da-decad%C3%Aancia-e-para-identificar-a%C3%A7%C3%B5es>>. Acesso em: 27 maio 2018.

GAGLIANO, P. S.; PAMPLONA FILHO, R. **Novo curso de direito civil parte geral**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2014, v. 1.

GONÇALVES, C. R. **Direito civil brasileiro: parte geral**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, v. 1.

HIRONAKA, G. M. F. N. Os Contornos Jurídicos da Responsabilidade Afetiva na Relação entre Pais e Filhos – Além da Obrigação Legal de Caráter Material. **E-GOV**, 05/03/2011. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/32839-40754-1-PB.pdf>>. Acesso em: 27/05/2018.

KANT, I. **Metafísica dos Costumes**. Tradução de Clélia Aparecida Martins; Bruno Nadai, *et al.* São Paulo: Vozes, 2013.

LEAL, A. L. C. **Da prescrição e da decadência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

LÔBO, P. **Direito civil famílias**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

MARTINS-COSTA, J. Os Danos à Pessoa no Direito Brasileiro e a Natureza da sua Reparação. **Revista da Faculdade de Direito da UFRGS**, Porto Alegre, mar. 2001, n. 19, p 181-208.

MIRANDA, P. D. **Tratado de Direito Privado**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1955, v. 6.

TARTUCE, F. Da indenização por abandono afetivo na mais recente jurisprudência brasileira. **Migalhas**, 26 jul 2017. ISSN 1983-392X. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI262537,61044Da+indenizacao+por+abandono+afetivo+na+mais+recente+jurisprudencia>>. Acesso em: 27 maio 2018.

TARTUCE, F. **Direito civil: Lei de Introdução e Parte Geral**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017, v. 1.

TARTUCE, F. Do prazo de prescrição aplicável aos casos de abandono afetivo. **Migalhas**, 30 ago 2017. Disponível em: <<http://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI264531,71043Do+prazo+de+prescricao+aplicavel+aos+casos+de+abandono+afetivo>>. Acesso em: 29 maio 2018.

PARÁIBA. AC N.º 0028806-67.2013.815.0011. Relator: Rogério Medeiros. Data do julgamento: 18/01/2016. Disponível em: <<https://tjpb.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/298076853/apelacao-apl-288066720138150011-0028806-6720138150011/inteiro-teor-298076863>>. Acesso em: 29 maio 2018.

PARANÁ. AC. Processo/Prot: 1601201-4. Relator DES ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA . Julgamento: 18 de janeiro de 2016. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/479783110/andamento-do-processo-n-1601201-4-apelacao-civel-20-07-2017-do-tjpr>>. Acesso em: 29 mar 2018.

VENOSA, S. D. S. **Direito civil: parte geral**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

A PROTEÇÃO DE DADOS SENSÍVEIS NA SOCIEDADE DE INFORMAÇÃO

Eude Rêgo Luz¹
Lucas Aragão Napoleão²
Ana Beatriz Lima Pimentel Lopes³

RESUMO

Com o advento da era digital, o fluxo de dados dos mais variados tipos tem se propagado de maneira descontrolada e, muitas vezes, acaba por prejudicar a privacidade, intimidade ou a imagem de determinado indivíduo trazendo prejuízos irreversíveis e incalculáveis. Nesse sentido, na medida em que a tecnologia cresce de maneira exponencial, as regulamentações legais não conseguem acompanhar todas as hipóteses de violação dos denominados direitos da personalidade na atualidade, tendo em vista que é impossível o direito acompanhar as evoluções da sociedade. A presente pesquisa tem por objetivo analisar como tem se dado a proteção dos dados biométricos na pós-modernidade e em que medidas essa proteção garante a promoção dos direitos da personalidade, pois eles são aspectos intrínsecos de cada indivíduo e necessitam de proteção específica em cada área que são afetados. Nessa perspectiva, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, além da utilização dos métodos dedutivo e indutivo, desenvolvidos por meio da pesquisa da regulamentação do tema até o presente. Conclui-se que não há ainda no Brasil uma verdadeira e eficaz solução para a efetivação da proteção de dados, não havendo ainda um amparo devido, bem como um órgão especializado para tratar de matérias dessa origem. Nos resultados do trabalho foram discutidos alguns pontos importantes sobre o tema e foram dados exemplos para se contextualizar a matéria em discussão. Mostra-se, assim, importante o avanço de estudos nessa área a fim solucionar determinados conflitos na proteção efetiva dos

¹ Graduando do Curso de Direito do Centro Universitário Christus (Unichristus) e participante do programa de iniciação científica. E-mail: euderego@outlook.com.

² Graduando do Curso de Direito do Centro Universitário Christus (Unichristus) e participante do programa de iniciação científica. E-mail: lucasaragaonapoleao@gmail.com.

³ Doutoranda em Direito Constitucional nas relações Privadas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestre em Direito Público - Ordem Jurídica Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Direito Privado pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Professora de Direito Civil do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS).

dados ou contribuir para uma melhora nessa seara de estudo rica de detalhes e sempre se modificando.

Palavras-chave: Dados pessoais. Dados biométricos. Direitos da personalidade. Internet. Proteção de dados.

ABSTRACT

With the advent of the digital age the flow of data of all sorts has spread uncontrollably and often end up harming the privacy, intimacy or image of some individual bringing irreversible and incalculable damage. With this in mind, according that the technology grows exponentially, it is impossible to the legal regulations follow all types of violation from the called personality rights nowadays, in view that is impossible to law go along all the evolution of society. The research aims at the protection of biometric data in postmodernity and in that this protection guarantees the promotion of personality rights as they are intrinsic aspects of each individual and they need a specific protection in each area that are affected. From this perspective, bibliographical and documentary researches were carried out, as well as the use of the deductive and inductive methods, developed through the research of the regulation of the subject up to the present. It is concluded that there isn't still in Brazil, a real and effective solution for the effectiveness protection of data, as there is still no due protection, as well as a specialized body to deal with matters of this origin. On the results were discussed some important points on the subject, as well as examples were given to contextualize the matter under discussion. Thus, it is important to advance studies in this area in order to solve certain conflicts in the effective protection of data or to contribute to an improvement in this field of study rich in details and always changing.

KEYWORDS: Personal data. Biometric data. Rights of personality. Internet. Data protection.

1 INTRODUÇÃO

Hoje é crescente o intercâmbio de informações dentro dos meios de comunicação. O início de tudo isso se deu na Revolução Industrial e, após isso, os avanços não mais pararam.

Dessa forma, ao final do século XX e início do século XXI foi a vez da tecnologia da informação dar um grande salto em direção ao avanço, com computadores, laptops, smartphones, microprocessadores, etc. Nesse contexto de modernidade, a comunicação não ficou limitada apenas a cartas, aos jornais, a interação direta (sem intermédio de qualquer meio de comunicação).

Assim, diante de todo o avanço da tecnologia, as interações humanas não mais se restringiram a um espaço físico ou a um número limitado de pessoas, pelo motivo que uma simples informação pode se espalhar de maneira muito rápida, em que o próprio disseminador não tem controle no que ela irá se transformar ou onde irá parar. Diante disso, o trabalho teve por objetivo analisar a situação de dados na sociedade da informação e sua regulação perante o aspecto personalíssimo que muitas vezes eles assumem.

Assim, a principal discussão e problemática gira em torno da insuficiência de legislação que proteja ou disponha acerca do manuseio de dados, da formação de banco de dados pessoais com a exposição de indivíduos e com conseqüente perigo ou violação dos direitos personalíssimos de privacidade, intimidade e informação.

Nesse contexto, a partir da bibliográfica baseada em livros e artigos científicos, com abordagem qualitativa do problema, o trabalho se inicia dispondo brevemente acerca da divisão dos dados até chegar no objeto de estudo deste artigo. O objeto de estudo deste trabalho serão os dados sensíveis.

Com essas considerações, o trabalho disporá acerca dos direitos da personalidade para após poder-se inserir a discussão a respeito da proteção desses e da problemática envolvendo os biométricos, pois tendo em vista a exposição e facilidade de violação de direitos personalíssimos, a discussão de mecanismos de proteção torna-se relevante, pois os direitos de personalidade são intrínsecos à natureza de qualquer indivíduo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Dos dados.

Os dados são uma sequência lógica de algo real ou virtual, porém eles por si só podem não simbolizar nada substancial, no entanto, se situados dentro de algum contexto podem gerar alguma informação, e essa pode virar um certo conhecimento. Para ficar mais fácil a compreensão irá se partir de uma situação, imagine um usuário da Internet preenchendo seus dados cadastrais em algum site de relacionamento, dentro desses dados esse indivíduo coloca sua idade, 27 anos. Isso é um dado, ou seja, a idade do sujeito, que por si só pode não simbolizar nada de relevante, assim se, por exemplo, alguém vê essa idade desprovida de contexto vai ver que se trata somente de um número, agora se essa idade é conectada com o sujeito, ela vai representar uma informação sobre determinada pessoa, qual seja sua idade.

No tópico acima foi dado um exemplo para poder-se entender a diferença entre dado e informação, dessa forma, Valdemar Setzer dispõe que não é possível processar informação diretamente em um computador. Para isso é necessário reduzi-la a dados.⁴

Nesse caminho, dispõe-se sobre o conhecimento; o conhecimento ao contrário dos dados e das informações (são armazenadas como dados) não pode ser guardado em um computador, pois ele exige uma carga de abstração do indivíduo, exige um conhecimento prévio do indivíduo acerca do que está sendo tratado.⁵

Sendo assim, tendo em vista a breve explanação sobre dados, é possível aprofundar um pouco na divisão dos deles. Dessa maneira, dentro dos dados pessoais tem-se os dados sensíveis, que, por sua vez, se ramificam em biométricos e genéticos.

2.1.1 Dos dados pessoais

⁴ SETZER, Valdemar W. Dado, Informação, Conhecimento e Competência. **IME**. Disponível em: <<https://www.ime.usp.br/~vwsetzer/dado-info.html>>. Acesso em 26.fev. 2018.

⁵ Valdemar Setzer dispõe de maneira detalhada em seu artigo acerca da diferença entre, dados, informações e conhecimento. cf em: SETZER, Valdemar W. Dado, Informação, Conhecimento e Competência. **IME**. Disponível em: <<https://www.ime.usp.br/~vwsetzer/dado-info.html>>. Acesso em 26.fev. 2018.

No que tange aos dados pessoais é necessário ter em mente a definição trazida pelo projeto de lei (PL) 5276/2016, artigo 5º, I, que dispõe⁶ “dado relacionado à pessoa identificada ou identificável, inclusive números identificativos, dados locacionais ou identificadores eletrônicos quando estes estiverem relacionados a uma pessoa.”

É importante considerar esse conceito para contrastar com a definição que é dada pelo outro projeto de lei que trata disso, o 4060/2012⁷, assim dissertava antes da redação final encaminhada para o Senado Federal (art.7º, I): “qualquer informação que permita a identificação exata e precisa de uma pessoa determinada”.⁸

Dessa forma, é evidente a diferença entre as definições, sendo a segunda bem mais tímida, o que não é à toa, pois o texto do PL tem somente oito páginas e dispõe apenas sobre o tratamento de dados pessoais e dá outras providências; já a primeira definição é bem mais completa, o texto todo tem vinte e duas páginas e dispõe sobre o tratamento de dados pessoais para a garantia do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural.

Assim, a definição inserida no PL 5276/2016 fala não só da informação que permita a identificação exata e precisa de uma pessoa determinada, mas identificável, inclusive outros dados identificadores. Para entender a diferença entre identificável e identificação precisa, é importante lembrar que alguns dados pessoais que circulam na rede nem sempre são suficientes para fazer o exato reconhecimento do usuário, mas pode vir a ser apontado por alguns meios simples de localização, como, por exemplo, um IP (protocolo de internet).

⁶BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Projeto de lei 5276/2016. Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais para a garantia do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural. Disponível em <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1457459&filename=PL+5276/2016>. Acesso em 25.jun.2018.

⁷ Vale ressaltar que desde o dia 29 de maio de 2018 foi aprovada a redação final para este projeto de lei pelo Deputado Federal Orlando Silva, tendo agora incorporado o texto do PL 5276/16, ficando este último arquivado e trouxe diversas outras alterações. No decorrer da produção deste artigo houve essa mudança, assim, será falado dos projetos de lei na versão antiga e atual, estando a atual a espera de apreciação do Senado Federal. Tal mudança foi bastante significativa, pois o novo PL 4060/2012 tem texto bastante completo e trata da proteção dos dados de forma aprofundada, já que traz diversos conceitos, inclusive o de dados sensíveis e a criação de um Órgão de proteção.

⁸BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Projeto de lei 4060/2012. Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao??idProposicao=548066>>. Acesso em 25.jun. 2018.

Em artigo sobre o PL 5276/2016, Laura Mendes e Danilo Doneda dispõem que é bastante apropriado por estabelecer um marco normativo geral sobre a matéria de proteção de dados com aplicação nos setores públicos e privados.⁹

Nesse sentido, em abril de 2016, diante dos inúmeros casos de divulgações indevidas de dados, foi promulgado o regulamento 2016/679, que entrou em vigor em 25 de maio de 2018, pela comunidade europeia o GDPR (General Data Protection Regulation)¹⁰ que delimita sobre como as organizações podem manipular os dados referentes a cidadãos europeus, a fim de fortalecer a proteção de dados na perspectiva das empresas.

Mas, qual a razão de os dados pessoais serem protegidos? Primeiro, porque a Constituição Federal protegeu a intimidade, a vida privada (art.5º, X) e os dados (art.5º, XII), destarte, toda a proteção que é dada nas leis, deriva desse e de outros comandos constitucionais. Segundo que, mesmo que não existisse qualquer disposição constitucional, ele seria um direito e uma garantia fundamental (mesmo que fosse implícito), já que fazem parte da esfera do indivíduo, compondo, inclusive, os direitos da personalidade. Dessa feita, um Estado Constitucional (que dá direitos e garantias e limita os poderes) deve se propor a concretizar a proteção de dados por ser um direito negativo, o Estado não viola, e positivo, o Estado deve prover meios de proteção, pois a violação gera danos aos direitos de intimidade e da vida privada.

A proteção dos dados pessoais ainda não possui uma lei geral ou específica tratando sobre eles, restando leis esparsas que tratam deles, a exemplo do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8078/1990) e do Marco Civil na Internet (Lei 12965/2014). Essa última assegura alguns direitos de proteção a dados pessoais no ambiente virtual, mas não é completa o suficiente para prever as particularidades.

⁹ MENDES, Laura Schertel; DONEDA, Danilo. Marco Jurídico para a Cidadania Digital: Uma análise do Projeto de Lei 5276/2016. **Revista dos Tribunais Online**. Thomsom Reuters, V.9, p.35-48, out-dez-2016.

¹⁰ UNIÃO EUROPÉIA-EU. **Regulamento 2016/679**. Relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). Parlamento Europeu e do Conselho. Disponível em: < <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=celex%3A32016R0679>>. Acesso em: 23 jun.2018.

Tendo em vista essa breve disposição sobre dados pessoais, passa-se agora para os dados sensíveis.

2.1.2 Dados sensíveis

Da mesma forma que foi tratado no tópico anterior serão citadas as definições dos Projetos de Lei 4060/2012 e 5276/2016 para melhor entender os dados sensíveis, além de outros entendimentos que também serão dispostos.

O PL 4060/12 em seu art.7, IV, entende os dados sensíveis como “informações relativas à origem social e étnica, à informação genética, à orientação sexual e às convicções políticas, religiosas e filosóficas do titular”. Nota-se nessa definição que ela aborda os dados genéticos como informações genéticas, o que, pelo menos traz alguma abordagem relacionada a eles, porém esse projeto foi tímido em seu texto. É importante ressaltar que o texto não trata dos dados biométricos.

O PL 5276/16 em seu art.5º, III, ¹¹ traz o entendimento de dados sensíveis sendo notado na redação do inciso que ele foi bem mais técnico e específico, pois tratou sobre os genéticos e os biométricos, os quais são espécies de dados sensíveis. Tendo em vista essa última definição, pode-se ter uma maior noção do que se tratam os dados sensíveis. São dados pessoais que, quando disponibilizados, representam um perigo ou dano, independentemente de onde sejam lançados, logo o tratamento deles deve observar o máximo de regras de cautela possível e, diferentemente dos pessoais em geral, eles admitem, além do controle da veracidade, uso e armazenamento, o impedimento total de sua utilização.¹²

Destarte, devido ao conteúdo desses dados, o titular deve ter total controle sobre a qualquer forma de tratamento deles, como consequência de serem íntimos e esse controle deriva do direito à autodeterminação informativa.

Desse modo, dentre os dados sensíveis, como já falado anteriormente, existem os genéticos e os biométricos. Os genéticos revelam dados biológicos

¹¹ [...]dados pessoais sobre a origem racial ou étnica, as convicções religiosas, as opiniões políticas, a filiação a sindicatos ou a organizações de caráter religioso, filosófico ou político, dados referentes à saúde ou à vida sexual e dados genéticos ou biométricos.

¹² ECHTERHOFF, Gisele. **Direito à Privacidade dos Dados Genéticos**. Curitiba: Juruá, 2010,p.157.

(possuem traços especiais), revelam dados sobre a saúde do indivíduo, sobre sua capacidade reprodutiva. Podem, inclusive, serem usados para identificar doenças genéticas. Vale ressaltar que essas informações são involuntárias, assim, não tem como o indivíduo as escolher e elas são indestrutíveis.¹³ Os biométricos serão abordados no tópico seguinte.

2.1.3 Dados biométricos

Os dados biométricos são uma espécie de dados pessoais e vêm sendo utilizados, principalmente, como formas de identificação e segurança. Para uma definição mais precisa, utiliza-se a dada pelo Regulamento 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, item 14, artigo 4º.

[...]Dados biométricos», dados pessoais resultantes de um tratamento técnico específico relativo às características físicas, fisiológicas ou comportamentais de uma pessoa singular que permitam ou confirmem a identificação única dessa pessoa singular, nomeadamente imagens faciais ou dados dactiloscópicos.¹⁴

A proteção sobre os biométricos que se pretende tratar relaciona-se, principalmente, aos que podem circular na rede e em bancos de dados que têm possibilidade de serem conectados a ela. Eles são divididos quanto às características fisiológicas (formato do rosto, contornos faciais) e comportamentais (modo de andar, gesticulação).¹⁵ Atualmente, existem poucos trabalhos a respeito desse tema, mas existem algumas regulamentações na Europa a respeito disso, a exemplo da citada anteriormente.

No Brasil, o Deputado Federal Lucas Virgílio SD/GO apresentou um projeto de lei, em 2015, que trata a respeito da utilização de sistemas biométricos, porém ainda está em tramitação e não trata de todos os aspectos desses dados. Esse projeto trata sobre a regulamentação e o processamento dos dados biométricos, além de outras diretivas, e, em seu artigo 4º, dispõe acerca do

¹³ CASABONA, Carlos María Romeo. **Do gene ao Direito:** sobre as implicações jurídicas do conhecimento e intervenção no genoma humano. São Paulo: IBCCrim, 1999, p.55-56.

¹⁴ UNIÃO EUROPÉIA-EU. **Regulamento 2016/679.** Relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). Parlamento Europeu e do Conselho. Disponível em : < <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=celex%3A32016R0679>>. Acesso em: 23 jun.2018.

¹⁵ GONÇALVES, Maria Eduarda; GAMEIRO, Maria Inês. **Revista de Direito Público**, Coimbra: Almedina, a.VI, n.12, p. 131-146 jul/dez.2014.

consentimento que o titular deve dar para o armazenamento deles, além de vedar a troca, a interconexão, a venda, a combinação destes, sem o consentimento do titular.¹⁶ Vale falar que esse projeto trata dos dados biométricos quando são utilizados em sistemas de segurança, porém os dados em questão não são utilizados somente para isso.

Muitas vezes, esses dados são usados como justificativa para maior segurança do Estado e de seus cidadãos, porém é necessário ter em mente que essas informações não podem circular sem o conhecimento do titular, além da necessidade de se pôr limites ao tratamento deles e delimitar qual a disponibilidade do detentor desses dados, pois eles representam um perigo à personalidade de um sujeito.

Esses dados biométricos são muito utilizados como formas de identificação, como a biometria, baseada nas características de um indivíduo, sendo essas únicas.¹⁷

2.2 Direitos da personalidade

Os direitos da personalidade, segundo Rubens Limongi França, "dizem-se as faculdades jurídicas cujo objeto são os diversos aspectos da própria pessoa do sujeito, bem assim seus prolongamentos e projeções".¹⁸

Os direitos da personalidade sempre estiveram presentes na perspectiva das pessoas, no âmbito do direito natural, tendo-se, entre eles, o direito à liberdade, à imagem, ao nome, à privacidade e à vida.¹⁹

¹⁶BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Projeto de Lei nº 12/2015. Dispõe sobre a utilização de sistemas de verificação biométrica e dá outras providências. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1296692&filename=PL+12/2015>. Acesso em: 27.maio. 2018.

¹⁷ VIANNA, Túlio Lima. A Era do Controle- Introdução Crítica ao Direito Penal Cibernético. **Revista dos Tribunais online**. Thomson Reuters.vol.819/2004, p. 448-456. Jan/2004. Disponível em: <http://www.rtonline.com.br/>. Acesso em: 25.jun.2018.

¹⁸ FRANÇA, Rubens Limongi. Direitos da Personalidade Coordenadas Fundamentais. **Revista do Advogado**, São Paulo, n. 38, 1992, p.5.

¹⁹ DONEDA, Danilo.Os Direitos da Personalidade no Código Civil. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, a.VI, n.6, Jun.2005. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40892300/Gustavo_Tepedino_-_Direitos_da_Personalidade.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1519789673&Signature=iGNfTRwiqPQ7VX3MbXsmW9gwZ30%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DGustavo_Tepedino_Direitos_da_Personalida.pdf> . Acesso em: 24 fev. 2018.

Desse modo, não foi de maneira rápida que a tutela desses direitos foi chancelada na legislação pátria. No Brasil, o importante passo para a devida proteção desses direitos se deu por intermédio da Constituição Federal de 1988, que passou a prever como garantias fundamentais em seu artigo 5º, a proteção desses direitos, de modo que "poucos civilistas negam eficácia normativa ao texto constitucional ou deixam de reconhecer seu impacto sobre a regulação das relações privadas."²⁰

Defende-se, também, que perpassando todos os direitos fundamentais e os direitos da personalidade, encontra-se um princípio basilar na nossa ordem jurídica democrática, que é a dignidade da pessoa humana, disposta no art.1º, III, da CF/88. Tal princípio deve ser usado para a interpretação da Constituição Federal e de toda e qualquer lei ou ato normativo já elaborado ou a ser elaborado, já que tem sua qualificação como valor fundamental da ordem jurídica, pelo menos as que nutrem a pretensão de constituírem um Estado Democrático de Direito.²¹

Posteriormente, o Código Civil passou a prevê em seus artigos 11 ao 21, a disposição sobre os direitos da personalidade, rompendo com a dicotomia entre o Público e o Privado,²² e trazendo maior relevância na tutela desses direitos também nas relações privadas.

Na atualidade, com a difusão da tecnologia e a facilidade do compartilhamento de informações, a privacidade e a intimidade vem se tornando objeto de discussões cada vez mais sensíveis, principalmente, quando na atual era digital, o uso de *smartphones*, câmeras de segurança e a existência de banco de dados tem se ampliado de forma exponencial.

Nessa perspectiva, a previsão na Constituição e no Código Civil não tem sido suficientes para garantir a exitosa tutela dos direitos da personalidade, sendo necessária uma atenção maior para essa discussão e dos limites razoáveis que serão abordados no tópico seguinte.

²⁰ MORAIS, Maria Celina Bodin de. A Constitucionalização do Direito Civil e seus Efeitos sobre a Responsabilidade Civil. **Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro; v.9, nº29, p. 233-258, jul/dez 2006, p. 233. Disponível em:< http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/Bodin_n29.pdf>. Acesso em: 5 abr.2018.

²¹ SARLET, Ingo Wolfgang. Notas Sobre a Dignidade (da pessoa) Humana no Âmbito da Evolução do Pensamento Ocidental. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza; v. 13, n. 17, (2015), p. 249- 267.

²² SALES, Gabrielle Bezerra. Conceito de Personalidade Civil à Luz da Constituição Federal de 1988: Uma análise do Status do Nascituro. **Publica Direito**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/gabrielle_bezerra_sales.pdf>. pg 163. Acesso em: 24 fev. 2018.

2.3 Os conflitos da utilização de dados e os direitos da personalidade até na presente sociedade contemporânea.

No começo do atual sistema da internet, era observado apenas uma rede na qual eram compartilhadas informações entre cientistas nos Estados Unidos para fins militares, em torno de 1969, e ligada ao governo, de modo que pessoas comuns não tinham acesso. Essa rede era chamada de ARPANET (Agência de Projetos de Pesquisa Avançada).²³

A Internet em si foi criada em 1995 e em seu início não havia qualquer autoridade supervisora.²⁴ O desenvolvimento da rede se deu em um mundo ainda voltado para a corrida armamentista, de modo que muitas pessoas aludem a esse fato seu desenvolvimento, mas Manuel Castells destaca que seu crescimento não se deu em decorrência disso e sim a uma dinâmica autônoma da descoberta e difusão tecnológica.²⁵ Diante disso, pode-se passar para análise de como são transmitidas informações por meio da rede, ou seja, os dados.

A discussão sobre proteção de dados pessoais não é recente, sendo que a primeira geração de normas de proteção de dados pessoais²⁶ surgiu refletindo o pensamento da época, relacionado a grandes centros elaboradores de dados, em que se concentrava a gestão dos dados pessoais.²⁷ Alguns exemplos de primeira geração são a Lei de Dados da Suécia (1973) e o Estatuto de Proteção de Dados do Estado Alemão de Rheinland-Pfalz (1974).²⁸ Ainda no século passado, mais especificamente em 1982, houve uma decisão paradigmática do Tribunal Constitucional Alemão, no julgamento da “Lei de Recenseamento de População, Profissão, Moradia e Trabalho”.²⁹

²³ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra LTDA, 2012, p.82-83.

²⁴ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra LTDA, 2012, p.82-83.

²⁵ CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra LTDA, 2012, p.96-99.

²⁶ MAYER-SCÖNBERGER, 1997 apud DONEDA, Danilo. A Proteção dos Dados Pessoais como um Direito Fundamental. **Espaço Jurídico**, Joaçaba, v.12, n.2, p.91-108, jul/dez, 2011, p.96.

²⁷ DONEDA, Danilo. A Proteção dos Dados Pessoais como um Direito Fundamental. **Espaço Jurídico**, Joaçaba, v.12, n.2, p.91-108, jul/dez, 2011, p.96.

²⁸ MENDES, Laura. O Direito Fundamental à Proteção de Dados Pessoais. **Revista de Direito do Consumidor**, Revista dos Tribunais Online. Thomson Reuters, v.79, jul/set/2011, p.45-81. Disponível em: <http://www.rtonline.com.br/>. Acesso em: 25.jun.2018.

²⁹ MENDES, Laura. O Direito Fundamental à Proteção de Dados Pessoais. **Revista de Direito do Consumidor**. Revista dos Tribunais Online. Thomson Reuters, v.79, jul/set/2011, p.45-81. Disponível em: <http://www.rtonline.com.br/>. Acesso em: 25.jun.2018.

A importância dessa decisão derivou do fato de que o tribunal declarou a parcial inconstitucionalidade da lei, pois ela previa a manipulação de dados colhidos das pessoas para fazer censos e estatísticas sem consentimento dos titulares e podendo omitir as informações. Dessa forma, a decisão estabeleceu que existia um direito à autodeterminação da informação, colocando o indivíduo como personagem principal na manipulação de seus dados.³⁰

Uma questão muito atual sobre uma ameaça aos direitos personalidade, mais especificamente violações à privacidade e à imagem, se dá nos ambientes públicos em que existem várias câmeras de monitoramento observando as pessoas que passam. A justificativa dessas câmeras é a proteção das pessoas, igual disserta Túlio Viana em seu artigo, dispondo que há uma grande diferença entre a vigilância feita por olhos (pessoas presentes no local) e a feita por meio eletrônico.³¹ Nesse texto enfatiza que os governos se justificam na alegação que os espaços públicos são transitados por todos, logo não há total privacidade nesses espaços.

Nesse mesmo caminho, a autora Fernanda Bruno dispõe que a vigilância na modernidade se ampliou demasiadamente e empresas se aproveitam para rastrear dados deixados por usuários para a elaboração de estratégias de marketing.³²

Destarte, há uma verdadeira vigilância distribuída, em que não se pode determinar exatamente de onde deriva, pois ela é multifacetada, tem diversos meios de vigilância como, computadores, câmeras em vias públicas, entre outros.³³ E, também, são várias as pessoas que vigiam, já que se tratam de governos, pessoas, empresas.

Nessa perspectiva, com o intenso número de informações disponibilizadas ou exigidas no ambiente das redes sociais, acaba sendo cada vez

³⁰ Nesse sentido, Stefano Rodotà disserta acerca da obrigação de verdade que existe por parte das instituições e que essa obrigação se torna direito de informação na perspectiva dos cidadãos. Vide em RODOTÀ, Stefano. O direito à verdade. Trad. Maria Celina Bodin de Moraes e Fernanda Nunes Barbosa. **Civilistica**, Rio de Janeiro, a. 2, n. 3, jul.-set./2013, p.15. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Rodot%C3%A0-civilistica.com-a.2.n.3.2013.pdf>> . Acesso em: 25 abr.2018.

³¹ VIANNA, Túlio Lima. A Era do Controle- Introdução Crítica ao Direito Penal Cibernético. **Revista dos Tribunais online**. Thomson Reuters.vol.819/2004, p. 448-456. Jan/2004.Disponível em: <http://www.rtonline.com.br/>. Acesso em: 25.jun.2018.

³² BRUNO, Fernanda. **Máquinas de Ver, Modos de Ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina,2013, p.8-9.

³³ BRUNO, Fernanda. **Máquinas de Ver, Modos de Ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina,2013.

mais difícil a efetivação da privacidade, visto que é necessária a observação do equilíbrio entre a exibição voluntária e a privacidade³⁴, haja vista que a realidade desses dados fornecidos não possui um controle devido ou um órgão competente para uma eficaz fiscalização.

Assim, nos últimos anos, diversos casos relacionados ao vazamento de dados em empresas de grande nome como Facebook e Google tendo sido registrados um imenso número de pessoas lesadas.

Em outubro de 2009, foi confirmado cerca de 30 mil e-mails prejudicados com os logins e senhas disponibilizados devido a ação de hackers.³⁵ Em primeira análise, não se pode mensurar a intensidade dos danos causados aos prejudicados pelo vazamento desses dados. Mas, uma vez feito uma análise mais aprofundada, pode-se notar que o acesso a um e-mail pode conter resultados de exames médicos, senhas referentes a agências bancárias ou até mesmo fotos íntimas, como tem sido cada vez mais comum de ser observado na atualidade, sendo os danos muitas vezes irreversíveis e incalculáveis.

Ainda, outro exemplo mais recente foi o vazamento ocorrido em abril de 2018³⁶, decorrente do compartilhamento ilegal de dados de usuários do Facebook em decorrência da não administração exitosa dos dados obtidos pela empresa de consultoria Cambridge Analytica, vinculada a rede social, tendo sido coletados dados como nomes, gênero, idade, local de residência dos usuários de cerca de 50 milhões de usuários.

Portanto, tem-se evidenciado inúmeros casos em que mostram a evidente violação dos direitos da personalidade devido a não proteção e administração correta dos dados, bem como a ausência de uma regulamentação específica.

2.4. Sobre o conflito envolvendo os dados biométricos

³⁴ CARDON, Dominique. **A Democracia Internet**: promessas e limites. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p.42.

³⁵ **Google** Confirma Vazamento de contas e Senhas do Gmail na Internet. **G1.Globo**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL1330998-6174,00-GOOGLE+CONFIRMA+VAZAMENTO+DE+CONTAS+E+SENHAS+DO+GMAIL+NA+INTERNET.html>>. Acesso em: 24.jun.2018.

³⁶ AGRELA, Lucas. O Escândalo de Vazamento de Dados do Facebook é Muito Pior do que Parecia. **Exame.abril**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/o-escandalo-de-vazamento-de-dados-do-facebook-e-muito-pior-do-que-parecia/>>. Acesso em: 15.abr.2018.

O principal foco desse trabalho é discutir a respeito dos dados biométricos e seu conflito com os direitos da personalidade. Tendo em vista isso, pode-se falar que todos os direitos da personalidade devem ser amparados, sendo a proteção de dados apenas uma forma de amparo a esses direitos.

Assim, é válido salientar que os sistemas de identificação biométrica têm sido atualmente potenciais violadores dos direitos personalíssimos, já que para a utilização da identificação biométrica é necessário que haja um cruzamento entre a informação fornecida e algum banco de dados.

Nessa realidade, foi sancionada no Brasil a Lei 13.444/2017, que dispõe acerca da Identidade Civil Nacional (ICN) e dentro alguns anos possibilitará a diminuição de documentos como o Registro Geral de Pessoas Físicas, Cadastro de Pessoas Físicas e o título de eleitor. Valendo destacar que a ICN utilizará várias bases de dados, inclusive a base de dados biométrica da Justiça Eleitoral, conforme o art.2, I, da referida Lei.

Dessa forma, os dados biométricos utilizam traços únicos das pessoas, não podendo ser modificados, e tal fato representa enorme perigo de violação, já que indivíduos mal-intencionados podem usar dessas informações para causarem danos a esfera pessoal de outrem. A exemplo disso, vários bancos financeiros estão utilizando a identificação por digital como senha de acesso a contas particulares.³⁷ O tratamento de dados sensíveis deve ser exceção, devido a sua natureza, conforme o próprio regulamento europeu dispõe no seu artigo 9º.³⁸

Por conseguinte, o conflito da utilização desses dados se encontra no crescimento de sua utilização e na falta de normatização, pois, não há, ainda, amparo legal para os dados pessoais em geral e muito menos para os dados biométricos. Com isso, pode-se imaginar que a manipulação dos dados biométricos deve ser bem mais restrita do que os dados pessoais, já que são espécie de dados sensíveis.

³⁷ REIS, Igor. Bancos: biometria avança no país. **Estadão**. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/blogs/jt-seu-bolso/2012/08/04/bancos-biometria-avanca-no-pais/>>. Acesso em: 24 jun.2018.

³⁸ UNIÃO EUROPÉIA-EU. **Regulamento 2016/679**. Relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). Parlamento Europeu e do Conselho. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=celex%3A32016R0679>>. Acesso em: 23 jun.2018.

Na análise dos projetos de Lei citados no texto, no caso o PI 4060/2012³⁹ e o 5276/2016, nota-se que não há destaque quanto às disposições referentes aos dados biométricos, sendo apenas inserido na definição geral de dados sensíveis.⁴⁰

Porém, tal respaldo legal, juntamente com outras medidas e ações administrativas podem ser suficiente para a tutela dos dados em geral, inclusive dos dados biométricos. Nesse sentido, vê-se que na redação do PI 5276/2016 e agora na nova redação do 4060/2012, a previsão da criação de uma autoridade administrativa para a proteção de dados, a Autoridade Nacional de Proteção de dados e o Conselho Nacional da Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade que tem, entre outras atribuições, a de editar regulamentos e procedimentos sobre proteção de dados e fiscalizar e aplicar sanções em caso de descumprimento da legislação. Assim, com a aprovação da lei e adoção de medidas de proteção, esses dados podem ter um respaldo adequado.

3. MÉTODOS

A metodologia utilizada foi, basicamente, a pesquisa bibliográfica com uma abordagem qualitativa do problema. Dados coletados pela observação e de natureza teórica baseada em livros, artigos científicos e outros documentos de mesma natureza. Utilizou-se, também, a pesquisa documental baseada em legislações pertinentes e documentos relevantes ao tema. Fez-se uma análise descritiva, porém, também, buscou-se alguma pretensão de resposta, com o oferecimento de alguma proposta interventiva no assunto. Método predominantemente dedutivo, partindo-se de perspectivas mais amplas para menos amplas, porém usou-se o método indutivo, partindo-se de exemplos específicos para generalizar situações.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

³⁹ Vale destacar que, por mais que tenha havido modificação do PI 4060/2012 após aprovação da Câmara dos Deputados, conforme se vê na ficha de tramitação, ainda não trouxe aspectos mais específicos sobre os dados biométricos. Vide BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Projeto de lei 4060/2012. Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao??idProposicao=548066>>. Acesso em 25.jun. 2018.

⁴⁰ No caso do PI 4060/2012 com alterações até 24 de junho de 2018 (com redação final encaminhada para o Senado Federal), é tratado no artigo 5º, II e como dado sensível na seção II.

Como já discutido, a exposição de dados na atualidade é bastante frequente, seja devido a ações do próprio usuário, seja devido a utilização de dados constantes em bancos de dados públicos ou privados.

Ocorre que, quando dados pessoais são expostos, principalmente os dados sensíveis, há um perigo de dano aos direitos personalíssimos dos indivíduos, pois, uma vez mal utilizados, e sem o devido consentimento da pessoa, pode haver o indevido uso ou divulgação, como, por exemplo, quando ocorre a venda de dados sensíveis sem o consentimento dos titulares dos dados.

Nesse sentido, os dados biométricos também merecem atenção especial pelo seu aspecto único e imutável, uma vez que constituem aspectos individuais do ser, sendo expressados por características fisiológicas e comportamentais como a íris e a biometria.

Assim, há um crescente uso de dados por empresas no intuito de auferir lucro, maculando o direito à autodeterminação de dados, já que, sem o devido amparo legal, muitas vezes os indivíduos não sabem como seus dados são tratados e onde são usados.

Por conta disso, a insuficiência de uma regulação legal de forma específica ou pelo menos geral, gera um quadro de insegurança aos titulares dos direitos ameaçados ou violados.

Nessa perspectiva, está sendo observado no Brasil o trâmite de um Projeto de Lei que pode, se bem aplicado, mitigar bastante esse conflito entre o uso, a divulgação, o tratamento de dados e os direitos personalíssimos dos titulares deles. Trata-se do atual Projeto de Lei 4060/2012 (com redação final até 25 de junho de 2018).

Assim, é necessário esclarecer que qualquer legislação por conta própria não vai mudar a situação de proteção de dados, é preciso, além da regulamentação legal, ações administrativas e implementação de Órgãos de fiscalização e de cumprimento da regulamentação.

Dessa feita, com o devido amparo legal, ações administrativas e com o amadurecimento da questão relativa aos dados, pode-se, dentre alguns anos, haver uma mitigação notável do conflito, já que as variadas formas de dados são uma realidade cada vez mais presente nessa sociedade globalizada.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa objetivou fazer uma análise acerca do uso, manipulação de dados pessoais, principalmente os biométricos (espécie de dado sensível), e a garantia dos direitos da personalidade dentro dessa dinâmica, geralmente cercada de violações de direitos.

Dessa forma, mostrou-se que esses dados se relacionam com os direitos da personalidade, tais como a intimidade, a imagem ou a privacidade, devendo eles serem amparados e devidamente protegidos. Ocorre que, ao longo das décadas, na medida em que a sociedade evolui juntamente com o crescimento exponencial da internet e do fluxo de informações, tem sido difícil efetivar o controle da propagação de informações. Nesse sentido, o fluxo de dados que podem ser extraídos ou disponibilizados em redes sociais, exames ou cadastros variados não possuem o devido controle ou consentimento de uso da pessoa da qual a informação foi extraída, tendo sido comum a venda de bancos de dados, a invasão e divulgação indevida dos dados sensíveis.

Assim, observa-se que a falta de uma atual regulamentação e de instrumentos protetivos nas esferas pública e privada, tem causado danos imensuráveis na esfera da vida pessoal, gerando uma grande insegurança na era digital contemporânea quanto à proteção das informações pessoais, com ênfase nos dados biométricos.

Portanto, observa-se, conforme exemplos citados ao longo do artigo, que tem sido frequente a violação da privacidade e intimidade de inúmeros indivíduos e, para que uma exitosa proteção seja garantida, faz-se necessária a regulamentação mais aprofundada e específica sobre os dados na era digital, ou pelo menos uma Lei geral de dados, dispendo sobre como se deve dar essa proteção, sobre a criação de um órgão especializado a fim de fiscalizar como o fluxo de dados é realizado, bem como aplicar sanções às divulgações indevidas dos dados pessoais.

REFERÊNCIAS

AGRELA, Lucas. O Escândalo de Vazamento de Dados do Facebook é Muito Pior do que Parecia. **Exame.abril**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/o-escandalo-de-vazamento-de-dados-do-facebook-e-muito-pior-do-que-parecia/>>. Acesso em 15 de abr.2018.

BITTAR, Carlos Alberto. **Os direitos da personalidade**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

BODIN DE MORAIS, Maria Celina. A Constitucionalização do Direito Civil e seus Efeitos sobre a Responsabilidade Civil. **Direito, Estado e Sociedade**, Rio de Janeiro: v.9, n.29, p. 233 a 258, jul/dez 2006. p. 233. Disponível em:<
http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/Bodin_n29.pdf>. Acesso em 5 abr.2018.

BRANT, Cássio Augusto Barros. Os Direitos da Personalidade na Era da Informática. **Revista de Direito Privado**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, n. 42, p. 9- 29, 2010.

BRUNO, Fernanda. **Máquinas de Ver, Modos de Ser**: vigilância, tecnologia e subjetividade. Porto Alegre: Sulina,2013.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Projeto de lei 5276/2016.Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais para a garantia do livre desenvolvimento da personalidade e da dignidade da pessoa natural. Disponível em
:<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1457459&filename=PL+5276/2016>. Acesso em 25.jun.2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de lei 4060/2012.Dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, e dá outras providências. Disponível em:<
<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao??idProposicao=548066>>. Acesso em 25.jun. 2018.

BRASIL.**Câmara dos Deputados**. Projeto de Lei nº 12/2015.Dispõe sobre a utilização de sistemas de verificação biométrica e dá outras providências. Disponível em:<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1296692&filename=PL+12/2015>. Acesso em: 27. maio. 2018.

CACHAPUZ, Maria Cláudia Mércia. Privacidade, Proteção de Dados e Autodeterminação Informativa. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v.15, n.107, p. 823-848, Out.2013/ Jan.2014.

CARDON, Dominique. **A Democracia Internet**: promessas e limites. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

CASABONA, Carlos María Romeo. **Do gene ao Direito: sobre as implicações jurídicas do conhecimento e intervenção no genoma humano**. São Paulo: IBCCrim,1999.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra LTDA, 2012.

DONEDA, Danilo. A Proteção dos Dados Pessoais como um Direito Fundamental. **Espaço Jurídico**, Joaçaba, v.12, n.2, p.91-108, jul/dez,2011.

DONEDA, Danilo. Um Código para a Proteção de Dados Pessoais na Itália. **EGOV**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/um-c%C3%B3digo-para-prote%C3%A7%C3%A3o-de-dados-pessoais-na-it%C3%A1lia>>. Acesso em: 4 abr. 2017.

DONEDA, Danilo. Os Direitos da Personalidade no Código Civil. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, a.VI, n.6, jun. 2005. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/40892300/Gustavo_Tepedino_Direitos_da_Personalidade.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1519789673&Signature=iGNfTRwiqPQ7VX3MbXsmW9gwZ30%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DGustavo_Tepedino_Direitos_da_Personalidade.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2018.

ECHTERHOFF, Gisele. **Direito à Privacidade dos Dados Genéticos**. Curitiba: Juruá, 2010.

FRANÇA, Rubens Limongi. Direitos da Personalidade Coordenadas Fundamentais. **Revista do Advogado**, São Paulo: n. 38, p. 5, 1992.

G1, no Rio. **Google Confirma Vazamento de contas e Senhas do Gmail na Internet**. G1. Globo. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL1330998-6174,00-GOOGLE+CONFIRMA+VAZAMENTO+DE+CONTAS+E+SENHAS+DO+GMAIL+NA+INTERNET.html>>. Acesso em: 24.jun.2018.

GONÇALVES, Maria Eduarda; GAMEIRO, Maria Inês. **Revista de Direito Público**. Coimbra: Almedina- Ano VI, nº 12- julho/dezembro de 2014, p. 131-146.

MAILLART, Adriana da Silva; SANCHES, Samyra dal Farra Napolini. Os limites à liberdade na autonomia privada. **Pensar, Revista Jurídica**. Fortaleza: v.16, n.1, 2001.

MAYER-SCÖNBERGER, 1997 apud DONEDA, Danilo. A Proteção dos Dados Pessoais como um Direito Fundamental. **Espaço Jurídico**, Joaçaba, v.12, n.2, p.91-108, jul/dez,2011.

MENDES, Laura Schertel; DONEDA, Danilo. Marco Jurídico para a Cidadania Digital: Uma análise do Projeto de Lei 5276/2016. **Revista dos Tribunais Online**. Thomson Reuters. V.9/2016, out-dez/2016, p. 35-48. Disponível em: <http://www.rtonline.com.br/>. Acesso em: 25.jun.2018.

MENDES, Laura. O Direito Fundamental à Proteção de Dados Pessoais. **Revista de Direito do Consumidor**. Revista dos Tribunais Online. Thomson Reuters, v.79/2011, jul/set/2011, p.45-81. Disponível em: <http://www.rtonline.com.br/>. Acesso em: 25.jun.2018.

MOURA, Francisco Ercilio. Los derechos económicos, sociales y culturales como fundamentos de la dignidad e igualdad humanas. **Revista Opinião Jurídica**, vol. 12, n. 16 (2014).

REIS, Igor. Bancos: biometria avança no país. **Estadão**. Disponível em: <<https://www.estadao.com.br/blogs/jt-seu-bolso/2012/08/04/bancos-biometria-avanca-no-pais/>>. Acesso em: 24 jun.2018.

RODOTÀ, Stefano. O direito à verdade. Trad. Maria Celina Bodin de Moraes e Fernanda Nunes Barbosa. **Civilistica**. Rio de Janeiro, a. 2, n. 3, jul.-set./2013. p.15. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Rodot%C3%A0-civilistica.com-a.2.n.3.2013.pdf>>. Acesso em 25 abr.2018.

RODRIGUEZ, Vanessa Díaz. Sistemas Biométricos en materia criminal: un estudio comparado. **Revista Del Instituto de Ciencias Jurídicas de Puebla**, México, v.7, n. 31, p. 28-47, jun.2013. Disponível em: <http://search.scielo.org/?fb=&q=biometricos&lang=pt&count=15&from=1&output=sit e&sort=&format=summary&page=1&where=&filter%5Bsubject_area%5D%5B%5D=A pplied+Social+Sciences&filter%5Bsubject_area%5D%5B%5D=Human+Sciences>. Acesso em: 31.mar.2018.

SALES, Gabrielle Bezerra. Conceito de Personalidade Civil à Luz da Constituição Federal de 1988: Uma análise do Status do Nascituro. **Publica Direito**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/conpedi/manaus/arquivos/anais/bh/gabrielle_bezer ra_sales.pdf>. p. 163. Acesso em: 24 fev. 2018

SARLET, Ingo Wolfgang. Notas Sobre a Dignidade (da pessoa) Humana no Âmbito da Evolução do Pensamento Ocidental. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza: v. 13, n. 17 (2015), p. 249- 267.

SARTORI, Ellen Carina Mattias. Privacidade e Dados Pessoais: A proteção contratual do consumidor na Internet. **Revista dos Tribunais Online**. Thomson Reuters. Revista de Direito Civil Contemporâneo. v./2016, p. 49-104, out-dez/2016. Disponível em: <http://www.rtonline.com.br/>. Acesso em: 25.jun.2018.

SCHREIBER, Anderson. **Direitos da Personalidade**. São Paulo: Atlas, 2011.

SETZER, Valdemar W. Dado, Informação, Conhecimento e Competência. **IME**. Disponível em: <<https://www.ime.usp.br/~vwsetzer/dado-info.html>>. Acesso em 26.fev. 2018.

UNIÃO EUROPÉIA-EU. **Regulamento 2016/679**. Relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/46/CE (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados). Parlamento Europeu e do Conselho. Disponível em: <<https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=celex%3A32016R0679>>. Acesso em: 23 jun.2018.

VIANNA, Túlio Lima. A Era do Controle- Introdução Crítica ao Direito Penal Cibernético. **Revista dos Tribunais online**. Thomson Reuters.vol.819/2004, p. 448-456. Jan/2004.Disponível em: <http://www.rtonline.com.br/>. Acesso em: 25.jun.2018.

A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS APOIADORES A PARTIR DOS SISTEMAS DAS INCAPACIDADES

Renata Lourenço da Silva¹
Robson Beserra Nobre²
Ana Beatriz Lima Pimentel Lopes³

RESUMO

A definição de incapacidade passou por importantes mudanças nos últimos anos, sobretudo com a promulgação da Lei 13.146/2015, que estabeleceu apenas os menores de 16 anos como absolutamente incapazes. Com a referida lei, o ordenamento brasileiro acompanha as principais mudanças ocorridas no mundo, em que se busca uma maior inclusão da pessoa com deficiência, preservando o princípio da dignidade humana. Dessa forma, com as alterações trazidas pela lei, todas as pessoas, com exceção dos menores de 16 anos, são capazes para tomar decisões acerca de suas relações, caso tenham discernimento mínimo necessário para isso. Nesse contexto, insere-se a Tomada de Decisão Apoiada em que as pessoas com deficiência podem eleger, por meio de medida judicial, duas pessoas para que possam auxiliá-las nas decisões de cunho patrimonial e negocial. O presente artigo tem como objetivo analisar o instituto da Tomada de Decisão Apoiada, abordando a definição, os sujeitos, as exigências que devem ser seguidas para a sua concessão, bem como a responsabilidade dos apoiadores no auxílio das decisões. A metodologia de pesquisa empregada será de cunho bibliográfico. O presente trabalho possui os seguintes possíveis resultados: a responsabilidade civil do apoiador poderá ser subjetiva em relação aos atos praticados pelo apoiado em face de terceiros, bem como pelos atos praticados pelo apoiador em face do apoiado, ou, ainda, objetiva, a qual decorre de Lei ou do risco do negócio.

Palavras-Chave: Estatuto da Pessoa com Deficiência. Tomada de Decisão Apoiada. Responsabilidade Civil.

1 INTRODUÇÃO

O Estatuto da Pessoa com Deficiência inovou o ordenamento jurídico no que diz respeito à autonomia das pessoas com deficiência para o exercício de seus direitos, precipuamente aqueles relacionados ao desempenho da liberdade. Tal comando tem como alicerce a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com

¹Graduanda do Curso de Direito do Centro Universitário Christus, e-mail: renatalourenco@hotmail.com.

²Graduando do Curso de Direito do Centro Universitário Christus, e-mail: robson_nobre@yahoo.com.br.

³Doutoranda em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestre em Direito Público - Ordem Jurídica Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Direito Privado pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Professora de Direito Civil do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS).

Deficiência e seu Protocolo Facultativo, em vigor no Brasil, pelo Decreto nº 6.949/2009, materializado pelo procedimento constitucional previsto no § 3º do art. 5º da Constituição Federal, possuindo, assim, prestígio de norma constitucional.

A mudança substancial trazida pelo Estatuto foi a alteração no sistema de incapacidades, que transformou dispositivos do Código Civil/02, considerando a pessoa com deficiência detentora de capacidade plena, com o intuito de promover condições igualitárias perante a sociedade, para que essas pessoas exerçam os direitos e as liberdades fundamentais com autonomia, embora, em alguns casos, requeiram apoio para a tomada de decisões, como ocorre no sistema da Tomada de Decisão Apoiada, todavia sem perder a autonomia personalística plena. Assim, ocasionou reflexos jurídicos importantes na seara do Direito Civil, todavia deixou de indicar os parâmetros da responsabilidade civil derivada dos negócios jurídicos praticados pelos protagonistas do instituto da Tomada de Decisão Apoiada, de forma que demonstra a existência de um problema jurídico, já que a legislação sobre o tema foi omissa quanto à natureza da responsabilidade civil dos atores desse novo instrumento.

Dessa forma, visando à solução para esse problema, a presente pesquisa tem por objetivo geral fazer um estudo crítico a respeito da natureza da responsabilidade civil na tomada de decisão apoiada e sua incidência. Para tanto, serão utilizados os seguintes objetivos específicos: i) Apresentar conceitos a respeito da capacidade de exercício e de fato, de acordo com o espírito inclusivo do Estatuto, levando em consideração a personalidade do indivíduo enquanto corolário do princípio da dignidade humana. ii) Analisar a Tomada de Decisão Apoiada quanto aos sujeitos ativos e passivos, a seu objeto, a seu procedimento e a seus limites, em cotejo com o Código Civil e o Estatuto da Pessoa com deficiência. iii) Trazer um estudo a respeito da responsabilidade civil do apoiador na Tomada de Decisão Apoiada a partir das mudanças no sistema das incapacidades, abordando a responsabilidade civil em seus vários aspectos, desde a responsabilidade subjetiva até a responsabilidade de ordem objetiva, bem como seus pressupostos jurídicos. iv) Por fim, por meio do exame do Direito Civil constitucional, pretende-se chegar à possibilidade de o apoiador ser responsabilizado subjetiva ou objetivamente por atos da pessoa apoiada, bem como por atos relacionados ao próprio apoiado, se, a priori, segue a regra geral do nosso ordenamento jurídico ou se deve ser objetiva, levando

em consideração o risco do negócio ou se decorre de lei, conforme se verifica pelo artigo 927, p. ú, CC.

A metodologia de pesquisa empregada para realização deste trabalho foi o levantamento bibliográfico, tendo como fundamento, livros, artigos científicos, revistas jurídicas, dissertações, monografias, sites sobre o tema e a pesquisa documental, de forma a promover uma intensa revisão de literaturas especializadas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O Instituto Da Tomada De Decisão Apoiada

A tomada de decisão apoiada é um mecanismo jurídico incorporado ao direito brasileiro por meio do Estatuto da Pessoa com deficiência (Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015), a qual fora inspirada na Convenção de Nova Iorque sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo⁴. Após sua internalização com *status* de Emenda Constitucional, esse diploma revogou os incisos I, II e III do artigo 3º do Código Civil, de forma que apenas considera absolutamente incapazes os menores de 16 anos. No mesmo seguimento, alteraram-se os incisos II e III e o parágrafo único do 4º do diploma supracitado. Antes dos novos contornos a respeito da capacidade, os incapazes, nos termos dos artigos 3º e 4º, CC, não possuíam capacidade de fato, todavia não se furtavam da capacidade de direito, tendo em vista que esta poderia ser suprimida pelas figuras dos representantes ou assistentes para a prática de negócios jurídicos.

No entanto, com o advento do Estatuto da Pessoa com Deficiência, essa realidade foi modificada, tendo em vista que, em sua natureza, visa à autonomia da pessoa, principalmente quando se trata de direitos relacionados à capacidade de autodeterminação, de forma que o espírito que se extrai é o de garantir a dignidade da pessoa humana enquanto sujeito de direitos e obrigações, uma vez que tal princípio constitucional está intimamente ligado à promoção e à participação ativa dos indivíduos como corresponsáveis dos destinos da própria existência. Portanto é atributo que distingue cada ser humano, na qualidade de merecedor de respeito e consideração do Estado e da Comunidade, de forma que se consubstancia em um

⁴ CLETO, Vinicius Hsu. A convenção de Nova Iorque e o estatuto da pessoa com deficiência: ordenamento brasileiro e políticas públicas. **Conteúdo Jurídico**, Brasília-DF: 16 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.57368&seo=1>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

complexo de direitos e deveres fundamentais, que devem assegurar a pessoa contra todo ato degradante e desumano, visando à garantia de condições existenciais mínimas.⁵

Com base no princípio da dignidade humana - possuidor de atributo valorativo fundamental da ordem jurídica democrática⁶ (tradução nossa) - , a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência possui o intuito máximo de diminuir as barreiras tanto físicas quanto jurídicas existentes em face das pessoas com deficiência, para que estas consigam, com maior autonomia, a interação com as demais pessoas em sociedade em igualdade de condições. Dessa forma, busca a inclusão social em seu maior grau, com base na dignidade humana e com o objetivo de que a pessoa com deficiência seja tratada de maneira igualitária, disponibilizando-a maior autonomia quanto aos seus atos, uma vez que o homem, enquanto indivíduo, demonstra o interesse à livre existência e à liberdade para desenvolver a vida em relações, na qualidade de elemento do consórcio participativo humano.⁷

Tendo em vista as disposições trazidas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, veio à tona o debate acerca da capacidade de direito e a capacidade de fato das pessoas com deficiência. Entende-se como capacidade de direito a capacidade de ser titular de direitos, ou seja, é a capacidade para tornar-se sujeito de direitos, a qual é inerente a qualquer pessoa humana⁸, conforme disposto no art. 1º, CC⁹, enquanto a capacidade de fato ou de exercício é aquela que possui a atribuição do exercício dos direitos, a qual é, em regra, adquirida com a maioridade civil.

Nesse sentido, Marcos Bernardes de Melo ressalta que a capacidade de exercício ou capacidade de agir se relaciona com a genérica fixação da habilidade de as pessoas discernirem, conhecerem e avaliarem as consequências práticas e

⁵SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais**. 2. ed. rev. e amp. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. p. 60.

⁶[...]proclamato come appartenente al novero dei principifondamentali, attribuendogli valore difondamentodell'ordinegiuridico democratico[...]. MORAES, Maria Celina Bodin de. La tutela della persona umana in Brasile. **Civilistica.com**, Rio de Janeiro, a. 3, n. 2, p. 1-36 jul./dez. 2014, p.20. Disponível em:<<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/03/Bodin-de-Moraes-civilistica.com-a.3.n.2.2014.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

⁷TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil**. 3. ed. rev. e atual., São Paulo: Renovar, 2004, p. 24-25.

⁸LIMONGI, Viviane Cristina de Souza. **A capacidade civil e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal n.13.146/2015)**: reflexos patrimoniais decorrentes do negócio jurídico firmado pela pessoa com deficiência mental. 2017. 214 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 30.

⁹Art. 1º, CC. "Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil".

materiais de seus atos, em conformidade com a experiência adquirida na vida, a qual é refletida por meio da idade, pelo estado de saúde física ou mental e de acordo com sua história cultural.¹⁰ Na mesma linha, Giovanni Ettore Nanni acentua que a capacidade de direito é a capacidade civil contida no artigo 1º do Código Civil, que é intimamente ligada à personalidade do indivíduo, sendo reconhecida como uma orientação geral para a aquisição de direitos e contratação de obrigações.¹¹

Diante disso, além das mudanças circunstanciais acerca da capacidade civil, a Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, incluiu o art. 1.783-A ao Código Civil/02, para trazer as diretrizes norteadoras da Tomada de Decisão Apoiada, como instrumento efetivador da capacidade de exercício e de fato das pessoas com deficiência, conforme preceitua o art. 12.3 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, promulgada pelo Estado Brasileiro em 25 de agosto de 2009 (Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009), o qual estabelece que “Os Estados Partes tomarão medidas apropriadas para prover o acesso de pessoas com deficiência ao apoio que necessitarem no exercício de sua capacidade legal”.

Com base nisso, a Tomada de Decisão Apoiada é o instrumento judicial pelo qual uma pessoa com deficiência elege duas ou mais pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculo e que sejam de sua confiança, para que lhe prestem apoio para decidir sobre atos da vida civil, com a incumbência de conceder informações e elementos indispensáveis para que o apoiado exerça a sua capacidade¹² jurídica plena, a qual pressupõe a reunião da capacidade de direito e a capacidade de fato a fim de que seja reconhecida¹³, isto é, para que o indivíduo expresse sua personalidade indicativa da titularidade das relações jurídicas.¹⁴

¹⁰MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico**: plano da validade. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 60.

¹¹NANNI, Giovanni Ettore. A capacidade para consentir: uma nova espécie de capacidade negocial. São Paulo: Letrado, Instituto dos Advogados de São Paulo, set-out/2011, **informativo 96**. Disponível em <<http://direitoprivado.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Letrado96-Artigo-Giovanni-Ettore-Nanni.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018. p. 29.

¹²SENADO FEDERAL. **Parecer**. Projeto de Lei do Senado Federal n. 757/2015. Altera O Estatuto Da Pessoa Com Deficiência, O Código Civil e o Código de Processo Civil. Flávio Tartuce. São Paulo, 6 de junho de 2016, p. 12.

¹³IBIAPINA, Igor de Oliveira. **O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Responsabilidade Civil do Apoiador no Instituto da Tomada de Decisão Apoiada**. 2017. 79 f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017, p. 17.

¹⁴TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Renovar, 2004, p. 26-27.

A fim de confirmar a autonomia da pessoa com deficiência, o art. 6º do Estatuto estabelece que a deficiência não possui o condão de afetar a plena capacidade civil da pessoa, de forma que deixou de rotular o indivíduo como incapaz, passando a considerá-lo, sob os aspectos isonômicos, como pessoa detentora de plena capacidade civil, ainda que para exercê-la necessite de instrumento assistencial específico, tal como a Tomada de Decisão Apoiada. Assim, trata-se de um mecanismo de apoio ao exercício da capacidade legal com o intuito de que a pessoa com limitações mantenha a própria autonomia, todavia cercada de maior proteção jurídica para a prática de atos civis de natureza patrimonial e negocial, o que dependerá da extensão do apoio acordado entre os agentes do negócio. Dessa forma, será de acordo com a necessidade própria do requerente, de modo a justificar sua amplitude.¹⁵

2.1.1 Sujeitos, Procedimento e Objeto

Todo sujeito possui capacidade de direito, que se configura a partir do nascimento com vida, entretanto nem todos dispõem da capacidade de fato, a qual possui como pressuposto para sua existência a capacidade de agir, querer, consentir e entender.¹⁶ Dessa forma, quando a pessoa preserva sua capacidade civil íntegra e possui as condições para realizar, por si só, as escolhas próprias, inclusive para celebrar negócios jurídicos, sem ser necessária a assistência ou representação, estamos diante da capacidade de exercício.

Considerando essa abordagem, a qualquer pessoa com deficiência que possua certo grau de compreensão, para a execução de expressões de vida, fundadas no *status personae* e no *status civitatis* compatíveis com a conjuntura psicofísica¹⁷, conserva a titularidade ativa para o requerimento de apoio. Assim, o sujeito ativo da relação pode ser toda pessoa com deficiência que tenha condições de exteriorizar sua vontade, uma vez que é a responsável por fazer a indicação de

¹⁵MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Civilistica.com**. a 4, n1, p. 1-35, 2015, p.16. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/01/Menezes-civilistica.com-a.4.n.1.2015.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

¹⁶MENEZES, Joyceane Bezerra de; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Desvendando o conteúdo da capacidade civil a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Pensar**, Fortaleza, v. 21, n. 2, p. 568-599, maio./ago. 2016, p. 572. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/rpen/article/viewFile/5619/pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

¹⁷PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito civil**. Trad. Maria Cristina De Cicco. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002, p. 164-165.

duas ou mais pessoas para a prestação de apoio, sendo necessária a aptidão mental para a realização dessa escolha. Dessa forma, compete ao indivíduo que utilizará a Tomada de Decisão Apoiada¹⁸ a legitimidade ativa para requerê-la, o que confirma o autogoverno da pessoa com deficiência.

No que se relaciona à legitimidade passiva, de acordo com o que preleciona o artigo 1.783 – A, CC, pode ser qualquer pessoa idônea com a qual o apoiado tenha vínculo e que desfrute de sua confiança. Entretanto, não há necessidade de que tal vínculo seja jurídico, como ocorre com o casamento e com a convivência estável, podendo ser derivado de ligação de afeto ou ainda de uma relação havida em ambiente de trabalho. Nota-se a expressão da vontade exclusiva do indivíduo, uma vez que ele próprio escolhe as pessoas que, em tese, seriam aptas a prestar-lhe o auxílio de que necessita¹⁹, ou seja, para aconselhá-lo a respeito daquilo que melhor resguarda seus interesses, fornecendo dados e elementos importantes para que possa pôr em atividade sua capacidade.

Quanto ao procedimento, a Tomada de Decisão Apoiada - mecanismo de aconselhamento - opera-se mediante processo judicial, o qual ocorre por meio da jurisdição voluntária²⁰, ou seja, sucede a requerimento da parte que dela fará uso (Art. 1.783-A, § 2º, do CC/02), assistida por advogado ou defensor público, que, em conjunto aos apoiadores, formulará termo, no qual deverão constar as condições do apoio, incluindo seus limites, os compromissos dos apoiadores, o respeito à vontade, aos direitos e aos interesses da pessoa apoiada.²¹ Assim, o primeiro ato que dá ensejo ao procedimento desse novo instituto é a apresentação pela pessoa com deficiência de um termo de assistência em que constem os limites do apoio

¹⁸REQUIÃO, Maurício. As mudanças na capacidade e a inclusão da tomada de decisão apoiada a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 37 – 54, jan./mar. 2016, p. 9. Disponível em: <www.ceaf.mppr.mp.br/arquivos/File/Marina/deficiencia5.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2018.

¹⁹REQUIÃO, Maurício. **Estatuto da Pessoa com Deficiência, incapacidades e interdição**. Salvador: *Juspodivm*, 2016, p. 184.

²⁰BRAZZALE, Flávia Balduino; PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. Uma reviravolta no Direito Protetivo: A nova Curatela e a pessoa com deficiência. **R. Jur. FA7**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 39-53, jul./dez. 2016, p. 46-47. Disponível em: <<http://www.uni7setembro.edu.br/periodicos/index.php/revistajuridica/issue/view/17/v13-2>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

²¹REQUIÃO, Maurício. As mudanças na capacidade e a inclusão da tomada de decisão apoiada a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 37 – 54, jan./mar. 2016, p. 9. Disponível em: <www.ceaf.mppr.mp.br/arquivos/File/Marina/deficiencia5.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2018.

ofertado, bem como os compromissos que os apoiadores assumirão, os quais devem ser claros e precisos, facilitando o objetivo do instituto.²²

Por conseguinte, o juiz, antes de decidir sobre a homologação do termo, isto é, da petição, ouvirá o Ministério Público e, em seguida, o requerente e os apoiadores com a assistência de equipe multidisciplinar (Art. 1.783-A, § 3º, do CC).²³

No que se refere ao objeto, é imprescindível indicar que, quando a lei faz referência aos atos da vida civil no artigo 1.873-A, CC, o legislador implicitamente está inferindo sobre atos patrimoniais e negociais, já que a teleologia do Estatuto da Pessoa com Deficiência é a inclusão e a autonomia da pessoa com deficiência, logicamente, não poderia este retirar-lhe o autogoverno a tal ponto de não poder decidir sobre os atos existenciais, de forma que não deve o apoiador decidir questões relacionadas a tais atos, como a opção de casar-se, de ter filhos, de constituir união estável, de dispor sobre a vida, a sexualidade, a educação, a saúde, o voto, uma vez que devem ser tomados impreterivelmente pela pessoa com deficiência, atos sobre os quais não incidirão, também, a curatela.²⁴

Assim, analisando a Curatela, outro dispositivo que se relaciona com o sistema de incapacidades, pode-se perceber que este é um mecanismo o qual retira a capacidade de exercício do indivíduo, já que o curador produz o ato representando o curatelado. Entretanto, mesmo sendo um sistema mais restritivo da autonomia, este não legitima o curador a realizar atos existenciais pelo curatelado, por previsão taxativa no artigo 85, § 1º do Estatuto, porém o apoiador, já que uma de suas incumbências é a de fornecer informações ao apoiado, poderá dar-lhe auxílio para a realização tanto de atos patrimoniais quanto de atos negociais da vida civil, desde que atendam às liberdades e às vontades do apoiado, como forma de enaltecer a concretização da exteriorização de suas vontades.²⁵ Dessa forma, se um mecanismo

²²ALVIM, J. E. Carreira. Tomada de decisão apoiada. **Revista Brasileira de Direito Processual – RBDPro**, Belo Horizonte, a 23, n. 92, p. 83-96, out./dez. 2015. p. 85. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/bid/PDI0006.aspx?pdiCntd=239218>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

²³TOMADA DE DECISÃO APOIADA E CURATELA: medidas de apoio previstas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Conselho Nacional do Ministério Público**, Brasília, 2016, p. 7. Disponível em: <<http://www.cnmp.mp.br/portal/images/curatela.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2018.

²⁴LIMONGI, Viviane Cristina de Souza. **A capacidade civil e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal n.13.146/2015)**: reflexos patrimoniais decorrentes do negócio jurídico firmado pela pessoa com deficiência mental. 2017. 214 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 138.

²⁵BRAZZALE, Flávia Balduino; PINHEIRO, Rosalice Fidalgo. Uma reviravolta no Direito Protetivo: A nova Curatela e a pessoa com deficiência. **R. Jur. FA7**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 39-53, jul./dez. 2016, p. 46-47. Disponível em:

que dispõe restritivamente sobre a incapacidade, tal como a curatela, não retira a autonomia da pessoa com deficiência quanto aos atos existências, não seria a Tomada de Decisão Apoiada - instrumento de apoio à capacidade - que o faria.

Quanto à forma em que tais atos deverão constar no pedido, o artigo 1.783-A, § 1º, CC, dispõe que, na peça inaugural da tomada de decisão apoiada, deverão constar os termos e limites do apoio, bem como o compromisso dos apoiadores, todavia não informa se serão explícitos ou gerais. O artigo foi omissivo quanto a esse ponto, ocorre que nada impede que, no termo, conste explicitamente em que atos a pessoa com deficiência necessitará de apoio, o que será decidido por ela mesma, levando em consideração suas limitações e de acordo com suas vontades, seus direitos e seus interesses.²⁶ Desse modo, tendo em vista o pedido de Tomada de Decisão apoiada ser de jurisdição voluntária, bem como o termo de apoio ser elaborado pelas partes e pelos seus advogados, os atos podem vir expressos genericamente ou explicitamente, devendo obediência à autonomia da pessoa apoiada.

2.2 Responsabilidade Civil e seus pressupostos

A função da responsabilidade civil está ligada à ideia de reparação, compensação por prejuízo causado a outrem. Com a realização do dano, há um rompimento na relação jurídico-econômica existente anteriormente entre o agente e a vítima, em que se busca a reparação para restabelecer a situação *status quo ante*, que é a situação da vítima antes de ser prejudicada.²⁷

O Código Civil Brasileiro traz em seus artigos 186 e 187 a definição de ato ilícito que enseja a ideia de compensação. O art. 186 diz: “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”. O artigo 187 traz ainda como ato ilícito o exercício de um direito com abuso além dos limites socialmente aceitos. Assim, a legislação civil brasileira adotou como regra a responsabilidade

<<http://www.uni7setembro.edu.br/periodicos/index.php/revistajuridica/issue/view/17/v13-2>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

²⁶COUTINHO, Elvio Ibsen Barreto De Souza. Tomada de decisão apoiada: Instituto para a concessão de poder sobre os atos da vida civil à pessoa com deficiência. XXVI Congresso Nacional do CONPEDI, 2017, São Luís. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/27ixgmd9/ec5g306t/59FxoFcOFqhnP7cC.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

²⁷ CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 26.

civil subjetiva, em que se deve provar o elemento culpa para que seja configurado o dever de reparação. O elemento culpa aqui referido é em sentido amplo, englobando também o dolo.

Todavia, com a evolução das relações jurídicas no âmbito das mais variadas áreas, fez aparecer a figura da responsabilidade civil objetiva, em que é devida a reparação independentemente da caracterização da culpa, pois o ônus da prova nesses determinados eventos fazia com que, na maioria das vezes, não houvesse a reparação pela enorme dificuldade da prova do elemento culpa. Dessa forma, para que não incorressem condutas culposas sem as devidas reparações, o legislador decidiu, nos casos decorrentes da lei ou da atividade desenvolvida, desconsiderar a culpa como elemento indispensável para a reparação do dano causado, fazendo surgir a responsabilidade civil objetiva.

A legislação civil nacional aborta esse tema no art. 927 dizendo que por meio de uma conduta ilícita, vindo a causar dano a outrem, o agente tem o dever de reparar o prejuízo causado. O parágrafo único do mesmo artigo expõe com exatidão os casos, em que independentemente de culpa, deve haver a devida reparação, que são os especificados em lei ou os decorrentes da atividade desenvolvida.

Os pressupostos da responsabilidade civil são a conduta, o dano, o nexo de causalidade e a culpa, sendo essa última dispensável na caracterização da responsabilidade civil objetiva que gera o dever de reparar independentemente desta.²⁸

O primeiro pressuposto é a conduta, que é a exteriorização do comportamento humano, por meio de uma ação ou uma omissão, em que, causando prejuízos a outrem, produz consequências jurídicas. Entende-se por ação a conduta comissiva, ou seja, o ato positivo realizado pelo indivíduo causador do dano. Já a omissão, é uma conduta negativa em que o prejuízo é causado pelo o indivíduo por não agir quando deveria.²⁹

O segundo é o dano, o qual pode ocorrer ora por sua causa, ora por sua consequência ou por sua gênese, a depender do bem jurídico lesado. Ele é configurado pela lesão a um bem jurídico tutelado seja de natureza patrimonial, em

²⁸OLIVEIRA, Daniele Ulguim. Pressupostos Da Responsabilidade Civil No Direito Brasileiro; **Administradores.com**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/pressupostos-da-responsabilidade-civil/26381>>. Acesso em: 10 fev. 2018.

²⁹CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 92.

que são divididos em danos materiais e lucros cessantes, seja de natureza pessoal, como os danos morais e estéticos.³⁰

O terceiro é o nexo de causalidade, o qual é definido como o *liame* imaginário que liga o dano à conduta exercida pelo agente no prejuízo causado ao terceiro. Portanto, para que haja o dever de reparar o dano, tem de apurar se a conduta deu causa ao resultado, ou seja, é necessário que a conduta do agente tenha sido realizada com relação de causa e efeito referente ao dano. Dessa forma, mesmo havendo dano e conduta culposa, para gerar a obrigação de reparo, é necessário que essa conduta tenha sido a causa do dano ocorrido³¹.

Por último, tem-se a culpa, pressuposto básico da responsabilidade civil subjetiva. A culpa considerada na conduta do agente é em sentido amplo levando-se em consideração, além da imprudência, da negligência e da imperícia, o dolo. Por ser um elemento subjetivo da conduta humana, é difícil sua caracterização.³²

A principal diferença da responsabilidade civil subjetiva para a objetiva reside no pressuposto da culpa. A regra é a responsabilidade subjetiva em que se leva em consideração a culpa, a conduta, o dano e o nexo de causalidade, enquanto que, na responsabilidade subjetiva, não é necessário, para a sua caracterização, a culpa.

2.2.1 Responsabilidade Civil Subjetiva e Objetiva

A responsabilidade subjetiva é a regra do ordenamento jurídico brasileiro em que, para ocorrer o dever da reparação do dano, é necessária a caracterização da culpa, sendo, portanto, considerado o principal pressuposto da responsabilidade civil subjetiva. Dessa forma, além da conduta, do dano e da análise do *liame* que os liga, é verificado, também, o elemento subjetivo da culpa, seja por dolo, seja por culpa em sentido estrito, imprudência, negligência ou imperícia.³³

A ideia de culpa está intimamente ligada à imputabilidade, uma vez que a ausência de discernimento do agente da conduta, ao gerar o dano, não causará o dever de indenizar. Nesse sentido, comenta João Monteiro de Castro que não há

³⁰MONTEIRO FILHO, Ralpo Waldo de Barros; ZANETTA, Renata Pinto Lima. **O dano na responsabilidade civil**. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2015, p.183.

³¹SILVA, Flávio Murilo Tartuce. **Teoria do Risco Concorrente na Responsabilidade Objetiva**. 2010. 370 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, p. 78.

³²FRANÇA, Rodrigo Dumans. **A teoria do risco aplicada à responsabilidade objetiva**. 2009, 125 f. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009, p. 32.

³³MAHUAD, Luciana Carone Nucci Eugenio; MAHUAD, Cassio. **Imputação da responsabilidade civil: responsabilidade objetiva e subjetiva**. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2015, p. 54.

como responsabilizar o agente partindo de uma conduta que não pode compreender o alcance lesivo de seus atos ou abstinências.³⁴ Portanto, o fundamento é centrado no elemento culpa, sendo de qualquer proporção, havendo o dano, gera o dever de indenizar, considerando a putabilidade do agente, caso este aja sem o discernimento necessário para entender as consequências causadas por sua conduta, não haverá o dever para a reparação do dano.³⁵

Quanto à responsabilidade objetiva, esta ocorre independentemente de culpa, uma vez que, em muitas oportunidades, o elemento culpa era de difícil comprovação, fazendo que, muitas vezes, o dano causado pelo agente ficasse sem nenhuma reparação, afastando-se da busca de justiça tão almejada.

O Código Civil traz em diversos dispositivos a possibilidade de pleitear a reparação de um dano, com a incidência apenas dos pressupostos conduta, dano e nexos de causalidade, independentemente do elemento culpa. De acordo com o parágrafo único do art. 927, nos casos especificados em lei e nos decorrentes da atividade desenvolvida. Dessa forma, adota-se a teoria do risco criado em que deve haver reparação nas condutas em que o agente deu causa ao dano, estabelecendo ainda em quais casos especificamente deverá incidir a responsabilidade objetiva, como o art. 932, CC que estabelece uma série de relações que deve adotar a referida responsabilidade.

O art. 931, CC também estabelece a utilização da responsabilidade objetiva em que os empresários individuais e as empresas respondem independentemente de culpa por seus produtos postos em circulação. Isso é reforçado pelo Código de Defesa do Consumidor, legislação que provocou uma verdadeira revolução no sistema de responsabilidade civil, adotando a responsabilidade civil objetiva³⁶. Assim, pode-se notar que é cada vez maior a busca pela ampliação de uma responsabilidade objetiva para que possa responsabilizar os agentes causadores de dano a fim de equilibrar as relações, almejando reduzir ou eliminar as injustiças nas reparações de danos.

³⁴CASTRO, João Monteiro de. **Responsabilidade Civil do Médico**. São Paulo: Método, 2005, p. 43.

³⁵CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 39.

³⁶TARTUCE, Flávio. **Responsabilidade civil objetiva e risco: a teoria do risco concorrente**. Rio de Janeiro: Forense, 2011, p. 193.

2.3 A Responsabilidade Civil do Apoiador

A atual conjectura social é orientada pelo modelo dos direitos humanos, do qual surge o direito à inserção social diretamente voltado à pessoa com deficiência. Daí emerge o ideal de que é necessário romper barreiras e destruir obstáculos das mais variadas naturezas, sejam físicos, culturais ou mesmo sociais que atrapalhem ou dificultem o pleno exercício de seus direitos, como meio de fomentar sua participação autônoma e ativa da vida em sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas³⁷, o que vem a ser confirmado pelo art. 84 do Estatuto da Pessoa com Deficiência, tendo em vista que dispõe que é assegurado às pessoas com deficiência o exercício de sua capacidade legal em iguais condições com outras pessoas, já que, nos termos do art. 6 do mesmo diploma, a plena capacidade civil da pessoa com deficiência não é afetada pela deficiência que nela existe.

Diante disso, a base da autonomia dada pelo estatuto é a presunção da aptidão para agir e autodirigir-se da pessoa com deficiência, estando a autonomia associada à capacidade de pessoas com deficiência terem o controle pessoal de sua vida, sendo representada pela tomada de decisões e na assunção de responsabilidades, a fim de alcançar os bens materiais inerentes a todos.³⁸

Levando em consideração a autonomia da pessoa com deficiência, surgiu a Tomada de Decisão Apoiada, mecanismo criado para disponibilizar total auxílio ao apoiado, com o prisma voltado à assistência e não como meio de exclusão da vontade da pessoa apoiada.³⁹ Assim, sua natureza é protetiva, tendo em vista que o beneficiário ainda mantém a capacidade de fato⁴⁰, isso significa que tal instituto preza pela proteção e pela promoção da autonomia da pessoa, para que, de forma independente, realize suas escolhas e seus projetos de vida, respeitando sua

³⁷SILVA, Alexandre Antônio Bruno da; LEITÃO, André Studart, DIAS, Eduardo Rocha. O Caminho da Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho: onde estamos?. **R. Opin. Jur.**, Fortaleza, a. 14, n. 18, p.13-43, jan./jun. 2016, p. 34. Disponível em: <<http://periodicos.unichristus.edu.br/index.php/opiniaojuridica/issue/viewFile/24/41>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

³⁸MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e direitos humanos: ótica da diferença e ações afirmativas**, São Paulo: Saraiva, 2013, p. 111.

³⁹IBIAPINA, Igor de Oliveira. **O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Responsabilidade Civil do Apoiador no Instituto da Tomada de Decisão Apoiada**. 2017. 79 f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017, p. 34.

⁴⁰COUTINHO, Elvio Ibsen Barreto De Souza. Tomada de decisão apoiada: Instituto para a concessão de poder sobre os atos da vida civil à pessoa com deficiência. XXVI Congresso Nacional do CONPEDI, 2017, São Luís. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/27ixgmd9/ec5g306t/59FxoFcOFqhnP7cC.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.

vontade de decisão em seu maior grau, promovendo a possibilidade de se idealizar uma vida independente, de forma que a Tomada de Decisão Apoiada “é um modelo jurídico que se aparta dos institutos protetivos clássicos na estrutura e na função”.⁴¹

O favorecido manterá sua capacidade de fato, embora, em alguns atos, necessite de auxílio dos apoiadores para praticá-los, todavia não sofrerá qualquer restrição em sua capacidade plena, tendo em vista que a Tomada de Decisão Apoiada visa à promoção da autonomia das pessoas com deficiência, o que trará benefícios àqueles que, de alguma forma, possuem limitações para expressar, sem, contudo, impedir a manifestação da vontade. Assim, a pessoa apoiada, mesmo quando produza um ato coadjuvado com os apoiadores, não terá restringida a sua plena capacidade.⁴²

Nota-se que tal instituto trata a pessoa apoiada, ou seja, o beneficiário do auxílio, como pessoa detentora de capacidade para exercer atos da vida civil,⁴³ diferenciando-se da curatela, tendo em vista que não retira ou interfere na capacidade civil da pessoa com deficiência, dando-lhe apenas amparo para o desempenho de atos da vida civil.⁴⁴

Dessa forma, o poder de decisão será sempre de titularidade da pessoa apoiada⁴⁵, uma vez que, ao solicitar o apoio, não perderá a capacidade,⁴⁶ considerando que a Tomada de Decisão Apoiada é apenas um caminho de reforço à existência dos negócios praticados pela pessoa com

⁴¹ASSUMPÇÃO, Letícia Franco Maculan. O Estatuto da Pessoa com Deficiência sob a Perspectiva de Notários e Registradores. **Notariado.org**. Disponível em: <http://www.notariado.org.br/index.php?pG=X19leGliZV9ub3RpY2lhcw==&in=Njc3MA#_ftn1>. Acesso em: 13 fev. 2018.

⁴²NELSON, Rosenvald. Há fungibilidade entre uma tomada de decisão apoiada e como diretivas antecipadas de vontade?. **Nelson Rosenvalde**. Disponível em: <<https://www.nelsonrosenvald.info/single-post/2016/05/31/H%C3%A1-fungibilidade-entre-a-tomada-de-decis%C3%A3o-apoiada-e-as-diretivas-antecipadas-de-vontade-1>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

⁴³SENADO FEDERAL. **Parecer**. Projeto de Lei do Senado Federal n. 757/2015. Altera O Estatuto Da Pessoa Com Deficiência, O Código Civil e o Código De Processo Civil. Flávio Tartuce. São Paulo, 6 de junho de 2016, p. 12.

⁴⁴PEDRINI, Tainá Fernanda; CARVALHO, Luciana. A Modificação da teoria das capacidades diante da aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência no Direito Processual Civil, Anais do II Congresso Catarinense de Direito Processual Civil, 2016. Santa Catarina. p. 37-55. **Anais eletrônicos**. Disponível em: <<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/accdp/article/view/10175/5722>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

⁴⁵IBIAPINA, Igor de Oliveira. **O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Responsabilidade Civil do Apoiador no Instituto da Tomada de Decisão Apoiada**. 2017. 79 f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017, p. 36.

⁴⁶MENEZES, Joyceane Bezerra; TEIXEIRA, Ana Carolina Brohado. Desvendando o conteúdo da capacidade civil a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Pensar**, Fortaleza, v. 21, n. 2, p. 568-599, maio./ago. 2016, p. 593. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/5619/pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

deficiência, uma vez que incumbe aos apoiadores o dever de informar e auxiliar na produção de atos. Assim, tal instituto não visa à anulação da capacidade de decisão do agente passivo, ao contrário, busca a efetivação do poder decisório, tanto que o apoio, como descrito na legislação, é precipuamente auxiliar, de forma que a pessoa com deficiência é quem, de fato, toma a decisão sobre os atos de sua vida, mas, com a colaboração dos apoiadores, os quais darão informações e elementos para o exercício da capacidade, ou seja, para a produção dos atos decisórios.⁴⁷

Assim, o apoio ofertado se relaciona aos esclarecimentos dos fatores circunstanciais para a tomada de decisão, funcionando também como auxiliador da comunicação com os interlocutores, a fim de que a pessoa com deficiência decida de acordo com suas predileções, todavia tendo a consciência dos efeitos de sua escolha, incluindo também os efeitos gravosos advindos de sua decisão⁴⁸. Assim, o apoiador não pratica atos da vida civil pela pessoa apoiada, apenas lhe dá suporte para a exteriorização da própria vontade.⁴⁹

Diante dessas considerações, não é possível dizer que os apoiadores usurpam a posição do apoiado, de forma que lhe retire a autossuficiência. Assim, se não há a substituição da vontade, não há de se falar em responsabilidade civil do apoiador pelos atos do apoiado, pois aqui ele desenvolve a função de auxiliá-lo a fazer valer a própria vontade, o que difere da curatela, em que o curador, por vontade própria, exerce os direitos do curatelado sem, sequer, haver a opinião deste. Portanto, tendo em vista que é atribuída plena capacidade jurídica à pessoa com deficiência, esta pode ser considerada como imputável, de forma que deve ser responsável por quaisquer atos capazes de causar dano a outrem, de sorte que a imputabilidade decorre da atribuição de autonomia à pessoa com deficiência, ou seja, ao apoiado.

⁴⁷ALVIM, J. E. Carreira. Tomada de decisão apoiada. **Revista Brasileira de Direito Processual**, Belo Horizonte, a 23, n. 92, p. 83-96, out./dez. 2015, p. 85. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/bid/PDI0006.aspx?pdiCntd=239218>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

⁴⁸MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Civilistica.com**. a 4, n1,p. 1-35, 2015, p.16-18. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/01/Menezes-civilistica.com-a.4.n.1.2015.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

⁴⁹SÁ, Mariana Oliveira de; CARDOSO, Fernanda Carolina Lopes. A Tomada de Decisão Apoiada: Um Instituto para o empoderamento das Pessoas com Deficiência. Seminário Nacional de Formação de Pesquisadores e Iniciação Científica em Direito da Fepodi. **Anais Eletrônicos**. Disponível em:<<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/4b3e15ku/bloco-unico/LI2K84y508uEJ49E.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

Dessa forma, na relação entre apoiador e pessoa apoiada, quanto aos atos praticados com o auxílio, deve-se aplicar as regras gerais da responsabilidade civil na reparação por danos causados a terceiros, de forma que serão observados todos os pressupostos, incluindo o elemento culpa para a configuração do dever de reparar, aplicando-se, assim, a responsabilidade subjetiva, regra geral adotada no ordenamento brasileiro. Assim, o apoiado responderá civilmente por culpa, com fundamento nos artigos 186 e 927, CC.

Se fosse adotada a responsabilidade objetiva, acabaria por inviabilizar a tomada de decisão apoiada, já que o apoiador, dando um simples auxílio, seria responsabilizado sem haver sido feita a análise de sua culpa frente ao negócio. De forma que as pessoas de confiança do apoiado não seriam atraídas a prestar apoio, já que, em regra, não há contraprestação. Assim, não teria efetividade tal sistema, uma vez que os apoiadores fugiriam de arcar com essa responsabilidade, colocando um entrave à efetivação da capacidade do apoiado e do exercício de sua autonomia.

É ainda imprescindível frisar que, quando o apoiador causar prejuízos patrimoniais ou extrapatrimoniais ao apoiado, deve-se também analisar sua culpabilidade, perante a sua conduta negativa ou positiva, aplicando-se a responsabilidade subjetiva, não se dispensando a comprovação da culpa ante a causa do dano.⁵⁰

3 MÉTODOS

A metodologia de pesquisa empregada para realização deste trabalho foi o levantamento bibliográfico, tendo como fundamento, livros, artigos científicos, revistas jurídicas, dissertações, monografias, sites sobre o tema e a pesquisa documental, de forma a promover uma intensa revisão de literaturas especializadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os achados da pesquisa consistem, primeiramente, na abordagem sobre a capacidade civil da pessoa com deficiência quando da opção pelo instituto da Tomada de Decisão Apoiada, e nas consequências no âmbito da responsabilidade

⁵⁰MENEZES, Joyceane Bezerra de. Tomada de decisão apoiada: Instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência instituído pela lei brasileira de inclusão (Lei n. 13.146/2015). **Revista Brasileira de Direito Civil**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 31-57, jul./set. 2016, p. 50. Disponível em: <https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/volume9/rbdcivil_vol_9_tomada-de-decisueo-apoiada.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2018.

civil tanto dos atos praticados pela pessoa apoiada e quanto dos atos efetuados pelas pessoas que prestarão o apoio.

Nessa linha, pesquisou-se sobre a responsabilidade civil objetiva e subjetiva, bem como seus pressupostos para que fosse possível a observação dos seguintes resultados: I - A responsabilidade civil na Tomada de Decisão Apoiada não preenche os requisitos pra ser objetiva, uma vez que não deriva de lei ou do risco da atividade. II – A responsabilidade civil do apoiador quando causar danos ao beneficiário do apoio deve ser subjetiva, analisando-se o elemento culpa para ensejar o dever de indenizar. III – A responsabilidade civil de quem oferta apoio deve ser, também, subjetiva, uma vez que o apoiado não é substituído pelo apoiador, pois esse exerce a função de auxiliador, dando informações e instruções para que a pessoa com deficiência possa, com maior autonomia, exercer os atos da vida civil. Assim, nesse caso, deve ser observado se quem apoia quis, teve culpa, na ocorrência de danos à pessoa com deficiência, se agiu com negligência, imprudência ou imperícia quando das informações dadas ao apoiado.

5 CONCLUSÃO

Com esse trabalho chega-se à conclusão de que a responsabilidade civil do apoiador pelos atos praticados pelo apoiado deve obedecer à regra geral do Código Civil, ou seja, deverá ser subjetiva, analisando o elemento culpa na conduta do apoiador, tendo em vista que este não representa o apoiado, ou seja, não executa atos civis de sua titularidade.

Dessa forma, a Tomada de Decisão Apoiada não retira a capacidade jurídica de fato e de exercício do indivíduo, ao contrário, com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, tal mecanismo visa que a pessoa com deficiência possua maior autonomia para decidir sobre quaisquer pontos de sua vida, já que o supracitado estatuto, ao modificar os artigos referente à incapacidade absoluta das pessoas com deficiência, deu plena capacidade civil a estas, de forma que devem responder civilmente por danos que, eventualmente, venha a causar a terceiros.

Chegou-se também à conclusão de que, quando o apoiador causar dano à pessoa apoiada, seja por condutas comissivas, sejam omissivas, deve-se observar se este agiu com culpa em sentido amplo, a fim de verificar se quis prejudicar ou não à pessoa apoiada.

REFERÊNCIAS

- ALVIM, J. E. Carreira. Tomada de decisão apoiada. **Revista Brasileira de Direito Processual**, Belo Horizonte, ano 23, n. 92, p. 83-96, out./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.bidforum.com.br/bid/PDI0006.aspx?pdiCntd=239218>>. Acesso em: 13 fev. 2018.
- ANTUNES VARELA, João de Matos. **Das obrigações em geral**. 10. ed. reimp. Coimbra: Coimbra, 2005, v. I.
- CASTRO, João Monteiro de. **Responsabilidade Civil do Médico**, São Paulo: Método, 2005.
- CAVALIERI FILHO, Sergio. **Programa de Responsabilidade Civil**, 11. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- CLETO, Vinicius Hsu. **A convenção de Nova Iorque e o estatuto da pessoa com deficiência**: ordenamento brasileiro e políticas públicas. Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 16 dez. 2016. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.57368&seo=1>>. Acesso em: 13 fev. 2018.
- COUTINHO, Elvio Ibsen Barreto De Souza. Tomada de decisão apoiada: Instituto para a concessão de poder sobre os atos da vida civil à pessoa com deficiência. XXVI Congresso Nacional do CONPEDI, 2017, São Luís. **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/27ixgmd9/ec5g306t/59FxoFcOFqhnP7cC.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2018.
- FRANÇA, Rodrigo Dumans. **A teoria do risco aplicada à responsabilidade objetiva**. 2009, 32 f. Dissertação (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- IBIAPINA, Igor de Oliveira. **O Estatuto da Pessoa com Deficiência e a Responsabilidade Civil do Apoiador no Instituto da Tomada de Decisão Apoiada**. 2017. 79 f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017.
- JOSSERAND, Louis. **Evolução da Responsabilidade Civil**. Trad. De Raul Lima. Revista Forense, 1986.
- LIMONGI, Viviane Cristina de Souza. **A capacidade civil e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei Federal n.13.146/2015)**: reflexos patrimoniais decorrentes do negócio jurídico firmado pela pessoa com deficiência mental. 2017. 214 f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017.
- MADRUGA, Sidney. **Pessoas com deficiência e direitos humanos**: ótica da diferença e ações afirmativas, São Paulo: Saraiva, 2013.

MAHUAD, Luciana Carone Nucci Eugenio; MAHUAD, Cassio. **Imputação da responsabilidade civil: responsabilidade objetiva e subjetiva**. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2015.

MELLO, Marcos Bernardes de. **Teoria do fato jurídico: plano da validade**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a convenção sobre a proteção da pessoa com deficiência: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Civilistica.com**. a 4. n1. 2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/01/Menezes-civilistica.com-a.4.n.1.2015.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. Tomada de decisão apoiada: Instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência instituído pela lei brasileira de inclusão (lei n. 13.146/2015). **Revista Brasileira de Direito Civil**. Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 31-57, jul./set. 2016. Disponível em: <https://www.ibdcivil.org.br/image/data/revista/volume9/rbdcivil_vol_9_tomada-de-decisao-apoiada.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2018.

MENEZES, Joyceane Bezerra; TEIXEIRA, Ana Carolina Brohado. Desvendando o conteúdo da capacidade civil a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Pensar**, Fortaleza, v. 21, n. 2, p. 568-599, maio./ago. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/5619/pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

MONTEIRO FILHO, Ralpo Waldo de Barros; ZANETTA, Renata Pinto Lima. **O dano na responsabilidade civil**. São Paulo: Escola Paulista da Magistratura, 2015.

MORAES, Maria Celina Bodin de. La tutela della persona umana in Brasile. **Civilistica.com**. a 3. n2. 2014. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/03/Bodin-de-Moraes-civilistica.com-a.3.n.2.2014.pdf>>. Acesso em: 13 fev. 2018.

NANNI, Giovanni Ettore. **A capacidade para consentir: uma nova espécie de capacidade negocial**. São Paulo: Letrado, Instituto dos Advogados de São Paulo, set-out/2011, informativo 96. Disponível em <<http://direitoprivado.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Letrado96-Artigo-Giovanni-Ettore-Nanni.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

NELSON, Rosenvald. **Há fungibilidade entre uma tomada de decisão apoiada e como diretivas antecipadas de vontade?**. Disponível em: <<https://www.nelsonrosenvald.info/single-post/2016/05/31/H%C3%A1-fungibilidade-entre-a-tomada-de-decis%C3%A3o-apoiada-e-as-diretivas-antecipadas-de-vontade-1>>. Acesso em: 12 fev. 2018.

PEDRINI, Tainá Fernanda; CARVALHO, Luciana. A Modificação da teoria das capacidades diante da aprovação do Estatuto da Pessoa com Deficiência no Direito Processual Civil, Anais do II Congresso Catarinense de Direito Processual Civil. 2016. p. 37-55, **Anais eletrônicos**. Disponível

em:<<https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/accdp/article/view/10175/5722>>.
Acesso em: 04 fev. 2018.

PEREIRA, Caio Mario da Silva. **Responsabilidade Civil**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do Direito civil**. Trad. Maria Cristina De Cicco. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

REQUIÃO, Maurício. As mudanças na capacidade e a inclusão da tomada de decisão apoiada a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, vol. 6/2016, p. 37 – 54, Jan – Mar. 2016. Disponível em: <www.ceaf.mppr.mp.br/arquivos/File/Marina/deficiencia5.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2018.

REQUIÃO, Maurício. **Estatuto da Pessoa com Deficiência, incapacidades e interdição**. Salvador: *Juspodivm*, 2016.

SÁ, Mariana Oliveira de; CARDOSO, Fernanda Carolina Lopes. **A Tomada de Decisão Apoiada**: Um Instituto para o empoderamento das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <<https://www.conpedi.org.br/publicacoes/4b3e15ku/bloco-unico/LI2K84y508uEJ49E.pdf>>. Acesso em: 4 fev. 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais**. 2. ed. rev. e amp. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SILVA, Alexandre Antônio Bruno da; LEITÃO, André Studart, DIAS, Eduardo Rocha. O Caminho da Inclusão de Pessoas com Deficiência no Mercado de Trabalho: onde estamos? **.R. Opin. Jur.**, Fortaleza, ano 14, n. 18, p.13-43, jan./jun. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.unichristus.edu.br/index.php/opiniaojuridica/issue/viewFile/24/41>>. Acesso em: 04 fev. 2018.

SILVA, Flávio Murilo Tartuce. **Teoria do Risco Concorrente na Responsabilidade Objetiva**. 2010. 78 f. Dissertação (Doutorado em Direito) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TEPEDINO, Gustavo. **Temas de Direito Civil**. 3. ed. rev. e atual., São Paulo: Renovar, 2004.

ALIENAÇÃO PARENTAL: CONSEQUÊNCIAS À LUZ DA (IN)EFETIVIDADE DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

Marina Ortega de Paula Lins e
Silva¹
Carlos Augusto Medeiros de
Andrade²

RESUMO

O presente trabalho tem como escopo fundamental desenvolver uma análise acerca de como ocorre a alienação parental e qual é o tratamento jurídico dispendido aos envolvidos, especialmente ao alienador e ao(a) filho(a), verificando a (in)efetividade das medidas previstas pela Lei nº 12.318/2010. Utilizou-se uma pesquisa bibliográfica e documental, respaldada na legislação brasileira vigente. Verificou-se como a alienação parental surge, levando-se em consideração a diferenciação da Síndrome da Alienação Parental, bem como os impactos resultantes na esfera individual de cada personagem. Analisou-se a regulamentação da problemática em análise, perpassando-se pela evolução histórica da legislação a respeito do tema até a vigência da atual Lei da Alienação Parental, verificando-se que as consequências jurídicas previstas pelo artigo 6º da lei mencionada, imputadas ao alienador, não são suficientes para coibir ou fazer cessar a prática da alienação mencionada, podendo até mesmo piorar a situação já existente. Isto se auferiu devido à incipiência das normas existentes, necessitando-se de uma legislação mais protetiva.

Palavras-chave: Alienação Parental. Síndrome da Alienação Parental. Lei 12.318/2010. Alienador. Alienado.

ABSTRACT

The present work has as fundamental scope to develop an analysis about how parental alienation occurs and what legal treatment is afforded to those involved, especially the

¹ Graduanda do Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. Monitora da disciplina de Direito de Família e pesquisadora no programa de iniciação à docência do Centro Universitário Christus. Contato: marina.ortegapls@gmail.com; <<http://lattes.cnpq.br/1307659426353572>>

² Graduado em Direito pela UFC. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza-UNIFOR. Especialista em Processo Civil. Docente da disciplina de Direito de Família do Centro Universitário Christus- UNICHRISTUS. Defensor Público do Estado do Ceará. Contato: carlosamdeandrade@yahoo.com.br; <<http://lattes.cnpq.br/4199973194322672>>.

alienator and the child, verifying the (in) effectiveness of the measures envisaged by the Law nº 12.318 / 2010. It was used a bibliographical and documentary research, supported by the Brazilian legislation in force. It was verified how the parental alienation arises, taking into account the differentiation of the Syndrome of Parental Alienation, as well as the resulting impacts in the individual sphere of each character. The regulation of the problematic under analysis was analyzed, going through the historical evolution of the legislation regarding the subject until the current Law of Parental Alienation, and it is verified that the legal consequences foreseen in article 6 of the aforementioned law, attributed to the alienator are not sufficient to prevent or stop the practice of the aforementioned disposal, and may even worsen the existing situation. This was due to the incipience of existing standards, requiring more protective legislation.

Keywords: Parental Alienation. Parental Alienation Syndrome. Law 12.318/2010. Alienator. Alienated.

1 INTRODUÇÃO

De início, infere-se que a família deve assegurar efetivamente à criança e ao adolescente o direito ao convívio familiar, resguardando-os de quaisquer formas de violências (físicas e/ou psicológicas), negligências e crueldades, tendo em vista que o artigo 227 da Constituição Federal assegura-os todos estes direitos. Além disso, a proteção à infância caracteriza um direito social amplamente tutelado e defendido pelo artigo 6º do dispositivo da Lei Maior. Portanto, o ordenamento jurídico e a sociedade devem estar em consonância.

No entanto, muitas vezes o ambiente familiar não assegura de fato aos filhos o seu direito à integridade física e psíquica³, tendo em vista que em um contexto familiar muitos conflitos tendem a surgir, atingindo os envolvidos e principalmente os filhos. Agrava-se a situação quando estes possuem tenra idade, pois não possuem o discernimento adequado acerca da gravidade dos problemas e de suas consequências. Além disso, muitos destas adversidades, especialmente a alienação

³ LEITE, Eduardo de Oliveira. **Alienação Parental**: do mito à realidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p 33.

parental, decorrem do divórcio, da separação, ou da dissolução da união estável, ou seja, do término do relacionamento, gerando efeitos diversos sobre os filhos e os pais.

Dessa forma, faz-se necessário analisar a problemática da alienação parental na sociedade, verificando-se como surge e qual é o tratamento jurídico dispendido às partes envolvidas, tendo em vista a existência de legislação específica para versar sobre este problema que assola inúmeras famílias.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Como surge e ocorre a Alienação Parental

Corroborando com o exposto anteriormente, a alienação parental constitui um problema que acomete inúmeras famílias, causando sofrimentos severos aos envolvidos. É caracterizada por três personagens: a do alienador, a do alienado e a do filho que é o objeto da alienação. Além disso, geralmente é promovida pelo genitor que detém a guarda do filho, mas pode ocorrer pelo outro, que profere mentiras, omite verdades, insulta o outro genitor⁴, dentre outras condutas errôneas. Ou seja, o alienador tenta de todas as formas colocar o filho contra o genitor alienado para afastá-los como uma forma de vingança ou punição, submetendo-o a uma situação injusta de escolher ser leal apenas a um dos genitores, nunca aos dois ao mesmo tempo. Destarte, ocasiona-se mais sofrimentos aos filhos, pois se sentem perdidos e permanecem com o receio de não terem o amor de um dos pais, caso escolha o outro.

Dito isso, cumulativamente ao rompimento da sociedade conjugal deve haver o sentimento de mágoa, raiva, inconformismo, dentre outros, sentidos por um ou ambos os ex-cônjuges ou ex-companheiros. Isto porque podem ocorrer separações, divórcios ou dissoluções bem resolvidos e que não interfiram nas relações afetivas entre os pais e filhos. No entanto, em casos excepcionais, entende-se que pode ocorrer da alienação parental mesmo que os genitores não tenham se divorciado ou se separado e até mesmo sem que estes tenham constituído matrimônio ou união estável.

⁴ SOARES, Tainá Kavashima. Alienação Parental: guarda compartilhada. **Revista do Curso de Direito da Universidade Braz Cubas**. São Paulo, jun. 2017, p. 4. Disponível em: <<https://revistas.brazcubas.br/index.php/revdubc/article/view/279/429>>. Acesso em: 16 out. 2017.

Sendo assim, salienta-se que atualmente alienação parental ocorre devido à ruptura desgastante da sociedade conjugal ou da relação amorosa entre os genitores, como no caso de não haver casamento ou união estável, ou até mesmo com a ruptura afetiva entre o casal que ainda não se separou ou se divorciou.

Portanto, a alienação pode ser realizada por um ou por ambos os genitores e é evidenciada quando instituído o regime de visitas⁵ ou a falta destas, na guarda unilateral, tendo em vista que o alienador utiliza o filho como meio para atingir o alienado, a fim de romper o vínculo afetivo entre estes. Isto ocorre por meio do afastamento e da indução ao filho de rejeição ao outro genitor, valendo-se de todas as formas para atingir seu objetivo⁶ e muitas vezes a alienação parental resulta em um problema ainda maior para o filho: a Síndrome da Alienação Parental – SAP, que será melhor estudada a seguir.

2.2 Alienação Parental - AP e a Síndrome da Alienação Parental – SAP

A alienação parental implica no surgimento de outro problema relacionado a esta, qual seja a Síndrome da Alienação Parental – SAP- cuja nomenclatura foi proposta por Richard Gardner, psiquiatra e professor de psiquiatria norte-americano⁷. No entanto, salienta-se que a referida síndrome não se confunde com a alienação parental, pois nesta há o afastamento promovido pelo alienador entre o filho e o alienado, enquanto que a Síndrome da Alienação Parental é fruto das sequelas emocionais do filho que se refletem nas suas condutas de repúdio e afastamento do genitor alienado⁸.

Além disso, é importante mencionar o trabalho de Podevyn, que seguiu os preceitos formulados por Gardner acerca da SAP. Destarte, determinava que a síndrome em tela decorre da contribuição da criança para a desmoralização do genitor

⁵ LEITE, Eduardo de Oliveira. **Alienação Parental: do mito à realidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 137.

⁶ LEITE, Eduardo de Oliveira. **Alienação Parental: do mito à realidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 63.

⁷ LEITE, Eduardo de Oliveira. **Alienação Parental: do mito à realidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p.157

⁸ ROSA, Felipe Niemezewski da. A Síndrome de Alienação Parental nos Casos de Separações Judiciais no Direito Civil Brasileiro. PUCRS. Disponível em <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_1/felipe_niemezewski.pdf>. Acesso em: 5 nov. 2017.

alienado, não somente da influência do alienador, que na maioria dos casos é a mãe, por ficar com a guarda dos filhos após a dissolução da família.⁹

Dito isso, para Gardner, a SAP consiste em um distúrbio apresentado por crianças, na faixa etária entre os 2 aos 6 anos, no âmbito da disputa de suas guardas, em que são influenciadas pelo alienador, a quem se aliam, a proferirem um discurso difamatório em detrimento do genitor odiado.¹⁰ Destarte, um dos requisitos para configuração da síndrome é que o filho contribua para desmoralização do pai, já que a maioria das vezes este é o genitor alienado, logo, resultaria da influência manipuladora do alienador destinada ao ódio e rejeição do filho ao outro genitor e da contribuição da própria criança.¹¹

Diante disso, infere-se que a SAP afeta a integridade psicológica e os comportamentos da criança¹², assim, é uma consequência da alienação parental. Para Podevyn, a criança acometida pela SAP pode desenvolver depressão crônica, sentimentos incontroláveis de culpa e isolamento, transtornos de personalidade e até mesmo cometer suicídio¹³.

Dessa forma, constata-se que os filhos acometidos pela SAP tendem a criar uma repulsa e a se distanciar do outro genitor, acreditando não mais ser influenciado pelo alienador, mas pelas suas próprias convicções.¹⁴ Gardner estudou e descreveu as formas de manifestação dessa síndrome, que pode a criança apresentar todos os sintomas ou não, a depender do grau que se encontre o estágio desta síndrome¹⁵.

Sendo assim, os sintomas elencados por Gardner¹⁶ constituem na **campanha de difamação**, que sustenta não ser uma “lavagem cerebral”, mas uma

⁹ TRINDADE, JORGE. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p. 154-155.

¹⁰ LEITE, Eduardo de Oliveira. **Alienação Parental: do mito à realidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 165

¹¹ LEITE, Eduardo de Oliveira. **Alienação Parental: do mito à realidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 159.

¹² PEDROSO, Vanessa Alexandra de Melo; SILVA, Daniela Madruga Rego Barros Victor. ALIENAÇÃO PARENTAL: Uma legislação moderna para um problema antigo. *Publica Direito*. Disponível em: <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=306708aaf995cf6a>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

¹³ TRINDADE, JORGE. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004, p 156-157.

¹⁴ LEITE, Eduardo de Oliveira. **Alienação Parental: do mito à realidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p 157

¹⁵ LEITE, Eduardo de Oliveira. **Alienação Parental: do mito à realidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p 167.

¹⁶ LEITE, Eduardo de Oliveira. **Alienação Parental: do mito à realidade**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p 164-200.

contribuição da criança reafirmando o que foi dito pelo alienador, enfraquecendo o vínculo entre o genitor alienado e o filho-. **As razões fracas para a depreciação**, marcada pela desproporção entre o discurso de ódio e os possíveis motivos ensejadores desse sentimento, sendo programada a manifestar a ira pelo genitor, acreditando que age corretamente. A **ausência de ambivalência**, ou seja, a criança acometida por esta síndrome não é capaz de descrever uma qualidade ou aspecto positivo pertencente ao genitor alienado, tratando-o com hostilidade e desprezo-.

Além disso, também constituem sintomas descritos por Gardner o **fenômeno do pensador independente**, ou seja, a criança passa a crer que o genitor alienado é ruim e que sua convicção acerca disto não foi influenciada pelo genitor alienador. O **apoio reflexivo ao genitor alienador no conflito parental**, ou seja, a criança escolhe um lado, qual seja do genitor que detém sua guarda, acreditando que somente este é bom e que é seu ponto de refúgio e proteção. A **ausência de culpabilidade**, marcada pela falta de culpa pela difamação do genitor alienado e, muitas vezes, pela mentira. A **presença de encenações encomendadas**, pautada na representação de situações pelo alienador a fim de convencer a criança que o genitor alienado é ruim, manipulando-a, e por fim, a **propagação da animosidade aos amigos e/ou família extensa do genitor odiado**, marcada pelo afastamento da criança do genitor alienado, bem como dos parentes e amigos destes.

Ademais, uma questão importante a ser mencionada concerne à natureza científica da Síndrome da Alienação Parental, tendo em vista que esta não é reconhecida pela OMS (CID-10) e pela Associação de Psiquiatria Americana (DSM-IV) como uma doença¹⁷.

3 Dos impactos resultantes da Alienação Parental.

Não obstante o que se abordou no tópico anterior acerca da SAP, faz-se necessário versar sobre as outras consequências advindas da alienação parental para a vida das vítimas, sobretudo para o (a) filho (a), pois é ele(a) quem se entende como a personagem mais afetada por este conflito.

¹⁷ BRITO, Maria Eduarda. Criminalização da Alienação Parental: uma análise legislativa. **Ufpe**. Recife, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/21949/1/MONOGRAFIA%202017.1%20-%20MARIA%20EDUARDA%20FERRO%20BRITO.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

Dessa forma, é importante mencionar o documentário *A Morte Inventada*¹⁸ acerca do tema em análise, haja vista que este trata de vários casos reais em que ocorreram a alienação parental, obstando a convivência familiar e o relacionamento afetivo entre pais e filhos devido à conduta do alienador. Sendo assim, um dos casos abordados nesse documentário diz respeito ao depoimento do avô de uma criança que foi falsamente acusado, pela mãe dela, de ter abusado sexualmente da sua neta juntamente com o pai da menina. Este fato inverídico foi levado a juízo fundado em um laudo psicológico falso, assinado por uma especialista, a fim de prejudicar a convivência familiar entre a criança, seu genitor e seu avô.

Diante disso, os impactos resultantes da conduta acima comentada dizem respeito à implantação de falsas memórias no psicológico da criança, induzindo-a a crer que de fato foi vítima dessa agressão e a repudiar os supostos agressores, bem como suspender o direito de visitação que possui o genitor não-guardião.¹⁹ Ressalta-se que o processo para apuração da ocorrência (ou não) de abuso sexual pode levar anos, acarretando em uma separação duradoura da criança e o genitor falsamente acusado, possuindo como consequência a perda da afetividade e distanciamento permanente destes²⁰. Isto ocasionaria uma punição dupla ao (a) filho (a). Por esta razão, o Juiz de Direito Gerardo Carnevale, durante a sua entrevista ao documentário em alusão, afirma que se existirem dúvidas sobre a ocorrência de abuso sexual, não deve haver o afastamento total entre genitor acusado e o filho, pois há outras formas, como as visitas monitoradas, em locais públicos, dentre outras.

Além disso, frisa-se que a criança ou adolescente, objeto da alienação parental, também se torna susceptível a desenvolver vários problemas psicológicos e emocionais devido à sua posição constante no centro deste conflito, acarretando na interferência na formação de sua personalidade. Algumas destas patologias se vislumbram no isolamento, na depressão, na ansiedade, em transtornos de imagem e

¹⁸ A MORTE INVENTADA. Alan Minas [Ed.]. Produção: Daniela Vitorino. Brasil: Caraminhola Produções, 2009. 114 min. vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MauAOg4dlco&t=3905s>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

¹⁹ DIAS, Maria Berenice. *Alienação Parental: uma nova lei para um velho problema*. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.mariaberenice.com.br/uploads/aliena%E7%E3o_parental_-_uma_nova_lei_para_um_velho_problema.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

²⁰ A MORTE INVENTADA. Alan Minas [Ed.]. Produção: Daniela Vitorino. Brasil: Caraminhola Produções, 2009. 114 min. vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MauAOg4dlco&t=3905s>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

de identidade, no desespero, na dupla personalidade, da possível inclinação ao uso de bebidas alcoólicas e/ou de drogas quando adultos e até mesmo no suicídio²¹.

Ademais, é importante mencionar que uma consequência provável da alienação parental ao genitor alienado consiste no seu afastamento forçado da vida do (a) filho (a), tornando-se, muitas vezes, um desconhecido para este (a) devido aos vínculos de convivência e afetivos rompidos. Destarte, também são passíveis de sofrerem depressão, estresse, isolamento, desvio de personalidade, podendo cometerem suicídio, dentre outros problemas, salientando-se que muitas das mães ou pais alienados têm a sua figura apagada da vida dos filhos, como se mortos estivessem²².

Por fim, ressalta-se que todas as condutas tipificadas como alienação parental e suas respectivas consequências psicológicas vão de encontro ao princípio constitucional da dignidade humana, ao direito à convivência familiar, ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e ao princípio da afetividade²³, um dos fundamentos mais importantes das relações familiares.

4 Regulamentação da Alienação Parental.

Diante da necessidade da análise da efetividade da Lei nº 12.318/2010, faz-se imprescindível o estudo da evolução do tratamento dispendido pelo ordenamento jurídico brasileiro à alienação parental, até os dias atuais.

4.1 Histórico da evolução normativa.

Ao adentrar no âmbito jurídico acerca do tema em estudo, infere-se que este, antes da Lei nº 12.318/2010, que será abordada no tópico posterior, carecia de previsão normativa específica sobre o problema que o conceituasse e tipificasse as condutas caracterizadoras. Outrossim, também não havia sanções específicas ao alienador que coibisse a prática da alienação parental ou meios para que esta cessasse.

²¹ PODEVYN, François. **Síndrome da Alienação Parental**. Tradução: Apase, 2001, p 3.

²² PINHO, Marco Antônio Garcia de. Alienação Parental. Teresina: **Revista Jus Navigandi**, 2009. ISSN 1518-4862, ano 14, n. 2221. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/13252>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

²³ TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito de Família**. 12. ed. Rio de Janeiro: 2017, p 25.

Dessa forma, sem prejuízo do que foi mencionado acima, é necessário salientar que o Código Civil de 2002 atentou à necessidade que o (a) filho (a) possui da convivência familiar com ambos genitores para a formação de sua identidade social²⁴. Sendo assim, previu em seu artigo 1.579 que mesmo após o divórcio os pais continuam possuindo os mesmos direitos e deveres provenientes do poder familiar, acerca da criação, educação, proteção e sustento dos filhos, podendo optar pela guarda compartilhada destes para melhor atender seus interesses.

Desse modo, os artigos 1.583 e 1.634, ambos do Código Civil mencionam apenas a imprescindibilidade da relação entre os genitores e os filhos, que devem ser criados e participar da vida daqueles por meio da guarda unilateral, mas com o direito à visitação do não-guardião, ou pela guarda compartilhada, que melhor protege os filhos.

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente coibia os atos de violência psicológica e física contra os infantes, porém também sem prever a conduta de alienação parental e possíveis punições. Dessa forma, tanto o Código Civil quanto o ECA não tratavam de nenhuma questão acerca da alienação parental, ensejando uma lei que tutelasse este problema para garantir uma proteção maior aos direitos dos filhos, que não devem ser suprimidos em detrimento dos conflitos pessoais entre os pais.

Dito isso, em 2008, o Deputado Regis de Oliveira, do PSC-SP, apresentou o Projeto de Lei nº 4053, que dispunha sobre a alienação parental, prevendo suas respectivas condutas, medidas e sanções cabíveis, a fim de combater a prática deste tipo de violência psicológica contra a criança ou adolescente. Posteriormente, no ano de 2010, o PL mencionado foi transformado na atual Lei Ordinária nº 12.318/2010, que será melhor estudada em seguida.

4.2 Lei nº 12.318/2010 e sua respectiva (in)efetividade

Conforme dito anteriormente, a alienação parental é prevista e regulamentada pela Lei nº 12.318/2010, trazendo em seu artigo 2º o conceito daquela, como:

²⁴ FURQUIM, Luís Otávio Sigaud. Os filhos e o divórcio. **Revista IOB de Direito de Família**. Porto Alegre, v.9, n. 47, p. 80, abr-maio. 2008.

Art. 2º. Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Dessa forma, a referida lei confere maior proteção à criança e ao adolescente de modo a garantir-lhes o direito à convivência familiar, previsto pela Constituição Federal, pelo Código Civil e pelo ECA²⁵. Outrossim, também estendeu os seus efeitos a qualquer pessoa que possua a guarda ou vigilância da criança, não se restringindo aos pais ou aos avós.

Além disso, a lei comentada determina quais são as condutas típicas de alienação parental no parágrafo único do artigo 2º, como desqualificar o outro genitor, não permitir que o (a) filho (a) tenha contato com o alienado, imputar falsas acusações contra este ou sua família para obstar a convivência familiar, dentre outras. Todavia, ressalta-se que se trata de um rol meramente exemplificativo, devendo-se analisar os atos praticados em cada caso concreto, constatados pela perícia e reconhecidos pelo Juiz para saber se se trata de alienação parental ou não.

O artigo 5º da norma em análise versa sobre a necessidade de realização de perícia, por equipe multidisciplinar, quando houver indícios da ocorrência da alienação parental, devendo ser concluída em 90 (noventa) dias para a aplicação das sanções cabíveis ao genitor alienador, primando pela celeridade do processo por meio da tramitação prioritária. As penas podem consistir, por exemplo, na suspensão da autoridade parental do alienador (poder familiar), na inversão da guarda ao alienado, na ampliação do regime de convivência familiar em favor daquele, dentre outras.

Dessa forma, ressalta-se que a Lei nº 12.318/2010 representa, de certa forma, um progresso na legislação brasileira acerca do tema, que anteriormente não era previsto juridicamente. No entanto, a efetividade das medidas previstas no rol do artigo 6º da referida lei é ainda questionável.

Sendo assim, o inciso I, do aludido artigo 6ª da Lei nº 12.318/2010, que prevê a declaração da alienação parental com a respectiva advertência, esvaído de eficácia, haja vista que este ato meramente declaratório não afastará ou resolverá o conflito. Além disso, a lei é vaga quanto à natureza da multa atribuída ao alienador,

²⁵ GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**: Direito de Família. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p 295.

prevista no inciso III, bem como esta não é capaz de, por si só, coibir ou fazer cessar os atos de alienação parental²⁶.

Além do mais, outro problema encontrado na aplicação da lei concerne ao inciso V, isto é, a determinação da guarda compartilhada ou a sua inversão em um cenário já acometido pela alienação parental, tendo em vista que isto pode amplificar os efeitos do problema já existente. Do mesmo modo, o disposto no inciso VII, acerca da suspensão da autoridade parental também é susceptível de críticas, pois vai de encontro à convivência familiar amplamente resguardada pela Constituição Federal e pelo Código Civil. Isto se justifica pois o(a) filho(a) ficaria privado do seu convívio com o pai ou a mãe, ressaltando-se que esta medida deve ser tomada com observância absoluta da proporcionalidade, não devendo ser deferida com base em acusações genéricas.

Dessa forma, infere-se que as medidas previstas pela lei não são capazes de ilidir o conflito decorrente da alienação parental, podendo ocasionar efeito contrário, isto é, aumentarem o problema já existente. A melhor solução a ser adotada seria o amplo acompanhamento biopsicossocial do alienador, do alienado e do(a) filho(a), tendo em vista que a mera punição não resolverá a adversidade, pois não fará com que as partes entendam o que estão causando ao(à) filho(a), mas poderá fazer com que o alienador passe a adotar um comportamento mais defensivo e incisivo.

Sendo assim, embora o art. 6, IV, da Alienação Parental, determine esse tipo de acompanhamento, salienta-se que deve ser realizado a longo prazo, quer dizer, até que o problema seja sanado. Porém, não é isso que ocorre, pois geralmente o acompanhamento perdura somente até o magistrado proferir uma decisão.²⁷ Além disso, a lei não aborda a necessidade e a possibilidade da resolução do problema por meio da mediação, que por ser uma forma alternativa de resolução de conflitos pertinente às relações familiares, poderia trazer resultados mais satisfatórios do que os encontrados em processos judiciais. Isto se justifica devido ao método utilizado

²⁶ GONDIN, Frederick. Alienação Parental: a impropriedade do inciso III do artigo 6º da Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010 (Lei da Alienação Parental). In: **ibdfam**. 2015. Disponível em: <http://ibdfam.org.br/_img/artigos/Alienacao%20parental%2009_12_2011.pdf> . Acesso em: 30 mai. 2018.

²⁷ MONTEIRO, Wesley Gomes. O rompimento conjugal e as suas consequências jurídicas: Um ensaio sobre alienação parental. In: **ibdfam**. 2011. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/_img/artigos/Alienacao%20parental%2016_09_2011.pdf> . Acesso em: 30 mai. 2018.

pela mediação, que tem como fundamento fazer com que as partes pensem no presente conflito, de modo a refletirem sobre este, criando empatia pelo outro, para que cheguem a um acordo satisfatório para ambos.

Dito isso, ressalta-se que as medidas previstas pela lei em estudo não atingem um patamar satisfatório de efetividade para sanar o problema da alienação parental, porém, em caso de crime cometido pelo alienador contra a honra do alienado, poderá este intentar as medidas cíveis e criminais cabíveis. Sendo assim, salienta-se que a forma mais adequada de solucionar o problema da alienação parental não se vislumbra por meio da punição, mas do acompanhamento psicológico de todos os envolvidos por tempo indeterminado, podendo o alienado, se for o caso, promover ação de responsabilização do alienador por eventuais crimes cometidos.

Por fim, salienta-se que o Deputado Federal Arnaldo Faria de Sá entende que é necessário criminalizar as condutas previstas como alienação parental para que de fato a proteção integral à criança e ao adolescente seja resguardada e efetivada. Por esta razão, o referido parlamentar apresentou ao Congresso Nacional, em 2016, o Projeto de Lei nº 4488²⁸, visando criminalizar as condutas do artigo 3º da lei em análise, prevendo também a majoração da pena se aquelas se fundarem em motivo torpe, imputação falsa de abuso sexual, submissão do filho à violência psicológica ou se este possuir deficiência física ou mental. Contudo, corroborando com o dito anteriormente, se aprovada, esta lei será outra esvaída de efetividade, tendo em vista que a criminalização, punindo o alienador com a segregação do(a) filho(a), tornará o problema ainda maior, pois estes serão privados da convivência familiar, podendo desencadear outras vicissitudes psicológicas.

5 Das consequências jurídicas imputadas ao alienador, ao alienado e ao filho(a)

Após a análise da Lei nº 12.318/2010 e de algumas medidas cabíveis abordadas no tópico anterior, faz-se necessário versar sobre os efeitos do ordenamento jurídico no âmbito pessoal do alienador, do alienado e, em alguns casos, do(a) filho(a).

²⁸ EMENTA: Acrescenta parágrafos e incisos ao art 3.º da Lei 12.318/2010 que dispõe sobre a alienação parental.

Outrossim, frisa-se que a norma confere ao genitor alienado possibilidades de medidas que podem ser por este pleiteadas em juízo, sem obstar a responsabilidade civil ou criminal do alienador, com o intuito de cessar a ocorrência da alienação parental. Sendo assim, as consequências jurídicas para o alienado e o alienador ocorrem simultaneamente, tendo em vista que este será submetido às sanções demandadas por aquele e deferidas pelo magistrado, para reverter o quadro de alienação.

Dessa forma, ao ser declarada a alienação parental, o Juiz poderá tomar, cumulativamente ou não, as medidas previstas no artigo 6º da lei em análise, em benefício do genitor alienado e ao mesmo tempo em desfavor do alienador, que por sua vez deverá cumprir a sanção em que for sentenciado. Salienta-se que um dos efeitos jurídicos mais importantes consiste na alteração da guarda dos(as) filhos(as) para a compartilhada, tendo em vista que ao conferir igual oportunidade de participação na vida daqueles(as), a alienação parental perderá força, podendo ser revertida e cessada²⁹.

Além disso, a guarda também pode ser revertida em favor do genitor alienado ou ter o seu regime de convivência com o(a) filho(a) ampliado, possibilitando que aquele tenha oportunidade de integrar de forma digna e justa a vida deste(a), como determina os princípios do melhor interesse da criança e do adolescente e o da afetividade.

De outra forma, aplicam-se ao alienador consequências desde brandas às mais severas. As sanções leves consistem na advertência do alienador após a declaração da alienação, aplicação de multa a este e determinação de seu acompanhamento psicológico. De forma mais grave há a suspensão da autoridade parental do alienador, sendo cabível em casos de abuso sexual constatados por perícia, a fim de resguardar a integridade física e psicológica da criança, podendo aquele responder criminalmente pelo crime de estupro de vulnerável³⁰.

Por fim, ressalta-se que não são muitas as consequências jurídicas aplicáveis especificamente ao(a) filho(a), mas, dentre as possíveis, encontram-se o seu acompanhamento psicológico e a fixação cautelar de seu domicílio em local

²⁹ PINHEIRO, Samantha Késsya Souza. **O direito de visita**: análise sob a perspectiva da alienação parental. 2014. 126 f. Monografia (Graduação em Direito) – Centro Universitário Christus, Fortaleza, 2014, p. 90.

³⁰ GRECO, Rogério. Curso de Direito Penal: parte especial. 7.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2010, v. 3.

diverso do alienador. Sobre esta última, infere-se que pode permanecer com outra pessoa que não seja também o genitor alienado, podendo a sua guarda ser concedida a uma terceira pessoa diversa dos genitores, que os resguarde de quaisquer formas de violências e abusos.

6 MÉTODOS

O trabalho ora proposto se funda na realização de pesquisa bibliográfica, buscando as informações a partir da leitura de livros, monografias, teses, artigos, legislações concernentes e outros meios de informações relativos à matéria em questão. Utilizou-se o método dedutivo, pois se partiu do que vem sendo desenvolvido acerca da alienação parental sob a perspectiva do ordenamento jurídico brasileiro.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com o analisado no presente estudo, é possível inferir que a alienação parental não decorre apenas diante do término de um casamento, mas de uma união estável, de um namoro, podendo ocorrer até mesmo sem que haja a dissolução da família. Além disso, embora o alienador seja, na maioria das vezes, quem detém a guarda, é possível que o pai ou a mãe que não a possui seja o agente da alienação parental ou até mesmo ambos os pais.

Dessa forma, o(a) filho(a) é o objeto da alienação parental, isto é, o alienador se utiliza deste(a) para atingir o alienado, que é o destinatário do problema em análise. Destarte, acarreta diversas consequências psicológicas da criança ou do adolescente, podendo ir desde o isolamento até o suicídio. Outrossim, deve-se mencionar a criação de falsas memórias de abuso sexual e imputação feita pelo alienador de crime contra a dignidade sexual ao alienado para que este permaneça privado do direito à convivência com o(a) filho(a), acarretando danos, muitas vezes, irreparáveis.

Além disso, verificou-se que a legislação vigente que tutela o tema em estudo, embora tenha sido um avanço no ordenamento jurídico sobre o tema não tratado antes, ainda é incipiente e carece de medidas efetivas para evitar ou fazer cessar a alienação parental, tendo em vista que a Lei nº 12.318/2010 prevê medidas,

em seu artigo 6º, que não são efetivas, como a aplicação de uma multa, em que o legislador não especificou a sua natureza e para quem é devida, ou até mesmo a suspensão da autoridade parental, que muitas vezes ocorre baseada em acusações genéricas de abuso sexual.

8 CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que a família deve resguardar a criança e o adolescente de toda e qualquer forma de violência, seja psicológica ou física, a fim de primar pelos princípios da proteção integral e da dignidade da pessoa humana. No entanto, nem sempre isso ocorre, tendo em vista que após a dissolução da família, em muitos casos, ocorrem problemas como a alienação parental.

Sendo assim, a alienação parental tende a ocorrer quando da dissolução mal resolvida da família, haja vista a permanência de mágoas e ressentimentos do alienador pelo alienado, que se utiliza do(a) filho(a) como forma de atingir o outro para que a criança ou o adolescente passe a repudiar o outro genitor. Esta situação pode ser agravada em decorrência da Síndrome da Alienação Parental, que afeta o(a) filho(a), causando sofrimentos imensos.

Dessa forma, faz-se necessário uma legislação adequada que tutele de fato o problema para dirimi-lo, resguardando a integridade psicológica de todos os envolvidos, principalmente do(a) filho(a), que é o maior afetado. Isto se verifica pela inefetividade das medidas previstas pelo artigo 6º da Lei nº 12.318/2010, como forma de solucionar a referida adversidade, tendo em vista que as sanções previstas não são capazes de afastar a lide e tratar os danos psicológicos já causados.

REFERÊNCIAS

A MORTE INVENTADA. Alan Minas [Ed.]. Produção: Daniela Vitorino. Brasil: Caraminhola Produções, 2009. 114 min. vídeo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MauAOg4dlco&t=3905s>>. Acesso em: 03 dez. 2017.

BRITO, Maria Eduarda. **Criminalização da Alienação Parental**: uma análise legislativa. Ufpe. Recife, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/21949/1/MONOGRAFIA%202017.1%20-%20MARIA%20EDUARDA%20FERRO%20BRITO.pdf>>. Acesso em: 30 mai. 2018.

DIAS, Maria Berenice. Alienação Parental: uma nova lei para um velho problema.[s.l.:s.n.].Disponível em:

<http://www.mariaberenice.com.br/uploads/aliena%E7%E3o_parental_-_uma_nova_lei_para_um_velho_problema.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

FURQUIM, Luís Otávio Sigaud. Os filhos e o divórcio. **Revista IOB de Direito de Família.** Porto Alegre, v.9, n. 47, abr-maio. 2008.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro:** Direito de Família. 13.ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

GONDIN, Frederick. Alienação Parental: a impropriedade do inciso III do artigo 6º da Lei nº 12.318 de 26 de agosto de 2010 (Lei da Alienação Parental). In: **ibdfam.** 2015. Disponível em:
<http://ibdfam.org.br/_img/artigos/Aliena%C3%A7%C3%A3o%20parental%2009_12_2011.pdf> . Acesso em: 30 mai. 2018.

LEITE, Eduardo de Oliveira. **Alienação Parental:** do mito à realidade. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MONTEIRO, Wesley Gomes. O rompimento conjugal e as suas consequências jurídicas: Um ensaio sobre alienação parental. **ibdfam.** 2011. Disponível em:
<http://www.ibdfam.org.br/_img/artigos/Aliena%C3%A7%C3%A3o%20parental%2016_09_2011.pdf> . Acesso em: 30 mai. 2018.

PEDROSO, Vanessa Alexandra de Melo; SILVA, Daniela Madruga Rego Barros Victor. ALIENAÇÃO PARENTAL: Uma legislação moderna para um problema antigo. **Publica Direito.** Disponível em: <
<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=306708aaf995cf6a>>. Acesso em: 5 nov. 2017.

PINHEIRO, Samantha Késsya Souza. **O direito de visita:** análise sob a perspectiva da alienação parental. 2014. 126 f. Monografia (Graduação em Direito) – Centro Universitário Christus, Fortaleza, 2014

PINHO, Marco Antônio Garcia de. Alienação Parental. Teresina: **Revista Jus Navigandi,** 2009. ISSN 1518-4862, ano 14, n. 2221. Disponível em:
<<https://jus.com.br/artigos/13252>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

PODEVYN, François. **Síndrome da Alienação Parental.** Tradução: Apase, 2001.

ROSA, Felipe Niemezowski da. A Síndrome de Alienação Parental nos Casos de Separações Judiciais no Direito Civil Brasileiro. **PUCRS.** Disponível em <
http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2008_1/felipe_niemezowski.pdf>. Acesso em 5 nov. 2017

SOARES, Tainá Kavashima. Alienação Parental: guarda compartilhada. **Revista do Curso de Direito da Universidade Braz Cubas**. São Paulo, jun. 2017. Disponível em: <

<https://revistas.brazcubas.br/index.php/revdubc/article/view/279/429>>. Acesso em: 16 out. 2017.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil: Direito de Família**. 12. ed. Rio de Janeiro: 2017.

TRINDADE, JORGE. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

ZAMAN, Rada Maria Metzger Képes. A síndrome de alienação parental: um estudo exploratório. In: MORAIS, Michelle Campos. **Alienação parental: aportes conceituais, aspectos jurídicos e meios de prova**. Rio Grande do Sul: Âmbito Jurídico. Disponível em: < http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=12039>. Acesso em: 05 dez. 2017.

ANÁLISE CRÍTICA DA DECISÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA NA FUSÃO NESTLÉ-GAROTO

Andressa Borges Monteiro Pires*
Lívia Ximenes Damasceno**

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é avaliar as nuances da decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) na fusão da Nestlé Brasil Ltda. com a Chocolates Garoto S/A, que decidiu por denegar a operação em âmbito administrativo utilizando de modelos de fusão que analisam o impasse de forma quantitativa, e verificar se foi a decisão mais acertada. Observe-se que o requerimento para a apreciação do pedido de fusão entre as duas empresas foi submetido para a análise do órgão antitruste em 2002 e, somente em 2016, foi solucionado, se é que se pode dizer isso, considerando que ainda não houve o cumprimento do acordo pelas empresas. Os embaraços que permeiam essa decisão são diversos, devendo ser destacado o principal: a época em que foi submetido o pedido, posto que ainda estava vigente a antiga legislação antitruste e os pedidos submetidos àquele órgão eram analisados de maneira posterior ao ato. Nesse sentido, as empresas poderiam se fundir e apenas depois é que a autarquia federal iria aprovar, aprovar com restrições ou denegar o pedido, motivo pelo qual decidiu por esta última, e o ato de concentração ainda hoje representa um impasse sem solução. Em termos metodológicos, a pesquisa foi de cunho qualitativo, em razão de fazer uma análise que não verificou dados de forma direta e adentrar no entrave que se constatou, e bibliográfica, posto que a maior parte dos documentos utilizados foram livros, legislação e artigos científicos. Em sede conclusiva foi verificado que o entrave maior residiu na forma como o problema foi resolvido, posto que não

* Acadêmica do 10º semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Christus – Unichristus. Vinculada ao Centro Universitário Christus. E-mail: andressabpires@hotmail.com

** Doutoranda em Direito Constitucional nas relações privadas na Universidade de Fortaleza, mestre em Direito Empresarial pela Universidade de Coimbra (diploma revalidado pela Universidade Federal do Ceará). Especialista em Direito Civil e Direito Empresarial pela Faculdade Damásio de Jesus. Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Advogada e professora na graduação do Centro Universitário Christus – Unichristus. Vinculada à Universidade de Fortaleza. E-mail: livia.ximenes@yahoo.com.br

realizou uma análise, também, qualitativa do caso, avaliando todos os ganhos pormenorizados da operação, mas apenas as eficiências que o modelo de simulação de fusão evidenciaram; e, além disso, na (in)certeza acerca de quem propôs essas restrições que podem ser bem piores para o mercado que tipos de desinvestimentos ou investimentos que foram propostos como acordo pelas empresas em outras fases do processo.

Palavras-chave: Nestlé. Garoto. Fusão. Conselho administrativo de defesa econômica. CADE.

ABSTRACT

The objective of the present study is to evaluate the details of the decision of the Administrative Council for Economic Defense (CADE) in the merger of Nestlé Brasil Ltda. with Chocolates Garoto S/A, which decided to deny the transaction in an administrative environment using merger models to analyze the problem quantitatively and evaluate if it was the right decision. It should be noted that the request for the merger application between the two companies was submitted to the antitrust council in 2002 and it was only resolved in 2016, if we can say so, considering that the agreement has not yet been fulfilled by the companies. There are many questions which permeate that decision, and the main one should be highlighted: the period in which the request was submitted, since the current antitrust legislation at the time determined that the submission of the requests to the council only after the merger. Therefore, companies would merge and only after that the federal authority would approve, approve with restrictions or deny the request, which is why they decided to deny, and the analyzed merger still represents an embarrassment without solution. In methodological terms, the research was qualitative, since the analysis was not directly data about data or dealt exactly with that obstacle that was found, and bibliographical, since most of the documents used were books, legislation and scientific articles. In conclusion, it was verified that the major obstacle was the way the problem was solved, since it did not perform a qualitative analysis of the case, evaluating all the detailed gains of the operation, but only the efficiency and advantages the fusion simulation model pointed, and, moreover, on the uncertainty of who proposed those restrictions that may be much

worse for the market than the types of disinvestments or investments that were proposed as an agreement by the companies at other stages of the process.

Keywords: Nestlé. Garoto. Merger. Administrative Council for Economic Defense. CADE.

1 INTRODUÇÃO

Os sistemas, ao se parar para pensar, devem sempre ser um todo harmônico, para evitar mal funcionamentos como sistema solar, sistema sanguíneo, sistema nervoso e sistema de informação. Da mesma forma, portanto, é que o ordenamento jurídico, sistema de leis e interpretações acerca da norma jurídica vigente no Brasil, também deve ser congruente.

Em virtude disso que todas as leis e interpretações, portanto, devem estar de acordo com a Constituição Federal, vetor hermenêutico para a compreensão dos demais instrumentos normativos. Nesse sentido, ao prever uma Constituição financeira ao tratar da ordem econômica e financeira em seus artigos 170 e seguintes, é necessário que se proteja esse sistema e que se compreenda o funcionamento das decisões que permeiam esses assuntos por esse vetor interpretativo.

Por conta disso, há, no Brasil, um Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, formado pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para que se vislumbre o correto funcionamento do sistema.

Para o presente estudo, o órgão de maior importância é o CADE, autarquia federal responsável por, principalmente, fazer a análise dos atos de concentração e impor sanções a infrações à ordem econômica definidas pela lei 12.529/2011.

A análise dos atos de concentração, apesar de a lei estabelecer parâmetros objetivos para a submissão do pedido, não pode deixar de ser sistêmica, considerando todas as variáveis quantitativas e qualitativas que podem estar envolvidas na decisão, como o comportamento dos consumidores, eventuais ganhos de eficiência que as operações podem proporcionar e outras.

Por outro lado, ao proferir decisão sobre o caso em análise, qual seja, a fusão da Nestlé Brasil Ltda. e a Chocolates Garoto S/A, a fundamentação foi eminentemente quantitativa e trouxe diversos prejuízos ao mercado e às empresas, ainda não tendo sido sanado o impasse, que teve início em 2002.

O desenvolvimento do trabalho, portanto, para que possa ser analisado todo o sistema que compreenderá a análise do CADE sobre a fusão ora estudada compreenderá três partes, quais sejam, a atuação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, em que será analisado o funcionamento desse sistema; a análise do CADE no controle dos atos de concentração, para que se compreendam as nuances em atos de concentração e o que deve ser verificado, e, por fim, a operação de fusão Nestlé-Garoto.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A atuação do sistema brasileiro de defesa da concorrência

A Constituição da República Federativa do Brasil, ao tratar da ordem econômica e financeira do Estado, instituiu um regime que pugna pela livre iniciativa e tem como um de seus fundamentos a livre concorrência, evidenciando o microsistema de uma Constituição econômica dentro da Lei Maior¹. A fim de garantir a eficácia deste princípio foi instituído, por meio da Lei 8.884/1994, o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC) que foi revogada pela Lei 12.529/2011 e hoje é a lei responsável por regular a defesa da concorrência no País.

O SBDC é formado, nos termos da lei pela Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE) do Ministério da Fazenda, a quem incumbe promover a concorrência em órgãos do Governo e perante a sociedade, e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça e principal órgão desse sistema, responsável pela proliferação de uma cultura concorrencial no País, pela punição às infrações à ordem econômica e pela análise dos atos de concentração.

¹ GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na constituição de 1988**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

A punição contra as infrações à ordem econômica do CADE ocorre sem necessidade de se apurar a culpa, constituindo responsabilidade objetiva², e tem como objeto ou produz efeitos que podem, por exemplo, limitar a livre concorrência, dominar mercado relevante, aumentar arbitrariamente os lucros e exercer posição dominante de forma abusiva.

Sobre a tratativa da análise dos atos de concentração, por outro lado, algumas premissas devem ser observadas, como o conceito de atos de concentração, para verificar, por fim, que tipo de análise tem o órgão de defesa da concorrência.

A concentração³, pelo próprio sentido da palavra representa junção ou agrupação, e constituem exemplos de tais atos, estipulados pela própria Lei 12.529/2011, em seu artigo 90, a fusão, a incorporação, o contrato associativo, o consórcio e o *joint venture*. Nesse sentido, quando houver qualquer dessas operações, entende-se que está acontecendo uma junção.

Ocorre que, por estar previsto na lei que disciplina a defesa da concorrência muitas vezes se passa uma visão errada acerca da concentração, pensando que esta se trata sempre de um ato lesivo à concorrência, o que não corresponde com a realidade⁴.

O certo é que, muitas das vezes, empresas se utilizam desses atos de concentração visando a uma melhor lucratividade, por participar de mais setores de uma cadeia de produção, ou se posicionar diante de empresas que estão crescendo no mercado, a fim de manter a competitividade, ou seja, nem sempre a concentração de duas ou mais empresas é prejudicial ao mercado.

A concentração, ainda, pode se manifestar de três formas, a concentração vertical, caso em que duas empresas atuam no mesmo ramo, mas em diferentes setores da produção, como o tratamento e distribuição de leite; a concentração horizontal, hipótese em que as duas empresas participantes da operação de concentração atuam no mesmo ramo e no mesmo estágio da cadeia

² FRANCISCO, André Marques. **Responsabilidade civil por infração da ordem econômica**. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

³ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

⁴ MARCATO, Marília Bassetti. Eficiência Econômica e Inovação: Considerações Acerca da Análise Antitruste. **Revista Administração em Diálogo – RAD**, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 87-111, jan. 2016.

produtiva, e a concentração conglomerada, em que não há que se falar em mesmo ramo de atividade para aquelas empresas que estão se juntando⁵.

Sob essa perspectiva de que os atos de concentração nem sempre importam uma consequência negativa para o mercado, seja porque se tratam de empresas muito pequenas, seja porque há uma forte competitividade no mercado, e dos diferentes tipos de concentração é que se pode vislumbrar a atuação do CADE. Veja-se, não são em todos esses casos que a autarquia federal vai ser chamada a atuar, e a própria legislação estabeleceu critérios para apurar os casos em que é ou não necessário.

Nesse sentido, o artigo 88 da Lei 12.529/2011 estabelece critérios que se baseiam, primordialmente, no faturamento dos envolvidos na operação, como o faturamento bruto anual do ano anterior à operação de um dos envolvidos de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) ou superior a esse valorou um outro grupo envolvido naquela registrando um faturamento bruto anual ou volume de negócios no País equivalente à R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou superior a esse valor.

Além disso, são proibidos atos de concentração que impliquem eliminação da concorrência em parte substancial do mercado relevante, referente, portanto, a um setor específico, seja porque são as únicas empresas seja porque as demais são muito pequenas ou que possam criar ou reforçar uma posição dominante a fim de evitar a dominação do mercado relevante de bens ou de serviços, posto que teria de condições de alterar unilateralmente os preços.

Os atos de concentração, portanto, apesar de não ser em todas as vezes, podem prejudicar a livre concorrência e o mercado, implicando em prejuízo a todos que estão envolvidos direta ou indiretamente com aquelas operações, devendo ser minuciosa a análise desses atos, para que não ocorram práticas anticoncorrenciais⁶.

Dessa forma, a atuação do SBDC e do CADE, em especial, é de fundamental importância no que tange à defesa da concorrência e na preservação da livre iniciativa, sendo imperioso averiguar os impactos econômicos das decisões da autarquia federal.

⁵ ROCHA, Jackson Lima; LIMA, Renata Albuquerque; CORDEIRO, Lívy Maria Vaz. Atos de Concentração Econômica e Estruturas de Mercado em uma Concorrência Praticável. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 64-97, jul. 2017.

⁶ WERDEN, Gregory J.; FROEB, Luke M. A robust test for consumer welfare enhancing merges among sellers of a homogeneous product. **Economic letters**, [s.l.], v. 58, n. 3, p. 367-369, mar 1998.

2.2 Análise do conselho administrativo de defesa econômica no controle dos atos de concentração

Como destacado no tópico anterior, as funções do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, definidas pela Lei 12.529/2011, são variadas, devendo ser realçadas aquelas que importa em aplicação de penalidade quando houver infração à ordem econômica e controle dos atos de concentração.

Conforme já restou explanado, não são em todas as operações de concentração que o CADE deve atuar, e, para avaliar isso, se utiliza um parâmetro financeiro, apurando o faturamento anual bruto das empresas envolvidas no ano anterior ao da operação a que se visa.

Veja-se, ainda, que, apesar de todos esses atos de concentração deverem ser submetidos ao CADE, a postura do órgão antitruste pode ser variada, como a aprovação, a aprovação com restrições ou a rejeição da operação. Para tomar a referida decisão, portanto, uma série de verificações devem ser feitas.

A resolução dos impasses visa, primordialmente, a efetivar a defesa dos princípios da ordem econômica e financeira, notadamente aqueles que foram repetidos no artigo 1º da Lei 12.529/2011, como a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa aos consumidores. Para isso, portanto, deve-se analisar se não está sendo praticada uma concorrência desleal, se aquele ato faria que houvesse um monopólio ou oligopólio e outras situações anticoncorrenciais.

A concorrência desleal, destaca-se, não é disciplinada pela legislação antitruste, mas pela Lei de Propriedade Industrial, Lei 9.279/1996 que não produz impactos no âmbito da concorrência de forma direta. Já as condutas anticompetitivas são aquelas que podem prejudicar a concorrência, ainda que não houvesse dolo na conduta, e as práticas anticoncorrenciais são aquelas que podem prejudicar a concorrência e caracterizam infração à ordem econômica, como o abuso de posição dominante⁷.

Entendidos esses conceitos, primeiro, é premente definir qual o mercado relevante que se está em análise, ou seja, qual o âmbito de incidência material e

⁷ ROCHA, Jackson Lima; LIMA, Renata Albuquerque; CORDEIRO, Lívy Maria Vaz. Atos de Concentração Econômica e Estruturas de Mercado em uma Concorrência Praticável. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 64-97, jul. 2017.

territorial que as duas ou mais empresas que anseiam a operação influem⁸. Nessa perspectiva, veja-se que definir o mercado relevante de uma forma que deturpe a realidade pode causar prejuízos para a sociedade, posto que a decisão não retrata a realidade.

Após a definição do mercado relevante, é avaliado se a operação importaria uma posição dominante, ou seja, se as empresas ocupariam posição capaz de alterar unilateralmente os preços, sendo vedada tal situação, posto que representaria um prejuízo à concorrência, princípio da ordem econômica e financeira.

Além disso, são verificadas as eficiências alegadas pelas empresas, ganhos que a operação poderia ou não trazer para, caso estivesse em alguma das situações anteriores, pudesse compensá-las, como a diminuição do preço para os consumidores, ou outras na área administrativa, de produção ou técnica⁹.

Feitas todas essas análises, a autarquia federal analisa o pedido que foi submetido pelas empresas participantes e toma uma das posturas que lhe é possível, sendo pertinente e necessário para a presente análise científica um dos casos de mais destaque da atuação do órgão antitruste, qual seja: a fusão da Nestlé Brasil Ltda. e a Chocolates Garoto S/A.

2.3 A fusão Nestlé-Garoto

Um dos casos mais emblemáticos no Brasil, no que tange à legislação antitruste, foi a fusão da Nestlé Brasil Ltda. e a Chocolates Garoto S/A, empresas que atuam no ramo de chocolates. O impasse referente a esse caso se deu por diversas razões, desde à época em que foi submetida à forma como o caso foi analisado e a juridicização do empecilho¹⁰.

A submissão do pedido de fusão das duas empresas, inicialmente, foi proposta em 2002, caso em que ainda estava vigente a antiga lei antitruste, Lei

⁸ CREMA, Renata Lais. **Concentração econômica e estruturas de mercado**. Monografia. 2010. (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

⁹ MAIA, Guilherme Baptista da Silva. **Defesa da concorrência e eficiência econômica: uma avaliação dos casos ambev e nestlé-garoto**. 2005. 218 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

¹⁰ O presente caso foi um dos motivos para o qual foi necessário se repensar o tipo de análise dos atos de concentração, que era feita de maneira posterior para, então, seguindo a maioria dos países alienígenas, passasse para uma análise anterior. Sobre isso: CUNHA, Carolina. **O controle das concentrações de empresas**. Coimbra: Almedina, 2005.

8.884/1994. Um dos maiores problemas se deu em relação à sistemática instituída na presente lei de análise posterior dos atos de concentração, em que, diferente do que ocorre hoje, primeiro as empresas se fundiam e depois o pedido era analisado pelo CADE para, então, aprovar ou denegar a operação.

Pelo fato de a operação ser muito grande, por outro lado, foi assinado um Acordo de Preservação de Reversibilidade da Operação (APRO), mecanismo previsto na revogada lei que fazia que as empresas não pudessem se confundir até que fosse dada decisão final para que pudesse ser reversível em caso de decisão denegatória¹¹. Ocorre que o referido acordo não impedia que a Nestlé Brasil Ltda. investisse na Chocolates Garoto S/A, inclusive modernizando as instalações e investindo em utensílios dispendiosos.

Veja-se, ademais, que o presente caso se trata de um ato de concentração horizontal, pois as duas empresas atuavam no mesmo ramo da economia, e que, por estarem dentro dos casos em que a lei estabelece que o pedido deve ser submetido ao órgão antitruste¹², não havia outra saída a essas empresas para que pudessem se juntar.

Ocorre que, outrossim, como a análise era feita posterior ao ato não havia qualquer garantia de que seria aprovada ou denegada, além de apresentar uma série de fatores prejudiciais às empresas, que estariam atuando em conjunto e teriam que se separar, como o prejuízo ao mercado que visitaria um situação para, posteriormente, voltar a uma antiga¹³. Ademais, abria-se margem para que se ludibriasse o processo¹⁴.

As duas empresas, portanto, se juntaram, assinando o APRO para assegurar a reversibilidade e apresentando relatórios que demonstravam o ganho para o mercado se tal operação ocorresse, posto que haveria ganho de eficiência e elas poderiam diminuir os preços de fabricação para diminuir o preço que era repassado para o consumidor, não prejudicando demais empresas que entrassem

¹¹ Apesar de ter sido previsto na revogada legislação antitruste o caso Nestlé-Garoto foi a primeira vez com que o referido acordo foi utilizado.

¹² O pedido foi feito sob a égide da revogada Lei 8.884/1994, mas ainda assim correspondia aos requisitos daquela lei para que fosse feita a análise daquele ato.

¹³ VORONKOFF, Igor. O novo Sistema brasileiro de defesa da concorrência: estrutura administrativa e análise previa dos atos de concentração. **Revista de Defesa da Concorrência**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 144-179, nov. 2014.

¹⁴ SOUZA, Adriana Feliciano Pereira. A Lei 12.529/2011 e os princípios da ordem econômica constitucional. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, Maranhão, v. 1, n. 1, p. 1-31, 2013.

no mercado, posto que atuavam em parcelas diferentes, tendo sido estendido o âmbito de atuação e de incidência no parecer¹⁵.

Por outro lado, a maioria das eficiências e ganhos apresentados pelas empresas foi rejeitado pelos conselheiros do CADE, em oposição ao parecer da Secretaria de Direito Econômico (SDE)¹⁶ que as aprovou, denegando o pedido e ordenando o desfazimento de toda a operação¹⁷, se baseando em modelos de simulação de fusões¹⁸ e no parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE)¹⁹, posto que nenhum dos pareceres tinha caráter vinculante. Irresignados com tal decisão, os representantes das empresas propuseram recurso administrativo para que fosse feita reapreciação do pedido contendo proposta de acordo para, inclusive, fazer um desinvestimento em certas parcelas do mercado, mas também foram argumentos insuficientes para os conselheiros do órgão antitruste.

Buscando uma solução definitiva e favorável ao ato de concentração, portanto, após a negativa em âmbito administrativo, foi proposta ação judicial na Justiça Federal do Distrito Federal, caso em que a decisão administrativa foi suspensa e, em sentença, confirmada a possibilidade da operação²⁰. Em sentido oposto, se utilizando dos mesmos argumentos que utilizaram para denegar a operação, o CADE interpôs recurso perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região que, em acórdão, reformou a decisão de primeira instância. Ocorre que as empresas, ainda com esperança de vencer em âmbito judicial interpuseram embargos infringentes que, até 2016, ainda não haviam sido julgados, razão pela qual foi feito um pedido para que o julgamento fosse suspenso a fim de que uma

¹⁵ ROSA, José Del Chiaro Ferreira da; GONÇALVES, Priscila Brólio. O CADE, a Concorrência e a Operação Nestlé-Garoto. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 245, p. 263-278, maio 2007.

¹⁶ Órgão componente do CADE nos termos da legislação antitruste ora revogada

¹⁷ MAIA, Guilherme Baptista da Silva. **Defesa da concorrência e eficiência econômica**: uma avaliação dos casos ambev e nestlé-garoto. 2005. 218 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

¹⁸ GUERRIERO, Ian Ramalho. **Modelos de Simulação na Análise Antitruste**: Teoria e Aplicação ao caso Nestlé-Garoto. 2008. 93 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

¹⁹ GUERRIERO, Ian Ramalho. O caso nestlé-garoto e reflexões para o uso de modelos de simulação na análise antitruste. In: XXXVIII Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 2010, Salvador. **Anais eletrônicos...**, 2010. Disponível em: <<https://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/000-eb4c37fbec5b939bcc1a312183e9609b.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

²⁰ BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Nota técnica nº 16, de junho de 2016. Elaboração de estudo sobre o mercado de chocolates e avaliação da proposta de desinvestimentos. **Conselho Administrativo de Defesa Econômica**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/dee-publicacoes-anexos/nota-tecnica-16-2016-publica-sei-0205865.pdf/view>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

proposta de acordo fosse feita com aquele órgão que denegou a operação em primeiro lugar.

É visível, portanto, que o embate da Nestlé Brasil Ltda. e da Chocolates Garoto S/A com o CADE havia, até esse ponto, perdurado mais de 15 (quinze) anos em discussão, seja em âmbito administrativo seja em âmbito judicial.

Nesse sentido, em 2016 foi submetida proposta de acordo, que fez que o CADE, em outubro do referido ano, enfim, aprovasse a operação²¹, impondo a restrição de que essas empresas teriam que alienar 10 (dez) de suas marcas, como Serenata de Amor, Chokito, Lollo e Sensação²². Para isso, a autarquia federal estabeleceu que as empresas teriam um prazo de um ano, estendido até o dia 29 de junho de 2018 para que efetivasse os termos do acordo, não podendo, por outro lado, vender para empresas de grande porte, como a Lacta.

Em razão de os termos do acordo não terem sido divulgados, ainda não se sabe, ao certo, se aquela representou a melhor decisão para o mercado, considerando que, de fato, as imposições não foram feitas de forma transparente. Além disso, impor a alienação para empresas de pequeno porte faz com que as empresas não tenham muitas opções viáveis, motivo pelo qual não foi possível cumprir o estabelecido, desrespeitando a decisão do CADE.

Pelo fato de a decisão não ter sido cumprida, ainda há possibilidade, de desfazer a operação, considerando que os termos do acordo não foram cumpridos pelas empresas ou, ainda, chance de as marcas serem leiloadas pelo órgão antitruste sem valor mínimo, caso em que as empresas perderiam muito dinheiro.

3 MÉTODOS

Para a realização do presente artigo científico, foi utilizada uma metodologia qualitativa, considerando que foram avaliadas questões sobre o problema em análise, mas não foram investigados os dados diretos referentes a elas, posto que foram adquiridos apenas por meio de outras pesquisas já realizadas sobre a presente operação de fusão. Além disso a pesquisa foi nitidamente

²¹ BRASIL. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Nota técnica nº 16, de junho de 2016. Elaboração de estudo sobre o mercado de chocolates e avaliação da proposta de desinvestimentos. **Conselho Administrativo de Defesa Econômica**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/aceso-a-informacao/publicacoes-institucionais/dee-publicacoes-anexos/nota-tecnica-16-2016-publica-sei-0205865.pdf/view>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

²² Não se sabe os demais termos da operação, posto que ainda se mantém sob sigilo.

bibliográfica e documental, posto que foram examinados atuais artigos científicos que tratam do assunto em questão e documentos emitidos pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica referentes ao presente caso.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a análise do tema verificou-se que, para a correta compreensão da decisão do Conselho Administrativo de Defesa Econômica na fusão da Nestlé Brasil Ltda. com a Chocolates Garoto S/A, algumas bases deveriam ser analisadas, como a correta definição de mercado relevante, de posição dominante e de ganhos de eficiência.

Para a solução do presente entrave a autarquia federal, utilizando-se de modelos de fusão que analisam o caso de uma maneira quantitativa, denegaram a operação em âmbito administrativo, que fez que o presente caso se arrastasse nos âmbitos administrativo e judiciário por mais de 15 (quinze) anos, até que, em 2016, uma decisão definitiva foi tomada. Quer dizer, pensou-se que seria definitiva.

5 CONCLUSÃO

O presente artigo científico, ainda longe de exaurir a temática ora em questão, até por causa da impossibilidade de acesso aos autos do processo administrativo e dos termos do acordo final firmado entre as empresas que submeteram o pedido e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, prestou-se a contribuir para um debate acerca das decisões do referido órgão e da necessidade de bases bem delimitadas para análise dos atos de concentração.

O entrave, portanto, reside na forma como o problema foi resolvido, se é que já foi resolvido, considerando o descumprimento do acordo pelas empresas participantes da operação. Veja-se que, para decidir em primeiro momento, os conselheiros do CADE apenas utilizaram dados quantitativos, baseados em modelos de simulação de fusões, negando todas as eficiências apresentadas em diversos ramos de atuação.

Hoje, 16 anos depois, o impasse ainda se arrasta e não se sabe se os termos do acordo foram fruto de proposta das envolvidas, acreditando ser aquele o único meio de conseguir efetivar a junção, ou seja, compelidas de forma indireta ou

uma imposição direta pelo órgão antitruste que, pelo fato de os termos do acordo não terem sido divulgados, não parece ter feito uma análise quanti-qualitativa, que seria a mais acertada, considerando a volatilidade do mercado e a fluidez das relações no século XXI.

REFERÊNCIAS

CREMA, Renata Lais. **Concentração econômica e estruturas de mercado**. Monografia. 2010. (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

CUNHA, Carolina. **O controle das concentrações de empresas**. Coimbra: Almedina, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FRANCISCO, André Marques. **Responsabilidade civil por infração da ordem econômica**. 2014. 156 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na constituição de 1988**. 14. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

GUERRIERO, Ian Ramalho. **Modelos de Simulação na Análise Antitruste**: Teoria e Aplicação ao caso Nestlé-Garoto. 2008. 93 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

GUERRIERO, Ian Ramalho. O caso nestlé-garoto e reflexões para o uso de modelos de simulação na análise antitruste. In: XXXVIII Encontro Nacional de Economia – ANPEC, 2010, Salvador. **Anais eletrônicos...**, 2010. Disponível em: <<https://www.anpec.org.br/encontro2010/inscricao/arquivos/000-eb4c37fbec5b939bcc1a312183e9609b.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2018.

MAIA, Guilherme Baptista da Silva. **Defesa da concorrência e eficiência econômica**: uma avaliação dos casos ambev e nestlé-garoto. 2005. 218 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MARCATO, Marília Bassetti. Eficiência Econômica e Inovação: Considerações Acerca da Análise Antitruste. **Revista Administração em Diálogo – RAD**, [S.l.], v. 18, n. 1, p. 87-111, jan. 2016.

ROCHA, Jackson Lima; LIMA, Renata Albuquerque; CORDEIRO, Lívyia Maria Vaz. Atos de Concentração Econômica e Estruturas de Mercado em uma Concorrência Praticável. **Scientia Iuris**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 64-97, jul. 2017.

ROSA, José Del Chiaro Ferreira da; GONÇALVES, Priscila Brólio. O CADE, a Concorrência e a Operação Nestlé-Garoto. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 245, p. 263-278, maio 2007.

SOUZA, Adriana Feliciano Pereira. A Lei 12.529/2011 e os princípios da ordem econômica constitucional. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas**, Maranhão, v. 1, n. 1, p. 1-31, 2013.

VORONKOFF, Igor. O novo Sistema brasileiro de defesa da concorrência: estrutura administrativa e análise previa dos atos de concentração. **Revista de Defesa da Concorrência**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 144-179, nov. 2014.

WERDEN, Gregory J.; FROEB, Luke M. A robust test for consumer welfare enhancing merges among sellers of a homogeneous product. **Economic letters**, [s.l.], v. 58, n. 3, p. 367-369, mar 1998.

AGRADECIMENTOS

À Professora Lívia Ximenes Damasceno, orientadora do presente trabalho e do Programa de iniciação à Docência (PID) relativo à monitoria de Direito Empresarial I de 2017-2018, pelo constante incentivo à pesquisa e ao ensino, sempre proporcionando situações em que o estudo é colocado à prova e tudo é (des)construído para que o saber seja, então, (re)construído.

DANO AOS DIREITOS DE PERSONALIDADE E MEIOS ALTERNATIVOS DE COMPENSAÇÃO

Letícia Lima Fabrício¹

Ana Beatriz Lima Pimentel Lopes²

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade analisar o ressarcimento do dano moral por meios diversos da pecúnia, uma vez que diz respeito a lesões intrínsecas, de cunho extrapatrimonial, que atingem a esfera íntima e subjetiva do ser humano e, conseqüentemente, resvalam nos direitos de personalidade do indivíduo, os quais possuem expressa proteção no ordenamento jurídico brasileiro, seja pelo texto constitucional, seja por meio de legislações espaciais, como o Código Civil de 2002, que dedicou capítulo exclusivo para guardá-los. Primeiramente, tem-se uma rápida análise sobre o que se trata os referidos direitos inerentes ao ser humano, sendo seguido de escólio acerca do que se compreende por dano, suas modalidades, como o dano injusto se manifesta e qual o papel da responsabilidade civil diante dele. Ao final, discorre-se quanto aos meios alternativos de compensação e como podem ser úteis e satisfatórios para vítimas, que, tendo em vista terem experienciado danos subjetivos devido à conduta de terceiros, não veem no dinheiro um modo de minimizar seu sofrimento. São trazidos casos concretos, bem como se versa e ressalta brevemente quanto às funções do dano moral. Este trabalho acadêmico se deu por meio de pesquisas bibliográficas, análise de legislações, em especial a Lei Maior e o Código Civil, tendo sido também objeto de pesquisa o Código de Processo Civil, bem como artigos retirados de periódicos, dentre eles, a Revista Opinião Jurídica, teses de mestrado e notícias jornalísticas relativas ao

¹Acadêmica do 8º semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Christus, Monitora da cadeira de Responsabilidade Civil, e-mail: leticialima.f1903@hotmail.com.

²Doutoranda em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestre em Direito Público - Ordem Jurídica Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Direito Privado pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Professora de Direito Civil do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS), e-mail: abeatrizlp@hotmail.com.

tema, qual seja, a reparação realizadas por meios alternativos no que tange ao dano de natureza moral.

Palavras-chave: Dano Moral. Direitos de Personalidade. Responsabilidade Civil. Meios Alternativos de reparação civil. Cláusula Geral de Tutela à Pessoa.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the compensation of moral damages by means other than pecunia, since it concerns intrinsic injuries, of an off-balance, that reach the intimate and subjective sphere of the human being and, consequently, slip in the rights of personality of the individual, who have express protection in the Brazilian legal system, either by the constitutional text or by means of spatial legislation, such as the Civil Code of 2002, which dedicated an exclusive chapter to guard them. Firstly, there is a quick analysis of what the abovementioned human rights rights are all about, followed by scoli about what is understood by damage, its modalities, how the unfair damage is manifested and what the role of civil liability is his. In the end, there is discussion about alternative means of compensation and how they can be useful and satisfying to victims, who, having experienced subjective damage due to the conduct of others, do not see money as a way to minimize their suffering. Concrete cases are brought in, as well as versa and briefly emphasized as to the functions of moral damage. This academic work was carried out through bibliographical research, analysis of legislation, especially the Major Law and the Civil Code, and the Code of Civil Procedure was also investigated, as well as articles taken from periodicals, among them Revista Opinião Jurídica, master's theses and journalistic news related to the subject, that is, the reparation carried out by alternative means in regard to the damage of a moral nature.

Keywords: Moral Damage. Rights of Personality. Civil Responsibility. Alternative Means of Civil Repair. General Clause of Guardianship to the Person.

1 INTRODUÇÃO

A partir da Declaração Universal de Direitos Humanos, em 1948, o mundo passou a estar mais atento às questões como dignidade e personalidade, conferindo maior importância aos aspectos intrínsecos do homem. No Brasil, contudo, apenas com a Constituição de 1988, tais temas ganharam maior repercussão, tendo em vista a mudança do vértice do ordenamento jurídico. Se antes de 1988 a preocupação principal do legislador eram os interesses preponderantemente patrimoniais, com a CF/88, o centro da proteção passou a ser a pessoa com todas as suas características e peculiaridades.

Em conformidade à Lei Magna, o Código Civil de 2002, diferentemente de seu antecessor, que priorizava a propriedade à personalidade, passou a regulamentar estas garantias da pessoa, bem como ser interpretado à luz do que dizia a CF a respeito dos direitos inerentes aos seres humanos.

Corroborando com o aludido, cabível parafrasear Immanuel Kant, que diz que a dignidade humana deve ser um meio de sustentação para o indivíduo, que deverá mantê-la por meio do respeito à humanidade de um modo geral, tratando-a como um fim em si mesmo para que possa ter sua plena dignidade garantida³.

Nesse âmbito, surge, como mecanismo de proteção à pessoa, a responsabilidade civil, presente nos arts. 186 e 927⁴ da Lei 10406, e que tem por finalidade coibir a prática de atos ilícitos, bem como reparar, geralmente por meio de indenizações, danos sofridos.

Entretanto, tendo em conta que os direitos protegidos pela cláusula geral de tutela são extrapatrimoniais, é necessário que se debata a importância de meios alternativos de ressarcimento, haja vista que nem sempre a reparação em pecúnia será suficiente para satisfazer o dano pelo qual passou a vítima, de maneira que não trará ao lesado a mínima satisfação em relação à ofensa sofrida.

³ Na compreensão de Immanuel Kant: “O homem – e, de uma maneira geral, todo o ser racional – existe como fim em si mesmo, e não apenas como meio para o uso arbitrário dessa ou daquela vontade. Em todas as suas ações, pelo contrário, tanto nas direcionadas a ele mesmo como nas que o são a outros seres racionais, deve ser ele sempre considerado simultaneamente como fim”. (KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 58-65).

⁴ Art.186. “Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”; Art. 927. “Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo”.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Os direitos de personalidade no ordenamento jurídico brasileiro

Com a chegada da Carta Magna de 1988, os direitos inerentes aos seres humanos passaram a ter especial proteção dentro do sistema jurídico pátrio, tendo sido a dignidade humana apreciada, inclusive, como princípio da nova ordem constitucional (artigo 1º, III, CF), o que pode ser considerado um grande avanço na preservação dos direitos personalíssimos.

Em seu artigo 5º, X, a Carta Magna também demonstra respaldo aos direitos personalíssimos, visto que consagra a proteção da intimidade, vida privada, entre outros aspectos intrínsecos do homem. Diz o artigo de lei, “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”⁵. Com este dispositivo, pela primeira vez, lesões a direitos de caráter moral passaram a ser previstos em lei, em versos que explicitam a obrigação de ressarcí-los. Sobre isso, Ingo Sarlet disserta “do reconhecimento da dignidade da pessoa humana resultam obrigações para com outros seres e correspondentes deveres mínimos e análogos de proteção”, como será tratado posteriormente⁶.

Uma vez que a Lei Maior do país tinha como prioridade o ser humano, os demais diplomas legais tiveram que se readequar ao ditame da Constituição. Destarte, com o advento da nova Carta Magna, a interpretação dos demais dispositivos precisou ser refeita de maneira que se desse à luz da nova ordem constitucional. Assim, legislações outrora exaustivamente patrimonialistas e rígidas quanto à suas normas, tiveram que ter sua hermenêutica em harmonia ao que prega a CF, de forma que se tornou inviável que fossem interpretadas sozinhas.

Levando em consideração o que se disse acerca da Constituição Federal e sua primazia pela dignidade da pessoa humana, em conformidade com o que dizem pactos internacionais sobre o tema, o Código Civil, em seu 12º artigo⁷,

⁵Art.5º, X, CF.

⁶ SARLET, Ingo Wolfgang. Notas sobre a dignidade (da pessoa) humana no âmbito da evolução do pensamento ocidental. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, n. 17, p.249-267, jan./dez. 2015.

⁷ Vide art. 12 do CC: “Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.”

consagrou a existência de uma cláusula geral de proteção à pessoa, na qual leciona e prevê a possibilidade de sancionar àqueles que vierem a ofender direitos pessoais.

Na visão de Pietro Perlingieri, o mundo do dever ser não existe e deve ser interpretado de acordo com as vivências de determinada sociedade, o autor completa dizendo que “equidade, razoabilidade e proporcionalidade não estão à margem da Constituição e da lei, não podemos ficar submetidos aos arbítrios dos juízes”. Com tal entendimento pode-se concluir que o a norma constitucional e as demais leis precisam ser interpretadas de maneira dinâmica, aplicando-se ao caso concreto o que se extrai da norma, de acordo com a realidade fática e histórica, sempre primando pelos embasam a dignidade da pessoa humana, que de fato fazem o direito.

Em determinada passagem de sua obra, Perlingieri menciona que “quanto mais a legalidade for fundada no respeito da dignidade da pessoa humana, mais a comunidade será civil” e, conseqüentemente, mais favorecida e fortificada será a democracia. Em suma, o supradito autor compreende que a prioridade de um ordenamento não deve ser exclusivamente o interesse estatal, do mercado, etc, mas sim a pessoa e suas particularidades⁸.

O Código Civil, a exemplo do que se diz, deixou de ser compreendido como a Constituição do direito privado, dando espaço para interpretações firmadas também nos princípios e nos valores explicitados na Constituição Federal, de tal sorte a regular o direito civil a casos concernentes aos direitos de personalidade, aliando direito público e privado⁹, tendo sido essa uma importante novidade consagrada pela Constituição Cidadã, uma vez que o direito civil, por intermédio de seu código, tinha como finalidade regular apenas relações normativas e patrimoniais da sociedade.

Havendo sido ultrapassada a dicotomia entre direito público e privado, e reiterando que desde 88 não é mais possível que o texto civil seja analisado de

⁸PERLINGIERI, Pietro. Prefácio: **O direito civil na legalidade constitucional** – tradução: Maria Cristina De Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

⁹Ingo Sarlet demonstra entendimento sobre o tema: “Os direitos fundamentais exprimem determinados valores que o Estado não apenas deve respeitar, mas também promover e proteger, valores esses que, de outra parte, alcançam uma irradiação por todo o ordenamento jurídico – público e privado – razão pela qual de há muito os direitos fundamentais deixaram de poder ser conceituados como sendo direitos subjetivos públicos, isto é, direitos oponíveis pelos seus titulares (particulares) apenas em relação ao Estado”. (SARLET, Ingo Wolfgang. Direitos fundamentais e direito privado: algumas considerações em torno da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais. **Revista Jurídica**, Porto Alegre: Nota dez, a. 55, n. 352, p. 45-94, fev. 2007, p. 56).

forma apartada, sendo necessário que sua norma se adeque às convicções sociais pretendidas pelo constituinte, de acordo com cada caso concreto. Oportuno se dizer que o afastamento da dita dicotomia deve-se também ao princípio da aplicação imediata dos direitos fundamentais, o qual retira um pouco do caráter totalmente pragmático empregado outrora no sistema, como bem explicitam Alexander Perazo e Renata Albuquerque Lima¹⁰.

Hoje em dia, não se pode conceber o direito privado como um sistema independente, dissociado das premissas majoritárias do Welfare State e da constitucionalização do Direito Civil. Adotar a teoria da aplicação imediata dos direitos fundamentais às relações privadas significa abandonar, de vez, a velha dicotomia público-privado

Nesse tocante, o Código Civil de 2002 dedicou um capítulo exclusivo para tratar sobre os supramencionados direitos pessoais, estando presente o instituto da responsabilidade civil para efetivar a referida proteção contra lesões de caráter moral, fazendo cumprir o que se dispõe no já mencionado art.5º da CF/88. Além do referido dispositivo, o art. 8º do Código de Processo Civil versa sobre a promoção de direitos, e a dignidade do ser humano¹¹.

A Lei 10406, como dito anteriormente, trata em capítulo próprio quanto aos direitos de personalidade, que possuem condão subjetivo, trazendo à baila a proteção à honra, à integridade física do indivíduo, ao nome, à vida, ao corpo, ressaltando que não se trata de rol taxativo, podendo ser interpretado extensivamente¹², previsto entre os arts. 11 ao 21.

Cristiano Chaves faz menção em sua obra a algumas características dos direitos de personalidade, aduzindo que esses são “absolutos, indisponíveis relativamente, imprescritíveis e extrapatrimoniais”¹³. Neste trabalho, limitar-se-á a

¹⁰ Lecionam Carvalho e Lima (CARVALHO, Alexander Perazo Nunes de; LIMA, Renata Albuquerque. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais. **Revista Opinião jurídica**. Fortaleza, n. 17, p.11-23, jan./dez. 2015).

¹¹ Art. 8º: “Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência”.

¹² Sílvio Venosa discorre a cerca da proteção conferida pelo legislador aos direitos de personalidade, ressaltando que estes não se encontram em rol taxativo no Título I, Capítulo II, do Código Civil: “Não há que se entender que nossa lei, ou qualquer outra lei comparada, apresente um número fechado para descrever todos os direitos da personalidade. Terá essa natureza todo direito subjetivo pessoal que apresentar as características semelhantes, ainda que não descritos perfeitamente na lei” (VENOSA, Sílvio de Salvo. **Código Civil Interpretado**. São Paulo, Atlas, 2010, p. 21).

¹³ FARIAS, Cristiano Chaves de. **Direito Civil: Teoria Geral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 105.

citar brevemente algumas dessas características, como o absolutismo, a inviolabilidade e a indisponibilidade.

Devido ao caráter absoluto que possuem, os referidos direitos têm eficácia *erga omnes*, o que significa dizer que são oponíveis a todos, Estado e particulares, segundo as palavras de César Fiuza, “o titular do direito poderá exigir de toda a comunidade que o respeite”¹⁴.

No que tange a sua inviolabilidade, esta vem prevista no texto constitucional, mais precisamente no já mencionado art. 5º, X, da CF. Por fim, são indisponíveis, uma vez que, via de regra, o sujeito não pode se desfazer desses direitos, levando-os consigo até o fim de sua vida, bem como dispõe o art. 11 do Código Civil, “com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária”, ou seja, não é possível que um sujeito passe adiante a titularidade de um direito pessoal, seja de modo oneroso ou gratuito, bem como não pode haver a renúncia dessa titularidade¹⁵.

2.2 Responsabilidade civil pelo dano injusto

Numa tentativa de, entre outras coisas, preservar os direitos aqui debatidos, surge o instituto da responsabilidade civil, o qual possui origem no ordenamento romano e tem como finalidade ressarcir a vítima por prejuízos causados por terceiros, visando a um equilíbrio patrimonial diante do dano, sem, no entanto, promover o enriquecimento sem causa, podendo ser contratual ou aquiliana¹⁶.

¹⁴ FIUZA, César. **Direito Civil**: Curso Completo. 9. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 200, p. 173.

¹⁵ “Os direitos fundamentais atuam como uma limitação à atuação dos governantes em relação aos governados, em uma nítida relação vertical entre o Estado e o indivíduo, seja por meio de uma abstenção estatal (direitos de primeira dimensão), uma ação (segunda dimensão) ou em favor dos meta-indivíduos (direitos de terceira dimensão). Não por outra razão, os direitos fundamentais podem não ser exercidos, porém nunca renunciados, pois historicidade, universalidade, inalienabilidade, imprescritibilidade e a própria irrenunciabilidade são características determinantes dos ditos direitos fundamentais.” (CARVALHO, Alexander Perazo Nunes de; LIMA, Renata Albuquerque. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais. **Revista Opinião jurídica**. Fortaleza, n. 17, p.11-23, jan./dez. 2015.)

¹⁶ Diz Silva: “Dever jurídico, em que se coloca a pessoa, seja em virtude de contrato, seja em face de fato ou omissão, que lhe seja imputado, para satisfazer a prestação convencionada ou para suportar as sanções legais, que lhe são impostas. Onde quer, portanto, que haja obrigação de fazer, dar ou não fazer alguma coisa, de ressarcir danos, de suportar sanções legais ou penalidades, há a responsabilidade, em virtude da qual se exige a satisfação ou o cumprimento da obrigação ou da

A responsabilidade se divide em duas espécies, quais sejam, a subjetiva, em que haverá a análise de elementos como conduta do agente, nexos causal, sendo este um liame, dano e culpa; elemento este que não é levado em consideração na modalidade objetiva da responsabilidade civil, sendo pertinente a ela apenas os três primeiros elementos citados. A seguir, será debatido um pouco acerca do dano, em especial, o dano injusto, e como este repercute na esfera personalíssima do ser humano.

Interessante ressaltar que, em certos casos, acontece o que se entende como dano justo, em que há a presença de excludentes de responsabilidade, por exemplo, culpa exclusiva da vítima, caso fortuito, força maior e fato de terceiro, que rompem o nexo causal e, conseqüentemente, afastam o dever de reparar. Salienta-se, ainda, que excludentes de ilicitude¹⁷ não são suficientes para afastar o dever do ofensor, uma vez que afastam apenas a contrariedade do direito, mas não rompem com o nexo causal existente entre a conduta do agente e o dano provocado.

Em contrapartida, quando não existem as excludentes de causalidade acima, o sujeito terá que arcar com sua obrigação perante o ofendido, procurando meios que ressarçam ou compensem sua lesão, para que, assim, responda pelo dano injusto causado a terceira pessoa. Tem-se como dano injusto o prejuízo que deve ser reparado, trazendo à vítima o mínimo de satisfação pela ofensa vivida, nas palavras de Karinne Angelin, “o dano injusto é o dano que o ordenamento jurídico entende que não deve ser suportado pela vítima e que, portanto, deve ser reparado”¹⁸.

sanção” (SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico conciso**. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 642); Na concepção de Maria Helena Diniz, responsabilidade civil é: “Aplicação de medidas que obriguem alguém a reparar dano moral e/ou patrimonial causado a terceiro em razão de ato do próprio imputado, de pessoa por quem ele responde, ou de fato de coisa ou animal sob sua guarda, ou, ainda, de simples imposição legal. A responsabilidade civil requer prejuízo a terceiro, particular ou Estado, de modo que a vítima poderá pedir reparação do dano, traduzida na recomposição do status quo ante ou em uma importância em dinheiro.” (DINIZ, Maria Helena. **Dicionário jurídico Universitário**. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 509); V.g, Karinne Angelin ostenta conhecimento em dissertação de mestrado: ANGELIN, Karinne Ansiliero. **Dano injusto como pressuposto do dever de indenizar**. 2012. 168 f. (Dissertação de mestrado) – Faculdade de direito de São Paulo, São Paulo, 2012.

¹⁷ Art. 188. “Não constituem atos ilícitos: I: os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido; II: a deterioração ou destruição da coisa alheia, ou a lesão a pessoa, a fim de remover perigo iminente; Parágrafo único. No caso do inciso II, o ato será legítimo somente quando as circunstâncias o tornarem absolutamente necessário, não excedendo os limites do indispensável para a remoção do perigo”.

¹⁸ ANGELIN, Karinne Ansiliero. **Dano injusto como pressuposto do dever de indenizar**. 2012. 168 f. (Dissertação de mestrado) – Faculdade de direito de São Paulo, São Paulo, 2012.

O dano configura um dos pressupostos para que exista a obrigação de reparar, estando presente tanto na responsabilidade civil subjetiva como na objetiva. A conduta danosa se ramifica em diferentes espécies, como a material, patrimonial, relacionado a prejuízos econômicos, dividindo-se, ainda entre o que se compreende por dano emergente e lucro cessante; enquanto o extrapatrimonial discorre sobre aspectos morais, visando a compensação por uma lesão a direito de personalidade, o que é objeto de análise no presente trabalho. Em ambos os casos, deve o Estado agir para que a ofensa seja reparada de alguma forma.

Compreende-se por dano moral a lesão que atinge o íntimo do indivíduo, causando-lhe prejuízos subjetivos¹⁹ e interferindo em seu comportamento, tendo, portanto, ligação direta com a dignidade do sujeito. Nessas circunstâncias, visto se tratar de algo imaterial, não se faz necessária a prova deste dano, que existe *in re ipsa*, o que pressupõe, de acordo com regras comuns de experiência, que a prova encontra-se atribuída ao próprio evento danoso. Sérgio Cavalieri Filho ostenta entendimento em escólio²⁰ abaixo.

O dano moral existe *in re ipsa*; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção *hominis* ou *facti*, que decorre das regras da experiência comum.

Uma vez que atinge aspectos intrínsecos do lesado, o dano moral pode não ser tão perceptível se comparado ao dano de caráter material, visto ser uma ofensa a aspectos subjetivos, diferentemente do dano patrimonial, que é objetivo e acarreta na perda ou na diminuição dos haveres da vítima.

¹⁹ No conceito de Carlos Alberto Bittar: “Qualificam-se como morais os danos em razão da esfera da subjetividade, ou do plano valorativo da pessoa na sociedade, em que repercute o fato violador, havendo-se como tais aqueles que atingem os aspectos mais íntimos da personalidade humana (o da intimidade e da consideração pessoal), ou o da própria valoração da pessoa no meio em que vive e atua (o da reputação ou da consideração social)” (BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação civil por danos morais**. 4 ed., rev., aum. e mod. por Eduardo C. B. Bittar. São Paulo: Saraiva, 2015 p. 41). Para Henrique Savonitti Miranda: “Dá-se o dano moral sempre que ocorra dor corporal (provocadas, v. g., por lesões ou agressões físicas) ou sentimental (causada por injúrias, exposições de imagens pessoais indevidas, humilhações, chacotas), em face de violação de um bem juridicamente tutelado, sem que isso acarrete, necessariamente também um prejuízo patrimonial. Atinge-se, nesse caso, a esfera ética da pessoa, de modo a causar ofensa à consideração social, ao decoro, ao renome, provocando, por conseguinte, intranquilidade, tristeza, dor, vergonha, revolta, depressão” (MIRANDA, Henrique Savonitti. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. Brasília: Senado Federal, 2007, p. 216).

²⁰ CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**, 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 97.

Como já demonstrado, o dano moral possui estrita relação com a dignidade da pessoa humana, de forma que deve ser assegurado ao agente proteção nesse tocante. O art. 5º, XXXV, da Constituição Federal garante tutela àquele que tenha seu direito ameaçado ou lesionado²¹, como expresso no mesmo artigo de lei em seu inciso X, o qual diz ser cabível indenização em casos de ofensas de caráter moral.

2.3 Formas alternativas de satisfação do dano

No presente estudo, há a análise da responsabilidade civil sob a perspectiva do dano extrapatrimonial, sendo assim, a seguir serão debatidos de maneira breve, as funções que regem a reparação de aspecto moral, sendo elas a compensação, a punitiva ou sancionatória e a preventiva.

A primeira das funções a receber destaque na reparação extrapatrimonial é a compensatória, a qual, como o próprio nome sugere, possui como propósito compensar a vítima pela lesão sofrida em sua esfera íntima. É importante salientar que, como atinge a subjetividade do indivíduo, a reparação assegurada pelo legislador nos artigos constitucionais acima expostos, embora compensatória, não é plenamente capaz de restituir ou anular o prejuízo causado, de modo que não é possível fazer com que a vítima retorne ao seu *status quo ante*. Dessa feita, diz Sérgio Cavaliere que “o ressarcimento do dano moral não tende a restituir de forma integral o dano causado, tendo mais uma genérica função satisfatória, com a qual se procura um bem que recompense, de certo modo, o sofrimento ou a humilhação experimentada”²². Oportuno mencionar que, visto possuir cunho personalíssimo, o dano moral não pode ser quantificado pelo magistrado, de forma que cabe à vítima decidir como prefere ser compensada, inclusive discriminando valores ou outros meios.

Uma vez que não é possível apagar a ofensa vivenciada e seus efeitos, a referida função surge como um meio de amenizar o sofrimento da vítima,

²¹Art. 5º: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

²² CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004, p. 95.

comumente realizada por meio econômico. Ressalte-se que, em virtude do caráter subjetivo da ofensa, nem sempre a vítima se satisfará com a reparação monetária, seja porque já possui condições financeiras²³ ou porque a simples indenização não será suficiente para restabelecer, mesmo que minimamente, sua dignidade, sendo mais efetivo meios diversos de compensação²⁴.

Sendo assim, impor ao ofensor obrigações de fazer ou não fazer podem ser mais eficazes e satisfatórias a quem fora vítima de um dano moral. Um pedido de desculpas, uma retratação, uma prestação de serviços à comunidade, enfim, são inúmeras as possibilidades que são capazes de gerar ao ofendido sentimento de justiça, como bem demonstra Cavalieri²⁵, ou, ao menos, um mínimo de conforto ante ao prejuízo de cunho moral vivenciado, trazendo de volta um pouco da dignidade daquela pessoa, sendo possível trazer, a título de exemplo, o caso da estudante que teve sua honra e reputação manchada na internet por conta de um boato falso espalhado por um rapaz que ela não conhecia, bem como o da mãe de santo que teve sua religião desrespeitada por meio de ofensas e difamações²⁶.

Em ambas as situações trazidas, as vítimas não quiseram receber indenização, desejando apenas que os ofensores viessem a público se retratar, sendo esse um meio mais efetivo para elas do que um ressarcimento pecuniário.

²³ De acordo com André Gustavo Corrêa de Andrade: “[...] qualquer consolo se mostra virtualmente impossível quando a vítima for pessoa economicamente abastada. Em muitos casos, o único consolo que, talvez, a indenização proporcione seja o de constituir uma forma de retribuir ao ofensor o mal por ele causado, o que pode trazer para a vítima alguma paz de espírito – mas aí a finalidade dessa quantia já não será propriamente compensatória ou satisfatória, mas punitiva.” (ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. **Dano Moral e Indenização Punitiva**. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 172.)

²⁴ Immanuel Kant em sua obra versa quanto à precificação da dignidade, deixando claro seu posicionamento: “No reino dos fins, tudo tem um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem preço, pode ser substituída por algo equivalente; por outro lado, a coisa que se acha acima de todo preço, e por isso não admite qualquer equivalência, compreende uma dignidade” (KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 58-65.)

²⁵ Diz Cavalieri: “O anseio de obrigar o agente, causador do dano, a repará-lo, inspira-se no mais elementar sentimento de justiça. O dano causado pelo ato ilícito rompe o equilíbrio jurídico-econômico anteriormente existente entre o agente e a vítima. Há uma necessidade fundamental de se restabelecer esse equilíbrio, o que se procura fazer recolocando o prejudicado no *status quo ante*. Impera neste campo o princípio da *restitutio in integrum*, isto é, tanto quanto possível, repõe-se a vítima à situação anterior à lesão” (CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de direito do consumidor**. São Paulo: Atlas, 2008, p. 13).

²⁶ CARRARETTO, Glacieri; A GAZET Elis Carvalho. Universitária vítima de boato na Internet diz que teve a honra de volta após decisão da Justiça no Espírito Santo. **G1.com**. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/espiritosanto/noticia/universitaria-vitima-de-boato-na-internet-diz-que-teve-a-honra-de-volta-apos-decisao-da-justica-no-espirito-santo.ghtml>. Acesso em: 23 jun. de 2018; SILVA, Yuri. Justiça impõe retratação pública a auditora após difamação contra ialorixá. **A Tarde**. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1906962-justica-impoe-retratacao-publica-a-auditora-apos-difamacao-contra-ialorixa>. Acesso em: 23 jun. 2018.

Além disso, a referida retratação nos aludidos casos também funciona como meio sancionatório para o lesante.

A segunda função da reparação moral é a de punir o agente pelo dano causado à terceiro, conhecido como *punitive damages*²⁷, que consiste em sanções estabelecidas ao sujeito gerador de prejuízo a outrem, servindo como um meio de dissuasão e exemplo para sociedade. O referido instituto possui maior aplicabilidade em países como os Estados Unidos, em que as sanções pelo cometimento de atos ilícitos vão além da responsabilidade civil pelo dano moral em si²⁸.

Por fim, a função preventiva tem como finalidade dificultar que um indivíduo que tenha proporcionado dano de natureza moral rescinda na mesma prática, bem como visa a impedir que haja cometimento de ato similar por outra pessoa. Ressalta-se, ainda, que sujeito lesante ficará responsável por reparar o prejuízo causado a terceiro que tenha prejudicado²⁹.

3 MÉTODOS

Cumprе ressaltar que neste estudo foram usados como referência textos de autores como Ingo Sarlet, Gustavo Tepedino, Immanuel Kant, Maria Cecília Bodin, entre tantos outros, que têm em comum a preocupação com o que aqui se trata, ou seja, a proteção do ser humano contra todos os tipos de dano, em especial, o extrapatrimonial, bem como os modos de reparação mais adequados e satisfatórios para minimizar o sofrimento daquele que teve seu direito intrínseco

²⁷ Karinne Angelin versa quanto ao aludido: “As propostas de ampliação da função da responsabilidade civil, de modo a fazer com que ela, além de reparar danos injustos, passe também a preveni-los – sustentando-se, inclusive, que o agente “indenize” na ausência de dano – a punir o causador de danos injustos – *punitive damages* -, mostram-se incoerentes sob uma perspectiva sistemática”. (ANGELIN, Karinne Ansiliero. **Dano injusto como pressuposto do dever de indenizar**. 2012. 168 f. (Dissertação de mestrado) – Faculdade de direito de São Paulo, São Paulo, 2012).

²⁸ Mister trazer a baila o comentário de Nehemias Domingos sobre a função punitiva do dano moral, em especial, a que diz respeito à sanção pecuniária a ser experienciada pelo agente causador do dano: “O peso da indenização no ‘bolso’ do infrator, é, a nosso sentir, a resposta mais adequada que o ordenamento jurídico pátrio pode oferecer para garantir que não sejam ofendidos diuturnamente os bens atinentes à personalidade do ser humano” (MELO, Nehemias Domingos de. **Dano moral nas relações de consumo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p 365).

²⁹ Na compreensão de Fernando Noronha: “Esta função da responsabilidade civil é paralela à função sancionatória e, como esta, tem finalidades similares às que encontramos na responsabilidade penal, desempenhando, como esta, funções de prevenção geral e especial: obrigando o lesante a reparar o dano causado, contribui-se para coibir a prática de outros atos danosos, não só pela mesma pessoa como sobretudo por quaisquer outras. Isto é importante especialmente no que se refere a danos que podem ser evitados (danos culposos)” (NORONHA, Fernando. **Direito das Obrigações: Fundamento do direito das obrigações**.. São Paulo: Saraiva, 2003, v.1, p. 441).

violado. Do mesmo modo, foi examinada a legislação vigente, sobretudo, a CF/88, que colocou os direitos do homem no topo do ordenamento, e o Código Civil, que dedicou capítulo exclusivo em seu texto para abordar o tema.

Destarte, o presente trabalho, partindo do método interpretativo do direito civil constitucional, discute meios diversos às indenizações monetárias, ressaltando sua importância para a manutenção da dignidade da pessoa humana e a preservação dos direitos personalíssimos.

Levando em conta a problematização da tutela dos direitos de personalidades, a análise e as opiniões dos supracitados autores e o estudo dos artigos de lei, este trabalho tem como objetivo abordar e demonstrar a eficácia dos métodos alternativos à pecúnia em casos de reparação de danos morais, pois, como atingem a esfera subjetiva do indivíduo, nem sempre é a indenização monetária o modo mais eficiente para compensá-los.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partindo da premissa de que a nova ordem constitucional trazida pelo advento da CF/88 teve como uma de suas maiores preocupações o amparo ao ser humano, de maneira a primar pela dignidade da pessoa, todo o ordenamento jurídico precisou se readequar aos mandamentos da Lei Maior do país, tendo como base para a interpretação das demais legislações vigentes. Nesse sentido, o presente trabalho acadêmico teve como finalidade levantar discussões acerca dos chamados direitos imateriais, presentes tanto em dispositivos constitucionais e quanto na legislação civil, possuindo nítida proteção do sistema jurídico. Nessa concepção, no texto desenvolvido neste estudo, foram trazidos diplomas legais que discorrem e garantem tutela a estes direitos pessoais.

Em meio a esse novo direito civil constitucionalizado, há a existência da responsabilidade civil, mecanismo simplista e predominantemente jurisprudencial que serve com instrumento para a efetiva tutela dos direitos assegurados constitucionalmente. Nesse respeito, interessante trazer as palavras de Maria

Cecília Bodin sobre a constitucionalização do direito e a responsabilidade civil³⁰, a qual diz.

O princípio da proteção da pessoa humana, determinado constitucionalmente, gerou no sistema particular da responsabilidade civil, a sistemática extensão da tutela da pessoa da vítima, em detrimento do objetivo anterior de punição do responsável.

Para tanto, é necessário que existam pressupostos de existência, sendo eles o dano, a conduta do agente, o nexo de causalidade entre ambas as coisas e a culpa/ilícito, quando se tratar de responsabilidade subjetiva. Tendo em vista o teor do artigo aqui produzido, limitar-se-á a versar mais objetivamente sobre o dano.

Dividido entre material e moral, o dano é o prejuízo proporcionado a um terceiro, que pode se dar por meio da diminuição do patrimônio ou quando viola aspecto íntimo do indivíduo, sendo esta a modalidade moral. Paulo Lôbo apresenta o conceito do que vem a ser o referido prejuízo à vítima³¹.

O dano é a violação sofrida pela própria pessoa, no seu corpo ou em seu âmbito moral, ou em seu patrimônio, sem causa lícita. Significa perda ou valor a menos do patrimônio, na dimensão material, e violação de direitos da personalidade, na dimensão moral.

O autor Anderson Schreiber igualmente menciona e realiza a distinção entre as duas modalidades de dano.³²

Há duas espécies de dano no direito brasileiro: a) o dano patrimonial e b) o dano moral. O dano patrimonial é entendido como a lesão a um interesse jurídico passível de valoração econômica. O dano moral, por sua vez, deve ser compreendido como a lesão a um interesse jurídico atinente à personalidade humana e, por isso mesmo, insuscetível de valoração econômica. A conceituação do dano moral no direito brasileiro é, todavia, objeto de intensas divergências doutrinárias e jurisprudenciais.

Sobre o dano moral, prejuízo que atinge níveis sentimentais, provocados por humilhações, vexames, constrangimento e que, por conseguinte, causam abalos aos direitos de personalidade do sujeito, como se pode constatar na doutrina logo acima, não é um dano que pode ser mensurado, cabendo à vítima decidir qual meio

³⁰ MORAIS, Maria Cecília Bodin de. **A constitucionalização do direito civil e seus efeitos sobre a responsabilidade civil**. Egov. UFSC, disponível em: http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/a_constitucionalizacao_do_direito_civil_e_seus.pdf, data de acesso: 26/01/2018.

³¹ LÔBO, Paulo. **Direito civil**: parte geral, 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 304.

³² SHREIBER, Anderson. **Manual de direito civil contemporâneo**. São Paulo: Saraiva-Educação, 2018, p. 622.

será mais eficaz para restabelecer mesmo que minimamente sua dignidade. Atualmente não mais se discute quanto ao cabimento ou não de indenização pelo dano moral³³, tampouco quanto à necessidade de sua comprovação, tendo, inclusive, o STJ manifestado entendimento sobre a questão em Recurso Especial. Acontece que formas alternativas podem ter papel mais eficaz a missão de trazer ao ofendido um pouco de conforto perante o dano sofrido. Já fora mencionado que não há possibilidade de restabelecimento do *status quo ante* no lesado, de maneira que se busca, ao menos, minimizar a dor. Por óbvio, há circunstâncias em que a indenização monetária será mais bem recepcionada, entretanto, para isso, cabem exceções.

Visto isso, as formas alternativas de ressarcimento figuram, em algumas situações, como meios mais indicados para a minimização do abalo, da frustração da vítima. No caso de um dano causado à imagem de determinada pessoa, por exemplo, o ofendido pode se sentir melhor recompensado com uma retratação pública do lesante ou a retirada de imagens indevidamente postadas na *web*, prestação de serviços, dentre outros. É uma possibilidade para a vítima recuperar um pouco de sua dignidade por meios distintos da reparação financeira, que segue o previsto na legislação brasileira, seja porque tem boas condições econômicas e a indenização não fará diferença ou porque o simplesmente o pagamento em dinheiro não é compreendido como melhor meio para reparar o mal causado.

5 CONCLUSÃO

Este estudo procurou demonstrar a importância dada pelo ordenamento pátrio aos direitos pessoais, sempre os resguardando e primando-os. Foram realizados breves comentários quanto à constitucionalização do direito civil, seu modo de interpretação ante a Carta Magna após 1988 e o dinamismo hermenêutico buscado para que o direito se adequasse à realidade fática da sociedade.

A posteriori, falou-se um pouco mais a respeito dos direitos personalíssimos, dissertando brevemente sobre suas e características, tais como a

³³ O Ministro Paulo de Tarso Sanseverino chegou a decidir da seguinte forma no que cabe ao método bifásico: "(i) Na primeira etapa, deve-se estabelecer um valor básico para a indenização, considerando o interesse jurídico lesado, com base em grupo de precedentes jurisprudenciais que apreciaram casos semelhantes; (ii) Na segunda etapa, devem ser consideradas as circunstâncias do caso, para fixação definitiva do valor da indenização, atendendo a determinação legal de arbitramento equitativo do juiz." BRASIL, STJ, 3ª Turma, REsp 959.780/ES, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, j. 26-4-2011; Min. Luís Felipe Salomão, j. 10-10-2017.

inviolabilidade, peculiaridade assegurada pela Constituição em seu art. 5º, X, e o caráter absoluto, que leciona que os direitos inerentes ao ser humano possuem eficácia *erga omnes*, o que significa dizer que são oponíveis e devem ser respeitados por todos, ente estatal ou não, características presentes no capítulo dedicado a esses direitos no Código Civil, que compreende os art. 11 ao 21.

Nesse sentido, a responsabilidade civil, que se divide em duas modalidades, subjetiva e objetiva, surge como instrumento de proteção aos aludidos direitos, uma vez que busca reparar a vítima pelo prejuízo sofrido, desde que existam elementos como conduta, nexa causal, dano e, no caso da responsabilidade civil subjetiva, a culpa. Neste trabalho, foi analisado o papel da responsabilidade civil perante o dano injusto e como isso resvala no aspecto intrínseco do ser humano, cominando em danos de caráter moral.

Ao final, foi demonstrado que alternativas diversas às indenizações monetárias podem ser preferidas pelos ofendidos a fim de compensá-los pelo prejuízo, que, visto ser subjetivo, não tem como ser integralmente reparado. Meios como retratação, prestação de serviços à comunidade, imposição de obrigações de fazer ou não fazer, entre outros, podem vir a ser mais efetivos na missão de reconstruir um pouco a honra, a imagem e preservar a dignidade do ser humano.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. **Dano Moral e Indenização Punitiva**. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

ANGELIN, Karinne Ansiliero. **Dano injusto como pressuposto do dever de indenizar**. 2012. 168 f. (Dissertação de mestrado) – Faculdade de direito de São Paulo, São Paulo, 2012.

BITTAR, Carlos Alberto. **Reparação civil por danos morais**. 4. ed., rev., aum. e mod. por Eduardo C. B. Bittar. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL, STJ, 3ª Turma, REsp 959.780/ES, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, j. 26-4-2011; Min. Luís Felipe Salomão, j. 10-10-2017.

CARRARETTO, Glacieri; A GAZET Elis Carvalho. Universitária vítima de boato na Internet diz que teve a honra de volta após decisão da Justiça no Espírito Santo. **G1.com**. 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/espírito-santo/noticia/universitaria-vitima-de-boato-na-internet-diz-que-teve-a-honra-de-volta-apos-decisao-da-justica-no-espírito-santo.ghtml>> Acesso em 23 jun. 2018.

CARVALHO, Alexander Perazo Nunes de; LIMA, Renata Albuquerque. A eficácia horizontal dos direitos fundamentais. **Revista Opinião jurídica**. Fortaleza, n. 17, p.11-23, jan./dez. 2015.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de direito do consumidor**. 1ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 5. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**, 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

DINIZ, Maria Helena. **Dicionário jurídico Universitário**. São Paulo: Saraiva, 2012.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Direito Civil: Teoria Geral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

FIUZA, César. **Direito Civil: Curso Completo**. 9. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2005.

LÔBO, Paulo. **Direito civil: parte geral**, 4. Ed. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 304.

MELO, Nehemias Domingos de. **Dano moral nas relações de consumo**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

MIRANDA, Henrique Savonitti. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. Brasília: Senado Federal, 2007.

NORONHA, Fernando. **Direito das Obrigações: Fundamento do direito das obrigações**. São Paulo: Saraiva, 2003, v. 1.

PERLINGIERI, Pietro. Prefácio: **O direito civil na legalidade constitucional** – tradução: Maria Cristina De Cicco. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

SARLET, Ingo Wolfgang. Direitos fundamentais e direito privado: algumas considerações em torno da vinculação dos particulares aos direitos fundamentais. **Revista Jurídica**, Porto Alegre: Nota dez, ano 55, n. 352, p. 45-94, fev. 2007, p. 56.

SARLET, Ingo Wolfgang. Notas sobre a dignidade (da pessoa) humana no âmbito da evolução do pensamento ocidental. **Revista Opinião Jurídica**, Fortaleza, n. 17, p. 249-267, jan./dez. 2015.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico conciso**. Rio de Janeiro. Forense, 2008.

SILVA, Yuri. Justiça impõe retratação pública a auditora após difamação contra ialorixá. **A Tarde**. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1906962-justica-impoe-retratacao-publica-a-auditora-apos-difamacao-contra-ialorixa>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Código Civil Interpretado**. São Paulo: Atlas, 2010.

ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA: A OBRIGATORIEDADE IMPLÍCITA NA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS E A INCONSTITUCIONALIDADE APARENTE DO ARTIGO 304 DO CPC

Caio Viana Andrade¹
Andryne Liberato Aragão²
Ana Beatriz Celestino Alencar³
Elizabeth Alecrim Soares Coelho⁴

RESUMO

A estabilização da tutela antecipada tem origem no direito francês e somente foi introduzida no nosso Ordenamento Jurídico com a vigência da Lei 13.105/15 (Novo Código de Processo Civil). As tutelas dividem-se em de urgência e de evidência. A tutela estabilizada enquadra-se nas de urgência, quando concedida em caráter antecedente, ou seja, antes mesmo da apresentação da contestação. O intuito desse instituto é manter o que foi decidido liminarmente pelo juiz, trazendo consigo inúmeros benefícios, mas, ao mesmo tempo, controvérsias, entre elas: o meio correto de sustar a estabilização, a ofensa ao princípio da voluntariedade recursal e inconstitucionalidades aparentes. Por meio de um estudo bibliográfico, fez-se uma análise doutrinária e jurisprudencial para tais problemáticas, elucidar tais problemáticas. Ao final, concluímos que a estabilização da tutela antecipada é um mecanismo ainda imaturo em relação a nossa atual sistemática processual e que, conseqüentemente, é acompanhada por interpretações equivocadas, como no caso da aparente restrição ao direito constitucional à ação; e insegurança jurídica, quando, como dito acima, há dúvidas quanto ao qual meio seria correto para evitar a tutela estabilizada e, por último, ofensas a princípios, no caso, quando ocorre a

1 Graduando, Direito, Universidade de Fortaleza, caiovianaandrade@outlook.com

2 Graduada, Direito, Universidade de Fortaleza, andryneliberatoa@hotmail.com

3 Graduada, Direito, Universidade de Fortaleza, anabeatriz.alencar@yahoo.com.br

4 Mestra, Direito, Universidade de Fortaleza, elizcoelhoadv@yahoo.com.br

interposição de recursos protelatórios com o desiderato de apenas evitar a estabilização.

Palavras-chave: Tutela Antecipada. Estabilização. Recursos. Processo Civil. Direito de Ação.

ABSTRACT

The stabilization of warship has its origin in French law and was only introduced in our Legal Order with the enactment of Law 13.105 / 15 (New Code of Civil Procedure). The wardships are divided into urgency and evidence. The stabilized, the purpose this institute is to maintain what has been decided at the outset by the judge, bringing with it countless benefits, but at the same time, controversies among them: the correct means of stopping the stabilization, the offense to the principle of recursional voluntariness and apparent unconstitutionality. Through a bibliographical study, a doctrinal and jurisprudential analysis was made for such problems, to elucidate such problems. In the end, we conclude that the stabilization of early protection is a mechanism that is still immature in relation to our current procedural system and that, consequently, it is accompanied by misinterpretations, as in the case of the apparent restriction of constitutional right to action; and legal uncertainty, when, as mentioned above, there are doubts as to what medium would be correct to avoid stabilized guardianship and, finally, offenses to principles, in the case, when the interposition of protean resources occurs with the intention of only avoiding stabilization .

Keywords: Wardship. Estabilization. Appeal. Civil Process. Right to Action.

1 INTRODUÇÃO

O instituto da estabilização da tutela antecipada é uma novidade processual e, exatamente por isso, tem sido alvo de diversas controvérsias legais e doutrinárias, entre elas as que serão abordadas neste trabalho, quais sejam: a obrigatoriedade na interposição de recursos e a ofensa ao direito de ação.

[Digite aqui]

Muito se discute sobre constitucionalidade do artigo 304, o qual insere tal mecanismo no âmbito processual, já que a sua interpretação literal nos faz acreditar que há um cerceamento do direito fundamental de ação, assegurado pela nossa Constituição Federal. Ademais, também é controverso o que, na prática, vem ocorrendo quanto a interposições de recursos para evitar a estabilidade da decisão concessiva da tutela antecipada, já que, como será estudado, estes passam a diferir da natureza jurídica recursal.

O presente artigo tem o fito de, progressivamente, fazer uma análise histórica, doutrinária, legal, jurisprudencial e hermenêutica acerca do instituto supracitado, para, depois que entendermos a sua dinâmica, possamos entender as problemáticas em torno dele, que são o principal foco do nosso estudo.

2 CONTEXTO HISTÓRICO

A legislação brasileira tem clara influência no Direito Francês - Código de Processo Civil de 1806 - para a consolidação do instituto da estabilização da tutela antecipada, pois este possui muitas semelhanças com o mecanismo do *référé*, o qual impõe à parte ré uma obrigação de impugnação de uma “contestação séria” para que seja instaurada a condição de urgência (ZAMPAR JÚNIOR, p. 365, 2017).

Tal mecanismo supracitado, atualmente, está disposto no artigo 484 do Código de Processo Civil Francês e faz referência a uma decisão provisória advinda de demanda interposta por uma das partes do processo, sendo que a parte contrária é intimada para apresentar impugnações, no caso em que a lei confere ao juiz, que não é o competente para o julgamento da demanda processual principal, o poder para ordenar imediatamente a adoção de medidas necessárias.

O Direito Italiano também influenciou – assim como foi influenciado pelo Direito Francês - na constituição do instituto em nosso país, sendo que, somente nessa década - em 2005 especificamente -, após diversas tentativas, esse foi plenamente incorporado ao Código de Processo Civil Italiano, isto é, tornou-se definitiva a existência de decisões antecipatórias de natureza cautelar ou satisfativa e, ainda, permitiu-se uma cognição suficiente para encerrar o conflito sem haver a necessidade de uma cognição exauriente.

Em nosso contexto, o procedimento da estabilização possui muita semelhança com o procedimento da ação monitória do CPC de 1973, o qual continha a cognição sumária; a não impugnação da medida urgente pelo réu; a permanência da medida por tempo indeterminado; e, por fim, a coisa julgada formal.

A primeira tentativa de introdução do instituto da estabilização da tutela antecipada no Ordenamento Jurídico brasileiro foi iniciada pela doutrinadora Ada Pellegrini, no ano de 1977. Deveria ocorrer, segundo a autora, por meio da não contestação integral da sentença que assentisse a tutela antecipada, a formação da coisa julgada material, dispensando o pagamento de custas e honorários advocatícios, porém, isso não foi aceito pelo nosso legislador.

Nessa linha, décadas após, foi iniciado outro movimento, em 2005, por um grupo de processualistas, por meio de um projeto de lei apresentado ao Senado Federal (PL nº 186/2005), propondo também a formação da coisa julgada, quando inexistir a impugnação da sentença e, com isso, não sendo arquivada e apreciada pelo Senado. Tal proposta teve influência direta do movimento processualista italiano supracitado, porém, restou-se, frustrada.

A última proposta, por sua vez, e com êxito, foi a modificação do Código de Processo Civil de 1973, projeto o qual foi transformado em Lei 13.105/15, convertendo-se, posteriormente, em uma nova legislação processual cível (CPC de 2015), introduzindo finalmente no nosso Ordenamento, uma grande novidade, qual seja: o instituto da estabilização da tutela antecipada.

3 CONSIDERAÇÕES GERAIS

As tutelas provisórias podem ser classificadas em tutela de urgência e de evidência. A primeira, como o próprio nome já diz, somente deve ocorrer quando houver uma probabilidade de direito e um perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, conforme artigo 300, do CPC. Diante disso, segue tais requisitos: o *fumus boni juris*, isto é, a evidente probabilidade do direito e o *periculum in mora*. Dessa maneira, deve-se haver a comprovação de que a parte possa vir a sofrer dispêndios irreparáveis ou de difícil restauração.

A tutela de evidência, por sua vez, verifica-se em concordância com

[Digite aqui]

artigo 311 do CPC, pois este tipo de tutela não possui a finalidade de afastar o perigo da demora, em razão de que esta pode ser concedida pelo magistrado mesmo não havendo esse prejuízo para o autor. Além disso, o litigante já postula com o seu direito revestido de evidência, tal seja, quando ocorre, por exemplo, alegações que podem ser fundamentadas apenas por documentos e houver tese firmada em julgamentos de casos repetitivo e outros casos que estão elencados nos incisos do artigo citado anteriormente (GONÇALVES, p. 351, 2016).

3.1 DA ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE

Esse novo instituto processual, trazido pelo Código de Processo Civil de 2015, no seu artigo 304, caput, tem como marco o momento da não ocorrência de impugnação pelo réu, através de um respectivo recurso, da decisão que foi concedida pelo juiz em sede do pedido de tutela antecipada antecedente. Com isso, podemos conceituá-lo como a conservação dos efeitos da decisão concessiva da tutela antecipada quando ocorrer a inércia do réu.

Nesse mesmo sentido é exposto por Humberto Teodoro Jr (p. 675, 2015), que se a decisão a qual foi proferida por meio da tutela antecipada, por vontade das partes, pode produzir seus efeitos sem precisar que seja instaurado um processo de conhecimento. Por outro, lado ele também cita, que caso ocorra a interposição do referido recurso contra essa liminar, será, assim, extinta a possibilidade de estabilização da tutela antecipada.

Com efeito, os doutrinadores não desconheciam esse novo instituto processual que foi inserido na legislação processual brasileira, com a inclusão do teor no artigo 304, no novo código de processo civil, visto que já existia no código de processo civil de 1973 a Técnica Monitória, na qual esta já vigorava no Brasil em alguns procedimentos especiais e é algo bastante semelhante à estabilização da tutela antecipada antecedente. (CAVALCANTI NETO, 2016, p. 7). Contudo, com a modificação do anterior Código de Processo Civil, essa Ação Monitória passou a ser utilizada em todos os procedimentos, conforme pensamento do doutrinador Didier Jr. (2016, p.605):

Ao mesmo tempo em que mantém e amplia a ação monitória, o legislador vai além e generaliza a técnica monitória, introduzindo-a no procedimento

comum para todos os direitos prováveis e em perigo que tenham sido objeto de tutela satisfativa provisória antecedente.

Um dos fundamentos trazidos por esse momento processual foi a garantia do princípio da duração razoável do processo, tal seja, a proteção da celeridade na tramitação processual e, também, a do princípio da efetividade jurisdicional, que nos informa que o Poder Judiciário poderá, de imediato, apreciar medidas que tragam ameaça ou lesão a um direito, com fulcro no artigo 5º, inciso XXXV e LXXVIII, da Constituição Federal de 1988.

À vista disso, o objetivo primordial deste instituto é que o processo possa manter aquela decisão sem que depois seja alterada, pois isso faria com que o tramite do procedimento processual ficasse cada vez mais duradouro, logo, mantendo, assim, uma pressão aos magistrados a resolverem os litígios com maior agilidade.

Por fim, é perceptível que caso o processo tornar-se mais rápido e eficaz, ou seja, o percurso deste ser reduzido, evitará, assim, o pagamento de custas processuais, e, dito isso, o instituto da estabilização tem como fundamento também que esse procedimento fique menos oneroso para as partes litigantes (CARDOSO, 2017, p.46).

3.2.1 Pressupostos para a Estabilização da Tutela Antecipada

Para que ocorra a estabilização da tutela antecipada antecedente faz-se necessário que o réu não interponha respectivo recurso, para reanalise da decisão que concorda com a tutela antecipada antecedente, no prazo de 15 (quinze) dias. Além disso, é fundamental que não ocorra o aditamento da petição inicial por parte do requerente, acrescentando os seus pedidos, pois, assim, não acarretará na extinção do processo sem julgamento de mérito (GONÇALVES, 2016, p. 379 e 380).

Como também é necessário que nenhuma das partes da lide interponha ação que obstaculize o prosseguimento da decisão da tutela, para esta seja revista, reformada ou invalidada, no prazo de 2 (dois) anos, e caso esta alteração seja concedida, modifica-se por meio de uma sentença de mérito, conforme artigo art. 304, §2º, §3º e §5º, do CPC.

[Digite aqui]

Outrossim, com esse mesmo viés foi citado por Pinheiro e Campos (2016, p. 883) e, segundo as autoras:

O mencionado diploma legal estabelece, contudo, que qualquer das partes poderá demandar a revisão, reforma ou invalidação da decisão proferida em cognição sumária mediante ajuizamento de nova ação dentro do prazo prescricional de dois anos contados da ciência de extinção do processo.

Portanto, não ocorrendo um dos atos, citados anteriormente, ocasionará, assim, a incidência do instituto da estabilização da decisão que concede a tutela antecipada, visto que nenhuma das partes tomaram iniciativa para propor ação “contestando” a decisão, logo, sendo os efeitos da tutela conservados (SCARPINELLA, 2017, p. 275).

4 DO RECURSO CABÍVEL PARA SUSTAR A ESTABILIZAÇÃO

Importante salientar o contexto no qual o recurso se insere na estabilização da tutela antecipada. De acordo com o artigo 303 do Código de Processo Civil, a tutela antecipada é concedida por meio de decisão interlocutória, sendo esta com o encargo de conceder, existentes o perigo do dano e a probabilidade do direito, uma antecipação dos efeitos da sentença.

O art. 304 do CPC narra que essa tutela se tornará estável se não for interposto o respectivo recurso. Não é necessário o provimento do agravo, mas apenas a sua interposição como assevera o texto da lei. Se se tratando do primeiro grau de jurisdição o recurso cabível seria o Agravo de Instrumento, previsto no artigo 1015, inciso I, do referido Código.

Aqui nasce a celeuma em torno do recurso cabível. Os mais estimados processualistas vêm flexibilizando a interpretação restritiva do CPC, se esquivando da literalidade da lei e se fundamentando na manifestação do réu em desagrado à estabilização. O intuito maior de se interpor o respectivo recurso é não se tornar inerte frente ao processo, evitando assim a estabilização, logo, por essa lógica, todos os meios de se impugnar a inércia seriam aceitos, válidos e eficazes.

Dessa forma, delimitar o direito de ação do réu ao agravo de instrumento seria, no mínimo inconstitucional, pois este tem direito constitucional de ação, visto que de acordo com a Constituição Federal, art. 5º, inciso XXXV: “a lei não excluirá

[Digite aqui]

da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Esse princípio, do livre acesso ao judiciário, é o combate ao legislador que limita a atuação da parte. Depender da interposição de um recurso para usufruir de um direito seria, no mínimo, inconstitucional e limitante ao direito de ação.

Há, ademais, que se ponderar que o agravo de instrumento não tem o condão de revisar, reformar ou invalidar a tutela, já que isto é feito por ação autônoma nos moldes do § 5º do artigo 304 do CPC, mas sim de evitar a possibilidade de uma futura estabilização, fazendo a matéria ser discutida ao longo do processo, dando possibilidades para o réu participar e, dessa forma, transformando a interposição do “respectivo recurso” em manifestação meramente procedimental para o rito do processo não se tornar estável.

Por uma visão constitucionalmente adequada, outros institutos deveriam ter o encargo de evitar uma estabilização, da decisão que concede a tutela antecipada antecedente, dentre elas a contestação, os embargos de declaração e a reclamação, por exemplo. (LAMY; LUIZ, 2016, p.7).

Bruno Garcia Redondo (2016, p.286) defende que “qualquer ato impugnativo de defesa do agravo seria medido que poderia evitar a estabilização, seja o próprio agravo, a reclamação, contestação ou reconvenção”. Consoante a isso, Marcelo Pacheco Machado (2011, p.263) sustenta que “qualquer sorte de resposta fornecida pelo demandado em relação ao pedido de tutela de urgência, ainda que não signifique a interposição do recurso cabível, será suficiente para “impedir a estabilização dos efeitos da tutela de urgência”.

Um contraponto importante para se entender a natureza desse instituto foi o Projeto de Lei do Senado Federal nº 166 de 2010 de autoria do Senador José Sarney, que narra o seguinte em seu art. 281 sobre as tutelas de urgência:

Art. 281. Não sendo contestado o pedido, os fatos alegados pelo requerente presumir-se-ão aceitos pelo requerido como verdadeiros, caso em que o juiz decidirá dentro de cinco dias. § 1º Contestada a medida no prazo legal, o juiz designará audiência de instrução e julgamento, caso haja prova a ser nela produzida.
§ 2º Concedida a medida em caráter liminar e não havendo impugnação, após sua efetivação integral, o juiz extinguirá o processo, conservando a sua eficácia.

Entretanto esse PL foi alterado e aprovado de forma distinta, já que o termo “contestado” foi alterado para “recurso respectivo”, ocorrendo, para alguns, uma mudança meramente ortográfica, pois há, como dito anteriormente, alguns doutrinadores os quais acreditam que alguns atos processuais que demonstrem oposição do réu em relação ao deferimento da estabilização, é eficaz.

Ainda, outro ponto controvertido é o CPC trazer como novidade a realização de audiência de mediação ou de conciliação, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 dias de antecedência, de acordo com o art. 334 do código. Logo, após o autor aditar a petição inicial do pedido de tutela em caráter antecedente, o juiz irá intimar o réu para comparecer à audiência para estimular a autocomposição, lema do novo código. Não havendo a autocomposição abre-se o prazo para a contestação, que deve obedecer aos requisitos do art. 335.

Isto posto, provém outro questionamento, se o réu não comparecendo a audiência impetra a contestação, e esta no novo CPC é a principal defesa do réu, o agravo de instrumento seria assim indispensável. De acordo com o artigo 336 “incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir”. E, sobre isso Misael Montenegro (2016, p.600-601) discorre:

A tutela antecipada se torna estável, se o réu não interpuser o recurso de agravo de instrumento e se não contestar, pois este último ato também demonstra sua oposição em relação à concessão da tutela antecipada, na verdade, numa intensidade muito maior, quando o comparamos com o recurso de agravo de instrumento, no qual o réu apenas tenta demonstrar o não preenchimento dos requisitos relacionados no art.300 .A apresentação da contestação evita que a tutela se torne estável, evitando também a extinção do processo.

Destarte, Fred Didier Jr. complementa:

Embora o art. 304 do CPC fale apenas em não interposição de recurso, a inércia que se exige para estabilização da tutela antecipada vai além disso: é necessário que o réu não se tenha valido de recurso nem de nenhum outro meio de impugnação da decisão (2016, p. 617).

O instituto é recente no novo Código de Processo Civil, deixando lacunas para os inúmeros intérpretes e aplicadores do Direito quanto a essa situação

[Digite aqui]

específica, devendo estes filiarem-se à lei e a seus rastros ao longo de sua aplicação. Ademais, em recente decisão, o TJ/MG, assim como outros tribunais, entendeu por aplicar a literalidade do art. 304, CPC. Coloco a ementa à colação:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE - INTEMPESTIVIDADE DO ADITAMENTO À PETIÇÃO INICIAL DE TUTELA ANTECEDENTE - SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - AUSÊNCIA DE DECISÃO DESFAVORÁVEL - ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA - IMPOSSIBILIDADE - INTERPOSIÇÃO DE RECURSO - ART. 304 DO CPC. - Não cabe a este Tribunal analisar questões ainda não examinadas pelo douto juiz a quo, sob pena de supressão de instância. - O art. 304 do CPC condiciona a aplicação do instituto da estabilização da tutela antecipada a não interposição de recurso da decisão que concede a tutela de urgência em caráter antecedente. - **Diante da interposição do presente recurso de agravo de instrumento, resta impossibilitada a estabilização da tutela (grifo nosso)**⁵.

Diferentemente dos autores supracitados, e em consonância com a jurisprudência citada, Cassio Scarpinella Bueno (2015, p. 226) filiando-se à literalidade da lei, dita: “a decisão concessiva da tutela antecipada nos termos do art. 303, torna-se estável se não houver interposição do respectivo recurso (art. 304, caput), que é o agravo de instrumento (art. 1.015, I)”.

5 RECURSO *VERSUS* MANIFESTAÇÃO

Existe um grande embate, como visto anteriormente, sobre se o termo “respectivo recurso”, numa interpretação ampliada, poderia ser aceito como “qualquer manifestação com o fito de evitar a estabilização da tutela antecipada”. Para entendermos se é correto esse entendimento, é necessário diferenciar tais termos. Nessa linha, Misael Montenegro Filho (2016, p.912) define:

[...] recurso é o instrumento processual de uso facultativo, adequado ao ataque à decisão judicial que causa prejuízo ao interessado (parte, terceiro prejudicado ou o Ministério Público, como parte ou como fiscal da ordem jurídica), de apresentação endoprocessual [...].

⁵ TJ/MG. (2017 de 09 de 28). *Agravo de Instrumento: AI 10515160036684003 MG. Relator: Sérgio André da Fonseca Xavier. DJ: 23/09/2017.* Disponível em JusBrasil: <<https://tjmg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/504071514/agravo-de-instrumento-cv-ai-10515160036684003-mg?ref=juris-tabs>>. Acesso em: 25 de abril de 2018.

Já, quanto ao entendimento acerca do termo “manifestação”, de forma clara e objetiva explica Monnerat (2017, p.412):

[...] os atos jurídicos processuais são todas as manifestações de vontade das partes, do juiz, dos auxiliares do juízo ou de terceiros que atuem no processo capazes de constituir, modificar ou definir a relação jurídica processual.

Em resumo, só existe um processo quando há manifestações processuais, seja ao início quando a parte autora peticiona ao juiz à existência de uma problemática que possui caráter de litígio, ou quando o réu após intimado para audiência de conciliação ou mediação, conforme o art. 334 do CPC, manifesta seu desinteresse na autocomposição. Sendo estas necessárias ao andamento do processo, seja de caráter positivo ou negativo.

O Fórum Permanente de Processualistas Civis⁶, em seu enunciado 152, evidencia a característica de ato processual da manifestação: “o autor terá prazo único para requerer a substituição ou inclusão de réu (arts. 338, caput; 339, §§ 1º e 2º), bem como para a *manifestação* sobre a contestação (arts. 350 e 351)”.

Por fim, a manifestação tem íntima relação com os atos processuais das partes, em primordial, neste artigo, com o réu, e por derivação com os recursos. Logo, a interposição do “respectivo recurso” como analisado anteriormente, nada mais é que a manifestação de um ato processual da parte limitado pelo art. 303 ao recurso do agravo de instrumento. Assim, podemos concluir que a interpretação supracitada pode ser considerada coerente com o nosso Sistema Processual.

6 A OBRIGATORIEDADE ÍMPLICITA NA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS E A INCONSTITUCIONALIDADE APARENTE DO ART. 304 DO CPC

O princípio da voluntariedade recursal nos informa que o recurso somente deve ser conhecido quando houver insatisfação da parte e os motivos dessa insatisfação. Acerca do assunto, afirma Abelha (2016, p.1404) que “ninguém pode constranger ou impor outrem a interpor recurso”, ou seja, a interposição de um

⁶ Enunciados do Fórum Permanente de Processualistas Civis. Disponível em: <<http://www.cpcnovo.com.br/wp-content/uploads/2016/06/FPPC-Carta-de-Sa%CC%83o-Paulo.pdf>>. Acesso em: 29 de mar. 2018.

recurso é uma conduta facultativa, e essa faculdade pertence unicamente ao litigante prejudicado.

Entendemos que existem dois tipos de ofensa ao princípio supracitado: a explícita e a implícita. A ofensa explícita diz respeito a uma norma que venha, evidentemente, a obrigar a interposição de recursos por uma ou ambas as partes. Já a ofensa implícita, por sua vez, seria uma situação na qual faz com que os litigantes se sintam na obrigação de recorrer para que se evite um futuro prejuízo a estes, mesmo não existindo norma que traga explicitamente tal obrigatoriedade.

O instituto da estabilização da tutela antecipada, sem sombra de dúvidas, traz uma situação em que há a ofensa implícita ao princípio da voluntariedade recursal, dado que o réu, segundo o caput do art. 304 do CPC, para evitar que a decisão concessiva da tutela antecipada venha a se estabilizar, e, conseqüentemente extinguir o processo, deverá interpor o “respectivo recurso”, dessa forma

[..] isso cria uma situação na qual o réu é obrigado a recorrer por meio do recurso de agravo de instrumento da decisão que concedeu a medida, a fim de impedir a estabilização da tutela antecipada e a extinção do processo. Assim, não há outra alternativa ao réu que não recorrer da decisão que concede a tutela antecipada [...] (MENDES, 2016, p. 39).

Dito isso, a estabilização da tutela antecipada não é prejudicial somente ao réu, quando este permanece inerte, mas ao processo com um todo, pois, a depender do caso concreto, poderá ser formada, conseqüentemente, uma insegurança jurídica. Isso ocorre devido à complexidade do mecanismo e ao pouquíssimo conhecimento acerca da dinâmica e dos efeitos do instituto, assim, esse pode portar-se de maneira incomum – e, provavelmente errônea – em duas ações que tratam da mesma matéria.

É perceptível que a problemática tem impactos negativos não somente dentro dos trâmites de um processo, mas, também, fora deste. O melhor exemplo quanto a isso é o do comportamento da Fazenda Pública, quando em juízo, que, para evitar que haja a estabilidade da decisão a qual concedeu a tutela antecipada, passa a interpor recursos infundados, os quais, como resultado, provoca a necessidade de o Poder Público recorrer em situações nas quais este, comumente, não recorreria. Outrossim, além de ser algo muito oneroso para a Fazenda Pública, é, igualmente,

um empecilho para o Poder Judiciário, dado que passa a exigir uma superlotação de recursos que, muitas vezes, só têm o objetivo de evitar uma possível condenação.

Portanto, observada estas consequências, podemos afirmar que a finalidade do instituto constantemente é descaracterizada e, sobre isso, Lamy e Luiz (2016, p. 7) faz a seguinte crítica:

Ao invés de auxiliar na resolução do problema do tempo do processo, o instituto somente acarretaria um aumento da taxa de congestionamento nos tribunais, que se veriam com mais e mais agravos de instrumento, ao passo a que todo réu recairia o ônus de não só ofertar resposta, mas também interpor o recurso, para poder exercer seu direito constitucional à ação. Com isso, o agravo de instrumento passaria a ser encarado somente como mais um passo no processo, uma formalidade a mais, sem se importarem os próprios litigantes com seu resultado, ou seja, se provido ou não do recurso, uma vez que o objetivo de não estabilizar a decisão de concessão da tutela antecipada já foi cumprido com a mera interposição [...].

O disposto no *caput* do artigo 304 do Código de Processo Civil nos informa que se o réu não interpuser o “respectivo recurso” estabilizar-se-á a decisão interlocutória que concedeu a tutela antecipada ao autor. Quanto a essa regra processual, existem diversos entendimentos no sentido de que a sua interpretação literal não seria coerente com os ditames da Constituição Federal, já que, *in litteris*, surgiu uma situação na qual somente a interposição do recurso de agravo de instrumento seria capaz de evitar os efeitos da estabilização da tutela antecipada.

Pelo exposto acima, temos, aparentemente, uma inconstitucionalidade indireta, ou melhor, “aquela em que uma lei ou ato normativo se contrapõem à constituição de modo oblíquo ou reflexo (BULOS, 2015, p.156).

Na verdade, trata-se de uma inconstitucionalidade aparente. Como analisado anteriormente, é possível haver uma interpretação ampliativa do termo “respectivo recurso”, isto é, pode-se compreendê-lo como qualquer manifestação que venha a evitar a conservação dos efeitos da estabilização da tutela antecipada, como, por exemplo, o comparecimento a audiência de mediação e conciliação designada pelo juiz.

Como o instituto é, por hora, novidade processual, várias são as divergências quanto à validade da norma - especificamente quanto à sua eficácia - posto que a sua prática, obviamente, ainda é imatura no Ordenamento; e nesse viés, Arnaldo

Vasconcelos explana com maestria que “o que se espera da eficácia é o resultado, que se mede pela constância com que a norma é seguida e realizada (2006, p.241)”.

Acredita-se que é tarefa do hermeneuta a comparação entre o texto abstrato e o caso concreto, entre a norma jurídica e o fato social mas, para isso “é necessário descobrir e fixar o sentido verdadeiro da regra positiva; e, logo depois, o respectivo alcance, a sua extensão (MAXIMILIANO, 2017, p.1)”. Acerca desse entendimento, Miguel Reale (1999, p. 291) assevera que o maior cuidado que um intérprete da lei deve ter é saber qual a finalidade social da lei, no seu todo.

Feita essa abordagem hermenêutica, é importante entendermos que a interpretação literal não seria a mais eficiente para a situação, dado que essa técnica de interpretação pertence à velha hermenêutica, isto é, aquela dotada de uma metodologia mais rígida – positivista, não mais condizente com a nova sistemática processual.

A interpretação teleológica, todavia, é a técnica mais adequada para dar sentido e alcance à norma em contradição, pois é aquela que busca a finalidade da lei. Observando os princípios norteadores citados anteriormente – princípios do direito de ação e da voluntariedade recursal – percebe-se que a finalidade do art. 304 é fazer com que quaisquer manifestações que possam evitar a estabilização da tutela antecipada fossem aceitas pela sistemática processual do Novo Código.

Outrossim, chega-se a mesma conclusão fazendo-se uso da interpretação conforme a constituição, posto que neste método hermenêutico, busca-se razoabilidade e efetividade de uma determinada norma, conquanto que haja uma adaptação dessa com a Constituição Federal. Logo, nessa linha, não seria razoável e nem efetivo que a estabilização da tutela antecipada fosse sustada apenas com a interposição do agravo de instrumento, já que também seria uma afronta aos princípios supracitados.

Portanto, podemos concluir que não se pode falar de inconstitucionalidade na presente situação fática, já que a lei, ao se fazer acertadamente, uma interpretação teleológica e conforme a constituição, não obsta outras formas de manifestação que não a interposição do agravo de instrumento, logo, o réu não tem seu direito de ação cerceado já que este, de maneira alguma, fica adstrito a somente uma opção de impugnação.

[Digite aqui]

7 MÉTODOS

O estudo desenvolveu uma pesquisa do tipo bibliográfica, uma vez que a investigação foi realizada e baseada em trabalhos publicados sob diversas formas: doutrinas jurídicas, artigos científicos e dados jurisprudenciais.

8 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pudemos depreender que há, a depender do caso concreto, uma ofensa ao princípio da voluntariedade recursal, por exemplo, quando a Fazenda Pública está litigando, como foi já explicitado ao longo do artigo. Tal ofensa ocorre, pois, a natureza jurídica do recurso é de uma impugnação facultativa quando há uma insatisfação com determinado procedimento, contudo, no caso do exemplo citado, a faculdade recursal deixa de existir e passa a ocorrer uma obrigatoriedade, sendo essa implícita, já que a lei não a dispõe explicitamente.

Por fim, após uma análise acerca do recurso cabível para evitar a estabilidade da decisão concessiva e da relação entre os conceitos de recurso e manifestação e, também, uma análise hermenêutica, chegamos à conclusão de que não se pode falar em inconstitucionalidade do artigo supracitado, mas sim, de uma aparente inconstitucionalidade, dado que, a finalidade deste, diferentemente do que se encontra na sua literalidade, era de que qualquer manifestação que tenha o fito de sustar a estabilização da tutela antecipada, seja idônea.

9 CONCLUSÃO

Ao longo da nossa análise pudemos perceber que o instituto da estabilização da tutela antecipada é ainda um mecanismo processual imaturo, pois, dada a complexidade de sua dinâmica, o nosso Ordenamento Jurídico não foi capaz, ainda, de adequá-lo precisamente à sua sistemática processual vigente.

A estabilização da tutela antecipada, como ficou entendido, é uma conservação dos efeitos da decisão que concedeu a tutela antecipada ao autor da ação, já que, num prazo decadencial de dois anos, a decisão se mantém

[Digite aqui]

estabilizada podendo ser, excepcionalmente, revista, reformada ou invalidada, se for interposta, pelo réu, uma ação autônoma.

O procedimento em que se encontra tal mecanismo é realizado de forma sumária, pois há uma antecipação dos efeitos da sentença, quando a parte estiver diante dos requisitos *periculum in mora* e *fumus boni juris*. Dito isso, tem-se a noção de que há uma difusão da técnica monitória, já que uma das consequências da estabilização é a celeridade processual.

Contudo, o instituto, por ser uma novidade, não cumpre seus outros objetivos, pois ainda possui diversas controvérsias jurídicas que precisam ser sanadas, já que traz consigo uma redação pouco inequívoca, principalmente no que diz respeito aos casos em que há uma obrigatoriedade implícita na interposição de recursos para evitar a estabilização e aos posicionamentos interpretativos com relação à aparente inconstitucionalidade do caput do artigo 304 do CPC.

À vista disso, resta aos aplicadores do Direito darem o mais adequado sentido e alcance à norma apontada, interpretando-a, dentro outras formas, teleologicamente e conforme a constituição, para que venham a desenvolvê-la de maneira eficaz e condizente com o nosso sistema processual e constitucional vigente.

REFERÊNCIAS

ABELHA, Marcelo. **Manual de Direito processual civil. – 6.^a ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2016.**

AMORIM ASSUNPÇÃO, Daniel. **Manual de Direito Processual Civil.** 8.^o ed. Bahia: Juspodivm, 2016.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. **Código de Processo Civil.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em: 27 de março de 2018.

BRASIL. **Projeto de Lei nº166 de 2010.** Código de Processo Civil. Arquivado. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2014/11/27/cpc-quadro-comparativo-pls-166-2010-e-substitutivo-da-camara>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

BUENO, Cássio Scarpinella. **Manual de Direito Processual Civil.** 2. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Saraiva, 2016.

[Digite aqui]

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. - 9 ed. rev. E atual
– São Paulo: Saraiva, 2015.

CARDOSO, Luiz Eduardo Galvão Machado. **Estabilização da Tutela Antecipada**. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

CAVALCANTI NETO, Antonio de Moura. **Estabilização da Tutela Antecipada Antecedente: tentativa de sistematização**. In: Didier Júnior, Fredie et al. Tutela provisória. Salvador: Juspodvm, 2016.

CIANI, Mirna. **A Estabilização da Tutela Antecipada como forma de desaceleração do processo (uma análise crítica)**. Revista de Processo Repr. São Paulo, v.247, n° 40, p.249-261, set. 2015.

COSTA, Eduardo José da Fonseca (coord.). **Grandes Temas do Novo CPC**, v. 6: tutela provisória. Salvador: Juspodivm, 2016.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. **A Fazenda Pública em Juízo**. São Paulo: Dialética, 2017.

DIDIER JUNIOR, Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria de. **Curso de Direito Processual Civil**. 10. ed. Bahia: Jus Podivm, 2015.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. **Direito Processual Civil**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

LAMY, Eduardo de Avelar; LUIZ, Fernando Vieira. **Estabilização da Tutela Antecipada no Novo Código de Processo Civil**. Revista de Processo, São Paulo, RT, v. 260, out. 2016, p. 105-129.

MACHADO, Marcelo Pacheco. **Simplificação, autonomia e estabilização das tutelas de urgência: análise da proposta do projeto de Novo Código de Processo Civil**. Revista de Processo, vol. 202, ano 36. São Paulo: RT, dezembro/2011, p. 263.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e Aplicação do Direito**. 20. ed – Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MENDES, Lucas Passos. **Críticas à Estabilização da Tutela de Urgência Antecipada**. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)- Curso de Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2016.

MONNERAT, Fábio Victor da Fonte. **Introdução ao Estudo do Direito Processual Civil**. São Paulo: Saraiva, 2017.

MONTENEGRO FILHO, Misael. **Curso de Direito Processual Civil: de acordo com o Novo CPC** – 12. ed. reform. e atual. – São Paulo: Atlas, 2016.

[Digite aqui]

PINHEIRO, Nathalia; CAMPOS, Juliana Cristine Diniz. **A estabilização da tutela antecipada como instrumento de efetividade da jurisdição em face do direito fundamental ao contraditório.** Revista Estudos Institucionais. Rio de Janeiro: Ufrj, v. 2, n. 2, 2016. Semestral.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito** – 24. ed. - São Paulo: Saraiva, 1998.

REDONDO, Bruno Garcia. **Estabilização, modificação e negociação da tutela de urgência antecipada antecedente: principais controvérsias.** Revista de Processo, São Paulo, RT, a.40, v. 244, jun. 2015, p. 167-194.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. **Doze problemas e onze soluções quanto à chamada “estabilização da tutela antecipada”.** Revista do Ministério Público do Rio de Janeiro nº 55, Rio de Janeiro, jan./mar. 2015.

TJ/MG. (2017 de 09 de 28). **Agravo de Instrumento: AI 10515160036684003 MG.** Relator: Sérgio André da Fonseca Xavier. DJ: 23/09/2017. Disponível em JusBrasil: <<https://tj-mg.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/504071514/agravo-de-instrumento-cv-ai-10515160036684003-mg?ref=juris-tabs>> Acesso em 25 de abril de 2018.

VASCONCELOS, Arnaldo. **Teoria da Norma Jurídica** – 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

ZAMPAR JÚNIOR, José Américo. **Estabilização da Tutela Antecipada Antecedente em Sede de Tutelas Coletivas.** Revista Forense, São Paulo: Gen, v. 113, n. 425, Rio de Janeiro, jan./jun. 2017.

FORMAS ALTERNATIVAS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS BANCÁRIOS COMO MEIO DE EVITAR O ACÚMULO DE AÇÕES JUDICIAIS E MELHORAR A RELAÇÃO BANCO CLIENTE

Francisca Jéssica Silveira Lima¹

Natalia Ingrid Mendes Duarte²

Antônio Ricardo Santos Abreu³

RESUMO

O presente artigo trata dos conflitos nas relações negociais entre os clientes e as instituições bancárias, trazendo a importância da aplicação de outras técnicas para a resolução de conflitos, antes que eles se tornem litigiosos. Seu propósito é mostrar às partes envolvidas os benefícios advindos dessas formas de resolução, e a possibilidade de manter ou melhorar o relacionamento entre o banco e o cliente para que se possa alcançar uma cultura de paz, mudando atitudes e comportamentos enfrentados no dia a dia de todos, bem como a forma de lidar com esses conflitos, de forma pacífica evitando a judicialização destes. Trata-se de um trabalho de conclusão do estágio no Núcleo de Mediação e Conciliação da Unichristus, sob orientação dos Professores Antônio Ricardo Santos de Abreu e Emmanuela Carvalho Cipriano Chaves. Esse projeto foi construído durante o período de 2017/2018. Para realizar este trabalho, utilizou-se método dedutivo, pesquisa bibliográfica e documental, por meio de consulta a monografias, artigos científicos, obras literárias, sites, como o do Conselho Nacional de Justiça, entre outros, e do conhecimento adquirido nas participações de sessões do projeto de mediação e conciliação, em audiências judiciais de conciliação nas varas e juizados cíveis em Fortaleza/CE, bem como por meio de experiências pessoais e profissionais relacionadas às demandas bancárias. O objetivo deste trabalho é demonstrar a relevância da aplicação dessas formas alternativas de resolução de conflitos em demandas bancárias, quais sejam, a mediação, a conciliação ou a negociação, como uma forma de evitar o acúmulo dessas ações no Poder Judiciário.

¹ Aluna do 7º semestre do Curso de Direito e integrante do Núcleo de Mediação e Conciliação da Unichristus. (NPJ) Email: jessicaslima13@gmail.com

² Aluna do 7º semestre do Curso de Direito e integrante do Núcleo de Mediação e Conciliação da Unichristus. (NPJ) Email: nataliaingrid@outlook.com

³ Mestre em Direito. Professor orientador do Núcleo de Mediação e Conciliação da Unichristus. (NPJ). Professor da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Email: antonioricardoabreu@gmail.com

Palavras-chave: Meios alternativos de resolução de conflitos. Negociação. Conciliação. Mediação. Instituições bancárias. Conflitos bancários.

ABSTRACT

This article deals with conflicts in business relations between clients and banking institutions, bringing the importance of applying other techniques to conflict resolution before they become litigious. Its purpose is to show the parties involved, the benefits derived from these forms of resolution, and the possibility of maintaining or improving the relationship between the bank and the client so that a culture of peace can be achieved, changing attitudes and behaviors faced day by day of all, as well as how to deal with these conflicts, in a peaceful way, avoiding, the judicialization of these. This is a work to complete the internship at the Mediation and Conciliation Center of Unichristus, under the guidance of Professors Antônio Ricardo Santos de Abreu and Emmanuela Carvalho Cipriano Chaves. This project was built during the year 2017/2018. To carry out this work, a method of deduction, bibliographical and documentary research was used, through consultation with monographs, scientific articles, literary works, sites, such as the National Council of Justice, among others, and based on the knowledge acquired in the participations of sessions of the mediation and conciliation project, in conciliation hearings in civil courts in Fortaleza/CE, as well as through personal and professional experiences related to bank claims. The purpose of this paper is to demonstrate the relevance of the application of these alternative forms of conflict resolution in banking demands, such as mediation, conciliation or negotiation, as a way to avoid the accumulation of these actions in the Judiciary.

Keywords: Alternative means of conflict resolution. Negotiation. Conciliation. Mediation. Banking institutions. Bank conflicts.

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, as demandas bancárias superlotam o Judiciário com causas que envolvem o direito dos consumidores. A partir de dados do CNJ: “um banco em

especial aparece em todas as sete listas, mas não revelou qual⁴, restando claro, portanto, que o aumento dos processos referentes aos conflitos bancários acarretam ao sistema judicial brasileiro, além da morosidade de resolução destes, um abarrotamento de processos de mesma matéria bancária.

Objetivando a celeridade processual dessas demandas bancárias, podem ser aplicadas a esses conflitos formas alternativas de resolução de conflitos, como a negociação, a mediação e a conciliação, a cada caso, tendo em vista que esses métodos são bastante eficazes e que, quando aplicados às controvérsias entre bancos e clientes, trazem a ambos os interessados a mesma oportunidade de expressar seus interesses perante o outro, de forma a ser mais favorável para os dois lados.

Portanto, em razão do abarrotamento de demandas bancárias em que se encontra o Judiciário, na qual predomina a cultura dos litígios, este trabalho visa ao alcance da cultura de paz, das demandas bancárias que advêm dessas formas alternativas de resolução de conflitos as quais podem ser aplicadas aos que surgem, de forma a manter e a melhorar a relação das instituições financeiras com seus clientes, beneficiando também a justiça.

Quanto à metodologia, fora utilizado o método dedutivo tendo em vista a realização de: “um processo de análise da informação que utiliza o raciocínio lógico e a dedução para obter uma conclusão a respeito de um determinado assunto”⁵, bem como de pesquisa bibliográfica e documental, por meio de consulta a monografias, a artigos científicos, a obras literárias, a sites, a partir da experiência do âmbito de trabalho, entre outros. Além disso, como uma das principais fontes, foi utilizado o conhecimento adquirido ao longo do projeto do Núcleo de Mediação e Conciliação do Centro Universitário Christus (Unichristus).

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A Negociação, a Conciliação e a Mediação.

⁴ FERRARI, Hamilton. Bancos e operadoras de telefonia são campeãs em ações judiciais, diz CNJ. **Correio Braziliense**. 19 out. 2017. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/10/19/internas_economia,634725/bancos-e-operadoras-de-telefonia-sao-campeoes-em-aco-es-judiciais-diz.shtml>. Acesso em: 24 mar 2018.

⁵ SIGNIFICADO do Método dedutivo. **Significados**. 11 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/metodo-dedutivo>> Acesso em: 29 ago. 2018

Diariamente, as pessoas passam por variados conflitos, sejam eles na vida pessoal, acadêmica ou profissional. Alguns deles são complexos e levam tempo, exigem paciência para resolvê-los, outros são mais simples, mas, seja qual for a forma, existem meios diferentes e eficazes de solucioná-los.

A problemática de como solucioná-los gira em torno de uma cultura em que há em todos os conflitos, em sua maioria, alguém que está certo e alguém que está errado, e isso advém da dificuldade de reconhecer e admitir culpa de ambos os lados.

É da natureza do ser humano a incessante busca do interesse próprio, em que as pessoas preferem perder meses ou até mesmo anos buscando êxito total em uma causa no Judiciário, na qual um terceiro lhe dê um resultado, muitas vezes insatisfatórios, do que ser o protagonista das suas próprias decisões.

Um conflito pode ser resolvido de diferentes maneiras e isso dependerá bastante do interesse das partes, bem como se há intenção de manter laços ou apenas seguir fielmente um acordo ou um contrato.

Entre as várias formas de solucionar um conflito, existem os meios alternativos, em que a autonomia para decidir sobre o litígio será das próprias partes e não determinada pelo Judiciário, mesmo que seja feito com o seu auxílio. Podem ser elas a negociação, a conciliação e a mediação.

As sessões ocorrem com base em princípios e técnicas de forma a facilitar a comunicação entre os interessados, inseridos no novo Código de Processo Civil, nos termos do artigo 166, “caput”, os quais são princípios da independência, da imparcialidade, da autonomia da vontade, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade, da decisão informada e alcançada pelas partes, da cooperação e da oportunidade.

Entre as técnicas, pode haver uma diferenciação de acordo com cada instituto. As técnicas similares envolvem a escuta ativa, as perguntas abertas, o rapport (empatia), o parafraseamento, o teste de realidade, entre outras.

2.1.1 A Negociação

Na negociação, visa-se a um resultado satisfatório para ambas as partes, por meio de um acordo, que poderá ser feito com propostas inovadoras, então, com esse método, não tem o que se falar em ganha-perde, mas apenas em ganha-

ganha, pois o que será acordado terá o objetivo de beneficiar tanto a instituição financeira quanto o cliente, já que, nesses casos, o acordo é feito por ambas as partes. Entende-se, dessa forma, que:

O processo de negociação é estabelecido pelo surgimento do conflito, caracterizado pela existência de diferentes proposições de interesses, valores comportamentos e/ou informações propostas pelas partes envolvidas. A negociação configura-se por um processo, e não por um evento. Ela se desenvolve por um processo composto por diferentes etapas, a saber: diagnóstico da situação, planejamento, tratativas, que resultarão em acordo ou sem acordo.⁶

Quando os dois lados envolvidos em uma negociação ganham de alguma forma, podemos conceituar de “ganha-ganha”, para isso as partes não podem assumir uma posição rígida e inflexível, e sim manter o foco nos interesses, bem como nas necessidades dos interessados para que assim, possam alcançar um melhor resultado.

Desse modo, para que a negociação seja efetiva, os envolvidos devem estar dispostos a cumprir o que ficou estabelecido em acordo. Vale ressaltar que poderá não satisfazer totalmente uma das partes, mas aceito por esta, sendo uma decisão conjunta, como se pode constatar segundo Macagnan:

Quando há acordo, o processo é finalizado por sua manutenção, isto é, com as partes registrando os fatos e cumprido o que foi acordado. O acordo, muitas vezes, não representa as proposições estimadas, mas, sim, o que foi aceito pelas partes. Isto porque a negociação é um processo decisório compartilhado, no qual as pessoas decidem em conjunto e os resultados obtidos dependem da habilidade dos negociadores.⁷

Esse tipo de método pode ser realizado exclusivamente por aqueles que estão em litígio e se torna eficaz quando ambos estão abertos a uma boa comunicação, derrubando uma barreira de ego e rigidez que se mostra inicialmente pelos interessados, ou seja, um negociador deve estar bem preparado para realizar um acordo que seja favorável para a solução do problema em questão, valendo-se de estratégias que irão lhe beneficiar durante a conversação, qual seja:

⁶ MACAGNAN, Clea Beatriz e LINDEMANN, Almir. Gestão de informação e o processo de negociação bancária. 2009. **Dial Net**. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3018677>>. Acesso em: 13 jun. 2018. p. 98.

⁷ MACAGNAN, Clea Beatriz e LINDEMANN, Almir. Gestão de informação e o processo de negociação bancária. 2009. **Dial Net**. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3018677>>. Acesso em 03 nov. 2018. p. 98.

Elaborar uma boa estratégia depende fundamentalmente em entender a outra parte envolvida, para isso é importante considerar os seguintes pontos: priorizar os objetivos de forma flexível; mensurar os sentimentos; criar alternativas; fazer uma autoavaliação, para planejar uma ação a cada reação ocorrente no decorrer da negociação; definir os verdadeiros interesses; fazer questionamentos, informar-se; se colocar no lugar da outra parte para que se possa entendê-lo; adquirir habilidades e aplicar a inteligência emocional.⁸

A negociação pode ser feita, ainda, com o auxílio de um terceiro representando uma das partes, que agirá com parcialidade, ou seja, um negociador escolhido pela parte para representar seu interesse pessoal, por exemplo, um advogado que buscará um acordo que seja mais benéfico para seu cliente.

2.1.2 A Conciliação

Já, a conciliação é realizada por meio de uma terceira pessoa que será um facilitador do diálogo entre a instituição financeira e o cliente, de forma imparcial, além de poder dar sugestões que irão ajudar em novas ideias para buscar um melhor resultado, é o que chamamos de geração de opções. Conforme entende TAVARES, o qual diz que:

A conciliação ocorre a partir de um terceiro interventor atuando como um elo de ligação entre as partes, com a finalidade de levar a um entendimento, identificando a causa e uma possível solução. Apaziguando questões, interferindo se necessários nos conceitos e interpretações dos fatos, para a redação de um acordo possível e exequível.⁹

Mesmo com toda essa liberdade do conciliador, é importante lembrar que ele está impedido de decidir pelas partes e que não pode, de forma nenhuma, manipular o resultado da conciliação para algo que ache ser o correto, ou seja, deve deixar que as partes tenham plena e total autonomia na decisão.

Nesse tipo de método, mesmo com o auxílio de um bom conciliador, se não houver o interesse das partes, o acordo ficará frustrado. É o que ocorre bastante com as instituições financeiras, que dificilmente estão abertas a resolver o problema

⁸ FONTANA, Márcia Paulino Lepek Bez. O processo de negociação nas organizações num contexto atual. 19 mai. 2014. **Repositório UNESC**. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2504/1/M%C3%A1rcia%20Paulino%20Lepek%20Bez%20Fontana.pdf>> Acesso em: 28 ago. 2018. p. 20-21.

⁹ TAVARES, Fernando Horta. **Mediação e Conciliação**. Belo Horizonte: Mandamentos. 2002. p. 43

de forma alternativa ao Judiciário. Essa forma alternativa tem o objetivo de evitar um futuro ingresso na esfera judicial, como entende Fernando Horta, que diz que:

Na conciliação, o conciliador tenta fazer com que as partes evitem um possível ingresso na justiça, ou ainda desistam da jurisdição, buscando um acordo para ambos, sem a necessidade de dar continuidade à demanda judicial que é apresentada¹⁰

Portanto, esse método visa solucionar o conflito de forma que o Judiciário não seja acionado, sendo, nesse caso, uma forma célere e eficaz de resolver o litígio entre o banco e o cliente, mas é importante lembrar que, caso a demanda seja levada até a justiça, a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo.

2.1.3 A Mediação

Por fim, temos a mediação, em que, também, haverá um terceiro para facilitar o diálogo entre as partes. Contudo, esse método tem uma particularidade, na qual o mediador busca facilitar a fala de uma parte para que fique mais clara à outra, também agindo com total imparcialidade. Dessa forma, o seu papel é somente o de guiar o diálogo, não podendo opinar nem decidir sobre a situação específica, papel este que ficará a cargo dos interessados. Nesse sentido Sales explica que:

A mediação visa conscientizar e mobilizar as partes à administração de seus próprios problemas, mediante um facilitador imparcial, que não decide, mas apenas auxilia as partes íntegras à conversão desses conflitos em ações. [...] Portanto, permite o desenvolvimento do protagonismo, ou seja, fortalece a capacidade de as pessoas analisarem situações e tomarem decisões efetivas sobre si mesmas.¹¹

Diferente das outras formas alternativas de soluções de conflitos, nesta é importante que as partes tenham tido um vínculo inicial e que estejam dispostas a restabelecê-lo que por algum motivo foi quebrado, para que então, posteriormente, possam chegar a um acordo. Portanto, pode-se dizer que esse método trabalha, principalmente, com o emocional.

Por esse motivo, muitas vezes observa-se que a mediação deve ser usada em casos de família, mas ela também poderá ser utilizada em diversas outras

¹⁰ TAVARES, Fernando Horta. **Mediação e Conciliação**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2002, p. 42-43.

¹¹ SALES, Lilia Maia de Moraes; RABELO, Cilana de Moraes Soares. Meios consensuais de solução de conflitos – instrumentos de democracia. abr./jun. de 2009. **Senado Federal**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/194916/000865481.pdf?sequence=3>> Acesso em: 28 ago. 2018. p. 80-81.

situações, inclusive, em litígios entre banco e clientes, objeto deste artigo, pois visam uma continuidade na relação entre as partes, sendo, geralmente, utilizado mais a conciliação para essa finalidade.

A relação entre banco/cliente pode acontecer durante pouco tempo, mas, também pode ser uma relação continuada que não tenha pretensão de encerrar facilmente. Esses casos costumam acontecer quando a instituição financeira é a única na cidade, quando é próxima à residência do cliente, até mesmo quando aquela é a fonte pagadora, que, além dessa finalidade, pode disponibilizar vários serviços de movimentações da conta, que melhor atendem às necessidades dos clientes.

Dessa forma, olhando de uma maneira mais ampla, a mediação seria tão utilizável e eficaz quanto às outras formas alternativas de resoluções de conflitos, já que além de tratar o conflito, em muitas vezes solucionando-o, pode ajudar na retomada de um vínculo fragilizado por algum motivo.

2.2 O Conflito

As pessoas, por natureza, são seres pensantes, opiniosos e, por vezes, orgulhosos, então é frequente defender seus interesses, perante as dificuldades, as divergências de opiniões ou as atitudes envolvendo outras pessoas, então quando isso acontece, pode-se dizer que ali se configura um conflito.

Os conflitos não são necessariamente ruins, em alguns casos eles servirão para que haja uma melhor comunicação entre duas ou mais pessoas que antes não se tinha, podendo gerar ali um consenso sobre determinado assunto.

Contudo, em muitas vezes costuma-se retrair o próprio interesse pessoal, fechando-se a resolver problemas simples, e assim, recorrem a métodos judiciais que podem demandar até anos de forma que tiram das pessoas a autonomia de solucionar seus próprios litígios.

O conflito surge quando existem interesses e visões antagônicas entre vários indivíduos, equipes ou organizações, gerando, muitas vezes, sentimentos de estranheza e hostilidade entre as partes, até que a situação seja resolvida. Nesse processo, as partes veem-se como oponentes e concorrentes até que haja uma resolução do foco gerador.¹²

¹² GARBELINI, Viviane Maria Pentead. **Negociação & conflitos**. Curitiba: Intersaberes, 2016, p. 24.

Os conflitos com as instituições financeiras geram para o cliente uma situação de hierarquia, em que os interesses dos bancos são impostos sobre os de seus clientes, como acontecem nos contratos de adesão, em que o cliente só tem a opção de aceitar o contrato exatamente como ele está ou não aceitar, não tendo voz para ajustar cláusulas que poderiam ser benéficas também para ele.

Então, mesmo que ainda pouco utilizado, os meios alternativos de solucionar conflitos são bastante eficazes quando se tem uma controvérsia entre banco e cliente, pois seja pela negociação, seja pela conciliação ou, até mesmo, pela mediação, estes terão a mesma importância, bem como a mesma oportunidade de expressar seus interesses perante o outro, ou seja, esses métodos trabalharão com base na igualdade.

É válido ressaltar que é costumeiro para as instituições financeiras, em casos de clientes inadimplentes, e diante do risco de não receber o crédito optem por um refinanciamento da dívida, aplicando outras taxas de juros, podendo deixar os clientes ainda mais insolventes do que já estavam.

Contudo, se os bancos fossem mais disponíveis para negociar as dívidas de forma favorável para os clientes, o correto a se fazer seria oferecer empréstimos em modalidades mais acessíveis financeiramente em favor dos clientes para uma possível quitação do débito, que ao final seria benéfico também para a instituição financeira, pelo fato de ter recebido a quantia que estava pendente com o consumidor.

O que faz refletir, que até mesmo, o que parece não ser um bom negócio olhando por um lado específico, quando analisado por um todo, traz benefícios para ambas as partes, bem como reconstrói laços, os quais antes foram rompidos por algum problema surgido.

Se os bancos conciliarem os custos que tem, com as tentativas de recuperação de crédito, custos com advogados, morosidade do processo, se pensar na renegociação, no final pode representar também um ganho.

2.3 Tipos de ações ajuizadas contra as instituições financeiras que podem ser objeto de conciliação e negociação

Demandas contra o sistema financeiro têm superlotado o Judiciário cada vez mais, já que nesses casos, a cultura dos litígios torna-se predominante.

Contudo, já não é mais possível que a justiça consiga lidar com celeridade, diante de tantos processos, que, em sua maioria, podem ser solucionados consensualmente.

Dentre as inúmeras possibilidades de conflitos bancários, os que mais se destacam são as negativas por dívidas ou empréstimos não contraídos, que passam a ser descontados em conta ou folha de pagamento, bem como cobranças de taxas/tarifas não solicitadas pelos clientes, financiamentos com juros abusivos, entre outros, sejam na modalidade pessoal ou consignada, todos sem a alegada contratação realizada pelo titular da conta.

Mesmo que algumas instituições financeiras tenham investido em meios internos para uma melhor comunicação entre o cliente e o banco, por exemplo, abranger canais de atendimento ao cliente (SAC), internet banking, entre outros, ainda assim não são suficientes ou totalmente eficazes para solucionar todos os problemas que surgem diariamente.

A origem dos conflitos bancários decorrem da falta de informação oferecida pelos bancos, no momento da abertura da conta ou da realização de outros negócios jurídicos bancários como empréstimos e financiamentos, pois nem todas as instituições bancárias deixam claras quais as tarifas dos serviços utilizados pelo consumidor, o que faz que, na maioria dos casos, o cliente se surpreenda somente após a assinatura do contrato com alguma tarifa ou descontos inesperados, os quais alegam desconhecer, mesmo tendo devidamente assinado o contrato anuindo tais serviços.

Os principais problemas vão desta falta de informação, e clareza por parte dos bancos no momento da assinatura dos contratos, como falta de segurança nas operações com cartões de crédito ou débito, pois os consumidores faltam com confiança e segurança ao utilizarem tanto para comprar físicas, online, como nos caixas eletrônicos, bem como as altas taxas de juros referentes às parcelas de empréstimos e financiamentos, o qual passam a ser considerados juros abusivos pelos consumidores, há também os problemas quantos aos débitos automáticos de serviços ou faturas de cartões, sem a devida autorização, a espera em fila e ainda, o problema da cobrança de serviços não contratados.¹³

Então, verifica-se uma falha na comunicação, ou seja, na passagem de informações no que tange aos detalhes do serviço adquirido pelo cliente, o que tem

¹³ QUAIS os principais problemas com os bancos? **Mundo Advogados**. 2 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.mundoadvogados.com.br/artigos/quais-os-principais-problemas-com-os-bancos>>. Acesso em: 14 abr. 018.

gerado insatisfação e, em muitos casos, tornando este último adimplente com suas dívidas.

2.3.1 Ranking de demandas jurídicas e reclamações bancárias

De acordo com os dados do CNJ, os bancos são os campeões de queixas levadas à Justiça, em ações judiciais. "O país tem 173 bancos, de acordo com os números mais recentes da Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN)." A indenização por dano moral é o item mais requerido nessas causas com 67% dos pedidos, e as ações de defesa do consumidor representaram 13% do total submetido à Justiça em 2016, pois:

Os brasileiros estão procurando mais o Judiciário para reclamar de serviços bancários. Estudo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça mostrou que, entre 2014 e 2016, houve um aumento de 10 pontos percentuais no número de processos envolvendo bancos. As reclamações contra instituições financeiras somaram 39% do total de ações apresentadas no ano passado no campo do direito do consumidor.¹⁴

Existem 21.874 agências bancárias no Brasil, segundo dados que seguem abaixo do Banco Central:

¹⁴ BANCOS são campeões de queixas em ações judiciais no Brasil, diz CNJ. **EM**. 08 mai. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/05/08/internas_economia,867546/bancos-sao-campeoes-de-queixas-em-aco-es-judiciais-no-brasil-diz-cnj.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2018.

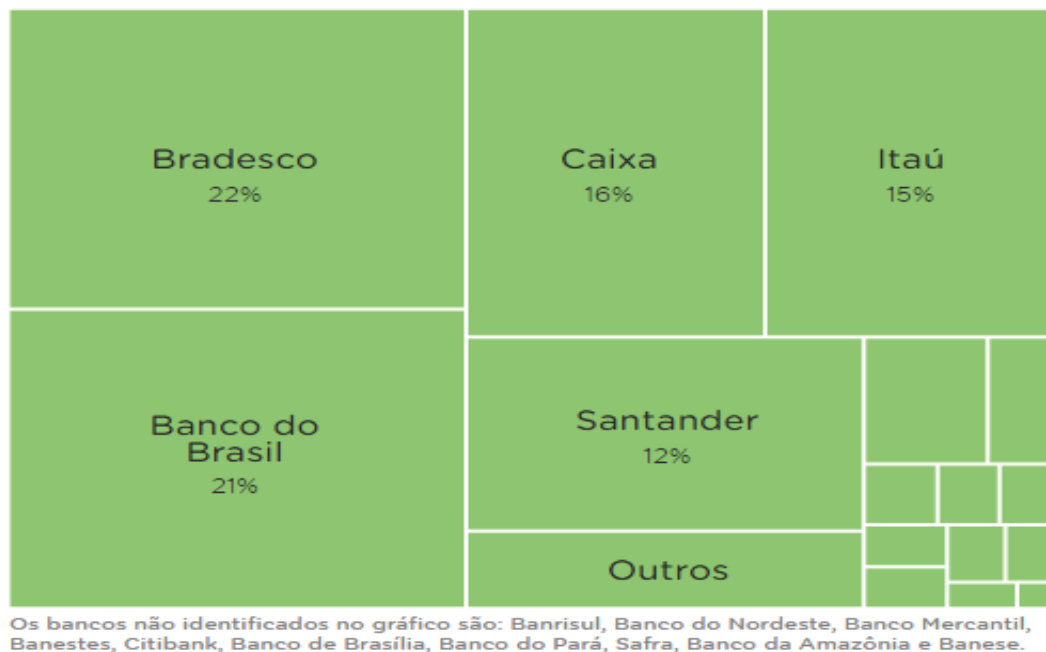


Imagem 1: Dados do Banco Central

FONTE: <https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/03/29/Quantas-s%C3%A3o-e-como-se-distribuem-as-ag%C3%A2ncias-banc%C3%A1rias-no-Brasil>

Ao longo do tempo, esse número evoluiu da seguinte maneira (para os cinco maiores bancos):¹⁵ Bradesco, Banco do Brasil, Caixa, Itaú e Santander.

Abaixo segue o ranking das reclamações mais frequentes dos consumidores junto às instituições bancárias, referentes ao primeiro trimestre do ano de 2018, conforme segue:

¹⁵ QUANTAS e como se distribuem as agências bancárias no Brasil. **Nexo Jornal**. 22 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/03/29/Quantas-s%C3%A3o-e-como-se-distribuem-as-ag%C3%A2ncias-banc%C3%A1rias-no-Brasil>> Acesso em 28 de ago. 2018.

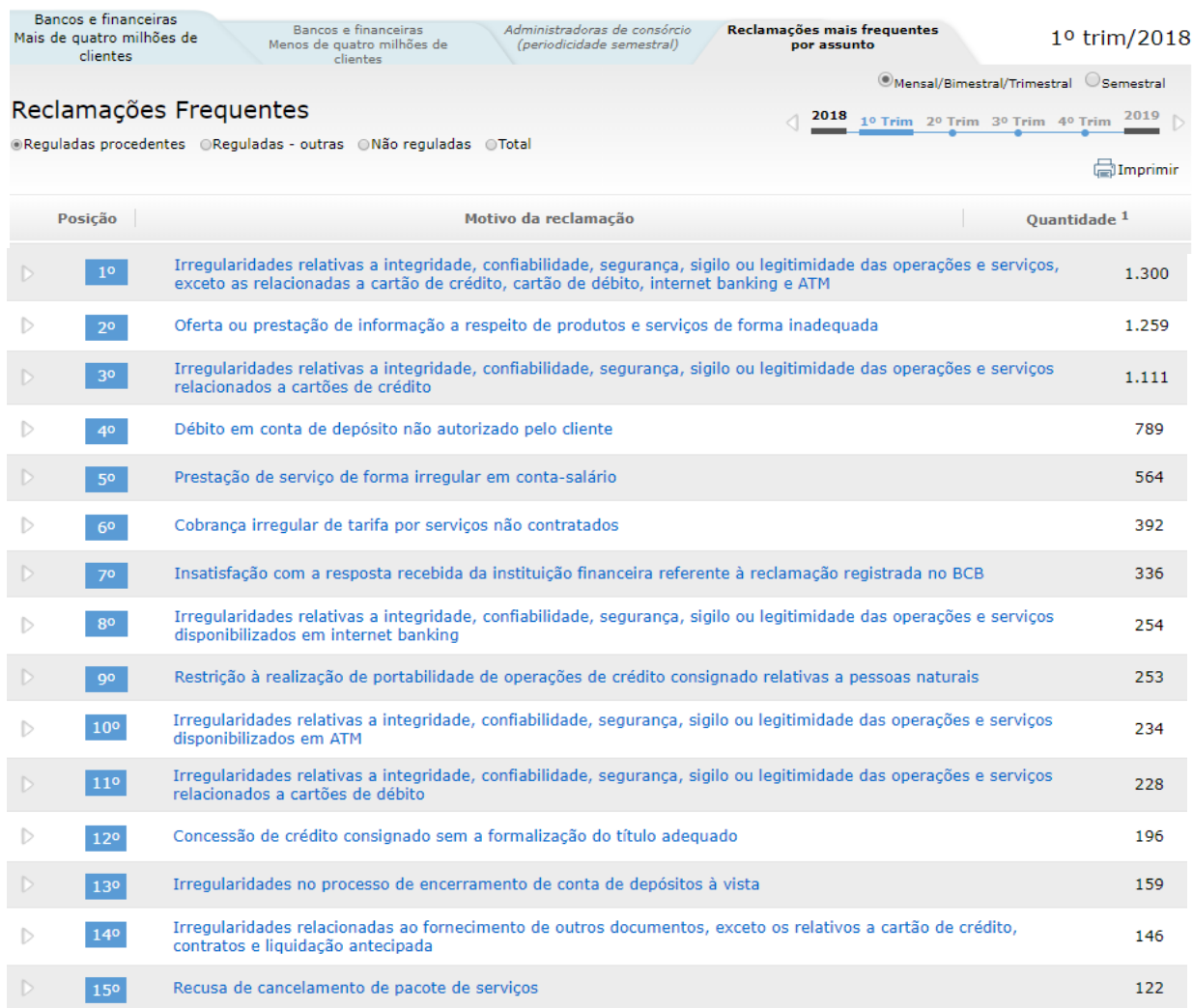


Imagem 2: Ranking das reclamações bancárias mais frequentes

FONTE: <https://www.bcb.gov.br/?ranking>

Tais reclamações, ora demonstradas acima, abarrotam o Judiciário brasileiro com processos que demandam altos valores indenizatórios, em que, por diversas vezes, contribui para a conhecida “Indústria de Danos Morais”, por haver dissabores que poderiam ser resolvidos por meio de formas alternativas de solução de conflito para manter a relação jurídica, que, nesse caso, seria também para manter a relação cliente-banco, bem como para, assim, contribuir com a redução da litigiosidade bancária.

2.3.2 Recuperação do relacionamento com o cliente

Em meio a todos os conflitos existentes entre as instituições financeiras e seus clientes, o mais difícil não está em solucionar a lide que, por algum motivo, se instalou, mas sim em recuperar o vínculo e a confiança quebrada anteriormente, pois lidar com o emocional vai muito além de realização de um simples acordo.

Contudo, entre os meios consensuais de solução de conflitos, a mediação traz essa característica específica, ao visar restabelecer o vínculo futuro, tratando o conflito real, bem como o conflito aparente e satisfazer ambas as partes.

Poderão ser apresentadas vantagens pelos bancos que trarão novamente uma estabilidade na relação, que poderá ser feita por meio da redução de taxas, outros benefícios relacionados aos contratos.

Vale ressaltar que a recuperação do vínculo não depende apenas da atitude das instituições financeiras, pois, em boa parte dos litígios gerados, os clientes tornam-se inadimplentes com seus débitos e, para recuperá-los, devem estar dispostos a não deixar de cumprir com as responsabilidades assumidas na contratação do serviço.

2.3.3 Da alta demanda à necessidade de Varas e Câmaras especializadas em Direito Bancário

A discussão pela existência de varas especializadas vem aumentando cada vez mais, com argumentos de que seria uma maneira de fazer o Judiciário avançar, tendo em vista que possibilitaria o julgamento especializado de temas específicos, em busca de respostas mais adequadas, pois um conhecimento específico de um juiz abrangeria uma tecnicidade mais apropriada da matéria a ser julgada.

É válido ressaltar que a alta demanda de conflitos bancários trouxe essa necessidade de criar tais varas especializadas, contudo o aumento de demandas referentes à matéria bancária é tão expressivo que até essas varas estão sobrecarregadas, ou seja, apesar de serem benéficas, evidenciam que o acúmulo de demandas dessa natureza necessita de outras alternativas que também visem à resolução dos conflitos bancários, sendo, portanto, adequado, urgente e indispensável à aplicação dessas formas alternativas de resolução de conflitos.

A criação dessas varas, também burocratizam ainda mais os conflitos bancários, bem como influencia a população a procurar o Judiciário como único recurso apto para resolver tais conflitos, aumentando, assim, as demandas judiciais

bancárias. É, portanto, evidente que, mesmo com a criação destas, os revés do Judiciário brasileiro atual persistem devido aos processos judiciais que prosseguem crescendo, bem como perduram a morosidade processual, a elaboração de acordos grosseiros, e, ainda, as custas exorbitantes.

Porém, quando um acordo é elaborado entre os próprios conflitantes, além de ser uma forma mais célere, possui menor custo, e os seus interesses podem ser exaltados de forma que ali, serão mais respeitados, pois decidiram em acordar na defesa dos seus interesses, por meio de um diálogo facilitado ou por sugestões de acordos elaborados por um terceiro interveniente com base em tais interesses.

Segundo o vice-presidente do TJ-SP, Ademir de Carvalho Benedito: “a Justiça tem de ser cada vez mais especializada”.¹⁶ Contudo, demandas consumeristas de matéria bancária podem ser resolvidas sem tantos procedimentos, como os judiciais.

Portanto, a implementação dessas varas especializadas em Direito Bancário não traz uma melhor eficácia jurisdicional, pois, apesar de aplicarem o direito da forma mais adequada, a morosidade permanece, bem como não resultou na diminuição da volumosa quantidade de processos com matéria bancária, na qual vale lembrar que atualmente são umas das que mais possuem demandas no Poder Judiciário.

Dessa forma, visto por outro ângulo, a implementação de que traz um trabalho extenso e desnecessário, alimentando ainda mais o ajuizamento de ações similares, de forma a incentivar o acesso ao Judiciário mesmo quando não é necessário, podendo prejudicar inúmeras relações cliente-banco, em vez de trazer soluções mantendo essa relação estável e contínua. Dessa forma, fica claro que essa chamada eficácia jurisdicional acaba por prejudicar mais do que beneficiar a relação contínua existente.

2.4 Aplicabilidade da conciliação e da negociação nos conflitos bancários

¹⁶ MATSUURA, Lilian; LUCHETE, Felipe; CREPALDI, Thiago; MORAES, Claudia. Comunidade jurídica defende o aumento do número de varas especializadas. **Conjur**. 11 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-mar-11/comunidade-juridica-defende-criacao-varas-especializadas>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

A conciliação busca obter acordo entre os litigantes ou, em outras palavras, apaziguar, pacificar, reconciliar as partes conflituosas. A negociação, no entanto, é uma transação que ocorre entre os interessados, sendo uma forma negociar os interesses destes, sem a presença de um terceiro intervindo, e sim a própria empresa ou um representante desta.

Vale ressaltar que não se deve confundir os dois institutos, pois a negociação tem como objetivo “chegar a um acordo sobre a proposta”¹⁷, e o interesse de manter uma relação produtiva com a outra parte, prevalecendo a postura do ganha x ganha, na qual considera as necessidades de ambos os interessados¹⁸, já a conciliação é utilizada “em conflitos mais simples, ou restritos, no qual o terceiro facilitador pode adotar uma posição mais ativa, porém neutra com relação ao conflito e imparcial.”¹⁹, ambos se assemelham, pois buscam a efetiva harmonização social e a restauração da relação social das partes, mas se diferenciam, porque a negociação é uma “conversa direta entre os envolvidos sem qualquer intervenção de terceiro como auxiliar ou facilitador.”²⁰

Entre os diversos conflitos que podem ser resolvidos mediante da conciliação, por meio de um acordo, estão os conflitos bancários, principalmente os relacionados às dívidas em bancos, danos morais, tarifas bancárias, fraudes bancárias, entre outros.

A portabilidade pode ser um gatilho para que haja uma negociação entre banco/cliente, já que, ao procurar fazê-la para outra instituição financeira, mostra uma insatisfação com a relação bancária atual. Nesses casos, os bancos podem usar essa oportunidade para negociar melhores valores, formas de pagamentos, taxas de juros, entre outras, fazendo que o cliente não realize de fato a portabilidade, mas encontre ali o que procura como benefício para melhor adimplir com suas atividades financeiras, como já ocorre com as operadoras de telefonia móvel.

¹⁷ PAULILLO, Gustavo. As 4 regras de ouro da negociação. **Agendor**. Disponível em: <<https://www.agendor.com.br/blog/as-4-regras-de-ouro-da-negociacao/>> Acesso em: 05 mar. 2018.

¹⁸ BASSO, Carlos. Técnicas de negociação: o que é fundamental você saber?. **CR BASSO**. 7 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.crbasso.com.br/blog/tecnicas-de-negociacao-o-que-e-fundamental-voce-saber/>> Acesso em: 05 abr. 2018.

¹⁹ CONCILIADORES e Mediadores. **CNJ** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao/perguntas-frequentes/conciliador-e-mediador>> Acesso em: 08 abr. 2018.

²⁰ CALMON, Petrónio. Fundamentos da Mediação e da Conciliação. **Conteúdo Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 2007. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,distincoes-entre-os-meios-autocompositivos-mediacao-conciliacao-e-negociacao-conceito-de-arbitragem,48796.html#_ftn7> Acesso em: 19 abr. 2018. p. 107.

Mas, quando a instituição financeira atual não se posiciona sobre o fato, a portabilidade do débito pode acontecer, então, ocorrerá quando a dívida for transferida de um banco para outro, a ser realizada pelo devedor, para estimular a concorrência entre as instituições financeiras, trazendo benefícios para o cliente, que poderá negociar taxas de juros mais baixas.

Dessa forma, a portabilidade traz benefícios para o consumidor, contudo é importante consultar a instituição financeira atual para saber se esta não tem uma proposta mais benéfica a oferecer, e, em caso de negativa, procurar outro banco é uma opção viável, caracterizando-se, nesse caso, uma negociação.

Conclui-se que a portabilidade não é benéfica para o banco, que, para manter a clientela satisfeita com suas operações, terá que flexibilizar juros e trazer mais vantagens nas operações.

2.4.1 Técnicas que podem ser utilizadas

Esses conflitos bancários podem ser resolvidos por diferentes formas, entre estas estão a tomada de decisão particular pelas partes, objeto deste artigo, por meio da mediação, da conciliação e da negociação, a tomada de decisão extrajudicial por terceiro, pela arbitragem, ou decisões administrativas, e, por fim, a tomada de decisão judicial por terceiro, por meio da decisão judicial.²¹

Vale ressaltar, nesta tomada de decisão particular pelas partes, as principais técnicas utilizadas para a resolução desses conflitos que “são norteadas por princípios, como informalidade, simplicidade, economia processual, celeridade, oralidade e flexibilidade processual”,²² atuando de acordo com os princípios fundamentais, estabelecidos na Resolução de nº 125/2010, os quais são a “confidencialidade, decisão informada, competência, imparcialidade, independência e autonomia, respeito à ordem pública e às leis vigentes, empoderamento e validação.”²³

São características intrínsecas dessas formas alternativas de resolução de conflitos, um sigilo maior, uma maior propensão à preservação de

²¹AISTON, Henrique de Souza e outros. **Manual de Mediação Judicial**. 6. Ed. Brasília: CNJ, 2016, p. 19.

²² CONCILIAÇÃO e Mediação. **CNJ** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao>> Acesso em: 30 maio 2018.

²³ CONCILIAÇÃO e Mediação. **CNJ** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao>> Acesso em: 30 mai. 2018.

relacionamentos e ao adimplemento espontâneo, como também uma maior flexibilidade procedimental, e preocupação com a humanização e a sensibilidade das partes, bem como uma maior utilização da linguagem cotidiana dos interessados, trazendo uma celeridade maior, diferentemente do processo judicial, pois neste há uma maior publicidade, rigorosidade, custos, trazendo, assim, um maior desgaste emocional e maiores custos processuais.

3 MÉTODO

Para a realização do presente trabalho, utilizou-se o método dedutivo, que pode ser entendido como uma análise da junção de informações sobre como se aplicam os métodos alternativos na resolução de conflitos bancários. Além disso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica e documental, por meio de consulta a monografias, artigos científicos, obras literárias, sites, como o do Conselho Nacional de Justiça, entre outros, e do conhecimento adquirido nas participações de sessões do projeto de mediação e conciliação, audiências judiciais de conciliação nas varas e juizados cíveis em Fortaleza/CE, bem como por meio de experiência pessoal e profissional adquirida no estágio em instituição bancária.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A experiência no Núcleo de Mediação e Conciliação da instituição trouxe inúmeros aprendizados sobre as formas alternativas de resoluções de conflitos e como elas podem facilitar nosso dia a dia, diante das adversidades surgidas, mas também mostrou um desinteresse por parte das grandes empresas em resolver os conflitos de forma amigável, evidenciou que os métodos precisam ser mais bem divulgados para mudar a cultura do litígio judicial.

Entre essas grandes empresas, estão as instituições bancárias, que são as que menos se mostram abertas a manter um diálogo com os clientes, seja não comparecendo as sessões, seja, até mesmo, não trazendo nenhuma proposta de acordo, acarretando uma relação desgastada entre ambos, deixando brechas para mais e maiores litígios.

Dessa forma, o trabalho busca dar importância ao que a negociação, a conciliação ou a mediação trazem principalmente para os bancos se forem bem utilizadas, que vai de estabelecer um vínculo forte com o cliente até a economia em

não movimentar incontáveis processos no Judiciário, sendo mais viável tentar uma solução prévia e procurá-lo somente quando não houver comunicação possível em banco/cliente.

Os meios alternativos de resolução de conflitos são aqueles em que as partes deixam de ter suas causas completamente decididas por uma terceira pessoa e passam a ser protagonistas das próprias escolhas. O litígio pode ser resolvido diretamente entre as partes ou com a ajuda de um terceiro facilitador, abordamos no presente artigo a negociação, a mediação e a conciliação.

Observou-se, então, diante das pesquisas realizadas, que os meios alternativos de resolução de conflitos estão sendo melhor utilizados. Além disso, em meio à cultura dos litígios e da superlotação de processos no Judiciário, as pessoas têm recorrido, cada vez mais, para negociar, conciliar, bem como mediar, obtendo resultados satisfatórios.

Contudo, mesmo com todas as melhorias, as instituições bancárias ainda se retraem, seja ao não comparecer às sessões ou em não realizarem acordos com os clientes, que podem ser sobre cobrança de excesso de juros, negativações indevidas, empréstimos não solicitados, entre outras. Isso foi constatado pela necessidade de órgãos do Poder Judiciário criar varas e câmaras especializadas em direito bancário.

Predomina no nosso ordenamento jurídico, especialmente nos profissionais do direito, a cultura da litigiosidade e, por essa razão, há, também, resistência por parte de advogados na utilização dos meios extrajudiciais de solução de conflitos. Nas empresas não é diferente, pois o empresário ainda carece de um melhor esclarecimento dos meios acima referidos para mudar sua cultura e tentar solucionar os problemas da empresa sem a intervenção do Poder Judiciário.

Dessa forma, a discussão embasada na lei e na doutrina é de que a negociação, a conciliação e a mediação são formas eficazes, céleres e se adaptam melhor às necessidades de ambas as partes, fortalecendo a teoria do ganha-ganha, contudo elas precisam de maior divulgação e formação, não apenas no meio jurídico, mas para as pessoas em empresa em geral.

5 CONCLUSÃO

Os conflitos bancários possuem uma alta incidência de litigância no Judiciário brasileiro, que já se encontra abarrotado de processos, acarretando a alta morosidade do sistema judicial brasileiro.

Tendo em vista esse abarrotamento de demandas bancárias, utilizamos o método dedutivo em relação às formas alternativas de resolução de conflitos, para se alcançar uma predominância da cultura de paz entre os bancos e seus clientes através de meios diferentes, por serem mais rápidos, mais amigáveis e de menor custo, bem como eficazes em solucionar essas demandas bancárias.

A negociação, a conciliação, e a mediação dão a oportunidade aos interessados de resolver seus conflitos, decidindo de forma autônoma, diferentemente do Judiciário, mesmo que haja um auxílio de terceiro, pois os princípios utilizados mais importantes visam à proteção dessa autonomia, da independência, da imparcialidade, da confidencialidade, da informalidade, cooperação e oportunidade, bem como da decisão alcançada pelas partes.

Sendo essas formas alternativas realizadas por meio de técnicas que ajudam a respeitar tais princípios e que, ao final de uma sessão permitem um teste de realidade acerca da possibilidade de cumprimento do acordo realizado, que, possui uma incidência de cumprimento maior, pois os interessados só concordam com aquilo que realmente possam cumprir.

Na negociação, o negociador mantém o foco nos interesses e nas necessidades das partes envolvidas, oferecendo uma proposta de acordo negociada conforme os interesses deste e de forma favorável a resolução do conflito, por meio de uma decisão conjunta.

Na conciliação, um terceiro facilitará o diálogo entre o banco e o cliente, de forma imparcial, podendo sugerir propostas, opções aptas a resolver o conflito, contudo a autonomia de decidir ainda permanece de forma plena aos litigantes.

Já na mediação, o mediador apenas facilitará o diálogo, não opinando, nem decidindo, pois, esse papel pertence aos interessados, contudo há a necessidade de um veículo inicial, pois esse método trabalha principalmente com o emocional e visa à continuidade da relação dos interessados.

Portanto, essas formas de resolver conflitos permitem a mesma oportunidade aos interessados de expressar seus interesses perante o outro, trabalhando com a igualdade entre eles.

Contudo, é válido ressaltar que o interesse e a vontades dos conflitantes em solucionar de forma pacífica é necessário, para se realizar as sessões de forma efetiva. Sendo assim, a finalidade deste trabalho é demonstrar como funciona cada forma alternativa de resolução de conflitos, para que conheçam seus benefícios, técnicas, princípios, cabimento e aplicabilidade, e, assim, passem a utilizar destes meios de forma que possam favorecer-se e evitar a morosidade e o alto custo do Judiciário.

Então, procurar a justiça como refúgio já não é mais o melhor caminho a ser seguido, mas assumir a responsabilidade de decidir sobre as próprias causas, se não de forma autônoma, mas com a ajuda de profissionais qualificados e dispostos para este fim. Mesmo que a causa já se encontre no Judiciário, ainda se pode optar pela aplicação desses meios alternativos de conflitos.

REFERÊNCIAS

AISTON, Henrique de Souza e outros. **Manual de Mediação Judicial**. 6. Ed. Brasília: CNJ, 2016.

BANCOS são campeões de queixas em ações judiciais no Brasil, diz CNJ. **EM**. 08 mai. 2017. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2017/05/08/internas_economia,867546/bancos-sao-campeoes-de-queixas-em-aco-es-judiciais-no-brasil-diz-cnj.shtml>. Acesso em: 29 ago. 2018.

BASSO, Carlos. Técnicas de negociação: o que é fundamental você saber?. **CR BASSO**. 7 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.crbasso.com.br/blog/tecnicas-de-negociacao-o-que-e-fundamental-voce-saber/>> Acesso em: 05 abr. 2018.

CALMON, Petrônio. Fundamentos da Mediação e da Conciliação. **Conteúdo Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 2007. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,distincoes-entre-os-meios-autocompositivos-mediacao-conciliacao-e-negociacao-conceito-de-arbitragem,48796.html#_ftn7> Acesso em: 19 abr. 2018.

CONCILIAÇÃO e Mediação. **CNJ** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao>> Acesso em: 30 maio 2018.

CONCILIADORES e Mediadores. **CNJ** Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-aco-es/conciliacao-e-mediacao-portal-da-conciliacao/perguntas-frequentes/conciliador-e-mediador>> Acesso em: 08 abr. 2018.

FERRARI, Hamilton. Bancos e operadoras de telefonia são campeãs em ações judiciais, diz CNJ. **Correio Braziliense**. 19 out. 2017. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/economia/2017/10/19/internas_ec>

onomia,634725/bancos-e-operadoras-de-telefonias-sao-campeoes-em-acoes-judiciais-diz.shtml>. Acesso em: 24 mar 2018.

FONTANA, Márcia Paulino Lepek Bez. O processo de negociação nas organizações num contexto atual. 19 mai. 2014. **Repositório UNESC**. Disponível em: <<http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/2504/1/M%C3%A1rcia%20Paulino%20Lepek%20Bez%20Fontana.pdf>> Acesso em: 28 ago. 2018.

GARBELINI, Viviane Maria Penteado. **Negociação & conflitos**. Curitiba: Intersaberes, 2016.

MACAGNAN, Clea Beatriz e LINDEMANN, Almir. Gestão de informação e o processo de negociação bancária. 2009. **Dial Net**. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3018677>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

MATSUURA, Lilian; LUCHETE, Felipe; CREPALDI, Thiago; MORAES, Claudia. Comunidade jurídica defende o aumento do número de varas especializadas. **Conjur**. 11 mar. 2017. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2017-mar-11/comunidade-juridica-defende-criacao-varas-especializadas>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

PAULILLO, Gustavo. As 4 regras de ouro da negociação. **Agendor**. Disponível em: <<https://www.agendor.com.br/blog/as-4-regras-de-ouro-da-negociacao/>> Acesso em: 05 mar. 2018.

QUAIS os principais problemas com os bancos? **Mundo Advogados**. 2 jan. 2017. Disponível em: <<https://www.mundoadvogados.com.br/artigos/quais-os-principais-problemas-com-os-bancos>>. Acesso em: 14 abr. 018.

QUANTAS e como se distribuem as agências bancárias no Brasil. **Nexo Jornal**. 22 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/grafico/2018/03/29/Quantas-s%C3%A3o-e-como-se-distribuem-as-ag%C3%Aancias-banc%C3%A1rias-no-Brasil>> Acesso em 28 de ago. 2018.

SALES, Lilia Maia de Moraes; RABELO, Cilana de Moraes Soares. Meios consensuais de solução de conflitos – instrumentos de democracia. abr./jun. de 2009. **Senado Federal**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/194916/000865481.pdf?sequence=3>> Acesso em: 28 ago. 2018.

SIGNIFICADO do Método dedutivo. **Significados**. 11 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/metodo-dedutivo>> Acesso em: 29 ago. 2018.

TAVARES, Fernando Horta. **Mediação e Conciliação**. Belo Horizonte: Mandamentos. 2002.

AGRADECIMENTOS

Dedicamos nosso artigo aos nossos professores do Núcleo de Mediação e Conciliação que nos apoiaram nessa trajetória de um ano, principalmente ao nosso

orientador, Professor Antônio Ricardo pela predisposição e pelo apoio quanto ao nosso tema, por ter levado o artigo à direção exata de nosso objetivo. Agradecemos, ainda, aos nossos amigos e familiares por compreenderem o tempo dedicado à realização deste trabalho.

Por último, e não menos importante, agradecemos uma à outra pela paciência, momentos abdicados para a realização deste artigo e pelo companheirismo, que é essencial em um trabalho em dupla. Estamos muito gratas pelo resultado!

Licitação Pública por empresas em recuperação judicial: (des)necessidade de autorização expressa para participação?

Larissa Vasconcelos Facó de Paula Pessoa*
Mário Lucas Malheiros Cirino**
Lívia Ximenes Damasceno***

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é analisar a necessidade de autorização para as empresas em recuperação judicial se habilitarem em processos licitatórios, ou seja, verificar a possibilidade da dispensa da apresentação de certidões negativas. Nesse sentido, o presente trabalho subdivide-se em três contextos, iniciando a abordagem do conceito de licitação, observando seus princípios relevantes sob a ótica da problemática para elucidação do tema, quais sejam, os princípios da preservação da empresa, da legalidade, competitividade, isonomia, impessoalidade, publicidade e economicidade. Ademais, encontra-se presente a previsão no ordenamento jurídico acerca da licitação, além de uma abordagem doutrinária acerca do instituto da recuperação judicial e, por derradeiro, a presença da licitação na ótica da Lei 11.101/05, trazendo a importância do instituto da recuperação judicial para o mercado econômico e para a sociedade. Acresça-se ainda, a análise no que tange ao questionamento da barreira na relação da contratação das empresas em recuperação judicial com o poder público, em especial, no seu processo de restabelecimento econômico por fragilizar a manutenção de seus ativos diante do perigo da impossibilidade de participar de licitação e de apresentar a certidão negativa, tendo em vista a exigência que a licitação trás com a apresentação de certidão negativa, realizando uma interpretação

* Acadêmica do 10º semestre do Curso de Direito pelo Centro Universitário Christus e integrante do Escritório de Práticas Empresariais – Unichristus, referente ao biênio 2017-2018. Endereço eletrônico: larissafacopp@hotmail.com

** Acadêmico do 10º semestre do Curso de Direito pelo Centro Universitário Christus e integrante do Escritório de Práticas Empresariais – Unichristus, referente ao biênio 2017-2018. Endereço eletrônico: mariolucasmalheiros@gmail.com.

*** Doutoranda em Direito Constitucional nas relações privadas pela Universidade de Fortaleza, mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra. Especialista em Direito Civil e Direito Empresarial pela Faculdade Damásio de Jesus. Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Advogada e professora. Vinculada à Universidade de Fortaleza. Endereço eletrônico: livia.ximenes@yahoo.com.br

extensiva ao instituto da concordata. No que tange a metodologia, utiliza-se a modalidade qualitativa, estudo bibliográfico, documental e jurisprudencial. Possuindo como resultado o aprendizado acerca do tema que é desnecessário a apresentação de certidão negativa de empresas em recuperação judicial no processo licitatório, consoante posicionamento do Supremo Tribunal de Justiça.

Palavras chaves: Certidão negativa. Licitação. Recuperação judicial.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze if companies that are undergoing judicial reorganization have the need for authorization to qualify in bidding processes. In other words, the main objective is to verify the possibility of exempting the presentation of negative certificates. In this sense, the present work is subdivided into three contexts, starting with the approach of the bidding concept, the observation of its relevant principles from the point of view of the problem in the theme's elucidation, namely, the principles of company preservation, legality, competitiveness, isonomy, impersonality, publicity and economics. Furthermore, this study also presents the bidding process description in the legal system, as well as a doctrinal approach about the institute of judicial recovery and, lastly, the presence of the bidding in the perspective of Law 11.101/05, demonstrating the importance of the institute of judicial recovery for the economic market and society. In addition, another objective in this study is the analysis of a barrier in the relation between companies undergoing judicial reorganization that are hiring and the public power, in particularly the process of economic recovery due to weakening the maintenance of its assets in face of the impossibility to participate in a bidding process and present the negative certificate in face of the requirement that the bidding entails with the presentation of a negative certificate, performing an extensive interpretation of the depository institute. Regarding the methodology, this research used a qualitative modality, making use of bibliographical, documentary and jurisprudential study. The result was the comprehension that the presentation of negative certificate is not necessary for companies in judicial recovery that are in bidding process, according to position of the Supreme Court of Justice.

Keywords: Real rights. Slab Right. Social role. Autonomy. Real right on own thing.

1 INTRODUÇÃO

No contexto econômico nacional em que estão atualmente inseridas as atividades empresariais, diante da grande instabilidade do mercado, torna-se necessário estabelecer mecanismos que possibilitem a manutenção da empresa e a superação de um estado de crise, haja vista, ser de extrema importância o equilíbrio dessas atividades.

Deve ser observado o princípio da preservação da empresa, bem como o interesse coletivo deve prevalecer sobre os interesses individuais, de forma que a falência de uma empresa pode ocasionar prejuízos imensuráveis a sociedade.

Dessa forma, é válido consignar que o escopo da presente pesquisa se limita sobre o questionamento da necessidade de autorização para que empresas em recuperação judicial se habilitem em licitações, no que tange a dispensabilidade de um dos requisitos do edital de licitação prevista no artigo 31, II, da Lei nº 8.666/93, qual seja a entrega de certidões negativas.

No presente artigo, é realizada pesquisa qualitativa, visto que não possui a intenção de apresentar dados e sim analisar a necessidade ou não de autorização expressa para que empresas em recuperação judicial participem de licitações, a partir de análises fáticas e valendo-se das dinâmicas das relações sociais e bibliografias como principais objetos de estudo. Assim, utiliza-se, prioritariamente, o estudo por meio bibliográfico, súmulas, jurisprudências.

O trabalho divide-se em três partes, primeiramente sobre contexto geral, abordando o conceito de licitação, seus princípios, sua previsão no ordenamento jurídico, bem como sobre o instituto da recuperação judicial. Em seguida, trata-se sobre licitação na ótica da Lei 11.101/05, trazendo a importância do instituto da recuperação judicial para o mercado econômico e para a sociedade, as mudanças

que esta Lei trouxe ao criar tal instituto e adentrando no cerne do questionamento aqui suscitado, analisando a importância da certidão negativa para o ordenamento jurídico atual. Posteriormente, trata-se da conclusão a que chegaram os autores, apresentando os fundamentos que os conduziram por este posicionamento.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O presente tópico se subdividirá em dois subtópicos, sendo o primeiro denominado contexto geral, que tratará sobre o surgimento do instituto da licitação, seus princípios, quando deverá ser aplicado, entre outros aspectos. E o segundo, licitação sob a ótica da lei 11.101/05, no qual o instituto será analisado com base especificamente na Lei de Licitações.

2.1 Contexto geral

A Constituição de 1988¹, em seu artigo 37, inciso XXI, trouxe as diretrizes básicas a respeito das licitações. Somente em 21 de junho de 1993, todavia, a Lei Federal nº 8.666, instituiu o Estatuto das Licitações e Contratos Administrativos. Esta consigna as normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.²

Inicialmente, é válido ressaltar que a licitação é um procedimento administrativo disciplinado por lei e por um ato administrativo prévio, que determina critérios objetivos visando a seleção da proposta de contratação mais vantajosa e a

¹ BRASIL. Constituição (1988). Constituição Da República Federativa Do Brasil, de 5 de outubro de 1988. **Presidência da República.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 20 jun. 2018.

² OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e contratos administrativos.** 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2015, p. 26

promoção do desenvolvimento nacional sustentável, com observância do princípio da isonomia, conduzindo por um órgão dotado de competência específica.³

A Administração Pública deverá utilizar-se do instrumento da licitação toda vez que for comprar bens, executar obras, contratar serviços, ou conceder a um terceiro o poder de, em seu nome, prestar algum tipo de serviço público, como é o caso das concessões.

Hely Lopes ensina que a finalidade precípua da licitação será sempre a obtenção de seu objeto nas melhores condições para a Administração, e, para tanto, esse objeto deverá ser convenientemente definido no edital ou no convite, a fim de que os licitantes possam atender fielmente ao desejo do Poder Público.⁴

O instituto da licitação possui diversos princípios norteadores que devem ser observados e respeitados para que haja o seu bom cumprimento. O princípio da legalidade determina que a Administração Pública, quando realizar compra, obra, contratação de serviços ou alienação, deverá proceder de acordo com o que preceituam a Constituição Federal e as leis específicas. Como consequência da não observação desse princípio, em regra, se terá a nulidade do processo licitatório.

Nesse sentido, o doutrinador Celso Mello afirma que a alegação de tal direito pode ser não apenas “todos quantos participem da licitação”, mas todos quantos queiram dela participar e aos quais seja indevidamente negado acesso, por violação dos princípios e normais que devem presidi-la.⁵

O princípio da competitividade, por sua vez, garante a livre participação a todos, porém, essa liberdade de participação é relativa, não significando, portanto, que qualquer empresa será admitida no processo licitatório, pois deverão ser cumpridas algumas exigências pré-determinadas por meio do edital licitatório, como exemplo podemos citar as especificações necessárias do objeto licitado.

³ JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 11 ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 481.

⁴ MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 307

⁵ MELLO, Celso Antonio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 542.

Além disso, consoante a doutrinadora Maria Di pietro, o princípio da isonomia, deverá ser assegurado tratamento igualitário a todos que venham a participar do certame licitatório, dando a todos as mesmas oportunidades e condições de participação. Esse princípio que hoje está expresso no artigo 37, XXI da Constituição Federal, veda o estabelecimento de condições que impliquem preferência em favor de determinados licitantes em detrimento dos demais.⁶

Acrescenta ainda que o princípio da impessoalidade indica que a Administração Pública não poderá ter preferência por qualquer das licitantes especificamente. A não observação de tal princípio implica prejuízo para a lisura do processo licitatório, e, portanto, trará como consequência a possível decretação de nulidade do processo. Esse princípio pauta-se por critérios objetivos, sem levar em consideração as condições pessoais do licitante ou as vantagens por ele oferecidas.⁷

A escolha e julgamento da melhor proposta deverão obedecer ao princípio da publicidade, que visa dar conhecimento aos licitantes bem como à sociedade em geral, sobre seus atos. Outra importante função desse princípio é garantir aos cidadãos o acesso à documentação referente à licitação.⁸

O princípio da economicidade diz respeito à aplicação dos recursos públicos com zelo e eficiência. A Administração Pública deve saber definir quando, quanto, o que e por que vai fazer qualquer negociação, a exemplo da situação onde há opção de compra ou locação.⁹

A Administração Pública, necessitando da contratação de fornecimentos de bens, prestação de serviços ou obras, deve realizar o respectivo procedimento licitatório, respeitando todos os princípios citados para selecionar, dentre os interessados, os futuros contratados, após preenchidos os requisitos necessários.

Tais requisitos a serem demonstrados pelas licitantes, no tocante à habilitação, estão previstos nos artigos 29 a 31 da Lei Federal n.º 8.666/93. Dentre

⁶ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 378.

⁷ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014, p. 385.

⁸ CAIXETA, José Manuel. **Os princípios administrativos aplicáveis às licitações públicas**: a doutrina dominante e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União. TCU Brasília/DF. 2004, pág.32

⁹ CAIXETA, José Manuel. **Os princípios administrativos aplicáveis às licitações públicas**: a doutrina dominante e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União. TCU Brasília/DF. 2004. Pág. 27

as disposições nela contidas, o artigo 31 estabelece os requisitos de qualificação econômico-financeira, quais sejam a certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.¹⁰

Portanto, qualquer interessada em contratar com a Administração Pública, deve apresentar, afim de comprovar sua qualificação econômico-financeira, dentre outros documentos, a certidão negativa de falência e concordata. Deve-se ressaltar que a exigência contida no inciso II, do artigo 31, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos foi introduzida à luz do Decreto-Lei n.º 7.661, de 21 de junho de 1945.

Dentro desse aspecto, as empresas em recuperação judicial tem como escopo o fornecimento de mão de obra de serviços como principal fonte financeira, porém há uma barreira na relação da contratação dessas empresas com o poder público, em especial, no seu processo de restabelecimento econômico por fragilizar a manutenção de seus ativos diante do perigo da impossibilidade de participar de licitação e de apresentar a certidão negativa, tendo em vista a exigência que a licitação trás com a apresentação de certidão negativa realizando uma interpretação extensiva ao instituto da concordata.

Entretanto, no momento em que uma empresa em recuperação judicial somente subsiste por meio da contratação com o poder público, a supracitada proibição em licitações ocasionaria falência, fato que ilustra a possibilidade de sua incapacidade produtiva e, em consequência, a demissão de diversos empregados afetando a sua função social.

¹⁰ BRASIL. Lei 8.666/93. Art. 31. “A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a: II – certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8666cons.htm>. Acesso em 04. set. 2018.

2.2 Licitação sob a ótica da lei 11.101/05

Dentro dessa ótica, passados mais de sessenta anos da Lei de Falências, instituída pelo Decreto-Lei n.º 7.661/45, foi editada a Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, extrajudicial e falência do empresário e sociedade empresária. De acordo com o artigo 47 da Lei 11.101/05:

A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Nesse sentido, Fábio Ulhoa Coelho, elucida acerca dos objetivos da recuperação judicial no Brasil, de maneira que a lei contempla duas medidas judiciais com o objetivo de evitar que a crise na empresa acarrete a falência de quem a explora, sendo, portanto, a recuperação judicial e a homologação judicial de acordo de recuperação extrajudicial. Fato que ilustra os iguais objetivos de ambas medidas, quais sejam, o saneamento da crise econômica-financeira e patrimonial, preservação da atividade econômica e dos seus postos de trabalho, bem como o atendimento aos interesses dos credores.¹¹

Além disso, Manoel Justino Bezerra Filho aduz que a recuperação judicial destina-se às empresas que estejam em situação de crise econômico-financeira, com possibilidade de superação. Desse modo, tal tentativa de recuperação se relaciona acerca do valor social da empresa em funcionamento, que deve ser preservado não só pelo incremento da produção, mas também pela manutenção do emprego, como elemento de paz social.¹²

Fran Martins elucida que a recuperação judicial, visa ao exaurimento dos meios instrumentais para se evitar a falência da empresa em crise, mantendo os

¹¹ COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à Lei de falências e de recuperação de empresas**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011, p. 171.

¹² BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Lei de recuperação de empresas e falências: Lei 11.101/2005**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 140.

empregos, a arrecadação, fornecedores e acima de tudo o nome com o respectivo conceito no mercado.¹³

Acrescenta ainda que o procedimento de recuperação abarca a demonstração da viabilidade do negócio, podendo haver o afastamento do controlador ou sócio administrador em casos excepcionais, dono é fundamental assinalar as causas da crise e os remédios em torno da execução do plano.¹⁴

Acresça-se que a recuperação da empresa por intervenção do aparato estatal (Executivo ou Judiciário) é justificável se a solução de mercado não pôde concretizar-se por disfunção do sistema de liberdade de iniciativa, na hipótese de o empreendedor atribuir à empresa, por exemplo, valor idiossincrático, o qual compromete a racionalidade das negociações.¹⁵

Portanto, verifica-se que a recuperação judicial espera alcançar a manutenção da empresa através de um plano de recuperação judicial, distanciando-se do instituto da falência que encerra as atividades do empresário ou sociedade empresária. Desse modo, o que se pretende é viabilizar a recuperação da empresa em crise, mantendo-a ativa no mercado, sendo imputada como proposição fundamental o princípio constitucional implícito da preservação da empresa.

Tal princípio supracitado tem como finalidade o interesse social e coletivo a ser prevalecido sobre os interesses individuais, de forma que a falência de uma empresa pode ocasionar prejuízos imensuráveis a sociedade, por meio dos empresários, trabalhadores, fornecedores, consumidores.

Consoante o parágrafo precedente, Waldo Fazzio Júnior elucida que a atividade empresarial afeta o mercado e a sociedade. O modo de produção econômica, no sistema capitalista, é determinante das demais instâncias sociais. Por isso, o interesse de agir nos processos regidos pela LRE reside na necessidade de um provimento judiciário para deslindar não só a crise econômica-financeira de um

¹³ MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial**. 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p.387.

¹⁴ MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial**. 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014, p.387.

¹⁵ COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**, 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2014, V. 3 p. 246

empresário, mas toda espécie de relações daí decorrentes e suas repercussões sociais.¹⁶

Logo, observa-se que recuperação judicial não guarda qualquer relação com do antigo instituto da concordata, previsto no Decreto-Lei n.º 7.661/45, instituto este que fora extinto. Visto que, enquanto a concordata limitava-se à remissão de dívidas e dilação de prazos para pagamento dos credores, a recuperação judicial prevê um plano de reestruturação com intensa participação dos credores. Uma vez que inexistente atualmente o instituto da concordata, as certidões passaram a ser solicitadas somente para demonstrar que a empresa não é parte em ação de falência ou recuperação judicial.

Como exemplo, a Telemar (OI), atualmente em recuperação judicial, pediram a dispensa de apresentação de certidões negativas por atuarem em um ramo estratégico para economia, sob o argumento de que uma eventual interrupção de qualquer dos seus serviços tem potencialidade para produzir efeitos catastróficos, não só para os inúmeros usuários, como para o próprio Grupo Empresarial, que veria inexoravelmente o aumento de seu passivo e a redução da sua capacidade de obter as receitas necessárias ao seu pagamento.¹⁷

Informaram ainda que há evidente receio de que a repercussão do pedido desencadeará em âmbito nacional uma enxurrada de constrições judiciais para garantia de dívidas sujeitas à recuperação judicial, que embora possam ser futuramente revertidas por decisão do juízo da recuperação judicial, por certo trarão prejuízo às requerentes que poderão não dispor dos valores em tempo hábil para pagamento de despesas imediatas. Nesse interim, vejamos um trecho da decisão do processo supracitado:

Aplica-se, o binômio meio-fim. Isso porque, observados os aspectos de cada subprincípio acima informado, vemos que a medida é: a) adequada e idônea ao passo que visa garantir acesso a todos aos meios para recuperação judicial da sociedade empresária em dificuldade, garantindo a esta o direito de manter os contratos já firmados com o Poder Público, ou ainda realizar novos, visto estar comprovado que regularmente utilizava esta forma de contratar; b) necessária porque de outra forma não poderá a

¹⁶ FAZZIO JÚNIOR, Waldo. Manual de **direito comercial**. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 580.

¹⁷ Processo: 0203711-65.2016.8.19.0001

recuperanda manter seus contratos de concessão em vigor com o ente público;c)mais benéfica, pois certamente atende ao interesse comum geral mais iminente -manutenção de fonte geradora de empregos e riquezas .Não se pretende com isso, buscar a qualquer custo a recuperação das empresas. Pelo contrário, deve o julgador estar atento ao que lhe é apresentado e, com base nos documentos consignados, sopesar a viabilidade ou não da continuidade da sociedade empresária, que busca socorro à luz da nova lei

Dessa forma, cumpre destacar que, nas licitações públicas, é vedado à Administração requerer certidões negativas de débitos, passando a solicitar certidões que demonstrem a regularidade da empresa. Isso porque, além da certidão negativa, as interessadas podem, ainda, apresentar certidões positivas com efeito negativos, o que possui o mesmo efeito prático.

O Tribunal de Contas da União pacificou tal entendimento, através da súmula 283: “Para fim de habilitação, a Administração Pública não deve exigir dos licitantes a apresentação de certidão de quitação de obrigações fiscais, e sim prova de sua regularidade.”¹⁸ De tal modo que, o que se permite nas licitações é que os documentos se restrinjam a comprovar a regularidade da empresa, não à quitação de suas obrigações.

Por fim, repita-se de elevada significação a atual decisão do Supremo Tribunal de Justiça sobre a querela. Em 26/06/2018, a 1ª Turma se posicionou no sentido de que as empresas em recuperação judicial podem participar de licitação. Assim, afastaram a obrigatoriedade de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial como requisito para habilitação em editais de licitações. Assim, veja-se um trecho do Relator Ministro Gurgel de Faria:

A exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

¹⁸ BRASIL. **Tribunal de Contas da União**. Súmula n.º 283. Disponível em: <https://contas.tcu.gov.br/juris/Web/Juris/ConsultarTextual2/Sumulas.faces?textoPesquisa=%3A*&>. Acesso em 01 ago. 2018.

Ressalvou ainda que é incabível a automática inabilitação de empresas em recuperação judicial unicamente pela não apresentação de certidão negativa, tendo em vista que a Lei nº 11.101, de 09/02/2005, em seu artigo 52, I, prevê a possibilidade de contratação com o poder público, de modo que, em regra geral, pressupõe a participação prévia em licitação.¹⁹

Desse modo, acrescenta ainda o relator que a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica devem atender também ao interesse da coletividade, na medida em que se busca a manutenção da fonte produtora, dos postos de trabalho e empregos e dos interesses dos credores.

Por fim, no que tange a Lei 11.101/2005 ter substituído a “concordata” pelos institutos da recuperação judicial e extrajudicial, o artigo 31 da Lei 8.666/1993 não foi alterado e, em consequência, não há previsão legal que torne como condição a apresentação de certidão negativa em licitações.

4 CONCLUSÃO

Vertendo-se, nesse passo, a temática sobre análise, depreende-se que tal questionamento, qual seja, se há necessidade ou não de autorização expressa para empresas que se encontram em recuperação judicial participar de licitações, de forma a possibilitar a continuidade da atividade empresaria observando o principio da preservação da empresa, bem como sua função social, adentrando assim no interesse coletivo.

É notório que esse questionamento possui grande repercussão na sociedade, tendo em vista que a falência de qualquer empresa ocasiona danos na economia local. No Decreto-Lei 7.661/45, em que se previa o instituto da concordata, se fazia necessária a apresentação de certidão negativa para fazer parte do processo licitatório, por força do artigo 31, inciso II. Por consequência se

¹⁹ BRASIL. Lei nº 11.101. Art. 52, I, “Estando em termos a documentação exigida no art. 51 desta Lei, o juiz deferirá o processamento da recuperação judicial e, no mesmo ato: I – nomeará o administrador judicial, observado o disposto no art. 21 desta Lei”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11101.htm>. Acesso em 04 set.2018.

tinha a limitação para empresas que não possuíssem tal certidão, fazendo com que muitas dessas empresas entrem em processo de falência.

Em contrapartida, com o surgimento da Lei 11.101/05 que trouxe o instituto da recuperação judicial e a tácita revogação da concordata, deixa de ser necessária a apresentação de certidão negativa, afim de possibilitar à empresa em recuperação judicial que participe de certames licitatórios, mediante a demonstração a sua viabilidade econômica na fase de habilitação, conforme o recente posicionamento do Superior Tribunal de Justiça.

Por fim, o atual posicionamento do Supremo Tribunal de Justiça sobre a querela elucida no sentido de que é dispensável a apresentação de certidões negativas em processos licitatórios como requisito para habilitação em editais de licitações, com fundamento na função social da empresa e no princípio da preservação da empresa.

REFERÊNCIAS

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Lei de recuperação de empresas e falências: Lei 11.101/2005**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CAIXETA, José Manuel. **Os princípios administrativos aplicáveis às licitações públicas**: a doutrina dominante e a jurisprudência do Tribunal de Contas da União. TCU Brasília/DF. 2004

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à Lei de falências e de recuperação de empresas**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. V. 3.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

FAZZIO JÚNIOR, Waldo. **Manual de direito comercial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MARTINS, Fran. **Curso de direito comercial**. 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

MELLO, Celso Antonio Bandeira. **Curso de Direito Administrativo**. 31. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Licitações e contratos administrativos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo, Método, 2015.

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS: IMPLEMENTAÇÃO E DESAFIOS NO BRASIL

André Luís Amorim¹

José Gilberto Claudio Filho²

Emmanuela Carvalho Cipriano Chaves³

RESUMO

O presente trabalho refere-se a implementação e desafios da Mediação de Conflitos no Brasil, tema essencial para o alcance de acesso à justiça em determinados tipos de conflitos, mas que ainda não vem sendo praticada de forma adequada. Neste artigo buscamos esclarecer quando a mediação chegou ao Brasil, como ela foi e ainda está sendo implementada, e como podemos contribuir para o avanço deste instituto fundamental nos dias de hoje. O estudo justifica-se pela institucionalização da Mediação de Conflitos no Brasil que avançou com a criação da Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça, da Lei 13.140/2015, Lei da mediação, e da Lei 13.105/2015, atual Código de Processo Civil e que apresentaram desafios para a prática adequada da mediação e da conciliação. Preliminarmente foi abordada a questão de como esses mecanismos chegaram ao Brasil por meio da mediação comunitária, a forma como auxiliou e foi fundamental na vida das pessoas, para a resolução de diversos conflitos em comunidades, que muitas vezes não alcançavam o acesso à justiça. Entende-se que é importante serem ressaltadas as modalidades de mediação existentes no Brasil (mediação judicial e extrajudicial), conceituar e explicar as diferenças existentes nos dois procedimentos, além de abordar como os mediadores e conciliadores podem atuar em cada espécie. A pesquisa, que é qualitativa, utilizou como método de abordagem o dedutivo, ao partir das experiências proporcionadas junto ao Programa de

¹ Aluno do curso de Direito da Unichristus. andreluisamorima@hotmail.com

² Aluno do curso de Direito da Unichristus. gilclaudio09@hotmail.com

³ Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Mestre em Direito Constitucional pela Univesidade de Fortaleza. Graduada pela Universidade de Fortaleza. Professora da Universidade de Fortaleza. Professora da Unichristus. Coordenadora da Especialização em Mediação e Gestão de Conflitos da Universidade Fortaleza e Coordenadora da Especialização em Direito e Processo de Família e Sucessões. emmanuelacarvalho1@hotmail.com

Mediação e Conciliação para alcançar a importância da prática responsável da mediação e da conciliação para o efetivo acesso à justiça e a sua implementação adequada. Ademais, foi utilizado o estudo bibliográfico como método de procedimento.

Palavras-chave: Mediação extrajudicial. Mediação Judicial. Dificuldade da implementação da mediação.

ABSTRACT

The present work refers to the implementation and challenges of Conflict Mediation in Brazil, an essential issue for achieving access to justice in certain types of conflicts, but which has not yet been properly practiced. In this article we seek to clarify when mediation has arrived in Brazil, how it was and is still being implemented, and how we can contribute to the advancement of this fundamental institute today. The study is justified by the institutionalization of Conflict Mediation in Brazil, which advanced with the creation of Resolution 125 of the National Council of Justice, Law 13.140 / 2015, Mediation Law, and Law 13.105 / 2015, current Code of Civil Procedure and which presented challenges for the proper practice of mediation and conciliation. Preliminarily, the question of how these mechanisms arrived in Brazil through community mediation, the way it helped and was fundamental in people's lives, was solved for the resolution of various conflicts in communities that often did not reach access to justice. It is understood that it is important to highlight the existing mediation modalities in Brazil (judicial and extrajudicial mediation), to conceptualize and explain the differences in the two procedures, and to address how mediators and conciliators can act in each species. The research, which is qualitative, used as a method of approach the deductive, starting from the experiences provided with the Program of Mediation and Conciliation to achieve the importance of responsible practice of mediation and conciliation for effective access to justice and its proper implementation . In addition, the bibliographic study was used as method of procedure.

Keyword: Extrajudicial mediation. Judicial Mediation. Difficulty in implementing mediation.

1 INTRODUÇÃO

A Lei 13.140/15 regulamenta a mediação, tanto a judicial quanto a extrajudicial, mostrando como ela deve ser realizada, quais os princípios que a norteia e o procedimento que deve ser realizada.

Preliminarmente foi realizado um breve histórico do surgimento da mediação no Brasil, desde quando foi implementada até as dificuldades que vem enfrentando para a sua efetiva prática.

O objetivo do trabalho é explicar a mediação judicial e extrajudicial, falando sobre como cada uma atua na esfera dos litígios, o papel que o mediador tem de facilitar o diálogo e a questão da sua capacitação. Também buscamos diferenciar a mediação da conciliação, expondo todos os princípios basilares que servem como alicerces para o funcionamento desses mecanismos. Falamos das dificuldades existentes para a manutenção da mediação no Brasil e de como ela pode ser aprimorada.

A pesquisa, que é qualitativa, utilizou como método de abordagem o dedutivo, ao partir das experiências proporcionadas junto ao Programa de Mediação e Conciliação para alcançar a importância da prática responsável da mediação e da conciliação para o efetivo acesso à justiça e a sua implementação adequada.

Assim o trabalho divide-se em tópicos que tratam dos assuntos que segue: da Resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça, da Lei 13.140/2015, Lei da mediação, e a Lei 13.105/2015, o Código de Processo Civil buscando demonstrar e esclarecer quanto a institucionalização dos mecanismos de gestão de conflitos no Brasil. Tendo sido preliminarmente abordada a questão de como esses mecanismos chegaram ao Brasil por meio da mediação comunitária, a forma que ela auxiliou e foi de fundamental importância na vida das pessoas, principalmente as mais necessitadas, ajudando na resolução de diversos conflitos, que antes, muitas vezes nem eram resolvidos devido a falta de informação, impossibilitando o acesso à justiça.

Posteriormente, ressaltamos as modalidades de mediação existentes no Brasil (mediação judicial e extrajudicial), conceituando e explicando as diferenças existentes nos dois procedimentos, abordando também como os mediadores e

conciliadores podem atuar em cada espécie. Outro ponto que foi questionado no presente artigo, foi à forma de como a mediação e a conciliação estão sendo implementadas em nosso país, as dificuldades que vem encontrando tendo em vista que em vários casos a capacitação não é suficiente para a prática responsável, pois existem fatores que influenciam na prática efetiva como o formalismo exacerbado dos profissionais da área do Direito, a estrutura física e de pessoal de alguns ambientes que se propõem a prática da Mediação e da Conciliação, a aptidão dos profissionais, entre outros.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Contexto histórico da mediação no Brasil

O Poder Judiciário enfrenta dificuldades atualmente, mas que não é recente e já vem se perfazendo há várias décadas. Assim, diante do contexto de inúmeros conflitos e de um Judiciário deficitário a Mediação Comunitária cresce no Brasil como forma de pacificar os conflitos existentes na sociedade e causar o bem estar na vida das pessoas.

A respeito disso, o Ministério da Justiça aponta três principais problemas do judiciário:

O Atlas de Acesso à Justiça, organizado pelo Ministério da Justiça, mostra, segundo ele, que no Brasil há 17 mil magistrados, 12,5 mil integrantes do Ministério Público, 774 mil advogados, 725 mil estudantes de direito, 700 mil servidores do Judiciário e apenas seis mil defensores públicos. “Estamos falando de dois milhões de pessoas ligadas ao sistema de Justiça”, destacou. Segundo ele, esse contingente não dá vazão à demanda por falta de gestão.⁴

Comunidade, harmonia e união, quase tidos como sinônimos, entretanto, apareceram conflitos entre seus integrantes que tornaram-se cada vez mais complexos. Uma vez que à de se proteger todos os direitos fundamentais, importa o respeito de cada membro da comunidade, assim, a mediação comunitária busca

⁴ JORNALISTAS são brasileiros. **Conselho Nacional de Justiça**, 15 fev. 2014. Disponível em:< <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/61341-ministerio-da-justicaaponta-tres-principais-problemas-do-judiciario>>. Acesso em: 27 ago. 2018.

restabelecer o diálogo entre as partes, não objetivando encontrar um perdedor ou vencedor, mas sim, a solução do conflito, por meio da integração dos conflitantes.

Com a evolução da sociedade, as pessoas passaram a viver de maneira mais individual, o que diminui o diálogo entre os participantes e, assim, a cada dia que passa se tornando uma sociedade litigiosa. E foi nesse contexto que a mediação comunitária apresentou uma nova forma de solucionar determinadas questões, que antes só eram resolvidas pela via judicial.

Nesse sentido, Adolfo Braga Neto alude sobre essa questão:

Um dos motivadores desse interesse foi a percepção da necessidade de descongestionar os tribunais brasileiros. A tentativa ia no sentido de viabilizar, na expressão do professor Watanabe, a mudança do paradigma social corrente da “cultura da sentença para a cultura da pacificação dos conflitos”.⁵

Nesse prisma, a intenção da criação desse programa foi nada mais que ajudar as pessoas mais carentes na solução de litígios que surgem no cotidiano. Muitas vezes, essas mesmas pessoas que conseguem resolver seus conflitos por meio de mediação comunitária, de ampla e fundamental importância na vida dessas pessoas, talvez não conseguissem resolver pela via judicial, haja vista a falta de informação dessas pessoas carentes.

A Mediação é um mecanismo de inclusão entre as pessoas, fortalece laços, dá oportunidade às pessoas de resolverem, em muitas ocasiões, problemas em que poderiam ser considerados até simples de se resolver, mas devido a carência de recursos, se tornaria bastante complexos.

Na mediação comunitária, a expressão “democracia” ganha importância, tendo em vista que buscar ajudar o maior número de pessoas, independente de suas condições financeiras ou quaisquer que sejam.

[a] prática da mediação estabelece a participação ativa das pessoas nas soluções dos conflitos, passa-se a não somente se discutir sobre questões individuais, mas questões de natureza coletiva também. As experiências brasileiras em mediação, especialmente aquelas realizadas nas periferias dos municípios, têm revelado mudanças de comportamento das pessoas: tornam-se mais participativas nas decisões individuais e coletivas (luta e conquista de cursos de alfabetização para adultos, cursos jurídicos, cursos sobre planejamento familiar, discussões sobre ressocialização da pena ao

⁵ BRAGA NETO, Adolfo. **Mediação**: uma experiência brasileira. São Paulo: CLA, 2017, p. 14.

se receber para auxiliar nos trabalhos administrativos dos centros de mediação pessoas conde nadas à prestação de serviços). (SALES, 2007, p. 38-39).⁶

A partir do momento em que existe uma sociedade, conflitos surgirão, e nem sempre a solução mais adequada é a judicial. Desde os tempos antigos e até os dias atuais, na medida em que vão surgindo os conflitos, até mesmo o mais simples possível, pelo menos em tese, como os que ocorrem em toda família no dia a dia, sem que as partes percebam, a mediação pode estar presente, auxiliando de alguma forma na pacificação e solução desse conflito.

Um exemplo bastante comum e de fácil compreensão ocorre quando existe uma simples briga entre dois irmãos, momento este em que um dos pais ou até mesmo os dois, se propõem a resolver a questão e mediar o conflito junto aos envolvidos.

Com o crescimento da sociedade e obviamente o aumento dos litígios, uma das figuras centrais nessa nova ótica é o juiz de direito, sendo este um dos encarregados na solução desses litígios, no entanto, não poderá ser o único, pois como veremos mais adiante, isso irá atrapalhar demais o funcionamento do Poder judiciário.

Ocorre que, no Brasil, principalmente após a Constituição Federal de 1988, a cultura do litígio vem aumentando consideravelmente, ocasionando o chamado abarrotamento de processos judiciais. Desta forma, devido ao número elevado de demandas o judiciário brasileiro não possui tempo suficiente para julgar todos os processos em tempo razoável.

Após diversos estudos, vários países começaram a adotar mecanismos consensuais de resolução de conflito. No Brasil não foi diferente, apesar de certa demora e dificuldade na real adoção e entendimento sobre os diversos mecanismos de solução de conflitos, a prática vem sendo regulamentada, sendo cada vez mais incentivada.

Com o passar dos anos, vários estudos, mudanças nas leis e leis especiais foram criadas, visando o melhor entendimento sobre os mecanismos e seu maior incentivo.

⁶ SALES, Lília Maia de Moraes. **Justiça e Mediação de Conflitos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, p. 38-39.

Seguindo a tendência mundial, a Constituição Federal de 1988, incentiva e autoriza os mecanismos consensuais de solução de conflitos, contudo, um de seus paradoxos é que ao mesmo tempo em que agrava a cultura de litígios, devido a pluralidade de diversos novos direitos e garantias reconhecidas, contribui de forma fundamental na efetiva tutela dos direitos da população periférica como a defensoria pública e institutos como gratuidade da justiça, também instituindo meios consensuais de resolução de conflito, como por exemplo, a mediação, trazendo a partir desse momento uma nova política, isto é, um leque de opções no tocante a não mais se resolver os conflitos apenas pela via judicial.

E nesse contexto a respeito da constituição de 1988, levando-se em consideração tudo que ela trouxe de inovação, garantia de novos direitos e, sem dúvidas, uma nova perspectiva sobre litígio. Um ponto de fundamental importância trazida, foi a questão da isonomia, sendo analisado alguns critérios valorativos, de forma justificada a dar tratamento diferente a algumas pessoas, na medida de suas necessidades. Assim, os tratamentos normativos diferenciados são compatíveis com a Constituição Federal quando verificada a existência de uma finalidade razoavelmente proporcional ao fim visado.

Também em 1998 surgiu o projeto de Lei da Mediação de Conflitos de autoria da deputada federal Zulaiê Cobra, na sua PEC 4.827, que objetivava institucionalizar a Mediação de Conflitos. Após várias discussões e alterações, o tempo passou e apenas em 2015, a Lei n. 13.140, a Lei da Mediação aprovada no Brasil e entrou em vigor em dezembro.⁷

Também em 2015, foi criado o atual Código de Processo Civil, destacando diversas vezes a mediação e a conciliação, incentivando e regulamentando ambos os mecanismos no sistema processual brasileiro.

2.2 Mediação e Conciliação – Conceito e diferenças

A mediação é um mecanismo de resolução de conflitos, no qual duas ou mais pessoas em litígio, escolhem ou aceitam um terceiro imparcial com

⁷ BRASIL. Congresso. Senado. Resolução nº 125 de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, nov. 2010.

conhecimentos específicos, ferramentas de negociação, e que irá facilitar o diálogo, para que a mediação alcance seus objetivos que são o restabelecimento e manutenção de vínculos, inclusão e pacificação social, e assim, as partes possam solucionar o conflito de maneira satisfatória a ambas.

Lei de Mediação Lei 13.140/2015:

Art. 1. Parágrafo único. Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.

A conciliação por sua vez, como a mediação, também é um meio consensual de solução de conflitos, sendo amparada pelos mesmos princípios. Uma das principais diferenças entre ambos os institutos, é que a mediação atua no âmbito das relações continuadas, isto é, situações que envolvam um vínculo maior entre as partes envolvidas, onde tendem a ter uma maior complexidade, no entanto, isso só irá se concretizar caso a caso.

De antemão, a conciliação atua na esfera das relações não continuadas, se tratando de conflitos eventuais, podendo vir a ser de menor complexidade, contudo, essa conclusão só se afirmará de acordo com o caso concreto.

A Lei 13.105/2015, atual Código de Processo Civil em seu Art. 165. § 2

Art. 165. § 2; O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem.

Outra grande diferença entre os dois mecanismos, é que na mediação, o terceiro imparcial, atua para facilitar o diálogo entre as partes enquanto que na conciliação, esse terceiro imparcial tem a prerrogativa de participar de maneira mais atuante, podendo até sugerir soluções para o conflito, visto que envolve conflitos eventuais, no entanto, em momento algum pode decidir pelas partes.

NOVO CPC, Lei 13.105/2015:

Art. 165. § 3: O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles

possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

Deve ficar claro que para a mediação ocorrer, preliminarmente deve ser informado pelo mediador, que as partes possuem autonomia em suas decisões, isto é, será de extrema importância que seja esclarecido que as partes devem cooperar entre si e estejam dispostas a conversar abertamente de acordo com os princípios que regem a mediação, buscando a solução da lide, e estejam cientes de que esse instituto é o melhor mecanismo naquele momento para resolver o conflito.

É de suma importância que as partes respeitem o princípio da boa-fé, sempre visando à busca pelo consenso da melhor maneira, em momento algum tentar prejudicar o outro para conseguir o seu objetivo, ressaltando que as partes estão em uma situação de isonomia, para que juntas possam chegar a um acordo.

Todo o processo de mediação ocorre de maneira confidencial por parte de todos os envolvidos, e o mediador tem o papel fundamental de explicar às partes⁸ os princípios basilares, com a perspectiva dos litigantes ficarem mais tranquilos, e assim, possam criar uma relação de confiança com o próprio mediador, a fim de que tudo ocorra da melhor maneira possível.

O mediador deve ser imparcial, seu principal objetivo é facilitar o diálogo entre as partes, mas sempre deixando claro que eles têm o poder de decidir o conflito. O mediador, desde o início da sessão deve deixar claro sua imparcialidade, para que nenhuma das partes em momento posterior possa vir a se sentir prejudicada.

2.3 Espécies de mediação

No Brasil, existem duas formas de mediação: mediação judicial e extrajudicial.

Na mediação extrajudicial, duas ou mais partes conflitantes, escolherão um mediador privado, que auxiliará sendo um facilitador de comunicação, para que de boa fé os litigantes por meio de conversa cheguem a um acordo satisfatório e

⁸ BRASIL. Lei 13.140, jun, 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm, acesso em: 04, dez, 2018.

possível, que agrade a ambos. Neste caso, mesmo não sendo judicial, o acordo poderá ser homologado e terá repercussões jurídicas, ou seja, o acordo extrajudicial pode ser homologado judicialmente, em juízo.

Na mediação judicial, o autor deverá solicitar audiência de mediação na petição inicial. O juiz perguntará se as partes aceitam participar de uma mediação judicial. Voluntariamente, caso as partes aceitem, o juízo indicará um terceiro imparcial, ou mesmo o próprio juiz que atuará como mediador, facilitando a comunicação de ambos os litigantes de modo a chegarem a um acordo amigável e possível.

2.4 Mediação extrajudicial

O procedimento da mediação extrajudicial é tratado na lei 13.140/15, conhecida como lei da mediação. A regulamentação trazida pela Lei 13.140/2015 não tem o condão de submeter à mediação privada a regras rígidas, mas apenas de orientar a forma como o procedimento acontecerá, preservando a liberdade inerente ao instituto⁹.

Qualquer pessoa capaz e capacitada para realizar mediação, poderá ser escolhida pelas partes. As partes podem ter auxílio de advogado ou defensor público, desde que ambas sejam devidamente assistidas.

A mediação pode ocorrer mediante o contrato previamente celebrado entre as partes, no qual assumem a responsabilidade de auto composição pela mediação em casos de conflitos, ou uma das partes litigantes, interessada no ato, convida a outra parte a participar de uma audiência de mediação.

A parte interessada na mediação deverá convidar por qualquer meio de comunicação, contendo o local, a hora e prazo da audiência, e informar os possíveis candidatos a mediadores, que por livre e espontânea vontade será eleito pelas partes.

Uma vez que a mediação é estabelecida previamente por contrato, o mesmo deverá conter além da data, hora e local da mediação, critérios para a escolha do mediador, como prevê o artigo 22 da lei 13.140/15. Necessário ressaltar

⁹ CAHALI, Francisco José. **Curso de arbitragem**: mediação, conciliação, Resolução CNJ 125/2010. 5. ed. rev. e atual. de acordo com a Lei 13.129/2015 (reforma da Lei de Arbitragem), com a Lei 13.140/2015 (Marco Legal da Mediação) e com o novo CPC. São Paulo: RT, 2015, p. 104-105.

que a outra parte não está obrigada a escolher um dos nomes sugeridos na lista, sendo-lhe possibilitado sugerir outros nomes para que, juntas, as duas partes elejam o melhor facilitador.¹⁰

Em caso de não resposta ao convite de mediação no prazo de 30 dias, o mesmo será considerado recusado, e dará consequências para um futuro processo judicial, em que a parte que recusou a mediação deverá arcar com 50% das custas e honorários sucumbenciais.

Cumpra alertar que os honorários do mediador são devidos, e que na mediação extrajudicial os custos ficarão a cargo daquele que teve a iniciativa da mediação¹¹. Entretanto, é possível que as partes em comum acordo definam a maneira do pagamento.

Vale lembrar que a mediação extrajudicial é confidencial, ou seja, tudo que ocorrer na sessão, em hipótese alguma será revelado, relatado a outro. Ademais, o mediador jamais poderá agir como testemunha ou advogado de alguma parte. A confidencialidade tem o intuito de estimular as partes a revelarem o maior número de informações possível para que a mediação seja viável.

Diferente da mediação judicial que possui prazo de dois meses para sua realização, contando a partir da primeira sessão, a mediação extrajudicial não possui prazo limite, podendo ficar a critério das partes o tempo necessário para a resolução da lide.

De acordo com artigo 20, parágrafo único, da Lei 13.140/2015, uma vez que haja acordo na mediação, o termo será assinado e valerá como título executivo extrajudicial.

2.5 Mediação judicial

Diferente da mediação extrajudicial que ocorre antes do procedimento judicial, a mediação judicial ocorre após a instauração do processo.

O CPC/15 regulamenta a mediação judicial, tornando regra e obrigatória, a audiência de conciliação e mediação. No momento da petição inicial, ante a

¹⁰ CAHALI, Francisco José. **Curso de arbitragem**: mediação, conciliação, Resolução CNJ 125/2010. 5. ed. rev. e atual. de acordo com a Lei 13.129/2015 (reforma da Lei de Arbitragem), com a Lei 13.140/2015 (Marco Legal da Mediação) e com o novo CPC. São Paulo: RT, 2015, p. 108.

¹¹ CAHALI, Francisco José. **Curso de arbitragem**: mediação, conciliação, Resolução CNJ 125/2010. 5. ed. rev. e atual. de acordo com a Lei 13.129/2015 (reforma da Lei de Arbitragem), com a Lei 13.140/2015 (Marco Legal da Mediação) e com o novo CPC. São Paulo: RT, 2015, p. 105

contestação da parte ré, o mesmo será citado para participação de uma audiência de mediação, fulcro no artigo 334 do referido código:

Art. 334. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

Uma vez que um dos princípios norteadores da mediação é a voluntariedade das partes em optar pelo mecanismo, o juiz irá propor às partes uma audiência de mediação judicial, em que uma terceira pessoa, capacitada e imparcial, irá auxiliar as partes para que cheguem a um acordo amigável.

As partes possuem o livre arbítrio de optar ou não pela mediação judicial, entretanto, não poderão escolher o mediador, como ocorre na mediação extrajudicial. Assim preceitua o artigo 165 do cpc:

Art. 165. Os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição. § 1º A composição e a organização dos centros serão definidas pelo respectivo tribunal, observadas as normas do Conselho Nacional de Justiça. § 2º O conciliador, que atuará preferencialmente nos casos em que não houver vínculo anterior entre as partes, poderá sugerir soluções para o litígio, sendo vedada a utilização de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para que as partes conciliem. § 3º O mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos.

Como preceitua o art. 24, os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação, pré-processuais e processuais, e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, sendo assim foi criado o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania- CEJUSC.

O CEJUSC é uma unidade do Poder Judiciário com especialidade para atender o público com o fim de solução consensual de conflitos e orientação nas matérias relativas à cidadania. Os seus mediadores são capacitados e registrados

junto ao NUPEMEC - Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

A mediação judicial é um dos meios autocompositivos realizados na esfera do Poder Judiciário, ou seja, são realizadas “nos CEJUSCS, Juízos, Juizados, Varas e Tribunais.”.

A mediação judicial se divide em mediação pré-processual e processual. A mediação pré-processual pode ser realizada tanto nos CEJUSCS quanto em Juízo. São propostas para os casos que ainda não são ações judiciais. Esse tipo de mediação já era previsto na Resolução 125 do CNJ e foi, conservada na Lei de Mediação. Com isso, nota-se uma maior preocupação por parte do Estado em garantir os direitos fundamentais do cidadão, ou seja, ao dedicar-se a essa modalidade de mediação, proporciona à sociedade um meio para alcançar o acesso à justiça¹².

Em relação à mediação processual esta, por sua vez, é a modalidade adequada para os casos de processos judiciais cíveis instituídos, ademais, a sua incidência pode ser em qualquer fase do processo.

A lei da mediação elenca requisitos para atuação judicial são eles: a pessoa capaz, graduada há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e que tenha obtido capacitação em escola ou instituição de formação de mediadores, reconhecida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM ou pelos tribunais, observados os requisitos mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça em conjunto com o Ministério da Justiça.

2.6 Fatores que dificultam a manutenção da essência, mas que não impossibilitam

A questão temporal é algo de fundamental importância durante uma sessão de mediação. Muitas vezes, o que se percebe é que o tempo necessário para que a sessão ocorra não é respeitado, e isso é notoriamente prejudicial às partes, aquelas pessoas que ali estão expondo seus problemas pessoais com a perspectiva de solucioná-los.

¹² NUNES, Antônio Carlos Ozório. **Manual de Mediação** – Guia Prático da Autocomposição. São Paulo - SP: Revista dos Tribunais, 2016.

Quem muito contribui para que as mediações judiciais ocorram de forma equivocada, demonstrando até certo desinteresse são os próprios magistrados, ocorrendo que em diversas vezes apenas perguntam as partes se tem proposta ou não de composição, indo totalmente de encontro ao que deve ser uma sessão de mediação. E nessas situações, os processos acabam se prolongando por anos e anos, sendo que poderia ter sido resolvido mais rápido e de forma mais satisfatória aos litigantes.

Outro ponto que deve ser acompanhado de perto é a questão da capacitação dos mediadores, onde está previsto na resolução 125 do Conselho Nacional de Justiça, em seus arts. 9º e 12:

Art. 9º Os Centros contarão com 1 (um) juiz coordenador e, se necessário, com 1 (um) adjunto, aos quais caberão a sua administração e a homologação de acordos, bem como a supervisão do serviço de conciliadores e mediadores. Salvo disposição diversa em regramento local, os magistrados da Justiça Estadual e da Justiça Federal serão designados pelo Presidente de cada tribunal dentre aqueles que realizaram treinamento segundo o modelo estabelecido pelo CNJ, conforme Anexo I desta Resolução. (Redação dada pela Emenda nº 2, de 08.03.16)

Art. 12. Nos Centros, bem como todos os demais órgãos judiciários nos quais se realizem sessões de conciliação e mediação, somente serão admitidos mediadores e conciliadores capacitados na forma deste ato (Anexo I), cabendo aos Tribunais, antes de sua instalação, realizar o curso de capacitação, podendo fazê-lo por meio de parcerias. (Redação dada pela Emenda nº 1, de 31.01.13)

A função da capacitação é dar aptidão a pessoas intituladas “mediadores judiciais”, por meio da criação de núcleos e centros de solução de conflitos em todos os tribunais brasileiros e o fornecimento de cursos a essas pessoas para que, ao final de todo o procedimento que a resolução prevê, estejam prontas para exercer a mediação judicial. É nesse sentido que Lagrasta Neto (2008, p.11) aduz sobre o tema:¹³

Se não houver mudança de estratégia na solução de conflitos, com intensa utilização de meios alternativos, previsto o engajamento de todos os lidadores do Direito, incluídos os servidores da Justiça, e o treinamento dos estudantes, desde os bancos acadêmicos, dificilmente se conseguirá alcançar o objetivo de amplo e irrestrito acesso a uma ordem jurídica justa, que nos encaminhe à mudança de mentalidade.

¹³ LAGRASTA NETO, Caetano. Mediação, conciliação e suas aplicações pelo tribunal de justiça de São Paulo. In: WATANABE, Kazuo; LAGRASTA NETO, Caetano (Coord.). **Mediação e gerenciamento do processo**: revolução na prestação jurisdicional: guia prático para a instalação do setor de conciliação e mediação. São Paulo: Atlas, 2008. p. 11-17.

Portanto, é impossível falar de mediação judicial sem falar de capacitação, haja vista que as duas andam lado a lado e, caso isso não ocorra, com a absoluta certeza esse mecanismo não vai ser utilizado da forma correta e consequentemente os mais prejudicados serão as partes.

Existe também um grande problema que, caso a capacitação seja realizada de forma adequada, irá ajudar a solucionar. Os profissionais que se utilizam desse mecanismo, muitas vezes tem uma ideia deturpada de que a mediação serve para desafogar o poder judiciário, e para isso, quanto mais acordos houverem melhor estará sendo o funcionamento desse instituto.

Porém, esse é um grande equívoco que os magistrados, pessoas que fizeram o curso de capacitação acabam cometendo, haja vista que esse mecanismo tem por finalidade o fortalecimento de vínculos, a equidade, e a solução adequada dos conflitos, isto é, quando for mais conveniente e satisfatório as partes realizarem o acordo.

3 MÉTODOS

Com relação à questão da metodologia utilizada no aludido artigo, conclui-se que foram realizadas pesquisas nas mais diversas áreas no ramo da mediação e conciliação, por exemplo, as legislações vigentes em nosso país desde a Constituição Federal de 88 até o novo Código de Processo Civil de 2015.

O marco inicial da pesquisa foi toda a experiência vivida no Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário Christus, onde a demanda de mediações e conciliações era um número bem considerável, buscando, a partir dessa vivência prática, acesso a bibliografias e documentos que possibilitassem entender melhor sobre o referido tema.

Além dessa questão que foi levantada no parágrafo anterior, é de suma importância enfatizar que esse estudo serviu para mudar o pensamento do senso comum em relação a esses mecanismos, e ter um conhecimento mais técnico e aprofundado, facilitando de forma indireta na implementação desses meios consensuais de solução de conflitos.

4 RESULTADOS E DISCURSSÃO

O Núcleo de Práticas Jurídicas da Unichristus disponibiliza, com mediadores capacitados, um projeto que visa solucionar de maneira qualitativa, rápida e segura conflitos frutos de relações continuadas (mediação) ou não continuadas (conciliação).

É oportunizado aos alunos a participação neste projeto do NPJ, sendo necessário a realização de duas provas uma escrita e outra por meio de uma entrevista com os coordenadores do projeto conforme previsto em edital.

A prática enriquecedora aos alunos dura por um período de um ano, em que são realizados cursos de capacitação, nos ensinando os princípios e as técnicas utilizadas nas sessões, destarte nos permitindo observar a prática de todos os ensinamentos, nos oportunizando a participar do momento de mediação e conciliação.

O projeto tem foco no atendimento com qualidade de pessoas que buscam o NPJ para atendimento jurídico, mas que encontram um espaço de promoção de acesso à justiça, pois antes de judicializar os conflitos e tendo em vista a função da Defensoria Pública de pacificação social, acontece a triagem dos conflitos que são encaminhados adequadamente para mecanismos de gestão de conflitos.

A possibilidade de tratamento adequado dos conflitos enseja aos assistidos, aos alunos e professores a prática real de acesso à justiça como uma ordem jurídica justa apresentada pela Resolução n. 125 do Conselho Nacional de Justiça e incentivada pelo Código de Processo Civil, além de proporcionar a formação de profissionais do Direito que convergem com as exigências de mercado atual.

5 CONCLUSÃO

O instituto da mediação e da conciliação não passou a existir em nosso ordenamento jurídico com o advento da resolução 125 do CNJ, já existia a mediação na comunidade e a conciliação apareceu em lei pela primeira vez na constituição ainda imperial, no entanto, só ganhou notoriedade a partir da constituição de 1988 e políticas públicas que foram adotadas nos anos subsequentes.

A criação da referida resolução serviu para alavancar esses dois mecanismos, instituindo a Política Nacional de Tratamento Adequado dos Conflitos, propondo a criação de centros especializados para que pudesse atender as demandas da população.

Além disso, o ponto crucial da resolução foi à questão da capacitação dos profissionais (mediadores e conciliadores), para que, assim, pudessem ajudar as pessoas a resolverem seus litígios de forma mais eficaz e menos onerosa, sem precisar passar por todo um processo judicial, onde demandaria mais tempo e muitas das vezes o resultado não seria como o esperado.

Embora exista todo esse avanço da mediação e da conciliação principalmente nos últimos anos, ainda existem muitos pontos a serem discutidos e aprimorados, e a pesquisa conseguiu dar a dimensão real do quanto a formação dos profissionais do Direito precisa avançar no sentido da gestão de conflitos e de como o profissional capacitado pode atuar em uma dimensão mais ampla do acesso à justiça.

O litígio pode ser solucionado extrajudicialmente e judicialmente e os profissionais do Direito também podem atuar nas duas vertentes sempre com o intuito da promoção do exercício da cidadania e do acesso à justiça.

REFERÊNCIAS

CAHALI, Francisco José. **Curso de arbitragem**: mediação, conciliação, Resolução CNJ 125/2010. 5. ed. rev. e atual. de acordo com a Lei 13.129/2015 (reforma da Lei de Arbitragem), com a Lei 13.140/2015 (Marco Legal da Mediação) e com o novo CPC. São Paulo: RT, 2015.

NUNES, Antônio Carlos Ozório. **Manual de Mediação** – Guia Prático da Autocomposição. 1. ed. São Paulo - SP: Revista dos Tribunais, 2016.

JORNALISTAS, são brasileiros, **Conselho Nacional de Justiça**, 15 fev. 2014. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/61341-ministerio-da-justica-aponta-tres-principais-problemas-do-judiciario>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BRASIL. Congresso. Senado. Resolução nº 125 de 2010. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, nov. 2010.

BRASIL. Lei 13.140, jun, 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm, acesso em: 04, dez, 2018.

NETO, Braga, Adolfo. **Mediação**: uma experiência brasileira. São Paulo: CLA, 2017.

SALES, Lília Maia de Moraes. **Justiça e Mediação de Conflitos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

NOVO MOSAICO FAMILIAR E A MULTIPARENTALIDADE

Andreza Feitosa de Moura¹

Bruna Souza Paula²

RESUMO

O artigo cuida de um novo mosaico familiar advindo, em especial, da multiparentalidade, ainda analisa os benefícios e os efeitos jurídicos decorrentes do seu reconhecimento pelo Poder Judiciário brasileiro. Ante ao fato de que a multiparentalidade aparece como meio de reconhecimento pleno de relações parentais, reconhecendo a possibilidade de existir mais de um pai ou de uma mãe, vários pais e/ou mães ao mesmo tempo, para uma mesma pessoa, com todos os efeitos jurídicos decorrentes preservados. A multiparentalidade impõe a inclusão no registro de nascimento da criança do pai ou mãe socioafetiva permanecendo o nome de ambos os pais biológicos. Apesar de não possuírem reconhecimento constitucional expresso, a socioparentalidade, e assim a multiparentalidade e os seus efeitos jurídicos, apresenta-se como uma realidade presente na sociedade brasileira atual e matéria de fundamental importância nas discussões de Direito de Família. Utilizou-se de pesquisas jurisprudenciais que apresenta um breve histórico da estrutura familiar no Brasil e analisou-se os critérios definidores da filiação, biológico e socioafetivo. A partir da constatação entre os critérios de filiação, passa-se a analisar as recentes decisões dos tribunais pátrios no sentido de reconhecimento da multiparentalidade, atentando para os efeitos jurídicos, no qual conclui-se que a multiparentalidade é um caminho sem volta diante da realidade que se apresenta, cabendo ao juiz deferi-la nos casos onde haja conflito e ao legislador adequar a lei às mudanças promovidas pela Carta Magna no Direito de Família. Conclui-se pela necessidade da legitimação desses vínculos, salientando a importância de um Direito que reflita as realidades sociais existentes.

Palavras-chave: Direito de família. Multiparentalidade. Parentalidade Socioafetiva.

ABSTRACT

The article focuses on the new family mosaic and multiparentality, in which it analyzes the benefits and legal effects deriving from its recognition by the Brazilian Judiciary. Faced with the fact that multiparentality appears as a means of full recognition of all parental relationships who exist in society, recognizing the possibility of more than one parent, several parents and / or mothers at the same time, with all preserved and

¹ Estudante, Direito, Centro Universitário Estácio do Ceará, andreza.andreza@hotmail.com.br

² Doutoranda em Ciências Jurídico-Políticas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (FDUL). Mestre em Ciências Jurídico- Políticas da FDUL. Especialização em Ciências Jurídico Políticas pela FDUL e Processo pela Unisul. Graduação em Direito Pela Unifor. Professora em Tempo Integral no Centro Universitário Estácio. brunasouzap@gmail.com.

guaranteed legal effects. What is proposed with multiparentality is the inclusion in the birth record of the socioaffective father or mother remaining the name of both biological parents. Although they do not have express constitutional recognition, parentality, multiparentality and their legal effects are issues that present themselves as a present reality in the current Brazilian society and a matter of fundamental importance in the discussions of Family Law. Using jurisprudential research that presents a brief history of family structure in Brazil. Afterwards, the criteria defining affiliation, biological and socio-affective are analyzed. As a result of the verification of the membership criteria, it is now possible to analyze the recent decisions of the patriot courts in order to recognize multiparentality, taking into account legal effects, in which it is concluded that multiparentality is a path without a return to reality which is presented, and it is up to the judge to defer it in cases where there is conflict and the legislator to adapt the law to the changes promoted by the Magna Carta in Family Law. It is concluded by the need to legitimize these links, emphasizing the importance of a Law that reflects the existing social realities.

Keywords: Family right. Multiparentality. Socio-affective parenting.

1 INTRODUÇÃO

O Direito de Família vem evoluindo e com isso abarca as novas situações fáticas jurídicas que estão surgindo. Do mesmo modo que os demais ramos jurídicos, não se deve manter imune às transformações da sociedade, a diversidade de entidades familiares que existem. Desse modo exige-se uma releitura e análise da codificação brasileira e jurisprudência sob o prisma da Constituição de 1988, no qual tem a família na posição de base da sociedade merecedora de proteção especial do Estado.

O presente trabalho aborda o novo mosaico familiar e a multiparentalidade, passando pela filiação e seus critérios de definição. Verifica-se que existe no ordenamento jurídico brasileiro espaço para o reconhecimento da multiparentalidade, instituto que representa a possibilidade de uma pessoa possuir mais de dois ascendentes de primeiro grau, simultaneamente, com a produção de efeitos jurídicos com relação a todos eles, tendo em vista a realidade na vida de muitas crianças e adolescentes, considerando o princípio da dignidade da pessoa humana e a afetividade como valor jurídico intrínseco ao ordenamento brasileiro.

O direito de família vem procurando ampliar sua área de abrangência para não deixar de fora nenhum caso da realidade social, acompanhando a tendência do direito civil constitucional, fruto do pós positivismo. Ressalta-se que já há jurisprudência nesse sentido, em face dos princípios da dignidade da pessoa humana, do melhor interesse da criança, da afetividade, dentre outros.

Na busca de um progresso jurídico, tem-se que não podem ser desprezadas as teses que visam ampliar e reconhecer direitos antes não previstos em nossa legislação. Nesse contexto entra a questão da multiparentalidade, recente no contexto jurídico. A melhor doutrina é a que entende pela possibilidade do reconhecimento da múltipla filiação registral. O intuito do presente trabalho é fazer uma análise jurídica da multiparentalidade diante do novo formato familiar que ela constata.

No primeiro capítulo será feita uma introdução acerca dos tipos de família e o seu desenvolvimento histórico. No segundo capítulo será abordado a multiparentalidade como nova figura de parentesco na Contemporaneidade, no qual conduzem a família na situação fática em que a criança possui dois pais ou duas mães, sendo um socioafetivo e o outro biológico, tendo os direitos da personalidade e os princípios constitucionais que orientam o direito de família. Esses princípios levam ao entendimento de que a multiparentalidade coopera para o melhor interesse da criança.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Mosaico Familiar e Seu Desenvolvimento Histórico

A família, através de um conceito atemporal, é entendida através de um sistema de relações construídas por meio de conceitos e preconceitos, ideais, sonhos e realizações. E por isso é considerada a célula *mater* da sociedade (GROENINGA, 2003, p.126).

Nos últimos anos o conceito de família vem sofrendo várias modificações, visto a evolução da sociedade, que faz com que a família encontre novas formas de ser e se formar. Desde antiguidade a instituição familiar sempre esteve em contínuas modificações. Na era romana a família era organizada sob a autoridade do pai que tinha o poder de vida e de morte sobre os filhos, já a mulher era submissa à autoridade do pai tal qual do marido, visto que esta servia somente para os afazeres domésticos, e a criação dos filhos, pois a lei da época não lhe concedia os mesmos direitos que o homem tinha.

O Brasil trouxe com a Constituição de 1934 a proteção perante a família através do Estado, passando a ser mediador das relações desse instituto, determinando sua indissolubilidade. As Constituições de 1946, 1967 e 1969 não tiveram significativas mudanças, apenas conservaram o amparo do Estado sobre a família. Ao nos remetermos a legislação civilista de 1916, podemos constatar que a família de modelo patriarcal é hierarquizada, composta através do matrimônio.

A partir da Constituição Federal de 1988 começou a priorizar a família como base da sociedade admitindo suas novas formas, estabelecendo assim novos valores

sociais, a partir da valorização da pessoa humana, além de assegurar o tratamento prioritário às crianças e aos adolescentes conforme seu melhor interesse, fundamentado na igualdade e dignidade da pessoa humana.

A família concebida como âmbito de realização ressalta a dignidade da pessoa, que agora não será mais coisificada, segue a tendência da influência constitucional no Código Civil de 2002 que mudou paradigmas, a pessoa passa ser objeto central do direito, e não a segurança pública. Para tanto as crianças, não vistas mais como meros incapazes, é posta pelo princípio do seu melhor interesse no centro do direito de família, e é na família o seu espaço de proteção e desenvolvimento, por isso a relevância do reconhecimento de todas as formas de família.

O artigo 226, §4º da Constituição Federal de 1988 dispõe sobre as diversas formas de reconhecimento da entidade familiar, como consta expressamente, *in verbis*: Artigo 226 (...) “§4. Entende-se, também, como entidade familiar a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.”

A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. Qualquer que seja o tipo de família, merece especial proteção do estado. Os parágrafos do artigo 226 fazem diferença a três tipos de família: Família Monoparental, Casamento e União Estável. Este rol é meramente exemplificativo. O artigo 28 do ECA estabelece 3 tipos de família, quais sejam: natural, ampliada e substituta. Agora, na inserção em família substituta, a família ampliada tem preferência.

O termo “família monoparental” constitui um silogismo, o qual visa denominar a presença de um só genitor, homem ou mulher, no papel da criação, educação e manutenção da prole (SANTOS; SANTOS, 2009). Os reflexos dessa entidade familiar, é a subtração da finalidade procriativa para a configuração da família, pois deixou de ser necessária a figura de um par. As famílias monoparentais podem ser aquelas constituídas por pais viúvos, pais solteiros que criam seus próprios filhos ou filhos adotados.

O casamento é o ato de celebração de matrimônio, por meio do qual se constitui a família de modo a se pautar na comunhão de vidas estabelecidas entre o casal. Nas

palavras de Ana Carolina Brochado Teixeira, Gustavo Pereira Leite Ribeiro e Alexandre Miranda Oliveira:

Conceituamos o casamento como sendo um contrato de família, solene e especial, entre duas pessoas, que visam a uma comunhão de vidas”. E justificávamos, afirmando que é um contrato, porque nasce com a vontade das partes de constituírem uma família exigindo tal consentimento. Porém não basta tal consentimento; é necessário à sua confirmação que sejam observadas as normas e procedimentos próprios, traçados pela lei, de molde a se aperfeiçoar. Por isto mesmo, solene e especial, já que existe forma específica para celebração.

Com o avanço social, o instituto do casamento vem sendo modificado aquilo que era antes conhecido como sendo meramente um contrato, a partir do qual a única exigência para sua concretização era o consenso das partes, passou-se a considerar como essencial o seu caráter sacramental de constituição de um laço familiar.

De acordo com Ana Carolina Brochado Teixeira, Gustavo Pereira Leite Ribeiro e Alexandre Miranda Oliveira (2010): “tem-se que a união estável é aquela que não concorre com o casamento, ou seja, é aquela união livre de forma expressa em lei, em que um homem e uma mulher, desimpedidos para se casar (...)”. A união estável foi expressamente reconhecida pela Constituição Federal de 1988. A relação não matrimonial existe já há muito tempo, sendo antes conhecida como concubinato, mas foi apenas em 1988 que a constituição reconheceu a união estável. Após a Constituição Federal de 1988, a primeira lei que regulamentou a união estável foi a Lei nº. 8.971/-94, que apresentava como principal requisito a exigência de cinco anos de convivência ou a existência de prole para o seu reconhecimento.

No entanto, em razão de críticas incisivas, foi promulgada Lei nº. 9.278/96, que afastou a exigência do tempo mínimo. Tanto o casamento quanto a união estável são entidades familiares protegidas pela constituição.

Essas mudanças constantes no Direito de Família são mencionadas também pelo autor Cristiano Chaves: “Com esse espírito, não se pode olvidar que a família está sempre se reinventando, se reconstruindo. Transforma-se a cada momento e espaço, naturalmente, renovando-se em face da sua própria estrutura cultural”. Notamos que a família vai se adequando às necessidades humanas entre tempo e espaço.

Já no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 25, caput, do entendesse que a família natural é aquela formada pelos pais ou qualquer um deles e os seus descendentes. Já a extensa é aquela que se estende além na unidade pais e filhos, ou por casal, sendo formada por parentes próximos no qual a criança ou adolescente convive e mantém vínculos afetivos, disposto no parágrafo único do referido artigo. Enquanto a substituta o menor deve ser encaminhado de maneira excepcional para uma das três modalidades possíveis, a guarda, tutela e adoção, conforme o Artigo 28 do ECA.

Diante do exposto, pode-se concluir que a família atual² além de abrigar os mais diversos arranjos familiares entrelaçados pela afetividade, não é uma instituição decorrente somente do matrimônio e não cabe mais as antigas preocupações patrimoniais que foram matrizes da família tradicional, hoje a família passou a significar o ambiente de desenvolvimento da personalidade e da promoção da dignidade de seus membros, sejam adultos ou infantes, o qual pode apresentar uma pluralidade de formas decorrentes das variadas origens (MACIEL, 2010, p.78). Nesse sentido, a família passa de instituição para ser família instrumento³, cuja razão de ser será a dignidade de cada membro.

Dessa forma, consagra-se contemporaneamente o modelo eudemonista de família, em que seus membros buscam, na própria família ou por meio dela, a sua própria realização, seu próprio bem-estar (GROENINGA, 2010, p.138). Atualmente, a família é funcionalizada pela afetividade, onde houver *affectio*, haverá família, unida por laços de liberdade e responsabilidade (LOBO, 2011, p.17).

2.2. A Multiparentalidade como Nova Figura de Parentesco na Contemporaneidade.

² Diante dos complexos e intrincados arranjos familiares que se delineiam no universo jurídico – ampliados pelo entrecruzar de interesses, direitos e deveres dos diversos componentes de famílias redimensionadas –, deve o Juiz pautar-se, em todos os casos e circunstâncias, no princípio do melhor interesse da criança, exigindo dos pais biológicos e socioafetivos coerência de atitudes, a fim de promover maior harmonia familiar e consequente segurança às crianças introduzidas nessas inusitadas tessituras. (STJ – Processo REsp 1106637/SP, RECURSO ESPECIAL 2008/0260892-8. Relatora Ministra Nancy Andrighi. Órgão Julgador T3 – Terceira Turma. Data do Julgamento: 01/06/2010.

³DIAS, 2009, p. 43, ressalta que ela passa a família instrumento por contribuir para o desenvolvimento da personalidade de seus membros e para o crescimento e formação da sociedade, o que justificaria a proteção do Estado.

A doutrina costuma reconhecer a existência de parentesco socioafetivo a partir da comprovação dos requisitos que compõem a posse de estado de filho. Na família da atualidade “o sujeito moderno é concebido enquanto ser que se autodetermina, que decide livremente sobre a sua vida, com vistas ao autodesenvolvimento da personalidade, já que este possui capacidade de dominar a si e a natureza através da razão”. (FACHIN, 2005, p, 62).

O que constitui a essência da socioafetividade é o exercício fático da autoridade parental, ou seja, é o fato de alguém, que não é genitor biológico, desincumbir-se de praticar as condutas necessárias para criar e educar filhos menores, com o escopo de edificar sua personalidade, independentemente de vínculos consanguíneos que geram tal obrigação legal. Portanto, nesse novo vínculo de parentesco, não é a paternidade ou a maternidade que ocasiona a titularidade da autoridade parental e o dever de exercê-la em prol dos filhos menores. É o próprio exercício da autoridade parental, externado sob a roupagem de condutas objetivas como criar, educar e assistir a prole, que acaba por gerar o vínculo jurídico da parentalidade.

Em suma, a multiparentalidade, também conhecida como dupla paternidade, é quando uma pessoa possui três pais, sendo, geralmente, dois biológicos e um reconhecido judicialmente, mas, podendo ser também, dois adotivos e um reconhecido judicialmente, ou, ainda, um adotivo, um biológico e um reconhecido judicialmente.

Apresentando outros argumentos, o autor Cristiano Chaves destaca a respeito da teoria da pluriparentalidade, no qual aduz que: “a existência de um vínculo de filiação socioafetivo não poderia eliminar a possibilidade de concomitante filiação biológica. Em razão disso, poderiam coexistir simultaneamente.”

Atualmente a família é funcionalizada pela afetividade, onde houver *affection*, haverá família, unida por laços de Liberdade e responsabilidade (LOBO, 2011, p 17).

Isso decorre da mudança da estrutura familiar e do conceito e critério de paternidade – é possível, portanto, reconhecer um vínculo estabelecido a partir de relação afetiva, ao invés da puramente biológica. o conceito de paternidade não é somente considerado o liame genético – leva-se em consideração “a paternidade

como aquela que, fruto do nascimento mais emocional e menos fisiológico” [2] e que “reside antes no serviço e amor que na procriação.

Neste contexto, a multiparentalidade significa a legitimação da paternidade/maternidade do padrasto ou madrasta que ama, cria e cuida de seu enteado (a) como se seu filho fosse, enquanto que ao mesmo tempo o enteado (a) o ama e o (a) tem como pai/mãe, sem que para isso, se desconsidere o pai ou mãe biológicos. A proposta é a inclusão no registro de nascimento do pai ou mãe socioafetivo permanecendo o nome de ambos os pais biológicos. Afirma a existência do direito a convivência familiar que a criança e ao adolescente exercem por meio da paternidade biológica em conjunto com a paternidade socioafetiva.

O reconhecimento da multiparentalidade se dá na própria relação de parentesco/filiação. Com isso o filho teria parentesco em linhas retas e colateral (até o quarto grau) com a família do pai/mãe afetivo e pai/mãe biológicos, fazendo valer todas as disposições expressas em lei quanto ao direito de família – incluindo, por exemplo, impedimentos matrimoniais e sucessórios.

A jurisprudência também vem reconhecendo o instituto da multiparentalidade. A seguir analisaremos as decisões dos Tribunais brasileiros no que diz respeito à temática. No estado de Rondônia foi pronunciada a sentença pela juíza da 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes, Dr^a. Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz, reconhecendo a multiparentalidade. Esta decisão se deu nos autos da ação de investigação de paternidade cumulada com anulação de registro civil, processo nº 0012530-95.2010.8.22.0002, proposta por A.A.B. em face de E.D.S.S. e M.D.S.D. Em suma, a juíza entendeu por bem levar em consideração o desejo da criança de estar vinculada aos dois pais, somado ao fato de que ambos anseiam tal vínculo. Diante desta situação aceitou o parecer do Ministério Público que pediu pelo reconhecimento da multiparentalidade.

Em uma sentença proferida pelo Supremo Tribunal Federal, na pessoa de seu Relator Luiz Fux, reconheceu a multipaternidade ao concluir que a paternidade socioafetiva não exime de responsabilidade o pai biológico, em seu voto afirmou que:

A partir da Carta de 1988, exige-se uma inversão de finalidades no campo civilístico: o regramento legal passa a ter de se adequar às peculiaridades e

demandas dos variados relacionamentos interpessoais, em vez de impor uma moldura estática baseada no casamento entre homem e mulher.

A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, salvo nos casos de aferição judicial do abandono afetivo voluntário e inescusável dos filhos em relação aos pais. (STF, Recurso Extraordinário (RE) 898060, Relator: Luiz Fux, decisão em 21 de setembro de 2016)

O Registro Civil é o primeiro meio de reconhecimento da multiparentalidade, o qual é determinado pelo art. 1º da Lei 6.015/73 (Lei de Registros Públicos) como sendo a garantia de autenticidade da filiação. Este registro deve ser averbado para ser reconhecido posteriormente, conforme determina art. 10, inciso II, do Código Civil (VIEIRA, 2015).

A averbação ocorrerá de acordo com o disposto pelo artigo 97 da Lei de Registros Públicos:⁴ “A averbação será feita pelo oficial do cartório em que constar o assento à vista da carta de sentença, de mandado ou de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico, com audiência do Ministério Público.”

Dito isso, observando os progressos ocorridos no Direito de Família, principalmente no que condiz ao afeto e à busca pela felicidade, verifica-se que a tendência é ter mais casos sendo levados ao Poder Judiciário, cujo objetivo seja o reconhecimento da multiparentalidade.

3. Métodos

Em relação aos aspectos metodológicos, as hipóteses são investigadas através de um estudo descritivo-analítico. No que tange à tipologia da pesquisa, esta é bibliográfica e jurisprudencial, e segundo a utilização dos resultados, pura, visto ser realizada apenas com o intuito de ampliar os conhecimentos. Segundo a abordagem, é qualitativa, na medida em que se aprofundará na compreensão das ações e relações

⁴ Art. 97. A averbação será feita pelo oficial do cartório em que constar o assento à vista da carta de sentença, de mandado ou de petição acompanhada de certidão ou documento legal e autêntico, com audiência do Ministério Público. Art. 97 da Lei de Registros Públicos - Lei 6015/73

humanas, bem como nas condições e frequências de determinadas situações sociais. Quanto aos objetivos, a pesquisa é descritiva, visto que expõe, explica e esclarece os problemas apresentados, e exploratória, uma vez que procurará aprimorar ideias, buscando maiores informações sobre a temática em foco.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O STF julgou recentemente o caso de uma mulher⁵ no tocante a multiparentalidade, onde a referida questão tratava da análise de qual das paternidades existentes deveria prevalecer – a socioafetiva ou a biológica – ou, qual delas possuía uma maior importância, sendo que ao fim concluiu-se pela possibilidade da coexistência entre ambas.

Recentemente o CNJ editou o Provimento nº 63, no qual dispõe sobre o reconhecimento voluntário e a averbação da paternidade e maternidade sócio afetiva no qual será processado perante o oficial de registro civil das pessoas naturais, com anuência de todos, filhos se esse for maior de doze anos, e os pais.

A tese de Repercussão Geral 622⁶ que restou aprovada foi que: “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”.

A tese deixa clara a possibilidade de cumulação entre a convivência e o afeto, entre a paternidade socioafetiva conjuntamente com a paternidade biológica, onde foi reconhecida judicialmente a existência de dois pais, bem como o reconhecimento jurídico da afetividade.

Sendo que não há necessidade de escolha entre um pai ou outro neste caso, e sim, a alteração de registro para constar ambos. Nesse parâmetro o

⁵ BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). Recurso Extraordinário nº 898.060-SP. Reclamante: A. N. Reclamado: F.G. Relator: Ministro Luiz Fux. <http://www.stf.jus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=4803092>.

⁶ 622 - Prevalência da paternidade socioafetiva em detrimento da paternidade biológica.

art. 1593 do Código Civil de 2002 ⁷que assim dispõe: “O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem.”.

Destarte é necessário observar que tem que existir um olhar clínico sobre todos os pedidos de reconhecimento, uma vez que há grandes possibilidades de os pedidos serem feitos apenas para fraudar terceiros, e caso de sucessão por exemplo, onde se requer o reconhecimento a multiparentalidade pós morte. Ou seja, mesmo que haja um avanço nas discussões e reconhecimento, faz-se necessária imensa cautela.

5 CONCLUSÃO

Este artigo trouxe um breve estudo sobre a multiparentalidade e o seu reflexo como nova configuração familiar, bem como tomando por base o recente caso em que o STF reconheceu este instituto com a tese de Repercussão Geral 622, e tornou-se límpido o grande avanço realizado no Direito de Família, muito embora não tenha ainda legislação que regulamente o assunto, muito menos pacificação doutrinária ante a todos os efeitos e consequências jurídicas que nasceram após o reconhecimento.

O estudo e o advento do reconhecimento da multiparentalidade, não se objetiva diminuir as responsabilidades decorrentes da paternidade biológica, mas sim, de reconhecer vínculos afetivos existentes.

Diante da opinião de diversos doutrinadores como Maria Berenice Dias, Paulo Lôbo, Ana Carolina Brochado Teixeira, Nelson Rosendal, Cristiano Chaves, e tantos outros, conclui-se que o instituto merece bastante estudo e reflexão, no qual deve ser analisado caso a caso, sem haver possibilidade de generalizações.

Com isso, conclui-se que mesmo com as constantes alterações e evoluções nas relações familiares, faz-se necessária uma extrema cautela ao se estabelecer novos paradigmas, sob pena de extinguir o instituto da família e sua essência social.

⁷ Art. 1.593. O parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem. Art. 1593 do Código Civil - Lei 10406/02

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 2018.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: . Acesso em: 18 set. 2013.

BRASIL. Lei nº 6015, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Brasília, 1973. Disponível em: . Acesso em: 20 mar. 2014.

BRASIL. Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994. Dispõe sobre direito dos companheiros a alimentos e à sucessão. Brasília, 1994. Disponível em: Acesso em: 23 nov. 1994.

BRASIL. Lei nº 9.278, de maio de 1996. Dispõe sobre a união estável. Brasília, 1996. Disponível em: Acesso em: 10 maio de 1996.

BRASIL. Lei nº 10.406, de janeiro de 2002. Dispõe sobre o Código Civil. Brasília, 2002.

BRÍGIDO, Carolina. Supremo Tribunal Federal reconhece dupla paternidade. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/supremo-tribunal-federal-reconhece-dupla-paternidade-20152483>>.

CHAVES. Cristiano Chaves de Farias. Curso de Direito Civil – Famílias, 9ª ed. Ver. E atual. Salvador, Editora Jus Podivm, 2017. P. 39./ 617.

DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 9. Ed. Rev., atual. E ampl São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

LÔBO, Paulo. Direito Civil – Famílias. São Paulo. Saraiva, 2011. FACHIN, Luiz Edson. Comentários aos novo código civil. Rio de Janeiro: Forense, 004. v. XVIII: do direito de família, do direito pessoal, das relações de parentesco

GROENINGA, Giselle Câmara. Família: um caleidoscópio de relações, in Giselle Câmara Groeninga; Rodrigo da Cunha Pereira (coord.), Direito de Família e Psicanálise – rumo a uma nova epistemologia, Rio de Janeiro, Imago, 2003.

STF, Recurso Extraordinário (RE) 898060, Relator: Luiz Fux, decisão. em 21 de setembro de 2016 .BRASIL, 2016.

SANTOS, Jonabio Barbosa dos; SANTOS, Morgana Sales da Costa. Família monoparental brasileira. Revista Jurídica, Brasília, n.92 out./2008 a jan./2009, p. 01-30. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/.../JonabioBarbosa_Rev92.pdf>. Acesso em: 8 de set. de 2011.

MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade. Direito Fundamental à Convivência Familiar. In Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade Maciel (coord.), Curso de Direito da Criança e do Adolescente – Aspectos teóricos e práticos, 4ª ed. Ver. E atual. Rio de Janeiro, Editora Lumen Juris, 2010.

Provimento Nº 63. Conselho Nacional de Justiça. de novembro de 2017.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite; OLIVEIRA, Alexandre Miranda. Manual de Direito das Famílias e das Sucessões. 2 ed. Belo Horizonte. Del Rey, 2010.

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Processo nº 0012530-5.2010.8.22.0002. Juíza de Direito: Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz. Decisão: 13 Mar. 2012. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/178674002/andamento-do-processon0005041-0720128220> Acesso em 20 de Maio de 2017.

VIEIRA, C. E. de A. Multiparentalidade: benefícios e efeitos jurídicos do seu reconhecimento pelo Direito. R. Curso Dir. UNIFOR, Formiga, v. 6, n. 2, p. 78-98, jul./dez. 2015.

O DIREITO SUCESSÓRIO DO COMPANHEIRO: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS DECORRENTES DO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 878.694/2017

Isabelle de Sousa Vasconcelos Barbosa¹

Ana Beatriz Lima Pimentel²

RESUMO

O presente artigo científico objetiva aprofundar o estudo nas mudanças que já ocorreram e nas que ainda irão ocorrer em decorrência do julgamento do Recurso Extraordinário 878.694, que foi julgado em 10 de maio de 2017, tal decisão tem repercussão geral e serve para todas as disputas de herança em qualquer instância judicial do país. A presente pesquisa se justifica pela importância do tema para toda a sociedade brasileira e pelo impacto de tais mudanças decorrentes do julgamento do RE. Os esclarecimentos são de grande importância para toda a sociedade, independentemente de ser ou não do meio jurídico, da classe social ou da sexualidade. O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica, através de materiais publicados em livros, artigos científicos, dissertações e teses, além disso, a análise jurisprudencial, tanto do RE acima mencionado, quanto de julgados anteriores de tribunais diversos, tendo assim uma pesquisa explicativa, realizando uma análise da teoria, aqui entrando o que determina a lei e a jurisprudência, e a forma como isso é posto em prática, analisando os julgados anteriores e os mais recentes e comparando as mudanças ocorridas. Concluiu-se pela equiparação do companheiro ao cônjuge no direito sucessório, todavia, também da necessidade de esclarecimentos acerca de pontos obscuros, como a definição do companheiro como herdeiro necessário ou não, embora a tendência ser a sua inclusão no rol, será necessária a movimentação da comunidade jurídica para estabelecer de forma concreta este ponto, afim de garantir uma melhor aplicação do direito e concretização da justiça, o que torna nítida a imprescindibilidade de nova reunião da comunidade jurídica afim de firmar esses entendimentos.

Palavras-chave: União estável. Direito de família e sucessões. Companheiro. Equiparação do convivente ao cônjuge. Companheiro como herdeiro necessário.

ABSTRACT

¹ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Christus. E-mail: isabellevasconcelos01@gmail.com

² Doutoranda em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestre em Direito Público – Ordem Jurídica Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Direito Privado pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Professora de Direito Civil do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS). E-mail: abeatrizlp@hotmail.com

The present scientific article aims to deepen the study on the changes that have already occurred and on which will still occur as a result of the judgment of Extraordinary Appeal 878.694, which was judged on May 10, 2017, such a decision has general repercussions and serves for all disputes of inheritance in any judicial instance of the country. The present research is justified by the importance of the theme for the whole Brazilian society and by the impact of such changes resulting from the judgment of the RE. Clarifications are of great importance for the whole society, regardless of whether or not it is legal, social class or sexuality. The method used was the literature search, through materials published in books, scientific articles, dissertations and theses, in addition, the jurisprudential analysis of both the abovementioned RE and previous judgments of several courts, thus having an explanatory research, performing an analysis of theory, here entering what determines the law and jurisprudence, and how it is put into practice, analyzing the previous and most recent judgments and comparing the changes that have occurred. It was concluded by equating the companion with the spouse in the inheritance law, however, also of the need for clarification on obscure points, such as the definition of the companion as necessary heir or not, although the tendency is to be included in the role, it will be necessary to move of the legal community to concretely establish this point, in order to ensure a better application of the law and the implementation of justice, which makes clear the indispensability of a new meeting of the legal community in order to establish these understandings.

Keywords: Stable union. Family law and inheritance. Companion. Equality of the cohabiting partner with the spouse. Companion as heir needed.

1 INTRODUÇÃO

Durante um longo período no direito brasileiro, o companheiro supérstite recebeu tratamento discriminatório na sucessão, tal situação perdurou até mesmo após a entrada em vigor do Código Civil de 2002, pois trouxe em seu artigo 1.790 um tratamento totalmente diverso do conferido ao cônjuge em idêntica situação, mesmo depois da Constituição Federal de 1988 ter reconhecido a união estável como uma instituição familiar merecedora de proteção.

Assim, durante muitos anos, foram iniciados e encerrados processos de inventário em que foram conferidos tratamentos diferentes e por vezes considerados injustos ao convivente em união estável. Todavia, em 10 de maio de 2017, o Supremo Tribunal Federal julgou o Recurso Extraordinário 878.694, entendendo pela inconstitucionalidade do artigo 1.790 do Código Civil que tratava da sucessão

do companheiro, tal decisão teve declarada a repercussão geral, ou seja, terá eficácia *erga omnes*.

Por maioria dos votos, (7 a 3), o STF declarou a inconstitucionalidade do referido artigo, determinando a equiparação do companheiro ao cônjuge, no que diz respeito ao direito sucessório, ou seja, aberta a sucessão, o companheiro supérstite será tratado como se fosse o cônjuge, considerando o regime de bens, e as demais disposições, como o direito à herança apenas nos bens particulares³ se concorrer com descendentes, por exemplo.

Mesmo após o STF ter julgado o RE e ter encerrado o questionamento acerca da (in)constitucionalidade do referido artigo, restam dúvidas sobre a situação do companheiro no direito sucessório, podemos exemplificar com a inclusão ou não do convivente no rol dos herdeiros necessários ou a perda da função do casamento no ordenamento jurídico brasileiro. Há ainda o questionamento daqueles que se sentiram injustiçados com aplicação da regra já declarada inconstitucional, seria cabível algum recurso para modificar os processos de inventário já finalizados?

Esses são apenas exemplos de questionamentos dentre muitos outros que poderão surgir a partir da aplicação da nova regra. Não podemos garantir qual forma será mais justa e igualitária e se a equiparação do companheiro ao cônjuge afetará de fato o instituto do casamento, causando o seu desuso no decurso do tempo. Apenas se sabe, que tal entendimento foi firmado pela Suprema Corte do nosso país, por ela entender que a diferenciação de tratamento para esses dois tipos de relação, feria profundamente os preceitos constitucionais.

Desse modo, o que se pretende aqui é aprofundar o estudo do que ocorria até ano passado nos processos de inventário em que haviam uniões estáveis e o que vai ocorrer a partir de agora, não adotando preferencialmente nenhum dos pontos, mas sim analisando a mudança que já vem ocorrendo e ainda ocorrerá no direito sucessório do companheiro.

³ “Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;”

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 União Estável

Em decorrência principalmente do direito brasileiro estar intimamente ligado a religião católica em virtude da colonização dos portugueses, por muito tempo só foram consideradas legítimas as uniões firmadas por meio do casamento, havendo grande discriminação as uniões de fato, estas eram muitas vezes intituladas como concubinato, sendo alvo inclusive de discriminações sociais.⁴

O Direito, mais do que a sociedade, demorou para se adequar a situação existente de união estável, causando grandes conflitos com a filiação, alimentos, partilha de bens e herança. A mudança nesse paradigma ocorreu com o advento da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a união estável em seu artigo 226, §3º, *in verbis*: “união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”.

A partir de então, a união passou a ser reconhecida e protegida no ordenamento pátrio, bem como as relações decorrentes dela, como os filhos, o direito a perceber alimentos, a partilha dos bens adquiridos na constância da união etc.

Venosa identifica cinco elementos constitutivos da União estável, quais sejam:

- a) estabilidade da união, como transcurso de razoável prazo; b) Continuidade da relação, complementar à estabilidade; c) diversidade de sexos, posto que necessário o intuito de gerar prole; d) a publicidade da convivência e; e) o objetivo de constituição de família.⁵

Assim, o Código Civil de 2002, ao ser promulgado firmou também a existência da união estável, exigindo para sua caracterização a existência de dois requisitos, quais sejam o *more uxorio* e o *affectio maritalis*, sendo o primeiro a comunhão de vidas, no sentido material e imaterial, em situação similar à de pessoas casadas, e o segundo consiste no propósito comum de formação familiar.

⁴ ESPINOSA, Marcello. Evolução Histórica da União Estável. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, a. MMXIV, n. 56, 11/06/2014. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/evolucao-historica-da-uniao-estavel>> Acessado em: 24 jun.2018.

⁵ VENOSA, Sílvio da Sávio. **Direito Civil**: direito de família, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 42.

Sabe-se que atualmente, a união estável tomou grandes proporções e é bastante comum e usual por toda a sociedade, sendo indiferente aqui classe social e até opção sexual, pois hoje em dia também é possível constituir união homoafetiva, nos mesmos parâmetros da heterossexual.⁶

A grande questão e maior diferenciação do direito civil brasileiro, é na parte que diz respeito ao direito sucessório, e foi até o ano de 2017, em direção contrária a garantia que foi conferida pela Constituição Federal de 1988, e conferindo tratamento totalmente diferenciado quando comparado ao instituto do casamento. Conforme será analisado no tópico posterior.

2.2 O direito sucessório do companheiro

Após a morte de um indivíduo, o direito sucessório torna-se o responsável por dar continuidade de gozo e fruição dos bens e obrigações do *de cujus*. Naturalmente, quando trata-se de sucessão *ab intestato*, a lei presume a vontade do autor da herança estabelecendo uma ordem de vocação hereditária, com o intuito de garantir que os familiares não ficarão desassistidos e sem sustento, estando o companheiro totalmente em desvantagem em tal ordem presumida.

Por muitos anos o companheiro foi tratado como alguém sem importância ao direito sucessório, isso está relacionado com o fato de a religião intervir no conceito atribuído a família, enxergando essa apenas como fruto da instituição de casamento. Mesmo que os integrantes da união estável fossem solteiros e tivessem filhos, a

6 BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADI 4277. Ministro Relator: Ayres Britto. Julgado em: 05/05/2018. Publicado em: 14/10/2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28ADI%24%2ESCLA%2E+E+4277%2ENUME%2E%29+OU+%28ADI%2EACMS%2E+ADJ2+4277%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos&url=http://tinyurl.com/bftpsyu>> Acessado em: 24. jun. 2018

INTERPRETAÇÃO DO ART. 1.723 DO CÓDIGO CIVIL EM CONFORMIDADE COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL (TÉCNICA DA “INTERPRETAÇÃO CONFORME”). RECONHECIMENTO DA UNIÃO HOMOAFETIVA COMO FAMÍLIA. PROCEDÊNCIA DAS AÇÕES. Ante a possibilidade de interpretação em sentido preconceituoso ou discriminatório do art. 1.723 do Código Civil, não resolúvel à luz dele próprio, faz-se necessária a utilização da técnica de “interpretação conforme à Constituição”. Isso para excluir do dispositivo em causa qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família. Reconhecimento que é de ser feito segundo as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva.

união não era considerada como família, e por este motivo, o companheiro sobrevivente não fazia jus a nenhum direito sucessório.

Nesse sentido, podemos observar alguns artigos do Código Civil de 1916 que tratavam da sucessão do companheiro, antes da promulgação da Carta Magna de 1988: nula a doação feita pelo cônjuge adúltero ao seu cúmplice (art. 1.177, CC/1916); impedimento para beneficiário de seguro de vida (art. 1.474, CC/1916); concubina do testador não podia ser contemplada em testamento (art. 1.719, III, CC/1916).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve uma grande revolução nos costumes em que as uniões de fato passaram a sofrer menos discriminações, mas ainda assim, no âmbito do direito sucessório, não se atingiu a igualdade, tendo atingido melhorias, como por exemplo o direito de usufruto e meação dos bens adquiridos na constância da união.

O artigo 1.790 do Código Civil tornou-se o responsável pela sucessão dos companheiros, *in verbis*:

Art. 1.790. A companheira ou o companheiro participará da sucessão do outro, quanto aos bens adquiridos onerosamente na vigência da união estável, nas condições seguintes: I – se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei foi atribuída ao filho; II – se concorrer com descendentes só do autor da herança, tocar-lhe-á a metade do que couber a cada um daqueles; III – se concorrer com outros parentes sucessíveis, terá direito a um terço da herança; IV – não havendo parentes sucessíveis, terá direito à totalidade da herança.

O dispositivo suso mencionado trouxe uma enorme desvantagem ao companheiro supérstite, indo de encontro ao que a Constituição consagrou, ou seja, a união estável como instituição familiar que merece proteção, pois bota o convivente em desvantagem até quando não existem descendentes ou ascendentes, estabelecendo divisão não justa com outros parentes sucessíveis, sendo estes os colaterais, que em regra, sequer seriam chamados a suceder. Desse modo, foi visto por muitos, como Hinoraka e Venosa, como um verdadeiro retrocesso.

Sobre o tema, Giselda Hinoraka assim dispõe:

Sem dúvida, nesse ponto o Código Civil não foi feliz. A lei não está imitando a vida, nem se apresenta em consonância com a realidade social, quando decide que uma pessoa que manteve a mais íntima e completa relação com o falecido fique atrás de parentes colaterais dele, na vocação hereditária.⁷

Assim, a doutrina desde a promulgação do Código Civil de 2002, vem expondo e argumentando acerca da sucessão do companheiro e da disparidade de tratamento que é conferido em relação ao cônjuge. Tal corrente também foi seguida por muitos juristas e aplicadores do direito, causando decisões conflitantes, até que se chegasse ao Supremo Tribunal Federal a fim de se obter um posicionamento unificado e considerado sensato e justo.

Em análise a jurisprudência, pode-se constatar a aplicação da regra disposta no artigo 1.790 do Código Civil e também a sua não aplicação. Neste sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - DIREITO DAS SUCESSÕES - UNIÃO ESTÁVEL - ART. 1.790, CÓDIGO CIVIL - CONSTITUCIONALIDADE. 1 - A opção do legislador em dispensar tratamento dispar para regular a sucessão do companheiro, que está prevista no art. 1.790, CC, não viola a Constituição da República. 2 - Recurso provido. (grifou-se)⁸

(TJ-MG - AI: 10024121771752001 MG, Relator: Jair Varão, Data de Julgamento: 27/03/2014, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 22/04/2014).

SUCESSÃO. UNIÃO ESTÁVEL. ORDEM DE VOCAÇÃO HEREDITÁRIA. Agravo de instrumento contra a decisão do juiz a quo que excluiu os Agravantes, irmãos do falecido, da sucessão, por entender que o direito do cônjuge sobrevivente precede o dos demais herdeiros colaterais, sendo, portanto, a companheira, ora Inventariante, legítima e única herdeira. O inciso III, do art. 1.790, CC disciplina que, em havendo parentes sucessíveis, a companheira fará jus à terça parte dos bens adquiridos onerosamente na constância da união. **Os recorrentes são irmãos do de cujus, portanto, parentes sucessíveis, conforme art. 1.829, CC. Ademais, o inciso IV do art. 1.790 é claro ao deferir a totalidade da herança à companheira, somente para o caso de não existirem parentes sucessíveis. Portanto, a decisão deve ser reformada. Recurso provido, nos termos do voto do Desembargador Relator.** (grifou-se).⁹

(TJ-RJ - AI: 00435197420108190000 RIO DE JANEIRO MEIER REGIONAL 2 VARA CIVEL, Relator: RICARDO RODRIGUES CARDOZO,

⁷ HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Comentários ao Código Civil**: parte especial – do direito das sucessões, (art. 1.784 a 1.856). 2. ed., São Paulo: Saraiva, 2007, p.20.

⁸ TJ-MG - AI: 10024121771752001 MG, Relator: Jair Varão, Data de Julgamento: 27/03/2014, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 22/04/2014.

⁹ TJ-RJ - AI: 00435197420108190000 RIO DE JANEIRO MEIER REGIONAL 2 VARA CIVEL, Relator: RICARDO RODRIGUES CARDOZO, Data de Julgamento: 14/10/2010, DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 22/10/2010.

Data de Julgamento: 14/10/2010, DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL,
Data de Publicação: 22/10/2010).

AGRAVO DE INSTRUMENTO - SUCESSÃO - UNIÃO ESTÁVEL - COMPANHEIRA - MEEIRA E HERDEIRA - ARTIGO 1790 DO CÓDIGO CIVIL - CONSTITUCIONALIDADE RECONHECIDA. - **A constitucionalidade do artigo 1790, III do Código Civil foi reconhecida por este Tribunal de Justiça. - O Código Civil previu duas normas distintas para regular a sucessão:** uma, para a hipótese de união estável, a presente no artigo 1.790, e outra para a hipótese de casamento, no artigo 1.829. Desta forma, não subsiste o argumento do magistrado afirmando que é inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros. - A agravante, na condição de companheira, deverá figurar como meeira e herdeira, concorrendo na herança, a companheira sobrevivente e os herdeiros sucessíveis, na forma do artigo 1.790, inciso III.

(TJ-MG - AI: 10000160849907001 MG, Relator: Carlos Roberto de Faria, Data de Julgamento: 24/04/0017, Câmaras Cíveis / 8ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 02/05/2017)

UNIÃO ESTÁVEL. **SUCESSÃO DO COMPANHEIRO. DIFERENÇA DE TRATO LEGISLATIVO ENTRE UNIÃO ESTÁVEL E CASAMENTO. VIOLAÇÃO A PRECEITOS OU PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. AFIRMAÇÃO DE TESE PELO STF. REPERCUSSÃO GERAL.** Tendo o eg. STF firmado tese, em repercussão geral, no sentido de que é inconstitucional a diferenciação de regime sucessório entre cônjuges e companheiros, devendo ser aplicado em ambos os casos o regime estabelecido no art. 1.829 do Código Civil, fica revisado o acórdão anterior, para o fim de considerar a embargante legítima sucessora do companheiro falecido diante da inexistência de descendentes e de ascendentes, pois participa da sucessão dos bens particulares, excluindo os colaterais. Embargos infringentes acolhidos. (grifou-se).¹⁰

(TJ-RS - Embargos Infringentes Nº 70038442166, Quarto Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 13/04/2018)

Foi motivado por divergências jurisprudenciais que se chegou ao julgamento do Recurso Extraordinário 878.694/2017, que encerrou de vez o questionamento acerca da (in)constitucionalidade do artigo 1.790 do Código Civil e determinou a equiparação do companheiro ao cônjuge no direito sucessório, conforme será analisado a seguir.

2.3 A sucessão no âmbito da união estável após o julgamento do RE 878.694/2017

¹⁰ TJ-RS - Embargos Infringentes Nº 70038442166, Quarto Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 13/04/2018)

Em 10 de maio de 2017, o Supremo Tribunal Federal julgou o Recurso Extraordinário 878.694, decidindo pela inconstitucionalidade do artigo 1.790 do Código Civil, que conferia tratamento diverso a companheiros e aos cônjuges no que diz respeito ao direito sucessório.

O artigo 1.790 do Diploma Civil vinha sendo alvo de críticas desde a entrada em vigor do Código, no ano de 2002, devido a severidade em que o convivente era tratado em fins sucessório, todavia, existem também correntes que defendem o posicionamento adotado pelo legislador civilista, argumentando a diferenciação de dois institutos, quais sejam o casamento e a união estável.

Com o julgamento, o STF entendeu que a hierarquização entre entidades familiares (união estável e casamento) é incompatível com a Constituição Federal, já que ela contempla ambas as formas de entidades familiares, decidindo assim pela equiparação entre cônjuges e companheiros, para fins sucessórios.

Nesses termos, abaixo a decisão do Supremo:

O Tribunal, apreciando o tema 809 da repercussão geral, por maioria e nos termos do voto do Ministro Relator, deu provimento ao recurso, para reconhecer de forma incidental a inconstitucionalidade do art. 1.790 do CC/2002 e declarar o direito da recorrente a participar da herança de seu companheiro em conformidade com o regime jurídico estabelecido no art. 1.829 do Código Civil de 2002, vencidos os Ministros Dias Toffoli, Marco Aurélio e Ricardo Lewandowski, que votaram negando provimento ao recurso. Em seguida, o Tribunal, vencido o Ministro Marco Aurélio, fixou tese nos seguintes termos: “É inconstitucional a distinção de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros prevista no art. 1.790 do CC/2002, devendo ser aplicado, tanto nas hipóteses de casamento quanto nas de união estável, o regime do art. 1.829 do CC/2002”. Ausentes, justificadamente, os Ministros Dias Toffoli e Celso de Mello, que votaram em assentada anterior, e, neste julgamento, o Ministro Luiz Fux, que votou em assentada anterior, e o Ministro Gilmar Mendes. Não votou o Ministro Alexandre de Moraes, sucessor do Ministro Teori Zavascki, que votara em assentada anterior. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 10.5.2017.

Sabe-se agora, após a decisão feita pela Corte Superior do país, que os companheiros e cônjuges serão equiparados para fins sucessórios, todavia, muitos pontos permanecem obscuros, como por exemplo, o questionamento acerca de o convivente ser ou não herdeiro necessário.

Alguns juristas, como Flávio Tartucce, entendem que sim, devido o cônjuge ser considerado como tal desde o advento do Código Civil de 2002, no entanto, para maior segurança jurídica e para que seja evitado o acontecimento de decisões conflitantes, o mais correto seria o estabelecimento de tais pontos.

Sobre o tema, Caio Mário aduz que: “não pode o interprete cingir-se à formal declaração do artigo 1.845 que determina, taxativamente, que os herdeiros necessários são apenas os descendentes, os ascendentes e o cônjuge sobrevivente”, mostrando-se de uma forma favorável a inclusão do companheiro no rol de herdeiros necessários.¹¹

A divergência entre os estudiosos e aplicadores do direito sobre a inconstitucionalidade ou não do artigo 1.790 do Código Civil, ocorre na maioria das vezes embasada no fundamento de que a união estável é diferente do casamento, e por isso não poderiam ser igualadas ou comparadas.

Alguns juristas como o Ministro Marco Aurélio, acreditam que tal equiparação em verdade, irá causar perda do sentido do casamento, pois com a constituição da união estável, que é feita de forma simples e nitidamente menos burocrática, se adquirirá os mesmos direitos que são conferidos aos que são casados legalmente, causando assim um verdadeiro desuso do casamento.

Foi nesse sentido o voto do Ministro Marco Aurélio no RE 646.721, do qual ele era relator.

É temerário igualizar os regimes familiares a repercutir nas relações sociais desconsiderando por completo o ato de vontade direcionado à constituição de específica entidade familiar que a Carta da República prevê distinta, inconfundível com o casamento, e, portanto, a própria autonomia dos indivíduos de como melhor conduzir a vida a dois.¹²

Para o relator, não seria razoável conferir após a morte tratamento diverso do que foi escolhido em vida, supondo nesse caso, que as pessoas escolheram a união estável e não o casamento, não podendo assim conferir tratamento igualitário. Todavia, conforme se depreende com a análise do julgado, a maioria dos votos foi

¹¹ PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**: Direito das Sucessões. 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2002, v,6, p.149.

¹² É INCONSTITUCIONAL diferenciação de união estável e casamento para fins de sucessão, define STF. 2017. **Migalhas**. Disponível em: < <http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI258630,71043-E+inconstitucional+diferenciacao+de+uniao+estavel+e+casamento+para>> Acesso em: 20 jun.2017.

em sentido contrário, estando fixada a tese de inconstitucionalidade do artigo 1.790 do Código Civil.

3 MÉTODOS

O presente artigo foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica, através de materiais publicados em livros, artigos científicos, dissertações e teses, analisando os mais variados posicionamentos acerca da sucessão no âmbito da União Estável.

Além disso, a pesquisa foi realizada com análise da jurisprudência brasileira, principalmente dos votos proferidos pelos Ministros do Supremo Federal no julgamento do Recurso Extraordinário 878.694/2017, mas também fazendo um comparativo das decisões anteriores ao julgamento, se elas seguiam o que era determinado pelo artigo 1.790 do Código Civil, ou se já haviam equiparações ao regime sucessório do cônjuge.

Tendo assim um pesquisa explicativa, realizando uma análise da teoria, aqui entrando o que determina a lei e a jurisprudência, e a forma como isso é posto em prática, analisando os julgados anteriores e os mais recentes e comparando as mudanças ocorridas.

4 CONCLUSÃO

Muitas são as correntes sobre o tema, umas comemoram a declaração da inconstitucionalidade do artigo 1.790 do Código Civil e outras a condenam. Contudo, apenas teremos a certeza de qual foi a melhor escolha com o passar dos anos, momento em que poderá ser constatado as consequências jurídicas dessa mudança e fixação de equiparação.

Para a maioria das pessoas, parece ser razoável manter o padrão de vida que o companheiro supérstite tinha enquanto era vivo o seu parceiro, e não tratar de forma tão desigual pessoa que foi de suma importância para formação de vínculo familiar, e é essa a corrente que me filio.

Há ainda pontos obscuros, como a definição do companheiro como herdeiro necessário ou não, embora a tendência ser a sua inclusão no rol, será necessária a

movimentação da comunidade jurídica para estabelecer de forma concreta este ponto, afim de garantir uma melhor aplicação do direito e concretização da justiça.

REFERÊNCIAS

ESPINOSA, Marcello. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA UNIÃO ESTÁVEL. **Revista Científica Semana Acadêmica**. Fortaleza, ano MMXIV, Nº. 000056, 11/06/2014. Disponível em: <<https://semanaacademica.org.br/artigo/evolucao-historica-da-uniao-estavel>> Acesso em: 24 jun.2018.

HINORAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **Comentários ao Código Civil: parte especial – do direito das sucessões** (art.1.784 a 1.856). 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

É INCONSTITUCIONAL diferenciação de união estável e casamento para fins de sucessão, define STF. 2017. **Migalhas**. Disponível em:<<http://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI258630,71043E+inconstitucional+diferenciao+de+uniao+estavel+e+casamento+para>> Acesso em: 20 nov.2017.

MONTES, Rayssa Fernanda Coro. O companheiro como herdeiro necessário e legítimo. **Jus**. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/59711/o-companheiro-como-herdeiro-necessario-e-legitimo>>. Acesso em: 22 ago.2017.

SOUSA, Hemerson Daniel Fernandes. Princípio da dignidade da pessoa humana como instrumento de reconhecimento do direito sucessório às famílias simultâneas. **Jus**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/35749/principio-da-dignidade-da-pessoa-humana-como-instrumento-de-reconhecimento-do-direito-sucessorio-as-familias-simultaneas>. Acesso em: 22 ago.2017.

SOUZA, Daniela; GOMINHO, Leonardo Barreto Ferraz. Os direitos sucessórios na união estável: a inconstitucionalidade do artigo 1.790 do Código Civil pátrio. **Jus**. Disponível em: < <https://jus.com.br/artigos/55591/os-direitos-sucessorios-na-uniao-estavel-a-inconstitucionalidade-do-artigo-1-790-do-codigo-civil-patrio>>. Acesso em: 22 ago.2017.

TARTUCE, Flávio. STF entende que art. 1.790 do CC é inconstitucional. 2016. **Jusbrasil**. Disponível em: <<https://flaviotartuce.jusbrasil.com.br/noticias/380114976/stf-entende-que-art-1790-do-cc-e-inconstitucional>>. Acesso em: 25 set. 2017..



VENOSA, Silvio da Sávio. **Direito Civil: direito de família**, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

O EMPREENDEDORISMO COMO INSTRUMENTO DE EFETIVAÇÃO DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA

Bruno Riedel Nunes¹
Thiago Pinho de Andrade²

RESUMO

A função social da empresa advém de um ideal de justiça social, igualdade e solidariedade, estes, objetivos previstos na Constituição Federal de 1988. Destaca-se que o referido instituto é parte dos princípios da livre iniciativa e da propriedade privada, também presentes no texto constitucional. O presente artigo científico, possui como objetivo buscar como e se de fato o empreendedorismo é um instrumento que efetiva a função social da empresa e, por consequência, buscou-se entender quais os tipos existentes de empreendedorismo e se tais institutos são de fato um instrumento do desenvolvimento humano esperado pela sociedade, se respeitam de fato o que prevê a Constituição e de que forma são influenciadores no que concerne a Função Social da Empresa. O artigo se fez através de pesquisa teórica, utilizando-se de artigos científicos e de pesquisa documental, buscou-se ainda o entendimento jurisprudencial acerca da utilização do princípio da preservação da empresa, em virtude deste visar proteger a Função Social da Empresa. O estudo teve objetivo entender como o empreendedor é influenciador da função social da empresa no cenário atual, tendo como resultado da pesquisa a demonstração das diversas espécies existentes de empreendedores, em quais aspectos eles se destacam e de que modo eles efetivam a função social da empresa, visto que são participantes na atividade empresarial em diversos aspectos, evidenciando-se ainda, as decisões judiciais que apesar de seguirem praticamente o mesmo entendimento buscam demonstrar a importância da empresa perante a sociedade em virtude da sua função social, possuindo como principal argumento dos referidos julgamentos o princípio da preservação da empresa, vertente do instituto da função social da empresa. Por fim,

¹Discente do 9º semestre do curso de Direito do Centro Universitário Christus e aluno do Escritório de Práticas Empresariais do Centro Universitário Christus, brunoriedel@gmail.com.

²Doutorando em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Mestre em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). L.L.M em Direito Corporativo pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC/RJ), Especialista em Direito Processual pela Faculdade 7 de Setembro (FA7/CE). Professor Universitário e Advogado. Coordenador da Pós-Graduação em Direito Corporativo do Centro Universitário Christus, andradethiago@icloud.com.

concluiu-se que o empreendedor é de fato um vetor importante na instauração da atividade empresarial e conseqüentemente, através da conceituação ora explicada no presente texto, que toda Função Social da Empresa é inerente ao desenrolar do funcionamento desta, logo, a mera atividade empresarial enseja a Função Social da Empresa, protegendo o aspecto social, solidário e econômico visado pelo legislador ao instituir a Constituição Federal de 1988.

Palavras-chave: Empreendedorismo. Direito Empresarial. Função Social da Empresa. Empresa. Empresário.

ABSTRACT

The social function of the company comes from an ideal of social justice, equality and solidarity, these objectives, foreseen in the Federal Constitution of 1988. It is emphasized that the institute is part of the principles of free initiative and private property, also present in the text constitutional. This article aims to find out how and if, in fact, entrepreneurship is an instrument that effectively serves the social function of the company and, consequently, sought to understand the existing types of entrepreneurship and whether these institutes are in fact an instrument of the human development expected by society, if in fact what the Constitution foresees and in what way they are influencers in what concerns the Social Function of the Company. The article was made through theoretical research, using scientific articles and documentary research, it was also sought the jurisprudential understanding of the use of the principle of preservation of the company, because of this aim to protect the Company's Social Function. The study had as objective to understand how the entrepreneur is influential of the social function of the company in the current scenario, having as a result of the research the demonstration of the diverse species of entrepreneurs, in what aspects they stand out and in what way they effect the social function of the company , since they are participants in the business activity in several aspects, evidencing also the judicial decisions that despite practically the same understanding seek to demonstrate the importance of the company to society by virtue of its social function, having as main argument of the aforementioned judgments the principle of the preservation of the company, slope of the institute of the social function of the company. Finally, it was concluded that the entrepreneur is in fact an important vector in the establishment of the entrepreneurial activity and consequently, through the concept explained in this text, that every Social Function of the Company is inherent in the operation of this business, a mere corporate activity gives rise to the

Social Function of the Company, protecting the social, solidarity and economic aspect targeted by the legislator when establishing the Federal Constitution of 1988.

Keywords: Entrepreneurship. Business Law. Corporate Function of the Company. Company. Businessman.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo busca tratar da Função Social da Empresa em sua conceituação no Direito Empresarial, pautando-se também, no texto constitucional, através dos princípios da livre iniciativa e propriedade privada. Buscará demonstrar como e de que forma o empreendedorismo está presente no contexto da Função Social da Empresa. Portanto, o presente trabalho visa explorar como é feita e se há de fato uma influência do empreendedorismo como instrumento de efetivação da Função Social da Empresa.

Por conseguinte, a pesquisa realizada se torna importante pois visa primordialmente discutir a importância da empresa que através da sua função social é geradora de um resultado de desenvolvimento humano, o que só acaba sendo possível pela significativa influência do empreendedor no aspecto da atividade empresarial.

Portanto, deve-se examinar de que forma será melhor empregado o conceito de empreendedorismo abordado no presente trabalho. Com isso, deve-se desde já, demonstrar que ao tratar da definição de empreendedor, poderá haver uma confusão entre inventor, gestor ou líder, afinal, há a possibilidade de dupla-função no mesmo instituto, este, denominado empresário.

Seguindo, buscar-se-á definir de que forma será empregada a conceituação da Função Social da Empresa, trazendo a conceituação de alguns autores, utilizando-as da melhor forma para o contexto do presente trabalho e entendendo desde já, que diante da existência da Empresa, há obrigações a serem preenchidas, estas, sendo de grande valia para a sociedade.

Em vista disso, caracteriza-se como Função Social da Empresa, principalmente, os resultados advindos da atividade empresarial que visam solidificar o que institui a Constituição Federal quando buscou normatizar a livre iniciativa, devendo os que iniciam um negócio, seguir os princípios basilares como justiça social, igualdade e solidariedade, obtendo como resultado principal e mais direto, a geração de empregos, a valorização do trabalho humano, o financiamento da atividade estatal através do pagamento de tributos, entre outros.

Desta feita, tem-se que o empreendedorismo possui uma grande influência no setor de desenvolvimento social e econômico na sociedade em que está inserido, afinal, grande parte dos negócios se iniciam através do empreendedor, logo, de forma lógica, tem-se que o empreendedorismo é um participante ativo na atividade empresarial, podendo ser um instrumento eficaz para garantir uma maior função social da empresa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Diante do apresentando, teremos que destacar os institutos que serão tratados no presente artigo, buscando um entendimento mais límpido, analisando conceitos de autores e como poderemos emprega-los no presente estudo.

2.1 Empreendedorismo

Para dar início ao estudo, deve-se entender o que de fato é o empreendedor, desse modo, Luiz Pondé, através de um estudo etimológico, alega que a expressão “empreendedorismo” se originou da expressão “*entreperneuship*”. O termo “*entreperneuship*”, advém da língua inglesa, em que faz uma espécie de junção do termo “*ship*” que infere uma qualidade, perícia, e com o termo “*entreperneur*”, é um termo francês, que seria uma espécie de contratante, logo, entende-se que “*entreperneuship*” é usada para caracterizar um perito dos negócios.³ De tal forma, destaca-se que o termo empreender, advém do termo latino “*prehensus*”, derivado de “*prehendere*”, utilizado basicamente como o ato de praticar.⁴

De outro modo, os tratamentos dado aos termos empreendedorismo e empreendedor, diversas vezes podem se confundir com o conceito de empresário, principalmente pelo fato de que este – quem exerce a atividade da empresa – se confunde na realidade fática com o empreendedor, aquele que inova em busca de

³ BARRETTO, apud 1998 BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015. ISSN 2359-3539. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/view/612/522>>. Acesso em: 11 jun. 2018. doi:<https://doi.org/10.18256/2359-3539/reit-imed.v1n1p25-38>

⁴ GALVÃO, Heveraldo. **Empresa e Desenvolvimento sustentável**: a função social da empresa e a proteção dos interesses coletivos. 2008. 128 f. Dissertação de mestrado. UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto. Programa de mestrado em direitos coletivos e função social do direito. Ribeirão Preto, 2008, p. 22. Disponível em: <http://www.unaerp.br/documentos/403-heveraldo-galvao/file>. Acesso em: 03/08/2018.

soluções para o empreendimento, portanto, deve ser relativizado e as vezes equiparados no contexto do presente trabalho.

Ao tratar do empreendedorismo podemos enfatizar diversos tipos de visões divergentes entre os autores estudiosos do assunto, contudo, o autor que mais se enquadra no presente trabalho, este que busca demonstrar a influência do empreendedorismo na função social da empresa, ao tratar os tipos existentes de empreendedores é Pessoa (2005) que define em três os principais tipos de empreendedores: I – corporativo; II – *startup* e; III – social.

Conforme Baggio, o empreendedorismo corporativo é definido “como sendo um processo de identificação, desenvolvimento, captura e implementação de novas oportunidades de negócios, dentro de uma empresa existente.”⁵

Já o empreendedor *startup*, é caracterizado como o que visa a criação de novas empresas e negócios, observando o mercado atual, visando sanar problemas existentes ou iniciando um novo negócio em busca de resolver a situação observada.

Nas palavras de Baggio

O empreendedor *startup* tem como objetivo dar origem a um novo negócio. Ele analisa o cenário e diante de uma oportunidade apresenta um novo empreendimento. Os seus desafios são claros: suprir uma demanda existente que não vem sendo dada devida atenção; buscar e apresentar diferenciais competitivos em um mercado já existente; vencer a concorrência; conquistar clientes; e alcançar a lucratividade e a produtividade necessárias à manutenção do empreendimento.⁶

Por fim, o empreendedor social é considerado um misto de diversos fatores, Baggio, tratou-o do seguinte modo:

⁵BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015. ISSN 2359-3539. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/view/612/522>>. Acesso em: 11 jun. 2018. doi:<https://doi.org/10.18256/2359-3539/reit-imed.v1n1p25-38>

⁶BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015. ISSN 2359-3539. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/view/612/522>>. Acesso em: 11 jun. 2018. doi:<https://doi.org/10.18256/2359-3539/reit-imed.v1n1p25-38>

O empreendedorismo social é um misto de ciência e arte, racionalidade e intuição, ideia e visão, sensibilidade social e pragmatismo responsável, utopia e realidade, força inovadora e praticidade. O empreendedor social subordina o econômico ao humano, o individual ao coletivo e carrega consigo um grande “sonho de transformação da realidade atual”. O empreendedorismo social difere do empreendedorismo propriamente dito em dois aspectos: não produz bens e serviços para vender, mas para solucionar problemas sociais, e não é direcionado para mercados, mas para segmentos populacionais em situações de risco social (exclusão social, pobreza, miséria, risco de vida).⁷

Em vista disso, deve-se destacar o fato de produzir bens e serviços para circulação é um caracterizador do empresário, então, não seria o empreendedor social um empresário? Logo, o seu negócio apesar de ser voltado para o social não possuiria função social?

André Ramos Tavares, destaca a definição e a diferenciação dos termos empresa, empresário e o estabelecimento empresarial

Empresa é uma atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços. Empresário é a pessoa, física (empresário individual) ou jurídica (sociedade empresária ou EIRELI), que exerce profissionalmente uma empresa (art. 966 do CC). E estabelecimento empresarial é o conjunto organizado de bens, materiais ou imateriais, usados no exercício de uma empresa (art. 1.142 do CC).⁸

Posto isto, o empreendedor social, desde que não encaixado no parágrafo único do artigo 966, Código Civil, em que aduz que aqueles que exercem profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se constituir o elemento de empresa, não serão considerados empresários.

Conseqüentemente, será considerado empresário o empreendedor social, desde que não encaixado no aspecto do parágrafo único. Afinal, o artigo 966, caput, em que aduz “considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços”, não

⁷BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015. ISSN 2359-3539. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/view/612/522>>. Acesso em: 11 jun. 2018. doi:<https://doi.org/10.18256/2359-3539/reit-imed.v1n1p25-38>

⁸ Ramos, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial**. – 7. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017. p 26.

trata da venda ou busca do lucro como fato caracterizador do empresário. Então, a mera produção e circulação de bens mesmo que não sejam destinadas para obter o lucro e sim voltadas para o meio social, será considerado atividade empresarial e dotada de Função Social.

Concluindo quanto aos tipos de empreendedores, deve-se apontar que em diversas situações há uma confusão entre tipos de pessoas no empreendedorismo, como em: empreendedor e gerente e, empreendedor e inventor. Pode-se dizer que tais confusões geralmente não devem ser levadas em consideração no que concerne às atividades cabíveis a cada um, um inventor e um empreendedor possuem papéis diferentes, bem como um gerente e um empreendedor.

Contudo, jamais se pode afirmar que tais papéis não podem ser trabalhados por uma única pessoa. O mesmo acontece ao fator líder e empreendedor, porém, nesse quesito, há chance de maior confusão entre os dois papéis, pois o objetivo de ambos é bem semelhante, não podendo se afirmar que um empreendedor sempre será um líder e vice-versa, em virtude da possibilidade de instituir ideias e não ser um controlador, gerenciador de pessoas, entre outros.⁹

Diante do discutido, podemos definir que empreendedorismo é um conjunto de iniciativas e ações destinadas ao desenvolvimento de atividades empresariais. No Brasil, o estudo do empreendedorismo teve início diante da atividade do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Sebrae, que busca estabelecer uma qualificação aos novos empreendedores no intuito de ajudar aqueles que não possuem conhecimento de administração de negócios, fazendo com que haja mais qualidade nos novos empreendimentos, bem como, evitando o encerramento precoce de empresas já abertas.¹⁰

⁹BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015. ISSN 2359-3539. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/view/612/522>>. Acesso em: 11 jun. 2018. doi:<https://doi.org/10.18256/2359-3539/reit-imed.v1n1p25-38>

¹⁰TOMASEVICIUS, Eduardo. Empreendedorismo e Função Social da Empresa. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. v. 946, ago. 2014, p. 139. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad6adc6000016501a687b3a6f14bcc&docguid=l2758d5400d7711e4a04c010000000000&hitguid=l2758d5400d7711e4a04c010000000000&spos=4&epos=4&td=5&context=42&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1>. Acesso em: 03/08/2018.

2.2 Função Social da Empresa

Ao tratar da Função Social da Empresa, deve-se estabelecer a importância que esta possui no cenário atual, seja como participante do desenvolvimento humano, este que abrange o desenvolvimento econômico e social. Cumpre-se salientar que empresa é conceituada através do art. 966, do Código Civil em que aduz

Art. 966. Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Parágrafo único. Não se considera empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

Destarte, a partir do momento em que o Estado se afastou da responsabilidade de ser o explorador da atividade econômica, quando na Constituição Federal em seu artigo 173, aduziu “ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.” A atividade econômica no país, passou a ser efetivada principalmente através das empresas, que se utilizaram do princípio da livre iniciativa.

A livre iniciativa é tratada na Constituição Federal no art. 1º, IV em que já se demonstra o ideal esperado da exploração econômica através da própria sociedade, quando aduz que é um fundamento do Estado a livre iniciativa.

Já no título da Ordem Econômica e Financeira, no capítulo de princípios gerais da atividade econômica que estabelece a livre iniciativa como princípio norteador da Ordem Econômica brasileira, busca-se de certa forma, garantir uma autonomia a todos que desejam possuir um negócio no país, por isso, cabendo também ao empreendedor, visto que este assume o risco do empreendimento, bem como também possui o bônus do lucro.

Deve-se esclarecer que a mesma Constituição que estabelece o princípio da livre iniciativa, também versa acerca de limitações deste, no intuito de proteger a ordem social.

O princípio da liberdade de iniciativa tempera-se pelo da iniciativa suplementar do Estado: o princípio da liberdade de empresa corrige-se com o da definição da função social da empresa: o princípio da liberdade de lucro, bem como o da liberdade de competição, moderam-se com o da repressão do poder econômico; o princípio da liberdade de contratação limita-se pela aplicação dos princípios da valorização do trabalho e da harmonia e solidariedade entre as categorias sociais de produção; e finalmente, o princípio da propriedade privada restringe-se com o princípio da função social da propriedade.¹¹

Dessa forma, importa-se dizer que a empresa passou a ser possível dentro de uma sociedade a partir do momento em que o Estado garante a livre iniciativa, mesmo que diante de tal regra ainda existam as possibilidades de empresas suplementares, conforme demonstra Ivo Fernandes Sousa Silva “ademais, o artigo 173 da Carta Magna impõe que o Estado somente poderia fazer exploração econômica, estritamente em hipóteses de segurança nacional ou interesse coletivo (empresas públicas e sociedades de economia mista)”¹².

Destarte, diante do que estabelece o artigo 173, CF, demonstrou-se a possibilidade de o Estado atuar como explorador de atividade econômica quando se tratar de segurança pública ou relevante interesse coletivo, possibilitando assim, a criação de sociedades de economia mista e empresas públicas, desde que em prol da coletividade.

Desse jeito, quando se trata da livre iniciativa somente será constitucional tal princípio se atender as finalidades públicas presentes no texto constitucional, a exemplo da proteção da concorrência, justiça social, função social da propriedade e valorização do trabalho e do trabalhador.¹³

Conseqüentemente, a partir da livre iniciativa, tornou-se possível a criação de empresas e assim teve início o desenvolvimento econômico, este, vinculado com o desenvolvimento social, que unidos se atrelam ao princípio mais relevante presente

¹¹MOREIRA NETO, 1989 apud SILVA, Ivo Fernandes Sousa. A livre iniciativa e a função social na Constituição Federal. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XVII, n. 197, p. 56-65, out. 2017, p. 60. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34375/20789>. Acesso em: 28/07/18.

¹²SILVA, Ivo Fernandes Sousa. A livre iniciativa e a função social na Constituição Federal. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XVII, n. 197, p. 56-65, out. 2017, p. 60. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34375/20789>. Acesso em: 28/07/18. p. 6.

¹³SILVA, Ivo Fernandes Sousa. A livre iniciativa e a função social na Constituição Federal. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XVII, n. 197, p. 56-65, out. 2017, p. 60. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34375/20789>. Acesso em: 28/07/18.

na Constituição Federal, o da dignidade da pessoa humana, afinal, é de extrema importância em todos os aspectos mencionados acima, o interesse da pessoa, visto que não há desenvolvimento econômico sem que haja participação destas, seja como produtoras ou consumidoras.

Do mesmo modo, o desenvolvimento econômico faz com que haja o desenvolvimento social, através de geração de empregos ou da melhoria na qualidade de vida através das realizações dos empreendimentos, de modo que a dignidade humana sempre será alavancada.¹⁴

Humberto Theodoro Júnior expõe acerca do desenvolvimento econômico a partir da livre iniciativa

A ordem constitucional de nossos tempos, por isso, evita o intervencionismo gerencial público no processo econômico; deixa de atribuir ao Estado a exploração direta dos empreendimentos de ordem econômica; mas também não pode permitir que em nome da liberdade negocial a força econômica privada seja desviada para empreendimentos abusivos, incompatíveis com o bem-estar social e com valores éticos cultivados pela comunidade.¹⁵

Dessa forma, demonstra como a função social da empresa advém do princípio da livre iniciativa, pois apesar da livre iniciativa permitir que haja a iniciativa e a decisão por parte do empreendedor, o negócio por ele criado deve atingir os fins sociais dispostos pela Constituição Federal.

Sendo assim, podemos marcar como Função Social o dever atribuído pelo texto normativo, podendo acontecer através da própria Constituição Federal que através dos diversos artigos, como o art. 5º, XXIII; art. 170, III; art. 173, §1º, I; art. 182, §2º; art. 184, *caput*; art. 185, parágrafo único, bem como através do Código Civil, no art. 421 e na Lei nº 6.404/76 em seu artigo 116, parágrafo único e por fim no artigo 47 da Lei 11.101/05, momento em que de forma reiterada versam acerca da função social, buscando demonstrar que através de tais normas, persegue-se um bem para a coletividade.

¹⁴MAGALHÃES, Rodrigo A. A função social e a responsabilidade social da empresa. **Revista Magister Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor**, São Paulo, v. 28, p. 10-23, 2009.

¹⁵THEODORO JUNIOR, 2004 apud MAGALHÃES, Rodrigo A. A função social e a responsabilidade social da empresa. **Revista Magister Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor**, São Paulo, v. 28, p. 10-23, 2009

Diante de tais exposições da origem e da ideia atrelada ao termo Função Social, quando tratamos de Função Social da Empresa, devemos estabelecer que sua melhor definição seria basicamente um dever dos empreendedores, nesse aspecto, confundindo-se com os empresários e administradores, de efetuar o que propõe o art. 966, Código Civil, trazendo benefícios para a sociedade ao redor.¹⁶

A função social da empresa é reflexo do desenrolar da atividade empresarial ideal, a qual gera externalidades positivas, propiciando transformação social a partir do simples início da operação, atingido assim, em maior ou menor grau, os anseios da justiça social (um dos fundamentos basilares da função social) que concilia a função individual e a função social.¹⁷

Desta forma, destaca-se que ao desenrolar a atividade empresarial, conseqüentemente já estará o empreendedor, ora empresário, administrador do negócio, sendo um instrumento que garantirá a Função Social da Empresa, de modo que sempre deverá ser observado as imposições existentes acerca do interesse da coletividade.

Tais imposições, são normas advindas da livre iniciativa e também norteiam um modelo de negócio que não só traga benefícios para o empresário, (empreendedor) ou a sociedade empresária, conforme expressa TomaseVicius

O empresário ou a sociedade empresária só devem auferir os benefícios dessa liberdade na medida em que essa atividade empresarial possa proporcionar a todos um aumento das condições de vida da sociedade ou mantê-las, caso essa sociedade já tenha atingido um bom grau de desenvolvimento econômico. Não se admite, segundo o art. 170, que a liberdade de empresa seja considerada uma função individual do empresário, que só a ele traga benefícios¹⁸.

¹⁶TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. A Função Social da Empresa. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 810, n. 92, p. 33-50, abr. 2003. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9a0000016501b225ab85604523&docguid=led3eba50f25411dfab6f010000000000&hitguid=led3eba50f25411dfab6f010000000000&spos=2&epos=2&td=5&context=20&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1>. Acesso em: 02/08/2018.

¹⁷ ANDRADE, Thiago Pinho de. **Empresa, Responsabilidade e Função Social**. Curitiba: CRV, 2016. p 127.

¹⁸ TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. A Função Social da Empresa. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 810, n. 92, p. 33-50, abr. 2003. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9a0000016501b225ab85604523&docguid=led3eba50f25411dfab6f010000000000&hitguid=led3eba50f25411dfab6f010000000000&spos=2&epos=2&td=5&context=20&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1>

Então, por mais que haja um direito de ser possuidor do próprio negócio, a empresa é possuidora do dever de ter uma função social, portanto, deve permitir novas oportunidades, benefícios e principalmente o desenvolvimento econômico e social para a sociedade que acaba por efetuar de certa forma uma prestação e uma contraprestação para aquela empresa.

Aponta-se que a Função Social da Empresa advém historicamente de diversos princípios como livre iniciativa, propriedade privada e com o passar dos tempos, a importância o princípio da função social da empresa se fez valer a partir do momento em que se busca uma sociedade com mais justiça em suas relações jurídicas e econômicas.

Dessa forma, pode-se observar como o entendimento jurisprudencial se utiliza do termo função social

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL E RECUPERAÇÃO JUDICIAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL.1. O juízo onde se processa a recuperação judicial é o competente para julgar as causas em que estejam envolvidos interesses e bens da empresa recuperanda. 2. O deferimento da recuperação judicial não suspende a execução fiscal, mas os atos de constrição ou de alienação, devem-se submeter ao juízo universal. 3. A Lei n. 11.101/2005 visa à preservação da empresa, à função social e ao estímulo à atividade econômica, a teor do seu art. 47.4. Agravo Regimental a que se nega provimento. (AgRg no CC 129.079/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 11/03/2015, DJe 19/03/2015)

Destaca-se que os julgamentos estão em sua maioria atrelando diversos princípios ao termo da função social. A análise que deve ser feita, se perfaz no fato de que devida a função social da empresa, se faz necessária a preservação desta, visto que é deveras importante para a sociedade em que está inserida, diante de todos os benefícios mencionados anteriormente, com isso, a busca da função social é de fato sempre visada para a realização do princípio constitucional da solidariedade e consecução da justiça social, mesmo que indiretamente argumentada.¹⁹

label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1. Acesso em: 02/08/2018. p 10.

¹⁹ TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. A Função Social da Empresa. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 810, n. 92, p. 33-50, abr. 2003. Disponível em:

2.3 O empreendedorismo como instrumento de efetivação da função social da empresa

Para dar início ao entendimento da importância do empreendedorismo como influenciador da função social da empresa, devemos sublinhar que quando se trata de função social da empresa há diversos tipos de entendimentos do que de fato seria tal princípio.

A extensão do conteúdo dos deveres positivos e negativos, impostos pela função social da empresa, vêm sendo discutida há muitos anos. De acordo com Alfredo Lamy Filho (1992, p. 58-59), os professores Adolf Berle e Merich Dodd Jr. debatiam esse tema na Harvard Law Review. Berle sustentava que os poderes e responsabilidades dos administradores deveriam estar voltados para o interesse dos acionistas, enquanto Dodd Jr. entendia o contrário, que deveriam estar voltados para o atendimento do interesse público. Ao final, Berle teria mudado de opinião, quando escreveu *The 20th Century Capitalist Revolution*, reconhecendo que o controlador deve agir de modo a atender à função social da empresa.²⁰

Diante do texto apresentado acima, alega-se que para uma empresa funcionar, ela deveria estar de acordo com o interesse dos seus acionistas, porém, diante da legislação pertinente, uma empresa deve sempre cumprir com sua função social. Afinal, o que uma empresa deve buscar como objetivo?

Acentua-se que o presente artigo buscou entender em que modo o empreendedorismo é de fato uma espécie de garantidor da função social da empresa, ou seja, precisou demonstrar o que de fato pode ser considerado empreendedorismo e como ele influencia a função social da empresa.

[https://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9a0000016501b225ab85604523&docguid=led3eba50f25411dfab6f010000000000&hitguid=led3eba50f25411dfab6f010000000000&spos=2&epos=2&td=5&context=20&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1](https://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9a0000016501b225ab85604523&docguid=led3eba50f25411dfab6f01000000000&hitguid=led3eba50f25411dfab6f010000000000&spos=2&epos=2&td=5&context=20&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1). Acesso em: 02/08/2018.

²⁰ TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. A Função Social da Empresa. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 810, n. 92, p. 33-50, abr. 2003. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9a0000016501b225ab85604523&docguid=led3eba50f25411dfab6f010000000000&hitguid=led3eba50f25411dfab6f010000000000&spos=2&epos=2&td=5&context=20&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1>. Acesso em: 02/08/2018. p 8.

Diante do exposto, tem-se como função social da empresa, o desenrolar da atividade empresarial²¹ que acaba por efetuar a valorização do trabalho, a geração de empregos, pagamento de tributos, desenvolvimento econômico e social, entre outros diversos fatores.

Para que um empreendedor seja o real influenciador e cumpra de fato a função social da empresa, deve-se primeiro entender como vem sendo empregado o termo empreendedor no presente texto, desse modo, sabe-se que em regra o controlador da empresa é quem tem o poder de efetivar a função social desta.

Apesar da regra aparentar demonstrar que o controlador da atividade empresarial seja de fato o possuidor do poder de efetuar e garantir a função social do negócio, diante dos tipos de empreendedores tratados no presente artigo, demonstrou-se a diversidade de funções e formas de se efetivar a função social da empresa.

Sendo assim, deve-se ter em mente que o controlador não é o único detentor do poder de efetuar a efetivação da função social da empresa, visto que no mundo moderno, existe diversos tipos de apoios, principalmente dos empreendedores que basicamente são especializados em solucionar problemas.

Diante dos tipos de empreendedores trazidos anteriormente, temos o empreendedor corporativo, conhecido por ser um empreendedor interno, que possui como principal papel buscar novas formas de realização do objetivo daquele negócio já existente, utilizando-se de fórmulas e meios eficientes²². Logo, quando há um resultado de que aquele negócio não está bem encaminhado, um empreendedor corporativo pode ser útil para resolução daquele problema, evitando diversos tipos de crise e permitindo a manutenção da atividade empresarial e tendo como consequência a efetivação de sua função social.

Porém, podemos destacar que na qualidade de um empreendedor *startup*, há uma funcionalidade primordial para a sociedade, sendo esta, em virtude da característica visionária de percepção de buscar soluções de problemas existentes que estão sendo esquecidos, não observados e deixados de lado, suprimindo uma

²¹ ANDRADE, Thiago Pinho de. **Empresa, Responsabilidade e Função Social**. Curitiba: CRV, 2016. p 127.

²² BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015. ISSN 2359-3539. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/view/612/522>>. Acesso em: 11 jun. 2018. doi:<https://doi.org/10.18256/2359-3539/reit-imed.v1n1p25-38>

demanda que as vezes não chega nem a ser observada, mais uma vez garantindo a função social, através do desenvolvimento econômico e social, alavancando o bem estar social.

O empreendedor *startup*, possui como característica, cumprir a função social da empresa dentro de sua natureza, visto que diante da conceituação de Baggio, ele ser o iniciador de negócios e como destacado no presente artigo, a função social da empresa se faz com o mero desenrolar da atividade empresarial.²³²⁴

Por fim, no que tange ao empreendedor social, destaca-se que se faz necessária a divisão dos institutos de responsabilidade social e função social. Deve ser levado em consideração que o empreendedor social, apesar de vender seu produto no intuito de alavancar o bem estar da sociedade como seu objetivo fim, esse fato não é condizente com a imposição que trata o termo da função social da empresa, visto que esse é advindo da lei e não da vontade do empresário administrador.

Conseqüentemente, há a realização da função social através do empreendedor social, mas não pelo seu objeto fim, mas pela consecução das atividades inerentes a uma empresa.²⁵

Diante do empreendedorismo em razão da função social da empresa, Tomasevicius tratou da seguinte forma:

Valendo-se dos conceitos de empreendedor e de empreendedorismo, é possível tecer novas considerações sobre a função social da empresa. A primeira delas é que o empreendedorismo é importante para a concretização desse princípio, porque não bastam apenas as empresas já existentes, mas também é preciso o surgimento de novas empresas, que proporcionarão novas oportunidades de negócios e de geração de riquezas, como também poderão concorrer para o desenvolvimento social e, sobretudo, na geração de empregos.²⁶

²³ BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015. ISSN 2359-3539. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/view/612/522>>. Acesso em: 11 jun. 2018. doi:<https://doi.org/10.18256/2359-3539/reit-imed.v1n1p25-38>

²⁴ ANDRADE, Thiago Pinho de. **Empresa, Responsabilidade e Função social**. Curitiba: CRV, 2016. p 127.

²⁵BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015. ISSN 2359-3539. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistas/article/view/612/522>>. Acesso em: 11 jun. 2018. doi:<https://doi.org/10.18256/2359-3539/reit-imed.v1n1p25-38>

²⁶TOMASEVICIUS, Eduardo. Empreendedorismo e Função Social da Empresa. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 946, ago. 2014, p. 141. Disponível em: <https://www.revistadostribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9a00000>

Assim sendo, destaca-se que o empreendedor é de fato importante na consecução da função social da empresa, afinal, insere-se em diversos aspectos, seja criando, inovando, solucionando e produzindo, de modo que a função social da empresa, que não deve ser pautada somente uma norma e sim como um princípio, permite-se crescer e acompanhar a evolução mercadológica e como consequência a evolução da sociedade.

Em vista disso, apesar da livre iniciativa buscar um respeito a permissibilidade do negócio próprio, não significa dizer que qualquer pessoa possa ou deva de fato iniciar um empreendimento, de modo que, um empreendimento traz consigo responsabilidades e quando tais responsabilidades não são cumpridas da forma correta acabam por afetar o bem-estar de todos.

Assim sendo, destaca-se que é de iniciativa dos empreendedores o a busca pelo desenvolvimento econômico e social, fazendo com que haja a substituição de empresas antiquadas, inovações no processo de produção, até mesmo o início de uma produção de serviços e produtos que estejam em falta no mercado.

Isto posto, somente quem tem o espírito empreendedor conseguirá manter um negócio funcionando por um longo período, afinal, o mercado sempre tende a se adaptar as necessidades e quem não possui aptidão para o mundo dos negócios, acabam por perder espaço e por tornar ineficaz a função social da empresa, trazendo um prejuízo para a sociedade em que se está inserida.

3 MÉTODOS

A presente pesquisa se constituiu tendo como método de abordagem a qualitativa, buscando uma revisão bibliográfica que buscou entender as análises individuais de diversos autores através da pesquisa documental, utilizando-se de periódicos, obras e artigos científicos, em busca de uma melhor explicação dos institutos analisados. Destaca-se que a maioria das obras analisadas foram artigos científicos publicados em revistas do mundo jurídico, momento em que se buscou uma conceituação e definição dos institutos do presente estudo, elucidando a influência de

um instituto para a existência do outro. Desta feita, explorou-se as jurisprudenciais que versassem acerca do princípio da função social da empresa e em virtude da não incidência de diversidade nos julgados, adotou-se a utilização de poucas jurisprudências no presente artigo, contudo, obteve em um relatório de voto a melhor definição e importância que se espera da função social da empresa, preservando assim uma maior justiça social, desenvolvimento econômico e conseqüentemente uma proteção a dignidade da pessoa humana.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Primordialmente, o presente artigo visou discutir o que de fato seria considerado função social da empresa, tendo como resultado a observação de que a função social da empresa deve ser sempre observada.

Discutiu-se que a função social é alcançada com o desenrolar da atividade empresarial, ou seja, a partir do momento em que a empresa entra em funcionamento, as benesses da função social da empresa passam a vigorar.

Observou-se que o poder legislativo ao propor normas que visem a preservação da empresa, a exemplo da Lei 11.101/2005 que visa tratar da Recuperação e Falência de Empresas, em que em momento algum visa a proteção do empresário, nesse aspecto, o administrador, e sim da proteção da atividade empresarial, que a todo momento é garantidora da função social, essa trazendo os benefícios decorrentes de sua atividade.

À vista disso, diante de tal posicionamento legislativo, temos a atividade do poder judiciário que estabelece em grande parte de suas decisões que de fato há de se tentar ao máximo a preservação daquela atividade empresarial, visto que ela é dotada naturalmente de função social.

Diante de tal exposição, temos em um julgado o que melhor se trata acerca da função social da empresa e sua devida preservação.

[...] nesse entendimento, em primeiro plano vislumbro a necessidade de se valorar o princípio da função social da empresa, em seu sentido mais amplo. Pode-se afirmar que, na concepção do Novo Código Civil, a empresa é um importante agente social, dotado de inegável poder sócio- econômico. Sabe-se que a empresa é responsável pela geração de empregos, pelo recolhimento de tributos e pela própria movimentação da economia. Sua função social é alcançada quando observa a solidariedade, promove justiça social, a livre iniciativa, a busca de pleno emprego, a redução das

desigualdades sociais, o valor social do trabalho, e a dignidade da pessoa humana.[...] Imprescindível a conscientização dos empresários de que há uma comunidade no interior de cada empresa e no entorno delas, que é afetada, direta ou indiretamente, positiva ou negativamente, pelos impactos das decisões que são tomadas. Tem-se que, a certas empresas tão-somente interessa a geração de lucro, naturalmente colidente com o princípio constitucional da valorização da dignidade da pessoa humana, e o respeito aos valores éticos fundamentais. Ademais, é fato relevante que, em caso de extinção das atividades da agravante, diversas famílias ficariam sem sustento, causando sérios danos sociais à comunidade, bem como, o abalo da própria empresa, com todos os reflexos do não pagamento de impostos, encargos sociais e compromissos diversos anteriormente contraídos.²⁷

Com isso, podemos observar o que de fato é a função social da empresa e a importância do empreendedorismo, seja constituindo empresas, salvando-as, inovando-as ou praticando atividades que integram a função social da empresa.

Por fim, entende-se que a importância do incentivo ao empreendedorismo na sociedade é necessário, em virtude desse ser um dos maiores apoiadores e garantidores da função social da empresa na sociedade.

5 CONCLUSÃO

O objetivo em que se pautou o presente artigo, foi em pautar uma análise de como o empreendedorismo está inserido no desenvolvimento humano da sociedade em que está envolvido.

Diante de tal perspectiva, buscou-se entender se o empreendedorismo é de fato um efetivador da função social da empresa e por consequência, fez-se necessário o estudo e a apresentação dos institutos ora analisados na problemática.

Observou-se que o empreendedorismo é algo amplo e por isso possui uma diversidade de aspectos, podendo ser destaque os seus tipos de empreendedores, a exemplo dos apresentados no presente trabalho, como o empreendedor *startup*, corporativo e o social.

Analisando de que modo tais empreendedores efetuam seu trabalho no cenário mercadológico e dessa maneira abriu espaço para que fosse feita uma análise

²⁷ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AgRg no AgIn no REsp 1.172.831, Rel. Ministro Raul Araújo, 4.^a Turma, julgado em 01.09.2016. Disponível em: <<https://www.revistadoatribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&sruid=i0ad82d9b00000164fd449a3edc4047fe&docguid=lf613d6f08c4b11e6943901000000000&hitguid=lf613d6f08c4b11e6943901000000000&spos=1&epos=1&td=36&context=23&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1>>

de forma mais expositiva acerca dos institutos do empreendedorismo como fator importante na consecução da função social da empresa.

Por consequência, analisou-se o que seria a Função Social da Empresa, momento em que se observou o seu papel na sociedade, como o legislador trata do termo empresa, como a Constituição visa sua proteção, entre outros fatores, inclusive a apresentação de jurisprudência, em que tratou de uma maior proteção a empresa, através de sua preservação em virtude da sua devida Função Social.

Deste modo, observou-se como de fato o empreendedor é membro ativo e instrumento mais do que necessário no que concerne a efetivação da função social da empresa, seja em qualquer dos aspectos tratados ou como qualquer dos outros tipos de tratamentos dados ao empreendedor no presente contexto, empresário, administrador, controlador, entre outros.

Por isso, concluiu-se que é de suma importância que haja incentivo ao empreendedorismo em virtude de que estes são os que dão início, salvam e promovem o desenvolvimento econômico e social, contudo, a valorização do empreendedor jamais deve sobressair sobre a função social da empresa.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thiago Pinho de. **Empresa, Responsabilidade e Função social**. Curitiba: CRV, 2016.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015. ISSN 2359-3539. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistasi/article/view/612/522>>. Acesso em: 11 jun. 2018. doi:<https://doi.org/10.18256/2359-3539/reit-imed.v1n1p25-38>

BARRETTO, apud 1998 BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: Conceitos e definições. **Revista de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, Passo Fundo, v. 1, n. 1, p. 25-38, jan. 2015. ISSN 2359-3539. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistasi/article/view/612/522>>. Acesso em: 11 jun. 2018. doi:<https://doi.org/10.18256/2359-3539/reit-imed.v1n1p25-38>

GALVÃO, Heveraldo. **Empresa e Desenvolvimento sustentável: a função social da empresa e a proteção dos interesses coletivos**. 2008. Dissertação de mestrado. UNAERP – Universidade de Ribeirão Preto. Programa de mestrado em direitos coletivos e função social do direito. Ribeirão Preto. Disponível em: <http://www.unaerp.br/documentos/403-heveraldo-galvao/file>. Acesso em: 03/08/2018.

MAGALHÃES, Rodrigo A. A função social e a responsabilidade social da empresa. **Revista Magister Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor**. v. 28, p. 10-23, 2009.

MOREIRA NETO, 1989 apud SOUSA SILVA, Ivo Fernandes. A livre iniciativa e a função social na Constituição Federal. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XVII, n. 197, p. 56-65, outubro. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34375/20789>. Acesso em: 28/07/18.

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. **Direito empresarial**. – 7. ed. rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2017.

SILVA, Ivo Fernandes Sousa. A livre iniciativa e a função social na Constituição Federal. **Revista Espaço Acadêmico**, ano XVII, n. 197, p. 56-65, outubro. 2017. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/34375/20789>. Acesso em: 28/07/18.

THEODORO JUNIOR, 2004 apud MAGALHÃES, Rodrigo A. A função social e a responsabilidade social da empresa. **Revista Magister Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor**. v. 28, p. 10-23, 2009

TOMASEVICIUS FILHO, Eduardo. A Função Social da Empresa. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 810, n. 92, p. 33-50, abr. 2003. Disponível em: <https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9a0000016501b225ab85604523&docguid=led3eba50f25411dfab6f010000000000&hitguid=led3eba50f25411dfab6f010000000000&spos=2&epos=2&td=5&context=20&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1>. Acesso em: 02/08/2018.

TOMASEVICIUS, Eduardo. Empreendedorismo e Função Social da Empresa. **Revista dos Tribunais**. São Paulo. v. 946, ago. 2014. Disponível em: <https://www.revistadotribunais.com.br/maf/app/resultList/document?&src=rl&srguid=i0ad82d9a0000016501b225ab85604523&docguid=l2758d5400d7711e4a04c010000000000&hitguid=l2758d5400d7711e4a04c010000000000&spos=4&epos=4&td=5&context=28&crumb-action=append&crumb-label=Documento&isDocFG=false&isFromMultiSumm=&startChunk=1&endChunk=1>, Acesso em: 02/08/2018.

**TEORIA DOS PRECEDENTES VINCULANTES NA LEI 13.105/15 E
APROXIMAÇÃO DO SISTEMA BRASILEIRO DE JUSTIÇA AO *COMMOM LAW***

Elyne Eulálya Mendonça Lopes¹
Damião Soáres Tenório²

RESUMO

O presente trabalho acadêmico teve como principal imbróglio a aplicação da Teoria dos Precedentes vinculantes no ordenamento pátrio após a vigência do Código de Processo Civil e a decorrente aproximação ou não aos ditames do Direito Costumeiro. Trata do tema renomados doutrinadores jusbrasileiros que o abordam de modo controverso, apresentando diferentes visões acerca da aplicação do instituto, da aproximação ao *Commom Law*, dos benefícios à jurisdição brasileira com a implantação da teoria e a adequação da mesma ao *Civil Law*. Na pesquisa, foram realizados levantamentos das inovações trazidas pelo código de processo civil no que concerne à adoção da teoria dos precedentes vinculantes, quais os pontos de convergência e de divergência com relação aos ordenamentos estrangeiros que também adotam a referida teoria. Nesse ponto e com base nas informações colhidas, foi possível ponderar as diferenças e semelhanças para, ao final, analisar se, de fato, o ordenamento jurídico brasileiro, eminentemente adepto ao *Civil Law*, está se aproximando do modelo do *Commom Law*, provenientes de países com histórico jurídico antagônico aos países dos quais o Direito brasileiro herdou sua essência. A metodologia utilizada foi do tipo bibliográfica, com pesquisa a artigos publicados em periódicos e livros de doutrina, bem como pesquisa à legislação vigente. Foi possível auferir que, ao passo que o Código de Processo adotou a teoria em estudo, também adotou mecanismos que permitem a adequação do instituto aos moldes do sistema

¹ *Graduanda do 9º período em Direito pelo Centro Universitário Christus – UNCHRISTUS. – UNCHRISTUS. Contato: elyneeulalya@hotmail.com>

² * Mestre em Direito e Gestão de Conflitos pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Pós-graduado em Processo pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), graduado em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Docente das disciplinas de Processo Civil II e Processo Civil III no Centro Universitário Christus – UNCHRISTUS. Contato: damiaobc@hotmail.com.

jurídico brasileiro, sendo evidenciadas peculiaridades não existentes no sistema do Common Law. A adoção da teoria demonstra, em verdade, o desenvolvimento do sistema jurídico brasileiro, adotando teorias que lhe será útil e adequando-a aos moldes do ordenamento pátrio.

Palavras-chave: Teoria dos Precedentes Judiciais, Direito Civil, Common Law, Código de Processo Civil, Força Vinculante.

ABSTRACT

The present academic work had as main imbróglio the application of the Theory of Binding Precedents in the patrimony order after the validity of the Code of Civil Procedure and the resulting approximation or not to the dictates of the Custom Right. It deals with the theme of renowned Brazilian jurists who approach it in a controversial way, presenting different views about the application of the institute, the approximation to the Common Law, the benefits to the Brazilian jurisdiction with the implementation of the theory and the adequacy of the same to the Civil Law. surveys of the innovations brought by the civil process code regarding the adoption of the theory of binding precedents, the points of convergence and divergence with respect to the foreign legal systems that have adopted this theory were also carried out. At this point and based on the information collected, it was possible to consider the differences and similarities in order to analyze whether, in fact, the Brazilian legal system, eminently adept to the Civil Law, is approaching the model of the Common Law from countries with legal history antagonistic to the countries from which Brazilian law inherited its essence. The methodology used was of the bibliographic type, with research to articles published in periodicals and books of doctrine, as well as research to the current legislation. It was possible to infer that, while the Process Code adopted the theory under study, it also adopted mechanisms that allow the adaptation of the institute to the molds of the Brazilian legal system, being evidenced peculiarities not existing in the system of the Common Law. , in fact, the development of the Brazilian juridical system, adopting theories that will be useful to it and adapting it to the molds of the patrimony order.

Keywords: Theory of Judicial Precedents, Civil Law, Common Law, Code of Civil Procedure, Binding Force.

1 INTRODUÇÃO

O Código de Processo Civil adotou a Teoria dos Precedentes Vinculantes, instituto típico do sistema jurídico anglo-saxão, o *Common Law*. Em princípio, a referida teoria causou questionamentos entre os estudiosos sobre como um instituto, proveniente de um sistema jurídico de características antagônicas ao sistema jurídico brasileiro, poderia ser por ele recepcionado.

A adoção da teoria intenta resolver a massificação das demandas, de modo que os juízes, ao aplicarem as teses de direito firmadas em precedentes com força vinculante, decidam de forma mais rápida e em consonância com o entendimento que predomina nas cortes de justiça, evitando que as partes recorram para alcançar a aplicabilidade de entendimento que lhe é favorável.

Para tanto, o Código de Processo trouxe mecanismos próprios para assegurar a aplicabilidade dos precedentes com força vinculante. Tais mecanismos são responsáveis por adequar a teoria, proveniente de um sistema jurídico estranho, à realidade processual brasileira.

Por tais razões, os sistemas, que passam por constante desenvolvimento e sincretismo, acabam por se aproximar e ter pontos de congruência, como a adoção da Teoria dos Precedentes vinculantes no *Civil Law*, mas sem se confundirem já que há, em cada modelo jurídico, particularidades para viabilizar a adequação dos institutos alheios.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 *Common Law* e *Civil Law*: Considerações Gerais

O estudo da teoria dos precedentes vinculantes com a abordagem crítica que se objetiva nessa pesquisa científica, deve ser, necessariamente, antecedido da abordagem dos sistemas jurídicos do *Common Law* e do *Civil Law*, analisando os aspectos históricos e as suas principais distinções.

Como explica Borges³, o sistema do *Common Law*, de onde se extrai a Teoria dos Precedentes Judiciais Vinculantes, tem origem no Reino Unido, país que desenvolveu um sistema jurídico baseado nos costumes, sendo essa a fonte primária do Direito.

Assim, ainda conforme o mesmo autor, o *Common Law* tem suas raízes nos séculos XII e XIII, quando da ruptura do território inglês da Europa Continental. As razões políticas que levaram à ruptura foram decisivas para traçar as principais características do sistema jurídico adotado na Inglaterra. Vale salientar que, nesse sistema, os precedentes tiveram força vinculante à partir de um caso histórico, em 1898.

Nesse sistema, “as decisões judiciais são a principal fonte do direito e produzem efeitos vinculantes e gerais”⁴.

Já o *Civil Law*, de origem romano-germânico, adotado no Brasil, é um sistema jurídico que se difere do sistema anteriormente explanado porque admite como fonte primária do Direito as leis. Assim, o magistrado teria como função precípua a mera aplicação da lei, sendo a norma jurídica um comando amplo que se aplica aos diversos casos, cabendo ao magistrado a aplicação do raciocínio dedutivo

Nesse sistema, é incomum a utilização de precedentes judiciais para vincular os juízes ao julgamento de casos futuros, restringindo as decisões aos instrumentos de persuasão para o deslinde de outras causas semelhantes.

Nesse sentido, preleciona Barroso⁵.

Neste sistema, as decisões judiciais, geralmente, não produzem efeitos vinculantes para o julgamento de casos futuros e, por isso, afirma-se que, como regra, desempenham um papel secundário como fonte do direito. Podem influenciar a sua compreensão, podem inspirar iniciativas legislativas,

³ BORGES, Gustavo Silva. A Teoria dos Precedentes Judiciais no novel sistema processual civil. **Factus Jurídica**, 06 set. 2016. Disponível em: <<http://publicacoes.factus.edu.br/index.php/juridica/article/view/99>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

⁴ BARROSO, Luís Roberto. Trabalhando com uma nova lógica: a ascensão dos precedentes no Direito brasileiro. **CONJUR**, 28 out. 2016.p. 05. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/artigo-trabalhando-logica-ascensao.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2018.

⁵ BARROSO, Luís Roberto. Trabalhando com uma nova lógica: a ascensão dos precedentes no Direito brasileiro. **CONJUR**, 28 out. 2016. p. 05. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/artigo-trabalhando-logica-ascensao.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2018,.

mas não geram direito novo, funcionando como fontes mediatas de novas normas.

Assim, a Teoria dos Precedentes Vinculantes, incomum no sistema jurídico adotado no Brasil, tem raízes no sistema anglo-saxão, em que as decisões têm caráter vinculante e não apenas persuasivo. Nesse sentido, o juiz, ao proferir suas decisões, a depender do sistema adotado, terá por base fontes diversas que influenciarão diretamente na *ratio decidendi* dos seus julgados.

Vale salientar, entretanto, que os referidos sistemas de justiça têm passado por sensíveis evoluções, de tal sorte que chegam a se aproximar quanto a determinados institutos, como é o caso da Teoria dos Precedentes Vinculantes. A adoção da referida teoria pelo atual Código de Processo Civil é o que há de mais moderno no Direito brasileiro que evidencia a evolução pela qual o sistema jurídico do *Civil Law* sofreu e sua aproximação ao modelo jurídico inglês.⁶

Gallo⁷, atribui a aproximação dos sistemas jurídicos em estudo à universalização de direitos, sendo inevitável que culturas diferentes se influenciem mutuamente, o que culmina em fenômenos como o que se estuda, qual seja a adoção, no direito brasileiro, com raízes eminentemente romanas, de teorias encabeçadas pelo sistema jurídico dos ingleses.

Atualmente é possível falar em um certo grau de convergência de várias culturas na aceitação de alguns princípios gerais relativos ao direito, sobretudo em relação aos direitos humanos, tidos como valores universais. Nesse sentido, é cada vez mais natural a influência, ou até mesmo a incorporação, de sistemas processuais entre culturas, cujo objetivo máximo é o aprimoramento do direito pátrio.

Assim, definidas as principais diferenças entre o *Common Law* e o *Civil Law*, analisando a aproximação dos referidos sistemas, inicia-se os estudos da Teoria dos

⁶ BARROSO, Luís Roberto. Trabalhando com uma nova lógica: a ascensão dos precedentes no Direito brasileiro. **CONJUR**, 28 out. 2016. p. 05. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/artigo-trabalhando-logica-ascensao.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2018.

⁷ GALLO, Lucas Albanez. A sistematização dos precedentes vinculantes no novo Código de Processo Civil. **Revista do Cejur**, Paraíba, v. 04, n. 01 (2016). Disponível em: <<https://revistadocejur.tjsc.jus.br/cejur/article/view/143>>. Acesso em 18 jan 2018.

Precedentes, sendo apresentadas, a seguir, noções fundamentais acerca dos precedentes judiciais.

2.2 NOÇÕES ELEMENTARES ACERCA DOS PRECEDENTES

2.2.1 *Ratio decidendi* e *Obter dictum*

Vem a calhar, nesse momento, a abordagem de noções básicas que constituem a Teoria dos Precedentes judiciais, sobretudo diferenciando os conceitos de decisão, precedente e *ratio decidendi*, este também denominado de *holding*.

Como conceitua Didier⁸, “precedente é a decisão judicial tomada à luz de um caso concreto, cujo elemento normativo pode servir como diretriz para o julgamento posterior de casos análogos”.

Por sua vez, faz parte dos precedentes a denominada *ratio decidendi* que, para o mesmo autor⁹, “são os fundamentos jurídicos que sustentam a decisão.”

Para Barroso¹⁰, “a *ratio decidendi* ou *holding* corresponde justamente ao entendimento jurídico emergente de um precedente que vinculará a decisão nos casos futuros”.

A *ratio decidendi*, principal elemento que constitui um precedente judicial, é que deve ser aplicada aos casos futuros, sendo dotada de força vinculante. É o que se desprende da leitura do trecho que segue, retirado da obra de Didier¹¹.

Trata-se de uma norma geral, malgrado construída mediante raciocínio indutivo, a partir de uma situação concreta. Geral porque a tese jurídica (*ratio decidendi*) se desprende do caso específico e pode ser aplicada em outras

⁸ DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 10. ed, Salvador: Jus Podivm, 2015, p. 441.

⁹ DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 10. ed, Salvador: Jus Podivm, 2015, p. 441.

¹⁰ BARROSO, Luís Roberto. Trabalhando com uma nova lógica: a ascensão dos precedentes no Direito brasileiro. **Conjur**, 28 out. 2016. p. 20. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/artigo-trabalhando-logica-ascensao.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2018.

¹¹ DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 10. ed, Salvador: Jus Podivm, 2015, p. 443.

situações concretas que se assemelhem àquela em que foi originariamente construída

Por sua vez, o nível de generalidade do *holding* vai definir a abrangência de aplicação do precedente, aplicando-o a menos ou a mais casos.

Didier¹² diferencia a *ratio decidendi* de decisão judicial abordando que “decisão judicial é o ato jurídico de onde se extrai a solução do caso concreto, encontrável no dispositivo, e o precedente, comumente retirado da fundamentação. A decisão é, pois, conjunto e continente, com no mínimo esse duplo conteúdo. ”

Para Neves¹³, *holding* não é expressão de toda alheia ao direito brasileiro, já que as cortes pátrias comumente utilizam expressões de mesmo significado, como “motivos determinantes” ou “razões de decidir”. Entretanto, tal conceito recebe nova leitura após a edição do novo Código de Processo Civil, podendo ser conceituado como “o núcleo do precedente, seus fundamentos determinantes, sendo exatamente o que vincula. ”

Por outro lado, *obter dictum* se refere aos argumentos jurídicos utilizados pelo julgador que, pelo menos de maneira direta, não terá relevância para o deslinde da questão, sendo uma fundamentação acessória.

Didier¹⁴ conceitua como:

[...] o argumento jurídico, consideração, comentário exposto apenas de passagem na motivação da decisão, que se convola em juízo normativo acessório, provisório, secundário, impressão ou qualquer outro elemento jurídico-hermenêutico que não tenha influencia relevante e substancial para a decisão.

Para Neves¹⁵, *obter dictum* são fundamentos prescindíveis e que podem até ter sentido inverso ao que o julgador deseja imprimir ao deslinde da controvérsia já que “são argumentos feitos apenas de passagem, de forma paralela e prescindível para o julgamento”.

¹² DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 10. ed, Salvador: Jus Podvm, 2015, p. 444.

¹³ NEVES, Daniel Assumpção Amorim. **Manual de Direito Processual Civil**. 8. ed. Salvador: Jus Podvm, 2016, p. 2352.

¹⁴ DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 10. ed, Salvador: Jus Podvm, 2015, p. 444.

¹⁵ NEVES, Daniel Assumpção Amorim. **Manual de Direito Processual Civil**. 8. ed. Salvador: Jus Podvm, 2016, p. 2352.

Pode, ainda, ser *obter dictum* aquilo que não constitui o objeto da causa em questão, sendo abordado pelo julgador apenas incidentalmente e de maneira superficial.

Assim, em razão da prescindibilidade dos *obter dicta* para formar o núcleo das decisões judiciais, tais elementos não terão poder de vincular os precedentes futuros, mas gozarão de caráter persuasivo, sem que nada obste que determinado *obter dictum* se torne *ratio decidendi* em posterior superação de precedentes.¹⁶

O *obter dictum* não deve ter efeito vinculante em razão do princípio da inércia e do contraditório. Isso porque podem consistir em matérias alheias ao objeto principal da demanda, extrapolando os limites do pedido formulado e, por conseguinte, os limites da decisão. Ademais, sobre matérias que não constituem o pedido principal da causa, possivelmente, não foi promovido o contraditório e a ampla defesa.

Por tais razões, *obter dictas* como decisões minoritárias, fundamentações prescindíveis e enfrentamento de matéria que não compõe o objeto principal da lide, não podem ter efeito vinculante.¹⁷

Malgrado não possuam o condão de vincular as decisões posteriores, tais elementos das decisões judiciais são instrumentos de persuasão e podem definir futuras mudanças na maneira que determinada corte de justiça decide, sendo certo que nada obsta que o que hoje é *obter dictum*, no futuro, se torne *ratio decidendi* e vice-e-versa.¹⁸

2.2.2 Técnicas de aplicação dos precedentes vinculantes

O mecanismo que deve ser utilizado para a aplicação dos precedentes vinculantes denomina-se *distinguishing*, responsável por viabilizar a percepção de semelhança entre os casos, sendo cabível ou incabível a aplicação do precedente vinculante.

¹⁶ DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 10. ed, Salvador: Jus Podivm, 2015, p. 446.

¹⁷ BARROSO, Luís Roberto. Trabalhando com uma nova lógica: a ascensão dos precedentes no Direito brasileiro. **Conjur**, 28 out. 2016. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/dl/artigo-trabalhando-logica-ascensao.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2018, p. 20.

¹⁸ DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 10. ed, Salvador: Jus Podivm, 2015, p. 446.

O distinguishing é, portanto, uma espécie de exceção à *ratio decidendi* de um precedente. A um primeiro exame, o precedente e a nova ação são semelhantes e mereceriam o mesmo tratamento. Entretanto, a argumentação desenvolvida pelas partes pode demonstrar a existência de peculiaridades de fato ou de argumentos diferenciados que levem a uma discussão jurídica distinta. Quando isso ocorre, qualquer órgão judicial tem legitimidade para deixar de aplicar o precedente.¹⁹

Uma vez não reconhecidas semelhanças fáticas e jurídicas da causa e o precedente vinculante, este deve ter sua aplicabilidade imediatamente afastada.

Como um método de confronto, o *distinguishing* é a técnica que enfrenta as semelhanças e diferenças entre o caso concreto e o paradigma. Para Didier²⁰:

Fala-se em distinguishing quando houver distinção entre caso concreto (em julgamento) e o paradigma, seja porque não há coincidência entre os fatos fundamentais discutidos e aqueles que serviram de base à *ratio decidendi* (tese jurídica) constante no precedente, seja porque, a despeito de existir uma aproximação entre eles, alguma peculiaridade no caso em julgamento afasta a aplicação do precedente.

Desse modo, para que o precedente paradigma seja aplicado, é necessário que o caso concreto tenha a mesma situação fática, sendo dever de todo tribunal fazer uso dessa técnica de julgamento.

Outra importante técnica concernente à Teoria dos Precedentes é o *overruling*, instrumento que viabiliza a superação do precedente, evitando a fossilização do Direito. Essa técnica está prevista no atual Código de Processo, no art. 927, §§2º a 4º.

Uma vez superado, o precedente perde a eficácia vinculante que tinha anteriormente, não servindo mais de paradigma para o deslinde de ações futuras. Para que seja superado, o precedente deve obedecer ao procedimento disposto no Código, sob condição de afetar a segurança jurídica e a estabilidade do sistema²¹.

Se o art. 926 do novo CPC exige uma jurisprudência íntegra, coerente e estável, é natural se compreender que a superação do precedente deva ocorrer com parcimônia, em situações excepcionais. Se o sistema de precedentes e súmulas com eficácia vinculante não deve engessar o direito,

¹⁹ BARROSO, Luís Roberto. Trabalhando com uma nova lógica: a ascensão dos precedentes no Direito brasileiro. **CONJUR**, 28 out. 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/artigo-trabalhando-logica-ascensao.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2018, p. 26.

²⁰ DIDIER JUNIOR, Fredie. Curso de Direito Processual Civil. 10. ed, Salvador: Jus Podvm, 2015, p. 491.

²¹ NEVES, Daniel Assumpção Amorim. **Manual de Direito Processual Civil**. 8. ed. Salvador: Jus Podvm, 2016, p. 2360.

por outro lado não existe sistema de precedentes e súmulas com eficácia vinculante sem segurança jurídica e estabilidade.

A superação dos precedentes se assemelha ao que a revogação é para as leis, uma vez que, desprovida de força vinculante, se torna um julgado simples, com poder meramente persuasivo e que não mais poderá servir de paradigma para resolver causas supervenientes.

2.3 A admissão da Teoria dos Precedentes Judiciais e a aproximação ao *Common Law*

Destarte, uma vez explanado, de forma geral, as noções acerca de elementos básicos que compõem a Teoria dos Precedentes Judiciais, passa-se à análise desses elementos no Direito brasileiro e às conexões dos sistemas jurídicos.

A inafastabilidade do poder jurisdicional legalmente assegurado no texto da Constituição Federal de 1988, massificou o acesso à justiça e, por conseguinte, trouxe sensíveis mudanças à atuação dos magistrados, mormente no que diz respeito ao julgamento de questões recorrentemente pleiteadas em juízo.

Com a teoria dos precedentes, é imprescindível que o juiz, ao dizer o direito, o faça observando o ordenamento jurídico como um todo e não apenas a estrita legalidade. Nesse ponto, a construção jurisprudencial e as teses utilizadas pelas cortes de justiça ao proferirem o seu julgamento é de observância obrigatória.

Neste novo universo, a entrega de justiça se dá pela sinergia de órgãos e de instâncias diversas, de modo a evitar retrabalho, como, por exemplo, pelo aproveitamento da fundamentação e de teses de julgamento desenvolvidas pelos tribunais. É nesse ambiente que o papel da jurisprudência e o uso pragmático de precedentes se tornam indispensáveis para a entrega de uma prestação jurisdicional que possa conciliar justiça do caso concreto com duração razoável do processo. Trabalhar com precedentes, todavia, exige o domínio de conceitos, técnicas de decisão e categorias que não fazem parte da rotina de juízes formados na tradição romano-germânica.²²

Diante de tal cenário, a referida teoria se expressa como um instituto que, ao passo que é estranho ao modelo brasileiro de justiça da maneira que foi adotado pelo

²² BARROSO, Luís Roberto. Trabalhando com uma nova lógica: a ascensão dos precedentes no Direito brasileiro. **CONJUR**, 28 out. 2016. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/dl/artigo-trabalhando-logica-ascensao.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2018, p. 04.

Código de Processo de 2015, promete bons resultados, se devidamente aplicado, assegurando maior celeridade processual, segurança jurídica e igualdade.

Nesse ponto, os sistemas jurídicos do *Common Law* e do *Civil Law* têm convergência. Assim, o que se observa com a incorporação de teorias do sistema anglo-saxão ao sistema adotado no Brasil é uma modernização deste sistema que, diante da massificação de demandas, fez uso da Teoria dos Precedentes.

A respeito da adoção dos precedentes vinculantes e a aproximação ao sistema inglês de justiça, é válido colacionar o entendimento de Marinoni.²³

a aproximação entre as jurisdições do civil law e do common law, e, em tal dimensão, a necessidade de se render respeito aos precedentes no direito brasileiro. Num sistema que, ao expurgar os dogmas, depara-se com a realidade inafastável de que a lei é interpretada de diversos modos, não há outra alternativa para se preservar a igualdade perante a lei e a segurança jurídica.

Para a adequação da teoria dos precedentes ao sistema brasileiro de justiça, imperioso se faz a adoção de mecanismos processuais que não tem previsão no sistema inglês. Como exemplo, é possível citar a ampliação de hipóteses de cabimento da Reclamação.

A Reclamação, enquanto ação que permite o acesso *per saltum* às cortes máximas de justiça, é cabível para assegurar que as teses com força vinculante sejam aplicadas pelos juízes de instâncias inferiores.

É possível a propositura da Reclamação quando não forem aplicadas as súmulas vinculantes e as teses firmadas em sede de controle concentrado de constitucionalidade, bem como quando não forem cumpridas as decisões proferidas em sede de incidente de resolução de demanda repetitiva e incidente de assunção de competência.

Nesse ponto, é cabível a análise de Barroso²⁴ acerca da utilização da Reclamação antes da entrada em vigor do CPC/2015 e a necessidade de ampliação

²³ MARINONI, Luiz Guilherme. A aproximação crítica entre as jurisdições de civil law e de common law e a necessidade de respeito aos precedentes no Brasil. **Revista UFPR**, Paraíba. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/direito/article/viewFile/17031/11238> >. Acessado em: 22 ago. 2017.

²⁴ BARROSO, Luís Roberto. Trabalhando com uma nova lógica: a ascensão dos precedentes no Direito brasileiro. **CONJUR**, 28 out. 2016, p. 04. Disponível em: < <https://www.conjur.com.br/dl/artigo-trabalhando-logica-ascensao.pdf> >. Acesso em: 20 jun 2018.

do cabimento da Reclamação para assegurar a aplicabilidade dos precedentes vinculantes.

A lógica do procedimento para julgamento de recursos repetitivos estava justamente em produzir um sistema pelo qual os precedentes firmados pelos tribunais superiores fossem replicados pelas demais instâncias judiciais. Entretanto, na prática, tais precedentes nem sempre foram voluntariamente observados pelos juízos inferiores. E os tribunais superiores entenderam que seu descumprimento não poderia ser corrigido por meio de reclamação, diferentemente do que ocorria nos casos de violação a súmulas vinculantes ou a julgados oriundos do controle concentrado, em que a reclamação era cabível por disposição constitucional expressa²⁵.

Outro ponto de divergência que pode ser apontado é o fato de que a força vinculante dos precedentes no Common Law se dá com a reiteração da decisão pelos tribunais, diferentemente do sistema brasileiro em que o precedente de força vinculante decorre de um único julgamento.²⁵

Para Nunes²⁶, há três fatores que constituem a razão pela qual os sistemas jurídicos em estudo têm a tendência de se aproximarem cada vez mais que são:

(I) os precedentes, nos países de civil law, desempenham importante função na formação de novas decisões e desenvolvimento do direito (atribuição de racionalidade e coerência);

(II) há uma tendente valorização das leis nos países de common law, ainda que elas se embasem em entendimentos extraídos do case law; e

(III) no marco do constitucionalismo contemporâneo, a importância cada vez maior de concretizar os princípios e interpretar as regras de acordo com eles.

Desse modo, e pelas razões expostas, observa-se que o *Civil Law* e o *Common Law*, principalmente no que é pertinente à aplicação da Teoria dos Precedentes, têm pontos de convergências, mas, em razão da tradição de cada um e ao modo de julgar e aplicar os precedentes pelos juízes, há peculiaridades sensíveis que não equiparam os sistemas jurídicos por completo.

²⁵ GONÇALVES, Carla de Lourdes. Precedentes Judiciais e as razões de decidir: a importância do art. 489, §1º, inciso V do NCPC. IBET, São Paulo. Disponível em: <<https://www.ibet.com.br/precedentes-judiciais-e-as-razoes-de-decidir-a-importancia-do-art-489-%C2%A7-1o-inciso-v-do-ncpc-por-carla-de-lourdes-goncalves/>>. Acessado em: 08 fev 2018.

²⁶ NUNES, Dierle. Os precedentes judiciais e a sua adequada divulgação: em busca da correta compreensão da publicidade de julgados no CPC/2015.

3 MÉTODOS

A pesquisa foi do tipo bibliográfica, sendo realizada por meio de buscas em livros de doutrina, periódicos de revistas, artigos publicados na Internet, dissertações de mestrado e teses de doutorados. Houve ainda a análise e interpretação da legislação pátria. A produção científica foi do tipo descritiva-analítica, como uma forma de explicar e compreender o objeto de estudo e pela determinação de opiniões e críticas formadas para resolução da situação-problema enfrentada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É possível auferir que a previsão dos precedentes vinculantes no Código de Processo acompanha-se de mecanismos próprios do sistema jurídico brasileiro capaz de não apenas assegurar a aplicabilidade dos precedentes de observância obrigatória, como também adequar o instituto às particularidades do ordenamento pátrio.

Indubitavelmente, a adoção da Teoria dos Precedentes demonstra uma aproximação entre os sistemas jurídicos antagônicos, mas não há que se falar em incorporação, na medida em que cada ordenamento traz previsão de mecanismos processuais relativos aos precedentes judiciais conforme a tradição dos tribunais e a maneira de julgar dos magistrados.

5 CONCLUSÃO

A adoção da Teoria dos Precedentes Vinculantes pelo Código de Processo Civil de 2015 decorreu, em grande parte, da massificação de demandas ao Judiciário e da necessidade de decidir as questões em lide atendendo ao princípio da celeridade e, ao mesmo tempo, da igualdade e da segurança jurídica.

A ampliação de precedentes vinculantes aproximou o sistema de justiça adotado no Brasil, o *Civil Law*, que tem a lei como fonte primária do Direito, do sistema de justiça do *Common Law*, em que a fonte primária do Direito não é a lei, mas sim os costumes, sendo natural desse sistema o poder vinculante de teses jurídicas reiteradas em precedentes.

Malgrado o Direito Processual brasileiro tenha incorporado a Teoria dos Precedentes presente no sistema inglês, há pontos em que, devido à necessária adequação, o modelo brasileiro faz uso de mecanismos para ajustar às peculiaridades do sistema.

É possível, portanto, aduzir que a incorporação de teorias próprias do direito costumeiro ao direito brasileiro se deu em virtude da modernização e desenvolvimento dos sistemas, sendo a aplicação da teoria, com as peculiaridades necessárias para adequar-se à realidade processual pátria, de grande valia para a resolução de demandas em massa com maior segurança jurídica e igualdade entre os jurisdicionados.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. Trabalhando com uma nova lógica: a ascensão dos precedentes no Direito brasileiro. **CONJUR**, 28 out. 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/artigo-trabalhando-logica-ascensao.pdf>>. Acesso em: 20 jun 2018.

NUNES, Dierle. Os precedentes judiciais e a sua adequada divulgação: em busca da correta compreensão da publicidade de julgados no CPC/2015.

BORGES, Gustavo Silva. A Teoria dos Precedentes Judiciais no novel sistema processual civil. **Factus Jurídica**, 06 set. 2016. Disponível em: <<http://publicacoes.factus.edu.br/index.php/juridica/article/view/99>>. Acesso em: 24 abr. 2018.

DIDIER JUNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**. 10. ed, Salvador: Jus Podivm, 2015.

GALLO, Lucas Albanex. A sistematização dos precedentes vinculantes no novo Código de Processo Civil. **REVISTA CEJUR**, v. 04, n. 01 (2016). Disponível em: <<https://revistadocejur.tjsc.jus.br/cejur/article/view/143>>. Acesso em 18 jan 2018.

GONÇALVES, Carla de Lourdes. Precedentes Judiciais e as razões de decidir: a importância do art. 489, §1º, inciso V do NCPC.

MARINONI, Luiz Guilherme. A aproximação crítica entre as jurisdições de civil law e de common law e a necessidade de respeito aos precedentes no Brasil. **Revista UFPR**. Disponível em: < <http://revistas.ufpr.br/direito/article/viewFile/17031/11238> >. Acessado em: 22 ago. 2017.

NEVES, Daniel Assumpção Amorim. **Manual de Direito Processual Civil**. 8. ed. Salvador: Jus Podvm, 2016.

UMA ANÁLISE SOBRE O DIREITO REAL DE LAJE: A IMPORTÂNCIA DE SUA PREVISÃO E SEUS ASPECTOS MAIS CONTROVERSOS

Isabela Bezerra Barreto¹

Ana Beatriz Lima Pimentel Lopes²

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo impulsionar o debate e o estudo acerca do direito real de laje, bem como analisar seu surgimento e seus aspectos mais controversos. Ademais, buscou-se trazer uma comparação entre o direito real de superfície e o direito real de laje, procurando verificar sua natureza jurídica, para, em seguida, analisar os efeitos do reconhecimento do direito real de laje como subespécie do direito de superfície ou como direito real autônomo. Nesse sentido, este artigo buscou fazer uma análise ampla dos direitos reais, explanando seu surgimento, suas principais características e sua natureza jurídica, com o fim último de analisar o surgimento de um novo direito real, nascido dos anseios sociais e da necessidade do direito de garantir a segurança jurídica e a paz social. Visando-se atender aos objetivos do projeto, fez-se, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica, bem como um estudo de ensaios, pesquisas e trabalhos acadêmicos, além disso, para a realização desse artigo fez-se uso do método hipotético-dedutivo de abordagem e de métodos auxiliares, como o histórico, dando-se a pesquisa de forma qualitativa e teórica. Por fim, inferiu-se que a criação da nova modalidade de direito real atendeu aos ensejos de uma sociedade carente de regulamentação e, em sua maioria, de capacidade financeira necessária para aquisição de imóvel próprio, o que levou a conclusão de

¹ Graduanda em direito no Centro Universitário Christus. Endereço eletrônico:isabela.bezerra.barreto@hotmail.com

² Doutoranda em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Mestre em Direito Público - Ordem Jurídica Constitucional pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Direito Privado pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR); Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Professora de Direito Civil do Curso de Direito da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS).

que tal direito, na medida em que assegura ao indivíduo direitos inerentes ao proprietário, e não somente direitos do possuidor, difere do direito real de superfície, devendo, portanto, ser considerado um direito real autônomo.

Palavras-chave: Direitos Reais. Direito de Laje. Função Social. Autonomia. Direito Real sobre coisa própria.

ABSTRACT

The purpose of this article is to promote the debate and the study about the real right of slab, as well as to analyze its emergence and its most controversial aspects. In addition, a comparison was made between the real surface right and the real right of slab, seeking to verify its legal nature, and then analyze the effects of recognizing the real right of slab as a subspecies of the surface right, or even as an autonomous real right. In this context, this article sought to make a broad analysis of the real rights, explaining their emergence, their main characteristics and their legal nature, with the ultimate purpose of analyzing the development of a new real right, born from the yearnings and the need for a right to guarantee legal certainty and social peace. Aiming to meet the objectives of the project, a bibliographical research was carried out, along with a study of essays, researches and academic works. In addition, this project also used a hypothetical-deductive method of approach, as well as auxiliary methods, such as a history, giving this research a qualitative and theoretical way. Finally, it was inferred that the creation of a new modality of real law served the needs of a society that lacked regulation and, for the most part, the necessity of a financial capacity to acquire its own property, which led to the conclusion that these right guarantees to the individual rights inherent to the owner, and not only those of the possessor, differing from the real right of surface, and consequently must be considered as an autonomous real right.

Keywords: Real rights. Slab Right. Social role. Autonomy. Real right on own thing.

1 INTRODUÇÃO

Já há algum tempo vinha-se percebendo a necessidade de regulamentação de um fato deveras frequente na sociedade atual, qual seja o famoso “puxadinho”, também conhecido como laje.

Como, em geral ocorre, o direito surge para suprir uma ausência de regulamentação de um fato que tece seus efeitos perante a sociedade, nasce com uma finalidade ímpar de regular as relações humanas, com o objetivo maior de proporcionar paz social, impedindo a desordem, o crime e o caos, que norteariam uma sociedade desprovida de regramentos. Nesse sentido, Caio Mario estabelece que “fatos jurídicos são os acontecimentos em virtude dos quais começam, se modificam ou se extinguem as relações jurídicas”³.

Nesse sentido, por muito tempo observou-se, com o crescimento das cidades e o surgimento de metrópoles, o despontamento de lajes, as quais se traduzem em estruturas planas e horizontais de pedras apoiadas em vigas e pilares que dividem os pavimentos da construção, bem como a consequente utilização destas por demais membros da família proprietária do imóvel sobre o qual se erguem tais estruturas.

Desta feita, tornou-se fácil a percepção de que, com o progressivo surgimento de uma nova realidade social, qual seja, a de filhos que vinham ocupando e construindo na laje de seus ascendentes, passando a coexistir unidades autônomas em uma mesma área, um fato social recorrente ensejou o surgimento do direito real de laje, primeiramente com a publicação da medida provisória 759/2016, e posteriormente com Lei nº 13.465 de 2017.

Trata, pois, o direito de laje, da possibilidade de construção em espaço aéreo ou subterrâneo já edificado. Em razão disso, muito se discute em relação à desnecessária criação de tal instituto legal, uma vez que, segundo o pensamento de

³ PEREIRA, Caio Mário da Silva. Direitos reais. **Instituições de direito civil**. 22. ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2014. v.4.

alguns doutrinadores, o direito de superfície já prevê tal possibilidade, já que que dispõe sobre a constituição de um direito, tendo por objeto construção ou plantação, separadamente do direito de propriedade sobre o solo.

Em razão disso, surgem diversas críticas acerca da desnecessária criação do direito de laje, que, conforme estas, nada mais estabelece o que já havia sido disposto no Código Civil, tendo sido um desperdício da atividade legislativa.

O que se observa é uma vontade legislativa de desprender tal possibilidade de constituição de imóvel autônomo, criando, assim, o direito de laje. Importa, pois, diante do recente surgimento dessa previsão legislativa, seu debate, levando-se em consideração seus aspectos mais importantes, bem como seus reflexos sociais.

Outrossim, a criação do direito de laje está diretamente ligada à concretização da função social da propriedade, a qual não mais se limita à utilização de um espaço para fins de moradia ou produção, mas ao seu total aproveitamento, visando à redução de uma parcela da população urbana que vive em ambientes precários, proporcionando, direta e indiretamente, a efetivação dos direitos humanos.

Portanto, a presente pesquisa científica se justifica na medida em que busca fomentar o debate de um tema relativamente atual e de grande repercussão social, gerador de dúvidas e controvérsias, uma vez que produz efeitos jurídicos a uma grande parcela da população urbana, bem como se relaciona com garantias constitucionais e, por conseguinte, com os direitos humanos.

No que diz respeito à metodologia utilizada, buscando atender aos objetivos do projeto fez-se, a priori, uma pesquisa bibliográfica, bem como, um estudo de ensaios, pesquisas e trabalhos acadêmicos, além disso, para a realização deste artigo fez-se uso do método hipotético-dedutivo de abordagem e de métodos auxiliares, como o histórico. Nesse sentido, a pesquisa se deu de forma qualitativa e teórica. Por fim, o presente artigo estruturou-se em cinco tópicos principais, quais sejam introdução, revisão de literatura, métodos, resultados e discussão e conclusão, tendo tais tópicos os seguintes subtópicos: considerações iniciais acerca dos direitos reais, breve histórico dos direitos reais e suas espécies e classificações, o Direito Real de Superfície e o Direito Real de Laje.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DOS DIREITOS REAIS

2.1.1 Breve histórico dos direitos reais

A priori, faz-se necessário situar o contexto histórico que propiciou o surgimento dos direitos reais, podendo vislumbrar-se a aparição desde os tempos antigos, quando o homem passou a ter uma relação de posse com objetos e território. Contudo, a regulamentação de tais direitos teve por marco inicial o apogeu dos impérios gregos e romanos, uma vez que a partir de tal época, em razão da concentração de terras para a manutenção do poder do Estado, se fez necessária a criação de normas para assegurar o fortalecimento do Rei e, conseqüentemente, de seu império.⁴

Porém, foi a Revolução Francesa que proporcionou grande impacto nos direitos reais, não só porque esta passou a trazer qualquer previsão legal acerca desses direitos, mas porque possibilitou o surgimento dos ideais que culminaram nestes, como os entendemos hoje, os quais dizem respeito à liberdade, à igualdade e à fraternidade.⁵

Nessa perspectiva, apenas na segunda metade do século XX é que as Constituições passaram a dar uma maior ênfase ao princípio da fraternidade, que até então estava relegado a um segundo plano, sendo visto apenas como um princípio genérico, enquanto os princípios da liberdade e da igualdade serviram como base para a formulação de diversas regras, gerando uma lógica patrimonial assentada na vontade do indivíduo. Com esse rompimento, conforme Cristiano Chaves traz, é possível observar que “o constitucionalismo voltou-se inicialmente à afirmação dos direitos individuais, posteriormente aos direitos sociais e, em um terceiro momento, à concretização do direito à fraternidade.”⁶

⁴ ASSIS, Luiz Gustavo Bambini de. A evolução do direito de propriedade ao longo dos textos constitucionais. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, 2008.v.103. p.781-791.

⁵ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2017,v.5. p.03.

⁶ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v.5. p.04.

Sendo assim, assevera-se que o Direito Civil surge não só como uma mera garantia ao patrimônio do indivíduo, mas também como uma maneira de trazer a aplicação da solidariedade, como forma de assegurar a efetivação das garantias constitucionais, como a função social da propriedade.

Portanto, Cristiano Chaves esclarece que houve uma evolução da conceituação dos direitos reais, e que, apesar da semelhança, o estudo dos direitos reais não deve ser confundido com o estudo dos direitos das coisas, tendo em vista que este abrange, além dos direitos reais, outros institutos, como a posse.⁷

É possível ainda analisar o conceito de direitos reais distinguindo-os dos direitos de crédito, “os primeiros (iura in re) traduzem uma dominação sobre a coisa, atribuída ao sujeito, e oponível *erga omnes*, enquanto os outros implicam a faculdade de exigir de sujeito passivo determinado uma prestação”⁸, conforme leciona Caio Mario, sendo certa a identificação de duas teorias que buscam definir os direitos reais, a realista e a personalista. Nesse sentido, Caio Mário dispõe em seu livro acerca da teoria realista ou clássica dualista, aquela adota pelo Código Civil, estabelecendo que:

[...] o direito real significa o poder da pessoa sobre a coisa, numa relação que se estabelece diretamente e sem intermediário, enquanto o direito de crédito requer sempre a interposição de um sujeito passivo, devedor da prestação, independentemente de consistir esta na entrega de uma coisa, na realização de um fato, ou numa abstenção.⁹

Já a teoria personalista se situa, ainda conforme Caio Mario, em um conceito amplo, segundo o qual “não é de ser aceita a instituição de uma relação jurídica diretamente entre a pessoa do sujeito e a própria coisa, uma vez que todo direito, correlato obrigatório de um dever, é necessariamente uma relação entre pessoas”¹⁰.

2.1.2 Espécies e classificação dos direitos reais

⁷ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v.5. p.09.

⁸ PEREIRA, Caio Mário da Silva. Direitos reais. **Instituições de direito civil**. 22. ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2014. v.4.pag.20.

⁹ PEREIRA, Caio Mário da Silva. Direitos reais. **Instituições de direito civil**. 22. ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2014. v.4.pag.21.

¹⁰PEREIRA, Caio Mário da Silva. Direitos reais. **Instituições de direito civil**. 22. ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2014. v.4.pag.21.

A principal e mais importante classificação dos direitos reais, consoante Silvio Venosa, diz respeito àquela que distingue os direitos reais sobre a própria coisa e sobre a coisa alheia, classificando-os de acordo com a titularidade do direito real. Diante disso, são exemplos de direitos reais sobre a própria coisa a Propriedade, o condomínio e a propriedade horizontal. Já os exemplos dos direitos reais sobre a coisa alheia, que se desdobram em direitos de gozo e de garantia, são o usufruto, uso, habitação, enfiteuse, servidões, penhor e hipoteca.¹¹

Recentemente, houve a introdução de uma nova modalidade no rol dos direitos reais, por intermédio do acréscimo do art.1.225, XIII no Código Civil, que prevê o direito real de laje.

2.1.3 O Direito Real de Superfície

A propriedade, em sua forma básica, é plena, una e exclusiva, consolidando-se o princípio da exclusividade de domínio. Todavia, verifica-se que é possível o “desdobramento do direito subjetivo de propriedade em uma pluralidade de proprietários”¹².

Tal possibilidade se dá em decorrência dos direitos de usar, fruir, dispor e reivindicar, que integram o domínio do proprietário, e que são possíveis de serem transmitidos a terceiros. Desta feita, cada um desses poderes poderá constituir um direito real autônomo, pois, ao se desdobrar o domínio, surgem novas titularidades, o que constitui, em síntese, os direitos reais sobre a coisa alheia.¹³

Evidencia-se, entre os direitos reais sobre a coisa alheia, o direito de superfície, cujo conceito trazido por Cristiano Chaves traz que:

[...] o direito de superfície consiste na faculdade que o proprietário possui de conceder a um terceiro, tido como *superficiário*, a propriedade das construções e plantações que este efetue sobre ou sob o solo alheio (solo, subsolo ou espaço aéreo de terreno), por tempo determinado ou sem prazo, desde que promova a escritura pública no registro imobiliário.¹⁴

¹¹VENOSA, Sílvio de Salvo. Direitos reais. **Direito civil**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014. v.5.

¹² FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v.5.p.657.

¹³ FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v.5.p.657-658.

¹⁴FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v.5.p.514.

Tal modelo jurídico nasce no período romano, durante uma época de grande intensidade no desenvolvimento urbano, tornando-se ainda mais utilizado durante a Idade Média, tendo em vista as necessidades da Igreja em legitimar construções realizadas em seus terrenos. Esse direito veio a se consolidar de fato nos diplomas legais modernos, constituindo, ainda, conforme mencionado outrora, uma excepcionalidade ao princípio da exclusividade de domínio, já que:

A superfície enseja um fenômeno de superposição de duas propriedades distintas. Nessa bipolarização da propriedade, o superficiário e o proprietário do solo atuam em esferas distintas. Enquanto o superficiário adquire a propriedade resolúvel das acessões (construções e plantações), o proprietário mantém a titularidade sobre o solo.[...]¹⁵

Assim, o direito real de superfície se apresentou como uma forma de solução para os problemas habitacionais, bem como instrumento para a realização de diversos empreendimentos, uma vez que um indivíduo poderá plantar ou construir em terreno sem a necessidade de adquirir a propriedade deste.¹⁶

Por fim, insta salientar acerca do direito real de superfície, que a legislação brasileira, quando de sua previsão, não tratou acerca da possibilidade de sobrelevação, ou seja, situação na qual o proprietário permite que terceiro construa sobre sua propriedade. Em contrapartida, a tal ausência legislativa trazida por Cristiano Chaves, há quem diga que “a previsão é inferida do Estatuto da Cidade, que franqueia o direito de superfície ao espaço aéreo da propriedade”¹⁷.

3 MÉTODOS

No que diz respeito à metodologia utilizada, com o intuito de apreender o estado da arte acerca da problemática delimitada neste artigo, também, tencionando atender aos objetivos explicitados, fez-se, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica, em que foram priorizados os temas direitos reais, direito de laje, impacto sócio-jurídico, como também foram contemplados ensaios, pesquisas e trabalhos acadêmicos, tanto

¹⁵FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v.5.p.515.

¹⁶FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v.5.p.514-519.

¹⁷FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2017. v.5.p.524.

os que dão conta de contextos e especificidades acerca do direito de laje e seus impactos socioeconômicos como os estudos atemporais e aqueles que possam contribuir para o entendimento aprofundado dos conceitos necessários para as reflexões e aferições propostas no escopo dos objetivos gerais e específicos.

Complementarmente e com o objetivo de reafirmar, atualizar ou propor contraposições às afirmações realizadas em trabalhos que abordam o objeto tratado nesta pesquisa, foram também procedidos levantamentos documentais. Entrementes, na confrontação da produção teórica já formulada com os dados e as informações sistematizadas nas pesquisas documentais, far-se-á um esforço para contribuir com um entendimento abalizado e atualizado acerca do direito de laje, seus aspectos mais relevantes e suas controvérsias, em especial, no que diz respeito ao direito de superfície.

Em relação à abordagem da pesquisa, esta se deu de forma qualitativa, uma vez que se buscou a interpretação de textos, livros, documentos e diversos trabalhos científicos, relacionando-os a fatores sociais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O Direito Real de Laje

O direito real de laje, assim concebido como “a nova lâmina de propriedade, criada através de cessão, onerosa ou gratuita, da superfície superior ou inferior de uma construção por parte do proprietário da mesma, para que o titular do novo direito possa manter unidade autônoma da edificação original”¹⁸, surge como um fenômeno social nos maiores centros do Brasil, em especial, nas favelas. Constitui este a construção de piso inferior ou superior em imóvel já existente, de forma a proporcionar nova moradia à pessoa diversa do proprietário original do imóvel.

Tal direito nasce a partir da realidade de muitas famílias brasileiras, surgindo da necessidade de proporcionar moradia digna à população mais carente que, em meio a mazelas sociais, vê-se impossibilitada de adquirir uma propriedade.

¹⁸FARIAS, Cristiano Chaves, DIAS; Wagner Inácio; DEBS, Martha El . **Direito de Laje: Do Puxadinha à Digna Moradia**. Salvador: Juspodivm, 2018.

Nessa perspectiva, tem-se a laje, ou o puxadinho, que contemplam, na maioria das vezes, uma situação de ampliação familiar.¹⁹ É evidente, pois, o caráter de direito fundamental de que se reveste o direito de laje.

Havia, portanto, uma ausência de previsão legal de um fato constituído no meio social, que necessitava de regulamentação, de forma a guiar as relações da sociedade de modo objetivo e estável.²⁰ Diante disso, um fato social recorrente ensejou o surgimento do direito real de laje, primeiramente com a publicação da medida provisória 759/2016, e posteriormente com Lei nº 13.465 de 2017, que trouxe o reconhecimento da laje como pertencente ao rol taxativo dos direitos reais, acrescentando ao Código Civil o art.1.225, inciso XIII.

Mencionada previsão passou a permitir a regulação de diversas edificações que se encontravam em situação irregular no país, servindo para os fins últimos do direito, quais sejam, a segurança jurídica e a pacificação social.

4. 2 Direito real de laje: espécie de direito real autônomo ou subespécie do direito de superfície?

Diante da ausência de regulamentação de lajes, diversos doutrinadores utilizavam o direito real de superfície para regularem tais situações, tendo em vista a proximidade entre essas previsões, havendo ainda doutrinadores os quais entendem que o direito de laje seria uma projeção da superfície.

Cristiano Chaves, mesmo antes da regulamentação do direito real de laje, entendia pela impossibilidade de aplicação análoga do direito de superfície a situações em que estivessem presentes sobrelevações, aduzindo que não se poderia alegar que “a previsão é inferida do Estatuto da Cidade, que franqueia o direito de superfície ao espaço aéreo da propriedade” e que, para aplicar o direito de superfície

¹⁹FARIAS, Cristiano Chaves, DIAS; Wagner Inácio; DEBS, Martha El . **Direito de Laje: Do Puxadinho à Digna Moradia**. Salvador: Juspodivm, 2018.

²⁰ OLIVEIRA. Aluisio Santos de. Fato jurídico: plano da existência. **Jus**. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/22426/fato-juridico-plano-da-existencia>> Acesso em: 09 fev. 2018.

deveria "necessariamente, o legislador alterar a Lei de Registros Públicos (Lei no 6.015/73) para permitir que a superfície seja fracionada sucessivamente."²¹

Portanto, o que se vem defendendo atualmente por parte da doutrina é que era admissível a aplicação das regras do direito de superfície outrora, visto que se precisava, de alguma forma, atender aos anseios sociais e solucionar problemas, mesmo por meio de mecanismos insuficientes.

Hoje, tal aplicação seria descabida, uma vez que o direito real de laje permite, mediante formalização de escritura pública ou particular, que terceiro registre seu direito, de forma autônoma, e passe a possuir todos os efeitos decorrentes de tal regulamentação.²²

Ainda traz recente doutrina que não se deve considerar o direito de laje um desdobramento do direito de superfície pelo simples fato de que em sua previsão legal, no artigo 1.510-A, faze-se uso do termo "superfície", tendo sido este uma simples escolha do legislador pelo termo.

Cabe ainda mencionar que o direito de laje não se confunde com o direito de superfície por cisão, tendo em vista que este não trata acerca do espaço aéreo sobre as edificações já existentes, mas da possibilidade de constituição de direito real de superfície sobre terreno já edificado, o que ocasionaria a cisão entre a propriedade do solo e as acessões existentes.²³

Por fim, a principal diferenciação que se faz entre o direito real de laje e o direito real de superfície é que "a concessão de uma laje pelo lajeário, em que pese tenha necessidade de outorga dos demais lajeários e proprietários da construção-base, é direito autônomo em relação à laje pré-constituída". Portanto, não há a

²¹FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2017.v.5.pag.524.

²²FARIAS, Cristiano Chaves, DIAS; Wagner Inácio; DEBS, Martha El . **Direito de Laje: Do Puxadinha à Digna Moradia**. Salvador: Juspodivm, 2018.

²³FARIAS, Cristiano Chaves, DIAS; Wagner Inácio; DEBS, Martha El . **Direito de Laje: Do Puxadinha à Digna Moradia**. Salvador: Juspodivm, 2018.

concessão de lajes secundárias, e sim, a concessão de novas lajes em relação à construção-base, sendo estas unidades autônomas.²⁴

5 CONCLUSÃO

Ao longo desse artigo, percebeu-se que a evolução do direito real de laje, os fatores sociais que oportunizaram a sua criação, em especial, a realidade social vivenciada nas grandes cidades do Brasil em que há uma impossibilidade tanto espacial como financeira de aquisição de propriedade, fazendo que surgissem os “puxadinhos”, hoje denominados doutrinariamente de lajes.

Ademais, constatou-se a existência de certa controvérsia no que diz respeito à natureza jurídica do direito real de laje, se surgiu como um direito real autônomo ou se é mera subespécie do direito real de superfície, sendo ainda defendido por alguns a desnecessidade de regulamentação do direito de laje, uma vez que este não previa nada além do que já prescrevia o Código Civil acerca do direito de superfície.

Assim, ficou evidente, a partir da análise de textos de diversos juristas, que o direito de laje, o qual permite aos seus titulares usar, dispor e usufruir de nova superfície construída em propriedade já constituída, ou seja, que dá aos seus titulares todos os direitos inerentes ao proprietário em relação ao puxadinho, é de grande relevância para a sociedade, e não apenas para aquela fração mais carente da população, pois concede instrumentos para a melhor regulamentação entre os cidadãos, consolidando um direito que será eficaz na prática cotidiana, o qual atenderá aos anseios sociais, garantido a segurança jurídica e a paz social.

Há, pois, o direito real de laje um caráter eminentemente fundamental, uma vez que proporciona a moradia digna e o direito à propriedade, sendo, pois, autônomo, na medida em que assegura ao indivíduo direitos inerentes ao proprietário, e não somente direitos do possuidor, diferindo, portanto, do direito real de superfície.

²⁴FARIAS, Cristiano Chaves, DIAS; Wagner Inácio; DEBS, Martha El . **Direito de Laje: Do Puxadinho à Digna Moradia**. Salvador: Juspodivm, 2018.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Luiz Gustavo Bambini de. A evolução do direito de propriedade ao longo dos textos constitucionais. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**, 2008.v.103.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Curso de direito civil**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2017, v.5.

FARIAS, Cristiano Chaves, DIAS; Wagner Inácio; DEBS, Martha El . **Direito de Laje: Do Puxadinha à Digna Moradia**. Salvador: Juspodivm, 2018.

OLIVEIRA. Aluisio Santos de. Fato jurídico: plano da existência. **Jus**. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/22426/fato-juridico-plano-da-existencia>> Acesso em: 09 fev. 2018.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil**. 22. ed. Rio de Janeiro: Gen/Forense, 2014. v.4.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito civil**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2014. v.5.

O TRÁFICO DE PESSOAS: A INOVAÇÃO LEGISLATIVA DECORRENTE DA LEI Nº 13.344/2016

Ana Vitória Nogueira de Castro¹

Jorge Bheron Rocha²

RESUMO

O presente trabalho tem, como seu objetivo principal, comparar o tratamento dado ao crime de tráfico de pessoas anteriormente à vigência da Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016 e após esta no ordenamento jurídico brasileiro. Para elaboração deste trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, fundadas na leitura de doutrinas, artigos científicos, teses e legislações pertinentes ao presente tema tratado. Realizou-se, assim, uma síntese acerca da necessidade de uma legislação específica para abarcar todas as finalidades que movem o crime em estudo, que como demonstrado neste trabalho, o crime de tráfico de pessoas era realizado para diversos fins, mas, apenas era tipificado e sancionado quando cometido com a finalidade de exploração sexual, portanto, além dessa hipótese, também foram tipificadas as finalidades para a remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo, submissão a trabalho análoga as de escravo, servidão e adoção ilegal, cessando assim, a impunidade para essas condutas, bem como seguir o texto do Protocolo de Palermo, o qual foi ratificado pelo Brasil. Além disso, foi tratado acerca dos aspectos penais do artigo 149-A, presente no Código Penal Brasileiro, bem como as causas de aumento e diminuição da pena. Por fim, analisou-se a ação penal cabível ao crime de tráfico de pessoas. Conclui-se que, anteriormente à

¹ Graduanda em Direito no Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. Pesquisadora do programa de monitoria da UNICHRISTUS. Contato: anavitorianc@hotmail.com;

² Doutorando em Direito Constitucional (UNIFOR). Mestre em Ciências Jurídico-criminais pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Portugal, com estágio na Georg-August-Universität Göttingen, Alemanha. Pós-graduado em Processo Civil pela Escola Superior do Ministério Público do Ceará. Sócio fundador do Instituto Latino-Americano de Estudos sobre Direito, Política e Democracia – ILAEDPD. Membro da Associação Norte e Nordeste de Professores de Processo – ANNEP e da Associação Brasileira de Direito Processual – ABDPro. Defensor Público do Estado do Ceará. Professor de Direito Penal e Processo Penal e Civil da Graduação e Pós-Graduação. Professor da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará – ESMEC. Membro do Conselho Editorial da Boulesis. Contato: bheronrocha@gmail.com.

vigência da Lei de Tráfico de Pessoas, esse crime, em muitas situações, tornava-se impune, pelo motivo que diversas finalidades para sua realização não eram tipificadas no ordenamento jurídico brasileiro, então, a Lei nº 13.344, de 6 de outubro de 2016 veio para preencher essa lacuna existente.

Palavras-chave: Tráfico de Pessoas. Lei nº 13.344/2016. Protocolo de Palermo. Lacuna. Revogação.

ABSTRACT

The main objective of this study is to compare the crime of trafficking in persons with respect to the validity of Law 13344, of October 6, 2016 and after this in the Brazilian legal system. Bibliographical and documentary documentation, scientific works, scientific articles, theses and legislation are relevant to the present theme. It was once done on crime in a culture, as for the crime of trafficking in persons, to achieve ends, but was only typified. and sanctioned when committed with expansion of sexual, after, after the hypothality of the slave, servitude and attached illegal, thus ceasing, Impunity for these conducts, as well as for the text of the Protocol of Palermo, which was ratified by Brazil. In addition, there was a decision-making process to increase and increase the penalty. Finally, a criminal action was analyzed that is applicable to the crime of trafficking in persons. It is concluded that, contrary to the effectiveness of the Law on Trafficking in Persons, this crime, on many occasions, became unpunished, for the reason that the purposes for its accomplishment were not typified in the Brazilian legal system, then Law 13344 / 16, of October 6, 2016 came to exist this existing gap.

Keywords: Trafficking in Persons. Law nº 13.344 / 2016. Protocol of Palermo. Gap. Revocation.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se dedicará a observar a necessidade de uma inovação legislativa acerca do crime do tráfico de pessoas, bem como analisar os aspectos penais do artigo 149-A, inserido no Código Penal após a vigência da Lei nº

13.344/2016; a revogação dos artigos 231 e 231-A, ambos do Código Penal; e a ação penal competente para processar e julgar o crime de tráfico de pessoas.

A escolha do tema foi pensando em demonstrar a importância e a necessidade de uma legislação que pudesse preencher as lacunas existentes no ordenamento jurídico brasileiro, acerca das demais finalidades pelas quais se comete o crime de tráfico de pessoas, pois, como demonstrado aqui neste trabalho, não se era punido todas as finalidades de cometimento desse crime, tornando-se, assim, muitas vezes, impune. Bem como demonstrar o que aconteceu com os tipos penais existentes anteriores à Lei nº 13.311/2016 que se referiam a esse crime, e atestar os aspectos penais oriundos do atual artigo 149-A do Código Penal.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A Lei nº 13.344/2016 e a necessidade de uma inovação legislativa

O crime de tráfico de pessoas é umas das formas mais perversa de violar os direitos humanos inerente a cada vítima.³ Essas vítimas não têm um perfil único e determinado, logo crianças, adultos, mulheres e homens podem ser alvo do crime em estudo.

Segundo Rogério Sanches Cunha em sua doutrina:

O tráfico de pessoas é uma das atividades criminosas mais lucrativas. Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o lucro anual produzido com o tráfico de pessoas chega a 31,6 bilhões de dólares. Levantamento do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes mostra também que, para cada ser humano transportado de um país para o outro, o lucro das redes criminosas pode chegar a US\$ 30 mil por ano. Estimativas da OIT assinalam que durante o ano de 2005 o tráfico de pessoas fez aproximadamente 2,4 milhões de vítimas. A OIT estima que 43% dessas vítimas sejam subjugadas para exploração sexual e 32% para exploração econômica.⁴

A Lei nº 13.344/2016 é resultado da aprovação do Projeto de Lei nº 479/2012, que dispõe acerca da prevenção, da repressão e da punição ao tráfico

PUREZA, Diego Luiz Victório. O crime de tráfico de pessoas após a Lei nº 13.344/2016. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XX, n. 156, jan 2017. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18366&revista_caderno=3>. Acesso em: 15 nov. 2017.

⁴ CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal**: parte especial (arts. 121 ao 361). 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 508.

interno e internacional de pessoas. Anterior à referida lei, o Código Penal Brasileiro tipificava como crime de tráfico de pessoas, apenas cometido para fins de exploração sexual tanto no âmbito nacional quanto no internacional. O grande problema acerca dessa lacuna legislativa é que havia várias outras modalidades de tráfico de pessoas, as quais a legislação não tipificava.

Com isso, surgia uma grande impunidade acerca das outras modalidades, que iam além da exploração sexual, como também a remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo, submissão a trabalho análoga as de escravo, servidão e adoção ilegal.

Além disso, considerando que o Brasil ratificou, por meio do Decreto nº 5.017, de 12/3/2004, o texto do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, também conhecido como Protocolo de Palermo, fez-se, então, necessário que o ordenamento jurídico se adequasse a essa convenção internacional.

No seu artigo 3º, alínea a, o Protocolo de Palermo vem definindo o que seria considerado tráfico de pessoas:

A expressão "tráfico de pessoas" significa o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos.⁵

O objetivo do Protocolo de Palermo vai além do combate repressivo do crime de tráfico de pessoas. Este visa também a prevenir, principalmente, mulheres e crianças, proteger e ajudar as vítimas desse crime, garantindo que os direitos humanos de cada um serão assegurados, além de garantir que haverá cooperação entre os Estados Partes a fim de fortalecer que todos os objetivos já mencionados

⁵ BRASIL. Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm>. Acesso em: 22 nov. 2017.

serão observados, termos do artigo 2º do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004⁶.

2.2 Revogação dos artigos 231 e 231-A do Código Penal

O crime de tráfico de pessoas, anteriormente à vigência da Lei nº 13.344/16, era tipificado nos artigos 231 e 231-A, ambos do Código Penal. Entretanto, abordavam apenas o tráfico de pessoas com a finalidade de exploração sexual. Ocorre que o Brasil, ao ratificar o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial de Mulheres e Crianças, também chamado de Protocolo de Palermo, reconhecia que as finalidades desse crime iam bem mais além do que apenas para o fim de exploração sexual, tornando-se assim, de extrema necessidade acrescentar, em sua legislação, as demais finalidades desse crime, bem como atribuir-lhes as devidas sanções. Portanto, a finalidade principal da Lei nº 13.344 foi adaptar a nossa legislação à internacional.

O artigo 231 do Código Penal, atualmente revogado, tipificava o crime de tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual, e, em seu *caput*, trazia as ações de promover ou facilitar a entrada ou a saída de alguém do território nacional, para exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, sendo punido com reclusão de 3 (três) a 8 (oito) anos. O parágrafo primeiro tratava das formas equiparadas desse crime, que eram as ações de agenciar, aliciar ou comprar pessoa vítima do tráfico, como também do conhecimento dessa condição da vítima, a transporta, transfere ou aloja. As causas de majoração da pena encontravam-se no parágrafo segundo, que aumentava a pena da metade se: a vítima fosse menor de 18 (dezoito) anos; o agente fosse ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da

⁶ Artigo 2º Os objetivos do presente Protocolo são os seguintes:

a) Prevenir e combater o tráfico de pessoas, prestando uma atenção especial às mulheres e às crianças; b) Proteger e ajudar as vítimas desse tráfico, respeitando plenamente os seus direitos humanos; e c) Promover a cooperação entre os Estados Partes de forma a atingir esses objetivos.

BRASIL. Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm>. Acesso em: 22 nov. 2017.

vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou se empregasse violência, grave ameaça ou fraude. Era aplicada também a pena de multa, caso o crime tivesse sido praticado pelo agente com o fim de obter vantagem econômica, hipótese prevista no parágrafo terceiro desse artigo.

Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

§ 2º A pena é aumentada da metade se

I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos

II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;

III - se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou

IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.⁷

Já o artigo 231-A do Código Penal, também atualmente revogado, era o tipo penal responsável por tipificar o tráfico interno de pessoas para fim de exploração sexual e tratava das ações de facilitar ou promover o deslocamento de pessoas dentro do Brasil para exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, sancionando tais condutas com a pena de reclusão de 2 (dois) a 6 (seis) anos. O parágrafo primeiro desse artigo equiparava a sanção do *caput* às ações de agenciar, aliciar, vender ou comprar pessoa vítima do tráfico, assim como, tendo conhecimento do fato criminoso, a transportá-la ou alojá-la. O parágrafo segundo, por sua vez, tratava das causas de majoração, que aumentavam a pena descrita no *caput* em metade caso a vítima fosse menor de 18 (dezoito) anos; a vítima não tivesse o necessário discernimento, pois possui enfermidade ou deficiência mental; se o agente fosse ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou que possuísse com ela uma obrigação de cuidado, proteção ou vigilância decorrente de

⁷BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 29 nov. 2017.

lei ou de outra forma, e como última hipótese; caso tenha havido emprego de violência, grave ameaça ou fraude. No parágrafo terceiro, aduzia-se que, se o crime tivesse sido cometido com a finalidade de obter vantagem econômica, além da pena prevista no *caput*, aplicar-se-ia também multa.

Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual

Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

§ 1º Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la

§ 2º A pena é aumentada da metade se:

I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;

II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;

III - se o agente é ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou

IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.⁸

A Lei nº 13.344 revogou, então, os artigos 231 e 231-A do Código Penal, que se encontravam no Título VI (dos crimes contra a dignidade sexual), Capítulo V (do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual), e criou o artigo 149-A, que se encontra no Título I (dos crimes contra a pessoa), Capítulo VI, (dos crimes contra a liberdade individual), Seção I (dos crimes contra a liberdade pessoal). A partir de então reuniam-se no mesmo dispositivo, além da finalidade de exploração sexual, o trabalho ou os serviços forçados, a adoção ilegal, as práticas similares à escravidão e a remoção de órgãos.⁹

⁸BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 29 nov. 2017.

⁹CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista: **Tráfico de Pessoas: lei 13.344/2016** comentada por artigos. Salvador: Juspodivm, 2016, p.12;

2.3 Aspectos penais do atual artigo 149-A do Código Penal

Neste tópico, analisaremos os principais aspectos penais do artigo 149-A do Código Penal, como os elementos objetivos, subjetivo, sujeitos ativo e passivo, assim como o momento de consumação e a tentativa do referido crime.

O artigo 149-A do Código Penal, advindo da Lei nº 13.344/16, possui, em seu *caput*, 8 (oito) elementos objetivos, os quais são, as ações de agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher, tratando-se, assim, de um crime de ação múltipla. Caracterizado uma ou mais dessas ações com alguma finalidade arrolada nos incisos desse artigo, será o agente penalizado com reclusão de 4 (quatro) a 8 (oito) anos e multa.

Os artigos 231 e 231-A, como já mencionado, encontravam-se no Título VI (dos crimes contra a dignidade sexual), Capítulo V (do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual), já o artigo 149-A encontra-se no Título I (dos crimes contra a pessoa), Capítulo VI (dos crimes contra a liberdade individual), Seção I (dos crimes contra a liberdade pessoal), com isso, o bem jurídico a ser protegido é a liberdade individual da vítima.

O elemento subjetivo desse tipo penal é o dolo, ou seja, a vontade consciente de praticar um dos elementos objetivos descritos no *caput*, para atingir um dos fins elencados nos incisos do artigo em estudo. Portanto, para caracterização do dolo, exige-se o especial fim de agir, em que o agente deve cometer o crime de tráfico de pessoas com o fim de: remover órgãos, tecidos ou partes do corpo da vítima; submeter a vítima a trabalho em condições análogas a de escravo, submeter a vítima a qualquer tipo de servidão, promover adoção ilegal da vítima ou a exploração sexual. Vale ressaltar que o consentimento da vítima exclui a tipicidade, já que o crime deve ser realizado mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso.¹⁰

O crime de tráfico de pessoas, em sua forma simples, pode ser realizado por qualquer pessoa, homem ou mulher, pois não se exige uma qualidade específica do agente para cometê-lo. Todavia, para se adequar às hipóteses de aumento da pena, deverá se enquadrar nos requisitos previstos no inciso I do §1º, em que o agente deverá se prevalecer da sua função para cometer o crime em estudo, ou, no

¹⁰CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Tráfico de Pessoas: lei 13.344/2016** comentada por artigos. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 42.

inciso III do §1º, em que o agente se prevalece de relações diversas que mantem com a vítima. Assim como o sujeito passivo também pode ser qualquer pessoa na modalidade simples presente no “caput”. Porém, incidirá o aumento da pena caso se configure a hipótese do inciso II do §1º, do artigo 149-A, se no caso, a vítima for criança, adolescente, pessoa idosa ou com deficiência.

Art. 149-A. Agenciar, aliciar, recrutar, transportar, transferir, comprar, alojar ou acolher pessoa, mediante grave ameaça, violência, coação, fraude ou abuso, com a finalidade de:

I - remover-lhe órgãos, tecidos ou partes do corpo;

II - submetê-la a trabalho em condições análogas à de escravo;

III - submetê-la a qualquer tipo de servidão;

IV - adoção ilegal; ou

V - exploração sexual.

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, e multa.

§ 1º A pena é aumentada de um terço até a metade se:

I - o crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las;

II - o crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência;

III - o agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função; ou

IV - a vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional.

§ 2º A pena é reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa.

Haverá a consumação do crime com a realização de uma das ações previstas no *caput* do artigo 149-A. Portanto, não é necessário, para configurar a consumação, que a finalidade a qual moveu o crime de tráfico de pessoas seja atingida. Por exemplo, a vítima foi traficada mediante grave ameaça, com a finalidade de ser explorada sexualmente, porém, antes de a finalidade ser praticada, a vítima consegue ser resgatada. Nesse caso, houve a consumação do crime de tráfico de pessoas, independentemente de a finalidade ter sido atingida. A tentativa é possível.

2.3.1 Das causas de aumento

O artigo 149-A, em seu parágrafo primeiro, do Código Penal traz 4 situações que majoram de um terço até metade a pena de reclusão, de 4 (quatro) a 8 (oito) anos, descrita no *caput*.

O inciso I traz a primeira hipótese, que é se “O crime for cometido por funcionário público no exercício de suas funções ou a pretexto de exercê-las.” O artigo 327, *caput*, do Código Penal traz o que seria considerado funcionário público: “Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.”. Portanto, caso a condição de ser funcionário público favoreça o agente a praticar o crime em estudo, incidirá o aumento da pena.¹¹

A segunda hipótese, no inciso II, é se “O crime for cometido contra criança, adolescente ou pessoa idosa ou com deficiência.” A definição de criança e de adolescente estão previstas na Lei nº 8.069/90, em seu artigo 2º, que aduz: “Considera-se criança, para os efeitos dessa Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.”. Já a definição de pessoa idosa encontra-se no Estatuto do Idoso, em seu artigo 1º: “É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.”.

Por fim, o Estatuto da Pessoa com Deficiência traz em seu artigo 2º o que se considera pessoa com deficiência:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.¹²

Logo, se o sujeito passivo do crime de tráfico de pessoas for uma pessoa em uma dessas condições descritas, haverá majoração da pena.¹³

O inciso III, a terceira hipótese, majorará a pena, caso “O agente se prevalecer de relações de parentesco, domésticas, de coabitação, de hospitalidade, de dependência econômica, de autoridade ou de superioridade hierárquica inerente ao exercício de emprego, cargo ou função.” Portanto, quando verificado uma dessas

¹¹CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Tráfico de Pessoas**: lei 13.344/2016 comentada por artigos. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 152;

¹² BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 27 nov. 2017.

¹³CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Tráfico de Pessoas**: lei 13.344/2016 comentada por artigos. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 152;

relações descritas acima entre o sujeito ativo e o sujeito passivo, incidirá o aumento da pena.¹⁴

Por fim, a quarta e última hipótese de majoração da pena é caso “A vítima do tráfico de pessoas for retirada do território nacional.”, ou seja, estará configurado o tráfico transnacional de pessoas.” Vale salientar que essa hipótese de tráfico transnacional de pessoas, também chamado de tráfico internacional, era descrito no artigo 231 que fora revogado com o advento da Lei nº13.344/16, e era um crime autônomo do tráfico nacional.¹⁵

2.3.2 Da causa de diminuição

O artigo 149-A, parágrafo segundo traz a possibilidade de diminuição da pena, sendo esta reduzida de um a dois terços se o agente for primário e não integrar organização criminosa.

A Lei nº 12.850/13 trata do crime de organização criminosa e em seu artigo 1º, parágrafo primeiro, vem conceituando o que se considera ser uma organização criminosa, “Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional.”

2.4 A ação penal

Nestor Távora e Rosmar Rodrigues Alencar traz o conceito de ação penal:

É o direito público subjetivo de pedir ao Estado-Juiz a aplicação do direito penal objetivo ao caso concreto. A Constituição consagra, no art. 5º, inciso XXXV, que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça à direito. Logo, sendo a jurisdição inerte, e estando a autotutela banida, como regra, do ordenamento jurídico, resta aos interessados,

¹⁴CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Tráfico de Pessoas:** lei 13.344/2016 comentada por artigos. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 153;

¹⁵CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Tráfico de Pessoas:** lei 13.344/2016 comentada por artigos. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 154.

através do exercício do direito de ação, provocar a jurisdição no intuito de obter o provimento jurisdicional adequado à solução do litígio.¹⁶

A ação penal cabível ao crime de tráfico de pessoas será a pública incondicionada. Nesta ação, a legitimidade ativa será do Ministério Público, ou seja, independe de manifestação da vítima ou de terceiros, termos do “caput” do artigo 24 do Código de Processo Penal.¹⁷

3 MÉTODOS

A criação do presente trabalho exposto fundou-se em pesquisas bibliográficas feitas por meio de consulta a doutrinas, artigos científicos, legislações pertinentes ao tema, bem como outros meios de informação que abordassem o tema aqui tratado. O método utilizado foi o dedutivo, pois, por meio do estudo do tema, foi possível chegar a conclusões a respeito deste.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante do apresentado, é possível perceber que realmente existe uma lacuna legislativa no ordenamento jurídico brasileiro, anteriormente à vigência da Lei nº 13.344/2016, pois, como já exposto, o crime de tráfico de pessoas poderia ser cometido para diversos fins, porém, no ordenamento brasileiro, só era tipificado, portanto punível, se o referido crime fosse cometido com a finalidade de exploração sexual. Ocorre que, na prática, o cometimento do tráfico de pessoas tem diversos outros fins. Com isso, essas outras finalidades passavam impunes. Além disso, o Brasil havia ratificado o texto do Protocolo de Palermo, que trazia o conceito de tráfico bem mais abrangente, bem como seus objetivos também. Enfim, por meio do artigo 149-A, incluído no Código Penal Brasileiro, decorrente da Lei nº 13.344/2016, tornou-se punível o tráfico de pessoas com as finalidades de: remoção de órgãos,

¹⁶ TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2018, p. 239-240.

¹⁷ Artigo 24 do Código de Processo Penal: Nos crimes de ação pública, esta será promovida por denúncia do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo. (BRASIL, Lei nº 3.689, de 6 de outubro de 1941) Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del3689.htm>.

tecidos ou partes do corpo; submissão a trabalho análogo ao de escravo, servidão e adoção ilegal.

4 CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se que o ordenamento jurídico brasileiro se mostrava silente diante do crime de tráfico de pessoas com o fim oposto à exploração sexual, não possuindo, portanto, uma previsão legal para punir tal crime com os fins de remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo; submissão a trabalho análogo ao de escravo; servidão e adoção ilegal. Em vista disso, para preencher essa lacuna legislativa, foi instituída a Lei nº 13.344/16, responsável por revogar os artigos 231 e 231-A, anteriormente previstos no Código Penal Brasileiro, e prever o artigo 149-A, também no Código Penal Brasileiro, trazendo, assim, a previsão de punição do tráfico de pessoas para outros fins.

Vale salientar que o Brasil, ao ratificar o texto do Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, também conhecido como Protocolo de Palermo, por meio do Decreto nº 5.017, no ano de 2014, assumiu o compromisso de adequar seu ordenamento jurídico aos ordenamentos internacionais, e o texto do Protocolo de Palermo, em seu artigo 3º, trazia diversas ações que seriam consideradas a prática do crime em estudo, bem como trazia expresso as demais diversas finalidades para cometimento do crime.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004. Promulga o Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5015.htm>. Acesso em: 22 nov. 2017.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 29 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 27 nov. 2017.

CUNHA, Rogério Sanches. **Manual de direito penal**: parte especial (arts. 121 ao 361). 8. ed. Salvador: Juspodivm, 2016;

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. **Tráfico de Pessoas**: Lei 13.344/2016 comentada por artigos. Salvador: Juspodivm, 2016.

PUREZA, Diego Luiz Victório. O crime de tráfico de pessoas após a Lei nº 13.344/2016. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XX, n. 156, jan 2017. Disponível em: <http://ambitojuridico.com.br/site/index.php/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18366&revista_caderno=3>. Acesso em: 15 nov. 2017.

TÁVORA, Nestor; ALENCAR, Rosmar Rodrigues. **Curso de Direito Processual Penal**. 13. ed. Salvador: Juspodivm, 2018;

A IMPOSSIBILIDADE DA ESTERELIZAÇÃO COMPULSORIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA APÓS A LEI 13.146/15

Lara de Almeida Nogueira Brasil¹
Suzy Anny Martins Carvalho²

RESUMO

Esse artigo tem o intuito de tratar sobre a vedação à esterilização compulsória das pessoas com deficiência conforme o Estatuto da Pessoa com Deficiência, conhecido da mesma forma como Lei 13.146/15, e a Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência, conhecida como convenção de NY, que trouxe de forma expressa a proibição dessa prática abusiva. Ocorre que até a presente data, ainda há julgados que permitem essa prática de esterilizar compulsoriamente essas pessoas com base na Lei de Planejamento familiar, também conhecida como Lei 9.263/96. Dessa forma, ocorre um equívoco na utilização deste dispositivo por parte do judiciário, pois o EPD é superior, hierarquicamente falando, do que a Lei 9.263/96 por ter sido aprovado de acordo com a disposição do artigo 5º, parágrafo 3º da Constituição Federal de 1988, ou seja, era para ser vedado pelos magistrados a prática desse procedimento cirúrgico que é muito invasivo. Esse artigo tem, também, a finalidade de realizar uma abordagem primária sobre a relação dos modelos de tratamento das pessoas com deficiência, ao longo do tempo, e os seus direitos e garantias, relatar um pouco sobre a capacidade dessas pessoas a fim de demonstrar algumas mudanças que o EPD e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência trouxeram e trazer uma breve análise do cumprimento dessas mudanças nas jurisprudências pelo poder judiciário. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e documental, acresça-se a isso, também, uma análise jurisprudencial com base no tema, essa análise foi realizada em julgados de vários locais do país.

¹ Aluna do sexto semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Christus, foi monitora da disciplina de Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais, fez parte do programa de iniciação científica e atualmente é monitora da disciplina de responsabilidade civil. Contato: laranbrasil@hotmail.com

² Mestre em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza – (UNIFOR). Docente das disciplinas de Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais e Ética Geral e Jurídica no Centro Universitário Christus – (UNICHRISTUS). Contato: suzymcarvalho2@gmail.com < <http://lattes.cnpq.br/1053390378663822>>

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Autonomia da vontade. Esterilização compulsória. Capacidade. Deficiência intelectual.

ABSTRACT

This article is intended to address the prohibition of compulsory sterilization of persons with disabilities under the Disabled Persons Statute, known in the same way as Law 13,146 / 15, and the Convention on the Rights of Persons with Disabilities, known as the Convention on the Rights of Persons with Disabilities. NY, which has expressly brought the ban on such abusive practice. It occurs that up to the present date, there are still judged that allow this practice to compulsorily sterilize these people based on the Law of Family Planning, also known as Law 9.263 / 96. Thus, there is a misunderstanding in the use of this device by the judiciary, since the EPD is hierarchically higher than Law 9.263 / 96 because it was approved in accordance with the provision of article 5, paragraph 3 of the Constitution Federal law of 1988, that is, it was to be prohibited by the magistrates to practice this surgical procedure that is very invasive. This article also has the purpose of carrying out a primary approach to the relationship between disability models over time and their rights and guarantees, to report a little on their capacity to demonstrate changes that the EPD and the Convention on the Rights of Persons with Disabilities have brought and provide a brief analysis of compliance with these changes in jurisprudence by the judiciary. The methodology used was the bibliographical and documentary research, it is added to this, also, a jurisprudential analysis based on the theme, this analysis was carried out in judges of several places of the country.

Keywords: Disabled person. Autonomy of the will. Compulsory sterilization. Capacity. Intellectual disability.

1 INTRODUÇÃO

As pessoas com deficiência sofreram muito desde a antiguidade com o preconceito e discriminação por conta da falta de igualdade com as demais. Entendia-se na idade antiga que quem era desigual deveria ser exterminada ou marginalizada. Com o passar do tempo surgiu um pensamento mais humanizado em que já não se admitia antigos atos e passou-se a querer tratar a deficiência como se esta fosse uma doença. Neste período se procurava sujeitar as pessoas a procedimentos para que parecessem com a maioria da população.

Essa desconformidade e essa discriminação estavam fortemente presentes no ordenamento jurídico brasileiro até o surgimento da Convenção de Nova Iorque. Foi a partir do surgimento da Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, a nível mundial, e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Brasil, que os direitos dessas pessoas foram reconhecidos e garantidos, tendo a primazia no princípio da igualdade e na autonomia da vontade, visando assegurar-lhes todos os direitos inerentes à pessoa humana.

Só com a mudança proporcionada por essas novas legislações é que lhes foram assegurado os direitos de personalidade, como o direito a sua sexualidade e planejamento familiar. Ocorre que nem sempre esses direitos são respeitados pela sociedade e pelo Poder Judiciário. Como forma de desenvolver essa temática, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica e documental.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A capacidade civil da pessoa com deficiência

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência - CDPD é um documento que surgiu com o objetivo de modificar os paradigmas até então existente e voltado a garantir-lhes os direitos inerentes à pessoa humana e foi, posteriormente, ratificada pelo Brasil com status de emenda constitucional. Mas esse assunto nem sempre teve importância social.

2.1.1 Os modelos de tratamento

A pessoa com deficiência sempre foi vítima de preconceitos e exclusão por parte da sociedade. É tanto que nem sempre lhes eram concedidos os direitos inerentes a pessoa humana, nem mesmo o direito a vida. Sabe-se que, desde o começo da história da humanidade, que elas sofrem por sua situação de diversidade.

Segundo Agustina Palacios, a pessoa com deficiência foi tratada de diversas formas ao longo da evolução da sociedade. Ela alega que existem três modelos de tratamento. O primeiro é denominado de modelo da prescindência, onde a deficiência é vista como uma questão religiosa, isto é, um castigo de Deus para os pais que desobedeciam às regras divinas. Esse período ocorreu desde a antiguidade clássica até a era medieval e dividia-se em dois submodelos, quais sejam: o da eugenia e o da marginalização.³

No submodelo eugênico, era admitido, tanto pela sociedade como pelo Estado, a eliminação de qualquer pessoa que nascesse com alguma deficiência. Acreditava-se que elas sujavam a imagem da sociedade, pois não serviam para contribuir. Desse modo, a população era autorizada a praticar o infanticídio ao descobrir que seu filho tinha alguma deficiência, pois se admitia que sua vida não merecia ser vivida.⁴

Com a influência do Cristianismo, que adotava a tese de que todos eram a imagem e semelhança de Deus⁵, a prática da eugenia foi substituída pela marginalização. Neste submodelo a pessoa era excluída do seio da sociedade, eram inseridas em classes sociais tidas como mais baixas, como os pobres, ou deixadas a armo para que morressem ou não voltassem, isto é, eram marginalizados⁶. O importante era que se tornassem invisíveis aos olhos da sociedade⁷.

³ PALACIOS, Agustina; BARRIFFI, Francisco. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos**: una aproximación sobre los derechos de las personas con discapacidad. Madri: Cinca, 2007.

⁴ PALACIOS, Agustina; BARRIFFI, Francisco. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos**: una aproximación sobre los derechos de las personas con discapacidad. Madri: Cinca, 2007.

⁵ “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança. Que ele reine sobre os peixes do mar, sobre as aves do céu, sobre os animais domésticos e sobre toda a terra, e sobre todos os répteis que se arrastam sobre a terra’. Deus criou o homem à sua imagem; criou-o à imagem de Deus, criou o homem e a mulher.” (BÍBLIA SAGRADA, Gênesis, 1; 26-27)

⁶ PALACIOS, Agustina; BARRIFFI, Francisco. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos**: una aproximación sobre los derechos de las personas con discapacidad. Madri: Cinca, 2007.

⁷ VIVAS-TESSÓN, Inmaculada. La convención ONU de 13 de diciembre de 2006 sobre los derechos de la personas con discapacidad. La experiencia española. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de (org). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas**: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016.

O segundo modelo ficou conhecido como o modelo reabilitador, ganhou força logo após o fim da Primeira Guerra Mundial, pois muitos homens ficaram feridos e perderam partes do corpo. Tinha como argumento que a causa da deficiência não era religiosa, mas sim científica. Entendia-se que as pessoas com deficiência precisavam de um tratamento, uma reabilitação. Segue então uma tentativa de normalização, de seguir um padrão social. Nesta fase, as crianças com deficiência poderiam até estudar, mas teria que ser em escolas especializadas, pois o preconceito ainda era enraizado na população⁸.

O terceiro modelo, conhecido como social, alega que a causa da deficiência é meramente uma limitação causada por barreiras impostas pela sociedade⁹. Esse modelo é o adotado na atualidade e trouxe grandes mudanças na conceituação de deficiência e conseqüentemente mudanças para o ramo jurídico. Acredita-se que a inclusão é mais eficaz e necessária do que a reabilitação ou a banalização da pessoa com deficiência.

[...], no son as limitaciones individuales las raíces del fenómeno, sino las limitaciones de la sociedad para prestar servicios apropiados y para asegurar adecuadamente que las necesidades de las personas con discapacidad sean tenidas en cuenta dentro de la organización social.¹⁰

Sob esse viés, pontua Agustina Palacios que o cerne da deficiência não está intrínseco na pessoa com deficiência, mas sim na sociedade que não está preparada para lidar com as diversidades¹¹.

O modelo de tratamento social da pessoa com deficiência influenciou na elaboração da Convenção de NY, intitulada de Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que modificou o conceito de deficiência e atribuiu-lhe direitos inerentes a pessoa humana em âmbito mundial. O Brasil, além de ratificar tal documento com status de Emenda Constitucional criou o Estatuto da Pessoa com deficiência - EPD, trazendo, assim, diversas mudanças em nosso ordenamento

⁸ PALACIOS, Agustina. **El modelo social de discapacidad**: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: Cinca, 2008.

⁹ PALACIOS, Agustina. **El modelo social de discapacidad**: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: Cinca, 2008.

¹⁰ PALACIOS, Agustina; BARIFFI, Francisco. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos**: una aproximación sobre los derechos de las personas con discapacidad. Madrid: Cinca, 2007, p. 19.

¹¹ PALACIOS, Agustina; ROMANACH, Javier. **El modelo de la diversidad**: La Bioética y los derechos Humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional. España: Diversitas - AIES, [201...]

jurídico. Dentre essas mudanças, pode ser citada a capacidade atribuída a essas pessoas.

2.1.2 O regime das incapacidades

O Código Civil de 2002, a priori, trazia possibilidades, por meios legais, de ser retirada de uma pessoa a sua capacidade civil. Em relação a esta, entende-se como sendo uma aptidão da pessoa para exercer direitos e assumir deveres na órbita civil¹². Esse instituto pode ser ramificado em capacidade de direito (também intitulada de gozo) ou capacidade de fato (também apelidada de exercício). A primeira é ínsita ao ser humano¹³, normalmente, comum a toda pessoa humana. É inerente a sua personalidade jurídica e só cessa com a morte da pessoa. Assim, todos são capazes de direitos e deveres na ordem civil¹⁴.

Já a capacidade de fato, que tem relação com a capacidade de exercer os atos da vida civil, não é destinada a toda pessoa. Esse tipo de capacidade se adquire com alguns eventos como quando a pessoa completa 18 anos, pela emancipação a partir de 16 anos, pelo exercício do emprego público antes dos 18, dentre outras situações, ela também pode ser afastada parcialmente depois de adquirida por motivos como enfermidade ou deficiência mental, os pródigos, os ébrios habituais, dentre outros.¹⁵

O Estatuto da Pessoa com Deficiência juntamente com a Convenção de NY, como forma diminuir as barreiras sociais e proporcionar a igualdade entre todos, promoveu serias mudanças no instituto das capacidades.

Antes das mudanças, existia a possibilidade de se retirar totalmente a capacidade de fato de uma pessoa, tornando-o absolutamente incapaz. Veja-se na antiga redação do artigo 3º do Código Civil de 2002:

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I- Os menores de 16 anos

¹² TARTUCE, Flavio. **Direito Civil**: Lei de Introdução e Parte Geral. 10. ed. São Paulo: Método, 2014, v.1.

¹³ MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. **Curso de Direito Civil**-Parte Geral. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, v.1, p. 69.

¹⁴ TARTUCE, Flavio. **Direito Civil**: Lei de Introdução e Parte Geral. 10. ed. São Paulo: Método, 2014, v.1.

¹⁵ BÚSSOLO, Paulo Henrique Pelegim. Capacidade Civil. **DireitonNet**. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7679/Capacidade-civil>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

- II- Os que por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos
- III- Os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade

Como visto, existia a possibilidade de se modificar a capacidade de uma pessoa e torna-la incapaz para a vida civil conforme estabelece o inciso II mencionado na legislação. Desta forma, suas vontades e opiniões de nada valem para as decisões de sua vida civil e necessitavam de um representante legal, de acordo com suas necessidades, para defender e proteger seus direitos e patrimônio.¹⁶

2.1.3 A Capacidade Civil da Pessoa com Deficiência Após a CDPD e o EPD

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, em concordância com a Convenção da Pessoa com Deficiência, mudou a redação do artigo 3º do Código Civil. A partir de então, a figura do absolutamente incapaz permanece apenas para as pessoas menores de 16 anos, dissociando a incapacidade da deficiência¹⁷. Dessa forma, não existe mais a possibilidade de se retirar a capacidade de fato de uma pessoa com deficiência. A regra é que deverão ser considerados como absolutamente capazes, sendo assim, aptos para responder todos os atos realizados por eles na sua vida civil.

Acresça-se a isso, também, que o EPD permitiu, de forma a ser excepcional, a retirada parcial da capacidade de fato da pessoa com deficiência, e para que isso ocorra, deve ser dado entrada em um processo judicial. Como consequência desse fato, a pessoa com deficiência terá um curador para auxiliá-la apenas nos assuntos patrimoniais e negociais, visto que a legislação veda terminantemente a interferência na vontade quando esta diz respeito a questões existenciais¹⁸.

¹⁶ NEVARES, Ana Luiza Maia; SCHREIBER, Anderson. Do sujeito à pessoa: uma análise da incapacidade civil. in: TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; ALMEIDA, Vitor (Coords.). **O Direito Civil entre o sujeito e a pessoa**: estudos em homenagem ao professor Stefano Rodotà. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

¹⁷ CARVALHO, Suzy Anny Martins Carvalho. **A curatela modificada pelo estatuto da pessoa com deficiência e as questões existenciais em relação à pessoa com deficiência intelectual**. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional nas Relações Privadas). Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017.

¹⁸ “Art. 85. A curatela afetarà tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial. [...] § 2o A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado.” (BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 22 jun. 2018.)

2.2 A pessoa com deficiência e a autonomia do próprio corpo

Autonomia é a “aptidão ou competência para gerir sua própria vida, valendo-se de seus próprios meios, vontades e/ou princípios”¹⁹, ou seja, uma pessoa possuente dessa aptidão consegue ter validade nos seus atos, de forma a responder por eles. Isto é, também, podendo estabelecer suas vontades na vida civil.

Essa autonomia era vedada as pessoas com deficiência, seja esta psíquica ou intelectual, a ponto de que elas não poderiam ter como válidas as suas vontades relativas a questões de natureza existencial, tais como: casamento, constituição de família, adoção, dentre outros direitos que as pessoas sem deficiência detinha.

Esse pensamento, a pesar de limitar as pessoas com deficiência, tinha o propósito de protegê-las. Assim, elas eram detentoras de direitos, por possuírem personalidade jurídica, mas não podiam utilizá-los como bem entendessem, de acordo com a sua vontade. Para tanto, elas necessitavam de uma representação.²⁰

Dessa forma a vontade da pessoa com deficiência era atribuída a um representante que decidiria e as tornaria válida. Essa representação era efetivada pelo instituto da curatela que por muito tempo representou uma verdadeira morte civil²¹, pois o representante era que decidiam até mesmo em questões de natureza existencial por essas pessoas.

Dessa forma, a elas não era dado o poder de escolha dos atos de sua vida civil. Faz-se prova disso o fato dos médicos terem o costume de tratar sobre as informações devidas e necessárias com os pais ou representantes de uma pessoa com deficiência. Ainda é comum não se perguntar a uma pessoa com deficiência intelectual se ela quer ou não se sujeitar a um determinado procedimento médico, como a esterilização. Simplesmente se passa por cima da vontade dessas pessoas mesmo após tantas lutas em prol dos direitos das pessoas com deficiência.

¹⁹ AUTONOMIA. **Dicio:** Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/autonomia/>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

²⁰ SAMPAIO, Carolina Vasques. **Autonomia existencial da pessoa com deficiência nas decisões relativas ao próprio corpo:** esterilização compulsória. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional nas Relações Privadas). Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017.

²¹ PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil:** Introdução ao direito civil constitucional. Tradução de Maria Cristina De Cicco. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

Um grande exemplo é a Lei de Planejamento familiar que admite em seu art. 10º a prática de esterilização compulsória com o mandato judicial, pouco importando a vontade da pessoa com deficiência.²²

Porém, com o EPD e a CDPD, que tiveram a intenção de promover a inclusão social e igualar as pessoas com deficiência com os demais de forma a constar no artigo primeiro da Lei 13.467(EPD) esse propósito.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.²³

Foi garantida então a autonomia das pessoas com deficiência de forma a atribuí-lhes capacidade total de fato, podendo assim tomar decisões de sua vida civil, inclusive decidir sobre a realização de procedimentos médicos.²⁴

Diante dessa garantia, acrescentando-se a isso, também, que o Estatuto da Pessoa com Deficiência dispõe em seu artigo 11º²⁵ que essas pessoas não podem ser obrigadas a submeterem-se a intervenções clínicas e cirúrgicas de modo a terem

²² “Art. 10. Somente é permitida a esterilização voluntária nas seguintes situações: (Artigo vetado e mantido pelo Congresso Nacional - Mensagem nº 928, de 19.8.1997)

[...]

§ 1º É condição para que se realize a esterilização o registro de expressa manifestação da vontade em documento escrito e firmado, após a informação a respeito dos riscos da cirurgia, possíveis efeitos colaterais, dificuldades de sua reversão e opções de contracepção reversíveis existentes.

[...]

§ 3º Não será considerada a manifestação de vontade, na forma do § 1º, expressa durante ocorrência de alterações na capacidade de discernimento por influência de álcool, drogas, estados emocionais alterados ou incapacidade mental temporária ou permanente.

[...]

§ 6º A esterilização cirúrgica em pessoas absolutamente incapazes somente poderá ocorrer mediante autorização judicial, regulamentada na forma da Lei. (BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9263.htm>. Acesso em: 23 jun. 2018.)

²³ BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm>. Acesso em: 22 jun. 2018.

²⁴ “Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas.” (BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm>. Acesso em: 22 jun. 2018.)

²⁵ “Art. 11. A pessoa com deficiência não poderá ser obrigada a se submeter a intervenção clínica ou cirúrgica, a tratamento ou a institucionalização forçada”. (BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm>. Acesso em: 22 jun. 2018.)

que consentir de forma clara, livre e prévia como relata o artigo 12^{o26} da mesma regulamentação mencionada.

O consentimento poderá ser obtido por meio da comunicação da pessoa com deficiência de forma direta ou até mesmo indireta, como por exemplo sinais e expressões faciais, de modo a não importar a forma como o consentimento é transmitido, apenas se faz necessária a transmissão e a compreensão da vontade.²⁷

Relata-se também que se houver curatela, a pessoa com deficiência deve participar da maior forma possível no consentimento de algum procedimento cirúrgico segundo o parágrafo primeiro do último artigo mencionado. Porém, deve interpretar o artigo 12, § 1^o concomitante ao artigo 85 do EPD:

Art. 85. A curatela afetará tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

§ 1^o A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

§ 2^o A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses do curatelado.

§ 3^o No caso de pessoa em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência a pessoa que tenha vínculo de natureza familiar, afetiva ou comunitária com o curatelado.

Dessa forma, com essa interpretação conjunta dos artigos 12 e 85, sabe-se que uma pessoa com deficiência, por mais que necessite de um curador, a este não compete decidir e optar por situações que envolvam o direito ao seu corpo e nem a sua sexualidade e matrimônio, de forma a caber, apenas a pessoa com deficiência a decisão de querer ou não realizar um procedimento cirúrgico, como a esterilização. Lembrando, assim, que a responsabilidade do curador é apenas para fins patrimoniais e negociais.

2.3. As pessoas com deficiência intelectual nos casos de esterilização compulsória

²⁶ “Art. 12. O consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é indispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica.

§ 1^o Em caso de pessoa com deficiência em situação de curatela, deve ser assegurada sua participação, no maior grau possível, para a obtenção de consentimento.” (BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 22 jun. 2018.)

²⁷ RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite. As pessoas com deficiência mental e o consentimento informado nas intervenções médicas. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de (org). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas**: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016, p. 735.

Diante de todo o exposto, é sabido que as pessoas com deficiência possuem a autonomia necessária para dispor do próprio corpo, inclusive para as decisões que envolvem o seu planejamento familiar. Dentro deste, encontra-se as decisões relacionadas a ter filhos, casar e adotar.

Dessa forma, não pode ser vetado à pessoa com deficiência, física ou mental, a ir a uma instituição e adotar outras pessoas, ou a se casar com que ela quiser, ou até mesmo ter filhos. Vale ressaltar que mesmo com a curatela, que, como já visto, tem validade apenas para assuntos condizentes com patrimônio e negócios, as pessoas com deficiência podem realizar todos os atos relacionados aos direitos personalíssimos.

Sob esse viés, dentro da ideia do modelo social de tratamento da pessoa com deficiência, é vetada qualquer prática que impossibilite essas pessoas de conseguirem o que desejam no tocante aos quesitos mencionados no parágrafo anterior, os quais elas têm direito.

Em desconformidade com essa garantia, em nosso ordenamento jurídico, existe uma lei, chamada de Lei do Planejamento Familiar, que permite a possibilidade da prática de esterilização compulsória.

Esterilização pode ser conceituada como “o ato de empregar técnicas especiais, cirúrgicas ou não, no homem e na mulher, para impedir a sua fecundação”²⁸, ou então como procedimento cirúrgico que faz com que um ser humano ou um animal se tornem inférteis²⁹. Outro significado que se faz importante mencionar é o da compulsoriedade, que pode ser descrita como “um adjetivo masculino que classifica algo que obriga ou compele a fazer alguma coisa.”³⁰

Dessa forma, pode-se dizer que a prática de esterilização compulsória é o ato de tornar infértil uma pessoa mesmo contra a sua vontade. Isto é, não cabe a escolha da pessoa a ser esterilizada e em muitos casos ela nem é participada da realização do procedimento.

²⁸ HENTZ, André Soares. Esterilização humana. **Universidade Federal de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/esteriliza%C3%A7%C3%A3o-humana>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

²⁹ ESTERILIZAÇÃO. **Dicio**: Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/esterilizacao/>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

³⁰ COMPULSORIO. **Dicio**: Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/compulsorio/>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

Entretanto, existe em nosso ordenamento jurídico um dispositivo que permite a realização de esterilização compulsória, prevista na Lei de Planejamento Familiar de 1996, Lei 9.263, versa em seu artigo 10º, § 6º, que se o curador tiver uma autorização judicial poderá permitir a realização de tal feito. “A esterilização cirúrgica em pessoas absolutamente incapazes somente poderá ocorrer mediante autorização judicial, regulamentada na forma da Lei.”³¹

Em contrapartida, o Estatuto da Pessoa com Deficiência veda de forma expressa a prática da esterilização compulsória na pessoa com deficiência como dispõem o artigo 6º, inciso IV “A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória”³².

Ocorre que, aparentemente, tem-se um conflito no tempo e no espaço entre as leis. Mas como dito, esse atrito é apenas aparente, pois se aprofundarmos mais um pouco, podemos ver que o EPD tem primazia sobre a Lei 9.263/96, não só pelo fato de ser mais atualizada, mas porque ela tem força de Emenda Constitucional, se tornando o único tratado com esse status. Sob esse viés, o estatuto mais superior, hierarquicamente falando, do que a Lei de Planejamento Familiar, devendo prevalecer sobre este.

Diante do alegado, espera-se que seja aplicado o Estatuto da Pessoa com deficiência, sendo vedada a prática da esterilização compulsória. Essa primazia é para ocorrer desde 2007, data na qual ocorreu a Convenção de NY e o Brasil a assinou.

Ocorre que essa prevalência não está ocorrendo em alguns Tribunais do Brasil que continuam autorizando essa prática não permitida com base na Lei 9.263/96. No Estado de Tocantins, foi proferida uma apelação em 2016 onde se pode constatar o fato³³. Esta foi movida pela curadora da pessoa com deficiência permitindo

³¹ BRASIL. Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996. Regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9263.htm>. Acesso em: 23 jun. 2018.

³² BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 22 jun. 2018.

³³ **APELAÇÃO CÍVEL**. REEXAME NECESSÁRIO. SUS. ILEGITIMIDADE DO MUNICÍPIO AFASTADA. CIRURGIA DE LAQUEADURA. PESSOA INCAPAZ. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO. MULTA DIÁRIA. REDUÇÃO. LIMITAÇÃO TEMPORAL DAS ASTREINTES. POSSIBILIDADE. RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1. O Sistema Único de Saúde é de responsabilidade solidária da União, Estados e Municípios, cabendo a qualquer um desses entes figurar no polo passivo da demanda que objetivar a garantia do acesso a saúde. 2. Paciente civilmente incapaz, interdita e financeiramente

que fosse realizada a esterilização na curatelada. Acresça-se a isso, também, que foi atribuído ao Estado à custa desse procedimento. Consta como fundamentação da parte demandante que “busca-se evitar o agravamento de seus transtornos, gravidez indesejada, comprometer sua saúde e situação financeira da família.”³⁴, o Tribunal de Justiça de Tocantins deferiu esse pedido, mesmo já existindo e sendo válido o EPD.

Em conformidade com essa decisão, tem-se a proferida no Distrito Federal, no qual, foi concedida a prática da esterilização em uma pessoa com deficiência³⁵. Essa decisão também ocorreu em 2016, após a convenção de NY e o EPD, de forma, assim, a estar em desconformidade com o previsto.

Por fim, existe outra decisão em Minas Gerais que também permite essa prática³⁶. Existem outras decisões que seguem essa linha e em vários Estados. Isso

hipossuficiente, comprovando, ainda, a necessidade de realização da cirurgia de laqueadura e sua carência de recursos para arcar com a realização do procedimento. 3. Multa diária reduzida para R\$ 500,00 (quinhentos reais) limitada a R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), adequando-se aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 4. Recursos conhecidos e parcialmente providos. (APRN 0013157-57.2016.827.0000, Rel. Juíza convocada CÉLIA RÉGIS, 1ª Turma, 1ª Câmara Cível, julgado em 14/12/2016). (TJ/TO. Apelação Civil, Nº 0013157-57.2016.827.0000. Relatora CELIA REGINA REGIS. Data de autuação: 08/08/2016. Disponível em: <<http://jurisprudencia.tjto.jus.br/consulta?q=CIRURGIA+DE+LAQUEADURA.+PESSOA+INCAPAZ.+NECESSIDADE+DE+REALIZA%C3%87%C3%83O>> Acesso em 24 de junho de 2018.

³⁴ SAMPAIO, Carolina Vasques. **Autonomia existencial da pessoa com deficiência nas decisões relativas ao próprio corpo: esterilização compulsória**. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional nas Relações Privadas). Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017, p. 98.

³⁵ **APC RELATOR (A) LEILA ARLANCH DATA DA PUBLICAÇÃO 22/01/16 PROCESSO Nº 20140610127339APC CIVIL E CONSTITUCIONAL. INTERDIÇÃO. ESQUIZOFRENIA. VASECTOMIA. PEDIDO FORMULADO PELA CURADORA. INTERDITO GENITOR DE QUATRO FILHOS. PERICULOSIDADE VINCULADA AO TRANSTORNO MENTAL. SENTENÇA REFORMADA.** 1 - O pedido de vasectomia, postulado por curadora do interditado, portador de esquizofrenia que impede a compreensão quanto ao alcance do princípio da paternidade responsável e do dever de prover os quatro filhos, não viola à dignidade humana, pois ao ser interditado, restou judicialmente aferido que não goza de plena capacidade civil. 2- - Não há que se confundir o exercício pleno dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, que gozam de plena capacidade civil, com os mentalmente incapazes, assim declarados, e submetidos a interdição total (APELAÇÃO CÍVEL Nº 20140610127339APC TJ/DF). (Acórdão n.914112, 20140610127339APC, Relator: LEILA ARLANCH, Revisor: GISLENE PINHEIRO, 2ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 16/12/2015, Publicado no DJE: 22/01/2016. Disponível em <<https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sistj>> Acesso em 24 de junho de 2018

³⁶ APELAÇÃO CÍVEL - JOVEM INCAPAZ - DISTÚRBIOS MENTAIS - INTERDIÇÃO - PEDIDO FORMULADO PELA CURADORA - EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL - CIRURGIA DE LAQUEADURA TUBÁRIA PARA ESTERILIZAÇÃO - CONFLITO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS - PRINCÍPIO DA PONDERAÇÃO - RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Pelo princípio da Ponderação dos direitos fundamentais, quando em conflito dois interesses garantidos constitucionalmente, impõe-se a atenta análise do caso concreto, com a escolha, pelo magistrado, daquele que deve prevalecer. 2. Restando comprovado que a interditada é deficiente mental e não possui condições de reger sua vida, mas tem um namorado fixo, também especial; e considerando que portadores de deficiência mental possuem desejo sexual extremamente aflorado, exsurge devido o pedido de sua curadora para que seja realizada cirurgia de laqueadura tubária, a fim de prevenir gravidez indesejada e o nascimento de uma criança possivelmente portadora de problemas mentais, cuja genitora não tem condições psíquicas, emocionais e materiais de lhe prover as necessidades básicas. (TJMG - Apelação Cível 1.0471.09.118576-2/001, Relator(a): Des.(a) Áurea Brasil, 5ª

se torna preocupante, pois constata-se que a vontade do legislador não está sendo cumprida, e, principalmente, que os direitos adquiridos depois de tanta luta dessas pessoas, estão sendo negados por pessoas de profundo conhecimento jurídico.

No entendimento de muitas pessoas, essas atitudes de esterilizar de forma compulsória a pessoa com deficiência estaria correta, mas não é justo, nem legal, invadir de forma tão profunda a dignidade da pessoa humana e os direitos por essas pessoas já conquistados. Existem meios menos invasivos de se evitar uma gestação, lembrando que qualquer atitude deve ser realizada com a aquiescência da pessoa com deficiência.

3 MÉTODO

O trabalho fundou-se na realização de pesquisa bibliográfica e documental, com base em informações a partir de monografias, leitura de livros, artigos, teses, legislações referentes e outros meios de informações relativos ao assunto em questão. Será realizada uma análise jurisprudencial acerca do tema.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreende-se ainda que mesmo após toda luta das pessoas com deficiência por seus direitos é possível encontrar situações de total desrespeito por parte da sociedade, inclusive do Poder Judiciário, que, em várias ocasiões, adentram a autossuficiência corporal, permitindo a prática da esterilização compulsória, alegando, na maioria das vezes, a Lei 9.263/1996, também conhecida como Lei do Planejamento Familiar. Este dispositivo permite a prática de esterilização compulsória para a pessoa com deficiência, mas para isso, essa prática deverá ser autorizada por um juiz. Porém, este dispositivo não deveria ser alegado e muito menos usado atualmente, principalmente no tocante a esse tema, visto que possuímos em nosso ordenamento jurídico a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e o

CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/08/2011, publicação da súmula em 09/09/2011. Disponível em <<http://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcordao.do?palavras=JOVEM+INC+APAZ++DIST%DARBIOS+MENTAIS++INTERDI%C7%C3O+-+PEDIDO+FORMULADO+PELA+CURADORA++EXPEDI%C7%C3O+DE+ALVAR%C1+JUDICIAL+-+CIRURGIA+DE+LAQUEADURA+TUB%C1RIA+PARA+ESTERILIZA%C7%C3O+-+CONFLITO+&totalLinhas=1&pesquisarPor=ementa&pesquisaTesauro=true&orderByData=1&pesquisaPalavras=Pesquisar>> Acesso em 24 de junho de 2018.)

Estatuto da Pessoa com Deficiência, que foi ratificada no Brasil e possui força de Constituição Federal sendo hierarquicamente superior, ambos contradizem a Lei 9263/96 vetando essa prática abusiva e invasora da autonomia corporal.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que a esterilização compulsória é uma prática muito invasiva à dignidade da pessoa humana, não é atoa que essa prática é vedada. Porém, há muitos juízes e curadores que descumprem e ignoram essa vedação, tendo os curadores em vista pensar saber o que é melhor para os curatelados, para as pessoas com deficiência. Porém, tomar a decisão de esterilizar compulsoriamente uma pessoa não é uma boa opção, visto que existem outras práticas de se evitar a gestação dessas pessoas. Porém, deve ser válido lembrar que o uso de outros métodos anticonceptivos devem ser utilizados com a aquiescência da pessoa com deficiência, por ter validade em sua vontade nos assuntos relacionados a sua sexualidade, de forma a ser conscientizado das consequências, mas sempre sendo utilizadas práticas reversíveis. Dessa forma, fica inviável um juiz deferir o pedido de uma esterilização compulsória atualmente, visto que a vontade dessas pessoas deve ser levada em conta, e retirar de forma total e praticamente irreversível a fertilidade de alguém, sem esse alguém querer, é desumano e vai contra princípios éticos, morais e, principalmente contra a dignidade da pessoa humana, tão prezada pela nossa constituição federal.

REFERENCIAS

AUTONOMIA. **Dicio**: Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/autonomia/>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

BÍBLIA SAGRADA, Gênesis, 1; 26-27

BÚSSOLO, Paulo Henrique Pelegrim. Capacidade Civil. **DireitonNet**. Disponível em: <<https://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/7679/Capacidade-civil>>. Acesso em: 24 jun. 2018.

CARVALHO, Suzy Anny Martins Carvalho. **A curatela modificada pelo estatuto da pessoa com deficiência e as questões existenciais em relação à pessoa com deficiência intelectual**. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional nas Relações Privadas). Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017.

COMPULSORIO. **Dicio**: Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/compulsorio/>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

ESTERILIZAÇÃO. **Dicio**: Dicionário Online de Português. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/esterilizacao/>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

HENTZ, André Soares. Esterilização humana. **Universidade Federal de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/esteriliza%C3%A7%C3%A3o-humana>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

MONTEIRO, Washington de Barros; PINTO, Ana Cristina de Barros Monteiro França. **Curso de Direito Civil-Parte Geral**. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, v.1.

NEVARES, Ana Luiza Maia; SCHREIBER, Anderson. Do sujeito à pessoa: uma análise da incapacidade civil. in: TEPEDINO, Gustavo; TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; ALMEIDA, Vitor (Coords.). **O Direito Civil entre o sujeito e a pessoa: estudos em homenagem ao professor Stefano Rodotà**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

PALACIOS, Agustina. **El modelo social de discapacidad**: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madri: Cinca, 2008.

PALACIOS, Agustina; BARRIFFI, Francisco. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos**: una aproximación sobre los derechos de las personas con discapacidad. Madri: Cinca, 2007.

PALACIOS, Agustina; ROMANACH, Javier. **El modelo de la diversidad**: La Bioética y los derechos Humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidad en la diversidad funcional. España: Diversitas - AIES, [201...]

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil**: Introdução ao direito civil constitucional. Tradução de Maria Cristina De Cicco. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

RIBEIRO, Gustavo Pereira Leite. As pessoas com deficiência mental e o consentimento informado nas intervenções médicas. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de (org). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas**: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016.

SAMPAIO, Carolina Vasques. **Autonomia existencial da pessoa com deficiência nas decisões relativas ao próprio corpo**: esterilização compulsória. 2017. 122 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional nas Relações Privadas). Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017.

TARTUCE, Flavio. **Direito Civil**: Lei de Introdução e Parte Geral. 10. ed. São Paulo: Método, 2014, v.1.

VIVAS-TESÓN, Inmaculada. La convención ONU de 13 de diciembre de 2006 sobre los derechos de la personas com discapacidad. La experiencia española. In: MENEZES, Joyceane Bezerra de (org). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas**: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016.

**A INCONSTITUCIONALIDADE DO CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA BRASILEIRA DE
ACORDO COM OS DIREITOS E OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**
**THE UNCONSTITUTIONALITY OF THE BRAZILIAN MEDICAL ETHICS CODE
ACCORDING TO THE FUNDAMENTAL RIGHTS AND PRINCIPLES**

Letícia Christhina Costa Belém¹
Manoella Castellar de Albuquerque Maia²
Fábio Rodrigues Holanda³

RESUMO

É certo que a norma brasileira possui lacunas e contradições, mas a existência destas exigem soluções. Desse modo, o presente artigo busca analisar, por meio de uma pesquisa qualitativa, os possíveis casos concretos resultantes da incompatibilidade da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o Código de Ética Médica, ambos em vigor no país. Tem-se como objetivo, aqui, buscar soluções menos danosas para os conflitos existentes nas situações a serem citadas, uma vez que estas envolvem direitos fundamentais e a dignidade da pessoa humana. Far-se-á esse trabalho com o intuito de despertar a consciência de que a obediência estrita de determinada norma pode ser danosa e, inclusive, inconstitucional. É observado, nesse artigo, que o Código de Ética Médica foi construído sobre pilares que desafiam os ditames constitucionais e que é necessário saber o que fazer quando se for observado conflitos desse teor, uma vez que, apesar do avanço na sociedade, ainda se faz presente indivíduos cujos princípios éticos não se modificaram como os demais. Essa parcela populacional conservadora, quando composta por médicos, pode desrespeitar a Constituição ao seguir o Código de Ética Médica, resultando em danos morais e em situações vexatórias para os pacientes, que podem, devido ao Código, ter suas consultas negadas por escolha do profissional, caso este não esteja propenso a atender-lhes por motivos pessoais e preconceituosos. Conclui-se, portanto, que a lei brasileira ainda possui muitas falhas a serem preenchidas e que a sua maioria pode ser resolvida com a utilização da analogia, dos princípios gerais do direito e dos bons costumes. Entretanto, há casos em que a identificação destes se faz dificultosa, pois os médicos podem sentir-se coagidos a seguir o Código de Ética Médica e

¹ Graduanda em Direito na Universidade de Fortaleza (Unifor), lelechris@gmail.com.

² Graduanda em Biomedicina na Unichristus, manucastellar@gmail.com.

³ Graduação em Direito e mestrado em Direito Constitucional pela Unifor, professor, professorfabioholanda@gmail.com.

esquecerem – ou não perceberem – a inconstitucionalidade dos seus atos, tornando as lacunas entre os dois institutos bastante nocivas e conflituosas.

PALAVRAS-CHAVE: Medicina. Direito Constitucional. Código de Ética Médica. Dignidade da pessoa humana. Bioética.

ABSTRACT

It is right to affirm that the Brazilian Law have gaps and contradictions, but the existence of them require solutions. In this way, the present article seeks to analyze, through a qualitative research, the possible concrete cases resulted from the incompatibility of the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988 and the Code of Medical Ethics, both in force in the country. The objective here is to find less harmful solutions to the existing conflicts in the situations to be mentioned, once they involve fundamental rights and the dignity of the human person. This work was done to arouse the awareness of the fact that the strict obedience of a certain norm can be harmful and even unconstitutional. It is observed in this article that the Code of Medical Ethics was built on pillars that defy constitutional dictates and that it is necessary to know what to do when conflicts of this nature are observed, once, despite the advance in society, there are still individuals whose ethical principles have not changed like for the rest of society. This conservative population, when composed by doctors, may violate the Constitution by following strictly the Code of Medical Ethics, resulting in moral damages and vexatious situations for patients, who may, due to the Code, have their consultations denied due to the professional's choice, if they are not inclined to attend to them for personal and prejudiced reasons. It is concluded, therefore, that the Brazilian Law still has many faults to be fulfilled and that its majority can be solved with the use of the analogy, the general principles of the right and the good customs. However, there are cases in which the identification of these is difficult because doctors may feel coerced to follow the Code of Medical Ethics and forget - or do not realize - the unconstitutionality of their acts, making the gaps between the two institutes quite harmful and conflicting.

KEYWORDS: Medicine. Constitutional Law. Code of Medical Ethics. The dignity of the human person. Bioethics.

1 INTRODUÇÃO

A norma brasileira, ao ser minuciosamente examinada, apresenta entre suas instituições contradições e lacunas que podem ser resolvidas pela analogia, pelos costumes e pelos princípios gerais de direito. É importante, porém, realizar uma análise individual dos casos, pois tais resoluções são aplicadas por magistrados, juízes de direito que, infelizmente, por vezes, divergem em suas decisões. Não sendo a Jurisprudência obrigatória e não havendo Súmula Vinculante a respeito do caso que aqui será discutido, propõe-se com esse artigo demonstrar a inconstitucionalidade e a contradição presentes no Código de Ética Médica brasileiro.

O tema demonstra-se relevante na sociedade atual, visto que, apesar de várias modificações de ditames morais, ainda se é possível observar retrocessos comportamentais de certos indivíduos. Tais condutas, na atualidade, podem ser nocivas à moral e à dignidade da pessoa humana em certas ocasiões, que serão abordadas neste artigo por meio de uma pesquisa qualitativa e de análise crítica em relação à Constituição Federal de 1988 e ao Código de Ética Médica aprovado pela Resolução CFM nº 1931, de 24 de setembro de 2009.

Observar-se-á, no presente trabalho, um estudo acerca das contradições entre ambos os institutos, com o fito de mensurar os limites da obediência plena de certas regras quando estas claramente desrespeitam os princípios constitucionais – tais como o princípio da dignidade da pessoa humana, o de liberdade de planejamento familiar e o da isonomia –, pois princípios possuem força normativa e podem ser aplicados até mesmo quando não há lacunas a serem preenchidas, desde que se faça presente o caso concreto. Destarte, é de interesse neste artigo abordar possíveis situações que possam abranger o tema aqui discutido.

2 REVISÃO DE LITERATURA

É suficiente uma análise direta à legislação federal e ao Código de Ética Médica brasileiro, uma vez que suas normas são claras e não dependem de interpretação externa ou da de outros autores. Sendo assim, considerar-se-á como

base de conteúdo unicamente os institutos legislativos apresentados aqui e suas respectivas interpretações.

2.1 Código de Ética Médica como autor da contradição

Lacunas e omissões fazem-se presentes em determinados institutos com uma infeliz recorrência. O resultado de suas existências por vezes é a contradição entre normas. Um exemplo claro disso é o inciso I do primeiro capítulo do Código de Ética Médica (CEM) brasileiro, que afirma que “a Medicina é uma profissão a serviço da saúde do ser humano e da coletividade e será exercida sem discriminação de nenhuma natureza”. Dentro do mesmo instituto e capítulo, porém, nota-se um outro inciso que claramente entra em conflito com o seu antecedente:

VII - O médico exercerá sua profissão com autonomia, não sendo obrigado a prestar serviços que contrariem os ditames de sua consciência ou a quem não deseje, excetuadas as situações de ausência de outro médico, em caso de urgência ou emergência, ou quando sua recusa possa trazer danos à saúde do paciente. (BRASIL, 2009)⁴

Ou seja, a não ser que se o enfermo esteja lesionado ou em risco de morte e não houver nenhum outro médico nas proximidades, poder-se-á ter um direito negado ao paciente por parte do clínico. Apesar de não causar danos à saúde, a decisão de não atender o requerente dos cuidados médicos pode trazer injúria à dignidade e à moral deste. Ademais, o direito dos médicos IX afirma que o profissional pode se recusar a “realizar atos médicos que, embora permitidos por lei, sejam contrários aos ditames de sua consciência”.

A situação poderia ser facilmente visualizada quando um médico – mesmo não causando danos à saúde do paciente – se recusa, por exemplo, a realizar uma inseminação em uma mulher por ela ser negra ou lésbica. A saúde da paciente permanece intacta por não se tratar de uma urgência/emergência e, embora haja outros médicos que podem fazer o procedimento, a paciente poderá sentir-se abalada pela recusa do profissional, principalmente porque, ainda a exemplo, seu casal de amigos fez o mesmo procedimento com o tal médico e por isso ela possui confiança

⁴ BRASIL. Resolução CFM nº 1931, de 2009. **Código de Ética Médica, Capítulo I**. Porto Alegre, Disponível em: <http://www.cremers.org.br/pdf/codigodeetica/cem_e_cpep.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

em suas habilidades clínicas. Seria então justo que a paciente seja privada de um atendimento médico de qualidade e de confiança simplesmente porque o clínico se recusa a realizar o procedimento por motivos pessoais e preconceituosos?

É notável que essas normas abrem espaço para questionamentos e diversas possíveis situações.

2.2 Código de Ética Médica vs. Constituição Federal de 1988

O artigo 226, §7º, da Constituição Federal (CF) de 1988 afirma que:

fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas. (BRASIL, 1988)

Considerando que, atualmente, a interpretação constitucional do termo “casal” constitui também famílias monoparentais, pode-se afirmar que, ao recusar atendimento ao paciente que deseja realizar fertilização *in vitro*, estar-se-ia indo contra os princípios citados no artigo e coagindo o paciente a procurar outro médico que possa realizar o procedimento, além de possivelmente estar-se ferindo a moral e a dignidade do cliente.

Uma contradição também poderia ser observada caso um paciente queira injetar silicone em alguma parte do corpo e o médico, de acordo com o inciso XXI do primeiro capítulo do CEM, se recusar a fazer o procedimento por não lhe agradar o possível resultado deste no paciente – mesmo não causando dano algum à sua saúde.

XXI - No processo de tomada de decisões profissionais, de acordo com seus ditames de consciência e as previsões legais, o médico aceitará as escolhas de seus pacientes, relativas aos procedimentos diagnósticos e terapêuticos por eles expressos, desde que adequadas ao caso e cientificamente reconhecidas. (BRASIL, 2009)

Tal inciso, apesar de tentar promover a liberdade de escolha do paciente, abre espaço para a recusa do médico no que tange à realização do procedimento caso este não esteja de acordo com os ditames de sua consciência. A exemplo, caso não lhe pareça esteticamente atraente a escolha do paciente sobre a quantidade de

aplicação do silicone, poder-se-á ter a aplicação da substância negada. Quais os danos que tal recusa poderia causar ao paciente? Uma ridicularização, mesmo que não intencionada, seria possível nesse cenário? Estar-se-ia julgando suas escolhas como desairosas? Cabível seria, porém, se o profissional alertasse o paciente sobre resultados estéticos desastrosos (possíveis ou certos) do procedimento, mas não deveria caber a ele (o médico) recusar a execução de tal simplesmente por crer que o resultado, em sua opinião pessoal, não seria airoso – mesmo que para a maioria dos indivíduos seja.

Há a argumentação, porém, de que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (CF/88, art 5º, II) e de que talvez o médico em questão não queira realizar a operação para preservar sua imagem enquanto profissional, visto que o artigo 5º, X, da Lei Magna preza a inviolabilidade da imagem do indivíduo. Vejamos: seria indesejável que outros pacientes tomassem conhecimento dos resultados do procedimento que, aos olhos alheios, não obteve bons resultados estéticos. A clientela não se sentiria atraída a compactuar com o dito médico, podendo trazer prejuízos à sua vida profissional. Entretanto, nesses casos, deveria poder o médico decidir sobre o sigilo do procedimento desde que este não finde por trazer danos à saúde do paciente. Desse modo, sua imagem estaria preservada – e, conseqüentemente, sua clientela – e o paciente obteria os resultados que almejou sem sofrer injúria moral devido à recusa do médico, uma vez que – de acordo com o próprio CEM (capítulo IV, art. 24) – é vedado a este profissional “deixar de garantir ao paciente o exercício do direito de decidir livremente sobre a sua pessoa ou seu bem-estar, bem como exercer sua autoridade para limitá-lo”.

É interessante observar, então, que o seguimento à risca do CEM pode desrespeitar a própria Constituição, que tem como fundamento a dignidade da pessoa humana e a promoção do “bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (CF/88, art. 1º, III, e art. 3º, IV). Nos casos já mencionados casos, não se tem garantido esses direitos.

2.3 Casos concretos alternativos

É compreensível o motivo pelo qual este inciso foi escrito, uma vez que o médico precisa lidar constantemente com dilemas profissionais. Entretanto, já foi discutido neste trabalho que os textos normativos abrem várias portas para que o

direito de recusa do médico possa ser utilizado de maneira preconceituosa ou até mesmo vingativa.

Em atendimento clínico preventivo, pode-se citar casos de pessoas que relataram rejeições no consultório médico por razões consideradas injustas e que as ofenderam em algum nível. A exemplo, pode-se noticiar o caso de uma mulher que, após reclamar da demora do atendimento em um consultório e fazer uma reclamação ao Serviço de Atendimento ao Usuário, teve sua consulta foi negada pelo médico, pois este não gostou de ter uma avaliação negativa. A mulher também afirmou que o médico discutia com a voz elevada e utilizava ironia para transmitir o fato de que não iria atendê-la (BALANÇO GERAL SP, 2018). Outro exemplo seria a de uma médica pediatra que se recusou a atender o filho de uma mulher pois esta possuía uma visão política diferente da sua (O ESTADO DE S. PAULO, 2016).

Outrossim, há a possibilidade de recusa para realizar reprodução assistida com pacientes homoafetivos, algo que ocorre constantemente na sociedade atual. Há, entretanto, uma parcela populacional conservadora que considera essa condição inaceitável, sejam por motivos morais, religiosos, culturais, etc. É fato, entretanto, que muitos desses casais desejam ter filhos biológicos, mas encontram dificuldades em encontrar profissionais que aceitem realizar o procedimento sem demonstrações de preconceito ou difamação. Para essa parcela da população, o simples fato de o(s) paciente(s) não ser heterossexual já torna o princípio da liberdade de planejamento familiar inválido. Para eles, esses indivíduos não deveriam ter filhos. Isso faz com que muitos pacientes desistam de seus desejos de construir uma família e procurem outras maneiras de construir seu núcleo familiar.

Mulheres solteiras que desejam ser mães biológicas também possuem probabilidade de serem rejeitadas por clínicos de reprodução, pois há várias pessoas que ainda acreditam que uma família deve ser constituída necessariamente por um homem e uma mulher, então é certo que algumas pessoas dessa parcela populacional sejam profissionais da saúde que podem se recusar a atender pacientes inseridos nas situações citadas.

Vale afirmar que nenhum desses casos envolve urgência ou emergência nem causam prejuízo na saúde daqueles que foram rejeitados, mas essas recusas são movidas por razões e preconceitos pessoais e, portanto, danosas à moral e à dignidade do paciente, que se torna vítima das escolhas do médico. Seus atos podem irritar e/ou ofender aqueles que não conseguiram ser atendidos, além de atrasar para

eles consultas que realmente irão ajudá-los. Dependendo da quantidade de rejeições, a demora seria ainda maior para que pudessem ser devidamente atendidos por médicos que não os rejeitem pelos mesmos motivos que os anteriores, podendo assim talvez tornar uma enfermidade que antes não era urgente ou emergente em algo fatal.

3 METODOLOGIA

No presente artigo, é notável a presença dominante das normas brasileiras. Portanto, é feita aqui uma abordagem crítica e teórica sobre a lei e suas respectivas consequências práticas, visando inseri-la em possíveis casos concretos da vida cotidiana. A pesquisa realizada aqui é de cunho qualitativo e preza a análise da aplicação da Constituição Federal de 1988 e do Código de Ética Médica em situações conflituosas, principalmente quando se faz presente contradições entre os dois institutos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos fatos apresentados neste trabalho, pode-se afirmar que há realmente uma lacuna no Código de Ética Médica que torna o direito dos médicos inconstitucional, uma vez que o seguimento à risca do CEM pode findar causando danos aos direitos morais dos pacientes. Há a argumentação de que, por não oferecer riscos à saúde do paciente, os casos inseridos aqui neste artigo não envolvem direitos sociais – previstos no artigo 6º da CF. Entretanto, no mesmo ponto de vista, apesar de não englobar a recusa a um direito social, estar-se-ia, em todos os casos comentados, ignorando os direitos fundamentais, como liberdade, igualdade e dignidade.

A análise da pesquisa aqui feita instiga perguntas como: o médico deve seguir o CEM ou a CF? Em casos de lacuna ou contradição, o médico deve-se ater aos princípios ou à lei?

Obviamente, por se tratar da lei suprema, o profissional deve prestar obediência plena à Constituição Federal, mesmo que o Código de Ética Médica entre em contradição com esta, pois, se tal desacordo existe, significa que o CEM não foi lapidado de acordo com os ditames constitucionais e, por isso, seus incisos

inconstitucionais devem ser ignorados, reinterpretados e aplicados de acordo com a lei de maior hierarquia. Tal afirmação comprova-se com o artigo 4º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, cujo texto afirma que, “quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito”.

Considerando tais fontes do Direito e o princípio da boa-fé objetiva – que estabelece padrões éticos de conduta –, pode-se afirmar que o profissional, quando se encontrar dividido entre as normas, deve optar por fazer o que menos prejudique o paciente e fira as normas constitucionais. Quando a própria Lei Magna se abster de solução, deve-se recorrer aos princípios por ela estabelecidos, visando sempre realizar feitos análogos aos que se almeja em seu texto.

5 CONCLUSÕES

Com a análise aqui realizada, é possível determinar que a legislação brasileira, apesar de prezar por certos direitos e princípios, falha em fazer com que estes sejam cumpridos e adotados por toda a sociedade. Desse modo, é esperado o resultado que aqui observamos: diversas situações que são fruto de brechas no sistema normativo.

Caso o CEM tivesse se atido à Constituição Federal, não se fariam presentes tais situações, que são frutos da contradição e das lacunas presentes no primeiro, que falhou em ditar suas normas conforme a segunda. Tal ocorrência não seria problemática caso a sociedade consultasse sempre a Lei Magna antes de alegar possuir algum direito advindo de outro instituto normativo. Entretanto, por confiarem que as outras normas estarão de acordo com a CF, não o fazem e, desse modo, seguem-nas à risca, sem questionar sua constitucionalidade.

É dever do Estado, porém, evitar a existência de tais contradições e lacunas, seja por meio de Súmulas Vinculantes ou pela indicação do uso de princípios, costumes e analogias em determinados casos. Desse modo, a sociedade poderá ter uma ideia mais concreta sobre a atitude a ser tomada quando se deparar com casos em que o conflito se faz presente, pois não é justo que se tenha de esperar o juiz determinar o meio de interpretação de cada norma, uma vez que tal processo pode levar anos e certas situações requerem imediatismo na resolução.

Tem-se, portanto, um problema no cenário brasileiro que deve e pode ser sanado com simples esclarecimentos do Poder Legislativo, pois, do contrário, é possível haver uma sobrecarga do Poder Judiciário, que já está hipertrofiado.

REFERÊNCIAS

BALANÇO GERAL SP. **Médica se recusa a atender paciente que criticou demora em atendimento.** 2018. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/balanco-geral/videos/medica-se-recusa-a-atender-paciente-que-criticou-demora-em-atendimento-01062018>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). Brasília, DF.

BRASIL. Resolução CFM nº 1931, de 2009. **Código de Ética Médica.** Brasília, Disponível em: <<https://portal.cfm.org.br/images/stories/biblioteca/codigo%20de%20etica%20medica.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2018.

O ESTADO DE S. PAULO. **Pediatra causa polêmica ao se recusar a atender bebê porque a mãe da criança é petista.** 2016. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pediatra-causa-polemica-ao-se-recusar-a-atender-bebe-porque-a-mae-da-crianca-e-petista,10000023905>>. Acesso em: 21 ago. 2018.

A INTERNET E OS LIMITES DA PRIVACIDADE: ÉTICA CIBERNÉTICA

Isabelle Karen Ferreira de Melo*

Suzy Anny Martins Carvalho***

RESUMO

Diante da mudança das fronteiras de relacionamento que passaram de físicas a virtuais, a rede de contatos e a maneira de conviver em sociedade se tornaram mais amplas. Ocorre que, o domínio sobre a internet e as suas dimensões não pertencem a uma só pessoa e essa ausência de um comando central facilita e torna propício a prática de ações ilícitas e ou que afrontem a dignidade da pessoa humana por parte de alguns usuários, pelo fato de que fazem o uso errado e inadequado dessa ferramenta de exploração e crescimento tecnológico, usando como alegação a justificativa de que estão apenas exercendo seus direitos e usufruindo de sua liberdade de exploração. Contudo, acabam por esquecer do fato de que o seu direito termina quando o do outro cidadão começa, e não viola-los é um fator crucial para a existência de uma vida em sociedade e levados pelo pensamento e sentimento de não vigilância são impulsionados a achar que sairão impunes e ilesos. É devido a essa situação de uma falsa impressão de liberdade que acabam por violar vários princípios, dentre eles o que trata de privacidade, de liberdade e os que versam sobre a ética (que englobam e fundamentam não apenas o mundo real mais o virtual também). O presente trabalho trará de forma breve as questões que tratam de como a Ética no mundo virtual vem sendo desrespeitada pelo abuso a falta de limites de privacidade resultados do uso inadequado e ilícito, bem como apontar o desenvolvimento da legislação frente a essa nova modalidade e seus desafios. Para tanto será realizada uma pesquisa bibliográfica e documental utilizando-se do método dedutivo.

Palavras-chave: Direito. Ética Cibernética. Internet. Legislação. Mundo Virtual.

* Graduanda em Direito, cursando o 5º semestre no Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. Ligada ao programa de Monitoria. Contato: isabellekaren.adv@hotmail.com

*** Profa. Orientadora. Mestra em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR. Docente do Centro Universitário Christus – UNICHRISTUS. Advogada OAB 28906. Contato: suzymcarvalho2@gmail.com; < <http://lattes.cnpq.br/1053390378663822>>.

ABSTRACT

Faced with the change of the boundaries of relationship that have passed from physical to virtual, the network of contacts and the way of living in society have become broader. The domain over the internet and its dimensions do not belong to a single person and this absence of a central command facilitates and makes propitious the practice of illegal actions and or that they face the dignity of the human person on the part of some users, for the fact that they make the wrong and inadequate use of this technological exploration and growth tool, using as justification the justification that they are only exercising their rights and enjoying their freedom of exploration. However, they eventually forget the fact that their right ends when the other citizen's starts, and does not violate them is a crucial factor for the existence of a life in society and driven by thought and feeling of non-vigilance are driven to find who will go unpunished and unharmed. It is due to this situation of a false impression of freedom that they end up violating several principles, among them the one that deals with privacy, freedom and those that are about ethics (which encompasses and bases not only the real world but also the virtual one) . The present work will briefly present the questions that deal with how Ethics in the virtual world has been disregarded by the abuse the lack of privacy limits results of the inappropriate and illicit use, as well as to point out the development of the legislation in front of this new modality and its challenges. For this, a bibliographical and documentary research will be carried out using the deductive method.

Keywords: Right. Cybernetic Ethics. Internet. Legislation. Virtual world.

1 INTRODUÇÃO

A questão da internet e seu avanço na era contemporânea tem sido um sinônimo tanto de dádiva quanto de dilema, pois proporcionar ao usuário um maior campo de atuação e com isso ocorre a quebra das barreiras impostas pelas fronteiras, desencadeando, assim, no fenômeno da globalização, momento na qual acontece uma maior interação entre as diversas culturas existentes no planeta, fazendo com que surja uma nova sociedade mais diversificada.

Como consequência da criação dessa nova sociedade alguns valores e princípios ficaram deslocados, tendo em vista que alguns usuários frente a tamanha liberdade e a um falsa ideia de falta de regras, acabam por cometer delitos impulsionados pelo pensamento de que não serão punidos, pois acreditam que a falta de uma legislação específica irá fazer com que seus atos saiam impunes. A questão é que no âmbito virtual existem, sim, regras e princípios a serem seguidos e respeitados como em qualquer outra sociedade, com o intuito de proporcionar segurança e proteção aos seus usuários e com isso delimitar os limites para que os direitos de terceiros não sejam punidos e a privacidade seja resguardada.

O presente trabalho, aborda a questão de como alguns direitos e princípios estão sendo violados no meio virtual, visando a criação de um dispositivo mais específico que trate dessas questões, onde será analisado como ocorre o resguardo e o ferimento aos princípios e direitos. Acresça-se a isso, também, que será tratado o modo como a legislação vem atuando frente a essa nova gama de condutas ilícitas e como estão sendo sancionadas.

Por fim, houve uma análise bibliográfica e jurisprudencial acerca do tema, em que se pode constar que mesmo com a falta da especificidade a legislação vem mostrando uma evolução diante dos novos desafios que estão surgindo envolvendo as questões virtuais e com isso se adaptando.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 O mundo cibernético e sua legislação

O mundo virtual trouxe consigo uma gama de novidades que variam de boas (como o fenômeno da globalização) há ruins (como as novas formas de atacar e violar outras pessoas). Devido a sua forma inédita, foi preciso que o sistema legislativo se adaptasse para que então fosse possível enquadrar a legislação a essa gama de novos delitos que se desencadeou com o crescimento da internet.

Dessa forma, para que se possa fazer entender a aplicação da legislação no mundo cibernético é necessário que primeiro se faça uma análise conceitual a respeito de sobre o que é considerado crime cibernético.

2.1.1 Do Crime Cibernético

O crime cibernético ocorre quando atividades ilícitas são realizadas envolvendo um computador ou uma rede de computadores, na qual acontece a invasão e a utilização sem a dada autorização valendo-se disso como um meio, uma ferramenta de ataque para a realização de outro crime. Conforme dissertado por Pinheiro e por Damásio:

Podemos conceituar os crimes virtuais como sendo as condutas de acesso não autorizado a sistemas informáticos, ações destrutivas nesses sistemas, a interceptação de comunicações, modificações de dados, infrações os direitos de autor, incitação ao ódio e discriminação, chacota religiosa, transmissão de pornografia infantil, terrorismo, entre diversas outras formas existentes.¹

Podendo o crime ser classificado como puro, sendo este realizado por computador e que tem como sua esfera de atuação e concretização no meio eletrônico, tendo em vista que se tem a informática como o objeto jurídico tutelado.

Crimes eletrônicos puros ou próprios são aqueles que sejam praticados por computador e se realizem ou se consumem também em meio eletrônico. Neles, a informática (segurança dos sistemas, titularidade das informações e integridade dos dados, da máquina e periféricos) é o objeto jurídico tutelado.²

Acresça-se a isso, também, que pode ser classificado como impuro, situação na qual o agente faz o uso do computador como um meio de produzir um resultado que atinja o mundo físico da vítima e dessa maneira lesa ou ameaça outros bens diversos da informática. Veja-se:

[...] Já os crimes eletrônicos impuros ou impróprios são aqueles em que o agente se vale do computador como meio para produzir resultado naturalístico, que ofenda o mundo físico ou o espaço "real", ameaçando ou lesando outros bens, não computacionais ou diversos da informática.³

Alguns exemplos de crimes virtuais impróprios podem ser o de calúnia (art. 138 do Código Penal), difamação (art. 139 do Código Penal), injúria (art. 140 do

¹ PINHEIRO, 2010. apud. JOANONE, Bruno. Crimes virtuais e a necessidade de uma legislação específica. **Conteúdo Jurídico**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,crimes-virtuais-e-a-necessidade-de-uma-legislacao-especifica,588942.html>>. Acesso em: 22 jun.2018.

² DAMÁSIO, 2003, p. 12. apud. JOANONE, Bruno. Crimes virtuais e a necessidade de uma legislação específica. **Conteúdo Jurídico**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,crimes-virtuais-e-a-necessidade-de-uma-legislacao-especifica,588942.html>>. Acesso em: 22 jun.2018..

³ DAMÁSIO, 2003, p. 12. apud. JOANONE, Bruno. Crimes virtuais e a necessidade de uma legislação específica. **Conteúdo Jurídico**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,crimes-virtuais-e-a-necessidade-de-uma-legislacao-especifica,588942.html>>. Acesso em: 22 jun.2018..

Código Penal), todos estes podendo ser cometidos no meio digital, sendo por meio de bate-papo, publicações ou qualquer outro meio.

2.1.2 A Legislação e os crimes cibernéticos

Com o rápido e contínuo avanço da tecnologia fica claro e evidente a dificuldade que a legislação possui em acompanhar o surgimento dessa nova modalidade de crime, os crimes cibernéticos.

É notável a ausência de uma legislação específica para tratar desses crimes, uma vez que muitas condutas criminosas nessa área ficam sem uma punição devido ao fato de a legislação estar voltada apenas para receber e tratar com os crimes de forma geral, independente do meio utilizado para sua prática. Um dos motivos que agrava esta situação é a dificuldade de se apurar e obter provas nos casos de infração virtual e consequentemente a identificação dos sujeitos que praticaram a conduta, fazendo ser então perceptível a necessidade de uma legislação específica.

No entanto, após o caso ocorrido em 2012 que envolvia a atriz Carolina Dieckmann (a qual teve as suas fotos vazadas na internet), o que resultou em uma grande repercussão na mídia, foi sancionada a Lei Nº 12.737 em 30 de novembro de 2012 que buscou tratar sobre a tipificação criminal de delitos de informática e alterar o Decreto-Lei 2.848 de 07 de dezembro de 1940 (Código Penal)⁴.

A Lei acrescentou mais dois artigos ao Código Penal, o art.154-A⁵ e o art.154-B, na qual um versa em seu caput sobre a descrição dos crimes de invasão

⁴ SILVA, Waldinei Bernardo. **Uma análise da Lei Carolina Dieckmann e os crimes cibernéticos: Ineficácia na proteção do Direito a intimidade e a privacidade na internet.** 2015.65f. Monografia. Centro Universitario Metodista Izabela Hendrix.

⁵ “Art. 154-A. Invadir dispositivo informático alheio, conectado ou não à rede de computadores, mediante violação indevida de mecanismo de segurança e com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do titular do dispositivo ou instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita: Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. § 1o Na mesma pena incorre quem produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de permitir a prática da conduta definida no caput.

§ 2o Aumenta-se a pena de um sexto a um terço se da invasão resulta prejuízo econômico

§ 3o Se da invasão resultar a obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, informações sigilosas, assim definidas em lei, ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido:

Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave.

§ 4o Na hipótese do § 3o, aumenta-se a pena de um a dois terços se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiro, a qualquer título, dos dados ou informações obtidos.

§ 5o Aumenta-se a pena de um terço à metade se o crime for praticado contra

de dispositivo informático, que são crimes cibernéticos e em seus parágrafos sobre contra quem são as pessoas ou entidades que quando realizada a conduta o crime se agrava, e o outro trata da matéria de ação penal. Além desses artigos a nova Lei alterou, também, a redação do art. 266⁶ e o parágrafo único do art. 298⁷ da legislação citada.

É necessário destacar a criação da Lei 12.965, de 23 de Abril de 2014, Marco Civil da Internet, que visou estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil bem como determinar as diretrizes para a atuação. “Art. 1º Esta Lei estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria”⁸.

Dentre os direitos que a lei buscou assegurar pode-se encontrar o de garantia de qualidade e segurança a todos os usuários da internet, sem separação de classe econômica ou social. Dessa forma, admite-se que a criação do Marco Civil da internet buscou proporcionar segurança para dentro do mundo cibernético e reassegurar todos os direitos e garantias que os cidadãos e usuários possuem no mundo real.

É fato que a legislação está evoluindo e se adequando as novas necessidades surgidas frente as dificuldade do avanço tecnológico, embora não na mesma velocidade que a internet e a suas relações. Ressalte-se que é preciso que as leis já existem se aprimorem e que outras surjam para que dessa maneira se possa contar uma legislação específica capaz de disciplinar a cerca desse assunto.

I - Presidente da República, governadores e prefeitos

II - Presidente do Supremo Tribunal Federal

III - Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembleia Legislativa de Estado, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou de Câmara Municipal;

IV - dirigente máximo da administração direta e indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

⁶ “Art. 266 - Interromper ou perturbar serviço telegráfico, radiotelegráfico ou telefônico, impedir ou dificultar-lhe o restabelecimento: Pena - detenção, de um a três anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem interrompe serviço telemático ou de informação de utilidade pública, ou impede ou dificulta-lhe o restabelecimento. (Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012

§ 2º Aplicam-se as penas em dobro se o crime é cometido por ocasião de calamidade pública. (Incluído pela Lei nº 12.737, de 2012)”

⁷ “Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: [...] Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.”

⁸ BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 22 jun. 2018.

2.2 O direito de privacidade na internet e a dignidade da pessoa humana

Frente ao aumento e a propagação da internet se fez necessário que os direitos, deveres, garantias e princípios também fossem assegurados nas relações virtuais e devido a isso foi criada a Lei do Marco Civil da Internet, que tem como finalidade regulamentar essa convivência na sociedade virtual.

A Constituição Federal de 1988, priorizando a tutela da pessoa humana, assegura em seu dispositivo como direitos e garantias fundamentais das pessoas o direito à inviolabilidade da sua privacidade e proteção à sua liberdade de expressão (que se relaciona com o princípio da dignidade da pessoa humana)⁹.

Esses preceitos constitucionais, mesmo que pareçam contraditórios devem coexistir de forma harmônica na web. O surgimento do Marco Civil da Internet se deu para regulamentar essas relações no meio da sociedade virtual, com o objetivo tanto de preservar a vida privada do usuário quanto o de resguardar o seu direito à liberdade de expressão.

2.2.1 *Direito a privacidade e o mundo virtual*

O direito a privacidade previsto na Constituição Federal de 1988, busca garantir as pessoas que elas não terão sua vida íntima e privada exposta diante de outros indivíduos sem o seu consentimento. No entanto, com o advento da internet e o fenômeno das redes sociais muitas pessoas estão tendo sua vida privada exposta. Para alguns usuários isso é tido como um benéfico, tendo em vista que lucram com essa situação, mas para outros a exposição que terceiros divulgam é prejudicial pois violam sua privacidade e expõe a sua vida íntima. É o fato da questão das blogueiras ou dos youtubers, que lucram com a quantidade de curtidas e visualizações que recebem tendo a sua divulgação como um ponto benéfico. Em contra partida temos casos em que pessoas postam fotos íntimas de outras, apenas com o intuito de humilhar e atingir a imagem de quem é direcionada a agressão.

⁹ “Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; [...].”

Com a chegada da era contemporânea e com a expansão da internet a criação da Lei do Marco Civil possui o intuito de resguardar esse direito em meio as relações virtuais. Acresça-se a isso, também, que a criação dessa Lei foi essencial para estabelecer um equilíbrio na atuação dos direitos, tendo em vista que ela assegurou a expansão desse direito através da proibição de divulgação de dados e assegurando que os dados do usuário seriam excluídos. Conforme versam os artigos 7º e 8º da Lei 12.965, de 23 de Abril de 2014 ¹⁰, que buscam assegurar os direitos e garantias dos usuários.

2.2.2 A dignidade da pessoa humana

¹⁰ “Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:

I - inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

II - inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, salvo por ordem judicial, na forma da lei;

III - inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial;

IV - não suspensão da conexão à internet, salvo por débito diretamente decorrente de sua utilização;

V - manutenção da qualidade contratada da conexão à internet;

VI - informações claras e completas constantes dos contratos de prestação de serviços, com detalhamento sobre o regime de proteção aos registros de conexão e aos registros de acesso a aplicações de internet, bem como sobre práticas de gerenciamento da rede que possam afetar sua qualidade;

VII - não fornecimento a terceiros de seus dados pessoais, inclusive registros de conexão, e de acesso a aplicações de internet, salvo mediante consentimento livre, expresso e informado ou nas hipóteses previstas em lei;

VIII - informações claras e completas sobre coleta, uso, armazenamento, tratamento e proteção de seus dados pessoais, que somente poderão ser utilizados para finalidades que:

a) justifiquem sua coleta;

b) não sejam vedadas pela legislação; e

c) estejam especificadas nos contratos de prestação de serviços ou em termos de uso de aplicações de internet;

IX - consentimento expresso sobre coleta, uso, armazenamento e tratamento de dados pessoais, que deverá ocorrer de forma destacada das demais cláusulas contratuais;

X - exclusão definitiva dos dados pessoais que tiver fornecido a determinada aplicação de internet, a seu requerimento, ao término da relação entre as partes, ressalvadas as hipóteses de guarda obrigatória de registros previstas nesta Lei;

XI - publicidade e clareza de eventuais políticas de uso dos provedores de conexão à internet e de aplicações de internet;

XII - acessibilidade, consideradas as características físico-motoras, perceptivas, sensoriais, intelectuais e mentais do usuário, nos termos da lei; e

XIII - aplicação das normas de proteção e defesa do consumidor nas relações de consumo realizadas na internet.

Art. 8º A garantia do direito à privacidade e à liberdade de expressão nas comunicações é condição para o pleno exercício do direito de acesso à internet.

Parágrafo único. São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais que violem o disposto no **caput**, tais como aquelas que:

I - impliquem ofensa à inviolabilidade e ao sigilo das comunicações privadas, pela internet; ou

II - em contrato de adesão, não ofereçam como alternativa ao contratante a adoção do foro brasileiro para solução de controvérsias decorrentes de serviços prestados no Brasil.” (BRASIL. Lei 12.965, de 23 de Abril de 2014. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil.

Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm>. Acesso em: 24 jun. 2018)

A internet proporciona em seu mundo virtual um amplo campo de atuação das relações entre as pessoas, tendo em vista que trata de um nova sociedade que assim como em qualquer outra necessita de regras e limites.

Conforme previsto, o direito a dignidade da pessoa humana é um direito intrínseco da pessoa, ou seja, o indivíduo já nasce com esse direito. A questão é que diante da cobertura que o ambiente cibernético oferece aos seus usuários muitos se utilizam disso como um instrumento para atacar outras pessoas e cometer atos ilícitos. Pelo fato da internet ter o condão de favorecer o anonimato do seu usuário em certas circunstâncias muitos se valem dessa vantagem, além do direito de liberdade de expressão, para cometerem atrocidades contra terceiros.

No entanto vale salientar que como já citado a própria Constituição Federal assegura a todos o direito de liberdade de expressão. Porém, tanto na web quanto no mundo real esse direito precisa ser polido, pois o direito de uma pessoa termina quando o da outra começa. Os usuários que se valem do uso da web combinando-o com o direito de liberdade de expressão como forma de justificar seus comentários e atos está cometendo uma infração, tendo em vista que no mundo virtual tem que se respeitar o direito de terceiros tanto quanto no mundo real.

Acresça-se a isso, também, que as pessoas possuem o direito de levar uma vida com dignidade. Dessa forma se conclui que na web o respeito para com o outro também é essencial para que se leve uma vida harmônica, afinal o ambiente da internet é uma sociedade e após o Marco Civil da Internet não se pode admitir uma segregação entre as pessoas estando, assim, todos no mesmo patamar de igualdade.

2.3 A falta de princípios éticos no mundo cibernético

É um fato que a ética trata da forma como as pessoas se relacionam, sendo a internet apenas mais uma maneira desse relacionamento ocorrer. A questão é que levados por um sentimento de anonimato e de invisibilidade muitos usuários se aproveitam dessa situação e a utilizam como uma ferramenta para atacar outras pessoas.

Esses ataques podem ocorrer de forma mais simples como quando se pratica um plágio¹¹, ou proferindo comentários impróprios em redes sociais promovendo calúnias e difamação e conseqüentemente atingido a imagem de terceiros e prejudicando-os. Também acontecem de uma forma mais complexa como os casos das pessoas que fazem uso de sua habilidade em criptografias e quebram a segurança digital para promover o mal contra alguém, com a divulgação de dados confidenciais¹².

Dentre os princípios éticos violados no âmbito virtual podemos citar o da igualdade, em face de que muitos usuários se acham superiores aos outros, mas na sociedade virtual isso não existe, estando, assim, todos no mesmo patamar de igualdade. Acresça-se a isso, também, que a liberdade e o respeito também são violados, pois muitos abusam do seu direito de agir segundo seu livre arbítrio e como consequência disso acabam ferindo o direito alheio e por fim o da responsabilidade, tendo em vista que as pessoas no meio cibernético por acharem que estão em uma posição de invisibilidade se aproveitam para cometer atos irresponsáveis.

É preponderante, pois, destacar que por mais que a internet seja tida como um mundo sem regras e legislação, que esse pensamento está equivocado não sendo justificável a conduta com falta de ética de algumas pessoas para com terceiros, afinal existe também uma sociedade no mundo virtual e como consequência dessa relação é essencial que seus usuários façam o uso dessa ferramenta de forma correta e ética.

3 MÉTODOS

O trabalho, ora proposto, funda –se na realização de pesquisa bibliográfica, documental e de campo, em que serão analisados o comportamento dos usuários de tecnologias frente a liberdade e a sensação de não punição oferecidas pela nova era da tecnologia, a era da globalização. Acresça-se a isso, também, o estudo realizado a partir de alguns casos que em decorrência desse desrespeito e violação de direitos atingiram amplas proporções e em decorrência disso tiveram uma grande repercussão na mídia.

¹¹ “Plágio significa copiar ou assinar uma obra com partes ou totalmente reproduzida de outra pessoa, dizendo que é sua própria.” (PLÁGIO. **Significados**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/plagio/>>. Acesso em: 24 jun. 2018)

¹² VIANA, André De Paula. Crimes virtuais e a necessidade de uma legislação específica. **Universidade Federal de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/crimes-virtuais-e-necessidade-de-uma-legisla%C3%A7%C3%A3o-especifica>>. Acesso em: 24 jun. 2018

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É necessário, pois, destacar o fato de que o fenômeno da globalização trouxe consigo inúmeros benefícios e dentre eles veio o advento da tecnologia e o estabelecimento de um novo sistema de relações, que resultou em uma nova forma de integração entre as pessoas resultando na criação de um novo mundo, o virtual.

Contudo, a liberdade de uso concedida aos usuários trouxe consigo uma ideia de não fiscalização, e com isso se teve o surgimento da ocorrência de alguns atos antiéticos, o que impulsionou a busca pela criação de uma legislação que amparasse esse âmbito cibernético. Dessa forma, embora em construção essa fiscalização e regulamentação está buscando se tornar cada vez mais eficaz com o intuito de resguardar os usuários e manter a civilidade e respeito ético no ambiente virtual.

5 CONCLUSÃO

Em conformidade ao que se foi exposto, ficou de claro e notório saber que a internet vem se desenvolvendo de uma forma muito rápida e conseqüentemente possuindo um campo de atuação muito amplo, rompendo fronteiras. A questão é que com todo esse desenvolvimento e o surgimento dessa nova cultura e forma de sociedade em um mundo virtual, a ideia de se respeitar alguns princípios foi deixada de lado, tendo em vista que muitos usuários fazem o uso improprio dessa ferramenta, ferindo os direitos e garantias de terceiros e abusando de seus direitos, com o pensamento de que não serão punidos devido a falta de uma legislação específica que trate sobre tais condutas. Contudo o sistema legislativo vem se adequando ao ponto de versar sobre essa nova matéria assegurando que mesmo no universo da internet as garantias e direitos dos cidadãos seja assegurada, devido a isso o Marco da Civil da internet buscou levar para o mundo virtual e assegurar de que seus usuários possuam princípios e garantias como uma forma de regulamentação e proteção dessa relação virtual.

É necessário, pois, salientar o fato de que mesmo com a busca pela evolução e com o esforço para acompanhar o desenvolvimento da internet, essa legislação ainda é fraca para versar sobre os dilemas que lhe são impostos, tendo em vista que precisa ser mais aprimorada com o objetivo de que se torne mais clara quanto as suas normas, frente a preocupação da sociedade em relação a segurança e proteção do direito ao sigilo de dados e informações no meio digital.

REFERÊNCIAS

- BERNADO, Felipe Henrique dos Santos. Crimes cibernéticos e o que diz a nossa legislação. **Conteúdo jurídico**. Disponível em:
<<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,crimes-ciberneticos-e-o-que-diz-a-nossa-legislacao,57045.html>>. Acesso em : 22 jun.2018.
- BRASIL. Decreto Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em : 22 jun.2018
- BRASIL. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2.012. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12737.htm.> Acesso em : 22 jun.2018.
- BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2.014. Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>. Acesso em: 22 jun.2018.
- CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos jurídicos da internet**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- GREEN, Joshua; JENKINS, Henry; FORD, Sam. **Cultura da Conexão**: Criando Valor e Significado por Meio da Mídia Propagável. São Paulo: Aleph, 2014.
- JOANONE Bruno. Crimes virtuais e a necessidade de uma legislação específica. **Conteúdo jurídico**. Disponível em:
<<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,crimes-virtuais-e-a-necessidade-de-uma-legislacao-especifica,588942.html>>. Acesso em: 22 jun.2018.
- MORAIS, Maria Celina Bodin de. Redes sociais virtuais: privacidade e responsabilidade civil Análise a partir do Marco Civil da Internet. **Pensar**: Revista de Ciências Jurídicas, Fortaleza, v. 22, n. 1, p. 1-146, jan./abr. 2017.
- OLÍVO, Luis Carlos Cancellier. **Direito e Internet**: A regulamentação do ciberespaço. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2009.
- PLÁGIO. **Significados**. Disponível em: <<https://www.significados.com.br/plagio/>>. Acesso em: 24 jun. 2018

PAESANI, Liliana Minardi. **Direito e Internet: Liberdade de Informação, Privacidade e Responsabilidade Civil**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SARTORI, Ellen Carina Mattias. **Privacidade e dados pessoais: A proteção contratual da personalidade do consumidor na internet**. **Revista de Direito Civil Contemporâneo**, v. 9, a. 2016, p. 49 – 104, Out - Dez / 2016.

SILVA, Jesue Graciliano da. **Ética no uso da internet**. **Ifsc**. Disponível em: <<https://eticaegestao.ifsc.edu.br/ideias-e-reflexoes/etica-no-uso-da-internet/>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

SILVA, Keline Portela da. **Dignidade da pessoa humana na internet: a questão do direito à privacidade no mundo virtual das redes sociais e suas consequências jurídicas de reparar o dano causado**. 2017. 96 f. Monografia. (Graduação em Direito), Centro Universitário Christus - UNICHRISTUS, Fortaleza, 2017.

SILVA, Waldinei Bernardo. **Uma análise da Lei Carolina Dieckmann e os crimes cibernéticos: Ineficácia na proteção do Direito a intimidade e a privacidade na internet**. 2015. 65 f. Monografia (em que?). Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix, local, ano.

SILVEIRA, Arthur Barbosa. Os crimes cibernéticos e a Lei nº 12.737/2012. **Conteúdo jurídico**. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,os-crimes-ciberneticos-e-a-lei-no-127372012,52253.htm>>. Acesso em: 22 jun.2018.

VIANA, André de Paula. Crimes virtuais e a necessidade de uma legislação específica. **Ufsc**. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/crimes-virtuais-e-necessidade-de-uma-legisla%C3%A7%C3%A3o-especifica>>. Acesso em: 22 jun.2018.

A PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO ELEMENTO DE GARANTIA DA MOBILIDADE URBANA E DO TRANSPORTE PÚBLICO NA CIDADE DE FORTALEZA

Ariana Cabral de Brito Mendonça¹

Thiago Menezes de Oliveira²

RESUMO

A cidade de Fortaleza conta, atualmente, com uma densa quantidade de bairros em sua malha urbana. Para interligar esses bairros e proporcionar um deslocamento urbano que se adeque às necessidades da população é necessário que haja uma participação popular nos planejamentos urbanos, tendo em vista que são os usuários que circundam e conhecem a realidade da capital cearense. Nesse contexto, evidencia-se o transporte público como uma ferramenta a garantir o acesso à cidade de forma igualitária. Apesar de já ter apresentado melhorias notórias, o serviço de transportes públicos, em especial o ônibus, ainda permanece defasado e com inúmeros entraves que dificultam a mobilidade urbana da população. Nesse sentido, questiona-se: Como a participação popular pode ser um elemento que garanta, de fato, a mobilidade urbana e o serviço de transporte público em Fortaleza? O método de análise é dedutivo, com o tipo de pesquisa bibliográfica e documental, acerca dos dispositivos legais que tangenciam a temática aqui exposta.

Palavras-chave: Participação popular. Mobilidade urbana. Transporte público. Cidade. Planejamento.

ABSTRACT

The Fortaleza city has lot neighborhoods currently. To link these neighborhoods and provide the urban mobility appropriate to the needs of the people is necessary to have popular participation in urban planning since the users know the practical reality of the capital of Ceará. In this context it is clear that public transport is a tool to ensure equal access to the city. Although the system of the public transport of Fortaleza presents improvements, this service, especially the bus service is still bad

¹ Graduanda, Direito, UNICHRISTUS, arianacabral75@gmail.com.

² Professor, Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará, Orientador do Escritório de Direitos Humanos, UNICHRISTUS, meneiz@gmail.com.

and with many obstacles that hinder the urban mobility of the population. In the sense, it is questioned: How the popular participation can be the element that ensure the urban mobility and the service of public transport in Fortaleza? The method of analysis is deductive, with the investigation of legal provision that permeate the theme presented here.

Keywords: Popular participation. Urban mobility. Public transport. City. Planning.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo científico busca investigar como a participação popular pode auxiliar na definição das políticas públicas de mobilidade urbana. A investigação teve como parâmetro os dispositivos legais que regulamentam a temática abordada, assim como alguns aspectos fáticos da cidade de Fortaleza, no que se refere as linhas de ônibus já existentes.

Inúmeras dificuldades que perpassam a questão da mobilidade urbana circundam a realidade da população da capital cearense, como a limitação dos fluxos das vias, os constantes engarrafamentos, a superlotação dos coletivos, assim como outros entraves que dificultam o acesso à cidade, de forma dinâmica e digna. Apesar de ainda ser um problema a ser resolvido efetivamente, a cidade já apresenta mudanças³ nos planos de ações e aplicação das políticas públicas, que são fundamentais à dinâmica socioeconômica e a locomoção da população, em suas inúmeras migrações pendulares.

Ao longo do processo de metropolização e urbanização da Cidade de Fortaleza, a questão da mobilidade urbana transformou-se em um problema a ser superado, apresentando entraves que perpassam questões sociais, estruturais e econômicas na Capital, como a falta de conforto nos coletivos, a quantidade de ônibus por linha, a alta tarifa e os congestionamentos nas vias principais à circulação na cidade.

³ O aumento da malha cicloviária, as travessias elevadas, faixas de pedestres em X, vias exclusivas de ônibus, estações de bicicletas e o uso de VLT (veículo leve sobre trilhos), assim como os terminais de integração são alguns exemplos que evidenciam algumas ações desenvolvidas na capital cearense.

Na complexa rede de deslocamento, o transporte público é um serviço garantidor do direito de ir e vir da população que, por vezes, enfrenta longas distâncias para chegar ao destino desejado. Com a precarização do serviço de transporte público em Fortaleza, a mobilidade fica comprometida, provocando um desgaste diário⁴ para cerca de 74% dos cidadãos⁵.

É importante verificar como a participação popular se localiza na construção e na elaboração dos planejamentos sobre a cidade, ao auxiliar nas definições de políticas públicas relacionadas à mobilidade urbana. Tais políticas são indispensáveis pra que se possa garantir, de fato, os direitos urbanos à circulação e mobilidade que são, por vezes, coibidos de sua eficácia plena.

Na cidade de Fortaleza, de pronto, indica-se que o planejamento urbano referente às políticas de mobilidade urbana da Capital não condiz, por vezes, com a realidade e prioridade dos usuários, visto que as políticas desenvolvidas não são, em sua maioria, reflexos do que é considerado essencial aos usuários daquele serviço, tendo em vista a implantação de algumas políticas nos transportes públicos que, ao invés de melhorar, dificultaram, ainda mais, o cotidiano da população, como será tratado posteriormente. Nesse contexto, é fundamental a participação popular na definição das diretrizes referentes às políticas públicas de mobilidade urbana, para que as ações propostas pelo Poder Público tenham impacto direto no cotidiano social, facilitando os fluxos, a comodidade e o bem-estar social, para que se garantam, de fato, os direitos urbanos.

O percurso do presente artigo se iniciará discutindo acerca do direito à cidade, conceituando mobilidade urbana e planejamento urbano. Será finalizada essa discussão com a problematização da noção de participação popular. Em seguida, far-se-á uma análise geral sobre o serviço de transporte público em Fortaleza, no que tange às melhorias e aos entraves encontrados, conforme relata a bibliografia aqui abordada. Serão analisados, também, os dispositivos legais que garantem a participação popular nos planejamentos da cidade, em especial aos

⁴ O desgaste aqui abordado refere-se às questões de desgaste físico e relacionados, também, com o tempo, diante das situações de comodidade e conforto dos transportes públicos, além das linhas extensas e demoradas.

⁵CAVALCANTE, Igor ; SEVERO, Luana. 74% usam principalmente ônibus em Fortaleza. **O povo online**, Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/09/14/noticiasjornalcotidiano,3658629/74-usam-principalmente-onibus-em-fortaleza.shtml>. Acesso em: 17 nov. 2017.

planejamentos urbanos, como a Carta Mundial pelo Direito à cidade, o Estatuto da Cidade, a Política Nacional de Mobilidade Urbana, assim como a Lei Orgânica Municipal da cidade de Fortaleza.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Conceitos gerais

O direito à cidade é garantido constitucionalmente e regulamentado pelo Estatuto da Cidade (Lei N. 10.527/2001) que garante o usufruto de todos os brasileiros aos espaços públicos da cidade, com igualdade de direitos; assim como garante um ambiente urbano digno e que promova uma integração entre as mais diversas áreas da cidade e necessidades da população.

No contexto hodierno, há inúmeras violações de direitos que são garantidos constitucionalmente, no que tange o acesso à cidade. Políticas como o trabalho, o lazer, a circulação são, por vezes, impedidas de serem efetivados diante das dificuldades de deslocamento na Capital do Ceará.

A cidade é o local que pode garantir o desenvolvimento urbano e pessoal⁶ dos indivíduos que a compõe. O desenvolvimento urbano visa garantir e nortear os investimentos em habitação, saneamento ambiental, mobilidade urbana, transporte e trânsito, bem como promover uma política fundiária e imobiliária includente e fortalecer institucionalmente os municípios brasileiros.⁷ Nesse sentido, é necessário que haja condições mínimas e eficazes direcionadas aos serviços, para que a sociedade possa atingir seus fins individuais, e coletivos, podendo inclusive garantir o bem- comum⁸. Assim destaca Lígia Melo Casimiro acerca do conceito de direito à cidade em que “O ponto de partida para a construção do conceito é uma reivindicação coletiva do espaço urbano, que realize direitos e promova

⁶ O desenvolvimento pessoal se relaciona com as metas e os objetivos pessoais. Assim, a cidade, como local de habitação, é o espaço que pode garantir mecanismos para a concretização e alcance dessas metas.

⁷ SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS URBANOS. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. **IPEA**. Brasília, 2010. p.08. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/100705oficinamobilidadeiphan.pdf>. Acesso em: 20 abr 2018.

⁸ Segundo o Papa João XXIII "O bem comum consiste no conjunto de todas as condições de vida social que favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana e sua sociedade.". Ética Teleológica. O bem comum. **Theologica Latinoamericana**. Enciclopedia Digital. Disponível em: <http://theologicalatinoamericana.com/?p=1451>. Acesso em: 20 abr 2018.

desenvolvimento **segundo as aspirações e necessidades de seus habitantes**” (grifou-se).⁹ Nesse sentido, é possível inferir que as ações do Poder Público devem está relacionadas com as prioridades destacadas pela população, para que as políticas públicas de mobilidade tenham um impacto no cotidiano social, visando à melhoria do deslocamento urbano.

Ademais, é verificável que o direito à cidade “ tem sua identificação a partir da gênese do Estado Democrático de Direito, com sua principiologia plasmada em valores de igualdade, participação, justiça e solidariedade”.¹⁰ Nesse sentido, sugere-se, também, uma nova interpretação diante da possível quarta fase do Estado Constitucional, tendo em vista que as primeiras fases do Estado Constitucional não suportariam a dimensão dada ao direito à cidade.

A primeira fase do Estado Constitucional se posiciona em um contexto de Estado Liberal, em que se valorizavam direitos individuais, ou de primeira geração, como a vida, a liberdade, a honra e a privacidade. A fase posterior se refere aos direitos sociais, em que o Estado deixaria de ser absenteísta e passaria a ser ativo, garantindo direitos à saúde, educação, trabalho e outros direitos coletivos. O Estado Democrático surge na garantia de direitos difusos e coletivos, prezando conteúdos fraternais e de legalidade. A possível quarta fase do Estado se constrói em uma análise novos direitos que emergem na sociedade, como direito à informação, o biodireito e outras questões que tangenciam a evolução tecnológica e social. Além disso, Paulo Bonavides destaca que:

A democracia positivada enquanto direito da quarta geração há de ser, de necessidade, uma democracia direta. Materialmente possível graças aos avanços da tecnologia de comunicação, e legitimamente sustentável graças à informação correta e às aberturas pluralistas do sistema.¹¹

Assim, constrói-se uma relação entre a possível quarta fase do estado com a globalização, tendo em vista que a partir desse fenômeno seria fomentada uma

⁹ CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo. **Planejamento social e mobilidade urbana como fundamentos do direito à cidade no Brasil**. Tese(doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 2017. 248 f. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucpr.br/pergamum/biblioteca/img.php?arquivo=/000065/0000653e.pdf>>.

Acesso em: 10 abril 2018, p. 85.

¹⁰ CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo. **Planejamento social e mobilidade urbana como fundamentos do direito à cidade no Brasil**. 2017. 248 f. . Tese(doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucpr.br/pergamum/biblioteca/img.php?arquivo=/000065/0000653e.pdf>>.

Acesso em: 10 abril 2018, p. 91.

¹¹ BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo, Malheiros, 2016, p. 586

preocupação mundial com a expansão global dos direitos fundamentais. Com isso, o enlace da construção dos direitos fundamentais ressalta que o acesso aos espaços da cidade e aos transportes públicos guarda relação com a democracia e a igualdade, sendo essas expressões máximas do Estado Constitucional. Nesse contexto, encaixa-se o direito à cidade como um possível direito de quarta geração.

2.2 A análise geral acerca dos transportes públicos em Fortaleza.

Nesse ponto, é fundamental analisar, de maneira geral, algumas políticas que tangenciam a questão dos transportes públicos na cidade de Fortaleza, além de revelar conceitos primordiais à construção que aqui se propõe.

Entende-se a mobilidade urbana como um atributo associado à cidade como uma capacidade de deslocamento das pessoas entre as mais diversas zonas da cidade. Uma mobilidade urbana adequada às necessidades da população permite aos cidadãos uma melhor qualidade de vida, com o acesso seguro e eficiente à cidade.¹² Luciana Ribeiro Moura ressalta que:

A questão urbana encarna o **padrão extremamente desigual e excludente que estruturam a vida social brasileira** (grifou-se). Especificamente, a mobilidade urbana deixa à mostra contradições a perpassarem o modo de viver nas cidades na civilização do capital. Nesta perspectiva, é emblemático o caso dos transportes urbanos, com a proliferação do transporte modal individualizante e a precarização extremada do transporte coletivo.¹³

Nesse sentido, é relevante ressaltar que a questão urbana é um reflexo direto das desigualdades sociais no Brasil¹⁴, no que se refere, majoritariamente, com a concentração de renda.¹⁵

No que tange a questão do acesso à cidade, em Fortaleza, inúmeros problemas ainda podem ser ressaltados. A precariedade do serviço de transportes

¹²O que você precisa saber sobre mobilidade. **ICETTRAN**. Disponível: <<https://icetran.com.br/blog/mais-sobre-mobilidade-urbana-no-brasil/>>. Acesso em: 24 abril 2018.

¹³ MOURA, Luciana Ribeiro. **Mobilidade urbana e política pública: uma análise de bicicletas integradas, na perspectiva da sustentabilidade**. p. 4. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/mobilidadeurbanaepoliticapublicaumaanaliasedebicicletasintegradasnaperspectivadasustentabilidade.pdf>. Acesso em: 24 abr 2018.

¹⁴. Coeficiente de Gini. **Observatório das desigualdades**. Disponível em: < <https://observatorio-das-desigualdades.com/2018/04/17/coeficiente-de-gini/> >. Acesso em: 28 maio 2018.

¹⁵ BORGES, Rodolfo. Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico. **El país**. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348_895757.html >. Acesso em: 28 maio 2018.

públicos, no que se refere à superlotação das linhas, a implantação de algumas políticas que não trazem um impacto direto na melhoria da qualidade de vida da população, como a política de wi-fi e ar-condicionado a serem analisadas a frente e os engarrafamentos nas vias principais e de maior fluxo são alguns dos problemas que ainda assolam boa parte da população de Fortaleza.

Nesse sentido, é necessário revelar a importância do transporte público, em especial os ônibus, como forma de garantir o direito à cidade de forma democrática e igualitária, por ser uma ferramenta necessária para o deslocamento pendular da população.

Diante da vultosa relevância dos ônibus para o cotidiano da população de Fortaleza, faz-se significativo analisar algumas políticas já promovidas pelo Poder Públicos em algumas linhas de ônibus da Capital.

No ano de 2016, foi a público um projeto proposto pelo atual prefeito da cidade de Fortaleza, Roberto Cláudio, de construir uma política progressiva de universalização do acesso à internet, via Wi-fi, dentro nos ônibus da capital ¹⁶. Essa possível melhoria não atinge, de fato, seu real objetivo, que seria o acesso à informação e a internet nos períodos de locomoção do passageiro. Essa política não atinge seu real objetivo, tendo em vista que a superlotação das linhas impossibilita o uso de aparelhos móveis dentro do transporte, diante das dificuldades para conseguir se manter fixo e seguro durante o trajeto, pois em boa parte da viagem os passageiros tendem a ir em pé, devido o número insuficiente de cadeiras. Além disso, essa questão perpassa, também, pelo problema da violência urbana, visto que, muitas pessoas têm receio de usar seus aparelhos dentro dos coletivos, temendo possíveis furtos ou roubos¹⁷.

Outra política a ser analisada é a instalação de aparelhos de ar-condicionado nos ônibus. Apesar de parecer superficialmente uma política positiva, essa questão não gera uma consequência benéfica, tendo em vista, que com a superlotação o ar frio não circula e piora, ainda mais, o percurso, que por vezes é longo e desgastante,

¹⁶PREFEITO anuncia Wi-fi no ônibus de Fortaleza. **O povo online**. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2016/01/20/noticiafortaleza,3564306/prefeito-anuncia-wi-fi-nos-onibus-de-fortaleza.shtml>>. Acesso em: 01 dez. 2017

¹⁷WELMA, Jéssica. Uso do Wi-fi nos ônibus de Fortaleza esbarra no medo de roubos e na desinformação. **Tribuna do Ceará**. Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/tecnologia/uso-do-wi-fi-nos-onibus-de-fortaleza-esbarra-no-medo-de-roubos-e-na-desinformacao>>. Acesso em: 01 dez 2017.

provocando intensa fadiga aos passageiros, devido a não circulação de ar no interior do veículo.

É fundamental pontuar, ainda, que o transporte público é uma ferramenta que garante o acesso à cidade, assim como possibilita que a mobilidade urbana se exerça de forma que atinja a toda população. No que se refere à oferta do transporte público na cidade de Fortaleza, esse serviço é caro e de baixa qualidade, visto que os preços são altos¹⁸ e a frota de ônibus se apresenta em número insuficiente, realizando, por vezes, percursos extensos e demorados, o que resulta, significativamente, em superlotação e desconforto.¹⁹

Ainda no que refere-se aos entraves encontrados nos ônibus da Capital, a superlotação de algumas linhas ainda releva desconforto e insegurança aos usuários dos transportes públicos. Apesar de ser uma realidade vivenciada pela maior parte das linhas, a questão da superlotação afeta, majoritariamente, linhas como 045 – Conjunto Ceará/ Papicu / Via Montese e 041- Parangaba/ Oliveira Paiva/ Papicu. A linha 045 é uma das mais requisitadas dentre as demais, visto que, possui um percurso extenso, perpassando inúmeras avenidas e bairros. Assim, segundo a ETUFOR (Empresa de Transportes Urbanos de Fortaleza) cerca de 15 mil pessoas circulam em, apenas, 26 unidades de veículos, o que resulta em média cerca de 570 pessoas por ônibus por dia ²⁰. Além disso, há uma deficiência no que concerne as linhas já existentes, tendo em vista que poucas dessas são expressas, o que atrasa e torna mais demorado o deslocamento urbano. Concomitante a essa questões, há também a demora dos ônibus para passar nas paradas, o que

¹⁸ No que se refere aos custos pagos pela população para o usufruto do serviço de transporte público é necessário avaliar esse gasto em comparação ao salário mínimo. Considerando um ciclo de trabalho de 06 dias semanais, com o atual custo na cidade de Fortaleza de R\$ 3,40 (passagem inteira), o valor gasto para o deslocamento corresponde a 17,1% do salário mínimo nacional. Sendo, 06 dias por semana resultaria em 24 dias úteis no mês. Assim, 24. 6,80 (ida e volta)= 163,20 que corresponde a 17,1% do salário mínimo de R\$ 954,00.

¹⁹MAIA, Ana Cecília Lima. **Avaliação da qualidade do transporte público sob a ótica de Mobilidade Urbana Sustentável – O caso de Fortaleza**. 2013. Dissertação (Mestrado) .Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2013.

²⁰LINHA de ônibus mais lotada de Fortaleza tem 14,9 passageiros por dia. **G1.globo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ceara/noticia/linha-de-onibus-mais-lotada-de-fortaleza-tem-149-mil-passageiros-por-dia.ghtml>>. Acesso em: 01 dez 2017.

promove uma insegurança na população, diante da criminalidade que permeia a cidade ²¹.

O serviço de transportes públicos é uma ferramenta positiva e que pode garantir o acesso digno à cidade e à circulação urbana. No entanto, na cidade de Fortaleza essa questão é, ainda, um problema a ser resolvido, visto que apresenta questões a serem resolvidas, conforme mostrado anteriormente. Dessa forma, é essencial que o Poder Público e a sociedade civil possam agir em comunhão questão com o fito de minimizar, de fato, os impactos desses entraves no corpo social vigente e propiciar uma melhoria na qualidade de deslocamento e, conseqüentemente, da qualidade de vida da população.

Essas ações podem ser realizadas por meio do incremento da maior oferta de transportes públicos vinculado à promoção da integração de diferentes sistemas de transporte, assim como audiências e fóruns públicos nos bairros e comunidades que se propõe alguma implementação de política pública referente às linhas que ali passam. Essas ações se tornam necessárias à manutenção do bem estar social urbano, visto que o serviço de transportes públicos é uma ferramenta essencial e indispensável principalmente na integração entre bairros considerados residenciais e os polos econômicos da metrópole, garantindo assim o acesso digno à cidade, no que tange moradia, circulação e trabalho.

Com a expansão da malha urbana, a cidade não consegue condensar, por vezes, a residência e o trabalho em um mesmo bairro ou localidade próxima. Assim, a população se ver exigida a realizar movimentos pendulares diariamente com a utilização dos transportes públicos para efetuar o percurso. Essa questão reflete a alta demanda na utilização dos coletivos, devido à concentração de renda e emprego em alguns bairros da capital.^{22 23}

²¹WELMA, Jéssica. Uso do Wi-fi nos ônibus de Fortaleza esbarra no medo de roubos e na desinformação. **Tribuna do Ceará.** Disponível em:<<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/tecnologia/uso-do-wi-fi-nos-onibus-de-fortaleza-esbarra-no-medo-de-roubos-e-na-desinformacao>>. Acesso em: 01 dez 2017.

²² GONÇALVES, Antônio Custódio. **Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais.** Revista da Faculdade de Letras- Geografia. P.17 Disponível em:<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1547.pdf>. >. Acesso em: 28 abr 2018

²³A mobilidade urbana no planejamento da cidade. **IBAM e MINISTÉRIO DAS CIDADES.** p. 10. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/mobilidade_urbana.pdf>. Acesso em: 28 abr 2018.

Essa questão é evidenciada pela demanda nos horários de picos da cidade (início da manhã e fim da tarde), diante do fluxo de entrada e saída nos trabalhos. Nesse sentido, infere-se a relação da mobilidade urbana com os eixos econômicos que se inserem na cidade, como a concentração de renda em bairros nobres e o deslocamento de bairros periféricos e afastados para bairros que concentram as maiores taxas de emprego. Assim, o transporte público se insere como uma ferramenta a garantir a circulação e o direito ao trabalho da população cearense.

2.3 Dispositivos legais acerca da participação popular e transporte público.

Neste tópico, é necessário fazer uma construção da necessidade da participação popular nos planejamentos de mobilidade urbana, além de analisar os dispositivos legais, nas esferas Federais e Municipais que tutelam os direitos nessa questão.

Diante dos tópicos acima descritos e dos conceitos e análise já construídos no presente artigo é possível inferir que é fundamental que as políticas públicas sejam voltadas e possam refletir as prioridades da população, por meio de uma **gestão democrática** que assegure a participação popular na construção do planejamento urbano e de mobilidade, sendo capaz de atender as demandas populacionais, tendo em vista seu valor social. Nesse sentido, ressalta Janaína Rigo Santin que:

O Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001)²⁴ instituiu processos de gestão democrática e participativa na cidade, possibilitando aos cidadãos participarem na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.²⁵

Assim, é relevante e necessária a participação popular na construção do Plano Diretor e dos demais planejamentos que circundam a cidade, como o plano de mobilidade, para que as políticas públicas possam refletir, de fato, o que mais prioriza aquele público, evitando políticas paliativas que, em tese, melhorariam o

²⁴ BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 28 jun 2018

²⁵ SANTIN, Janaína Rigo. **A gestão democrática municipal no Estatuto da Cidade e a teoria dos discurso Habermasiana**. Disponível em : <<https://revistas.ufpr.br/direito/article/viewFile/5177/3893>> . p.01. Acesso em: 28 maio 2018.

deslocamento, mas na prática dificultam e embarreiram, ainda mais, o acesso à cidade, de forma digna e igualitária.

Ainda no que tange a dinâmica de deslocamento na cidade de Fortaleza a questão do planejamento adequado e condizente com os anseios populares é algo de fundamental relevância e deve, portanto, ser discutido e colocado em prática com o intuito de possibilitar o acesso digno aos mais diversos espaços da cidade de Fortaleza.

A Carta Mundial pelo Direito à Cidade destaca, em seu terceiro artigo, o termo do planejamento e gestão da cidade que considera:

As cidades se comprometem a constituir espaços institucionalizados para a participação ampla, direta, equitativa e democrática dos cidadãos(ãs) no processo de planejamento, elaboração, aprovação, gestão e avaliação de políticas e orçamentos públicos. Deve ser garantido o funcionamento de órgãos colegiados, audiências, conferências, consultas e debates públicos, assim como permitir e reconhecer os processos de iniciativa popular na proposição de projetos de lei e de planos de desenvolvimento urbano.²⁶

É evidenciado, nesse ponto, como a sociedade civil pode e deve colaborar nos planos de desenvolvimento urbano. Nesse sentido, o Poder Público pode agregar forças e incentivar a criação e manutenção de associações de bairros, sindicatos, lideranças comunitárias, assim como outras formas que criem vínculos diretos entre a sociedade e o Poder Público, visando a elaboração, planejamento e execução de uma cidade que atenda os interesses sociais e promova, portanto, o desenvolvimento urbano.

Além disso, há nos artigos 43, 44 e 45 do Estatuto da Cidade (Lei 10.527/2001) uma garantia da participação popular, na forma de órgãos colegiados, debates e audiências, conferências e consultas públicas como estratégia de tornar mais eficaz e legítimo o processo de mudanças e possíveis alterações das políticas, assim como efetivar o pleno exercício da cidadania. Há, também, a Lei [Nº 12.587 de Janeiro de 2012](#) **que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.**²⁷ Para Carmona, Silva e Cezar:

²⁶ CARTA Mundial pelo Direito à Cidade, 2006, Fórum Social Mundial Policêntrico.

²⁷ BRASIL. Lei 12.587, de 03 de Janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12587.htm. Acesso em: 28 jun 2018.

Outro ponto que merece destaque na lei de mobilidade urbana está elencada no art. 15, atinente à garantia de participação da sociedade civil no planejamento, fiscalização e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, assegurando a **sua participação por instrumentos específicos como a participação em órgãos colegiados, ouvidorias, audiências e consultas públicas e procedimentos de comunicação, avaliação e satisfação** (grifou-se). Tais meios de comunicação entre a população e os prestadores de serviços públicos mostram com baixa efetividade normativa, visto que as modalidades ali presentes não revelam elementos inovadores.²⁸

É salutar, ainda, que um dos princípios em que a Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei Nº 12.587/2012) se fundamenta é na gestão democrática segundo o:

Art. 5º A Política Nacional de Mobilidade Urbana está fundamentada nos seguintes princípios:

V - **gestão democrática e controle social do planejamento** e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana; (grifou-se)

Além disso, institui a gestão democrática como um de seus objetivos basilares conforme o:

Art. 7º A Política Nacional de Mobilidade Urbana possui os seguintes objetivos:

V - **consolidar a gestão democrática** como instrumento e garantia da construção contínua do aprimoramento da mobilidade urbana. (grifou-se)

No que tange o direito ao transporte público, a tutela parte tanto da Constituição Federal, quanto da Lei Orgânica do Município de Fortaleza²⁹. A Constituição garante em seu

Art. 6º: São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, **o transporte**, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (grifou-se).

²⁸ CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli; SILVA, Francisco Eugênio Cunha; CEZAR, Greice Monique Aguiar. **A participação dos usuários no sistema de transporte coletivo**. Libório, Daniela Campos, Org ; Frota, Henrique Botelho, Org ; Anais do 8º Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico: direito urbanístico e conflitos urbanos: a efetividade da ordem jurídico-urbanística na promoção do direito à cidade. / Organizado por Daniela Campos Libório e Henrique Botelho Frota - São Paulo: IBDU, 2016. P. 777.

²⁹ FORTALEZA. Lei Orgânica Municipal. **Procuradoria Geral do Município**. Disponível em: http://legislacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/Lei_Org%C3%A2nica_do_Munic%C3%ADpio. Acesso em: 28 jun 2018.

Além disso, é tutelado na Lei Orgânica Municipal que possui uma seção específica para regular e controlar os transportes coletivos. A garantia ao transporte e ao desenvolvimento urbano já se encontra no Art. 190 quando garante:

Art. 190º- A Política de Desenvolvimento Urbano executada pelo município de Fortaleza tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes, mediante as seguintes diretrizes:

I - garantia do direito a cidade sustentável, com direito à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, **ao transporte e aos serviços públicos**, ao trabalho e ao lazer para as presentes e futuras gerações; (grifou-se).

Dentro da seção IV, ressalto o Art. 222 que assegura a participação popular no planejamento do sistema de transporte público urbano:

Art. 222º - É assegurada a participação da comunidade organizada no planejamento e fiscalização do sistema de transporte público urbano, bem como acesso às informações sobre ele, através do Conselho Municipal de Transportes Urbanos.

No que se refere ao sistema de transporte público, ressalto e critico o Art. 223 da referida seção:

Art. 223º - Fica assegurado aos habitantes do Município de Fortaleza um transporte público urbano dotado de acessibilidade universal, o qual deve apresentar as características de conforto, economia, segurança e rapidez, observada a legislação vigente.

A crítica se refere á aplicabilidade dessa norma de eficácia plena, visto que apesar de ser um direito tutelado, o serviço de transporte público em Fortaleza permanece defasado, apresentando, por vezes, desconforto, alto custo, insegurança e longos percursos, como mostrado no decorrer do presente artigo. Os entraves se apresentam como um aspecto fático da realidade cearense que se confronta com a tutela e a garantia dos direitos declarados e assegurados pela Lei Orgânica Municipal.

3 MÉTODOS

A metodologia da pesquisa concentra-se em um método de análise dedutivo, ou seja, que parte de uma análise geral e se restringe a um recorte específico. O tipo de pesquisa é bibliográfica e documental, trazendo os principais dispositivos

legais que regulam a questão aqui abordada, ressaltando a importância da participação popular para a garantia da mobilidade urbana na Cidade de Fortaleza.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O transporte público da cidade de Fortaleza persiste, ainda, com inúmeras defasagens, quanto à sua estrutura, comodidade e custos. Assim, é necessário que as ações sejam realizadas de forma fundida, por meio de políticas públicas pensadas tanto pelo Poder Público, assim como pela sociedade civil, além dos setores privados que atuam nessa área, para que se instaure, de fato, uma gestão democrática na cidade de Fortaleza. Com a formulação de políticas públicas de forma democrática, acredita-se que se consiga atender e garantir os direitos coletivos e individuais, bem como as funções primordiais do Estado Democrático de Direito, tendo em vista que a construção do direito à cidade perpassa a construção do Estado Constitucional, bem como as garantias dos direitos difusos e coletivos, permeados no ordenamento jurídico, visando a segurança jurídica e o respeito aos direitos humanos.

Nesse contexto, a participação popular deve se dar por meio de toda sociedade civil, ou seja, através da voluntariedade de todos que, direta ou indiretamente, atuam como mecanismo de articulação entre a sociedade e o direito, ao exercer seus atos de cidadania.

Concomitante a isso, os conceitos e as legislações aqui trabalhadas evidenciam que a participação popular é um elemento essencial à garantia da mobilidade urbana na Cidade de Fortaleza. Diante dos conceitos de mobilidade urbana aqui ressaltados, infere-se um contexto de igualdade, democracia e participação que possuem, em fim último, o bem comum, o desenvolvimento sócio-econômico e a garantia dos direitos urbanos.

Por último, e não menos importante, é válido ressaltar a construção defasada das Políticas Públicas no Brasil, tendo em vista que o Poder Público visa, por vezes, silenciar a população para que se edifique uma atuação governamental cada vez mais isolada, elitizada e desigual, prejudicando e embarreirando o cotidiano e a vida das massas populacionais no Brasil, que são colocadas, cada vez mais, às margens da sociedade capitalista.

5 CONCLUSÃO

Objetivou-se nesse artigo, investigar como a participação popular pode auxiliar na definição das políticas públicas de mobilidade urbana na cidade de Fortaleza, evidenciando, portanto, que a participação popular é ferramenta necessária para a construção de uma cidade que atenda as demandas da população e permita seu acesso de forma digna a todos seus moradores.

Ademais, ressalta-se tanto a grande evolução dos modais e sistemas de transportes públicos na Capital Cearense quanto as inúmeras melhorias a serem ainda efetivadas, para propiciar maior conforto, agilidade e segurança aos usuários dos transportes públicos da cidade de Fortaleza, garantindo assim o acesso digno à cidade e o respeito à dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

A mobilidade urbana no planejamento da cidade. **IBAM e MINISTÉRIO DAS CIDADES**. p. 10. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/mobilidade_urbana.pdf>. Acesso em: 28 abr 2018.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. São Paulo, Malheiros, 2016.

BORGES, Rodolfo. Brasil tem maior concentração de renda do mundo entre o 1% mais rico. **El país**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/12/13/internacional/1513193348_895757.html>. Acesso em: 28 maio 2018.

CARMONA, Paulo Afonso Cavichioli; SILVA, Francisco Eugênio Cunha; CEZAR, Greice Monique Aguiar. **A participação dos usuários no sistema de transporte coletivo**. Libório, Daniela Campos, Org ; Frota, Henrique Botelho, Org ; Anais do 8º Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico: direito urbanístico e conflitos urbanos: a efetividade da ordem jurídico-urbanística na promoção do direito à cidade. / Organizado por Daniela Campos Libório e Henrique Botelho Frota - São Paulo: IBDU, 2016.

CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo de. Administração pública no século XXI: planejamento, mobilidade urbana e desenvolvimento socioeconômico. **Revista USP**. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rdda/article/view/114480>> . Acesso em: 27 nov. 2017.

CASIMIRO, Lígia Maria Silva Melo. **Planejamento social e mobilidade urbana como fundamentos do direito à cidade no Brasil**. 2017. 248 f. . Tese(doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2017. Disponível em: <<http://www.biblioteca.pucpr.br/pergamum/biblioteca/img.php?arquivo=/000065/0000653e.pdf>>. Acesso em: 10 abril 2018.

CARTA Mundial pelo Direito à Cidade, 2006, Fórum Social Mundial Policêntrico

CAVALCANTE, Igor ; SEVERO, Luana. 74% usam principalmente ônibus em Fortaleza. **O povo online**, Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/09/14/noticiasjornalcotidiano,3658629/74-usam-principalmente-onibus-em-fortaleza.shtml>. Acesso em: 17 nov. 2017.

Coeficiente de Gini. **Observatório das desigualdades**. Disponível em: < <https://observatorio-das-desigualdades.com/2018/04/17/coeficiente-de-gini/> >. Acesso em: 28 maio 2018.

COSTA, Rômulo. Usuários reclamam que linhas de ônibus demoram a passar. **O povo online**. Disponível em :<<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/06/11/noticiasjornalcotidiano,3451820/usuarios-reclamam-que-linhas-de-onibus-demoram-a-passar.shtml>>. Acesso em : 01 dez. 2017.

DE PAULA, Marilene; BARTELT, Dawid Danilo. **Mobilidade urbana no Brasil**: desafios e alternativas. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2016.

Direito à Cidade: o que significa e como funciona? **Direitos Brasil**. Disponível em: ≤ <http://direitosbrasil.com/direito-cidade-como-funciona/>>. Acesso em: 01 dez. 2017

FREIRE, Geovana Maria Cartaxo de Arruda. **Cibercidade: conquista da mobilidade urbana em Fortaleza**. Libório, Daniela Campos, Org ; Frota, Henrique Botelho, Org ; Anais do 8º Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico: direito urbanístico e conflitos urbanos: a efetividade da ordem jurídico-urbanística na promoção do direito à cidade. / Organizado por Daniela Campos Libório e Henrique Botelho Frota - São Paulo: IBDU, 2016.

GONÇALVES, Antônio Custódio. **Os bairros urbanos como lugares de práticas sociais**. Revista da Faculdade de Letras- Geografia. P.17 Disponível em:<<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1547.pdf>>. Acesso em: 28 abr 2018.

GUTIERREZ, Andrea. Direito à mobilidade. Direitos e Mobilidade. In: MOREIRA PIRES, Antonio Cecílio; GABRIEL MOREIRA PIRES, Lilian Regina (Orgs.). **Mobilidade urbana desafios e sustentabilidade**. São Paulo: Ponto e Linha, 2016.

IBAM e Ministério das Cidades. **A mobilidade urbana no planejamento da cidade**. Disponível em: <http://www.ibam.org.br/media/arquivos/estudos/mobilidade_urbana.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2018

Linha de ônibus mais lotada de Fortaleza tem 14,9 passageiros por dia. **G1.globo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ceara/noticia/linha-de-onibus-mais-lotada-de-fortaleza-tem-149-mil-passageiros-por-dia.ghtml>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

MAIA, Ana Cecília Lima. **Avaliação da qualidade do transporte público sob a ótica de Mobilidade Urbana Sustentável – O caso de Fortaleza**. 2013. Dissertação

(Mestrado) .Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2013.

MOURA, Luciana Ribeiro. **Mobilidade urbana e política pública: uma análise de bicicletas integradas, na perspectiva da sustentabilidade.** p. 4. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo11/mobilidadeurbanaepoliticapublicaumaanalisadedebicicletasintegradasnaperspectivadasustentabilidade.pdf>. Acesso em: 24 abr 2018.

O que você precisa saber sobre mobilidade. **ICETRA**N. Disponível: <<https://icetran.com.br/blog/mais-sobre-mobilidade-urbana-no-brasil/>>. Acesso em: 24 abril 2018.

Prefeito anuncia Wi-fi no ônibus de Fortaleza. **O povo online.** Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/fortaleza/2016/01/20/noticiafortaleza,3564306/prefeito-anuncia-wi-fi-nos-onibus-de-fortaleza.shtml>>. Acesso em: 01 dez. 2017

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Fortaleza 2040**, v. 2. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/folders/0B5luNH3swV8CVzhRUFh0QXFTM2c>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

RIBEIRO DE CARVALHO, Carlos Henrique. Mobilidade urbana: avanços, desafios e perspectivas. In: AURÉLIO COSTA, Marcos (Org.). **O Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a Nova Agenda Urbana.** Brasília: Ipea, 2016.

SANTIN, Janaína Rigo. **A gestão democrática municipal no Estatuto da Cidade e a teoria dos discurso Habermasiana.** Disponível em : <<https://revistas.ufpr.br/direito/article/viewFile/5177/3893>> . p.01. Acesso em: 28 maio 2018.

SILVA, Regina Costa e. MEDEIROS, Roseane Oliveira (Org.). **Fortaleza em projeto: contribuições técnicas e políticas para um programa de governo.** Fortaleza: CIC (Centro Industrial do Ceará), 2012. 255 p. ISBN 978-85-88661-40-0. Português.

SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS URBANOS. Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. **IPEA.** Brasília, 2010. p.08. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/100705oficinamobilidadeiphan.pdf>. Acesso em: 20 abr 2018.

WELMA, Jéssica. Uso do Wi-fi nos ônibus de Fortaleza esbarra no medo de roubos e na desinformação. **Tribuna do Ceará.** Disponível em:<<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/tecnologia/uso-do-wi-fi-nos-onibus-de-fortaleza-esbarra-no-medo-de-roubos-e-na-desinformacao>>. Acesso em: 01 dez 2017.

AGRADECIMENTOS

Esse artigo é fruto de um ano de intensas atividades e pesquisas no Escritório de Direitos Humanos, do Centro Universitário Christus, um projeto que nos forma além da técnica jurídica, despertando o caráter humano e a empatia com o próximo.

Gratidão à Professora Natália Castilho que durante todo o projeto não mediu esforços para mudarmos, mesmo que de forma indireta, a realidade de tantas pessoas e despertar em nós o prazer da pesquisa.

Gratidão à Professora Lígia Casimiro, a primeira professora que conseguiu despertar em mim o desejo de pesquisar mais sobre a realidade que me rodeia. Serei grata por todo apoio e ensinamento.

Ao Professor Thiago Menezes, minha imensa gratidão, por durante a produção, se mostrar sempre disposto a ajudar, de forma serena e tranquila.

Aos meus colegas de projeto, minha grandiosa gratidão por compartilharmos intensos momentos durante este ano, partilhando das dificuldades e aflições.

Aos meus pais, meu namorado, e minhas amigas Gabriella e Thayssa, que sempre estiveram ao meu lado, apoiando, lendo e relendo os trechos escritos sempre dispostos a me ajudar.

A vocês dedico essa produção, com a mais profunda admiração e respeito.

A PERCEPÇÃO ACADÊMICA SOBRE OS DIREITOS HUMANOS NO MEIO ACADÊMICO E A IMPORTÂNCIA DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS EM SALA DE AULA

Mirles Lino Alves¹
Orientador: Flávio José Moreira Gonçalves²

RESUMO

Compreender as relações entre Direitos Humanos e mediação de conflitos em sala de aula é de extrema relevância para os dias atuais, tempos cada vez mais marcados pela intolerância e discursos de ódio. Vale destacar que o trabalho em questão busca analisar como a mediação de conflitos em sala de aula pode contribuir para uma nova percepção dos direitos humanos, pois sabe-se que muitos conflitos entre os discentes e destes com os docentes poderiam ser adequadamente tratados para garantir ganhos recíprocos em termos de aprendizagem e melhoria da qualidade das relações interpessoais. Este artigo está embasado em uma pesquisa empírica e bibliográfica cuja finalidade é mostrar como a educação em Direitos Humanos pode influenciar no contexto social, político e acadêmico, pois, na maioria das vezes, muitas pessoas, até mesmo no ambiente universitário, têm uma visão equivocada sobre tais direitos, sendo necessário que estes posicionamentos sejam revistos e melhorados. Além disso, é notório que, por meio dos Direitos Humanos, muitos outros direitos surgiram, como os direitos fundamentais que estão presentes na Constituição da República Federativa do Brasil. Assim, a pesquisa, em questão, relata como os Direitos Humanos são essenciais e necessários para a educação e para a formação integral do cidadão e, por conseguinte, do jurista.

Palavras-Chave: Pesquisa. Direitos Humanos. Mediação. Educação. Conflitos.

ABSTRACT

Understanding the relationship between Human Rights and conflict mediation in the classroom is of extreme relevance to the present day, times increasingly marked by intolerance and discourses of hatred. It is important to highlight that the work in question seeks to analyze how the mediation of conflicts in the classroom can contribute to a new perception of human rights, since it is known that many conflicts between the students and these with the teachers could be adequately treated to guarantee gains reciprocal in terms of learning and improving the quality of interpersonal relationships.

¹ Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Christus (Unichristus), mirlesdireito1997@gmail.com

² Professor Doutor em Educação (UFC), Mestre em Filosofia (UECE) e Mestre em Direito (UFC), professorflavio@ymail.com

This article is based on an empirical and bibliographical research whose purpose is to show how human rights education can influence in the social, political and academic context, since, for the most part, many people, even in the university environment, have a mistaken view on these rights, and these positions need to be reviewed and improved. In addition, it is well known that, through Human Rights, many other rights have arisen, such as the fundamental rights that are present in the Constitution of the Federative Republic of Brazil. Thus, the research, in question, reports how Human Rights are essential and necessary for education and for the integral formation of the citizen and, therefore, of the jurist.

Keywords: Search. Human Rights. Mediation. Education. Conflicts.

1 INTRODUÇÃO

1.1 COMO A MAIORIA DAS PESSOAS VÊ OS DIREITOS HUMANOS: A ÓTICA DO SENSO COMUM

Na contemporaneidade, sabe-se que a maioria das pessoas tem uma visão equivocada a respeito dos Direitos Humanos, pois, muitas vezes, tais direitos são associados à violência, à impunidade, ao desrespeito.

Vale destacar que, em decorrência desta percepção errônea que muitas pessoas têm, a sociedade, na maioria das vezes, tem feito justiça com as próprias mãos, fazendo julgamentos equivocados, revoltando-se com situações mal resolvidas, fazendo linchamentos precipitados.

Isso tem sido extremamente, prejudicial para o contexto atual, pois não se tem recorrido às leis brasileiras, não se tem confiado no Poder Judiciário, não se tem acreditado na efetividade dos Direitos Humanos. É importante dizer, no entanto, que esta situação pode ser explicada pelo fato de, no decorrer dos anos, o sistema organizacional legislativo e judiciário brasileiro caracterizaram-se pela morosidade, ineficácia e, muitas vezes, falta de equidade, fazendo acepção de pessoas no que se diz respeito à aplicabilidade da justiça.

Assim, a ótica do senso comum é que os Direitos Humanos protegem pessoas que não cumprem as leis, que não se portam de maneira devida, que

rompem com os parâmetros sociais. Contudo, tais direitos deveriam ter efetividade e eficácia no Brasil, pois eles são a base dos Direitos Fundamentais da Constituição da República Federativa do Brasil.

Por meio disso, destaca-se que essa percepção errônea deve ser revista, analisada e rompida, pois a função dos direitos é apaziguar a sociedade, é garantir direitos iguais para todos, é melhorar as relações sociais.

1.2 COMO OS ESTUDANTES DE DIREITO VEEM OS DIREITOS HUMANOS

No curso de Direito, pode-se afirmar que, no que concerne ao posicionamento dos estudantes de Direito a respeito dos Direitos Humanos, ainda há uma certa polaridade, pois muitos defendem tais direitos com bastante afinco e convicção, enquanto outros são totalmente céticos em relação a tais direitos, associando os grupos que os defendem à impunidade. Isso é bastante danoso, pois, sem um consenso ou sem uma concordância comum, ficará mais difícil conscientizar os estudantes do Direito sobre a grande relevância que os Direitos Humanos têm sobre o ordenamento jurídico brasileiro.

Ademais, sabe-se que essa polaridade pode gerar extremismos, discordâncias e conflitos entre os estudantes no ambiente acadêmico, sobretudo no que diz respeito ao conflito entre diferentes interesses e diversos valores que os estudantes possuem.

Assim, é necessário que haja mediação de conflitos no meio acadêmico, pois, muitas vezes, os casos de divergência ocorridas em sala de aula tornam-se tão sérios que as agressões verbais podem ser convertidas em agressões físicas, resvalando para a violação de direitos, dando ensejo a preconceitos e discriminações. Percebe-se que, se não houver conscientização, se não houver diálogo, se não houver respeito, esses conflitos podem causar grandes rivalidades, podendo até conduzir a uma desnecessária judicialização.

Logo, vê-se como a mediação de conflitos em sala de aula é importante, pois os docentes e os discentes poderão ter uma relação mais agradável, harmônica e produtiva no ambiente acadêmico, favorecendo a aprendizagem.

1.3 DIREITOS HUMANOS E MEDIAÇÃO DE CONFLITOS PODEM TER UMA CORRELAÇÃO?

No contexto atual, a maioria das pessoas fica se perguntando para que servem os Direitos Humanos, pois, sob a ótica do senso comum, tais direitos não têm utilidade e geram impunidade. Todavia, é notório que a educação em Direitos Humanos propõe transmitir valores que buscam concretizar acerca de tais direitos e estimular a valorização da dignidade da pessoa humana.

Assim, é importante dizer que, se não houver educação em Direitos Humanos, torna-se, praticamente, inviável realizar mediação de conflitos em sala de aula, pois o mediador, no caso, o próprio docente, não saberá lidar com tais rivalidades, correndo o risco de reforçar estigmatizações e preconceitos pré-existentes, quando deveria trabalhar para eliminá-los.

A partir disso, entende-se que existe uma grande correlação entre Direitos Humanos e mediação de conflitos, pois são capazes de se complementar, a fim de promover a educação cidadã, o consenso entre as partes e a pacificação de conflitos. É na vivência cotidiana, em sala de aula e fora dela, que se pode observar a coerência ou não entre o discurso sobre direitos humanos e a sua efetivação prática em atos e atitudes de tolerância, diálogo e compreensão das diferenças.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A CONTRIBUIÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS PARA O MEIO ACADÊMICO

De acordo com a pesquisa realizada no 1º, no 5º e no 10º semestre do curso de Direito da Unichristus (Centro Universitário Christus), notou-se que a maioria dos alunos do 1º semestre do curso de Direito reconhece que os Direitos Humanos têm um papel imprescindível para a manutenção e para o desenvolvimento de nossa sociedade, pois, por meio desses direitos, é possível haver tolerância de ideias no meio acadêmico. Afinal,

um bom conhecedor e entendedor dos Direitos Humanos saberá ouvir, argumentar e contra-argumentar ideias diversas das suas. Vale salientar que, mediante aplicação de questionário na turma de 1º semestre, constatou-se que muitos alunos já presenciaram cenas de discórdia e de intolerância no ambiente acadêmico.

Além disso, é importante destacar que, nas turmas de 5º semestre, constatou-se uma visão humanista, ou seja, voltada para a valorização dos Direitos Humanos. Logo, é perceptível que a maioria dos alunos do 5º semestre considera que tais direitos devem ser levados em consideração em cada situação ocorrida, a fim de que possam subsistir como importante pauta de valores compartilhados.

Já no 10º semestre, a perspectiva é muito diferente, pois, movidos pelo senso de justiça, grande parte dos alunos concludentes resistem em analisar diversos casos concretos que envolvem Direito Penal, por exemplo, sob o aspecto dos Direitos Humanos, pois muitos dos alunos do 10º semestre não consideram esses direitos tão importantes, pois acreditam que eles geram problemas maiores, favorecendo a impunidade.

Com isso, é notório que há uma grande disparidade no que se diz respeito ao ponto de vista dos alunos do 1º, do 5º e do 10º semestre, pois, no início e no meio do curso de Direito, há uma notória visão humanista da maioria dos acadêmicos de Direito. No entanto, no 10º semestre, há uma inversão de pensamento, a visão que valoriza os direitos humanos é mitigada, não sendo tão valorizada.

Vale ressaltar que o questionário foi aplicado para 150 (cento e cinquenta) alunos do 1º, 5º e 10º semestres. Já a entrevista foi realizada apenas com 6 (seis) alunos do 1º, 5º e 10º semestres.

2.2 MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E MAIÊUTICA SOCRÁTICA

Sabe-se que “a maiêutica é um método didático criado por Sócrates, no século IV a.C., na busca pela autorreflexão que conduz o interlocutor a conhecer, gradualmente, o objeto em discussão. Consistia em multiplicar as perguntas com a finalidade de definir o objeto geral em questão [...]. Daí, tem-se a famosa frase socrática *conhece-te a ti mesmo*, tornando-se consciente de tua ignorância (só sei que nada sei)”.¹

Por meio disso, deve-se dizer que é de extrema relevância abrir a mente para ter novas ideias, pois, na maioria das vezes, a falta de conhecimento sobre

¹ SALES, Lília Maia de M. **Mediação de conflitos**: família, escola e comunidade, pág. 30.

determinado fato ou assunto produz um sério pré-julgamento, fazendo muitas pessoas tirarem conclusões precipitadas sobre algo que não conhecem ou que sabem apenas superficialmente.

É notório que isso ocorre com os Direitos Humanos, afinal, grande parte da população brasileira não sabe que a Constituição Federal, em seu artigo 5º, assegura e garante diversos direitos humanos, como o direito à vida, à liberdade de expressão, à crença, entre outros. Vale salientar que a Constituição da República Federativa do Brasil está totalmente embasada nos Direitos Humanos, incorporando-os ao ordenamento jurídico nacional sob a forma de Direitos Fundamentais.

Assim, é preciso que a população brasileira abra a mente para as ideias humanistas, entendendo que os Direitos Humanos são importantes para a existência de uma sociedade justa, harmônica e igualitária. Ademais, é preciso desfazer esta ideia deturpada a respeito dos Direitos Humanos, pois, ao longo da História do Brasil, a ideia de que esses direitos são ruins para a população foi bastante disseminada.

Portanto, a maiêutica socrática, caracterizada pelas perguntas abertas que favorecem a reflexão, auxilia na mediação de conflitos, afinal, é importante questionar e problematizar para refletir sobre os assuntos, para que haja o processo de elaboração do conhecimento consciente e crítico, o que promove também uma abertura da mente das pessoas para boas e novas ideias construtivas, exercendo o seu poder transformador.

Tais direitos têm um potencial transformador no cotidiano das pessoas, pois, se esses direitos forem bem explicados e bem aplicados poderão fazer toda a diferença na sociedade atual.

3 MÉTODOS

O método utilizado para a elaboração deste artigo foi a pesquisa empírica – por meio da aplicação de questionários nas turmas de 1º, 5º e 10º semestres – e a pesquisa bibliográfica – por meio da leitura e da análise de textos, de livros e de artigos científicos.

Durante a elaboração da pesquisa, tomaram-se por base alguns livros, como *Curso de Direitos Fundamentais* (George Marmelstein), *Educação em Direitos Humanos* (Lília Maia de Moraes Sales) e *Mediação de conflitos: família, escola e comunidade* (Lília Maia de Moraes Sales). Este último livro teve grande relevância para o desenvolvimento de tal pesquisa, pois, por meio dele, foi possível compreender que a mediação de conflitos só é possível quando há um bom conhecimento e um bom entendimento sobre os Direitos Humanos. Portanto, sem Direitos Humanos, não há mediação de conflitos, não há cordialidade entre as partes nem é possível criar a atmosfera de confiança. Quando não há uma boa convivência na escola, no meio acadêmico, na família ou na comunidade, a aprendizagem resta prejudicada. Afinal, é preciso compreender bem que os Direitos Humanos são importantes para harmonizar a sociedade e a mediação escolar ou acadêmica é uma poderosa ferramenta para tornar viável esta compreensão, que favorece a inclusão, o respeito a diferença e a diversidade.

Já em “*Curso de Direitos Fundamentais*” (George Marmelstein), “*Educação em Direitos Humanos*” (Lília Maia de Moraes Sales), há uma abordagem mais jurídica a respeito do assunto, não deixando de transparecer uma visão humanista a respeito do assunto tratado, pois relacionam o texto constitucional com o contexto atual da sociedade.

Além das obras aqui apresentadas, a aplicação dos questionários e as entrevistas com alguns alunos foram de notória relevância para este artigo, pois, no questionário aplicado a respeito da visão que os acadêmicos do curso de Direito têm a respeito dos Direitos Humanos, muitos alunos reconheceram a importância dos Direitos Humanos para a sociedade e para o ambiente acadêmico, mas outros consideraram que tais direitos podem gerar problemas maiores para o contexto hodierno, o que demanda um esforço maior dos docentes no sentido de conduzi-los a uma superação, tanto do conhecimento vulgar acerca de tais direitos quanto de um certo “senso comum teórico” que dificulta a visão crítico-reflexiva que possa levá-los a perceber a necessidade de respeitar tais direitos no cotidiano da sala de aula.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Considerando-se as análises realizadas, verificou-se ser de acentuada notoriedade, para os cursos de Direito, o papel dos Direitos Humanos nos mais diversos aspectos, proporcionando uma educação disposta a fazer o aluno pensar, conhecer e entender, cada vez mais, a importância desta pauta de valores fundamentais da civilização.

Vale destacar que a pesquisa ainda terá continuidade, mas, sob a perspectiva dos resultados constatados até agora, entende que, em média, a maioria dos alunos que respondeu ao questionário crê que um bom profissional do Direito deve ter sensibilidade às questões sociais, primando pelo comportamento ético.

É perceptível, também, que tais direitos não devem estar apenas no plano teórico, mas que devem tornar-se cada vez mais vivenciais, presentes no cotidiano de sala de

aula e das relações que se estabelecem entre docentes e discentes. A percepção de que os direitos humanos precisam permear também as relações acadêmicas faz com que a vivência efetiva de tais direitos, para além de sua proclamação em documentos internacionais, ainda bem distantes da realidade de alunos e professores, esteja destinada a romper com diversos paradigmas que ainda permeiam a universidade e sociedade, colaborando para dar efetividade ao Estado Democrático de Direito.

A aprendizagem ocorre de forma mais efetiva em ambientes nos quais a interação seja mais intensa e um clima de harmonia favorece o alcance dos objetivos educacionais, afinal, como destacava Vygotsky,

O pensamento propriamente dito é gerado pela motivação, isto é, pelos nossos desejos e necessidades, os nossos interesses e emoções. Por detrás de todos os pensamentos há uma tendência volitiva-afetiva, que detém a resposta ao derradeiro porquê da análise do pensamento. Uma verdadeira e exaustiva compreensão do pensamento de outrem só é possível quando tivermos compreendido a sua base afetiva-volitiva².

² VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e Linguagem**, Ebooksbrasil, s.d., p. 149. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/vigo.pdf>> Acesso em 02/09/2018.

Ora, a compreensão da base afetivo-volitiva de outrem somente será possível mediante o diálogo franco e aberto e, quando haja divergências a ponto das relações tornarem-se conflitivas, a mediação revela-se o método mais adequado para restaurar o convívio que possa favorecer a aprendizagem recíproca.

5 CONCLUSÃO

O trabalho aqui produzido alcançou seus objetivos e anseios de aprofundamento no cenário de entendimento das questões trazidas à discussão. Ao realizá-lo, procurou-se realmente contribuir, não só na melhoria da mediação de conflitos no ambiente acadêmico, mas também na mediação de conflitos escolares de maneira geral, mostrando sua importância. Com isso, pode-se concluir que os Direitos Humanos estão presentes de forma marcante na Constituição Federal, sob a forma de direitos fundamentais, sendo imprescindível uma vivência efetiva dos mesmos pelos estudantes no ambiente acadêmico e escolar até como forma de aproximá-los de sua realidade cotidiana.

Logo, não se deve menosprezar os Direitos Humanos, pois tais direitos são necessários para gerar respeito, responsabilidade, harmonia e conhecimento, favorecendo a aprendizagem pela criação de um clima propício para que ela possa ocorrer de modo efetivo. Para tanto, torna-se imprescindível considerar as conclusões da teoria sócio-interacionista da aprendizagem nesta empreitada.

6 AGRADECIMENTOS

Findada a pesquisa e analisando todo o esforço para produzi-la, agradeço, especialmente, a Deus, a minha família, ao Professor Doutor Flávio José Moreira Gonçalves, meu orientador no Programa de Iniciação Científica (PIC – Pesquisa) da instituição, pelo incentivo e pelas preciosas dicas durante a realização deste trabalho, aos coordenadores do curso de Direito da Unichristus e aos meus colegas de estudo.

7 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, Brasília: Gráfica do Senado, 2018.

IBDFAM. **Direitos Humanos e Mediação de Conflitos**. Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/eventos/358/Curso+Direitos+Humanos+e+Media%C3%A7%C3%A3o+de+Conflitos>>. Acesso em: 23 de jun. 2018.

MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

SALES, Lília Maia de Moraes. **Mediação de conflitos: família, escola e comunidade**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2007.

SALES, Lília Maia de Moraes (org.). **Educação em Direitos Humanos**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2007.

VYGOTSKY, Lev. **Pensamento e Linguagem**, Ebooksbrasil, s.d., p. 149. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/vigo.pdf>> Acesso em 02/09/2018.]

8 ANEXOS

Questionário de Pesquisa

Informações sócio-econômicas:

1) Instituição de Ensino Superior: _____

2) Período no curso: _____

3) Sexo: () Feminino/ () Masculino

4) Idade: _____

5) Estado Civil:

Solteiro (a)

Casado (a)

Divorciado (a)

Viúvo (a)

Separado (a)

Em união estável

6) Rendimento médio mensal familiar

Até R\$ 1.908,00

De R\$ 1.908,01 a 4.770,00

De R\$ 4.770,01 a 9.540,00

De R\$ 9.540,01 a 19.080,00

Acima de R\$ 19.080,01

7) Participa de algum programa de facilitação do acesso ao Ensino Superior (como o ProUni, o Fies e o Educa Mais Brasil)?

Sim () Não

8) Integra algum programa de pesquisa (como monitoria, iniciação científica e grupo de estudo) ou projeto de extensão (como assessoria jurídica popular)?

Sim () Não

9) A residência em que você mora é:

Própria

Alugada

Cedida

10) Quem mora com você? (marque todos os itens cabíveis)

Moro sozinho(a)

Pai e/ou mãe

Esposo(a) / companheiro(a)

Filhos(as)

Irmãos(ãs)

- Outros parentes, amigos(as) ou colegas
- Outra situação

11) Como se desloca para a instituição em que estuda?

- Veículo próprio (como carro e motocicleta)
- Uber, táxi ou transporte do gênero.
- Transporte público (ônibus e topique)
- Somente a pé

Informações referentes ao objeto específico da pesquisa

Para ajudar-lhe na próxima etapa do questionário, seguem os significados de:

Tolerância: *Atitude liberal de quem reconhece aos outros o direito de manifestar opiniões ou revelar condutas diferentes das suas ou até diametralmente opostas a elas.*

Mediação: *É o método de resolução de conflitos por meio do diálogo com a ajuda de um terceiro imparcial.*

12) Os Direitos Humanos são importantes para o ser humano e para a sociedade.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Indiferente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

13) Todos merecem ter seus direitos (dignidade, vida, liberdade, igualdade, propriedade, participação política, nacionalidade etc.) respeitados, independentemente de raça, cor, etnia, religião, gênero, orientação sexual ou posição ideológica.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Indiferente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

14) É importante haver tolerância na sala de aula.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Indiferente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

15) A mediação eficaz dos conflitos dentro da sala de aula colabora na minimização da intolerância.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Indiferente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

16) A mediação eficaz dos conflitos dentro da sala de aula colabora para um ambiente de respeito aos Direitos Humanos.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Indiferente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

17) Com relação às duas perguntas anteriores, de que forma pode se dá essa colaboração? Seja sucinto.

18) Entre os perfis abaixo, qual deles melhor se aplicaria a sua forma de agir?

- competitivo
- cooperativo

19) Ao presenciar uma discussão entre colegas de turma, como você agiria ao aconselhar um dos discordantes?

- recomendaria o colega a tentar novo diálogo com o outro discordante
- recomendaria o colega a buscar o professor da disciplina para interceder e resolver o conflito
- comunicaria o fato à Coordenação ou Direção da instituição para que esta resolva

20) Você já presenciou algum caso de intolerância na aula (como vítima, agressor ou mero espectador)?

- Sim Não

21) Sobre desigualdade de gênero, a realidade material e o legado cultural interferem na aplicação, interpretação e renovação efetiva das legislações infraconstitucionais.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Indiferente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

22) Os movimentos sociais e defesa de direito das mulheres, incidem e influenciam diretamente na geração de mudanças legais e culturais orientadas à equidade de gênero e à expansão da cidadania das mulheres.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Indiferente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

23) O poder Judiciário regularmente adota critérios como comportamento, vestimentas, personalidade, e vida sexual para nortear decisões que envolvem vítimas do gênero feminino.

- Concordo totalmente

- Concordo parcialmente
- Indiferente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

24) Há exageros na defesa dos direitos humanos dos bandidos, enquanto as vítimas ficam esquecidas em seus direitos.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Indiferente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

25) Direitos humanos devem ser apenas para as pessoas que cumprem as leis.

- Concordo totalmente
- Concordo parcialmente
- Indiferente
- Discordo parcialmente
- Discordo totalmente

26) O que deve ser prioridade na atividade do bom profissional do Direito? Assinale apenas uma opção:

- conhecimentos técnico-jurídicos
- capacidade de relacionamento interpessoal
- sensibilidade às questões sociais
- habilidades gerenciais
- comportamento ético

27) Caso queira acrescentar algo que não foi perguntado e você julgue importante, utilize o espaço abaixo para fazê-lo:

A SITUAÇÃO DOS PRESOS PROVISÓRIOS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO: UM ESTUDO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DO CEARÁ

Francisca Luzineide Timbó Sancho¹

Natalia Martinuzzi Castilho²

RESUMO

O presente artigo trata de um estudo sobre o tema da população carcerária em situação provisória pelo Estado. O estudo foi desenvolvido em uma parceria firmada entre o Escritório dos Direitos Humanos (EDH), projeto idealizado pelo Centro Universitário Christus (Unichristus), e o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDH), órgão paritário que atua na fiscalização e monitoramento das políticas de direitos humanos do Ceará. Realizou-se pesquisa junto aos casos analisados pela Comissão temática de pessoas privadas de liberdade, conforme a organização interna do referido órgão. Procurou-se discutir, a partir da pesquisa documental, a seletividade social, racial e econômica do sistema penal. Essa pesquisa teve como objetivo geral retratar as situações vivenciadas pelos presos provisórios no sistema

¹ Acadêmica 9º semestre do curso de Direito do Centro Universitário Christus, integrante do Escritório dos Direitos Humanos, Assessoria Jurídica ambiental e popular (EDH), referente ao biênio 2017/2018, vinculada ao Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), na comissão de promoção dos direitos humanos. luzineidetimbosancho@gmail.com@gmail.com

² Doutoranda em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Mestrado (2013) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora de direito do Centro Universitário Christus. Coordenadora do Escritório de Direitos Humanos, Direito Ambiental e Assessoria Jurídica Popular (EDH). Integrante do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). edh@unichristus.edu.br

penitenciário de Fortaleza e região metropolitana e refletir acerca das causas e consequências das experiências de privação provisória de liberdade que, mesmo que ausente a comprovação judicial, acabam tornando-se definitiva e gerando severas violações à dignidade daqueles submetidos a tal condição. A pesquisa foi desenvolvida de forma bibliográfica e documental, de modo explicativo e descritivo. Por fim, a pesquisa constatou que a estrutura do sistema penitenciário reflete a ausência de uma preocupação real com a redução da criminalidade. Ainda, acredita-se que para a obtenção de resultados positivos deve-se buscar uma mudança na forma de atuação do Estado com relação ao poder de punir.

Palavras-chave: Prisão provisória. Sistema penitenciário. População carcerária. Violação aos direitos humanos. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos.

ABSTRACT:

This study was carried out in a partnership between the Office of Human Rights (EDH), a project idealized by the Christus University Center (Unichristus), and a study on the subject of the prison population in temporary situations by the State. the State Council for the Defense of Human Rights (CEDH), which acts in society seeking to suppress forms of human rights violations. Be it any kind of violation, but the article was emphasized in the work of the Commission of Private Deprivation. In this way, to demonstrate that the prison system has become a kind of human deposit, being selective in some characteristics such as social condition, educational level and race. This research has as general objective to portray the situations experienced by the provisional prisoners in the penitentiary system of Fortaleza and metropolitan region. According to the bibliographic study it is possible to show that these people live in inhuman situations, and forgotten. For the theoretical background was used some scientific articles already produced, as well as data provided by the CNJ. The research was developed in a bibliographical and documentary way, in an explanatory and descriptive way. Finally, the research found that the direction taken by the Brazilian penitentiary

system is not the best choice for a quest for crime reduction, in order to obtain positive results, a change in the State's way of acting to punish should be sought.

Keywords:

Interim prison. Penitentiary system. Prison population. Violation of human rights. State Council for the Defense of Human Rights.

1 INTRODUÇÃO

O Ceará é o terceiro Estado do país com a maior porcentagem de presos provisórios do Brasil, uma pesquisa recente divulgada em 2017 pelo Ministério da Justiça divulga esse número alarmante³. O presidente do Conselho Penitenciário do Estado (Copen), sugere que deve ocorrer uma criação de mais vagas no sistema prisional, bem como maior celeridade processual por parte dos órgãos julgadores, segundo ele, toda essa situação de instabilidade prisional é gerada pela apreensão que é gerada nos presos provisórios por saber que há qualquer momento pode ser livre.

O orientação para a pesquisa do tema foi a parceria firmada entre o Escritório do Direitos Humanos (EDH), e Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), para a realização de atividades de extensão dos alunos participantes do EDH. O objetivo dessa cooperação foi para que os alunos se deparassem de forma mais ativa com os problemas enfrentados pela sociedade, lidando assim com casos reais, e passando a entender o papel do Conselho, e colaborando de forma efetiva como estagiários para dar uma resposta eficaz aqueles que vão em busca de amparo ao Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos.

O Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos é um órgão colegiado permanente e integrado à estrutura da Secretaria de Justiça e Cidadania, que possui autonomia administrativa e institucional. O órgão tem por finalidade fiscalizar, monitorar, propor e avaliar as políticas de defesa e

³ULISSES, Wagner, <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84371-levantamento-dos-presos-provisorios-do-pais-e-plano-de-acao-dos-tribunais>. Acesso em: 01 de junho de 2018.

promoção dos Direitos Humanos, implementadas pelo poder público ou por entidades privadas, além de coibir qualquer violação a esses direitos, através da apuração de denúncias, bem como o encaminhamento e acompanhamento destas.

O Conselho foi criado pela Lei nº 12.686, de 14 de maio de 1997 e regulado pela Lei nº 15.350, de 02 de maio de 2013. E de uma certa forma, também consiste em atribuição do Conselho fazer com que os casos ganhem notoriedade dos órgãos competentes, buscando-se, assim, resultados positivos para a sociedade.

No primeiro tópico, foram analisados dados fornecidos por órgãos competentes acerca dos levantamentos dos números de internos, bem como o papel que a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará (SEJUS) desenvolve perante o sistema penitenciário. No segundo tópico, foram analisados os processos registrados junto ao Conselho Estadual de Defesa de Direitos Humanos, doravante CEDDH, de casos de violação ao direito a vida e à dignidade de alguns presos provisórios que estavam encarcerados em algumas das unidades prisionais do nosso Estado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Dados e condições oferecidas aos presos provisórios

Em relação às taxas de presos provisórios, elas estão em aumento mesmo em relação ao número de habitantes. Uma pesquisa feita em 2003 mostrava que o número de presos provisórios aumentava consideravelmente, com um número equivalente a 97.134, o que se conclui que o número aumenta 143 %⁴. Em 2010, constatou-se que desses números 31% ainda esperavam pelo julgamento. Dados mostram que o Brasil em um período de 15 anos, gastou 92% em construção, ampliação e reformas de presídios, apenas 3% em atividades para a formação dos apenados, e 5% para a aplicação de penas alternativas. Relatos como esses nos faz chegar a conclusão da ideia infiltrada no nosso país

⁴ MONTEIRO, Felipe Mattos. CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária. Porto Alegre: Civitas – Revista de ciências sociais, 2013, p.6.

da política do encarceramento, das políticas do governo federal serem voltadas para questões emergenciais, a criação do número de vagas para abarcar a superpopulação prisional⁵.

As condições humanas as quais essas pessoas encarceradas são submetidas são impiedosas. Para se ter uma base, o número de vagas oferecidas em 2010 eram de 281.520, para uma população de 496.251. Os dados são fornecidos pelo Fundo Penitenciário Nacional (Infopen), criado em 1994, com a finalidade de proporcionar meios e recursos para financiar e apoiar as atividades de modernização e aprimoramento do sistema penitenciário brasileiro⁶.

Dados divulgados recentemente pelo Conselho Nacional de Justiça, em 2017, revelam o aumento abusivo dos números de presos provisórios. Sendo um total de 654.372 presos no Brasil, para 221.054 presos provisórios, o equivalente a 34% dos presos do país. E no Estado do Ceará esse número equivale a 59,54% em relação ao número de presos total⁷.

2.2 Perfil dos ocupantes do sistema penitenciário

Outros dados relevantes são aqueles que indicam questões ligadas aos perfis de quem ocupa o sistema carcerário brasileiro. Características como idade, escolaridade, a cor, faixa etária são relevantes e os jovens são os mais atingidos, segundo dados revelados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN⁸.

Em 2017 foi criado um programa destinado a especificidade de cada crime, intitulado de Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania)⁹, o programa previa a criação de quase 38 mil vagas para a

⁵ Ibid., p.7.

⁶ Ibid. Porto Alegre: 2013, p.7.

⁷ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Levantamento dos Presos Provisórios do país e plano de ação dos Tribunais. Disponível em : <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84371-levantamento-dos-presos-provisorios-do-pais-e-plano-de-acao-dos-tribunais>> Acesso em: 12 maio 2018.

⁸ PASTANA, Débora Regina; DAVI, Leonardo Mendonça. Encarceramento em massa no Brasil: um estudo de caso na cidade mineira de Uberlândia. Uberlândia: Revista Ajuris, p. 9, 2014.

⁹ O Pronasci foi criado através da Medida Provisória 384 e previa, até o fim de 2012, o investimento de R\$ 6,707 bilhões em um conjunto de 94 ações que articulariam “programas de

população carcerária de 18 a 24 anos, que em 2008 competia a 31% de todos os presos no Brasil¹⁰, o intuito dessa criação de vagas era para separar os presos jovens que haviam cometido crimes de menor potencial, como furtos, de conviver com líderes de crime organizado¹¹. Como os casos de entorpecentes que são pessoas usuárias de drogas, alguns usuários de crack que em uma apreensão são encontradas com pequenas quantidades de drogas e são levadas como os traficantes, pessoas que não deveriam estar presas, mas como já tratado, o Estado não pensa em justiça restaurativa, apenas em criações mais vagas par abarcar a população carcerária¹².

E diante desse cenário de punição, é possível perceber quem são os mais atingidos pela justiça punitiva do Estado, são característicos o baixo nível social, e em consequência a isso, o não acesso à justiça depois da prisão, e que é decorrente do meio de sobrevivência encontrada através da atividade ilícita. A justiça elitista começa quando aquele pobre é encontrado com uma pequena quantidade de droga é taxado como um traficante, ao contrário do rico, que na maioria das vezes é fixado como apenas ser usuário¹³.

Outra característica comum a população carcerária divulgada pelo PRONASCI, foi na em relação a escolaridade dos presos na cidade de Minas Gerais em 2007, foi contabilizado o equivalente a 64% das pessoas encarceradas a ausência de conclusão ao ensino fundamental¹⁴. Podemos observar que são característicos em grande escala da população carcerária, pessoas jovens, com baixo nível social e cultural.

Foram divulgados dados do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEN de 2010, relacionados ao nível de escolaridade dos presos, e 59% tinham cursado apenas até o ensino fundamental. Somados a um total de 18% que não eram alfabetizados. Do percentual de presos por cor de

segurança pública com políticas sociais já desenvolvidas pelo governo federal, sem abrir mão das estratégias de controle e repressão qualificada à criminalidade.

¹⁰ MONTEIRO, Felipe Mattos. CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária. Porto Alegre, Civitas – revista de ciências sociais, 2013, p. 12.

¹¹ Ibid. p. 12.

¹² Ibid. p. 14.

¹³ Ibid. p. 14-15.

¹⁴ Ibid. p. 10.

pele/raça, 60% dos encarcerados eram negros, ou seja, mais da metade dos presos, enquanto que 37% eram pessoas brancas. Um número expressivo de presos, 18% de 422.373, são reincidentes, o que revela que essa parcela não foi recuperada pelo Estado¹⁵.

As delegacias tanto quanto as prisões brasileiras acumulam presos provisórios e definitivos que ultrapassam o limite de provisoriedade, e diante disso criam-se condições extremamente insalubres.

2.3 A atuação dos três poderes sobre a égide prisional junto aos pactos internacionais

A Constituição Federal, no seu art. 5º, LXV, fala sobre o devido processo penal, sob pena de nulidade e conseqüente relaxamento de prisão indevida. Ainda, segundo o princípio da intervenção mínima, o direito penal deve ser chamado apenas quando outros meios de controle sociais forem insuficientes para proteger a sociedade¹⁶.

A Constituição elenca uma série de princípios e regras para que uma pessoa tenha sua liberdade retida pelo Estado. Dentre elas, a restrição da liberdade física, apenas em flagrante delito, e ordem escrita por uma autoridade judiciária. Esse é o ponto da questão, pois ninguém pode ser considerado culpado, senão em razão de trânsito em julgado, em sentença irrecorrível. Casos que não acontecem com frequência no nosso sistema. Há um percentual absurdo de presos provisórios, como já mencionado os dados disponibilizados pelo CNJ. No último ano, o número desses presos chegou a ocupar mais da metade dos presos¹⁷.

O autoritarismo na seara prisional alcança os três poderes públicos. Quando tratamos da responsabilidade do Legislativo, parte-se da ideia de elaboração de leis rígidas, com aumentos abusivos nas sanções penais e

¹⁵ Ibid. p. 10-14.

¹⁶ SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna. Prisão preventiva, duração razoável do processo e reparação por danos morais e materiais. **Revista opinião jurídica**. Fortaleza, p. 2. 2006.

¹⁷ CUNHA, Jânio Pereira da. As súmulas de jurisprudências e o prazo da prisão cautelar: uma questão de (in) constitucionalidade. **Revista Opinião Jurídica**. Fortaleza, p. 2, 2011.

restritivas das liberdades provisórias. Assim, cria-se uma falsa ideia de efetividade diante da criminalidade, que só tem aumentado de forma considerável.¹⁸

Já no âmbito do poder executivo, também se utiliza das ações prisionais em busca de política de Estado para tentar barrar a criminalidade. Há um acolhimento da noção do senso comum de que o problema da criminalidade na sociedade é resolvido por meio de polícia efetiva, o resultado disso são as superlotações em todos os presídios. O que afasta o oferecimento de direitos fundamentais mínimos¹⁹.

O judiciário age erroneamente não apenas na aplicação das penas ou pela demora no julgamento em definitivo dos casos dos que cometem atos ilícitos, mas também na manutenção ilegal dos prisioneiros acusados, além de não obedecer, ou melhor, não conseguir exercer o cumprimento do prazo legal para os julgamentos, em decorrência da grande ocupação dentro das unidades prisionais²⁰.

Há muitas declarações, pactos, convenções que abrangem assuntos ligados aos direitos humanos, e que buscam garantir o direito de alguém ser julgado no prazo legal no direito penal. Com deslindamento aos presos provisórios. Podemos trazer a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, institucionalizada em 1950, que oferta o entendimento de que toda pessoa tem direito de ser julgada em prazo razoável para ter sua liberdade de volta. Tem-se também o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), que também difunde o ideal de que toda pessoa que tem sua liberdade retirada, deve ser julgada em prazo razoável ou posta em liberdade²¹.

E por último a Convenção Interamericana dos Direitos Humanos, aprovada em São José da Costa Rica, (1969), também traz previsão similar aos já citados, todos detidos devem ser levados a juízo sem demora, e assim ter direito de ser julgada em prazo razoável, sem prejuízo de que o processo siga.

¹⁸ Ibid. p. 3.

¹⁹ Ibid., p. 3-4.

²⁰ Ibid., p. 4.

²¹ Ibid., p.5.

Pode-se concluir que a ordem internacional é de que os processos sejam julgados de forma plausível, como o possível livramento do detido se durante a tramitação, acarretar excesso de prazos para a conclusão do processo penal²².

Como se pode observar, o direito brasileiro seguiu o mesmo caminho dos documentos internacionais mencionados, empregou o direito a razoável duração do processo. Há vários fundamentos para que não haja procrastinações no âmbito penal, além do mais o direito penal já oferta uma carga injuriosa, como sancionatória, diante disso, não se deve prolongar. Além do mais, o fato de se protelar as ações criminais provoca o risco a não aplicabilidade dos direitos fundamentais, como fere ao princípio da não culpabilidade, que não sobreleva o fato de um indivíduo ser mantido preso, no aguardo do processo penal, sem nenhuma perspectiva de encerramento²³.

O Ministério público do Estado do Ceará, por meio de uma ação penal pública no uso de suas atribuições consolidadas pela Lei 8.625/93, elencou um pedido de proteção ao direito social e difuso, no que se refere à garantia e o respeito pelo Poder executivo estadual aos princípios da legalidade e da eficiência nas atividades da polícia judiciária. A ação foi movida em face do Estado do Ceará, a pessoa jurídica de direito público interno, através de seus representantes legais, com o intuito de exigir que as medidas de manutenção as cadeias públicas do Estado sejam executadas de forma eficiente²⁴

O Estado tem o dever de manutenção desses espaços de forma que seja compatível ao direito da dignidade da pessoa humana. O Ministério público relata as superlotações nas delegacias de polícia e a situação degradante na qual os presos provisórios que ali se encontram são submetidos. Uma das descrições que se faz de um dos prédios que foram vistoriados, é o fato do prédio estar situado em bairros residenciais, o que acaba facilitando as fugas. Não são oferecidas áreas privadas para que o detento converse em particular com o advogado, não há celas que separem os presos provisórios dos já condenados,

²² Ibid., p.5.

²³ Ibid., p. 5-6.

²⁴ Ministério Público do Estado do Ceará, **Ação Civil Pública**. Proteção ao direito social e difuso a segurança pública, e garantia do respeito pelo poder executivo estadual. Fortaleza,

e a infraestrutura dispõe de pouca ventilação, junto ao grande número de pessoas aglomeradas²⁵.

Diante desse cenário, o governo do Estado buscou uma forma de transferir esses presos provisórios, e assim esvaziar as delegacias, uma fonte divulgada pelo jornal O Globo, informa o número de presos provisórios em delegacias de Fortaleza e Região Metropolitana, chegam a um número de 635 pessoas²⁶. Buscando soluções a curto prazo, o governo do estado construiu mais uma nova Unidade Prisional no Ceará, destinada apenas a receber essas pessoas em situação provisórias nas delegacias. A Unidade tem capacidade para 700 presos, e deve ser inaugurada ainda nesse mês de junho²⁷.

Uma explicação para o número exorbitante de presos provisórios espalhados em Delegacias, como em Unidades Prisionais é buscado pelas formas costumeiras de aplicação das penas, no tocante de que não são optadas a aplicação de penas alternativas em pequenos crimes, um sistema de atuação mínimo do direito penal funcionaria como uma forma de garantia de direitos humanos²⁸.

Diante dessas situações é fácil perceber que o sistema penitenciário, com o papel de desenvolver a ressocialização do preso está em uma grave crise, além de não desenvolver o seu papel, o sistema penitenciário tem ajudado a ser desenvolvido o perfil de delinquência daqueles que vivem aprisionados de forma desumana, sem respeito, esperança, como também o não oferecimento de uma vida melhor fora do crime, e assim os casos de reincidência aumentam a cada dia em números consideráveis²⁹.

Diante desse contexto de falência do sistema prisional pela falha na ressocialização do preso, bem como os números alarmantes de reincidência, a

²⁵ Ibid., p. 3.

²⁶ NOVO PRESÍDIO SERÁ USADO PARA TIRAR PRESOS PROVISÓRIOS DAS DELEGACIAS, ANUNCIA GOVERNO DO CEARÁ, **Portal G1**, publicado em: 20 de jun. 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/novo-presidio-sera-usado-para-tirar-presos-provisorios-das-delegacias-anuncia-governo-do-ceara.ghtml>> Acesso em: 24 jun. 2018.

²⁷ Ibid.

²⁸ GOMES, Juliana Correia. **Sistema carcerário brasileiro** e a eficácia invertida do modelo repressivo contemporâneo, 2014. 6-7 f. Monografia (Pós-graduação) – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

²⁹ Ibid., p.12.

aplicação de penas alternativas seriam formas mais eficazes de regeneração. Penas essas que seriam destinadas a crimes de menor potencial ofensivo, com base na culpabilidade, visando assim o não afastamento do condenado ao convívio em sociedade, como a família. E sobretudo, da não exposição ao dissabor do sistema penitenciário, e assim evita o contágio com a criminalidade disseminada dentro do sistema, como também seria evitados a ocupação das Unidades Prisionais com pessoas que não necessitam de uma refutação penal tão grave³⁰.

2.4 Denúncias recebidas pelo Conselho Estadual dos Direitos Humanos do Ceará

Conforme observamos, são inúmeros os fatores degradantes encontrados em delegacias e penitenciárias. Tais violações agravam-se quando se analisa a situação das pessoas detidas provisoriamente. Conforme veremos no próximo tópico, por meio da análise dos casos levados ao CEDDH, a realidade cearense não é diferente e nos impõe uma urgente reflexão sobre a forma de funcionamento do sistema de justiça com relação à esfera criminal.

Casos envolvendo presos provisórios no CEDDH: a experiência na Comissão Privados de Liberdade.

O trabalho desenvolvido pela Comissão dos privados de liberdade, comissão essa prevista no Art.10, I, da Lei 15.350/13 que regulou o Conselho Estadual de defesa dos Direitos Humanos, e assim alcança algumas pessoas que não tem para onde recorrer em buscando ajuda, e de forma efetiva buscam amparo no Conselho Estadual.

Trouxemos, neste tópico, alguns dos processos atualmente existentes no CEDDH abertos a partir das denúncias trouxemos em destaque alguns casos que chamaram atenção pelo não exercício do papel que deveria ser desenvolvido dentro das Unidades Prisionais. Uma delas é a busca pela ressocialização, uma das principais objeções do sistema penal, a garantia efetiva do Estado pela integridade daquelas pessoas que estão sob a sua proteção.

³⁰ Ibid. p. 18-19.

Bem como o oferecimento da proteção da dignidade da pessoa humana, uma das garantias instituídas pela nossa Carta Magna.

Cabe ressaltar também, o registro de maus-tratos e tortura dentro das unidades prisionais, um crime previsto na nossa legislação, e que é reputada como hediondo, repudiado pela sociedade e autoridades da Lei, por se retratar a época da terrível época da ditadura militar no nosso país. E ser disseminado pelos agentes fiscais do próprio Estado.

O primeiro caso a se tratar, refere-se a um grupo de 13 (treze) mulheres que se reuniram e trouxeram ao conhecimento do Conselho, a situação a que os presos dos Centro de triagem de Caucaia sofrem, são relatadas muita repressão dentro daquela unidade, maus-tratos, e abusos são praticados pelos agentes responsáveis por cuidar da segurança daquele ambiente³¹. O conselho apurou o caso, e de forma imediata oficiou o diretor daquele Centro, buscando uma resposta para essa denúncia.

Foi recebida uma denúncia de uma rebelião interna na Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II (CPPL II), na ocasião aconteceu a morte de alguns internos, dados oficiais não foram divulgados, o motim aconteceu por volta dos dias 21 e 22 de maio do ano de 2016. A denúncia veio ao Conselho através da mãe de um dos internos. Vale ressaltar, que o Estado agiu com total irresponsabilidade para que a vida dessa pessoa fosse cessada, pois como consta nos autos, ainda por cima por se tratava de preso provisório, em que não deveria ser cumprindo a pena ainda no regime fechado, enquanto suas sentenças não fossem decretadas, e o trânsito em julgado, cabendo mais uma vez lembrar das penas alternativas que ficam a critério do estado para sua decretação.³².

Os motivos informados para o desencadeamento de rebeliões dentro das Unidades Prisionais são brigas por territórios ocasionadas por facções criminosas rivais que ocupam esses complexos, bem como algumas medidas de proteção que o Estado anuncia para deter as ordens expedidas de dentro dos

³¹ Processo 1763190/2016

³² Processo 9263010/2016

presídios para controlar as ações dos integrantes do crime organizado que atuam fora das Unidades Prisionais.

Uma terceira denúncia registrada, requerendo maiores apurações, foi uma denúncia expedida pelo Deputado Estadual Renato Roseno. O mesmo relata várias denúncias de violações acontecendo dentro do presídio Casa de Privação Provisória de Liberdade Professor Clodoaldo Pinto I (CPPL I), em conjunto o referido deputado fez denúncia no mesmo sentido, dessa vez as violações aconteceram nas mediações da unidade Desembargador Adalberto Barros Leal. As violações dentro das unidades prisionais são variadas, são denúncias sobre as condições em que vivem os internos, questões de espaços, limpeza interna, a falta de suporte para higiene pessoal do próprio preso³³.

Também são relatados o descaso com a saúde dessas pessoas, muitas doenças são desenvolvidas, que vão da doença de pele como sarda, piolho, a doenças transmitidas por vias respiratórias como tuberculose, dentre outras. Não são oferecidos nenhum suporte de atendimento médico. Essas são denúncias que violam as garantias fundamentais determinadas pela Constituição Federal.

Nos últimos dois anos o número de mortes violentas provocadas dentro as unidades prisionais são assustadoras, muitas dessas mortes já foram registradas em 2016³⁴, com um número de 25 mortes registrados em 2015, no ano seguinte esse número dobrou, sendo contabilizados 50 mortes até maio, quando as rebeliões se tornaram mais intensas. No corrente ano, somente no mês de janeiro foram divulgadas 10 mortes de presos, esses dados são alarmantes, levando-se em consideração ao número de presos que cumpriam pena nessa Unidade, que eram o equivalente a 113 presos³⁵.

³³ Processo 1343010/2016

³⁴ NÚMERO DE DETENTOS MORTOS EM PRESÍDIOS NO CEARÁ DOBROU EM 2016. **DIÁRIO DO NORDESTE**. Publicado em: 04 jan. 2017. Disponível em <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/online/numero-de-detentos-mortos-em-presidios-do-ceara-dobrou-em-2016-1.1681122>> Acesso em: 26 jun. 2018.

³⁵ CONFLITOS ENTRE DETENTOS DEIXA 10 MORTOS EM CADEIA NO CEARÁ. **R7 Cidades**. Publicado em: 29 jan. 2018. Disponível em <<https://noticias.r7.com/cidades/conflito-entre-detentos-deixa-10-mortos-em-cadeia-do-ceara-29012018>> Acesso em: 27 jun. 2018.

3 METODOLOGIA

A pesquisa teve como objetivo analisar o cenário que são submetidos e mantidos os presos provisórios, bem como analisar os casos de violação dos direitos humanos registrados pela secretária de Justiça do Ceará, pelo Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), dos anos de 2016 a 2017.

A metodologia utilizada para a pesquisa foi qualitativa, no sentido de buscar o conhecimento sobre as condições vivenciadas pelos provisórios nas unidades prisionais. As técnicas utilizadas foram a pesquisa bibliográfica e documental, na medida em que estudou os atuais casos analisados e trabalhados pela Comissão de Privados de Liberdade. De certa maneira, a pesquisa também se caracteriza como quantitativa, por incluir dados secundários acerca do quantitativo de pessoas com sua liberdade afetada sem a existência de um processo com trânsito em julgado perante a justiça.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Além da análise acerca das situações às quais os presos provisórios são submetidos nos presídios – o que indica sérios indícios de responsabilização do estado, em diversos níveis – também foi possível identificar a ausência de formulação de políticas, a curto, médio e longo prazo, capaz de articular os órgãos do Poder Executivo e do Sistema de Justiça de maneira a sanar problemas de tamanha gravidade e urgência como os que foram observados nos processos pesquisados. Observa-se que a construção de novas casas de detenção são as únicas medidas apresentadas diretamente, que tendem a ser tornar lugares similares aos que observamos com a pesquisa documental.

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho foi desenvolvido com o intuito de investigar as situações a que são submetidos os presos provisórios no estado do Ceará, e como o número tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. Outro problema preocupante refere-se às soluções apresentadas pelas autoridades competentes, quando falam apenas na criação de mais presídios, conforme algumas notas divulgadas pelo governo do Estado junto às Secretárias competentes. Observa-se que são reproduzidas corriqueiramente apenas as mensagens de criação de mais vagas para abarcar todos os números de presos submetidos ao sistema.

De acordo com o que foi abordado no objetivo geral, buscou-se evidenciar as principais situações a que são submetidos os presos provisórios, especialmente em Fortaleza e Região Metropolitana: as formas de violações da dignidade da pessoa humana, as garantias básicas negadas a essas pessoas, etc. Também se buscou analisar brevemente, a partir dos casos levados ao CEDDH os perfis característicos desse público.

Por meio do recebimento de denúncias desse tipo o CEDDH procura fiscalizar, monitorar, propor e avaliar as políticas de defesa e promoção dos Direitos Humanos. Observou-se que a atuação do CEDDH nos casos estudados conferiu maior visibilidade às denúncias e, de certo modo, reforçou institucionalmente certos pedidos e demandas que, caso não obtivessem o acompanhamento do órgão, seriam possivelmente negligenciadas ou “colocadas no final da pilha”, como usualmente acontece com casos judiciais, no âmbito criminal, envolvendo pessoas de baixa renda, baixa escolaridade, etc. Assim, apesar de as questões não serem resolvidas, por dependerem da capacidade de atuação de outros atores, concluiu-se que a atuação do CEDDH se fez importante nas situações analisadas.

REFERÊNCIAS

CONFLITOS ENTRE DETENTOS DEIXA 10 MORTOS EM CADEIA NO CEARÁ. **R7 Cidades**. Publicado em: 29 jan. 2018. Disponível em <<https://noticias.r7.com/cidades/conflito-entre-detentos-deixa-10-mortos-em-cadeia-do-ceara-29012018>> Acesso em: 27 jun. 2018.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Levantamento dos Presos Provisórios do país e plano de ação dos Tribunais. Disponível em : <<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84371-levantamento-dos-presos-provisorios-do-pais-e-plano-de-acao-dos-tribunais>> Acesso em: 12 maio 2018.

CUNHA, Jânio Pereira da. As súmulas de jurisprudências e o prazo da prisão cautelar: uma questão de (in) constitucionalidade. Revista Opinião Jurídica. Fortaleza, p. 2, 2011.

GOMES, Juliana Correia. **Sistema carcerário brasileiro** e a eficácia invertida do modelo repressivo contemporâneo, 2014. 6-7 f. Monografia (Pós-graduação) – Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

Ministério Público do Estado do Ceará, **Ação Civil Pública**. Proteção ao direito social e difuso a segurança pública, e garantia do respeito pelo poder executivo estadual. Fortaleza.

MONTEIRO, Felipe Mattos. CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária. Porto Alegre: Civitas – Revista de ciências sociais, 2013.

NOVO PRESÍDIO SERÁ USADO PARA TIRAR PRESOS PROVISÓRIOS DAS DELEGACIAS, ANUNCIA GOVERNO DO CEARÁ, **Portal G1**, publicado em: 20 de jun. 2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/novo-presidio-sera-usado-para-tirar-presos-provisorios-das-delegacias-anuncia-governo-do-ceara.ghtml>> Acesso em: 24 jun. 2018.

NÚMERO DE DETENTOS MORTOS EM PRESÍDIOS NO CEARÁ DOBROU EM 2016. **DIÁRIO DO NORDESTE**. Publicado em: 04 jan. 2017. Disponível em <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/online/numero-de-detentos-mortos-em-presidios-do-ceara-dobrou-em-2016-1.1681122>> Acesso em: 26 jun. 2018.

PASTANA, Débora Regina; DAVI, Leonardo Mendonça. Encarceramento em massa no Brasil: um estudo de caso na cidade mineira de Uberlândia. Uberlândia: Revista Ajuris, p. 9, 2014.

SANTIAGO, Nestor Eduardo Araruna. Prisão preventiva, duração razoável do processo e reparação por danos morais e materiais. **Revista opinião jurídica**. Fortaleza, p. 2. 2006.

ULISSES, Wagner, <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84371-levantamento-dos-presos-provisorios-do-pais-e-plano-de-acao-dos-tribunais>. Acesso em: 01 de junho de 2018.



ENTRE RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO: A LUTA POR DIREITOS DA COMUNIDADE BOCA DA BARRA DE SABIAGUABA

Tatiane Silva Matos¹
Jacqueline Alves Soares²

RESUMO

Este estudo busca analisar a mobilização da comunidade Boca da Barra de Sabiaguaba para ser reconhecida pela sociedade civil e pelo Estado enquanto comunidade tradicional, para que assim tenham acesso aos direitos específicos desses grupos e a garantia de permanência no território, e que estava ameaçada de remoção pela implementação da política ambiental do Governo do Estado do Ceará com a criação do Parque Ecológico do Cocó. Para compreender a ação política da comunidade, utilizamos a teoria do reconhecimento, de Axel Honneth, e a teoria da redistribuição e da justiça bidimensional de Nancy Fraser, objetivando assim, identificar se consiste em uma luta por reconhecimento e/ou redistribuição, quais as práticas e discursos adotados pelos ribeirinhos. A natureza da pesquisa é qualitativa e descritiva, tendo se utilizado da pesquisa de campo, com inserção no período de 2016-2018. Concluiu-se que a luta da comunidade a caracteriza como uma coletividade bivalente, necessitando assim, de ações que atuem em duas frentes, tanto nas concernentes às questões redistributivas, quanto nas de reconhecimento.

Palavras-chave: Comunidade tradicional. Lutas por reconhecimento. Redistribuição. Boca da Barra de Sabiaguaba.

1. INTRODUÇÃO

Há pelo menos 30 anos³, a sociedade civil vem reivindicando perante o governo municipal e estadual proposta preservação de 1.571 hectares área verde que compõe a bacia do Rio Cocó por meio da oficialização de unidade de conservação na modalidade parque ecológico. Em 2016, o Estado do Ceará apresentou sua proposta de decreto, tendo ocasionado diversos conflitos sociais ao prever a remoção de 150 famílias ribeirinhas⁴ até a sua publicação em junho de 2017. Dentre os residentes na

¹ Graduanda em Direito; Vinculada ao Programa de Iniciação Científica do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS). E-mail: tati.matos00@gmail.com

² Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Regional em Desenvolvimento e Meio Ambiente e graduada em Direito, ambos pela Universidade Federal do Ceará; Professora Orientadora do Escritório de Direitos Humanos do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS). E-mail: jacsoares81@gmail.com

³MELO, João Alfredo. Cocó: uma regulamentação tão ansiada quanto frustrante; o caso de Sabiaguaba. **O Povo online**, Fortaleza, 04 junho 2016. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2016/06/04/noticiasjornalopiniao,3620384/coco-uma-regulamentacao-tao-ansiada-quanto-frustrante-o-caso-de-sabi.shtml>.

⁴ SOARES, Jacqueline A.; ARAUJO, Fernanda C. B.; CASTILHO, Natália M. et al. **A delimitação do Parque do Cocó:** conflito socioambiental decorrente de sobreposição com Área de Preservação Ambiental da Sabiaguaba. Fortaleza: Escritório de Direitos Humanos- EDH (Unichristus); Instituto Verdeluz, 2016. Disponível em: <https://unichristus.edu.br/wp-content/uploads/2017/05/RELATORIO-TECNICO-SABIAGUABA.pdf>.

faixa marginal do rio Cocó abrangidos pela poligonal do parque, dois grupos sociais se destacaram na interlocução de suas demandas ao se mobilizarem pelo reconhecimento como “comunidades tradicionais” e a pleitearem direitos específicos conforme prevê a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo estado brasileiro por meio do decreto Nº 5.051/2004, e o decreto 6040/2007 que versa sobre a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

Justifica-se a presente pesquisa na necessidade de analisar as demandas oriundas de tais grupos emergentes, comunidades tradicionais, no âmbito da cidade de Fortaleza, 3º metrópole do país⁵, com índices de desenvolvimento humano 0,73⁶ que reivindicam por parte dos sistemas político e jurídico o reconhecimento social amplo de seus modos de vida como diverso e, em alguma medida, contraposto ao padrão dominante de habitar urbano (intensivo, verticalizado, predatório) e periférico (habitação informal precária, favelas).

As comunidades Boca da Barra (bairro Sabiaguaba) e Casa de Farinha (bairro Caça e Pesca) ao passo que reivindicavam seu direito de permanência no local, também ampliam tais pretensões para o âmbito do “direito ao território tradicional” e questionam padrões de urbanização e valorização econômica do solo urbano, dos demais bens ambientais e recursos simbólicos (paisagem litorânea).

A estudo busca compreender a luta por direitos coletivos enquanto comunidade tradicional da Boca da Barra de Sabiaguaba em diálogo com Axel Honneth, e ainda, se e como a questão identitária se conecta à luta por redistribuição. Os objetivos específicos consistem em identificar os discursos e práticas mobilizados pela comunidade que buscam legitimar suas pretensões de direitos e analisar a relação com o “reconhecimento” do referido autor.

Diante desse cenário, toma-se a teoria do reconhecimento como chave interpretativa para analisar empiricamente a comunidade de Sabiaguaba, sua experiência de sofrimentos/injustiça e se este grupo organizou suas reivindicações em formato de movimento social. Em um segundo momento, como essa mobilização coletiva foi articulada tendo em vista a superação de tais injustiças.

⁵ IDH de Fortaleza é o 17º em ranking de Regiões Metropolitanas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 01 julho de 2015. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/nacional/online/idh-de-fortaleza-e-o-17-em-ranking-de-regioes-metropolitanas-1.1328961>.

⁶ CEARÁ. Decreto nº 32.248 que fala sobre a criação do Parque Ecológico do Cocó. **Diário Oficial do Estado CE**. Disponível em: <http://www.sema.ce.gov.br/attachments/article/46199/Decreto%20do%20Coc%C3%B3.pdf>.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Teoria do reconhecimento de Axel Honneth

Faz parte do processo de socialização o surgimento de conflitos decorrentes da sensação de que se foi injustiçado pelo grupo quando um indivíduo considera que não é adequadamente reconhecido pelo outros, manifestando, conseqüentemente, sua insatisfação e reclamação. O sujeito, quando reage interpelando os outros, o faz no intuito de alterar essa realidade, de modificar condutas e, com isso, obter o respeito e tratamento que considera adequado⁷.

Essas exigências normativas sobre a expectativa de tratamento do outro que surgem nas relações sociais têm sido refletidas pelo pensamento filosófico contemporâneo a partir da categoria “reconhecimento” e utilizada como uma chave de leitura para interpretar a ação política de indivíduos e grupos na construção de suas identidades. O reconhecimento passou a ser objeto de estudo de vários teóricos, em especial, destaca-se o trabalho de Axel Honneth.

Honneth rejeita a proposta utilitarista que explica as mobilizações sociais como decorrência de interesses derivados apenas da escassez material e as situa como resposta ao sofrimento moral oriundo da tentativa de “matar” socialmente aquele(s) que sofre(m). O engajamento surgiria para recompor a “integridade ferida”⁸ e são “fundamento dos avanços normativos sociais”⁹.

O filósofo, com base em autores da psicanálise, recorre ao primeiro momento do desenvolvimento infantil, em que a relação entre mãe e a criança dá condições para que o sujeito se coloque no mundo de forma autoconfiante e autônoma, assim, se daria a primeira fase do reconhecimento, o **amor**, alicerce necessário para que o indivíduo consiga participar ativamente na esfera pública. Esse reconhecimento deve ser reafirmado ao longo da vida, por isso que Honneth fala a necessidade de pertencer a grupos¹⁰.

A segunda fase do reconhecimento é a esfera jurídica, de acordo com Silva¹¹

⁷ SILVA, Felipe Gonçalves. Intersubjetividade e conflito: o reconhecimento e seus usos no pensamento político contemporâneo. In: RAMOS, Flamarion Caldeira; MELO, Rúion; FRATESCHI, Yara. **Manual de Filosofia Política**: para os cursos de teoria do estado, e ciência política, filosofia e ciências sociais. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 311..

⁸ Ibid., p. 315.

⁹ SAAVEDRA, Giovani Agostini; SOBOTTKA, Emil Albert. **Introdução à Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth**. Civitas, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p.9-18, Jan-Abr. 2008.

¹⁰ HONNETH, Axel. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 15, p.56-80, 2013, p. 67-68.

¹¹ SILVA, Felipe Gonçalves. Intersubjetividade e conflito: o reconhecimento e seus usos no pensamento

para Honneth essa esfera só pode se realizar em uma ordem jurídica legítima, em um cenário pós-tradicional moderno, no qual a legitimidade das normas existe quando estas são concebidas de forma democrática, pois, dessa forma, as leis que impõem limites aos sujeitos de uma sociedade serão aceitas por nascerem de um acordo, contudo o olhar para essas normas deve ser crítico e deve existir a possibilidade de objeção por parte de quem sentir-se lesado por elas.

Saavedra e Sobottka¹² ao abordarem o segundo padrão de reconhecimento de Honneth, justificam a sua necessidade de uma sociedade pós-tradicional, pois nas sociedades tradicionais para que alguém fosse considerado um sujeito de direitos dependia do seu status na sociedade, ou seja, dependia do reconhecimento da importância da sua classe social, o que se difere das sociedades pós-tradicionais, nas quais já existe a ideia de tratar a todos de forma igualitária e lutar contra os benefícios e privilégios que antes eram concedidos a algumas pessoas ou grupos seletos.

Para que as pessoas possam ser sujeitos de direitos conforme Honneth é necessário que a ordem jurídica vigente garanta a estas o mínimo existencial, para que, assim, possam lutar por reconhecimento participando ativamente na formação da vontade da sociedade em que estão inseridas. Sendo assim, o reconhecimento jurídico forneceria as condições para o desenvolvimento com auto-respeito¹³.

A terceira fase do reconhecimento é a **solidariedade**, dentro desta fase existe um nível a mais, que é o da integração social, conforme Saavedra e Sobottka¹⁴ consistiria no conjunto de valores sociais que serviria como parâmetro para analisar as características pessoais e de maneira genérica seria a cultura de determinada sociedade.

Para Honneth a mudança de uma sociedade tradicional para uma moderna, faz com que a análise ou avaliação do desempenho de uma pessoa não seja mais realizada com base em padrões estabelecidos pelo coletivo e abra espaço para individualidade e somente dessa forma o sujeito se sentirá valorizado. Nesta fase, o indivíduo é reconhecido como digno de estima social, existe aqui o aspecto da

político contemporâneo. In: RAMOS, Flamarion Caldeira; MELO, Rúrion; FRATESCHI, Yara. **Manual de Filosofia Política**: para os cursos de teoria do estado, e ciência política, filosofia e ciências sociais. São Paulo: Saraiva, 2012.

¹² SAAVEDRA, Giovani Agostini; SOBOTTKA, Emil Albert. **Introdução à Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth**. Civitas, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p.9-18, Jan-Abr. 2008.

¹³ SAAVEDRA, Giovani Agostini; SOBOTTKA, Emil Albert. **Introdução à Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth**. Civitas, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 9-18, Jan-Abr. 2008, p.12.

¹⁴ SAAVEDRA, Giovani Agostini; SOBOTTKA, Emil Albert. **Introdução à Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth**. Civitas, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p.9-18, Jan-Abr. 2008.

autoestima.

Para cada padrão de reconhecimento existe um tipo de desrespeito, no caso da primeira fase, o amor, é a violação e os maus tratos, estes dirigem-se a integridade psíquica, na esfera jurídica, o desrespeito consiste na privação de direitos ameaça a integridade social e na solidariedade, ocorre a degradação moral e a injúria, estas impossibilitam o indivíduo de ter uma estima positiva de si mesmo, ocorre a ameaça a sua dignidade. Diante dessas formas de desrespeito ocorre a resistência e a luta para sua superação.

Segundo Saavedra e Sobottka¹⁵ para Honneth o sentimento de injustiça é base para a luta por reconhecimentos, pois acredita-se aqui que os sujeitos não irão ficar inertes e sim reagir a estas formas de desrespeito, contudo o sentimento de injustiça só vai ter relevância se, a partir desse sentimento, surgir uma articulação social. A necessidade dessa articulação, seja em grupos ou movimentos sociais, é explicada devido essas pessoas possuírem a mesma insatisfação ou sofrerem da mesma falta de reconhecimento e, devido a isso, este coletivo resolve protestar contra a situação. Caso isso não ocorra, o sentimento de injustiça só demonstra que existe um problema, mas não vai trazer nenhuma solução.

Honneth¹⁶ faz uma distinção entre grupos sociais e movimentos sociais, o primeiro estaria caracterizado naquelas relações onde a quantidade de pessoas do grupo ainda permite um contato mais próximo entre seus integrantes o que facilita no processo de reconhecimento, pois o outro perceberia diretamente pela expressão do grupo que seu comportamento, suas aptidões são valorizadas. O segundo, por sua vez, estaria caracterizado quando já não é mais possível essa interação tão próxima, devido ao número de pessoas, aqui o reconhecimento não ocorre diretamente, criam-se outros padrões e formas para demonstrar a valorização do outro.

Das três fases do reconhecimento a que mais contribui para a formação dos grupos é a da solidariedade. Aqui, estaria a ideia de uma sociedade não coletivista, ou seja, não avalia mais as ações do sujeito com base em padrões genéricos e sim de acordo com sua individualidade. O ponto fraco disso seria a incerteza que gera no sujeito por não saber se os seus comportamentos são ou não passíveis de estima e,

¹⁵ SAAVEDRA, Giovani Agostini; SOBOTTKA, Emil Albert. **Introdução à Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth**. Civitas, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p.9-18, Jan-Abr. 2008, p.16.

¹⁶ HONNETH, Axel. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 15, p.56-80, 2013, p. 66-67.

com isso, provoca necessidade ainda maior no sujeito de ser reconhecido por algum grupo específico.¹⁷

Para Honneth há um nexo entre o desrespeito moral e a luta social, esta última consiste no processo em que as experiências individuais de desrespeito são observadas como típicas de um determinado grupo e que por isso impulsiona as atividades em busca de reconhecimento, contudo não são as três dimensões trabalhadas acima que possuem o condão de fazer com que uma luta se transforme em uma luta social, pois para isso é necessário que os objetivos dessa movimentação transcendam a esfera individual, podendo ser generalizados e assim servir como base para movimento coletivo.¹⁸

A esfera do amor, não é capaz de impulsionar as lutas sociais, pois os objetivos e desejos que perpassam essa relação não ultrapassam o grupo delimitado na relação primária, ou seja, não é capaz de se generalizar. O direito e a estima social, por outro lado, são capazes de mover as lutas sociais, pois seus critérios são generalizados socialmente, sendo assim, a experiência pessoal de desrespeito pode ser capaz de afetar também outros indivíduos.¹⁹

Dessa forma, constata-se que está enraizado na sociedade expectativas de reconhecimento e quando ocorre sua frustração faz surgir o sentimento de injustiça, este dá início aos movimentos sociais quando existe semântica coletiva que permite identificar que esse sentimento não é individual, mas atinge determinada coletividade e servem como razões para a luta coletiva pela expansão das relações de reconhecimentos e para a resistência a experiência derivada do desrespeito.²⁰

Sendo essa resistência coletiva que proporciona ao sujeito a possibilidade de reconhecer o seu valor para si próprio, pois a partir do processo vivenciado na luta social o indivíduo volta a desenvolver o autorrespeito e para a sociedade, visto que dentro dos grupos há a solidariedade, ou seja, uma estima mútua.²¹

Deste modo, os indivíduos ou grupos que integram as “subculturas”,

¹⁷ HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003, p.253-268.

¹⁸ HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003, p.253-268.

¹⁹ HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003, p.253-268.

²⁰ HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003, p.253-268.

²¹ HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003, p.253-268.

encontram no sentimento de injustiça a base para buscar a ampliação das relações de reconhecimento, pois consiste na experiência que compartilham transformando assim em linguagem comum para aquele grupo.²²

2.2 Da redistribuição ao reconhecimento

Segundo o autor, q “era pós socialista” demonstraria que as injustiças predominantes em nossa sociedade não seriam mais as de caráter socioeconômicos, mas sim aquelas ligadas a questões de inclusão e respeito às diferenças²³, sendo as lutas por reconhecimento o modo de destaque da ação políticas do século XX, que colocariam em pauta a dominação, opressão, cultura, sendo almejado por grupos, como os étnicos, raciais e as mulheres, o reconhecimento de suas especificidades, que consistiria no propulsor das mobilizações coletivas.²⁴

Devido a essa mudança, não seria mais o Estado que concederia os direitos e/ou bens de forma vertical, enquanto os cidadãos agiriam de forma passiva, estes por outro lado, ao mesmo tempo em que reivindicam direitos, também seriam os seus destinatários, atuando ativamente no processo de luta.²⁵

Em sentido contrário, a afirmação de que as lutas por reconhecimento chamariam mais atenção do que as de redistribuição não parece forte, visto que as sociedades em que mais ocorrem são aquelas cujas desigualdades sociais são persistentes, onde não são oferecidas condições mínimas para a concretização de direitos básicos. Ante essa realidade, faz-se necessário observar que algumas reivindicações possuem um caráter tanto econômico, quanto de reconhecimento²⁶,

²² HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: 34, 2003, p.253-268.

²³ LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. Para além do dilema redistribuição-reconhecimento: Nancy Fraser e a concepção bidimensional de justiça. **Revista Internacional de Filosofia Moral**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: v.15, n.1, p.126-141, Jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2016v15n1p126/32308>. Acesso em: 13 fev. 2018.

²⁴ FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo: n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 13 fev. 2018.

²⁵ LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. Para além do dilema redistribuição-reconhecimento: Nancy Fraser e a concepção bidimensional de justiça. **Revista Internacional de Filosofia Moral**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: v.15, n.1, p.126-141, Jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2016v15n1p126/32308>. Acesso em: 13 fev. 2018.

²⁶ LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. Para além do dilema redistribuição-reconhecimento: Nancy Fraser e a concepção bidimensional de justiça. **Revista Internacional de Filosofia Moral**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: v.15, n.1, p.126-141, Jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2016v15n1p126/32308>. Acesso em: 13 fev. 2018.

emergindo a necessidade de expandir a compreensão desses duas categorias para além dos pontos de contraposição, compreender como se complementam, pois somente assim poderemos obter respostas adequadas para as demandas modernas, que não mais podem ser satisfeitas com uma ou outra forma, logo, é necessário o desenvolvimento de uma teoria crítica do reconhecimento, na qual ela seja capaz de agregar em seus estudos as políticas sociais de igualdade.²⁷

Compreende-se que os modelos de redistribuição e reconhecimento não alcançam toda sua efetividade quando se limitam as suas perspectivas. Nós temos duas maneiras comuns de compreender injustiça, a primeira delas é a injustiça socioeconômica, a qual se faz presente na conjuntura política e econômica de determinada sociedade²⁸, se concretizando na exploração da força de trabalho, na falta de condições materiais que impossibilitam o acesso uma vida digna, a desigualdade de oportunidades, entre outras, aqui, o ponto central de superação seria pôr fim às diferenças entre os grupos.²⁹

A outra forma de injustiça é a cultural ou simbólica, ela se faz presente em razão dos padrões culturais impostos pela sociedade e na dominação, ou seja, determinados grupos são submetidos a uma cultura que não é sua³⁰, acarretando no desrespeito de determinadas categorias e indivíduos, que são marginalizados pela sociedade, sendo a exclusão fruto do não reconhecimento desses grupos em razão de suas especificidades, sendo esta uma forma de opressão, necessitando assim de lutas por reconhecimento que alterem os padrões culturais que se perpetuam em cada comunidade ética.³¹

²⁷ FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo: n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 13 fev. 2018.

²⁸ FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo: n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 13 fev. 2018.

²⁹ LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. Para além do dilema redistribuição-reconhecimento: Nancy Fraser e a concepção bidimensional de justiça. **Revista Internacional de Filosofia Moral**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: v.15, n.1, p.126-141, Jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2016v15n1p126/32308>. Acesso em: 13 fev. 2018.

³⁰ FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo: n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 13 fev. 2018.

³¹ LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. Para além do dilema redistribuição-reconhecimento: Nancy Fraser e a concepção bidimensional de justiça. **Revista Internacional de Filosofia Moral**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: v.15, n.1, p.126-141, Jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2016v15n1p126/32308>. Acesso em: 13 fev. 2018.

Os “remédios” necessários para combater as injustiças econômicas perpassa por uma modificação na estrutura política e econômica daquela sociedade/país, alterando o modo de divisão do trabalho, realizando a redistribuição de renda, investimentos em estruturas básicas, como educação e saúde e submetendo as decisões do Estado ao modelo democrático.³²

Por outro lado, o remédio para a injustiça cultural ou simbólica, consiste na modificação da cultura daquela sociedade, o que pode vir a ocorrer por meio da valorização positiva das identidades desrespeitadas e da diversidade ou de forma mais profunda, realizando mudanças nos próprios padrões sociais excludentes que estabelecem a falta de reconhecimento.³³

As lutas por reconhecimento em geral, trabalham com as especificidades de alguns grupos, buscando afirmar o respeito a essas características, as lutas por redistribuição, por outro lado, buscam geralmente abolir as questões econômicas que diferenciam os grupos, isso faz com que nos pareça que essas duas formas de lutas sejam consideradas opostas, daí surge o que Fraser denomina de dilema da redistribuição-reconhecimento, no caso das injustiças distributivas, os remédios redistributivos consistem em acabar com o grupo, unificando-os, enquanto nas injustiças de reconhecimento, remédio adequado é o de valorizar os grupos e suas peculiaridades.³⁴

Tais questões demonstram apenas uma aparente incompatibilidade, pois se nos afastarmos dos extremos, é possível perceber que existem grupos que possuem as características tanto da redistribuição (da estrutura econômica e política), quanto do reconhecimento (cultural valorativa) esses grupos são denominados de “coletividades bivalentes”³⁵, necessitando assim de uma teoria que supere os dois tipos de exclusão. Fraser, propõe uma justiça que abarque ambas as dimensões,

³² FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo: n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 13 fev. 2018.

³³ FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo: n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 13 fev. 2018.

³⁴ FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo: n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 13 fev. 2018.

³⁵ FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo: n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 13 fev. 2018.

chamada de "concepção dual ou bidimensional de justiça", pois compreende que um só modelo é insuficiente.³⁶

Percebe-se assim, que essa diferenciação é apenas analítica, visto que na prática ambas as injustiças (econômicas e reconhecimento) estão interligadas, pois os padrões/normas culturais injustas estão muitas vezes institucionalizadas na economia e no Estado, e a desigualdade econômica impede a plena participação na construção cultural nos espaços públicos, o que tem por consequência a criação de submissão econômica e cultural de determinados grupos perante outros, tidos como dominantes³⁷, logo, é plenamente possível que uma determinada coletividade possa sofrer tanto com uma má distribuição econômica, como com a desvalorização da sua cultura, sendo cada uma dessas originais, sem que uma crie a outra. Sendo assim, esses grupos bivalentes necessitam dos remédios de redistribuição e reconhecimento, exemplo são as lutas feministas e o movimento negro.³⁸

O movimento feminista consiste em uma coletividade bivalente, pois é perpassado por questões econômicas e políticas, demandando mudanças na estrutura econômica da sociedade e em seus padrões culturais, em razão de ser a cultura daquela comunidade que constrói as mulheres como inferiores aos homens, objetificando-a, devendo assim, ocorrer modificações no meio social.³⁹

A raça também necessita de uma concepção de justiça bidimensional, atualmente há uma divisão do trabalho pautado na "raça", sua estrutura possibilita a exploração, marginalização e privação de pessoas aos trabalhos remunerados em razão de sua cor, sendo destinado a elas os trabalhos considerados de menor "status" social, sendo o acesso desse grupo a outras opções dificultado, caracterizando uma

³⁶LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. Para além do dilema redistribuição-reconhecimento: Nancy Fraser e a concepção bidimensional de justiça. **Revista Internacional de Filosofia Moral**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: v.15, n.1, p.126-141, Jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2016v15n1p126/32308>. Acesso em: 13 fev. 2018.

³⁷ LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. Para além do dilema redistribuição-reconhecimento: Nancy Fraser e a concepção bidimensional de justiça. **Revista Internacional de Filosofia Moral**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: v.15, n.1, p.126-141, Jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2016v15n1p126/32308>. Acesso em: 13 fev. 2018.

³⁸ FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de campo**, São Paulo: n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 13 fev. 2018.

³⁹ FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de campo**, São Paulo: n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 13 fev. 2018.

demanda redistributiva. Entretanto a "raça", também demanda por reconhecimento, sendo necessário alterar as dimensões culturais que privilegiam pessoas que possuem traços considerados de pessoas "brancas" e que estereotipam as pessoas negras, desvalorizando-as socialmente.⁴⁰

Há duas abordagens para lidar com as injustiças que perpassam pelas questões de redistribuição e reconhecimento, são elas os remédios afirmativos e os transformativos. Os primeiros são aqueles que se dedicam a corrigir os efeitos causados pelas desigualdades sociais, já o segundo, são aqueles destinados a alterar os efeitos das construções sociais.⁴¹

Os remédios afirmativos quando aplicados nas situações de injustiça cultural, busca efetivar a revalorização dos grupos, de suas diferenças e de suas identidades que são injustamente desrespeitadas socialmente. Os remédios transformativos quando aplicados a essas mesmas situações, atuam na desconstrução da concepção social estabelecida sobre aquele grupo, ou seja, busca alterar a estrutura valorativa.⁴²

Por fim, quando esses remédios são aplicados nas injustiças econômicas, os afirmativos se assemelham ao modelo do Estado de bem estar social, que busca melhorar a distribuição de renda entre as diversas classes, entretanto não altera realmente a estrutura política e econômica dominante, o que torna necessário cautela em relação a tais remédios, pois podem gerar uma diferenciação de classes ainda maior, os transformativos, por outro lado, se assemelham ao socialismo, que busca alterar as estruturas econômicas e políticas dominantes, causando mudança nas classes sociais, na divisão do trabalho e no acesso a riqueza.⁴³

3. METODOLOGIA

⁴⁰ FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de campo**, São Paulo: n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 13 fev. 2018.

⁴¹ FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de campo**, São Paulo: n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 13 fev. 2018.

⁴² FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de campo**, São Paulo: n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 13 fev. 2018.

⁴³ FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". **Cadernos de campo**, São Paulo: n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 13 fev. 2018.

Quanto à natureza da investigação, a pesquisa é classificada como descritiva e qualitativa, assumindo forma de estudo exploratório, a partir do caso da comunidade da Boca da Barra da Sabiaguaba. Para abordá-lo, utilizamos o método da pesquisa de campo, a partir do qual se realizou observação participante. Os relatos foram registrados em diário de campo, produzidos mensalmente, descrevendo todas as atividades desenvolvidas durante a pesquisa. Sendo o estudo também bibliográfica e documental. Ao longo de 2016 a 2018, ocorreu a inserção e a prática de campo na comunidade da Sabiaguaba.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

A comunidade da Boca da Barra de Sabiaguaba situa-se na margem direita do Rio Cocó, desde metade do século XX, conforme os relatos orais e o plano de manejo da Unidade de Conservação, possuindo atualmente em torno de 150 famílias. Consiste em comunidade pesqueira que realiza atividades tradicionais, como a mariscagem, a produção do mocooró, entre outras que as diferenciam de outros grupos⁴⁴.

Abordaremos aqui, alguns momentos que desencadearam a mobilização da comunidade e sua luta pelo reconhecimento de seus direitos enquanto comunidades tradicionais e por consequência da busca pela garantia de permanência no seu território.

Ante a criação do Parque Ecológico do Cocó, em 2015, as casas da comunidade começaram a ser marcadas por empresas terceirizadas a serviço da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará - SEMA,⁴⁵. No mesmo ano, ocorreu ainda, a aprovação de leis que regulamentam o Plano Diretor do Município de Fortaleza, as quais trouxeram novos padrões de construção mais flexíveis para o setor imobiliário, além de projeto de lei de Outorga Onerosa de Alteração do uso do Solo⁴⁶,

⁴⁴ FORTALEZA. Plano de manejo do parque natural municipal das dunas de Sabiaguaba área de proteção ambiental de Sabiaguaba. **Prefeitura de Fortaleza**, 2010. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/planejamento/plano_de_manejo_da_sabiaguaba.pdf >. Acesso em: 26 jun. 2017.

⁴⁵ SOARES, Jacqueline A.; ARAUJO, Fernanda C. B.; CASTILHO, Natália M. et al. **A delimitação do Parque do Cocó: conflito socioambiental decorrente de sobreposição com Área de Preservação Ambiental da Sabiaguaba**. Fortaleza: Escritório de Direitos Humanos- EDH (Unichristus); Instituto Verdruz, 2016. Disponível em: <https://unichristus.edu.br/wp-content/uploads/2017/05/RELATORIO-TECNICO-SABIAGUABA.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

⁴⁶ FORTALEZA. Prefeito Roberto Cláudio sanciona leis que regulamentam o Plano Diretor de Fortaleza. **Prefeitura de Fortaleza**. Fortaleza, 15 abr. 2015. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-sanciona-leis-que-regulamentam-o-plano-diretor-de-fortaleza> >. Acesso em 01 maio 2017.

prevendo novos usos do solo causadores de maiores impactos ambientais em áreas de preservação. Esse contexto, demonstrava que os nativos estavam por processo de aumento da vulnerabilização, aumentando suas chances de remoção, velada ou não, sendo utilizado utilizando como justificativa a “preservação do meio ambiente”.

Em meio a estes acontecimentos experienciados pelos moradores, a sua primeira mobilização consistiu em se autodeterminar como “comunidades tradicionais”, almejando alcançar o reconhecimento da sociedade civil e das instituições públicas, para isso, começaram a participar dos debates sobre a criação do Parque, a dialogar com as instituições, realizaram cartas, abaixo-assinados, entre outras atividades que reafirmaram a tradicionalidade da comunidade. Como resultado dessa mobilização, os nativos alcançaram em junho de 2016, a celebração de um acordo, no qual o nome da comunidade constaria no decreto de criação do Parque, garantindo assim a sua permanência no território, este foi mediado pela Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), contando com a participação do Ministério Público, do Governo do Estado do Ceará e dos representantes da comunidade⁴⁷.

Mesmo com os avanços, em outubro de 2016, o Ministério Público Federal ingressou com uma Ação Civil Pública⁴⁸ com pedido de liminar contra a União Federal e o Município de Fortaleza, requerendo a remoção da comunidade Boca da barra de Sabiaguaba e a sua condenação solidária para reparar os supostos danos causados na área. A liminar determinou ainda, a suspensão de qualquer atividade de construção e/ou reforma na região, solicitando do município o reassentamento das famílias em outra área. Os moradores somente tiveram conhecimento da ação no ano seguinte, especificamente em 22 de março de 2017, pois começaram a ser citados.

Os moradores que foram citados buscaram auxílio da Defensoria Pública da União, a qual está realizando a defesa jurídica da comunidade, utilizando-se de duas estratégias para solucionar a demanda, a primeira é focada nos nativos, a defesa desse grupo é realizada de forma coletiva, buscando atuar pela via institucional, judicial, acionar as universidades para auxiliar nos estudos antropológicos e a

⁴⁷ SOARES, Jacqueline A.; ARAUJO, Fernanda C. B.; CASTILHO, Natália M. et al. **A delimitação do Parque do Cocó: conflito socioambiental decorrente de sobreposição com Área de Preservação Ambiental da Sabiaguaba.** Fortaleza: Escritório de Direitos Humanos- EDH (Unichristus); Instituto Verdelluz, 2016. (mimeo) pag. 6-8

⁴⁸BRASIL. Ministério Público Federal. **Processo** no. 0813081-92.2016.4.05.8100 – Ação Civil Pública. Assistente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Réu: União Federal e outros. 7ª Vara Federal – Ce. Data: Mar. De 2017.

proposta de um projeto de recategorização da unidade de conservação⁴⁹. A segunda, consiste na defesa individual, destinada aos outros moradores da região que, embora não sendo nativos, desejam permanecer no local⁵⁰.

No dia 28 de maio de 2017 foi realizada reunião no Centro Universitário Christus entre o Escritório de Direitos Humanos (EDH), representantes da sociedade civil e da Sabiaguaba, com o objetivo de discutir a situação dos moradores diante da Ação Civil Pública, a qual determinou como encaminhamentos a cobrança do poder público (estadual e municipal) que as medidas adotadas para preservação ambiental não provoque a remoção das famílias, o que consistiria em injustiça social, devendo considerar a tradicionalidade, característica que demanda especial tratamento em razão dos direitos desses povos e da ligação que possuem com o ambiente em que vivem. Da reunião ocorreu também encaminhamento da demanda da comunidade para o Conselho Estadual de Direitos Humanos e ao Conselho Estadual de Meio Ambiente.

A Boca da Barra de Sabiaguaba se aproximou de outra comunidade tradicional existente dentro da área do Parque, a comunidade Casa de Farinha, ambas se reuniram em maio para discutir acerca da participação em audiência pública sobre a regulamentação do Parque do Cocó, juntamente com as instituições parceiras e demais apoiadores da causa. A audiência ocorreu no dia 12 de maio de 2017 na Assembléia Legislativa, momento importante para a comunidade, primeiro devido a proximidade com a assinatura do decreto e segundo em razão de ser mais uma forma de mostrar a luta coletiva empenhada pelas comunidades para sociedade civil.

A comunidade considerou uma vitória seu reconhecimento pelas instituições públicas, ter o seu nome no decreto, entretanto, quando da sua publicação, em 06 de junho de 2017, este só reconheceu a possibilidade de permanência da comunidade no local caso seja caracterizada como tradicional por estudos antropológicos, logo, ele apenas garantiu, a princípio, que a comunidade não será removida imediatamente, como ocorreria em outras circunstâncias⁵¹.

⁴⁹BRASIL. Ministério Público Federal. Câmara de Coordenação e Revisão **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral**: alternativas para o asseguramento de direitos socio- ambientais. 1. ed. Brasília: MPF, 2014.

⁵⁰ Conforme registro de campo realizado a partir da participação em reunião na Defensoria Pública da União dia 21 de junho de 2017.

⁵¹ Lagamar tem primeira área desapropriada. **O Povo**. 18 de maio de 2017. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/radar/2017/05/lagamar-tem-primeira-area-desapropriada.html>. Acesso em: 01 nov. 2017.

Ainda assim, os nativos relatam que ainda há dificuldades no diálogo com o Governo do Estado do Ceará que não esclareceu as questões relativas ao decreto, como ocorrerá a contratação dos profissionais que realizarão o estudo antropológico, além das seguidas violações ao direito à consulta prévia previsto na Convenção 169 da OIT. O Governo também já iniciou o concurso de ideias⁵² visando propostas de equipamentos para serem construídos na área do parque, entretanto ainda não há plano de manejo regulando a unidade de conservação e já divulgou⁵³ que no interior do Parque e do território tradicional ocorrerá a construção de equipamentos que fomentem o turismo local.

O decreto apresenta ainda outros pontos controversos, confunde em seu texto os objetivos das unidades de proteção integral e de uso sustentável, o que causa dúvida nos nativos acerca dos usos que podem ou não fazer dentro da área. Os pescadores relatam abordagens intimidatórias da polícia ambiental dentro do rio, o que está afastando alguns nativos da prática em razão do receio das punições (apreensão de equipamentos e registro de termos de ocorrência). Tal situação demonstra, no mínimo, que nativos e funcionários do estado continuam desinformados, não sabendo quais de suas práticas tradicionais podem continuar realizando e quais são ilegais.

Após a assinatura a comunidade realizou reunião com a Defensoria Pública do Estado, em conjunto com a Casa de Farinha, para discutir e compreender qual era a real situação das comunidades, realizar apontamentos sobre as controversas no texto do decreto e quais os caminhos a serem seguidos.

Em 08 de junho de 2017, foi realizada reunião em via pública da comunidade para anunciar o interesse dos nativos em criar uma associação para representá-los e que possibilitasse maior organização coletiva, entretanto, a ideia não prosseguiu de imediato, sendo retomada em setembro do mesmo ano⁵⁴.

⁵² Para maiores informações vide: <http://www.concursoparquedococo.com.br/site/parque-estadual-do-coco/pages/2>

⁵³ PARQUE do Cocó deve ganhar seis espaços de lazer e esporte. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 03 maio 2017. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/parque-do-coco-deve-ganhar-seis-espacos-de-lazer-e-esporte-1.1747011>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

⁵⁴ Ocorrendo a primeira oficina na Sabiaguaba sobre a associação, ministrada pelos integrantes do Escritório de Direitos Humanos da Unichristus, sendo realizada na casa de uma das nativas, ocorrendo outras reuniões para discutir a proposta de estatuto e em dezembro do mesmo ano a associação foi fundada, ocorrendo a eleição da primeira diretoria da Associação Comunidade Tradicional Boca da Barra de Sabiaguaba, momento relevante no processo de organização local

No decorrer de todo esse processo de luta, a comunidade desenvolve atividades que preservam o seu ambiente e a cultura do grupo, como o coletivo Sabiaguaba Lixo Zero, que reúne pescadores locais que limpam regularmente o rio do Cocó, tendo promovido exposição fotográfica que mostrou o trabalho desenvolvido no decorrer ano de 2017 no território de pesca da comunidade, proporcionaram também o plantio de mudas nativas, com apoio do coletivo Plante um Ypê e demonstraram o ritual indígena sagrado do Toré.

Foi promovido por uma das nativas da comunidade o 1º Encontro do Mocororó e Cultura Nativa da Sabiaguaba, na ocasião, a anfitriã mostrou aos convidados como se prepara a “tumbância”, comida feita de castanha de caju, rapadura e suco de caju fresco, receita que aprendeu a preparar com sua genitora, foi exposto ainda, o artesanato local, dos Tremembé, aluá e cambica.

Diante o exposto, é possível perceber o desenvolvimento da comunidade, enquanto grupo que almeja pelo reconhecimento de seus direitos, os eventos que desencadeiam a mobilização, as respostas do grupo e o que alcançaram até o momento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilização da comunidade Boca da Barra de Sabiaguaba pode ser considerada como luta por reconhecimento, pois os indivíduos da localidade experienciaram situações de desrespeito, desde a marcação de suas casas, o não reconhecimento de que consistem em grupo étnico diferenciado em razão da tradicionalidade, sentimento que impulsionou e impulsiona a luta por reconhecimento dos ribeirinhos.

A imposição da política ambiental de criação do Parque Ecológico do Cocó consiste em desrespeito a segunda esfera de reconhecimento, a jurídica, pois a comunidade participou tardiamente das discussões sobre sua criação, tendo poucas possibilidades de questionamento, tendo ainda o Governo do Estado não correspondido as expectativas de reconhecimento da comunidade tradicional quando da publicação do Decreto nº 32.248, que não garantiu, definitivamente, a permanência no território reivindicado.

Para além das injustiças culturais, que impulsionam a luta por reconhecimento dos nativos, eles também vivenciam injustiças socioeconômicas, demandado por redistribuição. A política do estado que intenta a remoção dos nativos impossibilita

que mantenham sua subsistência, pois inviabiliza a prática da pesca, da mariscagem, da coleta de frutos do território, o que impossibilita aos nativos o acesso a condições materiais suficientes para garantir-lhe vida digna.

Dessa forma, a Boca da Barra de Sabiaguaba consiste em uma “coletividade bivalente”, necessitando assim do que Fraser denominou de justiça bidimensional, ou seja, demanda tanto de reconhecimento quanto de redistribuição e ambos impulsionaram sua mobilização, seu levante. Até o momento, a comunidade já é reconhecida pela sociedade civil como tradicional, tendo conseguido muitas instituições parceiras que se unem a luta, entretanto, no que diz respeito ao Estado, apesar dos avanços, com a ressalva no decreto, o reconhecimento perpassa por condições e resistências internas.

REFERÊNCIAS

CEARÁ. Decreto nº 32.248 que fala sobre a criação do Parque Ecológico do Cocó. **Diário Oficial do Estado CE**. Disponível em: <http://www.sema.ce.gov.br/attachments/article/46199/Decredo%20do%20Coc%C3%B3.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo: n. 14/15, p. 1-382, 2006. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50109/54229>. Acesso em: 13 fev. 2018.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: 34, 2003.

HONNETH, Axel. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. **Sociologias**, Porto Alegre, 2013, n. 15, p.56-80.

IDH de Fortaleza é o 17º em ranking de Regiões Metropolitanas. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, 01 julho de 2015. Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/nacional/online/idh-de-fortaleza-e-o-17-em-ranking-de-regioes-metropolitanas-1.1328961>. Acesso em: 04 abr 2018.

LIMA, Francisco Jozivan Guedes de. Para além do dilema redistribuição-reconhecimento: Nancy Fraser e a concepção bidimensional de justiça. **Revista Internacional de Filosofia Moral**, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil: v.15, n.1, p.126-141, Jul. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2016v15n1p126/32308>. Acesso em: 13 fev. 2018.

MELO, João Alfredo. Cocó: uma regulamentação tão ansiada quanto frustrante; o

caso de Sabiaguaba. **O Povo online**, Fortaleza, 04 junho 2016. Disponível em: <https://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2016/06/04/noticiasjornalopiniao,3620384/coco-uma-regulamentacao-tao-ansiada-quanto-frustrante-o-caso-de-sabi.shtml>. Acesso em: 04 abr 2018.

SAAVEDRA, Giovani Agostini; SOBOTTKA, Emil Albert. **Introdução à Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth**. Civitas, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p.9-18, Jan-Abr. 2008.

SILVA, Felipe Gonçalves. **Intersubjetividade e conflito**: o reconhecimento e seus usos no pensamento político contemporâneo. In: RAMOS, Flamarion Caldeira; MELO, Rúrion; FRATESCHI, Yara. Manual de Filosofia Política: para os cursos de teoria do estado, e ciência política, filosofia e ciências sociais. São Paulo: Saraiva, 2012.

SOARES, Jacqueline A.; ARAUJO, Fernanda C. B.; CASTILHO, Natália M. et al. **A delimitação do Parque do Cocó**: conflito socioambiental decorrente de sobreposição com Área de Preservação Ambiental da Sabiaguaba. Fortaleza: Escritório de Direitos Humanos- EDH (Unichristus); Instituto Verdeliz, 2016. Disponível em: <https://unichristus.edu.br/wp-content/uploads/2017/05/RELATORIO-TECNICO-SABIAGUABA.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2017.

ATUAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS: GARANTIA DE EFETIVIDADE DA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CEARÁ

Matheus Cavalcante Lima¹
Raíssa Corrêa Andrade²
Thiago Menezes de Oliveira³

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar como se dá a atuação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH) na efetividade da educação em direitos humanos com base nos relatos das vivências dos alunos estagiários do Escritório de Direitos Humanos da Unichristus no CEDDH, durante o primeiro semestre de 2018. Assim, busca-se problematizar o papel do processo educativo em direitos humanos, considerando a figura sociopolítica do Conselho em um cenário de constante desrespeito aos direitos mais básicos do ser humano. A pesquisa é de natureza qualitativa, em que os pesquisadores analisam os dados de maneira exploratória, em uma pesquisa do tipo documental, com base nos dados produzidos pelos estagiários no CEDDH. O relato dos estagiários também integra os dados coletados.

Palavras-chave: Conselho Estadual. Educação em direitos humanos. Experiência dos alunos.

ABSTRACT

This article aims to analyze the Human Rights Public Council (HRPC) acts promoting education in human rights based on the experiences of the trainee students of the HRPC in the first half of 2018. Thus, it seeks to question the role education in human rights, considering the work of a Human Rights council in a problematic and violent scenario where human rights are constantly disrespected. This is a qualitative

¹Acadêmico do 7^o semestre do Curso de Direito pelo Centro Universitário Christus (Unichristus) e integrante do Escritório dos Direitos Humanos (Unichristus), referente ao biênio 2017-2018.

²Acadêmica do 5^o semestre do Direito pelo Centro Universitário Christus (Unichristus) e integrante do Escritório dos Direitos Humanos (Unichristus), referente ao biênio 2017-2018.

³Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduado em Direito pela UFC (2009). Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Stela Maris (2016). Mestre em Comunicação pela UFC (2013). Professor de Psicologia Jurídica no Centro Universitário Christus e Professor Orientador do presente artigo.

research, based on an exploratory analysis of the trainee's work. Student's relates are also part of the research's material.

Key words: Public Council; human rights education; student's experience.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo científico é analisar como se dá a atuação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH) na efetivação da educação em direitos humanos com base nos relatos das vivências dos alunos estagiários do CEDDH no primeiro semestre de 2018. Para isso, é importante ir além da visão geral de direitos humanos, buscando problematizar a relação da educação em direitos humanos com a realidade vivida atualmente no estado do Ceará, considerando o papel do Conselho Estadual de Defesa de Direitos Humanos nessa dinâmica.

Para responder à pergunta desta pesquisa, entendemos que é importante a apropriação de um conceito de educação em direitos humanos. Ademais, será trazido o relato da nossa experiência cotidiana como estagiários do Conselho Estadual, buscando apontar como ela se aproxima ou se afasta desse conceito da educação em direitos humanos. Assim, entendemos que o conceito apresentado é problematizado com base na realidade recortada.

Dessa maneira, buscamos compreender os termos de atuação do CEDDH na educação dos direitos humanos, trazendo a relação dessa educação com a realidade vivida atualmente no estado do Ceará, que tem se mostrado cada vez mais devastadora no que concerne ao cenário de violação aos direitos humanos.

Para tanto, os objetivos específicos desta pesquisa são: a) apropriar-se de um conceito de educação em direitos humanos; b) trazer um relato da experiência vivida pelos estagiários e pelos autores do artigo; c) identificar em que termos essa experiência se aproxima ou se afasta da educação em direitos humanos.

Destaca-se que a pesquisa tem natureza qualitativa, tendo em vista que nós, pesquisadores, analisamos os dados de maneira exploratória, como uma pesquisa documental, trazendo os dados produzidos no CEDDH e o nosso relato como estagiários para responder.

Diante desses aspectos, destaca-se que o caminho percorrido se iniciou com a apropriação de um conceito de educação em direitos humanos, seguindo com o relato da experiência vivida pelos estagiários e por nós, autores do artigo, a fim de identificar em que termos essa experiência se aproxima ou se afasta da educação em direitos humanos.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Educação em direitos humanos

Maria Victoria Benevides⁴ afirma que a Educação em Direitos Humanos (DDHH) é parte da premissa da educação compreensiva, no sentido de ser compartilhada e de atingir tanto a razão quanto a emoção. A educação em DDHH se caracteriza pela formação de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz.

Com base nessa premissa, a formação dessa cultura de respeito à dignidade humana significa recriar, reinfluenciar, recompartilhar e reconsolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem de valores essenciais que devem possuir efetividade, ensejando uma ressignificação dos valores formados até então.

Quando falamos em formação de uma cultura de respeito aos direitos humanos e à dignidade humana, estamos enfatizando, sobretudo no caso brasileiro, uma necessidade de transformação radical⁵, visando a alterar o que está enraizado, muitas vezes, marcado por preconceitos, por discriminação, pela não aceitação dos direitos alheios, pela não aceitação da diferença. Afinal, nossa

[...] realidade convive com violações sistemáticas, e em muitos casos dramáticas, destes direitos. Basta ler os jornais diários ou assistir os informativos televisivos para que sejamos expostos às múltiplas e diversificadas violações dos Direitos Humanos e ao contínuo desrespeito às normativas internacionais relativas à proteção e defesa da dignidade

⁴BENEVIDES, Maria Victoria. Educação em direitos humanos: de que se trata? Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos. **Portal do MEC**. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.

⁵BENEVIDES, Maria Victoria. Educação em direitos humanos: de que se trata? Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos. **Portal do MEC**. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.

humana. Impunidade, múltiplas formas de violência, desigualdade social, corrupção, discriminações e fragilidade dos direitos básicos constituem uma realidade cotidiana⁶.

Há de se frisar, nesse sentido, que as escolas possuem uma potencialidade para a transformação da sociedade, tendo em vista que praticamente todos os brasileiros são atingidos pelo processo de escolarização, tanto de forma direta, enquanto são ou eram alunos das instituições de ensino, quanto indireta, pelo contato da escola com seus filhos, sobrinhos, conhecidos. As escolas são, dessa forma, mecanismos de inserção social, convertendo-se em vetor para a multiplicação dos valores dos direitos humanos, determinantes na construção da cidadania e da democracia⁷.

Dessa forma, entendemos que é importante a derrocada de valores e de costumes preconceituosos arraigados, decorrentes de vários fatores historicamente definidos, como o longo período de escravidão, que significou a violação de todos os princípios de respeito à dignidade da pessoa humana; a política oligárquica; a cultura de defesa exacerbada da propriedade privada; o sistema de ensino autoritário e elitista; a complacência com a corrupção; o descaso com a violência, principalmente quando é exercida contra pobres ou outros grupos socialmente discriminados; o sistema familiar patriarcal e machista; a sociedade racista e preconceituosa contra as diferenças de gênero; o desinteresse pela participação cidadã⁸.

Temos dessa visão crítica de distorções socialmente aceitas, a identidade entre direitos humanos e direitos da marginalidade, ou seja, são vistos como “direitos dos bandidos contra os direitos das pessoas de bem”, o que decorre das informações disseminadas, muitas vezes, advindas de uma perversa e eficiente manipulação, sobretudo nos meios de comunicação, como ocorre com certos programas de rádio e televisão, voltados para a exploração sensacionalista da violência e da miséria humana, os chamados “policialescos”.

⁶CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Susana. Educação em direitos humanos e formação de educadores, **PUCRS Journal Portal**. Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/12319/8741>>. Acesso em: 1 set 2018.

⁷SIMÕES, Helena Cristina Guimarães Queiroz; RIBEIRO, André Elias Morelli. Educação em direitos humanos: um caminho para superação da violência social. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v.7, n. 1, p. 27-38, jan./-jun. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>>. Acesso em: 5 maio 2018.

⁸BENEVIDES, Maria Victoria. Educação em direitos humanos: de que se trata? Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos. **Portal do MEC**. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.

Quando nos vemos diante do quadro negativo dos discursos que falam sobre a realidade histórica e contemporânea do Brasil no que concerne à visão dos direitos humanos, é importante nos sentirmos incentivados a procurar modificar essa realidade. Mesmo que a mudança seja por meio de um processo educativo difícil e de longa data sem qualquer previsão de término. Se se pensar a questão que Ana Tereza Reis da Silva aborda sobre a centralidade da educação, consideramos que “a educação é um direito fundamental que amplia as condições subjetivas e materiais para a plena realização da dignidade humana”⁹. É dizer que a educação desempenha um papel estratégico no sentido de promover outros direitos, incentivando-os, inclusive os Direitos Humanos.

2.1.1. Educação para a cidadania

Ensejando definir um conceito importante para compreender a educação em direitos humanos, trazemos aqui o entendimento acerca da educação para a cidadania, que permeia a perspectiva na qual o Conselho Estadual de Defesa de Direitos Humanos atua.

A compreensão do conceito de “educação para a cidadania” pressupõe a percepção de que a nação não é um todo homogêneo, mas um todo heterogêneo, com conflitos, classes sociais, grupos e interesses diferenciados, de forma que se faz necessário compreendê-la como formação do cidadão participativo e solidário, consciente de seus deveres e direitos, possibilitando termos base para uma visão mais global do que é uma educação democrática, sendo, por ora, o que desejamos com a educação em direitos humanos.

Acerca da educação para a cidadania, é compreendido que essa prática

[...] visa contribuir para a formação de pessoas responsáveis, autônomas, solidárias, que conhecem e exercem os seus direitos e deveres em diálogo e no respeito pelos outros, com espírito democrático, pluralista, crítico e criativo, tendo como referência os valores dos direitos humanos.¹⁰

⁹SILVA, Ana Tereza Reis Da. Educação em direitos humanos: o currículo entre o relativismo e o universalismo. Silva. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 36 (131), jun. 2015, p.461-478. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000200461>. Acesso em: 1 set. 2018.

¹⁰MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Direção Geral da Educação: Educação para a cidadania. **Direção Geral da Educação**. Disponível em: <<http://www.dge.mec.pt/educacao-para-cidadania>>. Acesso em: 6 jun. 2018.

Há de se destacar que a perspectiva a qual promove o empoderamento individual e coletivo, especialmente dos grupos sociais desfavorecidos ou discriminados,

[...]supõe potencializar grupos ou pessoas que historicamente têm tido menos poder na sociedade e se encontram dominados, submetidos, excluídos ou silenciados na vida cotidiana e nos processos sociais, políticos, econômicos e culturais.¹¹

Nesse sentido, essa modalidade de educação em Direitos Humanos deve promover, afirmar e desenvolver criatividade, autoconceito, autoestima e confiança nas próprias possibilidades, relacionando-se com os mecanismos de participação e organização, assim como com os de igualdade e diferença.

2.1.2. A que se propõe a educação em direitos humanos

A educação deve estar ligada à vivência do valor da igualdade em dignidade e direitos para todos, visando a propiciar o desenvolvimento de sentimentos e atitudes de cooperação e solidariedade. Ao mesmo tempo, impõe-se como um valor vinculado à solidariedade humana e não apenas como mera tolerância passiva da aceitação do outro. Nesse sentido, essa educação deve ser capaz de promover uma capacidade de se perceber as consequências pessoais e sociais de cada ação, levando ao senso de responsabilidade.

O processo educativo deve, ainda, visar à formação do cidadão participante, crítico, responsável e comprometido com a mudança das práticas e das condições da sociedade que violam ou negam os direitos humanos. Dessa forma, deve objetivar a formação de personalidades intelectual e afetivamente, sujeitos de deveres e de direitos, capazes de escolher, tomar decisões, serem responsáveis e prontos para exigir não apenas seus direitos, mas também o respeito e o cumprimento dos direitos dos outros.

Segundo Vera Maria Ferrão Candau e Susana Beatriz Sacavino, é imprescindível desenvolver processos que permitam utilizar estratégias pedagógicas

¹¹SACAVINO, Susana. Formação de Educadores /as em/para os Direitos Humanos: um horizonte de sentido – uma maneira de fazer – uma forma de ser, 2008 (mimeo). **Direitos Humanos na Internet**. Disponível em: <www.dhnet.org.br>. Acesso em: 5 maio 2018.

participativas com base em uma construção coletiva que favoreça educar em Direitos Humanos¹². As referidas autoras também afirmam que:

Uma estratégia metodológica que nos processos que vimos desenvolvendo é privilegiada são as chamadas oficinas pedagógicas, concebidas como espaços de intercâmbio e construção coletiva de saberes, de análise da realidade, de confrontação de experiências, de criação de vínculos socioafetivos e de exercício concreto dos Direitos Humanos. A atividade, participação, socialização da palavra, vivência de situações concretas através de sociodramas, análise de acontecimentos, leitura e discussão de textos, realização de vídeo-debates, trabalho com diferentes expressões da cultura popular, etc, são elementos presentes na dinâmica das oficinas¹³.

Portanto, é de suma importância o conhecimento dos direitos humanos e das suas garantias, das suas instituições de defesa e promoção, das declarações oficiais, de âmbito nacional e internacional, com a consciência de que os direitos humanos não são neutros, não são meramente declamações retóricas e exigem uma vivência compartilhada. A palavra deverá sempre estar ligada a práticas, embasadas nos valores dos direitos humanos e na realidade social.

É possível perceber alguns de seus elementos constitutivos mais relevantes, os quais se destacam:

[...] um processo sistemático e multidimensional orientado à formação de sujeitos de direitos e à promoção de uma cidadania ativa e participativa; a articulação de diferentes atividades que desenvolvam conhecimentos, atitudes, sentimentos e práticas sociais que afirmem uma cultura de direitos humanos na escola e na sociedade; processos em que se trabalhe, no nível pessoal e social, ético e político, cognitivo e celebrativo, o desenvolvimento da consciência da dignidade humana de cada pessoa¹⁴.

Dessa forma, depreendemos que a compreensão de que não há um conceito fixo e determinado de educação em direitos humanos, mas um todo sistemático.

¹²CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Susana. Educação em direitos humanos e formação de educadores, **PUCRS Journal Portal**. Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/12319/8741>. Acesso em: 1 set 2018.

¹³CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz. Educação em Direitos Humanos: concepções e metodologias. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra et al. (Orgs.). **Direitos Humanos na Educação Superior**: Subsídios para a Educação Superior em Direitos Humanos na Pedagogia. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, p. 135.

¹⁴CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação em Direitos Humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. (Orgs.). **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária – Universidade Federal da Paraíba, 2007, p. 414-427.

2.2. De que forma podemos educar em direitos humanos?

Para a aplicação fática da educação em direitos humanos, pode-se escolher o modo de empregá-la a depender dos recursos e das condições objetivas, sociais, locais e institucionais, de cada grupo, de cada entidade. Traremos aqui a principal classificação, que distingue as possibilidades de educação formal e de educação não formal.

Na primeira espécie de educação, a formação em direitos humanos será feita no sistema de ensino, desde a escola primária até a universidade, que será mais viável se contar com o apoio dos órgãos oficiais, tanto ligados diretamente à educação como ligados à cultura, à justiça e à defesa da cidadania.

Na segunda, denominada educação informal, os espaços das atividades “distribuem-se em inúmeras dimensões, incluindo desde as ações das comunidades, dos movimentos e organizações sociais, políticas e não-governamentais até as do setor da educação e da cultura”¹⁵, devendo sua implementação configurar permanente processo de sensibilização e formação de consciência crítica, direcionada para o encaminhamento de reivindicações e a formulação de propostas para as políticas públicas.

A importância da mescla de ambas as possibilidades é fundamental, mas notamos que a formal tem dificuldade em se materializar na realidade brasileira por um fator cultural determinadamente tradicional e reafirmação cíclica dele. Impedida por esse obstáculo, encontramos a tentativa de ressignificação da educação nacional, visando à valorização humanitária como base, o que vem sendo duramente criticado em tempos de crise sociopolítica, como a que o Brasil vive atualmente, mas que é fundamental para promover mudanças positivas nos instrumentos que a sociedade possui para resguardar seus direitos. Por isso, a educação informal busca ampliar sua atuação, mas encontra-se também impedida pelos novos valores culturais que a sociedade, no geral, tem dificuldade de aceitar e aprimorar.

¹⁵MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Portal do MEC**. Brasília, SEDH, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 3 maio 2018.

2.3. Conteúdo da educação em direitos humanos

Há um conteúdo óbvio, que decorre da própria definição de direitos humanos e do conhecimento sobre as possibilidades de reivindicação e de garantias. Esse assunto deve, também, estar efetivamente vinculado a uma noção de direitos e deveres, decorrentes das obrigações do cidadão e de seu compromisso com a solidariedade, devendo o conteúdo conter discussão acerca dos valores da ética democrática.

Para sermos coerentes com a concepção de educação em direitos humanos em que acreditamos, defende-se

[...] uma visão contextualizada e histórico-crítica do papel dos Direitos Humanos na nossa sociedade e do sentido da educação neste âmbito: formar sujeitos de direito, empoderar os grupos socialmente vulneráveis e excluídos e resgatar a memória histórica da luta pelos Direitos Humanos na nossa sociedade¹⁶.

No intuito de difundir essa formação de sujeitos de direito que se compreendem como tal e empoderá-los, individualmente ou em grupos socialmente vulneráveis, que necessitam ter seus direitos resguardados e valorizados, encontra-se o Conselho Estadual de Direitos Humanos no estado do Ceará, sobre o qual trataremos a seguir.

2.4. Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos

A Lei Estadual Nº 15.350/13 dispõe sobre a finalidade e sobre a composição do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (CEDDH). Esse instrumento legal define que o CEDDH tem por finalidade fiscalizar, monitorar, propor e avaliar as políticas de defesa e promoção dos Direitos Humanos, implementadas pelo poder público ou por entidades privadas, assim como coibir qualquer violação a esses direitos, por meio da apuração de denúncias, bem como do encaminhamento e do acompanhamento destas. Vale ressaltar também que é parte integrante da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, mas

¹⁶CANDAU, Vera Maria Ferrão; SCAVINO, Susana. Educação em direitos humanos e formação de educadores, **PUCRS Journal Portal**. Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/12319/8741>. Acesso em: 1 set 2018.

possui autonomia administrativa e institucional, não sendo subordinado hierarquicamente e caracterizando-se como órgão autônomo, sendo constituído por representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, visando a acompanhar de forma heterogênea as demandas sociais.

Acerca das atribuições contidas no art. 10, da Lei Estadual Nº 15.350/13, compete ao CEDDH formular ou recomendar medidas, diretrizes e programas em âmbito estadual, bem como supervisionar e avaliar políticas públicas voltadas à promoção dos direitos humanos; promover, dentro de suas competências, investigações para apurar violações, podendo requisitar o apoio das autoridades competentes; receber as denúncias de violação a direitos humanos, apurar sua procedência e encaminhá-las às autoridades competentes; promover e estimular a promoção de estudos e pesquisas, campanhas educativas e eventos relativos aos direitos humanos; sistematizar dados e informações sobre as denúncias recebidas; considerar os crimes que chegam a seu conhecimento, por sua característica e repercussão, entre outros.

Acerca de seu funcionamento, dispõe o Decreto Estadual Nº 32.317/2017 sobre o regimento do CEDDH, considerando a necessidade de propor, assegurar e fiscalizar ações governamentais e não governamentais desenvolvidas em benefício da defesa dos direitos humanos, que, como forma de melhor organizar e fiscalizar eventuais violações aos direitos humanos, assegura o acesso à repartição em Comissões temáticas, de modo a possibilitar melhor controle e maior eficiência na luta pela prevenção às violações desses direitos.

Na seção II, do capítulo III, do Decreto Estadual Nº 32.317/2017, versa-se sobre como o CEDDH se divide internamente, ou seja, em comissões, comitês e grupos de trabalho. As Comissões temáticas ou especiais possuem competências definidas pelo Plenário do CEDDH, mas as comissões temáticas permanentes são Privação de Liberdade; Terra, Território e Moradia; Segurança Pública e Cidadania; e Promoção dos Direitos Humanos.

Conforme o art. 11, do Decreto Estadual Nº 32.317/2017, são atribuições das Comissões:

- I - determinar diligências, colher declarações e solicitar informações e documentos às repartições públicas, nos termos de Resolução específica do CEDDH;
- II - propor ao Plenário a criação de grupos de trabalho e Subcomissões;
- III - convocar audiência pública, *ad referendum* do Plenário;

- IV - requisitar informações, documentos e provas necessárias às suas atividades, nos termos da Lei nº 15.350/13;
- V - requerer o auxílio da estrutura da Segurança Pública, quando necessário ao exercício de suas atribuições;
- VI - requerer aos órgãos públicos os serviços necessários ao cumprimento de diligências ou à realização de vistorias, exames ou inspeções e ter acesso a bancos de dados de caráter público ou relativo a serviços de relevância pública;
- VII - convidar órgãos públicos, entidades da sociedade civil, especialistas e pessoas que possam subsidiar os debates e trabalhos das Comissões e Subcomissões;
- VIII - produzir relatórios de suas atividades;
- IX - encaminhar propostas de atos normativos, de recomendações para o aperfeiçoamento das políticas públicas, bem como de medidas emergenciais e estruturais objetivando cessar as violações aos direitos humanos;
- X - acompanhar, quando necessário, a convocação de vítimas, agentes públicos ou pessoas investigadas por violação de direitos humanos;
- XI - designar relator para os casos encaminhados às Comissões.
- XII - emitir pareceres acerca dos assuntos a elas submetidos, bem como relatórios sobre as deliberações tomadas¹⁷.

Há de ressaltar, ainda, a importância do art. 18 do Regimento Interno, que determina que as atividades do CEDDH são públicas, com ampla e prévia divulgação, garantindo a plena participação da sociedade civil, ressalvados os casos em que, fundamentadamente, o sigilo deva ser imposto para resguardar a honra, a intimidade e a segurança dos envolvidos.

Já havendo sido evidenciadas as disposições gerais acerca da atividade do CEDDH, traremos, adiante, o relato da experiência vivida pelos estagiários do Escritório de Direitos Humanos da Unichristus (EDH).

2.5. Experiência vivida pelos estagiários no CEDDH

O Escritório de Direitos Humanos da Unichristus (EDH), do qual fazemos parte, iniciou sua participação institucionalizada no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Estado do Ceará no primeiro mês do ano de 2018. A partir da parceria firmada, foi garantida a oportunidade de estagiarmos no CEDDH. Durante a fundamentação desta pesquisa, organizamo-nos em grupos temáticos a partir da identificação pessoal de cada membro.

Diante de todas as violações ocorridas com frequência cada vez maior, a parceria do EDH com o CEDDH representa uma forma de unir forças para combater

¹⁷CEARÁ. Decreto nº 32.317 de 2017. Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos. **Diário Oficial do Estado**. Editoração Casa Civil do Ceará. Fortaleza. Publicação de 28 ago. 2017. Série 3, ano IX, nº 162.

esse contexto de desrespeito aos direitos humanos. Nós somos considerados atualmente como estagiários vinculados à Sejus e trabalhamos semanalmente com os casos que chegam ao conhecimento do Conselho, seja por relatórios técnicos, por ouvidorias, por denúncias presenciais ou trazidas pelos próprios Conselheiros.

Iniciamos nossos trabalhos na primeira reunião geral ordinária de 2018, no dia 26 de janeiro, no auditório da Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará¹⁸. A partir de então, nossa principal atividade tem sido a sistematização dos casos de cada Comissão, bem como a operacionalização dos encaminhamentos de cada caso.

Trata-se de um momento de grande envolvimento na parceria entre os alunos do EDH e os membros da Secretaria Executiva e dos Conselheiros presentes em cada Comissão, em que as demandas trazidas ao CEDDH só são devidamente encaminhadas se houver verdadeiro empenho e engajamento de cada parte envolvida.

Desde o início dos trabalhos, notamos, a cada reunião, que o CEDDH busca tematizar os direitos humanos de forma positiva, especialmente no diálogo com as mídias e a população, já que a utilização social das ferramentas virtuais integra o cotidiano. Essa tematização ocorre com perspectivas de defesa dos direitos humanos. É então que entra o trabalho dos alunos e dos orientadores do EDH, que se veem, cada vez mais, empenhados em organizar projetos e atividades que priorizem a causa pela qual lutamos, buscando concretizar a educação em direitos humanos a partir de campanhas e atividades que ensejem o interesse do poder público, da mídia e da sociedade civil pela temática.

Na nossa atividade realizada no CEDDH, percebemos que os casos advêm de denúncias de violações aos direitos mais básicos do ser humano e que, diante de tal realidade, é refletida a necessidade de respeito à dignidade por parte dos entes da sociedade civil, visando à fomentação da educação em direitos humanos nas principais discussões acerca das políticas públicas, na formação de lideranças juvenis, e na proposição de ações cidadãs.

Entre os meses de janeiro e junho, temos um panorama geral positivo para nós, estagiários, das atividades desenvolvidas pelo CEDDH. Isso por se tratar

¹⁸A maior tratativa do dia foi a violação sofrida por conta dos Carecas do Brasil, grupo que tem praticado atos violentos no bairro do Benfica, contando com a presença de grandes representações da causa LGBT e dos direitos humanos como um todo, que se solidarizam com a situação catastrófica vivida atualmente no cenário de garantias à dignidade humana.

de uma experiência que possibilita a visão prática de questões demandadas pela sociedade, tendo como consequência discussões em reuniões, pesquisas constantes sobre as violações, acompanhamento individualizado das demandas e encaminhamentos realizado por nós mesmos para dar prosseguimento aos casos que o CEDDH foi demandado e nos incumbiu.

Há de se acrescentar que viemos acompanhando demandas e atividades com muito afinco, desde a feição da Comissão Especial para o caso da Chacina das Cajazeiras. O CEDDH publicou nota de apoio às famílias, encaminhou ofício ao gabinete do governador e conseguiu se reunir com ele para tratar do caso, ocasião em que o CEDDH exigiu providências a serem tomadas e respostas coerentes sobre a questão caótica da segurança pública no Ceará.

Outro momento importantíssimo vivido por nós foi a tratativa de um momento com o Sindicato dos Jornalistas, que se dispôs a possibilitar um diálogo do Conselho com as mídias, visando a discutir a ideia de participação social e de tecnologias sociais, inclusão digital, mídias sociais, produção e sistema de relacionamentos digitais, para possibilitar maior interação no processo de formação política e no papel social de cada ente da sociedade civil.

Essas experiências vivenciadas no CEDDH nos mostraram que sua atuação se aproxima do conceito de Educação em Direitos Humanos desenvolvido por Maria Victoria Benevides, que tem por premissa a educação compreensiva¹⁹. Essa afirmação se justifica devido à prática do Conselho buscar ressignificar as noções de Direitos Humanos, sugerindo novos costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que têm a potência de gerar valores de solidariedade que devem possuir efetividade no estado do Ceará.

3 MÉTODOS

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, por buscar identificar nuances do CEDDH, por meio de experiências de estágio. Os dados são analisados com uma perspectiva exploratória, por se tratar de uma forma de conhecer o campo de atuação do CEDDH.

¹⁹Conforme abordado, essa educação é caracterizada pela formação de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz.

Trata-se de uma pesquisa do tipo documental, especialmente porque a experiência de estágios dos autores se ocorreu no trato e investigação de documentos do próprio CEDDH.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na atividade que realizamos, entre os meses de janeiro e junho de 2018, observamos que o CEDDH desenvolveu uma série de atividades de educação em DDHH. A título de exemplo, citamos a tratativa de uma oficina de educação em direitos humanos para jornalistas, com o Sindicato dos Jornalistas, que se dispuseram a estabelecer um diálogo do Conselho com as mídias. Esse diálogo visou a discutir direitos humanos por meio de discussões que perpassaram a ideia de participação social em interação com tecnologias sociais, inclusão digital, mídias sociais, produção e sistema de relacionamentos digitais.

Essas atividades, a um só tempo, conectaram-se às demandas sociais (1), tendo em vista que os casos chegam por meio de denúncias ou demandas da sociedade civil organizada; e se aproximaram de uma prática de educação em direitos humanos com possibilidade de promover uma cultura de respeito e liberdade (2), tendo em vista que tematizam questões de DDHH, muitas vezes sensíveis de se discutir em esferas públicas conservadoras, como as cearenses.

5 CONCLUSÃO

O presente artigo científico indicou pistas sobre como o CEDDH atua na efetividade da educação em direitos humanos. A possibilidade de pesquisa adveio da parceria entre os alunos do EDH e os membros do Conselho, bem como do empenho e engajamento de cada parte envolvida, no intuito de tematizar positivamente as mídias e a população, por meio de campanhas e oficinas que eduquem com perspectivas protecionistas de direitos humanos.

Concluimos que a perspectiva de educação em direitos humanos, expressa por Maria Victoria Benevides, cujo núcleo central é a compreensão, aproxima-se da experiência vivenciada no CEDDH por nós, estagiários. Isso porque a atuação positiva do Conselho no fortalecimento da proteção aos direitos humanos

tem a potência de tematizar de forma positiva os DDHH e, quiçá, a longo prazo, semear elementos para uma nova cultura de cunho protecionista.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Maria Victoria. Educação em direitos humanos: de que se trata? Palestra de abertura do Seminário de Educação em Direitos Humanos. **Portal do MEC**. São Paulo, 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf>. Acesso em: 1 set. 2018.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Educação em Direitos Humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. (Orgs.). **Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária – Universidade Federal da Paraíba, 2007, p. 414-427.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana Beatriz. Educação em Direitos Humanos: concepções e metodologias. In: FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra et al. (Orgs.). **Direitos Humanos na Educação Superior: Subsídios para a Educação Superior em Direitos Humanos na Pedagogia**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, p. 135.

CANDAU, Vera Maria Ferrão; SACAVINO, Susana Beatriz. Educação em direitos humanos e formação de educadores, **PUCRS Journal Portal**. Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 59-66, jan./abr. 2013. Disponível em: <revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/download/12319/8741>. Acesso em: 1 set 2018.

CEARÁ. Decreto nº 32.317 de 2017. **Diário Oficial do Estado**. Editoração Casa Civil Ceará. Fortaleza. Publicação de 28 ago. 2017. Série 3, ano IX, nº 162.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Direção Geral da Educação: Educação para a cidadania. Disponível em: **Direção Geral da Educação**<<http://www.dge.mec.pt/educacao-para-cidadania>>. Acesso em: 6 jun. 18.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Portal do MEC**. Brasília, SEDH, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 3 maio 2018.

SACAVINO, Susana. Formação de Educadores /as em/para os Direitos Humanos: um horizonte de sentido – uma maneira de fazer – uma forma de ser, 2008 (mimeo). **Direitos Humanos na Internet**. Disponível em: <www.dhnet.org.br>. Acesso em: 5 maio 2018.

SILVA, Ana Tereza Reis Da. Educação em direitos humanos: o currículo entre o relativismo e o universalismo. Silva. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 36 (131),

jun. 2015, p.461-478. Disponível em:
<www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302015000200461>.
Acesso em: 1 set. 2018.

SIMÕES, Helena Cristina Guimarães Queiroz; RIBEIRO, André Elias Morelli.
Educação em direitos humanos: um caminho para superação da violência social.
PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. Macapá, v.7, n. 1, p. 27-38, jan./-jun. 2014. Disponível em:
<<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>>. Acesso em: 5 maio 2018.

CASA DO ESTUDANTE DO CEARÁ: MORADIA ESTUDANTIL, DIREITO QUE SE CONQUISTA

Francisco Heuller Rodrigues Pinho¹

Jacqueline Alves Soares²

José Evandro Alencar Correia³

RESUMO

O Direito nasce no processo de conflitos e lutas sociais de um povo. Nisso, a criação da Casa do Estudante do Ceará é uma importante contribuição para o estabelecimento do direito à moradia estudantil, cumprindo com a finalidade de abrigar estudantes carentes do estado do Ceará, como também de outros entes da Federação. O processo de modernização tardia que elevou o Brasil à condição de país industrializado e urbanizado em meados do século passado gerou grandes centros urbanos que congregam as melhores condições de emprego e educação, levando milhares de jovens a se deslocarem de suas cidades em busca de melhores condições de vida. Considerando os objetivos da República Federativa do Brasil (artigo 3º da Constituição Federal de 1988) e sendo ainda, estabelecido como direito social fundamental a educação e a moradia, este trabalho investiga, de início, o surgimento da perspectiva do direito à assistência estudantil no estado do Ceará a partir da mobilização social em volta do Centro Estudantil Cearense – CEC, a construção da Casa do Estudante do Ceará e por fim, a estrutura legal hodierna que garante direitos aos estudantes no Brasil. Para a feitura do trabalho foi-se utilizado os métodos bibliográfico e o qualitativo. Conclui-se, preliminarmente, que a quantidade ainda maior de estudantes carentes e sem as devidas oportunidades nas suas cidades suscita a necessidade da instalação de políticas públicas emergenciais, seja em formato de lei ou intervenções diretas, que viabilizem e

¹ Acadêmico do terceiro semestre do curso de Direito do Centro Universitário Christus, integrante do Escritório de Direitos Humanos, Assessoria Jurídica Popular e Direito Ambiental (EDH), morador da Casa do Estudante do Ceará. E-mail: heullerpinho97@gmail.com

² Professora do curso de Direito e orientadora do Escritório de Direitos Humanos da Unichristus. Mestre pelo Programa regional em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: jacquelineas@gmail.com.

³ Professor do curso de direito e orientador do Escritório de Direitos Humanos da Unichristus. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará. E-mail: evandrocorreia@hotmail.com.

garantam o pleno acesso à educação, dando a devida assistência e dignidade à classe estudantil.

Palavras-chave: Direitos. Casa do Estudante do Ceará. Moradia estudantil. Constituição Federal. Dignidade.

ABSTRACT

The Right is born in the process of conflict and social struggles of a people. In this, the creation of the House of Student of Ceará is an important contribution to the establishment of the right to student housing, fulfilling with the purpose of housing students in need of the state of Ceará, as well as other entities of the Federation. The process of late modernization that brought Brazil to the status of an industrialized and urbanized country in the middle of the last century has generated large urban centers that congregate the best conditions of employment and education, causing thousands of young people to move from their cities in search of better conditions of life. Considering the objectives of the Federative Republic of Brazil (article 3 of the Federal Constitution of 1988) and also establishing as a fundamental social right education and housing, this work investigates the emergence of the perspective of the right to student assistance in the state of Ceará from the social mobilization around the Center Estudantal Cearense - CEC, the construction of the Student House of Ceará and, finally, the current legal structure that guarantees rights to students in Brazil. The bibliographical and qualitative methods were used to make the work. It is concluded, preliminarily, that the still larger number of needy and unprivileged students in their cities raises the need for emergency public policies, either in the form of a law or direct interventions, to enable and guarantee full access to education, giving due assistance and dignity to the student class.

Keywords: Rights. Student House of Ceará. Student house. Federal Constitution. Dignity.

1 INTRODUÇÃO

Direitos são conquistados por meio de lutas. Os conflitos sociais produzem o direito. Por intermédio dos muitos antagonismos no decorrer da história da humanidade, a consolidação do aparelho estatal foi perseguido pelos homens como meio de estabilizar as relações sociais e abolir a barbárie do homem primitivo no seu estado de natureza⁴, passando a “construir o pacto que possibilita a edificação do aparato jurídico necessário para sustentar o Estado civil”⁵, e devido a este mecanismo, os indivíduos podem compor relações harmoniosas. O Direito e a política foram as soluções encontradas. “O objetivo do direito é paz”⁶, é o que afirma o pensador alemão Rudolf Von Ihering, ao dizer que o direito além do processo de conquista, deve-se, continuamente, travar o embate pela sua preservação, sendo o fim último deste, a paz entre indivíduos, raças, povos e nações.⁷

Dentro dessa ótica é que os movimentos sociais pautam as suas ânsias; almejam direitos, formalmente validados, que venham complementar a tese da paz, que não está condicionada à mera ausência de violência física⁸. A tensão surge no momento que os grupos sociais travam, praticamente, uma batalha para que suas ambições sejam devidamente atendidas pelo Estado. Cada movimento social tem um respectivo campo de atuação, por vezes complementares ou opostos, agindo da maneira que julgam melhor proceder. Os sindicatos, por melhorias nas condições de trabalho; os camponeses, pela propriedade e o labor agrário; a burguesia, pelo acréscimo do lucro capital aos seus cofres e, por fim, os estudantes pela dignidade da educação, fomento à pesquisa e empregabilidade, mas também, pela mobilidade social das classes.

Inserido no campo de reivindicações da classe estudantil, a Constituição Federal de 1988 e a Constituição do Ceará asseguram o direito social da educação pública e gratuita. Porém, além desse dever direto de prestação, existem outros deveres jurídicos correlatos e necessários para o adequado desenvolvimento da educação. Dito isso, se faz necessário questionar como o Estado contribui para a efetivação do direito à moradia estudantil.

⁴MALMESBURY, Thomas Hobbes de. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Editora Abril, 1974.

⁵SILVA, Hélio Alexandre da. **As paixões humanas em Thomas Hobbes**: entre a ciência e a moral, o medo e a esperança. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 17.

⁶VON IHERING, Rudolf. **A Luta pelo Direito**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 7.

⁷BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 594.

⁸No contexto do surgimento do Estado Civil a paz era vista como a mera ausência de violência entre pessoas ou povo. Atualmente, entende-se por paz o estado de calma ou tranquilidade de uma pessoa ou grupo, sem perturbações ou conflitos, internos ou externos.

O foco do presente artigo é primordialmente a questão da moradia estudantil no Estado do Ceará, especialmente, para os jovens que vêm do campo e buscam abrigo na cidade e não possuem meios financeiros necessários para custear a moradia.

Desse modo, a Casa do Estudante do Ceará (CEC) nasce da ideia de obter o direito à moradia estudantil com dignidade e estabilidade para abrigar inúmeros jovens vindos dos mais diversos municípios do Estado e da federação.

A Casa do Estudante é um marco histórico no movimento estudantil e até mesmo da cidade de Fortaleza. Ela foi uma resposta do movimento juvenil que mobilizou diversos setores da sociedade, baseando-se nos princípios já defendidos no meio social. A Casa aglutinou interesses sociais favoráveis a construção do prédio para abrigar os estudantes. Ela goza de grande autonomia⁹ em termos organizativos o que é de valia para sua localização política e jurídica na sociedade.

Revestindo-se de relevância e coerência, jovens cearenses extravasaram as suas mais profundas inquietações e se uniram em voz única para pleitear um direito ainda não reconhecido na época, a assistência básica as/os estudantes necessitados. Não só isso, mas também disputaram o apreço da sociedade e o favor legislativo, visando apalpar uma vitória futura, exprimindo os mais nobres sentimentos de coragem e ousadia da juventude alencarina nas áureas luzes iniciais da década de 1930. Era de prontidão, a mais nova resistência intelectual produzida pelo Ceará, trazendo à memória a intrepidez da famosa Padaria Espiritual e seus componentes¹⁰.

A origem temática desta produção parte-se da análise das dificuldades encontradas na sociedade devido a ausência de políticas públicas necessárias ao acesso da educação com dignidade, assunto de relevância elementar para o Escritório de Direitos Humanos (EDH) no qual privilegia a investigação nessa problemática e assessora comunidades afins.

À vista disso, a presente produção visa pesquisar primeiramente o contexto histórico do movimento estudantil, da luta por direitos e a construção da Casa do Estudante, no segundo momento é analisado como a Casa do Estudante

⁹ Autonomia, pois a Casa possui administração, arrecadação e deliberações próprias, partindo do corpo de moradores que compõe os espaços internos de poder.

¹⁰SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995, p. 185 – 197.

se mantém, e após um breve exame da legislação quanto as ações que beneficiem a inclusão e o acesso a educação e a assistência estudantil.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura divide-se em três tópicos: 2.1 O Movimento Estudantil e a construção da Casa do Estudante do Ceará; 2.2 Sustento e política interna da Casa; 2.3 Disposições legais sobre assistência estudantil no Brasil.

2.1 O Movimento Estudantil e a construção da Casa do Estudante do Ceará

Na história cearense, os movimentos vindos da sociedade tiveram grande repercussão, primeiro nas campanhas pela independência do Brasil, dando destaque a Pereira Filgueiras¹¹, na Confederação do Equador, com a participação de Tristão Gonçalves, Bárbara Alencar (sua mãe) e a família Alencar¹², ademais nos movimentos abolicionistas¹³, a Padaria Espiritual¹⁴, o Caldeirão¹⁵, as organizações político-religiosas¹⁶, os grêmios estudantis¹⁷ e, por último, o Centro Estudantil Cearense (CEC). Neste interim, foi fundamental que seja abordada a existência do Colégio Liceu do Ceará, berço das lutas estudantis no estado, como recorda Manuel Aguiar de Arruda: “O Liceu era uma legenda em todo o Estado. A participação dos seus alunos nos movimentos estudantis, sociais, cívicos, reivindicatórios e de defesa dos interesses da classe estudantil [...]”¹⁸.

Em 11 de Agosto de 1931, em Fortaleza, foi fundada uma entidade de estudantes do Colégio Liceu do Ceará e demais colégios da cidade e, também, do interior do estado. Essa agremiação teve como propósito e função, reunir e organizar os jovens estudantes da época a buscarem por direitos e melhorias na

¹¹ FARIAS, Aírton de. **História do Ceará**: Dos índios à geração Cambeba. Fortaleza: Tropical, 1997, p. 58.

¹² FARIAS, Aírton de. **História do Ceará**: Dos índios à geração Cambeba. Fortaleza: Tropical, 1997, p. 65 – 71.

¹³ FARIAS, Aírton de. **História do Ceará**: Dos índios à geração Cambeba. Fortaleza: Tropical, 1997, p. 99 – 104.

¹⁴ SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995, p. 185 – 197.

¹⁵ FARIAS, Aírton de. **História do Ceará**: Dos índios à geração Cambeba. Fortaleza: Tropical, 1997, p. 201 – 205.

¹⁶ FARIAS, Aírton de. **História da sociedade cearense**. Fortaleza: Livro Técnico, 2004, p. 324 – 332.

¹⁷ SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995, p. 185 – 197.

¹⁸ NOGUEIRA, Ana Maria (Org.). **O Liceu do meu tempo**: 160 anos de história. Fortaleza: Premium, 2005, p. 85.

formação da classe estudantil. O CEC, nas palavras da pesquisadora Afonsina Maria Augusto Moreira, é mostrado como “algo que supriria a demanda de uma função catalisadora, capaz de abrigar e agrupar os estudantes e suas reivindicações”¹⁹. Nisto, o CEC, inicialmente, reuniu colégios e escolas superiores e demais estabelecimentos de ensino, contando, “de acordo com registros de 1935, com mais dois mil dissentes associados”²⁰.

É válido ressaltar características das condições socioeconômicas e de ensino na época. O estado do Ceará, na década de 1930, ainda fundado nos preceitos da velha política oligárquica²¹, tinha sua economia baseada na agricultura e exportação de algodão²²; a insegurança hídrica era algo presente, havendo assim constantes secas, nos quais a história retrata a utilização de campos de concentração como proposta de solução para a multidão de peregrinos famintos do semiárido cearense dotados de sua pobreza extrema²³. Tendo isto por base, verifica-se que o ensino, portanto, o acesso às escolas, era algo dedicado as elites locais e restrito apenas aos municípios de médio e grande porte²⁴, ademais, com a análise da situação constitucional do Brasil, vivia-se ainda o estado constitucional liberal – de primeira geração – em que o Estado brasileiro não dedicava-se a assegurar e melhorar a qualidade de vida da sociedade, bem como não lhe era impugnada a missão de ofertar a educação como direito. O Brasil veio a ter sua primeira constituição social²⁵ somente em 1934.

Nesta ótica, o CEC nasce com o sentimento de nortear a juventude estudantina a propor resoluções que beneficiem tanto a classe estudantil quanto os jovens que careciam do acesso ao conhecimento, portanto, pleitear oportunidades para que se pudesse gozar o direito à educação, algo tido como caro para a

¹⁹ MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **Juventude da Pátria A(r)mada**: O Centro Estudantil Cearense em Fortaleza, 1931-1945. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 17.

²⁰ MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **Juventude da Pátria A(r)mada**: O Centro Estudantil Cearense em Fortaleza, 1931-1945. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 17.

²¹ Velha política oligárquica é a preposição usada para referir-se ao exercício da política majoritária concentrado nas grandes famílias latifundiárias do interior brasileiro.

²² FARIAS, Airton de. **História do Ceará**: Dos índios à geração Cambeba. Fortaleza: Tropical, 1997, p. 165 – 169.

²³ LANDIN, Teoberto. **Seca**: A estação do inferno. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1992, p. 113 – 157.

²⁴ PIMENTEL, Carmem Regina de Carvalho. O Ensino secundário brasileiro em 1930 no contexto da cultura escolar e história da educação. **Universidade Federal da Paraíba - UFPB**. p. 934. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.18.pdf> Acesso em: 19 de mar. 2018.

²⁵ Tem-se por Constituição Social aquela que estabelece dispositivos que declaram e asseguram direitos para a sociedade, são exemplos: saúde, educação, habitação, saneamento etc. São chamados os direitos de segunda dimensão ou geração.

entidade juvenil. Durante toda a sua existência, o CEC, usou de artefatos que viessem a convencer, *a priori*, os demais estudantes a aderirem as causas defendidas por tal associação, não só estes, mas também se buscava convencer todo o corpo social²⁶. Os eventos construídos pelo CEC foram de fundamental importância para que se propagasse os seus ideais, sempre fazendo uso de termos que frisassem romper pensamentos dogmáticos em relação à juventude, mostrando a diferença essencial daquela geração em detrimento das passadas, que se furtavam em tomar um posicionamento de tal firmeza.

A Folha Estudantal, departamento responsável pela elaboração e publicação de periódicos que mantivessem os estudantes informados sobre os feitos do órgão, escreve:

Longe está aquela época em que o nosso estudante mergulhava na água turva da irresponsabilidade, cérebro vasíio de preocupações, energias embotadas, vontade aniquilada. Hoje, todo êle inteira a falange formidável que, assinalando o sentido de uma época, dá à carta cronológica dos acontecimentos hodiernos os mais significativos exemplos de trabalho e amôr.²⁷

O CEC foi a primeira agremiação de estudantes a saírem da aba protetional das diretorias dos colégios, reivindicando sempre a autonomia da classe estudantil mediante os embates previstos. Isso não significa dizer que o Centro ignorava a importância das autoridades já estabelecidas, o fato é que era insaciável a busca do CEC pelo reconhecimento destes outros grupos e setores, por vezes, estreitou alianças com estabelecimentos de ensino, mercantis e pessoas eminentes, das quais são inseridas a própria classe política. Esse fato é um dos marcos mais significantes do CEC, pois a entidade foi construída pelos e para os estudantes e, concomitantemente, mantida pelos próprios²⁸. Dentro das estratégias elaboradas para se aproximar cada vez mais da realidade estudantil e social, o CEC criou departamentos que destinavam cuidados a setores em que se achava interesse por parte dos estudantes. Já desfrutando de imensurável prestígio diante da

²⁶ Visando alcançar o apoio popular o CEC organizou inúmeros eventos, a exemplo da Festa das Flores e outros, nessas ocasiões o Centro mostrava suas reivindicações, das quais a sociedade e a classe estudantil julgavam justas, assim gradativamente conseguiam respaldo.

²⁷ FOLHA ESTUDANTAL, 1933 apud, MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **Juventude da Pátria A(r)mada:** O Centro Estudantal Cearense em Fortaleza, 1931-1945. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 01.

²⁸ A manutenção do aparato centrista ultrapassava as barreiras financeiras, os estudantes dedicavam seu tempo no fortalecimento da agremiação, sempre escrevendo periódicos ou dispendo-se a participar de algum departamento. Concernente as finanças da entidade, esta promovia eventos, feiras, rifas e outros para congregar recursos que pudessem financiar seus projetos.

comunidade escolar e da sociedade como um todo²⁹, os departamentos criados exerciam papel de grande valia, chegando a influenciar a opinião pública a respeito do órgão³⁰.

Por mais difícil que tenha sido a manutenção da estrutura centrista, trabalhando conjuntamente com os estudantes, o CEC não se furtou a ir em busca de conquistas mais volumosas e fatigantes. Foi o que ocorreu na empreitada pelo abatimento em 50% nos preços, para benefício dos estudantes, das passagens nos transportes coletivos, em especial, nos bondes (meio de transporte público utilizado no início do século XX que predominava em Fortaleza), nas casas de cinema, a exemplo dos Cines Luz e Paroquial, estádios e demais centros de divertimentos em Fortaleza³¹. Por vezes, estas conquistas se deram por meio de grandes entraves entre empresas, que resultavam até mesmo em quebra-quebra³². Os estudantes por sua vez, conseguiram assegurar muitos direitos em lei, foi o caso da Lei Municipal nº 134, de 13 de maio de 1950³³, que garantia:

As referidas empresas (de auto-ônibus) obrigatoriamente concederão um abatimento de 50% sobre o preço de suas passagens aos estudantes matriculados nos cursos primários, secundários, 1º e 2º ciclos, comercial e superior, benefício que ao ser prestado ficará o beneficiado, quando desuniformizado, obrigatoriamente escolar correspondente ao ano³⁴

A Casa do Estudante Pobre do Ceará - CEC (intitulada assim inicialmente, foi retirado o termo “Pobre” por entende-lo pejorativo)³⁵, foi fundada em 11 de agosto de 1934, obedecendo o comando do estatuto do Centro Estudantil, que era de construir um prédio que permitisse abrigar os jovens estudantes filiados ao centro que, por suas situações financeiras, não conseguiam aglutinar condições

²⁹ MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **Juventude da Pátria A(r)mada**: O Centro Estudantil Cearense em Fortaleza, 1931-1945. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 17.

³⁰ MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **Juventude da Pátria A(r)mada**: O Centro Estudantil Cearense em Fortaleza, 1931-1945. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 33.

³¹ NOGUEIRA, Ana Maria (Org.). **O Liceu do meu tempo**: 160 anos de história. Fortaleza: Premium, 2005, p.85.

³² O autor utiliza a expressão para qualificar as ações “radicais” tomadas pelo CEC quando este reivindicava o direito à meia passagem estudantil e quando viu este mesmo direito ameaçado de extinção.

(RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. **Foi assim!** O movimento estudantil no Ceará (1928- 1968). Fortaleza: ABC Editora, 2002, p. 44.)

³³ RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. **Foi assim!** O movimento estudantil no Ceará (1928- 1968). Fortaleza: ABC, 2002, p. 44.

³⁴ JORNAL O POVO, 19/04/61:9 apud, RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. **Foi assim!** O movimento estudantil no Ceará (1928- 1968). Fortaleza: ABC, 2002, p. 44-5.

³⁵ HISTÓRIA. **Casa do Estudante do Ceará**. Disponível em: <<http://www.casadoestudante.org.br/historia/>>. Acesso em 30 ago. 2018.

mínimas de sustento na capital cearense. Esta foi a empreitada mais audaciosa da corporação juvenil. Com esta finalidade, a Casa do Estudante do Ceará foi o departamento, certamente, mais promissor e dificultoso de se implantar³⁶. Inicialmente, funcionou em um prédio alugado na Rua Senador Pompeu e cobrava taxas simbólicas dos seus residentes, favorecendo assim as suas respectivas estadas na cidade.

O Centro Estudantal desenvolveu importantes eventos na tentativa de capitalizar recursos para a compra do terreno e a construção do prédio que de fato seria a Casa do Estudante do Ceará. Foi então que a classe estudantil se organizou para que fosse realizado este fim, saíram expedições aos municípios do interior do estado, como também em municípios de estados vizinhos, visando a busca de apoio financeiro no levantamento do prédio. Foi realizado também vários eventos em que se cobrava bilheteria, foi o caso do mais famosos destes, a “Festa das Flores”³⁷, com quermesses e demais atrações em que ocorreu no Teatro José de Alencar, onde teve apoio de muitos setores da sociedade, a exemplo da Banda do Corpo de Segurança Pública, que participou ativamente do festival³⁸. Foi, em especial, através de eventos como estes que o Centro conseguiu em 1941 inaugurar o primeiro piso da Casa do Estudante, na rua Nogueira Acioly, na Aldeota, onde permanece até hoje.

O trabalho de conclusão da Casa foi demasiadamente estendido, depois de muitos arranques e com profundas articulações, até mesmo com a chefia do estado brasileiro na época, o sr. Getúlio Vargas. O CEC conseguiu, finalmente, inaugurar em 1952 - o que seria o marco histórico da juventude e que funcionaria como o símbolo do progresso juvenil - com muito alarde e alegria da parte de todos, em especial dos estudantes, a Casa do Estudante do Ceará.

O Centro Estudantal Cearense também foi um forte propulsor no que concerne na formação de centros e alianças a outras entidades de representação estudantil, foram os casos da União Estadual dos Estudantes (UEE), a criação da

³⁶ A construção da Casa do Estudante demorou um pouco mais de vinte anos para se concluir, recebendo de muitos termos insultuosos e provocações de opositores. No entanto é tido como o mais promissor departamento por atingir diretamente a classe de estudantes carentes e vulneráveis socialmente, ofertando-lhes o mínimo de dignidade.

³⁷ MOREIRA, Afonsina Maria Augusto Moreira. Ideias e ideais de juventude em Fortaleza nos idos de 1930 e 1940. VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL – ESCRITAS DA HISTÓRIA: VER, SENTIR, NARRAR, 2012, Teresina. **Anais...** Uberlândia: GT Nacional de História Cultural, 2012. v. 1. p. 3.

³⁸ MOREIRA, Afonsina Maria Augusto. **Juventude da Pátria A(r)mada**: O Centro Estudantal Cearense em Fortaleza, 1931-1945. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 33.

União Nacional dos Estudantes (UNE)³⁹, e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), estas sendo as mais importantes, inclusive a nível nacional. Todas estas agremiações estudantis, aqui no Ceará, foram de importantíssima relevância na fundação da Universidade Federal do Ceará, juntamente com o eminente professor Martins Filho⁴⁰, desempenhando diversos atos em prol da sentada da nova instituição que beneficiaria a promoção da ciência, ensino e tecnologia nas terras cearenses. O CEC também foi combativo partícipe na campanha na defesa da Petrobrás, em 1953, juntamente com outras entidades da classe. É importante a ressalva de que o CEC, por variadas vezes sediou congressos estudantis onde participava estudantes do Brasil inteiro. Era notório a potencialidade exercida no meio político pelo Centro e seus demais integrantes, chegando a eleger parlamentares vindos das entranhas da entidade⁴¹.

2.2 Sustento e política interna da Casa

De acordo com o Art. 2º do Estatuto Social (ES) da Casa (CEC), esta é pessoa jurídica sem fins econômicos e dotada de autonomia. Atualmente abrigando cerca de 130 jovens que procuram estudos na capital cearense e que não congregam à sua realidade financeira fundos suficientes para garantir o essencial a manutenção dos seus estudos, a CEC goza de benefícios que estão dispostos em legislação para a classe de Pessoas Jurídicas do terceiro setor⁴².

Reconhecida por Lei Municipal de nº 3.473/67 e Estadual nº 11.581/89 como utilidade pública, em que esta última se expressa no seu “Art. 1º - É considerada de **utilidade pública** a CASA DO ESTUDANTE DO CEARÁ - C.E.C., entidade civil, fundada em 11 de agosto de 1952, com sede e foro na cidade de

³⁹MUNIZ, Altemar da Costa. Estado Novo e a colaboração estudantil na manutenção ordem social e política em Fortaleza. p. 21. UECE. Disponível em: <<http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/capituloaltemar.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

⁴⁰RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. **Foi assim!** O movimento estudantil no Ceará (1928- 1968). Fortaleza: ABC, 2002, p. 89.

⁴¹RAMALHO, Bráulio Eduardo Pessoa. **Foi assim!** O movimento estudantil no Ceará (1928- 1968). Fortaleza: ABC, 2002, p. 38.

⁴² Entidades não governamentais, que possuem gestão própria, sem fins lucrativos e que prestam serviços à sociedade.

Fortaleza, Estado do Ceará”⁴³ (grifo). Mostra a inegável contribuição da entidade para toda a sociedade.

A Lei Municipal 8.130/98 traz consigo o mecanismo principal de manutenção da instituição, dando o direito desta de receber 20% do arrecadado na confecção das carteiras estudantis de estudantes do ensino secundário e técnico. Vale ressaltar que a mesma também desfruta de isenção do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), e por ser devidamente reconhecida como entidade de utilidade pública, está sujeita a receber emendas parlamentares, tanto no âmbito municipal, estadual e/ou federal.

Como supracitado, o Estatuto Social (ES) é o documento norteador das deliberações emitidas para controle interno da instituição. Recebem legitimidade para tanto a Assembleia Geral e Conselho Deliberativo⁴⁴, em que estes estabelecem as diretrizes e bases para o pleno desenvolvimento da Casa. Nisso, o convívio de diversos jovens faz emergir a necessidade de um conjunto de órgãos de controle interno que são administrados pelos próprios residentes, estabelecendo assim uma estrutura de poder. Regulamentando para que condutas antissociais sejam desestimuladas. Isso tem reflexo na formação humana dos moradores, trazendo ânimo a sociabilidade e ao sentimento de responsabilidade pessoal e coletiva.

A Casa dispõe de uma estrutura que visa atender as demandas dos atuais estudantes, ofertando além de café da manhã e almoço, espaço para sociabilização como refeitório, salas de aula, de estudos, e de informática, serve também de biblioteca, quadra de esportes e academia. Toda a administração dos bens patrimoniais, normas internas e balanços financeiros são responsabilidades dos conselhos e departamentos formados pelos moradores devidamente associados.

A admissão de novos associados ocorre por meio de processo seletivo⁴⁵ e a devida exclusão dos mesmos obedece, estreitamente, o Código Civil quando diz em seu “Art. 57. A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso,

⁴³ CEARÁ. Lei nº 11.581 de 10 de julho de 1989. Considera de utilidade pública a entidade que indica. **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.** Disponível em: <<https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis89/11581.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

⁴⁴ CASA DO ESTUDANTE DO CEARÁ. Estatuto Social. **Casa do Estudante do Ceará.** Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0Bzo0K4PCXFC_T3ZISTYyUXVIRGs/view>. Acesso em: 30 ago. 2018.

⁴⁵ O Processo Seletivo da CEC acontece em meados de dezembro a janeiro de todo os anos, como assim determina o ES, sendo antecipadamente lançado o edital do processo de admissão de novos moradores. No edital consta o número de vagas ofertadas pela instituição e todo o trâmite do qual a seleção deve valer-se.

nos termos previstos no estatuto”. Nisso o ES prevê a exclusão de moradores nos seguintes critérios:

- Art. 20 - Será excluído do quadro de moradores o residente que:
- I – Tiver o tempo de permanência expirado de acordo com o presente estatuto. Nesta situação, o desligamento será automático;
 - II – Descumprir as regras estabelecidas neste estatuto e no regimento interno. Neste caso a exclusão do associado, deverá ser submetida à aprovação da maioria absoluta dos moradores.

Esses aspectos que foram destacados servem para mostrar a importância da Casa do Estudante na formação política dos seus habitantes. A Casa representa, de certo modo, uma micro organização social e contribui para o processo de formação cidadã e de conscientização sobre os direitos e deveres recíprocos no convívio social. Ela se mostra, dessa forma, essencial para que os jovens que nela residem possam construir e despontar no cenário local e nacional como articuladores políticos.

Além disso, a Casa do Estudante pode ser pensada também como um direito fundamental que é derivado do direito à educação. Ela deve ser vista como um direito fundamental correlato. O direito à moradia tem previsão específica no Art. 6º *caput* da Constituição da República. A moradia estudantil deve ser pensada não como relacionada necessária a esse direito, mas sim em relação ao direito à educação. O processo de centralização do ensino universitário nas capitais e em pequenas localidades implica em um dever do Estado de assegurar as condições básicas para que os estudantes do interior também tenham o seu direito ao acesso à educação. Caso a referido direito não fosse efetivado por meio de políticas públicas, o que seria, ao final, seria a negação do próprio direito à educação.

2.3 Disposições legais sobre assistência estudantil no Brasil

A primeira e segunda parte do presente artigo cuidou em tratar do processo de afirmação e conquista do direito à moradia estudantil na cidade de Fortaleza, o contexto social da época e a construção da Casa do Estudante do Ceará bem como do seu funcionamento e manutenção interna. Desta feita, é preciso que seja anexado junto a isto os fundamentos legais da atualidade que, direta ou indiretamente, declaram e/ou asseguram este direito.

Nisso, a Constituição Federal (CF) de 1988 traz consigo um dispositivo que inovou o cerco de objetivos nunca disposto em constituições anteriores no país. No art. 3º, III, a própria reconhece as desigualdades regionais do estado brasileiro, característica vigorante na então federação, e estabelece como objetivo pátrio a erradicação dessa diferença entre regiões, na qual a dissemelhança vivida entre os entes federados fomenta a reprodução da pobreza e da miserabilidade⁴⁶. Neste diapasão, tem-se uma problemática explícita no desenvolvimento econômico que afeta diretamente o acesso aos direitos e garantias fundamentais, pois com menos recursos, pouco se investe em políticas públicas voltadas a atender as demandas sociais. Temos como exemplo dessa distinção a má distribuição dos Royalties do petróleo⁴⁷ e a constante guerra fiscal entre os Estados federados⁴⁸.

A assimetria que perdura até os dias de hoje, afeta diretamente a classe estudantil interiorana do Brasil, visto que os grandes centros urbanos além de concentrarem todos os seus infortúnios, congregam também as grandes indústrias empregatícias, assim como os polos de educação, pesquisa e cultura. Este fato fez surgir no Brasil um movimento migratório do campo para as cidades, tendo em vista a busca por melhoras na qualidade de vida.

Lista-se como características dos grandes centros urbanos do país a má distribuição de renda e a ausência de políticas públicas de inclusão, que visam assegurar o usufruto digno dos direitos essenciais à proteção da dignidade humana. O grande déficit habitacional presente nas cidades, afetam concomitantemente os estudantes que já residem nos centros urbanos, por viverem de maneira inapropriada, sendo renegado diariamente não só o direito à moradia, mas a circulação, alimentação e acesso à tecnologia, elementos necessários para o pleno desenvolvimento intelectual. Esse quadro se intensifica quando milhares de outros

⁴⁶ RODRIGUES, Francisco Lisboa; CUNHA, Jânio Pereira da; COUTINHO, Julia Maia de Meneses (Org.). **Pautas Constitucionais**: contemporâneas. Fortaleza: Pouchain Ramos, 2013, p. 52.

⁴⁷ VELOSO, Marcus Jiwago Rodrigues. Federalismo e Royalties do petróleo: uma análise de sua regulamentação e de sua partilha no Brasil. XIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO À PESQUISA E À DOCÊNCIA E XI ENCONTRO DE PESQUISADORES DA UNICHRISTUS. **Anais eletrônicos...** Disponível em:
<<http://conferencias.unichristus.edu.br/index.php/semanapsicologia/index/search/authors/view?firstName=Marcus&middleName=Jiwago%20Rodrigues&lastName=Veloso&affiliation=Centro%20Universit%C3%A1rio%20Christus%20-%20Unichristus&country=BR.>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

⁴⁸ RODRIGUES, Francisco Lisboa. CUNHA, Jânio Pereira da. COUTINHO, Julia Maia de Meneses (Org.). **Pautas Constitucionais**: contemporâneas. Fortaleza: Pouchain Ramos, 2013, p. 54.

jovens procuram refugiar-se saindo do campo e indo ao encontro da realidade urbana.

Assim como o mesmo diploma legal de 1988 estabeleceu como essencial ao manejo da justiça a presença de advogados e ao seu acesso a de defensores públicos para os reconhecidamente pobres; para que se tenha uma real efetividade do usufruto do direito a educação, positivado no art. 6º da CF, são necessários meios que estabeleçam o acesso livre, adequado e democrático deste direito social caro para o desenvolvimento do país.

A existência de direitos correlatos⁴⁹ à educação, portanto, a indivisibilidade dos direitos fundamentais, faz emergir uma real necessidade de investimento nos meios assecuratórios de educação. Viu-se nos últimos governos um crescente aprimoramento no que tange a democratizar o setor educacional no Brasil, foram estabelecidos novos centros de pesquisa, interiorização de Universidades em todo o país, melhorias no transporte escolar, na merenda, fomento a abertura de bibliotecas municipais, de escolas profissionais e criação de residências universitárias. No entanto, os problemas concernentes à assistência estudantil ainda resistem.

Inegavelmente um dos maiores e mais significativos aportes legais que dispõe sobre a matéria da moradia estudantil está contido no Decreto de nº 7.234/10 que estabelece o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que de acordo com o Art. 2º São objetivos do PNAES:

- I – Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - Reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

É notório que na primeira alínea do artigo supra está especificando a ação da União à permanência de jovens que somente estão inseridos na educação superior federal, automaticamente descartando a possibilidade de benefício a outros

⁴⁹ Ligação direta entre direitos. O Direito à vida se efetiva não só com o dever do Estado de não tirar a vida das pessoas, mas mediante políticas públicas de promoção, proteção e prevenção. Por exemplo, se faz necessário criminalizar condutas que sejam atentatórias ao referido direito, bem como investir no desenvolvimento de uma rede de saúde pública, bem como o de informar sobre os riscos de determinados produtos, como o cigarro. Esses direitos e deveres são correlatos ao direito fundamental que é a vida. Um direito fundamental precisa ser pensando de modo complexo, analisando as diversas nuances que ele implica na sociedade.

entes que prestam esse tipo de serviço concernente à permanência de jovens, a exemplo da Casa do Estudante. Porém, não se pode minimizar a importância deste decreto que além de estabelecer efetivamente a moradia estudantil para os estudantes pobres e interioranos dos cursos superiores de instituições federais, assegurou também o direito à creche universitária, transporte e alimentação nas universidades⁵⁰.

Um outro dispositivo legal que fundamenta o direito à moradia estudantil está contido na Lei de nº 13.005/14 aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, que traz em anexo como meta e estratégia no tópico 11.12 a elevação gradual de investimentos em programas de assistência estudantil e permanência de estudantes carentes nas redes de ensino público e privado, a exemplo das residências universitárias, mobilidade e financiamento estudantil.

Concernente à legislação cearense, esta limita-se somente a declarar, de forma generalizada, em sua Constituição direitos correlatos à função social das cidades. Tratando especificamente nos artigos 14º, IX onde estabelece sobre a moradia digna; não fazendo distinção entre prioridade de pessoas que devem ser atendidas de maneira imediata por políticas públicas de moradia digna. No artigo 15º, V e IX a promoção de meios de acesso à educação, cultura, tecnologia e habitação, sem evidenciar de forma direta a situação dos estudantes cearenses. No artigo 231º da disponibilidade dos recursos públicos que devem ser destinados à escolas filantrópicas, e bolsas de estudos para alunos não atendidos pela rede pública em suas localidades, tendo este artigo caráter taxativo, sem adicionar outros mecanismos que possam ser usados e beneficiados em prol dos estudantes, a exemplo da Casa do Estudante do Ceará. No artigo 289º onde dispõe sobre a política urbana, declarando mais uma vez o direito à moradia digna. No artigo 336º onde, por fim, traz à tona os direitos sociais, e entre estes estão à educação, moradia, cultura e transporte, fazendo referência à direitos que devem ser estendidos por todas as cidades e que devem cumprir a função de inserção das pessoas, bem como dos estudantes.

3 MÉTODOS

⁵⁰ BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Presidência da República.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7234.htm>. Acesso em: 18 jun. 2018.

Para a realização do trabalho, utilizou-se o método dedutivo, ou seja, foi feita uma análise de um conteúdo geral, relacionando-o com um mais específico. A pesquisa é de cunho qualitativo, uma vez que visa a estudar a problemática do direito não só à moradia, mas a assistência estudantil. Foi utilizada, ainda, a pesquisa bibliográfica e documental.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise da luta estudantil pela construção da Casa do Estudante do Ceará, pôde-se perceber que a assistência estudantil, em especial a moradia digna dos estudantes, consiste em um tema de profunda relevância social, porém de pouca repercussão.

Contudo, a Casa do Estudante do Ceará ao longo de toda a sua história presta grande serviço público, fornecendo condições mínimas de moradia digna para estudantes carentes do estado do Ceará e do restante do país.

Outrossim, percebeu-se que a evolução legislativa em prol da assistência estudantil produziu uma única lei que tratasse de forma direta a problemática da necessidade de implementação de residências estudantis no território brasileiro, a saber, a Lei nº 13.005/14 que introduz o Plano Nacional de Educação – PNE, referindo-se à questão tratada por este trabalho.

Viu-se, também, que o presente tema é tratado de forma generalizada pela Constituição do Estado do Ceará, reforçando somente as políticas públicas em relação ao pleno desenvolvimento e gozo dos direitos ligados às cidades.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho, portanto, visou a estudar determinadas características da luta dos estudantes por direitos e, nesse âmbito, analisar o processo de mobilizações que cominaram na criação da Casa do Estudante do Ceará e de seu aparelhamento, bem como a evolução legislativa que sucederam os anos tratando da temática da assistência aos estudantes e em especial a moradia estudantil.

REFERÊNCIAS

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional**. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7234.htm>. Acesso em: 18 jun. 2018.

CASA DO ESTUDANTE DO CEARÁ. Estatuto Social. **Casa do Estudante do Ceará**. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0Bzo0K4PCXFC_T3ZISTYyUXVIRGs/view >. Acesso em: 30 ago. 2018.

CEARÁ. Lei nº 11.581 de 10 de julho de 1989. Considera de utilidade pública a entidade que indica. **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**. Disponível em: <<https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis89/11581.htm>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

FARIAS, Airton de. **História da sociedade cearense**. Fortaleza: Livro Técnico, 2004.

_____. **História do Ceará: Dos índios à geração Cambeba**. Fortaleza: Tropical Editora, 1997.

HISTÓRIA. **Casa do Estudante do Ceará**. Disponível em: <<http://www.casadoestudante.org.br/historia/>>. Acesso em 30 ago. 2018.

LANDIN, Teoberto. **Seca: A estação do inferno**. Fortaleza: UFC/Casa de José de Alencar, 1992.

MALMESBURY, Thomas Hobbes de. **Leviatã ou matéria, forma e poder de um estado eclesiástico e civil**. São Paulo: Abril, 1974.

MOREIRA, Afonsina Maria Augusto Moreira. Ideias e ideais de juventude em Fortaleza nos idos de 1930 e 1940. VI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA CULTURAL – ESCRITAS DA HISTÓRIA: VER, SENTIR, NARRAR, 2012, Teresina. **Anais...** Uberlândia: GT Nacional de História Cultural, 2012.

_____. **Juventude da Pátria A(r)mada: O Centro Estudantil Cearense em Fortaleza, 1931-1945**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

MUNIZ, Altemar da Costa. Estado Novo e a colaboração estudantil na manutenção ordem social e política em Fortaleza. **UECE**. Disponível em: <<http://www.uece.br/mahis/dmdocuments/capituloaltemar.pdf> >. Acesso em: 03 ago. 2018.

NOGUEIRA, Ana Maria (Org.). **O Liceu do meu tempo**: 160 anos de história. Fortaleza: Premius, 2005.

PIMENTEL, Carmem Regina de Carvalho. O Ensino secundário brasileiro em 1930 no contexto da cultura escolar e história da educação. **Universidade Federal da Paraíba - UFPB**. p. 934. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/2.18.pdf> Acesso em: 19 de mar. 2018.

RAMALHO, Braulio Eduardo Pessoa. **Foi assim!** O movimento estudantil no Ceará (1928- 1968). Fortaleza: ABC, 2002.

RODRIGUES, Francisco Lisboa. CUNHA, Jânio Pereira da. COUTINHO, Julia Maia de Meneses (Org.). **Pautas Constitucionais**: contemporâneas. Fortaleza: Pouchain Ramos, 2013.

SILVA, Hélio Alexandre da. **As paixões humanas em Thomas Hobbes**: entre a ciência e a moral, o medo e a esperança. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SOUZA, Simone (Coord.). **História do Ceará**. 4. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

VELOSO, Marcus Jiwago Rodrigues. Federalismo e Royalties do petróleo: uma análise de sua regulamentação e de sua partilha no Brasil. XIII ENCONTRO DE INICIAÇÃO À PESQUISA E À DOCÊNCIA E XI ENCONTRO DE PESQUISADORES DA UNICHRISTUS. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://conferencias.unichristus.edu.br/index.php/semanapsicologia/index/search/authors/view?firstName=Marcus&middleName=Jiwago%20Rodrigues&lastName=Veloso&affiliation=Centro%20Universit%C3%A1rio%20Christus%20-%20Unichristus&country=BR>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

VON IHERING, Rudolf. **A Luta pelo Direito**. 6. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela saúde e coragem a mim dadas para superar os desafios impostos pela vida.

À minha mãe, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

À Casa do Estudante do Ceará que, indiscriminadamente me abrigou e me tem como um de seus moradores. Por contribuir de tão grande forma nas conquistas até hoje alcançadas, à CEC dedico este trabalho.

Aos governos que implementaram as políticas necessárias para o aprofundamento do acesso à educação e a democratização do ensino superior no

Brasil, da qual destaco o programa que permitiu um filho de faxineira estar cursando a ciência do Direito, a saber, o PROUNI (Programa Universidade Para Todos).

A esta instituição de ensino, a todo o seu corpo docente e demais colaboradores, por diariamente contribuírem em minha formação como profissional.

Ao Escritório de Direitos Humanos que me deu a oportunidade de trabalhar em equipe com os demais alunos-membros, prestando tão relevante trabalho para com a sociedade e que com companheirismo apresentou-me uma outra face do Direito.

Às professoras Natalia Castilho e Lígia Melo que desde o início estiveram como verdadeiros suportes na luta pela preservação e conhecimento dos Direitos Humanos. Ao professor Thiago Menezes. E em especial à professora Jacqueline Alves e o professor Evandro Alencar, coautores do presente artigo e pessoas fundamentais, pelo tempo a mim ofertado e pelo incentivo, sem as quais não haveria trabalho algum.

As pessoas que direta ou indiretamente fizeram parte desta construção.

DIREITO À SAÚDE VERSUS PLANOS DE SAÚDE: O CONSTANTE EMBATE ENTRE O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DA ATIVIDADE EMPRESARIAL.

Radson Nobre Brasileiro¹
José Evandro Alencar Correia²

RESUMO

O artigo versa sobre o direito fundamental à saúde, lançando a problemática à luz da colisão entre os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da continuidade empresarial, trazendo uma perspectiva pouco explorado em trabalhos acadêmicos quando se trata deste assunto, apresentando por meio de dados estatísticos o posicionamento predominante do Poder Judiciário brasileiro que têm sido chamado a intervir como forma de solucionar o conflito, o trabalho explora também as relações intrincadas entre operadoras de planos de saúde e usuários desse sistema, situando-a como uma relação consumerista e principalmente contratual que precisa ser melhor compreendida, trazendo um alerta quanto o aumento das demandas judiciais relacionadas a saúde e o quanto a concessão de tais demandas afeta as empresas de planos de saúde, podendo influenciar diretamente a sua saúde financeira fazendo com que a longo prazo usuários e não usuários sejam afetados direta ou indiretamente, sugerindo finalmente, formas que possam ser implementadas para solução da questão.

Palavras chave. Direito à saúde. judicialização da saúde. dignidade da pessoa humana. continuidade da atividade empresarial.

ABSTRACT

The article deals with the fundamental right to health, throwing the problem in the light of the collision between the constitutional principles of human dignity and business continuity, bringing a perspective little explored in academic work when it comes to this subject, presenting by means of data statistical analysis of the predominant position of the Brazilian Judiciary that have been called to intervene as a way of solving the conflict, the work also explores the intricate relations between health plan operators and users of this system, situating it as a consumerist and mainly contractual relationship that needs to be better understood, raising awareness about the increase in lawsuits related to health and how the granting of such demands affects health insurance companies, and can directly influence their financial health, causing long-term users and non-users affected directly or indirectly finally suggesting ways that can be implemented to solve the problem.

¹ Graduando em Direito; Vinculado ao Núcleo de Direito a Saúde (NDS) do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS). E-mail: brasuka_ce@hotmail.com.

² Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC); graduado em Direito pela Faculdade 7 de Setembro (FA7); Professor Orientador do Núcleo de Direito a Saúde (NDS) do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS). E-mail: evandroacorreia@hotmail.com.

Keywords: Right to health. judicialization of health. dignity of human person. continuity of business activity.

1. INTRODUÇÃO

O artigo levanta o debate acerca da concessão de tutelas jurisdicionais na área de saúde por parte do poder judiciário, analisando o posicionamento consolidado dos tribunais, que de forma reiterada, têm deferido tais demandas aos segurados dos planos de saúde suplementar, estes por sua vez, buscam a todo custo, ter garantido seu direito constitucional à saúde.

Em contrapartida, o artigo pretende apresentar o tema, sob a ótica das empresas que exploram a atividade de saúde privada que se vêem obrigadas a cumprir ordens judiciais por vezes despropositadas, pondo em risco a atividade empresarial a que se dedicam, diante dessa excessiva judicialização do tema, o artigo tem ainda como escopo propor algumas sugestões de soluções acerca do tema abordado.

O que se pode observar é a práxis quase recorrente de negativa por parte do plano de saúde dos procedimentos mais complexos que são solicitados. Em alguns casos, mesmo sendo previsto em contrato ou em legislações esparsas, os planos têm o péssimo procedimento de negar o tratamento.

Por outro lado, em alguns casos, a negativa pode ter um fundamento de legalidade e legitimidade. Nessas situações, a questão desagua no judiciário que concede, quase de modo automático, a tutela ao consumidor.

É preciso investigar o quanto essas tutelas jurisdicionais concedidas em desfavor dos planos de saúde podem afetar a saúde contábil das empresas, gerando um descontrole financeiro, com conseqüente aumento de preços que fatalmente deverá ser transferido aos demais usuários que deles dependem, culminando em uma situação insustentável sob o ponto de vista empresarial, fazendo com que esse tipo de negócio deixe de ser atrativo por não ser financeiramente viável.

Diante disso, a forte atuação do Poder Judiciário, intervindo de forma acentuada na questão seria de fato o caminho mais adequado para equacionar a problemática apresentada? Até que ponto esse ativismo judicial é prejudicial para a relação entre planos de saúde e usuários? Esse protagonismo judicial como forma de solucionar o embate entre esses dois atores, tem o condão de resolver definitivamente a questão? Ou seria apenas um remédio paliativo para tão conturbada relação?

Sempre que se fala em demandas judiciais em desfavor dos planos de saúde, faz-se necessário destacar que estamos tratando de litígios decorrentes de uma relação de consumo, pautada por normas contratuais que quando desrespeitadas por algum dos polos, "fazem surgir uma pretensão resistida consubstanciando-se em uma lide"³, esse enfrentamento decorrente do rompimento contratual por parte de um dos contratantes geralmente é conduzido ao judiciário como forma de ação judicial.

O Poder Judiciário, quando chamado a intervir, deverá agir de forma imparcial para solucionar a questão. Entretanto, o que se verifica é um posicionamento desse poder que *a priori* é favorável aos usuários desse tipo de serviço. A sensibilidade da demanda que é levado ao judiciário, por envolver um direito fundamental e, talvez, um dos mais importantes, saúde, correlacionado ao direito à vida, acaba por impor uma prestação jurisdicional que não atende para os aspectos mais complexos da relação jurídica e para a dimensão institucional.

O artigo pretende desmistificar a problemática que permeia o assunto, por meio de argumentos que esclareçam a matéria, fugindo do senso comum de que tal relação é constituída de modo dicotômico ou em um viés unilateral. Se faz necessário mostrar a complexidade que representa o contrato de plano de saúde, para além do viés bilateral, mas tendo em mente a imensa quantidade de contratos que são firmadas pela operadora. O contrato de plano de saúde não pode ser analisado sem ter em mente a possibilidade de um efeito cascata para os demais contratos que a operadora firma.

Desse modo, o leitor será direcionado para uma reflexão crítica acerca da questão, ostentando a relevância que possuem as empresas que exploram a atividade de saúde privada no país, além de suscitar o debate sobre os riscos de eventual judicialização inconsequente do tema. Tal atividade pode acarretar, em última análise, prejuízos não só para os usuários dos planos de saúde, mas também para as empresas que exploram o setor e para a saúde de uma forma geral. Essa situação importa, ao final, em prejuízo para todos os segurados que podem ter uma precarização nos serviços em virtude da inviabilidade econômico financeira da atividade.

³ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum – vol. I. Revista, atualizada e ampliada, 56. ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

A inquietude em escrever sobre o assunto, trazendo um ponto de vista destoante do senso comum, surgiu no Núcleo de Direito e Saúde da Unichristus (NDS) durante o estágio semanal, no qual verificou-se que quase a totalidade das tutelas de saúde são deferidas em favor dos usuários dos planos de saúde em detrimento as empresas que exploram o setor.

Para ilustrar a questão, um levantamento feito pelo Observatório de Judicialização da Saúde Suplementar da Universidade de São Paulo (USP) que pesquisou cerca de 4 mil decisões de segunda instância junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo entre os anos de 2013 à 2014, ficou constatado que em 92,4% dos acórdãos proferidos por este tribunal os usuários saíram-se vitoriosos e em 88% dos litígios os pedidos foram totalmente acolhidos⁴, dados como este reforçam a necessidade de abordar um tema sob a perspectiva pouco vista em outros trabalhos acadêmicos.

O trabalho visa ponderar acerca dessa relação conturbada entre empresas de planos de saúde e seus segurados, trazendo um enfoque sob a perspectiva empresarial para questão, pois embora existam trabalhos sobre o tema, ele ainda é pouco explorado por aqueles que se aventuram a escrever sobre o tema direito à saúde, tentando apontar uma solução prática e viável para a problemática apresentada, sugerindo uma nova forma de pensar essa relação de consumo.

Buscando identificar o porquê dessas reiteradas negativas dos planos de saúde quanto ao atendimento aos usuários, tentando compreender se tais negativas são realmente plausíveis, apontando as possíveis razões para esse posicionamento por parte dessas empresas.

Investigar se essas concessões por via judicial, tem de fato causado descontrole financeiro nas empresas que exploram a atividade de saúde privada com vistas a buscar uma solução eficaz para a situação que permita a concessão dos pleitos para os usuários, sem que isso, implique em uma sangria financeira para as empresas, obrigadas a cumprir decisões judiciais sobre procedimentos não cobertos em contrato, para que não seja preciso que todos os usuários paguem a conta dessa

⁴REVISTA PEQUENAS EMPRESAS GRANDES NEGÓCIOS. **Agência o globo:** Aumenta a disputa na justiça contra planos de saúde. Revista pequenas empresas grandes negócios (on line), São Paulo, 05 de Junho de 2018. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Noticias/noticia/2018/06/aumenta-disputa-na-justica-contra-planos-de-saude/>. Acesso em 04 Set. 2018.

judicialização, tal solução deverá ser viável sob o ponto de vista contábil-financeiro, como forma de propiciar às empresas, a continuidade do serviço, sem que para isso, nem elas, nem os usuários sejam afetados.

Sugerir soluções para a judicialização das demandas de saúde, mitigando esse ativismo judicial exagerado, como forma de encontrar um meio termo entre atuação judiciária e a concessão dos procedimentos de saúde que atenda aos interesses tanto dos beneficiários dos planos de saúde, quanto as empresas que desejam continuar explorando a atividade empresarial.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Já não é de hoje que o tema saúde suplementar tem estado em evidência. Ante a precariedade pela qual passa à saúde pública no Brasil, não resta alternativa a população que pode custear. O plano de saúde privado é uma forma tentar ver garantido uma proteção no caso de problema de saúde, pois, como se observa, o poder público não tem tido sucesso - salvo raras exceções - em conceder de modo adequado e abrangente o tão importante direito pela via governamental por intermédio do Sistema Único de Saúde.

Segundo dados da Associação Brasileira dos Planos de Saúde – ABRAMGE – coletados em Dezembro de 2017, os planos de saúde privados, atendem cerca de 70,5 milhões de usuários, o que representa cerca de 24,5% da população brasileira, destes, 47,3 são planos de saúde e 23,2 milhões são planos odontológicos⁵.

Dado o alcance que os planos de saúde possuem é natural que desta relação surjam embates, entre as empresas que ofertam o serviço e os usuários que deles dependem, tais divergências, por vezes, são levadas ao crivo do Poder Judiciário, chamado a se manifestar como forma de dirimir o conflito, pois, a Constituição Federal, no seu artigo 5º, inciso XXXV (inafastabilidade da tutela jurisdicional), garante a todo cidadão o direito de acesso à justiça, não podendo o Poder Judiciário se furtar de apreciar tão conturbada questão quando levada a juízo.

Os cidadãos que dependem da saúde suplementar têm cada vez mais, por meio de tutelas jurisdicionais, provocado o judiciário na tentativa de ver efetivado seu direito constitucional à saúde, os magistrados, por outro lado, não têm se furtado em

⁵ SAÚDE EM DESTAQUE, Publicação do Sistema Abramge.Sinamge, **Cenário saúde**, São paulo, Vol.3, 2018.

decidir sobre a questão, assumindo um papel de protagonismo, posicionando-se de uma forma geral, favorável ao pleito dos usuários, em detrimento as empresas, bombardeadas por decisões judiciais que as obrigam a realizar determinado procedimento, ou cobrir determinado tratamento mesmo que não originalmente previsto em contrato.

Diante desse quadro, torna-se premente a apresentação de uma reflexão que atenda aos interesses de ambas as partes, um meio termo que satisfaça os dois lados e que produza efeitos consistentes, como forma de apaziguar a questão, sem que para isso as partes tenham seus direitos arbitrariamente negados.

2.1 JUDICIALIZAÇÃO DAS DEMANDAS DE SAÚDE

Segundo levantamento coordenado pela Faculdade de Medicina da USP, junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, as ações judiciais contra os convênios médicos tiveram um aumento de 630% entre os anos de 2011 e 2016, dados da mesma pesquisa, apontam que em 90% desses litígios, os usuários saíram-se vitoriosos frente às empresas do setor⁶, os números, comprovam uma certa cultura da litigância crescente e a quase certeza de uma vitória nas batalhas judiciais, tal convicção faz com que o usuário que litiga em ações as quais o bem da vida pretendido é a saúde tenha sensação de causa ganha.

O posicionamento do tribunal paulista relacionado às ações que envolvam saúde não é único, apenas reflete um cenário comum a todos os tribunais Brasil afora, encorajando usuários de planos de saúde a ajuizar a ações, ainda que não disponham de determinado direito pretendido, pois já perceberam que provavelmente sairão vitoriosos no seu pleito.

Essa relação contratual entre planos de saúde e usuários, claramente contempla os três elementos constitutivos do negócio jurídico de acordo com o que propõe a teoria criada pelo renomado jurista Pontes de Miranda, pois observa os três planos da Escada Pontiana, existência, validade e eficácia⁷, não tendo porque em tese ser questionáveis judicialmente, principalmente porque os elementos mínimos

⁶ JUDICIALIZAÇÃO, Como o excesso de ações na Justiça compromete a execução de políticas públicas e ameaça o bom funcionamento da saúde suplementar, *Revista visão saúde*, São paulo, ano 1, Vol. 2, 2016.

⁷ TARTUCE, Flávio. *Direito civil, v.1: lei de introdução e parte geral*. ed. 12. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

da existência estão presentes, entre eles, o mais importante, a vontade livre de contratar.

Essa problemática de judicialização da saúde, tem sido danosa para o Poder Judiciário, pois abarrota os tribunais com processos que de uma forma geral poderiam ser evitados, bastando que para isso se respeitasse os contratos firmados entre as partes. Ou, no nível legislativo, que seja criado um modelo de relação jurídica contratual entre operadoras e consumidores que seja devidamente equitativo. Além disso, que o Estado não se omitisse no seu dever de assegurar o direito à saúde universal e gratuito, nos moldes do Art. 196 da Constituição Federal.

É preciso que se combata a cultura da judicialização. O equilíbrio entre usuários e prestadores não pode ser resolvido com uma solução rápida, ou com uma decisão judicial que não leva em consideração os aspectos econômicos da relação jurídica.

A discussão pode ganhar grande contribuição a partir das reflexões da Análise Econômica do Direito. Autores como Ivo Gico Jr.⁸ já destacam a possibilidade de ganhos epistemológicos quando se utiliza o material teórico de análise da economia no direito. Destaca-se, desde já, que não é o caso de submeter o direito aos ditames da economia, mas de pensar o direito também a partir da economia. Os custos serão socializados e os demais consumidores terão que arcar com ele. Entretanto, se esses custos continuarem subindo, os consumidores, em algum ponto, não mais poderão arcar com eles e acabarão saindo do plano de saúde, prejudicando toda a cadeia de prestação de serviços.

Os planos de saúde têm custeado, – assim como o SUS que tem o dever de custear –, tratamentos caros, por vezes, não previstos em contrato.

Um parêntese deve ser feito aqui para rememorar aspectos da teoria geral dos contratos. Para tanto, vale a pena colacionar a seguinte passagem de Enzo Roppo:

Se os efeitos do contrato representam a formalização e a sanção legal, o sinal do caráter juridicamente vinculante das transferências de riqueza que substanciam a operação econômica perseguida pelos contratantes, poderemos dizer que o *contrato funciona* – isto é, realiza adequadamente tal operação – só enquanto a medida e a qualidade dos efeitos por ele produzidos correspondam às expectativas e aos projectos da autonomia privada. E isto é o que acontece normalmente. Mas não raramente se verificam circunstâncias que, de vários modos,

⁸ GICO JR., Ivo T. **Metodologia e Epistemologia da Análise Econômica do Direito**. Economic Analysis of Law Review EALL, v. 1, n. 1 p. 7-33, jan./jun. 2010.

impedem o contrato de realizar adequadamente a operação económica por ele perseguida, porque – por força exatamente daquelas circunstâncias – os efeitos que o contrato deveria produzir não correspondem, por medida e/ou qualidade, às expectativas razoáveis e aos projectos concordemente formulados pelas partes nas suas escolhas de autonomia privada. Em casos como estes, pode-se muito bem dizer que o *contrato não funciona*, ou então que não funciona bem⁹.

Essa passagem serve de bom norte para contextualizar o desnível de expectativas que há entre as partes do contrato de saúde. De um lado, o segurado, espera que todos os esforços possíveis sejam despendidos para que sua saúde seja restaurada, com a mais moderna tecnologia e os métodos disponíveis no mercado. Do outro, o plano, tem que fazer uma análise levando em conta o custo das operações em um viés macro. Não somente analisar os contratos de modo tópicos, mas ver a viabilidade econômica e financeira de toda a operação que ele desenvolve.

A grande questão que surge é em termos de segurança jurídica. Um dos mais basilares princípios para as relações jurídicas¹⁰. Os avanços tecnológicos que ocorrem na seara da saúde verificam-se em uma velocidade surpreendente. Esses avanços implicam em custos. A questão inflacionária nas práticas de saúde ocorre em uma velocidade diferente em relação aos demais setores da economia. Desse modo, os planos têm uma dificuldade em desenvolver o cálculo do custo das operações que devem custear.

Diante desses elementos, as inovações que ocorrem no mercado, se incorporadas de modo acrítico no contexto dos contratos de plano de saúde, podem implicar em um desnível entre o que foi acordado e o que o assegurado espera.

Em face desse impasse deve-se lembrar que a preservação da empresa é um dos princípios básicos do Direito Empresarial e que o empreendimento econômico deve ser protegido para que a própria sociedade ganhe com a diversidade de serviços que é prestado, como é destacado por Fran Martins¹¹.

Essa situação acaba por implicar, inevitavelmente, na judicialização dos contratos de saúde. As empresas fiquem à mercê da interpretação judicial, por vezes com deficiência técnica, especialmente no aspecto mercadológico, e proferem

⁹ ROPPO, Enzo. **O contrato**. Coimbra, Almedina, 2009, p. 219 – 220.

¹⁰ ÁVILA, Humberto. **Segurança Jurídica**: entre permanência, mudança e realização no Direito Tributário. São Paulo, Malheiros, 2011.

¹¹ MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. Vol. 1. São Paulo, Saraiva, 2014.

decisões algumas vezes desarrazoadas, baseadas por vezes em fatores emocionais ou em laudos médicos.

Por óbvio que os magistrados estão apenas cumprindo seu papel previsto no artigo 5º da Constituição Federal que é de garantir que nenhuma lesão ou ameaça a direito deixe de ser apreciado, não há aqui uma ação que não tenha sido precedida por uma provocação, pois é por iniciativa da parte e o conseqüente impulso oficial¹² que o Judiciário é chamado a se pronunciar com vistas a garantir aos que batem à sua porta a salvaguarda do direito constitucional à saúde.

2.2 DIREITO À SAÚDE COMO DIREITO FUNDAMENTAL PARA O ALCANCE DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA.

O direito à saúde, está previsto na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 6º como um direito fundamental de cunho social, esta foi a primeira das constituições brasileiras a incluir tal direito no rol de direitos fundamentais, muito embora tal direito, já encontrasse positivado por meio de proteção internacional.¹³ Saliente-se que embora o direito à saúde seja um direito fundamental, sua proteção não se limita apenas a essa categoria de direito, pois o diploma constitucional traz em seu bojo outras referências, principalmente nos artigos 196 e seguintes do diploma constitucional, o que demonstra sua real dimensão, dado o tratamento privilegiado que lhe é conferido.

De uma forma geral, a sociedade brasileira só teve a consciência que dispõe de um direito subjetivo à saúde com o advento da Constituição Federal de 1988, pois, embora tal direito já tivesse sido reconhecido por meio do artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos do Homem, da Organização das Nações Unidas, assinada pela Brasil em 1948 que alçou a saúde como uma das condições indispensáveis para se viver de forma digna, fazendo com que o direito à saúde fosse automaticamente

¹² DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil**: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 17 ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015.

¹³GOMES LEITE, Vanessa. **Saúde em juízo**: o excesso do judiciário e a escassez dos leitos de UTI no estado do Ceará, 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2017.

reconhecido como um direito humano¹⁴, este ainda não era familiar a maioria dos brasileiros¹⁵.

É relevante perceber que na qualidade de direito fundamental, à saúde está intrinsecamente ligada a dignidade da pessoa humana, na medida em que serve de mecanismo para o alcance deste corolário norteador do ordenamento jurídico brasileiro, dessa forma, é preciso que se vislumbre a importância que possui tal fundamento social, gozando de um status privilegiado, pois traz consigo essa carga principiológica densa, tendo em vista que está imbuído de uma série de características que são comuns a todos os direitos fundamentais, dentre as quais, historicidade, inalienabilidade, irrenunciabilidade, imprescritibilidade, universalidade, entre outras¹⁶, mas que não devem ser lidas com a ótica do direito natural clássico. Deve-se levar em conta o aspecto moderno dos direitos fundamentais.

É preciso pontuar que embora o direito à saúde enquadre-se na categoria de direito fundamental, como se sabe, nenhum direito é absoluto, nem a saúde, e nem mesmo o direito à vida que ante de determinadas situações, pode ser perfeitamente relativizado, desde que havendo colisão entre este ou aquele direito, um deles conte com uma carga principiológica maior, fazendo com que seja preciso que um deles prevaleça sobre outro, no caso específico.

Robert Alexy¹⁷ ensina que em tratando-se de um simples conflito entre regras que ocorre na dimensão da validade, sua solução não geraria maiores problemas, bastando que para isso, se introduza em uma das regras conflitantes uma cláusula de exceção como forma de eliminar o embate, ou se ainda, uma das normas seja declarada inválida, já quando se fala na colisão entre princípios, ou mesmo direitos com carga principiológica demasiada, como se observa nas demandas de saúde, pelo fato da colisão se observar na dimensão do peso, a solução não é tão simples assim,

¹⁴ DALLARI, Sueli Gandolfi. O direito à saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 57-63, fev. 1988.

¹⁵ Sobre a questão da efetividade das normas constitucionais, cf. BARROSO, Luís Roberto. **O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas: limite e possibilidades da Constituição Brasileira**. 9ª ed. Rio de Janeiro, Renovar, 2009a. Sobre a questão da saúde e do mesmo autor, mas fazendo um balanço crítico, cf. BARROSO, Luís Roberto. **Da falta de efetividade à judicialização excessiva: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para atuação judicial**. Revista de Direito Social. v. 34, 2009b, p. 11 – 43.

¹⁶ SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional**. 11 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

¹⁷ ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

nestes casos, é preciso que haja uma ponderação, verificando-se qual princípio, ou direito com carga principiológica, deverá prevalecer sobre o outro, sem que qualquer deles seja abandonado por completo.

Os magistrados quando do enfrentamento das demandas judiciais, tendo conhecimento dessa força principiológica que carrega o direito à saúde, e de seu consequente pressuposto para o alcance da dignidade da pessoa humana, levam em consideração esse axioma para deferir as tutelas jurisdicionais em favor dos usuários dos planos de saúde e em desfavor das empresas do setor, o que faz com que por vezes, essa supervalorização do supracitado direito favoreça decisões algumas vezes desproporcionais, como as que determinam a realização de determinado procedimento de altíssimo custo, ou ainda, tratamentos que somente são realizados no exterior, promovendo custos elevadíssimos para empresas que tem como objetivo lucro, por meio do negócio saúde privada, subvertendo assim um direito que em tese os usuários teriam.

A questão dos custos do direito foi trabalhada por Gustavo Amaral ao analisar a concessão de medicamentos por parte do Estado¹⁸. O autor afirma que os recursos são escassos e que há uma dificuldade por parte do Estado em assegurar uma escalada nas necessidades dos indivíduos, implicando em uma tensão no que se chama de microjustiça (caso concreto) e macrojustiça (aspectos sistêmicos da decisão). O mesmo pode ser afirmado em relação aos planos de saúde. Os custos são crescentes, e as receitas não seguem na mesma proporção. A judicialização implica em prejuízos contábeis não esperados e que prejudicam o desenvolvimento do negócio.

2.3 A COLISÃO ENTRE O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E O PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DA ATIVIDADE EMPRESARIAL

Sempre que se fala nessa conturbada relação entre planos de saúde e os usuários desses planos, nunca é demais trazer à baila a dignidade da pessoa humana, fundamento basilar da Constituição Federal brasileira.

Prevista no seu artigo 1º, inciso III que embora seja um conceito aberto, como tantos outros pertencentes a seara do direito, pode-se em poucas palavras, defini-lo como sendo, um direito básico conferido ao ser humano, simplesmente por pertencer

¹⁸ AMARAL, Gustavo. **Direito, escassez e escolhas**: em busca de critérios jurídicos para lidar com a escassez de recursos e as decisões trágicas. Rio de Janeiro, Renovar, 2001, p. 36 – 38.

à categoria de ser humano, um piso mínimo a que todo humano faz juz, independente da condição, da etnia, da raça, do credo. Ou seja, a dignidade da pessoa humana é o elemento basilar e norteador dos direitos fundamentais¹⁹, pode-se dizer que estes emanam daquela, como uma árvore, onde o tronco seria a dignidade da pessoa humana da qual derivam todos os outros galhos que são os direitos fundamentais.

Nas demandas que versam sobre saúde, a dignidade da pessoa humana é constantemente invocada como forma de justificar o deferimento de determinada tutela jurisdicional ainda que contrária ao que dispõe o contrato. Os operadores do direito, cientes da força principiológica que possui tal instituto sempre utilizam como argumento para o deferimento das tutelas. Ela, inclusive, tem uma proteção extra no texto constitucional por se tratar de cláusula pétreia, contida no artigo 60, §4º do diploma máximo do país²⁰.

É irrefutável a importância da dignidade da pessoa humana. Ela precisa ser compreendida também como justificadora de outros princípios constitucionais. A própria ordem econômica, assegurada pela Constituição Federal de 1988, que tem como princípios a propriedade privada, a livre concorrência e busca pelo pleno emprego, são formas de concretização dela.

Sem a livre concorrência, as empresas não iriam ser criadas, o mercado não teria uma pluralidade de produtos em oferta, e, por fim, os preços não iriam tender a cair. O prejudicado com o fechamento do mercado é o ser humano, é o consumidor. Assim como a propriedade privada. Ao indivíduo cabe a alocação da sua propriedade e a sua negociação. Caso essa liberdade seja tolhida, igualmente seria prejudicada a dignidade humana.

Esses ditames, têm influência direta sobre outro princípio igualmente importante, o princípio da continuidade da atividade empresarial que prevê a manutenção da fonte produtora do emprego, dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo a preservação da empresa, sua função social e o estímulo da

¹⁹ SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. 4 ed.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

²⁰ Esse artigo garante uma proteção extraordinária aos direitos fundamentais. Eles servem como princípio norteador do Estado Democrático de Direito brasileiro. Quaisquer propostas deliberativas de emenda constitucional, tendentes a revogá-la não serão nem mesmo objeto de deliberação.

atividade econômica, conforme se vislumbra por meio da interpretação do artigo 47²¹ da Lei 11.101/05 (Lei de falência e recuperação judicial).

A Constituição traz ainda no seu artigo 5º, inciso XXII como um dos direitos fundamentais dos mais importantes, a garantia aos brasileiros, e aos estrangeiros residentes no país, o direito à propriedade privada. Dessa forma, esse direito fundamental, bem como os princípios constitucionais que versam sobre a atividade empresarial que já foram anteriormente elencados, servem de arrimo com vistas a salvaguardar a efetivação da continuidade da atividade empresarial, garantindo que aqueles que por ventura queiram investir no país, possam fazê-lo de forma segura, sabendo que patrimônio que foi amealhado por meio do trabalho, estará a salvo de apropriações indevidas seja por parte do governo, seja por parte de um terceiro, tal ideia remontando assim, as ideias do iluministas de John Locke e Jean-Jacques Rousseau.

Nessa tensão entre o princípio da dignidade da pessoa humana e o princípio da continuidade da atividade empresarial, o primeiro princípio tem prevalecido em detrimento do segundo, demonstrando o claro posicionamento em favor dos usuários dos planos de saúde, tal postura compromete sobremaneira a continuidade da atividade empresarial, pois segundo dados divulgados pela ANS em 2017, além do desperdício e das fraudes, a judicialização encarece o serviço de saúde público e privado no país²². Tal situação, vem provocando insegurança jurídica, uma vez que aquelas cláusulas contratuais firmadas entre clientes e empresas, podem a qualquer momento ser invalidadas por meio de uma decisão judicial, fazendo com que o brocardo *pacta sunt servanda* que assevera o respeito aos contratos perca sua aplicabilidade e efetividade.

Esse quadro atual, denota que o princípio da continuidade da atividade empresarial vem sendo ameaçado por decisões judiciais, muitas das quais, contrárias ao que prevêem os contratos firmados entre as partes, desconsiderando a força

²¹ Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

²²JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Estadão**. Economia e negócios: Após perda de 3 milhões de clientes, cem planos de saúde fecham as portas (on line), São Paulo, 05 de Agosto de 2018. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,apos-perda-de-3-milhoes-de-clientes-cem-planos-de-saude-fecham-as-portas,70002430740>. Acesso em 04 Set. 2018.

vinculante do negócio jurídico bilateral, pois embora tais contratos de planos de saúde sejam considerados como ato jurídico perfeito, alicerçados em requisitos de existência, validade e eficácia, isso não tem impedido que sejam desconsiderados pelos magistrados por meio de suas decisões judiciais.

Essa realidade de desrespeito aos contratos, gera uma insegurança jurídica para empresas, pois a qualquer momento as regras do jogo podem ser modificadas, indo de encontro o que preceitua o artigo 5º, inciso XXXVI da Constituição que entre outras proteções, alberga especialmente o ato jurídico perfeito, aquele já realizado e acabado na égide da lei vigente no tempo em que foi efetuado, tendo em vista que satisfaz todos os requisitos exigidos para sua formalidade, gerando em sua total plenitude, todos os efeitos pretendidos, sendo portanto, um ato completo e aperfeiçoado.

Outro ponto importante que deve ser levantado é que a quantidade decisões judiciais contrárias as empresas que exploram o setor, fazem com que esse tipo de negócio deixe de ser financeiramente atrativo, pois as empresas não mais conseguem se programar, e se manter financeiramente para o negócio ao qual pretendiam, tendo em vista que correm o risco, a qualquer momento de sofrer uma derrota judicial que as obrigue a custear determinado tratamento de saúde dispendioso não originalmente previsto em contrato, afetando diretamente seu equilíbrio financeiro, pois em alguns casos, esse custo alto e imprevisível, poderá comprometer a saúde financeira da empresa, vindo em casos mais graves, culminar com a falência.

Tal preocupação mostra-se justificável, tendo em vista que as empresas que têm como objetivo principal o lucro, como é natural nas economias de mercado, por certo que tais empresas não investiriam milhões de reais em aparelhagem, estrutura e pessoal, caso não seja lucrativa essa atividade. É de conhecimento de todos, tais empresas lucram com a venda de planos de saúde e produtos ligados a área da saúde privada, mas também desempenham um papel social de grande relevo. Como já foi informado, 25% da população brasileira é beneficiada com os planos de saúde. Se essa atividade deixar de ter viabilidade econômica, a consequência será que 70 milhões de pessoas terão que ser absorvidas pelo Sistema Único de Saúde, que já é precarizado.

Não se olvida que se trata de uma relação de consumo e que, em virtude disso, a sistemática do Código de Defesa do Consumidor incide sobre a relação. O que se faz é um alerta para as consequências jurídicas no longo prazo de um tratamento

jurídico que não leve em conta a complexidade da relação entre plano de saúde e assistido.

Os pontos que merecem destaque são: envelhecimento da população, esvaziamento dos planos de saúde, dificuldades em termos de partilha com os segurados. Além disso, pode-se destacar o processo de esvaziamento do mercado ou a criação de subterfúgios jurídicos para compensar o desequilíbrio contratual²³.

Se faz necessário refletir sobre a complexidade dessa relação jurídica para que ela em si possa perdurar. Caso contrário, o que se pode esperar é a própria negação do direito à saúde pela busca da sua efetivação.

3. METODOLOGIA

O desenvolvimento do trabalho ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica com auxílio de livros, artigos científicos e periódicos e de campo, pois, dada a limitação que um artigo científico desse porte tem, não seria possível ir em busca de formas empíricas de pesquisa para realização do artigo.

4. RESULTADOS

A problemática da judicialização da saúde privada no Brasil é um tema complexo, mas que pode ser resolvido, a partir de uma série de medidas tomadas por aqueles que estão diretamente envolvidos na questão, quais sejam, planos de saúde, governo, usuários e Poder Judiciário.

Por parte dos planos de saúde, é preciso que existam regras mais claras no tocante aos tratamentos e procedimentos cobertos por eles, essa transparência faz com que o usuário se sinta mais seguro na hora de contratar e principalmente na hora de usar o plano de saúde, pois muitas das ações judiciais, poderiam ser evitadas, caso fosse fornecida uma informação clara e precisa aos usuários principalmente no momento da adesão.

Além disso, as negativas dos planos quanto às coberturas, deveriam vir acompanhadas de uma maior transparência destes, pois em muitos casos, os usuários somente tomam conhecimento que determinado atendimento não será coberto pelo plano no momento em que tentam usar, sem que seja dada uma

²³ Nesse sentido, pode-se destacar a questão em torno dos planos de saúde individual e dos planos de saúde coletivo, ou laborais. A questão toma grande relevância ante o fato que neste último a regulação dos ajustes, bem como aspectos procedimentais específicos acabam colocando os beneficiários em uma situação jurídica turva.

justificativa plausível e sem oportunidade de contestar de forma administrativa junto a empresa, fazendo com que não reste outra alternativa, senão a judicialização da demanda.

Ao governo cabe equacionar a questão por meio de uma regulamentação com normas claras e estáveis, tais normas devem ser cognoscíveis a compreensão do homem médio, usando uma linguagem acessível por meio de termos que possam ser compreendidos não só por aqueles que detém o conhecimento técnico para tal. Além disso, é imprescindível que essas normas sejam robustas, sem grandes alterações no conteúdo com o passar do tempo, trazendo assim segurança jurídica, pois, tanto usuários quanto empresas de saúde suplementar estarão seguros que a regra que vigie quando da contratação do plano é a mesma irá vigorar no momento da sua utilização.

É necessário ainda que haja o fortalecimento da Agência Nacional de Saúde Suplementar, por meio de um real empoderamento do órgão para que esta haja como um protagonista na resolução das demandas ligadas a saúde suplementar, uma vez que tal autarquia tem como atribuições, editar atos normativos, fiscalizar e aplicar penalidades administrativas quando do descumprimento de normas por ela criada, ou seja, uma vez descumpridas as determinações da ANS, cabe a ela própria julgar a empresa infratora, indicando punições pertinentes ao caso, seja suspensão, multa ou até mesmo encerramento das atividades da empresa de planos de saúde, esse fortalecimento teria como principal consequência a diminuição da litigância entre usuários e empresas.

Ao Poder Judiciário, caberia uma reavaliação do seu papel enquanto protagonista da questão concernente às demandas de saúde, analisado cada processo como único e não como uma produção em série que profere decisões de forma mecanizada.

Seria de bom alvitre ainda que fosse fomentada de forma mais vigorosamente os núcleos de mediação de conflitos entre planos de saúde e usuários, objetivando que antes do ajuizamento fossem efetivamente consideradas as tentativas de acordo, trazendo uma indiscutível rapidez no tratamento dessas demandas, pois desafogaria o Poder Judiciário, agilizando a solução dos litígios sem a necessidade da mobilização de todo o aparato judicial, reduzindo assim gastos desnecessários.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado, o tema direito à saúde no que toca aos planos de saúde é uma problemática extremamente complexa, pois traz consigo um emaranhado de relações e de atores, cada um com sua nuance, mas que não deve ser visto como uma doença sem cura, bastando que para isso, aqueles os diretamente ligados, embora percebam-se acometidos de uma patologia grave, empreendam esforços verdadeiros para contornar o mal que abate a saúde privada no Brasil.

O fato é que se a saúde pública no Brasil não padecesse de qualidade, a elaboração de trabalhos científicos que discutem a saúde suplementar a luz do direito seriam desnecessários, bastaria que para isso, o mandamento presente no artigo 6º da Constituição fosse realmente implementando como forma de garantir a todos os cidadãos brasileiros uma vida digna.

Essa aclamada “Constituição cidadã” nas palavras do então Presidente da Assembleia Nacional Constituinte a época Ulysses Guimarães, está distante de fazer jus a alcunha popularmente conhecida.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução: Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2008.

AMARAL, Gustavo. **Direito, escassez e escolhas**: em busca de critérios jurídicos para lidar com a escassez de recursos e as decisões trágicas. Rio de Janeiro, Renovar, 2001.

ÁVILA, Humberto. **Segurança Jurídica**: entre permanência, mudança e realização no Direito Tributário. São Paulo, Malheiros, 2011.

BARROSO, Luís Roberto. **O Direito Constitucional e a efetividade de suas normas**: limite e possibilidades da Constituição Brasileira. 9ª ed. Rio de Janeiro, Renovar, 2009a.

_____. **Da falta de efetividade à judicialização excessiva**: direito à saúde, fornecimento gratuito de medicamentos e parâmetros para atuação judicial. Revista de Direito Social. v. 34, 2009b, p. 11 – 43.

DALLARI, Sueli Gandolfi. O direito à saúde. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo , v. 22, n. 1, p. 57-63, fev. 1988.

DIDIER JR., Fredie. **Curso de direito processual civil**: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento. 17 ed. Salvador: Ed. Jus Podivm, 2015.

GOMES LEITE, Vanessa. **Saúde em juízo**: O excesso do judiciário e a escassez dos leitos de UTI no estado do Ceará, 1ª ed. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2017.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. **Estadão**. Economia e negócios: Após perda de 3 milhões de clientes, cem planos de saúde fecham as portas (on line), São Paulo, 05 de Agosto de 2018. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,apos-perda-de-3-milhoes-de-clientes-cem-planos-de-saude-fecham-as-portas,70002430740>. Acesso em 04 Set. 2018.

JUDICIALIZAÇÃO, Como o excesso de ações na Justiça compromete a execução de políticas públicas e ameaça o bom funcionamento da saúde suplementar, **Revista visão saúde**, São paulo, ano 1, Vol. 2, 2016.

MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial**. Vol. 1. São Paulo, Saraiva, 2014.

REVISTA PEQUENAS EMPRESAS GRANDES NEGÓCIOS. **Agência o globo**: Aumenta a disputa na justiça contra planos de saúde. Revista pequenas empresas grandes negócios (on line), São Paulo, 05 de Junho de 2018. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/Noticias/noticia/2018/06/aumenta-disputa-na-justica-contra-planos-de-saude/>. Acesso em 04 Set. 2018.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Coimbra, Almedina, 2009, p. 219 – 220.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 4 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

_____. **A eficácia dos direitos fundamentais**: uma teoria geral dos direitos fundamentais na perspectiva constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

SAÚDE EM DESTAQUE, Publicação do Sistema Abramge.Sinamge, **Cenário saúde**, São paulo, Vol.3, 2018.

TARTUCE, Flávio. **Direito civil**, v.1: lei de introdução e parte geral. ed. 12. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**: Teoria geral do direito processual civil, processo de conhecimento e procedimento comum – vol. I. Revista, atualizada e ampliada, 56. ed.. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

Desafios da educação em direitos humanos no Brasil na construção de uma cidadania ativa: experiência do Escritório de Direitos Humanos

Márcio José Macêdo Garcia Junior¹

Natalia Martinuzzi Castilho²

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de analisar sob diversos matizes o papel dos processos educativos em direitos humanos – formais e informais -, na construção de uma cidadania ativa, a partir de uma análise do contexto pretérito e contemporâneo da sociedade brasileira, de modo a considerar as experiências no projeto de extensão Escritório de Direitos Humanos (EDH) do Centro Universitário Christus. O ponto de partida pesquisa é uma análise bibliográfica acerca da temática de modo a situar o leitor sobre os assuntos abordados, no que concerne aos processos formais e informais de educação em direitos humanos, tendo como um enfoque primordial para a presente pesquisa os processos informais. No segundo plano, o artigo objetiva analisar como ocorreu a construção desses processos na sociedade brasileira, analisando alguns documentos importantes como o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Noutro giro, a presente pesquisa traz ao debate o papel da educação em direitos humanos na construção de uma cidadania ativa no contexto brasileiro, fazendo algumas digressões acerca do conceito de cidadão, compreendida, hoje, não somente aqueles detentores dos direitos civis e políticos, mas todos os indivíduos como sujeitos dotados de dignidade, observando-se, assim, a relação intrínseca entre cidadania e dignidade. Por fim, o artigo analisa a contribuição do projeto de extensão Escritório de Direitos Humanos como uma ferramenta de promoção da educação em direitos

¹ Acadêmico do 4º semestre do Curso de Direito pelo Centro Universitário Christus e integrante do Escritório de Direitos Humanos – Unichristus, referente ao biênio 2017-2018.

² Doutoranda em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Mestrado (2013) pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Professora de direito do Centro Universitário Christus. Coordenadora do Escritório de Direitos Humanos, Direito Ambiental e Assessoria Jurídica Popular (EDH). Integrante do Instituto de Pesquisa Direitos e Movimentos Sociais (IPDMS). Tem experiência na área de Direitos Humanos, Direito da Criança e do Adolescente, atuando principalmente nos seguintes temas: teoria crítica do direito, direito e movimentos sociais, estudos pós e descoloniais, direito e políticas públicas para infância e juventude.

humanos por meio dos processos informais, a partir de um relato de experiência pessoal e das impressões de ex membros do projeto. Assim, a pesquisa utilizou os métodos de natureza qualitativa, a partir de uma análise bibliográfica e o método narrativo para possibilitar uma análise mais crítica e real possível acerca do projeto.

Palavras chave: Educação; Direitos Humanos; Cidadania-Participativa; Movimentos Sociais; Escritório de Direitos Humanos

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the role of educational processes in human rights, both formal and informal, in the construction of an active citizenship, based on an analysis of the past and contemporary context of Brazilian society, in order to consider experiences in the extension project Office of Human Rights (EDH) of Christus University Center. The starting point is a bibliographical analysis about the theme in order to situate the reader on the issues addressed, with regard to the formal and informal processes of human rights education, having as a primary focus for the present research the informal processes. In the background, the article aims to analyze how the construction of these processes occurred in Brazilian society, analyzing some important documents such as the National Human Rights Program (PNDH) and the National Human Rights Education Plan (PNEDH). In another round, the present research brings to the debate the role of human rights education in the construction of an active citizenship in the Brazilian context, making some digressions about the concept of citizen, understood today, not only those who hold civil and political rights, but all individuals as subjects endowed with dignity, thus observing the intrinsic relation between citizenship and dignity. Finally, the article analyzes the contribution of the Human Rights Office extension project as a tool to promote human rights education through informal processes, based on an account of personal experience and the impressions of former project members. Thus, the research used the methods of a qualitative nature, based on a bibliographic analysis and the narrative method to enable a more critical and real analysis about the project.

Keywords: Education; Human rights; Citizenship-Participatory; Social movements; Office of Human Rights

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente trabalho é discutir a importância da educação em direitos humanos na contemporaneidade com vistas à formação de cidadãos autônomos e sujeitos ativos na construção de uma sociedade igualitária, justa e fraterna. É importante considerar, nesse diálogo, a educação não compreendida somente como aquela da sala de aula, mas também a que ultrapassa suas fronteiras, incluindo desde as ações das comunidades, dos movimentos e das organizações sociais, políticas e não governamentais até as do setor da educação e da cultura – processos informais, sendo estes o ponto de reflexão da presente pesquisa.

Em um primeiro momento, de modo a situar o leitor na discussão, torna-se de suma importância tecer algumas considerações a respeito do conceito de educação em direitos humanos sob a ótica de processos formais e informais. No segundo momento, analisar o contexto brasileiro na luta pela efetivação desse direito à educação, como um dos basilares dos direitos humanos, é de suma importância, apresentando as conquistas em termos de direitos, documentos e ações de governo, assim, como o que muito ainda se precisa conquistar e compreender como esse processo, se efetivo, pode implicar a autonomia do indivíduo e a sua condição de cidadão.

Por fim, apresenta como um modelo de educação em direitos humanos o Escritório de Direitos Humanos, projeto de extensão do Centro Universitário Christus, que tem contribuído, de forma significativa, na formação dos alunos e, sobretudo, dos assistidos, por meio de pesquisas, atividades de conscientização, eventos, debates e assessoria jurídica.

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Educação em direitos humanos: processos formais e informais

Segundo Fernando Vicente Vivaldo³, “a educação em direitos humanos é entendida, hoje, como um conjunto de processos de educação formal e não formal,

³ VIVALDO, Fernando Vicente. **Educação em Direitos Humanos**: abordagem histórica, a produção e experiência brasileira. São Paulo, p.10. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 2009

orientados para a construção de uma cultura de respeito à dignidade humana, através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação e da paz.”

Quanto à educação formal, a formação em direitos humanos será feita no sistema de ensino, desde a escola primária até a universidade, que será mais viável se contar com o apoio dos órgãos oficiais tanto ligados diretamente à educação como ligados à cultura, à justiça e à defesa da cidadania. Quanto à educação não formal, os espaços das atividades “distribuem-se em inúmeras dimensões, incluindo desde as ações das comunidades, dos movimentos e das organizações sociais, políticas e não governamentais até as do setor da educação e da cultura”⁴, devendo sua implementação configurar permanente processo de sensibilização e formação de consciência crítica, direcionada para o encaminhamento de reivindicações e a formulação de propostas para as políticas públicas.

Os processos formativos ocorrem em diferentes tempos e lugares, como no meio familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, nas manifestações culturais.⁵ Nesse sentido, a educação deve assegurar a formação plena do indivíduo, respeitando as diferenças, garantindo as práticas democráticas e inclusivas, permitindo que os indivíduos tenham diferentes visões de mundo e obtenham seu preparo para o exercício da cidadania.

Assim, a educação em direitos humanos objetiva formar a consciência do indivíduo para que ele seja o sujeito de sua própria história; visa inculcar o ideal de uma sociedade justa e democrática, o espírito de tolerância e fraternidade ao mesmo tempo que a determinação de lutar pelos que não têm direitos. Os direitos humanos não se aprendem tão somente nas salas de aula, mas ultrapassa suas fronteiras e permeia todos os momentos da vida e atos do cotidiano.

A importância da mescla de ambos é fundamental, mas a formal tem dificuldade em se materializar na realidade brasileira. Diante desse aspecto

⁴ UNESCO. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, SEDH, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2008. **MEC.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 de maio de 2018.

⁵ GADOTTI, Moacir. **EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA: Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum.** Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>. Acesso em: 19 de março de 2018.

difícil, está a tentativa de ressignificação da educação nacional, visando à valorização humanitária como base educacional, o que vem sendo duramente criticado em tempos de crise sociopolítica, como os que o Brasil vive atualmente, mas são fundamentais para promover mudanças positivas nos instrumentos que a sociedade possui para resguardar seus direitos. Partindo desses pressupostos, é mister salientar que o enfoque primordial da pesquisa em questão é sobre os processos informais de educação em direitos humanos na construção de um "ser pensante".

A humanidade vive em permanente processo de reflexão e aprendizagem. Esse processo ocorre em todas as dimensões da vida, pois a aquisição e a produção de conhecimentos não acontecem somente nas escolas e nas instituições de Ensino Superior, mas também nas moradias e nos locais de trabalho, nas cidades e no campo, nas famílias, nos movimentos sociais, nas associações civis, nas organizações não governamentais e em todas as áreas da convivência humana.

Conforme dispõe o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH):

A educação não formal em direitos humanos orienta-se pelos princípios da emancipação e da autonomia. Sua implementação configura um permanente processo de sensibilização e formação de consciência crítica, direcionada para o encaminhamento de reivindicações e a formulação de propostas para as políticas públicas, podendo ser compreendida como: a) qualificação para o trabalho; b) adoção e exercício de práticas voltadas para a comunidade; c) aprendizagem política de direitos por meio da participação em grupos sociais; d) educação realizada nos meios de comunicação social; e) aprendizagem de conteúdos da escolarização formal em modalidades diversificadas; e f) educação para a vida no sentido de garantir o respeito à dignidade do ser humano.⁶

Os espaços das atividades de educação não formal distribuem-se em inúmeras dimensões, incluindo desde as ações das comunidades, dos movimentos e das organizações sociais, políticas e não governamentais até as do setor da educação e da cultura. Ainda, conforme dispõe o PNEDH, essas atividades se desenvolvem em duas vertentes principais: "a construção do conhecimento em educação popular e o

⁶ UNESCO. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, SEDH, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2008. **MEC.** Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 de maio de 2018.

processo de participação em ações coletivas, tendo a cidadania democrática como foco central.”

Nesse sentido, movimentos sociais, entidades civis e partidos políticos praticam educação não formal quando estimulam os grupos sociais a refletirem sobre suas condições de vida, os processos históricos em que estão inseridos e o papel que desempenham na sociedade contemporânea. Muitas práticas educativas não formais enfatizam a reflexão e o conhecimento das pessoas e grupos sobre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Também estimulam os grupos e as comunidades a se organizarem e a proporem interlocução com as autoridades públicas, principalmente no que se refere ao encaminhamento das suas principais reivindicações e à formulação de propostas para as políticas públicas.

As experiências educativas não formais estão sendo aperfeiçoadas conforme o contexto histórico e a realidade em que estão inseridas. Resultados mais recentes têm sido as alternativas para o avanço da democracia, a ampliação da participação política e popular e o processo de qualificação dos grupos sociais e comunidades para intervir na definição de políticas democráticas e cidadãs. O empoderamento dos grupos sociais exige conhecimento experimentado sobre os mecanismos e instrumentos de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos. (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH)

2.2. Contexto da educação em direitos humanos no Brasil

A concepção contemporânea de direitos humanos deixa claro que não há direitos civis e políticos sem direitos sociais, econômicos e culturais, ou seja, não há liberdade sem igualdade.

No Brasil, o Regime Militar (1964-1985) representou um dos períodos em que mais se violaram direitos humanos e, nesse período, logo começaram a surgir movimentos em resposta ao autoritarismo advindo do regime militar, às violações dos direitos humanos, em defesa do meio ambiente, na luta pela moradia, pela educação popular e outros.⁷ Com a promulgação da Constituição de 1988, chamada de

⁷ TOSI, Giuseppe; FERNANDEZ, Mônica; ZENAIDE, Maria de Nazaré. **Cultura e educação em direitos humanos na América Latina**: Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas. p.37. João Pessoa: UFPB, 2014.

"Constituição-cidadã", no propósito de instaurar a democracia no país, os direitos humanos ganharam uma nova face.

Sendo assim, a partir da década de 1990, surgem as primeiras versões do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Desde 2003, a educação em direitos humanos ganhou um plano nacional (PNEDH), voltado para as cinco áreas: educação básica, educação superior, educação não formal, mídia e formação dos profissionais dos sistemas de segurança e justiça, sendo o PNEDH um importante passo na conquista de direitos à educação, que ressalta valores como a tolerância, o respeito, a solidariedade, a fraternidade, a justiça social, a inclusão, a pluralidade e a sustentabilidade.⁸

A partir desses pressupostos, o PNEDH foi concebido com o objetivo de contribuir para a vigência de um Estado brasileiro realmente democrático, embasado em uma proposta de governo que prioriza as políticas públicas em busca da melhoria das condições de vida da população.

Cabe destacar que, nas últimas décadas, houve um processo de fortalecimento da construção da educação em direitos humanos com a criação de novos dispositivos que visam à proteção e à promoção de direitos de crianças e adolescentes, à educação das relações étnico-raciais, à educação escolar quilombola, indígena, à educação ambiental, à educação do campo, à educação para jovens e adultos, às temáticas de identidade de gênero e orientação sexual na educação, a inclusão educacional das pessoas com deficiência e à implementação dos direitos humanos de forma geral no sistema de ensino brasileiro.⁹

Assim, não podemos ignorar a construção do processo cultural implantado no país, que é marcado por grandes contrastes e desigualdades sociais, discriminações, preconceitos e outros aspectos. Dessa forma, a mudança desse quadro depende, sim, da contribuição da educação.

Em relação aos fundamentos da educação em direitos humanos importa salientar que, com a universalização da educação básica e democratização do acesso

⁸ VIVALDO, Fernando Vicente. **Educação em Direitos Humanos**: abordagem histórica, a produção e experiência brasileira. p.23. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 2009.

⁹ CARNEIRO, Vannessa Alves. **Tendências da incorporação da educação em direitos humanos no Brasil no cenário regional das Américas**: uma análise do segundo ciclo de relatórios interamericanos da educação em direitos humanos do Instituto Interamericano de Direitos Humanos – p.67. 2007 a 2011. 2016. 385 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)— Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

à educação superior surgiram novos desafios para as políticas públicas. Dessa forma, com a demanda da sociedade a educação como direito social, gratuita, laica, democrática, inclusiva e de qualidade para todos, mostra que temos um contexto desafiador de superação das desigualdades e do reconhecimento e respeito à diversidade, comprometida com a formação ética, crítica e política em defesa da promoção dos direitos humanos.

Para garantir a educação em direitos humanos, é preciso superar alguns desafios: a formação, a valorização dos profissionais da educação, a socialização dos estudos e experiências, o respeito às diversidades, a compreensão ampla da participação democrática, a criação de políticas de produção de materiais didáticos e paradidáticos, a importância da educação em direitos humanos e sua relação com a mídia e as tecnologias da informação e comunicação, a efetivação dos marcos teórico-práticos do diálogo intercultural em âmbitos local e global.

Portanto, educar em direitos humanos é fomentar processos de educação formal e não formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas para a transformação da sociedade.

2.3. Educação em direitos na construção de uma cidadania ativa

O debate sobre os direitos humanos e a formação para a cidadania no Brasil vêm alcançando mais espaço e relevância a partir de documentos nacionais e internacionais, incessantes lutas históricas, que visem a assegurar o direito à educação para todos.

Quando do início do processo de internacionalização dos direitos humanos, pautados na proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, passaram-se a considerar, como cidadãos, não somente aqueles detentores dos direitos civis e políticos, mas também todos os indivíduos como sujeitos dotados de dignidade, independentemente do âmbito da soberania de um Estado.¹⁰

¹⁰ **Plan of Action: World Programme for Human Rights Education; first phase.** Publicado em 2006 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001478/147853por.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2018.

Nesse processo, a educação é tanto um direito humano em si mesmo, como um meio indispensável para realizar outros direitos, conforme declarado nas Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (DNEHD) em seu art. 2º, § 1º:

Direitos humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana.¹¹

De acordo com o art. 3º da Declaração, a educação ganha maior importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades e à elevação da autoestima dos grupos socialmente excluídos, com a finalidade de promover a mudança e a transformação, de modo a efetivar a cidadania plena, a democracia, a dignidade humana, o desenvolvimento de valores, das diferenças e das diversidades, a defesa do meio ambiente, dos outros seres vivos e da justiça social em favor dos direitos humanos.

Nesse sentido, de acordo com o art. 4º, a educação como um processo sistemático e multidimensional deve assegurar a formação plena do indivíduo voltada para a construção de uma cidadania consciente e ativa, que ofereça as bases culturais para que o indivíduo possa identificar e posicionar-se frente às transformações em curso e incorporar-se na vida produtiva e sociopolítica, no fortalecimento do respeito aos direitos e liberdades fundamentais do ser humano, no desenvolvimento da personalidade humana, do respeito à diversidade de gênero e cultura.

É comum a ideia de educação para cidadania ser entendida como se fosse meramente uma educação moral e cívica, ou seja, como se fosse necessário e

¹¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)

Art. 3º A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social, fundamenta-se nos seguintes princípios: I - dignidade humana; II - igualdade de direitos; III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; IV - laicidade do Estado; V - democracia na educação; VI - transversalidade, vivência e globalidade; e VII - sustentabilidade socioambiental.

Art. 4º A Educação em Direitos Humanos como processo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se às seguintes dimensões: I - apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre direitos humanos e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; II - afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos direitos humanos em todos os espaços da sociedade; III - formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político; IV - desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; e V - fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos.

suficiente pregar o culto à pátria, a seus símbolos, a seus heróis e a datas históricas, assim como fomentar um nacionalismo ora ingênuo ora agressivo, sem a percepção de que a nação não é um todo homogêneo, mas um todo heterogêneo, com conflitos, classes sociais, grupos e interesses diferenciados.¹²

Entretanto é, na verdade, uma ideia que não pode partir de uma visão da sociedade homogênea, pois é necessário entendê-la como formação do cidadão participativo e solidário, consciente de seus deveres e direitos, possibilitando termos base para uma visão mais global do que uma educação democrática, que é, por ora, o que desejamos com a educação em direitos humanos.

Ao contrário do que se pensa, não é uma proposta utópica, pois existem experiências em países, somando mais de uma centena, sendo mais recorrentes nos Estados Unidos, na Alemanha e na Áustria. “Ter essa utopia em mente para direcionar as práticas cotidianas significa manter o debate no plano da ética e ser coerente com o espírito revolucionário dos direitos humanos, não nos deixando levar por demandas conservadoras”¹³.

Há de se destacar que a perspectiva que promove o empoderamento individual e coletivo, especialmente dos grupos sociais desfavorecidos ou discriminados,

supõe potencializar grupos ou pessoas que historicamente têm tido menos poder na sociedade e se encontram dominados, submetidos, excluídos ou silenciados na vida cotidiana e nos processos sociais, políticos, econômicos

e culturais. O empoderamento tem duas dimensões básicas: pessoal e social, intimamente relacionadas, que a educação em Direitos Humanos deve promover, afirmar e desenvolver. A dimensão pessoal se relaciona com a potencialização do próprio ser e integra aspectos cognitivos, criatividade, autoconceito, autoestima e confiança nas próprias possibilidades. A dimensão social está articulada com os mecanismos de participação e organização, assim como com a relação entre igualdade e diferença.¹⁴

Decorrido mais de meio século da proclamação da Declaração Universal de 1948, testemunha-se, hoje, uma crescente evolução na identidade de propósitos

¹² BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos: de que se trata?** Programa Ética e Cidadania – Construindo Valores na Escola e na Sociedade.

¹³ SINGER, Helena. **Direitos humanos e volúpia punitiva**. REVISTA USP/Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. Dossiê Direitos humanos no limiar do século XXI. São Paulo: v. 37. USP, CCS. pp. 10-19. n. 1 mar./mai. 1998.

¹⁴ SACAVINO, Susana. **Formação de Educadores/as em/para os Direitos Humanos: um horizonte de sentido – uma maneira de fazer – uma forma de ser**, 2008 (mimeo). Disponível em: www.dhnet.org.br. Acesso em: 5 mai. 2018.

entre o Direito Interno e o Direito Internacional, no que respeito à proteção dos direitos humanos. De fato, a educação tem um papel importante na mudança social do contexto.¹⁵

Notoriamente, temos presenciado grandes contrastes e desigualdades sociais na sociedade brasileira. A exclusão econômica, social, racial e cultural decorrente de um modelo de Estado fundamentado na concepção neoliberal, no qual as políticas públicas priorizaram os direitos civis e políticos, em detrimento dos direitos econômicos, sociais e coletivos, revela graves violações dos direitos humanos.

O Brasil possui uma concentração de riqueza muito grande nas mãos de poucos, conseqüentemente, os avanços na área dos direitos humanos são muito tímidos, principalmente no que se refere aos direitos humanos, entendidos como os direitos de todo ser humano, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, cultura, religião, opção sexual, opção política ou qualquer outra forma de discriminação.

Essa concepção de direitos humanos incorpora a compreensão de cidadania democrática, cidadania ativa e cidadania planetária, as quais estão embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da diversidade, e na universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos.

2.4. O papel do Escritório de Direitos Humanos em prol da educação em direitos humanos

Diante desse cenário de conquistas ao longo do tempo de direitos no que tange à educação em direitos humanos, seja através de Tratados internacionais, seja por intermédio de documentos nacionais, ainda estamos muito distantes da efetivação desse direito tão importante, sobretudo com o objetivo de educar para direitos humanos. Cumpre destacar o papel dos processos informais como vias alternativas e mais eficientes nesse processo e a importância do Escritório de Direitos Humanos como um modelo a ser seguido para se buscar a efetivação em prol da educação em direitos humanos.

¹⁵ CARNEIRO, Vannessa Alves. **Tendências da incorporação da educação em direitos humanos no Brasil no cenário regional das Américas: uma análise do segundo ciclo de relatórios interamericanos da educação em direitos humanos do Instituto Interamericano de Direitos Humanos – 2007 a 2011**. 2016. 385 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

O Escritório de Direitos Humanos do Centro Universitário Christus, para além de um projeto de extensão do Curso de Direito, tem cumprido, de forma digna, a sua finalidade de ser um projeto de inserção social e atuado nesse processo informal de educação em direitos humanos, por meio das suas intervenções dentro e fora da Universidade, nesse processo de dupla formação, mesmo tempo que os alunos são sujeitos desse processo de aprendizado e atores coadjuvantes, na medida em que realizam atividades extensionistas e de intervenção social, seja através da pesquisa, dos debates, das campanhas de conscientização, entre outras.

O projeto, estruturado em três linhas de pesquisa: direito à cidade, educação em direitos humanos e direito ambiental, consegue unir, nas suas três linhas de pesquisa esse processo de formação em direitos humanos. A linha de pesquisa direito à cidade traz, em seu bojo, uma aproximação forte entre os direitos humanos e a cidadania participativa, a partir do contato promovido entre os alunos e os diversos grupos sociais ligados ao movimento de direito à cidade em Fortaleza, servindo como observatório para analisar, participar e estudar a articulação desses grupos¹⁶. A linha de pesquisa de direito ambiental promove uma inserção na comunidade da Sabiaguaba, mediante pesquisas de mapeamento que vêm sendo realizadas na comunidade, atividades de assessoria jurídica, campanhas de preservação e conscientização ambiental daquela região. A linha de pesquisa educação em direitos humanos tem desenvolvido um trabalho junto ao Conselho Estadual de Direitos Humanos para fortalecer a nobre causa dos direitos humanos, promovendo, por meio de um estágio *pro bono* a experiência aos alunos de terem um contato mais íntimo com as causas de violação de direitos humanos no Estado do Ceará, além de atividades de conscientização e promoção dos direitos humanos.

Nesse contexto, o Escritório de Direitos Humanos, sendo um dos pioneiros no Estado do Ceará como um projeto de extensão de uma Universidade, tem

¹⁶ As atividades desenvolvidas ao longo da minha trajetória pelo projeto contribuíram de forma muito significativa pra mim enquanto pessoa, como acadêmico e enquanto futuro profissional do direito. Os debates promovidos durante a fase de capacitação foram de suma importância nesse processo, de igual modo as atividades extensionistas. Um dos momentos mais marcantes da minha participação no GT sobre direito à cidade que mais me despertou interesse pela causa e acendeu uma luz para essas questões pertinentes a temática foi o debate ocorrido na UFC, promovido pelo Renato Pequeno (coordenador do Laboratório de Estudos da Habitação – LEHAB e do Observatório de Remoções de Fortaleza) e pela Promotora de Justiça Dra. Giovana de Melo, com a temática “**Remoções em Fortaleza: Impactos e Resistência aos Grandes Projetos Urbanos**”. Foi um momento enriquecedor em que eu pude conhecer essa realidade de perto através da experiência dessas duas grandes pessoas.

contribuído, de forma significativa, para a formação dos alunos respaldado em uma educação continua e para a formação de profissionais com uma visão mais humanística.

3. MÉTODO

O método será apresentado em uma abordagem qualitativa do tema proposto, com vistas a apropriar-se das fontes de pesquisa bibliográfica, cujos temas estejam relacionados à educação em direitos humanos a partir de uma análise dos processos formais e informais, contexto da educação em direitos humanos no Brasil, o processo educacional na construção de uma cidadania ativa e apropriando-se em alguns momentos do método narrativo para relatar as experiências vivenciadas no projeto de extensão Escritório de Direitos Humanos correlacionando a sua importância enquanto projeto de inserção social em prol da educação em direitos humanos e na construção de uma sociedade mais democrática. Ainda utilizando-se dessa importante ferramenta metodológica, que hodiernamente vem sendo amplamente difundida e utilizada no campo educacional, utilizou-se da presente metodologia para ouvir relatos pessoais de alunos que já participaram do projeto, sobre as suas impressões acerca do projeto e como ele tem contribuindo seu papel social, sobretudo, no aspecto da promoção da educação em direitos humanos. Destarte, a pesquisa bibliográfica enquanto passo inicial na construção efetiva de um protocolo de investigação é um importante método embasador para esta pesquisa e a utilização do método narrativo torna-se muito importante por considerar como um de seus instrumentos de pesquisa a subjetividade individual, oferecendo a oportunidade de dar voz aos sujeitos.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Assim, a partir da análise acerca do tema é de suma importância a priori apresentar uma breve distinção entre os processos formais e informais de educação em direitos humanos, sendo a mescla de ambas fundamental, apesar de os processos formais ter uma dificuldade de materialização na realidade brasileira. Diante desse aspecto dificultoso, está a tentativa de ressignificação da educação nacional, visando a valorização humanitária como base educacional.

Uma análise histórica sobre o contexto da educação em direitos humanos no Brasil mostra alguns avanços e retrocessos, com a promulgação da “Constituição-cidadã”, alguns documentos foram muito importantes nesse processo de inserir na base educacional a educação em direitos humanos, como o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) e o Programa Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), sendo o PNEDH um importante passo na conquista de direitos à educação, que ressalva valores como a tolerância, o respeito, a solidariedade, a fraternidade, a justiça social, a inclusão, a pluralidade e a sustentabilidade como sustentáculos da educação no Brasil.

Nesse contexto de desafios a implementação dos processos formais de educação em direitos humanos no Brasil na construção de uma cidadania ativa, urge salientar que as práticas educativas não formais enfatizam a reflexão e o conhecimento das pessoas e grupos sobre os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, também estimulam os grupos e as comunidades a se organizarem e a proporem interlocuções com as autoridades públicas, principalmente no que se refere ao encaminhamento das suas principais reivindicações e à formulação de propostas para as políticas públicas.

Dessa forma, o Escritório de Direitos Humanos como um projeto de extensão que se propõe ser um projeto de inserção social, promove em certa medida através de suas atividades um empoderamento dos alunos para buscar a efetivação dos direitos humanos.

5. CONCLUSÃO

Ante o exposto, cumpre ressaltar que o presente trabalho não tem por objetivo esgotar o debate sobre o assunto ora discutido, a *contrario sensu*, apresentar uma visão nova sobre a educação em direitos humanos a partir dos seus pressupostos de processos formais e informais, destacando a importância do fortalecimento dos processos informais na realidade brasileira com o fito de efetivar a construção de uma cidadania ativa.

Por fim, cumpre destacar o papel primordial do projeto de extensão desempenhado no Centro Universitário Christus – o Escritório de Direitos Humanos, na busca pela efetivação dessa utopia de ser ao mesmo tempo um projeto que

promova o protagonismo dos alunos como defensores dos direitos humanos, cumpra sua função de inserção social e ainda seja um modelo de projeto que promove a educação em direitos humanos por meio dos processos informais.

REFERÊNCIAS

VIVALDO, Fernando Vicente. **Educação em Direitos Humanos**: abordagem histórica, a produção e experiência brasileira. São Paulo, p.10. Dissertação

(Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 2009

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília, SEDH, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2008. MEC. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 03 de maio de 2018.

TOSI, Giuseppe; FERNANDEZ, Mônica; ZENAIDE, Maria de Nazaré. **Cultura e educação em direitos humanos na América Latina**: Brasil: trajetórias, desafios e perspectivas. p.37. João Pessoa: UFPB, 2014.

CARNEIRO, Vannessa Alves. **Tendências da incorporação da educação em direitos humanos no Brasil no cenário regional das Américas**: uma análise do segundo ciclo de relatórios interamericanos da educação em direitos humanos do Instituto Interamericano de Direitos Humanos – p.67. 2007 a 2011. 2016. 385 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

Plan of Action: World Programme for Human Rights Education; first phase. Publicado em 2006 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001478/147853por.pdf>. Acesso em: 13 de março de 2018.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996)

BENEVIDES, Maria Victoria. **Educação em Direitos Humanos**: de que se trata? Programa Ética e Cidadania – Construindo Valores na Escola e na Sociedade.

SINGER, Helena. **Direitos humanos e volúpia punitiva**. REVISTA USP/Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. Dossiê Direitos humanos no limiar do século XXI. São Paulo: v. 37. USP, CCS. pp. 10-19. n. 1 mar./mai. 1998.

SACAVINO, Susana. **Formação de Educadores/as em/para os Direitos Humanos: um horizonte de sentido – uma maneira de fazer – uma forma de ser**, 2008 (mimeo). Disponível em: www.dhnet.org.br. Acesso em: 5 mai. 2018.

CARNEIRO, Vannessa Alves. **Tendências da incorporação da educação em direitos humanos no Brasil no cenário regional das Américas: uma análise do segundo ciclo de relatórios interamericanos da educação em direitos humanos do Instituto Interamericano de Direitos Humanos – 2007 a 2011**. 2016. 385 f., il. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania)—Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

GADOTTI, Moacir. **EDUCAÇÃO POPULAR, EDUCAÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO COMUNITÁRIA: Conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum**. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>. Acesso em: 19 de março de 2018.

ESCRITÓRIO DE DIREITOS HUMANOS: REFLEXÃO ACERCA DE SUAS FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

Loren Maria Abreu Braz¹

Luiza Victoria Albuquerque Costa²

Natalia Martinuzzi Castilho³

RESUMO

O presente trabalho refere-se a um estudo sobre a importância das clínicas jurídicas de Direitos Humanos para uma renovação da metodologia do ensino jurídico, no qual se busca compreender como elas podem se apresentar de modo a ser ferramenta de intensificação para a formação de profissionais mais humanos, capazes de se tornar agentes transformadores da realidade social. Diante de uma sociedade em que, de acordo com dados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), temos em média atualmente um quadro de 1.181.000 advogados regulares⁴, e que, em geral, os operadores do direito tem sua formação pautada no ensino jurídico voltado para epistemologia tradicional e sua atuação inclinada para litígio. Além disso, analisa como o Escritório de Direitos Humanos (EDH) Unichristus se comporta dentre os princípios norteadores das clínicas jurídicas no período de 2014 a 2017. Esse estudo é desenvolvido a partir de uma sistemática explicativa, por meio do procedimento de abordagem indireta bibliográfica. Ademais, optou-se pelo método dedutivo e pelo procedimento de observação indireta. A fim de, ao final da pesquisa, produzir conhecimento acerca do ensino clínico e constatar como as clínicas podem tornar o ensino jurídico mais comprometido com a realidade social e com os direitos humanos, assim como entender qual a contribuição do EDH dentro do seu espaço universitário. Verifica-se que as clínicas jurídicas, a partir da sua forma de atuação,

¹ Discente do 3º semestre, do Curso de Direito, na Unichristus. Integrante do projeto de extensão Escritório de Direitos Humanos da Unichristus (EDH), e-mail: lorinhamab@gmail.com

² Discente do 3º semestre, do Curso de Direito, na Unichristus. Integrante do projeto de extensão Escritório de Direitos Humanos da Unichristus (EDH) e-mail: luizavictoria_lv@hotmail.com

³ Doutoranda em Direito (2017) pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Docente no Curso de Direito no Centro Universitário Christus. Coordenadora do Escritório de Direitos Humanos (EDH), e-mail: natiimc@gmail.com

⁴ ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Quadro de Advogados. **OAB**. Disponível em: <https://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados>. Acesso em: 01 de set. 2018

aliado teoria e prática dos Direitos Humanos, torna possível a renovação da metodologia do ensino jurídico brasileiro. Constata-se, ainda, a importância do funcionamento do EDH, uma vez, que se apresenta como projeto que apresenta ao aluno uma experiência diferenciada no ensino jurídico, voltada para a prática dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Direito. Educação. Clínicas Jurídicas. Direitos Humanos. EDH Unichristus.

ABSTRACT

The present work refers to a study about the importance of the legal clinics of Human Rights for a renewal of the methodology of legal education, in which it is sought to understand how they can present themselves as a tool of intensification for the formation of professionals more human beings, capable of becoming transforming agents of social reality. In the face of a society in which, according to data from the Brazilian Bar Association (OAB), we currently have a regular membership of 1,181,000 lawyers, and that, in general, legal operators are educated oriented toward traditional epistemology and its inclined litigation. In addition, it analyzes how the Unichristus Human Rights Office (EDH) behaves among the guiding principles of legal clinics in the period from 2014 to 2017. This study is developed from an explanatory system, through an indirect bibliographical approach. In addition, we chose the deductive method and the indirect observation procedure. In order to at the end of the research, produce knowledge about clinical teaching and see how clinics can make legal education more committed to social reality and human rights, as well as to understand the contribution of HRE within its university space. It is verified that the juridical clinics, based on their work, allied theory and practice of Human Rights, makes possible the renewal of the methodology of Brazilian legal education. It is also noted the importance of the functioning of HRE once, which presents itself as a project that presents the student with a differentiated experience in legal education, focused on the practice of Human Rights.

Keywords: Right. Education. Legal Clinics. Human rights. EDH Unichristus.

1. INTRODUÇÃO

A formação da consciência crítica se compõe por um processo contínuo ao longo da vida, sendo o Ensino Superior um período fundamental de amadurecimento e consolidação dessa consciência. Ressalta-se, contudo, que temos, no Brasil, uma pluralidade de cursos jurídicos, centrados, principalmente, em uma epistemologia tradicional de ensino. Entretanto, como defendido por alguns autores, e aqui ressaltado, o ensino jurídico deve ser pautado por uma formação humanística, na busca de capacitar os estudantes para uma visão crítica e coerente da sociedade em que vive, afinal, o direito é uma ciência humana, na qual não se é possível pautar pela objetividade na narrativa dos fenômenos, é necessário, sobretudo, compreendê-los. Desse modo, espera-se um profissional propagador dos fundamentos da República Federativa do Brasil e dos direitos fundamentais.⁵

Dessa maneira, mostra-se como uma inquietação a busca por ferramentas que renovem a epistemologia do ensino jurídico brasileiro. A partir desse contexto, temos como uma das respostas viáveis as clínicas jurídicas de direitos humanos, as quais podem consistir nessa ferramenta de renovação da metodologia do ensino jurídico.

Estabelece-se, portanto, o questionamento de como o método clínico pode ser uma alternativa à formação profissional. Nessa perspectiva, o nosso objetivo se concentra em analisar, com base na metodologia clínica de ensino do direito, em que medida a experiência do Escritório de Direitos Humanos da Universidade Christus (EDH) pode representar uma alternativa à formação jurídica padrão dos profissionais, de modo a contribuir para que sejamos profissionais transformadores da realidade social e asseguradores dos direitos humanos.

O presente trabalho se encontra dividido em duas partes. Na primeira, busca-se entender e caracterizar a metodologia clínica. Na segunda, serão analisados os pressupostos de acordo com a experiência do EDH, no período de 2014 a 2017.

2 REVISÃO DE LITERATURA

⁵ SANTOS, Thalyta Dos. As Clínicas de Direitos Humanos como Ferramenta para a Prática do Ensino Humanístico do Direito. **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**, Curitiba v. 2, n. 2, p. 197-212, 2016.

2.1 O ensino jurídico clínico: formação humanística e desenvolvimento de habilidades

Educar em direitos humanos representa uma ruptura do papel de telespectador tradicionalmente imposto ao aluno, transformando-o em protagonista de nossa realidade. Desse modo, nota-se que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem ter uma preocupação e um engajamento nessa temática, buscando se adequar ao que propõem diversas legislações no âmbito internacional, tais como a Carta da ONU, o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) - que apresenta uma proposta de “cooperação internacional econômica e social no âmbito da educação, para o „fomento do progresso”.”⁶ Ademais, podemos citar, dentre outros, o Relatório "Educação um tesouro a descobrir" para a UNESCO, da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Nesse documento, o presidente da comissão internacional sobre educação, Jacques Delors, fundamenta, em quatro pilares, a educação, bastante conectados ao conceito de EDH, sendo eles “1. Aprender a conhecer; 2. Aprender a fazer; 3. Aprender a conviver (especialmente, abarcando história, tradições e espiritualidade); e 4. Aprender a ser.”⁷ Além disso, é importante que as IES observem a Resolução nº 9/2014 MEC, a qual apresenta as diretrizes nacionais curriculares para os cursos de direito, orientando as habilidades e as competências que devem ser ensinadas ao bacharel em direito o qual ressalta a necessidade de abranger as cargas horárias das atividades didáticas e da integração do curso, a interdisciplinaridade e a integração entre teoria e prática.⁸

Entretanto, uma problemática a ser enfrentada, como afirma Thalyta dos Santos, é de como será posta em prática essa formação, de modo a superar o modo epistêmico tradicional, pautado tão somente pela transferência de conhecimento

⁶ CARNEIRO, Vannessa Alves. **Tendências da incorporação da educação em direitos humanos no Brasil no cenário regional das Américas**: uma análise do segundo ciclo de relatórios interamericanos da educação em direitos humanos do Instituto Interamericano de Direitos Humanos– 2007 a 2011. 266 f. Dissertação em Direitos Humanos e Cidadania Programa de pós-graduação em direitos humanos e cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2016, p.110

⁷ CARNEIRO, Vannessa Alves. **Tendências da incorporação da educação em direitos humanos no Brasil no cenário regional das Américas**: uma análise do segundo ciclo de relatórios interamericanos da educação em direitos humanos do Instituto Interamericano de Direitos Humanos– 2007 a 2011. 266 f. Dissertação em Direitos Humanos e Cidadania Programa de pós-graduação em direitos humanos e cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. P. 114

⁸ BRASIL. Resolução n.9, de 29 de setembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências, **Ministério da Educação e Cultura**. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf>. Acesso em: 27 de jun de 2018.

teórico. Como tal atuação prática durante o curso pode possibilitar ao discente uma visão crítica da sociedade na qual se encontra inserido?⁹ Afinal, tomando por base os pilares da educação proposto por Jacques Delors, é inviável que a aprendizagem do conviver e do ser se manifestem a partir da teoria, ou seja, faz-se essencial o convívio prático com protagonistas da sociedade em geral.

Desse modo, o que se propõe é um modelo educacional que possibilite a interação entre o sujeito e o seu objeto de conhecimento, assegurando relações simétricas entre estudantes e professores, além da relação com diversos atores da sociedade.¹⁰ Busca-se, portanto, que os novos profissionais tenham compromisso ético e profissional. Logo, tal modelo se confronta com a crise do ensino jurídico, que não se apresenta em uma condição de retrocesso, mas diante da necessidade de readaptação de metodologias e paradigmas da educação.

A crise do ensino jurídico se dá prioritariamente por causa do caráter precário do Direito: uma ciência que está em constante transformação – com novos códigos, interpretações e atores. Por outro lado, ao mesmo tempo, o Direito tende a ser estático e perene no tempo, vez que utiliza diversos brocados jurídicos existentes desde o império romano.¹¹

Logo, percebe-se que a epistemologia se encontra concretizada em um repasse de conhecimento, por meio do qual os alunos assistem à aula, ouvem os docentes e regurgitam o que memorizaram em provas, posteriormente.¹² Além disso, é perceptível que, no cenário atual, os discentes, em geral, não conseguem aliar o que aprendem na teoria com a prática voltada para a proteção concreta dos direitos humanos.¹³

⁹ SANTOS, Thalyta. Dos As Clínicas de Direitos Humanos como Ferramenta para a Prática do Ensino Humanístico do Direito. **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**, Curitiba v. 2, n. 2, p. 197-212, 2016.

¹⁰ ARAÚJO, Ulisses F.; GRANDINO, Patrícia Junqueira. Direitos Humanos e Formação Universitária: Relato de uma experiência da EACH-USP. In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; REIS, Martha dos. **Educação, Direitos Humanos e Exclusão Social**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012, p.51-66.

¹¹ DRUMMOND, Amanda Naves. et al. Ensino Clínico: Uma abordagem emancipatória, IX Encontro da ANDHEP-Direitos Humanos, Sustentabilidade, Circulação Global e Povos Indígenas. **Anais eletrônicos...** Disponível em: < http://andhep.org.br/anais/arquivos/9encontro/GT20/GT20_clinicas.pdf >. Acesso em: 03 de nov. 2018

¹² QAFISHEH, Mutaz M. ; ROSENBAUM Stephen A. Experimental Legal Education in a Globalized World: The Middle East and Beyond **Cambridge Scholars Publishing**, 2016, p. xi

¹³ LAPA, Fernanda Brandão ; MESQUITA, Valena Jacob Chaves Clínicas de Direitos Humanos: formando defensores de Direitos Humanos no Brasil. **ARACÉ – Direitos Humanos em Revista**, a.2, n.2,p21-34,maiode2015,p.33.Disponível em:< <https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/23> >. Acesso em: 03 de nov. 2018

Nessa conjuntura, a fim de superar esses aspectos, surgem as Clínicas Jurídicas, que, derivadas do *Clinical Program*¹⁴, são ambientes que, nas instituições de Ensino Superior, buscam, por intermédio dos seus pressupostos da sua maneira de atuação, romper com a epistemologia tradicional e alicerçar o ensino jurídico em uma metodologia que garanta ao discente um conhecimento crítico que alie a teoria à prática. Além disso, a metodologia clínica enseja uma formação emancipatória, que torne o aluno um indivíduo e um profissional apto à prática jurídica, humanizado, participe e transformador da realidade social, a fim de garantir os direitos humanos.

Fernanda Brandão Lapa também sustenta essa ideia, conceituando as Clínicas como:

[...] o espaço que proporciona uma educação clínica dentro da universidade. Este tipo de educação visa romper com os métodos tradicionais do ensino do Direito. Os métodos tradicionais através da memorização de códigos, leis e precedentes jurisprudenciais são questionados por esta metodologia clínica.¹⁵

Esses ambientes surgiram nos EUA, por volta do século XX, baseados na analogia de Jerome Frank, para questionar o ensino oferecido aos estudantes de direito no início do século XX. Assim como um médico deveria ter contato com pacientes verdadeiros durante a graduação, o advogado, também, teria de ter contato com pacientes verdadeiros.¹⁶

No Brasil, o surgimento das clínicas ocorreu apenas no século XXI, uma vez que os cursos jurídicos surgiram de forma tardia, pois a metrópole portuguesa, em um contexto de dominação sobre o Brasil, temia que eles possibilitassem a emancipação da colônia.¹⁷ Logo, isso aconteceu somente após a independência, em 1822, com um conteúdo voltado apenas para a realidade técnica do direito¹⁸ Além disso, outro fator para esse recente surgimento das clínicas foi em decorrência do direito formalista, o qual identificava o sistema jurídico tal como uma lei, tendo-o

¹⁴RUTIS, Luiz Augusto. O método clínico e o déficit social e pedagógico do ensino jurídico brasileiro. In: DRUMMOND, Amanda Neves; ALEIXO, Letícia Soares Peixoto. (Orgs). **Clínicas de direitos humanos e ensino jurídico no Brasil**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 2

¹⁵LAPA, Fernanda Brandão. **Clínica em direitos humanos**: Uma alternativa de formação em Direitos Humanos para cursos jurídicos no Brasil. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p.61

¹⁶LAPA, Fernanda Brandão. **Clínica em direitos humanos**: Uma alternativa de formação em Direitos Humanos para cursos jurídicos no Brasil. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014, p.64

¹⁷SANTOS, Thalyta Dos. As Clínicas de Direitos Humanos como Ferramenta para a Prática do Ensino Humanístico do Direito. **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**, v. 2, n. 2, p. 200, 2016.

¹⁸SANTOS, Thalyta Dos. As Clínicas de Direitos Humanos como Ferramenta para a Prática do Ensino Humanístico do Direito. **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**, v. 2, n. 2, p. 200-201, 2016.

como “completo, coerente e fechado”, sendo, portanto, capaz de resolução de todos os questionamentos possíveis.¹⁹

Fernanda Brandão Lapa defende que, para uma atuação eficaz, as Clínicas Jurídicas em Direitos Humanos devem atender a alguns pressupostos básicos, sendo eles:

- 1) compromisso com a Justiça Social;
- 2) metodologia participativa;
- 3) articulação da teoria com a prática dos Direitos Humanos;
- 4) integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- 5) enfoque interdisciplinar; bem como aos dois pressupostos necessários para a existência real e efetiva de um espaço universitário no Brasil;
- 6) institucionalização formal e reconhecimento na Universidade;
- 7) público-alvo universitário.²⁰

Da mesma maneira, enfatizamos tais pressupostos com a posição de Luís Augusto Rutis, que relata ser fundamental a discussão de temas de relevante interesse social, voltados para melhoraria qualitativa da justiça, assim como é necessária à utilização do método do *Clinical Program*. Em vista disso, o autor enumera quatro objetivos, sendo eles o ensino da práxis, o incentivo ao pensamento crítico, o conhecimento interdisciplinar e a capacitação aos assistidos. Assim, o método clínico tem a capacidade de possibilitar a construção de um espaço universitário mais humano e democrático.²¹

Ainda, no que concerne aos objetivos das Clínicas Jurídicas, Ana Clara Toscano, Ana Catharina Machado Normanton e Felipe Daier enunciam:

O foco principal das clínicas de direitos humanos é promover formas de aprendizagem ativa que considerem a aplicabilidade das ferramentas jurídicas a partir de uma perspectiva crítica, na qual se incorporam aspectos do contexto social, cultural e econômico em que vivem as populações vulneráveis e marginalizadas.²²

¹⁹ MALDONADO, Daniel Eduardo Bonilla. O Formalismo Jurídico, a Educação Jurídica e a Prática Profissional do Direito na América Latina. **R. Fac. Dir. UFG**, v. 36, n. 02, p. 101 - 134, jul./dez. 2012

²⁰ LAPA, Fernanda Brandão. **Clínica em direitos humanos**: Uma proposta metodológica para a educação jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Luminis Juris, 2014, p.115.

²¹ ²¹ RUTIS, Luiz Augusto. O método clínico e o déficit social e pedagógico do ensino jurídico brasileiro. In: DRUMMOND, Amanda Neves; ALEIXO, Letícia Soares Peixoto. (Orgs). **Clínicas de direitos humanos e ensino jurídico no Brasil**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 1-17.

²² TOSCANOS, Ana Clara; NORMATON, Ana Catharina Machado; DAIER, Felipe. Clínica de Direitos Humanos PUC-SP “Maria Augusta Thomaz”: Formação de Defensoras/es de Direitos Humanos Através da Educação Emancipadora. In: DRUMMOND, Amanda Neves; ALEIXO, Letícia Soares Peixoto. (Orgs). **Clínicas de direitos humanos e ensino jurídico no Brasil**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 19.

Portanto, nessas dialógicas perspectivas, percebemos a educação clínica como uma alternativa necessária para superação da crise do ensino jurídico, diante do qual se faz necessária uma readequação metodológica, para que possibilite ao educando a experiência prática em convívio com a comunidade em que está inserido. Esse tipo de metodologia possibilita uma observação social a partir de uma perspectiva crítica e, assim, tem condições de tornar o estudante de direito em um ser partícipe de questões sociais e interessado nos elementos que envolvam a efetivação de direitos como garantia para todos.

2.2 Ensino, pesquisa e extensão a partir da experiência do Escritório de Direitos Humanos (EDH Unichristus)

A partir do exposto, o Centro Universitário Unichristus propõe, por meio do Escritório de Direitos Humanos – EDH²³, a realização de atividades que articulem ensino, pesquisa e extensão a partir de situações que envolvam violações de direitos humanos e exercício da responsabilidade social. Analisaremos, assim, se tal proposta se aproxima desse viés de uma readequação metodológica, sugerida pela metodologia clínica.

A partir de análise dos projetos desenvolvidos no EDH Unichristus, conseguimos observar a visível presença desse pressuposto. Pode-se citar a exemplo o projeto “Defensores Populares em Direitos Humanos”, que teve duração de 2013 a 2016. O objetivo geral do projeto centrou-se em fortalecer sujeitos coletivos na busca pela efetividade de seus direitos, capacitando-os para lutarem ativamente em prol de seus direitos individuais e coletivos.²⁴ Vale ressaltar ainda que esse projeto foi resultado de uma parceria com o Centro de Defesa da Vida de Vida de Herbert Sousa²⁵ e com o movimento nacional de Direitos Humanos²⁶.

²³ Criado em 2004, buscando integrar ações de ensino, pesquisa e extensão em direitos humanos. No interior do Centro Universitário, as ações do EDH estão voltadas para capacitação de alunos com a realização de grupos de estudos, seminários, cineclubes, percursos urbanos em comunidade, trilhas ecológicas, pesquisas e organizações de publicações, com destaque para elaboração de cartilhas. Do ponto de vista externo, já desenvolveu desde sua instituição projetos de capacitação em comunidades, buscando desde 2009 desenvolver ações de caráter permanente e em 2013 avançando para “além dos muros”. In: CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS. **Relatório** Final da Coordenação EDH – 2013, Fortaleza, 2014. Não publicado.

²⁴ SOARES, Jacqueline Alves; SIEBRA, Renata de Oliveira; SOUSA, Ariane da Silva. Educação em Direitos Humanos: uma análise da experiência do Escritório de Direitos Humanos da Unichristus na Escola Popular de Defensores de Direitos Humanos no Ceará. VIII ENCONTRO DA ANDHEP - políticas públicas para a segurança pública e direitos humanos. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: < <http://andhep.org.br/anais/arquivos/VIIIencontro/GT06.pdf> > Acesso em 03 de nov.2018.

²⁵ Organização não governamental (ONG), sem fins econômicos, nasceu em 1994, como resultado de um processo de aprendizado das comunidades Eclesiais de Base da Área Pastoral do Grande Bom

O projeto Defensores Populares tem por objetivo formar defensores populares de direitos humanos no Ceará, com perspectiva de apropriação crítica e popular do direito e da educação jurídica popular, fortalecendo atuação de entidades, movimentos e comunidades organizadas em torno dos direitos humanos como plataforma de reivindicações.²⁷

Nesse sentido, é possível identificar que há um **compromisso com a justiça social**, relacionado com o enfrentamento de questões estruturais da sociedade. Os autores analisados destacam esse aspecto como uma das principais características das clínicas, pois visa a garantir conscientização social e ética que conduzam os indivíduos a mudanças sociais, fazendo que identifiquem seu papel partícipe da sociedade.²⁸

A partir desse momento, examinaremos a **metodologia participativa**, entendida como a possibilidade de o educando ser protagonista no processo de aprendizagem, superando a mera transmissão de conteúdo para uma formação a qual se realize por meio de uma abordagem participativa em espiral²⁹, da técnica de solução de problemas³⁰ e do uso de casos emblemático-paradigmáticos³¹.

Jardim. In: CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS. **Relatório** do Projeto de Responsabilidade Social da Coordenação EDH – 2013-2016, Fortaleza, 2016. Não Publicado.

²⁶ É um movimento organizado da sociedade civil, sem fins lucrativos, democrático, ecumênico, suprapartidário, presente em todo o território brasileiro em forma de rede com mais de 400 entidades filiadas. Fundado em 1982, constitui-se hoje na principal articulação nacional de luta e promoção dos direitos humanos In: CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS. **Relatório** do Projeto de Responsabilidade Social da Coordenação EDH – 2013-2016, Fortaleza, 2016. Não Publicado.

²⁷ CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS. **Relatório** Final da Coordenação EDH – 2014, Fortaleza, 2015. Não Publicado.

²⁸ LAPA, Fernanda Brandão. **Clínica em direitos humanos**: Uma alternativa de formação em Direitos Humanos para cursos jurídicos no Brasil. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p. 87

²⁹ Os casos que vão ser trabalhados semestral ou anualmente devem ser escolhidos com uma participação ativa dos alunos; Claro que com uma orientação e avaliação dos professores coordenadores, mas não adianta trazer problemas e questões de Direitos Humanos que aquele grupo específico não compreende a relevância da problemática. Esse é um ponto fundamental. Os estudantes devem participar de todo o processo de escolha e definição dos casos. Eles precisam se identificar com esses problemas e, em especial, com as supostas vítimas, fazendo um exercício de alteridade e empatia, ou seja, se sensibilizarem com a situação daquelas vítimas. In: LAPA, Fernanda Brandão. **Clínica em direitos humanos**: Uma alternativa de formação em Direitos Humanos para cursos jurídicos no Brasil. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p.89

³⁰ A partir de uma situação concreta os estudantes começam a pensar em possíveis soluções para um problema relacionado aos Direitos Humanos. Pensa-se em mecanismos internos e internacionais de proteção dos Direitos Humanos, articulando interdisciplinarmente várias áreas de estudo. In: LAPA, Fernanda Brandão. **Clínica em direitos humanos**: Uma alternativa de formação em Direitos Humanos para cursos jurídicos no Brasil. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p.92

³¹ Esses casos mesmo que atinja diretamente uma pessoa, deve-se utiliza-lo, na medida em que o debate sobre ele afeta um coletivo de pessoas que passam pela mesma situação. In: LAPA, Fernanda Brandão. **Clínica em direitos humanos**: Uma alternativa de formação em Direitos

No EDH Unichristus, observamos projetos que se assemelham com essa metodologia, entretanto não há uma abordagem participativa espiral, uma vez que os alunos não participam da escolha dos casos que serão trabalhados. Os casos são resultados de demandas que chegam para o escritório, por meio de parcerias com outros órgãos e outras instituições. Mas observamos presente à técnica de solução de problemas, assim como são casos emblemáticos – paradigmáticos, os quais podem ser verificados conflitos semelhantes.

Como exemplo, temos o Projeto de Responsabilidade Social: Promovendo inclusão à cidadania e justiça socioambiental no Litoral Leste de Fortaleza.

Possui como objetivo contribuir para o fortalecimento das comunidades em sua busca pela efetivação da participação cidadã e dos direitos humanos e fundamentais, por meio de estratégias de capacitação, formação, articulação, produção e difusão de dados e informações, assessoria jurídica e mobilização social, com foco nos conflitos socioambientais e urbanos.³²

Restringindo a análise a um dos eixos, por sua vez, temos a questão da Sabiaguaba, e é necessário entender sua conjuntura. O vínculo entre a Universidade e os moradores de Sabiaguaba iniciou-se por intermédio do Instituto Verdeluz. A demanda surgiu em decorrência da redefinição da poligonal do Parque Estadual do Cocó efetuada pelo Governo do Estado do Ceará que, segundo o projeto original, projetava-se sobre área que já era Área de Proteção Ambiental-APA municipal. A possibilidade de mudança, em que a região deixaria de ser APA para se tornar Parque Estadual, resultaria na remoção da população residente, além da impossibilidade de extrair sua subsistência por meio da pesca artesanal ou do comércio nas barracas de praia, uma vez que parques admitem apenas uso indireto dos recursos naturais.

A comunidade passou, então, a partir de uma mobilização intensa, reivindicar que a política conservacionista do governo incluísse a população local como comunidade tradicional, que pouco degrada o ecossistema e consiste em uma aliada na preservação da biodiversidade.³³ Com base nesse contexto, o escritório,

Humanos para cursos jurídicos no Brasil. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. p.93

³² CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS. **Relatório Anual EDH:** Projeto de Responsabilidade Social Promovendo inclusão à cidadania e justiça socioambiental no Litoral Leste de Fortaleza, Fortaleza, 2016. Não Publicado.

³³ CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS. **Relatório Anual EDH:** Projeto de Responsabilidade Social Promovendo inclusão à cidadania e justiça socioambiental no Litoral Leste de Fortaleza, Fortaleza, 2016. Não Publicado.

que ainda se encontra atuante nessa causa, contribuiu para que a comunidade se apropriasse dos mecanismos legais, internos e internacionais, para a possível solução do conflito, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Foi possível analisar, em especial no caso acima, uma intensa articulação entre **teoria com a prática** dos Direitos Humanos, o que possibilita ao acadêmico uma visão ampla das questões envolvidas, sendo possível elaborar propostas de soluções de conflitos para além do litígio. É válido ressaltar que a clínica é um complemento na formação, pois, para suprir a prática jurídica, temos o escritório modelo e o NPJ.³⁴ Nos projetos do EDH, a prática e a teoria se relacionam, na medida em que os casos são estudados para atuação, assim como de acordo com a formação inicial do projeto. No entanto, observamos que seria mais proveitoso se o projeto estivesse conectado com a matriz curricular do curso, pois os alunos podem participar do processo seletivo mesmo antes de cursar a disciplina de direitos humanos.

As **atividades de ensino, pesquisa e extensão**, para Fernanda Brandão Lapa, são indissociáveis. O grupo no que se refere a ensino em sua proposta, deve ter encontros regulares, seja eles semanalmente seja quinzenalmente. Ademais, o grupo deve ser formado de modo a garantir a metodologia participativa, logo um número possível seria de aproximadamente 15 a 20 estudantes sob a coordenação de dois professores. Relacionado à pesquisa, a proposta é que surja a partir dos casos reais trabalhados. A extensão pode ser viabilizada de pelos menos duas formas que seriam por meio dos casos escolhidos pelo grupo ou pelas demandas por meio de solicitações de entidades sociais.³⁵

Ainda, sob o mesmo ponto de vista da autora, Amanda Naves Drummond, Andressa Martins de Freitas, Leonardo de Oliveira Thebit, Letícia Soares Peixoto Aleixo, Lorena Parreiras Amaral e Paula Gomes de Magalhães enunciam:

É evidente, mesmo por estar na Constituição, que somente o ensino não bastaria para uma educação digna e cabível. A pesquisa permite que o ensino dê forma a novas descobertas, a novos conceitos e à inovação da

³⁴LAPA, Fernanda Brandão. **Clínica em direitos humanos**: Uma alternativa de formação em Direitos Humanos para cursos jurídicos no Brasil. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.p. 95

³⁵LAPA, Fernanda Brandão. **Clínica em direitos humanos**: Uma alternativa de formação em Direitos Humanos para cursos jurídicos no Brasil. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.p.97- 98

própria educação. (...) Por fim, a extensão é o local onde o ensino e a pesquisa têm possibilidade de entrar em contato com a realidade social. É na extensão que o estudante de direito, no caso, teria a oportunidade de atuar retornando à sociedade seus estudos e aplicando colaborativamente o ensino e pesquisa.³⁶

Nesse ponto, observamos que o EDH cumpre essa integração de forma satisfatória, uma vez que temos presente a integração das atividades. Os encontros se dão semanalmente na fase de formação geral, na segunda fase, em que se formam os GT, os encontros se realizam quinzenalmente. Ademais, a seleção dos alunos proposta é de 20 alunos. As pesquisas se justificam pelas problemáticas e relevância que vivenciamos na prática. Logo se consegue cumprir o que propõe o Plano Nacional de Educação em Educação em Direitos Humanos (PNEDH).³⁷

Analisa-se ainda, a **institucionalização formal o reconhecimento na Universidade** que, de acordo com a bibliografia utilizada, significa certificar a segurança e a eficácia das atividades das clínicas e não depender dos interesses das pessoas em apoiá-las. Ademais, cada universidade realizará a institucionalização da forma que julgar mais adequada, devido ao fato de serem detentoras de autonomia. Contudo, defende que uma das formas mais pertinentes é a clínica ser incorporada à grade curricular do curso, e que isso assegurará aos professores e aos alunos a “sustentabilidade de suas ações”.³⁸

A faculdade conta com esse pressuposto, uma vez que tanto os professores possuem uma carga horária determinada, como os alunos possuem o reconhecimento de seus créditos, por meio de horas-aula referentes a atividades complementares. Além disso, existe um espaço voltado para a realização de reuniões, o que garante maior estabilidade.

Por fim, examinaremos o **público-alvo universitário** que, para Fernanda Brandão Lapa, são estudantes e professores, uma vez que as clínicas são espaços desenvolvidos para os cursos de direito das universidades brasileiras. Além disso, ela traz duas questões: se os professores deveriam ter uma qualificação específica e

³⁶ DRUMMOND, Amanda Naves. et al. Ensino Clínico: Uma abordagem emancipatória, IX Encontro da ANDHEP-Direitos Humanos, Sustentabilidade, Circulação Global e Povos Indígenas. **Anais eletrônicos...** Disponível em: < http://andhep.org.br/anais/arquivos/9encontro/GT20/GT20_clinicas.pdf >. Acesso em: 03 de nov. 2018

³⁷ COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**: 2006. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br> >. Acesso em: 03 de nov. 2018

³⁸ LAPA, Fernanda Brandão. **Clínica em direitos humanos**: Uma alternativa de formação em Direitos Humanos para cursos jurídicos no Brasil. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.p. 103-104

se os estudantes devem ser apenas de graduação, de pós-graduação ou dos dois. Quanto à primeira questão, a autora acredita que o que deve ser exigido dos professores é o conhecimento específico na área de Direitos Humanos, experiências práticas com atividades de ensino, pesquisa e extensão em Direitos Humanos, carga-horária disponível para as atividades específicas da clínica e, por fim, comprometimento ético e social. Quanto à segunda questão, ela acredita que as clínicas devem ser constituídas por alunos da graduação e da pós-graduação.³⁹

No projeto da clínica do EDH, temos os professores que apresentam as qualificações propostas, quanto aos alunos, temos somente alunos da graduação, mas que poderia se estender a alunos do mestrado, o que seria uma troca de conhecimentos muito enriquecedora para todos os envolvidos no projeto.

3 MÉTODOS

A sistemática presente na pesquisa se classifica como explicativa, por meio do procedimento de abordagem indireta e bibliográfica, visto que tem por objetivo explicar e identificar semelhanças entre metodologia clínica e metodologia do EDH, principalmente, por meio das leituras institucionais realizadas e em outros materiais, tais como revistas, artigos, teses e livros. Ademais, optou-se pelo método dedutivo, pois, a partir da compreensão do que seja metodologia clínica, será possível estabelecer comparações com a metodologia aplicada no EDH. Quanto ao procedimento, este trabalho foi realizado por meio de observação indireta, pois consistiu no levantamento de todos os dados possíveis sobre a caracterização da metodologia clínica. A pesquisa se utilizou ainda de documentos relacionados ao funcionamento do EDH, no período de 2014 a 2017, assim como da observação, uma vez participantes do projeto.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante de uma sociedade em que, de acordo com dados da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), temos em média atualmente um quadro de 1.181.000

³⁹LAPA, Fernanda Brandão. **Clínica em direitos humanos**: Uma alternativa de formação em Direitos Humanos para cursos jurídicos no Brasil. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.p. 104-105

advogados regulares⁴⁰, é necessário possibilitar aos estudantes a consolidação de um ambiente acadêmico humano e democrático, o qual contenha uma interação da experiência prática com a comunidade, com a perspectiva de modificar a metodologia direcionada ao litígio, para uma perspectiva, de atores sociais, que busquem, garantia e efetivação de direitos para todos.

Observa-se, portanto, que as clínicas constituem ferramenta relevante para uma transformação no cenário da formação acadêmica, uma vez que, seus pressupostos e sua maneira de atuação aliado a teoria dos Direitos Humanos proporcionam ao aluno uma visão crítica do meio social e uma formação humanística.

O Escritório de Direitos Humanos da Universidade Christus possui importantes similitudes a uma clínica de Direitos Humanos, pois tem como centralidade do projeto aliar teoria e prática, porém de modo diferenciado do proposto por Núcleos de Prática Jurídicas.

5 CONCLUSÃO

Portanto, percebe-se que o papel desempenhado pelas Clínicas jurídicas é fundamental para uma renovação da metodologia do ensino jurídico, a qual possui como base fundamental, a prática, possibilitando ao estudante de direito uma atuação na realidade social, capacitando-o para ser defensor dos direitos humanos na realização das atividades que exercerá, durante e após a formação acadêmica.

É notório que o projeto Escritório de Direitos Humanos da universidade Christus, apesar de não ser concebido formalmente como clínica jurídica, aproxima, de maneira considerável, preenchendo a maior parte dos requisitos propostos. Além disso, possui um importante papel dentro do espaço acadêmico no qual está inserido, uma vez que possibilita uma experiência diferenciada daquilo que é proposto por meio dos Núcleos de Prática Jurídica (NPJ) se assemelhando à experiência da clínica jurídica.

⁴⁰ ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Quadro de Advogados. **OAB**. Disponível em: < <https://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados> > . Acesso em: 01 de set. 2018

Nota-se, por meio do estudo e da experiência vivida, que os projetos trabalhados pelo escritório são de fundamental relevância social, sejam eles com atuação externa, como o Curso de Formação de Defensores Populares em Direitos Humanos sejam com atuação interna, voltados apenas para reflexão por parte da comunidade estudantil.

Desse modo, é imprescindível que o corpo de docentes e discentes busque readequar o EDH, na medida do possível, para a que se propõe efetivamente a ser uma clínica de direitos humanos. Além disso, é importante que o projeto Escritório de Direitos Humanos seja mantido em funcionamento, uma vez que possui elementos para possibilitar um diferencial na formação acadêmica dos graduandos que dele participam, dependendo principalmente do engajamento e da participação de que esse aluno disponibilizará para a efetividade do projeto.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Ulisses F.; GRANDINO, Patrícia Junqueira. Direitos Humanos e Formação Universitária: Relato de uma experiência da EACH-USP. In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; REIS, Martha dos. **Educação, Direitos Humanos e Exclusão Social**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

BRASIL. Resolução n.9, de 29 de setembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências, **Ministério da Educação e Cultura**. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf>. Acesso em: 27 de jun de 2018.

CARNEIRO, Vannessa Alves. **Tendências da incorporação da educação em direitos humanos no Brasil no cenário regional das Américas**: uma análise do segundo ciclo de relatórios interamericanos da educação em direitos humanos do Instituto Interamericano de Direitos Humanos—2007 a 2011. 266 f. Dissertação em Direitos Humanos e Cidadania Programa de pós-graduação em direitos humanos e cidadania, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS. **Relatório** Final da Coordenação EDH – 2013, Fortaleza, 2014. Não publicado.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS. **Relatório** do Projeto de Responsabilidade Social da Coordenação EDH – 2013-2016, Fortaleza, 2016. Não Publicado.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS. **Relatório** do Projeto de Responsabilidade Social da Coordenação EDH – 2013-2016, Fortaleza, 2016. Não Publicado.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS. **Relatório** Final da Coordenação EDH – 2014, Fortaleza, 2015. Não Publicado.

CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS. **Relatório Anual EDH:** Projeto de Responsabilidade Social Promovendo inclusão à cidadania e justiça socioambiental no Litoral Leste de Fortaleza, Fortaleza, 2016. Não publicado.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos:** 2006. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

DRUMMOND, Amanda Naves. et al. Ensino Clínico: Uma abordagem emancipatória, IX Encontro da ANDHEP-Direitos Humanos, Sustentabilidade, Circulação Global e Povos Indígenas. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <
http://andhep.org.br/anais/arquivos/9encontro/GT20/GT20_clinicas.pdf >. Acesso em: 03 de nov. 2018

LAPA , Fernanda Brandão ; MESQUITA , Valena Jacob Chaves Clínicas de Direitos Humanos: formando defensores de Direitos Humanos no Brasil. **ARACÊ – Direitos Humanos em Revista**, a.2, n.2, p 21-34, maio de 2015, p.33. Disponível em: <
<https://arace.emnuvens.com.br/arace/article/view/23> >. Acesso em: 03 de nov. 2018

LAPA, Fernanda Brandão. **Clínica em direitos humanos:** Uma alternativa de formação em Direitos Humanos para cursos jurídicos no Brasil. 2014. 185 f. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

LAPA, Fernanda Brandão. **Clínica em direitos humanos**: Uma proposta metodológica para a educação jurídica no Brasil. Rio de Janeiro: Luminis Juris, 2014.

MALDONADO, Daniel Eduardo Bonilla. O Formalismo Jurídico, a Educação Jurídica e a Prática Profissional do Direito na América Latina. **R. Fac. Dir. UFG**, v. 36, n. 02, p. 101 - 134, jul./dez. 2012

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. Quadro de Advogados. **OAB**. Disponível em: < <https://www.oab.org.br/institucionalconselhofederal/quadroadvogados> > . Acesso em: 01 de set. 2018

QAFISHEH, Mutaz M.; ROSENBAUM Stephen A. Experimental Legal Education in a Globalized World: The Middle East and Beyond **Cambridge Scholars Publishing**, 2016.

RUTIS, Luiz Augusto. O método clínico e o déficit social e pedagógico do ensino jurídico brasileiro. In: DRUMMOND, Amanda Neves; ALEIXO, Letícia Soares Peixoto. (Orgs). **Clínicas de direitos humanos e ensino jurídico no brasil**. Belo Horizonte: Arraes, 2017, p. 2

SANTOS, Thalyta. Dos As Clínicas de Direitos Humanos como Ferramenta para a Prática do Ensino Humanístico do Direito. **Revista de Pesquisa e Educação Jurídica**, Curitiba v. 2, n. 2, p. 197-212, 2016.

SOARES, Jacqueline Alves; SIEBRA, Renata de Oliveira; SOUSA, Ariane da Silva. Educação em Direitos Humanos: uma análise da experiência do Escritório de Direitos Humanos da Unichristus na Escola Popular de Defensores de Direitos Humanos no Ceará. VIII ENCONTRO DA ANDHEP - políticas públicas para a segurança pública e direitos humanos. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: < <http://andhep.org.br/anais/arquivos/VIIIencontro/GT06.pdf> > Acesso em 03 de nov.2018.

TOSCANOS, Ana Clara; NORMATON, Ana Catharina Machado; DAIER, Felipe.
Clínica de Direitos Humanos PUC-SP “Maria Augusta Thomaz”: Formação de
Defensoras/es de Direitos Humanos Através da Educação Emancipadora. In:
DRUMMOND, Amanda Neves; ALEIXO, Letícia Soares Peixoto. (Orgs). **Clínicas de
direitos humanos e ensino jurídico no Brasil**. Belo Horizonte: Arraes, 2017.

O CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DO ESTADO NO CEARÁ: LIMITES E DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO E CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM DIREITOS HUMANOS

Leandro Araújo Sales¹

Cleide Lara de Sá Pereira Diógenes²

Natália Martinuzzi Castilho³

RESUMO

O artigo objetiva realizar uma análise sobre a atuação do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Ceará, refletindo sobre suas dificuldades de atuação e possibilidades que fazem dos Conselhos meio de participação da sociedade, que trazem elementos importantes para o exercício da democracia instituído pela CF/88. A metodologia para a pesquisa é bibliográfica e de campo, esta realizada a partir da observação participante. A abordagem do texto traz alguns questionamentos concernentes às dificuldades e às possíveis soluções práticas que podem ser aplicadas no Conselho, como uma maior divulgação dos casos acompanhados e das formas de conscientização acerca da importância do Conselho e de seus objetivos para a atual situação em que passa o Estado do Ceará, onde se sabe que o sistema carcerário se encontra em uma grave situação de violação dos direitos básicos dos presos. Será que a população e os agentes do Estado sabem da importância do CEDDH? É preciso, antes de tudo, mostrar para a população que o CEDDH existe para defender os direitos humanos e não somente defender direitos dos bandidos, como é propagado pelas grandes mídias e políticos.

¹ Graduando em Direito no Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS) e membro do Escritório de Direitos Humanos da UNICHRISTUS.

² Graduanda em Direito no Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS) e membro do Escritório de Direitos Humanos da UNICHRISTUS.

³ Doutoranda em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco –UNICAP. Mestrado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS (2013). Professora de Direito do Centro Universitário Christus. Coordenadora do Escritório de Direitos Humanos (EDH) e Professora Orientadora do presente artigo.

Palavras-chave: Participação Popular. Cidadania. Democracia. Conselho de Direitos Humanos.

ABSTRACT

The article aims to analyze the actions of the State Council for the Defense of Human Rights in Ceará, reflecting on its difficulties of action and possibilities that make the Councils a means of social participation, which bring important elements to the exercise of democracy instituted by the CF / 88. The methodology for the research is bibliographical and field, it is realized from the participant observation. The approach to the text raises some questions concerning the difficulties and possible practical solutions that can be applied in the Council, such as greater dissemination of the cases followed and ways of raising awareness about the importance of the Council and its objectives for the current situation the State of Ceará, where it is known that the prison system is in a serious situation of violation of the basic rights of prisoners. Do the population and State agents know about the importance of the CEDDH? First of all, it is necessary to show the population that the CEDDH exists to defend human rights, not only to defend the rights of the bad guys, as it is propagated by the great media and politicians.

Keywords: Popular participation. Citizenship. Democracy. Human Rights Council.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar as atividades do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Ceará, buscando compreender os mecanismos de atuação do CEDDH no combate às violações dos Direitos Humanos no estado do Ceará. Este trabalho busca desenvolver e mostrar de forma sucinta as modalidades de participação popular, as dificuldades enfrentadas no dia a dia e a forma de composição dos Conselhos, além de mostrar a importância desses órgãos para a sociedade. O objetivo deste artigo é analisar a atuação do Conselho Estadual

de Direitos Humanos do Estado do Ceará, a partir de sua relevância no atual contexto social, político e jurídico.

O tema a ser discutido é relevante porque analisa a importância da participação popular no exercício da cidadania. Esta é uma consequência do Estado Democrático de Direito, no qual as questões sociais são levadas à população, representada através dos conselhos para deliberar sobre temas que alcançam a sociedade, principalmente dos que tratam de políticas públicas. A metodologia empregada para desenvolver a pesquisa, foi a bibliográfica, com pesquisa de campo a partir da técnica de observação participante.

O surgimento do CEDDH, no ano de 2013, trouxe à tona a necessidade de fiscalizar e promover os direitos humanos. Será analisada a atuação do Conselho em casos que tiveram uma grande repercussão, como os casos Dandara⁴ e Chacina de Cajazeiras⁵, ambas ocorridas em periferias da grande Fortaleza.

A hipótese é de que o CEDDH encontra diversas dificuldades, assim como qualquer outro ente que atue na temática dos Direitos Humanos e que, muitas vezes, sua atuação é restringida pelo próprio Poder Público.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para falarmos do perfil democrático em que hoje vivemos, é de suma relevância que façamos uma análise das duas fases antecedentes, tendo em vista que nos encontramos, atualmente, na Terceira “onda” democrática, que se manifestou primeiramente na Europa e posteriormente deslocou-se para a Ásia e América Latina.

⁴ O crime aconteceu em 15 de fevereiro e foi registrado em vídeo que se tornou público uma semana depois. Nas imagens, Dandara é alvo de chutes, tapas, golpes com madeira e é alvo de insultos. “A ‘mundiça’ tá de calcinha e tudo”, zomba a pessoa que filma. Ao final, ela é jogada em um carrinho de mão. Apesar da filmagem não mostrar, a perícia revelou que a vítima ainda foi apedrejada e executada a tiros. **O Povo Online**. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/03/dandara-dos-santos-foi-alvo-de-linchamento-apos-boato-diz-policia.html>>. Publicado em: 10 mar. 2017.

⁵ A chacina supracitada deixou 14 mortos em festa no bairro de Cajazeiras, na cidade de Fortaleza, que, segundo confirmação do secretário de segurança pública, o número caracteriza a maior chacina do Ceará. Vários homens armados chegaram no local em três carros, invadiram o local e dispararam tiros, conforme relatos. Além do fuzil, a polícia também apreendeu uma bomba de gás lacrimogêneo que estava no interior do clube onde ocorreu a chacina supra. **G1 Ceará**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/criminosos-invadem-festa-de-facciao-rival-matam-varias-pessoas-e-ferem-dezenas-em-fortaleza.ghtml>>. Acesso em: 27 jan. 2018.

Contudo, o perfil democrático participativo tutelado pela Constituição Federal de 1988 nem sempre existiu⁶. O (re) surgimento da democracia foi uma conquista árdua e que, até hoje, é colocada em risco quando pessoas de pensamentos extremistas detêm uma parcela de poder, seja no Executivo, no Legislativo ou até mesmo no Judiciário⁷. A democratização surgiu, pode-se dizer, de atos revolucionários. A Primeira onda de democratização, por exemplo, teve origem nas Revoluções americana e francesa e a Segunda Onda, por sua vez, originou-se durante a Segunda Guerra Mundial, mais precisamente em 1943 e vai até meados de 1962⁸.

Atualmente, a democracia - democracia moderna - é essencialmente representativa, o que traz a ideia de indivíduos/ partidos representando a população em si. A Constituição Federal vigente assegura, logo no parágrafo único do seu primeiro artigo, que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente[...]”⁹.

Além do artigo supracitado¹⁰, há também garantido na mesma Constituição, no art. 14 os meios pelos quais a soberania popular, por ora citada, pode ser exercida – plebiscito, referendo e iniciativa popular. O que acontece, porém, é que o próprio povo detentor de tal poder, em sua maioria, não tem ciência de que o detém ou como pode exercer seus direitos elencados na Lei Maior.

O exercício da democracia dentro do processo de formação do Estado brasileiro é tido como instável, cheio de rupturas que em certos momentos culminaram cerceando direitos fundamentais. Com a Constituição de 1988 surge a participação popular, um regime democrático que tem se tornado estável, até o momento. A CF/88,

⁶ CHAGAS, Francisco Yrallypys Mota, Representação política e participação social: uma abordagem a partir da experiência dos Conselhos de políticas públicas e das conferências nacionais, p. 43.

⁷ MILLON, Lara Vanessa, Participação Popular nas Políticas Públicas Municipais, artigo científico publicado na **Revista de Direito**, v. 13, n.17, publicado em 11 de agosto de 2010. Disponível em <<http://www.secretariacitada.go.gov.br/index.php/conselho-estadual-de-direitos-humanos>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

⁸ CHAGAS, Francisco Yrallypys Mota, Representação política e participação social: uma abordagem a partir da experiência dos Conselhos de políticas públicas e das conferências nacionais, p. 43.

⁹ Ibid.

¹⁰ MILLON, Lara Vanessa, Participação Popular nas Políticas Públicas Municipais, artigo científico publicado na **Revista de Direito**, v. 13, n.17, p. 62, publicado em 11 de agosto de 2010. Disponível em <<http://www.secretariacitada.go.gov.br/index.php/conselho-estadual-de-direitos-humanos>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

conhecida como a constituição cidadã, ao garantir um rol de direitos, e garantias constitucionais, que acabam reforçando a ideia de um Estado Democrático.

Etimologicamente falando, O Conselho Estadual de Defesa de Direitos Humanos - CEDDH, é um órgão consultivo e normativo, de deliberação coletiva, integrante da estrutura da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, conforme dispõe a Lei Estadual nº 15.350/2013, em que destacamos alguns objetivos: propiciar, de modo preventivo, o estabelecimento da cultura de respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana¹¹. Tal cultura é objetivada pelo Conselho e os integrantes deste buscam, exaustivamente, fazer valer, seja por meio de campanhas educativas, seja por meio de visitas. Promover o efetivo resgate da cidadania e da igualdade nos termos do art. 5º da Constituição também é um, senão o principal objetivo buscado pelo Órgão supracitado. Apesar da Comissão de Promoção dos Direitos Humanos estar mais focada nessa parte, todas as demais devem, comumente, visar o alcance de tal fomento. Também podemos elencar como objetivo fiscalizar e acompanhar as violações dos direitos humanos no Estado e encaminhar às autoridades competentes as denúncias e representações que lhes sejam dirigidas, com estudos e proposições de soluções gerais para os problemas pertinentes à defesa dos direitos e garantias individuais da pessoa humana. Tal fiscalização é feita pelos Conselheiros e, atualmente, também pelos estagiários de cada comissão, a partir da parceria realizada com o Escritório de Direitos Humanos do Centro Universitário Christus, da qual falaremos mais a frente.

Por fim, é também atribuição do Conselho e está em sua competência promover seminários e palestras, como forma de divulgar e difundir o conhecimento sobre os direitos humanos fundamentais, os instrumentos legais e os serviços existentes para sua defesa e proteção, assim como manter intercâmbio com outros órgãos públicos. Essas iniciativas visam detectar problemas setoriais que importem violação dos direitos humanos, e apresentar, por meio de pareceres fundamentados em estudo prévio, feitos pelos Conselheiros designados e que estão mais cientes do tema em questão, soluções com vista à perfeita justaposição da atuação desses órgãos às

¹¹ CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS. **Secretaria Cidadã**. Disponível em: <<http://www.secretariacidada.go.gov.br/index.php/conselho-estadual-de-direitos-humanos>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

diretrizes constitucionais e infraconstitucionais alusivas aos direitos do homem e do cidadão.

Podemos concluir, portanto, que o Conselho é resultado e instrumento de soberania popular, mesmo que indiretamente, e tem atuado significativamente nos últimos dois anos em defesa e proteção aos direitos humanos, direitos esses massacrados diariamente de diferentes formas. Além de tal constatação, é importante observarmos a importância da atuação da sociedade junto a este Órgão, sendo tal união imprescindível para uma melhor efetivação do que é objetivado.

A atuação da sociedade se faz importante porque, além de outros fatores, está diretamente ligado ao andamento das denúncias de abusos de poder e lesão aos direitos humanos e fundamentais tutelados pela Constituição Federal. A participação da população é importante dentro dos órgãos públicos, é uma forma de tentar participar da política, de ter poder de influência nas políticas públicas, de ter direito a propor uma medida, de fazer uma denúncia, de exercer os direitos que são garantidos na Constituição.

Os espaços garantidos nos Conselho vêm dar voz à sociedade, garantindo sua participação na vida pública, podendo discutir e propor projetos. A atual constituição é derivada da vontade popular, por meio de representantes, e pela participação popular direta ou indiretamente – como é no caso supra- vem sendo implementada desde a assembleia constituinte, na qual a população participou ativamente através de propostas. Sabiamente, afirmou Marcelo Alexandrino: “... o titular do poder constituinte é o povo (e não mais a nação), pois só este tem legitimidade para determinar quando e como deve ser elaborada uma nova Constituição, ou modificada a já existente. A soberania popular, que é, na essência, o poder constituinte do povo, é a fonte única de que procedem todos os poderes públicos do estado. Mesmo nos regimes ditatoriais é o povo o único e legítimo titular do poder constituinte (o que se dá, nesse caso [...] é a usurpação desse poder)”¹².

O exercício da cidadania vai além do direito de votar e ser votado, requer a participação da sociedade na implementação e fiscalização das políticas públicas,

¹² O que é uma assembleia constituinte? **Politize**. Disponível em <<http://www.politize.com.br/assembleia-constituente/>>. Publicado em: 16 jan. 2018.

sejam elas sociais, econômicas, políticas, cabe ao cidadão exercer os seus direitos. A participação é assegurada por lei, principalmente no que concerne na implementação de políticas públicas.

As atribuições do Conselho estão regidas por lei, cabendo aqui destacar os objetivos do seu surgimento, dentre eles estão a de propor políticas públicas, fiscalizar e monitorar violações no que concerne a promoção e defesa dos direitos humanos, sendo competente inclusive para acompanhar as denúncias feitas no próprio Conselho, e poder acompanhar como anda a apuração da denúncia e fazer os devidos encaminhamentos.

Segundo o art. 2º da Lei Estadual nº 15.350, o CEDDH¹³ é vinculado a Secretária de Justiça e Cidadania do Estado do Ceará, possuindo autonomia administrativa e financeira, ou seja, não está subordinada a nenhum órgão. O Conselho é composto por entidades e organizações civis além de órgãos públicos que tratem da temática de direitos humanos, temos como órgãos públicos atuantes dentro do Conselho, o Ministério Público Estadual e Federal e as demais Secretarias Estaduais que compõe o Estado e colaboram com o objetivo do Conselho, como a Secretaria da Educação e Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, e o poder judiciário sendo representado pelo Tribunal de Justiça, e Defensorias Públicas Estadual e Federal. Representando a sociedade e organizações civis temos a comissão de direitos humanos da OAB, e os Movimentos Sociais envolvendo a Igualdade Racial, Diversidade Sexual, Defesa dos Direitos da Mulher, entre outros elencados na lei.

A escolha dos Conselheiros que irão compor o CEDDH é diferente, conforme o art. 5º da Lei Estadual nº 15.350¹⁴, visto que os representantes da sociedade civil se dão através de edital público amplamente divulgado pela SEJUS para realizar uma Assembleia. Os membros que irão representar as universidades públicas serão

¹³ CEARÁ. Lei nº 15.350 de 2013. Dispõe sobre a finalidade, atribuições e composição do conselho estadual de defesa dos direitos humanos e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**. Editoração Casa Civil do Ceará. Fortaleza. Publicação de 2 maio 2013. Série 3, ano V, nº 085. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2013/15350.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

¹⁴ CEARÁ. Lei nº 15.350 de 2013. Dispõe sobre a finalidade, atribuições e composição do conselho estadual de defesa dos direitos humanos e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**. Editoração Casa Civil do Ceará. Fortaleza. Publicação de 2 maio 2013. Série 3, ano V, nº 085. Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2013/15350.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

escolhidos mediante rodízio entre as instituições. Os membros serão designados pelo Governador do Estado para um mandato de dois anos admitindo uma única recondução, cada conselheiro contará com um suplente, ambos designados pelo governador.

A presidência do Conselho é exercida de forma alternada, contará um com um vice-presidente e serão eleitos através da maioria dos votos dos conselheiros para um mandato de dois anos sem recondução. Dentre as atribuições da presidência está dirigir e fiscalizar as atividades do Conselho e representar o Conselho nas reuniões perante autoridades públicas, conforme dispõe o Regimento Interno do CEDDH¹⁵.

Trazendo a mesma legislação, o Decreto Estadual nº 32.317 de 2017, podemos analisar que, na própria composição do Conselho, há intenso estímulo à participação popular nos espaços públicos, o que incentiva a participação da população para além do voto. É preciso ter um olhar crítico, mas, acima de tudo, sensível à situação e fazer com que tais encaminhamentos sejam feitos sem morosidade e que aqueles que buscam justiça e tutela aos direitos violados sejam assistidos devidamente. Geralmente, os encaminhamentos são feitos após reunião do Pleno, mas isso não é regra, sendo encaminhados casos urgentes que chegam ao Conselho e que precisam de retorno imediato, como ameaça ao direito à vida, por exemplo.

Mensalmente ocorre a reunião geral ordinária, intitulada de Reunião do Pleno, respeitando à determinação legal disposta no Decreto Estadual nº 32.317 de 2017. Nesta pudemos observar de forma bastante patente mais um dos objetivos do Conselho: a manifestação e discussão sobre políticas públicas e assuntos relativos às questões de direitos humanos, bem como à legislação pertinente, no âmbito do Estado, por meio de consultorias, pesquisas, palestras, campanhas pelos meios de divulgação, e integração com a comunidade e entidades afins e promover os direitos fundamentais do homem e da cidadania. Na mesma, não só os Conselheiros, mas também representantes de grupos, projetos etc., podem assistir e, dada a

¹⁵ CEARÁ. Decreto nº 32.317 de 2017. **Diário Oficial do Estado**. Editoração Casa Civil Ceará. Fortaleza. 28 ago. 2017. Série 3, ano IX, n. 162.

oportunidade, se pronunciar. Como estagiários, verificamos, por exemplo, representantes de um grupo religioso de umbandistas que foram a uma das reuniões para exporem toda a sua angústia por sofrerem intolerância religiosa e se sentirem fora do rol de destinatários de direitos humanos e sociais, por serem ainda tão discriminados¹⁶.

No próximo tópico, analisaremos um pouco mais como o Conselho atua na prática, a partir da experiência da observação participante nas reuniões do Pleno, ocorridas no primeiro semestre de 2018.

Constata-se que depois da criação do CEDDH, os encaminhamentos de denúncias aumentaram¹⁷, mostrando-nos que tal Órgão passa certa segurança e relação de confiança para com a Sociedade, sendo esta, por muitas vezes, desprovida de aparato social, encontrando no Conselho uma espécie de refúgio.

A falta de reconhecimento dos Conselhos Estaduais e Municipais é algo sério, que precisa ser tratado com sua devida importância, ao passo que temos o avanço na atuação dos Conselhos com reconhecimento do Estado através de leis que instituem e dão poder aos Conselhos para fiscalizar e monitorar políticas públicas com participação popular. Os Conselhos são desrespeitados diariamente, um exemplo disso, ocorreu com o CEDDH, quando a presidência do Órgão e com a Comissão de Privados de Liberdade, que em comitiva realizavam visitas de monitoramento a Cadeias da Região Centro-Sul do Estado do Ceará¹⁸, em completo desrespeito ao art. 11, VI da Lei Estadual nº 15.350 de 2013.

A atuação do Conselho vem sendo prejudicada pela falta de reconhecimento e conhecimento das competências do Conselho, e de seus objetivos pela qual foi criada. Quando conselheiros são impedidos de adentrar uma unidade prisional ou não obtém resposta de órgãos públicos quando solicitados torna o órgão ineficiente, prejudica as atividades e além do mais o torna apenas um conselho nominal, sem qualquer respaldo. Falta reconhecimento por órgãos Estatais da importância e da

¹⁶ Fato ocorrido na reunião ordinária do dia 26 de janeiro de 2018, conforme comprova a ata desta reunião.

¹⁷ Percepção a partir da análise documental dos processos que foram encaminhados especificamente para a pasta da comissão de segurança pública no período de janeiro a junho de 2018.

¹⁸ Fato narrado pela presidência do Conselho e por outros membros da comitiva das visitas de monitoramento, presentes na Reunião Extraordinária do dia 15 de maio, que tinha como pauta Recomendações elaboradas pelos Conselheiros em virtude dessas visitas.

representatividade que são esses conselhos, que na verdade são um reflexo de um regime democrático.

Durante a pesquisa, foi possível identificar também que os conselheiros mais atuantes e comprometidos são da própria sociedade civil, e estes, muitas vezes, possuem dificuldades de participar das reuniões. Observamos que a maior parte dos conselheiros, representantes de órgãos do poder público, principalmente, não comparece às reuniões do Pleno, fato que cerceia e limita a atuação do Conselho.

Podemos observar que falta uma maior publicidade dos atos e ações do Conselho. A maior transparência seria importante e para fazer com que esse quadro mude e que haja uma maior divulgação, de forma a incentivar diversos setores da sociedade a participarem e atuarem nos Conselhos.

Azevedo Campos¹⁹ analisa a limitação da atuação dos Conselhos, enfocando justamente a falta de acesso à informação, falta de capacidade fiscalizatória, e uma débil prestação de contas. A análise feita por ele, no âmbito da prefeitura, também pôde ser observada a partir do acompanhamento no CEDDH. Percebemos que parte dos problemas mencionados pelo autor limitam também o desenvolver das atividades do Conselho Estadual. Trabalhar com a fiscalização de violações de direitos humanos não é uma tarefa fácil quando não se tem aparato do Estado para garantir sua atividade, ou pior, quando os próprios entes estatais violam esses direitos e impedem a atividade do Conselho.

A autonomia do Conselho é garantida por lei, inclusive a autonomia financeira, porém não há um orçamento específico direcionado para as atividades do Conselho, o que dificulta as formas de efetivação e divulgação das atividades, pois algumas atividades demandam dinheiro para concretizar.

Nota-se, através do comparecimento nas reuniões, como na última do dia 08 de junho de 2018, que há baixa participação dos conselheiros, e isso causa certo desânimo, pois os conselheiros são peças chaves para a execução das atividades do CEDDH. Essa constatação se deu gradativamente, na medida em que fomos

¹⁹ AZEVEDO, Nilo Lima de; CAMPOS, Mauro Macedo; LIRA; Rodrigo Anido. Por que os Conselhos não funcionam: O diagnóstico O'Donnell. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st08-9/10205-por-que-os-conselhos-nao-funcionam-o-diagnostico-o-donnell/file>>..

acompanhando da atuação das comissões. A omissão dos representantes veio se tornando cada vez mais frequente, o que configura, ao nosso ver, uma situação preocupante, que ameaça as possibilidades de a efetivação e fiscalização de políticas públicas por meio do Órgão.

3 MÉTODOS

A metodologia empregada para desenvolver a pesquisa foi a bibliográfica, tomando como base artigos científicos e trechos de livros para poder teorizar, dar uma melhor base no que se referêcia aos Direitos Humanos. Utilizamos também a pesquisa de campo a partir da técnica de observação participante, participando das reuniões do Conselho e acompanhando de perto todo o processo, as medidas e as formas de conscientização no que tange a violação de Direitos Humanos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O artigo aqui desenvolvido buscou tornar acessível o tema abordado. Realizamos primeiramente uma breve análise acerca das relações entre conselhos de direitos e Estado Democrático de Direito, partindo em seguida para uma digressão histórica de como o CEDDH surgiu. Ressaltamos, também, as dificuldades encontradas, bem como a importância do CEDDH no atual cenário político e social de notória deturpação dos Direitos Humanos, trazendo à tona sua relevância na concretização do Estado Democrático de Direito que atualmente vigora.

A experiência vivida durante alguns meses no CEDDH, especificamente a partir de março de 2018, possibilitou uma convivência maior e uma percepção da dificuldade de atuação do Conselho, principalmente quando se trata de violação de Direitos Humanos. Além disso, pudemos observar o trabalho árduo da Presidente com as pautas levadas ao Plenário e a cobrança para que os encaminhamentos

fossem feitos com urgência, por se tratarem de violações graves aos Direitos Humanos e à dignidade da pessoa humana. De maneira desoladora, foi impossível não notarmos a falta de compromisso de grande parte dos Conselheiros no que tange às suas obrigações, sendo uma delas a participação de maneira efetiva e constante em uma reunião que anteceda a do Pleno, o que não ocorreu em nenhum dos meses acompanhados, tornando difícil o trabalho da Executiva e gerando acúmulo de tarefas.

5 CONCLUSÃO

Concluimos que o CEDDH, desde a sua criação em 2013, tem se mostrado um Conselho atuante e que precisa de mais reconhecimento por parte da população, dos integrantes deste e do próprio Estado, que muitas vezes dificulta as atividades do Conselho de diferentes formas : (i) não comparecem às reuniões (ii) não ofertam recursos suficientes e específicos para o funcionamento, tendo em vista que o CEDDH tem papel adjutório na defesa de uma vida mais digna, na possibilidade de ter um mundo menos desigual, em que o Sistema de Justiça é acessível a todos.

O Conselho tem sua relevância na medida em que vivemos em tempos de grande discussão e violação no que diz respeito aos Direitos Humanos, seu significado tem sido deturpado. Cabe ainda uma boa reflexão do que são os Direitos humanos, Direitos Fundamentais e suas garantias, e o Conselho dentro deste contexto traz um real significado ao exercício da cidadania e como meio de exercer e lutar pelos Direitos Sociais.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Nilo Lima de; CAMPOS, Mauro Macedo; LIRA; Rodrigo Anido. Por que os Conselhos não funcionam: O diagnóstico O'Donnell. Disponível em: <<https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro/st-10/st08-9/10205-por-que-os-conselhos-nao-funcionam-o-diagnostico-o-donnell/file>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

CEARÁ. Decreto nº 32.317 de 2017. Diário Oficial do Estado. Editoração Casa Civil Ceará. Fortaleza. Publicação de 28 ago. 2017. Série 3, ano IX, nº 162.

CEARÁ. Lei nº 15.350 de 2013. Dispõe sobre a finalidade, atribuições e composição do conselho estadual de defesa dos direitos humanos e dá outras providências. Diário Oficial do Estado. Editoração Casa Civil do Ceará. Fortaleza. Publicação de 2 maio 2013. Série 3, ano V, nº 085, Disponível em: <<https://www.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2013/15350.htm>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

CHAGAS, Francisco Yrallypys Mota, Representação política e participação social: uma abordagem a partir da experiência dos Conselhos de políticas públicas e das conferências nacionais, p. 43.

Conselho de Direitos Humanos. Secretaria Cidadã. Disponível em: <<http://www.secretariacidada.go.gov.br/index.php/conselho-estadual-de-direitos-humanos>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

G1 Ceará. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/criminosos-invadem-festa-de-facao-rival-matam-varias-pessoas-e-ferem-dezenas-em-fortaleza.ghtml>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

MILLON, Lara Vanessa, Participação Popular nas Políticas Públicas Municipais, Revista de Direito, v. 13, nº17, 2010. Disponível em <<http://www.secretariacidada.go.gov.br/index.php/conselho-estadual-de-direitos-humanos>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

O Povo Online. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/03/dandara-dos-santos-foi-alvo-de-linchamento-apos-boato-diz-policia.html>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

O que é uma assembleia constituinte? Politize. Disponível em <<http://www.politize.com.br/assembleia-constituente/>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

O DIREITO À EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS REFUGIADAS NO BRASIL

Luiza Gabriela Atanásio Alcântara Moreira¹

Andréia da Silva Costa²

RESUMO

Diariamente, milhares de pessoas são forçadas a deixarem suas terras, em razão de perseguição ou de constantes violações de direitos humanos, e a buscarem refúgio em outro Estado. Em meio a esse fluxo humano internacional, há um número considerável de crianças refugiadas que, em sua maioria, perdem seus pais ou se perdem deles durante o deslocamento forçado. Além das intempéries da viagem, crianças e adolescentes refugiados se deparam com outras dificuldades no país de destino. A integração social é um dos principais desafios dos que trabalham com esse público, porque é a forma ideal de garantir uma vida digna para os refugiados, sejam eles crianças, jovens ou adultos. Contudo, quando o assunto é inclusão social de crianças refugiadas, deve-se, antes de tudo, apontar a importância da garantia do direito à educação nesse processo. O presente trabalho objetiva analisar como vem sendo garantido o direito à educação de crianças refugiadas no Brasil. Metodologicamente, convém salientar que a pesquisa é bibliográfica e documental. O estudo feito se mostra importante tendo em vista a carência de estudos jurídicos sobre a temática, mesmo diante da ênfase que lhe tem sido conferida pelos diferentes meios de comunicação. Ao final, concluiu-se que no Brasil pouco tem sido feito. A política migratória brasileira, apesar de se mostrar humanitária, não aponta respostas para os principais problemas enfrentados pelos menores refugiados em solo brasileiro.

¹ Aluna do 6º semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Christus. Pesquisadora bolsista do Programa de Iniciação Científica 2017-2018 do Centro Universitário Christus.

² Professora e Coordenadora Geral do Curso de Direito do Centro Universitário Christus. Professora orientadora do Programa de Iniciação Científica 2017-2018. Professora da disciplina Direitos Humanos e Fundamentais. Mestre e Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza - UNIFOR.

Palavras-chave: Criança Refugiada. Direito à educação. Direitos Humanos. Refúgio no Brasil. Desafios.

ABSTRACT

Thousands of people are daily forced to leave their land because of persecution or constant violations of human rights and to seek refuge in another country. Amid this international human flow, there are considerable number of refugee children who, for the most part, lose their parents or get lost during forced displacement. In addition to the hardship of the trip, children and adolescents refugees face other difficulties in the destination country. Social integration is a major challenge for those working with this public because it is the best way to ensure a decent life for refugees, whether children, youngsters or adults. However, when it comes to the social inclusion of refugee children, it is important first of all to point out the importance of guaranteeing the right to education in this process. This paper aims to analyze how the right to education of refugee children in Brazil has been guaranteed. Methodologically, it should be noted that the research is bibliographical and documentary. This study is important in view of the lack of legal studies on the subject, despite the emphasis given to it by the different media. In the end, it showed that little has been done in Brazil. The Brazilian migratory policy, despite being humanitarian, does not point to answers to the main problems faced by the underage refugees on Brazilian soil.

Keywords: Refugee Child. Right to education. Human rights. Refuge in Brazil. Challenges.

1 INTRODUÇÃO

Todos os dias, milhares de crianças cruzam as fronteiras de seus Estados nação em busca de melhores condições de vida. Algumas delas se destacam por migrarem para garantir a própria sobrevivência e acompanham seus pais, ou responsáveis, que fogem de perseguições e/ou de violações de direitos humanos. Nas travessias, anunciadas pelos noticiários internacionais, são comuns relatos de sofrimento, fome e desespero, sem falar nos incidentes de morte e de desencontros. Muitas crianças se perdem no meio do caminho, chegam desacompanhadas no país de acolhida ou são separadas de seus genitores nos centros de detenção, que funcionam como verdadeiros depósitos humanos.

Aqueles que deixam seu Estado de origem contra a sua vontade são conhecidos como migrantes forçados, dentre os quais destacam-se os refugiados. Referido grupo de migrantes se caracteriza por realizar deslocamentos em massa para os países mais próximos das suas terras de nascimento ou de residência. E, em meio ao expressivo número de refugiados que cruzam as fronteiras internacionais, tem-se muitas crianças e adolescentes, os quais, além dos percalços e dos perigos que a própria travessia enseja, se mostram ainda mais vulneráveis em razão de sua condição de seres humanos em desenvolvimento, que precisam de cuidados e de direitos especiais.

O presente trabalho busca investigar a postura que o Brasil vem adotando frente o direito à educação das crianças refugiadas. Parte-se do pressuposto de que o direito à educação é considerado um direito humano essencial ao pleno e digno desenvolvimento do indivíduo, motivo pelo qual sua observância se faz obrigatória, devendo ser garantido, inclusive, às crianças e aos jovens que se encontram em situação de refúgio em território brasileiro.

O Brasil vem se mostrando, no cenário internacional, como um Estado comprometido com a causa migratória, de modo que adotou uma nova política migratória doméstica pautada, a princípio, nos parâmetros humanitários internacionais. Resta, neste trabalho, saber de que maneira o Estado brasileiro garante o direito à educação às crianças refugiadas.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A Proteção de crianças e adolescentes no Brasil

Até meados do século XX, crianças e adolescentes ocupavam lugares periféricos na sociedade. O infanticídio, o abuso sexual, o trabalho infantil e outros tipos de violência praticados contra esses indivíduos eram bastante comuns.

Criança e adolescente foram, por muito tempo, segmentos ignorados enquanto pessoas. A história deste grupo aponta para uma trajetória marcada pela violência das relações adultocêntricas, onde o abandono era prática aceita e o infanticídio era uma das formas usadas para suprimir da sociedade pessoas vistas como “Inadequadas” aos padrões sócio-econômicos, culturais e morais da época.²

Nos dias atuais, essas práticas ainda ocorrem, todavia existe uma rede, integrada por instituições públicas e organizações não governamentais, que promove campanhas de prevenção e de conscientização da sociedade, garante a realização de uma política de assistência às vítimas e de acolhimento, bem como promove a punição dos criminosos que incorrem nas modalidades criminosas que vitimam o público infante juvenil. Tais ações demonstram um avanço na proteção desses seres humanos em desenvolvimento.

De fato, com o surgimento de alguns documentos internacionais, a criança³ foi assumindo um papel mais atuante, conquistando direitos e garantias próprios. A Declaração Universal dos Direitos da Criança, criada em 20 de novembro de 1959, foi pioneira ao tratar do protagonismo infantil. Em seu preâmbulo relata que a criança, “em decorrência de sua imaturidade física e mental, requer proteção e cuidados especiais, quer antes ou depois do nascimento⁴”.

Posteriormente, em 1989, um novo documento internacional previu um rol de direitos para esses indivíduos. A Convenção Internacional dos Direitos da

² ABBUD, 2010, apud MAIA, Christianny Diógenes; VIDAL, Juan P. C.; FRANÇA, Wallace Fernandes da. Crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. In: MAIA, Christianny Diógenes; ANDRADE, Denise Almeida de. **Direitos Humanos in legis**: A criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Fortaleza: Faculdade Christus, 2010.

³ No âmbito internacional, criança é todo indivíduo menor de 18 anos.

⁴ ORGANIZAÇÃO Das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos da Criança. Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1069.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

Criança foi elaborada pelas Nações Unidas e ratificada pelo Brasil por meio do Decreto nº 99.710/90. Baseado no princípio do interesse superior da criança, referido documento defende que tais seres de pouca idade e maturidade devem ter prioridade em suas demandas.

Inspirado nessas mudanças de âmbito global e na Constituição de 1988 (art. 227 e outros), o legislador brasileiro criou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 13 de julho de 1990, para tratar sobre essas questões de forma mais específica. Tal documento revelou ao Brasil uma nova perspectiva de tratamento⁵ dedicado às crianças e aos adolescentes, reconhecendo-os como seres que necessitam de uma atenção especial em razão de sua vulnerabilidade.

De acordo com o artigo 1º do ECA, é considerada criança aquela pessoa que possui até 12 anos incompletos, e adolescente o indivíduo entre 12 e 18 anos de idade. As diretrizes desse documento proporcionam um protagonismo individual a essa faixa etária, permitindo considerá-los não mais como meros indivíduos subjugados aos interesses da população adulta, mas como sujeitos de direitos, como os previstos na Constituição, sendo-lhes previstos direitos específicos que protegem certa fragilidade física e intelectual.

Com efeito, toda essa preocupação e cautela tem origem nos princípios constitucionais, principalmente naqueles que são interligados à dignidade humana. Por se tratar de seres em desenvolvimento, faz-se necessário que outras pessoas garantam o crescimento saudável desses seres humanos que representam o futuro do país. Há um capítulo na Constituição de 1988⁶ que trata diretamente dos deveres do povo brasileiro perante as crianças e os adolescentes. De fato, cabe ao Estado, à

⁵ Antes do surgimento do ECA, o documento que se dedicava às crianças e aos adolescentes, no sistema pátrio brasileiro, era o Código de Menores, elaborado em 1979. Referida normativa tinha uma abordagem voltada para jovens em situação irregular e transmitia uma ideia negativa dos indivíduos menores de 18 anos. Desse modo, o Código de Menores, ao contrário do que ocorre com o Estatuto da Criança e do Adolescente, não cuidava da proteção dos indivíduos em desenvolvimento, estava mais preocupado em punir aqueles que se encontravam em situação irregular, ou seja, em conflito com a lei, destoando, portanto, do comportamento socialmente admitido. FONSECA, Júlia Brito. Código de menores e o estatuto da criança e do adolescente. [jusbrasil.com.br](https://juliabr.jusbrasil.com.br/artigos/155146196/codigo-de-menores-e-o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente). Disponível em: <<https://juliabr.jusbrasil.com.br/artigos/155146196/codigo-de-menores-e-o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>>. Acesso em: 22 jun. 2018.

⁶ Cf. arts. 227 a 229 da CF/88. “Art. 227: É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

sociedade e às famílias, concorrentemente, promover uma formação digna e saudável a esses pequenos cidadãos.

Os direitos especiais reconhecidos às crianças e aos adolescentes decorrem de sua peculiar condição de ser humano em desenvolvimento. Como consequência, o Estado e a sociedade devem assegurar, por meio de leis ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o pleno desenvolvimento das capacidades físicas, mentais, morais, espirituais e sociais, cuidado para que isso se dê em condições de liberdade e de dignidade.⁷

Embora já existam muitos elementos normativos que defendam a criança e o adolescente, ainda há graves problemas que são enfrentados por esses indivíduos na sociedade atual. As normas não são cumpridas de forma efetiva, portanto, muitos não têm seus direitos garantidos e vivem em situações de extrema precariedade e injustiça pela falta de atuação do Estado ou da própria família. De fato, uma minoria de crianças possui acesso a direitos indispensáveis ao seu desenvolvimento, como é o caso do direito à educação, que é a base para a formação moral e intelectual de um indivíduo.

2.2 O direito à educação

A educação está entre os direitos básicos para a garantia de uma vida digna ao ser humano. No contexto internacional, esse direito é reconhecido no artigo XXVI da Declaração Universal dos Direitos Humanos, criada em 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU). Trata-se de um documento que indica os requisitos necessários para a proteção da dignidade de qualquer ser humano, independente de raça, cor, origem, religião, etc. De acordo com este dispositivo, *toda pessoa tem direito à instrução, que deve ser gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. E mais, a instrução elementar deve ser obrigatória, a técnico-profissional precisa ser acessível a todos, e a instrução superior deve basear-se no mérito. Toda instrução visará ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e ao fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, promovendo a compreensão, a tolerância e a*

⁷ PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

amizade entre todas as nações e grupos raciais ou religiosos, coadjuvando também as atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz.

2.2.1 O direito à educação no Brasil

Além de ser signatário da Declaração Universal de Direitos do Homem, o Brasil traz o direito à educação em seu rol de direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988. Sabe-se que os direitos fundamentais são aqueles essenciais para a existência humana, logo, devem estar protegidos pela legislação de cada Estado e serem acessíveis a todos os cidadãos.

Nas palavras de Ana Maria D'Ávila, os direitos fundamentais “são os princípios jurídica e positivamente vigentes em uma ordem constitucional que traduzem a concepção de dignidade humana de uma sociedade e legitima o sistema jurídico estatal”.⁸

Nesse sentido, o direito fundamental à educação consiste em um método de conhecimento que contribui para o crescimento intelectual e social de um indivíduo, inserindo-o em um processo de progressão qualificada. Tem como finalidade a formação do aprendiz, para que ele possa dar uma contribuição positiva para a sociedade que habita. Trata-se de um direito imprescindível para o bom desenvolvimento de qualquer ser humano. O acesso à educação, além de proporcionar a qualificação técnica, garante inclusão social, participação política consciente e crítica, exercício ativo da cidadania e oportunidade de trabalho e de progresso intelectual.

Paulo Nathanael Pereira de Souza comenta que:

Tudo na educação visa ao amadurecimento do ser humano, ao fortalecimento de sua capacidade de tomar decisões, à livre escolha, depois de formados de suas participações religiosas, políticas e filosóficas, bem como à sua instrumentação para ser útil a si e à sociedade.⁹

⁸ LOPES, Ana Maria D'Ávila. **Os direitos fundamentais como limites ao poder de legislar**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2001.

⁹ SOUZA, Paula Nathanael Pereira de. **Caminhos e descaminhos da educação brasileira**. São Paulo: Integrare, 2011, p. 82.

Para Paulo Freire “a educação tem caráter permanente. Não há seres educados e não educados, estamos todos nos educando. Existem graus de educação, mas estes não são absolutos”.¹⁰ O que o autor quis transparecer é que o aprendizado é um ato contínuo e constante na vida humana. A educação não se restringe apenas a uma sala de aula, mas representa a convivência diária com os outros membros de uma sociedade. E o Estado deve lutar para garantir esse direito em todos os aspectos.

A Constituição de 1988, em seu título VIII, precisamente dos artigos 205 ao 214¹¹, bem como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96), definem e regulamentam o funcionamento do sistema educacional no país. Existe uma série de políticas públicas voltadas para a garantia desse direito, todavia, ainda são necessários maiores investimentos a fim de proporcionar uma igualdade de acesso e de permanência a todas as crianças brasileiras.

Infelizmente, sabe-se que, no Brasil, milhares de jovens não possuem acesso a instituições de ensino de qualidade e não conseguem vagas nas escolas públicas, sendo, portanto, privados do direito à educação. A ausência desses jovens na sala de aula pode ser ensejada pela desinformação quanto as formas de ingresso nas escolas, pela falta de estímulo do governo, pela absoluta escassez de vagas ou por desinteresse do Estado, da família ou do próprio estudante, que, muitas vezes, está matriculado, mas abandona os estudos antes de concluí-los.

De fato, muitas crianças e adolescentes sequer são alfabetizados e adentram no mercado de trabalho, de modo precoce, sem qualificação e sem habilidade técnica. Tal situação se verifica pois, desde cedo, são pressionados pelos familiares para contribuírem com a renda familiar, necessitando da remuneração para a sua própria subsistência. Acomodados com a rotina, que é própria da vida adulta, esses indivíduos em desenvolvimento, dificilmente, retomam os estudos e usufruem de seu direito à educação na sua completude, chegando aos bancos das universidades.

¹⁰ FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

¹¹ Cf. arts. 205 a 214 da CF/88. “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Além de formar a personalidade e o caráter das pessoas, a educação possibilita o desenvolvimento intelectual do jovem, que, por meio dos estudos, desenvolve potencialidades e habilidades que serão imprescindíveis para a sua preparação para o mercado de trabalho. Por essa razão, a inobservância do direito à educação contribui para a marginalização social, para a pobreza, para o desemprego e, muitas vezes, para o envolvimento com a criminalidade. Tais jovens deixam de contribuir com o progresso do país e passam a compor uma parcela da sociedade negligenciada pelas normas e pelas políticas públicas brasileiras.

É evidente que tal situação demonstra uma falha na atuação do Estado e dos outros entes responsáveis por garantir a proteção da dignidade humana dos seres humanos em desenvolvimento. A estes falta atenção, cuidado, priorização, proteção e observância de seus interesses e de seus direitos (em especial o direito à educação), os quais são aspectos considerados fundamentais para um crescimento saudável e seguro.

Essa realidade acima narrada diz respeito ao cotidiano de muitas crianças e adolescentes brasileiros. Contudo, o presente trabalho se propõe a analisar uma situação ainda mais complexa – a observância do direito à educação de crianças e adolescentes refugiadas no Estado brasileiro.

2.3 A criança refugiada e os desafios que enfrentam no Brasil

O Brasil recebe, por ano, dezenas de refugiados que atravessam as fronteiras brasileiras a pé ou utilizando meios de transporte. De acordo com o último levantamento feito pela Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR):

O ano de 2017 foi o maior em número de pedidos de refúgio, desconsiderando a chegada dos venezuelanos e dos haitianos. Foram 13.639 pedidos no ano passado, 6.287 em 2016, 13.383 em 2015 e 11.405 em 2014.

No total, 33.866 pessoas solicitaram o reconhecimento da condição de refugiado no Brasil em 2017. Os venezuelanos representam mais da metade dos pedidos realizados, com 17.865 solicitações. Na sequência estão os cubanos (2.373), os haitianos (2.362) e os angolanos (2.036). Os

estados com mais pedidos de refúgio são Roraima (15.955), São Paulo (9.591) e Amazonas (2.864), segundo dados da Polícia Federal¹².

É importante ressaltar que o termo refugiado surgiu a nível global a partir do fim da I Guerra Mundial. O grande número de indivíduos deslocados em decorrência da guerra atentou a comunidade internacional para a proteção dessas pessoas. Portanto, em 28 de julho de 1951, foi adotada a Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados, destinada a dar resposta às suas necessidades, estabelecendo seus direitos e deveres, bem como o princípio do *non refoulement*, que impede os países de reenviar qualquer refugiado para o local no qual sua vida e/ou segurança estejam comprometidas. Para promover e velar pelo cumprimento dessa Convenção, em 14 de dezembro de 1952, foi criada a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), um organismo internacional das Nações Unidas, voltado para resolver questões relacionadas aos indivíduos em situação de refúgio e para monitorar as ações dos Estados.

Referido documento, além de inovar trazendo o conceito de refugiado, prevê uma série de direitos e obrigações que são específicos dessa população. Contudo, em 1967, precisou ser revisto, a fim de recontextualizar suas premissas normativas. Surge, então, o Protocolo de 1967, o qual pôs fim às limitações constantes no Estatuto dos Refugiados.

Trazendo para o âmbito nacional, convém ressaltar que o Brasil é Estado membro da Convenção de 1951 e, em 1997, promulgou sua própria Lei de Refúgio (nº 9.474/97), reforçando o amparo normativo a esses estrangeiros e regulamentando, no território brasileiro, os paradigmas legais estabelecidos internacionalmente. O ente responsável pela proteção e o cuidado desses indivíduos é o Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), um órgão interministerial presidido pelo Ministério da Justiça que lida principalmente com a formulação de políticas para refugiados no país, encarregando-se das solicitações de *status* de refugiados feitas pelos migrantes que adentram o território brasileiro¹³.

¹² ACNUR. Dados sobre refúgio no Brasil. **ACNUR.org**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

¹³ Cf. <http://justica.gov.br>.

Sabe-se que nem todo migrante pode receber as garantias da legislação internacional e da Lei 9.474, ou seja, há critérios específicos, cuja verificação é imprescindível para determinar o status de pessoa em situação de refúgio. Para melhor definir, de acordo com a Convenção 1951, tem-se como refugiado todo aquele que:

[...] tendo fundado receio de ser perseguido em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, pertença a certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem nacionalidade e não possa ou, em virtude do fundado receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa, ou em virtude do fundado receio, a ele não queira voltar.¹⁴

De fato, os traumas causados pelas perseguições advindas dos conflitos em seu país de origem tornam a massa de migrantes refugiados um público extremamente vulnerável, primeiro porque é forçado a migrar e, segundo, porque seu deslocamento representa uma medida desesperada de preservação de sua vida e de sua liberdade. Além disso, a travessia de um local para outro importa diversos riscos à saúde e à integridade física e psicológica desses viajantes. Dentre essa parcela de indivíduos que arriscam tudo, por uma longa e perigosa travessia em busca de uma melhor subsistência, há um grande número de crianças e adolescentes.

Nos últimos anos, as crianças refugiadas têm representado quase metade da população total de refugiados, sendo 20% a porcentagem de crianças de 0 a 17 anos no levantamento feito em 2017¹⁵, uma situação que preocupa os países receptores, visto que estas precisam receber um cuidado redobrado para a garantia de seus direitos, pois chegam, na maioria das vezes, desacompanhadas. Esse cuidado se justifica, pois, além das dificuldades enfrentadas pela própria idade, esses seres vivenciam experiências marcadas pelo medo, por traumas e intenso

¹⁴ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951. **ACNUR.org**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1>. Acesso em: 10 fev. 2018.

¹⁵ COMITÊ NACIONAL PARA OS REFUGIADOS. O refúgio em números. **ACNUR.org**. Disponível em: <http://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2018/04/refugio-em-numeros_1104.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

desespero, seja em seu país de origem ou durante a fuga para outra região. Muitas chegam no país de destino sem pais, sem irmãos ou mesmo sem nenhum parente mais próximo capaz de se responsabilizar pelo menor refugiado.

Entende-se que, por se tratar de uma faixa etária que exige um olhar diferenciado, a Convenção de 1951 deveria garantir, de forma específica, a proteção das crianças e dos adolescentes em situação de refúgio, dando aos mesmos atenção peculiar e diferenciada. Entretanto, isso não acontece. Na verdade, não há, no âmbito internacional ou na legislação brasileira, a garantia de direitos a crianças e adolescentes refugiadas que não derivem da interpretação extensiva daqueles destinados aos adultos, o que as torna refugiados triplamente vulnerabilizados – em razão da condição de refúgio, da pouca idade e sua fase de desenvolvimento e, por fim, em razão da falta de compromisso e de cuidado do Estado com esse público (criança migrante).

Como visto, há crianças e adolescentes que, muitas vezes, chegam ao território de refúgio desacompanhadas dos pais ou de responsáveis, pois estes acabam morrendo ou se perdendo no decorrer do trajeto. A ausência de familiares dificulta a adequação dessas crianças no novo país, pois, embora recebam os cuidados de outros refugiados, não tem suas necessidades de desenvolvimento supridas, como, o afeto e sua proteção física e moral. Assim, o processo de obtenção do *status* de refugiado no registro civil torna-se mais complicado quando não há a custódia de um adulto que seja responsável legal desse pequeno indivíduo, o que, conseqüentemente, impossibilita o efetivo acesso aos direitos daquele país.

Em 24 de maio de 2017, o Brasil, visando mostrar-se mais protetivo e garantir o acolhimento humanizado do migrante que chega em seu território, publicou a lei 13.445/17, que trouxe prerrogativas específicas sobre a criança e o adolescente. O seu art. 3º dispõe sobre os princípios que regem a acolhida dos migrantes, merecendo destacar o inciso XVII que prevê a proteção do melhor interesse da criança e do adolescente migrante e disciplina que a política migratória brasileira se rege por diferentes princípios e diretrizes, como o da proteção integral e atenção ao superior interesse da criança e do adolescente migrante.

Referido dispositivo autoriza que, independente de documentos de viagem, as crianças e os adolescentes desacompanhados de seus representantes legais, possam ser admitidos no país, recebendo imediata proteção do Estado por meio de diversos órgãos, como o Conselho Tutelar, conforme prevê o artigo 40. De forma ainda mais específica, o artigo 70 possibilita que o migrante, menor de 10 anos, poderá ter concedida a sua naturalização provisória, todavia, apenas com a solicitação do representante legal.¹⁶

De fato, a nova Lei de Migração fomentou uma maior autonomia a esses pequenos indivíduos, que precisa de uma proteção diferenciada, contudo ainda o fez de forma muito tímida. Espera-se que a garantia de direitos se amplie e que o Brasil busque modificar o olhar de sua sociedade para o acolhimento das crianças refugiadas, visto que além do abandono familiar, têm dificuldade com a língua do Estado de acolhida, não conseguem interagir com os anfitriões e podem vir a cair nas redes de tráfico de crianças, caso estejam realmente desamparadas pelo Estado e à mercê das dificuldades da vida nas ruas.

2.4 O direito à educação de crianças e adolescentes refugiadas no Brasil

Quando se trata do Brasil, o direito à educação dificilmente está ao alcance das crianças refugiadas. Embora seja assegurado pelo ECA e pela Constituição Federal de 1998, não há, em nenhum desses documentos, nada que diga respeito à educação, especificamente, para crianças e adolescentes em situação de refúgio. Infelizmente, essa falta de previsão legal reflete na sociedade brasileira, que acaba desenvolvendo certa acomodação e preconceito com os não nacionais.

A ideia de que se deve priorizar o direito à educação dos cidadãos que nasceram no país é comum e prevalecente, embora contrarie o disposto no artigo 22 da Convenção de Genebra que estabelece que os Estados partes devem dar o mesmo tratamento aos refugiados que é dado aos nacionais, no que concerne ao ensino primário. Essa priorização dos interesses dos nacionais se fundamenta no temor do Estado e da sociedade brasileira de que estrangeiros se aproveitem de

¹⁶ Cf. arts. 40 e 70 da Lei 13445/17.

suas políticas públicas, futuramente, tomem o lugar de um cidadão brasileiro nas escolas, nas universidades e no mercado de trabalho.

A sociedade não se atenta para o fato de que o estrangeiro pode contribuir para o desenvolvimento do país. No campo da educação, a troca de experiências e a diversidade de culturas, de pensamentos e de linguagens são enriquecedoras para o conhecimento e para o crescimento do ser humano. Em uma escola de São Paulo, a EMEF Infante Dom Henrique, a criança refugiada, após realizar a matrícula, faz uma apresentação sobre o seu país para seus colegas de sala.¹⁷ Essa experiência demonstra a riqueza da convivência entre alunos nacionais e estrangeiros, pois vivenciam o multiculturalismo, fazendo com que a criança migrante refugiada se sinta parte atuante e incluída naquele ambiente, interagindo com os demais estudantes.

Infelizmente, diferente da situação apresentada na escola em São Paulo, sabe-se que ainda existe um olhar de discriminação em relação ao refugiado. A falta de informação sobre o refúgio dissemina uma visão deturpada de que os refugiados são foragidos e entram, via de regra, ilegalmente no país. Há uma grande desconfiança sobre os motivos que os trouxeram até o Brasil e, em contrapartida, são notórios a exclusão e o preconceito praticados contra essas pessoas.

De fato, a consequência dessa perspectiva de discriminação somada à falta de investimentos, que são necessários para receber e integrar uma criança refugiada, faz com que muitas instituições de ensino apresentem empecilhos para acolhê-los. A diferença de idioma exige que a escola possua profissionais habilitados para ensinar o português e se comunicar com o estrangeiro, além de um currículo adaptado para essas crianças. Tais medidas geram despesas, que precisam ser priorizadas e administradas. Dentre os obstáculos apresentados pelas escolas, aponta-se as exigências para a matrícula, que vão desde a comprovação de residência no Brasil até a apresentação de outros documentos que, na maioria das vezes, são de difícil aquisição.

¹⁷ ACNUR. Projeto com crianças refugiadas apresenta possíveis caminhos para a integração em São Paulo. **ACNUR.org**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/2017/12/22/projeto-com-criancas-refugiadas-apresenta-possiveis-caminhos-para-a-integracao-em-sao-paulo/>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

Por essa ótica, o registro civil que comprova o status de refugiado é um dos documentos essenciais para que o migrante tenha acesso a direitos previstos nos ordenamentos jurídicos brasileiro e internacional. Entretanto, o reconhecimento do status de refugiado é um ato do Estado, por meio do CONARE¹⁸, um processo demorado, burocrático e com pouca expressividade frente a grande demanda. Diante disso, no que diz respeito ao direito à educação de crianças refugiadas, é imprescindível que haja uma maior flexibilização das regras e das exigências feitas pelo Estado brasileiro e uma supervalorização, não dos aspectos referentes à segurança nacional, mas sim da dignidade humana desses indivíduos em desenvolvimentos.

Atrelada às barreiras para a admissão de crianças refugiadas nas escolas acima apontadas, existe ainda toda a dificuldade dessas crianças com o idioma local, bem como com a socialização com as demais crianças. A falta de domínio da língua portuguesa limita a convivência e o aprendizado, todavia, somente com essa interação entre o refugiado e o brasileiro é que será possível que o primeiro internalize o vocabulário local e aprimore a sua comunicação. A medida que essa integração vai ocorrendo, a criança refugiada passa a agregar experiências da cultura brasileira e vai lentamente se inserindo na sociedade.

Nas palavras de Anthony Giddens, “A socialização é o processo através do qual as crianças, ou outros novos membros da sociedade, aprendem o modo de vida da sociedade em que vivem. Este processo constitui o principal canal de transmissão da cultura através do tempo e das gerações”.¹⁹

Diante do exposto, nota-se que as crianças e os adolescentes em situação de refúgio se deparam com significativos desafios em seu processo de integração local. Esses pequenos indivíduos chegam ao Brasil, acompanhados de seus familiares, ou não, em busca de acolhimento, mas nem sempre encontram o que procuram. Muito ainda precisa ser mudado para a garantia da educação no âmbito da infância e da juventude.

¹⁸ O CONARE, Comitê Nacional para Refugiados, é um órgão brasileiro interministerial responsável pelo reconhecimento do status de refúgio para os migrantes que chegam ao país em busca dessa proteção, servindo também de apoio jurídico para o mantimento das políticas públicas voltadas para o instituto do refúgio.

¹⁹ GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008, p.27.

Evidentemente, é necessária uma atuação mais positiva do governo brasileiro no que diz respeito à promoção da dignidade humana dos refugiados, visto que se apresenta no cenário internacional como um país que adepto às tratativas globais de acolhimento humanitário e comprometido com os direitos humanos dos migrantes. A promoção de campanhas explicando o significado do refúgio e a conscientização da sociedade de que as pessoas nessa situação são seres humanos vulnerabilizados e que, por isso, devem usufruir dos mesmos direitos assegurados a um cidadão brasileiro contribuem para a diminuição da discriminação sofrida por esses povos no país de acolhida, no caso, o Brasil.

Assim, frente a importância do direito à educação para o pleno desenvolvimento de um ser humano, conferindo ao mesmo condições de uma vida com dignidade, e diante das peculiaridades experimentadas por uma criança em situação de refúgio, entende-se que as instituições de ensino brasileiras devem primar pelo acolhimento de toda e qualquer criança ou adolescente, independentemente de sua origem étnica e de sua nacionalidade. Deve-se zelar pela promoção de uma educação de qualidade, com o intuito de garantir o seu progresso intelectual e social, bem como um futuro digno, sem se fazer qualquer tipo de distinção entre nacionais e estrangeiros, especialmente porque a Constituição Federal de 1988 assegura esse tratamento igualitário.

Portanto, é importante que, da mesma forma que se deu com os portadores de deficiências, é necessário trabalhar a inclusão social das crianças refugiadas, observando-se suas condições diferenciadas, adaptando as escolas brasileiras às suas peculiaridades que envolvem, especialmente, o não domínio da língua portuguesa, os traumas vividos no país de origem e as diferenças culturais.

Posto isso, verifica-se a necessidade de uma adaptação das escolas, do treinamento e capacitação dos profissionais, da sensibilização dos demais alunos e de uma adequação dos conteúdos curriculares. Os professores precisam estar aptos para receberem uma criança nessas condições e devem preparar a turma para acolhê-la. O Governo, como principal interessado em promover a garantia da dignidade humana a todos, deve incentivar a adoção dessas medidas e tornar a inclusão da criança refugiada regra indispensável para toda e qualquer escola do

Brasil, visto que a falta de previsão legal não pode ser uma justificativa para o não acolhimento.

É importante ressaltar que essas prerrogativas são de caráter temporário, devendo perdurar enquanto o estrangeiro se adapte à cultura do Brasil, pois passados o período de integração social, esse migrante poderá construir uma vida digna, com um emprego e uma formação, longe dos tormentos enfrentados em seu país de origem. Ademais, ele se tornará parte do território brasileiro, e contribuirá com o seu conhecimento intelectual e cultural para o crescimento do País.

3 MÉTODOS

O presente estudo tem natureza bibliográfica e documental. Quanto à pesquisa bibliográfica, foram analisados textos de especialistas brasileiros e estrangeiros que produzem na área dos direitos humanos dos refugiados, dando-se especial atenção aos direitos das crianças refugiadas. Livros e artigos científicos sobre o direito à educação no Brasil integram o acervo da pesquisa, ao lado de teses e dissertações que trabalhem a temática. No que se refere à pesquisa de caráter documental, além da consulta a relatórios, estudos estatísticos e textos afins, fez-se um levantamento da legislação nacional e internacional, bem como das políticas públicas brasileiras voltadas à proteção das crianças refugiadas, enfatizando-se o acesso ao direito à educação no Brasil.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na qualidade de titulares de direitos fundamentais, em especial do direito à educação, as crianças e os adolescentes devem ser contempladas em todo o aparato legislativo voltado à efetivação desse direito, bem como priorizadas no acesso ao sistema público de educação. Contudo, nem sempre isso acontece, de modo que a parcela da população que é mais afetada pela ineficácia do acesso à educação são as crianças e os adolescentes, pois são indivíduos em formação que precisam de um acompanhamento prioritário, para que, com o auxílio dos princípios

que aprendem na escola e na convivência com outros indivíduos, possam se tornar pessoas com valores éticos e morais bem desenvolvidos.

No Brasil, as crianças estrangeiras que se encontram em situação de refúgio, do mesmo modo que toda e qualquer criança, precisam da educação para se desenvolver enquanto seres humanos e enquanto cidadãos. Contudo, vários são os entraves que vão desde a dificuldade com a língua até o acesso às escolas, que geralmente tem como pré-requisito a fixação de residência no Brasil e a existência de vagas.

A presente pesquisa analisa o direito à educação das crianças refugiadas no Brasil, considerando a importância desse direito para que essa criança, desde pequena, tenha um contato com a cultura brasileira de uma forma prática e didática, e se familiarize com a linguagem e os costumes locais. A educação é essencial na vida de qualquer pessoa, é ela que cria a base da nossa personalidade e do nosso caráter. É a partir dela que se aprende o melhor comportamento em determinadas situações, bem como o que é certo e o que é errado. A educação abre novos horizontes para o senso crítico dos indivíduos e os incentiva a serem pessoas cada vez melhores. Logo, a criança e o adolescente refugiados, ao ingressarem em uma instituição de ensino, terão a oportunidade de se formarem enquanto cidadãos, de se desenvolverem enquanto pessoa e de se qualificarem para o mercado de trabalho.

5 CONCLUSÃO

Após a análise da situação das crianças refugiadas e dos desafios enfrentados por elas no que diz respeito ao direito à educação, o presente trabalho analisou documentos nacionais e internacionais sobre o tema, abordou aspectos que envolvem as dificuldades de trânsito de um país para outro, a divergência cultural, o processo de reconhecimento do refúgio, dentre outras barreiras que precisam ser vencidas, para achar meios que possibilitem um melhor acolhimento dessas pessoas, proporcionando-lhes uma vida digna, pautada na garantia dos direitos humanos.

A recepção e o acolhimento de refugiados impactam em diversos aspectos (econômicos, políticos, culturais, sociais etc.) nos países receptores, os quais, frise-se, não são obrigados a fazer o acolhimento. Todavia, tal postura (de acolhimento) vai ao encontro do movimento²⁰ de proteção internacional dos direitos humanos que desponta no cenário mundial, havendo, atualmente uma clara compreensão de que os Estados precisam se disponibilizar a prestar ajuda humanitária internacional por serem seres humanos.

Significa hospitalidade o direito de um estrangeiro de não ser tratado hostilmente pelo fato de ter chegado ao território alheio. Ao contrário dessa repulsa, os países precisam flexibilizar suas políticas públicas para acolher os refugiados já que todos os seres humanos possuem os mesmos direitos de permanecer em um local e ter acesso ao mínimo necessário a subsistência.

Quando se trata de crianças refugiadas, a educação é o melhor caminho para a formação de uma base intelectual e moral que afaste todo e qualquer tratamento discriminatório. O intuito é não se fazer diferença entre um refugiado e um nacional, especialmente quando o assunto é o direito à educação. Desse modo, nacionais e refugiados terão acesso a um ensino de qualidade para que possam, no futuro, contribuir igualmente para o crescimento do país receptor.

Nesse sentido, o Brasil se mostra no cenário internacional como um país comprometido com o acolhimento humanitário de migrantes, em especial os refugiados, possuindo, portanto, uma política migratória vanguardista e, por essa razão tem sido procurado pelos migrantes como um destino possível. Isso enseja um maior acolhimento desses indivíduos em território brasileiro (sírios, venezuelanos, congolese, etc.), todavia, a proteção legal destinada especificamente às crianças refugiadas ainda é insuficiente, mesmo quando o

²⁰ Vários autores, como Ana Maria D'Ávila Lopes, Antônio Augusto Cançado Trindade, Alberto Amaral Júnior, Flávia Piovesan e Ingo Wolfgang Sarlet fazem considerações sobre esse movimento. Cf. LOPES, Ana Maria D'Ávila. Da coexistência à convivência com o outro: entre o multiculturalismo e a interculturalidade. Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU. Brasília, ano XX, n. 38, p. 67-81, jan./jun. 2012; TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. A humanização do Direito Internacional. Belo Horizonte: Del Rey, 2006; AMARAL JÚNIOR, Alberto. O direito à assistência humanitária. Rio de Janeiro: Renovar, 2003; PIOVESAN, Flávia. Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2006; SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição de 1988. 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

assunto é urgente como a observância do direito à educação dessa parcela da sociedade.

Dessa forma, buscou-se tratar desse assunto e enumerar as possíveis medidas que devem ser adotadas pelas escolas, bem como pelo Estado, responsáveis pelo aprimoramento do acesso a esse direito e pelo desenvolvimento pleno desses indivíduos. Faz-se necessário que esses entes priorizem os princípios constitucionais brasileiros e as diretrizes humanitárias internacionais, não permitindo que os direitos humanos e os direitos fundamentais sejam esquecidos e desconsiderados na dinâmica social. Não se pode admitir que tais direitos sejam resguardados somente para uma parcela da população – os nacionais.

REFERÊNCIAS

ABBUD, 2010, apud MAIA, Christianny Diógenes; VIDAL, Juan P. C.; FRANÇA, Wallace Fernandes da. Crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. In: MAIA, Christianny Diógenes; ANDRADE, Denise Almeida de. **Direitos Humanos in legis**: A criança e o adolescente como sujeitos de direitos. Fortaleza: Faculdade Christus, 2010.

ACNUR. Dados sobre refúgio no Brasil. **ACNUR.org**. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

AMARAL JÚNIOR, Alberto. **O direito à assistência humanitária**. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17^o ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.

LOPES, Ana Maria D'Ávila. Da coexistência à convivência com o outro: entre o multiculturalismo e a interculturalidade. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – REMHU**. Brasília, ano XX, n. 38, p. 67-81, jan./jun. 2012.

LOPES, Ana Maria D'Ávila. **Os direitos fundamentais como limites ao poder de legislar**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 2001.

ORGANIZAÇÃO Das Nações Unidas. Convenção das Nações Unidas sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951. **ACNUR.org**. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1>. Acesso em: 10 fev. 2018.

ORGANIZAÇÃO Das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos da Criança.** Disponível em: <<http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1069.html>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o Direito Constitucional Internacional.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição de 1988.** 3. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SOUZA, Paula Nathanael Pereira de. **Caminhos e descaminhos da educação brasileira.** São Paulo: Integrare, 2011.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **A humanização do Direito Internacional.** Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

OS DIREITOS DA NATUREZA, SEU RECONHECIMENTO NO BRASIL E A PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Priscila David de Lima Damasceno¹

Jacqueline Alves Soares²

RESUMO

O paradigma antropocêntrico que ainda prevalece no mundo jurídico vem sendo gradativamente colocado a prova à medida que um novo modelo, fundamentado na ideia de que o valor intrínseco da natureza corresponde ao valor da própria vida, ganha espaço no mundo. Numa tentativa de enfrentar as políticas dominantes, que veem a natureza como um mero recurso a ser explorado pelo homem, diferentes legislações, impulsionadas por movimentos sociais, aproximam-se de um sistema que reconhece a natureza como sujeito de direitos. No Brasil, a ONG Associação Pachamama ingressou com uma ação contra a União e o Estado de Minas Gerais que realiza, dentre outros pedidos, o reconhecimento da Bacia Hidrográfica do Rio Doce como sujeito de direito. Diante desse cenário de transformações, o presente trabalho propõe-se a discutir quais fundamentos podem amparar as reivindicações pelo reconhecimento de tais direitos no Brasil e que mudanças simbólicas e práticas podem advir desse paradigma. Para tanto, realizamos pesquisa qualitativa recorrendo a fontes bibliográficas, além de observação participante dos movimentos da sociedade civil em favor dos direitos da natureza. Como resultados, encontramos grupos da sociedade civil adotando uma postura cada vez mais ativa no que diz respeito à proteção ao meio ambiente. O vínculo e respeito de alguns representantes do poder

¹ Graduanda em Direito. prisciladld@gmail.com

² Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFC. Professora Orientadora do Escritório de Direitos Humanos da Unichristus. jacsoares81@gmail.com

público para com a cultura indígena e comunidades tradicionais também tem ajudado a fortalecer o movimento de ruptura com o modelo antropocêntrico ainda predominante na legislação pátria e as constituições da Bolívia e do Equador são a inspiração para essa luta. Percebemos também que embora as conquistas no campo legislativo sejam importantes, os efeitos práticos ainda são tímidos e incipientes.

Palavras-chave: Natureza. Direitos. Sociedade. Preservação. Legislação.

ABSTRACT

The anthropocentric paradigm that still prevails in the legal world has been gradually put to the test as a new model, based on the idea that the intrinsic value of nature corresponds to the value of life itself, gains space in the world. In an attempt to address dominant policies, which see nature as a mere resource to be exploited by man, different laws, driven by social movements, approach a system that recognizes nature as a subject of rights. In Brazil, the NGO named Associação Pachamama has filed an action against the Union and the State of Minas Gerais, which, among other requests, requires the recognition to the Rio Doce River Basin as a subject of law. Given this scenario of transformations, the present work proposes to discuss which legal grounds can support the claims for the recognition of such rights in Brazil and what symbolic and practical changes can come from this paradigm. To do so, we conduct qualitative research using bibliographic sources, as well as participant observation of civil society movements in favor of the rights of nature. As a result, we find civil society groups adopting an increasingly active stance regarding the protection of the environment. The attachment and respect of some representatives of the public power to the indigenous culture and traditional communities has also helped to strengthen the rupture movement with the anthropocentric model still predominant in the national legislation and the constitutions of Bolivia and Ecuador are the inspiration for this struggle. We also realize that while achievements in the legislative field are important, the practical effects are still timid and incipient.

Keywords: Nature. Legal rights. Society. Environmental preservation. Legislation.

1 INTRODUÇÃO

No dia 5 de novembro de 2017, diferentes grupos da sociedade brasileira reuniram-se na 1ª Pororoca da Nação das Águas. A mobilização, idealizada pela ONG Nação Pachamama como forma de lembrar os dois anos de impunidade ao crime-catástrofe no Rio Doce, reclamava pelos direitos da natureza no tocante à defesa dos rios.

Reconhecer a Natureza como sujeito de direitos, e não como um objeto a serviço do homem é tema recente e bastante controverso no direito nacional e internacional. No Brasil, a Constituição de 1988 busca proteger o meio ambiente como forma de garantir qualidade de vida para as gerações presentes e futuras, resultando assim, numa proteção de cunho utilitarista.³

Por outro lado, emergindo do cenário social, político e jurídico da região dos Andes, na América Latina, e materializando-se por meio da Constituição da Bolívia e do Equador, um novo Constitucionalismo Latino Americano ostenta o reconhecimento dos direitos de Pachamama (da natureza) e inaugura no mundo, no âmbito jurídico, o giro ecocêntrico⁴ ao constitucionalizar um novo modelo de desenvolvimento “que tem por base alcançar a vida plena em todas as dimensões, mediante a comunhão com a natureza.”⁵

Partindo dessas diferentes visões, o presente trabalho, que tem como objeto os direitos da natureza, propõe-se a discutir quais fundamentos podem amparar as reivindicações pelo reconhecimento de tais direitos no Brasil e que mudanças simbólicas e práticas podem advir desse paradigma.

2 REVISÃO DE LITERATURA

³ TOLENTINO, Zelma Maria; OLIVEIRA, Liziane Paixão. Pachamama e o Direito à Vida: Uma Reflexão na Perspectiva do Novo Constitucionalismo Latino Americano. **Veredas do Direito Brasileiro**. Belo Horizonte, v. 12, n.23, p. 313-335. Janeiro/Junho 2015.

⁴ MORAES, Germana de Oliveira. Pelos Direitos de Pachamama e Pelo Bem Viver: Um Novo Modelo Sociambiental Ecocêntrico, Comunitário e Solidário. In: FILHO, Carlos Frederico; FERREIRA, Helini Sivini; NOGUEIRA, Caroline Barbosa. (Orgs). **Direito Socioambiental: Uma Questão Para a América Latina**. Curitiba: Letra da Lei, 2014.

⁵ TOLENTINO, Zelma Maria; OLIVEIRA, Liziane Paixão. Pachamama e o Direito à Vida: Uma Reflexão na Perspectiva do Novo Constitucionalismo Latino Americano. In: **Veredas do Direito Brasileiro**. Belo Horizonte, v. 12, n.23, p. 313-335. Janeiro/Junho 2015.

2.1 MEIO AMBIENTE, ESTADO DE DIREITO E A CONSTITUIÇÃO DE 1988

Diante de todas as alterações provocadas pelo homem no ecossistema terrestre, a preservação do planeta tornou-se algo fundamental para a manutenção da vida na Terra, e essa preservação está relacionada a mudanças que vão desde alterações no estilo de vida até uma nova forma de utilização dos recursos naturais pelos diversos Estados. Assim, o Direito pode e deve atuar como indutor de tais mudanças na sociedade.

Porque mudar a sociedade a partir do ‘interior’ é um processo lento e difícil. Não é fácil mudar mentalidades, crenças, hábitos e estilos de vida. A ‘inércia social’ gera tolerância às iniquidades e perpetua injustiças sociais. Em tempos de crise — e particularmente quando a crise social surge associada à crise ecológica — é quando o Direito pode ter uma função-chave, proibindo comportamentos, atividades ou omissões que, embora geralmente reconhecidas como injustas, são perpetuadas devido a um perigoso *cocktail* feito de inércia, inconsciência e visões de curto prazo.⁶

O Estado de Direito, enquanto construção humana, permaneceu durante muito tempo com sua natureza antropocêntrica, permitindo e fortalecendo a separação entre o humano e o natural, o que ocasionou profundas transformações no planeta e trouxe danos possivelmente irreversíveis para o sistema ecológico. Desta forma, torna-se evidente a responsabilidade humana em conter e reverter a degradação ambiental, reformulando, para tanto, as bases de sustentação do modelo estatal vigente e construindo um Estado de Direito que consiga atender o desafio de uma vida harmônica entre humanos e o planeta.⁷

No início da década de 1980, na Alemanha, impulsionado pelos estudos de Michael Koepfer, começam a ser arquitetadas as bases que fundamentam o “Estado Ambiental”. Em linhas gerais, esse novo Estado ambientalmente orientado deve assumir o dever de proteção constitucionalmente imposto para assegurar o mínimo existencial ecológico, resguardando inclusive o direito de gerações futuras. Há também uma regulação do uso e do acesso aos bens naturais de modo que seu aproveitamento não se dê de forma ilimitada, assegurando assim, a defesa contra

⁶ ARAGÃO, Alexandra. O Estado de Direito Ecológico no Antropoceno e os Limites do Planeta. In: DINNEBIER, Flávia França; MORATO, José Rubens. (Orgs.) **Estado de Direito Ecológico: Conceito, Conteúdo e Novas Dimensões para a Proteção da Natureza**. São Paulo: Inst. O direito por um Planeta Verde, 2017.

⁷ MORATO, José Rubens; SILVEIRA, Paula Galbiatti; BETEGA, Belizza. Estado de Direito para a natureza: fundamentos e conceitos. In: DINNEBIER, Flávia França; MORATO, José Rubens (orgs). **Estado de Direito Ecológico: Conceito, Conteúdo e Novas Dimensões para a Proteção da Natureza**. São Paulo: Inst. O direito por um Planeta Verde. 2017.

danos, inclusive quando estes danos forem ocasionados pelo próprio Estado. Observa-se ainda uma preocupação de evitar graves restrições às atividades científicas oriundas do aspecto preventivo de proteção ao meio ambiente e o consequente emprego de técnicas de proporcionalidade para se ponderar eventuais limitações a direitos fundamentais onerados pelo dever constitucional de proteção do meio ambiente.⁸

Paralelamente à noção de Estado de Direito Ambiental outro modelo ganha destaque. É o Estado de Direito Ecológico, cunhado inicialmente por Klaus Bosselman. Enquanto o Estado de Direito Ambiental parte da premissa de que as medidas de proteção ao meio ambiente devem ter como foco conter as ameaças ao homem e assegurar o bem estar humano, o Estado de Direito Ecológico pressupõe uma visão ética ecocêntrica, de reconhecimento do valor intrínseco da natureza e ênfase na necessidade de reavaliação da posição ocupada pelos seres humanos, que deixam de ser o centro passando a ser considerados parte de uma realidade sistêmica e inter-relacionada.⁹

Essa ruptura com o antropocentrismo materializou-se na América Latina por meio das Constituições do Equador, da Bolívia e da lei da Mãe Terra, promulgada na Venezuela. Tomando como ponto de partida o pensamento ancestral dos povos indígenas associado à atual consciência ecológica, tais documentos mostraram-se os mais inovadores dispositivos legais no que diz respeito à proteção do meio ambiente por legitimar a sustentabilidade socioambiental, o multiculturalismo, o plurinacionalismo e reconhecer a natureza como sujeito de direito conferindo-lhe direitos até então relegados.¹⁰

No Brasil, a Constituição de 1988 trouxe, pela primeira vez na história constitucional do país, todo um capítulo destinado ao meio ambiente. Em seu artigo 225, caput, o legislador assegurou a todos o direito ao “meio ambiente ecologicamente

⁸ CÂMARA, Ana Stela. **Por uma dialética de permanente ecocentrização do constitucionalismo ambiental brasileiro**: uma interlocução entre a Constituição de 1988 e o Estado ecológico de Klaus Bosselmann. 2016. 338 f. Tese (Doutorado em direito) – Área de concentração em ordem jurídica constitucional, Universidade Federal do Ceará, Ceará.

⁹ CÂMARA, Ana Stela. **Por uma dialética de permanente ecocentrização do constitucionalismo ambiental brasileiro**: uma interlocução entre a Constituição de 1988 e o Estado ecológico de Klaus Bosselmann. 2016. 338 f. Tese (Doutorado em direito) – Área de concentração em ordem jurídica constitucional, Universidade Federal do Ceará, Ceará, p. 25-26.

¹⁰ TOLENTINO, Zelma Maria; OLIVEIRA, Liziane Paixão. Pachamama: um novo paradigma socioambiental. In. FERREIRA, Helene; SERRAGLIO, Diogo; AGOSTINI, Andreia (Org.) **Natureza, populações tradicionais e sociedade de risco**. Curitiba: Letra da Lei, 2013.

equilibrado” impondo ao Poder Público, bem como à coletividade, o dever de protegê-lo.

Isso significa que a partir da Constituição de 1988, a formulação e a interpretação das leis, bem como a elaboração de políticas públicas e a solução de conflitos devem ser norteadas pela defesa do meio ambiente e por sua preservação para as gerações futuras.

Além disso, ao inserir o capítulo relativo ao meio ambiente na ordem social, o constituinte de 1988 adota uma visão universalista e aposta na interdependência e na harmonia das agendas social e ambiental. A ideia da sustentabilidade é, portanto, estendida e passa a integrar o econômico e o social.¹¹

Para a doutrina, a Constituição brasileira propõe uma visão identificada como antropocentrismo alargado ou mitigado, por abrigar em seu texto aspectos antropocêntricos e não antropocêntricos.¹² Ou seja, embora ainda tenha como foco de preocupação o bem estar humano, ao consagrar “a dignidade da pessoa humana em seu pórtico”,¹³ abandona a visão economicista do meio ambiente e passa a protegê-lo independente de sua utilidade direta, buscando uma interação entre homem e natureza pautada na preservação da capacidade funcional ambiental e do patrimônio natural.¹⁴

Percebe-se assim que a Constituição brasileira oferece relevantes contribuições relativas ao reconhecimento do valor intrínseco do meio ambiente. Além disso, ao reconhecer indígenas e quilombolas como povos cultural e etnicamente diferenciados e assegurar aos mesmos direitos territoriais especiais, a Constituição

¹¹ SARLET, Ingo. O direito fundamental ao meio ambiente do trabalho saudável. **Rev. do TST**, Brasília, vol. 80, n1, p. 25-35, jan./mar. 2014.

¹² CÂMARA, Ana Stela. **Por uma dialética de permanente ecocentrização do constitucionalismo ambiental brasileiro**: uma interlocução entre a Constituição de 1988 e o Estado ecológico de Klaus Bosselmann. 2016. 338 f. Tese (Doutorado em direito) – Universidade Federal do Ceará, Ceará, 2016.

¹³ TOLENTINO, Zelma Maria; OLIVEIRA, Liziane Paixão. Pachamama: um novo paradigma socioambiental. In. FERREIRA, Helene; SERRAGLIO, Diogo; AGOSTINI, Andreia (Org.) **Natureza, populações tradicionais e sociedade de risco**. Curitiba: Letra da Lei, 2013.

¹³ SARLET, Ingo. O direito fundamental ao meio ambiente do trabalho saudável. **Rev. do TST**, Brasília, vol. 80, n1, p. 25-35, jan./mar. 2014.

¹⁴ LEITE, José Ramos M., PILATI, Luciana Cardoso. Reparabilidade do dano ambiental no sistema da responsabilização civil: 25 anos da Lei 6938/1981. **Revista Sequencia**. Florianópolis, nº 53, p. 43-80, dez. 2006.

assume uma orientação multicultural¹⁵, abrindo espaço para uma potencial ampliação dos atuais níveis de proteção ambiental.

2.2. A SOCIEDADE CIVIL E AS REIVINDICAÇÕES DOS DIREITOS DA NATUREZA

O cenário de destruição da natureza ao redor do mundo é nítido. A sociedade capitalista com seu modelo de exploração e uso dos recursos naturais vem gerando consequências trágicas que poderão levar o planeta à exaustão antes do que se pode imaginar. O emprego de novos conhecimentos técnico-científicos, seja a energia nuclear, seja o uso irresponsável de novas substâncias químicas ou de tecnologias da informação, provocam riscos que potencialmente podem causar a destruição de toda a civilização.¹⁶

Assim, diferentes povos ao redor do mundo tem clamado por adequações que associem uma estrutura eficaz de conscientização com ferramentas jurídicas de maneira a assegurar uma efetiva proteção do meio ambiente.

Conforme a legislação brasileira, a responsabilização por danos ambientais possui, além da função de reparar o dano, um aspecto de prevenção e precaução ao desestimular atividades poluidoras, responsabilizar o poluidor por seus atos, estimular a prática de atitudes mais responsáveis e o uso de tecnologias sustentáveis, além de restringir a instalação de empreendimentos considerados nocivos ao meio ambiente. Nesse contexto, a sociedade ocupa papel fundamental. “A coletividade, titular do direito ao ambiente equilibrado e vítima da crise ambiental, acaba se tornando a maior fiscalizadora da integridade do meio ambiente, divulgando as punições do poluidor, redundando na prevenção de novas atitudes anti-sociais.”¹⁷

Entretanto, alguns segmentos da sociedade civil tem abandonado esse papel meramente fiscalizador e adotado uma postura cada vez mais ativa no que diz respeito

¹⁵ SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. Editora Peirópolis : Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

¹⁶ PACHECO, Claudio Gonçalves. As desventuras de um Estado de Direito Ambiental. Revista de Informação Legislativa. Ano 52, nº 205, p. 297-318, jan/mar 2015. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p297.pdf.>

¹⁷ LEITE, José Ramos M., PILATI, Luciana Cardoso. Reparabilidade do dano ambiental no sistema da responsabilização civil: 25 anos da Lei 6938/1981. **Revista Sequencia**. Florianópolis, nº 53, p. 43-80, dez. 2006.

à proteção ao meio ambiente. A concepção da Terra como um sistema vivo, sem a qual os homens não viveriam é cada vez mais aceita e vem trazendo reflexos para a ciência do direito.¹⁸

No Brasil, os movimentos sociais passaram a articular-se com o movimento ambientalista a partir da segunda metade da década de 1980, com o fim do regime militar, inaugurando o socioambientalismo tal como o reconhecemos atualmente. O sociambientalismo tem a promoção social e a proteção ao meio ambiente como mola propulsora, buscando assim promover a sustentabilidade da natureza e a sustentabilidade social por meio de políticas públicas e de respeito à cultura, à diversidade e à participação na gestão ambiental, com a forte presença de populações indígenas, quilombolas, de outras comunidades tradicionais e dos movimentos sociais.¹⁹

É também como fruto de um processo de movimentos sociais que o novo constitucionalismo latino americano emerge, com fundamento na preservação da natureza como fonte maior da vida, viabilizando, assim, a sustentabilidade, tanto natural quanto social, mediante políticas públicas de inclusão, de respeito à cultura, à diversidade e de participação na gestão ambiental.²⁰

3 MÉTODOS

A fim de atingir os objetivos propostos, referentes aos fundamentos que amparam o reconhecimento jurídico dos direitos da natureza bem como o que isso representa para o direito e para a efetiva proteção do planeta, fizemos pesquisa qualitativa, recorrendo a fontes bibliográficas a partir do levantamento de legislação, jurisprudência e artigos referentes ao tema.

Além disso, realizamos observação participante de movimento em favor dos direitos da natureza organizado pela sociedade civil na cidade de Fortaleza.

¹⁸ VIANA, Mateus Gomes. A Terra como Sujeito de Direitos. **Rev. Fac. Dir.** Fortaleza, jul-dez 2013

¹⁹ TOLENTINO, Zelma Maria; OLIVEIRA, Liziane Paixão. **Pachamama: um novo paradigma socioambiental.** In: FERREIRA, Helene; SERRAGLIO, Diogo; AGOSTINI, Andreia (Org.) **Natureza, populações tradicionais e sociedade de risco.** Curitiba: Letra da Lei, 2013.

²⁰ TOLENTINO, Zelma Maria; OLIVEIRA, Liziane Paixão. Pachamama e o Direito à Vida: Uma Reflexão na Perspectiva do Novo Constitucionalismo Latino Americano. In: **Veredas do Direito Brasileiro.** Belo Horizonte, v. 12, n.23, p. 313-335. Janeiro/Junho 2015.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado dessa participação mais ativa da sociedade no que diz respeito à preservação da natureza e amparados por uma Constituição inovadora, o mundo presenciou o primeiro caso jurídico na história de reconhecimento da Natureza como sujeito de direito e não mais como objeto à serviço do homem.

O caso se deu no Equador fundamentado pela Constituição vigente desde 2008 que reconhece inequivocamente, ao lado de pessoas e coletividades, a natureza como titular de direitos. Com base nisso, o Rio Vilacamba foi representado judicialmente por dois seres humanos, que ajuizaram ação contra o Ministério do Meio Ambiente e a Empresa Pública GPL, por danos provocados em seu leito. Até então, nunca se havia visto um rio atuar judicialmente, por meio de representantes, na busca pela efetivação de seus direitos constitucionalmente reconhecidos.²¹

Nessa direção, a Bolívia aprovou em 2010 a *Ley De Derechos de La Madre Tierra*, que tem como objetivo a declaração dos direitos da Mãe Terra. A Carta elenca os deveres do Estado e da sociedade na garantia do respeito a esses direitos e reconhece a Terra como um sistema vivo e dinâmico, conforme expresso em seu artigo 3º: “*La Madre Tierra es el sistema viviente dinámico conformado por la comunidad indivisible de todos los sistemas de vida y los seres vivos, interrelacionados, interdependientes y complementarios, que comparten un destino común*”.²²

Em 2102, a última Conferência Mundial Sobre o Meio Ambiente – Rio +20, em seu enunciado 39, reconheceu a necessidade dos Estados promoverem a harmonia com a natureza como forma de garantir o desenvolvimento sustentável e considerou

²¹ GUSSOLI, Felipe Klein. **A natureza como sujeito de direito na Constituição do Equador:** considerações a partir do caso Vilacamba. In. XVI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DE DIREITO DA UFPR, 2014. Paraná, UFPR, 2014. Disponível em: <<http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-Felipe-Gussoli-classificado-em-1%C2%BA-lugar-.pdf>>

²² BOLÍVIA, Ley de Derechos de La Madre Tierra. Ley nº 071, de 21 de dezembro de 2010. **Madre Tierra**. Disponível em <[http:// https://www.ecolex.org/details/legislation/ley-no-71-ley-de-derechos-de-la-madre-tierra-lex-faoc144985](http://https://www.ecolex.org/details/legislation/ley-no-71-ley-de-derechos-de-la-madre-tierra-lex-faoc144985)> Acesso em 19 nov. 2017.

o Planeta Terra como nosso lar. Posteriormente, a Assembleia Geral das Nações Unidas reconheceu a diretriz apontada pela Rio +20 de que a Terra é nossa casa.²³

Na Nova Zelândia, há mais de um século um povo nativo, os Maori, reivindicava os direitos do Rio Whanganui. Em 2017, o parlamento neozelandês reconheceu a personalidade jurídica do rio que a partir de então ganhou o direito de ser representado em processos judiciais. Seus representantes são um membro da tribo Maori e um membro da monarquia constitucional neozelandesa.²⁴

Na Índia, o Rio Ganges e um de seus principais afluentes, o Yamuna, considerados sagrados pelos indianos, também obtiveram o reconhecimento de sua personalidade jurídica. A proposta é que se estabeleça um conselho de administração responsável pela conservação e proteção do Ganges e de seus afluentes.²⁵

No Brasil, em ação inédita, a Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em decorrência do desastre de Mariana, entrou com uma ação contra a União e contra o Estado de Minas Gerais, representada pela ONG Associação Pachamama, para requerer o reconhecimento da **Bacia Hidrográfica do Rio Doce** como sujeito de direito. A ação também visa o reconhecimento da ampla legitimidade a todas as pessoas para defenderem o direito a uma existência sadia da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, além da instituição do Cadastro Nacional de Municípios Suscetíveis a desastres e a elaboração do Plano de Proteção e Defesa Civil do Estado de Minas Gerais, com a representação de povos ribeirinhos (indígenas ou não) e de instituições acadêmicas.²⁶ A ação visa a proteção de todas as formas de vida da Bacia do Rio Doce.

Também no Brasil, no final de 2017, a Cidade de Bonito, situada entre a zona da mata e o agreste pernambucano, teve sua Lei Orgânica modificada de maneira a reconhecer juridicamente os direitos da natureza. Embora esse seja o primeiro

²³ DIREITOS da Natureza. São Paulo: Meio Ambiente, 2015. Disponível em <<https://www.kickante.com.br/campanhas/direitos-da-natureza>> Acesso em: 24 jun. 2018.

²⁴ **WHANGANUI**: o rio que passou a ter os mesmos direitos que os seres humanos. Público. Disponível em <<https://www.publico.pt/2017/03/15/mundo/noticia/whanganui-o-rio-neozelandes-com-os-mesmos-direitos-dos-seres-humanos-1765372>>

²⁵ **Ganges and Yamuna rivers granted same legal rights as human beings**. Público. Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2017/mar/21/ganges-and-yamuna-rivers-granted-same-legal-rights-as-human-beings>>

²⁶ JUIZ FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS. **Petição**. Reconhecimento da Bacia Hidrográfica do Rio Doce como Sujeito de Direitos. Advogado Lafayette Garcia Sobrinho, Belo Horizonte-MG, 5 nov. 2017. Disponível em <<http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/573741-acao-inedita-no-pais-rio-doce-entra-na-justica-contra-desastre-de-mariana>>

município brasileiro a adotar esse posicionamento, a Câmara Municipal de São Paulo tem projetos de lei com o mesmo objetivo.²⁷

Percebe-se assim um movimento de alguns grupos sociais em direção ao biocentrismo, fundado em um paradigma socioambiental, ao que parece, com forte inspiração nas Constituições da Bolívia e do Equador. A Primeira Pororoca das Águas, organizada pela Nación Pachamamma é um reflexo desse movimento.

Em Fortaleza, a ação aconteceu na Praia da Sabiaguaba, foz do Rio Cocó, e contou, além da Nação Pachamama, com o apoio do Coletivo Bem Viver e de outras ONGS, Coletivos, comunidades indígenas e tradicionais, além de membros da sociedade civil e lideranças políticas, com destaque para a ONG Sabiaguaba Lixo Zero que realiza, mensalmente, uma ação de limpeza do Rio Cocó, na altura de sua foz. O encontro foi marcado por apresentações musicais, exposição fotográfica, coleta de lixo no mangue, toré com os índios, roda de conversa e por fim, uma remada pelas águas. O ponto comum, entre as diversas falas, foi a necessidade de se romper com a visão antropocêntrica, na qual a natureza, sobretudo a água, é tratada como bem de mercado em um contexto de consumismo e desperdício e despertar a consciência de que homem e natureza não existem isoladamente, mas fazem parte de um todo no qual a Terra é o sistema em que se dá a vida e que os seres humanos nada mais são que parte desse sistema.

5 CONCLUSÃO

A crise ambiental instalada no mundo provavelmente foi a responsável pelo despertar, pelo menos no campo legislativo, do aumento da preocupação com o meio ambiente.

Percebe-se um aumento da preocupação mundial no que diz respeito às pautas voltadas ao meio ambiente. O posicionamento da ONU, ao caminhar rumo a uma

²⁷ LOBEL, Fabrício. **Cidade de PE é a primeira do país a dar a rios mesmos direitos de cidadãos.** Folha de São Paulo, 22 de março de 2018, disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/cidade-de-pe-e-1a-do-pais-a-dar-aos-rios-os-mesmos-direitos-dos-cidadaos.shtml>>, Acesso em 09 de abril de 2018.

mudança de paradigma na forma como se percebe a relação com o planeta, é uma prova disso.

O que se observa, entretanto, são muitos avanços no tocante às ferramentas legais, mas com resultados ainda muito discretos no campo prático. No Equador, por exemplo, diversas leis aprovadas após a inovadora Constituição acabaram por limitar os direitos da natureza e, de maneira geral, casos que apelam à esses direitos não são aceitos.²⁸

No Brasil, não só com relação ao meio ambiente, mas em diversos aspectos, o que se observa é um grande distanciamento entre os direitos consagrados na Constituição e a realidade, uma vez que ainda não se pode afirmar que a proteção ambiental é parâmetro para as decisões do Estado nem tão pouco se observa uma mudança de paradigma em direção a um Estado de Direito preventivo.²⁹

Com relação a participação da sociedade civil nesse processo, o vínculo e respeito de alguns representantes do poder público para com a cultura indígena tem tido grande influência no reconhecimento dos direitos da natureza ao redor do mundo como se pode observar sobretudo na América Latina e Nova Zelândia.

Percebe-se portanto, a importância de se fortalecer os povos indígenas e as comunidades tradicionais, respeitando seus saberes e dando-lhes voz, pois o que se observa, em diferentes locais, é que são esses os grupos que têm participado mais ativamente das lutas pela defesa do meio ambiente. A Constituição brasileira não se mostra alheia aos povos ancestrais e preza por sua cultura, crenças e tradições, o que pode ser um importante fundamento para mudanças.

A legislação pátria também oferece espaço para diferentes formas de manifestação da sociedade civil, com destaque para a ação civil pública; entretanto

²⁸ MARTÍNEZ, Esperanza. **Direitos da Natureza: Um Balanço nos Dez Anos de Seu Reconhecimento Constitucional no Equador**. Boletim 234. Montevideu, 29 de nov. 2017. Disponível em <<https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/direitos-da-natureza-um-balanco-nos-dez-anos-de-seu-reconhecimento-constitucional-no-equador/>>

²⁹ KRELL, Andreas J. O Estado Ambiental como Princípio Estrutural da Constituição Brasileira. In: DINNEBIER, Flávia França; MORATO, José Rubens (Org). **Estado de Direito Ecológico: Conceito, Conteúdo e Novas Dimensões para a Proteção da Natureza**. São Paulo: Inst. O direito por um Planeta Verde. 2017.

os movimentos pelo reconhecimento dos direitos da natureza ainda são muito tímidos e isolados.

Assim, pelo exposto, não se pode negar a relevância das tentativas legislativas de se ampliar à proteção concedida à natureza, entretanto, fica cada vez mais claro que para uma efetiva proteção e mudança de cenário, não basta legislar. Enquanto houver uma prática de desrespeito às legislações ambientais, independente de quão modernas elas sejam, a vida no planeta continuará em risco.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Alexandra. O Estado de Direito Ecológico no Antropoceno e os Limites do Planeta. In: DINNEBIER, Flávia França; MORATO, José Rubens. (Orgs.) **Estado de Direito Ecológico: Conceito, Conteúdo e Novas Dimensões para a Proteção da Natureza**. São Paulo: Inst. O direito por um Planeta Verde. 2017.

BOLÍVIA, **Ley de Derechos de La Madre Tierra**. Ley nº 071, de 21 de dezembro de 2010. Disponível em <<https://www.ecolex.org/details/legislation/ley-no-71-ley-de-derechos-de-la-madre-tierra-lex-faoc144985>> Acesso em 19 de novembro de 2017.

CÂMARA, Ana Stela. **Por uma dialética de permanente ecocentrização do constitucionalismo ambiental brasileiro**: uma interlocução entre a Constituição de 1988 e o Estado ecológico de Klaus Bosselmann. 2016. 338 f. Tese (Doutorado em direito) – Área de concentração em ordem jurídica constitucional, Universidade Federal do Ceará, Ceará.

DIREITOS da Natureza. São Paulo: Meio Ambiente, 2015. Disponível em <<https://www.kickante.com.br/campanhas/direitos-da-natureza>> Acesso em 24 de junho de 2018.

Ganges and Yamuna rivers granted same legal rights as human beings. Público. Disponível em <<https://www.theguardian.com/world/2017/mar/21/ganges-and-yamuna-rivers-granted-same-legal-rights-as-human-beings>>

GUSSOLI, Felipe Klein. **A natureza como sujeito de direito na Constituição do Equador**: considerações a partir do caso Vilacamba. In. XVI JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DE DIREITO DA UFPR, 2014. Paraná, UFPR, 2014. Disponível em:< <http://www.direito.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/12/Artigo-Felipe-Gussoli-classificado-em-1%C2%BA-lugar-.pdf>>

KRELL, Andreas J. O Estado Ambiental como Princípio Estrutural da Constituição Brasileira. In: DINNEBIER, Flávia França; MORATO, José Rubens (Org.). **Estado de Direito Ecológico: Conceito, Conteúdo e Novas Dimensões para a Proteção da Natureza**. São Paulo: Inst. O direito por um Planeta Verde. 2017.

LEITE, José Ramos M., PILATI, Luciana Cardoso. Reparabilidade do dano ambiental no sistema da responsabilização civil: 25 anos da Lei 6938/1981. **Revista Sequencia**. Florianópolis, nº 53, p. 43-80, dez. 2006.

LOBEL, Fabrício. **Cidade de Peranambuco é a Primeira do País a Dar a Rios Mesmos Direitos de Cidadãos**. Folha de São Paulo, 22 de março de 2018, disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/cidade-de-pe-e-1a-do-pais-a-dar-aos-rios-os-mesmos-direitos-dos-cidadaos.shtml>, acesso em 09 de abril de 2018.

MARTÍNEZ, Esperanza. **Direitos da Natureza: Um Balanço nos Dez Anos de Seu Reconhecimento Constitucional no Equador**. Boletim 234. Montevideu, 29 de nov. 2017. Disponível em < <https://wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim-do-wrm/secao1/direitos-da-natureza-um-balanco-nos-dez-anos-de-seu-reconhecimento-constitucional-no-equador/> >. Acesso em 24 de junho de 2018.

MORATO, José Rubens; SILVEIRA, Paula Galbiatti; BETEGA, Belizza. Estado de Direito para a natureza: fundamentos e conceitos. In: DINNEBIER, Flávia França; MORATO, José Rubens (Org). **Estado de Direito Ecológico: Conceito, Conteúdo e Novas Dimensões para a Proteção da Natureza**. São Paulo: Inst. O direito por um Planeta Verde. 2017

PACHECO, Claudio Gonçalves. As desventuras de um Estado de Direito Ambiental. **Revista de Informação Legislativa**. Ano 52, nº 205, p. 297-318, jan/mar 2015. Disponível em < https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p297.pdf.>

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. Editora Peirópolis : Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

SARLET, Ingo. O direito fundamental ao meio ambiente do trabalho saudável. **Rev. do TST**, Brasília, vol. 80, n1, p. 25-35, jan./mar. 2014.

TOLENTINO, Zelma Maria; OLIVEIRA, Liziane Paixão. Pachamama: um novo paradigma socioambiental. In. FERREIRA, Heline; SERRAGLIO, Diogo; AGOSTINI, Andreia (Org.). **Natureza, populações tradicionais e sociedade de risco**. Curitiba: Letra da Lei, 2013.

TOLENTINO, Zelma Maria; OLIVEIRA, Liziane Paixão. Pachamama e o Direito à Vida: Uma Reflexão na Perspectiva do Novo Constitucionalismo Latino Americano. In: **Veredas do Direito Brasileiro**. Belo Horizonte, v. 12, n.23, p. 313-335. Janeiro/Junho 2015.

VIANA, Mateus Gomes. A Terra como Sujeito de Direitos. **Rev. Fac. Dir.** Fortaleza, jul-dez 2013

WHANGANUI: o rio que passou a ter os mesmos direitos que os seres humanos. Público. Disponível em

<https://www.publico.pt/2017/03/15/mundo/noticia/whanganui-o-rio-neozelandes-com-os-mesmos-direitos-dos-seres-humanos-1765372>

PATENTES FARMACÊUTICAS: ACESSO À SAÚDE E DIREITOS HUMANOS

Graciela Monique Ferreira Gomes Santos

José Evandro Alencar Correia

Resumo: o presente artigo busca uma abordagem sobre a questão do acesso aos medicamentos patenteados demonstrando em que medida a abertura ou fechamento do mercado implica em restrições ao acesso à medicação ferindo o direito à vida e à saúde. Em um primeiro momento é abordado sobre o Direito à saúde e o princípio da dignidade da pessoa humana, demonstrando o dever que cabe ao Estado de promover a saúde não apenas limitando-se aos postos de saúde e hospitais, estendendo o atendimento ao fornecimento de medicações, posteriormente um breve entendimento sobre o que são as patentes, patentes de medicamentos seguindo de uma breve abordagem da função social da propriedade e quais as normas que as regem em nosso país. Em seguida, é demonstrado quanto de recurso público é destinado às medicações patenteadas e um comparativo demonstrando quantas pessoas deixam de ser atendidas com uma medicação por não ter um valor acessível e por o Estado gastar acima do previsto devido às demandas judiciais. Por fim, é abordado sobre o Projeto de Lei 5.402/13 que sugere a revisão do direito à propriedade intelectual, de maneira equilibrar suas regras e que não desestimule a pesquisa, mas que também a população não deixe de ter acesso a esses medicamentos devido ao alto custo causados pelo abuso de poder econômico que é conferido de maneira legal às indústrias farmacêuticas hoje sendo alimentado pelo lobby dessa indústria. O trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica baseada em fontes primárias, utilizando-se do método dedutivo e o procedimento monográfico para discutir um novo ordenamento jurídico.

Palavras-chave: Patentes Farmacêuticas; Propriedade Intelectual; Direito à Saúde; Direitos Humanos; Acesso a Medicamentos;

Abstract: This article seeks an approach on the issue of access to patented drugs demonstrating the extent to which the opening or closing of the market implies restrictions on access to medication, damaging the right to life and health. Initially, it addresses the right to health and the principle of the dignity of the human being, demonstrating the State's duty to promote health, not only by limiting itself to health posts and hospitals, by extending the provision of medication, followed by a brief understanding about what are patents, patents for medicines followed by a brief approach to the social function of property and what are the norms that govern them in our country. It then demonstrates how much of the public resource is allocated to patented medications and a comparison demonstrating how many people are no longer being treated with a medication because it is not affordable and because the state spends more than expected due to lawsuits. Finally, it is approached about Bill 5,402 / 13 that suggests the revision of the right to intellectual property, in a way that balances its rules and that does not discourage research, but also that the population also does not have access to these drugs due to the high cost caused by the abuse of economic power that is conferred in a legal manner to the pharmaceutical industries today being fed by the lobby of that industry. The work was carried out through bibliographical research based on primary sources, using the deductive method and the monographic procedure to discuss a new legal system.

Keywords: Pharmaceutical Patents; Intellectual property; Right to health; Human rights; Access to Medicines;

1 INTRODUÇÃO

É notória a judicialização da saúde e de pessoas que buscam o provimento de medicamentos, que na maioria das vezes são de alto custo, mas são essenciais a subsistência do ser humano. Essa questão se mostra preocupante tanto pela visão dos doutrinadores, do judiciário, e a questão orçamentária. A judicialização dessas questões precisa ser refletida de modo tal que não deixe de proteger os direitos fundamentais de quem pede e dos demais cidadãos que tem outras necessidades não atendidas por falta de recursos para atender a todos.

Este artigo visa demonstrar o quão frágil é o poder público ao ser constrangido a adquirir essas medicações que têm valor elevado praticado pela indústria farmacêutica devido ao fechamento do mercado que permite uma fruição da propriedade intelectual em prejuízo aos interesses da coletividade.

O direito à saúde necessidade de diversos aspectos para que ele seja concretizado. Não é só a dimensão da internação, mas aspectos preventivos das moléstias que abatem a população.

Além disso, se faz necessário destacar o lado medicamentoso, ou seja, para que as doenças sejam combatidas, medicamentos precisam ser produzidos e comprados. Esse papel é desempenhado pela indústria farmacêutica que auferem grandes lucros com a sua comercialização.

O problema que este artigo visa apresentar é se não há um descompasso na estrutura de proteção a propriedade intelectual em detrimento ao direito à saúde das pessoas. Em que medida as longas patentes não contribuem para o encarecimento dos tratamentos e, de certa forma, acabam por ser um vetor de fragilização do direito à saúde.

Vale destacar que não se desconsidera a necessidade da regulação de patentes e sim questionar o abuso de direito e o abuso de poder econômico. A própria legislação prevê o licenciamento compulsório para as hipóteses de tais abusos, porém a realidade é que esses laboratórios conseguem ainda é estender o prazo da patente com alegações de novos benefícios da medicação.

A título de mera exemplificação, pode-se destacar o caso dos remédios para o vírus Hepatite C e Soliris.

Um único comprimido de sofosbuvir da Gilead custa R\$190,00 (cento e noventa reais) chegando o tratamento completo de um paciente a custar R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais). Um consórcio formado pelo laboratório público Farmanguinhos/Fiocruz e empresas privadas desenvolveu o medicamento genérico com preço total do tratamento em R\$ 2.750,00 (dois mil setecentos e cinquenta reais) por paciente, o que corresponde a uma economia de R\$ 13.250,00 (treze mil duzentos e cinquenta reais) por paciente. Porém esse medicamento só poderá ser comercializado se for negada a patente à Gilead.

Hoje o Ministério da Saúde trata cerca de 25.000 pacientes com a doença, porém, somente no ano de 2017, foram registrados 24.460 novos casos. Somente com os pacientes hoje tratados pelo Ministério da saúde, seria feita uma economia de R\$ 331.250.000,00 (trezentos e trinta e um milhões e duzentos e cinquenta mil reais) por ano com tratamento com uma única doença. Valor este que poderia ser destinado a diversas infraestruturas, mão de obra ou medicação para a saúde da população.

O valor da medicação Soliris, indicada para o tratamento de Hemoglobinúria paroxística noturna; Síndrome hemolítico urémico atípico, e Miastenia gravis generalizada, no início da sua fabricação e com registro de patente custava em torno de R\$ 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais). Já em meados de agosto de 2018 a medicação Soliris, foi adquirida, pelo governo, pelo valor unitário de R\$ 13.899,35, conforme extrato de dispensa de licitação nº 430/2018.

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 430/2018 - UASG 250005
Processo: 25000135774201819 . Objeto: Aquisição de 1138fra SOLIRIS 300MG Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso IV da Lei nº 8.666 de 21/06/1993.. Justificativa: Trata-se de Ação Judicial declaração de Dispensa em 13/08/2018. THIAGO FERNANDES DA COSTA. Coordenador-geral de Licitações e Contratos de Insumos Estratégicos para Saúde. Ratificação em 14/08/2018. TIAGO PONTES QUEIROZ. Diretor do Departamento de Logística em Saúde. Valor Global: R\$ 15.817.460,30. CNPJ CONTRATADA : Estrangeiro MULTICARE PHARMACEUTICALS.
(SIDECA - 14/08/2018) 250110-00001-2018NE800049

Diante do exposto, o presente artigo pretende ser uma revisão da literatura sobre o tema que, inclusive, não é abordado de modo tão direto pela doutrina, focando de modo mais constante sobre a judicialização da saúde e esquecendo dos outros pontos que são essenciais a esse direito.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Direito à saúde e o princípio da dignidade da pessoa humana

Um dos fundamentos da República Federativa do Brasil de acordo com a Constituição Federal/88 é a Dignidade da Pessoa Humana e reservou ao Estado a obrigação de promover a saúde.

Conforme a Constituição Federal de 1988, em seu art. 23, II:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

(...)

II - cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

Já que a saúde é um dever do Estado, cabe a Ele estender o fornecimento das medicações para a sociedade a fim de prevenir ou tratar, oferecendo assim, uma vida digna.

Propriedade Intelectual

O artigo 5º da Constituição Federal estabelece a proteção aos autores de inventos industriais o privilégio temporário para a utilização, proteção às criações industriais, a propriedade de marca, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.

A patente é o um direito atribuído pelo Estado, ao interessado, que lhe garante utilizar com exclusividade uma invenção. Após a concessão da patente, terceiros necessitarão de autorização para explorar e se ocorrer do uso sem tal autorização o proprietário da patente poderá requerer indenização por perdas e danos, essas garantias são asseguradas pela Lei 9.279/96.

Já a patente não se considerará violada se realizada em caráter privado e sem finalidade comercial, com finalidade experimental, preparação de medicamentos para casos individuais, atos destinados e exclusividade à produção de informação, dentre outros.

Vale ressaltar que não é patenteável o que ferir à moral, os bons costumes, a segurança, à ordem e a saúde pública.

Hoje a legislação prevê que as patentes por inovação têm um prazo de 20 anos e patente de modelo de utilidade tem um prazo fixado em 15 anos, sendo ambos contados a partir da data do depósito.

As normas que regem as patentes

As normas que regem as patentes estão asseguradas na Constituição Federal/88, em seu art. 5º, XXVII e XXIX, são regulamentadas pela Lei Ordinária 9.279/96 que versa sobre os direitos e obrigações da propriedade industrial, os regulamentos Decreto 2.553/98, a Portaria MCT nº 88/98, as normas no âmbito do CNPq Resolução Normativa 014/98 e Propriedade intelectual.

Além da legislação brasileira também aplica-se a Convenção da União de Paris, Agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights – TRIPS, em português Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio, que é um tratado que encerrou a Rodada Uruguai e criou a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a legislação de propriedade industrial dos países da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI).

Patentes de medicamentos

Conforme o dicionário Aurélio, medicamento é: “substância ou produto desenvolvido para tratar uma afecção ou manifestação patológica”.

Apenas no ano de 1996 o Brasil reconheceu as patentes farmacêuticas. Hoje, no Brasil, a participação dos medicamentos com patentes supera em 40% os gastos com medicamentos genéricos.

Com o direito de impedir que demais laboratórios produzam os medicamentos patenteados os laboratórios que detêm a patente podem precificar tais medicamentos com valores bem superiores aos que serão praticados quando a patente vier a vencer.

Essas medicações se tornam caras em virtude desses direitos de propriedade duradouros e por não haver concorrência. As pessoas que necessitam

das medicações não vão deixar de judicializar suas necessidades na seara da saúde. O Estado, por sua vez, vai ter custear o tratamento com medicamentos caros. Diante dessa situação e da escassez de recursos, surge um embate entre a efetivação do direito à saúde, a baixa capacidade do Estado de assegurar a universalidade do direito à saúde e os interesses das indústrias farmacêuticas.

Há neste caso um embate entre o direito à saúde, a vida e o direito à propriedade. Nesta linha de raciocínio, Carvalho (2007): “O acesso a medicamentos, como espécie do direito à saúde, é direito social e a patente farmacêutica, como espécie do direito de propriedade, é direito individual com relevância social”.

Com essas controvérsias Denis Borges Barbosa se pronuncia:

A propriedade intelectual tem um fim. Ela não é um valor em si próprio. Ela não está protegida simplesmente como uma propriedade. Ela é uma propriedade que serve para um fim determinado. O fim que lá está indicado é o de propiciar o desenvolvimento social, tecnológico e econômico do país, do Brasil, não da humanidade, nem da comunidade dos povos e, seguramente, não dos titulares das patentes.

O que vale uma ideia registrada e que não alcança o seu objetivo social e apenas visa o lucro?

A ideia de propriedade na constituição federal de 1988. A função social da propriedade.

A função social e a dignidade da pessoa humana deve transpor a propriedade privada visando o interesse coletivo para alcançar o bem estar da população.

A função social não deve desassociar-se do direito à propriedade. Caso ocorra, deverá intervir o governo para que dê o devido aproveitamento aos interesses coletivos.

PL 5402/13 – Uma proposta para mudança

Trata da revisão da lei de patentes para limitar a duração do prazo das patentes, acrescentar objetos que não são considerados invenções, alterar o rigor dos critérios de patenteabilidade, criar o mecanismo de oposição contra pedidos de patentes, modificar o dispositivo sobre a anuência prévia da Anvisa, tratar da

proteção de dados de testes farmacêuticos na forma de concorrência desleal, e instituir o mecanismo do uso público não comercial.

Hoje a PL 5.402/13 proposta pelos deputados Newton Lima e Dr. Rosinha dispõe sobre o uso de patentes pelo poder público. Uma das alterações propostas é que solicite por meio de portaria o uso da medicação patenteada sendo de exclusividade do poder público, desde que não seja para o uso comercial e assegurará ao titular da patente ou do pedido de patente uma remuneração a ser fixada pelo poder público.

Nesse projeto também é proposto a redução do limite da vigência da patente da medicação para um período que possibilite o retorno do investimento realizado.

O último movimento desta PL foi em 06/02/2015 para desarquivamento, demonstrando que a reforma não sai do papel relacionado ao lobby das indústrias farmacêuticas.

A saúde pública e medicação patenteada

Segundo pesquisa apresentada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o SUS no período de 2010 a 2016 teve um aumento nos gastos com medicação equivalente a R\$ 4,3 bilhões. Embora tenha ocorrido um crescimento no fornecimento de medicamentos pelo SUS, apenas 47,5% tiveram acesso a todos os medicamentos prescritos para tratamento de doenças crônicas e 32,4% pagaram por todos os medicamentos, sendo que o restante conseguiu apenas parte da medicação prescrita (VIEIRA,2018)

Já em relação a judicialização da saúde, no período de 2009 a 2015, o Ministério da Saúde gastou R\$ 3,4 bilhões, sendo que somente em 2015 foi de 715 milhões (VIEIRA, 2016). Metade das tecnologias mais caras disponíveis em 2015 que foram demandadas ao Ministério da Saúde, pelo Judiciário, não eram registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), medicamentos esses que são utilizados para tratamentos de diabetes ou doenças raras.

Apesar das medidas adotadas, espera-se que os medicamentos de alto custo, geralmente protegidos por patentes, sejam os vetores principais do aumento do gasto com saúde nos próximos anos (OECD, 2015).

Uma triste realidade, pois, não podemos considerar que estes gastos provêm apenas do envelhecimento da população, das melhorias em políticas de saúde e sim pela exclusividade que a minoria detém em comercializar medicações de interesse de toda a sociedade.

É necessário o incentivo à pesquisa, mas também se faz necessário uma contrapartida para a população que anseia por uma vida digna sem precisar buscar junto ao judiciário um direito constitucional. Recorrer ao Poder Judiciário deveria ser a última alternativa.

O Brasil no ano de 2008 possuía 96 medicamentos que continham moléculas patenteadas, destes apenas um é resultado de pesquisa brasileira. Esses 96 medicamentos são restritos a comercialização de apenas 25 laboratórios o que comprova a falta de pesquisas voltadas para medicação por parte do nosso país.

Além dos altos valores praticados pelas medicações patenteadas, ainda tivemos no ano de 2016 a Medida Provisória 754 que permitiu o reajuste das medicações pelo Conselho de Ministros da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos. Até a entrada da MP só era possível reajustar os medicamentos uma vez por ano e de acordo com a variação da inflação.

Um erro na concessão de uma patente de medicamento para HIV no período de 2009 a 2013 causou um prejuízo de R\$ 233.503.920,00, o que seria possível adquirir 2900 ambulâncias totalmente equipadas. Isso demonstra que não é apenas o longo período que o laboratório detém da patente que causa prejuízo. As formas indevidas da concessão também causam grandes transtornos à sociedade.

3 MÉTODOS

Foi usado o método dedutivo, pois partiu-se de uma análise do sistema de propriedade intelectual no âmbito nacional e internacional e conjecturar a reforma jurídica para que o cidadão faça valer seus direitos humanos e tenha acesso a estas medicações de alto custo sem comprometer o orçamento público.

O procedimento será o monográfico, pois discute um novo ordenamento jurídico, alternando a análise bibliográfica e a descritiva, sendo feita uma análise crítica ao problema proposto.

4 CONCLUSÃO

O gasto com medicamentos patenteados compromete grande parte do orçamento o que acaba atrapalhando o oferecimento de outros investimentos na área da saúde.

Só existirá condições de aplicar uma solução para essas carências se os países com menos recursos tiverem tratamentos e condições diferenciadas, tratando os iguais de formas iguais, os países ricos e os desiguais na proporção de suas desigualdades, os países pobres.

A legislação aplicada às patentes se revista e ajustadas as brechas existentes, tornará possível um valor acessível à população fazendo valer o direito à vida e à saúde. Pois no cenário atual, apenas quem tem condições de arcar com os custos altos dos medicamentos patenteados e que tem o privilégio de garantir a saúde e infelizmente as pessoas de baixa renda e que possuem um pouco de conhecimento acabam onerando o Estado por meio da judicialização para que consigam assegurar o seu direito à vida e à saúde.

REFERÊNCIAS

ASENSI, F. D.; PINHEIRO, R. Judicialização da saúde no Brasil: dados e experiências. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2015.

CARVALHO, Patrícia Luciane de. Patentes farmacêuticas e Acesso a Medicamentos. São Paulo: Atlas, 2007, p.21.

BARBOSA, Denis Borges. Uma Introdução À Propriedade Intelectual. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2003, p. 633

DERANI, Cristiane. **A propriedade na Constituição de 1988 e o conteúdo da “função social”**. Revista de Direito Ambiental, São Paulo, v. 27, jul.-set. 2002.

GRUPO DE INCENTIVO A VIDA - MEDICAMENTO SOFOSBUVIR

<<http://www.giv.org.br/Not%C3%ADcias/noticia.php?codigo=2516>> . Acesso em 06 setembro 2018

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Conta-satélite de saúde Brasil: 2010-2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

MEDICAMENTO. In: DICIONÁRIO do Aurélio. Disponível em:

<<https://www.dicio.com.br/medicamento/>>. Acesso em 05 set. 2018.

OECD – ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. Health at a glance 2015: OECD indicators. Paris: OECD, 2015.

QUINTILESIMS. Empresa Especialista em Coletar e Analisar Dados do Setor Farmacêutico Com Presença Em Mais De 100 Países. Disponível em:

<http://www.imshealth.com.br/pt_br>. Acesso em 20 agosto 2018.

VIEIRA, F. S. EVOLUÇÃO DO GASTO COM MEDICAMENTOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE NO PERÍODO DE 2010 A 2016. In: TEXTOS PARA DISCUSSÃO, 2018, Rio de Janeiro. Disponível em <

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8250/1/TD_2356.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2018

VIEIRA, F. S. Garantia do direito à saúde, judicialização e o mito de que os recursos não são escassos: desafios atuais e futuros do Estado brasileiro. In: CONGRESSO DO CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, 9., 2016, Brasília. Resumos..., Brasília: Consad, 2016. Disponível em:

<<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=572965>>. Acesso em: 2 agosto 2018.

SOBREPOSIÇÃO DA ÁREA DA APA DE SABIAGUABA E DO PARQUE ESTADUAL DO COCÓ: CONTEXTUALIZAÇÃO DO ARCABOUÇO JURÍDICO E DESAFIOS LOCAIS¹

Maria Elane de Carvalho Guerra²

Ana Stela Vieira Mendes Câmara³

RESUMO

A Lei n.º 9.985/00 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC), estabelece critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação (UCs). Na Sabiaguaba foram criadas, pelo Decreto municipal nº 11.987/06, duas UCs: Área de Proteção Ambiental (APA) e Parque Natural Municipal das Dunas (PNMD), com o intuito de proteger áreas de relevante características naturais. Em 2017 foi criado e regulamentado o Parque Estadual do Cocó que passou a contemplar uma área que se sobrepõe ao que antes pertencia à APA da Sabiaguaba. Ocorre que UCs da categoria Parque, por serem de proteção integral, não permitem a ocupação humana; por outro lado, as APAs, de uso sustentável, permitem. Surge, então, uma situação concreta de conflito com os moradores locais. Pretende-se com essa pesquisa analisar as Unidades de Conservação da Sabiaguaba e Parque Estadual do Cocó quanto ao seu arcabouço jurídico e a questão da sobreposição de área da APA da Sabiaguaba e do recém-criado Parque. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental acerca dos dispositivos legais quanto às UCs, tendo como fontes de pesquisa livros, artigos científicos, teses e dissertações, além de legislação pertinente ao tema. A APA da Sabiaguaba possui uma área de 1.009,74 hectares, contendo sistemas ambientais representados por manguezal, lagoa e seus afluentes. O Parque do Cocó é uma área verde situada na região Leste da cidade de Fortaleza, que foi criado pelo Decreto Estadual nº 20.253/89. Em 2017, com a criação e regulamentação do Parque Estadual do Cocó, sua área foi ampliada, passando a conter 1.115,2 hectares. A efetivação da proposta do Parque Estadual do Cocó, sobrepondo parte da APA da Sabiaguaba com área de Parque, implicará na remoção de famílias das comunidades. Assim, que por mais que se proponham termos de ajustamento de conduta, visando à permanência

¹ Este trabalho expõe resultados parciais da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso da autora principal.

² Estudante de Direito, Centro Universitário Christus, elane.guerra@uece.br.

³ Doutora em Direito pela Universidade Federal do Ceará, Professora de Direito Ambiental do Centro Universitário Christus e Coordenadora Geral de Pesquisa na mesma instituição, emaildastela@gmail.com

das populações na área do Parque, a situação das comunidades ficará muito mais vulnerabilizada, gerando insegurança jurídica não apenas quanto à possibilidade de permanência no território, mas também quanto à própria condição de manutenção de sua subsistência.

Palavras-chave: Unidade de Conservação. Vulnerabilidade. Conflitos socioambientais. Sabiaguaba. Área de proteção ambiental.

ABSTRACT

The National System of Conservation Units (SNUC) establishes criteria and norms for the creation, implementation and management of conservation units in Brazil. Two Conservation Units were created in Sabiaguaba, Fortaleza, State of Ceará, through the Municipal Decree nº 11.987/06: an Environmental Protection Area (APA), and the Dunes Municipal Natural Park (PNMD), with the aim of protecting areas of relevant natural characteristics. In 2017 the Cocó State Park was created and regulated, which now includes an area that overlaps with what once belonged to Sabiaguaba's APA. It occurs that the 'Park' category of the conservation units do not allow human occupation; on the other hand, it is allowed within an APA. Therefore, a conflictious situation with the local inhabitants arises. The objective of this research is to analyze the Conservation Units of Sabiaguaba and the Cocó State Park as to their legal framework and the overlapping of the APA of Sabiaguaba and the newly created Park. A bibliographical research was carried out on the legal provisions regarding the conservation units, having as sources of research books, scientific articles, theses and dissertations, besides all related legislation. The APA of Sabiaguaba has an area of 1,009.74 hectares, containing environmental systems such as mangroves, lagoons and their tributaries rivers. The Cocó Park is a green area located in the eastern part of the city of Fortaleza, which was created by State Decree nº 20.253/89. In 2017, with the creation and regulation of the Cocó State Park, its area was expanded to 1,115.2 hectares. The implementation of the Cocó State Park proposal, overlapping part of Sabiaguaba's APA with Park area, will imply the removal of families from the Boca da Barra community. Thus, even if terms of a conduct adjustment agrément were proposed, aiming at the permanence of the populations in the Park area, the situation

of the community will be much more vulnerable, generating legal insecurity not only regarding the possibility of permanence in the territory, but also about the maintenance of their subsistence.

Keywords: Conservation Units. Vulnerability. Social-environmental conflicts. Sabiaguaba. Environmental Protection Area.

1 INTRODUÇÃO

Diante de um contexto de degradação, e preocupados com a extinção dos ecossistemas, moradores e órgãos político-administrativos da cidade de Fortaleza, CE decidiram pela criação e implantação de duas Unidades de Conservação (UCs) na Sabiaguaba, com o intuito de proteger essa relevante área⁴.

No momento, outro problema está tomando forma, trata-se da questão da área de sobreposição da APA de Sabiaguaba e da recente criação do Parque Estadual do Cocó, o que gera problemas por causa da presença de populações tradicionais em áreas protegidas.

Nesse contexto, pretende-se com essa pesquisa analisar as Unidades de Conservação da Sabiaguaba e Parque Estadual do Cocó quanto ao seu arcabouço jurídico e a questão da sobreposição de área da APA da Sabiaguaba e do recém-criado Parque.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A preocupação com a proteção dos habitats naturais pode levar à ação dos gestores públicos no que diz respeito à institucionalização de áreas protegidas, tornando-as importantes ferramentas para a conservação dos ecossistemas

⁴ SOUZA, Lilian Sorele Ferreira; SILVA, Edson Vicente da; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. As UCs de Sabiaguaba (Fortaleza - Ceará, Brasil): diagnóstico geambiental e propostas de gestão e manejo. **Revista Geográfica de America Central**, Heredia, Costa Rica. v. 2, n. 47-E, p. 1-17, 2011.

vulneráveis à ação antrópica, além de fomentar a preservação e valorização do patrimônio natural⁵.

Com essa proteção legal, faz-se necessário buscar soluções para mitigar os conflitos que comumente surgem nessas áreas, visto que a ocupação e o manejo passam a ser regulados, sendo importante articular o desenvolvimento econômico e social e a preservação do equilíbrio ecológico⁶.

Com a efetivação da criação de Unidades de Conservação, áreas especialmente destinadas à proteção e manutenção da biodiversidade e de seus recursos⁷, se fortalece a ação de manutenção de áreas naturais com um mínimo de alteração, visto que essas áreas são componentes vitais de qualquer estratégia que busca viabilizar a proteção de áreas naturais⁸.

Conforme a lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Lei 9.985/00), os parques, estão na categoria de unidade de conservação de proteção integral, mais restritiva, e são incompatíveis com a existência de propriedade privada, sendo vedado qualquer tipo de ocupação ou habitação humana em seu interior.

Já a área abrangida pela APA, unidade de uso sustentável mais permissiva dentre as previstas na Lei 9.985/2000, caracteriza-se pela prática de agricultura de subsistência e com utilização dos recursos de forma indireta, e tem como objetivos, dentre outros, melhorar a qualidade de vida dos moradores mediante orientação e disciplina das atividades econômicas locais, preservando-se as culturas e tradições locais e fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental⁹.

Salienta-se que desde 2015, discute-se a ampliação de um Parque Ecológico ao longo do Rio Cocó com pretensão de ser a maior área na modalidade de “parques

⁵ PELLIZZARO, Patrícia Costa et al. Gestão e manejo de áreas naturais protegidas: contexto internacional. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVIII, n. 1, p. 21-40, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n1/pt_1414-753X-asoc-18-01-00019.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

⁶ ARAÚJO, Luis Claudio Martins. Espaços Territoriais Especialmente Protegidos. **Revista da AGU**, Brasília, DF. a. X. n. 98, 2010. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/342774>. Acesso em: 20 ago. 2018.

⁷ IUCN – International Union for Conservation of Nature. Guidelines for applying protected area management categories. **www.iucn.org/**, Gland, Suíça, 2008. Disponível em: <https://cmsdata.iucn.org/downloads/guidelines_for_applying_protected_area_management_categories.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

⁸ NEXUCS (org.) **Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados**. São Carlos: RiMa, 2012.

⁹ CÂMARA, Ana Stela Vieira Mendes et al. A delimitação do Parque do Cocó: conflito socioambiental decorrente de sobreposição com APA da Sabiaguaba. Relatório Técnico. 2016. **Unichristus**. Disponível em <<https://unichristus.edu.br/wp-content/uploads/2017/05/RELATORIO-TECNICO-SABIAGUABA.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2017.

urbanos” da América Latina. Porém, com a divulgação da proposta, famílias locais da Sabiaguaba, com receio de perderem suas moradias, lutam para permanecerem no local, e requerem o reconhecimento de suas práticas e valores culturais¹⁰.

3 MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, do tipo exploratória, com abordagem qualitativa. Pesquisas do tipo exploratórias têm como objetivo a aproximação com o problema pesquisado, visando torná-lo mais evidente ou constituir hipóteses¹¹.

Por sua vez, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem¹².

Quanto ao Método, utilizou-se o indutivo, que considera que a verdade observada em situações investigadas, feitas a partir de observações particulares, pode levar a generalizações conceituais que podem ser verdadeiras¹³.

Foi realizada uma pesquisa acerca dos dispositivos legais quanto à unidade de conservação de proteção integral, Parque e a de uso sustentável, APA, tendo como fontes de pesquisa livros e artigos científicos, teses e dissertações indexados pelos seguintes descritores: Unidades de Conservação, Sabiaguaba, conflitos socioambientais.

Para compor o arcabouço jurídico, foram analisados a Constituição Federal de 1988, Lei n.º 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), Decreto Estadual nº 20.253/89, Decreto Municipal nº 11.987/06.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

¹⁰ CASTILHO, Natalia Martinuzzi; SOARES, Jacqueline Alves. Conflitos socioambientais urbanos e descolonialidade: a luta da comunidade da Sabiaguaba, em Fortaleza-CE. **II Seminário Pós-colonialismo e Direitos Humanos**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2017. No prelo.

¹¹ GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Editora Atlas S.A, São Paulo, 2002.

¹² DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa: teorias e abordagens**. Artmed: Porto Alegre, 2006.

¹³ DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa. **Metodologia científica**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

A APA da Sabiaguaba foi criada pelo Decreto municipal nº 11.987, de 20 de fevereiro de 2006, e a área abrangida caracteriza-se pela prática de agricultura de subsistência e com utilização dos recursos de forma indireta¹⁴.

Possui uma área de 1.009,74 hectares, limitando-se à nordeste e sudeste pelo PNMDS à norte pelo manguezal e desembocadura do rio Cocó; ao sudoeste e ao noroeste pelo bairro Sabiaguaba e ao sul pelo manguezal do rio Pacoti e praia da Cofeco. Abrange sistemas ambientais representados pelo manguezal, lagoa da Sapiranga e parte de seus afluentes, faixa de praia e, predominantemente o tabuleiro litorâneo¹⁵.

O PNMDS, também criado pelo Decreto municipal 11.987/2006, se estende por uma área de 467,60 hectares (4,676 Km²), possui bioma de mata atlântica¹⁶, englobando o campo de dunas móveis, semifixas e fixas, uma faixa de praia e as lagoas costeiras e interdunares (Fig. 1)¹⁷.

O Parque do Cocó, por sua vez, é uma área verde situada na região Leste da cidade de Fortaleza, que foi juridicamente criado em outubro de 1989, pelo Decreto Estadual nº 20.253. Posteriormente a área de abrangência do referido parque foi ampliada por meio do Decreto 22.587, de 08 de julho de 1993, passando a conter tamanho de 1.115,2 hectares, totalmente inseridos na malha urbana de Fortaleza¹⁸.

¹⁴ CÂMARA, Ana Stela Vieira Mendes et al. A delimitação do Parque do Cocó: conflito socioambiental decorrente de sobreposição com APA da Sabiaguaba. Relatório Técnico. 2016. **Unichristus**. Disponível em <<https://unichristus.edu.br/wp-content/uploads/2017/05/RELATORIO-TECNICO-SABIAGUABA.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2017.

¹⁵ FORTALEZA. Plano de Manejo. Parque natural municipal das dunas de Sabiaguaba. Área de proteção ambiental de Sabiaguaba. Fortaleza, 2010, p. 304. **X Simpósio de Produção Científica e IX Seminário de Iniciação Científica**. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/planejamento/plano_de_manejo_da_sabiaguaba.pdf> Acesso em: 02 maio 2018.

¹⁶ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Cadastro Nacional de UCs. Brasília. DF. Disponível em <mma.gov.br/areas-protetidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>. Acesso em 2 jun 2018.

¹⁷ FORTALEZA. Plano de Manejo. Parque natural municipal das dunas de Sabiaguaba. Área de proteção ambiental de Sabiaguaba. Fortaleza, 2010, p. 304. **X Simpósio de Produção Científica e IX Seminário de Iniciação Científica**. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/planejamento/plano_de_manejo_da_sabiaguaba.pdf> Acesso em: 02 maio 2018.

¹⁸ LOPES, Gleison Maia. O Parque Ecológico do Cocó como espaço de intervenções públicas e privadas. 62ª Reunião Annual da SBPC. UFRN, Natal, RN. **Anais...** 2010. Disponível em <<http://www.sbpnet.org.br/livro/62ra/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

Em 4 de junho de 2017, o Decreto nº 32.248 do governador Camilo Santana criou o Parque Estadual do Cocó, sendo que a poligonal ficou com aproximadamente 1.500 hectares passando a ser Unidade de Conservação Integral, categoria Parque¹⁹.

Nesse decreto, fica patente que há uma sobreposição de parte da APA de Sabiaguaba, incluindo a partir de então, que algumas comunidades que antes estavam no perímetro da APA, agora se encontram na poligonal do parque. Como se não bastasse o medo da desapropriação de muitas famílias que há anos moram e retiram seu sustento do rio e do manguezal, essas populações não mais poderiam continuar explorando os recursos naturais necessários à sua subsistência²⁰.

O elemento humano aí não é excluído, e nem deveria ser, em sendo parte integrante da natureza, assim, seria legítima a preocupação com o atendimento de suas necessidades básicas, de modo a causar o menor impacto ecológico possível²¹.

Assim, na Sabiaguaba, onde até pouco tempo era uma APA, reside na foz do rio Cocó uma população que, não só vive, mas se utiliza de seus recursos para subsistência²².

Há um impasse, pois com a efetivação da proposta do Parque Estadual do Cocó, sobrepondo parte da APA da Sabiaguaba com área de Parque, implicará na remoção de famílias da comunidade da Boca da Barra e de outras comunidades.

Essas famílias, muitas vivendo na região há várias gerações, lutam para lá permanecerem. Nestes casos, o âmbito cultural vinculado à identidade com o lugar se sobressai, gerando conflitos²³.

¹⁹ LAPUR. Laboratório de Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Ceará. 2017. **lapur.ufc**. Disponível em <http://www.lapur.ufc.br/site/index.php/8-noticias/58-regulamentacao-do-parque-do-coco>. Acesso em 05 nov. 2018.

²⁰ CÂMARA, Ana Stela Vieira Mendes et al. A delimitação do Parque do Cocó: conflito socioambiental decorrente de sobreposição com APA da Sabiaguaba. Relatório Técnico. 2016. **Unichristus**. Disponível em: <<https://unichristus.edu.br/wp-content/uploads/2017/05/RELATORIO-TECNICO-SABIAGUABA.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2017.

²¹ CÂMARA, Ana Stela Vieira Mendes. **Por uma dialética de permanente ecocentrização do constitucionalismo ambiental brasileiro**: um diálogo entre a Constituição de 1988 e o Estado Ecológico de Klaus Bosselmann. 2016. 338 f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal do Ceará, UFC. 2016.

²² SOUSA, Érica Nádia Costa; SANTOS, Francílio de Amorim. O processo de implantação do Parque Estadual do Cocó, Fortaleza (CE): conflitos e perspectivas. **REGNE**, v. 2, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/revistaderegne/article/view/10526>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

²³ SOUSA, Érica Nádia Costa; SANTOS, Francílio de Amorim. O processo de implantação do Parque Estadual do Cocó, Fortaleza (CE): conflitos e perspectivas. **REGNE**, v. 2, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/revistaderegne/article/view/10526>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

O problema é que, ao se criar uma área de proteção na categoria Parque, mudam-se as características do que antes era APA. Assim, ao mesmo tempo em que a proteção ambiental pode ser a solução para uma determinada crise, pode ser a causa de outras. A situação vai depender de como a política é negociada com as populações envolvidas e como é construído o conceito de conservação²⁴.

5 CONCLUSÃO

As investidas dos seres humanos sobre o ambiente natural provocam, em muitos casos, a degradação do ambiente. Uma forma de minimizar esses impactos é criar áreas de preservação. É assim que grupos de pessoas com maior consciência ambiental, se mobilizam e pressionam os gestores públicos para a proteção de áreas importantes e fundamentais para o equilíbrio dos ecossistemas, aos quais estamos incluídos e somos dependentes.

Entre essas áreas de proteção, estão as Unidades de Conservação, regulamentadas pela Lei n.º 9.985/00, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), e que foram objeto do presente estudo; mais especificamente as UCs na categoria Área de Proteção Ambiental (APA) e categoria Parque.

Fazendo-se um recorte da história ambiental e analisando a legislação que compõe o arcabouço jurídico relacionada às Unidades de Conservação, obtivemos que a Constituição Federal de 1988, traz de forma expressa o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. É o que diz seu art. 225, que acaba se tornando um ponto de inflexão de toda a matéria ambiental no território brasileiro.

Quanto ao Parque do Cocó, após sua regulamentação, passou a contemplar uma área se sobrepondo ao que antes pertencia à APA da Sabiaguaba; em decorrência disso, podem surgir problemas por causa da presença de populações tradicionais em áreas protegidas. As UCs da categoria Parque não permitem a ocupação humana; por outro lado, as APAs permitem, mostrando, assim, uma situação concreta de conflito.

²⁴ SOUSA, Érica Nádia Costa; SANTOS, Francílio de Amorim. O processo de implantação do Parque Estadual do Cocó, Fortaleza (CE): conflitos e perspectivas. **REGNE**, v. 2, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/revistaderegne/article/view/10526>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

Assim, esse conflito se dá pelo fato de que o Parque Estadual do Cocó é de proteção integral, com normas mais restritivas que as da APA da Sabiaguaba, que é de uso sustentável.

É nítido que foi importante a criação desses espaços por se tratarem de áreas de relevantes características naturais, sendo relevantes para a proteção dos ecossistemas costeiros, no qual se insere a Sabiaguaba.

Esse seria o bônus, pois podemos ver de uma forma mais palpável o direito ao meio ambiente equilibrado e uma possibilidade mais real a uma melhor qualidade de vida.

Porém, quando da expansão da área do Parque do Cocó, um problema veio associado, que é a referida sobreposição entre um trecho da APA da Sabiaguaba e área do Parque recém- regulamentado. Esse seria o ônus, pois, o que antes era uma área que permitia a ocupação humana (APA), não mais poderia abrigar seus moradores inseridos na área da sobreposição, pois o Parque é de proteção integral

Observando o problema posto, foi possível observar que o medo dos moradores de perderem suas casas só não é maior que a perda da identidade cultural do povo. É patente que eles traduzem um respeito muito grande pelo lugar.

Além do mais, não há nenhum indicativo de que a área de sobreposição é uma área de proteção ambiental. A Sabiaguaba recebe muitos visitantes, que infelizmente, por vezes, não recolhem o lixo, fazendo com que esse acabe se acumulando nas dunas e outros locais. Salienta-se que o fato de não haver placas indicativas (nem lixeiras) não seria suficiente para justificar o descarte do lixo nas dunas. A questão seria mesmo de ter consciência de proteger o ambiente natural. A própria Constituição diz, em seu já citado art. 225, que é dever de toda a coletividade defender e preservar o meio ambiente.

O local, enfim, deveria ser melhor fiscalizado e as populações das comunidades deveriam ter mais garantias de permanência no local pois não resta dúvida o sentimento de pertencimento das famílias àquele local. Eles estão integrados ao ambiente, utilizam os recursos naturais, mas o fazem de uma forma sustentável. São pescadores, são marisqueiras, pessoas que realizam suas atividades de forma artesanal.

Assim, por mais que se proponham termos de ajustamento de conduta, visando à permanência das populações na área do Parque, a situação das comunidades ficará muito mais vulnerabilizada, gerando insegurança jurídica não apenas quanto à possibilidade de permanência no território, mas também quanto à própria condição de manutenção de sua subsistência.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luis Claudio Martins. Espaços Territoriais Especialmente Protegidos. **Revista da AGU**, Brasília, DF. A. X. n. 98, 2010. Disponível em: <http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/342774>. Acesso em: 20 ago. 2018.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Cadastro Nacional de UCs. Brasília. DF. Disponível em <mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>. Acesso em 2 jun 2018.

CÂMARA, Ana Stela Vieira Mendes. **Por uma dialética de permanente ecocentrização do constitucionalismo ambiental brasileiro**: um diálogo entre a Constituição de 1988 e o Estado Ecológico de Klaus Bosselmann. 2016. 338 f. Tese (Doutorado em Direito). Universidade Federal do Ceará, UFC. 2016.

_____ et al. A delimitação do Parque do Cocó: conflito socioambiental decorrente de sobreposição com APA da Sabiaguaba. Relatório Técnico. 2016. **Unichristus**. Disponível em <<https://unichristus.edu.br/wp-content/uploads/2017/05/RELATORIO-TECNICO-SABIAGUABA.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2017.

CASTILHO, Natalia Martinuzzi; SOARES, Jacqueline Alves. Conflitos socioambientais urbanos e descolonialidade: a luta da comunidade da Sabiaguaba, em Fortaleza-CE. **II Seminário Pós-colonialismo e Direitos Humanos**, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), 2017. No prelo.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **O Planejamento da Pesquisa Qualitativa**: teorias e abordagens. Artmed: Porto Alegre, 2006.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa. **Metodologia científica**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

FORTALEZA. Plano de Manejo. Parque natural municipal das dunas de Sabiaguaba. Área de proteção ambiental de Sabiaguaba. Fortaleza, 2010, p. 304. **X Simpósio de Produção Científica e IX Seminário de Iniciação Científica**. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/planejamento/plano_de_manejo_da_sabiaguaba.pdf> Acesso em: 02 maio 2018.

GIL, A.C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. Editora Atlas S.A, São Paulo, 2002.

IUCN – International Union for Conservation of Nature. Guidelines for applying protected area management categories. **iucn**, Gland, Suíça, 2008. Disponível em: <https://cmsdata.iucn.org/downloads/guidelines_for_applying_protected_area_management_categories.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

LAPUR. Laboratório de Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Ceará. 2017. **lapur.ufc**. Disponível em <http://www.lapur.ufc.br/site/index.php/8-noticias/58-regulamentacao-do-parque-do-coco>. Acesso em 05 nov. 2018.

LOPES, Gleison Maia. O Parque Ecológico do Cocó como espaço de intervenções públicas e privadas. 62ª Reunião Annual da SBPC. UFRN, Natal, RN. **Anais...** 2010. Disponível em <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

PELLIZZARO, Patrícia Costa et al. Gestão e manejo de áreas naturais protegidas: contexto internacional. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. XVIII, n. 1, p. 21-40, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n1/pt_1414-753X-asoc-18-01-00019.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2018.

SOUSA, Érica Nádia Costa; SANTOS, Francílio de Amorim. O processo de implantação do Parque Estadual do Cocó, Fortaleza (CE): conflitos e perspectivas. **REGNE**, v. 2, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/10526>>. Acesso em: 18 jun. 2018.

SOUZA, Lilian Sorele Ferreira; SILVA, Edson Vicente da; VASCONCELOS, Fábio Perdigão. As UCs de Sabiaguaba (Fortaleza - Ceará, Brasil): diagnóstico geambiental e propostas de gestão e manejo. **Revista Geografica de America Central**, Heredia, Costa Rica. v. 2, n. 47-E, p. 1-17, 2011.

NEXUCS (org.) **Unidades de Conservação no Brasil**: o caminho da gestão para resultados. São Carlos: RiMa, 2012.

UM EQUIPAMENTO PÚBLICO DE LAZER E A PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NA CIDADE: O PROJETO DO SEXTO TRECHO DO PARQUE RACHEL DE QUEIROZ

Giovanna Sousa Pereira¹

Luigi De Marchi Neto²

Thiago Menezes de Oliveira³

RESUMO

O Parque Rachel de Queiroz é um projeto da prefeitura de Fortaleza, realizado pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA). Tem como objetivo o acesso ao desenvolvimento da cidade por meio do instrumento de urbanização: parque. Esse projeto consta com dezenove trechos espalhados em quatorze bairros do município de Fortaleza e prevê a implementação de parques de preservação ecológica, que visam ao desenvolvimento socioambiental dos bairros em que devem passar, bem como melhorias para a população nele residente. Este artigo científico tem a seguinte pergunta de partida: como o projeto do sexto trecho do Parque Raquel de Queiroz se configura num instrumento de equipamento público de lazer ou de preservação ambiental? Trata-se de uma investigação de natureza qualitativa que possui como *corpus* de pesquisa o projeto do sexto trecho do Parque Rachel de Queiroz, que contempla a Zona Oeste da cidade de Fortaleza. Essa questão está imersa no direito à cidade, pois o projeto prevê a garantia dos moradores,

¹ Acadêmica do 4º semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Christus, integrante do Escritório de Direitos Humanos, Assessoria Jurídica Popular e Direito Ambiental (EDH), referente ao biênio 2017/2018, vinculada ao Projeto de Responsabilidade Socioambiental Promovendo a cidadania e a justiça social no litoral leste de Fortaleza- CE. E-mail: giosousa_@outlook.com.

² Acadêmico do 4º semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Christus, integrante do Escritório de Direitos Humanos, Assessoria Jurídica Popular e Direito Ambiental (EDH), referente ao biênio 2017/2018, vinculada ao Projeto de Responsabilidade Socioambiental Promovendo a cidadania e a justiça social no litoral leste de Fortaleza- CE. E-mail: luigidemarchi12@gmail.com

³ Professor orientador. Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (2017); graduado em Direito pela UFC (2009), especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Stela Maris (2016); e mestre em Comunicação Social pela UFC (2013). E-mail: meneziz@gmail.com

simultaneamente, a equipamentos públicos de lazer e a preservação e utilização racional do meio ambiente. Dessa forma, concluímos que a construção do Parque Rachel de Queiroz, em seu sexto trecho, se executado – já que é mera expectativa de direito – deve figurar como um instrumento público de lazer, pois prevê a promoção do direito social ao lazer dos moradores da zona oeste da cidade de Fortaleza. Ademais, também se conclui que a possível execução desse projeto venha a se constituir uma forma de preservação ambiental dos bairros em que estejam contemplados.

Palavras-chave: Direito a Cidade. Meio Ambiente. Direito ao Lazer. Equipamentos Públicos. Parque Rachel de Queiroz.

ABSTRACT

The Rachel de Queiroz park is a project of the Prefecture of Fortaleza, realized by the Municipal Secretary of Urbanism and Environment (SEUMA). It has as a goal to develop the city by the instrument of urbanization: park. This project has nineteen parts scattered in fourteen neighborhoods of Fortaleza and it predicts the implantation of small parks for ecological preservation that aim to develop the socio-environmental ideas in neighborhoods that the project acts, as also improvements for the people who live there. This scientific article has the following question as a beginning: How the sixth stretch of the Rachel de Queiroz Park is configured as an instrument of public recreation or environmental preservation equipment? It is an investigation of qualitative nature that has as a search corpus of research, the project of the sixth stretch of the Rachel de Queiroz Park, which contemplates the West Zone of Fortaleza City. This question is immersed in the city law because the project predicts the residents guarantee, simultaneously, to public recreation equipment and to preservation and rational usage of the environment. In this way, we conclude that

the construction of the sixth stretch of the Rachel de Queiroz Park, if done – since it is a mere expectation of right – should be included as a public recreation instrument, because it provides the promotion of the social right to recreation of the residents of the western zone of Fortaleza city. In addition, it is also concluded that the possible execution of this project will constitute a new way of environmental preservation in the neighborhoods that the project will act.

Keywords: City Right. Environment. Right to recreation. Public equipments. Rachel de Queiroz Park.

1 INTRODUÇÃO

Num primeiro momento, para o entendimento desta produção científica se faz necessário saber o que é o Projeto Parque Rachel de Queiroz.

A Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), planejou revitalizar e interligar os 19 trechos inseridos na Zona Oeste da cidade construindo um projeto integrado nessa zona, por meio de políticas sustentáveis. Segundo a Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, o Parque Rachel de Queiroz está inserido no Projeto Fortaleza Cidade Sustentável (FCS) tem como objetivo

promover a integração do ambiente natural e do ambiente construído na cidade de Fortaleza, impactando de forma positiva na saúde ambiental e na segurança urbana da população, por meio de investimentos estruturantes integrados em infraestrutura urbana e ambiental e fortalecimento da capacidade de gestão municipal⁴.

Dessa forma, percebe-se que o Parque Rachel de Queiroz se propõe a trazer inúmeros benefícios socioambientais na zona oeste da cidade, tendo em vista que, há anos, a área sofre com a ausência de atenção por parte do poder público diante da falta de lazer e das precariedades do local destinado a tal projeto.

O referido artigo visa a pesquisar em que termos o projeto do sexto trecho do Parque Rachel de Queiroz se constitui num equipamento público de lazer e num instrumento de preservação ambiental. Tal projeto foi oficializado em 2014 por meio do decreto de Nº 13.292. Após a entrega de 4 trechos do projeto, o sexto, localizado nos bairros São Gerardo e Presidente Kenedy, situados nas SER I e SER III, encontra-se parado, o que acarreta em uma série de adversidades socioambientais,

⁴ PREFEITURA DE FORTALEZA. Projeto Fortaleza Cidade Sustentável – FCS. **Prefeitura de Fortaleza**. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/programas/apresentacao_programa_fortaleza_cidade_sustentavel.pdf>. Acesso em: 20. Maio. 2018.

como o acúmulo de lixo e, conseqüentemente, a proliferação de doenças e a obstrução das vias públicas.

A realização das obras é de interesse da população, pois, com a construção do parque, espera-se uma mudança positiva em questões socioambientais da região. São exemplos de expectativas de mudança: a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais presentes nos trechos; a revitalização dos equipamentos de lazer dos bairros.

Esta produção científica possui metodologia do tipo bibliográfica, realizada através do estudo de artigos e livros sobre o tema. A mais, foram realizadas algumas tentativas de pesquisa documental que restaram frustradas devido a ausência de resposta da Prefeitura de Fortaleza. De toda forma, utilizou-se o método de conversas informais com pessoas que experienciaram o impacto do projeto. Assim, as essas conversas ocorreram com moradores do bairro Presidente Kennedy, bairro que está no projeto do sexto trecho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Para responder como o projeto do 6º trecho do Parque Raquel de Queiroz se configura num instrumento de equipamento público de lazer ou de preservação ambiental. Acredita-se que é importante elencar, inicialmente, algumas questões que a ausência de um equipamento público de lazer pode trazer num bairro.

Você já se perguntou como seria a sua infância sem as idas à pracinha da rua no final do dia, as caminhadas da sua avó cedinho da manhã, seu bairro sem uma praça de convivência, onde pudesse usufruir do seu lazer e sua cidadania? Bom, essa é a realidade dos moradores do bairro Presidente Kennedy, que, além de não possuírem um equipamento de lazer próximo a seus lares, precisam conviver com o acúmulo de lixo no terreno que seria destinado à construção do Parque Rachel de Queiroz.

As consequências sociais da não existência desses equipamentos públicos no bairro são percebidas na realidade do cotidiano dos moradores, que têm seu direito social ao lazer violado, ocasionando em uma insatisfatória qualidade de vida, escassos sentimentos de coletividade, desvalorização do ambiente comunitário e desleixo com o espaço ambiental público, que fora transformado em um grande depósito de lixo à céu aberto.

O acúmulo de lixo no terreno é um problema recorrente, há anos o matagal serve de depósito de entulhos, lixo doméstico e até contaminado, ocasionando em doenças e proliferação de pestes, além de revelar um descaso no uso dos recursos naturais e uma má preservação da natureza.⁵ Tal descuido dos moradores para com o espaço público pode ser reflexo da displicente gestão municipal no que tange a preservação do meio ambiente, que, durante anos, negligenciou o matagal, que acabou por virar um recinto de criminosos, usuários e acúmulo de entulhos.

Diante disso, é evidente a importância do sexto trecho do Parque Rachel de Queiroz no bairro Presidente Kennedy, tendo em vista a proposta e objetivo do Plano Diretor acerca do referido projeto, planejado pelo programa Fortaleza Cidade Sustentável, por ser um equipamento público de lazer e preservação ambiental, pelos motivos que explicaremos posteriormente.

De antemão, apresentaremos o Projeto Rachel de Queiroz e o que ele propõe para o sexto trecho que o compõe, que é o foco desse artigo.

2.1 Projeto Parque Rachel de Queiroz: o sexto trecho

⁵ DEPÓSITO irregular de lixo polui Parque Urbano Rachel de Queiroz. **Diário do Nordeste**. Postado em 12 de dez. 2017. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/dep.1863998>>. Acesso em: 26 maio. 2018.

O Parque Rachel de Queiroz foi planejado através do Projeto Fortaleza Cidade Sustentável (FCS), que se divide em três etapas, a revitalização da área social ambiental e urbana, planejamento e possui como última etapa a gestão a ser aplicada do programa. O Parque Rachel de Queiroz está inserido na primeira etapa do FCS, que tem como objetivo "permitir a integração entre o meio ambiente construído e o natural, visando à melhoria da qualidade de vida dos habitantes de Fortaleza através da revitalização e ampliação de áreas verdes no município."⁶

Localizado na regional 1 e 3 da cidade de Fortaleza, o sexto trecho estava previsto para iniciar suas obras até março de 2018⁷, porém, muitos atrasos ocorreram e local onde seriam realizadas as obras de revitalização continua negligenciado. Devido a esse desleixo, o espaço destinado à realização das obras transformou-se em um depósito de lixo e refúgio para usuários e delinquentes, por se tratar de um amplo matagal devoluto.

A função do Parque Rachel de Queiroz no bairro Presidente Kennedy (sexto trecho) seria de efetivar o direito social ao lazer dos moradores, através de praças, campos de esporte, incentivo a atividade física e harmonia entre a população, além de estimular uma valorização do espaço público, por meio da preservação ambiental e do zelo pela coletividade.

Se se considera a previsão do projeto, o referido parque se configura como um equipamento público de lazer, pois se trata de um instrumento de efetivação do direito social ao lazer, inclusive protegido constitucionalmente. A seguir, será discutido o direito ao lazer.

⁶ PREFEITURA DE FORTALEZA. Projeto Fortaleza Cidade Sustentável – FCS. Prefeitura de Fortaleza. Disponível em: <https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/programas/apresentacao_programa_fortaleza_cidade_sustentavel.pdf>. Acesso em: 24.mai. 2018.

⁷ PREFEITO Roberto Claudio Cláudio explica como funcionará as obras de recapeamento asfáltico na Capital. **Prefeitura de Fortaleza**. 2018. Disponível em: <<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-explica-como-funcionarao-as-obras-de-recapeamento-asfaltico-na-capital>>. Acesso em: 24 maio.2018

2.2 Direito ao lazer e equipamentos públicos na cidade

Protegido pela Constituição Federal, de 1988, como consta em seu art. 6º, o lazer é tido como um direito social, possuindo mesma importância que os demais (como o direito à saúde, à educação, à alimentação, ao trabalho), pois não há hierarquia entre os direitos fundamentais. O rol dos direitos sociais é importante para que aja diminuição das desigualdades sociais e econômicas a fim de se atingir a igualdade, garantindo, assim, um bem-estar da população.

Mas o que seria então o lazer? Existindo desde os tempos antigos e tentando ser o mais sucinto possível, muitos diriam que lazer é um descanso, uma forma de se divertir e de certa forma, acaba sendo realmente isso. O lazer no âmbito social passou por diversas mudanças à depender do tempo e do lugar, por exemplo o *panem et circenses* (política do pão e circo) que acontecia no Império Romano, consistia em os governantes proporcionarem a seus cidadãos, de tempos em tempos, alimentação e diversão de graça para que, assim, fechassem os olhos diante do cenário político e focassem apenas no lazer que estavam recebendo naquele momento, passando de luxo a necessidade, Hoje o lazer também é proporcionado pelos equipamentos públicos que são bibliotecas, centros esportivos, praças, parques e teatros, demonstrando, assim, a importância do Parque Rachel de Queiroz na garantia e efetivação dos direitos sociais da população.

É importante ressaltar que os equipamentos de lazer se situam entre os urbanos e comunitários; compreendendo-se equipamento urbano todos os bens públicos ou privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados, definidos por categorias que abrangem o esporte e lazer.⁸

⁸ ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMA TÉCNICA. **NBR 9284**: Documento urbano. Rio de Janeiro. 1986

Já os comunitários são equipamentos públicos de educação, cultura, saúde, lazer e similares que “Desempenham papel de grande importância para o equilíbrio sócio-político-cultural-psicológico da população e como fator de escape das tensões geradas pela vida em comunidade”.⁹

No decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010 está presente, no art. 2º, o conceito de equipamentos públicos comunitários

Art. 2º, –Consideram-se equipamentos públicos comunitários as instalações e espaços de infraestrutura urbana destinados aos serviços públicos de educação, saúde, cultura, assistência social, esportes, lazer, segurança pública, abastecimento, serviços funerários e congêneres.¹⁰

Portanto, é de extrema importância a presença desses equipamentos de lazer nas grandes cidades, pois, se configura como um modo de desenvolvimentos social dos moradores, por exercitar o bom convívio e a vida em conjunto da sociedade, além de ser uma garantia dos direitos sociais presentes na Constituição Federal, no art. 6º..

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Para se garantir o direito social ao lazer é indispensável construir equipamentos de lazer como praças, parques, centros de esporte e cultura, e é de responsabilidade do Poder Público municipal garantir o bem-estar e os direitos

⁹ COUTO, 2010, p. 185 apud ARFELLI, Amauri Chaves. Áreas verdes e de lazer: considerações para sua compreensão e definição na atividade urbanística de parcelamento do solo. Revista de Direito Ambiental. São Paulo, v. 9, n. 33, p. 45, jan/mar 2004.

¹⁰ BRASIL. Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências. **Presidência da República.** Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7341.htm >. Acesso em: 15. Abril.2018

sociais da população, sendo garantido pela Constituição Federal no caput do art. 182

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

A fim de garantir e efetivar esse desenvolvimento urbano faz-se extremamente importante a elaboração de planejamentos e políticas de expansão e desenvolvimento da cidade, tendo como objetivo o melhor aproveitamento das áreas urbanas e melhorias do âmbito socioambiental da sociedade. Esse planejamento municipal é nomeado de Plano Diretor, que é o responsável pela idealização e construção do Projeto Parque Rachel de Queiroz.

2.3 O Plano Diretor

Segundo o artigo 40 do Estatuto da Cidade, o Plano Diretor é “o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana”¹¹. Ele deve proporcionar a união das áreas urbanas no aspecto territorial com os objetivos socioambientais que se almeja para a metrópole, desenvolvendo uma sociedade sustentável e cultural.

A construção dos equipamentos públicos de lazer, deve ser idealizada e posta em prática pelo Plano Diretor, que tem competência municipal, através de um planejamento pensado tendo como base a garantia dos direitos sociais e à cidade dos moradores e as suas necessidades básicas de convivência e bem-estar, assegurando-lhes a garantia de desenvolvimento cultural, social e esportivo, resguardando o meio ambiente.

¹¹ BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 28. Maio. 2018.

O projeto Parque Rachel de Queiroz é uma iniciativa da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente, que, por ser um planejamento do Plano Diretor, possui entre seus objetivos a preservação do meio ambiente, o incentivo a um uso racional dos recursos naturais e a valorização dos espaços ambientais e públicos, assegurado pela LC nº 62.¹² Falaremos desse tema de forma mais aprofundada, explicitando contexto histórico e conceituação.

2.4 Preservação ambiental.

Com o fenômeno neoconstitucionalista no mundo, o Brasil com a Constituição de 1988, também chamada de Constituição cidadã, trouxe para a população um rol repleto de direitos e garantias. A constituição de 1988 foi um marco também para a legislação ambiental, pois elevou o status do meio ambiente a categoria dos bens tutelados pelo ordenamento jurídico. A preocupação com o meio ambiente em âmbito nacional e internacional é clara na terceira dimensão dos Direitos Humanos, que trata dos direitos difusos e de ordem coletiva, não podendo ser mensurados, ao certo, quais e quantos serão seus beneficiários, sendo um desses direitos de terceira dimensão a garantia a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, como previsto no dispositivo Constitucional:

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

¹² BRASIL. Lei complementar nº 062, de 02 de fevereiro de 2009. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. **Prefeitura de Fortaleza**. Disponível em: <portal.seuma.fortaleza.ce.gov.br/fortalezaonline/portal/legislacao/Alvara_Construcao/Lei_Complementar_062_de_02_de_Fevereiro_de_2009.pdf >. Acesso em: 13. Abril. 2108.

Os parágrafos do artigo 225 da CF são regulados por lei para que aja um recorte da participação pública e social, tanto individual, para pessoas naturais e pessoas jurídicas no meio empresarial, quanto para o Governo.

Para compreender o que seria o meio ambiente devemos observar o artigo 3º da Lei N. 6.938/81

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas¹³

O meio ambiente se divide em três tipos, natural, artificial e cultural, para este artigo nos preocuparemos com o meio ambiente artificial que consiste no espaço urbano, tanto o espaço urbano aberto (equipamentos públicos, que é o caso do Parque Rachel de Queiroz), quanto o espaço urbano fechado (edificações).¹⁴

O princípio da solidariedade intergeracional compreende-se por conscientizar a população da importância da existência de um meio ambiente saudável e resguardar as futuras gerações de um colapso ambiental acarretado por uma má gestão¹⁵, por isso, entende-se que a legislação que dispõe sobre a preservação ambiental vai muito além de decisões ideológicas e políticas tomadas momentaneamente para a constituinte de 88, e se entende para as futuras gerações, sendo uma questão socioambiental que protege e garante o direito a um meio ambiente saudável e impoluto.

¹³ BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm >. Acesso em: 29. Maio. 2018

¹⁴ FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

¹⁵ GARCEZ, Gabriela Solano. O princípio da solidariedade intergeracional como pressuposto para a adoção de um paradigma ambiental de sustentabilidade. **Interface EHS: revista de saúde, meio ambiente e sustentabilidade**, V 9, N. 1, p. 109-114, 2014.

Uma boa gerência de recursos ambientais promove uma série de vantagens à sociedade que gozam dos benefícios de um meio ambiente saudável, como saúde coletiva uso responsável dos recursos naturais e a não proliferação de doenças, por exemplo.

O artigo 225, da Constituição Federal, possui relação com o princípio da dignidade humana, explicitando a importância e a existência de políticas públicas que resguardem o meio ambiente. Entende-se que deve ser interpretado conjuntamente com o artigo 1º parágrafo único da Lei N. 10.257/2001 e com os artigos 182 e 183, da Constituição Federal, que tratam da ordem econômica e financeira no que tange as políticas urbanas. Destaca-se que não só pelo respaldo federal o meio ambiente é tutelado, mas também pelos municípios por meio do plano diretor municipal, que detalhará como se darão as políticas relacionadas ao meio ambiente artificial.

Sob o ponto de vista discursivo, o município de Fortaleza indica relativo interesse nos projetos que supostamente visam à preservação ambiental. É nesse esteio que o Projeto Fortaleza Cidade Sustentável está inserido, englobando o Projeto Parque Rachel de Queiroz.

3 MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, por buscar investigar as nuances do Projeto do Sexto Trecho do Parque Raquel de Queiroz, com uso do método de conversas informais, com moradores, e método de análise indutivo, tendo em vista que se parte do aludido projeto para se fazer análises mais gerais com as leis municipais e federais.

Esta produção científica possui metodologia do tipo bibliográfica, realizada através do estudo de artigos e livros sobre o tema.

A mais, foram realizadas algumas tentativas de pesquisa documental que restaram frustradas, uma vez que o ofício enviado, no dia 07 de Março de 2018, não foi respondido até o envio do artigo.

De toda forma, utilizou-se o método de conversas informais com pessoas que experienciaram o impacto do projeto. Assim, as essas conversas ocorreram com moradores do bairro Presidente Kennedy, bairro que está no projeto do sexto trecho.

Em seguida, será destacada a discussão dos dados produzidos por meio da análise do projeto disponibilizado e por meio das conversas informais.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Constatou-se que o projeto Parque Rachel de Queiroz é previsto como um instrumento que deve preservar a fauna e flora, bem como garantir um espaço de convivência para os moradores e transeuntes. Nesses termos, compreende-se que o plano desenhado para o parque em comento se constitui, em tese, num possível equipamento de lazer que pode preservar o meio ambiente e tem a potência de exercício do direito ao lazer.

A ausência de execução do plano, por outro lado, reforça que há interesses econômicos que levaram à construção apenas de certos trechos do projeto (como no em torno do Shopping). Ao passo em outros trechos, como é o caso do sexto trecho, não foi implementado.

Alguns moradores do Presidente Kennedy apontam que a ausência da obra gera danos ao meio ambiente, pois se acumulam lixo. Ademais, apontam também que, possivelmente, há o aumento da insegurança, tendo em vista que os espaços que deveriam ser de convívio no parque não são ocupados pelos moradores, posto que a referida área permanece suja, mal iluminada e sem bancos ou iluminação adequadas para o convívio.

5 CONCLUSÃO

Pode-se perceber que o lazer, hoje, é de extrema importância para a população e para a cidade como um todo, e que devem permitir que a sociedade desfrute de locais agradáveis enquanto se diverte.

Quando se trata do sexto trecho do Parque Rachel de Queiroz não se pode perceber o desfrute pela população, visto que apenas os trechos três e quatro foram, realmente, concluídos. Para os moradores do bairro Presidente Kennedy e São Gerardo a realidade de usufruto dos equipamentos de lazer, ainda não é vivenciada, uma vez que o 6º trecho do parque se encontra em atraso e permanece com o acúmulo de lixo, proliferação de doenças e enorme sensação de insegurança pública.

É notório que os equipamentos públicos de lazer são de extrema importância para o cotidiano social da população, uma vez que inúmeras pessoas usufruem dos tantos equipamentos de lazer já existentes. Portanto, cabe a prefeitura municipal promover a seus moradores e visitantes tais equipamentos, em cumprimento ao direito ao lazer. Porém, percebemos que a Prefeitura de Fortaleza se encontra em falta para com a população no que diz respeito à implementação do Parque Rachel de Queiroz no trecho 06.

Do ponto de vista ambiental, esse descaso com o meio ambiente artificial (o parque) acarreta malefícios não só para o ecossistema da cidade, mas também para o dia a dia de seus habitantes que, por sua vez, deparam-se com um terreno abandonado em sua rota cotidiana. Os moradores ficam assim expostos a uma limitação do seu direito ao lazer a um ambiente menos prazeroso e, possivelmente, mais perigoso.

O trecho 6 do projeto Parque Rachel de Queiroz, em sua concepção, constitui um instrumento de equipamento público de lazer e proteção ambiental no papel, sem vida. Trata-se de um projeto, desenho de melhoria que propiciaria aos

moradores um ambiente público propício ao lazer possibilitando um desenvolvimento sustentável e produzindo impactos positivos ao bairro, mas que ainda não ganhou vida na realidade social.

REFERÊNCIAS

ARFELLI, Amauri Chaves. Áreas verdes e de lazer: considerações para sua compreensão e definição na atividade urbanística de parcelamento do solo. **Revista de Direito Ambiental**, São Paulo, v. 9, n. 33, p. 45, jan/mar 2004.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMA TÉCNICA. **NBR 9284**: Documento urbano. Rio de Janeiro. 1986.

BRASIL. Decreto nº 7.341, de 22 de outubro de 2010. Regulamenta a Lei no 11.952, de 25 de junho de 2009, para dispor sobre a regularização fundiária das áreas urbanas situadas em terras da União no âmbito da Amazônia Legal, definida pela Lei Complementar no 124, de 3 de janeiro de 2007, e dá outras providências.

Presidência da República. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7341.htm>.

Acesso em: 15 Abr. 2018.

BRASIL. Lei complementar nº 062, de 02 de fevereiro de 2009. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. **Prefeitura de Fortaleza**. Disponível em:

<portal.seuma.fortaleza.ce.gov.br/fortalezaonline/portal/legislacao/Alvara_Construcao/Lei_Complementar_062_de_02_de_Fevereiro_de_2009.pdf>. Acesso em: 13 Abr. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acesso em: 28. Maio 2018.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. **Presidência da República**. Disponível em:

<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm>. Acesso em: 29 Maio 2018.

DEPÓSITO irregular de lixo polui Parque Urbano Rachel de Queiroz. **Diário do Nordeste**. Postado em 12 de dez. 2017. Disponível em:
<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/dep.1863998>>. Acesso em: 26 Maio 2018.

FIORILLO, Celso Antônio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GARCEZ, Gabriela Solano. O princípio da solidariedade intergeracional como pressuposto para a adoção de um paradigma ambiental de sustentabilidade. **Interface EHS**: revista de saúde, meio ambiente e sustentabilidade, v. 9, n. 1, p. 109-114, 2014.

PREFEITO Roberto Claudio Cláudio explica como funcionário as obras de recapeamento asfáltico na Capital. **Prefeitura de Fortaleza**. 2018. Disponível em:
<<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-explica-como-funcionario-as-obras-de-recapeamento-asfaltico-na-capital>>. Acesso em: 24 Maio 2018.

PREFEITO Roberto Claudio Cláudio explica como funcionário as obras de recapeamento asfáltico na Capital. **Prefeitura de Fortaleza**. 2018. Disponível em:
<<https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-explica-como-funcionario-as-obras-de-recapeamento-asfaltico-na-capital>>. Acesso em: 24 Maio 2018.

PREFEITURA DE FORTALEZA. Projeto Fortaleza Cidade Sustentável – FCS. **Prefeitura de Fortaleza**. Disponível em:
<https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/programas/apresentacao_programa_fortaleza_cidade_sustentavel.pdf>. Acesso em: 20 Maio 2018.

PREFEITURA DE FORTALEZA. Projeto Fortaleza Cidade Sustentável – FCS. **Prefeitura de Fortaleza**. Disponível em:
<https://urbanismoemeioambiente.fortaleza.ce.gov.br/images/urbanismo-e-meio-ambiente/programas/apresentacao_programa_fortaleza_cidade_sustentavel.pdf>. Acesso em: 24 Maio 2018.

UMA ANÁLISE DA TOMADA DE DECISÃO APOIADA E A SUA APLICAÇÃO COMO INSTRUMENTO GARANTIDOR DA AUTONOMIA DA VONTADE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Stephanie Moreira Proença¹
Suzy Anny Martins Carvalho²

RESUMO

Este artigo visa comentar acerca do instituto da Tomada de Decisão Apoiada, que é um método criado recentemente, com o fito de garantir a autonomia da vontade do indivíduo, fazendo com que as pessoas possam ter capacidade de fazer suas próprias escolhas acerca dos seus direitos individuais. Antes de se começar o debate sobre a análise de tal instituto, há a importância de entender sobre a autonomia da vontade, sendo assim, será relatado um pouco da evolução dessa nova medida, demonstrando o grande progresso de inclusão social das pessoas com deficiência no convívio em sociedade, bem como também será comentado sobre a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), o qual foi um marco histórico para essa evolução, pois no Brasil, foi o primeiro tratado de direitos humanos que teve status de emenda constitucional e que tem como escopo garantir a igualdade. Após essa análise, é possível entender a influência da autonomia da vontade no novo instituto como um mecanismo facilitador da autonomia da vontade e o seu funcionamento com base na proteção desse direito. Sendo assim, ainda é preciso estudar bastante acerca desse novo método, pois em alguns casos é possível que interfira negativamente na autonomia da vontade do apoiado. Sob esse viés, este trabalho trará da análise crítica do referido instituto, buscando demonstrar que em certas situações essa medida poderá influenciar de forma negativa na autonomia da vontade dos indivíduos. Para tanto, utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica e conclui-se que a TDA em algumas situações poderá interferir na garantia da autonomia da vontade dos apoiados.

¹ Aluna do sétimo semestre do Curso de Direito do Centro Universitário Cristhus. Contato: Stephanie-mp@hotmail.com.

² Mestre em Direito Constitucional nas Relações Privadas pela Universidade de Fortaleza – (UNIFOR). Docente das disciplinas de Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais e Ética Geral e Jurídica no Centro Universitário Christus – (UNICHRISTUS). Contato: suzymcarvalho@bol.com.br; < <http://lattes.cnpq.br/1053390378663822>>

Palavras-chave: Desenvolvimento da personalidade. Autonomia da vontade. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Tomada de Decisão Apoiada. Pessoa com deficiência. Lei nº 13.146/15.

ABSTRACT

This article aims to comment on the institute of Supported Decision Making, which is a newly created method, in order to guarantee the autonomy of the individual's will, making people able to make their own choices about their individual rights. Before starting the debate about the analysis of such an institute, there is the importance of understanding about the autonomy of the will, and thus, we will report a little of the evolution of this new measure, demonstrating the great progress of social inclusion of people with disabilities in socializing in society, and will also be commented on the Convention on the Rights of Persons with Disabilities (CRPD), which was a historical landmark for this evolution, since in Brazil it was the first human rights treaty that had constitutional amendment status and which is aimed at guaranteeing equality. After this analysis, it is possible to understand the influence of the autonomy of the will in the new institute as a mechanism that facilitates the autonomy of the will and its functioning based on the protection of this right. Therefore, it is still necessary to study a lot about this new method, because in some cases it is possible that it interferes negatively in the autonomy of the will of the supported. Under this bias, this work will bring the critical analysis of the institute, seeking to demonstrate that in certain situations this measure may influence in a negative way the autonomy of the will of the individuals. For this purpose, a bibliographical research was used and it is concluded that the ADT in some situations may interfere in the guarantee of the autonomy of the will of the supporters.

Keywords: Personality development. Autonomy of the will. Convention on the Rights of Persons with Disabilities. Decision Making Supported. Disabled person. Law No. 13,146 / 15.

1 INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a pessoa com deficiência foi totalmente excluída, não só da vida civil, mas até mesmo de conviver na sociedade. Eram consideradas

peessoas sem valor e sem vontade. Devido sua condição civil de incapaz instituída pelo Código Civil de outrora, necessitavam sempre de alguém que pudesse representa-las de todas as formas por meio de uma curatela que lhes tolhia totalmente a autonomia da vontade. A curatela representava uma verdadeira morte civil³. A pessoa passava a não ter mais nenhum valor, sua vontade não deveria ser levada em consideração para qualquer ato da vida civil.

Só após muita luta, conseguiram sair da invisibilidade⁴. Foi com a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - CDPD e posteriormente no Brasil com o Estatuto da Pessoa com Deficiência - EPD, que conseguiram garantir direitos que até então lhes foram negados.

A CDPD foi um marco histórico na garantia e promoção dos direitos humanos, principalmente das pessoas com deficiência, pois estes foram, durante muito tempo, excluídos de uma maior participação da vida civil. Tiveram a sua capacidade jurídica mitigada ou negada, sofriam discriminações, seus bens eram espoliados, a sua vontade e autonomia eram desconsideradas. Com isso objetivando promover, assegurar e proteger o exercício pleno e equitativo de todos os seus direitos e liberdades fundamentais e, ainda, garantir o respeito à dignidade inerente a pessoa com deficiência, a Organização das Nações Unidas (ONU) promulgou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD).

No Brasil, o documento teve a aprovação por meio do decreto nº 186/2008, nos moldes do art.5, §3º, CF, constituindo a mesma hierarquia das normas constitucionais e além disso, o Presidente da República ratificou e promulgou a Convenção por meio do Decreto Presidencial nº 6.949/2009.

Desse modo, a CDPD foi o primeiro tratado de direitos humanos a ter status de emenda constitucional, tendo como principal propósito garantir a igualdade⁵ por

³ CARVALHO, Suzy Anny Martins. **A curatela modificada pelo estatuto da pessoa com deficiência e as questões existenciais em relação à pessoa com deficiência intelectual**. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional). Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza, 2017, p. 73.

⁴ “Sin duda esta Convención es el resultado de un largo proceso, em el que participaron varios actores: Estados miembros de la ONU, Observadores de la ONU, Cuerpos y organizaciones importantes de la ONU, Relator Especial sobre Discapacidad, Instituciones de derechos humanos nacionales, y Organizaciones no gubernamentales, entre las que tuvieron un papel destacado las organizaciones de personas con discapacidad.” (PALACIOS; Agustina; BARIFFI, Francisco. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos: una aproximación sobre los derechos de las personas con discapacidad**. Madri: Cinca, 2007, p. 49).

⁵ “Artigo 1 - Propósito - O propósito da presente Convenção é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente.” (BRASIL. Decreto nº

meio de seus princípios gerais, quais sejam: a não-discriminação; a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; o respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, a independência das pessoas; a igualdade de oportunidades; a acessibilidade; o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; a igualdade entre o homem e a mulher; o respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direitos dessas em preservar a sua identidade⁶.

Contudo, os princípios já mencionados exigiram do Estado a criação de programas que levem a efetivação de tais direitos, foi então que, no Brasil, pela Defensoria Pública foram criados núcleos especializados de promoção e defesa dos direitos das pessoas com deficiência¹. É importante ressaltar que segundo a CDPD as pessoas com deficiência são aquelas que sofre uma limitação para participar de forma plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com os demais devido a barreiras impostas pela própria sociedade.

Desse modo, a partir da Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência e da Constituição Federal, promulgada em 1988, no qual se preocupou em afastar os atos discriminatórios com relação a pessoa com deficiência, tendo em vista o princípio fundamental da dignidade da pessoa humana, no art.1º, III, CF, surge o Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei 13.146/2015, em que sua publicação ocorreu em 7 de Julho de 2015, porém só teve eficácia após os 180 dias contados a partir da data da publicação.

Uma das principais mudanças ocasionadas pelo Estatuto, como forma de proporcionar a igualdade, foi, justamente, modificar o regime das capacidades presente no Código Civil. Estabeleceu que a pessoa com deficiência goza de

6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 29 maio 2018.)

⁶ BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 29 maio 2018.

capacidade civil plena⁷, deixando claro, desta forma, que a deficiência não é motivo de incapacidade.

Já prevendo que nem todos têm condições de exercer essa capacidade plena, a CDPD atribui aos Estados proporcionarem instrumentos para tal situação. No Brasil, o EPD traz, novamente, o instituto da curatela com uma nova leitura e cria o instituto da Tomada de decisão apoiada – TDA, com o acréscimo do art. 1783-A no Código Civil brasileiro de 2002, visando manter a autonomia e proteger ainda mais a pessoa com limitação.

A tomada de decisão apoiada fundamenta-se na eleição de duas pessoas que possam prestar um apoio na manifestação da vontade daquele que necessitar, ficando esses apoiadores a escolha do apoiado.

Os apoiadores deverão prestar apenas uma orientação para que o apoiado se sinta mais seguro no momento de exercer sua vontade. Estes não se encontram vinculados, podendo desta forma fazer prevalecer sua vontade, garantindo a sua autonomia, fato imprescindível para o livre desenvolvimento de sua personalidade.

Ocorre que a própria legislação, no artigo 1783-A do Código Civil de 2002, estabelece que em caso de divergência entre apoiado e apoiador, quando o negócio **(EspaçoReservado1)** jurídico praticado possa ocasionar risco ou prejuízo relevante, o apoiador poderá levar o caso ao juiz, que decidirá, após a manifestação do MP. Neste caso, será que a vontade da pessoa apoiada estará preservada conforme estabelece a CDPD? Será que o instituto da TDA está mais voltado para a proteção da pessoa ou promoção da autonomia da vontade?

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 A importância da autonomia da vontade para o desenvolvimento da personalidade

Primeiramente, é preciso compreender acerca dos avanços da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, para entender como essas pessoas adquiriram a autonomia da vontade e conseqüentemente a sua capacidade civil.

⁷ “Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas.” (BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm>. Acesso em: 29 maio 2018)

Ao se lançar mão de um contexto histórico a cerca da pessoa com deficiência é fácil se perceber que a forma como foram tratadas durante o tempo não é a mesma de agora. Por muito tempo viveram na invisibilidade e foram vitimas de preconceito e exclusão social.

Agustina Palacios apontou que na antiguidade tinha-se o modelo de presidência, no qual a deficiência está amplamente ligada a causas religiosas, de tal forma que essas pessoas, segundo esse modelo, não contribuíam para as necessidades da sociedade e por isso ocorria a prática de eugenia, por meio do infanticídio. Com a grande influencia do Cristianismo, a pratica da eugenia foi substituída pela marginalização, porém todas com o mesmo propósito, retirar a pessoa com deficiência do meio social.⁸

O segundo período foi o modelo médico ou reabilitador, consolidado ao final da Segunda Guerra Mundial, nesse período considera-se que a deficiência advém de ordem científica, entretanto, para esse modelo as pessoas com deficiência precisam passar por uma reabilitação para serem incluídas na sociedade.⁹

Logo após, surge o modelo social ou modelo de direitos humanos. Nesse período entende-se a deficiência como uma realidade que vai além do indivíduo, ou seja, decorre de limitações naturais causadas por fatores sociais, resultante de uma sociedade que não aceita a pessoa com deficiência, inclusive foi o modelo adotado pela Convenção Internacional sobre Direitos das Pessoas com Deficiência.¹⁰

Já se admite o modelo da diversidade, que considera a pessoa com deficiência, como alguém que sofre desvantagens sociais e acaba diminuindo o valor da sua vida em comparação com a das demais pessoas. Para se evitar isso, a solução é eliminar essas desvantagens, além de entender que a sociedade envelhece e pretende contribuir para que esta pessoa mais velha não sofra com essas

⁸ PALACIOS, Agustina; ROMANACH, Javier. **El modelo de la diversidad**: la Bioética y los Derechos Humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidade en la diversidad funcional. Madrid: Diversitas, S.I.

⁹ SAMPAIO, Carolina Vasques. **Autonomia existencial da pessoa com deficiência nas decisões relativas ao próprio corpo**: esterilização compulsória. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional). Universidade de Fortaleza-UNIFOR, Fortaleza, 2017.

¹⁰ SAMPAIO, Carolina Vasques. **Autonomia existencial da pessoa com deficiência nas decisões relativas ao próprio corpo**: esterilização compulsória. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional). Universidade de Fortaleza-UNIFOR, Fortaleza, 2017.

desigualdades sociais, tal modelo decorre visa alcançar a dignidade da pessoa com deficiência, por meio da bioética.¹¹

Diante de toda essa evolução história de inclusão das pessoas com deficiência é possível verificar que, durante um longo período, eles sofriram discriminações, eram excluídos da sociedade, ou seja, tinham seus direitos de igualdade, dignidade, acessibilidade, dentre vários outros direitos infringidos. Vale salientar que estes assim como quaisquer outro são cidadãos e que possuem peculiaridades, condições e singularidades, que, por sua vez, devem ter os seus direitos fundamentais protegidos.

Sendo assim, é importante ter a noção de que a autonomia da vontade foi se modificando ao longo do tempo, podendo-se dizer que, atualmente, toda e qualquer pessoa é considerada um ser autônomo, capaz de tomar decisões e realizar suas próprias escolhas.

Em meados do século XX, a igualdade vai legitimar o exercício da autonomia por todas as pessoas, inclusive aqueles sujeitos que até então eram considerados invisíveis e irrelevantes para o mundo jurídico. Foi o que aconteceu com as mulheres, com as crianças e, por fim, com as pessoas com deficiência, por meio de uma série de tratados temáticos de direitos humanos, cujos objetivos foram tutelar um grupo particular ou coletivo, ou mesmo ampliar o nível de proteção e tutela de alguns de seus direitos básicos no sistema universal de direitos humanos.¹²

Todavia, é importante compreender que o conceito de autonomia se contrapõe ao conceito de heteronomia. Este remete a obediência e a submissão a uma lei exterior ou à vontade do outro, ao passo que a autonomia se caracteriza pela faculdade de governar a si mesmo de acordo com a sua vontade, com independência¹³, ou seja, a autonomia proporciona liberdade ao indivíduo de fazer suas próprias escolhas, sem a interferência da vontade de outras pessoas.

Nesse sentido, é possível observar que a autonomia é formada pela soma de três elementos primordiais, quais sejam: a capacidade de autodeterminação, informações e vontade. No entanto, não se pode ter uma visão muito radical acerca

¹¹ SAMPAIO, Carolina Vasques. **Autonomia existencial da pessoa com deficiência nas decisões relativas ao próprio corpo: esterilização compulsória**. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional). Universidade de Fortaleza-UNIFOR, Fortaleza, 2017.

¹² PEREIRA, Ana Lúcia Pretto; BRAZZALE, Flávia Balduino: Paternalismo estatal, autonomia e estatuto da pessoa com deficiência. **Pensar**, Fortaleza, v. 22, n. 1, p. 3-33, jan./abr. 2017.

¹³ CABRAL, Érico de Pina. A “autonomia” no direito privado. **Revista de Direito Privado**: RDPriv, v. 5, n. 19, p. 83-129, jul./set. 2004, p. 85.

da liberdade da autonomia da vontade humana, pois em certos casos a interferência estatal é de suma importância para garantir a manutenção da ordem social e o bem-estar individual, como exemplo é possível citar os casos dos menores impúberes, os quais são absolutamente incapazes de exercer atos da vida civil.¹⁴

Diante disso, a questão da autonomia da vontade surge com o propósito de evitar que outras pessoas interfiram de forma injustificada nas escolhas do indivíduo de tal forma que impossibilite que seus direitos de livre escolha sejam respeitados.

Sendo assim, a autonomia da vontade deve ser compreendida como o impulso que parte do foro íntimo do sujeito, ligando-se à vontade real ou psicológica em decorrência do exercício de sua própria liberdade de se autodeterminar.¹⁵

Diante do exposto, conclui-se que a autonomia da vontade está amplamente ligada ao discernimento, ou seja, à capacidade civil do indivíduo. Sendo assim, quando o indivíduo tiver a possibilidade de discernir, restará presente a autonomia sobre o que se quer.¹⁶

Contudo, no Brasil, durante muito tempo, as pessoas que possuíam uma limitação intelectual ou psíquica duradoura, eram totalmente excluídas dos processos sociais e reduzidas à condição de mero objeto de proteção. Elas sofriam os efeitos da interdição, perdendo a capacidade civil, bem como restava comprometido o livre desenvolvimento da sua personalidade, pois no caso de interdição total o juiz aplicava medidas em que a vontade do incapaz era substituída pela vontade do representante, acarretando a perda de direitos fundamentais da pessoa com deficiência, que são de natureza personalíssima.¹⁷

¹⁴ PEREIRA, Ana Lúcia Pretto; BRAZZALE, Flávia Balduino: Paternalismo estatal, autonomia e estatuto da pessoa com deficiência. **Pensar**, Fortaleza, v. 22, n. 1, p. 3-33, jan./abr. 2017.

¹⁵ MENEZES, Joyceane Bezerra de. O novo instituto da Tomada de Decisão Apoiada: instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência instituído pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). In: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão**. Rio de Janeiro: Processo, 2016.

¹⁶ MENEZES, Joyceane Bezerra de. O novo instituto da Tomada de Decisão Apoiada: instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência instituído pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). In: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão**. Rio de Janeiro: Processo, 2016.

¹⁷ MENEZES, Joyceane Bezerra de. O novo instituto da Tomada de Decisão Apoiada: instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência instituído pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). In: MENEZES, Joyceane Bezerra de

Desse modo, em 30 de março de 2007, surge a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência- CDPD, o qual fora promulgada pela Organização das Nações Unidas, assinado em Nova York, objetivando garantir e promover os direitos humanos das pessoas com deficiência.

No Brasil, a CDPD foi o primeiro diploma internacional sobre direitos humanos, que passou pelo tramite do art. 5º, §3º, da Constituição Federal e para evitar eventuais prejuízos com as divergentes interpretações do dispositivo constitucional, o Presidente da República ratificou e promulgou a Convenção por meio do decreto presidencial nº 6.949/2009.

Sendo assim, a Convenção conceituou em seu art. 1º a pessoa com deficiência como aquelas que têm limitações duradouras de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas¹⁸. Contudo em seu art.12¹⁹ dispõe que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal para os diversos aspectos da vida, no qual as formas de concretização do direito protetivo devem estar voltadas ao apoio, para auxiliar nas escolhas e evitar os abusos, e não na substituição da vontade, visto que uma das razões do CDPD é a máxima autonomia da pessoa²⁰.

(Org.). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas:** Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016.

¹⁸ “Artigo 1º - Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas”. (BRASIL. Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Presidência da República.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 06 mar. 2017.

¹⁹ “Artigo 12 - Reconhecimento igual perante a lei - 1.Os Estados Partes reafirmam que as pessoas com deficiência têm o direito de ser reconhecidas em qualquer lugar como pessoas perante a lei. 2.Os Estados Partes reconhecerão que as pessoas com deficiência gozam de capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida.” (BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.. **Presidência da República.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 29 maio 2018.)

²⁰ “Artigo 12 - Reconhecimento igual perante a lei – [...] 4.Os Estados Partes assegurarão que todas as medidas relativas ao exercício da capacidade legal incluam salvaguardas apropriadas e efetivas para prevenir abusos, em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos. Essas salvaguardas assegurarão que as medidas relativas ao exercício da capacidade legal respeitem os direitos, a vontade e as preferências da pessoa, sejam isentas de conflito de interesses e de influência indevida, sejam proporcionais e apropriadas às circunstâncias da pessoa, se apliquem pelo período mais curto possível e sejam submetidas à revisão regular por uma autoridade ou órgão judiciário

Logo após o surgimento da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e com a Constituição Federal, promulgada em 1988, surge o Estatuto da pessoa com deficiência – EPD, ou também conhecido como Lei Brasileira de Inclusão - LBI, Lei 13.146/2015, em que sua publicação ocorreu em 7 de Julho de 2015, porém só teve eficácia após os 180 dias contados a partir da data da publicação.

Com isso, uma das principais modificações ocasionadas pelo Estatuto, foi a alteração no regime das capacidades, que se encontram nos art. 3º e 4º do Código Civil. Atualmente, as pessoas com deficiência gozam de capacidade civil plena, possuindo discernimento para fazer suas escolhas relacionadas ao seu direito personalíssimo. Segundo Ana Carolina Brochado Teixeira: “Discernimento significa possibilidade de exercer escolhas de forma responsável, apresentando condições psíquicas de arcar com as consequências de seus atos.”²¹

Além disso, no Brasil, o EPD, como forma de proporcionar a autonomia da vontade e procurando efetivar o estabelecido na CDPD, inovou o ordenamento jurídico nacional quando propôs uma nova interpretação para o já existente instituto da curatela, e a criação de um novo instituto intitulado de tomada de decisão apoiada-TDA, que confere uma nova proposta de tratamento as pessoas com deficiência.

2.2 O instrumento da tomada de decisão apoiada como veículo facilitador da autonomia da vontade

A nova curatela é fruto das modificações advindas da lei 13.146/15, e se encontra de acordo com a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, com isso modificou o ordenamento jurídico modificando e acrescentando alguns artigos que se pode vislumbrar no novo Código de Processo Civil, cuja entrada em vigor foi posterior ao EPD. O fato é que surgiram contradições por ambas às leis. Enquanto o CPC, em seu art. 1072, inciso II, revogou os artigos 1768 a 1772 do

competente, independente e imparcial. As salvaguardas serão proporcionais ao grau em que tais medidas afetarem os direitos e interesses da pessoa.” (BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007.. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 29 maio 2018.)

²¹ TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Integridade psíquica e capacidade de exercício. **Revista trimestral de direito civil**: RTDC, Rio de Janeiro, v. 9, n. 33, p. 3-36, jan./mar., 2008, p. 16.

Código Civil, o Estatuto resgata-os sem sequer mencionar a legislação processual civil.

Diante das divergências entre as legislações, ainda necessitando de um entendimento doutrinário ou jurisprudencial, assevera Joyceane Bezerra de Menezes, que:

O rito humanizador da curatela que o Estatuto da Pessoa com Deficiência procura estabelecer com a alteração dos artigos 1.768 a 1.772, do Código Civil estão absolutamente de acordo com a principiologia da Convenção. Se, pelo aspecto formal, houve revogação dos dispositivos, a construção jurisprudencial deverá se ajustar à sistemática proposta pelos valores fundamentais assentados no documento internacional e na Constituição Federal, com o que, seguirá, solução análoga à proposta pela Lei em exame. [...] Em síntese, a despeito do deslize formal que se verifica no cruzamento dessas duas leis, o aplicador deverá se guiar pelos valores constitucionais que realizam a proteção da pessoa. Direito não é a lei *stricto sensu*.²²

Além disso, o legislador brasileiro buscando efetivar ainda mais as exigências da CDPD em proporcionar a autonomia da vontade da pessoa com deficiência, por meio do art.114 do EPD, incluiu o art.1.783-A no Código Civil brasileiro, criando o instituto da tomada de decisão apoiada (TDA), que busca auxiliar a pessoa com deficiência na prática de atos da vida civil.

No entanto, no que concerne ao apoio destinado ao exercício da capacidade jurídica, tem-se como objetivo primordial promover e proteger a autonomia da pessoa para que ela possa, de maneira independente, realizar suas próprias escolhas, ou seja, o instituto de apoio vai priorizar a autonomia da vontade.

De acordo com as explicações do Comitê sobre os direitos das pessoas com deficiência (ONU), deverá sempre prevalecer a vontade e a preferência da pessoa apoiada em detrimento da mera substituição da decisão²³.

Sendo assim, o referido instituto visa garantir o direito de decidir da pessoa com deficiência, que está voltado para a consolidação da mudança de paradigma na

²² MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a Convenção sobre a Proteção da Pessoa com Deficiência: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Civilistica.com**, a. 4. n. 1. 2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Acesso em: 06 fev. 2017, p.11.

²³ MENEZES, Joyceane Bezerra de. O novo instituto da Tomada de Decisão Apoiada: instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência instituído pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). In: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão**. Rio de Janeiro: Processo, 2016 p. 606.

apreciação da autonomia do sujeito, pois o apoiado passa a decidir a e se projetar com uma vida independente²⁴.

Conforme o novo art.1783-A do Código Civil, a TDA é um processo pelo qual o apoiado escolhe ao menos 2 pessoas, plenamente capazes e que mantenha vínculos ou que seja de confiança para que possa auxiliá-los na prática dos atos da vida civil. Esse instituto tem natureza de jurisdição voluntária, com isso essa medida deverá ser requerida pela pessoa a ser apoiada.

Devido ao surgimento do instituto da Tomada de Decisão Apoiada e ao reconhecimento da autonomia da pessoa com deficiência, a curatela passou a ser uma medida *in extremis* só podendo ser aplicada quando verificada reais limitações da pessoa com deficiência que o impossibilite de exercer os seus direitos personalíssimos.²⁵ Desse modo, a curatela como medida de substituição da vontade perde a sua amplitude, pois com o novo instituto, bem como a mudança na capacidade, ela passou a ser uma medida aplicada em casos excepcionados a depender do grau de discernimento do indivíduo, pois regra geral é a capacidade plena e conforme Ronald Dworkin a restrição da autonomia da vontade ocorrerá quando:

A despeito da firmeza com que sejam expressas, se contradizem entre si de modo sistemático ou aleatório, evidenciando uma percepção de si mesmo que não tem coerência alguma, bem como uma falta de objetivos discerníveis, mesmo que a curto prazo, poderemos presumir que tal paciente já perdeu a capacidade que a autonomia tem a finalidade de proteger.²⁶

No entanto, para se restringir a capacidade não basta presumir, é necessário comprovar por meio do devido processo legal a sua falta de condições para exercê-la, pois só assim se garantirá a preservação da autonomia da pessoa com deficiência.

Contudo, ao se constatar que o indivíduo não consegue exercer a sua capacidade legal de forma plena, ele poderá, se tiver o discernimento necessário,

²⁴ MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a Convenção sobre a Proteção da Pessoa com Deficiência: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Civilistica.com**, a. 4. n. 1. 2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Acesso em: 06 fev. 2017, p. 16.

²⁵ MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a Convenção sobre a Proteção da Pessoa com Deficiência: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Civilistica.com**, a. 4. n. 1. 2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Acesso em: 06 fev. 2017, p. 11.

²⁶ DWORKIN, Ronald. **Domínio da vida**: aborto, eutanásia e liberdades individuais. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 319.

fazer uso do instituto da tomada de decisão apoiada por ser uma medida mais branda e que favorece uma maior autonomia de sua vontade. Porém, constatando-se a necessidade de uma medida mais protetiva pode-se, em casos excepcionais, lançar mão do instrumento da curatela.²⁷

2.3 Uma análise das possibilidades de o judiciário interferir negativamente na autonomia da vontade por meio do instrumento da TDA

Como relatado anteriormente, o instituto da Tomada de Decisão Apoiada é um mecanismo novo, criado com o objetivo de garantir os direitos individuais. Sendo assim, a finalidade principal do novo instituto, a TDA, é fornecer o auxílio à pessoa com deficiência, sem restringir a capacidade para a prática dos atos da vida civil e a autonomia para lutar pelos seus interesses.

Porém deve-se ter muito cuidado com a aplicação do instituto da tomada de decisão apoiada, para que este não venha a ferir os direitos de personalidade, principalmente o direito a autonomia da vontade e por ser um mecanismo novo, alguns atos procedimentais descritos nos seus artigos levam o judiciário a interferir negativamente na autonomia da vontade do apoiado.

Desse modo, a TDA é mais uma alternativa que poderá ser aplicada, em prol da garantia e promoção dos direitos de personalidade para aquelas pessoas que possuem alguma limitação para o exercício de sua capacidade civil.

Dessa feita, conforme o artigo 1.783-A, §6º, do CC, sabe-se que existe a possibilidade de ocorrer conflito de interesses, não só entre os apoiadores mas entre apoiadores e o apoiado. Nesse caso a lei prevê que ocorrendo divergência, em caso de negócio jurídico que possa trazer risco ou prejuízo relevante, o juiz decidirá, ouvido pelo Ministério Público. Diante disso, verifica-se que a autonomia da vontade do apoiado foi atingida, pois o seu interesse deveria prevalecer em detrimento dos interesses dos seus apoiadores.

A autonomia é o melhor atributo que caracteriza a pessoa. Desse modo “é sempre melhor reconhecer o direito geral à autonomia e respeitá-la sempre, em vez

²⁷ MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a Convenção sobre a Proteção da Pessoa com Deficiência: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Civilistica.com**, a. 4. n. 1. 2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Acesso em: 06 fev. 2017, p. 15.

de nos reservarmos o direito de interferir na vida de outras pessoas sempre que acreditarmos que tenha cometido um erro”²⁸.

Sendo assim cabe à pessoa o controle de sua própria vida, ainda que venha a agir de maneira diversa ao seu interesse. Contudo, pode ser que a pessoa esteja agindo de forma contrária ao que sabe que é melhor para si, mas mesmo assim fazendo o uso da sua autonomia.

Desta feita, o que importa na autonomia é o respeito a capacidade geral de agir, que irá conduzir o indivíduo a sua existência de modo íntegro e autêntico, de acordo com a percepção individual que tem sobre si e sobre o que é mais importante para si. A questão está na maneira em que a sociedade reconhece ou nega a condição de protagonizar a vida às pessoas, o qual está refletindo no modo que a lei trata a autonomia da vontade e a tomada de decisão²⁹.

Sendo assim, o art. 1.783- A, §6º do EPD, no que tange a divergência entre apoiadores e apoiado, existe uma limitação na autonomia, fazendo-se importante destacar que se o indivíduo possui capacidade civil plena, ou seja, se consegue manifestar sua vontade por livre intento, tendo a capacidade de discernimento, conseqüentemente à autonomia para decidir o que quer, nesse sentido a partir do momento em que ocorre a divergência e o apoiado não pode decidir de acordo com o seu interesse, devendo o juiz decidir com relação ao conflito, verifica-se que o inciso sexto do art. 1.783-A do CC/02 atinge um dos princípios presentes na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências em seu art. 3º, “o respeito pela dignidade inerente e autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas”.

Outro aspecto importante é o da conversão da tomada de decisão apoiada em curatela, muito se questiona se no curso da tomada de decisão apoiada ocorrendo algum agravamento da limitação psíquica ou mental no apoiado, o juiz poderá fazer a conversão de modo a não ferir a autonomia da vontade da pessoa, pois a partir do momento que se faz a conversão do instituto da TDA para a curatela a autonomia da vontade do apoiado é restringida, de tal forma que o apoiado não poderá mais ter a

²⁸ DWORKIN, Ronald. **Domínio da vida**: aborto, eutanásia e liberdades individuais, São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 317.

²⁹ MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a Convenção sobre a Proteção da Pessoa com Deficiência: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Civilistica.com**. a. 4. n. 1. 2015. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Acesso em: 06 fev. 2017

liberdade de decidir acerca das questões que envolvem patrimônio, pois o curador passa a tomar as decisões em nome do curatelado.

3 MÉTODO

O trabalho apresentado foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, que se fundou na busca de informações que estavam em livros, *sites* e artigos que possuem relação com o tema desenvolvido. O método utilizado foi o dedutivo, visto que houve uma análise a partir do que já foi desenvolvido sobre a cientificidade do direito.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a análise dos tipos de conhecimento e após o aprofundamento no conhecimento científico, fica claro a comprovação de que o instituto da Tomada de Decisão Apoiada é um método que irá auxiliar bastante na promoção dos direitos individuais, porém por ser uma medida recente ainda precisa ser mais estudada, para que a sua aplicação não venha a infringir os direitos das pessoas que se utilizam de tal método.

5 CONCLUSÃO

Após a análise dos dispositivos estudados, pode concluir-se que o instituto da Tomada de Decisão Apoiada, mecanismo criado recentemente, com finalidade principal do novo instituto, a TDA, é fornecer o auxílio à pessoa com deficiência, sem restringir a capacidade para a prática dos atos da vida civil e a autonomia para lutar pelos seus interesses, porém deve-se ter muito cuidado com a aplicação do instituto da tomada de decisão apoiada, para que este não venha a ferir os direitos de personalidade. No entanto, por ser um instituto novo, a TDA, em algumas situações poderá interferir de forma negativa na autonomia da vontade do apoiado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto Nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo

Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm>. Acesso em: 06 mar. 2017.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Presidência da República**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 29 maio 2018

CABRAL, Érico de Pina. A “autonomia” no direito privado. **Revista de Direito Privado**: RDPriv, v. 5, n. 19, p. 83-129, jul./set. 2004

CARVALHO, Suzy Anny Martins. **A curatela modificada pelo estatuto da pessoa com deficiência e as questões existenciais em relação à pessoa com deficiência intelectual**. 2017. 127 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional). Universidade de Fortaleza – UNIFOR, Fortaleza, 2017.

DWORKIN, Ronald. **Domínio da vida**: aborto, eutanásia e liberdades individuais. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a Convenção sobre a Proteção da Pessoa com Deficiência: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Civilistica.com**, a. 4. n. 1. 2015. Disponível em:<<http://civilistica.com/o-direito-protetivo-no-brasil/>>. Acesso em: 06 fev. 2017

_____. O novo instituto da Tomada de Decisão Apoiada: instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência instituído pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015). In: MENEZES, Joyceane Bezerra de (Org.). **Direito das pessoas com deficiência psíquica e intelectual nas relações privadas**: Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e Lei Brasileira de Inclusão. Rio de Janeiro: Processo, 2016.

PALACIOS, Agustina; ROMANACH, Javier. **El modelo de la diversidad**: la Bioética y los Derechos Humanos como herramientas para alcanzar la plena dignidade en la diversidad funcional. Madrid: Diversitas , S.l

_____; BARRIFFI, Francisco. **La discapacidad como una cuestión de derechos humanos**: una aproximación sobre los derechos de las personas con discapacidad. Madrid: Cinca, 2007

PEREIRA, Ana Lúcia Pretto; BRAZZALE, Flávia Balduino: Paternalismo estatal, autonomia e estatuto da pessoa com deficiência. **Pensar**, Fortaleza, v. 22, n. 1, p. 3-33, jan./abr. 2017.

SAMPAIO, Carolina Vasques. **Autonomia existencial da pessoa com deficiência nas decisões relativas ao próprio corpo**: esterilização compulsória. 2017. 126 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito Constitucional). Universidade de Fortaleza-UNIFOR, Fortaleza, 2017.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado. Integridade psíquica e capacidade de exercício.
Revista trimestral de direito civil: RTDC, Rio de Janeiro, v. 9, n. 33, p. 3-36,
jan./mar., 2008.



ISBN: 978-85-5722-204-5

